

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

Rodolfo Costa Machado

*Por dentro da Liga Mundial Anticomunista – gênese e gestão da WACL:  
filonazistas, contrarrevolução asiática e o protótipo latino-americano da Operação Condor  
(1943-1976)*

São Paulo

2022

Rodolfo Costa Machado

*Por dentro da Liga Mundial Anticomunista – gênese e gestão da WACL:  
filonazistas, contrarrevolução asiática e o protótipo latino-americano da Operação Condor  
(1943-1976)*

Doutorado em História

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Rago Filho.

São Paulo

2022

Machado, Rodolfo Costa.

Por dentro da Liga Mundial Anticomunista – gênese e gestão da  
WACL: filonazistas, contrarrevolução asiática e o protótipo latino-  
americano da Operação Condor (1943-1976) / Rodolfo Costa  
Machado. -- São Paulo: [s.n.], 2022.

2188p. ; cm.

Orientador: Antonio Rago Filho.

Tese (Doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica de São  
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História.

1. Liga Mundial Anticomunista (WACL). 2. Bloco  
Antibolchevique de Nações (ABN). 3. Liga Anticomunista dos Povos  
Asiáticos (APACL). 4. Confederação Interamericana de Defesa do  
Continente (CIDC). 5. Confederação Anticomunista Latino-  
americana (CAL). 6. Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e  
Sociais (SEPES). 7. Operação Condor. I. Rago Filho, Antonio. II.  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos  
Pós-Graduados em História. III. Título.

CDD

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Antonio Rago Filho – Presidente

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Vera Lucia Vieira

---

Prof. Dr. Julio Lisandro Cañón Voirin

---

Prof. Dr. Vicente Gil da Silva

---

Prof. Dr. Benjamin A. Cowan

---

Prof. Dr. Claudinei Cassio de Rezende

\*\*\*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

*Para Martina, sonho realizado em seu vir-a-ser próprio, mas que já demonstra, com inteligência e sagacidade, que a vida pode vencer e encantar mesmo no meio de pandemias, pandemônios e guerras.*

## Agradecimentos

Agradeço a Martín Almada, que transformou seu martírio pessoal e o assassinato de sua esposa Celestina Perez Almada pelo stronismo na maior epopeia dos direitos humanos do Cone Sul, por descobrir os *Archivos del Terror* e ensinar que *el Condor sigue volando*, e precisa ser abatido. Também agradeço a sua esposa María Stella Cáceres de Almada que, junto a Almada, recebeu a mim e a Amanda na *Fundación Celestina Perez Almada*, orientando-nos na pesquisa nos *Archivos del Terror*. Graças à luta e à vida deste casal, o antigo centro de tortura e morte dirigido pelo repressor Antonio Campos Alum em Assunção, a *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), foi transformado no museu *Memoria y Verdad sobre el Stronismo* (MEVES).

Ao Professor Antonio Rago Filho, coordenador do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (NEHTIPO), da PUC-SP, historiador humanista, orientador de vida e de pesquisas, por lutar ensinando que a humanidade e as individualidades precisam se emancipar cotidianamente, hoje, amanhã e sempre. À Professora Maria Aparecida de Paula Rago, pelo exemplo de pesquisadora e docente, bem como pelo entusiasmo sempre demonstrado por esta tese.

Agradeço ao Professor John Dinges pela acolhida na Universidade de Columbia em Nova Iorque. Sem ele, este trabalho jamais teria sido possível. Espero que esta tese honre, de algum modo, sua pesquisa monumental sobre a Operação Condor, bem como sua vida dedicada a decifrar e documentar os crimes de lesa humanidade cometidos nos “anos do Condor”. Ao Professor Clifford Andrew Welch, pela gentileza em ter me apresentado ao Professor John Dinges, por seu amor ao Brasil e à classe trabalhadora brasileira. Suas pesquisas históricas sobre esta são, para nós, uma inspiração e um guia do reto proceder historiográfico.

A minha mãe e a meu pai, Janete da Costa Machado e Milton Machado, base afetiva e material de tudo, por me deixarem ser eu mesmo e por nunca duvidarem que eu apenas sou porque nós somos. Por serem alicerce e propulsão da minha vida, minha gratidão e amor eternos. A Amanda, paixão *flamenca*, cuja existência, como revela seu nome, é amor praticado no gerúndio, no cotidiano e no compartilhamento de sonhos. Não bastasse isso, sua contribuição intelectual, traduzindo e ajudando na organização dos documentos desta tese, foi fundamental para que fosse possível e concluída dentro do prazo.

Agradeço também a Simone Blanco Lopez e Ramiro Lopez Filho, avó e avô maternos de Martina, pela generosa e paciente acolhida em sua casa. O convívio diário, que sempre força adequações e acomodações inescapáveis, não poderia ter sido mais gentil e amistoso. Não à toa, criaram como criaram suas filhas Isabella e Amanda e, agora, junto aos avós paternos Janete e Milton, criamos “em tribo” a pequena Martina. Agradeço também à comadre Isa e ao mais novo membro da família Blanco, Carlos Eduardo. Agradeço à minha tia amada Rosa Filomena da Costa Banhe, meu primo Ronan, meu tio Antonio Carlos Banhe e todos professores, funcionários e alunos do Colégio Zelinda pela acolhida e estímulo a este trabalho. Entre eles, Luiz, Tayla, Pablo, Gabriela e Dhominy, esperanças em tom maior. Agradeço ao historiador Luiz Fernando Gonçalves da Silva, amigo novo e mais um “sócio da vida”, inspiração e exemplo vivo de uma docência freiriana que respeita as individualidades de educandos e educandas, extraindo destes o melhor. Agradeço-o pela meticulosa organização das fontes documentais e da bibliografia desta tese.

Ao meu tio José Carlos da Costa, professor e psicólogo, e a seu companheiro Fabiano, por existirem e serem quem são. Agradeço à minha avó materna Maria de Lourdes, cuja inteligência e perspicácia sobre o que se passa no Brasil é uma mostra de que envelhecer não significa fechar os olhos ou cruzar os braços à luta, naquela da labuta diária e nas aspirações coletivas por um outro Brasil. A seu esposo (e saudoso avô) José da Costa, que me inspirou a ser quem eu sou (e vou sendo) com seus velhos sonhos sindicalistas e de professor de história tardio – *in memoriam*. Ao meu avô Nestor Machado, pelo exemplo de dignidade e honestidade na vida. E às tias e aos tios filhas e filhos dele e da minha muito amada avó Teodomira – *in memoriam*. Agradeço à irmã Luciana, a Laís Bobula, Joel Bobula e a sua linda família, por terem nos acolhido – a mim e a Amanda – de modo tão caloroso e carinhoso nos EUA.

Ao inseparável amigo, historiador e jornalista Vitor Loureiro Sion, quem me sugeriu que prestasse a Fulbright e rumasse para os EUA. Por isso e muito mais, por ter sido o responsável pela minha participação na Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, não bastasse isso, por ter sido o primeiro a me ensinar a pesquisar nos “arquivos da repressão” da ditadura militar brasileira. Ao incansável amigo, historiador e jornalista Felipe Colla de Amorim, por toda a parceria nos estudos sobre a Guerra Fria global e por sempre me impulsionar, junto ao Vitor, a seguir adiante. A Débora Gorgulho, querida Debi, tradutora impecável e veloz, sem a qual o público leitor não teria acesso, em português, ao material estudado nesta tese.



Ao *hermano de camino* Pedro Iris Paulin pela amizade incomensurável e pela disposição fraterna em sempre me ajudar nos momentos mais decisivos da minha vida. A ele, Raulzinho, Maria e Bianca Leopoldino, minha eterna gratidão. Agradeço ao amigo e antropólogo Daniel Lopes Faggiano, do Instituto Maíra, o primeiro a me abrir os olhos sobre a necessidade de se conhecer e compartilhar a luta e a história dos povos originários nestas terras. Agradeço aos amigos Felipe Ramos Musetti, Claudinei Cássio de Rezende, Vinícius Mateucci Lopes e Vitor Bartoletti Sartori, intelectuais marxistas que são, apesar da idade, “mestres na periferia do capitalismo”. Em especial, ao amigo inseparável, *hermano de camino*, filósofo e *publisher* Felipe Ramos Musetti, com quem compartilho as pesquisas desde nossa Iniciação Científica, minha gratidão pela afetuosa paciência e pela imensa contribuição à explicitação metodológica contida na Introdução desta tese.

Agradeço a todos os professores que participaram da Banca Examinadora, Julio Lisandro Cañon Voirin, Benjamin A. Cowan, Claudinei Cássio de Rezende, Vicente Gil da Silva e Vera Lucia Vieira. A Julio Lisandro Cañon Voirin, pela obra historiográfica de fôlego e pelas críticas, sem as quais não há nem pode haver crescimento pessoal e desenvolvimento intelectual. A Benjamin A. Cowan, pela gentileza e presteza em ler a tese em curtíssimo tempo, bem como pelas observações acerca do papel das religiões na “cruzada” anticomunista, ontem e hoje. A Claudinei Cássio de Rezende, polímata que percorre da história social da arte à filosofia, do Renascimento aos marxismos do século XX, do pensamento das esquerdas à ditadura militar no Brasil, por existir, amar e criticar feito um humanista. E por superar, sendo um especialista, especializações academicistas. A sua companheira Aline de Camargo Branco, médica humanista com luz própria, iluminando sua vida e a nossa. À Professora Vera Lucia Vieira, por ter me orientado a viajar ao Paraguai no começo da pesquisa desta tese e por ter me apresentado ao Professor Martín Almada. Seu companheirismo e exemplo de docente e pesquisadora são, para mim, norte e sul. A Vicente Gil da Silva, historiador exemplar que, com sua pesquisa, honra e faz avançar a ciência da história no Brasil. Nosso encontro, pela conexão de temas e pela generosidade humana que pratica, foi “amor à primeira vista”. Meus agradecimentos e admiração também a sua companheira Laura, geógrafa. A Marcos Vinicius Ribeiro, pela pesquisa pioneira, a primeira no Brasil a versar sobre a Confederação Anticomunista Latino-americano (CAL) e por ter, assim, ajudado a historiografia a despertar de seu “sono dogmático”. Agradeço as suas palavras de estímulo e a leitura desta tese.

Aos companheiros Hudson Mandotti de Oliveira, Luiz Felipe Loureiro Forestti, Iago Martinez, Luis Gustavo Casale e Douglas Martins de Souza pela sagacidade intelectual e pelo companheirismo cotidiano, na PUC-SP, no Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (NEHTIPO) e no Grupo de Pesquisa Filosofia Política Contemporânea (GPFPC). Ao Professor Antonio José Romera Valverde, coordenador do Grupo de Pesquisa Filosofia Política Contemporânea (GPFPC), e à Professora Maria Helena Souza, por todo apoio e entusiasmo fornecidos ao longo da caminhada. Ao Professor Urbano Nobre Nojosa, ao Professor Mauricio Orestes Parisi e às Professoras Patrícia Spósito Mechi e Tereza Maria Spyer, cujos convites para que eu participasse em intervenções, respectivamente, na TVACOMUNA, no Instituto Giordano Bruno e na Universidade Federal da Integração Latino-Americanas (UNILA), contribuíram à sistematização de inúmeras questões desta tese.

Ao amigo Waldeir Moreno Rosa e a Luís Matias de Sousa, pelo exemplo de amizade e luta. À amiga, jornalista e documentarista Natalia Keiko, entusiasta e instrutora de nossa loucura por filmes e documentários. À amiga e psicóloga Renata de Lima Conde, pelo humanismo e ternura que exercita cotidianamente. Agradeço à amiga e historiadora Adriana Gomes Santos pela confiança e paciência em me orientar nos estudos (para mim novos) sobre a mineração empresarial etnocida feita em associação com a ditadura militar contra os povos indígenas da Amazônia. Estes têm muito a ensinar sobre o que é e o que fazem, perseguindo seus interesses exclusivistas, o Estado, as classes proprietárias e as Forças Armadas do Brasil. Ao Professor Gilberto de Souza Marques, pela confiança e pelo exemplo de pesquisador e lutador incansável em defesa dos povos amazônicos. A ele e a todos companheiros e companheiras da minha atual empreitada de vida e pesquisa, Indira Rocha Marques, Maria Celma Borges, Vitor Wagner Neto de Oliveira, Anna Thereza Corrêa Trindade e Jaci Guilherme Vieira.

À professora J. Patrice McSherry, pela pesquisa monumental sobre a Operação Condor e por ter me orientado a seguir na trilha do repressor stronista Antonio Campos Alum, dica que se revelou extremamente profícua. Ao Professor Peter Dale Scott, pela obra e pela presteza em conversar comigo por *e-mail*, da altura de seus 87 anos. E por ter sido ele o primeiro a caracterizar a WACL como o “segundo Anti-Komintern” em um artigo nunca publicado na *Ramparts*, mas que, por algum motivo, foi parar nos arquivos da CIA.

Agradeço ao amigo e mestre Sebastião Neto, do Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP), por seu trabalho na Comissão Nacional da Verdade (CNV), por seu protagonismo na responsabilização jurídica da Volkswagen por seus crimes contra os trabalhadores cometidos em associação com a ditadura militar e, note-se bem, por ter sido ele um dos monitorados pela SEPES na década de 1980 em virtude de sua militância na antiga Oposição Sindical. Agradeço a Antonio Neto, um dos vitimados pela Operação Condor, por sua sagacidade de veterano marxista internacionalista e energia intelectual. E por jocosamente ter me lembrado, às vésperas da defesa desta tese, que o pior que pode acontecer é tudo dar errado. Humor e luta, nele, entrelaçam-se e animam os seus.

Agradeço também à Professora Margareth Rago pelo auxílio e orientações fornecidos para nossa viagem aos EUA. À Professora Lívia Cristina de Aguiar Cotrim – *in memoriam* –, agradeço pelo exemplo irrepetível de pesquisadora e docente brilhante, de quem não pude me despedir e cuja morte chorei sozinho em Athens, interior de Ohio. A seu marido Ivan Cotrim e a suas filhas, que mantêm vivas a chama e a estrela de Lívia. Aos amigos e amigas do Liberta, com quem primeiro aprendi, na Faculdade de Direito da PUC-SP, que há vida crítica e inteligente no universo jurídico, mas que é preciso superá-lo, com afeto e convívio fraternos. A Marcelo Elvira, parceiro de vida e de jornadas musicais. Amorosidade encarnada. A Gabriel Dayoub, “sócio da vida” que me estimula a avançar e demonstra, na práxis, que o historicamente novo há de vencer.

Ao Reitor Steve Coll e a sua competentíssima assistente Melanie Greer Huff, por terem aberto as portas da Escola de Jornalismo na Columbia University. À historiadora mexicana Azucena Citlalli Jaso Galván, pela generosidade ímpar em haver me fornecido toda a documentação referente à CIDC, sem a qual seria impossível estruturar o CAPÍTULO 3 do jeito que está. Ao *Jewish Theological Seminary* (JTS), na cidade de Nova Iorque, por saber da importância de guardar os “arquivos da repressão” dos inimigos. Somente em seu acervo documental é que foi possível localizar e fotocopiar a revista antissemita *Réplica*, dos mexicanos da WACL e da CAL.

Enfim, agradeço à Comissão Fulbright-Brasil pela concessão de bolsa de doutorado “sanduíche” que me permitiu acessar arquivos *nunca dantes navegados* nos EUA, oportunidade única para avançar nos estudos e investigação histórica acerca da inserção da extrema-direita verde-amarela nas redes transnacionais anticomunistas da Guerra Fria.

*A culpa não é do espelho, se a cara é feia.*

– **Nikolai Gógol**

*Mas a luta pela verdade histórica é também um dos aspectos essenciais da luta pela emancipação da Humanidade e pelo fim da opressão do homem pelo homem. Portanto, seria absurdo se lamentar. É preciso somente e de início concordar em abrir os olhos.*

– **Pierre Broué**

*Em verdade, a História só surpreende aos que de História nada entendem. Há os que a ignoram, e outros que a temem. Os que se recusam a compreendê-la e os que estão socialmente impedidos de fazê-lo. Se os pormenores não são, de fato, previsíveis, dada a infinidade de fatores intervenientes, sempre conhecíveis de modo apenas aproximado; se os contornos, pois, só ganham corpo na própria hora em que se efetivam os processos, do mesmo modo que os eventos não são rigidamente programáveis, a nível dos dias e das horas; por outro lado, ao contrário disto, as grandes linhas de tendência, a necessária ocorrência dos acontecimentos básicos são amplamente discerníveis, divisíveis mesmo a longo prazo. Basta admitir a existência de uma ciência da História e que haja disposição social para rigorosamente se submeter à sua lógica.*

*Tudo isso, obviamente, não é nada fácil. Contudo, no que consiste impulsionar os partos da História, se não, nos fatos, intervir à luz da própria lógica destes?*

– **José Chasin**

*O Brasil tem um passado enorme pela frente.*

– **Millôr Fernandes**

## Resumo

A presente tese investiga a estrutura e a ideologia da Liga Mundial Anticomunista (WACL), mas, antes de analisar sua criação na Coreia do Sul em 1966 e seu evoluir subsequente, volta-se às origens remotas dessa “Internacional Anticomunista” da Guerra Fria. Em um primeiro momento, reconstituem-se a gênese histórica e o perfil ideológico das organizações e indivíduos que a antecederam e que depois a estruturariam: o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), um plantel de ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental (re)criado em 1946 pelo serviço secreto britânico (MI6); a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL), criada em 1954 como “fruto maduro” da contrarrevolução capitalista no sudeste asiático; a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), primeira aliança da ultradireita latino-americana criada em 1954, no marco da Operação PBSUCCESS da *Central Intelligence Agency* (CIA), como tentativa de legitimar regionalmente o golpe de Estado *made in USA* contra o presidente da Guatemala Jacobo Arbenz; e o Comitê Internacional de Informação e Ação Social (CIAS), *think tank* criado em 1956 por ex nazistas alemães. A tese analisa, então, de que forma uma primeira tentativa de criação da WACL ocorreu no México, em 1958, a partir da interação complexa entre essas quatro organizações, demonstrando como essa iniciativa de organizar o internacionalismo anticomunista da Guerra Fria vingaria, na Coreia do Sul, a partir de 1966. Após reconstituir o ciclo asiático das conferências da WACL, de 1967 a 1971, acompanha-se o “giro às Américas” da Liga, pressionada pela visita de Richard Nixon a Pequim e pela *détente* entre EUA e República Popular da China (RPCh), catastrófica para a Taiwan do generalíssimo Chiang Kai-shek, matriz da APACL e da WACL. Repondo-se esse “giro” da Liga ao continente americano, analisa-se a criação no México, em 1972, da Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), órgão regional da WACL na América Latina. Acompanhando-se os congressos públicos e secretos da CAL no México (1972), Paraguai (1973), Brasil (1974), bem como as conferências da WACL nos EUA (1974) e Brasil (1975), evidenciam-se as conexões repressivas entre o complexo WACL/CAL na América do Sul com a Operação Colombo e o Sistema Condor (1975), pacto criminoso entre as Forças Armadas regionais para monitorar e reprimir “subversivos” e “inimigos internos” das ditaduras militares de Segurança Nacional. Argumenta-se que a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES), o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, serviu de enlace privado aos *Condores*, operando como “entidade fantasma” controlada clandestinamente pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) da ditadura militar brasileira. Metodologicamente, as redes anticomunistas transnacionais da Guerra Fria foram reconstituídas em sua concretude, apanhadas em suas formas de ser e determinações de existência específicas, a partir da análise de sua gênese histórico-ideológica, estrutura imanente e função operacional desempenhada nas lutas sociais, políticas e de classe da Guerra Fria global. Além da historiografia especializada, a tese ampara-se em uma miríade de fontes históricas, entre elas, os acervos documentais da CIA, do SNI e da polícia política stronista (*Archivos del Terror*), compulsando publicações do ABN, da APACL, da WACL, da CAL/FEMACO e da SEPES, bem como as memórias oficiais dos congressos da CIDC e alguns materiais do *Hoover Institution*.

**Palavras-chave:** Bloco Antibolchevique de Nações (ABN); Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL); Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC); Comitê Internacional de Informação e Ação Social (CIAS); Liga Mundial Anticomunista (WACL); Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL); Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES); Serviço Nacional de Informações (SNI); Operação Condor.

## Abstract

The present thesis investigates the structure and ideology of the World Anti-Communist League (WACL), but before analyzing its creation in 1966 in South Korea and its subsequent evolution, it turns attention to the remote origins of this Cold War “Anti-Communist International”. At first, the work rebuilds the historical genesis and ideological profile of the precedent organizations that later structured WACL: the Anti-Bolshevik Bloc of Nations (ABN), a squad of former Eastern European Nazi collaborators (re)created in 1946 by the British secret service (MI6); the Asian Peoples Anti-Communist League (APACL), born in 1954 as a “ripe fruit” of capitalist counterrevolution in Southeast Asia; the Inter-American Confederation of Defense of the Continent (IACDC), the first alliance of Latin American far-right created in 1954 within Operation PBSUCCESS’s framework, guided by US and the Central Intelligence Agency (CIA), an effort to regionally legitimize the *coup d’état* “made in USA” against Guatemalan President Jacobo Arbenz; and the International Committee for Information and Social Action (CIAS), a *think tank* created in 1956 by former German Nazis. It analyzes how an attempt to create WACL took place in Mexico from the interaction between these four organizations, in 1958, demonstrating how this initiative of organizing anti-communist internationalism of Cold War consolidated in South Korea since 1966. Reconstructing the Asian cycle of WACL conferences (1967 to 1971), it observes the League’s “spin to the Americas”, pressured by Richard Nixon’s visit to Beijing and by the *détente* between USA and the People’s Republic of China, which would be catastrophic for the Taiwan of Chiang Kai-shek, WACL’s origin center. Back to the “spin” to the American continent, it looks at the creation in 1972, in Mexico, of *Confederacion Anticomunista Latinoamericana* (CAL), WACL’s regional branch in Latin America. Analyzing the public and secret CAL congresses in Mexico (1972), Paraguay (1973) and Brazil (1974), as well as WACL conferences in the USA (1974) and Brazil (1975), the thesis highlights the repressive connections between the *WACL/CAL complex* in South America and Operation Condor (1975), a pact between the regional Armed Forces to monitor and repress “subversives” and “internal enemies” of the national security dictatorships. There, it focuses on the Society of Political, Economic and Social Studies (SEPES), the Brazilian “Chapter” of WACL/CAL that served as a “private” link to the “Condors” and operated as a “ghost entity” controlled by National Information Service (SNI) of Brazilian dictatorship. Methodologically, these transnational anti-communist networks were reconstituted in their concreteness and ways of being from the analysis of their historical-ideological genesis, immanent structure and the role played in political and social classes struggles. Besides specialized historiography, this thesis is supported by a myriad of historical sources, as the documentary collections of the CIA, the SNI and the Stronista political police - the *Archivos del Terror* of Paraguay - and magazines of ABN, APACL and WACL, as well as the memories of the CIDC congresses.

**Keywords:** Anti-Bolshevik Bloc of Nations (ABN); Asian Peoples Anti-Communist League (APACL); Inter-American Confederation of Defense of the Continent (IACDC); International Committee on Information and Social Action (CIAS); World Anti-Communist League (WACL); Latin American Anti-Communist Confederation (CAL); Society of Political, Economic and Social Studies (SEPES); National Information Service (SNI); Operation Condor.

## Lista de Siglas

AACCC	All American Conference to Combat Communism
AAAEE	American Afro-Asian Education Exchange Society
AANC	Associação dos Amigos das Nações Cativas
ABN	Antibolshevik Bloc of Nations
ACACA	Asian Christian Anticommunist Association
ACEN	Assembleia das Nações Cativas Europeias
ACWF	American Council for World Freedom (EUA)
AIB	Ação Integralista Brasileira
AF-ABN	American Friends of Antibolchevik Bloc of Nations
AMCOMLB	Comitê Americano para a Libertação do Bolchevismo (EUA)
APACL	Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos
ARCI	Aid Refuge Chinese Intellectuals (EUA)
ASC	American Security Council (EUA)
BLEF	British League for European Freedom
BLF	Frente Nacional Búlgara
BLM	Movimento de Libertação Bielorrussa
BND	Bundesnachrichtendienst (República Federal da Alemanha)
BUF	União Britânica de Fascista
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia (Brasil)
CACC	Christian Anticommunist Crusade
CAL	Confederacion Anticomunista Latino-Americana
CAT	Civil Air Transport
CAUN	Associação Chinesa para as Nações Unidas
CBA	Cruzada Brasileira Anticomunista
CCA	Comité Coordinador Anticomunista

CCB	Conselho Central Bielorrusso
CEDI	Centro Europeo de Documentación e Información
CEUA	Comité de Estudiantes Universitarios Anticomunistas
CEDADE	Círculo Espanhol de Amigos da Europa
CIGP	Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos (França)
CIDC	Confederação Interamericana de Defesa do Continente
CIC	Counter-intelligence Corps-U.S. Army
CLACE	Centro Latinoamericano de Coordenação Estudantil (Brasil)
CLE	Comitê de Libertação Eslovaca
CMF	Cardinal Mindszenty Foundation
COA	Comité Obrero Anticomunista
COB	Central Operária Boliviana
CORU	Coordinación de Organizaciones Revolucionarias Unidas
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CTAL	Comitê de Trabalhadores da América Latina
DNAT	Dirección Nacional de Asuntos Técnicos (Paraguai)
EFC	European Freedom Council
EIA	Entente Internationale Anticommuniste
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
FAC	Foreign Affaris Circle (Inglaterra)
FAEDA	Federación Argentina de Entidades Democraticas Anticomunistas
FCRA	Free China Relief Agency
FBI	Federal Bureau of Investigation
FEMACO	Federación Mexicana Anticomunista de Occidente
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPA	Free Pacific Association



FPAM	Frente Popular Anticomunista do México
FSB	Falange Socialista Boliviana
GPWD	Departamento Geral de Guerra Política (Taiwan)
HOP	Movimento de Libertação Croata
HUAC	Comitê de Atividades Antiamericanas (EUA)
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Brasil)
IFVC	International Federation for Victory over Communism – Kokusai Shokyo Rengo (Japão)
IPÊS	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Brasil)
IRC	International Rescue Committee
IRD	Departamento de Pesquisa e Informação
IRO	Organização Internacional para os Refugiados
JUSMAG	Joint U.S Military Advisory Group
HAS-UWC	Associação do Espírito Santo para a Unificação do Cristianismo Mundial
KCIA	Korean Central Intelligence Agency
KCFF	Fundação Coreana pela Cultura e Liberdade
KACL	Korean Anti-Communist League
KMT	Kuomintang
LANC	Liga Apararii National Crestine (Liga Cristã-Nacional de Defesa)
LAL	Liga Anticomunista Latinoamericana
LOA	Liga Oriental Anticomunista (Uruguai)
MCRL	Movimiento Costa Rica Libre
MNR	Movimento Nacional Revolucionário
NCNC	National Captive Nations Committee (EUA)
NDH	Nezavisna Drzava Hrvatska (Estado Independente da Croácia)
NTS	Narodno-Trudovoy Soyuz (União dos Solidaristas Russos)
OAS	Organisation de l'Armée Sécrete (Fraça)
OEA	Organização dos Estados Americanos

OIPA	Organización Interamericana de Periodistas Anticomunistas (CIDC)
ONI	Escritório de Inteligência Naval (EUA)
OPC	Escritório de Coordenação Política (EUA)
OSO	Official of Special Operations (EUA)
OSS	Escritório dos Serviços Estratégicos (EUA)
OUN/B	Organização dos Nacionalistas Ucrrianos/ <i>Banderites</i>
PACOM	Philippine Anti-Communist Movement
PCC	Partido Comunista Chinês
PSD	Partido Social Democrático
PUA	Partido de Unificación Anticomunista (Guatemala)
RECE	Representación de Cuba en Exilio
RFA	República Federal da Alemanha
ROC	República da China (Taiwan)
RPCh	República Popular da China
SEATO	South-East Treaty Organization
SBNL	União das Legiões Nacionais Búlgaras
SARE	Sociedade Argentina para a Recepção de Europeus
SEI	Sociedade de Estudos Interamericanos (Brasil)
SEPES	Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Brasil)
SLEF	Scottish League for European Freedom
SMNL	<i>Soyuz na Mladezhkite Natsionalni-Legioni</i> (União das Legiões da Juventude Nacional, Bulgária)
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SOB	Comitê de Libertação Eslovaca
SSP	Partido Popular Eslovaco Hlinka
SUM	Organização da Juventude Ucrriana
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
VFF	Volksbund fur Frieden und Freiheit (Alemanha)

UAG	Universidad Autónoma de Guadalajara (México)
UCCA	Comitê Nacional das Nações Cativas
UFC	United Fruit Company
UPA	Exército Insurgente Ucrainiano
USIA	United States Information Agency
WACL	World Anticommunist League
WYACL	World Youth Anticommunist League
WRB	Conselho de Refugiados de Guerra
ZCh/OUN	Zakordonni Chastyny Orhanizatsiya Ukrayins'kykh Natsionalistiv (Unidades Estrangeiras da Organização dos Nacionalistas Ucrainianos)

**Presidentes da WACL**  
**(World Anticommunist League)**

1967-68	Ku Cheng-kang (Taiwan)
1968-69	Phan Huy Quat (Vietnã do Sul)
1969-70	General Praphan Kulapichitr (Tailândia)
1970-71	Osami Kuboki (Japão)
1971-72	Senador José J. Roy (Filipinas)
1972-74	Raimundo Guerrero (México)
1974-75	Fred Schlafly (EUA)
1975-76	Carlo Barbieri Filho (Brasil)
1976-77	Ben C. Limb (†) / General Honkon Lee (Coreia do Sul)

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Simon Petlyura, Ucrânia (1919-21) .....	103
Figura 2 - Dmytro Dontsov, Ucrânia (1883-1973) .....	108
Figura 3 - Batalhão <i>Nachtigall</i> em Lviv, Ucrânia Ocidental (1941) .....	113
Figura 4 - Caderneta do <i>Nachtigall Schutzmannschaft Battalion 201</i> .....	114
Figura 5 - Stetsko no <i>Samostiina Ukraina</i> (1941) .....	119
Figura 6 - <i>Pogrom</i> em Lviv, Ucrânia Ocidental (1941) .....	121
Figura 7 - <i>Pogrom</i> em Lviv, Ucrânia Ocidental (1941) .....	121
Figura 8 - <i>Pogrom</i> em Lviv, Ucrânia Ocidental (1941) .....	122
Figura 9 - <i>Pogrom</i> em Lviv, Ucrânia Ocidental (1941) .....	122
Figura 10 - <i>Pogrom</i> em Lviv, Ucrânia Ocidental (1941) .....	123
Figura 11 - <i>Pogrom</i> em Lviv, Ucrânia Ocidental (1941) .....	123
Figura 12 - <i>Poglavnik</i> Ante Pavelic (Croácia) .....	131
Figura 13 - Campo de extermínio de Jasenovac (Croácia) .....	133
Figura 14 - Stejpan Hefer (Croácia) .....	135
Figura 15 - Stejpan Hefer (Croácia) .....	137
Figura 16 - Templo sefardita incendiado em Bucareste (Romênia) .....	143
Figura 17 - Ion Antonescu e Horia Sima (Romênia) .....	148
Figura 18 - Capa de <i>Judaísmo na Eslováquia</i> (1940), de Ctibor Pokorny .....	152
Figura 19 - Jozef Tiso e Ferdinand Durcansky (Eslováquia) .....	153
Figura 20 - Ferdinand Durcansky, Jozef Tiso e Adolf Hitler (Eslováquia) .....	156
Figura 21 - Radislaw Ostrowski (Bielorrússia) .....	163
Figura 22 - Radislaw Ostrowski (Bielorrússia) .....	165

Figura 23 - Alfreds Berzins (Letônia) .....	178
Figura 24 - Alfreds Berzins (Letônia) .....	179
Figura 25 - Gerhard von Mende (Alemanha) .....	190
Figura 26 - Veli Kayum-Khan.....	191
Figura 27 - Veli Kayum-Khan e Ralph von Heygendorff .....	192
Figura 28 - Veli Kajum-Khan .....	194
Figura 29 - <i>Millij Turkistan</i> (National Turkistan) .....	195
Figura 30 - Hinko Alabanda (Croácia) .....	223
Figura 31 - <i>American Friends of Antibolshevist Bloc of Nations</i> (AF-ABN) .....	241
Figura 32 - Celebração dos 10 anos do ABN (Nova Iorque, 1953) .....	250
Figura 33 - Michael von Alshibaja, Veli Kajum Khan, Yaroslav Stetsko e Ctibor Pokorny .....	255
Figura 34 - Martin Artajo e Yaroskav Stetsko na Alhambra (Espanha, 1956) .....	267
Figura 35 - Manifestação do ABN e de chineses nacionalistas (Taiwan) em frente à ONU .....	269
Figura 36 - Manifestação do ABN e de chineses nacionalistas (Taiwan) em frente à ONU .....	270
Figura 37 - Lev E. Dobriansky (Estados Unidos) .....	279
Figura 38 - Selo <i>Captive Nations Week</i> .....	280
Figura 39 - Roman Shukhevych (Ucrânia) na capa da <i>ABN Correspondence</i> (1970) .....	284
Figura 40 - Roman Shukhevych (Ucrânia) na <i>ABN Correspondence</i> (1960) .....	285
Figura 41 - Roman Shukhevych (Ucrânia) na <i>ABN Correspondence</i> (1962) .....	285
Figura 42 - <i>Providnyk</i> Stepan Bandera na <i>ABN Correspondence</i> .....	288
Figura 43 - Funeral de Stepan Bandera em 1959 (Alemanha Ocidental) .....	289
Figura 44 - Stepan Bandera com delegados canadenses da OTAN .....	292
Figura 45 - I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos em 1954 (Coreia do Sul) .....	312

Figura 46 - Syngman Rhee na I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos (Coreia do Sul) .....	318
Figura 47 - Ku Cheng-kang na I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos (Coreia do Sul) .....	319
Figura 48 - Ku Cheng-kang na I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos (Coreia do Sul) .....	320
Figura 49 - Vladimir Poremsky e Ku Cheng-kang (Taiwan, 1955) .....	353
Figura 50 - Yaroslav Stetsko com prisioneiros de guerra coreanos (Taiwan, 1956) .....	359
Figura 51 - Yaroslav Stetsko (Taiwan, 1956) .....	361
Figura 52 - Yaroslav Stetsko e Ku Cheng-kang (Taiwan, 1956) .....	365
Figura 53 - Yaroslav Stetsko e Chiang Kai-shek (Taiwan, 1956) .....	365
Figura 54 - Yaroslav Stetsko, Ku Cheng-kang e Cheng Cheng (Taiwan, 1956) .....	366
Figura 55 - Charles 'Bo' Bohannon, Frank Wisner e Ramon Magsaysay (Filipinas) .....	375
Figura 56 - Ramon Magsaysay e Edward Lansdale (Filipinas) .....	376
Figura 57 - Delegados da II Conferência da APACL com Ramon Magsaysay (Filipinas, 1956) .....	381
Figura 58 - José Crisol (Filipinas, 1951) .....	383
Figura 59 - Capa do livro (1958) e do filme (1963) <i>The Ugly American</i> .....	384
Figura 60 - Edward Lansdale, John W, O'Daniel, G. Frederick Reinhardt, Ngo Dinh Diem (1955) .....	413
Figura 61 - Sede da III Conferência da APACL (Vietnã do Sul, 1957) .....	416
Figura 62 - Farkas de Kisbarnak (Hungria) e Chiang Kai-shek (Taiwan, 1957) .....	418
Figura 63 - Slava Stetsko (Ucrânia) e madame Chiang Kai-shek (Taiwan, 1957) .....	419
Figura 64 - Ngo Dinh Diem e Chiang Kai-shek (Taiwan, 1960) .....	427
Figura 65 - Ngo Dinh Diem e Ku Cheng-kang (Taiwan, 1960) .....	427
Figura 66 - C. A. Osborne, Ku Cheng-kang e Pao Hua Kuo na III Conferência da APACL .....	432
Figura 67 - Karkas de Kisbarnak, Slava e Yaroslav Stesko na III Conferência da APACL .....	438
Figura 68 - Delegação vietnamita na III Conferência da APACL .....	443

Figura 69 - <i>The Terrible Inspection</i> (1947), xilogravura de Huang Rong-can .....	455
Figura 70 - Autorretrato e cadáver de Huang Rong-can (Taiwan) .....	455
Figura 71 - Chiang Ching-kuo e Wang Sheng (Taiwan) .....	464
Figura 72 - Ray S. Cline (CIA) e Chiang Ching-kuo (Taiwan) .....	465
Figura 73 - Wang Sheng na <i>Fu Hsing Kang</i> (Taiwan, 1956) .....	465
Figura 74 - Alfredo Stroessner, Lee Shi-lin e Wang Sheng (Paraguai) .....	467
Figura 75 - Oudone Sananikone (Laos) e Ku Cheng-kang (Taiwan, 1959) .....	490
Figura 76 - Lionel Sisniega Otero e Mario López Villatoro (Guatemala, 1954) .....	514
Figura 77 - <i>Gloriosa Victoria</i> (1954), de Diego Rivera .....	520
Figura 78 - Diego Rivera e Frida Khalo (México, 1954) .....	521
Figura 79 - Castillo Armas e Richard Nixon (Guatemala, 1954) .....	526
Figura 80 - Caricatura de Alfonso Uribe Misas (Colômbia, 1942) .....	569
Figura 81 - Carlos Penna Botto (Brasil) .....	623
Figura 82 - Joaquim Miguel Ferreira Vieira, vulgo Joaquim “Metralha” (Brasil) .....	625
Figura 83 - Panfleto da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) .....	630
Figura 84 - II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina (Brasil, 1955) .....	636
Figura 85 - II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina (Brasil, 1955) .....	637
Figura 86 - Panfleto da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) .....	639
Figura 87 - Panfleto da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) .....	640
Figura 88 - Panfleto da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) .....	641
Figura 89 - Jorge Prieto Laurens e Carlos Penna Botto (Brasil, 1955) .....	646
Figura 90 – <i>El Libro Negro del Comunismo em Guatemala</i> (1955) .....	648
Figura 91 - Arturo Amaya Alvarez, Frente Popular Anti-Comunista do México (FPAM) .....	652

Figura 92 - Delegados de El Salvador, Honduras e República Dominicana .....	653
Figura 93 - Luis Coronado Lira (Guatemala) .....	654
Figura 94 - Aurelio A. López W. (Panamá) .....	655
Figura 95 - Delegação da Bolívia (Brasil, 1955) .....	656
Figura 96 - Delegação do Paraguai (Brasil, 1955) .....	658
Figura 97 - “Delegados dos países escravizados atrás da Cortina de Ferro” (Brasil, 1955) .....	659
Figura 98 - Baquero de la Calle (Equador) no II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	659
Figura 99 - Pancrácio Dutra no II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	660
Figura 100 - José Luzay (Albânia) no II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	662
Figura 101 - Jorge Prieto Laurens (México) no II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	669
Figura 102 - Ernesto de la Fe (Cuba) no II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	671
Figura 103 - Raúl Marin Balmaseda e Sergio Fernández Larraín, do Chile, no II Congresso da CIDC .....	673
Figura 104 - Andrés de Cicco (Argentina) e Eudocio Ravines (Peru) no II Congresso da CIDC .....	674
Figura 105 - Vjekoslav Vrancic (Croácia) .....	676
Figura 106 - Vjekoslav Vrancic no II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	677
Figura 107 – Cartaz do II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	680
Figura 108 - Shen Chin-Ting (Taiwan) no II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	682
Figura 109 – Membros da Comissão Permanente do II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	687
Figura 110 - Ku Cheng-kang, Penna Botto e Prieto Laurens no III Congresso da CIDC (Peru, 1957) .....	691
Figura 111 – Delegação argentina no II Congresso da CIDC (Brasil, 1955) .....	707
Figura 112 - Ku Cheng-kang no III Congresso da CIDC (Peru, 1957) .....	709
Figura 113 - Ku Cheng-kang no III Congresso da CIDC (Peru, 1957) .....	711
Figura 114 - Penna Botto, Prieto Laurens e Yaroslav Stetsko (Alemanha Ocidental, 1957) .....	718



Figura 115 - Penna Botto, Prieto Laurens, Stetsko e Durcansky (Alemanha Ocidental, 1957) .....	719
Figura 116 - Slava Stetsko e Prieto Laurens (Alemanha Ocidental, 1957) .....	720
Figura 117 - Jorge Prieto Laurens na <i>ABN Correspondence</i> (1957) .....	724
Figura 118 - Penna Botto, Prieto Laurens, Ku Cheng-kang e Pao Hua-Kuo (Taiwan, 1957) .....	738
Figura 119 - Penna Botto e Ku Cheng-kang (Taiwan, 1957) .....	739
Figura 120 - Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista (México, 1958) .....	760
Figura 121 - Membros do <i>Presidium</i> da Conferência Preparatória (México, 1958) .....	783
Figura 122 - Miguel Ydígoras Fuentes no IV Congresso da CIDC (Guatemala, 1958) .....	787
Figura 123 - Delegações do IV Congresso da CIDC (Guatemala, 1958) .....	789
Figura 124 - Delegação do Equador no IV Congresso da CIDC (Guatemala, 1958) .....	791
Figura 125 - Delegação de Israel no IV Congresso da CIDC (Guatemala, 1958) .....	792
Figura 126 - Germán Borregales e Mariano Rossell y Arellano no IV Congresso da CIDC .....	793
Figura 127 - Prieto Laurens e Penna Botto no IV Congresso da CIDC (Guatemala, 1958) .....	794
Figura 128 - Delegação do Brasil no IV Congresso da CIDC (Guatemala, 1958) .....	795
Figura 129 - Comissão de Trabalho do no IV Congresso da CIDC (Guatemala, 1958) .....	799
Figura 130 - Yaroslav Stetsko e os embaixadores do Haiti e Taiwan no IV Congresso da CIDC .....	810
Figura 131 - Stetsko, Penna Botto, Prieto Laurens e Ernesto de la Fé no IV Congresso da CIDC .....	814
Figura 132 - Fulgencio Batista e Ernesto de la Fe (Cuba) .....	817
Figura 133 - Syngman Rhee e Ku Cheng-kang na V Conferência da APACL (Coreia do Sul, 1959) .....	864
Figura 134 - Syngman Rhee e Ku Cheng-kang na V Conferência da APACL (Coreia do Sul, 1959) .....	867
Figura 135 - Delegados da VI Conferência da APACL (Taiwan, 1960) .....	874
Figura 136 - Chiang Kai-shek e delegados VI Conferência da APACL (Taiwan, 1960) .....	875
Figura 137 - Ku Cheng-kang e Ramon Bagatsing na VII Conferência da APACL (Filipinas, 1961).....	888

Figura 138 - Auditório da VII Conferência da APACL (Filipinas, 1961) .....	890
Figura 139 - Raymond J. de Jagher, Vaclovas Sidzikanskas, Slava e Yaroslav Stetsko .....	891
Figura 140 - Juitsu Kitaoka (Japão) na sede do ABN (Alemanha Ocidental, 1961) .....	900
Figura 141 - Nobusuke Kishi em Manchukuo, Manchúria, China (1938) .....	905
Figura 142 - Hideki Tojo e Nobusuke Kishi (Japão, 1941) .....	908
Figura 143 - Hideki Tojo, Nobusuke Kishi, Ryoichi Sasakawa e Yoshio Kodama (Japão, 1946) .....	913
Figura 144 - Dwight Eisenhower e Nobusuke Kishi (Estados Unidos, 1960) .....	932
Figura 145 - Manifestações do <i>Anpo Joyaku Kaitei Soshio Kokumin Kaigi</i> (Japão, 1960) .....	934
Figura 146 - Manifestações <i>Anpo Joyaku Kaitei Soshio Kokumin Kaigi</i> (Japão, 1960) .....	934
Figura 147 - Abertura da VIII Conferência da APACL (Japão, 1962) .....	937
Figura 148 - Nobusuke Kishi presidindo a VIII Conferência da APACL (Japão, 1962) .....	938
Figura 149 - Slava e Yaroslav Stetsko na VIII Conferência da APACL (Japão, 1962) .....	943
Figura 150 - Madame Yoshiko Kishi, Slava Stetsko e Suzanne Labin (Japão, 1962) .....	944
Figura 151 - Ku Cheng-kang e Alfred Gielen na VIII Conferência da APACL (Japão, 1962) .....	945
Figura 152 - Auditório da IX Conferência da APACL (Vietnã do Sul, 1963) .....	947
Figura 153 - Ngo Dinh Diem, Slava Stetsko e Michael de Alschibaja (Vietnã do Sul, 1963) .....	948
Figura 154 - Fethi Tevetoglu (Turquia) e Vaclovas Sidzikauskas (Lituânia) em Taiwan (1963) .....	952
Figura 155 - Sede da X Conferência da APACL (Taiwan, 1964) .....	957
Figura 156 - Chiang Kai-shek e Ku Cheng-kang na X Conferência da APACL (Taiwan, 1964) .....	958
Figura 157 - Auditório da X Conferência da APACL (Taiwan, 1964) .....	959
Figura 158 - Richard Nixon e Ku Cheng-kang na X Conferência da APACL (Taiwan, 1964) .....	961
Figura 159 - Chiang Kai-shek e Yaroslav Stetsko (Taiwan, 1964) .....	965
Figura 160 - Richard Nixon, Lev Dobriensky, Vasil Germenji e David Rowe (Taiwan, 1964) .....	966

Figura 161 - David Rowe, Lajos Katona, Vasil Germenji e Slava e Yaroslav Stetsko (Taiwan, 1964) .....	966
Figura 162 - F. Tevetoglu, V. Thamavit e M. Brelvi na X Conferência da APACL (Tawan, 1964) .....	967
Figura 163 - Delegados da Coreia do Sul na X Conferência da APACL (Taiwan, 1964) .....	967
Figura 164 - Alfred Gielen, Ku Cheng-kang, Slava e Yaroslav Stetsko (Taiwan, 1964) .....	970
Figura 165 - Ku Cheng-kang, R. Bagtsing, T. Khoman, T. Villareal e Rufino Santos (Filipinas, 1965)...	973
Figura 166 - Delegados da XI Conferência da APACL (Filipinas, 1965) .....	976
Figura 167 - Delegados da XI Conferência da APACL (Filipinas, 1965) .....	976
Figura 168 - Yaroslav Stetsko e <i>Presidium</i> da XI Conferência da APACL (Filipinas, 1965) .....	977
Figura 169 - Auditório da XI Conferência da APACL (Filipinas, 1965) .....	978
Figura 170 - Auditório da XI Conferência da APACL (Filipinas, 1965) .....	979
Figura 171 - Cartaz da APACL .....	981
Figura 172 - Park Chung Hee e delegados da XII Conferência da APACL (Coreia do Sul, 1966) .....	984
Figura 173 - Delegados da XII Conferência da APACL (Coreia do Sul, 1966) .....	985
Figura 174 - Delegados da XII Conferência da APACL (Coreia do Sul, 1966) .....	987
Figura 175 - Delegados da XII Conferência da APACL (Coreia do Sul, 1966) .....	989
Figura 176 - Auditório da XII Conferência da APACL (Coreia do Sul, 1966) .....	989
Figura 177 - Local de inauguração da I Conferência da WACL (Taiwan, 1967) .....	1000
Figura 178 - Local das sessões da I Conferência da WACL (Taiwan, 1967) .....	1001
Figura 179 - Auditório da I Conferência da WACL (Taiwan, 1967) .....	1001
Figura 180 - Ku Cheng na I Conferência da Liga Mundial Anticomunista (Taiwan, 1967) .....	1002
Figura 181 - Chiang Kai-shek na I Conferência da Liga Mundial Anticomunista (Taiwan, 1967) .....	1006
Figura 182 - Abertura da I Conferência da Liga Mundial Anticomunista (Taiwan, 1967) .....	1008
Figura 183 - Desfile militar na I Conferência da Liga Mundial Anticomunista (Taiwan, 1967) .....	1024

Figura 184 - Desfile militar na I Conferência da Liga Mundial Anticomunista (Taiwan, 1967) .....	1025
Figura 185 - Madame Chiang Kai-shek com delegadas da I Conferência da WACL (Taiwan, 1967) .....	1027
Figura 186 - Delegados da I Conferência da WACL (Taiwan, 1967) .....	1030
Figura 187 - Delegados da I Conferência da WACL (Taiwan, 1967) .....	1030
Figura 188 - Delegados da I Conferência da WACL (Taiwan, 1967) .....	1031
Figura 189 - Delegados da I Conferência da WACL (Taiwan, 1967) .....	1032
Figura 190 - Delegados da I Conferência da WACL (Taiwan, 1967) .....	1033
Figura 191 - <i>Das Rotbuch uber Spanien (Livro Vermelho da Espanha, 1937)</i> , de Alfred Gielen .....	1052
Figura 192 - Conselho Executivo da WACL (1968) .....	1070
Figura 193 - Nguyen Van Thieu na abertura da II Conferência da WACL (Vietnã do Sul, 1968) .....	1074
Figura 194 - Capa da <i>Asian Outlook</i> retratando a II Conferência da WACL (Vietnã do Sul, 1968) .....	1075
Figura 195 - Slava e Yaroslav Stetsko com Nguyen Van Thieu (Vietnã do Sul, 1968) .....	1077
Figura 196 - Nguyen Van Thieu com delegados da II Conferência da WACL (Vietnã do Sul, 1968) .....	1077
Figura 197 - Ku Cheng-kang, Van Thieu, Penna Botto e outros delegados (Vietnã do Sul, 1968) .....	1078
Figura 198 - Phan Huy Quat, Nguyen Van Thieu e Ku Cheng-kang (Vietnã do Sul, 1968) .....	1083
Figura 199 - II Conferência da WACL (Vietnã do Sul, 1968) .....	1091
Figura 200 - Auditório da II Conferência da WACL (Vietnã do Sul, 1968) .....	1091
Figura 201 - Apeles E. Marquez (Argentina), Parviz Kazemi (Irã) e Lee Eung-joon (Coreia do Sul) .....	1098
Figura 202 - Paul Felicien Vanuxem (França) na III Conferência da WACL (Tailândia, 1969) .....	1101
Figura 203 - Alfred Gielen e Theodor Oberlander na III Conferência da WACL (Tailândia, 1969) .....	1101
Figura 204 - Yaroslav Stetsko e Praphan Kulapichitr na III Conferência da WACL (Tailândia, 1969) ...	1102
Figura 205 - Thanom Kittikachorn e <i>Presidium</i> da III Conferência da WACL (Tailândia, 1969) .....	1102
Figura 206 - Thanom Kittikachorn e <i>Presidium</i> da III Conferência da WACL (Tailândia, 1969) .....	1103

Figura 207 - <i>Presidium</i> da III Conferência da WACL (Tailândia, 1969) .....	1104
Figura 208 - Theodor Oberlander, Parvis Kazemi, Slava e Yaroslav Stesko (Taiwan, 1969) .....	1109
Figura 209 - Delegados da III Conferência da WACL (Tailândia, 1969) .....	1110
Figura 210 - Auditório da IV Conferência da WACL (Japão, 1970) .....	1128
Figura 211 - Apresentação musical na IV Conferência da WACL (Japão, 1970) .....	1129
Figura 212 - Auditório da IV Conferência da WACL (Japão, 1970) .....	1130
Figura 213 - Auditório da IV Conferência da WACL (Japão, 1970) .....	1135
Figura 214 - Jose Ma. Hernandez, Osami Kuboki e Ku Cheng-kang na IV Conferência da WACL .....	1140
Figura 215 - Juanita Castro na IV Conferência da WACL (Japão, 1970) .....	1141
Figura 216 - Juanita Castro, Lee Eung-joon, Suzanne Labin, Strom Thurmond e Ku Cheng-kang .....	1148
Figura 217 - Strom Thurmond, Juanita Castro e Ryoichi Sasakawa (Japão, 1970) .....	1151
Figura 218 - Osami Kuboki e Park Chung-hee (Coreia do Sul, 1970) .....	1156
Figura 219 - Ryoichi Sasakawa e Ku Cheng-kang (Taiwan, 1970) .....	1164
Figura 220 - Conselho Executivo da Liga na V Conferência da WACL (Filipinas, 1971) .....	1167
Figura 221 - Ferdinando Marcos e <i>Presidium</i> da V Conferência da WACL (Filipinas, 1971) .....	1170
Figura 222 - Delegados no <i>Freedom Rally</i> da V Conferência da WACL (Filipinas, 1971) .....	1172
Figura 223 - Ferdinando Marcos e <i>Presidium</i> da V Conferência da WACL (Filipinas, 1971) .....	1177
Figura 224 - Delegação da Tradição, Família e Propriedade (TFP) na V Conferência da WACL .....	1194
Figura 225 - Ramon D. Bagatsing (Filipinas) na capa da <i>ABN Correspondence</i> (1971) .....	1201
Figura 226 - Capa de <i>La Revista de Réplica</i> (Miami, EUA, 1972) .....	1244
Figura 227 - Andrés Nazario Sargen e Humberto Dávalos H., da Alpha 66, em <i>La Revista de Réplica</i> ..	1252
Figura 228 - <i>Congreso Regional Anticomunista de Occidente</i> , Guadalajara, México (1967) .....	1259
Figura 229 - Jorge Prieto Laurens, Raimundo Guerrero e Rafael Rodriguez Lopez (México, 1967) .....	1261

Figura 230 - Raimundo Guerrero no Congresso Regional da FEMACO (México, 1967) .....	1264
Figura 231 - Jorge Prieto Laurens no Congresso Regional da FEMACO (México, 1967) .....	1268
Figura 232 - Rafael Rodriguez no Congresso Regional da FEMACO (México, 1967) .....	1276
Figura 233 - Ku Cheng-kang e Raimundo Guerrero na VI Conferência da WACL (México, 1972) .....	1315
Figura 234 - <i>Presidium</i> da VI Conferência da WACL (México, 1972) .....	1317
Figura 235 - Ku Cheng-kang na VI Conferência da WACL (México, 1972) .....	1320
Figura 236 - Temário da VI Conferência da WACL (México, 1972) .....	1331
Figura 237 - <i>WACL Held!</i> , capa da revista <i>The Rising Tide</i> (1972) .....	1334
Figura 238 - Osami Kuboki e Raimundo Guerrero com delegados da VI Conferência da WACL .....	1334
Figura 239 - Stjepan Hefer, Yaroslav Stetsko e Nicolas Nazarenko na VI Conferência da WACL .....	1339
Figura 240 - Delegados da IV Conferência da <i>World Youth Anticommunist League</i> (México, 1972) .....	1341
Figura 241 - Relatório (1972) de Elias Jorge Tambur ao Presidente da SEPES Alfredo Weizflog .....	1351
Figura 242 - Membros do Centro Latino-americano de Coordenação Estudantil (CLACE) .....	1403
Figura 243 - <i>Alvorada</i> , revista do Centro Latino-americano de Coordenação Estudantil (CLACE) .....	1405
Figura 244 - Organograma da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES) .....	1412
Figura 245 - II Congresso da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) no Brasil (1974) ..	1439
Figura 246 - Angel Fernández Herrera (Equador) no II Congresso da CAL-Pública (Brasil, 1974) .....	1448
Figura 247 - Proença Sigaud, Barbieri Filho, Raimundo Guerrero e Rafael Rodriguez (Brasil, 1974) .....	1455
Figura 248 - Cardeal Geraldo de Proença Sigaud no II Congresso da CAL-Pública (Brasil, 1974) .....	1461
Figura 249 - Capa da revista <i>Réplica</i> da FEMACO (1978) .....	1462
Figura 250 - SEPES Boletim, edição de Novembro de 1974 .....	1474
Figura 251 - Antonio Campos Alum e Juan Manuel Frutos no II Congresso da CAL-Pública .....	1488
Figura 252 - Manuscritos de Antonio Campos Alum do II Congresso da CAL-Pública (Brasil, 1974) ....	1490

Figura 253 - Manuscritos de Antonio Campos Alum do II Congresso da CAL-Pública (Brasil, 1974) ....	1491
Figura 254 - Manuscritos de Antonio Campos Alum do II Congresso da CAL-Pública (Brasil, 1974) ...	1496
Figura 255 - Criação do <i>American Council for World Freedom</i> (ACWF) em 1970 (EUA) .....	1511
Figura 256 - Lee Edwards (ACWF) e Ku Cheng-kang em reunião da WACL na Inglaterra (1973) .....	1515
Figura 257 - Ku Cheng-kang, Raimundo Guerrero e Geoffrey Stuart-Smith (Inglaterra, 1973) .....	1518
Figura 258 - <i>Presidium</i> da VII Conferência da WACL (EUA, 1974) .....	1525
Figura 259 - Reverendo Raymond J. de Jaegher na VII Conferência da WACL (EUA, 1974) .....	1530
Figura 260 - Delegados da VII Conferência da WACL (EUA, 1974) .....	1531
Figura 261 - Delegados da VII Conferência da WACL (EUA, 1974) .....	1535
Figura 262 - Delegados da VII Conferência da WACL (EUA, 1974) .....	1536
Figura 263 - Delegados da VII Conferência da WACL (EUA, 1974) .....	1538
Figura 264 - Ku Cheng-kang, Thomas A. Lane e Fred Schlafly na VII Conferência da WACL (1974) ...	1541
Figura 265 - Yaroslav Stetsko na VII Conferência da WACL .....	1548
Figura 266 - General Anastasio Somoza Debayle na VII Conferência da WACL (EUA, 1974) .....	1556
Figura 267 - Delegados na VII Conferência da WACL (EUA, 1974) .....	1560
Figura 268 - IV Conferência da WACL na capa da <i>The Rising Tide</i> (EUA, 1974) .....	1567
Figura 269 - Capa antissemita da <i>Réplica</i> reproduzida e criticada pela <i>The Rising Tide</i> (EUA, 1974) .....	1570
Figura 270 - Phyllis e Fred Schlafly, Ku Cheng-kang e madame Chiang Kai-shek (Taiwan, 1974) .....	1594
Figura 271 - Phyllis e Fred Schlafly, Ku Cheng-kang e madame Chiang Kai-shek (Taiwan, 1974) .....	1595
Figura 272 - A. Campos Alum, Rafael Rodriguez, Ku Cheng-kang e C. Barbieri Filho (Taiwan, 1974) ..	1596
Figura 273 - Rafael Rodriguez (FEMACO/CAL) discursando no Dia da Liberdade (Taiwan, 1974) .....	1597
Figura 274 - Comemoração do Dia da Liberdade (Taiwan, 1974) .....	1597
Figura 275 - Fred Schlafly, Woo Jae-Seung, Ku Cheng-kang e Carlo Barbieri Filho (Brasil, 1974) .....	1675

Figura 276 - Reunião do Conselho Executivo da WACL em dezembro de 1974 (Brasil) .....	1682
Figura 277 - Carlo Barbieri Filho (WACL-Brasil) no <i>World Freedom Day Rally</i> (Taiwan, 1975) .....	1695
Figura 278 - Osami Kuboki (WACL-Japão) no <i>Captive Nations Week Rally</i> (Taiwan, 1975) .....	1696
Figura 279 - <i>Sun Yat-sen Memorial Hall</i> nas comemorações do <i>Captive Nations Week Rally</i> .....	1697
Figura 280 - Leone da Silveira Lee na <i>11th WACL Pre-Conference Board Meeting</i> (EUA, 1977).....	1698
Figura 281 - Barbieri Filho e Walter Judd (ACWF) na VIII Conferência da WACL (Brasil, 1975) .....	1707
Figura 282 – Alfredo Buzaid, Augusto Rademaker e delegados da VIII Conferência da WACL .....	1718
Figura 283 - Alfredo Buzaid discursando na VIII Conferência da WACL (Brasil, 1975) .....	1722
Figura 284 - Ku Cheng-kang e militares brasileiros na VIII Conferência da WACL (Brasil, 1975) .....	1728
Figura 285 - Delegados da VIII Conferência da WACL (Brasil, 1975) .....	1731
Figura 286 - Slava e Yaroslav Stetsko na VIII Conferência da WACL (Brasil, 1975) .....	1744
Figura 287 - Carlo Barbieri Filho discursando na VIII Conferência da WACL (Brasil, 1975) .....	1751
Figura 288 - Ku Cheng-kang discursando na VIII Conferência da WACL (Brasil, 1975) .....	1756
Figura 289 - Discurso de Ivahir Freitas Garcia (DOPS-SP/ARENA) na VIII Conferência da WACL ....	1777
Figura 290 - Dimitri Kasmowich (Bielorrússia) .....	1779
Figura 291 - Discurso de Dimitri Kasmowich na VIII Conferência da WACL (Brasil, 1975) .....	1780
Figura 292 - Tese <i>La Doctrina de la Anti-Subversion</i> (SEPES-RJ) na VIII Conferência da WACL .....	1854
Figura 293 - Pedro Espinoza Bravo (DINA) e Gerardo Roa na VIII Conferência da WACL (1975) .....	1858
Figura 294 - Militares brasileiros condecorando Carlo Barbieri Filho (SEPES, WACL-Brasil) .....	1873
Figura 295 - Militares brasileiros condecorando Carlo Barbieri Filho (SEPES, WACL-Brasil) .....	1876
Figura 296 - Telegrama do MRE à Embaixada do Brasil em Jidá (Arábia Saudita, 1975) .....	1886
Figura 297 - Carlo Barbieri Filho (Presidente da SEPES) e Augusto Ugarte Pinochet (Chile, 1975) .....	1894
Figura 298 - Carlo Barbieri Filho, E. Z. Romualdez, Larry McDonald e Roger Pearson (EUA, 1975) ....	1896



Figura 299 - Telegrama do MRE ao Consulado do Brasil em Munique (Alemanha Ocidental, 1975) .....	1902
Figura 300 - Barbieri Filho, Ana Maria Stuvan e Stetsko no túmulo de Stepan Bandera (RFA, 1976) ....	1906
Figura 301 - Phan Huy Quat na capa da <i>ABN Correspondence</i> (1976) .....	1911
Figura 302 - Carlo Barbieri Filho (Presidente da SEPES) e Alfredo Stroessner (Paraguai, 1975) .....	1921
Figura 303 - Organograma da Academia de Guerra Política ( <i>Fu Hsing Kang College</i> ) de Taiwan .....	1936
Figura 304 - Diplomatas assassinados na explosão da Embaixada de Cuba em Portugal (1976) .....	1943
Figura 305 - Integrantes da Diretoria e do Conselho Consultivo da SEPES (biênio 1976-77) .....	1961
Figura 306 - Barbieri Filho (SEPES), Jorge Boaventura (SEPES) com Stroessner no Paraguai (1975) ...	1973
Figura 307 - Barbieri Filho e Ana Maria Stuvan na IX Conferência da WACL (Coreia do Sul, 1976) .....	1978
Figura 308 - Antonio Campos Alum, Rafael Rodriguez e Ben C. Limb na IX Conferência da WACL ....	1994
Figura 309 - Ficha de Prisão de Martín Almada (Paraguai, 1974) .....	2036
Figura 310 - Martín Almada no museu <i>Memoria y Verdad sobre el Stronismo</i> (MEVES) .....	2037
Figura 311 - <i>Sistema de Coordinacion Condor</i> (Chile, 1975) .....	2087
Figura 312 - Mecânica de Consulta do Sistema Condor (Chile, 1975) .....	2087
Figuras 313 - Flavio de Marco, observador do CIE na fundação da Operação Condor (Chile, 1975) .....	2103

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>46</b>
<b>PARTE I. A GÊNESE REMOTA DA LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA .....</b>	<b>89</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O Bloco Antibolchevique de Nações (ABN): destruir e balcanizar a URSS, “prisão dos povos” (tiurma narodiv).....</b>	<b>91</b>
1.1. A “pré-história” do ABN: um “poço sem fundo” de colaboradores nazistas.....	94
1.1.1. Organização dos Nacionalistas Ucrânicos (OUN/B): o Providnyk Stepan Bandera e seu lugar-tenente Yaroslav Stetsko.....	101
1.1.1.1 Estado “independente” da Ucrânia (1941): o Providnyk Bandera e seu primeiro-ministro Stetsko .....	115
1.1.2. A “SS” (⚡) croata e seu “Führer”: o Estado-milícia Ustaša e seu Poglavnik Ante Pavelic ..	127
1.1.3. Guarda de Ferro romena: o “catolicismo fascista” de Codreanu e os legionários de Horia Sima .....	138
1.1.4. Da Guarda Hlinka à ditadura de J. Tiso, monsenhor de Hitler: os irmãos Durcansky da Eslováquia .....	150
1.1.5. Conselho Central Bielorrusso (CCB), o Estado-milícia da SS (⚡) dirigido por Radislaw Ostrovinsky .....	161
1.1.6. Um militar “exemplar”, de Miklós Horthy à Cruz Flechada húngara: Ferenc Farkas Kisbarnaki .....	169
1.1.7. Da milícia Aizsargi à ditadura de Ulmanis na Letônia: Alfreds Berzins, um SS-letão.....	176
1.1.8. A União das Legiões Nacionais Búlgaras (SBNL) de Ivan Docheff, “um notório nazista búlgaro” .....	183
1.1.9. Veli Kayum e Gerhard von Mende, o uzbeque e o turcologista do Ostministerium de Rosenberg.....	188
1.2. A gênese nazista e o primeiro desenvolvimento do ABN .....	196
1.2.1. Ucrânia, 1943: a Conferência da Frente Antibolchevique das “Nações Subjugadas” em Žytomyr.....	198
1.2.2. ABN, 1946: um ativo protonazista do Ostministerium reativado pelo MI6 britânico .....	202
1.2.3. Escócia, 1950: o Congresso do ABN em Edimburgo .....	209
1.2.4. Guerra Fria = III Guerra Mundial: a complexa relação do ABN com os serviços secretos ocidentais.....	221
1.2.5. A globalização do ABN: novas redes e conexões anticomunistas .....	239
1.2.5.1 EUA, 1951: os Amigos Americanos do Bloco Antibolchevique de Nações (AF-ABN) ..	240
1.2.5.2 Inglaterra, 1952: Conferência do ABN .....	243
1.2.5.3 Alemanha Ocidental, 1953: Reunião Plenária do ABN .....	244
1.2.5.4 Canadá, 1953: Conferência do ABN.....	246

1.2.5.5. EUA, 1953: a “celebração” dos 10 anos do ABN e seus novos “amigos asiáticos” .....	249
1.2.5.6. Alemanha Ocidental, 1954: o III Congresso do ABN.....	254
1.2.5.7. Espanha, 1955-56: o presidente do ABN Yaroslav Stetsko com o generalíssimo Francisco Franco.....	256
1.2.5.8. Taiwan, 1955: o presidente do ABN Yaroslav Stetsko com o generalíssimo Chiang Kai-shek .....	268
1.2.5.9. EUA, 1959, o ABN “conquista a América”: novos “amigos” e a Resolução das “Nações Cativas” .....	273
1.1.2.6. Culto e vida após a morte dos “pequenos Fuheres” da Europa Oriental: Providnyk ucraniano, Poglavnik croata, Căpitanul romeno, Vodca croata e outros “heróis nacionais” .....	283
1.2.7. Rumo à “Estação Taiwan”: o Pacific Destiny do ABN .....	296
<b>CAPÍTULO 2 - A Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL): “fruto maduro” das contrarrevoluções chinesa, coreana, filipina, vietnamita, japonesa etc.....</b>	<b>301</b>
2.1. A gênese da APACL (亞洲人民反共聯盟) e sua primeira internacionalização .....	301
2.2. Coreia do Sul, 1954: a APACL surge da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos .....	304
2.2.1. Quem-é-quem na I Conferência Anticomunista de Chinhae, uma anti-Conferência de Genebra .....	309
2.2.2. O imperativo de Syngman Rhee, presidente da Coreia do Sul: organizar a cruzada anticomunista .....	313
2.2.3. Principais discursos .....	318
2.2.4. Organizando o movimento: Ku Cheng-kang, preposto do generalíssimo Chiang Kai-shek... 323	
2.2.5. O primeiro esboço da União Anticomunista dos Povos da Ásia.....	325
2.2.6. Preâmbulo e Princípios da Organização da APACL: o “Manifesto Anticomunista” de 1954	328
2.3. A contrarrevolução chinesa e o “Capítulo” taiwanês da APACL .....	331
2.3.1. A APACL-Taiwan como política de Estado: veículo da guerra política do Kuomintang.....	333
2.3.2. Taiwan, 1955: a “querela japonesa” implode a II Conferência da APACL .....	336
2.3.3. A guerra política do KMT e a longa gestação de uma “Internacional Anticomunista” .....	340
2.3.4. O KMT e o uso antissoviético de arqui-inimigos: a Aliança Solidarista Russa (NTS) e o ABN .....	345
2.1.3.5. 1955, o Acordo ABN/APACLROC: guerra psicológica e a futura Liga Mundial Anticomunista .....	355
2.3.6. A APACL-Taiwan anuncia seus “amigos” da América Latina e a Liga Mundial Anticomunista .....	368
2.4. Filipinas, 1956: a II Conferência da APACL .....	370
2.4.1. Contrarrevolução filipina: o presidente Ramon Magsaysay e o ugly American Ed Lansdale (CIA) .....	372

2.4.2. Quem-é-quem.....	379
2.4.3. Principais discursos .....	380
2.4.4. Os Workshops .....	393
2.4.5. Resoluções, Declaração, Programa de Ação e Carta da APACL.....	396
2.5. Vietnã do Sul, 1957: a III Conferência da APACL.....	409
2.5.1. Contrarrevolução vietnamita: o presidente Ngo Dinh Diem e o ugly American Ed Lansdale (CIA) .....	409
2.5.2. Quem-é-quem.....	415
2.5.3. Principais oradores asiáticos .....	419
2.5.4. ABN e NTS: presentes!.....	431
2.5.5. O estabelecimento do Secretariado Permanente da APACL em Saigon.....	443
2.6. Gênese, evolver e estrutura da guerra política de Taiwan.....	444
2.6.1. A instauração da ditadura militar do generalíssimo Chiang Kai-shek .....	445
2.6.2. A Blue Shirt Society do generalíssimo Chiang Kai-shek: “fascismo confucionista”?.....	450
2.6.3. Ocupação de Formosa e massacre dos nativos: o nascimento da Taiwan do generalísismo...453	
2.6.4. Departamento Geral e Academia de Guerra Política: a ideologia anticomunista do KMT.....	458
2.6.4.1 Wang Sheng: o teórico militar da guerra política taiwanesa.....	467
2.6.5. Operation Paper e os narcovínculos de Taiwan: CIA, KMT e APACLROC.....	482
2.1.6.6. Os “amigos” americanos ocultos da APACL.....	491
<b>CAPÍTULO 3 - A Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC): os Congressos Contra a Intervenção Soviética na América Latina e suas conexões anticomunistas globais (1954-58) .....</b>	<b>500</b>
3.1. Guatemala, 1954: a Operação PBSUCCESS da CIA e o golpe de Estado contra Jacobo Arbenz.....	503
3.2. México, 1954: a CIA organiza o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina .....	529
3.2.1. Quem-é-quem e debates .....	541
3.2.2. Compondo a Comissão Permanente do I Congresso.....	600
3.2.3. O balanço da CIA sobre o I Congresso de 1954 .....	608
3.2.4. Rumo à primeira “Internacional Anticomunista” da América Latina .....	612
3.3. Brasil, 1955: o II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina cria a Conferência Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) .....	616
3.3.1. Do integralismo à Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA): o almirante Carlos Penna Botto .....	617
3.3.2. Os “amigos americanos” do almirante Penna Botto: CIA e USIA.....	627
3.3.3. O II Congresso cria a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) .....	643

3.3.4. O II Congresso saúda o Libro Negro del Comunismo en Guatemala .....	646
3.3.5. Quem-é-quem, debates e propostas.....	650
3.3.6. A globalização da CIDC: novas redes e conexões anticomunistas .....	679
3.3.7. A proposta da APACL para o II Congresso: “Por uma Liga Mundial Anticomunista” .....	682
3.4. Peru, 1957: o III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina.....	687
3.4.1. Quem-é-quem, debates e propostas.....	688
3.4.2. O presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang: “Por uma Liga Mundial Anticomunista”	708
3.5. Organizando a Cruzada mundial anticomunista: as viagens extracontinentais da CIDC.....	712
3.5.1. Frankfurt, 1957: a CIDC na IX Conferência Possev dos solidaristas russos (NTS) .....	712
3.5.2. Munique, 1957: o Acordo CIDC-ABN .....	716
3.5.3. Taipei, 1957: o “giro asiático” da CIDC e seu Acordo com a APACL-Taiwan .....	728
3.6. México, 1958: a Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista .....	739
3.6.1. Os princípios do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação .....	746
3.6.2. Declaração Política e Agenda para o Congresso Mundial Anticomunista.....	750
3.6.3. Euforia e renúncia de Marvin Liebman: antissemitas no internacionalismo anticomunista ...	761
3.6.4. O “amigo” nazista Alfred Gielen: do Anti-Komintern ao Comitê Internacional de Informação e Ação Social (CIAS).....	770
3.6.5. O ABN comemora o alijamento dos solidaristas russos (NTS) .....	777
3.6.6. Mas, afinal, quem pagou a conta? .....	781
3.7. Guatemala, 1958: o IV Congresso Continental Anticomunista da CIDC .....	784
3.7.1. Quem-foi-quem, debates e propostas .....	790
3.7.2. Um Centro Interamericano de Informação Anticomunista: vigiar e punir “subversivos” .....	810
3.8. Problemas à vista: a Revolução Cubana de 1959 prende os dirigentes da CIDC-Cuba.....	815
3.9. O fim dos Congressos da CIDC: um projeto “irrealizado” de vigiar e exterminar os comunistas? .....	824

**PARTE II. A CRIAÇÃO DA LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA (WACL) E SUA LATINO-AMERICANIZAÇÃO (CAL) ..... 857**

**CAPÍTULO 4 - A Liga Mundial Anticomunista (WACL): o “Anti-Komintern” da Guerra Fria.. 858**

4.1. Tailândia, 1958: a IV Conferência da APACL .....	861
4.2. Coreia do Sul, 1959: a V Conferência da APACL.....	863
4.2.1. A APACL ainda vai cumprir seu ideal: “uma liga mundial dos povos anticomunistas” .....	871
4.3. Taiwan, 1960: a VI Conferência da APACL .....	871
4.3.1. O presidente do CIAS Fritz Cramer: “ex” nazista no internacionalismo anticomunista.....	878
4.3.2. O fim da “resistência” sul-coreana: o Japão se torna um membro oficial da APACL.....	886

4.4. Filipinas, 1961: VII Conferência da APACL.....	887
4.4.1. Ku Cheng-kang (APACLROC), senador Thomas J. Dodd (EUA) e Y. Stetsko (ABN).....	891
4.5. APACL-Japão: velhos e novos “amigos” .....	898
4.5.1. “Pré-história” dos novos “amigos” japoneses da APACL: fascismo, militarismo e crimes de guerra.....	902
4.5.2. Japão, 1962: a VIII Conferência da APACL.....	936
4.6. Vietnã do Sul, 1963: a IX Conferência da APACL .....	946
4.7. Taiwan, 1964: a X Conferência da APACL.....	954
4.7.1. A APACL ainda vai cumprir seu ideal: por um Congresso Mundial Anticomunista .....	968
4.8. Filipinas, 1965: XI Conferência da APACL .....	971
4.9. Coreia do Sul, 1966: a criação da Liga Mundial Anticomunista (WACL) .....	982
4.9.1. Carlos Penna Botto: o brasileiro cofundador da WACL e sua nova viagem ao QG do ABN.....	995
4.10. O primeiro ciclo de Conferências da WACL na Ásia .....	997
4.11. Taiwan, 1967: a I Conferência da WACL.....	999
4.11.1. Dois discursos dos anfitriões e as mensagens de solidariedade do exterior .....	1002
4.11.2. As principais Resoluções .....	1012
4.11.3. A Declaração e o Programa Comum de Ação da WACL .....	1018
4.11.4. Quem-é-quem.....	1023
4.11.5. Em busca do órgão da WACL na América Latina: o caso da CIDC e a Liga Anticomunista Latinoamericana (LAL).....	1033
4.11.6. Quem-é-quem no 1º Conselho Executivo da WACL, um “Segundo Anti-Komintern”? ....	1038
4.12. Vietnã do Sul, 1968: a II Conferência da WACL .....	1070
4.12.1. O discurso do ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu e outros oradores.....	1079
4.12.2. Resoluções e Declaração .....	1086
4.12.3. A WACL contra a guerra popular maoísta.....	1091
4.12.4. Ku Cheng-kang na Escola Nacional de Guerra sul-vietnamita .....	1096
4.13. Tailândia, 1969: III Conferência WACL .....	1097
4.13.1. Resoluções e Declaração .....	1105
4.14. Japão, 1970: a IV Conferência da WACL.....	1111
4.14.1. A Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC): Ryoichi Sasakawa, Osami Kuboki e a Igreja de Unificação do reverendo Sun Myung Moon .....	1112
4.14.2. Reunião do Conselho Executivo e Assembleia Nacional da WACL em Tóquio.....	1125
4.14.3. A inauguração da IV Conferência da WACL.....	1127
4.14.4. Quem-é-quem.....	1142

4.14.5. A “estrela” do senador norte-americano Strom Thurmond .....	1150
4.14.6. Quem pagou a conta? .....	1153
4.14.7. Resoluções e Comunicados .....	1157
4.14.8. “O fascista mais rico do mundo” Ryoichi Sasakawa e a WACL/APACL-Taiwan.....	1162
4.15. Filipinas, 1971: a V Conferência da WACL .....	1165
4.15.1. A inauguração da V Conferência da WACL.....	1169
4.15.2. Principais oradores e discursos.....	1176
4.15.3. E o Brasil? Cruzada Brasileira Anticomunista, Associação dos Amigos das Nações Cativas, Campanha da Mulher pela Democracia e Tradição, Família e Propriedade .....	1192
4.15.4. Resoluções e Comunicado.....	1196
4.15.5. Ataques terroristas e lei marcial: o “quase mártir” da WACL-Filipinas, Ramon Bagatsing .....	1198
4.16. Preâmbulo e Declaração de Direitos da Liga Mundial Anticomunista (WACL).....	1205
<b>CAPÍTULO 5 - A Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL): o giro às Américas da WACL e a criação da CAL, protótipo e cogestão da Operação Condor.....</b>	<b>1214</b>
5.1. Contrarrevolução mexicana e guerra de guerrilhas cristera (1926-1929): a “pré-história” da Federação Mexicana Anticomunista do Occidente (FEMACO).....	1218
5.1.1. Os tecos da Universidade Autónoma de Guadalajara (UAG): o filonazista Carlos Cuesta Gallardo e seu lugar-tenente Raimundo Guerrero.....	1221
5.1.2. Raimundo Guerrero e o “líder espiritual” dos tecos: o sacerdote argentino Julio Meinvielle .....	1223
5.1.3. O “Complot contra la Iglesia” dos tecos: um petardo antissemita e anticomunista contra o Conselho do Vaticano II (1962) .....	1225
5.1.4. A “estrela” do sacerdote argentino Julio Meinvielle: teólogo do integrismo antissemita.....	1226
5.1.5. Os irmãos Leña da UAG e seus “amigos” norte-americanos: USAID, CIA, Lyndon Johnson e Richard Nixon .....	1231
5.1.6. El gran maestro de los Tecos, don Antonio Leña, na “Internacional Fascista”.....	1238
5.1.7. Tráfico de armas e drogas: el gran maestro teco e os ex-nazistas a serviço da CIA –Gerhard G. Mertins e Otto Skornezy .....	1242
5.1.8. Tecos, CIA e contrarrevolução cubana: o grupo terrorista anti-Castro Alpha 66 .....	1247
5.1.9. O paramilitarismo dos tecos .....	1253
5.1.10. A Federação Mexicana Anticomunista de Occidente (FEMACO), o “Capítulo” mexicano da WACL: o enlace dos tecos da UAG com o veterano Jorge Prieto Laurens (CIDC).....	1256
5.1.10.1. Quem-é-quem no Consejo de Representantes del Anticomunismo de América Latina (CRAAL).....	1258
5.1.10.2. Principais discursos: Jorge Prieto Laurens, Raimundo Guerrero e Rafael Rodrigues .	1262

5.1.10.3. A Declaração de Princípios da Federação Mexicana Anticomunista de Occidente (FEMACO) .....	1283
5.1.10.4. Réplica, a revista oficial da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL .....	1290
5.1.10.5. O nexó FEMACO-Aginter Press: nazistas alemães, neofascistas italianos, paramilitares franceses (OAS), franquistas espanhóis, salazaristas portugueses e “Companhia” (CIA).....	1293
5.2. México, 1972, o giro da WACL às Américas: a FEMACO organiza a VI Conferência da Liga	1301
5.2.1. O convite dos tecos ao vice-presidente do Brasil almirante Augusto Rademaker .....	1308
5.2.2. O Comitê Organizador da VI Conferência da WACL .....	1311
5.2.3. A VI Conferência da WACL.....	1312
5.2.4. O discurso do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang.....	1318
5.2.5. Principais oradores, organizações e propostas .....	1321
5.2.6. Ex-nazistas e ex-colaboradores nazistas na VI Conferência da WACL.....	1336
5.2.7. A IV Conferência da WYACL.....	1341
5.2.8. A criação da Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), o órgão regional da WACL na América Latina .....	1342
5.2.8.1. A presença brasileira na VI Conferência da WACL, na IV Conferência da WYACL e no I Congresso da CAL .....	1346
5.2.8.2. O “ovo da serpente”: o Anteprojeto de Estatutos da CAL .....	1360
5.2.8.3. Organizando o movimento, as Leis Fundamentais da CAL: Carta de Princípios e Estatutos .....	1377
5.3. Paraguai, 1973: o II Congresso da CAL-Secreta em Puerto Presidente Stroessner .....	1387
5.4. A Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES): o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL.....	1392
5.4.1. A “pré-história” da SEPES: o Centro Latinoamericano de Coordenação Estudantil (CLACE), braço da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI) .....	1394
5.4.2. A estrutura organizacional da SEPES: um serviço de informações anticomunista.....	1409
5.4.3. A cosmovisão da SEPES: uma ideologia cristã anticomunista .....	1412
5.4.4. O Expresso e a Rádio Novo Mundo da SEPES.....	1418
5.4.5. Boletim SEPES: a civilização cristã ocidental contra as revoluções burguesa e comunista .	1421
5.5. Brasil, 1974: a ditadura militar verde-amarela na cogestão do II Congresso da CAL-Pública....	1429
5.5.1. FEMACO e SEPES: os preparativos e as 10 Comissões do congresso .....	1431
5.5.2. Quem-é-quem: “Entidades y Personalidades” convidadas e alguns confirmados.....	1439
5.5.3. Encontros e objetivos secretos da SEPES no II Congresso da CAL-Pública: um protótipo da Condor? .....	1448
5.5.4. Rio de Janeiro, 1974: inauguração do II Congresso da CAL-Pública.....	1452



5.5.5. Duas preocupações distintas: a dos arapongas franceses e a da embaixada soviética na Argentina.....	1456
5.5.6. O arcebispo dom Geraldo Proença de Sigaud: “Estamos em uma guerra religiosa” .....	1460
5.5.7. Discurso de Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL.....	1469
5.5.8. Pacheco e Silva, presidente da Comissão contra a Subversão nas Universidades e Escola..	1478
5.5.8.1. A Resolução da Comissão contra a Infiltração Comunista em Universidades e Escolas .....	1483
5.5.9. Os manuscritos de Antonio Campus Alum, chefe da polícia política stronista .....	1487
5.5.9.1. Projeto do Brasil ou protótipo da Condor? Criar um Centro de Informações Anticomunistas! .....	1493
5.5.10. A proposta da FEMACO: uma Agência de Comunicação Internacional (ACI) .....	1499
5.6. American Council for World Freedom (ACWF), o “Capítulo” norte-americano da WACL .....	1508
5.7. EUA, 1974: o espectro antissemita e nazi-fascista às vésperas da VII Conferência da WACL ..	1516
5.7.1. Washington, D.C., 1974: a inauguração da VII Conferência da WACL .....	1523
5.7.2. Quem-é-quem na VII Conferência da WACL .....	1532
5.7.3. Principais oradores: Ku Cheng-kang (Taiwan), Sergio Onofre Jarpa (Chile), Yaroslav Stetsko (Ucrânia), John McCain Jr. (EUA), Anastasio Somoza (Guatemala) e Suzanne Labin (França)...	1539
5.7.4. Resoluções e Comunicado Conjunto.....	1559
5.7.5. A V Conferência da WYACL .....	1563
5.7.6. O espectro antissemita e nazi-fascista na VII Conferência da WACL.....	1565
5.7.7. A Operação Condor foi gestada na VII Conferência da WACL? .....	1573
5.8. México, 1974: Quem-é-quem no Conselho Coordenador da CAL.....	1575
5.9. Taiwan, 1974: o complexo WACL/CAL na Semana das Nações Cativas.....	1593
5.10 . Brasil, 1974: o III Congresso da CAL-Secreta na Escola Nacional de Informações (EsNI)	1597
5.10.1. Aninhando “o ovo do Condor” no Brasil de Ernesto Geisel: Convocatória e Agenda .....	1599
5.10.2. A operação secreta dos militares brasileiros na recepção dos “turistas” .....	1604
5.10.3. O SNI explica o funcionamento bifronte – político e militar – da CAL .....	1607
5.10.4. Queime depois de ler: Guia para os Trabalhos da Comissão de Partidos Políticos da CAL-Secreta .....	1609
5.10.5. Regulamento Secreto da CAL: o Departamento de Investigações do Comunismo e seus Sistemas de Luta.....	1614
5.10.6. Queime depois de ler: Guia para os Trabalhos da Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta.....	1618
5.10.7. O Regulamento Secreto da CAL.....	1626

5.10.7.1. O Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana da CAL: oferta aos militares brasileiros .....	1626
5.10.7.2. Os Secretários de Ajuda Mútua Direta.....	1632
5.10.7.3. O Defensor da CAL e a Aliança Secreta de seus Membros Regulares .....	1632
5.10.8. O Regulamento Secreto da CAL “explicado” pelo SNI.....	1635
5.10.9. Quem-é-quem no III Congresso da CAL-Secreta na EsNI .....	1636
5.10.10. Quem-é-quem no Secretariado da CAL-Secreta .....	1642
5.10.11. Quem-é-quem na Comissão de Partidos Políticos da CAL-Secreta.....	1643
5.10.12. A ação antissubversiva nas escolas, nas universidades, nos meios de comunicação e no clero progressista.....	1647
5.10.13. Quem pagou a conta da CAL? E os ataques antisemitas à Tradição, Família e Propriedade (TFP) .....	1649
5.10. 14. As Resoluções da Comissão de Partidos Políticos .....	1650
5.10.15. Quem-é-quem na Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta.....	1653
5.10.16. As guerrilhas rurais no alvo.....	1655
5.10.17. Da guerrilha à luta pela conquista das mentes: trabalho de massa, o “cupim” comunista	1658
5.10.18. O “pré-Condor” na Escola Nacional de Informações (EsNI)? A troca de experiências sobre o “intercâmbio de subversivos presos” .....	1663
5.10.19. O engajamento secreto do SNI na CAL através de uma entidade fantasma .....	1668
5.11. São Paulo, 1974: a Reunião do Conselho Executivo da WACL.....	1674
5.11.1. Quem-é-quem no Comitê Executivo da WACL .....	1674
5.11.2. Os novos aspirantes a membros da WACL.....	1676
5.11.3. Alguns Informes da WACL .....	1677
5.11.4. O lobby da CAL por 4 assentos no Comitê Executivo da WACL .....	1678
5.11.5. O Comunicado Final do Comitê Executivo da WACL.....	1680
5.11.6. Quem pagou a conta? .....	1684
5.12. Brasil, 1975: a ditadura militar verde-amarela por detrás da VIII Conferência da WACL .....	1685
5.12.1. O espectro do antissemitismo e do nazi-fascismo ronda.....	1703
5.12.2. Quem-é-quem entre os destinatários das cartas-convites.....	1713
5.12.3. Rio de Janeiro, 1975: as “estrelas” da VIII Conferência da WACL .....	1716
5.12.4. A VI Conferência da WYACL e seu novo presidente brasileiro .....	1734
5.12.4.1. Ku Cheng-kang orienta os jovens: a guerra anticomunista é ideológica e organizacional .....	1738
5.12.4.2. Slava Stetsko, do ABN: nacionalismo cristão, anticapitalista e anticomunista.....	1740
5.12.5. Principais oradores e “teses” da VIII da Conferência da WACL.....	1746

5.12.5.1. O novo presidente (brasileiro) da WACL: “Estamos enfrentando a III Guerra Mundial” .....	1747
5.12.5.2. O discurso do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang .....	1754
5.12.5.3. O senador dos EUA Jesse Helms: contra a détente do “Dr. Kissinger”, rollback communism .....	1760
5.12.5.4. Ku Cheng-kang e a permanência da (contra) revolução de Chiang Kai-shek: a missão de contra-ataque anticomunista e de reconquista do continente chinês é inalterável .....	1770
5.12.5.5. De delegado (e torturador) do DOPS-SP a deputado federal (ARENA): Ivahir Freitas Garcia .....	1773
5.12.5.6. Dimitry Kosmowicz, presidente da Frente de Libertação da Bielorrússia: criminoso de guerra e ex-colaborador nazista bielorrusso .....	1778
5.12.5.7. O Movimento de Libertação Croata (HOP): remanescentes do terrorismo ustashi no exílio .....	1783
5.12.5.8. Pela “admissão na ONU das organizações de libertação dos povos subjugados pelo colonialismo russo” .....	1786
5.12.5.9. Resolução das delegações do Uruguai e da Colômbia: pela religião, contra o ateísmo comunista .....	1787
5.12.5.10. “O Proseletismo na Universidade” e a dupla terapêutica do ex-reitor Djacir Menezes: violência antissubversiva e desintoxicação da mente pelo estudo .....	1788
5.12.5.11. Claudio De Cicco, um jurista inclinado à estética: Shakespere, revolucionário ou reacionário? .....	1790
5.12.5.12. “Apelo” ao ditador Ernesto Geisel: só a “estrita vigilância” sobre o Movimento Comunista Internacional (MCI) conservará o “Movimento de Março de 1964” .....	1793
5.12.5.13. O discurso de encerramento do novo presidente (brasileiro) da WACL .....	1794
5.12.5.14. Comunicado Final: anticomunismo, antiliberalismo e golpismo militar permanente no 3º Mundo .....	1799
5.12.6. As “teses” da SEPES à VIII Conferência da WACL .....	1803
5.12.6.1. “Como os Comunistas se Infiltraram em Organizações Democráticas” (SEPES-SP) .....	1806
5.12.6.2. “O Comunismo e a Religião” (SEPES-SP): “satanaz” comunista, “apocalipse” da cristandade .....	1809
5.12.6.3. “A Igreja e os Estudantes” (SEPES-RJ): vigiai e punireis a esquerda católica .....	1811
5.12.6.4. 1935: o Brasil na “Guerra Revolucionária Comunista” (SEPES-RJ) .....	1812
5.12.6.5. Ações psicossociais: a principal arma da guerra revolucionária comunista (SEPES-RJ) .....	1815
5.12.6.6. “Trabalho de Massa: Terminou a Ameaça Comunista?” (SEPES-RJ) .....	1822
5.12.6.7. “Ação Comunista no Brasil no Período 63-75” (SEPES-RJ) .....	1825

5.12.6.8. “La Doctrina de la Anti-Subversion” (SEPES-RJ): vigiar e exterminar os subversivos .....	1831
5.12.7. Teria a Operação Colombo – uma “Psywar Op” precursora da Condor – sido incumbada na VIII Conferência da WACL? .....	1856
5.13. A SEPES (e a ditadura militar) do Brasil na cogestão do complexo anticomunista WACL/CAL .....	1869
5.13.1. Presidente da WACL (e da SEPES), comendador das Forças Armadas do Brasil: o nexso empresarial-militar brasileiro no movimento anticomunista internacional .....	1872
5.13.2. As viagens internacionais do brasileiro presidente da WACL .....	1881
5.13.2.1. Arábia Saudita, 1975: entre um rei, um príncipe e um sheik “amigo” .....	1881
5.13.2. Turquia, 1975 .....	1886
5.13.3. Chile, 1975: a visita ao ditador Augusto Pinochet, ao brigadeiro Gustavo Leigh e congêneres .....	1887
5.13.4. EUA, 1975: entre os “falcões” da extrema-direita, no “ninho” do complexo industrial-militar .....	1895
5.13.5. O “outubro europeu” do presidente da WACL e o “abra-te, Sésamo” às embaixadas e consulados do Brasil: “A pedido do SNI”! .....	1898
5.13.6. Alemanha Ocidental, 1975: no túmulo de Stepan Bandera, um tributo ao Providnyk da extrema-direita filonazista da Ucrânia .....	1904
5.13.7. Japão, 1975: o presidente da WACL na embaixada do Brasil e na XXI Conferência da APACL .....	1907
5.13.8. Coreia do Sul, 1975: reunião do Conselho Executivo da WACL .....	1914
5.14. O Centro de Documentação Política (CEDOP) da SEPES e sua coordenadora chilena .....	1915
5.14. As viagens internacionais do presidente da SEPES no biênio 1976-77 .....	1917
5.14.1. Conexão Paraguai, negócio e anticomunismo: Financiera Urunday, banco da Operação Condor? .....	1920
5.14.2. Conexão Taiwan: o envio de militares da América Latina para a Academia de Guerra Política de Peitou (Fu Hsing Kang College) .....	1932
5.15. Ultradireita explosiva? Quem esteve por trás o atentado à bomba contra a embaixada de Cuba em Lisboa (1976)? .....	1942
5.16. Ultradireita explosiva? Quem esteve por trás do atentado à bomba contra o CEBRAP (1976)? .....	1948
5.17. Brasil, 1976: a nova Diretoria e o novo Conselho Consultivo da SEPES .....	1952
5.17.1. Quem-é-quem na nova Diretoria e no Conselho Consultivo da SEPES (biênio 1976-77) ..	1957
5.18. Coreia do Sul, 1976: o presidente da SEPES deixa a presidência da WACL na sua IX Conferência .....	1977
5.18.1. A mensagem de boas-vidas do ditador sul-coreano Park Chung-hee .....	1982

5.18.2. O discurso de abertura do veterano anticomunista Ben C. Limb, novo presidente da WACL .....	1984
5.18.3. O discurso do brasileiro ex-presidente da WACL: “Southern area of Latin America cleaned” .....	1986
5.18.4. O Informe do secretário-geral da CAL Rafael Rodriguez.....	1990
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>1996</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>2028</b>
<b>Protótipos, cogestão e nexos do Sistema Condor com a Liga Mundial Anticomunista (WACL) na América Latina (CAL): história e historiografia da contrarrevolução e do terrorismo de Estado .....</b>	<b>2028</b>
6.1.1. Os “Exércitos Secretos” na Europa e seus nexos com o Sistema Condor: a Operação Gladio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).....	2038
6.1.2. Argentina, fevereiro de 1974: o I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul .....	2043
6.1.3. Brasil, novembro de 1974: o III Congresso da CAL-Secreta na EsNI e o complexo WACL/CAL, protótipo e cogestão do Condor.....	2048
6.1.4. Uruguai, outubro de 1975: a XI Conferência dos Exércitos Americanos (CEA).....	2075
6.1.5. Chile, novembro de 1975: a I Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional e o Sistema Condor.....	2082
6.1.5.1. As três fases do Sistema Condor: vigiar e exterminar “subversivos” dentro e fora da América do Sul.....	2092
6.1.5.2. “Observadores” brasileiros na criação do Condor (1975) e o Brasil (Condor 6) no Sistema (1976) .....	2097
6.1.5.3. Os principais crimes e assassinatos transnacionais do pré e do pós-Condor.....	2113
6.1.5.4. A Condor monitorada pelo “Tio Sam”: a CIA, o FBI e o Departamento de Estado dos EUA.....	2134
6.1.5.5. Argentina, 1976: Condores em Buenos Aires, o “trio de ferro” da Operação Teseo .....	2142
<b>ANEXOS .....</b>	<b>2146</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....</b>	<b>2152</b>

## Introdução

O objeto histórico desta pesquisa, a saber, a Liga Mundial Anticomunista, conhecida mundialmente pelo acrônimo em inglês WACL, não partiu de uma escavação histórica “em geral” do fenômeno do internacionalismo anticomunista da Guerra Fria para, somente depois, “aterrisar” na particularidade do solo histórico e ideológico do ultraconservadorismo brasileiro em suas conexões repressivas transnacionais. O caminho de explicitação, desdobramento e especificação do objeto desta pesquisa foi justamente o oposto. Partiu-se da análise concreta de uma figura específica da extrema-direita verde-amarela que, por suas determinações histórico-ideológicas, conduziu-nos às redes, organizações e conexões transnacionais do anticomunismo *nunca dantes navegadas* pela historiografia e, em particular, a uma inserção do Brasil, em um processo de longa duração, no movimento anticomunista internacional do pós-II Guerra Mundial.

Entre 2012-2015, o professor de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Antonio Rago Filho sugeriu, orientou e animou nossa pesquisa de mestrado centrada em um expoente da ultradireita brasileira, Alfredo Buzaid (1914-1991). O mestrado inseriu-se no marco dos estudos sobre o conservadorismo nacional que Rago Filho desenvolveu por décadas na PUC-SP e que integraram originalmente um projeto de pesquisa do filósofo marxista José Chasin que, no Brasil, foi o primeiro a defender uma tese doutoral sobre *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio* (1978)<sup>1</sup>. O professor Rago Filho trilhou esse caminho entreaberto por Chasin, pioneiro em enfatizar a necessidade de pesquisas históricas e filosóficas sobre a gênese, a função social e a estrutura interna das constelações ideológicas da ultradireita nacional, apanhada como fragmentos da consciência social conservadora brasileira. Isso, em uma época em que os estudos das direitas não era “moda” acadêmica mas, ao contrário, eram ridicularizados como temas “menores” de pesquisa. Acompanhando as preocupações sobre as formas pelas quais o ultraconservadorismo se constituiu no Brasil, Rago Filho defendeu mestrado na PUC-SP sobre *A crítica romântica à miséria*

---

<sup>1</sup> O historiador Helgio Trindade defendeu na França seu doutorado *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30* (1974). A tese de J. Chasin, orientada pelo professor Mauricio Tragtenberg na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi assim a primeira a ser defendida no Brasil com o integralismo “elevado” à categoria de assunto cientificamente relevante. Em grande medida, mas não apenas, o doutorado de Chasin é uma “contra-tese” à tese de Trindade, que identifica mimeticamente o integralismo a um “subtipo” de fascismo.

*brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso* (1989) e, no doutorado, analisou a cosmovisão da última ditadura militar brasileira em seu *Ideologia 64: os gestores do capital atrofico* (1998).

E nossa pesquisa sobre Alfredo Buzaid, onde se encaixa nesse projeto coletivo que nos antecedeu e, oxalá, nos sucederá? Esse jurista e político da ultradireita brasileira foi, ao mesmo tempo, um militante integralista na juventude e, já adulto, um destacado conspirador e ministro do terrorismo de Estado da ditadura militar brasileira entre 1969-1974. Portanto, a pesquisa sobre esse prócer do anticomunismo brasileiro pode se valer do acúmulo de pesquisas referido. Em 1932, Buzaid fora um dos jovens estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) que, ao lado de Miguel Reale, Goffredo Telles Jr., entre outros, ajudou o Chefe Nacional do Sigma Plínio Salgado a estruturar a Ação Integralista Brasileira (AIB). Três décadas mais tarde, a partir de 1962, já então professor da FDUSP, Buzaid integrou o núcleo da conspiração contra o presidente trabalhista João Goulart. Foi membro do Conselho Orientador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), *think tank* que, ao lado do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e dos militares da Escola Superior de Guerra (ESG), urdiu e desferiu o golpe de Estado e de classe vitorioso em 1º de abril de 1964. Instaurada a ditadura militar no Brasil, Buzaid teria que esperar apenas mais um pouco para encontrar sua hora e vez no centro do poder bonapartista – mando indireto, *a manu militari*, da autocracia burguesa brasileira.

Foi apenas com o deslocamento da ala *castellista* da autocracia burguesa bonapartista, com a entronização da “linha dura” de Costa e Silva e a decretação do Ato Institucional n.º 5, isto é, com o recrudescimento ditatorial, que Buzaid encontrou seu “palco” para “brilhar” como nunca na histórica brasileira. Após o golpe dentro do golpe, isto é, com o impedimento do vice-presidente Pedro Aleixo depois do adoecimento do marechal Costa e Silva, uma Junta Militar “elegeria” o ditador Emílio Garrastazu Médici como presidente da República. Este, rápido no gatilho, escolheu o jurista Buzaid como seu ministro da Justiça para, de um lado, “pentear as leis” da ditadura militar recrudescida e, de outro, cogestar seu aparato de terrorismo de Estado e promover junto à imprensa uma campanha de desmentido oficial de seus crimes.

A atuação histórica e o ideário desse jurista de Jaboticabal, cidade do interior de São Paulo, como ministro da Justiça Médici (1969-1974) foi, então, o objeto de nossa pesquisa de mestrado, momento em que sua *persona* e cosmovisão foram entrelidas e decifradas no marco mais amplo da *Ideologia 64* (RAGO, 1998). No interior desta, Buzaid destacou-se como expoente

exemplar da “linha dura”, defendendo que a ditadura militar deveria preservar indefinidamente os “instrumentos da legislação revolucionária” – o AI-5 sendo o mais draconiano deles – e não deveria se preocupar com a “liberalização” do regime. A “Revolução Democrática Brasileira de 1964”, modo como Buzaid referia-se ao golpe de Estado e de classe contra Jango, constituiria “uma nova atitude do homem em face dos problemas fundamentais da Pátria. Para realizá-la, há necessidade de tempo (...) Uma Revolução que surgiu para valer por decênios não pode exaurir-se num único lustro. A ideia de revolver é substituída pela ideia de evolver” (BUZAI *apud* MACHADO, 2015: 123).

Em outras palavras, Buzaid encarnou, à perfeição, a facção *durista* da ditadura militar brasileira, defendendo que a “Revolução de 1964” – de fato, uma contrarrevolução burguesa e militar preventiva – precisaria de tempo, e sobretudo de ausência de tempo definido para sair de cena. Não se deveria preocupar em devolver o poder de Estado aos paisanos. Comentando esse concepção buzaidiana – inscrita como parte da facção *medicista* da *Ideologia 64* –, o jornalista Carlos Castelo Branco, o *Castelinho*, fustigou em sua coluna no *Jornal do Brasil*, à época em que Buzaid era o todo-poderoso ministro da Justiça de Emílio Garrastazu Médici: “Ele prega a continuidade, senão a eternização do Estado revolucionário. É a revolução permanente de um trotskismo às avessas. Ele foi convencê-los [– os estagiários da ESG –] a não parar o processo revolucionário” (CASTELO BRANCO *apud* MACHADO, 2015: 124).

Essa foi, à época, a mais importante especificação de nossa dissertação de mestrado, isto é, Buzaid atuou, de fato, como ideólogo e homem de ação da ditadura militar recrudescida, notabilizando-se pela defesa intransigente da *contrarrevolução permanente* e da perenização do *Estado contrarrevolucionário* – isto é, do bonapartismo ou do mando indireto, *a manu militari*, da autocracia burguesa brasileira. Tudo isso em nome do anticomunismo e do combate sem quartéis à “subversão”, “uma forma de violência que degrada a criatura humana” (BUZAI *apud* MACHADO, 2015: 116). Por isso, a *violência subversiva* deveria ser combatida pela força de modo implacável, já que, segundo Buzaid, “há uma luta inegável entre a prática do bem e do mal” e “contra a idéia de liberdade para a prática do mal opõe a Revolução a ideia de liberdade para manter a ordem e promover o bem comum”: “Tu deves opor-te ao mal pela força, se não serás responsável por seu triunfo” (BUZAI *apud* MACHADO, 2015: 426).



Especificadas a cosmovisão e a *persona* deste “cruzado” anticomunista, ao final da pesquisa de mestrado, inesperadamente e de maneira impressionante, o “objeto” Buzaid desdobrou-se em um novo “objeto” de estudos, justamente aquele que enforma esta tese: a Liga Mundial Anticomunista (WACL). Como isso se deu? Descobriu-se que nos últimos momentos de sua chefia na Pasta da Justiça ditatorial – reinado que o consagrou como o jurista-mor do terrorismo de Estado brasileiro, de sua gestão repressiva e também da forja do desmentido oficial de seus crimes de lesa-humanidade –, Buzaid ainda encontrou tempo para ajudar na organização do II Congresso de uma certa CAL, sigla da, até então desconhecida, Confederação Anticomunista Latino-Americana.

CAL? Mas o que era a CAL? Qual teria sido a inserção de Buzaid nela? Essa pergunta foi o começo da explicitação e da especificação do objeto desta tese. A CAL era o organismo regional na América Latina da Liga Mundial Anticomunista (WACL). Foi criada em 1972 no México, realizou um congresso secreto no Paraguai de Stroessner em 1973 e, no Brasil, realizaria dois congressos, um público e um secreto, em 1974. O II Congresso da CAL-Pública foi realizado em janeiro, e contou com a ajuda operacional do Ministério da Justiça ainda sob a gestão de Buzaid. A organização que ostensivamente organizou o evento foi um *think tank*, presidido pelo então jovem empresário de extrema-direita Carlo Barbieri Filho, chamado Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES), o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL. Fora do governo, embora ostentando suas credenciais de ex-ministro da Justiça do ditador Médici, Buzaid integrou o Conselho Consultivo da SEPES, participando do III Congresso da CAL-Pública de 1977 no Paraguai. Esse foi, portanto, o itinerário inicial da explicitação do objeto desta tese que, ao longo de seis anos de pesquisa, conduziu-nos à investigação histórica do internacionalismo anticomunista da Guerra Fria.

Esse foi o caminho de início, isto é, a “chegada” ao objeto-WACL/CAL. Depois de identificá-lo, ainda sob orientação do professor Rago Filho, outro percurso de pesquisa se iniciou com vistas à investigação da Liga Mundial Anticomunista (WACL), de seu braço hemisférico na América Latina (CAL) e, em particular, da inserção do Brasil – por intermédio da SEPES – nesse entramado de organizações e atores das redes da ultradireita da Guerra Fria. Nesse caminho inicial pode-se contar, ademais, com a orientação da professora Vera Lucia Viera, também do Departamento de História da PUC-SP, que nos sugeriu a realização de uma primeira viagem de

pesquisa aos *Archivos del Terror* da polícia política stronista, depositados em Assunção, capital do Paraguai. Graças a ela, lá conhecemos a íntegra e corajosa figura de Martin Almada.

Ex-presos político da ditadura militar stronista, no “ninho da Condor”, ele foi – e ainda é – o responsável por uma epopeia dos direitos humanos em seu país, com repercussão por toda a América Latina e além-mar. Em 1992, a partir de um *habeas data* que impetrou para acessar os documentos da ditadura militar sobre si e sobre sua primeira esposa Celestina Perez Almada (que sofrera um infarto em decorrência das torturas psicológicas infligidas pelos carrascos de Stroessner), Almada e o juiz da causa Augustin Fernández descobriram toneladas de documentos da polícia política stronista. Esse acervo foi designado pela imprensa à época de *Archivos del Terror*, em meio aos quais o juiz espanhol Baltasar Garzón encontrou a convocatória chilena da reunião fundadora da Operação Condor, o que ajudou na decretação da prisão do ex-ditador Augusto Pinochet enquanto viajava para tratamento de saúde à Inglaterra.

E quem era o “dono” ou “proprietário privado” desses “arquivos da repressão” da ditadura paraguaia? O delegado Antonio Campos Alum, chefe da polícia política do stronismo – diretor vitalício da Diretoria Nacional de Assuntos Técnicos (DNAT) –, treinado nos EUA e, conforme revelaram documentos norte-americanos depositados nos *Archivos del Terror*, um “queridinho” do FBI e da CIA. Campos Alum, quem mais nos intrigou no início da jornada desta pesquisa, foi também o principal nome e dirigente paraguaio do complexo WACL/CAL. Na ocasião de nossa visita ao Paraguai, em 2016, o professor Almada nos orientou na incursão de pesquisa nos *Archivos del Terror* e, sem maiores dificuldades, encontrou-se uma profusão de documentos da WACL/CAL. Entre outros achados, o registro documental de que Campos Alum era sócio na repressão anticomunista – e também em uma obscura *Financiera Urunday* – do já referido presidente da SEPES, o então jovem brasileiro de extrema-direita Barbieri Filho. Pronto. Circuito fechado. Objeto de pesquisa identificado e, desde então, empenhamo-nos em sua escavação e garimpagem. Havia muito o que pesquisar. O “objeto” WACL/CAL, em si um desdobramento do “objeto” Buzaid, à época se nos apresentou articulado em dois eixos nucleares, a saber: de um lado, o “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL dirigido pelo repressor stronista Campos Alum e, de outro, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL – SEPES – presidido por Barbieri Filho.

A partir dessa viagem de pesquisa, iniciaram-se propriamente os estudos historiográficos sobre a WACL. E qual é a “bíblia” do assunto, absolutamente imprescindível? Um livro de dois

brilhantes jornalistas norte-americanos, por acaso irmãos, Scott Anderson e Jon Lee Anderson, intitulado *Inside the League: the shocking exposé of how terrorists, Nazis and Latin American death squads have infiltrated the World Anti-Communist League* (1986). Nele estão figuras como o chefe da polícia política stronista Campos Alum e o jovem dirigente anticomunista do Brasil Barbieri Filho. Até então, já existia uma pesquisa no Brasil – que viemos a descobrir, no curso das investigações, ser a única – que tratara particularmente das conexões repressivas da WACL/CAL com o Plano Condor, pacto do terrorismo de Estado transnacional formalizado pelas ditaduras militares da América do Sul em 1975. Trata-se da obra da jornalista Marcia Guena dos Santos. Essas mesmas figuras – Campos Alum e Barbieri Filho – povoam de ponta a ponta sua pioneira pesquisa intitulada *Operação Condor: uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70* (1998). Esta foi a primeira escavação historiográfica que documentou, tendo como fonte os *Archivos del Terror*, os nexos entre a SEPES, o “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL e a Condor. Pioneiríssima. Depois dela, outro precursor, o historiador Marcos Vinicius Ribeiro, igualmente amparado na documentação dos *Archivos del Terror*, concentrou sua atenção analítica no órgão regional da WACL em sua tese de doutorado chamada *A história da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as ditaduras de Segurança Nacional, 1972-1979* (2018).

Assim como não se teria chegado ao “objeto” Buzaid sem os trabalhos pioneiros de J. Chasin (1978) e Rago Filho (1989, 1998) sobre o conservadorismo brasileiro, sem os quais teria sido muito difícil entender a fáustica inserção do ex-integralista e ex-ministro Médici nas redes anticomunistas globais da Guerra Fria, sem as pesquisas antecessoras dos irmãos Scott e Jon Lee Anderson (1986), de Marcia Guena dos Santos (1998) e de Marcos Vinicius Ribeiro (2018), também, não se chegaria ao “objeto” WACL/CAL. E o mesmo se pode dizer sobre os estudos históricos da Operação Condor que forneceram um *insight* profundo sobre o grau de complexidade de suas conexões repressivas com a WACL e, em particular, com seu braço na América Latina, a CAL. Nomeadamente, a pesquisa do jornalista John Dinges – que acolheu este autor, com uma generosidade ímpar, como coorientando na Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia em Nova Iorque – *The Condor Years: how Pinochet and his allies brought terrorism to three continents* (2004); a pesquisa da cientista política J. Patrice McSherry, *Predatory States: Operation Condor and covert war in Latin America* (2005); a pesquisa do jornalista brasileiro Luiz

Cláudio Cunha, *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura* (2009); assim como as pesquisas mais recentes de dois historiadores que coroam, no campo historiográfico, o encontro das pesquisas da Condor com aquelas do complexo WACL/CAL, quais sejam: Fernando López, com seu *The feathers of Condor: transnational state terrorism, exiles and civilian anticommunism in South America* (2016), e Kyle Burke em *Revolutionaries for the right: anticommunist internationalism and paramilitary warfare in the Cold War* (2018).

Contudo, à medida em que se aprofundavam a explicitação e a especificação do “objeto” WACL, e a particular inserção do Brasil nele, algo *não sabido* foi ficando cada vez mais claro para nós. Diz o dito popular que o “diabo é o diabo porque é velho”, não é mesmo? E foi exatamente essa propulsão à gênese remota da WACL que nos levou longe, muito longe, no globo terrestre e no tempo histórico. A Liga Mundial Anticomunista foi criada na Coreia do Sul, em 1966, animada por dois poderosos patronos: o ditador sul-coreano, presidente general Park Chung-hee, e o ditador taiwanês, presidente generalíssimo Chiang Kai-shek. Sem embargo, o primeiro “ensaio geral” de sua criação ocorreu no México, em 1958, com a participação de um veterano do anticomunismo brasileiro, o almirante e antigo integralista Carlos Penna Botto.

Ou seja, na medida em que se avançou na pesquisa, percebeu-se que a SEPES, como o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, e seu presidente Barbieri Filho, eram “apenas” a maturação histórica de um processo mais amplo e de longa duração do engajamento da extrema-direita verde-amarela nas redes e organizações do internacionalismo anticomunista do pós-II Guerra Mundial, isto é, muito antes da entronização da última ditadura militar do Brasil em 1964. Propriamente dito, a SEPES “encampou” as conexões internacionais que o veterano Penna Botto, presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), cultivara ciosamente, desde a década de 1950, com a ultradireita mundial. E quanto mais se explicitava e especificava o “objeto” WACL, mais se acusava a necessidade de investigar não apenas o processo histórico maturado, isto é, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, suas conexões repressivas com as ditaduras militares da América Latina – em especial com o Plano Condor – e com as extremas-direitas da Guerra Fria global. Para um entendimento mais aprofundado, vislumbrou-se que era preciso compreender quais foram as principais organizações do movimento anticomunista internacional que, em uma interação complexa desde a década de 1950, tentaram criar a Liga Mundial Anticomunista no México em

1958. Um intento que, embora tenha falhado, lançou as bases para a criação da WACL na Coreia do Sul em 1966.

Mas quais foram, especificamente, essas entidades que fizeram esse primeiro “ensaio geral” de uma Liga Mundial Anticomunista em 1958 no México e conseguiram fundá-la em 1966 na Coreia do Sul? Basicamente, foram quatro entidades que cumpriram esse papel de “alto nível” na organização desse internacionalismo anticomunista da Guerra Fria. A mais poderosa delas, estruturada pelos dirigentes de ditaduras anticomunistas que organizavam a contrarrevolução capitalista no Extremo Oriente, era a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL). Essa primeira “Internacional Anticomunista” do sudeste asiático havia sido criada na Coreia do Sul em 1954 por dois poderosos padrinhos regionais: o autocrata civil sul-coreano Syngman Rhee e o ditador de Taiwan, *generalíssimo* Chiang Kai-shek. Desde sua origem, a APACL representou uma política de Estado para essas duas ditaduras de extrema-direita da Ásia e, de maneira surpreendente, serviu como biombo e veículo para o lançamento de uma “cruzada” anticomunista regional que nasceu com pretensões globalistas. A APACL buscou não apenas organizar o anticomunismo no sudeste asiático, mas “sonhou” alto e já nasceu tentando unificar os anticomunistas regional e mundialmente.

Já a segunda organização que ajudou na estruturação da WACL a partir de 1966, a mais antiga delas, foi o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra da Europa Oriental que constituiu o mais orgânico e importante grupo internacional de emigrantes antissoviéticos da Guerra Fria. O terceiro grupo fundador da WACL na Coreia do Sul foi a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), criada em 1954 e presidida desde 1955 pelo almirante brasileiro Penna Botto. A quarta organização que criaria a WACL foi o Comitê Internacional de Informações e Ação Social (CIAS), fundado por Eberhard Taubert, gestor oculto do *Anti-Komintern* nazista e braço direito de Joseph Goebbels no *Propagandaministerium* do III Reich. O CIAS era dirigido por um ex-oficial de inteligência nazista, Fritz Cramer, e por Alfred Gielen – braço direito de Taubert no *Anti-Komintern* –, que participou do “ensaio geral” de um “segundo Anti-Komintern ” em 1958 no México. Gielen, funcionário sênior do *Anti-Komintern*, seria o elo de continuidade deste “sonho” nazista de uma “Internacional Anticomunista” com a realização da WACL, tornando-se um de seus primeiros executivos, como membro do Conselho Executivo da Liga.

Assim sendo, no itinerário de aprofundamento de nosso objeto de pesquisa, julgou-se absolutamente insuficiente tratar a WACL, seu braço na América Latina (CAL), seus “Capítulos” brasileiro (SEPES) e paraguaio na década de 1970, bem como suas conexões com as ditaduras brasileira (via Barbieri Filho) e paraguaia (via Campos Alum), sem tentar apreender a referida gênese histórica mais remota da Liga. A WACL, reitere-se, embora criada em 1966, resultou da maturação histórica de um processo de longa duração e interação complexa entre o ABN, a APACL, a CIDC e o CIAS. Esse “quarteto fantástico” organizou no México, em 1958, uma *Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação*. O plano era convocar um encontro de anticomunistas do mundo todo e, no momento subsequente, criar uma Liga Mundial Anticomunista. O projeto foi “implodido” quando os “amigos” norte-americanos do “quarteto fantástico” renunciaram ao papel de coordenadores da empreitada.

O motivo? O organizador norte-americano, um judeu conservador chamado Marvin Liebman, deu-se conta de que ao trabalhar ao lado, por exemplo, do presidente do ABN Yaroslav Stetsko, um ex-colaborador nazista e criminoso de guerra da Ucrânia, estaria cooperando com um dos mentores ideológicos e políticos do assassinato de seus parentes judeus na Ucrânia Ocidental. Para Liebman, como seria possível cooperar com indivíduos desse nível? Alfred Gielen, ex-braço direito de Taubert – autor da peça mais odiosa da propaganda antissemita nazista, *O Judeu Eterno* (1940) – também esteve presente na Conferência Preparatória de 1958 que escolhera Liebman como o *fundraiser* e secretário-geral do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista. A renúncia de Liebman implodiu a empreitada tentada no México, evento ostensivamente organizado pela CIDC, que era presidida, note-se, pelo almirante brasileiro Penna Botto.

Mas o “sonho” de uma “Internacional Anticomunista” havia sido adiado, apenas. E “sonho” que se “sonha” junto tem mais chances de se realizar, mesmo que seja um “pesadelo” *exterminista* da ultradireita global que congregou filonazistas da Europa Oriental (ABN), ex-nazistas, propriamente ditos (CIAS), dirigentes de ditaduras contrarrevolucionárias do Extremo Oriente (APACL) e expoentes da ultradireita latino-americana (CIDC). Contudo, a interação complexa entre esse “quarteto fantástico” não terminou com o “ensaio geral” de 1958 e, pelo contrário, aprofundou-se e incorporou outros atores e organizações das redes do anticomunismo

transnacional da Guerra Fria. Oito anos depois, repita-se, esses mesmos atores – com mais alguns incorporados ao projeto – criariam a Liga Mundial Anticomunista (WACL) em Seul.

Observa-se, pois, que uma pesquisa sobre o “objeto” WACL não poderia limitar-se ao estudo “apenas” do ente histórico já maturado. Entre outros aspectos, essa ausência de escavação sobre a gênese da WACL bloquearia, inclusive, a compreensão do engajamento e inserção do Brasil nas redes do internacionalismo anticomunista. Procedeu-se, então, à escavação da gênese dessas quatro organizações citadas e da história de seus dirigentes que constituíram referido “quarteto fantástico”: por ordem cronológica de aparecimento, o ABN (1943-1946), a APACL (1954), a CIDC (1954) e o CIAS (1956). Este último, especificamente, aparece nesta tese apenas ao entrar, de fato, “na jogada”, isto é, na Conferência Preparatória de 1958 no México, a gênese remota da WACL. Porém, uma coisa é o caminho descrito até aqui sobre a descoberta, explicitação, especificação e desdobramento do “objeto” WACL no marco do movimento anticomunista internacional da Guerra Fria. Outra coisa é a apresentação ao leitor ou à leitora dos resultados da pesquisa condensados nesta tese.

Daí que a solução encontrada consistiu em estruturar a primeira parte desta tese em três capítulos iniciais que reconstituem, especificamente, a gênese histórica e a interação complexa do mencionado “quarteto fantástico”. A partir dela, ademais, já se estará em condições de conhecer muito do perfil dos indivíduos que integrariam o *Quem-é-quem* da futura Liga Mundial Anticomunista (WACL). Assim, a **PARTE I**, intitulada “**A gênese remota da Liga Mundial Anticomunista**”, inicia-se com um **CAPÍTULO 1** que reconstitui a história dos agentes e organizações que constituíram o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), um dos futuros eixos estruturantes da WACL.

Denominado “**O Bloco Antibolchevique de Nações (ABN): destruir e balcanizar a URSS, ‘prisão dos povos’ (*tiurma narodiv*)**”, o **CAPÍTULO 1** resgata, de início, a “pré-história” de seus membros e organizações, circunscrevendo-os histórica e ideologicamente no momento anterior à formalização propriamente dita do ABN em 1946. E quais foram os subgrupos que, antes da II Guerra Mundial, emergiram nas lutas sociais, políticas e de classe da Europa Oriental, antes de estruturarem o ABN? Quem eram seus dirigentes? Basicamente, foram eles ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra da Ucrânia, Romênia, Eslováquia, Bielorrússia, Hungria, Letônia e Bulgária. O principal grupo foi formado pelos *banderites*, isto é, os

protonazistas ou filonazistas seguidores do *Providnyk* – o líder – Stepan Bandera, de sua Organização dos Nacionalistas Ucrânicos (OUN/B) e seu braço armado, o Exército Insurgente Ucrânico (UPA). Os *banderites* receberam especial atenção do CAPÍTULO 1. O motivo? O braço-direito de Bandera, Yaroslav Stetsko, seria o presidente vitalício do ABN de 1946 até o ano de sua morte, em 1986.

O CAPÍTULO 1, portanto, resgata como a gênese histórica do ABN deitou raízes na *Conferência da Frente Antibolchevique das Nações Subjugadas* realizada em Zytomyr, na Ucrânia Ocidental, em 1943. No meio da II Guerra Mundial, ela foi organizada pelo Exército Insurgente da Ucrânia (UPA), o braço armado da OUN/B, e contou com a ajuda e o financiamento do III Reich nazista. O CAPÍTULO 1 revela também que a maior parte dos futuros dirigentes do ABN foram organizados dentro do *Ostministerium* de Alfred Rosenberg. Se Hitler gostaria de escravizar e exterminar a maior parte, também, dos antibolcheviques do leste europeu – como os ucranianos, vistos por ele como *Untermensch* (*subumanos*) –, dentro do III Reich os *banderites* encontraram um aliado poderoso no ministro Alfred Rosenberg e, em particular, em seu diretor político para “minorias soviéticas” dentro do *Ostministerium*, Gerhard von Mende. Este foi, sem dúvida, o “melhor amigo” dos “povos não-russos” da URSS.

Ele organizou seus dirigentes antibolcheviques em uma gigantesca rede de emigrantes montada para Rosenberg e que se estendeu por toda a Europa Oriental e Ásia Central. E o que aconteceu com esse professor de sociologia e “turcologista” do *Ostministerium* no pós-guerra? Simplesmente, foi ele contratado pelo serviço secreto britânico (MI6) para reativar esse plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra do leste europeu. Foi assim que o ex-diretor de Rosenberg, o maior especialista em “povos não-russos” no *Ostministerium* nazista, (re)criou o ABN em 1946 a soldo do MI6, o serviço secreto de Sua Majestade a Rainha da Inglaterra, para lançá-lo em uma guerra secreta contra a URSS. O ABN rapidamente se internacionalizou e, vinte anos depois de sua criação, seria um dos eixos fundamentais da WACL. Como tratar desta sem determinar o *Quem-é-quem* do ABN? Essa é a razão de ser do CAPÍTULO 1 que, além da historiografia pertinentemente citada no corpo do texto, pode se valer de um acervo imprescindível. O governo federal dos EUA liberou, a partir do *Nazi Disclosure Act* (1998), milhões de documentos oficiais referentes aos crimes de guerra nazistas. E quais indivíduos povoam essa mastodôntica documentação ainda por ser estudada sistematicamente?



Praticamente, *todos* os dirigentes do ABN. Além disso, valeu-se de uma preciosa fonte secundária, a *Correspondência do ABN* que, felizmente, foi encontrada e compulsada nos EUA, no inestimável acervo da Universidade de Columbia na cidade de Nova Iorque. Enfim, o CAPÍTULO 1 enfatiza em especial a história e ideologia dos principais dirigentes do ABN como o ucraniano Stetsko, os *ustashi* croatas do *Poglavnik* Ante Pavelic, os legionários romenos da Guarda de Ferro liderados pelo *Capitanul* Corneliu Zelea Codreanu, o carniceiro eslovaco Ferdinand Durcansky e superministro do monsenhor Tiso (o ditador da Eslováquia a serviço de Hitler), os colaboradores nazistas bielorrussos de Radislaw Ostrowinsky, o general da Cruz Flechada húngara Ferenc Farkas Kisbarnak, o letão SS (~~W~~) Alfreds Berzins, o filonazista búlgaro Ivan Docheff e até um uzbeque, Kajum Khan, “experimento” pioneiro do professor von Mende e de Rosenberg no uso antissoviético do Islão. Todos eles seriam dirigentes do ABN e defendiam a destruição da URSS “lida” e combatida como a “prisão dos povos” (*tiurma narodiv*), propugnando sua destruição e balcanização em Estados nacionais independente e delimitados por fronteiras etnográficas. A maioria de seus líderes “brilhariam” nas redes da WACL, rodariam o mundo e participariam de congressos anticomunistas, inclusive no Paraguai e no Brasil, onde foram recepcionados pela SEPES e aplaudidos como autênticos “cold warriors” intransigentemente anticomunistas.

Os membros do ABN, portanto, envolveram-se na maior “cruzada” anticomunista do século XX e haviam constituído uma “ultradireita alucinada” que viu e seguiu com entusiasmo, como constelações menores, a “estrela-guia” do nazismo. Viram na ascensão e expansão do III Reich alemão, em especial sua Operação Barbarossa – uma guerra total de extermínio da URSS – a possibilidade de reverter a sovietação da Europa Oriental. Nesse sentido, os indivíduos e organizações que a partir de 1946 integrariam o ABN graças ao MI6 britânico, antes disso, envolveram-se na maior operação *rollback communism* da história do século XX. No entanto, se não conseguiram, ao lado dos nazistas, destruir a URSS – que, “em vez de ‘União’, (...) é uma prisão de nações” (ABN, 1950, v. I, n.º 2, p. 1) –, seus membros permaneceram adeptos da chamada estratégia “rollback”, isto é, seria preciso colocar em prática uma política de “libertação” das “nações cativas” do bolchevismo com a combinação de um ataque externo e interno à URSS. O mundo só viveria em paz depois da “vitória total sobre Moscou”, sendo imperioso, segundo o ABN, “a destruição do imperialismo russo (...) por meio da fragmentação da URSS e o

restabelecimento, na base de princípios étnicos, de Estados nacionais independentes de todas as nações vivendo sob a opressão bolchevique” (ABN, 1950, Extra Edition, pp. 7-8).

Epígonos da contrarrevolução antibolchevique na Europa Oriental, os dirigentes do ABN “liam” e combatiam a URSS no pós-II Guerra Mundial, conseqüentemente, como se estivessem envolvidos em uma III Guerra Mundial. A “cruzada” contra o “judeu-bolchevismo” que travaram ao lado da “estrela maior” do nazismo deveria prosseguir, portanto, depurada do antissemitismo ostensivo, na Guerra Fria entrelida e combatida como uma III Guerra Mundial antissoviética. Inclusive, como assinalou no pós-guerra o presidente do ABN Yaroslav Stetsko, “o bolchevismo (...) como o Inimigo Mundial n.º 1, torna os nazistas insignificantes” (ABN, 1953, v. IV, n.º 11/12, p. 1).

Se os membros do ABN caracterizaram elementos desejosos de restaurar um mundo pré-Revolução Russa de 1917 – e é emblemático que um militar fascista britânico como John Frederick Charles “Boney” Fuller, articulista da *Correspondência do ABN*, tenha defendido que “a Terceira Guerra Mundial, em sua forma psicológica, está atualmente em operação e assim o está desde que Lenin fez da revolução mundial seu objetivo político” (ABN, 1953, v. IV, p. 1) –, os futuros membros asiáticos da WACL representavam os desejos restauracionistas de um mundo pré-Revolução Chinesa de 1949. Assim, no **CAPÍTULO 2**, intitulado “**A Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL): ‘fruto maduro’ das contrarrevoluções chinesa, coreana, filipina, vietnamita, japonesa etc.**”, reconstitui-se a história da APACL, a principal organização responsável pela criação da WACL em 1966. Sendo basicamente um resultado da contrarrevolução chinesa pós-1949 e do fim da Guerra da Coreia (1951-1953), o núcleo motriz da APACL foi constituído pelas ditaduras da Coreia do Sul e de Taiwan.

Sem entender a gênese, os propósitos e a estratégia de internacionalização anticomunista incubada pela APACL, tampouco se compreende a formação da WACL, nucleada justamente pelas mesmas ditaduras, embora o autocrata civil sul-coreano que criara a APACL em 1954, Syngman Rhee, tenha sido substituído em 1961 por um ditador militar, o general Park Chung-hee. Tamanha foi a importância que o generalíssimo Chiang Kai-shek atribuiu à empreitada que ele indicou um dos três mais poderosos hierarcas do Kuomintang (KMT), Ku Cheng-kang, para presidir a APACL-Taiwan. A APACL foi, em todos os sentidos, uma política de Estado taiwanesa e sul-coreana. Orbitando as “estrelas-guias” de Syngman Rhee e de Chiang Kai-shek na

organização do movimento anticomunista no Extremo Oriente, também integraram a empreitada as Filipinas de Ramon Magsaysay e o Vietnã do Sul de Ngo Dinh Diem. Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas e Vietnã do Sul, em um primeiro momento, formaram o eixo central do projeto APACL, matriz e força motriz da WACL. Como tratar desta sem conhecer os indivíduos que integraram o *Quem-é-quem* da APACL?

Sem essa compreensão, é difícil precisar o papel posterior exercido pelo presidente honorário vitalício da WACL Ku Cheng-kang e suas íntimas relações com dirigentes anticomunistas brasileiros como Penna Botto e Barbieri Filho, por exemplo, ou com um repressor paraguaio como Campos Alum. Essa é a razão de ser do **CAPÍTULO 2** que, além da historiografia pertinentemente citada no corpo do texto, pode-se valer de um acervo valioso para a compreensão da gênese da APACL. Trata-se dos materiais de suas primeiras conferências guardados pelo *Syngman Rhee Institute* da Universidade de Yonsei, em Seul, e disponibilizados no sítio virtual do *Woodrow Wilson Center*. Além disso, utilizou-se de uma preciosa fonte secundária, a revista da APACL-Taiwan *Free China & Asia* que, felizmente, foi possível compulsar na CV Starr East Asian Library da Universidade de Columbia em Nova Iorque. Assim como seus congêneres do ABN, conquanto mais poderosos porque tendo o comando de Estados anticomunistas, também a APACL nutriu e praticou um ideário de guerra de reconquista dos territórios perdidos para os comunistas.

Sob o lema “Povos livres da Ásia, uni-vos!”, a APACL propugnou uma estratégia “rollback” para “que os comunistas não apenas sejam impedidos de fazer futuros avanços, mas que sejam compelidos a abandonar tudo aquilo que eles tomaram por agressão” (APACL, 1954g: 2-3). Da mesma forma como o ABN propugnou uma política de “guerras de libertação nacionais – isto é, uma série de insurreições – [que] pode conduzir à destruição da URSS” (STETSKO *apud* SOSENKO, 2010: 25), a APACL jurou que seus membros não descansariam “até que a Terra esteja livre do comunismo”. Seus membros deveriam, assim, penetrar “as Cortinas de Bambu e de Ferro para trazer esperança àqueles mantidos escravizados atrás delas” (APACL, 1954g: 1). Só assim os “agressores [comunistas] nunca mais poderão roubar nossas terras e nossos lares” (APACL, 1954g: 1).

Já o **CAPÍTULO 3**, intitulado “**A Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC): os Congressos Contra a Intervenção Soviética na América Latina e suas**

**conexões anticomunistas globais (1954-58)”,** estuda uma contraparte regional nossa dos “cruzados” do ABN e da APACL. O CAPÍTULO 3 reconstitui, pois, a história do eixo latino-americano que se aliou, de forma pioneira, à APACL e ao ABN: a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Ela surgiu no I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1954 no México. Embora ostensivamente organizado por um mexicano de extrema-direita, Jorge Prieto Laurens, o I Congresso foi idealizado, montado, financiado (investimento: 25 mil dólares) e nomeado pela CIA no marco do chamado Projeto PBSUCCESS, uma operação que desferiu o golpe de Estado e de classe, em junho de 1954, contra o presidente da Guatemala Jacobo Arbenz, em junho de 1954.

O I Congresso foi fruto de uma suboperação do Projeto PBSUCCESS, a Operação KUGOWN, cujo objetivo era fornecer – as palavras são da CIA – uma “cortina de fumaça” ao golpe e à contrarrevolução guatemalteca, a primeira da Guerra (nada) Fria na América Latina. A suboperação KUGOWN do Projeto PBSUCCESS utilizou o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina para apagar as digitais da administração Eisenhower do golpe *made in USA*, urdido pela CIA, pelo Departamento de Estado, pelas Forças Armadas e pela *United Fruit Cia.* dos EUA. Como escreveu o coronel da CIA Albert Haney, o I Congresso de 1954 no México deveria “induzir uma resolução hemisférica contra a intervenção soviética na Guatemala”, “servir de cortina de fumaça [*to smokescreen*] para as atividades dos EUA na PBSUCCESS” e “estender os contatos para futuro emprego da KUGOWN por todo o hemisfério” (HANEY, CIA: 2). Isto é, conforme se verá, a PBSUCCESS encapsulou a primeira tentativa de reverter – “rollback” – os avanços da Revolução de Outubro de 1944 na Guatemala, da qual o deposto Jacobo Arbenz era um de seus líderes e, como denunciara seu ministro das Relações Exteriores junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), às vésperas do golpe *made in USA*, a Guatemala seria a primeira vítima do que chamou de “Internacionalismo do Macarthismo” (TORRIELLO *apud* IMMERMANN, 1990: 148).

Tratou-se, pois, da consumação da vitória da contrarrevolução guatemalteca, o primeiro passo à consecução hemisférica de uma contrarrevolução preventiva na América Latina. Não foi, portanto, a Revolução Cubana de 1959 que armou os agentes das extremas-direitas regionais, sempre sob os auspícios do governo e das Forças Armadas dos EUA. Foi a Revolução Guatemalteca de 1944 que motivou a organização do “Internacionalismo do Macarthismo”

referido pelo ministro de Arbenz. No ano seguinte ao I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1954, os anticomunistas primeiramente organizados pela CIA se reuniram no Brasil, na então capital Rio de Janeiro, batizando o grupo com o nome de Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Depois da CIA ter se irritado com sua incapacidade de controlar os arroubos do mexicano Prieto Laurens, optou-se por designar como presidente da CIDC alguém mais disciplinado e servil, adequando-se para o cargo o almirante brasileiro Penna Botto, para quem “os EUA são os melhores amigos do Brasil” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 216).

Dessa forma, o CAPÍTULO 3 percorre os quatro Congressos regionais da CIDC – realizados no México (1954), no Brasil (1955), no Peru (1957) e na Guatemala (1958) – e, particularmente, confere especial atenção à Conferência Preparatória que a CIDC sediou em 1958 na Cidade do México com mais três organizações do movimento anticomunista internacional da Guerra Fria: o ABN, a APACL e o Comitê Internacional de Informação e Ação Social (CIAS). Este, embora não receba um CAPÍTULO à parte, é decifrado em sua origem e gestores nazistas – o ex-funcionário sênior do *Antikomintern* de Taubert (braço direito de Goebbels), seu pupilo Alfred Gielen –, no momento em que emerge nesse entramado do “ensaio geral” para a criação de uma Liga Mundial Anticomunista em 1958. Desde muito cedo, os dirigentes da CIDC Penna Botto e Prieto Laurens estavam em contato com a APACL-Taiwan. Em 1955, por exemplo, durante o II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, realizado no Rio de Janeiro, o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang propôs, por intermédio do embaixador taiwanês no Brasil, que a CIDC e a APACL reunissem esforços para criar uma Liga Mundial Anticomunista.

A partir disso, instigado por Ku Cheng-kang, Penna Botto apresentou uma Resolução ao III Congresso da CIDC de 1957, em Lima, formalizando o projeto de criar uma “Internacional Anticomunista”. Penna Botto endereçou aos confederados anticomunistas uma Resolução que, *considerando* “que la conspiración comunista es de orden global y requiere por lo tanto, para que sea eficazmente combatida, medidas y providencias también de orden global, o sea mundial”, *recomendou* à CIDC “la preparación y ejecución de un ‘Congreso Mundial Anti-comunista’ (...) que a su vez constituya una medida preliminar para la creación de una ‘Liga Mundial Anti-Comunista’” (CIDC, 1957: 38-39). O CAPÍTULO 3 flagra, então, pela primeira vez na historiografia, a viagem de Penna Botto, presidente da CIDC, à Taiwan de Chiang Kai-shek. Nesta,

no marco dos preparativos para a criação de uma “Internacional Anticomunista”, restou pré-agendada uma *Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação*.

O objetivo dessa Conferência, como estampado na *Declaração de Taipei* assinada por Penna Botto e Ku Cheng-kang, deveria ser o de “erradicar o comunismo, livrar o mundo da praga marxista”, isto é, “libertar as pessoas escravizadas pelos comunistas onde quer que estejam, na Europa e na Ásia” e “preservar os povos livres de serem no futuro escravizados pelos comunistas” (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 10, p. 9). A Agenda da Conferência Preparatória, inclusive, atribuiu à URSS a direção e o controle do Movimento Comunista Internacional (MCI), declarando que “o Império Soviético Russo já está em guerra (não declarada) contra o Mundo Livre” que, por isso, deveria atacar “o bastião central – o governo soviético russo” – “para libertar os povos escravizados pela Rússia Soviética” – e atacar “o bastião vermelho chinês, o governo de Pequim” – “para libertar os povos escravizados pela Ásia comunista” e, ainda, “repelir a ofensiva soviética contra a América Latina” – para “preservar os povos livres da futura escravização comunista” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, P. 6).

Por conseguinte, essa Conferência Preparatória de 1958, no México, lançou as bases iniciais da futura Liga Mundial Anticomunista criada em 1966 na Coreia do Sul. Como tratar, pois, da futura WACL sem compreender que a CIDC, a APACL e o ABN triangularam suas “tabelinhas”, desde 1955, em busca da constituição de uma “Internacional Anticomunista” e que, em 1958, puseram o CIAS “na jogada” durante a Conferência Preparatória do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação? Sem essa compreensão, não se entende como foi possível a uma geração mais jovem das linhagens da ultradireita brasileira e mexicana ter conquistado posições tão destacadas nessas redes anticomunistas globais. Um mexicano, Raimundo Guerrero, e um brasileiro, Carlo Barbieri Filho, dirigentes da WACL/CAL-México e da WACL/CAL-Brasil, respectivamente, tornar-se-iam presidentes da própria Liga na década de 1970. Só alcançaram esse “feito” graças ao trabalho de seus antecessores Prieto Laurens e Penna Botto. Esses veteranos anticomunistas não apenas ligaram o México, o Brasil e praticamente toda a ultradireita latino-americana à CIDC. Eles conectaram a CIDC à APACL, ao ABN, ao CIAS e, a partir de 1966, à WACL. E se o “quarteto fantástico” – APACL, ABN, CIAS e CIDC – falhou em 1958 em seu projeto de convocar um Congresso Mundial Anticomunista que serviria de base

a uma “Internacional Anticomunista”, em 1966, foi justamente dessa interação, com outros atores “menores”, que surgiu a WACL, a maturação histórica de um processo de longa duração.

O CAPÍTULO 3, ademais, confere atenção especial à prisão dos dirigentes cubanos da CIDC pela Revolução Cubana, que não apenas feriu de morte, destruindo completamente, a CIDC-Cuba. Ela quase deixou acéfala a própria CIDC, tamanha a proeminência que os cubanos anticomunistas haviam assumido nela. Salvador Diaz-Versón era vice-presidente da CIDC. Preso pelos revolucionários cubanos, conseguiu fugir e asilar-se em Miami, despontando depois como divulgador de notícias falsas que atribuíram o assassinato do presidente John F. Kennedy a Fidel Castro. Já Ernesto de la Fe, ex-ministro de Informações da ditadura militar de Fulgencio Batista, era secretário-geral da CIDC à época. Foi preso em 1959 e liberado apenas em 1981, ou seja, amargou 22 anos de prisão. Em 1983, todavia, viajou ao Brasil para participar em Campos do Jordão, São Paulo, do I Encontro Latino-americano em Defesa da Democracia. Organizado por quem? Pelo presidente da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista, Carlo Barbieri Filho. Esse caso é emblemático em todos os sentidos. Em 1983, um veterano da CIDC-Cuba, após passar 22 anos preso na ilha, retornaria aos braços das redes anticomunistas globais que ajudara a construir, na década de 1950, ao lado de Penna Botto e Prieto Laurens.

Nota-se, pois, como a CIDC foi muito bem sucedida em inserir a ultradireita latino-americana nessas conexões repressivas globais e, mesmo após a morte de Penna Botto e a prisão de Ernesto de la Fe, a geração mais jovem dos anticomunistas regionais as encampou e aprofundou. O CAPÍTULO 3, enfim, detém-se particularmente na análise do projeto “irrealizado” da CIDC de construir um sistema hemisférico para vigiar e monitorar comunistas e seus “companheiros de viagem”. A Confederação propôs em 1958, embora não tenha encontrado as condições objetivas para concretizá-lo, um Centro Interamericano de Informação Anticomunista que, em grande medida, não apenas faz ressoar a Operação Condor, como ainda indicava especificamente que ele fosse erigido sobre o mesmo sistema – o *kardex* – que os Condores militares utilizariam duas décadas depois. O Centro deveria constituir um Arquivo de “subversivos” baseado no sistema *kardex biográfico*, ou seja, um mecanismo de controle e monitoramento por fichas do fluxo de “estoque” dos comunistas da região. Em seu IV Congresso de 1958 na Guatemala, nesse sentido, a CIDC recomendou que referido Centro coordenasse “en forma técnica las actividades comunistas”, advertindo ser “necesaria la clasificación ordenada de los más activos líderes

comunistas, bajo un sistema de kardex biográfico”, com vistas a “formar y mantener un archivo de información sobre personas y organizaciones acusadas de actividades comunistas en todo el Continente, por medio de un *index continental del comunismo*” (CIDC, 1961: 395).

O sistema *kardex*, já computadorizado, seria o mesmo utilizado pelos Condores a partir de 1975. Nesse sentido, esse projeto da CIDC pode ser considerado um dos protótipos longínquos da Condor. Não é extravagância dizer que a *utopia* exterminista proposta pela CIDC na década de 1950 foi *realizada* pelas ditaduras militares da América Latina na década de 1970 – tese defendida pelo historiador argentino Julio Lisandro Cañón Voirin (2017). Não à toa, por exemplo, agentes oficiais e oficiosos das ditaduras militares do Brasil e do Paraguai encampariam e ocupariam posições de destaque nessas redes anticomunistas globais em que a CIDC inseriu a ultradireita latino-americana. Finalmente, quais as fontes do CAPÍTULO 3? No que concerne à análise do I Congresso de 1954 no México, foram utilizados os documentos da CIA, que condensam o entramado do Projeto PBSUCCESS e de sua suboperação KUGOWN. Para os outros Congressos, utilizou-se a publicação feita pela própria CIDC das atas, resoluções e memórias de seus encontros. Essas nos foram fornecidas pela historiadora mexicana Azucena Citlalli Jaso Galván que, com sua imensa generosidade, franqueou-nos acesso a esse material. Não seria possível ter redigido o CAPÍTULO 3, da forma como está, sem esses materiais. O CAPÍTULO 3 valeu-se também de uma jovem e vibrante historiografia representada por historiadores de alto nível do México, Argentina, Uruguai e Chile, respectivamente, Mario Virgilio Santiago Jiménez (2017), Julio Lisandro Cañón Voirin (2017), Ernesto Bohoslavsky e Magdalena Broquetas (2018) e Marcelo Casals (2019).

Esses três CAPÍTULOS, assim, encerram a PARTE I desta tese. Abarcam a gênese remota, os atores e a primeira interação complexa dessas organizações internacionais anticomunistas da Guerra Fria.

Finalmente, a **PARTE II**, intitulada “**A criação da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e sua latino-americanização (CAL)**”, está composta de dois CAPÍTULOS, o 4 e o 5. É na PARTE II que se trata, propriamente, do já mencionado processo de maturação de nosso “objeto” WACL. O **CAPÍTULO 4**, intitulado “**A Liga Mundial Anticomunista (WACL): o ‘Anti-Komintern’ da Guerra Fria**”, flagra a articulação específica entre APACL, CIAS, ABN e CIDC que finalmente resultaria, já com outras organizações “na jogada”, na criação da WACL em



1966 na Coreia do Sul. O CAPÍTULO 4 detém-se na gênese imediata da WACL, isto é, o período entre a tentativa frustrada de 1958 e a realização do “sonho” do internacionalismo anticomunista em 1966. Nesse espaço de tempo, entre outros aspectos, flagra-se o engajamento de elementos oriundos do fascismo e do militarismo japonês – em estreita conexão repressiva com a *Yakuza* – primeiro na APACL e depois na WACL. Como isso foi possível? Venceu-se a resistência dos sul-coreanos da APACL em não aceitar japoneses nos quadros da “cruzada” anticomunista do sudeste asiático. Substituindo-se o autocrata civil Syngman Rhee pelo ditador Park Chung-hee na Coreia do Sul, este último um ex-colaborador do Império Japonês, a APACL e depois a WACL puderam contar com uma pujante e endinheirada extrema-direita nipônica.

Acompanha-se ainda, no CAPÍTULO 4, o primeiro ciclo asiático das conferências anuais da “tão sonhada” Liga Mundial Anticomunista: a I em Taiwan (1967), a II no Vietnã do Sul (1968), a III na Tailândia (1969), a IV no Japão (1970) e a V nas Filipinas (1971). Nesse período, flagra-se igualmente o tortuoso processo de engajamento dos latino-americanos na WACL e, em particular, as inserções brasileiras na Liga. Embora a CIDC, presidida pelo almirante brasileiro Penna Botto, tenha sido a primeira “amiga” latino-americana dos asiáticos da APACL – a força motriz por trás da WACL –, uma vez consolidada em 1966, a Liga buscou constituir seu próprio órgão regional na América Latina. A primeira tentativa (frustrada) nesse sentido ocorreu, como se verá, com a criação de uma Liga Anticomunista Latino-americana (LAL). Analisa-se também a participação das mulheres anticomunistas brasileiras nesse primeiro ciclo asiático de conferências da WACL, particularmente, as dirigentes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), *think tank* ligado aos institutos que encetaram o golpe de Estado e de classe de 1964 no Brasil, isto é, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

É curioso notar, a esse respeito, que não foi Penna Botto – presidente de uma organização internacional filiada à Liga, a CIDC –, mas sim uma mulher, Ester de Proença Lago, a primeira a ser caracterizada como “Presidente do Capítulo brasileiro da WACL” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 2, p. 2). Nesse processo de engajamento de brasileiros no primeiro ciclo (asiático) de conferências anuais da WACL, por fim, será abordada a tentativa da Sociedade Brasileira de Defesa da Família, Tradição e Propriedade (TFP) de ficar por dentro da Liga. Como se verá, no

entanto, a TFP seria alijada, apesar de seus quereres de se integrar à WACL, por seus “irmãos” latino-americanos de “cruzada” anticomunista.

No CAPÍTULO 4, então, a WACL é abordada em sua constituição específica, como a maturação histórica da mais importante “Internacional Anticomunista” da Guerra Fria, de fato, um “segundo Anti-Komintern”, conforme caracterizado sagazmente pelo analista político e poeta canadense Peter Dale Scott. Simples metáfora de uma imaginação poética disposta à escavação histórico-ideológica? Longe disso. A WACL manteve-se fielmente como uma entidade *filonazista*, lamentando, por exemplo, que, “se não fosse pelo forte apoio dado pelo mundo livre, a Rússia soviética teria se desintegrado sob o impacto do impulso da Alemanha hitlerista em direção ao leste” (WACLROC, 1968: 21). Mais do que um simples sentimento de amor e admiração à “cruzada” anticomunista do III Reich, a WACL incorporou em seu primeiro Conselho Executivo, especificamente, o já referido Alfred Gielen, um ex-funcionário sênior do *Anti-Komintern* nazista que, à época, era dirigente internacional do CIAS. Admiradora da maior operação *rollback communism* encetada na história da humanidade – a tentativa nazista, via Operação Barbarossa, de lançar uma guerra de extermínio da URSS –, a WACL também nutriu uma política de guerra total contra o comunismo.

A WACL manteve como missão derradeira “destruir a Cortina de Ferro e restaurar a liberdade dos povos escravizados” (WACLRCO, 1968: 19). Como disse seu líder nas Filipinas, o senador Ramon D. Bagtsing, durante a V Conferência da WACL em Manila, “em nossa luta contra uma ideologia diabólica”, “nossa determinação (...) não é apenas conter, mas aniquilar o inimigo implacável”, com vistas à “libertação para todas as nações e povos cativos do mundo!” (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, p. 1). Como também diria o presidente honorário da WACL, o hierarca do Kuomintang Ku Cheng-kang, durante a II Conferência da Liga de 1968, em Saigon, “adotamos uma política de guerra total”, “não apenas nos campos de batalha do Vietnã”, mas inspirados “pelas bem-sucedidas campanhas anticomunistas travadas pela República da China no início dos anos 1930, a derrota total da frente popular pelo General Francisco Franco em 1939, as mais recentes campanhas anticomunistas bem-sucedidas na Malásia, na Grécia e nas Filipinas, e pelos últimos acontecimentos na Bolívia” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 52).

A WACL, portanto, será especificada no CAPÍTULO 4 como a principal organização do movimento anticomunista internacional da Guerra Fria que lutou pela “libertação de todos os

povos sob o cativeiro comunista”. A WACL foi, assim, a principal inimiga das políticas de *neutralismo*, *coexistência pacífica*, *appeasement* e *détente* com os comunistas. Não seria conveniente apenas conter o comunismo, mas fazer guerra contra ele – até a vitória final! Uma guerra de extermínio, portanto. Como inscreveu a WACL em uma de suas Resoluções na V Conferência de 1970, nas Filipinas, o “mundo livre” deveria estar atento às “consequências fatais do *appeasement* dos chineses vermelhos, que, como o *appeasement* de Hitler em Munique, pode levar apenas a uma guerra desastrosa que porá gravemente em perigo o futuro de toda a humanidade” (WACLROC, 1971: 59).

Este foi, inclusive, o contexto mais agudo enfrentado pela WACL, em especial para seu patrono, a Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek: a visita do presidente dos EUA Richard Nixon – mediado por seu secretário de Estado Henry Kissinger – à República Popular da China (RPC) de Mao Tse-tung. A WACL definiu, então, como sua principal missão “frustrar todas as tentativas de trazer os comunistas chineses para as Nações Unidas [ONU]” (WACLROC, 1971: 16). Na ocasião, em Manila, a irmã de Fidel Castro, “estrela” latino-americana da V Conferência da WACL de 1971, advertiu que “a nova política de Nixon para com a China Vermelha” – “a política do ping-pong” – “não passa de uma cópia medíocre do chamberlainismo”, isto é, do *appeasement* com Hitler, concluindo sua estratégia – e da Liga – *rollback communism*: “O bárbaro imperialismo comunista não pode ser detido ou vencido por meio de duvidosas negociações, pactos, sorriso, e nem mesmo jogando ping-pong (...) Com o comunismo não pode haver outro jogo que o das balas e do crepitar dos fuzis e metralhadoras” (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 5). Quanto às fontes, o CAPÍTULO 4 ancorou-se basicamente nas secundárias, novamente, a *Correspondência do ABN* e a revista da APACL-Taiwan, à época já renomeada como *Asian Outlook*, também compulsada na Universidade de Columbia (NYC).

Por último, o **CAPÍTULO 5**, intitulado “**A Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL): o giro às Américas da WACL e a criação da CAL, protótipo e cogestão da Operação Condor**”, chega ao ponto de onde se partiu, conforme descrito no itinerário de explicitação do nosso objeto de pesquisa, a saber, no órgão regional da WACL na América Latina, a CAL e, em especial, em três de seus “Capítulos”: o brasileiro dirigido por Barbieri Filho, a SEPES; o paraguaio dirigido pelo chefe da polícia política stronista Campos Alum; e o mexicano de Raimundo Guerrero *et caterva*, a Federación Mexicana Anticomunista de Occidente

(FEMACO). Encerrado o primeiro ciclo asiático de conferências da WACL, esta faria o seu “giro às Américas” no início da década de 1970. O motivo já foi adiantado, isto é, a urgência política representada pelo início do processo de reconhecimento diplomático pelos EUA, a “estrela-guia” do anticomunismo, da República Popular da China (RPCh) – com a consequente entrada desta na ONU. Em detrimento de quem? Justamente, da Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, a força motriz do complexo WACL/APACL.

As datas coincidem em cheio. Em 1971, iniciou-se o processo de “normalização” das relações EUA-RPCh. Em 1972, a WACL-Taiwan, “desesperada”, forçou o “giro às Américas” das conferências anuais da Liga. A partir dessa “normalização” das relações EUA-RPCh, a WACL se transformou no último canal diplomático à ditadura taiwanesa, que passou a investir mais pesadamente nela. Ou seja, se a APACL e depois a WACL haviam sido sempre nucleadas e matrizadas pela dupla ditatorial Taiwan e Coreia do Sul, a partir de 1971, o complexo WACL/APACL representou o canal diplomático remanescente da ditadura do *generalíssimo* Chiang Kai-shek com o mundo externo. E ele pode encontrar sobretudo no México, no Brasil e no Paraguai valiosos “amigos” da ultradireita anticomunista. Esses não o abandonariam como o fizera o governo dos EUA presidido por Nixon e aconselhado por Kissinger.

E esse perfil de “amizade” anticomunista transnacional já não vinha sendo estabelecido pela APACL junto à CIDC desde a década de 1950? Na década de 1970, seria a hora e a vez dos “novos amigos” latino-americanos. O presidente vitalício da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, já então presidente honorário vitalício da WACL, foi o elo forte da continuidade intergeracional de extrema-direita anticomunista. Desde 1955 ele operava com os veteranos da CIDC Penna Botto e Prieto Laurens. Foi longo e suficiente para operar também com os “herdeiros” políticos de Penna Botto e Prieto Laurens, respectivamente, Barbieri Filho da SEPES e os expoentes da ultradireita antisemita da FEMACO. Os membros desta última, aquartelados na *Universidad Autónoma de Guadalajara*, eram chamados de *tecos*. Os “corujas”, em espanhol. Seria pelo hábito do estudo noturno, que lhes tirava o sono? Não, o apelido veio do hábito de sair em “caçadas” noturnas em busca de “comunistas”. Eram antisemitas e foram os “caçadores de comunistas” de Jalisco, Guadalajara, no México. Fundaram a FEMACO e logo a integraram à WACL como seu “Capítulo” mexicano.

E quem foi nomeado pelos *tecos* como presidente de honra da FEMACO, senão o veterano Prieto Laurens? Este prosseguiu como dirigente da CIDC que, já como uma “estrela menor”, nunca deixou de existir. A concretização desse enlace intergeracional Prieto Laurens-FEMACO poderia ter tido um paralelo no Brasil caso a SEPES de Barbieri Filho tivesse indicado como seu presidente de honra o veterano Penna Botto. Daí a história seria idêntica. Mas não houve tempo. O almirante morreu em 1973 e, por muito pouco, não viu seus “herdeiros” brasileiros voarem alto nas redes anticomunistas globais que ajudara a criar desde 1954. Antes de morrer, porém, Penna Botto enviou um telegrama saudando a VI Conferência da WACL – a primeira fora da Ásia – organizada pela FEMACO, em 1972, na Cidade do México. Novamente, então, o México serviu de palco aos “sonhos” mais “ousados” da ultradireita global da Guerra Fria. A WACL realizou ali sua VI Conferência e, na ocasião, fundou seu organismo regional na América Latina, a *Confederación Anticomunista Latinoamericana* (CAL).

A CIDC de Prieto Laurens, uma vez adoentado Penna Botto, associou-se à CAL e prosseguiu participando das conferências da WACL. Prieto Laurens, a despeito da idade avançada, manteve-se como profícuo redator de artigos anticomunistas para a *Réplica*, revista antissemita da FEMACO/CAL. Mas já era a hora da “estrela” da CAL “brilhar”, hegemônica pelos *tecos* da FEMACO. Se Penna Botto não pode ir ao México em 1972, uma geração mais jovem de anticomunistas brasileiros esteve presente na VI Conferência da WACL e no subsequente I Congresso da CAL, conforme esmiuçado no CAPÍTULO 5. A SEPES enviou seus emissários, assim como a ditadura militar brasileira enviou um “observador”. A SEPES, que se consagraria como o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL, ainda não era à época presidida por Barbieri Filho, e sim pelo magnata Alfredo Weisflog, da indústria de papel e celulose Melhoramentos, proprietária de uma expressiva editora de livros.

Pronto. Circuito fechado. A WACL não tinha mais apenas uma organização latino-americana “amiga” como a antiga CIDC de Penna Botto e Prieto Laurens. A Liga passou a ter, desde 1972, um organismo regional na América Latina para chamar de seu, a CAL. O CAPÍTULO 5, assim, analisa e dissecou seus congressos no hemisfério. Com um “detalhe”: a CAL foi uma perigosa organização bifronte, com uma face pública e outra secreta, (para)militar. Seus congressos, inclusive, obedeceram a essa estratégia de condução da guerra anticomunista. Eles são assim analisados pelo CAPÍTULO 5: I Congresso da CAL-Pública no México (1972), II

Congresso da CAL-Secreta no Paraguai (1973), II Congresso da CAL-Pública e III Congresso da CAL-Secreta no Brasil (1974). Ao mesmo tempo, o CAPÍTULO 5 debruça-se sobre as Conferências da WACL nas Américas: a VI no México (1972), a VII nos EUA (1974) e a VIII no Brasil (1975).

O segundo presidente da SEPES, o sucessor de Alfredo Weisflog, foi Barbieri Filho, consagrado como presidente vitalício desse “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL. Filho de um financista de médio porte, proprietário do Banco Aplik, desde muito cedo demonstrou sua vocação à militância anticomunista e, para tanto, pode contar com poderosos patronos. Como demonstrado recentemente pelo historiador Vicente Gil da Silva (2021), Barbieri Filho liderou o movimento secundarista anti-Goulart na conspiração do pré-1964, organizando a Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundaristas de São Paulo em 1962, que contou com duas edições. Mas já nessa época contava com “as astúcias” de anticomunistas mais experientes. Wladymir Lodgensky, como demonstrou Vicente Gil da Silva, foi o principal deles. O pai de Wladymir, o russo *branco* Georges Lodgensky, era o cofundador, ao lado de Théodore Aubert, da Entente Internacional Anticomunista (EIA), criada em 1924 para guerrear a III Internacional Comunista, o Komintern (DA SILVA, 2020: 234). Wladymir era um espião internacional ligado ao Estado e à burguesia no Brasil, bem como aos serviços secretos dos EUA.

No pré-1964, no marco da conspiração do complexo IPÊS/IBAD/ESG, fundou a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI). Uma das frentes estudantis da SEI foi o Centro Latinoamericano de Coordenação Estudantil (CLACE), também auxiliado pela polícia política paulista (DOPS-SP). Barbieri Filho organizou os mencionados congressos de secundaristas como um jovem dirigente anticomunista do CLACE. Sinal “alvissareiro” de um “promissor” futuro na carreira anticomunista. Foi exatamente o caso. Barbieri Filho não foi apenas o presidente da SEPES. Na medida em que a WACL manteve um sistema rotativo de presidentes de acordo com o país-sede de seus encontros anuais, quando a SEPES recepcionou a VIII Conferência wacliana em 1975, no Rio de Janeiro, o então jovem brasileiro de 28 anos tornou-se o presidente da Liga Mundial Anticomunista (biênio 1975-76). Imagine-se a felicidade do almirante Penna Botto, se vivo fosse, ao ver a realização desse “sonho” da ultradireita brasileira. O almirante “sonhara” e batalhara para a criação de uma Liga Mundial Anticomunista desde 1955, quando o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang lhe sugerira o projeto. Em 1975, um brasileiro, jovem ainda por

cima, tornar-se-ia o presidente da “tão sonhada” Liga Mundial Anticomunista, ascendendo como um “meteoro” nas redes que o velho almirante tão ciosamente construía desde a década de 1950. Inclusive, Barbieri Filho receberia no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, o velho “amigo” chinês de Penna Botto, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang.

O presidente da SEPES Barbieri Filho, como se verá no CAPÍTULO 5, era um violento “cruzado” anticomunista, isto é, tratou o combate ao comunismo como uma *guerra santa*. No discurso que proferiu no II Congresso da CAL-Pública de 1974, por exemplo, reiterou que “a nossa luta não é contra a carne e o sangue, mas contra os poderes das trevas” (AC.ACE.108915/77, p. 57). Advertiu ainda que, no caso brasileiro, “o inimigo, por derrotado que tenha sido [em 1964], não dorme e não desiste, volta sempre ao ataque, sempre mais insidioso e traiçoeiro” (AC.ACE.108915/77, p. 57). A Guerra Fria foi por ele “lida” e combatida, inclusive, como uma III Guerra Mundial – fato que conectou o então jovem empresário e “cruzado” do anticomunismo aos veteranos do ABN, da APACL, da CIDC etc. Como diria Barbieri Filho na VIII Conferência da WACL, evento que o catapultaria à presidência da Liga, todos conferencistas ali presentes seriam “efetivos baluartes na preservação dos nossos valores morais e espirituais que hoje são avassalados, triturados e bombardeados pela invasão materialista que estamos sofrendo” (...) Temos que ter consciência que estamos enfrentando a III Guerra Mundial” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 7).

A regressividade do presidente da SEPES (e de seus membros), compartilhada pelos quadros dirigentes da WACL, de fato, configurou uma crítica – prática e ideológica – não apenas ao comunismo em particular, mas ao *materialismo* – aí incluído o liberalismo. Portanto, os nódulos ideológicos típicos da extrema-direita, o antiliberalismo e o anticomunismo, fizeram-se presentes na constelação de cosmovisões da WACL e de seus “Capítulos” nacionais. Na IX Conferência da WACL, o presidente da SEPES explicitaria, mais uma vez, que seu reacionarismo, se manteve como alvo prioritário o comunismo, era também um ataque contra a Revolução Francesa de 1799 e o *liberalismo clássico* que dali emergira. Daí ter afirmado, por exemplo, que o “Liberalismo, fruto da revolução que clamava por liberdade, igualdade e fraternidade, trouxe como consequência dessa liberdade um sistema que destrói todas as oportunidades de melhora na situação social dos trabalhadores, extinguindo as corporações (...)” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38).

Foi na VIII Conferência da WACL, inclusive, que a SEPES apresentou um dos comandos mais explícitos para *exterminar* “subversivos”. Tratou-se, como será estudado no CAPÍTULO 5, de sua “tese” apresentada na ocasião sob o título “A Doutrina da Antissubversão”, que defendeu que “el poder anti-subversivo tendrá de actuar siempre con gran iniciativa, tratando de evitar la actitud passiva o defensiva” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15).

**Las operaciones contra un núcleo subversivo pueden ser de dos tipos: 1) Operaciones de neutralización y 2) Operaciones de destrucción.** Las operaciones de neutralización tienen como objetivo perjudicar las acciones subversivas, cuando las fuerzas legales no disponen de condiciones para identificar, localizar o disgregar el grupo subversivo. **Las operaciones de destrucción tienen como objetivo desbaratar el grupo subversivo, aprisionando o destruyendo sus elementos** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15, grifo meu)

E como a ultradireita brasileira teria chegado tão longe sem um *visionário* e *obcecado* anticomunista como Penna Botto? O CAPÍTULO 5 sustenta que não foi apenas seu brilhantismo precoce que conduziu o então jovem expoente da extrema-direita brasileira aos píncaros do movimento anticomunista internacional. É verdade que “sua” SEPES pode contar, em seu Conselho Consultivo e quadro diretor, com indivíduos do “quilate” de Alfredo Buzaid, com um arcebispo reacionário como Geraldo Proença Sigaud, com um velho conspirador do IPÊS como Antonio Carlos Pacheco e Silva, com representantes patronais do capital industrial como Theobaldo de Nigris (FIESP), do capital financeiro como Theophilo de Azeredo Santos, do capital agrário como Salvio de Almeida Prado (SRB), do capital comercial como José Papa Junior (FECOMÉRCIO), com um almirante-espião como José Leite Soares Júnior, com um juiz integralista antissemita como Ítalo Galli, com uma antiga conspiradora da CAMDE como Eudóxia Ribeiro Dantas, com um promotor de Justiça testemunha de defesa do líder do esquadrão da morte Sérgio Paranhos Fleury como Ítalo Bustamante Paolucci, ou mesmo com um integralista e professor da ESG como Jorge Boaventura de Souza e Silva.

Com esse “time”, portanto, seria “fácil” à SEPES ter ido muito longe, mesmo que presidida por um jovem anticomunista então com 28 anos, certo? Nem tanto. O CAPÍTULO 5 busca demonstrar que a SEPES recebeu “uma mãozinha” que a catapultou ao “estrelato”: o de tornar-se a principal gestora do anticomunismo mundial no biênio 1975-76. E quem foi “a mão invisível” que ajudou a inserção da SEPES no complexo WACL/CAL? A ditadura militar brasileira. Mas por qual de seus componentes? O SNI que, entre 29 e 30 de novembro de 1974,



recebeu e organizou – *sem convidar* o jovem Barbieri Filho – o III Congresso da CAL-Secreta. Onde foi realizado o evento dessa faceta (para)militar da CAL que secretou segredos até mesmo ao próprio presidente da SEPES? Na Escola Nacional de Informações (EsNI). E o que foi decidido ali? O SNI considerou que seria muito proveitoso caso o “Brasil” fosse inserido como agente nas redes anticomunistas globais do complexo WACL/CAL. Um fluxo mastodôntico de informações sobre “subversivos” poderia afluir, sem muito trabalho operacional, para a comunidade de informações da ditadura militar.

Mas de que forma esse engajamento do “Brasil” no complexo WACL/CAL poderia ser feito? Aspas aos arapongas militares do SNI: “Restaria decidir-se quanto ao grau de engajamento e ao ‘modus faciende’. Nesse último sentido, parece que a melhor solução seria fazê-lo através de uma ‘entidade fantasma’, aparentemente desvinculada de qualquer caráter oficial, mas de fato controlada clandestinamente pelo SNI”. E quem seria essa “entidade fantasma” tão “sonhada” pelo SNI para engajar a ditadura militar brasileira no complexo WACL/CAL? O CAPÍTULO 5 defende a hipótese de que foi a SEPES. A historiografia pode começar a tratá-la, se certos estivermos, como o “Capítulo” brasileiro ostensivo da WACL/CAL e ao SNI como o “Capítulo” brasileiro secreto da WACL/CAL. Pronto. Circuito fechado. O velho almirante Penna Botto, onde quer que se encontre, poderia descansar em paz. Sua estratégia de guerra anticomunista vingaria depois de sua morte.

As redes anticomunistas globais que cevou o almirante de modo pioneiro foram encampadas por jovens do “quilate” de Alfredo Weisflog e Barbieri Filho, pela comunidade de informações da ditadura militar brasileira e, como se sustentará, foi por aí que passaram algumas conexões repressivas da WACL/CAL com os principais Condores do Chile (Pedro Bravo Espinosa, DINA) e do Paraguai (Campos Alum, Pastor Coronel e Benito Guanes).

Inclusive, um pouco antes de morrer, Penna Botto repassou ao SNI suas conexões anticomunistas internacionais. Encaminhou uma lista com nome e endereço de organizações aliadas à Agência carioca do SNI, que a encaminhou à Agência Central em Brasília. Depois disso, uma geração mais jovem de dirigentes anticomunistas estruturou a SEPES como o “Capítulo” brasileiro ostensivo da WACL/CAL. Em momento posterior, provavelmente a partir do III Congresso da CAL-Secreta de 1974, celebrado na Escola Nacional de Informações (EsNI), a WACL/CAL passou a contar com um novo “Capítulo” brasileiro: o SNI.

Para detalhar essa hipótese e inserir o III Congresso da CAL-Secreta de 1974 na EsNI – que é tratado nesta tese pela primeira vez na historiografia – como um dos *protótipos* imediatos da Operação Condor, finalmente, redigiu-se um **APÊNDICE** intitulado “**Protótipos, cogestão e nexos do Sistema Condor com a Liga Mundial Anticomunista (WACL) na América Latina (CAL): história e historiografia da contrarrevolução e do terrorismo de Estado**”. Enfim, as fontes primárias do CAPÍTULO 5 que documentaram essa hipótese foram recolhidas nos *Archivos del Terror* paraguaio e, especificamente no que concerne ao III Congresso da CAL-Secreta de 1974 realizado em Brasília na EsNI, nos documentos do Fundo SNI que “sobreviveram” no Arquivo Nacional do Brasil.

O CAPÍTULO 5, finalmente, avança a hipótese da Operação Colombo, um dos protótipos de guerra psicológica da Condor, pode ter sido gestada na VIII Conferência da WACL. Nesta, inclusive, é destacada a presença do segundo homem da DINA pinochetista, o coronel Pedro Espinoza Bravo – responsável pelo planejamento do assassinato de Orlando Letelier, ex-ministro de Salvador Allende, em 1976, na rua das Embaixadas em Washington, D.C.

Tanto o APÊNDICE quanto o CAPÍTULO 5 insistem que o III Congresso da CAL-Secreta na EsNI, recepcionado pelos militares brasileiros, senão foi o protótipo da Condor foi, ao menos, um de seus modelos. Ali discutiu-se, como se verá, “o “intercâmbio de subversivos presos” (AC.ACE.91597/76, p. 12), revelando-se em detalhe, o que vem à tona pela primeira vez na historiografia, que a CAL-Secreta possuía Organizações Militares própria. Caberia a elas, como se verá, adotar “medidas de ayuda mutua (...) entre sí y/o los Gobiernos anticomunistas”, bem como sua “concreción cuando las entidades miembros de la CAL lo estimen procedente, de Acuerdos de Ayuda Mutua respecto a” (AC.ACE.91597/76, p. 35):

Captura secreta de criminales guerrilleros – rurales y/o urbano –, terroristas y secuestradores, cuando huyendo de la justicia en un país, se internen en el territorio de otro donde opera una Organización militar miembro regular de la CAL. La Organización militar en cuyo país se internen estos criminales, al capturarlos, los pondrá secretamente a la disposición de la Organización militar aliada (AC.ACE.91597/76, pp. 35-36)

As Organizações Militares da CAL-Secreta, portanto, quando detivessem em mãos um “subversivo”, poderiam “entregarlos em secreto a las Organizaciones militares y/o los Gobiernos anticomunistas aliados”, sugerindo ainda que se buscasse “promover la colaboración de los servicios de Inteligencia Militares y Políticos, con el propósito de que suministren recíprocamente todo tipo de información útil” (AC.ACE.91597/76, pp. 35-36).

Outro indício colhido das conexões entre a WACL/CAL com a Operação Condor, tendo sido um de seus protótipos, inclusive, foi pela primeira vez identificado pelo historiador Marcos Vinicius Ribeiro. Recuperou um manuscrito do chefe da polícia política paraguaia Campos Alum, redigido no II Congresso da CAL-Pública, no qual se pode ler, ademais, o protagonismo brasileiro no planejamento para constituir um mecanismo de controle hemisférico para vigiar e punir os comunistas. Anotou, então, “Sobre el Proyecto de Brasil. Se resuelve. Pto. 6º) Crear un Centro de Informaciones Anticomunistas sobre actividades, agentes, personas, entidades, aliados del comunismo en los distintos Paises” (CDyA: R0237F0748).

O CAPÍTULO 5, assim, encerra-se com a passagem da presidência da WACL, em 1976, no marco de sua IX Conferência em Seul, das mãos do então jovem brasileiro Barbieri Filho para o veterano anticomunista da Coreia do Sul, Ben C. Limb, o primeiro “amigo” sul-coreano do ABN. Em 1953, Limb, então embaixador da Coreia do Sul de Syngman Rhee na ONU, na cidade de Nova Iorque, participara da “celebração” dos 10 anos de existência do ABN, plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra da Europa Oriental. A data de fundação do ABN, sob os auspícios do III Reich, em 1943, bem como a passagem do martelo-símbolo da presidência da WACL das mãos de um jovem brasileiro para um velho cruzado anticomunista sul-coreano, demarcam, precisamente, o período histórico estudado nesta tese.

Enfim, diante do exposto nesta INTRODUÇÃO, tudo isso foi ou não foi um “sonho” do internacionalismo anticomunista e da contrarrevolução global para comunista nenhum botar defeito, como diria o saudoso historiador uruguaio René Armand Dreifuss? É isso. Espera-se que com este trabalho o leitor ou a leitora possam ficar “Por dentro da Liga Mundial Anticomunista”, compreendendo o *Quem-é-quem* em sua gênese (remota e imediata) e gestão – operacionalizada por *filonazistas*, contrarrevolucionários asiáticos e pela extrema-direita latino-americana que ajudou a modelar a Operação Condor e, se estivermos certos, serviu-lhe de cogestora de “alto nível”. Quem ler esta tese, portanto, encontrará aqui desde colaboradores nazistas responsáveis pelo Holocausto no leste europeu, a dirigentes da contrarrevolução anticomunista no Extremo Oriente, até chegar “na nossa casa”, a extrema-direita da América Latina, cuja única guerra lutada é a guerra de extermínio interno à “subversão”. Encontrará também o processo de maturação de suas *utopias reacionárias* desde a década de 1950 até a realização dos planos exterministas colocados em prática por militares e seus aliados paisanos que, na América Latina, puderam contar,

na década de 1970, com ditaduras bonapartistas e terrorismos de Estado preparados e ávidos à “caçada” e ao *exterminio* dos “inimigos subversivos”.

Espera-se, ainda, que depois dessa viagem pelas redes da ultradireita global da Guerra Fria fique mais fácil compreender que a contrarrevolução anticomunista é algo permanente e sempre foi, é e será um assunto para globalistas. Assim como a revolução comunista, mas isso é uma história para outro momento, embora seja sua contra-história. Espera-se que também fique claro o quão perigoso é tratar como “folclóricos” os personagens da ultradireita brasileira e latino-americana estudados aqui e que, apesar (ou por causa?) de seu anticomunismo primário e grotesca pulsão *exterminista*, podem chegar muito longe. Vide um Penna Botto, o veterano de todos eles, que foi tratado como um lunático por Geisel, que disse que aquele vivia no mundo da lua. Entretanto, foi na mundaneidade histórica do almirante que ele inseriu a ultradireita brasileira nas redes do anticomunismo global. Essas, na década de 1970, foram encampadas pela SEPES e pela ditadura militar brasileira, que realizaram na prática sua velha *utopia* reacionária exterminista. E na mesma entrevista em que Geisel adjetivou Penna Botto como um lunático anticomunista, o ex-ditador e criminoso de Estado não retratou também um indisciplinado capitão do Exército como “mau militar”, acusado de planejar um atentado à bomba para reivindicar aumento de soldo?

E esse “mau militar” não se tornaria presidente da República em 2019? A extrema-direita militar e civil-burguesa neste país pode ir muito longe. Penna Botto *et caterva* que o digam. E com o agravamento da crise estrutural do sociometabolismo do capital e dos Estados-nação, as extremas-direitas só ganharão força, mais e mais brutalizadas e regressivas social, econômica, política, militar e ideologicamente. É preciso deixar de tratá-las, então, como “folclóricas”. É necessário sair da *caricaturização* e passar à *caracterização* histórico-ideológica das ultradireitas em geral e em cada caso particular. Para o nosso próprio bem, assim como dos recém-nascidos e da humanidade futura. Se “ainda é fecundo o ventre de onde surgiu a besta imunda”, é preciso superar a mundaneidade histórica que a retroalimenta, lutar pela emancipação humana e construir um novo mundo, que “não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro”. Conhecer as contrarrevoluções anticomunistas e seus terrorismos de Estado do passado pode ser, assim se espera, uma das formas de contribuir para superar os desafios presentes e futuros do reacionarismo do capital. E, isso, para o bem da emancipação humana.

\*\*\*

Ainda nesta INTRODUÇÃO, talvez seja conveniente gastar “dois dedos de prosa” sobre a falta de alguma teorização acerca do “método” e dos “conceitos” historiográficos “utilizados” na pesquisa sumariada nesta tese. A ausência de um “apartado metodológico”, porém, tem uma razão de ser e, em poucas páginas, busca-se agora explicá-la ao leitor ou à leitora que porventura tenha dado falta de uma reflexão sobre o assunto. É absolutamente comum, fato consolidado como regra dominante em universidades no Brasil e no mundo, que iniciações científicas, dissertações de mestrado e teses de doutorado precisam começar, necessariamente, com algum capítulo inicial ou alguma discussão à parte sobre o “método” e os “conceitos” empregados pelo pesquisador ou pesquisadora. Recomenda-se que tudo isso seja estampado, via de regra, no introito de qualquer trabalho acadêmico, antes mesmo de se proceder à incursão propriamente dita nos objetos que estruturam e compõem o escopo analítico desta ou daquela pesquisa. Esse procedimento já se tornou “os ossos do ofício” nas pesquisas universitárias e, quem quer “passar além do Bojador”, tem que conhecer e exercitar esse tipo de metodologia dita “científica”. Nesta tese, contudo, procede-se de outra maneira, a nosso ver, o único caminho cientificamente correto “à reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 2011: 54).

A tese não sucumbe, assim, a um tipo de análise epistemologizante que prioriza, e quase obriga, uma discussão metodológico-conceitual prévia, *a priori*, ao momento de “apreender a lógica específica do objeto específico” (MARX, 2005: 108), neste caso, a Liga Mundial Anticomunista (WACL). Busca-se, pois, analisar o objeto-WACL a partir de sua objetividade imanente, processual e histórica. Por conseguinte, as categorias centrais desta tese emergem e afloram, explicitando-se em suas determinações concretas e formas particulares de gênese, ser e devir, ao longo do próprio transcurso analítico, histórico-imanente, da lógica específica do objeto-WACL. É preciso, pois, *devassá-lo no corpo a corpo da pesquisa*, sem o recurso ao método em uma antessala gnosisepistêmica.

Dessa forma, esta tese se detém primeiro na reconstituição da gênese remota da WACL, que foi localizada e escavada na história das organizações anticomunistas que lhe antecederam durante as décadas de 1940 e 1950 na Europa, na Ásia e na América Latina, e que depois lhe estruturariam. Esta PARTE I está contida nos CAPÍTULOS 1, 2 e 3. Posteriormente, esforça-se

para reconstituir o processo de criação propriamente dito da WACL na década de 1960, bem como o itinerário de sua latino-americanização na década de 1970, apontando-se, então, para suas conexões repressivas com as ditaduras militares sul-americanas e seu pacto terrorista de Estado formalizado na Operação Condor – o que é destrinchado na PARTE II (CAPÍTULOS 4 e 5). Um APÊNDICE, ao final da tese, especifica ainda as relações entre o órgão regional da WACL na América Latina, a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), e os eixos repressivos regionais do terrorismo transnacional de Estado no período chamado de pré-Condor (1972-75), bem como a cogestão do complexo WACL/CAL no Sistema Condor (1975-81).

Em outras palavras, se há que ser demarcado um método historiográfico – e sempre há um modo de abordagem da realidade investigada –, este não pode ser outra coisa senão “a tentativa de reproduzir no pensamento os processos reais segundo seu decurso efetivo” (LUKÁCS, 2010: 375). Se há que se falar de algum método, portanto, este só pode ser um procedimento analítico “determinado pela constituição objetiva (ontológica, categorial) de seu objeto” (LUKÁCS, 2010: 327), devendo a pesquisa reconstituir, como alvo científico, “as determinações ontológicas reais (históricas) da própria coisa” (LUKÁCS, 2010: 326). Ancorada, assim, na *nova ontologia histórico-imanente* de Karl Marx – identificada primeiramente pelo filósofo húngaro Gyorgy Lukács em sua obra tardia e aprofundada posteriormente pelo filósofo brasileiro José Chasin –, esta tese toma como tarefa precípua do historiador ou da historiadora a missão de reproduzir idealmente, como *concreto pensado*, uma efetividade histórica determinada, isto é, um ente efetivo específico. Se, de acordo com o estatuto de cientificidade marxiano, *a ontologia trata da estrutura da realidade*, cabe sempre à subjetividade cognitiva, como meta científica, “o exame dos próprios processos em seu respectivo ser-propriadamente-assim [*Geradesosein*] dinâmico” (LUKÁCS, 2010: 69-70). Consequentemente, deve-se “ler e entender, por um lado, na ontologia dos objetos e dos processos existentes em si a sua diversa constituição real, (...) e, por outro lado, as necessidades sócio-históricas que a cada vez orientam seus respectivos modos de manifestação, formas etc.” (LUKÁCS, 2010: 325-326). Em suma, se há que se falar de algum método, “marxianamente, o único imperativo a ser cumprido pela subjetividade cognitiva é posto pela esfinge do objeto” (CHASIN, 2009: 209).

Não que a subjetividade do analista ou da analista seja desimportante. Longe disso. Ela cumpre um papel fundamental na cognição do mundo. Mas ela não pode criar ou constituir a

objetividade histórica que se propõe a analisar. Ela não constroi epistemologicamente, por mais hercúleo que seja seu esforço hermenêutico, a realidade histórica que tem diante de si como *coisidade* passada ou presente. Daí se inscrever na ontologia *estatutária* de Marx – que é estatutária justamente por não constituir um “sistema” científico-filosófico<sup>2</sup> – “a prioridade e a regência do objeto ou, mais rigorosamente, da *coisa* enquanto tal – do entificado real ou ideal em sua autonomia do ato cognitivo – para todo o processo do conhecimento” (CHASIN, 2009: 222). Por isso, Marx inclina-se a uma vigorosa “analítica das coisas, cujos arcos transparentes conduzem ao largo descortino das sucessivas escavações do objeto, rumo à efetivação da arquitetônica do concreto pensado, apropriação ideal do ente enquanto ente” (CHASIN, 2009: 253).

Trata-se, pois, de “uma cientificidade enraizada e regida pela terreneidade das coisas e dos homens concretos” (CHASIN, 2009: 233). E essa *mundaneidade* – engendrada pela *atividade humano sensível* que se plasma no *multiverso das coisas* e na *pluralidade dos sujeitos* – é sempre um processo histórico irreversível, complexo e único. Ou seja, se a subjetividade que se dispõe à análise de uma dada concretude histórica não é (e nem pode ser) o demiurgo que a constitui por meio de algum método historiográfico, por mais brilhante que seja seu aparato heurístico-conceitual, cabe ao historiador ou à historiadora, metodologicamente, ater-se não à “coisa da lógica”, mas sim à “lógica da coisa” – em sua gênese, ser e devir próprios. Neste ponto, especificamente, Marx rompeu “com a especulação ou qualquer modo apriorista de elaboração teórica” (CHASIN, 2009: 217), alinhavando sua ontologia estatutária, isto é, não-sistemática, “pelos objetos reais e pela aproximação cognitiva dos mesmos sem qualquer tipo de intermediação

---

<sup>2</sup> “Pela própria natureza histórica e processual do ser, a ontologia marxiana não corresponde (...) à forma de um *saber universal* plantado sobre uma racionalidade autossustentada, ou seja, fundado na *razão universal*, nada mais que a versão laica ou profana de Deus no dizer de Feuerbach. (...) a ontologia marxiana não é um sistema de verdades absolutas e abstratas, mas, antes de tudo, um estatuto teórico, cuja fisionomia é traçada por um feixe de lineamentos categoriais enquanto formas de existência do ser social. Em termos diretos, (...) a problemática do conhecimento é, marxianamente, uma questão de caráter e resolução ontognosiológica. No saber marxiano, a filosofia está inclusa sob a forma de *filosofia primeira*, ou seja, sob o modo de ser de um estatuto ontológico, código ou legalidade do ente social enquanto ente social, que é a plataforma das concreções científicas. Há, portanto, entre a ontologia estatutária e a própria cientificidade, um plexo de relações movente-movidas – estatuto/concreções – que inclui, em seus devidos lugares, como departamentos da ciência da história, a problemática do conhecimento, a lógica, a epistemologia, a linguística etc., onde são examinadas enquanto disciplinas particulares, mas jamais como disciplinas fundantes. (...) Marx deixou o legado de um específico *estatuto ontológico*, não de uma ontologia sistemática de talhe convencional ou tradicional (...) esse estatuto é constituído a partir do universo prático onticamente reconhecido: é um estatuto ôntico-ontológico, ou seja, evolve da efetividade histórica das coisas, de suas relações e processos para a sua reprodução conceitual, ao nível de uma trama categorial em sua expressão mais abstrata” (VAISMAN; LOPES ALVES *apud* CHASIN, 2009: 9-10).

metódica antecipadamente estabelecida – essa última, gênero da prática teórica que, por natureza, carrega em si o vício da pretensão à autonomia em face das coisas examinadas” (CHASIN, 2009: 225). Essa ruptura marxiana com a *atmosfera gnosiopistêmica* – ainda hoje hegemônica e que tende a exigir de toda e qualquer pesquisa acadêmica um capítulo inicial ou uma discussão à parte sobre “método” e “categorias” de análise antes mesmo da devassa do objeto investigado – revela algo tão fundamental quanto *não sabido* pela maior parte da historiografia, mesmo aquela que se crê marxista, embora converta Marx “em objeto de investigações epistêmicas” (CHASIN, 2009: 202)<sup>3</sup>. A saber:

A rigor, não há uma *questão de método* no pensamento marxiano. (...) Se por método se entende uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx (CHASIN, 2009: 89)<sup>4</sup>

Reconvertendo, desse modo, a “problemática gnosiometodológica” (CHASIN, 2009: 212), Marx nos lança “o desafio das coisas” e de sua “reta prospecção”, vazando seu padrão de cientificidade “nos termos da retilínea constatação de efetividades – *ver ou se dar conta da entificação processual da realidade*” (CHASIN, 2009: 231). Ele não lida propriamente com “conceitos”, portanto, se estes forem concebidos como mobilização e orientação metodológicas da

---

<sup>3</sup> Lukács – citado até aqui em sua obra derradeira publicada postumamente, *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (1984) –, com seu *História e consciência de classe* (1923), talvez a obra mais afamada do marxismo do século XX, contribuiu para essa identificação equivocada do marxismo como “canonização do método”, bastando referir sua resposta ao ensaio “O que é o marxismo ortodoxo?": “A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, (...) exclusivamente, ao método. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, se encontrou o método de investigação” (LUKÁCS, 1974: 15). Pouco adiante, o Lukács de *História e consciência de classe* reprova “o empirismo tacanho” por não compreender “que os factos só se tornem factos propriamente ditos através dessa elaboração metodológica – a qual varia consoante a finalidade do conhecimento. (...) Não vê que a mais simples enumeração de ‘factos’, que a este nível os factos foram captados a partir de uma teoria, de um método, que os abstraímos do contexto da vida em que originariamente se encontravam e os introduzimos no contexto de uma teoria” (LUKÁCS, 1974: 20). Nada mais avesso, pois, ao procedimento marxiano. “Lukács – no curso de uma obra das mais ricas e significativas, entre *História e consciência de classe* e a *Estética*, isto é, entre seu momento protomarxista e o tempo da mais ampla realização de seu marxismo *proto-ontológico* (...) – é a mais alta expressão filosófica dessa subsunção marxista de toda uma época ao *diktat* gnosiopistêmico, ou mais estritamente, à força de sua irradiação como princípio normativo da *verdadeira cientificidade*, atmosfera sob a qual o marxismo principiou a perder, desde muito cedo e sob dimensão fundamental, nessa precisa batalha não travada, a guerra teórica do século XX, a qual acabou destroçado. Tanto a dialética entre universal, particular e singular, como súpula do denso *vínculo lógico* entre Marx e Hegel, quanto a teoria do em-si gnosiológico são exemplos muito importantes dessa rota enviesada que desfígura e até mesmo banaliza o pensamento marxiano” (CHASIN, 2009: 202).

<sup>4</sup> “Em adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana” (CHASIN, 2009: 90).



subjetividade cognitiva, mas orienta-se à “escavação das coisas, em subsunção da qual o pensamento se realiza, no empenho de capturar *o ente enquanto ente*, vale dizer, sem contaminar a coisa com exterioridades de qualquer origem ou natureza, incluídas as do próprio pensamento” (CHASIN, 2009: 247). Tudo isso muitíssimo avesso e de fato antagônico, note-se, às “vertentes que advogam, diante da empreitada analítica, o prévio municiamento lógico ou a preliminar organização epistêmica da subjetividade – redundando sempre, ontologicamente, estranguladas e estrangulantes por seus fundamentos, comprometidos estes desde a origem pelo arrasto do critério de verdade do universo objetivo ao plano subjetivo ou das idealidades” (CHASIN, 2009: 247).

Por isso, Marx opera com *categorias* “concebidas coerente e rigorosamente *in rebus*, ou seja, como ‘características fundamentais dos objetos, existindo nestes independentemente de qualquer concepção’, e só passíveis de reprodução *in mente* a partir de sua efetividade” (CHASIN, 2009: 247). Para ele, “tanto na realidade como na cabeça”, “as categorias expressam formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011: 59). O Lukács tardio foi o primeiro filósofo a enfatizar a importância dessa formulação marxiana acerca das “categorias modais”, isto é, concebidas e tratadas “não como princípios de formação lógicos ou gnosiológicos no interior do conhecimento, mas como determinações do próprio ser” (LUKÁCS, 2010: 227-228). As categorias em Marx, conseqüentemente, “não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria” (LUKÁCS, 2009: 226). Tomando os lineamentos de Marx de uma “ontologia como a verdadeira filosofia baseada na história”, Lukács foi o pioneiro, em sua produção teórica tardia, em insistir que “não pode existir uma coisa que não tenha qualidades categoriais” (LUKÁCS, 2017: 182), uma vez que:

Existir, portanto, significa que algo existe numa objetividade de determinada forma, isto é, a objetividade de forma determinada constitui aquela categoria à qual o ser em questão pertence. (...) No sistema de categorias do marxismo, cada coisa é, primariamente, algo dotado de uma qualidade, uma coisidade e um ser categorial. Um ser não objetivo é um não-ser. E dentro desse algo, a história é a história da transformação das categorias. As categorias são, portanto, partes integrantes da efetividade. Não pode existir absolutamente nada que não seja, de alguma forma, uma categoria. A esse respeito, o marxismo distingue-se em termos extremamente nítidos das visões de mundo precedentes: no marxismo, o ser categorial da coisa constitui o ser da coisa, enquanto nas velhas filosofias o ser categorial era categoria fundamental no interior da qual se desenvolviam as categorias da efetividade. Não é que a história se passe no interior do sistema de categorias, mas sim que a história é a transformação do sistema de categorias. As categorias são, portanto, formas do ser. (...) A singularidade dos objetos é inseparável do seu ser e não pode ser reduzida a nada (LUKÁCS, 2017: 183)

Destacando esse aspecto fundamental, Chasin assinala que, “em Marx, as categorias, sendo nas *coisas*, podem vir a figurar no pensamento, mas é excluída *in limine*, como fantasia da mera especulação, a possibilidade da existência de algum tipo de categoria *ante res*” (CHASIN, 2009: 247). Isso tudo confirma, de modo consequente, “a inadmissão de qualquer função premonitória do *método científico*, ou de qualquer *idealidade* em papel equivalente, na condução ou regulagem da atividade cognitiva” (CHASIN, 2009: 247). Que fazer, então, se o marxismo assim entrelido não é uma questão de “método” propriamente dito, conforme sustentava o Lukács de *História e consciência de classe*? Como proceder nas investigações se não há um “caminho cognitivo estabelecido, nem conduto ideal extrassubjetivo a seguir” (CHASIN, 2009: 247)? Como proceder em qualquer pesquisa sem “o passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica” (MARX *apud* CHASIN, 1978: 29)<sup>5</sup>?

Marx orienta ser preciso reconhecer, metodologicamente, que “o ponto de partida do conhecimento só pode ser o próprio objeto” (CHASIN, 2009: 247-248). Daí ter assinalado que, “*De prime abord*, eu nunca parto de ‘conceitos’” (MARX *apud* CHASIN, 2009: 252), nem do “jogo conceitual” dos “mestres-escolas professorais da Alemanha, que não partem da ‘coisa social’, a ‘mercadoria’, mas do ‘conceito’ de valor” (MARX *apud* CHASIN, 2009: 249)<sup>6</sup>. Esta é, em suma, “a propositura da *analítica da reta prospecção do objeto*” de Marx, e que dispensa “qualquer recurso expositivo que facilite sua apreensão” (CHASIN, 2009: 252). Se exige-se um explicitamente de qual seria o “método” de Marx e daqueles pesquisadores e pesquisadoras norteados por seu estatuto ontológico, ele só pode significar o “respeito à integridade ontológica das coisas e dos sujeitos – tais reconhecidos objetivamente em *posição* e, correlativamente aos graus de maturação dos objetos, suscetíveis de intensificação ou desatualização para a devassa analítica daqueles e de si próprios – a resolução do complexo problemático do conhecimento” (CHASIN, 2009: 232)<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Karl Marx “al Director del Otiéchesstvennie Zapiski” (CHASIN, 1978: 29).

<sup>6</sup> Karl Marx, “Glosas marginales al ‘Tratado de economia política’ de Adolf Wagner” (CHASIN, 2009: 249).

<sup>7</sup> “Como se depreende dos passos ontocríticos que instauram o pensamento marxiano, não terá sido por resquícios de *hegelianismo* que Marx rompeu com o método lógico-especulativo, nem se situou, pela mediação do pressuposto ineliminável da atividade sensível do homem, para além da fundamentação gnosiológica. Isso equivale a admitir que a suposta *falta* [de estudos sobre as relações entre ontologia, gnosiologia, lógica etc.] seja antes uma afirmação de ordem teórico-estrutural. (...) Mesmo porque, no caso, a ausência da ‘questão do método’, bem como do ‘problema do conhecimento’, isto é, de tematizações autônomas sobre metodologia e gnosiologia, que pretendam fundar o discurso científico e guiar sua constituição por meio do ordenamento autárquico e independente da atividade subjetiva, não assinala qualquer omissão ou deslize quanto ao reconhecimento do complexo do conhecimento em sua

Nesse sentido, cabe à subjetividade do investigador ou da investigadora, portanto, capacitar-se “para preservar cognitivamente *as coisas enquanto coisas*, cerne e matriz de toda objetividade epistêmica” (CHASIN, 2009), bem como respeitar as “formas de objetividade dos próprios objetos reproduzidos” e as “efetividades conatas ao objeto” estudado (CHASIN, 2009: 235). Essa orientação a um reto desvendamento dos objetos inscrita na abordagem marxiana das *coisas* não se confunde, como é muitas vezes acusada, com algum positivismo histórico. Nem configura uma ode à história enquanto “ciência particular” dos fatos. E muito menos é o caso de deixar as fontes “falarem por si” – como se fosse possível colocar um megafone nos fatos objetivos da história e daí transcrever seus ditos e feitos. A analítica marxiana da reta prospecção do objeto não pode nunca tratar a subjetividade do historiador ou da historiadora – em sua capacidade de abstrair representações *extraídas do mundo real* – como algo de somenos importância. Muito pelo contrário. Sem a força subjetiva do investigador ou da investigadora não pode haver captura ideal de qualquer objeto concreto. Sem essa capacidade subjetiva inexistiria qualquer reprodução intelectual correta da objetividade histórica. Ela é absolutamente fundamental e imprescindível, embora deva se subsumir aos *processos reais segundo seu decurso efetivo* para tentar, assim, reproduzi-los teoricamente. O procedimento marxiano reconhece, pois, o papel fundamental da subjetividade cognitiva em sua “capacidade mental de escavar e garimpar as coisas” valendo-se daquilo que Marx designou “a força da abstração [*Abstraktionskraft*]” (CHASIN, 2009: 122).

A capacidade de abstrair é, assim, uma “qualidade individual ou força essencial de apropriação peculiar dos objetos, que se realiza de modo específico de acordo com a sua própria natureza e em consonância com a natureza do objeto apropriado” (CHASIN, 2009: 123). As abstrações próprias a esse procedimento marxiano, reitera-se, “são determinadas não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos – e menos ainda lógicos, mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada” (LUKÁCS *apud* CHASIN, 2009: 123). Isto é, essas abstrações são de caráter ontológico, ou seja, configuram a força subjetiva de apropriação e reprodução intelectual de entidades reais. Essas abstrações razoáveis (*verständige Abstraktion*), como ensina Chasin, que sistematizou a presença fundamental de uma “teoria das abstrações” em Marx, são *extraídas do mundo real*. “Trata-se, pois, de algo geral extraído das

---

efetividade, nem indiferença em relação aos procedimentos cognitivos. Ao contrário, é um clarão que alerta para a peculiaridade do tratamento marxiano desses temas” (CHASIN, 2009: 90).

formações concretas, posto à luz pela força de abstração, mas não produzido por um volteio autônomo da mesma, pois seu mérito é operar subsumido à comparação dos objetos que investiga” (CHASIN, 2009: 124).

Assim sendo, se “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011: 54), cabe à investigação reproduzi-lo em pensamento, operando o processo cognitivo “a transposição de um concreto a outro, a reconfiguração do real no ideal, isto é, a recomposição do todo real em todo conceitual. Dito de outro modo, conhecer é precisamente capturar e expor a totalidade real da única maneira pela qual isso é possível, ou seja, na forma da totalidade pensada” (CHASIN, 2009: 209). Eis aí a “*resolução ontoprática da problemática do conhecimento*” oferecida por Marx com sua “teoria das abstrações”, ou seja, o “modo de produção de concretos de pensamentos a partir da destilação prévia de abstrações razoáveis” (CHASIN, 2009: 221), o que é, inclusive, a maneira pela qual o *cérebro pensante se apropria do mundo*. Essa *capacidade mental de escavar e garimpar as coisas* está estampada nas considerações “metodológicas” de Marx feitas no *Posfácio*, de 1872, à segunda edição de *O capital*:

A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2013: 90)

Não há, pois, em Marx, “qualquer tipo de antessala lógico-epistêmica ou apriorismo teórico-metodológico em sua plataforma científica” (CHASIN, 2009: 222), mas sim o delineamento estatutário de um *analítica das coisas* que orienta a *apreender a lógica específica do objeto específico*. Se a investigação é realizada com sucesso – e ninguém pode garantir isso antes de proceder a ela –, “o objeto por sua efetividade, sempre histórica, e por sua lógica, sempre intrínseca à sua efetividade, é mentalmente apropriado” (CHASIN, 2009: 236). Daí que inquições tão frequentes, ditadas pela atmosfera gnoseoepistêmica hegemônica, sobre “método” e “categorias” de análise não fazem sentido para uma historiografia orientada pela ontologia

estatutária marxiana, uma vez que “não há um caminho pré-configurado, uma chave de ouro ou uma determinada metodologia de acesso ao verdadeiro” (CHASIN, 2009: 231). “Método” algum garante, *a priori*, o sucesso analítico da investigação deste ou daquele objeto, haja vista que “há sempre que galgar escarpas, ou seja, abrir caminhos através do próprio objeto, devassá-lo no corpo a corpo da pesquisa, que ‘tem que captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima’” (CHASIN, 2009: 231).

Também não faz sentido, para uma historiografia orientada pela ontologia histórico-imanente de Marx<sup>8</sup>, indagações gnosioepistêmicas acerca de eventual ausência de “dialética” no “método” de pesquisa “aplicado”. A dialética, categoria tão maltratada durante o século XX, não está propriamente no “método” do historiador ou da historiadora. Ela está inscrita na própria lógica imanente da *coisa* ou do ente sob análise. A dialética não é, assim, uma virtude heurística da subjetividade cognitiva supostamente municiada de algum poder demiúrgico capaz de criar, via operações de corte e recorte dos objetos, seu material histórico para análise. A dialética está inscrita na própria história. A historiografia pode ser dialética, contudo, caso se mostre capaz de reproduzir, em concretos de pensamento, uma efetividade histórica em sua lógica imanente. “Donde a identificação da *dialeiticidade* como lógica do real, movimento das categorias enquanto formas de existência, que os concretos de pensamento reproduzem. Razão pela qual a *dialética* só é passível de descobrimento, jamais de aplicação” (CHASIN, 2009: 236).

Dialética, pois, não é e nem pode ser “método” que se “aplica” na pesquisa. Ela precisa ser descoberta na lógica imanente da realidade estudada, cabendo ao investigador ou à investigadora, repita-se, *abrir caminhos através do próprio objeto, devassá-lo no corpo a corpo da pesquisa*. Este é o tipo de marxismo (e há tantos no varejo e no atacado) que nos orienta, isto é, aquele apanhado enquanto *analítica da reta prospeção do objeto*, já que, para Marx, “a atividade do pensamento de rigor” consiste na “reprodução teórica da lógica intrínseca ao objeto

---

<sup>8</sup> “Eis, sinteticamente, a linha condutora da pesquisa encetada por Chasin: o estatuto ontológico marxiano talvez possa ser enunciado do seguinte modo: ‘é o estudo das categorias fundamentais – em traços essenciais abstratos, em suas determinações mais gerais – da existência social historicamente constatada ou reconhecida em toda a sua amplitude e riqueza’. (...) Estatuto é ordem do reconhecimento ou reprodução teórica da identidade, natureza e constituição das coisas em si (seres ou entes) por seus complexos categoriais mais gerais e decisivos, independentemente, em qualquer plano, de se tornarem objetos de prática ou reflexão. Nesse sentido, é a teoria do reconhecimento da objetividade histórico-imanente em suas distintas formas e apresentações (natureza e sociedade). É o momento mais abstrato do reconhecimento da identidade das coisas em si, enquanto tal um dos momentos distintos da unidade do saber, do qual participa um segundo, sob forma concreta, que é a ciência” (VAISMAN; LOPES ALVES in CHASIN, 2007: 9).

investigado” (CHASIN, 2009: 90). Ressalvando que, se é verdade que sempre cabe à subjetividade cognitiva o desafio de reproduzir teoricamente as *coisas* pelo trabalho das abstrações razoáveis, isto é, aquelas extraídas do mundo real, “a análise efetiva e sua correlata produtividade só podem se manifestar pela escavação direta dos próprios objetos, reconhecidos como entificações historicamente engendradas e desenvolvidas por distintos movimentos contraditórios” (CHASIN, 2009: 229).

Sendo o marxismo uma *analítica das coisas*, o ente que nos interessa aqui, a Liga Mundial Anticomunista (WACL), teve sua imanência e nexos históricos respeitados por este autor. Que devassou sua gênese particular, sua processualidade específica e repleta de desdobramentos nacionais, regionais e globais, sua constelação ideológica anticomunista que emergiu e operou no seio das lutas sociais, políticas e de classe da Guerra Fria etc. Procurou-se, por conseguinte, reconstituir a lógica específica do objeto-WACL em sua especificidade concreta, isto é, em sua forma de ser-precisamente-assim. No caso em tela, portanto, tratou-se de reconhecer como ponto de partida que a práxis e a ideologia da WACL – na objetividade e subjetividade que a enformaram historicamente – possuíram nexos determinativos e processuais próprios, concretíssimos, dos quais esta tese buscou aproximar-se e reconstituir teoricamente na imanência de seus nexos constitutivos e determinativos específicos. Não se propôs aqui, e isso sequer é possível, constituir ou criar o nosso próprio objeto histórico, tal qual um analista demiurgo que o corta, recorta e deforma valendo-se de um “método” historiográfico *a la* Procusto – isto é, esticando e comprimindo os “fatos” em sua “cama” gnosisoepistêmica. A subjetividade *a la* Procusto, sempre, só pode moldar e desfigurar os objetos que examina. Nada mais avesso e antagônico, portanto, à ontologia estatutária de Marx, entrelida aqui como uma *analítica das coisas*. E a *coisa* que nos ocupará ao longo da jornada proposta é a Liga Mundial Anticomunista (WACL). Esta tese busca, assim, acompanhar sua imanência enquanto ente histórico efetivo e reconstituir especificamente sua gênese e modos de ser e devir. Dizer isso, sem embargo, não garante absolutamente nada para qualquer investigação concreta e, no caso, não garante o sucesso desta investigação do objeto-WACL.

*A priori*, não se pode garantir qualquer sucesso na empreitada analítica aqui proposta apenas explicitando a ontologia *estatutária* histórico-imanente de Marx. Não basta somente visualizar o roteiro analítico orientado por ela e crer que sua “defesa do exame direto dos objetos

reais” (CHASIN, 2009: 229) tudo resolve. Tampouco basta dizer, como quem lança uma “petição de princípios”, que o marxismo em questão garante “o primado e a regência (...) da coisa em relação à reprodução ideal” (CHASIN, 2009: 245). Ou afirmar que a subjetividade do historiador ou da historiadora deve seguir, respeitar e reconstituir, no processo cognitivo, a lógica imanente aos nexos determinativos do ente examinado. E porque isso simplesmente não basta? Por que Marx nunca constituiu um “método histórico dialético” – expressão inexistente em seus escritos – como se quisesse vender “o passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica” (MARX *apud* CHASIN, 1978: 29). Não basta simplesmente porque, “Caminante, no hay camino, se hace camino al andar”. E o mesmo ocorre com a ontologia estatutária de Marx, que não pode ou quer, por sua própria constituição e sentido, prescrever “métodos” e “categorias” *a priori* a quem quer que seja. Isto porque:

**Não há guias, mapas ou expedientes que pavimentem a caminhada, ou pontos de partida ideais previamente estabelecidos. O rumo está inscrito na própria coisa** e o roteiro de viagem só é visível, olhando para trás, do cimo luminoso, quando, a rigor, já não tem serventia, nem mesmo para outras jornadas, a não ser como cintilação evanescente, tanto mais esquiva ou enganosa quanto mais à risca for perseguida, exatamente porque é a luminosidade específica de um objeto específico (CHASIN, 2009: 231-232, grifo meu)

Enfim, se *o rumo está inscrito na própria coisa*, é absolutamente inescapável, portanto, debruçar-se sobre o ente em questão, a Liga Mundial Anticomunista (WACL), atando-se à lógica histórico-imanente desse objeto específico em seus nexos constitutivos reais para, então, buscar reconstituí-los historiograficamente. Ater-se, conseqüentemente, à “lógica da coisa”, ao invés da “coisa da lógica”, foi a única certeza prévia que nos guiou na escavação do objeto-WACL e de sua apresentação conforme segue abaixo. Obviamente, caberá ao leitor ou à leitora, que precisará de paciência e tempo para percorrer tantas páginas, constatar se conseguimos ou não reproduzir teoricamente a entificação histórica investigada, em particular, as organizações que antecederam e estruturaram a Liga Mundial Anticomunista (WACL) e aquelas que integraram seu órgão regional na América Latina, a CAL, em conexão repressiva com as ditaduras militares da América do Sul e com a Operação Condor. Caberá ao leitor ou à leitora, por fim, julgar se fomos bem sucedidos em proceder à exposição ordenada do movimento real do objeto-WACL, examinado em sua gênese remota e imediata, bem como em sua estrutura ideológica e função operacional desempenhada nas lutas sociais, políticas e de classe da Guerra Fria global.

Caberá a quem ler julgar se conseguimos de modo eficaz analisar referido objeto, dissecando-o e elucidando-o, simultaneamente, em sua efetividade histórica e em sua lógica intrínseca específica. Espera-se, pois, que a *explicação* tenha se entretido, eficazmente, com a *descrição* do nosso objeto e que sua *exposição*, colada à *investigação*, consiga fornecer o acesso científico ao concreto examinado. Buscou-se, desse modo, superar “a pseudodualidade entre *apresentação de dados e processo analítico*” (CHASIN, 1978: 603), para que esses dois momentos possam aflorar, também aqui, “na inteireza de sua unicidade originária” (CHASIN, 1978: 603).

Espera-se, assim, que a *exposição* da gênese remota e da gênese imediata da WACL, bem como da história de seus primeiros dez anos de existência (1966-76) e de sua latino-americanização e intercursos com as ditaduras militares da América do Sul (1972-1976), consiga fornecer, para além da mera *descrição*, uma *análise* satisfatória do movimento anticomunista internacional aqui estudado na figura de seus agentes e organizações. Espera-se, também, que esta tese seja útil ao presente ao proporcionar o (re)conhecimento da história dessas extremas-direitas que, no passado, organizaram prática e ideologicamente o movimento anticomunista internacional da Guerra Fria. Demonstraram, em sua ideologia e práxis, que a contrarrevolução anticomunista é de há muito um assunto para globalistas. Revelam igualmente que, na contramão de amplos setores da esquerda, a extrema-direita jamais deixou de combater e reconhecer que, ao menos em possibilidade, a revolução contra o modo capitalista de produção (e seus Estados-nacionais), ancorada nas potencialidades do trabalho em sua lógica onímota, está posta globalmente no mundo contemporâneo.

Enfim, quanto ao nosso objeto propriamente dito, a Liga Mundial Anticomunista, buscou-se aqui contribuir à superação de uma lacuna historiográfica advertida pelo historiador Gilles Scott-Smith: “A full study of the WACL still needs to be written” (SCOTT-SMITH, 2012: 324). Se esta tese não é ainda o estudo completo dessa “Internacional Anticomunista”, ela busca ser um caminho necessário para que ele seja feito. E oxalá, recobrando a gênese remota e imediata da WACL, sua primeira década de existência, seu “giro às Américas” e sua latino-americanização, ela tenha conseguido avançar na compreensão histórica e ideológica dessas redes anticomunistas transnacionais da Guerra Fria.



## PARTE I. A GÊNESE REMOTA DA LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA

A PARTE I desta tese estrutura-se em três CAPÍTULOS e trata primeiro do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), um plantel de ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental que seria (re)criado pelo MI6 britânico em 1946. Foram os primeiros a se constituírem enquanto grupo anticomunista e advogarem a estratégia do chamado *rollback communism*, isto é, entreleram e guerrearam a URSS como uma “prisão dos povos” (*tiurma narodiv*) e, contra ela, seria preciso lançar “guerras de libertação nacional”, implodi-la por dentro e por um ataque externo, fazendo recuar (*rollback*) as fronteiras do “império colonial russo” até seus limites *étnicos*, até Moscou, portanto. Contrarrevolucionários – inimigos da Revolução Russa de 1917 e da sovietação da Europa Oriental –, apesar desse teor concreto reacionário, travestiram-se sob o ideário de uma “revolução” anticomunista em nome da auto-determinações dos povos, das nações e dos Estados nacionais.

Já o CAPÍTULO 2 desta PARTE I estudará os *contra* do sudeste asiático, basicamente se detendo no surgimento e primeiro desdobramento da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL), “fruto maduro” das contrarrevoluções chinesa, coreana, filipina, vietnamita, japonesa etc. Porém, o móvel político direito que levou à constituição da APACL, como se verá, encontrou suas raízes no fim da Guerra da Coreia em 1953 e na vitória da Revolução Chinesa de 1949. A divisão da península coreana e a expulsão do Kuomintang (KMT) do *generalíssimo* Chiang Kai-shek da China continental, com seu subsequente exílio na ilha de Formosa, fizeram com que essas forças anticomunistas asiáticas tenham se tornado adeptas, tal qual o ABN, da estratégia *rollback communism*. Isto é, perdidos seus territórios para os comunistas do sudeste asiático, a APACL defendeu prática e ideologicamente uma guerra de reconquista de suas “terras e lares”. A afinidade ideológica entre o ABN e a APACL, assim, forjou-se pelo teor das revoluções e contrarrevoluções que tiveram de enfrentar.

Já o terceiro CAPÍTULO desta PARTE I aborda a história da CIDC que, a seu turno, foi fruto de uma contrarrevolução financiada e organizada pela CIA e pela administração do presidente Eisenhower, em 1954, para fazer reverter (*rollback*) os avanços sociais, políticos e econômicos alcançados pela Revolução de Outubro de 1944 na Guatemala. O presidente Jacobo Arbenz, legítimo herdeiro desta, seria então deposto por um golpe de Estado e de classe *made in*

*USA* que, para ostentar uma “fachada” de legitimidade latino-americana, preocupou-se em reunir um Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina que, em 1955, no Brasil, consolidou-se na CIDC, a “Internacional Anticomunista” das ultradireitas regionais.

## **CAPÍTULO 1 - O Bloco Antibolchevique de Nações (ABN): destruir e balcanizar a URSS, “prisão dos povos” (tiurma narodiv)**

O primeiro grupo de extrema-direita aqui estudado é o Bloco Antibolchevique de Nações, notabilizado pelas iniciais de seu nome em inglês, ABN. Ele foi criado oficialmente, assumindo essa nomenclatura definitiva, logo após o término da II Guerra Mundial. Sua criação oficial ocorreu em 1946, na Alemanha Ocidental, em Munique, sua cidade-sede. Todavia, suas raízes históricas imediatas remontaram a uma reunião secreta de 1943 realizada por dirigentes antibolcheviques do leste europeu, sob os auspícios do III Reich nazista, na porção ocidental da Ucrânia. O próprio ABN localizou sua gênese nessa conferência das “nações subjogadas” de 1943, embora *revisando e negando* o teor protonazista de seu móvel histórico originário e do passado de seus dirigentes no colaboracionismo nazista. Desde 1946, todavia, o ABN veiculou uma autoimagem oficial que o caracterizava como “a união de organizações para a libertação dos povos oprimidos pelo bolchevismo”, dizendo albergar em seu bojo porta-vozes no exílio e representantes anticomunistas “estonianos, letões, lituanos, bielorrussos, checos, eslovacos, húngaros, sérvios, croatas, albaneses, romenos, ucranianos, cossacos, caucasianos do norte, georgianos, turquistaneses, azerbaijanos, armênios, tártaros, [e] russos de Idel-Ural e da Sibéria” (ABN, 1950, v. I, n.º 1, p. 1)<sup>9</sup>.

Em fevereiro de 1950, na primeira edição de seu boletim informativo, a chamada *Correspondência do ABN*, este grupo foi definido como um centro de coordenação de “poderes revolucionários dessas organizações que almejam a destruição do regime bolchevique e a reconstrução dos Estados nacionais de seus povos” (ABN, 1950, v. I, n.º 1, p. 1). Interpretando e combatendo o bolchevismo como a última forma histórica do *imperialismo russo*, o ABN adotou o mote de luta “Liberdade para os povos! Liberdade para o indivíduo!”, conclamando “todos os povos e indivíduos amantes da liberdade para se unirem na luta contra o bolchevismo para conquistarem a liberdade para os povos e indivíduos” (ABN, 1950, v. I, n.º 1, p. 1). Os principais nódulos ideológicos que estruturaram a cosmovisão histórica do ABN – *indivíduos, povos, nações, imperialismo, totalitarismo* etc. – opuseram-se àqueles “conceitos” que o grupo repudiou como

---

<sup>9</sup> A ABN Correspondence. Anti-Bolshevik Newsletter (English Edition), a principal fonte secundária deste capítulo, é referenciada nas citações apenas como ABN, seguida de seu ano, volume, número e página.

sendo tipicamente marxistas (não podendo compreendê-los enquanto categorias constitutivas da própria realidade histórica), entre eles, *classes sociais*, *luta de classes*, *internacionalismo comunista* etc. O ultranacionalismo católico, conforme se verá, configurou a base ideológica do ABN e o ódio étnico-racial antirusso nucleou o ideário dos porta-vozes dessa ultradireita do leste europeu no exílio. De acordo com sua ideologia, o ABN era uma vanguarda da luta “libertária” contra o bolchevismo-russo, um centro multinacional e multiétnico constituído para coordenar uma “revolução anticomunista” com o objetivo final de “libertar” *indivíduos, povos e nações* da URSS ou, o que seria o mesmo, do *imperialismo russo* em sua forma soviética. O ABN seria assim, conforme sua autoimagem oficial, uma “organização guarda-chuva” para coordenar esforços dos “guerreiros da liberdade”, os *freedom fighters*, em nome do anticomunismo e, especificamente, do antissovietismo. Na primeira edição da *Correspondência do ABN*, o grupo autodefiniu-se por sua antípoda, isto é, em contraposição ao “inimigo n.º 1” a ser destruído – o bolchevismo:

**O ABN é contra: 1. A URSS, a opressão bolchevique das nações e é contrário aos regimes bolcheviques nos Estados satélites vassalos; 2. O sistema totalitário bolchevique nas esferas de governo, social, econômica e cultural da vida dos povos da URSS e seus satélites; 3. O terror bolchevique, a miséria e a fome das massas populares na URSS e seus Estados títeres. O ABN defende: 1. A destruição da opressão bolchevique das nações e a liquidação do regime bolchevique; 2. A soberania nacional independente dos Estados das nações livres, estabelecida sobre as ruínas da URSS e seus Estados vassalos; 3. A democratização completa do Estado e da vida social das nações, liberadas do jugo bolchevique, com vistas a uma nova e justa ordem social (ABN, 1950, v. I, n.º 1, p. 1, grifo meu)**

A segunda edição da *Correspondência do ABN*, entretanto, especificou melhor o modo como o grupo caracterizou e combateu os soviéticos. Em março de 1950, o boletim oficial do ABN definiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como a *Tiurma Narodiv* (Тюрма народов), isto é, a “prisão de nações” ou, como sugerem algumas traduções, o “cativeiro dos povos”. A “Cortina de Ferro” soviética, portanto, entrelida e combatida como uma “jaula de ferro” (ou “masmorra”) de “povos e nações subjugadas” pelo bolchevismo. “**Em vez de uma ‘União’, a URSS é uma prisão de nações**” (ABN, 1950, v. I, n.º 2, p. 1, grifo meu). E essa *tiurma narodiv* só poderia ser destruída de uma maneira. Pela coordenação de um ataque *externo* lançado pelo “mundo livre” e outro vindo *por dentro*, urdido e deferido pelo ABN, cuja ação seria decisiva nessa guerra para “balcanizar” e destruir a *tiurma narodiv*, pois “**a pressão interna dentro da**

**URSS, em última instância, fará implodir em pedaços esta prisão das nações**” (ABN, 1950, v. I, n.º 2, p. 1, grifo meu).

Mas qual era a origem dessa “guerra de libertação” das “nações subjugadas pelo bolchevismo”? Embora parcialmente, o ultranacionalista ucraniano Yaroslav Stetsko, o presidente do Comitê Central do ABN por 40 anos (1946-86), particularizou o contexto histórico de origem dessa guerra de “libertação nacional” contra o bolchevismo. Conforme escreveu em 1953 durante as efemérides dos 10 anos do ABN, “no final do outono de 1943, no meio da Segunda Guerra Mundial, ergueu-se da Ucrânia em ruínas uma luz espiritual” (ABN, 1953, v. IV, n.º 11/12, p. 1). Na ocasião, garantiu Stetsko, “representantes armados de 13 nações subjugadas reuniram-se na noite de 21-22 de novembro na floresta de Zhytomir, para uma conferência geral dos movimentos de resistência e alianças revolucionárias e para declararem uma guerra comum contra o bolchevismo e o nazismo” (ABN, 1953, v. IV, n.º 11/12, p. 1). A se fiar, pois, no presidente vitalício do ABN, “durante os anos de guerra essa luta clandestina de resistência foi lançada em dois *fronts*. Naquela época dois imperialismos estavam em colisão, o bolchevismo russo e o nazismo alemão” (ABN, 1953, v. IV, n.º 11/12, p. 1).

Isto é, para o leitor que não questiona, o ABN haveria se originado de uma reunião de “representantes armados de 13 nações subjugadas” que formariam a *resistência revolucionária* contra os *imperialismos* bolchevique e nazista, correto? A se confiar em Stetsko, sim. “As nações subjugadas, inspiradas no ideal de liberdade nacional e individual, tiveram de se opor a ambos” – bolcheviques russos e nazistas alemães –, lançando em guerra o apelo “libertário”: “Povos amantes da liberdade do mundo, uni-vos na luta contra a tirania” (ABN, 1953, v. IV, n.º 11/12, p. 1). E mais, muito mais. Ainda de acordo com Stetsko, o ABN poderia ter cumprido um papel de vanguarda na conscientização do “mundo livre” sobre o perigo mortal inscrito em qualquer forma de aliança com o bolchevismo. Infelizmente, lamentou Stetsko, os “visionários” do ABN não foram ouvidos. Enquanto as democracias ocidentais lutavam ombro a ombro *com a URSS* na guerra *contra o III Reich*, o ABN já teria alertado o “mundo livre”. E “quem avisa amigo é”: diante do inimigo número 1, o bolchevismo, o nazismo seria insignificante. Nas palavras de Stetsko, “os representantes das nações subjugadas do Leste unidas no ABN”, de um lado, teriam se solidarizado “com os objetivos de guerra do Ocidente em uma luta comum coordenada contra a tirania e as ditaduras totalitárias de qualquer tipo”; mas, de outro lado, **alertaram as democracias para o**

**perigo de fazerem causa comum com o bolchevismo, que, como o Inimigo Mundial n.º 1, torna os nazistas insignificantes** [*puts Nazis far in the shade*]” (ABN, 1953, v. IV, n.º 11/12, p. 1, grifo meu).

Os “visionários” antibolcheviques do grupo de Stetsko, portanto, teriam pregado ao vento. As democracias ocidentais insistiram no fato, ou no erro, de que seria preciso uma aliança com a URSS para derrotar o III Reich e, assim procedendo, não ouviram uma “lição” do ABN: em face do bolchevismo como o inimigo mundial n.º 1, o nazismo se tornaria insignificante. Stetsko escreveu isso na cidade que trouxe o nazismo à luz, Munique, em 1953! E ainda acrescentou, nessa edição da *Correspondência do ABN* que comemorava uma década do grupo: **“O Mundo Ocidental, naquele tempo ainda um aliado de Moscou, desconsiderou nosso aviso. O que nós dissemos então, todavia, concretizou-se. O bolchevismo já representa uma ameaça de morte ao mundo inteiro”** (ABN, 1953, v. IV, n.º 11/12, p. 1, grifo meu). E qual era a base de uma “argumentação” como essa, no mínimo, muito estranha? De um lado, afirma-se que os membros do ABN eram “amantes da liberdade” que, na II Guerra Mundial, lançaram-se em dois *fronts* de batalha, lutando contra a *tiranía* bolchevique e, ao mesmo tempo, contra a *tiranía* nazista. Teriam enfrentando duas formas de *imperialismo*. Porém, momento subsequente, afirma-se um orgulho ferido de que o ABN teria alertado “o mundo ocidental” para o fato de que, diante do bolchevismo internacional, o nazismo seria insignificante. Conclui-se, pois, que a “lição” do ABN não aprendida pelo “mundo ocidental” foi essa: mais importante era ter destruído o bolchevismo, mais ainda do que o nazismo. Por isso, assumiram a Guerra Fria como a III Guerra Mundial, a hora e a vez de exterminar o bolchevismo.

### *1.1. A “pré-história” do ABN: um “poço sem fundo” de colaboradores nazistas*

Estranha argumentação de Stetsko, não? Na verdade, não. Trata-se de um contorcionismo próprio ao revisionismo negacionista da história. O ABN se constituiu como um grupo que buscou adulterar, a todo momento, o passado de seus líderes no colaboracionismo nazista e no Holocausto na Europa Oriental. Mas, ao fazê-lo, secretou o seu filonazismo, embora buscando camuflá-lo no pós-guerra, revisando-o, negando-o, adulterando-o. O presidente do ABN Stetsko, por exemplo, foi ele próprio um ex-colaborador nazista ucraniano. E praticamente *todos* os líderes do ABN eram

ex-colaboradores nazistas, tendo se somado à mobilização da guerra total de extermínio que o III Reich moveu contra a URSS. Contra os soviéticos e os judeus, é verdade. Mas, como pensavam e combatiam à época os futuros membros do ABN, eles guerreavam um mesmo inimigo, um Jano de duas faces. Operavam ideologicamente, com(o) os nazistas, sob o mito do “judeu-bolchevismo”.

Na Guerra Fria, sem embargo, os dirigentes do ABN foram forçados a revisar, negar e adulterar seu passado de colaboradores nazistas. Porém, o negacionismo em geral deságua em uma aporia se, e somente se, for confrontado com a objetividade histórica. Assim enfrentado, “sua conta não fecha”. Mas para tanto ele precisa ser confrontado com a objetividade dos fatos sociais. E, para isso, é preciso uma ciência da história disposta e capacitada a reconstituí-la ontologicamente, ou seja, em suas determinações de existência e formas de ser-precisamente-assim. A verdade histórica é objetiva e não comporta relativismos. Não está composta por “versões” ou, como hoje se diz, “narrativas”. Cada qual teria a sua própria “leitura” da história, não é mesmo? Assim é, se lhe parece, não? Não. Um evento histórico ou foi precisamente-assim ou não foi. Não é passível de uma miríade de “leituras” que, assumindo importar-se mais com “interpretações” sobre fatos do que com os fatos em si, estiola qualquer esforço de pesquisa da realidade objetivo do mundo social. E, ao fazê-lo, incapacita-se a si e aos outros para o enfrentamento de qualquer negacionismo, cuja raiz é sempre a *negação* da história objetiva e a repulsa à ciência histórica que procura reconstituir o mundo social em suas complexas formas ontológicas, isto é, em suas determinações de existência e formas de ser-precisamente-assim. Portanto, não pode haver ciência da história sem “a distinção entre o que é o que não é assim” (HOBSBAWN, 1998: 8)<sup>10</sup>.

E isso tudo, no caso deste CAPÍTULO 1, implica em reconstituir o itinerário do ABN e proceder à crítica histórico-ontológica de sua “narrativa” conforme a qual o grupo teria sido uma vanguarda de “guerreiros da liberdade” contra os *totalitarismos* do século XX: *freedom fighters* antibolcheviques e antinazistas *avant la lettre* que, segundo os membros do ABN, teriam muito a

---

<sup>10</sup> “Nas últimas décadas, tornou-se moda (...) negar que a realidade objetiva seja acessível, uma vez que o que chamamos de ‘fatos’ apenas existem como uma função de conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos. O passado que estudamos é só um constructo de nossas mentes. Esse constructo é, em princípio, tão válido quanto outro, quer possa ser apoiado pela lógica e por evidências, quer não. (...) Em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história. (...) Na verdade, poucos relativistas estão à altura plena de suas convicções, pelo menos quando se trata de responder, por exemplo, se o Holocausto de Hitler aconteceu ou não. Porém, seja como for, o relativismo não fará na história nada além do que faz nos tribunais. (...) São os advogados dos culpados que recorrem a linhas pós-modernas de defesa” (HOBSBAWM, 1998: 8).

ensinar na Guerra Fria ao “mundo livre”. Desde sua formalização com seu nome definitivo, em 1946, o ABN difundiu de modo muito eficiente essa sua autoimagem ideológica. Entretanto, confrontada com o passado de seus líderes antes do término da II Guerra Mundial, nada pode distar mais da realidade histórica objetiva do que ela. Concretamente, o ABN albergou em seu seio os principais colaboradores nazistas e criminosos de guerra da Europa Oriental e da Ásia Central.

Os irmãos Scott e Jon Lee Anderson, dois habilidosos jornalistas norte-americanos, foram os pioneiros na crítica dessa falsificação histórica, advertindo que “o ABN percorreu um longo caminho promovendo uma versão da história moderna que não apresenta nenhuma semelhança com os fatos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 36). A ancoragem objetiva nos fatos, pois, é o único meio capaz de demonstrar a distância entre o dito na Guerra Fria pelo ABN e o feito na II Guerra Mundial por seus membros. Na linha negacionista do grupo, “todas as menções aos vários serviços de seus membros aos nazistas foram expurgadas em favor de passagens laudatórias sobre os grandes sacrifícios que eles suportaram em sua luta pela liberdade do mundo e independência” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 36). De acordo com os Anderson, nenhuma outra organização da Guerra Fria aproximou-se do “escopo, profundidade ou influência do Bloco Antibolchevique de Nações. Desde o seu começo, ele cresceu para se tornar a maior e mais importante organização guarda-chuva para os colaboradores nazistas no mundo” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 35).

O ABN foi, na terminologia dos autores, uma “*ex-Nazi International*” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 35). Algo como uma “Internacional de ex-nazistas”. Controlado pelo ex-colaborador nazista da Ucrânia Stetsko, o ABN manteve representantes de outras Repúblicas soviéticas e de todos os países da Europa do Leste sob domínio soviético, constituindo um critério primordial à filiação de seus membros: “a lealdade à causa do nacional-socialismo” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 35). Em resumo, concluem os Anderson, “os membros do ABN constituem um virtual ‘Quem-é-quem’ dos responsáveis pelo massacre de milhões de civis na guerra mais sangrenta da história” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 35). Com uma “pequena” diferença em relação aos nazistas alemães (ou a uma parte deles): não enfrentaram um Tribunal de Nuremberg. E pior, no pós-guerra, eles foram reabilitados e reorganizados pelos serviços secretos ocidentais dos países capitalistas para serem empregados em operações antissoviéticas. Por essa razão é que os membros do ABN foram tão bem-sucedidos em sua campanha de contrafação histórica. Em grande medida foram capazes de adulterar com sucesso o passado de seus membros associado ao



III Reich nazista. Por isso, “a participação desses europeus orientais no Holocausto permanece uma das histórias menos contadas da história moderna” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 12). E por essas razões este CAPÍTULO 1 tem como objeto o ABN. Em um primeiro momento, ele estuda a “pré-história” do grupo antibolchevique, o passado de seus líderes no colaboracionismo nazista.

Quem eram e onde estavam, durante a II Guerra Mundial, aqueles indivíduos que na Guerra Fria seriam os dirigentes do ABN? Depois, será analisada a criação propriamente dita do ABN, em 1946, pelo serviço secreto britânico, o MI6, o que foi feito a partir de um protótipo protonazista que já havia sido montado, dentro do III Reich, pelo turcologista de Alfred Rosenberg, o professor Gerhard von Mende. Este nazista de “alto nível” arregimentou líderes antibolcheviques da Europa Oriental e da Ásia Central para o *Ostministerium* de Rosenberg e, no pós-guerra, reorganizou-os em uma nova organização, o ABN, criada a soldo do serviço secreto de Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra. E para que se criou o ABN? Para empregá-lo na condução de operações secretas de propaganda política, guerra psicológica e guerrilhas contra a URSS. Nesse imbricado contexto, será analisado de que forma também os serviços secretos dos EUA e da Alemanha Ocidental empregaram o ABN na guerra secreta do “mundo livre” contra a URSS.

Esse “poço sem fundo” de colaboradores nazistas pode ser esmiuçado, pela primeira vez, a partir de uma série de documentos relativos aos crimes de guerra nazista produzidos pelo governo norteamericano. Assim, a partir dos aportes seminais dos Anderson sobre o ABN, procedendo-se à leitura de seu boletim oficial, a *Correspondência do ABN*, e da historiografia pertinente, foi possível identificar os principais líderes do grupo e, depois, pesquisá-los em referida documentação norteamericana. Esse acervo está composto por documentos produzidos pelo Office of Strategic Services (OSS), pela CIA, pelo FBI e pelo Counter-Intelligence Corps (CIC) do Exército dos EUA<sup>11</sup>. E o resultado foi realmente impressionante. “A cada enxadada, uma minhoca”. A cada busca pelo nome de um dirigente do ABN foi possível encontrar seus nexos históricos e crimes de guerra vinculados ao III Reich. Os documentos registraram o dito e o feito pelos líderes do ABN quando eram ainda colaboradores nazistas e gestores do Holocausto na

---

<sup>11</sup> Essa documentação começou a ser tratada em 1998 a partir dos *The Nazi War Crimes & Japanese Imperial Government Disclosure Acts (Public Laws 105-246 and 105-567)*. Em 2007, o *Nazi War Crimes & Japanese Imperial Government Records Interagency Working Group* entregou o seu Relatório Final ao Congresso dos EUA. O grupo recolheu e tratou um mastodôntico acervo de mais 8 milhões de páginas de documentos, hoje disponível na internet.

Europa Oriental. Os líderes do ABN têm registrado seu passado de colaboradores nazistas e também os nexos com os novos *contractors* da Guerra Fria: os serviços secretos da Inglaterra, Alemanha Ocidental e EUA. Eis que essa documentação norte-americana sobre os crimes de guerra nazista revela tanto o passado de colaboração com o III Reich dos membros do ABN quanto sua metamorfose de protonazistas em *coldwarriors*.

O anticomunismo em geral e o antibolchevismo em particular foram o fio condutor desse transformismo. Os Anderson, como se vê, acertaram em mais essa. Embora não tenham podido compulsar essa nova documentação, eles determinaram o fundamental: o ABN foi “uma ‘Internacional de ex-nazistas’”. De início, então, antes de reconstituir o itinerário histórico e o perfil ideológico desses ex-colaboradores nazistas, importa demarcar que os grupos étnicos, políticos e nacionais do ABN tiveram suas histórias vinculadas à violenta redivisão da Europa gerada pela I Guerra Mundial de 1914 e, no curso desta, pela Revolução Russa de 1917. O término da I Guerra Mundial em 1918, com a queda dos três impérios multinacionais da Áustria-Hungria, Rússia e Turquia, “substituiu três Estados supranacionais, cujos governos eram neutros entre as numerosas nacionalidades que governavam, por um número maior ainda de Estados multinacionais, cada um identificado com *um*, no máximo duas ou três, das comunidades étnicas dentro de suas fronteiras” (HOBSBAWM, 1995: 141).

A formação da URSS com a vitória da Revolução Russa de 1917 implicou, a seu turno, a sovietação das áreas europeias do extinto império tsarista que haviam sido perdidas em 1918. Além de enviar suas tropas militares para a contrarrevolução russa<sup>12</sup>, os EUA, com os 14 Pontos do presidente Woodrow Wilson, “jogavam a carta nacionalista contra o apelo internacional de Lenin. Uma zona de pequenos *Estados-nação* formaria uma espécie de cinturão contra o vírus vermelho” (HOBSBAWM, 1995: 73). Com a ascensão no poder do fascismo italiano em 1922 e com a conquista do Estado pelo nazismo alemão em 1933, as extremas-direitas da Europa Oriental agarraram a oportunidade histórica e, como “constelações menores”, buscaram se aliar à “estrela maior” que despontava no horizonte europeu ocidental: o nazifascismo como a “estrela-guia” da

---

<sup>12</sup> “Em agosto de 1918, 7 mil soldados norte-americanos chegaram a Vladivostok, Rússia, e lá ficaram até janeiro de 1920, como parte de uma força de ocupação dos Aliados com o objetivo de reverterem a Revolução Bolchevique de 1917. Em setembro de 1918, 5 mil tropas norte-americanas se uniram à força de intervenção dos Aliados no Arcangel. As forças norte-americanas sofreram 500 baixas. Eles partiram em junho de 1919, encerrando de vez as tentativas dos Estados Unidos de uma reversão militar direta da Revolução Russa” (BODENHEIMER; GOULD, 1989: 24).

contrarrevolução anticomunista, ultranacionalista e, no caso ítalo-alemão, imperialista (HOBSBAWM, 1995: 44). Esse *fascismo sem fronteiras* representou, portanto, “uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial, para o qual o rótulo ‘fascismo’ é ao mesmo tempo insuficiente mas não inteiramente irrelevante” (HOBSBAWM, 1995: 73).

Desse modo, “o fascismo, primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro” (HOBSBAWM, 1995: 116). Havia semelhanças e diferenças, porém, nesse *fascismo sem fronteiras*. Embora a ponta-de-lança nazifascista compartilhasse “nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo etc. com outros elementos não fascistas da direita” (HOBSBAWM, 1995: 121), nem o fascismo italiano e nem o nazismo alemão “apelavam aos guardiões históricos da ordem conservadora, a Igreja e o rei, mas ao contrário buscavam complementá-los com um princípio de liderança inteiramente não tradicional”, configurando o setor mais agressivo da contrarrevolução europeia anticomunista (HOBSBAWM, 1995: 121). A partir da década de 1920, essa agressiva contrarrevolução fascista ensejou “as condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada” (HOBSBAWM, 1995: 130).

Os grupos étnicos, políticos e nacionais que integraram essa “ultradireita alucinada” na Europa Oriental – enxergando-se e agindo como “estrelas menores” da “onda do futuro” nazifascista – foram justamente aqueles que forneceriam seus membros, a partir de 1946, ao quadro dirigente do ABN. Essa “ultradireita alucinada” na Ucrânia, por exemplo, esteve composta pela Organização de Nacionalistas Ucrânicos (OUN/B) comandada pelo *Providnyk* (líder, em ucraniano) Stepan Bandera. Seu lugar-tenente foi Yaroslav Stetsko que no pós-guerra, como dito, consagrou-se como presidente vitalício do ABN. Esses ultranacionalistas ucranianos associaram-se ao III Reich em uma guerra de extermínio antibolchevique e antisemita, embora não como “sonharam”, já que Hitler não lhes assegurou um Estado “independente” que os *banderistas* pudessem chamar de seu. Contudo, a OUN/B encontrou importantes aliados dentro do III Reich e, com eles, executou uma limpeza étnica nas áreas sob seu domínio que ultrapassou as centenas de milhares de assassinados. Os representantes croatas dessa “ultradireita alucinada” estiveram sob o comando de Ante Pavelic, o *Poglavnik* (líder, em croata) do movimento *Ustashi* que, graças à

“mão amiga” nazista, conquistou um Estado para chamar de seu e, com ele, promoveu o Holocausto na Croácia. Refugiando-se no pós-guerra na Argentina de Perón, o ex-*Poglavnik* reorganizou os *ustashi* no exílio via Movimento de Libertação Croata (HOP, no acrônimo croata). Ex-dirigentes de “alto nível” da ditadura *ustashi* e criminosos de guerra, como o ex-ministro Stejpan Hefer, o ex-diretor de relações culturais *ustashi* Anton Bonifacic e o ex-general Hinko Alabanda, integraram o HOP e, por meio dele, o ABN.

Os expoentes dessa “ultradireita alucinada” na Romênia eram todos da Legião do Arcanjo São Miguel, o grupo de “católicos fascistas” liderados por Corneliu Zelea Codreanu e, depois de sua morte, por Horia Sima. Sob o comando deste, os legionários da Guarda de Ferro associaram-se ao III Reich e, no pós-guerra, integraram o ABN. O dirigente romeno mais “visível” no ABN, contudo, foi Vasil Mailat, um ex-comandante legionário e criminoso de guerra foragido. Ferdinand Durcansky e Ctibor Pokorny foram os dois representantes dessa “ultradireita alucinada” na Eslováquia que, primeiro, colaboraram com o nazismo e, depois, dirigiram o ABN. Durcansky fora um organizador da milícia Hlinka e, sob a ditadura colaboracionista do monsenhor Josef Tiso, tornou-se ministro das Relações Exteriores e, nessa condição, deportou judeus para a Alemanha de Hitler. Embora um criminoso de guerra “Classe A”, ele conseguiu escapar ao fim da guerra. Pokorny era “apenas” um virulento propagandista antisemita eslovaco.

“Estrelas” dessa “ultradireita alucinada” na Bielorrússia também se fizeram presentes no ABN. Integraram o grupo Stanislav Stankiev (“o açogueiro de Borisov”) e o presidente do Conselho Central Bielorrusso (CCB) Radoslav Ostrowski. Sediado em Minsk, o CCB era um Estado em minatura criado pela SS (SS) para os nazistas chamarem de seu. Um dos mais capazes tenentes de Ostrowski também se tornou líder do ABN: o chefe de polícia Dimitr Kasmowich. Assim como John Kosiak, outro colaborador nazista bielorrusso que, como engenheiro, reparou fábricas com trabalho escravo e construiu o gueto judeu de Minsk. O principal expoente dessa “ultradireita alucinada” na Hungria foi um militar: Ferenc Farkas de Kisbarnaki. Esse general serviu primeiro ao regime de Miklos Horthy e, depois, à ditadura da Cruz Flechada do colaboracionista Ferenc Szalasi. No pós-guerra Farkas tornou-se o presidente da Comissão Militar do ABN. E tinha pedigree para isso. Em junho de 1944 ele recebera a Cruz de Ferro nazista “por sua corajosa liderança nos Cárpatos”. Outro condecorado com a Cruz de Ferro pelo III Reich, o príncipe georgiano Michael von Alschibaya, integraria o ABN.

O principal nome dessa “ultradireita alucinada” na Letônia também encontrou seu “lugar ao sol” no ABN: Alfred Berzins, ex-chefe da Guarda Aizsargi em Riga. Assim como os representantes dessa “ultradireita alucinada” na Bulgária. Ivan Docheff e Dimiter Waltscheff foram os dois principais colaboradores nazistas búlgaros que compuseram o quadro dirigente do ABN. Por fim, aquele que foi o representante da Ásia Central no ABN, o uzebeque Veli Kajum Khan, era igualmente um ex-colaborador nazista. Ele fora o criador da Legião Turquistã, uma unidade militar incorporada ao Exército alemão que, sob sua supervisão, incumbiu-se da instrução política de muçulmanos para serem lançados na *guerra santa (jihad)* contra a URSS. Kajum Khan, assim como a maior parte dos ex-colaboradores nazistas enumerados, era um dos *assets* do já citado professor Gerhard von Mende, o responsável pela organização política, dentro do *Ostministerium* de Alfred Rosenberg, dos líderes antibolcheviques da Europa Oriental e da Ásia Central.

No pós-guerra, von Mende era ovacionado nas páginas da *Correspondência do ABN* como “o melhor amigo” das “nações subjugadas pelo bolchevismo”. Assim como outro nazista alemão, o professor Theodor Oberlander, ex-diretor político do batalhão *Nachtigal*, uma unidade militar composta por ucranianos *banderistas* e soldados alemães que, em 1941, ocuparam a cidade de Lvov na Ucrânia. Os professores von Mende e Oberlander foram os melhores “amigos” nazistas alemães dos membros do ABN, antes e depois de sua fundação em 1946. Embora possa cansar os olhos de quem lê, constata-se que não é extravagância alguma caracterizar o ABN como “um poço sem fundo” de ex-colaboradores nazistas. Ou, na terminologia dos irmãos Anderson, *uma Internacional de ex-nazistas*. Não basta, porém, identificá-los apenas. É preciso circuncrevê-los no solo histórico de onde emergiram e sobre o qual atuaram. Só assim é possível compreender o ventre fecundo de onde surgiu a “besta nazista”, no caso, protonazista. Essa reconstituição histórica inicia-se, justamente, pelo mais importante desses grupos, aquele que controlou a presidência do ABN: os ultranacionalistas ucranianos de Bandera e Stetsko.

### *1.1.1. Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN/B): o Providnyk Stepan Bandera e seu lugar-tenente Yaroslav Stetsko*

O historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira ensina que “a Ucrânia sempre foi um território heterogêneo, penetrado, através dos séculos, por diversas culturas, religiões e tendências

políticas” e, apesar da mitologia nacionalista pretender encontrar no século XIX ou antes ainda uma unidade nacional em germe, ela “nunca teve unidade étnica, homogeneidade cultural nem fronteiras definidas, ao longo da história” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 212). Reiteradamente fragmentada e crucificada pelos Estados vizinhos, na guerra civil que seguiu à Revolução Russa de 1917, o líder bolchevique Leon Trotsky, no comando do Exército Vermelho, reconheceu a Ucrânia como um país em 1919. Proclamou então aos soldados, conforme ao princípio da autodeterminação dos povos apregoado por Lenin: “A Ucrânia é a terra dos trabalhadores e camponeses ucranianos. Eles sozinhos possuem o direito de controlar a Ucrânia, de governá-la e de construir uma nova vida nela” (TROTSKY *apud* MONIZ BANDEIRA, 2016: 212).

Não tendo configurado um país propriamente dito até a I Guerra Mundial, identificada nos mapas antigos e medievais como a Pequena Rússia ou *Rus' Minor*, como esclarece Moniz Bandeira, foi somente com a Revolução de Fevereiro de 1917 e a subsequente queda do tsar Nicholas II que a Ucrânia se constituiu “como República Nacional – *Ukrayins'ka Narodnia Respublik* – UNR, com a aprovação do Ato Universal emitido pela Rada Central (*Tsentralna Rada*), em Kiev, e adotada em 11 de junho de 1917, antes da insurreição que levou os bolcheviques ao poder, pelo Congresso de Toda a Ucrânia” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 211-212). O Governo Provisório de Petrogrado, chefiado primeiro pelo príncipe Georgy Y. Lvov e depois pelo populista ou socialista-revolucionário Alexander F. Kerensky, “rejeitou sua reivindicação de relativa autonomia, alegando que tal concessão levaria a Rússia ao caos e à anarquia” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 212). Lenin, de outra parte, reconheceu como legítima a aspiração de autonomia ucraniana apresentada pela Rada Central – um órgão composto pelos proprietários de terra, pequenos agricultores e comerciantes ucranianos que não pretendia a secessão da Ucrânia –, defendendo no *Pravda* que:

Essas palavras estão perfeitamente claras. Eles declararam muito especificamente que o povo ucraniano não deseja separar-se da Rússia, no presente. Eles demandam autonomia sem negar a necessidade da suprema autoridade do Parlamento de Toda a Rússia. Nenhum democrata, sem mencionar um socialista, ousará negar a completa legitimidade das demandas da Ucrânia, nem mesmo negar à Ucrânia o *direito* de livremente desligar-se da Rússia. Somente o reconhecimento deste direito torna possível advogar a livre união dos ucranianos e grão-russos, uma *voluntária* associação de dois povos num só Estado (LENIN *apud* MONIZ BANDEIRA, 2016: 212)

Os revolucionários bolcheviques, no entanto, com forte apoio na região de Donbass, não aceitava “a ideia de uma Ucrânia separada”. Com a eclosão em outubro de 1917 da Revolução

Bolchevique e a subsequente guerra civil, o general aristocrata cossaco Pavel Petrovyc Skoropads'kyi derrubou o Conselho Central da República Nacional em Kiev e instituiu “um governo antissoviético, respaldado pelas tropas de ocupação alemãs e austro-húngaras” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 213). Derrotadas as Potências Centras da aliança dos Impérios Alemão, Áustro-húngaro e Otomano, porém, “Skoropads'kyi, sem apoio, foi derrubado pelo político nacionalista Symon Petlyura, que fundou a República Popular da Ucrânia (*Ukrayins'ka Narodnia Respublika*)” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 213).



**Figura 1.** “Simon Petlyura. President of the restored, Independent Ukrainian National Republic and Commander-in-Chief of the Ukrainian National Army (1919-1921), murdered by a bolshevist agent, May 26<sup>th</sup>, 1926, in Paris”. FONTE: ABN, 1953, v. IV, n.º 5/6, p. 3.

Ao mesmo tempo em que “os marinheiros da esquadra russa, em Sevastopol, na Crimeia, já haviam aderido aos bolcheviques, em 19 de março de 1918”, proclamando a República Soviética Socialista de Taurida, na província de Zaporizhia “Nestor Makhno chefiava uma sublevação camponesa, de caráter comuno-anarquista, conhecida como Makhnovshchina” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 214). Constituindo o Exército Negro, o Exército Revolucionário Insurrecional da Ucrânia (*Revolutsionnaya Povstancheskaya Armiya Ukrainy*), “os comunistas-anarquistas, liderados por Nestor Makhno, combateram tanto as tropas contrarrevolucionárias do Exército

Branco”, “quanto as forças do Exército Vermelho” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 215). O projeto da *Makhnovshchina* “consistia em deixar os soviets livres e implantar comunidades libertárias, anárquicas, sem instituições e autoridades, *i.e.*, sem governo, sem Estado” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 215). Todavia, sob o comando do general Mikhail V. Frunze, o Exército Vermelho “não apenas esmagou os contingentes nacionalistas, liderados por Symon Petlyura, mas também massacrôu o movimento anarquista” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 215).

A revolucionária polonesa-alemã Rosa Luxemburgo, embora saudando “a Revolução Russa como ‘*das gewaltigste Faktum*’ (o mais poderoso *factum*) da grande guerra de 1914-1918”, entre as críticas que endereçou da prisão a Lenin e Trotsky, rechaçou o tratamento bolchevique à “questão ucraniana”. Referindo-se “ao ‘tolo nacionalismo ucraniano’ (*die Narretein des ‘ukrainischen Nationalismus*)””, Luxemburgo afirmou que “antes de uma ‘Ucrânia independente’ (*selbständige Ukraine*) haver sido inventada pelo ‘hobby de Lenin’ (*Steckenpferd Lenins*), a Ucrânia fora o centro, a fortaleza do movimento revolucionário da Rússia” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 221). Havia sido da Ucrânia, especialmente de Rostov, da Odessa e de Donetsk, que “fluíram as torrentes de lava que lançaram o sul da Rússia, já em 1902-1904, em um mar de chamas, assim preparando a insurreição de 1905. O mesmo aconteceu na revolução de 1917, pois o proletariado da Rússia meridional forneceu as tropas de elite das falanges proletárias (*die Elitentruppen der proletarischen Phalanx stellte*)” (LUXEMBURGO *apud* MONIZ BANDEIRA, 2016: 221-222). Equivocaram-se os bolcheviques, segundo Luxemburgo, ao terem encampado o princípio da autodeterminação das nacionalidades ao invés de manterem a integridade territorial do império russo sob a égida da revolução socialista. Assim procedendo, os bolcheviques “propiciaram a ideologia que mascarava a contrarrevolução, fortalecendo a posição da pequena burguesia e enfraquecendo o proletariado” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 222).

Nessa análise crítica, “Rosa Luxemburg previu que a Ucrânia assim desempenharia um ‘papel fatal’ (*fatale Role*) no destino da revolução russa” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 222). E acusou “Lenin e seus companheiros de inflarem, artificialmente, essa ‘farsa burlesca’ (*diese lächerliche Posse*) de um par de professores universitários e estudantes, ao nível de um fator político, com a agitação da doutrina sobre o direito à autodeterminação, até o ponto de convertê-la em fanfarronada sangrenta e bandeira de reunião dos contrarrevolucionários” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 222).



Lenin, entretanto, manteve a decisão de conceder a autodeterminação às nacionalidades e, em 10 de março de 1919, “o 3º Congresso dos Sovietes da Ucrânia mudou o nome da República Soviética do Povo Ucrâniano (1917-1919) (...) para República Socialista Soviética da Ucrânia, que se tornou tecnicamente um Estado independente, com seu próprio governo” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 223). Ao lado dela, entre 1918-19, a República Popular da Ucrânia Ocidental existente na região da Galitzia fundiu-se com a República Nacional da Ucrânia sob o nome de República Popular da Ucrânia (*Zapadnoukrajinska Narodna Republika*), “com apenas 4 milhões de habitantes, sob o comando do nacionalista Symon Petlyura, que continuou a guerra contra o Exército Vermelho, apoiado por forças da Polônia, sob a ditadura do marechal Józef Klemens Pilsudski” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 223).

Conforme previsto por Rosa Luxemburgo, “a perspectiva de reconhecimento da autodeterminação das nacionalidades despedaçou a Ucrânia em pretensas pequenas repúblicas de tendências diferentes”, deflagrando-se sublevações camponesas de cossacos e operários, “enquanto sangrentos *pogroms* ocorriam em todas as cidades” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 223). Entre junho de 1920 e março de 1921, finalmente, o Exército Vermelho cercou e capturou Kiev, então sob domínio das unidades militares de Pilsudski, ditador da Polônia que havia reconhecido “a soberania da Rússia sobre toda Ucrânia até Donbass e a Bielorrússia, ao celebrar o Tratado de Riga (1921), terminando a guerra” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 223). Em dezembro de 1922, a Ucrânia finalmente “somou-se como Estado, denominado República Soviética Socialista, às Repúblicas Soviéticas da Rússia, Bielorrússia e Transcaucásia, na formação da União Soviética” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 224).

Nesse imbricadíssimo contexto histórico, o ultranacionalismo ucraniano dividiu-se em um grupo no exílio e outro na própria Ucrânia, ambos integrando a Organização dos Nacionalistas Ucranianos (*Orhanizatsiya Ukrayins'kykh Natsionalistiv* – OUN). O historiador polonês-alemão Grzegorz Rossolinski-Liebe salienta a existência de uma divisão geracional desse movimento ultranacionalista ucraniano. A geração mais jovem do OUN, composta Stepan Bandera, Yaroslav Stetsko (1912-1986) e Roman Shukhevych (1907-1950), que controlava o braço executivo da organização na Ucrânia na década de 1930. A geração mais velha, formada por Ievhen Konovalets (1891-1938) e Andrii Mel'nyk (1890-1964), encontrava-se no exílio na Polônia. Em maio de 1932, Bohdan Kordiuk tornou-se o *Providnyk* (líder) da seção executiva na Ucrânia; “Bandera tornou-

se o vice-líder; Volodymyr Ianiv tornou-se o presidente do aparelho político-ideológico, Iaroslav Stets'ko, o substituto de Ianiv; Roman Shukhevych, o presidente do aparato militar” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 71). Bandera, então, substituiria Kordiuk, assumindo a posição de novo *Providnyk* e, assim, “assegurou seu domínio na organização [OUN] apontando o ultra-leal Stetsko como seu primeiro-tenente” (DORRIL, 2000: 225). “A geração mais nova dos ultranacionalistas da Galitzia ucraniana desprezava os grupos mais velhos por sua aliança com elementos poloneses” (DORRIL, 2000: 223).

Embora formalmente dependente da geração mais velha no exílio polonês, os jovens ucranianos ultranacionalistas estavam dispostos a “usar o terror como meio político” e cometeram inúmeros assassinatos de membros da OUN e de outros ucranianos que acusavam de cooperação com a polícia polonesa ou de outras formas de traição. O terrorismo político empreendido por essa ala mais jovem da OUN era travestido “como uma luta patriótica contra os ocupantes” e ela defendeu “o terror como um instrumento de propaganda que chamaria a atenção internacional para a situação dos ucranianos na Polônia e na Ucrânia Soviética, e também para sua ‘luta por libertação’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 71). Em junho de 1934, a ala jovem da OUN assassinou o ministro do Interior polonês, general Peiracki, “resultando na prisão de seus líderes Stefan Bandera, Mykola Lebed e Yaroslav Stetsko” (DORRIL, 2000: 224).

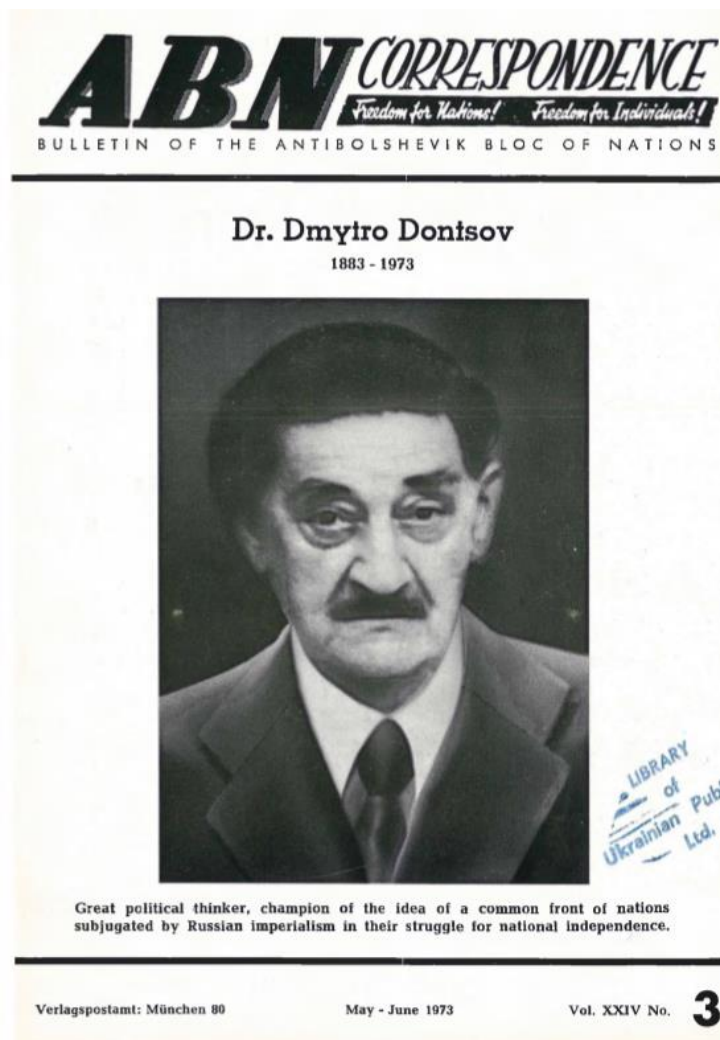
O mentor ideológico do terrorismo político da ala jovem da OUN foi Dmytro Dontsov (figurinha carimbada na *Correspondência do ABN*). Dontsov era “o pai espiritual” da OUN: buscou teorizar o nacionalismo ucraniano como um dos movimentos fascistas europeus, defendeu sua ideologia como ‘religião secular e o “nacionalismo de ação”. Traduziu e publicou na Ucrânia o *Mein Kampf* de Hitler e *A doutrina do fascismo* de Mussolini, defendendo que, para a Ucrânia, que “os problemas russo e judeu estavam interconectados e que os ucranianos devem resolver o problema russo a fim de serem capazes de resolver a questão judaica” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 80):

Nós temos e nós iremos lutar contra a aspiração dos judeus de desempenhar o papel inapropriado de senhores na Ucrânia. ... Nenhum outro governo aceitou tantos judeus em seus serviços como os bolcheviques e alguém poderia esperar que como Pilatos os russos irão lavar suas mãos e dizer às nações oprimidas: ‘Os judeus são culpados por tudo’. **Os judeus são culpados, terrivelmente culpados, porque eles ajudaram a consolidar o domínio russo na Ucrânia, mas ‘os judeus não são culpados por tudo’. O imperialismo russo é culpado por tudo. Apenas quando a Rússia for derrotada na Ucrânia nós seremos capazes de resolver a questão judaica em nosso país de uma**

**maneira que se adequa ao interesse do povo ucraniano** (DONTSOV *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 80, grifo meu)

Esse duplo ódio aos judeus e aos russos “teorizado” por Dontsov, explica Rossolinski-Liebe, foi adotado pela geração mais jovem de ultranacionalistas no II Grande Congresso da OUN, de abril de 1941, realizado em Cracóvia, na Polônia ocupada pelos nazistas. Bandera e Stetsko tiveram participação ativa no Congresso, cuja resolução sobre os judeus declarou: “... Na URSS os judeus são os mais fieis apoiadores do regime bolchevique dominante ... A OUN combate os judeus” (SABRIN, 1991: 04). Adotou-se no Congresso “um programa antissemita e pró-nazista virulento” e, assim que encerrado suas deliberações, o grupo de Bandera e Stetsko da OUN enviou a seguinte mensagem ao serviço secreto nazista: “Vida longa à grande Ucrânia independente sem judeus ... judeus à força” (DORRIL, 2000: 824). Antes disso, porém, em 7 de junho de 1936, durante a celebração da memória de Symon Petliura – que em 1926 fora executado, em seu exílio em Paris, pelo anarquista judeu Sholem Schwartzbard como vingança por seu papel nos *pogroms* ucranianos – os “ativistas da OUN distribuíram panfletos com a mensagem: ‘Atenção, mate e espanque os judeus por nosso líder ucraniano Symon Petliura; os judeus devem ser removidos da Ucrânia; vida longa ao Estado ucraniano’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 80).

Como ensina Rossolinski-Liebe, “o tipo moderno de antissemitismo, que definiu os judeus como uma nação e não como um grupo religioso, tornou-se popular entre os nacionalistas ucranianos, especialmente na década de 1930” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 80). A organização que elegera como seu “pai espiritual” Dontsov, dividiu-se entre a OUN-B/Banderivtsi e a OUN/Melnykivtsi. Esta havia sido fundada em 1929 sob a liderança do general Andrij Melnyk, que substituíra o “coronel” Konovalts, assassinado em março de 1938, mas enfrentaria desde então uma severa oposição “conduzida pela geração mais jovem de ativistas centrada no entorno do antipolonês e antirrusso Stefan Bandera, um ‘herói popular’ para muitos ucranianos exilados, que era presidente da executiva da OUN na Ucrânia ocidental” (DORRIL, 2000: 224).



**Figura 2.** “Great political thinker, champion of the idea of a common front of nations subjugated by Russian imperialism in their struggle for national independence”. FONTE: ABN, 1973, v. XXIV, n.º 3, capa.

A ala dos *Banderites* (= seguidores de Stepan Bandera) da OUN/B “não apenas recebia o suporte do Abwehr, dirigido pelo almirante Wilhelm F. Canaris, como também contou, desde meados dos anos 1930, com o patrocínio do almirante sir Hug Sinclair, então chefe do MI6, da Grã-Bretanha, para que combatesse o bolchevismo” (MONIZ BANDERA, 2016: 226). “O MI6, sob seu chefe almirante Sir Hug ‘Quex’ Sinclair – previamente o chefe da Inteligência Naval nos anos de ‘Intervenção’ contra os Bolcheviques – apadrinhou a fração extremista de Bandera, que tinha sido condenada pela Liga das Nações como um ‘sindicato terrorista’” (DORRIL, 2000: 224).

Bandera contestara a liderança de Mel'nyk sob a alegação de que sua liderança na OUN colocava em xeque o *princípio do líder (Führerprinzip)* adotado pelo grupo em reunião de 27 de agosto de 1939, na Itália, que instituía “a saudação ‘Glória ao Líder!’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 173). O racha OUN/M e OUN/B “foi um passo significativo para a ascensão do culto político e do mito de Stepan Bandera” como o novo líder – o *Providnyk* – e “a maioria dos membros da OUN, principalmente a juventude ucraniana, juntou-se à facção da OUN/B”, autodesignando-se *Banderites* (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 174). Como dito, desde que Bandera assumiu a posição de *Providnyk* do ultranacionalismo ucraniano, “o ultra-leal Stetsko” tornou-se seu lugar-tenente. E, como se pode imaginar, Stetsko pensava como Bandera. O *Providnyk* fundiu em sua cosmovisão “inúmeros valores e conceitos da extrema-direita, incluindo o ultranacionalismo, o fascismo, o racismo e o antissemitismo”, bem como o “fascínio pela violência”, a “crença de que apenas a guerra poderia estabelecer um Estado ucraniano” e a “hostilidade à democracia, ao comunismo e ao socialismo” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 115). Foi também – ou acima de tudo, como garantiria Stetsko no enterro do *Providnyk* – um cristão. Enfim, se o *Providnyk* assim pensava, seu fiel e leal escudeiro Stetsko não poderia ir muito longe. Rossolinski-Liebe esclarece que:

Em um artigo publicado em 8 de maio de 1939, o principal membro do OUN-B Stets'ko alegava que os judeus eram ‘nômanes e parasitas’, uma nação de ‘trapaceiros [*swindlers*], materialistas, e egoístas ... destituída de heroísmo e carente de uma ideia que poderia inspirá-los ao sacrifício’. Eles estariam apenas interessados no ‘lucro pessoal’ e estariam determinados ‘a corromper a heroica cultura das nações guerreiras’. Stets'ko declarou que os ucranianos teriam, portanto, se separado dos judeus séculos atrás a fim de atingirem ‘a pureza de sua espiritualidade e cultura’ (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 174)

Stetsko compartilhou o antissemitismo inscrito na ideologia de combate ultranacionalista “teorizada” por Dontsov e colocada em prática pelo *Providnyk* Bandera. Durante a II Guerra Mundial, o triunvirato da OUN/B – Bandera, Stetsko e Shukhevych – redigiu um documento para guiar os *banderites* na mobilização bélica da nação ucraniana. Intitulado “Luta e atividades da OUN no período de guerra”, os *banderites* pretenderam que esse documento servisse de guia de ação para seus seguidores em “uma ‘situação favorável’ de ‘guerra entre Moscou e outros Estados’”. Recomendou-se um conjunto de ações para os *banderites* estabelecerem “o ‘poder totalitário da nação ucraniana nos territórios ucranianos’, o que necessitaria de uma ‘forte

organização política e militar em todos territórios ucranianos’, isto é, a OUN-B” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 181).

“Luta e atividades da OUN no período de guerra” definiu que o maior desafio aos *banderites* seria o enfrentamento das minorias, subdividindo-as em categorias de amigos *versus* inimigos: “a) nossos amigos, i.e. os membros das nações escravizadas [e] b) nossos inimigos, os moscovitas, poloneses e judeus” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 181). O terrorismo político da OUN/B encontrou nesse documento redigido por Stetsko, Bandera e Shukhevych a sua expressão genocida máxima. Definiu, assim, que “nosso poder deve ser terrível com seus oponentes. Terror para os inimigos estrangeiros e para nossos traidores. Não deve haver piedade para os dissidentes ucranianos” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 181). Esse guia para o genocídio de *moscovitas*, *poloneses e judeus*, entre outras coisas, põe abaixo o negacionismo futuramente propagandeado por Stetsko no Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Subscrito pelo próprio Stetsko, esse manual de genocídio mostra como a OUN/B buscou colaborar com os nazistas:

**Nós consideramos o exército alemão vindouro como o exército de aliados. Nós tentaremos antes de sua chegada colocar a vida em ordem por conta própria. Nós lhe informaremos que a autoridade ucraniana já está estabelecida sob o controle da OUN e sob a liderança de Stepan Bandera;** todas os assuntos estão regulados pela OUN e as autoridades locais estão prontas para estabelecer relações amigáveis com o exército, a fim de lutar conjuntamente contra Moscou e colaborar [com a Alemanha Nazista] (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 182, grifo meu)

O historiador Rossolinski-Liebe, o primeiro a resgatar esse documento-guia da OUN/B, observa que o alvo do genocídio na Ucrânia eram os judeus, identificados pelos *banderites* e pelos nazistas como “o ‘principal pilar do regime bolchevique e a vanguarda do imperialismo russo na Ucrânia” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 182). “Em 1941, o esteriótipo do ‘judeu-bolchevismo’ [*Jewish Bolshevism*] imperava na OUN-B” e, posta em prática, essa ideologia significou que os judeus, ao serem identificados como agentes dos invasores soviéticos, deveriam ser removidos dos territórios ucranianos (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 182). Essa planificação do genocídio contida no documento-guia da OUN/B, em nome de um Estado “independente” da Ucrânia, orientou os “banhos de sangue”: “Durante o tempo de caos e confusão, é permitido liquidar indesejáveis ativistas poloneses, moscovitas [russos ou soviéticos] e judeus” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 183). Esse terrorismo étnico-político era a arma de guerra para a OUN/B conquistar seu Estado:

Nós temos de lembrar que esses elementos existentes tem de ser, enquanto o principal pilar da NKVD e da autoridade soviética na Ucrânia, exterminados enquanto [nós estivermos] estabelecendo a nova ordem revolucionária na Ucrânia. Esses elementos são: 1. Moscovitas [*Moskali*], enviados para os territórios ucranianos a fim de fortalecer o poder de Moscou na Ucrânia; 2. Judeus [*Zhydy*], enquanto indivíduos assim como um grupo nacional; 3. Estrangeiros [*Chuzhynstsi*], especialmente vários asiáticos com os quais Moscou colonizou a Ucrânia...; 4. Poloneses [*Pliaky*] nos territórios ucranianos ocidentais, que não deixaram de sonhar com a reconstrução de uma Grande Polônia [*Greater Poland*]' (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 184)

Nesse passo a passo do genocídio, os *banderistas* não descuidaram da propaganda política que deveria ser veiculada durante a mobilização de guerra total contra seus inimigos: *judeus-moscovitas*, *poloneses* e demais *estrangeiros*. Entre os *slogans* construídos pela OUN/B sob o signo do *judeu-bolchevismo*, destacaram-se os seguintes: “Mate o inimigo entre vocês: judeus e informantes”; “Morte ao comunismo-judaico-moscovita!”; “Comissários de Stalin e de judeus: o inimigo número um da nação!”; “Comunismo-judaico-moscovita: o inimigo da Nação!”; e “Marxismo: uma criação judaica!”. Além disso, particularizando o ideário dessa “ultradireita alucinada” da OUN/B, o historiador Rossolinski-Liebe adverte para a necessidade de apreender sua diferença específica, em particular, do tipo de *regressividade* inscrita na ideologia desses ultranacionalistas da Ucrânia. Diferentemente do nazismo, um produto histórico-ideológico do capitalismo tardio de *via prussiana* que produziu uma sociedade urbano-industrial, essa ultradireita ucraniana caracterizou-se por um ódio agrário-ruralista às cidades. Segundo eles, as cidades “não tinham nada em comum com a cultura ucraniana que era profundamente enraizada nos vilarejos” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 187)<sup>13</sup>.

*Slogans* do tipo “A Ucrânia camponesa conquista as cidades e mata os inimigos da Ucrânica” condensaram esse tipo de regressividade agrário-ruralista do ultranacionalismo ucraniano em questão. “Os líderes da OUN planejavam mobilizar os vilarejos ucranianos contra as cidades cosmopolitas, onde, de acordo com os autores de ‘Luta e atividades’, a maior parte dos inimigos dos ucranianos viviam” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 187). Ao lado dessa mobilização do campo contra a cidade, do rural contra o urbano, da “autêntica” cultura ucraniana dos vilarejos contra o “degenerado” cosmopolitismo citadino, o documento-guia para o genocídio redigido

---

<sup>13</sup> De fato, seria preciso apreender historicamente a particularidade da via ucraniana de entificação de um capitalismo híper-tardio para uma melhor compreensão da ideologia e práxis dessa “ultradireita alucinada” na Ucrânia. Apesar de apontar a especificidade agrário-ruralista dos banderites, Rossolinski-Liebe opta por designá-los fascistas. Já um autor como Moniz Bandera caracteriza os banderites como “nacionalistas/protonazistas”.

pelos *banderites* identificou a OUN à totalidade da nação: “A nação ucraniana é a OUN – a OUN é a nação ucraniana! Todo o povo sob o estandarte da OUN!” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 187).

Isto é, os *banderites* tinham como objetivo político a implementação de uma ditadura na qual “o Chefe do Estado ucraniano deve ser uma pessoa que possua a autoridade e a confiança de toda a nação” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 187). “Luta e atividades da OUN no período de guerra”, portanto, programou um genocídio e uma limpeza étnica na Ucrânia como pré-condição necessária à conquista de um Estado ucraniano “independente” que, modelado e controlado pela OUN/B, representaria toda a nação ucraniana. No topo desse Estado-OUN/B, obviamente, o líder: o *Providnyk* Stepan Bandera. Caberia a esse futuro Estado-OUN/B um controle ideológico absoluto sobre os ucranianos: “A Organização dos Nacionalistas Ucranianos assume a tarefa de controlar o pensamento político ucraniano, a educação e o treinamento dos principais quadros militares, e a educação da nação inteira” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 188), bem como a “educação e organização de todos estudantes, trabalhadores e juventude camponesa” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 188).

“Luta e atividades da OUN no período de guerra”, enfim, sugeriu que o tão sonhado Estado “independente” da Ucrânia deveria manter intacta a estrutura ditatorial do poder soviético estabelecido no país. Bastaria apenas uma mudança “jurídica” de termos, “nação” no lugar de “classe”, para assim reaproveitar as Chekas soviéticas como “Checas da OUN/B”: “Uma vez que o direito [soviético] existente foi escrito na perspectiva da luta de classes, destruindo o inimigo de classe e exterminando os ucranianos como nação, será possível substituir os termos e usar todos esses [métodos], todo esse fuzilamento e Chekas, contra os inimigos que ferirem a Ucrânia” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 189). Os autores desse documento-guiara para um genocídio não deixaram de se consultar, inclusive, com os nazistas para redigi-lo. Para a confecção do texto o triunvirato da OUN/B – Bandera, Stetsko e Shukhevych – contou com a colaboração de “oficiais do *Abwehr* como Wilhelm Canaris, Theodor Oberlander, Hans Koch e Alfred Bizanz” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 190). O oficial da *Abwehr* Theodor Oberlander, como adiantado, seria um dos “melhores amigos” no pós-guerra do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) presidido por Stetsko.



Nota-se, agora, que a relação desse oficial nazista com os *banderites* começou ainda na II Guerra Mundial e, precisamente, no auge da aliança entre a OUN/B e o III Reich quando, em abril de 1941, foram criados dois batalhões equipados, treinados e comandados pelo *Abwehr*. O batalhão *Nachtigal*, composto por 350 soldados, foi conduzido por oficiais alemães e teve justamente Theodor Oberlander como responsável por sua área política. A equipe ucraniana do *Nachtigal* era liderada por Roman Shukhevych, chefe militar da OUN/B. O segundo batalhão, *Roland*, foi composto por 330 soldados e estava encarregado das missões de reconhecimento e sabotagem na Ucrânia. “Ambos foram constituídos de soldados ucranianos, conduzidos por oficiais alemães e ucranianos.



**Figura 3.** Batalhão *Nachtigall* em rua de Lviv, Ucrânia Ocidental, em 30 de junho de 1941.  
FONTE: WIKIPÉDIA.

Os ucranianos chamavam os batalhões de Irmandades Nacionalistas Ucranianas (*Druzhyny Ukrain's'kyh Natsionalistiv*)” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 190). Logo depois da criação dos batalhões mistos *Nachtigal* e *Roland*, a Operação Barbarossa foi deflagrada, em junho de 1941, como uma guerra de extermínio total contra a URSS. Naquele momento, Bandera calculou que “o ataque alemão à União Soviética permitiria à OUN/B criar um Estado ucraniano e assim capacitá-lo a tornar-se seu líder” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 192). E o *Providnyk* tinha razões para pensar assim, já que às vésperas da Operação Barbarossa “os alemães investiram dinheiro no grupo de Bandera”, cujos membros alegavam possuir “uma força aproximadamente de vinte mil pessoas”, o que estreitou ainda mais os vínculos da OUN/B com o *Abwehr* (DORRIL, 2000: 225). Dessa forma, aquilo que a OUN/B designou “a ‘revolução nacional ucraniana’ começou simultaneamente com a Operação Barbarossa, nas primeiras horas de 22 de junho de

1941” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 195). Cerca de 800 ativistas da OUN/B em quatro forças-tarefas seguiram com o Exército nazista para o leste através dos territórios ucranianos e “os supostos 20.000 ativistas da OUN/B que tinham permanecido clandestinamente na Ucrânia ocidental começaram a conquista do poder, ao lado dos ativistas das forças-tarefas, precisamente como ‘Luta e atividades’ havia lhes instruído” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 195).



**Figura 4.** Capa da caderneta de registro de membro do “Nachtigall’ Schutzmannschaft Battalion 201”, com a suástica nazista acima do símbolo dos nacionalistas ucranianos. FONTE: WIKIPÉDIA.

Na antevéspera do genocídio, os incitamentos diretos à violência étnica e política contidos no documento “Luta e Atividades da OUN no período de guerra” assumiram sua feição prática em *pogroms* antissemitas. “Enquanto organizavam a administração do Estado, os ativistas da OUN/B também organizaram os órgãos administrativos estabelecidos para matar os ‘indesejáveis elementos poloneses, moscovitas e judeus’ que estavam em listas negras compiladas antes do eclodir da ‘revolução’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 195). Sincronizada com a Operação Barbarossa – um gigantesco *rollback bolshevism* nazista –, a assim chamada “revolução nacional ucraniana” transformou-se em “um evento de violência massiva”. Em 25 de junho de 1941,

acompanhado de uma força tarefa, o “fortemente antissemita” Stetsko, do vilarejo de Mlyny, escreveu a seu *Providnyk* Bandera:

**Nós estamos criando uma milícia que ajudará a remover os judeus e a proteger a população (...)** O padre Lev Sohor já organizou uma milícia e escreveu uma ordem da OUN para isso, e o vilajero a aceitou. **Então, virão [os judeus] aqui encontrar a milícia, e ela eliminará aqueles judeus** e assim por diante’ (STETSKO *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 196, grifo meu)

Quando os nazistas e seus colaboradores ucranianos do batalhão *Nachtigal* entraram na cidade de Lviv, a população local os recebeu como “libertadores”, saudando e rezando para eles. Os ucranianos chamaram o *Nachtigal* de “o batalhão de Stepan Bandera”. Stetsko chegou a Lviv imediatamente depois, mas o *Providnyk* Bandera foi impedido de acompanhá-lo pelos nazistas, sendo imediatamente convocado a Berlim pelo Comando Supremo das *Wehrmacht* (DORRIL, 2000: 227). Em breve, o plano de um Estado “independente” da Ucrânia não sairia conforme previu o documento “Luta e atividades da OUN no período de guerra”. Mas houve tempo, como se verá agora, para um breve “sonho de uma noite de verão” dos protonazistas ucranianos. E, na ausência física do *Providnyk* Bandera, seu lugar-tenente Stetsko assumiu esse breve “estrelato” da OUN/B.

#### *1.1.1.1 Estado “independente” da Ucrânia (1941): o Providnyk Bandera e seu primeiro-ministro Stetsko*

Em 30 de junho de 1941, finalmente, um Estado “independente” da Ucrânia foi declarado. Sem a presença de seu líder-máximo, o *Providnyk* Bandera, mas em seu nome. O autor da declaração foi seu lugar-tenente Stetsko que, na oportunidade, autodeclarou-se “primeiro-ministro” desse Estado recém-fundado para “representar tanto a vontade nacional quanto os interesses alemães”. Em um prédio da Sociedade Prosvita, após saudar o ausente Bandera, Stetsko leu a decretação formal do novo Estado: ““De acordo com a vontade do povo ucraniano, a Organização dos Nacionalistas Ucranianos sob a liderança de Stepan Bandera, declara o restabelecimento do Estado ucraniano, pelo qual gerações inteiras dos melhores filhos da Ucrânia se sacrificaram”” (STETSKO *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 199). O perfil de colaboradores nazistas dos *banderites* ficou estampado na declaração de Stetsko: “O Estado ucraniano cooperaria de forma estreita com a ‘Grande Alemanha Nacional-Socialista, que, sob a liderança de Adolf

Hitler, está criando uma nova ordem na Europa e no mundo, e está ajudando a nação ucraniana a se libertar da ocupação moscovita” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 199).

Na cerimônia de proclamação do novo Estado da Ucrânia por Stetsko em nome *Providnyk* ausente, a Igreja católica grega foi representada por Iosyf Slipyi e o batalhão *Nachtigall* pelo clérigo húngaro Ivan Hryn'okh, que trajava um uniforme do *Abwehr*. A celebração terminou com saudações ao *Providnyk* Bandera, ao *Führer* Hitler e ao arcebispo metropolitano Andrei Sheptyts'kyi. Mesmo que chegando atrasados, “dois oficiais alemães, Hans Koch e Wilhlem Ernst zu Eikern, também compareceram à reunião”, embora tenham esses oficiais nazistas alertados os ultranacionalistas ucranianos que apenas Hitler poderia decidir sobre a conveniência ou não de um Estado ucraniano “independente” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 200). Mau agouro. Seja como for, os *banderistas* prosseguiram colocando em prática seu documento-guia “Luta e atividades da OUN no período de guerra”. Mas tinham pressa. No dia seguinte, o “primeiro-ministro” Stetsko ordenou que se veiculasse, por rádio, “uma carta pastoral escrita pelo chefe da Igreja católica grega, Sheptyts'kyi, que anunciava que o governo de Stets'ko e o Estado ucraniano ganharam existência pela vontade de Deus e que ‘nós damos as boas-vindas ao Exército alemão como um exército que nos libertou de nosso inimigo” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 200)<sup>14</sup>.

Um dos primeiro “feitos” do novo Estado controlado *in loco* por Stetsko foi inaugurar, no dia 1º de julho de 1941, um *pogrom* na cidade de Lviv. A partir daquele dia, “os alemães e a milícia ucraniana, estabelecida e controlada pela OUN/B, estavam assassinando judeus em massa e incitando a população local a fazer o mesmo” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 200). *Pogrom* em funcionamento, o “primeiro-ministro” Stetsko encontrou tempo para escrever “cartas em alemão, a *lingua franca* da ‘Nova Europa’, para os líderes de outros Estados fascistas europeus” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 216). Em 3 de julho, Stetsko escreveu ao *Poglavnik* Ante Pavelic, o ditador croata do Estado-tútere do nazismo, informando-lhe que, ““como resultado de séculos de luta do povo ucraniano por sua soberania, o Estado ucraniano foi proclamado em Lviv em 30 de junho de 1941” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 216). Declarou ao *Poglavnik* “sua firme

---

<sup>14</sup> Andrey Sheptytsky escreveu a Hitler, em agosto de 1941: “O objetivo de destruição e extirpação do bolchevismo que você, como o *Führer* do Grande Reich Alemão, transformou no alvo dessa campanha, outorga a Sua Excelência a gratidão de todo o mundo cristão” (SHEPTYTSKY apud SABRIN, 1991: 50). Na ação de graças de 1941, Sheptytsky saudou de novo a “guerra santa” antibolchevique liderada pelos nazistas: ““Nós estamos cheios de alegria com a libertação de nossa terra do bolchevismo ateu. Nós rezamos ao Senhor para conceder a vitória ao exército alemão sobre o bolchevismo” (SHEPTYTSKY apud SABRIN, 1991: 260).

convicção de que ‘ambas nações revolucionárias [a ucraniana e a croata], fortalecidas na batalha, irão garantir o estabelecimento de circunstâncias saudáveis na Europa da nova ordem’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 216). Em 3 de julho ainda, Stetsko escreveu ao *generalíssimo* e ditador Francisco Franco, propondo-lhe o estabelecimento de uma “‘colaboração criativa’ entre as nações espanhola e ucraniana”.

Também em 3 de julho, Stetsko escreveu ao *Duce* Mussolini, comunicando-lhe que “o Estado ucraniano tinha sido estabelecido nos territórios ‘**libertados da ocupação judaico-moscovita** ... de acordo com a vontade do povo ucraniano que encontrou sua expressão na Organização dos Nacionalistas Ucranianos sob a liderança de Stepan Bandera’”, expressando sua convicção de que a nova Ucrânia integraria a “‘**nova ordem fascista que deve substituir o sistema de Versalhes**’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 216, grifo meu). Depois de escrever ao *Poglavnik* croata, ao *Generalíssimo* espanhol e ao *Duce* italiano, como esquecer da “estrela maior” do *Führer* alemão? Assim que, em 4 de julho, Stetsko enviou uma Carta para o *Führer und Reichskanzler des Grossdeutschen Reiches* Adolf Hitler:

4 de julho de 1941. Ao Führer e Chanceler, Berlim. 4/7/41, Lvov, Governo Ucraniano, N.º 2/41. Sua Excelência: **É com um sentimento extraordinário de gratidão e admiração por seu heroico exército que se cobriu com nova glória nas batalhas com o pior inimigo da Europa – os bolcheviques de Moscou – que nós por meio deste enviamos a Vossa Excelência, em nome do povo ucraniano e seu governo que foi criado na Lvov liberada, nossos sinceros desejos para a total vitória na sua luta.** O triunfo do exército alemão lhe permitirá estender sua projetada construção da Nova Europa também ao Leste. Você também deu uma oportunidade para o povo ucraniano, como membro pleno e livre da família de nações europeias, a tomar parte ativa na implementação, com seu Estado ucraniano soberano, desse grande plano. Em nome do Governo Ucraniano, Yaroslav Stetsko (STETSKO *apud* SABRIN, 1991: 51, grifo meu)<sup>15</sup>

Dito isso, pergunta-se: Que “independência” era essa do novo Estado proclamado por Stetsko em nome do *Providnyk* do ultranacionalismo ucraniano? Como ensina Moniz Bandeira, o ideal desses *nacionalistas/protonazistas* “era uma Ucrânia nazista, mas ‘independente’, com um

---

<sup>15</sup> A íntegra citada dessa pequena carta de Stetsko a Hitler foi anexada, como um “Documento Nazista de Guerra Capturado”, no livro *Alliance for Murder. The Nazi-Ukrainian Nationalist Partnership in Genocide*, emocionante obra coletiva organizada pelo sobrevivente do Holocausto na Ucrânia B. F. Sabrin. O historiador Rossolinski-Liebe cita e glosa essa carta de Stetsko ao Führer da seguinte forma: “‘Em nome do povo ucraniano e seu governo’ ele [Stetsko] expressou o desejo de que o líder alemão pudesse ‘coroar a luta com um triunfo eterno’. O premiê do Estado ucraniano também escreveu que as vitórias do exército alemão permitiriam Hitler expandir a ‘Nova Europa’ para suas partes orientais. ‘Nesse caminho você [Hitler] permitiu ao povo ucraniano, como um dos membros livres e totalmente autorizado da família dos povos europeus, em seu Estado ucraniano soberano, a desempenhar uma parte ativa no grande plano’ (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 217)

governo aliado a Hitler, a fim de consolidar a ‘nova ordem étnica na Europa’, através da ‘destruição da influência sediciosa dos judeus bolcheviques’” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 228). Acreditavam eles que, “terminada a guerra, o III Reich, vitorioso, retiraria suas tropas da Ucrânica, etnicamente limpa e independente, libertada tanto da Polônia quanto da União Soviética” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 228). “Não obstante Stepan Bandera e demais chefes da OUN-B/Banderivtsi e da OUN/Melnykivtsi cooperarem na execução da *Shoah* (Holocausto), não só na Ucrânia como na Polônia”, os nazistas logo prenderam o *Providnyk* e Stetsko (MONIZ BANDEIRA, 2016: 228). Mas por que o III Reich prenderia colaboradores tão diletos e ávidos em exterminar o “judeu-bolchevismo” da Ucrânia? A razão era simples: no plano hitlerista para a escravização dos eslavos, os ucranianos não teriam melhor sorte do que os russos. Era todos, na ideologia hitlerista, *subumanos*.

Daí que Hitler não aceitou, de fato, a proclamação de um Estado “independente” da Ucrânia feita por Stetsko em nome de Bandera. Ou seja, “a pretensão de fundar um Estado eslavo independente não convinha, contudo, aos interesses de Hitler, cujo projeto era o *Lebensraum* (espaço vital), *i.e.*, talar as estepes da Ucrânia, para colonização e assentamento dos camponeses alemães, aos quais os eslavos, por ele considerados *untermenschen* (sub-humanos), deveriam servir como escravos” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 228). Inclusive, “desde o início da ocupação, o comando da Wehrmacht em L’viv havia usado a Ucrânia como a principal fonte de suprimentos agrícolas para suas tropas, mas também de força de trabalho escrava” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 229). Os ultranacionalistas ucranianos, porém, puderam contar com alguns aliados de peso dentro do III Reich. O já mencionado Theodor Oberlander, o diretor político do batalhão *Nachtigal*, um oficial da *Abwehr* e um professor universitário, foi ao socorro dos *banderistas* e tentou dissuadir Hitler, pessoalmente, de sua decisão de revogar o Estado ucraniano. Porém, seu apelo “no sentido de que uma grande oportunidade estava sendo perdida foi desconsiderada com uma linguagem racista grosseira” (DORRIL, 2000: 227).

A prisão do *Providnyk* Bandera e do brevíssimo “primeiro-ministro” Stetsko, contudo, não implicou o fim da cooperação da OUN com o III Reich. Embora a decisão inamovível de Hitler tenha banido e cessado as funções da Administração do Estado Ucraniano de Stetsko e Bandera, foi rapidamente estabelecido “um Conselho dos Anciãos (*Rada Sen’ioriv*) para continuar como um órgão que representaria os ucranianos, sob o controle da OUN/B” e com o seguinte lema:

“Glória à Ucrânia Independente Unificada! Glória à OUN e seu *Providnyk* Stepan Bandera!”  
(ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 217-218).



Figura 5. Stetsko no “Samostiina Ukraina, 10 July 1941, 1”. FONTE: ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 230.

Deve-se assinalar, ademais, que mesmo depois da prisão do *Providnyk*, Stetsko encorajou Bandera a cooperar com os nazistas. Ele foi preso em 9 de julho de 1941, isto é, cinco dias depois de ter saudado e informado Hitler acerca da proclamação do Estado “independente” da Ucrânia. Em 11 de julho, Stetsko foi transportado a Berlim por um oficial do *Abwehr*. Primeiro Bandera e depois Stetsko foram encarcerados “em *Ehrenhaft* (sob cativo de honra)”. “Stets’ko foi liberado da prisão em 12 de julho, assim como Bandera em 14 de julho, ambos sob a condição de

regularmente informar à polícia [sobre seu paradeiro]” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 247). Bandera e Stetsko “permaneceram juntos em uma casa-apartamento em Dahlmannstrasse em Berlim-Charlottenburg”, oportunidade que Stetsko aproveitou para escrever “uma autobiografia para seus interrogadores, na qual ele repetiu um ponto que tinha feito em seu artigo ‘Nós e os Judeus’ em [8 de] maio de 1939” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 247):

Embora eu considere Moscou, que de fato manteve a Ucrânia sob cativo, e não os judeus, como sendo o principal e decisivo inimigo, **eu, todavia, compreendo completamente o papel inegavelmente nocivo e hostil dos judeus, que estão ajudando Moscou a escravizar a Ucrânia. Eu, portanto, apoio a destruição dos judeus e a conveniência de trazer os métodos alemães de extermínio dos judeus para a Ucrânia, impedindo sua assimilação e coisas do tipo** (STETSKO *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 247, grifo meu)

A prisão de Bandera e Stetsko de forma algum interrompeu o genocídio que os *banderites* estavam cometendo na Ucrânia. Eles “organizaram um segundo e enorme *pogrom* em Lviv” como forma de tentar melhorar as deterioradas relações com os nazistas depois da proclamação e subsequente revogação de seu Estado “independente” da Ucrânia. Mais de 1.500 pessoas foram assassinadas nesse segundo *pogrom* de Lviv, entre 25 e 28 de julho de 1941, batizado de “Dias de Petliura”, uma forma macabra de vingar o ultranacionalista Symon Petliura que, por ter organizado *pogroms*, tinha sido assassinado em 1926, no exílio em Paris, por um judeu anarquista.

Encarcerados pelo III Reich na condição de “prisioneiros de honra” (*Ehrenhaftling*) ou “prisioneiros políticos especiais” (*Sonderhaftling*), Bandera e Stetsko se recusaram a rescindir a proclamação do Estado “independente” da Ucrânia. “Bandera e Stetsko estavam então de quarentena na Alemanha, mas isso não significou que os alemães tivessem perdido sua fé nos ucranianos, ou vice-versa” (ANDERSON; ANDERSON, 1986): 24). Mantidos em prisão domiciliar, eles puderam “realizar atividades políticas e Stetsko foi capaz de consultar-se com o ambicioso chefe de segurança e Ministro do Interior do ‘governo’ de Lvov, Mikolai Lebed, que, sob o nome de guerra ‘Maxim Ruban’, tinha escapado de ser preso e fora incumbido do comando de todas as atividades da OUN/B” (DORRIL, 2000: 228).





**Figura 6.** Pogrom em Lviv, Ucrânia Ocidental, 1941, com participação de “populares”, crianças, inclusive. Muitos desses “populares”, porém, eram membros das milícias *banderites* do OUN/B. FONTE: WIKIPÉDIA.



**Figura 7.** Pogrom em Lviv, Ucrânia Ocidental, 1941. FONTE: WIKIPÉDIA.



*Figura 8. Pogrom em Lviv, Ucrânia Ocidental, 1941. FONTE: WIKIPÉDIA.*



*Figura 9. Pogrom em Lviv, Ucrânia Ocidental, 1941. FONTE: WIKIPÉDIA.*



Figura 10. Pogrom em Lviv, Ucrânia Ocidental, 1941. FONTE: WIKIPÉDIA.



Figura 11. Pogrom em Lviv, Ucrânia Ocidental, 1941. FONTE: WIKIPÉDIA.

Bandera e Stetsko, em prisão domiciliar, “tentaram reparar o relacionamento com os alemães, encorajaram os ucranianos a colaborarem com a Alemanha e tentaram convencer os alemães que eles precisavam e deveriam manter o governo estabelecido por Stets’sko” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 252). Stetsko redigiu uma carta aberta, em 4 de agosto de 1941, encorajando “os ucranianos a ajudarem o exército alemão em sua luta contra a União Soviética e

esperava que os nazistas aceitariam o Estado ucraniano, quando eles futuramente controlassem todo o território ucraniano” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 252).

Em 15 de agosto, a Gestapo prendeu 2 mil nacionalistas ucranianos e “Melnyk foi colocado em prisão domiciliar, enquanto Bandera, Stetsko e um número de outros membros importantes da OUN/B foram transferidos de Berlim e confinados como internos ‘privilegiados’ dentro do campo de concentração de Sachsenhausen” (DORRIL, 2000: 228). Ali, os nazistas permitiram que Bandera e Stetsko prosseguissem com suas atividades políticas e “ao menos uma vez durante 1943 a Stetsko foi permitido viajar para a Polônia para reunir-se com Lebed” (DORRIL, 2000: 228). Em meados de 1943, “o bando armado dos *banderites*, conhecido como UPA (Exército Ucraniano Insurgente), foi formado. Sua principal atividade foi o terrorismo, a violência, a sabotagem e a repressão da atuação dos *partisans* soviéticos nas áreas de retaguarda” (SABRIN, 1991: 8).

Bandera, servindo como “agente direto do Abwehr, o serviço de inteligência da Wehrmacht”, era o chefe à distância do UPA (*Ukrayins'ka Povstans'ka Armiya*), “cujas milícias foram treinadas pelas Waffen-SS” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 226). O comandante-em-campo do UPA, “sob o nome de guerra de Taras Chuprynyk, era o veterano oficial da *Nachtigall* Roman Shukhevych” (DORRIL, 2000: 229). Shukhevych, Bandera e Stetsko compunham o triunvirato da OUN/B e, como visto, foram os autores do documento “Luta e atividades da OUN no período de guerra”. Integrando-se à Operação Barbarossa, iniciada em 1941, os *banderites* compuseram os *Einsatzgruppen*, os esquadrões da morte nazistas antibolcheviques. Na Ucrânia ocupada pelas tropas do III Reich, “a crise de fome dos anos 1930 serviu como elemento de propaganda contra os judeus/bolcheviques, a acusá-los como responsáveis pelo acontecimento” (MONIZ BANDEIRA)<sup>16</sup>. Nesse contexto, “os nacionalistas ucranianos, associados intimamente aos nazistas, participaram das terríveis matanças sucessivas, empreendidas pelos *Einsatzgruppen A, C e D*, nas mais diversas *oblasts* da Ucrânia” (MONIZ BANDERA, 2018: 227):

**Nas regiões da Galitzia, Volhynia, Bukovina e muitas outras, as milícias da Organização dos Nacionalistas Ucranianos-B (ONU-B/Banderivtsi) e do Exército**

---

<sup>16</sup> “Os *Einsatzgruppen der Sicherheitspolizei (Sipo)* eram esquadrões móveis de operações especiais, criados pelo *Reichsführer-SS* (comandante das SS Heinrich Himmler), compostos por membros da Polícia de Segurança (*Sicherheitspolizei – Sipo*) e do Serviço de Segurança (*Sicherheitsdienst – SD*)” (MONIZ BANDEIRA 2018: 233). Os *banderites* não foram os únicos colaboradores nazistas da Europa Oriental que integraram os *Einsatzgruppen* e a Operação Barbarossa, o ápice da guerra contrarrevolucionária total antissoviética.

**Ucraniano Insurgente (Ukrayins'ka Povstans'ka Armiya – UPA) executaram uma limpeza étnica, com o massacre de cerca de 100.000 ou mais pessoas, em 1943. Segundo algumas fontes, os nacionalistas/protonazistas exterminaram entre 40.000 e 60.000 civis poloneses no território de Volhynia e entre 25.000 e 30.000 na região da Galitzia (MONIZ BANDEIRA, 2018: 227, grifo meu)**

De Sachsenhausen, Bandera e Stetsko foram transferidos à prisão de Zellenbau, reunidos então pelos nazistas “a fim de iniciarem negociações para restabelecer a colaboração entre os ucranianos e os alemães” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 285). Em 28 de setembro de 1944, o *Providnyk* foi libertado de Zellenbau, seguindo-se a liberação de Stetsko e Mel'nyk. “Os nazistas soltaram Bandera e outros prisioneiros políticos especiais de Zellenbau”, explica Rossolinski-Liebe, “porque a Alemanha estava perdendo a guerra e queria organizar russos, ucranianos e outros europeus orientais para a última batalha contra o Exército Vermelho” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 286). Nos estertores da II Guerra Mundial, em dezembro de 1944, “o Abwehr levou Bandera e Stetsko para Cracóvia, onde eles ajudaram o Abwehrkommando 202 a preparar uma unidade ucraniana para enviar paraquedistas nas cercanias montanhosas de Lviv” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 287). Shukhevych, o chefe militar da OUN/B, estava na Ucrânia e os nazistas deram à nova unidade ucraniana formada em dezembro de 1944 “um milhão de rublos, roubados da Rússia, cuja soma a tropa deveria entregar a Shukhevych. Bandera, Stets'ko e Lebed entregaram ao *courier* Iurri Lopatyns'ky cartas para Shukhevych” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 287).

Consequentemente, é inegável constatar que o *Providnyk* Bandera e seu ex “primeiro-ministro” Stetsko “ofereceram muito menos resistência aos nazistas do que a historiografia nacionalista e a propaganda nacionalista ucraniana retrataram” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 252). Com a derrota do Reich na II Guerra Mundial, o mesmo Bandera que até o último momento mobilizou ucranianos para lutarem com os nazistas contra a URSS “informou aos membros da OUN e da CIA”, no pós-guerra, que havia cessado sua colaboração com os alemães após sua liberação de Sachsenhausen. O *Providnyk* teria conseguido “escapar” de Berlim rumo a Viena. “Ali a OUN/B organizou uma conferência” na qual Bandera foi “eleito representante da liderança das Unidades Estrangeiras da OUN (*Zakordonni Chastyny OUN, ZCh/OUN*)” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 288).

Com a aproximação do Exército Vermelho de Viena, Bandera fugiu para Praga e depois para a Innsbruck. “Reeleito” *Providnyk* da OUN, em fevereiro de 1945, em uma reunião

clandestina na Ucrânia da qual não participou, decidiu-se então que “Bandera não deveria retornar à Ucrânia mas permanecer no exterior, onde ele poderia, como um ex-prisioneiro de um campo de concentração nazista e um símbolo do nacionalismo ucraniano, fazer propaganda para a causa nacional” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 288). A negação do passado de colaboradores nazistas dos *banderites*, portanto, começou já nos estertores da II Guerra Mundial e, “em maio de 1945, a liderança da OUN publicou uma declaração oficial na qual negava seu engajamento nas políticas fascistas”: “O movimento revolucionário de libertação ucraniana não foi e não é um termo equivalente ao fascismo italiano e ao nacional-socialismo alemão” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 317).

No pós-guerra, Stetsko, o brevíssimo “primeiro-ministro” do Estado “independente” da Ucrânia, buscou também construir uma imagem de “respeitabilidade e autoridade em círculos anticomunistas por todo o mundo”, retratando-se como “um patriota e um lutador da liberdade [*freedom fighter*], assim como um ‘sobrevivente dos campos de concentração nazistas’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 21). Distribuiu nessa campanha de contrafação histórica dos *banderites* sua biografia oficial. Segundo ela, durante a II Guerra Mundial, ele teria bravamente lutado “contra os soviéticos e os alemães em sua luta pela independência ucraniana. Jogado no campo de concentração de Sachsenhausen, prossegue o relato, ‘ele foi submetido à tortura contínua e desumana que acabou por gerar um efeito permanente sobre sua condição física’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 21). Como observam os Anderson, “essa é uma reivindicação interessante vinda de um dos mais importantes colaboradores nazistas” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 21).

Esse revisionismo e negacionismo do passado de colaboração nazista dos *banderites* constituem hoje, na Ucrânia, ideologia oficial de Estado. E o culto ao *Providnyk* Bandera alimentado pela ultradireita ucraniana contemporânea só é menor do que aquele ao antigo comandante do UPA, o general Roman Shukhevych, e o “primeiro-ministro” Stetsko. Relembre-se que o triunvirado da ONU/B era composto, precisamente, por Bandera, Shukhevych e Stetsko. De acordo com o historiador Rossolinski-Liebe, “como o herói principal do 30 de junho de 1941, Stets’ko evocou quase a mesma admiração e amor filial quanto o *Providnyk*” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 247).

### 1.1.2. A “SS” (H) croata e seu “Führer”: o Estado-milícia Ustaša e seu Poglavnik Ante Pavelic

No pós-guerra, Stetsko presidiria o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) e os croatas desse grupo seriam os representantes do movimento *Ustaša*, que tinha Ante Pavelic como o seu *Poglavnik* (líder, em croata). Durante a II Guerra Mundial, Pavelic tornou-se o ditador de um Estado-títere do III Reich. Ante disso, fora o *Poglavnik* de um movimento intitulado *ustashismo* que, à semelhança dos fascistas italianos, dos nazistas alemães e do *banderites* ucranianos, recorreu ao terrorismo como arma política. As origens dessa “ultradireita alucinada” croata remontam à fragmentação do Império Aústro-húngaro depois da I Guerra Mundial e à subsequente formação do Estado nacional multiétnico da Iugoslávia, sob hegemonia sérvia.

Como ensina Eric Hobsbawn, inexistia “um único precedente histórico, assim com não havia lógica nas combinações iugoslavas e tchecoslovacas, meras construções de uma ideologia nacionalista que acreditava na força da etnicidade e na indesejabilidade de *Estados-nação* pequenos demais” (HOBSBAWM, 1995: 41). Assim que “todos os eslavos do Sul (= iugoslavos) pertenciam a um Estado, assim como os eslavos do norte das terras tchecas e eslovacas. Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes” (HOBSBAWM, 1995: 41). Esse foi o contexto histórico de surgimento do *ustashismo*, já então liderado por Pavelic. Depois da I Guerra Mundial, “a adoção de teorias racistas pelos intelectuais nacionalistas croatas durante as décadas de 1920 e 1930”, esclarece o filósofo Nevenko Bartulin, “foi também o produto de anos amargos de hegemonia sérvia no reino da Iugoslávia” (BARTULIN, 2006: 188).

Desse firma, a *Ustaša* constituiu-se como um movimento separatista croata que aglutinou “fanáticos de ultradireita” e os *ustashi* praticaram inúmeros assassinatos nos convulsionados Bálcãs de então. Na década de 1920, o principal ato terrorista *ustashi* contra o Estado iugoslavo foi executado com a cumplicidade da ditadura fascista italiana: o assassinato do rei iugoslavo Alexandre I, em Marselha, na França. O rei assassinado havia suspenso a Constituição, dissolvido os partidos políticos e proclamado uma “ditadura régia” em 6 de janeiro de 1929. Já então o profeta do uso da violência insurrecional pelo ultranacionalismo croata, Pavelic foi o organizador desse regicídio. O primeiro estatuto dos *ustashi* com o qual lançaram sua luta clandestina contra o Estado plurinacional iugoslavo, de 7 de janeiro de 1929, defendeu “a

consecução da independência da Croácia por meio da insurreição armada sem reserva de meios nem de golpes” (COLLOTTI, 1992: 203).

Emulando “uma rígida estrutura vertical em que se punha em prática o que nos movimentos e regimes fascistas já existentes era o princípio do chefe – personificado, justamente, em Pavelic, o *Poglavnik*”, como observa o historiador Enzo Collotti, a *Ustaši* “ficava a meio caminho entre a seita terrorista e um movimento vagamente fascista” (COLLOTTI, 1992: 204). Esse grupo profascista nutriu-se das tendências nacionalistas que, ainda no século XIX, “se haviam reunido em oposição a toda e qualquer ideia panjugoslava, com o apoio do clero nacional croata e de fortes componentes do mundo rural como o dos pequenos proprietários de província” (COLLOTTI, 1992: 203).

Essas tendências mais moderadas do nacionalismo croata se congregavam no Partido do Direito Croata e Pavelic, como seu secretário, buscou afastá-las e, para isso, organizou o *ustashismo* como um movimento política e paramilitar. A coesão do grupo de Pavelic foi assegurada “pelo caráter de ‘luta sagrada’, de cruzada no sentido próprio da palavra, com uma conotação de caráter religioso, de confissão católica” (COLLOTTI, 1992: 204). Condenado à morte por seu papel no regicídio de Alexandre I, Pavelic encontrou asilo político e apoio financeiro na Itália de Mussolini. A *Ustaši* integrou então o projeto do fascismo italiano de cercar e desestabilizar a região e, por isso, Mussolini “forneceu aos terroristas de Pavelic proteção policial, cobertura dos serviços secretos, refúgio, armas e condições para treino militar” (COLLOTTI, 1992: 205). No exílio na Itália fascista, Pavelic delineou a posição ideológica do *ustashismo* em um livro de 1939, intitulado *Orrori e Errori*. Nele, definiu os três principais inimigos do ultranacionalismo croata que deveriam ser abatidos: sérvios, comunistas e judeus.

O *Poglavnik* do *ustashismo* definiu o comunismo como um “sistema monstruoso e criminoso que negava a ordem natural da vida – era oposto à família, religião, propriedade privada e à nação” (BARTULIN, 2006: 232). “A família, ‘a mais antiga e mais natural sociedade humana’, era um obstáculo à tentativa bolchevique de ‘negar o valor e a importância dos laços de sangue’” (BARTULIN, 2006: 232). E os “laços de sangue”, argumento Pavelic, seriam “a negação do internacionalismo e da não-nacionalidade” (BARTULIN, 2006: 232). Ao lado do anticomunismo, outro nódulo ideológico central da cosmovisão do *Poglavnik* era o antissemitismo. Seria fácil de compreender o marxismo, inclusive, em vista da origem judaica de seus principais pensadores.



Segundo Pavelic, “o materialismo e o internacionalismo dos comunistas eram facilmente ‘compreendidos’ caso se olhasse para as origens raciais da ‘esmagadora maioria dos intelectuais e seguidores de Marx’. Esses eram, de acordo com Pavelic, naturalmente, os judeus. Marx era lembrado como um ‘judeu oriental’ [*Semitic-Easterner*]” (BARTULIN, 2006: 232). Para Pavelic, a grande tragédia do bolchevismo era que “uma ‘raça que por dois milênios não foi nem de trabalhadores, soldados ou camponeses, mas de mercadores e especuladores, agora se vê a si mesmo como ‘os representantes dos trabalhadores, soldados e camponeses’” (BARTULIN, 2006: 233). Além do inimigo “judeu-bolchevique”, o *ustashismo* definiu os sérvios como alvo: “a escolha era simples, ou a Croácia permanecia como uma parte da Iugoslávia, sujeita à hegemonia sérvia, ou poderia alcançar posição de Estado em cooperação com a Itália” (BARTULIN, 2006: 174).

Desse modo, extremando seus “argumentos raciais”, o *Poglavnik* croata associou o internacionalismo “judaico-comunista” com o iugoslavismo e, assim, “os judeus ‘marxistas’ poderiam também ser vistos como defensores do Estado iugoslavo” (BARTULIN, 2006: 236). Ou seja, a ideologia *ustashi* – transformada em força material genocida quando da invasão nazista da Iugoslávia – definiu a a Sérvia como o principal inimigo a ser abatido. Nessa luta por um Estado “independente” da Croácia, os *ustashis* escolheram “como “inimigos” do povo croata, ao lado dos sérvios, judeus e comunistas, as democracias liberais (os “maçons”). Em *Orrori e Errori*, “Pavelic tentou ligar esses quatro inimigos numa conspiração diabólica que visava a escravização do povo croata”, recomendando aos nacionalistas croatas lançarem-se contra o governo sérvio, a maçonaria internacional, a judiaria e o comunismo (BARTULIN, 2006: 237). Segundo a cosmovisão do *Poglavnik* do *ustashismo*, “os comunistas eram ávidos defensores de um Estado multinacional como a Iugoslávia porque isto se alinhava com o dogma comunista sobre o internacionalismo” e, em contrasta a eles, a Croácia seria, “por suas tradições europeias, chamada a ser a defensora do Ocidente contra o bolchevismo oriental” (BARTULIN, 2006: 237). O tradicional antissemitismo do campesinado croata, igualmente, contribuiu para esse racismo *ustashi* que fundiu os esteriótipos de judeus, sérvios e ciganos “como todos os nacionalistas ‘arianos’ europeus”, que “consideravam o campesinato como o grupo mais próximo da natureza e que, por isso, representaria as raízes da raça” (BARTULIN, 2006: 224).

Se, de início, os “terroristas Ustashi croatas de Ante Pavelic” vincularam-se ideológica e financeiramente à ditadura fascista de Mussolini, com a ascensão do hitlerismo, eles “prontamente se anunciariam como mais nazistas que as SS” (HOBASBAWM, 1995: 135). De fato, “o fanatismo nacionalista dos *ustashi* viveu constantemente a contradição entre a sua vocação nacional e a sujeição e instrumentalização pelas potências fascistas” (COLLOTTI, 1992: 205). Seja como for, foi apenas com a invasão do reino da Iugoslávia pelo III Reich, em 6 de abril de 1941, que Pavelic transformou-se de líder do *ustashismo* no exílio em *Poglavnik* do Estado-Milícia *Ustashi*. Em 10 de abril, em nome do *Poglavnik* Ante Pavelic, foi proclamado o “Estado Independente da Croácia” (*Nezavisna Država Hrvatska*, NDH) e, mais importante, sob os auspícios de Hitler. (Esse foi o sonho irrealizado dos *banderites* ucranianos ao declararem o seu Estado “independente”).

O NDH, apresentando-se como a Grande Croácia, estendeu seu território à Bósnia-Herzegovina e a algumas áreas marginais da Sérvia, cedendo à Itália fascista a Dalmácia, além de ter aceitado a cessão da coroa croata a um príncipe da Casa de Saboia, o duque de Spoleto, destinado a ser o rei Tomislau II, sem poder real algum, entretanto. O NDH, nascendo do “embate dos dois imperialismos das potências do Eixo” (COLLOTTI, 1992: 205), constituiu-se como um Estado-*ustashi*. Assim que o III Reich reconheceu o NDH como seu “vizinho ‘gótico’ do sul, a *Ustashi* instalou-se no poder através da Alemanha nazista em abril de 1941”, acomodando “sua visão de um Estado ‘harmonioso’, baseado fundamentalmente na ideia racial de *narodna zajednica*, que correspondia diretamente ao *Volksgemeinschaft* [comunidade do povo] alemão” (BARTULIN, 2006: 244). Além do movimento *ustashi* compartilhar com os nazistas o anti-iugoslavismo, “Hitler compartilhava a visão *ustashi* que os croatas eram racialmente distintos dos sérvios. A *Ustashi* prontamente aceitou a tutela alemã” (BARTULIN, 2006: 245).

O nazificado NDH, portanto, teve sua proclamação oficial transmitida na rádio em Zagreb “em nome de Pavelic e pela ‘vontade de nosso aliado’ (i.e., Alemanha)”, iniciando-se de imediato “a deportação em massa e o assassinato em massa de sérvios” e, enquadradas juridicamente “as ‘massas sérvias’ do ‘Estado Independente da Croácia’ em termos raciais, a *Ustashi* passou a colocar em prática suas teorias raciais” (BARTULIN, 2006: 375). A 4 de junho de 1941, Hitler aprovou as ações *ustashi* contra os sérvios, aconselhando dois dias depois o *Poglavnik*, em Berchtesgaden: “Se o Estado croata fosse realmente estável, uma política de intolerância nacional tem de ser perseguida por 50 anos, porque resultam apenas danos de muita tolerância nessas

matérias” (BARTULIN, 2006: 379). Um autor fundamental como Nevenko Bartulin caracterizou a milícia *ustashi* como “a SS (卐) croata” e o NDH como um *Ustaschi-Staat* “de maneira similar ao modo que o ‘Terceiro Reich’ foi um ‘SS-Statt’” (BARTULIN, 2006: 285).



**Figura 12.** Ao centro, o *Poglavnik* Ante Pavelic, ditador do Estado-milícia *Ustashi* (NDH). FONTE: WIKIPÉDIA.

Isso porque, segundo ele, “a milícia *ustashi* e a polícia foram tão importantes para a posição de poder de Pavelic quanto foram para as SS para Hitler” (BARTULIN, 2006: 285). Inclusive, “logo depois de ‘conquistar’ o poder, Pavelic e o chefe da polícia *ustashi*, Eugen Kvaternik, procuraram instrutores das SS para a polícia *ustashi* e para a elite da divisão de guardacostas do *Poglavnik*” (BARTULIN, 2006: 290). Ante Pavelic – seguindo o *Führerprinzip* – acumulou as funções de “chefe do Estado, chefe do governo, *Poglavnik* e chefe da *Ustaša* e comandante supremo das forças armadas” (COLLOTTI, 1992: 207). O NDH, embora não possuísse uma Constituição formal, baseando-se em decretos e normas jurídico-administrativas, incorporou os princípios e programas do *ustashismo* como fundamento do novo Estado. “A organização *Ustaša* situava-se, a um tempo, como forma de partido único e como elemento centralizador dos órgãos de segurança, milícia do partido e polícia política” (COLLOTTI, 1992: 206-207).

O NDH, constituindo-se como uma ditadura *Ustashi*, configurou “um regime de terror e arbítrio largamente baseado no uso da pena de morte” e nas ações das brigadas da *Ustaša* e do Exército croata. Seu decreto sobre a cidadania, de 30 de abril de 1941, estabelecendo “a distinção entre os cidadãos (os croatas de sangue puro) e os ‘pertencentes ao Estado’”, excluiu à “margem da sociedade os judeus e os sérvios e preparava já a sua aniquilação” (COLLOTTI, 1992: 207). O NDH promoveu a limpeza étnica de cidadãos não-croatas e não-católicos pela deportação e pelo extermínio. Quando a Alemanha nazista deflagrou a Operação Barbarossa para invadir a URSS, em junho de 1941, o *Poglanovik* croata ofereceu assistência militar ao III Reich, escrevendo ao *Führer*: ““A velha irmandade-em-armas germano-croata, que se confirma há séculos nos campos de batalha da Europa, pode mais uma vez ganhar vida”” (PAVELIC *apud* (BARTULIN, 2006: 306).

Essa decisão de “enviar soldados croatas para lutar contra a ‘horda asiática bolchevique’ claramente destaca o objetivo *ustashi* de moldar um novo tipo de croata ‘racial’” (BARTULIN, 2006: 307). Como observam os Anderson, a *ustashi* “não executava suas vítimas com a eficiência clínica de seus senhores alemães”, apreciando torturá-las antes de assassiná-las. Sérvios foram queimados vivos em suas igrejas ortodoxas e alguns *ustashi* competiam entre si em uma contabilidade macabra. “A fim de impressionar o *Poglavnik* – Pavelic – e serem promovidos ou condecorados por ‘heroísmo’, seus bandos posavam com suas vítimas ante as câmaras” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 291). Como anotado pelo autor de *The heretic*, Fitzroy Maclean, ““alguns *Ustase* juntavam os olhos de sérvios que eles assassinaram, enviando-os, quando reunissem o bastante, para a inspeção do *Poglavnik* ou orgulhosamente os exibiam, assim como a outros órgãos humanos, nos cafés de Zagreb”” (MACLEAN *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 291).

O próprio *Poglavnik* incitou a isso seus subordinados com afirmações do tipo: ““Um bom *Ustashi* é aquele que pode usar uma faca para cortar uma criança no útero de sua mãe”” (PAVELIC *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 11). Essa sanha sicária dos *ustashi* chocou eventualmente os próprios nazistas, que desmembraram “um regimento *Ustashi* em 1942 em reação às atrocidades que ele havia perpetrado”, e os fascistas italianos recusaram-se a entregar alguns judeus e sérvios aos *ustashi* alegando que isso era ““incompatível com a honra do Exército italiano”” ANDERSON; ANDERSON, 1986: 28).



**Figura 13.** “Jasenovac death camp: Croatian soldiers are celebrating the killing of the prisoners by knives”. FONTE: WIKIPÉDIA.

Não obstante essa barbárie *ustashi*, o NDH contou com o apoio decidido do clero católico croata e do Vaticano. “Monges franciscanos juntaram-se aos batalhões *Ustasha* e Pavelic concedeu medalhas a freiras e padres por seu papel na defesa da Pátria” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 292). O arcebispo da Croácia, Aloysius Stepinac, saudou a ascensão de Pavelic como líder do NDH, organizando uma recepção do *Poglavnik* pelo Papa Pio XII<sup>17</sup>. O integrismo ultracatólico croata, inclusive, configurando espécie de “racismo religioso”, não limitou-se à perseguição de judeus. “O seu verdadeiro inimigo, inimigo nacional e inimigo religioso, eram os sérvios: como sérvios e como ortodoxos” (COLLOTTI, 1992: 208). Foi comum durante o terrorismo do Estado-Ustashi a “conversão” forçada, “um verdadeiro flagelo numa guerra de extermínio em que o ódio nacional e o ódio religioso se entrelaçavam com a bênção da Igreja Católica” (COLLOTTI, 1992: 208).

---

<sup>17</sup> A exemplo do arcebispo da Igreja católica grega Andrey Sheptytsky em relação aos ultranacionalistas ucranianos e seus patronos nazistas, sua contraparte croata, Stepinac, escreveu no jornal *Nedlja*: “Deus, que dirige o destino das nações e controla os corações dos reis, deu-nos Ante Pavelic e comoveu o líder de um povo amigável e aliado, Adolf Hitler, para usar suas tropas vitoriosas para dispersar nossos opressores. ... Glória a Deus, nossa gratidão a Adolfo Hitler e nossa lealdade a nosso *Poglavnik*, Ante Pavelic” (STEPINAC apud ANDERSON; ANDERSON, 1986: 291). Sentenciado no pós-guerra pelo governo iugoslavo a 17 anos de prisão, dos quais cumpriria cinco, Stepinac foi depois ordenado cardeal pelo Papa Pio XII, que o retratou como “uma vítima da perseguição comunista”.

Essa aliança do NDH com o III Reich, ideologicamente, selou-se conforme a “teoria” da origem gótica do povo croata. Nesse sentido, Pavelic esforçou-se para impressionar os nazistas ao sustentar que “os croatas tinham origem gótica e haviam sido leais à Alemanha na Primeira Guerra Mundial e continuariam a sê-lo então. O próprio Hitler simpatizou ao menos parcialmente com o estabelecimento de um Estado croata amparado na ‘teoria gótica’” (BARTULIN, 2006: 248). A ditadura do NDH, assim, “buscou ‘legalizar’ a supremacia dos direitos históricos e naturais da nação croata para seu território às expensas das minorias ‘antinacionais’ e ‘antissociais’ (sérvios, judeus e ciganos) vivendo dentro da Croácia” (BARTULIN, 2006). O *ustashismo* no poder de Estado pregou uma “revolução espiritual croata” e, à semelhança do “novo homem alemão” nazista, anunciou a criação do “novo homem na nova ordem”. “O novo homem croata, ou seja, o *Ustasha*, deve ser um homem de dever, responsabilidade, trabalho, luta, honestidade, heroísmo”, escreveu o ideólogo *ustashi* Mijo Bzik. E mais: “Esse novo homem, o *Ustasha*, deve em seu trabalho e na sua vida pública e privada conectar as novas virtudes do *Ustashismo* com as virtudes dos antigos croatas, os lutadores e guerreiros eternos” (BZIKI *apud* BARTULIN, 2006: 299-300). Em janeiro de 1944, o *Poglavnik* demarcou o nexo *ustashismo*/nacional-socialismo:

**Esta grande guerra é uma guerra ideológica. Um lado da Europa, com o *Führer* sob sua chefia, luta por uma nova ordem e vida mais saudáveis, enquanto, do outro lado, está a democracia em frangalhos, surrada e enfraquecida em seu conjunto com o mais sombrio dos sistemas do comunismo bolchevizado. E aqui, na luta, nós ficamos do lado do *Führer*; nós ficamos com os princípios do nacionalismo, nacional-socialismo, *ustashismo* (PAVELIC *apud* BARTULIN, 2006, p. 298, grifo meu)**

Entre os gestores de “alto nível” do terrorismo do Estado-*Ustashi*, um funcionário se destacou como “exemplar”. À época governador-geral da Vekili Zupan de Baranja, Stejpan Hefer “se provaria como modelo de um burocrata fascista” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 27). No pós-guerra, sabendo que Hefer viajava com frequência aos EUA para reorganizar os remanescentes *ustashi* no exílio, a Iugoslávia de Tito solicitou ao Departamento de Estado norteamericano sua prisão e subsequente extradição. Embora se tenha negado o pedido para extraditar esse “burocrata fascista” *ustashi*, a petição do governo iugoslavo registrou os “feitos” de Hefer a serviço do NDH:

**Neste cargo, ele emitiu ordens para a deportação em massa da população de servos e judeus da área relativa particularmente ao distrito de Podrevsk Slatina. Essas pessoas foram levadas por homens da *Ustashi* para diferentes campos de concentração e parcialmente expulsos em direção à Sérvia. A maior parte daqueles que permaneceram nos campos pereceu. Apenas no distrito de Slatina 35 famílias sérvias foram expropriadas. Além dessas, foram expulsas de suas casas todas famílias judaicas e elas foram enviadas para muitos campos; quaisquer outros vestígios deles desapareceram**

na carnificina de Auschwitz [*Auschwitz butchery*] (PETIÇÃO DE EXTRADIÇÃO DO GOVERNO DA IUGOSLÁVIA *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 28, grifo meu)

Em 1944, Hefer foi promovido a “Ministro da Alimentação por seu histórico exemplar e transferido para Zagreb”, permanecendo ali “até que o governo colapsasse antes do avanço soviético em 1945” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 29). Hefer e seu *Poglavnik* “asseguraram seus lugares na história acima dos corpos mutilados de aproximadamente um milhão de vítimas” e, no pós-guerra, “ambos escapariam para a Argentina para ressuscitar seu movimento no exílio” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 26). Em 1944, quando “o regime fantoche nazista da Croácia estava desabando”, e “Pavelic era ameaçado de fora pelo avanço das tropas soviéticas e de dentro pelos guerrilheiros comunistas de Joseph Broz Tito”, iniciou-se a fuga *ustashi* pelos *Rat Lines* (“caminhos de rato”), com ajuda do Vaticano, rumo à Argentina (GOÑI, 2004: 221).



Figura 14. Stejpan Hefer. FONTE: WIKIPÉDIA.

Hefer, à semelhança de *Poglavnik*, foi ajudado em sua fuga da Croácia pelas conexões *ustashi* no Vaticano, montadas pelo monsenhor Krunoslav Draganovic, “um criminoso de guerra que tinha sido um funcionário de ‘remanejamento’ envolvido na deportação de sérvios e judeus para o regime *ustashi*” (SIMPSON, 1989: 185). Hefer então juntou-se “a Pavelic no êxodo *Ustasha* para a Áustria, a partir de onde ambos desapareceriam” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 29). Em 1945, Pavelic tinha sido capturado pelas autoridades britânicas, sendo liberado dois anos depois “na Itália vestido como padre e ocultado em um convento”, de onde migraria à Argentina em 1948. Nesse ano, o governo de Tito publicou uma lista de ex-criminosos de guerra *ustashi* que

deveriam ser extraditados imediatamente à Iugoslávia. O *Poglavnik* encabeçou a lista, assim como Hefer, o exemplar “burocrata fascista” *ustashi*.

O subsecretário de Estado para Assuntos Exteriores da Grã-Bretanha buscou protegê-los, recomendando a seu governo: “Nós propomos que não se tome mais nenhuma ação e nós não iremos aceitar agora novas requisições de entrega. Nós consideramos que é hora desse assunto ser encerrado” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 39). Assim como seu *Poglavnik*, “Hefer foi auxiliado a fugir da Europa pela mais importante rota de fuga croata, que era operada dentro do *Instituto di Santa Jeronimus*”, em Roma (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 39)<sup>18</sup>. Os padres croatas Draganovic e Levasic, dirigindo esse Instituto do Vaticano, facilitaram a fuga de milhares de *ustashi* para a América do Sul. Como observam os Anderson, “talvez nenhum outro grupo fascista europeu tenha escapado praticamente intacto como a *Ustasha* croata”: “virtualmente toda liderança escapou” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 38).

Auxiliados pelas autoridades britânicas e pelo Vaticano, contando com a assistência da Espanha de Franco e da Argentina de Peron, os líderes *ustashi* fugiram da Europa e eludiram os tribunais iugoslavos. Na Argentina, Pavelic e Hefer fundaram o Movimento de Libertação Croata (HOP, no acrônimo croata) e, com ele, “manteriam o fogo *Ustashi* aceso no exílio” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 29). Depois da morte do *Poglavnik* em 1959, seu lugartenente Hefer assumiu o controle do HOP. Até sua morte em 1973, Hefer viajaria com frequência aos EUA e, de lá e da Argentina, supervisionou uma rede global do exílio *ustashi*. “A partir de seu quartel-general em Buenos Aires, Hefer estabeleceu Conselhos Centrais das Sociedades Croatas projetados para coordenar as ações dos capítulos do HOP na Europa, Austrália e Estados Unidos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 25). As ações do HOP de Pavelic e Hefer dirigiram-se contra o governo e as autoridades da Iugoslávia de Tito, um ex-organizador de recrutas das Brigas Internacionais em Paris na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) que, na II Guerra Mundial, liderou os *partisans* contra o Estado Independente da Croácia (NHD) do *Poglavnik* do *ustashismo*.

---

<sup>18</sup> “A rota de fuga mais importante e largamente usada foi viabilizada por meio das sessões de refugiados em Roma sob o patrocínio do Vaticano. Nelas, sem qualquer tipo de identificação, um fugitivo poderia, com a ajuda de um padre solidário, obter uma declaração com um pseudônimo e um falso antecedente. Com esta nova identidade, o fugitivo poderia obter um passaporte da Cruz Vermelha Internacional. O papel da Igreja Católica nessa operação é seguramente uma das marcas mais sinistras em sua história. Em busca da propagação da fé, os padres que administraram as sessões de refugiados ajudaram quase qualquer um, independentemente do passado político, desde que atestassem ser católicos anticomunistas” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 292).



Na Guerra Fria, o HOP especializou-se no assassinato de embaixadores iugoslavos e, por meio de sequestros, assassinatos, explosões e sabotagem de aeronaves civis iugoslavas, esses terroristas croatas “emprenderam uma guerra de terror” contra a Iugoslávia de Tito (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 26). “Ainda que os *ustashi* jamais deixaram de proclamar sentimentos nacionalistas e convicções católicas, sua diáspora política os tornou de uma crueldade desatinada” (LUPO, 1989: 209).



**Figura 15.** Circulado de vermelho, Stejpan Hefer. FONTE: WIKIPÉDIA

Os remanescentes *ustashi* do HOP também exercitaram o negacionismo histórico, alegando que acusações de crimes de guerra e genocídio que eventualmente teriam cometido não eram “nada mais do que propaganda comunista”. O caso mais emblemático de revisionismo histórico empreendido pelo exílio *ustashi* foi as “maquinações sobre o 10 de abril de 1941”. Essa data, como visto, “o dia em que os alemães invadiram a Iugoslávia e estabeleceram o regime *Ustasha*”, passou a ser mundialmente celebrada como “o Dia da Independência Croata; para os iugoslavos, especialmente sérvios e judeus, ele é lembrado como o dia em que o Holocausto começou” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 43). Esse revisionismo não pode negar, contudo, a objetividade histórica do *ustashismo*: “O resultado final do nacionalismo e racismo *ustashi* foi

genocídio”, nos termos estabelecidos pela ONU, em 1949, na Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (BARTULIN, 2006: 233).

Isto é, “o objetivo do regime *ustashi* consistiu em ‘destruir no todo ou em parte um grupo étnico, religioso ou nacional’ por meio do assassinato de seus membros” (BARTULIN, 2006: 233). O *Poglavnik* e o *ustashismo* “carregam a responsabilidade final pelo genocídio racista cometido pelo Estado Independente da Croácia (NDH)” (BARTULIN, 2006: 417). O Holocausto cometido foi escolha “de bom grado do *Poglavnik* para implementar a política de assassinatos em massa em aliança com o Terceiro Reich” (BARTULIN, 2006: 417). E é inegável que o *ustashismo* representou um doloroso legado de genocídio aos povos da Croácia e Bósnia-Herzegovina. Apesar disso, no pós-guerra, os *ustashi* reorganizados por Pavelic e Hefer no HOP integraram-se ao Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Além de Hefer, outros porta-vozes do ultranacionalismo croata no ABN foram Hinko Alabanda, um ex-general *ustashi*, e Anton Bonifacic, poeta e ex-diretor de relações culturais do NDH (SIMPSON, 1988: 197).

### 1.1.3. Guarda de Ferro romena: o “catolicismo fascista” de Codreanu e os legionários de Horia Sima

“Alguns outros membros do ABN foram antigos nazistas, ou veteranos de movimentos como a *Ustasa* e os Legionários romenos, que haviam colaborado com a OUN [Organização dos Nacionalistas Ucranianos] antes e durante a Segunda Guerra Mundial” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 324). Assim os Anderson salientam esse terceiro grupo de ex-colaboradores nazistas que integrariam o ABN no pós-guerra. Aos *banderites* ucranianos e *ustashi* croatas, acrescentam os legionários romenos da Guarda de Ferro. Antes de se passar a isso, contudo, é preciso demarcar o perfil desses ex-colaboradores nazistas romenos. A Romênia amargou uma “vitória mutilada” na I Guerra Mundial, sendo ampliada para um conglomerado multinacional. A partir de 1918, o antissemitismo camponês explodiu na Europa Oriental “quando as sociedades rurais eslavas, magiares e romenas foram convulsionadas pelos incompreensíveis terremotos do mundo moderno” (HOBSBAWM, 1995: 123). Como ensina Hobsbawn, “o antissemitismo de base deu substrato a movimentos fascistas europeus orientais que adquiriram uma base de massa, notadamente a Guarda de Ferro na Romênia” (HOBSBAWM, 1995: 123).

Essa “ultradireita alucinada” romena era racista e, identificando a nação com a comunidade agrária tradicional, considerou o judaísmo como um inimigo a expulsar (COLLOTTI, 1992: 213). Criada em 1931, a Guarda de Ferro foi um dos poucos “movimentos fascistas com algum peso fora da Itália” (HOBSBAWM, 1995: 120). Na década de 1930, contava com mais de 200 mil membros e, com esses números, a Guarda de Ferro era o “terceiro maior movimento fascista europeu” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 179). Seu líder foi Corneliu Zelia Codreanu. Originário da Moldávia, como estudante universitário em Jassy, ele organizou o movimento estudantil sob o signo do antissemitismo e do anticomunismo “de uma região contígua à Rússia da revolução bolchevique”, defendendo “o accionismo como característica do método da luta violenta” (COLLOTTI, 1992: 214). Codreanu estudou na Alemanha, mas foi na Universidade de Jassy que entrou em contato com o professor Alexandru Cuza, um ideólogo antissemita que se tornou seu mentor. Codreanu e outros jovens organizaram a Liga Cristã-Nacional de Defesa (*Liga Apărării National Crestine*, LANC), “um partido antissemita que tinha sido estabelecido por Cuza em 1923” com o objetivo de eliminar os judeus da vida nacional (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 180).

Em 1927, “sob sugestão de uma visão do arcanjo Miguel – figura-chave da tradição ortodoxa – Codreanu fundou a Confraria da Cruz, núcleo de um partido e, ao mesmo tempo, seita religiosa e de caráter conspirativo” (COLLOTTI, 1992: 214). Definido como o “corpo místico da Guarda de Ferro ao qual só podiam chegar uns poucos eleitos”, a Confraria da Cruz foi substituída ainda em 1927 pela Legião do Arcanjo Miguel, a matriz da Guarda de Ferro criada em 1931. “O núcleo da ideologia do movimento era o misticismo religioso, que a Guarda de Ferro combinou com anti-individualismo, antissemitismo, racismo, hostilidade em relação à democracia e ao comunismo” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 180). Se a religião não era fundamental para os nazistas alemães, ela “era absolutamente essencial para a Guarda de Ferro” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 185). Por vezes designada como uma espécie de “catolicismo facista” ou “fascismo místico-católico”, a Guarda de Ferro levou às últimas consequências o imbricamento de suas motivações políticas e religiosas. “À esfera política pertenciam o voluntarismo, a organização militar, o objetivo de criar uma sociedade compacta que reproduzisse a rígida hierarquia e a subordinação ao chefe da organização conspirativa – considerada *in nuce* como uma comunidade totalitária” (COLLOTTI, 1992: 214).

“À esfera religiosa pertenciam o sentido de missão, a exaltação místico-religiosa, a dedicação à causa – que chegava à convicção de ser justa a eliminação física dos adversários políticos e até dos próprios correligionários tidos por traidores” (COLLOTTI, 1992: 214). Eis que, “a fim de tornar-se um membro, um candidato tinha que jurar obedecer seis leis fundamentais (disciplina, trabalho, silêncio, educação, ajuda mútua e honra), escrever o juramento com seu próprio sangue e prometer matar quando assim ordenado” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 180). Assim como os *banderites* ucranianos e os *ustashi* croatas, a Guarda de Ferro exaltou o terrorismo como a arma política dos nacionalistas, propugando uma obediência absoluta ao chefe Codreanu e representando seus membros como “os cavaleiros do Apocalipse”. Esse misticismo religioso permitiu à Legião do Arcanjo Miguel “aparecer como um tipo de seita cristã herética dos camponeses que aguardavam ‘A ressurreição espiritual! A ressurreição das nações em nome de Jesus Cristo!’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 180). Atraindo simpatia da Igreja e dos militares na Romênia, “o clero ortodoxo e a oficialidade do exército viram reflectidas nela a intransigência da Fé e a abnegação do militar” (COLLOTTI, 1992: 214).

Entre 1918-38, a Romênia constituiu-se como uma monarquia constitucional parlamentar. Entre 1930-40, foi controlada pelo rei Carol II, que tratou a Guarda de Ferro como uma organização terrorista, isto é, um caso de polícia. A prisão dos legionários, porém, alimentou “uma tradição de martirologio que contribuiu para aumentar a ênfase místico-religiosa do movimento” (COLLOTTI, 1992: 215). Em 1931, a Guarda de Ferro teve um expressivo crescimento eleitoral e Codreanu foi eleito para o parlamento. Em 1933, ela foi dissolvida e os legionários assassinaram o primeiro-ministro Ion Duca em retaliação. Embora na clandestinidade, os legionários participaram das eleições nacionais de 1937. “Sob a capa do nome simbólico e programático ‘Tudo pela Pátria’ (*Totul Pentru Ţară*)”, a Guarda de Ferro obteve 60 assentos no parlamento e mais de 15% dos votos totais, consagrando-se como “a segunda força política do país, a seguir ao Partido Nacional Camponês” (COLLOTTI, 1992: 215). Como chefe nacional da Guarda de Ferro, o “capitão” Codreanu dedicou-se a expurgar “judeus, estrangeiros, comunistas e maçons da Romênia”, com “um revólver em uma mão e um crucifixo na outra” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 15). Segundo Codreanu, “antes de aspirarmos o domínio do país, nós precisamos moldar um tipo diferente de Romênia totalmente depurada dos vícios e defeitos de hoje” (CODREANU *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 15).

Em nome da “purificação e renascimento espirituais” de uma Romênia livre de judeus, estrangeiros, comunistas e maçons, os legionários de Codreanu “mergulharam no misterioso misticismo de seu estilo de catolicismo fascista” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 15). Entretanto, em fevereiro de 1938, o rei Carol II dissolveu o parlamento e introduziu uma ditadura régia na Romênia. “Codreanu foi preso em abril de 1938 e executado, ao lado de treze legionários, na noite de 29/30 de novembro de 1938” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 180-181). A execução do chefe legionário inaugurou um culto de sua memória de herói e a liderança da Guarda de Ferro passou a Horia Sima, um de seus fiéis tenentes. Em 21 de setembro de 1939, os legionários assassinaram o primeiro-ministro Armand Calinescu, ao que Carol II respondeu com a execução de 253 membros da Guarda de Ferro que já se encontravam presos. Horia Sima, um dos organizadores do assassinato de Calinescu, fugiu para a Alemanha de Hitler. A Guarda de Ferro já havia montado sua principal base no estrangeiro em Berlim. Os ventos começaram a soprar favoravelmente aos legionários, entretanto, quando o rei Carol II estabeleceu, em março de 1939, um importante acordo para fornecimento de petróleo ao III Reich. Essa “dependência quase exclusiva da economia romena em relação aos interesses e exigências da economia de guerra alemã” (COLLOTTI, 1992: 201) fez com que o rei Carol II buscasse agradar os nazistas e, assim, ele procurou fascistizar sua ditadura régia.

Em 8 de agosto de 1940, destituiu os judeus romenos de todos direitos de cidadania. Buscando agradar ao III Reich, no marco do pacto Ribbentrop-Molotov de não-agressão entre nazistas e soviéticos, Carol II entregou a Bessarábia à URSS, a porção sul de Dobrogea à Bulgária e a parte norte da Transilvânia à Hungria. Essa cessão territorial minou a base política de Carol II que, forçado a abdicar, ordenou a seu ex-ministro da Defesa, o marechal Ion Antonescu, que estabelecesse um novo governo. Automeando-se o *Conducator* da Romênia, o marechal Antonescu, que não era um legionário, aliou-se à Guarda de Ferro e, sob os auspícios do III Reich, “formaram o assim chamado Estado Revolucionário Nacional, governado por dois líderes: Antonescu e Sima. Embora o marechal e a Guarda de Ferro se apresentassem em público como uma equipe harmoniosa”, os conflitos entre eles rapidamente emergiram, cabendo aos nazistas mediá-los (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 182). Um gigantesco evento, que contou com a presença de seus patronos nazistas e também com fascistas de toda Europa, postergou a implosão dessa precária aliança entre o *Conducator* Antonescu e o chefe legionário Sima. Tratou-se de uma

enorme cerimônia pública para “a transferência formal e o enterro dos restos mortais de Codreanu, em 30 de novembro de 1940” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 182).

No assim chamado *Estado Revolucionário Nacional* dirigido pelo marechal Antonescu, os legionários da Guarda de Ferro ocuparam posições-chave na estrutura de poder e, valendo-se delas, promoveram a “romanização”, isto é, o expurgo de judeus, na indústria e no comércio (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 16). “Sima visitou inúmeras cidades para administrar pessoalmente a expropriação das propriedades de empresários judeus” e, em janeiro de 1941, “conduziu a rebelião legionária abortada contra Antonescu, durante a qual 120 judeus foram assassinados em Bucareste” (VAGO, 2007: 590). Em uma carta a Himmler, tratando do fracasso desse golpe de Estado legionário, Sima “culpou os judeus por sua derrota e acusou Antonescu de ser manipulado pelos judeus” (VAGO, 2007: 590). Em 21 de janeiro de 1941, nessa tentativa golpista dos legionários, “por toda a Romênia a Guarda de Ferro tomou as ruas, procurando por soldados leais, apoiadores de Antonescu e especialmente judeus”.

Em Bucareste, 300 legionários, usando a característica camisa verde da Guarda de Ferro e portando crucifixos de prata, dirigiram-se à *Prefecture*, a principal estação policial da cidade, aos gritos de “Morte aos Maçons e aos Judeus [*Kikes*]!”. Nas 36 horas subsequentes à captura da *Prefecture* pela Guarda de Ferro, os legionários “devassaram 80 sinagogas, destruíram o gueto judeu em Bucareste e assassinaram mais de 400 romenos com gasolina, machados, facas, espetos de carne e pás” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 17). Como testemunhou o correspondente jornalista Leight White, uma multidão tomou de assalto o Templo Sefardi de Bucareste, fazendo uma fogueira com seus objetos sagrados: “Vários judeus transeuntes foram reunidos e forçados a dançar em círculo ao redor da fogueira. Quando caíram em exaustão, foram mergulhados em gasolina e queimados vivos” (WHITE *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 18).

O chefe legionário Horia Sima não foi apenas responsável por esse genocídio subsequente à tentativa de golpe de Estado legionário de abril de 1941. Ele foi “um dos maiores responsáveis pelos massacres na Romênia entre 1940 e 1941” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 33). O terrorismo aberto da Guarda de Ferro “contra judeus e outros grupos como comunistas e socialistas”, entretanto, tornaram os conflitos com o *Conducator* Antonescu insustentáveis. O *Conducator* acusou Sima de não controlar “os grupos radicais de legionários que aterrorizavam os judeus, saqueavam e desestabilizavam o país” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 182).

Os legionários, a seu turno, consideravam que a violência política antissemita e anticomunista incitaria o nacionalismo e o anexionismo da Grande Romênia, “necessitada de galvanizar também as suas forças contra um inimigo que era ao mesmo tempo o inimigo externo e o símbolo da ‘conspiração judaico-bolchevista contra a civilização cristã’” (COLLOTTI, 1992: 216). Assim tensionada, a aliança entre o marechal Antonescu e a Guarda de Ferro rompeu-se depois da intentona golpista legionária de abril de 1941, que irritou o próprio Hitler, que ofereceu apoio ao *Conducator* romeno. “De acordo com Goebbels, o *Führer* apoiou Antonescu porque ele necessitava de sua assistência militar. Hitler não foi convencido por Sima e o considerou politicamente não sofisticado (*unterklassig*)”, julgando a Guarda de Ferro “muito mística e insuficientemente pragmática” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 182-183).



**Figura 16.** “The Sephardic Temple in Bucharest after it was looted and set on fire”. FONTE: WIKIPÉDIA.

Ao final de 1941, Antonescu formou um novo governo e banuiu a Guarda de Ferro definitivamente, prendendo por volta de 10 mil legionários e executando 250. “Aproximadamente 300 fascistas romenos, incluindo Sima, fugiram para a Alemanha; por volta de 20 mil esconderam-se na Romênia” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 183). Apesar disso, precavendo-se contra a eventual deslealdade de Antonescu, os nazistas protegeram os legionários a fim de utilizá-los depois e, por isso, Hitler recusou-se a extraditar Sima à Romênia, irritando o *Conducator*. O comandante das SS Otto von Bolschiwing – que trabalharia, no pós-guerra, para os serviços secretos dos EUA– “escondeu os principais líderes legionários e os espalhou em direção à fronteira alemã em uniformes das SS” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 19). Entre maio de 1941 e dezembro de 1942, esses “católicos fascistas” romenos refugiados na Alemanha nazista foram confinados em Berkenbruck e Rostock. Em 16 de dezembro de 1942, durante a batalha de Stalingrado, “Sima escapou para Itália e tentou encontrar Mussolini”, enfurecendo Hitler e alarmando Antonescu.

O *Duce*, a pedido de Hitler, enviou Sima de volta à Alemanha em 27 de dezembro de 1942. Em janeiro de 1943, “Sima e seu ajudante, Traian Borubar, foram internados no campo de Buchenwald, onde ele permaneceu como prisioneiro político especial (*Ehrenhaftlinge* ou *Sonderhftling*) em uma vila em uma área especial do campo” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 183). Os dirigentes legionários foram depois realocados em Rostock, Dachau, Fichtenhain, Sachsenhausen e Ravensbruck. Seus líderes, “de maneira semelhante aos membros da OUN [Organização de Nacionalistas Ucrrianos], foram confinados como políticos ou prisioneiros políticos especiais e desfrutaram de um tratamento muito melhor do que os prisioneiros comuns dos campos de concentração alemães” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 184). Em março de 1943, Sima e Borubar foram confinados em uma área especial do campo de Sachsenhausen, onde estiveram os líderes da OUN Stepan Bandera e Yaroslav Stetsko. Sima, junto com seis outros membros da Guarda de Ferro, permaneceram até agosto de 1944 em Zellenbau, onde também se detivera o *Providnyk* ucraniano. Sima e outros legionários foram liberados pelos nazistas ao final de agosto de 1944 para que estabelecessem, na sequência, “um governo romeno no exílio em Viena. Isso foi planejado para motivar os romenos a apoiarem Hitler e mobilizá-los para lutar contra a União Soviética” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 286).



Desde 1943 deterioraram-se as relações entre o marechal Antonescu e os nazistas, que suspeitavam que o *Conducator* estivesse buscando um cessar-fogo com os Aliados. Em abril de 1944, o Exército Vermelho já tinha alcançado o norte de Bukovina e, em 23 de agosto, a ditadura de Antonescu caiu. “Apenas dois dias depois, Hitler encontrou Sima em seu quartel-general militar, o ‘Wolfsschanze’”, portando-se de modo gentil e caloroso com “o líder dos legionários, que prometeu a Hitler que ele formaria um governo que mobilizaria os romenos para lutar contra o Exército Vermelho – o inimigo comum de todos fascistas europeus” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 184). Em 26 de agosto de 1944, Sima proclamou um “novo Estado romeno” no exílio em Viena, na Áustria, buscando mobilizar os romenos via transmissões de rádio. Nessa condição de líder do “governo” romeno no exílio, Sima escreveu para Himmler, em 1944:

Sua Excelência certamente ouviu dizer que Sua Excelência o Ministro de Relações Exteriores von Ribbentrop autorizou a formação dos mais altos comandos romenos das forças nacionais romenas. Ao lado desse corpo, um futuro exército romeno deve ser preparado sob minha supervisão. Pode-se desejar que, **dentro de suas melhores fileiras, os Legionários se juntarão à talentosa Waffen-SS na qual eles receberão, eu estou convencido, não apenas a melhor técnica militar mas, acima de tudo, a melhor visão política de mundo** (SIMA *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 20, grifo meu)

Com a iminência da derrota nazista, Sima não pode, como queria, enviar um representante legionário a Bucareste para fundar um Exército nacional romeno com a ajuda da Waffen-SS. Nota-se, pois, que “o líder da Guarda de Ferro e seu governo permaneceram fieis ao objetivo fascista de uma ‘Nova Europa’ e apoiaram a Alemanha Nazista até o final de abril de 1945” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 184). No pós-guerra, “Horia Sima não foi apreendido e executado como Antonescu, mas morreria em 1993, na capital da Espanha, Madrid. Durante sua segunda vida, ele foi um dos principais líderes anticomunistas do exílio romeno” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 186). Em maio de 1945, ele conseguiu fugir para a Alemanha, ocultando sua identidade em um campo de Pessoas Deslocadas na Itália e, via França, asilou-se na Espanha de Franco, que lhe proporcionou uma base segura para reorganizar os remanescentes legionários exilados. Na Espanha franquista, Sima “colaborou com o tenente-coronel nazista Otto Skorzeny, que estava tentando reagrupar os elementos nazistas remanescentes” (ENDRESEN, 2010: 309). Ali, tornou-se um profícuo editor de livros legionários, sendo ajudado pela *Fuerza Nueva* de Blas Piñar. As obras publicadas por Sima no exílio espanhol “evitam cautelosamente a discussão sobre as atrocidades legionárias ou as atribui a *agents provocateurs*” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 33).

Em 1946, Sima foi condenado *in absentia* por seus crimes de guerra pelo Tribunal Popular Romeno. Como observa Rossolinski-Liebe, no pós-guerra, Sima beneficiou-se do período que foi preso, em circunstâncias especiais, pelos nazistas. “Todos fascistas que foram presos pelos nazistas beneficiaram-se desse aprisionamento ‘acidental’” na medida em que, na Guerra Fria, “eles poderiam arguir que tinham se oposto aos nazistas e a suas políticas genocidas em relação aos judeus” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2017: 186). Se esse foi o caso de Sima, como visto, foi também o dos “nacionalistas/protonazistas” ucranianos Stepan Bandera e Yaroslav Stetsko. Sob a presidência deste, no Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), Sima encontraria a organização perfeita para reagrupar e comandar os remanescentes legionários no exílio. Não à toa, a presença mais ostensiva de um representante da Guarda de Ferro no ABN foi um antigo lugar-tenente de Sima: Vasile Mailat, “um Comandante Legionário e antigo Legionário ultra-ortodoxo” (CIA, s/d[a]: 3).

Nas páginas da *Correspondência do ABN*, Mailat foi descrito como “um membro de longa data do Comitê Central da ABN e seu secretário-geral” (ABN, 1987, v. XXXVII, n.º 6, p. 49). Antes disso, porém, Mailat fez parte do grupo de legionários que tentaram dar um golpe de Estado contra o marechal Antonescu em 1941 e, na sequência, fugiram para a Alemanha auxiliados pelos nazistas. Um documento da CIA destacou, nesse sentido, que Mailat foi “um dos diversos Legionários que haviam fugido da Romênia para a Alemanha com Horia SIMA depois da Rebelião de janeiro de 1941” (CIA, s/d[a]: 7). Mailat também percorreu o *tour* legionário nas prisões especiais do III Reich, depois de emigrar para a Alemanha, ele permaneceu “em Buchenwald KZ até Agosto de 1944” (CIA, s/d[a]: 7). Liberado junto a outros Legionários pelos nazistas, Mailat foi “designado para o planejado Exército Romeno do Governo SIMA em Viena, em 1945; supostamente o segundo homem na organização austríaca da Guarda de Ferro, depois de Sima” (CIA, 1953b: 02)<sup>19</sup>. Dessa forma, Mailat, antes de galgar posições no ABN no pós-guerra, liderou o “governo” da Guarda de Ferro no exílio na Áustria a mando de Sima e do agonizante III Reich. Esse comandante legionário, na caracterização da CIA, “era o sub-secretário de Defesa no Governo Quisling, indicado por SIMA em Viena em 1944-45” (CIA, s/d [b]: 3).

---

<sup>19</sup> “O Legionários se organizaram em três ‘Ninhos’, que na organização Legionária é o equivalente à ‘célula comunista’. Vasile MAILAT foi indicado como sendo o Comandante Legionário do ‘Ninho de Comando’” (CIA, s/d[a]: 5).

**O ‘Governo Sima’ em Viena atacou o Rei e os partidos políticos por terem ‘traído’ os alemães. Ele tomou medidas para organizar e formar 4 times; o primeiro sob a liderança de Vasile MAILAT, antigo assistente do Prefeito de Bucareste sob o regime da Guarda de Ferro, que viajava pelas prisões ameaçando e forçando prisioneiros romenos a se alistarem no [Pelotão Geral do] Exército de Chirnoaga. Os que se recusavam eram transferidos pelos alemães para situações miseráveis, que normalmente terminavam em morte (CIA, 1948: 1)**

Antes de ser subsecretário de Defesa, no exílio em Viena, do “governo” Quisling da Guarda de Ferro, Mailat havia sido “prefeito do terceiro maior setor de Bucareste sob o regime Legionário na Romênia” (CIA: s/d[a]: 5). Entre o outono de 1940 até o fracasso da “Rebelião Legionária” de janeiro de 1941, ele ocupava o cargo de “Burgomestre do Distrito de Bucareste”, ou seja, justamente no período dos já descritos massacres antissemitas ocorridos na capital romena. Enquanto *Burgomestre*, “esse MAILAT era o líder do setor Albastru de Bucareste e comandava o porto de Bucareste. Ele promoveu o massacre dos judeus de Ducești em 1940, apoiado por Stefan NICOLAU” (CIA, 1948: 8). Por isso, “Vasile MAILAT, Legionário, é mencionado em uma lista de romenos de abril de 1945 como criminoso de guerra e pró-nazismo” (CIA, 1950a: 1). Décadas depois, nas páginas da *Correspondência do ABN*, esse comandante legionário da Guarda de Ferro, um criminoso de guerra pró-nazista, era tratado como um guerreiro da liberdade anticomunista: “Nos seus primeiros anos, como Prefeito de Bucareste, o Dr. Mailat era responsável pelo bem-estar público dos cidadãos da capital romena. Mais tarde, em exílio, ele continuou a lutar pela liberdade e independência de sua terra-natal Romênia, na capacidade de membro de longa data do Comitê Central da ABN e seu secretário-geral” (ABN, 1987, v. XXXVII, n.º 6, p. 49).

No imediato pós-guerra, embora sabendo desse passado genocida do ex-comandante legionário Mailat, os serviços secretos ocidentais não deixaram por isso de contratá-lo, treiná-lo e empregá-lo em operações antissoviéticas. Seguindo um padrão de emprego de ex-nazistas e de seus ex-colaboradores em uma guerra secreta contra a URSS, Mailat passaria a trabalhar para a contrainteligência dos EUA e a Alemanha Ocidental no fim da II Guerra Mundial. Um informe do CIC, por exemplo, “indicava que Vasile MAILAT, residindo na zona norte-americana da Áustria, estava trabalhando com o *American IS [intelligence service]*” (CIA, s/d[a]: 4).



**Figura 17.** Acima dos legionários uniformizados, da esquerda para a direita, o capitão (não-legionário) Ion Antonescu e o líder da Guarda de Ferro Horia Sima. Acima deles, o retrato do *Căpitanul* Corneliu Zelea Codreanu, o criador da Guarda de Ferro romena. FONTE: WIKIPÉDIA.

Mailat fora indicado “por Horia SIMA para liderar o grupo legionário que havia infiltrado o *American IS* [*intelligence service*] na Áustria, i.e. Linz e Salzburgo” e, desde 1945, “esteve na Áustria trabalhando desde então como líder de uma equipe de *debriefing*” (CIA, s/d[a]: 6-7)<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> “Devido a atividades políticas anteriores, tem contatos extensos na Romênia e nos círculos legionários de emigrantes. Foi minuciosamente investigado e considera-se que seja muito responsável, capaz, correto e inteligente. Líder desta operação, e também lidera uma operação no Projeto 121. Sub-agentes reportam a ele mensalmente por carta, ele envia relatórios para a Áustria por correio com escrita codificada. (...) O indivíduo sabe que ele está trabalhando para uma agência alemã de inteligência que tem apoio norte-americano” (CIA, s/d[a]: 07). Recrutado e

Descrito como um “especialista em assuntos policiais e terrotistas” , esse ex-comandante legionário da Guarda de Ferro estava operando, em conexão com Sima, uma "rede de recrutadores para missões no país [Romênia]” (CHINAT: 01)<sup>21</sup>.

Todavia, assim como aconteceu com os *banderites* – que foram alistados pela *Operation Rollback* dos EUA e pela Grã-Bretanha para se infiltrarem na Ucrânia soviética – essas tentativas de infiltrar legionários na Romênia se provaram missões suicidas. Registrou-se, nesse sentido, que “Vasile MAILAT, um colaborador de AUNER e SIMA, perdeu um grande número de corpos na Romênia nos últimos três anos, e UJ DRIFTER diz que, com exceção de algumas conexões em Banato, Ploiesti e Cluj, o grupo de SIMA é majoritariamente não-existente” (CIA, 1951c]: 01). Buscando aliança política e dinheiro com os serviços secretos ocidentais, tanto legionários quanto *banderites* extorquiram informações de seus compatriotas internados nos campos de Pessoas Deslocadas da Alemanha Ocidental e da Áustria. Valendo-se do terror, extorquiam dos recém-chegados da Romênia ou da Ucrânia alguma informação “estratégia” e a repassavam aos serviços secretos ocidentais sedentos de “conhecimento” sobre a realidade por trás da “Cortina de Ferro”. Foi assim que muitos desses grupos da “ultradireita alucinada” do leste europeu encontrariam novos *contractors* no pós-guerra. No caso dos legionários romenos, seu extenso currículo genocida e seu recalcitrante método terrorista os conduziram, via Mailat e Sima, aos “braços” do ABN.

**O grupo Mailat-Giurea<sup>22</sup> sempre foi um grupo terrorista dentre o elemento romeno na Áustria.** Em vez de serem um apoio aos refugiados que chegavam, pelo contrário, eles os aterrorizavam para que pudessem interrogá-los e depois enviavam os relatos como se tivessem sido obtidos de agentes na Romênia (CIA, 1951c: 1, grifo meu)

---

treinado “em positive intelligence, escrita codificada e códigos”, Mailat era “pago como um membro regular do GVA (ZIPPER)” (CIA, s/d: 7). ZIPPER era o criptônimo da Organização Gehlen, coordenada em associação com os EUA pelo ex-general nazista Reihnard Gehlen, ex-chefe do Fremde Heere Ost (Exércitos Estrangeiros do Leste).

<sup>21</sup> “Os conselheiros militares de SIMA são o General Platon CHIRNOADA e o Cadet Constantin MAFTEI. Estes dois, com SIMA e outros conselheiros, elaboraram um plano de ação para o futuro: **infiltrar a Romênia, organizar redes clandestinas, penetrar as fileiras do exército da República Socialista da Romênia, e quando houvesse um conflito armado, unir-se à revolução interna, assegurando assim seu poder antes que qualquer outro governo pudesse assumir**” (CIA, 1955a: 1, grifo meu).

<sup>22</sup> O Grupo de Horia Sima na zona norte-americana da Áustria apresentou a seguinte composição: “Mircea DIMITRIU (com o CIC em Linz e os britânicos em Graz). Vasile MAILAT (com os norte-americanos); Mihail GIUREA (com os norte-americanos); Sandu MARIN (com os norte-americanos); Ion EMILIAN (com o CIC em Linz); Mircea BARBULESCU; Vasile GOLEA; G. CONSTANTINIU; Spiridion NEATA; Iordan CARAIVAN; Ion RADULESCU; G. GHEORGHIU” (CIA, 1952a: 1).

#### 1.1.4. Da Guarda Hlinka à ditadura de J. Tiso, monsenhor de Hitler: os irmãos Durcansky da Eslováquia

Na II Guerra Mundial, da mesma forma como o Estado Independente da Croácia (NDH) foi criado com a invasão da Iugoslávia pelo III Reich, o Estado “independente” da Eslováquia foi viabilizado pela ocupação nazista da Tchecoslováquia. Tal qual a Iugoslávia, a Tchecoslováquia surgiu como um Estado multiétnico, em 1918, a partir das ruínas do Império Áustro-húngaro. Tal qual o ultranacionalismo croata emergiu em oposição à Iugoslávia, o ultranacionalismo eslovaco floresceu opondo-se à Tchecoslováquia como um movimento separatista. Dois jovens expoentes desse separatismo eslovaco, na II Guerra Mundial, destacaram-se como ardentes colaboradores nazistas: os irmãos Jan e Ferdinand Durcansky. Eles nasceram, respectivamente, em 1902 e 1906, no antigo Império Áustro-Húngaro. O pai dos Durcansky, Juraj Durcansky, “foi representante dos fazendeiro nas assembleias política da direita e um seguidor próximo do Padre Andrej Hlinka, o fundador do Partido Popular Eslovaco Hlinka” (SPP)” (LEGGE JR., 2018: 225).

Ferdinand Durcansky estudou nas Universidades de Sorbonne e Hague, tornando-se doutor em Direito pela Universidade de Bratislavia. No início a década de 1930, os irmãos Durcansky fundaram a publicação *Nástup!*, algo como *Ataque!* ou *Em guarda!*. O *Nástup!* defendeu a aliança dos ultranacionalistas eslovacos com o nazismo e foi o principal órgão de propaganda antissemita e antimarxista dessa “ultradireita alucinada” na Eslováquia. Para o *Nástup!*, “os judeus eram responsáveis por uma variedade das doenças tchecoslovacas, e, como membros da ‘nação judia’, não deveriam gozar de cidadania tanto na Thecoslováquia quanto no Estado eslovaco” (LEGGE JR., 2018: 226). Um “Sumário de Informação Pessoal Disponível” sobre Ferdinand Durcansky, elaborado pelo Departamento de Estado dos EUA a 2 de outubro de 1954, caracterizou o *Nástup!* como um periódico “separatista eslovaco, antiocidental e antissemita mensalmente subsidiado pelos nazistas” (USDEPARTMENTOFSTATE, 1954: 6).

Outra figura que integrou esse esforço pró-nazista do ultranacionalismo eslovaco foi a do propagandista Ctibor Pokorny. Um divulgador antissemita que alertou incansavelmente sobre o perigo judeu à “nação eslovaca”, “que estaria supostamente ameaçada pelos ‘Judeus – raça de corruptores [*race defilers*]’” (SZABÓ, 2016: 149), Pokorny publicou, em 1940, um livro intitulado

*Judaísmo na Eslováquia (Zidovstvo na Slovensku)*. Porém, “estrela menor”, Pokorny foi “apenas” um propagandista antissemita.

A “estrela maior” dos colaboradores nazistas eslovacos foi, sem dúvida, a de Ferdinand Durcansky. Referido “Sumário” do Departamento de Estado dos EUA registrou que esse ultranacionalista eslovaco, em fevereiro de 1938, tomou parte “de um acordo entre a Eslováquia, os sudetos-alemães e os nacionalistas húngaros em um plano conjunto contra o governo tcheco em Praga” (USDEPARTMENTOFSTATE, 1954: 7). Em meados de 1938, Durcansky assumiu “a seção de transporte da Guarda Hlinka”, caracterizada como uma “formação paramilitar de camisas-pretas seguindo o padrão das tropas de assalto nazista [*Nazi storm-troops* ou *Strurmabteilung, SA*]” (USDEPARTMENTOFSTATE, 1954: 7). Em agosto de 1938, com a morte do padre Andrej Hlinka, líder do Partido Popular católico-nacionalista, sua substituição por outro clérigo alavancou a carreira política de Durcansky. Morto Hlinka, Jozef Tiso assumiu a liderança do Partido Popular Eslovaco Hlinka.

O monsenhor Tiso, para quem “o líder dos trabalhadores não deve ser Lenin, mas Cristo” (REES, 1990: 390), foi a expressão da “cruzada” contra o “judeu-bolchevismo” na Eslováquia. Abençoado pela hierarquia clerical, apoiando a agressão do III Reich contra a Tchecoslováquia, Tiso foi a figura que unificou as facções do nacionalismo eslovaco forjado entre “o extremismo antibolchevista e o extremismo racial-nacionalista adotado por uma parte da Igreja Católica” (COLLOTTI, 1992: 202). Em setembro de 1938, o Pacto de Munique, que consagrou a política de “apaziguamento” da Grã-Bretanha e França com o nazifascismo, colocou a Tchecoslováquia sob a órbita do III Reich. Depois de Munique, cumulando os cargos de primeiro-ministro, ministro do Interior e presidente do Conselho Eslovaco, Tiso exigiu que Tchecoslováquia concedesse a soberania plena à Eslováquia. Para isso, recorreu aos nazistas e a um jurista eslovaco, Ferdinand Durcansky, que foi então nomeado ministro da Justiça, da Previdência Social e da Saúde. Entre outubro e dezembro de 1938, o ministro Durcansky “peticionou a Hermann Goering e Arthur Seyss-Inquart (Chanceler da Áustria) solicitando ajuda para a Eslováquia se separar da Tchecoslováquia e prometeu em retribuição que uma Eslováquia independente poderia se aliar estreitamente à Alemanha” (USDEPARTMENTOFSTATE, 1954: 7).



*Figura 18.* “Judaísmo na Eslováquia”, publicação de 1940, do propagandista antissemita Ctibor Pokorný. FONTE: WIKIPÉDIA.

Na Áustria, conectado a “austrofacistas” e sudetos, Durcansky reuniu-se com Goring. “Depois de expressar a gratitude ao Führer por tornar possível a auto-determinação eslovaca, Durcansky também insinuou que o ‘problema judeu será resolvido como na Alemanha’ e prometeu banir o Partido Comunista” (LEGGE JR., 2018: 226). Goring mostrou-se “solidário” à proposta de Durcansky, “afirmando que ‘um Estado tcheco sem a Eslováquia está ainda mais completamente à nossa mercê’” (LEGGE JR., 2018: 226).





**Figura 19.** Da esquerda para a direita, circulos, Jozef Tiso e Ferdinand Durcansky. FONTE: HOLOCAUST AND GENOCIDES STUDIES, v. 32, n.º 2, 2018, *capa*.

Durcansky foi, nada mais, nada menos, “o centro da conspiração nazista para dividir a Tchecoslováquia em suas partes componentes” e, nesse encontro com Goring, “prometeu lealdade ao Führer em troca do apoio de Hitler a uma Eslováquia independente, e garantiu que ‘o problema judaico será resolvido como na Alemanha’” (GOÑI, 2004: 198). Entre dezembro de 1938 e março de 1939, Durcansky serviu à ditadura colaboracionista de Tiso como ministro do Transporte e Obras Públicas, aprofundando as tratativas para a secessão da Eslováquia da Tchecoslováquia. “Em 13 de março de 1939, Durcansky e Tiso tiveram discussões finais com Hitler e von Ribbentrop e no dia seguinte o Parlamento eslovaco declarou a independência. Tiso nomeou Durcansky como Ministro do Exterior da nova República eslovaca no mesmo dia” (LEGGE JR., 2018: 226).

Entre janeiro e março de 1939, Durcansky “trabalhou com os alemães para encorajar a oposição eslovaca ao governo de Praga”; “em 12 de março ele acompanhou Tiso a Berlim, onde eles foram recebidos em audiência por Goering e Hitler. Em 14 de março tropas alemães invadiram a Bohemia e a Eslováquia foi proclamada uma nação independente” (USDEPARTMENTOFSTATE, 1954: 8). Às vésperas da invasão nazista da Tchecoslováquia, “no mesmo momento em que Hitler se preparava para mandar entrar em Praga a *Wehrmacht*, nascia o Estado-vassalo da Eslováquia” (COLLOTTI, 1992: 200). Em 18 de março de 1939, “o chamado *Schutzvertrag* – com o qual o Terceiro Reich estendia a sua sombra protectora sobre a Eslováquia – exprimia a subalternidade militar do novo Estado em relação às exigências da *Wehrmacht*” (COLLOTTI, 1992: 200).

Durcansky foi o primeiro chefe do Ministério de Relações Exteriores desse novo Estado-vassalo da Eslováquia. Em 15 de março de 1939, os nazistas invadiriam as províncias checas, proclamando no dia seguinte o “Protetorado da Boêmia e Morávia” e, na sequência, assinaram um “Tratado de Proteção” com a Eslováquia, que “a qualquer momento poderia conduzir sua política externa em estreito acordo com o Governo Alemão” (LEGGE JR., 2018: 226). Com o monsenhor Tiso como ditador do Estado-vassalo da Eslováquia, “seu regime católico cumpriu a promessa de Durcansky de implantar a ‘Solução Final’, primeiro preparando uma legislação antissemita que acabaria exigindo que os judeus usassem estrela amarela” e, depois, instalando em Bratislava, como “consultor para assuntos judaicos”, o braço direito de Eichmann, o capitão da SS (SS) Dieter Wisliceny (GOÑI, 2004: 212).

O Código Judeu eslovaco, que proibiria em 1941 o casamento e relação sexual entre judeus e não-judeus, inspirou-se no projeto de lei apresentado a 3 de março de 1939 pelo então ministro da Justiça e Interior Durcansky, que “já definira como ‘Judeus’ as pessoas que vivessem em famílias extramatrimoniais” sob a justificativa de que “a lei não será contornada pelo concubinato, assim impedindo uma maior depreciação da raça” (SZABÓ, 2016: 149). Como ministro da Justiça, Durcansky havia expulsado “500 judeus da Universidade de Bratislava no começo de novembro de 1938 sob o pretexto de que eram ‘Comunistas’” (LEGGE JR., 2018: 226). No período, enquanto membros do Partido Hlinka atacavam lojas de proprietários judeus, seu periódico *Nástup* declarava ser “desejável deportar judeus das ‘nações cristãs’”, pedindo o fim da

conversão de judeus ao cristianismo, uma vez que “um judeu criado no texto do Talmude permanecerá sempre judeu, e nunca poderá ser um cristão” (LEGGE JR., 2018: 226).

Nota-se, pois, que Durcansky se destacou como “um dos cabeças do sanguinário regime eslovaco de monsenhor Jozef Tiso durante a guerra” e, como ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros, cumpriu um papel primordial no extermínio judeu, sendo o “responsável por um decreto que autorizou a criação de ‘campos de proteção’, na realidade campos de morte, dentro da própria Eslováquia” (GOÑI, 2004: 211-212). De acordo com o já referido “Sumário de Informação Pessal Disponível” do Departamento de Estado dos EUA sobre Durcansky, este, como ministro das Relações Exteriores, “concluiu um acordo com a Alemanha em agosto de 1939 que estabeleceu uma zona militar na região eslovaca ocidental e facilitou a invasão alemã da Polônia. Ele também assinou um acordo para envio de trabalho escravo para a Alemanha e permitiu ao Exército alemão ocupar fábricas-chave eslovacas e requisitar e embarcar para a Alemanha grandes quantidades de material de guerra” (USDEPARTMENTOFSTATE, 1954: 8). Esse “Sumário” ainda destacou que Durcansky foi também, entre outubro de 1939 e julho de 1940, o ministro do Interior da ditadura de Tiso e, nessa condição, “fez de tudo para moldar o Estado eslovaco seguindo o modelo nazista”.

**Ele criou uma formação análoga à SS nazista sob o nome de Guarda Hlinka. Durante seu regime, 3.000 eslovacos democratas foram encarcerados; 3.955 foram sentenciados; 30.000 pessoas foram levadas aos campos de concentração alemão; 109.000 judeus foram deportados para a Alemanha e Polônia, dos quais 68.000 pereceram. Foi fornecido à Alemanha 120.000 trabalhadores eslovacos. Durante todo esse período Durcansky incitou o ódio e a difamação contra os judeus na imprensa e no rádio. Um advogado por profissão, Durcansky e seu escritório lucraram com a arianização da propriedade judaica. Ele foi beneficiário de subornos, contando a centenas de milhares, de judeus aterrorizados (USDEPARTMENTOFSTATE, 1954: 8, grifo meu)**



**Figura 20.** Da esquerda para a direita, Ferdinand Durcansky, Jozef Tiso e Adolf Hitler. FONTE: REFLEX.CZ/GALERIE/HISTORIE.

Em 29 de julho de 1940, porém, o monsenhor Tiso, pressionado pelos alemães, dispensou Durcansky de suas múltiplas funções ministeriais, entronizando no Ministério das Relações Exteriores o germanófilo Vojtech Tuka. Segundo os nazistas, embora Durcansky se dispusesse a colaborar e apesar da promessa que fizera a Goering de tratar os judeus na Eslováquia como se fazia no III Reich, o eslovaco em questão estaria sendo “muito brando”. “O ministro alemão para a Eslováquia, Hans Bernand, reclamou que Durcansky estava desacelerando a resolução da Questão Judaica” e, embora reconhecendo que o eslovaco colaboracionista “era pessoalmente responsável pela colocação de placas de “Judeus não permitido” em Bratislava”, os nazistas “consideravam esses passos insinceros, motivado por ‘oportunismo’” (LEGGE JR., 2018: 227).

Nas palavras de Manfred von Killinger, que substituiria Bernand, “Durcansky ‘é um político afiado, avaro e sem caráter, que apoia qualquer coisa que seja conveniente no momento’” (LEGGE JR., 2018: 227). A demissão de Durcansky ocorreu um dia depois da chamada “reunião de Salzburg”, de 28 de julho de 1940, quando os nazistas forçaram o monsenhor Tiso a expurgar do Estado eslovaco o grupo aglutinado no periódico *Nástup!* que, embora compartilhasse do antissemitismo nazista, propugava uma política externa eslovaca com maior autonomia em relação aos planos do III Reich para a região. A substituição de Durcansky por Tuka aprofundou a dependência do governo de Tiso ao governo de Hitler e, posteriormente, Durcansky utilizaria “os documentos alemães da reunião de Salzburg para se apresentar como um ‘amigo’ dos judeus e um antinazista” (LEGGE JR., 2018: 228). Deixando os múltiplos ministérios do Estado “independente” da Eslováquia comandado por Tiso, Durcansky permaneceu em Bratislava até 1944, atuando como advogado, lecionando Direito Internacional na Universidade de Bratislava e dirigindo uma empresa químico-farmacêutica, a *Slovenka Alkaloid*. Emobra fora do governo Tiso, Durcansky “se opôs ao Levante Nacional Eslovaco contra a Alemanha que estourou em 1944”, auxiliando o “chefe de propaganda Tido J. Gaspar a conduzir campanhas de imprensa contra os insurgentes, retratando-os como bandidos, traidores e criminosos” (LEGGE JR., 2018: 228).

Renovando em 14 de janeiro de 1945 seu apoio público à ditadura de Tiso, Durcansky “organizou um congresso de jovens eslovacos em Piestany para reafirmar o separatismo e a esperança na vitória alemã” (LEGGE JR., 2018: 228). Em 1945, diante do avanço do Exército Vermelho para o oeste, Ferdinand e seu irmão Jan, “que tinha participado das matanças cometidas pela Guarda Hlinka”, conseguiram fugir para a zona da Áustria ocupada pela França, ao lado de “outros destacados membros do regime de Tiso” (GOÑI, 2004: 212). Posteriormente, via Suíça e França, Durcansky fugiu para Roma, percorrendo os mesmos *Rat Lines* que, como visto, foram utilizados pelos *ustashi* croatas em fuga. Na Itália, Durcansky também foi acobertado pelo Vaticano e igualmente protegido pelos britânicos. Em Roma, reuniu-se com Karol Sidor, ex-embaixador eslovaco para o Vaticano e comandante original da milícia eslovaca, a Guarda Hlinka. No mesmo período em que Durcansky esteve em contato com Sidor, o ex-embaixador foi sentenciado *in absentia* a dois anos de prisão pelo Tribunal Nacional Eslovaco. Sidor foi protegido pelo Vaticano, que defendeu “soltura de colaboradores eslovacos das prisões dos Aliados” (LEGGE JR., 2018: 229).

A fim de continuar a luta separatista eslovaca no exílio, Durcansky solicitou parte do dinheiro que Sidor retivera no Vaticano, em virtude de seu antigo posto diplomático, proveniente dos fundos do então destituído governo Tiso. Diante da recusa de Sidor, esses dois dirigentes do ultranacionalismo eslovaco dividiram forças e cada qual fundou o seu grupo separatista no exílio. Durcansky criou o Comitê de Libertação Eslovaco (*Slovenský oslobodzovací výbor*, SOV) e Sidor o Conselho Nacional Eslovaco (*Slovenská národná rada*, SNC) (LEGGE JR., 2018: 229). No exílio italiano, Durcansky criou em Roma, auxiliado pelo frade franciscano Rudolf Dilong, o Comitê de Ação Eslovaca. Através dele transmitiu “mensagens radiofônicas diárias para a Eslováquia a partir da Itália”, sendo ainda “acusado por Praga de mandar agentes à Tchecoslováquia para matar funcionários do governo” (GOÑI, 2004: 213). O governo da Itália pós-fascista, contudo, recusou-se a extraditar Durcansky para a Tchecoslováquia alegando que o Tratado de Extradicação de 1922 estabelecido entre os países excluiu “criminosos políticos” da categoria de extraditáveis.

Em setembro de 1946, a Comissão de Crimes de Guerra da ONU incluiu Durcansky nas lista dos criminosos de guerra mais procurados. Esse colaborador nazista eslovaco era “acusado de ‘assassinato e massacres, terrorismo sistemático, tortura de civis, inanição deliberada de civis, internamento de civis em condições desumanas, trabalhos forçados de civis em conexão com operações militares do inimigo, confisco de propriedade e indiscriminadas prisões em massa’, tudo isso vinculado a ‘graves crimes contra os judeus’” (GOÑI, 2004: 213). Em dezembro de 1946 iniciou-se, em Praga, o julgamento de Durcansky; concluído em 1947, ele foi sentenciado à morte *in absentia* por seus crimes de guerra e contra a humanidade. Se ele conseguiu evadir-se dos tribunais do pós-guerra, seu ex-*Vodca* (líder, em eslovaco) teve um destino diverso. Em 14 de abril de 1947, Tiso foi considerado culpado dos crimes de “alta traição, colaboração com os alemães, envio de soldados eslovacos para lutar contra a URSS, repressão ao levante de 1944, deportação de eslovacos e judeus para a Alemanha e Polônia, e outras graves acusações. Ele foi executado em 18 de abril de 1947 em Bratislava” (REES, 1990: 390). A Europa do imediato pós-guerra tornou-se então “perigosa” para os colaboradores nazistas eslovacos e os irmãos Durcansky buscaram e conseguiram refúgio na Argentina de Perón. A ditadura militar argentina havia criado à época, sob a liderança do ex-colaborador nazista belga Mal Pierre Daye, uma organização chamada SARE, Sociedade Argentina para a Recepção de Europeus (GOÑI, 2004: 197).

O logotipo da SARE continha uma “imagem de um salva-vidas cercando o mapa da Europa” e, de acordo com as memórias de Daye, seu objetivo era “ ‘conseguir para nossos amigos em perigo no Velho Continente vistos e outros recursos que lhes permitiam imigrar para Argentina’ ” (GOÑI, 2004: 198). Ferdinand Durcansky, em seu exílio argentino, “esteve na sessão inaugural da organização de salvamento de nazistas SARE em 1948” (GOÑI, 2004: 221). Em 11 de agosto de 1947, os irmãos e criminosos de guerra eslovacos Ferdian e Jan Durcansky desembarcaram em Buenos Aires, logo engajando-se nas operações de salvamento de nazistas da SARE. Outros criminosos de guerra cooperaram, como o *ustashi* croata Ivo Rojnica (GOÑI, 2004: 395). Na Argentina, Jan Durcansky “tornou-se funcionário do departamento de certidões da Imigração” e seu irmão mais novo Ferdinand, um experimentado criminoso de guerra, “inseriu-se na polícia secreta de Perón”, elaborando relatórios sobre “as atividades pró-comunistas da embaixada da Tchecoslováquia em Buenos Aires” (GOÑI, 2004: 214). Da Argentina, Ferdinand Durcansky organizou a luta separatista da ultradireita eslovaca no exílio para o desmembramento da Tchecoslováquia. O pedido de extradição do governo tchecoslovaco endereçado à Argentina de Perón, embora demonstrando que o eslovaco “fizera parte da folha de pagamento do serviço secreto de Himmler desde pelo menos novembro de 1938”, foi desautorizado pelo governo argentino sob a alegação de que Durcansky também servira à contrainteligência britânica (GOÑI, 2004: 215).

Em 5 de julho de 1948, “o secretário do Exterior Ernest Bevin informou ao embaixador da Tchecoslováquia que a Grã-Bretanha ‘não interferiria diretamente perante o governo argentino’ em favor da extradição de Durcasnky” (GOÑI, 2004: 215). Isso porque, ensina o especialista Uki Goñi, o resgate de criminosos de guerra eslovacos coordenado por Durcansky a soldo do governo de Peron “era apoiada pelo Vaticano”, com recursos financeiros “fornecidos por ‘dignatários da igreja, especialmente na Bélgica e na Argentina’ ” (GOÑI, 2004: 216). Como resultado das operações de Durcansky na SARE, “uma leva de fascistas católicos de Tiso dirigiu-se para a Argentina, onde formaram a maior comunidade eslovaca da América do Sul, com cerca de trinta mil pessoas durante a administração de Perón” (GOÑI, 2004: 216). Desfrutando de proteção oficial na Argentina, em 1949 os irmãos Durcansky sentiram-se confiantes para abandonarem seus pseudônimos. “No fim de 1950 Ferdinand foi levado em segredo para fora da Argentina por seu

protetor britânico Kim Philby [MI6] e depositado no Canadá”, voltando a Buenos Aires, em 1952, “para adquirir a cidadania argentina, passo dado também por seu irmão” (GOÑI, 2004: 216).

Superprotegido, Ferdinand Durcansky realizou inúmeras viagens à Europa e “estabeleceu-se no Canadá, onde tornou-se figura reverenciada na comunidade fascista eslovaca, trabalhando para o Bloco Antibolchevique de Nações, dominado por católicos, e fazendo de vez em quando discursos antissemitas” (GOÑI, 2004: 216). Depois, como se verá, transferiu-se para a Alemanha Ocidental, assentando-se em Munique, cidade-sede do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Durcansky rapidamente incorporou seu Comitê de Libertação Eslovaca (SOV) ao ABN, tornando-se o principal ex-colaborador nazista eslovaco desse grupo. Seu lugar-tenente no ABN/SOV foi Ctibor Pokorny, “um antigo propagandista antissemita no Escritório de Propaganda do governo Tiso, e bem conhecido por seus escritos e discursos antissemitas” (LEGGE JR., 2018: 233) – autor, como visto, de “Judaísmo na Eslováquia” (1940). No pós-guerra, o ativíssimo Durcansky participou ainda do Clube Federal da Europa Central, “organização dedicada a derrubar os regimes satélies [soviéticos] da Europa Oriental” e integrou uma organização “federalista europeia” composta por dissidentes antissoviéticos, a *Intermarium*, “de caráter nacionalista e de direita”, “patrocinada pelo Vaticano” (USDEPARTMENTOFSTATE, 1954: 4).

Todavia, a principal atuação de Durcansky no exílio concentrou-se no ABN, um biombo dos autodeclarados representantes das “nações escravizadas” pela URSS no leste europeu. “Alguns deles, por exemplo Ferdinand Durcansky, ex-ministro do interior e de relações exteriores da Eslováquia fascista clerical de Jozef Tiso, colaboraram com os nazistas e estivera profundamente envolvidos na perseguição e aniquilação de judeus e em outros crimes de guerra” (ROSSOLINSKI-LIBE, 2014: 324). Tal qual fizera o líder ultranacionalista e colaborador nazista ucraniano Yaroslav Stetsko, às vésperas da II Guerra Mundial, também “Durcansky falara sobre ‘resolver a Questão Judaica [na Eslováquia] como na Alemanha’” (ROSSOLINSKI-LIBE, 2014: 324). Apesar do apoio de Durcansky às “políticas antissemitas do governo Tiso, que levaram à destruição milhares de judeus eslovacos”, ele conseguiu escapar da sentença de morte *in absentia* proferida “pela mesma corte que condenou Tiso à pena de morte. Ao contrário de seu *Vodca*, Durcansky nunca foi preso e morreu de causas naturais em 1974” (ROSSOLINSKI-LIBE, 2014: 324).



### 1.1.5. Conselho Central Bielorrusso (CCB), o Estado-milícia da SS (H) dirigido por Radislaw Ostrovinsky

Assim, se é verdade que no pós-guerra os maiores colaboradores nazistas da Ucrânia, da Croácia, da Romênia e da Eslováquia, conseguindo evadir-se dos “tribunais de Nuremberg”, encontraram refúgio e base de operação no ABN, as “estrelas” do colaboracionismo nazista na Bielorrússia percorreriam o mesmíssimo itinerário: de protonazistas à *coldwarriors*. Antes de se passar a isso, porém, é preciso demarcar o perfil genocida desses bielorrussos. Radislaw Ostrowski foi o principal deles. Durante a II Guerra Mundial, ele foi um dos “guias locais e informantes da *Wehrmacht* e da infame *Einsatzgruppen* que organizou, na Bielorrússia, “as forças auxiliares de polícia que facilitaram o extermínio em massa de inúmeros judeus, poloneses, e outras vítimas raciais e políticas do Terceiro Reich” (ALEXANDER, 2015: 4). Ostrowski era um veterano do antibolchevismo da região báltica. Em agosto de 1917, em Moscou, ele participou como delegado do distrito de Minsk da Conferência de Estado do governo provisório do russo Alexander Kerensky, lutando depois contra o Exército Vermelho na Revolução Russa de 1917 e na Guerra Civil. Um ultranacionalista que lutava pela independência bielorrússia em relação a Moscou, “Ostrowski tornou-se um agente de inteligência das forças antibolcheviques reunidas na cidade do Mar Negro Mariupol no sudeste da Ucrânia” (ALEXANDER, 2015: 15).

Com a criação da República Socialista Soviética da Bielorrússia em 1919, ele e outros ultranacionistas bielorrussos partiram para o exílio antibolchevique. Às vésperas da II Guerra Mundial, “as políticas antissemitas, antibolcheviques e anti-polacas do Terceiro Reich refletiram os objetivos e ideologia desses refugiados nacionalistas bielorrussos e Ostrowski estava ávido para aprofundar os laços entre a Alemanha e Bielorrússia” (ALEXANDER, 2015: 21). Em 1939, quando o III Reich invadiu a Polônia, Ostrowski, que já havia criado um grupo de colaboradores nazistas bielorrussos em Berlim, passou a cooperar com a Gestapo, em Lodz, na Polônia. Deflagrada a Operação Barbarossa, com a invasão nazista da Bielorrússia em junho de 1941, Ostrowski acompanhou os alemães à cidade de Minsky, auxiliando-os na construção de guetos judeus e na administração civil local que passou a controlar a cidade para o Exército alemão, sob a supervisão do *Generalkommissar* Wilhelm Kube, nomeado pelo *Ostministerium* de Alfred Rosenberg.

“Enquanto Ostrowski e outros colaboradores energicamente organizavam a burocracia e a polícia bielorrussas para as autoridades de ocupação na Alemanha, forças alemãs supervisionavam o massacre de civis, frequentemente dependente da assistência de colaboradores locais” (ALEXANDER, 2015: 103). Em junho de 1941, quando os nazistas invadiram a Bielorrússia, “aproximadamente 375.000 judeus viviam nos territórios bielorrussos; ao final do ano aproximadamente 200.000 desses civis foram brutalmente assassinados” (ALEXANDER, 2015: 38-39). Ideologicamente operando sob o signo do “judeu-bolchevismo”, “os homens de Ostrowsky – conduzidos por seu discurso inflamado contra o ‘Kremlin judeu’ – tomaram o controle da região em um massacre sangrento levado a cabo por membros bielorrussos da *Einsatzgruppe B*, dirigida pelo assistente do Dr. Franz Six, Friedrich Buchardt” (DORRIL, 2000: 216). Também na cidade de Smolensky, a meio caminho entre Minsky e Moscou, Ostrowski organizou uma rede de colaboradores bielorrussos para os nazistas e, em 1943, criou “uma escola policial bielorrussa sob auspício alemão” (ALEXANDER, 2015: 102).

O *Generalkommissar* Wilhelm Kube cultivou as aspirações dessa “ultradireita alucinada” bielorrussa e, em 1943, criou o Conselho Central Bielorrusso (CCB). Encarregando-se o CCB de funções administrativas menores, os nazistas buscaram alimentar “o nacionalismo bielorrusso antissoviético na população a fim de mobilizar apoio aos esforços de guerra do Terceiro Reich” (ALEXANDER, 2015: 57). Ostrowski foi então nomeado o presidente do CCB, cuja missão precípua consistiu em “‘mobilizar todo o efetivo disponível do povo bielorrusso para a aniquilação dos comunistas’, e qualquer outra tarefa administrativa deveria ser realizada ‘dentro da estrutura do governo alemão’” (ALEXANDER, 2015: 57-58). Na inauguração desse “micro-Estado” bielorrusso a serviço dos nazistas, “Ostrowski fez um discurso apaixonado de apoio à luta do Terceiro Reich contra o comunismo e jurou devoção eterna à Alemanha de Hitler, que havia libertado a Bielorrússia do domínio dos ‘judeus-bolcheviques’”, “culpando a conspiração judaico-bolchevique por todos os problemas da nação” (LOFTUS, 1982: 37-38). Apesar da futura alegação de Ostrowski segundo a qual o CCB era “independente” do governo de ocupação nazista na Bielorrússia, como ensina o historiador Mark Alexander, “as autoridades alemãs redigiram os estatutos do CCB com o propósito de expressar a posição subserviente do nascente governo títere ao Terceiro Reich” (ALEXANDER, 2015: 58).



**Figura 21.** Radislaw Ostrowski, o primeiro, da esquerda para a direita.  
FONTE: WIKIMEDIACOMMONS.

Apesar da futura autoimagem de Ostrowski de ter sido “um firme e destemido defensor dos interesses nacionalistas bielorrussos”, “o CCB foi simplesmente uma criação da SS planejado para explorar os sentimentos nacionalistas bielorrussos a fim de melhorar a cooperação Alemanha-Bielorrússia e mobilizar recrutas para as forças paramilitares anti-partisan sob o comando alemão” (ALEXANDER, 2015: 59-60). A 22 de janeiro de 1944, por exemplo, em uma reunião do Conselho Central Bielorrusso (CCB), na presença do clero católico ortodoxo, de oficiais nazistas e de civis bielorrussos, “Ostrowski publicamente anunciou o nome dos membros do conselho e

apelou para a organização de um exército bielorrusso para apoiar a *Wehrmacht* em sua luta contra o Exército Vermelho” (ALEXANDER, 2015: 61).

Contudo, em 29 de junho, com o bombardeio soviético de Minski, os colaboradores nazistas bielorrussos fugiram para a Alemanha nazista, onde “Ostrowski e seus colegas tentaram preservar o caráter nacional da Defesa Regional Bielorrussa (BKA)”, cujos remanescentes “foram rapidamente incorporados na Wafen-SS” (ALEXANDER, 2015: 70). Nos estertores da II Guerra Mundial, assim como os legionários romenos Horia Sima e Vasil Mailat foram reorganizados pelos nazistas em um “governo no exílio”, Alfred Rosenberg, em 1944, “recebeu oficialmente Ostrowski como o chefe de Estado reconhecido do legítimo governo bielorrusso no exílio” (ALEXANDER, 2015: 72). Em outubro de 1944, Rosenberg instruiu o presidente do CCB Ostrowski sobre o modo de condução da “luta contra o bolchevismo”: “o CCB foi instruído a reunir forças militares e de guerrilha bielorrussas e disseminar propaganda nazista entre a diáspora bielorrussa que vivia na Alemanha” (ALEXANDER, 2015: 72).

Nesse exílio no III Reich, Ostrowsky e outros dirigentes do CCB “foram reorganizados como um comitê nacional sob a supervisão do Professor Gerhardt von Mende, um representante do *Omi* de Rosenberg, que era considerado ‘um grande amigo de todos povos não-russos escravizados pelos bolcheviques’” (DORRIL, 2000: 217). Outro colaborador nazista bielorrusso de “alto nível” foi Stanislau Stankiev. Ele era parte da “nata da *intelligentsia*” bielorrussa, sendo um destacado “acadêmico cosmopolita de filologia eslava” que “desfrutaria ‘muitas posições de confiança’ sob a ocupação alemã” (ALEXANDER, 2015: 39). Quando os nazistas invadiram a Bielorrússia, “o Dr. Franz Six, o líder da SS e chefe da unidade *Einsatzgruppe B*, pessoalmente escolheu Stankievich para assistir as unidades móveis de extermínio em seu caminho por toda a Bielorrússia” (ALEXANDER, 2015: 39-40).

Depois disso, Stankievich foi “instalado pelas autoridades militares alemãs como o *burgomaster* de Borisov, uma cidade de porte médio aproximadamente 1000 quilômetros ao norte de Minsk” (ALEXANDER, 2015: 40). O “confiável” prefeito de Borisov “zelosamente iniciou os preparativos para a guetização de aproximadamente 8.000 judeus residentes nas áreas mais pobres da cidade” e, participando ativamente “em todas etapas do processo de extermínio, foi diretamente

responsável pelo massacre de 6.500 a 7.000 membros da comunidade judaica em outubro de 1941” (ALEXANDER, 2015: 40)<sup>23</sup>.



**Figura 22.** Radislaw Ostrowski, ao microfone, em púlpito recoberto pela bandeira nazista. FONTE: WIKIMEDIACOMMONS.

Stankievich foi também um dos dirigentes do Conselho Central Bielorrusso (CCB) “de” Ostrowski e, com a chegada do Exército Vermelho na Bielorrússia, somou-se a fuga dos colaboradores locais para a Alemanha nazista. Em Berlim, Stankievich e outros membros do CCB “embarcaram em uma campanha de propaganda para aumetar o apoio para o decadente esforço de guerra alemão entre a diáspora bielorrussa vivendo na Alemanha” (ALEXANDER, 2015: 73). Entre agosto de 1944 e março de 1945, tornou-se o editor-chefe do periódico *Tanitsa (A Manhã)*, publicado pelo *Ostministerium* de Alfred Rosenberg. “O *Ranitsa* promoveu o nacionalismo

---

<sup>23</sup> Apelidado de “açogueiro de Borisov” por sua participação no genocídio que coordenou como burgomaster da cidade, Stankievich foi depois “promovido à liderança de toda área de Baranovichi ao sudoeste de Minsk, que contava com aproximadamente 15.000 judeus vivendo na cidade e 50.000 nas cercanias” (ALEXANDER, 2015: 42). Tal como fizera em Borisov, também em seu novo posto “Stankievich imediatamente iniciou a organização de um gueto judeu na porção mais pobre da cidade como preparativo para o extermínio em massa da população judia da região” (ALEXANDER, 2015: 42).

bielorrusso, mas isso só foi permitido a fim de mobilizar recrutas para serem incorporados na *Waffen-SS*” (ALEXANDER, 2015: 74). As autoridades norteamericanas caracterizaram o *Tanitsa* como “uma publicação pró-nazista e anti-Aliados impressa em Berlim sob total controle das autoridades alemãs” (CIA, 1954b: 2 ).

Tanto Ostrowski quanto Stankievich, no pós-guerra, não foram responsabilizados por seus crimes de guerra e genocídio. Impune, na Alemanha, Ostrowski alterou temporariamente o nome do CCB para Centro Nacional Bielorrusso, transferindo-se para a pequena cidade de Hoxter, onde iniciou negociações com o MI6 britânico. Assim que Ostrowski foi ajudado pelos serviços secretos de Sua Majestade a Rainha da Inglaterra a fugira para a Argentina. Porém, “aconselhado pelo Dr. Gerhard von Mende – ‘o santo padroeiro dos bielorrussos’, que então atuava como um talentoso observador e conselheiro de alto nível para o MI6 sobre exilados da Europa Oriental – o MI6 decidiu trazer Ostrowsky de volta” à Europa (DORRIL, 2000: 219). Em 1950, Ostrowski fundou o Movimento de Libertação Bielorrussa, “uma guerrilha clandestina armada patrocinada pela inteligência britânica” (ALEXANDER, 2015: 85-86). Em Londres, o coordenador militar das operações do Movimento de Libertação Bielorrussa era Dimitr Kasmowich, “então um empregado do serviço secreto britânico” (LOFTUS, 1982: 115).

Mas, quem era Kasmowich? Esse colaborador nazista bielorrusso era “um dos mais capazes tenentes de Ostrowsky” (LOFTUS, 1982: 36). Depois de anos no exílio, ele retornou à Bielorrússia quando os nazistas invadiram o país. Graças a Ostrowsky, Kasmowich tornou-se “chefe de polícia da região de Smolensk e comandante de uma das unidades ‘especiais’ de Skorzeny” (LOFTUS, 1982: 50). Ele foi treinado militarmente pelos nazistas: “o próprio Kasmowich havia passado por treinamento de paraquedismo e de forças especiais no centro da SS em Dahchwitz” (LOFTUS, 1982: 100). Como chefe de polícia treinado pelas SS, comandante de unidade especial a mando de Otto Skorzeny, Kasmowich “expurgou da área judeus, *partisans* e membros do Partido Comunista”, atuando sob o comando da *Abwehr* em “operações de contra-inteligência na guerra de guerrilha detrás das linhas do Exército Vermelho na Bielorrússia” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 43-44). Segundo John Loftus, advogado posteriormente contratado pelo Departamento de Estado para investigar a presença de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra da Bielorrússia nos EUA, as unidades militares sob o comando do “Major Dimitri Kasmowich, o chefe de polícia colaboracionista da região de Smolesk, durante a Segunda

Guerra Mundial”, “queimou cidades e vilas inteiras em suspeita de apoio aos Soviéticos” (LOFTUS, 1982: 123).

No pós-guerra, tornou-se “o coordenador militar de Ostrowsky” (LOFTUS, 1982: 115). Se o diretor do Escritório de Coordenação Política (OPC) Frank Wisner e seus contrapartes do serviço secreto britânico eram os chefes de Ostrowsky, este continuou como o chefe de Kasmowich, a quem incumbiu do recrutamento de voluntários para o Movimento de Libertação Bielorrussa (BLM)<sup>24</sup>. Assim que, na década de 1950, como dirigente do BLM presidido por Ostrowski, Kasmowich trabalhou para o OPC sob Wisner, sendo “designado para reunir informações e realizar missões de inteligência para os americanos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 44). A soldo do OPC, Kasmowich ostentou o “posto encoberto de contador do Exército dos EUA na Alemanha [ocidental]” (DORRIL, 2000: 221). Em 1951, Ostrowski, Kasmowich e outros colaboradores nazistas bielorrussos migraram para os EUA, estreitando laços com o OPC, a CIA e o FBI (ALEXANDER, 2015: 87). No exílio norteamericano, Ostrowsky escreveu uma história edulcorada do Conselho Central Bielorrusso (CCB). Nela, afirmou que ““é desimportante que nós fomos colaboradores durante a guerra e é absolutamente desimportante com quem nós colaboramos – alemães ou demônios. O que é importante é que nós nunca fomos colaboradores de Stalin e que nós lutamos contra ele sem cessar”” (OSTROWSKI *apud* ALEXANDER, 2015: 107).

Nos EUA, Ostrowski foi empregado pelo diretor da CIA Walter Bedell Smith, que emitiu uma ordem a seus subordinados para que ““se forneça total ... controle de toda operação e agentes”” a Ostrowski (ALEXANDER, 2015: 107). Híperprotegido por tão benevolentes *contractors*, “em 1954, o arquivo sobre Ostrowski no Serviço de Identificação Internacional” – ITS, na sigla em inglês para *International Tracing Service* – “foi misteriosamente apagado e o líder do CCB mudou-se para Londres” (ALEXANDER, 2015: 113). Igualmente, Stankievich procurou edulcorar sua colaboração com os nazistas e, “em um esforço vão de esconder sua história passada”, “também falsificou seu prontuário funcional dos anos de 1939 a 1945” (CIA, 1954b: 2). Aos agentes secretos dos EUA, Stankievich reconheceu que “colaborou com os alemães contra o bolchevismo”,

---

<sup>24</sup> “Ostrowsky havia mudado-se para Londres com a aprovação do serviço secreto britânico, onde estava trabalhando com a OPC e com os britânicos em uma nova tentativa de penetrar a Cortina de Ferro (...). Como Frank Wisner, Ostrowsky não carecia de ideias. Com sua organização reanimada pela transferência de fundos norte-americanos, ele designou Kasmowich para a tarefa de recrutar voluntários dos Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha para um Movimento de Libertação Bielorrusso para causar problemas para os soviéticos” (LOFTUS, 1982: 113).

justificando-se: o nazismo “era o menor dos dois demônios” e os bielorrussos “não tinham interesse algum em lutar contra os alemães para uma vitória soviética. Além do mais, os patriotas bielorrussos consideravam seu dever aceitar posições na administração civil para substituir os antigos bolcheviques” (CIA, 1954b: 3). Em 31 de outubro de 1947, Stankievich foi colocado na lista de criminosos de guerra da ONU apresentada pela República Soviética Socialista Bielorrussa. Não sendo “nem preso ou deportado para a União Soviética”, “tornou-se o ‘Supervisor de Treinamento em Idiomas’ para a Organização Internacional para os Refugiados (IRO) em Munique” (ALEXANDER, 2015: 80).

Dessa forma, o “açogueiro de Borisov” alcançou posições proeminentes na administração dos campos de Pessoas Deslocadas controlados pela ONU. Destacou-se como editor do *Backauseyna*, “o órgão de propaganda bielorrusso do OPC em Munique”, atingindo a “presidência do *Learned Council of the Institute for the Study of the USSR*”. O Instituto para o Estudo da URSS era responsável pela elaboração de “informações de inteligência e propaganda em Munique com fundos da CIA entre 1954-62” (ALEXANDER, 2015: 108) e “havia sido colocado sob os auspícios da Rádio Liberdade” (LOFTUS, 1982: 119). Stankievic obteve a cidadania norteamericana em 1969. Ostrowski, residindo os EUA desde 1956, morreu ali de causas naturais, em 1976. Sua lápide é o único monumento público em solo norteamericano que homenageia um ex-colaborador nazista. Nela está inscrito: “Radoslaw Ostrowski, Presidente do Conselho Central Bielorrusso da República Democrática e Fundador das Forças Armadas Bielorrussas” (ALEXANDER, 2015: 10). Isso apesar do CCB ter sido “um regime títere criado pela *Shutzstaffel* (SS) na Minsk sob ocupação alemã em dezembro de 1943. As forças policiais e militares bielorrussas recutaram e organizaram o CCB que finalmente tornou-se a 30ª Divisão Waffnen-Granadier da SS” (ALEXANDER, 2015: 10).

Na Guerra Fria, em 1954, Ostrowski foi “eleito” vice-presidente do Conselho das Nações do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Em 1950, o “açogueiro de Borosiv” Stankievic foi uma das “estrelas” do Congresso do ABN em Edimburgo, na Escócia. “Kasmowich permaneceu de 1954 até sua morte em 1991 como o representante do Conselho Bielorrusso no Comitê Central do ABN” (DORRIL, 2000: 222). John Kosiak, outro criminoso de guerra e colaborador nazista bielorrusso, seria um dos dirigentes da Frente de Libertação Bielorrussa dentro do ABN. Durante a II Guerra Mundial, servindo como engenheiro para a SS (H) na Bielorrussa ocupada pelos



nazistas, Kosiak “utilizou trabalho escravo para reparar as fábricas danificadas” e ajudou na construção do “gueto judeu de Minsk” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 44). A Guerra Fria transformou esses ex-colaboradores nazistas e cogestores do Holocausto na Bielorrússia – Ostrowsky, Stankievic, Kasmowich e Kosiak – em *freedom fighters*. Em nome do anticomunismo, transformaram-se de protonazistas a soldo do III Reich em *coldwarriors* com novos *contractors*.

#### 1.1.6. Um militar “exemplar”, de Miklós Horthy à Cruz Flechada húngara: Ferenc Farkas Kisbarnaki

Observa-se, pois, a existência de um sem número de “estrelas” protonazistas da Europa Oriental que, no pós-guerra, transformaram-se em *coldwarriors*. Reencontrariam seu lugar no “firmamento” histórico como dirigentes do ABN. Lá estariam, como se viu e verá, *banderites* ucranianos, *ustashis* croatas, *legionários* da Guarda de Ferro romena, ultranacionalistas eslovacos à la Ferdinand Durcansky e colaboradores nazistas bielorrussos. Não faltaria a essa “constelação”, ademais, um representante “exemplar”, na Hungria, dessa “ultradireita alucinada” protonazista. Essa linhagem do ultranacionalismo húngaro, como as demais aqui analisadas, encontrou suas raízes históricas na derrota e no desmembramento do Império Áustro-Húngaro ao fim da I Guerra Mundial. A então recém-criada Hungria, já em 1920, seria forçada a ceder, Tratado de Trianon, a Bessarábia, a Bucovina e a maior parte da Transilvânia à Romênia, que havia participado da I Guerra ao lado da vitoriosa Entente. Entre março de 1920 e outubro de 1944, a Hungria foi regida pela ditadura do almirante Miklos Horthy, que primeiro colocou o país na órbita da Itália fascista e, depois, estreitou alianças com a Alemanha nazista, “a única potência que estava em condições de garantir os objectivos efectivos da Grande Hungria” (COLLOTTI, 1992: 210).

Depois de destruída a República Soviética Húngara, que perdurou entre março e agosto de 1919 sob o comando do comunista judeu Béla Kun, “a ofensiva contra-revolucionária viu no binómio ‘bolchevismo-judaísmo’ um dos alvos mais capazes de reunir consenso” (COLLOTTI, 1992: 210). Foi então que Horthy surgiu como o “homem-forte” de uma dupla contrarrevolução, anticomunista e antisemita, transformando a Hungria no primeiro país da Europa a estabelecer, em 1920, “normas oficiais de discriminação dos judeus adoptando o sistema do *numerus clausus* para pôr limites ao excesso da sua presença no âmbito profissional e produtivo” (COLLOTTI, 1992: 210). Em 1938, o ordenamento jurídico húngaro, já sob inspiração das Leis de Nuremberg

nazistas, “era a legislação mais rigorosa no tocante à expulsão dos judeus da vida social” (COLLOTTI, 1992: 211). Embora uma autocracia sob a regência de Horthy, a Hungria realizou suas eleições parlamentares em maio de 1939. “O Partido da Vontade Nacional – que tinha por símbolo as ‘cruzes sagitadas’ que depois foram sinónimo do fascismo húngaro – apareceu como a segunda força política do país logo a seguir ao bloco governativo” (COLLOTTI, 1992: 211).

O almirante regente Horthy, procurando estancar o fortalecimento do protonazismo húngaro da Cruz Flechada, interveio no Partido da Vontade Nacional e prendeu seu líder, Ferenc Szálasi, que o havia criado em 1935 com a “reunião de uma pluralidade de grupos filofascistas e filonazis recrutados, essencialmente, nos estratos médios de empregados, funcionários, militares, na pequena nobreza e nas camadas intelectuais” (COLLOTTI, 1992: 211-212). O partido político do movimento da Cruz Flechada tinha aproximadamente 250 mil membros e, nas eleições de 1939, conquistou “18% dos votos e 49 lugares no parlamento”, obtendo nos subúrbios de Budapeste “mais de 40% dos votos – o que significava que estava a conseguir consenso também no proletariado industrial e no subproletariado da metrópole” (COLLOTTI, 1992: 212). Com a eclosão da II Guerra Mundial, apesar das afinidades ideológicas dos nazistas com os partidários da Cruz Flechada húngara, “os alemães, nessa fase, tinham marcado Szálasi, com sua incursão na astrologia e no espiritualismo, como muito independente e instável para servir a seus interesses estratégicos” (REES, 1990: 383). De início, a opção mais segura para o III Reich foi a de aliar-se ao almirante regente Horthy. Porém, nos estertores da II Guerra Mundial, os nazistas descobriram que Horthy estava urdindo, às escondidas, a retirada da Hungria do Eixo nazifascista e a rendição aos Aliados.

Não sendo mais confiável, os nazistas invadiram a Hungria, em outubro de 1944, exigindo que Horthy preservasse “a aparência de legalidade pela concessão de sua chancela oficial ao regime de Szálasi e a seu ‘Programa de Reconstrução Nacional’” (REES, 1990: 383). “Estabelecendo para si a tarefa de ‘elavar o nível social do proletariado não-judeu’, Szálasi apenas liderou um desfecho trágico e sanguinário no qual as gangues da Cruz Flechada marchavam pelas ruas de Budapeste à procura de judeus” (REES, 1990: 383). Desde de outubro de 1944, “as cruzes sagitadas transformaram-se numa força colaboracionista propriamente dita; a deportação dos judeus húngaros, destinados ao extermínio, não podia ter-se realizado sem a sua colaboração e a sua iniciativa – mesmo no plano operacional” (COLLOTTI, 1992: 212).

Um militar chamado Ferenc Farkas de Kisbarnaki destacou-se nessa transição de poder entre a regência de Horthy e a ditadura da Cruz Flechada de Szálasi. Ele serviu a ambos, militar “exemplar” que era. Já na II Guerra Mundial, sob o comando do almirante regente Horthy, Farkas comandou o 6º Corpo do Exército. Lutando na unidade do 1º Exército Húngaro, estabeleceu uma zona de dez quilômetros atrás da linha do *front*, ordenando a seus subordinados para que atirassem “para matar civis movendo-se fora das zonas não habitadas” e “as tropas alemãs protegeram a população das ordens de Farkas” (KOVÁCS, 2015: 243).

Um documento da CIA, sem data precisa mas com informações que cobrem até maio de 1957, registrou que Farkas “foi agraciado com a Cruz de Ferro por Hitler em junho de 1944 por sua corajosa liderança nos Cárpatos” (CIA, s/d: 1). Farkas foi um dos poucos militares que sabiam da intenção de Horthy em abandonar o Eixo nazifascista e o almirante regente pretendia atribuir a ele a função de organizar a retirada das tropas húngaras da guerra. Antes disso acontecer, todavia, “em paralelo com a tentativa de recuo, o Partido da Cruz Flechada-Movimento Húngaro, liderado por Ferenc Szálasi, com assistência alemã, tomou o poder” (KÓVACS, 2015: 245). “Sob chantagem, Horthy primeiro nomeou o líder da Cruz Flechada como primeiro-ministro e depois renunciou como chefe de Estado e aceitou a ‘custódia protetiva’ alemã” (KÓVACS, 2015: 245). O pesquisador Tamás Kóvacs, diretor do Holocaust Memorial Center de Budapeste, afirma que Farkas aguardou essa transição de poder e, “na medida em que a situação se tornou clara, ele compareceu em serviço e fez um juramento à nova liderança da Cruz Flechada Húngara, ou seja, a Ferenc Szálasi” (KÓVACS, 2015: 246).

Todavia, um memorando da CIA que tem Farkas como assunto, datado de 16 de maio de 1951, registrou uma conexão mais profunda do militar com a Cruz Flechada. O documento assinalou que Farkas, enquanto “um oficial do Exército húngaro”, “não poderia integrar partido algum; entretanto, ele era conhecido por ser um pró-nazista convicto, um ardente apoiador de Szálasi e do Partido da Cruz Flechada” que, nessa condição, “se opôs ao regime de Horthy, particularmente seu movimento de romper relações com a Alemanha [nazista] e concluir um armistício em separado com os poderes Aliados” (CIA, 1951e: 1). Uma semana depois da conquista do poder na Hungria por Szálasi e seus patronos nazistas, em 23 de outubro de 1944, o novo ditador da Cruz Flechada “nomeou o tenente-general Ferenc Kisbarnaki Farkas como o Comissário do Governo Nacional para Acordo” (KÓVACS, 2015: 246).

Em 29 de outubro de 1944, a ditadura húngara da Cruz Flechada, reconhecendo uma medida alemã de 15 de outubro emitida pelo general Heintz Guderian, declarou todo o território nacional como área de operação para o novo comissário Farkas. Oficialmente, assim, “a jurisdição do Comissário do Governo Nacional para Acordo cobriu toda a área do país sob o domínio da Cruz Flechada”, incumbindo-se Farkas da missão de “evacuar ou realocar todas as pessoas, gabinetes e bens importantes no aspecto militar” (KÓVACS, 2015: 246-247). Missão dada, missão cumprida. “Um dos parceiros de negociação de Kisbarnaki Farkas era o *Obersturmbannführer-SS* Kurt Becher, que já tinha adquirido alguma experiência na pilhagem de propriedades judaicas húngaras (desde janeiro de 1945, como *Standartenführer-SS*)” (KÓVACS, 2015: 247). O custo econômico dessa realocação custodiada por Farkas, conforme os cálculos de Tamás Kovács, chegou a 3 bilhões de dólares norte-americanos: “1.227 locomotivas, 3.839 vagões de trem, 43.741 trilhos, 63.900 carros e caminhões, 370 embarcações e o equipamento completo de 415 fábricas foram levados para a Alemanha nazista e nunca mais retornaram à Hungria” (KOVÁCS, 2015: 247).

Uma pilhagem de guerra absolutamnte colossal feita pelos nazistas sob custódia de um militar húngaro. Um nacionalista “exemplar”, não é mesmo? E a serviço dos “patriotas” húngaros da Cruz Flechada. Esses “feitos” de Farkas lhe garantiram uma promoção à patente de tenente-general em 23 de outubro de 1944 e ao posto de coronel-general em 1º de novembro de 1944. Compulsando o acervo da Comissão do Governo Nacional para Acordo, Tamás Kovács garante que, “a partir desses documentos, fica evidente que Ferenc Farkas serviu tanto às forças de ocupação alemã quanto ao governo da Cruz Flechada” (KÓVACS, 2015: 247). Um documento da CIA, de 6 de maio de 1952, vai ainda mais longe, registrando que, “durante as fases finais da guerra, ele [Farkas] estava no comando não apenas de unidades húngaras mas também alemãs” (CIA, 1952b: 1).

Além de custodiar o saque nazista da Hungria, Farkas também tornou-se juiz militar para com outra missão: reprimir a dissidência de seus pares antifascistas. Missão dada, missão cumprida. Em 8 de janeiro de 1945, Farkas foi liberado de sua posição de Comissário do Governo Nacional para Acordo e Szálasi lhe incumbiu de referida missão repressiva. Inúmeros presos políticos se encontravam-se encarcerados em Sopronkhida, “incluindo oficiais militares que tinham desejado obedecer às ordens do regente [Horthy] em 15 de outubro de 1944, assim impedindo o golpe da Cruz Flechada” (KÓVACS, 2015: 250).

Era preciso puni-los exemplarmente. Szálasi já havia ordenado o indiciamento de todos militares pró-Horthy pelo crime de alta traição e deslealdade por terem buscado retirar a Hungria da II Guerra Mundial. O coronel-general Emil Justhy já havia preparado as sentenças condenatórias enquanto presidente da Corte de Justiça Militar húngara. Foi então que o ditador Szálasi nomeou Farkas como presidente-substituto da Corte com a missão de julgar os “traidores” do Eixo nazifascista e de seus colaboradores húngaros (KÓVACS, 2015: 251). A CIA anotou também anotou esse papel de Farkas como “um membro da corte militar que ordenou a execução de oficiais e civis antinazistas ao final de 1944. Algumas das execuções foram previnidas porque os russos alcançaram Sopron, um dos últimos centros da resistência da Cruz Flechada” (CIA, 1952b: 1). Na iminência do fim da II Guerra, Szálasi ainda nomeou Farkas como o responsável para conduzir tratativas com as tropas dos EUA a respeito do “destino dos soldados húngaros tomados como prisioneiros de guerra em território da Alemanha. Os responsáveis pela decisão pensaram que a posição de Farkas como Chefe Nacional dos Escoteiros e o fato de que ele tinha o respaldo papal seriam considerados como uma boa carta de recomendação” (KÓVACS, 2015: 252). Às autoridades norteamericanas, Farkas alegou que as Forças de Defesa Húngara nunca haviam lutado contra os países anglo-saxões, embora reconhecendo que “a luta contra a União Soviética (leia-se: o bolchevismo) fora empreendida sob uma base ideológica”. Não convenceu e foi encarcerado, “embora lhe concederam um tratamento de acordo com sua patente” (KÓVACS, 2015: 252).

No pós-guerra, se Szálasi foi preso, condenado e executado por seus crimes de guerra e genocídio na Hungria, Farkas conseguiu evadir-se dos tribunais húngaros. Em junho de 1945, o “exemplar” coronel-general foi rebaixado à patente de “soldado alistado por razões administrativas e expulso das Forças de Defesa Húngaras”, sendo na sequência colocado na lista de criminosos de guerra (KÓVACS, 2015: 253). Impune, porém, Farkas assentou-se na Alemanha Ocidental e, em maio de 1946, fundou o Movimento de Libertação Húngara. Em 20 de agosto de 1947, junto aos remanescentes da Cruz Flechada, do Partido da Vida Húngara e do Partido Renovado Húngaro (*Béla Imrédy*) – que rejeitavam o novo governo húngaro como “ilegítimo” e consideravam-se como os “verdadeiros” representantes da Hungria –, Farkas “constituiu”, em Altotting, um “governo-no-exílio”. Automeou-se seu presidente, cumulando as “funções” de chefe de Estado,

ministro de Relações Exteriores e de Defesa, indicando como seu porta-voz Lajos Liptay, ex-líder da Cruz Flechada na Alta Câmara Húngara (KÓVACS, 2015: 254).

A CIA também registrou, em 1º de julho de 1952, a criação desse “governo-no-exílio” por Farkas, anotando que o fato era de conhecimento de “Budapeste e Moscou e foi supostamente apoiado por ‘agências americanas de alto nível’ na Bavária” (CIA, 1952b: 1). Anotou ainda que “Farkas estava organizando todos os ex-nazistas húngaros que fugiram da Alemanha” (CIA, 1952b: 1). As aventuras do “presidente” Farkas, mostrando-se absolutamente inviáveis, encerraram-se com a dissolução de seu “governo-no-exílio”, em 29 de maio de 1949, na cidade de Munique. Embora hoje possa soar risível, esse “governo-no-exílio” dos ex-colaboradores nazistas húngaros, auxiliado pelos EUA, de algum modo “funcionou” entre 1947-49. E Farkas, que “seriamente pretendeu retornar à Hungria, liderando um exército, apoiado pelos EUA” (KÓVACS, 2015: 255), não era um amador. “Ferenc Farkas possuía não apenas uma linha ‘militar’ mas também uma ‘linha policial’ (retaguarda), um tipo de serviço secreto”, chefiado por “Sándor Thiry, um detetive da Gestapo húngara, a antiga Polícia de Segurança do Estado, dirigida por Péter Hain” (KÓVACS, 2015: 255).

Inclusive, muitos viram em Farkas “a figura de liderança da ‘verdadeira’ resistência do exílio húngaro, entre eles o franciscano Friar Eduárd Domotor” (KÓVACS, 2015: 255). Foi ele quem “chamou a atenção do Bispo Alois Hudal (então reitor do Colégio Alemão em Roma) para Farkas como sendo uma excelente personalidade da resistência húngara e da Igreja Católica” (KÓVACS, 2015: 255). Hudal era o bispo austríaco que organizou a fuga do comandante de Treblinka Franz Stangl e, operando como “um dos principais contrabandistas de nazistas do Vaticano”, trabalhou em estreita associação com o padre e criminoso de guerra croata Krunoslav Draganovic (GOÑI, 2004: 15). (Como visto, Draganovic organizou a fuga *ustashi* à Argentina). “É sabido que Domotor forneceu documentos para que Adolf Eichmann pudesse fugir da Europa sob um pseudônimo e também se sabe que o Bispo Hudal contribuiu ativamente no resgate de inúmeros criminosos nazistas para a América do Sul” (KÓVACS, 2015: 256). Foi em associação com esse Domotor que Farkas publicou, entre 1946-48, o jornal *Szent István népe* (*Povo de St. Steven*), “infame por publicar artigos anticomunistas e antibolcheviques grosseiros, além de mostrar uma grande antipatia contra os Aliados anglo-saxões” (KÓVACS, 2015: 255).

Monitorando as atividades de Farkas no exílio, a CIA anotou que, em agosto de 1949, ele “iniciou o Movimento de Libertação Antibolchevique Húngaro, um grupo com inclinação ultranacionalista, antissemita, pró-alemão, anticomunista e antieslavo” (CIA, 1951e: 2). Em 1950, o Tribunal Criminal de Justiça de Budapeste sentenciou Farkas *in absentia* “à prisão perpétua, perda de cargo, total confisco de bens e suspensão de direitos civis por 10 anos” (KÓVACS, 2015: 256). Esse criminoso de guerra e ex-colaborador nazista húngaro foi agraciado com uma pensão vitalícia de general pela República Federal da Alemanha e, nesse bem remunerado exílio alemão, estreitou contatos com os serviços secretos da França e da Grã-Bretanha (KÓVACS, 2015: 256). Desde 1945, a serviço do MI6 britânico, “ele realizou espionagem contra a jovem República da Hungria” e, na década de 1950, “alguns círculos sonhavam com a lenda de que Ferenc Farkas poderia aparecer a qualquer momento com 3.000 soldados para libertar o país” (KÓVACS, 2015: 256). Um memorando do então diretor do FBI John Edgard Hoover, de abril de 1961, registrou que “há indicações em nossos arquivos que esse último indivíduo [Ferenc Kisbarnaki-Farkas] tem sido utilizado por várias agências de inteligência ocidentais como uma fonte de informação concernente aos assuntos húngaros” (FBI, 1961: 2).

O FBI já havia registrado, em 3 de fevereiro de 1950, a existência de uma organização conhecida pelas siglas MHBK, “a ‘Liga dos veteranos Húngaros’” ou “‘Associação de Soldados Húngaros’”. A MHBK era “composta por antigos oficiais húngaros da Cruz Flechada (nazistas)” e “teria sido fundada ‘sob a sugestão de Karoly Ney, um coronel húngaro da SS, e com apoio alemão’, ainda durante o ‘regime do premier húngaro Ferenc Szálasi, [como] um grupo de soldados cuja tarefa consistiria em continuar a luta por trás das linhas russas depois da retirada das tropas alemãs e húngaras da Hungria” (FBI, 1950: 2). O nome “Ferenc Kisbarnaki-Farkas” foi anotado na “lista dos membros mais importantes do MHBK”, destacado como o principal dirigente da organização na Alemanha Ocidental (FBI, 1950: 5). O FBI ainda registrou que Farkas “desfruta da confiança do Vaticano e do clero católico em geral e supostamente mantém estreito contato com antigos oficiais do Exército alemão. Seu representante pessoal na Grã-Bretanha é reportado como sendo Laszlo Skalla” (FBI, 1950: 5-6). Esse militar “exemplar” do colaboracionismo nazista húngaro, como se verá, foi mais um protonazista que, via ABN, transmutou-se em *coldwarrior*. Na Guerra Fria, Ferenc Farkas de Kisbarnaki foi “eleito” presidente da Comissão Militar do ABN.

### 1.1.7. Da milícia *Aizsargi* à ditadura de Ulmanis na Letônia: *Alfreds Berzins*, um SS-letão

Entre as linhagens da “ultradireita alucinada” da Europa Oriental que admiraram e seguiram o fascismo italiano e o nazismo alemão como as “estrelas-guias” de uma promissora “onda do futuro”, foram analisados até aqui os ultranacionalistas/protonazistas ucranianos, croatas, romenos, eslovacos, bielorrussos e húngaros. Agora, cabe destacar o caso do letão Alfred Berzins que também encontraria, no pós-guerra, um assento no ABN. Na Letônia do pré-II Guerra Mundial, Berzins fora um agente do golpe de Estado de 1934. Tornou-se por isso um proeminente ministro da ditadura então instaurada, sob o comando de Karlis Ulmanis. Como “braço direito” do ditador, Berzins foi “o chefe da *Aizsargi* (Guardas da Pátria)”, grupo paramilitar que sustentou o golpe de 1934 e garantiu o controle da população para Ulmanis, que dissolveu o parlamento e, entre 1934-40, acumulou as funções de presidente da República e comandante-em-chefe das Forças Armadas da Letônia.

Os propagandistas da ditadura de Ulmanis – e Berzins também operou, entre outras funções, no Ministério da Propaganda – emularam em seus discursos a Itália fascista e a Alemanha nazista, promovendo oficialmente o culto ao líder letão. “A propaganda do regime comparava Ulmanis não apenas a Mussolini, mas também a Hitler” (STRANGA, 2012: 51). Berzins, como ministro de Assuntos Públicos da ditadura de Ulmanis, cumulou o cargo de “*Supremo* dos esportes letões”, organizando assim a juventude de seu país na *Mazpulki*, a *Hitlerjugend* letã. A revista oficial da *Mazpulki*, intitulada *Atputa*, em sua edição n.º 697, de 11 de março de 1938, estampou na capa Berzins, cercado de jovens. Todos uniformizados, todos fazendo uma saudação *à la* “Heil, Hitler”. Nas aparições públicas de Ulmanis, bem como em postais publicados por seu governo, o ditador era saudado e saudava com o braço direito estendido *à la* “Heil, Hitler”.

De 15 de maio de 1934, dia do golpe que inaugurou a ditadura de Ulmanis, até o final daquele, 3.982 pessoas foram demitidas de seus empregos por razões políticas e 1.080 pessoas lotaram as prisões do regime. Para dar conta desse *boom* da população carcerária, “um campo de concentração foi aberto em Liepaja – uma página vergonhosa que marcou o regime de 15 de maio” (STRANGA, 2012: 52). Operando em associação com a polícia política, a *Aizsargi* – “uma organização paramilitar de voluntários destinada a garantir a ordem pública” – formou um dos principais sustentáculos da ditadura de Ulmanis: “Toda semana os comandantes da *Aizsargi* de



vários escalões tinham de informar sobre o ânimo da população ao Ministro do Interior interino, posteriormente Ministro de Assuntos Públicos, Alfreds Berzins” (STRANGA, 2012: 52). Assim, Berzins serviu à ditadura de Ulmanis apoiando-se nos paramilitares da *Aizsargi* em conexão de “alto nível” com os aparelhos de repressão do Estado. “A abrangente organização *Aizsargi*”, de acordo com o historiador letão Aivars Stranga, “cumpriu funções assemelhadas a um partido, mas ele mesmo estava sob o estreito controle do Ministério do Interior e posteriormente também do Ministério de Negócios Públicos” (STRANGA, 2012: 55).

Segundo Berzins, embora não tivesse tido tempo de colocá-lo em prática, o ditador Ulmanis nutriu o projeto de criar um partido de massas nucleado pelo paramilitarismo *Aizsargi*: “Ele considerava estabelecer um partido forte de Estado, abrangendo a área rural e as cidades. Na visão de Ulmanis seria um partido presidido por ele próprio”, vislumbrando que “a organização *Aizsargi*, com sua grande família de membros, deveria ser integrada no trabalho de um novo Partido da Unidade do Povo” (BERZINS *apud* STRANGA, 2012: 55). Berzins ocupou importantes funções e cargos na ditadura letã de 1934-40. Serviu no Ministério da Propaganda e foi ministro interino do Interior e, depois, ministro de Assuntos Públicos. Atuou também na repressão dos trabalhadores na Câmara do Trabalho, subordinada ao Ministério de Assuntos Públicos, como “o representante pessoal de Ulmanis”. “Entre as ferramentas pelas quais o Ministério e a Câmara controlavam a vida dos trabalhadores estavam os assim chamados representantes comerciais e colaboradores, de fato, supervisores” (STRANGA, 2012: 54).

Na II Guerra Mundial, a URSS ocupou a Letônia em junho de 1940 e, com isso, a ditadura de Ulmanis colapsou. Seus dirigentes e colaboradores buscaram refúgio na Alemanha de Hitler<sup>25</sup>. Um ano depois, em julho de 1941, retornaram à Letônia como colaboradores nazistas, marchando ao lado das tropas alemãs. O ex-chefe do paramilitarismo *Aizsargi* e ex-ministro da ditadura de Ulmanis foi um deles.

---

<sup>25</sup> Em um memorando sobre o jornalista letão Orests B. Berlins, que então vivia na Alemanha de Hitler, a CIA anotou que, “quando os russos invadiram a Letônia, Berzins fugiu para a Finlândia, então para a Suíça e finalmente foi para Berlim. Ele procurou Berlins e pediu sua ajuda. Berlins encontrou um lugar para ele ficar. Ele também lhe contou sobre suas atividades como um agente alemão contra os soviéticos. Berzins operou alguma contraespionagem contra os soviéticos e os comunistas em Berlim” (CIA, 1961: 1).



**Figura 23.** “Alfreds Berzins, the minister of public affairs of Latvia and the supreme of Latvian sports. Cover of the ‘Atputa’ magazine, n.º 697, March 11, 1938”. FONTE: STRANGA, 2012.

Os Andersons destacam que Berzins foi “um letão que se voluntariou para servir em um batalhão de polícia patrocinado pelos nazistas responsável pelo recolhimento e extermínio de judeus e membros do Partido Comunista de sua nação” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 35). “Em fevereiro de 1942, ele juntou-se à SS letã e foi condecorado com a Cruz de Ferro alemã, Primeiro Grau” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 35).



**Figura 24.** O SS (H) letão Alfred Berzins, circulado, caminhando ao lado de militares nazistas.  
FONTE: CIA, NAZI WAR CRIMES (2007).

Porém, no mesmo ano, como anotou a CIA, Berzins foi “preso pela Gestapo em 1942”, sendo “liberado em 1944 e mobilizado para o *front* russo” (CIA, 1957: 1). Como visto, esse era um *modus operandi* nazista para tratar e controlar seus aliados. Eles fizeram o mesmo com os *banderites* ucranianos e os legionários da Guarda de Ferro romena. Os nazistas encarceraram esses colaboradores ucranianos, romenos e letões como presos políticos especiais e, depois, voltaram a

mobilizá-los no esforço de guerra. Isso lhes permitiria, como adiantado, alegar no pós-guerra que combateram “dois demônios”: o bolchevismo e o nazismo. Ignorando esse fato, um agente da contrainteligência dos EUA anotou que, de um lado, afirmava-se que Berzins era um “agente da Gestapo” e “um colaborador do Eixo” (1951: 1-2).

Contudo, imaginou o agente norteamericano, “as alegações (...) não parecem ser factíveis, desde que é muito improvável que tenha sido um colaborador das potências do Eixo alguém encarcerado no campo de concentração de Sachsenhausen por 33 meses” (1951: 2). Errado. Em condições especiais, inúmeros colaboradores nazistas foram aprisionados em Sachsenhausen. O *Providnyk* Stepan Bandera e seu “primeiro-ministro” Yaroslav Stetsko, por exemplo. Inclusive, foi ali que Berzins conheceu esses dirigentes *banderites*. No pós-guerra, o então presidente do ABN Stetsko, buscando adulterar o seu passado de colaborador nazista, confirmou que tanto ele quanto Berzins estiveram em Sachsenhausen. Segundo Stetsko, Berzins foi “também um ex-prisioneiro dos campos de concentração nazista” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 35).

A CIA também anotou, em outro documento, que da prisão desses colaboradores nazistas nasceria uma amizade íntima – que perduraria, via ABN, no pós-guerra. Os nazistas foram assim, sua agressividade no trato com seus colaboradores, contudo, viabilizou encontros desse tipo entre os encarcerados como presos políticos excepcionais. Os outros internos de Sachsenhausen pereceram, foram assassinados. Os colaboradores nazistas alocados em instalações especiais dentro desse campo de morte, diferentemente, forjaram alianças, foram bem alimentados e, depois, liberados e mobilizados para o derradeiro esforço bélico do III Reich. A onisciente CIA, salientando o nexos entre Berzins e os *banderites*, registrou: “Durante seu encarceramento no campo de Sachsenhausen, ele se tornou um amigo íntimo dos líderes da resistência clandestina ucraniana Stetsko e Bandera. Como resultado Berzins tornou-se bastante ativo no ABN na Alemanha e representou a Letônia nessa organização” (CIA, s/d: 1).

Antes, porém, no final da II Guerra Mundial, Berzins foi posto em liberdade, em 1944, e mobilizado pelos nazistas para o *front* russo. No pós-guerra, impune, não sendo responsabilizado por seus crimes de guerra e genocídio na Letônia, Berzins prosseguiu com suas atividades na Alemanha Ocidental. Ali, o ex-SS letão tornou-se secretário do Comitê Central da *Daugava Vanagi* (“Falcões do Rio Daugava”). A *Daugava Vanagi* era “uma organização composta de oficiais da SS letã e ministros do governo que supervisionaram a Solução Final em seu país”

(ANDERSON; ANDERSON, 1986: 35). “Assim como os ucranianos nacionalistas da OUN, alguns líderes da *Vanagis* serviram como os carrascos mais entusiasmados do nazismo em sua terra natal” e, no caso dos colaboradores letões, “muitos foram recompensados com cargos de prefeitos, administradores de campos de concentração e – mais frequentemente – oficiais da divisão letã da *Waffen SS* patrocinada pelos nazistas durante os últimos anos do conflito” (SIMPSON, 1989: 204). No exílio, coordenada por Berzins, a organização secreta *Daugava Vanagi* consolidou-se “como uma máquina política influente nos campos letões de pessoas deslocadas na Europa e, posteriormente, nas comunidades letãs” dos EUA (SIMPSON, 1989: 204).

A *Vanagis* passou a controlar os campos de pessoas deslocadas na Alemanha e conseguiu organizou a fuga de veteranos da *Waffen SS* letã para a Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos. “Nos Estados Unidos inúmeros *Vanagis* que tinham sido colaboradores nazistas de alto nível criaram diretorias interligadas dominadas por membros do grupo entre a Associação Letã-americana, a Federação Nacional Republicana Americana-letã e o Comitê para a Letônia Livre” (SIMPSON, 1989: 204). Muitos desses colaboradores nazistas *Vanagi*, entre eles Berzins, contaram para suas atividades no exílio com subsídios do governo dos EUA. “Esse dinheiro era lavado pela Rádio Europa Livre da CIA, pelos canais da Assembleia das Nações Cativas Europeias (ACEN) ou por organizações privadas como o Comitê de Resgate Internacional, entre outros” (SIMPSON, 1989: 205). Isso, apesar do fato de Berzins ter sido caracterizado pelo CROWCASS – o registro central dos EUA para a identificação de criminosos de guerra – como “um fanático nazista” que, como ministro da ditadura de Ulmanis, “ajudou na prisão de pessoas em campos de concentração”, “parcialmente responsável pela morte de centenas de letões e milhares de judeus”, bem como pelo “assassintao, maus-tratos e deportação de 2.000 pessoas” (SIMPSON, 1989: 206).

Embora “fichado” pelo governo dos EUA como “um fanático nazista” e um criminoso de guerra, esse ex-SS letão encontrou asilo nos EUA e, naquele país, “foi encarregado do Comitê de ‘Deportações’ da ACEN, embora o assunto de seu interesse fosse as deportações soviéticas de nacionalistas letões para a Sibéria, não as deportações de judeus feitas pelos nazistas no período de guerra” (SIMPSON, 1989: 268). A CIA registrou, em um documento de 1951, que “Berzins é um empregado do Comitê Nacional para a Europa Livre e permanecerá nessa posição no futuro. Berzins será utilizado para fornecer pistas sobre possíveis agentes bálticos e instrutores assim

como qualquer informação concernente aos Estados bálticos e Rússia que possam ser do interesse dessa organização” (CIA, 1951g: 1). Um exilado da Letônia nos EUA, T. Zakovic, indignou-se quando soube que Berzins havia sido indicado para o Comitê Europa Livre-Painel Letônia, escrevendo uma carta-denúncia, em outubro de 1951, para Frederick Dolbeare, vice-presidente da Europa Livre. Nela, caracterizou Berzins como “o Chefe da organização armada privada fascista de Ulmanis ‘Airsargs’” e como um dos mais odiosos “elementos fascistas letões”. Zakovic acusou em sua carta que seria uma “vergonha” para os EUA se esse “grande país democrático” fornecesse apoio político e ajuda econômica às atividades de Berzins<sup>26</sup>.

O governo norteamericano, porém, não se importou em ajudar esse “fascista letão”, desde que ele cooperasse em operações antissoviéticas. Berzins foi bem-sucedido em seu exílio norteamericano e a CIA, através de suas organizações de fachada, ajudou a construir a nova carreira de *coldwarrior* desse ex-SS letão. Nos EUA, como esclarece Christopher Simpson, Berzins “colocou suas habilidades em propaganda de volta à ativa no comitê de relações públicas da ACEN [Assembleia das Nações Cativas Europeias]”, servindo como “editor do jornal *Baltic Review* e como um membro importante do Comitê para a Letônia Livre. Seus livros sobre a Letônia podem ser encontrados nas maiores bibliotecas dos EUA (um deles apresenta a introdução do senador Thomas Dodd) e ele serviu por anos como representante-chefe da Associação Letã-americanas e da Associação Mundial Letã” (SIMPSON, 1986: 206). Eis, então, mais uma trajetória “exemplar” de um antigo protonazista da Europa Oriental que, na Guerra Fria, transmutou-se em *freedom fighter*. No pós-guerra, Berzins foi o principal dirigente da Letônia dentro do ABN. Esse ex-SS letão foi, por certo tempo, o presidente do Conselho Popular de Nações do Bloco presidido por Stetsko.

---

<sup>26</sup> Zakovic disse ter “tomado conhecimento por um jornal letão que o Comitê Europa Livre-Painel Letônia nomeou o membro do antigo governo fascista letão de Ulmanis e seu administrador Alfreds Berzis. Desse modo, meus amigos e eu estamos protestando contra ele porque eu pessoalmente passei mais de oito meses no campo de concentração de Ulmanis e Berzins em Liepaja, que se encontrava repleto de democratas honestos que não aprovavam o governo fascista de Ulmanis-Berzins e a derrubada do governo democrático-legal da Letônia. Alfreds Berzins foi também o Chefe da organização armada privada fascista de Ulmanis ‘Airsargs’. Os membros dessa organização foram ativos participantes da subversão e da derrubada do governo legal eleito da Letônia em 15 de maio de 1934. Eles, seguindo ordens de Berzins, prenderam e puseram em campos de concentração centenas de pessoas inocentes (...) Não é vergonhoso para todo mundo nos EUA pagar impostos para subsidiar em nosso país democrático elementos fascistas letões como o acima mencionado Alfreds Berzins? Eu espero que vocês o removam do Painel Letônia, apesar do fato dele possuir velhos amigos fascistas o bastante e apoiadores o suficiente que parecem não ter aprendido nada sobre democracia estando aqui [nos EUA] tampouco sobre a Constituição desse grande país democrático” (CIA, 1951g: 1).

### 1.1.8. A União das Legiões Nacionais Búlgaras (SBNL) de Ivan Docheff, “um notório nazista búlgaro”

Somando-se às linhagens ucraniana, croata, romena, eslovaca, bielorrussa, húngara e letã dessa “ultradireita alucinada” que enxergou e seguiu o nazifascismo como “a onda do futuro”, sua expressão búlgara também colaborou com o III Reich e, no pós-guerra, encontrou assento no ABN e novos *contractors* nos EUA. Seu principal nome foi Ivan Docheff. Filho de um coronel do Exército búlgaro, Docheff nasceu em 1905 em Schuman, graduando-se em direito na Universidade de Sofia. No início da década de 1930, ele “iniciou a publicação do periódico *Prelom*, que estampava uma suástica como parte do desenho no topo da página principal. Em uma de suas manchetes é possível ler ‘Vida longa à luta sagrada contra os judeus’” (BELLANT, 1991: 7). Em 1932, o grupo aglutinado pelo *Prelom* criou “a SMNL (*Soyuz na Mladezhkite Natsionalni-Legioni*, ou União das Legiões da Juventude Nacional)” (REES, 1990: 96). A SMNL foi composta por “oficiais regulares do Exército, enquanto o elã radical era fornecido pelos estudantes de direito como Dochev” (REES, 1990: 96). Esse estudante de direito logo se tornou dirigente da SMNL que, “inspirada no início pelo fervor ultranacionalista e anticomunista”, “adquiriu com o tempo uma ideologia claramente influenciada pela Itália fascista e pela Alemanha nazista, em particular em suas ideias antissemitas e corporativistas” (REES, 1990: 96).

Junto ao general búlgaro pró-Alemanha Nikoa Zhekov, “Docheff se encontrou com Adolf Hitler e com o principal filósofo do movimento nazista, Alfred Rosenberg, em 1934, pouco depois dos nazistas chegarem ao poder” (BELLANT, 1991: 6). Na ocasião, Docheff “viu em primeira mão os movimentos da juventude e dos estudantes alemães” e os nazistas lhe prometeram financiar os legionários búlgaros “se eles estivessem dispostos a derrubar o regime do Tsar Boris” (REES, 1990: 96). Contudo, “a Legião permaneceu leal à causa monárquica apesar de sua proscrição pelo governo em 1934 (ela foi reavivada em julho de 1935 e dissolvida de novo em janeiro de 1936 por um tempo)” (REES, 1990: 96). Embora fiel à monarquia do Tsar Boris, a Legião Búlgara montou-se como “um grupo pró-Hitler que incitava a ação governamental contra os judeus búlgaros” (BELLANT, 1991: 7) e, por volta de 1934, “reivindicava possuir por volta de 10.000 apoiadores” (FRUSETTA, 2010: 287). Em 1936, o líder militar dos legionários, Hristo Nikolov Lukov, “tentou encontrar um *modus vivendi* com o Partido Nacional-Social de Tsankov em uma tentativa de forjar uma unidade fascista” (REES, 1990: 242).

Em 1937, nesse esforço de nazificação, a União das Legiões da Juventude Nacional (SMNL) mudou seu nome para União das Legiões Nacionais Búlgaras (*Soyuz na Bulgarkite Natsionalni Legioni*, SBNL) e, em 1938, dividiu-se em uma ala comandada por Docheff e outra por Iliya Stanev (REES, 1990: 96). Como líder da SBNL, emulando o *revival* nacionalista ocorrido na Bulgária entre os séculos XIX e XX, Docheff “declarou que a organização era ‘inspirada pelo legado de nossos ancestrais através das eras, pronto a dar tudo pela raça, pelo rei e pelo país’ como os heróis do Renascimento Nacional Búlgaro inspirando seus corações” (FRUSETTA, 2010: 294-295). Destacando-se como ideólogo chefe da SBNL, “em 1938 o programa da Legião foi principalmente obra de Dochev” (REES, 1990: 96). Desde 1936, todavia, o movimento legionário estava na clandestinidade, alegando possuir 75 mil seguidores (REES, 1990: 242). O à época ministro da Guerra (1935-39), o general legionário Lukov, buscou tranquilizar o Tsar Boris III contra o crescimento da SBNL ou quaisquer ameaças à ordem, garantindo-lhe lealdade absoluta e que a monarquia estava protegida. Nesse período, “a SBNL recebeu alguma ajuda e apoio da Alemanha nazista e buscou estreitar esses laços durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo a sugestão de formar milícias auxiliares de voluntários” (FRUSETTA, 2010: 287).

Em 1942, “o ex-ministro da Guerra General Hristo Lukov assumiria o papel de liderança formal” da *Legioni* (FRUSETTA, 2010: 287). Desde então, Docheff subordinou-se a Lukov e ambos nazificaram a SBNL, que se tornou decididamente um grupo pró-nazista na mira da repressão do tsar. Nesse período, “Lukov tornou-se o líder absoluto da Legião, que nessa altura não era mais do que um partido oposicionista perseguido que ansiava por se identificar completamente com a causa alemã” (REES, 1990: 242). Posteriormente, a CIA caracterizou Docheff, no período de guerra, como o “Chefe da Legião pró-nazista Brannik na Bulgária” (CIA, 1952a: 1). Ao lado dos legionários Docheff e Lukov, Tsankov destacou-se como um colaborador nazista búlgaro. Com ele Lukov já tinha buscado a formação de uma frente fascista. Mas foi ao final da guerra que a “estrela” de Tsankov “brilhou” e, como se verá, foi seguida por Docheff. Tsankov e seu Partido Nacional-Social fizeram oposição à monarquia búlgara e defenderam uma aliança absoluta com o III Reich. Em 1941, por exemplo, declarou: “Eu estou com os Nacional-socialistas”. Tsankov esforçou-se para que a Alemanha abandonasse o tsar Boris III e instaurasse uma ditadura búlgara absolutamente pró-nazista, sob seu comando.



Em agosto de 1944 a URSS ocupou a Bulgária, forçando a fuga de Tsankov para a Áustria. Em setembro, Tsankov “fugiu para Viena onde, um tanto quanto tardiamente, alcançou sua ambição, tornando-se presidente do governo búlgaro no exílio títere do nazismo” (REES, 1990: 394). Ainda em setembro, “Dochev juntou-se a Tsankov no exílio em Viena” (REES, 1990: 97), servindo-lhe como “Chefe do Departamento de Propaganda Oral e do Diretório de Propaganda Nacional” (CIA, 1952a: 01). Nesse período, Docheff foi, precisamente, o “Vice-ministro búlgaro de Propaganda que fazia transmissões na Radio Donau para os nazistas” (CIA, 1949d: 1). Na Bulgária ocupada pelos soviéticos, Docheff foi sentenciado à morte *in absentia* por sua cooperação com o III Reich. Depois, com o colapso do “governo-no-exílio” de Tsankov, Docheff fugiu de Viena e marchou “para Kitzbuehel e Bad Gastein quando a Alemanha capturou em 1945” (SSU, 1946: 1). “Depois da guerra, ele e outros Legionários formaram a Frente Nacional Búlgara (BNF)” (BELLANT, 1991: 7). Em 1943, o general legionário Lukov havia sido assassinado por um *partisan* comunista.

No fim da guerra, o protonazista búlgaro Tsankov fugiu para a Argentina e seu ex-vice-ministro de Propaganda Docheff, tranquilamente, encontrou abrigo, proteção e emprego na Europa. Depois ele migraria para o Canadá e, de lá, aos EUA. Antes disso, na zona norteamericana da Alemanha, Docheff foi empregado pelos serviços secretos ocidentais. Sob os novos *contractors*, dirigiu operações secretas contra a República Popular da Bulgária. Um dos protótipos da CIA, a *Strategic Services Unit* ou SSU, registrou em documento de 1946 que Docheff era “o informante chefe búlgaro” do Projeto SYBILLE (SSU, 1946: 1). Esse programa secreto dos EUA “fornecia informação sobre grupos emigrantes” e “Ivan Docheff era o presidente da Seção Búlgara, que era uma rede em Bad Gasten com possíveis agentes e linhas de comunicação dentro da Bulgária” (CIA: 2007: 54). Ou seja, o protonazista búlgaro não apenas foi empregado pelos serviços secretos dos EUA, mas foi encarregado da chefia de projetos e operações contra a Bulgária soviética. Além de “Chefe da Seção Búlgara do Projeto SYBILLE da SSU”, Docheff era “também associado ao Projetos BGCONVOY e ZRNAUNTLE” (CIA: 2007: 64).

“O ZRNAUNTLE era um projeto paramilitar de retaguarda” – *stay-behind paramilitary project*, no original em inglês. O BGCONVOY “era o programa básico político-psicológico (PP) e paramilitar (PM) contra a Bulgária com o objetivo de conduzir operações de guerra psicológica (GP) contra o regime búlgaro e de estabelecer no país organizações de resistência capazes de

atividade PM de vários tipos” (CIA, 2007: 48). O programa BGCONVOY “proporcionou o desenvolvimento e a exploração do seu Agente Principal, Ivan Docheff, que era o líder da Frente Nacional Búlgara Búlgaro [BNF] e do jornal publicado pelo grupo” (CIA, 2007: 48).

Essa miríade de projetos chefiados por Docheff contra a República Popular da Bulgária – SYBILLE, ZRNAUNTLE e BGCONVOY – foi uma parte da guerra secreta mais ampla dos EUA contra a URSS organizada, no imediato pós-guerra, pela já mencionada *Operation Rollback*. Se Docheff foi o “queridinho” dos EUA nessas operações contra a República Popular da Bulgária, ele não era o líder incontestado do exílio anticomunista búlgaro. A CIA anotou que este estava dividido em duas alas: a de Docheff, pertencente à “extrema-direita pró-nazista” (CIA, 1951a: 1), e a de Georgi Mihov Dimitrov, um fervente anticomunista da União Nacional Agrária Búlgara que, no entanto, opusera-se à aliança do tsar Boris III com os nazistas. A CIA registrou as acusações mútuas entre Docheff e Dimitrov, que se recusou a cooperar com os EUA em projetos que o ex-colaborador nazista búlgaro estivesse envolvido. Em uma denúncia recolhida pela CIA, Dimitrov caracterizou Docheff como “o ex-líder da organização da juventude fascista que foi assumida pelo General Lukov para aumentar as fileiras das brigadas hitleristas na Bulgária” (DIMITROV *apud* CIA, s/d [1949]: 3). Dimitrov afirmou ter conhecimento de que Docheff “ainda estava recebendo fundos do quartel-general da Inteligência Americana próximo a Munique”, apontando que ele mantinha “ativa conexão com Zipper” (CIA, 1951a: 1).

Outro documento da CIA confirmou essa informação de Dimitrov: “Do começo de maio de 1946 até o final de 1947, Dotchev trabalhou para o Corpo de Contrainteligência do Exército [CIC] dos EUA em Munique e em Salzburg contra a atividade comunista búlgara na Alemanha e na Áustria” e “desde 1946 ele tem sido um agente ativo da ZIPPER, trabalhando em questões búlgaras” (CIA, s/d [1949]: 3). Zipper? Esse era o criptônimo da Organização Gehlen, coordenada pelo ex-general nazista Reinhard Gehlen, o antigo chefe do *Fremde Heere Ost* (Exércitos Estrangeiros do Leste)<sup>27</sup>. No pós-guerra, depois de “desnazificado” pelos EUA, ele se transformou no chefe absoluto dos serviços secretos da Alemanha Ocidental. A Organização Gehlen controlava “uma vasta rede de milhares de agentes estendendo-se da Bulgária à Lituânia” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 293).

---

<sup>27</sup> Essa descoberta foi possível graças à lista de criptônimos elaborada por arquivistas e historiadores que trabalharam na documentação que emergiu do *Nazi War Crimes Disclosure Act* de 1998 do Congresso dos EUA (CIA, 2007).

Docheff, no pós-guerra, tornou-se então um agente dos serviços secretos do Exército dos EUA (CIC) e da Organização Gehlen, Zipper, teleguiada pelos norte-americanos. A CIA ainda qualificou, em outro documento, o perfil da *entourage* de Docheff que estava encarregada das operações contra a Bulgária “vermelha”. “O círculo nacional e anticomunista estabelecido por Ivan Doshev em Munique em 1949 está exclusivamente montado com ex-legionários do Gabinete pró-nazista de Viena” (CIA, 1950a: 1). Isto é, ex-membros do “governo-no-exílio” de Tsankov. A CIA destacou que tanto Tsankov quanto Docheff “ainda são nacionalistas fervorosos assim como todos outros membros do ex-Governo de Viena” (CIA: 1950a: 1). A CIA, ressaltando que uma de suas fontes definira Docheff “como um ‘notório nazista búlgaro’”, resumiu assim seu histórico:

O Dr. Docheff é um líder da ‘União Antibolchevique da Áustria’, com quartel-general em Salzburg. **É um pequeno grupo de supostos antigos fascistas organizados pelo Dr. Docheff desde sua fuga da Bulgária em 1944.** É provavelmente um fruto da ‘Legião Nacional Búlgara’ da qual o Dr. Docheff era o líder. A atitude da Legião Nacional Búlgara em relação à Alemanha durante a guerra foi reputadamente benevolente, se não de colaboração [com o nazismo] (CIA, 1951c: 1, grifo meu)

Em suma, os serviços secretos dos EUA (o CIC do Exército) e da Alemanha Ocidental (a Organização Gehlen) recrutaram mais esse ex-colaborador nazista para a condução de uma guerra secreta contra a URSS, no geral, e contra a Bulgária “vermelha”, no particular. Docheff, de fato um “notório nazista búlgaro”, serviu a essas *stay-behind operations* como um operador de “alto nível”. Mais um protonazista transformado em *coldwarrior* e, nessa condição, operou programas político-psicológicos (PP), paramilitares (PM) e de guerra psicológica (GP) para seus novos *contractors*. Posteriormente, Docheff publicaria um livro chamado “O novo perigo para a paz mundial: a Bulgária vermelha”. Nele, conforme um resumo feito pela CIA, defendeu que a Bulgária, “por conta de sua posição estratégica no globo, pode e deve ser separada da esfera soviética de influência” (CIA, 1952a: 2). Mas, para isso, “os EUA devem assumir a liderança para ocasionar essa separação, quebrando, dessa maneira, o domínio russo nos Bálcãs. Isso, de acordo com Docheff, poderia impedir a Terceira Guerra Mundial” (CIA, 1952a: 2).

Enfim, Docheff trocava a Europa pelo Novo Mundo, migrando inicialmente para o Canadá. Lá, destacou-se como “líder refugiado” e editor de um jornal quinzenal de quatro páginas, *Bulgarski Narodni Glas*. Publicado na “imprensa ucraniana em Toronto”, “Docheff e seu jornal são descritos como ‘ultranacionalistas, chauvinistas e monarquistas’” (CIA, 1952a: 2). Do Canadá migrou aos EUA, fixando-se em Nova Iorque. Nos EUA, tornou-se o principal dirigente búlgaro

do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), deixando-se fotografar ao lado de políticos como Richard Nixon. Nesse novo exílio, Docheff organizou e dirigiu a filial norte-americana do ABN: os Amigos Americanos do ABN. Nos EUA, além de nutrir seus *American friends*, Docheff teve um *contractor* búlgaro. Mas quem? Com qual perfil? “O empregador de Docheff, o Dr. Dimiter Waltscheff, fora um agente de inteligência alemão, de acordo com documentos de Nuremberg obtidos pelo Dr. Fred Chary da Universidade de Purdue” (BELLANT: 1991: 7). Tanto o empregado Docheff quanto o empregador Waltscheff foram ex-colaboradores nazistas búlgaros que transmutaram-se em *coldwarriors*. Apresentado como “ex-secretário de Estado da Bulgária”, Waltscheff tornou-se depois chefe do serviço de imprensa do ABN.

#### *1.1.9. Veli Kayum e Gerhard von Mende, o uzbeque e o turcologista do Ostministerium de Rosenberg*

Pelo adiantado até aqui do histórico de seus futuros membros, o ABN seria ou não seria “um poço sem fundo” de ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental? Antes de reconstituir a gênese e o primeiro desenvolvimento do ABN, porém, é preciso circunscrever a *persona* e a “pré-história” daquele que se tornaria seu principal dirigente muçulmano e “porta-voz” da Ásia Central antissoviética. Teria sido ele também um ex-colaborador nazista? Assiste razão aos Anderson quando afirmam, por exemplo, que “um critério primordial para a filiação” ao ABN “parece ser a lealdade à causa do nacional-socialismo” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 35)? A ver. A figura é questão é Veli Kayum, automeado “Khan” dos uzbeques. Na década de 1920, viveu no exílio na Alemanha e, ali, iniciou sua militância política na chamada Liga de Prometeu das Nações Subjugadas por Moscou. A Prometeu tinha como seu objetivo básico criar “governos-no-exílio”, “comitês nacionais” e, em última instância, um “Estado federal das nacionalidades” que estariam “subjugadas” pela URSS – entrelida e combatida como a *tiurma narodiv* (Тюрма народов).

Criada com o apoio do serviço secreto britânico (MI6), em 1925, dirigida pelo ucraniano no exílio Roman Smal-Stocky, a Prometeu buscou ser a “porta-voz” de “todas as nacionalidades minoritárias do antigo império russo’ – Azerbaijão, Geórgia, os cossacos do Don e de Kuban, o Cáucaso do Norte, Yukestão, Idel-Ural, Ucrânia, Criméia, Ingria, Karelia e a região de Koni (Zyryan)” (DORRIL, 2000: 185). Kayum ascendeu na hierarquia da Liga de Prometeu na década de 1930, depois da morte de Mustafa Chokay. Aproveitou a oportunidade para adicionar o sufixo

honorário *Khan* a seu nome, a fim de consolidar sua nova posição de liderança na Prometeu. Os nazistas, já então no poder na Alemanha, ficaram satisfeitos com a ascensão de Kayum na Prometeu. Isso porque o uzbeque no exílio “vinha ajudando os nazistas” e “eles o consideravam leal e confiável”, compartilhando a mesma cosmovisão de “construir exércitos turco-muçulmanos que lutariam contra os soviéticos” (JOHNSON, 2010: 25). Na década de 1930, a Liga de Prometeu, embora “apoiada pela inteligência francesa, polonesa, britânica e alemã” (JOHNSON, 2010: 25), tinha estabelecido conexões encobertas com a *Wehrmacht*, o *Abwehr* e o Partido Nazista (DORRIL, 2000: 187). Em maio de 1940, com a invasão nazista da França, a Prometeu passou completamente ao controle alemão. Em junho de 1941, “o principal contato com a Liga e outros grupos imigrantes deu-se através do Ministério para os Territórios Ocupados do Leste de Alfred Rosenberg, o *Ostministerium (OMi)*, que a partir de 1943 passou a ter uma contribuição substancial da SS” (DORRIL, 2000: 187).

No *OMi*, “os planos de Rosenberg contrapunham-se a muitas ideias do próprio Hitler. Hitler desejava escravizar muitos dos povos com os quais Rosenberg queria criar alianças” (JOHNSON, 2010: 24). O professor Gerhard von Mende foi o principal acadêmico integrado ao *Omi* de Rosenberg. Ele era o responsável pelas alianças nazistas com as minorias étnicas da Europa Oriental e da Ásia Central. Nutrindo a autoimagem de “melhor amigo” das minorias nacionais “oprimidas” pela URSS, von Mende publicou uma pesquisa pioneira, em 1936: *The National Struggle of the Turkic Peoples of Russia: A Contribution to the Nationalities' Question in Soviet Russia*. No geral, a tese do professor von Mende defendeu que o III Reich deveria voltar sua atenção às minorias e nacionalidades não-russas dentro da URSS. Elas seriam seu “calcanhar de Aquiles” e os nazistas deveriam apoiá-las e mobilizá-las a seu favor. Particularmente, sua atenção e especialidade voltaram-se aos “povos turcos” da URSS, tornando-se então “o turcologista” de Rosenberg. No *OMi*, von Mende foi “o arquiteto do uso de muçulmanos pela Alemanha nazista” (JOHNSON, 2010: 12). O professor von Mende teve uma ascensão meteórica no Ministério de Rosenberg, “avançando de chefe da divisão caucasiana do *Ostministerium* para a chefia da divisão de ‘Povos Estrangeiros’, essencialmente supervisionando a política inteira do *Ostministerium* em relação às minorias soviéticas” (JOHNSON, 2010: 25). Assim, esse gestor de “alto nível” financiou e colocou em funcionamento uma gigantesca rede de representantes das minorias nacionais que compunham e se opunham à URSS.



**Figura 25.** Professor universitário de Sociologia e “turcologista” de Alfred Rosenberg, Gerhard von Mende tornou-se o diretor do *Ostministerium* responsável pela aliança do III Reich com as minorias não-russas” da URSS. FONTE: JOHNSON, 2010.

Já foi visto, inclusive, como os colaboradores nazistas da Bielorrússia, notadamente Ostrowski e Stankiev, foram reorganizados em seu exílio alemão por von Mende, “considerado ‘um grande amigo de todos povos não-russos escravizados pelos bolcheviques’” (DORRIL, 2000: 217). Buscando mobilizar em operações antibolcheviques as minorias islâmicas da URSS, a sua vez, von Mende incluiu na lista de pagamento do Ministério de Rosenberg Veli Kayum “Khan”. Mas esse uzbeque não foi um simples *asset* do turcologista do *OMi*. “Kayum era um protegido pessoal de Mende – e o líder muçulmano que mais habilmente reproduzia os *slogans* nazistas. Ele repetidamente expressou sua ‘fé na Alemanha’, criticando os inimigos da Alemanha como inimigos do Turquestão. Seu comitê possuía seu próprio jornal no idioma túrquico, *Milî Turkistan*, no qual ele amaldiçoava ‘os estados imperialistas, democráticos e liberais’ como inimigos do Turquestão” (JOHNSON, 2010: 30). Em outubro de 1941, Kayum “visitou um campo muçulmano de prisioneiros de guerra na província alemã da Prússia Oriental” (JOHNSON, 2010: 8). Ao lado de um major nazista, assim dirigiu-se aos prisioneiros muçulmanos, em uzbeque:

**Eu sou uzbeque. Meu nome é Veli Kayum-Khan.** Eu nasci em Tashkent e vim para a Alemanha em 1922 quando o governo soviético procurou ajudantes para controlar o Turquestão e estava enviando pessoas para a Alemanha para estudar. **Eu decidi**

**permanecer na Alemanha onde nós temos uma organização política formada para libertar o Turquestão da Rússia.** Vocês em breve ouvirão de mim algumas boas notícias (KAJUM *apud* JOHNSON, 2010: 8, grifo meu)

A fim de mobilizá-los para o esforço de guerra do III Reich, depois desse discurso de Kajum aos presos muçulmanos soviéticos, os nazistas imediatamente melhoraram as condições da prisão em que se encontravam, providenciando medicamentos e comida aos encarcerados. Na sequência, “os alemães selecionaram os prisioneiros instruídos e os enviaram para um campo do Exército alemão ao sul de Berlim. Lá eles aprenderam a manejar armas alemãs, desmontar e limpar rifles, metralhadoras e morteiro” (JOHNSON, 2010: 8). Mais importante do que o adestramento militar dado aos muçulmanos que aceitaram guerrear contra a URSS, “emigrantes como Kayum forneceram a eles treinamento político, incluindo lições de história” (JOHNSON, 2010: 8). “Eles aprenderam que suas pátrias possuíam uma longa história de que deveriam se orgulhar e que poderiam se levantar novamente se libertados do domínio soviético” (JOHNSON, 2010: 8). Em novembro de 1941, “1.200 desses muçulmanos soviéticos foram reunidos pelos nazistas para lutarem contra a URSS” (JOHNSON, 2010: 9). Com uniformes do Exército alemão e da *Wehrmacht*, esses soldados muçulmanos receberam “um braçete com um verso resumido da famosa mesquita Chah-I-Zindeh de Samarkand com a frase *Biz Alla Bilen* – ‘Deus conosco’” (JOHNSON, 2010: 9).



**Figura 26.** Veli Kayum-Khan FONTE: REIBERT.INFO/TURKISTANISCHE LEGION.

Esse treinamento político-militar nazista de muçulmanos mobilizados contra a URSS, como ensina o jornalista canadense Ian Jonhson, “era parte de um plano pouco conhecido chamado Operação Tigre B” (JOHNSON, 2010: 10). E quem era o muçulmano responsável pela Tigre B? “Kayum organizou a operação em estreita cooperação com a divisão de inteligência da *Wehrmacht*, a *Abwehr*” (JOHNSON, 2010: 9). Em 1942, os soldados muçulmanos foram enviados para lutar em Stalingrado e, apesar da vitória soviética nessa batalha decisiva à derrota nazista na II Guerra Mundial, “a Tigre B foi considerada um sucesso e a ideia de unidades predominantemente muçulmanas foi levada adiante” (JONHSON, 2010: 9). Posteriormente, a *Wehrmacht* expandiu a Operação Tigre B como uma unidade regular do Exército: o 450º Batalhão de Infantaria. Nota-se, pois, que a colaboração de Kayum com o nazismo foi de “alto nível”. Além de ser o gestor muçulmano da Operação Tigre B, von Mende fez avançar a carreira política de seu *protégé*.



**Figura 27.** Da esquerda para a direita, Veli Kayum-Khan e Ralph von Heygendorff, “Generalleutnant and commander of the 162<sup>nd</sup> Turkmen Infantry”. FONTE: AXIS HISTORY FORUM.



Assim que Kayum, contando com a “boa-vontade” do próprio Rosenberg, obteve permissão dos nazistas para fundar o *Turkestanische Mittelstelle*, o Centro Turquestanês. “O *Milli Turkistani Birlik Komitesi* ou *Nationalturkestanische Einheitskomitee* (Comitê da União Nacional do Turquestão) foi fundado em agosto de 1942”, “composto de ex-soldados do Exército Vermelho e alegava representar as cinco nações da Ásia Central, que eram: uzbeques, cazaques, quirguizes e turcomenos. O *Ostministerium* apoiou financeiramente o Comitê” (SAKAL, 2010: 127). O Comitê da União Nacional do Turquestão, planejado para ser o futuro governo turquestanês sob a liderança de Kayum, manteve seu quartel-general em Berlim junto a “outras ‘organizações de libertação e governos no exílio’. O Comitê também possuía um departamento de transmissão em outra parte de Berlim, assim como um departamento de guerra e um departamento acadêmico” (SAKAL, 2010: 127).

A partir de 1943, o professor von Mende, via *Ostministerium* de Rosenberg, autorizou a realização de congressos dos exilados azerbaijanos, tártaros do Voga e turquistaneses “a fim de estabelecerem comitês ‘representativos’ e pequenos parlamentos que dariam voz a esses povos. O mais importante entre eles foi o Congresso da União Nacional do Turquestão” (JOHNSON, 2010: 30). Esse Congresso foi realizado na Áustria, em Viena, entre 8 e 10 de junho de 1944. Foi atendido por inúmeros oficiais nazistas e o próprio “Hitler enviou um telegrama de congratulações para um extático Kajum, que excitadamente escreveu para Himmler sobre sua apreciação acerca do ‘telegrama do Fuher’, que ‘elevou o espírito de luta’ dos participantes” (MOTADEL, 2019: 864). A ditadura hitlerista, ao final do Congresso, “reconheceu o *Mili Turkistan Birlik Komitesi* e o *Turkistan Mili Vakitli Hukumeti* (Governo Provisório Nacional Turquestanês)”; “a Legião Turquestanesa tornou-se o Exército oficial do Turquestão” (SAKAL, 2010: 129). O historiador britânico David Motadel observou que Kajum considerava “o movimento nacionalista da Ásia Central como parte de uma luta de libertação global anti-imperialista, fundindo noções de juventude, novo homem, anti-liberalismo, anti-imperialismo e solidariedade internacionalista” (MOTADEL, 2019: 870). Em um discurso de 1944 proferido em Berlim, sob o título *Die Probleme Turkestans: Reden und Aufsätze des Prasidenten des National Turkestanischen Einheitskomitees*, Kayum explicitou seu filonazismo:

Hoje, o mundo está dividido em duas partes. Um lado comporta os vilões que querem exterminar os povos amantes da liberdade; agrupados do outro lado se encontram as jovens nações que, com sua força dinâmica juvenil e sua vontade, confrontam essas velhas nações, esses liberais. O futuro pertence à juventude e às jovens nações; porque eles

querem viver e tem de viver, então eles viverão e varrerão do mapa os velhos capitalistas liberais (KAYUM *apud* MOTADEL, 2019: 870)

Kayum “publicamente reverenciava Hitler como o ‘líder dos povos amantes da liberdade’ (MOTADEL, 2019: 872)<sup>28</sup>. Esse colaborador nazista uzbeque foi ainda agraciado pelo III Reich com “um passaporte diplomático, uma limosine e uma residência em Berlim” (MOTADEL, 2019: 873).

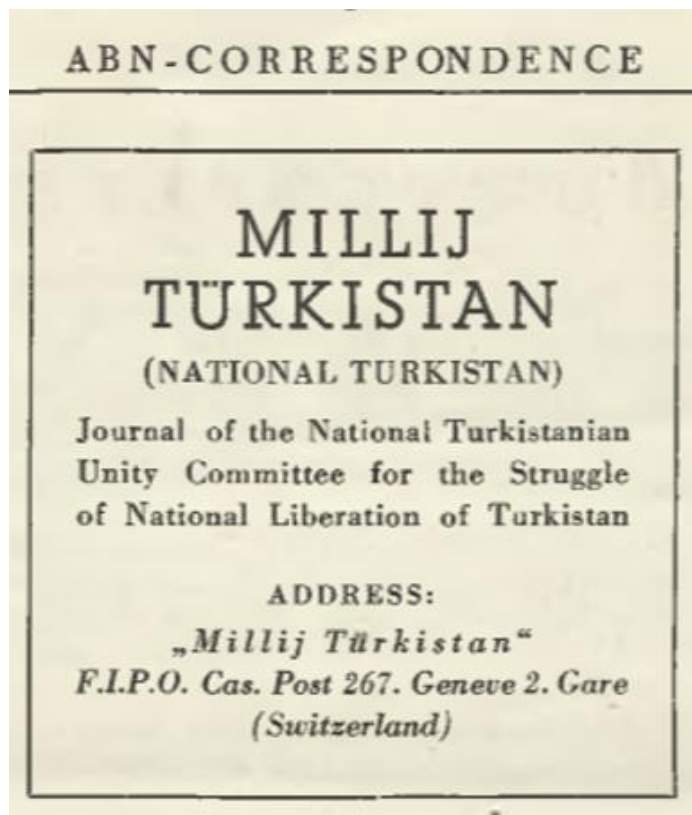


**Figura 28.** Veli Kajum-Khan preso depois da derrota nazista na II Guerra Mundial. FONTE: REIBERT.INFO/TURKISTANISCHE LEGION.

Ao final da II Guerra Mundial, Kayum foi preso pelas autoridades britânicas, mas foi logo liberado. Rapidamente, ele “restabeleceu o *Mili Turkistan Birlik Komitesi* e publicou o *Mili Turkistan* novamente, em vários idiomas” (SAKAL, 2010: 152). Depois, Kayum seria designado vice-presidente do Conselho Central do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN).

---

<sup>28</sup> Seria apenas uma coincidência que, no pós-guerra, o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) tenha adotado justamente a mesma terminologia – povos amantes da liberdade?



**Figura 29.** “Millij Turkistan (National Turkistan). Journal of the National Turkistianian Unity Committee for the Struggle of National Liberation of Turkistan”. FONTE: ABN.

O antigo protetor de Kayum no *Ostministerium* de Rosenberg, o professor von Mende, também passou incólume à derrotada nazista na guerra. Sob novos *contractors*, como se verá, von Mende voltaria à ativa. Depois de construir para os nazistas um plantel de emigrantes antibolcheviques que supostamente seriam os “porta-vozes” das minorias nacionais “subjugadas” pela URSS, essa rede construída no *Omi* por von Mende seria reativada. Na sequência, colocada à disposição, mediante pagamento, do serviço secreto de Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra. A isso se voltará adiante. Por ora, basta demarcar que muitos representantes das minorias muçulmanas que serviram a von Mende no *Ostministerium* do III Reich, depois da guerra, alegaram que “tinham lutado por um governo no exílio, não pelos nazistas”; reivindicando “a mais pura das razões para suas ações: a libertação nacional” (JOHNSON, 2010: 32). Esse foi o caso de Kayum, embora suas organizações *Mili Turkistan Birlik Komitesi* tenham sido “essencialmente criações alemãs”.

Muitos dos “representantes” das minorias nacionais que colaboraram com von Mende no *OMi* de Rosenberg, no pós-guerra, insistiram nessa contrafação histórica: teriam apenas lutado para “libertar um povo dos opressores soviéticos para se autogovernarem e professarem livremente sua fé” (JOHNSON, 2010: 32). Não teriam sido, assim, convictos colaboradores nazistas. Inclusive, como já adiantado, esse argumento revisionista e negacionista não se limitou ao uzbeque Kayum, mas se entendeu, aos principais dirigentes do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Como abaixo se verá, a gênese histórica desse grupo fincou suas raízes, especificamente, nessa mobilização das minorias nacionais não-russas da URSS feita, dentro do *Ostministerium* do III Reich, pelo turcologista de Rosenberg: o professor Gerhard von Mende. A história dele, portanto, se não foi *toda* a história do ABN foi, ao menos, uma *parte* constitutiva de sua “pré-história” e primeiro desenvolvimento.

### *1.2. A gênese nazista e o primeiro desenvolvimento do ABN*

Todas as linhagens estudadas até aqui dessa “ultradireita alucinada” – ucraniana, croata, romena, eslovaca, bielorrusa, húngara, letã, búlgara e uzbeque –, que enxergou e seguiu o nazifascismo como “o novo futuro”, encontrariam assento no Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Agora, é hora de estudar a gênese desse Bloco e, de início, vale a pena mencionar a história oficial do grupo condensada em um livro publicado, em 1960, por seu secretário-geral: o “príncipe” georgiano Niko Nakashidze. A publicação dessa brochura teve um objetivo: defender o ABN das acusações lançadas contra alguns de seus membros como se eles fossem antissemitas ou tivessem sido colaboradores nazistas. Imagine. Por isso, Nakashidze intitulou sua história oficial do grupo de “A verdade sobre o ABN: uma resposta às provocações dos Quinta-colunas de Moscou no Ocidente” (1960). De início, o secretário geral do Comitê Central do ABN dedicou-se a rechaçar, de plano, quaisquer “denúncias” de antissemitismo e/ou colaboracionismo nazista como sendo fruto da “propaganda soviética”. Todavia, mais importante do que acompanhar os lances do contorcionismo argumentativo do “príncipe” georgiano em seu esforço de negar uma objetividade histórica – a saber, o passado antissemita e protonazista de seus pares antibolcheviques –, a brochura de Nakashidze é importante à historiografia por certas razões.

A primeira delas é que, ao defender os membros do ABN da acusação de terem colaborado com o III Reich, ele acabou por justificar aquilo que pretendia negar. Os membros do ABN teriam mesmo colaborado com os nazistas, mas por uma razão muito “nobre”: era preciso guerrear a URSS a fim de conquistar a “liberdade” dos “povos” mantidos “em cativeiro” pelos soviéticos. Não importava como, e nem ao lado de quem, era preciso guerrear os soviéticos em nome das “nações antibolcheviques”. O segundo motivo a justificar a importância da brochura de Nakashidze reside no modo como ela articula e detalha a autoimagem do ABN acerca de sua gênese histórica. Não a localiza em 1946, quando o grupo formalizou-se com seu nome definitivo, mas em 1943, ou seja, no marco da II Guerra Mundial.

Com a palavra, o “historiador” Nakashidze. Segundo ele, o ABN foi criado em uma reunião secreta realizada em 1943. Quem participou dessa assembleia constituinte? Representantes das “nações escravizadas da Europa Oriental e Ásia”. O motivo? De acordo com o “historiador” oficial do ABN, durante a II Guerra, “os povos não-russos encarcerados na União Soviética não pretendiam lutar pela Rússia, um fato que era evidente pela deserção em massa de soldados não-russos do Exército Vermelho para o lado alemão” (NAKASHIDZE, 1960: 14). Como a ideia fixa de “reconquistar” a “independência” de seus Estados-nacionais caso a Rússia fosse derrotada na guerra, “nossos povos consideravam que a Alemanha poderia corresponder aos desejos desses povos encarcerados na União Soviética” (NAKASHIDZE, 1960: 14). Entretanto, esses “povos não-russos” que apostaram todas as suas fichas no III Reich a fim de “restaurar a independência do Estado em seus países”, rapidamente, teriam se decepcionado com a agressividade nazista não contra seus inimigos, mas com seus aliados do leste europeu.

Como tratar dessa forma os “porta-vozes” de “povos não-russos” que, por serem antibolcheviques, buscavam cooperar com o Reich? O caso exemplar dessa agressão nazista contra aqueles que estavam dispostos a colaborar, registrou Nakashidze, foi o caso do “governo formado pelo Presidente do ABN, Jaroslaw Stetzko, [que] depois de proclamar a restauração da independência do Estado ucraniano, foi preso e membros do seu governo foram deportados para campos de concentração” (NAKASHIDZE, 1960: 15). Depois disso, argumentou Nakashidze, “em seu desespero esses povos não tinham outra escolha a não ser pegar em armas e lutar como *partisans*, nomeadamente em duas frentes [*fronts*]: contra os russos e contra os alemães” (NAKASHIDZE, 1960: 15).

Pronto, eis o sumário: primeiro, o georgiano justificou a colaboração inicial com os nazistas, comprovando o que pretendia negar; depois, alegando a falta de colaboração dos nazistas à causa dos “povos não-russos”, os “pais fundadores” do ABN teriam luta em dois *fronts*. Ou, nas palavras já citadas de Stetsko, contra duas *tiranias totalitárias* ou dois *imperialismos*: o bolchevismo e o nazismo. Os “pais fundadores” do ABN, portanto, teriam sido *partisans* antibolcheviques e antinazistas. Uma autoimagem deveras complacente, não? Mesmo assim, o georgiano não deixou de lamentar a derrota nazista na II Guerra Mundial como tendo sido fatal ao destino dos “povos não-russos encarcerados pela URSS”: “Quando se tornou óbvio que a derrota alemã era inevitável e que as hordas comunistas russas não poderiam mais ser contidas em seu avanço ao Ocidente, ficou evidente que a libertação de nossos povos seria postergada indefinidamente” (NAKASHIDZE, 1960: 15).

#### *1.2.1. Ucrânia, 1943: a Conferência da Frente Antibolchevique das “Nações Subjugadas” em Žytomyr*

Assim que, acompanhando ainda a “história oficial” do ABN, uma vez que seus “pais fundadores” foram abandonados pelos nazistas – em especial quando Hitler revogou o Estado “independente” da Ucrânia proclamado por Stetsko em nome de seu *Providnyk* Stepan Bandera e os *banderites* em campos de concentração –, era preciso mudar de rota. Foi quando “tornou-se necessário unir todas as forças dos povos subjugados a fim de conduzir uma luta conjunta” (NAKASHIDZE, 1960: 15). Desse modo, “sob a iniciativa dos nacionalistas ucranianos, a primeira reunião dos representantes desses povos, na qual questões vitais foram discutidas, acordos feitos e tarefas essenciais definidas, foi realizada em novembro de 1943, em algum lugar nas florestas de Volhynia, próximo a Zhytomir” (NAKASHIDZE, 1960: 15).

“Em 1944, outra conferência foi realizada em segredo na Cracóvia”, onde “todas os povos subjugados foram representados e o programa político do ABN já havia sido elaborado em detalhe” (NAKASHIDZE, 1960: 15). Os ultranacionalistas ucranianos citados como organizadores da reunião fundadora do ABN em 1943, como identificou o jornalista britânico Stephen Dorril, foram os mesmos que fundaram o Exército Ucraniano Insurgente (UPA). Como visto, o UPA (*Ukaryins'ka Povstans'ka Armiya*) foi o braço armado do grupo de *banderites* da Organização de Nacionalistas Ucranianos, a OUN/B.

Suas milícias foram treinadas pelas Waffen-SS e executaram uma limpeza étnica nos territórios que controlaram. Ao lado dos nazistas, tomaram parte da execução da *Shoa* na Ucrânia e na Polônia. Aquele que seria, a partir de 1943, o comandante do UPA, Roman Shukhevych, antes havia sido o comandante da OUN/B no *Nachtigall*, o batalhão misto nazi-ucraniano que ocupou a cidade de Lviv em 1941. Criado a partir das unidades de guerrilha da OUN/B em 1943, o UPA dedicou-se ao terrorismo, violência, sabotagem e repressão “dos *partisans* soviéticos nas áreas de retarguarda” (SABRIN, 1991: 8). Embora treinado pelos nazistas e apesar de ter guerreado *com* eles *contra* soviéticos, *partisans*, judeus e poloneses, o UPA também se “desentenderia” com os militares alemães.

Nas escaramuças de guerra, as milícias do UPA chegaram a assassinar seus oficiais superiores nazistas e abandonaram seus postos. Nesse contexto, ainda em 1943, “um número de Prisioneiros de Guerra e desertores do Exército Vermelho e de unidades não-alemãs da SS, incluindo bielorrussos, georgianos, azerbaijanos, turquestaneses, cossacos, armênios, uzbeques, tártaros e até mesmo russos, foram aceitos no UPA **‘para criar uma formação nacional de povos escravizados’**” (DORRIL, 2000: 229, grifo meu). Essa frente única dos “povos escravizados” pela URSS organizada pelo UPA, em 1943, constituiu a gênese histórica *específica* do ABN, que passaria a se autoretirar, no pós-guerra, como “‘uma terceira força militar e política na Europa do Leste’ que rapidamente tornou-se ‘a campeã de todas as forças revolucionárias, representando não apenas o movimento de resistência da Ucrânia, mas de todos os povos subjugados da Europa Oriental, do Cáucaso e da Ásia Central’” (DORRIL, 2000: 229).

Apesar das violentas escaramuças das milícias da OUN/B com os soldados alemães, os nazistas enxergaram como “alvissareira” a criação de uma frente nacionalista dos “povos não-russos” antibolcheviques. O III Reich patrocinou a iniciativa que demarcou, historicamente, a origem do ABN. E qual foi o setor do aparelho de Estado da ditadura hitlerista que se encarregou disso senão o *Ostministerium* de Alfred Rosenberg? E quem supervisionava a política de ajuda do *OMi* às “minorias nacionais” antibolcheviques da URSS senão o já citado Gerhard von Mende? Referindo-se à iniciativa do UPA para a formação de uma frente multinacional de “povos escravizados” pela URSS para combatê-la na II Guerra Mundial, Stephen Dorril esclarece que “o **OMi de Rosenberg e a Inteligência alemã** viram isso como uma oportunidade para coordenar a

atividade de resistência contra o Exército Soviético e **patrocinaram o comitê de nações subjugados**” (DORRIL, 2000: 229, grifo meu).

Dessa maneira, o serviço secreto nazista e o *OMi* de Rosenberg financiaram a reunião organizada pelo UPA que, na versão oficial do “historiador” Nakashidze, fundou em 1943 o ABN. Assim que, “entre 21 e 22 de novembro [de 1943], **os nacionalistas da OUN/B em Zhytomir criaram uma ‘Frente Antibolchevique’ para coordenar as atividades das minorias étnicas soviéticas ‘escravizadas’**” e, “tolerada pela Inteligência alemã, a conferência foi atendida por trinta e nove delegados representando doze povos da Europa oriental e da Ásia” (DORRIL, 2000: 229, grifo meu). “Os azerbaijanos enviaram seis delegados, os basquires um, os bielorrussos dois, Armênia quatro, Geórgia seis, Cabárdia-Balcária um, Ucrânia cinco, os turquestaneses seis (uzbeques cinco, os cazaques um), os ossetas dois, os tártaros quatro, os circassianos um e os chuvaches um” (DORILL, 2000: 824).

O *slogan* então adotado pela *Frente Antibolchevique* consolidou o lema de combate “Liberdade do Indivíduo! Liberdade das Nações!”, exatamente o mesmo dístico que o ABN estamparia no póstico de seus boletins oficiais. Em resumo, “a frente foi um precursor direto do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) do pós-guerra, embora os nacionalistas tenham continuado a negar suas origens nazistas” (DORRIL, 2000: 229). Porém, as *origens nazistas* da Frente Antibolchevique de 1943 que deu azo à criação do ABN constituem uma objetividade histórica ineliminável, a despeito de todos intentos revisionistas e negacionistas que, ontem como hoje, buscam adulterá-la. Isto é, “o ABN foi criado em 1943 sob o controle do *OMi* nazista e de Alfred Rosenberg” (DORRIL, 2000: 443).

A bem da verdade, essa origem pró-nazista da Frente Antibolchevique de 1943 não foi propriamente *negada* pelo livro “A verdade sobre o ABN” de Nakashidze. Mais do *negá-la*, o “príncipe” georgiano buscou *justificá-la*. Argumentou, em suas palavras: “O fato de que muitos de nós lutaram no lado alemão contra o imperialismo russo e o bolchevismo atendeu aos nossos interesses nacionais” (NAKASHIDZE, 1960: 14). E essa opção dos “pais fundadores” do ABN de terem lutado ao lado do III Reich não se justificaria “apenas” pelos *interesses nacionais* dos “povos escravizados” pela URSS. O colaboracionismo nazista estaria também justificado *política e moralmente*: “O fato de que alguns de nós lutaram no lado alemão contra a Rússia pode ser justificado a partir do ponto de vista nacional, político e moral” (NAKASHIDZE, 1960: 14).



Sem embargo, quer seja o “historiador oficial” do ABN quer seja sua mitografia em geral, embora circunscrevam a origem do grupo na Conferência da Frente Antibolchevique das “Nações Subjugadas” de 1943, convocada pelo UPA e realizada em Zytomir, todos *negam* que os nazistas estiveram na retarguarda política e financeira da iniciativa. Assim que “a literatura do ABN reivindicou sua descendência direta ao comitê de 1943 das nações subjugadas”, mas “ignoraram o fato de que ele foi organizado pelo *OMi* de Rosenberg” (DORRIL, 2000: 825). Inclusive, ao fim da guerra, o III Reich voltou a mobilizar os “nacionalistas/protonazistas” da OUN e do UPA. Os nazistas voltaram a engajá-los em seu esforço de guerra derradeiro contra a URSS. Por exemplo. Antes dos soviéticos reconquistarem a Galitzia ucraniana, em 1944, “o órgão supremo e único guia do povo ucraniano para o período de sua luta revolucionária’, o Conselho Supremo de Libertação Ucranina (UHVR), foi criado em uma reunião nas montanhas cárpatas, em 12 de julho, pela OUN/B para unir todas as frações” (DORRIL, 2000: 230). A deterioração de sua situação militar levou os nazistas a apoiarem mais essa iniciativa da OUN/B. Até o último momento da II Guerra Mundial, as duas alas da OUN – a *Banderivtsi* e a *Melnykivtsi* – colaboraram com os nazistas.

O próprio Heinrich Himmler sancionou “um programa secreto da SS, Operação Sunflower, projetada para coordenar esforços da Alemanha com a OUN durante a retirada alemã da União Soviética” (DORRIL, 2000: 230). Sendo já previsível a derrota nazista, entretanto, “o UPA insistiu que as negociações fossem mantidas em segredo a fim de manter vivo o mito de que ele não cooperou com os nazistas” e, em outubro de 1944, “na medida em que a Ucrânia finalmente passava ao controle soviético, Melnyk, Borovets, Bandera e Stetsko foram libertados da prisão para organizar a defesa final” (DORRIL, 2000: 230). Consumada a derrota militar do III Reich, o *Providnyk* Stepan Bandera conseguiu escapar do Exército Vermelho e “finalmente emergiu na Zona Britânica da Alemanha, onde ele restabeleceu contato com o MI6” (DORRIL, 2000: 231). Se Bandera não venceu a guerra, ao menos conseguiu convencer o serviço secreto britânico, “com alguma justificativa”, de que “seu grupo estava organizando uma rebelião na Ucrânia” (DORRIL, 2000: 231). Foi assim que o MI6 passou a empregar o *Providnyk* dos “nacionalistas/protonazistas” ucranianos em operações de guerrilha e contrainteligência na Ucrânia soviética do pós-guerra.

### 1.2.2. ABN, 1946: um ativo protonazista do *Ostministerium* reativado pelo MI6 britânico

E o serviço secreto internacional de Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra, não passou a financiar e coordenar as atividades apenas dos *banderites* do OUN/B, do UPA e do UHVR. Em abril de 1946, “com a ajuda do MI6, a OUN/B criou uma abrangente organização para todos os antigos movimentos nacionalistas pró-fascistas do exílio, reconstituindo a Frente Antibolchevique de 1943 patrocinada pelos nazistas como o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN)” (DORRIL, 2000: 233). Mais precisamente, em 16 de abril de 1946, as Unidades Estrangeiras da Organização dos Nacionalistas Ucrânicos, ou ZCh/OUN (acrônimo de *Zakordonni Chastyny Orhanizatsia Ukrain's'kykh Natsionalistiv*), “fundaram o Bolco Antibolchevique de Nações” e, “assim como as ZCh/OUN, o ABN foi financiado pelo MI6, que utilizou intermediários no Vaticano a fim de ocultar suas fontes” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 323-324). Inclusive, “muitos agentes das ZCh/OUN foram treinados em prédios do MI6 em Londres” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 331). No pós-guerra, o serviço secreto britânico enviou esses *banderites* à República Socialista Soviética da Ucrânia para que restabelecessem suas conexões com remanescentes da OUN em território ucraniano. Durante o preparo dessas missões, que se revelariam suicidas, o *Providnyk* Bandera instruíu pessoalmente os agentes, assim como seu ex “primeiro ministro” Stetsko, que lhes informava sobre a existência do novo ABN.

Dessa maneira, no pós-guerra “o MI6 ressuscitou o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) outrora patrocinado pelos nazistas” (DORRIL, 2000: 163). Caracterizado por Stephen Dorril como um grupo “neofascista”, o ABN “foi a mais extremista e mais importante de todas as organizações do exílio durante a Guerra Fria” (DORRIL, 2000: 163). Em 1947, um ano depois de sua criação oficial, “o MI6 passou a ampliar o ABN em um órgão para coordenar e organizar as atividades de todos os grupos de emigrantes que ele apoiava secretamente” (DORRIL, 2000: 237). O MI6 tentou convencer o ABN, já controlado pelos *banderites*, a cooperar com outras federações de refugiados do leste europeu financiadas, tradicionalmente, pelos britânicos. O ABN recusou-se a juntar forças com a *Intermarium* e em especial com a Liga de Prometeu das Nações Subjugadas por Moscou, pois esta permitia poloneses.

Em 1948, “um novo e ampliado ABN – incluindo os mais extremados dos grupos nacionalistas em suas fileiras – foi formalmente lançado com Yaroslav Stetsko assumindo a

presidência, enquanto a OUN/B conquistou o poder supremo” (DORRIL, 2000: 238). Assim que, utilizando intermediários no Vaticano para ocultar a origem dos recursos, “além de financiar um número de seus componentes, o MI6 forneceu uma enorme quantia de dinheiro para o ABN” (DORRIL, 2000: 238-239). Optou-se por estabelecer a sede do ABN na Alemanha Ocidental, e não na Grã-Bretanha. A cidade escolhida foi Munique. Isso permitiu ao MI6 utilizar o ABN como organização de fachada para suas operações encobertas junto aos emigrantes da Europa Oriental internados nos Campos de Pessoas Deslocadas na zona alemã sob sua ocupação no pós-guerra. “Panfletos e pôsteres bem-produtos apareceram nas zonas de ocupação da Alemanha” e os recursos para sua produção e distribuição vinham de “uma subvenção secreta do MI6” (DORRIL, 2000: 233).

Mas, indaga Stephen Dorril, o MI6 não considerou “problemático” financiar e reorganizar ex-colaboradores nazistas que, um pouco antes, lutaram contra a Inglaterra na II Guerra Mundial? Nem um pouco. Inclusive, muitos dos oficiais do MI6 estavam de há muito convictos de que “a batalha com os nazistas havia sido apenas um interlúdio na luta contínua contra os bolcheviques” (DORRIL, 2000: 163). Em nome do antibolchevismo, no pós-guerra, “o MI6 estava desesperado para reunir informações de inteligência sobre o que estava acontecendo detrás das linhas soviéticas nos territórios recentemente ocupados” (DORRIL, 2000: 231).

Desse modo, mal acabada a II Guerra, o serviço secreto britânico começou a “recrutar, sem discriminação, agentes que poucos meses antes colaboraram ativamente com os nazistas e em alguns casos foram responsáveis por atrocidades contra os judeus” (DORRIL, 2000: 163). A fundação e o patrocínio do ABN pelo MI6 britânico encontraram precisamente aí sua razão de ser. Aí também fincaram-se as razões históricas que conduziram à já advertida transmutação de ex-protonazistas em *coldwarriors*. Os ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental e da Ásia Central que integraram o ABN, em sua esmagadora maioria criminosos de guerra foragidos, transmutaram-se na Guerra Fria em *freedom fighters* antibolcheviques. Como esclarece o jornalista Christopher Simpson, aqueles nazistas, fascistas e ex-colaboradores que escaparam da punição por seus crimes e foram empregados pelos serviços secretos dos países capitalistas ocidentais eram portadores de um importante “ativo” para ser reutilizado na Guerra Fria: o anticomunismo. Não se deve esquecer de “uma das principais características da filosofia política nazista: o anticomunismo extremo e particularmente o ódio fanático à URSS” (SIMPSON, 1989: 13).

Essa característica básica do nazismo, sob nova roupagem, nutriu e realimentou a contrarrevolução capitalista da Guerra Fria. Foi o antibolchevismo que historicamente viabilizou o transformismo de esses antigos protonazistas em *coldwarriors*<sup>29</sup>. E o ABN foi o “caso de sucesso” dessa continuidade entre o antibolchevismo nazista com o anticomunismo da Guerra Fria. Se em alguns casos “o apoio ao fascismo ou a colaboração com o invasor afastou as pessoas envolvidas da vida pública por uma geração após 1945”, na Guerra Fria encontrou-se “bastante uso para essa gente no submundo ou *demimonde* das operações militares e de espionagem ocidental” (HOBSBAWM, 1995: 196). O ABN pode ser enquadrado nessa categoria, uma vez que seus membros atuaram nesse submundo das operações militares e da espionagem dos serviços secretos ocidentais. Porém, com um *plus*. O ABN estruturou-se, graças ao MI6, como uma organização de dupla face. Certamente operou no *demimonde* referido por Eric Hobsbawm, mas a organização também atuou de forma pública, ostensivamente, desenvolvendo complexas atividades de propaganda política junto ao exílio antibolchevique do leste europeu.

Sem embargo, uma pergunta-chave precisa ser feita sobre a estruturação do ABN pelos britânicos em 1946. O MI6 “montou” o ABN sozinho? O serviço secreto de Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra, não contou com a ajuda, por exemplo, de algum *expert* em emigrantes antissoviéticos da Europa Oriental e da Ásia Central? Certamente que sim. O MI6 contratou de fato um assessor de “alto nível” para isso. Mas, pergunta-se, quem foi ele? Ninguém menos que o *turcologista* de Alfred Rosenberg, o professor nazista Gerhard von Mende. Aquele que, no Ministério dos Territórios Ocupados do Leste (*OMi*) do III Reich, foir o chefe “da divisão de ‘Povos Estrangeiros’, essencialmente supervisionando a política inteira do *Ostministerium* em relação às minorias soviéticas” (JOHNSON, 2010: 25). O Corpo de Contrainteligência do Exército (CIC) dos EUA também registrou que os britânicos eram os novos *contractors* de von Mende. O ex-diretor político do *OMi* foi monitorado como um operador “em nome do serviço de inteligência britânico” (CIC, 1951: 2). Mas o que faria em nome do MI6? O CIC anotou: von Mende era “o chefe de um projeto de pesquisa britânico sobre minorias nacionais [da URSS]” (CIC, 1951: 3).

---

<sup>29</sup> É bem verdade que, no pós-guerra, o anticomunismo nazista e seu ódio à URSS precisaram ser despidos de antissemitismo, sendo assim abandonado o mito reacionário do judeu-bolchevismo, aquele que no pré-guerra matrizou e assanhou a fúria genocida de todas as linhagens da “ultradireita alucinada” que comporiam o ABN. Na Guerra Fria, construiu-se outra ideologia capitalista, aquela de uma civilização judaico-cristã ocidental ameaçada de morte pelo barbarismo asiático bolchevique. O historiador Paul Hanebrink (2018) estudou esse transformismo ideológico.

Isto é, exatamente aquilo que fizera no *OMi* de Rosenberg a serviço do III Reich nazista, von Mende estava fazendo para o MI6 a soldo de Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra. Incrível, não? O CIC dos EUA ainda destacou que von Mende era o responsável, na Alemanha Ocidental, pela coordenação da “propaganda antibolchevique” dentro do “sistema de inteligência britânico na Zona dos EUA” (CIC, 1951: 4). Em suma, no pós-guerra, o ex-turcologista de Rosenberg tornou-se “um agente britânico” (CIC, 1951: 4), passando a atuar “como um talentoso observador e conselheiro de alto nível para o MI6 sobre exilados da Europa Oriental” (DORRIL, 2000: 219). Von Mende colocou à disposição do MI6, assim, toda a rede de emigrantes dos “povos não-russos” da URSS que empregara no *OMi* do III Reich. Esse fato histórico constituiu, três anos depois da Conferência da Frente Antibolchevique das “Nações Subjugadas” de 1943 em Zytomir na Ucrânia, a “segunda” gênese do ABN.

Em 1946, esses antibolcheviques puderam contar com um novo *contractor*, o MI6 britânico, e com um velho patrono, o nazista von Mende. Consequentemente, esclarece o jornalista Ian Johnson, o ABN estava “repleto de ex-colaboradores do *Ostministerium* de von Mende” (JOHNSON, 2010: 49). Como tantos outros nazistas de “alto nível”, von Mende não só escapou incólume de qualquer punição no pós-guerra, como continuou fazendo exatamente o mesmo que fazia para o III Reich sob outros empregadores. E von Mende serviu tanto aos britânicos quanto à contrainteligência da Alemanha Ocidental. Ele chegou inclusive a ser “disputado” pelos EUA, também interessados no plantel de emigrantes antissoviéticos que von Mende cultivara no *Ostministerium* do III Reich. Os serviços secretos dos EUA buscaram “capturar a rede de emigrantes de von Mende”, confiantes de que ela poderia oferecer “uma operação pronta para penetrar na União Soviética” (JOHNSON, 2010: 54). Por isso que, preso e interrogado pelos EUA, “von Mende foi para casa e começou sua nova vida como um agente de inteligência autônomo” (JOHNSON, 2010: 55). A CIA aproximou-se de von Mende, conferindo-lhe o codinome “Capriiform”, “aquele com formato de cabra” (JOHNSON, 2010: 57).

Na sua nova carreira de *agente de inteligência autônomo*, von Mende foi então empregado pelo MI6, foi subsidiado pelos serviços secretos da Alemanha Ocidental e não deixou de manter conexões com os EUA. Para isso, criou dois *think tanks* por meio dos quais deu uma fachada a suas atividades de “coleta de informações e engajamento em propaganda encoberta” contra os soviéticos e os países soviéticos do leste europeu (JOHNSON, 2010: 57). Montou

assim o Escritório para Estrangeiros Expatriados (*Buro fur heimatvertriebene Auslander*) e o Serviço de Pesquisa Europa Oriental, “financiados por várias agências da Alemanha Ocidental” (JOHNSON, 2010: 61). No pós-guerra, o “Capriform” von Mende, embora “desnazificado”, não deixou de ser um “anticomunista virulento que beirava o fanatismo” (JOHNSON, 2010: 54).

Contudo, ele foi obrigado a abandonar seu virulento antissemitismo do pré-guerra, que ficou registrado em uma brochura que escreveu em 1938, sob encomenda do Anti-Komintern do III Reich, sobre “a excepcional justificação do aparato comunista na União Soviética” (JOHNSON, 2010: 64). Von Mende teve de abandonar o mito nazista do “judeu-bolchevismo”. Saiu de cena o antissemitismo, mas permaneceu o antibolchevismo, como visto, o elo entre a “Cruzada” do Reich contra a URSS e os *coldwarriors*. A ideia-guia que von Mende “vendeu” aos serviços secretos ocidentais que passaram a empregá-lo era “a velha visão do *Ostministerium*: as minorias eram o calcanhar de Aquiles dos soviéticos” (JOHNSON, 2010: 64). Nisso, explica Ian Johnson, ele repôs uma de suas publicações nazistas atravessada pelo antissemitismo. Intitulada “Os povos da União Soviética”, essa publicação era “um panfleto trapaceiro para ideólogos nazistas” repleto de *slogans* como esses: “Os grandiosos povos não-russos da URSS buscam o seu próprio Estado!” e ‘Desde 1917 a consciência nacional dos grandiosos povos não-russos na URSS despertou!’” (JOHNSON, 2010: 20).

Valendo-se desse arsenal ideológico construído sob o nazismo, von Mende, já então associado aos serviços secretos da Grã-Bretanha, da Alemanha Ocidental e dos EUA, buscou “reconstruir a equipe do *Ostministerium*” (JOHNSON, 2010: 69). E, a serviço do MI6 britânico, o ABN foi a sua principal “recriação”. Para se aquilatar melhor o *know-how* desse novo “agente britânico”, vale a pena pontuar o que havia sido, exatamente, o seu antigo local de trabalho, o Ministério dos Territórios Ocupados do Leste (*OMi*). Este tinha sido criado pelos nazistas depois da invasão da Iugoslávia. Hitler nomeara Rosenberg como seu ministro e o *OMi* ocupou um lugar crucial na agressiva cosmovisão imperialista de Hitler. Sonhando em “criar um gigante império territorial para a Alemanha”, que ao leste abarcaria a Polônia, a Bielorrússia, a Ucrânia e a Rússia, Hitler incumbiu o *OMi* da missão de “supervisionar essa transformação massiva” (JOHNSON, 2010: 23). Encarregou-se o Ministério de Rosenberg de reorganizar “as fronteiras políticas e os grupos étnicos dos territórios conquistados” (JOHNSON, 2010: 23).

Todavia, houve séries divergências entre Hitler e Rosenberg sobre o que fazer futuramente com “os povos não-russos” do leste europeu. O *Führer* desejava escravizar a maior parte deles, tratá-los como *Untermenschen*, isto é, *subumanos*. Rosenberg, ao contrário, planejava aliar-se com a maior parte deles, enxergando neles aliados antissoviéticos com enorme potencial militar. Em suma, contrariando o próprio Hitler, Rosenberg “simpatizou com os povos não-russos da União Soviética” (JOHNSON, 2010: 23-24). Apesar dessas diferenças nada desprezíveis, Rosenberg seria crucial como ministro do *OMi* para os planos de Hitler para a conquista do leste europeu e da “Índia da Alemanha”, isto é, a Rússia<sup>30</sup>.

Se Rosenberg foi “estratégico” para o *Führer*, Gerhard von Mende foi essencial para Rosenberg e, não por acaso, tornou-se o chefe da divisão de “Povos Estrangeiros” do *OMi*. Na Guerra Fria, contudo, de volta à ativa, von Mende não poderia ser lembrado como um fanático nazista e antissemita de alto escalão. Imagine. Era preciso *revisar* sua história pretérita. E para isso foram utilizadas as divergências intranazistas entre Hitler e Rosenberg. Elas seriam evocadas para demonstrar uma suposta “benevolência” de von Mende no trato dos “povos não-russos”. Esse “humanista” teria sido “o melhor amigo” das minorias não-russas “escravizadas” pela URSS. Foi assim que von Mende apareceu em um obituário publicado pela *Correspondência do ABN* e redigido por sua esposa, Karoline von Mende. Morto em 16 de dezembro de 1963, o ABN publicou em janeiro de 1964 o obituário “Grande Perda”.

Nele, a esposa do falecido não negou que von Mende fora o diretor do “departamento para todos os povos não-russos” no *OMi*. Mas ele teria aproveitado essa sua posição de “alto nível” no III Reich para batalhar por um tratamento “mais humano” aos “povos não-russos” e até mesmo dos “soldados russos” que foram recrutados nas “assim chamadas legiões pelo Exército alemão e pela SS para lutarem por sua liberdade nacional e para libertação do comunismo” (ABN, 1964, v. XV, n.º 1, p. 38). Segundo sua viúva, von Mende buscou a todo momento “aliviar a sina dos prisioneiros de guerra, prevenir execuções a serem realizadas, prevenir discriminações contra os trabalhadores dos territórios do Leste e combater a ‘teoria dos seres inferiores’ de Himmler” (ABN, 1964, v. XV, n.º 1, p. 38).

---

<sup>30</sup> A Rússia foi vista por Hitler como a “Índia da Alemanha”, isto é, “um país de dimensão continental com fontes aparentemente inesgotáveis” (JOHNSON, 2010: 23). E, tal qual os britânicos fizeram na “sua” Índia, os nazistas teriam também o “direito” de fazer o mesmo com a URSS, ou seja, conquistar, dominar e explorar como uma de suas colônias.

E surtiram efeito as ações dos von Mende? Segundo a viúva, sim. “Como resultado do trabalho de meu marido, nós estabelecemos contato com incontáveis pessoas da Europa do Leste e muitos daqueles que não foram extraditados depois ainda são nossos colegas hoje” (ABN, 1964, v. XV, n.º 1, p. 38). Ou seja, a clique do ABN. O obituário da senhora von Mende ainda deixou entrever o papel que o casal teve no “resgate” de ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental. Na iminência da derrota nazista, assegurou a viúva, “meu marido fez tudo o que podia para trazer pessoas do leste ao oeste assim que possível” (ABN, 1964, v. XV, n.º 1, p. 39). Mas não bastaria “contrabandear” para a Alemanha ex-colaboradores nazistas do leste europeu. Foi preciso “desnazificá-los” também. Daí que a senhora von Mende registrou que “a primeira coisa que nós tivemos de fazer foi refutar a ideia, que se tornou um complexo para muitas pessoas, de que os emigrantes da Europa do Leste tinham sido nacional-socialistas e colaboradores do regime de Hitler” (ABN, 1964, v. XV, n.º 1, p. 39).

Imagine. Na sequência, a viúva von Mende repisou um dos argumentos do “historiador oficial” do ABN Niko Nakashidze, a saber: os emigrantes do leste europeu *apenas* “aproveitaram a primeira oportunidade que se lhes apresentou depois de mais de vinte anos para lutar contra a opressão e pela liberdade nacional e pessoal” (ABN, 1964, v. XV, n.º 1, p. 39). A viúva assegurou que, no pós-guerra, as atividades de seu marido contaram com o apoio oficial das autoridades alemãs ocidentais, pois, o Escritório para Estrangeiros Expatriados de von Mende havia sido fundado “em cooperação com as autoridades de Bonn em 1951” e que, por intermédio dele, “nós adquirimos mais e mais pessoas” (ABN, 1964, v. XV, n.º 1, p. 39).

Não à toa, pois, von Mende recebeu o epíteto de “o melhor amigo” dos “povos não-russos” da URSS. Quer seja no *OMi* de Rosenberg, quer seja a serviço da Grã-Bretanha e da Alemanha Ocidental, o professor von Mende foi um incasável organizador político das minorias não-russas “escravizadas” pelo bolchevismo. Não por acaso, o primeiro Congresso de projeção internacional do ABN contou com a “mão invisível” de von Mende. Em um documento de 28 de junho de 1949 sobre “O Grupo de Stepan Bandera”, a CIA flagrou as gestões ocultas dos dois “criadores” do ABN – von Mende e o MI6 – nos preparativos do Congresso do grupo de 1950. Registrou-se que, “em 19 de maio de 1949, Kajum Khan informou nossa fonte que Stetzko e Kajum Khan foram requisitados pelo Professor von Mende para irem a Londres em junho a fim de participarem de certas discussões antibolcheviques” (CIA, 1949b: 1).



O presidente do ABN Stetsko já se encontrava “em posse de um passaporte e um passaporte foi prometido a Kajum Khan por meio do Professor von Mende. Os arranjos preliminares para essa viagem foram feitos por Mende e Stetzko durante a visita de Mende a Munique por volta de meados de março de 1949” (CIA, 1949b: 1).

### *1.2.3. Escócia, 1950: o Congresso do ABN em Edimburgo*

Um ano depois dessa reunião provavelmente mediada pelo MI6 na capital da Inglaterra entre Stetsko, Kayum e von Mende, o ABN realizou o seu primeiro Congresso internacional, na Escócia, em Edimburgo. A “Edição Extra” da *Correspondência do ABN*, de julho de 1950, dedicou-se exclusivamente à cobertura do congresso. Sua capa estampou: “A Convenção do ABN em Edimburgo. A todas as Nações do Mundo que ainda permanecem livres”. O periódico oficial do grupo informou que a “Convenção de Delegados dos Movimentos de Resistência – o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) – realizou-se em Edimburgo entre 12, 13 e 14 de junho de 1950, convocada sob os auspícios da Liga Escocesa para a Liberdade Europeia” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 1). Mas o que era e quem dirigia essa Liga, SLEF em sua sigla em inglês? Segundo um especialista no assunto, as impressões digitais ocultas da SLEF “podem ser encontradas em todas as operações de exilados patrocinadas pelo MI6” e, ao lado de sua organização-irmã, a Liga Britânica pela Liberdade Europeia (BLEF, na sigla em inglês), cumpriram a função de “apoiar e proteger um conjunto de sólidos anticomunistas do qual o MI6 foi capaz de recrutar agentes” (DORRIL, 2000: 425).

Em resumo, a SLEF e a BLEF eram organizações anticomunistas de fachada teleguiadas pelo MI6. A SLEF foi criada, em 1944, por John Finlay Stewart. Era integrada por “proeminentes membros da alta burguesia e da aristocracia rurais, isto é, o *establishment* escocês com ligações com a família real” (DORRIL, 2000: 425). No pós-guerra, Stewart “começou a trazer à Grã-Bretanha poloneses, bálticos, croatas e ucranianos” e, em 1950, “a SLEF estava ajudando a trazer os elementos mais radicais dos emigrantes e estava sendo apoiado em seus esforços pelo MI6” (DORRIL, 2000: 441). Isto é, o Congresso do ABN na Escócia contou a SLEF como seu organizador público e com o MI6 como seu organizador oculto. *Made by SLEF and MI6.*

Além destes, a Convenção teve ainda o patrocínio da unidade de propaganda do Escritório de Assuntos Estrangeiros (o Departamento de Pesquisa e Informação ou IRD, na sigla em inglês). O Congresso do ABN em Edimburgo, na caracterização de Stephen Dorril, reuniu “um número de bandidos assassinos, colaboradores nazistas e criminosos de guerra procurados que estavam trabalhando com o MI6 em operações de exilados contra a União Soviética – sendo o grupo mais importante composto pelos ucranianos” (DORRIL, 2000: 442). Tanto os ucranianos *banderites* quanto os demais participantes “foram providos com passaportes e documentos de viagens pelo MI6 e hospedados em hotéis às expensas do Serviço [Secreto de Sua Majestade]” (DORRIL, 2000: 443).

A abertura do Congresso ficou a cargo do anfitrião Stewart da SLEF. Ele foi seguido pelo presidente do Comitê Central do ABN Yaroslav Stetsko, que discursou sobre “A posição da frente de Libertação do ABN e a luta mundial contra o bolchevismo” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3). Stetsko não foi o único criminoso de guerra e ex-colaborador nazista que o MI6 e o “ex-nazista” von Mende levaram à Grã-Bretanha. Outra “estrela” da Convenção do ABN foi o já analisado “açougueiro de Borisov” Stanislaw Stankievich. Esse criminoso de guerra e ex-colaborador nazista da Bielorrussa apresentou-se como presidente do Centro Nacional Bielorrusso e do Conselho de Nações do ABN, palestrando sobre “A luta pela Rutênia Branca [Bielorrússia] por um Estado Independente” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3). Stankievich defendeu que “o povo bielorrusso amante da liberdade nunca aceitou a escravidão” de seu país pela Rússia tsarista ou pela URSS, salientando que “todos os movimentos insurgentes estão coordenados e subordinados a uma única direção – o Centro Nacional Bielorrusso” (ABN, 1950, v. I, n.º 8, p. 6).

Também não faltou ao Congresso a “estrela” do criminoso de guerra e ex-colaborador nazista da Letônia Alfreds Berzins. Como visto, entre outras coisas, ele fora um SS-letão condecorado com a Cruz de Ferro nazista. Mas na pacata Edimburgo, em 1950, ele discursou sobre “Os recursos econômicos dos povos subjugados pelo bolchevismo”, apresentando-se como o líder do Movimento de Resistência Letão e o presidente do Conselho das Nações do ABN (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3). Ao lado das “estrelas” desses criminosos de guerra e colaboradores nazistas da Ucrânia, da Bielorrússia e da Letônia, não deixou de “brilhar” no Congresso de 1950 “o porta-voz militar do ABN, General Ferenc Farkas, que sob o regime neo-fascista húngaro de Szalasi

tinha presidido uma corte especial que sentenciou oponentes traidores do governo da Cruz Flechada” (DORRIL, 2000: 444).

Esse criminoso de guerra húngaro, condecorado com a Cruz de Ferro nazista, palestrou sobre a “Guerra contra o bolchevismo e a importância militar das nações subjugadas”, conclamou a “sincronização dos esforços e cooperação” e apresentou-se como “presidente do Movimento de Libertação Antibolchevique Húngaro e presidente da Comissão Militar do ABN” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3). Como visto, Farkas montou entre 1947-49 um “governo-no-exílio” contra a Hungria soviética e elegeu como porta-voz Lajos Liptay, ex-líder parlamentar da Cruz Flechada. Liptay também não faltou ao Congresso do ABN na Escócia e, apresentando-se como “ex-ministro da Hungria e membro do Movimento de Libertação Antibolchevique Húngaro”, discursou sobre “A luta da Hungria pela liberdade e cristianismo” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3).

A Frente Nacional Búlgara (BLF) presidida pelo “notório nazista búlgaro” Ivan Docheff também “abrilhantou” a Convenção do ABN. Como visto, à época Docheff era um agente búlgaro da Organização Gehlen, do ex-general nazista que estruturou o serviço secreto da Alemanha Ocidental, e liderava programas político-psicológico (PP), paramilitar (PM) e de guerra psicológica (GP) contra a “Bulgária vermelha”. Muito ocupado, não compareceu ao Congresso da Escócia, mas sua BLF foi representada por Stefan Sawoff, que palestrou sobre “As bases do e o poder por trás do movimento de resistência na luta búlgara pela liberdade” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3). Igualmente, representando os legionários pró-nazistas de Horia Sima, esteve presente no Congresso do ABN “um delegado da Guarda de Ferro romena” (DORRIL, 2000: 443), o general Ion George que, “em nome do Comitê Nacional Romeno”, discursou sobre “A Romênia sob o bolchevismo” (ABN, Extra Edition, 1950, p. 3).

Estando representados no Congresso do ABN os remanescentes dos legionários romenos, por que faltariam os representantes do *ustashismo* croata? Assim que, “a delegação croata foi formada por um *Ustashi* do Movimento de Libertação Croata [HOP] de Pavelic e Hefer” (DORRIL, 2000: 334), o general Hinko Alabanda, que discursou sobre “A luta da Croácia contra o comunismo” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3). Alabanda era um tenente-coronel *Ustashi* promovido em maio de 1945, isto é, nos últimos dias da II Guerra Mundial, a general (*Hrvatsko Domobran* (Defesa da Pátria Croata).

Se, na dicção de Stephen Dorril, *um número de bandidos assassinos, colaboradores nazistas e criminosos de guerra procurados* estiveram presentes no Congresso do ABN de 1950, como faltaria algum representante do Comitê de Libertação Eslovaco (SOV) presidido por Ferdinand Durcankysy. Se esse criminoso de guerra e ex-colaborador nazista eslovaco não pode estar presente pessoalmente, o SOV foi representado por seu vice-presidente I. Bozovsky, que discursou sobre “A luta do povo eslovaco contra a tirania do bolchevismo” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3). Obviamente, o *protégé* uzbeque do “ex” nazista von Mende, criador do ABN a soldo do MI6 britânico, não faltou à Convenção do ABN em Edimburgo. Introduzido como “Príncipe Veli Kajum Khan”, discursou na condição de “presidente do Comitê Nacional do Turquestão Unido” e de vice-presidente do Conselho de Nações do ABN – cuja presidência era exercida pelo ex-SS letão Berzins (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3).

Kajum não era o único colaborador de von Mende dos tempos de *Ostministerium* nazista na Escócia de 1950. Isso porque esteve presente no Congresso um segundo “príncipe” georgiano do ABN, Mikhael von Alschibaja. Recorde-se que Niko Nakashidze, o “historiador oficial” do ABN, igualmente era apresentado como “príncipe” georgiano. Von Alschibaja, como dirigente do Comitê Nacional Georgiano, discursou sobre “A luta da Geórgia por liberdade contra a Rússia Soviética” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3). “Titular da Cruz de Ferro por bravura” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 5, p. 22), von Alschibaja trabalhou para os nazistas na seção especializada em URSS do *Abwehr* e fora “um dos principais líderes de von Mende no *Ostministerium*” (JOHNSON, 2010: 48). Preso no fim da II Guerra pelos EUA, às vésperas de sua repatriação pelos soviéticos, sua fuga foi organizada pelo Corpo de Contrainteligência do Exército (CIC) dos EUA (JOHNSON, 2010: 48). Em 1946, von Mende entrevistou-se, em Munique, com “seu antigo colega georgiano do *Ostministerium*, o Príncipe Alshibaya, presumivelmente para recrutá-lo para os britânicos” (JOHNSON, 2010: 48). Além de Kajum e von Alschibaja, outro colaborador de von Mende no *OMi* participou do Congresso do ABN, Garip Sultan. Na II Guerra, quando o *OMi* e a *Wehrmacht* recrutavam tártaros da Crimeia, “Sultan uniu-se ao escritório de ligação tártaro como um propagandista”, publicando o jornal *Idel’-Ural* (ou *Voga-Ural*) sob a supervisão do escritório de propaganda da *Wehrmacht* (JOHNSON, 2010: 26).

No pós-guerra, integrou-se à SLEF de Stewart que, à época, recrutava para o MI6 portavozes de grupos minoritários soviéticos como os tártaros para combater a URSS (JOHNSON,

2010: 49). Em Edimburgo, Sultan discursou sobre “A luta de Idel-Ural pela independência” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 3), utilizando-se de um termo étnico criado pelos nazistas para se referir aos tártaros da região do rio Volga (JOHNSON, 2010: 49). Comprova-se, pois, que o ABN estava repleto de antigos agentes de von Mende do *Ostministerium* de Rosenberg. Se os EUA tentaram, foram os britânicos que conseguiram capturar a antiga rede de emigrantes antibolcheviques da Europa Oriental e da Ásia Central construída pelo professor von Mende para o III Reich.

O ABN foi criado, sob patrocínio do MI6 britânico, a partir desse plantel de emigrantes protonazistas organizado por von Mende para Rosenberg e Hitler. Um documento da CIA não deixou de anotar essa “coincidência” entre a antiga rede do *OMi* de Rosenberg e o ABN do pós-guerra. Tratou-se de uma carta redigida por um polonês-ucraniano, cujo nome não é revelado, encaminhada às autoridades norteamericanas em 16 de abril de 1961. Nela, aquele “católico anticomunista”, à época vivendo nos EUA, alegou ter sido professor na Universidade de Varsóvia e ter trabalhado por 30 anos “para a criação de uma Ucrânia livre” com “grupos minoritários separatistas anticomunistas” (CIA, 1951f: 1). (Teria sido ele um dirigente da Liga de Prometeu?). O polonês-ucraniano informou aos norte-americanos que recebera uma “informação importante” de um alemão nascido no Azerbaijão e, embora não tenha revelado seu nome, salientou que se tratava de um ex-editor do jornal berlinense *Die Befreiung*. Em suma, o alemão-azerbaidjano comunicara uma “informação importante” ao polonês-ucraniano e este a repassou às autoridades dos EUA.

E qual era a importância dessa informação? Em 1949 o alemão-azerbaidjano teria tido a oportunidade “de observar o professor von Mende em seus esforços de associar os britânicos e seus colaboradores do período de guerra”, isto é, os “ucranianos, rutenos brancos [bielorrussos], georgianos, caucasianos do norte, azerbaidjanos, turcos, tártaros do Volga e turcos de Kirim que, durante a II Guerra Mundial, eram ativos no Ministério do Leste [*OMi*]” (CIA, 1951f: 1). Segundo esse testemunho oculto, a partir de reuniões realizadas em 1949 “entre os britânicos e as pessoas providenciadas por von Mende”, esse “ex” nazista “trouxe todos esses antigos colaboradores para o ABN” (CIA, 1951f: 1). De acordo com “a fonte da fonte”, por assim dizer, von Mende alertou seus “antigos colaboradores do Ministério do Leste, que estavam então parcialmente organizados em grupos e hospedados pelos britânicos em prédios especiais” na Alemanha Ocidental, que, entre os inúmeros grupos de emigrantes anticomunistas, o “seu pessoal estava apoiando apenas o ABN.

Assim sendo, foi por meio desse apoio intensivo que o ABN lentamente tornou-se importante” (CIA, 1951f: 1).

“Os principais apoiadores de von Mende no ABN”, garantiu, eram “os ucranianos de Stetzko”, “o ‘Príncipe’ turco Veli Kayum Khan” e o georgiano von Alchibaia (CIA, 1951f: 1). O missivista polonês-ucraniano, a seu turno, tirou algumas conclusões dessa informação que recebera de sua fonte. Conforme concluiu, o ABN era apenas “uma organização de fachada [*front organization*]” dos “antigos destinatários de ordens” de von Mende e, “portanto, o professor von Mende usa o ABN, provavelmente a pedido do serviço secreto britânico, como um instituto estimado (*vere delungsanstalt*) para seus seguidores. O ABN não apenas admira os prodígios de von Mende mas também o próprio von Mende” (CIA, 1951f: 1). Referindo-se aos Congressos do ABN realizados na Escócia e na Alemanha Ocidental, o missivista anônimo alertou as autoridades norte-americanas para o fato de que, “graças às proclamações de Munique, Edimburgo e outras, o ABN se tornou conhecido do público e von Mende está tirando vantagem desse momento para obter permissão de entrada aos EUA para esses cavalheiros” (CIA, 1951f: 2). O bem-informado missivista decifrou a continuidade, via von Mende, entre o *Ostministerium* nazista e o ABN:

**Na minha opinião, o ABN apenas está sendo utilizado como um instituto de branqueamento político para antigos membros do Ministério do Leste, da SS e do Exército, para fazê-los apresentáveis à sociedade, mas está também tentando dar a impressão para a população alemã (cuja opinião sobre o Ministério do Leste é muito negativa) de que membros do Ministério do Leste estão acima de qualquer suspeita e a eles portanto está sendo dada a chance de se reabilitarem (...). O objetivo final de von Mende é tornar todas aquelas pessoas que serviram a Hitler e Rosenberg simpáticas ao público dos EUA. Von Mende e seus muitos apoiadores pressuem que, mais dia menos dia, os EUA organizarão os imigrantes de países não-soviéticos como os líderes e ‘chefes nacionais’ naqueles respectivos países e para todos esses propósitos o ABN é utilizado meramente como um canal intermediário** (CIA, 1951f: 1-2, grifo meu)

Revelações de escaninhos secretos, porém, não geram impacto público. Mas outra fonte muitíssimo bem-informada acerca desses nexos do velho *OMi* de Rosenberg com o ABN, sem embargo, foi publicada à época. Tratou-se de uma matéria, dividida em duas partes, publicada pela revista norte-americana *The New Leader*. No artigo de 3 de setembro de 1951, intitulado “Aliados que não precisamos”, o jornalista Fred Forrest criticou o caráter “semi-militar e secreto” do ABN, bem como o *lobby* para colocar seus porta-vozes “em posições de confiança em Washington e Londres” (FORREST, 1951: 19). Forrest resgatou que os membros do ABN “rapidamente deram as mãos aos nazistas quando esses invadiram a Rússia em 1941” (FORREST, 1951: 19).

Elaborou também a síntese perfeita do objetivo político do ABN: o grupo buscava a “balcanização da Rússia em vinte ou mais estados completamente separados” (FORREST, 1951: 19). Forrest criticou o fato de que “muitos americanos e britânicos – dentro e fora do governo – consideram esses perfis ‘inflexíveis’ como os aliados mais ‘realistas’ na luta contra Stalin” (FORREST, 1951: 19). A segunda parte de seu artigo, publicado em 10 de setembro de 1951 pela *The New Leader*, estampou uma foto de Alfred Rosenberg com a seguinte legenda: “Sua memória mantém-se viva”. Como subtítulo de “Aliados que não precisamos, 2”, o jornalista estampou a expressão “Intolerância S.A.”, acrescida da seguinte síntese: “Ex-subordinados nazistas, ainda na ativa, advogam o desmembramento da Rússia” (FORREST, 1951: 12). Enquanto o mundo do pós-guerra deveria “eliminar os vestígios do nacionalismo irresponsável”, segundo Forrest, “vários políticos americanos e britânicos estão tentando recriar antigos ódios étnicos e nacionais na Europa Oriental como um meio de derrotar Stalin e o Cominform” (FORREST, 1951: 12).

E o ABN era o organizador político dessa miríade des ódios étnicos do ultranacionalismo do leste europeu. As já aludidas linhagens da “ultradireita alucinada” que enxergaram e seguiram o nazifascismo como a “estrela-guia” de um “novo futuro” do *fascismo sem fronteiras*. Referindo-se ao ABN, Forrest destacou ainda que, “embora sua paternidade seja sombriamente nazista”, ele recebeu ajuda concreta da assim chamada Liga Escocesa para a Liberdade Europeia” (FORREST, 1951: 12). Muitíssimo bem-informado, o articulista da *The New Leader* esclareceu que “o ABN foi formado em 1946 pelos assim chamados ucranianos *Banderovite*, a fim de reunir os remanescentes dos vários ‘comitês nacionais’ que operaram sob a direção do nazista Ministério do Leste do Dr. Alfred Rosenberg” (FORREST, 1951: 12). No pós-guerra, os *banderites* “reuniram outros subordinados de Rosenberg no que se propõe a ser uma internacional de separatistas” (FORREST, 1951: 12). “A paternidade *Banderovite* do ABN é indisputável”, cravou o articulista, anotando que seu presidente Yaroslav Stetsko se autoproclamara em 1941 “primeiro-ministro” de um Estado “independente” da Ucrânia que, “dentro de poucos dias, conseguiu acumular um registro impressionante de extermínio em massa de poloneses, judeus, russos e ucranianos anti-Bandera” (FORREST, 1951: 12).

O articulista da *The New Leader* criticou também “o presidente do ‘Conselho de Nacionalidades’ do ABN”, Alfred Berzins, resgatando que ele, na década de 1930, enquanto “Ministro de Assuntos Públicos da Letônia sob o regime fascista de Ulmanis”, foi o responsável

“pelo confinamento em campos de concentração de deputados democratas e socialistas do parlamento letão, bem como dos principais líderes sindicais e de cooperativas letões” (FORREST, 1951: 12-13). Por último, Forrest não deixou de criticar o *protégé* de von Mende, Veli Kayum “Khan”. Informou que este, antes de integrar o ABN, era tido no III Reich como “o *Führer* do Turquestão no período de guerra”, “um favorito especial dos nazistas” (FORREST, 1951: 13).

O jornalista Ian Johnson, que resgatou do baú esse impressionante artigo de Forrest na *The New Leader*, observa que a revista ainda “repreendeu o ABN por suas declarações racistas e anti-russas (um artigo do ABN havia dito que os russos nunca foram capazes de formar ‘uma ordem social digna de seres humanos’) e depois tirou do sério os antigos ‘seguidores’ do *Ostministerium* então no ABN” (JOHNSON, 2010: 59). Johnson esclarece que, “depois que o artigo apareceu, von Mende imediatamente enviou uma carta para um funcionário do ABN, perguntando se ele pensava se Kayum deveria responder” (JOHNSON, 2010: 61). À época, von Mende pagava a Kayum “3.600 marcos alemães como um salário anual” e subsidiou seu jornal *Milî Turkistan* ““em reconhecimento por seus antigos serviços para a Alemanha’ – pode-se apenas supor que isso se refira a seu trabalho no *Ostministerium*” (JOHNSON, 2010: 6). (Como dito, o *Milî Turkistan* era uma criação nazista).

Diante desse plantel de criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas reunidos em Edimburgo, nota-se que foi grande a “ousadia” dos organizadores britânicos do Congresso do ABN de 1950. A Liga Escocesa para a Liberdade Europeia (SLEF), o MI6 e o Departamento de Pesquisa e Informação (IRD) do Escritório de Assuntos Estrangeiros da Inglaterra “ousaram” reunir, na capital da Escócia, *um número de bandidos assassinos, colaboradores nazistas e criminosos de guerra procurados*. Embora o Congresso do ABN tenha irritado certos círculos do governo britânico, apresentado-se com uma fachada aparentemente inócua, a “conferência internacional anticomunista de refugiados em Edimburgo” foi realizada tranquilamente (DORRIL, 2000: 442).

Entre 1950-51, sob os auspícios do MI6, o ABN e a SLEF organizaram “grupos de ‘frente’ e exercícios, agitação entre os EVW [European Voluntary Workers], fomento de greves e de manifestações de apoio do ‘separatismo’ nos campos europeus de Pessoas Deslocadas e tentativas de controlar a Associação de Ucrânicos na Grã-Bretanha” (DORRIL, 2000: 443). Segundo Dorril, “a agitação foi particularmente forte entre as comunidades ucranianas em



Yorkshire, que tornou-se incubadora das políticas antissoviéticas e a base de poder para o ABN. Membros da Divisão Galega reuniam-se para celebrações anuais em seus uniformes da *Waffen-SS*” (DORRIL, 2000: 443).

O MI6 “pilotou” o ABN como “sua” principal organização de emigrantes da Europa Oriental e Ásia Central, embora gradualmente seu “entusiasmo” e financiamento tenham diminuído. Mas o ABN encontraria outros *patronos*. “Depois de 1951, o ABN começou a receber financiamento direto do governo da Alemanha Ocidental” (DORRIL, 2000: 446). Não se restringindo a atividades de propaganda política e guerra psicológica, “a aliança SLEF/ABN esteve presente em várias atividades paramilitares estabelecidas pelo NCFE [*National Committee for a Free Europe*] e pela CIA” (DORRIL, 2000: 448). A isso se voltará mais adiante. Por ora, basta fixar que, embora o MI6 tenha gradualmente retirado seu apoio do ABN, o presidente da SLEF fizera justamente o oposto. Stewart “continuou a apoiar o ABN e colocou seu apoio na retaguarda de Yaroslav Stetsko” (DORRIL, 2000: 448). No caso da SLEF, a partir de 1953, seus registros mostram que “as finanças despencaram, exatamente quando o MI6 estava rapidamente se retirando do jogo dos exilados e estava interrompendo seu financiamento de muitos desses grupos” (DORRIL, 2000: 448-449). Seja como for, o aporte do MI6 britânico para a criação e custeio inicial do ABN foi um começo e tanto. Graças a ele, a Convenção de 1950 na Escócia iniciou a projeção internacional desse grupo de criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas.

Por isso, vale a pena passar em revista o discurso da “estrela” que despontou na ocasião, a do presidente do ABN Yaroslav Stetsko, bem como destacar as principais Resoluções dessa primeira convenção internacional anticomunista de emigrantes em Edimburgo. A conferência do fiel escudeiro do *Providnyk* do ultranacionalismo ucraniano assumiu um tom de “Cruzada” religiosa contra o bolchevismo. O ABN teria pela frente, assegurou Stetsko, “uma luta de vida-e-morte entre a Verdade Divina e o reino do Satanás” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 1). E seria necessário ampliar o número de guerreiros nessa *guerra santa* contra o *satanás* bolchevique. Por isso conclamou: “Nós encorajamos que os cruzados de cada país devem lutar contra o comunismo ateu. Que os agentes comunistas e a difusão de doutrinas comunistas devem ser proscritas” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 1). O “mundo livre”, a seu turno, deveria despertar de seu sono dogmático, pois “os comunistas escondidos estão desintegrando sua vida pública e preparando seus países para o saque do invasor estrangeiro” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 1).

O “mundo livre” nunca estaria seguro, assegurou Stetsko, “do pesadelo sempre ameaçador da destruição até que os povos oprimidos no tremendo império russo estejam mais uma vez livres, vivendo dentro de suas fronteiras étnicas” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 2). Uma das missões do ABN, definiu seu presidente, seria justamente esclarecer o “mundo livre” sobre o *satanás* bolchevique, apelando: “Ajude-nos e nós ajudaremos vocês! Nações e povos amantes da liberdade, uni-vos na luta contra o bolchevismo pela liberdade das nações e indivíduos. Deus e Pátria! é o nosso grito” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 2). Se os “cruzados” de *Deus* e da *Pátria* estariam lutando uma *guerra santa* contra o *diabólico* bolchevismo, a primeira tarefa apresentada era a de caracterizar o *satanás*. Para tanto, Stetsko valeu-se do principal ideólogo da ultradireita russa, Nikolai Berdiaev, a fim de apreender a *especificidade* russa do bolchevismo. Segundo Berdiaev, “o bolchevismo é a terceira forma do imperialismo do ‘Grande Reich’ russo. O bolchevismo é um fenômeno estritamente russo. Qualquer pessoa que queira compreendê-lo profundamente, deve desvendar as raízes nacionais do bolchevismo e explicar sua gênese na base da história russa” (BERDIAEV *apud* STETSKO *in* ABN, 1950, Extra Edition, p. 4).

Como adiantado, Stetsko e o ABN entreleram e combateram a URSS como a última forma histórica do *imperialismo russo*. Não odiaram apenas os bolcheviques, mas sobretudo os russos, que nunca teriam criado, segundo o ABN, “uma ordem social digna de seres humanos”. Contra o agressivo *expansionismo* do *império russo-bolchevique*, argumentou Stetsko, a melhor arma a utilizar não seria a bomba atômica, mas “uma nova fé, o renascimento da religião e da ideia nacional” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 4). *Deus e Pátria* deveriam servir como arma religiosa contra o ateísmo bolchevique e como arma nacionalista contra seu internacionalismo. A URSS não poderia ser conquistada “por uma forma similar, mesmo que superior, por um super-Estado universal, mas apenas por uma ideia diametramente oposta a isto, nomeadamente a divisão da URSS em Estados-nações” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 4).

Infelizmente “não sem ajuda do Ocidente”, o bolchevismo “reconstroi o cativeiro das nações dos czares”, lamentou o ucraniano, e o *expansionismo* do *império russo-bolchevique* não iria se limitar à Europa Oriental: sua “guerra de agressão” buscaria “a subjugação do mundo. A Rússia não mudou, quer sob os czares ou o bolchevismo” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 4). Se, de um lado, a URSS “por meio de seus Quinta-colunas está hoje espalhando o caos por todo o mundo”, o “Ocidente” deveria sincronizar seus esforços com os “emigrantes políticos” das

“nações escravizados” pelo bolchevismo, tomando-os como aliados de vanguarda “na linha de frente do exército anticomunista de defesa de todo o mundo” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 5).

“A vitória sobre o bolchevismo”, portanto, “deve ser universal”, exigindo “a cooperação dos dois lados da Cortina de Ferro” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 5). O “mundo livre” não poderia continuar ignorando a iminência de uma “Terceira Guerra Mundial”. Deveria imediatamente aliar-se aos representantes dos “povos e nações escravizados” detrás da “Cortina de Ferro”, no caso, o ABN. Porém, embora não houvesse dúvida de que a URSS “atacará o mundo livre”, “o Ocidente se fecha hermeticamente à luta pela libertação conduzida por nossos movimentos de resistência” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 5). Uma vez deflagrada a III Guerra Mundial “entre a União Soviética e o Ocidente, e se este último for sábio em seu tratamento das nações escravizadas”, estas estariam “em uma posição de organizar um exército de mais de 10 milhões de soldados” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 5). Daí o pedido do presidente do ABN ao final de seu discurso na Escócia: “Nosso apelo a todas as nações amantes da liberdade do mundo é pela união na luta contra o bolchevismo pela liberdade das nações e indivíduos” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 5).

Finalmente, o Congresso do ABN de 1950 em Edimburgo aprovou algumas Resoluções. A divulgação delas contou com ajuda das autoridades britânicas, que organizaram uma grande conferência para dar publicidade do evento nos principais jornais europeus. Armou-se, inclusive, “uma operação de publicidade bem-organizada do IRD”, o Departamento de Pesquisa e Informação do Escritório de Assuntos Estrangeiros da Grã-Bretanha, contando-se com “um número de suas agências de notícias de fachada”, garantindo assim que “a publicidade fosse bem explorada e transmitida por estações de rádio para a Europa Oriental” (DORRIL, 2000: 444). Com essa ajuda das autoridades britânicas, portanto, um plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra foi apresentado à imprensa europeia como sendo um grupo de “Movimentos de Resistência dentro dos países oprimidos representados no ABN, i.e. Albânia, Armênia, Azerbaijão, Rutênia Branca [Bielorrússia], Bulgária, Estônia, Geórgia, Hungria, Idel-Ural, Cossakia, Croácia, Letônia, Lituânia, Cáucaso do Norte, Romênia, Sérvia, Sibéria, Eslováquia, Eslovênia, República Tcheca, Turquistão e Ucrânia” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 7). Finalmente, “os seguintes requerimentos” foram “submetidos à opinião pública do Mundo livre Ocidental” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 7):

- 1. A formação de uma frente comum anti-bolchevique de todas as nações amantes da liberdade nos dois lados da Cortina de Ferro para a defesa da liberdade, religião**

**e cultura contra o barbarismo bolchevique.** 2. Cooperação estreita com o Mundo Ocidental com os movimentos de resistência entre as nações oprimidas e apoio enérgico a sua luta por liberdade, que sozinha vitória total sobre Moscou. 3. **A destruição do imperialismo russo e a garantia da paz mundial por meio da fragmentação da URSS e o restabelecimento, na base de princípios étnicos, de Estados nacionais independentes de todas as nações vivendo sob a opressão bolchevique,** tendo em mente entre outras coisas que grupos nacionais inteiros foram deportados à força e estão esperando o momento em que eles possam retornar a sua terra natal. 4. O repúdio público da tirania bolchevique e o massacre de nações inteiras como uma mácula na vida de nosso século. Um tribunal internacional para o julgamento dos déspotas bolcheviques ou seus crimes bárbaros contra a humanidade. 5. **O rompimento de relações diplomáticas entre as democracias do mundo e o regime criminoso de Moscou como indigno de contato com as nações e os povos civilizados amantes da liberdade e a expulsão da URSS e os governos de seus satélites das Nações Unidas** e assim então uma organização mundial talvez possa ser livre para operar e cumprir sua função apropriada. 6. A fim de impedir suas atividades disruptivas, **um banimento em todos os países dos Quinta-Colunas trabalhando sob a orientação de Moscou.** 7. O reconhecimento dos porta-vozes dos movimentos de resistência entre as nações oprimidas enquanto representantes legítimos de seus países e sua admisão na organização das Nações Unidas. 8. O repúdio de antigos colaboradores do comunismo enquanto representantes de suas nações, não apenas porque por meio da colaboração eles já negaram a ideia fundamental da luta por liberdade contra o bolchevismo, mas porque eles não serão confiáveis também no futuro. 9. **O reconhecimento de grupos e Exércitos Insurgentes enquanto Forças regulares de combate** de acordo com as prescrições da Convenção de Hague de 1899 e 1907. 10. O reconhecimento dos trabalhadores que emigraram de países escravizados e oprimidos pelos soviéticos enquanto representantes verdadeiros das classes trabalhadoras escravizadas de seus países e o reconhecimento de sua filiação na União Anti-comunista dos Sindicatos Livres (ABN, 1950, Extra Edition, pp. 7-8, grifo meu)

Essas Resoluções do Congresso do ABN terminaram com o *slogan* “Liberdade para as Nações! Liberdade para os Indivíduos!” (ABN, 1950, Extra Edition, p. 8). Esse foi o lema definido, em 1943, na Conferência da Frente Antibolchevique das “Nações Subjugadas” de Zytomir, na Ucrânia, convocada pelo Exército Insurgente Ucrâniano (UPA), braço armado da Organização dos Nacionalistas Ucrânianos (OUN/B). Incorporou-se esse *slogan* como subtítulo da *Correspondência do ABN*. Enfim, como dito, a “ousadia” dos organizadores britânicos de reunir ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra na Escócia de 1950 incomodou alguns círculos governamentais. “Seções do Ministério das Relações Exteriores estavam alarmadas por essa tendência raivosamente neofascista da direita e com o fato dos emigrantes ucranianos se sentirem suficientemente encorajados para realizarem reuniões públicas e aprovarem resoluções em apoio ao ABN” (DORRIL, 2000: 443).

Apesar disso, os organizadores da Convenção do ABN de 1950 na Escócia – a Liga Escocesa para a Liberdade Europeia (SLEF), o serviço secreto de inteligência MI6 e o Departamento de Pesquisa e Informação (IRD) do Escritório de Assuntos Estrangeiros da Grã-Bretanha – foram bem-sucedidos em fornecer uma plataforma política de lançamento à Europa de *um número de bandidos assassinos, colaboradores nazistas e criminosos de guerra procurados*.

#### *1.2.4. Guerra Fria = III Guerra Mundial: a complexa relação do ABN com os serviços secretos ocidentais*

Como dito, em meados de junho de 1950, em seu discurso no Congresso do ABN na Escócia, Yaroslav Stetsko defendeu que o “mundo livre” se encontrava na iminência da III Guerra Mundial com a URSS. Um mês depois, com uma conflagração bélica na Ásia, os membros do ABN tinham certeza de que o mundo se encontrava às vésperas da III Guerra. Os *banderites*, que controlavam via Stetsko a presidência do ABN, “consideravam o começo da Guerra da Coreia em 25 de julho de 1950 como o anúncio da Terceira Guerra Mundial” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 306). Essa percepção, porém, não esteve restrita à “ultradireita alucinada” incubada no ABN. No imediato pós-guerra, “a CIA e o Serviço Secreto de Inteligência britânico (SIS), também conhecido como MI6, estavam procurando pessoas que pudessem fornecer informações de inteligência sobre a União Soviética, a fim de ‘captar qualquer aviso prévio de um ataque soviético à Europa Ocidental’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 311). Nesse contexto histórico, os *banderites* que controlavam o ABN foram também engajados pela CIA e pelo MI6/SIS em operações de contrainteligência e guerra de guerrilhas na Ucrânia soviética. Eles foram incorporados a um programa criado, em 1948, por George Kennan. Esse secretário do Departamento de Estado dos EUA é usualmente lembrado como o criador da política de “contenção” ao comunismo.

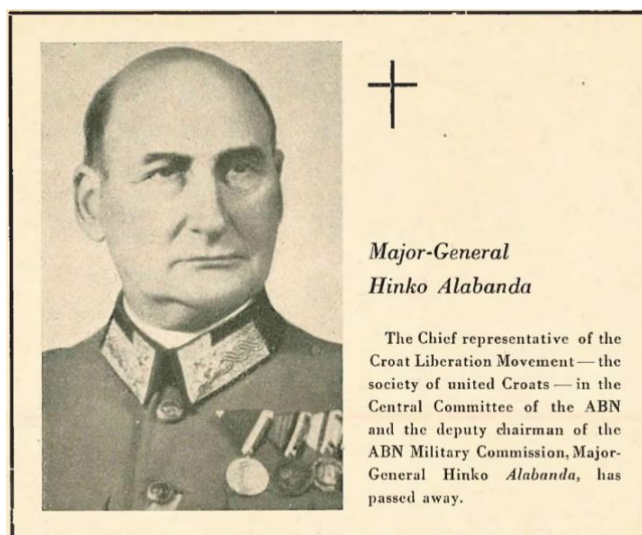
Contudo, simultaneamente, ele foi o idealizador da chamada *Operação Rollback* que, financiada pelos fundos do Plano Marshall com um orçamento “de até 100 milhões de dólares por ano em 1951”, “aqueceu a atmosfera da Guerra Fria e transformou a Terceira Guerra Mundial em um assunto que nem o bloco ocidental ou o oriental poderia excluir” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 310-311). Em suma, o horizonte da III Guerra Mundial não preocupou apenas o ABN, mas levou os EUA a criarem a *Operação Rollback* com o objetivo de “‘fazer retroceder o comunismo’

na Europa Oriental” por meio do “fortalecimento dos movimentos nacionalistas da Europa do Leste que destruiriam a União Soviética a partir de dentro”, buscando assim “estabelecer contato com vários representantes da resistência nacional nos países livres e por meio desses intermediários passar à assistência e aconselhamento aos movimentos de resistência detrás da cortina de ferro” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 311).

Nota-se, pois, que os objetivos da *Operação Rollback* identificaram-se *in totum* com o programa político do ABN, coincidindo com ele. A *Rollback* foi conduzida pelo chefe do Escritório de Coordenação Política (OPC) dos EUA, “o coldwarrior messiânico Frank Wisner” (MCCOY, 2003: 166), que fez inúmeras sugestões a Kennan<sup>31</sup>. “Nesse aspecto, as expectativas do OPC em relação à Europa Oriental coincidiam com os planos da OUN/B. Personalidades como Bandera, Stets’ko e Lebed’ apareceram como *experts* antissoviéticos nesse campo” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 311). Outros dirigentes do ABN também falaram de uma III Guerra Mundial à vista e, para enfrentá-la, os objetivos do grupo – idênticos aos da *Operação Rollback* – seriam “exemplares” do ponto de vista militar. O general *ustashi* Hinko Alabanda, vice-presidente da Comissão Militar do ABN e dirigente do Movimento de Libertação Croata (HOP), enxergou a eclosão da Guerra da Coreia como a antevéspera da III Guerra, destacando: “E o mundo deve ser convencido de que essa guerra é apenas um prólogo da Terceira Guerra Mundial” (ABN, 1950, v. I, n.º 8, p. 7). E a guerra contra o bolchevique era uma *guerra total*, já que “a luta contra o comunismo não pode ser feita de acordo com as regras militares atuais”: “a guerra contra o bolchevismo deve ser conduzida com um espírito totalitário e em todas as frentes” (ABN, 1950, v. I, n.º 8, p. 7).

---

<sup>31</sup> O chefe do OPC Frank Wisner apresentou a George Kennan uma agenda com os seguintes pontos para um programa de “guerra política clandestina”: “Guerra psicológica: ‘mala direta, poison pen, rumores, etc.’ Guerra política: ‘apoio à resistência (clandestina), apoio às Pessoas Deslocadas e refugiados, apoio aos anticomunistas nos países livres, encorajamento de deserção’. Guerra econômica (assim justificando acesso ao Fundo de Estabilização de Trocas): ‘operações com mercadorias (compra preventiva clandestina, manipulação de mercado e operações de mercado negro)’ e ‘operações fiscais (especulação monetária, contrafação etc.)’. ‘Ação preventiva direta: apoio a guerrilhas, sabotagem, contra-sabotagem e demolição, evacuação e stay-behind” (WISNER apud GROSE, 2000: 124).



**Figura 30.** “Major-General Hinko Alabanda. The Chief representative of the Croat Liberation Movement [HOP] – the society of united Croats – in the Central Committee of the ABN and the deputy chairman of the ABN Military Commission, Major-General Hinko *Alabanda*, has passed away”.  
 FONTE: ABN, 1959, v. X, n.º 9/10, p. 3.

O general *ustashi* chegou a lamentar a derrota militar nazista, alertando o “mundo livre” para que não ele não cometesse, na III Guerra, “o erro fatal” cometido por Hitler na II Guerra: o *Führer* nem reconheceu nem apreciou “corretamente o potencial dos povos oprimidos e sua luta por liberdade, [tendo] negado seu apoio a eles” (ABN, 1950, v. I, n.º 8, p. 7). Eis que o “mundo livre” foi aconselhado por Alabanda a “contactar *experts* militares dessas nações oprimidas assim que possível, a fim de organizarem exércitos nacionais de emigrantes como unidades que poderiam treinar desertores e prisioneiros de guerra para uma luta futuro” (ABN, 1950, v. I, n.º 8, p. 7). Aqui também, as expectativas desse dirigente croata do ABN coincidiram *in totum* com os planos da *Operação Rollback* dos EUA e um general *ustashi* desse calibre deve ter aparecido ao OPC de Wisner como um *expert* antissoviético. Alabanda ainda enfatizou, em nome do ABN, que ““a próxima guerra mundial não será decidida pela bomba atômica, mas acima de tudo pelo espírito e entusiasmo de soldados sob exércitos preparados para lutar e morrer por sua própria liberdade” (ABN, 1950, v. I, n.º 8, p. 7). Da mesma forma que os *banderites*, que a CIA/OPC, que o MI6/SIS, que o general *ustashi* Alabanda, John Finlay Stewart também entreleu e combateu a Guerra Fria como a III Guerra Mundial.

Recorde-se que ele era o presidente da Liga Escocesa para a Liberdade Europeia (SLEF) que coorganizou o Congresso do ABN de 1950 em Edimburgo. Stewart garantiu estar “convencido de que os soviéticos planejavam uma guerra e publicou um manual militar intitulado ‘A força econômica e militar e a fraqueza da Rússia Vermelha e dos Movimentos de Independência na URSS’” (DORRIL, 2000: 445). Nele, o escocês delineou “a viabilidade de derrubar os regimes soviético e da Europa Oriental fornecendo fundos e armas aos movimentos de libertação nacional, tais como o UPA ucraniano” (DORRIL, 2000: 445). Após a publicação pela SLEF dessa brochura de seu presidente Stewart, seu braço direito, o major britânico John Frederick Charles “Boney” Fuller, em contato regular com Stetsko, escreveu outro panfleto para a SLEF. Intitulado “Como derrotar a Rússia”, “argumentava contra a simples contenção e, ao contrário, recomendava uma ofensiva psicológica coordenada com uma forte postura militar” (DORRIL, 2000: 445).

No mesmo sentido, o presidente da Comissão Militar do ABN, o general Ferenc Farkas de Kisbarnaki, um criminoso de guerra e um ex-colaborador nazista húngaro de “alto nível”, defendeu essa estratégia *rollback* ou de “libertação” antissoviética. Em conferência proferida nos EUA em 1952, “Os princípios psicológicos e militares de um segundo *front* atrás da URSS em caso de guerra”, Farkas repetiu as teses de Fuller para defender a política do ABN. “Em seu livro ‘Como derrotar a Rússia’, ele afirma que a Terceira Guerra Mundial já está em progresso”, exigindo “o apoio por todos os meios aos Movimentos de Resistência e das forças *partisans* para além da Cortina de Ferro e a abertura de uma ‘Ofensiva Moral’” (CIA, 1952c: 7). Ou seja, a Guerra Fria entrelida e combatida como a III Guerra Mundial contra a URSS, no despontar da década de 1950, foi o horizonte histórico de *banderites*, da CIA/OPC, do MI6/SIS, do general *ustashi* Alabanda, do presidente da SLEF Stewart, do general da Cruz Flechada húngara Farkas, do ABN obviamente e de um major britânico chamado “Boney” Fuller.

E, afinal, quem era este? Nas páginas da *Correspondência do ABN*, retratado como um estrategista genial, destacou-se ser “particularmente gratificante que um *expert* do calibre do General Fuller tem repetidamente reforçado a importância do ABN na luta global contra o comunismo e o imperialismo russo. Nós apreciamos seu valoroso apoio com gratidão” (ABN, 1950, v. III, n.º 4, p. 1). Mas, afinal, quem era um *expert* de tão alto “calibre” que se tornou de fato um dos mais profícuos articulistas da *Correspondência do ABN*?



“Antissemita e um amante do ocultismo”, esclarece Stephen Dorril, “Fuller ingressou na União Britânica de Fascista (BUF) em 1934, acreditando que o fascismo ‘veio para ficar’. Admitido no círculo íntimo de Oswald Mosley, Fuller visitou Mussolini e Hitler” (DORRIL, 2000: 441). No pré-guerra, esse militar fascista britânico fora “um membro fundador da Liga Nórdica”, “fundada por agentes nazistas dirigidos por Alfred Rosenberg” (DORRIL, 2000: 441), enviando relatórios de contrainteligência sobre organizações e indivíduos britânicos para o chefe da propaganda nazista, Joseph Goebbels, e para o chefe da SS (H) Heinrich Himmler<sup>32</sup>. Em uma de suas aparições na *Correspondência do ABN*, em meados de 1953, Fuller elogiou a estratégia *rollback* ou “liberacionista” dos antibolcheviques presididos por Stetsko. “Caracteristicamente, **a estratégia deverá ser contrarrevolucionária e não puramente militar. O problema é remover uma doença política mais do que um poder hostil**” (ABN, 1953, V. IV, p. 1, grifo meu). Nota-se, pois, que o militar fascista da Grã-Bretanha era um *expert* na *guerra política* contrarrevolucionária. Os contrarrevolucionários, orientou, mais do que a conquista de uma vitória militar, deveriam almejar a derrota da ideologia política do inimigo revolucionário.

Foi por isso que advertiu a seus “amigos” do ABN: “**Derrotar as Forças Armadas russas é uma coisa, mas derrotar a ideologia soviética é bem outra**. Portanto, a menos que a guerra psicológica esteja combinada com a militar, a última sozinha não oferece uma solução” (ABN, 1953, v. IV, p. 2, grifo meu). Em suma, concluiu o militar fascista, “**a Terceira Guerra Mundial, em sua forma psicológica, está atualmente em operação e assim o está desde que Lenin fez da revolução mundial seu objetivo político**” (ABN, 1953, v. IV, p. 2, grifo meu). Na cosmovisão fascista de Fuller, portanto, a III Guerra Mundial teve início com a vitória da Revolução Russa de 1917! Antes do fim da I Guerra e muito antes do início da II Guerra, a vitória revolucionária dos bolcheviques de 1917 seria o marco *psicológico* inaugural da III Guerra Mundial – ou da Guerra Fria.

---

<sup>32</sup> Fuller “se engajou na propaganda fascista que antecedeu à II Guerra Mundial. Seu passado militar, todavia, o salvou da prisão em 1940, enquanto outros líderes da União Britânica de Fascistas foram encarcerados. Por conta de sua filiação à União Britânica, ele foi recusado no serviço militar durante a II Guerra Mundial. Muitos dos escritos que ele produziu nesse período são veementemente antissemitas, o que o tornou benquisto por oficiais de alto escalão do Terceiro Reich de Hitler tal como Heinz Guderian, um dos chefes do Exército Alemão proponente da divisão Panzer. Tamanha era sua afinidade com Fuller que Guderian referiu-se a ele como sendo seu mentor. Como um correspondente militar para o Daily Mail de Londres durante as décadas de 1930 e 1940, Fuller viajou para as capitais fascistas da Europa e conheceu os chefes fascistas daquela era” (ENCYCLOPEDIA OF WORLD BIOGRAPHY ONLINE, 2002).

Assim que, referindo-se ao objetivo político bolchevique de uma revolução mundial, Fuller advertiu que “sua eliminação demanda uma estratégia ofensiva positiva, custe o que custar” (ABN, 1953, v. IV, p. 2). Nesse sentido, recomendou ao ABN buscar “uma contrarrevolução dentro da URSS” capaz de coordenar o uso de um “escudo” militar e de uma “espada” política. “A necessidade do Ocidente por segurança é o escudo, a necessidade dos povos não-russos por independência é a espada. Apenas quando ambas forem forjadas pode a força do Mundo Ocidental ser forjada contra a agressão moscovita” (ABN, 1952, v. III, n.º, p. 2).

Assim como defendia o “criador” do ABN Gerhard von Mende desde os tempos do *Ostministerium* de Rosenberg, ou como pensava o diretor político do batalhão *Nachitgal* Theodor Oberlander – que tentou dissuadir o *Führer* de sua decisão que revogou o Estado “independente” da Ucrânia proclamado por Stetsko em nome de seu *Providnyk* Bandera –, Fuller igualmente considerou que **“o maior erro de Hitler durante a guerra tinha sido tratar os ucranianos como sub-humanos, Untermenschen, portanto ignorando o potencial militar dos nacionalistas”** (DORRIL, 2000: 442, grifo meu). Esse militar fascista britânico, assim como os citados professores nazistas von Mende e Oberlander, era um grande “amigo” dos “povos não-russos” da URSS e, em especial, dos “nacionalistas/protonazistas” da OUN/B. Antes da II Guerra Mundial, Fuller já estava em contato com os *banderites* e, no pós-guerra, “havia ajudado a amparar uma das figuras de liderança da OUN/B, Jaroslav Stetsko, e manteve contatos com os nacionalistas ucranianos nos campos de Pessoas Deslocadas por toda a década de 1940” (DORRIL, 2000: 442).

Observa-se, assim, que a III Guerra Mundial esteve no horizonte histórico. De um lado, “a União Soviética levou a sério a ameaça de uma terceira guerra mundial e se preparou para ela”; de outro, como visto com a *Operação Rollback*, “os serviços de inteligência ocidentais também consideravam uma guerra com a União Soviética, especialmente em 1948, como iminente” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 291). A preparação para uma eventual III Guerra Mundial contra a URSS, condensada na *Operação Rollback* norteamericana e na criação do ABN pelo MI6 britânico, foi o que motivou a reabilitação de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra pelos países capitalistas centrais, notadamente pelos EUA, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental. Esses mantiveram uma complexa relação, por intermédio de suas agências de espionagem, com a miríade de protonazistas incubados no ABN.

A impunidade de seu presidente vitalício, o criminoso de guerra ucraniano Yaroslav Stetsko, surpreendeu inicialmente os militares norte-americanos. Stetsko fugiu da Áustria para a Alemanha ao final da II Guerra. Surpreendeu o major dos EUA Stephen Dattner, o enviado para comandar a unidade do 310º Serviço de Segurança de Campo responsável pela “Desnazificação”. Sua missão era prender e interrogar criminosos de guerra nazistas e seus colaboradores. Mas “Dattner ficou ‘profundamente preocupado e impressionado’, contudo, ao descobrir que Stetsko estava abertamente engajado na organização das atividades políticas da OUN/B, muito embora ele estivesse na ‘lista negra’ e sujeito à prisão imediata por seus crimes” (DORRIL, 2000: 233). Stetsko era protegido pelos serviços secretos ocidentais. Assim como seu *Providnyk* Stepan Bandera. Este havia sido instruído pelos britânicos para se esconder em Munique, na zona controlada pelos EUA, onde ele encontrou tempo e apoio para reestruturar, no pós-guerra, a OUN/B. “Muito embora tivessem informação precisa sobre seu passado, oficiais do CIC [Corpo de Contra-inteligência do Exército] dos EUA preveniram Bandera do movimento dos soviéticos e, em uma operação de codinome *Anyface*, ele foi mantido sob vigilância para ser protegido do assassinato pelos soviéticos e de tentativas de sequestro” (DORRIL, 2000: 233).

A Grã-Bretanha e os EUA protegeram a direção dos *banderites*, notadamente Stetsko e Bandera, da extradição. A repatriação de Bandera à URSS, como registrou um memorando do CIC do Exército dos EUA, “‘sugeriria aos ucranianos que nós enquanto uma organização somos incapazes de protegê-los, i.e., que nós não possuímos autoridade alguma. Nesse caso, não há nenhuma razão ou sentido para eles cooperarem conosco’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 321). Os *banderites*, portanto, estavam sob proteção tríplice. Das autoridades norte-americanas, britânicas e, depois, da Alemanha Ocidental. Como os *banderites* controlaram o ABN, a partir de 1946, também esse biombo de ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental e da Ásia Central pode contar com a ajuda da “mão invisível” da arapongagem ocidental. Tão cedo quanto em 1945, por exemplo, os EUA passaram a utilizar os *banderites* como agentes infiltrados junto aos milhões de pessoas deslocadas pela hecatombe da II Guerra e internadas em caóticos campos de refugiados e emigrantes.

Assim que a guerra terminou, “a inteligência militar americana ajudou Bandera a estabelecer uma escola de inteligência”, a poucos quilômetros de Munique, no campo de Pessoas Deslocadas em Mittenwald, fornecendo-se ali “cursos sobre ‘infiltração em instalações,

explosivos, codificação, criptografia, sistema de comunicações, organização de redes de informantes etc” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 330). Mittenwald possuía uma câmara de tortura clandestina que foi usada pela polícia secreta da OUN/B até 1948 e, “de acordo com um antigo empregado da CIA, ‘no campo de Mittenwald a Inteligência americana utilizou técnicas emprestadas dos nazistas para queimar cadáveres em grandes fornos de pão’”, “os mesmos fornos utilizados para assar o pão para os residentes famintos dos campos” (DORRIL, 2000: 235). “A organização patrocinada pelo CIC que cremou ao menos vinte vítimas nesses fornos foi a OUN/B” (DORRIL, 2000: 235).

O terrorismo político paramilitar dos *banderites*, como se vê, não cessou com o fim da II Guerra. Mas ele já se encontrava então sob novos *contractors*. Os remanescentes da OUN/B e do UPA atuaram junto à emigração dentro de campos de Pessoas Deslocadas na Alemanha, na Áustria e na Itália. “Durante o verão de 1946, seguindo-se ao estabelecimento da ligação com o CIC dos EUA por Roman Petrenko – um veterano da polícia secreta da OUN/B, a *Sluzhba Bezpeky* (SB) – a OUN/B embarcou em um regime de terror nos campos” (DORRIL, 2000: 234). Em 22 de junho de 1946, a SB forneceu ao CIC do Exército dos EUA “uma lista de supostos refugiados comunistas” e, “em resposta, os americanos prenderam várias centenas de pessoas que foram interrogadas e, em muitas ocasiões, torturadas por membros da OUN/B vestidos em uniformes militares dos EUA” (DORRIL, 2000: 234).

Essa ação conjunta dos EUA com a OUN/B teve o codinome de *Operação Ohio* e, com ela, os *banderites* lançaram “uma onda de assassinatos na qual mais de cem ucranianos foram mortos. Alguns eram, sem dúvida, agentes soviéticos, mas a maior parte parecia ser de pessoas deslocadas que, por várias razões, opuseram-se à OUN/B” (DORRIL, 2000: 234-235). Se as operações como a *Anyface* e a *Ohio* demonstram as conexões repressivas dos EUA com os *banderites* em áreas sem guerra na Europa Ocidental, a já citada *Operação Rollback* explicita a aliança norteamericana com os remanescentes da OUN/B e do UPA em áreas ainda em guerra, na Ucrânia e na Polônia. Em 8 de maio de 1945, a II Guerra Mundial pode ter terminado na Europa Ocidental. Mas foi deflagrada na Ucrânia, perdurando até meados da década de 1950, uma guerra civil que opôs o Exército Vermelho às unidades paramilitares remanescentes dos nacionalistas/protonazistas ucranianos. Isto é, ela abrangeu o período da *Operação Rollback*, deflagrada em 1948, que apoiou as ações de guerrilhas e as atividades terroristas e de sabotagem

conduzidas pelos *banderites* que permaneceram na Ucrânia e na Polônia. Eles conseguiram infligir expressivas “baixas” em seus “inimigos”, assassinando conscritos do Exército Vermelho, suas famílias inteiras, incendiando moradias e florestas, devastando vilas e explodindo pontes. Como esclarece Moniz Bandeira:

Cerca de 35.000 membros dos serviços secretos da Polônia e da União Soviética, militares e quadros do Partido Comunista foram assassinados pelos guerrilheiros da ONU-B/Banderivtsi e do Exército Ucrâniano Insurgente [UPA], nos dois anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial. A esse tempo, a Ucrânia voltara a sofrer severa seca que afetou pesadamente a agricultura, reduzindo drasticamente a produção de grãos, a fome tornou-se iminente e o canibalismo ocorreu em algumas regiões, onde cadáveres foram usados como alimentos. (...) A campanha terrorista, sob a orientação de Bandera e de outros dirigentes da ONU-B, devastou plantações, tornando desertas vastas áreas das estepes. O clímax dessa campanha terrorista ocorreu em 28 de setembro de 1948, com o assassinato do teólogo e sacerdote cárpatu-russo Gabriel Kostelnik (1866-1948), da Igreja Ortodoxa. Kostelnik foi morto quando subia as escadas da Catedral da Transfiguração, em L’vivi, por Vasily Pankiv, militante do Exército Ucrâniano Insurgente [UPA], chefiado do exílio por Stepan Bandera. (MONIZ BANDEIRA, 2018: 229)

Nessa guerra civil pós-II Guerra, o Exército Vermelho combateu os *banderites* do UPA e da OUN/B tratando-os como “bandidos contrarrevolucionários”, que chegaram a conquistar o controle efetivo de muitas vilas e distritos rurais na Ucrânia e na Polônia (DORRIL, 2000: 231). “Estima-se que 35 mil membros das tropas e da polícia secreta poloneses e russos foram mortos nesse período” (DORRIL, 2000: 235). “De 1948 em diante, as ações do UPA crescentemente assumiram a forma de atos terroristas tais como o assassinato de proeminentes funcionários comunistas” (DORRIL, 2000: 237). Em 1949, o comandante do UPA desativou suas unidades militares na Ucrânia, transformando-as em uma rede clandestina de resistência e espionagem. A Grã-Bretanha também utilizou essas conexões na Ucrânia e na Polônia para missões de informação e contrainteligência, sob a supervisão de Harry Carr, da Divisão Noroeste do MI6, encarregado de coordenar os *banderites* em uma operação para enviar agentes para a Ucrânia, a chamada *Operação Integral* (DORRIL, 2000: 242).

Observa-se, pois, que os britânicos também criaram sua *Operação Rollback* e, igualmente, empregaram os *banderites*. Estes, antes de serem lançados de pára-quedas na República Socialista Soviética da Ucrânia, como adiantado, eram instruídos pessoalmente pelo *Providnyk* Bandera e por Stetsko, que lhes contava sobre a existência do novo ABN para que espalhassem a boa nova (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 331).

Dessa forma, a Operação Integral britânica e a Operação Rollback norteamericana não coincidiram apenas temporalmente, mas sobretudo compartilharam seus objetivos estratégicos e seus agentes da Europa Oriental. Os EUA, por intermédio do OPC dirigido por Frank Wisner, já estavam recrutando “tropas de choque” para as “operações *rollback*”. Nessa missão, o OPC era ajudado pela Divisão Soviética do Escritório de Operações Especiais (OSO) da CIA. Assim, os EUA “iniciaram o lançamento por pára-quedas de agentes emigrantes dentro da Ucrânia, infiltrando ‘aproximadamente 75 guerrilhas dentro da região em um período de quatro anos’ (DORRIL, 2000: 243). Em setembro de 1949, agentes da OUN/B e do UPA foram lançados nos arredores de Lviv, “a primeira penetração profunda da CIA na União Soviética e, depois, quatro pára-quedistas foram lançados na área dos Cárpatos” (DORRIL, 2000: 243).

“O chefe operacional do OSO Harry Rositzke percebeu que ‘eles não iriam sobreviver’ e culpou as demandas operacionais irrealistas feitas pelo Pentágono” (DORRIL, 2000: 243). Como dito, o “pai” dessa estratégia *rollback communism* foi George Kennan, embora só seja reconhecido como o criador da estratégia de “contenção” do comunismo. Depois ele reconheceu o desastre de sua “criação”: “‘A iniciativa de guerra política foi o maior erro que eu já cometi’, Kennan, o arquiteto da Operação Rollback, admitiu em 1975. ‘Ela não funcionou em qualquer dos aspectos que eu a concebi’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 331). Todavia, por um tempo, as guerrilhas *banderites* foram consideradas “um exemplo brilhante” e serviram a Kennan como o modelo para a Rollback, que passou a apoiá-las (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 331).

A *Rollback*, contudo, fracassou militarmente e as operações paramilitares dos *banderites* na Ucrânia colapsaram após a morte do general Roman Shukhevych (1907-1950) – um dos autores, ao lado de Bandera e Stetsko, do documento-guia para o genocídio “Luta e atividades da OUN no período de guerra”. Shukhevych cometeu suicídio quando foi emboscado pelo general Viktor Drozdov do NKVD, a futura KGB. Com o *nom de guerre* Taras Chuprynka, Shukhevych tornou-se para os *banderites* o principal “herói tombado” detrás da “Cortina de Ferro” na Ucrânia. Na “martirologia” do ultranacionalismo ucraniano, sua “estrela” é secundada apenas pela do *Providnyk*. Como visto, Shukhevych havia sido o comandante ucraniano do batalhão *Nachtigal*, unidade mista de nazistas alemães e *banderites* que ocupou, em 1941, a cidade de Lviv. Em 1943, já como comandante-em-chefe do UPA, ele participou da Conferência da Frente Antibolchevique das “Nações Subjugadas” de Zytomir, na Ucrânia, a gênese remota do ABN.

Em 5 de março de 1950, suicidou-se quando emboscado pelo NKVD em uma vila de Bilohorshcha, próxima a Lviv (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 306). Depois da morte de Shukhevych, “a OUN-UPA continuou a existir na Ucrânia por outros poucos anos, mas seus membros foram reduzidos a algumas dúzias de indivíduos” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 306). Embora incapazes de sustentar uma guerra aberta contra a URSS, “eles não se renderam e continuaram a matar civis que acusavam de ‘traírem a Ucrânia’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 306). As ações de guerrilha da OUN/UPA, contudo, já estavam em queda antes do suicídio de Shukhevych. Como explica o historiador Grzegorz Rossolinski-Liebe, “o número de ações antissoviéticas da OUN-UPA caiu em 1947 a 2.068 e em 1948 para 1.387” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 305).

Como estratégia para desmobilizar os *banderites*, a URSS concedeu anistia aos membros do UPA na primeira semana de 1950. Em março, seu comandante-em-chefe suicidou-se. Apesar dessa derrota da OUN/UPA, o MI6 britânico continuou financiando e organizando, via *Operação Integral*, o lançamento de paraquedistas que foram praticamente todos capturados e executados pelos soviéticos e seus aliados da Europa Oriental (DORRIL, 2000: 243). Também o OSO da CIA prosseguiu financiando os *banderites*. Com uma diferença estratégica, Harry Rositzke “privilegiou usar as guerrilhas como uma base temporária dentro da USSR para espionagem” (DORRIL, 2000: 243). Inclusive, “em algum momento em 1950, Bandera viajou secretamente a Washington em uma tentativa mal sucedida de estabelecer melhores relações com os americanos” (DORRIL, 2000: 244). Porém, foi entre os britânicos que os *banderites* encontraram dois importantes aliados. Kim Philby, o oficial de ligação do MI6 com o OPC/CIA, “tentou interessar os americanos para que assumissem a rede inteira dos ucranianos financiados pelos britânicos” (DORRIL, 2000: 239).

E o já citado Harry Carr, chefe da Divisão Noroeste do MI6, recusou-se a interromper apoio à OUN/B e ao UPA apesar do evidente fracado da *Operação Integral*. A decisão de Carr “esteve parcialmente baseada em seu conhecimento de que os americanos estavam crescentemente confiando em Reinhard Gehlen e sua Organização, para a qual o MI6 tinha pouco tempo ou respeito” (DORRIL, 2000: 246). “Enquanto Gehlen afirmava que Bandera era ‘um dos nossos homens’, seus conselheiros da inteligência americana tinham ajudado a bloquear o acesso de

Bandera à Organização. Gehlen foi capaz, contudo, de alertar a CIA de que o grupo de Bandera dentro da Ucrânia estava, muito provavelmente, infiltrado (DORRIL, 2000: 246)<sup>33</sup>.

Gehlen teria sido alertado sobre a infiltração soviética entre os *banderites* por um velho “amigo” do grupo de Bandera, Stetsko e Shukhevych: o nazista Theodor Oberlander. Como visto, ele fora o diretor político do *Nachtigal*, batalhão misto de nazistas e *banderites* que entrou em Lviv em 1941. Oberlander rendeu-se às tropas norteamericanas ao final da II Guerra. Enviado a Londres, foi interrogado no campo do Serviço de Inteligência Anglo-Americano e, logo depois, “ele foi ‘passado de escritório a escritório’ antes de retornar para a Alemanha Ocidental, onde a ele foi ‘permitido’ viver na clandestinidade” (DORRIL, 2000: 246). “Desnazificado”, Oberlander surgiu na vida pública da Alemanha Ocidental, sendo “resgatado” pelo governo Adenauer, que o nomeou ministro do BMVt, acrônimo alemão de Ministério para Pessoas Deslocadas e Vítimas da Guerra (*Bundesministerium für Vertriebene, Flüchtlinge und Kriegsgeschädigte*).

Oberlander manteve-se como ministro do BMVt entre 1953 e 1960, quando seu passado nazista foi exposto e Adenauer, a contragosto, foi forçado a demiti-lo. Exonerado, Oberlander foi acolhido por seus “amigos” *banderites*, tornando-se “associado ao ABN e ao *European Freedom Council*, um grupo de ‘frente’ do ABN/OUN” (DORRIL, 2000: 826). De fato, Frank Wisner estava utilizando a Organização Gehlen como intermediário para as operações ucranianas do OPC/CIA que, em 1951, envolveram missões de penetração na Moldávia, entre o sudeste ucraniano e a Romênia, e na Bielorrússia. Nesse período, “a estratégia dos serviços de inteligência do Ocidente consistiu em expandir a resistência armada da Ucrânia à Bielorrússia, Moldávia, Polônia, países do Báltico e outras repúblicas do Bloco Soviético” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 320). Todos esses operativos da *Operação Rollback* norteamericana fracassaram, tal qual a *Operação Integral* britânica. As guerrilhas ucranianas lutaram até o final de 1948 e persistiram, enfraquecidas, até novembro de 1953. Em meados da década de 1950, a guerra civil na Ucrânia entre Exército Vermelho e UPA terminou definitivamente.

---

<sup>33</sup> Ao tratar do processo pelo qual os EUA se associaram com o general nazista Gehlen, Moniz Bandeira explica que “centenas de oficiais da Abwehr e das SS foram libertados e seguiram para as montanhas de Spessart, região da baixa Francônia, entre a Baviera e Hesse, onde se juntaram ao general Reinhard Gehlen, já a serviço das U.S. Forces European Theater (USFET), desde que regressara dos Estados Unidos, onde fizera boa amizade com Allen Dulles. Muitos agentes da Organization Gehlen, de quem Bandera se tornara protegido, foram então infiltrados no sudoeste da Ucrânia, e diversos capturados pelo NKVD (Narodnyy omissariat Vnutrennikh Del), serviço de segurança da União Soviética, denominado KGB a partir de 1954” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 230).



Diante dessas fracassadas tentativas de “fazer retroceder” o soviétismo da Europa Oriental, os EUA e a Grã-Bretanha encerraram seus programas de guerra política instrumentalizados em operações de tipo *rollback communism* na Europa Oriental. Assim que, paulatinamente, desaceleraram seu apoio político-econômico-militar aos *banderites* comandados por Bandera e Stetsko do exílio, o que reduziu o orçamento do grupo por eles controlado, o ABN. Eles não foram abandonados, porém, por um ex-general nazista como Reinhard Gehlen que, em 1956, cumpriu “a missão de organizar o *Bundesnachrichtendienst* (BND), o serviço de inteligência da Alemanha Ocidental” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 230)<sup>34</sup>. Não podendo mais contar de forma decidida com seus “amigos” britânicos e norte-americanos, os *banderites* em particular e o ABN em geral foram socorridos pela Organização Gehlen e pelo BND.

Dessa forma, “o único serviço de inteligência que não interrompeu apoio a Bandera” – cuja facção ucraniana, através de Stetsko, dominava o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) – foi o BND alemão” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334). Assim que o *Providnyk* “foi protegido e apoiado pela Organização Gehlen e também recebeu ajuda de membros de organizações de antigos membros da Juventude Hitlerista (*Hitler-jugend*), das SS e de outros indivíduos e organizações em situações similares” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 323). Embora Gehlen e seu BND soubessem que os *banderites* estavam infiltrados pelos soviéticos, os serviços de inteligência da Alemanha Ocidental apoiaram o *Providnyk*. O contato pessoal de Bandera na Organização Gehlen/BND era Heinz-Danko Herre, um nazista que, durante a II Guerra Mundial, foi o representante do general Gehlen no *FHO*, a Inteligência Militar Alemã para a Fronteira Oriental (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334)<sup>35</sup>. Quando a CIA e o MI6 insistiram com o BND de que “as ZCh/OUN [Unidades Estrangeiras da Organização dos Ucranianos Nacionalistas] tinham sido infiltradas pela inteligência soviética e não possuíam mais nenhum contato na Ucrânia, Herre não mudou sua atitude em relação a Bandera” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334).

---

<sup>34</sup> Com a perspectiva de lançar operações político-psicológicas (PP), paramilitares (PM) e de guerra psicológica (GP) detrás da “Cortina de Ferro” soviética que “o OSS, chefiado por Allen Dulles, recrutou o general Reinhard Gehlen (1902-1979), ex-chefe do Fremde Heere Ost (FHO), o departamento da Abwehr encarregado da coleta da inteligência nos países do Leste Europeu, que se entregara ao Counter-Intelligence Corps (CIC) dos Estados Unidos, em 1944, e negociou seus serviços e arquivos, em troca de sua libertação e de seus companheiros, integrantes da rede de espionagem e operações secretas na Ucrânia e em toda a União Soviética” (MONIZ BANDEIRA, 2018: 230).

<sup>35</sup> No pós-guerra, dois grupos nazistas especializados em URSS e Europa Oriental que integraram a contrainteligência dos Exércitos Estrangeiros do Leste (Fremde Heere Ost, FHO), o Keystone de Herman Baun e o Bolero de Reinhard Gehlen, fundiram-se para formar a Organização Gehlen que, em 1956, tornou-se o BND (CIA, 2007: 29)

Apontou “simplesmente para a popularidade de Bandera e para a continuidade das relações entre o BND e a *Abwehr* do pré-guerra: ‘Bandera é um conhecido nosso de aproximadamente vinte anos. Com ou sem a Alemanha, ele possui mais de meio milhão de seguidores’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334). Por óbvio, os *banderites* não foram os únicos ex-colaboradores nazistas do ABN que foram protegidos e empregados pela Organização Gehlen/BND. Como visto, o “notório nazista búlgaro” Ivan Docheff trabalhou desde 1946 com ZIPPER, codinome da Organização Gehlen, assim como coordenou *stay-behind operations* contra a “Bulgária Vermelha” para o serviço secreto do Exército dos EUA nos programas SYBILLE, BGCONVOY e ZRNAUNTLE, entre 1946-47. Um criminoso de guerra e ex-colaborador nazista “de alto nível” como o eslovaco Ferdinand Durcansky, dirigente do ABN, tornou-se também um dos agentes a soldo da Organização Gehlen. A CIA registrou sobre ele: “ZIPPER provavelmente o manterá ‘como uma conexão especial para possíveis ações políticas/psicológicas futuras’ (CIA, 1954c: 20). Ctibor Pokorny, seu braço direito no ABN e no Comitê de Libertação Eslovaca (CLE), ex-propagandista antisemita da ditadura de Tiso, foi anotado pela CIA como “o agente de ligação entre o CLE e ZIPPER”: Pokorny “encontrou em contato com um oficial da CIA e ofereceu colocar a sua disposição os supostos recursos de inteligência do Comitê de Libertação Eslovaca (incluindo 800 homens armados na Eslováquia) com a contrapartida de receber apoio financeiro e um novo [rádio] transmissor para a Eslováquia” (CIA, 1954c: 17)<sup>36</sup>.

Obviamente também todos os dirigentes do ABN estavam amparados e empregados pelo operador de inteligência “autônomo” Gerhard von Mende, que “montou” o grupo em 1946 para os britânicos a partir da rede que criara no *Ostministerium* do III Reich. Von Mende, por assim dizer, era um “agente triplo”: serviu ao MI6/SIS, à Organização Gehlen/BND e era extremamente cobiçado pelos EUA. Quando as agências de inteligência dos EUA e da Grã-Bretanha ensaiaram abandonar os *banderites*, “o melhor amigo” dos “povos não-russos” interveio. Em 25 de maio de 1954, ele escreveu um memorando ao diplomata norteamericano Joseph T. Kendrick Jr., defendendo que “seria um erro se a Inglaterra e os Estados Unidos retirassem agora seu apoio aos órgãos ucranianos da resistência clandestina. Até mesmo um apoio simbólico é necessário para

---

<sup>36</sup> Para um aprofundamento no complexo entramado entre a CIA, a Organização Gehlen e o uso operacional do criminoso de guerra e ex-colaborador nazista eslovaco Durcansky, conferir LEGGE JR (2018).

manter o moral. Os emigrantes ucranianos não devem ser levados a crer que estão abandonados” (VON MENDE *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 335).

Insinuando representar os interesses da Organização Gehlen, o ex-turcologista de Rosenberg garantiu ao diplomata dos EUA: “Há muitos ucranianos prontos, dispostos e capazes de conduzir essas missões embora esse seja um momento extremamente perigoso já que todo o aparato aparenta estar comprometido” (VON MENDE *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 335). Como dito mais acima, os EUA procuraram “capturar” a rede de emigrantes antibolcheviques montada por von Mende no *Ostministerium* de Rosenberg, embora os britânicos tenham levado “a melhor”. Com um “passe” extremamente cobiçado, em 1949, a CIA criou um “Esboço de Projeto” para von Mende, cujo criptônimo era CAPRIFORM, isto é, “aquele com forma de cabra”. As “Tarefas” e “Missões” do “Projeto CAPRIFORM 1949” coincidiram, *in totum*, com os objetivos do ABN criado por von Mende em 1946 para o MI6 britânico:

- a. Aconselhar no recrutamento e exploração de grupos de emigrantes e indivíduos ucranianos, bielorrussos, georgianos, armênios, azerbaijanos, caucasianos do Norte, turquestaneses, tártaros do Volta e da Criméia, calmucos, letões e estonianos.
- b. Obter e aconselhar na aquisição de informações sobre grupos de resistência e/ou indivíduos dos grupos acima.
- c. Aconselhar no desenvolvimento de canais para a URSS (comunicação entre emigrantes e grupos de resistência das nacionalidades acima).
- d. Obter ou aconselhar na aquisição de dados de inteligência sobre cidades, alfândegas, controles, geografia etc. dos grupos e indivíduos acima.
- e. Aconselhar na preparação de estudos pertinentes a operações clandestinas dentro da URSS.
- f. Aconselhar na preparação de documentos e outros materiais pertinentes às operações clandestinas dentro da URSS (CIA, 1949e: 1)

Ou seja, a CIA não só buscou criar “um ABN para chamar de seu”, como tentou contratar o mesmo operador de inteligência que o criara para o MI6, von Mende, ex-diretor político do *Ostministerium*. A CIA deveria aliciá-lo com discrição, já que ele estava a soldo dos britânicos. “Tendo em vista o fato de que CAPRIFORM está agora empregado pelo Serviço de Inteligência britânico”, seria preciso uma sondagem cautelosa dos “desejos atuais de von Mende relativos à mudança de patrocínio” (CIA, 1949e: 1). Isto é, no “varejo” dos serviços secretos, a CIA procurou “comprar o passe” de von Mende. Embora o “Projeto CAPRIFORM 1949” coincidisse *in totum* com os objetivos do ABN, é muitíssimo provável que esse programa tenha servido de protótipo à

criação, em 1951, do Comitê Americano para a Libertação dos Povos da Rússia (AMCOMLIB, na sigla em inglês)<sup>37</sup>.

O AMCOMLIB seria para os EUA o que o ABN era para a Grã-Bretanha: uma “organização guarda-chuva” de emigrantes antissoviéticos para seus respectivos serviços secretos “deitarem e rolarem”. O AMCOMLIB constituiu-se, por assim dizer, como “o ABN dos EUA”. E von Mende, o “criador” do ABN para o MI6, foi também um dos assessores “de alto nível” do AMCOMLIB, redirecionando para os norte-americanos, por exemplo, dois de seus *protégés*, Garip Sultan e Stanislav Stankiev. Ambos participaram do Congresso do ABN de 1950 na Escócia. Na II Guerra, Sultan tinha sido o editor do *Voga-Ural*, jornal criado pelo escritório de propaganda da *Wehrmacht* (JOHNSON, 2010: 26); Stankiev fora o colaborador nazista que ganhou o apelido de “carniceiro de Borisov” por seus crimes de guerra e genocídio na Bielorrússia. Da mesma forma como o ABN do MI6 amparou-se em uma rede de emigrantes antissoviéticos criada por von Mende no *Ostministerium* de Rosenberg, o AMCOMLIB da CIA apoiou-se em ex-colaboradores nazistas. Criado pelo *Project QKACTIVE*, o AMCOMLIB foi o encarregado do Instituto de Estudo da URSS (presidido por Stankiev) e da Rádio Liberdade, que “dependia tão pesadamente de colaboradores nazistas que a estação teria de fechar sem eles. Estima-se ser de 75 a 80 % a proporção de empregados da Rádio Liberdade que tinham trabalhado para os nazistas” (JOHNSON, 2010: 50).

Enfim, aqui importa demarcar a complexidade envolvida na relação estabelecida entre o ABN – e em especial o grupo que o controlou, os *banderites* – e os serviços secretos da Grã-Bretanha, dos EUA e da Alemanha Ocidental. Viu-se como operações como a *Anyface* e a *Ohio* demonstram como os EUA apoiaram ações terroristas dos *banderites* nos campos de Pessoas Deslocadas na Europa Ocidental. Também o MI6 utilizou o ABN para incidir sobre os emigrantes internados nesses campos. Contudo, são as operações *Rollback* e *Integral* que evidenciam que norte-americanos e britânicos, pelo menos enquanto se preparavam para uma “III Guerra Mundial” contra a URSS, enxergaram as guerrilhas *banderites* como instrumentos para a desestabilização soviética. Daí seu apoio às unidades remanescentes do UPA e da OUN/B na Ucrânia. Fracassadas

---

<sup>37</sup> O AMCOMLIB foi criado em 21 de janeiro de 1951 pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) da administração do presidente Dwight Eisenhower, um entusiasta da guerra psicológica contra a URSS. Em 1953 mudou de nome para Comitê Americano para Libertação do Bolchevismo e, em 1956, redefiniu sua nomenclatura para Comitê Americano para a Liberação.

essas operações *rollback communism*, entretanto, quando os serviços secretos dos EUA e da Grã-Bretanha desaceleraram o apoio aos *banderites*, estes foram prontamente socorridos pela Alemanha Ocidental via Organização Gehlen.

O “ex” nazista Heinz-Danko foi o patrono dos *banderites* na Organização Gehlen e no BND, que, depois da saída de cena do MI6, foi o principal serviço secreto “por trás” do ABN (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334). Sem falar do operador de inteligência “autônomo” von Mende, o “criador” do ABN para o MI6, convertido em “santo padroeiro” dos *banderites*. Von Mende “cooperou com a inteligência americana e estava associado com antigos oficiais nazistas, muitos dos quais ocupavam posições de importância. Um deles, Theodor Oberlander, serviu mesmo no governo de Adenauer entre 1953 e 1956, como ministro federal para pessoas deslocadas, refugiados e vítimas de guerra” (ROSSONLISKI-LIEBE, 2014: 335). Nota-se, pois, que não faltaram “amigos” aos *banderites* em particular e ao ABN em geral nos serviços de inteligência das potências capitalistas centrais. E só existem indícios das viagens feitas, entre 1955-56, pelo *Providnyk* Bandera e seu lugar-tenente Stetsko, já então presidente do ABN, em busca de apoio dos serviços de inteligência da França e da Itália<sup>38</sup>. Nem indícios há sobre as *muy probables* conexões dos *banderites* e do ABN com a arapongagem da Espanha de Franco, uma “segunda casa” para Stetsko, como se verá, onde era tratado de “primeiro ministro” da Ucrânia.

Se é verdade que seus “amigos” nas agências de inteligência dos principais Estados capitalistas ocidentais não conseguiram, por exemplo, que os *banderites* vencessem a guerra civil contra o Exército Vermelho, eles foram bem-sucedidos em ajudá-los na adulteração de seu passado genocida. “Durante a Segunda Guerra Mundial, a OUN/UPA acreditava que os alemães e os russos se esgotariam e, como resultado, emergiriam como uma ‘terceira força’ que conquistaria a independência ucraniana” (DORRIL, 2000: 247). “De modo semelhante, quando a Guerra Fria começou, os nacionalistas esperavam uma confrontação que conduziria à guerra entre o Ocidente e a URSS. Estavam errados em ambos os casos” (DORRIL, 2000: 247). Mesmo que “errados” em seu diagnóstico, os nacionalistas/protonazistas ucranianos agiram conforme seus objetivos políticos genocidas. A prática, não importa se guiada por uma estratégia “errada”, nunca deixa de

---

<sup>38</sup> “Em 1955, Bandera e Stets’ko foram a Paris para negociar com a inteligência francesa”, contudo, “não há evidência de que tenham sido bem-sucedidos” e, em 1956, “a Inteligência Militar italiana (Servizio Informazioni Forze Armate, SIFAR) patrocinou Bandera por um curto período, aparentemente não se dando conta que todas as conexões de Bandera na Ucrânia estavam infiltradas” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334).

ser efetiva. E os *banderites*, que se enxergaram e combateram a URSS como uma “terceira força” pela independência ucraniana com os nazistas primeiro e depois com os EUA e a Grã-Bretanha, nunca admitiram seu “erro”.

Pelo contrário, os *fins*, derrotar a URSS e criar um Estado “independente” da Ucrânia, justificariam os *meios*. Na Guerra Fria, mantiveram-se *unapologetic*, ou seja, sem desculpa ou remorso, pelos *meios* genocidas utilizados à consecução de seus *fins* políticos. Os *banderites* que cometeram crime de genocídio, bem como seus seguidores que o justificam, não pediram ou pedirão desculpas porque acreditaram ou acreditam que estiveram ou estão “certos”, ideológica e politicamente. Valeu e vale tudo contra o bolchevismo-russo. Como explica o historiador Rossolinski-Liebe, o *Providnyk* Bandera “ignorou e ocultou as atrocidades cometidas pela OUN e pelo UPA durante e depois da guerra porque ele acreditava que os nacionalistas ucranianos possuíam o direito de matar milhares de civis a fim de atingirem seus objetivos” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 346). Absolutamente convictos de seu “direito de matar” os inimigos, no pós-guerra, a OUN e o UPA autoretrataram-se como “vítimas da Alemanha nazista e da União Soviética, porque esse era o único caminho para continuar na luta pela independência” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 346). “Admitir as atrocidades cometidas pelo movimento e sua extensiva fascistização o comprometeria, assim como a outros emigrantes e a ideia mesmo de ‘libertação’ e ‘independência’” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 346).

Daí que, no pós-guerra, “os emigrantes da OUN começaram a negar o envolvimento da OUN e do UPA no Holocausto, a colaboração com os nazistas, a limpeza étnica de poloneses, a fascistização do movimento e os planos de estabelecer um Estado fascista colaboracionista” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 362). “Ao contrário, eles apresentaram a OUN e o UPA como movimentos de resistência anti-alemães e antissoviéticos idealistas e heroicos” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 362). E “os serviços de inteligência ocidentais colaboraram com os emigrantes da OUN apesar de seu conhecimento sobre os crimes cometidos por seu movimento” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 362). E não só com os *banderites*, como visto até aqui, mas com todos exemplares das linhagens da “ultradireita alucinada” que enxergaram e cooperaram com o nazifascismo como “a onda do futuro” e, depois, encontraram assento no ABN.

Graças a essa cooperação fornecida pelos serviços secretos das potências capitalistas ocidentais, EUA, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental, antigos nacionalistas/protonazistas

transmutaram-se, na Guerra Fria, em *freedom fighters*. Como teria sido possível transformar em “lutadores da liberdade” um plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra como os dirigentes do ABN sem a “mão invisível” das agências de inteligência dos Estados capitalistas centrais? Impossível. A força ideológica do *revisionismo* e *negacionismo* veiculados pelo ABN, senão tudo, deve muito aos serviços secretos ocidentais que o criaram e o mantiveram na Guerra Fria. Como ensinam os Anderson, “a participação desses europeus orientais no Holocausto permanece uma das histórias menos contadas da história moderna” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 12).

Mas, por qual motivo? “A razão para isso é muito simples: muitos deles foram recrutados pela inteligência americana e britânica, trazidos aos Estados Unidos e Canadá, permitidos a ascender a posições de prestígio e, finalmente, a revisarem a história” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 12). Apenas se acrescente a “inteligência alemã ocidental” e, pronto, o quadro se fecha: o ABN adulterou a história dos crimes de guerra e de genocídio perpetrados em associação com o III Reich nazista graças à “mão invisível” dos serviços secretos das potências capitalistas ocidentais. E tudo isso em nome do antibolchevismo, o elo de continuidade entre a “Cruzada” nazista e a “Cruzada” da Guerra Fria.

#### *1.2.5. A globalização do ABN: novas redes e conexões anticomunistas*

Em nome do antibolchevismo da Guerra Fria, aproveitando-se dos canais propiciados por seus “amigos” dos serviços secretos ocidentais, o ABN conseguiu internacionalizar suas atividades na década de 1950. Viu-se como seus “amigos” britânicos organizaram, sob a mediação do “ex” nazista Gerhard von Mende, o primeiro Congresso internacional do grupo, realizado em Edimburgo, na Escócia, em 1950. No ano seguinte, seria a hora e a vez do ABN “fazer a América”. Derrotado o III Reich, Berlim deixou de ser a “Meca” do antibolchevismo que tanto inspirou as linhagens da “ultradireita alucinada” da Europa Oriental e da Ásia Central até aqui estudadas. No pós-guerra, os EUA transformaram-se na “nova estrela” antibolchevique e, assim, representaram um país estratégico nos planos do ABN para fazer retroceder o bolchevismo, seu ideário *rollback*. Recorde-se que as autoridades norteamericanas foram advertidas por um missivista anônimo, um polonês-ucraniano anticomunista, que von Mende e “seu ABN” estavam buscando, a todo custo,

“tornar simpáticas ao público dos EUA aquelas pessoas que serviram a Hitler e Rosenberg” (CIA, 1951f: 1).

Essa operação de “branqueamento” dos antigos aliados de von Mende no *Ostministerium* de Rosenberg, já então reaglutinados no ABN em 1946 pelo MI6, teria como objetivo estabelecer uma “cabeça-de-ponte” nos EUA, a nova “Meca” antibolchevique. O missivista sem nome, informadíssimo, acertou em seu diagnóstico. Se o plano do ABN era destruir e “balcanizar” a URSS – a “prisão de nações” ou o “cativeiro dos povos não-russos escravizados pelo bolchevismo” –, como alcançá-lo sem o aliciamento dos EUA, a maior potência capitalista do pós-guerra, à causa *rollback*? O próprio presidente do ABN Yaroslav Stetsko demarcou que, no coração da estratégia de desintegrar a URSS *desde dentro* da “Cortina de Ferro”, os EUA teriam que combinar um ataque *externo* aos soviéticos para que as “guerras de libertação nacionais” fossem bem-sucedidas:

**As guerras de libertação nacionais – isto é, uma série de insurreições – pode conduzir à destruição da URSS desde seu interior. A ideia de nacionalismo é a solução para os problemas correntes do mundo** porque o nacionalismo resolve problemas na base das comunidades nacionais. Todas outras ideias – a balança de poder e a contenção – falharão. **O nacionalismo sozinho pode se opor ao falso sistema sustentado pelo imperialismo e chauvinismo russos. Se os EUA concederem ajuda para as nações subjogadas então elas se tornarão uma força revolucionária de libertação, ao passo que a União Soviética é uma força contrarrevolucionária** (STETSKO *apud* SOSENKO, 2010: 25, grifo meu)

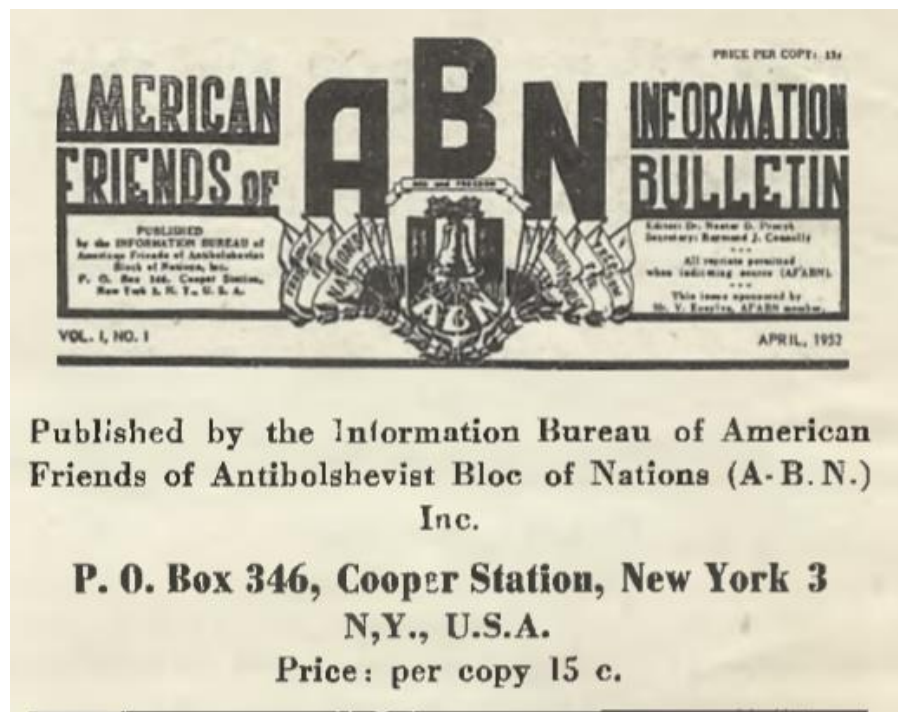
Em 1951, o ABN estabeleceu sua “cabeça-de-ponte” nos EUA. Em 1959, conseguiu que o presidente e o Congresso dos EUA aprovassem uma Resolução em defesa das “nações cativas do bolchevismo”. A “Meca” do anticomunismo forneceria ao ABN novas redes e conexões globais.

#### *1.2.5.1 EUA, 1951: os Amigos Americanos do Bloco Antibolchevique de Nações (AF-ABN)*

Desse modo, se era preciso “fazer a América”, o primeiro passo do ABN foi encontrar seus “amigos americanos” na sociedade e no governo dos EUA. E rapidamente o grupo presidido alcançou esse objetivo. Em sua edição de abril de 1951, a *Correspondência do ABN* noticiou: “Os Amigos Americanos do Bloco Antibolchevique de Nações S.A. foi recentemente estabelecido, tendo a cidade de Nova Iorque como seu centro. O principal objetivo dessa Organização é combater o comunismo-bolchevismo russo e seus Quinta-colunas nos EUA” (ABN, 1951, v. II,



n.º 4, p. 7). “O mundo democrático está se unindo e preparando para a grande cruzada contra o imperialismo russo-bolchevique” (ABN, 1951, v. II, n.º 4, p. 7). E mais, os *American Friends of ABN*, identificado pelas siglas AF-ABN, foi oficialmente criado por ser “uma obrigação dos EUA fazer o seu melhor na liderança das forças livres e benfazejas do mundo para libertá-las das forças do mal do bolchevismo” (ABN, 1951, v. II, n.º 4, p. 7).



**Figura 31.** “American Friends of ABN”. FONTE: ABN.

Os dirigentes e membros dos AF-ABN, garantiu a *Correspondência do ABN*, buscariam denunciar os “infiltrados” comunistas nos EUA e, assim, ajudar o país líder do “mundo livre”. E quanto antes “esses dois parceiros – o Mundo Ocidental e as forças do ABN – estabelecerem uma colaboração estreita”, “mais rápido o imperialismo bolchevique será aniquilado” (ABN, 1951, v. II, n.º 4, p. 7). Os AF-ABN nasceram garantindo respeitar os “princípios de liberdade e direitos humanos protegidos pela Constituição dos EUA”, predispostos a apoiarem “os esforços religiosos na ofensiva psicológica contra o comunismo-bolchevismo” (ABN, 1951, v. II, n.º 4, p. 7). Com esse móvel de luta, “a Organização dos Amigos Americanos do ABN se empenhará em” (ABN, 1951, v. II, n.º 4, p. 7):

Desmascarar os objetivos reais do comunismo-bolchevismo e apontar para seu perigo imediato para o mundo livre; revelar a desumanidade selvagem do sistema comunista

russo e propagar uma ordem verdadeiramente democrática para todos os povos atrás da Cortina de Ferro; **esclarecer o povo americano sobre o perigo da infiltração do comunismo dentro dos Estados Unidos, ajudar todas as forças que estão lutando contra a agressão comunista-bolchevique e sua infiltração nos EUA; arregimentar apoio para o Bloco Antibolchevique de Nações nas frentes religiosa, social, política e econômica** (ABN, 1951, v. II, n.º 4, p. 7, grifo meu)

O estabelecimento dos AF-ABN, a “cabeça-de-ponte” do grupo presidido por Stetsko nos EUA, foi fundamental para a internacionalização do grupo, fornecendo-lhe novas redes, conexões e aliados anticomunistas. Sediado na cidade de Nova Iorque, os AF-ABN estabeleceram “Capítulos” em inúmeras cidades dos EUA, “incluindo Detroit, Chicago, Los Angeles, Cleveland e Miami” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 36). Em pouco tempo, os AF-ABN estabeleceram conexões “alto nível” dentro da política dos EUA, reunindo-se “com deputados e senadores para solicitar apoio e tanto os representantes democratas quanto os republicanos foram convidados de honra em suas solenidades” (ANDERSON; ANDERSON; 1986: 37).

Os AF-ABN conquistaram aliados no segmento militar *hardcore* dos EUA e da Grã-Bretanha, por exemplo, angariando eminentes militares da reserva para servirem de membros permanentes de seus Comitês de Honra, “incluindo o general Daniel O. Graham (ex-diretor da Agência de Defesa e Inteligência), o general Bruce Holloway (ex comandante-em-chefe do Comando Aéreo Estratégico) e o general Sir Walter Walker (ex-comandante britânico que chefiou as Forças Aliadas do Norte)” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 37). Os Amigos Americanos do ABN, assim como sua matriz europeia, acreditavam que uma “III Guerra Mundial” contra a URSS era iminente e, uma vez deflagrada, o ABN se apresentaria como o aliado “número 1” do “Mundo Ocidental”, predisposto e capacitado a servir-lhe como “o segundo *front*”, internalizado no território soviético, para destruir o inimigo:

Nós – os Amigos Americanos do ABN – somos da opinião da que **a guerra, que é inevitável, pode apenas ser vencida com a ajuda do ABN**, este Terceiro Poder, os povos que estão lutando por liberdade contra a Rússia. O ABN é a única organização que não esquece nenhuma nação ou povo em sua luta pela liberdade contra a dominação russo-bolchevique, sustentando que todos possuem o mesmo direito divino de serem livres. Este é o mérito superior do ABN e é por esse motivo que julgamos justo e sábio criar nossa organização, os Amigos Americanos do ABN. Nós estamos firmemente convencidos de que **APENAS o ABN é capaz, em caso de guerra, de formar e organizar um SEGUNDO FRONT; APENAS o ANB é capaz de auxiliar os Estados Unidos e o Mundo Ocidental efetivamente na ‘luta global pela sobrevivência eterna da liberdade’**. Nós sentimos que através de nossos esforços nós ajudaremos a preservar nossa democracia e a assegurar para todas nações e indivíduos a liberdade que nós tão sinceramente amamos. Os Amigos Americanos do ABN estão confiantes de que

encontrarão entendimento total com todos, por sua nobre tarefa e firmemente acreditam que o Deus Todo-Poderoso irá conceder Seu apoio abundante (ABN, 1951, v. II, n. 4, p. 7, grifo meu)

Em 1952, no ano seguinte à criação de seus Amigos Americanos, o presidente da Comissão Militar do ABN Ferenc Farkas de Kisbarnak. Iniciava-se, assim, um longo “giro às Américas” do grupo presidido por Yaroslav Stetsko. Em 4 de maio de 1952, em um evento organizado pelos AF-ABN no centro de Manhattan, em Nova Iorque, Farkas proferiu um discurso, alegadamente, para 4 mil pessoas. Um público expressivo, se verdadeira a estimativa dos AF-ABN, para ouvir um ex-general que servira à ditadura da Cruz Flechada húngara e que fora condecorado com a Cruz de Ferro nazista por sua “bravura” nos Cárpatos. Em 16 de maio, Farkas discursou em Pittsburgh, na Pensilvânia, sobre o tema “O princípio psicológico e militar de um segundo ‘front’ atrás da União Soviética em caso de Guerra”. Já se adiantou que, nesse discurso, Farkas se valeu dos aportes teóricos do militar fascista britânico J. C. Fuller, especificamente de seu livro “Como derrotar a Rússia” publicado pela Liga Escocesa para a Liberdade Europeia (SLEF). A onisciente CIA monitorou a visita de Farkas de 1952 aos EUA, registrando a íntegra do discurso do ex-general da Cruz Flechada húngara. A onipresente CIA abordou um “amigo pessoal” de Farkas, indagando essa “fonte” sobre quem estaria pagando o *tour* norteamericano de Farkas: “Onde o General Farkas estava coletando seus fundos”? “Nossa fonte afirmou que é sua convicção pessoal que o ‘Tio Sam’ proporcionou a maior porcentagem do dinheiro. Ele não afirmou, entretanto, suas razões para acreditar nisso” (CIA, 1952c: 1).

#### *1.2.5.2 Inglaterra, 1952: Conferência do ABN*

No mês seguinte ao primeiro *tour* norteamericano de Stetsko e Farkas, o ABN realizou um Congresso em Londres, Inglaterra, em junho de 1952. Buscou com isso estreitar laços com seus “amigos” britânicos e, como visto, teve muitos. O principal deles, o MI6/SIS. A delegação britânica do ABN convocou o Congresso com o seguinte móvel de luta: “Pela defesa da fé e dos direitos do Homem e das nações”. Conforme registrou a *Correspondência do ABN*, “o objetivo da conferência foi consolidar relações com os amigos britânicos dos povos subjugados atrás da Cortina de Ferro” (ABN, 1952, v. III, n.º 5, p. 9). O ex-general Farkas, ostentando o cargo de

presidente da Comissão Militar do ABN, discursou sob o tema “As bases psicológicas e militares para o estabelecimento de um ‘front’ antibolchevique das forças nos Movimentos de Resistência”.

Como se vê, uma variação de sua palestra pronunciada um mês antes, em Pittsburgh, Pensilvânia, nos EUA. O presidente do ABN Stetsko, a seu turno, discurso sobre “Os ideais do ABN, sua propagação e poder de atração – Coordenação dos Movimentos de Libertação dos Povos Subjugados com o Ocidente”. Uma terceira “estrela” da categoria criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas despontou na Conferência do ABN de 1952 em Londres: o eslovaco Ferdinand Durcansky. Esse ex-ministro da ditadura colaboracionista do monsenhor Tiso na Eslováquia conferenciou sobre o tema “A liberdade exclusiva dos assim chamados Estados Satélites sem a libertação simultânea dos povos da União Soviética levará ao fracasso”.

John Finlay Stewart, o presidente da Liga Escocesa para a Liberdade Europeia (SLEF), como visto, o organizador ostensivo do Congresso do ABN de 1951 na Escócia, enviou um telegrama de congratulações aos congressistas anticomunistas em Londres. Foi aclamado na *Correspondência do ABN* como “um fiel amigo do ABN e um campeão dos direitos e liberdades dos povos subjugados” (ABN, 1952, v. III, n.º 5, p. 10). A coordenação dos trabalhos e debates do Congresso londrino do ABN ficou a cargo do príncipe Tokarzewski, apresentado como “Presidente da Delegação do ABN na Grã-Bretanha” (ABN, 1952, v. III, n.º 5, p. 10).

Mais um príncipe no ABN? Foi visto que pelo menos dois “príncipes” georgianos – Niko Nakashidze e Mikhael von Alschibaja – e um autointitulado “Khan” (ou “príncipe”) uzbeque, Veli Kajum, povoaram o ABN. Alschibaja e Kajum, o primeiro condecorado com a Cruz de Ferro nazista, foram agentes do professor von Mende no *Ostministerium* de Alfred Rosenberg. Mas quem era o príncipe Tokarzewski? Mais um representante da aristocracia europeia no ABN? Tratou-se, de fato, do príncipe Yan Karaszweicz-Tokarzewski, um diplomata da República Nacional Ucraniana que, entre 1918-21, foi comandada pelo ultranacionalista Symon Petlyura. Tokarzewski, “já vice-ministro do Exterior do governo no exílio da República Nacional Ucraniana”, presidira a Sociedade Ucraniana de Estudos Fascistas na Itália (RALLO, 2016: 38). Aquilata-se, assim, o perfil dos aristocratas que serviram no ABN.

#### *1.2.5.3 Alemanha Ocidental, 1953: Reunião Plenária do ABN*

No ano seguinte, em 25 de janeiro de 1953, na cidade-sede do ABN, Munique, na Alemanha Ocidental, foi realizada sua Reunião Plenária. Ela “foi aberta e presidida pelo presidente em exercício do Conselho das Nações da organização, Veli Kajum (presidente do Comitê Unido do Turquestão Nacional)”. Esse ex-colaborador nazista e *protégé* de Gerhard von Mende no *Ostministerium* do III Reich, na abertura dos trabalhos “enfatizou particularmente a importância” das atividades anticomunistas “entre a população islâmica, onde a luta do ABN contra o imperialismo russo-bolchevique encontrou uma resposta vigorosa”. Yaroslav Stetsko, na dupla condição de presidente do ABN e da Organização de Nacionalistas Ucrânicos no Estrangeiro – a ZCh/OUN (*Zakordonni Chastyny Orhanizatsia Ukrains'kykh Natsionalistiv*) – leu o primeiro informe na Reunião Plenária.

Outros informes foram apresentados pelo ex-general da Cruz Flechada húngara Ferenc Farkas de Kisbarnak; pelo ex-ministro da ditadura pró-nazista de J. Tiso na Eslováquia, Ferdinand Durcansky; por seu lugar-tenente e ex-propagandista antisemita Ctibor Pokorny. Este era vice-presidente do Comitê de Libertação Eslovaca (CLE), presidido por Durcansky, e também secretário-geral do Comitê Central do ABN. Como a CIA registrou, Pokorny era “o elemento de ligação entre o CLE e ZIPPER” (CIA, 1954c: 17), ou seja, a Organização Gehlen, o serviço de inteligência alemão ocidental. ZIPPER tinha Durcansky entre sua lista de pagamento para eventualmente utilizá-lo para “ações políticas/psicológicas” (CIA, 1954c: 20). Antes disso, recorde-se, Durcansky havia fugido à Argentina de Perón, tornando-se gestor da Sociedade Argentina para a Recepção de Europeus (SARE), a maior operação de contrabando de nazistas e ex-colaboradores em fuga da América do Sul. Especializou-se no “resgate” de seus pares eslovacos, os “fascistas católicos de Tiso”; migrando ao Canadá, voltou à Argentina e assentou-se na Europa.

Era um *protégé* de Kim Philby, o oficial de ligação do MI6 britânico com o OPC/CIA (GOÑI, 2004: 216). Uma quinta “estrela” juntou-se a essa “constelação” de ex-colaboradores nazistas da Ásia Central e da Europa Oriental. Assim que, ao lado do uzbeque Kajum, do ucraniano Stetsko, do húngaro Farkas e dos eslovacos Durcansky e Pokorny, “abrilhantou” a Reunião Plenária do ABN de 1953 Ivan Docheff. Este “notório nazista búlgaro”, como visto, trabalhava com a Organização Gehlen e coordenara para os EUA algumas *stay-behind operations* contra a “Bulgária Vermelha”, liderando programas político-psicológico (PP), paramilitar (PM) e de guerra

psicológica (GP) em projetos como SYBILLE, BGCONVOY e ZRNAUNTLE. Na Reunião Plenária de Munique, Docheff leu um informe em nome da Frente Nacional Búlgara (BNF).

Outro “peso pesado” na categoria criminosos de guerra e colaboradores nazistas que não faltou à Reunião Plenária do ABN foi Radoslaw Ostrowski. Ele representou na Munique de 1953 o Conselho Nacional Bielorrusso, novo nome do velho Conselho Central Bielorrusso (CCB), o “micro-Estado” criado pela SS (H) em Minski durante a ocupação nazista da Bielorrússia. Quando os soviéticos forçaram a fuga dos colaboradores nazistas bielorrussos para Berlim, Ostrowski e “seu” CCB foram reconhecidos por Rosenberg, respectivamente, como os autênticos presidente e “governo-no-exílio” da Bielorrússia. Já então Ostrowski era “teleguiado” por von Mende, na época diretor político do *Ostministerium* de Rosenberg (DORRIL, 2000: 217). No pós-guerra, o MI6 britânico preparou a fuga de Ostrowski à Argentina, logo trazido de volta à Europa, contudo, a pedido de von Mende, o “santo padroeiro dos bielorrussos” (DORRIL, 2000: 219). Ainda leram leram seus informes na Reunião Plenária do ANB “o doutor Stejpan Buc”, “secretário-geral do Comitê Nacional Croata”, e “o príncipe Niko Nakashidze, membro da presidência da Organização Política Georgiana” (ABN, 1953, v. IV, n.º 6, p. 6).

#### 1.2.5.4 Canadá, 1953: Conferência do ABN

O jornalista argentino Uki Goñi comprovou que Perón e sua Sociedade Argentina para a Recepção de Europeus (SARE) – da qual o eslovaco Ferdinand Durcansky foi cofundador e gestor de “alto nível” – transformaram a Argentina do pós-guerra na *verdadeira* Odessa, isto é, na Odessa *histórica*. O britânico Frederick Forsyth, em “O dossiê Odessa”, já havia ficcionalizado “um grupo de antigos homens das SS, reunidos numa organização secreta chamada Odessa (*Organisation der ehemaligen SS-Angehorigen*)”, que teria como objetivo “não só resgatar antigos camaradas das garras da justiça depois da guerra mas também estabelecer um Quarto Reich, para realizar os sonhos frustrados de Hitler” (GOÑI, 2004: 22). Goñi, todavia, demonstrou que essa rede de resgate nazista da obra de ficção de Forsyth realmente existiu e operou a partir da América do Sul, bastando ler seu “A verdadeira Odessa: o contrabando de nazistas para a Argentina de Perón” (2004). Se a Argentina foi, sem dúvida, a verdadeira Odessa “ao sul”, o Canadá, senão na mesma

medida, ao menos em proporção equivalente, embora sem Perón e sob uma democracia, tornou-se a verdadeira Odessa “ao norte”.

O fluxo de nazistas e ex-colaboradores nazistas para o Canadá foi realmente expressivo e, nessa diáspora, o ABN assentaria naquele país uma de suas mais importantes “cabeças-de-ponte”, constituindo laços orgânicos e poderosos com as comunidades de emigrantes da Europa Oriental que ali se assentaram. Não por acaso, depois da Escócia em 1950, da Inglaterra em 1952, seria a hora e a vez do Canadá receber, em 1953, um Congresso internacional do ABN. A constituição histórica do Canadá como a verdadeira Odessa “ao norte”, igualmente, contou com a ajuda do serviço secreto de Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra. Os britânicos não contrabandearam nazistas e seus ex-colaboradores apenas para o Canadá, entretanto. O MI6 transferiu “um grande número de seus ativos de emigrantes outrora patrocinados pelo nazismo para o Canadá, Austrália e Estados Unidos” (DORRIL, 2000: 240).

No caso do ABN, o grupo estabeleceu raízes na vida comunitária e conseguiu “arrecadar fundos consideráveis de seus apoiadores no Canadá” (DORRIL, 2000: 244). Particularmente, o presidente do ABN Yaroslav Stetsko “tinha considerável ajuda de influentes emigrantes no Canadá” (DORRIL, 2000: 448). No pós-guerra, “as comunidades ucranianas em países como Canadá e Estados Unidos começaram a pressionar seus governos para que permitissem aos ucranianos deslocados se assentarem nesses países” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 316). Entre 1947-55, por exemplo, 80 mil membros dessa diáspora ucraniana mudaram para os EUA, 38 mil para o Canadá, 21 mil para a Austrália e 10 mil para a Grã-Bretanha, 10 mil para Bélgica e 10 mil para a França (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 316). Obviamente, se muitos eram nem todos foram *banderites*, criminosos de guerra ou *nacionalistas/protonazistas ucranianos*.

Ao lado dessa diáspora ucraniana, também os legionários romenos remanescentes da Guarda de Ferro de Codreanu e Horia Sima, por exemplo, “eram ajudados a emigrarem para o Canadá e os Estados Unidos sob a égide da Igreja Ortodoxa Romana e do patrocínio da inteligência britânica” (DORRIL, 2000: 179). Também “um notório nazista búlgaro” e dirigente do ABN como Ivan Docheff, operador de inteligência “autônomo” dos EUA e da Alemanha Ocidental, assentou-se no Canadá. Em Toronto, tornou-se líder da comunidade búlgara no exílio e editor do *Bulgarski Narod*, jornal quinzenal descrito pela CIA como ultranacionalista, chauvinista e monarquista.

Do Canadá esse ex-colaborador nazista búlgaro migraria para Nova Iorque e, depois, viraria o presidente dos Amigos Americanos do ABN.

Igualmente, o criminoso de guerra Ferdinand Durcansky, ex-ministro eslovaco de um Estado-vassalo do III Reich, foi “depositado” no Canadá por Kim Philby, seu protetor no MI6. Ali, “tornou-se figura reverenciada na comunidade fascista eslovaca, trabalhando para o Bloco Antibolchevique de Nações, dominado por católicos, e fazendo de vez em quando discursos antissemitas” (GOÑI, 2004: 216). Enfim, nessa verdadeira Odessa “ao norte”, em março de 1953, celebrou-se “o primeiro Congresso do ABN no Canadá”. Como sempre, a “estrela” do evento foi a do presidente do Comitê Central do grupo, o ucraniano Stetsko, secundada por participações “menores” de membros do Comitê Executivo dos Amigos Americanos do ABN e de dirigentes antibolcheviques do Canadá, Grã-Bretanha, Ucrânia, Hungria, Bulgária, Lituânia, Letônia, Cossakia, Bielorrússia e Romênia.

Nota-se, pois, como o ABN preocupou-se desde muito cedo em organizar politicamente os líderes anticomunistas no exílio. E, para isso, o grupo presidido por Stetsko dirigiu-se, nas Declarações do Congresso do ABN de 1953, aos governos do Canadá, dos EUA e à ONU, alertando-os para dois fatos: “o bolchevismo é a forma moderna do imperialismo russo” e “a guerra fria presente assim como as guerras quentes na Coreia, Indochina e Malásia são um produto direto do imperialismo russo” (ABN, 1953, v. IV, n.º 3, p. 3). O *imperialismo russo-bolchevique*, portanto, manejaria duplamente *guerras quentes* e *guerras fria*. Contra elas, “o mundo ainda livre” não deveria titubear, ou ficar a meio-caminho, buscando somente *conter, isolar* ou *se armar* contra o inimigo *russo-bolchevique*. Isso porque “nenhuma meia-medida, como a política de contenção, isolacionismo, ou acumulação de bombas-A será suficiente para competir com a agressão russa” (ABN, 1953, v. IV, n.º 3, p. 3).

Era preciso que “o mundo ainda livre” definisse uma ofensiva política com o objetivo final de “balcanizar” a URSS, uma vez que apenas “o desmembramento do império russo em diferentes estados nacionais pode livrar o mundo da ameaça de novas guerras imperialistas” (ABN, 1953, v. IV, n.º 3, p. 3). Nesse sentido, “apenas o ideal de liberdade nacional – o direito aos Estados soberanos nacionais dentro de fronteiras etnográficas e o ideal de justiça social são uma arma confiável nas mãos do mundo democrático livre” (ABN, 1953, v. IV, n.º 3, p. 3). Por último, o ABN apelou “ao governo canadense, à Organização das Nações Unidas e a todo o mundo amante



da liberdade” para que (1) proclamassem “uma declaração de liberdade para os povos subjugados por Moscou”; (2) reconhecessem “os exércitos insurgentes e formações revolucionárias como forças militares na base das Convenções de Hague de 1899 e 1907”; e (3) banissem “todos os partidos comunistas” (ABN, 1953, v. IV, n.º 3, p. 3).

#### *1.2.5.5. EUA, 1953: a “celebração” dos 10 anos do ABN e seus novos “amigos asiáticos”*

Em 1953, nos EUA, foram “celebrados” os “10 anos do ABN”. O próprio grupo circunscreveu sua gênese na Conferência da Frente Antibolchevique das “Nações Subjugadas” de 1943. A Frente foi criada sob a direção do UPA, o braço militar dos *banderites* que organizou a Conferência nas “florestas de Zytomir”, na Ucrânia, com apoio e patrocínio do III Reich. A Frente Antibolchevique de 1943, como visto, constituiu a gênese protonazista do ABN. Excetuando-se esse “detalhe”, a fundação do ABN em 1943 foi “celebrada” em 1953 na cidade de Nova Iorque. A “celebração” de uma década dessa organização “guarda-chuva” dirigida por ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra foi realizada no luxuoso Waldorf-Astoria Hotel. No salão que recebeu o evento foi pendurado um cartaz gigantesco, cuja foto foi publicada pela *Correspondência do ABN*. Ele estava composto por um enorme urso, simbolizando a URSS, que havia pisoteado a Europa Oriental e a Ásia Central com suas patas traseiras e estava prestes a pisotear os EUA e o Canadá com suas patas dianteiras.

Algo, porém, perturbou o urso soviético em sua caminhada em direção à América do Norte, fazendo-o recuar: em sua pata traseira foi amarrada uma bola de ferro, com as iniciais ABN, impedindo-o de avançar. A legenda do cartaz sintetizou: “Sua agressividade acorrentada pelos movimentos de libertação dos povos não-russos” (ABN, 1955, v. VI, p. 12). Um cartaz capaz de condensar a inteireza da ideologia política do ABN. Sem embargo, o acontecimento mais importante da “celebração” dos 10 anos do grupo consistiu na conquista de duas novas “amizades”. Não se tratou dos Amigos Americanos do ABN, que não somente participaram da “comemoração” como foram os seus organizadores. A aparição mais significativa foi a de dois “amigos asiáticos” do ABN, que discursaram como “convidados de honra”. O primeiro “amigo asiático” foi um representante diplomático da Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, Stephen C. Y. Pan. Ele era “Conselheiro da Representação Chinesa nas Nações Unidas e Diretor do Instituto de Estudos

do Extremo Oriente da Seton Hall University” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). O segundo “amigo asiático” era Ben C. Limb, o diplomata-chefe da Coreia do Sul de Syngman Rhee na ONU, sediada em Nova Iorque. Como se verá, essa aliança do ABN com seus “amigos asiáticos” de Taiwan e da Coreia do Sul constituiria uma das mais profundas e duradouras redes do anticomunismo da Guerra Fria. Agora, importa apenas demarcar o início dessa profícua aliança do anticomunismo global, a partir dos discursos dos referidos diplomatas asiáticos.



*Figura 32.* “Hall decoration during a feast of ‘The American Friends of ABN’ in New York” [1953].  
FONTE: ABN.

O dirigente taiwanês Pan discurso sobre o tema “A China Nacional e o ABN”. De início, mostrou-se orgulhoso de “ter essa oportunidade de tomar parte nessa celebração do 10º Aniversário do Bloco Antibolchevique de Nações” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). Afirmou à audiência do ABN que, a partir de outubro de 1949, os comunistas de Mao Tsé-tung assassinaram chineses

acusados de serem “reacionários, proprietários de terras e agentes do Imperialismo Americano” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). O destino da China continental depois da Revolução Chinesa de 1949 era o mesmo daquele da Europa Oriental pós-Revolução Russa de 1917 e depois da sovietação sofrida após a II Guerra Mundial. Mostrando um apurado senso de solidariedade anticomunista, Pan afirmou que “o povo da Europa Oriental e o povo da Ásia sofrem da mesma tirania”, isto é, “ambos estão em perigo e sofrendo com sangue pela agressão comunista” (ABN, 1955, v. VI, p. 9).

A síntese de Pan já continha o sinal “alvissareiro” e os móveis históricos da profícua e durabilíssima aliança que o ABN estabeleceria com a Taiwan do *generalíssimo* Chiang, garantindo o diplomata taiwanês que “a Cortina de Ferro e a Cortina de Bambu são sinônimos” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). O momento histórico era de “guerra quente” na Ásia, “o teatro principal da maior luta mundial”, ainda em aberto: “A Ásia pode ser utilizada como um instrumento para a conquista do mundo ou como um meio para a defesa do mundo livre” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). Daí a importância da união dos povos “trancados” pelos comunistas na “Cortina de Ferro” e na “Cortina de Bambu”: “No que concerne à política anticomunista, nós estamos no mesmo barco, porque entre aqueles que sofrem sob o comunismo não há diferença se eles são europeus ou asiáticos” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). Em sendo mundial o objetivo político do comunismo, a política anticomunista deveria ser pensada e exercitada globalmente. Quanto ao comunismo, “seu objetivo é a conquista do mundo” e, segundo Pan, “Lenin, o velho líder bolchevique, disse que ‘o caminho mais curto de Moscou para Paris é via Pequim’” (ABN, 1955, v. VI, p. 9).

Supostamente, desde Lenin, o bolchevismo buscava conquistar o mundo e, para isso, teria sido preciso dominar Pequim. Era isso que “explicaria”, de acordo com o diplomata de Taiwan, a vitória da Revolução Chinesa de 1949. E, com “a perda da China continental”, intensificou-se “a ameaça comunista na Indochina francesa” e “o entendimento mútuo entre a China comunista e a Coreia comunista matou a esperança para uma solução pacífica e política para a Coreia. Na realidade, para o Extremo Oriente inteiro” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). Referindo-se à Guerra da Coreia, Pan saudou que “ambas as Casas do Congresso dos Estados Unidos condenaram a China comunista como um agente agressor, promovendo um bloqueio parcial contra o regime de Peiping” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). Por isso não se deveria “normalizar” relações diplomáticas

com a República Popular da China (RPCh), advertiu Pan, o que acarretaria “uma difusão do comunismo para o resto da Ásia” (ABN, 1955, v. VI, p. 9).

Não era tempo de negociar mas sim de guerrear os comunistas da RPCh e, assegurou o diplomata do *generalíssimo* Chiang, seria possível criar “muitas novas guerrilhas chinesas contra o comunismo chinês” (ABN, 1955, v. VI, p. 10). Em suma, guerrilhas anticomunistas na China continental poderiam reverter a vitória da Revolução Chinesa de 1949 e, com ajuda externa, seria possível destruir a RPCh. E a China Nacional (leia-se: Taiwan) poderia contar então com um novo despertar global sobre os perigos da expansão comunista na Ásia, já que “todas as nações unidas recentemente despertaram para a ideia de defender o povo contra o comunismo mundial” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). Mas como enfrentar um inimigo global senão com uma estratégia mundial? Nesse sentido, reiterou Pan ao auditório do ABN: “Se a conduta comunista é mundial, a luta contra o comunismo deve ser conduzida em uma base global” (ABN, 1955, v. VI, p. 9).

E o ABN e a China Nacional poderiam ser os artífices dessa unificação mundial do anticomunismo. O ABN em guerra contra a “Cortina de Ferro” soviética e Taiwan em guerra contra a “Cortina de Bambu” chinesa deveriam, pois, unir forças em “uma luta decidida contra o comunismo mundial”: “Se nós não cooperarmos uns com os outros para derrotar nosso inimigo mundial, então os comunistas do mundo nos derrotarão e engolfarão” (ABN, 1955, v. VI, p. 9). “Aqueles que amam a liberdade”, concluiu Pan, “devem intensificar seus esforços para abreviar a queda dos tiranos comunistas” (ABN, 1955, v. VI, p. 10). Nota-se, aqui, a clareza com que o diplomata taiwanês propôs ao ABN uma aliança anticomunista global. E Pan não falou apenas por si, mas representou razões de Estado. Como se verá no CAPÍTULO 2, a ditadura taiwanesa se estruturou oficialmente por uma estratégia de *guerra política* que patrocinou a internacionalização e a ampliação de seu arco de alianças anticomunistas.

Depois da conferência de Pan na “celebração” dos 10 anos do ABN, coube ao diplomata sul-coreano na ONU Ben C. Limb discursar, garantindo já no tema de sua conferência: “A Coreia permanecerá sempre ao lado do ABN” (ABN, 1955, v. VI, p. 11). Limb recordou ao auditório que ele tomou conhecimento do ABN “através da organização Divisão Ucraniana da Cruzada contra o Comunismo, cujo presidente é o muito amado Reverendo Walter Proteta e seu Chefe Nacional o Sr. Tom Duffy, que também é presidente do *Sister Kenny Foundation* em Nova Jersey” (ABN, 1955, v. VI, p. 11). Ele saudou na sequência Proteta e Duff como dois experimentados veteranos

na Cruzada “contra o imperialismo da União Soviética”, assinalando que, “quando nós descobrimos que estávamos no mesmo campo contra o mesmo mal conhecido como imperialismo soviético, nossas mentes e pensamentos se juntaram” (ABN, 1955, v. VI, p. 11).

A partir desses contatos, esclareceu Limb, “foi como eu conheci sua grande organização, os Amigos Americanos do ABN. Parabéns” (ABN, 1955, v. VI, p. 11). No início de seu discurso, se o diplomata sul-coreano saudou a libertação da Coreia das “mãos do imperialismo japonês” ocorrida depois da II Guerra Mundial, lamentou que outro “imperialismo” conseguiu conquistar a península coreana. **“Infelizmente, o imperialismo russo-soviético apareceu em nossas vidas. Agora nós nos encontramos metade livres e metade escravizados e é nossa forte determinação, senhoras e senhores, libertar a parte escravizada da Coreia da corrupção dessa coisa maligna chamada imperialismo soviético”** (ABN, 1955, v. VI, p. 11, grifo meu). É notável aqui como Limb já se utilizava da mesma terminologia do ABN para se referir à URSS – *imperialismo russo-soviético* –, explicitando afinidades ideológicas que facilitariam posteriormente as alianças já então iniciadas.

Depois de convocar o ABN para uma luta conjunta “contra essa doença chamada comunismo” (ABN, 1955, v. VI, p. 11), o diplomata sul-coreano saudou os EUA pelo papel desempenhado na Guerra da Coreia. Segundo Limb, “um milagre aconteceu” quando “os Estados Unidos da América saíram na dianteira para nos salvar”, mantendo-se fiel a “sua promessa de enfrentar força com força, apoiar o direito internacional e demonstrar o grande princípio conhecido como Segurança Coletiva” (ABN, 1955, v. VI, p. 12). Graças à milagrosa intervenção norteamericana na Guerra da Coreia, “nós fomos finalmente capazes de estancar a maré da agressão comunista” (ABN, 1955, v. VI, p. 12). Limb “ofereceu” essa história ao auditório do ABN para levantar o moral do grupo, “para que tenham uma coragem ainda maior em sua luta por liberdade” (ABN, 1955, v. VI, p. 12). E assim como os EUA acudiram a Coreia do Sul, garantiu Limb ao ABN, “eu lhes asseguro que nessa luta a Coreia permanecerá sempre ao seu lado e ela lutará com vocês contra esse líder vil chamado comunismo soviético” (ABN, 1955, v. VI, p. 12). A “aparição” de novos “amigos” já tão fieis como Limb e tão propositivos como Pan, na “comemoração” de uma década de existência do ABN, na Nova Iorque de 1953, já sinalizou que em muito pouco tempo o grupo presidido por Stetsko faria o seu “giro asiático”.

#### 1.2.5.6. Alemanha Ocidental, 1954: o III Congresso do ABN

Antes disso, o ABN celebrou seu III Congresso em Munique, na Alemanha Ocidental. Essa cidade havia sido o centro irradiador do nazismo e, embora militarmente derrotado o III Reich, ela permaneceu como a matriz ultraconservadora alemã. Não à toa, contando com a ajuda dos serviços secretos britânico e alemão ocidental, Munique tornou-se desde 1946 a cidade-sede do ABN. Em 1954, essa “organização guarda-chuva” de ex-colaboradores nazistas nutridos no *Ostministerium* de Alfred Rosenberg reuniu-se ali. Publicamente, “a céu aberto”. O ABN celebrou o seu III Congresso em Munique, não estando muito claro onde e quando seus dois Congressos anteriores teriam sido realizados. De fato, não está claro como o grupo os periodizou. Os encontros internacionais do ABN de 1950 na Escócia, de 1952 na Inglaterra e de 1953 no Canadá são ora referidos como Conferências, ora como Congressos, ora como Convenções. Precisou-se apenas que o encontro de janeiro de 1953, em Munique, configurou uma Reunião Plenária do ABN. E que o encontro subsequente em Nova Iorque, EUA, consistiu na “celebração” dos 10 anos do ABN em 1953.

Isto é, o grupo demarcou sua origem, e talvez retrospectivamente seu I Congresso, na já analisada Conferência da Frente Antibolchevique das “Nações Subjugadas” de 1943, em Zytomir, na Ucrânia, convocada pelo UPA e patrocinada pelo III Reich nazista. Ao que tudo indica, pois, na mitografia do ABN, seu I Congresso identificou-se com essa Conferência de 1943 “nas florestas de Zytomir”. E, assim sendo, seu II Congresso deve ter sido propriamente o encontro no qual o MI6 britânico “fundou” o ABN, em 1946, na cidade de Munique. Seja como for, uma fotografia de seu III Congresso de 1954 em Munique, realizado entre 27 e 29 de março, foi estampada na primeira página da *Correspondência do ABN*. Nela, pode-se observar uma bandeira com as siglas ABN atravessadas por uma espada. Abaixo, outra bandeira com um arco e uma flecha. Mais abaixo, quadro dirigentes à mesa, identificados com a seguinte legenda: “Da esquerda para a direita: O Secretário-Geral do C. N. [Conselho de Nações do ABN], M. v. Alschibaya; Presidente do C.N., Veli Kajum Khan; Presidente do C.C. [Comitê Central], Yaroslav Stetzko; Secretário-Geral do C.C., Dr. Ct. Pokorny” (ABN, 1954, v. V, n.º 5/9, p. 3).

Foi ou não foi um Congresso de ex-colaboradores nazistas “a céu aberto”? O “príncipe” georgiano e o “Khan” uzbeque, respectivamente, Mikhael von Alschibaya e Veli Kajum, como

dito e redito, eram antigos protegidos de Gerhard von Mende no *Ostministerium* nazista. Von Alschibaya havia sido agraciado com a Cruz de Ferro nazista “por bravura”. Stetsko foi um dos mais importantes criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas ucranianos. Ctibor Pokorny, o lugar-tenente de Ferdinand Durcansky, fora um propagandista antisemita na ditadura colaboracionista eslovaca de Tiso. Que plantel de protonazistas reunidos na Munique de 1954, não?



**Figura 33.** Da esquerda para a direita, um plantel de colaboradores nazistas transformado em dirigentes do ABN: Michael von Alshibaja (Geórgia), Veli Kajum Khan (Turquestão), Yaroslav Stetsko (Ucrânia) e Ctibor Pokorny (Eslováquia). FONTE: ABN, 1954, v. V, n.º 5/9, p. 3.

Como informou a *Correspondência do ABN*, o III Congresso do grupo foi aberto por Veli Kajum “Khan”, “que é o Presidente do Comitê Unido do Turquestão Nacional”. Depois do discurso desse antigo “*Führer* do Turquestão”, “um favorito especial dos nazistas” (FORREST, 1951: 13), o presidente do ABN Stetsko realizou “um detalhado informe político” acerca das atividades do grupo (ABN, 1954, v. V, n.º 5/9, p. 3). O III Congresso do ABN de 1954 renovou o quadro dirigente da organização. Stetsko foi “reeleito” como presidente do Comitê Central do ABN, que passou a contar com dois vice-presidentes: o ex-general da Cruz Flechada húngara

Ferenc Farkas de Kisbarnak e o ex-ministro búlgaro Khristo Stateff. (Em 1966, ele foi substituído pelo “notório nazista búlgaro” Ivan Docheff).

O “príncipe” georgiano Niko Nakashidze, “historiador oficial” do ABN, tornou-se o secretário-geral do Comitê Central do ABN, substituindo o eslovaco Pokorny. Seu “chefe” Ferdinand Durcansky, criminoso de guerra e ex-colaborador nazista eslovaco, foi “eleito” presidente do Conselho das Nações do ABN, acompanhado de três vice-presidentes: o criminoso de guerra e ex-colaborador nazista bielorrusso Radislaw Ostrovski, o estoniano O. Loorits e o militar thecho Leo Prchala, um veterano antibolchevique, ex-colaborador nazista e, no pós-guerra, um agente de inteligência “autônomo” dos britânicos<sup>39</sup>. O editor lituano J. Gytis foi indicado secretário-geral do Conselho das Nações do ABN e o III Congresso do grupo foi encerrado com a leitura de “um manifesto da liberdade” feita pelo antigo propagandista antisemita Pokorny, autor de “Judaísmo na Eslováquia” (1940).

#### *1.2.5.7. Espanha, 1955-56: o presidente do ABN Yaroslav Stetsko com o generalíssimo Francisco Franco*

Entre 1955-56, o presidente do ABN Yaroslav Stetsko realizou um importante *tour* na Espanha do *generalíssimo* Francisco Franco. A ditadura militar ibérica que tão bem receberia Stetsko era o fruto histórico de uma guerra total que se seguiu ao golpe de Estado de 1936 lançado por Franco contra a República espanhola. Um processo revolucionário de resistência foi deflagrado contra ele e, por três anos, conseguiu opor-se às forças da contrarrevolução na Guerra Civil Espanhola (1936-39). Dela resultaram aproximadamente meio milhão de mortos e a consolidação do terrorismo de Estado anticomunista do *Caudillo*. A vitória da coalizão golpista na

---

<sup>39</sup> Entre 1917-20, ele guerreou os bolcheviques nas unidades militares da Legião Tcheca, ao lado dos russos brancos. Depois, manteve um “ótimo relacionamento com os nazistas”, facilitado por sua esposa, “uma alemã da região do Sudeto” cujo irmão “ascendeu a altos postos no NSDA sob Hitler” (FOIARESEARCH, 2018). Conseguiu manter por algum tempo “boas relações” com a Abwehr e com o coronel von Oster, mas o próprio Hitler cessou sua colaboração alegando que os antigos legionários tchecos eram “desertores do velho Exército áustro-húngaro” e “não poderiam ser incorporados” (FOIARESEARCH, 2018). Exilado em Londres, associou-se ao general Karel Locher, “antigo membro do Comitê Central do ‘Partido Fascista Tcheco’” (FOIARESEARCH, 2018). Prchala era impopular no exílio tcheco por defender o separatismo eslovaco, sendo um aliado de Ferdinand Durcansky. Caracterizado pela CIA como um “nacionalista de extrema-direita fascista”, no pós-guerra Prchala tornou-se “um importante agente da inteligência britânica na comunidade de emigrantes tchecoslovacos” (FOIARESEARCH, 2018). Conduziu então operações na Tchecoslováquia a partir de Munique, mantendo “bom relacionamento de trabalho” com seu par húngaro Ferenc Fakas.



Espanha foi o resultado de um complexo de fatores. Entre eles, a ação contrarrevolucionária do stalinismo soviético e espanhol. Porém, o fator decisivo à vitória da contrarrevolução espanhola foi a ajuda de seus aliados ideológicos internacionais da ultradireita, notadamente o fascismo italiano e o nazismo alemão.

Além das “estrelas” maiores do nazifascismo, outros “fascistas menores” acorreram à Espanha para guerrearem a República, os democratas, os liberais, os anarquistas e os comunistas. Esse “fascismo sem fronteira” suscitado pela Guerra Civil Espanhola, por exemplo, transformou em “mártir” espanhol um legionário romeno da Guarda da Ferro, Ion I. Moța. “Tombado” em 1937 guerreando ao lado dos golpistas, foi “canonizado” pelo franquismo. Dessa forma, às vésperas da II Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola projetou e exercitou o internacionalismo da “ultradireita alucinada” europeia que enxergou e seguiu a “estrela-guia” do nazifascismo como “o novo futuro”. Embora não tenha lutado oficialmente junto ao Eixo nazifascista na II Guerra, a Espanha de Franco enviou seus “voluntários da pátria” para o *front* russo. Em 1941, quando o III Reich deflagrou a Operação Barbarossa, a Espanha organizou a Divisão Azul, incorporando-a à guerra nazista de extermínio total antibolchevique.

A Barbarossa tocou fundo no sonho das ultradireitas europeias, da península ibérica à Europa Oriental: aniquilar a URSS mediante uma gigantesca “Operação *Rollback Bolshevism*”. Por isso, integraram-se a ela *banderites* ucranianos, *ustashi* croatas, colaboradores nazistas bielorrussos etc. etc. Com a derrota militar do Eixo nazifascista, a Espanha de Franco, que nunca deixou de secretar seu filofascismo e seu filonazismo, embora mantendo-se tradicionalissimamente católica, tornou-se um “oásis” para criminosos de guerra foragidos e ex-colaboradores nazistas de todo o Velho Mundo. Stetsko e seu *Providnyk* Bandera formaram apenas a cepa ucraniana deles. Mas o plantel foi muito maior. Como esclarece o historiador espanhol José Luis Rodríguez Jiménez, as “redes de conexões internacionais estabelecidas e alimentadas pelos grupos da extrema direita espanhola com seus homólogos europeus e sul-americanos” foram mantidos mesmo depois da “derrota dos exércitos de Hitler e Mussolin na Segunda Guerra Mundial” (JIMÉNEZ, 1994: 243). “Esses laços tinham suas raízes nos contatos e alianças alcançados pelo governo franquista e a FET e as Jons com o Partido Nazista e o Partido Fascista, assim como os distintos partidos influenciados pelo fascismo existentes na Europa e América Latina nos anos 30 e 40” (JIMÉNEZ, 1994: 243).

Ademais, no pós-guerra a Espanha de Franco foi uma das rotas e paradas “seguras” dos chamados *rat lines*, as linhas de fuga de criminosos nazifascistas e seus colaboradores de toda Europa. Como visto, o Vaticano foi também um “porto-seguro” das *rat lines*, assim como Áustria, Suíça etc. A maior parte dessas rotas de fuga conduziram à Argentina de Perón que, como visto, criou a Sociedade Argentina para a Recepção de Europeus (SARE) com a finalidade exclusiva de resgatar (leia-se: contrabandear) nazifascistas e ex-colaboradores foragidos dos tribunais que se montavam na Europa a fim de responsabilizá-los por crimes de guerra e genocídio. Se “uma boa parte dos dirigentes dos partidos fascistas europeus se viram obrigados a se exilar e buscar refúgio”, inúmeros encontraram seu “porto-seguro” na Espanha de Franco. Entre outros, por exemplo: Louis Darquier, comissário geral de assuntos judeus do governo de Vichy; Leon Degrelle, líder do movimento *Christus Rex* (cisão da Ação Católica belga); o chefe da divisão SS Wallne; o general italiano Gambarra; o *Poglavnik* do *ustashismo* croata Ante Pavelic; seu general *ustashi* Luburic; o membro das SS Von Thiennen; o tenente-coronel SS Otto Skorzeny, responsável pelo resgate de Mussolini do cárcere em 1943; e o comandante legionário da Guarda de Ferro romena Horia Sima (JIMÉNEZ, 1994: 243-244).

Já foi dito, inclusive, que Sima integrou o ABN por meio de um preposto (o criminoso de guerra Vasil Mailat) e que, na Espanha, reorganizou os remanescentes da Guarda de Ferro e tornou-se editor de livros legionários, colaborando “com diversas organizações da extrema-direita (principalmente *Fuerza Nueva*)” (JIMÉNEZ, 1994: 234-244). A Espanha de Franco era ou não era um país ideal para o ABN chamar de seu? Atrás de Munique, ela foi uma espécie de “segunda casa” para o grupo presidido por Stetsko. Vale a pena recordar que, quando Stetsko autoproclamou-se “primeiro-ministro” do Estado “independente” da Ucrânia em nome de seu *Providnyk*, ele escrevera imediatamente quatro cartas: uma ao *Führer* alemão, outra ao *Duce* italiano, uma terceira ao *Poglavnik* croata e uma última para ... o *Caudillo* espanhol. Isto é, o *generalíssimo* espanhol e o “primeiro-ministro” ucraniano eram conhecidos de longa data. No telegrama enviado ao *Caudillo* em 1941, o “estadista” Stetsko solicitara “uma ‘colaboração criativa’ entre as nações espanhola e ucraniana” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 216). Foi visto como, enquanto Stetsko escrevia essas cartas a Hitler, Mussolini, Pavelic e Franco, já estavam em funcionamento *pogroms* na área sob seu controle, a cidade de Lviv e arredores.

No pós-guerra, não é extravagância ou jogo de palavras caracterizar a Espanha como a “segunda casa” dos *banderites* ucranianos. Como esclarece o historiador Grzegorz Rossolinski-Libe, “Bandera também manteve contato com o regime pós-fascista de Franco na Espanha” e, de acordo com Vasyl’ Sushko, “o guarda-costas e amigo íntimo de Bandera”, “de todos os países no mundo, era com a Espanha de Franco que a ZCh/OUN”, as Unidades no Estrangeiro da Organização de Nacionalistas Ucranianos, “possuía o melhor relacionamento, onde Stets’ko ainda era tratado como o primeiro ministro da Ucrânia” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334). Assim que os *banderites* – e o ABN controlado por eles – fizeram da Espanha do *generalíssimo* um de seus principais locais de refúgio e ponto de apoio para suas atividades internacionais. As conexões católicas também azeitaram essas redes anticomunistas do pós-guerra: “Em 1950, o Bispo Buchko foi à Espanha e se encontrou com Franco em nome de Bandera” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334). Esse bispo a serviço dos *banderites* conseguiu “persuadir” o *generalíssimo* Franco “a admitir guerrilheiros do UPA e veteranos da Waffen-SS Galega em sua academia militar” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334).

Ainda em 1950, “o Providnyk e Stets’ko foram juntos a Madrid para discutir, pessoalmente com o Caudillo, essa e outras questões correlatas. Um dos resultados dessa cooperação foi a instituição da transmissão nacionalista ucraniana a partir de Madrid, três vezes por semana” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334). Em suma, o ABN encontrou ou não, na Espanha franquista, um “oásis” imprescindível? Depois de visitar o país ao lado de seu *Providnyk* em 1950, Stetsko faria um *tour* espanhol solo em 1955. Assim que, entre março e abril daquele ano, *Correspondência do ABN* estampou a manchete: “O presidente do Comitê Central do ABN visita a Espanha. Uma audiência com o Generalíssimo Franco. Comentários entusiasmados do rádio e da imprensa espanhola apoiam a luta antibolchevique. Cristandade e Ordem Social” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 1). Segundo o boletim do ABN, o objetivo da visita se seu presidente era “estabelecer contato com círculos políticos na Espanha e também com organizações antibolcheviques por lá, a fim de informá-los sobre a matéria da resistência e luta por libertação que está sendo conduzida pelas nações detrás da Cortina de Ferro” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 1). Nessa primeira viagem solo à Espanha franquista, Stetsko “teve a oportunidade de encontrar e conversar com vários representantes do governo espanhol e proeminentes personalidades da vida pública espanhola” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 1).

Em 26 de janeiro, “o Generalíssimo Francisco Franco recebeu o Presidente Stetsko em uma longa audiência”, mostrando-se “grandemente interessado na luta por libertação que está sendo conduzida pelas nações subjugadas pelo bolchevismo e também pela ideologia e objetivos do ABN” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 1). Um entusiasta do *generalíssimo*, em seu *tour* de 1955 à Espanha Stetsko concedera uma entrevista ao jornal *Arriba*, salientando que, “de todos os homens de Estado e políticos do mundo ocidental, o Caudilho da Espanha era o melhor informado sobre os problemas da luta antibolchevique e a ideia de libertação das nações subjugadas pelo Bolchevismo” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 1). O ditador espanhol, de acordo com o presidente do ABN, teria “uma percepção mais aguda daquela exibida pela maioria dos homens de Estado responsáveis do Ocidente” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 1).

A *Correspondência do ABN* registrou ainda que Stetsko manteve uma conversa com o ministro das Relações Exteriores da Espanha, Alberto Martin Artajo, “que igualmente mostrou grande compreensão e simpatia pela causa das nações subjugadas” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 1). O ucraniano exilado encontrou tempo para se solidarizar com a aristocracia búlgara exilada no país, entrevistando-se com a “Rainha Mãe Joana da Bulgária e o jovem Rei Simeon II” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 1). O ex “primeiro-ministro” do Estado “independente” da Ucrânia “também conversou com representantes diplomáticos de vários países detrás da Cortina de Ferro”, cujos “diplomatas foram credenciados pela Espanha antes da subjugação de seus países e ainda são oficialmente reconhecidos na Espanha” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 5).

Aproveitando sua viagem de 1955 para estreitar conexões com os falangistas, Stetsko “se encontrou com o secretário-geral da Falange, Ministro Senhor Don Raimundo Fernandez Cuesta, a fim de estabelecer contato com essa organização anticomunista, que está baseada na ideologia cristã e nacional e posiciona-se pela realização da justiça social na Espanha” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 12). Em 9 de fevereiro, o presidente do ABN visitou as “ruínas da mundialmente famosa fortaleza de Alcazar em Toledo, onde 18 anos atrás o ataque violento das forças internacionais Vermelhas foi completamente frustrado pela heroica determinação de seus defensores” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 12). Na ocasião, Stetsko homenageou o antigo defensor da fortaleza militar dos golpistas espanhóis, o general Moscardo, designando-o como “o corajoso comandante do forte

à época”, “que é hoje considerado como um herói nacional na Espanha” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 12)<sup>40</sup>.

Enfim, “o Sr. Stetzko visitou o Ministro das Forças Armadas, General Augustin Muñoz Grande, o comandante da Divisão Azul que, durante a II Guerra Mundial, lutou contra o bochevismo no *front* oriental” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 12). Como dito, tanto a Divisão Azul espanhola quanto os *banderites* ucranianos incorporaram-se à marcha nazista de extermínio total antibolchevique, a Operação Barbarossa. “Em nome do ABN, o Sr. Stetzko expressou sua gratidão ao General [Augustin Muñoz Grande] pelos sacrifícios feitos pela Divisão Azul na luta contra a tirania bolchevique” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 12). Como dito, a Barbarossa tocou fundo na alma da ultradireita europeia, da Espanha à Europa Oriental. A Espanha do *generalíssimo* Franco e a Divisão Azul do general Grande, assegurou Stetzko, serviriam de inspiração ao ABN. E toda a Espanha, que experimentou “os horrores do bolchevismo”, deveria ser grata ao *Caudillo* por tê-la transformado na “guardiã da cultura ocidental”, inestimável contribuição “para o presente *front* mundial contra o bolchevismo” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 12).

Depois dessa viagem solo de Stetzko à Espanha em 1955, a *Correspondência do ABN* passou a publicar vez por outras declarações de Franco. Sempre retratando-o como um dos “melhores amigos” do ABN e das “nações subjugadas”, publicar-se-ia, por exemplo, excerto do discurso do *Caudillo* proferido, a 3 de outubro de 1961, no “25º Aniversário da única derrota militar decisiva infligida ao comunismo”: “Nós não devemos abandonar os povos detrás da Cortina de Ferro, nós não devemos traí-los com vergonhosas concessões aos agressores [soviéticos]... A vitória deve ser merecida” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 3, p. 10). Além disso, a partir de 1956, o presidente do ABN passaria a participar regularmente dos Congressos do Centro Europeu de Documentação e Informação (CEDI). Em sua intervenção de 1960 no CEDI, intitulada “Seremos vitorioso juntos ou pereceremos um após o outro!”, defendeu que “uma revolução

---

<sup>40</sup> Quando o general Moscardo morreu, um telegrama do ABN, assinado por Stetzko e pelo eslovaco Ferdinand Durcansky, lamentou a “grande perda”. Em uma carta enviada de Munique, de 14 de abril de 1954, Stetzko e Durcansky escreveram ao *Caudillo*: “Sua Excelência, nós lhe imploramos, como o líder da Espanha nacional e cristã, que se mostrou vitoriosa contra o comunismo ateu, que aceite nosso mais profundo lamento, e que possamos assegurar em nome do ABN nossa mais sincera simpatia na morte do grande herói na guerra de libertação espanhola, General Moscardo. Sua memória perdurará para sempre nos corações de nossas nações subjugadas por Moscou” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 14).

espiritual e antimaterialista no Ocidente constitui a pré-condição para o avanço da ofensiva” (ABN, 1960, v. XI, n.º 2, p. 10).

Inclusive, teria sido um convite para participar do Congresso da CEDI de 1956 que levou Stetsko a viajar novamente à Espanha naquele ano. Tratou-se de sua segunda viagem solo ao país, o que enciumou o próprio *Providyk* Stepan Bandera, como se verá. Assim como seu *tour* de 1955, seu périplo de 1956 passou pelo alto escalão do poder franquista e por algumas embaixadas estrangeiras no país. A *Correspondência do ABN* deu ampla cobertura ao *tour* de 1956 de seu presidente, estampando em uma de suas manchetes: “Sua Excelência Martin Artajo recebe o Sr. Jaroslaw Stetzko, 20 de Junho, 1956”. “O Sr. Jaroslaw Stetzko foi recebido em reunião pelo Ministro de Relações Exteriores da Espanha, Senhor Martin Artajo, na presença do chefe do Departamento do Leste Europeu do Ministério das Relações Exteriores e Ministro de Estado, Daniel Castel” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 8).

Artajo, visitado pelo presidente do ABN em 1955, teria externado sua “solidariedade com os povos subjugados pelo comunismo, em sua luta por liberdade e independência. Mr. Stetzko expressou sua gratidão ao governo espanhol por sua atitude amigável em relação aos povos da Europa do Leste e então discutiram problemas atuais da política mundial com o Senhor Martin Artajo e o Senhor Daniel Castel” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 8). A viagem de 1956 à Espanha oportunizou a Stetsko estreitar os laços do ABN com o embaixador dos EUA em Madrid, John D. Lodge. A *Correspondência do ABN* comemorou o fato, noticiando: “Mr. Jaroslaw Stetzko visita Sua Excelência, o Embaixador dos Estados Unidos em Madri, John D. Lodge”. “Desde os dias de sua atividade política nos Estados Unidos o Embaixador John D. Lodge é conhecido como um sincero amigo de todos os povos subjugados por Moscou”. “Ele sempre apoiou a causa de nossos povos e sua luta por liberdade e independência do Estado e aprecia a confiança dos círculos políticos de emigrantes dos países por trás da Cortina de Ferro” (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 8).

Não foi apenas o boletim oficial do ABN que flagrou essa aproximação de Stetsko e de Lodge. Um documento oficial do Departamento de Estado dos EUA registrou essa abordagem. Um memorando de 15 de junho de 1956, assim, anotou o teor da conversa mantida pelo presidente do ABN e o embaixador Lodge. Apresentando como assunto o tópico “Conversação com o Ex-Primeiro-Ministro Ucrâniano Yaroslav Stetzko”, o memorando dirigiu-se ao próprio embaixador dos EUA e foi subscrito por Roswell D. McClelland, “Primeiro-Secretário da Embaixada”, e ex-

Representante dos EUA no Conselho de Refugiados de Guerra (WRB) na Suíça. McClelland anotou que, “diante da calorosa recomendação do Embaixador Chinês para Espanha, Dr. Yu Tsunc-Chi, o Embaixador Lodge recebeu a visita do Sr. Yaroslav Stetsko, cujo cartão de visita o descreve como Ex-Primeiro-Ministro Ucraniano e Presidente do Comitê Central do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN)” (MCCLELLAND, 1956: 1).

Segundo o primeiro-secretário da Embaixada dos EUA, Stetsko “havia visitado a Espanha para comparecer no recente 5º Congresso do Centro Europeu para Documentação e Informação [CEDI]” (MCCLELLAND, 1956: 1). “Durante o curso da conversação”, o ucraniano reiterou a convicção do ABN segundo a qual “o imperialismo russo é a ameaça real à paz mundial” e seu plano de “dominação mundial” só poderá ser vencido com a “eliminação do comunismo” e “a desintegração do ‘Império’ Russo”. Ao embaixador dos EUA, Stetsko “solicitou informações a respeito de grupos ou indivíduos americanos que compartilham esse ponto de vista” (MCCLELLAND, 1956: 1). “Uma reunião subsequente foi arranjada entre” entre Stetsko e o oficial de imprensa da Embaixada dos EUA em Madrid, lamentando o ucraniano ter “encontrado dificuldades em conseguir um visto de não imigrante do Consulado Geral Americano em Munique” (MCCLELLAND, 1956: 2). O presidente do ABN disse considerar “estranho que os Estados Unidos contemplassem com relativa equidade a dissolução dos impérios coloniais francês, britânico e alemão, enquanto parecia não haver intenção alguma para a libertação do jugo russo de áreas como a Ucrânia, Geórgia, Armênia e Turquestão” (MCCLELLAND, 1956: 1).

No Congresso do CEDI, Stetsko teria defendido que “o único caminho pelo qual o Ocidente pode prevalecer contra a União Soviética é ocasionar o colapso desta desde de dentro” (MCCLELLAND, 1956: 1). “Ele desenvolveu essa ideia ao oficial de imprensa [da Embaixada dos EUA] afirmando que o movimento clandestino de resistência na Ucrânia é uma força verdadeira e que sua organização é a única que está em contato com os líderes do movimento” (MCCLELLAND, 1956: 1). Uma vez que essa “resistência” estaria operando clandestinamente por meio de *couriers* dentro da Ucrânia soviética, Stetsko informou ao diplomata dos EUA que “seria extremamente útil se os Estados Unidos pudessem ajudar no transporte desses *couriers* e lhes fornecessem a moeda apropriada para uso na Europa Oriental” (MCCLELLAND, 1956: 2). Além dessas inconfidências de Stetsko ao embaixador Lodge, registrou-se uma especialíssima “confissão” feita pelo ucraniano. O ex “primeiro-ministro” do Estado “independente” da Ucrânia

– revogado por decisão pessoal do *Führer* – revelou-se verdadeiramente ressentido a seu “confessor” norteamericano com um fato “inexplicável”: Hitler o abandonara! O memorando subscrito pelo primeiro-secretário da Embaixada dos EUA em Madrid registrou que, durante as conversações entre Stetsko e Lodge, o primeiro:

(...) forneceu a informação de que **ele havia buscado assegurar apoio de Hitler ao tempo da invasão alemã da Ucrânia, mas o líder nazista preferira enviá-lo ao Campo de Concentração de Sachsenhausen. Os alemães, ele garantiu, cometeram erro após erro ao lidaram com os ucranianos, executando um número deles inexplicavelmente** [*without rhyme or reason*], apesar do fato de que os componentes ucranianos do Exército Vermelho tivessem obviamente cedido terreno no *front* para favorecer o avanço da Alemanha, o que eles no início esperavam pudesse ocasionar sua libertação final da dominação russa (MCCLELLAND, 1956: 2, grifo meu)

Aqui, sem tergiversar, Stetsko mostrou-se por inteiro ao embaixador dos EUA Lodge como era: um protonazista ou, melhor ainda, um filonazista “inexplicavelmente” abandonado por Hitler. Para o presidente do ABN, portanto, o verdadeiro “erro” do *Führer* teria sido não apoiar os *banderites*, os nacionalistas/protonazistas, e nada mais. Por fim, águas passadas, página virada, Stetsko buscou angariar o apoio do embaixador norteamericano em Madrid para as ações secretas dos *banderites* por trás da “Cortina de Ferro”. O presidente do ABN sugeriu então a Lodge que “os EUA fariam um grande negócio para a causa da liberdade patrocinando, abertamente ou secretamente, uma organização de refugiados localizada na Espanha ou em outro país apropriado, preferivelmente a algum distância da URSS e seus satélites, que poderia servir com um porta-voz propagandístico pela causa de grupos minoritários na União Soviética e possivelmente manter contatos com os grupos clandestinos de resistência naquele país [selecionado]” (MCCLELLAND, 1956: 3).

Dessa forma, Stetsko pediu ao embaixador dos EUA para que seu país apoiasse alguma organização do perfil, por exemplo, do ABN. Nota-se, pois, que a Espanha de Franco foi um verdadeiro “oásis” ao ABN. Permitiu “confissões” e “inconfidências” desse tipo entre seu presidente Stetsko e um embaixador dos EUA do nível de Lodge. A Espanha serviu assim ao ABN como uma porta aberta ao mundo, uma conexão à internacionalização de suas atividades. Um detalhe não pode passar despercebido, entretanto. Quem teria insistido para que o embaixador norteamericano recebesse Stetsko?

Segundo o memorando do primeiro-secretário da Embaixada dos EUA em Madrid, foi “diante da calorosa recomendação do Embaixador Chinês para Espanha, Dr. Yu Tsunc-Chi” que



“o Embaixador Lodge recebeu a visita do Sr. Yaroslav Stetsko” (MCCLELLAND, 1956: 1). Esse aparente “detalhe” é de fato um “abre-te, Sésamo” à compreensão histórica de que a conexão mais importante oportunizada pela Espanha de Franco ao ABN não deve ter sido norteamericana, mas sim asiática. A “conexão Taiwan” que deve ter sido alcançada na Espanha de Franco seria de fato a mais decisiva, condensando a aliança mais importante e duradoura construída futuramente pelo ABN e o Kuomintang. A “conexão Taiwan” do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, proporcionada pelo *generalíssimo* Francisco Franco, foi a que projetaria o ABN às redes globais do anticomunismo da Guerra Fria, conforme se verá.

Por ora, basta registrar que já na viagem de 1955 à Espanha, Stetsko conectou-se ao embaixador taiwanês Yu Tsunc-Chi. O mesmo que, no ano seguinte, “insistiria” *calorosamente* para que o embaixador dos EUA o recebesse. Tsunc-Chi havia convidado Stetsko para discursar na “Celebração da China Nacional”, em 22 de janeiro de 1955. Tratou-se de um evento realizado na Embaixada de Taiwan em Madrid, supostamente “organizado por uma união de estudantes chineses” (ABN, 1956, v. II, n.º 4/5, p. 9). Em nome do ABN, Stetsko se disse honrado “de dar as boas-vindas à colônia chinesa em Madrid e a todos nossos amigos chineses leais na luta contra a ameaça mundial comunista nessa celebração do ‘Dia da Liberdade’” (ABN, 1956, v. II, n.º 4/5, p. 9). Aprofundando em 1955 a “conexão Taiwan” do ABN a partir da Espanha franquista, Stetsko afirmara que “a China Nacional, com sua cultura ancestral, é no presente um campo experimental para o ditador Vermelho, Mao-Tse Tung, que segue fielmente as bárbaras instruções que recebe de Moscou” (ABN, 1956, v. II, n.º 4/5, p. 12). Lamentando a vitória da Revolução Chinesa de 1949, Stetsko criticou a tentativa do “mundo livre” de buscar “uma coexistência com a tirania comunista, enquanto milhões de pessoas na China são forçadas a permanecerem sob a escravidão comunista” (ABN, 1956, v. II, n.º 4/5, p. 12). Rumo a Àsia e ao giro asiático do ABN, o ponto alto de um projeto de internacionalização anticomunista conectando dois *fronts* detrás da “Cortina de Ferro” soviética e da “Cortina de Bambo” chinesa, Stetsko conclamou pela construção de uma frente global anticomunista:

Como porta-voz das nações que foram subjugadas pelo bolchevismo, nós apoiamos a política anticomunista da China Nacional e estamos convencidos de que as forças unificadas das nações subjugadas da Europa e Ásia, incluindo a poderosa nação chinesa, podem, com ajuda do Ocidente, derrotar a tirania bolchevique e restaurar os Estados livres independentes de nossas nações mais uma vez, para que então possam reinar a liberdade nacional e a justiça social (ABN, 1956, v. II, n.º 4/5, p. 12)

Defendendo o acerto estratégico das “guerras de libertação nacional”, Stetsko assegurou que “nossa convicção a esse respeito é corroborada pela memória do legendário Alcazar de Toledo, que se tornou o símbolo do intrépido heroísmo do povo espanhol que, sob a liderança do Generalíssimo Franco, conseguiu derrotar a barbárie do Comunismo Internacional” (ABN, 1956, v. II, n.º 4/5, p. 12). Em nome do ABN e do Exército Insurgente Ucraniano (UPA), Stetsko encerrou seu discurso na Embaixada de Taiwan em Madrid desejando todo sucesso à *Free China*: “Nossas mais sinceras saudações e bons desejos para que vocês sejam bem-sucedidos e vitoriosos. Que Generalíssimo Chiang Kai-shek conduza a China Livre para a vitória que será um símbolo da luta contra o comunismo de Moscou na Ásia” (ABN, 1956, v. II, n.º 4/5, p. 12). “Vida longa à frente unida de todas as nações e povos amantes da liberdade neste mundo! Que Deus os ajude a serem vitoriosos!” (ABN, 1956, v. II, n.º 4/5, p. 12). É verdade que, ainda em 1953, durante a “celebração” dos 10 anos do ABN em Nova Iorque, o diplomata Stephen C. Y. Pan já havia dado o “ar da graça” como um “convidado de honra” de Taiwan e conclamara por uma aliança entre “A China Livre e o ABN” (título de seu discurso, inclusive).

Porém, essa *conexão Taiwan* deve ter encontrado na Espanha de Franco o seu *locus* principal. E algumas evidências apontam para isso. Por exemplo. Aquele que era designado como um grande “amigo espanhol” do ABN, o ministro das Relações Exteriores de Franco Alberto Martín Artajo, entrevistou-se com Stetsko em suas duas viagens à Espanha, em 1955 e 1956. Dois ou três anos antes fora justamente Artajo o responsável por restabelecer as relações diplomáticas entre os *generalísimos* Francisco Franco e Chiang Kai-shek. Ao que tudo indica, ele também abriria a *conexão Taiwan* ao ABN. No *tour* de 1956 pela Espanha, Stetsko e Artajo também visitaram a monumental Alhambra de Andaluzia. A *Correspondência do ABN* publicou uma foto em que eles são vistos lado a lado, cercados por uma grande comitiva, no *Patio de los Leones* da Alhambra (ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 10).

Como explica o historiador Miguel A. Del Río Morillas, no estabelecimento da “hermandad anticomunista entre Franco y Chiang Kai-shek”, “el punto álgido de esos intercambios vendría con la visita oficial del ministro de Asuntos Exteriores español Alberto Martín Artajo, a Taiwán en marzo de 1953 – aprovechada por el ministro español para entrevistarse con Chiang Kai-shek y concederle la Medalla al Mérito Militar” (DEL RÍO MORILLAS, 2017:

258). Artajo, já como ex-ministro do *generalíssimo* Franco, integraria as redes do anticomunismo global montadas pela futura aliança entre o ABN e a Taiwan do *generalíssimo* Chiang.



**Figura 34.** Da esquerda para a direita, circutados, o ministro franquista Martin Artajo e Yaroslav Stetsko, de braço cruzado, no Pateo de los Leones, na monumental Alhambra. FONTE: ABN, 1956, v. VII, n.º 8/9, p. 10.

Além dessa evidência, como se verá no CAPÍTULO 2, a CIA também considerou que o relacionamento entre ABN e Taiwan iniciara-se na Espanha de Franco. Segundo a CIA, “o contato da China Nacional com o ABN foi iniciado pelo Bispo Paul Iupin, um católico que ficou impressionado com as alegações do ABN sobre seu tremendo apoio entre os católicos. Atestando

que há alguma substância nessa alegação é o tamanho do escritório e da equipe que o ABN mantém na Espanha” (CIA, 1955b: 2).

#### 1.2.5.8. *Taiwan, 1955: o presidente do ABN Yaroslav Stetsko com o generalíssimo Chiang Kai-shek*

Eis que a Espanha do *generalíssimo* Franco serviu de “ponte aérea” – ou “conexão” – para que o ABN fizesse o seu “giro asiático” em direção a Taiwan do *generalíssimo* Chiang. Artajo, o ministro das Relações Exteriores franquista, Iupin e Tsunc-Chi, respectivamente, bispo e embaixador taiwaneses na Espanha, devem ter servido de mediadores à viagem que Stetsko faria a Taiwan em 1955. Foi visto como ainda em 1953 o assessor diplomático taiwanês na ONU, Stephen C. Y. Pan, fizera um discurso apologético ao ABN na cerimônia de 10 anos do grupo realizada em Nova Iorque. Na ocasião sugerira que o ABN de Stetsko, “porta-voz” dos povos “trancados” atrás da “Cortina de Ferro”, unisse forças com a “China Livre”, alegadamente a representante dos chineses continentais “aprisionados” pela “Cortina de Bambu”.

Em 1955, o boletim oficial do ABN publicaria evidências do estreitamento dos nexos entre o grupo e a Taiwan do *generalíssimo*. Duas “aparições” nas páginas da *Correspondência do ABN* merecem destaque. Embora publicadas em 1955, elas referiram-se a fatos e eventos ocorridos em 1954. A primeira delas foi um conjunto de fotografias que registrou um protesto realizado entre os Amigos Americanos do ABN e agentes da ditadura taiwanesa em frente à sede da ONU. Uma delas trouxe como legenda: “Foto parcial de lutadores taiwaneses e do ABN pela libertação manifestando contra a delegação soviética em frente ao prédio da ONU em Nova Iorque, 21 de setembro de 1954” (ABN, 1955, v. VI, p. 12). Os manifestantes carregavam cartazes com *slogans* do tipo: “Fora com os bolcheviques da ONU”, “Amigos Americanos do ABN” e “Nós queremos uma Ucrânia livre” (ABN, 1955, v. VI, p. 12). Outra fotografia apresentou como legenda: “O encontro dos manifestantes ucranianos e taiwaneses antibolcheviques em Nova Iorque” (ABN, 1955, v. VI, p. 12). Um dos manifestantes, um chinês de Taiwan nos EUA, sustentava nas costas um cartaz com a mensagem: “Vida longa a Yaroslav Stetsko, Presidente do ABN” (ABN, 1955, v. VI, p. 12).



Figura 35. FONTE: ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 12.

Pronto, *conexão Taiwan* agendada. As manifestações contra a URSS na sede da ONU em Nova Iorque, organizada por representantes da ditadura taiwanesa e pelos Amigos Americanos do ABN, já sinalizavam que, em pouco tempo, Stetsko desembarcaria em Taipei. ABN e Taiwan já “afinavam os tamborins”, como se verá, às vésperas da pactuação de um acordo anticomunista global que se revelaria profundo e durabilíssimo. Antes de sua assinatura, porém, e muito mais importante do que as fotografias que registraram os protestos conjuntos em Nova Iorque, a segunda “aparição” na *Correspondência do ABN* foi a essencial. Em primeira mão, o ABN informou sobre um acontecimento histórico ocorrido no Extremo Oriente: a criação, em 1954, da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL). A partir daí, depois que a *Correspondência do ABN* registrou o nascimento dessa “estrela” do Oriente em sua edição de janeiro/fevereiro de 1955, a APACL nunca mais deixaria as páginas do boletim informativo do grupo presidido por Stetsko. Isso porque a APACL se tornaria, conforme se verá no CAPÍTULO 2, a aliada mais poderosa e fiel do ABN



**Figura 36.** FONTE: ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 12.

Seus objetivos coincidiam *in totum*. Assim noticiou a *Corresponência do ABN* o nascimento da “estrela” anticomunista do Oriente: “Organização da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos. Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos realizada em Chinhae” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 8). “Tendo em vista o fortalecimento da aliança contra o Comunismo, líderes civis representando a China Livre, a República da Coreia, Tailândia, Indochina, ilhas Ryukyu, Hong Kong e Macau reuniram-se na Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos em Chinhae, Coreia, em 16 de junho” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 8). A cerimônia de inauguração da APACL contou com a presença do presidente sul-coreano Syngman Rhee e, como se verá no CAPÍTULO 2, a Liga foi criada a partir das conversas mantidas por ele com o *generalíssimo* de Taiwan Chiang Kai-shek. O ABN ainda noticiou que, “um mês depois da conclusão da Conferência Anticomunista realizada em Chinhae, delegados de oito estados asiáticos e regiões definiram ‘Os princípios da Organização da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos’” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 8). O ABN também reproduziu alguns pontos declarados pela Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos de 1954:

A Conferência declarou: 1) Que todas nações livres devem banir [*outlaw*] o Partido Comunista; 2) Que a realização de qualquer conferência que possa encorajar agressões comunistas e a venda da Ásia devem ser impedidas; 3) Que a unificação da Coreia deve ser atingida e que a soberania dos três Estados Associados deve ser preservada; 4) Que todos os povos amantes da paz e da liberdade da Ásia devem se unir e lutar juntos primeiro para assentar um fundamento para a segurança na Ásia e nas regiões do Pacífico ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 8)

A *Correspondência do ABN* informou, enfim, o nome do preposto do *generalíssimo* de Taiwan na Conferência de Chinhae e na APACL. Segundo o ABN, em nome do governo taiwanês, “o Sr. Ku Cheng-kang, Diretor Permanente dessa Associação [APACL], atendeu a conferência de três dias como chefe da delegação da China Livre” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 8). Esse chinês exilado em Taiwan, tecnicamente um dos três principais dirigentes do Kuomintang (KMT), nunca mais saiu das páginas da *Correspondência do ABN*. Como se verá, Ku Cheng-kang se tornaria o “melhor amigo asiático” de Stetsko e do ABN. Na mesma edição que noticiou o surgimento da “estrela” anticomunista do Oriente, o boletim do ABN publicou um artigo do “Dr. Ku Cheng-kang”. Nele, o dirigente taiwanês criticou a política de “Coexistência Pacífica” adotada pela URSS pós-Stálin. Com ela, os soviéticos buscariam “vender sua intriga de ofensiva de paz, que é necessária a eles para ganharem mais tempo para se prepararem para a guerra e sabotarem a solidariedade do mundo livre” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 3). “Acreditar que a Rússia Soviética abandonará seus planos para dominar o mundo inteiro é o mesmo do que acreditar que uma raposa não fará mal às galinhas” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 3).

Utilizando a mesma terminologia do grupo presidido por Stetsko para referir-se aos soviéticos – *imperialismo russo-soviético* –, o líder do “Capítulo” taiwanês da APACL já despontava na *Correspondência do ABN* advertindo que “o projeto de dominação do imperialismo russo” era um plano de “dominação mundial russo-soviético” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 3). E estariam mais do que evidentes “seus planos para a sovietação da China continental e a preparação para a guerra no continente” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 3). “Nós podemos ver claramente”, arrematou Ku Cheng-kang, “que os imperialistas soviéticos querem unificar a força comunista na Europa e na Ásia para a dominação do mundo inteiro (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 3). Eis que, segundo o dirigente taiwanês, a assim chamada “Coexistência Pacífica” não poderia nunca contribuir à “Paz Mundial”.

“Pelo contrário, a política de coexistência apenas conduzirá o mundo para uma guerra atômica, porque a Rússia Soviética será capaz de aumentar seu estoque atômico para um ataque surpresa” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 5). Isto é, da mesma forma que o ABN, o presidente da APACL-Taiwan considerava que a URSS estava se preparando para a “III Guerra Mundial”. A política de “coexistência pacífica” seria apenas uma maneira dos soviéticos ganharem tempo para melhor se preparem para a conflagração vindoura.

Não poderiam ser maiores, então, as afinidades ideológicas entre o dirigente taiwanês da APACL e o ABN. E caso o mundo ocidental se empenhasse em ajudar os povos “aprisionados” na “Cortina de Ferro”, garantiu Ku Cheng-kang, a história poderia ser diferente. “Se essa luta pudesse ter o apoio total do Ocidente, o regime soviético poderia ser esmagado sem a necessidade de uma guerra mundial” (ABN, 1955, v. VI, n.º ½, p. 5). Ou seja, apenas uma política de “libertação” dos povos “aprisionados” no “cativeiro” russo-soviético poderia evitar a “III Guerra Mundial”. Mas esse ideário *rollback* não coincidiu em gênero, número e grau com a ideologia do ABN? Sim, *in totum*. As visões de mundo se identificavam ideologicamente, coincidindo por completo. Com tamanhas afinidades eletivas o resultado da viagem de 1955 de Stetsko a Taiwan não poderia ter sido outro. Um Acordo entre o ABN e a APACL-Taiwan foi assinado por ele e por ... Ku Cheng-kang. A *Correspondência do ABN* publicou uma fotografia que “congelou” o momento da assinatura desse pacto formal para a condução de operações anticomunistas internacionais de *guerra psicológica*, com a seguinte legenda: “Ku Cheng-kang e Jaroslaw Stetzko assinando o Acordo em Taipei (Formosa)” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 5).

Pronto. Atingiu-se então um ponto de não retorno na internacionalização das atividades do ABN que passou, necessariamente, pela filial da APACL na “Meca” do anticomunismo asiático: a Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek. Mas, como “ir a Roma sem ver o Papa”? Em seu demorado *tour* taiwanês de outubro de 1955, Stetsko entrevistou-se com o ditador no dia 18. O Acordo firmado entre Stetsko e Ku Cheng-kang, assim como o agitado *tour* do presidente do ABN em Taiwan, serão detalhados no CAPÍTULO 2. Por ora, basta mencionar que, assim como fizera em seu *tour* espanhol, o presidente do ABN percorrerá os escalões de “alto nível” da ditadura do *generalíssimo* Chiang Kai-shek. Visitou o próprio *generalíssimo*, entrevistou-se com dois de seus filhos, em especial com o todo-poderoso Chiang Ching-kuo, reuniu-se com dirigentes da Associação de Relações Exteriores da Nação Chinesa, da Associação



Chinesa para as Nações Unidas (CAUN), visitou o Departamento de Guerra Psicológica do Kuomintang (KMT), membros das Forças Armadas e do Legistivo Yuan, instalações militares, industriais, agrárias, foi recebido com banquetes e jantares, deu palestras, entrevistas, discursou para ex-prisioneiros da Guerra da Coreia que desertaram do Exército Vermelho chinês, entrevistou-se com o embaixador dos EUA Karl Rankin e com o professor de Yale David Nelson Rowe que dirigia a Asia Foundation para o *generalíssimo* e, *last but not least*, insitiu na necessidade da APACL-Taiwan e do ABN formarem uma “frente unida de resistência atrás da Cortina de Ferro”. Ou, como discursara em um evento organizado para ele pela APACL-Taiwan, “uma liga mundial anticomunista”.

Nota-se que em sua viagem a Taiwan em 1955, Stetsko “fez o diabo”; “deitou e rolou”. Como se verá, sua “estrela” assumiu tamanha projeção unto à ditadura militar de Taiwan que sua ascensão enciumara seu próprio *Providnyk* Bandera. Seu antigo “primeiro-ministro” lhe estava “fazendo sombra”. Conquistara “luz própria” e ascendeu como um “foguetete” nos círculos globais da ultradireita anticomunista. Primeiro, com o *generalíssimo* Franco, que o ainda o tratava como o verdadeiro “primeiro-ministro” da Ucrânia, enciumando o *Providnyk* Bandera. E agora com o *generalíssimo* Chiang? Como logo se verá, fato esclarecido por Rossolinski-Liebe, as viagens de Stetsko a Espanha de Franco e a Taiwan de Chiang, entre 1955-56, levaria Bandera a “fechar a torneira” do financiamento dos *banderites* ao ABN. Isso, porém, ao invés de enfraquecer Stetsko – que sempre foi absolutamente fiel e devoto a seu *Providnyk* – intensificou a o périplo global do presidente do ABN em busca de aliados, parcerias e, obviamente, fundos e recursos financeiros. Nesse processo de internacionalização do ABN, Stetsko converteu-se, de um criminoso de guerra e colaborador nazista abandonado “inexplicavelmente” por Hitler, em um dos principais gestores globais das redes anticomunistas da Guerra Fria.

#### 1.2.5.9. EUA, 1959, o ABN “conquista a América”: novos “amigos” e a Resolução das “Nações Cativas”

1955 foi, portanto, o ano no qual o ABN “conquistou” a “Meca” do anticomunismo no Extremo Oriente, Taiwan. Mas, segundo o projeto de internacinalização do grupo presidido por Stetsko, era preciso “fazer a América”. Desde 1951, o ABN conquistara “amigos americanos” para chamar de seu. Em 1959, enfim, o ABN conseguira “conquistar a América”. Ou ao menos uma

lei federal norte-americana para chamar de sua. Esse processo de aprofundamento da presença do ABN nos EUA, parte da mundialização do grupo, é o que interessa analisar agora. A partir da criação dos Amigos Americanos do ABN, em 1951, o grupo estabeleceu sua sede em Nova Iorque e abriu filiais nos principais estados norte-americanos, conquistando aliados de “alto nível” entre políticos e militares da reserva dos EUA. Em meados da década de 1950, porém, ainda havia certa discussão dentro da CIA sobre a conveniência ou não de se permitir a entrada nos EUA do presidente do ABN Stetsko e de seu dirigente Alfreds Berzins, criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas da Ucrânia e da Letônia, respectivamente.

Em 1952, entretanto, o presidente da Comissão Militar do ABN, o ex-general da Cruz Flechada húngara Ferenc Farkas de Kisbarnaki, um criminoso de guerra condecorado com a Cruz de Ferro nazista, conseguiu um visto de viagem para um breve *tour* nos EUA. O chefe do Escritório de Segurança da CIA E. Tomlin Bailey, em um informe para o vice-diretor da agência de 20 de novembro de 1956, anexou um memorando elaborado por um operativo interno designado como “EE”. Este havia recomendado “nos últimos anos que as várias aplicações feitas por Yaroslav Stetsko para o visto de visitante para os EUA fossem conduzidas com táticas postergatórias”, ressaltando que nenhuma decisão havia sido oficialmente tomada “para essa aplicação” (CIA, 1956: 2). Ou seja, o presidente do ABN estava tentando visitar os EUA em 1956. O memorando do operativo da CIA “EE” anexado ao informe de Bailey julgou que “a entrada de Stetsko nos EUA poderia ser prejudicial ao interesse público”, solicitando uma complementação das “informações factuais concernentes a Stesko e as opiniões de outras agências do governo interessadas” (CIA, 1956: 2). Isso porque, assegurou o “EE”, “Stetsko estabeleceu alguns amigos influentes nos EUA que não estão de todo conscientes acerca de seu passado, motivo pelo qual a negativa para seu visto deve ser bem documentada” (CIA, 1956: 2). Mas quais eram os fatos do “passado” de Stetsko que justificariam que os EUA lhe negassem um visto de visitante alegando prejuízo ao interesse público? Segundo o operativo interno da CIA “EE”:

1) O papel de Stetsko no governo ucraniano e que foi estabelecido em Lemberg [Lviv] em 1941; o caráter desse governo, particularmente seu relacionamento com o governo nazista e suas políticas em face da população. (Há estórias persistentes de que acima de 130.000 ucranianos foram assassinados pelo governo nas poucas semanas em que ele esteve no poder. 2) **As atividades de Stetsko e suas organizações políticas na intimidação de campos de refugiados inteiros nos anos do pós-guerra; seu uso de assassinatos e métodos de estilo gangster [gangster-like methods] para manter os ucranianos na linha durante esse período; a extensão e natureza de operações de tipo mafioso [mafia-type operations], possivelmente extensivas aos EUA; e as**

**conexões de Stetsko e controle sobre essas forças.** 3) Atitudes de Stetsko e dos órgãos de imprensa por ele controlado em relação à política externa e os objetivos dos EUA. 4) O provável impacto na comunidade ucraniana a respeito da entrada de Stetsko nos EUA (CIA, 1956: 2, grifo meu)

Nota-se, pois, que o operativo de inteligência “EE” conhecia bem as atividades pretéritas do presidente do ABN durante a II Guerra Mundial. Informou seus superiores da CIA sobre a aliança dos *banderites* com o nazismo e os crimes de genocídio cometidos no curto período em que Stetsko foi “primeiro-ministro” do Estado “independente” da Ucrânia em nome de seu *Providnyk* Stepan Bandera. O operativo da CIA “EE” também se mostrou muito bem informado sobre os métodos *gangsters* e terroristas que Stetsko e os *banderites* utilizaram nos campos de Pessoas Deslocadas do pós-guerra. (Nisso, tiveram ajuda do Exército dos EUA por meio da já analisada *Operação Ohio*). Mas o que foi e quem coordenou esse operativo “EE” da CIA que conhecia a fundo as atividades genocidas e terroristas de Stetsko e dos *banderites* que controlavam o ABN? Na verdade, “EE” era o criptônimo do operativo de “Conexões da Igreja Católica” que a CIA mantinha na Europa. A chamada “Rede EE”, com sede na Áustria, era controlada pelo ex-capitão das SS Otto von Bolschwing (CIA, 2007: 26)<sup>41</sup>, um dos mais de mil nazistas tornados espiões pela CIA de Allen Dulles e pelo FBI de J. Edgar Hoover (MCCOY, 2014).

Seis anos antes dessas “ressalvas” a Stetsko feitas pela “Rede EE” da CIA, outra agência de espionagem norteamericana desaconselhou o envolvimento dos EUA com o ABN e com seu dirigente letão Alfreds Berzins. Em 22 de dezembro de 1950, um memorando do Escritório de Coordenação Política (OPC), que depois seria incorporado à CIA, apresentou como tema “O Bloco Antibolchevique de Nações e Alfreds Berzins”. Afirmou então que “a Divisão de Europa do Leste do OPC está familiarizada com as reclamações sobre a composição do ABN” e “um reestudo de nossos arquivos, em conjunção com o novo material, não alterou nossa avaliação inicial – isto é, o ABN não oferece um potencial operacional significativo ao OPC” (CIA, 1950c: 1). Assim, diante dessa incapacidade operativa do ABN – e apesar de que o OPC utilizou os *banderites* em 1948 na *Operação Rollback* de George Kennan e Frank Wisner –, “não é aconselhável tornar-se operacionalmente envolvido com organizações ‘guarda-chuvas’ [*‘roof’ organizations*] como o ABN” (CIA, 1950c: 1).

---

<sup>41</sup> Essa descoberta foi possível graças à lista de criptônimos elaborada por arquivistas e historiadores que trabalharam na documentação que emergiu do *Nazi War Crimes Disclosure Act* de 1998 do Congresso dos EUA (CIA, 2007).

O OPC parece então ter descartado futuras associações com o ABN: “Se nós desejamos operar clandestinamente em uma certa área ou lidar com certo grupo nacional, nós deveríamos tentar obter uma ligação operacional direta com o grupo concernente ao invés de tratar com tais intermediários ou organizações guarda-chuvas desse tipo” (CIA, 1950c: 1). Depois, em julho de 1954, a CIA voltou a tratar do ABN e de seu dirigente letão, um ex-SS: “Qualquer relação com Berzins nos envolveria, queira ou não, com o ABN. Portanto, é recomendado ao OPC abster-se de qualquer envolvimento com Berzins ou o ABN neste momento” (CIA, 1954a: 1-2).

Apesar desses “contratempos” do ABN junto a certos operativos e operadores da CIA e do OPC, o fato é que, em pouco tempo, o grupo conseguiria “conquistar a América”. Desde 1951 o ABN contava para isso com seus Amigos Americanos (AF-ABN). Marcando um *score* e tanto, o ABN conquistou rapidamente um *benefactor* de “alto nível” dentro do governo norteamericano. Alguém suficientemente apto e poderoso para autorizar a entrada nos EUA de criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental. Esse importante “amigo americano” do ABN foi Edward M. O’Connor, um conselheiro de Segurança Nacional dos EUA e ex-comissário de Pessoas Deslocadas na Europa. O’Connor “havia liderado as revisões legais que permitiram veteranos da *Waffen SS* da Letônia, Lituânia e Estônia entrarem nos Estados Unidos livremente, a partir de 1951” (SIMPSON, 1989: 270). Na década de 1950, ele foi promovido a diretor do Conselho de Estratégia Psicológica do Conselho de Segurança Nacional (CSN), cuidando de uma variedade de atribuições “relativas à administração de operações clandestinas na Europa do Leste. Ele era um especialista em aspectos de segurança nacional da política imigratória e não escondia sua preferência política pelos grupos exilados anticomunistas do ABN” (SIMPSON, 1989: 270).

Serviu “como presidente de grupos privados de apoio aos Amigos Americanos do Bloco Antibolchevique de Nações e como um dos fundadores do Comitê Nacional das Nações Cativas [NCNC]” (SIMPSON, 1989: 270). Mais tarde, ele foi porta-voz dos emigrantes ucranianos acusados de crimes de guerra nos EUA. Entre eles, o ucraniano Ivan Demjanjuk, ex-guarda no campo de concentração de Treblinka, que foi defendido pelo filho de O’Connor, o advogado Mark O’Connor (SIMPSON, 1989: 270). Esse apoio político ao ABN fornecido por Edward M. O’Connor, operando em prol das “Nações Cativas do Comunismo” dentro do Conselho de Segurança Nacional, como aquele proporcionado pelo senador Thomas Dodd, contribuíram para “fascistizar” as diásporas do leste europeu nos EUA.

As ações desses e de outros aliados de “alto nível” do ABN “trouxeram a extrema-direita à posição de poder em inúmeras organizações de imigrantes lituanos, ucranianos, croatas e bielorrusso” (SIMPSON, 1989: 207). Nos EUA, seus membros adaptaram-se ao contexto político-ideológico da Guerra Fria, adquirindo prestígio, legitimidade e poder em suas comunidades na medida em que se apresentavam como anticomunistas de ultradireita. Nem todos foram criminosos de guerra e protonazistas, mas “é verdade que o intenso anticomunismo da Guerra Fria deu àqueles que *foram* colaboradores nazistas um sentido de racionalização àquilo que haviam feito durante a guerra e, efetivamente, um lugar para se esconder” (SIMPSON, 1989: 208). No caso da diáspora ucraniana, os *banderites* que tomaram parte dela não deixaram de preocupar a espionagem dos EUA, obrigada a tratar com questões migratórias envolvendo ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra foragidos da Ucrânia. Em alguma medida, “a OUN-B era ‘mais uma dor de cabeça para a Inteligência americana do que uma benção’ (DORRIL, 2000: 233-234).

Inclusive, como revela Stephen Dorril, o *Counter Intelligence Corps* (CIC) do Exército dos EUA conseguiu infiltrar-se no quartel-general da OUN/B na Alemanha Ocidental. O serviço secreto do Exército norteamericano estava à procura de maiores detalhes e mais registros sobre o passado dos *banderites*, com os quais o CIC não deixou de cooperar (vide *Operação Ohio*). E quem procura acha, não é mesmo? O agente do CIC infiltrado no quartel-general alemão da OUN/B “conseguiu fotografar ‘onze volumes de seus arquivos secretos internos’, os quais continham prova de que a maioria de seus membros ‘tinha trabalhado para a Gestapo e para as SS como policiais, executores, caçadores de *partisans* e funcionários municipais’” (DORRIL, 2000: 234). Os *banderites* da OUN/B, como analisado até aqui, controlavam o ABN por intermédio de Yaroslav Stetsko. Se é verdade que eles foram “uma dor de cabeça para a Inteligência americana”, o fato é que sua organização “guarda-chuva” e seu presidente, respectivamente, o ABN e Stetsko, conseguiram vencer todos os “contratempos” nos EUA e, finalmente, “fizeram a América”.

Dois anos depois do operativo da CIA controlado pelo ex-capitão das SS von Bolschwing recomendar às autoridades norteamericanas que protelassem ao máximo qualquer pedido de visto de viagem feito por Stetsko – pois concedê-lo “poderia ser prejudicial ao interesse público” diante de seus crimes de guerra, sua colaboração com o nazismo e seus métodos *gangsters* terroristas –, o ucraniano conseguiu, enfim, visitar os EUA. E não para qualquer *tour*. Em 14 de maio de 1958, Stetsko teve seus 15 minutos de fama e holofote no maior “palanque” congressional do *macarthismo*:

no Comitê de Atividades Antiamericanas, ou HUAC (*House Un-American Activities Committee*). A *Correspondência do ABN* deu amplo destaque à convocação e participação de Stetsko no HUAC. Na mesma edição, o presidente do ABN apareceu saudando “a destemida atitude e inabalável luta do Senador McCarthy contra o comunismo” (ABN, 1958, v. IX, n.º 5/6, p. 1). No HUAC, o presidente do ABN “submeteu um testemunho documentado sobre os perigos de uma nova reunião de ‘cúpula’ e das agressivas políticas russo-soviéticas na Europa, Ásia e África” (ABN, 1958, v. IX, n.º 5/6, p. 3)<sup>42</sup>.

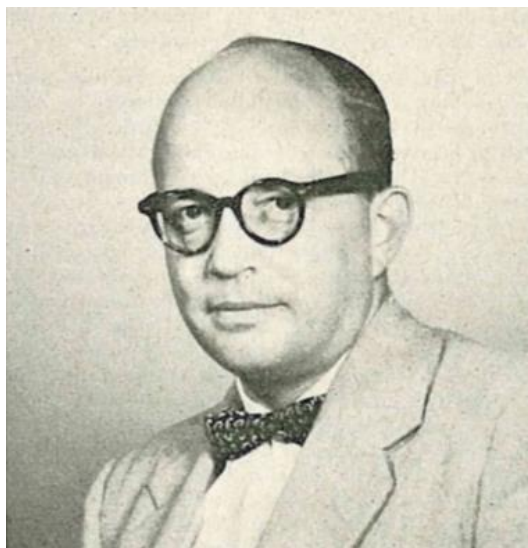
Mas não foi só no HUAC que Stetsko prestou depoimento a seus “amigos americanos” *macarthistas*. Em 30 de junho, ele depôs sobre o “perigo comunista” no Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados dos EUA. Nessa ocasião, acompanhando o presidente do ABN, “o Dr. Lev E. Dobriansky esteve presente na sessão do Comitê de Relações Exteriores” (ABN, 1958, v. IX, n.º 5/6, p. 3). Um filho de emigrantes ucranianos nascido em Nova Iorque, Dobriansky serviu na II Guerra Mundial como um oficial militar no Escritório dos Serviços Estratégicos (OSS) dos EUA, o protótipo histórico da CIA<sup>43</sup>. No pós-guerra, tornou-se professor de Economia na Universidade Georgetown em Washington, integrou o corpo docente do *National War College* e presidiu, a partir de 1949, o Comitê Nacional das Nações Cativas (UCCA), cofundado por Edward M. O’Connor. Depois escreveria “uma história laudatória, e totalmente imprecisa, do Exército Insurgente Ucraniano [UPA]” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 154).

Dobriansky foi, sem dúvida alguma, o mais graduado e influente “amigo americano” do ABN. E a contribuição mais importante desse “ex” coronel do OSS não foi ter acompanhado e presenciado o testemunho de Stetsko na Câmara dos Deputados dos EUA em 1958. Sua obra mais duradoura ao ABN foi realizada no ano seguinte, quando Dobriansky escreveu “a Resolução das Nações Cativas, que foi adotada pelo Congresso dos EUA e transformada em lei pelo Presidente Dwight D. Eisenhower em julho de 1959” (FOIA).

---

<sup>42</sup> A presença de Stetsko no HUAC faz ressoar a agudeza da boutade bem série de Huey P. Long, citada de epígrafe por Russ Bellant: “If fascism came to America, it would be on a program of Americanism” (BELLANT, 1991: xii). O macarthismo, vertente de ultradireita do americanismo, “importou” da Europa um criminoso de guerra e protonazista ucraniano como Stetsko para que ele “testemunhasse” sobre os crimes do comunismo-soviético.

<sup>43</sup> Seria oportuno meditar, a partir de agora, sobre uma observação nada banal feita por Manuel Buendía, o maior jornalista investigativo do México contemporâneo, um ás em identificar operadores e operativos da CIA em seu país, posteriormente assassinado. Ele insistia nisso: “Uma vez da CIA, sempre da CIA”. Não existiria propriamente um “ex” agente da CIA sequer. O mesmo poderia ser dito sobre o protótipo da CIA e seus membros, o OSS? “Uma vez do OSS, sempre do OSS?” Se isso é certo, as conexões do ex-OSS Dobriansky não só com o ABN, mas com toda a rede global anticomunista que será aqui estudada, poderiam reassumir uma outra densidade, não?



**Figura 37.** Lev E. Dobriansky. FONTE: ABN, 1958, v. IX, n.º 5/6, p. 5.

Graças a esse “melhor amigo americano” do ABN, a *Resolução da Semana das Nações Cativas* “passou a ser proclamada todos os anos pelos sucessivos presidentes” (FOIA). Embora sem creditar a autoria da redação do projeto de lei a Dobriansky, a *Correspondência do ABN* comemorou efusivamente a aprovação da *Resolução*. Sob o título “O povo americano defende as nações subjugadas”, o boletim oficial do ABN informou que o presidente dos EUA Eisenhower, em 17 de julho de 1959, “proclamou a semana seguinte a 20 de julho como a ‘Semana das Nações Cativas’” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 1).

A *Resolução* determinou que todos os presidentes dos EUA deveriam proclamar “essa semana em cada ano até que todos os povos subjugados do mundo tenham conquistado sua liberdade e independência” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 1). Um objetivo e tanto, não? O projeto de lei redigido por Dobriansky, aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente dos EUA assumiu sua forma jurídica definitiva na *Public Law 86-90*, de 17 de julho de 1959. Três “Considerandos” justificaram a *Resolução da Semanha das Nações Cativas* sancionada por Eisenhower. O primeiro deles advertiu para o fato de que “a escravização de parte substancial da população do mundo pelo imperialismo comunista ridiculariza a ideia de coexistência pacífica entre as nações” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. X). O segundo alertou para o fato de que, a partir da Revolução Russa de 1917, foi deflagrada a expansão do *império russo-comunista*, afirmando que “desde 1918 a política de agressão imperialista do comunismo russo resultou na criação de um

vasto império que apresenta uma ameaça extrema à segurança dos Estados Unidos e de todos os povos livres do mundo” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. X).

O último “Considerando” assegurou que “as nações subjugadas enxergam nos Estados Unidos a cidadela da liberdade humana e da liderança para ocasionar sua libertação e independência” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. X). Uma conclusão – a *Resolução da Semana das Nações Cativas* – arrematou esses três “Considerandos”. A *Resolução da Semana das Nações Cativas* garantiu ao presidente dos EUA que ele “está autorizado e requerido a emitir uma proclamação designando a terceira semana de julho de 1959 como a ‘Semana das Nações Cativas’, convidando o povo dos Estados Unidos a observá-la com cerimônias e atividades apropriadas” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. X).. E mais, concluiu a *Resolução*, “o Presidente está adiante autorizado e requerido a emitir uma proclamação similar a cada ano até que a liberdade e a independência sejam alcançadas para todas as nações cativas do mundo (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. X)”.



**Figura 38.** “Captive Nations Week”. FONTE: WIKIPÉDIA.



No resumo de Alexander Nicholas Sosenko, um fã entusiasmado do ABN, a aprovação pelo Congresso e a sanção do presidente Eisenhower da *Resolução da Semana das Nações Cativas* significaram que:

**(...) as autoridades competentes do governo dos EUA pela primeira vez contestaram oficialmente o domínio russo-bolchevique sobre todos os países e povos não-russos tanto fora quanto dentro das fronteiras da assim chamada União das Repúblicas Soviéticas Socialistas e reconheceram como legítimo o direito à liberdade e à independência desses povos. Mais importante, a libertação de todos esses povos forçadamente subjugados e escravizados foi declarada como um objetivo que deve ser buscado e que é de importância vital para a segurança dos Estados Unidos (SOSENKO, 2010: 36, grifo meu)**

Também um dos dirigentes búlgaros do ABN comemorou a *Resolução da Semana das Nações Cativas*. Dimiter Waltscheff escreveu um longo artigo na *Correspondência do ABN* refletindo sobre as implicações práticas dessa “resolução aparentemente platônica”. Recorde-se que Waltscheff era o empregador do “notório nazista búlgaro” Ivan Docheff. E como revelou Fred Chary da Universidade de Purdue, a partir de documentos do Tribunal de Nuremberg, Waltscheff “fora um agente de inteligência alemão” (BELLANT, 1991: 7). Foi essa figura que comemorou a aprovação da *Resolução* como sendo “um *ato revolucionário* na política norte-americana conquistado até o momento contra a União Soviética” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 6).

Seu efeito imediato teria sido o de incomodar Moscou, compilando Waltscheff uma série de protestos soviéticos diante da *Resolução*, caracterizada como “inédita provocação americana” ou “tentativa de interferir em assuntos internos de países soberanos”. O próprio Khrushchov teria “afirmado que ‘A Resolução das Nações Cativas’ era ‘a maior trapaça por parte dos líderes da política norte-americana’” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 6). A *Resolução*, para Waltscheff, indicaria “a *arma mais poderosa e o caminho mais seguro* para minar o despótico império bolchevique russo, como a base principal da agressão mundial comunista, e de desintegrá-lo de dentro para fora” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 7). Essa “resolução aparentemente platônica” sinalizaria, de fato, “o futuro curso que a política ocidental deve seguir. Este passo histórico é, na verdade, a espada de Dâmocles que deve ser erguida sobre as cabeças dos déspotas do Kremlin” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 7). E o mais importante, concluiu o ex-agente búlgaro da contra-inteligência nazista, já então no ABN:

Nesta resolução, os *principais departamentos de governo dos Estados Unidos contestaram oficialmente pela primeira vez o domínio dos bolcheviques russos sobre todos os países não-russos tanto além, quanto dentro das fronteiras da chamada União*

*das Repúblicas Socialistas Soviéticas e reconheceram como legítimo o direito destes povos à liberdade e à independência. Além disso, - a libertação de todos esses povos que foram forçadamente subjugados e escravizados foi declarado como um objetivo desejável, que é de vital importância para a segurança da própria América (...) As vítimas das 'agressivas políticas imperialistas do Comunismo Russo' – como a resolução explicitamente declara – estão hoje encarceradas em um 'vasto império que representa uma ameaça direta à segurança dos Estados Unidos e de todos os povos livres do mundo', e eles então são nomeados: Polônia, Hungria, Lituânia, Ucrânia, Tchecoslováquia, Letônia, Estônia, Bielorrússia, Romênia, Bulgária, China continental, Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Coreia do Norte, Albânia, Idel-Ural, Tibete, Cáucaso do Norte, Turquestão, Vietnã do Norte, entre outros (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 7)*

Em suma, o ABN tinha ou não razões para comemorar? Recorde-se que um missivista anônimo alertara as autoridades norteamericanas para o fato da utilização do ABN “como um instituto de branqueamento político para antigos membros do Ministério do Leste, das SS e do Exército [nazistas], para fazê-los apresentáveis à sociedade” (CIA, 1951a: 1). Buscava-se, segundo ele, torná-los “simpáticos ao público” norteamericano na esperança de que “os EUA organizarão os imigrantes de países não-russos como os líderes e ‘chefes nacionais’ naqueles respectivos países e para todos esses propósitos o ABN é utilizado meramente como um canal intermediário” (CIA, 1951a: 1-2). Em 1959, o ABN foi bem-sucedido não apenas em atrair a “simpatia” do governo norteamericano. Com a *Resolução da Semana das Nações Cativas*, o ABN conseguiu que sua própria ideologia fosse transformada em lei pelos EUA. Por meio de lei federal, a URSS passou a ser caracterizada como a *Tiurma Narodiv* (Тюрма народов), o “cativeiro de nações”, a “prisão dos povos”.

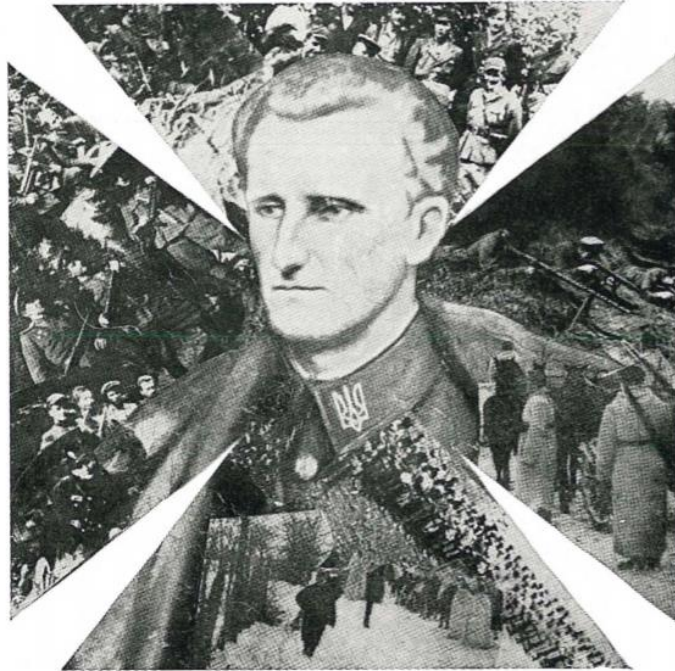
Enquanto *povos e nações* não fossem “libertados” do “cativeiro soviético”, da “Cortina de Ferro”, a segurança nacional dos EUA não poderia ser adequadamente garantida. Dessa forma, o Estado federal norteamericano assumiu como *seu* o objetivo político *do* ABN. Assim que o ideário *rollback communism* do ABN, a chamada política de “libertação” das “nações cativas do comunismo”, tornou-se peça permanente do arcabouço jurídico federal dos EUA. Mesmo que uma lei sem “aplicação imediata” – cuja colocação em prática detonaria uma III Guerra Mundial e um provável Holocausto nuclear –, a *Resolução da Semana das Nações Cativas* deu ao ABN um móvel político de luta permanente. Sua meta política passou a ser anualmente “declarada” como o objetivo de longo prazo de *todos* os presidentes dos EUA, isto é, do próprio Estado norteamericano.

Nota-se, pois, que o ABN logrou um feito nada desprezível e, em menos de 10 anos, “conquistou a América”. Depois da fundação de seus Amigos Americanos em 1951, esse grupo de criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas encontrou novos e poderosos “amigos” na terra do “Tio Sam”. O’Connor e Dobriansky foram os primeiros “de peso”, mas, como se verá, a lista não parou neles. Enfim, graças ao Congresso e ao presidente Eisenhower, uma lei federal de 1959 – a *Resolução da Semana das Nações Cativas* – fez com que os EUA incorporassem *ipsis litteris* a ideologia oficial do ABN que caracterizava e combatia a URSS como a *Tiurma Narodiv*, o “cativeiro das nações”.

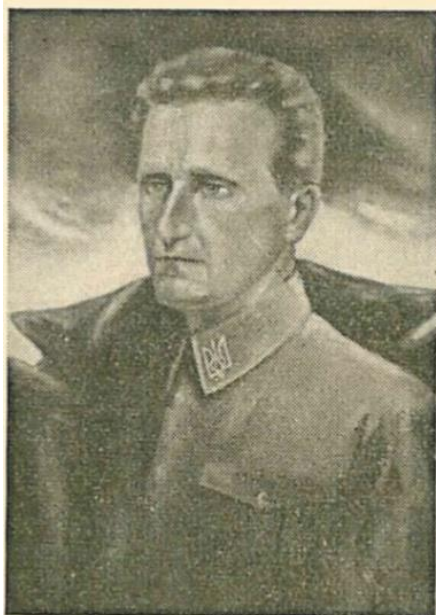
#### 1.1.2.6. *Culto e vida após a morte dos “pequenos Fuhers” da Europa Oriental: Providnyk ucraniano, Poglavnik croata, Căpitanul romeno, Vodca croata e outros “herois nacionais”*

Porém, se 1959 foi o ano em que o ABN “conquistou a América”, com a aprovação da *Resolução da Semana das Nações Cativas*, também foi o ano que o grupo presidido por Stetsko no geral e os *banderites* em particular perderiam seu *Providnyk*. Stepan Bandera, o líder dos nacionalistas/protonazistas ucranianos, foi assassinado pela KGB em Munique. Antes de abordar seu assassinato propriamente, importa circunscrever que dentro do exílio ultranacionalista ucraniano, porém, a liderança de Bandera não era um assunto indisputado. A *Correspondência do ABN*, incidindo nesse “jogo do líder”, mostrou-se sempre fiel e devota ao *Providnyk* Bandera. Se o comandante do UPA Roman Shukhevych – que suicidou-se na Ucrânia depois de emboscado pela KGB em 1950 – era o “mártir” morto do boletim oficial do ABN, Bandera era cultuado como o “herói vivo” em suas páginas. A “martirologia” dos “herois” tombados e o “culto” ao *Provdnyk* eram especialidade da *Correspondência do ABN*. Todavia, é possível também entrever em suas páginas que o “*Führerprinzip*” estava em discussão dentro da diáspora ucraniana de extrema-direita. Noticiou-se, por exemplo, que Bandera teria renunciado à posição de *Providnyk* do exílio ucraniano por que estaria vivendo “em esconderijo forçado em diferentes países ocidentais” (ABN, 1952, v. III, n.º 9/10, p. 2).

In Memory  
Of The Great Ukrainian Freedom-Fighter



*March 5, 1950: General Taras Chuprynka, Commander-in-Chief of the Ukrainian Insurgent Army (UPA) died in battle with the Russian occupation forces.*



## The Tenth Anniversary of a Hero's Death

### General Taras Chuprynka

Commander-in-Chief of the Ukrainian Insurgent Army (U.P.A.), President of the General Secretariate of the Ukrainian Supreme Liberation Council (U.H.V.R.) and Chairman of the Staff of the Organization of Ukrainian Nationalists (O.U.N.) in the homeland fell fighting against the Russian-Bolshevist occupants on March 5th, 1950, near Lviv in Ukraine.

He was one of the founders of the A.B.N. in the underground movement in 1943.

Now the leadership of the U.P.A. and the entire Ukrainian Liberation Movement in Ukraine was assumed without interruption by Colonel Vassyl Koval, thus carrying on the tradition of the U.P.A. — *"Fighters fall, the fight continues!"* — for an Ukrainian independent democratic state.

Figura 40. FONTE: ABN, 1960, v. XI, n.º 2, p. 10.



## General Roman Shukhevych-Chuprynka

(1907—1950)

Figura 41. FONTE: ABN, 1962, v. XIII, n.º 2, p. 12.

O ex-*Providnyk* teria comunicado essa sua decisão ao Conselho Supremo de Libertação Ucraniana (UHVR) e, garantiu o ABN, “com este passo Stepan Bandera demonstrou que ele coloca o interesse de sua Ucrânia natal e sua libertação acima de tudo” (ABN, 1952, v. III, n.º 9/10, p. 2). Mas Bandera desaprovava “todos aqueles círculos que pensam que devem discutir o ‘princípio do líder’ na OUN” (ABN, 1952, v. III, n.º 9/10, p. 2). A Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN), segundo ele, cometeria um grande erro se colocasse em xeque o “*Führerprinzip*” ou, no caso ucraniano, o “princípio do *Providnyk*”. O historiador Grzegorz Rossolinski-Liebe recorda que essa disputa sobre o “princípio do líder” dentro da OUN remontava, pelo menos, ao ano de 1943, quando a III Assembleia Geral Extraordinária da UHVR teria rejeitado “*Führerprinzip*” e a fascistização do movimento. A facção *banderite* da OUN, contudo, liderada por Bandera, Shukhevych e Stetsko, combaterá violentamente a posição da UHVR. Rejeitar o ideário fascista e o “*Führerprinzip*” na OUN, argumentou à época o *Providnyk* Bandera, equivaleria a adotar “princípios soviéticos”<sup>44</sup>.

Na década de 1950, na renovada discussão no interior da UHVR sobre o “princípio do líder”, o ABN se colocou ao lado de Bandera, que teria renunciado apenas de forma estratégica à condição de *Providnyk*. De um lado, o ABN garantiu que, “colocando-se a si mesmo sob a presidência do executivo da OUN no exterior, Yaroslav Stetsko, Bandera provará que as reais exigências da luta pela libertação vêm primeiro e prioritariamente para ele” (ABN, 1952, v. III, n.º 9/10, p. 2). De outro, entretanto, entremostrando-se que Bandera não estava fora do ‘jogo do líder’, sinalizou-se sua eterna disposição em ser o *Providnyk* do ultranacionalismo ucraniano. Assim que, caso o IV Congresso da OUN, “o eleja para assumir a direção da OUN, ele não recusará” (ABN, 1952, v. III, n.º 9/10, p. 2). Uma vez “Líder”, sempre “Líder”. Na sequência, a *Correspondência do ABN* republicou uma “carinhosa” nota da OUN ao eterno *Providnyk*:

**Líderes da OUN a Stepan Bandera: Para o Líder de toda OUN – Stepan Bandera.**  
Nós enviamos aos líderes das Unidades no Estrangeiro do OUN [ZCh/OUN], a todos amigos e ucranianos nos países estrangeiros nossas felicitações revolucionárias. **Nós, dizimados por um inimigo raivoso de toda a humanidade, defendemos o banner da**

---

<sup>44</sup> “Bandera e vários outros membros da ZCh OUN, incluindo ao menos Iaroslav Stets’ko (...) não aceitaram a supremacia da UHVR e opuseram-se à rejeição, na Terceira Assembleia Geral Extraordinária em 1943, do *Führerprinzip* e outras ideias fascistas. **A facção de Bandera queria reintroduzir o *Führerprinzip* e tornar Bandera o *Providnyk* de todas as organizações ucranianas de émigré** (...) Ele [Bandera] acreditava que elas [mudanças introduzidas na Assembleia de 1943] eram redundantes e que ele deveria permanecer como o *Providnyk* do movimento. Ele **entendia a rejeição do fascismo, ou ‘democratização’ como foi depois chamada, como ‘princípios soviéticos’ que prejudicavam a natureza real da OUN**” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 323, grifo meu).

**Revolução de Libertação Ucraniana.** Nós estamos felizes em saber que nossos amigos estão conosco. **Nós firmemente acreditamos que o estandarte entregue a nós pelo maior de nossos heróis, General Taras Chuprynka [Roman Shukhevych], em breve flutuará sobre os pináculos dourados de Kyviv. Amigo, Líder! Nós firmemente acreditamos que no momento decisivo e sob a sua direção nós conduziremos o povo ucraniano à vitória final.** Ucrânia, Primavera de 1952. Para nossos líderes” (ABN, 1952, v. III, n.º 9/10, p. 7, grifo meu)

É possível perceber, portanto, a ideologia do líder-ditador manteve-se intacta entre os *banderites* no exílio do pós-guerra. Contudo, como adiantado, a KGB, acrônimo russo de *Komitet gosudarstvennoy bezopasnosti*, isto é, o Comitê de Segurança do Estado da URSS, “decidiu eliminar os líderes nazistas, que fugiram da Ucrânia para a Alemanha” (MONIZ BANDEIRA, 2018: 230). Sob a direção de Alexander Shelepin e com a aprovação de Nikita Khrushchov, “em 15 de outubro de 1959, o agente Bohgdan Stashisky, que antes matara Lev Rebet (1912-1957), um dos chefes da ONU-B, executou também Stepan Bandera, na entrada do apartamento onde ele morava, em Munique, com o disparo de ampolas de cianureto no rosto do guerrilheiro” (MONIZA BANDERA, 2018: 231). Assim que, do triunvirato do OUN/B Stepan Bandera, Roman Shukhevych e Yaroslav Stetsko – os autores do já analisado documento-guia para o genocídio “Luta e atividades da OUN para o período de guerra” – só sobrara o ex “primeiro-ministro” do *Providnyk*.

O comandante militar da OUN/B e do UPA Shukhevych suicidou-se na Ucrânia, guerreado na clandestinidade o Exército Vermelho, quando foi emboscado pela KGB em 1950. O *Providnyk* Bandera foi morto com cianureto pela KGB, em 1959, enquanto desfrutava de um exílio protegido em Munique. A proteção que seus “amigos” do serviço secreto alemão ocidental – a Organização Gehlen primeiro e o BND depois – não foi o suficiente para lhe garantir a vida. Stetsko, o fiel escudeiro do *Providnyk*, embora “igualmente condenado pelo KGB, teve sorte diferente e conseguiu escapar dos atentados contra ele planejados” (MONIZ BANDEIRA, 2018: 231). A proteção que os serviços de inteligência da Alemanha Ocidental fornecia a Stetsko e ao ABN, depois do assassinato de Bandera, deve ter sido incrementada. Senão, não teria sobrevivido. Assassinado o *Providnyk* Bandera, aquele que era cultuado pela *Correspondência do ABN* como o herói vivo, com mais intensidade ainda, ganharia um espaço permanente de culto e veneração

na “martirologia” da revista editada a partir de 1957 por Slava Stetsko, militante da OUN desde sua juventude e esposa de Yaroslav Stetsko<sup>45</sup>.



**Figura 42.** Duas capas da *Correspondência do ABN* em homenagem ao *Providnyk* assassinado pela KGB. A primeira, à esquerda, estampou: “The National Hero of Ukraine STEFAN BANDERA. Murdered at the Orders of Ukraine’s Hangman N. Khrushchov”. FONTE: ABN, 1961, v. XII, n.º 6, *capa*. Na segunda, à direita, lê-se: “Stepan Bandera. Leader of the Organization of Ukrainian Nationalists (OUN) met a hero’s death for the independence of the Ukrainian nation in Munich, on 15<sup>th</sup> October, 1959. He was killed by a Russian agent – on the USSR’s Government order”. FONTE: ABN, 1976, v. XXVII, n.º 5, 1976, *capa*.

O culto ao *Providnyk* teve em seu funeral um momento importante para se aquilatar o tipo de ideologia que esse líder dos “nacionalistas/protonazistas ucranianos”, na caracterização de

<sup>45</sup> Slava Stetsko foi dirigente e peça-chave do ABN. Muito mais do que a esposa ou a extensão de Yaroslav. Ela foi uma ideóloga da ultradireita ucraniana no exílio, discursou com ou sem o marido em uma infinidade de congressos do ABN e de organizações aliadas. Ela assumiu o cargo de editora-chefe da Correspondência do ABN em março/abril de 1957. “Tendo se juntado à OUN aos 18 anos de idade, ela tornou-se uma apoiadora indispensável do ABN depois da guerra, primeiro em seu press bureau e, de 1957 em diante, como a editora de sua publicação, a Correspondência ABN” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 392). “A mulher de longa data do líder do ABN Yaroslav Stetsko, Yaroslava Stetsko (1920-2003), uma proeminente figura na comunidade de emigrantes ucranianos do pós-Segunda Guerra Mundial, tornou-se diretamente envolvida na política da Ucrânia pós-soviética” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 392).



Moniz Bandeira, nutriu e realimentou por toda vida. O discurso principal no enterro de Bandera em Munique ficou a cargo, obviamente, de seu fiel escudeiro Stetsko. No funeral de seu *Providnyk*, Stetsko expôs de maneira límpida o núcleo ultracatólico do líder dos *banderites*. Conseguiu demarcar no “adeus” ao *Providnyk* o teor cruzadístico – de guerra santa religiosa – que Bandera nutriu ideologicamente como guia à ação e à luta do ultranacionalismo ucraniano.



**Figura 43.** “Bandera’s Funeral Munich, 20 October 1959”. FONTE: ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 412.

Basicamente, o ideário ultracatólico – de linhagem grega ortodoxa – demarcou a cosmovisão do *Providnyk*, a despeito de toda “fascistização” que “sofrera” e que já foi analisada mais acima. Aqui importa reconstituir o “adeus” de Stetsko a seu *Providnyk*, atentando-se para a matriz ultracatólica ortodoxa grega da cosmovisão desse que foi o líder dos “nacionalistas/protonazistas” ucranianos – além, obviamente, de um criminoso de guerra e ex-colaborador nazista. Segundo Stetsko, portanto:

**O cristianismo foi uma parte indivisível de Sua espiritualidade, fé em Deus, e moralidade cristã** – um princípio de Seu trato, de Seu forte patriotismo. **Seu nacionalismo estava integralmente ligado ao cristianismo.** Ele sabia que nós podemos lutar de forma bem sucedida **contra Moscou, o centro do ateísmo militante e da tirania,** apenas se, na próxima oportunidade, a Ucrânia provar seu papel histórico na Europa Oriental (...) [e na] **luta por Cristo contra o Anti-Cristo moscovita.** Hoje nós nos

separamos dos restos físicos de Bandera, mas ele viverá em nossos corações, nas almas da nação ucraniana, e ESSE STEPAN BANDERA não será confiscado de nós por nenhuma força bruta, física e bárbara de Moscou’ (STETSKO *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 412, grifo meu)

Isto é, a cruzada religiosa “por Cristo contra o Anti-Cristo moscovita” nucleou e matizou o antibolchevismo dos “nacionalistas/protonazistas” ucranianos seguidores do *Providnyk* Bandera, os *banderites*. Muito mais do que antibolchevique ou antissoviético, esse ultranacionalismo ucraniano constituiu-se em oposição à Rússia, herdeira do *império* tsarista que “sangrou a Ucrânia por séculos”. A URSS seria, apenas, a última forma história, a mais atualizada, desse *império russo*. Daí a necessidade, para *banderites* e para o grupo no exílio controlado por eles, o ABN, de destruir o *imperialismo russo-bolchevique*. “Balcanizar” e destruir a URSS pois ela, à semelhança do império tsarista, constituiu-se historicamente como a *tiurma narodiv*, “a prisão (ou cativo) de nações”. E com um *plus*: a Moscou bolchevique tornara-se “o centro do ateísmo militante”.

Eis a urgência de uma cruzada religiosa “por Cristo contra o Anti-Cristo moscovita”. E essa proposta de guerra santa dos *banderites* garantiu-lhes um apoio permanente, por exemplo, do já citado patriarca da Igreja Católica Grega na Ucrânia, Iosyf Slipyi, que esteve ao lado de Stetsko quando este autoproclamou-se “primeiro-ministro” ucraniano seguindo as ordens do *Providnyk* Bandera. Na “leitura” de Slipyi, exemplarmente, o Exército Ucraniano Insurgente (UPA) não teria sido estruturado graças ao treinamento militar dado pelas Waffen-SS. Isso seria de somenos importância. O UPA, braço armado dos *banderites* da OUN/B, teria sido o fruto da “consciência cristã” que fez o “povo ucraniano” despertar para a “necessidade de lutar contra o Satã e seus servidores na Terra”<sup>46</sup>. Já se disse mais acima como antes de ser assassinado o *Providnyk* Bandera havia ignorado e ocultado os crimes de guerra e genocídio cometidos pela OUN e pelo UPA durante e após a II Guerra Mundial. O *Providnyk* “acreditava que os nacionalistas ucranianos possuíam o direito de matar milhares de civis a fim de atingirem seus objetivos” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 346). Já se discutiu como o autoassumido direito de matar civis por meios genocidas era justificado pela finalidade última dos “nacionalistas/protonazistas” ucranianos: destruir a URSS e construir um Estado “independente” da Ucrânia.

---

<sup>46</sup> Iosyf Slipyi, o patriarca da Igreja Católica Grega, que em 30 de junho de 1941 esteve presente na reunião na qual Stetsko proclamou o Estado ucraniano, declarou no aniversário de quarenta anos do UPA, em 1982: “**O Exército Insurgente Ucraniano nasceu da consciência cristã a respeito da necessidade de lutar contra o Satã e seus servidores terrestres**” (SLIPYI *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 431, grifo meu).

Admitir que executaram uma limpeza étnica nas áreas que controlaram, para os *banderites* e seus congêneres do ABN, “atrapalharia” o plano de “libertação” e “independência” nacionais da Ucrânia e de outras “nações e povos” sob o “cativeiro” soviético. Eis o motivo pelo qual os *banderites* negaram o “envolvimento da OUN e do UPA no Holocausto, a colaboração com os nazistas, a limpeza étnica de poloneses, a fascistização do movimento e os planos de estabelecer um Estado fascista colaboracionista” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 362). Já foi visto até aqui como, pelo contrário, tanto *banderites* quanto seus congêneres do ABN reproduziram uma autoimagem no pós-guerra que os transformava de protonazistas em pioneiros *freedom fighters* contra os *totalitarismos* nazista e bolchevique. Muitos desses ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra do leste europeu, no pós-guerra, associaram-se à Organização do Atlântico Norte (OTAN), pacto militar antissoviético da Europa Ocidental hegemônico pelos EUA. De fato, todos antigos criminosos de guerra e colaboradores nazistas congregados no ABN, com os *banderites* à frente, autoretrataram-se como dirigentes de “movimentos anti-alemães e antissoviéticos idealistas e heróicos” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 362).

De fato, todos antigos criminosos de guerra e colaboradores nazistas congregados no ABN, com os *banderites* à frente, autoretrataram-se como dirigentes de “movimentos anti-alemães e antissoviéticos idealistas e heróicos” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 362). Já foi demonstrado, inclusive, que as agências de inteligência dos principais países capitalistas ocidentais, ao empregarem em operações em suas operações antissoviéticas todas vertentes dessa “ultradireita alucinada” protonazista, contribuíram e ajudaram esse *revisonismo* e *negacionismo* de sua cogestão do Holocausto. No caso particular dos *banderites* e de seu *Providnyk*, sumaria o historiador Rossolinski-Liebe:

**O clima da Guerra Fria ofereceu ao pensamento de Bandera legitimidade suficiente para impedir que suas auto-representações fossem desafiadas. As atrocidades cometidas pela OUN-UPA e o papel de Bandera nelas eram raramente conhecidos e, se alguma informação sobre esses assuntos emergisse, ela era recusada como propaganda soviética anti-ucraniana** (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 346, grifo meu)

Acusando e contra-atacando como “propaganda soviética” qualquer apontamento sobre os crimes de guerra e genocídio dos *banderites* e de seus congêneres reunidos no ABN, este grupo presidido por Stetsko conseguiu “vender” a imagem de que estaria composto por *freedom fighters* antinazistas e anticomunistas. E, se o ABN semeou especialmente o culto ao *Providnyk* Bandera,

ele não foi o único “Líder” ultranacionalista/protonazista cultuado pelo grupo. Também o seria, por exemplo, o *Poglavnik* do *ustashismo*, o ex-ditador do Estado “independente” croata (NDH) Ante Pavelic. Como visto, Pavelic fugiu da Europa no pós-guerra pelos *rat lines*, alcançando refúgio na Argentina de Perón, um “oásis” para criminosos nazistas e seus ex-colaboradores. Pavelic foi um deles e, de Buenos Aires, reorganizou os remanescentes *ustashi* no exílio com seu lugar-tenete Stejpan Hefer. Criaram então o HOP, acrônimo de Movimento de Libertação Croata, um grupo terrorista especializado em promover atentados e assassinar autoridades do governo iugoslávo mundo afora.



**Figura 44.** “Stefan Bandera with the Canadian Delegation of NATO”. FONTE: ABN, 1960, v. XI, n.º 1, p. 9.

Em 10 de abril de 1957, porém, o serviço de inteligência iugoslavo localizou Pavelic no bairro de Palomar em Buenos Aires, promovendo um atentado contra o *Poglavnik ustahi*. A data não havia sido escolhida à toa: 10 de abril de 1957 era o “décimo sexto aniversário de fundação do Estado Ustasa”. Pavelic não morreu imediatamente no atentado, sendo transferido para outro país-oásis para criminosos de guerra, a Espanha de Franco. “Ele mudou-se para Madrid em

novembro de 1957 mas faleceu alguns meses depois como resultado do ataque” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 415). A *Correspondência do ABN* lamentou o falecimento do *Poglavnik* do *ustashismo* com uma nota de pesar, destacando que “até o momento de sua morte, o Dr. Pavelic lutou bravamente pela liberdade e pela independência de seus amados compatriotas, o corajoso povo croata” (ABN, 1960, v. XI, p. 13). Observa-se, pois, como o ex-ditador de um Estado-vassalo do III Reich, o principal gestor responsável pelo Holocausto na Croácia, nas páginas da *Correspondência do ABN* transmutou-se em “lutador” pela “liberdade e independência” de seu país “subjugado pelo bolchevismo”. A nota assegurou que o legado do *Poglavnik* do ultranacionalismo croata perduraria: “Ele seguirá vivo nos corações de todos os verdadeiros anticomunistas. Em sua luta conjunta com outras nações subjugadas pelo bolchevismo, seu povo, mais cedo ou mais tarde, recuperará sua independência nacional.

O Dr. Ante Pavelic ficará marcado nos anais da história da Croácia como um herói nacional” (ABN, 1960, v. XI, n.º 2, p. 13). A própria redação da nota de culto ao *Poglavnik* croata era idêntica àquela conferida na homenagem ao *Providnyk* ucraniano: “O nome de Stefan Bandera ficará marcado nos anais da história da Ucrânia como um dos mártires que dedicou sua vida à luta sem precedentes pela liberdade ucraniana” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 2). Em suma, mais um criminoso de guerra e genocida “Classe A” transformado em “herói nacional” de uma “nação” e de um “povo” *subugados pelo bolchevismo*. O historiador Rossolinski-Liebe resgata também como o ABN não apenas cultou o *Providnyk* dos *banderites* ucranianos, mas como a morte desse “outro líder fascista europeu oriental, Ante Pavelic, o *Poglavnik* do NDH, em 28 de dezembro de 1959 em Madrid, levou os mesmos elementos da diáspora ucraniana que tinham velado Bandera [em Munique] a velarem Pavelic” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 415). Um jornal da OUN publicado em Toronto, no Canadá, “ênfaticamente destacou que o ABN e a OUN participaram do funeral de Pavelic e depositaram coroas de flores em seu caixão. Volodymyr Pastushchuk, o segundo-homem da OUN e porta-voz do ABN no funeral de Pavelic, despediu-se do *Poglavnik* croata em espanhol” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 415):

Em poucos minutos, a terra espanhola irá cobrir o corpo do maior entre os croatas. Os Vermelhos assassinaram seu corpo, mas seu espírito e suas ideias libertadoras e orgulho nacional viverão entre nós. Ante Pavelic ensinou-nos a amar nossas pátrias e a sermos fiéis a nossas ideias nacionais. Ele ofereceu sua vida a seus irmãos e compatriotas, o que é evidência do amor maior. ... **Nós, ucranianos, compreendemos a tristeza de nossos irmãos croatas porque, a apenas dois meses atrás, nós sofremos a perda do *Providnyk* de nosso movimento de libertação, o inesquecível Stepan Bandera de**

**abençoada memória, assassinado pelo pela mesma mão criminosa comunista.** Com a morte de Pavelic, a nação croata perdeu seu maior líder; e nossa família de nações escravizadas, um dos melhores estrategistas na luta anticomunista (PASTUSHCHUK *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 415-416, grifo meu)

Em termos de persistência e duração, foi realmente impressionante e consistente o trabalho ideológico desenvolvido pelo ABN, por décadas, buscando garantir uma “vida após a morte” – na terminologia de Rossolinski-Liebe: *afterlife* – dos principais “Líderes” dos “nacionalistas/protonazistas” cultuados pelo ABN, quer seja em seu boletim oficial quer seja em suas multitudinárias atividades mundo afora. O *Providnyk* Bandera foi o principal deles, já que os *banderites* controlaram o ABN via Stestko, o presidente vitalício do grupo entre 1946-86. Mas, com visto, o *Providnyk* fez parte de uma “família” de “Líderes” do ultranacionalismo da Europa Oriental que teve no nazifascismo sua “estrela-guia” no passado e, no pós-guerra, encontrou no ABN um lugar de culto e veneração rumo à posteridade ideológica. “A vida após a morte” ou *afterlife* desses líderes-gestores do genocídio e do Holocausto na Europa Oriental, até hoje, persiste e ressuscita na nova/velha ultradireita da região.

Assim, o culto aos “Líderes” e a “martirologia” dos “heróis nacionais” das “nações e povos subjugados pelo bolchevismo” foram exercitados, diuturnamente, como um centro vital da ideologia de combate do ABN. Além do *Providnyk* ucraniano e do *Poglavnik* croata, também o *Căpitanul* Corneliu Zelea Codreanu, o “Líder” histórico dos legionários da Guarda de Ferro, teve seu culto como “herói nacional” romeno fomentado pelo ABN. Lembre-se que o comandante legionário que o substituiria, Horia Sima, colaborador nazista responsável por crimes de genocídio em Bucareste, integraria o ABN por intermédio de um preposto: Vasil Mailat, comandante legionário, criminoso de guerra<sup>47</sup>. Em janeiro de 1967, a *Correspondência do ABN* anunciou que foi realizado, em 30 de novembro de 1966, “um serviço memorial em honra a Corneliu Zelea Codreanu, o líder carismático da Guarda de Ferro na Romênia, seria realizado na Igreja de Saint Nicholas em Munique” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 424). O ABN informou que, ao lado de

---

<sup>47</sup> No “Quinquagésimo Aniversário do Movimento Legionário Romeno”, a Correspondência do ABN noticiou: “Em 24 de junho de 1977, cinquenta anos haviam se passado desde a fundação do movimento legionário romeno. O jubileu deste movimento foi celebrado por seus membros que viviam na Alemanha e na Áustria, em 25 de junho de 1977, em Mittersil, Áustria (...) Um serviço religioso foi celebrado por padres católicos e padres romenos ortodoxos. O endereço foi informado pelo Dr. Florian Muller na Alemanha e o advogado Basil Mailat fez um discurso em romeno. Ambos os palestrantes frisaram a luta dos legionários e os sacrifícios feitos por eles para liberar o povo romeno da tirania comunista” (ABN, 1977, v. XXVIII, n.º 4, p. 44).

13 dirigentes do Movimento Legionário Romeno, Corneliu Zelea Codreanu foi assassinado em 30 de novembro de 1938. Na sequência publicou um fragmento do *Căpitanul* da Guarda de Ferro dos “fascistas católicos” da Romênia:

Corneliu Codreanu uma vez disse: **‘Dois mundos posicionam-se opostos um ao outro. De um lado, os Estados nacionalis revolucionários, que estão lutando em defesa da Cruz e das civilizações centenárias; de outro lado, o bolchevismo com seus cúmplices, que estão lutando pela liquidação das nações e pela destruição da civilização cristã’** (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 37, grifo meu)

O ABN não exercitou apenas o culto ao *Providnyk* ucraniano, ao *Poglavnik* croata e ao *Căpitanul* romeno, mas também ao *Vodca* eslovaco, o “Líder” e colaborador nazista Josef Tiso. Como dito, ele fora preso pelos militares dos EUA ao final da II Guerra e extraditado para a Iugoslávia, onde foi julgado e condenado à morte por seus crimes de guerra e genocídio. A *Correspondência do ABN* estampou uma fotografia do monsenhor eslovaco de Hitler com a seguinte legenda: “Dr. Jose Tiso, Presidente da República Eslovaca. Morreu como mártir pela Fé Cristã e pela Liberdade e Independência de sua Nação” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 1, *capa*). Importa observar que não foram apenas os “Líderes” dessa “ultradireita alucinada” do leste europeu e da Ásia Central que viram e seguiram o nazifascismo como a “estrela-guia” de “um novo futuro” que foram cultuados pelo ABN. Referida capa-homenagem ao *Vodca* do ultranacionalismo eslovaco, por exemplo, era parte de uma longa série de culto aos “heróis nacionais” que, em nome da “liberdade” e “independência” de seus respectivos “povos e nações”, opuseram-se à *subjugação colonial pelo império russo e/ou soviético*<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> A capa-homenagem a “Iman Shamil. Herói Nacional do Cáucaso do Norte. Guerreiro da Liberdade contra o colonialismo russo” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 2, *capa*). Ou a que cultuou “Usman Batur. Campeão da Liberdade. Comandante das Forças Insurgentes do Turquestão durante 1940 a 1951” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 3, *capa*). Batur teria sido “o líder da luta por liberdade do Turquestão durante os anos de 1940 a 1951, que organizou e travou incessantemente uma luta armada contra o domínio da Rússia Soviética e dos Chineses Vermelhos sobre o Turquestão. Capturado pelos comunistas chineses no início de 1951, ele foi enforcado em Urumtchi em 28 de abril de 1951” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 3, p. 1). Ainda a capa que estampou “Petre Carp (1837-1918). Perspicaz Estadista Romeno e Oponente Intransigente da Rússia” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 4, *capa*). Ou uma outra que fez o mesmo com “Janka Kupala (1882-1942). Líder Espiritual da Povo Bielorrusso na Luta Contra a Opressão Russa” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 5, *capa*). Outra edição da *Correspondência do ABN* homenageou o “Professor Pranas Dovydaytis. O Grande Patriota Lituano. Assassinado por Moscou” (ABN, 1963, v. XIV, n.º 1, *capa*). Sem falar naquela que cultuou o “Arcebispo Metropolitano Ucraniano Josef Slipy. Libertado após dezoito anos em Campos de Concentração Russos” (ABN, 1963, v. XIV, n.º 2, *capa*). Essa reinvenção das tradições ultranacionalistas em uma coalização antirussa e antissoviética foi o trabalho ideológico mais duradouro do ABN. Esse feito ideológico perdurou, inclusive, após o fim da Guerra Fria.

### 1.2.7. Rumo à “Estação Taiwan”: o *Pacific Destiny* do ABN

Enfim, no caso dos *banderites* ucranianos, assassinado o *Providnyk* Stepan Bandera, quem sobrou para liderá-los senão seu ex “primeiro-ministro” Yaroslav Stetsko? Este, como presidente vitalício do ABN, transformou o grupo criado para os britânicos em 1946 por um ex-diretor do *Ostministerium* nazista – o professor Gerhard von Mende – na principal organização do exílio para *banderites* e seus congêneres de extrema-direita da Europa Oriental e Ásia Central. No pós-guerra, com seu estabelecimento pelo MI6/SIS a partir de um “seleto” grupo de emigrantes antissoviéticos organizados pelo *Ostministerium* de Alfred Rosenberg, os dirigentes ucranianos Bandera e Stetsko controlaram o ABN.

No mesmo período, os *banderites* envolveram-se em operações clandestinas de guerrilha, terrorismo, sabotagem e espionagem por trás da “Cortina de Ferro” soviética na Ucrânia e na Polônia. Os remanescentes do UPA, o braço armado da OUN/B, serviram então à guerra secreta lançada contra a URSS pelos EUA e Grã-Bretanha, respectivamente, via *Operação Rollback* e *Operação Integral*. Como visto, inclusive, ao fim da II Guerra, instaurou-se na Ucrânia uma guerra civil entre remanescentes *banderites* e o Exército Vermelho. Fracassadas essas tentativas de fazer retroceder – *rollback* – o comunismo soviético no leste europeu, com a derrota militar das guerrilhas anticomunistas da OUN/B-UPA, “crescentemente os *banderites* concentraram suas energias no ABN, que tomou um caráter mais fascista” (DORRIL, 2000: 244). Isso, contudo, “não preocupou o MI6, embora estivesse preocupado sobre sua própria falta de fundos para tais grupos uma vez que os cofres do Tesouro estavam cada vez mais desfalcados para as operações especiais” (DORRIL, 200: 244). Assim, conforme analisado neste CAPÍTULO 1, os *banderites* encontraram no ABN sua principal organização política no exílio e, desde então, estabeleceram complexas relações com as agências de inteligência dos principais países capitalistas ocidentais, notadamente EUA, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental.

Foi visto que, enquanto os EUA retiravam apoio aos *banderites* diante do fracasso da *Operação Rollback* – criada por George Kennan e operacionalizada pelo *coldwarrior* messânico Frank Wisner do OPC/CIA –, e quando os britânicos começaram a “fechar a torneira” do financiamento ao ABN a partir de 1953, tanto *banderites* quanto o grupo que controlavam, o ABN, passaram a contar com seus “fiéis amigos” da Operação Gehlen e do BND. O serviço secreto da



Alemanha Ocidental, montado a pedido dos EUA por um ex-general nazista *expert* em URSS e Europa Oriental, configurou o porto seguro dos *banderites* e de todos nacionalistas/pronazistas congregados no ABN. Ou seja, uma vez interrompido o fluxo das “vastas somas de dinheiro” que o MI6 pagara ao ABN “por meio de um canal do Vaticano, para encobrir sua fonte verdadeira”, e diante da progressiva retirada do apoio dos EUA, o financiamento e a ajuda ao ABN “vieram do governo da Alemanha Ocidental” (DORRIL, 200: 443).

Como visto, três importantes “amigos alemães” do grupo presidido por Stetsko contribuíram para isso. O professor von Mende, ex-diretor do *Ostministerium* que montara o grupo para os britânicos em 1946. E o professor Theodor Oberlander, ex-diretor político do *Nachitigall*, batalhão misto composto de soldados nazistas e *banderites* que ocuparam, em 1941, a cidade ucraniana de Lviv. Esses dois “ex” nazistas continuaram a operar no pós-guerra como agentes de inteligência “autônomos”. O terceiro “amigo alemão” do ABN foi Heinz-Danko, ex-oficial de inteligência nazista que servira ao general Gehlen no III Reich e também na Alemanha Ocidental em democracia. Ele teria contra-argumentado a CIA e o MI6 quando estas agências ensaiavam abandonar os *banderites* e, por via indireta, o ABN: “Bandera é um conhecido nosso de aproximadamente vinte anos... Com ou sem a Alemanha, ele possui mais de um milhão de seguidores” (HEINZ-DANKO *apud* ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334).

Dessa forma, exilado em Munique, Bandera foi financiado pela Alemanha Ocidental e protegido pela Organização Gehlen/BND. E, sediado em Munique, “o ABN, presidido por Stets’ko, era financeiramente dependente da ZCh/OUN de Bandera” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 335). Contudo, embora as relações públicas entre Bandera e Stetsko estivessem às mil maravilhas – a *Correspondência do ABN* caracterizou o *Providnyk* como “um amigo sincero” em janeiro de 1959<sup>49</sup> –, a aliança política entre ambos encontrava-se em deterioração. Como dito, “em particular, a peregrinação de Stets’ko na Espanha de Franco e uma visita a Chiang Kai-shek em Taiwan, em 1955-1956, enciumou Bandera” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 335).

---

<sup>49</sup> “Stephan Bandera, o líder da Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN), celebra este ano seu 50º aniversário. **Stephan Bandera dedicou sua vida toda aos seus nacionalistas ucranianos (OUN) e à posterior luta por liberdade e independência. (...) ele sem dúvidas enfatiza o caráter conspiratório da política de libertação nacional ucraniana em seu país natal subjogado.** Como revolucionário e político, Stephan Bandera não é apenas uma personalidade de liderança da nação ucraniana, mas também **um amigo sincero do Bloco Anti-bolchevique de Nações. Ele é um oponente intransigente do comunismo e do imperialismo russo** em qualquer formato. (...) Enviamos a ele nossos mais sinceros parabéns por seu 50º aniversário” (ABN, 1959, v. X, n.º ½, p. 13, grifo meu).

Também pudera, conforme mencionado neste CAPÍTULO 1 e como será analisado no CAPÍTULO 2, em Taiwan Stetsko “fez o diabo”, “deitou e rolou”. Conquistou a simpatia do mais alto escalão político e militar da ditadura do *generalíssimo* Chiang. E sua excelente relação com o *generalíssimo* Franco, que o tratava como “primeiro-ministro” da Ucrânia, agravou as veleidades do *Providnyk*. “Os contatos com o líder espanhol conduziram a uma disputa entre o *Providnyk* e Stets’ko, que tinha sido o ‘premier’ do ‘governo’ da OUN-B em 1941. Bandera estava enciumado do relacionamento excelente de Stets’ko com o Caudilho” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334). Essa aproximação íntima com os *generalíssimos* Franco e Chiang, “junto com o apetite ilimitado por poder de Bandera”, conduziram “ao conflito com seu aliado mais próximo”, muito embora “Stets’ko sempre considerou Bandera como seu *Providnyk* e o obedeceu de acordo com suas convicções políticas” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 334-335). O resultado disso? Bandera se revelou um “Líder” incapaz de permitir que mesmo um devoto fidelíssimo como Stetsko lhe fizesse “sombra”. O *Providnyk* cortou drasticamente o financiamento ao ABN até então fornecido pelas *Zakordonni Chastyny* da OUN, isto é, as Unidades Estrangeiras dos *banderites* (ZCh/OUN). Desse modo:

**Em 1955 Bandera decidiu que ele financiaria apenas metade dos custos do ABN (DM 10.000 por ano).** Bandera declarou que ele tinha de cortar o financiamento porque ele acreditava que as outras nações representadas no ABN deveriam cobrir a outra metade dos custos do ABN, mas **sua jogada também possuía ramificações psicológicas e estava relacionada com o prestígio político de Stets’ko nos círculos internacionais da extrema-direita** (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 335, grifo meu)

Ou seja, ao menos quatro anos antes de seu assassinato pela KGB em 1959, o “jogo do líder” já friccionava as duas principais figuras da diáspora ucraniana de ultradireita, o *Providnyk* Bandera e seu antigo “primeiro-ministro” Stetsko. Sem embargo, se Bandera buscou enfraquecer a posição de Stetsko com esse abrupto corte de financiamento das ZCh/OUN ao ABN, o efeito foi justamente o oposto. O presidente do ABN apostou suas fichas no aprofundamento da internacionalização das atividades do grupo e, assim, conseguiu fortalecer-se ainda mais nos círculos globais da extrema-direita, diversificando seu leque de aliados e, obviamente, suas fontes de recurso. A jogada do líder Bandera, ao tentar solapar Stetsko, acelerou a internacionalização do ABN e, com ela, a ascensão da “estrela” de seu presidente. Longe de ser um líder carismático como Bandera, Stetsko conseguiu ascender meteoricamente como um burocrático e eficiente

gestor do anticomunismo global. Em pouco tempo esse criminoso de guerra e ex-colaborador nazista ucraniano se tornaria a “estrela-guia” da diáspora ucraniana de extrema-direita.

Nesse sentido, sua “estrela” superou em muito a do *Providnyk*. E, conforme adiantado, a viagem de Stetsko a Taiwan em 1955 foi o marco inicial desses processos de acelerada internacionalização do ABN. Esse “giro asiático” do grupo presidido por Stetsko resultaria no estabelecimento de uma das mais profícuas e permanentes alianças entre um grupo de criminosos de guerra e protonazistas da Europa Oriental com a ditadura militar do *generalíssimo* Chiang Kai-shek. As necessidades do ABN de mundializar suas atividades e diversificar suas fontes de recursos foram ao encontro da estratégia de internacionalização da guerra política anticomunista incubada por Taiwan, o Estado da contrarrevolução chinesa permanente. Conforme será detalhado no CAPÍTULO 2, a primeira viagem de Stetsko a Taiwan não resultou “apenas” em um robusto acordo internacional de cooperação anticomunista para a condução de guerra psicológica entre o ABN e a filial taiwanesa da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL).

Essa viagem de Stetsko a Taiwan representou o pontapé inicial para que o ABN se conectasse com uma miríade de representantes da contrarrevolução asiática que pensavam e combatiam o comunismo com as mesmas estratégias de “libertação” e ideologia *rollback*. Com um *plus*: a APACL, como se verá a seguir, não estava formada por grupos de emigrantes anticomunistas. A APACL foi constituída por Estados nacionais fortes, verdadeiras ditaduras anticomunistas. Um “sonho” a ser alcançado e nutrido pelas linhagens da “ultradireita alucinada” congregadas no ABN, cuja internacionalização passou a encontrar em Taipei, a partir de 1955, sua principal conexão. “Rumo à Estação Taiwan”, enfim, a “Meca” asiática do anticomunismo global. A “Estação Taiwan” representaria, como se verá, o *Pacific Destiny* de Stetsko e do ABN. A APACL-Taiwan e seu presidente Ku Cheng-kang em particular tornaram-se então os mais importantes “amigos asiáticos” do ABN.

A tabelinha ABN/APACL-Taiwan, depois ABN/APACL, transformaria o perfil e a densidade das redes anticomunistas da extrema-direita da Guerra Fria. O “giro asiático” do ABN foi capaz de conectar a *expertise* de ex-colaboradores nazistas, criminosos de guerra e cogestores do Holocausto na Europa Oriental com os principais dirigentes do anticomunismo e da contrarrevolução no Extremo Oriente. Com esse “giro asiático”, iniciado via “Estação Taiwan”, o ABN ganhou musculatura e envergadura. Esse horizonte asiático entreaberto ao ABN permitiu ao

grupo criar, ao lado da APACL, uma aliança contrarrevolucionária do anticomunismo global. E, obviamente, o ABN não foi a Taiwan ou à Ásia para *estudar* o comunismo, mas sim para *guerreá-lo* ao lado de seus novos – e poderosos – “amigos asiáticos”. O contexto histórico de emergência destes, bem como o perfil ideológico de seu anticomunismo, serão objeto do CAPÍTULO 2. E, conforme demonstrado neste CAPÍTULO 1, o ABN foi tudo, menos *um grupo de estudo* anticomunista. Como bem caracterizou um de seus dirigentes, C. J. Untaru:

**Nossa organização nunca foi um grupo de estudo e nunca será um. O ABN é, em primeiro lugar, uma organização de lutadores.** A ela devem se integrar pessoas de coragem, homens dedicados à libertação de seus países e prontos ao sacrifício. **Nós não temos tempo nem lugar para oradores.** O ABN é para ação (UNTARU *apud* DORRIL, 2000: 443, grifo meu)

## **CAPÍTULO 2 - A Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL): “fruto maduro” das contrarrevoluções chinesa, coreana, filipina, vietnamita, japonesa etc.**

O itinerário percorrido pelo Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) até se encontrar com a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL), em 1955, desenvolveu-se a partir de um longo e complexo processo histórico de *reação* das frações de classe das extremas-direitas que buscaram responder, respectivamente, à Revolução Russa de 1917 (e à sovietação do leste europeu durante e após a II Guerra Mundial) e à Revolução Chinesa de 1949 (e ao armistício da Guerra da Coreia e à divisão da Indochina francesa pela Conferência de Genebra). Com uma impressionante afinidade ideológica anticomunista, a aliança do ABN com a APACL, como se verá, conectou os dirigentes das contrarrevoluções capitalistas da Europa Oriental e do Extremo Oriente. Mencionou-se como o presidente do ABN Yaroslav Stetsko, um ex-colaborador nazista e criminoso de guerra ucraniano, realizou seu “giro asiático” em 1955. Neste CAPÍTULO 2 será aprofundado como, então, ele associou seu grupo à ditadura militar taiwanesa do *generalíssimo* Chiang Kai-shek e estabeleceu um Acordo do ABN com o “Capítulo” taiwanês da APACL.

Esse Acordo foi o pontapé inicial da primeira internacionalização dessas duas redes anticomunistas e, a partir de Taiwan, o grupo de Stetsko se associaria à APACL como um todo. Foi o início de uma das mais longevas e produtivas alianças do movimento anticomunista internacional da Guerra Fria e o ABN, rapidamente, a partir de Taiwan, conectar-se-ia à Coreia do Sul então presidida pelo ditador civil Syngman Rhee. Este, ombro a ombro com o *generalíssimo* Chiang, foi o grande patrocinador da APACL. Uma vez que esse “giro asiático” do ABN não ocorreu no “vácuo”, mas sim em um determinado contexto histórico, o das contrarrevoluções capitalistas na Ásia, este CAPÍTULO 2 analisará a gênese e a primeira internacionalização do mais robusto grupo anticomunista daquela região: a APACL. Essa Liga Anticomunista asiática, diferentemente do ABN que contou “apenas” com o apoio dos serviços secretos ocidentais, possuía algo que o grupo de ex-colaboradores nazistas de Stetsko sempre sonhou possuir: o controle político de um Estado nacional para chamar de seu.

### *2.1. A gênese da APACL (亞洲人民反共聯盟) e sua primeira internacionalização*

Isso porque, logo se verá, a APACL surgiu como uma iniciativa dos principais governos e ditaduras anticomunistas do Extremo Oriente. Buscando coesionar *povos* e governos asiáticos em uma “Cruzada anticomunista”, a APACL congregou os mais expressivos grupos e indivíduos das extremas-direitas daquela região do planeta. Ela nasceu do protagonismo de dois patronos: o ditador civil da Coreia do Sul Syngman Rhee e o ditador militar de Taiwan Chiang Kai-shek. A vitória da Revolução Chinesa de 1949, o armistício de 1953 da Guerra da Coreia e a Conferência de Genebra que dividiu a Indochina em 1954 constituíram, basicamente, os móveis históricos que conduziram à pactuação da APACL. A Guerra da Coreia, inclusive, povoara o imaginário de inúmeros grupos de extrema-direita como o início da “III Guerra Mundial” anticomunista. Como dito no CAPÍTULO 1, esse foi o caso do ABN de Stetsko e, em particular, de seu ex-*Providnyk* Stepan Bandera, que torceu para que a Guerra da Coreia se convertesse em uma guerra antissoviética global. Mesmo que cobrasse a vida de alguns poucos milhões de pessoas, uma guerra total seria “bem-vinda”, caso destruísse a URSS<sup>50</sup>. A Guerra da Coreia “esquentou” a Guerra Fria e, com isso, a atração do ABN pela Ásia não poderia ter sido maior. Seria ali que os rumos da guerra anticomunista seriam decididos e globalizados.

Para lá, então, acorreram seus principais dirigentes, assinando um Acordo com a APACL-Taiwan e estabelecendo uma “missão diplomática” junto à ditadura militar taiwanesa do *generalíssimo* Chiang. Poderia haver, para o ABN, um aliado melhor do que esse? O ABN, contudo, não mantinha contato apenas com os dirigentes da ditadura taiwanesa mas já havia se vinculado, de alguma forma, com os diplomatas da ditadura sul-coreana. Foi visto como os embaixadores de Taiwan e da Coreia do Sul na ONU, respectivamente, Stephen C. Y. Pan e Ben C. Limb, foram os “convidados de honra”, em 1943, da cerimônia de “celebração” dos 10 anos do ABN, em Nova Iorque. O embaixador Limb assegurou na ocasião que “a Coreia permanecerá

---

<sup>50</sup> Rossolinski-Liebe, que à mitografia jingoísta ucraniana aportou uma pesquisa historiográfica de ponta, observou sobre a cosmovisão do ex-*Providnyk* no exílio: “Em 1958, Bandera ainda reivindicava que ‘A Terceira Guerra Mundial abalará toda a estrutura dos poderes mundiais ainda mais do que as últimas duas guerras’. O número de vítimas que uma guerra dessas criaria não importava ao *Providnyk*, uma vez que a independência nacionalista era mais importante do que a vida humana: **‘Uma guerra entre a URSS e outros Estados certamente causaria um grande número de vítimas à nação ucraniana, e também provavelmente uma grande destruição do país. Entretanto, uma guerra dessas seria bem-vinda não apenas pelos ativos lutadores-revolucionários, mas também pela nação inteira, se ela puder dar alguma esperança à destruição da repressão bolchevique e à conquista da independência nacional’**” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 345, grifo meu). Rossolinski-Liebe foi impedido de apresentar sua pesquisa pelos “viúvos” do *Providnyk*, reunidos no Partido Svoboda, na Ucrânia de 2012! (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: X, grifo meu).

sempre ao lado do ABN” e, pouco depois, a filial norteamericana dos antibolcheviques de Stetsko presenteou “o presidente coreano, Sr. Syngman Rhee, com objetos da arte nacional ucraniana e um livro sobre a luta ucraniana por liberdade. O Presidente Syngman Rhee respondeu aos Amigos Americanos do ABN por meio de uma carta, dizendo, entre outras coisas”:

Nós estamos profundamente impressionados por sua cortesia em me presentear, duramente minha estada em Nova Iorque, com esses maravilhosos artigos da arte nacional ucraniana. Eu lhes agradeço, igualmente, pelo interessante livro. É realmente um trabalho de qualidade inspirador de uma poderosa luta contra a opressão. Ele sempre me lembrará da amizade entre os povos da Ucrânia e Coreia que lutam conjuntamente pela paz (ABN, 1955, v. VI, n.º 1, p. 8)

Não apenas a ditadura do *generalíssimo* Chiang se encontrava, pois, no arco de alianças do ABN, mas também a ditadura da Coreia do Sul controlada pelo autocrata civil Rhee, os dois patronos asiáticos que, em junho de 1954, protagonizaram a criação da APACL. Nesse sentido, explicitando os primeiros momentos dessa aliança APACL-ABN, o boletim oficial do grupo presidido por Stetsko noticiou a criação da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos ao destacara que, “depois de um mês, na conclusão da Conferência Anticomunista realizada em Chinhae, delegados de oito estados asiáticos e regiões resolveram o seguinte” (ABN, 1955, v. VI, n.º 1, p. 8):

Nós, os povos da Ásia Livre, reunidos conjuntamente e com livre disposição de vontades, pelo presente oferecemos nossas vidas, nossa propriedade e nossa honra para uma luta incessante por verdade e justiça, pela liberdade e para a supressão de todas as forças que buscam a escravização do homem e o acorrentamento das nações. Nós solenemente prometemos que **não descansaremos até que a terra esteja salva do Comunismo ou qualquer outra agressão**, e até que a auto-determinação de todas as nações esteja assegurada. **Nosso chamado é a todos os povos livres do mundo para juntarem-se a nós na repulsa dos comunistas ateus**, e no começo da edificação de um sistema mundial que irá assegurar a nossos filhos e aos filhos de nossos filhos de que **agressores não poderão nunca mais roubar em suas terras e lares**. Nós estamos inteiramente convencidos de que **o totalitarismo agressivo pode ser interrompido, repellido e eventualmente erradicado**. Isso nós devemos fazer, porque **o mundo não poderá sobreviver nunca metade escrava e metade livre**. Deve ser um ou outro, e nossa chance reside inalteravelmente no lado da liberdade (ABN, 1955, v. VI, n.º 1, p. 8, grifo meu)

A essa *petição de princípios* apacliana se voltará depois, propriamente, em sua integralidade, importando agora circunscrever o contexto histórico e o perfil ideológico do país que deu à luz a essa Liga Anticomunista e, então, identificar os principais participantes, discursos e resoluções da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos de Chinhae, a origem da APACL.

## 2.2. Coreia do Sul, 1954: a APACL surge da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos

O armistício da Guerra da Coreia (1950-1953) consolidou a divisão da península coreana em dois países. Desde então, as Coreias vivem *a sort of wartime normal*, isto é, a “normalidade” na região significa uma vida social perpassada pela latência de um estado de guerra permanente. A divisão das Coreias ocorreu, inclusive, mercê da intervenção dos EUA, autorizada pela ONU, que impediu a marcha ao sul das tropas nortecoreanas, auxiliadas pela URSS e pela República Popular da China (RPCh). Como dissera o embaixador sul-coreano Ben C. Limb na cerimônia de comemoração dos 10 anos do ABN, em 1953, “um milagre aconteceu” durante a Guerra da Coreia. Embora tenha lamentado à audiência dos Amigos Americanos do ABN, na ocasião, que “agora nós nos encontramos metade livres e metade escravizados”, o “milagre” redentor impediu que os anticomunistas sul-coreanos fossem derrotados e exilados como aconteceu com as tropas do KMT do *generalíssimo* Chiang. O “milagre” referido pelo embaixador Limb foi a “salvadora” intervenção norteamericana na Guerra da Coreia. Em suas palavras, os EUA “saíram na dianteira para nos salvar”, garantindo sua “promessa de enfrentar força com força”. O “milagre” reportado por Limb não era apenas uma força de expressão. Sem a intervenção dos EUA, o desfecho da Guerra da Coreia seria outro e, como se pode imaginar, a reconstrução sul-coreana se deu sob o controle total norteamericano.

Porém, a II Guerra Mundial já havia dividido e arrasado a Coreia. A Guerra da Coreia consolidou esse cenário catastrófico. Na Coreia do pós-II Guerra Mundial, “os soviéticos tinham tomado a parte norte industrializada e estabelecido um governo fantoche” e “os americanos, ocupando a porção sul, trouxeram Syngmam Rhee, um homem forte de direita que já não vivia na Coreia há mais trinta e cinco anos, para governar seu setor (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 50, 51). Isto é, o presidente da Coreia do Sul era um “preposto” dos EUA, o único esteio de sustentação política de Rhee. Como observou um conselheiro dos EUA para assuntos trabalhistas na Coreia do Sul, em 1950, o governo sul-coreano “era ‘um regime opressor’ que ‘fez muito pouco para ajudar as pessoas’ e (...) ‘uma rebelião interna sul-coreana contra o governo Rhee teria ocorrido se as forças da Coreia do Norte não tivessem invadido” (BLUM, 2004: 47).



Em 1948, Rhee foi levado à Coreia do Sul, para ser feito presidente em 1948, transportado em um avião do general MacArthur e “foi logo manobrado a uma posição de proeminência e autoridade pelo Governo Militar do Exército Norte-Americano na Coreia” (USAMGIK)” (BLUM, 2004: 50). Um “homem de Washington”, “eminentemente pró-americano, fortemente anticomunista, suficientemente controlável”, Rhee estruturou um governo “no qual proprietários, colaboradores [japoneses], os ricos e outros elementos conservadores prontamente encontraram um lar” (BLUM, 2004: 50). Entronizado no poder presidencial pelo USAMGIK, Rhee estabeleceu um governo que garantiu, em primeiro lugar, a proteção da *livre iniciativa* capitalista. Para isso, seguiu à risca às ordens do USAMGIK, que “liquidou vastas quantidades de propriedades japonesas confiscadas, casas, empresas, matérias-primas industriais e outros valores”, transferindo-os para os únicos que conseguiriam comprá-los: os “colaboradores que haviam enriquecido sob os japoneses e outros aproveitadores” (BLUM, 2004: 50).

Eis o início do “milagre” capitalista sul-coreano. A administração Rhee permitiu, assim, “a muitos colaboradores, e inicialmente até aos próprios japoneses, manterem posições de administração e autoridade” (BLUM, 2004: 50). Aqueles que não aceitassem ou mostrassem compartilhar a ideologia de extrema-direita de Rhee foram considerados e reprimidos como “comunistas” ou “potenciais traidores”. Nesse período que vai da entronização de Rhee na presidência da Coreia do Sul em 1948 até o início da Guerra da Coreia em 1950, eclodiram inúmeras manifestações, rebeliões e até mesmo guerrilhas contra a administração do “preposto” norteamericano. Quanto às guerrilhas, Rhee habilmente exagerou sua força e número “para justificar aquisições militares e políticas draconianas” (WRIGHT, 2015: 229). O general Hodge, comandante das Forças Armadas dos EUA na Coreia, concedeu unidades militares norteamericanas para participarem da campanha antiguerrilha do governo Rhee. Um correspondente do *Chicago Sun* na Coreia, Mark Gayn, registrou que “soldados americanos ‘atiraram contra multidões, realizaram prisões em massa, varreram as colinas à procura de suspeitos e organizaram fundos de direitistas coreanos, força policial e polícia para ataques em massa” (BLUM, 2004: 50).

Um dos assessores políticos do general Hodge relatou a Gay que “Rhee não era um fascista: ‘Ele está dois séculos antes do fascismo – um puro Bourbon” (BLUM, 2004: 51). Entre 1948-1954, essa operação antiguerrilha (já entrecortada com a Guerra da Coreia) foi designada por

Brendan Wright de *politicídio*, isto é, “uma erradicação sistemática e difundida da esquerda política local” (WRIGHT, 2015: 204). O Estado de Segurança Nacional de Rhee foi a arma desse *politicídio* e congregou “anticomunistas, forças de segurança japonesas treinadas e zelosos grupos jovens anticomunistas geralmente recrutados de famílias desapropriadas que haviam fugido da reforma agrária norte-coreana de 1946” (WRIGHT, 2015: 212). O Estado de Segurança Nacional montado por Rhee e seus “padrinhos” norte-americanos “foi mantido unido por um compromisso ideológico com o anticomunismo e fundiu política e violência” (WRIGHT, 2015: 212). Iniciadas em 1948, as operações antiguerrilhas foram acompanhadas por execuções sumárias de suspeitos de simpatizarem com os guerrilheiros e, em 1949, quando um Comitê da Assembleia Nacional da Coreia do Sul iniciou uma investigação sobre esses crimes, “a polícia de Rhee tomou de assalto a Assembleia: 22 pessoas foram presas, das quais 16, descobriu-se depois, tiveram as costelas quebradas ou lesões no crânio e tímpanos rompidos” (BLUM, 2004: 51).

Em junho de 1950, no início da Guerra da Coreia, era de 14 mil o número de prisioneiros políticos na Coreia do Sul e, em fevereiro de 1951, ocorreu o chamado “‘Incidente Koch’ang’, novamente envolvendo suspeita de ajuda a guerrilhas, ‘em que aproximadamente seiscentos homens e mulheres, jovens e velhos, foram agrupados para dentro de um estreito vale e abatidos com metralhadoras por uma unidade do exército sul-coreano” (BLUM, 2004: 51). Em dezembro de 1950, um correspondente da BBC, René Cutforth, registrou o ‘fuzilamento sem julgamento de civis, apontados pela polícia como ‘comunistas’” (BLUM, 2004: 51). O diplomata dos EUA Gregory Henderson alegou que “provavelmente mais de 100.000 foram mortos sem absolutamente qualquer julgamento’ pelas forças de Rhee no Sul durante a guerra” (BLUM, 2004: 51-52). Todavia, as “cifras” desse *politicídio* foram provavelmente mais elevadas. Assim que a Coreia do Norte começou sua invasão militar à Coreia do Sul, “o governo Rhee ordenou a prisão e execução em massa do NGL [*National Guidance League*] e membros do partido dos trabalhadores sul-coreanos” (WRIGHT, 2015: 223). A NGL (ou *Bodo League*) “era uma instituição formada em junho de 1949, ostensivamente para reabilitar alegados esquerdistas. Sua filiação aumentou para aproximadamente 300.000 à época da invasão norte-coreana de 25 de junho de 1950” (WRIGHT, 2015: 229). Esses 300 mil “reservistas” aprisionados em uma espécie de “campo de reabilitação de esquerdistas” foram vistos como possíveis *quinta-colunas* e, temendo um levante comunista

dentro de suas fileias, “Rhee ordenou que membros fossem detidos e executados em massa sob a discricção de agentes da polícia local” (WRIGHT, 2015: 229).

De junho a setembro de 1950, estima-se que entre 20 e 100 mil indivíduos desarmados foram executados sem julgamento. Segundo Wright, esse massacre ordenado por Rhee é “talvez o maior assassinato em massa da história coreana” (WRIGHT, 2015: 223-224). E foi pelas mãos desse presidente sul-coreano que a APACL seria criada em Chinhae, quase um ano depois do fim da Guerra da Coreia, durante a I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos, cuja inauguração ficou a cargo do próprio Rhee. Como dito, porém, Rhee foi um dos patronos da APACL, cooperando para o lançamento dessa Liga Anticomunista asiática com outro protagonista, o *generalíssimo* Chiang. Assim que, segundo os Anderson, “quando a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos foi formada em 1954, Taiwan e Coreia do Sul tinham muito em comum” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 51). Ambos estavam “na linha de frente da Guerra Fria, completamente expostos a seus inimigos implacáveis”, “nutriam sonhos de reunificação por meio da derrota do comunismo”, “eram governados por ditaduras militares que mantinham a ordem pela perpetuação de leis marciais” e “dependiam dos Estados Unidos para sua sobrevivência e prosperidade” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 51).

A Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, conseqüentemente, “nasceu do desejo dessas duas nações de cimentar laços com amigos potenciais em outras partes do mundo, assim como justificar suas próprias ditaduras” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 51). A iniciativa, todavia, foi mais multilateral, como logo se verá, não tendo se limitado aos dirigentes sul-coreanos e taiwaneses, embora esses mantiveram inegáveis protagonismo e hegemonia nessa “Cruzada” anticomunista na Ásia. Enfim, ressalva-se que, não sendo a APACL apenas uma “invenção” norte-americana, é de se supor (e caberá demonstrá-lo) que os EUA ajudaram na sua criação e internacionalização. Essa ajuda, porém, foi proporcionada de maneira encoberta, dificultando o trabalho da historiografia. Autores como os Anderson em 1986 e Kyle Burke em 2013 tiveram acesso negado pelo governo norte-americano aos documentos relativos à APACL, dificultado o avanço historiográfico sobre o tema que, apesar disso, avança. Ao final deste CAPÍTULO, buscase contribuir com esse avanço a partir da listagem de organismos e indivíduos que podem ter sido os “amigos americanos” ocultos APACL.

Embora ainda não se saibam as minúcias do apoio dos EUA à APACL, ela foi um “fruto maduro” das contrarrevoluções capitalistas na Ásia e, por ora, este CAPÍTULO passa à análise de sua gênese histórica na Coreia do Sul de Syngman Rhee. E, para tanto, pode contar com uma preciosa documentação do *Syngman Rhee Institute*, da Yonsei University, que disponibilizou, em parceria com o *Wilson Center Institute* dos EUA, as atas, os discursos, os boletins e as resoluções da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos, a origem da APACL. É o que se passa a fazer. Esses documentos foram produzidos e divulgados em tom apologético à “Cruzada” apacliana. Uma introdução a eles asseverou que “essa breve coleção de materiais documentais e discursos contituem a história viva da Conferência de Chinhae dos Povos Anticomunistas. Essa Conferência histórica conduziu à formação da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos e à aurora da nova esperança para a destruição dos inimigos do homem livre” (APACL, 1954a: 1).

Esse intróito oficial à divulgação da documentação da I Conferência de Chinhae é um excelente meio de se aquilatar a autoimagem dos fundadores da APACL, cujo único objetivo teria sido “a unidade asiática pela defesa dos ideais e princípios democráticos” (APACL, 1954a: 1). Viu-se logo acima o tipo de “democracia” da Coreia do Sul de Rhee, a anfitriã do conclave. Embora governados por ditaduras militares e autocracias civis, na autoimagem dos “pais fundadores” da APACL eles representavam “todos os governos livres asiáticos”. Os documentos oficiais da gênese apacliana mostrariam “o trabalho de muitos homens e mulheres de muitos países” e expressariam a “crença na dignidade e liberdade inerentes ao homem” (APACL, 1954a: 1). “É por isso que eles valem a pena ser lidos e replicados”, por conterem “algumas das armas mais potentes que serão usadas contra nossos inimigos” (APACL, 1954a: 1). Ler a documentação da gênese da APACL seria armar-se contra os comunistas e, isso sim, valeria a pena. Os gestores dessa nascente “estrela” anticomunista do Extremo Oriente, “fruto maduro” das contrarrevoluções capitalistas na Ásia, desde então, propagandeariam uma autoimagem singular: lutariam pela *liberdade* democrática contra a *barbárie* comunista. Enfim, os “pais fundadores” da APACL recomendaram a leitura da documentação da I Conferência de Chinhae como “o registro do que os homens livres e as mulheres livres têm tentado fazer no combate aos bárbaros de nosso tempo. É nossa fervorosa esperança que suas palavras e ações indiquem o caminho para outros, para que o comunismo e todos os seus males sejam engolidos por aqueles para quem a verdade e justiça e liberdade são tão preciosos quanto a própria vida” (APACL, 1954a: 1).

### 2.2.1. *Quem-é-quem na I Conferência Anticomunista de Chinhae, uma anti-Conferência de Genebra*

A radiografia do *Quem-é-quem* na gênese da APACL pode ser feita a partir de *Uma lista das delegações participantes da reunião da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos em Chinhae, Coreia*, reproduzida, em 17 de junho de 1954, pelo *Boletim n.º 10* da I Conferência Anticomunista<sup>51</sup>. A delegação taiwanesa foi presidida por um dos homens fortes do *generalíssimo* Chiang, o doutor Ku Cheng-kang (谷正綱). Ele seria, como se verá, o mais longo e ativo “diplomata” do anticomunismo do Kuomintang (KMT). A partir da I Conferência de Chinhae, tornou-se não apenas presidente da APACL-Taiwan, como foi nomeado seu “presidente-honorário-vitalício”. Antes disso, Ku Chengkang “foi um membro do Conselho Supremo de Defesa Nacional de Chiang Kai-shek durante a II Guerra Mundial, ministro do interior e de assuntos sociais, conselheiro de política nacional, conselheiro sênior do presidente e um membro do Comitê Permanente Central do governo do Kuomintang” (ANDERSON; ANDERSON; 1986: 51-52). Os Anderson destacam que, “armado com uma impressionante gama de cargos e honrarias, Ku era, ao menos tecnicamente, o quarto oficial mais importante do governo do KMT” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 52).

Educado na Alemanha, esse contrarrevolucionário chinês teve uma ascensão meteórica nos quadros do KMT, primeiro, na China continental e depois em Taiwan. Entre 1932-1933, foi “Vice-Presidente do Comitê de Organização da Sede do Partido Central do Kuomintang” (PRESTON; PARTRIDGE, 2003: 75). Entre 1933-1934, foi “membro do Yuan Legislativo”. Entre 1935-1936, “Vice Ministro da Indústria” e, depois, “se tornou chefe do Departamento de Assuntos Sociais do Kuomintang e, na reorganização do departamento como Ministério em 1940, o primeiro Ministro de Assuntos Sociais” (PRESTON; PARTRIDGE, 2003: 75). Foi “simultaneamente Ministro da Agricultura e Silvicultura por um mês em 1945” e, como “membro do Comitê Executivo Central do Kuomintang desde 1931 e de seu Comitê Permanente desde

---

<sup>51</sup> Esse precioso material do Syngman Rhee Institute, hoje na Yonsei University, em Seul, foi disponibilizado pelo *Woodrow Wilson Center*, Washington, D.C., EUA, e integra seu *History and Public Policy Program Digital Archive*, B-387-014, contendo *Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences etc.*

1946”, foi da panelinha de seu Comitê Central e era muçulmano (PRESTON; PARTRIDGE, 2003: 75).

Com a vitória da Revolução Chinesa em 1949, migrou para a ilha de Formosa com o *generalíssimo* Chiang, tornando-se, *tecnicamente*, o quarto oficial mais importante do governo do KMT. Fácil aquilatar, com a indicação do todo-poderoso Ku Cheng-kang à presidência do “Capítulo” taiwanês da APACL, a extrema importância que o *generalíssimo* Chiang e a ditadura militar do KMT atribuíram à Liga Anticomunista criada em 1954. O perfil daqueles que acompanharam Ku Cheng-kang à Coreia do Sul para participarem da I Conferência de Chinhae também demonstram o engajamento oficial da ditadura taiwanesa com a nova “estrela” do anticomunismo asiático. Foram eles: Huang Kuo-Su, vice-presidente do Legislativo Yuan; Han Lih-Wu, ex-ministro da Educação; Hu Chien Chun, presidente do Conselho de Diretores do *Central Daily News of China* e membro do Legislativo Yuan; Tao His-Sheng, legislador e conselheiro do presidente Chiang Kai-shek; Jimmy Wei, editor do *China News* e diretor da *Broadcasting Corporation of China*; e Lui Che Me, general da reserva (APACL, 1954f: 1).

O número de delegados de Taiwan só foi sobrepujado pela delegação dos anfitriões sul-coreanos. Foram eles: Young P. Lee, presidente do Comitê de Inspeção do Partido Liberal e presidente do Comitê Preparatório da Conferência de Chinhae; Ryeo Clarence, ex-diretor do Ministério de Informação Pública e diretor da Antiga Casa Imperial; Lee Wonchul, diretor do Observatório Meteorológico Central e presidente do *Inha Institute of Technology*; Choi Kyu Nam, ex-vice ministro da Educação e presidente da Universidade Nacional de Seul; Whang Sung Soo, membro da Assembleia Nacional, presidente do Comitê de Relações Exteriores e membro do Conselho da Unificação Anticomunista da República da Coreia; e Kim Shinsil, diretora do Departamento de Educação Física, integrante da *Ewha Womens University* e secretária-geral da Cruz Vermelha da Coreia Nacional (APACL, 1954f: 1-2). Outra delegação de “peso” enviada à I Conferência de Chinhae foi a sul-vietnamita. Os delegados do Vietnã do Sul presentes foram: Nguyen Van Tem, ex-primeiro-ministro; Vu Heng Khanh, ex-ministro da Juventude e do Esporte; Le Quang Ho, ex-ministro do Interior; Nguyen Ngoc Hong, membro da Assembleia Nacional; Tran Van Phon, industrial; e Nguyễn Văn Thiệu, o futuro general-ditador sul-vietnamita (APACL, 1954f: 2 ). Também aqui se pode flagrar um engajamento oficial do Estado sul-vietnamita na gênese da APACL. Os delegados da Tailândia presentes na I Conferência Anticomunista, a seu

turno, foram Phra Rajadjarm Nides, vice-presidente da Assembleia Nacional e membro tailandês do Comitê Executivo da União Interparlamentar e B. Chung, empresário comercial (APACL, 1954f: 2).

As Filipinas, a sua vez, enviaram os seguintes delegados: José M. Hernandez, dirigente da Ação Católica filipina e professor da Universidade São Sebatião de Manila; Michaela A. Montemayor, assistente social; Marlo T. Getbonton, jornalista; Mariniano G. Abad, representante da Associação dos Comerciantes Filipinos com o Japão (APACL, 1954f: 2). E também Hong Kong, Macau e ilhas Ryukyu<sup>52</sup> enviaram suas delegações a Chinhae, uma protegida base militar no extremo-sul da península coreana. Antes de passar em revista os principais discursos e resoluções desse conclave de Chinhae, é fundamental fixar que o surgimento da APACL, entre 15 e 17 de junho de 1954, foi simultâneo à Conferência de Genebra, então em andamento, realizada entre 26 de abril e 20 de julho do mesmo ano. O entendimento desse fato explicará muito do que se passou na I Conferência Anticomunista da Coreia do Sul. Isso porque a Conferência de Genebra buscou resolver, diplomaticamente, as disputas territoriais da I Guerra da Indochina (1946-1954). Com a expulsão dos agentes do Império japonês da Indochina ao final da II Guerra Mundial, iniciou-se uma guerra pela qual a França buscou restabelecer seu poder colonial na região, sendo derrotada, porém, pela resistência Viêt Minh, criada em 1941 pelo dirigente comunista por Ho Chi Minh.

Terminada a I Guerra da Indochina, “o governo francês planejou retirar suas forças gradualmente em um período aproximado de dois ou três anos para proteger seus robustos interesses políticos e econômicos no Vietnã do Sul” (MCCOY, 2003: 193). A Conferência de Genebra celebrou esse armistício, exigindo a retirada do Corpo Expedicionário Francês ao sul do Vietnã, até a realização de um referendo democrático decidisse o futuro dos vietnamitas. Nesse “compasso de espera”, os acordos da Conferência de Genebra dividiram o Vietnã com o Paralelo 17, linha de demarcação militar provisória entre o Vietnã do Norte, governado pelos comunistas de Ho Chi Minh, e o Vietnã do Sul, para onde marcharam as tropas coloniais francesas. Os EUA

---

<sup>52</sup> A delegação de Hong Kong foi representada pelos escritores Yap Tin Sing, Yung Kin Son e Peter Chu, dirigente da Free Writes Federation; pelo educador Hsia Tung Pei; e pelo editor e presidente da China Horizon Chang Tien Yee. A delegação de Macau foi representada pelo escritor Yu Cheng Tong e pelo professor Lee Chien, do Chu Hai College. Por último, a delegação das ilhas Ryukyu foi representada por Tsai Chang, presidente da Associação Revolucionária de Ryukyu (APACL, 1954c: 2).

assumiriam paulatinamente as posições abandonadas pelos franceses derrotados no Vietnã do Sul e, assim como fizeram com Syngman Rhee na Coreia do Sul, “inventariam” um presidente sul-vietnamita para chamar de seu, Ngo Dinh Diem.



**Figura 45.** “Welcome Asian Peoples’ Anti-Communists Delegates to Seoul”. A APACL foi criada em julho de 1954 na cidade de Chinhae, cidade do extremo-sul da península coreana, no marco da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos. FONTE: WIKIPÉDIA.

A ele se voltará quando da análise da III Conferência da APACL de 1957, no Vietnã do Sul, sendo importante registrar que o referendo previsto pela Conferência de Genebra nunca fora realizado, pois os norteamericanos temiam que Ho Chi Minh se saísse vitorioso. Era melhor manter um autocrata civil para chamar de seu. Por ora, o mais importante de reter é que a APACL, criada *durante* as negociações diplomáticas da Conferência de Genebra, acusou-a de ter “vendido o Vietnã” aos comunistas de Ho Chi Minh, propondo o boicote de seus acordos antes mesmo deles serem firmados. Não se deveria negociar com, mas guerrear contra, os comunistas. Esse foi, do início ao fim, a diretriz básica da APACL. Nesse sentido, sua gênese precisa ser compreendida



não apenas como uma resposta à Revolução Chinesa de 1949 e ao armistício da Guerra da Coreia de 1953. Ela foi tudo isso, todavia, constituiu-se como uma resposta imediata aos resultados diplomáticos do armistício da I Guerra da Indochina. Desse modo, a I Conferência Anticomunista que deu origem à APACL foi, amplamente, uma “anti-Conferência de Genebra”.

### 2.2.2. *O imperativo de Syngman Rhee, presidente da Coreia do Sul: organizar a cruzada anticomunista*

As “Minutas da Sessão de Abertura da Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos”, de 14 de junho de 1954, registraram que os debates seriam presididos pelo dirigente sul-coreano Young P. Lee que, na abertura do conclave, pediu aos participantes que prestassem um minuto de silêncio pelso “mártires” da “luta contra a agressão comunista”. Depois, esclareceu que ali estavam reunidos “os extraordinários representantes dos povos livres da Ásia” e, nos próximos dias, “nós estreitaremos os laços que nos trouxeram aqui”. Lee limitou-se, ao abrir a I Conferência Anticomunista, exaltou a figura do presidente sul-coreano e, rapidamente, passou-lhe a palavra. Nesse movimento, caracterizou Syngman Rhee como “um líder internacional que pode nos dar uma inspiração tremenda para as tarefas que temos pela frente”, “um homem cujos pensamentos e feitos simbolizam a luta incessante contra aqueles que tentam dominar outros povos” (APACL, 1954b: 01).

Assumindo a palavra o líder que “luta pela liberdade e independência desta República”, o primeiro-mandatário da Coreia do Sul disse à audiência anticomunista estar “certo de que todos vocês estão firmemente decididos a fazer esta Conferência um acontecimento verdadeiramente monumental na história da Ásia Oriental Livre” (APACL, 1954b: 01). Esclarecendo “alguns dos propósitos e intenção que nos levaram a convocá-los à reunião”, Rhee criticou o fracasso das tentativas de estabelecer um *Pacto do Pacífico* ou uma *Aliança de Segurança Coletiva*. Desde 1949, Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas estariam tentando estabelecer algo do gênero, mas a empreitada teria fracassado, segundo Wei Chung (Victor) Hsu, pelo “desinteresse dos Estados Unidos em assumir o comando de uma aliança de segurança regional asiática” (HSU, 2016: 16). Os EUA optaram, ao invés disso, por implementar um “sistema de tratados bilaterais” entre os países da região, buscando, com isso, “conferir aos diplomatas americanos maior influência sobre

seus aliados asiáticos”<sup>53</sup>. Essa recusa norte-americana teria desempenhado “um papel dominante de impulso à formação da APACL” (HSU, 2016: 16). Rhee, de fato, reclamou do fato de “até hoje tudo isso tem sido apenas conversa.

Nada de verdadeiramente concreto foi feito” e “os países do Pacífico não se uniram” (APACL, 1954b: 1). E não seria suficiente uma “OTAN” asiática, pois essa fora “sobrepota” à Europa pelos EUA. **A OTAN “não é o tipo de organização que nós desejamos no Pacífico”** (APACL, 1954b: 1, grifo meu). Era preciso encontrar uma saída *asiática* e estabelecer um sistema de segurança anticomunista próprio. Assim como os comunistas “estão dispostos a sacrificarem tudo pelo comunismo”, seria a hora dos “países do Pacífico fazerem algo por eles próprios – tomar uma ação comum para a segurança coletiva antes que seja tarde” (APACL, 1954b: 1). Esse sistema de segurança coletiva regional deveria ser pactuado entre os “povos anticomunistas asiáticos” e ser capaz, não apenas de conter a “agressão comunista”, mas de “fazer retroceder (*rollback*) o comunismo”. Assim que, conscientes “de que as nações do Pacífico anseiam fortemente por sua própria organização, nós demos os passos para tornar possível uma conferência onde países e povos do Pacífico pudessem se reunir e expressar suas vontades” (APACL, 1954b: 1). Diante do “grave perigo da expansão comunista”, arrematou Rhee, era imperativo construir imediatamente, “mesmo que em pequena escala”, “um movimento que irá parar o inimigo e eventualmente fazê-lo recuar [*rollback*] até o esquecimento”. Assim, o “Homem Livre” estaria a salvo na Ásia (APACL, 1954b: 1).

Todavia, como “uma andorinha só não faz verão”, Rhee reconheceu que ele não era o único autor desse movimento anticomunista que logo se concretizaria na APACL. Tributo a convocação da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos às conversações que manteve com o *generalíssimo* Chiang, ditador de Taiwan: “Como todos vocês sabem, **o Presidente Chiang Kai-shek e eu estivemos juntos há alguns meses e pensamos sobre essa questão. À época, nós concordamos em convidar as nações anticomunistas para se reunirem conjuntamente e estamos tentando fazer isso desde então**” (APACL, 1954b: 1, grifo meu). Esse convite às *nações anticomunistas* foi pensado para que “possamos estar certos e sermos objetivos em nossas futuras

---

<sup>53</sup> De acordo com Victor D. Cha, citado por Hsu, “Instituições multinacionais apenas solaparam a influência [leverage] dos Estados Unidos, que reside precisamente na ausência de mediadores alternativos. ... Era conveniente que os asiáticos não pudessem conversar entre si muito profundamente” (CHA *apud* HSU, 2016: 18).

relações com todas as Nações Livres em nossa própria região e com o resto do mundo” (APACL, 1954b: 3). O ditador civil da Coreia do Sul e o ditador militar de Taiwan teriam em mente, pois, “atingir os povos das nações da Ásia Oriental para intercambiar visões, discutir caminhos e meios, e delinear uma resolução acordável à maioria” (APACL, 1954b: 3). Mas com qual finalidade? Para pactuar “um esforço conjunto efetivo para conter e eventualmente reverter [*rollback*] a realidade terrível da incessante expansão comunista” (APACL, 1954b: 3), com as seguintes premissas:

Os comunistas são bem-sucedidos em todos os cantos porque eles são organizados. Eles discursam, atuam e planejam com esforços concentrados. Sua agressão final é alcançada pela força das armas, mas seu *front* ideológico é ainda mais forte e mais importante do que seu *front* militar. Utilizando propaganda, infiltração, sabotagem e armas similares, eles estão conquistando o apoio de milhões de pessoas no mundo todo. **Apenas a força militar não será o bastante para salvar as Nações Livres. Nós podemos estabelecer grandes exércitos, marinhas e forças armadas, mas se nós não ganharmos a batalha de ideias, nossas vitórias militares significaram pouco ou nada** (APACL, 1954b: 3, grifo meu)

Observa-se, pois, que o primeiro *design* da APACL foi pensado em termos de *guerra psicológica* que, na doutrina militar taiwanesa, era um dos “subtipos” da *guerra política* anticomunista. Por ora, é Rhee quem enfatiza a importância da *batalha de ideias* e a concepção de que a guerra anticomunista é militar, em última instância, mas é preponderantemente *político-ideológica*. A APACL passaria a ser, desde 1954, o principal *locus* de incubação e “exportação” dessa *guerra psicológica* anticomunista na Ásia. Os comunistas já teriam conquistado milhões de “corações e mentes” e, insistiu Rhee, “se conseguirmos reconquistar esses povos perdidos talvez não teremos de lutar outra guerra mundial” (APACL, 1954b: 3). Chinhae representaria, então, a hora de agir e despertar de uma inatividade de décadas, que teria permitido o avanço do “horrrível perigo” comunista. Era hora de aprender com os comunistas para melhor guerreá-los. Se “o movimento comunista confere forte ênfase na união dos povos e essa talvez seja a principal razão para seu incrível sucesso”, “nós também devemos fazer nosso convite para unir os povos do mundo à causa da liberdade e justiça” (APACL, 1954b: 3). Esse esforço de “reconquista” deveria ser endereçado, sobretudo, aos “incultos, desinformados, desinteressados e todos aqueles que foram enganados pela propaganda comunista” (APACL, 1954b: 3).

Nós devemos persuadi-los sobre os horrores do comunismo, que destroi o indivíduo, e **arregimentá-los em uma cruzada anticomunista** que proporciona a única esperança para a salvação de tudo que consideramos precioso. **Essa campanha deve incluir a organização de sociedades anticomunistas, a condução de pesquisas sobre o comunismo e seus planos nefastos, bem como o encorajamento de publicidade-holofote que irá expor o inimigo e a escravidão que ele está planejando para todos**

**nós. Os povos do mundo devem ser esclarecidos.** Deve-se contar e mostrar a eles a ameaça da agressão comunista. Se nós conseguirmos fazer isso, nós garantiremos que todos povos decentes, pensantes e amantes da liberdade estarão do nosso lado – incluindo **os incontáveis milhões de chineses e russos que odeiam o comunismo tão profundamente quanto nós** (APACL, 1954: 3, grifo meu)

Assim, os delegados de Chinhae deveriam organizar uma “cruzada anticomunista”, note-se bem, arregimentando “os povos do mundo” (e não apenas os asiáticos), isto é, deveriam elaborar um contra-modelo daquilo que “os comunistas criaram em sua própria conspiração internacional” (APACL, 1954b: 3). Contra a *Internacional Comunista*, portanto, uma *Internacional Anticomunista*, basicamente. Para tanto, seria preciso conhecer “todos os caminhos do apelo ou persuasão” e, arrematou Rhee, “a menos que vocês contra-ataquem agora, e persuadam milhões de pessoas para lutarem com vocês, suas próprias nações perecerão e o fim de toda liberdade chegará” (APACL, 1954b: 3). “Hoje suas vidas não lhes pertencem, assim como as vidas de todos homens livres”, pois “a morte é melhor que a vida sob a opressão comunista” (APACL, 1954b: 4). A única opção seria, pois, a vitória total contra o comunismo, cuja vitória opressiva equivaleria à morte. Em Chinhae, os delegados precisariam discutir entre si para, então, chegarem “a um entendimento comum e a um acordo sobre os objetivos e a uma declaração sobre eles”, em nome do “avanço da democracia e da liberdade do homem”. Assim instruiu Rhee:

Como todos sabem, **um dos nossos principais objetivos é estabelecer um movimento anticomunista.** Nós acreditamos que, para que esse movimento seja eficaz, deve começar com uma unicidade de propósito que irá barrar a adesão de qualquer nação ou povo cuja atitude não seja definitivamente e positivamente anticomunista. Nós devemos, em outras palavras, proteger-nos contra uma destruição vinda de dentro. Essa mesma singularidade de propósito também deveria nos levar a convocar a participação imediata de qualquer nação e povo que esteja reconhecidamente ao lado dos princípios democráticos e contrários aos comunistas. Do mesmo modo, toda organização e cada indivíduo particular paramentado contra o comunista deve permanecer conosco – independentemente de onde estiver. **Nessa cruzada, que busca a perpetuação de tudo o que vale a pena na civilização, nós podemos encontrar uma causa comum em um plano e programa para nossa própria segurança.** (...) **Eu estou totalmente convencido que isso pode ser o início de um movimento que terá um significado enorme e talvez globalmente decisivo. Se todos os povos anticomunistas do mundo puderem ser reunidos em um esforço comum, terá sido tomado um grande passo à frente na luta pela sobrevivência e por um Mundo Livre.** Depois que vocês tiverem minuciosamente discutido os problemas envolvidos, e tiverem concordado sobre planos definidos para um curso de ação, eu tenho certeza que outras nações e povos se interessarão, descobrirão o que estamos tentando fazer e, então, unir-se-ão a nós. Nós esperamos que, em alguns meses, nós possamos ter uma conferência muito maior, com muito mais nações e muito mais povos representados. **Esta, como vocês bem sabem, é apenas uma conferência preliminar.** Mas ainda há outra razão para sua importância. **O que nós fazemos aqui tornará possível o crescimento e o eventual triunfo de nossa causa** (APACL, 1954b: 3-4, grifo meu)

Como se observa de novo, a APACL já nasceu com pretensões internacionalistas, buscando projetar-se globalmente. Reitere-se que o movimento anticomunista que se estabeleceria em Chinhae deveria congrega “todos os povos do mundo” e os delegados de Chinhae, “amantes da liberdade” que eram, sabiam que “o totalitarismo comunista é o inimigo da liberdade humana em todos os lugares” (APACL, 1954b: 4). Dessa forma, precisaria ser combatido em todos os recantos. E os convidados à I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos por Rhee, em estreita combinação com os desígnos do *generalíssimo* Chiang, não deveriam pensar no que os outros países pensariam ou deixariam de pensar daquele encontro na Coreia do Sul, “este país devastado pela guerra [que] não possui verdadeiramente um local adequado para uma Conferência como esta” (APACL, 1954b: 4). O decisivo seria responder a seguinte questão, concluiu Rhee: “o que nós – os povos e países asiáticos – pensamos sobre esse movimento”? (APACL, 1954b: 4). Uma vez organizada a “cruzada anticomunista” na Ásia, os países do “mundo livre” iriam aderir, em especial os EUA, garantiu Rhee, que “irão cooperar e se posicionarão conjuntamente em uma grande cruzada para acabar com a opressão [comunista]”:

Se vocês e eu estamos interessados o bastante na causa comum, e estamos dispostos a sacrificar muita coisa por isso, esse pequeno começo em breve terá se tornado um grande poder para o bem. Se isso acontecer, e eu estou totalmente confiante que irá, **nós descobriremos que todas as Nações Livres estarão totalmente prontas para participar e nos ajudar de todas as formas possíveis.** (...) Como um crente na democracia e liberdade, eu não estou em posição para lhes dizer o que vocês farão ou deixarão de fazer. Ao contrário, eu apenas lhes digo que **se apoiarmos os princípios do direito e justiça e a determinação de defender o Mundo Pacífico e a Ásia contra a agressão comunista, não nos faltará apoio. Estou completamente confiante que os povos e os governos dos Estados Unidos e do resto do Mundo Livre irão cooperar e se posicionarão conjuntamente em uma grande cruzada para acabar com a opressão** e trarão para existência de hoje aquele mundo vindouro melhor. Nós não pedimos nada mais – e certamente nada menos – do que a prevalência do governo dos povos, pelos povos e para os povos não somente para alguns, mas para todo homem, mulher e criança desta Terra. Que Deus nos guie sabiamente em nossas deliberações e então acelere o triunfo certo da irmandade, da paz e da liberdade (APACL, 1954b: 4, grifo meu)

Enfim, o autointitulado *crente na democracia e liberdade* – e já foi visto como a ação autocrática de Rhee o distanciou dessa sua autoimagem ideológica – irritou-se com a curiosidade da imprensa ao final de seu discurso na I Conferência Anticomunista de Chinhae. A documentação flagrou, inclusive, o modo como Rhee se esquivou dos repórteres: “Afastem-se, por favor. Eu sei que vocês estão interessados nos delegados da conferência”, mas, “se vocês entendem

suficientemente a importância dela, por favor, ajudem-nos ficando longe dessa reunião” (APACL, 1954b: X).



**Figura 46.** O presidente da Coreia do Sul Syngman Rhee, ao centro, de pé, rodeado de microfones. O autocrata civil foi o “padrinho” presente na fundação da APACL, em 1954, na cidade de Chinhae, no extremo sul da península coreana. O outro “padrinho” da *joint venture*, ausente, mas representado por Ku Cheng-kang, foi o *generalíssimo* Chiang Kai-shek, ditador de Taiwan. FONTE: WIKIPÉDIA.

Rhee limitou-se a dizer aos repórteres que o evento era “muito importante para a liberdade do homem e do mundo inteiro” e que tinha “grandes esperanças” naquele “pequeno começo”. Mas logo cortou assunto, alegando estar “muito ansioso para manter essas pessoas juntas por um ou dois dias (...) sem interferência externa. Eu sinceramente digo que não estamos tentando esconder nada. Mas por favor nos ajudem para que essa importante reunião possa acontecer e o objetivo possa ser alcançado. Obrigado” (APACL, 1954b: X).

### 2.2.3. Principais discursos

Como dito, o representante do *generalíssimo* Chiang na I Conferência de Chinhae foi Ku Cheng-kang, tecnicamente, o quarto dirigente mais importante da ditadura do Kuomintang (KMT) em Taiwan. Em seu discurso se mostrou “enormemente honrado de ter a oportunidade de estar

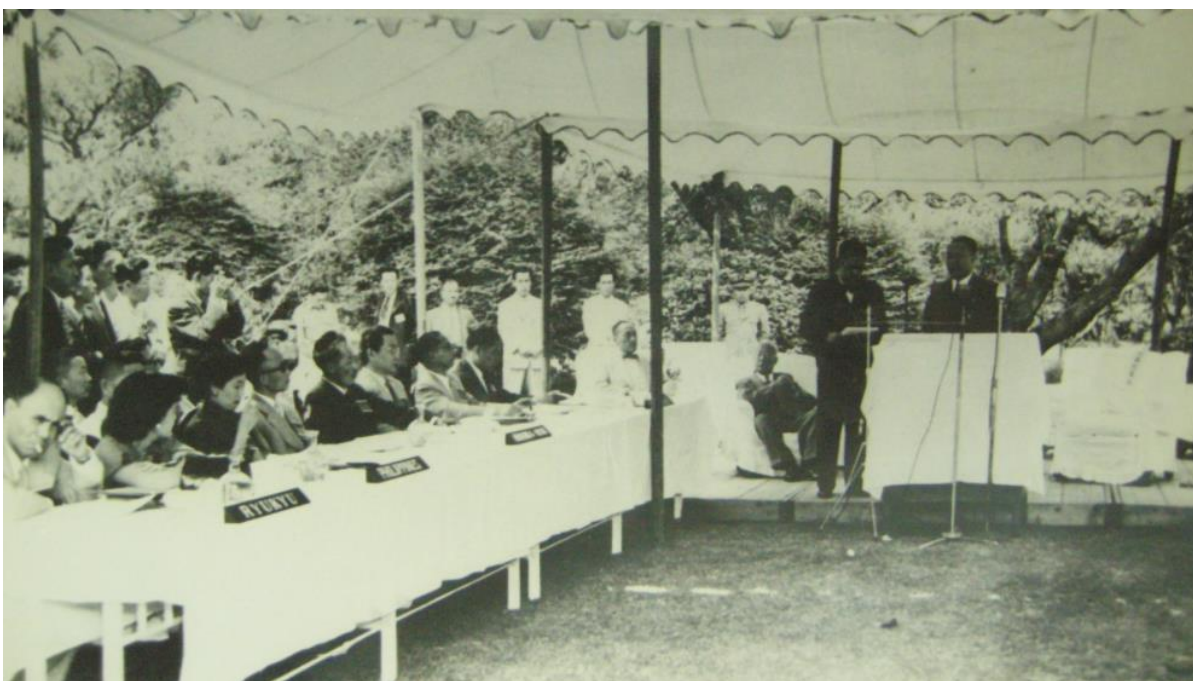
presente hoje na Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos em Chinhae e de ouvir o discurso inspirador do Presidente Syngman Rhee” (APACL, 1954b: 6). Enfatizou também como a conferência era fruto da “tabelinha” entre seu *generalíssimo* e o primeiro-mandatário sul-coreano, destacando que, “quando o Presidente Rhee visitou o Presidente Chiang em Taipei, o plano de criação de uma aliança anticomunista entre os povos anticomunista da Ásia começou” (APACL, 1954b: 6). Informou ao auditório que Chinhae já havia sido palco de uma reunião entre Rhee e Chiang, em 1949, com o mesmo objetivo da I Conferência de 1954, saudada por ele como “um ótimo começo para uma frente anticomunista unida para os povos asiáticos” (APACL, 1954b: 6).



**Figura 47.** Ku Cheng-kang, de óculos e lendo, representou o *generalíssimo* Chiang Kai-shek na APACL a partir de sua fundação, em 1954, na Coreia do Sul de Syngman Rhee. FONTE: WIKIPÉDIA.

A importância da I Conferência Anticomunista de Chinhae seria enorme na medida em que, desde o fim da II Guerra Mundial, “a Ásia tem sido o principal campo de batalha para a agressão imperialista comunista. A China suportou o impacto inicial, a Coreia veio na sequência e o Vietnã os seguiu. O destino do Sudeste Asiático está na balança” (APACL, 1954b). Essa era a conjuntura da inauguração da I Conferência de Chinhae que estaria “em grande medida direcionada à segurança coletiva, inspirando uma nova esperança aos povos da Ásia para renovarem sua força” (APACL, 1954b: 6). Seria preciso que a I Conferência constituísse algum pacto de *segurança*

*coletiva* porque “nenhuma das nações asiáticas pode [sozinha] escapar do perigo do comunismo hoje” e “a China, a Coreia e em particular o Vietnã estão lutando uma batalha de vida e morte” (APACL, 1954b: 6). O comunismo já havia dividido três países asiáticos – a China, a Coreia e o Vietnã – e, diante do “perigo comunista”, “as nações da Ásia, portanto, devem estar unidas e lutar juntas” (APACL, 1954b: 6). Por isso, “essa conferência precisa de um objetivo e crença comuns. Nós esperamos que algo grande e efetivo possa se desenvolver a fim de permitir uma frente unida entre as nações anticomunistas na Ásia” (APACL, 1954: 6). Ao longo da I Conferência Anticomunista, garantiu Ku Cheng-kang, a delegação taiwanesa iria “oferecer nossas perspectivas francas e verdadeiras para a discussão convocada pelo Dr. Rhee” (APACL, 1954b: 6).



**Figura 48.** À direita, de pé, discursando ao microfone, Ku Cheng-kang, um dos principais hierarcas do Comitê Central do Kuomintang taiwanês. À sua direita, ao fundo, sentado, o presidente da Coreia do Sul Syngman Rhee, patrono da APACL. FONTE: WIKIPÉDIA.

A seu turno, discursou em nome das delegações de Hong Kong e Macau Hsia Tung Pei, dizendo-se representar povos “da margem da Cortina de Ferro, ou do *front* anticomunista” (APACL, 1954b: 7). Destacou que “o sucesso ou o fracasso desta conferência irá determinar o destino da Ásia: se o futuro será brilhante ou sombrio, se os povos serão livres ou escravizados, será decidido pela realização desta conferência” (APACL, 1954b: 7). Os delegados de Hong Kong e Macau, avançou, “somos da opinião de que nascerá uma organização da Aliança Anticomunista



dos Povos Asiáticos, que irá transformar-se em uma aliança entre as nações asiáticas e mais adiante em uma Federação Asiática” (APACL, 1954: 7). Na sequência, sugeriu à I Conferência que instalasse, “na margem da Cortina de Ferro”, “estações de Recepção para encorajar as pessoas amantes da liberdade e os soldados comunistas despertados a escolherem a liberdade, desse modo acelerando a queda do regime comunista” (APACL, 1954b: 7). Requereu, enfim, que a conferência emitisse “uma declaração exortando todo o mundo livre a banir todas organizações comunistas e se opor a todas as resoluções feitas pela Conferência de Genebra” (APACL, 1954b: 7).

A sua vez, o delegado das ilhas Ryukyu Tsai Chang, depois de saudar efusivamente o anfitrião Syngman Rhee e as “heroicas lutas e alma anticomunistas dos povos e das Forças Armadas da Coreia” (APACL, 1954b: 8), caracterizou a Coreia do Sul como portadora de uma “missão histórica anticomunista” (APACL, 1954b: 8). Chang era presidente da Associação Revolucionária de Ryukyu que, no pós-II Guerra Mundial, lutava pela independência das ilhas Ryukyu do Japão, o que deveria ser feito “com estreita cooperação com o Governo dos Estados Unidos”. Isso porque, defendeu, “nossa Ryukyu tem sido vítima de 80 anos da agressão imperialista japonesa e sofreu a mais indescritível escravidão e discriminação” (APACL, 1954b: 8). Porém, para além da luta por autodeterminação e independência das ilhas Ryukyu – e Chang agradeceu reiteradamente Rhee por poder “tornar pública nossa determinação para restabelecer um novo Estado da Ryukyu livre e democrática” –, a I Conferência de Chinhae deve se preocupar com a construção de um sistema regial de defesa anticomunista. Em suas palavras:

Nós também não podemos sentar e olhar indiferentemente a maré do mal comunista da qual a Coreia sofreu. Sentimos que estamos no mesmo barco e **devemos nos salvar cooperando estreitamente** para alcançar nossos objetivos comuns e **estabelecer um sistema comum de defesa contra a agressão comunista**. Nesta Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos, devemos reviver a verdadeira moral asiática, estabelecer com firmeza **a nova ordem anticomunista** e permitir que todos os povos das porções livres da Ásia participem automaticamente da **campanha anticomunista**. Devemos incentivar o vigor moral deles e ainda estabelecer um ponto de partida e fundamento para demonstrar em ação nossa frente unida contra o comunismo (APACL, 1954b: 8-9, grifo meu)

O discurso da delegação tailandesa ficou a cargo do empresário B. Chung. A Tailândia representada na I Conferência era uma ditadura militar governada por um primeiro-ministro, Phibun Songkhram, travestida de monarquia tradicional. A partir de 1947, vitorioso um golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas, a Tailândia tornou-se “a primeira ditadura pró-Eixo a recuperar poder depois da guerra” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 247). “Depois de se aliar com

o Japão em 1940, o primeiro-ministro Phibun proclamou um programa semi facista [*quasi-Fascist*], envolvendo mobilização de massas internamente e expansão externa” (MCCOY, 2003: 104). Em Chinhae, dirigindo-se ao presidente Rhee, o delegado tailandês foi direto ao ponto: “Como você sabe, Sua Excelência, o povo tailandês e o Governo real tailandês são inteiramente anticomunistas, 100%. Esse é o motivo pelo qual enviamos nossas tropas para se juntarem às tropas da ROK na luta, palmo a palmo, contra os comunistas” (APACL, 1954: 8). Solicitou “a nossos amigos” delegados que se respondessem a duas perguntas: “como será configurada nossa Organização anticomunista e, em segundo lugar, como obter um grande fundo para apoiar e fortalecer essa organização para que ela alcance seus objetivos de maneira bem-sucedida” (APACL, 1954b: 8)?

Enfim, o discurso da delegação sul-vietnamita ficou sob responsabilidade do ex-primeiro-ministro Nguyễn Văn Tâm, que havia deixado o poder em dezembro de 1953. Ainda no cargo, nomeara Phan Hy Quat como ministro da Defesa que, à época da realização da I Conferência de Chinhae, era o primeiro-ministro interino da República do Vietnã (ROV). Mais adiante se verá como Quat, o principal dirigente do Partido Nacionalista do Grande Vietnã (*Đại Việt Quốc dân đảng*), tornar-se-ia o líder do “Capítulo” sul-vietnamita da APACL. Se é certo, como dito, que a I Conferência de Chinhae foi uma “anti-Conferência de Genebra”, nada mais compreensível que o discurso da delegação sul-vietnamita ficasse a cargo de um ex-primeiro-ministro da ROV. Esse iniciou seu discurso demarcando as afinidades anticomunistas: “a causa da Coreia é a mesma que a da China Nacionalista” e “amanhã poderá ser a causa de todos os países do Sudeste Asiático, se nós não tomarmos medidas agora” (APACL, 1954b: 10). Os eventos históricos demonstrariam que “as ambições imperialistas do Comunismo Mundial são ilimitadas” e, “sucessivamente, na Europa e na Ásia, muitos países pequenos foram, um após do outro, atacados e escravizados” (APACL, 1954b: 10). E qual seria a razão desse avanço implacável do *Comunismo Mundial*? A desunião entre os anticomunistas: “A razão para a vitória do comunismo até hoje é que nós não estamos unificados” (APACL, 1954b: 10).

Contudo, “agora nós aprendemos nossa lição” e, “desde o primeiro chamado da Missão de Boa-vontade Coreana, nós estamos prontos para vir aqui”, conscientes da “necessidade de reunião de nossos esforços conjuntos quando e onde quer que seja que nós tenhamos que lutar contra nosso inimigo comum” (APACL, 1954b: 10). E não bastariam soluções de *compromisso*

com o *inimigo comunista*, nas entrelinhas, como aquelas decididas pela Conferência de Genebra. Segundo Tam, “é óbvio que o compromisso com o Comunismo Mundial é impensável” e sua experiência o demonstraria: ele teria lutado “pessoalmente, dia após dia, durante os últimos vinte e cinco anos contra os comunistas”; teria visto “seu país arruinado, manchado com sangue por oito anos de guerra selvagem e contaminado pelo terror” (APACL, 1954b: 10). Isto é, trata-se de **“uma luta mortal contra o comunismo porque os comunistas nunca abandonarão suas armas enquanto eles não tenham escravizado o mundo inteiro”** (APACL, 1954b: 10, grifo meu).

Os métodos comunistas poderiam mudar, “mas seu objetivo de dominar o mundo inteiro desprezando a liberdade humana, a moral e a justiça permanecerá inalterado” (APACL, 1954b: 10). Daí a admiração dos sul-vietnamitas a “sua Excelência, o Presidente Syngman Rhee” e de sua corajosa determinação de reunir, em Chinhae, uma “Frente dos Povos Anticomunistas”. “Com ele, **nós acreditamos que o Mundo não pode ser salvo dos comunistas a menos que os destruamos totalmente e de forma decidida**. Abaixo o comunismo! Vida longa à República da Coreia! Vida longa à União dos Povos Livres!” (APACL, 1954b: 10, grifo meu).

#### 2.2.4. *Organizando o movimento: Ku Cheng-kang, preposto do generalíssimo Chiang Kai-shek*

Como dito, o *generalíssimo* Chiang Kai-shek e o presidente sul-coreano Syngman Rhee foram os patronos da I Conferência Anticomunista de Chinhae. A chefia da delegação taiwanesa, inclusive, coube ao todo poderoso Ku Cheng-kang, um dos homens fortes do KMT. Em nome do generalíssimo, Ku Cheng-kang (谷正綱) encaminhou, em 14 de junho de 1954, um memorando aos delegados reunidos na Coreia do Sul. Nele, denunciou “a expansão da agressão comunista na Ásia” que ameaçaria “a própria existência dos povos dessa região”, destacando o caso dos “povos da China continental, da Coreia do Norte e do Vietnã do Norte” como aqueles que “já caíram sob o jugo comunista” (APACL, 1954a: 1). Naquele momento, no qual também se reunia a Conferência de Genebra para tratar do que fazer ao final da I Guerra da Indochina, o “Vietnã inteiro” estaria “em perigo iminente”. O Camboja e o Laos já teriam sido invadidos e “uma grave ameaça à segurança da Tailândia e Burma” (APACL, 1954a: 1).

Diante dessa “crise sem precedentes”, uma questão de vida ou morte, entreaberta pela “agressão comunista”, que deveriam “os povos da Ásia” fazer, indagou Ku Cheng-kang? Levantar-

se e “se unir agora para lutar e salvar a si mesmos para não serem escravizados pelo imperialismo comunista” (APACL, 1954a: 01). Tendo o “plano de agressão comunista” como meta “a conquista da Ásia”, “os povos asiáticos” deveriam *guerrear* “contra o comunismo em vez de se entregarem à conciliação (*appeasement*)” e ao “neutralismo” (APACL, 1954a: 1). “Separadamente, nós em breve seremos superados pela força maligna do comunismo e sofreremos um desastre sem precedentes na história da humanidade” (APACL, 1954a: 1). Portanto, seria preciso unificar as forças anticomunistas asiáticas e, para tanto, o chefe da delegação taiwanesa propôs o seguinte:

Nós, os povos da Ásia, devemos imediatamente estabelecer **uma União Anticomunista permanente** com o propósito de unificar nossa força e coordenar nossos passos e ações em nossa luta comum contra o comunismo. Isso não é um passo apenas necessário, mas urgente, que não podemos postergar. A delegação chinesa está, portanto, submetendo, em nome do povo da República da China, uma série de propostas sobre o estabelecimento de uma União Anticomunista dos Povos da Ásia para sua consideração. Caso elas sejam aprovadas pela Conferência, é recomendável (1) solicitar aos povos da Ásia representados nesta Conferência que patrocinem a União e convidem os outros povos da Ásia a participarem dela; e (2) estabelecer um Comitê para preparar e convocar uma Conferência com o propósito de redigir uma constituição para a União (APACL, 1954a: 1, grifo meu)

Esse memorando apresentado por Ku Cheng-kang em nome do *generalíssimo* Chiang foi analisado e, no dia 16 de junho de 1956, no Alojamento do Almirante (*Admiral's Quarters*), esse dirigente taiwanês ainda apresentou os pontos principais de outra proposta que a I Conferência de Chinhae deveria levar adiante. O primeiro *bullet point* sugeriu que se deveria emitir “uma solicitação para que as Nações Unidas declarem a Rússia Soviética uma [nação] agressora e a expulsa da organização mundial”, sob pena de, não o fazendo, assinar “sua sentença de morte” (APACL, 1954c: 5). Depois de solicitar a expulsão da URSS da ONU, um segundo *bullet point* sumariado por Ku Cheng-kang referiu-se, obliquamente, à Conferência de Genebra. Assim que a I Conferência de Chinhae deveria “insistir que qualquer conferência encorajando a agressão ou a venda da Ásia deve ser impedida”, devendo-se opor à “conspiração comunista para repartir os territórios das nações asiáticas com que busca criar regimes fantoches” (APACL, 1954c: 5). Dever-se-ia ainda proceder a “um chamado aos povos pacíficos e amantes da liberdade da Ásia para se unirem e estabelecerem as fundações de um pacto de segurança regional” e, nesse marco, estabelecer o quanto antes a “organização permanente de uma frente anticomunista dos povos asiáticos” com “a total cooperação em atividades culturais, econômicas e sociais” (APACL, 1954c: 5).

Finalmente, a I Conferência de China deveria defender “um embargo efetivo contra os comunistas” e empregar “o uso coordenado de mão-de-obra e recursos na luta contra o comunismo” (APACL, 1954c: 5). Ku Cheng-kang garantiu aos elegados o “compromisso de que a República da China e os chineses livres por toda a parte se dedicarão a um esforço cooperativo para destruir o comunismo e resgatar as centenas de milhões de pessoas na China continental” (APACL, 1954c: 5).

#### 2.2.5. *O primeiro esboço da União Anticomunista dos Povos da Ásia*

Depois de apresentar essas propostas, coube a Ku Cheng-kang propor, em 16 de junho, o *Esboço de Resolução* para a criação do que viria a ser, em breve, a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL). Três “Considerandos” antecederam à proposta taiwanesa: um garantiu que a Conferência estava “completamente consciente da séria ameaça da agressão comunista à existência mesma dos povos da Ásia”; outro assegurou que ela analisou “as propostas submetidas pela Delegação do povo da República da China no estabelecimento de uma União Anticomunista dos Povos da Ásia”; e o terceiro garantiu que ela reconheceu “a necessidade urgente de tal União para os povos da Ásia em sua luta comum contra o Comunismo” (APACL, 1954a: 1). Assim sendo, ela:

Aprova as ditas propostas submetidas pela Delegação do povo da República da China; Solicita aos povos da Ásia representados nessa Conferência a patrocinar a União e a formar comitês nacionais para atuar em seu favor; Apela aos outros povos da Ásia para considerar e aderir a essas propostas; e Decide por instalar um comitê composto pelos representantes dos povos da República da China, República da Coreia, República das Filipinas, Tailândia, Vietnã e Hong Kong para fazerem preparativos para uma Conferência e para convocá-la o mais breve possível com o propósito de redigir a Constituição da União” (APACL, 1954a: 1)

Não é irrelevante frisar que a proposta inicial sobre a forma organizativa que o movimento nascente em Chinhae deveria assumir não partiu, como era de se esperar, dos dirigentes sul-coreanos ligados a Syngman Rhee, mas sim de um altíssimo dirigente da ditadura taiwanesa. O próprio Rhee, como visto, reconheceu que a I Conferência Anticomunista de 1954 era fruto de suas conversações com Chiang Kai-shek e, assim, todos deveriam estar afinados com a proposta encaminhada por Ku Cheng-kang. Todavia, isso não oblitera o fato do protagonismo organizacional ter partido da delegação taiwanesa. Depois de discutido entre os delegados o

*Esboço de Resolução* apresentado pelos taiwaneses, consolidou-se uma “Proposta para o Estabelecimento da União Anticomunista dos Povos da Ásia”. Estruturada em seis capítulos, essa proposta conclamou “todos os Estados democráticos e livres da Ásia” a estabelecerem “uma União Anticomunista dos Povos da Ásia, cuja Constituição deve conter disposições nos moldes das seguintes propostas: Capítulo I. Propósitos. Os objetivos da União devem ser”:

1. Unir as forças anticomunistas dos povos de todos os Estados e áreas da Ásia e promover o estabelecimento de uma Organização Anticomunista pelos Governos de todos os Estados livres e democráticos da Ásia, a fim de compartilharem suas forças para resistir à agressão comunista, para libertar os povos escravizados atrás da cortina de ferro e para assegurar uma completa vitória contra o comunismo, para assim construir uma fundação firme para a paz mundial; e 2. Coordenar o trabalho dos povos da Ásia para a conquista de seus objetivos comuns da liberdade pessoal, independência nacional, democracia política, igualdade econômica, segurança social e colaboração internacional (APACL, 1954a: X)

O “Capítulo II. Filiação” tratou dos meios de adesão de futuros participantes ao grupo que ainda se designava como *União Anticomunista dos Povos da Ásia*: “a filiação à União deve estar aberta aos povos de todos os estados e áreas da Ásia que aderem aos propósitos da União e estão dispostos a conduzir os compromissos sob a Constituição da União. O povo de quaisquer desses Estados ou qualquer que desejar se tornar membro da União deverá formar um comitê nacional para atuar em seu favor” (APACL, 1954a: X). O “Capítulo III. Órgãos” estipulou que “a autoridade suprema da União deve ser investida em Assembleia composta pelos representantes de todos os membros da União”, recomendando o estabelecimento de “um Conselho que deverá consistir dos Presidentes do comitê nacional e comitês de área dos membros da União ou seus representantes” (APACL, 1954a: X). Seria função do Conselho “convocar a Assembleia e discutir questões importantes da União quando a Assembleia não estiver em sessão” (APACL, 1954a: X). Abaixo da Assembleia, a autoridade máxima da *União Anticomunista*, estariam seu Conselho e Presidentes – os representantes dos “Capítulos” nacionais da aliança nascente.

Assembleia, Conselho e Presidentes deveriam ser auxiliados por “um Secretariado que deve compreender um Secretário-Geral e dois Secretários-Gerais Assistentes (APACL, 1954a: 1). O Secretariado seria responsável pela “elaboração de relatórios para a Assembleia e para o Conselho sobre o trabalho da União”. Além disso, “o Conselho deve ser empoderado para estabelecer comitês sobre questões culturais, econômicas, militares e de inteligência publicitária [*publicity intelligence*], que devem consistir de ideias (*exports*) designadas pelos membros da

União” (APACL, 1954a: 1). O “Capítulo V. Reuniões” estabeleceu que “a Assembleia da União deve de reunir em sessões regulares anuais e em sessão especial conforme a ocasião possa exigir”, garantindo, em paralelo com os encontros anuais, a realização de “sessões especiais” que “devem ser convocadas pelo Secretário-Geral a pedido do Conselho ou da maioria dos membros da União” (APACL, 1954a: 2).

“O Conselho deve se reunir duas vezes por ano em sessões regulares e em sessões especiais se convocado a pedido da maioria de seus membros” (APACL, 1954a: 1). Mas como se pagaria a conta dessa *União Anticomunista dos Povos da Ásia*. O “Capítulo VI. Despesas” estipulou que “as despesas da União devem ser suportadas pelos membros na proporção decidida pela Assembleia” e que “a Assembleia deve considerar e aprovar o orçamento da União” (APACL, 1954a: 2). Enfim, o “Capítulo IV” definiu que “as funções da União devem ser”:

1. **Promover a circulação de materiais culturais e ideologias anticomunistas entre os membros e povos de outros Estados;**
2. Fortalecer a cooperação econômica entre os membros e povos de outros Estados e encorajar a execução rigorosa de um embargo contra as áreas Comunistas;
3. **Intercambiar materiais de publicidade entre os membros e realizar guerra psicológica [*psychological warfare*] contra o Comunismo;**
4. **Intercambiar entre os membros da União informação relativa às atividades anticomunistas e técnicas para combater o inimigo Comunista;** e
5. **Promover a íntima cooperação entre Estados e áreas dos membros em sua luta comum contra a agressão Comunista** (APACL, 1954a: X, grifo meu)

Como se pode observar, esse primeiro *design* da APACL, se é verdade que representou um “*leading case*” do “multilateralismo asiático” (HSU, 2016: 55), como defende Wei Chung (Victor) Hsu, isso não ocorreu por ter constituído “uma aliança regional independente que não apenas serviu como um fórum diplomático para seus Estados membros vocalizarem suas opiniões políticas, mas também como uma organização guarda-chuva para o fomento da cooperação econômica e cultural” (HSU, 2016: 54). O autor perde de vista, assim, que a APACL foi, em primeiro lugar, um instrumento de *guerra política* anticomunista e, nesse amplo espectro, especializou-se na *guerra psicológica* e em *questões militares* para *combater o inimigo comunista*. Tratar a APACL como um “*case de sucesso*” do “multilateralismo asiático” por ter sido *um fórum diplomático e uma organização guarda-chuva de cooperação econômica e cultural* é perder o principal: a APACL foi uma poderosa arma de Estado para a *guerra anticomunista*. Nesse sentido, inclusive, é que foi um “*case de sucesso*” do “multilateralismo asiático”, sobretudo nas décadas seguintes a sua criação, quando conseguiria projetar-se mundialmente. Mas isso é assunto para os

próximos capítulos. Agora, importa analisar a *petição de princípios* e a estrutura organizativa mais “acabadas” que a I Conferência de Chinhae trouxera à luz.

#### 2.2.6. *Preâmbulo e Princípios da Organização da APACL: o “Manifesto Anticomunista” de 1954*

Na Coreia do Sul de Syngman Rhee, portanto, ao final das sessões da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos celebrada entre 15 e 17 de junho de 1954, a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, a APACL, foi finalmente criada. Aprovaram-se ali o “Preâmbulo” e os “Princípios da Organização da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos”. Parte do “Preâmbulo” da APACL já foi citado, a partir da *Correspondência do ABN*, para evidenciar os nexos entre o grupo de Stetsko e seus “amigos asiáticos”. Agora, porém, cabe citá-lo na íntegra. Ele diz:

Nós, os Povos da Ásia Livre, reunimo-nos em Assembleia livre, pelo presente, para oferecer nossas vidas, nossa propriedade, e nossa honra para **uma luta incessante** por verdade e justiça, por liberdade e **pela supressão de todas as forças que buscam escravizar a humanidade e acorrentar as nações**. Nós prometemos solenemente que **não descansaremos até que a Terra esteja livre do Comunismo ou de qualquer outra agressão**, e até que a autodeterminação de cada nação esteja garantida. Nosso chamado aos povos livres de todos os cantos para se juntarem a nós no **rechaço ao comunismo ateu**, e no começo da construção de um sistema mundial que assegurará aos nossos filhos e aos filhos de nossos filhos que **agressores nunca mais poderão roubar nossas terras e nossos lares**. Nós estamos completamente convencidos que **o totalitarismo agressivo pode ser barrado, rolled back, e eventualmente erradicado**. Isso nós devemos fazer, porque **o mundo não pode perdurar metade escravizado e metade livre**. Deve ser um ou outro, e nossa escolha está inalteravelmente do lado da liberdade. **Povos livres da Ásia, uni-vos! Procurem a ajuda de nossos membros no Oriente e no Ocidente, e persuadam outros a se juntarem a nós nesta grande cruzada**. Lutem contra o Comunismo ou qualquer outra agressão enquanto indivíduos e como nações. Lutem contra ele em todos os níveis e em todos os teatros de guerra. **Penetrem as Cortinas de Bambu e de Ferro para trazer esperança àqueles mantidos escravizados atrás delas e estabelecer uma resistência livre que possa atacar o Comunismo internacional. Conquistem todos aqueles, sejam povos ou governos, que falsamente acreditam que a neutralidade é possível na luta pela sobrevivência da civilização**. Tentem, também, educar aqueles que estão servindo ao inimigo por causa de ignorância ou propaganda mentirosa. Tragam todo o peso da opinião pública para influenciar Governos com a finalidade de que todos eles defenderão os princípios estabelecidos daqui em diante. Vida Longa à Ásia pela Liberdade! Vida Longa à Liberdade para Todos os Povos e Nações da Terra! (APACL, 1954g: 1-2, grifo meu)

Ao lado desse eloquente “Preâmbulo” – cujo âmago poderia ser resumido no *slogan* “Povos livres da Ásia, uni-vos!” –, o documento “Princípios da Organização da APACL” estruturou-se em seis capítulos. No Capítulo I, artigo 1, definiram-se os seguintes “Objetivos e



Funções” da APACL: “alertar todos os povos sobre a ameaça do Comunismo”; “alistar todos os povos na guerra contra o Comunismo”; “mobilizar todas as mulheres amantes da liberdade contra o Comunismo”; “expor Comunistas e companheiros de viagem onde quer que possam ser encontrados, na educação, sociedade, áreas rurais, locais de trabalho, e na esfera econômica”; “combater o Comunismo de qualquer modo, e com quaisquer meios a nosso alcance, onde e quando nós os encontrarmos” (APACL, 1954g: 2). As demais missões institucionais da APACL foram delineadas nos seguintes artigos do Capítulo I:

**Artigo 2. Nós deveremos expor a União Soviética como o financiador e o instigador, e o principal advogado do Comunismo internacional, e insistir junto a nossos Governos e todos outros Governos Livres para que apoiem resolutamente a luta contra a zona central soviética do totalitarismo.** Artigo 3. Nós deveremos buscar a cooperação entre nós e com todos Governos amigáveis empurrar a luta contra o Comunismo em todos os níveis, da casa ao campo de batalha. Artigo 4. Nós promoveremos a circulação de materiais culturais e a propagação de ideologias anticomunistas através do mundo. Artigo 5. Nós fortaleceremos a cooperação econômica entre os Povos Livres e o desejo de direcionar um embargo estrito contra áreas Comunistas. Artigo 6. Nós deveremos trocar materiais publicitários entre nós e com todos outros que se opõem ao Comunismo, e deveremos conduzir guerra psicológica contra os Comunistas. Artigo 7. **Nós intentaremos alargar nossos próprios movimentos anticomunistas a fim de incluir todos aqueles que estão lutando contra o Comunismo em qualquer lugar no mundo.** Artigo 8. **Nós encorajaremos o estabelecimento de organizações e forças anticomunistas em qualquer lugar,** para que todos conheçam a verdade sobre o agressor totalitário. Artigo 9. **Nós advogamos que os Comunistas não apenas sejam impedidos de fazer futuros avanços, mas que sejam compelidos a abandonar tudo aquilo que eles tomaram por agressão.** Artigo 10. Nós permaneceremos diretamente na garantia firme da segurança coletiva para manter a paz e impedir agressão de qualquer fonte. Para este fim recomendamos e trabalharemos para uma aliança das nações da Ásia Livre. Artigo 11. Nós faremos tudo dentro de nosso poder para persuadir nossos Governos para resistir a quaisquer outras tentativas do imperialismo e colonialismo por parte de poderes não asiáticos. Artigo 12. Nós deveremos encorajar nossos Governos a manter relações próximas e amigáveis com os poderes democráticos ocidentais, especialmente os Estados Unidos, mas sempre dentro dos limites da área de potencialidade e interesse da Ásia Livre. Artigo 13. Nós buscaremos nosso próprio pên e prosperidade por meio de cooperação e colaboração mútuas e, desse modo, realizar uma divisão justa de responsabilidades e potencialidades. Prometemos assistência mútua, confiança mútua, e intercâmbio social e cultural. Artigo 14. Será encorajado o estabelecimento de uma organização anticomunista pelos governos de todos os Estados livres e democráticos da Ásia. Artigo 15. Promover-se-á o bem-estar econômico, social, cultural, educacional e espiritual de nossos próprios Povos, assim esterilizando o principal solo fértil do Comunismo e outras ideologias totalitárias. Artigo 16. Não nos contentaremos em lutar contra a agressão e destruição do indivíduo, mas construiremos nossa própria ideologia construtiva sobre a fundação da liberdade para toda humanidade e irmandade entre todos os povos da Terra. (APACL, 1954g: 2-3, grifo meu)

Na sequência, o Capítulo II dos “Princípios da Organização da APACL” detalhou a “Estrutura” do grupo em cinco artigos. O artigo 17 definiu que “o nome da organização será Liga

Anticomunista dos Povos Asiáticos”. A APACL deveria estabelecer *Capítulos* “em nível local em cada nação-membro asiática” e manter “contatos e coordenação entre eles”, criando um Escritório de Ligação Central na Coreia do Sul (art. 18) que deverá ser operado por “um Oficial de Ligação e um Secretário” (art. 19) (APACL, 1954g: 3). O artigo 20 cuidou da nomenclatura que deveria adotar os “Capítulos” nacionais da APACL: “o nome da organização local deverá ser Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos do (ou em) com o nome da nação ou localidade a seguir; ou se deve usar apenas um colchete com o nome da nação ou localidade inserida. Em casos excepcionais, nomes diferentes podem ser usados para se adequar a condições locais” (APACL, 1954g: 3). As filiais nacionais poderiam, de forma autônoma, escolherem seus nomes “levando em conta as condições especiais existentes em cada nação ou localidade mas objetivando robustecer e tornar as organizações mais efetivas para combater o Comunismo” (art. 21) (APACL, 1954g: 3).

O Capítulo III tratou da parte “Fiscal” da APACL, estabelecendo que “cada organização nacional ou local voluntariamente contribuirá com o melhor de sua habilidade no custeamento do Escritório de Ligação Central na Coreia” (art. 22) (APACL, 1954g: 3). O Capítulo VI, enfim, versou sobre as “Regras Suplementares” da APACL, ressaltando que “nenhum *officer* permanente será eleito neste momento mas *officers* temporários eleitos nesta Conferência serão mantidos até a convocação da próxima Conferência” (art. 23) (APACL, 1954g: 3). O artigo 24 elucidou que os “Princípios da Organização da APACL” não constituíam a estrutura normativa definitiva da entidade, pontuando que “a Constituição, estatutos e outros detalhes relativos à Liga serão deixados para a próxima Conferência mas esboços e sugestões devem ser trocados por meio do *Liaison Officer* que tentará correlacioná-los e fazer recomendações específicas para a próxima Conferência” (APACL, 1954g: 3). Ao final, estabeleceu-se que “a próxima Conferência em uma forma ampliada terá lugar em Taipei no mais tardar em Outubro deste ano. O local de futuras Conferências será organizado no formato de rodízio” (art. 25) (APACL, 1954g: 3). Os “Princípios de Organização da APACL” concluíram fazendo reiterando o slogan “Povos anticomunistas da Ásia, uni-vos!”:

Esse é o momento de decisão para todas as pessoas. Ou elas se levantam conosco pela liberdade, pelos direitos do indivíduo e por democracia política e auto-determinação, ou elas desaparecerão no anonimato sem face da existência Marxista. Nossa escolha está feita e nós suplicamos a todos os outros para se unirem a nós enquanto elas ainda têm a chance de escolher. Nossa causa é correta e com a ajuda de nosso Criador, nós não temos

a menor dúvida de que prevalecerá. A todas as pessoas do mundo nós dizemos: UNAM-SE A NÓS NA LUTA POR LIBERDADE! (APACL, 1954g: 4)

### 2.3. *A contrarrevolução chinesa e o “Capítulo” taiwanês da APACL*

A fundação da APACL ocorreu, pois, na Coreia do Sul de Syngman Rhee e foi organizada por um dirigente de “alto nível” da ditadura do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, o todo poderoso Ku Cheng-kang. O “Capítulo” taiwanês da APACL rapidamente criaria um boletim informativo, o *APACLROC Bulletin*. Seu primeiro número noticiou a criação da APACL em Chinahe, em junho de 1954, da seguinte maneira: “Como resultado da Conferência, foi formalmente estabelecida uma instituição nomeada Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, com seu principal órgão, o Escritório de Ligação Central, localizado em Seul, Coreia” (APACLROC, 1954: 3). O sul-coreano Young P. Lee foi escolhido presidente desse Escritório de Ligação Central da APACL.

Embora as delegações fundadoras da APACL tivessem prometido realizar reuniões ainda ao final de 1954, bem como uma II Conferência Anticomunista para o ano seguinte, diante de sucessivas protelações a Liga Anticomunista só voltaria a se reunir, coletivamente, em março de 1956, nas Filipinas. Logo se verá o motivo dessa postergação, registrando-se agora que, entre a reunião fundadora da APACL na Coreia do Sul em 1954 até a II Conferência da APACL nas Filipinas em 1956, a APACLROC operou a todo vapor. E existiu uma “razão de Estado” para isso. Como explica um oficial do Exército dos EUA, em seu *Political Warfare: the Chinese Nationalist Model*, a guerra política anticomunista constituiu a base ideológica da ditadura do Kuomintang (KMT). Essa ideologia oficial da Taiwan do *generalíssimo*, como será mais adiante detalhado, construiu-se como uma resposta à vitória da Revolução Chinesa em 1949. A ditadura militar taiwanesa, constituindo-se como um eixo da contrarrevolução chinesa permanente, estruturou uma espécie de *Estado dentro do Estado* com a instauração de um Departamento Geral de Guerra Política (GPWD, na sila em inglês), subordinado ao Ministério de Defesa Nacional. Como seu nome indica, a diretrizes do GPWD “foram usadas pelo KMT com o objetivo de alcançar uma sociedade domesticamente monolítica e uma sólida frente internacional anticomunista.

Em um sentido estratégico, os princípios da guerra organizacional foram praticados pelos taiwaneses nas Nações Unidas e por meios de alianças anticomunistas” (HEINLEIN JR., 1974: 531). A ideologia oficial da ditadura taiwanesa, em suma, consistiu na *guerra política*

anticomunista – que será, também, analisada mais à frente. O importa fixar, por ora, é que se desenvolveu oficialmente, a partir do GPWD, “uma ampla gama de operações internacionais”, ocupando-se a ditadura militar do KMT, em nível transnacional, com o estabelecimento de várias “organizações de frente” anticomunistas (HEINLEIN JR., 1974, 535). A APACL-Taiwan foi uma dessas organizações de frente anticomunista patrocinadas pelo GPWD. Os irmãos Anderson também observaram que tanto a APACL-Taiwan quanto sua futura projeção global integraram-se em um dos subtipos da *guerra política* taiwanesa, como se verá, o que seu principal teórico (Weng Sheng) sistematizaria como *guerra organizacional*. Segundo os Anderson, assim, “o disfarce mais conveniente para essa campanha internacional de ‘*guerra organizacional*’ foi, obviamente, o anticomunismo” e, para isso, a APACL “era um veículo perfeito” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 56).

Essa “razão de Estado” explica a rápida organização interna e a expressiva projeção internacional da APACLROC, que passou a publicar uma profusão de livros e panfletos anticomunistas e a produzir, mensalmente, seu boletim informativo: o *APACLROC Bulletin. A Monthly Report on the Free Chinese Struggle Against Communism*. A APACLROC, seguindo à risca as diretrizes do GPWD, foi colocada em funcionamento como parte da *guerra organizacional* e, também, da *guerra psicológica* do KMT. Ambas, na doutrina militar taiwanesa, seriam “subtipos” da *guerra política* anticomunista. O GPWD centralizou, inclusive, todas operações de *guerra psicológica* e “possuía os recursos e a *expertise* para tanto. Seções especiais tinham a capacidade operacional para imprimir e distribuir literatura e panfletos, produzir e exhibir filmes, transmitir por rádio e alto-falantes etc.” (HEINLEIN JR., 1974: 533). A APACLROC operou nesse esquema da guerra política taiwanesa e, não por acaso, um dos principais dirigentes do KMT, o doutor Ku Cheng-kang, fora escolhido para presidi-la. E ele seria a “estrela” maior dos boletins oficiais do “Capítulo” taiwanês da APACL, operando como um verdadeiro ministro das Relações Exteriores (sem pasta) do *generalíssimo* Chiang. Ele foi “apenas”, contudo, uma peça na engrenagem tático-estratégica das diretrizes anticomunistas emanadas do GPWD.

Nas primeiras edições do *APACLROC Bulletin*, por exemplo, Ku Cheng-kang já iniciara o papel de “diplomata” do KMT enderança-se à ONU e ao SEATO. Na edição de outubro de 1954, matéria de capa do boletim da APACLROC estampou a seguinte mensagem de seu presidente ao secretário-geral da ONU: “*Any further move to appease communist aggression will inevitably*

*plunge mankind into the scourge of another World War*”. Ku Cheng-kang lamentou “as malignas consequências das Conferências de Berlim e de Genebra”, bem como “jogadas similiares criadas para enfraquecer a posição das Nações Unidas”, advertindo para os perigos do “neutralismo” em face aos comunistas: “Nós estamos convencidos de que o mundo livre e o totalitarismo comunista não podem nunca alcançar um acordo, nem se pode esperar que possam ‘coexistir’ pacificamente um com o outro” (APACLROC, 1954: 2). Qualquer conciliação com os *agressores comunistas*, defendeu, “mergulhará a humanidade inevitavelmente no flagelo de outra guerra mundial” (APACLROC, 1954: 2).

A ONU, se realmente quisesse evitar a eclosão de uma “III Guerra Mundial”, deveria adotar um “posicionamento firme” contra o *agressor comunista*. A *APACLROC Bulletin*, em sua edição de setembro de 1954, publicou outra mensagem do “diplomata” do KMT, dessa vez endereçada à Conferência da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), exigindo de seus delegados “A forma correta de desenvolver um sistema geral coletivo de segurança da Ásia”. Embora útil, a SEATO teria surgido tardiamente, não tendo sido capaz de impedir a divisão da Indochina pelo *agressor comunista* (APAL, ROC, 1954: 2). Ku Cheng-kang recordou aos delegados da SEATO, reunidos nas Filipinas, de uma “lição”: “o comportamento passado dos imperialistas soviéticos provou ao mundo livre que não apenas o *appeasement* é impraticável, mas também que a coexistência é impossível” (APAL, ROC, 1954: 2). A luta anticomunista deveria ser lançada como uma ação combinada e a SEATO não poderia se limitar a uma “união econômica”, senão “não seremos capazes de lidar com nosso arqui-inimigo. Portanto, apoiamos a proposta sábia e viável, feita pelas Filipinas e pela Tailândia, de que a organização futura seja baseada no modelo da OTAN” (APACLROC, 1954: 2-3). A SEATO como uma OTAN asiática, portanto, poderia barrar “os imperialistas russos”, que “almejam a conquista de toda a Ásia” (APAL, ROC, 1954: 3).

### 2.3.1. A APACL-Taiwan como política de Estado: veículo da guerra política do Kuomintang

Esses exemplos são capazes de mostrar como o “Capítulo” taiwanês da APACL serviu, de fato, como uma organização de frente à gestão da *guerra política* taiwanesa, com suas diretrizes emanadas do Departamento Geral de Guerra Política (GPWD), que “alistava organizações

culturais, educacionais, sociais e econômicas nessa campanha. Virtualmente todas as atividades individuais e governamentais, domésticas e internacionais, deveriam proceder a partir de uma perspectiva ideológica” (HEINLEIN JR., 1974: 530). A *guerra organizacional*, um dos *subtipos* dessa *guerra política*, concebeu “a sociedade tradicional chinesa como uma alternativa macroinstitucional ao comunismo” e, internamente, o KMT controlava “as instituições políticas, socioeducativas, econômicas e militares” (HEINLEIN JR., 1974: 530). O primeiro quadro de dirigentes do “Capítulo” taiwanês da APACL, presidido por Ku Cheng-kang – também presidente da *Free China Relief Association* (FCRA), sobre a qual se falará quando da análise da *Operation Paper* –, expressou o peso atribuído à APACLROC pela ditadura do *generalíssimo* Chiang<sup>54</sup>.

Essa *guerra organizacional* articulou-se à *guerra psicológica* taiwanesa e esta também foi lançada desde o primeiro número do boletim da APACLROC, que advertiu para a necessidade de se “intensificar a guerra psicológica contra os comunistas” e, para tanto, “o Escritório da China da Liga está patrocinando uma conversa de rádio direcionada aos chineses continentais exortando-os a se revoltarem contra seus senhores” (APACLROC, v. 1, 1954: 7). O programa foi veiculado pela “Estação de Transmissão Voz da China Livre. E será ouvido através de ondas curtas pelos povos de outros países asiáticos” (APACLROC, v. 1, n. 1, 1954: 7)<sup>55</sup>. O *APACLROC Bulletin*

---

<sup>54</sup> Seus dirigentes foram: Chow Hong-tao (KMT); Chang Yen-yuan (KMT); Liu Tung-ai e Cheng Tsu-ye (ambos do Partido Jovem da China); Sun Yah-fu e Chao Tsu-ye (ambos do Partido Democrático-Socialista da China); Shangkwon Yeh-yu (Amigos da Associação das Forças Armadas da República da China); Ku Pih Yi-shu (Associação Antiagressão das Mulheres Chinesas); Hu Kwei (Associação Anticomunista da Juventude Chinesa, Associação de Salvação Nacional); Chu Chia-hua (Associação Chinesa para as Nações Unidas); Li Ta-chao (Associação de Relações Exteriores do Povo Chinês); Tung Shih-fang e Ma Chao-chun (ambos do Overseas Chinese United National Salvation Association); Tao Kuei-lin (Federação Nacional das Indústrias Chinesas); Chih Tien-chuan (Câmara Geral de Comércio da República da China); Chou Hsueh-hsiang (Federação Chinesa do Trabalho); Shao Yu-ling (Associação Cultural Sino-coreana); Huang Chao-chen (Taiwan Provincial Legislature); Tao Hsi-sheng (Sociedade Chinesa de Ciência Política); Wei Ching-meng (Chinese Association of Broadcasting Affairs); Han Lih-wu (China Institute in America, Taiwan Committee); Huang Kuo-shu (Taiwan Social Relief Association); Hu Chieng-chung (Taipei Municipal Press Association); Chen Chi-yin (Sociedade Chinesa de Literatura e Artes); Kiang Yih-ping (National Bar Association of Republic of China); Chien Shih-liang (Universidade Nacional de Taiwan); Liu Cheng (Taiwan Provincial Teachers' College); Kuo Hung Chung (Associação Católica para Promoção Cultural); Chen Wei-ping (Conselho das Igrejas de Cristo na China Livre); general Pai Chung-shih (Associação Islâmico-Chinesa); Wu Chung-seng (Associação dos Budistas Chineses); Pao Hua-kuo (Associação Chinesa de Sociologia); Tseng Hsu-pei (Associação de Jornalistas de Taipei); Lei Cheng (Associação Cultural e Econômica Sino-Japonesa); Ma Yiou-yueh (Associação dos Fazendeiros da Província de Taiwan); Lu Gen-hwa (Associação das Mulheres da Província de Taiwan) (APACLROC, v. 1, n. 1, 1954: 8).

<sup>55</sup> “Intensificando a guerra psicológica contra o inimigo. Considerando a vital importância da guerra psicológica contra o inimigo, a APACLROC tem conduzido isso de duas maneiras. Uma é manter nosso continente irmão e os fantoches do mal inimigo bem informados das atrocidades que os Vermelhos têm perpetrado no continente e o que as democracias alcançaram aqui e em outras partes da Ásia. A outra é levar adiante o Movimento ‘Every Road Leads to Freedom’. Por meio de transmissões regulares e lançamento aéreo de panfletos, nós recorreremos aos nossos

então seu primeiro arco de alianças para além da Ásia, destacando que o “Capítulo” taiwanês da APACL estaria em “estrito contato” com “um número de notáveis personalidades do mundo, tal como o Presidente do Senado dos EUA Richard Nixon” e congressistas como Walter H. Judd e Joseph R. McCarthy (APAL, ROC, 1954: 6). Esse “caçador de comunistas” se tornaria a principal “estrela”, ao lado do *fundraiser* Marvin Liebman, do *China Lobby* nos EUA, um grupo de pressão pró-Taiwan criado por Madame Chiang Kai-shek e seu irmão T. V. Soong.

Outra operação de *guerra psicológica* incumbida na APACLROC transpareceu na edição de novembro de 1954 de seu boletim. Noticiou-se ali o lançamento do *All roads lead to freedom*, um programa oficial “para encorajar nossos compatriotas escravizados no continente chinês a reconquistarem a liberdade em desafio ao controle comunista. Sob esse plano, será dada assistência às pessoas que escaparem da Cortina de Ferro e da Cortina de Bambu, incluindo indivíduos comunistas que compreenderam a vilania do comunismo e estão determinados a lutar pela causa da liberdade” (APACLROC, v. 1, n. 2, 1954: 1). Esse programa de *guerra psicológica* foi concebida para que os chineses continentais buscassem “demolir a Cortina de Ferro ou de Bambu e retornar aos braços da China Livre assim que o movimento fosse colocado em operação. Além disso, é esperado que esse movimento tornar-se-á gradualmente um objetivo no mundo todo” (APACLROC, v. 1, n. 2, 1954: 1)<sup>56</sup>.

Dessa forma, a APACLROC logo iniciou suas produções e publicações anticomunistas, saudando que “nós recentemente publicamos um folheto ‘A Conspiração Comunista Internacional no Japão e em Outras Nações Asiáticas’, expondo a tática vermelha para a conquista de toda a Ásia como o primeiro passo para a conquista do mundo” (APAL, ROC, v. 1, n. 2, 1954: 2). Os primeiros boletins da APACLROC ainda registraram a presença de outro “amigo americano”, o *scholar* David N. Rowe, que “pronunciou um discurso em nosso auditório sobre o assunto ‘A subversão comunista na sociedade livre’” (APACLROC, v. 1, n. 2, 1954: 3). A APACLROC ainda esclareceu em seu boletim que, “para atender as necessidades de livros anticomunistas em países

---

compatriotas continentais para fortalecerem sua determinação contra a lei desumana dos Vermelhos, para fugirem das garras bárbaras do despotismo e abraçarem a China Livre e para se levantarem em armas para ajudar a derrubar o regime Vermelho” (FREE CHINA & ASIA, APACLROC, v. 3, n. 7, 1956: 13). “As publicações da APACLROC têm sido calorosamente aceitas por todo o mundo. Pedidos de cópias foram recebidos no mês passado do Tenente-Coronel Gordon C. Murray da Seção de Guerra Psicológica (Psy-War) do 8º Exército dos Estados Unidos” (FREE CHINA & ASIA, APACLROC, v. 4, n. 1, 1957: 24).

<sup>56</sup> Posteriormente, o Comitê de Guerra Psicológica da APACL assumiu o plano (APACLROC, 1955, v. 2, n. 2: 7).

estrangeiros”, “contactou diretamente a Biblioteca da Universidade de Stanford nos Estados Unidos. Espera-se que materiais úteis serão em breve enviados numa relação de intercâmbio” (APACLROC, 1954v. 2, n. 2: 8). A APACLROC buscou “a promoção da guerra econômica contra a China comunista, e a cooperação econômica entre as unidades-membros de nossa Liga” e, para tanto, “o Subcomitê de cooperação econômica e guerra econômica redigiram um plano de trabalho e o submeteram ao comitê de guerra psicológica para um estudo preliminar” (APACLROC, v. 1., n. 2, 1954: 3).

### 2.3.2. Taiwan, 1955: a “querela japonesa” implode a II Conferência da APACL

A II Conferência da APACL havia sido agendada, como visto, para ocorrer em Taiwan, em 1955, como forma de reconhecimento de seu patrono, o *generalíssimo* Chiang. Entretanto, uma “querela” sobre a participação de “observadores” japoneses opôs os taiwaneses que os convidaram e os sul-coreanos da Liga que se opuseram à presença nipônica. Essa “querela japonesa” implodiu a realização da II Conferência apacliiana. A APACLROC lamentou a “intransigência coreana”, motivada pela postura antinipônica de Syngman Rhee diante dos crimes contra a humanidade cometidos pela Império Japonês durante a ocupação da península coreana. “O presente impasse”, porém, defendeu o *APACLROC Bulletin*, “não deveria impedir a Liga de continuar com a cruzada anticomunista à qual se dedica” (APACLROC, v. 2, n. 3, 1954: 4).

O presidente da APACLROC Ku Cheng-kang escreveu no referido boletim defendendo-se, isto é, teria convidado os “Observadores” japoneses para a II Conferência da APACL com vistas a “ampliar suas bases”, porém, irritou-se, “seis dias antes da abertura agendada para o encontro, quando os preparativos para a reunião estavam prestes a se completarem, a delegação coreana fez conhecida sua objeção à presença dos representantes japoneses em qualquer que fosse a capacidade” (APACLROC, v. 2, n. 3, 1954: 5). Ku Cheng-kang chegou a acusar Young P. Lee, “o presidente-delegado da delegação coreana e concorrentemente o presidente do Escritório Central de Ligação da APACL”, de descumprir um acordo com a APACLROC sobre a realização da II Conferência apacliiana em Taiwan e, cautelosamente, “o Quadro de Diretores do Capítulo da China decidiu cancelar o encontro agendado para começar em Taipei em 23 de Maio” (APACLROC, v. 2, n. 3, 1954: 5). Ku Cheng-kang garantiu que o “Capítulo” taiwanês da APACL



continuará trabalhando para a unificação do movimento anticomunista dos “povos da Ásia” e isso incluiria, obviamente, os japoneses.

Se a APACLROC do *generalíssimo* Chiang era filonipônica, o primeiro “Capítulo” sul-coreano da APACL de Syngman Rhee era antinipônica. Isso porque, “ao contrário de Rhee, Chiang não tinha qualquer receio em cooperar com o Japão para o fim de servir aos interesses da ROC”, mantendo o *generalissimo* relações secretas de “assessoria” com um grupo militar japonês, inclusive. O *generalíssimo*, ensina Wei Chung (Victor) Hsu, “recrutou um grupo de oficiais japoneses da reserva como conselheiros militares” (HSU, 2016: 28-29). “Esse grupo clandestino de oficiais japoneses era misteriosamente conhecido como como *baituan* (白團), o ‘Grupo Branco’” (HSU, 2016: 29). Opondo-se à participação nipônica “em março de 1955, o presidente do Escritório Central de Ligação, o sul-coreano Young P. Lee, defendeu que convites deveriam ser feitos a países comprometidos com o “mundo livre” e existiriam “algumas dúvidas relativas à atitude do Japão diante da ameaça do Comunismo Internacional” (LEE *apud* HSU, 2016: 29).

Implodida a realização da II Conferência da APACL, Ku Cheng-kang adotou uma postura pragmática – “*the show must go on*” – e buscou desse cancelamento “um sentido positivo ao invés de negativo. Nós esperamos que isso promoverá a solidariedade entre os povos anticomunistas da Coreia e do Japão e então a Conferência será de novo realizada no futuro sobre uma base mais ampla e forte” (APACLROC, v. 2, n. 4, 1955: 3). Desde então, a APACLROC buscaria atuar como mediador entre os dirigentes sul-coreanos da APACL e os eventuais aliados japoneses da Liga, com os quais Ku Cheng-kang já estava em contato. O *APACLROC Bulletin* registrou em imagem esse esforço diplomático taiwanês para que sul-coreanos e japoneses se concilhassem para iniciarem uma “cruzada anticomunista” conjunta via APACL. Em uma fotografia podem ser vistos, lado a lado, Tetsuzo Watanabe, o “observador” japonês impedido de participar da II Conferência apacliiana, e “o Embaixador coreano Kin Hong Il”, ambos cumprimentando-se em um “coquetel organizado pela APACL, República da China” (APACLROC, v. 2, n. 4, 1955: 16).

Objetando as queixas sul-coreanas de que o governo japonês estaria adotando uma postura branda com o “Comunismo Internacional”, o “Capítulo” taiwanês da APACL ressaltou que, “embora o governo do Japão não adote posição firme na formulação de uma política anticomunista, ainda há um bom número de líderes anticomunistas no país, como trabalhadores culturais, professores, parlamentares e líderes partidários” (APACL, 1956: 15-16). Watanabe, ex-

professor de Economia da Universidade de Tóquio, seria um deles e com esses indivíduos “o capítulo da China da APACL tem feito o seu melhor para manter uma comunicação permanente” (APACL, 1956: 16). Como “cortesia”, inclusive, a APACLROC teria convidado Watanabe e outras “autoridades em ideologia anticomunista”, como Juitsu Kitaoka, para uma visita a Taiwan em junho de 1955<sup>57</sup>. Assim que retornou ao Japão, “Watanabe não perdeu tempo em tomar iniciativa para lançar uma campanha anticomunista em seu próprio país” (APACLROC, 1956: 22-23). Em setembro, “a *Free Asia Association of Japan* foi oficialmente estabelecida sob o patrocínio do próprio Dr. Watanabe e alguns de seus amigos”, entre eles, “líderes anticomunistas em comunidades culturais e industriais”, “importantes membros de partidos pertencentes tanto ao Partido Liberal quanto ao Partido Democrático” (APACLROC, 1956: 23).

Mas, quem foi esse primeiro “amigo japonês” da APACLROC, criador da *Free Asia Association* que se dispusera tão prontamente a montar “um centro para mobilizar todas as forças anticomunistas no Japão sob uma bandeira” (APACLROC, 1956: 23)? Antes da II Guerra Mundial, Watanabe foi professor de Economia da Universidade Imperial de Tóquio e, no pós-guerra, presidiu a *Toho Motion Picture Company*, uma gigante da produção cinematográfica. Nesse cargo, reprimiu violentamente o sindicato e o movimento de trabalhadores, acusando-os de comunistas. A CIA o caracterizou como uma figura “bem conhecida pela forte posição de oposição que tomou contra a ofensiva trabalhista vermelha enquanto presidente da Toho Company no pós-guerra” (CIA, 1952a: 4). Mais significativo, Watanabe era “um líder ultranacionalistas que ganhou prestígio e privilégio por sua colaboração ativa com a *Hattori Kikan*, uma agência de espionagem anticomunista ligada ao aparato de inteligência do SCAP [*Supreme Commander for the Allied Powers*], a Seção G-2 do General Willoughby” (DAVIS; ROBERTS, 1996: 91). A Seção de Informações e Contrainformações (G-2) do SCAP, comandada por Willoughby – segundo o general MacArthur, “meu estimável fascista” – espionou, fustigou e reprimiu as esquerdas e os comunistas no Japão ocupado pelos EUA, “auxiliando facínoras direitistas ou *yakuza* para realizar o trabalho” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 68-69).

---

<sup>57</sup> Acompanharam Watanabe e Kitaoka a Taiwan: Tokutaro Kimura, ex-diretor do Conselho de Defesa, atualmente parlamentar; Reikichi Kita, Chefe do Conselho Supremo do Partido Liberal; Tadao Tanabe, Professor; Kaoru Matsumoto, Professor; e Hiroshi Hat, expert em problemas da China.

A *Hattori Kikan* foi apelidada de *Willoughby's Stable* e tanto ela quanto o Instituto de Pesquisa Econômica de Watanabe trabalharam pelo rearmamento do Japão no pós-guerra. O enlace entre a *Hattori Kikan* e o Instituto de Watanabe foi feito pelo major-general Masazumi Inada, um criminoso de guerra preso pelos EUA no pós-guerra<sup>58</sup>. A CIA anotou que o Instituto de Watanabe estava formado por ex-generais e ex-almirantes do extinto Império japonês. Sediado no 4º andar da Câmara de Comércio e Indústria de Tóquio, o Instituto Watanabe submeteu um plano de rearmamento nacional ao primeiro-ministro japonês Yoshida e, por intermédio de John Foster Dulles, ao Departamento de Estado dos EUA<sup>59</sup>.

A CIA ainda destacou que “o poder político do Sr. WATANABE, experiência madura, assim como as opiniões bem organizadas, podem ter uma força considerável nos futuros planos de rearmamento do governo” (CIA, 1952b: 11). Pela magnitude desses projetos rearmamentistas e conexões político-militares de Watanabe, é possível notar, não se estava diante de um “amador”. Para os seus padrões, a APACLROC não poderia ter encontrado um melhor “amigo” japonês. Ultranacionalismo, anticomunismo e militarismo reuniram-se em Watanabe, um “fruto maduro” da contrarrevolução japonesa. Embora a ultradireita que ele integrou tivesse sido derrotada na II Guerra Mundial, ela foi reabilitada pelos EUA para combater as esquerdas e os comunistas no Japão do pós-guerra. Em 1955, a APACLROC publicou uma brochura de Watanabe intitulada “Como salvar a Ásia da ameaça comunista” e, no que se referiu ao pleito pela criminalização do Partido Comunsita Japonês (PCJ), o objetivo imediato desse “autor” japonês coincidiu *in totum* com o “expurgo vermelho” programado pelo SCAP norteamericano no Japão. O grande temor da ultradireita japonesa e dos EUA residiu no fato do PCJ controlar quase a metade da força de

---

<sup>58</sup> As “pesquisas” para o rearmamento do Japão do Instituto de Watanabe foram conduzidas por Masazumi Inada (ex-major-feneral), Zenshiro Hoshina (ex-chefe do Gabinete de Assuntos Navais) e Shigeru Fukudome (ex-Vice-Almirante). “É um fato aceito entre entre o ex-pessoal do Exército que o Sr. INADA, que recentemente foi libertado da prisão de Sugamo, é uma pessoa extremamente lúcida” (CIA, 1952a: 04). Inada “foi libertado da Prisão de Sugamo no ano passado” e “agora ele recebe visitas de membros da Organização Hattori” (CIA, 1952b: 11).

<sup>59</sup> “De acordo com o plano, serão criadas 20 divisões militares, cada uma com 12.000 homens, 300.000 toneladas de navios de guerra e 2.000 aeronaves. 20 divisões militares fortemente equipadas e treinadas no estilo americano serão suficientes para defender o Japão, eles pensam. A Marinha dos EUA será responsável principalmente pela defesa das rotas marítimas japonesas e a Marinha japonesa será empregada como uma força auxiliar. O primeiro-ministro ficará encarregado do comando das forças de defesa japonesas. Um Chefe do Conselho de Defesa será apontado dentre os funcionários civis competentes. Financeiramente, o padrão de vida da nação japonesa não pode ser mais reduzido. Para que isso termine, o Japão deve buscar ajuda financeira dos Estados Unidos. Esses são os principais pontos do plano Watanabe” (CIA, 1952b: 5).

trabalho organizada no país e seu número de filiados ter crescido “de 8 mil em 1946 para 100 mil em 1949” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 66).

Watanabe denunciou a influência do PCJ “nos colégios, imprensa e sindicatos trabalhistas” e lamentou que “a maioria dos professores de economia são discípulos de Karl Marx” (WATANABE, 1955: 3). A solução era banir os comunistas “infiltrados” e suas “organizações de frente” de toda a vida pública no Japão. Simples assim<sup>60</sup>. Ainda em seu texto publicado pela APACLROC, Watanabe afirmou que “os comunistas eram os criminosos número 1 na criação de distúrbios no mundo” e saudou os EUA como “o país amigo” que “lideram a ordem contra os comunistas” e ajudam “os países livres do mundo a formarem um cordão sanitário ao redor do bloco Soviético” (WATANABE, 1955: 1). Quanto à China continental, Watanabe defendeu “a política de *rollback communism*” (WATANABE, 1955: 2), alegando que, “seja pela lei internacional ou pela moralidade internacional, os aliados dos tempos de guerra dos Estados Unidos e da China estão obrigados, por assistência direta ou indireta, a retribuírem ao Presidente Chiang Kai-shek em sua tentativa de contra-atacar os comunistas chineses para a recuperação do continente” (WATANABE, 1955: 15-16). Nota-se, enfim, que 1955 não foi um ano perdido. Embora irritados com a intransigência sul-coreana em não aceitar os “observadores” japoneses na II Conferência da APACL, a aliança APACLROC e Watanabe foi estabelecida e, em pouco tempo, a Liga constituiria um poderoso “Capítulo” no Japão.

### 2.3.3. A guerra política do KMT e a longa gestação de uma “Internacional Anticomunista”

Essa coordenação da APACLROC com suas contrapartes internacionais, como adiantado, correspondeu à estratégia da *guerra política* do Kuomintang (KMT). Na ditadura do *generalíssimo* Chiang, “o modelo de *guerra política* assentou-se essencialmente dentro do *establishment* das Forças Armadas” (HEINLEIN JR., 1974: 4). E primeira internacionalização da

---

<sup>60</sup> Ao lado dos Estados Unidos, há quarenta e uma nações que baniram o Partido Comunista. O Ato de Controle Comunista adotado pelos Estados Unidos em 1954 é o mais novo dessa legislação e poderá bem servir como modelo para legislação similar no Japão. Para o propósito legislativo, o Japão deveria incluir no termo ‘Organização Comunista’ todos os conjuntos de ação Comunista, organizações de frente e organizações de infiltração. Deveria proibir os membros de tais organizações de servirem no governo; instituições educacionais, sindicatos trabalhistas; jornais, periódicos e escritórios de publicação de livros; estúdios de cinema; companhias de transmissão e importantes fábricas industriais. Se tal legislação puder ser colocada à força em breve, haverá paz e segurança no Japão” (WATANABE, 1955: 11).

APACLROC coadunou-se à política externa da *guerra política* do KMT. “O controle, vigilância e aspectos de doutrinação do sistema de *guerra política* tornaram-se estritamente atividades do KMT, mais do que funções militares” e “os agentes políticos eram protegidos da subordinação aos comandantes militares como parte de uma rede do Partido que os elevou acima da estrutura organizacional militar” (HEINLEIN JR., 1974: 508).

Pode-se falar de uma subsunção das Forças Armadas ao KMT, uma vez que “se esperava dos comandantes militares que obedecessem à disciplina do Partido como uma hierarquia mais alta do que a disciplina militar, fossem eles ou não membros do KMT” (HEINLEIN JR., 1974: 508). Nesse sentido, “praticamente todos os comandantes se tornaram membros do KMT” (HEINLEIN JR., 1974: 508) e “a distinção prática entre os comissários militares e a polícia secreta do KMT que operou por toda a sociedade era de fato irrelevante” (HEINLEIN JR., 1947: 509). Na década de 1950, consolidou-se um sistema político-militar no qual o centro decisório do poder de Estado estava no Departamento Geral de Guerra Política (GPWD), a matriz ideológica do anticomunismo taiwanês. Dessa forma, ao identificar “toda a atividade política com conceitos de guerra política”, “as teorias articuladas pelo GPWD tornaram-se a estrutura dentro da qual teve lugar todo o planejamento da política de governo” e, assim, “a política governamental de todos os tipos era expressa em termos essencialmente militares de *guerra política*” (HEINLEIN JR., 1974: 519).

Esse “modelo” de segurança nacional taiwanesa foi consolidado na década de 1950 e “a cessação *de facto* das hostilidades militares e as correntes restrições sobre a reassunção da ação militar implicaram que iniciativas essencialmente psicológicas, políticas ou econômicas eram as únicas opções viáveis disponíveis para o regime de Taiwan” (HEINLEIN JR., 1974: 521). Em suma, ante a inviabilidade de reconquistar militarmente o continente chinês e destruir a República Popular da China (RPCh), apesar da retórica da *política de libertação* dos chineses continentais “escravizados” pelo comunismo, a ditadura taiwanesa constituiu-se como um Estado anticomunista em permanente estado de *guerra política* anticomunista. “Da perspectiva nacionalista, os comunistas chineses e sua aliada União Soviética representam a principal ameaça para a ordem do KMT em Taiwan” (HEINLEIN JR., 1974: 521).

Wang Sheng, “um dos principais ideólogos do KMT” (HEINLEIN JR., 1974: 522), foi o responsável por “teorizar” essa *guerra política* permanente. O ideólogo Sheng, cuja doutrina militar será analisada mais à frente, sistematizou 5 “subtipos” de guerras para “descrever a

jurisdição particular do GPWD: ideológica, organizacional, psicológica, de inteligência e guerra política de massa. A soma desses cinco ‘tipos’ de guerra era a guerra política” e, de todas elas, “a guerra ideológica tinha a distinção de ser considerada a fonte da guerra política, porque especializou-se em atacar a ideologia” (HEINLEIN JR., 1974: 528).

De acordo com Sheng, “esses objetivos eram pré-requisitos a fim de estabelecer um ‘sistema ideológico central’ em Taiwan, ‘uma frente ideológica consolidada’ internacionalmente, para tomar a iniciativa na guerra fria e desarmar o adversário comunista” (HEINLEIN JR., 1974: 529). Com essas diretrizes, a ditadura taiwanesa desenvolveu “uma campanha de propaganda utilizando técnicas de guerra psicológica para avançar um tema ideológico” (HEINLEIN JR., 1974: 529) e, se “o KMT descreveu a guerra organizacional como a estrutura dentro da qual a guerra política foi empreendida” (HEINLEIN JR., 1974: 530), “todos os tipos de organizações internacionais foram vistas como alvos apropriados para serem influenciados a partir de dentro por serem um membro e lobista de um ponto de vista privilegiado” (HEINLEIN JR., 1974: 531).

A APACL foi precisamente uma dessas organizações internacionais por meio da qual o KMT operou seus “subtipos” de *guerra política*, a *organizacional*, a *psicológica*, a *ideológica*, a *a econômica*, a *diplomática* etc. Quando se acompanha, pois, o plano de internacionalização das atividades da APACLROC é preciso compreender que ela seguiu à risca essa estratégia da *guerra política* taiwanesa e, em meadas da década de 1960, conseguiria projetar-se globalmente (com toda a APACL) em uma espécie de “Internacional Anticomunista”, o que será objeto do CAPÍTULO 4. Para isso, a APACL em geral e a APACL-Taiwan em particular realizaram inúmeros congressos e reuniões internacionais durante uma década de maneira persistente. Essa tática obedeceu, como ensina Heinlein Jr., à estratégia taiwanesa segunda a qual “conferências internacionais, contatos internacionais extraoficiais diplomáticos e canais [de negócios] eram considerados excelentes meios para espalhar a influência anticomunista” (HEINLEIN JR., 1974: 531). Dessa forma, o KMT buscou, através da APACL-Taiwan, “a promoção de publicidade internacional sobre a causa anticomunista”, operando com a seguinte premissa: “Como a ignorância sobre as conspirações agressivas dos comunistas internacionais podem produzir ilusões em parte das democracias, o capítulo da China da Liga tem, desde a sua inauguração, colocado ênfase na promoção da publicidade internacional sobre a causa anticomunista” (APACLROC, 1954, v. 2, n. 3: 9).

Eis que a APACLROC assumiu como sua principal tarefa “expor os planos comunistas assim como as numeroas atrocidades cometidas pelos Comunistas em todo lugar”, publicando periodicamente, com essa finalidade, seu boletim em idioma inglês, “o qual traz um número de artigos sobre a causa anticomunista e a circulação de panfletos da mesma natureza” (APACLROC, v. 2, n. 3, 1954: 9)<sup>61</sup>. O boletim oficial da APACLROC nunca escondeu seus esforços de internacionalização “em direção à unidade e coesão das forças anticomunistas no mundo”, declarando que, para além de uma frente unida dos povos asiáticos anticomunistas, seria preciso “fazer frequente e próximo o contato com as principais entidades anticomunistas e indivíduos nos países do mundo” (APACLROC, 1954, v. 2, n. 3,: 10). Entre as primeiras organizações que despontaram no arco de alianças internacional no *APACLROC Bulletin*, uma das principais foi o ABN. Seu presidente Yaroslav Stetsko teve um texto seu publico, “Guerra atômica e coexistência ou uma política de liberação?”. Nele, esse ex-colaborador nazista ucraniano, ao defender que “a liberação das nações escravizadas [pelo bolchevismo] é sinônimo da salvação da cultura cristã”, assinalou ser “um dever moral do Ocidente” apoiar “a luta nacional por liberdade das nações subjugadas [pelo comunismo]” (APACLROC, 1954, v. 2, n. 3,: 12). “Na presente era de guerras ideológicas”, escreveu Stetsko à APACLROC, “a chave para a solução é uma Política de Libertação”, isto é, “a única alternativa é: ou uma política de liberação ou a guerra nuclear” (APACLROC, 1954, v. 2, n. 3: 12).

Na mesma edição, o *APACLROC Bulletin* insitiu na necessidade de unificar uma frente para o lançamento da “guerra psicológica contra os comunistas”. Sendo a *guerra psicológica* um dos meios mais efetivos para combater a “guerra fria comunista lançada contra as democracias”, “desde 1º de outubro de 1954, o capítulo da China da Liga não perdeu tempo em projetar um plano para a guerra psicológica e para colocá-lo em vigor sem hesitação” (APACLROC, v. 2, n. 3, 1954: 10). “No início, ele contemplou um programa intitulado ‘Movimento Anticomunista dos Povos Asiáticos’ para a Voz da China Livre transmitida pela Estação de Rádio Central e fundou um ‘Comitê de Guerra Psicológica’ para preparar os vários planos para lidar com a guerra fria

---

<sup>61</sup> A APACLROC destacou estar encarregada “de publicar mensalmente um livreto anticomunista como uma das séries de nossa literatura anticomunista e traduzi-lo para o inglês, japonês e outras línguas para um público mais amplo”, enfatizando o livreto “sobre a revelação das conspirações comunistas internacionais, exposição das atrocidades pelos comunistas chineses no continente e de uma teoria na qual a causa anticomunista dos povos asiáticos deve ser baseada” (APACLROC, v. 2, n. 6, 1955: 5).

comunista” (APACLROC, v. 2, n. 3, 1954: 10). Referindo-se ao já citado *All roads lead to freedom*, a APACLROC salientou que esse programa taiwanês conectara-se aos “principais movimentos anticomunistas do mundo, como a Cruzada Européia pela Liberdade e o Movimento Rússia Livre. Não é preciso dizer que todo o movimento um dia será fundido em um e será formada uma frente unida em proporção mundial na luta de vida ou morte, sem paralelo na história, contra o comunismo” (APACLROC, v. 2, n. 3, 1954: 11).

Essa internacionalização da *guerra política* taiwanesa, via APACL, buscou criar as condições para a futura criação de uma “Internacional Anticomunista”, parte da *guerra organizacional* do KMT, para, um dia, “libertar as centenas de milhões que estão à mercê dos comunistas” (APACLROC, v. 2, n. 3, 1954: 11). Na edição de agosto de 1955 de seu boletim, a APACLROC esclareceu que, “como resultado do cancelamento da II Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos, pareceu necessário que o programa de trabalho dessa organização fosse reorganizado para lidar com a situação atual” (APACLROC, v. 2, n. 6, 1955: 5). O “Capítulo” taiwanês da APACL não “dormiu no ponto” e, ainda em 1955, submeteu ao Quadro de Diretores da APACL os seguintes *bullet points* para a internacionalização de suas atividades: “1) **fortalecer conexões internacionais anticomunistas**; 2) **acelerar o serviço de informação internacional anticomunista** e 3) **intensificar os esforços internacionais anticomunistas**” (APACLROC, v. 2, n. 6, 1955: 5, grifo meu).

Nessa primeira internacionalização da APACL, um *Informe de Trabalho* de 1956 saudou “o fortalecimento das conexões entre o Capítulo Chinês da APACL e pessoas e organizações anticomunistas na Europa e América” (APACLROC, 1956: 35). Entre elas, entabuladas as relações para “trazer a unidade entre os povos anticomunistas do Oriente e do Ocidente”, a APACLROC noticiou que já se encontrava em “estreita relação” com as seguintes entidades: *Committee of One Million Against the Admission of Communist China to the United States*, um *lobby* pró-Taiwan dirigido pelo congressista Walter Judd e pelo *fundraiser* Marvin Liebmann; *American Committee for Cultural Freedom*; *Council Against Communist Aggression*; *American Jewish League Against Communism*; *China Policy Association*; *All-American Conference to Combat Communism*; *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organization*; *American Legion*; *American Civil Liberties Union* e *Asia Foundation in the United States* (APACLROC, 1956: 35-36). O *Informe* ainda registrou que a APACLROC já se encontrava em “estreita relação”



com o *Anti-Communist Russian Committee in Australia*; a *Scotish League for European Freedom* (SLEF), grupo conectado ao MI6 britânico, como visto no CAPÍTULO 1; a *Union of Free Russian Solidarist* (NTS); e, *last but not least*, o ABN (APACLROC, 1956: 36).

#### 2.3.4. O KMT e o uso antissoviético de arqui-inimigos: a Aliança Solidarista Russa (NTS) e o ABN

Duas dessas alianças internacionais da APACL-Taiwan foram estabelecidas quase que simultaneamente e com grupos antibolcheviques arqui-inimigos um do outro: os solidaristas russos da NTS e o ABN de Stetsko. Antes de discutir o Acordo ABN/APACLROC estabelecido em 1955 por Stetsko e Ku Cheng-kang, importante analisar um importante documento da CIA que explicita o “apetite” da ditadura do Kuomintang (KMT) em buscar aliados anticomunistas internacionais. Não importa quem. Menos ainda se eram inimigos entre si. O documento revela também a onipresença da CIA no assessoramento dessa triangulação. Em contato com a NTS, com o ABN, buscou basicamente orientar a ditadura do *generalíssimo* Chiang sobre o modo mais adequado de tratar com a NTS e o ABN. Datado de 22 de novembro de 1955, o documento da CIA intitulou-se “Negócios da China com Representantes do ABN e NTS” (CIA, 1955b: 1). O problema de trabalhar com esses grupos antissoviéticos do exílio era um, basicamente: “A NTS defende uma Rússia Grande, incluindo todos os povos aliados, europeu e asiáticos, que se encontram sob controle russo desde 1941, e o ABN esposa a Ucrânia Livre, constituída pelas partes ocidental e oriental da Ucrânia, e o estabelecimento de países livres com povos não-russos presentemente formando parte da URSS” (CIA, 1955b: 3).

A NTS buscava “libertar” a Rússia dos bolcheviques e o ABN tinha como meta “libertar” os “povos cativos” dos *russos*. Como visto no CAPÍTULO 1, para o ABN o *bolchevismo* era apenas a última forma histórica do *império russo*. Acabar com o comunismo bolchevique sem destruir o domínio *russo* sobre os “povos não-russos” não serviria aos propósitos do ABN. Daí o antagonismo insolúvel entre NTS e ABN. Conhecendo-o muito bem, a CIA buscou “explicá-lo” a seus “amigos” taiwaneses. Essa agência do serviço secreto civil dos EUA anotou que “o presidente do ABN solicitou e recebeu aprovação da China nacional para enviar um representante permanente a Taiwan” (CIA, 1955b: 1). Informou que um agente, com nome “sanitarizado” (censurado), “revelou-se preocupado sobre qual será a reação da NTS sobre o trabalho da China Nacional tanto

com a NTS quanto com o ABN, desde que esses dois grupos são opostos um ao outro no que diz respeito à política e objetivos” (CIA, 1955b: 1). Apressurou-se a CIA em precaver seus “amigos” taiwaneses no preparo de uma resposta para uma eventual reclamação por parte da NTS acerca do patrocínio do KMT ao ABN, sugerindo que os taiwaneses tratassem com os grupos em separado, de forma compartimentalizada.

Presentemente, os Chineses nacionais matêm contato com ambos, NTS e ABN por meio de [sanitarizado]. Em antecipação ao questionamento da NTS aos chineses nacionais sobre seu trabalho com a NTS e o ABN, está planejado permitir [sanitarizado] prosseguir contato apenas com a NTS, e designar outro grupo não-governamental e não-partidário para trabalhar com o ABN. Sugerida para essa designação a Associação de Relações Exteriores dos Povos Chineses, cujo presidente é Huang Ch’ao-ch’in, um taiwanês (CIA, 1955b: 1)

A CIA literalmente preparou uma fórmula de resposta pronta que a ditadura taiwanesa deveria apresentar aos solidaristas russos da NTS em caso deles questionarem o apoio do governo do *generalíssimo* Chiang ao ABN de Stetsko. “Se e quando a NTS perguntar a grande questão referente ao Chineses nacionais e o ABN, os Chineses nacionais podem dizer: ‘Ah, não há nada nisso que possa lhe incomodar. O ABN está trabalhando com os taiwaneses. Isso é estritamente interno. E o governo e o partido estão trabalhando com vocês (NTS) internacionalmente, em uma escala global’” (CIA, 1955b: 2). Ademais, importa fixar sobretudo o “apetite” do governo taiwanês – que correspondeu à estratégia de internacionalização de sua *guerra política* – anotado pela CIA. E isso em um imbricado contexto histórico de alianças entre grupos anticomunistas no exílio e a ditadura militar do KMT. Segundo a CIA, “**os chineses nacionais desejam tabalhar com todos e qualquer um contra os comunistas e é por isso que eles querem trabalhar com ambos, o ABN e o NTS**” (CIA, 1955b: 2, grifo meu). Porém, já despontava uma certa preferência pelo ABN no seio da ditadura taiwanesa. E a CIA dera os motivos dessa inclinação ao grupo de Stetsko:

**Há considerável simpatia entre os chineses nacionais ao ABN porque, entre outras razões, os chineses nacionais e o ABN usam *slogans* idênticos, resumidos em ‘Oponha-se ao Comunismo, resista à Rússia’.** O ABN é particularmente favorecido pela educação alemã dos chineses nacionais porque o chefe do ABN, enquanto em Taipei, [Stetsko] preferiu falar alemão em contato com os chineses nacionais. (...) A alegação do presidente do ABN de que sua organização possui mais de 400.000 apoiadores no Canadá e consideravelmente mais nos EUA inspira um apelo tremendo para os chineses nacionais, que estão ansiosos para ganhar mais simpatia para sua causa em todos os lugares, particularmente em países como o Canadá e os Estados Unidos (CIA, 1955b: 2, grifo meu)

“Nessa conexão” do ABN com Taiwan, uma certa fonte, “sanitarizada” no documento da CIA, “falou sobre um aumento nos fundos do Bureau de Informações do Governo da China Nacional para intensificar a publicidade exterior” (CIA, 1955b: 2). A CIA revelou, inclusive, quem serviu de enlace inicial nas tratativas do ABN com a ditadura taiwanesa: “O contato da China Nacional com o ABN foi iniciado pelo Bispo Paul Iupin, um católico que ficou impressionado com as alegações do ABN sobre seu tremendo apoio entre os católicos. Atestando que há alguma substância nessa alegação é o tamanho do escritório e da equipe que o ABN mantém na Espanha” (CIA, 1955b: 2). No CAPÍTULO 1 foi visto como a Espanha do *generalíssimo* Franco serviu de conexão a Stetsko em seu “giro asiático” rumo a Taiwan do *generalíssimo* Chiang. A figura do bispo Paul Iupin deve ter sido um desses enlaces. A CIA concluiu seu documento destacando que Taiwan ainda “não sabe a extensão da ajuda que o ABN pode fornecer à causa da China Nacional, mas está inicialmente planejado fornecer ao ABN materiais úteis à disseminação por meio das publicações do ABN” (CIA, 1955b: 2). De outra parte, “o que os chineses nacionais podem fazer especificamente para o ABN ainda não está claro” (CIA, 1955b: 2).

Mas a CIA conjecturou que talvez Stetsko imaginasse que uma poderosa China continental “reconquistada” por Taiwan lhe pudesse ajudar a reconquistar o poder na Ucrânia: “Talvez o chefe do ABN enxergue o colapso do comunismo mais cedo do que qualquer um espera e então ele estará em uma posição muito favorável *vis-a-vis* com seu próprio governo (Ucrânia) e um governo tão forte e poderoso quanto aquele que os chineses nacionais restabelecerão na China continental” (CIA, 1955b: 2). Por último, a CIA se encarregaria da operação acobertamento, isto é, responsabilizou-se por ajudar a ditadura taiwanesa em ocultar que estaria de fato trabalhando com o ABN para não melindrar o NTS. Os “artistas” dos serviços secretos, portanto, operando sua “arte”. Assim que o documento da CIA terminou informando que “Tabá”, um codinome, “se empenhará em acobertar futuros desenvolvimentos com respeito às tratativas da China Nacional com o ABN, como requerido nas Referências A e B e aconselha os superiores [a agirem] de acordo” (CIA, 1955b: 3).

Mas por que a CIA se preocupou tanto com os solidaristas russos da NTS? Por que não queria de jeito maneira que o ódio da NTS ao ABN (que era recíproco) “contaminasse” as relações dos solidaristas russos com o governo taiwanês? Como se verá, a NTS estava a soldo do governo norteamericano, servindo-lhe nas operações do exílio russo antissoviético. Antes de se passar a

isso, é preciso caracterizar quem foram, de fato, esses solidaristas russos. A NTS foi caracterizada por Benjamin Tromly como “uma organização de exilados russos de extrema-direita cujos membros haviam servido na inteligência alemã e nas estruturas de propaganda durante a Segunda Guerra Mundial”, sendo um grupo “semi-fascista, colaboracionista” transformado “em um recurso de Guerra Fria da CIA” (TROMLY, 2016: 44). Em 1951, a revista *The New Leader* denunciou o passado no colaboracionismo nazista tanto do ABN quanto do NTS.

No caso dos solidaristas russos, informou-se que seu principal agente nos EUA era Constantine Boldyreff, que operava dentro da Georgetown University, em grande medida, um biombo às operações “acadêmicas” da CIA. A *The New Leader* destacou que a NTS foi “fundada pela geração mais jovem de emigrantes russos monarquistas nos Bálcãs na década de 1930” e “era dedicada à ideologia fascista do corporativismo e logo estabeleceu laços firmes com a União dos Fascistas Russos” (FORREST, 1951: 19).

Quando Hitler começou a preparar sua campanha do Leste, os Nazistas decidiram fazer uso dos Solidaristas. Seus líderes por toda a Europa começaram a se reunir em Berlim sob a direção do Dr. George Leibbrandt, homem número dois no Ministério para o Leste do Dr. Alfred Rosenberg. Os solidaristas tornaram-se editores de jornal, membros de comissões PG [Prisioneiros de Guerra] de seleção, conferencistas políticos, apresentadores de rádio e oficiais políticos com tropas russas comandadas pelos alemães. Quando os Alemães precisaram de um ex-PG para nomear como prefeito, chefe de polícia ou agente de inteligência na Rússia ocupada, a NTS recomendou seu homem, assim armando uma rede de células no Leste. Ao mesmo tempo, a NTS inspirou a formação do Partido Nacional-Socialista russo sob o General da SS Kaminsky, estabelecendo um diretório integrado entre aquele movimento e sua própria liderança. (FORREST, 1951: 19)

A *superchauvinista* NTS rechaçou a democracia e o socialismo como os “dois demônios” ocidentais<sup>62</sup> e, no tocante aos povos não-russos dentro do território soviético, os solidaristas russos defenderam que “certas nacionalidades são ‘inferiores’, que a Ortodoxia é um atributo inalienável do ‘Império Russo’ que ela se propõe a defender e que não existe problema de nacionalidade dentro da URSS, uma vez que há, politicamente e culturalmente, apenas uma nação Russa ‘una e indivisível’” (FORREST, 1951: 19). Daí o ódio recíproco, reitera-se, entre ABN e NTS. Assim

---

<sup>62</sup> O ideário da NTS foi assim sumariado por Forrest: “O ativismo Solidarista (‘fé sem ação está morta’) conduz ao programa de um Líder forte, não-eletivo, em um Estado forte. Uma elite, a NTS diz, deve emergir para reger o Estado; naturalmente, a NTS acredita que seus membros constituirão essa marca de super-homens”. A NTS “ataca a falsidade de ‘posições liberal-democráticas’, opõe-se a partidos políticos como imobilizadores de ‘ação’ efetiva, rejeita a forma de governo republicana como ‘banal’. Ela insiste que a Rússia felizmente sobreviveu aos males vencedores da civilização Ocidental – democracia e socialismo” (FORREST, 1951: 20).

que a NTS, *Narodno-Trudovoy Soyuz*, organizou-se na década de 1930, em Belgrada, “pela geração pós-revolução de emigrantes da Rússia” que emulou o fascismo italiano e o salazarismo português na construção de sua própria ideologia corporativista. “Tão cedo quanto em 1941, comandantes nazistas no *front* oriental flertaram com a NTS como um instrumento maleável para pacificar populações soviéticas sob ocupação alemã” (GROSE, 2000: 48). Tal qual os *banderites* que no pós-guerra controlariam o ABN, a NTS abandonou sua ideologia antissemita no pós-guerra para evitar problemas com seus novos patronos, os EUA.

“Mas os atuais chefes da NTS são os mesmos homens que a apenas alguns anos atrás aplaudiram radicalmente a política nazista de reassentar todos os judeus para um gueto de massas no Leste; o programa da NTS antigamente excluía todos os judeus da cidadania Russa (deixando-lhes a opção de emigrar ‘sem exportar o seu capital’ ou de se mudarem para uma região especial de gueto)” (FORREST, 1951: 19). Assim como acontecera no pós-guerra com o ABN, “autoridades da ocupação americana estavam prontos para perdoar essa facção anticomunista por suas filiações nazistas como sendo questões de pragmatismo de tempos de guerra” (GROSE, 2000: 48). Os EUA, em sua zona de ocupação na Alemanha do pós-guerra, portanto, “assistiram cautelosamente enquanto quadros militares da NTS lançaram-se em técnicas clássicas de mobilização social nos campos de Pessoas Deslocadas, abrindo escolas, centros de assistência infantil, igrejas e até mesmo uma sociedade russa de Meninos” (GROSE, 2000: 48).

A partir de 1947, a NTS passou a publicar um jornal semanal, *Possev (The Sowing)*, atraindo “amplo índice de leitura entre os refugiados russos. Dentro de um ano, observadores americanos notaram, a NTS havia inscrito dois mil membros, tornando-se o mais influente dentre os partidos de russos emigrantes” (GROSE, 2000: 48). Com tamanha “desenvoltura”, a NTS foi incorporada pelos EUA na já citada *Operação Rollback*, graças aos esforços do “mesiânico *coldwarrior*” Frank Wisner do OSS e de seu subordinado Carmel Offie. No pós-guerra, eles foram responsáveis pela guerra secreta dos EUA contra a URSS por meio de operações clandestinas. Na década de 1950, executivos da CIA “concordaram em liberar a NTS para operações desde Berlim” e os solidaristas russos tentaram incidir nos “homens das forças de ocupação soviéticas, buscando potenciais desertores ou outros descontentes. Eles espalharam panfletos anticomunistas nos quartéis do Exército Vermelho e até lançaram balões de curto alcance para jogar milhões de panfletos de propaganda nas zonas soviéticas da Alemanha e Áustria” (GROSE, 2000: 84).

Da mesma forma como os *banderites* ucranianos, os solidaristas russos foram arremassados de paraquedas pelos serviços secretos norte-americanos e britânicos pela *Operação Rollback*, sendo mortos em sua imensa maioria pela URSS<sup>63</sup>. Em 1951, o *Official of Special Operations* (OSO) dos EUA estabeleceu um acordo com a NTS a fim de “preparar o terreno para a revolução” na URSS infiltrando agentes do exterior do outro lado das fronteiras soviéticas, distribuindo propaganda para tropas soviéticas posicionadas na Alemanha e Áustria e desenvolvendo transmissão de rádio antissoviética” (TROMLY, 2016: 44). Antes desse acordo da NTS com o OSO (o protótipo da CIA), um documento do Escritório de Coordenação Política (OPC) dos EUA, de 28 de agosto de 1950, antecipou essa parceria por meio do *Project QKDROOP*. Este estava sob o guarda-chuva legal da citada Diretiva 10/2 do Conselho de Segurança Nacional (CSN), de junho de 1948, que “autorizou o governo dos EUA a executar ‘ação direta preventiva’ contra o Bloco Soviético, ‘incluindo sabotagem, antissabotagem, demolição e medidas de evacuação’, bem como ‘assistência a movimentos de resistência clandestinos, guerrilhas e grupos de libertação de refugiados’” (TROMLY, 2019: 45).

Essa guerra secreta dos EUA (e da Grã-Bretanha) contra a URSS foi amparada, no caso norte-americano, por referida diretiva do CSN que permitiu o alistamento para suas missões antissoviéticas da NTS, do ABN e de uma miríade de grupos anticomunistas do exílio ainda não estudados. No caso da parceria NTS-OPC via *Project QKDROOP*, o documento deste discorreu sobre “a emigração russa” e a “utilização de grupos de emigrantes russos antissoviéticos” para a “penetração na União Soviética” e (OPC, 1950: 1). De acordo com o OPC, “o programa político da NTS é devoto da queda do Kremlin” e, “acreditando que a liberdade dos povos russos oprimidos pode ser concretizada através da revolução em vez da Guerra Atômica, a NTS conclui que uma das melhores chaves para uma revolução bem-sucedida é persuadir o Exército Vermelho a se revoltar” (OPC, 1950: 6). O *Project QKDROOP* sugeriu que “o OPC estenda assistência financeira adicional, suporte material e orientação operacional à NTS para o fim de facilitar a expansão de suas atividades clandestinas contra forças soviéticas de ocupação na Alemanha e Áustria e finalmente para facilitar a penetração da URSS” (OPC, 1950: 1). O *Project QKDROOP* deveria:

---

<sup>63</sup> Em 26 de abril de 1953, uma equipe de quatro recrutas da NTS (...) foi lançada de paraquedas na Ucrânia de um avião quadrimotor sem identificação”; “eles foram presos imediatamente. Um mês depois, Moscou anunciou que eles haviam sido executados” (GROSE, 2000: 187).

(...) fornecer à NTS fundos suficientes e orientação política para permitir-lhe aumentar suas ~~psychological warfare~~ atividades clandestinas dirigidas contra o regime soviético e, especificamente, as forças soviéticas de ocupação na Alemanha e Áustria (...); fornecer à NTS fundos suficientes e/ou equipamento para permitir-lhe operar estações telemóveis clandestinas de onda curta ao longo da fronteira das zonas soviéticas da Alemanha e Áustria (...); auxiliar a NTS a desenvolver um aparato clandestino capaz de penetrar a URSS. Tal ajuda incluiria treinamento de agentes, aprimoramento de técnicas operacionais secretas e reunião da necessária documentação e equipamento (...); ajudar a NTS a se preparar para atividades projetadas para bloquear o avanço dos Exércitos soviéticos em caso de hostilidade aberta. Tais atividades incluiriam treinamento para sabotagem, *wartime political, psychological* e *guerrilla warfare* (OPC, 1950: 1-3)

Nota-se que, tão logo se encorrou a colaboração da NTS com os nazistas, a cooperação dos solidaristas russos com os EUA começou. O presidente da NTS V. D. Poremskij, “que havia trabalhado sob os alemães como um instrutor de propagandistas russos durante a guerra, foi preso pelo governo militar dos EUA mas rapidamente solto em 1945” (TROMLY, 2016: 50). Como dito, a NTS passou a publicar em 1947 o *Possev*, o “jornal mais amplamente publicado em língua russa na Alemanha do pós-guerra”, “uma fonte essencial de recursos para a NTS” (TROMLY, 2019: 50). O OPC exaltou a “argúcia” desses ex-colaboradores nazistas russos em utilizarem o *Possev* na batalha ideológica por “mentes e corações”: “Percebendo que a ‘Guerra Fria’ é fundamentalmente uma luta por mentes, a NTS havia forjado uma afiada arma de persuasão com o *Possev*, seu jornal semanal. *Possev*, editado pelo Dr. Eugene Ostrovsky, segue uma linha de propaganda que é consistentemente e astutamente antissoviética” (OPC, 1950: 5). Por essa “astúcia” em conduzir propaganda política antissoviética, sem dúvida uma “lição” nazista, “desde o final de maio de 1950, o OPC tem dado assistência financeira nominal ao NTS para ajudar a cobrir os gastos com a publicação do *Possev*” (OPC, 1951: 7).

Nas páginas do *Possev* os ex-colaboradores russos do III Reich se transformaram em *freedom fighters* da Guerra Fria. À semelhança dos ucranianos do ABN que também revisaram e negaram sua associação com o III Reich<sup>64</sup>, a NTS revisou e adulterou seu colaboracionismo nazista no *Possev*. Ali limpam “suas declarações de terminologia fascista e antiliberal (planos para ‘ditadura nacional’ e condenação da ‘comédia das eleições parlamentares’) e antisemitismo (a demanda para que os judeus ou saíssem da Rússia sem capital ou fossem se estabelecer em um

---

<sup>64</sup> “O partido ucraniano dominante no ambiente dos campos de pessoas deslocadas, a Organização de Nacionalistas Ucranianos/Facção Bandera, passou por uma transformação parecida, de um nacionalismo completo e colaboração intermitente com os nazistas para a adoção no pós-guerra de uma linguagem democrática – um ‘ajuste oportunista às condições da ocupação ocidental’, seus oponentes emigrantes ucranianos alegaram” (TROMLY, 2019: 55).

‘território especialmente designado para eles’)” (TROMLY, 2016: 54). Nessa linha revisionista e negacionista, “o Solidarismo foi – e sempre houvera sido – uma doutrina moderada que se opunha ao totalitarismo em ambas as suas variantes fascista e marxista” (TROMLY, 2019: 54).

Observa-se que, apesar do ódio recíproco, NTS e ABN tiveram muito em comum. Ambos encontraram sua base de atuação nos Campos de Pessoas Deslocadas na Alemanha e na Áustria do pós-guerra. “Como comentou V. D. Poremskij enquanto descrevia para seus colegas solidaristas as atividades alemãs da NTS, ‘**o caminho para Washington encontra-se através da zona ocupada**’” (TROMLY, 2016: 57). E a estratégia deu certo. Os EUA passaram a empregar os solidaristas da NTS no Comitê Americano para Libertação do Bolchevismo (AMCOMLIB), que controlava as operações da Rádio Liberdade e cujo *staff* era composto majoritariamente por protonazistas (GROSE, 2000: 130). Todavia, o AMCOMLIB, cuja nomenclatura *libertação do bolchevismo* copiou “as palavras usadas pelos nazistas durante a desastrosa ocupação alemã da porção ocidental da União Soviética” (GROSE, 2000: 132), encontrou dificuldade em empregar russos e não-russos antibolcheviques em um mesmo projeto. “Russos étnicos viam Moscou como o centro político legítimo; outras nacionalidades da URSS – ucranianos, bielorrussos, armênios, georgianos, azerbaijanos e outros – tinham visões separatistas e memórias de eras distantes, quando eles não se encontravam sob a dominação russa” (GROSE, 2000: 132).

O AMCOMLIB buscou tratá-los como “cidadãos Soviéticos” e “deveriam estar todos prontos para marchar contra o comunismo” (GROSE, 2000: 132)<sup>65</sup>. Embora os EUA não tenham conseguido reunir em uma operação antissoviética comum os solidaristas russos da NTS e os autodeclarados porta-vozes dos “povos não-russos” do ABN, a ditadura taiwanesa tentou. Contou para isso, como visto, com o assessoramento da CIA, que recomendou ao governo taiwanês que operasse com esses grupos em separado, destacando um agente de ligação para cada um. O Estado taiwanês celebrou então, quase que simultaneamente, um acordo com o ABN em 1955 e outro em 1956 com a NTS. Quem assinou, do lado taiwanês, esses acordos de cooperação anticomunista internacional? Quem senão Ku Cheng-kang, o presidente da APACL-Taiwan? Um *Informe de Trabalho* do “Capítulo” taiwanês da APACL registrou seu acordo com a NTS, destacando a viagem de seu presidente, um ex-colaborador nazista russo, a Taiwan.

---

<sup>65</sup> “Jon Lodeesen, um membro moderno da Radio Liberty/Radio Free Europe, avaliou o trabalho do Comitê Americano de uma distância segura: ‘O objetivo dos Russos, libertação do comunismo, não era necessariamente sinônimo do objetivo da maior parte dos outros, libertação dos Russos’” (GROSE, 2000: 134).





**Figura 49.** Vladmir Poremsky, presidente dos solidaristas russos do NTS, e Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan. FONTE: APACL BULLETIM, 1955, v. V, n.º 7, p. 12.

Segundo o *Informe*, visitaram o país naquele ano “o Dr. Vladmir Poremsky, Presidente da NTS”, e “o Sr. A. Svetlanin” (APACLROC, 1956: 19). “Quando o Presidente da União, Dr. Vladmir Poremsky visitou Taiwan, ele entrou em acordo com o Capítulo Chinês da APACL para a cooperação entre as duas organizações e eles concordaram trocar representantes em prol da coordenação de sua luta em comum” (APACLROC, 1956: 25-26). “Conseqüentemente, a União enviou o Dr. Roman Redlich, Presidente do Instituto de Pesquisa para a China Livre, como um delegado residente, e o Capítulo da China da APACL também enviou um comissário à Alemanha Ocidental para intensificar a campanha anticomunista mundial” (APACLROC, 1956: 26). E qual teria sido o teor desse acordo da NTS com a APACL-Taiwan senão transmissões de rádio para a *guerra psicológica* contra a URSS? Algo idêntico com aquilo que os EUA desenvolviam, via AMCOMLIB, com a *Radio Liberation/Radio Free Europe*.

Quando o Dr. Vladmir Poremsky, Presidente da União dos Solidaristas Russos, veio aqui em uma visita em maio de 1956 a nosso convite, ele assinou conosco um acordo para fortalecer a cooperação em *psychological warfare* e para troca de representantes.

Consequentemente, em outubro de 1956, o Sr. Kwang Tch-Mao viajou para a Alemanha Ocidental como nosso representante da União enquanto o Dr. Roman Redlich chegou para montar seu escritório em Taipei. Durante o ano em exame, nossa cooperação com a União provou-se ser um sucesso. Por meio de nosso arranjo, a Voz da China Livre ofereceu à União um programa de recursos para transmitir para o continente chinês e Sibéria em língua russa. Paralelamente ao nosso arranjo aqui, a estação de comunicação da NTS na Alemanha Ocidental ofereceu um programa para o Capítulo da China transmitir em língua russa aos povos em ambos os lados da Cortina de Ferro europeia. Nós estamos contentes em dizer que com toda a cortesia e assistência a nós prestadas pela NTS, nosso escritório na Alemanha Ocidental foi capacitado para operar com vigor total. Além do programa de comunicação, nós temos trocado materiais com a NTS constantemente. Eles imprimiram muitos dos nossos materiais no *Possev Weekly* e outros jornais de órgãos da NTS por todo o mundo enquanto nós, de nossa parte, temos frequentemente publicado informações fornecidas por ou em conexão com a União na *China Livre* e *Ásia Mensal* e outros principais jornais na China Livre (APACLROC, 1957: 53)

Um ano antes, como se verá a seguir, a APACL-Taiwan fizera exatamente o mesmo tipo de acordo com o ABN. Antes de se passar a isso, vale a pena destacar que a NTS também nutriu um relacionamento complexo com inúmeros serviços secretos ocidentais. Os solidaristas russos trabalharam não apenas com os EUA e Taiwan, mas também com a Alemanha Ocidental. Embora de início refratárias aos solidaristas russos exilados no país, as autoridades alemãs ocidentais adotaram “uma atitude mais cooperativa” com a NTS “enquanto negociações estavam em processamento com Taiwan e Coreia do Sul acerca da abertura de novos caminhos para alcançar a URSS no oriente” (TROMLY, 2016: 103).

Na década de 1950, a NTS “passou a ser alvo de agentes da inteligência soviética, elevando desse modo sua estatura através do mundo de uma forma que o seu pobre histórico de combate à ordem soviética não havia feito” (TROMLY, 2016: 103). Ou seja, se o III Reich empregou “elementos monárquicos y fascistas del Este europeo, junto con rusos blancos emigrados, para colocarlos al servicio del aparato de inteligencia nazi” (LUPO, 1989: 59), entre eles a NTS, a Alemanha Ocidental também contratou os solidaristas na Guerra Fria, primeiro na Organização Gehlen e depois no Serviço Federal de Informações (BND). Enfim, Rogelio Garcia Lupo esclarece que, entre os solidaristas russos, encontravam-se “expertos en sabotaje, analistas de inteligencia y también asesinos a sueldo. Eran los herederos de la NTS (*Narodnii Trudovoi Soyuz*), o Alianza Nacional de Solidaristas, que a fines de la década de los 20 se constituyó en Rusia con antiguos miembros de la policía zarista y anticomunistas dispuestos a la acción directa” (LUPO, 1989: 59).

“La NTS recibía fondos de dos constantes enemigos de la URSS, sir Henry Deterding, presidente de la Royal Dutch Shell y sir Basil Zaharoff, presidente de la Vickers Arms, el más grande traficante de armamento de su tiempo” (LUPO, 1989: 59). Na Guerra Fria, a NTS “abrió oficinas en Munich y New York” e criou “una pantalla filantrópica, la Fundación Tolstoi, que permitía recolectar fondos para ayudar a los refugiados de los países eslavos y servía para que la financiación de los ‘Solidaristas’ no se interrumpiera” (LUPO, 1989: 59).

#### 2.1.3.5. 1955, o Acordo ABN/APACLROC: guerra psicológica e a futura Liga Mundial Anticomunista

Desse modo, detalha-se o “giro asiático” a Taiwan feito pelo presidente do ABN Yaroslav Stetsko em 1955. O assunto foi mencionado no CAPÍTULO 1, mas agora é hora de percorrer o *tour* desse ex-colaborador nazista ucraniano no alto escalão da ditadura taiwanesa para, depois, caracterizar o Acordo feito entre o ABN e a APACL-Taiwan. O boletim da APACL-Taiwan informou a seus leitores da importância do futuro visitante da seguinte maneira: “Durante a Segunda Guerra, o Sr. Stetsko, ex-primeiro-ministro da Ucrânia, assumiu a liderança da guerra de guerrilha [*guerrilla warfare*] contra a Rússia Soviética. Sua organização atual, sediada em Munique, Alemanha, é composta de 17 grupos nacionais anticomunistas, das nações que são agora subjugadas pela União Soviética” (APACLROC, v. 2, n. 6, 1955, p. 6). Em outubro de 1955, Stetsko chegou a Taiwan e a onisciente CIA registrou o que dissera a imprensa local acerca desse *tour* do presidente do ABN. No relatório “Atividades de Yaroslav Stetsko em Taiwan”, a CIA selecionou “pronunciamentos relevantes” do ucraniano e excertos de jornais “a fim de se obter uma amostra representativa das coberturas locais” (CIA, 1955b). Registrou, então, que o *China News* publicou, em 9 de outubro de 1955, que o objetivo da viagem de Stetsko era o de “formar uma frente unida de resistência atrás da Cortina de Ferro” (CIA, 1955b). Salientou o periódico que o ABN, “possui fiéis seguidores em 17 nações européias agora sob domínio do Kremlin” e que “Stetsko organizou um movimento de resistência na Ucrânia e, antigamente, 500 mil pessoas lutavam sob seu estandarte” (CIA, 1955b).

Informou-se que o presidente do ABN “visitará líderes cívicos e governamentais aqui, integrará as celebrações do Dia Nacional amanhã, discutirá um plano para vitória com estrategistas chineses, inspecionará as Forças Armadas e participará de uma reunião anticomunista” (CIA,

1955b). Segundo o *China News*, “a visita de Stetsko coincide com a de Herbert Hoover Jr., cujo pai fora educado na China, o ex-presidente americano Herbert Hoover, que liderou uma missão misericordiosa dos EUA para salvar milhões de ucranianos famintos depois da Primeira Guerra Mundial” (CIA, 1955b). Já o *United Daily News* informou que, “durante a II Guerra Mundial, Stetsko organizou uma guerrilha anti-comunista na Ucrânia para insurgir os povos escravizados do Leste Europeu num movimento anti-comunista” (CIA, 1955b). “Depois do V-E Day, sua unidade de guerrilha anti-comunista se dissolveu e se voltou para atividades clandestinas, sendo ainda agora um cancro interno para o regime comunista soviético” (CIA, 1955b). Em 10 de outubro, o *China News* registrou que Stetsko participaria “das celebrações do Dia Nacional Chinês como convidado do Capítulo Chinês da Liga Anti-comunista dos Povos Asiáticos” (CIA, 1955b). “Stetsko clamou pela ‘cooperação de anticomunistas inflexíveis e forças antirrussas da Europa e Ásia’. Atacando o neutralismo e as nações vacilantes, ele declarou que ‘aquele que defende a coexistência com o comunismo e Rússia se torna responsável pelas lágrimas e ajuda a tirania’” (CIA, 1955b).

O *China News* noticiou que o ABN era “um centro de coordenação de movimentos de libertação de nações que foram subjugadas pelo comunismo e imperialismo russo” que contava, entre outras, com as seguintes organizações políticas: “o Comitê Armênia Livre, a Frente Nacional Búlgara, o Conselho Central Bielorrusso, o Comitê da Nação Tcheca, o Movimento de Libertação da Hungria e a Organização dos Nacionalistas Ucranianos” (CIA, 1955b). Informou que Stetsko “elogiou Taiwan como ‘a ilha da liberdade e esperança aos perseguidos e oprimidos’ e disse ontem que (...) ‘nossos objetivos são similares, e nossos caminhos para a libertação são idênticos’” (CIA, 1955b). Em seu *tour*, o presidente do ABN conectou-se à cúpula da ditadura taiwanesa: “Stetsko visitou Ching Yen-yuan, chefe da 6ª Seção do Comitê Central do KMT, e Huang Ch’ao-ch’in, presidente da Associação de Relações Exteriores dos Povos Chineses, o presidente do legislativo Yuan Chiang Ching-kuo, diretor dos Corpos de Salvação Nacional, e o prefeito Kao Yu-shu” (CIA, 1955b). Ching-kuo era o filho mais velho do *generalíssimo* Chiang e, como dito, Huang Ch’ao-ch’in era o nome indicado pela CIA para servir de enlace específico com o ABN. Stetsko “teve uma conversa de 50 minutos” com Ching-kuo “para trocar visões sobre cooperação anticomunista e uma conversa de meia hora com Huang Ch’ao-ch’in” (CIA, 1955b).

Em uma coletiva de imprensa Stetsko “declarou que cooperaria com todas as organizações anti-comunistas da China Livre para libertar o povo chinês agora no continente por trás da Cortina de Ferro, derrubar o comunismo internacional e assentar a base à paz perpétua mundial” (CIA, 1955b). Prometeu estreitar relações do ABN com a Associação de Relações Exteriores dos Povos Chineses “para intercambiar informação anticomunista e constantemente frustrar a tentativa da China comunista de adentrar nas Nações Unidas. Ao fim, ele assinou um documento escrito em alemão para expressar sua determinação de lutar pela causa anti-comunista em colaboração com a Associação de Relações Exteriores” (CIA, 1955b). O *China News* informou, em 11 de outubro, que Stetsko congratulou o ministro interino de Relações Exteriores Shen Ch’ng-huan e membros do Legislativo Yuan e que visitaria, no dia 12, unidades das Forças Armadas de Taiwan. A *Correspondência do ABN*, por óbvio, também deu ampla cobertura à viagem do presidente do grupo a Taiwan. Noticiou que, ainda no dia 11, Stetsko “visitou o Departamento de Guerra Psicológica do Kuomintang”, a “Associação de Relações Exteriores da Nação Chinesa” e, ao final do dia, encontrou-se com “o Presidente do Parlamento, Sua Excelência Chang Tao-fan, e também visitou a ‘Associação Chinesa para as Nações Unidas (CAUN)’” (ABN, 1956, V. VIII, n.º 1/3, p. 15).

No dia 12, “inspecionou a estação chinesa de comunicação e teve uma conversa com o diretor da instituição americana, a ‘Asia Foundation’, Mr. David Nelson Rowe<sup>66</sup>” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). “À noite, a ‘Associação Chinesa para as Nações Unidas’ ofereceu um banquete em homenagem ao Sr. Stetsko” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). Na ocasião, “o Sr. Stetsko teve uma conversa com o Embaixador norte-americano, Sr. Karl Rankin” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). No dia 13 de outubro, publicou o *United Daily News*, Stetsko manteve uma entrevista com o premiê O. K. Yu, assegurando-lhe a cooperação do ABN “com a China Livre para lutar pela causa anticomunista e para trocar experiência anticomunista e informação” (CIA, 1955). “Ambos consideraram que a força conjunta das nações do mundo livre não é o bastante para enfrentar a agressão comunista” e que seu ponto fraco “tem sido o desentendimento recíproco” (CIA, 1955b).

---

<sup>66</sup> Na década de 1960, esse professor da Universidade de Yale foi o responsável por reestruturar a APACL-Coreia do Sul a soldo da ditadura militar de Park Chung Hee (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 299).

No dia 13, Stetsko visitou a 6ª Seção do Comitê Central do KMT, entrevistando-se com seu chefe Chiang Yen-yuan, “para trocar visões sobre guerra psicológica anticomunista” e, à tarde, “visitou o Departamento de Comunicação da Estação Central de Comunicação para discutir como cooperar para uma transmissão dirigida contra a China Comunista” (CIA, 1955b). Nos dias 14 e 15, visitou a Taiwan meridional, conhecendo projetos de reforma agrária, bases industriais e militares daquela região do país. No dia 16, o presidente do ABN falou à imprensa sobre o projeto de “uma frente anticomunista unificada dos povos orientais e ocidentais” (CIA, 1955b). Segundo o *China News*, Stetsko garantiu que “‘todos os 12.000.000 não-russos dentro da URSS se opõem ao Kremlin e podem se levantar contra a tirania se lhes for dada a chance’. O principal propósito de sua visita (...) é estabelecer e manter contato com a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, em nome de seu Bloco Anti-Bolchevique de Nações” (CIA, 1955b). Stetsko ainda conversou, no dia 16, com “com o Major-General Chiang We-kuo, filho do Presidente” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15).

No dia 17, “foi apresentado aos representantes dos 14 mil soldados do Exército Vermelho Chinês que haviam mudado para o lado do Presidente Syngman Rhee durante a Guerra da Coreia” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). Falando aos “ex-Prisioneiros de Guerra amantes da liberdade”, ele enalteceu “a audácia deles ao quebrarem a Cortina de Ferro pela liberdade como um evento significativo não apenas na China Livre e na Ásia Livre mas também no Mundo Livre” (CIA, 1955b). “‘Isso poderá contar ao mundo todo que 450 milhões de amantes da liberdade do povo chinês detrás da Cortina de Ferro certamente lutarão pela liberdade no futuro e farão sua parte no contra-ataque vindouro da China Livre’” (CIA, 1955b). Stetsko assegurou que “o trabalho anticomunista em andamento na China Livre é a mais importante rede na batalha anticomunista mundial. ‘O Presidente Chiang conhece não apenas o desenvolvimento histórico da Rússia Soviética mas também a estratégia e táticas usadas pelos comunistas soviéticos para a dominação global. Eu acredito que a luta sob a liderança do muito experiente Presidente conduzirá à vitória final na guerra anticomunista e da revolução nacional como previsto pelo Presidente Chiang’” (CIA, 1955b).

Após visitar os ex-prisioneiros de guerra no *Psychological Warfare Material Office*, “Stetsko declarou que **a guerra psicológica deverá ser o mais importante trabalho contra os comunistas**. ‘A maioria da população sob o domínio comunista é anticomunista, mas eles se

sentem isolados porque a Cortina de Ferro lhes impediu de conhecer a situação real do mundo livre. Apenas pelos meios da guerra psicológica podemos construir sua confiança em busca de liberdade e deixá-los saber que nosso trabalho presente lhes trará alguma esperança” (CIA, 1955b, grifo meu).



**Figura 50.** “Mr. Stetzko addressing the Anti-Communist ex-P.o.Ws [Prisoners of War] from Korea 1954”. Atrás do presidente do ABN, afixada na parede, uma imagem de Sun Yat-sen, primeiro presidente da República da China (1912) e fundador do Kuomintang. FONTE: ABN, 1956, v. III, n.º 1/3, *pictorial supplement*.

Tratando da “resistência anticomunista na Rússia Soviética e seus satélites”, afirmou que entre ucranianos e caucasianos “existem ainda atividades anticomunistas com sabotagem contra seus regimes comunistas. Essa força anticomunista pode ser utilizada para desestabilizar a propriedade soviética quando as forças do mundo livre se unirem contra Moscou” (CIA, 1955b). Destacou que “toda operação anticomunista deveria ser equipada com um ideal elevado [*lofty ideal*], i.e., lutar pela independência e liberdade dos povos oprimidos” (CIA, 1955b).

Destacou que “as Forças Armadas da China Livre são a maior força entre as nações anticomunistas do Extremo Oriente, não transigindo na guerra anticomunista. Elas não são apenas bem equipadas mas também mantêm seu moral alto. Toda a melhoria realizada pela China Livre será boa o suficiente para convencer os povos oprimidos pelos Comunistas no continente” (CIA, 1955b). Defendeu que “nos campos de concentração da Sibéria e de Vladvostok”, “os trabalhadores forçados são todos ‘heróis’ anticomunistas. Portanto, ele acredita não apenas que a ilha de Taiwan é um trampolim de volta [*stepping stone back*] para a China continental, mas também a parte norte da Ásia é um trampolim ideal para qualquer eventual ação contraofensiva onde unidades de provisão e coordenação poderão ser arranjadas” (CIA, 1955b).

Mas, como “ir a Roma e não ver o papa”? No dia 18, “o Presidente Chiang Kai-shek concedeu uma audiência a Yaroslav Stetsko. O Presidente deu boas-vindas à visita de Stetsko, expressando esperança em uma cooperação mais próxima na campanha anticomunista e desejou sucesso ao líder anti-bolchevique” (CIA, 1955b). Em declarações à imprensa, “Stetsko expressou sua confiança nos esforços da China Livre para a libertação do continente”, garantindo que o ABN “poderá contribuir com apoio moral e com os esforços da China Livre uma vez que já soou o toque de clarim do contra-ataque” (CIA, 1955b). Também “elogiou o progresso feito na China Livre como exemplos encorajadores”, dizendo-se “profundamente impressionado com o poder militar e a estabilidade social que ele observou” (CIA, 1955b). Garantiu que “a China Livre” não era apenas a esperança da Ásia, “mas também de todo o mundo”. “O resoluto anticomunista sustentou que a China Livre se erigiu como um guia para a batalha global contra o comunismo” (CIA, 1955b). “Ele afirmou que os povos que combatem o comunismo deveriam tomar seu destino em suas próprias mãos. ‘Nossa própria liberdade não deveria ser mercadejada pela ‘coexistência pacífica’ com a Rússia’” (CIA, 1955b).

No dia 18 ainda, o *China News* informou que “Yaroslav Stetsko será o convidado principal do fórum aberto da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos patrocinado pelo Capítulo Chinês às 3.00 p.m. hoje no City Hall sob o tema ‘Unificando os povos do Oriente e Ocidente na luta anticomunista’. Ku Cheng-kang, presidente do Capítulo Chinês da APACL, presidirá o fórum” (CIA, 1955b). Na ocasião, Stetsko “apelou por uma ‘organização comum ou um centro de ligação entre povos anti-bolcheviques do Oriente e do Ocidente, para trocar informação e planejar uma estratégia combinada em nossa luta comum contra o comunismo mundial’” (CIA, 1955b).



“Eu espero que minha visita aqui marcará o começo da cooperação entre a APACL e o ABN” (CIA, 1955b). O *China Post* informou que “Stetsko advogou a criação de um centro Ocidente-Oriente para consolidar táticas e estratégia para lutar contra o comunismo internacional” (CIA, 1955b). No City Hall, “Stetsko afirmou que o mundo livre pode ajudar a superar uma evidente guerra atômica global se os povos sofredores sob o jugo soviético forem ajudados em seus movimentos de libertação. Ele disse que existem revoltas generalizadas por trás da Cortina de Ferro” (CIA, 1955b).



**Figura 51.** Ao centro, de pé e ao microfone, “Jaroslaw Stetzko addresses the leading members of the Anti-Bolshevist Movement of Free China”. À sua esquerda, sentado, Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan. FONTE: ABN, 1956, v. III, n.º 1/3, *pictorial supplement*.

“**O fórum terminou** com três conclusões clamando às nações livres para concertarem seus esforços, rogando por apoio às campanhas anticomunistas por trás da Cortina de Ferro e **advogando a formação de uma liga mundial anticomunista**” (CIA, 1955b, grifo meu). No dia

19, visitou novamente a 6ª Seção do Kuomintang e “teve uma longa conversa com os membros do *presidium* da APACLROC” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). No dia 20, visitou “o Ministro interino das Relações Exteriores, Sua Excelência Sheng Chang-huan”, “teve uma longa conversa com o Embaixador coreano em Taipei, General Kim Hojn Ji, e também visitou o chefe da 1ª Seção do Kuomintang, Sr. Tang Tsung, e o Vice-Presidente da China Livre, Sua Excelência Chen Cheng” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). Na tarde do dia 20, “a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos realizou uma reunião, que contou com a presença da elite política e intelectual da China Livre e na qual o Sr. Stetsko teve a oportunidade de trocar visões sobre várias questões com algumas das mais proeminentes personalidades da China Livre” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). “Após discussões que duraram muitas horas, as seguintes resoluções foram passadas” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15):

**1) O princípio da assim chamada coexistência é uma manobra soviética que almeja proteger a União Soviética e o sistema inteiro do regime soviético contra o processo de desintegração causado pela crise interna cada vez maior, para provocar dissensão entre as democracias ocidentais, e para ganhar tempo de modo a melhorar a posição da União Soviética. Nós devemos nos empenhar ao máximo para suscitar a consciência do mundo livre e sua determinação de combater o comunismo, e nós devemos formar uma união mais próxima de modo a destruir a ameaça bolchevique russa. 2) Nós devemos recorrer a todas as medidas e meios em nosso poder a fim de sustentar o movimento antibolchevique atrás da Cortina de Ferro, e de modo a garantir o direito à liberdade e independência a todos os povos subjugados pelo bolchevismo. 3) Nós devemos fundar uma liga mundial antibolchevique de nações e nós devemos montar uma estrutura mundial antibolchevique. Nós devemos nos juntar e reunir todas as forças antibolcheviques no mundo para o propósito de formar um *front* unido e comum, que seja para libertar os povos atrás da Cortina de Ferro** (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15, grifo meu)

No dia 21, Stetsko “inspecionou um regimento do Exército Chinês em Linkou e também **a equipe militar do centro de treinamento para guerra psicológica**” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15, grifo meu). Manteve “uma discussão sobre o assunto ‘Cooperação Futura entre o ABN e a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos’ e, à noite, foi-lhe oferecido um banquete oficial pelo ministro interino de Relações Exteriores Sheng Chang-huan<sup>67</sup>. No dia 22, Stetsko “visitou o secretário-geral do Kuomintang, H. E. Chang Li-shun, e o Dr. Chu Chia-hua, o presidente da

---

<sup>67</sup> As “eminent personalidades” presentes foram: general Chiang Ching-kuo, filho do generalíssimo Chiang; Ku Cheng-kang, Chu Sing-min, vice-diretor da Administração de Imprensa; tenente-general Cheng Kai-ming; Tang Tsung, chefe da 1ª Seção do Kuomintang; Kuo Tch-chuan, parlamentar; Hsiung Eng-chuan, coronel do Estado-Maior; Chu Fu-sung, chefe da Seção de Informação do Ministério de Relações Exteriores; Cheng Tze-hua, conselheiro do Ministério de Relações Exteriores (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3 1/3, p. 15).

Associação Chinesa para as Nações Unidas” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). Palestrou sobre o tema “A situação em Formosa e o papel da China Livre no bloco mundial de liberdade”, desdobrando-o em três tópicos: “Os povos subjogados por Moscou na Europa e Ásia, sua luta e seus objetivos”; “Como conquistar a Rússia e o comunismo”; “As Revoluções Nacionais são o pior inimigo de Moscou” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). A palestra “foi transmitida para o povo da Sibéria, para os vários milhões de pessoas encarceradas em campos de concentração soviéticos e para os soldados do Exército Soviético do Extremo Oriente” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). No dia 24, “o Vice-Ministro do Interior, Sr. Ten Wen-ni, visitou o Sr. Stetsko e teve uma prolongada conversa com ele” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). No dia 25, Stetsko “compareceu às celebrações realizadas por ocasião do ‘Dia de Taiwan’ e foi convidado do Prof. Lin Tsiu-sen” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15). No dia 27, Stetsko deixou Taiwan e no dia seguinte, em Hong Kong, foi recebido por “representantes do Serviço Diplomático Chinês e por um número de jornalistas chineses”, dando uma última entrevista antes de voltar à Europa. Nela, anunciou o plano “de montar uma frente universal contra a Rússia e contra o comunismo” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 15).

No fim das contas, essa viagem extramamente produtiva do presidente do ABN à Taiwan condensou-se em um Acordo entre seu grupo e o “Capítulo” taiwanês da APACL. Nascera, assim, um relacionamento profundo e duradouro de cooperação do exílio anticomunista do leste europeu com os dirigentes da contrarrevolução chinesa. Os nexos entre o ABN e a APACLROC, inclusive, sobreviveriam à Guerra Fria. Agora, porém, importa caracterizar o tipo de acordo estabelecido com esse primeiro “giro asiático” do ABN. Um Informe de Trabalho da APACLROC registrou, no ano seguinte, o perfil desse pacto entre o governo de Taiwan com o ABN, destacando que o grupo de Stetsko era parte integrante da “**cruzada mundial anticomunista**” (APACLROC, 1956: 38, grifo meu). “Quando o Presidente do ABN visitou a China Livre em outubro de 1955, ele teve uma troca de visões com o Sr. Ku Cheng-kang, Presidente do Capítulo Chinês da APACL, expressando sua disposição em fortalecer as relações, após o seu retorno à Europa, entre sua organização e os outros grupos anticomunistas no Ocidente” (APACLROC, 1956: 38).

Eis que, “para o momento, o Capítulo Chinês da APACL tem devotado muito de sua atenção ao trabalho nessa direção, a fim de que as influências do movimento anticomunista dos

Povos Asiáticos possam ser sentidas em todas as partes do mundo e uma grande aliança entre todos os povos democráticos do mundo possa vir a se tornar realidade” (APACLROC, 1956: 38).

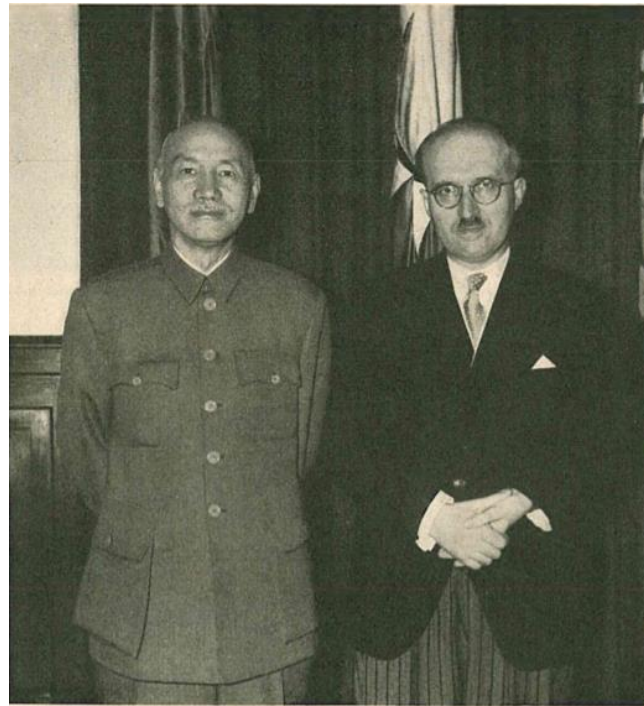
O Acordo ABN/APACLROC foi depois publicado, em um documento oficial de Taiwan, na sessão “**Implementation of International Cooperation in Psychological Warfare**” (APACLROC, 1956: 53, grifo meu). Nele, registrou-se que, durante a visita de Stetsko a Taiwan, “ele alcançou um acordo conosco sobre a cooperação anticomunista” (APACLROC, 1957: 53-54). Os termos do Acordo do ABN com a APACL-Taiwan foram assim resumidos: “Foi acordado que os partidos interessados iriam trocar materiais de mútuo interesse, adotar ações conjuntas na intensificação da publicidade internacional, **conduzir guerra psicológica** com esforços conjuntos e trocar representantes residentes” (APACLROC, 1957: 54). “Baseado nesse acordo, muito foi alcançado na publicidade anticomunista no Oriente e Ocidente”, comemorou, em 1957, a APACL-Taiwan. Destacou que “o Sr. Julian Zablocky, o representante residente do Bloco [Antibolchevique de Nações] para o Capítulo da China da Liga em Taipei, chegou da Europa. Espera-se que sua chegada irá, mais adiante, fortalecer nossa cooperação” (APACLROC, 1957: 54).

Em síntese, assim como o já tratado pacto de 1956 entre a APACL-Taiwan e os solidaristas russos da NTS, o Acordo de 1955 entre o ABN e APACLROC também abrangeu operações de *guerra psicológica*, um componente estratégico da *guerra política* da ditadura taiwanesa. A *Correspondência do ABN* registrou em foto a pactuação desse Acordo ABN/APACLROC, publicando uma fotografia com a legenda “**Ku Cheng-kang e Jaroslaw Stetzko assinando o Acordo em Taipei (Formosa)**” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 5, grifo meu). Em uma foto posada, o presidente do ABN e o presidente da APACL-Taiwan, sentados, caneta em punho, olhavam para baixo, compenetrados, como se estivessem lendo aquilo que estavam prestes a assinar. Porém, a fotografia principal no “Suplemento pictórico sobre a visita a Formosa do Presidente do ABN”, obviamente, foi aquela em que Stetsko posou, lado a lado, com o *generalíssimo* Chiang, ambos de pé, encarando a câmera (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, 1956, s/p).



**Ku Cheng-kang and Jaroslaw Stetzko signing the Agreement in Taipei (Formosa).**

*Figura 52.* “Ku Cheng-kang and Jaroslaw Stetzko signing the Agreement in Taipei (Formosa)”.  
FONTE: ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 5.



蔣中正

**Generalissimo President Chiang Kai-shek and Mr. Jaroslaw Stetzko**

*Figura 53.* “Generalissimo Presidente Chiang Kai-shek and Mr. Jaroslaw Stetzko”.  
FONTE: ABN, 1956, v. III, n.º 1/3, pictorial supplement.

Mais duas fotografias registraram, respectivamente, “Jaroslaw Stetzko na plataforma de honra em Taiwan, durante a parada militar; à direita: o general dos *Advisor Groups* dos EUA em Taiwan e representantes da República da Coreia” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, s/p); e “Vice-Presidente da República Chinesa Chen Cheng e Presidente [da APACLROC] Ku Cheng-kang” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, s/p).



Figura 54. “ABN-CORRESPONDENCE. Pictorial Supplement on the Formosa Visit of ABN’s President, Jaroslaw Stetzko”. FONTE: ABN, 1956, v. III, n.º 1/3, *pictorial supplement*.

Tamanha importância que o ABN conferiu a esse acordo com a ditadura taiwanesa que o grupo escalou seu principal “historiador”, como visto no CAPÍTULO 1, o príncipe georgiano Niko Nakashidze, para resumir o significado histórico da cooperação entabulada com a APACLROC. Em texto intitulado “**A Frente Mundial contra o Bolchevismo**”, Nakashidze informou que a APACLROC e o ABN “recentemente emitiram um comunicado conjunto no qual foi declarado que essas duas importantes organizações alcançaram um entendimento em sua cooperação na luta contra o comunismo e o imperialismo russo” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, 1956, p. 5). “Essa é a primeira vez na história em que forças da Europa e Ásia Nacional se unem para combater o imperialismo russo e o comunismo mundial. Esse acordo é, portanto, de significância mundial.” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, 1956, p. 5).

“Por força desse acordo”, comemorou o princípio georgiano, as organizações do ABN – que “representam os povos subjugados cujos países são controlados pela Rússia soviética ou pelos últimos satélites comunistas” – “são agora reconhecidos pela China Livre como representantes autorizados e campeões de suas nações no mundo livre” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, 1956, p. 5). Mas, indagou, “quais são os resultados práticos desses acordos? Os princípios do ABN agora realizam o bem abertamente na Ásia também” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, 1956, p. 5). Isto é, garantiu Nakashidze que “a ideologia do ABN– a máxima desintegração e aniquilação do imperialismo russo e a restauração dos estados independentes das nações subjugadas pela Rússia, dentro de seus limites etnográficos –, será sustentada e defendida pela APACLROC na Ásia” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, 1956, p. 5).

A partir do Acordo de 1955, assegurou o “historiador”, “a APACLROC reconhece o princípio etnográfico” defendido pela ABN e seu corolário básico, a saber: “O comunismo, na opinião dos povos da Ásia, também é simplesmente outra forma de imperialismo russo, já que o defensor e executor da Revolução Bolchevique foi a Rússia, que impôs o bolchevismo sobre outras nações, incluindo a China continental” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, 1956, p. 5). Felizmente, comemorou o georgiano, “os povos da Ásia sabem tanto quanto nós que o império russo é agora o único poder colonial no mundo que exerce controle sobre os povos estrangeiros. Esse império sozinho é o principal suporte do Comunismo Internacional” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, 1956, p. 5). Garantiu então que o ABN se esforçaria ao máximo “para auxiliar a luta da China Livre e outros membros da APACL pela libertação do continente chinês e outros países asiáticos da ordem comunista”, apoiando “o movimento iniciado pela China Livre, *‘All Roads Lead to Freedom’*” (ABN, 1956, V. VIII, n.º 1/3, 1956, p. 5).

Porém, “a mais importante” decisão do Acordo ABN/APACLROC, concluiu um satisfeito Nakashidze, foi a de “montar uma frente mundial anticomunista” e, o fundamental, estabeleceu-se “**o acordo entre APACLROC e ABN como o núcleo da frente mundial contra o bolchevismo**” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 5, grifo meu). Inexistiriam distâncias geográficas nacionais, concluiu, “nesta era de progresso técnico” e, “como resultado desse acordo entre APACLROC e ABN, as nações estão unidas, todavia, espiritualmente e moralmente. Em nossa era atômica, metade do mundo está vivendo em escravidão, um fato que é uma desgraça para a civilização. A

**frente mundial dos povos da APACL e ABN** almeja eliminar este terrível mal” (ABN, 1956, v. VIII, n.º 1/3, p. 6, grifo meu).

Em suma, o Acordo ABN/APACLROC para *guerra psicológica* também previu a criação de uma futura “Internacional Antibolchevique”. Assim que, desde outubro de 1955, a APACL-Taiwan e o ABN já estavam trabalhando para *a formação de uma liga mundial anticomunista, uma liga mundial antibolchevique de nações, uma estrutura mundial antibolchevique, um centro Ocidente-Oriente para consolidar táticas e estratégias para lutar contra o comunismo internacional, uma organização comum ou um centro de ligação entre povos anti-bolcheviques do Oriente e do Ocidente, para trocar informação e planejar uma estratégia combinada em nossa luta comum contra o comunismo mundial*. Esse projeto para criar uma “Internacional Anticomunista” seria rapidamente tentado e, para tanto, a “tabelinha” APACLROC/ABN foi fundamental. Contudo, para efetivar esse plano de internacionalização, a APACL-Taiwan não “jogava” apenas com o ABN. Ela também “tabelava” com outras organizações anticomunistas transnacionais. E com uma delas, em específico, antecipou esse plano de organizar o movimento anticomunista internacional, um pouquinho antes da visita de Stetsko a Taiwan.

#### 2.3.6. *A APACL-Taiwan anuncia seus “amigos” da América Latina e a Liga Mundial Anticomunista*

Pelo visto até aqui, portanto, deve-se reconhecer que 1955 não foi um ano “perdido” pela APACL-Taiwan. Embora não tenha hospedado a II Conferência da APACL em Taiwan como previsto inicialmente, ainda naquele ano o “Capítulo” taiwanês conseguiu consolidar alianças importantes: uma com os japoneses organizados por Tetsuzo Watanabe e outra com os ex-colaboradores nazistas do leste europeu reunidos no ABN. Todavia, isso não foi tudo. Em agosto de 1955, a APACLROC fez outra “tabelinha” com uma organização que lhe forneceria seus primeiros “amigos” da América Latina: a Confederação Interamericana de Defesa do Continente, a CIDC. Esta teve sua gênese histórica no I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina realizado, em 1954, no México. A CIDC, que constitui o objeto do CAPÍTULO 3, foi formada por “organizações do México, Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai, Nicarágua, Peru, Panamá, Uruguai, El Salvador e Guatemala” (GULSTORF, 2015: 26). Em agosto de 1955, o II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina foi realizado



no Brasil e então a CIDC assumiu seu nome definitivo. Ela esteve presidida pelo almirante Carlos Penna Botto, da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), e teve Jorge Prieto Laurens, da Frente Popular Anticomunista do México (FPAM), como seu secretário-geral.

Esses foram os primeiros “amigos” latinoamericanos que apareceram no *APACLROC Bulletin*. O motivo? O presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang havia sido convidado para participar do II Congresso da CIDC realizado no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, em agosto de 1955. Ku Cheng-kang enviou uma proposta fundamental aos dirigentes Penna Botto e Prieto Laurens: era preciso coordenar esforços e criar “**uma Liga Mundial Anticomunista**”. No Rio, a CIDC aprovou a proposta em agosto e o *APACLROC Bulletin* publicou já em setembro um editorial intitulado “**Por uma Liga Mundial Anticomunista**” (*APACLROC*, v. 2, n. 7, 1955: 1, grifo meu). O editorial “*For a World Anti-Communist League*”, no original em inglês, destacou que “o convite que o Congresso Anticomunista da América Latina emitiu ao Sr. Ku Cheng-kang, Presidente, Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, República da China, para comparecer ao seu segundo encontro no Rio de Janeiro, em 22-25 de agosto, é mais do que um tributo pessoal ao Sr. Ku pela parte que ele tem desempenhado na luta de 30 anos da China contra os comunistas chineses” (*APACLROC*, v. 2, n. 7, 1955: 1).

Também é evidência indubitável da percepção gradual pelo povo do hemisfério ocidental que **a luta contra o comunismo é uma tarefa global** e que os chineses livres têm muito a contribuir para a performance bem-sucedida daquele dever em razão da dolorosa experiência que acumularam na lida com os chineses vermelhos. **O próprio fato de terem os povos do hemisfério ocidental organizado um Congresso Anticomunista é notícia encorajadora para todos os povos amantes da liberdade no Extremo Oriente** vivendo na periferia do mundo comunista. **Enquanto a Internacional Comunista dissemina seus tentáculos para todos os cantos remotos do mundo, mais e mais países começam a tomar consciência do perigo potencial a eles mesmos e a tomar medidas de precaução contra a infiltração comunista e subversão.** Foi talvez essa percepção que instigou os povos nas Américas a formarem um Congresso Anticomunista para que assim eles possam estar melhor preparados ao se depararem com o desafio comunista (*APACLROC*, v. 2, n. 7, 1955: 1, grifo meu)

O editorial desejou *todo o sucesso* “ao Congresso Anticomunista da América”, destacando que “cada país ou região em geral tem seus problemas peculiares para enfrentar, embora a ameaça comunista à liberdade e democracia possa ser a mesma por todo o mundo” (*APACLROC*, v. 2, n. 7, 1955: 1). Essa primeira “tabelinha” entre APACL-Taiwan e CIDC apontou para um novo nível de coordenação do anticomunismo global, sendo notável que a sugestão para a criação de uma liga mundial anticomunista tenha sido feita por um dirigente chinês

da ditadura taiwanesa a um congresso antissoviético então realizado no Rio de Janeiro. E a revista oficial da APACL-Taiwan, já com seu novo nome *Free China & Asia*, saudou que o II Congresso de 1955 no Brasil tivesse aprovado a proposta – apresentada pelo embaixador taiwanês no Rio de Janeiro – para a convocação de “uma Conferência de Povos Anticomunistas de todo o mundo” para, momento subsequente, formar-se “uma liga anticomunista em uma base mundial para uma cruzada contra o inimigo comum – o imperialismo comunista” (FREE CHINA & ASIA, APACLROC, v. 3, n.º 7, 1956: 12). E o “Capítulo” taiwanês da APACL informou também que havia colocado para “jogar” nessa “tabelinha” APACL-CIDC o presidente do ABN Yaroslav Stetsko:

**Agora nós estamos mantendo contato próximo com o Congresso [contra Intervenção Soviética na América Latina] na esperança de que essa resolução possa ser levada a cabo em uma próxima data. Quando o Sr. Stetsko, Presidente do Bloco Antibolchevique de Nações, visitou Taiwan, ele prometeu que iria dar as mãos a outras sociedades anticomunistas e líderes cívicos na Europa para traduzir a sugestão do Sr. Ku em realidade** (FREE CHINA & ASIA, APACLROC, v. 3, n. 7, 1956: 12-13, grifo meu)

Enfim, entabulada então uma triangulação “perfeita” entre organizações do anticomunismo internacional: APACL-CIDC, APACL-ABN, CIDC-ABN. Dessa interação complexa se faria o primeiro “ensaio geral” para a criação de uma Liga Mundial Anticomunista. Não na Ásia, não na Europa, mas na América Latina. Em 1958, no México, a CIDC hospedaria, com a APACL e o ABN nos bastidores, uma Conferência Preparatória para o Congresso Anticomunista Mundial para a Liberdade e Libertação. Mas isso será assunto do CAPÍTULO 3. Por ora, importa “apenas” demarcar que a APACL aprofundou esse projeto de convocar um congresso internacional anticomunista para, depois dele, criar uma Liga Mundial Anticomunista. A estratégia “Por uma Liga Mundial Anticomunista” despontaria nas conferências anuais apaclianas nas Filipinas em 1956 e no Vietnã do Sul em 1957.

#### *2.4. Filipinas, 1956: a II Conferência da APACL*

Assim sendo, há de se reconhecer a híper-atividade do “Capítulo” taiwanês da APACL. Sem dúvida, o mais ativo e internacionalista de toda a APACL, tendo por detrás dele, como visto, o peso da *guerra política* da ditadura taiwanesa. Não à toa, o terceiro homem mais importante do Kuomintang (KMT), Ku Cheng-kang, era o responsável por presidir a APACLROC e, como se

viu, por arranjar para ela conexões internacionais quer seja com solidaristas russos do NTS, com ex-colaboradores nazistas do leste europeu do ABN ou com os novos “amigos” da América Latina da CIDC. Se Taiwan vinculou-se a aliados geograficamente tão distantes, com mais razão ainda se lançou às alianças na Ásia. Nesse sentido, o caso das Filipinas, o país-sede da II Conferência da APACL, foi exemplar. Chien Wen Kung, autor de um importante estudo sobre a presença do KMT nas Filipinas pós-independência, identificou as conexões do “Capítulo” filipino da APACL não apenas com os dirigentes da ditadura de Chiang, mas em especial com os agentes da contrainsurgência filipina.

A APACL-Filipinas ligou-se “ao aparelho de segurança do Estado por meio do Subsecretário de Defesa Jose M. Crisol, entre outros oficiais militares e de defesa”, sendo presidida pelo “intelectual católico Jose Ma. Hernandez, um admirador de Taiwan e firme defensor da educação chinesa nas Filipinas” (KUNG, 2018: 190). A *guerra política* do KMT alcançou e criou raízes profundas no território filipino e, “por meio de organizações civis como a Liga Anticomunista Filipina e por meio de conexões com o Estado da ROC, anticomunistas chineses no país tornaram-se parte dessa rede de ideólogos que transcederam divisões étnicas e nacionais, locais e transnacionais, e as fronteiras entre Estado e sociedade” (KUNG, 2018: 190).

Kung identificou a presença de três chineses “locais”, residentes nas Filipinas, na II Conferência da APACL realizada, em Manila, entre 9 e 12 de março de 1956. Um, “o General Chamber’s Sy En, que era então o vice-presidente do Movimento Anticomunista Chinês”, integrou a delegação filipina; outros dois, “Tang Tack e Cua Siok Po 柯叔寶, um escritor, jornalista, ex-guerrilheiro, e secretário-geral do KMT filipino”, integraram a delegação taiwanesa. “Enquanto isso, entre os ‘experts’ sobre comunismo que participaram da reunião estava um ‘Coronel’, Shih I-Sheng” (KUNG, 2018: 190). Na década de 1950, a partir dessas relações especiais entre a ditadura de Taiwan e os chineses filipinos, estruturou-se um Movimento Anticomunista Chinês no país. “Seguindo um discurso do presidente da APACL e ex-ministro do Interior da ROC Ku Cheng-kang 谷正綱, conclamando o Movimento a intensificar suas atividades, o embaixador da ROC Chen Chih-main e Ku encontraram-se com líderes chineses para planejar o estabelecimento do PACL [Philippine Anti-Communist League]” (KUNG, 2018: 190-191). A Liga Anticomunista Filipina (PACL) associaria suas atividades à APACL. A PACL foi fundada, assim, na Embaixada taiwanesa nas Filipinas com a participação de Ku Cheng-kang, Jose Ma. Hernandez, Jose Crisol e

do representante da Embaixada dos EUA (KUNG, 2018: 191). O encontro de fundação da PACL foi “uma oportunidade das elites chinesas cultivarem funcionários na administração Magsaysay e representar sua *bona fides* ideológica para seu país anfitrião” (KUNG, 2018: 194).

Ramon Magsaysay era o presidente das Filipinas durante a realização da II Conferência da APACL. Às vésperas dela, o diplomata sul-coreano nas Filipinas Young Kee Kim informara ao presidente Syngman Rhee, em 18 de janeiro, que “o Dr. [Jose Ma.] Hernandez informou-me da confirmação por telegrama que ele recebeu do capítulo de Taipei da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos sobre a aprovação desta da proposta de realizar a Segunda Conferência da Liga Anticomunista em Manila em algum momento em março” (KIM, 1956: 2). Hernández, o dirigente da Ação Católica nas Filipinas, informara Kim sobre o entusiasmo do presidente Magsaysay com a realização da II Conferência da APACL em seu país. Segundo Kim, “quando ele [Hernandez] informou o Presidente [Magsaysay] sobre a vindoura Conferência da Liga Anticomunista em Manila, o Presidente aprovou entusiasticamente o encontro com sua bênção” (KIM, 1956: 3). Mas que Filipinas era essa e, em particular, quem era esse seu presidente que anuíra de forma entusiasmada com a realização da II Conferência da APACL em seu país? É o que se verá agora, antes de reconstituir o *Quem-é-quem* e os principais discursos, resoluções e programas de ação da II Conferência apacliiana.

#### 2.4.1. *Contrarrevolução filipina: o presidente Ramon Magsaysay e o ugly American Ed Lansdale (CIA)*

Em 1956, as Filipinas eram já o mais importante “laboratório” da guerra não-convencional anticomunista da Ásia. Ali foi implantado um novo tipo de contrainsurgência *made in USA* que seria, rapidamente, “exportada” para outros países asiáticos e pelo mundo afora. As Filipinas já teriam sido “pacificadas” quando a APACL resolveu celebrar seu segundo conclave no país. A vitória da contrarrevolução filipina já era um fato consumado. Entre 1898 e 4 de julho de 1946, o país tinha sido uma colônia dos EUA, que a açambarcaram depois vencerem o decadente Império Espanhol ao final do século XIX. Durante a II Guerra Mundial, o Império Japonês ocupou o país e contou com importantes colaboradores filipinos. O principal deles foi Jose Laurel, entronizado no poder pelos fascistas japonês e mantido como presidente de um regime “fantoche” de 1943 a 1945. “Seu governo incluía a elite filipina, ou *ilustrados*, cujas práticas de

posse de terras abusivas e leis mantinham as populações camponesas na pobreza e infortúnio” (RIDLER, 2017: 19). Manuel Roxas, a seu turno, era a peça-chave dentro do gabinete colaboracionista de Laurel. “Um político que havia se graduado em Yale” e, até 1942, “serviu como oficial de reserva da equipe de MacArthur na Batalha de Bataan, e atuou como um elemento de ligação militar entre MacArthur e o governo da *commonwealth*” (RIDLER, 2017: 19). No pós-guerra, pouco antes da “independência” filipina dos EUA, Roxas foi “eleito” presidente, em 23 de abril de 1946. Mas esses colaboradores filipinos do fascismo nipônico não foram julgados nos pós-guerra? Não. No caso de Roxas, por exemplo, ele foi “salvo” por seu antigo patrono, o general Douglas MacArthur, que o protegeu das investigações do Counter Intelligence Corps (CIC) do Exército dos EUA, que o classificara como criminoso de guerra “Tipo A”. “‘Aos olhos do CIC’, anotou um oficial, ‘o pior crime dele [Roxas] foi ter preparado, escrito e assinado a constituição do regime fantoche da República das Filipinas. Aquilo colocou-o em segundo lugar depois de Laurel na lista do CIC, e no topo da lista dos títeres que Washington havia ordenado expurgar” (RIDLER, 2017: 19).

Graças ao general MacArthur, Roxas não escapou sozinho. Uma vez entronizado na presidência pelos EUA, ele anistiará *todos* colaboradores filipinos do Império Japonês. Promovendo uma “ostentosa revisão do passado”, “em janeiro de 1948 Roxas ‘declarou a anistia política para os colaboradores’. Laurel e sua laia foram absolvidos de qualquer transgressão. Aqueles que haviam apoiado e ajudado os japoneses em sua ocupação e abuso do povo filipino estavam de volta ao controle” (RIDLER, 2017: 21). Esse escárnio de um novo regime político pós-independência controlado por ex-colaboradores do fascismo japonês, somado à autocracia e corrupção do governo de Roxas, catapultou o apoio popular ao movimento guerrilheiro Hukbaplahap, abreviado de Huk. Segundo Jason Ridler, “composto por camponeses e guiado pela liderança combinada do Partido Socialista Filipino e Partido Comunista de 1930, o Huk estava entre os grupos de guerrilhas mais ferozes que lutaram contra os japoneses. Eles haviam se recusado a servir sob o comando dos EUA, ou a entregarem as armas depois da guerra” (RIDLER, 2017: 15).

Diante da crescente popularidade dos Huks, o sucessor de Roxas na presidência filipina, Elpidio Quirino (1949-1953), transformou em prioridade o combate aos guerrilheiros comunistas e, para tanto, nomeou Ramon Magsaysay como ministro de Defesa Nacional. Um ex-guerrilheiro

antecipatório durante a II Guerra Mundial, Magsaysay contou com a “assessoria” de dois peritos em contrainsurgência: o “primeiro-conselheiro da Força Aérea dos Estados Unidos e operador da Agência Central de Inteligência Major-General Edward Lansdale” e Charles T. R. Bohannon, “um *expert* em contrainsurgência que trabalhou com Lansdale invertendo a maré Huk em 1950, coautor de ‘Operação Contraguerrilha: A Experiência Filipina’, bem como de inúmeras ações de contrainsurgência na Colômbia e Vietnã” (RIDLER, 2017: 16)<sup>68</sup>. Assim que o ainda Ministro de Defesa Nacional Magsaysay foi “assessorado” de perto por esses dois “conselheiros” dos EUA, o “mestre praticante de guerra psicológica”, o “Major Edward Lansdale da CIA”, e o coronel Charles Bohannon, “ex-etnógrafo do Instituto Smithsonian e um especialista em folclore Navajo que aplicou o estudo da cultura, particularmente das superstições folclóricas, à guerra contra esse exército de guerrilha camponesa” (MCCOY, 2009: 377). Lansdale e Bohannon estavam subordinados a Frank Wisner do OPC/CIA. O programa contrainsurgente que do “trio” Lansdale, Bohannon e Magsaysay buscou quebrar o apoio popular às guerrilhas Huks, “problema” reconhecido pelo próprio Bohannon:

De 1946 até a maior parte de 1950, algo como 25.000 tropas governamentais e auxiliares buscaram destruir 12.000 guerrilhas. Talvez 150.000 dos quase 2 milhões de pessoas na área (Central Luzon) eram simpatizantes e apoiadores dos Huk. Em setembro de 1950, havia na área um pouco mais de Huk, muito mais simpatizantes e um desastre difundido para o governo e suas tropas (BOHANNAN *apud* RIDLER, 2017: 15)

Em 1950, como encarregado do Escritório de Coordenação Política (OPC), uma agência de inteligência altamente confidencial engajada em operações secretas, Lansdale foi enviado para as Filipinas, servindo de assessor do Exército local para o desenvolvimento de um programa contrainsurgente para destruir os Huks. Magsaysay inteirou-se, então, do repertório da CIA dominado por Lansdale referente a “técnicas de operações encobertas, incluindo sabotagem, guerra psicológica e contraterrorismo”, dirigindo-as contra o Partido Comunista das Filipinas (PCF) e os guerrilheiros Huks (MCCOY, 2003: 156). Entre 1950-54, Lansdale e Bohannon foram os reais responsáveis pelo “sucesso” das operações de Magsaysay que o conduziu, primeiro, ao cargo de Ministro da Defesa e, enfim, ao de presidente da República (RIDLER, 2017: 26).

---

<sup>68</sup> Lansdale e Bohannon representaram para os EUA o equivalente ao que foram o major Roger Trinquier e o capitão Antonie Savani para os franceses na Indochina, ou seja, seus primeiros “profetas” ou *experts* de “uma nova doutrina militar”: a contrainsurgência anticomunista. Cf. MCCOY (2003: 132) e RIDLER (2017; 2020).



**Figura 55.** “Ed Lansdale’s eccentric deputy in the Philippines in 1950s, Charles ‘Bo’ Bohannan (left), wore leather sandals and a jacket with shotgun shells for buttons. At right is Frank Wisner, Lansdale’s CIA superior. In middle: Ramon Magsaysay”. FONTE: BOOT, MAX (Twitter).

Entre 1950-55, “6.874 Huks foram mortos, 4.702 foram capturados, e 9.458 Huks se entregaram” (KELLY, 2014: 14). Graças à colocação em prática do conteúdo de “sua mala preta de truques sujos, incluídos contraterrorismo e o assassinato de oficiais de governo que se opuseram ao seu laçao, Ramón Magsaysay” (VALENTINE, 2000: 25), Ed Lansdale recebeu nas Filipinas o apelido de “*ugly American*”, servindo de protótipo, inclusive, para um filme homônimo estrelado por Marlon Brando. A equipe de Magsaysay, liderada por seu “americano feio” Ed Lansdale e pelo guerreiro etnólogo Bohannan, conseguiu derrotar os Huk “através de táticas inovadoras – agentes de penetração profunda, propaganda política e desinformação – que jogavam com as superstições camponesas” (MCCOY, 2009: 377). Essas táticas de guerra não-convencional “envolveram uma combinação criativa de operações de inteligência e guerra psicológica que subordinavam poder de fogo a objetivos políticos” (MCCOY, 2009: 378).

Magsaysay, com a ajuda de seus “amigos americanos”, reestruturou então as Forças Armadas das Filipinas (AFP) a partir dessa nova doutrina de *counterguerrilla warfare*. “Em vez de destacar tropas para lutar com toda a força Huk, a inteligência das AFP adotou táticas ‘caçador/matador’ para localizar e eliminar a liderança principal” (MCCOY, 2009: 378). Enquanto

os conselheiros da *Joint U.S. Military Advisory Group* (JUSMAG) continuavam aplicando doutrinas de contrainsurgência convencional, “o time da CIA de Lansdale desenvolveu novas táticas psicológicas e de penetração profunda que permaneceriam íntegras na doutrina de contrainsurgência das AFP pelas próximas décadas” (MCCOY, 2009: 378).



**Figura 56.** Ramon Magsaysay (esquerda) e Edward Lansdale (direita), o “Americano Feio” da CIA e do Pentágono enviado às Filipinas para combater os guerrilheiros Huks. FONTE: WIKIPÉDIA.

Com a liquidação dos Huks, publicamente Magsaysay foi identificado como o grande responsável pelo feito, entreabrindo-se-lhe o caminho da política e do poder. Rapidamente, renunciou ao cargo de Ministro da Defesa Nacional, acusou o presidente Quirino de corrupção e se filiou ao Partido Nacionalista do ex-colaborador filipino do fascismo japonês, José Laurel. Quem, então, organizaria a campanha à presidência de Magsaysay senão seu “americano feio” Ed Landsdale? “Lansdale, falava-se, ‘inventou’ Magsaysay. Por meio das organizações de frente da CIA – tais como o Movimento Nacional para Eleições Livres – ele concorreu à campanha filipina com licenciosidade, impunidade e dinheiro” (BLUM, 2004: 43). O grau de submissão de Magsaysay aos EUA foi tão extremo que, durante a campanha eleitoral de 1953, o filipino apanhou de seu *ugly American*: “quando Magsaysay insistiu em proferir um discurso que havia sido escrito por um filipino em vez daquele escrito pela equipe de Landsdale, este reagiu com fúria, finalmente golpeando-o tão duramente que nocauteou o candidato presidencial” (BLUM, 2004: 43).



Se “Paris bem vale uma missa”, por que não “um soco bem vale Manila”? Ed Lansdale conseguiu eleger Magsaysay presidente das Filipinas, embora a CIA já tivesse se antecipado e contrabandeado armas para usá-las em um golpe caso seu escolhido filipino perdesse. Era a CIA a responsável por redigir os discursos de Magsaysay, conduzir sua política externa e a agência “utilizava seus recursos de imprensa (editores pagos e jornalistas) para providenciar-lhe uma constante claque de apoio para seus programas domésticos e seu envolvimento na cruzada anticomunista dirigida pelos EUA no Sudeste Asiático” (BLUM, 2004: 43). Antes da vitória eleitoral da “chapa” Magsaysay/Lansdale em 1953, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) dos EUA decidira, em novembro de 1950, “apoiar ‘um militar filipino capaz de restaurar e manter a segurança interna’ para eliminar a guerrilha dos Huks (MCCOY, 2009: 376). Como ensina o historiador Alfred McCoy, “essa aliança de segurança EUA-Filipinas foi o primeiro entre muitos acordos mútuos de defesa global que se tornariam a marca da postura anticomunista de Washington durante a Guerra Fria” (MCCOY, 2009: 378-379).

Essa aliança “fez das Filipinas um laboratório pós-colonial para a criação de novas doutrinas de contrainsurgência, primeiro contra guerrilhas camponesas nos anos 1950 e depois contra manifestantes urbanos na década de 1960” (MCCOY, 2009: 379). De fato, quando o CSN dos EUA definiu “uma doutrina de contraguerrilha global em 1962, ele citaria como seu único exemplo ‘a estratégia de Magsaysay de combinar o uso da força com medidas de reformas’ como um promissor ‘modelo de contrainsurgência’” (MCCOY, 2009: 379). Missão cumprida nas Filipinas, Lansdale foi transferido em 1954 para o Vietnã, permanecendo Bohannon nas Filipinas como “assessor” permanente de Magsaysay. Esse foi o país que acolheu a II Conferência da APACL, em 1956; esse foi o presidente que se entusiasmou, como Jose Ma. Hernandez informara ao embaixador sul-coreano Young Kee Kim, com a decisão de se celebrar o segundo conclave apacliano nas Filipinas. Hernandez, inclusive, durante seu discurso proferido na I Conferência Anticomunista de Chinhae, em 1954, cantara uma ode aos métodos “inovadores” que Magsaysay utilizou para derrotar os comunistas filipinos. Na ocasião, Hernández gabou-se do fato de que “o comunismo está em fuga nas Filipinas por conta da liderança e dinamismo de nosso novo Presidente [Magsaysay]”, “inimigo do comunismo internacional” que “perseguiu os Huks por todas as colinas e montanhas das Filipinas até que as últimas cidadelas de dissidência fossem destruídas” (APACL, 1954e: 2).

Ainda em 1954, na Coreia do Sul, Hernández incumbira-se de justificar a ausência de Magsaysay na conferência que fundou a APACL e, ao fazê-lo, deixou entrever *a estratégia de Magsaysay de combinar o uso da força com medidas de reformas*. Como dissera o filipino, “o nosso presidente tem levado o governo ao povo nas vilas e cidades remotas. Ele iniciou um programa de aprimoramento social e econômico das massas” e, por isso, “o Presidente Magsaysay não pôde vir quando ele foi convidado há algum tempo atrás pelo corajoso e determinado Presidente da República da Coreia para formar a primeira União Anticomunista na Ásia” (APACL, 1954e: 3). Esse delegado-fundador da APACL referau-se à “reforma agrária” imbutida no tipo de acontrainsurgência que Magsaysay aprendera com os EUA. Essa reforma agrária contrainsurgente visou reabilitar órfãos de guerra e “vítimas da depredação e violência dos Hukbalahp” por meio do *Economic Development Corps* (EDCOR), “um projeto das Forças Armadas das Filipinas” (APACL, 1954e: 4)<sup>69</sup>. O muitíssimo bem informado Hernández explicara à I Conferência de Chinhae que Magsaysay tinha como meta “unificar seu povo na luta contra o comunismo” e valeu-se, para isso, de “organizações cívicas de massas (...) para espalhar a necessária informação relativa ao real propósito do comunismo e de suas violentas e diabólicas maquinações” (APACL, 1954e: 3-4).

Integraram esse esforço, além do EDCOR, “o Comitê para a Ásia Livre”, a “Ação Católica das Filipinas” – dirigida pelo próprio Hernández – “e finalmente o Exército em cooperação com o Serviço de Informações dos Estados Unidos e os cavaleiros de Colombo e outras organizações [que] embarcaram em uma guerra psicológica contra o comunismo” (APACL, 1954e: 4). Isto é, o líder filipino da APACL não apenas sabia da *guerra psicológica* inscrita no modelo de acontrainsurgência de Magsaysay e CIA, mas tomara parte dela com sua Ação Católica. Ao fim de seu discurso em Chinhae, Hernández alertara que “a luta contra o comunismo nas Filipinas já passou a fase militar, pois nossas forças aéreas, de terra e mar derrotaram os comunistas em todos os lugares” (APACL, 1954e: 5). “Mas hoje o perigo encontra-se na fase política das

---

<sup>69</sup> O EDCOR foi uma operação contrainsurgente que combinou elementos políticos, econômicos e militares criado por Lansdale, Bohannon e Magsaysay “como um programa de rendição que iria dar a ex-Huks terra, assim removendo Huks ativos das operações de guerrilha e providenciando uma contramensagem ao slogan Huk ‘terra para os sem-terra’. Logo o EDCOR tornou-se parte de um programa, primeiro militar e depois nacional, tanto de reabilitação Huk quanto de reforma agrária. O EDCOR era uma vitória simbólica na ajuda para colocar o campesinato contra os Huk e estava entre as chaves de sucesso que auxiliaram a proteger a presidência de Magsaysay, embora seu sucesso como reforma agrária tenha sido contestado” (RIDLER, 2020: 276).

operações comunistas”, isto é, “nas colunas de jornal, em revistas, bem como em nosso governo e na sociedade em geral” (APACL, 1954e: 5).

Em 1956 nas Filipinas Hernández seria o responsável pelo discurso de abertura da II Conferência da APACL. Nele, voltou a exaltar o modelo contrainsurgente de Magsaysay, assim como os demais delegados filipinos. Antes de se chegar a isso, e aos outros discursos da II Conferência apacliiana, deve-se identificar, primeiro, o seu *Quem-é-quem*.

#### 2.4.2. *Quem-é-quem*

A partir dos “Materiais da Conferência da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, Manila”, é possível radiografar que participaram da II Conferência da APACL delegados de Taiwan, Coreia do Sul, Vietnã do Sul, Filipinas, Hong Kong e Macau. A delegação taiwanesa, presidida por Ku Cheng-kang, contou com 10 dirigentes. A delegação sul-coreana com 14 membros, presidida por Ching Hang Kong e vice-presidida por Le George Paik. A delegação de Hong Kong foi representada por 4 delegados, assim como a de Macau, e as ilhas Ryukyu por 2. Enfim, a delegação dos anfitriões foi composta por 28 membros. Alguns foram caracterizados como “experts” no combate ao comunismo, entre eles, Peter Richards, Teodoro F. Valencia, Isidro Gloria, Simeon del Rosario, Jose M. Tinio, Agustin Patricio e Eduardo Lopez (APACLROK, 1956: 4). Confirmando a mencionada vinculação do “Capítulo” filipino da APACL com o aparelho oficial de repressão das Filipinas “por meio do Subsecretário de Defesa Jose M. Crisol, entre outros oficiais militares e de defesa” (KUNG, 2018: 190), alguns militares estiveram presentes na II Conferência apacliiana. Além do próprio Crisol, cujo discurso será logo analisado, foram eles – todos sob a categoria de “experts”: os coronéis Nicanor Jimenez e Shih I. Sheng (chinês filipino), os majores Jose Ma. Guerrero, Jose Tan Angeles e Eulogio M. Dua, o tenente Higinio Cabiling e o capitão Rebeck Espiritu<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Taiwan: Han Lih Wu, Tseng Pao Swen, Liu Peng-kiu, Pao Hua Kuo, Wang Tsu-tent (secretário da Embaixada taiwanesa em Manila), Chua Siok Po, Tang Tack, Tan Yi-min e Huang Ching-hung. Coreia do Sul: Sungsoo Whang, Shinsil Kim, Joo Hong Kim, Bup Rim Kim, Bup Rin Kim, Minsoo Pai, Choi Duk-Shin (general), Chin Pil Sik, William A. Glenn, J. Prentice (coronel), D. K. Kim e J. S. Kim. Vietnã do Sul: Tran Tam, Nguyen-Phuong Thiep, Hoang Nam Hung, Nguyen Hoa Pham, Nguyen Van Tuoi, Dihn Sinh-Phai e Tran Van-Duc. Hong Kon: Yip Tin Sing, Lam Yuk Sang, Hsia Tung Pei, Yang Kin-son. Macau: Lowrance Fong, Tommy Yung, Lilian G. Lee e Cheng Tong Yu. Ilhas de Ryukyu: Tsai Chang e Hsieh Tsu Kai. Filipinas: Jose Ma. Hernandez, Sy En, Yang Sepeng, Fernando Chua, Pablo

### 2.4.3. Principais discursos

Esse *Quem-é-quem* da II Conferência da APACL abrangeu os membros das delegações e, provavelmente, não flagrou um número maior de observadores. O já mencionado embaixador sul-coreano nas Filipinas, Yong Kee Kim, por exemplo, em seu *Report n.º 76* endereçado ao presidente Syngman Rhee, informou sobre um discurso proferido pelo senador Francisco Rodrigo, que não consta dos citados “Materiais” sobre os quais se reproduziu o *Quem-é-quem*. De qualquer foram, o embaixador Kim ressaltou a importância que o governo filipino atribuiu à II Conferência da APACL com o envio do Subsecretário de Defesa Nacional José Crisol, pontuando ao presidente da Coreia do Sul que “o Presidente Magsaysay estava incapacitado de assistir às sessões de abertura pois ele teve que comparecer a uma manobra naval conduzida pela 7ª Frota perto do Mar das Filipinas” (KIM, 1956: 1). Apesar da ausência do presidente filipino na II Conferência da APACL de 1956, Magsaysay não deixou de receber em audiência uma grande delegação dos conferencistas reunidos em Manila, sendo fotografado ao lado deles.

Destacou finalmente a Rhee que, durante a II Conferência apacliiana, “foi acordada a ratificação da Constituição em sua redação original e aprovada pelos chefes dos capítulos-membros. E uma emenda na admissão da filiação pode ser levantada na Sessão Plenária daqui a três anos” (KIM, 1956: 1). Como dito, coube ao filipino José Ma. Hernandez, um dos fundadores da APACL, dirigente da Ação Católica e entusiasta do modelo de contrainsurgência de Magsaysay, abrir a II Conferência da APACL. Ele foi, inclusive, o presidente da conferência, que foi realizada no Quartel-General da Marinha, em Manila, explicitando os nexos da Liga Anticomunista com as Forças Armadas filipinas. Em seu discurso de boas-vindas aos delegados ele saudou o conclave como o “testemunho da crescente força do espírito da liberdade na Ásia – um espírito no qual o próprio tempo de Deus deve finalmente destruir o presente flagelo da raça humana e suplantá-lo com o beneficente reino da justiça, liberdade e paz” (APACLROK, 1956: 7). Pela “causa de todos os povos amantes da liberdade da face do mundo”, Hernandez assegurou que os “povos da Ásia” já estariam conscientes de que **“o comunismo deve ser destruído ou ele irá nos destruir”** (APACLROK, 1956: 7, grifo meu). Era um caso de guerra entre “nós ou eles”. Entre a vida e a

---

L. Meer, Juan C. Tan, Prisco San Juan, Ramo F. Campos, Michaela A. Montemayor, Martiniano Abad, Feliciano A. Espina, Antonio Vilelgas, Jeremias Montemayor, Enrique M. Zafra (APACLROK, 1956: 4).

morte, seria preciso guerrear as “hordas comunistas” e o “monstro comunista”, “o mais horrível polvo que já desenhou seu caminho no mapa do mundo”: “**É ou NÓS ou ELES; Hiperião ou Sátiro; Cristo ou Barrabás; Luz ou Trevas**” (APACLROK, 1956: 7, grifo meu).



**Figura 57.** Delegados da II Conferência da APACL com o presidente das Filipinas Ramon Magsaysay. Da esquerda para a direita, circulos, Ku Cheng-kang (representante do ditador Chiang Kai-shek de Taiwan), Ramon Magsaysay e L. George Paik (representante do presidente da Coreia do Sul Syngman Rhee). FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1956, v. III, n.º 4, *capa*.

Não seria hora, pois, de pregar *coexistência* ou *neutralismo*, “e aquele que pensa que é possível viver no romântico crepúsculo da coexistência ou na Terra do Nunca das contradições mais conhecidas como *NEUTRALISMOS* está simplesmente assobiando no escuro” (APACLROK, 1956: 7). Na guerra anticomunista não haveria “lugar para dúvida ou vacilação”, já estando o “mundo livre” convencido de que “aquele que hesita está perdido para sempre” (APACLROK, 1956: 7). A APACL, portanto, não era um “grupo de estudos” para querelas teóricas: “o tempo de contemplação e discussão acadêmica chegou ao fim”, sendo necessário agir: “ação na Ásia, ação na África e na Europa, ação na América do Norte e do Sul, ação em todos os lugares é a única coisa necessária” (APACLROK, 1956: 7). E agir em coordenação, aconselhou Hernandez, com “uma ação combinada, unida e bem direcionada de todos os povos ainda livres no mundo para destruir o destruidor da ‘vida, liberdade e da busca da felicidade’” (APACLROK, 1956: 7).

As tarefas mais imediatas da II Conferência da APACL seriam duas. Primeiro, “ratificar nosso estatuto, que deverá ser o documento básico de todo o nosso pensamento e ação em nossa querida e longa busca pela liberdade, para ampliar nossa filiação para fortalecer nossa posição e estender as muralhas de nossa defesa” (APACLROK, 1956: 7). Segundo: a APACL deveria “intercambiar ideias e dispositivos para liquidar o inimigo da maneira mais expedita possível” (APACLROK, 1956: 7). O verbo da ação anticomunista era esse: liquidar o comunismo e, obviamente, os comunistas. Um projeto exterminista, claro está, incumbado e veiculado pela APACL que, durante sua II Conferência, deveria demonstrar “como os povos, diferentemente dos governos, podem fazer para consolidar as forças da luz contra o poder das trevas. Uma vez que os povos livres da Ásia estiverem totalmente mobilizados atrás de seus respectivos governos, qual poder na Terra poderá detê-los?” (APACLROK, 1956: 7).

Porém, a grande “estrela” da repressão do aparato de segurança do Estado filipino representado na II Conferência da APACL, como adiantado, foi o subsecretário de Defesa José M. Crisol. Ele discursou, a sua vez, em nome do grande “astro” da contrainsurgência nas Filipinas: “O Presidente Magsaysay estende seus cumprimentos pessoais a todos vocês. Ele deseja que sua estada nesse país seja agradável e que sua conferência seja frutífera” (APACLROK, 1956: 12). Crisol não era íntimo apenas de Magasaysay, mas de seu “criador”, Lansdale. Crison integrara a equipe do *ugly American*, do “antropólogo guerreiro” Bohannon e de seu compatriota Magsaysay.

Fora empregado em uma unidade chamada Escritório de Assuntos Cívicos. Segundo o historiador Alfred McCoy, “sob Jose Crisol, um ideólogo e militante anticomunista e *psywar* protegido de Lansdale, o Escritório para Assuntos Cívicos militar organizou um esforço de propaganda massiva, produzindo dois milhões de panfletos por dois anos com apoio técnico do Serviço de Informação dos EUA (USIA) e planejamento logístico da JUSMAG” (MCCOY, 2009: 377). McCoy anexou em um de seus livros uma fotografia do major Crisol, chefe do Escritório para Assunto Cívico, flagrado transmitindo via rádio uma “propaganda anticomunista projetada pelo agente da CIA Edward Lansdale” (MCCOY, 2009: 419). Crisol era um protegido do *Ugly American* Lansdale, figura histórica que inspirou o personagem estrelado por Marlon Brando em filme de 1963, a sua vez baseado em livro homônimo de 1958.



**Figura 58.** “At the height of the anti-Huk campaign in November 1951, Maj. Jose Crisol, chief of the Civil Affairs Office, Department of National Defense, speaks on a national radio network delivering anticomunist propaganda designed by CIA operative Edward Lansdale”. FONTE: MCCOY, 2009: 419.



**Figura 59.** *The Ugly American* foi o nome do livro (1958) e do filme (1963) nele inspirado e estrelado por Marlon Brando. Edward Lansdale, da CIA e do Pentágono, foi o protótipo histórico do “Americano Feio” da ficção. FONTE: WIKIPÉDIA.

Em seu discurso ao auditório da APACL, em 1956, nas Filipinas, Crisol reiterou que o objetivo daquela conferência era “formar uma estratégia comum para combater o comunismo nessa região” e a Liga Anticomunista deveria se concentrar na *guerra psicológica*. Isso porque, assegurou, “nós ainda não lidamos adequadamente com o ritmo que os comunistas estabeleceram na batalha pelas mentes das pessoas. A batalha que nós enfrentamos é essencialmente uma corrida pelo caráter e mentes das massas” (APACLROK, 1956: 12). O centro da guerra anticomunista deveria ser – e o que mais um *psywar* protegido de Ed Lansdale poderia propor? – *a batalha pelas mentes das pessoas e das massas*. O subsecretário de Defesa de Magsaysay, então, aconselhou a APACL concentrar-se nisso: como conquistar os “corações e mentes” das “massas”.

Isso porque, mesmo derrotados militarmente, como no caso filipino, os comunistas persistiriam em sua *guerra ideológica*. Segundo Crisol, nas Filipinas, as ações comunistas “mudaram, assim, da luta armada para táticas encobertas, um plano clandestino sistemático de destruição da segurança nacional e busca pelo poder nacional” (APACLROK, 1956: 12). Mesmo que sejam forçados a abandonar a luta armada, os comunistas “têm enfatizado a subversão e infiltração em seu esforço de tomar o poder” (APACLROK, 1956: 12). Nessa fase “pós-militar”



da estratégia dos “vermelhos”, avultaria a importância da *batalha de ideias* e demais dimensões “não-militares” da contrainsurgência. E aí teria residido a inteligência de Magsaysay. Foi aí que venceu (sozinho?) “a ameaça vermelha” nas Filipinas. Mencionando sem citar o EDCOR de Magsaysay e da CIA, Crisol assinalou que “o programa de desenvolvimento rural deste país tem se provado como a arma mais efetiva em nossa ação de paz no combate à subversão comunista. Nossa política governamental de ‘força e amizade’ pagou dividendos em nossa luta contra o comunismo” (APACLROK, 1956: 12). Em 1946, os comunistas filipinos possuíam um grande poder armado e desfrutavam de uma enorme popularidade: “eles tinham controle da base de massas de alguns 100.000 e algo em torno de dois milhões de simpatizantes para apoio e ajuda material em seu movimento para anexar esse país ao vermelhismo” (APACLROK, 1956: 13).

E qual teria sido o erro da primeira forma de enfrentá-los? Consistiu em guerrear os “vermelhos” no campo “puramente militar”. “Foi nesse momento que o Presidente Magsaysay, então Secretário de Defesa, reexaminou nosso problema e adotou a agora famosa política de força total (...) contra os dissidentes” (APACLROK, 1956: 13). Nota-se que Crisol aprendera muito com seu protetor Ed Lansdale. Um aprendizado que, sem citar a fonte da qual bebera, tentou retransmitir à II Conferência da APACL. “Não há uma abordagem clássica para a solução do problema comunista”, mas uma coisa é certa: “nós percebemos que nenhum país pode lutar sozinho contra o inimigo. O mundo livre deve lutar junto” (APACLROK, 1956: 13). Seria urgente, enfim, que a APACL impedisse que os comunistas continuassem explorando a “nova onda de nacionalismo entre os povos” que se verificava na Ásia, recomendando o estabelecimento uma linha divisória para ficar claro “onde o nacionalismo termina e o comunismo começa”, o que poderia ser “solucionado através de um programa de ação mais coordenado e integrado – um programa de ação que seja realista e sincero” (APACLROK, 1956: 13).

“É por meio deste programa que nós”, nas Filipinas, “buscamos esmagar o comunismo em sua totalidade” e, concluiu esse *psywar* protegido de Lansdale, “a modesta experiência de nosso país na luta contra o comunismo é nossa oferta na formulação de uma estratégia geral nesta conferência em nosso esforço comum contra o comunista na Ásia inteira” (APACLROK, 1956: 13). Se Jose Ma. Hernandez, como visto, tomou parte do programa de contrainsurgência de Magsaysay por meio de sua Ação Católica. Se o secretário de Defesa das Filipinas José M. Crisol foi um *psywar* treinado por Ed Lansdale, chefe do Escritório de Assuntos Cíveis e parceiro de

Magsaysay. Outro orador na II Conferência da APACL, “um ‘Coronel’ Shin I-Sheng” (KUNG, 2018: 190), também tomara parte da contrainsurgência filipina. I-Sheng não era propriamente filipino, mas um chinês residente em Manila ligado à ditadura taiwanesa. Ele era o Liga Anticomunista Filipina (PACL). I-Sheng esclareceu ao auditório apacliano que, em 1950, “um grupo de indivíduos representando diferentes nacionalidades se reuniu para estabelecer o que é agora conhecido como Liga Anticomunista das Filipinas” (APACLROK, 1956: 11).

Filipinos, chineses, estadunidenses e britânicos congregaram-se naquela Liga para evitarem “a queda deste país nas mãos dos comunistas”, impulsionados pelas “hordas vermelhas do comunismo” que conquistaram a China continental e forçaram Chiang Kai-shek ao exílio. “Os comunistas locais, mais conhecidos como os Huks, já estavam batendo nos portões de Manila. Havia medo de que a menos que uma ação imediata e drástica fosse tomada, as Filipinas se tornariam a próxima na linha para a conquista comunista” (APACLROK, 1956: 11). Na “iminência” da conquista das Filipinas pelos Huks, um “milagre” aconteceu. Segundo I-Sheng, “Deus, em sua sabedoria, sempre auxilia as pessoas em seus momentos de necessidade. Uma entre elas é escolhida para providenciar a sabedoria e determinação para combater o perigo de suas vidas” (APACLROK, 1956: 11). E quem “Deus” teria escolhido para combater os Huks? “Sua Excelência, o Presidente das Filipinas, então congressista Ramon Magsaysay de Zambales, foi apontado como secretário nacional de defesa” (APACLROK, 1956: 11). Foi “Deus”, e não os EUA, portanto, quem teria escolhido Magasaysay que, “iluminado” (por quem?), “literalmente empurrou os Huks para dentro das montanhas, para lá dividi-los em pequenos bolsões de resistência, de vez em quando ainda fazendo buscas nos *barrios*, mais por propósitos de incômodo do que por qualquer esforço sério para destituir o governo” (APACLROK, 1956: 11).

O “coronel” chinês residente nas Filipinas saudou “os métodos não convencionais que o Presidente [Magsaysay] adotou quando era ministro da defesa”, que “têm sido, desde então, um modelo para outros países na derrota bem-sucedida da invasão do comunismo” (APACLROK, 1956: 11). I-Sheng revelou ao auditório apacliano que “o Presidente Ramon Magsaysay é o presidente honorário da Liga Anticomunista das Filipinas [PACL]” e, “com toda modéstia e humildade”, revelou que a PACL “havia cooperado com os esforços do Presidente em pequena escala como pôde. Nós organizamos manifestações em muitas cidades despertando as pessoas sobre o perigo do movimento comunista. Nós unimos o Escritório para Assuntos Cíveis, então

comandado pelo agora Subsecretário de Defesa Jose M. Crisol em uma série de encontros pacíficos, aulas e seminários expondo a verdade sobre o mal natural do inimigo” (APACLROK, 1956: 11). Ou seja, a PACL de I-Sheng integrou-se ao Escritório de Assuntos Civis montado pela CIA e então chefiado por Crisol, o *psywar* protegido do *ugly American* Lansdale. A PACL era uma das organizações citadas por Jose Ma. Hernandez que, no marco do EDCOR, participou de *uma guerra psicológica contra o comunismo* nas Filipinas.

Mas quem era “Shih I-Sheng 施逸生”? Graduado da Academia Política e Militar Central de Chongqing, ele chegara nas Filipinas na década de 1930 para treinar os *Chinese Volunteers in the Philippines* (CVP). Sob a ocupação japonesa das Filipinas durante a II Guerra Mundial, destacou-se como comandante do CVP e, então, aprofundou suas “conexões com oficiais de inteligência e militares norte-americanos e filipinos” (KUNG, 2018: 103). No pós-guerra, ele organizou o braço político do KMT nas Filipinas, tornou-se editor da *Free China Magazine*<sup>71</sup>, participou pessoalmente em operações da polícia militar contra “suspeitos de comunismo” e praticou extorsões de chineses residentes no país<sup>72</sup>. Enfim, um “anticomunista criminoso” (KUNG, 2018: 104). Sua organização, a PACL, além de ter Magsaysay como presidente de honra, era “conduzida pelo Major da Reserva do Exército dos EUA Frank Tenny e dominada por americanos e filipinos” (KUNG, 2018: 93). A PACL, ao lado da Ação Católica de Hernández, coordenaria desde então suas atividades à APACL-Filipinas. E, como visto, a PACL teve seu pontapé inicial em um evento sediado dentro da Embaixada de Taiwan nas Filipinas que contou com a presença de Ku Cheng-kang. Esse todo-poderoso dirigente de alto nível do KMT, presidente do “Capítulo” taiwanês da APACL, foi também um dos oradores da II Conferência apacliiana de 1956.

Em seu discurso, ele destacou que, desde a fundação da APACL na Coreia do Sul, em 1954, “nós temos trabalhado duramente para intensificar o movimento anticomunista do povo

---

<sup>71</sup> A *Free China Magazine* “era provida com funcionários membros do KMT e escrita em inglês de modo a manter seus contatos no governo lado a lado com o trabalho de propaganda do partido e cooperação com as autoridades” (KUNG, 2018: 104). I-Sheng serviu como secretário-geral do partido do KMT filipino entre 1948 e 1951, tendo renunciado depois de ser exposto como extorsionário. Fugindo, fez um tour pelos EUA, América Latina, Europa e Sudeste Asiático, retornando às Filipinas em 1952, mantendo-se no Comitê Executivo do KMT filipino até o fim da 1950 (KUNG, 2018: 101). De volta às Filipinas, tornou-se vice-presidente da Liga Anticomunista Filipina (PACL) e, nessa condição, participou da II Conferência da APACL de 1956.

<sup>72</sup> Explorando suas credenciais do KMT, ele reivindicava possuir conexões com as Forças Armadas das Filipinas e contava à sua vítima que alguém havia reportado às autoridades que ela era comunista ou simpatizante comunista. Shih então oferecia limpar o nome dessa pessoa se ela o pagasse” (KUNG, 2018: 79)

chinês, ambos em Taiwan e no continente chinês sob o controle comunista” (APACLROK, 1956: 19). Criticou na sequência as “intrigas dos imperialistas soviéticos subjacentes à sua ofensiva de paz” (APACLROK, 1956: 19). A APACL deveria rechaçar, advertiu, a política de *coexistência pacífica* urdida na URSS depois da morte de Stalin. Não se poderia duvidar de que “o objetivo geral da agressão soviética é tornar o mundo inteiro um império comunista” (APACLROK, 1956: 19). Seria uma estratégia da URSS alternar ação militar com gestos pacíficos para a consecução de sua “agressão imperialista”, “tentando tomar por meios pacíficos o que a ela é negado no campo de batalha” (APACLROK, 1956: 19). “Palavras doces” como *coexistência pacífica* seria apenas um ardil soviético para ganharem tempo para avançarem uma guerra que já estaria em preparação. A APACL deveria, assim, ter sempre em mente que “a União Soviética é a fonte de todos os problemas na cena internacional e portanto a arqui-inimiga do Mundo Livre” (APACLROK, 1956: 19). De volta às origens da APACL, fundada em Chinhae como uma contraposição à Conferência de Genebra, o dirigente taiwanês defendeu que “o assim chamado espírito de Genebra tem liderado o mundo livre em direção à beira da armadilha soviética da ‘paz’” (APACLROK, 1956: 19).

O “espírito de Genebra”, pois, não passaria de uma “armadilha da paz soviética” ou uma “campanha soviética sorridente” (APACLROK, 1956: 19). Ancorava-se na *coexistência pacífica*, uma “retirada tática na ofensiva de paz soviética”, garantiu Ku Cheng-kang, elaborada para ocultar ao “mundo livre” o real caráter da “política agressiva soviética” que, sob as ordens de “Krushchev, Miloyan & Co.”, apostava que “socialismo poderia ser alcançado em outros países por meios parlamentares em vez da revolução violenta” (APACLROK, 1956: 19-20). O XX Congresso do Partido Comunista Soviético, que denunciou ao mundo os crimes de Stálin, foi parte dessa “ofensiva de paz soviética” na medida em que obliterou “a diferença básica entre a Terceira Internacional, que favorecia a revolução violenta, e a Segunda Internacional, que acreditava em buscar o poder político por métodos parlamentares” (APACLROK, 1956: 19). (As Internacionais Comunistas, como se verá, eram lidas pela doutrina do KMT taiwanês como parte da *guerra organizacional* comunista).

Assim, avançou Ku Cheng-kang, “a recente retirada tática dos imperialistas soviéticos é calculada para promover o neutralismo”, *sabotando* o “sistema coletivo de defesa do mundo livre” através de “uma frente unida com os socialistas”, a fim de “instigar revoluções nacionais no Oriente de modo a aumentar ainda mais seu poder de agressão” (APACLROK, 1956: 20). Essa

“ofensiva de paz soviética” colocaria em risco os EUA, o grande líder do “mundo livre” que, embora bem-sucedido em “conter a expansão soviética”, estaria sendo ludibriado pela “ascendente **onda do apaziguamento [appeasement] internacional**”, ocasionando um relaxamento na “política de libertação do Presidente Eisenhower” (APACLROK, 1956: 21, grifo meu). Ku Cheng-kang lamentou que os EUA não tenham conseguido colocar em prática a *política de libertação* proposta por Eisenhower, optando-se assim pela “atual estratégia anticomunista (...) puramente defensiva” (APACLROK, 1956: 21). Descontinuar a *política de libertação* em benefício do *neutralismo* e do *apaziguamento internacional* com os comunistas traria duas consequências imediatas: os soviéticos intensificariam “sua propaganda, infiltração e subversão contra o mundo livre” e se extinguiria “o movimento anticomunista atrás da Cortina de Ferro” (APACLROK, 1956: 21).

Em suma, conclamou o dirigente taiwanês, os EUA deveriam ser “mais positivos em sua ação” pela “causa anticomunista” e, acima de tudo, “não devem desistir de sua política de libertação. Devem levar a cabo a ideia do Presidente Eisenhower” (APACLROK, 1956: 21). Seriam impossível a *coexistência pacífica* entre “liberdade e escravidão” e, arrematou Ku Cheng-kang, “o neutralismo somente pode levar à dominação comunista” (APACLROK, 1956: 22). Se o governo norteamericano abandonou a “ideia” da *política de libertação*, a Taiwan do *generalíssimo*, não. “Nós, o povo da China Livre, ambos em Taiwan e além do mar, sob a liderança de nosso Presidente, Generalíssimo Chiang Kai-shek, estamos determinados a vencer a agressão soviética e retomar o continente chinês” (APACLROK, 1956: 24). Isto é, “nossa luta para recuperar o continente é, por si mesma, uma revolução nacional” (APACLROK, 1956: 24). Taiwan estava comprometida, assim, com a *política de libertação* da China continental do “regime comunista chinês”, “um instrumento de agressão nas mãos dos imperialistas soviéticos contra os países asiáticos” (APACLROK, 1956: 23).

Essa “revolução nacional” para a reconquista do continente chinês, definiu Ku Cheng-kang, era “nossa guerra santa” (APACLROK, 1956: 24). Com esse diagnóstico, o dirigente do KMT sugeriu algumas propostas à II Conferência da APACL. A primeira partiu de uma premissa, “os imperialistas russos cometem agressão contra nós através de uma série de ações controladas por uma forte organização central”, concluindo: “eu não acho que nós poderíamos derrotá-los sem nos organizar e ao menos coordenar nossos esforços igualmente bem” (APACLROK, 1956: 24).

Isto é, os anticomunistas deveriam emular a *forte organização central* dos comunistas e, como segunda sugestão, Ku Cheng-kang insistiu na necessidade de internacionalização da APACL, primeiro na Ásia, depois mundo afora. Seria preciso ampliar o arco de alianças da APACL para “convertê-la em um ponto mobilizador para todas as forças anticomunistas na Ásia”, mas, “para vencer a agressão comunista na Ásia, a Liga deve cooperar com outras forças anticomunistas por todo o Mundo Livre” (APACLROK, 1956: 24).

Primeiro, emular a *forte organização central* dos comunistas. Segundo, internacionalizar a APACL. Terceiro, “fortalecer o nosso nacionalismo para combater a agressão comunista” e “cooperar com nosso próprio governo para aniquilar a infiltração comunista, subversão e insurreição” (APACLROK, 1956: 25). O presidente da APACL-Taiwan insistiu que “a segurança mundial depende da segurança da Ásia que, por sua vez, depende da situação no continente chinês” e, “desde que o continente chinês caiu nas mãos dos comunistas, o resto da Ásia, Coreia e Vietnã, em particular, tem sido exposta à agressão comunista” (APACLROK, 1956: 25). Sem a recuperação da China continental das mãos dos comunistas não seria possível haver paz e segurança na Ásia e, por isso, “o povo da China, coreanos e vietnamitas” deveriam encorajar seus governos a cooperarem para o fornecimento de “suporte aos seus próprios compatriotas agora presos atrás da Cortina de Ferro” (APACLROK, 1956: 25). Seria preciso uma ação conjunta de *povos e governos* “para demolir a Cortina [de Ferro] na Ásia e restaurar a liberdade àqueles que a haviam perdido” (APACLROK, 1956: 25). A APACL deveria “resistir à agressão comunista e libertar as pessoas atrás da Cortina de Ferro na Ásia”, buscando estabelecer “um sistema de defesa coletivo para a Ásia inteira” (APACLROK, 1956: 25).

Por último, Ku Cheng-kang propôs uma distinção entre dois tipos de *imperialismos*. Os asiáticos “sabemos”, segundo ele, que “o imperialismo comunista é mais feroz que o imperialismo ocidental” (APACLROK, 1956: 25). O *imperialismo ocidental* teria como objetivo, apenas, “a exploração econômica e a subjugação política”, enquanto o *imperialismo comunista*, “além da subjugação política e expropriação econômica, traz consigo a desintegração de toda a estrutura social, religiosa, cultural e a completa negação da decência humana” (APACLROK, 1956: 25). A APACL deveria contrapor-se ao mais *feroz* dos *imperialismos*, o comunista, e empreender uma *guerra santa* entre “a liberdade e a escravidão”, “a democracia e o totalitarismo”, “a justiça e o mal”. Congregando *o povo da Ásia*, a APACL deveria ser capaz de “cumprir nosso dever na luta

global anticomunista” e, “depois que tivermos purgado este grande continente da peste comunista, nós seremos capazes de construir uma Ásia próspera, democrática e livre” (APACLROK, 1956: 25). A vitória caberá aos que lutam, “ela virá para os combatantes comunistas. Batalhemos juntos em direção à vitória”, unificando “todas as pessoas amantes da liberdade (...) contra os comunistas” (APACLROK, 1956: 25).

Finalmente, o último discurso de destaque na II Conferência da APACL ficou a cargo de L. George Paik, vice-presidente da delegação sul-coreana. Paik basicamente conclamou à ação anticomunista imediata, já que “os comunistas não estão esperando” (APACLROK, 1956: 8). Se em 1955 a APACL deixou de se reunir, “os comunistas estavam ganhando metade do Vietnã” e “hoje as Repúblicas da China e da Coreia encontram-se sob um cerco virtual” (APACLROK, 1956: 8). Repondo o rechaço à Conferência de Genebra que matrizou a gênese da APACL, Paik criticou que, naquele momento, “os conciliadores estão tentando forçar sobre o Vietnã uma eleição de estilo comunista que iria arruinar a metade livre daquele país” (APACLROK, 1956: 8). A Conferência de Genebra, ao prever um referendo sobre a unificação do Vietnã, *uma eleição de estilo comunista* segundo Paik, entreabriu as portas à “penetração inimiga” e, diante dela, “o Ocidente mantém-se passivo, embalado pelo canto da sereia da coexistência pacífica e pela nova conspiração para abrandar as democracias com palavras amigáveis” (APACLROK, 1956: 8). Embora naquele momento defendessem *eleições* e *coexistência pacífica*, “o comunismo não mudou minimamente. Ele ainda prega e pratica a conquista da Terra. Cedo ou tarde, todo o mundo será escravo ou livre” (APACLROK, 1956: 8).

Mas a APACL não deveria perder tempo com discussões intermináveis, seria necessária *ação* anticomunista, indagando: “Primeiro, o que vem a ser o futuro dessa organização? Segundo, o que nós vamos fazer – e eu me refiro à atuação e não a meras palavras – para assegurar e acelerar a derrota do comunismo?” (APACLROK, 1956: 8). Paik, tal qual Ku Cheng-kang, insistiu na necessidade de internacionalização da APACL, que decidiria “o futuro da Liga”: “**a APACL deve se tornar global**” (APACLROK, 1956: 8, grifo meu). E o mundo teria o que aprender com a APACL, e não o inverso, uma vez que “nós tivemos a maior parte da experiência direta com o comunismo e o Ocidente, a menor. Somente o aprendizado das lições que nós temos a ensinar podem salvar a Europa, África e a América da terrível infiltração dos comissários e doutrinadores” (APACLROK, 1956: 8). O continente asiático poderia salvar o *Ocidente* do comunismo e, naquela

altura, a Ásia manteria “o equilíbrio do poder” mundial. Todavia, em seu plano de globalização, a APACL deveria se aliar com países ocidentais, os EUA, principalmente. “Não esqueçamos que a Ásia Livre existe hoje somente porque os Estados Unidos lutaram e conquistaram nosso antigo opressor. Por isso nós temos uma dívida com os nossos amigos dos Estados Unidos e a melhor forma que temos de pagá-la é acelerando o dia do despertar americano” (APACLROK, 1956: 8).

Não apenas nos EUA, mas “em ambas as Américas”, ao norte e ao sul, “há muitas organizações incondicionalmente anticomunistas que se regozijariam em se juntar a nós na **cruzada mundial contra os comunistas**” (APACLROK, 1956: 8, grifo meu). Se a APACL *deve se tornar gobal*, ela poderia contar com seus “amigos americanos”, mas também com os anticomunistas da Europa, África, Oriente Médio, Extremo Oriente. O delegado da APACL-Coreia do Sul informou ainda que Turquia, Paquistão, Austrália e Nova Zelândia “manifestaram grande interesse na Liga” e, garantiu, “os próprios Estados Unidos inegavelmente irão buscar a filiação em uma organização de nível global” (APACLROK, 1956: 9). Todavia, quantidade não era qualidade, e a APACL, em sua internacionalização, deveria engajar *nações* resolutamente anticomunista apenas, e não “nações neutralistas que estão dando ajuda e conforto aos Vermelhos” (APACLROK, 1956: 9). Paik retomou, assim, a recusa do governo sul-coreano em aceitar japoneses na APACL, o que motivara a implosão da II Conferência apacliiana prevista para ocorrer, originalmente, em 1955 em Taiwan. Paik criticou o Japão, que, “enquanto fingia lealdade ao Mundo Livre, negociou trocas comerciais, de pesca e outros acordos com os [governos] fantoches da Coreia do Norte e do regime ilegal da China Vermelha” (APACLROK, 1956: 9).

A Coreia do Sul defenderia a “expansão desta Liga, mas apenas na base de um comprovado anticomunismo. Se esses países neutralistas despertarem a tempo e escolherem a liberdade, eles deverão ser parte da nossa cruzada” (APACLROK, 1956: 10). Paik garantiu, enfim, que desde a fundação da APACL em 1954 na Coreia do Sul, seus membros nacionais estariam “organizando um dos maiores movimentos de massa na história da humanidade”, salientando que “todos os capítulos estiveram ativos localmente em algum nível e nós podemos relatar, após visitar Taipei, que nossos amigos da China Livre vêm fazendo um belo negócio” (APACLROK, 1956: 10). Contudo, tal qual fizera Jose Ma. Hernandez na abertura da II Conferência da APACL, Paik conclamou à *prática* anticomunista: “Nós da Coreia esperamos que a conversa vá direto ao ponto – que levará à ação e não apenas a mais um debate a esmo” (APACLROK, 1956: 10). Dessa forma,



não bastaria “odiar os comunistas”, mas sim organizar esse *ódio* anticomunista em ação prática. Os debates na APACL deveriam conduzir à organização prática desse *ódio* anticomunista. “Todos nós odiamos o comunismo, mas não será suficiente expressar esse ódio em uma torrente de palavras abusivas. Nós precisamos sair do domínio dos clichês pretensiosos e ir direto às realidades específicas” (APACLROK, 1956: 10).

E a melhor forma de organizar esse *ódio* anticomunista, segundo Paik, era através da propaganda ou, na dicção de Syngman Rhee, na trincheira da “batalha de ideias”. “Como nós vamos fazer as pessoas se interessarem no nosso movimento e convencê-las dos terríveis perigos diante de todos os que querem ser livres? Presumivelmente nossos *workshops* irão discutir mídias tais como a promoção de encontros, palestras, transmissões de rádio e televisão, jornais, livros, panfletos, revistas, contatos pessoais e assim por diante” (APACLROK, 1956: 10). Mas essas *mídias* anticomunistas que a APACL deveria estruturar teriam um custo e, diante das “dificuldades de levantar dinheiro para tais empreitadas e persuadir um grande número de pessoas capazes e ocupadas para devotar seu tempo e energia para nossa causa”, concluiu Paik, “nós deveríamos considerar a possibilidade de obter fundos de uma fundação, muitas delas são ardentemente contrárias ao comunismo” (APACLROK, 1956: 10).

#### 2.4.4. Os Workshops

De fato, essa discussão sobre as *mídias* suscitada como fundamental por Paik foi tema de um dos *Workshops* apaclianos. Nele, intitulado “Comunismo e Meios de Comunicação de Massas [*Mass Media*]”<sup>73</sup>, a delega taiwanesa alegou que os comunistas chineses utilizavam quatro métodos: “(1) propaganda por meio de cartazes, charges, etc.; (2) movimento literário pelo ensino de analfabetos em sua propagação de doutrinas comunistas; (3) o uso de teatros; (4) o uso de rádio e imprensa projetados ambos pela *intelligentsia* e pessoas comuns” (APACLROK, 1956: 34). A “senhoria Tseng” exaltou as contra-medidas adotadas em Taiwan: “(1) contrapropaganda por meio do uso de cartazes e charges retratando os males do comunismo; (2) aproveitar-se de revistas e outros periódicos na disseminação de informação; (3) uso também de rádio e panfletos jogados

---

<sup>73</sup> Compuseram esse Workshop: Sungso Whang (Coreia do Sul); Tseng Pao Swen (Taiwan); Yang Kim Son (Hong Kong); Shinsil Kim e J. Prentice (Coreia do Sul); Cheng Tong (Macau); Tran Tan (Vietnã do Sul); Jose Ma. Hernandez, Shih I. Sheng, Joseph W. T. Wong (Filipinas) (APACLROK, 1956: 34).

por aviões, especialmente na China continental; (4) utilização de medidas de segurança especialmente contra pessoas de antecedentes desconhecidos que entrem em Formosa” (APACLROK, 1956: 34).

Esse *Workshop* recomendou à APACL adotar as seguintes medidas: “1. Intercâmbio de literatura e artes – como pinturas, etc. 2. Troca de informação através da imprensa e revistas. 3. Conjunto de publicação de periódicos pela APACL. 4. Patrocínio conjunto de conferências: a. festivais asiáticos sobre artes e culturas. b. conferências da juventude e estudantes anticomunistas. c. conferência de mulheres anticomunistas. d. pesquisas em teoria anticomunista” (APACLROK, 1956: 35). Recomendou ainda à APACL combater o comunismo “com todos os meios possíveis através do rádio, imprensa e outras mídias de massa, e neutralizar todas as outras agências que (...) sejam solidárias ou estejam ajudando material ou moralmente os comunistas em seu objetivo de dominação mundial” (APACLROK, 1956: 36). Sugeriu-se que a APACL incorporasse o programa taiwanês *All roads lead to freedom*, recomendando que fornecesse ajuda financeira, econômica, moral e espiritual aos “refugiados dos territórios de controle comunista”, provendo-os com “toda a informação necessária com relação ao modo democrático de vida”, para “utilizar suas histórias na luta contra o comunismo” (APACLROK, 1956: 34).

Um segundo *Workshop* tratou do tema o “Comunismo nas Agências Governamentais”<sup>74</sup>. Nele, Ku Cheng-kang elogiou as medidas preventivas adotadas sobre o assunto pela ditadura taiwanesa. Na Taiwan do *generalíssimo*, “todos os oficiais de governo e funcionários foram invariavelmente requisitados para serem garantidos por dois abonadores”; “em diferentes níveis existem diferentes organizações governamentais para prevenir a infiltração por comunistas”; “todos os oficiais de governo e funcionários foram treinados para ter um firme espírito anticomunista” (APACLROK, 1956: 31). A delegação sul-coreana informou que, para cuidar do assunto, o governo de seu país proibiu o funcionamento do Partido Comunista. Já o delegado sul-vietnamita reportou que estava em andamento “uma vasta campanha contra o comunismo” em seu país, cujo governo realiza, “antes de contratar um funcionário”, “uma investigação detalhada sobre suas atividades passadas” e “possui várias agências de investigação para verificar infiltrados”, além de ser “requerido a todos os oficiais que sejam membros da liga revolucionária anticomunista

---

<sup>74</sup> Ku Cheng-kang e Wang Tsu-the (Taiwan); Choi Duk-sin (general) e Kim Bup-kim (Coreia do Sul); Nguyen Hoa Pham (Vietnã do Sul); Lowrance Gong (Macau); Hsia Tung Pei (Hong Kong); Pablo L. Meer, Ramon F. Campo, Antonio Casem Jr. e Sy En (Filipinas) (APACLROK, 1956: 31).

do Vietnã” (APACLROK, 1956: 32). Esse *Workshop* acatou a sugestão de Ku Cheng-kang de que “a Liga deve encorajar todos os governos interessados a fortalecerem suas respectivas atividades de contraespionagem e mútuas trocas de informação, experiências, medidas e técnicas relativas a isso” (APACLROK, 1956: 33). Acatou ainda a recomendação sul-vietnamita para que “todos os governos sejam requeridos a estabelecerem centros de treinamento de modo a absorver o espírito do anticomunismo entre os oficiais de governo e funcionários” (APACLROK, 1956: 33).

O coordenador filipino do *Workshop* condensou as propostas em uma recomendação para que “todos os governos sejam requeridos a adotar uma triagem completa de oficiais de governo e funcionários antes de aceitá-los, e a ter uma conferência periódica de suas atividades daí em diante” (APACLROK, 1956: 33). Acrescentou-se, enfim, uma proposta filipina para que a APACL se aliasse ao SEATO: “a Liga deveria candidatar-se a qualquer posição consultiva na SEATO pois desse modo poderia ter contato constante com as atividades da organização” (APACLROK, 1956: 33). Um terceiro *Workshop*, intitulado “Comunismo no Trabalho”, sugeriu aos “Capítulo” nacionais da APACL que estudassem meios de melhorar as condições de vida, saúde, educação e cultural “dos trabalhadores em suas respectivas nações e particularmente para assegurar proteção a mulheres e crianças na indústria com o intuito de remover as causas de agitação comunista” (APACLROK, 1956: 37). Adotou duas resoluções nesse sentido: “1) que um comitê especial seja criado pela Liga para tomar conta de suas atividades em matérias de trabalho. 2) que os membros da Liga devem encorajar seus respectivos governos a adotarem um programa para auxiliar o treinamento de líderes trabalhistas locais” (APACLROK, 1956: 37).

Um quarto *Workshop*, “Comunismo e Controle Econômico”, conclamou os países membros da ONU a decretarem embargo econômico, financeiro e comercial com *todos* os países comunistas. A APACL deveria apelar “às Nações Unidas e seus Estados-membros, por meio dos governos dos estados-membros da Liga”, para que decretassem “o embargo global no futuro” (APACLROK, 1956: 39). Um último *Workshop* tratou dos supostos narcovínculos da República Popular da China (RPCh), sugerindo à APACL utilizar “a política internacional antiópio e antinarcóticos” para “expor à atenção pública as atividades dos comunistas chineses no tráfico de drogas” (APACLROK, 1956: 39). A realidade histórica foi justamente o oposto, como se verá ao final deste CAPÍTULO 2. A RPCh extinguiu o ópio do continente chinês. O governo taiwanês,

embora proibindo as drogas no país, tornou-se um narco-Estado no plano externo, monopolizando grande parte do tráfico de ópio asiático por meio de suas tropas remanescentes em Burma.

#### 2.4.5. Resoluções, Declaração, Programa de Ação e Carta da APACL

A II Conferência emitiu relativamente poucas Resoluções nessa fase inicial da APACL. Uma delas agradeceu ao organizador do conclave José Ma. Hernandez e ao presidente filipino Ramon Magsaysay, que “estendeu sábio conselho à Liga sobre as medidas exigidas (...) para erradicar o Comunismo” (APACLROK, 1956: 47). Outra Resolução conclamou o “mundo livre” a “pôr fim imediatamente ao colonialismo comunista em todo lugar” (APACLROK, 1956: 47); uma outra, em face do “aprisionamento” de “milhões de pessoas” dentro do “cativeiro comunista” chinês, coreano e vietnamita, conclamou o “mundo livre” a se juntar “em uma grande cruzada de libertação de todos os povos escravizados e que essa cruzada fosse vigorosamente levada adiante até que esses povos reconquistassem sua liberdade” (APACLROK, 1956: 48). Outra Resoluções pediu a revogação do armistício da Guerra da Coreia e “a expulsão do membro comunista do NNSC [*Neutral Nations Supervisory Commission*] do solo da República da Coreia, e a adoção de medidas adequadas para sustentar a segurança das defesas coreanas” (APACLROK, 1956: 49). Outra Resolução decidiu que “nós, os membros da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, unanimemente: Protestamos veementemente contra a Convenção de Genebra de 20 de julho de 1954, e as eleições prescritas na declaração final de 21 de julho de 1954” (APACLROK, 1956: 49).

“Uma eleição [que] o *Vietn Minh* com certeza venceria” (MCCOY, 2003: 155). Ainda outra Resolução conclamou que “todas as nações livres mantenham-se em oposição à política e doutrina do neutralismo e suas hipóteses corolárias, onde quer e quando quer que sejam pregadas ou praticadas” (APACLROK, 1956: 50). Outra Resolução pediu “total apoio e ajuda de todas as organizações públicas, civis e de comércio voltadas de uma forma ou outra à erradicação da conspiração comunista” (APACLROK, 1956: 51). A penúltima Resolução orientou que “todo e qualquer capítulo da APACL buscará recrutar membros de segmentos influentes da imprensa, rádio, propaganda e outras organizações de meios de comunicação social, de sindicatos e organizações de trabalhadores, de organizações de agricultores, da comunidade dos negócios e do

governo assim representado pelas esferas militar, executiva, legislativa e judiciária” (APACLROK, 1956: 51). A última Resolução, já que “todo o comércio com os comunistas contribui para o seu potencial militar” e mantê-lo seria arruinar a “segurança do Mundo Livre”, este deveria “cortar todas as relações econômicas” com países comunistas (APACLROK, 1956: 51).

Condensando essas Resoluções, a II Conferência da APACL emitiu sua Declaração final, cuja tônica dominante foi a de um chamado à luta contra o “Imperialismo Comunista” e a “agressão comunista”. Para isso, a APACL deveria rechaçar e denunciar a política de *coexistência pacífica* de Nikita Khrushchev como uma “intriga” típica da “ofensiva de paz do bloco comunista”, cuja finalidade seria a de desarmar o “mundo livre” para, ganhando tempo, cumprir seu objetivo final, a “conquista do mundo”. Se, “para os Imperialistas comunistas, a paz é apenas uma fase da guerra”, à APACL caberia esclarecer o “mundo livre” para ele “abandonasse todas as ideias de *appeasement*” (APACLROK, 1956: 41). A missão da APACL seria, pois, a de alertar sobre os perigos de um tripé – *coexistência pacífica, appeasement e neutralismo* – que seria “a mais importante arma dos Imperialistas comunistas” para conduzir o “mundo livre” à “sovietização e escravização” (APACLROK, 1956: 42). A Declaração defendeu que “a segurança mundial depende da segurança da Ásia, que será o principal campo de batalha quando os Imperialistas comunistas fizerem sua jogada final para a conquista do mundo” (APACLROK, 1956: 42). Advertiu ainda que “agora que o continente chinês e a Coreia do Norte e o Vietnã do Norte foram fechados atrás da Cortina de Ferro, as forças agressivas da Rússia Soviética e o regime vermelho chinês estão se dirigindo contra outras partes da Ásia” (APACLROK, 1956: 42).

Com esse diagnóstico, a Declaração recomendou à APACL “apoiar a República da China na recuperação do continente chinês e unificar a República da Coreia e República do Vietnã com vistas à destruição de todos os regimes fantoches dos imperialistas russos na Ásia e à restauração da liberdade para os povos escravizados” (APACLROK, 1956: 43). A APACL, além de defender essa reconquista territorial do continente chinês e das porções nortes da Coreia e do Vietnã das mãos dos comunistas, deveria rechaçar qualquer tentativa de “admissão na ONU do regime fantoche de Pequim”, uma vez que “quaisquer conversas ou conferências com os Imperialistas russos ou suas marionetes chinesas não são apenas inúteis mas também injuriosas ao moral dos

povos livres por baixar suas guardas” (APACLROK, 1956: 43). A Declaração defendeu ainda a anulação dos armistícios da Guerra da Coreia e da I Guerra da Indochina:

Nós, portanto, apoiamos a República da Coreia pela dissolução da comissão supervisora do armistício, e a República do Vietnã por sua oposição ao inútil Acordo de Genebra de 20 de Julho de 1954 e à sua declaração final de 21 de junho de 1954, e por sua justa demanda de não realizar eleições em todo o país antes que o Vietnã do Norte seja libertado do controle comunista (APACLROK, 1956: 43)

Não se negocia com, mas se faz guerra contra, os comunismos. Isso porque eles só respeitariam a linguagem da força militar. Em resumo, os “imperialistas comunistas” apenas respeitariam “o poder armado do mundo livre” e, assim sendo, “todas as tentativas tolas de conciliar com os comunistas e de chegar a um acordo com eles devem ser firmemente opostas” (APACLROK, 1956: 44). Reconheceu a Declaração que “não há espaço para a existência contínua do colonialismo ocidental, que se deve resistir a todas as ideias e ações imperialistas e que as apirações dos povos da Ásia por independência, liberdade e autodeterminação devem ser satisfeitas” (APACLROK, 1956: 44). Contudo, reiterando um ponto discutido na II Conferência, o *imperialismo comunista* seria o mais nocivo de todos *imperialismos*. E, se o *colonialismo vermelho* “busca escravizar os povos asiáticos e é mais opressor do que o imperialismo ocidental”, deveriam os membros da APACL “não apenas nos mater em guarda e considerá-lo como nosso maior inimigo, como também devemos cooperar com outros países democráticos para destruí-lo desde a raiz” (APACLROK, 1956: 44). *Em guarda contra o colonialismo vermelho para destruí-lo desde a raiz*, a APACL deveria aperfeiçoar programas de segurança coletiva “mais ativos em vez de passivos”, munindo-os “com a necessária determinação e força armada para resistir à agressão comunista” (APACLROK, 1956: 44).

Para isso, seria preciso a união dos “povos amantes da liberdade da Ásia” em “uma campanha anticomunista entre todos os povos asiáticos” (APACLROK, 1956: 44). Esse pacto coletivo buscaria estabelecer uma “política de libertação” dos “povos subjugados pelos comunistas” e teria como seu objetivo final destruir, “por dentro e por fora”, a “Cortina dos Povos”. Nesse sentido, a Declaração conclamou para “que todas as forças anticomunistas em ambos os lados da Cortina de Ferro unam-se e lutem juntas pela libertação de todos os povos escravizados e pela derrubada dos regimes despóticos comunistas” (APACLROK, 1956: 45). Particularizando esse esforço de globalização de suas redes, o ponto mais importante da Declaração da II

Conferência da APACL, em termos do impacto que teria na história da Liga nas décadas seguintes, consistiu no plano de convocação de um encontro do movimento anticomunista internacional e, a partir dele, criar uma “Internacional Anticomunista”. O raciocínio era relativamente simples, e conhecido. Se os comunistas agiam através de uma Internacional Comunista – embora Stalin tenha dissolvido a III, o Comintern – era preciso criar uma “Anti-Internacional Comunista” ou, como fizeram os nazistas, um “Anti-Komintern”.

Na terminologia apacliana, se, de um lado, **“o objetivo último do Imperialismo comunista é a conquista do mundo inteiro e a escravização de toda a humanidade”** (APACLROK, 44, grifo meu), o que a APACL deveria fazer? A Declaração da II Conferência da APACL foi taxativa: **“Devemos nos reunir em torno do estandarte anticomunista, convocar uma conferência anticomunista global e criar uma liga mundial anticomunista”** (APACLROK, 1956: 44, grifo meu). Como se verá no CAPÍTULO 3, a APACL convocaria esse congresso em 1958, auxiliada pelo ABN e por seus “amigos” latinoamericanos da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Não em algum país da Ásia, mas no México! Embora esse primeiro “ensaio geral” tenha falhado, uma Liga Mundial Anticomunista (WACL) seria criada, em 1966, na Coreia do Sul, o que será objeto do CAPÍTULO 4. Uma década distanciou o anúncio de uma “Internacional Anticomunista” feito em 1956 nas Filipinas de sua criação em 1966 na Coreia do Sul. Ou onze anos, caso se leve em conta a proposta encaminhada pela APACL-Taiwan, em 1955, a um Congresso da CIDC realizado no Brasil.

Depois de definir esse seu projeto futuro de *convocar uma conferência anticomunista global e criar uma liga anticomunista mundial*, a Declaração da II Conferência da APACL se encerrou defendendo que “a liberdade é indivisível”, “a Ásia e outras partes do mundo são indivisíveis” e “os povos asiáticos não podem permanecer para sempre metade livres e metade escravos” (APACLROK, 1956: 45). O *neutralismo* e a *coexistência pacífica* perpetuariam essa “escravização” da metade do globo e caberia à APACL conscientizar o “mundo livre” de que “existe apenas um grande inimigo, o Imperialismo Comunista”. E para combatê-lo existiria apenas “um único caminho”, “unirmo-nos sob a bandeira anticomunista” com “um objetivo, a união de todas as forças anticomunistas na Ásia e em qualquer outra parte no mundo para exterminar a agressão comunista e restaurar a liberdade a todos os povos asiáticos para que nunca mais sejam escravizados novamente” (APACLROK, 1956: 46).

Enfim, além de suas Resoluções e Declaração final, a II Conferência da APACL ainda ratificou *O programa de ação para a unificação das atividades anticomunistas dos povos asiáticos*. Esse plano definiu “a agressão e a escravização comunista” como “a maior fonte de miséria e sofrimento na Ásia e no mundo”, recomendando que a união dos *povos asiáticos* com um duplo objetivo: “resistir à expansão comunista” e “libertar as pessoas escravizadas da ordem totalitária comunista” (APACLROC, 1957: 12). O pressuposto da APACL era um: “os Imperialistas comunistas estão intensificando suas ações subversivas e expandindo sua influência na Ásia com o propósito de realizar seu grande plano de conquista mundial, primeiro conquistando a Ásia” (APACLROC, 1957: 12). A conclusão? a APACL deveria implementar “contramedidas efetivas” para barrar o desígnio de dominação global (via Ásia) dos *imperialistas comunistas* e, por isso, elaborou *O programa de ação para a unificação das atividades anticomunista dos povos asiáticos*.

Esse programa de ação conjunta determinou que a construção de “uma frente anticomunista unida através da força organizada e ação coletiva” exigiria da APACL “consolidar e expandir todas as organizações anticomunistas dos povos asiáticos existentes” e “promover a cooperação de todos os governos asiáticos anticomunistas para a causa da liberdade, fortificar seu intercâmbio econômico e cultural e construir uma organização de segurança coletiva anticomunista composta por todos os governos da Ásia” (APACLROC, 1957: 13). Todavia, esse arco asiático de alianças deveria ser mundializado. Lembre-se da síntese da delegação sul-coreana: *A APACL deve se tornar global!* Nesse sentido, *O Programa de Ação* incorporou o já citado ponto mais importante da Declaração da II Conferência de 1956, aquele que recomendou à APACL “convocar uma conferência anticomunista global e criar uma liga mundial anticomunista”. Seguindo essa diretriz, *O Programa de Ação* recomendou à APACL “**aumentar o contato mútuo e a cooperação entres todas as forças anticomunistas do mundo, patrocinar um congresso anticomunista mundial** e elaborar uma estratégia geral anticomunista e programa de ação” (APACLROC, 1957: 13, grifo meu).

Já se mencionou logo acima que esse congresso anticomunista mundial seria tentado dois anos depois, em 1958, no México, sendo agora preciso passar em revista outros pontos importantes inscritos no *Programa de Ação* da APACL. Um deles estabeleceu como prioridade da Liga a *guerra psicológica* anticomunista, a trincheira do campo de “batalhas de ideias”. Programou-se



que, “para lançar uma luta ideológica anticomunista e uma campanha anticomunista para a refutação das teorias comunistas, nós devemos: consolidar e erguer (...) uma visão correta de mundo e da história como uma resposta ao Marxismo-Leninismo que destaca contradições, ódios e luta de classes” (APACLROC, 1957: 13). Para isso, a APACL deveria “utilizar meios educacionais, informativos e publicitários e todos os meios para expor os erros e fragilidades da teoria comunista e prevenir que sua propaganda venenosa se espalhasse” (APACLROC, 1957: 13). Outro ponto do *Programa* recomendou à APACL “expor a intriga soviética da ‘Coexistência Pacífica’, resistir às políticas de conciliação e acordo”, assim como “desmascarar a estratégia de guerra fria e táticas do imperialismo internacional comunista e refutar os assim chamados ‘cinco princípios’ defendidos pelo regime fantoche de Pequim” (APACLROC, 1957: 13).

A APACL deveria opor-se a “todo neutralismo e conciliação e incitar todos os governos e povos a se recusarem a cooperar de qualquer forma que seja com os imperialistas russos e seus satélites e barrá-los das conferências internacionais na Ásia” (APACLROC, 1957: 13-14). Os “Capítulos” nacionais da APACL deveriam rechaçar “todas as ‘conversas de paz’ inúteis com os imperialistas russos e seus satélites, e a assinatura, com eles, de quaisquer ‘tratados de amizade’ fúteis”, bem como “qualquer tipo de coalizão política ou aliança com os comunistas dentro do país de modo a derrotar suas perigosas intrigas acerca da formação de ‘Frentes Únicas’ e condução de lutas parlamentares” (APACLROC, 1957: 14). Outro ponto do *Programa de ação* recomendou à APACL “promover os potenciais anticomunistas da sociedade asiática e derrotar a infiltração e atividades subversivas do imperialismo comunista” e, para tanto, deveria “estimular todos os governos a proscriver os Partidos Comunistas através do devido processo legislativo e proibir todas as suas atividades abertas ou secretas” (APACLROC, 1957: 14). A APACL deveria ainda lutar pela remoção de “todo o resquício de forças e influências coloniais” na Ásia, fomentando a criação de “novas relações amigáveis entre asiáticos e outras nações livres de modo a tornar impossível para os imperialistas comunistas provocar desentendimentos e impedir divisões entre elas” (APACLROC, 1957: 14).

Finalmente, repondo um tópico debatido na II Conferência, *O programa de ação* reiterou aos “Capítulos” da APACL a necessidade de encontrarem meios para a melhoria das condições de vida, trabalho, saúde, cultura e educação dos “povos asiáticos”, em especial das crianças, mulheres e “amplas massas de camponeses e trabalhadores”, para remover “a causa da agitação comunista”.

Contudo, melhorar as condições da vida social de *amplas massas de camponeses e trabalhadores* era tarefa deveras complexa e demorada. E a APACL tinha pressa. Não sendo fácil nem rápido remover essa *causa da agitação comunista*, a Liga deveria se dedicar, imediatamente, à *contraespionagem, contrainfiltração e antissubversão*, trocando informações e experiências sobre os meios de combate ao comunismo. Nesse sentido, um dos pontos do *Programa de ação* recomendou à APACL “**estimular e ajudar todos os governos a fortalecerem suas atividades de contraespionagem e intercambiar informação e experiência anticomunista, assim como técnicas e métodos de contrainfiltração e contrassubversão**” (APACLROC, 1957: 14, grifo meu).

O *programa de ação* da APACL, em seus últimos pontos, consolidou a opção da Liga pela “política liberacionista” – o *rollback communism* – e seu rechaço à política de “contenção” dos comunistas. Isto é, a APACL deveria “insistir na libertação dos povos presos atrás da Cortina de Ferro e destruir os regimes fantoches que os imperislistas russos haviam estabelecido na Ásia” (APACLROC, 1957: 15). Por isso, a APACL deveria opor-se ao “agressivo expansionismo dos Imperialistas russos e seus satélites em qualquer parte da Ásia”, devendo “se recusar a reconhecer, e eventualmente derrotar, todos os regimes títeres” da URSS (APACLROC, 1957: 15). Deveria ainda unificar todas as forças contrárias à “admissão de qualquer regime fantoche comunista nas Nações Unidas e impor rigidamente o embargo global das Nações Unidas contra o agressor” (APACLROC, 1957: 15). Assim como seus “irmãos” do ABN na Europa Ocidental, a APACL constituiu-se como a principal rede *rollback communism* na Ásia. Com uma “ligeira” diferença: a APACL foi nucleada por poderosos Estados e ditaduras anticomunistas da região. O “sonho” dos ex-colaborador nazistas reagrupados no ABN, com visto, pelo serviço secreto de Sua Majestade a Rainha da Inglaterra.

No caso de seu *Programa de ação*, a APACL definiu como sua missão principal “**apoiar a República da China na reconquista da China continental, a República da Coreia na reconquista da Coreia do Norte e a República do Vietnã na retomada do Vietnã do Norte**, e resistir a quaisquer medidas que obstruam a realização de tais objetivos” (APACLROC, 1957: 15, grifo meu). Para tanto, a APACL deveria “cooperar em uma base de equidade com qualquer nação do mundo para a causa anticomunista e trabalhar de mãos dadas com todos os países democráticos do mundo” (APACLROC, 1957: 16). Por último, como meio de cumprimento de sua estratégia

*liberacionista – o rollback communism –*, a *O programa de ação* da APACL incorporou, como sugerido na sua II Conferência, o projeto taiwanês *All roads led to freedom*, recomendando à Liga “fornecer apoio moral e material às atividades anticomunistas dos povos atrás da Cortina de Ferro; ajudá-los a escapar das áreas controladas por comunistas e conceder-lhes asilo político e meios de sobrevivência” (APACLROC, 1957: 15). A II Conferência de 1956 ainda aprovou a Carta da APACL “em conformidade com o espírito e nos termos da declaração emitida pela Primeira Conferência e os Princípios Dominantes da Organização da Liga passados pela Primeira Conferência” (APACLROC, 1957: 2). A Carta da APACL reformulou a *petição de princípios* da I Conferência Anticomunista realizada, na Coreia do Sul, em 1954. Reformulados, aqueles princípios compuseram o novo preâmbulo da Carta da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL):

**Nós, os povos da Ásia amantes da liberdade**, dedicados à causa da democracia e intensamente conscientes sobre a ameaça da agressão comunista em várias partes do mundo, **consideramos o Imperialismo Internacional Comunista sob a égide da União Soviética como um gênio do mal trabalhando pela escravização da humanidade ameaçando colocar em risco a paz mundial**. Nós estamos convencidos de que **os povos livres não podem concordar nem coexistir com o Imperialismo Comunista**. Nós percebemos que a ameaça comunista que hoje confronta o mundo livre **é resultado de uma agressão internacional comunista na Ásia**. Conseqüentemente, nós sustentamos que a Ásia é a chave para a liberdade e paz mundial e que os povos asiáticos devem se aliar pela nossa salvação comum. Ao mesmo tempo, **nós devemos também trabalhar em cooperação próxima com outros povos anticomunistas do mundo até que o Imperialismo Internacional Comunista seja derrubado**. É somente com a derrota final do **Imperialismo Internacional Comunista** que a Ásia pode se tornar livre e pacífica e todos os povos do mundo podem desfrutar as bênçãos da liberdade genuína e paz infinita (APACLROC, 1957: 1, grifo meu)

O alvo a ser derrotado pela APACL, permanecendo o mesmo, ganhou em sua Carta uma mais abrangente definição. Era preciso lutar pela derrota final do *Imperialismo Internacional Comunista*. A Carta da APACL então ratificada nas Filipinas, em 1956, estruturou-se em 7 capítulos e 17 artigos. O Capítulo I definiu as “Funções” da APACL, contendo três longos artigos. O primeiro deles determinou que “a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos deverá”:

a) Chamar a atenção de todos os povos asiáticos para o fato de que o **Comunismo é contrário à natureza humana e é uma ideologia iníqua, que deve ser completamente aniquilada** antes que a justiça, liberdade e paz possam prevalecer. b) **Recorrer a todos os governos asiáticos** para proscurem o partido comunista, para que ele não possa mais continuar com atividades subversivas e de infiltração e perpetrar atos agressivos. c) Apelar aos povos asiáticos **para formarem uma frente unida para combater o Imperialismo Comunista e aniquilá-lo todos juntos**, e se recusarem a reconhecer quaisquer frutos de agressão que o bloco comunista possa ter obtido por meio da força de

armas ou da subversão. d) Recorrer a todos os povos do mundo livre para tomarem esforços coletivos e individuais **para a libertação dos povos escravizados atrás da Cortina de Ferro**. e) **Apelar aos governos de todas as nações para concluírem alianças militares anticomunistas regionais** de acordo com os princípios do Estatuto das Nações Unidas, a fim de manter a segurança coletiva. f) Recorrer aos governos de todas as nações para fortalecerem suas relações amigáveis umas com as outras de modo a promover a cooperação internacional e paz mundial (APACLROC, 1957: 2-3, grifo meu)

O artigo 2º da Carta da APACL tratou da forma pela qual o “novo colonialismo comunista” se utilizaria dos “sentimentos nacionais” dos “povos asiáticos” e, contra isso, defendeu a autodeterminação das nações e seu direito ao autogoverno. Prescreveu, assim, que a APACL “deverá: a) Chamar a atenção de todos para verem **como os Imperialistas Comunistas exploram a consciência nacional dos povos asiáticos e beneficiam-se de seus movimentos nacionalistas para imporem seu novo colonialismo**. [e] b) Recorrer aos governos de todas as nações **para apoiarem os princípios da autodeterminação nacional** e igualdade racial para que todos os países asiáticos e localidades possam ter o **direito ao autogoverno** (APACLROC, 1957: 3, grifo meu). O artigo 3º da Carta convocou a APACL a “recorrer aos governos de todas as nações para implementarem a democracia política e levar a efeito a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (APACLROC, 1957: 3), bem como a “recorrer aos governos de todas as nações para protegerem o direito dos indivíduos e organizações anticomunistas para expressarem suas opiniões e continuarem suas atividades legítimas” (APACLROC, 1957: 3). Deveria também “lutar pela liberdade de religião e crença em favor de todas as nações livres da Ásia (APACLROC, 1957: 3).

O artigo 4º sugeriu à APACL “recorrer ao governo de suas unidades-membros” para que ele proporcionasse uma melhoria no padrão de vida, um “intercâmbio cultural entre as nações livres da Ásia”, “um programa educacional anticomunista” e a “cooperação econômica entre as nações livres e povos da Ásia para que eles possam ajudar a suprir as necessidades econômicas em uma base de igualdade e para benefício mútuo” (APACLROC, 1957: 3-4). A seu turno, o Capítulo II da Carta tratou da “Filiação” à APACL e pelo artigo 5º garantiu que “os povos de todas as nações e localidades que foram representados na Primeira Conferência Anticomunista ocorrida em Chinhae, Coreia, em junho, 1954, serão membros estatutários desta Liga” (APACLROC, 1957: 4). Estabeleceu ainda o mecanismo para a admissão de novos membros da seguinte forma:

b) Os povos de todas as nações livres e localidades da Ásia que têm sido firmes e as organizações anticomunistas ativas que simpatizam com os objetivos desta Liga e estão dispostas a se unir a ela poderão ser elegíveis para filiação nesta Liga. c) Inscrições para

filiação provenientes de países anticomunistas deverão passar por voto majoritário dos países presentes à Conferência. d) Inscrições para filiação provenientes de outros países que não são anticomunistas deverão passar pelo voto unânime dos países presentes à Conferência. e) Um Comitê permanente de quatro deverá, por  $\frac{3}{4}$  dos votos, determinar se o inscrito é ou não oriundo de um país anticomunista. f) A filiação nesta Liga deverá ser na base da nação ou localidade. (APACLROC, 1957: 4-5)

O Capítulo III da Carta, através de seu artigo 6º, definiu a forma da “Organização” da APACL, estabelecendo que “todas as unidades membros desta Liga deverão instalar organizações” e que “toda unidade membro deve organizar um capítulo local a ser conhecido como a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos de uma nação ou localidade em particular”. Um “Capítulo” local teria autonomia para “adotar uma designação variante para satisfazer as necessidades especiais das circunstâncias locais” e, uma vez organizado, “deverá notificar o Secretariado da Liga sobre o fato e deverá transmitir uma cópia de sua Constituição e uma lista nominal de seus funcionários para o Secretariado da Liga que, ao receber tais informações, deverá imediatamente transmiti-las às outras unidades membros da Liga” (APACLROC, 1957: 5). O Capítulo IV da Carta da APACL regulamentou “A Conferência da Liga” e, através do artigo 7º, definiu que “a) **A autoridade suprema desta Liga deverá ser investida na Conferência da Liga.** b) **A Conferência da Liga deverá se realizar uma vez por ano nos territórios das unidades membros, em uma base de rodízio**” (APACLROC, 1957: 5, grifo meu). Uma conferência extraordinária poderia também ser convocada, se necessária e por resolução do Conselho da Liga. A Conferência da Liga seria composta “por delegados enviados pelas unidades membros da Liga”, “cada unidade membro deverá ter apenas um voto na Conferência da Liga” e, enfim, “a Conferência da Liga deverá ter um Presidente a ser eleito por e dentre os delegados da Conferência. Os delegados chefes de todas as unidades membros poderão ser Vice-Presidente da Conferência da Liga” (APACLROC, 1957: 5-6).

Na condição de *autoridade suprema* da APACL, sua Conferência poderia, conforme estipulou os artigos 8º, 9º e 10 da *Carta*, revisar “qualquer questão ou matéria contida no escopo deste Estatuto”, “oferecer recomendações às unidades membros da Liga”, avaliar “relatórios ou resoluções submetidos por unidades membros da Liga”, criar órgãos subsidiários “para o desempenho de suas funções e selecionar uma equipe de funcionários designada para tanto” e, finalmente, “examinar e aprovar as estimativas financeiras, contabilidades finais e relatórios submetidos por seus órgãos subsidiários” (APACLROC, 1957: 6). O Capítulo V da Carta da

APACL, equivalente a seu Estatuto, abordou “O Conselho da Liga”. Definiu-se, pelo artigo 12, que a APACL “deverá criar um Conselho da Liga a ser composto por um representante de cada unidade membro” (APACLROC, 1957: 6). Os membros do Conselho da APACL deveria escolher o presidente do Conselho que, uma vez eleito, ocuparia o cargo por um ano. Caberia também ao Conselho da APACL discutir, “quando a Conferência da Liga não estiver em sessão”, “qualquer questão ou matéria contida no escopo deste Estatuto e oferecer recomendações às unidades membros da Liga” (APACLROC, 1957: 6-7). Na base de rodízio e dentro dos “territórios das unidades membros da Liga”, o Conselho da APACL teria que se reunir “uma vez a cada seis meses” de forma ordinária, sendo possível se reunir extraordinariamente, “a pedido de um terço ou mais” de seus membros. Desde 1954, conforme definido em Chinhae na I Conferência Anticomunista, o Escritório de Ligação Central da APACL funcionava a partir da capital sul-coreana, Seul.

O Capítulo V da Carta da APACL, ratificada em sua II Conferência de 1956 nas Filipinas, definiu o Vietnã do Sul como sede de seu Secretariado Geral. Assim que o artigo 13 do Estatuto definiu que a APACL “deverá estabelecer o Secretariado da Liga em Saigon. O Secretariado da Liga deverá atuar de acordo com as instruções da Conferência da Liga e do Conselho da Liga”, incumbindo-se “pela execução das resoluções da Conferência, pelos contatos e pela coordenação do trabalho entre as unidades membros da Liga” (APACLROC, 1957: 7). Por último, os Capítulos VII e VIII da Carta trataram, respectivamente, das Despesas e das Disposições Suplementares da APACL. Sobre a forma de custeio da APACL, o artigo 14 dispôs que “todas as unidades membros da Liga deverão suportar uma parte das despesas anuais da Liga na proporção de sua capacidade financeira”, definindo que “a carga financeira a ser suportada pelas unidades membros deverá ser distribuída pela Conferência da Liga” (APACLROC, 1957: 7). O artigo 15, enfim, tratou das Disposições Suplementares do Estatuto da APACL, que não poderia ser emendado “dentro de três anos após a aprovação dele. Daí em diante, emendas poderão ser feitas somente a partir de três quartos dos votos dos países presentes na Conferência” (APACLROC, 1957: 8). O último artigo da Carta da APACL estabeleceu o inglês como a língua franca da Liga, salientando que “este Estatuto deverá ser escrito na língua inglesa, assinado e depositado no Secretariado da Liga, que deverá transmitir uma cópia certificada do mesmo a cada unidade membro da Liga” (APACLROC, 1957: 8).

Enfim, por tudo isso que a APACL realizou em sua II Conferência nas Filipinas, o governo desse país presidido por Ramon Magsaysay se engajou na Liga, a partir de 1956, de forma oficial e decidida. Uma das Resoluções da II Conferência da APACL, como visto, saudou o fato de que Magsaysay “estendeu sábio conselho à Liga sobre as medidas exigidas (...) para erradicar o Comunismo” (APACLROK, 1956: 47). E esse aprendiz contrainsurgente do *ugly American* da CIA Ed Lansdale tinha muito a ensinar em matéria de repressão anticomunista. E, se é certo que a contrarrevolução filipina encontrou suas raízes na especificidade do contexto histórico asiático, o programa de contrainsurgência que lhe garantiu a vitória sobre as guerrilhas Huks e o Partido Comunista das Filipinas foi *made in USA*. Tão importante a posição assumida pelas Filipinas na Liga que a APACL se reuniu naquele país, novamente, em 1956. Entre 3 e 4 de novembro, seis delegações participaram de uma Conferência Extraordinária da APACL para enviar uma declaração à XI Sessão da Assembleia da ONU<sup>75</sup>. A APACL, reunida inicialmente para apoiar o “pedido de filiação da República da Coreia à ONU” (FREE CHINA & ASIA, 1956, v. III, n.º 12, p. 8), conclamou a ONU a se juntar à luta “daqueles que estão buscando a libertação do comunismo. Esse é o momento de ação, momento de uma grande cruzada para destruir completamente o edifício já desmoronante da escravização comunista” (FREE CHINA & ASIA, 1956, v. III, n.º 12, p. 8).

Especificamente, nós recomendamos urgentemente: Que as Nações Unidas denunciem a agressão da Rússia Soviética contra os povos húngaros e poloneses, e que ações positivas sejam tomadas para requisitar aos soviéticos a retirada de suas forças da Hungria e Polônia e a permitir que os húngaros e poloneses possam exercer livremente o seu direito à auto-determinação e auto-governo. Que o Mundo Livre dê toda a ajuda possível para ajudar os povos amantes da liberdade na Hungria, Polônia, Romênia, Alemanha do Leste e outras áreas de satélites soviéticos na Europa Oriental – e de fato os povos amantes da liberdade da própria Rússia – até o final para que esses povos possam ser encorajados a se levantar e se livrar das correntes soviéticas (...) Que o Mundo Livre intensifique suas tentativas de assistir os povos escravizados da China continental, da Coreia do Norte, e do Vietnã do Norte, para que esses povos possam rapidamente derrotar o comunismo e retornar à existência livre e democrática (FREE CHINA & ASIA, 1956, v. III, n.º 12, p. 9)

---

<sup>75</sup> Taiwan: Ku Cheng-kang, Huang Chao-ching, Pao Hua-kuo, James C. M. Wei, Michael Tung. Coreia do Sul: Chin Han Kong, George L. Paik, Sung Soo Whang, Chai Ho Kim, William A. Glenn. Vietnã do Sul: Nguyen Phoung Thiep, Tran Tam, Nguyen Thai. Filipinas: Jose Ma. Hernandez, Ramon F. Campos, Cesar Lorenzo, Manuel Arroyo, Antonio Meer, Simeon G. Del Rosario. Tailândia: Pany Phlayphram. Ilhas Ryukyus: Macau: Tommy Yung (FREE CHINA & ASIA, 1956, v. III, n.º 12, p. 3).

Três dias depois da Conferência Extraordinária da APACL que enviara à ONU essa nota, L. George Paik, chefe da delegação da Coreia do Sul, informou o presidente de seu país sobre o dito e o feito no encontro. Em 6 de novembro de 1956, Paik enviou uma carta ao autocrata sul-coreano Syngman Rhee na qual sumariou os principais pontos da reunião extraordinária da APACL realizada nas Filipinas. Uma “nota desencorajadora”, escreveu Paik, “continua sendo a defesa chinesa do Japão pelo status de observadores na Liga. Nós tentamos de todas as formas possíveis, mas não fomos capazes de convencer os chineses do potencial pró-comunista e agressivo dos japoneses” (PAIK, 1956: 3). “Nesta conexão, os chineses estão representando sua posição como sendo uma ‘ordem’ do Presidente Chiang Kai-shek” (PAIK, 1956: 3). Excetuando essa nota “desencorajadora”, as outras notícias foram todas alvissareiras. Paik saudou a Rhee “a presença continuada da Tailândia nos conselhos da Liga”, informando-lhe dos “sinais de que Thai também possa reanimar seu povo contra os comunistas” (PAIK, 1956: 2).

Comemorou ainda o “considerável progresso” da “expansão da Liga. Contatos vêm sendo feitos com grupos anticomunistas e indivíduos em muitos países adicionais, incluindo Grécia, Turquia, Paquistão e Austrália” (PAIK, 1956: 2). Todavia, “a conquista mais extraordinária é **a decisão do governo filipino de sustentar a Liga como seu principal instrumental para combater o comunismo nas Filipinas**” (PAIK, 1956: 1, grifo meu). Isto é, esclareceu Paik ao presidente sul-coreano, “anteriormente, o Capítulo das Filipinas era simplesmente uma extensão da Ação Católica [de José Ma. Hernández], faltando-lhe filiação, funcionários e recursos” (PAIK, 1956: 1). A situação, contudo, mudara. “**Agora as Filipinas estabeleceram, com expressa autorização e suporte do Presidente Ramon Magsaysay, o Movimento Anticomunista das Filipinas**, que será modelado a partir do extremamente bem-sucedido programa da Liga no Vietnã. **Major Constante Cruz [é o] chefe do estágio organizacional**” (PAIK, 1956: 1, grifo meu). “Os líderes das Filipinas estão entusiasmados com o movimento e planejam continuar com ele ao nível *grass roots-family level*, exatamente como foi feito no Vietnã” (PAIK, 1956: 1-2). Desde 1956, portanto, o “Capítulo” filipino da APACL transformou-se no “principal instrumento” da administração Magsaysay “para combater o comunismo” no país e, arrematou Paik, o entusiasmo do governo filipino com a APACL era tanto que “**os delegados foram recebidos pelo Presidente Magsaysay, e muitos altos funcionários das Filipinas participaram das deliberações**” (PAIK, 1956: 3).



## *2.5. Vietnã do Sul, 1957: a III Conferência da APACL*

Esse dirigente sul-coreano da APACL informaria ainda o presidente Rhee sobre os rumos promissores que a Liga tomaria, a partir de 1957, com a realização de sua III Conferência no Vietnã do Sul. Paik assinalou ao autocrata sul-coreano que, “a partir das presentes indicações, parece que a filiação da Liga dobrará por ocasião da Conferência de Saigon, em Março” (PAIK, 1956: 2). A III Conferência da APACL seria um “sucesso” e, “em Saigon, cada membro (...) indicará caminhos pelos quais a Liga possa executar a penetração mais positiva da Cortina de Ferro” (PAIK, 1956: 3). Paik exaltou, assim, a visão do estadista idealizador da APACL: “No geral, as perspectivas de que a Liga realizará as esperanças pelas quais Sua Excelência esperava em Chinhae são mais promissoras que nunca antes” (PAIK, 1956: 3). Evidente como o presidente da Coreia do Sul foi detalhadamente informado cada passo da APACL. Esse engajamento da cúpula do Estado sul-coreano na Liga Anticomunista, assim como o caso da ditadura taiwanesa que a concebeu e dirigiu como um veículo para a internacionalização de sua guerra política anticomunista, passou a contar, desde 1956, com o envolvimento oficial filipino e sul-vietnamita. Paik saudou em sua carta a Rhee que os governos das Filipinas e do Vietnã do Sul estavam “se levantando para combater o comunismo tão duramente quanto a Coreia. E essa é uma realização sem proporções” (PAIK, 1956: 3). Em 1957, seria a hora e a vez do Vietnã do Sul hospedar a conferência anual da APACL. Já se buscava autorização do presidente sul-vietnamita Ngo Dinh Diem para essa reunião desde janeiro de 1956, conforme informou ao presidente sul-coreano seu embaixador nas Filipinas: “O Ministro vietnamita Cao Thai Bao me garantiu que o Presidente Diem irá concordar sem dúvida [com] a decisão dos três capítulos (Coreia, Filipinas e China) na escolha de Manila para o próximo encontro” (KIM, 1956: 2). Mas que Vietnã do Sul era esse e, em particular, quem era seu presidente que não apenas autorizou a realização da III Conferência da APACL de 1957 em Manila como também discursou em sua abertura? É o que se verá agora, antes de reconstituir seus principais participantes, discursos e decisões.

### *2.5.1. Contrarrevolução vietnamita: o presidente Ngo Dinh Diem e o ugly American Ed Lansdale (CIA)*

Ngo Dinh Diem foi um “títere” escolhido pelos EUA para ocupar o poder político no Vietnã do Sul depois de viver um longo período afastado de seu país, no exílio. Tão logo Diem foi entronizado presidente sul-vietnamita, em 1955, o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang lhe escrevera desejando sucesso. Diem respondeu ao dirigente taiwanês em “um cabograma no qual se lê o seguinte: ‘eu o agradeço sinceramente por seus votos. A República vietnamita permanecerá unida com todos os países livres para defender os ideais democráticos’” (APACLROC, v. 2, n. 9, 1955: 9). Se é certo que Diem foi uma “criatura” política dos EUA, quem, particularmente, foi o seu “criador”? O mesmo que havia auxiliado Ramon Magsaysay a derrotar as guerrilhas Huks e o Partido Comunista nas Filipinas transformando-se depois em presidente da República: o *ugly American* da CIA, Edward Lansdale. Foi mencionado, inclusive, que depois do “*case de sucesso*” desse *psywarrior* nas Filipinas na repressão anticomunista e na eleição de uma presidente que os EUA puderam chamar de seu, Lansdale foi para o Vietnã do Sul “assessorar” Diem que, de fato, foi sua “criatura” política. Sem seu “amigo americano”, esse frágil político, sem qualquer base social, não se manteria um dia no poder presidencial no Vietnã do Sul. Ramon Magsaysay ao menos tinha sido um guerrilheiro antinipônico e desfrutava de enraizamento político-social em seu país. Diem não. Fora “importado” do exílio e “fabricado” como “legítimo” presidente sul-vietnamita pelo “americano feio” que inspirou filme homônimo estrelado por Marlon Brando. “Como observou Jonathan Fast, ‘o esforço da contrainsurgência filipina do início dos anos 1950 serviu como um laboratório para o posterior envolvimento americano no Vietnã’, onde o General Lansdale ‘tentou repetir seu sucesso filipino com Ngo Diem’” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 263).

O “profeta armado” da contrainsurgência norteamericana buscou “instruir” o governo autocrático de Ngo Diem com todo o repertório que ele desenvolvera para a CIA, isto é, um apanhado de “técnicas de ações encobertas” que incluíram “sabotagem, *psychological warfare*, e contraterrorismo” (MCCOY, 2003: 156). Aterrissando em Saigon em maio de 1954, Lansdale “tinha recém-acabado a engenharia da bem-sucedida campanha de contrainsurgência do Presidente Ramón Magsaysay contra o Partido Comunista filipino” (e os Huk), apresentando-se “como o profeta de uma nova doutrina de contrainsurgência e representante de um rico governo” (MCCOY, 2003: 156). Ante de se tornar o maior “profeta” da teoria e prática contrainsurgente dos EUA, Lansdale era diretor de uma agência de propaganda em São Francisco, na Califórnia, onde operou

para grandes clientes como o banco Wells Fargo e a Levi Strauss. Seu hábil contorcionismo no uso da linguagem publicitária, segundo Douglas Valentin, permitiu a Lansdale “embrulhar a ditadura de Diem na túnica de Jesus Cristo e vendê-la como democracia” (VALENTINE, 2000: 47). Uma de suas campanhas pró-Diem declarava que “‘Cristo se mudou para o Sul’, uma jogada obviamente direcionada ao público americano” (VALENTINE, 2000: 47).

Lansdale trabalhou para que o público dos EUA acreditasse que a presidência de Diem “era um governo representativo legitimamente eleito, uma condição que era pré-requisito necessário para os programas de ajuda massiva que sustentavam os programas de ações encobertas da CIA” (VALENTINE, 2000: 47). Pela manipulação da linguagem política (*information management*), as operações de Lansdale criaram e perpetuaram o mito de que os norteamericanos eram apenas “conselheiros” do governo sul-vietnamita de Diem, e “não o seu fabricante”. Criou-se assim apoio público nos EUA para uma intervenção contínua no país e, em 1955, Lansdale criou um partido político para Diem chamar de seu (VALENTINE, 2000: 304). Na presidência da República, Diem foi instruído por Lansdale para sabotar as eleições gerais previstas, em 1954, pela Conferência de Genebra. O *ugly American* da CIA desenvolveu uma campanha sistemática de uso de documentos falsos “para justificar a recusa de Diem em negociar com Hanoi na preparação das não realizadas eleições unificadas de 1956” (VALENTINE, 2000: 332)<sup>76</sup>.

Como adiantado, os EUA e seus “títeres” sul-vietnamitas sabiam que, provavelmente, os comunistas de Ho Chi Min ganhariam essas eleições. Por isso, sabotaram a sua realização produzindo e enviando documentos falsos a políticos, escritores e artistas que desenvolveram extensa campanha de propaganda para “implodir” a realização do referendo sobre a unificação vietnamita em 1956 (VALENTINE, 2000: 332). Diem era um político absolutamente desconhecido em seu país e, depois de naos no exílio, foi “escolhido” pelos EUA por ser um ferrenho anticomunista e, ao mesmo tempo, um crítico do colonialismo francês no Vietnã. “Mas o problema imediato para Diem e para os americanos era o controle de Saigon” e, “se fosse para Diem ter algum uso para os americanos em bloquear a unificação do Vietnã, ele teria que arrancar

---

<sup>76</sup> “O extenso uso da violência por Diem e represálias contra ex-lutadores da Resistência estava em direta violação do Acordo de Genebra (Artigo 14c), assim como estava sua recusa a cumprir a condição de eleição. A principal razão para a recusa de Diem em obedecer esse modo de acordo em 1955-56 era muito evidente: importado dos Estados Unidos tinha mínimo apoio popular e pouca esperança de ganhar em uma eleição popular” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 345-346).

o controle das ruas do Binh Xuyen” (MCCOY, 2003: 156), unidade militar “fora do controle” do Exército que combinou crime organizado, tráfico de drogas e contrainsurgência. Como ensina Alfred McCoy, “qualquer pessoa que controlasse as ruas controlava Saigon e qualquer pessoa que controlasse Saigon teria a chave para o Delta Mekong, rico em arroz, do Vietnã” (MCCOY, 2003: 156).

Quando Lansdale chegou a Saigon, ele buscou “construir uma alternativa ao mosaico de exércitos religiosos e gangues criminais que governavam o Vietnã do Sul nos últimos anos da guerra” e a “nomeação de Ngo Dinh Diem como premier em julho de 1954 deu a Lansdale a alavanca que ele precisava” (MCCOY, 2003: 157). Antes de “fazê-lo” presidente em 1955, portanto, Lansdale já “pilotava” Diem como premiê em 1954. “Primeiro-ministro só em nome, Diem controlava apenas os poucos quarteirões do centro de Saigon ao redor do palácio presidencial” (MCCOY, 2003: 157). Sem Lansdale, Diem não duraria no poder. Estava pressionado, de um lado, pelo colonialismo francês recalcitrante e, de outro, pelos “piratas” da extrema-direita militar do Binh Xuyen, que operavam “o único método efetivo já inventado para contragolpear a guerrilha urbana em Saigon”, isto é, “uma combinação de crime e contrainsurgência” (MCCOY, 2003: 161)<sup>77</sup>.

O *ugly American* da CIA conseguiu, enfim, fragmentar as forças de oposição a Diem e lhe garantiu um aparato militar efetivo<sup>78</sup>, coordenando “muitos programas que eram projetados para garantir a segurança interna de Diem e que posteriormente se desenvolveram e foram incorporados na [Operação ] *Phoenix*” e, a partir de julho de 1954, “fingindo ser um assistente da Força Aérea adido à Embaixada dos Estados Unidos, Lansdale começou a corrida para reassentar quase um milhão de católicos refugiados do Vietnã do Norte” (VALENTINE, 2000: 26).

Como líder da Missão Militar da CIA em Saigon, Lansdale usou esse êxodo para montar operações contra o Vietnã do Norte. Para tal fim, ele contratou a equipe filipina da *Freedom Company* para treinar dois times paramilitares que, **posando como organizações de auxílio aos refugiados e abastecidas pela companhia aérea da CIA,**

---

<sup>77</sup> Posteriormente, “quando a administração de Diem se viu de frente com a insurgência em larga escala de 1958, ela se voltou à fórmula de Binh Xuyen e serviços clandestinos do governo reavivaram o comércio de ópio com o Laos para financiar operação de contrainsurgência” (MCCOY, 2003: 163). O tenente-coronel Lucien Conein, ex-agente da CIA em Saigon, “contou histórias sobre tráfico de drogas em Saigon pelos franceses, os corsos e íntimos do Presidente Ngo Dinh Diem” (MCCOY, 2003: XI).

<sup>78</sup> “Em 11 de fevereiro de 1955, o exército francês abdicou de seu controle financeiro e responsabilidades de treinamento do ARVN [Exército vietnamita] para os EUA. (...) Lansdale recebeu \$8.6 milhões para pagar de volta salários e ‘bônus’ para comandantes das seitas [religiosas Hoa Hao e Cao Dai] que cooperaram ao ‘integrar’ o ARVN” (MCCOY, 2003: 158-159).

Civil Air Transport, ativaram redes de *stay-behind*, sabotaram usinas elétricas e espalharam falsos rumores de um banho de sangue comunista (VALENTINE, 2000: 26, grifo meu)



**Figura 60.** “Edward Lansdale (second row, hand on hat) standing behind Lieutenant General John W. ‘Iron Mike’ O’Daniel, commander of the US Military Assistance Advisory Group (left), Ambassador G. Frederick Reinhardt (center), and Ngo Dinh Diem (right), Saigon, 1955”. FONTE: KAISER, Robert G. *The Meddling American*. IN: *The New York Review*, June 7, 2018 Issue.

Nesse marco foi lançada a *Operation Brotherhood*, que “construiu dispensários que eram usados como esconderijo para operações encobertas de contraterror”, fornecendo o “americano feito” à ditadura sul-vietnamita “quinhentos anticomunistas filipinos comprometidos [*hard-core*] que, enquanto construía estradas e distribuía remédios, ajudavam as forças de segurança de Diem identificando e eliminando agentes *Vietminh*” (VALENTINE, 2000: 27). Emulando o EDCOR que utilizou com Magsaysay nas Filipinas para exterminar as guerrilhas Huks, Lansdale treinou militarmente os refugiados católicos reassentados pela *Freedom Company* e, então, “iniciou seu programa de Ação Cívica, a peça central do programa de Segurança Nacional de Diem” (VALENTINE, 2000: 27):

Organizado e fundado pela CIA em conjunto com o Ministério da Defesa, mas administrado através do Ministério do Interior pelo chefe da província, a Ação Cívica visava realizar quatro coisas: induzir soldados inimigos a desertarem; organizar o povo rural em forças de autodefesa para isolar seus vilarejos da influência VC [Viet Cong]; criar quadros militares políticos que iriam vender a ideia de que Diem – não os Vietminh – representava as aspirações nacionais; e proporcionar cobertura para o contraterror (VALENTINE, 2000: 27)

Muito bem “assessorada”, portanto, a administração de Diem realizou inúmeros massacres no Vietnã. Mas esses *banhos de sangue*, como ensinam os norteamericanos como Noam Chomsky e Edward Herman, “estavam a serviço do anticomunismo e da preservação de nosso cliente” e, por isso, “são categorizados como construtivos ou benignos” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 343). “Massacres construtivos” que foram ocultados da opinião pública norteamericana em nome do anticomunismo. Sob a tutela dos EUA, “Diem iniciou suas próprias operações ‘*search and destroy*’ na metade e final da década de 1950, e seus campos de prisão e câmaras de tortura estavam cheios e ativos” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 343). Em 1956, a estimativa oficial do número de prisioneiros políticos no Vietnã do Sul oscilou entre 15 e 20 mil encarcerados e P. J. Honey, amigo e “conselheiro” de Diem, afirmou que “a maioria deles não era comunista nem pró-comunista”. Os maus-tratos e massacre de prisioneiros políticos era uma prática regular durante o período Diem” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 343).

A ditadura anticomunista de Diem forjou uma “Pacificação” que “consistiu em “matar ou prender, sem evidência ou julgamentos, grandes números de pessoas suspeitas de serem Vietminh ou ‘rebeldes”” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 343). Essa “Pacificação” produziu “vários pequenos banhos de sangue a nível local” e “outros grandes associados às expedições militares conduzidas por Diem contra a população rural” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 343). Na terminologia utilizada por Chomsky e Herman, “Diem era um típico tirano subfascista, compensando a falta de apoio nativo com doses extras de terror” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 343). Um ex-consultor do Exército dos EUA no Vietnã do Sul, Jeffrey Race, reconheceu que “o governo [de Diem] aterrorizou muito mais do que o movimento revolucionário – por exemplo, por meio do extermínio de ex-Vietminh, por artilharia e ataques terrestres em ‘vilarejos comunistas’, e pelo sequestro de ‘simpatizantes comunistas”” (CHOMSKY; HERMAN, 2014: 344). Outro “consultor” norteamericano de Diem descreveu “a mecânica geral dos grandes banhos de sangue” da seguinte forma:

Em junho de 1956 Diem organizou duas expedições massivas às regiões que eram controladas pelos comunistas sem o mínimo uso de força. Seus soldados prenderam dezenas de milhares de pessoas... Centenas, talvez milhares de camponeses foram mortos. Vilarejos inteiros cujas populações não eram amigáveis ao governo foram destruídos por artilharia. Esses fatos foram mantidos em segredo do povo americano (BUTTINGER *apud* CHOMSKY; HERMAN, 2014: 344)

### 2.5.2. *Quem-é-quem*

Esse foi o país e o presidente que receberam, em 1957, a III Conferência da APACL. Sem embargo, ainda em 1956, os dirigentes da Liga reuniram-se no Vietnã do Sul para organizarem o encontro anual de 1957. Um dos membros presentes da delegação da Coreia do Sul, o general Choi Duk Shin, foi instruído pelo presidente de seu país a acompanhar o encontro em Saigon. Shin havia sido o negociador sul-coreano para o Armistício da Guerra da Coreia e, informando o presidente Syngman Rhee sobre sua participação no encontro preparatório, garantiu-lhe: “Conforme instruído por Sua Excelência (...), eu manterei um olhar diligente na reunião da APACL, que se realizará em Saigon, entre 10 e 13 de setembro” (SHIN, 1956: 2)<sup>79</sup>. O general Shin informou ainda ao autocrata Rhee que ele já havia se comunicado “diretamente com o Sr. Chin Whan Kong, o presidente da APACL da Coreia, muitas vezes. Nós faremos o nosso melhor para que tudo corra bem” (SHIN, 1956: 3). Na reunião preliminar de Saigon, Kong salientou estar confiante de que “a Liga irá satisfazer seu destino e desempenhar um importante papel em parar o comunismo” (GONG, 1956: 1). Lamentou o desaparecimento de pessoas no “campo de concentração global” que o comunismo buscava instaurar, advertindo que, “quando a tática do ataque militar não pode ser usada, os comunistas recorrem a uma manobra parlamentar, pressão diplomática, iscas comerciais e todos os outros tipos de conspiração e persuasão” (GONG, 1956: 1). Diante disso, era preciso *agir* mais e *falar* menos: “Meus amigos, o momento da ação está aqui – não amanhã, não em uma conferência no próximo ano – mas agora mesmo” (GONG, 1956: 1)

---

<sup>79</sup> A cúpula política do Estado sul-coreano envolveu-se na APACL, criada em 1954 em Chinhae. Esse informe do general Shin aporta mais um elemento nesse sentido. Nele, Shin lembrou a Rhee que, sob suas ordens, ele “estava no posto ativo de Oficial General do Exército” quando “a cruzada e o movimento da APACL foram iniciados por Sua Excelência e eu jamais esquecerei que Sua Excelência me deu instruções durante nossa viagem de avião, indo de Seul para Taipei e retorno no final de novembro de 1953” (SHIN, 1956: 2). Como visto, a fundação da APACL foi precedida de um encontro, em Taiwan, de Rhee com o generalíssimo Chiang Kai-shek. Agora, descobre-se que Shin participou desses preparativos da gênese da Liga. “Eu me sinto muito honrado por ter participado nesse movimento da APACL e eu deverei continuar a participar até que o objetivo desse movimento seja alcançado” (SHIN, 1956: 2).



**Figura 61.** “ABN – CHINA – KOREA – PHILLIPPINES – VIETNAM”. Prédio que albergou as atividades da III Conferência da *Asian Peoples’ Anti-Communist League* em Saigon, capital do Vietnã do Sul, entre 37 e 31 de março de 1957. FONTE: ABN, 1957, v. x, n.º 7/8, p. 7.

O presidente do “Capítulo” sul-coreano da Liga esclareceu que, embora a Coreia do Sul tivesse “algumas ideias” sobre o que deveria ser a prática anticomunista da APACL, “essa não deve ser simplesmente uma ação coreana – e sim uma ação da Liga, ação coletiva, ação forte que possa fazer os comunistas recuarem” (GONG, 1956: 1). Seria preciso orquestrar coletivamente, no marco da APACL, “aquilo que nós temos chamado Ação Contra o Comunismo” (GONG, 1956: 1). Seria preciso “muito menos conversa e muito mais luta. Eu não estou lhes contando nenhum segredo quando digo que a Coreia está indo à luta. Ela quer lutar através do meio da Liga, na companhia de nossos bons amigos e aliados” (GONG, 1956: 2).



O presidente do “Capítulo” sul-coreano da APACL manteve-se, de fato, em total sintonia com o chamamento para ação do presidente da Coreia do Sul Syngman Rhee. Este escreveu ao general Choi Duk Shin, no último dia da conferência preliminar de Saigon, informando-lhe: “É bom saber que você está atento sobre o propósito do movimento da APACL (...) Os comunistas não vão esperar até que estejamos prontos. Eles estão constantemente lançando-se sobre outros países enquanto nós não fazemos nada além de falar. Eu desejo e espero muito dessa reunião política e sei que vocês farão o seu máximo para fazer dela um sucesso” (RHEE, 1956: 1).

Em termos de expansão de seu arco de alianças, a III Conferência da APACL de 1957 foi, de fato, um sucesso. O número de países presentes aumentou. Foram 13 delegações lideradas por Tran Chan Than (Vietnã do Sul); Ching Hang Kong (Coreia do Sul); Ku Cheng-kang (Taiwan); José Ma. Hernández (Filipinas); Plang Phloyphrom (Tailândia); Hong Kong, Macau e ilhas Ruyukyus (Tsai Chang); Malásia e Singapura (Tsai Huisheng); Indonésia (H. Firdaus A. N.); Paquistão (Inamullah Khan); Turquia (Nazh Tlabar); e Grécia. Quatro observadores tomaram parte da conferência e discursaram. Dois deles eram dirigentes do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) e um terceiro era ligado ao grupo. Foram eles: Yaroslav Stestko, presidente do ABN, ex-colaborador nazista ucraniano; o general Ferenc Farkas, dirigente do ABN e ex-colaborador nazista húngaro condecorado com a Cruz de Ferro<sup>80</sup>; e o ex-nazista alemão Rudolf Hilf, associado do ABN e dirigente do *Czech-Sudetengerman Federative Committe*.

O quarto observador da III Conferência da APACL foi Serge Kriokorian, dirigente dos solidaristas do NTS, como visto, uma organização arqui-inimiga do ABN que contava com ex-colaboradores nazistas russos. Viu-se também como a APACL-Taiwan já havia feito dois acordos em separado, um para operar com o ABN e outro com o NTS. Quanto ao ex-general que serviu à ditadura colaboracionista da Cruz Flechada húngara nos estertores da II Guerra Mundial, Ferenc Farkas, ele foi fotografado pela *Correspondência do ABN* ao lado do casal Stetsko durante a III Conferência da APACL em Saigon (ABN, 1957, v. VIII, n.º 5/6, p. 5) e, encerrado esse encontro

---

<sup>80</sup> Uma das iniciativas de guerra psicológica dessa missão do ABN junto à ditadura militar taiwanesa consistiu em “estabelecer uma estação de radiofusão na qual programas nas línguas dos povos representados no ABN sejam transmitidos para a população da Sibéria, aos prisioneiros nos campos de concentração soviéticos, aos soldados do Exército Vermelho no Extremo Leste e a inúmeras missões soviéticas ao continente chinês” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 5/6, p. 14).

anticomunista mundial, o ex-militar húngaro viajou para Taipei e entrevistou-se com o *generalíssimo* Chiang Kai-shek, ditador de Taiwan, condecorando-o.



**Figura 62.** “General Farkas de Kisbarnak presents Marshall Chiang Kai-shek with a dedicatory scroll from the Hungarian fighters for freedom”. FONTE: ABN, 1957, v. VIII, n.º 5/6, p. 9. Como visto no CAPÍTULO 1, o militar húngaro colaborou com o nazismo no saque do parque industrial e ferroviário da Hungria, sendo condecorado com a Cruz de Ferro por isso. Serviu à ditadura colaboracionista da Cruz Flechada, de Ferenc Szálasi, nos estertores da II Guerra Mundial.

Em seu *tour* pós-III Conferência da APACL em Saigon, se Farkas encontrou-se com o *generalíssimo* Chiang – presenteando-o “com um pergaminho de dedicatória dos lutadores pela liberdade húngaros” –, Slava Stetsko premiou a madame Chiang Kai-shek com um livro escrito por seu marido Yaroslav: *Taiwan, the island of freedom and hope* (ABN, 1957, v. VIII, n.º 5/6, p. 8).



**Figura 63.** “Mrs. Stetzko presents Madame Chiang Kai-shek with her husband’s book, ‘Taiwan, the Island of Freedom and Hope’”. FONTE: ABN, 1957, v. VIII, n.º 5/6, p. 8.

### *2.5.3. Principais oradores asiáticos*

Como dito, o apoio oficial da autocracia sul-vietnamita à III Conferência da APACL explicitou-se com o discurso de abertura feito, em 27 de março de 1957, pelo presidente Ngo Dinh Diem. Nele, o autocrata reconheceu que “o Vietnã está satisfeito pelo privilégio de receber os delegados para a Terceira Assembleia da APACL, e os observadores que se uniram a eles” (APACL, 1957: 69). Informado sobre a expansão do arco de alianças da APACL, destacou que, “pela primeira vez, vieram muitos delegados e observadores de várias organizações internacionais anticomunistas da Europa e Austrália” (APACL, 1957: 69). Defendeu um dos maiores “aprendizados” da APACL, a saber, contra o comunista mundial era preciso organizar o movimento anticomunista internacional. Em suas palavras, “**se a expansão comunista é concebida em uma escala mundial, também é importante que as nações livres do mundo devam agir sob o signo de uma estreita cooperação internacional**” (APACL, 1957: 69, grifo meu). Uma cooperação internacional anticomunista seria, assim, fundamental, pois somente “através da ação comum que nós podemos manter um inimigo tenaz e inescrupuloso em xeque” (APACL, 1957: 69).

Depois de conclamar por uma cooperação anticomunista internacional, Diem atacou “teoricamente” o marxismo. Reproduziu uma tão vulgar quanto difundida crítica a um suposto economicismo marxista, que reduziria toda a complexidade da história e do ser social a um determinismo econômico unilateral. Contrapôs ao marxismo, assim, a defesa do progresso moral, religioso e “espiritual”. Afirmou à audiência da III Conferência da APACL que, “para encarar o trabalho de destruição dos comunistas, nós devemos proclamar que as leis que governam o progresso da humanidade não são unicamente econômicas por natureza, que tal progresso é também e acima de tudo condicionado pelas leis da moralidade” (APACL, 1957: 69). Contra o marxismo, agente de “destruição de crenças religiosas, baseadas na moralidade”, **“é dever da Liga reafirmar o primado do espiritual.** Que as relações entre as nações, como aquelas entre os indivíduos, descansem sobre a justiça, lealdade e colaboração fraternal” (APACL, 1957: 69, grifo meu). Aludindo à Cidade dos Homens, “o prêmio pelo qual deve ser pago aqui na Terra pelo Criador”, Diem alertou que os comunistas estão sempre à espreita para para “semear a discórdia interna” e “para levar vantagem das dificuldades de nossos vizinhos”, “para causar vergonha por falsas notícias e, ao final, conduzir à ruína a ‘humanidade’ e ‘cada nação’” (APACL, 1957: 69-70).

Nota-se que esse “típico tirano subfascista”, na terminologia de Chomsky e Herman, ideologicamente nutriu um anticomunismo ultracatólico e orientou a APACL à “observância de virtudes sociais das quais a justiça e a caridade são as bases” (APACL, 1957: 69). Eis que, “ao ódio pregado pelos comunistas”, Diem propôs o amor e a honestidade cristãs que, segundo ele, seriam o meio adequado para salvar da “ruína” a “Cidade dos Homens” e, assim, evitar a “danação da nação” (APACL, 1957: 70). Isso não implicava inação, absolutamente. A APACL deveria, sem dúvida, combater a “ofensiva subversiva” de um “inimigo pérfido comum”, o “imperialismo comunista”, formando “uma frente de aço” (APACL, 1957: 70). Contudo, aconselhou Diem, a Liga não poderia se esquecer de uma importante arma não-convencional para compor sua *frente de aço* anticomunista. **“Não esqueçamos que ao lado das armas clássicas estão as armas de luz. Essas armas são encontradas no arsenal das religiões tradicionais de nossas pátrias: restaurá-las e utilizá-las deve ser um dos objetivos da Liga”** (APACL, 1970: 70, grifo meu).

A religião como arma de guerra anticomunista não era, justamente, um dos “truques” aplicados no Vietnã pelo “criador” de Diem, o *ugly American* da CIA Lansdale, para ajudá-lo a se

manter e se legitimizar no poder? Seria por acaso que uma das operações arquitetadas pelo “americano feio”, como visto, tenha sido construída sob o *slogan* “Cristo se mudou para o Sul” (VALENTINE, 200: 47)? Se a APACL utilizasse essas “armas de luz”, concluiu Diem, ela se adequaria “ao significado da história”, que “nos ensina que cedo ou tarde a virtude triunfará sobre o vício, a verdade sobre a mentira, o amor sobre o ódio e que os impérios mais poderosos não podem sobreviver à corrupção da moral” (APACL, 1970: 70). Por último, o autocrata anfitrião externou seu contentamento em receber em Saigon a III Conferência da APACL: “Eu estou contente por recebê-los em nossa capital e estou convencido do resultado vitorioso da luta que nós estamos implementando por uma justa e nobre causa” (APACL, 1957: 70).

Além do discurso de abertura do presidente autocrata da República do Vietnã do Sul, passam-se em revista os pontos principais dos discursos mais importantes proferidos na II Conferência da APACL de 1957. Tran Chan Tan, presidente do Comitê de Direção da Campanha Anticomunista no Vietnã, como visto, foi o chefe da delegação sul-vietnamita. No início de seu discurso ele resumiu os mais recentes pontos de parada da APACL em sua primeira internacionalização: “Manila em setembro e março de 1956; Saigon em setembro de 1956, e novamente Manila em novembro do mesmo ano, onde uma sessão extraordinária foi realizada” (APACL, 1957: 3). Saudou também a expansão da APACL alcançada em Saigon, destacando que “a Liga, que tinha oito membros fundadores, Coreia, China, Filipinas, Tailândia, Vietnã, Hong Kong, Macau e Ryukyu, está expandindo suas atividades” (APACL, 1957: 3).

Unificar as forças era fundamental para lutar contra o “inimigo comunista”, “determinado a exilar e até mesmo exterminar milhões em nome de uma doutrina insana” (APACL, 1957: 3). Daí a importância da Liga, organizar uma “cooperação de mãos dadas para frear essa louca ambição” (APACL, 1957: 3). Tan exaltou que, pela primeira vez na história da APACL, “os povos dos países que perderam parte de seus territórios para o comunismo” na Ásia reuniram-se com sua contraparte russa e europeia oriental. Esse fato estava comprovado pela presença na III Conferência da APACL de “representantes dos povos húngaros e russos nas organizações anticomunistas do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) e União dos Solidaristas Russos (NTS)” (APACL, 1957: 3). “Esses povos lutaram e estão lutando corajosamente contra o comunismo bem no coração dos territórios sob domínio comunista” e, referindo-se ao NTS, Tan

saudou que, “na Rússia, onde o comunismo está estabelecido há 40 anos, o povo ainda está lutando contra as autoridades soviéticas” (APACL, 1957: 3).

Tan elogiou a “resistência” do NTS e do ABN que demonstrariam, respectivamente, a “forte reação do povo russo” e a “revolta generalizada dos povos nos países satélites da Rússia”. Graças a eles, segundo Tan, Krushev se valeu do “truque de tentar colocar a culpa dos crimes comunistas em Stálin” (APACL, 1957: 4). Com a responsabilização exclusiva de Stalin pelos crimes do regime soviético, argumentou Tan, buscou-se esconder que a URSS já vivia “uma iminente desintegração das estruturas comunistas” (APACL, 1957: 4). O levante dos trabalhadores e estudantes de Pozna em 1956 sob o *slogan* “Por pão e liberdade” e “a heroica revolta do povo húngaro” de 1957 seriam os sinais de uma nova onda de “rebeliões e revoltas” dentro da URSS e de seus “satélites” no leste europeu. No *front* do “mundo livre”, contudo, a “infiltração” comunista avançava por meio das táticas para “sabotar, criar intranquilidade e derrubar governos legalmente estabelecidos”. Com esse diagnóstico, Tan arrematou que é dever da APACL “manter o governo e populações das nações livres vigilantes frente a esse perigo e criar contra-medidas para derrotar essas perigosas conspirações [comunistas]” (APACL, 1957: 6).

Já o chefe da delegação tailandêse, Plang Phloyphrom, iniciou seu discurso saudando também o “notável progresso” da expansão da APACL. “A três anos atrás, a Liga tinha apenas 5 países membros, isto é, Coreia, a República da China, Filipinas, República do Vietnã e Tailândia. Dois anos depois, o número de países aumentou de 5 para 8, incluindo Hong Kong, Macau e Ryukyus. Hoje temos aqui 15 países que se tornaram membros da APACL, os quais se comprometeram a exercer todos os esforços possíveis no combate ao comunismo” (APACL, 1957: 7). Esse aumento do número de países na Liga seria o “presságio para um brilhante futuro da APACL” e “um trampolim para o sucesso não apenas em resistir ao comunismo mas também em erradicá-lo” (APACL, 1957: 7). Porém, seria preciso incorporar mais unidades na Liga, pois “o número dos países membros da APACL ainda é muito pequeno para lidar com a situação influenciada ou controlada pelo comunismo internacional” (APACL, 1957: 10). A esperança que deveria estimular os aliados da APACL nesse seu plano de mundialização, concluiu Tan, residiria no seguinte fato: “onde o comunismo governa, o anticomunismo ainda reina. Então, dentro na Rússia Soviética e da China Vermelha, há muitos que são contra o comunismo, que estão lutando para salvarem a si mesmos e que estão esperando por nosso socorro” (APACL, 1957: 10). Daí ser

a missão da APACL “agir e agir imediatamente por um caminho em que essas pobres pessoas possam ser salvas de serem esmagadas pelo comunismo” (APACL, 1957: 10).

Já o delegado chefe das Filipinas José Ma. Hernández iniciou seu discurso pedindo um minuto de silêncio pela morte do presidente filipino Ramon Magsaysay. Valendo-se do contexto específico de seu país, esse membro-fundador da APACL repisou o que dissera nas conferências anteriores: mesmo derrotado militarmente, os comunistas, esses “camaleões”, mudam de tática buscando a mesma estratégia, inalterável. Segundo ele, nas Filipinas, “os comunistas moveram-se da resistência armada para a infiltração e táticas parlamentares. Os Huks, o braço armado do Partido Comunista, foram vencidos, eles abandonaram a luta militar e apresentaram-se como candidatos para o gabinete público” (APACL, 1957: 30). Alguns, inclusive, teriam sido eleitos, embora esse “abandono” da luta armada não significasse que “eles abandonaram totalmente a violência”. Hernández resumiu assim a situação filipina: “Enquanto publicamente os Huks desistiram da luta militar, estão agora usando métodos mais pacíficos de infiltração em nossas escolas, meios de comunicação de massas e gabinetes do governo, [mas] assim que surgir a primeira oportunidade, eles usarão suas armas novamente” (APACL, 1957: 30).

Dáí a importância de criminalizar o Partido Comunista e suas organizações de frente ou linhas auxiliares. Hernández, ao final de seu discurso, saudou um projeto de lei nas Filipinas cujo objetivo era, definitivamente, “proscriver o Partido Comunista e qualquer outra associação que possua os mesmos objetivos subversivos que o Partido Comunista” (APACL, 1957: 30). Essa medida seria vital à campanha “antissubversiva” e “os apoiadores do Projeto de Lei acreditam que isso não é uma violação do direito de associação porque, desde que qualquer associação não tenha os propósitos subversivos do Partido Comunista, lhe será permitido existir em nosso sistema democrático. Eu acredito sinceramente que esse Projeto de Lei se tornará uma lei” (APACL, 1957: 30). Também o delegado-chefe de Hong Kong inaugurou seu discurso à III Conferência da APACL saudando a expansão da Liga. “A três anos atrás nós começamos com apenas 8 nações membros e localidades. Agora nós dobramos em tamanho” (APACL, 1957: 16). Mas se a APACL cresceu, “nosso inimigo também tem crescido” (APACL, 1957: 16). E o inimigo era global. A “China Vermelha”, embora “a causadora de problemas na Ásia”, era “apenas uma parte do plano comunista de dominação mundial” (APACL, 1957: 16). É verdade que a APACL deveria mirar “em um alvo, a destruição de nosso inimigo comum, os comunistas chineses” (APACL, 1957: 16).

Porém, a Liga deveria mundializar suas atividades e redes e, dessa forma, o delegado de Hong Kong submeteu à consideração da APACL um ponto que já havia sido consolidado em sua II Conferência de 1956. Para a APACL enfrentar adequadamente o *plano comunista de dominação mundial*, “nós sugerimos que haja **uma Conferência Mundial dos Povos Anticomunistas para todos os líderes anticomunistas civis na Europa e América a fim de trocar: informação, experiência, técnica e para cooperar em nossa luta contra as agressões comunistas**” (APACL, 1957: 16, grifo meu). Mais imediatamente, o delegado de Hong Kong conclamou à APACL “organizar o Conselho da Liga de acordo com nosso estatuto” e solicitar uma reunião dos “governos da China Livre, Coreia, Filipinas, Tailândia e Vietnã para (...) discutirem medidas efetivas para enfrentar o inimigo comum na Ásia e eliminar a raiz do problema” (APACL, 1957: 16). O chefe da delegação de Macau sugeriu outro conjunto de propostas à APACL, que deveria: “organizar várias instituições de trabalho para executar atividades anticomunistas”, “auxiliar refugiados chineses que escaparam do continente e ajudá-los a ir para a China livre”, “organizar os estudantes para estudarem as teorias fundamentais para o anticomunismo” e promover a “exibição de imagens de propaganda e cinema toda semana” e o “envio de balões com panfletos, etc. para o continente” (APACL, 1957: 22).

Já o delegado-chefe Tsai Chang acusou em seu discurso a “infiltração” comunistas nas “administrações militar e civil” nas ilhas Ryukyus, salientando que “os controversos problemas de terra e os movimentos anti-americanos” naquele pontilhado de ilhas entre o Japão e Taiwan estariam “sendo instigados pelos comunistas chineses através dos comunistas japoneses” (APACL, 1957: 32). Como resposta à “subversão comunista”, a delegação da APACL nas Ryukyus estaria tentando “aprimorar nossa administração civil, estabilizar nossa economia, decretando leis contra o comunismo, fortalecendo nossa cooperação com o governo dos EUA e trabalhando por uma solução do problema da terra” (APACL, 1957: 32). Seria igualmente fundamental que a APACL ajudasse a fortalecer um sistema de defesa regional “contra os comunistas no Extremo Oriente” para assegurar “nossa vitória na guerra anticomunista com alta moral” (APACL, 1957: 32). Informou à audiência apacliiana, por último, que as ilhas Ryukyus tinham sido libertadas do “jugo japonês” ao fim da II Guerra Mundial e, desde então, “nós temos marchado em direção à independência política”, o que estaria sendo apoiado, assegurou, por



Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas “e outros povos do mundo amantes da liberdade” (APACL, 1957: 32).

A despeito desse suposto apoio, Chang encaminhou à APACL um pedido deveras cauteloso. Solicitou à Liga que declarasse “apoio moral aos ryukyuanos pelo desejo de independência política”, note-se bem, “tão logo a ameaça comunista no Extremo Oriente seja eliminada e contra a reocupação do Japão das Ryukyus por meio de distorcidas ideias colonialistas de ‘soberania residual sobre as Ryukyus’” (APACL, 1957: 32). Essa postura contra o (neo)colonialismo japonês, como visto, não era exclusiva da delegação das Ryukyus, mas foi compartilhada pelo “Capítulo” sul-coreano da APACL. Essa postura antinipônica despontou no discurso do delegado-chefe da APACL-Coreia do Sul. Logo no início de seu discurso, Chin Hang Kong dissera que a APACL foi criada para se contrapor ao *colonialismo* ou *qualquer tipo de agressão* na Ásia, o que pode ser lido de duas formas: uma luta contra o que chamava de *imperialismo* (ou *colonialismo*) *comunista* ou contra a antiga *agressão* do *colonialismo* japonês. “Essa Liga foi estabelecida em Chinhae, Coreia, três anos atrás para combater o comunismo, banir o colonialismo da Ásia e resistir à agressão de todo e qualquer tipo” (APACL, 1957: 18). Kong fizera, inclusive, uma defesa das ilhas Ryukyus em seu discurso. Lamentou que, não bastassem os perigos comunistas da “subversão interna” e da “invasão externa” que pairavam sobre a Ásia, “o Japão mostra sinais de novo despertar de suas ambições coloniais nas Ryukyus e ainda não fez as emendas pelos erros cometidos na Coreia” (APACL, 1957: 18).

Avançando em seu discurso, vale a pena destacar que Kong nutriu uma autoimagem ideológica comum a muitos de seus pares. De acordo com ela, os membros da APACL faziam parte de um seletivo grupo de “revolucionários” que, em nome do anticomunismo, lutariam pela “liberdade”. Seriam a vanguarda da “revolução anticomunista pela liberdade”: “Nós nos consideramos como sendo revolucionários da liberdade”, a causa da APACL seria a “da liberdade e da democracia” (APACL, 1957: 18). Palavras são palavras, sem embargo. Não bastaria dizer que a APACL era a vanguarda da “revolução” anticomunista. Seria preciso ação. Sobretudo em um cenário de vitória comunista na Ásia. A Coreia do Norte e o Vietnã do Norte estavam ocupados “pelos invasores comunistas”. “A China ainda está confinada à área da ilha de Taiwan e os seiscentos milhões de pessoas do continente se contorcem em suas correntes comunistas” (APACL, 1957: 18). Os demais países da Ásia, a seu turno, estariam “sob o mais iminente perigo

de conquista comunista por dentro ou por fora” (APACL, 1957: 18). A *subversão* interna e a *invasão* externa seriam um risco permanente para todos os países asiáticos e a APACL, para fazer frente a ele, deveria estar consciente de que a Liga “não é um clube de serviços, nem um clube social ou uma organização cultural” (APACL, 1957: 18). “Esse é um movimento que envolve a luta pela sobrevivência livre e contra os comunistas” e “nós devemos vencer totalmente ou nós poderemos perder totalmente” (APACL, 1957: 18).

Isto é, a APACL deveria se conscientizar que estaria enfrentando uma guerra total. Seus membros, reiterou, seriam “revolucionários da liberdade”, inspirando-se o presidente do “Capítulo” sul-americano da APACL na figura dos *freedom fighters* da Revolução Húngara de 1956, reprimida militarmente pela URSS. “O povo da Hungria já nos mostrou o caminho. Esses *freedom fighters* se levantaram contra os Vermelhos em uma revolução que teria sido bem-sucedida, não fosse a timidez do Mundo Livre” (APACL, 1957: 18). A tarefa da APACL, concluiu seu dirigente sul-coreano, “deve ser ampliar e expandir o espírito e o ativismo da Hungria. **Nós devemos alimentar as chamas da revolução anticomunista em todo lugar**” (APACL, 1957: 19, grifo meu). E se a timidez do “mundo livre” deixou de ajudar os *freedom fighters* húngaros, a APACL deveria dar o exemplo oposto, isto é, fornecer total assistência a “todos os povos escravizados que estão dispostos a arriscar suas vidas pela libertação” (APACL, 1957: 20).

Sem embargo, “a menos que ativemos o programa – trazendo-o à vida dinâmica – isso não significa nada. Sem ação, isso se torna apenas mais uma coleção de clichês pretensiosos mas sem sentido” (APACL, 1957: 20). Daí que, concluindo seu discurso à II Conferência da APACL, Kong pediu para que todos delegados e observadores, ao retornarem para seus respectivos países, assumissem uma postura de ativista anticomunista. “**Nós devemos voltar de Saigon para casa como ativistas** – incitar, acender as esperanças, as aspirações e a coragem de nossos povos” (APACL, 1957: 20). “Vamos provar a nós mesmos agora – e nos meses logo à frente – com **uma poderosa cruzada de revolução que irá varrer o comunismo, colonialismo e agressão da Ásia e da terra**” (APACL, 1957: 20, grifo meu).

Finalmente, entre os principais oradores asiáticos na III Conferência da APACL de 1957, destacou-se Ku Cheng-kang, o presidente do “Capítulo” taiwanês da Liga e, como visto, um dos homens mais poderosos da ditadura do Kuomintang (KMT). Para se aquilatar a posição de “alto nível” de Ku Cheng-kang na ditadura taiwanesa, em janeiro de 1960, quando o generalíssimo

Chiang Kai-shek recepcionou, no aeroporto de Taipei, o presidente do Vietnã do Sul Ngo Dinh Diem, o presidente da APACL-Taiwan lá estaria, conforme fotografado. Saudou em seu discurso o alargamento das bases da APACL e os então recentes levantes ocorridos dentro da URSS, defendendo que “os povos atrás da Cortina de Ferro” já estariam fraturando, internamente, “o bloco comunista”. Seria por isso que a URSS lançou, depois da morte de Stalin, “sua feroz ofensiva de paz”.



**Figura 64.** “Vietnamese President Ngo Dinh Diem is seen arriving at the Sung-shan airport, Taipei. President Chiang Kai-shek came to the airport to greet the state guest on Jan. 15, 1960”. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1964, v. VII, n.º 1, p. 4.



**Figura 65.** “Mr. Ku Cheng-kang is shaking hand with President Ngo Dinh Diem of the Republic of Vietnam”. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1964, v. VII, n.º 1, p. 8.

O neutralismo em relação aos soviéticos, advertiu Ku Cheng-kang, apenas contribuiria para “fortalecer sua alienação, infiltração e atividades subversivas contra os países democráticos” (APACL, 1957: 11). Os fatos promissores seriam, porém, inegáveis: “o surto do movimento antirrusso na Polônia e a revolução anticomunista na Hungria demonstraram que não apenas os povos atrás da Cortina de Ferro possuem a vontade e determinação de lutar pela liberdade, como o mecanismo controlador da Rússia Soviética está de dissipando” (APACL, 1957: 10). O Levante Húngaro de 1956 seria “o começo da desintegração do movimento comunista mundial” e ele seria o primeiro sintoma a revelar que “o bloco comunista está de fato sendo confrontado com uma crise geral sem precedentes” (APACL, 1957: 11). “As atrocidades soviéticas contra os *freedom fighters* húngaros exibiram a verdadeira cor do comunismo mundial e despertaram um número de países democráticos de seus sonhos de conciliação para adotar uma política anticomunista mais firme” (APACL, 1957: 11).

Seria, então, o momento dos EUA, na condição de líder do “mundo livre”, resgatarem o ideário da *política de libertação* do ex-presidente Dwight Eisenhower. A única forma dos EUA impedirem “a futura agressão da Rússia Soviética no Oriente Médio” seria a adoção da “Doutrina Eisenhower” e, na Ásia, o momento seria igualmente favorável para isso, uma vez que “o movimento anticomunista dos povos asiáticos irrompeu a todo vapor através do continente” (APACL, 1957: 11-12). Aquele seria o momento de “desferir golpes fatais contra o comunismo” (APACL, 1957: 12). O momento para unificar “todos os governos e povos das nações livres para fortalecermos nossa solidariedade anticomunista e adotarmos ações mais positivas” (APACL, 1957: 12). Seria a hora, defendeu, de “ir à caça de perto do inimigo desmoronante e, em um esforço conjunto, exterminar a má influência do comunismo ” (APACL, 1957: 12). E o alvo desse projeto de extermínio anticomunista deveria ser a República Popular da China (RPCh) mas prioritariamente a URSS. É verdade que o principal inimigo comunista na Ásia era a RPCh, mas ela seria apenas mais um passo da “revolução mundial” planejada em Moscou. “O regime fantoche de Pequim não é senão uma ferramenta criada pela Rússia Soviética para promover a revolução mundial” (APACL, 1957: 12). Em 1956, segundo Ku Cheng-kang, “os comunistas chineses” tomaram “as mais violentas medidas (...) para soviétizar nosso continente”: ampliaram o “trabalho escravo”, destruíram os “empreendimentos conjuntos público-privados”, os “estabelecimentos

industriais privados”, as “empresas privadas” e suas “propriedades duramente conquistadas” (APACL, 1957: 12).

Nesse alegado processo de “sovietização” do comunismo chinês em 1956, “aproximadamente 500 milhões de camponeses foram convertidos em servos de cooperativas agrícolas” (APACL, 1957: 12). Apesar dessa “crueldade comunista”, a RPCh estaria vivendo um contexto de “confusão interna” com uma “irremediável crise do regime fantoche”. Depois de arrolar uma lista de problemas econômicos, com as finanças públicas, com a dissidência de intelectuais e de hierarcas do Partido Comunista, Ku Cheng-kang defendeu que “todos esses fatores precipitaram a inevitável crise interna e levarão o regime fantoche em direção à desintegração” (APACL, 1957: 12). Detrás da “Cortina de Bambu”, assegurou o presidente da APACL-Taiwan, já estaria em andamento uma “revolução anticomunista”: “sob o bárbaro controle do *gansgster* desumano, nossos compatriotas continentais iluminaram a conflagração anticomunista por todo o terreno” (APACL, 1957: 13). “Por isso, revoluções anticomunistas em larga escala têm aflorado uma atrás da outra em Singkiang, Tibete, no interior da Mongólia, Sikang, Szechuan, e Chinghai” (APACL, 1957: 13). Ku Cheng-kang, ele também nutrindo uma autoimagem da APACL como um grupo “revolucionário anticomunista”, defendeu que “o desenvolvimento desse difundido movimento anticomunista revolucionário deve sua força dinâmica ao ressentimento enraizado dos povos”, o fermento vivo de “um movimento revolucionário para se unir aos esforços anticomunistas da China Livre” (APACL, 1957: 13).

Dessa forma, “sob a liderança do Presidente Chiang Kai-shek”, com “nossa vontade e determinação para cumprir essa missão revolucionária sagrada”, Taiwan se ofereceria como líder da “crescente força anticomunista dos povos em ambos os lados da Cortina de Ferro” para “contra-atacar o continente” (APACL, 1957: 13). Isso porque os objetivos nacionais da Taiwan do *genralíssimo* Chiang seriam: “erradicar o traiçoeiro regime fantoche de Pequim que é o instrumento do imperialismo soviético”; “restaurar a independência nacional e a integridade territorial da República da China”, “extirpar a ditadura do proletariado e reconstruir a República na base dos Princípios dos Três Povos conforme defendido pelo Dr. Sun Yat-sen”; “eliminar todas as formas de escravização modeladas na Rússia Soviética e reconstruir uma sociedade livre e feliz” (APACL, 1957: 13). Assim que, diante dos “desígnios expansionistas do bloco comunista” e da “crise geral desenvolvida dentro do campo comunista”, “baseado nos requisitos urgentes da nova

situação anticomunista que estamos encarando”, a APACL deveria ter em mente os seguintes pontos sugeridos pela delegação taiwanesa à sua III Conferência de 1957 (APACL, 1957: 13):

1. **O desenvolvimento da nova situação revolucionária em ambos os lados na Cortina de Ferro ofereceu ao mundo a oportunidade de ouro de encurralar e derrotar nosso inimigo comum.** Assim sendo, eu proponho que essa Conferência deveria solicitar a todos os povos dos países democráticos para lançar uma **ofensiva política, econômica, cultural, social e militar geral e conjunta contra os comunistas para acelerar o rápido colapso do imperialismo comunista que tem ameaçado a paz mundial com os seus desígnios agressivos e a humanidade inteira com o cativeiro da escravidão.** 2. (...) **O maior inimigo ao movimento nacional de todos os povos asiáticos hoje é o novo colonialismo promovido pelos comunistas.** Por isso, nós devemos não apenas tomar medidas de precaução contra o novo colonialismo, mas devemos também (...) **prevenir a infiltração comunista.** 3. **A queda do continente chinês, da parte norte da Coreia e da parte norte do Vietnã por trás da Cortina de Ferro tem proporcionado a única fonte de ameaça à segurança da Ásia e paz mundial.** Nós queremos reiterar que a paz e segurança somente podem ser salvaguardadas depois que **todos os povos democráticos da Ásia e do mundo inteiro houverem auxiliado a República da China a retomar o continente chinês e a República da Coreia e do Vietnã a recuperarem seus respectivos territórios perdidos.** 4. A Liga sempre acreditou firmemente que **é absolutamente impossível para nós possuir qualquer forma de compromisso com o comunismo e que não podemos coexistir sob quaisquer condições.** Entre a liberdade e a escravidão, não existe meio-termo. Assim, **nós devemos combater a ilusão da coexistência pacífica com os comunistas,** revelar as intrigas das táticas da frente única comunista, esmagar os desavergonhados rumores de paz arquitetados pelos **Vermelhos, banir o Partido Comunista, negar-nos a reconhecer os frutos da agressão, impor estritamente o embargo contra o bloco comunista,** e golpear duramente as infiltrações políticas e as atividades subversivas desenvolvidas em vários países pelo comunismo mundial. 5. Nós, a delegação chinesa, somos sempre da opinião que **a grande unidade dos esforços anticomunistas é a única medida efetiva para lutar contra a agressão comunista.** Por isso, **nós devemos não apenas convencer os povos de países anticomunistas a se unirem à nossa Liga, como também procurar convencer da nossa causa os povos anticomunistas** daqueles países que estejam buscando a política neutralista ou inclinados para o lado dos pró-comunistas, para que eles possam assim cerrar as fileiras conosco **Nós devemos não apenas consolidar toda a força anticomunista dos povos asiáticos, nós devemos promover acima de tudo a unidade anticomunista no mundo inteiro para eliminar o inimigo comum da raça humana** (APACL, 1957: 13-14, grifo meu)

Nota-se, pois, que a Taiwan do *generalíssimo* Chiang buscou globalizar, desde o início, as atividades da APACL. E encarregou para isso um de seus mais poderosos dirigentes. Esse projeto de promover *a unidade anticomunista no mundo inteiro para eliminar o inimigo comum da raça humana*, como logo se verá, correspondeu à estratégia da guerra política da ditadura taiwanesa. Ku Cheng-kang foi o seu operador e gestor de “alto nível” na APACL e, como se verá, em suas projeções globais nas décadas seguintes. Ao fim de seu discurso, reiterou o dirigente taiwanês, a APACL deveria explorar a “fraqueza interna” e as “condições precárias do campo comunista” para lançar “golpes mortais contra o inimigo”, coordenando os esforços “dos povos

anticomunistas em ambos os lados da Cortina de Ferro” (APACL, 1957: 15). “Agora o principal triunfo de **nossa cruzada anticomunista** está bem à nossa frente. Vamos marchar juntos com a unidade de propósito de destruir a Cortina de Ferro, para eliminar o inimigo comum e para concretizar o objetivo comum de nossa luta histórica” (APACL, 1957: 15, grifo meu).

#### 2.5.4. ABN e NTS: presentes!

Observa-se, então, como essa ideologia do *rollback communism* da APACL, sumariada por Ku Cheng-kang, coincidiu *in totum* com o ideário do ABN de destruir a “Cortina de Ferro” soviética *por dentro e por fora* e, assim, reconquistar os territórios perdidos aos comunistas. A política da APACL era a mesma daquela do ABN, mas deveria ser “aplicada” na Ásia: destruir por um ataque *interno* e outro *externo* a “Cortina de Bambu” e reconquistar os territórios perdidos aos comunistas. As afinidades eletivas entre APACL e ABN, portanto, não poderiam ser maiores. Não por acaso, depois da APACL-Taiwan ter celebrado um acordo com o ABN em 1955, duas das “estrelas” não-asiáticas que despontaram na III Conferência da APACL, em 1957, foram do ABN: o presidente de seu Comitê Central Yaroslav Stetsko, ex-colaborador nazista ucraniano, e o presidente de sua Comissão Militar do ABN, o ex-colaborador nazista húngaro Ferenc Farkas de Kisbarnaki, um general condecorado por Hitler, em 1944, com a Cruz de Ferro. Outra “estrela” não-asiática que despontou no Extremo Oriente para tomar parte da III Conferência da APACL foi a de um ex-nazista associado ao ABN, Rudolf Hilf. O quarto “observador” não-asiático na conferência anual da APACL de 1957 foi Serge Kriokorian, um solidarista russo do NTS, grupo arqui-inimigo do ABN que, não por isso, também foi incorporado na estratégia da APACL-Taiwan de internacionalizar sua guerra política anticomunista.

A primeira dessas “estrelas” do antibolchevismo a discursar em Saigon foi Stetsko. Ele foi apresentado à audiência apacliãna como o “ex-Primeiro-Ministro Ucraniano” e “Presidente do Comitê Central do Bloco Antibolchevique de Nações”. Agradeceu em seu discurso o “Capítulo Vietnamita da APACL, o anfitrião desta Conferência”, e logo colocou à disposição da APACL. Uma miríade de organizações anticomunistas das quais garantiu ser o porta-voz. Elas seriam “organizações nacionais revolucionárias e centros dos povos da Europa do Leste e Ásia Soviética

que têm sido subjugados pelo comunismo e imperialismo russo” (APACL, 1957: 41)<sup>81</sup>. Elas poderiam somar suas forças com a APACL. Stetsko ainda saudou o Vietnã do Sul de Diem como sendo “o setor avançado do *front* na intransigente luta anticomunista da Ásia amante da liberdade”, assegurando que “o espírito aguerrido desse valente povo deverá ser um lembrete a todos nós de nosso dever de **derrotar juntos o inimigo comunista mundial por um front unido**” (APACL, 1957: 41, grifo meu). Stetsko ainda agradeceu a cortesia dispensada a seu grupo pela APACL-Taiwan, recordando ao auditório que na visita que fizera àquele país, em 1955, celebrou um acordo com Ku Cheng-kang, presidente do “Capítulo” taiwanês da Liga. “Nós somos extremamente gratos ao Capítulo da China da APACL e, em particular, ao Presidente Ku Chang-kang por me ter possibilitado visitar a China Livre em Outubro, 1955”, “e também pelo fato de que **a cooperação entre o ABN e o APACLROC se concretizou**” (APACL, 1957: 41, grifo meu).



**Figura 66.** “From right to left: Australian delegate, C. A. Osborne, Chinese delegates, President Ku Cheng-kang and Dr. Pao Hua Kuo, Secretary-General; in the background: the Rector of National Taiwan University, Mr. Chien Shih Liang”. FONTE: ABN, 1957, v. VIII, n.º 5/6, p. 2.

<sup>81</sup> “Committee Free Armenia, Bulgarian National Front, Byelorussian Central Council, Cossack National Liberation Movement, Czech Movement for Freedom (Za Svobodu), Czech National Committee, Estonian Liberation Movement, Union of the Estonian Fighters for Freedom, Georgian National Organization, Hungarian Liberation Movement, Hungarian Mindszenty Movement, Latvian Association for the Struggle against Communism, Lithuanian Rebirth Movement, Polish Christian Social Movement, Slovak Liberation Committee, National Turkestanian Unity Committee, Ukrainian Hetman Union, and Organization of Ukrainian Nationalists” (APACL, 1957: 41).



Stetsko resumiu à III Conferência da APACL o objetivo do ABN: “destruir o império bolchevique a partir de dentro por meio das revoluções de libertação nacional, a fim de desintegrá-lo em estados nacionais independentes das nações que a ele estão subjugadas” (APACL, 1957: 42). O *front* do ABN não era apenas europeu, contudo, mas também asiático: **“A atividade do ABN, contudo, não está apenas confinada à esfera soviética direta de influência na Europa do Leste, mas também apoia a luta por liberdade dos povos atrás da Cortina de Bambu,** que estão buscando alcançar sua independência e a queda da ordem comunista da sociedade” (APACL, 1957: 42, grifo meu). O ABN era, segundo seu presidente, uma organização antibolchevique global, já que “está combatendo o comunismo e o imperialismo russo no mundo inteiro” e, “como representante do dever para a liberdade dos povos não russos postos em cativeiro na esfera de influência soviética, rejeita o império russo como princípio, em todas as formas” (APACL, 1957: 42).

Esse “em todas as formas”, como se viu, significou para o ABN que a URSS era a última forma do *império russo* e, por isso, o grupo nutriu uma relação de guerra permanente com os solidaristas do NTS que, embora antibolcheviques e ex-colaboradores nazistas, eram, acima de tudo, *imperialistas russos*. Contudo, assegurou Stetsko à audiência apacliana, o ABN reconhecera, amparando-se em seu princípio-*slogan* “Liberdade para as Nações! Liberdade para os indivíduos!”, “o direito do povo russo, também, ao seu próprio estado nacional dentro de suas fronteiras etnográficas” (APACL, 1957: 42). Era preciso fazer com que o *império russo* abandonasse seu domínio sobre “os povos não-russos” e recuasse até o ponto de constituir um Estado nacional *eticamente* russo. Daí a importância que o ABN conferiu ao nacionalismo anticolonialista, uma vez que, “no conflito entre a ideia imperial e a nacional na presente era, a ideia nacional sempre emerge triunfante” (APACL, 1957: 42). “O império colonial russo” já era um “anacronismo histórico” diante da “ideia nacional”, o que seria comprovado pelas “lutas revolucionárias por liberdade atrás da Cortina de Ferro” (APACL, 1957: 42).

Todavia, embora os “impérios ocidentais” perdessem força no pós-II Guerra Mundial, “o colonialismo russo” avançava na Ásia e na África aproveitando-se do “legado desses impérios por meio de maliciosas palavras de ordem de libertação social e nacional” (APACL, 1957: 42). Ao estimular a luta anticolonial na Ásia e na África, a URSS buscava, de fato, substituir o velho *imperialismo ocidental* pelo neocolonialismo russo, o que já havia sido “planejado” por Lenin,

segundo Stetsko, quando defendera a construção de “um único império mundial”, designando-o “com a inofensiva fórmula de ‘Federação Mundial das Repúblicas Socialistas Soviéticas’” (APACL, 1957: 42). O “inimigo” a ser derrotado, portanto, representava a nova forma, mundializada, do velho *colonialismo russo* que tão bem conheceriam os “povos não-russos” que o presidente do ABN dizia representar. E em sua nova forma soviética, esse velho *colonialismo russo* teria chegado à Ásia com a ajuda dos “vermelhos” locais. No geral, o mundo estaria desafiado, concluiu Stetsko, com uma “polaridade de contrastes entre uma ordem de coerção comunista de imperialismo mundial e uma integração do mundo livre sobre as bases de um sistema de estado nacional organicamente ordenado” (APACL, 1957: 42). No particular:

**A Conferência da APACL é atualmente confrontada por uma tarefa muito importante: a revelação do comunismo mundial como uma camuflagem para um novo colonialismo vicioso, que pretende escravizar a humanidade pelo sistema totalitário, a fim de ampliar o império colonial russo por todo o mundo com a ajuda de seus chineses vermelhos, coreanos vermelhos, indonésios vermelhos e outras ferramentas** (APACL, 1957: 42, grifo meu)

E quem mais senão o ABN para auxiliar a APACL nessa missão de expor, combater e destruir o *neocolonialismo* russo-bolchevique? **“No processo de revelação desse novo colonialismo russo nossos povos do ABN e suas organizações de libertação, as quais por décadas experienciaram a ordem bolchevique, são as que melhor se ajustam para ajudar a APACL”** (APACL, 1957: 42, grifo meu). Potencializando e elevando a um novo patamar suas conexões transnacionais anticomunistas com a APACL, o presidente do ABN salientava a importância da Liga Anticomunista do Sudeste Asiático incorporar em seus quadros representantes antibolcheviques não-asiáticos, devendo-se buscar a criação de “uma frente global pela liberdade” para “aumentar o potencial dinâmico dos povos subjugados”. Assim, “a participação de representantes de povos não-asiáticos nessa Conferência da APACL e a troca de experiências e ideias serão certamente um grande passo em direção a um *front* mundial comum sobre as bases da independência estatal para todas as nações” (APACL, 1957: 42).

É possível flagrar aqui, mais uma vez, um momento privilegiado no qual a estratégia do ABN de promover *guerras de libertação nacional* contra a “Cortina de Ferro” soviética encontrou-se com a mesmíssima proposta da APACL para *penetrar e destruir* a “Cortina de Bambu” asiática. Essas foram as raízes contrarrevolucionárias profundas e, como se verá, longevas, da aliança ABN-APACL: **“Essa crescente atividade atrás das Cortinas de Bambu e de Ferro, junto ao nosso**

**ativo suporte a partir do mundo livre, irão ocasionar a ruína do império despótico**” (APACL, 1957: 42, grifo meu). Dessa forma, Stetsko buscou coesionar em seu discurso os objetivos do ABN e da APACL conforme o ideário “liberacionista” do *rollback communism*, reiterando que “o calcanhar de Aquiles” do “*imperium* colonial russo” era “o desejo nacional pela liberdade dos povos subjugados”, os mais capacitados ideologicamente para destruir “essa prisão dos povos por dentro”. Em resumo, “o problema nacional representa o perigo mortal para o império colonial de Moscou” (APACL, 1957: 43). Todavia, se os “povos subjugados” pelo comunismo eram a melhor armada de guerra para fazer implodir, *por dentro*, a “Cortina de Ferro” e a “Cortina de Bambu”, as potências ocidentais do “mundo livre” capitalista teriam ajudar nessa estratégia *rollback*. Com a ajuda delas é que seria possível sincronizar a guerra anticomunista de implosão *interna* com a destruição *por fora, externa*, das “Cortinas de Ferro” e “Bambu”. E a III Conferência da APACL deveria conclamar por essa ajuda, sugerindo Stetsko:

Seria de considerável importância para o sucesso na luta contra o novo colonialismo de Moscou se a Conferência da APACL se aproximasse das Maiores Potências Ocidentais com a recomendação de que eles deveriam declarar um Grande Estatuto da Independência de Todas as Nações do Mundo, como a base para uma futura ordem política mundial após a queda do império da escravidão comunista. (APACL, 1957: 43)

Depois de caracterizar a “questão nacional” como sendo o principal “ponto vulnerável do império colonial russo”, Stetsko sugeriu à III Conferência da APACL que meditasse sobre meios de contrapor o “coletivismo comunista” ao “princípio do empreendedorismo privado nas bases de pequenas propriedades agrícolas e propriedade adquirida pelo trabalho do indivíduo”; a “escravização totalitária” à “liberdade do indivíduo”; o “fanatismo ateu” à “religião e fé nos mais elevados valores da vida”; o “internacionalismo que exclue o patriotismo” ao “*ethos* nacional” (APACL, 1957: 43). E, à semelhança do que dissera o presidente Diem na abertura da conferência, o presidente do ABN também sugeriu o uso da religião como arma de guerra anticomunista. E a Ásia teria muito a ensinar nesse sentido, já que ela seria “o lugar de nascimento de grandes religiões do mundo” que poderiam se opor à “ideologia materialista do comunismo ateu” (APACL, 1957: 43).

A APACL deveria expor, aconselhou Stetsko, todos os “crimes comunistas”, entre eles, a “perseguição à fé religiosa”, a “abolição da propriedade privada”, o “genocídio”, a “ocupação predatória de países estrangeiros”, a “provocação de novas guerras” e o “extermínio de

camponeses e trabalhadores e membros da *intelligentsia* dissidente” (APACL, 1957: 43). Caberia a APACL, também, mostrar à ONU todos esses “crimes comunistas”, lamentando Stetsko que “assassinos comunistas em massa” encontrariam assento “nas Nações Unidas e em outras instituições internacionais” e estaria pressionando “para que o grupo de Mao Tse-tung fosse admitido na ONU, a fim de estimular a criminalidade mundial” (APACL, 1957: 43). Enquanto isso, poucos países “apoiavam a ideia de que a República do Vietnã amante da liberdade e a República da Coreia amante da liberdade deveriam ser admitidas nessas organizações” e, lamentavelmente, muitos ainda “questionavam o direito da China Livre de representar o povo chinês subjugado no fórum internacional” (APACL, 1957: 43). A despeito desse *lobby* comunista junto à ONU e demais organizações internacionais, o sinal de esperança anticomunista, segundo Stetsko, era o Levante Húngaro de 1956. Essa “grande revolta de libertação nacional húngara” seria o primeiro passo do fim das ilusões acerca da *coexistência pacífica* soviética. Embora muitos dos participantes da Revolução Húngara tenham sido opositores comunistas da ditadura soviética, Stetsko garantiu que lutaram pela defesa da “religião e da propriedade privada das classes trabalhadoras”, contrapondo-se à “qualquer forma de coletivismo” (APACL, 1957: 43-44).

O Levante Húngaro era assim, concluiu Stetsko, a prova da vitalidade das “revoluções de libertação nacional” e poderiam oferecer uma “alternativa à guerra atômica” (APACL, 1957: 44). Aqueles comprometidos com “as revoluções de libertação nacional de nossos povos”, garantiu à APACL, “não podem ser destruídos por bombas atômicas” (APACL, 1957: 44). E isso também se aplicaria à “Ásia Livre”, “como eu verifiquei durante minha visita à China Livre. A alternativa para o mundo inteiro não é ‘**política de coexistência ou guerra atômica**’, mas apenas ‘**guerra atômica ou política de libertação**’, uma vez que a política de coexistência deve inevitavelmente levar a uma guerra atômica” (APACL, 1957: 44, grifo meu). (Em 1955, Stetsko já havia marcado essa posição, com visto, em um artigo publicado pelo *APACLROC Bulletin*). Essa *política de libertação* que evitaria o holocausto atômico, recomendou Stetsko, deveria ser buscada pela aliança do ABN com a APACL em “uma ofensiva ideológica e política” contra a URSS. Isso porque, “**quando o império russo estiver dissolvido, a fonte e liderança do comunismo mundial igualmente irá colapsar para Mao Tse-tung e os tiranos comunistas da Coreia do Norte, Vietnã do Norte, etc.**” (APACL, 1957: 44, grifo meu).

Os comunistas asiáticos defenderiam, em última instância, “os interesses de **uma conspiração mundial organizada por Moscou**” e, “no final das contas, simplesmente são agentes de Moscou” (APACL, 1957: 44, grifo meu). Assim sendo, uma vez cumprido o objetivo do ABN de destruir a “Cortina de Ferro” soviética, automaticamente, também o objetivo da APACL seria alcançado: destruir a “Cortina de Bambu” asiática. A APACL poderia contar com o ABN, tranquilizou Stetsko. Seus membros não estariam sozinhos “em seus esforços para se livrar desse jugo opressor comunista. Eles são apoiados por todas as nações subjugadas por Moscou na Europa do Leste e Ásia Soviética” (APACL, 1957: 44). Além dessa convergência absoluta entre “os objetivos políticos” da APACL e do ABN, seus membros poderiam alegadamente mobilizar forças em duas áreas geográficas estratégicas para o lançamento de uma guerra antissoviética: a Europa Oriental e a Ásia. Daí a proposta feita pelo presidente do ABN à III Conferência da APACL no sentido de lançarem “**uma operação de cerco unida que pudesse então ser sistematicamente conduzida a partir dos países de fronteira com o império moscovita via Sibéria, Turquistão e Cáucaso**” (APACL, 1957: 44, grifo meu). O ABN e a APACL poderiam formar, sugeriu Stetsko, “uma base inicial para operações políticas diretas e outras dirigidas contra a esfera de influência russa” (APACL, 1957: 45). “A conspiração comunista mundial com seus quartéis-generais em Moscou deve ser oposta por uma frente mundial da liberdade unida com um centro de coordenação para a ação conjunta e sistemática do mundo livre e subjugado” (APACL, 1957: 45).

Assim sendo, concluiu Stetsko, caso desejassem “os honrados representantes dos países anticomunistas da Ásia”, o ABN poderia colocar à disposição da APACL as entidades do “movimento de libertação revolucionário” representadas pelo “líder do último governo livre ucraniano”: “a Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN), o Exército Insurgente Ucraniano (UPA), e o Conselho Supremo de Libertação Ucraniana (UHWR) – o atual governo de resistência da Ucrânia” (APACL, 1957: 45). Em breve, chineses, coreanos e vietnamitas voltariam a estar “reunidos pela liberdade”, exortando Stetsko ao final de seu discurso: “Vida longa às revoluções nacionais que pavimentam o caminho para a libertação dos russos e de toda outra forma de comunismo!”. “Vida longa à República do Vietnã, da China e Coreia, e de toda a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos” (APACL, 1957: 45).

Depois de Stetsko, o presidente da Comissão Militar do ABN discursou na III Conferência da APACL, o ex-general Ferenk Farkas de Kisbarnaki. Como visto no CAPÍTULO

1, ele serviu à ditadura húngara da Cruz Flechada, foi agraciado por Hitler com a Cruz de Ferro em 1944 por “sua corajosa liderança nos Cárpatos” e, no pós-guerra, foi condenado à prisão perpétua *in absentia* pelo Tribunal Criminal de Justiça de Budapeste. Farkas foi apresentado em Saigon como presidente do MSZM, o Movimento de Libertação Húngara (APACL, 1957: 47). Farkas criticou em seu discurso o Tratado de Trianon de 1919 que “mutilou” a Hungria e, graças a ele, seu país teria enfrentado o primeiro ataque do “comunismo mundial dirigido por Moscou”: o governo de Bela Khun, o primeiro “ditador vermelho” da Hungria (APACL, 1957: 47). Depois disso, ao final da II Guerra Mundial, “o destino do milenar reino húngaro” teria sido selado com sua incorporação “na esfera de influência russa bolchevique” que transformou a Hungria em “uma prisão, na qual tudo é feito à sombra de baionetas do exército de ocupação russo e pelos governos de controle comunista” (APACL, 1957: 47).



**Figura 67.** “A delegação do ABN” na III Conferência da APACL, realizada, em Saigon, Vietnã do Sul, entre 27 e 31 de março de 1957. Slava Stetsko no meio de uma dupla de criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas. Da esquerda para a direita: o militar húngaro Ferenk Farkas de Kisbarnaki e o político ucraniano Yaroslav Stetsko. FONTE: ABN, 1957, v. VIII, n.º 5/6.

O sinal de esperança, porém, teria sido o Levante Húngaro de 1956: essa “luta húngara por liberdade” teria despertado a Hungria contra o “domínio do comunismo russo” sobre o país. O Levante Húngaro teria comprovado a existência dos “pontos fracos” e da “tensão interna na União Soviética e em sua esfera de influência, assim como a falência do regime bolchevique-russo” (APACL, 1957: 47-48). Também teria demonstrado que “não pode haver compromisso nem reconciliação com o imperialismo russo e toda forma da assim chamada coexistência pode significar somente a ruína do mundo” (APACL, 1957: 49). “Com o massacre da Hungria, acabaram para sempre os dias da chamada desestalinização e da mentirosa coexistência pacífica” (APACL, 1957: 49). O Levante Húngaro, embora reprimido, teria demonstrado o acerto da estratégia do ABN, a saber, o “calcanhar de Aquiles” da URSS era o conjunto das nacionalidades dos “povos não-russos”, “povos escravizados, que sob certas pré-condições podem bem se levantar em revolta um após o outro e se livrarem de seus grilhões” (APACL, 1957: 49).

Contudo, sem ter ajudado os húngaros em 1956, “o Ocidente perdeu uma grande oportunidade de provar sua solidariedade com os povos subjugados” e deixou escapar “uma grande oportunidade histórica” (APACL, 1957: 50). Embora saudando a declaração feita pelo vice-presidente dos EUA Richard Nixon que caracterizou “a revolução húngara como ‘um dos maiores eventos na história da humanidade’ e como ‘a sentença de morte do comunismo internacional’” (APACL, 1957: 50), Farkas lamentou que, na ocasião, a ONU não assumiu “uma posição para impor seus princípios, embora a vida de uma nação inteira estivesse em jogo!” (APACL, 1957: 50). Omissões e declarações sem consequência não seriam mais aceitáveis, todavia. Era preciso agir globalmente contra o comunismo internacional, já que “o destino da humanidade como um todo” estaria ameaçado. Se os anticomunistas enfrentavam “um poder que está se esforçando para conquistar o mundo inteiro”, deveriam estar conscientes de que “esse poder somente poderá ser combatido de forma bem-sucedida e derrotado por uma aliança global – no campo moral, político e militar – de todos os povos do mundo livre, com nossos povos subjugados como a vanguarda” (APACL, 1957: 50).

O terceiro “observador” não-asiático na III Conferência da APACL foi o ex-nazista Rudolfo Hilf. Entre 1942-45, ele serviu como oficial da Luftwaffe e, no pós-guerra, tornou-se o dirigente da Sociedade da Pátria Sudeta, que “cooperou também com o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN)” (MARGALIT, 2010: 471). Em Saigon, Hilf informou ao auditório apacliano que,

“antes de chegar aqui, eu visitei algumas pessoas no Oriente Médio”, encontrando “alguns políticos árabes” (APACL, 1957: 52). Gilad Margalit esclarece que, entre 1956-58, “Rudolf Hilf, um conselheiro político chave, membro do comitê alemão *Sudeten*, fortaleceu contatos no mundo árabe por meio do Dr. Hassan Fakoussa, o delegado da Liga Árabe na Embaixada do Egito em Bonn” (MARGALIT, 2010: 473).

Nesse *tour* ao Oriente Médio, o ex-nazista encontrou-se, entre outros, com “o Grão Mufti de Jerusalém, Haj al-Husayni, exilado no Cairo junto com seu séquito”, e com “Haris Korkut, um Imã Bósnio que havia se voluntariado durante a Segunda Guerra Mundial para a 13ª Divisão de Montanha Waffen SS Handschar (1ª Croata)” (MARGALIT, 2010: 474). “Assim como com Mufti, Hilf também contava aqui com simpatias árabes passadas com relação à Alemanha nazista” (MARGALIT, 2000: 474). Isto é, Hilf associou-se aos colaboradores nazistas árabes. E quem foi o Mufti que associou-se a G. von Mende, o turcologista nazista que “criou” o ABN a soldo do MI6 britânico no pós-guerra? Justamente Haj Amin Al-Hussaini, o “ex-Grão Mufti de Jerusalém” que “trabalhou com von Mende e os nazistas durante a guerra e mais tarde com [Said] Ramadan [líder sênior da Irmandade Muçulmana exilado]” (JOHNSON, 2010: XII)<sup>82</sup>.

Em 1957, no Vietnã do Sul, Hilf discursou na condição de “observador da Alemanha” e “Secretário-Geral da *Sudetengerman*, Comitê Federal Checo” (APACL, 1957: 51), comparando a divisão da Alemanha com a do Vietnã. Ambos países estariam “absolutamente na mesma posição”, “divididos pela mesma força internacional do comunismo” dos “centros de Moscou e Pequim” (APACL, 1957: 51). Alemanha, Vietnã, Coreia e China estariam divididas em duas porções, uma “livre”, outra “comunista”. A Taiwan do *generalíssimo* Chiang seria, basicamente, “o pilar de estabilidade de todo o sudeste da região asiática, que os comunistas querem destruir inteiramente como o último passo para destruir a liberdade de toda a Ásia” (APACL, 1957: 51). Hilf se solidarizou com os países *comunizados* na Ásia, dizendo que teria vivido na *Sudetenland* “comunizada” pela Checoslováquia e compartilharia também o sofrimento dos “10 milhões de alemães” migraram da porção leste a oeste da Alemanha. “Eu acredito que o mesmo será verdade

---

<sup>82</sup> “Hussaini era um líder popular na Palestina mas também um antissemita raivoso. Ele era a mesma figura que tentara persuadir von Mende sobre a possibilidade de estabelecer uma hierarquia religiosa na Crimeia e que inspecionava tropas muçulmanas que lutavam pelos nazistas. (...) A colaboração de Hussaini com os nazistas envolveu mais do que o aconselhamento de Von Mende em política religiosa. Ele recrutou soldados para eles e declarou sua causa justa. [No pós-guerra] Hussaini continuou a se associar com ex-nazistas, tais como o propagandista Johann von Leers, que havia se mudado para o Cairo e mudado seu nome para Amin Lahars” (JOHNSON, 2010: 112, 113).



aqui, onde uma terrível guerra foi travada para barrar o comunismo em sua marcha para o sul” (APACL, 1957: 51).

**O Vietnã é um país dividido, assim como a Alemanha e o comunismo internacional abordam esses problemas de divisão absolutamente da mesma forma**, querendo forçar o Vietnã livre e a Alemanha livre a negociar diretamente com os governos fantoches no norte e, com relação à Alemanha, no leste. (...) Portanto, é minha opinião que **os países divididos por todo o mundo deveriam trabalhar em conjunto e muito próximos, porque seus problemas são dependentes uns dos outros** (APACL, 1957: 52, grifo meu)

A tônica marcante do discurso de Hilf, e de praticamente todos que o antecederam na III Conferência da APACL, condensou-se na proposta de opor ao comunismo internacional uma organização anticomunista global. E nessa coordenação anticomunista global seria preciso compreender que “a era do colonialismo está definitivamente acabada, o quanto antes a Europa reconhecer isso, melhor” (APACL, 1957: 52). Se os países anticomunistas não reconhecessem o fim da era histórica do colonialismo, argumentou Hilf, continuariam sem compreender porque “o colonialismo é o melhor ajudante dos progressos comunistas” (APACL, 1957: 52). Outro aconselhamento de Hilf à APACL foi o de que abandonassem “alguns questionáveis valores do século passado europeu, o século XIX, que será superado na própria Europa algum dia” (APACL, 1957: 53).

A Ásia não deveria adotar (ou abandonar caso já tivesse adotado) as duas formas da “ocidentalização” capitalista e comunista, já que **“ambas as ideias vieram do século XIX na Europa (e também a ideia de luta de classes)”** (APACL, 1957: 53, grifo meu). Os europeus estariam se livrando dessas “ideias” oitocentistas e, então, porque a Ásia deveria adotá-las? **“Seria uma coisa infeliz ver essas ideias moribundas entrando na Ásia”** (APACL, 1957: 53). Em suma, com essa crítica romântica de Hilf ao capitalismo e ao comunismo, frutos “europeus” ou “ocidentais” da luta de classes, **a APACL deveria rechaçar “as ideias moribundas do materialismo do século XIX, seja na forma do socialismo-comunismo, capitalismo ou colonialismo”, e “voltar para as suas próprias fontes espirituais e tradicionais”, buscando em “seu próprio solo e história” formas alternativas aos “materialismos” do século XIX europeu e à “ocidentalização”** (APACL, 1957: 53, grifo meu). “Essa será a mais importante tarefa para a Ásia livre”, garantiu o ex-nazista à APACL.

Mas, para tanto, “não é suficiente ser anticomunista. O anti, sozinho, é negativo. Nós não devemos estar na defensiva sozinhos. Nós devemos estar na ofensiva” (APACL, 1957: 53). Reconheceu, inclusive, que a vitalidade comunista residiria em “uma força distorcida, porém uma força espiritual” capaz de traduzir “sua vontade e sua crença em mudar todos os povos nessa terra” (APACL, 1957: 53). Os anticomunistas deveriam criar “uma nova força e uma nova crença, de nosso lado, também para mudar todas as nações desse nosso mundo em uma nova era e uma nova comunidade” (APACL, 1957: 53). Nesse esforço de criação de uma nova crença anticomunista, o ex-nazista se revelou um crente em Deus, recomendando à III Conferência da APACL: “Nós deveríamos perceber mais uma vez que **nós não somos o criador, mas apenas uma parte da criação e devemos, pois, lutar não por um mundo de materialismo (seja na forma socialista ou capitalista), mas por um mundo que busque suas forças e crenças em valores espirituais, em Deus**” (APACL, 1957: 53, grifo meu). E para essa “missão especial”, a APACL poderia contar com o exemplo da Ásia, que “através de séculos **acreditou nos valores espirituais, não na máquina**” (APACL, 1957: 53, grifo meu).

O último “observador” não-asiático que discursou na conferência da APACL foi Serge Kriokorian, em nome dos solidaristas russos do NTS. Como visto, enquanto o objetivo do NTS era a “libertação” da Rússia das mãos do “comunismo”, o objetivo do ABN era a “libertação” das “nações subjugadas” dos “russos”. Embora os membros do NTS e do ABN fossem anticomunistas e ex-colaboradores nazistas, era arqui-inimigos. E o discurso de Kriokorian explicitou essas divergências inelimináveis. Em Saigon, Kriokorian não discursou apenas como representante da Aliança dos Solidaristas Russos (NTS), mas também em nome da União dos Lutadores Armênicos pela Liberdade, da Liga Nacional do Azerbaijão e do Movimento de Libertação Ucraniana. Kriokorian foi seco em sua intervenção. Primeiro: “Quem é o inimigo”? Ou seja, “contra quem nós estamos lutando? Então eu quero especialmente enfatizar que **esse inimigo é o comunismo internacional espalhado por todo o mundo**” (APACL, 1957: 54, grifo meu).

“Então, é necessário estar atento para a diferença capital entre os termos ‘Rússia’ e ‘União Soviética’ e não dizer ‘russos’ se a intenção é dizer ‘comunistas’” (APACL, 1957: 54, grifo meu). (O ABN pensava assim: o problema era os *russos* e o bolchevismo era apenas a última forma histórica do *imperialismo russo*). Depois de defender que o *inimigo* a ser derrotado é o *comunismo internacional* e não os russos, Kriokorian indagou o auditório apacliano: “Pelo quê nós

estamos lutando? Uma luta anticomunista só pode ser bem-sucedida se é ao mesmo tempo uma luta por alguns ideais positivos. Não é suficiente ser apenas ‘contra’ mas também ‘por’ alguma coisa, para se opor ao comunismo no campo ideológico” (APACL, 1957: 54). Definido *quem* é o “inimigo” e *por que* combatê-lo, seria preciso definir o “método” da luta anticomunista: “Como combater – é um problema de nossa estratégia, nossas táticas e nossos métodos de luta” (APACL, 1957: 54). Na medida em que o “inimigo” é o *comunismo internacional*, o modo de combatê-lo deve ser, argumentou o solidarista russo, mundializado. Por isso, arrematou à III Conferência da APACL, **nós precisamos de uma grande concepção estratégica, de longo prazo, e uma estratégia mundial**” (APACL, 1957: 54, grifo meu). Todavia, não basta arquitetar uma estratégia anticomunista mundial, caso faltem “pedreiros” para colocá-la em prática. “Então finalizemos agora com os discursos e comecemos a trabalhar: ‘há muitos arquitetos mas muito poucos pedreiros nesse mundo’” (APACL, 1957: 55).



**Figura 68.** “The Vietnamese Delegation. In centre: Dr. Bui Tuong Chieu, Chairman of the Conference”.  
FONTE: ABN, 1957, v. VIII, n.º 5/6.

#### 2.5.5. O estabelecimento do Secretariado Permanente da APACL em Saigon

Por último, uma das definições mais importantes da III Conferência da APACL foi a de confirmar o Vietnã do Sul como a sede do Secretariado da Liga e, ademais, detalhou suas funções. Como visto, a Carta da APACL, aprovada em sua II Conferência de 1956 nas Filipinas, já tinha estabelecido Saigon como a sede do Secretariado da Liga e definira, em linhas gerais, que ele atuaria conforme as instruções da Conferência e do Conselho da APACL. Ainda nas Filipinas,

definiu-se que o Secretariado da Liga se encarregaria da “execução das resoluções da Conferência, pelos contatos e pela coordenação do trabalho entre as unidades membros da Liga” (Cap. VI, art. 13). Mas foi III Conferência de 1957 que definiu que a APACL, “para lidar com o seu trabalho de rotina”, teria seu Secretariado permanente em Saigon, incumbindo-lhe preparar “um orçamento, assim como um relatório financeiro para cada ano fiscal e submetê-los à Conferência, para sua consideração” (APACL, 1957: 11). A III Conferência da APACL definiu, então, que:

**As funções do Secretariado serão as seguintes:** 1) Manter constante contato com cada Membro da Liga; 2) Reunir e transmitir as visões dos Membros da Liga; 3) Fazer os preparativos para a convocação de vários encontros além da Conferência e da Conferência Extraordinária; 4) Prestar assistência ao Membro anfitrião na adoção de preparativos para a convocação da Conferência ou da Conferência Extraordinária; 5) Preparar e disseminar informação e mensagens; 6) **Manter contatos e fazer consultas com várias organizações internacionais;** 7) **Coletar, compilar e publicar dados e materiais anticomunistas;** 8) Aceitar, manter e empregar as taxas de filiação pagas pelos Membros da Liga; 9) Assumir o controle de questões relativas aos pedidos para admissão de novos membros; 10) Assumir o controle de outras questões rotineiras da Liga (APACL, 1957: 9-10, grifo meu)

O estabelecimento do Secretariado da Liga em Saigon estreitou os nexos repressivos da APACL-Vietnã do Sul em particular, e da APACL em geral, com o governo sul-vietnamita, à época presidido pelo autocrata Ngo Dinh Diem, uma “criatura” da CIA e dos EUA. O “Capítulo” sul-vietnamita da APACL, desde a III Conferência de 1957, passou a se orientar pelas “razões de Estado” de uma ditadura anticomunista em guerra permanente com o Vietnã do Norte. Todavia, se a APACL-Vietnã do Sul nutriu a partir dali importantes conexões repressivas com o Estado sul-vietnamita, no caso taiwanês, por exemplo, pode-se dizer que a APACL foi “o próprio Estado”.

## *2.6. Gênese, evolver e estrutura da guerra política de Taiwan*

Como visto até aqui, o núcleo dirigente da APACL contou com o peso pesado da ditadura militar taiwanesa. Embora em 1955 não se tenha realizado a II Conferência da APACL em Taiwan, conforme definido em 1954 na Coreia do Sul durante a I Conferência Anticomunista que fundou a APACL, o “Capítulo” taiwanês dessa Liga foi gerido como um instrumento oficial da política do Kuomintang (KMT). A APACLROC foi um veículo da política externa anticomunista da ditadura taiwanesa do *generalíssimo* Chiang. Assim sendo, não se pode compreender adequadamente a APACLROC, e em grande medida a própria APACL, sem entender a ideologia

oficial taiwanesa. Daí a importância de estudá-la em sua gênese, evolução e estrutura. Mas, qual foi esse ideário anticomunista com o qual a ditadura do *generalíssimo* buscou legitimar-se internamente e projetar-se internacionalmente? Tratou-se da ideologia e da prática da chamada *guerra política* que, como se viu e se verá, foi estruturada dentro do Estado taiwanês por um departamento e uma academia militar ligados ao Ministério da Defesa.

A ideologia da APACL-Taiwan só adquire inteligibilidade no marco mais amplo das diretrizes de *guerra política* emanadas do Departamento Geral e da Academia de Guerra Política da ditadura do KMT, matrizes da contrarrevolução chinesa e de seu anticomunismo oficial. A APACLROC foi “apenas” o seu veículo de “exportação” e globalização. Antes, pois, de analisar a estrutura dessa *guerra política* anticomunista e suas matrizes, bem como de passar em revista os ensinamentos de seu principal teórico militar, Weng Sheng, é preciso compreender sua gênese e seus primeiros desdobramentos. E isso deve ser feito a partir da análise, mesmo que sumária, do processo da contrarrevolução chinesa ainda no continente até o exílio forçado do *generalíssimo* Chian à ilha de Formosa, depois da vitória da Revolução Chinesa de 1949. Durante a instauração da ditadura anticomunista em Formosa, inclusive, as tropas do KMT massacraram os nativos da ilha, pavimentando assim o caminho para Chiang Kai-shek se tornar o *generalíssimo* de Taiwan.

### 2.6.1. A instauração da ditadura militar do *generalíssimo* Chiang Kai-shek

Em 1912, a República da China foi erguida nos escombros do Império chinês, secularmente “rapinado” e dividido pelos interesses político-econômicos das potências capitalistas ocidentais e que enfrentava, ainda no século XX, o desafio da unidade nacional chinesa. Sun Yat-sen, um democrata imbuído de cultura ocidental que amargara o exílio no Japão com um grupo de intelectuais chineses – com os quais fundara, em 1905, a sociedade Tung Men Hui (Liga Jurada), lançando as bases dos “Três Princípios do Povo” (Nacionalismo, Democracia e Bem-Estar Social) – foi nomeado pelo Partido Nacionalista, em 1912, Presidente da República da China. Em fevereiro de 1912, Sun renunciou à presidência “em favor de Iuã Chi-kai, marechal do império”, esperando que este se pronunciasse “em favor do princípio republicano. A Liga Jurada, transformada em um verdadeiro partido político intitulado *Kuomintang* (KMT), apostara que a aliança com o exército imperial e seu antigo marechal Chi-kai pudesse garantir a unidade nacional e a estabilidade

política. Não foi o caso e, em 1914, o ex-marechal do Império chinês, dissolvendo o Parlamento recém-eleito, tentou se tornar ele próprio um novo imperador da China. Com a morte de Chi-kai em 1916, “um golpe militar em Cantão chama novamente Sun para exercer a Presidência” (COGGIOLA, 1985: 20).

Sem embargo, a presidência de Sun Yat-sen controla apenas uma porção do território chinês e o domínio de outras regiões desloca-se para as tradicionais classes proprietárias rurais aglutinadas em torno de chefes militares. “Várias províncias reivindicam autonomia, e determinados territórios são retalhados em ‘feudos’ independentes” e, conforme salienta o historiador Osvaldo Coggiola, “os chefes militares locais (os ‘senhores da guerra’) lutam constantemente entre si e impõem todo tipo de arbitrariedades ao povo, como impostos e paralisação de colheitas e trabalhos públicos” (COGGIOLA, 1985: 20). Os “senhores da guerra”, o braço armado dos latifundiários chineses, os interesses político-econômicos das potências estrangeiras e seus associados nativos, impediram que a primeira República chinesa prosseguisse em seu projeto de unificar e democratizar o país. Após a “concessão” feita pela Alemanha de Shantung ao Japão, em 1919, tendo-se aventado na Conferência de Paris um plano para “repartir a China”, explodiram os movimentos de protesto nacionalistas e comunistas no país, com manifestações estudantis, greves operárias e boicotes aos produtos japoneses.

O então chamado Movimento de 4 de Maio de 1919 “pôs em ação todas as classes sociais da China, mas testemunhou sobretudo a primeira grande mobilização de uma nova classe, fruto da penetração dos capitais imperialistas: a *classe operária*” (COGGIOLA, 1985: 22). “A partir de 1920, a URSS envia delegados à China, na tentativa de estabelecer uma colaboração com o KMT, que enfrentava a perspectiva de uma luta contra as mesmas potências que ameaçam a URSS” (COGGIOLA, 1985: 22). O Partido Comunista Chinês (PCC) seria criado em julho de 1921 e, em 1923, a URSS assinou um acordo de cooperação com o chefe do KMT, Sun Yat-sen. “Trata-se na verdade de um acordo político, pois nele se reconhece que ‘a China não está ainda madura para o socialismo, mas para a realização de unidade e independência nacionais’” (COGGIOLA, 1985: 23). Yat-sen propôs, então, o ingresso dos militantes comunistas no KMT, o que é aceito e, em 1924, “é criada uma Academia Militar do KMT, em Whampoa, sob a supervisão de oficiais soviéticos; ela é dirigida por um oficial nacionalista que realizara um estágio em Moscou, *Chiang Kai-shek*, assistido pelo comunista *Chou En-lai*” (COGGIOLA, 1985: 23). Ainda em 1924 o PCC

participou do I Congresso Nacional do KMT, integrando-se a seu quadro dirigente. Como salienta Walter Pomar, “a Academia Militar de Hampao, perto de Cantão, responsável pela organização do corpo expedicionário, tinha Chiang Kai-shek (Jiang Jieshi), do Guomindang, como comandante militar, e Zhu Enlai, do PC, como comissário político” (POMAR, 2003: 44). Estabeleceu-se, assim, uma tensa e contraditória aliança do KMT com o PCC, subordinando-se este politicamente àquele de acordo com a estratégia de aliança dos comunistas com a “burguesia nacional” chinesa.

Em 1925, porém, com a morte de Sun Yat-sen, o KMT iniciou uma mudança de rumo no qual, ao fim e ao cabo, sua ala da extrema-direita liderada por Chiang Kai-shek prevaleceria. Em 1926, fazendo-se nomear “generalíssimo”, “Chiang Kai-shek, no comando das tropas do KMT, desarma as milícias operárias de Cantão, detém vários dirigentes comunistas e exclui os comunistas da direção do KMT” (COGGIOLA, 1985: 21). “Em Moscou, por direta influência de Stalin – secretário-geral do PCUS –, Chiang é nomeado ‘presidente de honra’ da Internacional Comunista” (COGGIOLA, 1985: 24). Entre julho e dezembro de 1926, Chiang libertaria o Sul da China das mãos dos “senhores da guerra”, que contavam com 700 mil soldados contra os 100 mil do KMT, embora a vitória deste tivesse sido viabilizada pelas “sublevações do movimento operário e camponês” que destruíram “a retaguarda do inimigo” (COGGIOLA, 1985: 25).

Diante de uma “China sublevada contra as potências estrangeiras, os senhores locais e os grandes proprietários”, com “milhões de trabalhadores” organizados em sindicatos e milícias operárias, “muitos ‘senhores da guerra’, assustados com a revolução social em curso, começam a ver em Chiang e no KMT a última esperança de salvação e passam para o seu lado” (COGGIOLA, 1985: 25). Chiang não decepcionaria seus velhos inimigos e promoveria um massacre em Xangai em 12 de abril de 1927, marco de ruptura do KMT com o PCC. De início, Xangai foi libertada por uma insurreição popular dirigida pelas milícias operárias mas, quando “Chiang entra na cidade como libertador, desarma as milícias operárias, prende e massacra os líderes sindicais e comunistas, que são jogados nas caldeiras das locomotivas” (COGGIOLA, 1985: 25). Mais de 5 mil são executados no “Massacre de Xangai” e, com ele, “Chiang consegue ser ao mesmo tempo o libertador da China e o defensor das classes possuidoras contra a revolução social”

(COGGIOLA, 1985: 25). Na ocasião, Chiang se valeu da máfia local, as “Tríades” chinesas, para massacrar sindicalistas, comunistas e indivíduos identificados com os mesmos<sup>83</sup>.

Como sempre, “a matança nacionalista foi além dos expurgos e repressão”, salienta R. J. Ummel: ela “foi também estratégica e ideológica” (UMMEL, 1991: 125). “Depois do expurgo dos comunistas em 1927, os nacionalistas procuraram comunistas ou simpatizantes comunistas para execução onde quer que estivessem. Cada vez que eles derrotavam os comunistas em uma região em particular e a ocupavam ou reocupavam, eles matavam qualquer um que eles sentissem que houvesse cooperado com os comunistas ou que houvesse sido manchado por eles” (UMMEL, 1991: 125). “O golpe sanguinário contra os comunistas e os movimentos populares, comandado por Chiang Kai-chek, em 1927, selou o rompimento do Guomindang com o Partido Comunista e deu fim à primeira guerra civil” (POMAR, 2003: 17). “Com o apoio da burguesia burocrática, dos latifundiários, dos notáveis da antiga monarquia, dos traficantes e da burguesia estrangeira, Chiang comandou o massacre de milhares de comunistas e ativistas populares nessas e em outras cidades da China, levando à prática o que defendia dentro do Guomindang” (POMAR, 2003: 48).

Imaginando ter coconsolidado seu poder, o *generalíssimo* “procurou esmagar rapidamente o movimento camponês” e, “em muitas áreas rurais, os latifundiários assumiram o controle das milícias locais e voltaram-nas contra os revolucionários” (POMAR, 2003: 48-49). Porém, Chiang estava triplamente pressionado: pelos que “queriam capitular”, pelos “vacilantes representantes da Inglaterra, Estados Unidos e França” e pelas “manifestações populares, que defendiam a guerra” (POMAR, 2003: 58). Em 1936, ele é detido por suas próprias tropas, que exigiam lutar contra os invasores japoneses e não contra os comunistas, sendo “liberado por intervenções da URSS” e então “negocia com o representante do PCC (Chou En-lai) uma Frente Única contra o Japão” (COGGIOLA, 1985: 40). “Em 1938, quando o comando japonês mudou sua estratégia, os nacionalistas também mudaram sua política de resistência ativa para resistência passiva” (POMAR, 2003: 61), adotando Chiang uma política tríplice: “negociar com os japoneses, criar fricções com os comunistas e resistir passivamente aos nipônicos” (POMAR, 2003: 61). Em 1941, quando o Japão se lançou contra os comunistas para ‘queimar tudo, matar tudo, pilhar tudo’, Chiang ordenou ações, não contra os japoneses, mas contra os comunistas” (POMAR, 2003: 62).

---

<sup>83</sup> Chiang negociou com o gangster Big-Eared Du, líder da Green Gang, alistando suas “gangues tríades” para que, ao lado dos oficiais do KMT, procedessem ao massacre de Xangai (PHIL, 2018: 17).



Em 1945, em contraste com as resoluções de paz e democracia da Conferência Consultiva Política do KMT, o *generalíssimo* e seus assessores norte-americanos consideraram seus exércitos preparados para esmagar os comunistas entre 3 a 6 meses. E, com esse plano, os EUA equiparam 45 divisões do KMT, treinando 350 mil soldados e transportando para o *front* 41 divisões regulares e 8 regimentos de comunicação, com mais de 450 homens. “Ao todo, os EUA investiram US\$ 4,5 bilhões, uma soma proporcionalmente maior do que qualquer outra destinada às nações da Europa ocidental desde o final da guerra” (POMAR, 2003: 76). Todavia, até mesmo os militares dos EUA que assessoraram Chiang na II Guerra Mundial “não tinham qualquer fé nele ou em seu partido político Kuomintang (KMT). Tão cedo quanto em 1943, o General Joseph Stilwell tinha chamado, repulsivamente, a ordem de Chiang Kai-shek de ‘governo de partido-único apoiado pela Gestapo’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 47). Finda a II Guerra Mundial na Ásia, rompeu-se a Frente Única Antijaponesa, deflagrando-se uma nova guerra civil entre o PCC e o KMT pelos territórios abandonados pelos japoneses.

Em 1946, Chiang “põe em marcha a ofensiva contra os ‘vermelhos’, com um exército enorme, novamente apoiado por 500 aviões, desta vez pilotados majoritariamente por norte-americanos” (COGGIOLA, 1985: 35). Em março de 1947, Mao Tse-tung iniciou a Campanha do Noroeste, com a palavra de ordem central “Reforma agrária imediata!” e “os 4º e 8º Exércitos se transformaram no *Exército Popular de Libertação* (EPL). Carcomido pela corrupção em seus quadros, “o exército de Chiang se desestrutura, e muitos de seus efetivos passam para o EPL, que assim reforça suas fileiras” e, em 1948, “o EPL passa à ofensiva na Manchúria, no Norte e na China Central” (COGGIOLA, 1985: 38). O PCC e o EPL entraram vitoriosamente em Pequim em janeiro de 1949, forçando a fuga do *generalíssimo* Chiang e, note-se bem, “a embaixada da URSS foi a última legação estrangeira a ficar ao seu lado, até o último momento” (COGGIOLA, 1985: 38). Bem coerente com o stalinismo, já que ao final da II Guerra Mundial a URSS cedera a Manchúria não ao PCC, mas ao KMT, e Stalin “aconselhara” Mao a depor as armas do EPL em 1945. Em suma, a Revolução Chinesa de 1949 consagrou-se vitoriosa não “graças” mas “apesar” dos soviéticos. A contrarrevolução chinesa foi forçada, assim, a migrar para a ilha de Formosa e as tropas do *generalíssimo* e do KMT, ao baterem em retirada, assolaram o sul da China. Era um mau presságio ao que viria acontecer aos formosinos.

### 2.6.2. A Blue Shirt Society do generalíssimo Chiang Kai-shek: “fascismo confucionista”?

Antes de se passar a isso, todavia, situa-se a existência daquele que foi o grupo mais leal ao generalíssimo Chiang. Criado a partir de elementos da extrema-direita formados na *Whampoa Academy*, esse grupo foi constituído e organizado, a partir de 1931, em uma entidade secreta dentro do KMT designada *Camisas Azuis Shirts (lanyi)*. Frederic Wakeman Jr. assinala que, “longe de serem cópias idênticas tanto do fascismo italiano quanto do nazismo alemão”, muitos historiadores ocidentais têm tratado como tal “a presença de um movimento fascista na China Nacionalista”. Esse autor opta por designar o ultranacionalismo chinês como “fascismo confucionista”, de modo a “invocar a singular combinação de componentes chineses e ocidentais que estiveram presentes na formação dos Camisas Azuis” (WAKEMAN, 1997: 396). O fato de ter a *Blue Shirt Society* se configurado como um movimento secreto de ultradireita, e não um amplo movimento de massas como o nazifascismo, indicaria a impropriedade de caracterizar tal camarilha de Chiang com o atributo genérico de “fascismo” oriental, recolhendo-se a seguinte observação:

Uma organização tal como os Camisas Azuis não é desconhecida no Ocidente. Tanto Mussolini quanto Hitler têm sua polícia secreta pessoal para vigiar elementos tanto dentro quanto fora do partido. **Alguns observadores, ocidentais e chineses, designaram os Camisas Azuis como fascistas. Embora conveniente, tal rótulo é enganoso. Em primeiro lugar, nenhum partido fascista pode ou deseja ser secreto; sua força reside em sua habilidade de abertamente propagandear e organizar em uma ampla base de massas e, assim, estabelecer uma frente comum de seções de todas as classes em apoio ao movimento.** Em segundo lugar, as condições na China são tão diferentes daquelas de qualquer país da Europa Ocidental que a técnica política distingue-se muito radicalmente para ser classificada em uma terminologia ocidental. O próprio Kuomintang assemelha-se aos partidos fascistas ocidentais em alguma extensão, mas é muito mais heterogêneo – e também por descender mais do Ocidente democrático do que das tradições ditatoriais, ele não se provou muito adaptável às condições peculiares da China moderna (BURTON *apud* WAKEMAN, 1997: 429-430, grifo meu)

Para Wakeman Jr., nem Chiang nem sua *Sociedade dos Camisas Azuis* pretenderam doutrinar e organizar a classe a trabalhadora e as massas dentro de uma “nova ordem”. “Chiang não era um fascista; ele não era capaz para isso. Ele era um burocrata militar. Sua solução não era convencer os trabalhadores, mas calá-los (*sit on them*)” (WAKEMAN JR., 1997: 427). “Resumindo, o contraste mais marcante com o fascismo europeu era a inabilidade ou relutância dos Nacionalistas para criar um verdadeiro movimento de massas, o que refletia, a seu turno, a persistente desconfiança do regime na mobilização social e participação política” (WAKEMAN JR., 1997: 428). Inclusive, um manual de treinamento dos *Camisas Azuis* de 1936 “repudiou uma

identificação muito próxima com o fascismo ocidental (WAKEMAN JR., 1997: 428). Isso não significa Chiang e os *Camisas Azuis* do KMT não tenham tido atração e simpatia pelo nazifascismo, em especial pel extermínio anticomunista proposto e pelo apleo à união nacional em uma China dividida internamente por guerras civis e ocupações estrangeiras. Outro autor que se dedicou ao tema, embora defendendo a caracterização dos *Blue Shirts* como o “fascismo chinês”, defende que que “ao se voltar ao fascismo, Chiang queria também proporcionar às suas atividades anticomunistas uma moldura ideológica mais estruturada e maior militância e, em um de seus discursos, Chiang enfatizou: ‘**O fascismo é o inimigo do comunismo e o que precisamos é do fascismo**’” (CHUNG, 1997: 69, grifo meu).

O anticomunismo basicamente foi o que atraiu Chiang das “soluções” oferecidas pelo nazifascismo ocidental e “os fundadores dos Camisas Azuis, considerando a falta de unidade como o problema central na China, seguiram o exemplo dos partidos fascistas na Europa defendendo a ditadura para a China” (CHUNG, 1997: 70)<sup>84</sup>. Por ora, basta apontar que na década de 1930 o KMT liderado por Chiang lutava contra dois “inimigos”, o interno (os comunistas) e o externo (os japoneses), imaginando o *generalíssimo* que seria “capaz de dirigir todos os seus recursos ao extermínio dos comunistas, embora isso significasse, momentaneamente, ceder aos japoneses. O slogan *rangwai bi xian annei* (*se você quer repelir a agressão estrangeira, você deve primeiro pacificar o interior*) foi rapidamente se tornando uma política” (WAKEMAN, 1997: 407). Assim, convencido Chiang da “importância de conciliação com o Japão a fim de ganhar tempo para exterminar os comunistas” (WAKEMAN, 1997: 403), para ele “o sucesso da contrainsurgência dependia inteiramente de se assegurar o consenso total de seus mais próximos seguidores” (WAKEMAN, 1997: 407). E a *Blu Shirt Society* surgiu para organizar essa lealdade absoluta ao *generalíssimo* para a instauração de uma ditadura militar do KMT e “essa sociedade era uma organização secreta e somente operava dentro do Kuomintang, cujo principal objetivo era criar um ‘forte sentimento de lealdade ao Kuomintang entre os soldados do exército’” (WAKEMAN, 1997: 419).

---

<sup>84</sup> “**Os ideólogos Camisas-Azuis definiram três razões para a necessidade do fascismo:** (1) como uma arma para implementar os Três Princípios do Povo; (2) **o fascismo era o melhor meio para se livrar do comunismo e unificar a China;** (3) eles consideravam o fascismo como o melhor instrumento para estabelecer uma liderança autoritária e para ajudar o Guomindang a recuperar seu espírito original” (CHUNG, 1997: 171, grifo meu).

De acordo com os relatórios de inteligência, três movimentos seriam lançados. Primeiro, um ‘movimento para tornar o exército confiável’ (*jianjun yundong*) deveria manter vigilância sobre os generais por todo o país e realizar uma ‘fascinização’ dos exércitos chineses por meio da condução de aulas de treinamento militar no Instituto de Treinamento Político. Esse provavelmente correspondia ao ‘movimento de treinamento militar nacional’ (*guomin junxun yundong*) referenciado nos relatos da Sociedade para Prática Vigorosa. Segundo, ‘um movimento para tornar o partido confiável’ (*jiandang yundong*) pretendia espantar *cliques* competidoras e restaurar o total poder da presidência de Chiang, enquanto enviava elementos dos Camisas Azuis para divisões locais do partido ‘a fim de resguardar o movimento fascista da associação’. E terceiro, ‘um movimento para tornar as finanças confiáveis’ (*jiancai yundong*) igualaria os direitos da terra, levantaria empréstimos para empresas estatais e ‘forneceria ao movimento fascista apoio material’ (WAKEMAN, 1997: 419)

Essa estratégia da *Blue Shirt Society*, como logo se verá, seria implementada no “governo-no-exílio” de Chiang em Formosa dentro de um Departamento e de uma Academia de Guerra Política preparadas para cevar a lealdade absoluta das Forças Amaras ao *generalíssimo* e ao KMT. O “custo” humano dos “feitos” de Chiang na China continental, antes de sua fuga a Taiwan, é estarrecedor. Um autor como Ummel estima-o na casa de, no mínimo, 2 milhões de mortos (UMMEL, 1991: 31). “A repressão mortal e as práticas dos nacionalistas, tão evidentes nos finais de 1920 e começo dos anos 1930, e ao longo dos anos da Guerra Sino-Japonesa continuaram a custar vidas humanas. Execuções, assassínios, assassinatos em massa e desapareições foram ainda mais generalizados durante esse período, alcançando seu pico enquanto os nacionalistas fugiam em derrota” (UMMEL, 1991: 181).

“Colocando todas as cifras juntas, é provável que umas 139.000 pessoas foram mortas pelas forças de Chiang Kai-shek. Possivelmente até o dobro desse número tenha sido morto. Os comunistas foram culpados por seu próprio genocídio, embora aparentemente mais limitado do que aquele dos nacionalistas” (UMMEL, 1991: 63, grifo meu). Apesar dessas “cifras” obtidas por Chiang na China continental, “a letalidade da repressão nacionalista era mais clara para todos em Formosa (Taiwan)”, uma ilha cedida pela China ao Japão, em 1895, depois da derrota na Guerra Sino-Japonesa. “Ao final da (segunda) Guerra Sino-Japanese em 1945, os nacionalistas ocuparam Formosa e estabeleceram sua administração na ilha (a ilha não havia sido legalmente devolvida à China, portanto os nacionalistas eram, de fato, os administradores da riqueza e população da ilha)” (UMMEL, 1991: 181).

### 2.6.3. Ocupação de Formosa e massacre dos nativos: o nascimento da Taiwan do *generalíssimo*

Na verdade, a ocupação de Formosa pelos nacionalistas chineses de Chiang precedeu à vitória da Revolução Chinesa em 1949. Iniciou-se ainda em 1945, quando desembarcaram na ilha três agentes da polícia secreta do *generalíssimo*, a Agência de Investigação e Estatísticas (BIS), Tai Li, major Huang e o “coronel Chang”<sup>85</sup>. Segundo George H. Kerr, “os americanos estavam trabalhando com a pavorosa Agência de Investigação e Estatísticas do Generalíssimo, ou BIS, conhecida pelos americanos nos tempos da guerra na China como a ‘Gestapo da China’” (KERR, 2018: 57). “Em Formosa os americanos serviram simplesmente como uma frente para as atividades (a ‘investigação’) do coronel Chang e do major Huang de Amoy. Os últimos estavam sondando a situação política, anotando os nomes e registros dos líderes de Formosa (...) [e] dos ricos formosinos com os quais valeria a pena fazer chantagem futuramente sob acusações de ‘colaboração com o inimigo’” (KERR, 2018: 57).

Um autor como Heinlein Jr. destaca que a ocupação de Formosa pelo KMT foi marcada pela “mesma inépcia, corrupção e exploração que caracterizou o governo de Chiang Kai-shek no continente” (HEINLEIN JR., 1974: 501). “Assim que as forças de ‘libertação’ chinesa trataram os taiwaneses e suas ricas províncias como espólio de guerra”, o general Wedemeyer registrou, em 1947, que “a administração da ilha pelo governador Chen Yi havia ‘alienado o povo do governo central’” (HEINLEIN JR., 1974: 504). Outro autor como Ummel também destacou que “todos os males nacionalistas experienciados no continente, tais como corrupção, supressão das dissidências, impostos pesados e assassinatos, foram logo infligidos à ilha, particularmente sob o general nacionalista Chen Yi” (UMMEL, 1991: 181-182). “Isso foi agravado pelo saque aberto das riquezas da ilha; e (...) a discriminação contra os formosinos pelos continentais” (UMMEL, 1991: 182). Um informe do general Wedemeyer, publicado em 1949 pelo Departamento de Estado dos EUA, fez o seguinte retrato do comportamento das tropas do *generalíssimo* Chiang e de seu lugar-tenente Chen Yi durante a ocupação de Formosa:

---

<sup>85</sup> “Sob Tai Li, as investigações da BIS ficaram conhecidas por às vezes serem muito breves e à ponta de baioneta. No continente, as primeiras tarefas de Tai Li foram eliminar os inimigos pessoais e críticos mais importantes de Chiang e enfraquecer a oposição política pelo uso de métodos de terror. Como uma medida de guerra, o Presidente Roosevelt havia aprovado um acordo secreto permitindo que alguns grupos americanos de espionagem trabalhassem proximamente com a BIS”. (KERR, 2018: 57). “O misterioso ‘Coronel Chang’ que havia chegado em 5 de setembro, surgiu mais tarde daquele ano como organizador-chefe do Kuomintang Youth Corps que era a versão de Chiang Kai-shek do Jugend de Hitler ou o Komsomol de Stalin” (KERR, 2018: 102).

O Governo Central perdeu uma boa oportunidade de indicar ao povo chinês e ao mundo em geral sua capacidade de proporcionar administração honesta e eficiente. Eles não podem atribuir seu fracasso às atividades dos comunistas ou a elementos dissidentes. O povo antecipou sinceramente e entusiasticamente a libertação do jugo japonês. Todavia, Chen Yi e seus seguidores impiedosamente, corrompidamente e de forma avarenta impuseram seu regime sobre uma feliz e amena população. **O exército se conduziu a si mesmo como os conquistadores.** A polícia secreta operava livremente para intimidar e facilitar a exploração pelos agentes do Governo Central (WEDEMEYER *apud* HEINLEIN JR., 1974: 501, grifo meu)

A ocupação de Formosa pelas tropas e agentes do KMT de Chiang significou, para os habitantes da ilha que viveram mais de um século subjugados pela ocupação japonesa, apenas a “troca” de guarda: do “terror nipônico” ao “terror branco” dos nacionalistas chineses. Ardentemente pró-EUA, os nativos formosinos, “esfolados sob o controle do Kuomintang, que havia rapidamente monopolizado a economia e o governo da ilha”, rebelaram-se, em 1947, “contra os ‘ocupantes’ e pressionaram por maior autonomia” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 47). Se o *generalíssimo* do KMT tinha sido incapaz de vencer o EPL comunista, com “os desarmados formosinos foi uma história diferente; protegido pela escuridão, ele tomou de surpresa a ilha com alguns doze mil de seus soldados nacionalistas. Os massacres que se sucederam foram indiscriminados e em vasta escala” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 47-48).

George H. Kerr foi um norteamericano que, na década de 1930, viveu na Formosa ocupada pelo Japão e, no pós-guerra, trabalhou como consultor para Marinha e para a missão diplomática dos EUA em Taipei. Nessa ocasião, foi testemunha ocular do Massacre de 28 de Fevereiro, com suas prisões e execuções em massa, registrada por ele em um livro banido por décadas pela ditadura do *generalíssimo* China: *Formosa Betrayed*<sup>86</sup>. O chamado “Incidente de Fevereiro” eclodiu com uma reação popular espontânea após a prisão arbitrária realizada por agentes do *Monopoly Bureau*, em 27 de fevereiro de 1947, de uma mulher vendedora de cigarros contrabandeados. “Quando ela gritou em protesto, pegando a arma de um dos agentes, ela foi brutalmente derrubada e levou uma coronhada na cabeça. Àquela altura a multidão zangada obrigou os agentes a partirem”, queimando “o furgão do *Monopoly Bureau*” (KERR, 2018: 229). O artista Huang Rong-can retratou o “Incidente de Fevereiro” em um quadro intitulado *The Horrifying Inspection* (1947). Ele foi preso em 1951 em seu ateliê e em 1952 foi executado pela

---

<sup>86</sup> “Esta foi a traição nos seus termos mais simples; os formosanos esperavam ajuda de nós, nós armamos e financiamos os nacionalistas, e os nacionalistas estavam se certificando, se pudessem, de que não haveriam mais apelos aos Estados Unidos e à ‘democracia’” (KERR, 2018: 279).

ditadura do Kuomintang em Taiwan, acusado de propaganda, traição e espionagem a serviço dos comunistas chineses. Abaixo, a xilogravura de Rong-can, que estampa a capa da mais recente edição do livro *Formosa betrayed*, bem como um auto-retrato do artista e a fotografia de seu cadáver, logo depois de sua execução judicial pela ditadura taiwanesa de Chiang Kai-shek.



**Figura 69.** “The Terrible Inspection, a woodcut by Huang Rong-can depicting the events of February 27, 1947”. FONTE: 228MASSACRE.ORG.



**Figura 70.** Autorretrato e cadáver de Huang Rong-can. FONTE: WIKIPÉDIA.

No dia seguinte, 28 de fevereiro, “uma multidão estimada em mais ou menos duas mil pessoas marcharam de maneira pacífica a partir da área do Round Park até a sede do *Monopoly Bureau*” (KERR, 2018: 229). Quando a multidão manifestou sua indignação contra a violência dos soldados e os monopólios do KMT em Formosa em frente ao escritório do governador Chen Yi, “a guarda do governador atirou contra os manifestantes” (KERR, 2018: 231). “A partir de Taipei, a rebelião se espalhou para as cidades vizinhas e em um dia ou dois, os chineses continentais estavam se escondendo em qualquer lugar em Formosa” (KERR, 2018: 232). As tropas do KMT, com o *generalíssimo* Chiang ainda na China continental, “agiram como conquistadores e os formosinos logo começaram (...) a protestar e se organizar, demandando melhor tratamento e representação” (UMMER, 1991: 182):

(...) em fevereiro de 1947, após a polícia disparar contra um protesto e os formosinos atacarem os chineses continentais, o General Chen prometeu reformas. Mas essa era uma máscara por trás da qual reforços poderiam ser enviados do continente. No mês seguinte, **os nacionalistas lançaram uma campanha sangrenta de repressão por toda a ilha, assassinando talvez 10.000 pessoas, possivelmente até 40.000, incluindo alguns dos mais proeminentes líderes formosinos. Execuções continuaram por muitos meses e foram retomadas novamente assim que Chiang Kai-shek começou a preparar sua retirada de Formosa em 1948** (UMMER, 1991: 182, grifo meu)

A resposta do general Chen veio, na sequência, com a decretação da lei marcial e com a execução do chamado “Massacre de Março de 1947”. As tropas do Exército Nacionalista (KMT) sitiaram Taipei e aterrorizaram a cidade. George H. Kerr testemunhou uma cena do terrorismo militar dos soldados de Chiang que, segundo ele, deve ser vista como “a menor de todas as amostras da matança que depois tomou lugar por toda a cidade”: “Nós vimos formosinos nas ruas mortos por baionetas sem qualquer provocação. Um homem foi roubado sob nossos olhos – e depois morto e esquartejado. Outro correu pelas ruas atrás de soldados que haviam arrancado uma menina de sua casa e nós vimos ele, também, sendo morto” (KERR, 2018: 266). “Após três dias de tiroteios aleatórios e baionetas nas ruas de Taipei, as forças do governo começaram a seguir para os subúrbios e áreas rurais” (KERR, 2018: 273) e, “em 17 de março o padrão de terror e vingança havia emergido muito claramente. Os primeiros a serem mortos eram todos críticos conhecidos do governo” (KERR, 2018: 273). **“Após a onda inicial de assassinatos, que reclamou a vida da maior parte dos proeminentes empresários, intelectuais e líderes políticos de Formosa, os nacionalistas voltaram sua atenção à geração mais jovem”** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 48, grifo meu).



**Nós vimos estudantes sendo amarrados em conjunto e levados a pátios de execução, geralmente à margem de rios e valas por toda Taipei, ou à beira-mar em Keelung.** Um estrangeiro contou mais de trinta corpos – em uniformes de estudante – estendidos ao longo da beira da estrada leste de Taipei; **eles haviam tido seus narizes e orelhas cortados ou mutilados e um homem havia sido castrado. Dois estudantes foram decapitados próximo ao meu portão de entrada.** Corpos jaziam não reclamados à beira da barragem próxima ao complexo da Missão. **Se os algozes, com a lista de estudantes em mãos, não pudessem encontrar um menino procurado em casa, algum membro de sua família — um pai, avô ou irmão – seria capturado e levado.** Famílias estavam muito aterrorizadas para fazerem grandes buscas por membros desaparecidos ou muito confusas para saberem onde os corpos poderiam ser encontrados (KERR, 2018: 274, grifo meu)

Segundo os Anderson, “O massacre de março de 1947 custou aproximadamente vinte mil vidas; o incipiente movimento de independência de Formosa havia sido esmagado e o caminho pavimentado por Chiang Kai-shek e seus soldados que se retiravam do continente para estabelecer um governo-no-exílio” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 48). “Em 1948, aproximadamente um milhão de nacionalistas tinham inundado Formosa”, estabelecendo assim a República da China (ROC) como “uma rígida ditadura sobre a população nativa”, excluindo-a do “processo de governo, o qual se tornou domínio do Kuomintang” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 48). O “terror branco” do KMT contra os nativos de Formosa, portanto, constituiu a gênese terrorista da ditadura militar taiwanesa. **“Negócios e fábricas que pertenciam aos nativos foram tomadas e entregues aos comparsas de Chiang. Taiwanese suspeitos de abrigar simpatizantes de comunistas ou de se oporem ao domínio de Chiang (para o governo, os dois eram virtualmente sinônimo) eram executados ou exilados para a prisão de Green Island sob o menor pretexto;** isso efetivamente esmagou qualquer oposição que sobrara” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 49, grifo meu).

Esse foi o meio de “trazer ‘paz e proteção’ à *la Kuomintang*” (KERR, 2018: 270) que contou com o poderoso *lobby* do general Douglas MacArthur, incumbido de tornar “o novo regime em Taiwan palatável aos americanos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 49). Mesmo assim, diante dos massacres contra os formosinos, os EUA exigiram a renúncia do governador Cheng Yin e a promessa de Chiang por futuras reformas “democratizantes” (HEINLEIN JR., 1974: 502). Com a destituição de Chen Yin, o *generalíssimo* nomeou, ao final de 1948, Ch’en Ch’eng como o novo governador de Taiwan. Um mês depois, designou Chiang Ching-kuo, um de seus filhos, como o “chefe do aparato do KMT em Taiwan” (HEINLEIN JR., 1974: 502). Comentando essa dupla

nomeação, Heinlein Jr. salienta que, “enquanto esse duo trouxe uma administração mais eficiente para a ilha, não foi menos autoritário e o ‘ano de terror’ que se seguiu à sua assunção no governo foi caracterizado pelos violentos exercícios de medidas de controle designadas para consolidar o domínio nacionalista” (HEINLEIN JR., 1974: 502).

Isto é, antes de reinar soberano como o ditador de Taiwan, os prepostos do *generalíssimo* já tinham sido enviados à Formosa para “limparem” o terreno. Depois, em 1949, com a vitória da Revolução Chinesa, Chiang fugiu para uma ilha já “sua” e já “pacificada”. Na estruturação de uma ditadura militar na antiga Formosa, Chiang se valeria de seu aprendizado continental, reestruturando um sistema de controle de suas Forças Armadas por comissários políticos absolutamente leais ao *generalíssimo* e ao KMT. “Retornando às táticas que haviam tão bem lhe servido nos anos 1930, ele contou com a leal panelinha de comissários políticos nas Forças Armadas para assegurar a lealdade do Exército e para servirem como seus agentes, como um todo, em círculos governamentais e civis” (HEINLEIN JR., 1974: 505).

#### 2.6.4. Departamento Geral e Academia de Guerra Política: a ideologia anticomunista do KMT

Nesse processo, o antigo círculo dos *Camisas Azuis* – os “fascistas” do KMT – cumpriria uma função essencial dentro de um novo departamento ligado ao Ministério da Defesa de Chiang. Com a criação do assim chamado Departamento Geral de Guerra Política (GPWD) das Forças Armadas de Taiwan, em 1950, processou-se uma espécie de “reencarnação do conceito Camisa Azul” (HEINLEIN JR., 1974: 505)<sup>87</sup>. E quem mais o *generalíssimo* Chiang poderia indicar como diretor do GPWD senão o seu filho Chiang Ching-kuo? Se os membros do movimento secreto *Blue Shirt* devotavam uma confiança absoluta em Chiang, o único líder nacionalista capaz de exterminar os comunistas e unificar a China, a principal característica do GPWD “era sua identidade próxima com o KMT e a base ideológica fornecida pelo San Min Chu I” (HEINLEIN JR., 1974: 505). O GPWD incorporou o “aprendizado” proporcionado pela derrota do KMT na

---

<sup>87</sup> “De muitas formas o *Generalíssimo* parecia ver o GPWD muito como os *Camisas Azuis* dos anos 1930. Sua lealdade a ele pessoalmente era representada pelo diretor do GPWD, seu filho Chiang Ching-kuo; sua tendência militar era com certeza auto-evidente e não diferente da mesma característica apresentada pelos *Camisas Azuis*; e assim como os comissários nos anos 1930 haviam articulado uma ideologia de suporte a Chiang e ao KMT, assim também o fez o GPWD depois de 1950 ao escrever uma extensão criativa do San Min Chu I [Três Princípios do Povo] que legitimou a autoridade do Partido” (HEINLEIN JR., 1974: 555, grifo meu).

guerra civil e na contrarrevolução na China continental, qual seja, “a percepção de que ‘a guerra contra o comunismo era uma guerra ideológica’ e a derrota dos exércitos comunistas em batalha somente poderia resultar de uma ‘vantagem psicológica’ alcançada através da educação e doutrinação dos oficiais e homens do Exército Nacionalista” (HEINLEIN JR., 1974: 505).

A revitalização do uso de comissários políticos na ditadura militar taiwanesa de Chiang obedeceu, assim, aos parâmetros de um “sistema de guerra psicológica” (HEINLEIN JR., 1974: 505). Em suma, a ditadura taiwanesa do KMT, retomando a “lição” aprendida com a derrota da contrarrevolução chinesa, recriaria uma nova versão organizacional para doutrinar política e ideologicamente as novas Forças Armadas do *generalíssimo*. O então diretor do GPWD Ching-kuo incumbiu-se da estruturação desse sistema de controle político das Forças Armadas com o apoio da polícia secreta do KMT. “O poder dessa coalizão partido-exército” mostrou-se “na campanha anticomunista de ‘ferocidade indiscriminada’ que operou com força total de 1950 a 1954” (HEINLEIN JR., 1974: 510). O filho do *generalíssimo* e diretor do GPWD alegaria ter desmantelado 550 “conspirações comunistas” e, em 1950, “a polícia secreta e o GPWD expurgaram o *establishment* militar de dezenas de oficiais que haviam sido rotulados como não confiáveis” (HEINLEIN JR., 1974: 510). Durante os expurgos, “virtualmente toda a posição administrativa responsável e importante na ilha foi preenchida por um dos seguidores militares de Chiang” (HEINLEIN JR., 1974: 515)<sup>88</sup>. Ch’en Ch’eng, que auxiliou Ching-kuo nessa reestruturação repressiva, fora um antigo associado do *generalíssimo* Chiang na *Whampoa Academy* do KMT. Esse governador de Taiwan havia se graduado na “Moscow’s Sun Yat-sen University em 1927 como um ‘oficial revolucionário’”, tornando-se membro do Partido Comunista “na União Soviética até seu retorno à China em 1937” (HEINLEIN JR., 1974: 518).

Heinlein Jr. localiza nessa trajetória de Ch’en Ch’eng “sua disposição em copiar os métodos comunistas” a respeito da guerra política, enquanto Ching-kuo contava com sua experiência de ex-chefe do “departamento político dos San Min Chu I Youth Corps” (HEINLEIN JR., 1974: 518): “uma versão de Chiang Kai-shek da *Jugend* de Hitler ou da *Komsomol* de Stalin”

---

<sup>88</sup> Tillman Durdin comenta sobre a ‘ferocidade indiscriminada’ da campanha que começou em 1949 e nota que em 1954 Chiang Ching-kuo gabava-se de que ele havia desintegrado (como ele dizia) uma média de treze ‘conspirações comunistas’ por mês durante um período de três anos e meio. Essa figura assustadora adiciona 550 ‘conspirações’ ao todo. Dez anos depois – em 1964 – **estimava-se que Ching-kuo possuía cinquenta mil agentes de policiamento regular nas várias organizações sob seu controle, e que o número de informantes pagos na ativa em Formosa poderia ser dez vezes o que aparentava**” (KERR, 2018: 363, grifo meu).

(KERR, 2018: 102). A importância que o *generalíssimo* imprimiu a esse grupo da juventude anticomunista “foi ilustrada pelo fato de que Chiang Ching-kuo foi o líder do Youth Corps de 1952 até 1973” (MARKS, 2014: 167). Dessa forma, “a última fonte de poder de Ching-kuo” residiu “em seu controle dos serviços secretos do Exército, Partido e Governo, e nos comissários políticos posicionados em todos os níveis da organização militar” (KERR, 2018: 363). Eis a ilha de Formosa publicizada na Guerra Fria como a “China Livre”, o “bastião da democracia” na Ásia. “Depois que se mudou para Formosa em 1949 para preparar o caminho para seu pai, o General Chiang Ching-kuo manteve os formosinos na linha através de uma política de terror. As perdas de 1947 haviam sido pesadas; prisões, confinamentos e execuções haviam continuado por todo 1948, mas a chegada de Ching-kuo em 1949 provocou uma nova era de medo por toda a ilha” (KERR, 2018: 363).

“Qualquer um visto como objetável ao regime, em qualquer nível, no Partido, no Exército, governo ou vida privada, pode ser tachado ‘pró-comunista’ e ser eliminado” (KEER, 2018: 363). Nessa “ilha do terror”, culpa por associação e acusações falsas sobre “comunistas” eram encorajadas. Nesse contexto repressivo, “qualquer um conhecido por ter expressado críticas ao regime era alvo fácil. A eles era dado o rótulo de ‘comunista’, sentenciados a longos encarceramentos ou descartados com uma bala. Formosinos que falassem sobre intervenção ou que se atrevessem a falar sobre independência encontravam-se em perigo especial” (KERR, 2018: 400). Nesse quadro repressivo, coube a Ching-kuo e a seu lugar-tenente Wang Sheng, como se verá, circunscrever dentro dos conceitos de guerra política anticomunista toda a atividade do “novo” KMT na ilha de Taiwan. “As teorias articuladas pelo GPWD se tornaram a moldura dentro da qual todo o planejamento da política de governo teve lugar. A formulação política era baseada em uma perspectiva militar derivada de uma história dominada por homens militares e por atividade militar. Política governamental de todos os tipos era expressada nos termos essencialmente militares da guerra política” (HEINLEIN JR., 1974: 519). A guerra política se transformou, assim, na ideologia oficial da ditadura do KMT e o GPWD em seu centro irradiador:

O GPWD demonstrou tão bem sua indispensabilidade que se tornou central para a administração do poder no Governo Nacionalista. Isso foi realizado de um modo direto através de seu líder, Chiang Ching-kuo, e de uma maneira indireta mas significativa através da aceitação da noção de guerra política por importantes figuras como Ch’eng Ch’eng. **A filosofia de *political warfare* do GPWD, tão astutamente ideado por Wang Sheng, tornou-se a fundação para praticamente toda atividade de governo** (HEINLEIN JR., 1974: 556, grifo meu)

Heinlein Jr., um tenente-coronel do Exército dos EUA, assinalou em seu *Political Warfare: The Chinese Nationalist Model* que a guerra política taiwanesa foi a “racionalidade para o poder do GPWD” e Sheng seria seu principal ideólogo. No contexto da Guerra Fria, “a filosofia da guerra política claramente colocou o GPWD na mão direita de Chiang como a mais relevante organização que prevaleceu à época” (HEINLEIN JR., 1974: 538). “O GPWD era o escritório no nível do Ministério da Defesa incumbido de supervisionar o trabalho político nas Forças Armadas” (HEINLEIN JR., 1974: 505) e, “em Taiwan, o GPWD demonstrou seu máximo potencial como um recurso para impor o controle do KMT sobre as Forças Armadas” (HEINLEIN JR., 1974: 642). Heinlein Jr. assim sintetizou a importância do GPWD como a matriz ideológica e organizacional do bonapartismo taiwanês do *generalíssimo* Chiang:

O sistema de guerra política estava envolvido em uma ampla variedade de operações de inteligência: investigações de segurança pessoal; censura; infiltração de agente; organizações de frente (*front organizations*); supressão de grupos de independência taiwaneses; e exploração de comunidades chinesas do exterior. Essas atividades foram conduzidas por uma variedade de agências mas no geral o planejamento e controle era teoricamente de responsabilidade da ‘agência de inteligência da mais alta organização militar da nação’, isto é, the GPWD (HEINLEIN JR., 1974: 535)

Além de Heinlein Jr., Maria Hsia Chang destaca que a função do GPWD foi a de “instilar em todo o pessoal militar uma apropriada lealdade ideológica” para garantir “confiabilidade no caso de conflitos com seus oponentes comunistas do continente da China” (CHANG, 1984: 434), instituindo um sistema dual dentro do aparato militar da ditadura taiwanesa no qual o comissário político-militar serve de *check and balance* do soldado profissional<sup>89</sup>. Nessa estrutura, uma dupla de repressores se destacou: Chiang Ching-kuo, o filho do *generalíssimo*, e o “teórico” militar Wang Sheng, ambos operando dentro do todo-poderoso GPWD. Abaixo importa destacar a figura de Sheng e o modo como ele sistematizou a ideologia oficial da ditadura taiwanesa: a doutrina da guerra política anticomunista. Esta abrangia “uma variedade de iniciativas não-militares que podem ser apropriadamente compreendidas na luta continuada com os comunistas chineses” (HEINLEIN JR., 1974: 521).

---

<sup>89</sup> “Desde 1960 as Forças Armadas da ROC têm se caracterizado como um sistema de dupla carreira – de um lado, de soldado profissional e, de outro, de ‘comissário político militar’. Todo o pessoal alistado nos comandos militares da ROC recebeu instrução ideológica de comissários políticos enquanto em treinamento, e cada uma das unidades militares recebe seu próprio comissário político. De fato, o comissário político serve como um check and balance no soldado profissional ou cidadão” (CHANG, 1984: 434, grifo meu).

Sheng, cooperando com Ching-kuo, preparou “um manual de guerra política” – analisado logo abaixo – que serviu ao GPWD para se “legitimar” como “uma organização única e indispensável” (HEINLEIN JR., 1974: 525). As “operações diretas” da *Guerra Política*, segundo Sheng, abarcariam uma “gama total de propaganda e técnicas de guerra psicológica disponíveis e a utilização de meios apropriados a prover uma mensagem particular” (HEINLEIN JR., 1974: 532). “O ‘sistema de armas’ disponível ao GPWD nesse esforço cobria toda a gama: mídia impressa e eletrônica, campanhas de boatos, alto-falantes e panfletos”, além de “lançamentos aéreos de comida em províncias tomadas pela fome no continente e receptores de rádio pré-sintonizados para detectar as transmissões emitidas de Taiwan eram geralmente empregadas” (HEINLEIN JR., 1974: 532)<sup>90</sup>.

Desde 1950, “Wang Sheng foi orientado a estabelecer um curso de instrução para educar oficiais sênior nessa nova abordagem para competir com os comunistas”, tornando-se “o instrutor político sênior do Political Staff College desde a época de sua fundação em Taipei, em 1951. Na ocasião já havia prometido ampliar o escopo das atividades políticas das Forças Armada (HEINLEIN JR., 1974: 524). Na China continental, Sheng serviu à *Rebellion-Suppression National-Reconstruction Brigade*, encarregando-se da “pacificação” de Jiangxi, em 1949. Já em Taiwan, Ching-kuo o designou para “um novo ‘Departamento de Trabalho Político’ que seu pai havia lhe pedido para criar” (MARKS, 2014: 128), passando pelos cargos de diretor da V Divisão do Exército taiwanês, a P-5, responsável por Programas Cívico-Militares, de Bem-Estar e Serviços, quando criou a “Liga Anticomunista da Juventude Chinesa (CYACL), ou simplesmente *China Youth Corps*” (MARKS, 2014: 128-129), e pela direção da Primeira Divisão (P-1) do Exército, responsável pelo setor de Organização, Treinamento e Pessoal, reorganizando “todo o aparato do KMT, tanto civil quanto militar” (MARKS, 2014: 129). Ascendendo meteoricamente na estrutura de poder da ditadura taiwanesa<sup>91</sup>, Sheng se transformou, como anotado pela CIA, em “um oficial

---

<sup>90</sup> “Claro que nem todos os métodos de *psychological warfare* empregados eram óbvios. Na categoria ‘black’ de operações imorais ou antiéticas, pode-se apenas supor o que pode ter acontecido” (HEINLEIN, 1974: 532-533).

<sup>91</sup> “A carreira de Wang Sheng no sistema de comissário político estendeu-se nos tempos de 1953. Ele havia sido Governador Geral e Assistente do Comando (1953-55), depois Comandante do Political Staff College (1955-60) (uma organização subordinada dentro do Departamento de Political Warfare que treina os comissários políticos militares e agentes de segurança em geral), e Tenente Coronel, depois General, e Vice-Diretor (1960-74) do Departamento de Political Warfare. Em 1974, Wang alcançou o ápice do sistema comissário político quando se tornou Diretor do Departamento de Political Warfare (GPWD), posto no qual permaneceu até maio de 1983. Portanto, Wang Sheng teve 29 anos de experiência no Departamento – tempo mais do que adequado para que ele cultivasse influência substancial, se não total controle, sobre o Departamento” (CHANG, 1984: 434).

de segurança de carreira” que controlou “não apenas o sistema dos comissários políticos nas Forças Armadas, mas também – através de apoiadores e protegidos – o comando da guarnição de Taiwan, elementos da mídia e o departamento chave do partido, incluindo assuntos organizacionais” (CIA, 1982: 12). Como “chefe de comissários políticos”, manteve “uma postura fortemente anticomunista em relação à China e uma postura autoritária na ordem pública doméstica” (CIA, 1982: 13).

Sheng, sempre ao lado de Ching-kuo, coordenou “um programa de treinamento ambicioso por meio do qual todos os civis e quadros militares foram redoutrinados” (MARKS, 2014: 134). Foi quando se fundou, em 1952, “a *Political Staff School*, renomeada, em 1970, como “*Political Warfare College* or ‘*Fu Hsing Kang College*” (MARKS, 2014: 136). Essa Academia de Guerra Política conectou-se à “companhia ocidental”, isto é, à CIA<sup>92</sup>, e teve como missão institucional “produzir ‘oficiais políticos’ que, atribuídos a unidades militares e outras posições designadas, iriam desempenhar uma multitude de funções” (MARKS, 2014: 136). Nessa estrutura, Sheng e Ching-kuo “reorganizaram e retreinaram os serviços de inteligência da ROC” (MARKS, 2014: 142)<sup>93</sup>. Nomeado Diretor de Assuntos Estudantis do *Fu Hsing Kang College*, Sheng consolidou-se como inamovível “peça-chave da *Political Warfare*” (MARKS, 2014: 143). Mais tarde, lamentaria a “má fama” da Academia de Guerra Política que ajudou a criar: “As pessoas dizem que a *Political Warfare* enfatiza a lavagem cerebral, o controle do pensamento das pessoas. Mas (...) nós estamos educando pessoas jovens. (...) Nós somos educadores, não lavadores de cérebros” (SHENG *apud* MARKS, 2014: 168).

Se o GPWD buscou “assegurar ao partido (no caso, o Kuomintang) o controle das Forças Armadas através da doutrinação política” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 57), o *Fu Hsing*

---

<sup>92</sup> “Nós estávamos colocando os quadros militares da *Political Warfare* através de ciclos de duas semanas de treinamento. (...) nosso primeiro trabalho era treinar os grupos militares de *Political Warfare* já existentes, depois treinar novos quadros, para os quais nós começamos uma nova escola. (...) Chiang Ching-kuo era o Diretor de Turma. Eu era o Vice-Diretor. Chiang Kai-shek entrou para olhar. Ele não disse nada, mas depois chegou uma ordem determinando que eles queriam nossa base ‘para a companhia Ocidental’ – a CIA – para treinar as pessoas para voltarem ao continente. Então nós nos mudamos para Beitou. Nós adotamos o nome *Fu Hsing Kang*, que significa ‘*Restoration Hill Base*’. O lugar que pegamos havia sido uma pista de corrida de cavalos. (...) era onde os japoneses torturavam os prisioneiros durante a Segunda Guerra Mundial. Como começar uma escola como essa? Nós não tínhamos nenhum modelo, nenhum dinheiro ou professores, nenhuma doutrina. Não havia uma escola assim no mundo, então você pode visualizar a dificuldade” (SHENG *apud* MARKS, 2014: 136).

<sup>93</sup> “Wang Sheng, atuando por todo o ano de 1951 e por 1952, em resposta às ordens de Chiang Ching-kuo, supervisionou a retificação da ‘orientação espiritual’ do aparato de inteligência, enquanto simultaneamente implementava a racionalização organizacional” (MARKS, 2014: 146).

*Kang College* foi o seu *locus* de ensino e aprendizagem, treinando e doutrinando internamente e oferecendo cursos a estrangeiros. E as lições foram teorizadas por Sheng. O *Fu Hsing Kang College* seguiu “o modelo soviético de oficiais políticos, comissários e informantes”, sendo “uma plataforma de treinamento” para o GPWD, “um braço do Ministério Nacional da Defesa”, e uma peça fundamental para a consolidação de uma rede interna de segurança e espionagem (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 56-57). Para sua estruturação, o *Fsu Hsing Kang College* contou com a ajuda dos EUA e oficiais do *Military Assistance Advisory Group* ensinavam na Academia. Como dito, o próprio Sheng apontou como o *generalíssimo* Chiang conectara a Academia de Guerra Política à “companhia ocidental”, a CIA, e em 1959, passando por uma reorganização, o *Fsu Hsing College* contou um “amigo” norteamericano todo especial: Ray S. Cline.



**Figura 71.** “Chiang Ching-kuo (right) and Wang Sheng (left) reorganized and retrained the ROC intelligence services”. FONTE: MARKS, 2014.





**Figura 72.** “Photo, dated circa 1958 or 1959, of Mr. Chiang Ching-kuo (right) and Mr. Ray S. Cline (left), Chief of the CIA station in Taiwan”.  
FONTE: AIR.MND.GOV.TW



**Figura 73.** “Wang Sheng addresses Fu Hsing Kang cadets in August 1956”. FONTE: MARKS, 2014.

O ex-OSS, Ray S. Cline, serviu como *Station Chief* da CIA em Taiwan, entre 1958-1962, tornando-se íntimo de Ching-kuo que, então, “já estava no controle da polícia secreta do

Kuomintang (ou ‘Gestapo’, de acordo com o General Stilwell) por pelo menos uma década e havia pessoalmente supervisionado expurgos nos quais dezenas de oficiais do Kuomintang foram executados” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 56). O *Fsu Hsing Kang College* não treinou apenas taiwaneses, mas também ofereceu seus cursos aos países vizinhos de Taiwan. Sheng foi incumbido de “exportar” o tipo de guerra política ensinada na Academia taiwanesa ao ditador civil do Vietnã do Sul Ngo Dinh-Diem. Isso porque Sheng possuía “longa experiência em lidar com a insurgência comunista” (MARKS, 2014: 198).

Em 1960, ele assessorou o vice-Ministro de Defesa sul-vietnamita Trang Trung-Dung sobre como unificar e estimular o moral das Forças Armadas; como prevenir a penetração Viet Cong; e como fortalecer operações na retaguarda da área inimiga. Todas especialidades da *Political Warfare*” (MARKS, 2014: 199). Em 1964, Sheng assessorou, via *Fsu Hsing College*, o ditador Nguyen Van-Thieu, buscando ensinar “um modo diferente de enxergar o problema da insurgência” às Forças Armadas sul-vietnamitas, supervisionado pelo general William C. Westmoreland, Chefe do Comando Militar de Assistência-Vietnã (MAC-V) (MARKS, 2014: 203). Uma década mais tarde, o *Fsu Hsing Kang College* ofereceria seus cursos anticomunistas às ditaduras militares da América Latina, o que será analisado no CAPÍTULO 5. Por ora, importa passar em revista, a partir dos escritos de Sheng, a doutrina anticomunista ensinada na Academia de Guerra Política de Taipei.

A compreensão dessa guerra política taiwanesa servirá a um melhor entendimento da futura internacionalização da APACL, uma vez que a doutrina militar de Sheng condensou “uma filosofia que ecoava a visão geral da política externa de Taiwan, particularmente o uso da Guerra Política como uma ferramenta diplomática” (MARKS, 2014: 231). E o “Capítulo” taiwanês da APACL, bem como sua futura projeção global, iriam servir de veículos “civis” justamente para a exportação dessa guerra política anticomunista que alcançaria países da América Latina, entre outros, como o Brasil e o Paraguai. Não à toa, o general Sheng, um dos homens mais poderosos da ditadura militar taiwanesa, terminaria sua carreira, na década de 1980, como embaixador de Taiwan no Paraguai de Stroessner.



**Figura 74.** Da esquerda para a direita, na primeira fileira: o ditador paraguaio Alfredo Stroessner, o adido militar e o embaixador de Taiwan no Paraguai, respectivamente, Lee Shi-lin e Wang Sheng. FONTE: MARKS, 2014.

#### 2.6.4.1 Wang Sheng: o teórico militar da guerra política taiwanesa

Agora, porém, importa se debruçar sobre a teorização desse que foi o mais importante estrategista militar da ditadura taiwanesa. Sheng teorizou sobre a seguinte premissa: “A guerra militar sozinha não pode alcançar poder e vitória sustentáveis” e, “se o papel do oficial, como tradicionalmente concebido, era a administração da violência, o guerreiro político devia ser um *expert* na administração da não-violência na busca de objetivos militares” (MARKS, 2014: 144). Os alvos da guerra política e dos *political warriors* seriam, pois, “civis em áreas amigáveis; civis em áreas inimigas; suas próprias forças; forças inimigas; chineses no exterior; e estrangeiros” (MARKS, 2014: 144-145). Se a guerra política não esgota a *totalidade* da guerra, o fator decisivo residiria na integração de seis tipos de guerra: *ideológica, estratégica, organizacional, psicológica, de inteligência e de massas*. Esse esquema de guerra política pode ser assim sumariado:

[Wang Sheng] conceituou o campo ao observar que a guerra política incluía guerras de estratégia [como ser mais esperto do que o inimigo em nível estratégico], de ideologia [como promover a própria ideologia e desacreditar aquela do inimigo], de organização

[como estimular o crescimento de organizações dentro da sociedade para assim torná-las resistentes à penetração inimiga e exploração], de psicologia [como usar propaganda para mudar as atitudes e comportamento do inimigo], de inteligência [como coletar informação sobre o inimigo e prevenir que ele faça o mesmo] e de massa [como mobilizar as massas para lutarem contra o inimigo] (MARKS, 2014: 145)

Em seu livro *The Theory and Practice of Political Warfare*, Sheng atribuiu a Chiang Kai-shek o “mérito” de ter cunhado o termo guerra política, buscando sistematizar as lições do *generalíssimo*. Segundo Sheng, “depois do desastre no continente chinês”, isto é, a vitória da Revolução Chinesa de 1949, “o Presidente Chiang Kai-shek, colocando ênfase mais em ações políticas do que em operações militares e mais na resistência espiritual do que em forças materiais na guerra contra o comunismo, cunhou o termo ‘guerra política’ em 1953, e subsequentemente publicou uma série de cinco artigos sobre o estudo da guerra política, nos quais os seis principais tipos de operações foram listados como seus conteúdos” (SHENG, 1980: IX). Sheng esclareceu que, a fim de colocar as instruções de Chiang em prática, “o *Political Staff College*, em uma tentativa de sistematizar e teorizar o estudo da *guerra política*, havia compilado materiais para instruções em 1952” (SHENG, 1980: IX), criando então o *Political Warfare Research Class* e estendendo o curso de *guerra política* às Forças Armadas como um todo (SHENG, 1980: IX).

Esse ficou a cargo do Departamento Geral de Guerra Política (GPWD) do Ministério da Defesa Nacional e, em 1963, Chiang determinou que “o *Political Staff College* fosse alterado para *Political Warfare College*, no qual seria estabelecido um instituto de pesquisa destinado ao estudo da guerra política” (SHENG, 1980: IX). *The Theory and Practice of Political Warfare*, explica Sheng, foi composto por conferências realizadas antes de 1958 no Comando do Exército, no *General Staff College* e no *Political Warfare Research Class*. A guerra política taiwanesa, definiu Sheng, era “um novo tipo de conhecimento que deve atender às demandas da Revolução Nacional”, sendo “de crucial importância a ser travada com o inimigo” (SHENG, 1980: X). Detalhando essa conceituação, o estrategista taiwanês define a guerra política como o meio mais eficiente de combater os comunistas. Contra esses, que “empregam meios tais como agitação, infiltração, subversão, terrorismo e insurreição para criar divisão e caos no panorama nacional e internacional”, a “guerra política é nada mais do que o emprego da ideologia *versus* ideologia, organização *versus* organização e, quando necessário, força *versus* força” (SHENG, 1980: 2).

A particularidade da guerra política taiwanesa residiria em ser ela o resultado histórico da experiência do “President Chiang Kai-shek, o símbolo vivo do anticomunismo do mundo”, que dividiu a guerra política em seis subtipos de guerra, reitere-se: *estratégica, ideológica, organizacional, psicológica, de inteligência e do movimento de massas* (SHENG, 1980: 3). “A *guerra ideológica* é a guerra do ismo *versus* ismo. Ela toma as formas das batalhas de língua e caneta. Seu objetivo é estilhaçar a crença política do inimigo, quebrar a sua determinação e buscar conquistar as massas que são afetadas pela ideologia do inimigo” (SHENG, 1980: 03). A *guerra estratégica* “é o emprego de atividades estratégicas planejadas provocando que o inimigo cometa erros para assim facilitar a concretização de objetivos de guerra e alcançar a vitória” (SHENG, 1980: 3). A *guerra organizacional* é “dedicada ao uso do poder organizado para esmagar a organização do inimigo de modo a dissolvê-lo para sempre” e a organização, não sendo algo superficial, “deve ser guiada por estratégia, precedida por ataque ideológico e apoiada pelo movimento de massa” (SHENG, 1980: 4). A *guerra psicológica* é “um outro meio que não o militar para subjugar o inimigo psicologicamente, destruindo sua determinação e levando sua organização ao colapso” (SHENG, 1980: 4-5). A guerra psicológica “é essencial para a guerra política” e “pode alcançar as massas de pessoas por trás do *front* inimigo, assim fazendo com que eles passem por mudanças psicológicas. Esse é um dos meios mais eficazes na guerra política” (SHENG, 1980: 5).

O quinto tipo de guerra política seria a “*guerra de inteligência*”, que consistiria nisso: “quanto menos o inimigo souber de um segredo e quanto mais se souber dos segredos do inimigo, melhor será. O primeiro pertence à contra-inteligência e o último à inteligência ofensiva (de ataque). Seja contra-inteligência ou inteligência de ataque, ela envolve sigilo. Por isso, guerra de inteligência é a operação encoberta em todo o campo da guerra política” (SHENG, 1980: 6). O sexto e último tipo de guerra política era a “*guerra do movimento de massa*”, “um fator básico no apoio dos esforços de guerra e na vitória da guerra” (SHENG, 1980: 6). Uma vez que “o campo de batalha da guerra política é o coração das massas”, concluiu Sheng, “a vitória da guerra do movimento de massa assegura a vitória da guerra política” (SHENG, 1980: 6).

Em suma, “os seis tipos de guerra mencionados acima são a soma e substância da guerra política” (SHENG, 1980: 6). Também a *guerra econômica* deve ser considerada um tipo de guerra política, assim como a *guerra diplomática* (SHENG, 1980: 7). Mas essas duas “podem facilmente

ser incluídas nos seis elementos essenciais da guerra política” e, segundo Sheng, “se os seis tipos [de guerra política] são controlados, as teorias podem ser aplicadas e estendidas aos campos econômico e diplomático” (SHENG, 1980: 7). Sheng destacou ainda que “a guerra política e a guerra militar estão intimamente ligadas, mas a guerra militar sozinha não pode alcançar o poder sustentável e assegurar a vitória final” (SHENG, 1980: 7-8). Reiterando sua tipologia de integração dos seis tipos de guerra como o fator decisivo da vitória final, Sheng debruçou-se sobre o teórico militar prussiano Karl Von Clausewitz, “reconhecido como o pai do estudo moderno estratégico, quando asseverou que ‘Guerra é a continuação da política’. Se a guerra é um corpo, então a guerra política é a alma do corpo” (SHENG, 1980: 8). Clausewitz observara que, “em tempos modernos, a guerra era invariavelmente total, total no sentido que todos os recursos naturais e a força de trabalho de um país eram usados para fins de guerra” (SHENG, 1980: 8).

Todavia, segundo Sheng, o *generalíssimo* Chiang teria dado um passo além de Clausewitz ao ter identificado a preponderância do momento *ideológico* da guerra total moderna, falando de uma *guerra ideológica total*. “A afirmação do Presidente Chiang Kai-shek de que a guerra hoje é uma guerra total, ideológica por natureza, que centra-se em torno do poder militar, explica tudo. Guerra ideológica total, significa nada mais do que os seis tipos *warfare*” (SHENG, 1980: 8). Assim que, “embora a *guerra política* e as operações militares sejam diferentes, ainda assim elas deveriam ser coordenadas de perto em uma guerra total. *Guerra política* enfatiza a resistência espiritual enquanto a *guerra militar* enfatiza o desenvolvimento do poder material” (SHENG, 1980: 9).

Em resumo, a “fórmula” da *guerra política* taiwanesa deveria ser encontrado nos discursos do *generalíssimo* Chiang Kai-shek que, referindo-se a ela, “tem repetidamente enfatizado ‘**30% militar e 70% por cento político**’, ‘30% em frente ao inimigo e 70% por trás do inimigo’, ‘30% por cento física e 70% por cento psíquica’” (SHENG, 1980: 9, grifo meu). Embora a “fórmula” *30% militar, 70% político* “não seja necessariamente pura matemática, ela obviamente indica que o fator político é mais importante do que o militar”, conferindo “a ênfase na retaguarda mais do que na frente do inimigo e no lado psíquico em vez do físico” (SHENG, 1980: 9). Isso porque, detalhou Sheng, “a natureza da guerra consiste em dois fatores de operação, o espiritual e o material” (SHENG, 1980: 9) e a “sabedoria” de Chiang enfatizou os “meios espirituais” da guerra. Voltando a Clausewitz, Sheng resgatou que esse teórico militar prussiano

“havia recebido ampla atenção e havia tido um tremendo impacto nos bolcheviques” (SHENG, 1980: 11). Os bolcheviques, observou Sheng, “querem continuar a luta contra o que eles chamam de opressores capitalistas e imperialistas e tentar aplicar a teoria marxista da luta de classes em uma escala mundial”, “adotando o conceito básico de ‘luta permanente’ com a aniquilação do inimigo como objetivo” (SHENG, 1980: 11).

E nisso os bolcheviques “seguiram” a admiração nutrida pelos fundadores do marxismo ao tratado *Sobre a Guerra* de Clausewitz: “Karl Marx, Friedrich Engels, Nikolai Lenin, e muitos outros políticos soviéticos e líderes militares haviam se dedicado ao estudo do tratado *On War* de Clausewitz com extremo entusiasmo. Engels uma vez chamou Clausewitz de ‘a estrela iluminada no céu’. Lenin considerava Clausewitz um marxista e observou que em seus escritos Clausewitz havia entendido totalmente a teoria marxista no que concerne à íntima relação entre guerra e política” (SHENG, 1980: 11). O nexos guerra-política descoberto por Clausewitz atraía o marxismo-leninismo pela arguta observação desse teórico militar prussiano: “a política produzia a guerra e a guerra era o meio para empregar a violência como a continuação da política” (SHENG, 1980: 11).

Todavia, “o pensamento dos comunistas não era o mesmo de Clausewitz”, já que eles estenderam o escopo da guerra “para o reino da política internacional, com a conquista mundial como sua finalidade última” (SHENG, 1980: 11). Para Lenin, “o núcleo da guerra era a política e essa guerra era apenas uma parte da entidade que era a política” e, desdobrando Lenin, Boris Mikhailovich Shaposhnikov, “uma autoridade russa na ciência militar”, foi mais consequente. Para ele, “enquanto a guerra era a continuação da política e o emprego de outros meios, a paz era igualmente a continuação da guerra com o emprego de outros meios que não os militares” (SHENG, 1980: 11-12). Assim, para os leninistas, “não havia diferença entre guerra e paz. Eles sentiam que a luta continuaria em tempos de paz, embora fosse desnecessário empregar poder militar” (SHENG, 1980: 12). “A ênfase na política por parte de Marx, Engels, Lenin, e outros líderes comunistas afetou profundamente a estratégia soviética política e militar” e, “não importa quem esteja no poder na Rússia Soviética, todo esforço será feito para adotar a frente política e esconder suas intenções de guerra” (SHENG, 1980: 11-12). Isto é, a indistinção entre guerra e paz levaria à política soviética de guerra permanente em tempos de paz. E a *guerra política* taiwanesa

deveria se opor a esse “ardil”, pois a República Popular da China (RPCh), segundo Sheng, era um subproduto da sovietação do continente chinês.

Em suma, “os russos prefeririam usar de meios políticos para destruir seu inimigo de maneira invisível para concretizar seus objetivos de agressão” (SHENG, 1980: 12). Diante disso, arrematou Sheng, “é lamentável que os países amantes da liberdade conscientizaram-se, tardiamente, sobre o significado da *guerra política*” (SHENG, 1980: 12). Nem mesmo a revolução tecnológica e a transformação contemporânea da “arte da guerra”, com “a descoberta da bomba atômica e de hidrogênio”, diminuiria o papel protagônico da *guerra política* no século XX. Mais amplad do que a *guerra militar*, a *guerra política* estaria ganhando terreno, apesar do atraso dos “países amantes-da-liberdade” em se conscientizarem disso. Felizmente, para Sheng, “mais atenção estava sendo dada à teoria e prática das assim chamadas *brush-fire war* [*low intensity conflicts*], das guerras de propaganda, guerras de subversão, guerras psicológicas e guerras de inteligência e contrainteligência. Ainda mais atenção será dada à condução da guerra política contra o comunismo durante o atual impasse” (SHENG, 1980: 13).

Com a nova realidade das bombas nucleares e da “crença de que no holocausto das guerras totais todos os lados perderiam”, Sheng definiu que “o alvo da *guerra política* é alcançar os objetivos nacionais e internacionais sem desencadear a terceira guerra mundial e sua mais elevada finalidade é a defesa e sobrevivência da civilização mundial” (SHENG, 1980: 13). A *guerra política* anticomunista evitaria a III Guerra Mundial e, ao mesmo tempo, conscientizaria os *países amantes-da-liberdade* sobre o “ardil” das “conversações de paz com os comunistas”, cuja estratégia seria a da guerra mesmo quando falando de paz. Contrapondo-se a uma “era que se tem denominado como ‘conversas de paz’”, não se deveria esquecer que “a paz aos olhos dos comunistas não é senão uma continuação da guerra com o emprego de outros meios que não os militares” (SHENG, 1980: 14).

Os comunistas por todo o mundo esperam alcançar por meio da mesa [de negociações] o que eles não podem conquistar no campo de batalha. É uma lição que o Mundo Livre pode aprender a partir do dito de Lenin de que não há diferença entre paz e guerra. **A era das conversas de paz não é nada senão uma luta prolongada. Altos preços foram pagos em conversas de paz com os comunistas chineses imediatamente após a última guerra, em conversas de paz com os norte-coreanos em Panmunjom, e presumidamente em conversas de paz com Hanoi. Conversas de paz têm sido empregadas pelos comunistas como tática política** (SHENG, 1980: 14, grifo meu)



Concentrando-se nas *Lições históricas* contidas na obra *Soviet Russia in China* do *generalíssimo* Chinag, Sheng advertiu que a “conquista ideológica” era uma tática central da *guerra ideológica comunista* (SHENG, 1980: 16). **“A essência da ‘conquista ideológica’ é o ataque direto sobre a mente humana, tal qual ensinado por Karl Marx e Nikolai Lenin” e, “desde que Mao Tse-tung a adotou através da publicação ‘Nova Democracia’, o intento comunista de conquistar a China através da ideologia atingiu seu clímax”** (SHENG, 1980: 16, grifo meu). De acordo com Sheng, o marxismo, o leninismo e o maoísmo teriam uma “natureza reacionária e agressiva” e, dizendo-se amparado na análise do anarquista Peter A. Kropotkin, o teórico chinês atribuiu o caráter “agressivo” do pensamento de Marx a seu “espírito germânico” e, agravando essa suposta agressividade germânica, Lenin acrescentaria àquele o violento “espírito russo”. A “agressão comunista” de “conquista do mundo”, forma como Sheng entreleu a proposta de “revolução proletária mundial”, seria “explicada” pelo “espírito dos povos” alemão e russo.

Sendo o leninismo “a aplicação do marxismo para lidar com a condição específica sob as circunstâncias específicas da Rússia Soviética” (SHENG, 1980: 20), ele começou a “invadir a China”, já em 1923, “quando o Kuomintang, o partido governante, adotou a política de alinhamento com a Rússia e adotou os comunistas chineses como membros do partido” (SHENG, 1980: 21). Quanto à *Nova Democracia* de Mao Tse-tung, o *generalíssimo* Chiang teria decifrado seu conteúdo: “é mais um estratagema do que uma teoria”, “uma réplica do marxismo e leninismo” (SHENG, 1980: 22-23). “Para encobrir o comunismo, Mao tentou atrair os chineses partidários da democracia com palavras” e, ao acrescentar a palavra “Nova” à democracia, Mao visava atrair não apenas a juventude, mas também o campesinato e a classe trabalhadora chinesa. “O argumento de Mao era que a democracia da qual as pessoas falavam era a democracia política e que democracia sem participação dos trabalhadores e camponeses era uma democracia ultrapassada” (SHENG, 1980: 24). A *Nova Democracia* maoísta, tal qual o leninismo fora a “aplicação” do marxismo nas condições específicas da Rússia, era a “aplicação” do marxismo-leninismo à especificidade chinesa. O “ardil”, na leitura de Sheng, da *Nova Democracia* maoísta teria sido ir além da *democracia política*, propondo-se como uma *democracia econômica* e conclamando a participação do que Mao “chamava de ‘quatro classes’: a saber, os trabalhadores, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional. Logo a seguir ele ganhou a primeira rodada da guerra ideológica” (SHENG, 1980: 24).

De acordo com essas “lições históricas” oferecidas por Sheng, esse estrategema da *Nova Democracia* maoísta conseguiu dividir a *intelligentsia* chinesa. “O bastião ideológico do Kuomintang foi dividido e então desintegrado pela assim chamada ‘Nova Democracia’. O continente inteiro caiu nas mãos dos comunistas seguindo o colapso da defesa ideológica” e, conforme Sheng, “foi apenas depois desse desastre, quando todos os partidários do tipo de democracia de Mao caíram nessa armadilha, que algo mais novo do que a ‘Nova Democracia’ surgiu: o comunismo” (SHENG, 1980: 24). Outra “lição histórica” do *generalíssimo* Chiang teria sido compreender que a política de “coexistência pacífica” não passaria de mais uma *tática* da *guerra estratégica comunista*. Ocultando sua real intenção bélica durante a paz, a *coexistência pacífica* seria outro *estrategema político* comunista. Sheng recorreu, aqui, ao *generalíssimo*:

**Depois de enfrentar reveses na guerra, os comunistas sempre recuam e pedem pela coexistência pacífica. Ao recuperar a força, eles rompem as negociações e recorrem à insurreição novamente. Enquanto negociam a paz, eles fazem planos secretos para revoltas armadas.** Em sua dialética, isso é o que significa ‘unidade nas contradições’ e ‘mudanças de coisas em oposições’. (...) Nos nossos trinta anos de experiência lidando com os comunistas, nós aprendemos que, em primeiro lugar, nós devemos estudar o seu pensamento militar sobre a base da dialética e tomar pleno conhecimento do ritmo de suas ações (KAI-SHEK *apud* SHENG, 1980: 25, grifo meu)

Todavia, o verdadeiro caráter “diabólico” dos comunistas seria sua *guerra organizacional*. Sheng desdobra uma análise do que chamou de as “três grandes armas” da *guerra organizacional comunista: propaganda, agitação e organização*. Acionadas essas “três armas” de “conquista ideológica”, estaria iniciada a “subjugação comunista dos povos” (SHENG, 1980: 34). O “diabolismo dos comunistas” encontraria nessa “trilogia” o instrumento para a “disseminação do comunismo”. E qual teria sido o exemplo histórico mais acabado dessa *guerra organizacional comunista* para “exportar” a revolução mundial? As Internacionais Comunistas! Depois de analisar a I Internacional Comunista dirigida por Marx, a II dirigida por Karl Kaustsky, o teórico militar chinês concentrou-se no estudo da “mais perigosa”, a III Internacional Comunista (ou Komintern), dirigida pelo revolucionário russo Vladimir Lenin.

Após a Revolução Russa de Outubro de 1917, “**Lenin reivindicou descaradamente que os bolcheviques haviam estabelecido uma base central para a revolução mundial**” (SHENG, 1980: 34-35, grifo meu). Sua ambição seria a de “comunizar o mundo”, conclamando para isso “todos os seguidores comunistas nos países da Europa ocidental para iniciarem uma série de levantes sangrentos com o propósito de tomar o poder político em seus respectivos países de modo

a apoiar o ‘regime soviético’ na Rússia. Todavia, todos esses levantes falharam” (SHENG, 1980: 35). Fracassadas as revoluções na Europa Ocidental, o Komintern foi formalmente estabelecido, em março de 1919, em Moscou. Lenin, ao organizar a III Internacional Comunista, “recorreu então aos trabalhadores por todo o mundo para apoiarem a Rússia soviética, de modo a se unificarem **sob a bandeira da ‘Pátria Proletária’– Rússia. A seguir, os comunistas tinham um corpo internacional para agressão**” (SHENG, 1980: 35, grifo meu).

O Komintern mirou, de início, nos países industrialmente avançados da Europa Ocidental e nos EUA, buscando Lenin “iniciar a revolução mundial em conformidade com a linha marxista da revolução proletária” (SHENG, 1980: 35). Falhando essa tentativa, Lenin “voltou seu olhar do Ocidente para o Oriente” na “tentativa de quebrar o isolamento”, concentrando sua atenção na “Revolução Nacional na China”, que tinha derrubado “a antiga ordem social com incomparável força” (SHENG, 1980: 35-36). Nesse passo, Lenin teria “concebido a ideia de empregar o movimento de salvação nacional no Oriente para golpear os países ocidentais” e, assim, “decidiu pelo uso de uma abordagem indireta para conduzir sua revolução mundial” (SHENG, 1980: 36). Em 1929, durante o II Congresso do Komintern, “o ‘Comitê de Nacionalismo e Colonialismo’ e a Divisão Oriental foram formados (...) para fomentar os ‘movimentos anti-imperialistas’ entre os povos orientais” (SHENG, 1980: 36). Isto é, desde 1928, o Comintern elegera o Oriente como alvo da “exportação” da revolução mundial a serviço da “Pátria Proletária”, a URSS. Criaram-se nessa época a *Eastern University* e a *Labor University*, em Moscou, “com o propósito expresso de treinar os estudantes da Ásia e do Extremo Oriente”, aprofundando Lenin “uma guerra organizacional para a conquista ideológica desses aprendizes” (SHENG, 1980: 36).

Para Sheng, portanto, o Comintern de Lenin foi o principal organismo do século XX para a “guerra organizacional comunista”, destinando-se à “exportação” da revolução mundial. O próprio Sheng reconhece, porém, que a morte de Lenin e a ascensão de Stalin implicaram no fim do internacionalismo comunista para a “comunização do mundo”. “Após a morte de Lenin, quando Stalin o sucedeu, a Terceira Internacional já não era mais internacional, tendo sido reduzida a uma ferramenta do ditador” (SHENG, 1980: 36). Dissolvida por Stalin em 1943, “todos os comunistas do mundo haviam sido colocados sob o controle direto de seu camarada [Stalin] em Moscou” (SHENG, 1980: 36-37). Todavia, a incursão da Comintern na Ásia já havia dado frutos e, na China, ela criou, em 1920, o *Instituto de Pesquisa Marxista*. “Bem planejado por Voitinsky, chefe da

Divisão Oriental da Internacional, o Instituto engajou-se no estudo acadêmico (...) [e] na organização de jovens chineses em vários países” (SHENG, 1980: 37). Com ramificações internacionais, o *Instituto de Pesquisa Marxista*, de acordo com Sheng, “era de fato uma ***Internacional Comunista Chinesa em miniatura***” (SHENG, 1980: 37). Ainda em 1920, “os ‘Corpos da Juventude Socialista Chinesa’ foram também organizados em agosto do mesmo ano com o propósito de alistar mais jovens e de enviá-los para a *Eastern University* em Moscou para passarem por treinamento adicional” (SHENG, 1980: 37).

Em setembro de 1920, Chen Tu-shiu, dirigido pelo russo Voitinsky, convocou “o ‘Comitê Preparatório para a Formação do Partido Comunista Chinês’” (SHENG, 1980: 37-38). Desse modo, concluiu Sheng, “a Terceira Internacional havia colocado a pedra-fundadora em seu trabalho organizacional e disseminado as sementes comunistas na China” (SHENG, 1980: 38). Visitando a URSS, Tu-shiu se encontrou com Leon Trotsky em Moscou, que o encorajou “a organizar o Partido Comunista na China”, “convidando-o a tomar parte na Terceira Internacional” (SHENG, 1980: 38). Seria algo “mais claro do que o sol do meio dia” que “desde o início os comunistas chineses haviam se colocado sob o comando direto de seus camaradas em Moscou e haviam conduzido uma *guerra política* contra o partido governante Kuomintang, ajudando a tirar vantagem do movimento de salvação nacional chinês para seu próprio engrandecimento” (SHENG, 1980: 39). Depois de Tu-shiu, a nova liderança entre os comunistas chineses, Mao Tse-tung, reconstruiu o partido sob o lema da luta armada e da frente unida” (SHENG, 1980: 39).

“Depois do Dia V-J”, de acordo com Sheng, os comunistas liderados por Mao valeram-se das já citadas “três grandes armas” – *propaganda, agitação e organização* – “para iniciar a rebelião total até eles infestarem o continente chinês em 1950” (SHENG, 1980: 40). Em resumo, Sheng atribuiu a vitória da Revolução Chinesa de 1949 às “táticas organizacionais” que os “comunistas” empregaram contra o KMT, revelando-se extremamente hábeis na *guerra organizacional* por terem contado com o apoio decisivo da URSS. “A fim de se apoderar de todo o continente, os comunistas russos e chineses trabalharam de mãos dadas para colocar suas táticas organizacionais em completa operação a partir do estabelecimento do governo fictício em Pequim, que eles reivindicavam ser composto pelas ‘quatro grandes classes de pessoas’” (SHENG, 1980: 40). Enfim, segundo Sheng, uma pequena arregimentação política como o PCC, graças à *guerra organizacional* e ao apoio soviético, conseguiu conquistar a China continental, forçar a fuga do

“governo chinês” de Chiang Kai-shek para Taiwan e “escravizar” 700 milhões de pessoas (SHENG, 1980: 41).

A “lição histórica” extraída disso, segundo Sheng, seria que **“ambos os comunistas russos e chineses são especialistas na arte da guerra psicológica, um tipo de guerra com mentes humanas como o seu campo de batalha”** (SHENG, 1980: 41, grifo meu). “Para atacar seu inimigo psicologicamente, os comunistas fizeram uma análise penetrante das fraquezas humanas” (SHENG, 1980: 41). Para Sheng, o lema bolchevique que garantiu a vitória da Revolução Russa de 1917 foi um exemplo desse hábil manuseio das “fraquezas” do povo russo pelos “comunistas”, hábeis na “arte da guerra psicológica” para “ganhar mentes e corações”. “O lema que gritava era: ‘terra para os camponeses, fábrica para os trabalhadores e paz para as Forças Armadas’” (SHENG, 1980: 43).

Isto é, as necessidades básicas da vida social, terra, trabalho e paz, seriam “alvos” oportunisticamente identificados pelos bolcheviques como pontos “vulneráveis” ou “débis” para a manipulação do “povo russo”. E os comunistas chineses seguiram o exemplo bolchevique, segundo Sheng. “Os chineses vermelhos seguiram os bolcheviques”, “enganando” os camponeses “por meio do lema, ‘reforma agrária e distribuição igual da posse da terra’”, os trabalhadores “por meio do lema ‘os trabalhadores devem ter o direito a gerir a fábrica’”, os empresários “pelo lema ‘benefícios para o trabalho e para os gestores’” e os soldados “pelo lema: ‘os chineses não lutarão entre si mesmos’ e ‘retornem aos lares para se engajar na produção’” (SHENG, 1980: 44). Sheng reconheceu que os comunistas russos e chineses eram extremamente hábeis nessa “exploração psicológica das massas” por meio das *táticas* que designou de “*guerra de movimento de massas comunista*” (SHENG, 1980: 53). Com elas, “sua ordem tirânica havia sido estabelecida através da ajuda das massas”, seguindo as orientações de Lenin, que “considerava as massas como o campo de batalha da guerra política comunista” (SHENG, 1980: 53).

Finalmente, discorrendo sobre *O estado atual da guerra política global*, Sheng assegurou que a guerra política taiwanesa poderia conscientizar “os povos amantes da liberdade” sobre as formas de enfrentar “o desafio apresentado pelos inimigos da liberdade” (SHENG, 1980: 61). O principal “inimigo da liberdade e do mundo livre”, portanto, seria o comunismo, calcado na “ideologia revolucionária, materialista, do marxismo-leninismo”, “utilizado por seus partidários, sejam russos ou chineses, para justificar sua captura do poder político por todos os meios à sua

disposição para o estabelecimento forçado de uma ordem social mundial totalitária” (SHENG, 1980: 61). O comunismo seria, assim, uma “crença política” cujo objetivo último era a “dominação mundial”.

Quanto aos “chineses vermelhos”, Sheng buscou alertar o “ardil” do “desejo de ‘negociar a paz’ com o Governo Nacional da República da China em Taiwan” revelado, em 1956, por Chou En-lai. As “conversas de paz” propostas pelo “comissário vermelho” Chou En-lai, compondo parte do plano da China continental para conquistar um assento permanente na ONU, estariam buscando “semear dissenso interno no governo chinês e isolar Taiwan no campo diplomático” (SHENG, 1980: 62). As “tratativas de paz” propostas por comunistas, chineses ou russos, foram definidas por Sheng, no que o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang repetiria, como uma “ofensiva sorridente” arquitetada, no caso asiático, pelos “chineses vermelhos em sua guerra psicológica contra o mundo livre. Por táticas assim, o regime de Pequim tenta iludir os pacificadores [*appeasears*], confundir os neutralistas e isolar os anticomunistas” (SHENG, 1980: 64). Mas, então, não sendo conveniente manter “conversações de paz” com os comunistas, o que fazer? A proposta de Sheng, da própria ditadura militar taiwanesa, recomendaria uma ofensiva *rollback communism*, como logo se verá. E o “mundo livre” deveria adotá-la, já que ele seria “o alvo do comunismo internacional” e, a despeito das divergências dentro do campo comunista, seu “objetivo último é comum – comunizar o mundo livre e enterrar os países democráticos” (SHENG, 1980: 66-67). Os EUA, “o principal poder do mundo democrático”, seria o alvo prioritário dessa tentativa de “comunização do mundo livre”, configurando os EUA “o principal alvo do comunismo internacional” (SHENG, 1980: 67).

Antes da Guerra da Coreia (1950-1953), conforme Sheng, os EUA começaram a despertar sobre o perigo do “terror dos comunistas” e, então, começaram a tomar as primeiras contra-medidas para deter a “conspiração comunista”. A Revolução Chinesa de 1949 soa o alerta, já que “a queda do continente chinês nas mãos dos vermelhos aumentou o fardo dos Estados Unidos na Ásia. Foi por isso que os cautelosos americanos, plenamente conscientes da ameaça comunista, intensificaram de fato sua *guerra política*” (SHENG, 1980: 67). Teria sido quando os EUA responderam à “mortal ameaça”, primeiro, de modo defensivo, adotando “a política de retaliação que em um curto período forçou o campo comunista a desistir de suas aventuras militares e de expansão” (SHENG, 1980: 67). Contudo, uma política anti-comunista *passiva* deveria ser

incrementada por uma postura *ofensiva* contra a *agressão comunista*. “Essa política de retaliação foi, afinal, passiva; se prolongado o seu uso, ela poderia não deter as agressões militares comunistas, especialmente a infiltração secreta e a subversão” (SHENG, 1980: 67). Eis que Sheng, saudando o reconhecimento da importância da política de “libertação” – a fórmula encontrada para reverter (*rollback*) o comunismo –, logo lamentou sua não colocação em prática pelos EUA.

**Então a política de libertação foi proposta, a qual a maioria dos países anticomunistas do mundo considerou mais positiva e efetiva.** A política, se levada a efeito, teria refletido a coragem e prudência da parte dos Estados Unidos. Mas infelizmente, ela não foi posta em prática pois envolvia algumas dificuldades. **Se os Estados Unidos houvessem persistido em sua política de libertação dos países escravizados e mudado da defensiva para a ofensiva, talvez a Cortina de Ferro tivesse sido destruída** (SHENG, 1980: 67-68, grifo meu)

Quanto a Taiwan, Sheng alegou que o *generalíssimo* Chiang era um veemente apoiador dessa *política de libertação* e, com esse objetivo estratégico e sua sua liderança, “o governo e o povo da República da China reconheceram o significado da guerra política e também viram através dos estratagemas políticos comunistas” (SHENG, 1980: 70). Reconhecera o *generalíssimo* o “desafio” de reorganizar e *modernizar* as Forças Armadas e a política de Taiwan, “trabalhando em conjunto para intensificarem sua guerra política contra o comunismo” (SHENG, 1980: 70). Taiwan estaria assim preparada para promover sua *guerra política* “contra os vermelhos” e, “no campo da guerra psicológica, o Presidente havia dado instruções para várias ocasiões. Ele disse, ‘nós temos que nos lembrar especialmente do adágio: capturar a mente do inimigo é de primeira importância, capturar sua cidade murada vem depois. Nós devemos subjugar nosso inimigo psicologicamente. Portanto, não importa quão numerosos soldados ele possua, nós podemos eliminá-los facilmente com uma força numericamente inferior’” (SHENG, 1980: 70-71).

Enfim, Sheng assinalou as orientações do *generalíssimo* para a organização, por meio dos métodos da guerra política, dos “povos anti-vermelhos e anti-Mao na retaguarda do inimigo”, ressaltando a insuficiência da guerra psicológica, das transmissões de rádio e dos lançamentos aéreos sobre o continente chinês. Esses deveriam ser complementados pela “publicidade no campo internacional” (SHENG, 1980: 76). Assim, Taiwan estaria pronta, segundo seu principal teórico militar, para lançar simultaneamente “as guerras estratégica, ideológica, organizacional, psicológica, de inteligência e de movimento de massa, antes que objetivo principal de reconquista do continente e reconstrução nacional sejam alcançados” (SHENG, 1980: 77). Articuladas com a

*guerra de movimento de massas*, duas operações “bem-sucedidas” citadas por Sheng, inauguradas como organizações de frente no marco da *guerra organizacional* do KMT – a Liga Anticomunista das Mulheres e a Associação das Mulheres Trabalhadoras (SHENG, 1980: 75) – lançam luz à “hipótese” de ter sido a APACL-Taiwan, bem como sua futura projeção global, mais uma organização de frente da *guerra política* taiwanesa.

Por último, defendendo que “a prática é tudo”, a guerra política só encontraria sua efetividade se posta “em operação”, isto é, se conseguisse integralizar na prática seus seis subtipos de guerra: *estratégica, ideológica, de organização, psicológica, de inteligência e do movimento de massas*. Porém, essa operacionalização da *guerra política* deveria ocorrer sob o arco de uma “grande estratégia” identificada como “a mais alta estratégia política da nação”, aquela que “gira em torno do objetivo nacional e política nacional”, considerando-se “as novas situações internas e externas” (SHENG, 1980: 113). E qual seria “a grande estratégia” da *guerra política* da ditadura militar taiwanesa senão a adoção oficial da estratégia *rollback communism*, isto é, a defesa de uma *política de libertação* dos “povos e nações escravizados pelo comunismo”? E não era essa a mesma estratégia do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN)? Não foi esse grupo, embora não constituísse um Estado como Taiwan, o primeiro a propugnar, repondo o que seus membros aprenderam no III Reich, a política de *libertação* da Cortina de Ferro da URSS, entrelida e combatida como a *tiurma narodiv*, ou seja, “a prisão dos povos”, o “cativeiro das nações”?

**No campo estratégico, a guerra política é conduzida, por exemplo, para suscitar movimentos anticomunistas e antiescravidão por toda a Ásia e pelo mundo, e para inspirar as pessoas atrás da Cortina de Ferro a se levantarem e lutarem contra o comunismo e a ordem tirânica, e batalharem pela liberdade e democracia.** A mais alta estratégia política é, certamente, a formulação de uma política mundial unida com a libertação das pessoas sob o jugo comunista como seu último objetivo. No presente, são essas as operações da *guerra política* no campo estratégico (SHENG, 1980: 114, grifo meu)

No caso taiwanês, essa *política de libertação* teria como alvo, depois da vitória da Revolução Chinesa de 1949, a República Popular da China (RPCh). Constituindo “a grande estratégia” da guerra política da ditadura taiwanesa, suas operações e táticas estariam a cargo do Conselho de Segurança Nacional (CSN) da República da China (ROC), “conforme estipulado nas Diretrizes de Operação de *Political Warfare* em Nível Nacional” (SHENG, 1980: 115). Finalmente, estabelecida a estratégia *rollback communism* – a política de libertação anticomunista – como “a grande estratégia” da guerra política de Taiwan, conforme “nossa política em geral e



objetivos nacionais”, as operações e as táticas para alcançá-la eram planejadas, “em conjunto com as Forças Armadas”, no marco da *guerra organizacional*. E essa, colocada “em operação, estaria matizada pela “unidade de sentimento e afeição” (SHENG, 1980: 126). “A melhor arma” utilizada contra o inimigo comunista, assim, não seria propriamente a *coerção*, mas o *sentimento* e a *afeição*. Mas, então, como conquistá-los? O meio para isso seria:

**1. Dar apoio às organizações anticomunistas de todo tipo no nível internacional, diretamente ou indiretamente; 2. Explorar e fortalecer a cooperação internacional nos campos político e militar. 3. Encorajar o completo desenvolvimento de relações regionais ou internacionais nos aspectos cultural e econômico por meio de canais não oficiais. 4. Organizar o exterior chinês patriótico em uma força unida para dar impulso à tarefa de recuperação do continente e reconstrução nacional (SHENG, 1980: 127, grifo meu)**

Essas ações táticas deveriam levar em conta que “a grande estratégia” *rollback communism* nutriria “objetivos extensos” e se pautaria pelo “longo prazo” e, assim, dever-se-ia: “exortar os governos dos países livres a sustentarem a justiça e distinguirem amigos de inimigos baseados em lições históricas e pelo bem da humanidade (não para ‘abrir portas aos ladrões)’; “dar apoio e manter laços próximos com as forças amigas que lutam por liberdade”; e “**formar um corpo anticomunista forte e unido que englobe patriotas domésticos e estrangeiros** (SHENG, 1980: 128). Ademais, “para alcançar os objetivos acima, a agência encarregada da *guerra organizacional* contra o inimigo deve adotar as seguintes ações” (SHENG, 1980: 128):

**1. Realizar conferências de vários tipos em diferentes ocasiões, a serem frequentadas por representantes ou delegados domésticos e do estrangeiro, acelerar e intensificar campanhas e atividades anticomunistas. 2. Convidar líderes anticomunistas e pessoas para visitar Taiwan por meio de canais oficiais ou não oficiais para discutir como coordenar o trabalho anticomunista. (...) 4. Dirigir nosso trabalho organizacional contra os comunistas chineses através de nossos agentes clandestinos no continente. (SHENG, 1980: 128, grifo meu)**

Nota-se, por fim, que a APACL-Taiwan, bem como sua futura projeção global (uma Liga Mundial Anticomunista), seguiu à risca às estratégias e táticas da *guerra política* oficial da ditadura taiwanesa. Inclusive, a última orientação de Sheng para a ação externa de Taiwan nas áreas “não-comunistas” do “mundo livre”, carentes de “pacificação”, consistiu em “ajudar aqueles que contribuíram com as lutas anti-vermelhas no estabelecimento de organizações cívicas relacionadas a religiões, profissões, etc.” (SHENG, 1980: 130). Se a “fórmula” taiwanesa do combate anticomunista consistiu em 70% de guerra política e 30% de guerra militar, na sequência será

analisado a última participação do Kuomintang (KMT) no teatro de operações militares na China, na província de Yunna, na *Operation Paper*, o “canto do cisne” da contrarrevolução chinesa para reverter (*rollback*) a vitória da Revolução Chinesa de 1949. Obviamente, KMT do *generalíssimo* pode contar com seus “amigos americanos” nessa *quixotesca* tentativa de colocar em prática a *política de libertação* dos chineses continentais “escravizados” pelo comunismo maoísta.

#### 2.6.5. *Operation Paper e os narcovínculos de Taiwan: CIA, KMT e APACLROC*

Foi dito que, um ano depois de participar da III Conferência da APACL de 1947 em Saigon, o ditador sul-vietnamita Ngo Dinh Diem retomou a “fórmula Binh Xuyen”, a combinação de crime e repressão anticomunista, autorizando seu serviço secreto a retomar “o comércio de ópio com o Laos para financiar operações de contrainsurgência” (MCCOY, 2003: 163). O historiador Alfred McCoy registrou relatos de um ex-agente da CIA sobre o manejo do tráfico de drogas “em Saigon pelos franceses, corsos e íntimos do Presidente Ngo Dinh Diem” (MCCOY, 2003: XI). O principal teórico da contrainsurgência francesa, inclusive, o major Roger Trinquier, amparou-se no tráfico de ópio para custear suas operações na Primeira Guerra da Indochina (1946-1956) e, antes de replicar essa *expertise* na Argélia, comandou a chamada “Operação X”, organizando unidades de contra-guerrilha em Tonkin e no Laos com tribos produtoras de ópio, sindicatos do crime corsos e oficiais de inteligência franceses, tornando-se alguns destes figuras-chaves no comércio internacional de drogas (MCCOY, 2003: 131)<sup>94</sup>.

Também na Europa, nos estertores da II Guerra Mundial, os EUA utilizaram a máfia em suas operações contra o fascismo italiano e, depois, contra as esquerdas e os comunistas. O Escritório de Serviços Estratégicos (OSS), por exemplo, soltou mafiosos das prisões sicilianas para utilizá-los no desembarque dos Aliados na Itália e a Marinha dos EUA fez um acordo com o *capo* Charles “Lucky” Luciano, preso em Nova Iorque, para que ele colocasse à disposição do Escritório

---

<sup>94</sup> “A inteligência francesa e agências paramilitares expropriaram o tráfico de ópio para financiar suas operações encobertas” e “em 1951 a inteligência controlava a maior parte do comércio de ópio” (MCCOY, 2003: 131). Entre 1951-1954, “a Operação X foi aprovada no mais alto nível pelo coronel Belleux da SDECE [Service de Documentation Extérieure et du Contre Espionage] e pelo general Raoul Salan do Corpo Expedicionário. Abaixo deles, o major Trinquier do MACG [Mixed Airborne Commando Group] garantiu contínuo suprimento de Hmong ópio à Operação X ao ordenar a seus oficiais de ligação, que serviam junto ao comandante Hmong Touby Lyfoung e ao líder da Federação Tailandesa Deo Van Long, que comprassem ópio a um preço competitivo” (MCCOY, 2003: 134).

de Inteligência Naval (ONI) sua rede de *gangsters* na Itália (MARSHALL, 1991: 37). O ONI “designou 155 oficiais e soldados para operações envolvendo ligação contínua com gângsters como Luciano, Meyer Lansky, Joe Adonis e Frank Costello” (MARSHALL, 1991: 37). O “sortudo” Luciano construiria um enorme império de heroína com bases no Líbano e na Turquia para o fornecimento de morfina a laboratórios da Sicília e de Marselha (MARSHALL, 1991: 37). A máfia siciliana e a de Marselha, dominada pelos corsos, constituíram os principais “cases de sucesso” dessa aliança secreta para o combate às esquerdas e aos comunistas na Europa.

É verdade que a facção da máfia corsa representada pelo *pacere* Auguste Joseph Ricord já tinha servido aos nazistas durante a ocupação de Marselha e antes disso, na Guerra Civil Espanhola, os *gangsters* corsos somaram “a su actividad normal de proporcionar heroína a la Cosa Nostra el suministro de armas al General Franco” (LUPO, 1989: 87). Já existia, pois, certa coalização entre os corsos e sicilianos anteriormente, mas foi com a ajuda dos EUA que ela se fortaleceu. Na Sicília do pós-guerra, com proteção norteamericana, a máfia esmagou “seus rivais no movimento sindicalista com sanção governamental” (MARSHAL, 1991: 37). Os serviços secretos dos EUA, financiando dirigentes da democracia-cristã siciliana, “supostamente ajudaram a Máfia a tomar o poder total na ilha através do massacre de várias centenas de esquerdistas” (MARSHALL, 1991: 37). Um ex-agente da CIA, Miles Copeland, afirmou que “se não fosse pela Máfia os comunistas estariam agora no controle da Itália” (MARSHAL, 1991: 37). Os EUA e seus aliados locais fariam o mesmo na França, apoiando o “submundo corso de contrabando de heroína de Marselha para auxiliar sua batalha com os sindicatos comunistas no controle das docas da cidade em 1947” (MARSHALL, 1991: 37). Em 1951, esse empoderamento da máfia corsa e siciliana daria origem à *French Connection*, uma *joint-venture* da máfia corsa de Marselha com o “sortudo” Luciano. O citado *pacere* Ricord, ex-colaborador nazista francês, seria um dos dirigentes dessa conexão e, como se verá, constituiria sociedade empresaria com os dirigentes de alto nível da ditadura militar paraguaia de Alfredo Stroessner. A *Conexão Francesa* dominaria o comércio mundial de heroína até 1970 e chegariam à Indochina graças à ajuda do SDECE, como visto, responsável pela autorização da Operação X dirigida por Roger Trinquier.

Esses casos servem para ilustrar o que foi um padrão na Guerra Fria: o uso de recursos e agentes do mundo do crime organizado e do tráfico internacional de drogas, “por debaixo do pano”, “contra a esquerda por todo o mundo” (SOCTT, 2014: 53). Na Guerra Fria, “havia uma

afinidade eletiva entre agentes secretos e sindicatos do crime”, ambos especializados naquilo que um ex-agente da CIA chamou “de ‘as artes clandestinas’, isto é, a habilidade básica de operar por fora dos canais normais da sociedade civil” (MCCOY, 2003: 16). Durante a II Guerra Mundial na China, também “o OSS e a Marinha [dos EUA] trabalharam proximamente com elementos gangsters que controlavam vastos suprimentos de ópio, morfina e heroína” (MARSHALL, 1991: 38). No pós-guerra, a contrarrevolução chinesa manteve esses nexos de inesgotável fonte de recursos e agentes.

Como dito, porém, os narcovínculos do *generalíssimo* Chiang com as Tríades chinesas eram anteriores à II Guerra Mundial, remontando à aliança feita com a Gangue Verde (*Ch'ing Pang*), em 1927, no Massacre de Xangai, embora essa conexão com a máfia dos *Chiu-Chaus* possa ter sido mais longa e íntima<sup>95</sup>. Sob as ordens do *generalíssimo*, “el ejército chino bendijo la boda de la heroína con el anticomunismo” (LUPO, 1989: 121), utilizando-se “o ópio como meio para organizar e financiar as ligações do KMT e o controle sobre comunidades chinesas importantes no sudeste asiático” (SCOTT, 1972: 202). Todavia, com a vitória da Revolução Chinesa, em 1949, a República Popular da China (RPCh), “com seu puritanismo, repressão e comércio regulado, provou-se uma poderosa força para a proibição de narcóticos, fechando grande parte do globo para o tráfico ilícito” (MCCOY, 2003: 14)<sup>96</sup>. A partir daí, os narcovínculos do *generalíssimo* reconvertido em ditador de Taiwan, sem poder mais o apoio das Tríades ao menos na China continental, teriam que encontrar outros canais e agentes. A saída encontrada foi investir nas tropas remanescentes do KMT na província chinesa de Yunnan, na fronteira com Laos, Birmânia e

---

<sup>95</sup> “O KMT havia confiado nas Tríades e gangues envolvidas no tráfico de ópio desde 1927, quando Chiang Kai-shek, encorajado por banqueiros estrangeiros, valeu-se da “Gangue Verde” (*Ch'ing Pang*) de Tu Yueh-sheng para quebrar a insurreição comunista em Xangai. (Algumas autoridades dizem que Chiang Kai-shek foi um membro da *Ch'ing Pang*)” (SCOTT, 1972: 202). “La relación de Chiang Kai-shek con el narcotráfico ha sido investigada. La mayoría de los historiadores cree que Chiang Kai-shek pertenecía a la banda de los Verdes [de los ‘*Chiu-Chaus*’] desde su juventud y que éstos utilizaron su enorme poder propio para colocarlo en el Kuomintang. Otros autores se inclinan, sin embargo, por la hipótesis de que Chiang se aproximó al hampa recién cuando necesitó más apoyo para impedir que los comunistas tomaran el poder” (LUPO, 1989: 121).

<sup>96</sup> “Após tomar o poder em 1949, o regime comunista da China lançou uma campanha anti-ópio que culminou, em 1952, com a identificação de 369.000 traficantes e depois 82.000 prisões, 35.000 sentenças de prisão e 880 execuções públicas. Durante o próximo estágio de mobilização em massa e tratamento compulsório, usuários rapidamente abandonaram o hábito, tornando a China, antes o maior produtor e consumidor de ópio do mundo, livre de drogas na metade da década de 1950” (MCCOY, 2003: 14). “Embora a zona asiática de ópio da tenha se contraído, a geopolítica, combinada com forças ilícitas destacadas, estimulou um aumento constante na produção dentro da área remanescente desde a Turquia até o Laos. Simultaneamente, as operações encobertas dos EUA forneceram proteção para os principais traficantes dentro da zona asiática de ópio” (MCCOY, 2003: 16).

Tailândia Sob o comando do general Li Min, essas unidades militares do KMT migraram de Yunnan ao leste da Birmânia, fixando-se na província (ou estados) *Shan*. Essas tropas remanescentes do exército do KMT se conectaram com produtores locais de ópio e foram reorganizadas pelos EUA – via CIA e Escritório de Coordenação Política (OPC) – em uma operação destinada a invadir Yunnan e, a partir dali, buscava reverter (*rollback*) a vitória da Revolução Chinesa de 1949. Nada além, nada aquém. Esse programa foi designado *Operation Paper* e, antes de explicá-la, adiante-se que essa ação da CIA/OPC na Birmânia, beneficiando o KMT, transformariam os *estados Shan* “de uma área relativamente pequena de cultivo de papoula na maior região de cultivo de ópio do mundo” (MCCOY, 2003: 162). Em 1950, explica McCoy:

**(...) a CIA começou a reagrupar os remanescentes do exército derrotado do Kuomintang nos estados birmaneses Shen para uma invasão ao sul da China. Embora o exército do KMT fracassasse em suas operações militares, ele foi bem-sucedido na monopolização e expansão do comércio de ópio pelos estados Shan. (...) essa aliança logo se tornou um fator crítico no crescimento do tráfico de narcóticos no sudeste asiático.** Com o apoio da CIA, o KMT permaneceu na Birmânia até 1961, quando uma ofensiva no exército birmanês os impeliu até o Laos e Tailândia. A essa altura, todavia, o Kuomintang já havia usado seu controle sobre as populações tribais para expandir a produção de ópio do estado Shen em quase 500% – de menos de 80 toneladas após a Segunda Guerra Mundial para cerca de 300-400 toneladas em 1962. **A partir das bases no norte da Tailândia, o KMT continuou a enviar caravanas de mulas aos estados Shen para trazer a colheita de ópio. Em 1973, vinte anos após a CIA começar a apoiar as tropas do KMT no Triângulo Dourado, essas caravanas do KMT controlavam quase um terço do suprimento total de ópio ilícito no mundo e desfrutavam de uma parcela crescente do próspero negócio de heroína do sudeste asiático** (MCCOY, 2003: 162, grifo meu)

Nota-se, pois, que as tropas remanescentes do KMT em Burma (atual Birmânia) garantiriam a Taiwan do *generalíssimo* Chiang uma fonte “inesgotável” de divisas e agentes do submundo do crime na Ásia e mundo afora. Embora o governo taiwanês tenha operado, no plano externo, como um verdadeiro narco-Estado capitalista, ele aplicou, internamente, uma duríssima legislação anti-drogas e desenvolveu uma propaganda oficial que acusava a “China comunista” de exportar enormes quantidades de narcóticos, convencendo “grande parte do mundo de que era Pequim, e não Taipei, que estava envenenando o mundo. Poucas experiências em propaganda poderiam ter se mostrado tão eficazes” (KAPLAN, 1992: 242)<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup> “Talvez o mais impressionante seja que, por todo o longo envolvimento do KMT no comércio de narcóticos, a própria Taiwan permaneceu em grande parte livre de drogas. Penalidades por traficar dentro da ilha eram severas e estritamente aplicadas, com traficantes menos bem relacionados enfrentando a pena de morte. Os oficiais do KMT não queriam ver suas próprias cidades sofrerem sob o peso de um grande problema de droga. Tragicamente, esses padrões não se aplicavam ao resto do mundo. Para os traficantes da República da China ou Taiwan, despejar heroína

Cinismo à parte, em abril de 1950, referia *Operation Paper* foi sugerida ao secretário de Defesa dos EUA como “um ‘programa de operações secretas especiais designadas para interferir nas atividades comunistas no sudeste da Ásia” (MCCOY, 2003: 165). Com a Guerra da Coreia, o presidente Henry Truman “autorizou uma expansão das capacidades de ação encoberta e aprovou um plano apresentado pelo Escritório de Coordenação Política (OPC) e pela CIA para a invasão do sul da China utilizando os remanescentes do KMT na Birmânia” (MCCOY, 2003: 165-166). Intitulado *Operation Paper*, esse programa de guerra secreta dos EUA para penetrar na “Cortina de Bambu” chinesa correspondeu à *Operation Rollback* europeia, destinada à penetração na “Cortina de Ferro” soviética. Ambas trouxeram a marca da missão global do OPC “no antigo espírito OSS para penetrar a cortina de ferro” (MCCOY, 2003: 166). Na Europa, o OPC manejou a guerra secreta dos EUA contra a URSS com “ex-nazistas e fascistas variados” e, com a *Operation Paper*, com os “senhores da guerra do ópio no sudeste asiático” (MCCOY, 2003: 166).

O protótipo da *Operation Paper* foi formulado pelo general da reserva Claire Chennault. Esse ex-comandante dos *Flying Tigers* na China, durante a II Guerra Mundial, convertera-se no principal agente militar nos EUA do *China Lobby*, um grupo de pressão montado pela Madame Chiang Kai-shek e por seu irmão T. V. Soong, ligado ao tráfico internacional de drogas<sup>98</sup>. “É provável que Soong e o KMT ajudaram a desenvolver o Plano Chennault” e, “assim como Chiang Kai-shek, Chennault também teve apoio de Henry Luce do *Time-Life in America*, bem como do General MacArthur e de seu chefe de inteligência Major General Charles Willoughby, no Japão” (SCOTT, 2014: 74). Em maio de 1949, Chennault buscava convencer o governo norteamericano de que, “com uma pequena força de homens corajosos que conhecem o terreno e com amplo apoio aéreo, os americanos poderiam ajudar os nacionalistas e seus fortes senhores da guerra provinciais a penetrarem ao longo das fronteiras ocidentais da China a partir dos desertos do norte até as montanhas de Yunnan no sul” (MCCOY, 2003: 167).

Isto é, a *Operation Paper* nasceu do “Plano Chennault”, que deveria contar secretamente com o apoio aéreo dos EUA por meio de uma companhia de aviação “civil” (SCOTT, 2014: 74).

---

nas ruas de Nova Iorque ou Amsterdã, e embolsar os lucros, aparentemente não representava qualquer dilema moral” (KAPLAN, 1992: 232).

<sup>98</sup> “**Há evidência de que alguns chineses se engajaram no contrabando ilegal de narcóticos para os Estados Unidos com o pleno conhecimento e conivência de membros do Governo Nacionalista Chinês.** A evidência indica que muitos americanos proeminentes participaram e lucraram com essas transações (...) [e] que os negócios de narcóticos têm sido um fator em algumas atividades e permutações do China lobby” (KOEN, 1974: XXI, grifo meu).

Rechaçado pelo Departamento de Estado, o “Plano Chennault” encontrou apoio do OPC, dirigido pelo “messiânico *cold warrior* Frank Wisner”, graças à mediação de Paul Helliwell, o ex-comandante do OSS na China na II Guerra Mundial. O OPC passou a subsidiar a *Civil Air Transport* (CAT), uma empresa de aviação do próprio Chennault, com 1 milhão de dólares anuais para a condução da guerra secreta dos EUA contra a RPCh. O OPC “enviou seu especialista em guerrilha, o veterano do OSS Alfred T. Cox, para voar por toda a China dando dinheiro e munições para os senhores de guerra remanescentes” (MCCOY, 2003: 167). A tentativa de invasão de Yunnan pela *Operation Paper* foi derrotada militarmente, como dito, e a CAT retirou-se dessa província chinesa “carregando o último senhor da guerra com seu tesouro de U\$ 1,5 milhão em barras de ouro. Embora quixotesca ao extremo, essa tentativa de reverter o curso da história chinesa com uma frota de aeronaves antigas, todavia, criou tanto a inspiração quanto a infraestrutura para as posteriores invasões do OPC/CIA” (MCCOY, 2003: 167).

Se a *Operation Paper* foi aprovada em novembro de 1950, Chennault “vendeu a CAT para a CIA em agosto de 1950 por U\$ 950.000” e, com a compra da CAT, “posteriormente renomeada como *Air America*, a CIA adquiriu o poder aéreo que sustentaria suas operações secretas, inclusive invasões à China, pelo próximo quarto de século” (MCCOY, 2003: 167-168). A CAT não era propriedade apenas da CIA, mas também do KMT<sup>99</sup>. Logo que o presidente Truman autorizou a *Operation Paper*, o OPC agiu rapidamente “para fabricar uma estrutura de ‘negação plausível’ para uma operação encoberta” (MCCOY, 2003: 168) e, nos EUA, Helliwell “criou a *Sea Supply Corporation* para mascarar os carregamentos de armas”, negociando secretamente com os chefes do tráfico de ópio da Birmânia e da Tailândia. Simultaneamente, a CIA aproximou-se do ditador tailandês Phibun Songkhram que, depois de ascender ao poder, em 1948, por um golpe de Estado, criou o Monopólio de Ópio do Governo Tailandês (SCOOT, 1972: 2000)<sup>100</sup>. “A Operation PAPER finalmente começou em 7 de fevereiro de 1951, quando quatro

---

<sup>99</sup> “Os arranjos organizacionais do OPC para sua companhia CAT, ao deixarem 60% da companhia proprietária das aeronaves da CAT nas mãos do KMT, garantiram que as atividades da CAT fossem imunes ao controle de Washington (...) No complexo processo para assunção do controle legal da companhia aérea de Chennault, seus ativos foram divididos em três componentes separados: aviões (a companhia aérea civil taiwanesa Civil Air Transport ou CATCL), pilotos (posteriormente Air America) e operações de apoio terrestre (Air Asia). Desses, 40% dos aviões eram propriedade da CIA; os 60% remanescentes continuaram a ser de propriedade de financiadores do KMT (com supostas ligações com T.V. Soong e Madame Chiang Kai-shek)” (SCOTT, 2014: 82-83).

<sup>100</sup> Songkhram teria dito a um embaixador britânico aborrecido por seu apoio ao plano da CIA: “**Por que você está surpreso? Você também não está tão interessado em matar comunistas como eu estou, ou como os americanos estão?**” (MCCOY, 2003: 169, grifo meu).

aviões da CAT aterrissaram em Bangkok com um carregamento de armas para a *Sea Supply Corporation* vindos dos armazéns da CIA em Okinawa” (MCCOY, 2003: 169). Embora tenha sido um fiasco militar, a *Operation Paper* assegurou rentáveis narcovínculos ao KMT na Birmânia e ao ditador tailandês Songkhram.

**Em junho de 1951 a tentativa de reconquista de Yunnan começou quando os 2.000 soldados do KMT do Exército de Salvação Nacional Anticomunista da Província de Yunnan baseado em Mong Mao atravessou a fronteira para a China. Acompanhadas por conselheiros da CIA e guarnecidas por lançamentos aéreos regulares de C-47 sem identificação, tropas do KMT moveram-se sentido norte em duas colunas, capturando Kengman e seu campo aéreo cerca de sessenta milhas dentro da China sem resistência. Todavia, na medida em que avançavam ao norte de Kengman, o Exército de Libertação Popular (ELP) contra-atacou. O KMT sofreu enormes baixas, e muitos dos conselheiros da CIA foram mortos (...). Enquanto se preparavam para a invasão de Yunnan, o KMT havia concentrado suas forças em uma longa e estreita faixa de território paralela à fronteira da China. Desde que a produção ilícita de ópio continuou até cerca de 1955, o KMT estava em posição de monopolizar quase toda a exportação contrabandeada da província.** O governo birmanês reportou que ‘essas guerrilhas do KMT atacavam, intermitentemente, pequenos comerciantes que ocupavam-se das rotas da fronteira (MCCOY, 2003: 169-170, grifo meu)

Com a última derrota militar da contrarrevolução chinesa, os soldados mercenários do KMT se entrincheiraram nos *estados Shan* birmaneses com apoio das Forças Armadas da Tailândia e dos agentes da CIA em Bangkok (MCCOY, 2003: 175). Embora derrotada, a *Operation Paper* consolidou uma útil rede de tráfico de drogas e armas, triangulação do KMT de Taiwan com a CIA/OPC e, por meio da *Civil Air Transport* (CAT) e da *Sea Supply Corporation*, com o ex-OSS Paul Helliwell. Os narcovínculos desse *joint venture* foram tão expressivos que um autor como Peter Dale Scott questiona: “Algumas pessoas pretenderam desenvolver o tráfico de drogas com a *Operation Paper*?” (SCOTT, 2014: 78). A quem interessaria restaurar por todo o sudeste asiático o tráfico internacional de drogas que, antes da vitória da Revolução Chinesa de 1949, sustentava o KMT e as atividades de seus aliados anticomunistas? Via *Operation Paper*, “a campanha do KMT havia se tornado uma ‘operação de produção de droga’” e, após entregar as armas ao KMT na Birmânia, um número desconhecido de pilotos americanos da CAT carregava o ópio do KMT nos vôos de retorno a Bangkok (MCCOY, 2003: 178). Se “o fiasco da Operação Paper levou em 1952 à absorção final do OPC pela CIA” (SCOTT, 2014: 85), o “estilo OPC de ação secreta” fora absorvido como o novo paradigma das operações clandestinas da CIA. O próprio fundador do OPC Frank Wisner seria promovido na CIA por seu diretor Walter Bedel Smith e, “com a tradição de pragmatismo radical do OPC agora abrigada pela diretoria de planos da CIA, a aliança da agência

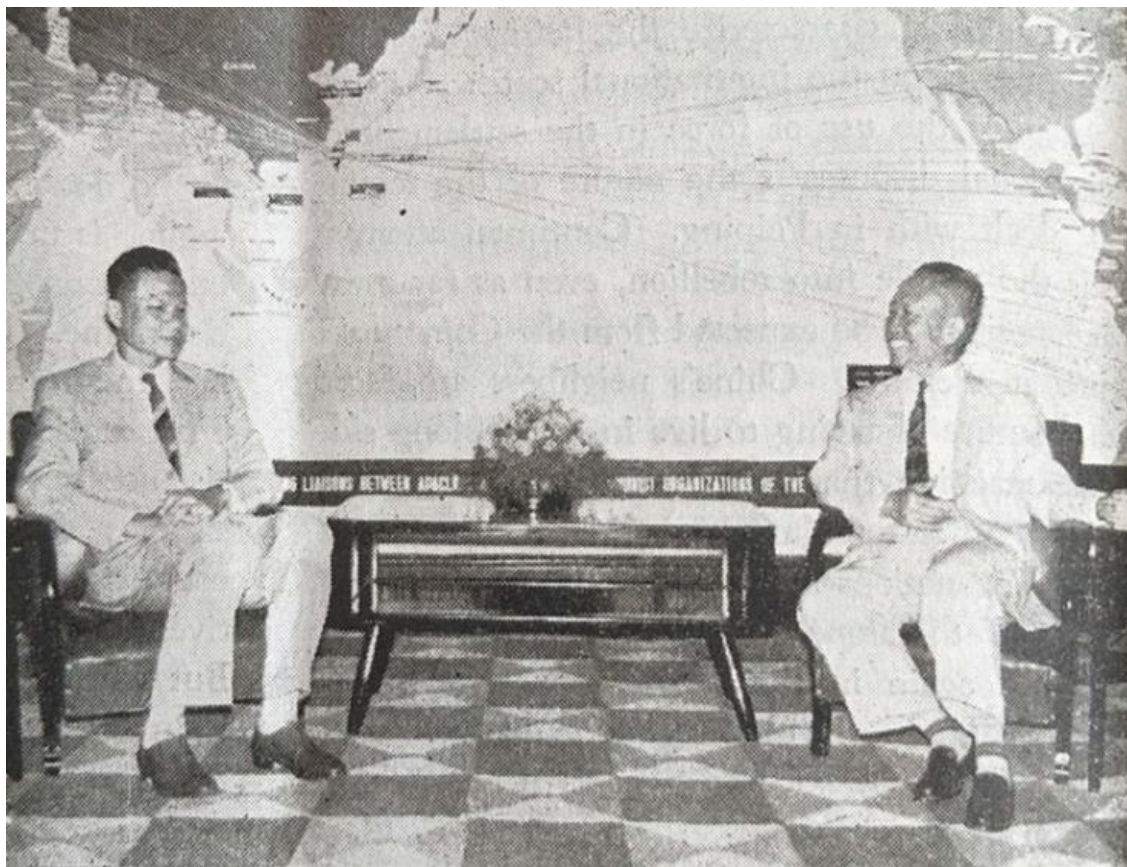


com os exércitos de ópio do KMT na região fronteira entre Birmânia e Tailândia duraria uma década após as retiradas nominais de 1954” (MCCOY, 2003: 201).

Mas o que esses narcovínculos do KMT do *generalíssimo* Chiang teriam a ver com a APACL? Em 1961, um dirigente da APACL-Taiwan, Fang Chih, foi identificado como um dos operadores dessa rede de tráfico internacional de drogas. Apesar do término nominal dos vôos da CAT em 1954, seus aviões continuaram, até 1961, “a apoiar os fornecedores de heroína, que estavam transportando, via Tailândia e Hong Kong, para os Estados Unidos” (SCOTT, 1972: 201). “A participação do KMT no transporte da CAT de suas tropas no ‘triângulo fértil’ tornou-se óbvia em 1961, quando Fang Chih, um membro do Comitê de Supervisão Central do KMT e Secretário-Geral da Free China Relief Agency (FCRA), admitiu responsabilidade por uma aeronave não registrada da CAT que havia acabado de ser abatida sobre a Tailândia pela Força Aérea Birmanesa” (SCOTT, 1972: 204). E quem era o presidente da FCRA, senão o presidente da APACLROC, Ku Cheng-kang? A FCRA era uma agência integrada ao “Capítulo” taiwanês da APACL, com a qual compartilhava o mesmo endereço. “A Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, da qual a FCRA era uma agência membro no mesmo endereço, era ela mesma uma organização através da qual o KMT mantinha contato público com interesses políticos e financeiros da direita na Europa e América, bem como com comunidades chinesas no exterior” (SCOTT, 1972: 204).

Esses narcovínculos da CAT/CIA/KMT, via APACLROC/FCRA, alcançaram também o Laos. “A visita não divulgada de Fang Chih para o Laos, nas semanas que precederam imediatamente a falsa ‘invasão’ ao Laos em 1959, sugere que o tráfico de narcóticos, bem como a atividade de Pathet Lao, possam ter sido a razão pela qual os aviões da CAT inauguraram seus vôos naquele ano nas áreas de cultivo de ópio de Meo na província de Sam Neua” (SCOTT, 1972: 204-205). “Seria muito sugerir que a entrada da CAT no Laos em 1959 tinha menos a ver com o Vietnã do Norte, e a inexistente ‘invasão’ do Laos, do que com o ópio?” (SCOTT, 1972: 205). Em julho de 1959, antes do governo tailandês encerrar, pressionado pelos EUA, seu monopólio oficial de ópio, “Fang Chih da APACL visitou os campos do KMT no Laos, Birmânia e Tailândia, assim como novamente fez em 1960” (SCOTT, 1972: 205). Em 18 de agosto de 1959, cinco dias antes da chegada dos aviões da CAT na capital laociana Vienciana e vinte dias antes de uma alegada “invasão” do Laos por tropas norte-vietnamitas, “Ku Cheng-kang, que era o presidente da FCRA

bem como da APACL de Taiwan, recebeu em Taiwan o misterioso porém influente Coronel Oudone Sananikone, um membro do que então era a família laociana dirigente e sobrinho do Premier laociano Phoui Sananikone” (SCOTT, 1972: 205-206).



**Figura 75.** “Colonel Oudone Sananikone, Chief of Laotian Goodwill Mission, called on Mr. Ku Cheng-kang, on August 19”. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 10, p. 14.

Em 26 de agosto de 1959, em Washington, D.C., “o pai de Oudone, Ngon Sananikone, assinou o acordo de ajuda de emergência entre EUA-Laos que iria pagar para fretar os aviões da CAT, três dias após a chegada deles” (SCOTT, 1972: 206). No dia seguinte, “Oudone Sananikone compareceu à fundação, em Taiwan, de uma sociedade de amizade sino-laociana, cujos provedores incluíam Ku Cheng-kang e Fang Chih” (SCOTT, 1972: 206). “Oudone Sananikone dirigia uma companhia aérea paramilitar ‘laociana’, Vaha Akha” (“uma frente para as companhias aéreas nacionalistas chinesas, da qual fretou seis aviões e pilotos”), “que naquela época atendia as áreas

norte de cultivo de ópio nos *Plaines des Jarres* com aviões e pessoal dos chineses nacionalistas” (SCOTT, 1972: 206)<sup>101</sup>.

A edição de outubro de 1959 do boletim da APACLROC, a *Free China & Asia*, publicou, ao lado de uma foto do “Coronel Oudone Sananikone, chefe da Missão Laociana da Boa Vontade”, uma “declaração emitida pelo Presidente Ku Cheng-kang da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos em apoio ao Laos” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 10, p. 14). Enfim, seria apenas uma “ironia da história” o futuro dirigente da APACL no Laos, o príncipe e diplomata Chao Sopsaisana, ter sido flagrado na França, em 1971, transportando 60 quilos de heroína em sua maleta diplomática? Com valor estimado em 13,5 milhões de dólares, as autoridades parisienses limitaram-se a apreender a carga de Sopsaisana – “uma das maiores apreensões de heroína da história francesa” (MCCOY, 2003: 284). Sem ser preso em virtude de sua imunidade diplomática, Sopsaisana continuou nos anos seguintes participando de conferências da APACL e de suas novas redes anticomunistas, como se verá masi adiante.

#### 2.1.6.6. Os “amigos” americanos ocultos da APACL

No tópico derradeiro deste CAPÍTULO 2, cabe indagar sobre os “amigos americanos” ocultos da APACL, isto é, sobre a cooperação secreta de retaguarda (uma *stay-behind operation*?) fornecida pelos EUA à Liga Anticomunista do Sudeste Asiático. Um autor como Wei Chung (Victor) Hsu, que a considera um *leading case* do “multilateralismo asiático” (HSU, 2016: 55), equivocava-se ao afirmar que uma das dificuldades na criação da APACL teria sido “especificamente a não participação dos EUA”, “embora a APACL possa ter sido inicialmente criada com a expectativa de participação do EUA” (HSU, 2016: 54). Outro autor como o historiador Kyle Burke adota uma postura mais honesta. Não conseguiu comprovar e suspeita da demonstração feita por outros autores, adotando uma postura de cautela quanto afirmar ou infirmar a participação dos EUA na APACL.

Justo. Segundo Burke, “a CIA possivelmente forneceu alguns dos fundos iniciais para a APACL, como alguns jornalistas alegaram posteriormente, embora a prova definitiva disso ainda

---

<sup>101</sup> “Oudone Sananikone também figura proeminentemente nas conversas secretas de três dias entre oficiais do Laos, Vietnã do Sul e Taiwan, que precederam o golpe vietnamita e resultaram na crise de 19 de abril de 1964, o golpe que foi noticiado com dois dias de antecedência pela Rádio Taiwan” (SCOTT, 1972: 206).

não tenha surgido”” (BURKE, 2018: 18). “De toda forma, muitos à época compreendiam a APACL como sendo um instrumento de formulação de políticas dos EUA – ‘os lacaios dos imperialistas’, como colocou a radio comunista do Vietnã do Norte, *Voice of Vietnam*” (BURKE, 2018: 18). Todavia, Burke ao menos buscou documentar a questão, lamentando que “a CIA negou o pedido FOIA do autor para revisão da desclassificação obrigatória de todos os documentos relativos à APACL, em março de 2013. Ela também negou seu recurso, em maio de 2013” (BURKE, 2018: 234). Entre o apressado negacionismo de Hsu e o ceticismo de Burke, os irmãos Anderson circunscreveram, de forma pioneira, a atuação secreta dos EUA na fundação da APACL. Burke, inclusive, não foi o primeiro a ver negado o acesso aos documentos norte-americanos relativos à APACL. Em 1986, os Anderson salientaram que, “embora o governo dos EUA tenha negado aos autores acesso aos registros pertinentes, parece claro que os Estados Unidos estiveram em grande parte por trás da formação da Liga Anticomunista (...) dos Povos Asiáticos (...)” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 54). “Como os Estados Unidos apoiaram os regimes de Syngman Rhee e Chiang Kai-shek, esses governantes naturalmente iniciaram programas e perseguiram políticas que seus conselheiros americanos favoreciam. Em contrapartida, eles não poderiam embarcar facilmente em um projeto que os Estados Unidos não desejassem” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 54).

Seria muito difícil de acreditar que a APACL, avançam os Anderson, tivesse sido “estabelecido sem assistência norte-americana” e, enfim, seu objetivo declarado de lutar ativamente contra o comuismo era “bem alinhado com os objetivos da política exterior norte-americana”. Seria improvável que os dois principais “coautores” da APACL, a Taiwan de Chiang Kai-shek e a Coreia do Sul de Syngman Rhee, tenham custeados “sozinhos” a conta da Liga Anticomunista no Sudeste Asiático. “Sem dinheiro suficiente para alimentar seu próprio povo, de onde viria o dinheiro para lançar uma organização internacional? A resposta óbvia é que ele veio dos Estados Unidos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 54). “Se fosse este o caso, o programa de assistência financeira não havia acabado”, uma vez que nenhum projeto de lei fora introduzido no Congresso dos EUA para financiar a APACL. Nem tudo o que se omite do Congresso do EUA, porém, deixa por isso de existir. Segundo os Anderson, “ex-agentes de inteligência sugeriram que os fundos muito provavelmente vieram do dinheiro já designado para assistência econômica ou

militar, fundos discricionários da CIA ou fundos de contrapartida da Embaixada dos Estados Unidos, e que foi feito não da Coreia, mas de Taiwan”. (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 54).

Já que os nacionalistas chineses não estavam em posição de pagar a assistência norte-americana nos anos 1950, um arranjo foi feito no qual os Estados Unidos receberam ‘créditos’ na moeda taiwanesa (NT) para seus débitos. Usando este método, os taiwaneses então embarcaram em vários programas ditados pelos norte-americanos como forma de baixar seu débito. (...) Esses fundos [fundos de contrapartida da Embaixada Americana] não eram apenas um número nos livros de contabilidade. Eles eram verdadeiros sacos de dinheiro que ficavam em um cofre na Embaixada Americana em Taipé. **Da pouco fiscalizada conta dos fundos de contrapartida pode ter vindo o financiamento inicial para a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos em 1954** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 54, grifo meu)

Um dos prováveis canais para essa operação pode ter sido Howard Hunt, um ex-OSS que operou na província chinesa de Yunnan, durante a II Guerra Mundial, em coordenação com o KMT do *generalíssimo* Chiang e sob as ordens do chefe do OSS na China, Paul Helliwell<sup>102</sup>. O mesmo que, anos depois, atuaria na *Operation Paper*. Hunt foi depois recrutado pelo Office of Policy Coordination (OPC) por Frank Wisner, também um futuro operador da *Operation Paper*. Na Guerra Fria, Hunt se converteu no mais ubíquo operador da CIA e sua história demarcou os dois principais fiascos públicos das ações que eram para ser secretas daquela agência: Hunt participou da invasão de Cuba no caso da “baía dos Porcos”, tentativa de reverter (*rollback*) a vitória da Revolução Cubana de 1959, e depois foi exposto (com seus aliados cubanos anticomunistas) no escândalo de Watergate, que custaria a presidência a Richard Nixon. Antes disso, “em 1954, depois de ajudar a planejar a derrubada do governo da Guatemala, Hunt tornou-se chefe de operações secretas no Comando do Nordeste Asiático da CIA, com sede em Tóquio” (DAVIS; ROBERTS, 1996: 91).

Debruçando-se sobre esse “espião compulsivo”, Tad Szulc salienta que, “na Ásia, o esforço da CIA era centrado em fortalecer os chineses nacionalistas em Taiwan, ficar de olho no sueste asiático, turbulento como sempre, e prevenir a disseminação do comunismo chinês na região” (SZULC, 1974: 71). Hunt, tornado Conselheiro Político do Departamento do Exército dos EUA, embora chegou ao Japão ao final de 1954, pode ter sido um dos “amigos americanos” ocultos

---

<sup>102</sup> “Administrativamente, o OSS/China era dividido em Inteligência Secreta – coleta, Operações Especiais – sabotagem, Operações Morais – guerra psicológica e os Grupos Operacionais – unidades de comando” (HUNT, 1974: 41). “O Coronel [Paul] Helliwell me despachou para Hsian para apreciar o suposto trabalho do general coreano Li Bum Suk, a quem o OSS estava auxiliando” (HUNT, 1974: 43).

da APACL, fundada em junho daquele ano na Coreia do Sul. “Ao final de 1954, ele foi despachado para o Japão para unir-se à estação de Tóquio em capacidade política secreta”, e Tóquio era, à época, “a sede do comando norte-asiático da CIA, que era responsável pelo Japão, pela Coreia e pela China” (SZULC, 1974: 72). “A operação incluía uma equipe de inteligência clandestina e Hunt foi designado para a seção de atividades secretas de ação política e propaganda”, servindo “como vice-chefe de uma equipe de cinco homens especializada em *black propaganda* centrada na Ásia” (SZULC, 1974: 72)<sup>103</sup>.

Em suas memórias, esse *espião compulsivo* relata que milhões de dólares foram utilizados durante sua estadia no Japão para conduzir “um projeto de guerra psicológica e propaganda”. Autores como Glenn Davis e John G. Roberts buscaram seguir o dinheiro que financiou essas operações da CIA e de seu operador Hunt no Sudeste Asiático. “De onde, então, vieram todos aqueles milhões? Hunt não diz, mas nos conta em outro lugar que na Europa os fundos de contrapartida de auxílio norte-americano (codinome ‘balinha’) estavam completamente disponíveis para a CIA para operações secretas, assim como financiavam secretamente líderes políticos anticomunistas e pró-Estados Unidos” (DAVIS; ROBERTS, 1996: 92).

Enfim, de um lado, os Anderson afirmam que o custeio inicial da APACL veio do *Counterpart Funds* da Embaixada dos EUA em Taiwan. De outro, Davis e Roberts afirmam que fundos semelhantes nas embaixadas dos EUA forneciam o “doce” para as operações psicológicas e de propaganda anticomunista da CIA naquela região, como “confessou” o próprio Hunt. Então, conjectura-se: a APACL foi uma dessas operações? Hunt atuou nela? Segundo Peter Dale Scott, sim. Tanto o ex-OSS e agente da CIA Ray Cline, que já havia sido identificado pelos Anderson como um dos patrocinadores da APACL, quanto Hunt teriam auxiliado essa Liga Anticomunista do sudeste Asiático. Scott destaca, referindo-se à APACL, “the role of CIA operatives like Ray Cline and Howard Hunt in helping to organize it” (SCOTT, 2014: 36). Assim, uma coisa é certa: é preciso dar atenção ao papel das embaixadas dos EUA na assistência à APACL e, nelas, “voce sabe quem”, a CIA<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> “As operações de guerra política e psicológica da CIA naquele momento eram divididas em ‘gray’, que eram plausíveis de negação caso a agência fosse pega em uma situação complicada, e ‘black’, que eram fraudes descaradas” (DAVIS; ROBERTS, 1996: 73).

<sup>104</sup> Essa boutade é do historiador Alfred McCoy que, ao mostrar que alguns agentes diplomáticos nas embaixadas dos EUA eram operativos da CIA, saiu-se assim: “você-sabe-quem da Embaixada americana” (MCCOY, 2003: 283).

Não à toa, o documento que registrou o apoio dos EUA à APACL referiu-se, justamente, às embaixadas norteamericanas no sudeste asiático, tendo emergido das correspondências entre um dirigente apacliano e um major-general dos EUA que, à época, era o governador das ilhas Ryukyu, um arquipélago entre Japão e Taiwan. Em 21 de março de 1955, Young P. Lee, presidente do *Central Liaison Office* da APACL, enviou uma carta ao major-general Ogden Williams, “‘Vice-Governador’ da Administração Civil dos Estados Unidos nas Ilhas Ryukyu” (LEE, 1955: 01). Em 1954, Lee presidira o Comitê Preparatório da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos, na Coreia do Sul, o conclave fundador da APACL. Eis o teor da carta:

Prezado General Ogden. Em nome do povo da Coreia, eu tenho a honra de expressar nosso profundo apreço por sua carta de 11 de fevereiro de 1955, na qual você expressou apoio à nossa causa na luta contra a penetração comunista em Ryukyu e outras nações livres da Ásia. Nós, os povos da Ásia, somos sempre gratos ao povo e ao Governo dos Estados Unidos pelos esforços continuados para proteger a democracia e nossa forma livre de governo. **Agentes diplomáticos americanos no sudeste asiático ajudaram a tornar possível a formação da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos na Conferência de Chinhae em junho de 1954.** Nós agradeceríamos se você puder dar toda assistência possível ao povo das Ilhas Ryukyu e aos seus representantes. Eles podem fortalecer grandemente nossa posição comum comparecendo à próxima conferência da Liga, que está marcada para acontecer no começo de maio deste ano. Eu estou enviando uma carta para o Sr. Tsai Chang, na 11-9 Nawa City, Ryukyu, o Delegado Chefe do povo das Ilhas Ryukyu para nossa Liga, informando-lhe de **sua generosa oferta para ajudar nossa causa na luta contra o comunismo e para a proteção dos ideais democráticos. Novamente, eu agradeço seu apoio caloroso às atividades da Liga,** e desejo que a melhor da saúde esteja sempre convosco. Sinceramente seu, Young P. Lee. Chairman (LEE, 1955: 1, grifo meu)

Muito claro, não é mesmo? *Agentes diplomáticos americanos no sudeste asiático ajudaram a tornar possível a formação da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos na Conferência de Chinhae em junho de 1954.* E como esquecer de McCoy, para quem “agentes diplomáticos” remetem, via de regra, a “você sabe quem” nas embaixadas dos EUA? Embora ainda se saiba pouco, deve-se desde já rechaçar um descarte apressado do papel dos EUA na APACL. Note-se, inclusive, que a administração Henry Truman, não bastasse sua autorização da desastrosa *Operation Paper*, emitiu diretrizes ao Sudeste Asiático que, *in totum*, coincidiram com os objetivos da APACL e, em especial, de seu “Capítulo” taiwanês. Assumindo o comunismo como “uma ameaça global imediata”, “precisando de novas armas para um novo tipo de guerra, o governo Truman criou a Agência Central de Inteligência (CIA) em 1947 com duas missões principais – espionagem e atividades secretas” (MCCOY, 2003: 16). Como dito, “praticando um pragmatismo radical, seus agentes criaram alianças com quaisquer grupos, traficantes de drogas incluídos, úteis

para a luta contra o comunismo” (MCCOY, 2003: 16). A APACL, certamente, foi um desses aliados úteis dos EUA na “Cruzada” anticomunista do sudeste asiático.

Se essa Liga Anticomunista defendeu, como visto, a “política de libertação” das nações e povos “escravizados” pelo comunismo – coincidindo *in totum* com a ideologia do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) –, também um “enclave” dentro da administração Truman comungou dessa mesma estratégia *rollback communism*. Peter Dale Scott apontou para a existência desse enclave *rollback* inscrustado na administração Truman, representando os Republicanos de Nova Iorque ligados à Wall Street, à CIA e ao fundador do Escritório de Coordenação Política (OPC), o “messiânico *cold warrior* Frank Wisner” (MCCOY, 2003: 167). Esse núcleo “constituía um enclave de uma elite comprometida com o *rollback* dentro do *establishment* de Truman, comprometido com a contenção” (SCOTT, 2014: 85). “Esse enclave já experimentava tentativas de lançar a política de *rollback* pela qual Eisenhower e John Foster Dulles clamariam na campanha eleitoral de 1952” (SCOTT, 2014: 85-86).

Note-se que, embora a administração Truman seja sempre lembrada como defensora da política de *contenção* do comunismo, nela coexistiu um “enclave” comprometido com o assim chamado *rollback communism*, na terminologia de seus defensores, uma política de *libertação* das nações e dos povos “escravizados” pelo comunismo detrás das Cortinas de Ferro e Bambu. Corretamente, o presidente Truman “não confiava nesse enclave da elite de republicanos de Wall Street que a CIA e o OPC haviam injetado em seu governo”, embora fracassara sua tentativa de extirpá-lo quando nomeou à direção da CIA Walter Bedell Smith que, a seu turno, nomeou “Allen Dulles (republicano de Wall Street, *Social Register*, e OSS) ‘para controlar Frank Wisner’” (SCOTT, 2014: 86). Em 1952, com vitória do general Eisenhower nas eleições presidenciais dos EUA, “as intenções de Bedell Smith em abolir o OPC foram completamente revertidas” e, como visto, a CIA, ao absover o OPC, acabou sendo “absorvida” pela “linha-dura” dos antigos operadores do OSS então na direção do OPC (SCOTT, 2014: 86).

Isto é, a defesa para que os EUA adotassem uma política de “libertação” anticomunista como defendido pela APACL (e pelo ABN), embora não compartilhada pelo *establishment* da administração Truman, pode ter contado com a ajuda secreta desse “enclave” *rollback*. Quanto a Taiwan, inclusive, depois do fiasco da *Operation Paper* pela qual a CIA e o OPC, com seus aliados do KMT, tentaram reveter a vitória da Revolução Chinesa com a invasão da província de Yunnan,



a administração Truman autorizaria uma diretriz secreta com a finalidade de ajudar a ditadura do *generalíssimo* Chiang Kai-shek. Aprovada em 1954, uma “Declaração de Políticas pelo Conselho de Segurança Nacional sobre os Objetivos dos Estados Unidos e o Curso de Ação a Respeito do Sudeste Asiático” definiu, como política de Estado, “guinar a comunidade chinesa de volta a uma postura ativa pró-KMT” (MCCOY, 2003: 185).

Essa diretriz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA de auxiliar a Taiwan do *generalíssimo* Chiang integrou “um esforço maior da CIA de combate ao crescimento de popularidade da República Popular entre a rica e influente comunidade chinesa que vivia no exterior por todo o sudeste asiático” (MCCOY, 2003: 185). “Os detalhes deste programa foram expostos em uma declaração de 1954 do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, que dizia” (MCCOY, 2003: 185):

Continuar atividades e operações desenhadas para encorajar as comunidades chinesas do exterior pelo sudeste asiático: (a) a organizarem e ativarem grupos e atividades anticomunistas em suas próprias comunidades; (b) a resistirem aos efeitos dos grupos e atividades pró-comunistas paralelos; (c) de forma geral, a aumentarem seu alinhamento com o mundo livre; e (d) de forma consistente com suas obrigações e lealdade primária a seus governos locais, estenderem simpatia e apoio ao Governo Nacionalista Chinês como símbolo da resistência política chinesa e como um alo na defesa contra a expansão comunista na Ásia (MCCOY, 2003: 185-186)

Esses objetivos, obviamente, confundiram-se com aqueles da ditadura taiwanesa e, em especial, com as missões da APACL-Taiwan, também comungadas pela APACL como um todo. Finalmente, sem a ajuda de todos os mencionados “amigos americanos” ocultos da APACL não teria sido possível para essa Liga Anticomunista do sudeste asiático ter chegado aonde chegou. Mesmo que publicamente o governo norteamericano nunca tenha adotado uma decidida política de “libertação” das nações e dos povos “cativos” do comunismo, como pleiteavam a APACL e o ABN, esses grupos nunca deixaram de encontra apoio nos EUA. Em um de seus folhetos oficiais, ao remontar sua história, a APACL não deixou de sempre insistir na necessidade da “estrela maior” do “mundo livre” abandonar uma posição defensiva e passar à ofensiva anticomunista.

Assim que *A brief history of the Asian People's Anti-Communist League* elogiara efusivamente a administração Eisenhower, por sua postura decidida contra a “agressão comunista” no sudeste asiático. Segundo esse livreto, “com um reconhecimento de que o período da primeira política europeia se esgotou”, o da administração Truman, os EUA “começam a assumir uma política externa propositiva como a política *roll-back* baseada numa nova visão estratégica como

adotada pela Administração Eisenhower dos Estados Unidos mais do que a adoção formal de uma política passiva para conter a expansão comunista” (x). Com Eisenhower, concluiu a APACL, “se tornou inegável que os Estados Unidos estão dando o tipo de atenção e preocupação para toda região da Ásia” (x). Porém, uma coisa é prometer em campanha eleitoral uma violenta proposta de *rollback communism*, como fizera Eisenhower, outra é, no poder, levar adiante uma estratégia *coldwarrior* que ocasionaria, no limite, a III Guerra Mundial e o holocausto nuclear.

Especificar quais foram os “amigos americanos” ocultos da APACL não significa tratá-la como um “epifenômeno” dos interesses do capital e do imperialismo dos EUA no sudeste asiático. Obviamente que ela os representou, mas não foi apenas isso. Como observa Peter Dale Scott, referindo-se à APACL e às futuras redes anticomunistas que ela conseguiria depois mundializar, atentar para a presença de operadores da CIA, como um Ray Cline ou um Howard Hunt, por detrás dessa Liga Anticomunista não deve, de modo algum, simplificar sua complexidade histórica. A APACL não foi uma “invenção” da CIA ou quejandos, mas o resultado maduro das contrarrevoluções anticomunistas no sudeste asiático. Que contou com “amigos americanos” é a mesma história, mas é parte e não o todo dela. A maturação histórica de uma miríade de revoluções e contrarrevoluções no sudeste asiático constituiu o solo no qual a APACL cresceria. Enfim, deve-se ter em mente que as relações da APACL com a CIA (assim como as do ABN com o MI6, com a CIA e com outros serviços secretos ocidentais) foram extremamente complexas. Scott compreende a APACL “como uma força *offshore* deliberadamente independente, que algumas vezes trabalha com a CIA, que ajudou a lança-la, e que algumas vezes se opõe à CIA, até mesmo de forma agressiva” (SCOTT, 2014: 36). Sua indicação às pesquisas futuras é básica, mas imprescindível: “the truth is more complex” (SCOTT, 2014: 271).

Assim sendo, esses complexos históricos altamente articulados da “Cruzada” anticomunista global da Guerra Fria, se até agora centraram-se na APACL e no ABN, terá no próximo Capítulo mais um fator complicador. Isso porque será acrescido ao complexo APACL/ABN mais um grupo do anticomunismo internacional da Guerra Fria. Apontou-se neste Capítulo que a revista da APACL-Taiwan noticiou, oportunamente, o surgimento de uma organização aliada do outro lado do mundo. Tratou-se da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), um grupo anticomunista que se constituiria como os primeiros “amigos latinoamericanos” não apenas da APACLROC, mas da APACL como um todo. No próximo

Capítulo será analisado como a CIDC passou a interagir não só com a APACL, mas também com o ABN, e como dessa interação complexa do internacionalismo anticomunista, buscou-se criar uma “Internacional Anticomunista”. Essa triangulação APACL-ABN-CIDC “esquentaria” a Guerra Fria e, conectando agentes e redes das contrarrevoluções surgidas na Europa, na Ásia e na América Latina, tentaria criar um novo “Anti-Komintern”, em 1958, no México.

### **CAPÍTULO 3 - A Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC): os Congressos Contra a Intervenção Soviética na América Latina e suas conexões anticomunistas globais (1954-58)**

Foi sinalizada acima uma “aparição” *muy* especial no marco das alianças da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL). Foi visto como o boletim informativo da APACL-Taiwan, em primeira mão, noticiou a realização do II Congresso de uma organização congênere a sua... na América Latina: a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Apesar da enorme distância geográfica entre a Ásia e a América Latina, essas duas organizações pareciam ter nascido uma para outra. Tamanha a afinidade ideológica que a CIDC convidou para o seu II Congresso agendado para ocorrer no Brasil, em 1955, o presidente da APACL-Taiwan: Ku Cheng-kang. Não podendo comparecer pessoalmente, esse dirigente taiwanês da APACL enviou, contudo, uma importante proposta que seria recebida e aprovada pelo II Congresso da CIDC, presidido então pelo almirante brasileiro Carlos Penna Botto: era preciso coordenar esforços “por uma liga mundial anticomunista”! Ou seja, já em 1955, a CIDC e a APACL conectaram-se em um esforço comum de organização do movimento anticomunista internacional. A isso se voltará, um momento-chave deste CAPÍTULO 3.

Antes, sem embargo, é preciso demarcar a expressiva afinidade de objetivos e visões de mundo entre essas duas organizações tão distantes geograficamente, embora irmanadas política e ideologicamente. A CIDC e a APACL não apenas comungaram da mesma ideologia anticomunista, mas ainda por cima foram criadas praticamente ao mesmo tempo. Sincronicidades... A APACL foi criada na Coreia do Sul em junho de 1954, como visto no CAPÍTULO 2. Seus dois “coautores” principais foram Syngman Rhee, o autocrático presidente sul-coreano, e o *generalíssimo* Chiang Kai-shek, ditador militar de Taiwan. Acima de tudo, a APACL foi o produto das contrarrevoluções do Extremo Oriente depois da Revolução Chinesa de 1949, após a Guerra da Coreia (1951-53) e ao fim da I Guerra da Indochina, que dividiu o Vietnã. Reagindo a esses processos, a APACL não foi outra coisa senão “um fruto maduro” da contrarrevolução asiática.

Mas, e a CIDC? Como se verá agora, ela foi o resultado do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina realizado, no México, em maio de 1954. Isto é, um mês

antes do surgimento da APACL. Sincronicidades... Esse Congresso antissoviético – o mesmo que voltaria a se encontrar no Brasil pela segunda vez em 1955 e para o qual Ku Cheng-kang enviara sua proposta “por uma liga mundial anticomunista – era a seu turno “um fruto fresquinho” da contrarrevolução *made in USA* na Guatemala. Obviamente, contando com seus “amigos” guatemaltecos e latinoamericanos. A CIDC, como uma organização “guarda-chuva”, congregou-os todos. Os latinoamericanos publicamente, designados ao trabalho político anticomunista ostensivo. E alguns operadores norte-americanos, cuja ação concentrou-se nos bastidores da CIDC, garantindo seu pontapé inicial no México: o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1954. Este foi realizado, na Cidade do México, entre 27 e 30 de maio. Foi organizado como uma suboperação de propaganda política dentro de uma operação mais ampla elaborada para desferir um golpe de Estado contra o presidente constitucionalmente eleito da Guatemala, Jacobo Arbenz. O presidente Dwight D. Eisenhower autorizou o programa golpista e a CIA o colocou em prática na então designada Operação PBSUCCESS. E, para seus idealizadores, a iniciativa golpista havia sido “um sucesso”. Entraria para os anais da agência de inteligência dos EUA como um “*case* de sucesso”.

Conseguiram com ela derrubar o presidente constitucional do país, colocaram em seu lugar um medíocre e servil coronel do Exército – Castillo Armas, ironizado como “nosso Pancho” nos documentos da CIA – e o mais importante, do ponto de vista estratégico político-econômico: o golpe de Estado contra Arbenz garantiu incólume a taxa de lucros da *United Fruit* que, associada às classes proprietárias da Guatemala, mantiveram o país como o caso exemplar de uma “República de Bananas”. Razões de mercado, de Estado e de classe – eis as matrizes multinacionais do “sucesso” do golpe contra Arbenz. Essa contrarrevolução guatemalteca entreabriu uma quadra histórica na região que, parece, persiste. *1954, o ano que não acabou?* Talvez, mas com certeza sob outras formas históricas. Todavia, de início, basta fixar que o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1954 foi criado pela CIA com seus “amigos” latinoamericanos, entre eles, o almirante brasileiro Penna Botto e sobretudo o anfitrião mexicano e presidente do conclave: Jorge Prieto Laurens. A suboperação da PBSUCCESS que organizou o I Congresso foi designada como KUGOWN, encarregada da missão específica de conferir uma “fachada latinoamericana” a um golpe de Estado *made in USA*. Simples assim. Complexo assim. Essa foi a gênese histórica da CIDC e, por isso, ela surgiu como

“um fruto fresco” da contrarrevolução guatemalteca, às vésperas do lançamento da operação golpista contra Arbenz.

Em 27 de maio de 1954 foi inaugurado o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. Em 27 de junho, Jacobo Arbenz era derrotado pela Operação PBSUCCESS. Essa foi a razão de ser da CIDC, embora formalmente seu nome só tenha sido adotado no ano seguinte, no Brasil, durante o II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. A própria CIDC, inclusive, demarcou em sua periodização oficial o I Congresso de 1954 como a sua gênese. Um congresso organizado nos bastidores pela CIA, via Operação PBSUCCESS/KUGOWN, mas que contou com o mexicano Prieto Laurens como o seu organizador ostensivo para todos os efeitos. O II Congresso da CIDC, como dito e redito, foi realizado em 1955 no Brasil. Foi nele que se aprovou a proposta enviada pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang para que asiáticos e latinoamericanos, irmanados pela mesma causa, reunissem esforços e criassem o quanto antes “uma liga mundial anticomunista”. O III e o IV Congressos da CIDC seriam realizados no Peru em 1957 e na Guatemala em 1958, respectivamente. Todos eles constituem o objeto deste CAPÍTULO 3.

Além da análise do modo pelo qual a partir deles foi viabilizada uma triangulação de redes do anticomunismo global, basicamente, entre a CIDC de Penna Botto e Prieto Laurens, a APACL de Ku Cheng-kang e o ABN de Yaroslav Stetsko. Muito resultaria dessa interação complexa entre organizações e gestores globais do anticomunismo, que também contou com o apoio de certos “amigos americanos” como o *fundraiser* Marvin Liebman e dos dirigentes do *Comité Internacional d’Information et d’Action Sociale* (CIAS), como Alfred Gielen, ex-funcionário sênior do *Anti-Komintern* do *Propagandaministerium* nazista. Eles “ensaiaram” no México, em 1958, publicamente organizados pela CIDC de Prieto Laurens e de Penna Botto, a primeira tentativa de se criar um *Anti-Kominter* na Guerra Fria ou, de acordo com a proposta de Ku Cheng-kang ao II Congresso da CIDC de 1955, “uma liga mundial anticomunista”. Antes de passar a essas conexões anticomunistas globais da CIDC, todavia, é preciso demarcar o solo histórico que lhe deu base e seu primeiro desenvolvimento ideológico e político. Rumo ao golpe de Estado e à contrarrevolução de 1954 na Guatemala, portanto. É por onde se inicia este CAPÍTULO 3.

### 3.1. Guatemala, 1954: a Operação PBSUCCESS da CIA e o golpe de Estado contra Jacobo Arbenz

Pelo adiantado, já é possível sacar uma conclusão inicial: a Guerra Fria propriamente dita não foi nem “fria” e muito menos teve seu início na América Latina como uma *reação* à Revolução Cubana de 1959. O historiador norteamericano Greg Grandin circunscreve precisamente a Guatemala como o primeiro epicentro, entre 1944-54, da Guerra Fria latinoamericana (GRANDIN, 2004: 55). Historicamente, 1944 marcou a vitória da chamada Revolução de Outubro que derrubou a ditadura de Jorge Ubico Castañeda e “sinalizou um dos primeiros e mais duradouros experimentos democráticos na América Latina pós-guerra” (GRANDIN, 2004: 74). Uma insurreição de massas – a Revolução de Outubro de 1944 – retirou do poder o ditador Ubico e conduziu Juan José Arévalo à presidência guatemalteca, iniciando-se um processo de reformas sociais até então reprimido pela ditadura instaurada em 1931. A repressão sistemática de Ubico atingiu todas as forças políticas e sociais que buscavam reformar a estrutura de extração colonial da sociedade guatemalteca. Um exemplo, o Código Penal de Ubico “recomendava a pena de morte para qualquer um considerado culpado pela organização sindical. Ele também editou regulações enganosas de vadiagem que forçaram os pobres rurais, muitos deles índios maias, a trabalhar em projetos de obras públicas” (RABE, 1988: 43). A principal beneficiária econômica da repressão e do terrorismo de Estado de Ubico foi a *United Fruit Company* (UFC), a principal proprietária privada de terras, portos e estradas de ferro na Guatemala. Com matriz nos EUA, em Massachussets, a UFC monopolizou a produção e a exportação de bananas no país desde o século XIX, recebendo da ditadura de Ubico “vastos trechos de terra e generosas concessões fiscais” (RABE, 1988: 45).

A Revolução de Outubro de 1944, além de destituir Ubico do poder ditatorial, sinalizou para reformas que ameaçaram as classes proprietárias locais e seus “sócios maiores” internacionais. “A Constituição de 1945, seguindo uma série de decretos revolucionários iniciais, abrogaram a horrenda lei de vadiagem de 1934 de Ubico – que estipulava que todos os homens sem uma ‘profissão adequada’ ou sem posse legal de terra era obrigado a trabalhar entre 100 a 150 dias em uma *plantation*” (GRANDIN, 2004: 38). Revogou-se também a lei que obrigava os *vadios* a trabalharem duas semanas por ano na “construção e manutenção de estradas da Guatemala” (GRANDIN, 2004: 38). Fruto da Revolução de 1944, a presidência de Arévalo (1945-1951)

impulsionou um conjunto de reformas políticas, econômicas e sociais, entre elas, a reforma da propriedade fundiária e das relações trabalhistas, o incentivo da sindicalização de camponeses e trabalhadores urbanos etc. Embora dentro dos marcos do capitalismo, a plataforma reformista de Arévalo ameaçou diretamente os interesses econômicos da *United Fruit Cia.* (UFC), assumidos pelos EUA como os *seus* interesses estratégicos na Guatemala.

Assim que, durante o governo de Arévalo, a UFC “engajou-se em uma série de turbulentos confrontos com os trabalhadores guatemaltecos, que estavam tentando exercitar seu novo direito à negociação coletiva” (RABE, 1988: 45). Em 1947, Arévalo aprovou o Código de Trabalho de 1947. “Embora ele tenha previsto sua proteção completa somente a empresas de grande escala, o Código marcou um divisor de águas na história republicana da Guatemala”, outorgando, mas também restringindo, “o direito à sindicalização e à greve, protegendo contra demissões sem justa causa, regulamentando a jornada de 48 horas por semana, o trabalho de crianças e mulheres e estabelecendo diretrizes básicas de saúde e segurança para locais de trabalho” (GRANDIN, 2004: 50). Já em 1948, Arévalo registrou a dificuldade enfrentada para implementar suas “reformas de base” diante da *reação* das classes proprietárias locais e de seus “sócios maiores” dos EUA:

Após 1944, nós acreditamos que pudéssemos trabalhar em paz, fazendo o que não pudemos fazer em 125 anos de escravidão. Mas nós estávamos errados. Os *cangrejos*, os caranguejos, que governam o país na sombra...estão tentando derrubar nosso governo eleito pela vontade popular. Nós temos que fazer muito mais para alcançar a libertação econômica e humana do povo. **O socialismo que nos guia é o mesmo que guia todos os governos que administram pelo bem geral. É semelhante ao que Roosevelt fez e os banqueiros o chamavam de comunista** (ARÉVALO *apud* GRANDIN, 2004: 40, grifo meu)

Note-se, pois, que o projeto reformista do presidente guatemalteco era “semelhante” ao de Roosevelt e, tal qual os banqueiros buscaram derrubá-lo nos EUA xingando-o de “comunista”, os *cangrejos* da *United Fruit Cia.* (UFC) também buscaram retirar Arévalo da presidência a qualquer custo. Em 15 de maio de 1950, o representante da UFC em Washington, D.C., Thomas Corcoran, reuniu-se com o “Vice-Secretário Assistente de Negócios Interamericanos, Thomas Mann, para sugerir ações para expulsar o Presidente guatemalteco” (CULLATHER, 1999: 127). Arévalo transferiu a faixa presidencial a outro herdeiro político da Revolução de Outubro de 1944, Jacobo Arbenz Guzmán. Assim que assumiu a presidência, em 15 de março de 1951, Arbenz aprofundou as reformas de Arévalo. Na posse presidencial, “prometeu criar um estado capitalista,



moderno e economicamente independente” (RABE, 1988: 44). Enfatizou que o capital estrangeiro seria bem-vindo no país desde que respeitasse as leis guatemaltecas e não se imiscuísse em política: ““O capital externo será sempre bem-vindo desde que se ajuste às condições locais e permaneça sempre subordinado às leis guatemaltecas, coopere com o desenvolvimento do país e abstenha-se estritamente de intervir na vida política e social da nação”” (ARBENZ *apud* BLUM, 2004: 75).

A UFC não esperou para agir. Buscou “desestabilizar” rapidamente o governo de Arbenz, isto é, promover um golpe de Estado contra o presidente da República. Assim que, em 22 de agosto de 1951, ela buscou aterrorizar seus empregados dizendo que “qualquer aumento nos custos trabalhistas tornaria suas operações na Guatemala não lucrativas e a forçaria a se retirar do país” (CULLATHER, 1999: 127). Contudo, foi a aprovação da Reforma Agrária em 17 de junho de 1952 que acelerou os planos golpistas da UFC. Entre 1952-54, o governo Arbenz distribuiu “1.5 milhões de acres de terras para 100.000 famílias” (RABE, 1988: 44). Sete dias antes da Guatemala aprovar sua Lei de Reforma Agrária, Allen Dulles encontrou-se com Thomas Mann, em 10 de julho de 1952, “para solicitar ao Departamento de Estado aprovação para destituir Arbenz” (CULLATHER, 1999: 128). Além da Reforma Agrária, incomodaram o governo dos EUA e a UFC os projetos de Arbenz de construir um porto, uma rodovia e uma usina hidroelétrica sob controle do Estado para afastar o monopólio do capital norteamericano nesses setores. Entrincheirada dentro do Estado e da economia locais, a UFC monopolizava “praticamente todas as ferrovias na Guatemala”, o “Puerto Barrios, maior porto do Atlântico no país”, “as instalações de telefone e telégrafo” e as exportações de bananas (RABE, 1988: 45).

Em 1952, sob a presidência de Harry S. Truman, o diretor da CIA Walter Bedell Smith desenvolveu o primeiro plano golpista – intitulado Operação PBFORTUNE – no qual “os Estados Unidos iriam armar clandestinamente guatemaltecos anti-Arbenz, utilizando o ditador Anastasio Somoza da Nicarágua como conduíte” (RABE, 1988: 48), bem como os “ditadores Rafael Trujillo da República Dominicana e Marco Pérez Jiménez da Venezuela, ambos anticomunistas de direita” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 102). Embora Truman tivesse autorizado a operação, o secretário de Estado Dean Acheson conseguiu persuadi-lo para que abortasse a PBFORTUNE, de última hora. Todavia, assim que Eisenhower tornou-se presidente, em janeiro de 1953, a Operação PBFORTUNE foi ressuscitada com outro nome: PBSUCCESS. Durante a campanha presidencial, Eisenhower acusara Truman de haver sido muito *soft* com o comunismo. Os irmãos Dulles, que

compuseram a equipe de Eisenhower na presidência – Allen como diretor da CIA e John Foster como secretário de Estado – foram os principais arquitetos do novo programa golpista contra Arbenz. Os Dulles eram favoráveis a uma abordagem anticomunista mais agressiva no geral. Durante a campanha de Eisenhower, por exemplo, “Dulles, o provável Secretário de Estado, disse com confiança ao público que os Republicanos iriam ‘roll back a Cortina de Ferro’ no Leste Europeu” e seu irmão Allen, de forma privada, “informou a sócios que se os comunistas ameaçassem assumir o controle de um país, ele não iria esperar por um convite formal para entrar e fornecer ajuda” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 100).

A *United Fruit Cia.* (UFC) rapidamente buscou contactar os irmãos Dulles, “novamente utilizando Corcoran como emissário”, para lhes sugerir um golpe de Estado contra Arbenz. “Os irmãos Dulles”, segundo Stephen Schlesinger e Stephen Kinzer, “eram receptivos à ideia. O Secretário de Estado já havia aprovado um memorando confidencial que declarava: ‘Não-oficialmente nós podemos apoiar operações contrarrevolucionárias bem organizadas lançadas a partir de países vizinhos, se tal apoio contribuir com seu sucesso’” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 102). O nexos dos irmãos Dulles com a UFC era negocial, inclusive. Eles eram membros de um escritório de advocacia de Wall Street, *Sullivan and Cromwell*, que tinha a UFC como cliente e cujos membros habitualmente integravam a seção da América Latina do Departamento de Estado (RABE, 1988: 27). Em 7 de agosto de 1952, o governo de Arbenz começou a distribuir terras aos camponeses guatemaltecos autorizado pela nova Lei de Reforma Agrária e, em 25 de fevereiro de 1953, “confiscou 234.000 acres de terra da *United Fruit*” (CULLATHER, 1999: 129). Em 29 de março, com um aporte de 64 mil dólares da UFC, a CIA deflagrou uma primeira tentativa de golpe contra a presidência Arbenz, lançada a partir da província de Salamá (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 103). Os rebeldes antigovernistas financiados pela UFC e auxiliados em campo pela CIA “foram rapidamente colocados em julgamento e revelaram o papel da *United Fruit* na conspiração, embora não o da CIA. Seguindo a abortada revolta de Salamá, o governo dos EUA endureceu sua atitude em direção à Guatemala” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 103).

Dez dias antes dessa tentativa de golpe da CIA e da UFC contra Arbenz, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) dos EUA aprovou, em 18 de março de 1953, uma diretriz, a *United States Objectives and Courses with Respect to Latin America*. Essa instrução, transformada na normativa 11 de 1953 do CSN (NSC/11), definiu “uma ‘mudança na área com relação a regimes

nacionalistas e radicais” (CULLATHER, 1999: 129). A NSC/11 identificou como potencial “ameça comunista” a Argentina de Perón, o Brasil de Vargas, o México de Cárdenas, entre outros<sup>105</sup>. A NSC 144/1 foi designada pelo vice-secretário de Estado Walter Bedell Smith – que à época buscava um cargo executivo na *United Fruit Cia.* – como “uma ‘abordagem de espingarda””. A *Operação PBSUCCESS* anti-Arbenz, aprovada em 9 de dezembro de 1953 por Allen Dulles com um orçamento de 3 milhões de dólares, operou sob as diretrizes da NSC 144/1, que definiu a necessidade de *reduzir e eliminar* “a ‘ameça do comunismo interno ou outra subversão anti-EUA’, produzir matérias-primas estratégicas e cooperar na defesa do hemisfério” (RABE, 1988: 32). A NSC 144/1, basicamente, “interpretou os negócios interamericanos unicamente dentro do contexto de luta global com a União Soviética” (RABE, 1988: 31-32) e, de acordo com a nova orientação da política externa de Eisenhower para a América Latina, “o Sistema Interamericano tinha que se tornar uma aliança anticomunista” (RABE, 1988: 42).

“Com a NSC 144/1 como guia, a administração Eisenhower trabalhou para manter o apoio da América Latina na Guerra Fria e para erradicar os comunistas do hemisfério” e, assim, acoplou-se “à sua ‘terna’ campanha rigorosas medidas anticomunistas” (RABE, 1988: 33). A NSC 144/1 de Eisenhower, dessa forma, “fez do anticomunismo o atributo central da política para a América Latina dos Estados Unidos” (RABE, 1988: 40). A NSC 144/1 orientou os EUA a encorajarem “através da consulta, assistência e outros meios disponíveis, ações individuais e coletivas contra atividades subversivas internas por comunistas e outros elementos anti-EUA” (NSC nº 144/1, 1953: 7). A nova diretriz recomendou o aprimoramento das *operações psicológicas* anticomunistas por intermédio dos “Programas Cultural e de Informação dos EUA para os estados latinoamericanos”, “com o objetivo de alertá-los para os perigos do imperialismo soviético e comunista e outras subversões anti-EUA, e convencê-los de que seus próprios interesses requerem uma orientação das políticas latinoamericanas para os nossos objetivos” (NSC nº 144/1, 1953: 8)<sup>106</sup>. (Observe-se que a NSC 11/1 interpretou e combateu o comunismo com a mesma

---

<sup>105</sup> “Os reformistas latino-americanos citados são: Lázaro Cárdenas (1945-50); José Figueres, presidente da Costa Rica (1953-58); Jorge Elíecer Gaitán, líder do Partido Liberal na Colômbia que foi assassinado em 1948; Rómulo Betancourt, líder do Partido da Ação Democrata da Venezuela; Víctor Raul Haya de la Torre, líder do movimento ‘Aprista’ no Peru; Carlos Ibáñez del Campo, presidente do Chile (1952-58); Juan Perón, presidente da Argentina (1946-55); Getúlio Vargas, presidente do Brasil (1950-54); e Ramón Grau San Martín, presidente de Cuba (1944-48)” (RABE, 1988: 184).

<sup>106</sup> “Seus programas cultural e de informação visavam alertar os latinoamericanos ‘para os perigos do imperialismo soviético e comunista e outras subversões anti-EUA’. A Agência de Informação dos EUA gastou por volta de US\$ 5,2

terminologia do ABN e da APACL: o inimigo vermelho era caracterizado como o *imperialismo soviético*. Sincronicidades...).

Ademais, além de patrocinar medidas anticomunistas na América Latina, “a administração Eisenhower tentou armar a região, havendo aceitado os pressupostos inerentes à NSC 56/2 e o programa de ajuda militar desenvolvido pelo governo Truman” (RABE, 1988: 34). O texto da NSC 144/1 era claro no sentido da necessidade de armar e cooptar as Forças Armadas da América Latina, propondo-se “a máxima padronização de equipamento, doutrina, treinamento e organização das forças armadas latino-americanas, junto aos EUA” (NSC nº 144/1, 1953: 5). E a Guatemala de Arbenz tornou-se um alvo prioritário da presidência Eisenhower, sendo objeto de interesse particular de um adendo acrescido em 20 de novembro de 1953 à diretriz NSC 144/1. Nele definiu-se que, na Guatemala, a “expropriação de propriedade americana e a influência comunista” indicavam “a seriedade com a qual os Estados Unidos vêem o curso dos eventos naquela República” (NSC nº 144/1, 1953: 6). Esse adendo à instrução NSC 144/1 foi feito às vésperas da aprovação da PBSUCCESS, em 9 de dezembro, pelo diretor da CIA Allen Dulles.

Pronto. Uma vez aprovado *o que fazer* na Guatemala – um golpe de Estado contra Arbenz para estancar o processo da Revolução de Outubro de 1944 –, *quem fazê-lo?* A CIA, *ok*. Mas quem na Companhia? Allen Dulles foi o chefe executivo da PBSUCCESS. Abaixo dele, coordenando os operativos de Washington, D.C., estavam seus assistentes diretos: o ex-OSS Tracy Barnes e Richard E. Bissel. Foi escolhido como comandante-de-campo Frank Wisner, “subdiretor da CIA para ‘planos’ (i.e., operações)” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 109), o mesmo que chefiara a Operação Rollback na Europa Oriental, como visto no CAPÍTULO 1. A equipe desse messiânico *coldwarrior* passou a se reunir diariamente na Guatemala e convocou para integrá-la “o Coronel Albert Haney, então *chief station* da CIA na Coreia do Sul” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 109), encarregando-o de elaborar um plano de guerra psicológica contra o governo de Arbenz. Feito isso, Tracy Barnes, braço direito de Wisner, “selecionou como chefe político e de propaganda um veterano da CIA, mais tarde famoso no escândalo Watergate, E. Howard Hunt” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 115). Outro *expert* em operações psicológicas foi incorporado

---

milhões por ano produzindo e distribuindo itens como 90.000 caixas de livros anticomunistas para a América Central, tiras de quadrinhos anticomunistas para mais de 300 jornais latinoamericanos e roteiros para vinte e seis rádio-shows em Cuba. (...) Ademais, o Departamento tentou tumultuar o que considerava conferências de frentes comunistas, como festivais de jovens e congressos de estudantes” (RABE, 1988: 33).

ao time de Wisner: John Doherty, codinome George Tranger, encarregado de chefiar a missão na Guatemala. Em coordenação com Hunt e os aliados guatemaltecos alistados na PBSUCCESS, Doherty insistiu em dois pontos básicos: ““(1) intensificar o sentimento anti-governo e anticomunista e criar uma disposição para agir; e (2) criar dissenso, confusão e MEDO no campo inimigo’. Esforços psicológicos deveriam ser direcionados ao ‘coração, estômago e ao fígado (medo)’” (GRANDIN, 2004: 85).

Hunt era igualmente um *expert* em *black operations* que havia operado no México. Ele recrutou para a PBSUCCESS David Atlee Phillips – “um ex-ator que havia trabalhado com a CIA em diversos projetos anteriores” – para montar uma base da Companhia na Flórida, nos EUA, para preparar “uma vasta quantidade de “transmissões de terror” pré-gravadas para o rádio, panfletos e folhetos, todos em espanhol, para disseminação por toda a Guatemala” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 114). Hunt levou à base da CIA na Flórida “três exilados guatemaltecos para serem treinados por Phillips por oito semanas na arte de promover ‘guerra psicológica’ pelo rádio” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 114-15). Hunt criou uma suboperação dentro da PBSUCCESS, a SHERWOOD, encarregada de colocar em funcionamento a estação de rádio *La Voz de la Liberación*, cujas transmissões foram iniciadas em 1º de maio de 1954 em coordenação com os guatemaltecos do Comité de Estudiantes Universitarios Anticomunistas (CEUA). Liderados por Mario Sandoval Alarcón e Lionel Sisniega Otero, esses estudantes da CEUA, “filhos de agricultores de classe média”, “formaram grupos de emigrantes no México, El Salvador e Honduras e organizaram uma campanha internacional de envio de cartas para exigir a soltura de Sandoval após sua prisão (...) e promover a ‘salvação’ da Guatemala como o ‘primeiro passo’, apenas, para a libertação da América Latina do comunismo” (GRANDIN, 2004: 82).

Foi no estabelecimento de suboperações dentro da PBSUCCESS que Hunt coordenou o financiamento e a organização do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. De início, foi previsto que ele deveria ser realizado em abril de 1954 na Cidade do México. Como adiantado, sua missão específica era conferir “cobertura política” à PBSUCCESS e uma “fachada” latinoamericana para “legitimar” o golpe de Estado contra Arbenz. Já adiantado também que o agente de ligação da CIA para organizar o I Congresso foi Jorge Prieto Laurens, um político medíocre no México que, a despeito de sua risível estatura política, foi o homem dos EUA para o trabalho. Prieto Laurens havia assegurado algum patrocínio financeiro “de cidadãos e empresários

privados do México, El Salvador e Honduras”, e a CIA o apoio na retaguarda (BURKE, 2018: 25). “A mando do agente E. Howard Hunt da CIA, esta prometeu U\$ 25.000,00 para ‘arcar com as despesas totais’ da primeira conferência, realizada na Cidade do México em 1954, assim proporcionando a Prieto Laurens e àqueles em torno dele uma plataforma da qual eles poderiam denunciar o governo de Arbenz” (BURKE, 2018: 25).

Um documento da CIA, de 22 de fevereiro de 1954, originário de “LINCOLN” – codinome da base montada para o golpe no Aeroporto Opa-locka em Miami, Flórida – registrou as tratativas da organização do que viria a ser o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. O documento da CIA foi assinado por “JEROME C. DUNBAR”, codinome do coronel Albert Haney, e apresentou no cabeçalho o criptônimo da suboperação de propaganda política do programa PBSUCCESS, qual seja, KUGOWN. Seu assunto geral foi rubricado com o título “KUGOWN-PBSUCCESS” e seu assunto específico detalhou o tema: “Conferência do Hemisfério no México, Abril, 1954. (Congreso de los Vencedores del Comunismo)” (CIA, 1954d: 1). Como logo se verá, tanto a data quanto o nome do congresso mudariam. Não seria chamado *Congreso de los Vencedores del Comunismo* e seria realizado não em abril mas em maio de 1954. Apesar desses ajustes, o documento da CIA já definira a ligação da PBSUCCESS/KUGOWN com Prieto Laurens – e sua Frente Popular Anticomunista do México (FPAM), codinome “RNSHIELD” – e com os exilados guatemaltecos no México, cujo grupo recebeu o criptônimo “LIONIZER”:

A referência propõe um congresso do hemisfério a ser realizado na Cidade do México começando em 15 de abril de 1954 sob os auspícios conjuntos de RNSHIELD e [ ] com a participação ativa do grupo LIONIZER. **O propósito declarado do congresso seria perpetuar esforços privados para promover os objetivos anticomunistas da Conferência de Ministros Exteriores de Caracas. O propósito secreto do congresso seria estabelecer um comitê no hemisfério para a libertação da Guatemala, que poderia ser utilizado como um veículo de propaganda contínua** (CIA, 1954d: 1, grifo meu)

Claramente, pois, a CIA e seus “amigos” mexicanos e guatemaltecos organizariam um *Congreso de los Vencedores del Comunismo* para buscando criar um “comitê no hemisfério para a libertação da Guatemala, que poderia ser utilizado como veículo de propaganda contínua” que serviria também para reforçar a posição dos EUA na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) pré-agendada para ocorrer na Venezuela em março de 1954. Nessa IX Conferência Interamericana, o governo dos EUA buscou que os países membros da OEA

reconhecessem o governo de Arbenz como fruto de uma “intervenção soviética” na Guatemala e, assim, nas Américas. Por meio do Secretário de Estado John Foster Dulles, os EUA tentaram ativar o Artigo 6º do Tratado do Rio de 1947, o que permitiria “à OAS entrar em ação se dois terços dos estados-membros concordassem que a independência política de outro membro fora ameaçada por ‘uma agressão que não foi um ataque armado’” (RABE, 1988: 49). Foster Dulles buscou com isso “estender a ‘Doutrina Monroe para incluir o conceito de criminalização das ideologias estrangeiras nas Repúblicas Americanas’. Ao expandir a definição da Doutrina Monroe, a administração de Eisenhower também esperava provar aos latino-americanos que o nacionalismo e comunismo não se misturavam” (RABE, 1988: 50).

Em 13 de março, alinhando-se aos EUA, a OEA reconheceu e condenou, por 17 votos a 1, a “ameaça comunista” na Guatemala e, assim, os EUA conseguiram “estabelecer a autoridade jurídica para defender a Operation Success diante de protestos antecipados. Como o Presidente Eisenhower mais tarde colocou em suas memórias: ‘essa resolução formou um estatuto para o contra-ataque anticomunista que se seguiu’” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 143). Essa Resolução de Caracas da OEA conendando a “ameaça comunista” na Guatemala, comemorou Dulles, serviu para “‘tornar outras coisas mais naturais’” (RABE, 1988: 54). Como caracteriza Stephen G. Rabe, a Declaração de Caracas de 28 de março de 1954 foi, basicamente, “um manifesto anticomunista” (RABE, 1988: 42).

Ao defender que a Guatemala de Arbenz era fruto, não da Revolução de Outubro de 1944, mas da “intervenção” do “comunismo internacional”, os EUA “queriam que os latino-americanos não apenas ‘regulassem’ as viagens de comunistas, mas que a ‘impedissem’. Os detalhes legais sobre pessoas suspeitas de atos subversivos ou a prova de intenções criminosas eram irrelevantes; ‘é nossa posição que qualquer pessoa viajando no interesse do comunismo é de fato parte de todo o programa subversivo do comunismo internacional’” (RABE, 1988: 50). Isto é, já se buscava o estabelecimento de um plano hemisférico de vigilância e monitoramento de “subversivos” alegadamente a serviço do “comunismo internacional”. O *Manifesto Anticomunista* da OEA de 1954 apresentou um nome pomposo, “Declaração de Solidariedade para a Preservação da Integridade Política dos Estados Americanos contra o Comunismo Internacional”, e a seguinte redação:

***Considerando que: As Repúblicas americanas na IX Conferência Internacional dos Estados Americanos declararam que o comunismo internacional, por sua natureza***

**antidemocrática e sua tendência intervencionista, é incompatível com o conceito de liberdade americana e resolveram adotar dentro de seus respectivos territórios as medidas necessárias para erradicar e impedir atividades subversivas;** A IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores reconheceu que, além das medidas internas adequadas em cada Estado, **um alto grau de cooperação internacional é exigido para erradicar o perigo que as atividades subversivas do comunismo internacional apresentam para os Estados Americanos;** e o caráter agressivo do movimento comunista internacional continua a constituir, no contexto nas relações mundiais, uma ameaça especial e imediata para instituições nacionais e à paz e segurança dos Estados Americanos, e ao direito de cada Estado de desenvolver sua vida cultural, política e econômica livremente e naturalmente sem intervenção em seus assuntos internos ou externos por outros Estados. A X Conferência Interamericana: i) *Condena:* As atividades do movimento comunista internacional por constituir intervenção nos assuntos americanos; *Expressa:* A determinação dos Estados Americanos de tomar as medidas necessárias para proteger sua independência política contra a intervenção do comunismo internacional, atuando nos interesses de um despotismo estrangeiro; *Reitera:* A fé dos povos da América no exercício efetivo da democracia representativa como o melhor meio para promover seu progresso político e social; e *Declara:* Que a dominação ou controle das instituições políticas de qualquer Estado Americano pelo movimento comunista internacional, estendendo a esse hemisfério o sistema político de um poder extracontinental, constituiria uma ameaça à soberania e independência política dos Estados Americanos, colocando em risco a paz da América, e demandaria a convocação para uma reunião de consulta para considerar a adoção de ação apropriada de acordo com os tratados existentes. ii) *Recomenda:* Que, sem prejuízo de outras medidas que eles possam considerar desejáveis, seja dada atenção especial por cada um dos governos americanos para os seguintes passos para o propósito de **se contrapor às atividades subversivas do movimento comunista internacional dentro de suas respectivas jurisdições: 1. Medidas para requisitar a divulgação de identidade, atividades e fontes ou fundos daqueles que estejam espalhando propaganda do movimento comunista internacional, ou de quem viaje nos interesses daquele movimento e daqueles que agem como seus agentes ou em seu nome; e 2. O intercâmbio de informações entre governos para ajudar a cumprir o propósito das resoluções adotadas pelas Conferências Interamericanas e Reuniões dos Ministros de Relações Exteriores concernentes ao comunismo internacional.** iii) Essa declaração de política externa feita pelas Repúblicas americanas com relação aos perigos originados fora desse hemisfério é destinada a proteger e não a prejudicar o direito inalienável de cada Estado Americano de livremente escolher sua própria forma de governo e sistema econômico e de viver sua própria vida social e cultural (XI CONFERÊNCIA, OEA, 1954: 8-9, grifo meu)

Com essa declaração da OEA, os EUA conseguiram a cobertura jurídico-diplomática perfeita para tornar “mais naturais” os preparativos do golpe de Estado contra Arbenz. Apesar de sua vitória, Foster Dulles foi obrigado a ouvir uma contradita em Caracas. Guillermo Toriello, um veterano da Revolução de Outubro de 1944, à época ministro das Relações Exteriores de Arbenz, esclareceu à OEA que a verdadeira “ameaça” à Guatemala não era o “comunismo internacional”. “Em um discurso entusiasmado, Toriello asseverou que a questão era a *United Fruit*, não o comunismo” (RABE, 1988: 51). Acusou os EUA de buscarem restaurar a política do *Big Stick* e a diplomacia do dólar, caracterizando a *Declaração* “sugerida” por Dulles como “um exemplo de



‘internacionalismo do Macarthismo’” (IMMERMAN, 1990: 148, grifo meu). O ministro de Arbenz Torriello denunciou, então, que:

**[O] Panamericanismo se tornaria um instrumento exclusivamente a serviço de interesses monopolistas e uma arma de coerção para estrangular qualquer tentativa de libertação política e econômica dos povos oprimidos da América Latina.** Eles [os Estados Unidos] queriam encontrar um recurso pronto para manter a dependência das Repúblicas Americanas e suprimir os desejos legítimos de seus povos, **catalogando como ‘comunismo’ qualquer manifestação de nacionalismo ou independência econômica, e desejo por progresso social, curiosidade intelectual e qualquer interesse em reformas progressistas ou liberais.** Qualquer nação que expresse esses desejos será acusada de ser uma ameaça à segurança continental e de violar a solidariedade continental (TORIELLO *apud* IMMERMAN, 1990: 148, grifo meu)

Essa denúncia de Toriello foi feita no dia 5 de março de 1954 como resposta à intervenção de Dulles do dia anterior. Ninguém lhe ouviu e uma subserviente OEA ao plano golpista dos EUA para a Guatemala aprovou a já citada *Declaração de Caracas*, que à Operação PBSUCCESS da CIA serviu como “um “disfarce diplomático e uma ferramenta de propaganda” (RABE, 1988: 54). Um trunfo rapidamente aproveitado pelos operadores do golpe contra Arbenz. “A *U.S. Information Agency* [USIA] produziu um filme-documentário sobre a conferência e o distribuiu por toda a América Latina. O Secretário Dulles proclamou publicamente que a Doutrina Monroe havia se tornado um pacto multilateral. O Presidente Eisenhower aplaudiu a resolução, afirmando (...) que a resolução justificou o apoio militar dos EUA para guatemaltecos anticomunistas” (RABE, 1988: 51). A USIA “começou a incluir artigos anônimos em jornais estrangeiros, rotulando funcionários guatemaltecos em particular como comunistas e referindo-se a várias ações do governo da Guatemala como tendo ‘inspiração comunista’” (BLUM, 2004: 77).

A PBSUCCESS, assim, estava a pleno vapor, operando secretamente em inúmeras frentes. Uma delas, como dito, foi aquela que engajou e dirigiu os guatemaltecos do *Comité de Estudiantes Universitarios Anticomunistas* (CEUA) de Mario Sandoval Alarcón e Lionel Sisniega Otero. A CEUA, “armada com treinamento e equipamento dos EUA”, caracterizou-se por um agressivo anticomunismo e por seu perfil ultracatólico, defendendo que “‘o comunismo ateu e a cristandade eram duas filosofias em conflito’. A escolha era absoluta: ‘escravidão do homem dentro de um sistema totalitário’ ou ‘democracia’” (GRANDIN, 2004: 82). Os membros da CEUA engajaram-se em “uma campanha de escalada do terrorismo que incluía sabotagem, bombardeios e propaganda que eles esperavam que inspiraria ‘as pessoas a pegarem em armas, para punir os responsáveis e erradicar o comunismo total e definitivamente’ e que os encheria de ‘uma grande

febre patriótica e um grande espírito de luta” (GRANDIN, 2004: 82-83). A CEUA foi criada e mobilizada como um plantel de “soldados de infantaria da Operação PBSUCCESS” (GRANDIN, 2004: 84)<sup>107</sup>.



**Figura 76.** “Lionel Sisniega Otero and Mario López Villatoro broadcasting for Radio de Liberación, Chiquimula, 1954. Photograph by Alejandro Guzmán”. FONTE: FOTOTECA GUATEMALA, CENTRO DE INVESTIGACIONES REGIONALES DE MESOAMÉRICA (CIRMA).

A CIA também encontrou outros aliados guatemaltecos na hierarquia da Igreja Católica, contactando o arcebispo da Guatemala Mariano Rossell Arellano a partir de “Francis Cardinal Spellman de Nova Iorque, um prelado anticomunista, um homem que temia mais a mudança social do que temia Deus” (BLUM, 2004: 77). Rossell Arellano era um inimigo declarado da Revolução de Outubro de 1944 e, especialmente, da Lei de Reforma Agrária de Arbenz. “O prelado culpava o Iluminismo pela brutalidade da Segunda Guerra Mundial e não via a vitória dos Aliados como uma chance de consolidar a democracia, mas antes como um arauto do ímpio ‘materialismo’”

---

<sup>107</sup> Sob a coordenação do agente de campo da CIA George Tranger (criptônimo de John Doherty), os estudantes do CEUA “postaram notícias falsas do funeral de Arbenz (...) e colaram adesivos que diziam ‘Um comunista mora aqui’ nas portas dos apoiadores de Arbenz. Eles enviaram ‘black letters’ em nome de uma falsa ‘Organização do Militante Ateu’ para suscitar medo nos católicos e espalhar rumores de que o governo estaria prestes a confiscar contas bancárias, coletivizar todas as plantations e banir a Semana Santa. Eles circularam os escritos do Arcebispo, incluindo sua convocação à insurreição de abril de 1954” (GRANDIN, 2004: 85).

(GRANDIN, 2004: 78). Para Rossell Arellano, “simpático ao fascismo, embora não confiasse em seu apelo para a ação política em massa” (GRANDIN, 2004: 79), “a Revolução Francesa libertou uma ‘crescente maré do mal’ e introduziu ‘liberdade sem consciência’ e o ‘capitalismo opressor’ sem ‘Deus e sem coração’” (GRANDIN, 2004: 78). Congregou anticomunismo e antiliberalismo, assim, como um típico reacionário ultracatólico: “O ódio do liberalismo pela Igreja não se baseava tanto na oposição às suas doutrinas teológicas, mas no papel da Igreja como protetora dos índios e um dique contra a ganância daqueles que desejavam explorar o camponês” (ROSSEL ARELLANO *apud* GRANDIN, 2004: 79).

A PBSUCCESS não poderia encontrar um *asset* mais disposto a cooperar como o arcebispo que, em conexão com o CEUA, publicou, em 9 de abril de 1954, “uma carta pastoral convocando uma cruzada nacional contra o comunismo” (CULLATHER, 1999: 130). A mensagem “foi lida nas igrejas católicas guatemaltecas chamando a atenção das congregações para a presença no país de um demônio chamado comunismo e exigindo que as pessoas ‘se levantassem como um só homem contra esse inimigo de Deus e do país’ ou que ao menos não se manifestassem em defesa de Arbenz” (BLUM, 2004: 77). Assim que já estavam definidos e em operação os colaboradores guatemaltecos da PBSUCCESS: os “contrainsurgentes insurgentes – católicos radicais, soldados de classe média com aspirações sociais, estudantantes anticomunistas” (GRANDIN, 2004: 10-11). Faltava então encontrar um substituto ao presidente Arbenz. “Antes que a CIA pudesse progredir para o seu planejamento final, ela teria que recrutar mais um ator-chave: um guatemalteco exilado para liderar as forças de ‘Libertação’” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 119). A *United Fruit Cia.* (UFC), e por intermédio de Thomas Corcoran, buscou assegurar os interesses da companhia junto à CIA em um cenário pós-Arbenz. “A certa altura, durante as preparações para a invasão, um funcionário da *United Fruit* – possivelmente Corcoran – encontrou-se privadamente com Allen Dulles para discutir o *status* das propriedades da *United Fruit* após a queda de Arbenz” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 120).

O diretor da CIA Allen Dulles garantiu à UFC que, não importa quem fosse indicado pelos EUA para usurpar a presidência pós-Arbenz, “o próximo líder da Guatemala não terá permissão para nacionalizar ou de qualquer forma prejudicar as operações da companhia” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 120). O primeiro exilado guatemalteco “abordado pela CIA, juntamente com a Fruit Company, foi o General Miguel Fuentes, um ex-oficial da ditadura de

Ubico que havia ganhado algum renome como um político irritadiço e corrupto de direita, com um trajeto conservador modesto e alguma habilidade de liderança” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 120). Ydígoras Fuentes, porém, “tinha uma reputação de oportunista e uma queda para a repressão militar”, responsável por “inúmeros massacres enquanto oficial de Ubico” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 120). “Ele também havia aplicado energicamente as leis de ‘vadiagem’ exigindo que os indígenas trabalhassem pelo menos 150 dias por ano para proprietários de terra locais e até mesmo executando camponeses que cruzavam as fronteiras do México para vender suas cestas artesanais” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 120). Ydígoras Fuentes fora descartado, segundo o operador da CIA Howard Hunt, por ser “um ‘reacionário de direita’” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 121). Mas até mesmo ele sentiu-se ofendido com a proposta feita pela CIA e pela UFC:

‘Um ex-executivo da *United Fruit Company*, atualmente aposentado, Mr. Walter Turnbull, veio me ver’, Ydígoras depois escreveu em sua autobiografia *Minha Guerra contra o Comunismo*, acompanhado por ‘dois senhores que ele introduziu como sendo agentes da CIA’. ‘Entre outras coisas’, ele recordou, ‘Eu deveria prometer favorecer a *United Fruit Company* e a *International Railways* da América Central’; destruir o sindicato dos ferroviários; (...) [e] estabelecer um braço-forte do governo, no estilo de Ubico’ (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 120-121)

Não se sabe se diante da recusa de Ydígoras Fuentes ou se do “descarte” de seu nome feito pela CIA, o fato é que outro “candidato” à presidente da Guatemala pós-Arbenz foi buscado: “um advogado guatemalteco e cafeicultor chamado Juan Córdova Cerna” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 121). Cerna, além de ser o “candidato” predileto do lobista da UFC Thomas Corcoran, também era o preferido de Hunt. Depois da Revolução de Outubro, Cerna servira brevemente como ministro da Justiça sob a junta interina que regeu a Guatemala entre 1944-1945. Hunt considerou Cerna “‘um distinto e respeitável jurista’ porque favorecia um exílio civil em oposição a um tipo militar como Ydígoras” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 122). Contudo, Cerna estava doente e foi obrigado a recusar a proposta da CIA, não sem antes indicar “seu amigo Coronel Castillo Armas” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 121). Hunt recordaria que Castillo Armas “‘tinha aquele bom olhar indígena sobre ele. Ele parecia um indígena, o que era bom para o povo’” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 122).

Essa “vantagem” que o operador da CIA enxergara em Castillo Armas era justamente uma das “desvantagens” de Ydígoras Fuentes, praticamente um “nobre espanhol”. “Ele comentou

sobre Ydígoras: ‘você não unifica um país feito de mestiços com um Don espanhol’” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 121). Outra “vantagem” apresentada por Castillo Armas à CIA foi o fato dele ser um militar, que havia treinado “no Forte Leavenworth nos Estados Unidos, onde ele fez muitos amigos dentro das Forças Armadas americanas” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 122-123). “Os ‘paramilitares’ gostavam de Castillo Armas porque ele era um comandante militar. Uma vez que a invasão seria anunciada como uma operação militar, eles argumentaram, um conhecido líder militar acrescentaria credibilidade à ficção de que a Operação Success era um simples levante doméstico ” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 122). Foi assim que o coronel Castillo Armas – a quem a CIA atribuiu o codinome “PANCHO” na PBSUCCESS – foi escolhido para cumprir o papel de “Libertador” da Guatemala.

Os EUA colocaram uma frota de aviões e pilotos à disposição dos “rebeldes” do coronel “PANCHO”. E de onde vieram? Os aviões e os pilotos chegaram à Guatemala vindos do Extremo Oriente, onde haviam se engajado na Operação Paper, como visto no CAPÍTULO 2, uma tentativa de invadir a província chinesa de Yunnan feita pela CIA e por tropas remanescentes do Kuomintang em Burma (atual Birmânia). Desse modo, a pequena “Força Aérea” enviada à Guatemala era a Civil Air Transport Company (CAT), uma *joint venture* da CIA com o KMT do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, utilizada tanto na Operação Paper quanto Operação PBSUCCESS. Nota-se, pois, uma coincidência ao menos entre esses operadores da contrarrevolução chinesa com os da contrarrevolução guatemalteca. Sincronicidades... A presença da CAT na Operação Paper e na Operação PBSUCCESS, portanto, demonstra o caráter global das contrarrevoluções capitalistas do século XX fomentadas pelos EUA em geral e pela CIA em particular. Whiting Willauer, cofundador da CAT e colaborador da CIA, servindo como embaixador dos EUA em Honduras, escreveu a seu ex-chefe, “o antigo diretor do Flying Tigers, General Claire Chennault”: “‘Eu estou literalmente trabalhando dia e noite no problema [da Guatemala]’”; e “um participante ironicamente sugeriu que diversos dos pilotos de Castillo Armas poderiam provavelmente falar chinês pois eles eram recém-chegados das lutas contra a revolução chinesa” (SCHLESINGER; KINZER, 1999: 140)<sup>108</sup>. Outro agente da Operação Paper que buscou

---

<sup>108</sup> Recorde-se do CAPÍTULO 2 que a Operação Paper originou-se do Plano Chennault, arquitetado por esse ex-diretor da Flying Tigers tornado lobista do generalíssimo Chiang em Washington, D.C. Relembre-se também que tanto a Operação Paper quanto as futuras atividades da CAT (CIA/KMT) estiveram envolvidas com tráfico de drogas e armas no Triângulo Dourado. Esses narcovínculos estenderam-se à APACL-Taiwan e a seu presidente Ku Cheng-kang.

reverter a vitória da Revolução Chinesa, o ex-OSS Paul Helliwell, “também trabalhou nas operações da CIA na América Central já em 1953-54. Naqueles dias, o alvo era a Guatemala e seu governo” (SCOTT, 2014: 145).

A “boa” e velha equipe da Operação Paper esteve em peso na PBSUCCESS, portanto. E, com gente de tanta “qualidade” envolvida, como não ser bem-sucedido o golpe de 1954 contra Arbenz, a vitória da contrarrevolução guatemalteca? Aqui não é possível esgotar a cronologia da derrubada de Arbenz pelo programa PBSUCCESS e sua miríade de suboperações, embora seja oportuno enumerar seus principais movimentos. No começo de abril foi lançada a suboperação WASHTUB, “um plano para plantar um depósito falso de armas soviéticas na Nicarágua” (CULLATHER, 1999: 130)<sup>109</sup>. Em 20 de abril, “graduaram-se” 30 líderes golpistas em um programa de treinamento paramilitar nos EUA. Em 1º de maio, iniciaram-se as transmissões radiofônicas da estação *La Voz de la Liberación*, organizadas pela suboperação SHERWOOD. Em 24 de maio, outra suboperação, a HARDBROCK BAKER, foi lançada pela Marinha dos EUA, iniciando-se o bloqueio marítimo total da Guatemala. Entre 27 e 30 de maio, por intermédio da suboperação KUGOWN, **“a CIA secretamente financiou um ‘Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina’ na Cidade do México”** (BLUM, 2004: 77, grifo meu).

Em 29 de maio, o governo de Arbenz conseguiu prender alguns agentes de Castillo Armas e, em 31 de maio, Arbenz tentou entrevistar-se com Eisenhower “para reduzir tensões” (CULLATHER, 1999: 131). Buscando responder à escalada golpista com uma mobilização popular armada, em 8 de junho, “Víctor Manuel Gutiérrez, secretário geral da federação sindical da Guatemala, realiza uma reunião especial de sindicatos agrícolas e trabalhistas para instá-los a se mobilizarem em defesa própria” (CULLATHER, 1999: 131). No dia 15 de junho, a Operação PBSUCCESS lançou suas equipes de sabotagem na Guatemala e deu aval à marcha das forças de invasão de Castillo Armas. No dia 18 de junho, no dia em que Arbenz realizava um comício de massas na estação ferroviária, “perturbado por aviões da CIA”, finalmente “Castillo Armas cruza a fronteira” (CULLATHER, 1999: 132):

Ao longo da semana seguinte, os ataques aéreos continuaram diariamente metralhando ou bombardeando portos, tanques de combustível, depósitos de munição, quartéis militares, aeroportos internacionais, uma escola e várias cidades. Nove pessoas, incluindo uma menina de nove anos de idade, foram reportadas como feridas; um número

---

<sup>109</sup> “Em 19 de fevereiro, eles plantaram na costa da Nicarágua um depósito de armas feitas na União Soviética, para ser ‘descoberto’ semanas depois por pescadores a soldo de Somoza” (BLUM, 2004: 57).

desconhecido de casas foi queimado por explosivos incendiários. **Durante um ataque noturno, uma gravação de ataque a bomba foi transmitida pelos alto-falantes colocados no teto da Embaixada dos EUA para aumentar a ansiedade dos residentes da capital. Quando Arbenz foi ao ar para tentar tranquilizar a opinião pública, a equipe de rádio da CIA bloqueou a transmissão (...)** O propósito primário dos bombardeios e das diversas formas de desinformação era fazer parecer que as defesas militares eram desintegradas, que a resistência era fútil, de modo a provocar confusão e divisão nas Forças Armadas da Guatemala e fazer com que alguns elementos se voltassem contra Arbenz. **A guerra psicológica conduzida pelo rádio foi dirigida por E. Howard Hunt, posteriormente famoso por Watergate, e David Atlee Phillips**<sup>110</sup> (BLUM, 2004: 78, grifo meu)

Entre 21 e 22 de junho, o ministro das Relações Exteriores de Arbenz, Guillermo Toriello, apelou à ONU para que ajudasse a Guatemala diante da iminência do golpe de Estado. O embaixador dos EUA na ONU Henry Cabot Lodge tentou impedir que o Conselho de Segurança discutisse “uma resolução para enviar uma equipe de investigação à Guatemala, caracterizando os apelos de Toriello como manobras comunistas” (BLUM, 2004: 79). Embora o Conselho de Segurança da ONU reunira-se para discutir a questão apresentada por Toriello, sob ingerência de Lodge, “a resolução foi derrotada” (BLUM, 2004: 79). “Pressionado contra a parede, Arbenz fez uma tentativa de armar apoiadores civis para lutarem pelo governo, mas oficiais do Exército impediram a distribuição de armas” (BLUM, 2004: 80). No dia 27 de junho, depois de receber um *ultimatum* de um grupo de oficiais do Exército guatemalteco, Arbenz finalmente capitulou. A CIA e o embaixador dos EUA na Guatemala John E. Peurifoy – um dos operativos de “alto nível” da PBSUCCESS que se congoçou com os golpistas ainda na tarde do dia 27 – fizeram “pagamentos a oficiais para que desertassem e um comandante do Exército supostamente aceitou U\$ 60.000 para abandonar suas tropas” (BLUM, 2004: 80).

Enfim, diante da derrubada de Arbenz em 27 de junho e depois de uma Junta assumir provisoriamente o poder, o coronel Castillo Armas foi entronizado como presidente da República da Guatemala em 1º de setembro. A Operação PBSUCCESS foi, de fato, um sucesso golpista. A única “condenação internacional” com alguma repercussão que o golpe contra Arbenz recebeu veio do renomado pintor mexicano Diego Rivera. Ele pintou a coalizão golpista em um mural intitulado *Gloriosa Victoria* (1954), amplamente reproduzido pela imprensa mexicana.

---

<sup>110</sup> William Blum observa que, quando Phillips “aposentou-se da CIA em meados dos anos 1970, ele fundou a Associação de Agentes de Inteligência Aposentados, uma organização formada para se contrapor à avalanche de publicidade desfavorável que se alastrou contra a Agência à época” (BLUM, 2004: 79).



**Figura 77.** Gloriosa Victoria (1954) é o mural-testemunho de Diego Rivera contra o golpe de Estado *made in USA* na Guatemala de Jacob Arbenz e da Revolução Democrática de 1944. Rivera reuniu com sua pena toda a clique golpista que trabalhou no Programa PBSSUCCES, desde os operadores norte-americanos – o presidente D. W. Eisenhower transformado em bomba, os irmãos Allen e John Foster Dulles e o embaixador na Guatemala John Peurifoy –, incluindo ainda o coronel e o bispo golpistas guatemaltecos, respectivamente, Castillo Armas (apelidado “Pancho” pela CIA) e Mariano Rossell Arellano. FONTE: WIKIPÉDIA.

No centro do mural, retratou o secretário de Estado norteamericano Foster Dulles, que cumprimenta com a mão direita um submisso coronel Castillo Armas com um maço de dólares no bolso e com sua tradicional pistola à mostra na cintura. A mão esquerda de Foster Dulles agarra uma bomba sobre os corpos de crianças e adultos guatemaltecos mortos. Observa-se no projétil assassino o rosto sorridente do presidente Eisenhower. Ao pé do ouvido direito de Foster Dulles, seu irmão e diretor da CIA Allen Dulles sussura algo, munido com uma bolsa cheia de dólares, apoiando-se com a mão direita em uma cadeira sobre a qual se encontra um cacho de bananas pronto para exportação com a rubrica *Made in USA*. Evidente referência à vinculação de Allen Dulles à *United Fruit Cia.* À esquerda de Foster Dulles, o embaixador dos EUA na Guatemala Peurifoy distribui dólares a militares guatemaltecos receptivos ao suborno.

A clique golpista completa-se, no mural de Rivera, com a benção concedida pelo arcebispo guatemalteco Mariano Rossell Arellano. À direita dos golpistas, um militar fortemente armado “guarda” a cena, com prisioneiros abatidos em seus pés, garantindo a continuidade atrás dele do trabalho de indígenas que transportam bananas em direção a um navio atracado com a



bandeira dos EUA. À esquerda dos golpistas, Rivera retratou o povo guatemalteco, em parte abatido, mas em parte insurreto, com homens e mulheres com facões e metralhadoras em punho, indicando a luta e a resistência populares. Atrás desses, empunhando a bandeira da Guatemala, um grupo de crianças atrás de grades assistem à cena toda, que se completa com enormes bananeiras detrás de todos. A *Gloriosa Victoria* de Rivera conferiu a representação estética definitiva do golpe de Estado contra Arbenz e daqueles responsáveis por manter a Guatemala como o caso típico de uma “República de Banana” militarizada e subordinada aos monopólios capitalistas e ao governo dos EUA. *Gloriosa Victoria* repôs esteticamente o *Quem-é-quem* da Operação PBSUCCESS, de maneira que historiador nenhum poderia fazê-lo.



**Figura 78.** Diego Rivera e Frida Kahlo, pintores mexicanos, protestam contra o golpe de Estado de 1954 contra o presidente Jacobo Arbenz da Guatemala. De pé, à esquerda, Rivera, com a mão esquerda no ombro de Frida Kahlo, sentada e empunhando um estandarte representando uma pomba branca com a inscrição “Por la Paz”. FONTE: WIKIPÉDIA.

Embora os golpistas tenham se incomodado com alguma repercussão internacional recebida pelo mural de Rivera (CULLATHER, 1999: 112), os agentes da PBSUCCESS conseguiram desenvolver uma bem-sucedida campanha de propaganda para legitimar a derrubada

de Arbenz e a entronização de Castillo Armas no poder. “Apenas nas semanas anteriores à queda de Arbenz, mais de 200 artigos sobre a Guatemala foram escritos e publicados em muitos jornais latino-americanos” (BLUM, 2004: 77). “Empregando um método que se tornaria um padrão característico CIA/USIA por toda a América Latina e em toda parte”, observa William Blum, “artigos plantados em um país eram selecionados por jornais em outros países, tanto como resultado dos pagamentos da CIA quanto involuntariamente, por ser a história de interesse” (BLUM, 2004: 77). Difundindo a versão de que os “rebeldes” de Castillo Armas levantaram-se contra o governo “comunista” de Arbenz, a USIA distribuiu “mais de 100.000 cópias de um panfleto intitulado ‘Cronologia do Comunismo na Guatemala’ por todo o hemisfério, bem como 27.000 cópias de tirinhas e pôsteres anticomunistas”, além de ter produzido “três filmes sobre a Guatemala, com conteúdo previsível, e cinejornais favoráveis aos Estados Unidos para exibição gratuita nos cinemas” (BLUM, 2004: 77).

No campo da propaganda política e da guerra psicológica pós-golpe, a CIA ainda desenvolveu uma última suboperação da PBSUCCESS, a PBHISTORY, um projeto que reuniu e analisou documentos do governo de Arbenz para incriminá-lo como sendo comunista. Antes da vitória golpista de 27 de junho, o secretário de Estado Foster Dulles admitira ao embaixador brasileiro, em 11 de maio, que “seria ‘impossível produzir evidência que claramente ligasse o governo da Guatemala a Moscou; que a decisão deve ser política e baseada em nossa profunda convicção que tal ligação existe” (RABE, 1988: 57). Logo depois da vitória do golpe, entre 4 e 17 de julho, “a equipe de recuperação de documentos da CIA, PBHISTORY, recolhe 150.000 documentos relacionados ao comunismo na Cidade da Guatemala” (CULLATHER, 1999: 132).

O “cérebro” da PBHISTORY foi também o comandante da PBSUCCESS, o messiânico *coldwarrior* Frank Wisner, que insistiu na necessidade de explorar a vitória do golpe contra Arbenz como um “*case de sucesso*” anticomunista para toda a América Latina. Wisner vislumbrou nessa oportunidade “uma chance de expor as maquinações soviéticas por todo o hemisfério”, ordenando que a CIA vasculhasse todo material deixado pelo governo Arbenz: documentos, possíveis comunistas desertores e outras brechas para propaganda. “Wisner tentou confiscar o que pôde” (CULLATHER, 1999: 106), enviando dois oficiais da CIA à Guatemala, “a fim de fazer um ‘*snatch job* sobre os documentos enquanto o melão tinha acabado de ser aberto’. Ele esperava encontrar papéis que permitiriam à Agência rastrear as conexões soviéticas por toda a América

Latina e identificar ‘pessoas que possam ser controladas e exploradas para promover a política dos EUA’. Além disso, ele achou que os papéis capturados iriam provar conclusivamente a natureza comunista do regime de Arbenz. Ele nomeou o projeto como PBHISTORY” (CULLATHER, 1999: 106).

O Exército e a Junta Militar de Castillo Armas ajudaram a equipe da CIA a reunir os citados 150 mil documentos. “Mas a maior parte do que foi encontrado tinha apenas ‘significado local’. Poucos dos papéis diziam respeito aos ‘aspectos em que estamos mais interessados, especificamente os elementos de apoio soviético e o controle do comunismo na Guatemala ’” (CULLATHER, 1999: 107)<sup>111</sup>. Apesar disso, a Operação PBHISTORY conseguiu produzir material suficiente para confeccionar uma apostila enviada ao Conselho de Segurança Nacional, ao Senado e às autoridades interessadas dos EUA. Dita apostila “continha fotografias da biblioteca de Arbenz sobre literatura marxista, materiais comunistas chineses sobre reformas agrárias, páginas da biografia de Stálin da senhora Arbenz, evidência de que Arbenz havia tentado comprar armas da Itália e várias cartas e telegramas revelando uma ‘forte inclinação pró-comunista’” (CULLATHER, 1999: 107).

A PBHISTORY integrou um esforço mais amplo da administração Eisenhower para apagar suas digitais na deposição *a manu militari* de Arbenz. Compôs parte de um quadro geral de *cover-up* como o qual os EUA tentaram transformar o que fizeram na Guatemala em uma obra exclusiva de um coronel “rebelde” que “libertou” seu país das “garras do comunismo internacional”. Por isso aquele ironizado como “PANCHO” pela PBSUCCESS, assim que “escolhido” pelos EUA para presidir a Guatemala, empreendera um *tour* da vitória em Washington, D.C., e em Nova Iorque, ganhando diplomas de honra ao mérito das Universidades de Fordham e da Columbia – da qual Eisenhower fora Reitor antes de ser eleito presidente. O vice-presidente Richard Nixon, em jantar oferecido na Casa Branca, também brindou Castillo Armas:

Nós nos Estados Unidos, ele disse, ‘assistimos o povo da Guatemala escrever um episódio em sua história profundamente significativo para todos os povos. **Liderado pelo corajoso soldado que é nosso convidado nesta noite [Castillo Armas], o povo guatemalteco revoltou-se contra o domínio comunista, que está colapsando, cavando testemunho gráfico de sua superficialidade, falsidade e corrupção** (NIXON *apud* IMMERMANN, 1990: 180, grimo meu)

---

<sup>111</sup> O historiador Nick Cullather aduz que “Ronald M. Schneider, um pesquisador independente que posteriormente examinou os documentos da PBHISTORY, não encontrou qualquer vestígio de controle soviético”, mas sim uma “evidência substantiva de que os comunistas guatemaltecos atuaram sozinhos, sem suporte ou orientação de fora do país” (CULLATHER, 1999: 107).

Como salienta o historiador Richard H. Immerman, “essas observações sintetizam a posição pública de Washington sobre o golpe”, ou seja, “não foi suficiente para a administração negar a existência da PBSUCCESS, nem foi suficiente para a administração confiar em declarações anteriores de Eisenhower e Dulles” (IMMERMAN, 1990: 180). Foi necessário, além disso, insistir em “uma explicação oficial dos eventos, um *cover-up* oficial” (IMMERMAN, 1990: 180). Foi por isso que, ao final de 1954, “tanto o *Select Committee on Communist Aggression* da Câmara dos Deputados quanto o Departamento de Estado publicaram investigações independentes sobre o período de dez anos da revolução guatemalteca e sua derrubada” e, segundo Immerman, os títulos das publicações indicam os resultados alcançados: *Communist Aggression in Latin America* e *Penetration of the Political Institutions of Guatemala by the International Communist Movement* (IMMERMAN, 1990: 180).

Como parte desse *cover-up* oficial, Peurifoy, o embaixador dos EUA na Guatemala, garantiu que, se Arbenz não era comunista, com certeza, poderia vir a sê-lo: “‘Eu passei seis horas com ele em uma noite e ele falava como um comunista, ele pensava como um comunista, ele agia como um comunista e se ele não for um, senhor Presidente, ele se tornará um’” (IMMERMAN, 1990: 181). Esse testemunho e as demais “provas” das Comissões do Congresso dos EUA exoneraram totalmente a administração de Eisenhower de quaisquer acusações de cumplicidade com a derrocada de Arbenz e “não deixaram espaço para qualquer interpretação relacionada à extensão da ameaça comunista na Guatemala” (IMMERMAN, 1990: 181). Além da PBHISTORY e desse *cover-up* congressional, a “explicação alternativa” sobre o que teria levado à deposição de Arbenz contou também com “o esforço do Departamento de Estado para reescrever a história da Guatemala” (IMMERMAN, 1990: 182). Sob orientação de Foster Dulles, o Departamento de Estado dos EUA encomendou a produção de um chamado “Livro Azul” sobre a Guatemala, mas ele foi descartado por desagradar que o pagou.

Daí que, em 1957, encomendou-se a confecção de um segundo estudo, o “Livro Verde”, intitulado “*A Case History of Communist Penetration: Guatemala*”. “O segundo estudo revisou certas avaliações de seu predecessor” (IMMERMAN, 1990: 182). O “Livro Azul”, por exemplo, havia descrito a Revolução de Outubro de 1944 na Guatemala “como uma ‘pincelada de nacionalismo e marxismo, uma combinação embaralhada que carecia da força total do comunismo

MILITANTE’. Essa descrição deixou Dulles e seus colegas desconfortáveis, então o ‘Livro Verde’ utilizou o termo menos ambíguo ‘despotismo alien’. Com tais revisões sutis, o caso de Washington tornou-se inquestionável. A *cover-up* estava completa” (IMMERMAN, 1990: 182). Não basta dar um golpe de Estado, é preciso muito esforço ideológico e dinheiro para legitimá-lo, que o digam a PBHISTORY da CIA, as publicações do Congresso dos EUA, e os livros “Azul” e “Verde” do Departamento de Estado de Foster Dulles.

Arbenz deposto pela Operação PBSUCCESS, antes de deixar a Guatemala, foi humilhado no aeroporto, sendo obrigado a despir-se parcialmente. Foi tratado como um criminoso “comunista”. O antigo “PANCHO” da PBSUCCESS foi “eleito” pela CIA para assumir o seu lugar. Arbenz viveria até 1971 no exílio, quando, aos 57 anos, “foi encontrado morto na banheira na Cidade do México” (IMMERMAN, 1990: 177). A ditadura militar instaurada por Castillo Armas reverteu todas reformas da Revolução de Outubro de 1944 implementadas pelos presidentes Arévalo e Arbenz. E para isso contou com um investimento massivo de capitais norte-americanos, privados e estatais. Entre 1954-57, o presidente Eisenhower, buscando prover sua “criação”, “concedeu à Guatemala U\$ 46 milhões em assistência emergencial” (RABE, 1988: 1962). Seu vice Nixon realizou um *tour* pela Guatemala no início de 1955, sendo televisionado ao lado de Castillo Armas em uma exposição sobre “O comunismo na Guatemala” na qual, de modo compenetrado, “analisam” livros de Arbenz que supostamente “comprovariam” o vínculo do presidente deposto com o “comunismo internacional”. Desdobramentos e encenações da Operação PBHISTORY. Durante sua visita à Guatemala, Nixon ouviu de Castillo Armas: “**Diga-me o que quer que eu faça e eu o farei**” (RABE, 1988: 58, grifo meu). O golpe de Estado programado e desferido pela PBSUCCESS, portanto, significou a vitória da contrarrevolução guatemalteca e de seu terrorismo de Estado. Como esclarece o historiador Greg Grandin, “os Estados Unidos mobilizaram todas as facetas de seu poder para acabar com a Revolução de Outubro” (GRANDIN, 2004: 77).



**Figura 79.** O coronel Castillo Armas, entronizado no poder pela Operação PBSUCCESS, e o vice-presidente dos EUA Richard Nixon. Ambos encenando leitura de revista soviética que comprovava, no marco da *Operation PbHistory*, a suposta *sovietização* da Guatemala de Jacobo Arbenz. FONTE: WIKIPÉDIA.

De imediato, Castillo Armas “devolveu à *United Fruit* mais de 99% de suas terras expropriadas e aboliu o imposto sobre todos os juros, dividendos e outros lucros pagáveis a investidores estrangeiros” (IMMERMAN, 1990: 198). Sua ditadura militar, servindo assim ao grande capital norteamericano, “decapitou o movimento trabalhista” (IMMERMAN, 1990: 199). Rapidamente Castillo Armas revogou o Código de Trabalho (1947) de Arévalo, a Lei de Reforma Agrária (1952) de Arbenz, o direito de voto dos analfabetos e o registro de mais de 500 sindicatos. “Reforma agrária e direitos de negociações coletivas foram abolidos e o direito a voto foi novamente limitado a guatemaltecos alfabetizados” (RABE, 1988: 61). Os camponeses que

receberam terras sob os governos de Arévalo e Arbenz foram expropriados sob *a manu militari* pela ditadura de Castillo Armas ou pelas milícias dos proprietários das *plantations*. O coronel “PANCHO” da PBSUCCESS “recuperou as fazendas nacionais e aboliu as cooperativas, desapropriando durante o processos camponeses que haviam adquirido seus próprios lotes, geralmente à força” (IMMERMAN, 1990: 198).

Exigiu-se por lei que o registro de qualquer sindicato fosse submetido periodicamente a averiguações por um chamado Comitê Nacional para a Defesa Contra o Comunismo, que “tinha a autoridade de declarar qualquer greve ilegal à sua própria discricionariedade e sentenciar um participante a três anos de prisão. Incidentes com trabalhadores sendo esmagados por caminhões descontrolados ou disparos acidentais atingiu proporções epidêmicas enquanto a polícia de Bernabe Linares cuidadosamente monitorava as atividades trabalhistas” (IMMERMAN, 1990: 200). “Em 1956, a Federação Americana do Trabalho, que havia se regozijado com ‘a queda do regime sob controle dos comunistas na Guatemala’, relatava que trabalhadores agrícolas estavam em ‘condições de servidão senão de escravidão real’, trabalhando 84 horas por semana e ganhando 50 centavos por dia” (RABE, 1988: 61). “Castillo Armas metodicamente planejou eliminar qualquer oposição potencial” e, “desde que grande parte da oposição havia apoiado a Revolução de 1944, o novo presidente facilitou sua tarefa estigmatizando-os todos como comunistas” (IMMERMAN, 1990: 198).

A ditadura militar do coronel “PANCHO”, em nome do anticomunismo, suspendeu o *habeas corpus* e instituiu uma repressão política generalizada “sob a ‘Lei Penal Preventiva Contra o Comunismo’” (RABE, 1988: 61). Aprisionando mais de 2 mil supostos “subversivos”, Castillo Armas construiu campos de concentração “a fim de acomodar os prisioneiros que não cabiam mais nas prisões superlotadas” (IMMERMAN, 1990: 198). Na cerimônia que proclamou 12 de julho como a data de celebração do “Dia Anticomunista”, o ditador anunciou “sua ‘intenção pessoal de que todo o peso da lei recaia sobre esses criminosos e que aqueles diretamente responsáveis sejam executados em defesa da ordem pública como um exemplo para que futuras gerações saibam que crimes contra a liberdade são crimes contra a pátria” (ARMAS *apud* IMMERMANN, 1990: 198).

Aconselhado pelo secretário de Estado norteamericano Foster Dulles – para quem “os comunistas”, conforme sugeriu a Castillo Armas no final de junho de 1954, “devem ser considerado como [uma categoria] adicional a criminosos comuns sem direito a asilo” (DULLES

*apud* IMMERMANN, 1990: 199) –, o coronel-ditador “deteve centenas de guatemaltecos procurando fugir do país” (IMMERMANN, 1990: 198-199). E Castillo Armas seguiu à risca o conselho de Foster Dulles para tratar comunistas (ou qualquer um acusado de sê-lo) como criminosos comuns. Seu Comitê Nacional para a Defesa Contra o Comunismo, munido de poderes excepcionais, conduziu monitoramentos, prendeu “pessoas perigosas” e deportou “sem julgamento quaisquer estrangeiros” (IMMERMANN, 1990: 199). Castillo Armas indicou o já citado José Bernabe Linares como chefe da Força Especial de Polícia, que ocupou o posto na ditadura de Ubico. “Como o ‘fiscal’ de Ubico”, Bernabe Linares “submergiu seus suspeitos em banhos com choque elétrico ou utilizou um chapéu de aço para esmagamento de crânio a fim de ‘arrancar segredos e esmagar pensamentos impróprios” (IMMERMANN, 1990: 199). Esse ex-torturador da ditadura de Ubico foi resgatado para servir à repressão policial e política de Castillo Armas.

**Recebendo ordens diretamente de Castillo Armas e de seu Comitê [Nacional para Defesa contra o Comunismo], a polícia de Bernabe Linares investigou virtualmente qualquer guatemalteco que houvesse algum dia participado de um sindicato, assinado uma petição ou aceitado uma propriedade do governo de Arbenz. O *Hispanic American Report* estimou que os arquivos da polícia contivessem os nomes de mais de 70 mil suspeitos. Milhares foram arbitrariamente presos ‘por questões de segurança’. Muitos foram executados; outros simplesmente desapareceram. A vasta maioria daqueles presos nunca teve um julgamento. Castillo Armas concedeu ao Comitê Nacional jurisdição discricionária para colocar qualquer um na prisão por até seis meses enquanto investigasse possíveis afiliações comunistas. Na maioria dos casos as alegações não puderam ser comprovadas, forçando os tribunais a colocar os indivíduos em liberdade. Em muitas ocasiões, o Comitê simplesmente pegava o suspeito novamente e mantinha ele ou ela por mais seis meses sem julgamento. Por esse método, qualquer pessoa poderia ser mantida na prisão indefinidamente sem quaisquer meios legais de recurso (IMMERMANN, 1990: 199, grifo meu)**

O historiador Greg Grandin salienta que esse monitoramento gigantesco que resultou na confecção de uma “lista suja” com mais de 70 mil suspeitos foi realizado com auxílio da CIA. Abordando a Lei Penal Preventiva Contra o Comunismo que instituíra a autoridade judicial e executiva do Comitê Nacional de Defesa Contra o Comunismo, Grandin salienta que o termo “comunismo foi definido tão superficialmente que um oficial da Embaixada dos EUA gabou-se que ‘com essa lei nós podemos agora pegar praticamente qualquer pessoa que quisermos e segurá-la pelo tempo que quisermos” (GRANDIN, 2004: 66). O “número” de mortos pela repressão depois do golpe de Estado programado e desferido pela Operação PBSUCCESS, na estimativa de Grandin, variou entre 3 e 5 mil pessoas. Nos meses subsequentes à derrubada de Arbenz, **“a polícia, as Forças Armadas e grupos *ad hoc* de vigilantes, sob o comando tanto de comitês**



**anticomunistas como de proprietários de terras, assassinaram entre três a cinco mil arbencistas”** (GRANDIN, 2004: 66-67, grifo meu).

Nas três décadas seguintes, “talvez em torno de 100.000 guatemaltecos morreram sob violência política” (RABE, 1988: 61). O coronel “PANCHO” da CIA, escolhido “candidato” a presidente da Guatemala pela PBSUCCESS e entronizado no poder em 1954, não durou muito no cargo, todavia. O coronel Castillo Armas “foi assassinado em 1957 em uma conspiração provavelmente dirigida por oficiais militares invejosos” (RABE, 1988: 61). O presidente dos EUA Eisenhower viu no assassinato do ditador mais um evidente sinal da presença comunista no país, lamentando “a grande perda para a Guatemala e para o Mundo”. Vivo ou morto, **“Castillo Armas foi apenas o primeiro de uma linha de presidentes da Guatemala, todos apoiados pelos Estados Unidos que, em nome do anticomunismo, governaram pelo terrorismo e repressão”** (IMMERMAN, 1999: 200, grifo meu). A Operação PBSUCCESS entreabriu um ciclo histórico que não foi encerrado. Mas, apesar disso, para seus gestores norte-americanos, a PBSUCCESS, que “marcou a primeira intervenção dos Estados Unidos no hemisfério durante a Guerra Fria”, foi um “estouro”, um “*case* de sucesso”, tornando-se “a operação secreta mais ambiciosa da Agência e [que] serviria como modelo para ações futuras” (GRANDIN, 2004: 74)<sup>112</sup>.

### *3.2. México, 1954: a CIA organiza o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina*

De fato, foi impressionante a complexidade da PBSUCCESS. Ela esteve composta, como visto, por um conjunto de suboperações menores, entre elas, WASHTUB, SHERWOOD, HARDBROCK BAKER, KUGOWN e PBHISTORY. Por ora se analisa a suboperação do programa PBSUCCESS que mais interessa a este CAPÍTULO 3 que, conforme adiantado, tem como objeto o “fruto fresco” da KUGOWN: o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina e seus desdobramentos. Antes de assumir esse nome, a “Conferência do

---

<sup>112</sup> Bem-sucedido o plano da CIA sob o governo Eisenhower de “semear ‘desconfiança, divisão, suspeita e dúvida’”, a Operação PBSUCCESS “foi, ao longo de um ano, uma campanha de escalada de sabotagem, agitações políticas, rumores e propaganda projetada para desestabilizar e desmoralizar apoiadores do governo, criar dissensão nas Forças Armadas, forçar Arbenz a fechar o cerco contra dissidências e energizar e unificar a oposição” (GRANDIN, 2004: 85).

Hemisfério no México” foi intitulada *Congreso de los Vencedores del Comunismo*, já encarregado com a missão específica de conferir uma “fachada latinoamericana” ao golpe de Estado na Guatemala *made in USA*.

O I Congresso foi, assim, o “fruto fresco” da contrarrevolução guatemalteca na medida em que ele foi organizado pela CIA, via KUGOWN, às vésperas da derrubada de Arbenz pela PBSUCCESS. Para organizar o evento, a CIA contou com a ajuda da Frente Popular Anticomunista do México (FPAM) de Jorge Prieto Laurens e de um grupo de guatemaltecos exilados no país. Pré-agendado de início para 15 de abril de 1954, o *Congreso de los Vencedores del Comunismo* teria um duplo objetivo. O primeiro seria envidar “esforços privados para promover os objetivos anticomunistas” na Conferência da OEA em Caracas, ocasião em que o secretário de Estado dos EUA Foster Dulles buscaria (e conseguiria) aprovar uma Resolução condenando “a ameaça comunista” na Guatemala de Arbenz. O segundo seria fazer do *Congreso* um comitê hemisférico “para a libertação da Guatemala, que poderia ser utilizado como um veículo de propaganda contínua” (CIA, 1954d: 1). E a operação KUGOWN foi justamente isso: um trabalho multinacional de propaganda política para legitimar o golpe de Estado na Guatemala programado pela PBSUCCESS. Caracterizando-se a Guatemala de Arbenz como um país “sob intervenção soviética”, o que foi reforçado pela Resolução de Caracas da OEA, optou-se por mudar o nome inicial *Congreso de los Vencedores del Comunismo*.

Que tal I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina? Esse foi o seu nome definitivo. Mas quem pagou a conta? E quanto custou uma empreitada hemisférica como essa? Foi Howard Hunt, um operador de “alto nível” da CIA, que forneceu 25 mil dólares para que o I Congresso se realizasse, “assim fornecendo a Prieto Laurens e àqueles em seu entorno uma plataforma de onde eles poderiam denunciar o governo de Arbenz” (BURKE, 2018: 28). E quem foi Prieto Laurens, o presidente da Frente Popular Anticomunista do México (FPAM)? De início, esse indivíduo e sua organização política foram vistos pela CIA como “altamente não confiáveis e imprevisíveis” (BURKE, 2018: 25). Nem por isso ele deixou de ser apoiado pela Operação PBSUCCESS/KUGOWN. Prieto Laurens amargou ostracismo político interno durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), mas ressurgiu com sua FPAM em 1952, composta por civis e

alguns militares<sup>113</sup>, quando o México viveu “un anticomunismo creciente impulsado desde el gobierno federal y en consonancia con la agenda exterior del gobierno de los Estados Unidos, especialmente durante el sexenio de Miguel Alemán Valdés (1946-1952)” (JIMÉNEZ, 2017: 4). Prieto Laurens foi tudo, menos um pacato cidadão:

Estudiante católico que se rebeló contra el golpista Victoriano Huerta, zapatista, carrancista, obregonista, delahuertista, vasconcelista y escobarista, diputado federal en dos ocasiones, presidente municipal de la capital del país, presidente de la Cámara de Diputados y gobernador de San Luis Potosí, presidente del Partido Nacional Independiente y secretario general del Partido Nacional Democrático, así como exiliado y director de un diario en Houston, Texas (JIMÉNEZ, 2017: 4)<sup>114</sup>

Um informe biográfico da diplomacia britânica de 1956 sobre o México registrou a figura. Salientou que Prieto Laurens “desvaneceu-se na obscuridade por muitos anos até que se tornou, em 1952, diretor da Frente Popular Anticomunista do México [FPAM]”, “mas de fato ele não era mais do que um político oportunista cujo valor à causa anticomunista é mais um incômodo do que qualquer outra coisa” (BRITISH FOREIGN OFFICE, 1956: 16). A FPAM, de acordo com sua Declaração de Princípios e Estatutos de 1952, constituiu-se como “una Institución Social, de lucha permanente contra toda doctrina totalitaria que se oponga a los principios de Patria, Libertad y Democracia”, propugando uma “lucha constante contra el totalitarismo comunista, por cuanto significa el capitalismo de Estado e Imperialismo Soviético” (FPAM, 1952: 3). Nesse documento de fundação, a FPAM saudou o “cooperativismo” como “fórmula justa y práctica para resolver el grave problema de la miseria del pueblo” (FPAM, 1952: 4), bem como a “substitución de la ‘Lucha de Clases’, que es guerra civil permanente, por la ‘Cooperación de Clases’, que es paz social y unidad nacional” (FPAM, 1952: 4-5).

---

<sup>113</sup> Na sua fundação, a FPAM esteve composta por: Prieto Laurens (presidente); Gral. E Ing. Jesús de la Garza (vice-presidente); Lic. Artura Amaya Alvarez (secretário geral); César Dávila Gómez (secretario tesorero); Corl. Adolfo Colón Aguirre (secretario de organización); Arturo González Aranda (secretario de Acción Industrial); Telésforo Cario Reynoso (secretario de Acción Obrera); Rodolfo Colón Rasso (secretario de Prensa y Propaganda); Lic. Isaac Olivé (secretario de Asuntos Jurídicos); Arnulfo Delgadillo (secretario del Servicio Interior); Ing. Y Lic. Manuel Salazar y Arce (secretario de Acción Universitaria); Corl. Francisco Hevia del Puerto (secretario del Asuntos Militares); Manuel Sil Ortiz (secretario de Actas y Correspondencia); Maximino Dávila (secretario de Organización en el D.F.); Francisco Martínez Celis (secretario de Acción Politécnica); Ing. Raúl Gutiérrez Mancera (secretario de Acción Profesional); Carmen Rivera Solís (secretaria de Acción Femenil); Prof. Leoncio Pulido Flores (Oficial Mayor) (FPAM, 1952: 30-31).

<sup>114</sup> “Nascido em 1895 em San Luís Potosi. Político profissional. Seu início de carreira é associado com o Movimento de Cooperativas. Era membro da Câmara dos Deputados em várias legislaturas e Governador de San Luis Potosi. Tomou parte na rebelião de De la Huerta em 1923 e na do General Escobar em 1929. Foi exilado nos Estados Unidos, retornando ao México em 1934. Diretor de departamento no Ministério da Economia Nacional, 1935” (BRITISH FOREIGN OFFICE, 1956: 16).

A FPAM também alegou defender “la doctrina e ideario de la Revolucioón Mexicana, consagrados en la Constitución” (FPAM, 1952: 5). Preocupou-se com a ameaça ao “mundo civilizado” representada por “una lucha de la cual puede resultar el exterminio de los principios básicos de la Civilización Cristiana” (FPAM, 1952: 5). Por isso, convocou o *pueblo* mexicano a “apretar sus filas, en defensa de los atributos eternos del ser humano” – *razón, sentimiento e voluntad* – contra “la barbarie soviético-comunista”, “el totalitarismo bestial” (FPAM, 1952: 6). Pela mesma razão rogou ao Supremo Governo do México “la proscripción del llamado Partido Comunista ‘Mexicano’, por estar al servicio de una potencia extranjera y ser foco de traidores a la Patria” (FPAM, 1952: 6), bem como “la ruptura de relaciones con la URSS, Polonia, Checoslovaquia y demás satélites”, além do expurgo “de los comunistas incrustados en la administración pública y en las empresas oficiales” (FPAM, 1952: 6), e especial na Universidad Nacional Autónoma de México (FPAM, 1952: 8). Enfim, nutrindo um ideário de cooperação entre classes *patronales e obrera*, a FPAM sustentou “las bases de la Acción Social Cristiana, que postulara el Gran Pontífice León XIII, en su Encíclica Rerum Novarum, considerada universalmente como la Doctrina social más avanzada dentro de la realidad” (FPAM, 1952: 9).

Com um itinerário considerável, embora então uma figura secundária no cenário político do México, Prieto Laurens e sua FPAM possuíam “una larga agenda de contactos” que viabilizaram o financiamento da organização, que também “obtenía recursos del gobierno mexicano en turno así como materiales que la embajada de Estados Unidos en México les surtía” (JIMÉNEZ, 2017: 4). Até 1954, as atividades da FPAM limitaram-se “a algunos actos públicos, señalamientos de infiltración comunista en la prensa y comunicados, además de algunas publicaciones panfletarias de limitado alcance” (JIMÉNEZ, 2017: 4). Em 1954, integrada à Operação PBSUCCESS/KUGOWN, a FPAM inaugurou uma nova fase, a de internacionalização de suas atividades na América Latina.

Em 22 de fevereiro de 1954, um documento da CIA, sob a rubrica “PBSUCCESS TASK PT/19”, apresentou como assunto o seguinte título “*Congreso de los Vencedores del Comunismo*”. Trecho dele já foi referenciado, devendo-se apenas recordar que ele foi subscrito por “JEROME C. DUBAR”, isto é, o coronel Albert Haney, trazido por Frank Wisner para compor a PBSUCCESS enquanto ocupava o posto de *chief station* da CIA na Coreia do Sul. No tópico “Área de Operações”, anotou-se no documento que se realizaria em breve um “Congreso Hemisférico”

na Cidade do México com “delegados de aproximadamente 18 países latino-americanos comparecerão” (CIA, 1954d: 2). O memorando reiterou os dois objetivos básicos do *Congreso*: “Propósito (declarado): perpetuar esforços privados para promover os objetivos anticomunistas da Conferência dos Ministros do Exterior [da OEA]. (Secreto): estabelecer um comitê hemisférico para a libertação da Guatemala” (CIA, 1954d: 2). Informou-se ainda o *background* do *Congreso*: “RNSHIELD”, ou seja, a Frente Popular Anticomunista do México (FPAM), “anunciou sua intenção de patrocinar um congresso anticomunista durante abril de 1954. “LIONIZER”, criptônimo dos guatemaltecos exilados no país, “é um grupo anticomunista separado, frouxamente controlado por [censurado]. Através da influência do agente da PBSUCCESS [censurado] esses dois grupos poderiam ser reunidos para formar um núcleo para o congresso. RNSHIELD possui os contatos e a habilidade para organizar o congresso” (CIA, 1954d: 2). O coronel da CIA Albert Haney enumerou os objetivos imediatos e mediatos do *Congreso*, da seguinte maneira:

Objetivos: A. **induzir uma resolução hemisférica contra a intervenção soviética na Guatemala**; B. construir um mecanismo hemisférico para combater a influência soviética na Guatemala; C. unificar os vários grupos anti-Arbenz no exílio; D. **servir de cortina de fumaça [to smokescreen] para as atividades dos EUA na PBSUCCESS**; E. criar máximo impacto psicológico no público-alvo na Guatemala; F. **estender os contatos para futuro emprego da KUGOWN por todo o hemisfério** (CIA, 1954: 2, grifo meu)

Pronto. O coronel Haney disse praticamente tudo. O *Congreso contra los Vencedores del Comunismo* – realizado como Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina – foi organizado pela CIA, pela FPAM de Prieto Laurens e pelo exílio guatemalteco anti-Arbenz para “servir de cortina de fumaça para as atividades dos EUA na PBSUCCESS” e, depois, buscaria “estender os contatos para futuro emprego da KUGOWN por todo o hemisfério”, isto é, para servir aos EUA em futuras operações de propaganda política anticomunista na América Latina. Se o “alvo” imediato do *Congreso* era a “influência soviética na Guatemala” (CIA, 1954d: 2), seu objetivo mediato era criar um veículo de propaganda anticomunista permanente para todo o hemisfério latinoamericano. Em suma, a contrarrevolução guatemalteca era o alvo imediato do *Congreso*; a contrarrevolução na América Latina era, preventivamente, seu alvo mediato. A CIA chegou inclusive a planejar uma “Agenda” para ser seguida pelo *Congreso*.

O historiador mexicano Mario Virgilio Santiago Jiménez debruçou-se também sobre ela, destacando que a “Agenda” da CIA previu a realização, na manhã do primeiro dia do *Congreso*, da “elección de un presidente de una lista previamente delimitada, la aprobación de una agenda y

la creación de comités para distintos temas como trabajo, esclavitud, juventud, [direitos das mulheres, política econômica] religión y gobierno, por supuesto todos vinculados con la infiltración comunista, así como un posible segundo congreso en 1955” (JIMÉNEZ, 2017: 5). Na manhã do primeiro dia do *Congreso*, a CIA sugeriu uma conferência de 30 minutos sobre a “História do Comunismo Internacional”, outra de 10 minutos sobre a “História do Comunismo Internacional no Hemisfério”, devendo-se encerrar os trabalhos matinais com três discursos, cada um com duração de 10 minutos, sobre a “Penetração Comunista”, respectivamente, no México, no Chile e no Brasil (CIA, 1954d: 3).

No período da tarde do primeiro dia do até então designado *Congreso de los Vencedores del Comunismo*, a CIA sugeriu a realização de uma palestra de 30 minutos sobre as “Raíces do Comunismo no Hemisfério”, uma leitura de 10 minutos sobre os “Métodos Soviéticos de Penetração”, outra, também de 10 minutos, sobre as “Características das Atividades Soviéticas”, devendo-se encerrar os trabalhos vespertinos com uma “Resolução” na qual “o Congresso decida iluminar para os reais perigos do comunismo internacional” (CIA, 1954d: 3). No final do primeiro dia, os comitês nomeados deveriam debater as “fraquezas da doutrina comunista” (CIA, 1954d: 3). No segundo dia pela manhã, conforme o plano original da CIA, sugeriu-se a realização de uma palestra de 30 minutos sobre as “Fontes da Resistência no Combate ao Comunismo Internacional”, seguida de quatro leituras, cada qual de 10 minutos, respectivamente sobre a “Resistência no Trabalho e Negócios Livres”, “Em casa (conferencista mulher)”, “na Igreja” e “na Política Progressista e Conservadora” (CIA, 1954d: 4). À tarde deveria ocorrer uma palestra de meia hora intitulada “Agindo para Conquistar as Forças do Comunismo Internacional”, seguida de três intervenções, de 10 minutos cada, sobre “Mídia para Combater o Comunismo Internacional”, “Cooperação Interamericana no Combate ao Comunismo Internacional” e “Luta pela Mente dos Homens” (CIA, 1954d: 4).

Ao final do segundo dia, depois da reunião dos comitês que discutiria a “evidente intervenção soviética no Hemisfério”, deveria ser aprovada uma Resolução na qual “o Congresso decida expor o comunismo internacional no hemisfério e usar sua força moral para ajudar qualquer república irmã colocada em risco pelo comunismo” (CIA, 1954d: 4). A CIA insitiu para que constasse da Resolução a ser adotada a seguinte diretriz organizacional: “que um comitê latino-americano para a libertação da Guatemala seja estabelecido como um comitê permanente para

exercer a força moral unificada dos povos livres do Hemisfério em defesa dessa república irmã” (CIA, 1954d: 4). Para o segundo dia, a CIA guardou uma jogada “espetacular” para o *Congreso de los Vencedores del Comunismo*: um “orador surpresa (a ser escolhido) do Congresso fará um discurso anunciando que as descobertas do primeiro e segundo dias são que o imperialismo soviético estabeleceu uma cabeça-de-ponte na Guatemala e está rapidamente consolidando sua posição para tornar a Guatemala um satélite soviético” (CIA, 1954d: 4). Por último, nessa “Agenda” do *Congreso* “sugerida” pela CIA, “el evento cerraría con una conferencia de prensa y en la tarde del tercer día se haría un recorrido por lugares de interés histórico. El cuarto día se abriría la oficina del Comité Latinoamericano por la Liberación de Guatemala” (JIMÉNEZ, 2017: 5).

Ao final do documento, didaticamente, a CIA estabeleceu um passo a passo para a “Implementação” do *Congreso de los Vencedores del Comunismo*: “desde conseguir la aprobación del presidente mexicano, hasta la hechura de propaganda, pasando por la organización de comisiones que viajarían por América Latina para contactar a los invitados utilizando como frase clave ‘Armando Blas me envió’, así como la indispensable resolución de conflictos entre grupos” (JIMÉNEZ, 2017: 5). Por exemplo, o “Passo 8” que deveria ser dado por “LINCOLN”, a base da PBSUCCESS no Aeroporto Opa-locka em Miami, na Flórida – instruiu que um agente (com nome censurado) visitasse a FPAM de Prieto Lauretes, criptônimo RNSHIELD: “[O agente deve] visitar RNSHIELD e instalar um comitê de planejamento do congresso. Escolher dois emissários para visitarem oito países, cada. Conseguir aprovação do governo mexicano para realizar o congresso e convidar delegados estrangeiros; [censurado] declara que ele pode conseguir \$8.000 ou \$9.000 dólares” (CIA, 1954d: 6). O “Passo 9” da base da PBSUCCESS em Miami recomendou ainda: “Solicitar a todas as estações para enviarem telegramas com nomes e endereços de dois delegados, de preferência pessoas sob controle e devidamente motivadas” (CIA, 1954d: 6). O “Passo 10” estipulou que “dois emissários partirão levando materiais de publicidade, instruções para compras de anúncios na imprensa e instruções para auxiliar na escolha de delegados estrangeiros” (CIA, 1954d: 6). Seria preciso também “organizar para pagar 100% do transporte para um delegado e 50% dos custos de viagem para um delegado de cada país. Emissários devem esperar abordagem fria em qualquer país visitado por pessoa dizendo ‘ARMANDO BLAS’ me enviou” (CIA, 1954d: 6).

Um agente da CIA, cujo nome foi censurado, incumbiu-se das tratativas com a Frente Popular Anticomunista do México (FPAM). “[O agente deve] alertar RNSHIELD que U\$ 9.000 podem estar disponíveis para o congresso. RNSHIELD concorda com a agenda. RNSHIELD imprime séries de selos para serem vendidos para financiar o Congreso de los Vencedores del Comunismo. Convites por correio aéreo a outros países e envio de panfletos” (CIA, 1954d: 6). Um dos passos do agente da CIA para a implementação do congresso informou que “RNSHIELD envia pedidos para delegados selecionados para trazerem discursos preparados sobre assuntos específicos” (CIA, 1954d: 6). “RNSHIELD organiza por meio da igreja, confrarias ou grupos universitários para alimentar e hospedar os delegados. RNSHIELD organiza apoios: e.g., crachás da conferência com nomes, broches com insígnias, *souvenirs*, publicidade local, transporte, banda, viagem de campo a pontos históricos, etc.” (CIA, 1954d: 7). O agente ressaltou que Prieto Laurens, presidente da FPAM, “possui a tendência de exagerar a importância de suas realizações anticomunistas mas acredita-se que ele possa ser controlado para os propósitos deste projeto” (CIA, 1954d: 7). Quanto ao orçamento do evento, a CIA “mostrava un desglose de los recursos económicos estimados, concluyendo que el congreso costaría aproximadamente 25 mil novecientos dólares incluyendo viáticos, propaganda, renta del espacio, premio al mejor ensayo y un *souvenir* conmemorativo del próximo congreso a realizarse en 1955” (JIMÉNEZ, 2017: 5)<sup>115</sup>.

O último parágrafo do documento, sob o título “Problemas Especiais e Compromissos”, estipulou que “KUBARK”, o criptônimo da própria CIA, “deve estar preparado para subscrever as despesas totais do Congresso, mas toda propaganda deve conter um pedido para doações. Os selos ‘adesivos de natal’ preparados e vendidos por RNSHIELD deverão ajudar na hospedagem e alimentação dos delegados” (CIA, 1954d: 10). Enfim, a CIA definiu uma presença mínima dos EUA no *Congreso*, sinalizando que poderia publicar seus materiais: “A participação dos Estados Unidos foi mantida a um mínimo, mas talvez um locutor dos EUA possa apelar por fundos, dando-se o nome e endereço de RNSHIELD. Após o término do congresso, fundos adicionais podem ser

---

<sup>115</sup> “**Custo estimado.** A. Viagem. 1. [ ] U\$ 500. 2. Dois emissários (cada um visita 8 países) U\$ 3,000. 3. Vinte delegados tarifa total U\$ 8.500. 4. Vinte delegados meia tarifa U\$ 4.250. 5. Ônibus para viagem de campo no México U\$ 200. Publicidade. 1. No México. a. Panfletos e Programas U\$ 200. b. Impressão e Cartaz U\$ 2.000. c. Correio para o exterior U\$ 500. 2. Em outros 16 países da América Latina. a. Publicidade \$4,200. b. Folheto e Pôsteres \$4,200 (provenientes de projetos existentes). C. Tempo de rádio durante Congresso \$500. D. Aluguel do Salão do Congresso \$500 E. Equipe Pública para o Congresso e Reprodução dos Discursos \$500. F. Suprimentos. 1. Prêmio Concurso de redação (taça de prata) \$100. 2. Lembrança do ‘Congresso 1955’ \$200. G. Variados \$750. **Total \$ 25,900**” (CIA: 1954d: 10, grifo meu).



solicitados para panfletos preparados pelos comitês e para impressão e envio dos discursos do congresso” (CIA, 1954d: 10).

Diante do exposto, nota-se que a CIA financiou, organizou e “sugeriu” secretamente a “Agenda” para o *Congreso de los Vencedores del Comunismo*. Mas o papel da agência de espionagem na gestão do congresso hemisférico deveria permanecer oculto e seus “amigos mexicanos” liderados por Prieto Laurens deveriam “levar o crédito” de organizadores ostensivos do *Congreso*. Inclusive, é bem provável que o relacionamento de Prieto Laurens com a CIA “haya precedido a la propuesta del congreso” (JIMÉNEZ, 2017: 6). Contudo, não deixaram de existir divergências entre os espões dos EUA e o presidente da FPAM durante a organização do *Congreso*. A partir de outro documento da CIA, de 29 de abril de 1954, o historiador Santiago Jiménez, salienta que Prieto Laurens e outros dirigentes da FPAM “ya se habían entrevistado con el presidente Ruiz Cortines, quien les había prometido 200 mil pesos, por no se los había dado” (JIMÉNEZ, 2017: 6).

Prieto Laurens insistiu, por exemplo, que a FPAM poderia assumir a missão de “recorrer todo el subcontinente y promover el evento al que se esperaba que asistieran 500 delegados” (JIMÉNEZ, 2017: 6). Todavia, a CIA ressentiu-se com a baixíssima capacidade organizativa da FPAM, lamentando que, às vésperas do *Congreso*, “no se había designado oficialmente a un supervisor del proyecto; la lista de ponentes sólo contenía un nombre; en cuanto a los recursos, aunque se había pensado en distribuirlos entre los núcleos participantes, fueron concentrados por RnShield” (JIMÉNEZ, 2017: 7). A agência preocupou-se com a falta de mecanismos de controle e segurança por parte dos organizadores mexicanos do *Congreso*, que não se preocuparam em elaborar um plano “para controlar el evento tanto entre ponentes como ante posibles infiltraciones y, especialmente, para mantener en orden a los grupos de guatemaltecos exiliados” (JIMÉNEZ, 2017: 7). No memorando de 29 de abril citado por Santiago Jimenez, com o assunto “KUGOWN: SUMMIT Congress”, além de ter-se definido a data final do *Congreso* do México para 27 e 30 de maio, a CIA insistiu para que Prieto Laurens adotasse medidas de controle para que o evento ocorresse em segurança:

Outras questões, não mencionadas nos arquivos, mas presumivelmente pertinentes a um congresso desse tipo incluiria o seguinte: a) **Como RNSHIELD vai manter o incontestável controle sobre os procedimentos nos 4 dias de congresso?** (Regras de procedimento? Convenção partidária secreta do círculo interno de seus íntimos? O que mais?); b) **Como o congresso será protegido contra desordens e intrusos não**

desejáveis, como agentes comunistas, inoportunos, outras ‘minorias extremistas’, sempre propensas a se reunirem em torno de uma convenção muito divulgada? Combinações com a polícia? RNSHIELD possui seu próprio esquadrão braço-forte? (Membros do ZRAFRAID, estudantes militantes?); c) **Quais provisões foram feitas para impedir que a degeneração do Congresso em alterações entre grupos competidores, especialmente grupos conflitantes de exilados da Guat[emala]?** (Regras procedimentais podem incluir lista de oradores pré-arranjadas, moções a serem examinadas primeiro em um comitê fechado ou semelhante) (CIA, 1954f: 3, grifo meu)

De maneira estratégica, ao final desse memorando, a CIA insistiu que o objetivo do evento era servir à programação já em andamento do golpe de Estado contra o presidente guatemalteco Jacobo Arbenz: “Nós devemos limitar nossos esforços nessa questão ao interesse da PBSUCCESS no congresso, sem tentar causar qualquer mudança que pareça desejável nos planos gerais e condução do congresso” (CIA, 1954f: 3). O *Congreso* deveria servir, basicamente, “para fortalecer a PbSuccess” (JIMÉNEZ, 2017: 6). A prioridade do *Congreso* era concentrar-se na função de servir como “cortina de fumaça” ao golpe de Estado contra Arbenz, o que foi reforçado em outro documento da CIA, de 19 de maio. Nele, a agência indicou qual a “estrela” do exílio guatemalteco deveria “brilhar” no evento, escolhendo o nome de Luis Coronado Lira e definindo o que ele deveria falar:

**Luis Coronado Lira deve desempenhar o papel de liderança entre os delegados guatemaltecos na SUMMIT porque ele é o melhor operador e político mais experiente dentre aqueles que esperamos que participem. Além disso, ele tem recebido publicidade pessoal considerável, primeiro em conexão com suas atividades em torno da conferência de Caracas [da OEA], segundo, em sua atual viagem para a América do Sul. (...) Coronado Lira fará seu discurso sobre ‘Intervenção Soviética na Guatemala’, previsto na agenda da SUMMIT (...) a) [ ] enfatizar o caráter estrangeiro, internacional do comunismo na Guatemala, comprovado pelo treinamento dado aos líderes do PGT em Moscou e em outros lugares atrás da Cortina de Ferro, pelas armas soviéticas fornecidas à Guatemala, pela assembleia de fugitivos comunistas de uma dúzia de países diferentes na Guatemala, etc. Tudo isso já constitui a intervenção estrangeira – i. e., soviética – na Guatemala, mesmo que os comunistas e seus aliados falem sobre ‘intervenção estrangeira’, significando tanto os Estados Unidos como os vizinhos da América Central; b) Dominado por esse ataque do comunismo internacional, o povo da Guatemala, despreparado para tal ataque totalitário, pede a ajuda de seus amigos e vizinhos por toda a América Latina – especialmente porque a Guatemala está obviamente se tornando o centro da subversão e agressão por todo o Hemisfério Ocidental. Mas essa ajuda, tanto material quanto moral, não deve jamais degenerar em intervenção militar: a libertação da Guatemala deve ser trabalho do próprio povo da Guatemala; c) [...]** alertar o povo da Guatemala, bem como de qualquer outro lugar na América Latina, que o comunismo está revelando suas presas apenas gradualmente: hoje, o Exército ainda está sendo adulado – amanhã ele será submetido ao duro controle de instrutores militares soviéticos e comissários políticos; hoje, os camponeses recebem terras – amanhã elas serão novamente tomadas deles e eles serão arrebanhados em fazendas coletivas, assim como foi feito na Rússia e em todos os outros países comunistas; hoje, os trabalhadores

são encorajados a demandar salários mais altos, menos horas dos capitalistas; amanhã, eles terão que trabalhar muito mais duro, muito mais horas e por salários muito menores como escravos de um Estado policial onipotente; hoje, os comunistas evitam bater a cabeça com a Igreja; amanhã, depois que os comunistas se sentirem fortes o suficiente no poder, eles irão suprimir e perseguir a Igreja, expulsá-la das escolas, fechar monastérios e fundar o controle do ateísmo, assim como eles fizeram em qualquer lugar em que chegaram ao poder (CIA, 1954f: 1-2, grifo meu)

O coronel do Exército dos EUA Albert Haney também foi o redator desse outro memorando da CIA. Recorde-se que ele havia sido trazido da Coreia do Sul, onde era o *chief station* da CIA, exclusivamente para integrar a PBSUCCESS. Ele reiterou a importância de um tom “teatral” e de “espetáculo” para ressaltar a “estrela” do guatemalteco escolhido pela CIA para “brilhar” no *Congresso*. Nesse sentido, o coronel norteamericano sugeriu que “o efeito do discurso de Coronado Lira pode ser aumentado se um delegado recém-chegado da própria Guatemala acrescentasse um breve relato de ‘atualização em primeira mão’ sobre as condições na Guatemala” (CIA, 1954f: 2)<sup>116</sup>. O coronel da CIA, afinando os últimos detalhes da frente de propaganda política da PBSUCCESS – a suboperação KUGOWN –, definiu que o *Congreso* aprovaria uma Resolução condenando o governo de Jacobo Arbenz “como cabeça-de-ponte e base avançada do comunismo internacional na América” e “pedindo ajuda ao povo da Guatemala”. A Resolução, todavia, “deve preferencialmente ser oferecida ao congresso por um delegado de outro lugar” (CIA, 1954f: 3).

a) **O Congresso formará um Comitê de extensão hemisférica para a Libertação da Guatemala (ou, se você preferir, ‘Comitê contra a Intervenção Soviética na Guatemala’)**; b) Recorrer a todas as pessoas amantes da liberdade por todo o hemisfério para reconhecerem a ameaça do comunismo na Guatemala e para exporem atividades comunistas estendendo-se da Guatemala até seus respectivos países (embaixadas da Guatemala como portadoras da propaganda comunista, ‘Sociedades dos Amigos da Guatemala’, etc.), assim como seus comunistas ‘domésticos’; c) Recorrer ao povo da Guatemala para que ele próprio se livre da pequena gangue de agentes soviéticos que estão conduzindo seu país ao longo da estrada do desastre certo, dirigindo-os para uma posição hostil em face dos povos amantes da liberdade por todas as Américas (...). Esse apelo deve enfatizar que os não comunistas que não saltarem do vagão da gangue agora mesmo serão condenados e punidos juntamente com os próprios líderes comunistas; d) Enfatizando a necessidade de apoiar a luta do povo da Guatemala para libertação desde fora, tanto materialmente quanto moralmente, apelando especificamente aos católicos, sindicatos trabalhistas não comunistas, organizações de agricultores, etc., por toda a América Latina (...); e) Pedindo à imprensa, rádios, etc., por seu apoio através da

---

<sup>116</sup> Coronado Lira decidiria “se isso pode ser feito sem expor muito descaradamente esse delegado a represálias em seu retorno à Guatemala. Se eles decidirem contra isso, o delegado em questão pode fazer seu discurso tanto: a) coberto com um capuz para esconder sua identidade; ou b) falando de um microfone fora do salão de reunião, conectado a um sistema de som interno; ou c) preparando o discurso antecipadamente para que seja reproduzido perante o congresso. Em casa caso, as razões para essas precauções extraordinárias devem ser propriamente enfatizadas” (CIA, 1954f: 2).

exposição da ameaça comunista na Guatemala e suas ramificações internacionais (CIA, 1954f: 3, grifo meu)

Ao final de seu memorando, o coronel da CIA especificou o *modus operandi* para se eleger e conduzir o futuro Comitê de Libertação da Guatemala, recomendando que “a maioria de seus membros devem ser não-guatemaltecos, de preferência pessoas de suficiente estatura em suas respectivas nações, para dar às atividades do Comitê a adequada publicidade local” (CIA, 1954f: 3). Os membros do Comitê deveriam se dedicar, depois do *Congreso* de maio de 1954, “à questão da mobilização de apoio moral e material para os guatemaltecos” (CIA, 1954f: 3)<sup>117</sup>. Uma observação-síntese foi aposta ao memorando pelo militar norte-americano: “**PSI: uma campanha para levantamento de fundos por toda a América Latina é mais urgentemente necessária pela PBSUCCESS para disfarce e propósitos diversionistas**” (CIA, 1954f: 3, grifo meu). Mais claro, impossível. O coronel encerrou seu memorando, endereçado à base da PBSUCCESS na Flórida, solicitando todo o material que fosse produzido pelo *Congreso*. Retrabalhado pela CIA, o material serviria de propaganda política para “legitimar” o golpe de Estado contra Arbenz. “Por favor, lembre-se que nós gostaríamos de receber gravações de fita de todos os discursos relevantes na SUMMIT para transmissão na área alvo” (CIA, 1954f: 5). Além disso, arrematou, “envie-nos pelo menos 10 cópias de todos os materiais impressos, notas à imprensa, etc., para distribuição entre a imprensa e meios de propaganda dentro da área LINCOLN” (CIA, 1954f: 5).

Dessa forma, o *Congreso de los Vencedores de los Comunistas*, mudando de nome para Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, foi finalmente realizado na Cidade do México, entre 27 e 30 de maio de 1954. Já nascera, pois, como a “cortina de fumaça” perfeita da Operação PBSUCCESS. Fruto de sua suboperação KUGOWN, o Congresso – que seria o

---

<sup>117</sup> “Cada membro deverá se comprometer especificamente com o que ele pode fazer em sua terra natal, por exemplo: a) Pode ele realizar uma conferência de imprensa em seu retorno, relatando sobre a SUMMIT e particularmente sobre o aperto dos guatemaltecos? b) Quais grupos ele pode contatar para: 1) Fazer declarações públicas contra a ameaça comunista emanando da Guatemala, 2) Realizar reuniões públicas sobre esse tópico e outros relacionados, 3) Contribuir com fundos para o Comitê para a Libertação da Guatemala, seja com recursos próprios ou fazendo uma cobrança especial entre seus membros? c) **Quais indivíduos ricos e influentes - oficiais de governo, políticos, empresários, etc. – podem ser contatados para os mesmos propósitos?** Nós estamos principalmente interessados em obter a ajuda – na mais larga escala possível – da Igreja Católica, de sindicatos trabalhistas não comunistas, organizações de agricultores e grupos similares, de governos e partidos de governo, etc., mas nós não devemos rejeitar qualquer ajuda, moral ou material, que você considere aceitável, desde que não venha de qualquer fonte PBPRIME, muito menos de ODYOKE” (CIA, 1954f: 4, grifo meu). PBPRIME era acrônimo de EUA e ODYOKE o do governo norte-americano.

primeiro de quatro – serviu a contento aos *propósitos diversionistas* da CIA para disfarçar as digitais norteamericanas no golpe de Estado contra Arbenz já então a todo vapor. Esse *Congresso* anticomunista, que teve início no México precisamente um mês antes da derrubada de Arbenz da presidência da Guatemala, constituiu o primeiro esboço de uma espécie de “Anti-Komintern” da Guerra Fria para a América Latina. Como observa o historiador mexicano Santiago Jiménez, o *Congresso* organizado e financiado pela CIA foi capaz de criar “una red que pudiera activarse en futuras operaciones. Esto último, además de evidenciar la ausencia de dicha red, deja entrever que se pensaba en un futuro de confrontaciones” (JIMÉNEZ, 2017: 6).

A partir dele seria criado, no ano seguinte, no Brasil, um órgão permanente contra a “intervenção soviética” na América Latina: a Conferência Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Como dito, se o I Congresso de 1954 no México, via Operação PBSUCCESS/KUGOWN, foi “o fruto fresco” da contrarrevolução guatemalteca, a formalização da CIDC no II Congresso de 1955 no Brasil constituiu um órgão permanente para a contrarrevolução latinoamericana. Antes de se passar à CIDC, porém, é preciso debruçar-se sobre sua gênese histórica, o I Congresso do México em 1954, sendo agora oportuno analisá-lo propriamente dito, resgatando-se seus principais participantes, seus países de origem, seu perfil ideológico e os debates realizados.

### 3.2.1. *Quem-é-quem e debates*

A imprensa mexicana noticiou a chegada dos líderes da delegação brasileira ao México no dia 24, isto é, quatro dias antes do início do Congresso, destacando entre eles “el contra-almirante Carlos Penna Botto y Joaquim Miguel Ferreira Vieira representantes de la Cruzada Brasileña Anticomunista” (JIMÉNEZ, 2017: 7). Em 14 de maio, o jornal *La Prensa* já tinha publicado a *Convocatória* do Congresso, assegurando que a Frente Popular Anticomunista do México (FPAM), presidida por Jorge Prieto Laurens, era a responsável por sua organização e que “acordó proseguir la campaña en contra de la intervención comunista en nuestro país y coordinar nuestros esfuerzos con los organismos similares en los demás países Latino-Americanos y, para el efecto, prepara un Congreso Continental contra la intervención soviética en la América Latina” (CIA, 1954h: 2).

Assinalou-se então que “el propio Comité Directivo Nacional del Frente Popular Anti-Comunista de México convoca al PRIMER CONGRESO CONTRA LA INTERVENCIÓN SOVIETICA EN LA AMERICA LATINA, que se efectuará durante los días del 27 al 30 de Mayo próximo en esta Ciudad de México” (CIA, 1954h: 2). A *Convocatória* defendeu que “México tiene, como todos los pueblos del mundo, el derecho de forjar sus propios destinos, dentro de los lineamientos que le marca su soberanía, sus costumbres, su idiosincracia, y, además, en defender nuestras instituciones sociales, económicas y políticas; así como las tradiciones cristianas de nuestros pueblos” (CIA, 1954h: 2). Seria, pois, inaceitável aceitar “la implantación de un gobierno soviético” no México ou em qualquer país latinoamericano, garantiu a *Convocatória*, já que isso implicaria a submissão do hemisfério a “la dirección de Rusia en nuestros asuntos internos, y constituirnos en una dependencia política y social de la Unión de las Repúblicas Rusas” (CIA, 1954h: 2). Alegando não obedecer a nenhum outro interesse “que el de de evitar que los soviéticos se adueñen del poder público en México y en el resto de la América Latina”, o Comitê Diretor Nacional da FPAM convocou assim “todos los sectores sociales, de todos los países Latino-Americanos” para que enviassem suas “ponencias y programas de lo que debe hacerse en cada uno de ellos para luchar en contra del comunismo en una forma eficaz y congruente” (CIA, 1954h: 2).

O objetivo principal do I Congresso, assegurou sua *Convocatória*, era impedir “que se incrusten células comunistas en cada uno de los grupos que forman el conglomerado activo de America Latina y que cada quien, en su radio de acción, tome las medidas que estime convenientes para defenderse de la infiltración de los elementos al servicio del Kremlin” (CIA, 1954h: 2). Dessa forma, a presidência do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina coube ao presidente da organização mexicana que o convocou, Prieto Laurens, e a delegação do país anfitrião foi composta por “muitas organizações representando especialmente a direita com inclinação católica” (CIA, 1954h: 2). Do Distrito Federal do México, participou um miríade de organizações estudantis, docentes, femininas, sindicatos de trabalhadores e de proprietários de empresas de pequeno e médio porte, associações de veteranos da Revolução Mexicana, órgãos de imprensa, editoras etc.<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> Do Distrito Federal, participaram: Accion Civica Nacionalista, Agrupaciones Revolucionarias Independientes, Bloque de Maestros de las Artes Plasticas, Confederacion de Sociedades de Credito Agricola y Ganadero de la Republica Mexicana, Centro Universitario de la Escuela Nacional de Ingenieros, Confederacion de Precursores y Veteranos Revolucionarios de la Division del Norte, Confederacion Nacional Democratica Anticomunista, Editorial

De outros estados mexicanos participaram representantes de Campeche, Coahuila, Guanajuato, Hidalgo, Baja California, Michoacan, Puebla, Nuevo Leon, San Luis Potosi, Tamaulipas e Veracruz. De Jalisco, estiveram presentes, “por el Comité Regional de Guadalajara, Tte. Corl. Rubén Alvarez Sáenz, Narciso Gutiérrez Ornelas, Andrés Vázquez Moreno y Francisco Jiménez Silva” (CCA, 1954: 9). A CIA também registrou que, “embora nenhuma delegação dos EUA tenha sido convidada, vários membros do Fórum do Texas GI Americano (um grupo de veteranos americanos de extração mexicana) compareceram como observadores” (CIA, 1954i: 4)<sup>119</sup>.

A relação mais completa dos delegados congressistas “procedentes de los países hermanos del Continente Americano” foi publicada pelo Comité Coordinador Anticomunista (CCA) da Guatemala, com o título “Guatemala en el Congreso Contra la Intervención Soviética en América Latina. Ponencias y Conclusiones” (CCA, 1954). Depois do México, a delegação da Guatemala foi a mais numerosa, integrada pelo Comité de Estudiantes Universitarios Anticomunistas (Bachiller Darío Soto, Bachiller Arnoldo Orante, Bachiller Ricardo Lara Gálvez y Alfredo Lunssen”); pelo Partido Unificación Anticomunista (Diputado José Luis Arenas, Luis David Eskenasy y René Barrientos); pelo Comité Nacional Central Femenino Anticomunista (Domitila Mérida Palacios, Olivia N. De Archila, Evangelina Cuéllar López, Elena Ramírez Vda. de García”); pela Alianza Juvenil Anticomunista (Alejandro Maldonado Aguirre, Osvaldo Ubico L. Y Carlos F. Mendizábal”); pelo Comité Obrero Anticomunista (Manuel Matheu Piloña, Alberto Arriola Ligorria); pelo Comité Cívico Nacional (Horacio de Córdoba y Monzón); pelo Comité de Exiliados Guatemaltecos Anticomunistas en Mexico (José Calderon Salazar, Jorge Palacios

---

‘Argos’, Frente Nacional Popular, Frente Anti-Comunista del Instituto Politecnico Nacional, Frente Universitario Anti-Comunista, Legion Panamericana de Mexico, Locatarios del Mercado de San Juan, Liga Femenina Mexicana, Precursores y Veteranos de la Revolucion, Sindicato Revolucionario de Trabajadores Zapateros Conexos y Similares del Distrito Federal, Sindicato de Trabajadores de Construccion, Conexos y Similares de la Republica Mexicana, Sindicato de Trabajadores de Anuncio Electricos y Similares del Distrito Federal, Sindicato Unico de Trabajadores de la Industria del Pan en el Distrito Federal, Sindicato de Petroleos Mexicanos, Sindicato de Trabajadores del Ramo de Costuras y Conexos del Distrito Federal, Sindicato de Trabajadores y Empleados de Peluquerias y Salones de Belleza del Distrito Federal, Sindicato de Trabajadores del Hierro y Similares del Distrito Federal, Sociedad de Alumnos de la Facultad de Derecho, Sindicato de Trabajadores Mecanicos y Calderos del Distrito Federal, Sindicato de Trabajadores de la Industria Automovilistica y Similares del Distrito Federal, Sindicato Nacional de Trabajadores de la Industria de las Flores, Sector Femenil del Frente Popular Anti-Comunista de Mexico, Transporte Aereos Centro Americanos (TACA), Union de Fijadores de Propaganda del Distrito Federal (CROO), Unificación Nacional de Veteranos de la Revolucion, Union de Colonos Colonia Orizabeña del Distrito Federal, Union de Comerciantes en Pequeño de la Republica Mexicana, Union Deportiva de Atzacapotzalco, Zocalo Diario (CCA, 1954: 1-7).

<sup>119</sup> Entre eles, Boyd I. Rolender, Héctor P. García, Ed. Idar Jr y Lic. Cristóbal P. Aldrete (CCA, 1954: 12-13).

Castillo, Bachiller Roberto Gómez de León”; pelo Comite Coordinador Anticomunista (Carlos Salazar, José Calderón Salazar); pela Union Nacional de Trabajadores Guatemaltecos Libres e el Exilio (Rubén Villatoro); pelo Partido Independiente Anticomunista Occidental (Miguel Antonio Palacios, Quetzaltenango); pelo Partido Anticomunista Mazateco (Buenaventura Vázquez); pelo Comite de Estudiantes Universitarios Anticomunistas (Darío Soto Molina); e pela Frente Anticomunista de Guatemala en Exilio (Lic. Luis Coronado Lira) (CCA, 1954: 13-14). (Recorde-se que Coronado Lira era a “estrela” escolhida pela CIA para “brilhar” no I Congresso).

A delegação do Brasil esteve composta pela Cruzada Brasileira Anticomunista (almirante Carlos Penna Botto, Joaquim Miguel Vieira Ferreira); pela Frente da Juventude Democrática (Waldo Ramos Viana, Antonio Porto Sobrinho); e pelo Bloco Nacional Antibolchevique da Hungria (Sandor Szell, Luis Tolegdi Poth) (CCA, 1954: 11). A delegação da Argentina foi integrada por Andrés de Cicco, ex-encarregado de Negócios da República Argentina em Moscou, e Roberto Sáenz, representante dos Profesionistas de Buenos Aires (CCA, 1954: 11). Eduardo Zuazo Cuenca, ex-sub-secretário ministerial, representou a Bolívia (CCA, 1954: 11). A delegação da Colômbia foi composta por Alfonso Uribe Misas, reitor da Universidad de Antioquia, e por Rafael M. Velázquez, representante do Município de Bogotá (CCA, 1954: 11). A delegação da Costa Rica foi composta pela Liga Anticomunista de Costa Rica (major Raúl Cambroner, María del Carmen Poveda de Cambroner, capitão Oscar Arana Porras); pela Union Costarricense Anticomunista (Fernando Vargas Fernández, Marco Tulio Zeledón Matamoros, Rafael Cardona, Víctor Manuel Cañas); e pela Juventud Anti-Comunista de Costa Rica (Mariano Queiroz González) (CCA, 1954: 11).

A delegação da Nicarágua esteve formada pela Confederación Nacionalista de Trabajadores Democraticos de Nicaragua (Carlos Adán Espinoza, Julio Serpas, Francisco Pérez Estrada); e pela Union Nacional de Estudiantes de Nicaragua (Antonio Rodríguez) (CCA, 1954: 12). A de El Salvador pela Confederacion de Sociedades Gremiales, del Partido Revolucionario de Unificacion Democratica y por el Consejo Directivo de la Federacion Nacional de Sociedades de Padres e Familia (Eduardo Alfonso Figeac, Juan Antonio Altamirano y René Moreno); e pela Defensa Social Salvadoreña (José Ortiz Narváez, José Valmore Castro) (CCA, 1954: 12). A delegação do Panamá foi representada pela Organizacion de la Juventud Democratica (Arturo Hassan Antomez, Luis Carlos Noriega) (CCA, 1954: 13). A do Equador foi liderada pelo



presidente da Câmara dos Deputados José A. Baquero de la Calle, acompanhado de Galo Cañas e Rodrigo Martínez” (CCA, 1954: 12). A delegação do Peru foi representada pelo coronel e senador Nestor Gambetta e pelo vice-presidente da Câmara dos Deputados Lincoln Pinzás Gallardo; e pelo Instituto Cultural Latino Americano, cujo representante Carlos A. Bambarén era também catedrático da Universidad de San Marcos (CCA, 1954: 13). A delegação do Paraguai presente no I Congresso esteve composta por Fulgencio Bareiro e por Isabel Arrua Vallejo, da Asociación Pró-Derechos de La Mujer; e a uruguaia foi representada por Omar Ibarгойen, do Movimiento Anti-totalitario del Uruguay (CCA, 1954: 14).

A organizadora oculta do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, a CIA, anotou algumas faltas, lamentando que “nenhum delegado chegou do Haiti, da República Dominicana, Cuba, Chile, Honduras ou Venezuela, embora tenham sido enviados convites a indivíduos (que não puderam comparecer por uma razão ou outra) em todos esses países” (CIA, 1954i: 2). Caracterizado esse *Quem-é-quem* do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, antes de adentrar propriamente nos seus debates, importa destacar o quão recente é a historiografia sobre o assunto. Em 2015, o historiador alemão Torben Gulstorf pode apenas sugerir, por exemplo, que os EUA poderiam estar por detrás do I Congresso, que “foi usado pela CIA como uma aprovação simbólica do público da América Latina para a derrubada do governo na Guatemala, como ela havia planejado” (GULSTORF, 2015: 26). Sendo um historiador sagaz, porém, demonstrando sua honestidade intelectual, ele ressaltou que “um envolvimento da CIA no processo fundador [do I Congresso] é possível, embora ele não apareça nos documentos em que eu pesquisei” (GULSTORF, 2015: 26).

Em 2014, o jornalista e historiador francês Pierre Abramovici também salientou que, “com o golpe apoiado pela CIA contra Arbenz a menos de um mês de distância, o Congresso foi usado como uma demonstração de apoio à rebelião do Coronel Castillo Armas” (ABRAMOVICI, 2014: 118). Acrescentou, porém, que “documentos desclassificados confirmam o papel de liderança da CIA no Congresso” (ABRAMOVICI, 2014: 118-119). Esses documentos foram desclassificados pela CIA em 2003. Foi a partir deles, inclusive, que se reconstituiu o papel da agência de espionagem dos EUA na organização e no financiamento do I Congresso por meio da suboperação KUGOWN do programa PBSUCCESS.

Agora, para reconstituir os debates ocorridos no Congresso, é necessário voltar a esse acervo da CIA. Basicamente, a um documento específico dele que registrou as discussões, mantidas em espanhol, dos quatro dias do I Congresso. Totalizando 297 páginas de debates, realizados entre 27 e 30 de maio, as laudas dessas atas taquigráficas disponibilizadas pela CIA encontram-se praticamente ilegíveis e os dias congressuais foram embaralhados, naquilo que parece ser um esforço deliberado para dificultar o trabalho historiográfico. A despeito das dificuldades, esforçou-se na decifração dos principais momentos dos debates do I Congresso que, a seguir, serão repostos por seus personagens e teor ideológico<sup>120</sup>. Antes, contudo, de analisar o perfil dos debates e debatedores congressuais, deve-se apenas demarcar o pioneirismo do artigo de 2017, já citado, do historiador mexicano Mario Virgilio Santiago Jiménez. Mais à frente será apresentada certa discordância com o modo como ele divide os debatedores entre *hispanistas* e *pro-yanquis*, o que acaba por reduzir a complexidade ideológica das linhagens da ultradireita reunidas no México, acredita-se, em um legítimo esforço analítico. Isso não lhe retira o mérito de fazer a historiografia “despertar do sono dogmático” sobre o tema. E seu artigo teve esse efeito, já que logo depois dele historiadores importantes publicaram estudos pioneiros sobre o tema, como o argentino Julio Lisandro Cañón Voirin (2017) e, em conjunto, os uruguaios Ernesto Bohoslavsky e Magdalena Broquetas (2019)<sup>121</sup>.

Passando-se aos debates e debatedores do I Congresso propriamente, é importante anotar que abertura dos trabalhos não ficou a cargo de seu presidente mexicano Prieto Laurens, mas sim de um guatemalteco. Bem conforme à missão precípua do I Congresso estabelecida pela CIA: servir de “cortina de fumaça” à Operação PBSUCCESS que, exatamente um mês depois, derrubaria o presidente da Guatemala Jacobo Arbenz. José Luis Arenas Barrera, um latifundiário

---

<sup>120</sup> Em 1992, a CIA contratou o historiador Nick Cullather para escrever uma história da Operação PBSUCCESS, de início classificada como secreta e restrita à circulação interna da agência. Ter-se-ia dado a Cullather “acesso total aos arquivos da Agência” para que ele produzisse “um manual de treinamento para operadores secretos, detalhando como a CIA escolhia alvos, planejava estratégias e organizava a mecânica para empreender uma guerra secreta” (CULLATHER, 1999: Quarta Capa). Em 1997, a CIA desclassificou (com nomes e trechos censurados) a pesquisa de Cullather e o feito foi ovacionado pelo *The New York Times* como “o auge da abertura da Agência” (CULLATHER, 1999: Quarta Capa). É provável, porém, que sonogou-se ao historiador a documentação, desclassificada apenas em 2003, relativa às conexões da PBSUCCESS e o I Congresso, não constando de seu *Secret History* qualquer referência à suboperação KUGOWN da CIA que organizou e financiou a reunião dos anticomunistas da América Latina em 1954.

<sup>121</sup> Santiago Jiménez (2017): *Entre hispanistas y pro-yanquis. El Primer Congreso contra la Intervención Soviética en América Latina, México, mayo de 1954*. Cañón Voirin (2017): *La Confederación Interamericana de Defensa del Continente (CIDC)*; Bohoslavsky e Broquetas (2019): *Os Congressos Anticomunistas da América Latina (1954-1958)*.

de Quiché conhecido como *El tigre de Ixcán*, deputado e fundador do Partido de Unificación Anticomunista (PUA), abriu o evento da seguinte maneira, em 27 de maio de 1954:

**Senhores representantes da América Livre: o comunismo luta fundamentalmente contra Deus, nega sua realidade e sua providência.** Portanto, nada mais justo que, no pátio desse Congresso, nós, os representantes deste Continente, nos dirijamos àquele que, como nós, [é] perseguido pelos inimigos da verdade, da justiça e da verdadeira paz. Peço em consequência que ponhamo-nos de pé e façamos um minuto de silêncio elevando nossos corações ao Todo-poderoso e lhe pedindo que se ponha à frente de nossa luta pela Pátria e pela Liberdade do Continente Americano (ARENAS BARRERA *apud* CIA, 1954j: 60, grifo meu)

Depois dessa exortação político-religiosa para o combate ao comunismo ateu, o presidente do I Congresso Prieto Laurens requereu o registro dos delegados credenciados para que se evitasse “a infiltração dos quintacolonistas”. Lamentou que o I Congresso era realizado no pequeno Teatro Cervantes da Cidade do México; as “células comunistas incrustadas no Governo” teriam sabotado sua celebração “no Palácio das Belas Artes” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 66). Acusou também os secretários de Educação e Relações Exteriores do México de terem buscado impedir a presença no I Congresso de “nossos heróicos companheiros de Guatemala”. Agradeceu, no entanto, ao “Ministro de Gobernación” que, ““preocupado com nossa situação”, teria fornecido “5 mil pesos” e, então, “alugamos um *teatrito*” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 66). Resgatando seu passado no movimento cooperativista, Prieto Laurens assegurou que seus correligionários da Frente Popular Anticomunista do México (FPAM) não eram “defensores dos privilégios do capitalismo, mas tampouco queremos incorrer no erro de aceitar as falácias do esquerdismo comunista. (...) Nós levantamos a bandeira da República Cooperativista” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 79).

Nesse sentido, introduziu para posterior apreciação “uma proposta brilhantemente exposta” por Ignacio C. Enríque, “ex-major oficial da Secretaria da Defesa Nacional de nosso país e ex-governador do Estado de Chihuahua”, intitulada ““Nem capitalismo, nem comunismo: uma democracia econômica cooperativista”” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 79). O presidente do I Congresso, então, reforçou que os congressistas estavam ali reunidos para lutarem “contra a intervenção comunista na América Latina”, já que o trabalho mais urgente seria “a destruição da intervenção soviética” e “lutar contra ela é abandeirar-se na cruzada em prol da América Latina” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 79-80).

Segundo o historiador Santiago Jiménez, depois da fala inicial de Prieto Laurens, foram lidas duas mensagens de congratulações enviadas pelo monsenhor Pianin e José Vasconcelos (JIMÉNEZ, 2017: 7). Logo de início parece ter havido certa divergência quanto à composição da Mesa Diretora do Congresso. O delegado Carlos Salazar, do Comitê Coordenador Anticomunista da Guatemala, apresentou uma moção solicitando que o colombiano Alfonso Uribe Misas, reitor da Universidade de Antioquia, assumisse a função de chefe de debates do I Congresso. O delegado Rafael Enriquez, da Legião Panamericana do México, rechaçou a moção, insistindo que o presidente do Congresso era Prieto Laurens. Nisso foi endossado pelo delegado peruano Ernesto Gambetta, que elogiou Prieto Laurens como “este ilustre ciudadano mexicano que ha assumido la responsabilidad ante la Historia de encabezar este movimiento contra el comunismo totalitario que está incrustrando sus garras en la carne frígida de nuestra América” (GAMBETTA *apud* CIA, 1954j: 84-85).

No mesmo sentido posicionou-se o delegado argentino Andres de Cicco que, referindo-se a Prieto Laurens, exaltou “el dinamismo juvenil de este viejo luchador mexicano” (DE CICCO *apud* CIA, 1954j: 85-86). Ao final dessa discussão, o secretário-geral da FPAM Arturo Amaya Alvarez acatou a sugestão de José Baquero, presidente da Câmara dos Deputados do Equador, para que Prieto Laurens, uma vez confirmado como presidente do Congresso, fosse auxiliado por Nestor Gambetta, senador peruano, e pelo guatemalteco Carlos Salazar. Definida a querela, outro delegado da FPAM, não identificado nas atas taquigráficas da CIA, defendeu que o objetivo do Congresso era a defesa do “patrimonio que nos han legado nuestros mayores en lo que respecta a tradición, religión, costumbres, lengua e idiosincracia de toda la América” e, nesse sentido, solicitou para “que todo el Congreso por aclamación le dé un voto de adhesión al invicto ciudadano defensor de los destinos de América, señor Jorge Prieto Laurens” (CIA, 1954j: 86).

Depois disso, enquanto Prieto Laurens procedia à nomeação das Comissões Consultivas, ele interrompeu o procedimento para anunciar e homenagear a presença de “un auténtico veterano de la Revolución en representación del señor General don Jacinto B. Treviño, Presidente de la Asociación Social y Política Hombres de la Revolución, señor General don Emilio Madero” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 87). Solicitou a atenção total dos congressistas para que ouvissem o general Madero “para que haga vibrar el ambiente de nuestro Congreso como lo hizo

en la Revolución cuando luchó al lado de su hermano el Apostol de la Democracia don Francisco y Madero” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 87).

Na sequência, foram designados os coordenadores das três Comissões Consultivas (*Dictaminadoras*) do Congresso. Para a primeira, foram designados o reitor colombiano Uribe Misas, o jornalista guatemalteco José Calderón Salazar e o professor universitário mexicano Salvador Mendoza. Para a segunda, foram indicados o equatoriano José Baquera, o peruano Lincoln Pinzas Alice e o advogado mexicano Isaac Olivé, subsecretário de Trabalho do México. À terceira Comissão foram escolhidos o argentino Andres Cicco, o costa-riquenho Fernando Vargaz Fernandes da Costa Rica e o professor universitário mexicano Manuel Salazar y Arce (CIA, 1954j: 88). Ao final desse primeiro dia, o argentino de Cicco pediu que Prieto Laurens fosse antecipadamente definido como o primeiro orador do dia seguinte, 28 de maio, aconselhando enfim aos congressistas que demonstrassem nos debates vindouros “**la orientación firme de elegir entre la democracia o el totalitarismo, Washington o Moscu**” (DE CICCO *apud* CIA, 1954j: 89, grifo meu).

No segundo dia do Congresso, depois da leitura por Prieto Laurens dos procedimentos do dia, Nicolas Dominguez, do Centro Universitário Anticomunista da Escola de Engenheiros da Universidade Nacional do México (UNAM), apresentou uma proposta sobre o “Comunismo Internacional em Teoria”. Depois de comentá-la, o reitor colombiano Uribe Misas concedeu a palavra ao almirante brasileiro Carlos Penna Botto para que fizesse o mesmo. O presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) procurou “corrigir” pontos da apresentação do estudante mexicano que, segundo ele, teria deixado de apontar para “la primera base falsa del comunismo ortodoxo”, a saber, a defesa da “igualdad de los hombres”. A pregação marxista pela *igualdade* seria “una base falsa que es anterior a las otras grandes bases falsas como son el materialismo histórico y la teoría económica de Marx” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 93). Ademais, “Marx murió sin saber” que “las escuelas filosóficas sensorial o experimental”, “base a su explicación”, seriam derrotadas e substituídas “por la escuela llamada Nueva o Activa que muestra que el hombre y el espíritu humano no se forman de fuera para adentro como Marx acredita, sino que el espíritu humano se forma de adentro para fuera” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 93).

Marx e Engles, assegurou o almirante brasileiro, foram dois “embrutecidos materialistas que deturparon totalmente la teoría hegelina”, degradando a doutrina *espiritualista* de Hegel sobre

“tesis, síntesis y antítesis” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 93-94). Penna Botto rechaçou ainda o dito pelo estudante mexicano acerca da proposta marxista de “dar a quien de acuerdo con sus necesidades” com o exemplo soviético. “Ese es el principio del comunismo, pero no un principio que se use en Rusia, porque para los socialistas Rusia no es comunista, Rusia es apenas socialista” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 93). “Piensan que en el nuevo régimen socialista, cada quien de acuerdo con sus capacidades recibirá sus productos, con la agricultura y la industria, de acuerdo con su producción” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 93). A Rússia, diferenciou o militar brasileiro, estava longe do “régimen comunista utópico” propalado pelo marxista pelo qual “cada quien de hacerlo con sus posibilidades y condiciones recibirá los productos de la industria y de la agricultura de acuerdo con sus necesidades, porque el comunismo proclama que en esta fase ya no hay diferencia entre trabajo físico y trabalho mental” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 93-94).

Com ar professoral, Penna Botto encerrou sua intervenção “corretiva” destacando que “una pequeña cuestión de orden a propósito de esto” já havia sido encaminhada pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), na qual se repudiou “la doctrina marxista” com “puntos que no fueron abordados por el Ilustre Académico” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 94). Na sequência, assumiu um delegado mexicano chamado Manuel Garcia Martinez, que não constou da já citada relação de participantes do I Congresso publicada pelos guatemaltecos. Afirmou que não teria muito a acrescentar à “brillante propuesta” do universitário mexicano, ao aos comentários do colombiano Uribe Misas ou às críticas do almirante brasileiro. Mas fizera apenas um apelo: os congressistas deveriam fornecer “algo concreto” e, no momento subsequente, Garcia Martinez faria uma “revelação” sobre o verdadeiro “inimigo” incidiioso que se ocultaria por trás do comunismo. Salientou, de início, que “todo ha sido muy lindo, muy bellamente expuesto, pero teorizante solamente y el mundo, el mundo católico, México, necesita que nosotros **demandemos algo concreto para luchar en contra de ese poder comunista incrustado en Rusia y que desde aquí me atrevo a decir que nos es comunismo**” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 95, grifo meu).

Mas se o comunismo não era o poder real na URSS, quem de fato a controlaria? Garcia Martinez não tinha dúvidas: “**Nada más es puro judaísmo, simplemente opresión (APLAUSOS)**” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 95, grifo meu). Observe-se aqui,

inclusive, que essa declaração antissemita foi aplaudida pelos congressistas, conforme notas taquigráficas da CIA. Só então que o mexicano identificou-se como um ex-integrante “de una agrupación que combatió al comunismo hace 20 años, *Las Vanguardias Nacionales*, de las que vengo a hacer mención, y de su líder ya muerto por desgracia, el Licenciado Ruben Moreno Rodrigues, que es muy posible que lo hayan conocido, que fué amigo de nuestro querido Presidente señor Prieto Laurens” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 96). Com tais credenciais, o mexicano prosseguiu com sua prédica antissemita, valendo-se do “espectro do judeu-bolchevismo” – já analisado no CAPÍTULO 1 por ter constituído parte da ideologia nazista e do ideário de seus colaboradores do leste europeu que integrariam o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN).

Na particularidade do antissemitismo mexicano, Garcia Martinez defendeu que “la operación comunista fundada en la teoría comunista por Marx, y puesta en la práctica por Lenin, nos es más que un gancho, un anzuelo en que el mundo católico ha caído” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 96). Por esse motivo, recomendou, era preciso ser “radical”, isto é, ir à *raiz* da ameaça comunista, inquerindo sobre sua *causa* primeira, sobre quais as verdadeiras forças “por detrás” do inimigo vermelho. Assim que, em tom dramático, o mexicano explicitou a *revelação* que gostaria de compartilhar com seus pares anticomunistas: “Por la experiencia que tengo, **vengo a revelar al Congreso algo que es la causa del comunismo (...) El comunismo en si nos es la causa, la causa del comunismo: la causa del comunismo es el judaísmo (APLAUSOS)**” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 96, grifo meu). Novamente aplaudido, um exultante Garcia Martinez supôs que aqueles que o aplaudiam estavam conscientes sobre o verdadeiro caráter do *judaísmo* e, por consequência, já deveriam estar familiarizados com as duas “bíblías” sobre ele: *O judeu internacional* do magnata capitalista Henry Ford e *O protocolo dos sábios de Sião*, uma odiosa peça forjada de propaganda antissemita:

**El Judaismo que veo que lo conocen todos los delegados, porque no hay pais en Latinoamerica, y podría decir en el Mundo, que no han sido pasto de esta caterva mundial, inteligente, claro, inteligente, muy inteligente, que ha inventado entre esos dos polos que son el materialismo por ahí y el espiritualismo por acá, una doctrina que es un cuchillo de dos filos que corta por igual a todos. Cuál es ese cuchillo de dos filos? Los judíos, que saben muy bien, por la experiencia que tenemos y por los libros que hemos leído. Ahí está el libro magnífico ‘El Judío Internacional’, ahí están ‘Los elementos de los Sabios de Sion’ que han querido destruir los judíos, pero que algunos tenemos un ejemplar todavía. Sabemos que es un cuchillo de dos filos, y fijense en este distintivo del judío internacional: es muy humilde; se presenta humildemente, se presenta como trabajador, y va prendendo en todos los sindicatos del Mundo, y también se presenta**

**como capitalista, y mueve los dos polos de la Humanidad que son el Trabajo y el Capital** (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 96, grifo meu)

Nessa altura dos debates, um único delegado do I Congresso, não identificado por nome nas atas da CIA, suscitou uma questão de ordem sob a alegação de que Garcia Martinez teria saído do tema. O presidente Prieto Laurens, no entanto, defendeu o antissemita, afirmando que “no se ha salido del tema” e lhe garantiu a palavra. Com ela, o mexicano em questão concluiu sua prédica a um só tempo anticomunista e antissemita, acusando os *judeus comunistas* de dividirem a sociedade quando inventaram:

(...) la llamada ‘sociedad sin clase’ para ser la única. Se sabe muy bien, y en esto tengan la bondade de disponerme si dentro de una República, y si dentro de un concepto democrático voy a exponer lo que pasó en Alemania cuando se descubrieron los secretos del comunismo, cuando **Marx le decía a Engels: Hemos inventado algo que no sabemos qué resultará, pero a la postre la raza judía saldremos ganando, y sabemos muy bien que Lenin le llamaba experimento a la aplicación de esa doctrina, porque estaban tomando a la Humanidad como conejos de índias.** Es injusto eso de que el ateísmo mexicano, el ateísmo latinoamericano, nos está tomando aquí mas funda todavía: que **tenemos que combatir** en nuestra Patria y en Argentina, en Nicaragua y en Colombia y **en toda parte el judaísmo, porque ese es la causa del comunismo** (...) Por eso vengo atacar de cierto modo la propuesto e de cierto modo el parecer que nos dejo puntos terminantes (...) **Vamos combatir (APLAUSOS) no por palabras sino con medidas a la enfermedad, al comunismo e su causa que es el judaísmo.** Esa es mi manera de pensar (GARCÍA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 96-97, grifo meu)

Prieto Laurens, embora defendendo “o direito à palavra” de Garcia Martinez, observou que ele, embora tivesse exigido dos congressistas uma proposta de ação mais concreta, em seu *dictamen* antissemita se limitado a aspectos “doutrinários”. Talvez nisso, ressaltou o presidente do I Congresso, tivesse seu compatriota saído do tema. “O parecer não pode propor nenhuma ação porque a proposta não se refere a isso. É nesse ponto somente que saiu do tema o companheiro e, talvez, por isso pediu a palavra o companheiro delegado que tratou de interromper o orador” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 97). Ou seja, entre “companheiros” anticomunistas desse calibre, releva-se o antissemitismo, não é mesmo? Depois dessa “polêmica”, um delegado da Guatemala, não identificado pelo nome nas atas taquigráficas da CIA, defendeu que, ideologicamente, **“la única doctrina capaz de presentarle una fuerte lucha y una fuerte resistencia al comunismo es la doctrina de Socialismo Cristiano (APLAUSOS)”** (CIA, 1954j: 97, grifo meu).

Enalteceu, assim, “la Doctrina Social Cristiana através de la Encíclica Papal Rerum Novarum y Divina Redentore”, que “hacen un análisis cuidadoso de la doctrina comunista (...) que



debe ser aceptado integralmente por todos los católicos de América, ya que la religión universal en América Latina es la religión católica” (CIA, 1954j: 97). Na medida em que a proposta do estudante mexicano “Comunismo Internacional en Teoría” contemplara a doutrina social católica, o guatemalteco concedeu a ela seu “completo y absoluto apoyo”. Salientou que não assistiria razão aos críticos que apontam faltar uma doutrina aos anticomunistas e “en este Congreso estamos viendo perfectamente que se está formulando en formas efectivas una doctrina a seguir para combatir al comunismo, y esa doctrina no puede ser otra que la doctrina democrática cristiana contenida en las Encíclicas Papales” (CIA, 1954j: 99).

E a *Divina Redentore* de Pio XI já havia fornecido aos anticomunistas uma crítica ao “materialismo dialéctico contemplado por Marx y Engels en la teoría comunista”, rechaçado pelo Sumo Pontífice como instrumento que “despoja al hombre de toda personalidad”, “de toda libertad, desconoce los principios fundamentales de la familia, reduce al hombre a la categoría de los animales, reduce al hombre a las categorías de las bestias, a la categoría de las cosas, y eso no lo podemos nosotros aceptar de ninguna manera” (CIA, 1954j: 99). Era preciso contrapor ao marxismo, portanto, “la teoría democrática cristiana”, que “eleva al hombre a semejanza de Dios su Creador”, sendo “la doctrina democrática Cristiana” a única capaz de resolver “los problemas en forma justa y efectiva de la clase obrera y de la clase campesina” (CIA, 1954j: 99-100). Segundo o guatemalteco:

La Doctrina democrática Cristiana contempla la reivindicación social a través de la justicia social; contempla la reforma agraria justa para salvar al campesino de la miseria en que le tiende sometido el capitalismo liberal; contempla el Código de Trabajo que establece relaciones justas entre el patrón y el obrero; contempla el seguro social en favor del obrero; contempla todas aquellas medidas que vayan en favor y que tengan por objeto libertar al obrero de su miseria porque la doctrina democrática contempla que la miseria en que se encuentra sometida la clase obrera y campesina, son los principales fermentos que ha hecho crecer el comunismo en nuestros pueblos (CIA, 1954j: 100)

Em suma, a doutrina social da Igreja, uma vez colocada em prática, constituiria o melhor instrumento para “resgatar” trabalhadores e camponeses da miséria produzida pelo *capitalismo liberal* e que serviria de “fermento” ao *comunismo*. A típica linhagem da “terceira via” católica, antiliberal e anticomunista, portanto. E foi justamente com essa base ideológica que o delegado guatemalteco criticou a ditadura de Jorge Ubico, derrubada pela Revolução de Outubro de 1944. Ao sufocar reivindicações legítimas da classe trabalhadora, que buscava sair da miséria, Ubico semeou as condições ideais para que o “fermento” comunista: “Si Guatemala no hubiera padecido

la oprobiosa dictadura de Jorge Ubico, a estas horas quizás el comunismo no hubiera florecido en la forma que florece en nuestra tierra” (CIA, 1954j: 100).

Resultado? As justas reivindicações dos trabalhadores foram agarradas pelas “manos de los comunistas”, que “nos lleva a la esclavitud completa”. Por isso, aqueles que “están organizando el movimiento de liberación de nuestra tierra, han contemplado que debemos presentar al pueblo de Guatemala algo justo, algo efectivo” (CIA, 1954j: 100). Daí que os “libertadores” deveria implementar “en Guatemala el Partido Demócrata Cristiano porque es el partido que ha de contemplar las reivindicaciones justas y efectivas de la clase obrera y de la clase campesina” (CIA, 1954j: 100-101). O presidente o Congresso Prieto Laurens interrompeu o guatemalteco recordando-lhe que “estamos en el Capítulo de estudio de la Doctrina”, não sendo ainda o momento das “proposiciones concretas” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 101). Prieto Laurens solicitou às delegações que se limitassem à discussão da doutrina: “**Primero tenemos que precisar qué es el comunismo, qué ofrece el comunismo, y luego vemos a decir cómo lo combatimos**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 101, grifo meu).

Na sequência coube ao almirante Penna Botto fazer uma intervenção na qual criticou uma proposta feita por José A. Baquero de la Calle, presidente da Câmara dos Deputados do Equador. Este teria dito que “la iglesia no considera desigualdades entre los hombres. Esto es profundamente inexacto”, contra-argumentou o brasileiro. Se a Igreja afirma que o homem é igual na “essência da natureza humana” – “porque todos fueron hechos por Cristo”, “todos tienen un mismo destino con Dios” e “todos tienen cuerpo moral y alma inmortal”, “en cuanto a los accidentes de la naturaleza humana, el propio Salvador se refería con frecuencia a los hombres diferentes” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 108). O brasileiro já havia defendido ter sido o erro básico de Marx a defesa da *igualdade* e, polemizando com o peruano, defendeu que Jesus Cristo defendera a *desigualdade* quando disser que “en la misma casa los alfileros no son iguales”. “**La Iglesia dice que la armonía social depende de los principios, que son la desigualdade social y la necesidad de unión de las clases sociales**”, exaltando o almirante uma “famosa” e “feliz” frase do papa Leão XII: “**Las clases sociales son diversas pero no adversas**” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 108-109, grifo meu).

Até mesmo “**la Iglesia, según la Encíclica Papal, es una Institución divina para una Sociedad desigual**; la Iglesia es una sociedad desigual en la cual se distingue una parte docente y

una parte dicente, jerarcas y súbditos” e “**ahí está lo se refiere a la famosa igualdad de los hombres que no existe, ni en la misma Iglesia Católica**” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 109, grifo meu). Em resumo, para o presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), “la desigualdade humana” era uma “verdade básica, fundamental” e, assim como “**los hombres son todos desiguales**”, “tampoco hay leyes que sean iguales” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 109, grifo meu).

A *desigualdade* seria uma *lei* tanto da natureza humana quanto da natureza inorgânica. Tudo seria desigual. Por exemplo, raciocionou o militar brasileiro, “si ustedes toman un milímetro cúbico de sangre humana y lo examinan en el microscópio observarán cinco millones de glóbulos blancos y rojos, todos desiguales al microscópio. Si usted examinan las arenas de una playa al microscópio, no encontrarán dos granos de prensa iguales” (PENNA BOTTO *apud* CIA: 109). Eureka! “Entonces”, arrematou o almirante, “**la desigualdade impera en los hombres y en las cosas. Es la más universal de las leyes**” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 109, grifo meu). Se desiguais, não podem ser tratados “bajo el mismo pié de igualdad, deben ser colocados según su orden individual” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 109). Isso implicaria “colocar a los individuos según el orden de precedencia”, “cada quien ocupando el lugar que merece”, pois, do contrário, uma grande *injustiça* seria cometida contra a ... *desigualdade humana*: “**Seria una gran injusticia colocar en planos iguales a hombres diferentes, diferentes en raza, diferentes en trato y diferentes en corazón**” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 110, grifo meu). Uma sociedade *desigual* encontraria na meritocracia o seu complemento lógico, já que “**el mérito es individual, no es colectivo. Mérito colectivo es la teoría rusa**” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 110, grifo meu). Essa “seleção dos melhores”, “dos mais fortes”, “dos mais aptos”, coroou o ideário do brasileiro, um autêntico ideólogo, fardado, do *darwinismo social*:

**Ahora vamos a la ley de la selección. ¿Qué cosa quiere decir la ley de la selección es universal? Darwin habla de la transformación del macaco en el hombre, pero la ley de selección es una ley general. ¿Cómo entonces oponerse a los fundamentos que yo presento de que esta ley es general, [de que] pervive el más fuerte entre los hombres? La sociedad precisa ser armoniosa, y para ser armoniosa necesita que los hombres todos desiguales sean seleccionados y colocados según su jerarquía. Los tres puntos básicos de una sociedad son la desigualdad, la selección y la jerarquía.** (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 110, grifo meu)

Mais claro, impossível. Na cosmovisão de Penna Botto, os atributos inelimináveis de qualquer sociedade seriam a desigualdade humana, a seleção do mais forte e a preservação de uma

orden hierárquica entre classes diversas, mas não adversas. Tudo isso sob a benção da Igreja católica, entrelida como *una Institución divina para una Sociedad desigual*. Uma exemplar fusão ideológica, portanto, de *darwinismo social* com ultraconservadorismo católico. Depois de se portar como o arauto da desigualdade, o almirante brasileiro rebateu as críticas feitas pelo equatoriano Baquero de la Calle à proposta apresentada pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA). (Note-se que tanto as propostas apresentadas às Comissões Consultivas quanto as lidas em plenário durante o I Congresso não foram anotadas pelas atas taquigráficas da CIA, que registraram apenas os debates congressuais).

O equatoriano insinuara que a crítica feita pela CBA aos fundamentos da “teoría económica de Marx” estaria “muy resumida”. “Claro, no se podría hacer un examen de la teoría económica de Marx en tres páginas de papel. Hay que hacer un resumen, una síntesis. Su Excelencia el representante del Ecuador dió a entender que toda la teoría de Marx no se podría decir en pocas palabras que no vale[n] nada” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 110). Pelo contrário, defendeu o almirante, “la teoría económica de Marx podemos combatirla en una forma elemental”, garantindo ter estudado *O Capital* e tudo o que “ha aparecido sobre la teoría de Marx, y puedo asegurar que es falso no solamente en la parte matemática, sino en la parte metafísica” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 111). Seria preciso combater, sim, “la Teoría del Valor de Marx” em seus fundamentos básicos, que seriam: “la substancia del valor base del trabajo; el monto del valor se mide por la cantidad de trabajo, y la cantidad de trabajo es medida por el tiempo empleado en ejecutarlo” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 111).

Esse “fundamento primordial de la Teoría del Valor de Marx” estaria, contudo, “completamente errado”. “Marx se refería a trabajo útil y tiempo útil”, alegadamente equivocando-se ao não ter percebido que, “cuando el operario produce en 8 horas 200 o 300 pesos de mercancia, necesitó para ejecutar ese trabajo no solamente su fuerza física, utilizo la máquina, máquinas que fueron construidas, inventadas y perfeccionadas a través de los siglos” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 111). Não teria considerado Marx em sua teoria da mais-valia o papel das máquinas na produção, descuidando também do fato de que “no hay solamente la fuerza de trabajo del operario, sino que también el trabajo, la capitalización de trabajo y la capitalización de tiempo. Marx se olvido de esas dos cosas importantísimas: el capitalismo del trabajo y el capitalismo del tiempo” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 111). Descuidar desses aspectos teria sido o “gran

sofisma de la Plus-Valia, o del ‘agio’ del capital, en que estriba precisamente el sofisma de la teoría de Marx” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 111). Tentando reproduzir (e invalidar) as categorías marxianas de trabalho-pago e trabalho não-pago, assinalou Penna Botto a seus pares: “Marx dice que cuando un operario trabaja 8 horas y produce 500 pesos de mercancías, esos 500 pesos fueron producidos en las 4 primeras horas y por lo tanto, lo que el operario ha trabajado después de 4 horas, las otras 4 horas, representan la Plus Valia, representan trabajo que no es pagado por el patrón, representan trabajo de explotación del operario” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 111).

“Enteramente errado también”, concluiu. E qual o motivo do “erro” de Marx? Novamente, teria desconsiderado que “el operario produjo porque tenía las máquinas a su disposición” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 111-112). Nota-se, pois, uma crítica vulgar à teoria da mais-valia marxiana, já que o alemão nunca deixou de analisar o papel do maquinário, ele próprio resultado do processo de trabalho, no ciclo da produção e reprodução ampliada do capital. Mas, para o “douto” Penna Botto, Marx teria “se esquecido” que o maquinário era condição *sine qua non* para a força de trabalho gerar, uma vez empregada na produção, um sobrevalor acima de seu próprio “custo” de reprodução social, a mais-valia reconvertida, entre outras formas, em lucro patronal. Mas é fundamental seguir, sobretudo, o modo de raciocinar de Penna Botto. Para ele, Marx teria apenas retomado “la modificación de la división clásica de capital físico y capital circulante, división que data de [David] Ricardo y de Adam Smith, los primeros y los más grandes economistas que el mundo he visto” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 112).

Marx modificara esse esquema de Smith e Ricardo e teria “dicho: no, capital constante y capital variable. Y dice Marx capital constante es aquel que no es reproducido en mercancías. Siempre que hay un valor nuevo, este valor resultó del capital variable. Quiere decir de los salarios pagados a los operarios. Esto es un error” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 112). Foi por tentar sintetizar essa teoria econômica “errada” de Marx, justificou-se o almirante, que a proposta da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) redundara em ser “muy resumida”. “Entonces, no podría hacerse una explicación, porque la teoría de Marx, la teoría económica de Marx, es errada. Por eso tuve que hacer una síntesis en pocas líneas” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 112). A essa altura, Prieto Laurens advertiu ao brasileiro que, embora lhe tivesse concedido o uso da palavra por cinco minutos, ele já ultrapassara quinze minutos. Assim que, prometendo concluir, Penna

Botto deixou de criticar a teoria da mais-valia de Marx e concentrou seu ataque à URSS, caracterizada como o *Estado-patrão único*:

El patrón único. Todo el mundo sabe lo pavoroso del régimen de patrón único, el Estado hipertrofiado, el patrón único que es el Estado, contra el cual nadie puede reclamar, que esclaviza a las máquinas, que le dice al operario: Usted tiene que trabajar aquí, usted no puede cambiar de trabajo. Su familia tiene que trabajar allá, tus hijos tienen que trabajar en otro lugar, en otra ciudad, porque así conviene a la producción estatal. En Rusia sólo se hace producción, y nada más. El hombre es una máquina de producir (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 112-113)

Depois dessa longa intervenção de Penna Botto, assumiu a palavra o coordenador de uma das Comissões *Dictaminadoras* do Congresso, o vice-presidente da Câmara de Deputados do Peru Lincoln Pinzas Alice, que fez alguns “esclarecimentos” ao almirante brasileiro, a quem reconheceu “su vasta cultura” e “sua sena intención”. A seriedade do brasileiro também revelaria “cuanto está sintiendo la amenaza cernida [del comunismo] sobre la América Latina”. Depois dos elogios, Pinzas Alice explicou a Penna Botto os motivos da Comissão *Dictaminadora* não ter acolhido todas as sugestões da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA). Não se tratava de divergências ideológicas, mas de uma opção tática sobre a definição da redação final de *Ponencias* que ganhariam publicidade e, se mal redigidas, poderiam comprometer a causa do I Congresso. Por exemplo, aclarou o peruano, a Comissão “no ha sostenido ni pretende sostener que no exista en la naturaleza humana desigualdad entre las cosas y los seres vivientes”, uma vez que “basta la realidad que golpea en los ojos y demuestra que todo y todos somos distintos” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 114). Todavia, era preciso considerar que, se a desigualdade contribuiu à formação espiritual de “nuestra cultura, de nuestras instituciones en esta parte occidental del mundo”, ela deveria ser abordada em sua relação com “esa igualdad esencial de la persona humana”, que “sirve a la estructuración de nuestro derecho: la igualdad de los derechos, la igualdad ante la Ley, la igualdad de todos ante la Ley (APLAUSOS)” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 114).

Pinzas Alice defendeu, assim, a redação da proposta do equatoriano Baquero de la Calle, aquela que foi longamente contraditada por Penna Botto. A Comissão *Dictaminadora* não poderia defender que a essência da democracia seria a “desigualdad de los hombres” e “un Considerando tan breve que no puede entrar en el análisis filosóficos que sostiene la selección, y luego jaraquia, indujese a error a las grandes masas” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 114). Ou seja, o tripé defendido pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto – *desigualdade, seleção dos mais fortes e hierarquia* – não poderia ser incluído na proposta do Congresso, sob pena deste

afastarem-se as *grandes massas*. O comunismo e “la intervención soviética” não “penetrariam” nas “masas cultas” da sociedade latinoamericana, argumentou Pinzas Alice, mas sim “en la parte ignorante de nuestros pueblos”. E, diante dos *ignorantes*, “no podemos hablarle de desigualdad que pudiera equivocadamente interpretar y prevenir a nuestro pueblo contra este rechazo” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 115). A Comissão coordenada pelo peruano teria optado, então, por uma redação menos empolada. Dessa forma, “si la conclusión dice ‘Repudiamos la doctrina marxista, repudiamos los principios soviéticos’, no debemos dejar ningún párrafo que pueda llevar a duda o confusión a esos pueblos que no están debidamente preparados para esta clase de discriminaciones de orden filosófico o de orden económico muy avanzado” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 115).

Pinzas Alice destacou que o próprio Penna Botto, “con una cultura que abruma”, teria declarado da tribuna a impossibilidade de esclarecer cabalmente a teoria da mais-valia de Marx. O brasileiro falou “de la plus valia, del trabajo necesario para la producción, del llamado ‘álgio del capital’ cuando hize suyo ese exceso no retribuído, de la intervención de la máquina y una serie de problemas” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 115). Porém, indagou o peruano: “Digame la Asamblea si esto le dijémos a nuestros pueblos de nuestros países, la mayor parte de los cuales han alcanzado apenas la educación primaria, podrían entenderlo?” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 115). E se, depois de explicada a teoria da mais-valia de Marx *a nuestros pueblos*, “los decimos que la desigualdad es la ley de la naturaleza, y que hay que seleccionarlos, no les estaríamos diciendo que unos nacieron para obedecer y otros para mandar? Y no diría el pueblo: los que mandan son justamente nuestros dictadores, y entonces el pueblo se prevendría?” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 115). Enfim, incorporar o ideário antipopular e antidemocrático de Penna Botto na proposta debatida seria “un error didáctico, de método, de sistema” e, por isso, Pinzas Alice teria rechaçado “esta hermosa advertencia que la Delegación Brasileña ha hecho con tanto brillo” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 115-116).

Uma declaração desse gênero seria “imprudente” e o momento era de “muchca cautela, porque el adversario comunista es docto en esta materia” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 116). “No se ofenda el delegado brasileño, porque nosotros sólo decimos que no es aconsejable el sistema”, isto é, “sin rechazar estos principios filosóficos”, mas apenas “por razón de método”, “creemos nosotros, conociendo nuestra realidad nacional, que establecer un considerando de este

género puede llevar a confusión” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 116). E os povos latino-americanos, “que son tan católicos y cristianos, no llegarían a conocer en qué reside la desigualdad en los demás?” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 116).

Bastaría hacer este predicamento para que ellos nos reciban con prevenciones. En cambio si nosotros no hablamos de esto, si les explicamos en los considerandos anteriores la razón fundamental que nos lleva a rechazar la doctrina comunista, nos habrán de acompañar, y desde esta tribuna recibirías las luces en sus consciencias para saber por qué rechazamos el comunismo. Repito, pues, la Delegación brasileña sostiene principios que todos aceptamos. Proponemos no insistir en mantenerlos en esta declaración, porque pudieran ser contraproducentes sus resultados. Ocurre lo mismo con respeto de la selección. **La selección es una consecuencia de la propia desigualdad; el más apto surge, el menos apto perece, pero son conocimientos de educación un tanto superior, y si nos dirigimos a las masas**, vamos a empezar por la masa obrera y campesina, trabajadores arrancados de la escuela por las necesidades de la vida en nuestra realidad latinoamericana, rechazarán aquellas ideas elaboradas con el tremendo esfuerzos que han tenido que realizar los cultos señores delegados durante tantos años para poder transformar estas nociones metafísicas, casi abstractas, de orden económico elevado, en nociones precisas para que las reciban nuestros pueblos. De suerte que **la misma observación hacemos respecto de la idea de selección y jerarquía** (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 116, grifo meu)

Isto é, seria contraproducente à causa anticomunista publicar o ideário da Cruzada de Penna Botto em defesa da *desigualdade*, da *seleção dos mais aptos* e da *hierarquia*. Da mesma forma, seria perigoso fazer chegar às *massas populares* até mesmo o rechaço anticomunista à teoria da mais-valia de Marx. Isso porque “**la Teoría del Valor, que como hemos dicho antes habla de desigualdade, resulta peligrosa, como lo será hablarles de la teoría del valor en sólo dos considerandos**” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 116, grifo meu). Pinzas Alice garantiu concordar com Penna Botto com um fato “consumado”: a teoria econômica marxista já estava superada e nela “hay errores matemáticos como nos dijo el delegado del Brasil” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 116). “Pero no es conveniente decirlo sólo en un Considerando para repudiar el comunismo. Digámolas en el lenguaje corriente, cosas fáciles, accesible a ellos, por qué la repudiamos. Entonces habrán de acompañarnos” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 117).

O peruano rebateu, por último a proposta da CBA de Penna Botto referente ao *Estado-patrão* soviético. O parágrafo havia sido suprimido por Pinzas Alice porque sua redação em castelhano adquirira “una doble interpretación”. O adendo feito pelo Cruzada de Penna Botto ao Considerando da proposta em discussão teria caracterizado a URSS como *um regime de patrão único* que seria uma *ditadura sobre o proletariado*, e não uma *ditadura do proletariado*. “**Entonces, repudiamos la dictadura sobre el proletariado pero, y qué hacemos con la**



**dictadura del proletariado. La aceptamos, o no?** Como el considerando no decía tal cosa, era preciso suprimir esta cosa de la dictadura del proletariado” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 118, grifo meu).

O vice-presidente da Câmara dos Deputados do Peru, na condição de coordenador de Comissão *Dictaminadora* do Congresso, garantiu a Penna Botto que seu trabalho de editor priorizou a “claridad del pensamiento” e, ao fim, saudou os congressistas: “Renuevo mis votos para que esta tribuna haga llegar esta idea al pueblo americano. Nosotros hemos reunido aqui el contingente de nuestras fuerzas espirituales, pero el aporte de tan brillantes intelectualidades eso es lo que ha de producir los grandes resultados de nuestra acción popular” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 118). O presidente do Congresso Prieto Laurens elogiou então a “brillante exposición del Parlamentario Peruano” e assegurou que suas observações “no estan en contra de la ponencia del señor Almirante Penna Botto, sino que quieren solamente cambiar el método y la expresión, sobretudo, de los conceptos, para ajustarlos a las circunstancias de la América Latina” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j, 118). E, na sequência, quem interveio na já acalorada e demorada discussão? O já citado antissemita mexicano Miguel Garcia Martinez. Solicitou a palavra para aclarar dois pontos. O primeiro sobre a questão da *igualdade*. Segundo ele, “hay igualdad ante la mente de Dios, para quien somos iguales para tener su misericordia, su perdón, pero somos desiguales en cuanto que merezcamos esos perdón y esa misericórdia” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 119). Assim sendo, de um lado, “los hombres nacen iguales”, mas de outro, “la educación los vuelve diferentes”, indagando o mexicano: “**De qué serviría a las clases humildes diciéndoles: son iguales? Esse es el opio del comunismo**” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 119, grifo meu).

Na polêmica congressual, portanto, o antissemita mexicano se colocou ao lado o almirante brasileiro: ambos eram arautos da *desigualdade*. Se para o militar do Brasil o erro básico de Marx havia sido afirmar a *igualdade* entre os seres humanos, essa afirmação era considerada por Garcia Martinez como *el opio del comunismo*. Pregar a *igualdade* às *clases humildes* teria um efeito nefasto: “El ignorante, que no cumple con sus obligaciones ciudadanas, (...) con su familia, se considera igual al rico, al privilegiado, y esa desigualdad humana es la que debemos tener como una emulación, no igualando al que está arriba por la mente o por el saber o por el dinero, al que no tiene nada porque no cumple con sus obligaciones ni aspira a la cultura ni a nada” (GARCIA

MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 119). E o Congresso não deveria ter medo de dizer publicamente “a las clases populares”: **“tu eres desigual porque no has podido ser culto; porque no te has cultivado”** (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 119-120, grifo meu).

O perigo não seria afirmar essa *desigualdade*, mas justamente o contrário. O nocivo seria a pregação da *igualdade* junto às *clases populares*, às *classes humildes* e aos *ignorantes*: **“Decirle ‘tu eres igual’, es darle el opio comunista que dió Lenin al mundo”** (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 120, grifo meu). O segundo ponto que Garcia Martinez buscou “esclarecer” junto a seus pares do I Congresso era um tema caro a ele: seria preciso indagar sobre a *causa* “por detrás” do comunismo. Eis que, argumentou, “cuando el señor Almirante habla de la miseria creciente, no dice más que la realidad de la doctrina marxista. La miseria creciente de los trabajadores está revelada, **vuelvo con mi tema, como lo explique, que no solamente ve la enfermedad, sino analiza la causa de esta raza judia, vuelvo a revelar este secreto**” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 120, grifo meu). Ou seja, a *enfermidade* comunista seria *causada* pela *raça judia*. Assim **“dicen los protocolos de los Sabios de Sión, que son máximas que ellos tienen para su Gobierno (hay quien los conozca aquí, porque veo señales de asentimiento)”** (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 120, grifo meu). O antissemita mexicano chegou a citar, inclusive, um trecho dos *Protocolos dos Sábios de Sião*:

‘Haremos, para gobernar al mundo, que los obreros están pidiendo constantemente aumentos de salários, pero también haremos que los precios están elevados constantemente, y oiendo se rompa el equilibrio, entonces se presentarán nuestros economistas y dará[n] la solución, y gobernaremos aquél país, especialmente los países cristianos y católicos’ (CIA, 1954j: 120)

Essa passagem dos *Protocolos* não “explicaria” a realidade do hemisfério? “Y qué estamos viendo en todos los países de la América Latina, especialmente en el nuestro?” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 120). Recorde-se que no primeiro dia do Congresso esse mexicano acusou os judeus de controlarem, em sua dicção, os dois polos regedores da humanidade: o trabalho e o capital. Junto aos trabalhadores, os judeus incitariam greves e reivindicações por melhores salários. Dominando o capital financeiro, controlariam artificialmente os preços das mercadorias para aumentarem a miséria da população. Não seria isso que “estamos viendo en nuestra Patria”? Greves e agitações no mundo do trabalho, de um lado, aumento dos preços e depreciação do *peso*, de outro.

A desvalorização da moeda seria criada, conforme insinuou Garcia Martinez, por “un imperialismo que quisiéramos tener a mil kilómetros de distancia” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 120), isto é, o imperialismo *yankee*. “En la práctica hemos visto lo que el señor Almirante expone allá en su considerando o en su resolución de la miseria creciente de los trabajadores, como prueba de la falsedad de la doctrina marxista” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 120). “Vuelvo a insistir en declarar y en denunciar esto porque es lo cierto: **los judíos dicen el día que se rompa el equilibrio, nosotros seremos los que gobernaremos la hacienda de ese país**” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 120, grifo meu). “Ya vimos en tiempos de don Porfirio cómo hubo un hacendista judío que fue Limantour, que hundió al país, y no vamos a analizar la Revolución Mexicana” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 120-121). E mais, para o antissemita, pior: expulsos da Europa, os judeus “infiltraram-se” no México.

**El judaísmo, que fue excluido de Alemania y en Bélgica y en todas partes en donde se les borró de las naciones, se ha refugiado en México.** Vean un directorio Telefónico y todos los Cohen, y todos los Lavin y **todos los judíos que no pudieron hacer su agosto con la doctrina hitlerista, se han refugiado en México y está[n] riéndose, porque nos están gobernando por el hambre.** Dícen ellos mientras haya masas hambrientas no se ocupan de nada y no nos expulsan, y hacemos de ese país nuestra Insula Baratária (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 121, grifo meu)

O *judaísmo* e os *judeus*, portanto, seriam os responsáveis pela miséria mexicana. Ao término dessa intervenção antissemita, Garcia Martinez garantiu que só estaria “denunciando estas cosas para que otros talentos mejores y más bien edificados los estudien en sus diferentes naciones” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 121). Enfim, o mexicano deu-se por satisfeito com seus “esclarecimientos” acerca da questão da *igualdade/desigualdade* e sobre aquilo que designou como a verdadeira *causa* da *doença comunista*, a *raça judia*. “Esclarecidos” esses pontos, concluiu seu aparte defendendo o adendo da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto que fora suprimido pelo peruano Pinzas Alice, mostrando-se favorável à “tesis del compañero delegado del Brasil” e contrário ao “dictamen, para que quede exactamente como el lo presentó, y sin las enminendas que le ha hecho la Comisión” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 121).

Em um rápido aparte, o deputado equatoriano Baquero de la Calle defendeu-se da insinuação feita por Penna Botto de que ele concordaria com a teoria da mais-valia de Marx, destacando que “un delegado que está en este Congreso jamás podrá estar por la Teoría Marxista del Valor, ni ninguna otra teoría marxista. Esto es absurdo. Mi mera presencia aquí está indicando

cual es la posición que se tiene respecto de este punto” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 123). Porém, sua proposta consistiria em “saber perfectamente quien es nuestro enemigo y cuáles son sus armas y usar de las armas más poderosas que tiene el cristianismo en su teoría económica” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 123). Seria um erro desconsiderar que a teoria marxista “ha sido tan poderosa que inclusive ha llegado a conquistar pueblos enteros” e, “dándole la importancia que se merece a las armas que tiene el enemigo, nosotros tenemos que conocerlas y conocer su valor e importancia, justamente para poner todos los medios de combatirla” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 123). “Si considero y sigo considerando que la teoría económica de Marx es sumamente importante, y que se debe estudiar, conocer y destruir esa teoría, justamente con otra teoría y con otros principios” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 123).

Enfim, o almirante Penna Botto, em um aporte derradeiro, ressaltou que jamais lhe ocorrera a ideia de que a proposta da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) “fosse presentada a las massas populares. Mi ponencia fue para ser discutida por el Congreso, no para ser puesta a consideración de los obreros y de los campesinos” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 124). Por último, o *Dictamen* foi aprovado com as supressões feitas por Pinzas Alice no adendo apresentado pela CBA. Era inoportuno que o Congresso publicasse uma proposta publicamente defendendo a *desigualdade* entre os indivíduos, a *seleção dos mais forte* e a *hierarquia*, como gostaria a CBA e, concordando com seu adendo, o antissemita mexicano Garcia Martinez. Depois, o presidente do Congresso rebateu a cobertura que a imprensa mexicana fizera do evento, publicando que “nosotros no pudimos reunir ni la metade del luntanario de este teatro”. Porém, “como éste no es un Mitin político, no nos interesa la cantidad de gente que venga aquí, lo que nos interesan son los delegados fundamentalmente” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954: 124). Embora nem todos convidados internacionais puderam de fato comparecer, saudou Prieto Laurens os mexicanos presentes: *obreros, campesinos, estudiantes, maestros de escuela, militares, marinos, intelectuales, todas las clases sociales* (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 124).

O jornalista que teria ironizado o baixo número de participantes do Congresso, segundo seu presidente, era um cronista político “del PRI y nosotros hemos repudiado siempre al PRI. Aquí no hemos concurrido en camiones borregadas electorales (APLAUSOS), ni lees hemos pagado dinero, ni les damos pulque a las pobres plebes para que vengan a hacerla de paleros

(APLAUSOS)” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 124-125). Depois de criticar o PRI e “seu” jornalista, Prieto Laurens ironizou a hipocrisia do ministro de Educação Pública do México que, embora tenha negado a cessão do Palácio de Bellas Artes para que o Congresso fosse realizado nele, alegando tratar-se de “una reunión política”, fornecera o mesmo Palácio para o evento de “una organización política comunista”, a “Federación Nacional de cañeros dirigida por un comunista millonario, un tal Vidal Díaz Muñoz que se ha enriquecido con el hambre del pueblo” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 125). Os “comunistas” de Díaz Muñoz, alegadamente ligado à “Federación Sindical Mundial”, já teriam conseguido reservar o Palácio para um evento pré-agendado para junho de 1954, que contaria com a participação da Confederación de Trabajadores de América Latina (CTAL), “el organismo fantasma de Lombardo Toledano a las órdenes del Cominform” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 125).

Para esses, sim, “que vienen a minar las instituciones de nuestro país, y que envenenan a nuestra juventude y a nuestros obreros, para estos bribones el Ministro de Educación y el Director del Instituto de Bellas Artes si accedieron a darles el Palacio de Bellas Artes” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 125). Essas autoridades estariam “traicionando el Presidente de la República”, “al Gobierno de México”, “al pueblo” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 126). Na sequência, Prieto Laurens criticou outra autoridade que teria tentado sabotar o Congresso: o presidente do Instituto Mexicano de Seguro Social, Antonio Díaz Lombardo. Destacando que ele seria “um engenheiro milionário” e um “comunista”, o presidente do Congresso indagou se seu compatriota antissemita Garcia Martinez não teria razão: “Parece que o que nos disse o companheiro Garcia Martinez é certo. **Os comunistas têm armas de dois gumes: como os judeus, são capitalistas, e ao mesmo tempo são proletários, uma coisa que não se entende (APLAUSOS)**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 126, grifo meu).

Observa-se, pois, o antissemitismo também inscrito na cosmovisão de Prieto Laurens, que prosseguiu afirmando ao auditório do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina que existiriam “comunistas infiltrados” no governo do México. Teriam sido eles que concederam o Auditório do Seguro Social para um evento recente da Liga del Caribe e para a CTAL de Lombardo Toledano. De fato, “os comunistas são muito hábeis. Educaram-se sob uma máscara, uma de tantas máscaras que usam”, valendo-se, por exemplo, de “uma distinta denominação desse organismo inútil que se chama a Organização das Nações Unidas

(APLAUSOS). Imaginem vocês que encontraram uma denominação que é assim: Agrupação de Sociedades Não-Governamentais” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 126-127). Em uma de suas reuniões, “insultaram os povos e (...) os governos anticomunistas da América. Vociferaram contra Cuba e contra Santo Domingo e contra Venezuela e contra Argentina e contra todo mundo. Lá falaram contra Nicarágua e contra El Salvador e unicamente mereceram elogios, sabem os senhores quem? Arbenz e companhia” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 127). A esses, sim, “les concedieron el auditorio del Instituto Mexicano del Seguro Social” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 127).

Depois dessa enxurrada de “queixas”, a delegada paraguaia Isabel Arrua Vallejo, antes de proceder à leitura previstas de outras propostas, externou seu incômodo com o fato do Congresso estar tratando de “assuntos realmente de caráter interno”, o que “poderia interpretar-se como assuntos de caráter político”. “Nós entendemos que é tão importante a Agenda [do Congresso], as questões que viemos tratar aqui, que seja breve aquele que vai ocupar a tribuna, e logo passemos aos assuntos da Agenda” (ARRUA VALLEJO *apud* CIA, 1954j: 128). Arrua Vallejo foi, no entanto, abruptamente interrompida pelo delegado mexicano Benigno Rivas Cid, que vociferou pela expulsão de Lombardo Toledano da “América Libre” para a URSS. O peruano Pinzas Alice interveio reiterando o o pedido da delegada paraguaia: os delegados deveriam concentrar-se na Agenda do Congresso e era extremamente embaraçosa a situação “que se nos crea cuando se tratan estos problemas internos del pueblo mexicano que sólo a él le corresponde considerar” (PINZAS ALICE *apud* CIA, 1954j: 129-130). A contragosto Prieto Laurens concordou, justificando-se: ele estaria “alejado de toda lucha política”, no sentido político-partidário, e trouxera à tona “asuntos políticos internos” porque eles estariam “estrechamente vinculados a este Congreso, porque a este Congreso se le negó lugar para su celebración” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 130).

Posteriormente, o delegado Horacio de Cordoba y Monzón, do Comitê Cívico Nacional da Guatemala, iniciou o seu discurso defendendo que “nosotros los guatemaltecos estamos de acuerdo en que en este Congreso se señale las lacras que están llevando a todo el mundo a la esclavitud más denigrante (APLAUSOS)” (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 131). Por seu caráter decididamente anticomunista, o I Congresso Contra a Intervenção Soviética da América Latina seria assim superior à Assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA)

reunida em Caracas, na Venezuela, de caráter exclusivamente “diplomático”: “Precisamente por el fracasso de las Naciones Unidas y de esa Conferencia [de Caracas], se ha hecho necesario que los pueblos se representan por si sólo en esta campaña antissoviética (APLAUSOS)” (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954: 131).

Aqui, o *script* da CIA na Operação PBSUCCESS/KUGOWN era seguido à risca: “O propósito declarado do congresso seria perpetuar esforços privados para promover os objetivos anticomunistas da Conferência de Ministros Exteriores de Caracas” (CIA, 1954j: 1). Cordoba y Monzon criticou a postura do governo da Guatemala nessa Conferência da OEA, garantindo que, tal qual o *povo* mexicano rechaçaria o comunista Lombardo Toledano, o *povo* guatemalteco repudiaria Arbenz. Criticar os comunistas mexicanos, inclusive, não era tratar de “assuntos internos” do México. Isso porque, garantiu Cordoba y Monzón, **“los primeros brotes de comunismo en Guatemala fueron importados de México. La Revolución de Octubre de 1944 fue pagado por el comunismo mexicano (UN GRITO: ‘ES CIERTO’)”** (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 133, grifo meu).

(...) **los guatemaltecos queremos que seamos más radicales en este Congreso**, porque el pueblo de Guatemala ha seguido ya una doctrina; el pueblo de Guatemala, precisamente porque tiene una conciencia cívica y una doctrina que aspira a realizar, es que no es comunista, no ha escuchado **las prédicas selvajes de esos demagogos comunistas que están en el Gobierno**. Eso debe verlo nuestro compañero de Perú, porque gracias que allá está lejana todavía **la infiltración comunista criminal como la de Jacob Arbenz**, un hombre que ha sido criminalmente, cruelmente torturado, que se ha visto al borde de la muerte como un servidor de ustedes, que tiene la carne lacerada, que se está muriendo por dentro, no puede estar pensando todavía en planes políticos y en reuniones puramente retóricas (APLAUSOS) (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 133, grifo meu)

Depois de clamar por soluções “mais radicais”, o guatemalteco anti-Arbenz esboçou a metáfora do “vírus” ou do “câncer” comunista e, para curá-los, seria preciso encontrar uma “vacina” ou realizar uma cirurgia para “extirpar” o “tumor”: “Está bien que al hombre se vacune contra el mal, es cierto. Por qué los pueblos al atravesar sus fronteras exigen a los pasajeros la boleta de vacuna? Precisamente para que no contagian a su pueblo, y el médico cuando vé el tumor o el câncer, lo extirpa, y me valen recomendaciones” (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 134). “Guatemala es un pueblo sojugado como Polonia”, comparou Cordoba y Monzón, “es un hombre que está en la cintura de América siendo pisoteado en sus creencias religiosas, y es necesario que todos ustedes, hermanos de América, se pongan en un plan muy diferente” (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 134).

O “comunismo” na Guatemala já estaria “lacerando y mancillando a las mujeres y a los hombres”, mas “por la gracia divina nuestra voz se hace escuchar en este momento” (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 134). A Guatemala de Arbez teria se transformado em um “cementerio que está lleno de hombres matados por la espalda por los pícaros comunistas que han destrozado la cintura de América. Y en este momento quiero que todos ustedes sepan que en este Congreso el obrerismo de Guatemala no está hoy representado” (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 134). O motivo da ausência? O “delegado obrero nombrado ha dejado su silla vacía en el cementerio, assassinado cobardemente por Jacobo Arbenz y pandilla para que no pudiera venir con su palabra a decir lo que siente la clase obrera de Guatemala que es anticomunista” (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 134). Ao final de sua intervenção, Cordoba y Monzón solicitou aos congressistas um minuto de silêncio em homenagem ao operário Oscar Luna, “assassinado pelos comunistas” (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 134)<sup>122</sup>.

“Para terminar sólo les pido que veamos más amplio, el peligro del comunismo, de la dominación de los pueblos por la fuerza comunista” (CORDOBA Y MONZÓN *apud* CIA, 1954j: 134). Na sequência, outro delegado guatemalteco, Rodrigo Martinez Acosta, fez uma proposta para que, diante do assassinato de Oscar Luna “por los comunistas”, fosse feita uma coleta entre “todos los pueblos libres, para contribuir a aliviar el dolor de la familia del delegado guatemalteco” (MARTINEZ ACOSTA *apud* CIA, 1954j: 135). O presidente do Congresso Prieto Laurens requereu que essa proposta de Martinez Acosta fosse redigida por escrito e reapresentada em momento adequado. Na sequência, o delegado mexicano Salazar y Arce iniciou a leitura do *dictamen* referente à “infiltração comunista” nas escolas e universidades, observando que, “en México como en todas partes, los comunistas han tratado de dominar la universidad y en general toda la enseñanza, porque saben bien que si consiguen infiltrar su perversa doctrina en la juventud estudiosa, en unos cuantos años habrán...” (SALAZAR Y ARCE *apud* CIA, 1954j: 135). Prieto Laurens interrompeu então seu compatriota sugerindo que a leitura fosse retomada na sessão vespertina do Congresso.

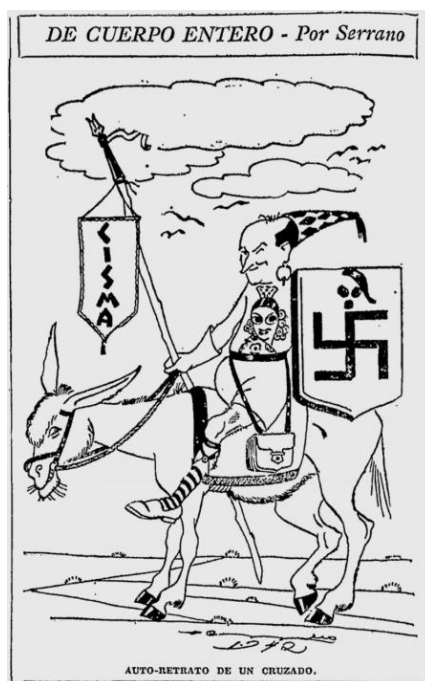
---

<sup>122</sup> Oscar Luna Campos era militante da seção operária do Partido de Unificación Anticomunista (PUA), o Comité Obrero Anticomunista (COA). “Al ser electo delegado en el Congreso en México Horacio Córdoba, Óscar Luna tomó su lugar en La hora anticomunista. El 2 de mayo de 1954, su cuerpo fue encontrado en el Lago Atitlán con visibles marcas de tortura. Su esposa, María Trinidad Cruz, fue la única mujer que se integró en las filas del ejército liberacionista” (VÁZQUEZ MEDELES, 2021).



Depois do intervalo, os debates foram retomados na última sessão do segundo dia do Congresso, ainda em 28 de maio de 1954, portanto. Prieto Laurens determinou que a *Comisión Dictaminadora* procedesse à leitura da proposta apresentada pelo professor da Universidade do México Salazar y Arce e endossada pelo colombiano Alfonso Uribe Misas, reitor da Universidade de Antioquia. Pautou-se assim o debate sobre a “intervenção comunista na educação universitária em toda a América Latina” e, se a proposta de Salazar y Arce concentrou-se no caso peculiar da Universidade do México, Uribe Misas observou que “a minha proposta se refere a um caso continental” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 137).

De início, o colombiano – retratado pelo caricaturista Serrano como um cruzado “nazista” – resgatou a história da fundação na Guatemala, em 1949, da chamada União de Universitários Latinoamericanos, que consagraria “un language e una etimología puramente laicista, esencialmente comunista” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 138). Na sua inauguração, “un comunista presentó un proyecto sobre libertad absoluta de cátedra” e os católicos, temerosos em perder posição “sobretudo nesses países da América Central dominados pelo comunismo, votamos favoravelmente” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 138).



**Figura 80.** “De cuerpo entero – Por Serrano. Auto-retrato de um cruzado [Alfonso Uribe Misas]”. *El Tiempo*, 02.10.1942. FONTE: WIKIPÉDIA.

Uribe Missas participou do estabelecimento dessa União e arrependeu-se de seu voto, pois “já se sabe bem o que significa nas mãos do comunismo essa expressão de Liberdade de Consciência, Liberdade de Cátedra, Liberdade de Ensino. É a liberdade desenfreada do comunismo e a escravidão alheia. A liberdade é para eles. Para os demais é a escravidão” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 138-139). Rapidamente comunistas da Guatemala, do Chile e do Uruguai teriam formado uma “tremenda trindade” na União de Universitários Latinoamericanos e, a partir dela, “infiltraram-se” nas universidades de toda América Latina. O II Congresso da União, realizado em dezembro de 1953, já estaria dominado por comunistas e, em seus debates internos, “viemos a ser derrotados estrondosamente os reitores das universidades de direito e, concretamente, das universidades católicas, quando se tratou de discutir se a sede ou domicílio da Sociedade devia continuar na Guatemala” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 139).

“Nós, católicos, propusemos o Rio de Janeiro” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 139). Uribe Misas criticou que “as universidades católicas e as universidades de direito em geral da América Latina estão fazendo um papel até idiota, inutilmente contribuindo com seu aporte à Guatemala, contribuindo para que o comunismo latinoamericano nos enfie a colher pela garganta” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 139). Uma vez que a União de Universitários Latinoamericanos era “dirigida por el comunismo”, seria preciso dissolvê-la “para defendernos de una mayor infiltración del comunismo en el mundo universitario latinoamericano” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 140). Foi lida então a *Ponencia* sistematizada pelo mexicano Salazar y Arce sobre “la infiltración comunista” em escolas e universidades, mas, como dito, as atas taquigráficas da CIA não registraram o conteúdo das leituras, apenas escrevendo *Leyendo...* no momento da leitura.

Ao final desta, o colombiano Uribe Misas destacou a extrema importância do Congresso aprovar a *Ponencia* elaborado por Salazar y Arce, “pues desde al día en que el comunismo se adueñe del Mundo universitario, estaremos perdidos, porque es en las Universidades en donde se forman los que han de regir los futuros destinos de América Latina (APLAUSOS)” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 140). Um delegado guatemalteco, Ricardo Lara Galvez, do Comitê de Estudantes Universitários Anticomunistas, apartou a intervenção do reitor colombiano para “aclarar y dejar sentado de una vez por todas aquí que no es Guatemala precisamente el país comunista, sino que simplemente son los traidores al pueblo de Guatemala” (LARA GALVEZ

*apud* CIA, 1954j: 140). Teriam sido eles que “se han apoderado del Gobierno, quienes son los comunistas, no es el pueblo de Guatemala” (LARA GALVEZ *apud* CIA, 1954j: 140).

Acalmando os ânimos, o presidente do Congresso observou que “el señor Uribe Misas no dijo que Guatemala sino dijo que en Guatemala los comunistas se aprovecharon para hacer labor de infiltración en todas las Universidades” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 140-141). Depois disso, Penna Botto apresentou, em nome da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), o projeto de Resolução “Infiltração Comunista”. Embora a CIA não tenha registrado nas atas taquigráficas do Congresso a leitura desse projeto, registrou a intervenção posterior do almirante brasileiro. Segundo ele:

No Brasil já existe uma sociedade destinada a combater o comunismo: é a Cruzada Brasileira Anticomunista [CBA]. Existe também no México a Frente Popular Anticomunista [FPAM]. Creio que não existe outra organização similar nos demais países. Portanto, apoio com muita paixão a recomendação de que **em cada país sul-americano deve existir uma Sociedade Anticomunista e eu completo: penso que se deveria completar criando uma Sociedade Latino-americana Anticomunista que pudesse controlar e centralizar todos os feitos de relevo em cada uma das sociedades anticomunistas dos países latino-americanos**. Muito obrigado. (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 141, grifo meu)

Na sequência interveio o delegado Omar Ibarгойen, da División Juvenil del Movimiento Antitotalitario del Uruguay. Ele felicitou a FPAM de Prieto Laurens pela iniciativa em promover “este Congreso contra la intervención soviética en la América Latina” e transmitiu “el saludo de las juventudes democráticas del Uruguay a las juventudes y a las organizaciones democráticas de México” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 144). Parabenizou ainda “la inclusión del tema referente a la Teoría Comunista en el primer punto de la Agenda de este Congreso”, ressaltando ser “muy importantet hacer comprender el grado de peligrosidad, la fuerza y el poder persuasivo de la doctrina de nuestros adversarios” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 144). A fim de “golpear el adversario” seria imprescindível “elevantle un estilete en el punto vital y esos puntos vitales son los puntos doctrinarios que constituyen las bases de su teoría” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 144). Isto é, o adversário comunista deveria ser atacado no ponto vital da batalha de ideias: “La lucha ideológica en realidad es quizás la más importante de todas las luchas, es la lucha en ideas, en las conciencias de los hombres y de las juventudes, es la lucha por esclavizar almas de un lado, y la lucha para educar para la libertad por el otro” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 144).

Seria fundamental que o Congresso definisse um plano para refutar ideologicamente “la teoría del materialismo histórico”, partindo da premissa de que “los hombres no están sometidos a leyes económicas que determinan su conducta en forma fija o inflexible” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 144). Muitos comunistas seriam “engañados o ingenuos que no han comprendido los problemas de fondo” e, uma vez demonstrada a *falsidade* teórica do materialismo histórico, isso “trará consigo la caída del programa político y de la plataforma económica y social del comunismo” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 144). Reiterou ainda a necessidade de se combater a teoria da mais-valia de Marx, pois “esta doctrina viene a decir que todos los patrones son ladrones de los trabajadores” e “es muy importante demostrar que no es así” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 144-145).

O “erro” do marxismo, segundo o uruguaio, teria sido descuidar de *una determinada apreciación ética del hombre y de la naturaleza del hombre*. Não compreendera que o fator distintivo da *natureza humana* seria sua capacidade ético-moral de distinguir *entre lo verdadero y lo falso, entre lo justo y lo injusto*. E não pode vislumbrar eticidade e moralidade por descurar da característica *espiritual* do ser humano, já que “la tesis del comunismo es materialista” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 146). Por isso, segundo Ibarгойen, os marxistas “creen que el problema reside en las cosas, por ejemplo en el capital; sin embargo, el capital en sí no es bueno ni malo. Desde el punto de vista moral es neutro, como todas las cosas. Unicamente el espíritu del hombre que maneja las cosas es el que puede darle a las cosas una dirección determinada hacia al bien o hacia el mal” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 146). Por isso o comunismo “desemboca en un transpersonalismo, es decir, en una tesis que sacrifican al hombre en función de entidades abstratas y superiores: el Estado, la clase, la consciencia del proletariado” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 147). “El individuo únicamente vale para el comunismo si es un instrumento apto para la realización de sus fines, la realización de esa dictadura del proletariado” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 147).

Para o marxismo, assegurou Ibarгойen, “el hombre se mueve puramente por intereses materiales”, sem “amar al bien, a la justicia y a la verdad”, demonstrando-se a natureza “profundamente inmoral” de sua teoria. Para esta, “el hombre es una especie de máquina perfecta” composto de “materia y puramente materia” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 11-12). O marxismo seria liberticida justamente por definir que “los hombres están determinados en sus

actos, condicionados en sus actos”, o que significaria, para Ibarгойen, que assim definidos os homens “no son libres”, já que sua conduta não ficaria sujeita “a ninguna responsabilidad, dado que todo lo que se hace está determinado en forma inflexible por las leyes económicas que ellos establecen” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 148). Para o uruguaio, enfim, o comunismo seria sinônimo da desresponsabilização das escolhas e atos individuais, bem como a anulação da *livre determinação* do ser humano para “para escoger entre el bien y el mal”, o que “resulta entonces que los hombres son puramente una maquinaria económica” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 148).

Nessa crítica vulgar, o comunismo foi identificado a um determinismo economicista que reduziria toda a complexidade do ser sócio-histórico à dimensão de um *homo economicus*, algo que próprio, ademais, à ideologia liberal. Aqui, contudo, não basta refutar mais uma crítica vulgar ao marxismo, mas sim acompanhar como o anticomunista uruguaio apreendeu o comunismo e como essa compreensão ideológica, não importa se epistemologicamente incorreta, matrizou e orientou o seu combate prático nas lutas políticas, sociais e de classes. Assim que, para Ibarгойen, o Congresso não poderia apenas *negar e refutar* o materialismo comunista, mas deveria ser *propositivo*, sugerindo então que se procedesse à “redacción de un mensaje que sea capáz de rescatar a los hombres de esa desesperación, de esa desorientación, de ese deseo de auto negación, de esa angustia espiritual que los lleva a las filas del comunismo” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 149). Retomou a importância da *luta ideológica* pela conquista das *consciências dos homens e das juventudes* e, nesse sentido, o Congresso deveria deixar claro que “el hombre no es una máquina que está determinada en sus actos, y que carece de libertad para elegir su propio destino para labrase un futuro mejor” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 149).

Ao final de seu discurso, Ibarгойen foi o primeiro a levantar-se contra a prédica antisemita lançada no Congresso pelo mexicano Manuel Garcia Martinez. O uruguaio salientou que, “durante a manhã de hoje, pude apreciar no desenvolvimento do Congresso certas manifestações que me deixaram profundamente desorientado” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 151). Ele teria vindo do Uruguai para trabalhar e cooperar com os congressistas pela causa anticomunista. Não esperava “encontrar em momentos em que vimos a lutar contra a luta de classes e o ódio de classes, apreciar **uma pessoa que revela um lamentável e triste sentimento de ódio racial**. No movimento juvenil democrático que eu represento, de luta antitotalitária,

militam pessoas jovens de todas as tendências políticas, partidárias dos mais diversos sistemas econômicos de que não sejam autoritários ou coletivistas, e partidários dos mais diversos sentimentos religiosos (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 151, grifo meu).

O Congresso teria ainda um longo caminho pela frente, para construir “um denominador mínimo comum” contra o comunismo, e o *ódio racial* antisemita apenas dividiria “nossa frente com problemas que afetam o mais íntimo da consciência de cada pessoa, como são os problemas religiosos, e tampouco podemos nos dividir em função da apreciação particular, muito respeitável que cada um pode ter com respeito aos sistemas econômicos ou às posições políticas” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 151). O Congresso deveria “fortalecer e coordenar as organizações democráticas na luta contra o adversário comum”, o comunismo, e não servir de palco ao *ódio racial* antisemita que causaria repulsa especialmente entre os jovens, porque “estamos mais limpos de preconceitos e estamos menos atados ao passado e às tradições. Não significa que depreciamos o passado; valorizamos como uma orientação e como uma mensagem, mas de maneira alguma como uma atadura; de nenhuma maneira aceitamos o lastro e os preconceitos que dele vêm” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 151).

Nesse momento o presidente do Congresso interrompeu o uruguaio, alegando que “[lhe] demos amplo espaço de tempo para expressar suas opiniões e lhe pedimos que se limite agora a esperar o momento oportuno do turno que lhe toca quando se discuta proposta” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 151). Prieto Laurens não deixou de defender seu compatriota antisemita Manuel Garcia Martinez em seu direito de livremente expressar-se no Congresso. “Apenas queremos advertir-lhe que não fique preocupado nem se sinta confuso ao chegar ao México por ter escutado **apenas uma voz isolada de algum companheiro que tem alguma questão personalíssima em matéria racial. Esta é uma Assembleia de homens livres, livres e aqui podem expressar sua opinião com absoluta liberdade (APLAUSOS)**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 151, grifo meu).

Depois disso, anunciou a chegada no segundo dia do Congresso de dois brasileiros retardatários, saudando que “se encontram no salão dois jovens representantes da Frente de Jovens Democratas do Rio de Janeiro, Brasil, que acabam de chegar em nossa capital e que vêm representando essa organização. São os dois senhores Waldo Ramos e Antonio Faustino Soto Sobrinho, ambos jovens com muito entusiasmo, porque diretamente do aeroporto vieram a esse

lugar e tenho a honra de apresentá-los à Assembleia” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 151). Depois disso ainda, Prieto Laurens solicitou que os congressistas voltassem sua atenção à proposta do reitor colombiano Uribe Misas acerca do “problema universitario continental”. Este recomeçou sua prédica contra a “infiltração comunista nas universidades latino-americanas”. Resgatou que, diante da *comunização* da União de Universidades Latinoamericanas, criada em 1949 na Guatemala, ele havia redigido uma mensagem pleiteando sua dissolução, já que seria impossível “a união entre as direitas e as esquerdas”. Confidenciou que, enquanto redigia essa mensagem, recebera “o gentil e honroso convite para participar desse Congresso”. Embora não conste das atas da CIA a leitura feita no Congresso da mensagem para a dissolução da União de Universidades Latinoamericanas, a intervenção subsequente de Uribe Misas foi registrada:

Yo escribí este mensaje para las universidades latinoamericanas estando en Colombia y desde un ángulo de crítica internacional. En mi mensaje critico el comunismo, el comunismo latinoamericano y el comunismo mexicano, y creo que no incurro en falta ninguna hacia vosotros que me habeis brindado esta honrosa y gentil hospitalidad al criticar algo que es un fenómeno continental y un fenómeno mundial. **Yo combato el comunismo de Colombia, el comunismo de Guatemala, el de México y el de todas partes** (APLAUSOS) (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 153-154, grifo meu)

O delegado da Unión Costarricense Anticomunista Fernando Vargas Fernández, porém, contraditou a proposta do colombiano que, entre outras coisas, pedira o fim da liberdade de cátedra. Defendeu que “nós, que estamos à frente do comunismo, não temos que ter temor diante dessa instituição de liberdade de cátedra por conta de que os comunistas possam se apropriar e beneficiar seus pontos de vista com essa instituição” (VARGAS FERNÁNDEZ *apud* CIA, 1954j: 155).

**É errada a tese, senhores delegados, de eliminarmos instituições que na vida da sociedade indiscutivelmente constituem avanços. Não podemos nós, a essa altura, destruir a República, pronunciarmo-nos contra o sistema democrático, porque sob os auspícios da República ou porque sob os auspícios da democracia os comunistas vieram se infiltrando e se servindo dessas instituições. (...) Eu, senhores, não posso estar contra a tese da laicidade do ensino.** Em minha República, na pequena Costa Rica, está estabelecido o princípio de que o ensino é laico desde o ano de 1886, e essa República que é, ou essa grande nação, que é sobre todas as coisas católica, apostólica e romana em 95%, ali se tem mantido o laicismo no ensino. E em nosso país, que é também eminentemente anticomunista, a instituição [da liberdade de cátedra] está se mantendo (VARGAS FERNÁNDEZ *apud* CIA, 1954j: 155, grifo meu)

Depois de uma ligeira alteração entre o costarriquenho defensor da laicidade da educação e da liberdade de cátedra e do “cruzado” católico colombiano Uribe Misas, a proposta deste foi aprovada com o voto das delegações da Argentina, Brasil, Colômbia, Nicarágua, El

Salvador, Equador, Peru, Guatemala, Uruguai e Paraguai. Os representantes da Costa Rica abstiveram-se de votar nesse ponto. Os debates do segundo dia do Congresso foram finalmente encerrados e, no dia seguinte, em 29 de maio de 1954, a sessão foi aberta com uma queixa de Prieto Laurens, que lamentou a ausência do delegado costarriquenho Raul Cambroner<sup>123</sup>. Logo depois, interveiu o deputado equatoriano Baquero de la Calle solicitando ao Congresso para que se atentasse ao problema da classe media na América Latina. “Se vamos nos lançar contra o comunismo, não vamos atacá-lo com a demagogia nem com o personalismo que caracteriza a luta dessa doutrina ideológica que é essencialmente terrorista e atentatória à dignidade humana” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 182). O presidente da Câmara dos Deputados do Equador defendeu que os congressistas não deveriam lutar contra o comunismo “com as mesmas armas que ele empresta para a entronização de sua doutrina”, sendo preciso distinguir, ao “combater o comunismo”, “entre o homem comunista e a doutrina comunista. Ao homem comunista, temos que amá-lo como nos manda nossas doutrinas cristãs”; “ao contrário, a doutrina temos que combatê-la com doutrina” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 182).

Com essas premissas, avançou Baquero de la Calle, seria preciso que o Congresso defendesse o *pequeno industrial*, o *pequeno dono de taller*, os *pequenos trabalhadores*, evitando-se assim “uma proletarização das massas”, “o ambiente favorável para a infiltração esquerdista” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 183). Seria fundamental proteger esse *núcleo fundamental da produção* por meio de uma legislação, como o Código de Trabalho de 1938 no Equador. O deputado equatoriano confidenciou que teria levado essas sua “inquietação” à VIII Conferência Interamericana de Advogados realizada, em março de 1954, na cidade de São Paulo, onde apresentara “proposta semelhante desde o ponto de vista do avanço da legislação social”; “esse problema foi amplamente aceito e aprovado no Brasil, onde na atualidade existe um Instituto de Estudos Sociais que justamente começou a fazer uma investigação integral da classe media e de defesa do pequeno produtor e do artesanato desse grande país” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 183).

---

<sup>123</sup> No terceiro dia do I Congresso, em 29 de maio de 1954, o delegado costarriquenho Raúl Cambroner renunciou depois de um debate com seu compatriota Marco Tulio Zeledón, “caricaturista y abogado representante de la Unión Costarricense Anticomunista” (JIMÉNEZ, 2017: 8).



Com esses exemplos da legislação social do Equador e do Brasil, concluiu, “eu espero, porque considero que essa é uma das armas mais eficazes que podemos empregar contra a infiltração comunista em nossa América, que esse importante Congresso aprove essa proposta” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 184). Interveio, então, o almirante Penna Botto, destacando que, de fato, “no Brasil há uma legislação trabalhista muito avançada que cuida da classe média”, mas que ela foi empobrecida apesar da existência de *leis protecionistas* (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 185). Porém, seu aparte preocupou-se muito mais em contraditar um ponto “equivocado” da intervenção de Baquero, “posto que faz uma distinção muito grande entre o homem comunista e a doutrina comunista, mandando amar ao primeiro e combater a segunda” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 184). Sobre o “Tema ‘Modo de combater o comunismo’”, a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) já havia encaminhado sua proposta, apenas registrando o almirante brasileiro a impossibilidade de distinguir o *homem* da *doutrina* comunista.

Incidindo nesse tópico do debate, Alberto Arriola Ligorria, da seção operária do Partido de Unificación Anticomunista (PUA) da Guatemala, o Comité Obrero Anticomunista (COA), buscou tranquilizar o equatoriano Baquero de la Calle sobre o alegado perigo da *proletarização* da classe média. Era verdade que o comunismo buscava *destruir* a classe média, mas “não há que temer a proletarização quando este proletariado está regido por homens de sentimento cristão. Esta proletarização é perigosa quando é regida por homens de tipo liberal” (ARRIOLA LIGORRÍA *apud* CIA, 1954j: 186). Mais um expoente da direita cristã antiliberal e anticomunista da América Latina, para o guatemalteco, **“o liberalismo foi a verdadeira pedra do comunismo, já que os liberais também se baseiam em uma teoria materialista, são ateus a maior parte deles”** (ARRIOLA LIGORRÍA *apud* CIA, 1954j: 186, grifo meu). Mas nem por isso se deveria esquecer que “sim houve avanço no mundo” do capitalismo liberal, elogiando o guatemalteco a grande indústria dos EUA, que “também representa o avanço científico dos povos”. “Nós não devemos temer a grande indústria nem a proletarização quando essa proletarização está ‘processada’ dentro dos limites da justiça social cristã” (ARRIOLA LIGORRÍA *apud* CIA, 1954j: 186). A industrialização e a proletarização, portanto, deveriam ser contidas de seus excessos liberais pela doutrina social cristã, é verdade. Também seria verdadeiro que “a miséria é o melhor fermento que tem o comunismo”.

De outra parte, todavia, a defesa de Baquero de la Calle da pequena indústria e da classe média apenas poderia soar antiprogressista ou mesmo *reacionária*. Segundo Arriola Ligorria, “se queremos ter o critério de salvar os povos através da pequena indústria da classe média, levamos o perigo de que nos ataquem, com justa razão, de sermos retrógrados, de sermos reacionários ao progresso, e isso seria muito desvantajoso para a causa anticomunista” (LIGORRÍA *apud* CIA, 1954j: 186-187). O equatoriano Baquero de la Calle defendeu-se, salientando que vivera por dez anos nos EUA, onde não existiria *proletarização*, “o emprobreimento da massa”, mas sim uma grande indústria associada a uma *classe média* “que está composta em sua grande parte por mais trabalhadores assalariados” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 187). Insistiu que os países da América Latina deveriam preocupar-se em defender *o desenvolvimento da pequena indústria*, isto é, da *classe media* e dos *trabalhadores autônomos e artesãos*. Outro guatemalteco, José Luis Arenas Barrera, também do PUA, garantiu que a crítica de seu conterrâneo era meramente pessoal e, na sequência, os congressistas aprovaram a *Ponencia* de Baquero de la Calle.

Depois disso, o latifundiário da Guatemala e fundador do PUA Arenas Barrera, *El tigre de Ixcán*, enfatizou a necessidade dos congressistas conscientizarem-se de que o Congresso não seria “de um ou dois países, mas sim de representantes da América”. E a América seria todo o continente, isto é, “não é apenas a América Latina”. Daí, defendeu que, “no próximo Congresso que celebremos, que será em um dos países-irmãos, terá que ter, por razão de defesa, de ideologia e de segurança, os Estados Unidos (APLAUSOS)” (ARENAS BARRERA *apud* CIA, 1954j: 200-201). O *tigre de Ixcán*, portanto, era *pró-yankee*. Assim como o delegado do Panamá Luis Carlos Noriega, da Organización de la Juventud Democrática, que falou na sequência. Segundo ele, se o “irmão da América do Norte” não atendesse às “justas reclamações” do *povo* e do *governo* do Panamá por independência, isso “será a arma mais formidável e contundente que poderão ter os comunistas para dizer à América e a todo o mundo que a democracia não tem valor, e que os Estados Unidos são em essência um país mentiroso e falaz dos postulados da democracia” (NORIEGA *apud* CIA, 1954j: 202). Dizendo-se defensor da *democracia ocidental* e dos *princípios cristãos* que a sustentam, Noriega denunciou a “infiltração comunista” da América Latina lançada a partir da Guatemala de Jacobo Arbenz:

Insisto, senhores delegados, e denuncio diante deste Congresso a manobra vil que se realiza na República da Guatemala, que tem suas raízes também no Brasil, na democrata Costa Rica e em quase todos os países da área do Caribe no grande movimento envolvente de dividir a América e utilizam a Guatemala, como já todos nós sabemos, e como estão

as provas fidedignas apresentadas pela Comissão, como ponte para atacar os demais países americanos (NORIEGA *apud* CIA, 1954j: 202)

Nota-se, pois, que o *script* escrito pela CIA para o Congresso estava sendo cumprido à risca. Os congressistas latino-americanos deveriam caracterizar a Guatemala de Arbenz como “a cabeça-de-ponte” da “intervenção soviética” no hemisfério e aprovar uma resolução nesse sentido. Essa era a missão específica da suboperação KUGOWN do programa PBSUCCESS: o Congresso do México foi organizado e financiado pela CIA para servir de cortina-de-fumaça ao golpe de Estado contra Arbenz *made in USA*. Assim que, logo depois, foi lido e aprovado por aclamação da maioria dos congressistas um *Parecer* apresentado pela delegação da Guatemala – infelizmente não registrado nas atas da CIA. Imediatamente, o presidente do Congresso Prieto Laurens solicitou que congressistas guatemaltecos repassassem a comunicação que fizeram aos jornalistas presentes, “porque nela **há provas da intervenção soviética na América Latina e da intervenção soviética na Guatemala e nos demais países vizinhos**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 204, grifo meu).

Na sequência discursou um representante da Confederação Nacional de Estudantes do México. Um discurso que, como logo se verá, seria “bombástico”. O estudante mexicano logo apresentou suas “credenciais” anticomunistas. Saudou a preocupação básica do Congresso “diante da intervenção e infiltração comunista na América Latina” e condenou o comunismo por negar “a dignidade da pessoa”, “os valores do espírito” e “a Deus” (CIA, 1954j: 206). Mas logo começou a fazer algo que, num crescendo, quase colocaria o Congresso “abaixo”: criticou a “intervenção” no hemisfério não da URSS, mas dos EUA. “A primeira intervenção ianque”, historiou, ocorrera com a invasão do México pelos EUA em 1847, o que teria sido um “produto da infiltração das Lojas Maçônicas através da doutrina Monroe” (CIA, 1954j: 206). E, desde então, os EUA fomentaram no México “a miséria econômica e o atraso atual”, assinalando o estudante mexicano que:

**São esses senhores que nos falam de combater o comunismo, os que estão fomentando através de seu Departamento de Estado a infiltração da propaganda demagógica que começa por derrubar os costumes morais do México, as velhas tradições familiares hispânicas, para terminar invadindo-nos definitivamente com o bombardeiro de víveres. É esse país que menciona a palavra Democracia e que mantém, apesar das afirmações do delegado do Panamá, a ditadura dentro do Canal, e que abre a bolsa para dominar a Guatemala e que fomenta a exploração de borracha na Costa Rica, em Porto Rico e no México. Quem quer negar a justa dor desses povos não está orientando uma política a favor da América Latina. É uma mentira. Eles buscam criar na Costa**

**Rica e na Guatemala uma briga, para lhes dar saída à sua superprodução econômica – de judas imperialistas. Não me oponho a que nós apoiemos a Guatemala em sua luta anticomunista, mas quero eu perguntar ao Presidium e aos senhores delegados em que vai consistir a intervenção para evitar que o Comunismo siga se infiltrando na América Latina?** (CIA, 1954j: 207, grifo meu)

O historiador Santiago Jiménez também destaca essa intervenção “bombástica” do estudante mexicano *anti-yankee*, que defendeu que “no se podía discutir el tema de Guatemala sin evidenciar primero el papel intervencionista de los Estados Unidos en el asunto, argumento que le sirvió para señalar de paso a los organizadores y acusar al Secretario de Estado Dulles de promover la guerra en Latinoamérica para deshacerse de su maquinaria bélica” (JIMÉNEZ, 2017: 8). O presidente do Congresso imediatamente interrompeu o estudante mexicano. O ponto discutido era um parecer da Comissão presidida pelo argentino Andres de Cicco acerca da “criação de frentes anticomunistas em todo o Continente. Esse é o ponto da discussão. **Não estamos discutindo o imperialismo yanque**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 208, grifo meu). Prieto Laurens foi então interrompido por outro estudante mexicano, Fernando de la Hoz, que reiterou a fala do representante da Confederação Nacional de Estudantes do México. Em seu discurso, salientou:

A juventude do México não costuma eludir os problemas. **Propõe o parecer que se admita os Estados Unidos e o Canadá como membros dessa Frente Anticomunista. Eu me nego a que se admitam os Estados Unidos e o Canadá dentro de uma organização de frentes anticomunistas, por considerar que a política do Departamento de Estado imperialista norte-americano é tão ignominiosa como a da União Soviética** (HOZ *apud* CIA, 1954j: 208, grifo meu)

Prieto Laurens advertiu a de la Hoz. “Já lhe disse que não estamos discutindo o imperialismo yanque nem nenhum imperialismo” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 208). O jovem não lhe deu ouvidos e prosseguiu criticando os EUA, cujo “imperialismo econômico”, com seus *fins escusos*, “nega a dignidade da pessoa humana e o sujeito”. “E se vocês não permitem discutir esse ponto, a Confederação Nacional de Estudantes do México tem que lhe dizer que **todos vocês são uns traidores e pagos pelo Imperialismo Yanque. Fora o imperialismo yanque. Viva a juventude! Viva o México!** (APLAUSOS. GRITOS EN PROTESTO)” (HOZ *apud* CIA, 1954j: 209, grifo meu). Alvorço causado. Os estudantes mexicanos *anti-yankees* enfureceram os latinoamericanos *pró-yankees* durante alguns minutos de grande confusão no I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina.

Nele, só era permitido discutir a “intervenção” da URSS no hemisfério e, como dito e redito por Prieto Laurens – o organizador do evento a soldo (25 mil dólares) da CIA –, “não estamos discutindo o imperialismo ianque”. O presidente do Congresso retrucou e mandou a polícia expulsar os jovens estudantes: “Este jovem tão valente, que da tribuna nos insultou, não é capaz de enfrentar pessoalmente a nenhum de nós. Vocês são uns meninos bonitos. **Nós não somos defensores do imperialismo**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 209, grifo meu). “Se suplica à Assembleia expulsar esses comunistas emboçados”, “se suplica à polícia expulsar esses indivíduos” (NUEVAMENTE GRITOS). Nenhum de vocês lutou na Revolução [Mexicana] nem em nenhuma parte. Suplico aos delegados que voltem a tomar seus assentos. Esses indivíduos são agentes provocadores. Têm o propósito de fazer fracassar o Congresso” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 209).

Prieto Laurens justificou a expulsão dos estudantes mexicanos, já que não se poderia permitir que “os farsantes que se dizem anticomunistas da Universidade e que estão a soldo de Perón venham aqui fazer escândalo” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 209)<sup>124</sup>. “A polícia deve expulsá-los” e “enquanto a polícia se encarrega de expulsá-los, vamos continuar a reunião com um discurso do delegado da Guatemala” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 209-210). As atas taquigráficas da CIA registraram “UM GRITO” em defesa dos mexicanos expulsos, seguido do protesto: “Aqui estamos em uma tribuna livre”. Prieto Laurens retrucou que “sim, mas não os admitimos” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 209). Posteriormente os estudantes da Confederación Nacional de Estudiantes (CNE) e da Frente Universitaria Anticomunista que foram expulsos tentaram retornar ao Congresso, mas foram impedidos pela polícia, “mientras que en el interior **se proclamaba a los Estados Unidos el ‘paladín de las libertades hispanoamericanas’**” (JIMÉNEZ, 2017: 8, grifo meu)<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> Prieto Laurens alegou que “já tínhamos conhecimento desse plano que possuíam”, mas não quis retirá-los do Congresso previamente para não ser tachado “de tirano, de ditador, mas não tenho medo a eles, como nenhum de vocês tem medo a esses sabotadores e sabemos como tratá-los” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 213). Acusou os estudantes de estarem “a soldo da Embaixada Argentina no México” e teriam publicado, “juntamente com um líder obrero chamado Luis N. Pronos, um manifesto insultando aos anticomunistas de todo o mundo e dizendo que a única posição correta é a terceira posição encabeçada por Perón” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 213) (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 213).

<sup>125</sup> Em um comunicado publicado na imprensa no dia seguinte, em 30 de maio de 1954, referidos estudantes mexicanos expulsos do I Congresso reivindicaram-se como anticomunistas e anticapitalistas, afirmando “que ‘los dirigentes [del congreso] están al servicio de intereses extranjero’ y, aunque rechazaban la intervención comunista en Guatemala, no podía ‘dejar pasar por alto **la nefasta labor del capitalismo liberal**’” (JIMÉNEZ, 2017: 8-9, grifo meu). Também “el

A posição *pró-yankee* dos congressistas, portanto, foi a que preponderou. Tanto assim que discursou na sequência o delegado da Guatemala Alberto Arriola Ligorria, que prontamente saudou a decisão de Prieto Laurens de expulsar, “com toda a força cívica que sempre o caracterizou, esses estudantes mexicanos que mentem, porque têm a consígnia moscovita de atacar os ianques, cujo problema não está na agenda deste Congresso” (LIGORRÍA *apud* CIA, 1954j: 210). Arriola Ligorria, do Comité Obrero Anticomunista (COA), seção do Partido de Unificación Anticomunista (PUA), enervou-se com a acusação feita pelos estudantes expulsos de que “nós, que lutamos na Guatemala para sustentar a dignidade de nosso povo, (...) teríamos sido pagos pela United Fruit Company” (ARRIOLA LIGORRÍA *apud* CIA, 1954j: 210). **“Dizem os senhores universitários que a United Fruit Company, exploradora dos recursos naturais na América Central, desde Wall Street paga a campanha de difamação contra o governo de Jacobo Arbenz”** (ARRIOLA LIGORRÍA *apud* CIA, 1954j: 210, grifo meu). De maneira algum, garantiu o guatemalteco. “Ali estão os mortos dos cemitérios dizendo a vocês com provas fidedignas que aqueles criminosos que detém o poder, eles são os agentes da Rússia Soviética” (ARRIOLA LIGORRÍA *apud* CIA, 1954j: 210). Àquela altura já seria inegável, arrematou Arriola Ligorria, que **“na Guatemala há comunismo”** e em seu país, **“o câncer da América”, “um traidor da América, Jacobo Arbenz, se vendeu ao Kremlin por uns trinta denários infelizes (APLAUSOS)”** (LIGORRÍA *apud* CIA, 1954j: 210-211, grifo meu).

Uma vez superado o “alvorço” com a expulsão dos estudantes mexicanos *anti-yankees* pela polícia, caberia observar que “quem avisa amigo é”: a CIA alertara, como visto, para a falta de um plano de segurança por parte de Prieto Laurens capaz de controlar distúrbios eventualmente causados por franjas lunáticas da ultradireita anticomunista (*lunatic fringes*). Controlada já a situação, tendo depois o Congresso proclamado os EUA como “el ‘paladin de las libertades hispanoamericanas’” (JIMÉNEZ, 2017: 8), o argentino Andres de Cicco pode voltar a coordenar as discussões acerca da **“proposta sobre a criação de Frentes Anticomunistas em todos os países do Continente”** (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 213-214, grifo meu). Antes, porém, reiterou as acusações de Prieto Laurens de que, talvez, os mexicanos expulsos estivessem a soldo de Perón e fossem entusiastas de sua “terceira via” anti-Washington e anti-Moscou.

---

Partido Nacionalista Mexicano (PNM), conformado por católicos conservadores, criticó el congreso tanto por hacer convocado a extranjeros como por haberles mostrado un ‘espectáculo’” (JIMÉNEZ, 2017: 9).

De Cicco lamentou que na Argentina “não se sabe nada do que se está fazendo aqui” pois “não temos imprensa que publique o que estamos resolvendo” e, de fato, **“o General Perón, dono da República Argentina, tem seus elementos preparados para o ataque”** (DE CICCICO *apud* CIA, 1954j: 214, grifo meu). De Cicco teria sido “homem da Revolução” ao lado de Perón, rompendo com ele quando supostamente o general “roubou” os votos da União Cívica Radical e, uma vez no poder, “com a técnica comunista, se constituiu em líder para se converter hoje em um pronome de América que não pode chegar a nenhuma parte, porque a terceira posição não significa nada diante do processo anticomunista do mundo (APLAUSOS)” (DE CICCICO *apud* CIA, 1954j: 214). Dessa forma, clamou o argentino, a principal missão dos participantes do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina deveria ser, de imediato, **“formar uma frente realmente panamericana que nos defenda contra o comunismo. Não há outra disjuntiva: Washington ou Moscou (APLAUSOS)”** (DE CICCICO *apud* CIA, 1954j: 214-215, grifo meu). Na sequência de Cicco foi confirmado pelo almirante Penna Botto, que garantiu ao Congresso que **“os Estados Unidos são os melhores amigos do Brasil (APLAUSOS)”** (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 216, grifo meu).

O militar externou plena concordância com a proposta do argentino para a criação de uma frente panamericana contra o comunismo, pois ela coincidiria com uma resolução já apresentada pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) “em termos praticamente iguais” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 216). O presidente do Congresso Prieto Laurens saudou então que “as delegações do Brasil e Argentina, com as outras, coincidem exatamente em considerar **a necessidade de que se organize algo mais concreto em todo o continente**, porque há diversos tipos de organizações e [elas] não se correspondem umas com [as] outras, e **estamos em absoluta falta de comunicação e de coordenação**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 216, grifo meu). Diante disso, **“é indispensável que se coordenem os esforços anticomunistas”** e “vamos fazer um trabalho de coordenação” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 216, grifo meu). O que já estaria estipulado na Agenda, lembrou Prieto Laurens, obviamente sem poder dizer publicamente que a mesma havia sido elaborada pela CIA e aprovada por ele. Omitindo esse “detalhe”, esclareceu aos congressistas reunidos no México:

Na Agenda está estipulado no número 3, que **deve se constituir uma Comissão Permanente neste Congresso que faça cumprir os acordos que se tomem, ou pelo menos que gestione o que é necessário diante das autoridades de cada país**, haja vista que temos que respeitar as necessidades de cada país, e **devemos solicitar dos**

**Congressos ou dos Governos Executivos que se tomem as resoluções convenientes para levar a cabo os acordos deste Congresso. Isso pelo que toca às esferas oficiais; no tocante à vida privada dos povos, é absolutamente indispensável fazer uma organização concreta que leve a cabo um trabalho anticomunista**, não porque sejamos nós ou tenhamos o desejo de estar negando ou fazendo o trabalho às avessas daquele que os comunistas fazem. Temos programas coletivos (...) [Sobre] Este Congresso que acaba de realizar-se disseram que vem perdendo o tempo com deliberações inúteis. Não é exato. Temos discutido de verdade a teoria, para concretizá-la em suas bases, em seu esforço para poder atacar depois a aplicação da falsa teoria. Em consequência, não se tem perdido tempo. Não o temos perdido porque temos destruído as falácias dos comunistas. Ademais, temos apresentado provas de todas as suas infâmias, de toda a selvageria do totalitarismo que impera em todos os povos dominados por eles. Sim, chegamos a conclusões. Essas propostas que foram aprovadas e a que está sob discussão são construtivas para que sobre elas se levantem o grande edifício positivo para **defender as instituições e as tradições da América Latina** (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 217, grifo meu)

Depois dessas intervenções, o delegado panamenho Luis Carlos Noriega voltou a um tema aparentemente já superado, insistindo que o I Congresso não deveria discutir “se há imperialismo ou não nos Estados Unidos”; deveria “defender a democracia não porque os Estados Unidos sejam democratas, mas porque nós somos democratas” (NORIEGA *apud* CIA, 1954j: 220). Voltando ao tema, todavia, reiterou que seria preciso clarificar “o conceito de frente anticomunista (...) para que não se chegue a acreditar que é um critério dogmático emanado do México” (NORIEGA *apud* CIA, 1954j: 220). Depois de tranquilizado por Prieto Laurens de que esse não seria o caso, o panamenho defendeu que dali deveriam resultar “acordos e resoluções que concretizem a forma como vamos combater o comunismo, como vamos coordenar os esforços em todos os países” (NORIEGA *apud* CIA, 1954j: 220-221). Na sequência, o uruguaio Ibarгойen criticou rapidamente a “terceira posição” peronista como parte do “jogo do comunismo” por “significar o suicídio da democracia”. Mas logo voltou ao tema em discussão e saudou que o Congresso tenha advertido “a necessidade de reorganizar um plano de ação conjunta de todas as organizações democráticas latino-americanas” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 222).

“Nós por temperamento latino-americano somos muito desorganizados” e seria formidável se o Congresso encontrasse uma “forma de coordenação das distintas organizações democráticas, de intercâmbio de publicações” e formasse um “programa de ação conjunta das organizações americanas” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 222). Seria urgente “criar nos democratas um impulso de lutar, uma força interior, um vigor, um entusiasmo que nos faça lutar com tanto ou mais poder com que fazem os fanáticos comunistas” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 223). Faltariam aos anticomunistas as armas organizacionais e políticas já em posse dos



comunistas: “O adversário tem centros de treinamento, tem cursos de capacitação, tem academia de especialistas para lutar em determinados aspectos” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 223). Por isso, “nós os democratas devemos também ter centros de treinamento, principalmente para a juventude. Devemos ter academias e devemos fazer cursos de educação e de capacitação em defesa da democracia” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 223).

O presidente do Congresso saudou que coincidiram os delegados do Brasil e do Uruguai **“em propor resoluções concretas de organizar academias, Institutos de Estudos Econômicos e Sociais, Centros de treinamento, para contrarrestar a forma como lutam os comunistas que estão perfeitamente organizados em todo o mundo, e não só na América”** (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 224, grifo meu). Depois, o costarriquenho Rafael Cardona assumiu a palavra e realizou uma longa intervenção, cujo mérito foi a de ter sido a segunda a rechaçar a prédica antissemita feita no Congresso pelo mexicano Garcia Martinez. O uruguaio Omar Ibarгойen tinha sido o único, até então, que criticara o *ódio racial* do mexicano. Cardona caracterizou que o ódio é sempre estéril e, referindo-se às liberdades individuais dos EUA, contra-argumentou que “há quem diga que essa liberdade foi feita, foi o segredo, pelos maçons. Outros vêm atacar os judeus e querem nos mostrar perigos imaginários, quando as forças judias já não existem senão como uma simples força econômica denominada pela mesma democracia americana” (CARDONA *apud* CIA, 1954j: 229).

Nesse momento o até então calado Garcia Martinez interrompeu o costarriquenho: “Não é certo” (MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 229). Reassumindo a palavra, Cardona criticou os estudantes mexicanos expulsos do Congresso como sendo “um grupo de desocupados comunistas a falarem para nós em nome da liberdade da Pátria, dos perigos que assolam o México [e que] nos entregamos nas mãos do imperialismo ianque” (MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 231). Contra eles, defendeu o delegado *pró-yankee* da Costa Rica, era preciso apoiar os EUA, que “o único capitão da liberdade humana, quaisquer que sejam seus defeitos, qualquer que seja sua estrutura” (MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 231). E o *atraso* da América Latina não seria culpa dos EUA, de maçons ou de judeus, mas da *corrupção* mantida pelas “mãos de nossos bandidos, não dos bandidos de lá, não dos judeus que pagaram a paz, senão dos cristãos que aproveitaram da paz e encheram os bolsos com o dinheiro dos judeus (APLAUSOS)” (CARDONA *apud* CIA, 1954j: 232).

Irado, como se pode imaginar, o mexicano antissemita interrompeu Cardona e apelou ao presidente do Congresso: “Estamos discutindo fundamentalmente a criação de frentes para defender nossas instituições, nossa religião, nossa tradição com frentes anticomunistas. E estamos deixando que [se] fale por 25 minutos para fazer **propaganda de um internacionalismo que não podemos tolerar os católicos romanos no México**” (MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 233, grifo meu). Nessa ocasião, porém, Prieto Laurens não defendeu seu compatriota antissemita, solicitando-lhe que não interrompesse o orador, que se sentasse e que se acalmasse. Contrariado, Garcia Martinez “apelou”: disse que “**não é este clima para minha personalidade e com muito pesar eu abandono este Congresso, com muito pesar**” (GARCIA MARTINEZ *apud* CIA, 1954j: 233, grifo meu). Prieto Laurens limitou-se a dizer que “todos os que se vão é porque fogem da discussão. A discussão tem se mantido em um plano de serenidade; os exaltados são os que se vão; nenhum exaltado pode permanecer aqui. A gente serena e que quer discutir permanece na Sala” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 234).

Assim que *se fue* do I Congresso o irado antissemita mexicano Garcia Martinez e, por isso, seu nome não consta da relação oficial de seus participantes e, por óbvio, nenhuma de suas prédicas antissemitas foram publicadas nos documentos congressuais. Graças às atas taquigráficas da CIA, contudo, é possível descobrir que ele sofreu apenas duas contraditas no Congresso. Na segunda *se fue*. Entre anticomunistas de certo quilate, releva-se o antissemitismo. Seja como for, depois que Garcia Martinez retirou-se, Cardona garantiu que sua intenção teria sido apenas a de debater as “ideias que estão em circulação” no Congresso e que “nós devemos aumentar o alistamento de ideias e de raças, e dizer que toda a cultura venha ao nosso campo, como o fizeram os Estados Unidos, em cujo aspecto positivo resultou em um alento geral e mundial que hoje em dia se chama universidades norte-americanas” (CARDONA *apud* CIA, 1954j: 234).

Na sequência, Prieto Laurens, dando-se conta da presença no Congresso do embaixador uruguaio no México, comissionou os "honoráveis Delegados do Uruguai e Peru" para lhe pedirem que passasse “ao Presidium, já que nos honra com sua presença” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 235). O diplomata respondeu, porém, que não poderia “estar no Presidium porque vim a buscar o delegado do Uruguai e vou me retirar” (CIA, 1954j: 235). Depois disso, ao final da segunda sessão do Congresso, o almirante Penna Botto reiniciou uma discussão terminológica, rechaçando a nomenclatura “socialismo cristão” inscrita em proposta da delegação guatemalteca.

Defendeu que “a Igreja não admite a expressão socialismo cristão” e “creio que a expressão mais adequada é Cristianismo Social no lugar do Socialismo Cristão (APLAUSOS)” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 235). Penna Botto lembrou que faltaria ainda por discutir “uma proposta apresentada pela Cruzada Brasileira que expõe com muitos maiores detalhes os meios de combater o comunismo” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 235). O Congresso aprovou por maioria a proposta do almirante brasileiro e o presidente do Congresso assegurou que “a democracia cristã é um dos meios eficazes para combater o comunismo” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 237).

Na última sessão do dia 29 de maio, Prieto Laurens, insinuando que os anticomunistas careceriam de algum tipo de força paramilitar, advertiu para a “**necessidade de criar institutos de treinamento físico para preparar os jovens e homens maduros na luta contra o comunismo**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 237, grifo meu). Logo depois, o argentino Andres de Cicco sugeriu a necessidade de criação de um Instituto de Estudos Sociais contra a Intervenção Soviética e, depois, o mexicano Rafael Henriquez alertou os congressistas para a necessidade da “salvação da infância”. No seu país, assegurou, “a juventude está sendo envenenada, pervertida, pela forma com que se transmite o ensino nas escolas” (HENRIQUEZ *apud* CIA, 1954j: 243). Defendeu que seria inaceitável falar-se em liberdade de cátedra desacompanhada de “um plano de estudos confessional”. “Podemos nós católicos estar conforme que [a] nossos meninos se lhes ensine como teoria para explicar-lhes a origem da Humanidade a teoria de Darwin?” (HENRIQUEZ *apud* CIA, 1954j: 243). O mexicano que buscou “salvar a infância” de seu país citou um caso pessoal “doloroso”. Teria sido obrigado a “reeducar” amigos de seu filho que teriam sido “doutrinados” na escola pela teoria de Darwin. “Tive que chamar os companheiros de meu filho para ensinar-lhes o falso dessa doutrina, para dizer-lhes como a religião católica nos ensina algo distinto de tudo isso, para ensinar-lhes que não é certo tudo o que estão inculcando” (HENRIQUEZ *apud* CIA, 1954j: 243).

Desse tipo de “campanha insidiosa” contra a *infância*, assegurou o mexicano, “tem saído dessas escolas (...) os líderes comunistas dissolventes” (HENRIQUEZ *apud* CIA, 1954j: 243). Baseado nessas premissas, endereçou sua proposta em nome “dos pais de família mexicanos. É o grito de desespero e de dor dos pais mexicanos que pedem ajuda, não à América, a todo o mundo, para salvar seus filhos (APLAUSOS)” (HENRIQUEZ *apud* CIA, 1954j: 243). Outro delegado

mexicano reforçou essa posição, sugerindo que se desse “uma olhada no que escrevem e o que pensam os professores que orientam nossos adolescentes e o que nos jornais estudantis escrevem esses adolescentes” e, assim, ficaria caracterizado o objetivo de *matar* “seus conceitos de disciplina e de tendência cívica” (CIA, 1954: 248). *Desvirtuar a juventude*, esse o objetivo, para “matar no adolescente a possibilidade da consciência cívica” (CIA, 1954j: 248).

Apresentada e aprovada a proposta dos “Pais de Família”, passou-se a palavra a Penna Botto que, segundo Prieto Laurens, “representa um setor sumamente importante das forças anticomunistas do continente” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 254). O almirante reclamou que as seis propostas apresentadas por sua Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) não receberam a devida atenção da Comissão de Estudo do Congresso. Uma em específico, sobre o modo de combater o comunismo, teria sido alterada no âmago de sua redação. Mas, se de um lado os Partidos Comunistas se dedicam “a lutar por todos os meios em prol do imperialismo soviético”, “como modificar a redação” sugerida pela CBA, ou seja, “que coisa há na proposta que não é exato?” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 255). “No Brasil”, por exemplo, “a ofensiva soviética é intensíssima, a ponto de que o Partido foi colocado fora da lei e foi considerado ilegal, mas o Partido [continua existindo] subterraneamente e infelizmente o Governo do Brasil não sabe ou não quer tomar medidas adequadas para impedir essa atuação subterrânea do Partido Comunista” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 255).

A situação no Brasil é de tal modo perigosa que **o Cominform no ano de 1953, o ano passado, escreveu em termos específicos, pela Revolução Marxista no Brasil. Tenho as instruções comigo, escritas em espanhol; consegui isso com meus agentes infiltrados nos meios comunistas do Rio de Janeiro.** As resoluções são grandes, mas eu vou ler somente a parte que fala das violências, para que todas as pessoas presentes saibam que coisa acontecerá em qualquer país sul-americano se a Revolução Marxista vem. Então, vou ler a parte das violências. Em 1935 houve uma Revolução Marxista no Peru e foi vencida, mas muita gente morreu. Não se deverá cometer o erro de 1935. Impõe-se a referência útil e completa de certos casos de referência, e que são propícios para criar a tonalidade psicológica necessária às grandes violências úteis, mas não deve sofrer solução de continuidade entre elas, de modo de não provocar o entusiasmo da massa ... (lendo). E mais à frente tem também um pedaço que diz: ‘cometer incêndios...’ **Essas são algumas das instruções pela Revolução Marxista no Brasil. Provavelmente fizeram também para México e para todos os outros países da América Latina. Então, o perigo é evidente, é real. Porque não aceitar a proposta da Cruzada Brasileira [Anticomunista] [?] que diz: ‘como se deve compreender, este perigo ... (lendo)’** (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 255-256, grifo meu)

As *Revoluções Marxistas* na América Latina, pois, seriam partes de um todo, programadas pelo Cominform e integradas ao plano de conquista mundial do *imperialismo*

*soviético*. Além de ter oferecido essa versão sintética de sua cosmovisão, o almirante Penna Botto confidenciou ainda que possuiria agentes infiltrados nos meios comunistas no Rio de Janeiro. E, como se verá, um desses seus agentes era seu assistente, que o acompanhava no Congresso, Joaquim Miguel Ferreira Vieira. O almirante também reclamou do fato da Comissão de Estudo do Congresso não ter compreendido a proposta da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) sobre a necessidade de repudi publicamente aspectos econômicos e filosóficos das “doutrinas marxista e comunista”. O coordenador da Comissão, o político equatoriano Pinzas Alice, rechaçara a proposta da CBA sobre o tema sob a alegação de ser perigoso e inconveniente levar ao *povo* até mesmo as críticas à filosofia e à teoria da mais-valia de Marx. Penna Botto não entendeu a posição do peruano.

**Em efeito, nunca pensei que a proposta sobre repúdio à doutrina marxista-comunista estivesse em condições de ser apresentada como está ao povo, à massa popular, aos operários, ao camponês. Não, certamente que não vai se falar com os operários e camponeses de Mais Valia, de Teoria do Valor, de leis econômicas, filosóficas.** O que a Cruzada Anticomunista teve em mente foi apresentar ao Congresso um ataque coordenado à doutrina marxista-leninista em plano elevado (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 255-256, grifo meu)

Caberia ao Congresso reformular a proposta da CBA e, depois, traduzi-la em uma linguagem “ao alcance do povo. É um trabalho que a Comissão [*Dictaminadora*] poderia fazer. Parece que a proposta foi aprovada, mas enormemente mutilada, com a supressão dos pontos mais importantes. A Cruzada Brasileira Anticomunista lamenta muito ocorrido e considera melhor retirar a proposta devido ao feito de ter ficado horrivelmente mutilada” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 255-256). Imediatamente o presidente do Congresso suplicou para que Penna Botto não retirasse a proposta apresentada pela CBA, pedindo-lhe que compreendesse que “o Congresso que estamos celebrando deve se considerar como um princípio nada mais do trabalho a se realizar; que aqui estabelecemos contatos, e que este é o primeiro passo que necessitávamos dar com um espírito mais amplo para [nos] compreendermos e entendermos” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 256). Prieto Laurens garantiu que o Congresso daria a oportunidade para que “todas as propostas da Cruzada Brasileira” fossem estudadas detidamente pela Comissão Permanente, que lhes daria “toda a publicidade que merecem, porque eu sei que estão animadas de um espírito altamente patriótico e humanitário, porque sabemos qual é o esforço que realiza essa Cruzada da

qual é o senhor digno representante (APLAUSOS)” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 256-257).

Tranquilizado e agradecido, o almirante Penna Botto prosseguiu lendo as propostas de sua Cruzada, reiniciando com uma de número 3: “Meios de Combater o Comunismo”. “Considerando que as más ideias se combatem com as boas ideias”... Infelizmente, porém, as atas taquigráficas do Congresso armazenadas pela CIA não registraram leitura de propostas. Mas anotaram que, depois da leitura dessa proposta, Penna Botto voltou a discordar do método de combate ao comunismo sugerido pelo equatoriano Baquero de la Calle. **“Um dos distintos oradores fez a separação entre o homem comunista e a doutrina comunista, e disse que devemos amar os comunistas e combater a doutrina. Belíssimo em teoria, mas tremendamente errado na prática”** (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 258, grifo meu). Isso porque “os comunistas são de duas espécies: os fanáticos e os ingênuos. Os ingênuos, que não sabem que coisa é o comunismo, nós os deveremos amar, mas **os fanáticos os deveremos atacar com toda a energia, com toda a repressão (APLAUSOS)”** (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 258, grifo meu).

Penna Botto defendeu na sequência dois pontos básicos: a *liberdade de cátedra* deve estar “restrita a certos limites, e os que abusam da liberdade de cátedra são castigados”; e a propaganda comunista deve ser imediatamente proibida em todos os países da América Latina. E “isso no Brasil é de uma importância capital, e talvez no México, onde a população é católica, onde a população gosta muito de Nossa Senhora de Guadalupe, nesta população católica, há muitas classes comunistas. A um católico do Brasil quando lhe perguntei se era comunista, respondeu: ‘Sim, graças a Deus sou comunista’” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 258). Penna Botto começou então a ler outra proposta da CBA: “Considerando que **Cristianismo e Comunismo se repelem, são totalmente antagônicos, são irreconciliáveis...** (lendo)” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 258, grifo meu). Depois da leitura dessa proposta, também não registrada em ata, indagou: “Mas, senhores, mesclar assuntos eclesiásticos com civis? **Que mal haveria ao misturar assuntos eclesiásticos com civis?**” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954: 258, grifo meu). Sua Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) não apenas misturava assuntos eclesiásticos com civis, “como dois de seus principais fundadores [são] dois padres jesuítas” da “Sociedade Católica denominada no Brasil Círculos Obreros” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 258).

E mais, questionou: “**Como vamos a combater o comunismo sem [o] apoio formidável da religião?**” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 258, grifo meu). O brasileiro começou a leitura de outra proposta da CBA sobre a necessidade do encerramento imediato “de relações diplomáticas e comerciais com Rússia e com os países por ela dominados. Considerando que entre os países da América Latina ... (lendo)” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 258). Depois da leitura, Penna Botto disse compreender que, para muitos delegados do Congresso, fazer uma recomendação como essa seria “sumamente delicado”. Mas não para sua CBA, que “combate ostensivamente o Comunismo no Brasil. Sem fazer cerimônias, sem recomendações, a Cruzada combate o comunismo frente à frente, ostensivamente, abertamente” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 258-259). Em uma última proposta da CBA, o almirante insistiu na necessidade de serem imediatamente afastados de seus cargos os “comunistas dos postos chave, dos Ministérios da Educação e dos Departamentos de Ensino da República na América Latina” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 259). “No Brasil, há professores [comunistas] no Ministério da Educação e nos Departamentos de Ensino, e a Cruzada escreve todos os meses nos jornais pedindo a retirada desses criminosos” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 259).

Na sequência as atas apenas mencionaram a leitura de outra moção feita por brasileiros, dessa vez pelos “jovens delegados” – provavelmente da Frente de Jovens Democratas do Rio de Janeiro, ou Waldo Ramos ou Antonio Faustino Soto Sobrinho. Depois dele, outro jovem delegado assumiu a palavra, o uruguaio Omar Ibargoyen, que passou a ler um conjunto de moções. Uma delas propusera *neutralizar* os “dirigentes do comunismo latino-americano” por meio da denúncia do *método de calúnia e difamação* alegadamente utilizados pelos *comunistas*. Outra buscou refutar os aspectos políticos, éticos, sociais e econômicas da *doutrina comunista*, em especial “a teoria de la Plus Valía, que ustedes saben que significa que todos los patrones son ladrones de los trabajadores” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 261). Uma terceira advertiu para a necessidade monitorar e vigiar partidos políticos e sindicatos comunistas, destacando Ibargoyen que “en la vida interna de los sindicatos muchas veces existen dictadores y grupitos de extremistas” e “es de importantísimo, así como reglamentar los partidos políticos, reglamentar los sindicatos” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 264).

Seria urgente, ademais, “perfeccionar los resortes legales para prohibir la huelga en los servicios públicos, fundamentales del Estado”, bem como evitar a “penetração” comunista “en los

puestos claves que comprometan la seguridad del Estado” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 264). “Lo mismo en el caso de las huelgas sincronizadas en cadena”, isto é, as greves gerais, já que “no hay país que lo pueda resistir. No se trata sólo de la caída de un Gobierno, sino se trata de la caída de las instituciones, de la Constitución y del orden público del país y del sistema de convivencia basado en normas legales” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 266). A última moção apresentada pelo uruguaio propôs ao Congresso a criação de uma Comissão Investigadora das “atividades do comunismo contra a estabilidade institucional e jurídica de uma nação democrática” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 266). Essa Comissão Investigadora Anticomunista se referiria “a las secciones y Departamentos que convendría que estuvieran organizados en los distintos movimientos democráticos en la lucha anti-totalitaria”, ressaltando Ibarгойen, contudo, a necessidade de se “evitar que esa Comisión pudiera llegar a constituirse en un organismo omnipotente que pudiera perturbar la libertad en la vida de los países democráticos” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 267).

Depois disso, o mexicano Salazar Arce agradeceu imensamente as sugestões apresentadas pelo representante da Divisão Juvenil do Movimento Antitotalitário do Uruguaio, recomendando à Comisión Dictaminadora que tomasse nota de todas. Também Prieto Laurens animou-se com algumas moções de Ibarгойen, em especial a segunda delas, sintetizada pelo presidente do Congresso como a necessidade de se preparar “**o contraveneno do Manifesto Comunista**. Já aqui o Licenciado Salvador Mendoza tinha pensado em falar perante este Congresso sobre **a necessidade de Manifesto**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 268, grifo meu). Um *Manifesto Anticomunista*, portanto, seria uma necessidade do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, não é mesmo? “Os comunistas têm falado ao mundo de seus planos e de seus propósitos e de sua doutrina”, sendo, pois, “**necessário que o mundo cristão do Ocidente, o mundo democrático e livre também diga sua verdade**. Está dita de muitas formas, mas que a diga de uma forma concreta, e que **um organismo como este que vamos criar, continental, seja o respaldo desse documento**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 268, grifo meu).

Por último, o I Congresso entrou em seu tema central: combater o presidente guatemalteco Jacobo Arbenz. Assim que o mexicano Salvador Mendoza iniciou a leitura de um parecer referente à Guatemala já então debatido e aprovado pelo Congresso. Enfatizando que “o



agente comunista em nossa América” seria *não o povo* mas o *governo da Guatemala*, o mexicano enumerou algumas das resoluções do parecer: “1. Avoque este Congresso o conhecimento do problema do caso da Guatemala’. Isto já se fez. ‘Passa-se aos informes ... (lendo)’. Temos aqui provas em volumoso arquivo” (MENDOZA *apud* CIA, 1954j: 269). Embora as atas taquigráficas da CIA não tenham registrado a leitura desse parecer, ele foi depois publicado pelo Comitê Coordenador Anticomunista (CCA) da Guatemala. A partir dessa publicação, inclusive, é possível descobrir que a Legião Panamericana do México era a autora do parecer que versou sobre “la presente situación reinante en la vecina República hermana de Guatemala” (CCA, 1954: 15). Cinco “FATOS” antecederam a “PONENCIA” da Legião mexicana.

O primeiro deles assegurou que “todos los informes procedentes de Guatemala, indican que la infiltración soviética en los asuntos vitales de esa República es un hecho consumado” (CCA, 1954: 15). O segundo alegou que “la infiltración y desarrollo de comunismo en ese país, ha traído como consecuencia inmediata, un enorme desconcierto en toda Centroamérica y barruntos de lucha armada entre Guatemala, Honduras y Nicaragua” (CCA, 1954: 15). O terceiro “FATO” salientou ser vital aos interesses dos países americanos “eliminar un peligro latente para todos ellos y en especial para aquellos que, vecinos de Guatemala, Hondura y Nicaragua, pudiendo resultar afectado por diseminación de las teorías comunistas” (CCA, 1954: 15). O quarto garantiu que *o povo guatemalteco* “vería con sumo interés se le prestara ayuda en su lucha contra el comunismo y la eliminación de ese mal” (CCA, 1954: 15-16). O quinto “FATO” apontou que “ninguna ocasión es más favorable que la celebración de este congreso, para ofrecer a Guatemala esa ayuda que solicita y espera, especialmente por venir de parte completa desinteresada y que siente en carne viva los males que aquejan a nuestros hermanos de Guatemala” (CCA, 1954: 16). Note-se, pois, que o *script* da CIA para o Congresso do México – organizado pela suboperação KUGOWN para servir de cortina de fumaça ao projeto PBSUCCESS, a operação de golpe de Estado contra o presidente da Guatemala Jacob Arbenz – era seguido à risca:

PONENCIA. I. **Avóquese este Congreso el conocimiento del problema y caso de Guatemala.** II. Pídanse los informes correspondientes a la Delegación de Guatemala a este Congreso. II. Que en vista de lo actuado y como resultado de ello, y fundando perfectamente su resolución, este Congreso declare: a) **Que está demostrado que en Guatemala existe la infiltración comunista llevada a su grado máximo.** b) **Que el Gobierno del Sr. Jacobo Arbenz es instrumento del Comunismo** y actúa en forma activa de proselitismo a favor de esta tendencia. c) **Que esta actitud y actuación del Gobierno de Guatemala, es un peligro para la seguridad y tranquilidad de América.** d) Que es llegado el caso de **que este H. Congreso, formando el correspondiente legajo**

se dirija a la Organización de los países americanos, denunciando a la administración del Arbenz, como un órgano del comunismo en América constituyendo así un peligro para la libertad, integridad y vigencia de las instituciones de nuestro Continente, y que por lo tanto este caso caé dentro de las resoluciones tomadas en la X Conferencia Inter-Americana en Caracas. IV. Que se turne a la Organización de los Estados Americanos, esta resolución y consignación, para los efectos legales correspondientes, de acuerdo con la finalidad de dicha Organización de Estados Americanos. V. Láncese un manifiesto, por este Congreso, al pueblo de Guatemala, haciendo saber que la intervención de este Congreso, en asuntos Guatemaltecos es pura y sencillamente un acto de fraternidad americana, sin miras interesadas de cualquier otra índole que no sea hermandad y amor que todos los pueblos Americanos nos profesamos como ramas del mismo árbol de nuestro común origen. LEY, LIBERTAD Y DEMOCRACIA. México, D.F., a ventisiete de mayo de mil novecientos cincuenta y cuatro (CCA, 1954: 15-17, grifo meu)

O I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina foi fidelíssimo ao *script* que lhe reservara a CIA. Recorde-se que Richard Haney, um coronel do Exército a serviço da CIA, havia insistido para que o I Congresso aprovasse um tipo desse de *Ponencia* e tinha “sugerido” que o mais conveniente seria que ela não partisse da delegação guatemalteca. *Hecho*. A *Ponencia* para “salvar” o *povo guatemalteco* do governo de Arbenz fora oferecida pela Legião Panamericana de México. Mas isso não significou, por óbvio, que a delegação guatemalteca tenha se mantida inativa no I Congresso. Ela apresentou, como resgata o historiador argentino Cañón Voirin, um informe intitulado *El Caso Guatemala* no qual “denunciaba a la URSS por haber ‘dirigido y financiado la toma del poder por sus agentes locales’” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 87). O Comitê Coordenador Anticomunista (CCA) da Guatemala também publicou esse informe. Nele, defendeu que a política internacional dos governos da Revolução de Outubro de 1944, respectivamente os de Juan José Arévalo e Jacobo Arbenz, “se ha caracterizado por las constantes intervenciones en los asuntos internos de los demás países cuyos gobiernos han repudiado alinearse en las filas rojo-soviéticas, y es así, como con dinero, armas, pertrechos, gente reclutada en Guatemala, el Gobierno de este país ha alterado la paz en Centroamérica y el Caribe, desde hace diez años” (CCA, 1954: 17-28).

O informe *El Caso Guatemala* “denunciou” também o governo Arbenz por ter sido, na IX Conferência Interamericana da OEA em Caracas, na Venezuela, “el único país que votó en contra de la ponencia norteamericana de combate y control del comunismo en este Continente” (CCA, 1954: 19). (O “detalhe” ausente, como visto, é que essa *ponencia* dos EUA, apresentada por Foster Dulles, foi feita sob medida como fachada diplomática do golpe de Estado já então em

andamento contra Arbenz. Como seu governo poderia apoiá-la?). O informe aprovado pelo I Congresso, ademais, depois de denunciar a ocorrência de torturas e assassinatos perpetrados por “un Estado policía [que] rige los destinos de nuestra infortunada Patria” (CCA, 1954: 19), alegou que o presidente Arbenz acabaria de ter *confessado* que “en Guatemala existe un partido marxista que participa en los negocios políticos del país” (CCA, 1954: 20). “Con base en los antecedentes que quedan expuestos”, os autores do informe *El Caso Guatemala* “pedimos al PRIMER CONGRESO CONTRA LA INTERVENCIÓN SOVIÉTICA EN LA AMÉRICA LATINA, que se sirva hacer las DECLARACIONES siguientes” (CCA, 1954: 20):

a) **Que los gobiernos de Juan José Arévalo Bermejo y de Jacobo Arbenz Guzmán, han puesto y siguen poniendo en peligro la paz en América y el Caribe, por razón de sus constantes intervenciones en los asuntos internos de estos países, ya fomentando revueltas armadas, y ayudando a éstas con dinero, armas, pertrechos, gente, ya agitando en terrenos laborales o agrícolas, alentando huelgas o financiándolas, ya introduciendo propaganda marxista subrepticamente, en forma de libros, folletos, gráficos, y hasta enviando técnicos en las labores de proselitismo comunista que solivianten las masas.** b) **Que el gobierno de Jacobo Arbenz está al servicio del comunismo internacional.** c) Que los gobiernos de Arbenz y de Arévalo han violado repetidamente los compromisos contraídos en las Conferencias Interamericanas de Río de Janeiro, Bogotá, la Cuarta de Cancilleres Americanos de Washington, por razón de sus compromisos con el comunismo internacional. d) Que los gobiernos de Arévalo y de Arbenz han violado, incesantemente, la Declaración de los Derechos Humanos y las Libertades Fundamentales Proclamadas por las Naciones Unidas (CCA, 1954: 20-21, grifo meu)

Mais uma vez, o *script* do coronel Richard Haney da CIA, operador de “alto nível” da suboperação KUGOWN do programa PBSUCCESS destinado a derrubar Arbenz, estava sendo seguido à risca por seus “amigos” latinoamericanos. A *Comisión Dictaminadora* do I Congresso presidida pelo reitor colombiano Uribe Misas e pelo mexicano Salvador Mendonza incumbiu-se de aprovar *El Caso Guatemala*. “En esta ponencia, la delegación guatemalteca expone, con dolorido acento, su largo calvario bajo la bota roja” e, após lerem “el folleto ‘El Caso de Guatemala’”, Uribe Misas e Salvador Mendoza concluíram: “Estimamos que es procedente formular una declaración conjunta” (CCA, 1954: 21-22). Os presidentes dessa *Comisión* ainda aprovaram mais cinco propostas apresentadas pelos guatemaltecos do I Congresso. “La primera tiende a preservar al hombre, desde las aulas, a precaverse contra al virus comunista mediante programas ‘específicos’ que consagren la lucha contra el comunismo” (CCA, 1954: 23). Embora os guatemaltecos não tenham especificado o programa proposto, os dois “sábios” da *Comisión* intuíram o que se pretendia. “Conociendo el espíritu que informa a los luchadores guatemaltecos,

no habrá que interrogarlos para saber cuáles sean: los principios cristianos. Es de recomendarse la ponencia siempre que esta campaña de preservación de la niñez y de información de la juventude, abarque por igual a las escuelas privadas y oficiales” (CCA, 1954: 23).

A segunda proposta guatemalteca defendeu “**la creación de cuerpos especiales encargados de vigilar el cumplimiento de las obligaciones que deben tener los países anticomunistas de informarse mutuamente de todos los movimientos del comunismo**” (CCA, 1954: 24, grifo meu). No caso da Guatemala isso seria especialmente necessário pois Arévalo e Arbenz teriam transformado o país “en puente internacional para el paseo – nada inocente – de todos los líderes internacionales comunistas” e, concluíram Uribe Misas e Salvador Mendonza, a *ponencia* em questão poderia “ayudar a los demás países a ‘curarse en salud’” (CCA, 1954: 24). Esses dois “sábios” da *Comisión Dictaminadora* do Congresso manifestaram que, “en nuestra opinión, **debe recomendarse la fundación de estos cuerpos especiales de vigilancia sobre las actividades rojas y la mutua información entre los gobiernos anticomunistas**, uno de los cuales, esperamos, sea muy pronto el de Guatemala” (CCA, 1954: 24, grifo meu). A terceira proposta guatemalteca sugeriu que a data de início do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, isto é, 27 de maio de 1954, fosse “declarada ‘**Día del Anticomunismo Interamericano**’” (CCA, 1954: 24, grifo meu). A quarta proposta sugeriu que o próximo Congresso fosse celebrado na Guatemala e a quinta, intitulada “*Dios, Patria, Libertad*”, afirmou:

Los luchadores anticomunistas guatemaltecos, que hemos hechos de nuestra tarea un qué hacer afirmativo y no una simples negación, CONSIDERANDO que el comunismo es la más rotunda negación de Dios, de la Patria y de la Libertad humana, hemos adoptado estos conceptos (...) como nuestras banderas de Victoria, proclamando que frente a un comunismo ateo, ponemos la fe en un Dios personal y distinto del mundo; un Dios operante y Redentor; que frente a un comunismo que preconiza la República del Proletariado, oponemos el concepto de Patria y que frente a la esclavitud roja, levantamos la bandera de la libertad cristiana. (CCA, 1954: 25)

Essa proposta guatemalteca sugeriu que todas as delegações iberoamericanas presentes no I Congresso do México deveriam adotar, “en sus nobles campañas, estos símbolos: Dios, Patria, Libertad, que son, como queda expuesto, la antítesis única, y por lo tanto, el antídoto único del comunismo ateo, del comunismo apátrida, del comunismo dissociador y esclavista” (CCA, 1954: 25-26). *Deus, Pátria, Liberdade* – “sob este signo vencerás!” Esse tríptico deveria ser então o novo signo da *democracia verdadeira*, “la que no se confunde con aquella en cuyo nombre, tras la Cortina de Hierro, han sido esclavizados muchos pueblos” (CCA, 1954: 26). A *Comisión*

*Dictaminadora* aprovou todas as propostas da delegação guatemalteca, à exceção daquela relativa ao país-sede do próximo Congresso. Enfim, os dois “sábios” da *Comisión* exaltaram o caráter heroico da Guatemala, já por tanto tempo sob “as garras da besta vermelha” [*el zarpazo de la bestia roja*], caracterizando o país como “el acervo sagrado de sus muertos y de sus héroes, la nación americana más autorizada para servir de ejemplo al Continente” (CCA, 1954: 26).

E não seria apenas “a besta vermelha” que teria subjogado a Guatemala. “Por gerações inteiras” o país também teria sofrido sob as garras de um “**liberalismo frío y anticristiano**” (CCA, 1954: 26, grifo meu). Felizmente, porém, contra “a besta vermelha” e contra o “liberalismo frio e anticristão”, a Guatemala estaria naquele momento, às vésperas de um golpe de Estado, voltando-se “a las grandes realidades trascendentes de Dios, de la Patria y de la Libertad”, “como una concatenación lógica que se refleja en el mundo moral y social” (CCA, 1954: 26). Por último, a *Comisión* do I Congresso reiterou a aprovação das quatro propostas dos delegados guatemaltecos, destacando que “un anticomunismo afirmativo” deve “enfrentar al ateísmo” com “el principio divino, la fe en Dios”, e “nada más lógico que proclamar el principio de Patria al concepto rojo de la República de Trabajadores” (CCA, 1954: 27). “Se estima que sin Dios”, concluiu a *Comisión*, “es imposible oponer un dique al comunismo; que sin hacer tangible el sentimiento de Patria, en vano nos opondremos al nebuloso concepto comunista del proletariado mesiánico; y que sin libertad (...) no encontramos sino Polonias, Bulgarias, Rumanias y ... Guatemala” (CCA, 1954: 27-28).

O mexicano Salvador Mendonza não deixou de observar que “em alguns pontos que acabamos de escutar a proposta [dos guatemaltecos] coincide com a faculdade e atribuições da Organização dos Estados Americanos” (SALVADOR MENDOZA *apud* CIA, 1954j: 270). Artigos da Carta da OEA poderiam ser acionados a partir das propostas dos guatemaltecos anti-Arbenz, em especial aqueles que garantiriam a *solidariedade coletiva* interamericana contra alguma *agressão* externa e que autorizariam a convocação de chanceleres em reunião extraordinária para discutir a ameaça. Mais do que isso. Importantíssimo notar que ao menos uma das propostas da delegação guatemalteca apresentada no Congresso do México coincidiu *in totum* com a *Resolução de Caracas* aprovada pela OEA sob a “recomendação” de Foster Dulles. Por exemplo, aquela que conclamou pelo estabelecimento de um pacto intergovernamental para

monitorar e vigiar as viagens e os deslocamentos transfronteiriços dos agentes do comunismo pelo hemisfério latinoamericano<sup>126</sup>.

Um último movimento integrado de ataque ao governo de Jacobo Arbenz consistiu no pedido feito ao I Congresso pelo delegado José Luis Arenas Barrera, do Partido de Unificación Anticomunista (PUA) da Guatemala. Ele indagou ao *Presidium* do I Congresso se este poderia enviar “um *cabble* dirigido a Washington, onde terá indubitavelmente efeito na reunião dos Conselheiros para tratar o assunto concretamente da Guatemala, [para que se] tome em conta a opinião de todos os povos da América reunidos aqui” (ARENAS BARRERA *apud* CIA, 1954j: 272). “Assim é que lhes peço aos honoráveis delegados meditar e ver se é possível esta petição [que] faz por meio de mim a delegação da Guatemala, a qual representa o povo de Guatemala que graças a Deus é em 99% antissoviético, e que indubitavelmente tem seguido com sumo interesse o desenvolvimento deste magno Congresso Antissoviético” (ARENAS BARRERA *apud* CIA, 1954j: 272).

Ou seja, Arenas Barrera solicitou ao *Presidium* do I Congresso que enviasse um cabograma “dirigido aos Ministros de Relações Exteriores que se reunirão em Washington proximamente (APLAUSOS)” (ARENAS BARRERA *apud* CIA, 1954j: 272). A OEA saberia que *o povo* da Guatemala “tem sofrido na própria carne a tragédia do comunismo” (ARENAS BARRERA *apud* CIA, 1954j: 272). O presidente do Congresso Prieto Laurens acatou imediatamente a sugestão. O *script* da CIA, portanto, seguiu às mil maravilhas. No dia seguinte, 30 de maio de 1954, na abertura do último dia do Congresso, o delegado mexicano Salvador Mendonza teve “a honra” de informar aos congressistas sobre o teor do “telegrama enviado pelo Presidente deste Congresso para a Organização dos Estados Americanos” (SALVADOR MENDOZA *apud* CIA, 1954j: 42):

**Primeiro Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina aprovou ontem por aclamação declarar [que] o Governo de Guatemala está a serviço do comunismo internacional e constituindo perigo para América depois de estudo feito e documentação apresentada pela delegação de Guatemala.** Em virtude de tratados

---

<sup>126</sup> Seria uma extravagância sugerir que a Resolução de Caracas da OEA de 1954 – o “Manifesto Anticomunista” de Foster Dulles – foi um dos protótipos longínquos da Operação Condor? Lembrando que o Sistema de Coordenação e Inteligência Condor, montado em 1975 pelas ditaduras militares do Cone Sul da América Latina, estruturou-se como uma grande rede de monitoramento e vigilância antissubversiva, cuja “cérebro” telecomunicacional assentou-se no Canal do Panamá sob os auspícios dos EUA, o Condortel. Monitorar, vigiar, construir um banco de dados anticomunista em todo hemisfério latinoamericano foram os atos preparatórios e a condição sine qua non para as operações de assassinato interestatal desenvolvidas no marco do Sistema Condor. Mas esse processo histórico só seria maturado décadas depois e, como tal, será objeto do CAPÍTULO 5 e, especificamente, do APÊNDICE.

internacionais e diante da extrema gravidade do caso procede que resolva este Conselho conforme os artigos um, quarto e quarenta da Carta Constitutiva, Ponto. Atenciosamente, Jorge Prieto Laurens, Presidente do Congresso (CIA, 1954j: 42)

Na sequência, Prieto Laurens insistiu para que os jornalistas presentes recebessem uma cópia do telegrama enviado à OEA e que dessem publicidade imediata a ele. A CIA, se reclamaria do caráter “incontrolável” de Prieto Laurens, como logo se verá, não teve do que reclamar de fato. Foi satisfatoriamente seguido o *script* programado, no marco da PBSUCCESS, pela suboperação KUGOWN coordenada pelo coronel Richard Haney, pelo “espião compulsivo” Howard Hunt, pelo “cold warrior messiânico” Frank Wisner *et cetera*. O Congresso organizado e financiado pela CIA via KUGOWN serviu a contento de cortina de fumaça ao golpe de Estado contra Arbenz programado pela operação PBSUCCESS do governo Eisenhower. E mais. O militar de codinome “PANCHO” na PBSUCCESS, isto é, Castillo Armas, o coronel escolhido pela CIA e pela *United Fruit* para “libertar” a Guatemala e substituir Arbenz na presidência da República, não deixou de enviar sua mensagem ao Congresso do México. Em uma nota intitulada *Voluntad y Afirmación*, o futuro ditador da Guatemala congratulou-se com os anticomunistas:

**El Primer Congreso contra la Intervención Soviética en la América Latina**, recientemente reunido en la ciudad de México, **hizo justicia a la causa sagrada de mi Patria**. Este gesto ha comprometido la gratitud del pueblo guatemalteco. **En mi calidad de Jefe de la Oposición Organizada agradezco con fervor la comprensión de los pueblos del Continente al aprobar todas y cada una de las ponencias anticomunistas presentadas por la Delegación guatemalteca a ese magno Congreso y prometo, solemnemente, esforzarme por hacer realidad en mi país tan nobles ideales y tan altas aspiraciones, con la colaboración de las fuerzas de Oposición que forman la mayoría del pueblo de Guatemala. Dios, Patria, Libertad.** Carlos Castillo Armas. Tegucigalpa, D. C. Honduras, junio de 1954 (CCA, 1954: 31, grifo meu)

Isto é, o “Chefe da Oposição Organizada” Castillo Armas, um mês antes da consumação em 27 de junho do golpe de Estado contra Arbenz, não apenas agradeceu ao I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina por ter aprovado as *ponencias anticomunistas* da delegação guatemalteca. O “libertador” prometeu *solenemente* que as colocaria em prática, uma vez no poder, encerrando sua mensagem com o lema *Dios, Patria, Libertad*, justamente o tríplice de uma das propostas dos guatemaltecos anti-Arbenz. Uma delas, ao menos, o “libertador” Castillo Armas colocou em prática, com uma ligeira alteração de data. A delegação guatemalteca no Congresso solicitou que 27 de maio fosse transformado no “Dia del Anticomunismo Interamericano” e o ditador Castillo Armas, como visto, proclamou 12 de julho como o “Dia

Anticomunista” na Guatemala, prometendo que “todo o peso da lei” deveria recair “sobre esses criminosos” (IMMERMAN, 1990: 198).

### 3.2.2. *Compondo a Comissão Permanente do I Congresso*

Porém, ainda no final do dia 29 de maio, isto é, o penúltimo dia do I Congresso, o delegado mexicano Arturo Amaya Alvarez retomou um dos pontos da Agenda, qual seja, a “Constituição de uma Comissão Permanente ... (lendo)”. Alvarez, na sequência, sugeriu que “o Presidente desta Comissão Permanente seja o Almirante Carlos Penna Botto (APLAUSOS)” (AMAYA ALVAREZ *apud* CIA, 1954j: 278). O motivo? “Bem sabemos como no Brasil a guerra comunista tem tratado de infiltrarse no organismo nacional brasileiro; logo então o Brasil enfrenta nesses momentos a luta contra o comunismo em uma forma verdadeiramente forte e tenaz” (AMAYA ALVAREZ *apud* CIA, 1954j: 278). A Comissão Permanente “deverá durar um ano em seu exercício, e considero também que a sede dela deverá ser esta Cidade do México onde se tem celebrado este magno evento contra o comunismo (APLAUSOS)” (AMAYA ALVAREZ *apud* CIA, 1954j: 278). Isso porque, salientou o delegado mexicano, “considero também que em cada país os membros da Comissão Permanente deverão constituir seções para o objeto de que nos auxiliam nos trabalhos que haverá de desenvolver. Finalmente, senhores, me permito propor que a Sede do próximo Congresso seja a Cidade do Rio de Janeiro, Brasil (APLAUSOS)” (ALVAREZ *apud* CIA, 1954j: 279).

O almirante Penna Botto agradeceu “pela indicação de meu nome e da cidade do Rio de Janeiro. Aceito com muito prazer a indicação do Rio de Janeiro, mas proponho que o Presidente durante o ano que segue seja o senhor Prieto Laurens, tanto mais que a Sede da Comissão Permanente, da Comissão Permanente sintetizadora de todas as atividades na América Latina, vai ficar no México” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 284). Propôs, porém, que “o senhor Prieto Laurens seja o Presidente durante este ano [1954], até que se reúna o Congresso do Rio de Janeiro (APLAUSOS)” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 284). Aprovada a sugestão de Penna Botto, o presidente do Congresso Prieto Laurens convidou os congressistas para um banquete durante à noite. No dia seguinte, em 30 de maio de 1954, a última sessão congressual iniciou-se com a leitura de algumas comunicações, entre elas uma enviada de Montreal: “Recebemos com grande prazer



seu convite para concorrer ao Congresso... (lendo)”. Prieto Laurens comentou: “Como os senhores sabem, Canadá tem uma população mista de ingleses e franceses. Os franceses quase em sua totalidade são católicos. Inclusive nos convidaram para um Congresso que lá vão celebrar” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 01).

Seria preciso, pois, expandir o arco de membros da Comissão Permanente recém-criada para além da América Latina. E não apenas com a incorporação de canadenses. Nesse sentido, Prieto Laurens confidenciou aos congressistas uma recomendação sugerida pelo chefe da delegação brasileira. “**Há uma proposta do Almirante Penna Botto que propõe que se convide os elementos dos Estados Unidos para integrar a Comissão Permanente, e em vista deste convite dos canadenses, sugiro ao senhor Almirante Penna Botto que se agregue o Canadá. Está disposto a aceitar?**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 1, grifo meu). *Por supuesto*. Já autorizada eventual incorporação de “elementos” dos EUA e do Canadá, sem dúvida alguma, porém, o resultado mais importante do I Congresso do México de 1954, como observa o historiador Cañon Voirin, consistiu na “creación de la Comisión Permanente del Primer Congreso Contra la Intervención Soviética en América Latina, base inmediatamente anterior sobre la cual se constituirá la CIDC [Confederação Interamericana de Defesa do Continente]” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 99). Como dito, se o I Congresso de 1954 foi “um fruto fresco” da contrarrevolução guatemalteca, a CIDC formalizada em 1955 no Brasil, sob a presidência de Penna Botto, configuraria o veículo da contrarrevolução latinoamericana. Com base em um documento da CIA analisado mais à frente, Cañón Voirin reconstituiu o *Quem-é-quem* da Comissão Permanente criada no I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, integrada por “una Secretaría General, y Comités Locales” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 88-89).

Los miembros elegidos para la comisión [permanente] fueron: **Andrés de Cicco** (Argentina); Almirante **Carlos Penna Botto**, Presidente (Brasil); **Jorge Prieto Laurens**, secretario (México); **Rafael Velázquez** (Colombia); **Mariano Quiroz González** (Costa Rica); **Federico Neilsen Reyes** (Bolivia); **Eduardo Alfonso Figeac** (El Salvador); **Jose Baquero de la Calle** (Ecuador); **José Calderón Salazar** (Guatemala); **Aurelio López** (Panamá); **Héctor Gambetta** (Perú); **Carlos Adán Espinoza** (Nicaragua); **Isabel Arrua Callejo** (Paraguay); **Omar Ibarгойen** (Uruguay); **Luis Felipe Belleria** (Venezuela) (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 89, grifo meu)

Os debates, porém, não cessaram no último dia do I Congresso. O mexicano Gabriel Coronado Jiménez, da Frente Anticomunista do Instituto Politécnico Nacional, voltou a insistir na necessidade do combate à “infiltração comunista” na educação e nos institutos técnicos.

Denunciou que os comunistas “introduziram células vermelhas nos Institutos Técnicos dos diferentes países, porque sabem que esses técnicos no futuro próximo vão dirigir a economia das nações” e, uma vez comunizadas “as células nos institutos técnicos, eles vão a ser os porta-vozes dos preceitos de Marx, Engels e Stálin em um futuro próximo entre os trabalhadores e camponeses e as classes pobres da América” (CORONADO JIMÉNEZ *apud* CIA, 1954: 3). Depois, o delegado Antonio Rodriguez Garcia questionou a conveniência do Congresso declarar-se católico. Embora nele existisse inegavelmente “um sentir cristão”, advertiu, “nós não temos que mencionar aqui que é um Congresso Católico” (RODRIGUEZ GARCIA *apud* CIA, 1954: 6). Na sequência, José Calderon Salazar, do Comitê de Exilados Guatemaltecos Anticomunistas no México, criticou o uso genérico da palavra *democracia* adotado pelo Congresso, alegando que “a democracia é uma senhora muito elegante que vai de braços dados pela rua com qualquer um. Em nome da democracia, Polônia está subjugada à Rússia; Bulgária está subjugada à Rússia; e em nome da democracia há centenas de milhares de nações atrás da Cortina de Ferro sofrendo o jugo soviético” (CALDERON SALAZAR *apud* CIA, 1954: 12).

“Em nome da democracia caíram milhões de homens subjugados pela União Soviética” e “agora precisamente por isso nós pedimos que se explique de qual democracia, se é daquela democracia ou desta democracia. Se propõe também o princípio dos direitos do homem. Também a Rússia fala dos direitos do homem” (SALAZAR *apud* CIA, 1954: 12). O almirante Penna Botto então interveio, não para discutir o termo democracia, mas para comentar acerca da inoportunidade do I Congresso declarar-se como *católico*, salientando que “em todas as propostas apresentadas pela Cruzada Brasileira Anticomunista [CBA] se fala de cristianismo e de cristãos e não de católicos” (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 13). Resgatou proposta da CBA sobre como combater a “infiltração comunista” na educação e nos governos latinoamericanos, devendo-se:

(...) insistir perante os Poderes Públicos pela absoluta necessidade de **remover das escolas, colégios e universidades os professores comunistas que se aproveitam da liberdade de cátedra para envenenar as almas juvenis descuidadas dos adolescentes, e também insistir na retirada dos comunistas dos postos chave, dos Ministérios da Educação e dos Departamentos de Ensino das classes públicas da América Latina** (PENNA BOTTO *apud* CIA, 1954j: 13, grifo meu)

Intervindo no debate, o uruguaio Omar Ibargoyen defendeu que o Congresso deveria pronunciar-se a favor da *democracia*, mas não se declarar *católico* e nem mesmo oficialmente *cristão*, repisando que “no movimento que eu represento há gentes de todas as posições religiosas,

mas a título pessoal digo: se creio na democracia é porque sou e trato de ser profundamente cristão” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 14). Ibarгойen criticou que o reitor colombiano Uribe Misas tenha vetado, enquanto presidente de *Comisión Dictaminadora*, uma moção em defesa da democracia. O uruguaio ameaçou retirar-se do Congresso caso o veto fosse mantido. Disse ainda, referindo-se à intervenção Calderon Salazar, ser “lamentável ter visto que se identificou o comunismo com a democracia. Falou-se que as democracias populares sob os regimes comunistas, que isso é o mesmo que democracia, que isso é uma forma de democracia, ou que andam de braços com outra senhora” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954: 14).

“De nenhuma maneira, senhores, a democracia se baseia na liberdade de pensar, em eleições livres, na existência efetiva dos direitos humanos. Lá há um partido único” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 14). O jovem uruguaio insistiu que “a luta ideológica é importantíssima”, ressaltando que não seria aceitável, contudo, que “tenhamos um critério pragmático de simplesmente querer atacar o adversário com qualquer tipo de procedimento” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 15). O presidente do Congresso rogou ponderação a Ibarгойen, garantindo-lhe que “ninguém se pronunciou contra a democracia” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 18). “O delegado do Uruguai ameaça retirar-se da Assembleia”, mas “essa ameaça, companheiros, é injustificada, porque é fruto do ambiente que criaram alguns periódicos que dizem que este Congresso está por se dissolver porque alguns companheiros delegados se retiraram daqui” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 18). O mexicano insitiu que “**ninguém se pronunciou contra democracia, nem tampouco é verdade que alguém tenha vindo sustentar o totalitarismo católico porque, ademais, a democracia cristã não é totalitária**. Seria um absurdo isso” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 18-19, grifo meu).

E, na condição de seu presidente, Prieto Laurens se disse “obrigado a defender a integridade do Congresso” e, se permitisse sua dissolução, “nossos inimigos ririam e celebrariam com grande gosto” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954: 19-20). Pediu paciência e tranquilidade aos congressistas, reiterando que aquele seria apenas o primeiro encontro entre os latinoamericanos ali presentes e que, assim sendo, era impossível “fazer uma declaração de princípios em menos de uma hora que temos para terminar este Congresso” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 20). Retorquindo o uruguaio, o presidente da Câmara dos Deputados do Equador Baquero de la Calle defendeu sua condição de “católico, apostólico romano”, rechaçando o dito

por Ibargoyen de que “os católicos aqui presentes são totalitários”: “Estou tão longe do comunismo como de um nacionalismo exagerado e totalitário. A democracia cristã em todas as atitudes da vida do Partido ao qual pertencemos no Equador, partido essencialmente católico, está na linha do meio, mas inspirado na doutrina social católica, que é a única que pode resolver os problemas do mundo (APLAUSOS)” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 27-28).

Corroborando o político equatoriano, um delegado cujo nome não foi identificado nas atas taquigráficas da CIA enervou-se com a expressão “totalitarismo católico” utilizada pelo uruguaio, defendendo que “não é possível conduzir uma luta contra o comunismo anticristão, senão à base de princípios cristãos (APLAUSOS)” (CIA, 1954j: 29). O uruguaio incorrera assim na mesma “tática do comunismo e de todos os inimigos do cristianismo: atribuir-lhe fanatismo àquele que sustenta com frequência seu ideal cristão (APLAUSOS)” (CIA, 1954j: 29). Depois disso, Baquero de la Calle “aprofundou” a discussão terminológica sobre como o Congresso deveria se apresentar na luta anticomunista interamericana, saindo-se então com o versículo bíblico: “Dada a pressa do tempo vamos a dizer a verdade de nosso pensamento, posto que apenas a verdade nos fará livres, como disse Jesus Cristo” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 31). “Estou seguro de que não terei inconveniente em agregar à democracia o adjetivo de cristão”, prometendo que ressaltaria “a diferença substancial entre a democracia cristã e a democracia comunista, entre os direitos humanos do cristianismo e do catolicismo baseados em que estão nas leis imutáveis e eternas, e os direitos humanos do comunismo baseados no materialismo mais grosseiro e na concepção mais vulgar da vida” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 31).

Utilizaria para isso as palavras do “Santo Padre” que destacaram que o “Socialismo Cristão tem um sentido contraditório, e coletivismo cristão também”, sendo relativamente simples a solução: bastaria agregar “à palavra democracia o adjetivo cristã” (BAQUERO DE LA CALLE *apud* CIA, 1954j: 32). Seguiu-se mais uma intervenção de Penna Botto, seguida a seu turno por um delegado guatemalteco que insistiu no debate terminológico do Congresso. Isso porque “os comunistas têm armas poderosas, ideológicas, políticas e sociais, que esgrimem contra nós, e nós não os opusemos até agora nada de princípios para nossa defesa, e [por isso] nos acusam de que não temos princípios, de que o anticomunismo é um movimento negativo e que não deve ser aceito

pelos povos” (CIA, 1954j: 35). Seria preciso “fortalecer positivamente a luta contra o comunismo” (CIA, 1954j: 35-36).

O argentino Andres de Cicco, depois de ter defendido que “as questões filosóficas são para poucas pessoas”, sugeriu que o Congresso publicasse as propostas aprovadas para que dela tomassem conhecimento os “comunistas da América do Sul”. Saudou também a Frente Popular Anticomunista do México (FPAM) de Prieto Laurens, que “já está em guerra”, e “**a futura Confederação Anticomunista da América Latina**” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 38). Juntas fariam “frente a todos os políticos traidores que nos impõe o Kremlin” (DE CICCO *apud* CIA, 1954j: 38-39, grifo meu). Depois disso, um delegado da Juventude Democrática Brasileira defendeu que “não são exilados os que estão aqui, senão os filhos de Guatemala que, fisicamente, não podem viver lá” – “aqui estão os representantes verdadeiros dos povos, não os representantes dos tiranos” (CIA, 1954j: 39). Na sequência, o colombiano Uribe Misas assumiu a palavra para demarcar o caráter histórico do Congresso dentro de uma *guerra santa* ou *cruzada* anticomunista, assegurando: “**Quando o futuro historiador registre a magna vitória do cristianismo sobre o comunismo, assinalará este Congresso como o primeiro esforço coletivo que fez o mundo, não apenas o Continente, para impor a Cruz**” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954: 40, grifo meu).

Lamentou que, por ser reitor universitário na Colômbia, estaria impedido de aceitar o convite para que assumisse assento na Comissão Permanente do Congresso. Uma pena. Mas, *extraoficialmente*, garantiu aos congressistas: “Estarei sempre em espírito ao vosso lado para conduzir a magna campanha da restauração universal. E estejam seguros de que sempre que me chamem no campo das milícias do espírito, gritará desde o fundo de minha Alma: Presente” (URIBE MISAS *apud* CIA, 1954j: 41). Mais à frente, Carlos Adán Espinoza, da Confederación Nacionalista de Trabajadores Democráticos de Nicaragua, denunciou ao Congresso que não seria apenas a Guatemala que estaria “sob as botas do comunismo”. “A garra da desordem comunista ameaça com destronar a calma das jovens repúblicas limítrofes ao Canal do Panamá. Ameaça [com] o terror, [com] o caos sobre as instituições democráticas das repúblicas todas do Continente latino-americano” (ADÁN ESPINOZA *apud* CIA, 1954j: 43).

Mas os congressistas não estariam sozinhos e, acima de tudo, teriam como guia a memória “dos próceres de nossa independência continental”, o “libertador Morelos, emancipador dos mexicanos”, Simon Bolívar, “pai das democracias e libertador das repúblicas da América do Sul”,

e o “nobre Padre Hidalgo”: “Todos eles estão aqui para fortalecer nossas almas de aperfeiçoado nacionalismo a fim de que não permitamos que a bota do invasor soviético desonre essas terras que eles nos legaram livres de todo invasor (APLAUSOS)” (ADÁN ESPINOZA *apud* CIA, 1954j: 43-44). Enfim, Prieto Laurens agradeceu não só a presença como também o trabalho de organização empreendido pelos guatemaltecos para que o Congresso pudesse acontecer. Teria sido apenas pelo decidido esforço da delegação guatemalteca que “foi possível reunir esse Congresso; foram a recorrer dois delegados guatemaltecos por sua conta, acompanhados de dois delegados mexicanos, todo o Continente da América Latina em um lapso rapidíssimo de um mês, para convidar a todas as nações, a todos os povos, a todos os irmãos latino-americanos” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 47).

Prieto Laurens confidenciou que Luis Coronado Lira “percorreu toda a América Central em companhia do licenciado Florencio Carrillo Sanchez, e o licenciado José Luis Arenas também percorreu toda a América Central e o Caribe em companhia do Engenheiro Salazar Arce” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 47). Dois “detalhes” ausentes nessas inconfidências, contudo. Coronado Lira era a “estrela” guatemalteca que a CIA escolhera para “brilhar” no Congresso. E o *tour relâmpago, em um lapso rapidíssimo de um mês*, foi organizado pela CIA, que definiu até uma mensagem cifrada que os coorganizadores latinoamericanos do Congresso deveriam dizer na abordagem dos convidados: “Armando Blas me enviou” (JIMÉNEZ, 2017: 5).

Ao final, o peruano Pinzas Alice conclamou os congressistas para que “não traiam os valores eternos da cultura e da civilização”, defendendo que os latinoamericanos, diante de “uma Europa martirizada que vive em crise”, “estamos dispostos a pagar uma dívida histórica que contraímos com Europa. E assim ficarão afirmados para sempre os valores eternos da cristandade” (PINZAS *apud* CIA, 1954j: 53). Enfim, o uruguaio Ibarгойen destacou que, entre os congressistas, “quase todos, em realidade, não vêm em representação dos governos, mas dos povos” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 55). “Confesso que em um primeiro momento”, lembrou de seu entreviro com o antissemita mexicano Garcia Martinez (que abandonara o Congresso), “me senti um pouco desorientado, em particular devido a que algumas dessas tendências pareciam ser muito extremistas e muito exaltadas” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 55). Embora dizendo não estar “muito seguro de que em todos os casos haja um autêntico espírito cristão”, o uruguaio concordou que “é indubitável que a religião é uma arma importantíssima contra o comunismo,

dado que a luta básica que se projeta é o mundo atualmente radical no sentido espiritual da vida frente a uma tese materialista subversiva” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 55).

Acabou por defender, finalmente, que o Congresso deveria sim posicionar-se em nome de “um autêntico cristianismo” e adotar “uma democracia espiritual”, desde que mantivesse “tolerância para militar em nossas fileiras de pessoas das mais diversas tendências, por exemplo maometanos ou hindus, e ainda pessoas que não sejam religiosas” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 55). Se houvesse tempo, seria preciso redigir “uma moção assinalando que nós devemos defender a vigência desses ideais herdados de nossos próceres máximos Artigas, Bolívar e Martí” (IBARGOYEN *apud* CIA, 1954j: 55). No discurso derradeiro do Congresso, Prieto Laurens chamou ao “palco” o general Adolfo León Osório, “personalidade muito discutida no México”, que “tem amigos e inimigos, mas é um autêntico revolucionário mexicano e é um homem que merece ser escutado” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 55):

Nos encontramos, senhoras e senhores, frente a um panorama trágico. O momento não é de espera, o momento não é de descanso. (...) Fala-se, porque todo o mundo fala, ainda aqueles que têm as mãos corrompidas pelo ouro soviético, fala-se que os povos da América estão fazendo o jogo dos Estados Unidos, de que os Estados Unidos são os inimigos *tranales* da América, que os Estados Unidos nos invadiram em [18]47 e em [19]14, que os Estados Unidos cometeram grandes *desmanes* no Continente. Está bem, senhores, também nós falamos, antigamente, recordando nosso passado, que nossos aborígenes descarnavam aos prisioneiros de guerra e que eram antropófagos. **Esses são os crimes do tempo.** Tudo evolui, e os Estados Unidos de hoje não são os Estados Unidos de [18]47 (APLAUSOS). **São os Estados Unidos que compreendem sua missão, são os Estados Unidos que estão repletos de ouro e repletos de espírito, e que sabem que esse ouro e esse espírito junto ao espírito e ao ouro da América devem servir unicamente para defender a liberdade do Universo (APLAUSOS). O que podemos esperar da Rússia que converte em satélites a todos os pequenos países que subjuga? Que podemos esperar da Rússia que derrama sangue na Coreia e na Indochina? Que estamos esperando também, que entre nós mesmos, entre os irmãos da América, filhos de um só ideal venha também a mortandade e a agressividade? (...)** Recordemos as frases demolidoras de San Chocano: os povos da América são um montão de povos incapazes frente a um país organizado no Norte. Aprendamos a valer-nos de nós mesmos, a respeitar o direito, como disse Suárez em seu aforisma formidável, a respeitar nossos pavilhões **e não encobrir inimigos asiáticos que venham a corromper a consciência da América.** E então, senhores, nossos pavilhões do Continente que formam um só pedestal, que todas as cores se fundem em um arco-íris magnífico, porque todos os pavilhões formarão uma só alma, como todas as cores formarão uma só cor quando se fundem na iris majestosa da idealidade do Continente (APLAUSOS) (LEÓN OSÓRIO *apud* CIA, 1954j: 57-58, grio meu)

Depois disso, a 30 de maio de 1954, o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina terminou com um juramento solene dos congressistas: “PROMETEM VOCÊS LUTAR PARA EXTIRPAR A INVASÃO COMUNISTA NA AMÉRICA? IGUALMENTE

PROMETEM CUMPRIR COM A MISSÃO QUE A SI CONFIARAM? SIM. PROMETEMOS” (CIA, 1954: 58). Depois de entoados os hinos de todos os países latinoamericanos representados no I Congresso, “se puntualizó que **‘las banderas hispanoamericanas deben fundirse en un solo color y estos países marchar de la mano con Estados Unidos, convertido en guía y protector de la democracia’**” (JIMÉNEZ, 2017: 9, grifo meu).

Como um Congresso organizado e financiado pela CIA não seria, ao fim e ao cabo, *pró-yankee*? Finalmente, o presidente do I Congresso Prieto Laurens agradeceu aos congressistas e confirmou o Brasil, para o ano seguinte, como o país-sede do II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina: “Lhes dou os agradecimentos mais efusivos e sinceros desde o fundo de meu coração a todos os irmãos da América Latina. Encerro hoje o Primeiro Congresso contra a Intervenção Soviética na América Latina, convocando [o II] dentro de um ano na cidade do Rio de Janeiro” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 58). Por último, Prieto Laurens recordou os principais Acordos do I Congresso. O primeiro deles já havia sido cumprido com a formação da Comissão Permanente, cujo *Quem-é-quem* foi detalhado acima. Os outros definiram as missões futuras dos *cruzados* reunidos pela primeira vez no México, em 1954, sob a organização ostensiva de Prieto Laurens e sob a coordenação secreta da CIA:

**I. Formar una Comisión Permanente con Delegados de todos los países de habla española, que fomente, coordine y unifique la lucha contra el comunismo internacional.** II. Crear el Instituto Interamericano de Estudios Económicos y Sociales, para conocer los problemas de nuestros pueblos y plantear las soluciones necesarias, a fin de evitar la miseria y demás condiciones propicias al desarrollo comunista. III. **Solicitar la proscripción de los Partidos Comunistas** en los países donde aun funcionen legalmente y apoyar a los Gobiernos que ya los combaten. IV. **Intercambiar informaciones sobre las actividades comunistas, para conocer quiénes las desarrollan, en qué forma lo hacen y los elementos con que cuentan.** V. Pedir a todos los Gobiernos latinoamericanos la ruptura de relaciones diplomáticas y comerciales con la URSS y naciones satélites, para evitar que se sigan usando las embajadas, consulados, etc., como agencias de la penetración y subversión soviéticas en América Latina (PRIETO LAURENS *in* CIDC, 1956: 6, grifo meu)

### 3.2.3. O balanço da CIA sobre o I Congresso de 1954

Claro está, portanto, que a CIA financiou e organizou esse primeiro “ensaio geral” de uma “Internacional Anticomunista” na América Latina. A iniciativa nasceu do programa PBSUCCESS, a planificação para desferir um golpe de Estado na Guatemala contra o governo de Jacobo Arbenz e, assim, fazer retroceder (*rollback*) a Revolução de Outubro de 1944 e suas



reformas democráticas. Nasceu especificamente de uma suboperação da PBSUCCESS, criptônimo KUGOWN, para servir-lhe de cortina de fumaça latinoamericana, uma forma de ocultar as digitais da administração Eisenhower por trás da derrocada *made in USA* do presidente Arbenz. Como dito e redito, o I Congresso iniciou-se em 27 de maio de 1954 e o golpe contra Arbenz consumou-se um mês depois, em 27 de junho. Logo depois do Congresso, porém, antes do desfecho golpista, a CIA elaborou dois informes nos quais fez um balanço do conclave do México. O primeiro deles, de 1º de junho, intitulou-se *KUGOWN Operations. Report on El Primer Congreso Contra la Intervención Soviética en América Latina – Part I*. A CIA não incluiu nesse primeiro informe “todas as informações relevantes sobre o Congresso”, mas seu agente Boyd I. Rolender informou que “o propósito desse despacho é enviar os dados básicos sobre o Congresso e os recortes de imprensa dos jornais do México” (CIA, 1954h: 1).

Rolender era, como dito, um membro do Fórum do Texas GI Americano, um grupo de veteranos americanos de extração mexicana. Era também, a soldo da CIA, um operador das operações KUGOWN/PBSUCCESS. Em seu informe, Rolender destacou que, embora “a substância da discussão no Congresso devesse ter sido, obviamente, a intervenção soviética nos assuntos dos países latino-americanos”, “a ênfase foi colocada por cada delegado na influência comunista em seu próprio país e todos lamentaram sobre a extensão que o controle comunista havia ganhado sobre o governo da Guatemala” (CIA, 1954h: 2). Dessa forma, “o tema antissoviético tornou-se assim um tema anticomunista, perdendo um pouco de sua incisividade” (CIA, 1954h: 2). Porém o I Congresso cumprira a contento seu *script* escrito pela CIA, informando seu agente que “a questão que foi mais eficazmente apresentada e documentada foi a do perigo comunista na Guatemala”, e “a resolução condenando o governo Arbenz foi aprovada unanimemente e um telegrama foi enviado pelo Congresso à Organização dos Estados Americanos requerendo que ela julgue o caso da Guatemala” (CIA, 1954h: 2).

Depois enumerar os já citados nomes dos membros designados para a Comissão Permanente do I Congresso, o agente da CIA informou que “**será uma próxima tarefa desses indivíduos estabelecer comitês em seus respectivos países para servirem como unidades de operação do comitê executivo**” (CIA, 1954h: 3, grifo meu). “Em que medida tais operações serão apoiadas por KUGOWN e as fontes de direção e financiamento (se houver alguma) serão determinadas pela Sede [da CIA] após a conclusão da avaliação do Congresso” (CIA, 1954h: 3).

Rolender criticou a insistência do presidente do Congresso Prieto Laurens em denunciar uma suposta “infiltração comunista” no governo mexicano, desagradando congressistas e sendo ridicularizado pela imprensa mexicana. Graças a essa “lamentável obsessão de Prieto”, “a cobertura geral da imprensa, embora extensa, não se presta a um *replay* no hemisfério” (CIA, 1954h: 3). Todavia, anexando os principais recortes de jornal sobre o I Congresso – que não integram os documentos desclassificados em 2003 –, o agente da CIA afirmou que, “em nossa opinião, [eles] merecem ser republicadas por várias estações. Espera-se que a publicação desses recortes, juntamente com os relatórios das agências de notícias e entrevistas com os delegados que retornam, proporcionem pelo menos um mínimo de publicidade para o Congresso em cada país” (CIA, 1954h: 3).

Já o segundo informe da CIA, de 8 de junho de 1954, intitulado *Report on El Primer Congreso Contra la Intervención Soviética en América Latina – Part II*, ressaltou “os delegados extraordinários do Congresso” (CIA, 1954i: 2). A CIA apontou para suas “estrelas” no I Congresso. E a primeira destacada foi a do almirante brasileiro Carlos Penna Botto, “pela sinceridade e dignidade que ele emprestou à causa, embora geralmente se aceite que sua idade milita contra o fato de que venha a se tornar um proeminente líder anticomunista” (CIA, 1954i: 2). Apontou também para os jovens brasileiros Waldo Ramos Viana e Antonio Porto Sobrinho, “por sua clareza e persuasão e por sua aparente energia em impulsionar o esforço anticomunista” (CIA, 1954i: 2); para os costarrriquenhos Mariano Quiroz Gonzalez e Fernando Vargas Fernandez, “por sua inteligência, lucidez, diplomacia e seriedade de propósito” (CIA, 1954i: 2); para o peruano Jose A. Baquero de la Calle, “por sua inteligência, liderança, seriedade de propósito e persuasão” (CIA, 1954i: 2); e para o nicaraguense Antonio Rodriguez Garcia, “por sua postura superior, habilidade de fala e delineamento de questões pertinentes” (CIA, 1954i: 2). Se foi positiva a atuação dessas “estrelas” no Congresso, a CIA criticou como “incontroláveis” o presidente Prieto Laurens e sua Frente Popular Anticomunista do México (FPAM), criptônimo RNSHIELD.

Deve-se declarar **que RNSHIELD provou ser tudo menos um agente ideal para esse tipo de operação**. Em um projeto como esse, o controle completo sobre o agente é uma obrigação. O controle sobre RNSHIELD foi, e sempre será, limitado. Quando as instruções coincidem com a sua opinião, sua cooperação é excelente (como com relação à formação e nomeações da Comissão Permanente); quando há uma variação entre as ordens e a direção na qual sua noção pré-concebida e frequentemente super-entusiasmada o conduzem, o resultado é difícil de se prever. **É por essa razão que a Missão recomendou no passado que ele fosse usado somente para as operações mais específicas (*one-shot posters*, etc.), e foi uma lição bem-aprendida que um Congresso**

**está longe se ser uma operação específica – pelo contrário, é uma operação abrangente com muitas facetas, das quais todas devem ser realizadas sob controle estrito de modo a garantir um produto final completamente aceitável** (CIA, 1954i: 3, grifo meu)

Note-se, pois, a complexidade que a CIA reconheceu na realização do Congresso e, para isso, Prieto Laurens provou-se ser tudo menos um agente ideal, isto é, absolutamente controlável pelos espões do governo norteamericano. “É portanto considerada a opinião da Missão (apoiada, incidentalmente, por oficiais desta Embaixada inconscientes do interesse de KUGOWN), que **a Comissão Permanente do Primeiro Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina florescerá e se tornará eficaz somente quando sua direção ativa for assumida por membros de seu corpo diretivo mais responsáveis que RNSHIELD**” (CIA, 1954i: 3, grifo meu). A FPAM de Prieto Laurens não poderia, assim, controlar a Comissão Permanente criada no I Congresso. Era preciso um agente mais confiável e controlável. Adiante-se que a CIA encontraria esse “agente ideal” no almirante brasileiro Penna Botto. O informe, porém, advertiu que caberia ainda à “Sede” da CIA resolver a questão sobre o que fazer com Prieto Laurens, mas, enquanto isso, “a Comissão Permanente, sob a direção de seu atual secretário-geral, comprometer-se-á a inspirar e coordenar as atividades dos vários membros da Comissão e dos comitês nacionais e conduzirá missões pontuais sob a direção da Sede” (CIA, 1954i: 3). Para a CIA, “el comité permanente sólo podría ser útil cuando otros grupos o individuos sustituyan al FPAM” (JIMÉNEZ, 2017: 9).

O historiador Santiago Jiménez também debruçou-se sobre esses informes da CIA, salientando que eles “oscilaban entre la crítica devastadora y lo rescatable, evidenciando un claro pragmatismo” (JIMÉNEZ, 2017: 9). “El primer informe del 1 de junio decía que por el poco tiempo transcurrido no se podía hacer una valoración certera del evento, por lo que fue un documento más descriptivo que se centro en nombres y procedencias de asistentes” (JIMÉNEZ, 2017: 9). O segundo relatório da CIA, de 8 de junho, “incluyó varias opiniones críticas sobre el evento, así como una valoración” (JIMÉNEZ, 2017: 9). Uma das críticas julgadas relevantes foi a do jornalista Robert Lubar, correspondente da revista *Time* na Cidade do México, na qual “señaló que los ponentes no lograron enfocar sus participaciones y ni siquiera habían analizado el papel de la Unión Soviética, manteniéndose en generalidades” (JIMÉNEZ, 2017: 9).

Nós entendemos ser essa uma excelente e bem fundamentada crítica à grande maioria dos delegados e aponta uma **fragilidade do pensamento latino-americano que nós tentamos minimizar ao nomear o Congresso e estabelecer a agenda e que deve ser considerada no planejamento de futuras operações que utilizem a Comissão Permanente e os comitês nacionais** (CIA, 1954i: 2, grifo meu)

Aqui, revela-se o pacote completo: a CIA financiou, organizou, preparou sua Agenda e deu o nome do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. Onde poderiam os anticomunistas latinoamericanos encontrarem uma “mão invisível” mais “amiga” do que essa? Como observa o historiador Santiago Jiménez, “en los documentos de la CIA es clara la intención de promover el mecanismo para futuras operaciones” e, “desde el principio, la propuesta del congreso asumió la postura de que el caso guatemalteco no sería el unico y que, por tanto, sería necesaria una infraestructura regional basada en núcleos nacionales” (JIMÉNEZ, 2017: 11).

### 3.2.4. Rumo à primeira “Internacional Anticomunista” da América Latina

A Operação PBSUCCESS e seu *design* de golpe de Estado contra Arbenz na Guatemala serviram de incubadora, via KUGOWN, do I Congresso de 1954 no México. Com essa “estufa”, o I Congresso foi “o fruto fresco” da contrarrevolução guatemalteca. A partir dali, sua Comissão Permanente serviria às futuras operações da CIA e às contrarrevoluções anticomunistas na América Latina. Santiago Jiménez observa que **“podemos pensar en PbSuccess como un laboratorio y, por ende, en el congreso en México como un ensayo de algo que podría mejorarse”** (JIMÉNEZ, 2017: 11, grifo meu). Em suma, o I Congresso **“fue el primer paso para construir una red más amplia de anticomunistas en América Latina”** e “algunos de los asistentes al evento de 1954 serían acusados durante los años sesenta de ser agentes de la CIA en sus respectivos países” (JIMÉNEZ, 2017: 11, grifo meu). Dito isso, importa agora apenas apontar que, a despeito do mérito do historiador mexicano Santiago Jiménez de ter feito a historiografia despertar de seu “sono dogmático”, como adiantado, sua classificação analítica sobre a cosmovisão dos congressistas *reduz* e não captura a *especificidade* das linhagens do anticomunismo latinoamericano presentes no I Congresso. Ele os divide em dois grandes blocos: os *hispanistas* de um lado os *hispanistas*, os *anti-ianques* de outro. Destaca que o único consenso entre os congressistas consistiu no fato deles terem lido e combatido “el comunismo como algo ajeno a la naturaleza y la historia de América, es decir, una amenaza extranjera” (JIMÉNEZ, 2017: 10).

Assim, defende Santiago Jiménez que “podríamos hacer una distinción general entre los anticomunistas con una raíz hispanista y, por ende, en los que el catolicismo jugaba un papel central y articulador de otros rasgos, y aquellos cuyo rechazo al comunismo estaba claramente alineado con la idea de los Estados Unidos como el defensor del hemisfério” (JIMÉNEZ, 2017: 10). Nessa categorização, os anticomunistas de *raíz hispanista católica* seriam “los jóvenes estudiantes que fueron expulsados del congreso así como el PNM que también externó su rechazo al evento”; já os anticomunistas alinhados *con la idea de los Estados Unidos como del defensor hemisférico* seriam “el resto de asistentes” (JIMÉNEZ, 2017: 10).

Todavía, essa abstração analítica é irrazoável na medida em que, ao *generalizar e reduzir* a complexidade ideológica dos congressistas, acaba por não apreender a *especificidade* da coalização anticomunista formada em maio de 1954 no México. Não serve, pois, de categoria explicativa do real. Pense-se, por exemplo, no caso particular do presidente mexicano do I Congresso. No ideário de Prieto Laurens preponderou, como visto, um inegável reacionarismo ultracatólico – o critério utilizado por Santiago Jiménez para definir o seu conceito de *hispanistas*. Apesar disso, o mexicano mostrou-se um dos maiores entusiastas dos EUA. Seria ele um *hispanista* ultracatólico e, ao mesmo tempo, um *pró-ianque*. O mesmo poderia ser dito do almirante Penna Botto, cuja visão de mundo foi nucleada por um perfil *cruzadístico* ultracatólico – presidente de uma Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) – e, ao mesmo tempo, era super *pró-yankee*. Dissera no Congresso que “os EUA são so melhores amigos do Brasil”.

Assim sendo, uma definição que demarca o anticomunismo *hispanista* como aquele que “consideraba a los Estados Unidos otra forma de imperialismo” com “la religión católica o cuando menos la figura de Dios como un componente central de la lucha contra el comunismo” (JIMÉNEZ, 2017: 10), desconsidera um dado fundamental: *todos* assim chamados congressistas *pró-yankees* eram *ultracatólicos*. Em outras palavras, nem todos os delegados *pró-yankees* podem ser considerados como *anti-hispanistas* no sentido de menos católicos; nem todos os assim chamados *hispanistas* ultracatólicos podem ser necessariamente caracterizados como *anti-yankees*. Estes foram apenas dois estudantes mexicanos, que tomaram a palavra para denunciar não a “intervenção soviética” mas a dos EUA na América Latina, sendo rapidamente expulsos do Congresso.

Desse modo, a categorização de Santiago Jiménez, embora tenha o mérito de esforçar-se na compreensão analítica das diferentes linhagens anticomunistas do I Congresso, acaba por construir uma divisão *genérica, reducionista* e “ineficiente” à explicação da realidade histórica do complexo ideológico do Congresso e da coalização de ultradireita que criou. Outro pioneiro, a seu turno, o historiador argentino Cañón Voirin define o Congresso de 1954 como “el primer esfuerzo coordinado por formalizar las relaciones entre las principales organizaciones anticomunistas de las veinte naciones latinoamericanas” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 80). Espécie de primeiro “ensaio geral” de uma “Internacional Anticomunista” da América Latina, os Congressos Contra a Intervenção Soviética na América Latina inaugurados em 1954 no México constituíram “un espacio donde uniformizar puntos de vista, establecer vínculos y líneas de acción coordinadas (...) dentro del amplio movimiento contrarrevolucionario que se desplegó desde la segunda mitad del siglo XX” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 84). Ao buscar definir o perfil doutrinário desse complexo esforço de coesão ideológica anticomunista, Cañón Voirin resgata um documento histórico importantíssimo: a *Declaración de Principios Anticomunistas* do I Congresso. Foi ele, segundo o argentino, que demarcou a “identidad como grupo” dos congressistas e urdiu, em sua dicção, “la arquitectura de esta comunidad discursiva”. Destaca então uma passagem central do “Manifiesto” do I Congresso: “**Nos proclamamos un movimiento anticomunista, por la defensa de la democracia [...] democracia funcional y humanista que [...] debe hacerse cargo de la bandera de la reivindicación social de los pueblos**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 88, grifo meu).

O I Congresso defenderia, assim, em sua autoimagem ideológica, uma *democracia funcional e humanista*, segundo Cañón Voirin, “una ruptura con la democracia del siglo XIX y con la de masas”, caracterizada por um “sesgo aristocrático”, isto é, postulou que “el pueblo, que ‘no razona, ni discierne’, no estaba preparado para asumirla” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 88). “Mientras los comunistas ‘puedan decirles a las masas vamos en pos de un bienestar social; y nosotros les hablamos de las nuevas y del parnaso, nunca estaremos en condición de enfrentarnos a ellos’” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 88). Essa *democracia funcional e humanista* assumida pelo I Congresso como seu ideário oficial “debía ser un instrumento práctico, que diera respuesta a la injusticia social, pero que evitara la deriva populista y el comunismo. La miseria ‘había dado alas a la justicia social y al populismo’, y esto a un callejón sin salida, o pero aún, al comunismo” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 88). Em suma, conclui Cañón Voirin, “el interés de la Declaración está

en haber prefigurado e instalado como discurso, por un lado, el conflicto entre los intereses de las clases dominantes y las aspiraciones de las clases subalternas, y por otro, el conflicto entre la democracia y los medios para combatir al comunismo” (CAÑON VOIRIN, 2017: 88).

Ou seja, embora Cañon Voirin não assuma em sua análise a categorização de Santiago Jiménez, também ele não enfatiza a *especificidade* ideológica dos congressistas e do I Congresso. A despeito de sua multiversidade, a maioria dos delegados do I Congresso caracterizou-se por serem expoentes da (ultra)direita católica e, assim, anticomunistas e antiliberais. Essa é a chave analítica que explica o teor da *democracia funcional e humanista* inscrita como a autoimagem ideológica do “Manifesto” do I Congresso. Trata-se de uma concepção de *democracia* tributária do ultraconservadorismo católico. Lembre-se do equatoriano Baquero de la Calle bradando ser “católico, apostólico romano”, no Congresso. Ou do mexicano Rafel Henriquez revoltando-se contra o professor que “doutrinou” os coleguinhos de seu filho na “teoria de Darwin”, contra a qual o “pai de família” oferecera a Bíblia. Dos guatemaltecos que não apenas acusaram “a besta vermelha”, mas também “o liberalismo frio e anticristão”. Que defenderam que se deveria temer a industrialização conduzida por “homens de tipo liberal”, mas não se contida nos limites da “justiça social cristã”. Ou do guatemalteco Arriola Ligorria que acusou tanto os estudantes mexicanos de usarem a “consigna moscovita de atacar os ianques” quanto os liberais por serem materialistas ateus.

E que dizer do almirante Penna Botto, defensor da “formidável arma da religião” para combater o comunismo, inimigo antagônico e irreconciliável do cristianismo, e que nunca viu como um “problema” a mistura de assuntos eclesiásticos e civis. Sua Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), inclusive, tinha sido fundada por dois padres jesuítas. Prieto Laurens também enxergou o Congresso que presidiu como um *front* de batalha do “mundo cristão ocidental”. Sem falar do colombiano Uribe Misas, que garantiu que o I Congresso entraria para a história como o marco inicial da “vitória do cristianismo sobre o comunismo”, parte de uma “restauração universal”, “para impor a Cruz”! Ou do peruano Pinzas Alices, que defendeu que a América Latina retribuiria sua dívida histórica com a Europa ao salvar, contra o comunismo, “os valores eternos da cristandade”. O uruguaio Ibarгойen, que se incomodou com o antissemitismo de um mexicano que se retirou do Congresso, cravou certo ao ver nos congressistas os expoentes ideológicos, em sua dicção, do “totalitarismo católico”. Sabe-se que é insuficiente arrolar uma

infindável coleção de exemplos sem propor alguma síntese analítica; e aqui se passa longe da irresponsável pretensão de “esgotar” o assunto, que sequer pode ser iniciado, contudo, sem uma demarcação básica: o plantel reunido pela CIA no I Congresso foi formado por exemplares do ultraconservadorismo católico latinoamericano, cujos núdulos ideológicos básicos, portanto, eram o anticomunismo e o antiliberalismo. São expoentes desse quilate e dessa linhagem de ultradireita católica que se reuniram sob a presidência de Prieto Laurens no México em 1954 e, no ano seguinte, sob a presidência de Penna Botto no Brasil.

### *3.3. Brasil, 1955: o II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina cria a Conferência Interamericana de Defesa do Continente (CIDC)*

O II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina foi então realizado, no Rio de Janeiro, entre 22 e 26 de agosto, em 1955. O Comitê Permanente formado pelo I Congresso de 1954 no México nomeou o almirante brasileiro Penna Botto como seu presidente. Foi no Brasil propriamente dito que tomou corpo, assim, uma espécie de primeira “Internacional Anticomunista” da América Latina: a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Esta Confederação anticomunista foi “integrada por delegados nacionais e um conselho diretor que permanecia na função por um ano” e, “apesar de, ao final da década, ter havido uma tímida renovação nos nomes dos delegados e integrantes da diretiva, deve se destacar a permanência da dupla Prieto Laurens e Penna Botto nos cargos mais altos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 444). Desde seu início, a CIDC esteve controlada pela dupla Prieto Laurens e Penna Botto, respectivamente, seu secretário-geral e seu presidente. Às vésperas da II Conferência no Brasil, a dupla liderou “duas comissões que viajaram pela América Central e Caribe, e América do Sul, respectivamente, a fim de convidar organizações, parlamentares, partidos e governos para comparecerem ao Segundo Congresso” (CASALS, 2019: 535). Mas, antes de analisar o *Quem-é-quem* e os debates do II Congresso, importa demarcar a trajetória e o ideário do dirigente que integrou o Brasil à CIDC, o almirante Penna Botto, e sua Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA).



### 3.3.1. Do integralismo à Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA): o almirante Carlos Penna Botto

Antes de ganhar notoriedade como o presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) na década de 1950, Penna Botto integrou-se às fileiras do movimento de extrema-direita liderado por Plínio Salgado, o Chefe Nacional do integralismo, também conhecido como Sigma. A Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em outubro de 1932, constituiu-se propriamente como um movimento *frentista*, isto é, uma “frente de direitas” que ambicionava instaurar um Estado forte e orgânico, antiliberal e anticomunista, por meio de uma “revolução espiritual”. Assim que, “no integralismo, o suposto último é uma concepção espiritualista do universo e do homem, concretada essencialmente em termos do catolicismo tradicional” (CHASIN, 1978: 648). O lema integralista foi resumido no tríptico *Deus, Pátria e Família*, construído sobre a premissa de que o fundamento de todas as ordens é a “ordem espiritual e moral”. Nutrindo um ideário *cruzadístico*, os integralistas enxergaram-se como “a frente única espiritual (...) para salvar a Nação das cruzadas, o episódio maravilhoso da união e do bom combate em que se empenham todos os que se esforçam para salvar os valores legítimos da civilização cristã” (SALGADO *apud* CHASIN, 1978: 508).

Resumidamente, o integralismo encarnou uma “utopia reacionária ou regressiva”, uma crítica romântica ao capitalismo que desejava converter o país “numa pletera de pequenos proprietários, quase que exclusivamente rurais” e, assim, “pelo menos frear ou estancar a acumulação capitalista (CHASIN, 1978: 607). Isso porque considerava que a industrialização promovida pelo grande capital levaria, no limite, ao materialismo, ao comunismo e ao fim da religião. Por isso o movimento integralista teve como centro de seu pensamento o tradicionalismo cristão, portanto, antiliberal e anticomunista, assumindo a forma política de um *nacionalismo defensivo*, de fundo ruralista<sup>127</sup>. Sem embargo, o que importa caracterizar é o fato de ter sido nesse

---

<sup>127</sup> O integralismo foi “uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo hiper-tardio, uma proposta de freagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista, no preciso momento em que estas principiam a objetivar o ‘capitalismo verdadeiro’ [industrial]” (CHASIN, 1978: 647). Consistiu, reitere-se, em “uma proposta de regressão, em país de extração colonial que emerge como formação hiper-tardia do ‘capitalismo verdadeiro’” (CHASIN, 1978: 647). Essa proposta regressiva defendeu “a pequena propriedade contra o grande capital. Só uma formação do capitalismo híper-tardio poderia ainda dar margem, em plena época das guerras imperialistas, a que reflexões desse calibre de puerilidade reacionária se dessem. Só uma formação visceralmente impregnada pelo ruralismo poderia ainda sensibilizar a ideia de que o ‘vício é a base do progresso social’, diante do qual um imaginário e idealizado camponês salta para trás” (CHASIN, 1978: 652). O *curupira* que o diga.

movimento da extrema-direita brasileira da década de 1930 que Penna Botto “fez escola”. O Chefe Nacional do Sigma deve ter ensinado muitas de suas “lições antibolcheviques” a Penna Botto e, antes deste, Salgado descera fundo “no fosso do anticomunismo primário” (CHASIN, 1978: 555).

Por exemplo, o líder do Sigma costumava “ensinar” aos correlegionários integralistas, entre outras “lições”, que ““o bolchevismo é a mais eloquente e a mais palpável das provas de que Satanás existe e atormenta os homens. O bolchevismo ilude os operários, levando-os para a escravidão, para a opressão, para o chichote (...) algemando-o pela alma, onde apaga a única luz, a luz do espiritualismo, que garante, sustenta e defende a liberdade do homem”” (SALGADO *apud* CHASIN, 1978: 555). Diante do *satânico* bolchevismo, supostamente “reencarnado” no Brasil com o Levante Comunista de 1935, Salgado defendeu que sua organização fora a única incólume: ““Está demonstrado que o Integralismo é impermeável. Que todos os elementos saudáveis do Exército, da Marinha, das organizações civis, podem e devem confiar no AIB”” (SALGADO *apud* CHASIN, 1978: 555).

Penna Botto foi um desses “elementos saudáveis” da Marinha que integrou o integralismo, embora quase nada se saiba de seu período integralista. Com uma única e feliz exceção, o artigo *A Revista Marítima Brasileira e a Revolução de 1917: as aventuras de Carlos Penna Botto*, de José Miguel Arias Neto e Muriel Emídio Pessoa do Amaral. Em 1938, depois de uma tentativa de golpe integralista, a AIB foi fechada por Getúlio Vargas. No mesmo ano, o então capitão de corveta Penna Botto pronunciou uma conferência na Escola Técnica Profissional do Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro, compilada sob o título “Comunismo” pela Revista Marítima Brasileira. Ela sintetizou o ideário pennabottista recém-fechada a AIB, da qual era militante. O anticomunismo primário do Chefe Nacional do Sigma encontrou, nesse oficial da Marinha, uma de suas vertentes militares. Segundo os pesquisadores citados, “Dídio Costa e Penna Botto reproduzem o ideário integralista próximo ao fascismo” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL: 53). Já no início de sua conferência, Penna Botto buscou “estabelecer uma analogia entre os Tapuais antes da presença dos europeus e o comunismo” e, sem citar qualquer fonte histórica ou referência bibliográfica, o oficial da Marinha assegurou à audiência militar que os *tapuias*:

Viviam, nas suas tabas, em completa promiscuidade, quais animais; não tinham pouso certo, não tinham mulher certa, levavam existência ao léu da sorte, ao sabor dos acontecimentos imprevistos. Estavam mais ou menos nivelados, reduzidos à mesma baixa

cota e bugres quase irracionais. Pois bem, aí tem vocês um agrupamento ‘comunista’!  
(PENNA BOTTO *apud* ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 53)

Esse racismo contra os povos originários de Penna Botto era compartilhado pelo pensamento católico da época, segundo o qual os índios “apareciam como *obstáculo ao progresso*: viviam em promiscuidade, ao sabor dos acontecimentos imprevistos, não tendo pouso ou mulher certa” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 53). Procurando negar o caráter *igualitário* das comunidades originárias, Penna Botto defendeu que, mesmo entre os indígenas, “todos miseráveis, quase animais, “haveria aqueles *mais ativos e esforçados* que possuiriam os melhores arcos, flechas e choupanas, os *mais fortes e agressivos* que teriam liberdade na escolha das mulheres” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 53). Conforme ressaltam Arias Neto e Pessoas do Amaral, porém, “o oficial da Marinha tampouco está interessado nos Tapuias ou em qualquer discussão antropológica sobre o Brasil; ele visa negar o comunismo como proposta política e social viável, como possibilidade real” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 53). E para isso, vale tudo. O segundo “argumento” da conferência de Penna Botto consistiu na “crítica” ao *Manifesto Comunista* de 1848, obra que teria emergido “em plena civilização europeia do século XIX”, fruto de “dois indivíduos de cérebros mórbidos e tresloucados” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 54). Assim *patologizados* seus autores, o objetivo do *Manifesto Comunista* seria concitar “as massas obreiras a um retrocesso à vida primitiva dos selvagens! Esses dois indivíduos nocivos à humanidade foram os alemães Karl Marx e Frederico Engles [sic] (...)

Nesse *Manifesto* vinha preconizado uma absurda ideologia baseada na igualdade dos homens para as lides da vida; *igualdade* que permitiria, dizia o *Manifesto*, um tratamento comum, um gênero de existência comum a todos os indivíduos!” (PENNA BOTTO *apud* ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 54). O “método” da “crítica” de Penna Botto aos tapuias e ao Manifesto Comunista é o mesmo: sem nada conhecer “de fato sobre os Tapuias ou sobre o Manifesto ou sobre Marx e Engles”, “visa apenas igualar o comunismo à selvageria” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 54). Ao propugnar a *igualdade* humana, o comunismo era identificado como “uma perversão, pois afrontaria o que considerava a lei básica do universo: ‘Não há igualdade entre os homens; tão pouco em coisa nenhuma do Universo! A lei da desigualdade é a mais geral das leis naturais!’, afirma o oficial” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 54).

Bingo! É um fato notável que a defesa da *desigualdade* feita pelo então almirante no Congresso do México de 1954, *in totum*, já estava contida na conferência de 1938 feita pelo ainda capitão de corveta na Escola da Marinha. Pregando aos seus colegas de farda, o capitão defendera que a *lei da desigualdade* “ordenaria tanto a natureza como a sociedade” e, assim, “nem física, nem moral e nem mentalmente haveria duas pessoas *iguais* no mundo. Desse fato deriva que a individualidade e a personalidade não poderiam ser tratadas ‘*no mesmo pé de igualdade*’. Prossegue exemplificando as diferenças das impressões digitais, das folhas das árvores, para concluir que: ‘Portanto, é verdade que: - **a natureza repele a igualdade. A igualdade não é coisa natural**’” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 55, grifo meu). Assim, se a própria natureza estabelece a lei da desigualdade, e se o comunismo prega a igualdade, não seria este “anti-natural”? Daí Penna Botto rechaçar a teoria marxista como “extravagante”, uma “louca pretensão” de afastar a natureza da terra e introduzir a igualdade onde tudo é em essência desigual e diferente” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 55):

Com efeito, as chamadas ideologias marxista, comunista ou socialista avançada, que representam todas uma e a mesma coisa, pretenderam estultamente aplicar aos homens formas e padrões de vida social, para o que estes homens teriam que ser nivelados, igualados, reduzidos a uma ínfima cota comum, cota que seria aquela dos menos capazes, dos mais embrutecidos, dos inferiores da espécie. Essa ideologia [...] é de cerne profundamente amoral [...] em querer misturar em sórdida comunhão de vida, hábitos, costumes, trabalhos e crenças, indivíduos e tipos desclassificados; pessoas de mente esclarecida, eruditas, inteligentes e indivíduos embrutecidos, ignorantes; gente educada, dotada de espírito e de sentimento, e gente de escassa cultura, de rudimentares dotes espirituais, faltos de refinado sentimentalismo (PENNA BOTTO *apud* ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 55)

Ademais, antes de proferir a “lição” no México em 1954, o oficial da Marinha já havia pregado aos seus, no Rio de Janeiro em 1938, em defesa da *desigualdade* como lei histórico-natural e da *meritocracia*, isto é, os “méritos individuais” dos *mais aptos* na vida social como forma de estruturar (e legitimar) uma ordem hierárquica seletiva. “O homem deve [...] ocupar na sociedade o lugar condizente com seu mérito próprio esse avaliado relativamente, e por comparação, ao mérito dos demais homens que com ele concorrem. Os que tiverem maior mérito deverão ocupar lugar de maior destaque, os que tiverem reduzido mérito deverão ficar em posições mais modestas” (PENNA BOTTO *apud* ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 55). Assim que a *meritocracia* seria “a expressão social da lei da desigualdade natural que encontra sua completude na lei da seleção. No mundo natural, a seleção manifesta-se pela sobrevivência dos

mais fortes, enquanto na vida social – pouco importa como seja realizada – impõe aos homens determinada hierarquia” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 55).

Voltando a seu anticomunismo primário, o ainda capitão de coverta denunciou também que, além de *antinatural*, o marxismo seria *criminoso* e os marxistas, *bandidos*. Excetuando os “ingênuos, simplórios e imbecis, só podem aceitar e desejar a execução prática da ideologia marxista aqueles que têm propensão acentuada para o banditismo. No estado atual das coisas **quem diz comunismo, diz banditismo; quem diz comunista, diz bandido!**” (PENNA BOTTO *apud* ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 56, grifo meu). Configurando, pois, uma ideologia *antinatural* e *criminoso*, para o oficial integralista da Marinha, “o comunismo só poderia operar pela violência”, “por meio de quatro operações: a abolição da propriedade, a destruição da família, a supressão da personalidade com a consequente escravização geral e o apagamento da noção de honra individual com o fim do sentido de pertencimento nacional” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL: 56).

São ideias destruidoras, atrozes, pervertidas [...] São ideias que visam solapar a civilização e fazer o mundo retrogradar às épocas primitivas; às épocas em que viviam nossos Tapuias nas suas tabas [...] são ideias que visam anular todo o acervo moral e mental paciente e gradativamente acumulado pelas gerações através de uma evolução lenta mas progressiva. São ideias negrejantes que procuram apagar a luz espiritual das conquistas humanas; que procuram mergulhar o planeta nas trevas do sórdido materialismo que, na sua quintessência, encontra legítima expressão no anarquismo e no comunismo (PENNA BOTTO *apud* ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 56)

Penna Botto utilizou então o exemplo da URSS como “prova” de sua afirmação sobre a inviabilidade histórica do comunismo como sistema social. Para ele, a Rússia pré-Revolução Bolchevique de 1917 teria duas características: “vastidão territorial e atraso e ignorância do povo. Esse quadro constituía, em sua visão, ‘cultura propícia à ação deletéria do vírus marxista’” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 56). Vitoriosa a Revolução Russa de 1917, “com o intuito de envenenar o mundo, Stalin soltou seus agentes pela China, Ásia interior (Mongólia, Afeganistão), pela Pérsia, Marrocos, e depois pela Alemanha, Hungria, Tchecoslováquia, Espanha, México e repúblicas sul-americanas” (PENNA BOTTO *apud* ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 56). E qual teria sido o resultado disso? “Como efeito da instilação do terrível tóxico bolchevista no organismo social das nações, o mundo presenciou há tempos cruéis lutas na Alemanha, na Hungria, vencidas por elementos são após grandes sacrifícios de vidas e

hoje contempla, estarecido à lúgubre tragédia espanhola” (PENNA BOTTO *apud* ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 56).

Ou seja, os elementos “sadios” contrarrevolucionários foram capazes de reprimir a Revolução Alemã de 1923 e a Revolução Húngara de 1919, indefinido o cenário, naquela altura, entre a Revolução Espanhola e a coalização franquista na Guerra Civil. Em suma, “o grande temor” de Penna Botto seria que o comunismo se espalhasse mundialmente e, “para combater esse ‘*morbus*’ que vem infectando o organismo da sociedade, é preciso da vacina formada pela tríade: **Religião, Pátria e Família**” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 57, grifo meu). Isto é, a ideologia de Penna Botto configurou uma “mistura de cristianismo conservador com o darwinismo social de fundo spenceriano”, reproduzindo “o ideário integralista próximo ao fascismo” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 324)<sup>128</sup>. Além disso, sua cosmovisão ultraconservadora “se liga a uma tradição que, desde o século XIX, utiliza a metáfora biológica da doença para caracterizar os movimentos sociais como doença do corpo social” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 57).

Contra a *patologia* comunista, portanto, Penna Botto pregou “um combate de extermínio do outro, visto que visa recuperar e restaurar o corpo da sociedade às suas condições de normalidade, ou seja, deixar que tudo funcione de acordo com a natureza: **a desigualdade, a seleção, a hierarquização**” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 57, grifo meu). Tripé afirmado em 1938 junto à Escola da Marinha e reafirmado em 1954 no México, *in totum*, junto ao I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. Portanto, a *guerra ao comunismo* do ainda capitão de corveta Penna Botto visava “reprimir a ação da doença por meio da aplicação da vacina para restauração social: o lema Deus, Pátria, Família é a fórmula do conservadorismo católico associado ao neodarwinismo do integralismo, para a aniquilação da revolução social”

---

<sup>128</sup> É certo que o ideário integralista, mais em uns do que em outros de seus expoentes, aproximou-se do fascismo. Contudo, o integralismo derivou da regressividade de um capitalismo híper-tardio de via colonial. Tratou-se de um fragmento da consciência social brasileira e, assim, esteve objetivamente impedido de ter a mesma gênese, função e estrutura ideológica do fascismo, a barbárie de um capitalismo industrial tardio, imperialista e altamente desenvolvido. “Enquanto, no integralismo, o suposto último é uma concepção espiritualista do universo e do homem, concretada essencialmente em termos do catolicismo tradicional, no caso ‘clássico’ do fascismo temos uma expressão do darwinismo social, levado às últimas consequências, consubstanciando literalmente o dogma central da teoria da raça” (CHASIN, 1978: 648). “O fascismo esfacela para expandir; o integralismo retrocede com medo do esfacelamento. Ontológica e teleologicamente, fascismo e integralismo se põem como objetivações distintas” (CHASIN, 1978: 652).

(ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 325). Como dito, quase nada se sabe acerca da militância de Penna Botto na Ação Integralista Brasileira (AIB).

De modo pioneiro, os pesquisadores Arias Neto e Pessoa do Amaral suspeitam que a Revista Marítima Brasileira (RMB) – que republicou a conferência de 1938 do capitão integralista – pode “ter sido **o núcleo aglutinador dos oficiais de Marinha pró-fascistas e anticomunistas**” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 58, grifo meu). No pós-guerra, contudo, Penna Botto alcançaria certa notoriedade. Fundou em 1952 a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), “entidade cujo núcleo dirigente era composto em sua maioria por oficiais de marinha e que atuou até 1973, quando foi extinta devido à morte de seu fundador” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 58).



*Figura 81.* Da esquerda para a direita, o inconfundível Carlos Penna Botto, travestido de almirante e à paisana, respectivamente.  
FONTE: ABN, 1958, v. IX, n.º 5/6, p. 3.

Com a criação da CBA e sua entronização como presidente vitalício da entidade, a militância de Penna Botto na RMB diminuiu, “tendo, no entanto, permanecido sua colaboração sistemática com textos técnicos e históricos” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 59). No Arquivo Nacional do Brasil, encontra-se depositado a relação de fundadores da CBA em 1952, composta dos seguintes “cruzados”: almirante Carlos Penna Botto; Orlando Ribeiro de Castro; Ernestina Penna Franco; padre P. Dutra; padre Leopoldo Brentano; Alberto Dourado Lopes; capitão-tenente Julio de Sá Bierrenbach; Luiz Valente de Andrade; Joaquim Miguel Vieira Ferreira

e Cecil Borer (AC.ACE. 38.398/71, p. 81). Algo já se sabe das conexões repressivas de pelo menos três membros da CBA. Vieira Ferreira, embora identificado pela imprensa carioca como um “investigador extra da polícia fluminense lotado no DOPS”, mas não foi o único “espião” da CBA. Talvez mais importante do que ele tenha sido Borer, um investigador de polícia responsável pela repressão ao movimento operário e aos sindicatos, apontado como torturador pela imprensa comunista.

O “espancador Borer”, todavia, amealhou inúmeros “amigos norteamericanos” mercê dessa sua sapiência anticomunista. Walter N. Walmsley Jr., da embaixada dos EUA, por exemplo, rasgou elogios a ele: “‘Isto, junto à sua larga experiência e conhecimento do trabalho anticomunista e sua memória fotográfica de comunistas individuais, gera um apreço de suas habilidades por setores influentes das Forças Armadas’” (WALMSLEY JR. *apud* DA SILVA, 2020: 307). William C. Trimble, sucessor de Walmsley Jr., era igualmente “fã” do “espancador Borer”, caracterizando-o como “‘um oficial de polícia competente e um dos homens mais bem informados no Brasil em questões sobre o comunismo’” (TRIMBLE *apud* DA SILVA, 2020: 307). Coroando o apreço dos EUA a Borer, conforme releva o historiador Vicente Gil da Silva, ele era um “representante do FBI no Brasil” e se encontrava semanalmente com um agente norteamericano na Polícia Central (DA SILVA, 2020: 305)<sup>129</sup>. Outro membro da CBA que compôs as conexões policiais de Penna Botto foi o promotor de Justiça Ribeiro de Castro, que realizou “trabalhos” de infiltração no meio estudantil (DA SILVA, 2020: 308). Enfim, quando Penna Botto gabou-se no I Congresso de 1954 no México que possuía “agentes infiltrados entre os comunistas” a quem ele se referia? Ao investigador de polícia *ad hoc* Vieira Ferreria, o Joaquim “metralha”?

Ao “espancador Borer”? Ao promotor de Justiça “espião” Ribeiro de Castro? No ato de sua fundação, a CBA lançou um *Manifesto à Nação* no qual “fazia uma análise do comunismo e descrevia sua atuação no Brasil, denunciando a presença comunista infiltrada até nos mais altos escalões da administração pública”, propondo três frentes de combate anticomunista: “a) repressão

---

<sup>129</sup> Borer ingressou na polícia do Distrito Federal (Rio de Janeiro) na década de 1930. Trabalhou sob a supervisão do chefe da polícia política da ditadura do Estado Novo Filinto Muller. Em 1937, tornou-se investigador da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) e, em 1944, quando ela foi transformada em Divisão de Polícia Política e Social (DPS), Borer assumiu o cargo de inspetor de polícia política. Como chefe do setor de Fiscalização Trabalhista, monitorou e reprimiu o movimento operário e os sindicatos (DA SILVA, 2010: 307). Em 1954, depois de noticiado o suicídio de Vargas, ele foi encarregado de proteger o jornal de Carlos Lacerda (Tribuna da Imprensa) diante da fúria popular que tentou depredá-lo. Em 1955, junto a Penna Botto e Lacerda, participou da tentativa de golpe de Estado contra JK, sendo exonerado por isso.



por meio da oposição intransigente às atividades do Partido Comunista, visando ao dismantelamento da máquina subsersiva; b) campanha anticomunista visando à conscientização popular; e c) defesa de reformas de cunho cristão para melhorar as condições de vida do povo brasileiro” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 325).



**Figura 82.** Joaquim Miguel Ferreira Vieira, vulgo Joaquim “metralha”, era o braço direito do almirante Carlos Penna Botto na Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA). Esteve, ainda, a soldo a espionagem norte-americana, engajando-se também na CIDC como assistente de Penna Botto. FONTE: CPDOC/FGV.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta também sumariou os principais pontos do *Manifesto à Nação* da CBA, salientando que ele combinava “repressão, educação anticomunista para o povo e reformas sociais de inspiração democrática cristã” (MOTTA, 2000: 183). Motta destacou que referido *Manifesto à Nação* apresentou “argumentação típica da época sobre os

‘perigos’ do comunismo: o foco propagador na Rússia; o caráter internacional da conspiração; a incompatibilidade do marxismo com os valores cristão e democráticos etc.” (MOTTA, 2000: 182). Além de ter abordado “a situação particular do Brasil no contexto da ‘ameaça comunista’, usando imagens exageradas que se tornariam uma constante no discurso da Cruzada” (MOTTA, 2000: 182). Um exemplo de hipérbole da CBA:

Só no Estado de Minas Gerais o Exército apátrida é seguramente avaliado em 18.000 guerrilheiros, armados, concentrados na sua mór parte no chamado Triângulo Mineiro. Muitos milhares de agentes subversivos soviéticos entraram no Brasil, nos últimos anos, sobretudo em 1951, com o propósito de orientar e deflagrar o levante comunista. São agentes treinados na Rússia, ou países a ela subjugados, para tal gênero de atividades. O Brasil está verdadeiramente ameaçado de ser apunhalado pelas costas; apunhalado pelos traidores brasileiros e pelos aventureiros russos (PENNA BOTTO *apud* MOTTA, 2000: 182-183)

Esse modo hiperbólico, absolutamente inverídico, de veicular e combater o comunismo de Penna Botto, como destaca Motta, transformou o almirante “em figura folclórica, objeto de críticas e gozações”, e seus adversários, ridicularizando-o como o “pai” de uma espécie de *macartismo* tropical, “cunharam a expressão *penabotismo*, uma menção jocosa à semelhança entre o Almirante brasileiro e o Senador McCarthy” (MOTTA, 2000: 181). À época, o “*penabotismo* tornou-se sinônimo de fanatismo, de anticomunismo exagerado e irracional: ‘(...) histeria que chega às raias da loucura, ridículo e do penabotismo, vendo bolcheviques embaixo de cama, escondidos nas molas dos colchões para espionar, quando não dentro das escrivatinhas tomando pílulas que os fazem invisíveis” (MOTTA, 2000: 181). Posteriormente, em suas memórias, o futuro general e ditador do Brasil Ernesto Geisel faria uma referência semelhante a Penna Botto.

O almirante da CBA, para Geisel, “**era um visionário e um obcecado contra o comunismo. Vivia também no mundo da lua**” (GEISEL *in* D’ARAÚJO *apud* MOTTA, 2000: 181, grifo meu). Sem dúvida, Penna Botto foi um anticomunista primário. Nem por isso, porém, foi menos efetivo nas lutas ideológicas que empreendeu em sua práxis histórica. Tratar como caricatura e ridicularizar o anticomunismo primário de qualquer ultradireita alucinada é um erro que não deveria ser permitido em historiografia, especialmente no Brasil a partir de 2018. É o que advertem pesquisadores argutos como Arias Neto e Pessoa do Amaral, que criticam Rodrigo Patto Motta Sá e outros historiadores por tenderem “a ressaltar o anticomunismo de Penna Botto e da CBA como histórico, evidenciando inclusive o fato de que ele se tornara figura ‘folclórica’ no

período. Há que se considerar, contudo, que a atuação anticomunista de Penna Botto foi constante ao longo de mais de trinta anos” (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 65).

Como se verá, esse almirante lunático da ultradireita nacional foi o responsável por conectar o Brasil nas mais poderosas (e perigosas) redes globais do anticomunismo da Guerra Fria. A Geisel pode-se permitir, do trono de sua velhice calma de ditador e criminoso de Estado impune, ver em Penna Botto *um visionário, um obcecado anticomunista que vivia no mundo da lua*. Na mundaneidade histórica, todavia, e na historiografia interessada em reconstituí-la, o anticomunismo primário de Penna Botto foi muito efetivo. Na prática, definiu o critério de sua “verdade”, não importa que era *falsa, errada, hiperbólica, folclórica, medíocre, ridícula, risível, primária* etc. É preciso transitar da caricatura à caracterização histórica e ideológica desse e de outros exemplares do anticomunismo primário e da ultradireita alucinada.

### 3.3.2. Os “amigos americanos” do almirante Penna Botto: CIA e USIA

Tantas denúncias fez o almirante Penna Botto sobre supostas “infiltrações comunistas” no governo federal do Brasil, então sediado no Rio de Janeiro, que ele foi demitido em 1953 do cargo de diretor geral de Portos e Costas<sup>130</sup>. Ou seja, no ano seguinte à fundação de sua Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA). Um relatório do DEOPS carioca registrou na ocasião que Penna Botto já gozava de “grande prestígio junto à alta oficialidade militar dos EUA, a ponto de considerar que a sua demissão iria repercutir mal entre os norte-americanos” (MOTTA, 2000: 180). Teria sido por meio dessas conexões com a “alta oficialidade militar dos EUA” que o almirante brasileiro desembarcaria na Cidade do México, em maio de 1954, para “brilhar” no I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina? Um evento organizado, financiado e nomeado pela CIA por meio de uma suboperação (KUGOWN) dentro de um programa (PBSUCCESS) destinado a derrubar o presidente guatemalteco Jacobo Arbenz. A missão

---

<sup>130</sup> “Enquanto Penna Botto e sua Cruzada eram ridicularizados por parte da imprensa, o jornal de Carlos Lacerda lhes concedia espaço para denunciar as diversas ‘células comunistas’ identificadas por sua organização. Além disso, a Tribuna da Imprensa ficou ao lado do almirante quando ele foi demitido da diretoria de Portos da Marinha (DA SILVA, 2020: 309). “Que fez ele, para ser demitido (...)? Fez apenas isto: na qualidade de presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista, denunciou a infiltração bolchevista em todas as atividades nacionais e alertou a consciência dos responsáveis pela ordem pública e pela estabilidade das instituições” (DA SILVA, 2020: 309).

específica da KUGOWN era servir de “cortina de fumaça” à PBSUCCESS e dar uma fachada *latinoamericana* a um golpe de Estado *made in USA*.

E como o Brasil ficaria de fora da KUGOWN? Como a Cruzada Anticomunista de Penna Botto ficaria de fora da PBSUCCESS? Não ficaram. Um documento da CIA, de 23 de maio de 1954, registrou a presença brasileira na Operação KUGOWN/PBSUCCESS. Note-se, cinco dias antes do início do I Congresso no México. Em um informe intitulado “KUGOWN – Brazilian leaflet”, o criptônimo “Jerome C. Dunbar” – isto é, o coronel Albert Haney, um operador de “alto nível” da CIA – informou a seus superiores na “Sede” da CIA: “Em anexo está uma cópia de um panfleto que foi lançado pelo ar pela ‘Cruzada Brasileira Anticomunista’ sobre o Rio de Janeiro e São Paulo durante a última semana de abril” (CIA, 1954g: 1). Esse coronel do Exército dos EUA, retirado por Frank Wisner da chefia da CIA na Coreia do Sul para integrar a Operação PBSUCCESS, recomendou a seus superiores que o panfleto da CBA fosse republicado: “Considerando que a imagem nesse panfleto ilustra muito graficamente como o perigo do comunismo se espalha da Guatemala para a América do Sul, especialmente para o Brasil, nós achamos que você deveria fazer um esforço para republicá-lo (fotocópia) em um, ou possivelmente vários, dos jornais locais anuais, apesar de o texto estar em português, a imagem é auto-explicativa” (CIA, 1954g: 01).

O coronel da CIA recomendou que o panfleto do Cruzada de Penna Botto fosse arremessado por aviões nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e que fosse redistribuído a jornalistas, omitindo-se a fonte. “Ao passá-lo a um jornalista desavisado, você certamente utilizará uma história de disfarce adequada, tal como que um amigo retornando do Brasil trouxe a cópia para você ou que um amigo do Brasil a enviou para você, ou algo semelhante” (CIA, 1954g: 01). A imagem “auto-explicativa” contida no panfleto retratou a URSS como um monstro gigante, que apenas é visto dos joelhos para baixo. O monstrengo veste um par de botas nas quais está desenhado o símbolo comunista da foice e do martelo à altura das canelas. Seu pé direito esmaga a Guatemala, enquanto o esquerdo está prestes a pisotear o Brasil, com sua sola exibindo uma caveira que tem uma foice e um martelo na testa. A mão esquerda do monstro, tatuada com uma foice e um martelo, segura uma espécie de bengala cheia de espinhos, fincada na Bolívia. A legenda do panfleto dizia:

**Cuidado, Brasileiros!** Não nos iludamos e não sejamos cegos e displicentes diante do perigo que nos ameaça. Os exemplos da Guatemala e da Bolívia são inquietadores e

mostram que os soviéticos estão agindo na América livre. **O pé do monstro soviético já caiu sobre a Guatemala e a sua bengala está penetrando na Bolívia! Os comunistas, no Brasil, pertencem a um Partido que é mantido e dirigido pela União Soviética e cuja finalidade é escravizar a nossa Pátria, nela implantando o absurdo e detestável regime bolchevista! NÃO DEIXE QUE O PÉ DO MONSTRO SOVIÉTICO CAIA NO BRASIL! Cruzada Brasileira Anti-Comunista (CBAC) (CIA, 1954g: 2, grifo meu)**

Graficamente comprovado o modo como a CIA utilizou a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto como uma de suas organizações de frente, com ela “terceirizando”, no Brasil, a operação de propaganda política (KUGOWN) do Programa PBSUCCESS. Às vésperas do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, inclusive, um dos agentes da CIA no país reportou que 300 mil cópias do panfleto em questão foram lançadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. O informe do agente da CIA no Brasil registrou o arremesso de panfletos foi anexado ao documento subscrito pelo coronel Haney e enviado aos EUA. Clandestinamente, então, a CIA pode contar, para suas operações psicológicas no Brasil, com a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto. O informe anexado pelo coronel da CIA dizia:

**Em 18 de abril [de 1954], 300.000 cópias do panfleto anexo foram jogadas em oito praias e sobre a área industrial e de portos do Rio de Janeiro. Esses lançamentos foram testemunhados pelo pessoal da Missão [da CIA] e aparentemente foram bastante eficazes pois os panfletos foram rapidamente pegos, lidos e na maior parte dos casos dobrados e levados pelos leitores. Em 23 de abril, 200.000 dos folhetos anexados foram lançados sobre áreas industriais e pelo centro de São Paulo. Esses lançamentos foram testemunhados por Pinckney (...) FILLWAK e JMLITTLE, que relatam que os paulistas manifestaram tanto interesse pelos panfletos quanto as pessoas do Rio de Janeiro. O exame do anexo revelará a maneira um tanto quanto indireta como a questão da Guatemala foi levada ao público brasileiro. A Missão considera que essa abordagem é a mais direta que pode ser feita no Brasil tendo em vista o pouco conhecimento da situação da Guatemala aqui. Um panfleto especial foi preparado para o Primeiro de Maio e 500.000 cópias estão sendo impressas atualmente. O texto é direcionado especialmente ao trabalhador brasileiro e o folheto será lançado amplamente em áreas onde manifestações esquerdistas estão agendadas. Negociações foram concluídas para transmissões diárias às 22:30 na Rádio Tamoio (...) Essas transmissões serão anúncios pontuais seguindo o padrão usual e serão gratuitas, exceto para pequenos presentes eventuais. Outro acordo foi feito para transmitir ‘slogans relâmpagos’ pela Rádio Jornal do Brasil (...) Essas transmissões consistirão em slogans muito breves e expressivos colocados entre os programas regulares. Nós experimentaremos vários slogans mencionando o comunismo soviético na Guatemala (CIA, 1954g: 4, grifo meu)**

Já foi demonstrada a complexidade do programa PBSUCCESS e da KUGOWN, sua suboperação de guerra psicológica e de propaganda política. Aqui, contudo, é explicitado o modo

como a operação da CIA destinada a derrocar um presidente na Guatemala alcançou também o Brasil.

### **CUIDADO, BRASIL! IROS!!**

**Não nos iludamos e não sejamos cegos e displicentes diante do perigo que nos ameaça**



*Figura 83.* Panfleto arremessado pela CIA nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo. A espionagem dos EUA contratou aviões e “terceirizou” sua propaganda política para a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), presidida pelo almirante Carlos Penna Botto. FONTE: CIA, 1954g: 2.

A abrangência tentacular da PBSUCCESS, no caso brasileiro, pode ser constatada pelo volume de panfletos impressos e arremessados de avião pela CIA, por intermédio de seus prepostos da Cruzada Anticomunista de Penna Botto. Os espões da CIA foram, assim, um dos principais “amigos americanos” do almirante brasileiro. Foi possível identificar, inclusive, ao menos um dos espões norte-americanos que testemunharam os lançamentos dos panfletos “da” Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA): Pinckney E. Lynade era o criptônimo de Richard M. Bissel, vice-diretor de Planos da CIA. (Em 1961, ele seria o “principal arquiteto” da tentativa de invasão de Cuba pelos EUA na Baía dos Porcos, derrotada pelos cubanos na *batalla de Girón*). Criada em 1952, a CBA já agia, pelo menos desde 1954, como um agente “terceirizado” da CIA em suas operações de guerra psicológica e propaganda política anticomunista. Como em toda abordagem indireta, o verdadeiro “cérebro” da ação deve permanecer oculto. E a CBA foi um desses “biombos” utilizados pela CIA. Em 1955, a CBA de Penna Botto desenvolveu uma campanha publicitária contra a posse do presidente da República Juscelino Kubitschek e de seu vice João Goulart. Entre outras ações de propaganda política e guerra psicológica, publicaram no jornal *O Globo* uma *Mensagem aos brasileiros patriotas* que “acusava os candidatos eleitos de terem recebido apoio eleitoral do PCB em troca de diversas promessas, entre as quais o reatamento das relações diplomáticas com os países socialistas, a legalização do próprio PCB e das entidades a ele ligadas e a concessão de oito milhões de cruzeiros ao comitê central do partido” (LAMARRÃO, s/d).

Conforme resgata Sérgio Lamarrão, “a mensagem afirmava ainda que Juscelino e Goulart dariam continuidade à política de Vargas, o que implicaria a transformação do Brasil numa ‘república filocomunista’, de tipo sindicalista” (LAMARRÃO, s/d). Nessa campanha, como esclarece o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, “os círculos mais reacionários do empresariado e das Forças Armadas, com apoio no próprio PSD”, tentaram impedir a qualquer custo a candidatura de João Goulart – “o legatário político de Vargas”, “o getulista mais visado” – à Vice-Presidência da República “na chapa de Juscelino Kubitschek, e recorreram a expedientes mais infames para combatê-la” (MONIZ BANDEIRA, 2010: 32). A *Tribuna de Imprensa* acusou Goulart “ora de corrupção ora de aliar-se aos comunistas” e o político ultraconservador Carlos Lacerda “chegou ao ponto de divulgar uma carta falsa, atribuída ao Deputado argentino Antônio Brandi, procurando comprometer Goulart com um suposto plano de ‘coordenação sindical entre o

Brasil e a Argentina’, criação de ‘brigadas operárias de choque’ e contrabando de material bélico pela fronteira de Uruguaiana” (MONIZ BANDEIRA, 2010: 32-33).

Um inquérito conduzido pelo general Emílio Maurel Filho concluiu que “a carta era ‘incontestavelmente falsa’, forjada por dois criminosos, Cordeiro e Malfussi, conforme depois se comprovaria. E não seria por demais supor que a CIA também estivesse envolvida no caso” (MONIZ BANDEIRA, 2010: 33). Por detrás desse infame expediente repercutido na política nacional por Lacerda, um relatório intitulado “O que a Nação agora vai saber”, redigido por José Nogueira, redator-chefe da *Tribuna de Notícias*, o órgão oficial da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), garantiu que o secretário desta **“e agente do Serviço de Informações da Marinha, Joaquim Miguel Vieira Ferreira, “vangloriou-se certa vez de ter inspirado a famosa Carta Brandi”** (MONIZ BANDEIRA, 2010: 33, grifo meu). Como visto, ao lado de Penna Botto, Viera Ferreira desembarcou no México, em maio de 1954, para participar do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. **“Esse homem, conhecido pelo pseudônimo de Victor, recebia Cr\$ 300,000,00 do serviço secreto norte-americano”** (MONIZ BANDEIRA, 2010: 33, grifo meu)<sup>131</sup>. Recorde-se que no I Congresso do México Penna Botto apresentou um documento do Cominform que teria conseguido “com meus agentes infiltrados nos meios comunistas do Rio de Janeiro” (CIA, 1954j: 255). “Victor” era um desses espões de Penna Botto, a quem seguiria por toda a vida, operando triplamente como secretário da CBA, um agente do serviço de inteligência da Marinha do Brasil e um *asset* da CIA.

Em 1958, “Victor” (ou “Joaquim Metralha”), “falsificaria outros documentos, como um acordo do PTB com os comunistas e um memorial de militares, reclamando a renúncia de Kubitschek e Goulart, bem como a paralisação das obras de Brasília” (MONIZ BANDEIRA, 2010: 33-34)<sup>132</sup>. E as provocações não eram gratuitas. A Carta Brandi e outras denúncias produzidas e

---

<sup>131</sup> O fragmento transcrito por Moniz Bandeira de “O que a Nação agora vai saber”, publicado na Tribuna de Notícias da CBA, assinalou que “‘certa feita tiveram oportunidade de ouvir o que Joaquim dizia os Drs. Oswaldo Nery (Engenheiro do Instituto Nacional de Imigração e Colonização) e Carlos Roberto, ex-Secretário do Presidente Dutra. **Para facilitar o desempenho de suas missões, Joaquim realmente adquiriu uma carteira de identidade no Instituto de Polícia Técnica Pereira Faustino, no Estado do Rio de Janeiro, expedida em 30-1-1950, e registrada sob o n.º 194460, com o nome de Victor Wanderly de Souza (...) É portador também de cartão de identidade fornecido pelo Serviço de Informações da Marinha e assinado pelo seu Chefe, Capitão de Fragata Teixeira de Freitas”** (MONIZ BANDEIRA, 2010: 33, grifo meu).

<sup>132</sup> Outro membro da CBA, “o Inspetor Cecil Borer foi que informou a Joaquim da existência de exposição de motivos, elaborada pelo Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, sugerindo a paralisação de Brasília, o que lhe deu a ideia de inventar o memorial dos militares” (MONIZ BANDEIRA, 2010: 34).



veiculadas pela Cruzada Anticomunista de Penna Botto (e pela CIA) tinham “como objetivo produzir um clima de repulsa a Goulart, inimizá-lo com as Forças Armadas, cujos oficiais até se formavam na Escola de Estado-Maior, tomando a Argentina como inimigo, dentro do *conceito estratégico nacional*” (MONIZ BANDEIRA, 2010: 34)<sup>133</sup>. Essa invectiva da CBA (e da CIA) contra o vice-presidente de JK João Goulart, ao buscar “incriminar” como “comunista” o principal legatário do trabalhismo varguista, teve como finalidade prioritária desmobilizar politicamente a classe trabalhadora urbana que, à época, desenvolvia suas lutas reivindicatórias nos sindicatos. Assim, “por detrás de Goulart o que se procurava atingir era a estrutura sindical, com a qual o PTB se identificava e que, embora jungida pelo Estado, constituía poderoso instrumento de mobilizações dos trabalhadores” (MONIZ BANDEIRA, 2010: 34). “Em outras palavras, o que se pretendia, estando já o PCB na ilegalidade, era suprimir qualquer possibilidade de representação operária na política brasileira” (MONIZA BANDEIRA, 2010: 34).

Apesar de tudo, a chapa JK/João Goulart foi eleita. E o que fizeram Penna Botto e seu “espião particular” Ferreira Viera? Associaram-se a uma tentativa de golpe de Estado. Em 11 de novembro de 1955, o presidente em exercício Carlos Luz foi afastado pelo general Henrique Lott, ministro da Guerra demissionário. O motivo? Luz conspirava para impedir a posse da chapa JK/Jango. “Penna Botto teve participação destacada nesses acontecimentos”, uma vez que, no cargo de Comandante das Forças do Alto Mar, ele “recebeu o presidente deposto e seus correlegionários a bordo do cruzador *Tamandaré*. O navio seguiu para Santos, visto que num primeiro momento pensou-se em transferir o governo para território paulista” (LAMARRÃO, s/d). Com a intentona golpista revertida em São Paulo em favor dos partidários de Lott, o *Tamandaré* foi obrigado a voltar para o Rio. Quem estava no *Tamandaré*? Os golpistas Carlos Lacerda, os ministros civis Marcondes Ferraz, Prado Kelly, Munhoz da Rocha e o ministro da Marinha Amorim do Vale. Quando Luz desistiu do golpe e os demais golpistas anuíram com o recuo, Penna Botto enfureceu-se: era preciso “dar um exemplo” ao Brasil<sup>134</sup>.

---

<sup>133</sup> “Posteriormente, ao tempo do Marechal Odilo Denis no Ministério da Guerra, a Argentina foi substituída como tema nos estudos do conceito estratégico nacional por um Governo Central Vermelho, contra o qual Governos Estaduais Azuis se levantariam, de acordo com a doutrina da guerra contra-revolucionária exportada pelo Pentágono” (MONIZ BANDEIRA, 2010: 34).

<sup>134</sup> Quem resgata o “causo” das memórias de Lacerda é um entusiasta e ex-assessor de Penna Botto, Roberto Mario Monnerat: “Carlos Lacerda menciona ainda a opinião do Almirante Penna Botto, quando o Presidente Carlos Luz resolveu, na altura da Ilha Grande, regressar com o navio ao Porto do Rio de Janeiro. Referindo-se aos votos dos políticos embarcados no navio, em apoio a esta decisão, cita textualmente: ‘E aí todo mundo foi mudando de opinião,

No caso, um golpe de Estado contra um presidente e um vice-presidente eleitos. O que não deixaria de ser exemplo da vocação autocrático-militar. Em suma, foi esse tipo de golpismo de Penna Botto e de sua Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) que pode contar com a ajuda de seus “amigos norteamericanos” da CIA. Porém, eles não foram os únicos aliados do almirante, já que sua CBA era também alimentada com o material de propaganda anticomunista produzido pela *United States Information Agency* (USIA). De acordo com a socióloga dos EUA Marta Huggins, “a USIA expandiu seu programa de persuasão política na América Latina, utilizando como modelo a campanha de informação anti-insurrecional de Edward Lansdale contra a insurreição Hukbalahap (Huk) nas Filipinas”<sup>135</sup> e, no decorrer da década de 1950, “produziu cartazes e panfletos anticomunistas no México e 90.000 exemplares de um livro de caricaturas anticomunistas para distribuição por toda a América Central”, inserindo “duas séries de histórias em quadrinhos anticomunistas, pró-Estados Unidos, em mais de trezentos jornais latino-americanos” (HUGGINS, 1998: 97-98).

No Brasil, “o USIA apoiou ‘antes e durante’ as eleições de novembro de 1954 para o Congresso, ‘a produção e utilização de um estudo sobre a ligação existente entre o Partido Comunista Brasileiro e a Rússia Soviética’” (HUGGINS, 1998: 98). Esse material “foi distribuído, por intermédio de grupos anticomunistas, aos jornais brasileiros e a membros do governo a eles favoráveis. Um desses grupos filiados ao USIA, a Cruzada Brasileira Anticomunista do Rio de Janeiro, distribuía cartazes, panfletos, histórias em quadrinhos, cartões postais e carteirinhas de fósforos anticomunistas” (HUGGINS, 1998: 98). Esse nexos entre a CBA de Penna Botto e a USIA foram aprofundados e comprovados documentalmente pelo pesquisador Fernando Santomauro em sua tese *A United States Information Agency e sua ação no Brasil de 1953 a 1964*. Nela, destaca que, “a partir de 1955, os materiais da USIA, principalmente do USIS São Paulo,

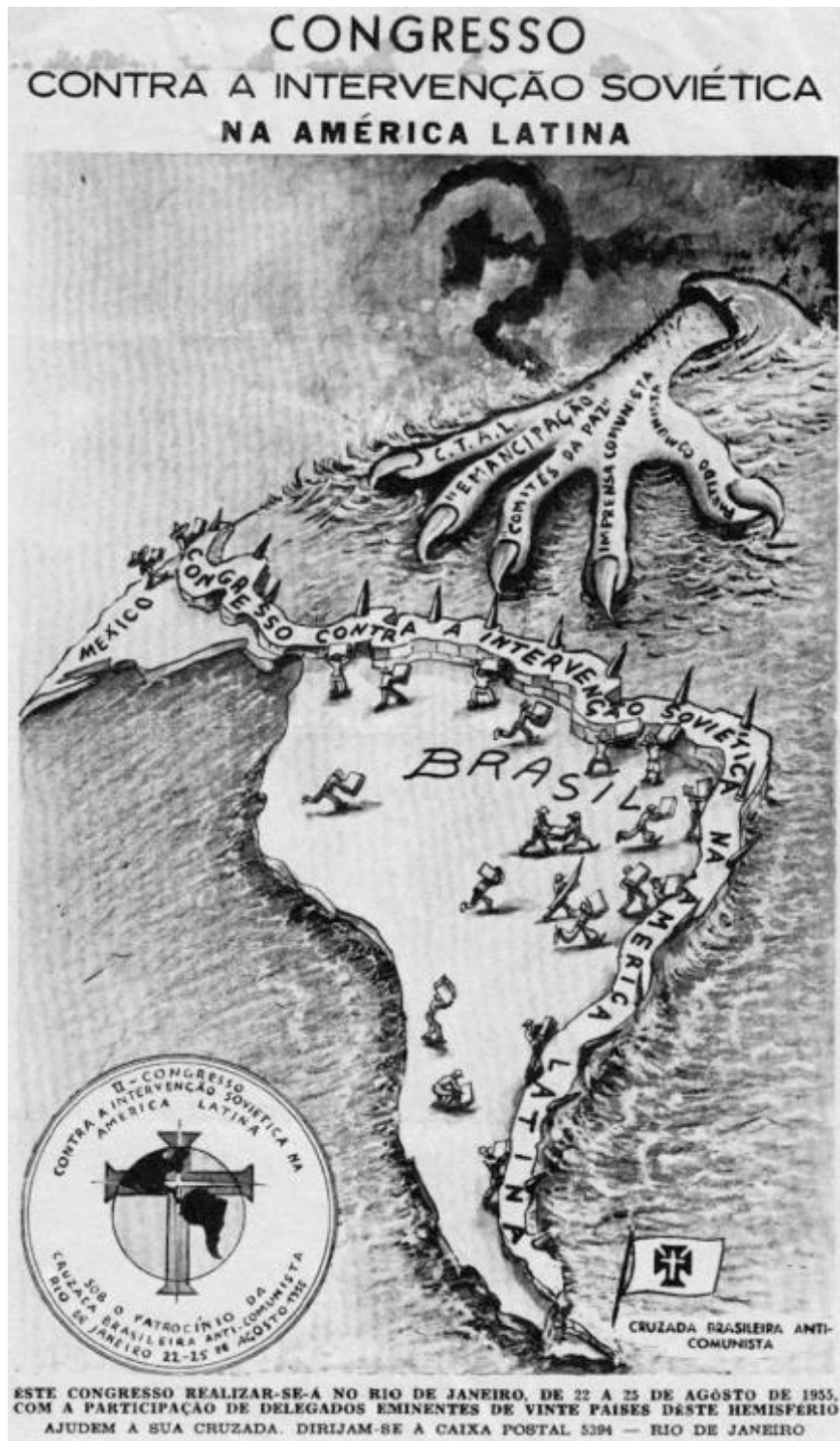
---

menos o Penna Botto. O Penna Botto ficou uma fúria, por assim dizer: ‘Nós temos capacidade de descer em Santos, nós não podemos nos entregar. Nós temos que resistir a qualquer preço e dar um exemplo a este país. Este país está precisando de um exemplo’” (MONNERAT, 1993: 124).

<sup>135</sup> “Dessa campanha fizera parte ‘a produ[ção] ... de filmes anticomunistas que enfatizavam a natureza destrutiva do movimento Huk e a natureza construtiva do programa das Forças Armadas das Filipinas’. Ela envolvia, também, a utilização de ‘unidades móveis [para] exibir ... e distribuir ... filmes, publicações e cartazes que desmascaravam o movimento Huk ... A [exibição], em campos de concentração, de filmes [anti-Huk] a líderes Huk capturados’ representava um esforço para neutralizar seu compromisso para com o movimento” (HUGGINS, 1998: 97). Sobre o Ugly American Lansdale e sobre a participação de seu protégé filipino José Crisol na APACL, cf. CAPÍTULO 2.

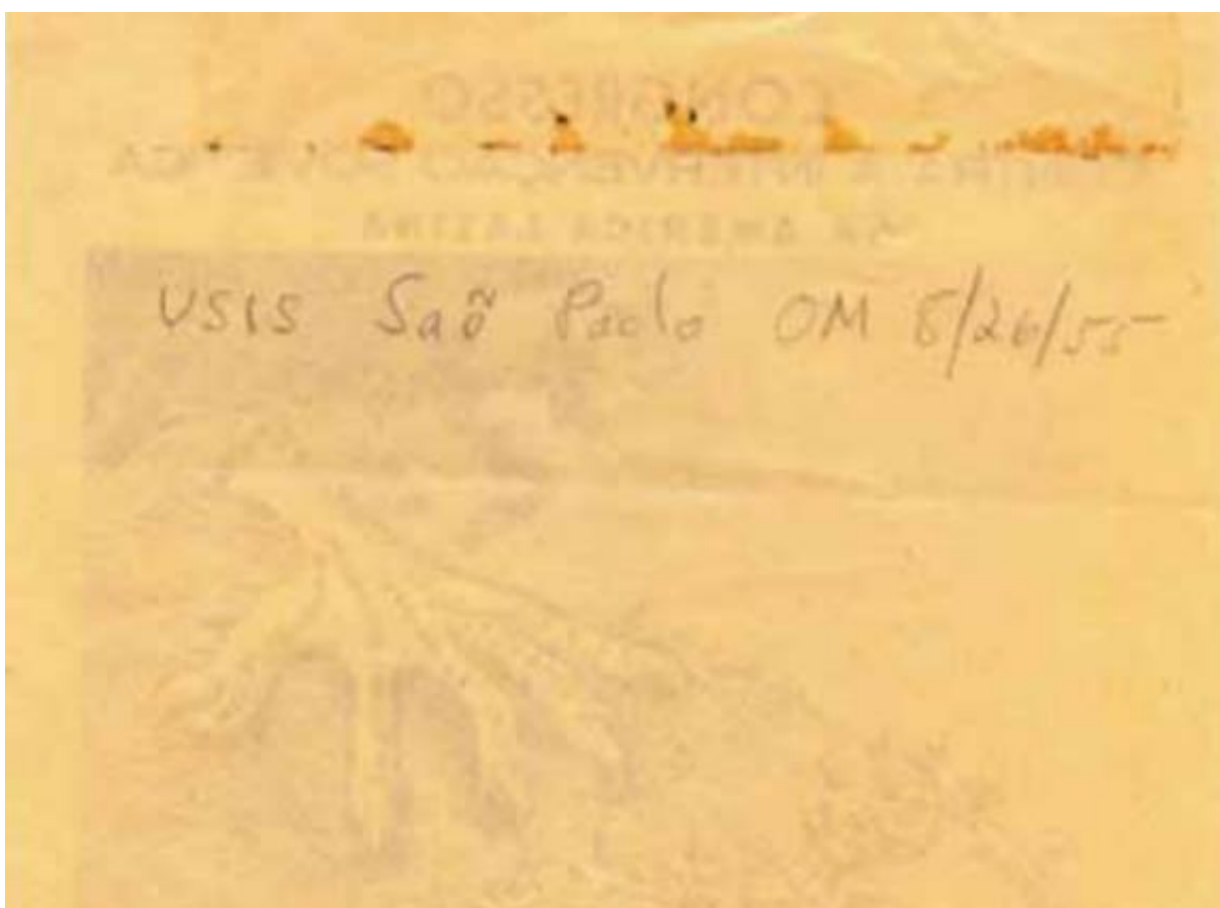
começam a ser assinados como se fossem produzidos pela ‘Cruzada Brasileira Anti-comunista’” (SANTOMAURO, 2015: 205).

Uma reprodução no Brasil do padrão característico CIA/USIA de “terceirizar” para agentes locais suas campanhas de guerra psicológica e propaganda política anticomunista. Típico. Aqui, importa fixar que o panfleto da CBA de Penna Botto que convocou o II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina foi ele próprio *made in USIA*, ou melhor, foi feito por sua agência paulista. Anunciando que o evento ocorreria “no Rio de Janeiro de 22 a 25 de agosto de 1955 com a participação de delegados eminentes de vinte países deste hemisfério”, “no panfleto, a ‘garra’ soviética proveniente do leste tinha dedos que representavam a imprensa comunista, o partido comunista, os comitês da paz, a ‘emancipação’ e o CTAL (Comitê de Trabalhadores da América Latina)” (SANTOMAURO, 2015: 207). O *design* da convocatória é visualmente impressionante. A garra soviética referida por Santomauro tem unhas grandes, afiadas e repulsivas, deixando entrever pelos no braço e, acima dela, o símbolo comunista da foice e do martelo é figurado de maneira fantasmagórica, como um espectro ou uma nebulosa. E quem poderá nos defender? A USIA pensou nisso também. Miniaturas de soldados correm por toda América Latina em direção ao litoral atlântico carregando blocos que, graças ao esforço comum, acabam por erigir um muro do sul do hemisfério até o México. No topo do muro, repleto de lanças pontiaguadas, é possível ler: “Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina”. Abaixo dessa composição gráfica, um *logo* composto por uma cruz sobreposta ao continente americano tem a seguinte legenda: “Sob o patrocínio da Cruzada Brasileira Anti-Comunista”.



*Figura 84.* Convocatória do II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, Rio de Janeiro, Brasil, 22-25 de agosto, 1955. FONTE: SANTOMAURO, 2015: 207.

Como demonstra Santomauro, no verso dessa convocatória do II Congresso de 1955, é possível descobrir a verdadeira autoria do sofisticado panfleto. Ele foi “produzido pela USIA no Brasil convocando os brasileiros para o segundo Congresso contra a intervenção soviética na América Latina, com assinatura da ‘Cruzada Brasileira Anti-Comunista’, em 1955” (SANTOMAURO, 2015: 207). “Com as mesmas indicações de outros materiais dos arquivos de imprensa da USIA, o panfleto da ‘Cruzada Brasileira Anti-Comunista’, apresentava o verso com a mesma anotação a lápis, que indicava o local e a data do material: ‘USIS São Paulo OM 8/26/55’” (SANTOMAURO, 2015: 208).



**Figura 85.** Verso da convocatória do II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, momento de formalização da CIDC. O registro a lápis feito pelo escritório paulista da USIA, encontrado pelo pesquisador Fernando Santomauro, comprova que os EUA fizeram o *design* da convocatória. FONTE: SANTOMAURO, 2015: 208.

Essa importante descoberta de Santomauro deveria precaver a historiografia que, em alguns de seus melhores expoentes, acaba por ter uma inexplicável “pressa” em descartar a gestão

oculta dos EUA por detrás dos Congressos Contra a Intervenção Soviética na América Latina. Esse é o caso de Marcel Casals, um expressivo historiador chileno. Referindo-se ao II Congresso de 1955 no Brasil, ele afirma que “a falta de [documentos] desclassificados da CIA nesse assunto sugere que o evento foi organizado independentemente de Washington” (CASALS, 2019: 536). Mas a convocatória do II Congresso não foi feita *made in USIA*? Como Washington estaria “de fora” disso? E o I Congresso de 1954 no México não era apenas o início da constituição de uma plataforma de longo prazo de “amigos latinoamericanos” da CIA dentro da qual a agência poderia lançar secretamente suas operações anticomunistas? “A festa estava só no começo” e, sem a mínima cautela, Casals é peremptório, e erra, ao dizer que Washington esteve “de fora”. Sob a alegação de que inexistem documentos da CIA. Ora, o que pode provar a *falta* de documentos? Além disso, conforme salientam os historiadores uruguaio Bohoslavsky e Broquetas, “assim como Prieto Laurens, Penna Botto mantinha estreitos vínculos com agências anticomunistas dos Estados Unidos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 443).

E como seria possível que a Cruzada Anticomunista de Penna Botto contasse com a retaguarda da CIA e da USIA em todas as suas operações menos na organização do II Congresso de 1955? Em um evento que demarcou um ponto alto da liderança brasileira nas redes anticomunistas globais da Guerra Fria. Internamente, a CBA de Penna Botto especializou-se em denunciar “pessoas e associações ‘suspeitas’ de serem comunistas ou simpatizantes, como foi o caso do professor Mario Schenberg, do departamento de Física da Universidade de São Paulo (USP), onde haveria uma ‘célula comunista’, ou da Liga de Emancipação Nacional, vinculada ao Partido Social Democrático (PSD), por abrigar ‘comunistas clandestinos’ (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 63). Em 1955, republicando materiais confeccionados pela USIA *em Washington* e redistribuídos no Brasil, a CBA “lançou um panfleto que tentava mostrar as ‘duas caras de Luiz Carlos Prestes, no intuito de amenizar o antiamericanismo que aumentava imediatamente após o suicídio de Getúlio e desvincular o comunismo de sua imagem, ligada ao trabalhismo” (SANTOMAURO, 2015: 205). Nele foram reproduzidas críticas que os comunistas fizeram a Vargas antes de seu suicídio.

Em letras garrafais, essa peça publicitária feita pela USIA e redistribuída pela CBA alertava: “Reparem no cinismo com que êstes mesmos comunistas agora alegam ser discípulos de Vargas e tentam, no seu nome, agitar o país” (SANTOMAURO, 2015: 205-206). Além disso,

a CBA de Penna Botto “assinava os materiais da USIA para a juventude e trabalhadores nos mesmos jornais que normalmente publicavam notícias e fotos (sem citar a fonte) da USIA” (SANTOMAURO, 2015: 208). Foi o caso da propaganda anticomunista “que alertava os estudantes (e suas famílias) sobre o Festival Mundial da Juventude, em 1955, que seria uma iniciativa comunista”, encaminhando-se reproduções desse material aos jornais *Correio Paulistano*, *O Dia*, *Diário Com & Ind.*, *Diário de S. Paulo*, *Diário da Noite*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde*, *Folha da Noite*, *Gazeta*, *O Tempo*, *Última Hora*, *Times of Brazil* e *Notícias de Hoje*. “Segundo o panfleto, um dos organizadores do Festival no Brasil seria o deputado Frota Moreira, que receberia ordens diretas dos russos. O mesmo teria visitado Moscou em janeiro de 1955” (SANTOMAURO, 2015: 208). O panfleto dirigiu-se aos pais dos jovens que eventualmente estivessem pensando em comparecer no Festival Mundial da Juventude de 1955: “Não deixem que o nome de suas famílias seja registrado como comunista nos arquivos da polícia” (SANTOMAURO, 2015: 209).



**Figura 86.** FONTE: SANTOMAURO, 2015: 208.



**Figura 87.** “Juizes Comunistas Solapando A Justiça Brasileira. É com grande pesar que advertimos o povo brasileiro sobre a grande infiltração do bolchevismo internacional na nossa Justiça! Eis aqui treze juizes que são membros das organizações comunistas: ‘Associação Brasileira de Juristas Democratas’ e a ‘Liga da Emancipação Nacional’, e que colaboram ainda nas campanhas soviéticas do ‘petróleo’ e da ‘paz’. FONTE. SANTOMAURO, 2015: 210.

Outro panfleto USIA/CBA denunciou integrantes do Poder Judiciário que, supostamente, estariam sendo manipulados pelo escritor comunista Jorge Amado. No desenho contido nesse panfleto, os ministros “comunistas” são retratados “dilapidando as estruturas do Supremo Tribunal Federal a mando de Jorge Amado” que, “deitado em uma rede com um leque na mão, conversava com um pássaro preto, representante do Partido Comunista Brasileiro. Entre as campanhas ‘soviéticas’ que ameaçavam as instituições brasileiras estava a da ‘Paz’ e a do ‘Petróleo’” (SANTOMAURO, 2015: 210). Também no verso desse panfleto o pesquisador Fernando Santomauro identificou a inscrição “USIS São Paulo” (SANTOMAURO, 2015: 2010). Isto é, a agência paulista da USIA, que “continuou utilizando-se da ‘Cruzada Brasileira Anti-Comunista’ para fazer sua campanha, principalmente para os públicos estudantis e entre trabalhadores urbanos” (SANTOMAURO, 2015: 210). Outro panfleto produzido pela USIS São Paulo e redistribuído pela CBA de Penna Botto “divulgava uma revista ilustrada no suplemento ‘Singra’, do jornal ‘Correio da Manhã’, que entre outras coisas, comparava Luiz Carlos Prestes a um



‘boneco de engonço’, marionete brasileira manipulada pelos soviéticos” (SANTOMAURO, 2015: 210).



**Figura 88.** “Malenkov movimentava seus bonecos de engonço. Cruzada Brasileira Anti-Comunista (CBAC)”. “Aos brasileiros patriotas. Não se deixem iludir pelo novo embuste comunista representado pela chamada ‘Convenção pela Emancipação Nacional’. Tal ‘Convenção’ foi imaginada pelos bolchevistas da Rússia soviética e está sendo convocada para 15 de Abril próximo, pelos brasileiros traidores que cumprem ordem do embrutecido Malenkov. Não compareçam, nem tomem parte, nessa ‘Convenção’. Não são os próprios comunistas que devem ser emancipados?”. Note-se que algumas das “marionetes” da “marionete” Prestes (PCB), “teleguiado” por Malenkov conforme à música da banda soviética, carregam cartazes, entre outros, com os seguintes dizeres: “comunista fanático”, “comunista ingênuo iludido”, “pseudointelectual” e “inocente útil”. FONTE: SANTOMAURO, 2015: 210.

Penna Botto também “brilhava” ao vivo, fazendo transmissões em rádio e sua CBA publicou materiais de sua “própria” autoria. “A organização distribuía pequenas brochuras contendo títulos como ‘Planos russos visando o domínio mundial’, ‘Como se desenvolve a ofensiva comunista’ e ‘O que é comunismo’, bem como editava histórias em quadrinhos” (MOTTA, 2000: 184). O historiador Motta aduz que assim a CBA buscava “fornecer um conhecimento útil aos que se apresentassem para a luta: ‘É preciso bem conhecer o inimigo para poder combatê-lo de modo eficaz” (MOTTA, 2000: 184). E para conhecer o inimigo comunista, a CBA de Penna Botto conectou-se à “comunidade de informações” do Estado brasileiro, em especial às forças policiais e militares do Rio de Janeiro, a antiga capital federal. Penna Botto vangloriou-se no I Congresso de 1954 no México de possuir agentes infiltrados entre os comunistas cariocas. Já foi visto como Joaquim Miguel Ferreira Viera, secretário da CBA, foi agente do serviço secreto da Marinha e um *asset* da CIA.

Essas conexões repressivas explicam o conhecimento detalhado que a CBA detinha sobre o PCB. “Em mais de uma ocasião, os textos demonstram conhecimento sobre dados sigilosos da vida interna do PCB, informações típicas do trabalho de investigação empreendido pelas agências de inteligência” (MOTTA, 2000: 186-187). Isto é, o grupo de Penna Botto integrou-se à ultradireita *callejera*, aquela que desenvolve ações repressivas na rua. Não foi apenas seu parceiro mexicano Prieto Laurens que defendeu a “necessidade de criar institutos de treinamento físico para preparar os jovens e homens maduros na luta contra o comunismo” (PRIETO LAURENS *apud* CIA, 1954j: 237). Também a CBA possuiu “**um pelotão de choque, muito principalmente por causa dos estudantes que são a raça daninha do Brasil**”; e “o almirante admitiu que já haviam ocorrido choques de rua entre adeptos da cruzada e estudantes” (LAMARRÃO, s/d, grifo meu).

Todavia, a faceta mais importante desenvolvida pela CBA do almirante Penna Botto consistiu na construção de vínculos e pontes com os dirigentes e as organizações do movimento anticomunista internacional. Ele estruturou, nutriu e aprofundou conexões anticomunistas globais que frutificariam para além de sua pessoa e de sua morte em 1973. Sem dúvida, um expoente ideológico do anticomunismo primário e um dirigente da ultradireita alucinada no Brasil. Mas ele foi capaz de inserir o país nas principais redes da extrema-direita global da Guerra Fria. Contou para isso, por óbvio, com a retaguarda de seus “amigos norteamericanos” da CIA e da USIA. Sem esses, como Penna Botto conseguiria forjar alianças globais com organizações geograficamente

tão distantes como o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN) e a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL)? O perigo de limitar-se ao aspecto caricatural da figura de Penna Botto e das ações de sua CBA é que, assim, não se apreende o principal: foi esse lunático da ultradireita anticomunista – não foi Geisel quem dissera que ele *vivia no mundo da lua?* – que internacionalizou o Brasil nas redes da APACL e do ABN. E o II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, presidido pelo almirante brasileiro, foi o início de uma “alvissareira” triangulação: anticomunistas latinoamericanos, ex-colaboradores nazistas do leste europeu e dirigentes da contrarrevolução asiática começaram a sonhar com uma “Internacional Anticomunista” para a Guerra Fria. Esse “sonho” da ultradireita global foi “sonhado” no Brasil, em 1955, no II Congresso.

### 3.3.3. *O II Congresso cria a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC)*

O II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina contou com algum reconhecimento oficial do governo brasileiro na medida em que suas sessões ocorreram no salão de conferências do Ministério da Fazenda. Quadruplicou-se o número de delegados em relação ao I Congresso de 1954 no México. “O aumento da quantidade de participantes e apoio nos congressos seguintes confirmam que a iniciativa efetivamente canalizou preocupações e planos de atores muito diversos, provavelmente atraídos pelas vantagens que podia reportar a ação anticomunista mancomunada” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 443). Referindo-se ao convite do II Congresso, o historiador chileno Marcelo Casals resgata que “o evento tomaria esforços para ‘obstruir e anular a intervenção da Rússia soviética nas Américas por meio dos bolcheviques apátridas, que constituem a sórdida quinta coluna organizada, dirigida e subsidiada pelo Kremlin’” (CASALS, 2019: 535-536). O II Congresso impediu a presença de qualquer congressista *anti-yankee* e os congressistas de 1955 eram todos “pró-Estados Unidos”. Assim, “os debates não foram tão acalorados e não houve maiores desentendimentos” (CASALS, 2019: 536). Não houve quaisquer contratemplos e “o Congresso realizou sessões em um auditório no Ministério da Fazenda, com algum apoio governamental subentendido para Penna Botto” (CASALS, 2019: 536).

Mais de 130 delegados latinoamericanos aceitaram o convite para participar do II Congresso de 1955, que contou com quatro observadores extracontinentais. Sua convocatória buscou incorporar o maior número de participantes, bastando “declarar-se ‘antissoviético’ ou ‘anticomunista’ para inscrever-se até cinco dias antes do início do congresso” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 443). “Os delegados eram jornalistas, escritores, líderes de uniões sindicais, oficiais de governo, parlamentares, líderes de organizações anticomunistas, profissionais e representantes de organizações de mulheres da direita” (CASALS, 2019: 536); “representavam organizações, movimentos sociais (culturais, estudantis e de trabalhadores) ou corporações (entre esses sobressaíam os jornalistas) da América do Sul e Central, apesar de que também estivessem presentes representantes de alguns governos e indivíduos a título pessoal” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 443).

Sem dúvida, o fato mais notável do II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina foi ter criado uma espécie de primeira “Internacional Anticomunista” hemisférica. Foi nele que a aliança anticomunista iniciada no I Congresso de 1954 no México foi formalizada, com um novo nome, em um órgão hemisférico permanente: a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Esta surgiu como um organismo continental que teria “sob sua responsabilidade a organização de um congresso anual e a formação de filiais em cada país. Nasceu assim a Confederação Interamericana de Defesa do Continente, desde então encarregada de patrocinar e promover atividades, publicações e contatos em diferentes países” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 443).

Além disso, mais notável ainda, em especial para a historiografia brasileira (mouca sobre o temário até aqui), foi o fato de ter sido nomeado um almirante brasileiro, antigo integralista e conspirador anti Getúlio Vargas, como presidente da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Esta primeira “Internacional Anticomunista” da América Latina passaria, desde então, a contar com a presidência de Penna Botto, basicamente reconhecido pela historiografia brasileira como o presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA). E não como uma figura de envergadura global nas redes anticomunistas transnacionais da “primeira” Guerra Fria. Como meta e presidida pelo cruzado Penna Botto, a CIDC buscou fazer um diagnóstico e detectar “áreas quentes” da Guerra Fria, elaborando uma “cartografia do inimigo” na América Latina.

Os inimigos que a CIDC buscava e incriminava como “comunistas” foi, em grande parte, dirigentes e apoiadores do nacionalismo reformista e popular no continente. De qualquer maneira, foram “lidos” e combatidos como potenciais “ameaças comunistas. Isso porque a CIDC reagiu “a temores muito concretos e para prevenir ‘contágios’ ou expansão de exemplos não desejados” e, embora não houvesse um país sequer controlado por partidos comunistas, “estavam sendo implementadas reformas sociais ou modelos econômicos nacionalistas, que foram considerados filo-comunistas ou preâmbulos da implementação de regimes soviéticos”: na terminologia da CIDC, seriam exemplos de “nacionalismo marxista” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 447)<sup>136</sup>. Não à toa, “os delegados reunidos no Rio de Janeiro aplaudiram ao lembrar o primeiro aniversário do suicídio do presidente Vargas e o fim da experiência de uma república trabalhista” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 447-448). Pelo mesmo motivo aplaudiram “o triunfo do movimento da ‘liberação’ da Guatemala pelo coronel Armas”, que teria “salvo seu país do jugo soviético”. Mas isso teria sido apenas “uma vitória parcial, posto que a situação da Guatemala evidenciava a proliferação ameaçadora de versões americanas do comunismo” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 448). Anote-se, ademais, que o recém-nomeado presidente da CIDC, o almirante Penna Botto, era mais do que um partidário da derrubada de Vargas por meio de um golpe militar. Ele próprio fora um conspirador, como visto.

---

<sup>136</sup> Recorde-se que a CIDC não estava só nessa abordagem. Como visto, a diretriz NSC 144/2, de 1953, do Conselho de Segurança Nacional dos EUA definiu todos os regimes nacionalistas da América Latina como potenciais “ameaças comunistas”. O futuro diretor da CIA Walter Bedel Smith, à época vice-secretário de Estado, comemorou o fato da NSC 144/2 constituir “uma abordagem de espingarda” (CULLATHER, 1999: 129). Sob a mira dessa “espingarda” estavam a Guatemala de Arbenz, o Brasil de Vargas, a Argentina de Perón, o México de Cárdenas, o Chile de Ibáñez del Campo, a Cuba de San Martín, a Costa Rica de Figueres, o Partido Liberal da Colômbia, o Partido da Ação Democrata da Venezuela e o Partido Aprista Peruano.



**Figura 89.** Da esquerda para a direita, delegado do II Congresso da CIDC não identificado, Jorge Prieto Laurens (México) e o almirante Carlos Penna Botto (Brasil). FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

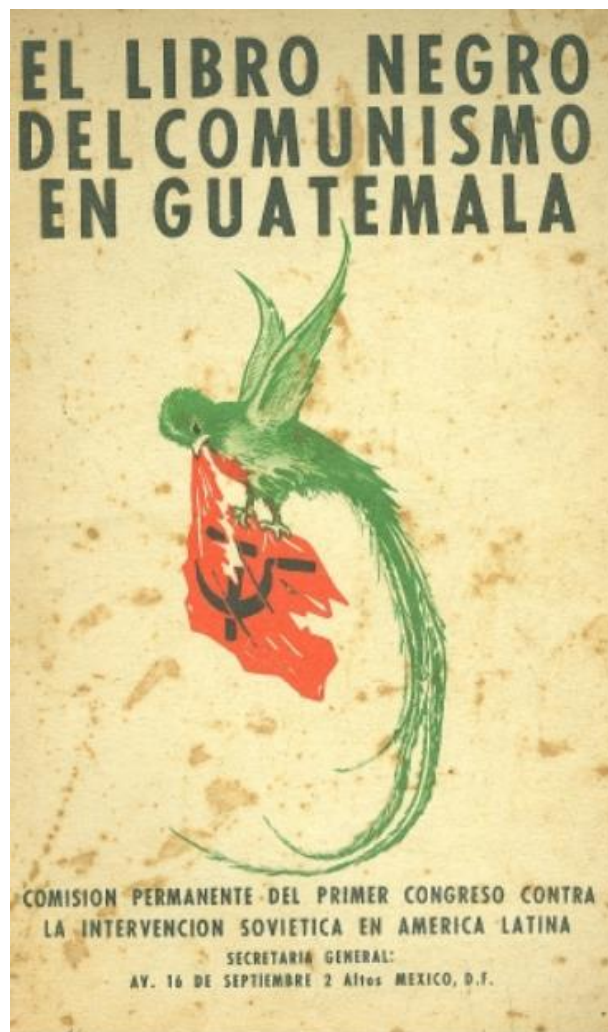
#### *3.3.4. O II Congresso saúda o Libro Negro del Comunismo en Guatemala*

Conforme resgata o historiador Cañón Voirin, foi na abertura do II Congresso que seus organizadores “se felicitaron por el derrocamiento de Arbenz, en el cual se arrogaban un mérito, quizás, desmesurado” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 89). O mérito deles foi o de ter coorganizado o I Congresso de 1954 no México como a “cortina de fumaça” perfeita para a CIA – por meio da suboperação KUGOWN – para o “bem-sucedido” desfecho da Operação PBSUCCESS, que derrubou o presidente da Guatemala Jacobo Arbenz e entronizou como ditador em seu lugar Carlos Castillo Armas. Como não reconhecer o “mérito” desses “amigos latinoamericanos” da CIA e do “coronel Pancho”, criptônimo irônico que a agência atribuiu a “seu” Castillo Armas na PBSUCCESS? Tinham todas as razões, as suas, para comemorarem e sentirem-se agentes dessa história, partícipes desse feito.

Já “eleito” presidente da Guatemala pela CIA e pelo presidente Eisenhower, Castillo Armas enviou sua mensagem congratulatória ao organizador do II Congresso, o almirante Penna Botto, agradecendo “los valiosos conceptos del mismo” e externando “a usted y demás representantes en ese Honorable Congreso mi efusivo y cordial saludo” (CASTILLO ARMAS *in* CIDC, 1956: 374). Inclusive, Carlos Salazar, guatemalteco que participou do I Congresso de 1954, foi apresentado no II como “ex-Ministro de Relaciones Exteriores y Representante personal del Presidente Castillo Armas” (CIDC, 1956: 37).

Logo depois da vitória golpista de 27 de junho de 1954 na Guatemala, o presidente do I Congresso do México Jorge Prieto Laurens visitou o país. Ali, participou de um evento, em 18 de junho, para homenagear um conspirador de “alto nível” da PBSUCCESS, o monsenhor guatemalteco Rossel y Arellano. Participaram também da homenagem os dirigentes do Comité de Estudiantes Universitarios Anticomunistas (CEUA) que coordenaram suas atividades golpistas com o monsenhor, notadamente Lionel Sisniega Otero e Mario Sandoval Alarcón. Como forma de demonstrar apoio à ditadura militar de Castillo Armas, a Comissão Permanente do I Congresso do México publicou um ensaio condenando o “comunismo” na Guatemala e Prieto Laurens publicou, de “sua” autoria, “*El Libro negro del comunismo en Guatemala: Comisión Permanente del Primer Congreso contra la Intervención Soviética na América Latina*” (CASALS, 2019: 535).

O II Congresso de 1955 no Brasil saudou efusivamente a publicação “do” mexicano. Recorde-se apenas que uma das suboperações da PBSUCCESS, intitulada PBHISTORY, havia sido montada pela CIA, sob a direção de Frank Wisner, para açambarcar documentos do governo Arbenz para incriminá-lo como sendo “comunsita”. E que, como parte desse *cover-up*, Foster Dulles ordenou ao Departamento de Estado publicar, com o mesmo objetivo da PBHISTORY, um “Livro Azul” acerca do governo “comunista” de Arbenz. Como essa publicação caracterizara a Revolução de Outubro de 1944 na Guatemala como “uma pincelada de nacionalismo e marxismo, uma combinação embaralhada que carecia da força total do comunismo militante”, Dulles ordenou nova publicação, corporificada no “Livro Verde” que, sem titubear, caracterizou o governo Arbenz como instrumento do “despotismo estrangeiro”, isto é, soviético.



*Figura 90.* FONTE: GRIJALVA, 2019.

O II Congresso de 1955 no Brasil saudou efusivamente a publicação “do” mexicano. Recorde-se apenas que uma das suboperações da PBSUCCESS, intitulada PBHISTORY, havia sido montada pela CIA, sob a direção de Frank Wisner, para açambarcar documentos do governo Arbenz para incriminá-lo como sendo “comunsita”. E que, como parte desse *cover-up*, Foster Dulles ordenou ao Departamento de Estado publicar, com o mesmo objetivo da PBHISTORY, um “Livro Azul” acerca do governo “comunista” de Arbenz. Como essa publicação caracterizara a Revolução de Outubro de 1944 na Guatemala como “uma pincelada de nacionalismo e marxismo, uma combinação embaralhada que carecia da força total do comunismo militante”, Dulles ordenou nova publicação, corporificada no “Livro Verde” que, sem titubear, caracterizou o governo Arbenz como instrumento do “despotismo estrangeiro”, isto é, soviético.



Depois do *Livro Azul* e do *Livro Verde* de Foster Dulles, então, “apareceu” uma publicação de “autoria” de Prieto Laurens intitulada *Libro Negro del Comunismo en Guatemala*. Sincronicidades... Como explica a pesquisadora Gabriela Grijalva, o objetivo do *Libro Negro* “fue dar cuenta de las injusticias y horrores supuestamente cometidos durante el período conocido como Revolución de Octubre (1944-1954) en Guatemala, la cual consideraron como comunista”, bem como “para justificar el golpe de Estado contra el gobierno de Jacobo Arbenz Guzmán y la implantación de un régimen anticomunista” (GRIJALVA, 2019: 1-2). Sua principal tese era comprovar o processo de “sovietização da Guatemala” e, de acordo com o secretário geral da Comissão Permanente Prieto Laurens, “la tesis del comunismo guatemalteco era la siguiente: ‘Por las organizaciones laborales al dominio económico; por este, al político dentro de un Gobierno que les deja manos libres’” (GRIJALVA, 2019: 7).

O governo Arbenz supostamente estaria em processo de sovietização, integrando-se ao plano do “expansionismo de la Unión Soviética a otras naciones” e, de acordo com a tese defendida por Prieto Laurens em “seu” *Libro Negro*, “el comunismo internacional haría lo siguiente: 1. Organizar las masas obreras y campesinas, atrayéndolas mediante halagos de protección gremial (ficticio); 2. Valerse de esas organizaciones para influir en la producción y la economía; 3. Mediante la anuencia del poder ejecutivo, ejercer el control político” (GRIJALVA, 2019: 8). O *Libro Negro* denunciou o Partido Guatemalteco del Trabajo (PGT) como agente de *comunização* do Estado e a Escuela Normal como foco de “doutrinação marxista”<sup>137</sup>. Atacou a Constituição de 1954 como “anente a las políticas comunistas, ‘circunstancia que con singular habilidad hizo posible al Comunismo Internacional deslizar algunos preceptos en la apariencia inofensivos’” (GRIJALVA, 2019: 10). Acusou o Código do Trabalho de 1947 de ser concebido “en términos tales que la parte patronal siempre llevaba las de perder en cualquier litigio ‘pues encima de las pruebas, los jueces están autorizados a fallar en conciencia ... conciencia de tipo rojo, y de igual colorido es el de los jueces de esos tribunales especiales’” (GRIJALVA, 2019: 10).

---

<sup>137</sup> ““El PGT controla todos los organismos del Estado, y por lo tanto la administración pública, la legislación, la justicia, y, además todos los organismos autónomos con la sola excepción de la Universidad de San Carlos (...) La Escuela Normal es un foco de capacitación marxista, e donde salen profesores para los diferentes planteles de la república, con la consigna de hacer labor de proselitismo y organizar células comunistas” (PRIETO LAURENS apud GRIJALVA, 2019: 9).

E rechaçou a Lei de Reforma Agrária de 1952<sup>138</sup>. Como sumaria Grijalva, para o *Libro Negro*, “ser comunista, para la Comisión, significaba ser corrupto, tener lazos soviéticos, ser catequizador del comunismo e inclinarse a la crueldad y la tortura” (GRIJALVA, 2019: 14). Assim que, condensando as teses de “seu” *Libro Negro*, Prieto Laurens atacou os dois presidentes da Revolução de Outubro de 1944, Arévalo e Arbenz:

Pero la misión de [Juan José] Arévalo [Bermejo], no era la de procurar el engrandecimiento de la Patria ni el bienestar de los guatemaltecos y pronto dio principio a su tarea... La lucha de clases se desató furibunda y terrible y el presidente Arévalo arengaba a los trabajadores y a los campesinos en encendidos discursos, señalándoles a sus patronos como a sus más encarnizados enemigos ... mientras en Guatemala se desarticulaba el trabajo, se sucedían unas a otras las huelgas, se elevaban los artículos de primera necesidad, se encarecía la vida, se clausuraban las pequeñas industrias, se abandonaban los campos, crecía el desempleo, huían y se escondían los capitalistas nacionales y extranjeros, y el caos y la incertidumbre se cernían sobre la Patria. (...) Empeño máximo de Arévalo Bermejo y su grupo de apátridas, fue el de destruir y aniquilar a la Patria en sus instituciones, en su economía, en su moral, en su ejército, para que sobre sus ruinas pudiera eruirse el comunismo, avasallador y agresivo; pero resulta que todo ello ha servido para precipitar la caída de Arbenz y los suyos, quienes se hundirán en los muladares por ellos mismos creados, siendo sepultados por el desprecio y la maldición de sus conciudadanos (PRIETO LAURENS *apud* GRIJALVA, 2019: 20)

### 3.3.5. *Quem-é-quem, debates e propostas*

Em suma, se o I Congresso de 1954 no México presidido por Prieto Laurens foi organizado, financiado e nomeado pela CIA para servir de “cortina de fumaça” a um golpe de Estado contra o herdeiro político da Revolução de Outubro de 1944, como o mexicano em questão poderia ser outra coisa a não ser um arauto da contrarrevolução na Guatemala? E se o I Congresso serviu à contrarrevolução guatemalteca, um “sucesso” como previra o nome da Operação PBSUCCESS, o II Congresso de 1955 no Brasil deveria servir às contrarrevoluções na América Latina como um todo. A Agenda do conclave anticomunista no Rio foi subscrita por Prieto Laurens e Penna Botto, com *bullet points* deveras semelhantes à Agenda do I Congresso preparada pela CIA. Sincronicidades... A Agenda do II Congresso estampou um assunto pricipal, “La Unión

---

<sup>138</sup> ““El Código de Trabajo está concebido en términos tales, que la parte patronal siempre lleva las de perder en cualquier litigio, pues por encima de las pruebas, los jueces están autorizados a fallar en conciencia, y buen cuidado tiene el Congreso de escoger magistrados con ‘conciencia’ de tinto rojo ... Pero en materia agraria, es dónde más a sus anchas han cabido las tendencias comunistas, no solamente en la legislación propiamente dicha, sino, desde luego, con ímpetu mayor en la práctica ... creando todo un sistema netamente administrativo, con prescindencia absoluta de los tribunales de justicia, y, aún más, prohibiendo el recurso de amparo – la máxima garantía de la persona, de la honra y de los bienes” (PRIETO LAURENS *apud* GRIJALVA, 2019: 17)

Soviética dirige el Movimiento Comunista Internacional”, com quatro subtemas: “a) Comunismo Internacional en Teoría. b) La URSS y su Política de Imperialismo y Revolución Mundial. c) Medidas de Penetración y Dominación de la Unión Soviética en los países libres del mundo. D) Estado actual del Movimiento Expansionista Soviético” (PRIETO LAURENS; PENNA BOTTO *in* CIDC, 1956: 15). O segundo assunto, “La Intervención Soviética en América Latina”, daría maior concretude ao assunto principal com informes sobre “intervencões” no Brasil, no Chile, na Bolívia, no México “y en los demás países que tengan casos de Intervención Soviética” (PRIETO LAURENS; PENNA BOTTO *in* CIDC, 1956: 15). Por último, a Agenda indicou a metodologia do combate:

**III) MÉTODOS PARA LIQUIDAR LA AMENAZA SOVIÉTICA: A) Medios para evitar la Intervención Soviética en América: 1. Organizar los Frentes Anticomunistas de cada país, con elementos de ambos sexos, en cumplimiento del acuerdo relativo del Primer Congreso celebrado en México. 2. Señalar las células comunistas en cada país y exponer constantemente sus actividades más importantes, medios con que cuentan, etc. 3. Eliminación de los agentes soviéticos y de los ‘quintacolumnistas’ nacionales y extranjeros, de los puestos clave que ocupan dentro de los gobiernos, en las organizaciones campesinas, obreras, estudiantiles, magisteriales, etc. 4. Ruptura de relaciones comerciales y diplomáticas con la URSS y sus satélites. 5. Protestar enérgicamente ante la ONU y ante los gobiernos e instituciones de los demás países libres, contra la criminal ofensiva soviética en América Latina. 6. Cumplir, sin demora, las resoluciones contra la acción del Movimiento Comunista Internacional [MCI], aprobadas en la IV Reunión de Consulta de los Cancilleres Americanos (Washington, 1951) y en la X Conferencia Inter-Americana (Caracas, 1954) (PRIETO LAURENS; PENNA BOTTO *in* CIDC, 1956: 16, grifo meu)**

O II Congresso recebeu mensagens de apoio vindas do exterior. Além do ditador da Guatemala Castillo Armas, felicitaram Penna Botto pela organização do evento: o ex-presidente da Bolívia Henrique Hertzog; o presidente do Chile Carlos Ibañez del Campo, que garantiu estar representado pelo senador Fernández Larraín; o presidente do Panamá Ricardo M. Arias Espinosa, que conferiu aval oficial à delegação panamenha; o secretário do ditador Rafael Trujillo da República Dominicana, que também enviara representantes oficiais ao Rio; o embaixador peruano no Brasil Velasco Ibarra; o ministro Octavio Fábrega das Relações Exteriores do Panamá; Mariano P. Guevara, ministro do Trabalho de Honduras; o ministro de Gobernación da Costa Rica Fernando Volio Sancho; o ministro H. Sánchez Quell das Relações Exteriores do Paraguai, que designou Raúl Sapena Pastor, embaixador paraguaio no Brasil, e Edgard Insfran como seus representantes; o secretário da Liga Oriental Anticomunista (LOA) do Uruguai Gabriel Servitti, que se disse representado por Arthur Ney Ferreira (CIDC, 1956: 367).

Do Brasil, o governador do Rio Grande do Sul Hildo Meneguetti felicitou Penna Botto, assim como o governador de Santa Catarina Irineo Borhausen, que indicou como representante Marcos Joseph Konder Reis (CIDC, 1956: 372). Os militares enviaram congratulações e se fizeram presentes. O vice-almirante Ernesto de Araújo, comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), designou ao II Congresso “como ‘observadores’ de este esbalecimiento, al Coronel José Sinval Monteiro Lindenberg y al Ingeniero Antonio García de Miranda Neto, integrantes del cuerpo permanente de esta escuela, respectivamente, de la ‘División de Asuntos Políticos’ y de la de ‘Asuntos Psico-Sociales’ del departamento de Estudios 2” (CIDC, 1956: 372). Também Plínio Correa de Oliveira, que fundaria a Tradição, Família e Propriedade (TFP) em 1960, saudou Penna Botto, enviando-lhe “cordiales votos [de] éxito [al] Congreso reunido bajo su presidencia para luchar contra [la] nefasta penetración comunista en nuestro amado país y en América Latina” (CIDC, 1956: 376).

Enfim, o *Quem foi Quem* do II Congresso que, como dito, quaduplicou o número de delegados em relação ao I Congresso de 1954 no México. A delegação mexicana no II Congresso esteve composta por: Jorge Prieto Laurens (Frente Popular Anticomunista de México, FPAM), Arturo Amaya Alvarez (FPAM); Manuel A. Hernández (Instituto de Estudios Económicos y Sociales), Raúl Rodríguez (*Excélsior* e *Últimas Noticias*) e Antonio Lara Barragán (*El Universal* e *Universal Gráfico*).



**Figura 91.** “Lic. Arturo Amaya Alvarez, Secretario General del Frente Popular Anti-Comunista de México [FPAM] y Auxiliar de la Secretaría del Congreso, pasando lista de los Delegados asistentes”. FONTE: CIDC, 1954.

Da República Dominicana, participaram José Ernesto García Aybar (“representante del Generalísimo Rafael Leónidas Trujillo y Consejero de los Bancos del Estado”), Manuel María Guerrero (juiz) e Julio César Ballester (Confederación de Trabajadores Dominicanos). Da Costa Rica, Fernando Vargas Fernández, Marco Tulio Zeledón Matamoros (Unión Costarricense Anticomunista), Fernando Campos González, Jorge Arturo Acuña Ulloa, Cristina Guillén (Juventude Obrera Católica, Asociación Juvenil Isabel la Católica), Jorge Acuña Araya (Asociación de Prensa de Costa Rica), Mariano Quiroz González (Consejo Internacional de Cristianos, Liga Anticomunista Costarricense) e Franklin Aguilar (Arquidiócesis de San José) (AC.ACE.38.398/71, p. 97).



*Figura 92.* À esquerda, “Prof. Manuel de J. Salazar, Delegado de la República de El Salvador, hablando en nombre de los obreros e intelectuales de su patria”. À direita, “la Delegación de Honduras. De izquierda a derecha: 1. Periodista don Vicente Machado Valle. 2. Dr. Henry D. Guilbert. En primera fila, los Delegados dominicanos: Lic. Manuel M. Guerrero y Julio César Ballester, obrero”. FONTE: CIDC, 1956.

Os delegados da Guatemala foram: Carlos Salazar (representante pessoal do ditador Castillo Armas), Luis Coronado Lira (“ex-Secretario Privado de la Presidencia de la República”), Julio César Carrillo Ortiz (industrial), Horacio de Córdoba (diplomata), Ricardo Barrios Peña, Eduardo Taracena (Comité de Defensa Nacional contra el Comunismo), Angel Monasterio, Arnoldo Otten Prado (Organización Obrera Anticomunista) e, representando o Movimento Femenil Anticomunista, Elvira de Calvinisti, Catalina Falla e Emma Morales.



**Figura 93.** “Lic. Luis Coronado Lira, de Guatemala, pronunciando un conceptuoso discurso para sostener la ponencia que sugirió sanciones penales para todo el que desarrolle actividades comunistas” (CIDC, 1956). Em 1954, na Operação PBSUCCESS contra Jacobo Arbenz, a CIA reservara a Coronado Lira “o papel de liderança entre os delegados guatemaltecos”, qualificando-o como “o melhor operador e político mais experiente” (CIA, 1954f: 1). FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

A delegação de Honduras foi integrada por Vicente Machado Valle (Asociación de Prensa de Honduras); Henry D. Guilbert; e os “representantes observadores del Gobierno” Manuel Acosta Bonilla e Luis Elvir Fortín. De El Salvador participaram Eduardo Alfonso Figeac (Organizaciones Cívicas y de Trabajadores) e Manuel de J. Salazar; da Nicarágua, Carlos Adan Espinosa (Confederación Sindical de Trabajadores Democráticos), Francisco Pérez Estrada e Antonio Rodríguez García; e do Haiti, Frank C. Magloire (*Le Martin*). A delegação de Cuba esteve composta por Ernesto de la Fe, (ex-ministro sem pasta e presidente do Movimiento de Integración

Democrática de América), Salvador Diaz-Versón (jornalista); Victor Alegria (Confederación de Trabajadores de Cuba), e Armando Cruz Cobos. Como “Observadores” cubanos participaram Francisco Félix Montiel (Havana-Post, Asociación Cubana Pro-Democracia) e Israel Soto Barroso (Secretaría del Trabajo) (AC.ACE.38.398/71, p. 97). O Panamá foi representado por Luis Carlos Noriega, José Agustín Arango, José Fernando Cardona e, como “representante personal del Presidente de la República”, Aurelio A. López W. (CIDC, 1956: 37).



**Figura 94.** “Dr. Aurelio A. López W., Jefe de la Delegación de Panamá y representante personal del Presidente de dicha República, en su discurso de presentación y saludo a la Asamblea, cuando ésta acordó guardar un minuto de silencio en homenaje al General José Antonio Remón Cantera, ex-Presidente de Panamá”. FONTE: CIDC, 1956.

A delegação da Colômbia esteve composta por Alberto Diaz (Universidad Nacional de Colombia), Rafael M. Velázquez (prefeitura de Bogotá) e Ignacio Ramirez Sánchez. A da Venezuela por Luis Felipe Bellorín (*La Nación*) e Germán Borregales (*La Religión*). A do Peru por Gonzalo Bravo Mejia, Manuel González Olaechea e pelo escritor Eudocio Ravines. A do Equador por José A. Baquero (ex-presidente da Câmara dos Deputados), Gonzalo Bonilla (Liga Universitária Anti-Marxista), por Luis Emilio Salgado (Liga de Trabajadores Católicos Anticomunistas) e por Antonio Ulloa Coppiano (Juventud Liberal). A delegação da Argentina no II Congresso foi composta por Elsie K. de Riveiro Haedo (jornalista), Andrés de Cicco (ex-primeiro-secretário da embaixada argentina na URSS e autor de “Um ano em Moscou”), José R. Lamboglia (juiz), Helvio I. Botana (jornalista), Dante H. Viel (sindicalista) e por Maria Carmen P. de Foster (diretora de relações públicas do Ministério de Relações Exteriores). Integraram também a delegação argentina “Representantes de 12 colectividades de nacionales de países

sojuzgados por la URSS, residentes en la Argentina”, entre eles o croata Vjekoslav Vrancic e o albanês José Luzay (CIDC, 1956: 33)<sup>139</sup>.

A delegação da Bolívia foi formada por Vicente Donoso Torres; Oscar Unzaga de la Vega (“líder de la oposición al actual Gobierno boliviano, Jefe de la Falange Socialista Boliviana”), Jerjes Vaca Dias, Raquel Terceros de Gutiérrez (Movimiento Femenil Boliviano), Felipe Tredinnick, Cesar Rojas e Hugo Andrade (Acción Católica Boliviana) (CIDC, 1956: 40). E mais dois bolivianos do Movimento Nacional Revolucionario (MNR): o senador Raúl Lema Peláez e Luis Alberto Alipas Alcázar. Assim como um grupo de bolivianos exilados em Lima, no Peru, pertencentes à Falange Socialista Boliviana: Oscar F. Barrientos y Pereyra, Elias Crespo Gómez, Alfonso Bascopé Méndez, coronel José C. Pinto López, Carlos Kochler Montero, José Maria de Achá Figueros, Roberto Freyre Ellias, Luis Sáenz Pacheco e Hugo Villegas Otero (AC.ACE.38.398/71, p. 97).



**Figura 95.** “La Delegación de Bolivia: de izquierda a derecha: estudiantes universitarios César Rojas y Felipe Tredinnick, y Doctores Jerjes Vaca Diaz y Oscar Unzaga de la Vega”. FONTE: CIDC, 1956.

<sup>139</sup> No II Congresso “foram ouvidos depoimentos de refugiados de países a leste da Cortina de Ferro – em sua maioria radicados no Uruguai e na Argentina – e circularam textos produzidos por alguns dos participantes ou enviados pelos ‘países subjogados’” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 449-450). O argentino Andrés de Cicco, ex-secretário diplomático na URSS, “distribuiu a cada participante um livro de sua autoria com dados coletados por ele mesmo atrás da Cortina de Ferro”; nele, “denunciou” a “vida miserável dos povos subjogados pelo comunismo vermelho” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 450).



O chefe da delegação boliviana foi particularmente aplaudido pelo auditório do II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, conforme registrou fotografia e legenda publicada pela CIDC em 1956: “Todos los Delegados de las 20 naciones latinoamericanas, asistentes al Segundo Congreso, aclaman y felicitan efusivamente al **viril y elocuente orador boliviano, Dr. Unzaga de la Vega, Jefe de la Falange Socialista Boliviana**” (CIDC, 1956: 38, grifo meu).

A delegação do Uruguai foi integrada por Nelson C. Otamendi e Oscar M. Mendoza, ambos da Frente Popular Anticomunista Uruguay, Maria Isabel R. P. de Mendoza e Vicenta Palermo de Piñeiro, ambas do Movimiento Femenil Anticomunista, José Pedro Martínez Merssetche (Comité de Lucha contra el Comunismo), Basilio Dziuba (Comité de Ayuda al Consejo Nacional Ucraniano en el Exilio), Eduardo Campos (funcionário do Consejo Nacional de Gobierno) e o “representante observador del Gobierno: Dr. Arthur Ney Ferreira” (CIDC, 1956: 38). A delegação do Chile esteve formada por Sergio Fernández Larraín (ex-deputado, ex-senador), general Eduardo Maldonado (ex-embaixador no Paraguai, ex-chefe do Cuerpo de Carabineros), senador Raúl Marín Balmaceda, Fernando Zegers Santa Cruz e pelos “delegados observadores de la Revista ‘Estudios sobre el Comunismo’: Miguel Poradowski (teólogo polonês) e Luis Bilbao Alcatena<sup>140</sup>. A delegação do Paraguai foi composta por Isabel Arrúa Vallejo (Liga Pro-Derechos de la Mujer), Rosenda Sánchez Pino, Mario Luis De Finis, Miguel Angel Pangrazio, Anselmo S. Abeiro, Oscar Cabello, Francisco Barreiro Maffiodo e, como “Representante observador del Gobierno: Dr. Edgar Insfram” (CIDC, 1956: 38).

---

<sup>140</sup> Os anticomunistas chilenos não participaram do I Congresso de 1954 no México. De acordo com Marcel Casals, “El Diario Ilustrado noticiou apenas brevemente os esforços do delegado argentino Andres de Cicco para oferecer a presidência honorária de uma eventual Frente Anticomunista da América Latina ao Presidente dos EUA Dwight Eisenhower. Não foram enviados convites aos anticomunistas chilenos e o Congresso não teve um grande impacto na esfera pública local” (CASALS, 2019: 534). A partir de 1955, contudo, Fernández Larraín tornou-se dirigente da CIDC e os anticomunistas chilenos engajaram-se na Confederação.



*Figura 96.* “Delegación de Paraguay. De izquierda a derecha: I. Rosenda Sánchez Pino y 2. Isabel Arrúa Vallejo, ambas representantes de la ‘Liga Pro-Derechos de la Mujer’ de Paraguay. Atrás, aplaudindo, el Delegado de Venezuela, escritor don Germán Borregales”. FONTE: CIDC, 1956.

A delegação do Brasil, na qualidade de país-sede do II Congresso, foi a maior. Esteve integrada pelo almirante Penna Botto, pelos comandantes Júlio de Sá Bierrenbach e Octavio Ferraz Brochado de Almeida, pelo coronel José Lopes Bragança, pelos delegados da polícia política Cecil Borer (CBA) e Wandenkolk Wanderley (DEOPS-Pernambudo), pelos padres Pancrácio Dutra (Círculo Operário Católico, CBA), Damião Rodin (CBA) e Luiz Catagnola, por Waldo Vianna Ramos e Tong Ramos Vianna da Frente da Juventude Democrática, por Alaim Araújo (presidente da UNE), F. Egon Wehinger, Nelson Galvão Sarmento, José Carlos Ribeiro, Acrisio de Moura Bicalho, Fernando Augusto Vileron Schneider (representante do governo do Rio Grande do Sul Irineu Borheusen), Ernesto Jaquet; Euclies de Mesquita; Mathuzalém Wanderley; Luis Brasil Catanhede; L. C. Vinholes, Luiz Apollonio, J. J. Barreto, Roberto Tuffi Mattar, José Paulo Cavalcanti de Albuquerque, Levi Albuquerque Souza, Romulo de Avellar, Sady Alves Ferreira, Paul Swiatopolk Mirsky, “Observador da ADC” (CIDC, 1956: 40); Octaciano Nogueira; José Soares (União de Ferroviários do Brasil); e David Campello, major Juan Ferrichi e Joaquim Miguel Vieira Ferreira, os três da CBA de Penna Botto (AC.ACE.38.398/71, p. 97).

Por último, os “Observadores de Países Extra Continentales” do II Congresso foram: Shen Ching-Ting, embaixador de Taiwan; o “agregado de prensa de la Embajada de España en Rio de Janeiro”; Vladimir Reisky-Dubnic, “representante de la ‘Unión Demócrata Cristiana de Europa

Central””; e Vladimir N. Tretiakoff Baranov, “representante de la Alianza Nacional de Solidaristas Ruso ‘NTS’, anticomunistas” (CIDC, 1956: 39).



**Figura 97.** “Grupo de Delegados fraternales de los países esclavizados tras la Cortina de Hierro: 1. Vladimir Tretiakov Baranov, de la NTS (Alianza Nacional de Solidaristas Rusos), en Caracas, Venezuela. 2. José Lunin, Brasil. 3. Ing. Bazilio Dziuba, Uruguay. 4. Dr. José Luzay [Albânia], Argentina. 5. Príncipe Igor, de la Rusia Blanca y paleólogo. 6. Kazimierz Sienkiewicz, Brasil”<sup>141</sup>. FONTE: CIDC, 1954.



**Figura 98.** Baquero de la Calle, de Ecuador, en una de sus múltiples y convincentes intervenciones oratórias ante el Segundo Congreso”. FONTE: CIDC, 1954.

<sup>141</sup> Sobre o último delegado citado, ele reapareceria, anos mais tarde, agradecendo a revista oficial do grupo fundado por Plínio Correa de Oliveira, o “pai espiritual” da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): “Sr. Tomasz Rzycki e Kazimierz Sienkiewicz, Presidente e Secretário da Associação dos Ex-Aviadores Poloneses no Brasil, São Paulo (SP): ‘Agradecendo pela contínua remessa do CATOLICISMO para a nossa Associação, queremos expressar a nossa admiração pela Vossa luta ideológica contra a marxização da Teologia e contra o comunismo que infelizmente ocupa a nossa Pátria Polônia’ (CATOLICISMO, n.º 277, janeiro de 1974, p. 6).

Os debates do II Congresso foram processados dentro de três Comissões. A Primeira Comissão foi presidida pelo equatoriano José A. Baquero de la Calle com assessoria do panamenho Aurelio A. López W. e do brasileiro Luis Apollonio. A Segunda Comissão foi presidida pelo chileno Sergio Fernández Larraín, assessorado pelo colombiano Alberto Díaz e pelo brasileiro Euclides de Mesquita. E a Terceira Comissão foi presidida pelo guatemalteco Carlos Salazar (representante pessoal do ditador Castillo Armas) com assessoria do venezuelano Luis Felipe Bellorín e do padre Pancácio Dutra, da CBA de Penna Botto (CIDC, 1956: 44).



*Figura 99.* “R. P. Pancracio Dutra, dirigiendo la palabra a sus colegas Delegados en una de las sesiones del Segundo Congreso”. FONTE: CIDC, 1956.

O historiador Cañón Voirin fez um importante resumo dos principais debates do II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. Ele resgata, por exemplo, que em sua abertura o mote de luta anticomunista foi assim demarcado: “Entramos en la segunda etapa de la lucha emprendida para [...] obstaculizar y anular la intervención de los bolcheviques apátridas, que componen las satánicas quintacolumnas, que apuñalan por la espalda a los países donde nacieron” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 89). Assim que uma rudeza verbal “en una toma de posición cada vez más enérgica contra el comunismo” caracterizou a abertura do evento, denunciando-se “no solo a los comunistas (apátridas, satánicos, traidores), sino a la situación social

y política de los países soviéticos” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 89). Os congressistas definiram seu presente de luta “como una situación de guerra” e, “en ese sentido, todos y cada uno de los asistentes, hizo mención, a que, de una o otra forma, **el mundo estaba inmerso en la Tercera Guerra Mundial**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 89, grifo meu). Um dos presentes, o sacerdote Damián Rodin, discursara sobre a iminência da eclosão de uma guerra nuclear, a única alternativa “antes que permitir el triunfo del comunismo” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 89). Porém, “para la mayoría, una conflagración atómica era poco probable y tampoco creían que se produjera una guerra entre ejércitos”, embora, caso essa ocorresse, “se decían dispuestos a ocupar el lugar que les correspondiera y a entregar la vida si fuera necesario” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 89). Um dos congressistas garantiu que todos ali estariam “**dispuestos a luchar en una tercera guerra mundial si es necesario para liquidar al comunismo**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 310, grifo meu)<sup>142</sup>.

A CIDC, assim, defendeu que não bastaria *conter* o comunismo. Era necessário *guerrear-lo* com uma ofensiva *rollback* – isto é, fazê-lo retroceder até o ponto de ser, em última instância, extinto do planeta. (Daí suas afinidades eletivas com o ABN e com a APACL, que tanto frutificariam). Por isso, os congressistas do II Congresso “consideraban estéril centrar sus esfuerzos en contener al movimiento comunista, querían destruirlo. Su decisión era combatirlo en el terreno práctico, para alcanzar la realidad que tanto desaban: **‘desterrar al comunismo de la faz de la tierra’**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90, grifo meu). E a guerra anticomunista que os delegados do II Congresso estariam dispostos a enfrentar fora “lida” e vivida por eles como uma “lucha por Occidente, guerra por su supervivencia” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90). Se guerra é guerra, o seu objetivo é o extermínio do inimigo, não é mesmo? Nesse sentido, Cañón Voirin recolhe trecho do discurso de um dos oradores mais violentos do II Congresso, um dos representantes das “12 colectividades de nacionales de países sojuzgados por la URSS, residentes en la Argentina”: José Luzay, apresentado como ex-ministro do Interior e ex-comandante-em-

---

<sup>142</sup> Como visto no CAPÍTULO 1, no início da década de 1950, a III Guerra Mundial não estava apenas no horizonte histórico da ultradireita alucinada do leste europeu que, depois de colaborar com o nazismo, integrava à época os programas da guerra secreta antissoviética da Grã-Bretanha (Operação Integral) e dos EUA (Operação Rollback). Essas potências capitalistas e a URSS, inclusive, preparavam-se para uma eventual conflagração mundial que o detonamento da Guerra da Coreia fez parecer possível. Em 1952, por exemplo, o almirante Penna Botto afirmara que “‘a Terceira Guerra Mundial – na sua forma aberta e declarada contra a Rússia Soviética –, a vir a lume a qualquer momento, terá fatalmente de colher o Brasil no seu vértice’” (PENNA BOTTO in VEJA, 7/2/73, p.21).

chefe das Forças Armadas da Albânia. Ele vociferou em seu pronunciamento aos pares que “**el comunismo debe quemarse con fuego**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90, grifo meu).

Mas, quem era ele? Luzay foi um membro do “Comitê Central do Norte do Partido *Balli Kombetar*, um partido anticomunista da Albânia”, que controlou militarmente a “área de Valona na Albânia, sucedendo Skender Muco com quem ele discordara com relação à colaboração com as Potências do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial” (CIA, 1955c: 01). Ou seja, Luzay foi um colaborador nazista albanês que trabalhou “intimamente com os alemães e foi portanto provavelmente um membro da Gestapo (Polícia Secreta do Estado Alemão). O sujeito foi acusado pelos albaneses pelo massacre de trezentos homens de Valona” (FBI, 1967: 01). Sentenciado à morte por crimes de guerra na Albânia, Luzay conseguiu fugir e, a partir de 1946, tornou-se líder do exílio albanês na Argentina de Perón. Embora às autoridades norteamericanas Luzay tenha “categoricamente negado ser um agente alemão e ser um membro da Gestapo”, reconheceu que “toda a organização *Balli Kombetar* colaborou com os alemães contra os comunistas”, jurando que, acima de tudo, “sua vida inteira foi dedicada à oposição ao comunismo” (FBI, 1967: 08-09).



**Figura 100.** “Dr. y Prof. don José Luzay, representante de 12 colectividades de nacionales de países sojuzgados por la U.R.S.S., en su trascendental y emotivo discurso para demostrar por qué deben romperse toda clase de relaciones con la Rusia roja”. FONTE: CIDC, 1956.

Um informe do FBI apontou que, na II Guerra Mundial, ele “passou para o lado dos alemães e pegou dinheiro para conseguir homens para os alemães. Luzaj cooperou com a Gestapo acusando muitos albaneses de trabalharem com os Aliados” (FBI, 1955: 2 ). Ainda outro informe da CIA anotou que ele “colaborou com os alemães contra os comunistas” e “foi descrito como tendo ‘seus bolsos cheios de ouro alemão’” (CIA, 1955c: 01). Isso “explica” a virulência do albanês que, na cidade maravilhosa, a capital do Brasil, em 1955, sugeriu a seus correligionários que *o comunismo deve ser queimado com fogo*. Esse criminoso de guerra e ex-colaborador nazista da Albânia logo ascenderia no quadro dirigente da CIDC<sup>143</sup>.

Com esse perfil exterminista no geral, os congressistas defenderam que, diante do “carácter agresivo del comunismo”, a *guerra anticomunista* “era la única manera de aniquilarlo completamente” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90). Debatendo o primeiro ponto da Agenda do II Congresso, “El comunismo en teoría”, os delegados definiram o comunismo como “el enemigo número uno” da humanidade porque ele “se oponía a los principios espiritualistas que informan la civilización occidental” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90). Defenderam os *valores espirituais e morais* do ser humano e acusaram o comunismo de rebaixar a humanidade “al nivel de las bestias”: “En efecto, **presentaron al comunismo como la culminación de una progresiva animalización del hombre**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90, grifo meu). O comunismo como inimigo número 1 da humanidade, pois, teria sido “apenas” a maturação histórica de um longo processo de *animalização humana* que teve seu início no ... Renascimento. Passando pela reafirmação política de seu ideário antropocêntrico na Revolução Francesa de 1789 e, só então, a “besta vermelha” se apresentaria em sua plenitude. Como explica Cañón Voirin, os congressistas:

(...) con meticoloso empeño **abordaron dicho proceso [de animalización del hombre y] marcaban sus inicios en el Renacimiento, y más específicamente en la filosofía de Descartes; sostenían que a partir de ese momento el hombre había ido descendiendo al animalismo, hasta hacer eclosión en la Revolución francesa**. Finalmente, señalaron que, marcando el grado de descenso mayor y de menor densidad cultural, surgió en nombre de la justicia social el comunismo (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90, grifo meu)

Isto é, trata-se de uma cosmovisão típica do tradicionalismo católico que considerava que, desde os albores do capitalismo moderno, com sua tradução ideológica no Renascimento e com sua consolidação política na Revolução Francesa, rompera-se a dimensão *espiritual e material* da

---

<sup>143</sup> José Alberto Luzaj ou Jose Luzay migraria para os EUA em 1965.

humanidade mercê da destruição da unidade cristã do mundo medieval, um mito idealizado. O ódio às revoluções burguesas e ao comunismo revolucionário, “lido” e combatido como sucedâneo daquelas, definiram o antiliberalismo e o anticomunismo das linhagens da ultradireita católica confederadas na CIDC. Por isso, para os congressistas o comunismo era a culminância de um processo de *animalização do homem*; a *degradação* máxima – já iniciada desde o Renascimento e de Descartes – “de la condición humana del hombre occidental y cristiano” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90). Mas o comunismo era o inimigo prioritário por ser a forma mais sistemática de oposição, com seu ateísmo filosófico e militante, aos *princípios espiritualistas* da *civilização* e do *homem do ocidente cristão*.

Nesse sentido, “las ponencias coincidían en que los comunistas no solo profesaban una ideología satánica y amoral, sino que, estaban entregados a **la ‘degradante tarea de subvertir el orden social, orden que está basada en los principios puros de la moral cristiana’**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90-91, grifo meu). O comunismo “entrelido” e guerreado, assim, como o agente de *subversão* da ordem de todas as ordens, a moralidade cristã, sem a qual ordem alguma ficaria de pé. Daí o teor cruzadístico, de guerra santa, que informou ideológica os confederados da CIDC. Como bem observa Cañón Voirin, “tan fuerte era el sentido de misión que se creían llamados a cumplir, que la primera moción que se presentó para constituir la CIDC propusieron llamarla **Cruzada Anticomunista**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 91, grifo meu). Essa proposta da delegação argentina para que a CIDC fosse chamada “**Cruzada Anticomunista de América Latina**”, contudo, foi rejeitada. “Al fin, consideraron que ser cruzados por el anticomunismo es, si bien una parte importante de su identidad, sólo un aspecto de su más importante tarea: **la defensa de la civilización occidental y su vínculo con el cristianismo**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 91, grifo meu).

O *The New York Times* não deixou de anotar esse perfil *cruzadístico* dos congressistas. Em 24 de agosto, noticiou que o II Congresso de 1955 votou “para encorajar a criação de grupos anticomunistas em todos os países latino-americanos, ‘de preferência dirigidos por pessoas de fé religiosa’. A conferência, representando grupos antivermelhos em todos os 20 países ‘ao sul da fronteira’, adotaram sua resolução após caloroso debate sobre uma proposta de que os grupos



dirigentes fossem limitados a comungantes da Igreja Católica Romana” (NYT, 1955: 24)<sup>144</sup>. Não à toa, um dos veículos de imprensa que deu destaque à realização do II Congresso foi o *The Christian Science Monitor*. Leslie Warren, seu correspondente no Rio de Janeiro, registrou algumas propostas dos congressistas: a de “designar um Dia Anticomunista a ser observado em todos os países latino-americanos”, a de “formação de um comitê de juristas para estudar o esboço e adoção de leis anticomunistas” e a que instou “os governos locais a banirem o ensino ou explicação das doutrinas marxista, leninista ou stalinista em escolas e universidades” (WARREN, 1955).

Uma apresentação deveras importante feita no II Congresso foi a “aparição” de um chamado *Plan de Operaciones del Comunismo en la América Latina*; a CIDC nasceu para ser o seu “contra-plano”. Nessa contraposição, explicitou-se “el papel de la CIDC como agente y factor de una política activa de combate contra el comunismo” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 91). O *Plano*, que por alguma razão encontra-se no acervo digital da CIA, consistiu em “un informe presentado al Congreso a efectos de funcionar como un manual que homogeneizara las explicaciones sobre el comunismo y para que contribuyera en la tarea de difusión, para ‘ilustrar a los pueblos sobre la ideología comunista, cuán absurda es en teoría y nefasta en la práctica’” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 91). O *Plano* configurou “un muy puntilloso y detallado diagnóstico de los métodos comunistas para subvertir el orden y un argumentario para deslegitimar cualquier reclamo social o político” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 91).

A CIDC procurou ser justamente o antagonista desse *Plano*, ou seja: um *Contra-Plano de Contra-Operações do Anti-Comunismo na América Latina*. E, ao fazê-lo, embarcou em “una peligrosa órbita antidemocrática, ya que considera apropiadas todas las medidas que hicieran posible contrarrestar la infiltración y la subversión, incluso si ‘trastornaban el juego normal de la democracia’” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 91). O *Plano* contra o qual a CIDC encontrou sua própria razão de ser, enfim, definiu os latinoamericanos pobres como o alvo mais vulnerável das operações

---

<sup>144</sup> Em 23 de agosto, o *New York Herald Tribune* noticiou que o II Congresso votou “para encorajar a criação de grupos anticomunistas em todos os países latino-americanos, ‘de preferência dirigidos por pessoas de fé religiosa’. A conferência, representando grupos antivermelhos em todos os países da América Central e do Sul, adotou sua resolução após caloroso debate sobre uma proposta equatoriana de que a liderança dos grupos anticomunistas fosse limitada a comungantes da Igreja Católica. Um grito de protesto do auditório de que ‘Protestantes e Maçons são anticomunistas também!’ foi denunciado como heresia pelo porta-voz equatoriano. Delegados da Nicarágua e Uruguai submeteram a resolução à emenda, substituindo a palavra ‘religiosa’ por ‘católica’” (NYHT, 1955: 10).

comunistas. Isso porque “los pobres que tienen los complejos más profundos contra la sociedad, por su miseria, por su pobreza, ignoran los fundamentos y las consecuencias de la causa comunista que defienden” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 91). Diante de classes trabalhadoras empobrecidas tão *ignorantes*, vulneráveis como uma criança indefesa e inconsciente em face da ação planejada dos comunistas, a CIDC indicou a fórmula “salvadora”: “fomentar doctrinas nacionalistas, de nacionalismo cristiano, para defender patria, religión y familia” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 91). Sob esse signo nacionalista-cristão, o II Congresso recomendou às filiais nacionais da CIDC que fortalecessem vínculos oficiais com seus Estados e, para isso, aprovou “unas Instrucciones para que las delegaciones entablaran conversaciones con sus respectivos gobiernos, a efectos de” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 92):

‘Excitar a los gobiernos y parlamentarios, a las universidades, a los colegios y academias profesionales, a sindicatos de trabajadores y gremios patronales, para que, según sus respectivas esferas de influencia, se proceda en breve a organizar jurídicamente las instituciones nacionales, en forma que se clausure, para el comunismo, el ámbito constitucional y legal, en todos sus órdenes’ (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 92)

Outro ponto debatido no II Congresso, e que despertou preocupações, foi a realização, em abril de 1955, da Conferência de Bandung na Indonésia, o marco da chamada política de não-alinhamento automático à URSS ou aos EUA. Os delegados da CIDC “la interpretaron como el comienzo de una maniobra de cerco sobre Occidente, cuyo propósito no sería ni más ni menos que destruir la familia cristiana, la patria, la nacionalidad y la propiedad privada” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 92). O *neutralismo* e *pacifismo* de Bandung, assim, foram atacados como uma política de cerco “comunista” para “desarmar” uma decidida política anticomunista. Na *guerra* contra o comunismo não seria admissível uma postura “neutra”, a não ser que se desejasse fortalecer indiretamente o inimigo. Os delegados do II Congresso, portanto, “estaban diciendo que se encontraban en una ‘lucha a la que todos nos debemos dedicar, con el sacrificio de la propia vida, si fuera necesario’. El desplazamiento que ello supone es grave en extremo: están hablando de matar o morir, trasladando la situación al campo de la guerra, no hay una utilización metafórica de la expresión” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 92). E essa *guerra* contra o inimigo comunista ocorreria em duas frentes, interligadas, o *front* externo e o *front* interno. Por isso em suas intervenções os congressistas declararam “**una guerra interna contra la sociedad civil**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90, grifo meu).

No I Congresso do México de 1954 já fora denunciado o “avanço do maoísmo na América Latina, visto como o exemplo mais claro do ‘quinta-colunismo’ com que atuava o comunismo internacional”; no II Congresso do Brasil de 1955 essa advertência foi reiterada pelo almirante Penna Botto, que lançou “um alerta ante o ‘maoísmo’ e sua incidência na presidência de Arbenz” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 449). Igualmente, o II Congresso preocupou-se com a “infiltração comunista” no mundo do trabalho, aprovando propostas para “aumentar o vínculo com os sindicatos dos trabalhadores de cada país”, sugerindo “a realização de cursos, a elaboração de textos de fácil compreensão e visitas a países onde o ‘livre sindicalismo’ era um exemplo” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 453). Propôs ainda que “em cada república se organizassem reuniões tripartidas (trabalhadores, empregadores e governo) que impulsionassem planos para resolver os problemas sociais” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 453). Preocupou-se também com a “infiltração comunista” na educação, recomendando ações de “proteção da juventude”, para “neutralizar a influência das associações estudantis e suas atividades de solidariedade hemisférica e internacional” e para “criar um subcomitê que coordenaria os movimentos universitários anticomunistas americanos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 453).

Uma das medidas assim aprovadas foi a “de vigiar a liberdade de cátedra” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 452). Nesse sentido, “Penna Botto e seus colaboradores defenderam a intervenção da polícia política nas universidades. Todo professor considerado de ‘ideias avançadas’ deveria ser impedido de lecionar” (LAMARRÃO, s/d). O II Congresso denunciou a diplomacia a serviço do comunismo igualmente. Atacou a embaixada soviética no México como a principal responsável por coordenar os partidos comunistas da América Latina e alertou que “a impunidade diplomática era especialmente grave em Buenos Aires e Montevideu onde circulava em larga escala na imprensa de grande circulação a ‘propaganda vermelha’, ante a passividade dos governos ‘rosas’ que minimizavam o perigo que se estava iniciando” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 451).

Se no I Congresso de 1954 a Guatemala de Arbenz representou o “país-alvo” dos ataques dos participantes, no II Congresso de 1955 a “mira” foi apontada para a Bolívia de Victor Paz Estenssoro, cujo governo foi “alvejada” como o novo caso exemplar de “infiltração soviética” nas Américas. O delegado Óscar Unzanga de la Vega, líder da Falange Socialista Boliviana, “acusou

o MNR de pavimentar o caminho para o socialismo soviético”. Denunciou o governo do MNR de “centralização do poder político, supressão da imprensa dissidente e controle das universidades de modo a estabelecer o comunismo na Bolívia” (CASALS, 2019: 541). Segundo o falangista boliviano, a localização geográfica e o potencial econômico da Bolívia – “no coração da América do Sul e com grande riqueza mineral” – teriam “aguçado o apetite de Moscou” e, por isso, os comunistas infiltraram-se no governo boliviano (CASALS, 2019: 541)<sup>145</sup>.

“O Congresso passou unanimemente uma resolução condenando os ‘métodos comunistas’ do MNR e instou organizações internacionais a agirem a respeito da questão” (CASALS, 2019: 541)<sup>146</sup>. Essa denúncia de “infiltração comunista” na Bolívia de Paz Estenssoro foi noticiada no *The Sun*, em 14 de outubro de 1955, quando o jornal republicou uma carta de Jaime Galindo Cueto. Segundo ela, “com a queda do ditador argentino, General Perón, permanece na América do Sul não apenas mais uma ditadura, mas uma ditadura essencialmente comunista: o governo boliviano do Senhor Paz Estenssoro” (THE SUN, 1955). “Em agosto passado, o Segundo Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina foi realizado no Rio de Janeiro, sob a Presidência do Almirante Carlos Penna Botto do Brasil” e, “após cinco dias de deliberação o Congresso publicou suas conclusões, dentre as quais estavam os seguintes pontos” (THESUN, 1955).

1. Foi declarado que o governo boliviano do Presidente Victor Paz Estenssoro constitui uma ‘ameaça à segurança internacional’ por conta das suspeitas influências comunistas tão profundamente nele arraigadas. 2. Foi recomendado que todos os países latino-americanos rompam relações comerciais com os países na órbita soviética, se essas relações atualmente existem. 3. Foi recomendado que o partido comunista seja considerado ilegal em todos os países latino-americanos e que as leis anticomunistas sejam aplicadas com mais severidade naqueles países em que o comunismo já tenha sido proibido. Hoje a Bolívia constitui o laboratório no qual o grande experimento comunista em nosso continente está sendo abertamente realizado. Um experimento maior e de mais longo alcance do que aquele que existiu na Guatemala durante a presidência de Jacobo Arbenz. O governo parlamentar já não existe há mais de 3 anos e ½. O exército nacional foi completamente destruído e repostado por uma milícia armada composta por agricultores e trabalhadores. O poder judicial foi aniquilado; agora é o Sindicato Trabalhista Boliviano (COB) e seus sindicatos que nomeiam juízes e tribunais populares, com um grande

---

<sup>145</sup> O *The New York Times*, em 27 de agosto de 1955, noticiou que o II Congresso “formalmente acusou esta noite que o governo boliviano era comandado por comunistas e constituía um ‘perigo para a segurança continental e liberdade entre as nações americanas’”. “O Congresso, em sua sessão final, acusou o Presidente Boliviano, Victor Paz Estenssoro, de ‘fomentar a ação comunista através de medidas governamentais’” (NYT, 1955: 4).

<sup>146</sup> Aqui é importante recordar o teor do panfleto de convocação do II Congresso, made by USIA e veiculado como se tivesse sido feito pela CBA de Penna Botto. Nele, figurou-se um “monstro” soviética com um pé sobre a Guatemala e com outro prestes a pisotear o Brasil. A “bengala” do “monstro”, cheia de espinhos, já estava cravada na Bolívia. Mais um script made in USA seguido à risca, ou não?

desrespeito às exigências da lei. A liberdade de imprensa foi destruída; existe na Bolívia apenas dois jornais, um é um órgão oficial do Governo e o outro é semi-oficial. (...) O Governo fomenta o antagonismo de raça entre os indígenas e os brancos. (...) A autonomia das universidades foi destruída e, até pior, as salas de aprendizagem estão contaminadas com o ensino da doutrina marxista. (...) Jaime Galindo Cueto. Waynesboro, Pa., Oct. 11 (THE SUN, 1955)

No campo propriamente do “vigiar e punir” comunistas, o II Congresso aprovou e encaminhou uma moção de protesto à ONU e aos governos representados nela exigindo a implementação das resoluções da OEA aprovadas na IX Conferência Interamericana (Bogotá, 1948), na IV Reunião de Chanceleres (Washington, 1951) – da qual Penna Botto participara como Conselheiro Militar do Brasil – e na X Conferência Interamericana (Caracas, 1954). Em especial, no ponto em que definiram um conjunto de medidas de compartilhamento intergovernamental de informações para a vigilância e o monitoramento transfronteiriço das viagens de comunistas pelo hemisfério. Era preciso colocar em prática um sistema hemisférico de intercâmbio de informações sobre comunistas em trânsito na América Latina e caberia aos governos e Estados coordená-lo.



**Figura 101.** O mexicano Jorge Prieto Lares no púlpito no II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1955, no Rio de Janeiro, no Brasil. O mexicano organizou um ano antes, ao lado e com financiamento da CIA, o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1954, na Cidade do México. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

Assim que os delegados “votaram por protestar perante a ONU e os respectivos governos com a finalidade de exigir que as medidas anticomunistas aprovadas nessas reuniões fossem cumpridas” e, marcando posição nesse ponto discutido, “Prieto Laurens tornou públicas suas reservas sobre esses fóruns internacionais” quando repreendeu delegados do México e da Argentina ao lembrá-los que “os chanceleres de seus países não tinham acompanhado em Caracas a moção para ‘combater o comunismo internacional’ em nome do respeito à livre determinação dos povos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 457).

Prieto Laurens acusou os chanceleres que não aprovaram a Resolução da OEA de Caracas – o “Manifesto Anticomunista” de Foster Dulles – de “jogarem o jogo da Rússia”, “algo que não mudaria ‘enquanto estiverem infiltrados nos governos comunistas cor-de-rosa ou comunistas vermelhos descarados como no México e em quase todos os países da América Latina’” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 457). Nesse aspecto, conforme noticiado em 23 de agosto pelo *The New York Times*, Prieto Laurens propôs ao II Congresso **“a criação de um ‘anti-Cominform’ para continuar a guerra contra os planos do Cominform para a infiltração nas Américas”** (NYT, 1955: 3, grifo meu). O já referido correspondente do *The Christian Science Monitor* noticiou também a proposta aprovada pelo II Congresso para a **“criação de um registro interamericano de comunistas para ajudar as nações a monitorarem [keep tab on] os agentes comunistas dos respectivos países. Comitês Locais anticomunistas já trocam informações sobre agentes comunistas que se tornaram adeptos de cruzar as fronteiras”** (WARREN, 1955, grifo meu). É muito importante destacar *quem* foi o autor dessa proposta noticiada por Leslie Warren no *The Christian Science Monitor* e aprovada por unanimidade no II Congresso. Seu autor foi Ernesto de la Fe, chefe da delegação cubana.



**Figura 102.** Ernesto de la Fe, ex-Ministro sin cartera del Gobierno de Cuba, Presidente del Movimiento de Integración Democrática de América, único y brillante. Delegado de la Perla de las Antillas, pronunciando una emotiva oración contra el imperialismo soviético”. FONTE: CIDC, 1956.

Foi ele que propôs a “**organización de un registro general interamericano de comunistas por parte de la Comisión Permanente**” (CIDC, 1956: 359, grifo meu). Recorde-se que o II Congresso apresentou esse cubano como um “ex-ministro sem pasta e presidente do Movimiento de Integración Democrática de América”? Contudo, de la FE teve sim uma Pasta; foi ministro do Ministério de Informações da ditadura cubana de Fulgencio Batista e seu “movimento” era uma “agência projetada para combater a infiltração comunista no governo” (LEONARD, 2014). Foi esse *expert* cubano no monitoramento de “subversivos” que, depois de servir como ministro de Informações ao ditador Batista, propôs à CIDC a criação de um banco de dados interamericano sobre os comunistas.

Ao todo, 78 Propostas foram apresentadas no II Congresso. Entre elas, sugeriu-se a formação de frentes para organizar estudantes, mulheres e trabalhadores anticomunistas. Um delegado brasileiro (o paulista Luiz Apolonio) sugeriu a criação de uma Lei Específica de Combate ao Comunismo, recomendou a adoção de “medidas para evitar el funcionamiento de ‘Frentes del Partido Comunista del Brasil’, disfrazados como Organizaciones de cuño aparentemente legal”,

bem como a “creación de una Policía Federal para el mejor control de las actividades comunistas en todo el Territorio Nacional” (CIDC, 1956: 354). O delegado do DEOPS-Pernambuco Wandenkolk Wanderley também apresentou uma proposta de aprimoramento da legislação anticomunista. A delegação uruguaia recomendou a criação de um Comitê Coordenador e Consultivo que se encarregasse de assuntos pertinentes à “legislación anticomunista”, à “revisión de textos de historia” e à “vigilancia continua sobre la actividade del comunismo” (CIDC, 1956: 352). O almirante brasileiro Penna Botto apresentou uma série de propostas “contra la ofensiva soviética en América Latina”, de “repudio a la doctrina marxista-comunista”, à “propaganda comunista ante los católicos” e à “infiltración bolchevista en la juventude”, outra sobre “meios de combatir al comunismo” e uma última propondo a “ruptura de relaciones diplomáticas y comerciales” com países *dominados* pela URSS (CIDC, 1956: 356-357).

Em nome de uma Frente Internacional Contra o Comunismo, representada no II Congresso por Meldutis Laupinaitis, foi proposta uma moção de protesto “contra la ocupación [soviética] de los Países Bálticos”. Também os solidaristas russos do NTS, representados por Vladimir Tretiakoff Baranov, apresentaram suas “sugestiones para la lucha anticomunista” e um “esquema de organización de propaganda anticomunista en los países de Latinoamérica”. O equatoriano Baquero de la Calle apresentou uma proposta de “coordinación de informes y esfuerzos para librar a las clases trabajadoras de las falsas promesas del comunismo” (CIDC, 1956: 361). O chileno Fernández Larraín apresentou uma moção de elogio “a Su Santidad y a la Iglesia Católica, por su incansable y permanente lucha contra el comunismo internacional”. Esse chileno foi uma das novas “estrelas” do II Congresso, sendo saudada “sua apresentação sobre a penetração comunista no Chile, a ação cultural soviética e as homenagens ao Papa e aos papas em geral por sua luta anticomunista” (CASALS, 2019: 536)<sup>147</sup>.

---

<sup>147</sup> A dupla de líderes chilenos no II Congresso era muito atuante em seu país. Em 1953 Fernández Larraín preparou um “Informe sobre o Comunismo” no Chile e o senador “Marín Balmaceda publicou um ensaio intitulado ‘Por qué soy anticomunista?’”, “baseando sua posição na rejeição de uma ‘tirania constituída pelas massas – ignorantes e iludidas – para erradicar todo direito, toda liberdade, todo pensamento que não é congruente com as ordens do tirano’” (CASALS, 2019: 537).





*Figura 103.* À esquerda, “Senador Raúl Marín Balmaceda, de Chile, en uno de sus magníficos discursos ante el Segundo Congreso”. À direita, “Dr. Sergio Fernández Larraín, ex-Diputado y ex-Senador de la República Chilena, Jefe de la Delegación”. FONTE: CIDC, 1956.

O argentino Andres de Cicco, que no I Congresso de 1954 no México insistiu inexistir outra disjuntiva senão “Washington ou Moscou”, apresentou uma proposta para “proclamar como Jefe Espiritual del Segundo Congreso, al General Dwight D. Eisenhower” (CIDC, 1956: 354). A proposta argentina foi aprovada com uma emenda do senador chileno Balmaceda que acrescentou que os EUA “se han contituido en gran baluarte de la libertad, del respeto a la autonomía de las naciones y de la civilización occidental – permanentemente amenazadas por el imperialismo soviético” (CIDC, 1956: 355).

Enviou-se, então, um cabograma ao presidente dos EUA para lhe informar que acabara de ser declarado “chefe espiritual” do II Congresso. E não é que o “Ike” respondeu agradecendo? O embaixador do EUA James Clement Dunn enviou um telegrama ao organizador do II Congresso, em 9 de setembro de 1955, garantindo que Eisenhower apreciara ter sido declarado “pai espiritual” do evento antissoviético. Tratando com uma intimidade ímpar o presidente do II Congresso, “Mi querido Almirante Penna Botto”, o embaixador Clemment Dunn assegurou que “el Presidente Eisenhower ha recibido su telegrama de fecha 24 de agosto, transmitiéndole los saludos afectuosos del Segundo Congreso Contra la Intervención Soviética en América Latina. En representación del Presidente y autorizado por él, deseo expresar a usted la sincera apreciación de los sentimientos expresados en su mensaje y de los buenos deseos para el éxito de sus trabajos en defensa de las

libertades humanas y contra la amenaza de la subversión de las fuerzas del comunismo internacional” (CLEMENT DUNN *in* CIDC, 1956: 377).



**Figura 104.** “Señores Dr. Andrés de Cicco, de Argentina y Eudocio Ravines de Perú, nombrados asesores del Presidente del Congreso [almirante Carlos Penna Botto], para dirigir las sesiones”. FONTE: CIDC, 1954.

Note-se que, se foram muitos os “amigos” de Penna Botto, os norteamericanos foram especialérrimos. Finalmente, o II Congresso definiu a Comissão Permanente da CIDC com os seguintes dirigentes: o almirante brasileiro Carlos Penna Botto como presidente; o guatemalteco Carlos Salazar (representante pessoal do ditador Castillo Armas) como vice-presidente; o mexicano Jorge Prieto Laurens como secretário-geral; o falangista boliviano Oscar Unzaga de la Vega como sub-secretário-geral; e a paraguaia Isabel Arrua Vallejo como tesoureira (CIDC, 1956: 313). Definiu-se também um Conselho Diretor da CIDC com diretores de todos os países da América Latina<sup>148</sup>. Duas palavras merecem ser ditas sobre o perfil dos delegados do II Congresso.

---

<sup>148</sup> CIDC-Argentina (diretor Alberto Daniel Faleroni; suplente Andrés de Cicco, suplente); CIDC-Bolívia (diretor Vicente Donoso Torres; suplente Nicolás Fernández Naranjo); CIDC-Brasil (diretor Euclides de Mesquita; suplente Luiz Apollonio); CIDC-Colômbia (diretor Alberto Díaz; suplente Rafael M. Velázquez); CIDC-Costa Rica (diretor Mariano Quirós Gonzáles; suplente Jorge Arturo Acuña Ulloa); CIDC-Cuba (diretor Ernesto de la Fe; suplentes Gastón Baquero e Salvador Díaz Versón); CIDC-Chile (diretor Sergio Fernández Larraín; suplente senador Raúl Marin Balmaceda); CIDC-Ecuador (diretor José A. Baquero; suplente Gonzalo Bonilla Cortés); CIDC-El Salvador (diretor Eduardo Alfonso Figeac; suplente Manuel de J. Salazar); CIDC-Guatemala (diretor Ricardo Barrios Penã; suplente Arnoldo Otten Prado); CIDC-Haiti (diretor Frank C. Magloire; suplente Gerard A. Dabady); CIDC-Honduras (diretor Vicente Machado Valle; suplente Henry D. Guilbert); CIDC-México (diretor Arturo Amaya; suplente Telesforo Cario); CIDC-Nicarágua (diretor Carlos Adán Espinosa; Francisco Pérez Estrada); CIDC-Panamá (diretor Anselmo S. Aveiro; suplente Oscar Cabello); CIDC-Peru (diretor Gonzalo Brajo Mejia; suplente Nazario Chávez

O teor ideológico de muitos já ficou evidenciado. O historiador Cañón Voirin resume que “los miembros de la CIDC ocuparan puestos de responsabilidad o bien tuvieron una destacada intervención pública” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 84). Salientou que, entre eles, havia:

(...) políticos, integrantes de organizaciones o partidos políticos, o bien sus fundadores; legisladores y jueces; funcionarios de instituciones gubernamentales y multinacionales; docentes y rectores universitarios; diplomáticos; sacerdotes; empresarios, industriales, terratenientes, banqueros; militares; legisladores constituyentes y redactores de reformas constitucionales; dirigentes obreros y estudiantiles católicos; periodistas, directores o dueños de medios de comunicación, **y también criminales de guerra, responsables de la Ustacha (Croacia) y del Balli Kombetar (Albania)** (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 84, grifo meu)

Esse último ponto aventado é o que interessa mencionar agora. Já foi determinado de quem se trata quando Cañón Voirin, arguto historiador, fala da presença no II Congresso de criminosos de guerra do *Balli Kombetar* da Albânia. Uma referência ao já tratado José Luzay que, integrando a delegação argentina como representante das “nações subjugadas pela URSS”, recomendara a seus pares que “el comunismo debe quemarse con fuego” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90). Mencionou-se que Luzay era um ex-colaborador nazista albanês. Fora um dirigente do *Balli Kombetar* “acusado pelos albaneses pelo massacre de trezentos homens em Valona”, por cooperar com a Gestapo e por ter “seus bolsos cheios de ouro alemã” (FBI, 1955: 2). Já se identificou, portanto, esse criminoso de guerra que, em pouco, galgaria posições na CIDC. Mas, quem era o criminoso de guerra da *Ustashi* croata referido, sem nomeá-lo, por Cañón Voirin?

---

Aleaga); CIDC-Paraguai (diretor Anselmo S. Aveiro; suplente Oscar Cabello); CIDC-República Dominicana (diretor José E. García Aybar; suplente Manuel Ramón Ruiz Tejada); CIDC-Uruguai (diretor Nelson C. Otamendi; suplentes Eduardo Campos e Juan Dubra); e CIDC-Venezuela (diretor Luiz Felipe Bellowin; suplente Germán Borregales) (CIDC, 1956: 319-320).



**Figura 105.** “Vjekoslav Vrancic in his minister uniform”. FONTE: WIKIPEDIA.

Tratou-se de outro “representante das nações subjugadas pela URSS” que integrou a delegação argentina no II Congresso, a saber: Vjekoslav Vrancic (CIDC, 1956: 33). E Vrancic não foi qualquer *ustashi*. Ele era um criminoso de guerra sênior da ditadura do *poglavnik* Ante Pavelic e de seu Estado “Independente” da Croácia (NHD). Se Ante Pavelic, em colaboração com o III Reich nazista, foi o principal gestor político do Holocausto na Croácia, Vrancic foi o seu operador prático. E isso não é exagero. Vrancic era o “responsável pelos campos de concentração e pela polícia secreta da Croácia” (DORRIL, 2000: 350). Foi uma figura central no programa de extermínio do NHD. O *poglavnik* o nomeou subsecretário do Ministério do Interior *ustashi*, o organismo diretamente responsável pela administração dos campos de concentração e pelo aparato policial repressivo do NHD. “Só isso”. Como visto no CAPÍTULO 1, os criminosos de guerra e colaboradores nazistas croatas fugiram em massa pelos *rat lines*, a sua maior parte aportando em segurança na Argentina de Perón, com ajuda dos britânicos e do Vaticano. Pavelic tinha seguido essa rota guiado pelo padre croata Draganovic, que transformou o instituto San Girolamo do Vaticano na principal “agência de turismo” para a fuga dos dirigentes *ustashi* da Europa (DORRIL, 2000: 353).



**Figura 106.** Vjekoslav Vrancic discursando no II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, em 1955, no Rio de Janeiro, Brasil. FONTE: CIDC, 1956.

Vrancic, assim como outros ministros do NDH como Stejpan Hefer e Mile Starcevic, foi também “contrabandeado” por Draganovic para a Argentina. Lá, ao lado de Pavelic e Hefer, Vrancic tornou-se uma figura importante no renascimento do aparato terrorista da *ustashi* no exílio, sendo um dos dirigentes do Movimento de Libertação Croata (HOP). Em 1955, encontrou tempo e espaço para integrar a delegação argentina no II Congresso da CIDC. Condecorado por Hitler por seus “serviços” na deportação em massa de “inimigos” à Alemanha nazista, no pós-guerra Vrancic conquistaria “uma cadeira de professor na Universidade de Buenos Aires” (GOÑI, 2004: 230). Enfim, deve-se anotar que a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto “atuava no Brasil junto a exilados e membros das colônias polonesa, húngara, ucraniana e de outros países do Leste europeu, que a procuravam para se associar à luta anticomunista” (LAMARRÃO, s/d). Um dos integrantes da CBA, inclusive, um certo padre Damiano (ou Damião) Rodiano era provavelmente um croata exilado. Ele saudou o evento, clamou pela salvação do cristianismo “de la barbarie, de la crueldade y de la muerte del comunismo ateo de Tito”, dando vivas ao cardeal protonazista Stepinac, preso na Iugoslávia por ter colaborado com a ditadura *ustashi* de Ante Pavelic (CIDC, 1956: 376)<sup>149</sup>.

---

<sup>149</sup> Ele saudou a CBA de Penna Botto pela organização do evento de “lucha contra el comunismo internacional”, denunciou a “hoy oprimida y aterrorizada” Croácia “por el comunismo de Tito, y sojuzgada en la artificial

O historiador Vicente Gil da Silva resgata mais dois exilados do leste europeu que colaboraram com a CBA: os coroneis Stanislaw Kara (polonês)<sup>150</sup> e Edward Ressel (romeno) (DA SILVA, 2020: 312). Ambos eram dirigentes do Centro Brasileiro da Europa Livre<sup>151</sup>, cuja matriz foi criada, em 1954, pela CIA de Allen Dulles. Uma última presença desse perfil que deve ser anotada é a de Paul Swiatopolk Mirsky, presente no II Congresso como “Observador da ADC” (CIDC, 1956: 40). Como esclarece Vicente Gil da Silva, o Comitê ADC (Associação Democrática Cristã), com sede em São Paulo, era “chefiado pelos irmãos Alexandre e Georges Lodyginsky” (DA SILVA, 2020: 415). Assim como a CBA de Penna Botto, a ADC dos irmãos Lodyginsky redistribuía como seu o material anticomunista produzido pela *United States Information Agency* (USIA) (DA SILVA, 2020: 416; SANTOMAURO, 2015: 264).

A ADC compôs a “rede transnacional de organizações anticomunistas vinculadas ao *Comité Paix et Liberté*”, rebatizado, em 1956, *Comité Internacional D’Action Sociale* (CIAS). Com ramificações em todos os continentes, embora criado em 1950 na França e na Alemanha Ocidental, o CIAS “foi o responsável pela reativação de redes anticomunistas internacionais do período entreguerras, particularmente as da *Entente Internationale Anticommuniste* (EIA) e do *Antikomintern* de Berlim” (DA SILVA, 2020: 417). Não à toa Wladimir Lodyginsky, que cooperou com o ADC e manteve relações com o CIAS, havia participado com seu pai, em 1936, “da Primeira Conferência Internacional Secreta Anticomunista, organizada pelo Antikomintern e realizada em Feldafing, na Alemanha” (DA SILVA, 2020: 417). Nota-se, pois, que a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto estava em “boa companhia”. O grupo conseguira reunir no II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1955 representantes

---

Yugoeslavia”. Deu vivas ao “líder nacional y religioso” do “pueblo croata”, “el mártir Cardenal Stepinac” (CIDC, 1956: 376). Recorde-se apenas um dito de Stepinac, visto no CAPÍTULO 1: “Deus (...) deu-nos Ante Pavelic e comoveu o líder de um povo amigável e aliado, Adolf Hitler, para usar suas tropas vitoriosas para dispersar nossos opressores. Glória a Deus, nossa gratidão a Adolf Hitler e nossa lealdade a nosso Poglavnik, Ante Pavelic” (STEPINAC apud ANDERSON; ANDERSON, 1986: 291).

<sup>150</sup> Na II Guerra, ele operou uma rede de espionagem, a partir de Portugal, para o Office of Strategic Service (OSS) dos EUA. No Brasil entrevistou-se com o ministro da Guerra Eurico Dutra para alertá-lo sobre os “perigos do comunismo” e tornou-se professor da Escola Superior do Estado-Maior do Exército (DA SILVA, 2020: 289).

<sup>151</sup> Seu conselho administrativo “era composto por Henryk Spitzman Jordan (presidente), Jan Reisser (vice-presidente), Nicholas Horthy (1º vice-presidente), Nikolajev Alex (2º vice-presidente), coronel Stanislaw Kara (secretário-geral), tenente-coronel Eduard Ressel (tesoureiro geral), Christopher Kallay (tesoureiro) e Mazai André (tesoureiro auxiliar)” (DA SILVA, 2020: 286-287). “O Centro Brasileiro da Europa Livre reunia não apenas exilados do leste europeu – como o enteado romeno de Raul Fernandes, Edward Ressel, o militar polonês Stanislaw Kara, o empresário polonês Spitzman Jordan, o húngaro Nicholas Horthy – mas também personalidades brasileiras, como João Neves da Fontoura, Assis Chateaubriand e Roberto Marinho” (DA SILVA, 2020: 351).

da ultradireita latinoamericana e ex-colaboradores nazistas do leste europeu. Em breve, a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) ali criada conseguiria internacionalizar suas atividades e ampliar ainda mais seu arco de alianças com a extrema-direita global. Como adiantado, esse foi um “sonho” do internacionalismo anticomunista “sonhado” no II Congresso. E “sonho” que se sonha junto se torna realidade, mesmo que seja um “pesadelo” histórico, como o foi a articulação dessa extrema-direita internacional da Guerra Fria.

### *3.3.6. A globalização da CIDC: novas redes e conexões anticomunistas*

O internacionalismo anticomunista dos delegados do II Congresso ficou estampado em um dos cartazes do evento. Valeram-se seus idealizadores de uma paráfrase direta do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, que se encerrava, em 1848, com um chamado internacionalista às classes trabalhadoras: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. O cartaz colocado no auditório em que se realizaram os debates do II Congresso dizia: “**Proletários de todo o mundo, uni-vos... contra o comunismo!!**”. Mais claro, impossível. A única arma em face do internacionalismo comunista revolucionário seria o internacionalismo anticomunista contrarrevolucionário. E, para isso, reuniram-se na capital do Brasil, em 1955, os congressistas em questão. E que perfil de congressistas, não? O historiador chileno Marcel Casals também enfatiza o internacionalismo que confederou os participantes do II Congresso. Seus integrantes referiram-se “à **necessidade coletiva de confrontar um inimigo global**” e, “para muitos, aquela **foi a primeira vez que participaram de uma reunião de delegados de toda a América Latina focada na luta contra o comunismo**” (CASALS, 2019: 536, grifo meu).



**Figura 107.** À direita do auditório do II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, é possível observar um cartaz (circulado) com o slogan “**Proletários de todo o mundo, uni-vos... contra o comunismo!!**”. Observam-se também plaquetas das delegações da América Latina presentes no conclave. Ao centro da mesa de coordenação do II Congresso, sentado, é possível identificar o almirante Carlos Penna Botto, presidente da CBA e da CIDC. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

A Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) foi constituída, então, no marco do II Congresso, como uma espécie de primeira “Internacional Anticomunista” da América Latina. E sua formalização “tornou claro **o potencial para uma ação concertada em nível continental, tanto dentro quanto fora de suas respectivas nações**” (CASALS, 2019: 536, grifo meu). Nos debates do II Congresso, o almirante Penna Botto exerceu com maestria o papel de organizar esses atores do movimento anticomunista latinoamericano, insistindo para que todos os congressistas presentes e suas respectivas organizações coordenassem esforços dentro de uma rede regional. Porém, como visto, Penna Botto considerava os EUA “os melhores amigos do Brasil” e, assim sendo, como deixá-los de fora de uma frente interamericana anticomunista?

Recorde-se que já em 1954, complementando a recomendação de Penna Botto para que os anticomunistas da América Latina somassem esforços com seus “amigos norteamericanos”, Prieto Laurens havia sugerido a incorporação do Canadá nessa rede em formação. Pronto. Todas as Américas reunidas em um só *front* anticomunista. Antes, pois, do II Congresso ter adotado o



nome definitivo de seu organismo permanente (CIDC), Penna Botto defendeu a incorporação dos EUA e do Canadá na “Internacional Anticomunista” de todas as Américas:

La Cruzada Brasileña Anticomunista presenta la siguiente ponencia: CONSIDERANDO: a) Que en este magno Congreso se reunieron representantes de países situados en Norte, Sud América y Centro; b) Que **todas las fuerzas morales se han reunido aquí para combatir el bolchevismo y defender las Américas, principalmente la América Latina, de la insidiosa agresión comunista soviética**; c) Que si aquí se reunieron las fuerzas morales, está fuera de duda que **faltó la principal fuerza material y también de relevante poder moral, a saber, los Estados Unidos de la América del Norte**; d) Que **así se justificará nuestra ponencia en el sentido de nombrar la Organización que hoy se funda, FRENTE INTERAMERICANO ANTI-COMUNISTA o, FRENTE INTERAMERICANO DE DEFENSA ANTICOMUNISTA**; e) Que, en vista de eso, **debe invitarse a los Estados Unidos de América y al Canadá, como miembros de ese Frente Interamericano, a fin de que, coligadas nuestras fuerzas morales y materiales, se tornen más fuertes y poderosas, a modo de poder resistir, con superioridad a cualquier ataque de los bolcheviques en la guerra que se aproxima inexorablemente, provocada por el expansionismo o imperialismo soviético. EN CONSECUENCIA SE RECOMIENDA:** Que deberá enviarse un mensaje a los hombres de buena voluntad en América del Norte, patriotas y demócratas, invitándolos a ingresar en el FRENTE INTERAMERICANO al que nosotros, brasileños, tenemos el gran placer y honor de pertenecer, (FIRMADO) Vice-Almirante CARLOS PENNA BOTTO, Presidente de la Cruzada Brasileña Anti-Comunista – Periodista JOAQUIM MIGUEL VIEIRA FERREIRA, miembro Delegado de la Cruzada Brasileña Anti-Comunista. DICTAMEN: APROBADA POR ACLAMACIÓN (CIDC, 1956: 86, grifo meu)

Seguindo essa tendência de globalização do anticomunismo latinoamericano no II Congresso, a delegação guatemalteca “convocou para a formulação de **um pacto internacional contra o comunismo**” (CASALS, 2019: 536, grifo meu). Foi precisamente no II Congresso que se deu um salto de qualidade na coordenação global do anticomunismo latinoamericano, uma vez que nele foi estabelecida “uma nova categoria para os ‘observadores de países extracontinentais’, representada pelo embaixador da China [Nacional] no Brasil, um diplomático espanhol e delegados anticomunistas da Europa Central [e Rússia] (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019: 444). Os observadores extracontinentais que participaram do encontro, reitera-se, foram o agregado de imprensa da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro, um representante da NTS (o solidarista russo Vladimir Tretiakoff Baranov), um delegado da “Unión Demócrata Cristiana de Europa Central” (Vladimir Reisky-Dubnic) e Sheng Ching-Ting, embaixador de Taiwan no Rio de Janeiro (CIDC, 1956: 39). Porém, exilados da Europa Central e da Rússia, como dito, careceram de algo básico na sua guerra anticomunista, a saber: faltou-lhes um Estado nacional na retaguarda.

### 3.3.7. A proposta da APACL para o II Congresso: “Por uma Liga Mundial Anticomunista”

E isso a Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek teve de sobra. Mais importante, a própria “razão de Estado” em Taiwan era a de promover a guerra anticomunista em nível mundial. Para isso, buscaram quaisquer aliados e em todos rincões – não importa se tivessem um passado de colaboração com o nazismo, como foi o caso dos solidaristas russos da NTS. Essa estratégia, como adiantado, fez os chineses dirigentes da ditadura de Taiwan “sonharem” um “sonho” de globalização anticomunista no Brasi, em 1955, no II Congresso da CIDC. O embaixador de Taiwan no Rio de Janeiro Shen Ching-Ting foi o seu porta-voz. Como adiantado no Capítulo 2, os primeiros “amigos latinoamericanos” da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL) foram os congressistas do II Congresso da CIDC de 1955. O motivo? O presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, impedido de aceitar o convite feito para que comparecesse pessoalmente ao evento, enviou uma proposta de três ponto ao II Congresso presidido pelo almirante Penna Botto.



**Figura 108.** Da esquerda para a direita: “Su Excelencia Shen Chin-Ting, Embajador de la China Nacionalista en Río de Janeiro, asistiendo a las sesiones del Segundo Congreso, acompañado del (2) Primer Secretario de la Embajada”. FONTE: CIDC, 1956.

O embaixador taiwanês Shen Chin-Ting foi o porta-voz da mensagem, condensada em um cabograma enviado em 20 de agosto de 1955. Nele, subscrito por Ku Cheng-kang, um dos três mais importantes hierarcas do Kuomintang (KMT) do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, agradeceu-

se ao convite dos novos “amigos latinoamericanos”, excusou-se pela ausência e apresentaram-se recomendações ao II Congresso da CIDC “[en] nombre [de] 524 organizaciones de la Liga Anticomunista de Pueblos Asiáticos, a saber”:

**I. Dar la voz de alarma al mundo libre sobre el peligro rojo con su falsa ofensiva de paz, que sirve para infiltrarse subversivamente y preparar agresiones, contra lo que se debe estar alerta y no caer en esta trampa. II. Condenar al régimen comunista chino e impedirle entrar [en] Naciones Unidas,** pues en seis años ha masacrado más de quince millones de inocentes, encarcelado diez millones en dos mil campos [de] concentración; y asesinado o expulsado a cerca de 12,000 sacerdotes cristianos extranjeros, de diversas iglesias, dejando únicamente 55 en la tierra firme de China para atender a más de 2 millones de cristianos hambrientos y desesperados (CHENG-KANG *in* CIDC, 1956: 367, grifo meu)

Porém, foi a terceira recomendação de Ku Cheng-kang que demarcou o início de uma “alvissareira” interação entre a CIDC e a APACL, o início de uma primeira aliança global entre os dirigentes da contrarrevolução asiática e os anticomunistas contrarrevolucionários da América Latina. Recomendou o presidente da APACL-Taiwan ao II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina: “**III. Convocar a un Congreso Anticomunista Mundial que abarque a todos los pueblos amenazados por los rojos,** sin discriminación de razas, nacionalidades o religiones. Deseamos todo éxito a este Congreso, saludando a todos los Delegados presentes. Firmado. **Ku Cheng-kang, Presidente, Liga Anticomunista Pueblos Asiáticos. República de China**” (CHENG-KANG *in* CIDC, 1956: 367, grifo meu). O II Congresso anotou e aprovou a recomendação da APACL-Taiwan, saudando a “Convocatoria a todos los países del mundo libre, para una Conferencia Anticomunista en escala global” (CIDC, 1956: 362). Como mencionado no CAPÍTULO 2 no anúncio dos primeiros “amigos latinoamericanos” da APACL, assim que o II Congresso aprovou a sugestão de Ku Cheng-kang em agosto, a revista oficial da APACL-Taiwan publicou um editorial em setembro intitulado “**Por uma Liga Mundial Anticomunista**” (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955: 1, grifo meu).

O editorial “*For a World Anti-Communist League*”, no original em inglês, resgatava como Ku Cheng-kang foi convidado, porque não pode comparecer pessoalmente e como a aprovação de sua proposta pelo II Congresso era, não um mérito pessoal dele, mas da luta anticomunista do *generalíssimo* Chiang Kai-shek etc. etc. Os latinoamericanos estariam a perceber, registrou a revista da APACL-Taiwan, uma coisa que os chineses anticomunistas já saibam há tempos, e por um saber “amargo” de experiência feito: “a luta contra o comunismo é uma tarefa global e os

chineses livres têm muito a contribuir para a performance bem-sucedida daquele dever em razão da dolorosa experiência que acumularam” (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955: 1).

O historiador e jornalista francês Pierre Abramovici foi o primeiro a destacar esse nexos pioneiro entre a CIDC e a APACL-Taiwan, observando que ele significou um salto de qualidade e um aprofundamento nas conexões anticomunistas transnacionais da Guerra Fria. Como observa, “a ligação entre o Congresso da América Latina e a formação da APACL, ambos criados em 1954, aponta para um novo nível de coordenação no anticomunismo transnacional” (ABRAMOVICI, 2014: 199). Embora Abramovici se equivoque ao salientar a presença do presidente da APACL-Taiwan no II Congresso da CIDC, ele foi certo ao especificar que **Ku Cheng-kang “usou o APACL *bulletin* para apelar por uma ‘Liga Mundial Anticomunista’ para consolidar a ligação entre as redes asiática e latinoamericana”** (ABRAMOVICI, 2014: 119, grifo meu)<sup>152</sup>.

Rumo, portanto, à globalização das contrarrevoluções asiática e latinoamericana. Propriamente, o editorial “Por uma Liga Mundial Anticomunista” definiu o seguinte: “A fim de lidar com problemas locais ou regionais surgidos da conspiração comunista, organizações anticomunistas nacionais ou regionais, tais como a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos e seus capítulos nacionais e o Congresso Anticomunista da América, são indispensáveis” (APACLROC, v. 2, n. 7, 1955: 1-2). Assim que, referindo-se à CIDC e à APACL, o editorial sugeriu: “Mas com o objetivo de integrar os programas e atividades anticomunistas dessas organizações nacionais ou regionais, **uma liga ou congresso anticomunista mundial também é absolutamente necessário**” (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955: 2, grifo meu).

Daí que “**é uma sugestão oportuna a recomendação do Sr. Ku ao Congresso Anticomunista da América para que, em sua atual sessão no Rio de Janeiro, proponha uma liga anticomunista em escala global**” (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955: 1, grifo meu). E o motivo disso era absolutamente lógico: ao comunismo internacional seria necessário opor uma *organização* anticomunista mundial. E, como visto no CAPÍTULO 2, a ditadura taiwanesa nutriu como um dos subtipos da guerra política que desenvolvia como política de Estado a *organizational*

---

<sup>152</sup> O editorial “Mais Poder para APACL”, de julho de 1956, retomou o assunto: “Quando o Congresso Anticomunista da América reuniu-se no Rio de Janeiro em agosto último, o Sr. Ku Cheng-kang, Presidente do Capítulo Chinês da APACL, foi convidado para participar como um convidado. Mas, devido à falta de aviso prévio, o Sr. Ku simplesmente submeteu ao congresso várias propostas em vez de comparecer pessoalmente. **Uma das recomendações que ele fez foi a formação de uma liga anticomunista em uma base mundial, o que foi alegremente passado pelo congresso**” (FREE CHINA & ASIA, APACLROC, v. 3, n.º 7, 1956: 1, grifo meu).

*warfare*. Recorde-se que o maior exemplo de *guerra organizacional* dos comunistas teria sido, segundo os estrategistas chineses anticomunistas, a Internacional Comunista de Lenin. Daí a necessidade de um contra-exemplo: uma “Internacional Anticomunista”. Assim que, “em vista da natureza global da luta anticomunista, apela-se por algum tipo de organização mundial para coordenar os esforços anticomunistas dos povos livres” (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955: 2).

Assim como cada nação livre tem tentado lidar com a infiltração comunista e subversão à sua própria maneira, sem muita, se é que há alguma, coordenação com esforços semelhantes feitos por outras nações. **Enquanto o comunismo é uma conspiração internacional, as forças anticomunistas operam sobretudo em uma escala nacional, apenas.** Não é por acaso que a causa anticomunista não tem feito muito progresso significativo e a ameaça comunista tem sido crescente em muitas nações livres em vez de ser contida ou diminuída (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955: 2, grifo meu)

O II Congresso da CIDC faria assim um *avanço considerável* à causa da *liberdade* anticomunista se acatasse a sugestão do presidente da APACL-Taiwan, concluiu o *APACLROC Bulletin*. “Se a presente sessão do Congresso Anticomunista da América levar a alguma ação que possa eventualmente resultar **na formação de uma liga anticomunista mundial, conforme sugerido pelo Sr. Ku**<sup>153</sup>, ela terá avançado consideravelmente na causa da liberdade” (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955: 2, grifo meu). Contudo, precaveu-se o editorial, talvez “os povos” ocidentais, “sendo desvinculados da cena da agressão comunista”, “não percebiam como nós percebemos **a urgência da necessidade de uma organização mundial como essa**” (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955, p. 2, grifo meu). Todavia, “é de se esperar que alguma coisa vá resultar da sugestão do Sr. Ku e que passos serão tomados para gerar uma cooperação mais próxima entre povos e nações deste lado da Cortina de Ferro. **Nada seria mais desejável do que a iniciação de uma cruzada global anticomunista** para derrotar o regime comunista na Europa e Ásia e para libertar todos os povos agora escravizados sob a opressão comunista” (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955, p. 2, grifo meu).

Em 1956, o boletim da APACL-Taiwan, então renomeado *Free China & Asia*, voltou ao tema. No setor “Expansão do Contato Internacional Anticomunista”, esclarecendo que “o

---

<sup>153</sup> “O Capítulo da China da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos submeteu uma mensagem com três recomendações ao Segundo Congresso Anticomunista da América, ocorrido em 22-25 de agosto de 1955, no Rio de Janeiro, Brasil. A mensagem solicitou ao Congresso que estivesse atento à armadilha de paz comunista e que propusesse **uma conferência anticomunista mundial**. Ambas as recomendações foram adotadas pelo Congresso. A terceira recomendação foi parcialmente incorporada em uma resolução aprovada pelo Congresso apelando aos países da América para romper relações diplomáticas com a Rússia Soviética” (APACLROC, v. 2, n.º 7, 1955: 2, grifo meu).

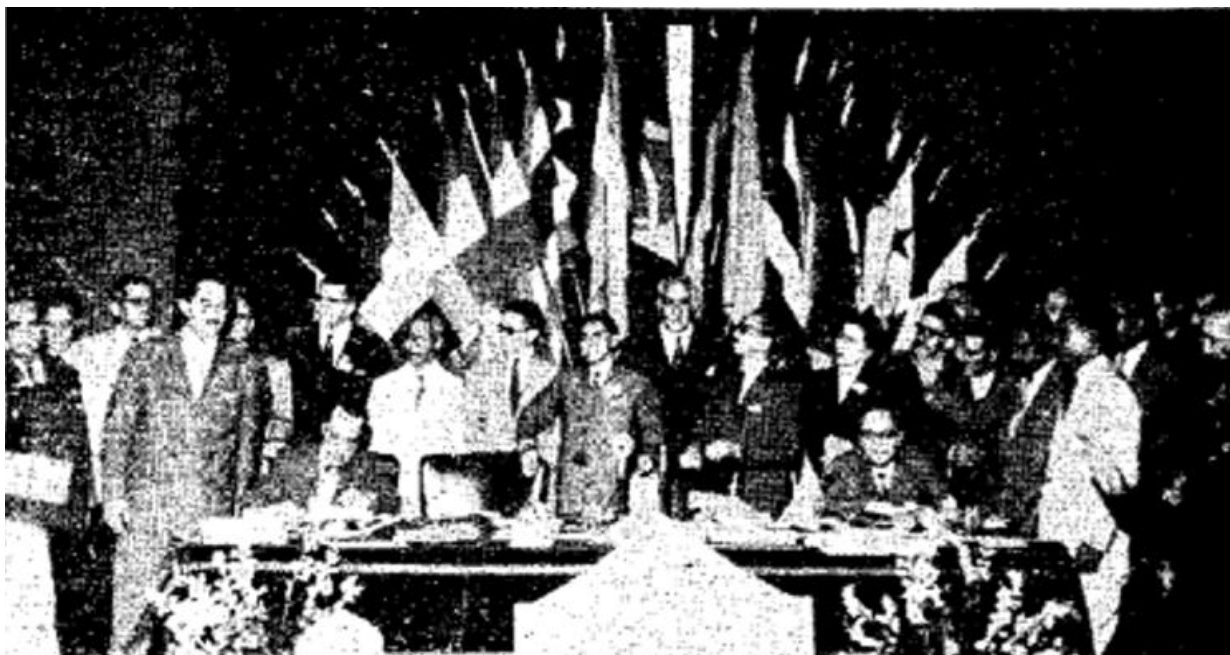
propósito primário em expandir as bases de nossos contatos é desenvolver o movimento anticomunista dos povos asiáticos para uma campanha no mundo todo” (FREE CHINA & ASIA, APACLROC, v. 3, n. 7, 1956, p. 12), a APACL-Taiwan comemorou:

**Isso foi completamente refletido na mensagem enviada pelo Sr. Ku Cheng-kang, Presidente do Capítulo da China da APACL, para o Congresso Anticomunista da América organizado por 22 sociedades anticomunistas em vários países da América Latina.** Quando o Congresso se reuniu no Rio de Janeiro em 22 de agosto de 1955, o Sr. Ku achou difícil de comparecer devido ao aviso em cima da hora. Em vez disso, ele enviou um telegrama com os cumprimentos e três recomendações. **Ele sugeriu no telegrama que uma Conferência de Povos Anticomunistas de todo o mundo fosse realizada para formar uma liga anticomunista em uma base mundial para uma cruzada contra o inimigo comum – o imperialismo comunista.** Essa sugestão foi prontamente aceita pelo Congresso. **Agora nós estamos mantendo contato próximo com o Congresso na esperança de que essa resolução possa ser levada a cabo em uma próxima data. Quando o Sr. Stetsko, Presidente do Bloco Antibolchevique de Nações, visitou Taiwan, ele prometeu que iria dar as mãos a outras sociedades anticomunistas e líderes cívicos na Europa para traduzir a sugestão do Sr. Ku em realidade.** Com caloroso suporte dos povos amantes da liberdade, os quais possuem razões para acreditar que **o movimento anticomunista em todo o mundo estará em breve a todo vapor** (FREE CHINA & ASIA, APACLROC, v. 3, n.º 7, 1956: 12-13, grifo meu)

Nota-se, pois, que “sonho” que se “sonha” coletivamente tem maiores chances de se consolidar, mesmo que seja um “pesadelo”. E aqui se flagra um momento histórico único da interação complexa entre três das mais expressivas organizações da ultradireita anticomunista da Guerra Fria: a APACL sob a liderança de Ku Cheng-kang, o ABN sob a direção de Yaroslav Stetsko e a CIDC comandada pelo almirante Penna Botto e pelo mexicano Prieto Laurens. Em breve os dirigentes da CIDC estariam em Taipei assinando um Acordo com a APACL-Taiwan muito parecido com aquele assinado, em 1955, entre Ku Cheng-kang e o ABN de Stetsko. Em breve essa “triangulação” colocaria em prática a proposta feita por Ku Cheng-kang ao II Congresso da CIDC. Não na Ásia, não na Europa, mas na América Latina. Em 1958 no México. E uma quarta organização seria chamada para “jogar” esse “jogo do anticomunismo global”, o já mencionado CIAS. Seria extravagância afirmar que essa interação compôs o “estrelato” do anticomunismo global da ultradireita da Guerra Fria: ABN, APACL, CIDC, CIAS?

Antes de se flagrar esse “quarteto fantástico” tentando criar no México uma Liga Mundial Anticomunista, é preciso analisar rapidamente o III Congresso da CIDC de 1957. Foi ali que se “aqueceram os tambores” para o primeiro “ensaio geral” de uma “Internacional Anticomunista” da Guerra Fria, uma espécie de Anti-Komintern para os “tempos modernos”. E a complexa

triangulação CIDC-APACL, CIDC-ABN e APACL-ABN fez-se presente no III Congresso da CIDC realizado no Peru. Outros atores e organizações também “jogaram” nessa interação, mas, basicamente, estudam-se aqui essas “três estrelas” do internacionalismo anticomunista: o ABN dos ex-colaboradores nazistas do leste europeu, a APACL dos dirigentes da contrarrevolução asiática e a extrema-direita latinoamericana confederada na CIDC.



**Figura 109.** “El señor Almirante don Carlos Penna Botto, el señor Lic. don Carlos Salazar, el Dr. don Oscar Unzaga de la Vega, el Dr. don Andrés de Cicco, don Eudocio Ravines, el Lic. don Arturo Amaya, el Lic. don José E. García Aybar, el Ingl. Don Ricardo Barrios Peña, el señor don Ernesto de la Fe, el señor don Helvio L. Botana, la señorita Isabel Arrua Vallejo, el Dr. Rafael M. Velázquez, el bachiller don Luis Carlos Noriega y don Luis Felipe Bellorín, en los momentos de protestar como miembros de la Comisión Permanente del Segundo Congreso”. FONTE: CIDC, 1956.

#### *3.4. Peru, 1957: o III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina*

O III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina foi realizado pela CIDC em Lima, no Peru, entre 10 e 14 de abril de 1957. “Como no Rio de Janeiro, mas com mais convicção, o Congresso tinha o suporte do governo local” (CASALS, 2019: 537). O próprio presidente peruano Manuel Prado encontrou-se com os dirigentes da CIDC e celebrou uma recepção oficial na inauguração do III Congresso. “Em seu discurso a eles, ele prometeu manter ‘uma inabalável postura anticomunista, tanto a nível nacional [...] e em termos de cooperação

internacional que é necessária para prevenir a infiltração comunista” (CASALS, 2019: 538). Os congressistas da CIDC saudaram de forma entusiasmada seu discurso e “não hesitaram em cunhar o termo ‘Doutrina Prado’ para se referir aos conceitos adotados pelo presidente” (CASALS, 2019: 538).

Com ampla cobertura da imprensa nacional, o conclave anticomunista contou com a participação de “representantes da direita nacionalista, conservadores e partidos liberais do continente” (CASALS, 2019: 538). Em nome do Comitê Organizador do III Congresso, o escritor Luis Alayza y Paz Soldán proferiu um discurso inaugural sobre as relações entre *comunismo* e *religião*. “Comunismo, nesse sentido, seria uma expressão contemporânea do mal combatendo o bem, dos ‘anjos caídos’; esses povos latino-americanos, continuou, devem ser alertados sobre o seu perigo iminente: ‘não há alternativa senão lutar juntos sob as bandeiras da democracia ou se render’” (CASALS, 2019: 538). Em 10 de abril, a *Agency Press* (AP) noticou que o escritor peruano defendera que “o principal objetivo do Congresso era **unificar todas as forças anticomunistas para iniciar uma luta sem quartel contra os desígnios do Kremlin na América Latina**” (AP, 1957: B8, grifo meu).

#### 3.4.1. *Quem-é-quem, debates e propostas*

Antes de se adentrar nos debates e principais propostas do III Congresso da CIDC em Lima, importa demarcar o *Quem foi Quem* das delegações. A delegação brasileira foi composta pelo almirante Penna Botto, presidente da CIDC; por Octaviano Nogueira; José Soares; David Campello; major Juan Ferrichi; Joaquim Miguel Ferreira; e “o espancador Cecil Borer”, como visto, um policial representante do FBI no Brasil (CIDC, 1957: 8). A Argentina foi representada por Alberto Daniel Faleroni; Andrés de Cicco; Elsie K. De Rivero Haedo; Manuel Gómez Carrillo Filho; Leo Sala; José A. Luzay (ex-colaborador nazista albanês); Zira Arias; Luis Maria Bulrich; Luis Botet; e major Daniel Alberto Correa (CIDC, 1957: 7). A delegação do Paraguai foi composta por Anselmo S. Aveiro; Isabel Arrúa Vallejo; Oscar Cabello; e Mario L. de Finis (CIDC, 1957: 11). A do Uruguai esteve integrada por Nelson C. Otamendi; Elena P. de Otamendi; Plinio Torres; e Miguel Ortiz V. (CIDC, 1957: 11). A da Bolívia por Vicente Donoso Torres; Federico Nielsen



Reyes; deputado Anibal Aguilar Peñarrieta; Luis Alberto Alipas Alcázar; Marcial Tamayo; e senadores Federico Alvarez Plata e Raúl Lema Pelaez (CIDC, 1957: 7).

Os delegados bolivianos no exílio foram: Oscar F. Barrientos y Pereyra; Elías Crespo Gómez; Alfonso Bascope Méndez; coronel José Pinto López; Carlos Kelleberg Palma; Hans Kochler Montero; José Maria de Achá Figueroa; Roberto Freyre Elias; Luis Sáenz Pacheco; e Hugo Villegas Otero (CIDC, 1957: 8). O Chile esteve representado por Sergio Fernández Larraín; senador Raúl Marin Balmaceda; padre (polonês) Miguel Poradowsky; Eduardo Wiche Zarzyki; Alfredo Silva Carvalho; e Enrique Farías (CIDC, 1957: 9). Do Panamá, enquanto “delegados activos y representantes del Gobierno”, participaram do III Congresso da CIDC Aurelio A. López; José Agustín Arango; Luis Carlos Noriega; Erik del Valle; José F. Cardona Mass; Luis F. Narvaez; e Beltrán Sherrit (CIDC, 1957: 10). A Colombia foi representada pelo delegado Ignacio Ramírez Sánchez. O Equador por José A. Baquero de la Calle (representante do presidente da República); Gonzalo Bonilla; Antonio Ulloa Coppiano; Carlos M. Ruiz; e Camilo Ponce Enriquez (CIDC, 1957: 9). Da Venezuela, Luis Felipe Bellorín e Belén Vallarino Sucre (CIDC, 1957: 11).

A numerosa delegação do país-sede do III Congresso esteve composta pelos peruanos Luis Alayza y Pa Soldán; Miguel Cavero Egúsqüiza; Fernando Niere Castagnino; senadora Irene Silva de Santolalla; María Rosario Aráoz; Luz Jarrín de Peñaloza; Esther Allison; Genny Petterson de Alayza; general José del Carmen Marín; Germán Morales Macedo; Roberto Thorndike; Pedro Rosselló; Luis Picasso Perata; Pedro Morales Blondet; Enrique Barrios Llosa; Enrique chirinos Soto; Gonzalo Bravo Mejía; Eudocio Ravines; Humberto Arana Stanchi; Alberto Delgado Oré; Alindor Mujica; e Carlos A. Bambarén; e generais Oscar N. Torres e Rodolfo Ravines Cortez (CIDC, 1957: 11). A delegação do México foi formada pelo secretário-geral da CIDC Jorge Prieto Laurens; Arturo Amaya; Salvador Mendoza; Manuel Salazar Arce; Vicente Benavent; Enrique Herrera Filho; Antonio Lara Barragán; Raúl Rodríguez; Antonio Pastrana; Radivoj Stankovich; Carmen Rivera Solís; Concepción Dosal; Telésfor Cario; e Arturo Alonso Hidalgo (delegados ativos) (CIDC, 1957: 10).

A da Guatemala foi composta por Lionel Sisniega Otero (universitário da CEUA que, com Mario Sandoval Alarcón, integrara a PBSUCCESS); Carlos E. Simons; Evangelina Cuellar Lemus; Eduardo Cáceres Lohnhoff; Guillermo Putzeys Rojas; Baltazar Morales de la Cruz; e Eduardo Taracena de la Cerda (CIDC, 1957: 9). A delegação da Costa Rica esteve integrada por

Fernando Vargas Fernández; Marco Tulio Zeldón; Jorge Antonio Acuña Ulloa; Cristina Guillén; Jorge Acuña Araya; Fernando Campos Gonzales; Franklin Aguilar; e Mariano Quiroz Gonzales (CIDC, 1957: 8). A de El Salvador foi integrada por Eduardo Alfonso Figeac; Manuel J. Salazar e Juan Ricardo Ramírez (CIDC, 1957: 9). A de Honduras por Vicente Machado Valle; Enrique E. Guilbert; Raúl Edgardo Estrada; Roberto Martínez Ordóñez; Salvador Aguirre e o tenente-coronel Abraham Riera Hotta (CIDC, 1957: 10). A da Nicarágua por Carlos Adán Espinoza; Emilio Alvarez Montalván; Tino López Guerra; Salvador Gaitán Fonseca e Francisco Buitrago (CIDC, 1957: 10). A do Haiti por Frank C. Magloire e Sammuel Devieux (CIDC, 1957: 10). A da República Dominicana pelo delegado ativo José E. García Aybar (CIDC, 1957: 11). A delegação de Cuba foi formada por Ernesto de la Fé (ex-ministro de Informações da ditadura de Fulgencio Batista); Salvador Díaz Verson; Víctor Alegría; Armando Cruz Cobos; e Francisco Félix Montiel e Israel Soto Barroso (CIDC, 1957: 9).

Na categoria “Delegados Fraternal” o III Congresso da CIDC contou com a participação de alguns observadores extracontinentais. A grande “estrela” deles, como se verá, foi o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, que reiterou pessoalmente no Peru a proposta que fizera por meio de seu preposto, o embaixador taiwanês Shen Ching-Ting no Brasil, no II Congresso da CIDC de 1955. Sua “estrela” conduziria a CIDC a uma rapidíssima globalização de suas redes e arco de alianças anticomunistas. Acompanharam esse dirigente da ditadura do *generalíssimo* Chiang Kai-shek no Peru Chang Chun Ming; Michael Tung; e Kuei Tsung-Yao (CIDC, 1957: 12).



**Figura 110.** Foi possível identificar, da esquerda para a direita, circutados, Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan, o almirante Carlos Penna Botto (Brasil) e Jorge Prieto Laurens (México), respectivamente, presidente e secretário-geral da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 3.

Os exilados antibolcheviques da Aliança Nacional de Solidaristas Russos (NTS) foram novamente representados, como no II Congresso da CIDC no Brasil, por Vladimir N. Tretiakov Baranov, dessa vez subordinado ao chefe da delegação solidarista Georgi Okolovich e acompanhado de Gleb Rahr e Michael Teung (CIDC, 1957: 12)<sup>154</sup>. Por fim, fechando o *Quem foi Quem* do III Congresso, os “delegados fraternales de países sojuzgados” presentes foram os húngaros Nicolás Mara e Tiberio Monoki; Irene Kanaite (*La voz de los lituanos en Argentina*); o romeno Radu Chenea; e o russo branco Serge N. Konownitzine (CIDC, 1957: 12). Além da presença de um representante do “International Council for Christian Leaderships”: Philippe Zuger (CIDC, 1957: 12).

O III Congresso da CIDC no Peru também operou ligeiras alterações no seu Conselho Administrativo e Conselho Diretivo. O primeiro, a *Nueva Directiva*, consolidou a “estrela” do almirante Penna Botto como presidente da CIDC, indicando-se o peruano Pedro Rossello Truel como vice-presidente; o mexicano Jorge Prieto Laurens como secretário-geral; o cubano Ernesto

---

<sup>154</sup> Recorde-se, com visto no CAPÍTULO 2, que a APACL-Taiwan e o NTS firmaram um Acordo para a condução de guerra psicológica anticomunista, em Taipei, em 1956. As “tabelinhas” já estavam, portanto, em operação.

de la Fe como sub-secretário-geral; o mexicano Arturo Amaya como tesoureiro; e a costarriquenha Cristina Guillen como representante feminina (CIDC, 1957: 17). Outra novidade definida no III Congresso de Lima foi a ampliação, de um para dois, do número de diretores dos “Capítulos” nacionais da CIDC, amentando a quantidade de suplentes. Essas alterações consolidaram e ampliaram o Conselho Diretivo eleito no II Congresso de 1955 no Brasil. A “Internacional Anticomunista” da América Latina, rapidamente, formava e robustecia seus quadros diretores<sup>155</sup>.

Finalmente adentrando nos debates do III Congresso de 1957 no Peru, o almirante Penna Botto, na dupla condição de presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) e da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), alertou as “democracias ocidentais” para que não caíssem no engodo soviético da desestalinização, que rompessem quaisquer negociações com a URSS e que se preparassem “para um violento confronto com o comunismo” (CASALS, 2019: 538). Detalhando sua estratégia de guerra, o almirante explicitou seu ideário *rollback communism*, isto é, a defesa de uma política de “libertação” das “nações aprisionados” na “Cortina de Ferro”: **“Eu estou firmemente convencido de que o mundo livre terá que lutar, cedo ou tarde, para resguardar sua própria liberdade e libertar povos escravizados do cativo; e o quanto antes, melhor, para alcançar uma vitória mais rápida e súbita”** (PENNA BOTTO *apud* CASALS, 2019: 538, grifo meu).

---

<sup>155</sup> CIDC-Argentina (diretores Alberto Daniel Faleroni e Manuel Gómez Carrillo; suplentes Zida Arias e José Luzay). CIDC-Bolívia (diretores Vicente Donoso Torres e Federico Nielsen Reyes; suplentes Oscar Barrientos e Hugo Villegas Otero). CIDC-Brasil (diretores Euclides de Mesquita e Cecil Borer; suplentes Joaquim M. Vieira Ferreira e João Ferriche). CIDC-Colômbia (diretores Rafael M. Velásquez e Ignacio Ramírez Sánchez; suplentes Fernando Cepeda e Rafael Morales Gency). CIDC-Costa Rica (diretores Mariano Quirós Gonzáles e Marco Tulio Zeledón; suplentes Franklin Aguilar Alvarado e Jorge Arturo Acuña Ulloa). CIDC-Cuba (diretores Raúl Granja e Salvador Díaz Verson; suplentes Armando Cruz Cobos e Víctor Alegria). CIDC-Chile (diretores Sergio Fernández Larraín e senador Raul Marín Balmaceda; suplentes Alfredo Silva Carvalho e Armando Zegers Santa Cruz). CIDC-Ecuador (diretores José A. Baquero e Gonzalo Bonilla Cortez; suplentes Antonio Ulloa Coppiano e Luis Mendoza). CIDC-El Salvador (diretores Eduardo Alfonso Figeac e Manuel de J. Salazar; suplentes Juan Ricardo Ramírez e Luis Mendoza). CIDC-Guatemala (diretores Carlos E. Simons e Eduardo Taracena; suplentes Evangelina Cuellar L. e Enrique Salazar Lieckens); CIDC-Haiti (diretores Frank C. Magloire e Samuel Devieux). CIDC-Honduras (diretores Vicente Machado Valle e Henry D. Guilbert; suplentes Roberto Martínez Ordóñez e Raúl Edgardo Estrada). CIDC-México (diretores Manuel Salazar y Arce e Salvador Mendoza; suplentes Telesforo Cario e Carmen Rivera Solís). CIDC-Nicarágua (diretores Carlos Adán Espinosa e Francisco Buitrago M.; suplentes Emilio Alvarez Montalván e Tino López Guerra). CIDC-Panamá (diretores Aurelio A. López W. e Jorge Agustín Arango; suplentes José Fernando Cardona Mass e Luis Carlos Noriega). CIDC-Paraguai (diretores Anselmo S. Aveiro e Oscar Cabello; suplentes Juan José Bilbao e Mario L. de Finis). CIDC-Peru (diretores Rosario Aráoz e Miguel Cavero; suplentes Germán Morales Macedo e general Rodolfo Ravines Cortez). CIDC-República Dominicana (diretores José E. García Aybar e Manuel María Guerrero; suplentes Humberto Ruiz e José Manuel Machado). CIDC-Uruguai (diretores Nelson C. Otamendi e Plinio Torres J.; suplentes Ernesto Ramos e Ramón S. Alonso). CIDC-Venezuela (diretores Luiz Felipe Bellorín e Belén Vallarino Sucre; suplentes padre Jesús Hernández Chapellin e deputada Isolda Medina de Méndez).

Essa guerra de “libertação” das “nações e povos escravizados” pela “Cortina de Ferro” comunista, como estampou a convocatória do III Congresso da CIDC, teria como signo ideológico a defesa da *civilização cristã*. “**En la hora actual, el mundo civilizado es objeto de una de las amenazas más atroces que han pesado sobre su existencia, ya que se plantea una lucha de la cual puede resultar el exterminio de los principios básicos de la Civilización Cristiana**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 92, grifo meu). Aqui estão contidas, observa o historiador Cañón Voirin, a lógica e a justificativa ideológica para o *extermínio* dos inimigos comunistas, “lidos” e combatidos como os “exterminadores” da *civilização cristã*. “Sob este signo, vencerás!”. Assim, a convocatória explicitou, de um lado, “la lógica de la política como lucha a muerte, la lucha política como lucha de exterminio, donde los sostenedores de una ideología (en este caso el marxismo) son considerados enemigos, para los que sólo se contemplaba el exterminio” e, de outro lado, “quedaba cristalizada **la idea de una única y verdadera civilización, la cristiana, con derecho exclusivo a existir**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 92, grifo meu). Como cristãos, portanto, os congressistas da CIDC não deixaram de reconhecer a existência da *miséria* e da *fome* na América Latina, definindo-as como o terreno fértil para o êxito da *prédica subversiva*. E como construir democracias em um solo sócio-econômico que seria uma sementeira da *subversão* e de *subversivos*? Embora reconhecendo que “la democracia estaba lejos de ser una realidad en el continente”, “consideraban que la democracia había posibilitado o podía posibilitar el ascenso de los desposeídos al poder” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 93).

Para os delegados da CIDC, pois, “**frenar la expansión comunista y revertir los avances de la democracia de masas son casi sinónimos**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 93, grifo meu). O comunismo, embora o inimigo número 1 da humanidade, não era o único percalço vislumbrado pelos oradores do III Congresso: “La democracia de masas representaba un verdadero obstáculo para la consecución de sus objetivos, que eran ‘hermanar al capital con el trabajo’; practicar la justicia social cristiana; eliminar perjuicios odiosos de fortuna, raza y credo” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 93). Com essa estratégia de guerrear o comunismo e retificar os “erros da democracia”, os congressistas formularam uma “tipologia dos comunistas”. O primeiro grupo seria composto pelos “pobres”, seres “inferiores” que, com a devida instrução, poderia ser “resgatados” da condição de “vítimas inocentes” do comunismo. Esses poderiam ser “recuperados” com uma boa “reeducação” cristã, ancorada na doutrina social da Igreja católica.

Na segunda categoria estariam “burgueses” e “pseudo-intelectuais” marxistas e, na terceira, os “agentes comunistas” propriamente dito. Todos eles “irrecuperáveis” e, sendo criminosos e delinquentes comunistas, precisariam ser castigados. “De allí que consideran que la justicia social cristiana permitía trabajar sobre el primer grupo, pero para los otros sólo quedaba la punibilidad de sus actos y la represión” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 93). Eis, então, que a CIDC definiu os *tipos* comunistas:

Los pobres comunistas, que nada saben con respecto al comunismo, que ignorantes y sufridos, viviendo en un bajo nivel de vida, aceptan las promesas fingidas y traidoras de los agentes soviéticos. Son dignos de lástima, precisa dar luz a sus cerebros, auxiliarlos y recuperarlos. Los burgueses y los pseudointelectuales marxistas; muchos de ellos son simplemente oportunistas, o personas fallidas, fracasadas. Es gente muy nociva, esos imbéciles, por el hecho de gozar de cierta categoría social, son tomados como ejemplos por los infelices del primer grupo. Por último, los agentes comunistas, es gente de la peor especie, irrecuperable. Los comunistas pertenecientes a la primera categoría son perfectamente recuperables, por medio de la persuasión y de esclarecimientos. Pero, no bastará aclarar, para el fin de recuperar. Será indiscutible también tomar medidas de carácter constructivo, de cuño democrático y cristiano. El comunismo encuentra ambiente propicio, en la pobreza, en la miseria, en las injusticias sociales. Con la atenuación de la miseria, desaparecerá el comunismo (*Apud* CAÑÓN VOIRIN 2017: 93)

Dessa forma, “praticar la Doctrina Social de la Iglesia tenía, como se sabe, la virtud de suavizar las condiciones de explotación sin alterar en lo substancial el orden de clases” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 93). O anticomunismo da CIDC foi talhado pelo tradicionalismo católico, buscando “hacer desaparecer ‘el odio provocado por las desigualdades sociales’” e promover “**una auténtica restauración del orden cristiano**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 93, grifo meu). Se no I Congresso de 1954 no México o colombiano Uribe Misas saudou a batalha dos congressistas como o início da “magna vitória do cristianismo sobre o comunismo (...) para impor a Cruz”, outro colombiano defenderia, no III Congresso de 1957 no Peru, que “**América, es solo América por la herencia cultural de Roma, a través de España**” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 93-94, grifo meu). A “cruz” do cristianismo e a “espada” do colonizador espanhol, portanto, como demiurgos da *civilização cristã* na América.

Ademais do total desprezo aos modos de vida, cultura e religião dos povos originários pré-colombianos, evidencia-se aí uma dupla regressividade do ideário da CIDC: religiosa e econômica. Como observa Cañón Voirin, o programa econômico defendido no III Congresso preconizou “un esquema antagónico a la industrialización” e “una reestructuración del capitalismo dependiente hacia un nuevo tipo de modelo primario exportador” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 94).

Isto é, “las propuestas de la CIDC producían y reproducían un orden de relaciones culturales y económicas dependientes: por un lado, del antiguo lazo colonial con España, y por otro, del más reciente alineamento con EE.UU.” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 94).

Às vésperas da abertura do conclave da CIDC em 10 de abril de 1957, “uma violenta explosão social” ocorreu em Santiago do Chile. Tratou-se de um protesto contra a crise econômica e a degradação das condições de vida. a imprensa conservadora local o caracterizou “como uma tentativa de revolução liderada pelo comunismo” (CASALS, 2019: 539). O tema foi incorporado nos debates do III Congresso da CIDC pela delegação chilena, que também definiu os protestos como mais um exemplo de “intervenção soviética” na América Latina. Solicitou à CIDC um posicionamento favorável à Lei para a Defesa Permanente da Democracia, cujo projeto, que criminalizava o comunismo, fora rejeitado pelo parlamento chileno. Pouco depois, a Comissão Permanente da CIDC publicaria um panfleto com o discurso do senador Raul Marin Balmaceda, suplente da CIDC-Chile, pronunciado em 1956 no Senado. Nele, intitulado “Proceso Soviético no Senado do Chile”, defendera o projeto de lei, comentara a “denúncia de Khrushchev a Stalin durante o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética”, e procurara – “como Jorge Prieto Laurens indicou em seu prólogo ao panfleto – ‘demonstrar [...] a falsidade radical e fundamental do comunismo’” (CASALS, 2019: 537)<sup>156</sup>.

No mesmo sentido, em uma de suas resoluções, o III Congresso da CIDC recomendou que os países da América Latina decretassem “leis para a ‘defesa do regime democrático’”, o que foi especialmente aplaudido e elogiado pela delegação chilena (CASALS, 2019: 539). Também a delegação de Honduras apresentou suas “preocupações” no evento antissoviético. Ela aproveitou para mostrar suas “credenciais” anticomunistas e, de acordo com um informe da diplomacia britânica, “a participação do Partido Liberal de Honduras (...) no Terceiro Congresso em Lima foi uma ‘operação *whitewashing*’ – tanto aos olhos dos votantes locais quanto dos Estados Unidos – devido aos rumores de uma prévia proximidade do comunismo” (CASALS, 2019: 540-541). Se em 1955 a Bolívia do presidente Victor Paz Estenssoro foi o país-alvo dos ataques do II Congresso da CIDC no Brasil, o seu sucessor na presidência da República foi “alvejado” pelo III Congresso da CIDC de 1957.

---

<sup>156</sup> “Desse modo, graças à Comissão Permanente, os argumentos anticomunistas autoritários de Marín Balmaceda puderam ter algum tipo de alcance continental” (CASALS, 2019: 537).

No Peru, o novo presidente boliviano Hernán Siles Zuazo foi caracterizado como “um companheiro de caminhada dos comunistas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 448). O I Congresso de 1954 no México “mirou” na Guatemala de Jacobo Arbenz. O II Congresso de 1955 no Brasil, cujos delegados comemoraram o suicídio de Getúlio Vargas, “apontou” para a Bolívia de Paz Estenssoro. E o III Congresso de 1957 voltou a apresentar a Bolívia como alvo prioritário. Não sem antes atacar o ex-presidente Perón como a encarnação do “perigo vermelho” na Argentina por “seus duvidosos vínculos com o Partido Comunista Argentino”, sendo desimportante que Perón já tivesse sido “desalojado do poder e obrigado a exilar-se em setembro de 1955” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 448). Os congressistas da CIDC em Lima concluíram que “o ‘problema peronista’ transcendia as fronteiras argentinas como demonstrava a atividade do líder refugiado em Caracas, de quem se denunciava que parecia decidido a promover uma ‘revolução social americana’” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 448-449).

Por isso foi exigido que o governo da Venezuela expulsasse Perón e que nenhum outro governo da América Latina lhe desse asilo, a fim de assim “impedir a realização de ‘atividades subversivas’ de seus ‘cúmplices’ e fomentar a troca de informações a respeito” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 449). Da mesma forma como em 1955 no Rio de Janeiro, no III Congresso de 1957 em Lima as denúncias contra o governo boliviano partiram do chefe da Falange Socialista Boliviana Oscar Unzaga de la Vega, sub-secretário-geral da CIDC. Acompanhando os ataques, o diretor da CIDC-Chile “Sergio Fernández Larraín apresentou um breve discurso sobre a penetração comunista na Bolívia durante o primeiro governo do líder do MNR [Movimiento Nacionalista Revolucionario] Víctor Paz Estenssoro (1952-56)” (CASALS, 2019: 542). Seu discurso causou controvérsia entre os delegados bolivianos do III Congresso, que contou com membros do MNR e da oposição ao governo. Embora Larraín tenha tentado aplacar os ânimos ao destacar que seu discurso sobre a “intervenção comunista” na Bolívia limitara-se ao governo de Paz Estenssoro e não se estendera ao de seu sucessor Siles Zuazo, “o debate entre os bolivianos na assembleia foi alto e claro. Em meio à discussão o senador boliviano Federico Álvarez Planta propôs o estabelecimento de uma Comissão de Inquérito que iria até La Paz para informar sobre as novas tendências no país” (CASALS, 2019: 542).

Os congressistas da CIDC eram em geral refratários ao MNR por considerá-lo, como a qualquer movimento nacional reformista com base popular, como a antecâmara do comunismo. A



Guatemala de Arbenz teria sido o caso exemplar desse tipo de governo nacionalista que, ao apostar nas reformas e na mobilização popular, teria aberto o país à “comunização”. Perspectiva essa que coincidiu, como visto, com a “abordagem de espingarda” dos EUA condensada na diretriz NSC 144/1 de 1953, a base da política externa anticomunista de Eisenhower para a América Latina. “Para Washington, havia pontos de contato demais entre o nacionalismo desenvolvimentista e o socialismo soviético para serem ignorados” (CASALS, 2019: 542) e, assim, “qualquer proposta de nacionalização e redistribuição disparava o alarme”, motivo pelo qual “os Estados Unidos não hesitaram em apoiar as ditaduras militares de direita se isso garantisse a contenção dos movimentos nacionalistas populares” (CASALS, 2019: 542).

Os governos de Paz Estenssoro e Siles Zuano, dirigentes do MNR, era provavelmente “tolerada” pelos EUA graças ao passado pró-fascista do movimento, o que lhe garantiu “credenciais” anticomunistas. Porém, uma vez no poder, apesar de sua sua origem pró-fascista, o MNR nacionalizou as minas, realizou a reforma agrária, dissolveu as Forças Armadas e apoiou as milícias populares<sup>157</sup>. Chegou a contar, entre seus aliados mais próximos, com “o líder mineiro boliviano Juan Lechín, a principal figura do Partido Obrero Revolucionário trotskista” (CASALS, 2019: 543). Por isso, estava sob ataque da CIDC, cujo diretor chileno Fernández Larraín responsabilizou-se pela organização de uma Comissão de Inquérito para visitar La Paz e preparar um relatório “o caso Bolívia”. De início o presidente da CIDC, o almirante brasileiro Penna Botto, foi o indicado para a missão.

---

<sup>157</sup> O MNR foi criado como um partido nacionalista na hecatombe causada pela Guerra do Chaco (1932-1935) entre Bolívia e Paraguai. No final da década de 1940, “sua associação com o movimento trabalhista organizado – particularmente os mineiros – o afastou da retórica fascista e o trouxe mais próximo da esquerda. Entre 1943 e 1946, o MNR teve sua primeira experiência no poder durante o governo nacionalista e reformista (e também simpatizante fascista) de Gualberto Villarroel, até sua derrubada em 1946 como resultado de um levante que uniu conservadores e o Partido de Izquierda Revolucionaria pró-soviético. Os governos militares do assim chamado sexenio (1946-52) não foram capazes de resistir à mobilização rural e urbana popular contra o Exército, a oligarquia tradicional e, sobretudo, contra o poderoso ‘Rosca’, o grupo oligárquico de empresários proprietários das minas de estanho. Uma vez que se tornou claro que o Exército não aceitaria o extraordinário sucesso eleitoral do MNR nas eleições de 1951, um levante popular violento derrubou as Forças Armadas em 1952 e instalou no poder o partido vitorioso. O MNR e seus aliados na esquerda decretaram a reforma agrária, a nacionalização das minas, a dissolução do Exército e a organização de milícias populares, entre outras medidas revolucionárias. Alinhados com sua retórica nacionalista popular, eles procuraram refundar a nação sobre uma ampla base de alianças sociais dos trabalhadores e opositores da oligarquia. Contudo, o impulso revolucionário não durou muito. Em meados de 1950, a situação econômica havia forçado a reaproximação com os Estados Unidos, que buscaram canalizar a revolução boliviana em direção a um modelo de desenvolvimento e modernização. A aliança política e social original logo se partiu, enquanto o MNR participou da Aliança para o Progresso do Presidente John F. Kennedy no início de 1960 até sua derrubada por outro golpe militar em 1964” (CASALS, 2019: 541).

Mas ao final Fernández Larraín assumiu sua chefia, indicando-se à Comissão de Inquérito o peruano Miguel Cavero, o colombiano Ignacio Ramírez, o guatemalteco Carlos Simon e o diretor da CIDC-Cuba Ernesto de la Fe. A Comissão visitou La Paz em 24 de outubro de 1957. Antes disso, contudo, seu presidente chileno parecia já estar convencido de que o MNR era um agente de “comunização” da Bolívia. Ainda em maio de 1956, Fernández Larraín, como líder do Partido Conservador Unido e presidente da Comissão Para Investigar a Penetração do Comunismo no Chile, “proferiu um longo discurso no qual ele buscou demonstrar ‘que o regime do assim chamado ‘Movimento Nacionalista Revolucionário’ está subservientemente seguindo as diretivas do comunismo internacional’” (CASALS, 2019: 543). Defendeu que “o regime do MNR era um ‘tipo de experimento chinês sendo desenvolvido no Altiplano’” e a prioridade ao camponês que conferira aos camponeses seria “evidência de um tipo de regime ‘chinês’, mas que foi, no entanto, liderado por Moscou” (CASALS, 2019: 543). Tudo isso, denunciou o político chileno, “sob o olhar complacente e cooperação do governo dos Estados Unidos da América’, uma vez que Washington estava supostamente ignorando a natureza comunista do MNR”. “A seu ver, o que estava acontecendo na Bolívia era uma versão mais sofisticada do caso guatemalteco, e estava em exato acordo com ‘o plano de penetração que Moscou havia se esforçado para implementar em países subdesenvolvidos’” (CASALS, 2019: 543).

O historiador Marcel Castal destaca que, quando se lê o informe de Fernández Larraín, tem-se a impressão de ser ele “um acadêmico do anticomunismo”. O diretor da CIDC-Chile o recheou com uma profusão de documentos, dados, citações bibliográficas, o que já expressava “uma certa circulação de informação a nível continental, talvez como resultado dos Congressos contra a Intervenção Soviética realizados até aquele momento” (CASALS, 2019: 543). A “tese” que o chileno pretendeu demonstrar era “simples”: mesmo quando o MNR buscava afastar-se do comunismo, isso não era mais do que uma “estratégia comunista” diversionista. “O comunismo não aparece em nada (...) Até mesmo as hierarquias do Altiplano muitas vezes tomam posições e fazem declarações antissoviéticas, mas [...] essas atitudes e palavras, confrontadas com a realidade do caos boliviano, não vão além de fraquezas, gestos inúteis e perda inútil de fôlego” (LARRAÍN *apud* CASALS, 2019: 544). Era essa a “leitura” sobre o MNR feita pelo chileno escolhido para dirigir a Comissão de Inquérito da CIDC.

O governo de Siles Zuazo preocupou-se com uma eventual repercussão internacional negativa que poderia advir das “investigações” da CIDC sobre “o comunismo na Bolívia”. Seu ministro das Relações Exteriores pediu que o embaixador da Bolívia no México, Mario Diez de Medina, intercedesse junto ao secretário-geral da CIDC, o mexicano Jorge Prieto Laurens, tentando convencê-lo que Fernández Larraín seria um inimigo da Bolívia. O chileno, arguiu o embaixador boliviano, “não seria um amigo de meu país e buscará sempre os meios de desacreditá-lo e de criar uma má atmosfera na arena internacional” (MEDINA *apud* CASALS, 2019: 544).

Prieto Laurens tranquilizou o diplomata e lhe garantiu que o cubano Ernesto de La Fe – “o único a se encontrar com autoridades governamentais em La Paz – já havia enviado seu relatório e foi a favor, no geral, do MNR” (CASALS, 2019: 544). O mexicano recordou-lhe que o próprio governo da Bolívia enviara delegados oficiais ao III Congresso no Peru e, ao final da conversa, convidou o embaixador Diez de Medina ao próximo conclave da CIDC para, então, “terminar de convencer dois antibolivianos recalcitrantes: o chileno Fernández Larraín e o brasileiro Penna Botto” (PENNA BOTTO *apud* CASALS, 2019: 544-545). Funcionários da embaixada britânica no Peru, depois de acessarem parte do informe de Fernández Larraín por intermédio de Miguel Cavero, membro da Comissão de Inquérito da CIDC e diretor do jornal *El Comercio*, comentaram que “a conclusão atestou que o regime do MNR exibia ‘a essência, estrutura e objetivos dos marxistas [sic]’, acrescentando que a Bolívia era um ‘bastião vermelho no mapa da América Latina [sic]’” (CASALS, 2019: 544-545).

A veracidade desses argumentos foi rechaçada pelos diplomatas britânicos lotados em Lima, que “informaram Londres de que não havia nenhuma evidência sólida para a intervenção soviética ou um Estado comunista [na Bolívia]. O fato de o cubano Ernesto de La Fe ter esboçado um relatório minoritário em termos opostos, eles acrescentaram, refletia a fraqueza das interpretações do chileno” (CASALS, 2019: 545). Segundo a diplomacia britânica, “é difícil evitar a conclusão de que eles não estavam preocupados com a produção de um relatório objetivo, mas sim em fazer um caso contra o governo boliviano” (CASALS, 2019: 54). Ao final, o informe de Fernández Larraín que “atestou” e condenou a “comunização” da Bolívia foi aprovado pela maioria dos votos (excetuando o de Ernesto de la Fe) da Comissão de Inquérito, sendo aplaudido pelo presidente brasileiro da CIDC, o almirante Penna Botto.

À diferença dos Congressos anteriores, o III Congresso da CIDC adquiriu certo “verniz” democratizante. Em 1954 e em 1955, como visto, advertiu-se para o fato de que, via de regra, regimes democráticos abririam as portas à “comunização” de um país e não proporcionariam os métodos mais eficientes e definitivos para se derrotar o comunismo. No III Congresso, porém, publicou-se um documento final intitulado *Declaração de Lima* e, nele, foram inscritos genericamente, “independentemente das tendências políticas”, os “princípios antitotalitários” da CIDC (CASALS, 2019: 538).

Nessa direção, a *Declaração de Lima* defendeu “a condenação de qualquer sistema de opressão que use o anticomunismo como justificativa” (CASALS, 2019: 538). A embaixada da Grã-Bretanha em Lima anotou como “positiva” essa aparente “democratização” da CIDC, embora acautelou-se do fato de que talvez seria algo mais aparente do que efetivo. De um lado saudou “a participação de alguns ‘democratas genuínos’” no III Congresso da CIDC no Peru, “embora a presença de delegações com o apoio de ‘tirantias’ da América Central deixasse certas dúvidas” (CASALS, 2019: 538). O historiador Cañón Voirin observa, contudo, que a *Declaração de Lima* foi de fato construída com base na *Declaração de Princípios Anticomunistas* do I Congresso de 1954. Comenta, ademais, que a ideologia antitotalitária da CIDC teve como preocupação central a necessidade de substituir a *luta* pela *cooperação* de *classes*. Assim que, em seus pontos principais, a *Declaração de Lima* jurou que a CIDC lutaria pelos seguintes princípios “democráticos”:

Defensa de la libertad auténtica como norma de convivencia social y de la democracia efectiva, como sistema de gobierno; Respeto a los derechos del hombre; afirmación y defensa de nuestras tradiciones, nacionalidad, instituciones y concepto de Patria; Lucha constante contra el totalitarismo comunista por cuanto significa el capitalismo de Estado; Propugnar la libertad de enseñanza; **Sustitución de la Lucha de Clases que es guerra civil permanente por la Cooperación de Clases, que es paz social y unidad nacional** (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 94, grifo meu)

O III Congresso da CIDC, como os dois anteriores, também preocupou-se com a “infiltração comunista” na educação. O Congresso do Peru advertiu para a necessidade de “especificamente estimular a produção das ciências sociais sobre os aspectos que preocupavam ao conjunto dos anticomunistas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 457-458). Aprovou-se também um conjunto de resoluções solicitando “aos governos a adoção de leis que impedissem o exercício da docência para pessoas ‘comprovadamente comunistas’” (BOHOSLAVSKY;

BROQUETAS, 2018: 452). Os historiadores uruguaios Bohoslavsky e Broquetas destacam o “substrato conservador e moralista sobre os jovens, suas condutas e preferências” inscrito nas moções apresentadas ao III Congresso pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto. Uma delas, intitulada “Contra a infiltração marxista na juventude”, foi construída sobre “um jargão pseudocientífico da área”, argumentando que “os adolescentes sofriam de ‘desadaptação e distúrbios neuróticos que eram usados pelos comunistas em seus ‘propósitos sinistros’” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454).

Diante da “anomia” da vida moderna, à juventude “os comunistas ofereciam ‘respostas fáceis’ e participação em ‘panfletos vermelhos’, tribunas, células e organizações auxiliares” e, inconscientemente, “quase sem perceber, os jovens acabaram ingressando no Partido” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454). Essa proposta da CBA ao III Congresso da CIDC “expõe o estereótipo do jovem marxista construída nas fileiras anticomunistas” e, “qualificados como ‘neuróticos’ e ‘inadaptados’, esses jovens eram depreciativamente apresentados da seguinte maneira” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454):

(...) desalinhados, malvestidos, muitas vezes sujos e despenteados; tristemente ignorantes em sua maioria; incapazes de multiplicar duas cifras comuns ou de submeter-se a um teste aceitável sobre qualquer assunto do ensino médio e muito menos universitário que frequentam, eles são marxistas *quand même* (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454)<sup>158</sup>

O diagnóstico da CBA de Penna Botto, portanto, definiu que “a infiltração marxista na juventude” era fruto da “confusão ou extravio” gerado pela “anomia” da vida moderna. E o que fazer diante disso? Seria preciso “recuperar e reconverter o maior número possível de jovens” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454). Mas isso levaria tempo e seria preciso estancar de imediato a “infiltração” na juventude operada no processo educativo. Isso poderia ser feito rápido. Bastaria “fechar as associações estudantis marxistas, erradicar professores que abusavam da liberdade de cátedra, esclarecer aos estudantes os aspectos básicos da doutrina comunista e oferecer-lhes alternativas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454). Outra proposta da CBA de Penna Botto, referindo-se ao Levante Húngaro de 1956 reprimido pela URSS, saudou que

---

<sup>158</sup> A resolução da CBA de Penna Botto garantiu, em outro trecho, que seria “doloroso constatar cómo caen los jóvenes en las insidiosas trampas de los bolcheviques, cómo se dejan torpemente explotar, cómo actúan cual ingenuos, tontos y papanatas, en las manos maquiavélicas de los apátridas marxistas. Los adolescentes sufren, muchos de ellos, de desadaptación y de perturbaciones neuróticas, así al menos lo aseguran los psiquiatras, y este factor psíquico auxilia mucho a los comunistas en sus siniestros propósitos” (CIDC, 1957: 51).

“os estudantes tinham sido vanguardistas nos movimentos ‘contra a barbárie bolchevique’ no Leste Europeu” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454).

Entre as inúmeras resoluções do III Congresso da CIDC para estancar e reverter a “infiltração comunista” entre as classes trabalhadoras, destacou-se uma sobre os sindicatos, cuja representação monopolista deveria ser evitada e que deveriam funcionar “independentes do Estado e dos partidos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 453). Para combater a “infiltração comunista” na imprensa e, acima de tudo, promover uma produção jornalística própria, o III Congresso aprovou a criação da **Organización Interamericana de Periodistas Anticomunistas (OIPA)** (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 445, grifo meu). O autor da proposta foi o jornalista Salvador Díaz-Versón, presidente da Liga Anticomunista de Cuba e suplente da CIDC-Cuba. Antes de se tornar jornalista em tempo integral, contudo, ele servira como agente de inteligência do governo de Carlos Prío, nomeado diretor de Polícia Nacional e, entre 1948-1952, “Chefe do Gabinete de Contra-Espionagem do Exército” (CUBANINFORMATIONARCHIVES). A CIDC estava bem assistida com um jornalista desse perfil. E assim, para assentar as fundações de seu projeto jornalístico, também em Lima decidiu-se pela criação da Secretaria de Imprensa da CIDC, “dirigida por Díaz Versón e integrada por delegados (‘jornalistas profissionais’) dos países participantes. Ali foi proposta a concretização da OIPA em um Congresso Hemisférico” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 445).

Além do projeto-OIPA, o III Congresso de 1957 aprovou “a criação de uma **Agência Continental de Informação Anticomunista**” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 455, grifo meu). Embora apresentada pela delegação guatemalteca em Lima, ela reiterou em alguns de seus pontos uma proposta feita, no II Congresso da CIDC de 1955, pelo cubano Ernesto de la Fe. Recorde-se que esse ex-ministro de Informações do ditador Fulgencio Batista havia proposto então que a CIDC estabelecesse “un registro general interamericano de comunistas por parte de la Comisión Permanente” (CIDC, 1956: 359). Essa proposta foi resumida pelo *The Christian Science Monitor* como uma espécie de “**registro interamericano de comunistas para ajudar as nações a monitorarem os agentes comunistas dos respectivos países**” e ajudá-las a coordenar atividades com os “comitês locais anticomunistas [que] já trocam informações sobre agentes comunistas que se tornaram adeptos de cruzar as fronteiras” (WARREN, 1955, grifo meu).

Em suma, a Agência Continental de Informação Anticomunista proposta no III Congresso da CIDC deveria criar e operar um banco de dados hemisférico sobre o deslocamento transfronteiriço de “subversivos” comunistas. Medidas de controle e vigilância das viagens e trânsito dos “agentes comunistas” já previstas pela OEA na IV Reunião de Chanceleres (Washington, 1951) – da qual Penna Botto participara como Conselheiro Militar do Brasil – e na X Conferência Interamericana (Caracas, 1954). Insistindo nesse ponto, o III Congresso da CIDC aprovou uma resolução proposta “pela delegação peruana que exigia que os governos cumprissem o que foi acordado em Washington e Caracas com relação à eliminação de ‘agentes e espiões soviéticos’” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 457).

Rapidamente o escritor peruano Luiz Alayza Paz converteu a proposta em um telegrama que a CIDC enviou à OEA em 13 de abril de 1957. Nele, reiterou que as Repúblicas americanas estavam formalmente obrigadas a adotarem ditas resoluções “para repudir [el] comunismo y eliminar [los] agentes y espías soviéticos” que, “a través [de] embajadas [de] Rusia y satélites”, estariam “abusando [de la] inmunidad diplomática en nuestros países” em sua “nefanda empresa [para] minar regímenes democráticas [de] nuestra América” (CIDC, 1957: 37). Indo “um pouco” mais longe, o secretário-geral da CIDC Prieto Laurens propusera a expulsão de todas as representações diplomáticas da URSS da América Latina. Só isso<sup>159</sup>. Mais importante, porém, é fixar o teor da proposta apresentada pela delegação guatemalteca para o estabelecimento da Agência Continental de Informação Anticomunista. Seu título já era em si *muy* revelador do internacionalismo dos anticomunistas confederados na CIDC: “**Creación de un Anti-Kominform**”. O Kominform, depois que Stálin fechou a Internacional Comunista (Komintern),

---

<sup>159</sup> “Os comunistas são rigidamente disciplinados, firmes e inabaláveis na persecução de seus objetivos, embora eles sejam insignificantes no que diz respeito ao seu número e impopulares entre as massas. Mas enquanto não estivermos unidos, não podemos freá-los. Alguns comunistas não pertencem oficialmente aos partidos comunistas, mas eles ocupam posições importantes na administração, particularmente em instituições culturais, e passam adiante informações aos partidos comunistas. As investigações conduzidas pela Confederação revelaram que os comunistas desenvolvem sua atividade perniciosa principalmente entre a intelectualidade [intelligentsia] e menos entre os trabalhadores. O Brasil, onde mais de 500.000 comunistas estão registrados e 40 jornais comunistas são publicados, é o mais ameaçado pelo comunismo. Igualmente, o comunismo é uma séria ameaça na Argentina e no Chile, e ambos os países têm aproximadamente 100.000 comunistas cada. Em nossa opinião, a Conferência deveria aprovar uma resolução para expulsar todos os consulados e missões diplomáticas soviéticas dos Estados da América Latina, uma vez que esses consulados e missões, por si só, são responsáveis pela atividade traiçoeira dos comunistas nativos nesses países e proporcionam meios pelos quais consideráveis somas de dinheiro são trazidas para dentro dos Estados da América Latina para os agentes comunistas. Por isso, não surpreende que o comunismo na América Latina tenha conquistado a intelectualidade de mentalidade mercenária” (PRIETO LAURENS *apud* ABN, 1957, v. VIII, n.º 5/6, p. 14).

era o instrumento de organização internacional do Partido/Estado da URSS. A CIDC deveria criar, assim, uma contra-organização internacional anticomunista: um “Anti-Komintern” ou “Anti-Kominform”. A moção guatemalteca foi aprovada por unanimidade e, embora longa, merece ser transcrita:

**CONSIDERANDO:** Que **las fuerzas del Comunismo Internacional han penetrado profundamente en América Latina, amenazando las Instituciones democráticas del hemisferio y extendiendo sus peligrosas doctrinas en nuestro medio**; Que se hace necesario contrarrestar con medidas efectivas la expansión del Comunismo Internacional en las repúblicas de América, creando para ello los medios de lucha indispensables; Que es imperativo coordinar asimismo los esfuerzos de todos los organismos y entidades cívicas, estudiantiles, profesionales, laborales, sociales, políticas y de cualquier otra índole, que luchan en las repúblicas de América por la defensa de la democracia; Que no existe en este momento ningún organismo que tenga a su cargo el desarrollo de esta fase de la campaña anti-comunista, en forma técnica y con la magnitud que le caso amerita; **RESUELVEN:** a) **Crear la Agencia Continental de Información Anticomunista**, cuyas oficinas centrales operarán en una de las capitales latinoamericanas (...) y tendrá sucursales en todos los países del Hemisferio Occidental, con las siguientes atribuciones: 1) Desarrollar una campaña bien coordinada de divulgación en todas las naciones del continente, con el objeto de ilustrar a los habitantes de América sobre los peligros del Comunismo Internacional, instruyéndolos a través de impresos, conferencias, programas de radio, televisión etc., con materiales de positivo interés y fácil comprensión, explicando a la vez los conceptos democráticos que deben prevalecer en América y alertándolos sobre las siempre nuevas directivas y métodos de actuar del Partido Comunista. Especial atención se dará al obrerismo, campesinado y estudiantado. 2. Solicitar la adopción de medidas que faciliten el libre tráfico de impresos y demás propaganda emitida por la Agencia con destino a cualquier país de América, tales como franquicias postales, tarifas especiales de transporte etc. 3) **Mantener vigilancia constante sobre las actividades de los Comunistas Internacionales, denunciando y advirtiendo contra las campañas disimuladas de los comunistas, tales como falsas banderas de paz, ayuda a la infancia, reuniones de la juventud, organizaciones femeninas, redención de trabajadores, etc.** 4) **Denunciar públicamente a los agentes comunistas que operan en los países de América o que llegan de otros continentes, a efecto de que su labor se vea entorpecida o imposibilitada.** 5) **Denunciar cualquier intromisión de agentes comunistas que bajo la apariencia de dirigentes obreros, entorpezcan el buen desarrollo de las actividades laborales y rompan la armonía entre patronos y trabajadores sirviendo fines extraños.** (...) [6] b) Gestionar ante los gobiernos de los países de América, la formación de un fondo común que sirva para sufragar los gastos inherentes al funcionamiento de la Agencia Continental de Información Anti-Comunista, estableciendo cuotas anuales distribuidas entre ellos de acuerdo con su extensión territorial y posibilidades económicas, con base en un presupuesto debidamente elaborado por este mismo Congreso (CIDC, 1957: 40-43, grifo meu)

Nota-se, nesse sentido, o perfil internacionalista dos anticomunistas latinoamericanos. E o III Congresso de Lima aprofundou não apenas a regionalização mas sim a globalização das redes e do arco de alianças dos anticomunistas confederados na CIDC. Em Lima, “deram-se novos passos em relação à formalização e o aumento da união anticomunista americana”, com uma



“novidade principal”: “a incorporação dos Estados Unidos e do Canadá à Confederação e a participação ativa nos congressos, algo que nos fatos ratificava o caráter pan-americano da aliança” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 444). Em 1954, a iniciativa de incorporação dos norte-americanos já tinha sido apresentada no I Congresso do México pelo almirante Penna Botto, que ali assegurou aos congressistas que os EUA seriam “os melhores amigos do Brasil”. Foi secundado por Prieto Laurens, que sugeriu a incorporação dos canadenses. Em 1957, portanto, anticomunistas do Canadá e dos EUA participaram do III Congresso da CIDC, já então presidida por um almirante brasileiro que era, como definiu um documento oficial norte-americano, “bastante amigável com os Estados Unidos”.

Em Lima, um dos congressistas clamou para que a CIDC assumisse “con valentía, con dignidad, con firmeza, en las ideas, en las acciones y en las palabras, la defensa de los EE.UU.: el gran baluarte de la democracia” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 94)<sup>160</sup>. Qualquer posicionamento contrário aos EUA, desde então, deveria ser rechaçado de plano pela CIDC. Não seria (e nunca foi de fato) admissível externar um posicionamento *anti-yankee* como aquele manifestado pelos estudantes mexicanos de ultradireita no I Congresso de 1954, expulsos rapidamente por Prieto Laurens. Nada mais lógico vindo de uma Confederação cuja origem era um programa da CIA e do governo Eisenhower – declarado formalmente o “pai espiritual” do II Congresso da CIDC no Brasil – para servir de “cortina de fumação” primeiro para a contrarrevolução guatemalteca e, depois, para as contrarrevoluções na América Latina.

Qualquer crítica aos EUA, não importa se anticomunista, deveria ser tratada pela CIDC como “incorrecta, sino falsa, porque el pretendido imperialismo norte-americano no era sino una transfiguración de un sentimiento antinorte-americano que, en parte se proponían superar a través de la Declaración de Lima, que supuso la incorporación de las delegaciones de EE.UU. y Canadá a la CIDC” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 94). Se dentro do III Congresso não se registrou sequer uma crítica aos EUA, fora dele a situação foi diferente. Antes de sua inauguração, Arturo Jáuregui,

---

<sup>160</sup> Essa postura pró-yankee foi consolidada em uma proposta da delegação peruana intitulada “El Antimperialismo Yanki”. Nela, defendeu-se o imperialismo yanqui dos ataques que sofria na América Latina, pobrezito. As críticas seriam frutos da “campanha propugnada por comunistas, cripto-comunistas y nacionalistas desviados”. Isto é, “el antimperialismo yanqui, fabricado por Moscú, sustentado por el leninismo, stalinismo (...) está sirviendo de arsenal contra el interamericanismo” (CIDC, 1957: 45). Ao apresentar a proposta, a CIDC arguiu que os críticos do imperialismo yanqui manteriam “un extraño silencio sobre los actos de rapacidad, de violencia y de agresión del imperialismo soviético” (CIDC, 1957: 44).

secretário-geral da Organização Regional Interamericana de Trabajadores e membro da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), “publicou uma carta na qual ele descreveu os delegados do Congresso como portadores de uma ‘postura moral duvidosa’ e como sendo ‘mercadores do anticomunismo’” (CASALS, 2019: 538).

O presidente da CIDC Penna Botto teria insistido para que a APRA participasse do encontro de Lima, buscando com esse convite incorporar uma expressiva organização de trabalhadores à coalização anticomunista. Contudo, diante da recusa de Jáuregui em associar a APRA ao III Congresso, o brasileiro passou a atacá-la. “Quando os brasileiros insinuaram a possibilidade do conluio da APRA com o comunismo, a resposta de Jáuregui foi direta: **‘Nosso anti-imperialismo não é o anti-imperialismo dos comunistas e nosso anticomunismo não é o anticomunismo dos imperialistas’**” (CASALS, 2019: 538, grifo meu).

Esse pequeno “incidente” não impediu, porém, o aprofundamento da globalização da CIDC, que contou em seu III Congresso com “Observadores Extracontinentais” e “dentre os delegados convidados estavam representantes da APACL organizados em torno dos nacionalistas chineses de Taiwan e Coreia do Sul – e ‘delegados fraternos dos países subjogados pela Rússia’, especialmente ucranianos, húngaros e romenos” (CASALS, 2019: 539). Assim que a CIDC em 1957 no Peru “aumentou a representação da Europa e da Ásia que contaram com representantes da China [Nacional], da Rússia e do Conselho Internacional de Líderes Dirigentes Cristãos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 444). Somaram-se a esses observadores extracontinentais “vários representantes de países ‘subjogados’ – como se aludia aos que permaneciam sob a órbita soviética – exilados na Argentina e no Uruguai” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 445). Foi em especial nas intervenções desses que se criticou “a insensibilidade do ‘mundo livre’ frente à ‘carnificina do povo húngaro’. Além do desassossego que gerava o falido levantamento na Hungria em 1956, socializou-se informação sobre os motivos provocados depois da morte de Stalin e se promulgou uma declaração contra a proposta soviética de coexistência pacífica” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 450).

Uma delegada argentina em especial, Elsie Krasting de Rivero Haedo, entusiasmou-se com a participação e o volume de representantes das “nações subjogadas pelo bolchevismo” em Lima. E, “em uma carta privada que chegou ao conhecimento dos diplomatas britânicos, ela observou várias associações [de países subjogados] entre os latino-americanos que compareceram

ao Congresso e portanto recomendou o aprofundamento desses laços” (CASALS, 2019: 539-540). Em 1955, essa argentina havia posado para uma foto, toda sorridente, enquanto participava do II Congresso da CIDC no Brasil. A sua esquerda, de óculos escuros, outra mulher encarava a câmera, Maria del Carmen Foster. A sua direita, dois criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas, respectivamente, da Albânia e da Croácia: José Luzay e Vjekoslav Vrancic. O croata havia sido condecorado por Hitler e fora o subsecretário do ministro do Interior ustashi que “supervisionara os campos de concentração de Pavelic e o aparelho policial de repressão” (GOÑI, 2004: 232)<sup>161</sup>. Enfim, esses criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas do leste europeu, e suas consortes, tinham mesmo suas razões para sorrirem. No pós-guerra, encontraram na CIDC uma plataforma hemisférica para continuarem sua luta anticomunista no exílio.



Una parte de la Delegación argentina. De izquierda a derecha: Vjekoslav Vrancic, Dr. José Luzay, Sras. Elsie Rivero Haedo y María del Carmen Foster.

**Figura 111.** No II Congresso da CIDC, em 1955, no Rio de Janeiro, Brasil, a delegação argentina foi composta, entre outros, por dois criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas: o croata Vjekoslav Vrancic e o albanês José Luzay. A Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil, como visto, não deixou de enviar observadores ao II Congresso da CIDC. FONTE: CIDC, 1956.

<sup>161</sup> Na Argentina, Vrancic “foi nomeado vice-presidente do ‘governo [de Pavelic] no exílio’ e envolveu-se em atividades terroristas com grupos ultranacionalistas argentinos. Isso não o impediu de conquistar uma cadeira de professor na Universidade de Buenos Aires” (GOÑI, 2004: 230).

### 3.4.2. O presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang: “Por uma Liga Mundial Anticomunista”

O ápice dessa globalização da CIDC no III Congresso ocorreu no momento em que foi acordado o estabelecimento de “laços para a formação de uma Liga Mundial Anticomunista”, isto é, quando se deu prosseguimento à proposta feita ao II Congresso da CIDC de 1955, à distância, pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang. Com uma “pequena” diferença: Ku Cheng-kang esteve presente e discursou no evento de Lima. Reiterou pessoalmente em 1957 no Peru o que dissera por telegrama em 1955 no Brasil: era preciso convocar um congresso mundial anticomunista para, no momento subsequente, criar uma espécie de “Internacional Anticomunista”. Como visto, a partir do II Congresso esse projeto já estava sendo “triangulado” entre a APACL e a CIDC e a APACL e o ABN de Yaroslav Stetsko. Seguindo à risca o *script* proposto por Ku Cheng-kang, no III Congresso da CIDC “foi encomendado a Prieto Laurens, secretário-geral da Confederação, que entrasse em contato com as organizações asiáticas que realizavam sua militância nesse terreno com o propósito de preparar um primeiro Congresso Mundial Anticomunista e avançar na concreção de uma ambiciosa coalizão transoceânica” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 445).

No mês seguinte, um fragmento do discurso do presidente da APACL-Taiwan proferido em Lima foi publicado pela *Free China & Asia*. Nele, registrou-se como o impulso mais agressivo à globalização dessas redes anticomunistas da Guerra Fria partiu, oficialmente, da ditadura militar do *generalíssimo* Chiang Kai-shek. A revista do “Capítulo” taiwanês da APACL noticiou que Ku Cheng-kang sentiu-se lisonjeado de poder ter participado pessoalmente do III Congresso da CIDC, ocasião em que propôs aos congressistas um plano para “intercambiar com vocês perspectivas concernentes à conspiração comunista, bem como coordenar nossos esforços para a causa” (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 3). Em seu discurso de 1957 no Peru, intitulado “Desenvolvimento e objetivos da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos”, Ku Cheng-kang explicou ao auditório o que era a APACL. Inicialmente, ele estendeu aos delegados do III Congresso “nossas mais calorosas saudações e profunda apreciação pela grande contribuição que vocês deram nessa parte do mundo para a causa anticomunista” (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 3).



*Figura 112.* Da esquerda para a direita, o segundo de pé, Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan, em sua primeira participação presencial em um congresso da CIDC, o III, de 1957, em Lima, no Peru. Como visto, esse hierarca do Comitê Central do Kuomintang já havia enviado uma proposta da APACL para o II Congresso da CIDC de 1955, no Rio de Janeiro, apresentada então pelo embaixador de Taiwan no Brasil. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 3.

A APACL nascera em 1954, explicou, graças “ao toque de clarim do Presidente Chiang Kai-shek da República da China e o Presidente Syngman Rhee da República da Coreia por uma frente unida dos povos asiáticos para lutar contra os comunistas por auto-salvação” (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 3). Soado o alerta anticomunista pelos ditadores de Taiwan e da Coreia do Sul, aderiram ao “chamado desses dois grandes líderes” países como Vietnã, Tailândia e os territórios de Hong Kong, Macau e Ryukyus, membros fundadores da APACL. Ku Cheng-kang detalhou aos congressistas da CIDC que a APACL expandiu-se em sua II Conferência de 1957 nas Filipinas, incorporando representantes da Turquia, Paquistão, Burma (atual Birmânia), Austrália, Grécia, Indonésia, Malásia e Singapura. Comemorou o presidente da APACL-Taiwan que, na Ásia, “o movimento anticomunista, portanto, tem ganhado impulso em uma base cada vez mais ampla” (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 3). E, dessa forma, a APACL “não apenas consolidou os esforços dos povos amantes da liberdade na Ásia, mas inspirou muitos outros a lutarem pela causa comum” (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 3).

A hora, porém, seria propícia para unificar e coordenar esforços não apenas entre anticomunistas da Ásia e das Américas, mas de todo o mundo. Daí o chamado aparentemente

singelo ao III Congresso da CIDC lançado pelo dirigente taiwanês que, ao menos formalmente, era um dos três mais graduados hierarcas do Kuomintang do *generalíssimo* Chiang: “Vamos ficar juntos para erradicar o inimigo comum e realizar nosso objetivo comum. Vamos lutar lado a lado pela liberdade, paz e prosperidade para toda a raça humana, para que todos os povos da Ásia e América Latina marchem de mãos dadas pela causa comum para colher os frutos da vitória final” (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 5). Além desse fragmento do discurso de Ku Cheng-kang no III Congresso da CIDC, a *Free China & Asia* comentou, na mesma edição de maio de 1957, que em seu discurso o presidente da APACL-Taiwan “recorreu a todas as pessoas amantes da liberdade e anticomunistas para se unirem pelo fortalecimento de sua cooperação em uma batalha conjunta pela vitória da luta anticomunista” (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 18). Noticiou-se, enfim, que a intervenção de Ku Cheng-kang junto a seus “amigos latinoamericanos” da CIDC serviu para acelerar o plano de convocação conjunta de um congresso mundial anticomunista para o ano seguinte:

**Mr. Ku também recomendou uma resolução instando a Confederação Anticomunista Interamericana [sic] a tomar as medidas apropriadas e necessárias para convocar a Conferência Anticomunista dos Povos em âmbito mundial com a participação dos Estados Unidos da América e Canadá.** A resolução foi aprovada por unanimidade pelo Terceiro Congresso” da CIDC (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 18, grifo meu)<sup>162</sup>

Conseqüentemente, em abril de 1957, essa participação de Ku Cheng-kang no III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina deu prosseguimento à proposta por ele apresentada em agosto de 1955, via embaixador taiwanês no Brasil, ao II Congresso da CIDC: seria preciso convocar um congresso anticomunista mundial para, depois, criar uma “Internacional Anticomunista”. No mês seguinte, em setembro, a revista da APACL-Taiwan, ao reproduzir a proposta enviada por seu presidente ao II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, estampou um editorial intitulado “Por uma Liga Mundial Anticomunista”. Pronto. Desde ali se estabeleceu a “tabelinha” CIDC-APACL.

---

<sup>162</sup> “Depois de comparecer ao Terceiro Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, o Senhor Ku deixou o Peru em 18 de abril de 1957 para um tour nos Estados Unidos a convite de várias pessoas responsáveis pelas organizações anticomunistas dos EUA para discutir questões relativas ao fortalecimento de uma maior cooperação do movimento anticomunista” (FREE CHINA & ASIA, 1957, v. 4, n.º 5, p. 18).



**Figura 113.** Ku Cheng-kang, o segundo, da direita para a esquerda, em 1957, na capital do Peru, em sessão do III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina da CIDC. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 5, p. 3.

Em 1957, no Peru, essa proposta “Por uma Liga Mundial Anticomunista” ganhou concretude quando o III Congresso da CIDC autorizou que seus dirigentes embarcassem em algumas viagens extracontinentais com o objetivo de organizar, sob o empuxo da APACL-Taiwan e demais aliados, o projeto “Por uma Liga Mundial Anticomunista”. Como dito, “sonho” que se “sonha” junto tem mais chance de se tornar realidade e o “sonho” de uma “Internacional Anticomunista” foi “sonhado” em Lima. Mas como “sonhar” não concretiza o “sonho” sem ação, coube à Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) do almirante Penna Botto, na dupla condição de seu presidente e da CIDC, solicitar “autorização” ao III Congresso para que aprovasse um conjunto de viagens essenciais para preparar o projeto “Por uma Liga Mundial Anticomunista” apresentado por Ku Cheng-kang à CIDC em 1955 e reiterado em 1957. Seguindo à risca o *script* da APACL-Taiwan, a CBA de Penna Botto apresentou a seguinte proposta ao III Congresso da CIDC:

**Liga Mundial Anti-Comunista. A proposito de la Cruzada Brasileira contra el Comunismo, el III Congreso aprobó la resolución que acordó trabajar en la obra de fundación de una Liga Mundial Anti-Comunista. CONSIDERANDO: Que la conspiración comunista es de orden global y requiere por lo tanto, para que sea eficazmente combatida, medidas y providencias también de orden global, o sea mundial; Que los pueblos de Europa y de Asia ya están concentrando esfuerzos en el sentido de lucha contra la ofensiva bolchevique; Que en América Latina la lucha anti-comunista, aunque se esté haciendo en conjunto, es decir, congregando esfuerzos de todos los países latino-americanos, todavía no ha sido entrelazada con el sector anti-soviético europeo ni el asiático; Que el entrelazamiento entre los tres sectores sería de notable**

**ventaja** sobre todo si el sector latino-americano fuera ampliando de manera que abarcara los Estados Unidos de America y el Canadá; Que en el I Congreso, realizado en México (1954) con en el II Congreso realizado en Río de Janeiro (1955), el asunto éste fue tratado y aprobado en principio. **RECOMIENDA:** Que la Secretaría General de la Confederación Inter-Americana de Defensa del Continente [CIDC] sea autorizada a entrar en contacto con la ‘Liga Anti-comunista’ (Formosa) y con la ‘Alianza Nacional de los Solidaristas Rusos’ (Frankfurt-Alemania Occidental), para **la preparación y ejecución de un ‘Congreso Mundial Anti-comunista’; Congreso éste que a su vez constituya una medida preliminar para la creación de una ‘Liga Mundial Anti-Comunista’.** La creación de tal ‘Liga’, posterior a la realización del mencionado Congreso, deberá realizarse, si es posible, dentro de un año a partir de esta fecha (CIDC, 1957: 38-39, grifo meu)

### *3.5. Organizand o a Cruzada mundial anticomunista: as viagens extracontinentais da CIDC*

Dessa maneira, o III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina aprovou o projeto “Por uma Liga Mundial Anticomunista” apresentado em Lima pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang. E a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto foi a responsável por ter feito a proposta de “embarque” da CIDC nesse plano de globalização animado por seus “amigos asiáticos”, os dirigentes da ditadura taiwanesa do *generalíssimo* Chiang Kai-shek e da contrarrevolução chinesa. A CIDC fincou suas raízes na contrarrevolução guatemalteca de 1954 e, com a ajuda de seus “amigos norteamericanos”, armou-se para fomentar as contrarrevoluções na América Latina. Em 1957, com viagens extracontinentais, ela ganharia envergadura global, conectando-se com dirigentes da contrarrevolução asiática e do exílio antibolchevique russo e do leste europeu na Europa Ocidental. Quem viajaria para aprofundar essas conexões do anticomunismo global senão o almirante Penna Botto e Prieto Laurens, respectivamente, presidente e secretário-geral da CIDC? Foram agendadas as duas reuniões de “trabalho” com os solidaristas russos do NTS na Alemanha Ocidental e outra em Taipei com a liderança da APACL-Taiwan. Penna Botto e Prieto Laurens tinham muito o que fazer. A missão foi dada: organizar um congresso mundial anticomunista para depois criar a Liga Mundial Anticomunista. A primeira parada deles foi na cidade-sede do NTS, Frankfurt.

#### *3.5.1. Frankfurt, 1957: a CIDC na IX Conferência Possev dos solidaristas russos (NTS)*

Mas quem eram mesmo os solidaristas russos? Foi visto, neste CAPÍTULO 3, que eles enviaram os seus representantes ao II Congresso da CIDC no Brasil em 1955 e ao III Congresso



de 1957 no Peru. Mas foi no CAPÍTULO 1 que foram determinados o perfil ideológico e a gênese histórica da Aliança dos Solidaristas Russos ou NTS, acrônimo de *Narodno-Trudovoy Soyuz*. É preciso, pois, retomar algo do dito para bem compreender quem eram esses “amigos russos” da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) que, a partir de 1957, deveriam coordenar esforços em prol de um congresso anticomunista mundial e de uma “Internacional Anticomunista”. A NTS surgiu nos Bálcãs na década de 1930 como um grupo de extrema-direita do exílio russo antibolchevique. Seu objetivo era “libertar” a Rússia dos bolcheviques e, para isso, era preciso destruir a URSS. Inspirou-se nos movimentos fascistas da Europa Ocidental e expressou a particularidade do ultranacionalismo e superchauvinismo russos. Assim que, em nome da “Grande Rússia”, defendeu um Estado ditatorial baseado no corporativista, antiliberalismo, anticomunismo e antisemitismo. Na cosmovisão da NTS, democracia liberal e comunismo eram “dois demônios” ocidentais e só a Rússia seria a guardiã da autêntica “Ortodoxia” católica. Em seu programa político, a NTS previu excluir todos os judeus de cidadania russa, “deixando-lhes a opção de emigrar ‘sem exportar o seu capital’ ou de se mudarem para uma região especial de gueto” (FORREST, 1951: 19).

Graças a afinidades eletivas tão estreitas, o III Reich enxergou nos solidaristas potenciais aliados para uma futura “pacificação” de populações russas em uma URSS derrotada e sob ocupação alemã. Na II Guerra Mundial, a NTS participou de operações de espionagem e propaganda contra a URSS. O braço direito de Alfred Rosenberg no *Ostministerium*, George Leibbrandt, dirigiu as atividades dos solidaristas russos, transformando-os em “editores de jornal, membros de comissões de seleção de Prisioneiros de Guerra, conferencistas, políticos, apresentadores de rádio e oficiais políticos com tropas russas comandadas pelos alemães” (FORREST, 1951: 19). No pós-guerra, porém, emplacaram uma versão revisionista e negacionista de seu passado de colaboradores nazistas. Assim que essa organização “semi-fascista, colaboracionista”, tornou-se na Guerra Fria um *asset* da CIA e do Escritório de Coordenação Política (OPC) na guerra secreta contra a URSS (TROMLY, 2016: 44). Basicamente, executaram para os EUA operações muito semelhantes àqueles que realizaram para o III Reich nazista. Como visto no CAPÍTULO 1, a NTS foi incorporada na *Operação Rollback* e, nesse marco, o OPC de Frank Wisner preparou um projeto exclusivo (*Project QKDROOP*) para empregá-la em operações

de “penetração na URSS”, *wartime political*, guerra psicológica, guerra de guerrilhas, sabotagem e incitamento à deserção de soldados do Exército Vermelho (OPC, 1950: 1-3).

Ora, e não foi exatamente isso que os solidaristas fizeram para o III Reich? No pós-guerra, as autoridades dos EUA valeram-se da NTS para “mater na linha” os russos nos Campos de Pessoas Deslocados na Alemanha e na Áustria. Assim como seus archi-inimigos, os *banderites* ucranianos da OUN/B, unidades paramilitares da NTS aterrorizaram os russos internados nesses campos, mas também construíram escolas, centros de assistência infantil, igrejas e jornais. O principal desses foi o *Possev* (*The Sowing*) que se tornou-se o “jornal mais amplamente publicado em língua russa na Alemanha do pós-guerra” (TROMLY, 2019: 50). A partir de 1947, o *Possev* foi financiado pela CIA/OPC e o próprio Frank Wisner saudou sua “sagacidade”: “Percebendo que a ‘Guerra Fria’ é fundamentalmente uma luta por mentes, a NTS havia forjado uma afiada arma de persuasão com o *Possev*, seu jornal semanal” (OPC, 1950: 5). Ademais, a NTS integrou-se às operações antissoviéticas dos EUA via AMCOMLIB, o Comitê Americano para Libertação do Bolchevismo (GROSE, 2000: 130), assinou um Acordo com a APACL-Taiwan em 1956 para a condução de guerra psicológica contra a URSS e nutriu relações com o serviço secreto da Alemanha Ocidental.

Enfim, os solidaristas russos com os quais a CIDC já estabelecera relações em 1955 eram tudo, menos amadores. 10 anos depois do início do financiamento norteamericano ao jornal *Possev*, a NTS realizou, entre 13 e 15 de setembro de 1957, sua IX Conferência Anual *Possev*. Foi dela que participaram quatro dirigentes da CIDC: o brasileiro Penna Botto, o mexicano Prieto Laurens, o argentino Daniel Faleroni e o cubano Ernesto de la Fe. Na ocasião, buscaram aprofundar o plano de convocação de um congresso mundial anticomunista para a criação de uma Liga Mundial Anticomunista. Embora nada se saiba sobre o que disseram e o que fizeram esses dirigentes da CIDC durante a IX Conferência Anual *Possev* da NTS, é possível reconstituir que os latinoamericanos foram ferozmente “disputados” pelos archi-inimigos dos solidaristas russos: o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Foi visto no CAPÍTULO 1 o motivo do ódio recíproco e irreconciliável entre os dois grupos: a NTS queria “libertar” a Rússia dos bolcheviques e o ABN queria “libertar” a Europa Oriental dos russos. Apesar disso, a APACL-Taiwan fez alianças com ambos, um “apetite” que impressionou até mesmo seus “assessores” da CIA.

Não importa se arqui-inimigos, sendo anticomunistas, serviriam ao propósito da APACL taiwanesa e, por isso, seu presidente Ku Cheng-kang assinou um Acordo com o ABN em 1955 e outro com a NTS em 1956. O que vale anotar, agora, é a forma como o ABN “atravessou” a NTS e, de fato, conseguiu atrair para sua órbita a CIDC. Até mesmo a intervenção dos solidaristas russos no III Congresso da CIDC de 1957 no Peru seria atacada pelo ABN, evidenciando como os “amigos latinoamericanos” dos solidaristas russos estavam sendo “disputados”. Um artigo da *Correspondência do ABN* noticiou que “a organização dos assim chamados Solidaristas Russos, com sua sede em *Frankfort-on-Main*, na Alemanha Ocidental, também desempenhou uma certa parte na conexão com o movimento anticomunista na América Latina” (ABN, 1958, v. IX, n.º 9/10, p. 16).

E na sequência o ABN atacou a NTS, que estaria apenas tentando valer-se da CIDC “para seus propósitos imperialistas pró-russos”. O ABN criticou que o delegado-chefe da NTS em Lima, George Okolovich, propusera ao III Congresso da CIDC uma moção no sentido de que não se deveria confundir a crítica à URSS com o ataque à Rússia: “‘Uma vez que o governo soviético não representa o povo russo, a delegação NTS dos Solidaristas Russos recomenda ao 3º Congresso contra a Intervenção Soviética na América Latina que substitua a palavra ‘Rússia’ pelas palavras ‘União Soviética’, quando disser respeito ao governo soviético; por exemplo, para romper relações diplomáticas com a União Soviética em vez de utilizar a palavra Rússia’” (ABN, 1958, v. IX, n.º 9/10, p. 16)<sup>163</sup>. Para o ABN, porém, Rússia e URSS eram sinônimos e deveriam conjuntamente guerreadas, concluindo que “a União Soviética é idêntica ao Império Vermelho Russo e é, portanto, totalmente desnecessário substituir ‘União Soviética’ por ‘Rússia’” (ABN, 1958, v. IX, n.º 9/10, p. 16). Segundo o ABN, “bolchevização e russificação são gêmeos siameses, se alguém der as mãos aos imperialistas russos para lutar contra o bolchevismo, certamente perderá” (ABN, 1958, v. IX, n.º 9/10, p. 2).

A IX Conferência Anual Possev da NTS, de setembro de 1957, da qual participaram Penna Botto e Prieto Laurens, foi igualmente atacada pelo ABN. Um artigo de Rostyslav Jendyk, “Nova conspiração contra a liberdade. A Conferência dos solidaristas russos (NTS) em Frankfurt”,

---

<sup>163</sup> Em abril de 1957 no Peru, Okolovich fez essa observação ao III Congresso da CIDC. Em março de 1957 no Vietnã do Sul, seu correlegionário solidarista Serge Kriokorian fizera a mesma observação na III Conferência da APACL: “É necessário estar atento para a diferença capital entre os termos ‘Russia’ e ‘União Soviética’ e não dizer ‘russos’ se a intenção é dizer ‘comunistas’” (APA CL, 1957).

informou que o evento “contou com a presença de 176 representantes proeminentes do mundo livre (...) que tinham vindo a Frankfurt dos cinco continentes. No decorrer de numerosas palestras detalhadas, os palestrantes do NTS deram aos membros da Conferência uma ideia de como o partido russo-moscovita visualizava o futuro do império da Rússia após a derrubada do atual regime bolchevique” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 8). Tomando como exemplo um orador solidarista que tratou os “povos não-russos” da URSS como “minorias”, o articulista do ABN indignou-se: “Como pode um povo consistir em diversos povos? Quer dizer, em outras palavras, que os ucranianos, bielorrussos, georgianos e outros povos em seus países de origem milenar são considerados minorias e portanto não têm direito à soberania” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 8)<sup>164</sup>. Nessa disputa ABN *versus* NTS, o que importa demarcar, todavia, é um fato de ampla repercussão.

Inicialmente a CIDC só havia planejado que Penna Botto e Prieto Laurens viajariam à Europa para participarem, entre 13 e 15 de setembro de 1957, da IX Conferência Anual Possev da NTS e, na ocasião, estavam incubidos da missão específica definida em abril no Peru: trabalhar *com os solidaristas russos* para a convocação de um congresso anticomunista mundial e para a futura construção de uma “Internacional Anticomunista”. A ação incisiva do ABN junto aos dirigentes da CIDC conseguiria alterar os termos dessa equação. Como dito, o ABN conseguiria “atravessar” seus arqui-inimigos da NTS e, aproveitando-se da presença dos “amigos latinoamericanos” dos solidaristas em Frankfurt, buscaram estabelecer a *sua* “amizade” com eles. Os “amigos latinoamericanos” dos “inimigos” solidaristas, raciocinou o ABN, deveriam ser *seus* “amigos”, e não da NTS. Nessa batalha, o ABN suplantou os solidaristas e conquistou “corações e mentes” do presidente e do secretário-geral da CIDC.

### 3.5.2. Munique, 1957: o Acordo CIDC-ABN

Os ex-colaboradores nazistas do leste europeu congregados no ABN não esconderam essa manobra de “conquista” de seus primeiros “amigos latinoamericanos”. Pelo contrário, eles publicaram o passo a passo da bem sucedida “operação de cerco e conquista” que o ABN

---

<sup>164</sup> De fato, como visto, os solidaristas russos da NTS consideravam que “certas nacionalidades são ‘inferiores’ (...) e que não existe problema de nacionalidade dentro da URSS, uma vez que há, politicamente e culturalmente, apenas uma nação Russa ‘una e indivisível’” (FORREST, 1951: 19).

conseguiu realizar quando o almirante Penna Botto e o mexicano Prieto Laurens estavam em Frankfurt participando da IX Conferência Anual Possev da NTS. “O ABN usou essa oportunidade da presença desses dois senhores na Alemanha Ocidental para chegar a um acordo com eles em relação à sua cooperação com a Confederação Interamericana para Defesa do Continente [CIDC], semelhante ao acordo estabelecido entre o ABN e a APACL em 1955” (ABN, 1959, v. X, n.º 1/2, p. 10). Ou seja, o ABN não só vangloriou-se de ter feito um acordo com a CIDC em uma viagem que ela deveria ter “apenas” se “confraternizado” com os solidaristas russos.

Além disso, o grupo presidido por Yaroslav Stetsko comparou o Acordo ABN-CIDC com aquele outro, firmado em 1955, entre ABN e APACL-Taiwan. Essa poderosa triangulação ABN-CIDC-APACL rapidamente se mostraria decisiva para o estabelecimento da tão “sonhada” Liga da ultradireita global da Guerra Fria. A visita dos dirigentes da CIDC à sede do ABN em Munique foi noticiada pela *Correspondência do ABN* sob o título “Mais uma etapa da cruzada mundial contra o bolchevismo”, demarcando-se precisamente a “alvissareira” triangulação: “Além do Bloco Anticolchevique de Nações (ABN), que compreende as organizações de libertação nacionais dos povos atrás da Cortina de Ferro, e a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos [APACL], uma nova organização anticomunista, a ‘Confederação Interamericana de Defesa do Continente’ [CIDC], está atualmente operando na América Latina” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 3).

O ABN reivindicou ter sido sua a ideia de organizar uma cruzada mundial contra o comunismo e somente depois a teria “contado” à APACL-Taiwan: “**A alguns anos atrás o ABN já havia sugerido a ideia do congresso mundial anticomunista e a fundação de uma liga mundial anticomunista, e dois anos atrás ele suscitou novamente essa questão em Taipei**” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 3, grifo meu). O que importa fixar, porém, é que Penna Botto e Prieto Laurens participaram, entre 13-15 de setembro de 1957, em Frankfurt, da IX Conferência Anual Possev do NTS. E, entre 18-23 do mesmo mês, em Munique, firmaram um Acordo da CIDC com o ABN. E quais dirigentes deste plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra do leste europeu receberam de braços abertos Penna Botto e Prieto Laurens? Os mais importantes:

**A convite do Presidente do Comitê Central do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), Jaroslav Stetzko, o Presidente da Confederação Interamericana para Defesa do Continente, Almirante Carlos Penna BOTTO (Brasil), e o Secretário-Geral, Dr. Jorge Prieto LAURENS (México), de 18 de setembro a 23 de setembro, visitaram a sede do ABN a fim de discutir os problemas da frente comum**

**anticomunista mundial e para chegar a um acordo a esse respeito.** Os membros do ABN que tomaram parte nessas discussões foram o Presidente Jaroslav Stetzko, **o ex-Ministro das Relações Exteriores da Eslováquia Prof. Dr. Ferdinand Durcansky, General Ferenc Farkas de Kisbarnak, Prince Niko Nakashidze, Sr. [Dimitry] Kosmowicz, General Alabanda, Dr. [Ctibor] Pokorny, General Zako**, representantes dos insurgentes húngaros e ucranianos e várias outras pessoas! (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 3, grifo meu)

Nota-se, pois, que os líderes da CIDC Penna Botto e Prieto Laurens foram tratar do projeto “Por uma Liga Mundial Anticomunista” com as “estrelas” dos crimes de guerra e do colaboracionismo nazista da Europa Oriental: Stetsko, Durcansky, Ferenc Farkas, o general *ustashi* Alabanda, Kosmowicz eram todos ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra, respectivamente, da Ucrânia, da Eslováquia, da Hungria, da Croácia e da Bielorrússia. Sem falar de Pokorny, autor de “Judaísmo na Eslováquia” (1940), uma “estrela” da propaganda antissemita em seu país e da ditadura do monsenhor Tiso. A trajetória genocida de todos eles, representantes da “ultradireita alucinada” do leste europeu que exergou e seguiu o nazifascismo como a “estrela-guia” de um “novo futuro”, foi reconstituída sem remissão no CAPÍTULO 1. E esse encontro de “estrelas” da ultradireita alucinada foi fotografado. E as fotos foram publicadas na *Correspondência do ABN*, sempre ela.



**Figura 114.** “Admiral Carlos Penna Botto and Dr. Jorge Prieto Laurens are welcomed at Munich airport”. Penna Botto, ao centro, com flores na mão, é ladeado por duas meninas de preto. A sua esquerda e atrás dele, Slava Stetsko e, à esquerda dela, com flores na mão, Prieto Laurens. O segundo, da direita para a esquerda, é Farkas de Kisbanarki e, a sua direita, Yaroslav Stetsko, ex-colaboradores nazistas da Hungria e da Ucrânia, respectivamente. FONTE: ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 1.

Em uma delas flagrou-se o momento da recepção ao almirante Penna Botto e a Prieto Laurens. Esses primeiros “amigos latinoamericanos” do ABN posam para a foto com flores, entregues por três crianças que cercam os dirigentes da CIDC. Atrás da dupla com um raro sorriso é possível visualizar Slava Stetsko, editora da *Correspondência do ABN*. À esquerda dos latinoamericanos estavam Yaroslav Stetsko e o ex-general húngaro – agraciado pela Cruz de Ferro nazista – Ferenc Farkas de Kisbarnaki (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 1). Uma segunda fotografia dessa visita dos dirigentes da CIDC à sede do ABN em Munique trouxe a seguinte legenda: “Admiral Carlos Penna Botto and Dr. Jorge Prieto Laurens during discussions with ABN” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 3). Ao centro da mesa, os dois novos “amigos latinoamericanos” do ABN. Estavam cercados por dois ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra “de peso”. Todos sentados juntos. À direita da dupla, o ucraniano Yaroslav Stetsko. À esquerda, Ferdinand Durcansky, “criminoso de guerra eslovaco, responsável pelo assassinato de dezenas de milhares de judeus” (GOÑI, 2004: 14). Era ou não era um “pesadelo” da extrema-direita global? E eram indivíduos desse “quilate” que estavam “sonhando” com a criação de uma “Liga Mundial Anticomunista”.



**Figura 115.** “Admiral Carlos Penna Botto and Dr. Jorge Prieto Laurens during discussions with A.B.N.”. Da esquerda para a direita: Stetsko, Penna Botto, Prieto Laurens e o “carniceiro” Durcansky. FONTE: ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 3.



**Figura 116.** “Representatives of the Ukrainian Youth Organization (SUM) and ex-fighters of the Ukrainian Insurgent Army (UPA) present Dr. Jorge Prieto Laurens with an album of the history of the UPA and the SUM”. Slava Stetsko, encarando a camera, e à sua direita Prieto Laurens, recebendo o presente dos ultranacionalistas ucranianos. Ao fundo, no último plano, encarando a câmara, o “príncipe” georgiano Niko Nakashidze, “historiador” oficial do ABN. FONTE: ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 13.

Uma terceira fotografia publicada pela *Correspondência do ABN* registrou o momento exato em que “representantes da Organização da Juventude Ucraniana (SUM) e ex-combatentes do Exército Insurgente Ucraniano (UPA) e Slava Stetsko apresentaram o Dr. Jorge Prieto Laurens com um álbum da história da UPA e do SUM” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 13). A mesma edição do boletim do ABN publicou a seguinte declaração, de 19 de setembro, do secretário-geral da CIDC Prieto Laurens:

Eu, pelo presente, declaro que tive a honra e satisfação de alcançar **um acordo completo com o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) considerando a convocação do Congresso Mundial Anticomunista**, que visa ajudar a acabar com a tirania soviética e a libertar todas as nações sob o jugo do imperialismo russo, uma vez que nós reconhecemos princípios idênticos do direito de auto-determinação e da independência dos povos, em favor das liberdades humanas e instituições genuinamente democráticas. (ABN, 1957, v. III, n.º 9/10, p. 3, grifo meu)



O Acordo ABN-CIDC, portanto, seguiu o *script* sugerido no Peru, em abril de 1957, pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang. O III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, porém, tinha aprovado uma moção da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) para a convocação do Congresso Mundial Anticomunista e criação de uma Liga Mundial Anticomunista que, a princípio, previra apenas tratativas da CIDC com a Aliança dos Solidaristas Russos (NTS) e com a APACL-Taiwan. O ABN não fora citado como um eventual parceiro na empreitada. Apesar disso, como visto, poucos meses depois de Ku Cheng-kang ter proposto a criação de uma Liga Mundial Anticomunista ao II Congresso da CIDC no Brasil, o que fizera por meio do embaixador taiwanês no Rio de Janeiro, o ABN estabeleceu seu Acordo com a APACL-Taiwan. E já então o grupo de Stetsko foi instado por Ku Cheng-kang para cooperar no esforço de criação de uma “Internacional Anticomunista”. Em setembro de 1957, o ABN começou a “jogada coletiva”, triangulando com a CIDC e a APACL para convocar o Congresso Mundial Anticomunista. Essa foi a razão de ser do Acordo ABN-CIDC, assinado no dia 22 de setembro pelo ucraniano Stetsko e pelo mexicano Prieto Laurens. A *Correspondência do ABN* o publicou e, no geral, o Acordo dispusera o seguinte:

Em nome da ‘Frente Anticomunista do México’ e como Secretário-Geral da ‘Confederação Interamericana de Defesa do Continente’, Jorge Prieto Laurens, e em nome do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), como Presidente do Comitê Central do Bloco Antibolchevique de Nações, Jaroslaw Stetzko, após as discussões em 17 e 18 de setembro de 1957 entre ambas as delegações em Munique, declaram em acordo que: **Nossos objetivos comuns são a destruição do comunismo, a desintegração do Império Russo e a ajuda às nações escravizadas pelo comunismo e o imperialismo russo na Europa e Ásia para restaurar seus estados independentes em suas áreas etnográficas; A frente mundial contra o comunismo pode ser coroada com sucesso se ela a) reafirma a primazia do espiritual a fim de destruir a ideologia materialista comunista; b) baseia-se na ideia da independência das nações, em particular, a independência de Estado de todos os povos subjugados pelo comunismo e imperialismo russo, na ideia de democracia e justiça social; c) e suporte total dado pelo mundo livre à luta revolucionária nacional por liberdade; Por princípio é errado lutar contra o comunismo por meio do apoio do nacional-comunismo. Nós condenamos qualquer elogio ou referências favoráveis ao nacional-comunismo e não entendemos como pode ser possível lutar contra o comunismo sem repudiar a falsa e não científica teoria do materialismo histórico e dialético. Ambas as partes se empenharão para fortalecer a consolidação dos povos de todo o mundo na luta contra o comunismo e o imperialismo russo e promover o estabelecimento de uma frente internacional conjunta baseada na independência de Estado para todas as nações** (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 3, grifo meu)

Esse Acordo de 22 de setembro de 1957 entre a CIDC e o ABN representou, como reconheceu a *Correspondência do ABN*, “uma importante contribuição para a ideologia comum

dos povos livres e subjugados na luta contra o inimigo mundial comunista e, ao mesmo tempo, **uma base política firme na qual se estabeleceria uma frente mundial anticomunista**” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 3, grifo meu). Se o Acordo integrou o projeto da APACL-Taiwan “Por uma Liga Mundial Anticomunista, ele significou igualmente a assunção pela CIDC do ideário *rollback* do ABN sobre a política de “libertação” das “nações subjugadas pelo comunismo”. Não que um Penna Botto, o presidente da CIDC, por exemplo, tenha deixado de defender essa ideologia anteriormente ao Acordo.

Mas o fato é que, graças ao “casamento” de 22 de setembro, a CIDC incorporou decididamente a seu ideário a terminologia do ABN, que a sua vez, como visto no CAPÍTULO 2, coincidiu *in totum* com a cosmovisão dos dirigentes da contrarrevolução asiática congregados na APACL. Foi deveras impressionante a coesão ideológica entre esses três expressivos grupos que, embora tão distantes geograficamente, “leram” e combateram o comunismo da mesma forma. E a partir de 1957, triangulando de forma decidida, consolidariam uma das mais “alvissareiras” e “proficuas” alianças da ultradireita global da Guerra Fria. A incorporação da ideologia do ABN pela CIDC foi comemorada, inclusive, pelo príncipe georgiano Niko Nakashidze, como visto no CAPÍTULO 1, o “historiador” incumbido de escrever “a verdadeira história do ABN”. Nakashidze apareceu ao fundo de uma das fotos que registraram a recepção dos dirigentes da CIDC em Munique. Em artigo na *Correspondência do ABN*, intitulado “A formação de uma Frente Mundial Anticomunista”, o georgiano comemorou a triangulação ABN-APACL-CIDC.

“O ABN foi bem sucedido em conquistar as organizações revolucionárias dos povos asiáticos como suas aliadas. Ele concluiu um acordo com a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos da China (APACLROC) e, dessa forma, estabeleceu contato com outras nações asiáticas” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 7). Em primeiro lugar, com o Acordo com a APACL-Taiwan, “o ABN mostrou ao mundo, portanto, que os problemas nacionais de nossos povos, que foram deixados de lado pelo Ocidente, são problemas atuais e candentes da política mundial” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 7). Dois anos depois de Yaroslav Stetsko e Ku Cheng-kang assinarem esse Acordo ABN-APACLROC, seria a hora e a vez da aproximação com os primeiros “amigos latinoamericanos” da CIDC. Assim que, em 1957, “o ABN celebrou um acordo, com o objetivo de conduzir uma luta conjunta com a Confederação Interamericana de Defesa do

Continente [CIDC] – a união das organizações anticomunistas de todos os países da América Central e do Sul” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 7).

Nakashidze ainda detalhou que o Acordo ABN-CIDC “estipula o reconhecimento incondicional dos direitos dos nossos povos baseado na completa restauração de seu Estado nacional”, bem como o fato de que, “por ocasião da assinatura desse acordo, essa organização [CIDC] foi representada por dois políticos proeminentes, o Presidente da organização, Almirante Carlos Penna Botto (Brasil) e o Secretário-Geral, Dr. Jorge Prieto Laurens (México)” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 7). O príncipe georgiano enfatizou a importância da aliança de seu grupo com esses “amigos latinoamericanos” para, em conjunto, trabalharem na construção de uma Frente Mundial Anticomunista formada pelo trio ABN-APACL-CIDC. “Nós conquistamos, portanto, as organizações anticomunistas da América Latina como aliadas para nossos povos”, “ninguém negará a importância desse fato” e “assim se estabeleceu uma frente comum dos povos da Ásia, América Latina e dos povos representados pelo ABN” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 7). No marco do Acordo ABN-CIDC, a *Correspondência do ABN* publicou artigo do secretário-geral da CIDC Prieto Laurens, que detalhou o pacto recém-estabelecido com seus “amigos” do exílio antibolchevique:

No curso das discussões de mesa redonda que tivemos com os membros do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) na antiga e histórica cidade de Munique, nós – Almirante Penna Botto do Brasil e o infra-assinado como representante da Confederação Interamericana de Defesa do Continente – tomamos conhecimento sobre os problemas de mais de vinte organizações de exilados ucranianos, georgianos, eslovacos, húngaros, polacos, tchecos, etc., que em sua maioria possuem suas sedes na Europa Ocidental, mas estão também constantemente em contato com importantes organizações na América, Ásia, África e Austrália e com seus compatriotas por trás da Cortina de Ferro” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 4)

No artigo, Prieto Laurens defendeu o ideário de “libertação” dos “países subjugados pela URSS”. (E a PBSUCCESS da CIA, com a qual o mexicano cooperara, não buscou travestir o golpe de Estado contra Jacobo Arbenz como uma bem-sucedida “libertação da Guatemala” das “garras do Kremlin”?). O secretário-geral da CIDC – que presenteou seus “amigos” do leste europeu com uma fotografia 3x4 – assegurou na *Correspondência do ABN*, à semelhança do que fizera no mesmo lugar Stetsko e Ku Cheng-kang, que apenas a política de “libertação” poderia evitar uma nova conflagração global: “O perigo de uma Terceira Guerra Mundial, com todas as consequências terríveis que poderiam ocorrer do uso de armas nucleares, somente pode ser evitada se for

concedida atenção particular aos seus problemas [do ABN], e se forem dados apoio e auxílio efetivos aos povos de todos os países subjulgados pelo imperialismo russo soviético” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 4). Ainda no marco do Acordo ABN-CIDC, o discurso proferido na ocasião pelo almirante Penna Botto foi publicado pela *Correspondência do ABN*. Nele, intitulado “**Força Pura é o Único Argumento**”, o presidente da CIDC condenou a “expansão comunista mundial”, a repressão soviética ao Levante Húngaro de 1956 e qualquer estratégia defensiva na luta anticomunista. Defendeu estar “firmemente convencido de que o Mundo Livre deve lutar, mais cedo ou mais tarde, por seu próprio bem e pela liberdade de todos os povos escravizados” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 1).



Dr. Jorge Prieto Laurens, the Secretary-General of the Inter-American Confederation for the Defense of the Continent.

**Figura 117.** “To A.B.N. Correspondence. J. Prieto Laurens. México, (...) March 25/58”. FONTE: ABN, 1957, v. IX, n.º 7/8, p. 5.

“Quanto antes essa luta vier, melhor, pois poderá ser mais fácil vencer a luta. Vamos acabar com a política da passividade, fraqueza e rendição; abandonar a atitude defensiva em face dos soviéticos; [e] **parar com o vergonhoso clima de apaziguamento [appeasement] que serviu aos vermelhos tão bem**” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 1, grifo meu). Dirigindo-se a um

auditório composto pelas “estrelas” do colaboracionismo nazista e dos crimes de guerra da Europa Oriental, Penna Botto clamou:

**Vamos assumir a atitude ofensiva; vamos suplementar a assim chamada ofensiva ideológica com material drástico e até mesmo ofensiva militar! (...) Essa ofensiva militar, que será conduzida principalmente pelas Potências Ocidentais, as Democracias Ocidentais e pela China Livre, pode levar a uma situação ‘sem guerra’ ou mesmo de guerra ‘total’, mas continua sendo, no entanto, o mais efetivo curso de ação disponível** (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 1, grifo meu)

Aqui, avulta-se a “estrela” do almirante Penna Botto como um “cruzado” global, flagrado assegurando ao “seleto” auditório do ABN, na cidade de Munique, em setembro de 1957, que “o mais efetivo curso de ação disponível” seria uma *guerra anticomunista total*. Isso vindo de um militar brasileiro que, como tantos de sua estirpe, nunca foi à guerra – a não ser a interna, direcionada contra o movimento operário e as esquerdas, não necessariamente as comunistas. À diferença, anote-se não como elogio, dos dirigentes do ABN, que cerraram fileiras ao lado do III Reich em uma guerra de extermínio total antissemita e antibolchevique, ou dos líderes da APACL, que enfrentaram comunistas em revoluções, contrarrevoluções e guerras no Extremo Oriente. Porém, como advertido, o pior caminho é limitar-se ao aspecto caricatural do *pennabottismo*. O almirante, sem dúvida, foi um anticomunista primário e, por isso, foi retratado pela imprensa de época, e ainda o é por certa historiografia, apenas como um tipo “folclórico”, espécie de Joseph McCarthy menor, provinciano e tropical. Enquanto essas caricaturas dominarem, a caracterização histórica essencial não é alcançada: esse lunático – não foi Geisel quem disse que o almirante *vivia no mundo da lua?* – foi o responsável pela inserção do Brasil nas redes anticomunistas globais do ABN e da APACL. (E os frutos dessa globalização do anticomunismo brasileiro transcederiam, mas muito, a pessoa e a vida terrena desse exemplar da ultradireita alucinada nacional, conforme se verá nos CAPÍTULO 4 e 5).

O Acordo assinado em 22 de setembro de 1957 com o ABN foi um marco nesse processo de globalização da CIDC e, como presidente desta, Penna Botto foi um agente da internacionalização não “apenas” do anticomunismo brasileiro, mas o de toda a América Latina. A historiografia brasileira não foi capaz de *caracterizar* essa real dimensão do *caricato* almirante Penna Botto. Seria melhor ter deixado os estudos folclóricos ao historiador Câmara Cascudo para, com uma premissa inescapável, despertar de seu “sono dogmático”: a extrema-direita militar do Brasil, embora lunática e portadora de um anticomunismo primário, pode ir muito longe. E foi *na*

*antiga e histórica cidade de Munique*, na ocasião da assinatura do Acordo ABN-CIDC, que Penna Botto recomendou ao “seleto” auditório de criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas do leste europeu que governos comunistas não poderiam ser tratados “como governos nacionais normais, porque eles são, ao contrário, instrumentos de conspiração internacional. **Eles são, eu insisto, gangues de criminosos, o pior criminoso que o mundo já viu!**” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 1, grifo meu)<sup>165</sup>.

A “criminosa” *comunização* do mundo, para o almirante brasileiro presidente da CIDC, seria mais perigosa do que uma guerra nuclear! Mais importante do que se afligir com “a tão temida ‘guerra atômica’”, argumentou Penna Botto, seria preciso impedir “**a disseminação do comunismo por todo o mundo, seja pela guerra ou pela subversão e táticas frias**” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 1, grifo meu). Daí ser considerada como *estúpida* a política de *coexistência* com soviéticos e seus aliados chineses. A chamada *pax soviética* deveria ser rejeitada e combatida, defendendo o almirante que a única alternativa à guerra atômica seria o lançamento de uma ofensiva *rollback*, sustentada por guerras de “libertação” das “nações cativas” da URSS, que deveria ser destruída e *balcanizada* em múltiplos Estados nacionais. Em suma, o presidente da CIDC compartilhou o mesmo ideário político e estratégia militar do ABN e da APACL. Uma coesão ideológica exemplar que renderia muitos “frutos”. Era preciso fortalecer, ainda, os “movimentos de libertação nacional dentro das nações subjugadas”, já que:

Sem apoio externo efetivo, insurreições, levantes e todas as exibições de inquietação, dentro dos países escravizados, dificilmente podem esperar um ímpeto de vitória. De outro lado, todos os movimentos insurgentes nos países escravizados sob o jugo soviético teriam um valor tremendo, se as democracias ocidentais fossem sábias o suficiente para lançar uma ofensiva de caráter político e militar contra os dirigentes escravistas sentados nos muros do Kremlin (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 1)

Outro discurso de Penna Botto proferido no marco do Acordo ABN-CIDC, intitulado “For Practical Steps”, foi publicado pela *Correspondência do ABN*. Nele, o presidente da CIDC propusera uma estratégia transnacional de luta antibolchevique, advertindo para a necessidade de combater os bolcheviques “a partir de dentro” e, ao mesmo tempo, “[desde] fora, em geral, em todos os setores” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 1). No *front* interno da guerra antibolchevique, Penna Botto ressaltou a necessidade de *liquidar* os comunistas, observando que, “em casa, em

---

<sup>165</sup> Em 1938, o então capitão-de-coveta lecionara em Escola da Marinha: “Quem diz comunista, diz banditismo; quem diz comunista, diz bandido!” (PENNA BOTTO apud ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2020: 56).

nossos países livres, liquidemos os agentes comunistas e os assim chamados quinta-colunas, e paremos com as atividades secretas e públicas dos partidos comunistas” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 1).

Claro está, se guerra é guerra, trata-se de uma proposta de *extermínio* do inimigo comunista. Na sequência, o almirante enumerou alguns *passos práticos* a serem adotados no *front* interno, entre eles: demolir a *maquinaria subversiva*, isto é, “a roupa revolucionária improvisada pelos comunistas; proteger a juventude da propaganda insidiosa; erradicar a imprensa comunista, ostensiva e clandestina; esclarecer as pessoas sobre a teoria e prática do marxismo; interromper as relações comerciais e diplomáticas com os soviéticos e nações satélites; e adotar e executar medidas e disposições voltadas a melhorar o padrão de vida das massas” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 1). Quanto ao teatro de guerra europeu, Penna Botto defendeu junto à audiência do ABN a necessidade da OTAN adotar “uma ofensiva ideológica forte para o Ocidente. A exibição de força e até mesmo o uso resolutivo da força serão necessários” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 1).

**Os países da OTAN deveriam compor assim uma *Internationale de la Liberté*.** Penna Botto também denunciou o discurso anti-Stalin de Khrushchev como uma “farsa” preparada para aplacar as tensões internas da URSS. Denunciou ainda o “esmagamento cruel da Hungria em sua luta heroica pela independência” e as “ações provocadoras” da URSS no Egito, Síria, Ásia e América Latina. Recomendou a exposição pública das táticas soviéticas e repisou sua admiração incondicional ao governo norteamericano, fortaleza imprescindível “especialmente em países coloniais e subdesenvolvidos”, onde os comunistas semeariam “uma falsa compreensão do nacionalismo” visando o “isolamento dos Estados Unidos da América, o grande bastião anticomunista do mundo” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 1). Ademais, seria imprescindível, defendeu Penna Botto, impedir a repatriação de *émigrés* antibolcheviques à URSS e aos Estados “satélites”.

No caso do ABN, um plantel de criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas, a repatriação acarretaria na execução da maior parte de seus dirigentes. O brasileiro ainda sugeriu ao ABN uma campanha de denúncias contra o “abominável uso do ‘trabalho forçado’ pelos soviéticos e governos fantoches das nações subjugadas, o que é um ultraje hediondo para a civilização do século vinte!”; além de propor a extinção da imunidade diplomática para a URSS,

“porque é um disfarce para sabotagem, chantagem, subversão, atividades criminosas, espionagem e assim por diante” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 1).

Por último, o presidente da CIDC destacou a importância da *batalha ideológica*, sendo fundamental derrotar as “ideias erradas do comunismo” confrontando-as com as “ideias sãs”. Seria preciso que os anticomunistas se armassem ideologicamente com um “conceito superior”, “o qual nós temos e que é o conceito de uma democracia real, e usemo-la como um baluarte, como um escudo contra o marxismo escravizante!!” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 2). “Para colocar em prática as ideias apresentadas”, concluiu o almirante presidente da CIDC, “nós estamos planejando a convocação, o mais breve possível, de uma Conferência Anticomunista Mundial” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 11/12, p. 2). Encerrando-se assim o *tour* de Penna Botto e Prieto Laurens na Alemanha Ocidental – depois de terem participado da IX Conferência Possev da NTS entre 13-15 de setembro e após terem assinado o Acordo ABN-CIDC em 22 de setembro –, os dirigentes da CIDC embarcaram para o Extremo Oriente. Tinham um “encontro marcado” com o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang para avançarem juntos na missão que lhes incumbira, em abril daquele ano, o III Congresso da CIDC no Peru: organizar uma Conferência Anticomunista Mundial para a criação futura de uma Liga Mundial Anticomunista.

### 3.5.3. Taipei, 1957: o “giro asiático” da CIDC e seu Acordo com a APACL-Taiwan

Depois das “tabelinhas” CIDC-NTS e CIDC-ABN, era chegada a hora dos dirigentes anticomunistas da América Latina fazerem o seu “giro asiático”. Rumo à “Estação Taiwan”, portanto, o *Pacific Destiny* também da CIDC. Em 1955, o ABN fizera o seu “giro taiwanês”. Em 1956 foram os solidaristas russos da NTS que trilharam o mesmo caminho. Em outubro de 1957, foram os dirigentes da CIDC Penna Botto e Prieto Laurens que visitaram Taipei e, na sede da APACLROC, assinaram com seu presidente Ku Cheng-kang um “termo de cooperação técnica” com o objetivo de organizar um Congresso e uma Liga do movimento anticomunista internacional. Antes dos “amigos latinoamericanos” desembarcarem em Taipei, a revista da APACLROC publicou um editorial destacando que esse projeto era fruto de uma proposta feita por Ku Cheng-kang no III Congresso da CIDC. Intitulado “O anticomunismo como movimento mundial”, o



editorial reiterou que, para derrotar o comunismo internacional, a contraofensiva anticomunista deveria ser lançada em escala planetária.

Segundo a *Free China & Asia*, “**o movimento anticomunista deveria ser um movimento mundial**”, porque assim responderia adequadamente a “**uma necessidade que resultou da própria natureza do comunismo**”, uma vez que, “**desde Engels e Marx até Lenin, Stalin e Khrushchev & Cia., o comunismo sempre foi considerado como um movimento revolucionário a ser levado adiante em escala mundial**” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 1, grifo meu). O editorial assegurou que “o objetivo final do movimento comunista é a criação de um Estado comunista mundial governado por Moscou”, e a “política de agressão” soviética teria essa finalidade como norte: a “conquista do mundo” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 1). Infelizmente, lamentou o editorial de maio de 1957 da revista da APACL-Taiwan, “**até o momento, a organização das forças anticomunistas mundiais ainda não avançou além do estágio regional**” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 2, grifo meu).

Nem tudo estaria perdido, contudo, pois já estariam em atividade duas organizações – a APACL e a CIDC (referida como “o Congresso Contra a Intervenção Soviética”) – que, “julgadas com base no número de nações e territórios participantes”, “são presumivelmente os maiores organismos anticomunistas [do mundo]” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 2). Bastaria, pois, que a APACL e a CIDC se unissem “em uma organização mundial para que todas as forças anticomunistas no globo possam ser reunidas para alcançar o supremo objetivo de destruir os agressores comunistas” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 2). Nesse sentido, a APACL-Taiwan elogiou seu presidente Ku Cheng-kang que teria sido, “entre os líderes civis anticomunistas do mundo”, “um dos primeiros a reconhecer a necessidade de criar uma organização anticomunista de âmbito global” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 2).

Esse tino de Ku Cheng-kang, segundo o editorial, foi comprovado quando “aproveitou a oportunidade para recomendar aos delegados daquele [III] Congresso [da CIDC] que fosse lançado um movimento para a criação de uma Liga Anticomunista Mundial” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 2). Acatando a recomendação de Ku Cheng-kang, como visto, apresentada via moção da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto, o III Congresso da CIDC aprovou “uma resolução autorizando o seu secretariado a intercambiar perspectivas com a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos [APACL] e o *International Liaison Center* na Alemanha

Ocidental com o objetivo de convocar um Congresso Anticomunista Mundial como um passo preliminar em direção à formação de uma Liga Anticomunista Mundial antes de 1958” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, pp. 2-3). “Nós não temos dúvida”, assegurou o editorial da revista da APACL-Taiwan, “de que **um Congresso Anticomunista Mundial será realizado no próximo ano, e que a Liga Anticomunista Mundial projetada surgirá**” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 3, grifo meu). Mas essa futura “Internacional Anticomunista” não poderia ser apenas um grupo de discussões contra o comunista.

Ela deveria ser um organismo para organizar a *ação* anticomunista. A “Liga Anticomunista Mundial projetada” não deveria ser “uma mera sociedade de debate. Na Liga contemplada, é claro, o debate será inevitável, mas ela deve fazer mais do que isso: ela deve ser uma organização de ação, e qualquer ação que seja preciso tomar deve ser aquela que será capaz, tanto diretamente como indiretamente, de infligir sérios golpes ao agressor comunista” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 3). O editorial “**O anticomunismo como um movimento mundial**”, publicado no mês seguinte à participação de Ku Cheng-kang no III Congresso da CIDC em Lima, sugeriu, por fim, “que a Liga Anticomunista Mundial, após ter sido estabelecida, tome medidas conforme as linhas seguintes” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 3):

Em primeiro lugar, **a Liga deve procurar uma adesão que seja o mais universal possível**. Quanto mais membros a Liga tiver, menos chances os comunistas terão de conquistar novos convertidos. Em segundo lugar, os membros da Liga devem apoiar ativamente suas atividades, estimulando mais pessoas a se associarem, contribuindo generosamente com seu tempo e energia para ajudarem na implementação de suas políticas, pagando taxas de filiação ou fazendo doações voluntárias para financiar suas várias atividades. Em terceiro lugar, **a Liga deve procurar através de seus membros, tanto diretamente como indiretamente, influenciar a legislação de seus respectivos países de tal maneira que lhe dê um caráter fortemente anticomunista**. Do mesmo modo, **os membros devem instar seus respectivos governos a tomar uma posição positivamente anticomunista em vez de adotar uma política pró-comunista ou seguir um curso neutralista**. Em quarto lugar, os membros devem, tanto individualmente como em grupos, comprometer-se a nunca fazer qualquer coisa que possa dar ajuda e conforto ao comunismo. Pelo contrário, eles devem sempre estar prontos a tomar qualquer medida que ajude a conter a agressão comunista. Em quinto lugar, **a Liga deve empregar todos os meios ao seu alcance para expor as mentiras e fraudes dos comunistas e divulgar seus crimes e brutalidades**. Em sexto lugar, **a Liga deve levar ao conhecimento do mundo que seu objetivo final não é meramente o controle da agressão comunista, mas a eliminação total dos princípios e práticas comunistas da face da Terra**, caso contrário seria impossível construir a paz duradoura e tornar este nosso mundo um lugar verdadeiramente seguro e decente para se viver (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 6, p. 3)

A Liga Mundial Anticomunista projetada, portanto, não seria apenas um instrumento para *conter a agressão comunista*. Ela deveria ser criada para conquistar, em última instância, a *eliminação total dos princípios e práticas comunistas da face da Terra*. Só isso. Outro editorial da *Free China & Asia*, de julho/agosto de 1957, voltou ao tema. Intitulado “**Por uma organização mundial anticomunista**”, a revista da APACL-Taiwan salientou que “uma das resoluções mais importantes adotadas na terceira conferência plenária da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos da República da China no início de agosto foi a chamada para a convocação de um congresso anticomunista mundial e a formação de uma liga anticomunista mundial” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 1). O editorial criticou a insuficiência dos pactos militares da OTAN na Europa e da SEATO na Ásia, bem como a tibieza dos tratados bilaterais dos EUA com Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas e Japão. Todos seriam inaptos, pois “os pactos militares por si só são inadequados” diante da *guerra política* dos comunistas, ancorada “na infiltração e subversão desde dentro” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 1).

Pactos e acordos puramente *militares* não bastariam para derrotar a “infiltração” e a “subversão” do inimigo *interno* comunista. Para enfrentar essa ameaça, “algum tipo de organização anticomunista mundial é urgentemente necessária” (Free China & Asia, 1957, n.º 8, 1957, p. 1). Se referidos pactos militares eram estabelecidos por governos e Estados, a “Internacional Anticomunista” divisada deveria ser estabelecida pelos *povos*: “A organização anticomunista mundial deve ser formada pelos próprios povos” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 1). Daí a urgência de convocar um Congresso Mundial Anticomunista e, “como resultado desse congresso, uma decisão pode ser tomada para formar uma liga anticomunista mundial com sede em algum lugar sobre o qual haja acordo mútuo” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 1).

Para estruturar a Liga Mundial Anticomunista, “cada uma das unidades componentes estabelecerá um capítulo nacional para prosseguir com as atividades da liga naquele país” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 1). Uma vez estruturada em “Capítulos” nacionais coordenados entre si, a Liga Mundial Anticomunista deveria promover, entre suas missões precípua, “exposição dos crimes e brutalidades comunistas, pesquisa sobre as condições por trás da Cortina de Ferro, esclarecimento público e informação, e a formação da opinião pública sobre questões atuais” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, pp. 1-2). No campo asiático, entre os objetivos da

“tão sonhada” Liga Mundial Anticomunista, “podem ser mencionados os esforços para pressionar pelo não reconhecimento do regime fantoche de Pequim, ou de seu desreconhecimento por países que já o reconheceram, os esforços para barrar o regime de Mao Tse-tung das Nações Unidas e a firme insistência em manter o embargo estratégico contra os comunistas chineses” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 2).

O editorial determinou também que a Liga Mundial Anticomunista deveria promover esforços, nos países “de trás da Cortina de Ferro”, “para encorajar os povos na Rússia soviética e na China continental, bem como na Europa do Leste, a se rebelarem contra seus capatazes comunistas” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 2). O editorial reiterou que a Liga desenvolveria campanhas de exposição dos *crimes comunistas e sua brutalidade*, engajando-se em operações de *guerra psicológica* “para abrir os olhos dos países neutralistas e estimulá-los a assumir posição mais positiva na atual luta global entre liberdade e comunismo” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 2). Consistiria, assim, “um dever da liga anticomunista mundial advertir os povos e governos do mundo livre dos perigos da infiltração e subversão comunista e exortá-los a tomar medidas apropriadas para enfrentar tais perigos” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 2). Por último, o editorial destacou que, “conforme o poder militar das nações livres continua crescendo, o comunismo internacional recorre mais e mais ao *slogan* vazio da ‘coexistência pacífica’ e à infiltração e subversão em vez da agressão aberta” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 2). Para combater essas “manobras” do comunismo internacional, arrematou a revista da APACL-Taiwan no editoairal de agosto/setembro de 1957:

**Como a ameaça comunista é global em sua natureza, a resposta a ela deveria ser também global em seu escopo.** Há organizações regionais anticomunistas compostas pelos povos das nações livres aqui e ali por todo o mundo livre. Elas não são suficientes. É por essa razão que **uma organização anticomunista mundial é uma necessidade tão urgente. O que é preciso é uma liga anticomunista abrangente composta pelos povos das nações livres.** Esse deve ser o objetivo final de tal liga, colocar um fim à ameaça comunista de uma vez por todas e fazer um mundo realmente seguro para a democracia e liberdade (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 2, grifo meu)

A mesma edição da *Free China & Asia* fez uma “cobertura” da Terceira Plenária da Conferência da APACLROC de início de agosto. Ali foram debatidas estratégias para a organização do Congresso preparatório para a criação da Liga Mundial Anticomunista. Um fato notável foi o “amigo norteamericano” que apareceu na plenária e tomou parte dos preparativos do Congresso e da Liga: Marvin Liebman, um *fundraiser* anticomunista dos EUA, anunciado como

“secretário executivo do Comitê do Um Milhão contra a Admissão da China Comunista nas Nações Unidas” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 15). Já naquela altura, Liebman era “talvez o mais importante civil americano trabalhando em nome de Jiang Jieshi e do Kuomintang nos anos 1950” (BURKE, 2018: 15).

Um *expert* em relações públicas e pioneiro no uso da mala direta para a arrecadação de fundos econômicos, Liebman foi um dos principais nomes do chamado *China Lobby*, o grupo de pressão pró-Taiwan sediado nos EUA<sup>166</sup>. Esse “amigo americano” da APACL-Taiwan rapidamente se tornaria um aliado dos latinoamericanos da CIDC. Isso porque os dirigentes taiwaneses incorporaram Liebman nos projetados Congresso e Liga do movimento anticomunista internacional. A triangulação APACL-CIDC-ABN passou a contar com Liebman. Foi nesse marco das coordenações do internacionalismo anticomunista, segundo o historiador Kyle Burke, que Liebman teria conhecido seus primeiros “amigos latinoamericanos”, precisamente no momento em que “Prieto Laurens e [Penna] Botto começaram a procurar no exterior por aliados com os quais pudessem compartilhar ideias e recursos.

Em 1957, o par havia cultivado relações com líderes da APACL e ABN, viajando para suas conferências em Taipei e Munique, e publicando artigos em suas revistas. É assim que Marvin Liebman veio a conhecê-los” (BURKE, 2018: 25). Liebman, que participou como “observador” da III Conferência da APACL no Vietnã em março de 1957, voltou à Ásia para participar da Terceira Plenária da Conferência da APACLROC em agosto daquele ano. Nessa plenária do “Capítulo” taiwanês da APACL, seu presidente “Sr. Ku propôs a implementação das seguintes três medidas para sua solução” concernente ao estabelecimento de uma entidade anticomunista mundial (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 15):

(1) A recomendação a todas as unidades membros da APACL para se unirem unanimemente à **Liga Anticomunista Mundial dos Povos [WPACL] a ser formada em breve**; (2) O impulso para fazer com que os EUA, Canadá e países na Austrália e África participem como membros da WPACL a ser formada em breve; e (3) **Negociações a serem conduzidas com organizações como a Confederação Anticomunista Interamericana [CIDC] e o Centro de Ligação Internacional Europeu, com o objetivo de convocar uma conferência anticomunista**

---

<sup>166</sup> “A mala direta, o que envolvia o uso de listas de envio computadorizadas para identificar, mobilizar e buscar fundos de um eleitorado, estava dando os seus primeiros passos. No final de 1950, o ativista conservador Marvin Liebman havia usado a mala direta para organizar o apoio ao seu Comitê do Um Milhão Contra a China” (LINK, 2008: 145). Os escritórios de relações públicas de Liebman na cidade de Nova Iorque “serviam como sede para dezenas de organizações anticomunistas ao longo dos anos 1950 e 1960” (DIAMAND, 1995: 41)

**internacional mundial dos povos em algum momento em 1958** (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 15, grifo meu)<sup>167</sup>

O discurso de Ku Cheng-kang na III Plenária da Conferência da APACLROC de agosto de 1957 evidenciou quem era o protagonista do projeto de convocar o Congresso e criar uma Liga para o movimento anticomunista internacional. Segundo o hierarca do Kuomintang (KMT) do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, a APACL deveria se concentrar em “(1) consolidar as forças anticomunistas na Ásia para a libertação dos países que foram fechados atrás da Cortina de Ferro e (2) reunir as forças anticomunistas no mundo para estabelecer uma frente anticomunista unida pelo objetivo de eliminar a agressão comunista internacional (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 21). Dessa forma, quando os dirigentes da CIDC chegaram a Taipei em outubro de 1957, a APACL-Taiwan já “tinha tudo preparado”.

Sua revista *Free China & Asia* fez a cobertura do Acordo assinado pelo presidente da APACLROC Ku Cheng-kang e pelo presidente e secretário-geral da CIDC, respectivamente, Penna Botto e Prieto Laurens. O Acordo CIDC-APACLROC foi designado pela *Free China & Asia* de *Declaração de Taipei* e, antes de reproduzi-lo em suas páginas, a revista publicou um editorial reafirmando que a iniciativa, embora contasse com seus “amigos latinoamericanos”, era uma “realização” da APACL *made in Taiwan*. Assim que o editorial da edição de outubro de 1957 da revista da APACL-Taiwan recordou que Ku Cheng-kang “havia sugerido no Segundo Congresso contra a Intervenção Soviética na América Latina, realizado em agosto de 1955, no Rio de Janeiro, que um congresso anticomunista mundial dos povos fosse chamado para coordenar suas atividades anticomunistas” (Free China, & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 5).

Depois que o II Congresso da CIDC de 1955 aprovou a proposta da APACL-Taiwan, “novamente, em abril de 1957, quando a Confederação Interamericana de Defesa do Continente realizou seu Terceiro Congresso em Lima, Peru, o Sr. Ku Cheng-kang, Presidente do Capítulo Chinês da APACL, que havia sido convidado ao Congresso como observador, sugeriu através do

---

<sup>167</sup> Resolveu-se na III Plenária da Conferência da APACLROC que, “durante os próximos doze meses, deveria ser dada ênfase aos seguintes itens: (1) A promoção de uma forma positiva do desenvolvimento das atividades anticomunistas dos povos; (2) A adoção de medidas ativas para a ampliação contínua das bases da APACL; (3) O fortalecimento da ligação anticomunista internacional; (4) O alargamento do escopo no campo da propaganda anticomunista internacional; (5) A iniciação e desenvolvimento das atividades diplomáticas dos povos; (6) O lançamento e fortalecimento da guerra psicológica; (7) O encorajamento da cooperação econômica e cultural; e (8) A expansão do alcance da solidariedade anticomunista internacional. Esses são os princípios orientadores para as tarefas a que a APACL é chamada a realizar no futuro próximo (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 8, p. 16).

Almirante Carlos Penna Botto, Presidente do Congresso, que passos concretos fossem adotados para convocar um congresso anticomunista mundial” (Free China, & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 5). Comprova-se aqui que a moção da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), intitulada “Por uma Liga Mundial Anticomunista” e apresentada em Lima por Penna Botto, foi uma obra *made in Taiwan*. Aprovada a proposta de Ku Cheng-kang feita ao III Congresso da CIDC, “foi então decidido que o Secretariado do Congresso fosse autorizado a intercambiar pontos de vista com a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos com o objetivo de chamar um congresso anticomunista mundial como um passo preliminar em direção à formação de uma liga anticomunista mundial antes de 1958” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 5).

A assinatura do Acordo CIDC-APACLROC foi, portanto, o coramento desse processo histórico. E, finalmente, a assim chamada *Declaração de Taipei*, a *Declaração Conjunta* da CIDC e da APACL-Taiwan, foi assinada em 3 de outubro de 1957. Seu objeto principal foi organizar e convocar “um Congresso Anticomunista Mundial”. A edição de outubro da *Free China & Asia* destacou que “o Almirante Carlos Penna Botto e o Dr. Jorge Prieto Laurens, líderes anticomunistas da CIDC, chegaram em Taipei em 2 de outubro e realizaram uma reunião em 3 de outubro com o Sr. Ku Cheng-kang, Presidente do Conselho da APACL, para organizarem a convocação de um congresso anticomunista mundial” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 8). Eis que o presidente da APACLROC Ku Cheng-kang e o presidente e secretário-geral da CIDC, respectivamente, Penna Botto e Prieto Laurens, assinaram a *Declaração de Taipei* “para a troca de pontos de vista sobre a convocação de um ‘Congresso Anticomunista Mundial’” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 8). No primeiro ponto da *Declaração de Taipei* foi declarado que a CIDC e a APACL-Taiwan:

(...) percebendo que **o objetivo máximo do bloco comunista internacional é a conquista do mundo e a escravização de toda a raça humana**, concordou que não é apenas necessário que os povos de todo o mundo, pertencentes seja às nações livres ou àquelas sob o jugo comunista, coordenem e intensifiquem seus esforços direcionados contra a ação bolchevique e, conseqüentemente, empreguem medidas coletivas eficazes e reais para derrotar o inimigo comum, mas também é muito importante que esse esforço pretendido seja capaz de ser exercido em toda a sua extensão, o mais breve possível (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 8, grifo meu)

A segunda resolução inscrita na *Declaração de Taipei* assegurou que a CIDC e a APACL-Taiwan seguiriam à risca o previsto na Resolução aprovada pelo III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina realizada no Peru, em abril de 1957, o que constituiria o

**“passo preliminar em direção à criação de uma ‘Liga Anticomunista Mundial’ permanente.** A ideia original veio do Sr. Ku, observador da ‘Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, República da China’, que esteve presente no Congresso de Lima e foi prontamente materializada através de uma proposta feita pela Delegação Brasileira” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, pp. 8-9, grifo meu).

O terceiro ponto da *Joint Statement* garantiu que a CIDC e a APACL-Taiwan “decidiram portanto **patrocinar conjuntamente o referido Congresso Mundial**”, o que deveria ser imediatamente comunicado não apenas aos dirigentes e membros das duas entidades, “mas também a todas as organizações civis anticomunistas de destaque dos Estados Unidos, Canadá, Europa, África e Oriente Médio, pedindo-lhes gentilmente para expressarem sua opinião sobre o assunto” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 9). O quarto ponto do Acordo CIDC-APACLROC decidiu que “uma ‘Conferência Preparatória’ será convocada para ter lugar no México, provisoriamente no final de fevereiro ou início de março de 1958, com o objetivo de abrir caminho para o futuro congresso, organizando tudo para sua instalação bem-sucedida, escolhendo o local (país) para o citado Congresso, estabelecendo estatutos, preparando a agenda e convidando delegados e, possivelmente, observadores, mas sem desconsiderar o fato de que o Congresso Mundial deverá ter lugar o mais breve possível, talvez em junho ou julho de 1958” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 9).

**Essa será chamada a ‘Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista’.** Cada unidade convidada a participar da ‘Conferência Preparatória’ será composta por não mais do que cinco Delegados, além de conselheiros e outros assistentes. As unidades convidadas serão em número reduzido, a critério das duas partes patrocinadoras. Cada Delegação irá pagar por suas próprias despesas de viagem, embarque e hospedagem (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 9, grifo meu)

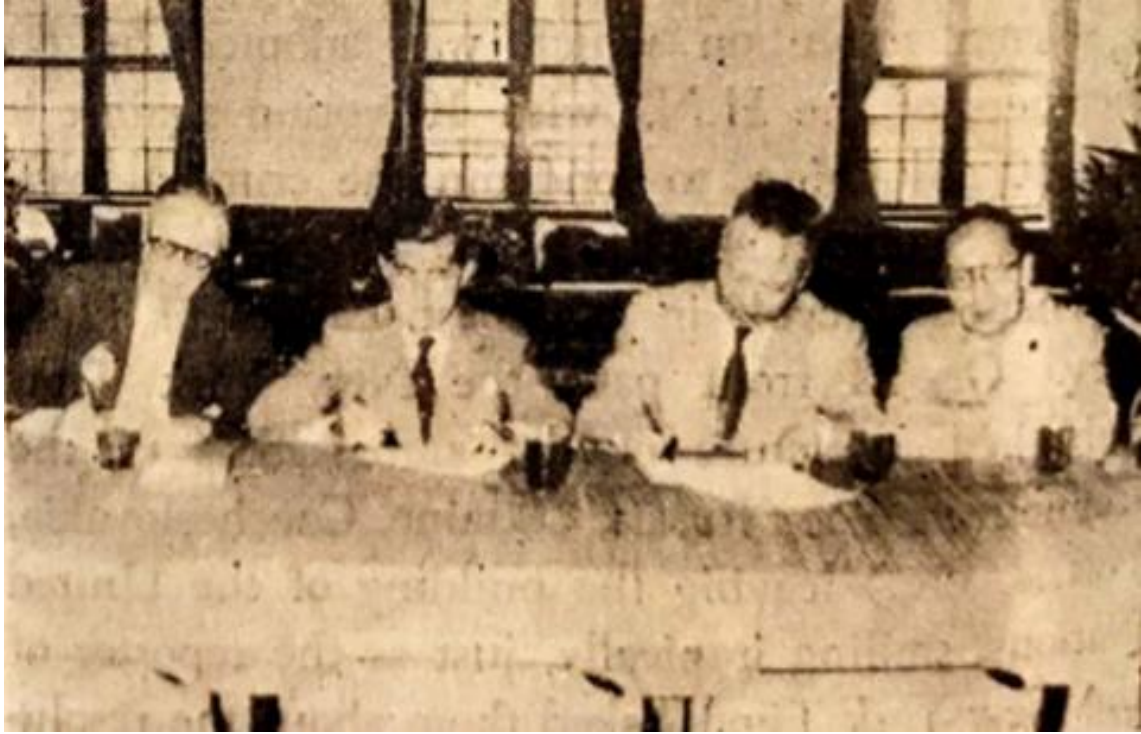
Ou seja, a *Declaração Conjunta* da CIDC-APACLROC foi prudente. Acautelou-se. Seria uma imprudência organizacional convocar o Congresso Anticomunista Mundial como o passo número 1 do projeto “Por uma Liga Mundial Anticomunista”. Optou-se por realizar primeiro uma “Conferência Preparatória” no México em 1958, para então, com os preparativos já afinados, proceder à convocação de um Congresso Anticomunista Mundial para só então lançar-se à criação da “tão sonhada” Liga Mundial Anticomunista. O penúltimo ponto da *Declaração de Taipei* definiu que, “embora os Estatutos e a Agenda sejam tarefas a serem elaboradas pela ‘Conferência Preparatória’, ambas as partes consideram aconselhável estabelecer claramente, desta declaração,



os princípios básicos e subjacentes ao proposto Congresso Mundial” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 9).

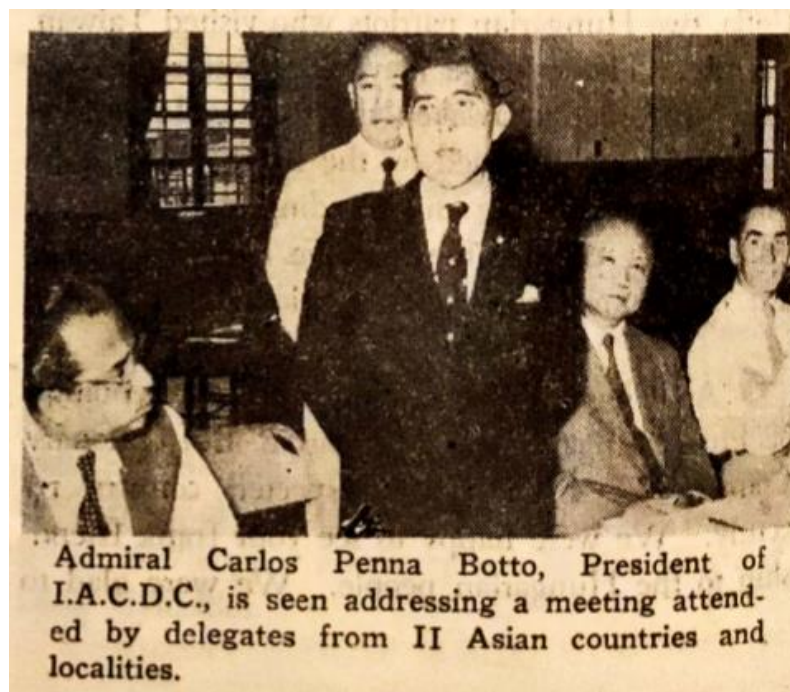
Assim que, nesse ponto, a *Declaração Conjunta* CIDC-APACLROC demarcou a *erradicação do comunismo* e da *praga marxista* como os objetivos principais que motivaram a convocação da *Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista*. “**O principal objetivo é erradicar o comunismo, livrar o mundo da praga marxista**”, o que implicaria, a sua vez: “(1) **libertar as pessoas escravizadas pelos comunistas onde quer que estejam, na Europa e Ásia;** (2) **preservar os povos livres de serem, no futuro, escravizados pelos comunistas**” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 9, grifo meu). Esse duplo aspecto da luta, que se desenvolveria tanto nas “nações cativas” detrás da *Cortina de Ferro* ou da *Cortina de Bambu* quanto no “mundo livre”, deveria ser considerado “*simultaneamente*, pois **a luta deve assumir, por uma questão de eficiência, um caráter global**. Para cumprir os objetivos em vista, a estratégia será discutida no Congresso Mundial e, uma vez aprovada, nenhum esforço será poupado para realizá-la, até que se obtenha a vitória final sobre o flagelo bolchevique” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 9, grifo meu).

Enfim, a sexta e última decisão da *Declaração de Taipei*, subscrita pelo presidente da APACLROC Ku Cheng-kang e pelo presidente Penna Botto e secretário-geral Prieto Laurens da CIDC, determinou que “**a tarefa de estabelecer um Secretariado para a ‘Conferência Preparatória’ será designada à ‘Confederação Interamericana de Defesa do continente’, de acordo com o espírito da Resolução de Lima**” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 9, grifo meu). Por último, assim como em 1955 o momento da assinatura do Acordo ABN-APACLROC entre Ku Cheng-kang e Yaroslav Stetsko havia sido fotografado, a celebração do Acordo CIDC-APACLROC de 1957 também o foi. Essa fotografia icônica foi publicada pela revista da APACL-Taiwan, a *Free China & Asia*, com a seguinte legenda: “**Sr. Ku Cheng-kang, Presidente do Conselho da APACL e Almirante Carlos Penna Botto e Dr. Jorge Prieto Laurens, Presidente e Secretário-Geral, respectivamente, da CIDC, são vistos assinando uma declaração conjunta relativa à convocação da conferência anticomunista mundial**. O primeiro a partir da direita é o Sr. Pao Hua-kuo, Secretário-Geral da APACLROC” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 11, p. 10, grifo meu). Na foto posada, os subscritores da *Declaração de Taipei* olham para baixo, compenetrados, caneta em punho, assinando o Acordo CIDC-APACLROC.



**Figura 118.** Assinatura da Declaração de Taipei, acordo de cooperação anticomunista entre a CIDC e a APACL representadas respectivamente por Prieto Laurens e Penna Botto e por Ku Cheng-kang e Pao Hua-Kuo. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 11, p. 10.

Uma segunda foto foi publicada na mesma edição da revista *apacliana*, com a seguinte legenda: “Almirante Carlos Penna Botto, Presidente da CIDC, é visto discurdando em uma reunião com a presença de delegados de países e localidades asiáticas” (*Free China & Asia*, 1957, v. IV, n.º 11, p. 20). À paisana, o almirante brasileiro discursava de pé e, sentado a sua esquerda, Ku Cheng-kang encarou a câmera para o registro fotográfico da visita histórica de um militar brasileira anticomunista na Taiwan do generalíssimo Chiang Kai-shek. Era a consolidação de conexões anticomunistas do eixo Brasil-Taiwan iniciadas por Penna Botto e que frutificariam depois de sua morte por outras vias e agentes, ligando-se Ku Cheng-kang na década de 1970 com uma nova geração da ultradireita brasileira, conforme se verá no **CAPÍTULO 5**.



**Figura 119.** De pé, o almirante Penna Botto, presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) e da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), discursando em Taipei em 1957. Atrás dele, sentado, encarando a câmera, Ku Cheng-kang, hierarca do Comitê Central do Kuomintang e lugar-tenente da ditadura taiwanesa de Chiang Kai-shek na APACL. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1957, v. IV, n.º 11, p. 20.

### 3.6. México, 1958: a Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista

A partir da *Declaração de Taipei* de 3 de outubro de 1957, como esclarece o historiador Cañón Voirin, a APACL Taiwan e a CIDC se comprometeram “a emprender rondas de negociação com outras organizações. Entre novembro de 1957 y marzo de 1958, se reunieron con grupos privados y gubernamentales en Alemania, Francia, Italia y México. En esta última ciudad tuvo lugar la Conferencia Preparatoria del Primer Congreso Mundial Anticomunista” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 82). A Conferência Preparatória que deveria convocar o Congresso Mundial Anticomunista – para depois criar uma Liga Mundial Anticomunista – foi realizado na Cidade do México em março de 1958. Um mês depois, em abril, a revista da APACL-Taiwan publicou um extenso *Relatório sobre a Conferência Preparatória do Congresso Anticomunista Mundial pela Liberdade e Libertação*. Nota-se, pois, que foram acrescentadas duas palavras ao nome original Congresso Mundial Anticomunista, que fora “preparado” no México: *Liberdade e*

*Libertação*. Essas duas “palavrinhas” condesaram um dos pontos do Acordo CIDC-APACLROC: *Liberdade* diria respeito à necessidade de “preservar os povos livres de serem, no futuro, escravizados pelos comunistas”; *Libertação* referiu-se à missão de “libertar as pessoas escravizadas pelos comunistas onde quer que estejam, na Europa e Ásia” (Free China & Asia, 1957, v. IV, n.º 10, p. 9).

O *Relatório* reconstituiu, da perspectiva da APACL, o histórico de alianças das redes anticomunistas globais que assentaram as bases e viabilizaram a convocação da *Conferência Preparatória* pré-agendada para ocorrer em março de 1958 no México. Deu-se ênfase especial no documento aprovado pela II Conferência da APACL de 1956 nas Filipinas intitulado *A Programs of Action for Unifying the Anti-Communist Activities of APACL Second Conference*. Como visto no CAPÍTULO 2, esse documento definiu que a APACL deveria “aumentar o contato mútuo e cooperação entre todas as forças anticomunistas do mundo, patrocinar um congresso mundial anticomunista e elaborar uma estratégia e um programa de ação anticomunista geral” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 6). O *Relatório* elogiava a “clarividência” do presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang por ter sugerido a convocação de um congresso mundial anticomunista para dois Congressos da CIDC, o II de 1955 no Brasil e o III de 1957 no Peru, sendo que no último deu-se encaminhamento prático à sugestão apacliiana “para a convocação de uma Conferência Anticomunista Mundial” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 6).

Reiterou, como fizeram todos editoriais da *Free China & Asia* que versaram sobre o tema a partir de maio de 1957, que desde o III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de abril daquele ano, o secretariado da CIDC manteve-se em permanente contato com os representantes da APACL, e demais organizações anticomunistas aliadas, “com o objetivo de convocar um Congresso Mundial Anticomunista e, em seguida, estabelecer uma Liga Mundial Anticomunista dos Povos no mais tardar em 1958” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 6-7). Formalmente, esclareceu o *Relatório sobre a Conferência Preparatória*, os frutos colhidos pela intervenção de Ku Cheng-kang junto ao III Congresso da CIDC de abril de 1957 foram comunicados e aprovados em setembro daquele ano no encontro do Conselho da APACL em Taipei. Em conformidade com essas tratativas, o “Presidente do Conselho, Sr. Ku Cheng-kang, conversou com o Almirante Carlos Penna Botto, Presidente, e Jorge Prieto Laurens, Secretário-

Geral, da Confederação Interamericana de Defesa do Continente, quando eles visitaram Taipei, Taiwan, em outubro de 1957” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 7).

O *Relatório* lembrou que dessa visita dos “amigos latinoamericanos” a Taiwan resultou uma *Declaração Conjunta* entre a CIDC e a APACLROC “defendendo o Congresso Mundial Anticomunista e que uma Conferência Preparatória fosse realizada no México” para a qual deveriam ser convidados “delegados de organizações anticomunistas dos povos dos Estados Unidos, Canadá, Europa, África e Oriente Médio” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 7). Recordou-se que a CIDC foi a entidade incumbida pela gestão do secretariado da Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista e pode contar, desde então, com “toda a assistência possível que nossa Liga [APACL] pudesse oferecer e com o apoio entusiástico das organizações anticomunistas pelo mundo” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 7).

Cumprindo um dos pontos da *Declaração de Taipei*, Ku Cheng-kang, “ao receber o Aviso de Convocação do Dr. Laurens do Secretariado do Congresso Mundial Anticomunista, enviou cartas a todas as unidades da APACL, solicitando que enviassem delegados de modo a formar uma delegação da APACL para comparecer à Conferência Preparatória de acordo com a resolução do Conselho” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 7). À exceção do tailandês Plang Phloyphrom, atarefado com a organização da IV Conferência da APACL – pré-agendada para ocorrer em abril de 1958 em Bangkok –, excetuando-se também o filipino José Ma. Hernandez, “os Capítulos da China, Coreia e Vietnã todos responderam e uma delegação foi formada por delegados desses três Capítulos para comparecerem à Conferência Preparatória, todos os delegados arcando com suas próprias despesas de viagem” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 7).

A delegação da APACL, que chegou à Cidade do México em 18 de março de 1958, isto é, dois dias antes da Conferência Preparatória do Congresso Mundial Anticomunista, esteve composta de nove delegados: “Sr. Ku Cheng-kang, Sr. Pao Hua-kuo e C. M. Chang (Assessor) da China, Dr. L. George Paik, Sr. Kyw Nam Choi, Sr. Min Ha Che, Dr. William A. Gleen (Assessor) e Sr. Chai Ho Kim (Assessor) da Coreia e Sr. Nguyen Huu Thong do Vietnã” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, pp. 7-8). Além desses dirigentes dos “Capítulos” taiwanês, sul-coreano e sul-vietnamita da APACL, outros 49 delegados de vários países, membros de organizações anticomunistas internacionais, participaram da Conferência Preparatória inaugurada em 20 de março na capital mexicana. Segundo o *Relatório*:

A América Latina foi representada por 28 delegados de Cuba, Brasil, Argentina, México, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Costa Rica [CIDC]; 3 delegados representando a Europa eram do **Comitê Internacional de Informação e de Ação Social [CIAS]**, do **Bloco Antibolchevique de Nações [ABN]**<sup>168</sup> e do Conselho da Tchecoslováquia Livre; enquanto os Estados Unidos e o Canadá foram representados por uma delegação de nove pessoas de organizações como o **Comitê do Um Milhão dos Estados Unidos** e a Legião Americana (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8)

Dado o protagonismo da APACL-Taiwan e da CIDC na organização da Conferência Preparatória do México, “ela foi alternadamente presidida pelo Sr. Ku Cheng-kang e pelo Almirante Penna Botto” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8). Por isso, o presidente da CIDC Penna Botto e o presidente da APACLROC Ku Cheng-kang foram incumbidos de discursar na abertura do evento. Em seu discurso inicial, ao almirante brasileiro “enfatizou o perigo do comunismo e expressou a convicção de que a paz duradoura poderia ser alcançada somente depois que o comunismo fosse destruído e que a guerra seria inevitável aos anticomunistas” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8). Na sequência, Penna Botto “pediu o estabelecimento de uma organização anticomunista mundial, de modo a reunir as forças anticomunistas em todo o mundo para combater o comunismo internacional” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8). Já o discurso inaugural de Ku Cheng-kang apresentou a estrutura e os objetivos políticos da APACL aos delegados reunidos na Cidade do México, assegurando-lhe que tendencialmente o comunismo colapsaria, mas que “existe há quarenta anos” – isto é, desde a Revolução Russa de 1917 – “a presente conspiração de agressão comunista contra o Mundo Livre” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8).

Ku Cheng-kang enfatizou “a necessidade de estabelecer uma organização anticomunista global e ofereceu a base para a preparação dessa organização” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8). Todos os oradores da Conferência Preparatória convergiram para a necessidade “do rápido estabelecimento de uma **organização anticomunista global, para combater e depois destruir a Internacional [Comunista]** com um programa unificado, esforço coordenado e ação

---

<sup>168</sup> “As organizações nacionais de ucranianos, húngaros e tchecos de diferentes países também estavam representadas. Ucranianos do Canadá foram representados pela Liga Canadense pela Libertação da Ucrânia (Delegados: I. Boyko, M. Sosnowsky); Ucranianos dos Estados Unidos, pela Organização pela Defesa das Quatro Liberdades para a Ucrânia (Delegado: I. Bilinsky); Ucranianos da Argentina, pelo Comitê Inter-organizacional Ucraniano (Delegado: M. A. Rubinez). Húngaros foram representados pelo Movimento Húngaro de Libertação (Delegado: Dr. S. Sandor); Letões foram representados pela Federação Nacional Letã no Canadá (Delegado: H. B. Atoms) e os Tchecos foram representados pelo delegado: DR. V. Laska (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 1).

conjunta” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8, grifo meu). Após os debates e planejamentos da Conferência Preparatória, o delegado da APACL-Taiwan Pao Hua-kuo “movimentou-se para organizar um Comitê de Agenda para formular a agenda e o sistema de votação. Sendo sua poposição aprovada, o Almirante [Penna] Botto, Sr. [Prieto] Laurens, Sr. Marvin Liebman, Sr. Alfred B. Gielen, Sr. Michael Sosnowsky e Sr. Pao Hua-kuo foram eleitos os membros do Comitê de Agenda” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8).

Liebman, como dito, era o dirigente do Comitê do Um Milhão, a principal organização do *China Lobby* do *generalíssimo* Chiang Kai-shek nos EUA. Gielen, como se detalhará, era um ex-funcionário sênior do *Anti-Komintern* do *Propagandaministerium* de Joseph Goebbels que, devidamente “desnazificado” no pós-guerra, tornara-se o diretor internacional do CIAS. Na tarde de 20 de março, no primeiro dia da Conferência Preparatória, após a reunião do Comitê incumbido de estabelecer a Agenda, decidiu-se que cada unidade regional presente teria apenas um voto. Cada organização internacional, igualmente, teria apenas um voto. Estabeleceram-se como os principais itens da Agenda da Conferência Preparatória: “(a) Redigir o programa de trabalho em preparação para a convocação do Congresso Anticomunista Mundial (incluindo o orçamento no curso da preparação) (b) Redigir os princípios orientadores da Organização do Congresso, (c) Redigir a Declaração Política, e (d) Redigir a Declaração para a Convocação do Congresso e Agenda” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8).

Em 21 de março, no segundo dia da Conferência Preparatória, adotou-se o nome oficial do conclave que deveria ser convocado, no máximo, até final de 1958: “O Congresso foi oficialmente designado como CONGRESSO MUNDIAL ANTICOMUNISTA PARA LIBERDADE E LIBERTAÇÃO” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 9). Definiu-se que o Congresso Mundial Anticomunista deveria ser realizado em 23 de outubro de 1958, em homenagem ao segundo aniversário do Levante Húngaro de 1956, e que sua localização “deveria ser escolhida a partir dos três países seguintes: Turquia, Grécia ou Portugal” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 9). Na tarde de 21 de março, Pao Hua-kuo da APACL-Taiwan apresentou um Esboço do Programa de Trabalho aos delegados da Conferência Preparatória e, depois de discussões e algumas emendas, definiram-se um orçamento – proposto pelo delegado dos EUA Marvin Liebman – e as seguintes resoluções:

- 1) Criação de um Comitê Diretor (*Steering Committee*) de onze homens com um Presidente e dois Vice-Presidentes a serem eleitos entre os onze membros. Esse Comitê

e responsável por todas as questões que digam respeito à preparação do Congresso. 2) **Estabelecimento do Secretariado nos Estados Unidos**, sob a direção do Secretário-Geral e nomeação de um Vice-Secretário Adjunto para cada um da Europa, Ásia e América Latina. 3) **Decisão sobre a data e localização do Congresso**. 4) Assuntos relativos ao convite de delegados e observadores. 5) Redação do Estatuto e outros regulamentos. 6) **O orçamento para os seis meses de preparação foi estabelecido como US\$ 12.000; 35% desse valor (estimados em US\$ 4.200,00) deveriam ser arrecadados pelo Secretário-Geral e o restante dividido pelas organizações participantes na Conferência Preparatória**. A fórmula para a divisão do valor é: Cada organização anticomunista multinacional será responsável por uma contribuição de US\$ 7.500 e cada organização representada e votante na Conferência Preparatória será responsável por uma contribuição de US\$ 350,00 (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 9, grifo meu)

Em 22 de março, terceiro dia da Conferência Preparatória, essas resoluções foram aprovadas, com o acréscimo de que “o Secretário-Geral Adjunto do mesmo Estado que o Secretário-Geral deverá ser nomeado” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 9). Como decidira-se que o Secretariado ficaria nos EUA, portanto, seu secretário-geral adjunto deveria ser um norteamericano. A Conferência Preparatória nomeou Michael Sosnowsky do Canadá, Salvador Mendoza do México, William A. Gleen da Coreia do Sul e Pao Hua-kuo de Taiwan “para formarem um Comitê para nomear os membros do Comitê Diretor (*Steering Committee*), o Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto e os Subsecretários-Gerais Regionais, conforme previsto no Programa de Trabalho” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 9). A tarde do dia 22 e a manhã do dia 23, ademais, foram reservadas à eleição dos membros responsáveis para a Organização Preparatória do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação, elegendo-se por unanimidade o *fundraiser* norteamericano Marvin Liebman, do *Comitê do Um Milhão*, para a função de Secretário-Geral. Não se chegou, todavia, a um acordo sobre o nome do *vice-secretário-geral* para coordenar suas funções com Liebman, embora tenha sido aprovada a sugestão de aumentar o número de integrantes do *Steering Committee* de 11 para 15.

Aprovada essa recomendação na manhã do dia 23 de março, no quarto e penúltimo dia da Conferência Preparatória do México, “o Comitê de Nomeação (*Nomination Committee*), desejoso de obter informações de todos os interessados, reuniu-se novamente às 8 da noite do mesmo dia e convidou o Presidente Almirante Botto, Presidente Sr. Ku Cheng-kang, o Secretário-Geral Sr. Laurens e o Sr. Stetzko do ABN para consulta conjunta. Uma lista de unanimemente acordada foi alcançada à 1:30 da manhã” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 10).



Na manhã de 24 de março, o Comitê de Nomeação aprovou por unanimidade os 15 membros do Comitê Diretor, reservando-se três assentos que deveriam ser ocupados por representantes dos Estados Unidos, da África e do Oriente Médio. Os outros membros designados para o Comitê Diretor foram: da Ásia, Ku Cheng-kang (APACL-Taiwan), L. George Paik (APACL-Coreia do Sul) e Nguyen Huu Thong (APACL-Vietnã do Sul); da América Latina, almirante Carlos Penna Botto (CIDC-Brasil), Jorge Prieto Laurens (CIDC-México) e Sergio J. Larrain (CIDC-Chile); da Europa, Fritz Cramer, presidente do CIAS e, como se detalhará, um ex-oficial da contrainteligência nazista; Ferenc Farkas Kisbarnak e Yaroslav Stetsko, dirigentes do ABN, criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas, respectivamente, da Hungria e da Ucrânia; e George Dallas; dos EUA, Charles Edison e Lev E. Dobriansky (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 10). Charles Edison era filho do inventor e empresário Thomas Edison e Dobriansky, como visto no CAPÍTULO 1, era um ex-coronel do OSS, presidente do Comitê Nacional das Nações Cativas (NCNC) dos EUA, além de autor do esboço da Resoluções das Nações Cativas transformado em lei, em 1959, pelo Congresso e pelo presidente dos EUA Eisenhower.

Finalmente, o nome do *fundraiser* Marvin Liebman foi confirmado como secretário-geral da Conferência Preparatória do Congresso Mundial, indicando-se Francis J. McNamarra para assisti-lo enquanto vice-secretário-geral. Conforme se verá, McNamarra era um ex-major de inteligência do Exército dos EUA que, na II Guerra Mundial, serviu na Ásia, entre China e Burma (atual Birmânia). A partir de 1948, em Nova Iorque, tornou-se “pesquisador” do *Counterattack: The Newsletter of Facts on Communism*, dirigido por um trio de ex-funcionários do FBI que, na década de 1930, integrou o chamado “Esquadrão Comunista” do *Bureau*. Como Subsecretários-Gerais Regionais foram designados: Ernesto de la Fe Perez (CIDC-Cuba), ex-ministro de Informações do ditador Fulgencio Baptista; Alfred B. Gielen, diretor internacional do CIAS e ex-funcionário de “alto nível” do *Anti-Komintern* de Joseph Goebbels; e Inamullah Khan do Paquistão (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 10). O jornalista Salvador Díaz Versón foi designado como secretário da empreitada. Como visto, Díaz Versón fora diretor da Polícia Nacional do governo de Carlos Prío, chefe do gabinete de contra-espionagem do Exército (1948-52) e, depois,

tornou-se secretário de imprensa da CIDC, encarregado da Organización Interamericana de Periodistas Anticomunistas (OIPA)<sup>169</sup>.

Por último, na reunião derradeira da Conferência Preparatória, na noite de 24 de março, Charles Edison, “ex-Secretário da Marinha dos Estados Unidos”, foi eleito para o cargo de Presidente do Comitê Diretor, indicando-se Ku Cheng-kang e Carlos Penna Botto como Vice-Presidentes (*Vice-Chairman*) (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 10). Enfim, vale a pena propor a seguinte visualização sintética do *Quem foi Quem* da estrutura montada em março de 1958 no México pela Conferência Preparatória. Foram esses indivíduos e seus respectivos grupos os encarregados de convocar o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação e, com ele, criar uma Liga Mundial Anticomunista:

Presidente do Comitê Diretor: Charles Edison (EUA). Vice-Presidentes do Comitê Diretor: Ku Cheng-kang (APACL-Taiwan) e Carlos Penna Botto (CIDC-Brasil). Membros do Comitê Diretor: L. George Paik (APACL-Coreia do Sul), Nguyen Huu Thong (APACL-Vietnã do Sul), Jorge Prieto Laurens (CIDC-México), Sergio J. Larraín (CIDC-Chile), Fritz Cramer (CIAS-Alemanha), Ferenc Farkas Kisbanark (ABN), Yaroslav Stetsko (ABN), George Dallas e Lev E. Dobriansky (NCNC-EUA). Secretário-Geral: Marvin Liebman (EUA). Vice-Secretário-Geral: Francis J. McNamarra (EUA). Subsecretários-Gerais Regionais: Ernesto de la Fe (CIDC-Cuba), Alfred Gielen (CIAS-Alemanha) e Inamullah Khan (Paquistão). Secretário: Salvador Díaz-Verson (CIDC-Cuba)

### 3.6.1. Os princípios do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação

Na Conferência Preparatória, um Comitê foi estabelecido e encarregado de redigir, discutir e aprovar “Os princípios regentes da organização do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação”, “sobre a base da minuta preparada pela APACL. O Comitê então submeteu-o à plenária da Conferência para discussão e ele foi adotado pela Conferência com emenda. Seus principais pontos são: 1) Prefácio, 2) Nossas Promessas, 3) Nossas Propostas, 4) Princípios de Organização” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 10). O Prefácio dos *Princípios*

---

<sup>169</sup> Uma nota da revista da APACLROC registrou, em 1958, os nexos de Díaz-Verson com seus contrapartes da ditadura taiwanesa. “A fim de expor as intrigas da agressão comunista indireta e fortalecer a difusão da propaganda anticomunista, o Sr. Salvador Díaz-Verson publicou a revista ‘Occidente’ em Cuba. Através da Embaixada da República da China em Havana, o Sr. Díaz Verson entrou em contato com a APACLROC e solicitou a esta informações e gráficos para publicação em sua revista e a APACLROC lhe prometeu fornecê-los” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 8, p. 20). No IV Congresso da CIDC de 1958, “el delegado Díaz Versón, de Cuba, informó que en su país se estaba publicando mensualmente la revista ‘Occidental’, que aunque no dice ser órgano oficial de la Organización Panamericana de Periodistas Anticomunistas [OIPA], lo es de hecho y de derecho” (CIDC, 1961: 22).

caracterizou o comunismo como “uma ideologia maligna que milita contra a natureza humana e destrói a cultura da raça humana”, salientando que, sob a liderança da URSS, “o movimento comunista internacional está coletivamente promovendo infiltração política, penetração econômica e agressão militar contra as nações e povos do mundo livre” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 10). Contra o *comunismo internacional*, que teria como objetivo a “conquista mundial e a escravização de toda a raça humana” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 10), o Prefácio dos *Princípios* defendeu:

Nós, os povos democráticos e amantes da liberdade do mundo, iremos, com o objetivo de assegurar e restaurar a independência nacional, liberdade e democracia, e para a libertação dos povos subjugados pelo comunismo e imperialismo russo, assim como pela **efetiva destruição do comunismo internacional dirigido por Moscou, nos unir para formar um Congresso Mundial Anticomunista para Liberdade e Libertação** de todas as raças, nacionalidades, países e credos. **Nosso objetivo supremo é unificar nossos programas, coordenar nosso trabalho e adotar ações combinadas e progressivas dirigidas contra nosso inimigo comum.** A fim de alcançar nosso objetivo sagrado, nós, **os delegados da Conferência Preparatória do Congresso Mundial Anticomunista para Liberdade e Libertação, realizado na Cidade do México, entre 20 e 25 de março de 1958**, da América Central, do Sul, do Norte, da Ásia, Austrália, Europa e do Oriente Médio, unanimemente adotamos esses princípios que regem a organização do Congresso Mundial Anticomunista para Liberdade e Libertação e claramente declaramos nossas promessas, programa e princípios importantes (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 11-12, grifo meu)

No tópico “Nossas Promessas”, o documento *Princípios* minutado pela APACL, emendado e aprovado pela Conferência Preparatória do México, assinalou que “**as teorias errôneas do comunismo, professadas pelos comunistas por mais de cem anos, e os crimes e atrocidades perpetuados sob um regime comunista constituem uma grave ameaça à liberdade da humanidade e à segurança do mundo**” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 12). O compromisso do Congresso Mundial Anticomunista que deveria ser convocado, portanto, deveria ser o de *exterminar* o comunismo, uma vez que, “**a menos que nós erradiquemos a ideologia e o sistema comunistas, toda a raça humana será destruída por eles**” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 12, grifo meu).

Com tais crenças em vista, nós nos comprometemos: A. **A nos opor às visões errôneas do marxismo que exaltam o materialismo, negam a natureza humana e enfatizam a luta de classes;** e expressar nossa profunda fé na dignidade dos indivíduos, o valor dos princípios morais e da mútua assistência e cooperação da humanidade. B. **A nos opor ao totalitarismo comunista, escravização e agressão imperialista;** e a apoiar o governo democrático, a santidade dos direitos humanos e o direito à independência nacional, igualdade e autogoverno das diferentes nações. C. **A nos opor ao bolchevismo despótico, tirano e ao seu ateísmo;** e a valorizar a completa liberdade em todas as suas pesquisas e

expressões escolásticas e suas crenças religiosas. D. **A nos opor ao sistema comunista que monopoliza todos os instrumentos de produção, intercâmbio, transporte e meios de subsistência; e defender a crença de que a raça humana pode construir um mundo próspero e pacífico somente sobre a fundação da livre economia, livre iniciativa e livres meios de promover a subsistência.** E. **A nos opor mais vigorosamente à assim chamada coexistência pacífica com o comunismo e rejeitar tais políticas como o neutralismo, o desligamento e o apaziguamento [appeasement]; e reafirmar que entre a liberdade e a escravidão não há nenhuma possibilidade de coexistência e neutralidade** (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 12, grifo meu)

De um lado, então, o *totalitarismo comunista* com sua plethora de *visões errôneas* sobre *materialismo*, *luta de classes* e *ateísmo* que, na vertente *despótica* e *tirânica* do bolchevismo, *escravizaria* os indivíduos, retirando-lhes sua *livre iniciativa* e *liberdades* políticas e econômicas em benefício do *monopólio* estatal dos *meios de produção, troca, transporte e subsistência*. De outro lado, felizmente, o reino da *liberdade*, da *democracia*, dos *santificados direitos humanos*, da *autodeterminação nacional*, do *autogoverno* e, sobretudo, da *economia livre*, da *livre iniciativa* e da *liberdade* privada de apropriar-se dos *meios de produção, troca, transporte* e de promoção da subsistência. Enfim, contra a *escravidão comunista*, a *liberdade* capitalista e, para garanti-la aos que dela ainda usufruíam, e para reconquistá-la àqueles que a haviam perdido, seria preciso uma ofensiva global contra o comunismo. Com este não era possível manter uma *coexistência pacífica*, uma postura *neutra* ou um diálogo com vistas ao *apaziguamento* de tensões e conflitos. A missão era uma: *erradicar* a ideologia e o sistema comunistas antes que a humanidade fosse destruída por eles.

Baseando-se nessas premissas, a primeira proposta dos *Princípios* definiu que a organização global divisada precisaria contar com amparo governamental para ser capaz de estruturar inúmeros sub-sistemas de defesa anticomunistas. **“Nós recorreremos aos diferentes governos para acelerarem a criação de uma frente anticomunista unida, para expandir e consolidar todos os sistemas regionais de defesa anticomunistas para formar um único sistema unificado e tomar ações unificadas para o alcance de um objetivo comum”** ( Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 12, grifo meu). Daí a urgência, resumiu a segunda proposta, de **“convencer os diferentes governos e povos da necessidade de tomar medidas para prevenir e combater a infiltração e subversão comunistas, para o banimento do Partido Comunista e para a supressão de todas as atividades comunistas, abertas ou ocultas”** (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, 1958, p. 12, grifo meu). A terceira proposta – que pela terminologia evidencia

que o ABN “venceu” os solidaristas russos da NTS – denunciou “**os desígnios malignos do imperialismo comunista que visa expandir o colonialismo russo sob a aparência do nacionalismo**” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 12, grifo meu). Contra o *imperialismo* ou *colonialismo russo-soviético*, em nome da “autodeterminação nacional” e da “igualdade de todas as nações para que os povos escravizados possam todos ganhar independência e autogoverno de acordo com sua aspiração” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 12), os *Princípios* defenderam uma política de “libertação” (*rollback communism*) dos “aprisionados” atrás da *Cortina de Ferro*:

Nós devemos unir todas as forças justas do mundo para prestar todo o apoio moral e material necessário para os **movimentos de libertação anticomunista atrás da Cortina de Ferro da Europa e Ásia e unificar estreitamente todas as forças anticomunistas ambas dentro e fora das Cortinas de Ferro** com o objetivo final de libertar e restaurar a independência nacional e liberdades a todos os povos escravizados em seus territórios étnicos (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 13, grifo meu)

Nota-se, pois, que o ideário *rollback communism* primeiramente delineado pelo ABN, depois desenvolvido pela APACL, e então compartilhado pela CIDC, tornou-se a ideologia oficial dos *Princípios regentes da organização do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação*. Já definido o que fazer no campo da *libertação* dos “aprisionados” detrás da *Cortina de Ferro* e da *Cortina de Bambu*, outra proposta dos *Princípios* referiu-se propriamente ao “mundo livre”. A seus representantes foi solicitado “proclamar a Declaração Universal de Liberdade para as nações do mundo”, pela qual se deveria rejeitar “toda forma de imperialismo e expressaria as ideias e princípios da independência nacional, liberdade pessoal e justiça social de acordo com os nobres princípios das religiões e as grandes tradições de cooperação internacional” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 12). Os *Princípios* também conclamaram o “mundo livre” para “melhorar a subsistência de seus povos, fortalecer a cooperação econômica entre eles, recusar-se a negociar com o bloco comunista de nações, cortar relações diplomáticas com eles e estender a ajuda financeira e técnica às áreas subdesenvolvidas para conter a penetração econômica do bloco comunista internacional” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 12-13).

Conclamaram, enfim, governos e povos “a promoverem o intercâmbio cultural e o entendimento mútuo a fim de **contra-atacar a disseminação da venenosa ideologia comunista**” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 13, grifo meu). Desse modo, depois do *Prefácio*, das *Nossas Promessas* e das *Nossas Propostas*, o documento com diretrizes axiológicas e organizacionais minutado pela APACL, emendado e aprovado pela Conferência Preparatória do

México, de março de 1958, definiu que “o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação será organizado de acordo com os princípios democráticos, cujos pontos importantes são os seguintes” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 13):

**1. O Congresso será composto por organizações anticomunistas nacionais e regionais do mundo.** 2. Em um país ou região em que houver duas ou mais organizações anticomunistas que desejem ser representadas conjuntamente nesse Congresso, elas podem se fundir para se tornarem uma entidade única ou formar um órgão de ligação enquanto cada uma mantenha sua própria identidade. As organizações participantes devem eleger conjuntamente uma delegação para o Congresso com o entendimento de que elas deverão todas compartilhar as mesmas responsabilidades e privilégios. A delegação terá apenas um voto. 3. Organizações anticomunistas reconhecidas internacionalmente que sejam compostas de dois ou mais países podem se tornar membros do Congresso. Tais organizações terão apenas um voto. 4. **A mais alta autoridade do Congresso é investida na Assembleia Geral do Congresso que será composta por delegados de todas as unidades membros. Cada unidade membro terá apenas um voto.** 5. Quando a Assembleia Geral não estiver em sessão, as funções do Congresso serão executadas pelo Conselho Executivo, cujos membros serão eleitos pela Assembleia Geral. Também deverá haver um Secretariado Geral que, sob a direção do Conselho Executivo, executará as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Executivo. **A Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para Liberdade e Libertação dá poderes ao Comitê Diretor para preparar uma lista de destacados líderes do mundo livre para serem convidados a se tornarem patronos honorários do Congresso Mundial Anticomunista para Liberdade e Libertação** (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 13, grifo meu)

### 3.6.2. Declaração Política e Agenda para o Congresso Mundial Anticomunista

Deve-se notar que esses “Princípios de Organização” que a Conferência Preparatória estabeleceu para o Congresso Mundial Anticomunista, em grande parte, identificou-se com a estrutura organizacional da APACL, conforme analisada no CAPÍTULO 2. Depois desses quatro tópicos iniciais dos *Princípios regentes da organização do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação – Prefácio, Nossas Promessas, Nossas Propostas e Princípios Organizacionais* –, finalmente, a Conferência Preparatória do México emitiu a sua *Declaração Política*. Ainda no dia 22 de março, no segundo dia da Conferência Preparatória, designou-se um Comitê de Recomendação encarregado de redigir a *Declaração Política* para o planejado Congresso Mundial Anticomunista e à organização que se deveria criar a partir dele, a Liga Mundial Anticomunista. No último dia da Conferência, 25 de março, esse Comitê apresentou sua *Declaração Política* em quatro partes: “1) Interceder junto ao Presidente Eisenhower dos Estados Unidos da América, instando-o a conduzir sua política de libertação e rejeitar a proposta da Conferência de Cúpula [com a URSS]; 2) Objeção ao comércio com o bloco comunista de nações;

3) Objeção ao intercâmbio cultural com as nações comunistas; e 4) Defesa de ajuda ativa e assistência pelas Nações Livres para refugiados europeus e asiáticos” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 11).

A *Declaração Política* adotada pela Conferência Preparatória detalhou suas diretrizes ideológicas e estratégicas, deixando claro que o Congresso Anticomunista Mundial a ser convocado “promoverá **a causa da libertação final de todas as nações escravizadas e povos atualmente vivendo sob o inferno do imperialismo totalitário russo soviético** e o regime comunista dirigido por Moscou” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 13-14, grifo meu). O primeiro chamamento do Congresso Mundial Anticomunista deveria traduzir-se em um apelo ao presidente Eisenhower para que os EUA apoiassem a política de “libertação” das “nações e povos” do “cativeiro comunista” na Europa e na Ásia. Embora fossem “um dos principais líderes do mundo livre”, os EUA não estariam exercitando *vigorosamente* “sua liderança moral e política”, o que teria ficado evidente, para os anticomunistas, no momento em que o governo norteamericano abandonou o Levante Húngaro de 1956 e permitiu que a URSS o reprimisse. Um fato que “seriamente abalou” a imagem dos EUA.

Apesar dos pesares, a *Declaração Política* saudou respeitosamente o presidente Eisenhower “como um grande campeão da liberdade e dos princípios fundamentais de seu grande país” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 14). Temores e preocupações com a guerra nuclear, com suas armas e mísseis atômicos, não deveriam ofuscar, apelou-se a Eisenhower, “as terríveis realidades existentes sob o domínio comunista na Europa e Ásia, onde os povos escravizados lutam e morrem pela causa da liberdade e da independência, onde os povos escravizados estão lutando e morrendo pela causa da liberdade e independência” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 14). Assim, a *Declaração Política* apelou aos EUA para que adotassem, em relação aos países da *Cortina de Ferro*, uma ofensiva de “libertação” dos “povos e nações” sob o “cativeiro comunista” – isto é, a estratégia *rollback communism* – e que colaborassem, junto aos países do “mundo livre”, com uma política de combate à “infiltração” comunista *interna*:

Nós nos comprometemos, **subscrevemos e apoiamos uma política de libertação esclarecida** como enunciada por você e por oficiais responsáveis do governo dos Estados Unidos, **com ênfase específica na autodeterminação nacional e independência de todas as nações escravizadas pelo imperialismo russo-comunista e seus fantoches subservientes e também uma política dirigida a ajudar todas as nações livres a lidar com a infiltração comunista doméstica, preservando assim sua liberdade** (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 14, grifo meu)

A *Declaração Política* apelou ao presidente Eisenhower para que não permitisse a realização da *Summit Conference* entre os EUA, Grã-Bretanha, França e URSS, denunciando esse tipo de iniciativa como um sucesso da “vasta máquina de propaganda dos comunistas russos” com vistas a *desarmar psicologicamente* “o Ocidente e promover a agressão comunista em todos os lugares”. Isso porque, declarou-se, “a campanha tática russa de ameaças e intimidações é acompanhada por uma ofensiva habilmente planejada que oferece ao Ocidente a ‘coexistência pacífica’ como a única alternativa para uma maior agressão comunista russa através da guerra atômica” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 14). Caso os EUA e seus aliados confirmassem sua presença em referida Conferência de Cúpula, o “Ocidente” estaria “convidado a estender *de facto*, senão *de jure*, o reconhecimento da ocupação comunista russa das nações da Europa Central e do Leste e Ásia” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 14).

A *Summit Conference*, como qualquer mesa de diálogo e negociação com a URSS, conduziria a um aumento do prestígio da *presente Liderança Russa Soviética* “não apenas aos olhos das ditas nações neutras e não comprometidas, mas aos olhos das nações escravizadas da Europa e Ásia, que poderiam ver em tal encontro uma aprovação final do Ocidente para a sua escravização” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 14). Esse caminho pavimentaria a política de “coexistência pacífica”, “o que exige a aceitação do atual *status quo* político, que é a favor da Rússia soviética e do interesse do movimento comunista internacional. Tal política certamente levaria à rendição final e irrevogável à Rússia, com o resultado final do comunismo dominante sobre o mundo inteiro” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 14). Diante disso, “nós, os delegados para essa Conferência Preparatória para o CONGRESSO MUNDIAL ANTICOMUNISTA PARA A LIBERDADE E LIBERTAÇÃO devemos considerar uma nova reunião de ‘Cúpula’ como um esquema de Moscou para desarmar o Ocidente e nós conclamamos todas as organizações anticomunistas por todo o mundo para se oporem o mais vigorosamente a essas manobras de Moscou” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, pp. 14-15).

O segundo tópico da *Declaração Política* propôs um embargo total ao comércio com os países do Bloco Comunista, uma vez que a manutenção desse intercâmbio econômico constituiria uma ajuda aos comunistas. “A guerra econômica e comercial é apenas um aspecto da GUERRA TOTAL que o comunismo está travando contra o mundo livre, mas é a mais importante” (Free



China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 15). Seria uma frente (econômica) dos vários *fronts* – *político, psicológico e militar* – da *guerra total* lançada pelo comunismo. Assim sendo, manter o intercâmbio de mercadorias e capitais com o Bloco Comunista fortaleceria a vitória comunista. A frente econômica, embora não diretamente vinculada ao *front* militar, faria parte da estratégia de “guerra fria” dos países comunistas que, ao importarem do “mundo livre” uma variedade de *bens de consumo*, conseguiriam “concentrar mais a sua indústria na produção de materiais de guerra” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 15). Por isso, um embargo econômico *total* seria uma forma de responder à *guerra total* comunista, impedindo-se assim que os *Estados comunistas* ocupassem novos nichos de mercado nos *países livres*, o que fariam “com o óbvio intento de enfraquecê-los economicamente para que eles possam ser mais facilmente subvertidos pelos quinta-colunas comunistas domésticos” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 15).

Esses fatos tornaram aparente que o mundo livre, para sua própria proteção, deve tomar a ofensiva na guerra econômico-comercial com o Kremlin. Ele deve fazer tudo o que esteja em seu poder para expulsar os Estados comunistas de todos os mercados mundiais e enfraquecer o bloco comunista através de sua privação de materiais vitais de todos os tipos. É ridículo dar armas a um inimigo em qualquer batalha. Mas o mundo livre, por meio do comércio com o bloco comunista, está fazendo justamente isso no atual momento. Além disso, com o passar de cada ano, ele está dando mais e mais ajuda, através do comércio com as nações comunistas. Ele está agora considerando um novo afrouxamento de seu embargo, já seriamente enfraquecido, ao comércio de materiais estratégicos com o bloco soviético. A Conferência Preparatória para o CONGRESSO MUNDIAL ANTICOMUNISTA PARA LIBERDADE E LIBERTAÇÃO deplora tais ações e conclama as nações livres do mundo, o mais breve possível, a acabarem com o comércio de todas as formas com as nações comunistas (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 15)

No terceiro tópico da da *Declaração Política* da Conferência Preparatória de 1958 no México, intitulado *Exchange Delegations*, denunciou-se “uma nova ofensiva na guerra fria – a assim chamada ofensiva cultural”, que consistiria no envio de artistas, professores e técnicos soviéticos como forma de intercâmbio cultural com o *mundo comunista*. Essa alegada *ofensiva cultural* teria a finalidade de ocultar os “contínuos crimes comunistas contra a humanidade e suas grosseiras violações de padrões de comportamento decente aceitos nas relações internacionais” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, 1958, p. 15). O intercâmbio de doutores, educadores e engenheiros do “Bloco Comunista” com o “mundo livre” seria mais uma forma de criar “a falsa impressão de que o Kremlin deseja um fluxo total e livre de informação entre os mundos livre e escravizado e as relações mais amigáveis entre eles” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 15).

A manutenção desses programas de intercâmbio de delegados seria, pois, “um embuste [a *hoax*]” e “a Conferência Preparatória do Congresso Mundial Anticomunista para Liberdade e Libertação, portanto, considera que é uma violação dos mais altos princípios dos homens livres intercambiar delegações com as nações comunistas” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 15-16). Sugeriu-se, assim, que fosse seguido o exemplo de George Meany – fundador-presidente da Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO), indivíduo estreitamente ligado à CIA – que se recusara a enviar delegados à URSS “dizendo que não tomará uma ação dessas até que o Kremlin permita a formação de um movimento sindical livre em todas as nações por trás da Cortina de Ferro” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 16).

O quarto e último tópico da *Declaração Política* abordou a questão dos “refugiados anticomunistas” na Europa e na Ásia. A ideia-chave era uma: “Cada refugiado que escapa é uma negação viva da mentira comunista”, uma vez que o *refugiado anticomunista* encarnaria o exemplo daqueles que ousavam “escapar da escravidão comunista para o mundo livre” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 16). Afirmou-se que, excetuando os refugiados alemães, existiriam aproximadamente 200 mil refugiados da Europa Oriental sovietaizada ainda não assentados no Ocidente e, por isso, a *Declaração Política* clamou pela melhoria das condições de vida dos campos de refugiados na Europa Ocidental, uma vez que “a recepção apropriada dos refugiados pelo mundo livre enriquece seu prestígio moral e fortalece sua posição na guerra fria – enquanto a recepção inadequada joga a favor dos agentes de redefecção comunistas” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 16). Sobre o assunto, o futuro Congresso Mundial Anticomunista deveria se inspirar no relatório elaborado por “proeminentes cidadãos privados” norte-americanos que fizeram um *tour* na Europa para averiguar a situação dos refugiados antissoviéticos. A chamada *Zellerbach Commission on the European Refugee Situation* apontara o caminho, assegurando ser possível resolver a questão e, a partir de seus “ensinamentos”, a *Declaração Política* resolveu que:

Essa Conferência Preparatória para o CONGRESSO MUNDIAL ANTICOMUNISTA PARA LIBERDADE E LIBERTAÇÃO recorre às nações livres para convocarem uma conferência com o objetivo específico de planejar um ataque combinado ao problema residual dos refugiados na Europa; e exorta ainda as nações livres a aceitarem o problema dos refugiados como uma responsabilidade ocidental coletiva; e finalmente, ela recorre para que tomem disposições assegurando o acolhimento apropriado e rápido reassentamento dos milhares de refugiados que irão todo ano escapar para a liberdade – até que os povos hoje escravizados pelo comunismo consigam sua libertação (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 16)

Uma conferência sobre refugiados idêntica, mas atentado as especificidades da região, deveria ser também convocada no Extremo Oriente, para que lá também a questão dos refugiados anticomunistas fosse encarada como “uma responsabilidade ocidental coletiva” diante da existência de “milhões de povos amantes da liberdade” que continuavam a fugir “da tirania comunista e foram separados de suas famílias e parentes atrás das Cortinas de Ferro sem meios de subsistência e privados de toda assistência moral e material” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 16). Especificamente para os refugiados anticomunistas da Ásia, a Conferência Preparatória conclamou o *Ocidente* para que assegurasse “a apropriada recepção e rápido reassentamento dos refugiados que escapam para a liberdade, até que os povos hoje escravizados pelo comunismo na Ásia consigam sua total libertação através da reunião desses países divididos” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 16). Nesse aspecto, recorde-se que a APACL-Taiwan já havia desenvolvido e colocado em prática uma “Operação Acolhida” de refugiados da China continental por meio do programada *Every Road Leads to Freedom*. Basicamente, a “Operação Acolhida” da ditadura militar taiwanesa, concebida e lançada como um plano de *guerra psicológica*, dava assistência aos refugiados para logo depois treiná-los e utilizá-los como arma de propaganda política anticomunista.

Finalmente, depois de aprovada essa *Declaração Política*, a Conferência Preparatória definiu a Agenda para o “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação. É notável a semelhança dessa Agenda com aquela outra Agenda, preparada pela CIA e aprovada por Prieto Laurens, para o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina realizado em 1954 no México. Apenas o início da Agenda de 1958 coincide com a Agenda de 1954. Por óbvio. O escopo que a Conferência Preparatória definiu para a Agenda do Congresso Mundial Anticomunista é absolutamente mastodôntico. Um incauto poderia ler a Agenda de 1958 e rir de suas propostas e objetivos. Soam de fato como inexecutáveis. Se colocados em prática, inclusive, causariam uma III Guerra Mundial. Mas para seus autores, com visto, esta já havia começado e seria melhor guerreá-la logo, sem postergação, para *exterminar* e *extirpar* o comunismo, de uma vez por todas, da face da Terra. Era assim que pensavam e lutavam seus subscritores. Mesmo que inexecutáveis, essas metas do utopismo reacionário não deixaram de ser perseguidas com a obstinação típica dos representantes da ultradireita alucinada congregados na

CIDC, ABN, APACL e CIAS. E já se advertiu sobre o equívoco de limitar-se ao aspecto caricatural dessa extrema-direita ao invés de caracterizá-la histórica e ideologicamente.

Dito isso, a parte inicial da Agenda de 1958, praticamente idêntica à referida Agenda de 1954, apresentou uma premissa básica para os futuros trabalhos do Congresso Mundial Anticomunista: “**I. O Governo da União Soviética dirige e controla o Movimento Comunista Internacional**”, devendo os futuros congressistas discutirem o assunto subdividindo-o em seis pontos: “a) Comunismo Internacional em Teoria. B) Comunismo Internacional na Prática. C) A política do Imperialismo e Revolução Mundial do Governo Soviético Russo. D) Métodos utilizados pelo Partido Comunista Russo mirando a Infiltração e a Dominação. E) Expansão da Rússia Soviética hoje. F) **O Império Soviético Russo já está em guerra (não declarada) contra o Mundo Livre**” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6, grifo meu). O segundo tópico de discussões da Agenda para o Congresso planejado deveria contemplar um tema vital à APACL: “**II. A China Continental Vermelha e o Movimento Internacional Comunista na Ásia**” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6, grifo meu). Os futuros congressistas deveriam discutir sobre qual seria a posição e o papel assumidos pelo “governo vermelho chinês” dentro do “Movimento Comunista Internacional, como um fantoche do imperialismo russo”, além de debruçarem-se sobre “a ofensiva comunista na Ásia” e as “graves consequências” caso os EUA passassem a adotar uma postura “neutralista”.

Esse painel asiático do futuro Congresso deveria considerar o “poder armado da *Free China* como um importante recurso na batalha anticomunista” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6). O tópico V. da Agenda recomendou o detalhamento do assunto, subdividido em seis pontos, pela discussão sobre como se processaria “a ofensiva asiática na Ásia por intermédio da China vermelha”<sup>170</sup>. Os tópicos III e IV da Agenda deveriam abordar, respectivamente, “a ofensiva do imperialismo russo-soviético na Europa Livre, na África e no Oriente Médio”, assunto pertinente

---

<sup>170</sup> “a) Na China Continental: o regime comunista hoje. b) Na China Livre (República da China). A força do Taiwan. c) No Japão. Pressão econômica. Ajuda japonesa necessária na batalha anticomunista. d) Coreia e Vietnã. Soluções intermediárias instáveis. f) A neutralidade da Índia ameaçando a Ásia como um todo. g) No Paquistão e no mundo Islâmico” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6).

ao CIAS<sup>171</sup>, e “a escravização de nações pelo governo russo-soviético” na Europa Oriental e Ásia Central, um tema de vida e morte para o ABN<sup>172</sup>.

Finalmente, o tópico VI da Agenda destinada ao Congresso Mundial Anticomunista deveria debater “a ofensiva do comunismo internacional nas Américas”, a razão de ser da CIDC. E quais países estariam mais ameaçados nas Américas? Dois em especial. Daí que o Congresso deveria discutir a “grave” situação brasileira: “a) Brasil, alvo principal do comunismo internacional na América Latina, e sua vulnerabilidade ao marxismo”; a “gravíssima” situação boliviana: “b) Bolívia, já na agonia de um regime parcialmente comunista”; e a sempre periclitante situação guatemalteca: “c) Guatemala, mais uma vez encarando a ameaça comunista” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6).

Previram-se discussões também sobre outros países latinoamericanos<sup>173</sup>. Com mais um tópico (VII), que condenou a ONU por aceitar a URSS como país-membro “apesar de ter sido condenada como não confiável, indigna e criminosa”, a Agenda para o Congresso encerrou o seu “diagnóstico” da situação do mundo. Feito o “diagnóstico” de que a URSS *dirigiria e controlaria* o Movimento Comunista Internacional, que fazer? Combatê-lo, obviamente. Mas como? Com método, tática e estratégia. Daí que o extenso tópico VIII da Agenda aprovada pela Conferência Preparatória do México buscou instruir os futuros participantes do Congresso Mundial Anticomunista sobre “como combater o Movimento Comunista Internacional”, sugerindo-lhes o debate de cinco medidas “básicas”, detalhadas em longos subtópicos:

**A) Atacando o bastião central – o governo soviético russo. (Para liberar povos escravizados pela Rússia Soviética). (...)** B) **Atacando o bastião vermelho chinês – o governo de Pequim. (Liberar os povos escravizados pela Ásia comunista). (...)** C) **Repelir a ofensiva soviética contra a América Latina. (Preservar os povos livres da futura escravização comunista). (...)** D) Repelir a ofensiva Soviética ou da China Vermelha contra todos os outros países livres. (Para preservar os povos livres de uma futura escravização comunista) (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6, grifo meu)

---

<sup>171</sup> Nesse ponto (III), os seguintes subtemas deveriam ser debatidos: “a) Na Alemanha. Necessidade absoluta de uma exército na Alemanha Ocidental. Uma Alemanha dividida é absurda é atroz. b) Na Itália. Co-existência com os soviéticos e seus perigos. c) Na França, Espanha e Portugal. d) Na Inglaterra. A política mercantil da libra esterlina. e) Na Turquia, fortaleza anticomunista. f) No Egito, Síria e no mundo árabe” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6).

<sup>172</sup> Nesse ponto (IV), deveriam ser discutidos os seguintes subtemas: “a) As nações cativas do Báltico: Estônia, Letônia, Lituânia. b) Outras nações cativas: Hungria, República Tcheca, Eslováquia, Bulgária, Romênia, Albânia. c) Polônia e Iugoslávia como casos particulares. Comunismo nacional. d) As nações não-russas incorporadas na União Soviética Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia, Armênia, Turquistão, etc.” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6).

<sup>173</sup> Definiram-se mais quatro sub-temas para a América Latina: “d) As vicissitudes do Chile e Argentina. e) México, sede da propaganda e das operações da Rússia Soviética na América Latina. f) Uruguai, sede financeira do Movimento Internacional Comunista na América Latina. g) Outros países das Américas sob pressão da Rússia Soviética” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6).

Escancara-se, aqui, a razão do acréscimo das duas palavras ao nome do Congresso Mundial Anticomunista, *Liberdade e Libertação*. Nos países do “mundo livre”, bastaria a manutenção de uma vigilância permanente para “preservar os povos livres da escravização comunista futura”, repelindo-se “a ofensiva da China Vermelha e da URSS” com medidas, por exemplo, como o banimento dos partidos comunistas e o aumento da qualidade de vida das *massas*, tal como proposto pelo II Congresso da CIDC de 1955 no Brasil<sup>174</sup>. Fora do “mundo livre”, porém, os dois eixos matrizadores do Movimento Comunista Internacional – a URSS (bastião central) e a República Popular da China (bastião secundário) – deveriam ser *atacados* militarmente como a única forma de viabilizar a “libertação” dos “povos escravizados” detrás da *Cortina de Ferro*. Fácil perceber que essa política proposta constituiu uma estratégia de lançamento planetário de guerras de “libertação” nacional dos “povos sob o cativeiro comunista” na URSS e na China continental.

Mas isso não poderia acarretar uma III Guerra Mundial? Não importa, o mais importante seria fazer o comunismo retroceder – *rollback communism* – até o ponto de sua *extinção* da face da Terra. “Simples” assim. E, afinal de contas o *expansionismo soviético* – como sua “marionete” chinesa – “já está em guerra (não declarada) contra o Mundo Livre” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6). No item A do tópico VII, “Atacando o bastião central – o governo russo-soviético – para libertar os povos escravizados pela Rússia Soviética”, contemplando-se especificamente o ideário de guerra do ABN, a Agenda para o futuro Congresso detalhou 15 medidas, entre outras, uma campanha de denúncia dos campos comunistas de trabalho forçado, a proteção de emigrantes para que não fossem repatriados, a prontidão militar da ONU para uma guerra imediata, seu apoio “moral, psicológico, ideológico, material e militar” aos “movimentos de libertação nacional”, a expulsão da URSS da ONU, a aplicação da “Doutrina Eisenhower”, a decretação de um embargo econômico e diplomático total contra a URSS e a adoção do conceito de *democracia real* – uma

---

<sup>174</sup> “D) Repelir a ofensiva Soviética ou da China Vermelha contra todos os outros países livres. (Para preservar os povos livres de uma futura escravização). a) Tornar ilegais os Partidos Comunistas em cada um dos países (...) IX. Como melhorar as condições de vida e destruir as fundações da propaganda comunista nos países menos avançados. a) Recomendar aos governos de países menos avançados que adotem o plano de elevação das condições de vida e vitória da Guerra Fria, que foi aprovado no Segundo Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. b) Recomendar aos governos de países menos avançados que convidem o autor do mencionado plano [CIDC] para fazer uma série de palestras em seus países para torna-lo conhecido em todos os detalhes” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6).

sugestão outrora apresentada pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) – como a melhor arma ideológica contra as *ideias erradas* do comunismo<sup>175</sup>.

No item B do tópico VII, “Atacando o bastião da China Vermelha” para “libertar os povos escravizados pelo Comunismo na Ásia”, contemplando-se especificamente o ideário de guerra da APACL, a Agenda do futuro Congresso detalhou 4 medidas, entre outras, o fortalecimento das Forças Armadas de Taiwan e Japão, além de uma “singela” proposta de invasão militar e reconquista à força do continente chinês a partir de Taiwan, com o auxílio da Sétima Frota dos EUA, “para ajudar e dar apoio ao movimentos insurgentes de libertação”<sup>176</sup>. Finalmente, no item C do tópico VII, “Repelindo a ofensiva soviética contra a América Latina para preservar os povos livres da escravização comunista futura”, contemplando-se especificamente o ideário de guerra da CIDC, a Agenda recomendou aos futuros participantes do Congresso Mundial Anticomunista que deveriam considerar alguns métodos de combate, entre eles:

---

<sup>175</sup> “a) Aproveitar ao máximo a situação crítica do governo soviético. b) Aumentar as condições desmoralizadas denunciando ‘urbi et orbi’ a crueldade do trabalho forçado em todos os países sob o regime comunista (...) c) Explorar ao máximo a provação do comunismo dentro da União Soviética, como evidenciado recentemente pelo cínico discurso de Khrushchev rebaixando Stalin; pelo cruel golpe na Hungria em sua heroica batalha por independência (...) d) Exposição da intromissão provocadora do governo soviético russo no Egito e na Síria e a criação de problemas no sudeste asiático, no Extremo Oriente e na América Latina. e) Expor as novas táticas agora utilizadas pelos soviéticos, especialmente em países coloniais e menos desenvolvidos economicamente, baseadas em um falso significado de nacionalismo. (...) h) Proteger emigrados contra a (...) repatriação feita pelos bolcheviques. i) Criar e manter em plenas condições de eficiência um forte exército anticomunista na Alemanha Oriental (...) Manter planos da OTAN sempre totalmente prontos para ação (...), tanto para apenas uma situação ‘short of war’, quanto para uma guerra declarada contra a Rússia soviética. f) Utilizar de uma ofensiva forte e persistente contra o governo soviético russo e os regimes-fantoches soviéticos em nações subjugadas, de caráter psicológico, ideológico e material, respaldada pela força. g) Desenvolver uma guerra minuciosa pelos ‘direitos humanos’ e ‘princípios democráticos’, assim como independência nacional. (...) k) Estender e desenvolver ainda além a recém promulgada ‘Doutrina Eisenhower’ (...) l) Empregar decisivo auxílio e apoio moral, psicológico, ideológico, material e militar aos movimentos de libertação nacional. Este auxílio será disponibilizado pela OTAN e outros Pactos ou Institutos do Mundo Livre devem ser levados ao ponto de short of war ou à guerra declarada (...) n) Expulsar a União Soviética da ONU. o) Romper relações diplomáticas e comerciais com o governo soviético, uma vez que a imunidade diplomática lhes dá cobertura para sabotagem, chantagem, subversão, atividades criminosas, espionagem etc. p) E finalmente, como a melhor maneira de combater ideias ruins é com ideias sãs, que nos armemos com um conceito superior, que já temos, que é o conceito da verdadeira democracia e que o usemos como escudo contra o odioso e escravizante comunismo” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6).

<sup>176</sup> “a) Manter em condições plenamente eficientes as Forças Armadas da China Livre (Taiwan) – forças marítimas, terrestres e aéreas. b) Proceder da mesma forma em relação às Forças Armadas Japonesas. c) Atacar a China Vermelha continental com forças armadas sediadas em Taiwan, de forma a auxiliar e apoiar os movimentos de libertação insurgentes cujas operações militares devem estar em conforme com às dos movimentos de libertação insurgentes europeus (...) Lanchas de desembarque pertencentes à Setima Frota dos Estados Unidos devem ser utilizadas para o transporte de tropas no Estreito de Formosa. d) Atacar simultaneamente as posições da Coreia do Norte, Manchúria e Rússia na ilha de Sacalina, usando as forças armadas japonesas” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6).

## AGENDA

### I. The Government of the Soviet Union directs and controls the International Communist Movement.

- a) International Communism in Theory.
- b) International Communism in Practice.
- c) The policy of Imperialism and World Revolution of Soviet Russian Government.
- d) Methods used by the Russian Communist Party aiming at Infiltration and Domination.
- e) Expansion of Soviet Russia to-day.
- f) The Soviet Russian Empire is already at war (undeclared) against the Free World.

### II. Red Mainland China and the International Communist Movement in Asia.

- a) Role assigned to the Chinese red government in the International Communist Movement, as a puppet of Russian Imperialism.
- b) The Communist offensive in Asia to-day.
- c) Possibility of the United States going "neutralist" and imminence of grave consequences?
- d) Free China's armed power as a big asset in the anti-Communist struggle.

### III. Offensive of Soviet Russian Imperialism in Free Europe, Africa and in the Middle East.

- a) In Germany. Absolute need of an army in Western Germany. A divided Germany is absurd and atrocious.
- b) In Italy. Co-existence with the Soviets and its danger.
- c) In France, Spain and Portugal.
- d) In England. The mercantile policy of the pound sterling.
- e) In Turkey, anti-Communist stronghold.
- f) In Egypt, Syria and the Arabian world.

### IV. The enslavement of nations by the Soviet Russian government.

- a) The Baltic captive nations: Estonia, Latvia, Lithuania.
- b) Other captive nations: Hungary, Czechia, Slovakia, Bulgaria, Rumania, Albania.
- c) Poland and Yugoslavia as particular cases. National Communism.
- d) The non-Russian nations incorporated in the Soviet Union: Ukraine, Byelorussia, Georgia, Armenia, Turkestan, etc.

### V. Soviet Russia's offensive in Asia through Red China.

- a) In Mainland China: the Communist regime to-day.
- b) In Free China (Republic of China). The stronghold of Taiwan.
- c) In Japan. Economic pressure. Japanese help needed in the anti-Communist struggle.
- d) Korea and Vietnam. Unstable half-way situations.
- e) India's neutralism endangering the whole of Asia.
- f) In Pakistan and the Islamic world.

### VI. International Communist offensive in the Americas.

- a) Brazil, International Communism's number one target in Latin America, and her vulnerability to Marxism.
- b) Bolivia, already in the throes of a half-Communist regime.
- c) Guatemala, once again facing the Communist threat.
- d) The vicissitudes of Chile and Argentina.
- e) Mexico, general headquarters for the Soviet-Russian propaganda and operations in Latin America.
- f) Uruguay, financial headquarters for the International Communist Movement in Latin America.
- g) Other American countries under Soviet-Russian pressure.

### VII. The highly unsuccessful "United Nations Organisation".

- a) The UNO's great failure and its action has been detrimental and demoralizing.
- b) Statesmen's lack of political insight. Blunders and mistakes incurred by the Occidental Powers.
- c) The Soviet Union still a member of UNO in spite of having been condemned as unreliable, unworthy and criminal.

### VIII. How to combat the International Communist Movement.

- A) *Assailing the central bastion — the Soviet-Russian Government.* (To liberate peoples enslaved by Soviet Russia.)

- a) Take full advantage of the critical situation of the Soviet government.

- b) Increase demoralized conditions by denouncing "urbe et orbi" the cruelty of forced labour in all countries under Communist rule, which is a hideous outrage to twentieth century civilisation, also the deceitful theories of co-existence and Soviet-Russian peace.

- c) Exploit to the fullest extent Communism's ordeal inside the Soviet Union, as evidenced lately by the cynical Khrushchev speech down-grading Stalin; by the cruel smashing of Hungary in her heroic struggle for independence; by the recent purges of five outstanding members of the Soviet Presidium; and by the false propaganda made to quiet down discontent in subjugated nations and lure the people into submission.

- d) Exposure of the provocative meddling of the Soviet Russian government in Egypt and Syria and the stirring up of trouble in South-East Asia, the Far East and Latin America.

*We are as unknown,  
and yet well known;  
as dying, and behold, we live;  
as chastened, and not killed.*

II. Corinthians, VI, 9.

- e) Expose the new tactics now used by the Soviets, specially in colonial and economically less developed countries, based on the false meaning of nationalism.

- f) Use strong and persistent offensive against the Soviet-Russian government and puppet Soviet regimes in subjugated nations, psychological, ideological and material in character, backed up by force.

- g) Carry out a thorough fight for the "human rights" and the "democratic principles" as well as national independence.

- h) Protect emigres against the so-called *redemption campaign*, explaining to them the false and tricky appeal for *repatriation* made by the Bolsheviks.

- i) Create and maintain in fully efficient condition a strong anti-Communist army in Western Germany, which might successfully react under the first impact of the Russians in case of a declared war.

- j) Maintain always in complete readiness NATO plans (North Atlantic Treaty Organisation) for either a "short of war" situation or an all-out declared war with Soviet Russia.

- k) Further extend and develop the recently enacted "Eisenhower Doctrine", so as to make it possible to apply it to any nation asking for protection when facing Moscow threat or aggression.

- l) Lend decided moral, psychological, ideological, material and military help and support to the national liberation movements. That help to be made available through NATO and other Pacts or Institutes of the Free World, should be pushed to the "short of war" point — and that would probably be enough — or to all-out war if imperative.

- m) Act likewise towards all free and willing governments whose duty and responsibility call for repelling the Communist offensive.

- n) Expel the Soviet Union out of the *United Nations Organisation*.

- o) Disrupt diplomatic and commercial relations with the Soviet government, as diplomatic immunity serves them as cover for sabotage, blackmail, subversion, criminal activities, espionage and so forth.

- p) And finally, as the best way to defeat *wrong ideas* is to have *sane ideas* to oppose them, let us arm ourselves with a superior concept, which we have, and which is the concept of *real democracy* and let us use it as a shield against hateful and enslaving Communism.

### B) *Assailing the Red Chinese bastion — the Peiping Government.* (To liberate peoples enslaved by Communists in Asia.)

- a) Keep and maintain in fully efficient condition the Armed Forces of Free China (Taiwan) — sea, ground and air forces.

- b) Proceed likewise concerning the Japanese Armed Forces.

- c) Attack the Red China mainland with armed forces based in Taiwan, in order to help and support the insurgent liberation movements whose military operations must conform with those of European insurgent liberation movements mentioned in VIII (A). Landing craft belonging to the Seventh United States Fleet are to care for the transportation of troops across the Formosa Strait.
- d) Attack simultaneously Northern Korea, Manchuria and the Russian positions in the Sadalin Islands, using the Japanese armed forces.

### C) *Repelling the Soviet offensive against Latin America.* (To preserve free peoples from future Communist enslavement.)

- a) Outlaw the Communist Party in every one of the Latin American countries. Liquidate the Bolshevik agents and the leaders of the so-called fifth column.

- b) Stop the covert and overt Communist activities of said Party. Demolish the subversive machinery, the revolutionary outfit, rigged up by the Communists.

- b) Disrupt diplomatic and economic relations with the Soviet Union and Communist governments. Do the same with Red China.

- c) Convince UNO to act against Soviet meddling with free countries, and insist on having the Soviet Union thrown out of the Organisation.

- d) Protect youth from insidious propaganda.
- e) Stamp out the Communist press, open or underground.

- f) Enlighten people as to Marxism, theory and practice, and take every care to raise the *standard of living* of the masses.

- g) Execute *Resolutions* approved in Washington (4th Meeting of Consultation of America Foreign Ministers, 1951), and at Caracas (10th International American Conference, 1954), all aiming at fighting the International Communist Movement.

- h) Keep a healthy democratic climate in every nation, under a capable well-meaning, upright and honest government, with freedom wisely conditioned but without losing sight of the rights, prerogatives and dignity of the human being.

- i) Denounce and explain the new tactics based on *nationalism* and *co-existence* resorted to by the Soviet Union to stir up unrest and subversion, fool the peoples and gain time.

- j) Lend every possible help to those who, in Bolivia, strive hard to counteract the Marxist offensive which has resulted, according to the findings of the *Investigating Committee* nominated by the "Third Congress Against Soviet Intervention in Latin America", in a very dangerous situation.

### D) *Repelling Soviet or Red China offensive against all other free countries.* (To preserve free peoples from future Communist enslavement.)

- a) Outlaw the Communist Party in every one of the countries concerned and carry out items mentioned under (C) above, with the exception of g) and j).

### IX. *How to improve the living conditions and destroy the foundations of Communist propaganda in the less advanced countries.*

- a) To recommend to the governments of less advanced countries to adopt the plan to raise the living standards and win the cold war, that was approved at the 2nd Congress Against the Soviet Intervention in Latin America.

- b) To recommend to the governments of the less advanced countries to invite the author of the said plan to deliver a series of lectures in their countries to make known said plan in all its details.

**Figura 120.** Agenda da Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação. Esse "ensaio geral" para a criação de uma Liga Mundial Anticomunista ocorreu na Cidade do México, entre 21 e 25 de março, de 1958. FONTE: ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6.



a) **Tornar ilegais os Partidos Comunistas em cada um dos países da América Latina. Liquidar agentes bolcheviques e os líderes da chamada quinta-coluna. Breca as atividades comunistas do mencionado partido, sejam elas secretas ou não. Destruir o maquinário subversivo, o traje revolucionário, criado pelos comunistas.** b) Romper relações diplomáticas e econômicas com a União Soviética e governos comunistas. Fazer o mesmo com a China Vermelha. e) Convencer a ONU a agir em relação aos soviéticos perturbando os países livres e insistir que a União Soviética seja expulsa da Organização. d) **Proteger a juventude da propaganda insidiosa.** e) **Eliminar a imprensa comunista, seja pública ou clandestina.** f) **Informar o povo sobre o marxismo, teoria e prática,** e tomar todas as providências para elevar a qualidade de vida das massas. g) **Executar as Resoluções aprovadas em Washington (4ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Norte-Americanos, 1951), e em Caracas (10ª Conferência Internacional Americana, 1954),** sempre mirando na luta contra o Movimento Internacional Comunista. h) Manter um saudável clima democrático em todas as nações (...) i) Denunciar e explicar as novas táticas baseadas no *nacionalismo* e *coexistência* utilizadas pela União Soviética para incitar agitação e subversão, enganar os povos e ganhar tempo. j) **Estender qualquer apoio possível aqueles que, na Bolívia, lutam muito para neutralizar a ofensiva marxista que resultou, de acordo com as descobertas do Comitê Investigativo nomeado pelo ‘Terceiro Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina’, em uma situação bastante perigosa (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 6, grifo meu)**

### 3.6.3. *Euforia e renúncia de Marvin Liebman: antissemitas no internacionalismo anticomunista*

Pronto. O “sonho” da ultradireita da Guerra Fria de constituir uma “Internacional Anticomunista” estava quase a caminho. E como “sonho” que se sonha só tem menos chances de ser realizado, reuniu-se na Conferência Preparatória do México de 1958 um plantel e tanto, não? Ali estiveram reunidos ex-criminosos de guerra do leste europeu do ABN como Yaroslav Stetsko e Ferenc Farkas de Kisbarnak (comendador da Cruz de Ferro), respectivamente, ex-colaboradores nazistas da Ucrânia e da Hungria. Também lá estiveram antigos nazistas “de peso” como o ex-oficial de contrainteligência Fritz Cramer e o ex-funcionário sênior do *Anti-Kominter* Alfred Gielen que, adequadamente “desnazificados”, representaram então o influente CIAS, respectivamente, como seu presidente e secretário-geral. Sem falar dos líderes da CIDC que se responsabilizaram por receber visitantes tão “notáveis”, entre eles, o almirante brasileiro Penna Botto, o mexicano Prieto Laurens, o ex-senador chileno Sergio J. Larraín e o cubano Ernesto de la Fe, ex-ministro de Informações do ditador Fulgencio Batista. Sem nunca esquecer dos dirigentes da contrarrevolução asiática como o hierarca do Kuomintang Ku Cheng-kang e o sul-coreano L. George Paik, representante do presidente Syngman Rhee. E dos novos “amigos norteamericanos” como o *fundraiser* Marvin Liebman, o ex-secretário da Marinha (e filho de Thomas Edson) Charles

Edson, o ex-major de inteligência do Exército Francis J. McNamarra e o ex-coronel OSS e *scholar* Lev E. Dobriansky.

Com um grupo tão “seleto” do anticomunismo internacional, a empreitada pareceu muito “alvissareira”. Não poderia dar errado, certo? Nem tanto. E os motivos logo serão vistos. Antes, porém, é preciso registrar o momento de euforia que se seguiu à realização da Conferência Preparatória de 1958 no México. A revista da APACL-Taiwan, obviamente, comemorou o feito. Embora tenha reconhecido que houve um *curto período de preparação* e certa *imperfeição* nos preparativos, a Conferência Preparatória “de fato conseguiu algum alcance e efeito uma vez que foi realizada a tempo e contou com 49 delegados representando 56 nações” (*Free China & Asia*, 1958, v. V, n.º 4, p. 11). Assim que a *Free China & Asia* saudou que “uma base muito boa para a convocação do Congresso foi lançada”: estabeleceu-se um órgão preparatório, nomearam-se um Secretário-Geral (Marvin Liebman) e um Secretário-Geral Adjunto (Francis J. McNamara), convidaram-se delegados e observadores, rascunhou-se um orçamento e decidiu-se sobre o modo de contribuição de cada unidade participante, indicando-se finalmente data e local para o futuro Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação. Fundamentos para a “tão sonhada” Liga Mundial Anticomunista.

Foi dado, enfim, um passo importante “em direção à solidariedade do povo anticomunista por todo o mundo”, “o movimento anticomunista internacional foi mais intensificado” (*Free China & Asia*, 1958, v. V, n.º 4, p. 11). E “essa Conferência Preparatória foi realizada em um momento no qual o bloco comunista estava clamando por uma Reunião de Cúpula e continuava sua ofensiva de paz. Ela foi realizada em um momento em que o anticomunismo internacional estava alcançando o declínio” (*Free China & Asia*, 1958, v. V, n.º 4, p. 11). A *Free China & Asia* também publicou o balanço inicial de um entusiasmado Marvin Liebman, nomeado pela Conferência Preparatória do México como secretário-geral do futuro Congresso Mundial Anticomunista. Esse judeu conservador norteamericano, ex-comunista, já servia como um dos principais *fundraisers* para organizações conservadoras nos EUA, como visto, e então deveria dedicar-se à nova missão de organizar o movimento anticomunista internacional. Ele já servia à ditadura taiwanesa, como visto, coordenando o principal grupo do *China Lobby* do *generalíssimo* Chiang em solo norteamericano: o Comitê do Um Milhão. Em seu primeiro balanço sobre a Conferência Preparatória publicada na *Free China & Asia*, Liebman atribuiu os créditos da empreitada à

APACL e à CIDC. Graças a essas duas entidades, assegurou, “essa foi a primeira vez em que organizações anticomunistas independentes conjuntamente aprovaram e, de fato, patrocinaram um plano viável e articulado conduzindo em direção à ação internacional coordenada” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 17). Segundo ele:

Talvez a parte mais importante desse plano tenha sido o fato de que, **pela primeira vez, organizações anticomunistas de todas as partes do mundo concordaram em conjuntamente apoiar e ad hoc o Comitê Diretor Internacional (*International Steering Committee*) e Secretariado, ambos financeiramente e moralmente.** O programa de trabalho concedeu um mandato para um **Comitê Diretor Internacional e seu Secretariado para tomarem todas as medidas necessárias para organizar e garantir o sucesso do primeiro Congresso Mundial Anticomunista para Liberdade e Libertação a ser realizado, se as finanças e outras considerações permitirem, em 23 de outubro de 1958, em Istambul, Turquia** (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 17, grifo meu)

Liebman mostrou-se honrado pela incumbência de *uma grande responsabilidade* como secretário-geral desse futuro Congresso Mundial Anticomunista pré-agendado para ocorrer em 23 de outubro de 1958 na capital da Turquia. E para ele seria preciso conquistar “o apoio de todas as organizações anticomunistas por todo o mundo (...) de modo a garantir a adequada representação do mundo inteiro abrangendo toda raça, credo, nação e camadas da sociedade” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, pp. 17-18). Seria preciso garantir também apoio governamental para dar sustentação política e robustez econômica à empreitada: “O apoio de vários governos anticomunistas deve ser conquistado para fornecer os meios financeiros necessário à convocação bem-sucedida do Congresso” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 18). O Congresso de Istambul permitiria que “pessoas de todo o mundo se encontrem e troquem visões direcionadas ao estabelecimento de uma fundação sólida para o esforço combinado e final contra o flagelo do comunismo que engolfa todos os homens livres” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 18).

O Congresso deveria criar ainda “um Secretariado permanente que terá poderes para coordenar atividades anticomunistas em todos os níveis por todo o mundo”, “uma oportunidade de importância transcendente” para o “*Mundo Livre*” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 18). Nesse primeiro balanço positivo, explicitando seu internacionalismo anticomunista, Liebman saudou que, “por meio da organização do Congresso Mundial e o subsequente estabelecimento de um Secretariado Internacional Anticomunista Permanente, será possível competir e superar os comunistas” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 18). O passo inicial de uma oportunidade ímpar teria sido dado pelos anticomunistas na Conferência Preparatória de 1958. Uma vez criado

o Secretariado Internacional Anticomunista Permanente, nele se reuniriam *homens livres*, crenes *na dignidade humana e na sacralidade do indivíduo*, que garantiriam “libertação para os escravizados e liberdade para todos através da destruição final da tirania comunista” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 18). Os anticomunistas poderiam então contar com uma plataforma para terem um alcande histórico-universal.

Mas, então, por que a empreitada não vingou? Por que Liebman subitamente abandonou sua função de secretário-geral do pré-agendado Congresso Mundial Anticomunista? Por que desistiu da função de organizar a primeira “Internacional Anticomunista” da Guerra Fria? Logo se detalhará o motivo. Antes, duas palavras sobre quem era Liebman que, em sua juventude em Nova Iorque, na década de 1930, era “um jovem judeu, homossexual enrustido e um encrenqueiro da esquerda”, que “trabalhou com a Liga Jovem Comunista antes de ser convocado na Segunda Guerra Mundial” (DIAMOND, 1995 :41). Expulso do Exército dos EUA quando “seus superiores descobriram uma carta de amor que havia escrito para outro homem”, “Liebman tornou-se em seguida um ardente arrecadador de fundos para um número de organizações sionistas antes que fosse trabalhar para Harold Oram, um homem de relações públicas da cidade de Nova Iorque” (DIAMOND, 1995: 41).

O *International Rescue Committee* (IRC) era um dos clientes do escritório de Oram e também um projeto montado com uma dupla finalidade: oferecer ajuda humanitária aos refugiados da Europa Oriental sovietaizada e, ao mesmo tempo, utilizá-los como arma de propaganda psicológica anticomunista. Incorporando-se ao IRC, Liebman “organizou um grupo chamado *Aid Refugee Chinese Intellectuals* (ARCI), que recebia assistência logística do Departamento de Estado e uma parte de seu dinheiro provinha da Agência Central de Inteligência [CIA]” (DIAMOND, 1995: 42). Segundo Liebman, “a CIA usava o ARCI como uma fachada para seu trabalho de coleta de inteligência em Hong Kong, o céu para os refugiados chineses” e, no início da década de 1950, “Liebman também aconselhou William F. Buckley Jr. sobre como arrecadar fundos para a *National Review* e pasosu a ver Buckley como seu mentor político” (DIAMOND, 1995: 42).

O principal projeto de Liebman, como adiantado, foi o *Committee of One Million*, o “coração” do *China Lobby* do *generalíssimo* Chiang Kai-shek nos EUA. Com ele, desenvolveu uma campanha exaustiva para influenciar “candidatos eleitos e o público geral por meio do uso de

anúncios de jornais cuidadosamente direcionados, transmissões de rádio e distribuição de livros e panfletos” (DIAMOND, 1995: 42). O *Comitê do Um Milhão* procurou garantir o compromisso do presidente Eisenhower “com o não reconhecimento da República Popular da China [RPCh]”, buscou exercer pressão similar junto às representações nacionais da ONU para que não mantivessem quaisquer relações diplomáticas e comerciais com a RPCh e desenvolveu campanhas de “opinião pública negativa com relação à China comunista e seus aliados internacionais” (DIAMOND, 1995: 42). O Comitê pró-Taiwan de Liebman angariou apoio do ex-presidente Herbert Hoover e de senadores democratas e republicanos. Foi inaugurado em setembro de 1953 com um objetivo básico: “coletar um milhão de assinaturas individuais em uma petição para o Presidente Eisenhower, pedindo a oposição ao reconhecimento da República Popular da China pelas Nações Unidas” (DIAMOND, 1995: 42)<sup>177</sup>.

Em 1956, o Comitê passou a publicar um boletim informativo mensal, com uma tiragem de 35 mil exemplares, “e alistou os principais representantes do Congresso para gravarem anúncios de apoio, transmitidos em mais de 500 estações de rádio nos Estados Unidos e Canadá” (DIAMOND, 1995: 43). Nas palavras do próprio Marvin Liebman, “O Comitê do Um Milhão conferiu à nossa delegação a arma mais poderosa disponível em sua luta – a pressão de uma opinião americana mobilizada e articulada que é inabalável em sua oposição quanto à admissão da China comunista na ONU” (LIEBMAN *apud* DIAMOND, 1995: 43)<sup>178</sup>.

---

<sup>177</sup> “A lista inicial de patrocinadores do Comitê incluía o ex-presidente Herbert Hoover, o ex-Secretário da Marinha e Governador de Nova Jersey Charles Edison e o ex-embaixador dos EUA no Japão, Joseph C. Grew. Dentre os membros do Congresso, os signatários iniciais incluíram os representantes Walter H. Judd (R-MN) e John W. McCormack (D-MA) e os Senadores John Sparkman (D-AL) e H. Alexander Smit (R-NJ). George Meany, presidente do AFCL-CIO, também assinou” (DIAMOND, 1995: 42). O quadro do Comitê do Um Milhão foi composto por: Marvin Liebman (Secretário), B. Garside (Tesoureiro), Alexander Smith (Presidente Honorário) e, no Comitê Diretor: Rep. John M. Ashbrook, Sen. Peter H. Dominick, Hon. Charles Edison, Sen. Thomas J. Dodd, Sen. Paul H. Douglas, Sen. Bourke B. Hickenlooper, Hon. Walter H. Judd, Sen. William Proxmire, Rep. Thomas E. Morgan e Sen. Hug Scott.

<sup>178</sup> Liebman também revelou o seu “truque” de expert em relações pública, cuja essência é a aparência das coisas. O Comitê “tinha mais a ver com percepção do que com a realidade” (DIAMOND, 1995: 43). ‘A percepção de que nós éramos um poderoso grupo de lobbying falando por um milhão de americanos era muito mais importante do que a realidade: Tudo se resumia em um indivíduo – eu – com um círculo de aliados influentes que poderiam fazer com que todos esses VIPs assinassem as declarações públicas que escrevemos...portanto criando a ilusão de um enorme movimento popular” (LIEBMAN *apud* DIAMOND, 1995: 43). “A ilusão rendeu frutos. Em 1958 o Comitê reivindicou crédito quando o governo japonês cancelou um plano para ingressar em um acordo comercial com a China. O Comitê publicou uma declaração, ‘Um apelo pela sanidade’, em um grande jornal de Tóquio e distribuiu a declaração em forma de panfleto às dezenas de milhares. Também em 1958 o Comitê publicou e circulou aos delegados das Nações Unidas cópias do *Black Book on Red China* de Edward Hunter. O Comitê traduziu e imprimiu edições do livro na Coreia, Taiwan e Vietnã e deu 300 cópias à Agência de Informação dos Estados Unidos [USIA] para o seu programa de distribuição de literatura no exterior” (DIAMOND, 1995: 43).

Em março de 1957, Liebman também participara da III Conferência da APACL no Vietnã do Sul e, em agosto, foi convidado a participar da III Plenária da Conferência da APACL-Taiwan, quando iniciou sua cooperação para viabilizar a Conferência Preparatória realizada no México em março de 1958. Nota-se, pois, que Liebman era tudo, menos um amador. Era um profissional das relações públicas, expressivo *fundraiser* e organizador do *lobby* anticomunista nos EUA e além. Por que, então, esse judeu conservador abandonou o cargo de “alto nível” de secretário-geral do Congresso Mundial Anticomunista? Como esclarece o historiador norteamericano Kyle Burke, de início, Liebman entusiasmou-se com o que viu na III Conferência da APACL de 1957 em Saigon. Aquilo lhe *pareceu* “como uma organização privada de líderes civis anticomunistas que aspiravam construir um movimento de massas que cruzasse as fronteiras nacionais” (BURKE, 2018: 18). Porém, como visto no CAPÍTULO 2, a APACL era “teoricamente uma entidade privada”, tendo sido criada pelos governos de Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas e Vietnã do Sul como “parte de suas tentativas de construir um programa regional de cooperação para enfrentar insurgências comunistas no Sudeste Asiático, bem como subverter Estados comunistas como a China por dentro” (BURKE, 2018: 19).

Foi visto como os dirigentes da CIDC Penna Botto e Prieto Laurens foram apresentados a Liebman pela APACL-Taiwan no marco dos preparativos para a Conferência que enfim se concretizaria no México e, mesmo que o entusiasmado Liebman “soubesse muito pouco” sobre os grupos com os quais estava trabalhando, concordava que **“a chave para aquela cooperação era a guerra encoberta”** (BURKE, 2018: 18-19, grifo meu). Depois de eleito pela Conferência Preparatória do México como secretário-geral do Congresso Mundial Anticomunista, “esperando liderar esse movimento de união, Liebman começou a arrecadar dinheiro para uma organização que reuniria todos eles” (BURKE, 2018: 25). Em uma carta a seu vice-secretário-geral Francis J. McNamara, ex-major de inteligência do Exército dos EUA, na qual discutiram os passos necessários à convocação do congresso planejado, Liebman **“não queria que isso ‘fosse visto como uma operação americana’, acreditando que ‘seria melhor se parecesse vindo da América Latina’”** (BURKE, 2018: 239, grifo meu). E a “melhor” organização de “fachada” do anticomunismo latinoamericano não era justamente a CIDC de Penna Botto e Prieto Laurens? Dessa forma, **“para criar aquela ilusão”, Liebman “convenceu Jorge Prieto Laurens a enviar convites e lidar com a logística a partir de seus escritórios na Cidade do México, enviando-**

**lhe alguns milhares de dólares dos cofres do ‘Comitê do Um Milhão’**” (BURKE, 2018: 239, grifo meu).

Mas, sem rodeios, por que o profissional do anticomunismo abandonou o cargo dos “sonhos”? “Em julho de 1958, apenas quatro meses após sua primeira reunião, Liebman e os outros americanos estragaram a ideia, retirando o Comitê do Um Milhão – e seus recursos financeiros – do Congresso” (BURKE, 2018: 26). Mas por qual motivo. “Publicamente, Liebman disse que a falta de coesão entre diferentes grupos com visões díspares matou o Congresso”, destacando em sua carta de renúncia que era muito difícil “coordenar as atividades das organizações e movimentos, representando diferentes pontos de vista que às vezes se contrapõem, sem trabalho de base cuidadoso e demorado” (BURKE, 2018: 26). Sem uma fundação mais sólida, argumentou, “essa versão da internacional anticomunista estava ‘destinada ao fracasso’” (BURKE, 2018: 26). Sem dúvidas, Liebman frustrou-se com o fato de não ter conseguido controlar todos envolvidos na empreitada. Lembre-se que a própria CIA, no balanço que fizera do I Congresso da CIDC de 1954 no México, indignara-se com o “indomável” Prieto Laurens. Liebman recordaria mais tarde que os problemas de fato iniciaram-se no momento em que ele entregou o dinheiro do Comitê do Um Milhão ao secretário-geral da CIDC. “**No momento em que [Prieto] Laurens pegou o dinheiro, ele começou a assumir o controle**”, ele recordou” (BURKE: 2018: 26, grifo meu).

Todavia, esse foi apenas um dos motivos que levaram Liebman a renunciar do cargo de secretário-geral do já então pré-agendado Congresso Mundial Anticomunista. Para além da alegada dificuldade de coesionar os distintos grupos anticomunistas envolvidos na empreitada que Liebman deveria coordenar, esse judeu conservador norteamericano deu-se conta, em algum momento, que ele estava cooperando com alguns indivíduos que foram, no “passado”, antisemitas, colaboradores nazistas e criminosos de guerra. Liebman reconheceu que cooperar com a CIDC de Penna Botto e Prieto Laurens era, indiretamente, cooperar com o ABN de Yaroslav Stetsko, um criminoso de guerra e ex-colaborador nazista ucraniano. E membros da família de Liebman foram assassinados na Ucrânia Ocidental, precisamente a região em que os *banderites* da OUN/B e do UPA do *Providnyk* Stepan Bandera e de seu lugar-tenente Stetsko executaram uma limpeza étnica e cometeram crimes de genocídio (MONIZ BANDEIRA, 2016: 227).

Ao se referir ao secretário-geral da CIDC Prieto Laurens, Liebman mais tarde declarou: “**Eu descobri muito tarde que suas conexões internacionais anticomunistas eram com as**

**organizações da mais extrema-direita, muitas antissemitas”** (LIEBMAN *apud* BURKE, 2018: 26, grifo meu). De acordo com o historiador Kyle Burke, **Liebman “ficou especialmente preocupado quando soube que Yaroslav Stetsko e outros membros do ABN haviam colaborado com os nazistas no Oeste da Ucrânia, onde muitos de seus parentes judeus foram assassinados durante a guerra.** Liebman posteriormente lamentou que ele ‘havia perdido o controle para um bando de idiotas” (BURKE, 2018: 26, grifo meu).

Ou seja, o judeu conservador norteamericano não apenas descobriu, não importa se “muito tarde”, a presença de antigos antissemitas e colaboradores nazistas nas redes do anticomunismo internacional que ele deveria coordenar e coesionar. Ele descobriu, em algum momento e de alguma forma, que se ele continuasse colaborando com o presidente do ABN Yaroslav Stetsko, literalmente, ele estaria sentado ao lado de um dos “mentores intelectuais” do assassinato de seus parentes judeus na Ucrânia Ocidental. E, como comprovado no CAPÍTULO 1, não se trata de um modo metafórico de expressão. Basta voltar ali e ler o documento “Luta e atividades da OUN no período de guerra”, subscrito por Bandera e por Stetsko e que determinava, entre outros comandos, o seguinte: “Durante o tempo de caos e confusão, é permitido liquidar indesejáveis ativistas poloneses, moscovitas e judeus” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 183). Dando-se conta disso, Liebman renunciou ao cargo de secretário-geral do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação e, como isso, o “sonho” da ultradireita em questão implodiu, o que enfureceu os dirigentes da Conferência Preparatória do México de 1958.

“Os membros remanescentes do Congresso ficaram confusos e irritados com a saída da América [EUA]” (BURKE, 2018: 26). A reação de alguns que se sentiram “traídos” pela renúncia de Liebman demonstrou que o “passado” antissemita desses indivíduos era, de fato, presente. Embora Stetsko e os protonazistas/nacionalistas ucranianos, como visto, tivessem abandonado publicamente seu antissemitismo por razões táticas de sobrevivência política na Guerra Fria, os ataques ao “judeu-bolchevismo” poderiam voltar à tona em algum momento de descontrole. **“Liebman começou a receber telefonemas que ele assumiu serem do pessoal de Stetsko, chamando-o de ‘Judeu Bolchevique’ e ameaçando sua vida”** (BURKE, 2018: 26, grifo meu). Liebman “considerou comprar uma espingarda de cano curto para sua proteção. As ameaças se mostraram vazias e logo mais tarefas cotidianas tomaram o lugar do perigo mortal. **Como**



**Liebman era o responsável pelas finanças do grupo, sua tarefa final era devolver o fundo restante ao Congresso**” (BURKE, 2018: 27, grifo meu).

Sem Liebman, **“o Congresso não foi capaz de decidir sobre um líder adequado, pois as facções regionais pressionaram por seu próprio candidato”** (BURKE, 2018: 27). **“Membros da APACL queriam que Ku Cheng-kang presidisse o grupo enquanto os da CIDC clamavam pelo Almirante [Penna] Botto e o ABN pressionava por Yaroslav [Stetsko]”** (BURKE, 2018: 239, grifo meu). **“Quando ninguém assumiu o controle, o Congresso se desfez”** (BURKE, 2018: 27, grifo meu). Apesar disso, o fracasso do Congresso Mundial Anticomunista, como observa o historiador Kyle Burke, não sepultou os “sonhos dos conservadores americanos por uma internacional anticomunista” (BURKE, 2018: 27). Liebman lamentaria, como visto, que descobriu tardiamente que uma cooperação com a CIDC de Penna Botto e Prieto Laurens implicaria, necessariamente, manter relações com o ABN de Stetsko, um dos “mentores ideológicos” do assassinato de seus parentes judeus na Ucrânia Ocidental. Até aqui, raciocínio perfeito, retirou-se da empreitada. Isso não poderia admitir. Porém, Liebman, além de manter-se na liderança do Comitê do Um Milhão, nunca deixou de frequentar as conferências da APACL. Participou, por exemplo, da V Conferência da APACL de 1959 na Coreia do Sul.

Mas a APACL não tinha no ABN um de seus principais aliados? Ou seja, cooperar com a APACL não seria também cooperar com o ABN? Essas redes da extrema-direita global, todavia, eram “muito preciosas” para serem completamente abandonadas por um internacionalista como Liebman. Como esclarece Kyle Burke, “aproximando-se de forças estrangeiras afins, Liebman e outros americanos reforçaram suas convicções de que o comunismo era um problema global que exigia uma solução global” (BURKE, 2018: 28). Enfim, em uma carta para seu “companheiro de viagem” (e ex-major de inteligência do Exército) Francis McNamara, que renunciou ao cargo de secretário-geral do Congresso Mundial Anticomunista, Liebman confessou **“que a conferência ‘foi uma boa tentativa, mas estou feliz por estarmos fora disso’”** (BURKE, 2018: 239, grifo meu). Sem dúvida, a Conferência Preparatória de 1958 no México foi “uma boa tentativa”. Ela representou o primeiro “ensaio geral” para a criação de uma Liga Mundial Anticomunista que seria criada com esses mesmos atores, em 1966, na Coreia do Sul. Mas isso será objeto do CAPÍTULO 4.

#### 3.6.4. O “amigo” nazista Alfred Gielen: do Anti-Komintern ao Comitê Internacional de Informação e Ação Social (CIAS)

Por ora, é oportuno fazer uma conjectura e especificar o perfil do quarto grupo que “entrou na parada” em 1958: o Comitê de Informação e Ação Social (CIAS). Teria percebido Liebman que na Conferência Preparatória do México não estiveram presentes “apenas” os ex-colaboradores nazistas do leste europeu congregados no ABN? Teria se dado conta de que “ex” nazistas alemães “de peso” também participaram do encontro e integraram o quadro de dirigentes anticomunistas que ele deveria coordenar a partir de então? Como adiantado, os nazistas “desnazificados” em questão eram Fritz Cramer e Alfred Gielen, respectivamente, presidente e secretário-geral do CIAS. O CIAS, a partir dali, começou a “triangular” com o “time” já então formado: APACL-CIDC-ABN. Da interação complexa desses quatro grupos do anticomunismo global, com algumas “estrelas” menores orbitando, surgiria finalmente uma Liga Mundial Anticomunista (WACL), mas, como dito, apenas em 1966! Na Coreia do Sul de Park Chung-hee. Não por acaso, como se verá no CAPÍTULO 4, Gielen integraria seu primeiro quadro executivo. Mas o que foi mesmo o CIAS e quem era de fato Alfred Gielen, o alemão nomeado pela Conferência Preparatória do México como subsecretário-geral regional do Congresso Mundial Anticomunista? Citou-se que ele era um ex-funcionário sênior do Anti-Komintern. Igualmente foi mencionado, com o historiador Vicente Gil da Silva, que o CIAS era uma “rede transnacional de organizações anticomunistas vinculadas ao *Comité Paix et Liberté*”, rebatizado propriamente como CIAS em 1956 e que conseguira reativar as “redes anticomunistas internacionais do período entreguerras, particularmente as da *Entente Internationale Anticomunista* (EIA) e do *Antikomintern* de Berlim” (DA SILVA, 2020: 417).

O CIAS definiu como seu objetivo declarado “esclarecer a população sobre o bolchevismo-leninista, imunizá-la contra sua influência e finalmente criar resistência mental para defender a preservação da liberdade” (GULSTORF, 2015: 30). Foi composto por inúmeras organizações autônomas da Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Países Baixos, Suíça, Portugal, Espanha e Noruega, configurando “uma das redes internacionais anticomunistas mais influentes por todo o Mar Báltico”, “parte integrante do movimento anticomunista global organizado após 1945” (GULSTORFF, 2015: 6). Contou com o apoio da CIA, com o financiamento da Alemanha Ocidental e conectou-se com seus serviços secretos, primeiro a

Organização Gehlen, depois o BND. Servindo ao CIAS, no pós-guerra, Cramer e Gielen “eram anticomunistas em tempo integral” (GULSTORFF, 2015: 36)<sup>179</sup>. Contudo, é extremamente oportuno particularizar a trajetória dessa dupla, em especial a de Gielen, uma vez que com isso será possível compreender que o projeto de convocação de um Congresso Mundial Anticomunista lançado no México em 1958, embora inédito na Guerra Fria, fora tentado pelo III Reich nazista. E Gielen expressou como poucos essa continuidade histórica entre o antibolchevismo nazismo e o anticomunismo da Guerra Fria.

O experiente analista social (e poeta) do Canadá Peter Dale Scott foi o único a identificar, salvo engano, o passado da dupla: **“O Presidente do CIAS, Fritz Cramer, havia sido um oficial de contrainteligência alemão durante a II Guerra Mundial e seu Secretário-Geral, Alfred Gielen, havia escrito, antes da guerra, propaganda antissemita para o Anti-Komintern de Hitler sob a impressão da suástica”** (SCOTT, 1970: 31, grifo meu). Em 1958, foram esses os “amigos alemães” incorporados na “triangulação” APACL-CIDC-ABN pela Conferência Preparatória do México. O pioneiríssimo Dale Scott, acompanhado pelos pesquisadores Jonathan Marshall e Jane Hunter, foram os únicos que notaram que Gielen era “um antigo propagandista do Anti-Komintern de Goebbels” que fora designado como “o secretário regional europeu do comitê diretor inicial para um Congresso Mundial Anticomunista pela Liberdade e Libertação” (MARSHALL; SCOTT; HUNTER, 1987: 241). Demarcado esse fato notável, o que era mesmo o CIAS? Embora tenha sido construído sobre os escombros de um predecessor francês, o *Comité International Paix et Liberté*, o CIAS ganhou musculatura com seu núcleo alemão, a *Volksbund fur Frieden und Freiheit* (VFF). Antes de Cramer ser o presidente do CIAS e Gielen seu secretário-geral, eles ocuparam as mesmas funções na VFF (GULSTORFF, 2015: 7-8). E o fundador-mor do CIAS, que não era Gielen ou Cramer, fora também o criador da VFF (HANEBRINK, 2018: 209).

Mas quem então teria sido esse organizador anticomunista alemão mais proeminente que um Gielen ou um Cramer? Ninguém menos do que Eberhard Taubert, o ex-chefe de Gielen no *Anti-Komintern* e “o mais proeminente especialista em propaganda antibolchevique” do

---

<sup>179</sup> “Um país altamente envolvido nas atividades do CIAS foi a República Federal da Alemanha (RFA), uma vez que a organização membro da Alemanha Ocidental da rede, o *Volksbund fur Frieden und Freiheit* (VFF), era um de seus membros mais fortes” (GULSTORFF, 2015: 07). Uma sólida base de financiamento ao VFF lhe era proporcionada pelo apoio que recebia do Federal Ministry for All-German Affairs, do Press and Information Office of the Federal Government e de “vários ministérios e instituições da RFA” (GULSTORFF, 2015: 03).

*Ostministerium* de Joseph Goebbels (HANEBRINK, 2018: 90). Não há espaço aqui para reconstituir a meteórica trajetória de Taubert na cúpula do poder da ditadura nazista, nem enumerar seus crimes de lesa humanidade, entre eles, a autoria do roteiro do odioso filme de propaganda *O Judeu Eterno* (1940)<sup>180</sup>. Mas é fundamental especificar a estratégia do fundador e gestor do *Anti-Kominter*, que transcendera o nazismo e que “fez escola” na Guerra Fria. Em uma carta ao chefe Goebbels, de 7 de fevereiro de 1934, Taubert definiu a estrutura do *Anti-Komintern*, que deveria servir como a “Internacional Anticomunista” do nacional-socialismo:

**Qualquer propaganda antibolchevique é diretamente favorável a nós, especialmente se conduzida pelas seguintes linhas: (1) o bolchevismo é a maior ameaça à segurança e cultura mundiais, (2) nós salvamos o mundo desta ameaça; (3) nossa defesa contra o comunismo tinha que ser direcionada também aos judeus porque eles eram aliados (...) (6) somos os pioneiros de uma compreensão real dos povos na base de um respeito mútuo das nações (...). Se esta propaganda for reforçada consistentemente, deve-se compreender a nova Alemanha no exterior, particularmente o regime autoritário, os campos de concentração, a regulação da questão judaica. Para continuar esta propaganda [Dr. Taubert seguiu], em cada condado, como garantia, consolidei as associações privadas alemãs que envolvemos no combate ao comunismo, particularmente as religiosas e científicas, em uma única Associação Geral das Sociedades Anticomunistas da Alemanha. O objetivo é em especial este: Os comunistas russos disseminam sua propaganda antigermânica privadamente, i.e., de acordo com a ficção mencionada acima, não pelo Estado, mas por agências do Partido Comunista. Para evitar complicações dos russos para o governo alemão, eu virei a mesa, por assim dizer, e da mesma forma desenvolvo a propaganda anticomunista não em nome do Estado, mas através desta Associação Geral privada, que na realidade é secretamente subordinada à mim” (TAUBERT *apud* WEINREICH, 1999: 114, grifo meu)**

---

<sup>180</sup> Imediatamente depois da invasão da Polônia, Taubert idealizou e roteirizou *O judeu eterno* (1940). Seus “atores” foram judeus dos guetos, aterrorizados e famélicos. A mais odiosa peça fílmica do nazismo abre com um narrador dizendo: “Desta vez, nós reconhecemos que há uma praga aqui (...) que ameaça a saúde dos povos arianos. (...) E estas imagens são prova. (...) Os judeus são (...) uma raça de parasitas. (...) Similar às andanças judias por todo o mundo é a migração de um animal igualmente irrequieto: o rato. (...) Ratos têm sido parasitas da humanidade desde o início dos tempos (...) assim como os judeus entre os homens. (...) Estas fisionomias recusam imediatamente as teorias liberais sobre a igualdade de todos que compartilham um semblante humano. Estes judeus assimilados permanecem eternamente como corpos estranhos no organismo de seus povos hospedeiros, independente das aparências. Infiltraram-se na civilização ocidental. Quando, durante a Revolução Francesa, os judeus tornaram-se cidadãos por direito de suas respectivas nações hospedeiras, cada um pertencia a duas nações ao mesmo tempo” (TAUBERT; HIPPLER, 1940). Os judeus seriam um duplo demônio. De um lado, dominariam “todos os setores do mercado financeiro mundial” e “seu capital os permite aterrorizar transações mundiais, a opinião mundial e a política mundial” (TAUBERT; HIPPLER, 1940). De outro, defenderiam a “linha radical contra a lei e a ordem. Disfarçados de humanitários altruístas, eles prometeram às massas castelos no céu, incitando-os contra a ordem cívica. Liberdade pessoal ilimitada (...). Rejeição de todos os ideais e valores. Submissão às bases de uma vida de prazeres materiais. Crítica de tudo que é sagrado. Revolta contra tudo. Incitação da juventude à luta de classes e ao terrorismo. Não é por acaso que esta doutrina de destruição de nações tenha sido criada por uma mente judia: Karl Marx, filho de Margoehai, um rabino e judeu de Trier” (TAUBERT; HIPPLER, 1940).

Baseado-se nessa estratégia que matrizou todas as ações do *Anti-Komintern*, dois anos depois, em novembro de 1936, o chefe de Gielen no III Reich convocou a “**Primeira Conferência Internacional Secreta Anticomunista em Feldafing**, perto de Munique, onde as questões antissemitas também não foram negligenciadas” (WEINREICH, 1999: 114, grifo meu)<sup>181</sup>. E qual foi o objetivo fundamental dessa “Conferência Preparatória” de Munique? Ela deveria formar “**o núcleo de um futuro congresso mundial anticomunista**” (WEINREICH, 1999: 114, grifo meu). Não é “inacreditável”? O que se conclui disso? O projeto de convocar um Congresso Mundial Anticomunista lançado na Conferência Preparatória de 1958 no México foi a primeira tentativa do gênero na Guerra Fria, mas não era inédito. Havia sido tentado pelo III Reich nazista. Alguma continuidade histórica particular entre esses dois eventos? Simplesmente, a *persona* de Alfred Gielen, que teve Taubert como um chefe de “longa duração”, servindo-lhe no *Anti-Komintern*, no VFF e no CIAS. Mesmo um funcionário sênior tem um chefe, não é mesmo? Todos os funcionários de Taubert, Gielen incluído, deveriam pautar-se pela diretriz permanente seguida no *Anti-Komintern*: “Na Alemanha, continuação implacável da propaganda antibolchevique e antissemita, criação de literatura política nestes campos. (...) [No] Exterior: **criação de organizações parceiras em todos os países do mundo** (WEINREICH, 1999: 114, grifo meu). Em suma, antes dos expoentes da ultradireita alucinada do ABN, APACL, CIDC ou CIAS “sonharem” com uma “Internacional Anticomunista” na Guerra Fria, esse “sonho” havia sido “sonhado” pelo *Anti-Komintern* de Taubert. E Alfred Gielen “sonhou” o mesmo “sonho”, não importa se um pesadelo histórico, nas duas ocasiões.

Mas como Taubert e seu assessor Gielen puderam permanecer impunes no pós-guerra depois de incitarem o Holocausto nazista como *experts* da propaganda antibolchevique e antissemita do *Propagandaministerium*? Justamente por isso, não se vê? A perícia que os fizera criminosos de guerra também lhes daria um salvo conduto no pós-guerra. Por serem peritos em propaganda anticomunista, Taubert e Gielen foram “resgatados”, “desnazificados” e empregados para seguirem fazendo na Guerra Fria o mesmo trabalho que fizeram no III Reich, mas sob novos *contractors*. Inacreditável, não? Nem um pouco. Quando Taubert foi preso e interrogado pelo

---

<sup>181</sup> O Comitê Organizador da I Conferência Internacional Secreta Anticomunista foi coordenado “por um **agente de Goebbels, o jornalista sueco Nils Von Bhar**, mas ‘secretamente dirigido como **uma agência governamental alemã**’, conforme Dr. Taubert admitiu em um relatório sobre suas atividades ao final de 1944” (WEINREICH, 1999: 114).

serviço de inteligência do Exército dos EUA, o CIC, ele convenceu os militares norte-americanos de um fato “inegável”: “O aparato da propaganda antissoviética do Ministério da Propaganda alemão era o maior e mais bem-sucedido de seu tipo e, portanto, um modelo para organizações sucessoras equivalentes” (TAUBERT *apud* HANEBRINK, 2018: 209).

Pronto. Foi isso, seguiu-se o *script*. Como visto no CAPÍTULO 1, os serviços secretos da Grã-Bretanha e dos EUA não tinham “disputado” entre si o “passe” do turcologista de Alfred Rosenberg, o professor Gerhard von Mende, ávidos para reativarem a “valiosa” rede de emigrantes antissoviéticos por ele montada no *Ostministerium*? Não foi visto como o MI6 britânico “levou a melhor”, isto é, contratou von Mende e, juntos, criaram o ABN em 1946? Por que então esse caso seria diferente? Da mesma forma, foi visto e “disputado” como um ativo extremamente valioso o *know-how* desenvolvido por Taubert e Gielen no *Anti-Komintern* do *Propagandaministerium*. Nesse caso, coube aos EUA resgatá-los, “desnazificá-los” e empregá-los, auxiliando-os na fundação da VFF e do CIAS. Com um “detalhe”, os novos *contractors* (e “o novo tempo do mundo”) impuseram a Taubert e Gielen uma readequação terminológica em seus trabalhos de propaganda da Guerra Fria: o inimigo agora seria *apenas* o bolchevismo, não mais o “judeu-bolchevismo”. Combinado<sup>182</sup>. Exagero? A “insuspeita” CIA o dissera, tendo registrado em documento as negociações do “contrato” do roteirista d’*O Judeu Eterno* (1940) pelo Departamento de Estado norte-americano.

**O Dr. Taubert em HAMBURGO foi recentemente contatado por um oficial americano evidentemente em nome do Departamento de Estado, com o propósito de organizar um grupo especial para propaganda política contra o bolchevismo, similar ao antigo Anti-Comintern alemão, na tentativa de neutralizar a tendência atual da propaganda soviética. Dr. Taubert (Dr. Richard) revelou seu nome real e antiga posição a este oficial que, em troca, discutiu com ele a possibilidade de tornar-se Secretário desta nova organização, cuja sede seria estabelecida em WASHINGTON (CIA, 1949d: 5, grifo meu)**

---

<sup>182</sup> “Em 1950, Taubert dirigia novamente esforços importantes de propaganda anticomunista. Depois de 1945, ele abandonou todas as referências ao judeu-bolchevismo, mas manteve os demais aspectos ideológicos e simbólicos de suas obras anteriores. Essa transformação superficial é o contexto para uma das imagens mais descaradamente racistas da VFF, um pôster de 1951 retratando um soldado soviético, com feições orientalizadas e uma estrela vermelha no seu chapéu, atacando uma aterrorizada mulher alemã. A VFF criou o poster como uma resposta aos críticos na Alemanha Ocidental que se opunham aos planos do governo de rearmar o país e contribuir para a defesa militar da Europa Ocidental. (...) Com essa imagem gráfica da ‘bestialidade asiática’, [o poster] poderia facilmente ter sido produzida antes da queda do Terceiro Reich” (HANEBRINK, 2018: 209).

Em resumo, o governo norteamericano concordou com o que dissera Taubert a seus interrogadores militares. Não haveria nada melhor no mundo do que o modelo de propaganda anticomunista desenvolvido pelo ministro nazista Joseph Goebbels. Isto é uma evidência de que o modelo de propaganda anticomunista adotado pelos EUA na Guerra Fria não apenas incorporou o *know-how* do *Anti-Komintern* mas o próprio nazista que o fundara: o “Dr. Anti”. Nesse registro da CIA, a *expertise* de Taubert e Gielen é exaltada. O chefe de Gielen no *Anti-Komintern* foi caracterizado como **“um oficial extremamente energético e altamente treinado, conhecedor profundo de todas as formas de propaganda e um dos valorizados assistentes do Dr. Goebbels e do Dr. Fritzsche”** (CIA, 1949d: 2 -3, grifo meu). E Gielen não ficaria atrás. Conseguiu enganar seus captos soviéticos falando um francês perfeito e, depois, seria contratado pelos EUA de novo como subordinado de Taubert. O documento assim descreveu aquele que seria nomeado pela Conferência Preparatória do México, em março de 1958, como subsecretário-geral regional do Congresso Mundial Anticomunista: **“Dr. Gielen é igualmente bem informado sobre a política soviética e é muito antissoviético. Ele é um profundo conhecedor dos meios, métodos e mecânicas das várias formas de propaganda”** (CIA, 1949d: 3, grifo meu)<sup>183</sup>.

Desse modo, esses dois peritos nazistas em propaganda antissoviética representaram um “valioso espólio” de guerra deixado para trás pelo *Propagandaministerium* de Goebbels. Os EUA deveriam açambarcá-los. E assim foi feito. Não se poderia perder a oportunidade de incorporar esses dois *experts* do *Anti-Komintern* do III Reich. E os britânicos, ao contratarem Gerhard von Mende e com ele reativarem via ABN um plantel de emigrantes antissoviéticos do leste europeu e da Ásia Central, não teriam exatamente o mesmo? Não açambarcaram esse “valioso espólio” de guerra deixado para trás pelo *Ostministerium* de Rosenberg? Inclusive, essas coincidências não param por aí, uma vez que **“o Dr. fnu TAUBERT de Hamburgo trabalhava para o Professor fnu von MENDE”** (CIA, 1952a: 1, grifo meu). Como isso? De que forma? Taubert, enquanto diretor do Departamento Oriental (*Generalreferat Ostraum*) do *Propagandaministerium*, subordinou-se ao diretor político do *Ostministerium* von Mende no marco de um programa

---

<sup>183</sup> Gielen “foi capturado pelos soviéticos em Danzig. No entanto, conseguiu mudar seu nome e nacionalidade. Falando um francês perfeito, ele disse ao Escritório de Inteligência russo que era belga e, portanto, foi repatriado em Berlim onde revelou seu nome verdadeiro a um oficial belga” (CIA, 1949d: 3). Gielen “não foi enviado de volta para os soviéticos mas sim para um campo de prisioneiros de guerra britânico e, mais tarde, para um campo de prisioneiros de guerra americano onde foi subsequentemente liberado” (CIA, 1949d: 3).

interministerial: VINETA (*Vineta Propagandadienst Ostraum*), codinome de uma parceria Goebbels/Rosenberg de *Ostpropaganda*. E mais. No pós-guerra, Gielen atuou para restabelecer o contato entre seu ex-chefe no *Anti-Kominter* (Taubert) e o “ex-chefe de seu chefe” na VINETA (von Mende). Tudo monitorado pelo “olhar amigo” do Exército dos EUA, como registrou em um memorando o coronel Henry C. Newton<sup>184</sup>. No mesmo sentido, outro documento da CIA anotou que:

Uma tentativa foi reportada por parte do Dr. Taubert, Diretor Ministerial, Chefe do Departamento Oriental do Ministério da Propaganda, codinome Dr. Richard, um valorizado assistente de Goebbels; [por parte de] Alfred Gielen, assistente de Taubert; [por parte do] Dr. Heinrich Kurtz, assistente de Taubert; de contatar o INDIVÍDUO [Gerhard von Mende] para formar um grupo de propaganda política contra o bolchevismo sob patrocínio do Departamento de Estado (CIA, 1961: 2)

Se von Mende era o “melhor amigo dos povos não-russos subjugados pela URSS” no *Ostministerium* de Rosenberg, e seguiu sendo fiel a eles no MI6 britânico – a serviço de quem fundou o ABN e “elegeu” Stetsko como seu presidente. Se Gielen fora um assistente sênior de Taubert no *Propagandaministerium* de Goebbels. Se o chefe de Gielen (Taubert) subordinara-se a von Mende na VINETA. Será que Stetsko e os ex-colaboradores nazistas do ABN “apadrinhados” por von Mende conheceram Gielen nos tempos do III Reich? Não se sabe. O que se sabe é que depois o secretário-geral do CIAS Gielen participaria da fundação do European Freedom Council (EFC), “um grupo de ‘frente’ do ABN/OUN” (DORRIL, 2000: 826)<sup>185</sup>. E que

---

<sup>184</sup> Segundo o coronel norteamericano, “o Dr. Taubert está novamente em contato com o Dr. Kurtz, Gielen e com a Madame Wiedemann e está tentando contatar o Professor Mende cujo endereço é ainda desconhecido” (CIA, 1949d: 05). “Dr. Taubert pediu que Gielen entrasse em contato com o Dr. Dudin [um russo branco] e o informasse de suas novas atividades e planos. Ele está ansioso por fazer contato direto com o Dr. Dudin para coordenar a atividade antissoviética dos russos na Alemanha com os alemães que estão supostamente trabalhando na mesma área” (CIA, 1949d: 04). “Dr. Dudin acredita pessoalmente que a ideia de trabalhar com os antigos oficiais que lideraram o Ministério da Propaganda alemão pode ser muito útil, visto que os indivíduos nomeados têm fontes excelentes de informação e são plenamente qualificados para um trabalho desta natureza” (CIA, 1949d: 04). “Recentemente, depois de uma visita de Alfred Gielen (...), Dr. [Vladimir] Dudin ligou para a esposa do Dr. Gielen”. A esposa de Gielen então “informou o Dr. Dudin de que o Dr. Taubert havia pedido a seu marido que entrasse em contato com o Dr. Dudin para coordenar o trabalho que agora estava sendo realizado pelos americanos” (CIA, 1949d: 04).

<sup>185</sup> Embora não conste de seu quadro dirigente, Gielen foi fotografado, em junho de 1967, integrando a comitiva de delegados que fundou o EFC (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 4, p. 50). Na fotografia é possível identificar o ex-nazista Theodor Oberlander, ex-comandante da divisão Nachtigall; o propagandista antissemita eslovaco Ctibor Pokorny; e os ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra Stetsko (Ucrânia), Ferdinand Durcansky (Eslováquia) e Dimitry Kosmowicz (Bielorrússia). Compuseram o Quadro Executivo do EFC: Ole Bjorn Kraft (Dinamarca); Ivan Matteo Lombardo (Itália); Stetsko (ABN); John Graham (Inglaterra) e Oberlander (Alemanha Ocidental). E seu Comitê de Informação: Suzanne Labin (França); marquês de Valdeiglesias/José Ignacio Escobar y Kirkpatrick (Espanha) e Durcansky (ABN).



foi fotografado em 1965 pela *Correspondência do ABN*, por exemplo, desembarcando ao lado de Stetsko, no aeroporto de Taipei, para logo serem recepcionados pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang. Gielen e Stetsko estavam ali para representarem o CIAS e o ABN, respectivamente, na X Conferência da APACL (ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 13).

Por fim, como dito, foram das “tabelinhas” entre ABN, APACL, CIDC e CIAS, com algumas “estrelas menores” orbitando essas redes em interação, que seria realizado o “sonho” de 1937 “sonhado” pelos nazistas e o “sonho” de 1958 “sonhado” pela Conferência Preparatória do México: convocar um Congresso Mundial Anticomunista para formar uma “Internacional Anticomunista”. Como adiantado, o “sonho” de criar uma Liga Mundial Anticomunista (WACL) só viria a se concretizar, em 1966, na Coreia do Sul. Mas suas bases de fundação foram lançadas precisamente, na Cidade do México, em março de 1958. E não por acaso Gielen participou de todos esses experimentos do internacionalismo anticomunista: do *Anti-Komintern*, passando pela Conferência Preparatória do México, até integrar-se ao Quadro Executivo da Liga Mundial Anticomunista (WACL). Só então a Guerra Fria teria um *Anti-Komintern* para chamar de seu. Mas isso será objeto do CAPÍTULO 4. Por ora, importa fixar “apenas”, com Stuart Christie, que a WACL teve sua gênese no “ensaio geral” de 1958 “sonhado” pela CIDC de Penna Botto e Prieto Laurens, pela APACL de Ku Cheng-kang, pelo ABN de Stetsko e pelo CIAS de Cramer e Gielen:

Liga Mundial Anticomunista (WACL). A mais sinistra entre todas as organizações internacionais de extrema-direita e grupos de pressão ativos. Embora tenha sido fundada em Seul, Coreia do Sul, em 1966, **suas bases iniciais foram criadas no México em 1958 durante o ‘Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação’**. A WACL é baseada no ‘*Anti-Komintern*’ de Goebbels e é o principal canal de fundos para organizações de extrema-direita por todo o mundo. Uma das primeiras operações financiadas pela WACL logo após sua fundação em novembro de 1966 foi o financiamento da agência de imprensa para propaganda e coleta de informações ‘Aginter Press’ (CHRISTIE, 1984: 108, grifo meu)<sup>186</sup>

### 3.6.5. O ABN comemora o alijamento dos solidaristas russos (NTS)

---

<sup>186</sup> E o “Dr. Anti-Komintern” esteve na “retaguarda” da Aginter Press, que congregou ex-nazistas e membros da Organisation de l’Armée Secrète (OAS), grupo terrorista da extrema-direita militar francesa. “No final dos anos 1960, quando a Aginter Press dirigiu sua atenção da África para a América Latina, estima-se que cerca de 60% da equipe da Aginter tenha sido recrutada das fileiras da OAS, enquanto o restante tenha sido recrutado de organizações neonazistas da Europa Ocidental como a Kampfbund Deutscher Soldaten, baseada em Frankfurt, dirigida por outro ex-funcionário de Goebbels e parceiro de [Gerhard Hartmut] von Schubert’ na Paladin, Dr. Eberhardt Taubert” (CHRISTIE, 1984: 89).

Já foi visto que o ABN e os solidaristas russos da NTS se odiavam. A NTS gostaria de “libertar” a Rússia dos bolcheviques e o ABN desejava “libertar” a Europa Oriental dos “russos-bolcheviques”. Como visto também, embora os solidaristas russos tenham chegado “na frente” em suas alianças com os latinoamericanos da CIDC, tendo enviado seus representantes a dois Congressos Contra a Intervenção Soviética na América Latina (o II de 1955 no Brasil e o III de 1957 no Peru), o ABN de Stetsko conseguiu “atravessar” os solidaristas e lhes “roubaram” os “amigos latinoamericanos”. Em 1957, Penna Botto e Prieto Laurens, respectivamente, presidente e secretário-geral da CIDC, ao participarem da IX Conferência Possev do NTS, em Frankfurt, foram “interceptados” pelo ABN, cujos dirigentes conseguiram levá-los a Munique, a cidade-sede do grupo. Ali foi celebrado um Acordo do ABN com a CIDC que aprofundou as tratativas para a convocação de um Congresso Mundial Anticomunista e, depois, para a criação de uma “Internacional Anticomunista”.

Reitere-se que III Congresso da CIDC de 1957, em Lima, a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto, sob a sugestão do presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, apresentou uma resolução que “embarcou” os dirigentes da CIDC no projeto apacliano para a convocação de um Congresso Mundial Anticomunista e criação subsequente de uma “Liga Mundial Anticomunista”. Nessa moção não se fizera qualquer moção ao ABN. A missão específica proposta pela CBA e aprovada pelo III Congresso da CIDC era trabalhar com a APACL-Taiwan e os solidaristas da NTS no projeto “Por uma Liga Mundial Anticomunista”. Porém, como se verificou até aqui, a NTS ausentou-se da Conferência Preparatória do México de 1958, evidenciando que o ABN conseguiu sobrepujar os solidaristas russos e inseriu-se como protagonista na triangulação APACL, CIDC e CIAS. Foi o presidente deste Fritz Cramer, inclusive, que anotou o caráter “antirruso” que o ABN imprimiu ao “ensaio geral” do México. Em um memorando de 1963 que endereçou ao *West German Foreign Office*, resgatado pelo historiador alemão Torben Gulstorff, Cramer registrou com algum desconforto o tom “antirruso” que ABN conseguiu impor à Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação de 1958. Sobre essa, o ex-oficial de inteligência nazista informou o *West German Foreign Office* que:

Durante essa conferência preliminar, aproximadamente 20 delegados do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) apareceram e influenciaram as decisões e o planejamento de tal forma que a performance do congresso mundial teria resultado em um congresso de emigrantes anti-russos. Como consequência, muitos participantes

ocidentais retiraram-se do planejamento que, no momento, caiu no esquecimento (CRAMER *apud* GULSTORFF, 2015: 14-15)

O presidente do CIAS fez aqui uma referência à renúncia de Marvin Liebman da empreitada diante da enorme influência que o ABN conquistara nessas triangulações do anticomunismo global. A própria convocatória preparada no México em 1958 para o então planejado Congresso Mundial Anticomunista foi construída com o léxico do ABN, que coincidiu com a terminologia da APACL e da CIDC: o inimigo, o *comunismo internacional*, era um *instrumento do imperialismo russo*. Nesses termos de luta, não haveria espaço para qualquer protagonismo da NTS<sup>187</sup>. Se o CIAS de Cramer e Gielen lamentou a redução dos horizontes e do arco de alianças que o protagonismo ABN acarretara à Conferência Preparatória e ao Congresso que não houve, ao contrário, a *Correspondência do ABN* comemorou o alijamento dos solidaristas russos das “tabelinhas” que estavam então sendo “jogadas” entre esses grupos do anticomunismo transnacional. Referindo-se ao Acordo ABN-APACLROC (1955) e ao Acordo ABN-CIDC (1957), a *Correspondência do ABN* assinalou que “esses dois acordos frustraram os planos dos imperialistas russos antibolcheviques, considerando que os atuais iniciadores asiáticos e sul-americanos de um congresso mundial anticomunista perceberam com o que as forças imperialistas dos emigrantes russos estão se ocupando” (ABN, 1959, v. X, n.º 1/2, p. 10).

O boletim oficial do ABN acusou os solidaristas da NTS de não preocuparem-se “com a liberdade dos povos em sua luta contra o alegado comunismo internacimal, mas, em primeiro lugar, com os interesses do império russo, que por séculos tem subjogado incontáveis povos impondo-lhes ideias imperialistas” (ABN, 1959, v. X, n.º 1/2, p. 10). “Esse plano, contudo, agora foi frustrado pela participação da organização que representa os povos subjogados pela Rússia, ou seja, o Bloco Antibolchevique de Nações, na preparação para a convenção do congresso mundial anticomunista” (ABN, 1959, v. X, n.º 1/2, p. 10). Graças ao alijamento da NTS da Conferência Preparatória, segundo a “leitura” conspiracionista do ABN, os solidaristas russos foram impedidos

---

<sup>187</sup> O último parágrafo da Convocatória do Congresso Mundial Anticomunista comprovou a ascendência do ABN nesse entramado do anticomunismo global: “Uma vez que o comunismo internacional é um instrumento do imperialismo russo, a luta contra o comunismo internacional inclui a luta contra o imperialismo russo, com o entendimento claro de que o objetivo final da luta por liberdade e justiça por todo o mundo é a destruição do comunismo internacional e do imperialismo russo, a desintegração do império russo, existindo neste momento na forma da chamada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e satélites, e o reestabelecimento de estados nacionais independentes nos territórios etnográficos dos povos escravizados pela Rússia a qualquer momento no passado na Europa Oriental, Central e na Ásia” (ABN, 1958, v. IX, n.º 5/6, p. 4).

de destruir a Conferência do México e de “afirmar suas intenções imperialistas na **Liga Mundial Anticomunista que está para ser formada** devido à oposição das forças nacionais dos povos subjugados pela Rússia” (ABN, 1959, v. X, n.º 1/2, p. 10, grifo meu). “Depois que sua tentativa falhou”, concluiu o ABN, “a NTS se recusou a tomar parte na Conferência sob o fundamento de que não estava em posição de enviar seus representantes à Conferência devido à falta de meios financeiros” (ABN, 1959, v. X, n.º 1/2, p. 10).

O ABN acusou ainda a NTS de estar “infiltrada” por soviéticos e de servir à URSS, uma vez que os solidaristas só se preocupariam em defender o *império russo*. É provável que a URSS tenha conseguido “infiltrar” agentes no NTS, assim como conseguira de fato “infiltrar” agentes no ABN, como salientando pelos Anderson (1986). Porém, embora de fato a NTS tenha “sumido” das tratativas pré e pós-Conferência Preparatória de 1958, ela não foi totalmente alijada das redes anticomunistas aqui estudadas. A APACL-Taiwan, por exemplo, prosseguiu seu Acordo estabelecido com a NTS em 1956. Mas, sem dúvida, os solidaristas russos não teriam o mesmo prestígio ou protagonismo que seus arqui-inimigos do ABN nas interações entre APACL, CIDC, CIAS etc. A NTS continuaria lá, enviando seus delegados a este ou àquele congresso anticomunista, mas sempre como uma “estrela menor”. Recorde-se que a CIA, como visto no CAPÍTULO 2, já havia “cantado a bola”.

O léxico utilizado pela APACL-Taiwan era idêntico à terminologia do ABN: o inimigo era caracterizado como o *imperialismo russo-soviético*. E a formação alemã dos dirigentes do “Capítulo” taiwanês da APACL, como a do seu presidente Ku Cheng-kang, consolidou a “preferência” apacliana pelo ABN. A CIA registrou, por exemplo, que nas visitas de Stetsko a Taiwan, os dirigentes chineses do Kuomintang conversavam em alemão com o ex-colaborador nazista ucraniano. Mas se a APACL-Taiwan mostrou-se mais próxima do grupo de Stetsko, ela nunca deixou de manter os *Acordos de Cooperação em Guerra Psicológica* que estabelecera tanto com o ABN (1955) quanto com a NTS (1956)<sup>188</sup>.

---

<sup>188</sup> Reportando suas atividades transnacionais, a APACLROC salientou a importância de “conduzir ativamente a guerra psicológica por meio da cooperação internacional”: “A tarefa mais importante, conforme estipulado no Acordo de Cooperação para a Guerra Psicológica, que o Capítulo da China celebrou com a União dos Solidaristas Russos (NTS) e o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), respectivamente, é transmitida ao povo por trás da Cortina de Ferro e intercambiada com materiais anticomunistas” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 8, p. 14).

### 3.6.6. Mas, afinal, quem pagou a conta?

Mas, enfim, quem pagou a conta da Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação? O historiador Torben Gulstorff, ao tratar da Liga Mundial Anticomunista fundada na Coreia do Sul em 1966, destaca que, “em 1958, **a primeira conferência preliminar abordando essa ideia teve lugar na Cidade do México, organizada e financiada pela organização taiwanesa APACL e possivelmente também pela CIA**” (GULSTORFF, 2015: 69, grifo meu). Como visto com o historiador Kyle Burke, o *fundraiser* norte-americano Marvin Liebman, antes de “pular fora” da empreitada, enquanto ainda organizava o Congresso Mundial Anticomunista, entregara dinheiro para o secretário-geral da CIDC Prieto Laurens. Segundo o judeu conservador, assim que o dinheiro foi entregue ao mexicano, a coisa degingolou. Qual teria sido a origem do dinheiro que Liebman entregara a Prieto Laurens – que recebera dinheiro da CIA para organizar, também no México em 1954, o I Congresso Anticomunista Contra a Intervenção Soviética na América Latina. O evento custara a “bagatela” de 25 mil dólares, mas o “investimento” rendeu.

Quanto à Conferência Preparatória de 1958, o seu *fundraiser* Liebman deve ter conseguido o dinheiro que entregou ao mexicano com a APACL-Taiwan. Liebman tinha também outras “fontes de renda” nos EUA, já que sua organização *Aid Refugee Chinese Intellectuals* (ARCI) recebia financiamento da CIA e do Departamento de Estado. A CIDC presidida pelo almirante Penna Botto encontrava-se em aguda crise financeira e nunca teria condições de custear sozinha a Conferência Preparatória que hospedou em 1958 na Cidade do México. O financiamento veio, sem dúvida, da APACL-Taiwan e possivelmente da CIA. Os Anderson especificaram o “cofre” de onde a CIA pode ter retirado o dinheiro necessário à realização da Conferência Preparatória do México: o capital deve ter vindo dos *Counterpart Funds* da Embaixada dos EUA em Taiwan.

**“Da conta pouco examinada dos fundos de contrapartida pode ter vindo o financiamento inicial para a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos em 1954 e para a reunião preparatória da Liga Mundial Anticomunista em 1958”** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 55, grifo meu). E os irmãos Anderson indicam quem teria conseguido “abrir o cofre” desses *counterpart funds*? Sim, apontam para o ex-OSS Ray Cline que, à época, era o chefe da Estação

da CIA em Taiwan, momento em que também se tornou o “melhor amigo norteamericano” do filho do *generalíssimo*, o general Chiang Ching-kuo, à época chefe da polícia secreta e responsável pelos expurgos nas Forças Armadas taiwanesas.

**O canal americano mais provável para a última operação foi um exibido graduado de Harvard chamado Ray Cline.** Tendo servido como oficial de inteligência para a Marinha dos EUA e para o *Office of Strategic Services* (OSS) na Ásia durante a II Guerra Mundial, **Cline foi chefe de estação em Taiwan de 1958 a 1962. Como tal, ele tinha acesso à conta dos Counterpart Funds na época em que as primeiras reuniões preparatórias estavam sendo realizadas em direção ao estabelecimento da Liga Mundial Anticomunista** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 55, grifo meu)

Algum documento comprovaria esse provável caminho do dinheiro: da Embaixada dos EUA para o chefe da Estação da CIA Ray Cline em Taiwan, dele para a APACLROC de Ku Cheng-kang, deste para Marvin Liebman e dele para o secretário-geral da CIDC Prieto Laurens? Infelizmente, aqueles que tentaram acessar os documentos restritos da APACL nos EUA deram com “a cara na porta”. Foi visto que o acesso aos documentos norteamericanos sobre a APACL foi negado aos Anderson em 1986 e ao historiador Kyle Burke em 2013. *C'est la vie*. Assim sendo, se tais documentos não se encontram hoje à disposição, vale a pena encerrar esta análise do primeiro “ensaio geral” da Liga Mundial Anticomunista com três fotos publicadas pela *Correspondência do ABN*. A primeira delas trouxe a seguinte legenda: “Esquerda para a direita: I. Bilinsky, Dr. J. P. Laurens, J. Stetzko, Eng. E. Hernandez, M. Sosnowsky” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 3). Ao centro é possível visualizar o presidente do ABN Stetsko com seu braço direito entrecruzado com o braço esquerdo de Prieto Laurens e com seu braço esquerdo entrecruzado com o braço direito de Hernandez. Icônico. A segunda fotografia flagrou os membros da Conferência Preparatória em uma homenagem que prestaram “no túmulo do Herói Nacional Mexicano, Benito Juarez” (ABN, 1958, v. IX, n.º 7/8, p. 8).

Embora não tenham sido identificados, é possível reconhecer na comitiva L. George Paik, dirigente de da APACL-Coreia do Sul e representante do presidente Syngman Rhee no México. A *Correspondência do ABN* também estampou a notícia, em matéria de capa: “Conferência no México abre caminho para o Congresso Anticomunista”. Abaixo dela, publicou uma fotografia que flagrou alguns dirigentes da Conferência Preparatória reunidos, seguida da legenda: “Membros do Presidium da Conferência com o ABN e os delegados Ucranianos. Esquerda para a direita, 1ª fileira: Dr. C. M. Chang, J. Stetzko, Almirante C. P. Botto, Dr. J. P. Laurens, Dr. S.

Mendoza, H. Bilynski. 2ª fileira: W. Duschnyk, M. Rubinez, I. Bajka, W. Bezchlibnyk, Sosnowskyj, Dr. N. Prozyk” (ABN, 1958, v. IX, n.º 5/6, p. 1).

Se um “sonho” que se “sonha” junto tem mais chance de se concretizar, essa fotografia registrou, todos aglomerados, os “sonhadores” da APACL (C. M. Chang), do ABN (Stetsko) e da CIDC (Penna Botto e Prieto Laurens). Apesar do fracasso temporário desse primeiro experimento testado em 1958 no México com vistas a criar uma “Internacional Anticomunista”, a Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação, suas “sementes” foram lançadas. A partir dali, com o aprofundamento de uma interação cada vez mais complexa entre essas redes globais da ultradireita já em funcionamento, ABN, APACL, CIDC, CIAS, oito anos depois, surgiria o *Anti-Komintern* da Guerra Fria, a Liga Mundial Anticomunista (WACL). Mas ela será objeto do CAPÍTULO 4 e, agora, é necessário acompanhar o IV (e último) Congresso da CIDC que, embora perdendo fôlego, participaria dessa empreitada transoceânica.



**Figura 121.** “Members of the Presidium of the Conference with A.B.N and Ukrainian delegates”.  
FONTE: ABN, 1958, v. IX, n.º 5/6, p. 1.

### 3.7. Guatemala, 1958: o IV Congresso Continental Anticomunista da CIDC

O Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação já estava pré-agendado para ocorrer dia 23 de outubro de 1958 em Istambul, na Turquia. A data havia sido escolhida como forma de homenagear o Levante Húngaro de 1956. Contudo, a renúncia de seu secretário-geral Marvin Liebman implodiu o evento e adiou em oito anos o “sonho” de uma “Internacional” da extrema-direita. Liebman, um judeu conservador, percebeu que, ao cooperar na empreitada com um anticomunista do “quilate” de Stetsko, por exemplo, estava literalmente ao lado de um dos responsáveis pelo assassinato de seus parentes judeus da Ucrânia Ocidental. Foi ameaçado de morte e recebeu ligações antisemitas chamando-o de “judeu-bolchevique”. Atribuiu-as ao “pessoal de Stetsko”. Liebman, um brilhante *fundraiser* norteamericano, ao “pular fora do barco”, fez o “barco” afundar. Embora não tenha sido concretizado o “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista em 23 de outubro de 1958 na Turquia, a CIDC realizou seu IV Congresso na Guatemala ainda naquele ano, entre 12 e 16 de outubro. Em 1954 no México, a Guatemala de Jacobo Arbenz e da Revolução de Outubro de 1944 foram os alvos a serem abatidos na mira do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. Financiado, organizado e nomeado pelo Projeto PBSUCCESS da CIA, o I Congresso foi estruturado pela suboperação KUGOWN, pela bagatela de 25 mil dólares, com um propósito específico: utilizar latinoamericanos como “cortina de fumaça” e, assim, apagar as digitais do governo Eisenhower do golpe de Estado contra Arbenz.

Em 27 de maio de 1954 o I Congresso foi inaugurado sob a presidência de Prieto Laurens. Um mês depois, em 27 de junho, Arbenz foi deposto e, rapidamente, o “libertador” Castillo Armas, coronel apelidado pela CIA como “PANCHO” na PBSUCCESS, tornou-se o ditador do país. O II Congresso foi realizado em 1955 no Brasil, momento em que o grupo montado em 1954 no México adotou seu nome oficial: Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). O III Congresso realizou-se em 1957 no Peru. Esses três Congressos da CIDC mantiveram o nome dado pela CIA em 1954. Depois de descartar o primeiro nome aventado, *Congreso de los vencedores del comunismo*, a CIA optou por particularizar o *script* que seus “amigos” da América Latina deveriam seguir: o evento foi então nomeado Congresso Contra a Intervenção Soviética na



América Latina. o IV Congresso da CIDC realizado na Guatemala alterou esse nome. Chamou-se apenas IV Congresso Continental Anticomunista.

Antes da Operação PBSUCCESS ter desferido o golpe contra Arbenz e ter então “eleito” seu coronel “PANCHO” como o novo presidente da República da Guatemala, o “libertador” Castillo Armas congratulou-se com o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. Garantiu em telegrama a seu secretariado permanente que, uma vez no poder, estruturaria seu governo inspirado nas propostas anticomunistas apresentadas no evento pela delegação guatemalteca. Prometeu solenemente que iria se esforçar “por hacer realidad en mi país tan nobles ideales y tan altas aspiraciones, con la colaboración de las fuerzas de Oposición, que forman la mayoría del pueblo de Guatemala”, encerrando sua mensagem com o brado *Dios, Patria, Libertad* (CCA, 1954: 31). Porém, no IV Congresso da CIDC, seus delegados não puderam se encontrar pessoalmente com o “libertador”. Seu protagonismo como ditador militar da Guatemala durou três anos. Fora assassinado em 1957 por um militar de sua confiança. Eisenhower, como visto, enviou seu filho ao velório e viu o caso como mais um exemplo do recalcitrante “avanço comunista” no país. Em 1958, portanto, os congressistas da CIDC não puderam encontrar-se com Castillo Armas, a não ser com seus restos mortais. Mas foram alegremente recebidos pelo ditador substituto, o general Miguel Ydígoras Fuentes, que discursou no evento e enviou sua esposa para participar de sua sessão de encerramento.

O ditador de plantão fora um oficial da repressão da ditadura de Ubico, derrubada pela Revolução de Outubro de 1944. À época, destacou-se como responsável pelo massacre de indígenas e pela aplicação draconiana da lei de vadiagem no país. No marco da PBSUCCESS, seria sondado pela CIA e pela *United Fruit Cia.* como possível “candidato à sucessão” de Arbenz. Um dos operadores da CIA desaconselhou o “uso” de Ydígoras Fuentes, porém, optando pelo “indígena” Castillo Armas<sup>189</sup>. Morto este, resgatou-se aquele. Foi assim “eleito” o novo ditador da Guatemala. Em seu discurso ao IV Congresso da CIDC, o presidente Ydígoras Fuentes

---

<sup>189</sup> Até mesmo o repulsivo Howard Hunt, que depois seria exposto no escândalo de Watergate, desaconselhou que a PBSUCCESS utilizasse Ydígoras Fuentes. Ele seria um “reacionário de direita” e um militar com ares aristocráticos que não “cairia bem” no lugar de Arbenz. Nem Hunt o “engolira”, não vendo vantagem alguma em “utilizá-lo”. O motivo? “Você não unifica um país feito de mestiços com um Don espanhol” (HUNT apud SCHLESINGER; KINZER, 1999: 121). Optou-se, então, pelo “libertador” Castillo Armas, pois ele “parecia um indígena, o que era bom para o povo” (HUNT apud SCHLESINGER; KINZER, 1999: 122). Ou seja, no raciocínio de Hunt, o que é bom para a CIA é bom para o povo guatemalteco, e vice-versa

comemorou a realização do conclave anticomunista em seu país. Paramentado com faixa presidencial e medalhas militares, ele instou os congressistas a elaborarem uma fórmula efetiva para contra-arrestar a “penetração” comunista no hemisfério, que seguiria “los planes integrales subversivos elaborados en el cuartel general del Kremlin” (CIDC, 1961: 68). “Debemos adoptar procedimientos prácticos y sencillos”, aconselhou, “para darle guerra sin cuartel” (CIDC, 1961: 68).

Porém, deveriam empreender uma guerra *cristã* contra o comunismo, inspirada no exemplo do passado colonial, a saber, dos catequizadores de índios quilombolas: “**Debemos hacerlo como el fraile de la colonia: catequizando gentiles entre los indios cimarrones**” (CIDC, 1961: 68, grifo meu). A “pacificação” dos indígenas quilombolas no passado colonial, portanto, como guia para a “pacificação” anticomunista. Desse modo, concluiu Ydígoras Fuentes, era preciso conduzir “la máxima lucha sin cuartel contra el enemigo público número uno de la civilización, el materialismo marxista, tenido como la mástenebrosa apostasía contra Dios Nuestro Señor” (CIDC, 1961: 68). Esse teor de cruzada religiosa anticomunista, inclusive, ganhou uma concretude especial nos salões de trabalho do IV Congresso da CIDC.

Nas atas das sessões publicadas pelo grupo, fotografias flagraram que os trabalhos das Comissões eram “assistidos” por uma porção de imagens de santos católicos, cruzes enormes e assim por diante. Não à toa, no final de seu discurso, o ditador guatemalteco prestou suas homenagens a dois “mártires” da luta contra o comunismo: o papa Pio XII e Castillo Armas. O ditador morto foi o grande ausente-presente entre os congressistas da CIDC, que prestou sua homenagem ao “libertador” a partir de uma proposta da delegação argentina para que o “prócer anticomunista” fosse declarado um “mártir” em “nuestra guerra contra el marxismo”, recomendando-se “el traslado del Congreso en pleno a la tumba del ilustre luchador, depositar una ofrenda floral y designar un orador para que use de la palabra en nombre del IV Congreso Continental Anticomunista” (CIDC, 1961: 68).



**Figura 122.** “El Presidente de la República de Guatemala, general Miguel Ydígoras Fuentes, pronunciando el discurso inaugural del IV Congreso Continental Anticomunista”. FONTE: CIDC, 1961.

Aceita a proposta, os congressistas depois dirigiram-se ao cemitério para prestar suas homenagens ao “prócer anticomunista” Castillo Armas. Com a presença de sua viúva, que também tomou assento no *Presidium* de uma das sessões congressuais, o orador escolhido para discursar na tumba do ex-ditador foi um brasileiro (não identificado) da delegação chefiada pelo almirante Penna Botto. Essa homenagem ao ditador assassinado contou com a oração do arcebispo Mariano Rossel y Arellano, um ex-colaborador da PBSUCCESS consagrado por Diego Rivera no mural *Gloriosa victoria*. Nessa “aula de história” do pintor mexicano, Rossel y Arellano foi retratado abençoando os golpistas de 1954: os irmãos Allen e John Foster Dulles, o embaixador Peurifoy, o “presidente-bomba” Eisenhower, a *United Fruit Cia.*, os militares guatemaltecos e o coronel Castillo Armas, com dólares no bolso e pistola na cintura. Na Guatemala de 1958, porém, “la

repressão e a violência institucional eram tan masivas que el arzobispo de Guatemala, Rossel Arellano, se permitiu decir en la inauguración del IV Congreso” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 94):

(...) no vengo a hablar con los anticomunistas que creen que con bayonetas y fusilería se derrota al comunismo, ni con los que creen que ser anticomunistas es explotar a los obreros y campesinos, no con los patronos que en nombre del anticomunismo rebajan salarios a los obreros y les roban los derechos sociales [...] Vengo a hablar con los únicos, auténticos, luchadores contra el comunismo: los cristianos (ROSSEL Y ARELLANO *apud* CAÑÓN VOIRIN, 2017: 95)

Alguma culpa cristã, pois, o arcebispo quis expiar em seu discurso, embora tenha sido um dos responsáveis pela situação da Guatemala pós-golpe de Arbenz que significou, às classes trabalhadores, terrorismo de Estado com superexploração econômica. E mesmo que sua crítica tenha incomodado os congressistas, lá esteve ele rendendo homenagens a Castillo Armas e instruindo seus correlegionários sobre o modo mais eficaz de combater o comunismo: era preciso estudar suas causas. Mas os congressistas da CIDC acusaram o golpe com a crítica do arcebispo e, conforme observa o historiador Cañón Voirin, um dos delegados apressou-se em colocar “panos quentes no assunto”, garantindo ao auditório da CIDC, imagine-se, que o arcebispo Rossel y Arellano não era socialista ou comunista: “No creo que ninguno de ustedes, nadie absolutamente crea, que Monseñor Rossell y Arellano es socialista o comunista. Él habló precisamente del egoísmo de los capitalistas y de los patronos” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 95). Enfim, recorde-se que o I Congresso de 1954 no México e o II de 1955 no Brasil tiveram um apoio oficial tímido de seus respectivos governos.

Já o III Congresso de 1957 no Peru contou com a “estrela” do presidente da República, assim como o IV Congresso de 1958. Neste, além do ditador e do arcebispo da Guatemala, participaram do evento em Antigua “o prefeito da cidade, os presidentes do Congresso Nacional e do Poder Judiciário e outros altos funcionários do governo” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 446). Ali também discursou outra “estrela” da América Central: o presidente de Honduras Ramon Villeda Morales, que garantiu ao auditório da CIDC que, “por formación cultural, soy anticomunista”; “por mi formación espiritual, siendo católico, también soy anticomunista”; e, “por mi formación gubernamental, y mi carácter de Presidente de República, soy frontal enemigo del comunismo” (CIDC, 1961: 72).



**Figura 123.** De cima para baixo, no sentido horário: 1. “Las delegaciones del IV Congreso Continental Anticomunista, en el momento de ingresar al Cementerio General de Guatemala para depositar una ofrenda floral y rendir homenaje póstumo ante la tumba del gran líder anticomunista, coronel Carlos Castillo Armas”. 2. “Su Ilustrísimo monseñor Mariano Rossell y Arellano, Arzobispo de Guatemala, oficiando un responso ante la tumba de Castillo Armas”. 3. “Momento en que la viuda de Castillo Armas agradecía el homenaje póstumo rendido a su esposo”. 4. “El delegado del Brasil pronunciando una oración fúnebre ante la tumba del gran líder anticomunista Carlos Castillo Armas”. FONTE: CIDC, 1961.

O presidente da Costa Rica Mario José Echandi Jiménez enviou também um representante pessoal ao IV Congresso da CIDC, Marco Tulio Zeledón, que proferiu um discurso em seu nome. A diplomacia britânica anotou em um documento, resgatado pelo historiador chileno Marcel Casals, que “essa rede anticomunista latino-americana havia se tornado um ator relativamente importante na política centro-americana, especialmente para aqueles que precisavam fazer profissões de fé anticomunista e, portanto, legitimarem-se a si mesmos internamente” (CASALS,

2019: 540). Mas a importância da CIDC não se limitou à América Central, embora ali tenha tido grande influência na política local. Pelo número de participantes do IV Congresso é possível, porém, notar que a importância da CIDC transcendeu a América Central. Ali se estavam desenvolvendo alianças *globais*.

### 3.7.1. *Quem-foi-quem, debates e propostas*

Além da delegação guatemalteca – composta, entre outros, por Leonel Sisniega Otero que, ao lado de Mario Sandoval Alarcón, servira na PBSUCCESS<sup>190</sup> –, do conclave participaram anticomunistas da América Latina e do mundo inteiro. Vieram do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Equador, Peru, Venezuela, Colômbia, Panamá, República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Cuba, México, Haiti, EUA, Canadá<sup>191</sup>, Alemanha

---

<sup>190</sup> A delegação da Guatemala foi composta, entre outros, por Antonio Valladares y Aycinema, Luis Antonio Díaz Vasconcellos, Mario E. Sarmiento, Carlos A. Recinos, Fernando Juárez y Aragón, Abraham Cabrera Cruz, Francisco Poggio Lemus, Carlos Padilla y Padilla, Salvador Serrano Muõz, Manuel Orellana Portillo, Carlos E. Simons, Alfredo Schlesinger, José Flamenco y Hernández, José Luis Arenas Barrera, Luis Felipe Balcárcel, Horacio de Córdova, Evangelina Cuéllar, Elvira de Calvinisti e Aída Juárez de González. Os representantes de partidos políticos da Guatemala foram: Joaquin Montenegro Paniagua (Partido Liberal); Leonel Sisniega Otero (Partido Auténtico Liberal); major Telésforo Ara Galicia (Partido Liberación Anticomunista Guatemalteco); José García Bauer (Partido Democracia Cristiana Guatemalteca); Manuel Coronado Aguilar (Partido Republicano); Indalecio Rodríguez Molina (Partido de Trabajadores Democráticos); Carlos González Siguí (Partido Redención); Luis Menéndez de la Riva (Partido de Unificación Anticomunista); Rafael Samayo Pivaral (Legión Panamericana de Organización); Roberto Efraín López (Juventud Nacionalista) (IV CONGRESO, 1961: 418).

<sup>191</sup> CIDC-Argentina: Andrés de Cicco, Ramón Vásquez, Manuel Gómez Carrillo, Alberto Daniel Faleroni, Miguel Angel Rubinec e Miljenko Perisic. CIDC-Bolívia: Vicente Donoso Torres e Alberto Candia G. CIDC-Brasil: Penna Botto, Luis Cavalcanti de Albuquerque e Rômulo de Avelar. CIDC-Colômbia: Rafael M. Velásquez, Ignacio Ramírez Sánchez, Aurelio Angarita Cárdenas, Néstor E. Niño Cruz e Olga de Osorio. CIDC-Chile: Sergio Fernández Larraín, Julio Phillippi e Fernando Zegers. CIDC-Costa Rica: Marco Tulio Zeledón, Fernando Vargas Fernández, Manuel Campos, Maiano Quiroz González, Jorge Acuña Araya, José Joaquin Fernández e Jorge A. Acuña U. CIDC-Cuba: Ernesto de la Fe, Victor Alegria, Adolfo Guach, Emilio Rivero, Salvador Díaz Versón e Raúl Granja. CIDC-Canadá: Hatmanuel Matei Hojbota (legionário romeno da Guarda de Ferro). CIDC-República Dominicana: José E. García Aybar, Emilio Rodríguez Demorizi, presbítero Oscar Robles Toledano, Ramón Marrero Aristy e Luis Escotto Gómez. CIDC-Ecuador: Gonzalo Bonilla Cortés, Antonio Ulloa Coppiano, José A. Baquero de la Calle, Juan Yepes del Pozo e César Velasco Olaya. CIDC-El Salvador: Eduardo Alfonso Figeac, Juan Antonio Martínez, J. Salvador Figeac, Luis Alonso Osorio, J. Guillermo Hasbum, Francisco M. Figeac, Luis A. Flores, Jesús Mejía, Pablo Jiménez e José Alfonso Funes. CIDC-Haiti: Delinois Martín Celestín e Frank C. Magloire. CIDC-Honduras: Vicente Machado Valle, Henry D. Gilbert, Raúl Edgardo Estrada e Roberto Martínez. CIDC-México: Jorge Prieto Laurens, Salvador Mendoz, Radivoj Stancovich, Sergio Aguilar Alvarez, Samuel Mora, Enrique Herrera, Antonio Lara Barragán, Raúl Rodríguez, Guillermo Fernández, Manuel A. Hernández e coronel José F. Araujo. CIDC-Nicarágua: Francisco Buitrago Martínez, Ernesto Correa Reyes, Salvador Gaitán Fonseca, Carlos Adán Espinosa, Ramón Zúñiga Pérez e Tulio Tablada García. CIDC-Panamá: Ricardo J. Flores e Jorge F. Amador CIDC-Peru: Carlos A. Bambarén, Leopoldo Medrano, Carlos Mendivil e Dagoberto Lainez. CIDC-Paraguai: Anselmo Sigfrido Aveiro, Mario Luis de Finis e Antonio Mena Porta. CIDC-Uruguai: Nelson C. Otamendi. CIDC-Venezuela: Germán Borregales, Luis Felipe Bellorín e Isolda Medina de Méndez (CIDC, 1961: 414-416).

Ocidental, Espanha, Ucrânia (exilados), Croácia (exilados), Israel e Taiwan. Vale a pena especificar quem foi quem nesse entramado do IV Congresso Continental Anticomunista da CIDC e, depois, destacar seus principais debates e propostas. Entre os “Observadores” do IV Congresso da CIDC contaram-se os salvadorenhos Manuel A. Flores e Francisco Núñez Arrué e, dos EUA, o presbítero Cristóbal Ramírez, Adolfo Cordón, Jaime Fonseca, Maurice B. Gattling, Pedro de Mesones, Bob Taft, John E. Kieffer, Eleanor Markham, Irene Nolan, Mildred Palmer e Néstor Procyk, do Amigos Americanos do ABN (CIDC, 1961: 416).



**Figura 124.** “Otro aspecto de la Asamblea, destacándose la brillante Delegación del Ecuador, que presidiera el doctor José A. Baquero de la Calle”. Ex-presidente da Câmara dos Deputados equatoriana e membro da CIDC desde seu I Congresso de 1954 no México, Baquero de la Calle está lendo um papel no centro da fotografia. Duas imagens de santos católicos “observam” as deliberações dos anticomunistas reunidos, na Guatemala, no IV Congresso da CIDC. FONTE: CIDC, 1961:

Na categoria “Delegados Observadores Extracontinentais” contou-se com a “ilustre” presença de Fritz Cramer, presidente do CIAS, ex-oficial de inteligência nazista, designado pela Conferência Preparatória do México, em abril de 1958, como um dos diretores do Congresso Anticomunista Mundial para Liberdade e Libertação. O mesmo cargo para o qual havia sido indicado o presidente do ABN Yaroslav Stetsko, que também participou do IV Congresso da CIDC

como um delegado observador extracontinental. Assim como o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, os espanhóis Felipe Neri B. e Luis Alfredo Samayoa (Instituto Internacional de Estudios Superiores Antonio Rosimini), o tchecoslovaco no exílio Francisco Krafka e, alegadamente como “representantes de todos los grupos árabes e israelitas anticomunistas”, Johanan Jakobov, Bons Josef e Haviv Shieber<sup>192</sup> (CIDC, 1961: 417-418).



*Figura 125.* “Aspecto parcial de la Asamblea. Se destacan los delegados de Israel”. FONTE: CIDC, 1961.

Note-se que, se o “sonho” do Congresso Mundial Anticomunista foi adiado com a renúncia de seu secretário-geral Marvin Liebman, as interações estabelecidas na Conferência Preparatória do México prosseguiram no IV Congresso da CIDC. Todos presidentes das quatro organizações que “brilharam” em abril de 1958 na Cidade do México estavam em outubro do mesmo ano na capital da Guatemala: o brasileiro Carlos Penna Botto, presidente da CIDC, o

---

<sup>192</sup> Shieber, em uma de suas intervenções, garantiu que sua delegação judaica “viene a visitar los centros judíos en todo el mundo para beneficio de Israel y de todos los judíos del mundo entero” (CIDC, 1961: 132). Garantiu que a denúncia aos judeus comunistas faria desaparecer, de uma vez por todas, o antissemitismo. “No habrá más antissemitismo; nosotros nos encargaremos de denunciar a los judíos que, a lo largo del mundo, colaboren con los comunistas, incluso el régimen comunista blanco de Israel (Nutridos aplausos)” (CIDC, 1961:132). (Referência a “los comunistas blancos de Histadrut (organizaciones de laborantes) en Israel” (CIDC, 1961: 132)). Aparentemente essa estratégia “genial” do judeu anticomunista que “sonhou” em extirpar o antissemitismo da Terra denunciando judeus comunistas por todo o mundo não surtiu efeito sequer entre os membros da CIDC. O Prólogo da publicação das atas e resoluções de seu IV Congresso abriu, em sua primeira linha, com uma indisfarçável referência antissemita ao “judeu-bolchevismo”: “En el año de 1848 el filósofo alemán de origen judío, Carlos Marx y el judío inglés [sic] Federico Engels publicaron en Francia el Manifiesto Comunista” (CIDC, 1961: 5).



ucraniano Yaroslav Stetsko, presidente do ABN, o chinês Ku Cheng-kang, presidente da APACLROC, e o alemão Fritz Cramer, presidente do CIAS.

Era ou não um sinal “alvissareiro” de que “o sonho não acabou”? De que as jogadas anticomunistas globais entre CIDC, APACL, ABN e CIAS ainda cumpririam seu ideal de criar um *Anti-Komintern* para a Guerra Fria? Antes disso, ainda em Antigua, em outubro de 1958, o IV Congresso Continental Anticomunista definiu os seguintes membros e cargos da *Directiva Permanente* da CIDC: o almirante brasileiro Carlos Penna Botto como o seu presidente; o mexicano Jorge Prieto Laurens e o cubano Salvador Díaz-Versón como os seus vice-presidentes; o cubano Ernesto de la Fe como seu secretário-geral; o guatemalteco Carlos E. Simons como o seu subsecretário-geral; o deputado guatemalteco Manuel Orellano Portillo como o seu tesoureiro geral; o colombiano Ignacio Ramírez Sánchez como o seu vice-tesoureiro; a guatemalteca Evangelina Cuéllar L. como sua contadora; o peruano Carlos A. Bambarén como o seu vocal; e o argentino Andrés de Cicco e o mexicano Salvador Mendoza como seus conselheiros. Depois dos citados discursos do ditador-anfitrião e do arcebispo da Guatemala, do presidente de Honduras e do preposto do presidente de Costa Rica, quem “brilhou” na abertura do IV Congresso Continental Anticomunista?



**Figura 126.** “El delegado de Venezuela, periodista Germán Borregales, en unión del Arzobispo de Guatemala, monseñor Mariano Rossell y Arellano”. FONTE: CIDC, 1961.

O almirante brasileiro Penna Botto, que discursou na sequência na condição de presidente da CIDC, cargo que ocupava desde 1955. De início salientou que “é a terceira ocasião na qual eu tive a honra de proferir o discurso de boas-vindas na sessão de abertura de um Congresso Anticomunista”. “Esse alto privilégio” foi-lhe concedido na abertura do II Congresso da CIDC em 1955 no Brasil e na inauguração do III em 1957 no Peru (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4).



**Figura 127.** Da esquerda para a direita: 1. “Licenciado Jorge Prieto Laurens, secretario general de la Confederación [CIDC], en una de sus brillantes intervenciones”. 2. “El presidente de la Confederación Interamericana de Defensa del Continente [CIDC], almirante Carlos Penna Botto, en el momento de dar lectura a su informe en la Asamblea”. FONTE: CIDC, 1961

“Agora eu sinto minha responsabilidade em um nível ainda maior enquanto eu falo com vocês”, já que em Antigua, pela primeira vez, reuniram-se “delegados de todas as Américas” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4). Tratou-se de fato da primeira aparição dos “amigos” norteamericanos e canadenses da CIDC, não importando, por exemplo, que o único delegado do Canadá presente no encontro fosse um exilado chamado Hatmanuel Matei Hojbota, aliás, um legionário romeno da Guarda de Ferro. Em sua intervenção inicial, Penna Botto destacou a preocupação da CIDC “com a América Latina, claro, porque ela está hoje em perigo pela famosa intervenção criminosa soviética, e intervenção agravada devido ao fato de ser apenas um reflexo da situação global tão infelizmente agravada pela atividade comunista mundial” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4).

E para combater *criminosos*, não seria preciso antes conhecê-los? Assim que, para o almirante brasileiro, seria “absolutamente necessário que *nós conheçamos nosso inimigo*, seus objetivos, seus métodos e seus procedimentos, se quisermos ser capazes de empreender uma guerra efetiva e eficaz contra ele” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4). Claro está, não? Em seu país, Penna Botto era presidente de uma organização chamada Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), isto é, enxergava-se como o organizador de uma guerra santa contra os comunistas.



**Figura 128.** “La Delegación del Brasil, que presidiera el almirante Penna Botto, presidente de la Confederación”.  
FONTE: CIDC, 1961.

Dessa forma, “se quisermos ser anticomunistas efetivos, é necessário, portanto, que tenhamos as respostas exatas às seguintes questões: a) Qual é a real e verdadeira essência do comunismo? b) Qual tem sido a história do comunismo, não apenas em teoria, mas também na prática?” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4). Os dirigentes do “mundo livre” não estariam à altura de suas funções, desconhecendo “o que o comunismo representa, em essência, mas também o caráter diabólico e perverso da *teoria e prática* do comunismo” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4). Os líderes responsáveis do “mundo livre” deveriam compreender, de uma vez por todas, que o Kremlin seria um “governo de criminosos” que “deveriam ser expulsos da ‘Organização das Nações Unidas’ como indignos de pertencerem a ela” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4). Haveria uma certa subdivisão entre os “criminosos” partícipes do governo soviético. A maioria seria apenas um

bando de oportunistas interessados em manter-se no poder. Mas outros, mesmo que “alguns poucos”, “são realmente fanáticos, dispostos a realizarem quaisquer atos de crueldade que eles considerem necessários para alcançar, a longo termo, a utópica e assim chamada ‘sociedade sem classes’, composta de robôs pertencentes ao tipo ‘*homo sovieticus*’” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4).

Penna Botto passou então a tecer alguns “comentários sobre a dialética marxista”. Neles, destacou que a tática comunista era a da luta de classes e sua estratégia seria “lutar contra o capitalismo”. “De acordo com os marxistas”, o *socialismo de Estado* na URSS e em seus “satélites” – os países da Europa Oriental e a China continental – seria “um estágio na direção do comunismo” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4). Nesse processo de transição do *socialismo de Estado* para o *comunismo*, “o Estado definhará, desaparecerá como desnecessário, e então os robôs da mistura ‘*homo sovieticus*’ irão se ajustar perfeitamente bem entre si, no melhor dos mundos, semelhante a um paraíso terrestre e todos obedecendo à regra de ouro: ‘cada um trabalhando de acordo com sua capacidade e recebendo os benefícios da indústria e agricultura de acordo com suas necessidades’” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4).

Entretanto, enquanto esse estágio utópico não for atingido, o Socialismo de Estado continuará inalterado, o Governo todo-poderoso como o exclusivo chefe de todos, o Estado como o único senhor das massas proletárias escravizadas e como o único proprietário da enorme ‘mais-valia’ produzida pela quantidade gigantesca de trabalho forçado! O Estado Socialista, significando de fato o Capitalismo de Estado, é contrário ao Estado Democrático e não pode coexistir com o mesmo (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4)

Aqui, permita-se um ligeiro comentário. Nota-se que mesmo um alucinado da extrema-direita como Penna Botto não deixou de tocar no âmago da contradição entre o resultado histórico da Revolução Russa de 1917 e o projeto revolucionário marxista de emancipação humana. A sociedade pós-revolucionária soviética não conseguiu superar o sociometabolismo do capital, do Estado e da extração de mais-valor da classe trabalhadora. O sistema do capital, embora pós-capitalista e sem burguesia, continuou regendo a vida social soviética pós-1917 (tal qual a chinesa pós-1949, a cubana pós-1959 etc.) enquanto “uma relação social de produção em que o trabalho acumulado continua a reiterar e a dominar o trabalho assalariado” (CHASIN, 1983: 27).

Essa contradição entre o projeto marxiano de uma sociedade para além do capital e do Estado e a concretude da Revolução Russa e de seu super-Estado soviético, embora explorado pela

propaganda anticomunista, constituiu um *fato* inegável. E não apenas Penna Botto explorou à exaustão essa contradição. É impressionante como um propagandista do “quilate” de Hans Fritzsche, braço direito de Joseph Goebbels no *Propagandaministerium*, instruiu seus captores norte-americanos a explorarem *precisamente essa contradição*. A propaganda anticomunista do pós-guerra deveria explorar esse ponto, “ensinou” o nazista preso a seus captores ávidos por “dicas” sobre meios e modos de combater o bolchevismo: “A traição dos ensinamentos de Marx já é mais do que evidente. Marx prometeu a libertação do povo da autoridade soberana do Estado e um século de sacrifícios resultou no super-Estado que, ao contrário do que defendem todos os princípios e teorias de Marx e Engels, faz do indivíduo um escravo e uma ferramenta de uso estatal” (CIA, 1949: 04-5)<sup>193</sup>.

E foi justamente sobre essa contradição histórica que incidiu o discurso inaugural de Penna Botto no IV Congresso da CIDC. De um lado, uma proposta de transição alegadamente divisada pelos marxistas do *socialismo de Estado* ao *comunismo*, isto é, o estágio em que “o Estado definhará, desaparecerá como necessário. De outro, “enquanto o estágio utópico não for atingido”, um *super-Estado* como “o único senhor das massas proletárias escravizadas” e “o único proprietário da enorme ‘mais-valia’ produzida pela quantidade gigantesca de trabalho forçado!”. Mesmo que para fazer guerra ao comunismo, ainda que descartando como *utópica* qualquer proposta de vida social para além das classes, do capital e do Estado, o almirante brasileiro não atingiu, a seu modo, o âmago da contradição apontada?

---

<sup>193</sup> O fundador do Anti-Komintern Taubert era “um dos valorizados assistentes do Dr. Goebbels e do Dr. Fritzsche” (CIA, 1949d: 03). Interrogado em janeiro de 1949 no Hospital do Campo de Internamento de Langwasser, próximo a Munique, “quando perguntado sobre a situação presente e os métodos de propaganda empregados contra o comunismo em geral e na Rússia em particular, o Dr. Fritzsche afirma que a propaganda mais efetiva, em sua opinião, poderia basear-se em uma palavra-chave, característica da qual a propaganda dos Aliados carece no momento” (CIA, 1949d: 04). “Uma palavra que incorpore em si mesma o inimigo e toda a sua defesa e que se apoie em uma base sólida para que possa resistir ao escrutínio e à análise. ‘Imperialismo’, usada pelos comunistas, e ‘plutocratas’, usada por Goebbels, são exemplos da eficácia de uma palavra simbólica poderosa” (CIA, 1949d: 04). Seria mais um acaso da história que a propaganda anticomunista dos EUA no pós-guerra tenha centrado seus esforços no combate ao “imperialismo soviético”? Uma terminologia utilizada por todos os grupos estudados aqui, ABN, APACL, CIDC e CIAS. Fritzsche, insistindo para que se explorasse a contradição entre os ensinamentos de Marx acerca do fenecimento do Estado e o super-Estado soviético, ainda aconselhou os norte-americanos: “O que o indivíduo tem a esperar da felicidade humana de um Estado comunista? (...) Seus sacrifícios são enormes embora sejam feitos em nome de um experimento, do qual algumas gerações futuras podem ou não se beneficiar. De novo e de novo, ele enfatizou a necessidade de destacar para qualquer e todos os indivíduos que enquanto estão sacrificando sua felicidade pessoal, no Ocidente o único objetivo é trazer felicidade – benefícios materiais e tangíveis – às pessoas hoje – durante o período de suas vidas” (CIA, 1949d: 04). Mesmo um odioso “gênio” da propaganda nazista, um genocida sem dúvida, partiu das contradições da realidade para “vender seu produto”.

Nesse sentido, Penna Botto reiterou o ponto: “o Capitalismo de Estado”, “contrário ao Estado Democrático”, era antagônico a “qualquer *Democracia* do estilo *jeffersoniano*, isto é: ‘um governo do povo, pelo povo e para o povo, tendo como seus princípios a *iniciativa privada*, *livre iniciativa* e devido conhecimento da *dignidade do indivíduo*’” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4). Dessa forma, concluiu o presidente da CIDC, “a *socialização econômica* produz a *socialização política*”, o que significava, no seu léxico, que um *povo* foi transformado em *massa* ao ser inteiramente subordinado ao *Estado*. A grande maioria dos *cidadãos soviéticos*, à exceção daqueles pertencentes às *classes privilegiadas* “(que existem muito notoriamente, apesar da frequente promessa da *sociedade sem classe*)”, viveriam *escravizados* e *explorados* sem piedade, proibidos de exercitar sua *fé e religião*, “pelo Grande Chefe, o todo-poderoso Estado”, subjugados “sob um regime de terror, espionagem e traição” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 4).

Enfim, também Penna Botto, que nunca deveria ter sido tratado como “folclórico”, conforme já advertido, também partiu das contradições da realidade para lançar sua cruzada ou guerra santa contra o comunismo. Avançando em outros oradores e temas do IV Congresso da CIDC, aprovaram-se ali algumas “resoluções recomendando que as nações latino-americanas reprimam o comunismo, outras expressaram solidariedade com movimentos anticomunistas de diferentes regiões e alguns condenaram o marxismo usando argumentos mais teológicos e filosóficos” (CASALS, 2019: 539). Os congressistas demoraram-se, como sempre, em diagnósticos e propostas para combater a “infiltração comunista” em todo hemisfério e, “para impedir lo que ningún orden jurídico parecía poder evitar, la infiltración comunista, destacaban y, para qué negarlo, glorificaban el rol de las Fuerzas Armadas. Las consideraban el bastión de reserva del que disponían los Estados, para la defensa de la sociedad civil, tanto contra los enemigos externos, como (...) contra los internos” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 95).

O IV Congresso da CIDC discutiu também “a inquietude sobre as mobilizações estudantis no México, na Argentina e no Uruguai ocorridas dias antes da reunião anticomunista”, e os delegados argentinos recomendaram que se aprovasse uma proclamação declarando ser a Argentina o país “mais afetado do continente pela agitação do comunismo internacional” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 449). Se a Argentina era confirmada como um dos “alvos” na mira do IV Congresso, a CIDC já havia pedido, em outra ocasião, que fosse negado qualquer tipo de asilo a Peron. Em 1958, a Resolução foi aprovada depois da discussão de um

relatório, preparado e apresentado pelo delegado argentino Alberto Daniel Faleroni, “sobre o PCA [Partido Comunista da Argentina], seus jornais, seu aporte eleitoral à campanha do então presidente Arturo Frondizi e a poderosa infiltração que se teria produzido no âmbito universitário” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 449).

No IV Congresso, assim como nos anteriores, a CIDC preocupou-se com as “experiências de ‘nacionalismo marxista’ [que] estavam aumentando em toda a Hispano-América” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 449)<sup>194</sup>. Como visto, a Bolívia foi um dos “alvos” prioritários dos anticomunistas confederados na CIDC a partir de seu II Congresso no Brasil, quando os falangistas bolivianos propuseram Resoluções condenatórias ao governo do presidente Paz Estenssoro. O III Congresso da CIDC havia criado uma Comissão de Iquérito, presidida pelo ex-senador chileno Sergio Fernandez Larraín, para investigar a “infiltração comunista” em seu governo e na sua base política, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).



**Figura 129.** “Una de las Comisiones de Trabajo del IV Congreso, que fuera presidida por la destacada figura chilena, doctor Sergio Fernández Larraín”. “Observam” os delegados da CIDC duas imagens de santos católicos. FONTE: CIDC, 1961.

<sup>194</sup> A Resolução n.º 32, intitulada “Nacionalismo marxista en Hispanoamérica”, denunciou a suposta estratégia de Lenin e Stalin de esgrimir “la tesis del nacionalismo marxista como base comunista de los movimientos de masas” (CIDC, 1961: 381).

Enviaram-se delegados à Bolívia para uma “investigação” e, preocupado com eventual repercussão internacional negativa, seu sucessor, o presidente Siles Zuazo, chegou a mobilizar o embaixador boliviano no México para dissuadir Prieto Laurens da publicação do informe. Enfim, em 1958, o relatório final foi apresentado na Guatemala com o seguinte título: *El marxismo en Bolivia. Informe de la mayoría de la comisión designada por el III Congreso de la Confederación Interamericana de Defensa del Continente, sobre la situación interna de Bolivia*. O único dirigente da CIDC a votar contra a condenação da Bolívia dos governos do MNR – Paz Estenssoro e Siles Zuano – foi o cubano Ernesto de la Fe. Em resumo, o informe *El marxismo en Bolivia* questionou “diversos aspectos da revolução boliviana de 1952 como as milícias populares, a nacionalização das minas, a reforma agrária, as ações da Central Operária Boliviana [COB] e a reforma universitária” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 448). Sua conclusão foi inequívoca: “as conquistas do MNR desde que chegou ao poder e o poder acumulado pelo movimento dos trabalhadores foram a prova da inspiração marxista do regime” (CASALS, 2019: 545).

‘Esse estudo metódico e objetivo nos demonstrou com inegável evidência que o aparato revolucionário da Bolívia mudou para pilares marxistas. Os principais partidos políticos, sem qualquer exceção, que anteriormente detinham ou atualmente detêm posições de responsabilidade na revolução, são e permanecem essencialmente marxistas’. Ele ainda acrescentou: ‘De acordo com o que emergiu do exame aprofundado que realizamos, *nós expressamos nossa absoluta convicção de que a Revolução Boliviana não foi uma criação original, nem uma explosão nacional rebelde contra a influência estrangeira. A Revolução Boliviana segue principalmente caminhos traçados pelos marxistas que vão muito além de qualquer previsão original*’ (CASALS, 2019: 545)

O IV Congresso da CIDC aprovou o informe *El marxismo en Bolivia* e, “de acordo com Fernando Zegers, membro da delegação chilena, uma vez terminado o debate, os participantes do Congresso em Antigua elogiaram tanto o texto quanto Fernández Larraín, relator da Comissão” (CASALS, 2019: 545-546). Porém, a coisa não foi bem assim. De fato, o informe foi aprovado pela CIDC, mas não sem duas contraditas: uma do cubano Ernesto de la Fe e outra de John E. Kieffer, um “misterioso” nortamericano que “baixou” no IV Congresso da Guatemala. Kieffer foi contrário à caracterização do governo da Bolívia como “marxista” e, de um jeito especial, *he made his point*. Ele contou que teria sido contratado por certos “amigos bolivianos” para instruir militares e policiais no país sobre os melhores métodos de combate ao comunismo. Esse saber de experiência feito, levou Kieffer a argumentar com os congressistas da CIDC de que ainda



existiriam autênticos anticomunistas dentro do governo boliviano e, por isso, foi contra a aprovação do informe *El marxismo en Bolivia*. Jurou que sua “oficina”, sem especificar qual seria, “ha hecho un gasto extremo y vaya si no fue: ha conducido una investigación total durante los últimos años de la situación política en Bolivia”.

Depois de garantir que era um veterano no combate anticomunista e por isso estava “jurado de morte” por comunistas de toda a América Latina, Kieffer assegurou que “en el año de 1955 fue buscado por el gobierno boliviano a efecto de llevar a cabo nueve conferencias en el boletín militar, acerca de las formas de combatir el comunismo. Estas conferencias fueron finalmente publicadas y distribuidas entre el elemento militar y policíaco boliviano” (CIDC, 1961: 238)<sup>195</sup>. E quem encerrou o assunto, para que logo fosse aprovado o informe *El marxismo en Bolivia*, encenando um telegrama “surpresa”? O presidente da CIDC Penna Botto. Na sequência da fala do “misterioso” Kieffer, o almirante brasileiro, advertiu o auditório em tom de alerta: “Señores delegados, paso a leer un cable que me llegó a las manos unos dos o tres minutos, un cable muy importante” (CIDC, 1961: 242).

Mas do que se tratava? Era um telegrama *urgentíssimo* enviado por Oscar Unzaga de la Vega, ex-secretário-geral da CIDC, clamando que os anticomunistas confederados aprovassem logo o informe condenatório da Bolívia. E, assim, o “caso” foi aprovado. E quem era o “amigo boliviano” de Penna Botto que, em 1955, participara do II Congresso da CIDC no Brasil? Era o *Jefe* da Falange Socialista Boliviana (FSB). Apenas isso<sup>196</sup>.

---

<sup>195</sup> E acrescentou: “Yo tenía dichas publicaciones así como mensajes y correspondencia de diferentes elementos del gobierno boliviano acerca de los métodos a ser utilizados”. Não se descobriu mais nada acerca desse “misterioso” delegado dos EUA, “apenas” que fora um “instrutor” em “assuntos anticomunistas” para as Forças Armadas e policiais da Bolívia, o que já é o indício de algo. Em sua apresentação aos congressistas, Kieffer dissera: “Yo he combatido el comunismo de todas maneras posibles durante los últimos 30 años (...) No soy desconocido para los del Partido Comunista de sus respectivos países. Muchos de ellos me han colocado ya bajo su sentencia de muerte. (...) Desde el año de 1956 hubo varios intentos del gobierno boliviano del buscar soporte en formas de combatir al comunismo, soporte que fue buscado en mi oficina (...) Me parece que a ustedes sí les gustaría saber las formas y los métodos que ha utilizado el grupo anticomunista boliviano como método de cooperación hacia los amigos sinceros del gobierno anticomunista para combatir a esa avalancha comunista. (...) Considero que debemos hacer una resolución a su vez para aquellos amigos fieles anticomunistas que han visto la luz dentro del gobierno de Bolivia, como medio de ayuda y respeto hacia ellos (CIDC, 1961: 237-238).

<sup>196</sup> Recorde-se que a CIA, ao preparar o I Congresso de 1954, recomendou algumas “aparições” e “telegramas” surpresas que, ao serem apresentados em plenária, deveriam causar comoção e criar um fato “quente” para os congressistas tratarem. Métodos espetaculosos do show business anticomunista. O telegrama do chefe da FSB foi lido por seu “amigo” brasileiro: “Almirante Penna Botto, presidente [del] Congreso Anticomunista, viene de La Paz, hoy 15. En mi calidad de exsecretario general y miembro de la Confederación Interamericana, formulo votos [de] éxito [a la] labor [de] ese IV Congreso en lucha anticomunista. Confío en que [la] resolución [del] II Congreso [de] Río de Janeiro, presentada por el suscrito y aprobada por unanimidad condenando la opresión del régimen en el pueblo,

Os congressistas também defenderam a criminalização dos “partidos del cambio social (reformistas, progressistas, revolucionários)”, acusando-os de contribuírem para a “penetración de las ideas marxistas” no continente, “la semilla de todos los males” dos países da América Latina. Consequentemente, a “solução” recomendada foi “privarlos de derechos, expulsarlos o exterminarlos” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 95). Nota-se, dessa forma, como bem caracteriza Cañón Voirin, que a CIDC incubou e nutriu uma ideologia *exterminista* que, se não foi capaz de colocá-la em prática até as últimas consequências, tratou-se de uma primeira *propuesta* desse tipo para o horizonte da guerra anticomunista na América Latina. O projeto político-ideológico dos confederados anticomunistas presididos por Penna Botto, dessa forma, apresentou um objetivo *liquidacionista*, na dicção do historiador argentino, que acerta em cheio nessa caracterização, à diferença de outros historiadores importantes que, no entanto, equivocam-se ao caracterizar a CIDC como “moderada”. Equívoco absoluto<sup>197</sup>.

Esse perfil *exterminista e liquidacionista* da CIDC foi enformado por uma cosmovisão ultracatólica, um plantel das linhagens da extrema-direita anticomunista da América Latina. De maneira precisa, Cañón Voirin enfatiza que a proposta *liquidacionista* da CIDC estruturou-se como uma *Cruzada de extermínio* dos comunistas na condição de *inimigos de Deus*. O anticomunismo da CIDC configurou, portanto, “una empresa de proselitismo, que vivieron como una vocación de cristianización, como una cruzada salvífica” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 96). Por isso, um dos oradores do IV Congresso da CIDC acusou os comunistas de “Cristofobia”, para valer-se de um termo utilizada hoje pela extrema-direita mundial. O *comunismo ateu* perseguiria *Deus* e todos os *cristãos* anticomunistas:

---

confirme el presente Congreso en ayudar a Bolivia en sua heroica lucha anticomunista’ (Aplausos). Atentamente, Oscar Unzaga de la Vega” (CIDC, 1961: 242).

<sup>197</sup> Comparando-a ao ABN, o historiador francês Abramovic equivoca-se na sua caracterização histórico-ideológica da CIDC: “a mais moderada e conservadora Confederação Continental Anticomunista” (ABRAMOVICI, 2014: 119). O mesmo sucede com o historiador alemão Gulstorff que, embora acerte ao designar Penna Botto como um “extremista de direita” (GULSTORFF, 2015: 35), erra ao caracterizar a CIDC, comparando-a à APACL e ao CIAS, como portadora de “um anticomunismo muito mais moderado” (GULSTORFF, 2015: 32). Genericamente apontando moções de caridade cristã da CIDC acerca da valorização do trabalho e das normas éticas sobre os salários, Gulstorff situa a CIDC “entre os partidos conservador e social-democrata, embora com reservas contra o último e a tendência ao nacionalismo de direita” (GULSTORFF, 2015: 33). Equivoca-se ao dizer que “a CIDC demonstrou tendências do anticomunismo burguês, liberal e social-democrata ligadas a uma crítica da URSS” (GULSTORFF, 2015: 33). Equívoco total. A CIDC foi dirigida por expoentes da extrema-direita latinoamericana com um perfil ideológico ultracatólico e, coerente a essa cosmovisão, antiliberal, antidemocrático e anticomunista. Uma tradição anti-Iluminista, antirracionalista e espiritualista que demarcou o ideário e a práxis do grupo.

‘El comunismo lucha fundamentalmente contra Dios, niega su realidad y su providencia; por lo tanto, nada más justo que en este Congreso, nosotros, los representantes de este Continente, nos dirijamos a Él, que es, como nosotros, perseguidos por los enemigos de la verdad, de la justicia y de la verdadera paz’ (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 96)<sup>198</sup>

Essa vocação *cruzadística* da CIDC, inclusive, agradou seus “amigos” do ABN, que elogiaram em sua *Correspondência* o uso da religião como uma arma ideológica anticomunista. Promover uma *Cruzada religiosa* contra o comunismo era uma das tónicas mais marcantes do ABN, grupo dirigido por ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra da Europa Oriental e da Ásia Central. Essa *guerra santa* do ABN incorporou, como visto, um *jihadista* islâmico como o uzbeque Veli Kajum Khan, fruto de um experimento nazista “pioneiro” no uso político do Islão como arma antissoviética também incorporado pela Guerra Fria.

A cobertura do IV Congresso feita pela *Correspondência do ABN* salientou que “é particularmente interessante notar que também foi aprovada uma resolução sobre problemas religiosos, na qual a religião foi enfatizada como um fator importante na luta contra o comunismo e, especialmente, na educação da juventude” (ABN, 1958, v. IX, n.º 11/12, p. 9). Foi em seu IV Congresso que a CIDC organizou “el grupo de trabajo ‘Infiltración comunista en el campo educativo en América Latina’, que, por mucho, superó a cualquier otra comisión en cuanto a ponencias recibidas, como también en cuanto a resoluciones presentadas al pleno del congreso” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 96)<sup>199</sup>. Algumas das propostas aprovadas por essa comissão congressual “estaban pensadas para corregir y cuando no rectificar, las deformaciones sufridas por el pueblo en sus conceptos y hábitos políticos por el influjo de la democracia de massas” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 96). A laicidade da educação foi questionada pelo grupo de trabalho e suas resoluções clamaram por “toda colaboración a la Iglesia en el terreno de la enseñanza. Esta cooperación iba desde el restablecimiento de la catequesis en los colegios hasta involucrarse activamente en los movimientos católicos que reclamaban por la libertad de enseñanza allí donde existieran confrontaciones con el sistema laico” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 96).

---

<sup>198</sup> A Resolução n.º 42 do IV Congresso da CIDC, intitulada *Acció religiosa opuesta al comunismo*, entre seus “Considerandos”, afirmou: “Que lo más grave tiene la doctrina comunista es su afirmación ateizante” e “Que la torpe negación de Dios en tan nefasta doctrina, conduce a suponer que no hay verdad superior al mundo” (CIDC, 1961: 397).

<sup>199</sup> Resolução n.º 37: “Obligatoriedad de un texto antimarxista para la educación primaria y secundaria”.

Evidenciando que o tradicionalismo católico enformou a imagem de mundo antiliberal e anticomunista dos *Cruzados* da CIDC, uma dessas resoluções, intitulada “Educação Preventiva”, “apuntaba a ‘resolver el desorden causado por el marxismo, el individualismo liberal exagerado y el racionalismo, que han tergiversado la verdadera naturaleza de la vida, dando primacía a la materia por sobre el espíritu, alterando las costumbres’” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97). Observa-se aqui como a CIDC pertenceu ideologicamente à tradição anti-Iluminista, antirracionalista e antiliberal da ultradireita latinoamericana. Uma cosmovisão espiritualista que rejeitou duplamente o *materialismo*: o individualista-liberal e o materialismo histórico marxista.

Já no II Congresso de 1955, no Brasil, a CIDC identificou nos albos do capitalismo moderno o início do *materialismo* e do *laicismo* que conquistariam sua vitória política na Revolução Francesa de 1789. Esse desenvolvimento teria rompido a unidade de um idealizado mundo medieval no qual existiria uma primazia dos valores *espirituais* sobre os *materiais*. No II Congresso, como resgata Cañón Voirin, a CIDC localizou no Renascimento e na filosofia racionalista cartesiana – e seu *cogito* fundamentou-se no indivíduo-burguês – o início da *animalização do homem* e da *degradação* da “condición humana del hombre occidental y cristiano” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 90). E se é verdade, como reza o tradicionalismo católico, que a ordem *espiritual* é a base de todas as ordens, ao ter destruído a ordem medieval cristã, a burguesia revolucionária europeia teria iniciado a *desordem* moderna com seu *individualismo liberal*, seu *racionalismo* e seu *materialismo*.

O *marxismo ateu* seria apenas a maturação desse processo histórico que *desordenou* a ordem cristã-medieval onde, supostamente, imperava “a verdadeira natureza da vida”: a primazia do *espírito* sobre a *matéria*. Dessa forma, a Era das Revoluções burguesas na Europa entreabriu as portas ao comunismo e, por isso, ambas visões de mundo – o racionalismo liberal-individualista e o materialismo histórico marxista – deveriam ser guerreadas em nome da *Cruz* católica e da *espiritualidade* cristã<sup>200</sup>. Nesse ponto, justamente, fica claro o erro da caracterização da CIDC feita por um expressivo historiador como Torben Gulstorff, que atribuiu aos *Cruzados* um “anticomunismo burguês, liberal e social-democrata” (GULSTORFF, 2015: 33). De modo mais adequado, contudo, o historiador Cañón Voirin aponta que o perfil *cruzadístico* da CIDC “articula su tesis de crítica a la democracia liberal, al liberalismo ateo y de rechazo al marxismo y al

---

<sup>200</sup> “Importancia a la filosofía espiritualista en las universidades” foi o título da Resolução n.º 45 do IV Congresso.

comunismo, como el ataque a las fuentes de conocimiento crítico, pero también al desorden, a la crisis social por el abandono de los – supuestos – valores tradicionales de la identidad nacional, a la cual le reconocían sus orígenes en el catolicismo español de la Contrarreforma” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97)<sup>201</sup>.

Esse *ser nacional-católico*, na cosmovisão da CIDC, “había sido falseado por la educación laica” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97). A regressividade dessa ultradireita da América Latina é, portanto, característica do tradicionalismo católico, isto é, antiliberal e anticomunista. A *educação preventiva* contra o racionalismo-individualista burguês e o materialismo histórico marxista, conclui Cañón Voirin, pretendeu “avanzar en la disciplina de las clases subalternas, acabar con las ‘inequívocas manifestaciones subversivas’ y restablecer el principio de autoridad” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97). Essa foi a razão de ser do plano pedagógico da CIDC, que buscou o remodelamento das sensibilidades “en la oposición al comunismo”, reivindicando “las bases de una sociedad y una cultura de inspiración hispano-católico”, com a primazia de temas “de socialización espiritualistas en desmedro de una formación científica” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97). Embora não tenha tido as condições históricas e ideológicas objetivas para concretizá-lo, esse projeto político-pedagógico da CIDC foi pioneiro ao propor uma educação hemisférica espiritualista, ultracatólica, antiliberal e anticomunista. Daí que as Resoluções nesse campo aprovadas pelo IV Congresso de 1958 “apuntaba al orden, al restablecimiento de la jerarquía y la conciliación de clases” e, “negando la lucha de clases, se estructuraría una relación armónica de obreros y patronos y a fin de cuentas se evitaría la revolución, que suponía el caos y un desacato a la religión” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97).

Um projeto pedagógico que, nos planos irrealizados da CIDC, transcenderia a própria educação formal em escolas e universidades, propondo-se o desenvolvimento de campanhas de educação anticomunista em várias dimensões da vida social e, em específico, nos locais de trabalho. O IV Congresso aprovou que cada filial nacional da CIDC “promovesse esforços para dar palestras em universidades, centros patronais e organizações de trabalhadores”, advertindo para “a

---

<sup>201</sup> Cañón Voirin reúne todos os elementos que apontam para a especificidade da ideologia anticomunista e antiliberal da CIDC e, precisamente por isso, não parece ser adequado caracterizar os Cruzados em questão como “intelectuales católicos liberales” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 84). Esses ideólogos ultracatólicos rejeitaram duplamente, como ele próprio demonstra em seu estudo pioneiro, o liberalismo e o comunismo.

necessidade de desenvolver planos de ‘justiça social e distributiva’ nas políticas públicas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 456). A CIDC, fiel à doutrina social da Igreja católica, propôs assim ao mundo do trabalho medidas para atenuar “a pobreza, reforçar as classes médias e melhorar as condições de vida das massas trabalhadoras e camponesas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 445). Tal qual nos Congressos anteriores, o IV também fizera a apologia das “virtudes do sistema cooperativo”, decidindo “promovê-lo para reduzir os níveis de pobreza”, sinalizando-se para algumas “iniciativas para melhorar os padrões de vida como programas de assistência à infância e à maternidade, que pudessem reduzir as desigualdades extremas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 456). Debateram ainda questões “sobre as restrições à liberdade de imprensa e o sindicalismo único” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 452)

As mulheres anticomunistas ganharam destaque também no IV Congresso da CIDC. Conforme anotam os historiadores uruguaios Bohoslavsky e Broquetas, as mulheres se fizeram presentes desde o I Congresso de 1954 no México, tendo-se já ali se destacado a paraguaia Isabel Arrua Vallejo, presidente da *Asociación Pró-Derechos de la Mujer*. O II Congresso de 1955 no Brasil aumentou o número de mulheres, incorporando representantes femininas da Guatemala, México e Venezuela. No III Congresso de 1957 no Peru, “as mulheres agiram de maneira mancomunada, através de uma frente feminina, que apenas no encontro de 1958 concretizou aspectos organizacionais para efetivar a união hemisférica” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 446-447). Dessa forma, foi aprovada no IV Congresso Continental Anticomunista na Guatemala a criação de uma Aliança Feminina Anticomunista Interamericana que apostava especialmente em ganhar a adesão de professoras e de sociólogas (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 447).

Novamente, embora não tenha tido condições objetivas para concretizar esse ambicioso projeto, ao menos a CIDC foi a primeira a propor a criação de uma frente de mulheres anticomunistas para todo o hemisfério. “A Aliança ficou encarregada de realizar um primeiro Congresso Anticomunista Feminino com o objetivo de impulsionar programas sociais” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 447). O lugar de “destaque” reservado às mulheres anticomunistas pela CIDC, contudo, deve ser especificado. Estruturou-se na premissa de que a contribuição feminina “para a militância anticomunista fosse uma extensão das tarefas de cuidado e reprodução que realizavam no espaço privado. Por esse motivo, entendeu-se que as mulheres

eram chamadas para aumentar o sentimento de pertencimento nacional, mas também para ajudar os mais fracos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454).

Portanto, um exercício missionário da caridade cristã em uma frente anticomunista feminina hemisférica. As mulheres anticomunistas estariam, no ideário da CIDC, “‘naturalmente’ destinadas a colaborar na criação de centros de treinamento de trabalhadores, promover intercâmbios estudantis e melhorar o atendimento médico em áreas rurais” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454). A Aliança Feminina Anticomunista Interamericana divisada pela CIDC deveria, enfim, colaborar “na cooptação dos setores populares, especialmente através da promoção de ‘centros de diversão’ que inspirassem neles um ‘novo conceito de vida’” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454).

Finalmente, destacam-se algumas intervenções dos delegadores extracontinentais no IV Congresso da CIDC. Uma delas foi a do presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang que lamentou que “Gutenkong” não pode acompanhá-lo pela situação “muy séria” que Taiwan estaria vivendo. “Gutenkong”, garantiu, seria “un buen amigo del almirante [Penna Botto] y muchos de ustedes”. Denunciou que a China continental estaria “ahora bajo la opresión y coacción de los comunistas”, mas logo garantiu que “nosotros luchamos contra el comunismo internacional en la isla de Taiwan”, reafirmando os planos de reconquista do continente chinês por seu chefe: “El generalísimo Chiang Kai-shek dijo, cuan él iba a Taiwan: ‘Si yo tengo 500 seguidores bajo la bandera de China, podré conducir a todos los chinos a regresar al Continente y soy yo uno de los 500’ (CIDC, 1961: 134).

Ku Cheng-kang, como visto, era um dos três mais graduados hierarcas do Kuomintang (KMT) taiwanês e, nessa condição, garantiu falar em nome do *generalíssimo* no IV Congresso Anticomunista Continental: “Quiero traerles el saludo muy caluroso de mi jefe, el generalísimo Chiang Kai-shek, quien es el hombre en el mundo más odiado de los comunistas. Por qué? Porque él sabe todas las intrigas, las trampas de los comunistas; porque él ha luchado por más de cuarenta años contra el comunismo; porque aquél nunca se entregará a los comunistas” (CIDC, 1961: 134). O IV Congresso, enfim, “respaldou formalmente a China nacionalista, através de uma solicitação a todos os governos de ‘povos livres’ para que prestassem seu apoio moral e material ao combate desse país contra o avanço comunista” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 450).

Ali “foram escutados avisos sobre o crescimento da influência da China comunista através de atividades colaterais, como exposições, bailes e outros espetáculos artísticos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 449)<sup>202</sup>. Os congressistas também aprovaram uma resolução “dedicada à tensão em Quemoy” e “uma expressão de simpatia e solidariedade foi estendida ao Presidente Chiang Kai-shek e ao heroico exército Nacionalista Chinês. Essa resolução também exigiu apoio total das Nações Unidas por meio de representantes credenciados” (ABN, 1958, v. IX, n.º 11/12, p. 9)<sup>203</sup>.

Entre “dezenas de mensagens de saudações e adesões de organizações sociais, operárias e estudantis de todo o mundo”, o IV Congresso da CIDC recebeu felicitações da Assembleia das Nações Cativas Europeias e de “várias agrupações de exilados europeus radicados na América” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 446). Como dito, compareceram ao IV Congresso da CIDC alguns representantes dos “países subjugados” pela URSS, entre eles, “Miljenko Perisic, delegado do Movimento Libertador Croata [HOP], [que] pronunciou um discurso com forte inserção no Uruguai, onde a comunidade de refugiados mantinha ativa militância pública” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 450). O HOP fora o movimento formado pelos remanescentes do *ustashismo* no exílio reagrupados pelo ex-*Poglavnik* Ante Pavelic, ditador do Estado “Independente” Croata (NHD) na II Guerra Mundial. Cogestor do Holocausto na Croácia, em seu exílio argentino, Pavelic fora auxiliado na montagem do HOP, entre outros, por ex-criminosos de guerra *ustashi* como Vladislav Skarici, ministro do Interior do NHD que “supervisionara os campos de concentração de Pavelic e o aparelho policial de repressão” (GOÑI,

---

<sup>202</sup> O delegado argentino Daniel Faleroni também apresentou aos congressistas um “trabajo crítico-histórico” pelo qual alertou a CIDC sobre a presença da “China Vermelha” na América Latina, destacando a semelhança entre “los problemas que afectan al agro y a la economía existente entre ambos Continentes”. Alegou que os comunistas chineses já estariam enviando seus agentes ao continente, preparando “los elementos doctrinarios especialmente concebidos para su ejercicio y extensión en el Hemisferio Occidental”. E a propaganda comunista chinesa seria a mais insidiosa na América Latina, preparada para que seus países fossem incorporados “en el área de dominación imperialista soviética”. Daí ter recomendado para a CIDC “el estudio exhaustivo de las tácticas y estrategias de los años 1929, consistente en el Frente Unido de Clases; de 1935, denominado El Frente Popular; de 1948, de Frente Democrático Nacional y de 1956 de Coexistencia Pacífica, preconizada por el Partido Comunista chino, bajo la dirección de Mao Tse-tung, hoy en plena vigencia en toda Latinoamérica” (CIDC, 1961: 22).

<sup>203</sup> A moção de solidariedade à ditadura militar de Taiwan criticou “la postura y apaciguamiento a que parecen inclinarse las naciones occidentales ante el problema de la invasión de China Nacionalista por el imperialismo ruso, llevando como avanzada el gobierno títere de China Popular, instrumento destinado a masacrar la resistencia anticomunista de los heroicos defensores de Taiwan” (CIDC, 1961: 27).



2004: 232). Como visto, Skarici compôs a delegação argentina no II Congresso da CIDC de 1955 no Brasil.

Também “brilhou” no IV Congresso da CIDC na Guatemala o presidente do ABN, ao qual o HOP associou-se, Yaroslav Stetsko<sup>204</sup>, bem como o dirigente de seus Amigos Americanos (AF-ABN) Nestor Procyk. A *Correspondência do ABN* noticiou que Stetsko foi especialmente convidado a juntar-se “ao comitê que trabalha acerca da questão das ‘conquistas russo-comunistas e a situação atual’”. Esse comitê, presidido pelo argentino Alberto Daniel Faleroni e pelo mexicano Salvador Mendoza, estava encarregado pela elaboração de “resoluções que definem o desenvolvimento histórico do imperialismo russo e ilustram o perigo que o último representa hoje ao mundo livre” (ABN, 1958, v. IX, n.º 11/12, p. 9)<sup>205</sup>.

Reitere-se que o IV Congresso de 1958 foi a primeira vez que o ABN participou de um evento exclusivamente da CIDC e, já completamente entrosado ideologicamente com seus “amigos” latinoamericanos, conseguiram “emplacar” seu ideário, fazendo aprovar Resoluções que demandaram “a desintegração do império russo em Estados nacionais independentes em seus territórios étnicos, por meio do apoio total para os movimentos de libertação nacional por trás da Cortina de Ferro” (ABN, 1958, v. IX, n.º 11/12, p. 9). O Comitê em questão sugeriu o encaminhamento dessas Resoluções à ONU a fim de “ajudar as nações livres a perceberem o perigo que o imperialismo russo representa a elas e os meios pelos quais ele pode ser contra-atacado de maneira bem-sucedida e finalmente eliminado” (ABN, 1958, v. IX, n.º 11/12, p. 9). A *Correspondência do ABN* comemorou o feito: “Essa é a primeira vez que os países da América Latina assumem uma postura tão clara e idêntica às concepções do ABN” (ABN, 1958, v. IX, n.º 11/12, p. 9)<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> Depois do discurso do presidente do ABN, o secretário-geral da CIDC Prieto Laurens fez o seguinte comentário: “Señores delegados, el señor doctor Stetsko que acaba de hacer uso de la palabra, ha ocupado el cargo de primer ministro del jefe del Estado Libre de Ucrania, proclamada la independencia de esa nación, etnográficamente distinta del resto de Rusia” (CIDC, 1961: 134).

<sup>205</sup> Além de seus presidentes e do convidado especial Stetsko, compuseram essa Comissão de Trabalho do IV Congresso da CIDC Francisco Buitrago Martinez (Nicarágua), Eduardo Alfonso Figeac (El Salvador), Miguel Angel Rubinec (Argentina), Victor Alegria (Cuba) e Carlos E. Simons (Guatemala).

<sup>206</sup> Anotou-se também que Procyk, participando do Comitê do IV Congresso sobre como “a Rússia dirige os movimentos comunistas internacionais”, propôs que a CIDC apoiasse a moção feita no Congresso dos EUA por Michael A. Feighan “exigindo independência para toda as nações subjugadas pela Rússia”, que se enviassem “cumprimentos cordiais” aos “movimentos de libertação nacional, unidades insurgentes e Igrejas clandestinas” e que fossem, enfim, “expostos os verdadeiros instigadores da campanha contra o Vice-Presidente Nixon na América Latina” (ABN, 1958, v. IX, n.º 11/12, p. 9).



**Figura 130.** “Aspecto parcial de la Directiva de Debates, destacándose los Excelentísimos embajadores de Haití y China Nacionalista”. À direita do embaixador haitiano na Guatemala, é possível identificar, de bigode e óculos, o criminoso de guerra e ex-colaborador nazista ucraniano Yaroslav Stetsko. FONTE: CIDC, 1961.

### *3.7.2. Um Centro Interamericano de Informação Anticomunista: vigiar e punir “subversivos”*

Enfim, no campo propriamente do “vigiar e punir” o comunismo e os comunistas na América Latina, o IV Congresso da CIDC de 1956 apresentou um número expressivo de propostas. Já foi dito que uma de suas Resoluções sugeriu “Reformas a los códigos penales” para “que hagan posible una defensa más eficaz contra la penetración comunista en nuestro continente” (CIDC, 1961: 378). Mencionou-se também que uma das Resoluções da CIDC solicitou a “Declaración de ilegalidad del Partido Comunista”; outra tratou da “Infiltración comunista en las Fuerzas Armadas”, tratando-a como “la mayor amenaza” à “defensa del Continente”; e uma outra exigiu “una declaración jurada para funcionarios públicos de que no son afiliados al Partido Comunista

ni pertenece a entidades criptocomunistas”, já que sería “necesario combatir activamente la infiltración soviética ne las funciones públicas” (CIDC, 1961: 288).

Porém, esses e outros projetos de maior envergadura propostos pela CIDC, como aqueles destinados ao monitoramento e vigilância do comunismo na América Latina, precisariam do auxílio de governos e de Estados. Não seria uma tarefa que a CIDC sozinha poderia levar adiante. Daí que a Resolução n.º 19 do IV Congresso de 1958 solicitou a “**Cooperación de los gobiernos**”, uma vez que seria *útil e conveniente* que os esforços da CIDC, definida como um “**Organismo Técnico de Acción Privada**”, fossem “auspiciados y acogidos con espíritu de cooperación por los gobiernos de países de América” (CIDC, 1961: 385, grifo meu).

Dessa forma, a CIDC resolveu “solicitar el concurso y cooperación necesarios del gobierno de los países americanos para unificar y sistematizar la lucha anticomunista en el Continente” e, a fim de operacionalizar a missão, encarregou-se a secretaria da CIDC “a dar los pasos necesarios par obtener la referida cooperación” (CIDC, 1961: 385). Seria de fato impossível estabelecer um gigantesco sistema de controle e monitoramento do comunismo e seus agentes no hemisfério sem o auxílio de Estados e governos. Também nesse aspecto, embora a CIDC não tenha encontrado as condições históricas e ideológicas “ideias” para concretizar o seu “sonho”, este ao menos foi “sonhado”. Se não concretizou um sistema hemisférico de vigilância anticomunista, ao menos, ele foi proposto pela CIDC. A Resolução n.º 27 de seu IV Congresso, nesse sentido, clamou pela “**Creación de una sección técnica para controlar actividades comunistas en América**”, uma vez que para preservar “las instituciones democráticas”, seria urgente estabelecer “un control más adecuado para controlar las actividades comunistas, en los respectivos países, sin acudir a acciones de tipo policial para su represión, cuyo control puede encomendarse a una sección específica de los Ministerios y Secretarías de Estado de los gobiernos americanos” (CIDC, 1961: 385). Nesse ponto, seria preciso adotar o acordado “en la Conferencia de Cancilleres, celebrado en Bogotá, Colombia, en 1948” e, amparada nessas premissas, a Resoluções n.º 27 resolveu:

Recomendar a los gobiernos de América, organicen **una dependencia adscrita a los Ministerios o Secretarías de Estado, encargados de Asuntos Extranjeros; para centralizar y controlar en forma técnica las actividades comunistas**, en forma similar a la adoptada en la Secretaría de Estado del Gobierno de los Estados Unidos de América, **sustituyendo el procedimiento de índole policial para la represión de dichas actividades** (CIDC, 1961: 385, grifo meu)

Ou seja, não se tratava de desconsiderar a repressão policial do comunismo e dos comunistas na América Latina, mas de “promovê-la” a um assunto interministerial e intersecretarias de Estado no mais alto nível, isto é, no setor de “Assuntos Estrangeiros”. A repressão anticomunista deveria ser articulada, portanto, em um nível intergovernamental e interestatal em escala transnacional, hemisférica, como um “caso de polícia” latinoamericano. E para reprimir politicamente “em alto nível”, é preciso antes ter um sistema de vigilância e monitoramento do alvo da repressão, correto? Daí que a Resolução n.º 28 do IV Congresso da CIDC recomendou o estabelecimento de um “**Control estadístico del comunismo**” no continente. Seria, portanto, “de especial conveniencia el control estadístico del desarrollo de las actividades comunistas en los distintos países de América Latina, a fin de obtener una información exacta para poder adoptarse las medidas aconsejables y denunciar en su caso, ante la opinión mundial, sobre la importancia de tales actividades” (CIDC, 1961: 385).

Assim que os delegados da CIDC em suas diversas filiais nacionais seriam encarregado da impressão “de formularios, los que deben contener al detalle las actividades comunistas” (CIDC, 1961: 385). Mas como centralizar, coordenar e operacionalizar essa enorme quantidade de informações sobre o comunismo e seus agentes na América Latina? Não seria preciso criar um sistema central de coordenação, inteligência e segurança anticomunista que conferisse operacionalidade ao monitoramento proposto? Daí que a Resolução n.º 40 do IV Congresso da CIDC propôs a criação de um “**Centro Interamericano de Información Anticomunista**” para combater o *comunismo internacional*. Seria imprescindível, portanto, centralizar as informações colhidas no monitoramento proposto e organizá-las. Mas como? A CIDC chegou até mesmo a indicar um conhecido sistema de monitoramento e controle de informações utilizado por Estados e empresas conhecido como kardex. A Resolução n.º 40 não deixou dúvida, salientando que “**es necesaria la clasificación ordenada de los más activos líderes comunistas, bajo un sistema de kardex biográfico**” (CIDC, 1961: 395, grifo meu) e, na sequência, detalhou a proposta de formação de uma central hemisférica para monitorar e vigiar o movimento comunista e seus agentes na América Latina:

RESUELVE: I. La creación de un Centro Interamericano de Información Anticomunista que funcionará bajo el control directo de la Directiva de la Confederación Interamericana de Defensa del Continente, y de acuerdo con los siguientes puntos: a) **Formar y mantener un archivo de información sobre personas y organizaciones acusadas de actividades comunistas en todo el Continente, por medio de un *index continental del***

*comunismo*; b) Designar a miembros de la Confederación Interamericana de Defensa del Continente, como corresponsables del Centro Interamericano de Información Anticomunista, con la misión de **reportar regularmente las actividades subversivas de los agentes comunistas en su país respectivo, así como de las medidas que se tomen para combatirlas**; c) Elaborar el *index continental* con absoluta legalidad para que tengan validez ante los tribunales de justicia en caso de elevar a proceso la acusación contra un determinado elemento comunista; d) Distribuir periódicamente a todas las agencias de noticias y a los organismos interesados, el material compilado en ediciones tanto en inglés como en español, para fomentar su mayor circulación; e) Escoger para sede del Centro Interamericano de Información Anticomunista, un país que ofrezca las condiciones ideales en lo que respecta a seguridad, comunicaciones y que se haya distinguido por su permanente lucha contra el comunismo; y f) Vindicar, en su caso, a toda persona acusada falsamente de comunista por los medios de publicidad de mayor alcance (CIDC, 1961: 395, grifo meu)

Por último, vale a pena enfatizar que esse projeto apresentado em 1958 pelo IV Congresso da CIDC na Guatemala de um **Centro Interamericano de Información Anticomunista**, cuja missão seria “formar y mantener un archivo de información sobre personas y organizaciones acusados de actividades comunistas en todo el Continente, por medio de un *index continental del comunismo*” (CIDC, 1961: 395), foi um aprimoramento de outra proposta anterior. E que havia sido feita em 1957 no III Congresso da CIDC em Lima, no Peru, por recomendação da delegação guatemalteca, com o nome de **Agência Continental de Informação Anticomunista** que era, a sua vez, o aprimoramento de outra proposta. Feita esta em 1955 no II Congresso da CIDC no Brasil, pelo chefe da delegação cubana, que sugeriu a “**organización de un registro general interamericano de comunistas por parte de la Comisión Permanente**” (CIDC, 1956: 359, grifo meu). Ou seja, o *registro geral interamericano de comunistas* proposto pelo dirigente da CIDC-Cuba no Brasil em 1955 transformou-se no Centro Interamericano de Informação Anticomunista “sonhado” na Guatemala em 1958, que deveria montar “un index continental del comunismo” como base de um sistema de coordenação de espionagem de “subversivos”. Recorde-se que o correspondente do *The Christian Science Monitor* que fez a cobertura do II Congresso da CIDC de 1955 no Rio de Janeiro, presidido pelo almirante Penna Botto, descreveu a proposta apresentada pela delegação cubana como um sistema de “registro interamericano de comunista para ajudar as nações a monitorarem [*keep tab on*] os agentes comunistas dos respectivos países”, salientando o jornalista que “Comitês Locais anticomunistas já trocam informações sobre agentes comunistas que se tornaram adeptos de cruzar as fronteiras” (WARREN, 1955).

E quem foi mesmo o cubano que primeiro sugeriu à CIDC a criação de *um registro geral interamericano de comunistas* para monitoramento transfronteiriço dos inimigos? Ninguém menos do que Ernesto de la Fe, ex-ministro de Informação da ditadura militar cubana de Fulgencio Batista. O mesmo que apareceu em uma das fotografias publicadas pela *Correspondência do ABN* na cobertura que fizera do IV Congresso da CIDC de 1958. Na foto publicada os congressistas não foram identificados, e sua legenda apenas registrou: “Da direita para a esquerda: Delegados de Cuba na Conferência da Guatemala, ABN, Brasil, Guatemala, México, China Livre, AF-ABN, Israel” (ABN, 1958, v. IX, n.º 11/12, p. 9). Contudo, é possível reconhecer certos fotografados, além de Ernesto de la Fe. À direita dele, é possível identificar o presidente do ABN, ex-colaborador nazista e criminoso de guerra Yaroslav Stetsko; à sua direita, o presidente da CIDC Carlos Penna Botto. Não foi possível identificar o delegado da Guatemala à direita do almirante brasileiro, mas sim que, à direita do guatemalteco, encontrava-se o secretário-geral da CIDC, o mexicano Prieto Laurens; à direita deste, o não identificado representante da APACL-Taiwan e, à direita dele, Nestor Procyk, do AF-ABN, seguido do não identificado delegado israelense.



**Figura 131.** “From right to left: Guatemala Conference Delegates of Cuba, ABN, Brazil, Guatemala, Mexico, Free China, AF-ABN, Israel”. Foi possível identificar pelo nome, da direita para a esquerda, circutados, Ernesto de la Fé (Cuba), Yaroslav Stetsko (Ucrânia), Penna Botto (Brasil), Prieto Laurens (México) e Nestor Procyk (AF-ABN). FONTE: ABN, 1958, v. IX, n.º 11/12, p. 9.

### *3.8. Problemas à vista: a Revolução Cubana de 1959 prende os dirigentes da CIDC-Cuba*

Porém, apesar de seus planos ambiciosos, a CIDC nunca mais conseguiria realizar um congresso regional próprio. O IV Congresso Continental Anticomunista de 1958 na Guatemala foi o último. Perdeu fôlego e não pode contar mais com um aporte decidido da fonte que a criara no México em 1954: a CIA. Não é sempre que a Companhia pode pagar, organizar e nomear um encontro como o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, não é mesmo? Seria preciso um motivo muito especial para desembolsar a bagatela de 25 mil dólares a cada Congresso da CIDC. O I encontrara sua razão de ser na necessidade da CIA em conferir uma “cortina de fumaça” ao golpe de Estado contra o presidente Arbenz da Guatemala e, assim, o Projeto PBSUCCESS da administração Eisenhower assentou as bases da CIDC com uma suboperação golpista chamada KUGOWN. Depois, contudo, por algum motivo ainda não descoberto, a “fonte secou” e a CIDC minguou. Apesar disso, o fim de seus congressos não significou o encerramento de suas atividades anticomunistas transnacionais. Seus dirigentes permaneceram os mesmos e em interação nas mesmas redes do anticomunismo global. O almirante brasileiro Penna Botto seguiu como seu presidente e o mexicano Prieto Laurens voltou a ser seu secretário-geral.

O “sonho” de criar uma Liga Mundial Anticomunista (WACL) nunca saiu do horizonte da CIDC e quando ele se concretizou finalmente na Coreia do Sul, em 1966, lá estavam seus dirigentes. É verdade que orbitando como “estrelas menores” em torno da APACL, do ABN e do CIAS, mas não faltaram ao encontro e, como foram os primeiros “amigos” dos correlegionários de Ku Cheng-kang e de Yaroslav Stetsko, também se consagrariam como os primeiros associados latinoamericanos da WACL. Reclamariam de não terem tido o protagonismo desejado na empreitada. Logo eles que, juntos à APACL, ao ABN e ao CIAS, “sonharam” a construção de uma “Internacional Anticomunista” para a Guerra Fria. Prieto Laurens não deixaria de reivindicar que fora a CIDC a primeira a hospedar no México, em 1958, a Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista, e portanto seria um ingratidão muito grande não receberem lugar de destaque na WACL. Ou seja, mesmo sem a força que ostentara em seu início

“alvissareiro”, a CIDC não parou de interagir nas redes do anticomunismo global em que inseriu, de forma tão pioneira, a ultradireita da América Latina.

Agora, todavia, é hora de assinalar que a CIDC não enfrentou apenas dificuldades financeiras depois de 1958. Enfrentou problemas de outra ordem também, em especial seus dirigentes cubanos que, ao menos em seu país, foram forçados a encerrar suas atividades anticomunistas. O que passou na Cuba logo depois do IV Congresso Continental Anticomunista da CIDC de 1958? Em 1º de janeiro, a vitória da Revolução Cubana de 1959 derrubou o ditador Fulgencio Batista. O processo revolucionário foi protagonizado pelo Movimento 26 de Julho que, sob a liderança de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, organizou guerrilhas de resistência contra a ditadura militar cubana com forte inserção na zona rural e entre os camponeses da ilha. O Movimento 26 de Julho contou também com o apoio de uma ampla coalização anti-Batista formada por operárias, camponeses e liberais democratas. Vitorioso o movimento, a Revolução Cubana prendeu praticamente *todos* os dirigentes da CIDC-Cuba: Ernesto de la Fe, Salvador Diaz-Versón, Victor Alegria e Raul Granja. De la Fe fora ministro de Informação do ditador Batista e, como acaba de ser dito, foi o primeiro a propor à CIDC em 1955, em seu II Congresso no Brasil, o estabelecimento de *um registro geral interamericano de comunistas*. Esse contrarrevolucionário cubano sabia das coisas. O sistema de monitoramento e vigilância de “subversivos” que montara para a ditadura militar de Cuba precisaria ser replicado em nível hemisférico.

No II Congresso da CIDC fora apresentado como “ex-ministro sem pasta” e “presidente do Movimiento de Integración Democrática de América”, uma agência projetada pela ditadura cubana para combater a “infiltração” comunista na ilha. Graças a sua *expertise*, de la Fe ascendera meteoricamente nos quadros da CIDC que o escolhera como secretário-geral em seu IV Congresso de 1958 na Guatemala. Também em 1958, no México, de la Fe havia sido um dos designados pela Conferência Preparatória para a subsecretaria geral regional do então “sonhado” Congresso Mundial Anticomunista. Junto com ele, designou-se para a mesma função Alfred Gielen, *expert* do *Anti-Komintern* nazista àquela altura secretário-geral do CIAS.

Entretanto, a Revolução Cubana interrompeu sua “promissora carreira” na CIDC. De la Fe foi preso em 1959 e assim ficou por 22 anos. Seria liberado em 1981, asilando-se em Miami, EUA. “Rápido no gatilho”, fundaria a *Primera Continental de la Democracia Combatente* e, em seu nome, viajaria ao Brasil em 1983 para o I Encontro Latinoamericano em Defesa da



Democracia, organizado pelos brasileiros que herdaram as conexões anticomunistas globais do veterano de todos eles, o almirante Penna Botto. À época, na *Folha de São Paulo*, o jornalista Jayme Brener identificou a participação de Ernesto de la Fe no evento, apontando-o como suspeito de vinculações à CIA, o serviço secreto dos EUA.



**Figura 132.** À esquerda, o ditador de Cuba Fulgencio Batista. À direita, seu então ministro de Informações Ernesto de la Fe. A partir de 1955, de la Fe tornou-se um dos principais dirigentes da CIDC e, interrompendo sua nova carreira internacional, foi preso pela Revolução Cubana de 1959. Foi mantido no cárcere até 1981! Liberado, exilou-se nos EUA, em Miami, na Flórida, fundando ali a *Primera Continental de la Democracia Combatente*. Em 1983, em Campos do Jordão, São Paulo, participaria de um encontro de anticomunistas da América Latina. FONTE: WIKIPÉDIA.

O segundo cubano preso pela Revolução Cubana foi Victor Alegria, ativo no II e no IV Congressos da CIDC em nome da *Confederación de Trabajadores de Cuba*, “grupo trabalhista anticomunista financiado pela CIA” (WEBERMAN; CANFIELD, 1992: 116). O terceiro cubano da CIDC encarcerado foi Raul Granja, que participara de seus Congressos de 1957 no Peru e de 1958 na Guatemala. O quarto dirigente da CIDC-Cuba aprisionado pela Revolução Cubana foi Salvador Díaz-Verson, ex-diretor da Polícia Nacional do presidente Carlos Prío e, entre 1948-1952, chefe do gabinete da Contra-Espionagem do Exército. Em uma publicação apologética a sua figura, Díaz-Verson foi retratado como o antigo responsável por “descobrir e levar a julgamento os comunistas na ilha” e, assim, teria sido “capaz de ver os comunistas locais em ação”

e de ter colocado “um fim ao domínio da turba com a mangueira de incêndio” (CUBANINFORMATIONARCHIVES).

A publicação referida o caracterizou como um herói anticomunista: ele teria sido “o oficial que provocou a ruptura das relações diplomáticas entre Cuba e a União Soviética e que ocupou e vasculhou a Embaixada russa encontrando evidência do abuso da imunidade diplomática russa” (CUBANINFORMATIONARCHIVES). Depois do golpe de Fulgencio Batista em 1952, Díaz-Verson desentendeu-se com o ditador e, após um período de exílio em Miami, retornou à ilha como jornalista em tempo integral em 1955. No mesmo ano participou do II Congresso da CIDC no Brasil. Em 1957, no III Congresso da CIDC do Peru, propusera o estabelecimento da Organización Interamericana de Periodistas Anticomunistas (OIPA), tornando-se responsável pelo projeto. Já ali a CIDC o designara como diretor de sua Secretaria de Imprensa. Em março de 1958, Díaz-Verson foi indicado pela Conferência Preparatória do México como secretário do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista. Em outubro do mesmo ano, a CIDC o elegera seu vice-presidente no IV Congresso da Guatemala. O jornalista, ex-chefe de polícia e ex-assessor da espionagem militar, era responsável pela revista *Occidente* e conectara-se à APACLROC e à Embaixada de Taiwan em Cuba<sup>207</sup>. Essa “promissora carreira” na CIDC também foi interrompida pela Revolução Cubana em 1º de janeiro de 1959, que prendera Díaz-Verson. Mas diferente de Ernesto de La Fe, que amargaria 22 anos de prisão, Díaz-Verson conseguiu fugir, asilando-se nos EUA, Flórida, em Miami.

E quem saiu em defesa dos dirigentes da CIDC-Cuba aprisionados? Em primeiro lugar a própria CIDC, que organizou uma campanha de libertação protagonizada por Prieto Laurens, o vice-presidente que restou aos confederados anticomunistas presididos por Penna Botto. Também poderia. A Revolução Cubana não apenas destruiu a CIDC-Cuba, ela feriu de morte e quase deixou acéfala a direção da própria CIDC: um de seus vice-presidentes (Salvador Diaz-Verson) e seu secretário-geral (Ernesto de la Fe) foram presos. Problemas à vista. O competente historiador Nilo

---

<sup>207</sup> Ernesto de la Fe igualmente ligou-se à APACL-Taiwan. Em novembro de 1958, a revista do “Capítulo” taiwanês da APACL informou que, “após ser eleito como Secretário-Geral da Confederação Interamericana de Defesa do Continente, o Sr. Ernesto de la Fé, de Cuba, escreveu à APACLROC expressando novamente seu apoio à República da China em sua luta contra os comunistas. Uma carta de agradecimento está a caminho para ele” (FREE CHINA & ASIA, 1958, v. V, n. 11, p. 28).

Dias de Oliveira<sup>208</sup> resgatou do acervo do DEOPS-SP um telegrama enviado por Penna Botto imediatamente depois da Revolução Cubana. Nele, o almirante brasileiro solicitou aos 32 delegados permanentes da CIDC que intercedessem pela libertação de Ernesto de la Fe. “Tal convocação foi datada em 8 de janeiro de 1959 pelo Presidente da citada Confederación, o Almirante Penna Botto” (OLIVEIRA, 2013: 263). Com uma redação apressada, o presidente da CIDC escreveu a seus correligionários, por assim dizer, em “portunhol”:

Prezado compañero, tiene esta carta como finalidad tratar do la question Cubana. Em la noche de 4 Enero corrente recebi cablegrama del Snr. Ernesto de la Fé, nuestro querido Secretario-General, diciendo que comunistas estaban perpetrando disturbios, ataques o robos, em la Habana, oien que las autoridades del nuevo Gobierno Revolucionario, quisessen, soubessem ou pudessem poner um termino a tales irregularidades. (...) Remeti inmediatamente um cabo al Presidente Urrutia pedindolo, em mi calidade de Presidente de la Confederación Interamericana de Defensa del Continente, que hubiera por bien ratificar los propósitos anti-comunistas atribuidos al Gobierno Revolucionario y, tambien, tomar medidas urgentes contra las actitudes subversivas de los comunistas. N’el dia 6, a la noche, las estaciones radiodifusoras transmitiram la noticia de que ‘hubiera sido preso, em la Habana, el Sr. Ernesto de la Fé, luchador anti-comunista n.º 1 de Cuba’, y em la mañana del 7 Enero recebi cabo de nuestra Delegación em Santo Domingo confirmando la prision del Secretario-General de la ‘Confederación’, em la Habana. (...) Estoy seguro que Ud., y por lo tanto otros Delegados Permanentes de la ‘Confederación’ em los 22 paises de las Americas, hicieron tambien energicas protestos ante el Gobierno que se installo em Cuba (PENNA BOTTO [DEOPS, 50-D-65-816] *apud* OLIVEIRA, 2013: 263-264)

Em segundo lugar, intercedeu em nome dos dirigentes cubanos da CIDC presos na ilha um personagem que aparentemente abandonara essas redes anticomunistas, o judeu conservador Marvin Liebman. Lembre-se que esse *fundraiser* e organizador de direita nos EUA renunciara à função de secretário-geral do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista ao perceber que uma parceria com a CIDC (e com a APACL, não?) envolveria uma aliança com o ABN, um plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra. Com um “agravante”: o presidente do ABN Yaroslav Stetsko, lugar-tenente do *Providnyk* Stepan Bandera, era um dos ideólogos do assassinato dos judeus na Ucrânia Ocidental, entre eles, os parentes de Liebman. Não poderia permancer naquele entramado e, “pulando fora do barco”, fez implodir o “sonho” de convocar um Congresso Mundial Anticomunista. Foi ameaçado de morte em ligações que o chamavam de “judeu-bolchevique”, atribuindo-as ao “pessoal de Stetsko”. Mas ele não abandonou essas redes anticomunistas e foi um dos que se empenhou na campanha internacional de libertação dos

---

<sup>208</sup> O professor Nilo foi a primeira pessoa que, quando lhe contei sobre o objeto inicial desta pesquisa, o “Capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista (WACL) na década de 1970, chamou minha atenção para Penna Botto.

cubanos da CIDC. Liebman intercedeu junto ao então diretor-geral da equipe do “premier” Fidel Castro, Juan A. Orta, solicitando a soltura de Ernesto de la Fe. A. Orta respondeu a Liebman caracterizando de la Fe como um “fascista”, salientando que Fidel Castro o apelidara de “o Paul [Joseph] Goebbels de Cuba”. A. Orta defendeu a prisão do contrarrevolucionário cubano em nome da “democracia”, comparando “fascismo” e “comunismo”, em uma fase em que a Revolução Cubana ainda não fizera o seu giro ao marxismo-leninismo soviético. O porta-voz de Castro defendeu a prisão do secretário-geral da CIDC com os seguintes argumentos:

Havana, Cuba, Maio de 1959. Sr. Marvin Liebman. 17 Park Avenue, New York City. Prezado Sr. Liebman. Trata-se de uma referência ao seu telegrama expressando preocupação acerca da prisão de Ernesto de la Fe. (...) **O Dr. Castro já respondeu sua pergunta ambígua em um de seus recentes discursos. Ele disse que de la Fe foi o Paul [Joseph] Goebbels de Cuba, uma referência ao ex-ministro da propaganda do regime nazista. Ernesto era um informante pago, um crime que leva a pena de morte na guerra. Mas pior do que isso, ele se uniu à Batista para derrubar nossa Constituição, nosso governo democrático e nossos tribunais, sendo qualquer um desses [atos considerados] traição nos EUA. Uma vez que de la Fe é um fascista e traidor, pode ele ser anticomunista? Eu acho que não. Ele usa essa bandeira para encobrir seus próprios crimes. Há muito pouca diferença entre qualquer fascista e qualquer comunista.** Um gambá com qualquer outro nome o seria. Sua defesa de Ernesto de la Fe lhe coloca em uma posição difícil. Uma vez que você está defendendo um fascista e traidor, as pessoas se perguntarão se você realmente odeia o comunismo ou simplesmente usa dessa bandeira para segundas intenções. Atenciosamente, Dr. Juan A. Orta, Diretor-Geral (ORTA *apud* LEONARD, 2014, grifo meu)

E quem se juntou a Liebman na campanha internacional pela libertação dos cubanos anticomunistas presos pela Revolução? O ABN do “pessoal de Stetsko”. Endereçando “Uma Pergunta para Fidel Castro”, a *Correspondência do ABN* pontuou: “Se você, Senhor, não é um comunista, então liberte os maiores anticomunistas de Cuba, os patriotas mais leais e homens nobres – Ernesto de la Fe, Victor Alegria e muitos outros – da prisão!” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 37). O ABN recomendou que os anticomunistas de todo o continente americano deveriam se organizar em comitês locais para pedirem a libertação do secretário-geral da CIDC: “Anticomunistas das Duas Américas! Criem comitês para ação em todos os lugares, sob o lema ‘Liberte de la Fe!’ . Não desistam enquanto o mais bravo e leal de nossos companheiros lutadores estiver na prisão! ‘Liberte de la Fe!’” (ABN, 1959, v. X, n.º 12, p. 37). A *Correspondência do ABN* chegou a elaborar uma petição de soltura dos dirigentes da CIDC-Cuba. Intitulada “Conspiração sinistra contra a verdadeira Revolução Cubana”, a petição defendeu que os autênticos revolucionários cubanos seriam os anticomunistas.

O ABN exigiu então a soltura dos dirigentes cubanos mais graduados: “Nós exigimos a libertação do primeiro Vice-Presidente da Confederação Interamericana para Defesa do Continente, Salvador Diaz Verson, e do Secretário-Geral, Ernesto de la Fe” (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 6). É importante observar que a nota do ABN não atacou frontalmente o líder revolucionário Fidel Castro, mas sim os comunistas que estariam “infiltrados” no Movimento 26 de Julho. O comunismo estaria tentando jogar Castro contra de la Fe por este ter “exposto” os comunistas do *entourage* castrista. Por isso ele estaria no presídio *La Cabana*, administrado pelo “impiedoso gangster argentino” Ernesto “Che” Guevara. A nota de soltura do ABN ainda alegou que de la Fe, longe de ser um fiel defensor da ditadura deposta de Batista, teria há muito renunciado a seu cargo de ministro da Informação e transitado ao campo oposicionista. Ao final, o ABN saudou Díaz-Verson e de la Fe como heróis anticomunistas que lutavam contra o “imperialismo russo”, cujo projeto de domínio mundial incluiria a conquista da América Latina.

Nós soubemos a partir de uma fonte de informação anticomunista confiável em Cuba que os comunistas conseguiram se infiltrar nas fileiras do Movimento 26 de Julho. Os comunistas astuciosamente uniram-se às forças revolucionárias de Fidel Castro na Sierra Maestra e em outros distritos e tentaram se passar por líderes do movimento insurgente revolucionário de Castro e traçar seu caminho até certas posições-chave nas fileiras das forças do novo governo do Presidente Urrutia. Eles decidiram usar o Movimento 26 de Julho para sua própria causa destrutiva. **Fortemente armados, eles saquearam a casa do conhecido patriota cubano e Secretário-Geral da Confederação Interamericana de Defesa do Continente e jornalista independente, Ernesto de la Fe, prenderam-no e colocaram-no na prisão ‘La Cabana’, cujo governador é o mais impiedoso gangster argentino, Guevara.** Realizou-se então um julgamento simulado, no qual esse homem, que tão corajosamente se opôs a Batista e em protesto renunciou ao seu cargo como Ministro da Informação durante o primeiro ano no regime de Batista, foi falsamente acusado e difamado. Os comunistas estão conspirando contra o líder da revolução, Dr. Fidel Castro Ruiz, estão causando o caos no país e perturbando a vida econômica para, assim, colocar todo o poder em suas mãos. De maneira astuciosa eles tentaram inventar que Ernesto de la Fe fosse o adversário de Fidel Castro, fato que de la Fe, embora na prisão, negou veementemente. Além disso, de la Fe expôs os agitadores comunistas que se infiltraram no movimento de Fidel Castro. **Ademais, os comunistas saquearam o escritório do corajoso anticomunista, Salvador Diaz Verson, prenderam-no e colocaram-no na prisão ‘El Principe’, em La Habana. Eles também prenderam o líder dos trabalhadores e delegado permanente da Confederação Interamericana, Victor Alegria, assim como o jornalista e membro ativo do Movimento 26 de Julho, Raul Granja, porque ele é um amigo de Ernesto de la Fe.** Os principais anticomunistas cubanos e patriotas sinceros, que não tiraram vantagens do regime de Batista, estão agora definhando nas prisões cubanas. **Ernesto de la Fe, Salvador Diaz Verson, Victor Alegria e Raul Granja estão lutando consistentemente e inabalavelmente contra o perigo mundial comunista e o imperialismo russo, que também está buscando conquistas e governar a América Latina.** Os comunistas estão planejando apunhalar o movimento de Fidel Castro pelas costas. O governo de Cuba declara que não é comunista, mas ele deve provar os fatos desta declaração. Exigimos a imediata libertação e segurança

de todos os anticomunistas cubanos. **Todos os anticomunistas da América Latina, estejam em guarda!** (ABN, 1959, v. X, n.º 5/6, p. 6, grifo meu)

Ou seja, a CIDC perdeu seu secretário-geral e seu primeiro vice-presidente graças à Revolução Cubana. A CIDC-Cuba foi completamente destruída e, no processo de captura de seus líderes, revelou-se o que tramavam de la Fe e Díaz-Versón em seus escritórios em Havana. Um artigo de 2014 da *National Review*, criatura de William F. Buckley, o mentor intelectual de Liebman, informou que “Ernesto de la Fé foi preso antes da entrada triunfal de Castro em Havana” por três membros do Partido Comunista de Cuba (PCC). Seu escritório, “que serviu como sede cubana para a Federação para a Defesa do Continente [CIDC] e para a Organización Interamericana de Periodistas Anticomunistas (OIPA), foi invadido, queimado e teve seus arquivos confiscados (LEONARD, 2014). E o que os comunistas que o prenderam encontraram em seu escritório? “Eles levaram consigo os dados sobre atividades comunistas na América Latina, listas de filiados de organizações comunistas locais, tanto públicas quanto secretas, e relatórios de informações gerais e estimativas financeiras relacionadas ao movimento comunista” (LEONARD, 2014).

Isto é, de la Fe, que propusera no Brasil, durante o II Congresso da CIDC de 1955, a criação de *un registro general interamericano de comunistas*, já tinha estruturado e mantinha em operação um protótipo desse “tão sonhado” sistema hemisférico para monitorar e controlar o comunismo e seus agentes. Também pudera, o sujeito era um ex-ministro de Informação da ditadura militar de Batista. E a prisão de Díaz-Verson pelos comunistas também apreendeu os arquivos desse jornalista, ex-diretor de polícia e ex-chefe do gabinete de Contra-Espionagem do Exército cubano. Assim como de la Fe, ele tinha arquivos e fichas de comunistas de toda a América Latina. Ele próprio revelou o fato depois de ter conseguido fugir da prisão *El Principe* em Havana e ter migrado aos EUA. Ali apareceria no Senado, em maio de 1960, denunciando a “tirania” de Castro em Cuba. Em seu depoimento aos senadores norte-americanos, apresentou-se como jornalista e antigo “Chefe da Inteligência Militar de 1948 até 10 de março de 1952”. Orgulhou-se de que, desde 1928, nunca teria parado de “investigar as atividades comunistas na América”. Finalmente, Díaz-Verson revelou ao Senado dos EUA que criara um banco de dados e informações sobre os comunistas na América Latina, construído graças as inúmeras viagens que fizera pelo continente – provavelmente a serviço da CIDC:

**Eu tinha um arquivo particular composto de 250.000 cartões de comunistas latino-americanos e 943 registros pessoais.** Esse foi o resultado de minhas viagens por toda a América Latina visitando país por país, [investigando] quais eram as condições do comunismo e quais os números de comunistas que havia em cada lugar. **Esse arquivo foi roubado e destruído pelos comunistas em 25 de janeiro de 1959** (DÍAZ-VERSON Y RODRIGUES, 1960: 425, grifo meu)

Ou seja? Díaz-Verson já estava operando um protótipo do “tão sonhado” Centro Interamericano de Informação Anticomunista proposto na Guatemala pelo IV Congresso da CIDC de 1958. Como visto, projeto que era um aprimoramento da proposta de criação de uma Agência Continental de Informação Anticomunista feita no Peru pelo III Congresso da CIDC de 1957. Que a seu turno remontava à proposta feita por de la Fe no II Congresso da CIDC de 1955, no Brasil, para a criação de *un registro general interamericano de comunistas*. Note-se, enfim, que a proposta do Centro Interamericano de Informação Anticomunista recomendava que ele fosse organizado como um sistema de monitoramento e controle por fichas, já que seria “necesaria la clasificación ordenada de los más activos líderes comunistas, bajo un sistema de kardex biográfico” (CIDC, 1961: 395). Isto é, o Centro em questão deveria classificar suas informações por fichas biográficas e constituir “un archivo de información sobre personas y organizaciones acusadas de actividades comunistas en todo el Continente, por medio de un *index continental del comunismo*” (CIDC, 1961: 395).

Ou seja? Díaz-Versón já operava um protótipo desse sistema hemisférico de vigilância e monitoramento de comunistas por fichas biográficas. Gabou-se disso aos senadores dos EUA e do fato de ter construído seu “arquivo particular” com 943 registros pessoais e 250 mil fichas de comunistas da América Latina. Uma pena, lamentou, que acervo tão “valioso” tenha sido “roubado e destruído pelos comunistas em 25 de janeiro de 1959”, isto é, 24 dias depois da fuga do ditador Batista da ilha. Enfim, a Revolução Cubana significou para o secretário geral da CIDC Ernesto de la Fe 22 anos de prisão. Mas para o antigo vice-presidente da CIDC Díaz-Verson, que conseguiu fugir de Cuba, ela significou uma nova vida em Miami, a cidade “quarte-general” da contrarrevolução cubana permanente e de seus *cruzados* anticomunistas. Nos EUA, inclusive, o nome de Díaz-Versón emergiu no intrincado contexto do assassinato do presidente John F. Kennedy em 1963. O executor Lee Harvey Oswald foi preso e, ao ser transferido sob custódia policial, foi assassinado. Como jornalista, Díaz-Versón repercutiu a boataria espalhada pelo *Committee to Free Cuba*, “um grupo de frente da CIA estabelecido a fim de prestar contas dos fundos que a CIA

estava injetando em vários grupos de exilados” (WEBERMAN; CANFIELD, 1992: 138), e “disse que Castro havia colocado Oswald para fazer isso” (WEBERMAN; CANFIELD, 1992: 142).

Foi um dos jornalistas “boateiros” que se incumbiu de espalhar a notícia falsa de que Castro era o real mandante do assassinato de Kennedy<sup>209</sup>. Depois, o vice-diretor de Planos da CIA Richard Helms fizera lacônica referência ao “boateiro” Díaz-Versón<sup>210</sup>.

### *3.9. O fim dos Congressos da CIDC: um projeto “irrealizado” de vigiar e exterminar os comunistas?*

Como dito, o IV Congresso de 1958 na Guatemala do ditador Ydígoras Fuentes foi o último realizado pela CIDC. Isso não implicou o seu fim, mas ela perdeu fôlego e financiamento. Conforme salientam os historiadores uruguaios Bohoslavsky e Broquetas, a falta de recursos financeiros representou um obstáculo à CIDC “na hora de colocar em prática as decisões adotadas e de garantir a regularidade dos congressos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 446). A CIDC tinha já “pedido a colaboração dos governos de países americanos para solver os gastos do congresso”, mas “os apoios nem sempre se concretizaram” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 444). “Em 1961, quando foram publicadas as atas do quarto congresso, a comissão diretiva se lamentava de não ter concretizado o quinto encontro previsto para El Salvador devido à falta de fundos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 446). O V Congresso da CIDC estava pré-agendado para ser realizado, em 1959, em San Salvador. “Todavia, de acordo com o próprio Prieto Laurens, o evento teve que ser cancelado devido à falta de fundos” (CASALS, 2019: 546).

---

<sup>209</sup> “Díaz afirma que um amigo próximo era diretor do programa de rádio anti-Castro chamado Voice of Cuba. O Voice of Cuba era patrocinado por [Robert] Mullen/Comitê de Liberdade Cubana da CIA. (...) É estranho que Díaz tenha ouvido pela primeira vez a história sobre Oswald enquanto participava de uma Convenção da Federação Internacional de Jornalistas na Cidade do México. De acordo com o ex-agente da CIA Philip Agee, essa organização trabalha intimamente com a CIA” (WEBERMAN; CANFIELD, 1992: 142). Robert Mullen era o “assessor de imprensa do Presidente Eisenhower que dirigiu o braço de propaganda do Plano Marshall” (CANFIELD; WEBERMAN, 1992: 173). Howard Hunt, um dos chefes da CIA na Operação PBSUCCESS da administração Eisenhower, “afirma que Mullen & Company sempre tiveram ligações íntimas com a CIA”. “Graças a Watergate, nós sabemos que depois de se ‘aposentar’ da CIA em 30 de abril de 1970, Hunt foi trabalhar para Mullen no dia seguinte” (WEBERMAN, CANFIELD 1992: 173-174).

<sup>210</sup> Datado de fevereiro de 1964 e intitulado “Informações desenvolvidas pela CIA sobre a atividade de Lee Harvey OSWALD no México, de 28 de setembro a 3 de outubro de 1963”, o memorando de Richard Helms fez menção a uma “informação especulativa fornecida à Casa Branca por Jose L. LASAGA que se originou com Salvador DIAZ VERNON. A CIA não tem nada a acrescentar” (CIA, 1964: 01).



Apesar dessa carência crônica de recursos econômicos para custear seus próximos congressos, o vice-presidente da CIDC Prieto Laurens garantiu, no IV Congresso Continental Anticomunista na Guatemala, que “a Confederação havia enviado ‘toneladas de propaganda’ (folhetos, livros, recortes, artigos na imprensa) a todo o continente” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454). Mas de onde vieram os recursos para uma empreitada de propaganda anticomunista hemisférica tão custosa? E de onde vieram os recursos para a realização dos três últimos congressos da CIDC? O I Congresso de 1954 no México foi financiado pela CIA e custou 25 mil dólares. Os outros aumentaram o número de congressistas e, conseqüentemente, devem ter custado mais. Quanto? Quem pagou a conta? Não se sabe e, mais à frente, serão levantadas algumas conjecturas, mas nada mais. Por ora, na conclusão deste CAPÍTULO 3, diante do fim dos Congressos da CIDC, importa reiterar o sentido histórico-ideológico da empreitada. O que significou o projeto da CIDC que, por falta de recursos econômicos e apoios políticos governamentais mais expressivos, restou “inacabado”? O que significou esse projeto “inacabado” da CIDC para a extrema-direita anticomunista da América Latina? Sem dúvida, apesar do “inacabamento”, tratou-se de uma experiência pioneira do internacionalismo anticomunista latinoamericano. A CIDC foi inédita em todos os sentidos. É certo que o anticomunismo no continente é pré-existiu à Guerra Fria e deitou raízes históricas na via colonial de modernização capitalista das burguesias autocráticas regionais.

Mas a CIDC, com um pioneirismo ímpar, foi o primeiro organismo político transnacional que buscou confederar anticomunistas de toda a América Latina. Não importa que tenha tido ajuda da “mão invisível” de seus “amigos norteamericanos” – ponto sobre o qual se voltará neste arremate –, a tarefa de organização intentada merece ser creditada às linhagens da ultradireita regional. Agora, porém, vale a pena repisar o sentido da *proposta* “irrealizada” que esses anticomunistas confederados na CIDC não puderam levar às últimas conseqüências práticas. Entre os historiadores que se debruçam sobre a CIDC, o que melhor a caracteriza é o argentino Cañón Voirin. Ele tem o mérito de ter apreendido a tônica distintiva da CIDC: decifrou o seu “carácter liquidacionista” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97). Salientou que o verbo dominante do projeto da CIDC – não plenamente realizado nesse sentido – foi “liquidar”, “exterminar” e “livrar” a América Latina da “ameaça comunista” e, portanto, dos comunistas. “En ese sentido, la CIDC abogó de forma sistemática por la violencia contra los comunistas” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97).

Esse caráter *liquidacionista* ou *exterminista* da CIDAD, também de acordo com Cañón Voirin, combinou-se com sua faceta “ante todo contrarrevolucionaria”, “de reacción” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97). Tratou-se, pois, de uma *utopia reaccionária* da contrarrevolução anticomunista na América Latina e seu objetivo – que não pode ser realizado a despeito da vontade dos membros da CIDAD – era o de *liquidar* e *exterminar* o comunismo e os comunistas do hemisfério. Ideologicamente, como visto, empreenderam essa *guerra* contra o comunismo como uma *cruzada*, isto é, uma *guerra religiosa*. Cañón Voirin bem observa que os membros da CIDAD consideravam “a la religión católica y a la Iglesia como su guía, y a toda acción guerrera, toda violencia, como justa medida para cumplir su misión: la defensa de la sociedad occidental y cristiana – como síntesis de la democracia capitalista” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97-98).

Já se demonstrou esse teor *exterminista* da CIDAD em praticamente todos os discursos apresentados em seus Congressos. Lembre-se do mais emblemático apenas, quando um ex-colaborador nazista e criminosos de guerra albanês do *Balli Kombetar* instruiu o auditório do II Congresso de 1955 no Brasil: “el comunismo debe quemarse con fuego” (LUZAY *apud* CAÑÓN VOIRIN, 2017: 84). Em resumo, os membros da CIDAD “negaron la condición de seres humanos a los comunistas. O, mejor dicho, a todo aquele que consideraron como tal, y que en un futuro serán aniquilados” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 97). E o que significa dizer que a CIDAD foi uma *utopia reaccionária*, isto é, contrarrevolucionária e anticomunista? De um lado, como toda utopia, seu demérito é propor medidas que não encontram condições objetivas para a sua concretização. De outro lado, o seu “mérito” é justamente o teor propositivo, a capacidade de projetar e “sonhar” um futuro. Mesmo que “o sonho sonhado”, como já advertido, seja um “pesadelo” genocida que, poucas décadas depois, encontraria um terreno fértil na América Latina, historicamente maturado, para o *extermínio* de comunistas e “subversivos” em geral. Daí que o teor “irrealizado” do projeto da CIDAD, se não pode ser concretizado na década de 1950, lançou “sementes” para a criminalização, demonização e desumanização do comunismo e dos comunistas que, um pouco depois, “frutificariam” no hemisfério. Nesse sentido, Cañón Voirin foi o primeiro a identificar o alcance de longa duração desse “projeto projétil” da CIDAD ao observar que, “para que la aniquilación de un grupo pueda ser practicada, es necesario su definición previa, y esa definición debe ser en términos e deshumanización” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 98). Na ideologia da CIDAD, os comunistas não foram apenas “considerados indeseables y carentes de las condiciones para

pertenecer a la comunidad nacional”, mas foram privados “de la condición humana” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 98). Daí que a CIDC:

(...) supo ser sustento y soporte ideológico en la implantación de los mecanismos que pavimentaron los caminos al terrorismo de Estado. En ese sentido, cumplió el papel de proveer los marcos de interpretación y representación de la realidad de su tiempo, haciendo del marxismo un ente terrorífico que atacaba a las bases mismas de la sociedad occidental y cristiana (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 309)

E a *guerra justa* contra o *infiel* comunista justificou, na cosmovisão da CIDC, sua proposta *exterminista*. Ainda conforme Cañón Voirin, esboçou-se em seus Congressos “una concepción del Estado que lo asimila a un todo orgánico que respondía a un orden moral instituido por Dios” e a missão desse ente divino estatal seria a defesa da *nação* “ante cualquier intento de socavar el orden moral natural” e, assim legitimados, os congressistas “se erigían en guardianos del ser nacional” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 98). Recorreram assim “a su común patrimonio cristiano y español, declarando que las ‘doctrinas exóticas’ – para usar las palabras del delegado costarricense Rafael Cardona – ‘no tenían ni raíces ni futuro en este hemisfério’” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 98). Esse ideário ultracatólico preponderou entre os membros da CIDC e, conseqüentemente, um rechaço *antiliberal* e *anticomunista* à *democracia de massas*. Em nome de que? De uma suposta *democracia funcional humanista* ou, na terminologia do presidente da CIDC Penna Botto, de uma *democracia real*. Que tipo de democracia era essa? Uma democracia antiliberal, anticomunista e concebida a partir de uma interpretação reacionária da doutrina social da Igreja católica. *Democracia funcional humanista*, portanto, “ideológicamente fundamentada en la cooperación de clase. La democracia, para ellos, tenía sentido en tanto medio para la edificación de un nuevo Estado, que se sitúa en la intermediación exacta en el conflicto entre el Estado democrático liberal y los medios para combatir al comunismo” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 99).

Também a proposta político-pedagógica da CIDC almejou a construção de “un nuevo orden social en abierta ruptura con los marcos de referencia de la democracia de masas” e “en estado de guerra contra el marxismo” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 99). E se guerra é guerra, só haveria uma saída: a derrota total ou a vitória completa. Nessa *guerra antimarxista*, “no cabían posturas intermedias”; seria “un conflicto donde sólo cabía como resolución el aniquilamiento: ya fuera el propio ante el avance de una ideología (en este caso el marxismo), o el del enemigo, para el que sólo se contemplaba su exterminio” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 99). Essa *guerra total*

anticomunista revelou-se igualmente no ideário *rollback communism* adotado pela CIDC, que, à semelhança do ABN e da APACL, defendeu a “libertação” dos “povos e nações sob o cativeiro comunista”. Ou seja, seria preciso lançar um conjunto de guerras de “libertação nacional” para destruir a “Cortina de Ferro” na URSS, na Europa Oriental, na China continental e na Ásia. Seria preciso fazer o comunismo retroceder – *rollback* – e reconquistar o terreno perdido. Só assim “povos e nações subjugadas pelo comunismo” recobririam sua liberdade perdida.

Mas isso não causaria uma III Guerra Mundial e o holocausto nuclear? Que importa, e o comunismo já não teria lançado uma guerra (ainda não declarada) contra o “mundo livre”? Como dissera o presidente da CIDC Penna Botto, um almirante que nunca foi à guerra, ao invés de temer excessivamente um eventual holocausto nuclear, o “mundo livre” deveria temer o comunismo e lançar-se contra ele em uma *guerra total*. Compartilhando essa ideologia *rollback* com o ABN e a APACL, a CIDC rechaçou a política de coexistência pacífica com o comunismo e, como observam os historiadores uruguaioi Bohoslavsky e Broquetas, os congressos da CIDC foram “uma resposta ao convite soviético à distensão e à convivência entre as superpotências” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 458).

E a CIDC, cuja gênese foi o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, organizado, financiado e nomeado pela CIA, nunca deixaria de ostentar seu caráter anticomunista em geral e seu perfil antissoviético em particular. Daí que, de 1954 a 1958, todos os Congressos da CIDC “abordaram metodicamente três temas interligados: a) canais de chegada de indivíduos e produtos culturais do bloco soviético; b) supostos agentes locais espalhados pela sociedade e especialmente nas áreas do trabalho, cultura e educação; c) diagnóstico sobre as condições socioeconômicas que favoreceram o sucesso dessa penetração” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 450-451). Em todos eles também foi denunciada a “infiltração” comunista “nas universidades, no ensino primário e ensino médio, sindicatos e recursos-chave do Estado, como as esferas diplomáticas e as Forças Armadas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 452).

Contra a *comunização* de todas as dimensões da vida social da América Latina – econômica, política, militar, educativa, cultural, religiosa etc. – a CIDC adotou “uma estratégia para lidar com o problema da infiltração que consistia em combinar ações de identificação e visibilidade pública dos ‘agentes’ com atividades de controle, repreensão e depuração” (BOHOSLAVSKY;

BROQUETAS, 2018: 452). E se a CIDC combinou projetos para reprimir o comunismo com propostas para preveni-lo por meio de ações socioeconômicas, os primeiros consumiram “mais tempo, detalhe e interesse por parte dos participantes” de seus Congressos, enquanto as segundas “não passaram de algumas generalidades de inspiração católica e afirmações bem-intencionadas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 459). A maior preocupação da CIDC, portanto, concentrou-se na repressão e nas propostas de *extermínio* do comunismo e dos comunistas da América Latina.

A maior parte das propostas de seus Congressos estiveram assim concentradas “em torno da melhoria das tecnologias de detecção dos comunistas e seus ‘lacaiois’ e da perseguição de possíveis agentes soviéticos ou daqueles que eram fundamentais para sua expansão” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 459). A CIDC orientou que seus membros desenvolvessem “em cada país a atividade de sinalizar ou desmascarar supostas células comunistas entre professores, sindicalistas, funcionários públicos, intelectuais e organizações culturais” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 452). “Vigiar e exterminar” o comunismo e os comunistas em todos os setores da existência social latinoamericana, então, foi o eixo programático da CIDC que, embora “irrealizado”, ao menos foi proposto. Como visto, a CIDC preocupou-se especialmente com os funcionários públicos “que desempenhavam funções nas áreas de educação, relações exteriores e, principalmente, nas Forças Armadas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 452). “Direitos como liberdade de cátedra, de expressão ou de sindicalização foram questionadas como armas de dois gumes dado que permitiam a aceitação gradual de ideias e utopias entre jovens, trabalhadores e amplos setores sociais sem opinião formada” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 452).

A CIDC sustentou que, diante da “infiltração comunista” nesses setores estratégicos, os institutos democráticos de defesa do Estado estariam juridicamente obsoletos. Era preciso renová-los e reforçá-los, reformando-se Códigos Penais e criando-se legislações repressivas específicas contra os comunistas. A proposta da CIDC para o campo da educação, em específico, defendeu o estabelecimento de um sistema de “vigilância rígida sobre os docentes e os conteúdos curriculares que realizavam: era necessário aplicar abordagens inovadoras e produzir novos textos escolares declaradamente antimarxistas tanto para o ensino primário como para o ensino médio” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 453). A questão sobre os estudantes latino-americanos

preocupou a CIDC em duas frentes principais: “primeiro, porque os docentes de todos os níveis eram suspeitos de estar ‘envenenando as almas’ dos jovens e, em segundo lugar, alertava que a juventude, concebida como a faixa etária mais influenciável, fosse manipulada” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 453).

Dessa forma, um projeto para monitorar e *exterminar* o comunismo e os comunistas na América Latina, predisposto a “caçar” os “infiltrados” em praticamente todos os setores da vida social do hemisfério, “dependia da capacidade dos militantes de vigiar a maior quantidade possível de espaços e pessoas em cada país e, por sua vez, na convergência e coordenação de esforços entre as organizações envolvidas nessa mesma batalha” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 455). Para operacionalizar esse programa anticomunista hemisférico, como destacam Bohoslavsky e Broquetas, a CIDC “definiu a criação de centros anticomunistas em cada país, encarregados de dirigir de maneira concertada as atividades das organizações que atuavam em diferentes frentes”, aventando-se “a ideia de um escritório hemisférico que recebesse e compartilhasse as informações coletadas em cada país” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 455).

Nesse ponto, enxergando-se como um *Organismo Técnico de Ação Privada*, a CIDC foi pioneira em insistir que não seria possível guerrear o comunismo e os comunistas em uma dimensão continental sem a cooperação com governos e Estados. Por isso sugeriu uma “parceria público-privada” para criar uma seção técnica de controle das atividades comunistas no hemisfério, para monitorar estatisticamente o movimento comunista e, o mais importante, para estabelecer um Centro Interamericano de Informação Anticomunista. Este projeto da CIDC centralizaria informações sobre “os líderes comunistas mais ativos” baseando-se no “sistema de kardex biográfico”, isto é, uma estrutura de fichas para controlar e monitorar “o estoque” comunista na América Latina com “um *índice continental do comunismo*”. Tudo centralizado em um Banco de Dados hemisférico composto por “um arquivo de informação sobre pessoas e organizações” denunciadas como comunistas. O Banco de Dados deveria ser regularmente alimentado por informes das “atividades subversivas dos agentes comunistas” enviados à matriz do Centro Interamericano pelos membros da CIDC em cooperação com seus “tão sonhados” parceiros governamentais e de Estado.

A *utópica* CIDC “sonhou” alto, não? Esteve à frente de seu tempo histórico no quesito repressão. Na década de 1950, ela não conseguiu concretizar um projeto “antissubversivo” de

espionagem política com essa envergadura. Contudo, seu Centro Interamericano de Informação Anticomunista não faz ressoar um sistema “antissubversivo” que seria criado, na década de 1970, pelas ditaduras militares sul-americanas conhecido como Operação Condor? E mais, como se verá no CAPÍTULO 5, o Sistema Condor não seria constituído a partir de um Banco de Dados hemisférico para a “cooperação mútua entre os serviços de inteligência militar, para coordenar a vigilância política de dissidentes visados e trocar informações de inteligência” (MCSHERRY, 2005: 5).

O Condor não seria “el coordinador internacional de la represión anticomunista del Cono Sur” (IRUSTA MEDRANO, 1997: 360)? Nesse sentido, não teria sido ele a concretização na década de 1970 do “sonho sonhado” pela CIDC, na década de 1950, de vigiar e *exterminar* “subversivos” no continente? Se a CIDC *propusera* o *extermínio* comunista na América Latina, alertando para a necessidade de um Centro Interamericano de Informações Anticomunista para operacionalizá-lo, não foi o Condor que realizou esse “tão sonhado” genocídio político? Enfim, acredita-se que não é uma extravagância circunscrever a CIDC como um protótipo *utópico* do Sistema Condor<sup>211</sup>. A *utopia* reacionária *exterminista* da CIDC não seria *realizada* posteriormente pelas ditaduras militares da América do Sul em associação com a ultradireita anticomunista regional? Os Condores militares também não “leram” e combateram o comunismo e os comunistas como se estivessem lutando uma III Guerra Mundial?

Ainda nesse ponto, insista-se em uma “pista” histórica que pode mostrar que não é extravagante considerar a CIDC como um protótipo longínquo do Sistema Condor. Em 1958, os confederados anticomunistas presididos pelo almirante Penna Botto propuseram a criação de um Centro Interamericano de Informação Anticomunista para “formar y mantener un archivo de información sobre personas y organizaciones acusadas de actividades comunistas en todo el Continente, por medio de *un index continental del comunismo*” que deveria contar com “la clasificación ordenada de los más activos líderes comunistas, bajo un sistema de kardex

---

<sup>211</sup> O utopismo reacionário da CIDC soa “infantil” perto do terrorismo de Estado dos Condores militares da década de 1970. Pense-se, neste aspecto, que o índice continental do comunismo proposto pelo Centro Interamericano de Informação Anticomunista deveria constituir-se “con absoluta legalidade para que tengan validez ante los tribunales de justicia en caso de elevar a proceso la acusación contra un determinado elemento comunista” (CIDC, 1961: 395). A despeito de seu exterminismo ideológico, formalmente e com as ressalvas sobre o que seria na prática a hermenêutica jurídica da CIDC, ela ao menos previra algum tipo de “julgamento” dos “elementos comunistas”. Os Condores militares, ao contrário, buscaram contornar seus próprios sistemas de Justiça, trocando clandestinamente “subversivos” presos, executando-os e desaparecendo com uma porção deles.

biográfico” (CIDC, 1961: 395). Em 1975, na I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional que formalizaria o Sistema Condor no Chile, previu-se a criação de “un Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Organizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión” (R0022F0158). A “coincidência” mais impressionante, o Condor operaria com o *sistema kardex*, recomendando sua ata de fundação:

Iniciar a partir de esta fecha los contactos bilateral o multilateral, a voluntad de los respectivos países aquí participantes, para **el intercambio de información subversiva, abriendo propios o nuevos Kardex de antecedentes de los respectivos Servicios**. 2. Recomendamos, **la formación de una Oficina Coordinadora, destinada a proporcionar antecedentes de personas y organizaciones conectadas con la Subversión**. 3. Recomendamos, se estudie la proposición de establecer un Sistema de contacto periódico entre los Servicios de Inteligencia mediante la aprobación o modificación de lo propuesto para normalizar este tipo de encuentros (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975, grifo meu)

Nota-se, com isso, que os serviços militares de espionagem “antissubversiva” dos Estados latinoamericanos operariam com o chamado *sistema kardex* na década de 1970, um mecanismo de monitoramento e controle de estoques de mercadoria e/ou informações típico de empresas privadas e repartições públicas. A CIDC sabia das coisas, não? Esteve muito bem informada. Não que ela tenha “criado” o Condor *avant la lettre*, muito longe disso. Não é isso o que se afirma aqui. Dizer que a CIDC foi um protótipo longínquo do Condor, e existiram outros<sup>212</sup>, não invalida que a razão de ser do terrorismo transnacional de Estado condorense respondeu precisamente à especificidade do contexto histórico-ideológico de sua época: emergiu das lutas de classe na América Latina da década de 1970. Mas os *cruzados* da CIDC, que propuseram de modo pioneiro e detalhado um

---

<sup>212</sup> E a CIDC não foi o único protótipo mais longínquo de uma pactuação regional “antissubversiva”. Com todas as ressalvas necessárias, i.e., cada contexto histórico específico impulsiona as suas próprias “respostas” ideológicas repressivas na conjuntura particular da luta de classes, hoje localiza-se como o mais remoto protótipo do Condor o I Seminário Interpolicial de fevereiro de 1920 na Argentina, que discutiu maneiras de conter regionalmente “os indivíduos perigosos para a sociedade”. Ali foi assinado um Convênio Internacional Sul-americano de Polícia que buscou pactuar um intercâmbio regional de informações “sobre as tentativas ou execução de feitos anárquicos ou outros semelhantes (...) tendente á alteração da ordem social; bem assim sobre qualquer outro movimento que se possa considera subversivo ou affecte a mesma ordem social”. Aqui também soa “infantil”, se comparado ao terrorismo transnacional de Estado da Condor, algumas cláusulas desse convênio que buscavam julgar, prender e extraditar “subversivos” em trânsito na América do Sul. Os Condores militares acabaram com essa “brincadeira (jurídica) de criança”. Trocaram “subversivos” presos clandestinamente, executando-os e desaparecendo com uma porção deles. E, como também se verá no CAPÍTULO 5, existiram inúmeros protótipos criados um pouco antes da formalização do Condor no Chile de Pinochet. Adiantem-se três: o I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul, realizado em 1974 na Argentina; a XI Conferência dos Exércitos Americanos (CEA) de 1975 no Uruguai; e, conforme será proposto aqui, um encontro anticomunista latinoamericano realizado, entre novembro e dezembro de 1974, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI) da ditadura militar brasileira.



sistema hemisférico de vigilância e *exterminio* de “subversivos”, foram mais antigos do que os operadores do Condor.

E “o diabo é o diabo porque é velho”, não é mesmo? Assim que o estudo da CIDC ajuda a reconsiderar alguma dimensão da própria historiografia da Condor, que precisa ser inscrita em um processo mais amplo e de longa duração do internacionalismo anticomunista no hemisfério. E a CIDC foi, sem dúvida, um “*case* de sucesso”, apesar de seu fracasso. Seja como for, outro projeto da CIDC no qual ela deu “um passo maior do que a perna” – mas que igualmente seria tentado na década de 1970, como se verá no CAPÍTULO 5, por uma Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL) – consistiu em seu plano de criar uma Organización Interamericana de Periodistas Anticomunistas (OIPA). Esta deveria criar um boletim informativo próprio da CIDC, mas, com a prisão de seu encarregado Salvador Diaz-Versón pela Revolução Cubana, coube à *Revista de Estudios sobre el Comunismo*, editada pelo ex-senador chileno Sergio Fernández Lararín, fazer “as vezes de publicação da Confederação” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 455).

A CIDC buscou instrumentalizar, ademais, uma gigantesca gama de medidas voltadas a “pressionar a ONU, romper relações com o bloco soviético, criar cooperativas, treinar trabalhadores quanto ao bom comportamento, monitorar os estudantes e seus professores” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 458-459). As Resoluções de todos os seus Congressos enfatizaram que “a prioridade era chegar a cada lugar da sociedade e incidir efetivamente na opinião pública”, recomendando “publicar livros e folhetos, usando linguagem simples, realizar congressos por áreas de atividades e aproveitar o rádio e a televisão como meios de propaganda anticomunista” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 454). Nesse aspecto, Prieto Laurens se gabaria, como visto, de que a CIDC havia despejado “toneladas de propaganda” anticomunista na América Latina. Diante de projetos tão “megalomaniacos”, Bohoslavsky e Broquetas impressionam-se, por exemplo, com a *desmedida* entre as reais forças da CIDC e seus “sonhos” tão “ousados” e “irreais”.

Mas não é justamente esse *gap* que demarca uma *utopia* reacionária? Para os historiadores uruguaios, “nos congressos há uma exasperante produção de propostas, declarações e iniciativas, que no olhar retrospectivo, parecem completamente desmedidas para as capacidades minguadas que a Confederação Interamericana de Defesa do Continente tinha” (BOHOSLAVSKY;

BROQUETAS, 2018: 458-459). Sem dúvida a CIDC não reuniu as mínimas condições para colocar totalmente em prática suas propostas, declarações e planos pantagruélicos. Mas, como advertido por Cañón Voirin, o aspecto mais efetivo da *utopia* reacionária da CIDC não teria sido a “pavimentação” dos “caminos al terrorismo de Estado” futuro? Estão corretíssimos Bohoslavsky e Broquetas quando anotam essa *desmedida*. O único adendo que se repetiria é que, em termos ideológicos, o *utopismo* da ultradireita confederada na CIDC “cumplió el papel de proveer los marcos de interpretación y representación de la realidad de su tiempo, haciendo del marxismo un ente terrorífico que atacaba a las bases mismas de la sociedad occidental y cristiana” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 309). Já se disse, além disso, que o “demérito” de uma *utopia*, qualquer que seja, é propor algo que não encontra condições históricas objetivas para sua concretização; e seu “mérito” é justamente sua parte ideológica propositiva, de “sonhar” um futuro. E a CIDC fez isso, propôs um plano de “vigiar e exterminar” o comunismo e os comunistas na América Latina que, futuramente, vingaria. Não por “mérito” exclusivo de seus *cruzados*, obviamente, mas algum crédito lhes é preciso atribuir: foram os primeiros a *proporem* e trabalharem incansavelmente por uma “Internacional Anticomunista”, no hemisfério e além.

O historiador chileno Manuel Casals aponta para esse pioneirismo da CIDC, que foi muito efetiva ao ensinar a seus membros “o potencial do anticomunismo como base para a ação política dentro e fora das fronteiras do país” (CASALS, 2019: 545). Em seu estudo da participação do ex-senador chileno Fernández Larraín na CIDC, o historiador salienta que, se é verdade que o anticomunismo no Chile antecedeu e muito a Guerra Fria, a CIDC também ali representou uma novidade histórica em termos de integração regional e internacionalização anticomunista. “Na verdade, foi através do anticomunismo que a direita tradicional, composta dos antigos partidos conservadores e liberais, foi capaz de se projetar para além do Chile e estabelecer contato com movimentos e organizações similares na América Latina e outras regiões” (CASALS, 2019: 546). E a oportunidade para a criação dessas redes anticomunistas regionais “vieram do estabelecimento do Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina e dos avisos e denúncias aí implantadas” (CASALS, 2019: 546). Antes de ascender meteoricamente nos quadros de poder da CIDC, Fernández Larraín construíra sua carreira política no Chile “denunciando e perseguindo o comunismo local para polêmicas com grupos social-cristãos baseados no anticomunismo” (CASALS, 2019: 546). Ele foi em seu tempo o anticomunista mais proeminente do Chile: “ao

mesmo tempo um representante político dos principais anseios da direita chilena e a mais sofisticada expressão do anticomunismo conservador” (CASALS, 2019: 546).

Essa experiência acumulada permitiu que ele se inserisse com sucesso nas redes latino-americanas dos anos 1950. Sua campanha contra o comunismo era focada na investigação e denúncia de pessoas, organizações e regimes supostamente de inspiração comunista. Ele também advogou pela promulgação de legislação que excluiria do sistema político e reprimiria qualquer um tachado como comunista. Recomendações semelhantes emergiram dos quatro Congressos (CASALS, 2019: 546)

Note-se aqui que o presidente da CIDC Penna Botto, com sua Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), era também o “campeão” em denunciar “comunistas” no Brasil. Longe de ter chegado ao Senado como um Fernández Larraín, é curioso notar uma semelhança entre eles. *Pennabotitismo* virou sinônimo na imprensa de época de um *macarthismo* à brasileira e, no Chile, Fernández Larraín “era conhecido – em tom debochado – como o ‘McCarthy de Melipilla’, referindo-se ao seu local de nascimento” (CASALS, 2019: 542). O que importa demarcar, enfim, é que a “rede transnacional anticomunista” entretecida pelos Congressos da CIDC “foi bem-sucedida em sua tentativa de transformar a política latino-americana em um conflito entre forças ‘democráticas’ e ‘totalitárias’”, cumprindo sua função ideológica de circunscrever o anticomunismo da América Latina na “lógica bipolar da Guerra Fria” (CASALS, 2019: 546-547).

Apesar da evidente *desmedida* entre os planos “mirabolantes” da CIDC e seu reduzido poder econômico e político para efetivá-los, o grupo conseguiu realizar quatro Congressos, de 1954 a 1958, que *produziram, socializaram e disseminaram* “informações e diagnósticos sobre situações nacionais” cujos dados “foram recompilados pelos delegados e exibidos em volumosas compilações documentais” (BOHOSLAVASKY; BROQUETAS, 2018: 454). “Estas monografias – entre as quais também circularam aquelas que revelavam os ‘horrores’ da vida em territórios sob domínio soviético – serviram de base para a confecção de folhetos, panfletos e dossiês sobre temas específicos que mais tarde circularam nos países representados nos congressos” (BOHOSLAVASKY; BROQUETAS, 2018: 454).

Uma conclusão feita por Casals para o caso dos dirigentes da CIDC-Chile, mas que deve ser estendida para todos os confederados anticomunistas presididos pelo almirante Penna Botto, assinala que, “após décadas de denúncia do comunismo dentro do Chile, **eles chegaram à conclusão de que uma ameaça continental exigia uma resposta continental** – o que era agora possível graças à guinada conservadora adotada pelos Estados latino-americanos após o fim da

Segunda Guerra Mundial” (CASALS, 2019: 547, grifo). Em suma, embora a CIDC não tenha podido realizar integralmente o seu projeto hemisférico – nesse sentido constituiu um projeto em parte “irrealizado” –, sem dúvida, seus Congressos e congressistas foram pioneiros na incorporação dessa lição nunca mais esquecida pelo internacionalismo anticomunista da América Latina: *uma ameaça continental exige uma resposta continental*<sup>213</sup>. Ao enfatizar o ineditismo dessa estratégia internacionalista da ultradireita na América Latina, Cañón Voirin destaca que, se é verdade que “existieron doctrinas anticomunistas antes de la CIDC”, antes dela “no tuvieron eco en el continente: la CIDC les dio cuerpo y vida, la difundió” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 99).

A CIDC foi assim um importante veículo de conscientização ideológica da ultradireita latinoamericana, e não apenas no sentido de lhe advertir para a necessidade de uma resposta anticomunista continental à ameaça comunista no hemisfério. Ela foi ainda muito mais longe, realizando viagens extracontinentais e transoceânicas e, então, foi capaz de inserir a extrema-direita latinoamericana nas principais redes globais anticomunistas da Guerra Fria: a APACL, o ABN e o CIAS. E tentou convocar com essas três organizações, na Conferência Preparatória que hospedou no México, em março de 1958, um Congresso Mundial Anticomunista que serviria de base para uma “tão sonhada” Liga Mundial Anticomunista. Mesmo que a empreitada tenha falhado, serviu como o primeiro “ensaio geral” de uma “Internacional Anticomunista”.

A CIDC, portanto, ao ter se incorporado nas redes globais da ultradireita da APACL, ABN e CIAS, aprendeu mais uma lição incorporada pelos anticomunistas da América Latina: *uma ameaça global exige uma resposta global*. Bohoslavsky e Broquetas também sinalizam para essa envergadura transoceânica do arco de alianças da CIDC: “a solidariedade americana com a luta anticomunista e com a resistência nos territórios sob o domínio soviético esteve sempre presente através do convite de delegados, mas também por meio de declarações e gestos simbólicos que apontavam a consolidar a ideia de uma luta unificada a nível planetário” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 449). Uma rápida leitura da Agenda elaborada pela Conferência

---

<sup>213</sup> Note-se que na ata de fundação da Condor, assinada no Chile, em 1975, o coronel Manuel Contreras Sepúlveda justificou a necessidade de um Sistema de Coordenação, Inteligência e Segurança com essa mesma premissa: uma ameaça continental exige uma resposta continental. Diria a seus congêneres militares que “la Subversión ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras” (CONTRERAS SEPÚLVEDA in R002F0157). Daí a necessidade dos Condores militares superarem os “acuerdos de caballeros” e estabelecerem “una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias”, con “el uso del Banco de Datos”, “algo similar a lo que tiene INTERPOL, en Paris, pero dedicado a la Subversión” (CONTRERAS SEPÚLVEDA in R002F0157).

Preparatória de 1958 para o Congresso Mundial Anticomunista revela mais uma coisa: o *utopismo* reacionário da CIDC foi compartilhado *in totum* especialmente pela APACL e pelo ABN.

Essas três organizações de modo mais decidido, embora de forma absolutamente *utópica* – já que inexistiam condições objetivas para a realização de seu projeto de lançar uma *guerra* planetária que fizesse o comunismo retroceder (*rollback*) na Rússia, Europa Oriental, China continental e Ásia –, ao menos “sonharam” juntas sua política de “libertação” de “povos e nações subjugados pelo comunismo”. Nota-se que também no caso do ABN e da APACL – mesmo que esta fosse a expressão oficial de poderosas ditaduras anticomunistas do Extremo Oriente – existiu uma *desmedida* entre seu projeto “megalomaniaco” de lançar uma *guerra total* contra o comunismo e seus meios objetivamente limitados de concretizá-lo. O “demérito” dessas *utopias* reacionárias consistiu no fato de terem proposto uma estratégia anticomunista de tal modo agressiva que, na prática, eram inexecutáveis, a não para quem estivesse “em paz” (como Penna Botto) com a deflagração de uma III Guerra Mundial. Seu “mérito” foi justamente propor uma ofensiva anticomunista global que, embora inexecutável, contribuiu para organizar e coesionar para a guerra contra o comunismo linhagens da ultradireita alucinada do mundo todo.

Historicamente, portanto, a CIDC foi a contraparte latinoamericana de uma APACL e de um ABN. Inclusive, a compreensão histórica da CIDC como parte desse internacionalismo da ultradireita contribui para uma reconsideração de cronologias e hipóteses historiográficas a respeito das contrarrevoluções anticomunistas da Guerra Fria na América Latina. Como bem observa o historiador Manuel Casals, “compreender as mudanças experimentadas pelas forças contrarrevolucionárias durante os anos 1950 nos permite repensar cronologias estabelecidas e suposições comuns sobre a Guerra Fria latino-americana como um todo” (CASALS, 2019: 547). O que demonstra o estudo da CIDC, pensando-se, por exemplo, na destruição da CIDC-Cuba pela Revolução vitoriosa em 1º de janeiro de 1959? A contrarrevolução cubana já havia começado antes e, mais importante, seus agentes estavam conectados com a extrema-direita da América Latina. Lembre-se que Ernesto de la Fe e Salvador Diaz-Versón, quando foram presos pela Revolução Cubana, eram secretário-geral e vice-presidente da CIDC, respectivamente. Em suma, a Guerra Fria latinoamericana não “começou” com a vitória revolucionária cubana. A contrarrevolução anticomunista na América Latina já havia começado antes. Mas, quando precisamente? Com a vitória da Revolução de Outubro de 1944 na Guatemala e, em particular, com o lançamento do

Projeto PBSUCCESS da CIA e da administração Eisenhower para derrubar seu herdeiro político, o presidente Jacobo Arbenz. Ali teve início propriamente a contrarrevolução da Guerra Fria no hemisfério.

E não foi a Operação PBSUCCESS que, com sua suboperação KUGOWN, assentou as bases fundacionais da CIDC ao ter financiado, organizado e nomeado o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina para servir de “cortina de fumaça” ao golpe de Estado contra Arbenz? Ou seja, a gênese histórica da CIDC deitou raízes na contrarrevolução guatemalteca e, depois, lançou-se em “sonhos” de organizar e promover uma miríade de contrarrevoluções por toda a América Latina.

Chamando atenção para esse ponto, Marcelo Casals destaca como a análise histórica da CIDC pode contribuir para uma readequação de cronologias, periodizações e hipóteses historiográficas sobre a contrarrevolução anticomunista e a extrema-direita na América Latina. Segundo o historiador chileno, “embora uma importante parte dos estudos históricos tenha lidado com questões como revolução, radicalização, violência política e contrarrevolução na onda da Revolução Cubana, nem tudo começou na década de 1960” (CASALS, 2019: 547). Na mesma direção, também os historiadores uruguaios Bohoslavsky e Broquetas destacam que o aprofundamento das pesquisas históricas sobre os Congressos da CIDC “permite revisar a cronologia tradicionalmente usada para estudar a Guerra Fria na América Latina”, advertindo para “a inconveniência de se tomar a Revolução Cubana como o gatilho da histeria anticomunista no continente” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 458).

**Os estudos dos congressos [da CIDC] permite questionar a ideia de que foi a Revolução Cubana que despertou ou estimulou o anticomunismo na América Latina:** ao contrário, a percepção de que o comunismo era uma ameaça para a integridade territorial, moral e religiosa do continente precedeu não somente ao momento em que Fidel Castro explicitou seu marxismo-leninismo em 1961, mas, inclusive, ao desembarque do *Granma* (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 440, grifo meu)

Em suma, a análise histórica dos Congressos da CIDC permite, assim, uma inscrição historiográfica mais adequada da “realização desses encontros em uma história mais ampla, em um sentido geográfico e cronológico. Na área geográfica, vale a pena lembrar que os congressos latino-americanos tiveram ligações com redes, organizações e militantes anticomunistas da Europa Oriental, da Ásia e da América do Norte” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 458). Este CAPÍTULO, enfim, encerra-se justamente tecendo algumas considerações e conjecturas sobre

esses últimos, os “amigos norteamericanos” da CIDC. Em que medida eles estiveram por detrás de *todos* ou apenas de *alguns* de seus Congressos?

De um lado, não há dúvidas sobre o teor das alianças estabelecidas pela CIDC com seus “amigos” asiáticos da APACL e do exílio do leste europeu organizado no ABN. Mas qual foi o tipo de relações que a CIDC manteve com seus “amigos” dos EUA? Quem foram eles? Entre os poucos autores que até agora estudaram a história da CIDC, não há divergência, e nem poderia haver, sobre quem esteve por detrás do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1954 no México. Existem documentos desclassificados da CIA comprovando toda a trama golpista da administração Eisenhower contra a presidência de Arbenz na Guatemala via Programa PBSUCCESS e, como uma de suas suboperações, a KUGOWN, incumbiu-se o mexicano Prieto Laurens de organizar o I Congresso da CIDC.

Não existem dúvidas, portanto, quanto ao I Congresso: a CIA o financiou pela bagatela de 25 mil dólares, articulando sua organização com Prieto Laurens e, depois de aventar um primeiro nome – *Congreso de los vencedores del comunismo* – chegou-se ao nome definitivo. Era preciso caracterizar uma “Intervenção Soviética na América Latina” e, particularmente, denunciar publicamente que ela já estava em curso na Guatemala de Arbenz. “Terceirizou-se” o trabalho de propaganda política. O verdadeiro autor desse tipo de operação psicológica anticomunista deve permanecer sempre invisível, uma “regra de ouro” do *Anti-Komintern* nazista à CIA: daí a convocação dos expoentes da ultradireita da América Latina para fazerem o trabalho sujo, isto é, apagar as digitais norte-americanas de um golpe de Estado *made in USA*. A Operação PBSUCCESS foi, portanto, a verdadeira “intervenção na América Latina” na Guerra Fria. Não foi soviética, mas norteamericana. O objetivo, conforme analisado acima, foi barrar as reformas democráticas da Revolução de Outubro de 1944 na Guatemala em benefício da *United Fruit Cia.* e, para isso, era preciso liquidar o presidente Jacobo Arbenz. O plano golpista foi um “sucesso” e a CIA o tratou como um modelo exemplar para outras intervenções do gênero na Guerra Fria, lamentando não ter replicado o modelo no Vietnã<sup>214</sup>.

---

<sup>214</sup> “Após 1954, todas as ações políticas – em defesa ou oposição ao status quo – se dividiram de acordo com as prioridades da Guerra Fria. (...) Che Guevara, que testemunhou em primeira mão a destruição da Revolução de Outubro, repetidamente insultou os Estados Unidos em seus discursos de que ‘Cuba não será a Guatemala’. De sua parte, os Estados Unidos tentariam replicar sua operação de 1954 sete anos depois, com a desastrosa invasão da Baía dos Porcos. Ao longo das próximas três décadas, os Estados Unidos continuaram a prover as forças de segurança guatemaltecas com o contínuo suprimento de equipamento, treinamento e financiamento, inclusive com a repressão

Porém, e quanto aos demais Congressos da CIDC? Quem pagou a conta? A historiografia recentemente instituída sobre o assunto não se aprofunda nesse questionamento vital. A CIA “investiu” 25 dólares no I Congresso de 1954 no México. Os outros três – o II de 1955 no Brasil, o III de 1957 no Peru e o IV de 1958 na Guatemala – foram maiores e, portanto, devem ter custado mais, correto? Sequer questiona-se quem teria pagado essa conta? Mistérios... Ainda não se sabe. Contudo, apesar disso, os mais importantes e imprescindíveis expoentes da historiografia sobre o tema parecem subitamente mudar de rota. Sem existir, hoje, uma robusta documentação – como aquela referente ao I Congresso de 1954 organizado ostensivamente por Prieto Laurens e secretamente pela CIA – sobre os três últimos Congressos da CIDC, a maior parte dos autores parece mudar de rota analítica. E para onde leva a rota tomada? Atribuir maior *autonomia* até chegar-se à *independência* dos demais Congressos da CIDC em relação a Washington – na dicção de Manuel Casals, por exemplo. Mas a inexistência de documentos é prova histórica de algo? Repita-se, sem os expressivos historiadores que acabam tomando essa rota, não se vai a lugar algum. São imprescindíveis para qualquer estudo da CIDC. Porém, em um cenário de insuficiência crônica de pesquisas concretas e monografias particularizadas sobre o tema, acabam se “apressando” em afirmar de maneira categórica que ela inexistiu, uma vez que hoje não é possível visualizar a presença dos EUA nos demais Congressos da CIDC.

Uma vez “descartada” a gestão ostensiva e/ou oculta dos EUA nos encontros regionais da CIDC de 1955 no Brasil, de 1957 no Peru e de 1958 na Guatemala, a maior parte dos autores passa a exaltar a especificidade das dinâmicas locais e regionais dos anticomunistas da América Latina em sua interação enquanto atores ativos e com consciência própria que responderam, ideologicamente, a seus próprios interesses em uma *cruzada* contra o comunismo continental. Perfeito. Enfatizam corretamente um dado que precisa ser sempre repisado: o anticomunismo na América Latina nunca foi um epifenômeno, uma “derivação” mecânica ou um “subproduto importado” do imperialismo norteamericano ao hemisfério. De acordo total. Essas são considerações salutares que reforçam a necessidade de aprofundar a escavação específica do objeto específico, no caso a CIDC, como um complexo da ultradireita da América Latina em interação

---

política crescendo ferozmente. Práticas ensaiadas na Guatemala – tais como operações secretas de desestabilização e assassinatos por esquadrões da morte conduzidos por agências de inteligência profissionalizadas – se espalharam por toda a região nas décadas seguintes. Conforme Washington crescentemente lamentava o Vietnã como um fracasso, continuava a considerar a Guatemala um sucesso” (GRANDING, 2004: 05).



com as principais organizações anticomunistas globais da Guerra Fria: APACL, ABN, CIAS etc. O governo Eisenhower e a CIA podem ter organizado, financiado e nomeado o primeiro encontro da ultradireita anticomunista latinoamericana em 1954, mas não são os “demiurgos” das dinâmicas da extrema-direita contrarrevolucionária do hemisfério. Mais uma vez, corretíssimo. Nesse sentido, Cañón Voirin acerta em cheio ao dizer que os membros da CIDC “no fueron, o al menos no siempre, meros mediadores pasivos” da política anticomunista dos EUA para a América Latina (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 84).

No entanto, uma coisa é enfatizar a “autonomia relativa” da CIDC em relação aos desígnios contrarrevolucionários de Washington para o hemisfério, outra coisa bem diferente é afirmar categoricamente, em um cenário de “inexistencia de investigaciones sobre la CIDC” (CAÑÓN VOIRIN, 2019: 79), sua “independência” em relação aos EUA. Talvez fosse preciso mais cautela ao se afirmar que “en el caso específico de la CIDC se trató de un ator autónomo e independiente, que escapaba a su control” (CAÑÓN VOIRIN, 2017: 85). Mas como isso? De que forma “independente”? De que modo “fora do controle” dos EUA? Um almirante como Penna Botto, presidente da CIDC, algum dia “saiu do controle” ou decretou-se “independente” de seus “amigos” norteamericanos – militares, diplomatas, operadores da CIA, do FBI<sup>215</sup>, propagandistas da USIA, do Departamento de Estado? Logo ele, para quem “os EUA são os melhores amigos do Brasil”.

É ainda muito cedo para esse tipo de afirmação categórica. Todavia, a crítica aportada é para avançar *com* os historiadores em questão e, sem eles, não se avança um milímetro no campo recém-constituído dos estudos históricos da CIDC. Outros historiadores tão importantes como Bohoslavsky e Broquetas tendem também a atribuir um grau de autonomia excessivo à CIDC em relação aos desígnios estratégicos de Washington para a América Latina. Ressalvam que é preciso maior especificação sobre quais foram as ações desenvolvidas pela CIDC “e quais foram as práticas anticomunistas lançadas, promovidas ou inspiradas por governos latino-americanos e organizações hemisféricas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 441).

---

<sup>215</sup> Recorde-se que o historiador brasileiro Vicente Gil da Silva (2020) identificou “o espancador Cecil Borer”, policial veterano no antigo Distrito Federal, como um representante do FBI no Brasil. Aqui, identificou-se que Borer era membro da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), presidida por Penna Botto, e participou do II Congresso de 1955 no Rio de Janeiro como dirigente da CIDC-Brasil.

Embora mantenham o cuidado analítico de não “eximir às agências norte-americanas de inteligência de suas responsabilidades na intervenção e espionagem fora de suas fronteiras”, Bohoslavsky e Broquetas tendem a sublinhar, contudo, que a CIDC nem sempre esteve “em diálogo com os interesses [norte-]americanos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 441). Como isso? Em qual momento os *cruzados* da CIDC não teriam mantido um diálogo “com os interesses” dos EUA? Excetuando uma intervenção *anti-yankee* logo expurgada do “bagunçado” I Congresso de 1954 no México – cuja “bagunça” exasperou a CIA e a indisputou com seu organizador “bagunceiro”, o “incontrolável” Prieto Laurens –, a CIDC *sempre* seguiu a “estrela-guia” dos EUA. E a CIA não “resolveu” o “problema Prieto Laurens” colocando Penna Botto como chefe da empreitada, isto é, da CIDC? Pronto. “Resolvido”.

Os EUA substituíram um mexicano “desorganizado” e “indomável” por militar brasileiro servil e ultradisciplinado. Pode-se dizer, inclusive, que a CIDC transpôs para o nível hemisférico a “filosofia” de seu presidente Penna Botto: “Os EUA são os melhores amigos da América Latina”. Ou que incorporou de modo permanente a “sabedoria” de seu dirigente argentino Andres de Cicco: “Não há outra disjuntiva: Washington ou Moscou<sup>216</sup>. Em todos seus Congressos, a despeito das “numerosas dificuldades que tiveram os representantes de países e de organizações para acordar identidades, discursos e práticas compartilhadas” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 440), a CIDC foi muito bem sucedida em coesionar ideologicamente as linhagens da ultradireita da América Latina, confederando-as com um pressuposto básico: haveria “uma contradição insolúvel entre o ‘mundo livre’, liderado por Washington, e a ameaça totalitária, liderada por Moscou” (CASALS, 2019: 524). Contudo, apesar disso, a nascente historiografia sobre o tema parece adotar uma tônica que exclui de plano a gestão pública e/ou oculta dos EUA dos três últimos Congressos da CIDC. Depois do I Congresso de 1954 no México, organizado, financiado e nomeado pela CIA, de súbito, Washington teria “pulado fora do barco”. Será? Um historiador tão expressivo como o chileno Marcelo Casals, embora fazendo considerações de suma importância, extrapola a *autonomia* da CIDC em relação aos EUA:

Enquanto o Primeiro Congresso foi organizado com o apoio da CIA, aqueles que se seguiram – e as redes transnacionais organizadas em torno desses eventos – tiveram um

---

<sup>216</sup> O historiador chileno Manuel Casals observa corretamente que, “a despeito de algumas divergências iniciais, os congressos identificaram os Estados Unidos como o principal fiador contra a ameaça vermelha global” e “qualquer crítica da liderança do poder do norte – isto é, qualquer postura anti-imperialista – foi entendida como uma estratégia dos comunistas para avançarem suas posições sobre o continente” (CASALS, 2019: 524).

importante grau de autonomia em relação a Washington. O anticomunismo, nesse sentido, não foi implantado na América Latina pelos Estados Unidos. Ele foi parte dos conflitos políticos locais e regionais; uma maneira de dar sentido às realidades políticas complexas como regimes populares nacionais ou ditadura militar conservadora (CASALS, 2019: 546)

Perfeito em um ponto: o anticomunismo da ultradireita latinoamericana, por mais “americanizado” que se encontre, como hoje, nunca foi um “produto de importação” *made in USA*. Correspondeu a dinâmicas locais, nacionais e regionais do acirramento da luta de classes e da contrarrevolução exercitada por um conjunto de burguesias de extração colonial que, por sua natureza histórica, são congenitamente autocráticas e, por sua atrofia estrutural de ser classe dominante dominada pelas burguesias centrais, apela periodicamente ao recurso bonapartista-militar para manter seu domínio indireto de classe contra governos populares e mobilizações de massa. Essa é a razão de ser das ditaduras, de seu terrorismo de Estado escancarado e de seus gestores militares do capital que parecem sempre estar envolvidos na política interna como “salvadores da pátria-nação”. Isso não é algo *made in USA*, sendo impossível “importar” essas determinações sócio-históricas. Marcelo Casals acerta em cheio ao dizer que “o anticomunismo, nesse sentido, não foi implantado na América Latina pelos Estados Unidos”. Mas como afirmar que a CIA “só” esteve por trás do I Congresso de 1954 no México?

Não seria muita pressa afirmá-lo nesse estágio historiográfico? Como dizer, de plano, que os outros três Congressos da CIDC “e as redes transnacionais organizadas em torno desses eventos” – ou seja, também a APACL, o ABN e o CIAS? – “tiveram um importante grau de autonomia em relação a Washington”? Quão *importante*? De que forma? Esse “importante grau de autonomia em relação a Washington” cai por terra, por exemplo, com uma descoberta do pesquisador Fernando Santomauro. Recorde-se. Quem elaborou o panfleto de convocação do II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina em 1955 no Brasil? Ah, essa é fácil: o organizador ostensivo do evento, a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto, correto? Errado. Santomauro comprovou que a convocatória do II Congresso da CIDC foi confeccionada pela seção paulista da *United States Information Agency* (USIA), o USIS São Paulo (SANTOMAURO, 2015: 205). Que “importante grau de de autonomia em relação a Washington” existe nisso? É preciso cautela. Há muito o que se investigar e descobrir. E mais, uma leitura atenta da documentação da CIA na organização do I Congresso de 1954 no México deixa entrever que “Washington” tinha um plano futuro para seus “amigos” latinoamericanos.

O que dissera o coronel Albert Haney, requisitado por Frank Wisner para ser um dos “cabeças” da PBSUCCESS, rapidamente trazido da Coreia do Sul para articular o golpe contra Arbenz? “O propósito secreto do congresso seria estabelecer um comitê no hemisfério para a libertação da Guatemala” e, atenção, no momento subsequente ele “poderia ser utilizado como um veículo de propaganda contínua” (CIA, 1954e: 1). Quem acreditaria que um “investimento” tão custoso (25 mil dólares) que reuniu a ultradireita anticomunista da América Latina seria subitamente “abandonado” no ano seguinte? A CIDC, formalizada com esse nome no Brasil em 1955, não teria servido como o “veículo de propaganda contínua” divisado pelo coronel da CIA? A suboperação KUGOWN, a frente de propaganda política secreta (“cortina de fumaça”) da PBSUCCESS, não poderia ter continuado e se prolongado via CIDC?

E a grande pergunta que não deveria calar, mas cala quando é esquecida: quem pagou a conta dos três últimos Congressos da CIDC? Não se sabe, mas é preciso indagar para um dia saber. E mais, quem pagou a conta das “toneladas de propaganda” (folhetos, livros, recortes, artigos na imprensa) que a CIDC enviou a todo o continente? Prieto Laurens não havia se gabado disso? Não é *muy probable* que a USIA custeou essas toneladas de propaganda política anticomunista da CIDC? Nenhum dirigente da CIDC tinha condições de custear isso. Não é mais provável, como sinalizou o coronel da PBSUCCESS/KUGOWN, que o plantel da ultradireita latinoamericana reunido pela CIA no México, em 1954, tenha sido utilizado depois pelos EUA como uma de suas “cortinas de fumaça” para a veiculação de propaganda anticomunista na região?

Há muito o que se descobrir, mas, por vezes, “quem tem pressa come cru”. Por que descartar o caminho de investigação historiográfica mais provável para afirmar, amparando-se na *ausência* de documentos, que a CIDC manteve “um importante grau de autonomia em relação a Washington”? Os historiadores Bohoslavsky e Broquetas são mais cautelosos, a sua vez, apontando que, “assim como Prieto Laurens, Penna Botto mantinha estreitos vínculos com agências anticomunistas dos Estados Unidos” (BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2018: 443). E já se viu como a suboperação KUGOWN chegou ao Brasil e “terceirizou” suas operações de guerra psicológica, incumbindo-as à Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto. Em 1954, a CIA produziu 300 mil panfletos contra a Guatemala de Arbenz, atribuiu sua autoria à CBA, contratou aviões e os arremessou na cidade do Rio de Janeiro e nas áreas industriais de São Paulo. “Esses lançamentos foram testemunhados por Pinckney”, criptônimo de Richard M. Bissel, vice-

diretor de Planos da CIA. Essa foi a suboperação KUGOWN, a face de propaganda política da PBSUCCESS. Um plano com uma envergadura e tanto, não, para ser “desmontado” um ano depois?

A historiografia deveria saber que sempre está um passo atrás dos *experts* da CIA. Eles tem acesso a arquivos e registros de operações (e algumas são *off records*) que historiadores sequer desconfiam da existência, embora muitos destes, sem conhecê-las, já descartam a possibilidade de que elas possam ter existido. O fato é que, se a CBA de Penna Botto contou com toda essa “logística” *made in USA*, porque a CIDC, da qual o almirante brasileiro era o presidente, deixaria de contar com ela?<sup>217</sup> E note-se o seguinte. Dois historiadores uruguaios, Mercedes Terra y Roberto García Ferreira, em um artigo concentrado sobre uma “sabotagem” comunista na represa de Rincón de Baygorria, demonstram como “el celo anticomunista con que el servicio de inteligencia policial uruguayo investigó un presunto ‘complot’ y las notorias diferencias habidas con los medios de prensa” (TERRA; GARCÍA FERREIRA, 2010: 250).

Concentram-se na “forma en que un conflicto gremial local se transforma en un ‘complot comunista’ de repercusiones internacionales, inclusive” (TERRA; GARCÍA FERREIRA, 2010: 250). Mas por que esse artigo vem ao caso justo agora, no fecho do CAPÍTULO 3? Simples. Os pesquisadores uruguaios mostram que a suposta sabotagem comunista na represa de Rincón de Baygorria foi explorada nos meios de imprensa uruguaio por alguns jornalistas nucleados na Organización Interamericana de Periodistas Anticomunista (OIPA), da CIDC. Tudo bem, mas o que isso tem a ver com a “hipótese” de que os EUA nunca deixaram de exercer uma gestão oculta na retaguarda da CIDC? Muito simples. Os argutos historiadores, nessa investigação localizada, descobriram um documento que *comprova* que a CIDC nunca deixou de ser utilizada pela CIA e pelo Departamento de Estado norteamericano em suas operações de tipo KUGOWN, isto é, propaganda política anticomunista “terceirizada” para toda a América Latina. Assim, Terra e

---

<sup>217</sup> Reitere-se que deve ser comemorado e saudado o esforço de uma nova e vibrante historiografia – recém-parida por Mario Virgilio Santiago Jiménez (2017), Julio Lisandro Cañón Voirin (2017), Ernesto Bohoslavsky e Magdalena Broquetas (2018) e Marcelo Casals (2019). Ela é extremamente feliz quando acentua o papel de um complexo de novos atores e agentes locais, nacionais e regionais da ultradireita da América Latina em conexão com as redes do anticomunismo global da Guerra Fria. Esses cinco autores pioneiros qualificam a análise historiográfica na medida em que procedem à análise específica do objeto específico, a CIDC e suas conexões com a ultradireita da Guerra Fria. A única ressalva feita aqui é que talvez se devesse ter uma cautela maior para que não se “descarte” a muy probable gestão oculta dos EUA na retaguarda da CIDC, e não apenas em seus três últimos Congressos, como também em sua vida pós-1958. Que existiu, como se verá no CAPÍTULO 4.

García Ferreira caracterizam a CIDC como “una organización que, como consta en un documento de la CIA, constituía uno de sus ‘canales’ públicos de trabajo en el continente americano ya que tenía ‘su propia prensa’” (TERRA; GARCÍA FERREIRA, 2010: 267).

O documento descoberto pelos uruguaiois compõe uma série de três memorandos, todos intitutados “Jacobó ARBENZ, ex-President of Guatemala – Operations Against”. Demonstram o *modus operandi* da CIA. Não basta derrubar um presidente constitucional de uma “República de Bananas” e colocar em seu lugar um “Coronel PANCHO” completamente servil aos interesses dos EUA. É preciso ir até o final. Destruir a reputação pública do alvo abatido, encomendar ao corpo psiquiátrico da CIA a elaboração de uma “análise de caráter” do ex-presidente e plantá-la na imprensa, ao lado de outros artigos que deveriam explorar o quadro alcoólico-depressivo desenvolvido por Arbenz no exílio e suas brigas matrimoniais. Não é apenas maldade, diria Maquiavel, são as razões de Estado, no caso, dos EUA<sup>218</sup>.

E foi justamente nas ações contra Arbenz no exílio que referido documento *comprova* que a CIDC continuou sendo utilizada pelos EUA. Três dias depois da chegada de Arbenz em Montevideu, Uruguai, em 13 de maio de 1957, Joseph Caldwell King, chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental da CIA, instruiu como se deveria seguir golpeando o ex-presidente deposto. “Com a concordância do Departamento de Estado, a Divisão do Hemisfério Ocidental agendou suas operações contra ARBENZ”, especificando:

Esta Divisão está usando, na maior parte, quatro canais para dirigir suas operações contra ARBENZ: a. O Governo da Guatemala e suas missões diplomáticas, via [CENSURADO] que tem acesso ao Presidente Castillo Armas; b. **A Confederação Inter-Americana pela Defesa do Continente, [CENSURADO] que tem seu próprio veículo de imprensa e um mecanismo de ‘solidarity-cable’;** c. [CENSURADO] a governos da América Latina; d. Os *PP assets* estabelecidos [recursos Político-Psicológicos] de [CENSURADO] (CIA, 1957b: 1-2, grifo meu)

---

<sup>218</sup> Além de incumbir “um psiquiatra da Agência” da elaboração de “uma espécie de análise de caráter” de Arbenz, que depois deveria ser “plantado” no México “como se tivesse sido adquirida de um desertor tcheco”, a CIA instruiu que as fake news contra Arbenz deveriam continuar sendo “plantadas” ininterruptamente: “Continuar a plantar materiais selecionados na imprensa de vários países do hemisfério” (CIA, 1957a: 2). No período de seu exílio na França, Arbenz desenvolveu um quadro alcoólico-depressivo grave. A CIA o anotou, comentando que ele passava dias e noites sem sair de um quarto de hotel em Paris. Na véspera do Natal de 1956, o ex-presidente da Guatemala foi detido por embriaguez pela polícia francesa. A CIA comemorou e orientou para que o fato fosse aproveitado: “Essa informação também foi veiculada na imprensa e pode ser utilizada para retratá-lo como um indivíduo degradado” (CIA, 1957a: 24). A CIA igualmente saudou quando a esposa do ex-presidente não aguentou mais o exílio em Paris e mudou-se para El Salvador, sem o marido. Também esse fato deveria ser explorado nas “plantações” jornalísticas da Agência: “Sua partida para El Salvador pode ser retratada como o vôo da esposa de um homem a quem ela já não suporta mais” (CIA, 1957a: 27). Mais tarde, no México, Arbenz seria encontrado morto em uma banheira de hotel e sua filha mais velha se suicidaria. Missão cumprida: aniquilaram Arbenz. A PBSUCCESS não foi um sucesso? Para a CIA, sim, que a “estuda” como um “case de sucesso” até hoje, talvez buscando replicá-la. Até quando?

O que dizer do “importante grau de autonomia em relação a Washington” da CIDC? Outro documento que compõe a série, também subscrito pelo chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental da CIA, deu ainda mais detalhes sobre como a presença de Arbenz em Montevideo deveria ser atacada pela imprensa. O memorando de Caldwell King, embora datado de 15 de maio de 1957, anexou um esboço elaborado em 13 de maio. Um dos pontos esboçados instruiu:

**Utilizar a nova associação de imprensa estabelecida mês passado durante o [CENSURADO] um ou dois jornalistas dessa associação seriam enviados para Montevideo onde se empenhariam para publicar partes selecionadas do anexo e, em seguida, providenciar para que fossem reproduzidas por seus colegas em outras partes da América Latina; presumivelmente, seria possível para tal equipe manter-se como a sombra aberta de Arbens, para acompanhá-lo a qualquer parte da América Latina, e acredita-se que seja viável fornecer a eles continuamente dados publicáveis coletados de nossas operações (CIA, 1957a: 3, grifo meu)**

A qual “nova associação de imprensa” estabelecida no mês anterior a maio de 1957 o “poderoso chefe” da CIA se referia? Recordá-se? Entre 10 e 14 de abril de 1957, em Lima, no Peru, a CIDC realizou o seu III Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. No marco desse evento, cujo nome foi “sanitarizado” (censurado) pela CIA, foi criada a Organización Interamericana de Periodistas Anticomunistas (OIPA) e, na ocasião, “un grupo de 46 periodistas” assinaram sua ata de fundação (TERRA; GARCÍA FERREIRA, 2010: 267). E o que instruiu o documento acima? Que uma operação conjunta de ataque a Arbenz no Uruguai seria lançada pela CIA e pelo Departamento de Estado, entre outros “canais”, pela OIPA da CIDC! Os EUA deveriam pagar “um ou dois” jornalistas da CIDC para viajarem a Montevideo com a missão de publicar “partes selecionadas” de instruções da CIA em jornais locais e repassá-los a “seus colegas da América Latina”. A “cereja do bolo”? Esse “timaço” da OIPA poderia acompanhar as viagens de Arbenz pelo hemisfério para segui-lo “como sombra”, atacando o ex-presidente no exílio. E, para isso, poderia contar “de forma contínua” com “dados publicáveis coletados de nossas operações”.

Era ou não era a operação KUGOWN em pleno funcionamento via CIDC? E que “importante grau de autonomia em relação a Washington” existe nisso? Nenhum. A “pressa” historiográfica em descartar a gestão oculta dos EUA na CIDC revela-se, agora cabalmente, um

fiasco total<sup>219</sup>. O que já era absolutamente previsível diante de todos os indícios historiográficos. Os “amigos” norteamericanos nunca deixaram de se ocultar nas ações de retaguarda dos confederados anticomunistas presididos pelo almirante Penna Botto.

Enfim, é isto. Último ponto do CAPÍTULO 3: as conexões internacionais da CIDC. Quem a apresentou a grupos tão distantes geograficamente como a APACL-Taiwan de Ku Cheng-kang? Ou ao ABN de Yaroslav Stetsko? Ou ao CIAS de Fritz Cramer e Alfred Gielen? Esse “quarteto fantástico” –APACL, ABN, CIAS e CIDC – não coordenou esforços para criar uma Liga Mundial Anticomunista a partir de uma Conferência Preparatória organizada em 1958, no México, com o objetivo imediato de convocar um Congresso Mundial Anticomunista? E quem teria pago a conta desse evento do anticomunismo global recepcionado pela CIDC?

Como visto, os Anderson sugerem que a conta dessa Conferência Preparatória foi paga com fundos da Embaixada dos EUA em Taipei, que teriam sido “arranjados” por Ray Cline, um ex-OSS que era, à época, chefe da Estação da CIA em Taiwan. E um dos “amigos” norteamericanos que a Conferência Preparatória indicou para o Comitê Diretor do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista não foi também um ex-OSS, o coronel Lev Dobriansky? Sincronicidades ... Nos EUA, esse filho de ucranianos era o presidente do Comitê Nacional das Nações Cativas (NCNC), redigira o esboço da Resolução das Nações Cativas aprovada por Eisenhower em 1959, lecionava no *National War College* e na *Georgetown University*, particularmente, em seu *Center for Strategic Studies* – um *think tank* da CIA (CANFIELD; WEBERMAN, 1992: 188). Para ficar nos “amigos” norteamericanos da CIDC, a Conferência Preparatória indicou Marvin Liebman para secretário-geral do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista. Esse *fundraiser* anticomunista era o principal lobista do *generalíssimo* Chiang Kai-shek nos EUA via Comitê do Um Milhão e sua outra organização, a *Aid Refuge Chinese Intellectuals* (ARCI), manteve relações com a CIA e o Departamento de Estado norteamericano. Embora tenha renunciado ao cargo de secretário-geral, Liebman não abandonou seu posto de lobista da ditadura taiwanesa, manteve excelentes relações com a APACL e intercedera pela libertação dos dirigentes da CIDC-Cuba presos pela Revolução Cubana em 1959.

---

<sup>219</sup> Devemos à tese do competente historiador Nilo Dias de Oliveira (2013) o conhecimento do precioso artigo de 2010 dos sobrecitados historiadores uruguaios da Universidad de la República. Foram estes que encontraram os primeiros documentos da CIA que comprovam a utilização norteamericana da CIDC “de forma contínua”.



O terceiro “amigo” norteamericano da CIDC que a Conferência Preparatória nomeou como presidente do Comitê Diretor do Congresso Mundial Anticomunista foi Charles Edison. Filho do famoso inventor e empresário Thomas Edison, ele era ex-secretário da Marinha, ex-governador de New Jersey, fundador do Brooke Club (um *petit comité* da plutocracia novaiorquina), conselheiro do *Radio Liberty Committee*, do Comitê do Um Milhão de Liebman e do *Young Americans for Freedom*<sup>220</sup>, para o qual convidara o diretor da CIA Allen W. Dulles. Finalmente, a Conferência Preparatória hospedada pela CIDC em 1958 no México escolheu seu último “amigo” norteamericano, Francis J. McNamara, como vice-secretário-geral para o futuro Congresso Mundial Anticomunista. Um ex-oficial de inteligência do Exército que, na II Guerra Mundial, serviu na China e em Burma (atual Birmânia), no pós-guerra ele juntou-se à *American Business Consultants*, empresa de segurança em Nova Iorque que também serviu de “editora do boletim informativo anticomunista *Counterattack*” (GEORGEMASONUNIVERSITY, s/d).

E o que era o boletim *Counterattack: The Newsletter of Facts on Communism?* Uma publicação mantida por John G. Keenan, Kenneth M. Bierley e Theodore C. Kirkpatrick, um trio de jovens empreendedores que abandonaram o FBI para seguir carreira solo. “Haviam integrado o *Bureau* no início dos anos quarenta e foram designados para o ‘Esquadrão Comunista’ do FBI, com sede em Nova Iorque, uma divisão encarregada de farejar subversão em comunicações, transporte e outros campos considerados vitais em um tempo de guerra ou crise nacional” (HADJU, 2008). Entre 1950-1954, esse trio formado pelo FBI empregou McNamara como “pesquisador” do *Counterattack*, depois mudou-se para Washington “para presidir o Programa de Segurança Nacional do *Veterans of Foreign Wars (VFW)*” e, em 1958, tornou-se analista e consultor de “pesquisa” no Comitê de Atividades Antiamericanas (HUAC) da Câmara do EUA (GEORGEMASONUNIVERSITY, s/d). Ou seja, no mesmo ano em que a Conferência Preparatória lhe indicou como vice-secretário-geral do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista.

---

<sup>220</sup> O Young American for Freedom (YAF) surgiu como “uma consequência da luta de 1960 pela indicação presidencial do Partido Republicano. Estudantes e jovens profissionais conservadores haviam sido fundamentais na organização e servido como soldados de infantaria nos esforços para levar o Senador Barry Goldwater à indicação presidencial. Após a indicação do Vice-Presidente Richard Nixon para presidente, um grupo de jovens conservadores começou organizar o YAF, liderados pelo editor da revista *National Review* William F. Buckley Jr. e pelo homem das relações públicas, o conservador Marvin Liebman” (WATERS, 2006: 935).

Não importa que McNamara<sup>221</sup>, Liebman, Edison e talvez Dobriansky tenham renunciado à função de coordenadores da empreitada encomendada pela APACL, ABN, CIAS e CIDC, provavelmente paga pela CIA, e que deveria servir de base para uma Liga Mundial Anticomunista. O que importa é que eles divisaram juntos o “sonho” dessa ultradireita global: criar uma “Internacional Anticomunista”. E esses quatro norte-americanos eram tudo, menos “pacatos cidadãos”. E quem apresentara “amigos” desse “quilate” à CIDC? Foram apenas as sincronicidades da Guerra Fria? Mistérios... E como apenas um ano depois da criação da APACL na Coreia do Sul e da realização do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina no México – organizado, financiado e nomeado pela CIA –, o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang enviara uma proposta ao II Congresso da CIDC no Brasil?

Lembra-se do conteúdo da proposta que o embaixador de Taiwan no Brasil encaminhou ao presidente do II Congresso Penna Botto? Ku Cheng-kang recomendou que a CIDC e a APACL somassem esforços “por uma Liga Mundial Anticomunista”. Quem apresentou a APACL à CIDC, e vice-versa, tão rapidamente? Mistérios... Seja como for, em 1958, a mesma Conferência Preparatória do México que escolheu um “quarteto fantástico” norte-americano – Dobriansky, Liebman, Edson e McNamara – para *coordenar* a convocação do Congresso Mundial Anticomunista, confirmou a proeminência de Penna Botto nessas redes globais do anticomunismo. O almirante brasileiro foi designado, ao lado do presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang,

---

<sup>221</sup> Mesmo que tenha renunciado a seu cargo de vice-secretário-geral do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista, é importante demarcar que McNamara era tudo, menos um “pacato cidadão”. Em 1970, ingressou no Subversive Activities Control Board (SACB), servindo como secretário executivo. Em 1981, tornou-se diretor executivo do Nathan Hale Foundation (GEORGE MASON UNIVERSITY, s/d). “O Nathan Hale Institute, composto por pessoal com experiência em operações de inteligência e contrainteligência em nível internacional e nacional, orientado por conselhos consultivos e executivos, realiza as seguintes atividades: Publicações, Seminários, Palestras” (THE NATHAN HALE INSTITUTE, s/d: 01). O Instituto promovia seminários, palestras e outras atividades em parceria “com outros grupos na ‘comunidade de inteligência’ informal composta por organizações não oficiais interessadas em inteligência” (THE NATHAN HALE INSTITUTE, s/d: 01). No Conselho Consultivo do Nathan Hale Institute, além de Ray S. Cline e Francis J. McNamara, encontravam-se William A. Branigan, ex-funcionário do FBI, Hebert Romerstein, ex-funcionário do Congresso dos EUA e integrante do House Permanent Select Committee on Intelligence, e Donald F. B. Jameson, ex-funcionário da CIA. “Ray S. Cline, Presidente do Conselho Consultivo, é Associado Sênior do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown e professor de Relações Internacionais. No início da II Guerra Mundial, Cline começou uma carreira na inteligência da Marinha dos EUA e no Office of Strategic Services (OSS) e, posteriormente, serviu ao Governo dos EUA por 31 anos. Ele serviu como Vice-Diretor da CIA e, de 1969-1973, ele foi Diretor do Bureau of Intelligence and Research no Departamento de Estado” (THE NATHAN HALE INSTITUTE, s/d: 01). “Francis J. McNamara. Um oficial de inteligência-militar na Birmânia na II Guerra Mundial, serviu como Diretor e Pessoal do Comitê da Câmara de Segurança Interna (Atividades Antiamericanas), como Secretário Executivo do Conselho de Controle de Atividades Subversivas, e escreveu e deu extensas palestras sobre comunismo e questões de segurança relacionadas” (THE NATHAN HALE INSTITUTE, s/d: 01).

um dos vice-presidentes do Comitê Diretor do “tão sonhado” Congresso. Prieto Laurens e Sergio Fernández Larraín, os dirigentes da CIDC-México e da CIDC-Chile, respectivamente, foram nomeados membros do Comitê Diretor da futura empreitada. Sem falar nos dirigentes da CIDC-Cuba Ernesto de la Fe e Salvador Díaz-Verson, indicados como subsecretário-geral regional e secretário, respectivamente, do encontro anticomunista mundial que deveria ser (mas não foi) convocado. A Revolução Cubana de 1959 prendeu os dois.

Enfim, não importa que o “sonho” de convocar um Congresso Mundial Anticomunista como base de uma Liga Mundial futura tenha fracassado temporariamente. O relevante é que ele foi “sonhado” pela Conferência Preparatória de 1958 hospedada pela CIDC no México. E o mais relevante ainda é que ali foram assentadas, pela primeira vez, as bases de uma futura “Internacional Anticomunista”. O que importa fixar é que esse “sonho” foi “sonhado” pela CIDC, que atuou como o eixo latinoamericano organizador do movimento anticomunista global. Ao lado de indivíduos do “quilate” dos dirigentes do ABN Yaroslav Stetsko e Ferenc Farkas Kisbarnak – ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra, respectivamente, da Ucrânia e da Hungria –, que foram nomeados pela Conferência Preparatória para o Comitê Diretor do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista. A CIDC “sonhou” esse projeto de unificação dos anticomunistas de todo mundo ao lado de ex-nazistas do “nível” de Fritz Cramer e Alfred Gielen, indicados pela Conferência Preparatória, respectivamente, para o Comitê Diretor e para a Subsecretaria-geral Regional do Congresso Mundial Anticomunista. Como visto, Cramer era um ex-oficial de inteligência nazista e Gielen havia sido o braço direito do fundador do *Anti-Komintern* do *Propagandaministerium* de Joseph Goebbels, Eberhard Taubert, que seguiu na lide no pós-guerra e fundou o CIAS. Devidamente “desnazificados”, Cramer e Gielen participaram da Conferência Preparatória de 1958 no México, organizada e hospedada pela CIDC, como presidente e secretário-geral do CIAS, respectivamente.

O que se conclui disso? A CIDC, presidida por um almirante brasileiro, manteve-se em estreito contato e interação complexa com as principais organizações da ultradireita global da Guerra Fria, nomeadamente, o ABN, a APACL e o CIAS. E disso tudo, no caso do Brasil, o que é imperativo concluir? Que nunca mais se pode tratar um anticomunista primário como Penna Botto apenas como uma figura “folclórica”, como foi feito pela imprensa de época e tende a ser feito pela historiografia. É preciso sair da *caricaturização* e passar à *caracterização* histórico-

ideológica desse *cruzado* anticomunista da Guerra Fria<sup>222</sup>. Se o ex-ditador do Brasil Ernesto Geisel, na tranquilidade de sua velhice de criminoso de Estado impune, pode dizer que Penna Botto era *um visionário, um obcecado* anticomunista que *vivia no mundo da lua*, a historiografia não pode tratá-lo apenas como um lunático de ultradireita<sup>223</sup>.

É óbvio que ele foi um. Mas é preciso superar o verniz do óbvio ululante. É preciso decifrar sua ação terrena e não deixar que sua ideologia anticomunista primária ofusque, obliterando, a apreensão histórica do que interessa. E a verdadeira dimensão histórica de Penna Botto até hoje não foi apreendida. Ele foi simplesmente o gestor responsável pela mundialização do anticomunismo brasileiro nas principais redes da ultradireita global da Guerra Fria. O almirante ex-integralista conectou o Brasil à CIDC, esta à APACL, ao ABN e ao CIAS e, todos juntos, “sonharam o sonho” de um *Anti-Komintern* da Guerra Fria. E mais, Penna Botto não foi apenas o dirigente brasileiro da CIDC. Ele foi o presidente da própria CIDC e, nessa condição de “alto nível”, foi também o agente responsável pela mundialização da extrema-direita latinoamericana. Só isso.

E as redes anticomunistas globais nas quais o almirante inseriu o Brasil, conforme se verá nos próximos CAPÍTULOS, seriam herdadas por outros (e mais juvenzinhos) lunáticos da ultradireita nacional e, especificamente, as conexões do velho Penna Botto constituiriam um valioso “ativo” para a ditadura militar brasileira. Só isso. Nota-se que o almirante não viveu no “mundo da lua”. Foi na mundaneidade histórica que ele “sonhou” ambiciosos “sonhos” do internacionalismo anticomunista, mesmo que fossem “pesadelos” *exterministas* que, na década de 1970, seriam concretizados pelo terrorismo de Estado brasileiro. É imperativo concluir este CAPÍTULO 3, portanto, com a advertência básica já feita antes: a ultradireita militar brasileira, a despeito do anticomunismo primário e da pulsão *exterminista* grotesca que a caracterizam em sua forma de ser, pode ir muito longe neste país. E não pode nunca mais ser tratada como “folclórica”.

---

<sup>222</sup> Toma-se de empréstimo aqui uma valiosa síntese feita pelo professor de Literatura e fino analista histórico-político João Cezar de Castro Rocha, que comprova brilhantemente a importância do trânsito da caricaturização à caracterização da ultradireita brasileira contemporânea em seu mais recente livro *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político* (Caminhos, 2021). A historiografia tem muito o que aprender com ele.

<sup>223</sup> Para Geisel, Penna Botto “era um visionário e um obcecado contra o comunismo. Vivia também no mundo da lua” (GEISEL in D’ARAÚJO apud MOTTA, 2000: 181). Mas na mesma entrevista Geisel não chamou de “mau militar” um capitão do Exército “indisciplinado”, acusado de planejar atentado à bomba para “reivindicar” aumento de soldo à sua categoria que, apesar disso, tornou-se presidente da República décadas depois? Lunáticos e “maus militares” da ultradireita castrense podem ir muito longe neste país. É preciso estudá-los sem “folclore”.

É necessário deixar os “estudos folclóricos” para Câmara Cascudo e àqueles inspirados por esse brilhante historiador. A historiografia do anticomunismo, por ter retratado Penna Botto como “folclório”, não foi capaz de apanhar o essencial: sua ação como o principal organizador brasileiro do internacionalismo anticomunista de início da Guerra Fria. Não se deu atenção a isso, esqueceu-se o principal.

Ofuscou-se pelo “brilho” cintilante do anticomunismo primário e *caricatural* das imagens, panfletos, livros, publicações e declarações da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA)<sup>224</sup>. O almirante Penna Botto foi, de fato, um dos principais organizadores da *Cruzada* mundial anticomunista. Se a historiografia não reconhece isso, azar o dela. Ele foi reconhecido assim por quem lhe interessava. Penna Botto foi designado pela Conferência Preparatória do México, em 1958, como um dos vice-presidentes, ao lado de Ku Cheng-kang da APACL, do Comitê Diretor incumbido de preparar e organizar a convocação de um Congresso Mundial Anticomunista, base para uma Liga Mundial Anticomunista. Com ele estavam os dirigentes da contrarrevolução asiático, um plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra da Europa Oriental, ex-nazistas de “alto nível” e um punhado de organizadores anticomunistas dos EUA. Caricato almirante Penna Botto, não? Não importa que esse primeiro “ensaio geral” para a criação de uma “Internacional Anticomunista” tenha falhado com a renúncia de Liebman.

O que importa é que o “sonho” então “sonhado” pela CIDC, ABN, APACL e CIAS lançou as bases futuras para que fosse criada, em 1966, a Liga Mundial Anticomunista. E, no momento oportuno, lá estariam os dirigentes da CIDC Penna Botto e Prieto Laurens, pouco importa se não mais com o protagonismo de outrora, então orbitando como “estrelas menores” os “astros principais” da empreitada rediviva, APACL, CIAS e ABN. O mesmo equívoco que se cometeu no Brasil com Penna Botto, inclusive, pratica-se no México com seu “companheiro de viagem” na CIDC Prieto Laurens. Este também é tratado como um personagem “folclórico” em seu país. Mas esse *cruzado* foi o responsável por inserir o anticomunismo mexicano nas redes da extrema-direita global da Guerra Fria. Com uma diferença que Penna Botto invejaria. O almirante brasileiro morreu em 1973 e, por muito pouco, não chegou a ver seus “herdeiros” assumirem

---

<sup>224</sup> Como observam José Miguel Arias Neto e Muriel Emídio Pessoa do Amaral, “Rodrigo Patto Motta (2008) e Carla Rodeghero (2000), entre outros, tendem a ressaltar o anticomunismo de Penna Botto e da CBA como histórico, evidenciando inclusive o fato de que ele se tornara figura ‘folclórica’ no período. Há que se considerar, contudo, que a atuação anticomunista de Penna Botto foi constante ao longo de mais de trinta anos”.

posições de relevo nas redes anticomunistas globais que o veterano cultivara desde a década de 1950.

De sua parte, Prieto Laurens não apenas viveu o suficiente para ver uma geração mais jovem de lunáticos da ultradireita mexicana – antissemitas, inclusive – encamparem as redes que cultivara com Penna Botto desde 1954. Prieto Laurens não apenas “passou o bastão” para uma nova geração anticomunista em seu país, mas sua longevidade lhe permitiu participar com ela de uma nova fase da mundialização da extrema-direita mexicana na Guerra Fria. Em resumo, embora depois de 1958 a CIDC não tenha mais realizado seus Congressos regionais, Prieto Laurens e Penna Botto prosseguiram como os dirigentes absolutos da Confederação, aprofundando sua inserção e de seus respectivos países nas redes anticomunistas globais da APACL, ABN e CIAS. Em 1958, na Guatemala, Prieto Laurens deixou claro aos congressistas do IV (e último) Congresso da CIDC que o “sonho” de organizar o movimento anticomunista mundial não tinha acabado. Não seria a “inexplicável renúncia”<sup>225</sup> de Liebman que abalaria um projeto tão “alvissareiro” para o internacionalismo anticomunista. Ainda mais porque já se havia colocado algum dinheiro próprio na empreitada<sup>226</sup>.

Na Guatemala de 1958, Prieto Laurens informou aos congressistas que fora feita uma reunião extraordinária durante o IV Congresso da CIDC, então em andamento, para tratar da renúncia dos norte-americanos que “pularam fora do barco” do Congresso Mundial Anticomunista. Na ocasião, o mexicano noticiou a existência de “un fondo en Nueva York a disposición” da CIDC e que os norte-americanos responsáveis por ele estariam pedindo “urgentemente” que Penna

---

<sup>225</sup> Não havia nada de inexplicável na renúncia de Liebman. Como visto, ele se deu conta do “passado” antissemita e de crimes de guerra do presidente do ABN Stetsko. Este havia sido um dos mentores ideológicos e políticos do genocídio antissemita promovido pelos banderites seguidores do Providnyk Stepan Bandera na Ucrânia Ocidental, região onde os parentes judeus de Liebman foram assassinados. Por isso abandonou sua função de secretário-geral do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista, passando a ser ameaçado de morte com ligações, que atribuiu ao “pessoal de Stetsko”, chamando-o de “judeu-bolchevique”. Como trabalhar com um “time” desses?

<sup>226</sup> “Pero resultó que tres de los señores nombrados han renunciado, y han renunciado por motivos verdaderamente incomprensibles, que porque no pudieron hacer nada para armonizar a todos los organismos anticomunistas (...). Muchas de las delegaciones latinoamericanas aquí presentes, colaboraron con su contribución económica para que ese Comité trabajara en Nueva York, contribuyeron los compañeros de Cuba, en representación de la Organización Nacional y también la Organización Multinacional de la OIPAC, de la Organización de Periodistas Anticomunistas de América. Contribuyeron Guatemala, Nicaragua, El Salvador, Costa Rica, por supuesto, la Organización de las Agrupaciones Anticomunistas del Asia, tanto de China, como de Brasil. Brasil también contribuyó; con trescientos cincuenta dólares cada nación y con setecientos cincuenta las organizaciones multinacionales, como la OIPAC y como la Organización de la ABN, y como otras organizaciones multinacionales, contribuyeron Vietnam, Corea y China Libre, además de la Organización Multinacional del Asia Oriental” (IV CONGRESO, 1961: 332).

Botto e Ernesto de la Fe viajassem aos EUA “para recibir ese dinero y para recibir los archivos y poder continuar la labor y sobre todo, para sustituir o nombrar a las personas que renunciaron, [y] que se les ha aceptado la renuncia” (CIDC, 1961: 332). Na reunião extraordinária do IV Congresso da CIDC convocada para se decidir o que fazer com o dinheiro e os arquivos depositados em Nova Iorque participaram “los representantes de todos los grupos anticomunistas mundiales, que nos honran con su presencia aquí, y con los latinoamericanos por su puesto, para aceptarles la renuncia y para que se den los pasos necesarios para integrar totalmente el Comité” (CIDC, 1961: 332).

O “sonho” de unificar anticomunistas do mundo todo não poderia “morrer” nunca, argumentou Prieto Laurens, na medida em que ele corresponderia a uma estratégia fundamental do internacionalismo da ultradireita. Referindo-se a necessidade de prosseguir nos trabalhos de organização e convocação do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista, o mexicano garantiu aos congressistas: **“Es de mucha trascendencia, señores, porque el comunismo no se puede combatir en una zona determinada nada más, en un país, o en un Continente, ellos luchan en el mundo entero y tenemos que combatirlos mundialmente”** (CIDC, 1961: 332, grifo meu). O mexicano recordou a proposta feita no Peru, em 1957, quando a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) de Penna Botto, suggestionada pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, apresentou uma moção ao III Congresso da CIDC para que fosse criada uma Liga Mundial Anticomunista: “Esta tesis ya quedó aceptada y completamente definida en el Congreso de Lima” (CIDC, 1961: 332).

Informou que a CIDC iria preparar prontamente a viagem de seu presidente Penna Botto e de seu secretário-geral Ernesto de la Fe para Nova Iorque, onde teriam que reaver o dinheiro e os documentos em posse dos anticomunistas norteamericanos que renunciaram à empreitada de coordenar a convocação do Congresso Mundial Anticomunista. Participariam dessa reunião nos EUA, esclareceu Prieto Laurens, “el Bloque de Naciones Antibolcheviques y los compañeros de las organizaciones anticomunistas de Asia, que son de varias naciones” (CIDC, 1961: 332). Ou seja? Os dirigentes da CIDC, da APACL, do ABN e provavelmente do CIAS seriam enviados a Nova Iorque para “resgatarem” o dinheiro e os documentos em posse de Marvin Liebman para continuarem batalhando no “sonho” de organizar o internacionalismo anticomunista. E novos “amigos” dos EUA já tinham sido contactados, garantindo Prieto Laurens que “estarán los

representantes norteamericanos, a quienes ya se ha invitado para que participen en el Comité Organizador del Congreso Mundial” (CIDC, 1961: 332). *The show must go on.*

Es, pues, necesario, compañeros, tomar en consideración esto porque **la Confederación Interamericana de Defensa del Continente, tiene ese compromiso y esa deuda moral con el mundo libre, de concluir este asunto, de terminar la Organización del Comité que ha de convocar al Congreso Mundial Anticomunista** (*Aplausos*) (CIDC, 1961: 332, grifo meu)

Isto é, convocar um Congresso Mundial Anticomunista e, na sequência, criar um *Anti-Komintern* da Guerra Fria seria uma “dívida moral” assumida pela CIDC, um “compromisso” inadiável. A CIDC ainda haveria de cumprir esse ideal. Esse “sonho” era uma parte irrealizada do projeto político da CIDC e, quando ele se realizou na Coreia do Sul, em 1966, lá estariam Prieto Laurens e Penna Botto. Caricatos *cruzados* anticomunistas do México e do Brasil, não é mesmo? É verdade que a CIDC estaria lá já como uma “estrela menor”, mas não deixaria de estar por dentro da Liga Mundial Anticomunista e, depois disso, uma nova geração de lunáticos da ultradireita do México e do Brasil “herdaria” essas redes tão ciosamente construídas pelos veteranos Prieto Laurens e Penna Botto. Não foi “em vão” o “ensaio geral” para criar uma Liga Mundial Anticomunista na Conferência Preparatória de 1958 no México, hospedada pela CIDC. O projeto foi “ensaiado” e, no próximo CAPÍTULO, é o momento de analisar como ele se concretizou oito anos depois. É hora de ficar por dentro da Liga Mundial Anticomunista. E os três capítulos iniciais desta tese, que estruturam sua Parte I, já identificaram não apenas a gênese remota, mas também os principais gestores da futura “Internacional Anticomunista” da Guerra Fria, que teria, a partir de 1966, um “Anti-Komintern” para chamar de seu. O “sonho” da ultradireita global, não importa se um pesadelo *exterminista*, seria realizado na década de 1960. O CAPÍTULO 4 tem como seu objeto a análise da articulação específica que realizou esse “pesadelo” da ultradireita global da Guerra Fria: reviver o “sonho” de um *Anti-Komintern*.



## **PARTE II. A CRIAÇÃO DA LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA (WACL) E SUA LATINO-AMERICANIZAÇÃO (CAL)**

A PARTE II desta tese estrutura-se em dois CAPÍTULOS e trata primeiro da constituição propriamente da Liga Mundial Anticomunista (WACL), entrelando-a em sua especificidade de ser uma espécie de “segundo Anti-Komintern”. Reconstitui-se, assim a gênese mais imediata da criação da WACL, entre seu “ensaio geral” realizado em 1958, no México, e sua criação propriamente dita em 1966 na Coreia do Sul de Park Chung-hee. A assunção do poder sul-coreano por este ditador, inclusive, foi decisivo para o ingresso da extrema-direita nipônica nos quadros da APACL primeiro e da WACL depois. O CAPÍTULO 4, o primeiro da PARTE II, detém-se, assim nesse processo, bem como na escavação do perfil da ultradireita japonesa – de passado fascista, militarista e ligado à Yakuza – que potencializaria os vãos do complexo WACL/CAL. O CAPÍTULO 4 percorre o primeiro ciclo asiático de conferências anuais da WACL – a I em Taiwan (1967), a II no Vietnã do Sul (1968), a III na Tailândia (1969), a IV no Japão (1970) e a V nas Filipinas (1971) –, detendo-se na escalada das críticas waclianas à visita do presidente dos EUA Richard Nixon à República Popular da China (RPCh), o que forçaria o “giro às Américas” da Liga.

O último CAPÍTULO desta tese, o segundo desta PARTE I, detém-se especificamente sobre o movimento de latino-americanização da WACL, analisando a criação, em 1972, no México, de seu órgão regional na América Latina, a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). O CAPÍTULO 5 acompanha, assim, a realização do I Congresso da CAL-Pública de 1972 no México, o II Congresso da CAL-Secreta de 1973 no Paraguai e o II Congresso da CAL-Pública de 1974 no Brasil. Também analisa a VII Conferência da WACL de 1974 nos EUA e a VIII Conferência da WACL de 1975 no Brasil. Evidencia, nessa escavação, as conexões repressivas do complexo WACL/CAL – no marco da latino-americanização da Liga na primeira metade da década de 1970 – com o Sistema, Plano ou Operação Condor.

## **CAPÍTULO 4 - A Liga Mundial Anticomunista (WACL): o “Anti-Komintern” da Guerra Fria**

Da fusão dessas redes e conexões anticomunistas, notadamente o ABN, a APACL, a CIDC e o CIAS, surgiu em 1966 o que o analista social canadense Peter Dale Scott designa como o “Segundo Anti-Komintern”, isto é, um *Anti-Komintern* da Guerra Fria, a saber: a Liga Mundial Anticomunista (WACL). Como visto no CAPÍTULO anterior, o “ensaio geral” para a criação da WACL foi tentado por esse “quarteto fantástico” – CIDC, APACL, ABN e CIAS –, em março de 1958 no México, na Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista. O projeto remontava à proposta encaminhada pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang ao II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1955 no Brasil. Entre 1958 e 1965, a interação entre o “quarteto fantástico” do internacionalismo anticomunista se intensificaria e, em 1966, a WACL foi criada no marco da XII Conferência da APACL na Coreia do Sul. Em 1967, a I Conferência da WACL foi realizada na Taiwan de Chiang Kai-shek, com a participação do *generalíssimo*, e desde então seu preposto Ku Cheng-kang, um dos três principais hierarcas do Kuomintang, foi indicado como primeiro presidente da Liga e, depois, declarado seu presidente honorário vitalício. Tratou-se, pois, de uma política de Estado da ditadura militar taiwanesa nutrir, manter e expandir a WACL. Conforme analisado no CAPÍTULO 2, a estratégia da guerra política anticomunista que matrizou a APACL primeiro e a WACL depois correspondeu à ideologia oficial da Taiwan do *generalíssimo*.

Não se compreende esse processo de globalização do complexo WACL/APACL caso não se apreenda essa estratégia oficial do Estado taiwanês, compartilhada por seu “companheiro de viagem” na organização das redes anticomunistas globais, o Estado sul-coreano. Com isso em mente, este CAPÍTULO 4 abrange o período que vai do fracasso temporário da Conferência Preparatória de 1958 no México até a bem-sucedida criação da Liga Mundial Anticomunista em 1966 na Coreia do Sul. Enfatiza-se com particular atenção dois fatos combinados de importância decisiva para o evoluir futuro da WACL. De um lado, a derrubada do autocrata civil Syngman Rhee da presidência da Coreia do Sul. Embora tenha sido deposto por um amplo movimento de massas, os militares golpistas sul-coreanos aproveitaram-se da oportunidade não para “democratizar” o país. Pelo contrário. Entronizaram uma ditadura militar comandada pelo general

Park Chung-hee. A Coreia do Sul que sediou a XII Conferência da APACL em 1966, momento da criação da WACL, não era mais governada pelo ditador civil Syngman Rhee, mas pelo ditador militar Park Chung-hee.

Como dito no CAPÍTULO 2, Syngman Rhee quase “implodiu” a APACL com sua recusa em incluir japoneses anticomunistas nela. Se não fez “colapsar” a Liga que acabara de fundar em 1954, no extremo sul da península coreana, na cidade de Chinhae, ele “implodiu” sua II Conferência. À época pré-agendada para ocorrer em Taiwan, em 1955, o autocrata civil retirou a delegação sul-coreana às vésperas da realização do evento ao saber que a APACL-Taiwan havia convidado “Observadores” japoneses, no caso, Tetsuzo Watanabe e Juitsu Kitaoka. Como visto também, o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, no entanto, não perdeu tempo. Convidou Watanabe e Kitaoka a Taipei e, no retorno ao Japão, os anticomunistas nipônicos fundaram a *Free Asia*. Por que lembrar tudo isso agora? Porque com a queda de Syngman Rhee e a ascensão de Park Chung-hee acabaria a “resistência histórica sul-coreana” em aceitar “amigos” japoneses na APACL. E a inserção do Japão primeira na APACL e depois na WACL traria a pujança econômica da maior potência capitalista do Extremo Oriente para essas redes do anticomunismo global.

Se Syngman Rhee era antinipônico, o novo ditador sul-coreano Park Chung-hee fora um colaborador do Império Japonês durante a II Guerra Mundial. É incrível notar que, pouco depois que Syngman Rhee foi deposto pela movimentação de massas na Coreia do Sul em 1960, a APACL celebrou sua VIII Conferência de 1962 no Japão. Em 1970 o país sediaria a IV Conferência da WACL e o “Capítulo” japonês da WACL/APACL pode transformou-se em um dos mais poderosos dessas redes da ultradireita asiática. Além de Kitaoka e Watanabe – agente da *Hattori Kikan*, agência de espionagem anticomunista ligada ao general norteamericano Willoughby, e presidente de um Instituto pró-rearmamento do Japão –, o “Capítulo” nipônico da WACL/APACL passaria a contar com os principais criminosos de guerra e colaboradores do Império Japonês. Nobusuke Kishi foi o mais graduado deles. Ele “iniciou sua carreira política em princípios da década de 1930 como correligionário do influente fascista Ikki Kita e, ao fim da década, ocupava já uma posição de poder dentro do governo” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 92). Tornou-se ministro do Império Japonês e, em particular, todo-poderoso burocrata da planificação econômica no

governo de ocupação de Manchúria. Ele se destacaria como o principal dirigente japonês da WACL/APACL e presidiu a VIII Conferência da APACL em Tóquio.

Logo ele, o responsável pela planificação econômica da guerra total desenvolvida pelo Império Japonês. Um criminoso de guerra que seria preso pelos EUA na prisão Sugamo. Graças à “desnazificação” posteriormente, Kishi não apenas voltaria à política como tornara-se primeiro-ministro. Derrubado do cargo depois de manifestações de massas contra um acordo que lavrara com Eisenhower, Kishi tornou-se o principal líder público do “Capítulo” nipônico da APACL. Mas ele não foi o único criminoso de guerra do ultranacionalismo japonês que se juntaria à APACL depois do fim da resistência sul-coreana em aceitar “amigos” nipônicos anticomunistas. Os principais *korumakus* – “poderosos chefões” – da Yakuza também aderiram à APACL primeiro, e à WACL depois. Yoshida Kodama e o principal deles, autodeclarado “o fascista mais rico do mundo”, Ryochio Sasakawa. A fortuna deste, amealhada durante a II Guerra Mundial graças aos crimes do Império Japonês na Ásia, seria, em parte, reconvertida primeiro à APACL e depois à WACL. Nota-se, pois, que a queda de Syngman Rhee e a ascensão de Park Chung-hee na Coreia do Sul, ao implicar na incorporação desses poderosos “amigos” japoneses do complexo WACL/APACL, mudou o perfil das redes anticomunistas asiáticas em questão, dando-lhes mais envergadura e plataforma para seguirem em seu projeto globalista. Este CAPÍTULO 4 tratará disto.

Finalmente, uma vez bem-sucedida a criação da WACL em 1966 na Coreia do Sul do general Park Chung-hee, demarca-se o último movimento tratado no CAPÍTULO 4, o período que vai de 1966 a 1971. Será reconstituído o primeiro ciclo asiático das Conferências anuais da Liga Mundial Anticomunista: a I na Taiwan de Chiang Kai-shek (1967), a II no Vietnã do Sul de Nguyen Van Thieu (1968), a III na Tailândia de Thanon Kittikachorn (1969), a IV no Japão (1970) e a V nas Filipinas de Ferdinando Marcos (1971). Note-se que a II Conferência da WACL, por exemplo, foi realizada em plena Guerra do Vietnã e o ditador Van Thieu encontrou tempo para participar do evento e tirar uma foto com os conferencistas. E não é que o almirante brasileiro e presidente da CIDC era o o terceiro à esquerda de Van Thieu nessa fotografia publicada pela *Correspondência do ABN*. E na foto também estaria o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang e o presidente do ABN Yaroslav Stetsko. Era ou não era a concretização de um “sonho” do internacionalismo anticomunista da ultradireita? Reunir-se no *locus* “quente” da Guerra Fria –

Saigon, 1968 –, em plena Guerra do Vietnã, era ou não era uma “ousadia” desses cruzados anticomunistas globais?

Parafraseando o historiador alemão Torben Gulstorf, a WACL conseguiria “esquentar” a Guerra Fria. Enfim, depois de percorrido o período imediatamente anterior à criação da WACL, o CAPÍTULO 4 abordará a composição do primeiro Quadro Executivo da WACL. Nele esteve, como adiantado, o “ex” nazista Alfred Gielen, dirigente do CIAS e antigo braço direito de E. Taubert no *Anti-Komintern* do *Propagandaministerium* de Goebbels. Ou seja, quando Peter Dale Scott caracterizou a WACL como “o Anti-Komintern da Guerra Fria”, não se tratou “apenas” de uma figura de linguagem desse analista social (e poeta) canadense. E foi Gielen quem demarcou concretamente a continuidade do antibolchevismo nazista e o anticomunismo da Guerra Fria: operou como funcionário de “alto nível” do *Anti-Kominter* de Hitler, ocupou um cargo executivo na WACL. O mesmo Gielen que participara da Conferência Preparatória de 1958 no México hospedada pela CIDC presidida por Penna Botto. Ao final do CAPÍTULO 4, apresentam-se os dois documentos fundamentais da WACL consolidados em seu primeiro ciclo asiático de Conferências anuais: sua Declaração de Direitos e seu Preâmbulo. Agora, portanto, é hora propriamente de ficar por dentro da Liga Mundial Anticomunista.

#### *4.1. Tailândia, 1958: a IV Conferência da APACL*

A IV Conferência da APACL foi realizada em 1958, entre 26 e 30 de abril, na capital da Tailândia, Bangkok. Organizada por um comitê composto pelos “Capítulos” apaclianos de Taiwan, Coreia do Sul, Vietnã e Filipinas, a Conferência contou com a participação de representantes desses países, além de delegações da Austrália, Hong Kong, Macau, Malaya, Ilhas Ryukyus, Turquia e Iraque (aceito como novo membro) e observadores da Indonésia, Índia, Alemanha Ocidental e do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Entre outros, Ku Cheng-kang representou a APACL-Taiwan como delegado-chefe, Georg Paik a APACL-Coreia do Sul, Nguyen Phuong Thiep a APACL-Vietnã do Sul e Jose Ma. Hernandez a APACL-Filipinas. O criminoso de guerra e ex-colaborador nazista eslovaco Ferdinand Durcansky, antigo ministro da ditadura colaboracionista do monsenhor Jozef Tiso, foi o delegado-chefe dos “Observadores” do ABN.

A convocação da IV Conferência, como registrou o delegado-chefe tailandês Plang Phloyphrom, foi financiada pelos “Capítulos” taiwanês, sul-coreano e vietnamita da APACL<sup>227</sup>. A sessão de abertura do evento teve lugar no Ministério da Educação e Cultura da Tailândia, evidenciando as conexões oficiais da APACL com o governo tailandês. Embora o premiê Thanom Kittikachorn não tenha participado pessoalmente da IV Conferência da APACL, ocupado com as manobras militares da SEATO, ele não deixou de enviar sua mensagem de boas-vindas aos congressistas. Nela, Kittikachorn “ênfatisou que os objetivos da APACL eram coincidentes com aqueles dos povos pacifistas e que a causa da APACL seria apoiada por eles” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8). Em 28 de abril, “todos os delegados foram honrados por uma audiência com o Primeiro Ministro Thanom Kittikachorn no escritório deste, que cordialmente recebeu-os individualmente” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 9).

A IV Conferência de 1958 na Tailândia elegeu o vietnamita Tran Tam como secretário-geral da APACL e o filipino Simoen Del Rosario como seu vice. Seul foi escolhida como sede para a V Conferência da APACL de 1959, decidindo-se por convidar a Arábia Saudita, Tunísia, Marrocos, Líbano e Sudão como “Observadores”. O encontro anual apalicano em Bangkok ocorreu pouco depois da Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista realizado, em março do mesmo ano, no México. E na sessão de 27 de abril de IV Conferência apacliãna o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, que era também presidente do Conselho da APACL, “relatou oralmente e de forma escrita sobre a participação dos delegados da APACL na Conferência Preparatória do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação na Cidade do México” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 9). Ku Cheng-kang recomendou que a APACL deveria “acompanhar as realizações da Conferência Preparatória do Congresso Anticomunista para a Liberdade e Libertação recentemente ocorrida na Cidade do México e buscar meios eficazes para convocar esse Congresso de acordo com a programação em uma base ampla” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8).

Assim que o encontro de Bangkok da APACL concordou em “aceitar as resoluções alcançadas na Conferência Preparatória do Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação e prestar toda a assistência necessária para ajudar esse Congresso a ser realizado em

---

<sup>227</sup> “O Sr. Plang Phloyphrom, Secretário-Geral e simultaneamente Delegado-Chefe da Tailândia para a APACL, agradeceu aos Capítulos da China, Coreia, Vietnã por sua assistência financeira para a convocação da 4ª Conferência” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 9).

Outubro de 1958 e instruir as unidades-membros a enviarem delegados para a próxima conferência” (Free China & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 10).

Louvou-se na Tailândia o esforço de Ku Cheng-kang que, “dentro de um curto período de tempo”, realizou “um completo e oportuno esforço para estabelecer uma excelente base para um empreendimento histórico de consolidar as forças anticomunistas dos povos em todo o mundo” (Free China & Asia, 1958, v. X, n.º 4, p. 21). A IV Conferência aceitou “a responsabilidade de partilhar as despesas preparatórias conforme estipulado no Orçamento aprovado pela Conferência Preparatória”, bem como “o arranjo espontaneamente sugerido pelos Capítulos da China, Coreia e Vietnã de que a contribuição seja igualmente repartida pelas três unidades entre elas” (Free China & Asia, 1958, v. X, n.º 4, p. 21). Nota-se, pois, que essas Resoluções apaclianas expressaram um momento histórico anterior à implosão dos planos da empreitada anticomunista global acordados, na Cidade do México, em março de 1958.

#### *4.2. Coreia do Sul, 1959: a V Conferência da APACL*

A APACL foi fundada na cidade de Chinhae, um bastião militar da Coreia do Sul, no marco da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos, realizada entre 15 e 17 de junho de 1954. Como visto no CAPÍTULO 2, o ditador civil Syngman Rhee foi a “estrela maior” do evento e, ao lado do ditador taiwanês Chiang Kai-shek, foram os “pais” intelectuais da empreitada. Cinco anos depois, a APACL voltou a sediar seu encontro anual na porção sul da península coreana. Entre 1º e 10 de junho de 1959, a V Conferência da APACL foi celebrada em Seul, que contou com a presença entusiasmada de Syngman Rhee, forçado a renunciar no ano seguinte, em 26 de abril de 1960, diante da generalização de protestos de massa contra sua ditadura. Antes disso, porém, Rhee “estrelou” sua última encenação na V Conferência da APACL de 1959, tendo sido fotografado posando para um registro oficial ao lado dos conferencistas.



**Figura 133.** Circulados em vermelho, o presidente da Coreia do Sul Syngman Rhee, sentado, e atrás dele, de pé, o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang. Note-se, ao fundo, um quadro do presidente autocrata sul-coreano. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 7.

Em seu discurso de boas-vindas aos congressistas, o presidente Rhee resgatou o histórico da fundação da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos em 1954 em Chinhae e, depois, advertiu que o “inimigo comunista” estava logo ali, a poucas milhas de Seul, caracterizando que a guerra contra os comunistas não admitiria uma solução de meio-termo: “O que precisamos é de uma reação em cadeia para a compreensão de que ou nós sobreviveremos ou os comunistas, não há um meio-termo no qual ambos possam permanecer” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 9). A “normalidade” da península coreana, depois de sua divisão pela Guerra da Coreia (1951-53), configurou uma espécie de estado de guerra permanente “congelada”. E o discurso do autocrata sul-coreano expressou isso, desincumbindo-se de dar lições de anticomunismo a um auditório tão seletivo, apenas lembrando-o da necessidade de *varrer* o comunismo da Ásia. “Mas eu não tenho que condenar o comunismo na presença de vocês. Vocês o conhecem bem e é por isso que



percorreram milhares de quilômetros: para determinar como se livrar disso no menor tempo possível” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 9).

“Vocês não devem falhar”, arrematou, orientando aos conferencistas que concentrassem esforços para que “essa Conferência de Seul entre para a história como o início do fim para o comunismo e o alvorecer de uma nova era global de liberdade e democracia” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 9). O presidente da APACL-Coreia do Sul L. George Paik presidiu a V Conferência da APACL de 1959. Recorde-se que foi um dos membros da delegação apacliiana na Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista de 1958 no México, indicado como um dos diretores da empreitada. Na V Conferência da APACL de 1959 conclamou, em seu discurso de abertura, que “as nações livres da Ásia” organizassem “uma cruzada anticomunista para a batalha pela liberdade do povo asiático. Em nome de todo o corpo de delegados, o Sr. Ku Cheng-kang deu uma resposta em que prestou grande homenagem ao Presidente Syngman Rhee por sua liderança inspiradora ao povo da Coreia” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 7).

Paik saudou a sobrevivência, mesmo que sob pesada pressão comunista, das Repúblicas “livres” da China (Taiwan), da Coreia do Sul e do Vietnã do Sul. Salientou o delegado-chefe da “China Livre” Ku Cheng-kang iria versar depois sobre “o horror indizível” do “cativeiro” de “quase seis milhões de pessoas” dentro da República Popular da China (RPCh). Antes, porém, comemorou a explosão da “rebelião anticomunista” do Tibet, uma chama de esperança à APACL. Comparou-a, inclusive, ao Levante Húngaro de 1956, reprimido militarmente pela URSS. A respeito dos tibetanos, Paik afirmou que eles lutavam “como os húngaros fizeram – valentemente e porque eles preferiam a morte à continuação da escravidão” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 9). Lamentavelmente, os *freedom-fighters* húngaros e tibetanos não puderam contar com o apoio do ‘mundo livre’. “Se nós lutássemos com eles, não poderíamos perder e muitos deles não morreriam” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 7).

Em 1954, no discurso inaugural da APACL, o chefe de Paik enfatizou que a guerra contra o comunismo deveria enfatizar a batalha das ideias por “corações e mentes”. O subordinado de Syngman Rhee adotou uma tônica distinta na V Conferência apacliiana de 1959, defendendo que, no caso do Tibet, a batalha seria decidada não ideologicamente, mas militarmente: “os comunistas temem o nosso poder militar, mas eles não temem nossa propaganda”, lamentando que “nós não

desafiamos os chineses vermelhos com armas e balas, apenas com palavras” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 9). Paik saudou os presentes na V Conferência da APACL, estimulou-os a promoverem “conversas informais sobre problemas comuns” e a responderem algumas perguntas durante o encontro: “O que nós devemos fazer? O que nós podemos fazer?”. Instruiu que sem um decidido apoio de governos, e não apenas de “povos”, o movimento anticomunista não ganharia força suficiente para enfrentar o inimigo. Para além de publicações anticomunistas, indagou ao auditório, “o que mais podemos fazer como uma simples organização do povo?” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 10).

Eis que, “para uma cruzada contra o comunismo bem-sucedida, nós precisamos ao nosso lado – atuando em unidade cooperativa – de todo governo que se posicione pela democracia, pela liberdade e por uma ordem internacional de justiça e segurança coletiva” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, pp. 10-11). Embora constituíssem uma Liga Anticomunista dos *Povos* Asiáticos, o braço direito do autocrata civil da Coreia do Sul recomendou que a APACL construísse uma coalizção entre *povos* e *governos* anticomunistas. “Podemos nós, as pessoas dessa Liga, criar uma coalisção dessas?” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 11). Essa deveria ser a estratégia orientadora para a APACL “reunir os vários e diversos elementos do movimento anticomunista” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 11). Em suma, a APACL, concluiu, não deveria se limitar à condição de ser (o que nunca foi) uma “organização de povos”. Seria apenas em associação com poderes de Estado e governos que ela poderia lutar “até que a batalha final fosse vencida” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 11).

Depois de Paik, o representante de Syngman Rhee na APACL, discursou Ku Cheng-kang, o representante do *generalíssimo* Chiang Kai-shek na Liga. Sentado em uma poltrona, o presidente Rhee da Coreia do Sul observou o discurso de Ku Cheng-kang feito na V Conferência da APACL de 1959, conforme registrado em fotografia publicada pela *Free China & Asia*.



**Figura 134.** Sentado na poltrona, o presidente sul-coreano Syngman Rhee; de pé, de frente aos microfones, o hierarca do Comitê Central do Kuomintang (KMT) de Taiwan, representante do *generalíssimo* Chiang Kai-shek na APACL, Ku Cheng-kang. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 12.

O hierarca do Kuomintang (KMT) agradeceu a “liderança inspiradora” de Rhee “na luta determinada pela liberdade contra o comunismo” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 11), elogiando os esforços de Paik “como o presidente do Conselho da Liga durante o ano passado e para o Capítulo Coreano da Liga pelos excelentes preparativos que fizeram para a Conferência” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 11). O dirigente da ditadura taiwanesa comemorou a expansão da APACL visualizada em sua V Conferência de 1959. A Liga saltou de cinco unidades-membros desde sua fundação em 1954 para quinze, insistindo Ku Cheng-kang na necessidade de expandir o arco de alianças da APACL. “Agora nós temos observadores da Nova Zelândia, Jordânia, Irã, América e Europa para participarem da Conferência” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 11). “O impulso crescente da força anticomunista asiática e os desdobramentos da situação anticomunista asiática certamente serão a garantia mais eficaz de nossa vitória sobre o comunismo na Ásia” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 12).

O presidente da APACL-Taiwan destacou que o Levante Tibetano era um dos pontos da agenda congressual e que a Conferência deveria “mapear contramedidas concretas para distribuir golpes fatais contra o governo bárbaro chinês por meio de ações coletivas combinadas” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 12). As “intrigas agressivas dos imperialistas soviéticos” estariam concentradas em dois pontos: “Um é evitar a séria crise nas fileiras do bloco comunista e o outro é intensificar as manobras da guerra fria contra o mundo livre” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 13). Ao se referir ao chamado incidente no “Estreito de Taiwan”, Ku Cheng-kang o denunciou como mais um sinal do “expansionismo imperialista soviético”. “Para coordenar os desígnios expansionistas do imperialismo soviético, os comunistas chineses começaram a guerra no Estreito de Taiwan como as vanguardas mais subservientes da agressão russa no Extremo Oriente e no Pacífico Ocidental” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 13). Taiwan teria sido salva graças à “liderança inspiradora” de Chiang Kai-shek e à “cooperação efetiva e assistência de nosso aliado leal, os Estados Unidos” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 13).

A “rebelião do Tibet” seria o momento oportuno para Taiwan contra-atacar a República Popular da China (RPCCh). Ela teria impulsionado “a revolução anticomunista continental”, elevando a guerra anticomunista para “um novo patamar”: “a revolução anticomunista na China continental está rapidamente se expandindo e os conflitos internos do regime fantoche de Pequim estão se tornando diariamente mais agudos” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 14). Seria a hora H e o dia D de colocar em prática a estratégia taiwanesa para fazer retroceder (*rollback*) o comunismo chinês, garantindo Ku Cheng-kang que Taiwan “sempre conclamou pela destruição da Cortina de Ferro. Agora a hora chegou” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 14). O “mundo livre” e os governos anticomunistas da Ásia deveriam combinar ações para “a desintegração da Cortina de Ferro na Ásia” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 14).

“Nós devemos adotar ações combinadas para coordenar as lutas por trás da Cortina de Ferro e para cerrar fileiras com as forças justas de todo o mundo livre para lutar pela vitória anticomunista” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 15). Também Ku Cheng-kang comparou o Levante Húngaro contra a URSS ao Levante Tibetano contra a China continental, defendendo que o último representaria uma oportunidade para o lançamento de referida ação conjunta para a desintegração da “Cortina de Bambu”: “Nós devemos no atual estágio apoiar a

revolução anticomunista tibetana e torná-la nosso ponto de partida para integrar as forças anticomunistas atrás e fora da Cortina de Ferro na Ásia” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 15). Ao “mundo livre” era preciso solicitar “apoio moral e assistência material” ao Levante do Tibet e a V Conferência da APACL deveria enviar uma moção ao premiê indiano Nehru para que ele fornecesse proteção ao líder budista Dalai Lama (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 14).

A V Conferência apacliana de 1959 elegeu Ku Cheng-kang como presidente do Conselho da APACL e ainda emitiu um “Relatório e Recomendações sobre a Consolidação dos Esforços Anticomunistas dos Povos Asiáticos para Esmagar a Cortina de Ferro na Ásia”. Nele, recomendou o fortalecimento da “fundação organizacional da APACL” e das “forças anticomunistas dos povos asiáticos”, defendendo a necessidade de transformar “a política negativa de contenção da *SEATO* em uma política positiva de libertação” e de “intensificar a cooperação anticomunista entre vários países da Ásia e estabelecer uma frente geral e única anticomunista de governos e povos asiáticos” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, pp. 21-22). Tendo como estratégia essa “política de libertação” (*rollback*), à APACL caberia coordenar “a luta anticomunista revolucionária pelos povos atrás da Cortina de Ferro com ações práticas e criar situações favoráveis para promover uma cooperação estreita entre as forças anticomunistas em ambos os lados da Cortina de Ferro” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 22).

Reitere-se, pois, que esse ideário *rollback communism* coincidiu *in totum* com a ideologia do ABN e, não à toa, referindo-se implicitamente ao grupo presidido por Yaroslav Stetsko, uma das Resoluções da V Conferência da APACL recomendou o fortalecimento da cooperação “com todas as organizações anticomunistas formadas pelos povos dos países escravizados do Leste Europeu no exílio” para, depois, ser possível “dar um passo adiante por meio da união das forças anticomunistas em ambos os lados da Cortina de Ferro tanto no Oriente quanto no Ocidente, para assim coordenar suas ações nessa luta comum” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 22).

Outra Resolução da V Conferência da APACL também explicitou a permanência de seu “amigo” norteamericano Marvin Liebman, o judeu conservador que havia renunciado ao cargo de secretário-geral do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e

Libertação ao dar-se conta do “passado” antisemita do presidente do ABN Stetsko<sup>228</sup>. Como adiantado, porém, a renúncia de Liebman, um *fundraiser* e organizador de grupos de direita nos EUA, não implicou que ele tenha abandonado suas atividades de dirigente do *Comitê do Um Milhão*. Este grupo nucleou o chamado *China Lobby* de Chiang Kai-shek nos EUA, cujo objetivo precípua era impedir o ingresso da China continental na ONU. Uma das Resoluções da V Conferência da APACL saudou os esforços do Comitê do Um Milhão e de sua “organização-irmã criada em 1957, o *American-Asian Educational Exchange*, no fortalecimento dos “laços entre o nosso povo na luta comum contra o mal do comunismo” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 23).

Liebman fundou esse Instituto e sua liderança “coincidiu significativamente com a do Comitê do Um Milhão: o Representante Walter Judd atuou como presidente e o Senador Thomas Dodd, o Honorável Charles Edison e o Dr. Max Yergan atuaram como vice-presidentes. Também foram ativos vários professores e proeminentes intelectuais de direita, incluindo o professor de ciências políticas da Universidade de Yale, David Nelson Rowe” (DIAMOND, 1995: 44). O *American-Asian Education Exchange*, “uma empresa isenta de impostos para se envolver na distribuição da literatura”, conectou suas atividades com o Departamento de Estado e a AFL-CIO (DIAMOND, 1995: 44)<sup>229</sup>. Depois de agradecer a cooperação fornecida pelo Comitê do Um Milhão e pelo *American-Asian Education Exchange* de Liebman, referida Resolução apacliana saudou “a grande contribuição feita pelos EUA em assistência militar e econômica às nações amantes da liberdade da Ásia na luta contra o comunismo” e conclamou a união do “povo dos EUA” e do “mundo livre” em uma frente comum anticomunista consciente de que “o neutralismo e o apaziguamento não são apenas prejudiciais, mas perigosos” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 7, p. 25).

---

<sup>228</sup> Teria Liebman percebido que, ao lado desse “mentor intelectual” do assassinato de seus parentes judeus na Ucrânia Ocidental, “sonhou sonhos” do internacionalismo anticomunista ao lado de “ex” nazistas como Fritz Cramer e Alfred Gielen, do CIAS, na Conferência Preparatória de 1958 no México?

<sup>229</sup> “A *Exchange* distribuía os escritos anti-China de celebridades e líderes congressuais por meio de uma variedade de canais, incluindo o Departamento de Estado, o AFL-CIO e as revistas *National Review* e *New Leader*. Em uma publicação da *Exchange*, o Professor Rowe reconheceu a assistência de vários ministérios do governo de Taiwan” (DIAMOND, 1995: 44).

#### 4.2.1. A APACL ainda vai cumprir seu ideal: “uma liga mundial dos povos anticomunistas”

Como dito, com ou sem Marvin Liebman, com ou sem o trabalho desse *expert* em Relações Públicas e competente *fundraiser* anticomunista, a APACL, mesmo após o fracasso do “ensaio geral” de 1958 na Conferência Preparatória para o Congresso Anticomunista Mundial no México, continuou “sonhando sonhos” de organizar o internacionalismo anticomunista. Como visto no CAPÍTULO 2, inclusive, essa estratégia correspondia à guerra organizacional (*organizational warfare*) adotada como política de Estado pela ditadura taiwanesa: se o mais importante “cavalo de batalha” comunista teria sido a III Internacional Comunista organizada por Lenin (Komintern), seria preciso construir um “Anti-Komintern”.

Assim que, logo depois da V Conferência da APACL de 1959 na Coreia do Sul, a revista da APACL-Taiwan publicou uma nota que explicitou que “o sonho não acabou” no México em 1958: ainda era preciso convocar um Congresso Mundial Anticomunista que serviria de base para uma futura “Internacional Anticomunista”. Nesse sentido, a *Free China & Asia* exaltou a “promoção de contatos internacionais” desenvolvidos pelo “Capítulo” taiwanês da APACL, pontuando que “uma relação estreita foi estabelecida entre a Liga e as organizações anticomunistas e pessoas por todo o mundo. O Capítulo da China tem feito muito por essa conexão. Ele possui contatos regulares com mais de 850 organizações anticomunistas e pessoas em todas as partes do mundo” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 8, p. 7). Especificamente, registrou-se que a APACL-Taiwan “tem feito todo o possível **para realizar um congresso mundial anticomunista com vistas a estabelecer uma liga mundial dos povos anticomunistas**” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 8, 1959, p. 7).

#### 4.3. Taiwan, 1960: a VI Conferência da APACL

A VI Conferência da APACL de 1960 foi realizada em Taipei. A primeira celebrada na Taiwan de Chiang Kai-shek, embora o *generalíssimo* tenha sido o principal patrono da criação da Liga na Coreia do Sul, em 1954, ao lado do autocrata sul-coreano Syngman Rhee. Este, como visto, implodira a realização da II Conferência da APACL, pré-agendada para ocorrer em Taipei em 1955, quando descobriu que os dirigentes da APACL-Taiwan haviam convidado

“Observadores” japoneses. A II Conferência ocorreria apenas em 1956 nas Filipinas de Ramon Magsaysay, a III de 1957 no Vietnã do Sul de Ngo Dinh Diem, a IV de 1958 na Tailândia e a V de 1959 na Coreia do Sul de Syngman Rhee. Finalmente, portanto, a APACL-Taiwan receberia a VI Conferência da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos em 1960. Para prepará-la, celebrou-se em agosto de 1959, no Clube das Forças Armadas de Taiwan, a V Reunião Plenária da APACLROC, sob a presidência de Ku Cheng-kang.

O *generalíssimo* enviou um discurso especial para o evento, lido por Huang Po-tu, o o vice-presidente da República taiwanesa, general Chen Cheng, discursou na ocasião. Não foi apenas a cúpula do poder da ditadura taiwanesa que esteve representada na V Reunião Plenária da APACLROC, mas também os representantes dos governos das Filipinas, Vietnã do Sul, Tailândia e Coreia do Sul. De acordo com a *Free China & Asia*, “mais de 800 pessoas, incluindo oficiais, membros da APACLROC e convidados, compareceram à Quinta Conferência Plenária da APACLROC” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 9, p. 19). “Entre os presentes estavam o Ministro vietnamita Nguyen Cong Vein; o Embaixador Tailandês Sundhorn Sundhornnavin; o Embaixador filipino Narciso Ramos; o Embaixador coreano Kim Hong Il; o Vice-Presidente Chen Cheng; o Ministro das Relações Exteriores Huang Shao-kuo, o Secretário-Geral do Comitê Central do KMT, Tang Tsung; o Sr. Huang Kuo-shu, Vice-Presidente do Legislativo Yuan e o Sr. Yen Cha-kan, Ministro das Finanças” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. VI, n.º 9, p. 19).

Nota-se, pois, que a APACL não era um assunto de Estado apenas para Taiwan, mas para os principais “Capítulos” nacionais da Liga que, em sua esmagadora maioria, contaram com apoio decidido e oficial de seus respectivos governos. Como prova disto, note-se o local onde se realizou a VI Conferência da APACL entre 15 e 22 de junho de 1960: “no Clube de Oficiais das Forças Armadas em Taipei” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 34). Delegados de 18 unidades membros e observadores de 12 unidades, entre elas representantes do ABN de Stetsko e dos solidaristas russos da NTS, estiveram presentes no encontro anticomunista. “Oficiais de alta patente” e “líderes do partido” (Kuomintang) estiveram presentes na reunião, além de inúmeros convidados estrangeiros.

Outra fotografia enquadrou em seu centro o casal Chiang Kai-shek, *generalíssimo* e madame, cercado por cinco fileiras de conferencistas (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 10). No discurso de Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan e dirigente do Comitê



Central do Kuomintang, os comunistas foram caracterizados como dotados de uma natureza *brutal*, o que representaria “uma ameaça à liberdade humana”, com o que se buscou legitimar uma resposta de força a eles, a saber, o *extermínio* da República Popular da China (RPCh) como a única maneira de assegurar a paz mundial. Segundo Ku Cheng-kang, “a única maneira de obter a paz genuína é exterminar a causa básica da crise mundial – os comunistas chineses” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 13).

O chinês dirigente da ditadura taiwanesa ainda instruiu os conferencistas a não se iludirem com as fricções entre URSS e RPCh, alegando que seria impossível ocorrer “a separação entre Moscou e Pequim”, uma vez que “os comunistas chineses estão inseparavelmente alinhados com os comunistas russos na estratégia mundial e, embora surjam diferenças táticas, elas são de pouca importância e não levarão a uma séria ruptura entre os dois parceiros” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 1). A VI Conferência repisou as críticas da APACL ao *neutralismo* e à *coexistência pacífica* com o comunismo, o que abriria as portas do “mundo livre” à “usurpação do controle de seus países pelos comunistas e à escravidão final de seus povos desprotegidos” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 2). Contra políticas *neutralistas* e de *coexistência pacífica*, a única estratégia a seguir seria a da “libertação” dos “povos subjugados” pelo comunismo. Conclamou-se assim a formação de “uma cruzada espiritual” contra “os comunistas ateus” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 1).

O vice-presidente da ditadura taiwanesa, general Chen Cheng, discursou sobre o tema “Nossas Dolorosas Experiências com o Comunismo”, atacou “a teoria da ‘coexistência pacífica’ do comunismo internacional” como “uma grande mentira” e caracterizou os “*slogans* anti-imperialistas do comunismo internacional” como uma “hipocrisia absoluta”. Alegou que os comunistas, aproveitando-se da aspiração da Ásia e da África por “independência nacional e igualdade”, estariam estimulando o uso do *slogan* “Abaixo o Imperialismo” com fins manipulatórios, isto é, “não para libertar as os povos dessas áreas, mas para substituir o tipo de colonialismo ocidental com um novo império comunista soviético” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 9).



*Figura 135.* “The Assembly Hall of the Sixth Conference of the APACL at the Armed Forces Officers’ Club in Taipei”. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 34.



**Figura 136.** Ao centro da fotografia, na primeira fileira, generalíssimo e madame Chiang Kai-shek, cercados pelos participantes da VI Conferência da APACL de 1960, em Taipei, capital de Taiwan. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 10

Para Cheng, porém, “a forma mais mortal de imperialismo” seria “aquela do comunismo internacional” que, embora acenasse publicamente para a *coexistência pacífica*, de forma *maliciosa* e *diabólica* estaria empregando as estratégias de “infiltração e subversão” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 10). A seu turno, uma vez morto o primeiro presidente patrono da APACL-Filipinas Ramon Magsaysay, em 1957, o novo presidente filipino Carlos P. Garcia garantiu seu apoio à Liga em uma mensagem enviada à VI Conferência. Nela registrou que, “desde a fundação da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos em 1954, eu tenho observado com profunda admiração o espírito inabalável e destemido que os homens por trás dessa organização demonstraram na condução das tremendas responsabilidades que eles impuseram a si mesmos em nossa luta crucial contra a ameaça do comunismo internacional” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 12). A APACL seria, assim, “uma inspiração brilhante para o governo e o povo das Filipinas” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 12).

Presente na VI Conferência, o embaixador filipino em Taiwan Narciso Ramos denunciou o avanço implacável dos *inimigos comunistas* na Ásia, África e Caribe, destacando a necessidade de “fortalecer a solidariedade dos homens livres contra a ameaça comunista”, *tarefa vital* na qual

os membros da APACL “são convocados para desempenhar um papel decisivo” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 19).

Outras mensagens de congratulações foram enviadas à VI Conferência da APACL por dirigentes de grupos de exilados antissoviéticos, entre eles, Yaroslav Stetsko, presidente do Comitê Central do ABN, que desejou “todo o sucesso na luta pela Libertação contra o Comunismo e o Imperialismo Russo”; o solidarista russo Vladimir Poremsky, presidente da NTS; e Petz Zenkl, presidente da Assembleia das Nações Cativas da Europa (ACEN) (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 17). O norte-americano Marvin Liebman também enviou suas congratulações em nome do *American Asian Educational Exchange* e do Comitê do Um Milhão e, na qualidade de presidente honorário deste, Charles Edison encaminhou suas saudações à APACL. Recorde-se que o filho do famoso inventor Thomas Edison havia sido indicado na Conferência Preparatória de 1958 no México, sediada pela CIDC, como presidente do Comitê Diretor do então “sonhado” Congresso Mundial Anticomunista. Renunciou com Liebman e Francis J. McNamara da empreitada, porém, permaneceu com um dos mais graduados “amigos” norteamericanos da APACL. A mensagem de Edison à VI Conferência garantiu que “**a APACL é a organização regional anticomunista mais eficaz no mundo** e mostrou liderança positiva na luta internacional por liberdade” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 15, grifo meu).

Outro norte-americano que saudou a VI Conferência apacliiana havia sido indicado como um dos membros do Comitê Diretor que deveria ter sido presidido por Edson na organização do Congresso Mundial Anticomunista. Lev Dobriansky, ex-coronel da OSS e presidente do Comitê Nacional das Nações Cativas (NCNC) dos EUA, escreveu aos conferencistas da APACL conclamando um maior entrosamento com sua organização: “**Também esperamos que vocês se juntem a nós na celebração da Semana das Nações Cativas em julho, resolvendo nesta Conferência internacionalizar a ideia em todos os países livres da Ásia**” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 17, grifo meu). Como visto no CAPÍTULO 1, Dobriansky foi o autor do esboço da *Resolução das Nações Cativas*, transformado em lei por Eisenhower em 1959. Explicitando o aprofundamento do arco de alianças da APACL nos EUA, também Joseph C. Grew, ex-embaixador no Japão e presidente honorário do *American Asian Educational Exchange*, enviou telegrama de saudações à VI Conferência. Assim como o fundador e presidente da AFL-CIO, George Meany que, em nome do Comitê do Um Milhão, negou a então emergente cisão sino-

soviética do “bloco comunista”: “A China comunista é uma arma do comunismo mundial para a expansão na Ásia. Nós não concordamos com a perigosa teoria de que há uma divisão básica entre a China e a Rússia comunista. O eixo Moscou-Pequim é firme e unido nas armas comunistas básicas” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 15).

Depois de lidas essas mensagens, o secretário-geral da VI Conferência da APACL Tran Tan apresentou o informe anual das atividades da organização. Reportou que “o Secretariado conta com dois funcionários, dois datilógrafos e três policiais encarregados da segurança, além de um escritor e um Editor-chefe (Rev. Raymond J. de Jaegher) para o *Free Front*” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 2). Note-se que esse reverendo de Jaegher, editor-chefe de uma das “organizações de fachada” da APACL – o *Free Front* – permencerá como um importante agente de ligação da ditadura taiwanesa com a ultradireita norte-americana. O secretário vietnamita – recorde-se que a APACL estabeleceu seu secretariado permanente em Saigon – informou aos conferencistas em Taiwan que todas as despesas do secretariado geral foram custeadas pelo governo sul-vietnamita. Tran Tan comemorou que sua gestão no secretariado, além de ter enviado material de propaganda anticomunista às unidades-membros, conseguiu criar uma Biblioteca da APACL com 2.500 livros.

Além desse intercâmbio intra-APACL, Tran Tan encarregou-se também da troca de materiais com entidades do Oriente Médio, da África, dos EUA, da Europa, mantendo contato com entidades “como a ONU, SEATO, OTAN e com organizações anticomunistas de países ocupados pelos comunistas, tais como: a ACEN, NTS, ABN, *International Center of Archive Struggle Against Communism*, F.C.I. (*Features and news from behind the Iron Curtain*) etc.” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 2).

Por fim, dois dirigentes de alto escalão da ditadura taiwanesa expressaram a necessidade da APACL globalizar seu arco de alianças. O primeiro deles foi o general vice-presidente Chen Cheng, que instruiu a APACL “a cooperar com o governo, alargar suas bases, fortalecer a luta anticomunista global e a salvaguardar a liberdade e segurança da Ásia e do mundo como um todo” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 13). O segundo foi o vice-premiê Wang Yuan-wu, que elogiou os seis anos de existência da APACL e saudou sua contribuição para “prevenir a subversão e infiltração comunista”, encorajando-a a “**se tornar uma organização anticomunista mundial**” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 14, grifo meu). Note-se mais uma vez

como a APACL sempre foi pensada e organizada como uma instituição de Estado, em especial em Taiwan, que a manteve como um dos braços de sua estratégia oficial para a internacionalização da guerra política anticomunista. Mas os hierarcas do Kuomintang não foram os únicos a defenderem a necessidade da APACL globalizar suas atividades e aprofundar suas alianças nas redes anticomunistas internacionais.

#### 4.3.1. O presidente do CIAS Fritz Cramer: “ex” nazista no internacionalismo anticomunista

O ex-oficial de inteligência nazista (ligado ao almirante Wilhelm Canaris) Fritz Cramer, na qualidade de presidente do *Comité International d’Information et d’Action Sociale* (CIAS), também apontou para a necessidade de uma organização mais orgânica entre os principais atores do movimento anticomunista internacional. Como visto, ao lado de Cramer, outro “ex” nazista dirigiu o CIAS, Alfred Gielen, antigo braço direito do fundador e gestor do *Anti-Komintern*, Eberhard Taubert. Este, de fato, sendo recontratado pelos EUA e pela Alemanha Ocidental no pós-guerra como *expert* em propaganda antissoviética, fundou primeiro o *Volksbund fur Friedn und Freiheit* (VFF) e depois o CIAS. Cramer e Gielen foram primeiro presidente e secretário-geral do VFF, respectivamente, para então ocuparem as mesmas funções no CIAS, nucleado pelo VFF e “teleguiado” por Taubert, ex-braço direito de Joseph Goebbels no *Propagandaministerium*. Cramer participara da Conferência Preparatória para o Congresso Mundial de 1958 no México e, na ocasião, fora indicado como um dos diretores do “tão sonhado” projeto de reunir em um encontro e depois em uma Liga anticomunistas do mundo todo. Na VI Conferência da APACL de 1960, em Taiwan, Cramer voltou a insitir na necessidade de organizar o movimento anticomunista internacional. A revista da APACL-Taiwan comentou a intervenção do “ex” nazista em Taipei, destacando que o CIAS também estaria trabalhando em estreita cooperação com outras organizações anticomunistas “para ajudar a construir uma frente anticomunista dos países do mundo livre gerida privadamente” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 2).

Eram de fato enormes as “afinidades eletivas” entre o CIAS e a APACL e o insucesso do “ensaio geral” de 1958 no México não desfez o projeto “por uma Liga Mundial Anticomunista”. Ao comentar a intervenção de Cramer na VI Conferência de 1960, a *Free China & Asia* destacou que, “sendo animada pelos mesmos propósitos, a APACL não deve contentar-se apenas com o

repassa de uma mensagem de felicitações ao CIAS, mas deve tomar medidas ativas para apoiar a sua organização-irmã anticomunista em Luxemburgo” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 2).

Como visto com o historiador Vincente Gil da Silva, o CIAS reativou as “redes anticomunistas internacionais do período entreguerras, particularmente as da *Entente Internationale Anticommuniste* (EIA) e do *Antikomintern* de Berlim” (DA SILVA, 2020: 417). Construindo-se sobre as ruínas do *Comité international Paix et Liberté* e nucleado pelo VFF alemão, o CIAS montou um *international bureau* que funcionou “como um *clearing bureau* (escritório de “limpeza”) para as informações de entrada e saída da rede. Ao que parece, até conseguiu um centro de documentação próprio para esse fim – concentrando a informação em todos os centros de documentação nacional de seus membros – embora o centro não estivesse em operação antes de 1964” (GULSTORFF, 2015: 42). Cramer e Gielen geriram o *international bureau* do CIAS, cujo escritório, oficialmente, “tinha sede em Boon, e de 1960 em diante em Luxemburgo. Todavia, na verdade ele permaneceu em Boon na Berta-von-Suttner-Platz 17, nas salas de escritório do VFF. Seu endereço oficial luxemburguês era utilizado apenas para encobrir suas transações financeiras, propaganda internacional, bem como nacional, e relações públicas” (GULSTORFF, 2015: 42-43). Tamanha a “empolgação” da VI Conferência com o “alvissareiro” aprofundamento da parceria com o CIAS em seus planos conjuntos de globalização anticomunista que a APACL chegou a cogitar uma mudança de nome, a fim de retirar seu caráter exclusivamente asiático, o que deveria ser debatido e decidido na VII Conferência de 1961 nas Filipinas<sup>230</sup>.

Por ora, importa enfatizar a intervenção do presidente do CIAS que tanto “empolgou” a VI Conferência da APACL e, depois, apontar qual tipo de *know-how* possuía a organização criada por Taubert e gerida por Cramer e Gielen que tanto interessou aos dirigentes asiáticos da contrarrevolução. Na Taiwan de 1960, Cramer defendeu que a Alemanha Ocidental era o principal alvo da *propaganda, espionagem e agressão comunistas* na Europa. Reconstituiu ao auditório apacliano a história da incorporação da parte oriental da Alemanha pela URSS e sua subsequente

---

<sup>230</sup> “Uma resolução ainda mais significativa pede que a Sétima Conferência, a ser realizada em Manila no próximo ano, ‘considere o título da organização e aceite as conseqüentes emendas ao Estatuto que possam ser necessárias’. Essa resolução foi aprovada em vista do fato de que cada vez mais países fora da Ásia têm demonstrado um interesse crescente nas atividades da APACL e se tornado membros da APACL ou têm enviado observadores para as reuniões e conferências da APACL” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 2).

*bolchevização* com o estabelecimento da República Democrática Alemã (RDA), que não seria uma verdadeira república, muito menos democrática e sequer ainda alemã. A RDA foi caracterizada como uma *ditadura artificial* controlada pela URSS. A Alemanha Ocidental seria, assim, o alvo prioritário de uma *incessante agressão comunista* na Europa, advertindo Cramer que não se poderia perder de vista que a URSS estava convencida, desde Lenin, “de que uma Alemanha comunista com sua tecnologia altamente desenvolvida e mão-de-obra qualificada abriria ao comunismo o caminho para a dominação mundial” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 19).

Para o presidente do CIAS, o inaudito fortalecimento dos Partidos Comunistas na Itália e na França no pós-II Guerra Mundial era fruto do *expansionismo soviético*, assinalando que, “nos outros países ocidentais, partidos comunistas pequenos, embora ativos, estão principalmente engajados na infiltração das grandes organizações, sobretudo dos partidos social-democratas e sindicatos” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 19). Para se contrapor à *bolchevização* da Europa Ocidental seria preciso, “como um medida de defesa”, concentrar-se no “trabalho informativo em uma base ampla, estendendo-se não apenas à Alemanha, mas também aos outros países ocidentais, uma vez que os propagandistas comunistas estão ocupados difamando a parte livre da Alemanha também na Inglaterra, França e até mesmo na América” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 19). Cramer defendeu que “em cada país, individualmente, medidas de defesa devem ser tomadas contra tais tentativas de infiltração e contra a espionagem soviética”, o que seria de “interesse comum a todos os países” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 19). Cramer conclamou, enfim, por uma maior coordenação global entre o CIAS, a APACL e a CIDC presidida pelo almirante brasileiro Carlos Penna Botto:

Apesar de tudo, **a organização internacional CIAS foi criada justamente para esse fim, isto é, servir como uma clearing-house para o intercâmbio de know-how**, bem como **para transmitir informações sobre os métodos desenvolvidos no curso da luta de defesa contra o comunismo agressivo** (...) Senhoras e Senhores, tenho a honra de representar nesta Conferência **uma organização internacional cujo objetivo é o mesmo, por exemplo, da LIGA ANTICOMUNISTA DOS POVOS ASIÁTICOS ou a CONFEDERAÇÃO INTERAMERICANA DE DEFESA DO CONTINENTE!**” (...) Sobretudo, eu desejo a essa Conferência todo o sucesso em estabelecer contatos mais próximos entre as organizações anticomunistas privadas. E para tanto, eu submeti à administração da Conferência uma proposta de resolução. Se nós falharmos em trabalhar juntos, nós seremos vítimas do comunismo separadamente, independentemente de se tratar da marca de Moscou ou de Pequim (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 20, grifo meu)



Nota-se, pois, que do “quarteto fantástico” da Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista de 1958 no México só estava faltando o ABN. Cramer continuou insistindo na necessidade de uma articulação global entre CIAS, APACL e CIDC. E o *know-how* que o CIAS teria a oferecer já estava consolidado nas atividades que desenvolvia na Europa Ocidental e que, antes dele, já eram desenvolvidas por seu “Capítulo” alemão, o VFF. Como esclarece o historiador Torben Gulstorff, o VFF especializou-se em operações em quatro áreas específicas. “Uma era de propaganda anticomunista e relações públicas. Sua máquina de propaganda consistia em uma ampla gama de materiais impressos e eventos” (GULSTORFF, 2015: 46)<sup>231</sup>. “A segunda área de trabalho incluía monitoramento pessoal e organizacional” (GULSTORFF, 2015: 46)<sup>232</sup>. As informações coletadas eram “encaminhadas a outras organizações e instituições estatais da Alemanha Ocidental. A terceira área de trabalho foi a cooperação com e o apoio adicional da Alemanha Ocidental ou nas organizações e indivíduos anticomunistas operantes da RFA. Em alguns casos, também incluíam estrangeiros” (GULSTORFF, 2015: 46). O VFF – a “locomotiva” alemã do CIAS – utilizava essas informações coletadas “em uma quarta área de trabalho para questões políticas e para ser objeto de estudos posteriores para, por exemplo, aliar-se a certos partidos em suas campanhas políticas” (GULSTORFF, 2015: 47)<sup>233</sup>.

Observa-se, portanto, que a APACL de fato encontrara uma “organização irmã” no CIAS – nucleado pelo VFF –, que manteve como parte integrante do trabalho de suas organizações “o monitoramento individual e organizacional” (GULSTORFF, 2015: 45). Bem se vê, então, o tipo

---

<sup>231</sup> “Só em 1963, quatro milhões de publicações, incluindo periódicos como *Der aktuelle Osten* and *Asien heute*, foram disseminados por toda a RFA. Suas RP eram bem equipadas também. Informações anticomunistas distribuídas por organizações anticomunistas, suas redes, publicações e eventos inundaram a imprensa da Alemanha Ocidental (...). Um foco substancial foi colocado sobre a má reputação da URSS e da República Democrática Alemã (RDA). Esta última foi especialmente retratada como um caso de delitos comunistas, já que muitos alemães ocidentais simpatizavam com seus parentes oprimidos na RDA” (GULSTORFF, 2015: 46).

<sup>232</sup> “Não apenas eram monitorados na Alemanha Ocidental os potenciais comunistas, simpatizantes, colaboradores e organizações baseadas na RDA e KPD, mas membros e simpatizantes de organizações comunistas em potencial como o movimento pela paz e o movimento da Alemanha Ocidental contra o armamento nuclear do Exército da Alemanha Ocidental, o *Anti-Atomtod-Bewegung*, foram arquivados e colocados sob pressão. Os direitistas da Alemanha Ocidental e suas organizações também foram observados” (GULSTORFF, 2015: 46).

<sup>233</sup> “Podemos, no entanto, substanciar a alegação de que a VFF reforçou o anticomunismo durante as eleições parlamentares (...) da Alemanha Ocidental com ‘campanhas extraordinárias de panfletos’ para ‘contrapor a influência forçada de organizações [comunistas] camufladas’” (GULSTORFF, 2015: 47).

de “trabalho informativo” propagandeado por Cramer, em nome do CIAS, na VI Conferência apacliã, momento em que se renovou a triangulação APACL/CIDC/CIAS<sup>234</sup>.

Um ano antes da VI Conferência da APACL, em 16 de abril de 1959, representantes do CIAS reuniram-se com dirigentes da CIDC em uma tentativa de retomar o projeto malsucedido de convocar um Congresso Mundial Anticomunista. A reunião CIDC-CIAS teve como objetivo “continuar o diálogo sobre a fundação de uma rede anticomunista global” (GULSTORFF, 2015: 67). O CIAS manteve-se conectado, por conseguinte, com o Comitê Diretor (*Committee Steering*) do Congresso Mundial Anticomunista designado na Conferência Preparatória de 1958 no México. Todavia, pelas razões já indicadas, os norte-americanos Marvin Liebman, Francis J. McNamara e Charles Edison renunciaram a suas funções no Comitê Diretor e suas responsabilidades foram reassumidas pelo deputado republicano Charles Joseph Kersten. Notório “investigador” da “infiltração comunista” nos sindicatos dos EUA, Kersten era o autor de uma emenda parlamentar, aprovada em 1951, “que direcionou o Congresso a apropriar \$100 milhões anualmente para ‘apoiar a resistência por trás da Cortina de Ferro’”<sup>235</sup>.

Um missionário da política de “libertação” (*rollback*) das “nações sob o cativeiro comunista”, Kersten propusera em sua emenda que os EUA apoiassem a formação de unidades militares com exilados fugidos da “Cortina de Ferro” – o “sonho” do ABN –, caracterizando-os como os melhores soldados antissoviéticos que se poderia encontrar. A “Emenda Kersten” causou

---

<sup>234</sup> É notável, pois, que organizações como o CIAS e suas congêneres, APACL, CIDC e ABN, “não apenas se tornaram ativas na propaganda e RP anticomunistas – acompanhando as políticas e atividades anticomunistas de seus governos e da CIA – como também pesquisaram os comunistas, seus colaboradores e simpatizantes, assim como suas organizações” (GULSTORFF, 2015: 26).

<sup>235</sup> A partir da “Emenda Kersten” foi criado o *Escapee Program* como parte do *Mutual Security Act of 1951*. “Em 22 de março de 1952, o Presidente aprovou o uso de fundos para esse plano que proporcionava cuidados suplementares e assistência no reassentamento para certos fugitivos detrás da Cortina de Ferro que haviam recebido asilo na Europa Ocidental e essa decisão foi comunicada ao Presidente dos comitês apropriados do Congresso (MUTUAL SECURITY ACTY, s/d: 01). “Propõe-se estender essas atividades do Programa de Fugitivos em uma base limitada para auxiliar fugitivos anticomunistas da Ásia Central soviética e da China Continental. Durante um período em que somas substanciais estavam sendo aplicadas no cuidado e reassentamento de refugiados na Europa, pouca atenção foi dada a problemas similares de populações deslocadas no extremo Leste. Essa negligência é igualmente verdadeira no caso dos fugitivos do comunismo (...) O custo desse programa para os Estados Unidos é relativamente pequeno quando relacionado à importância das questões de política externa envolvidas. O Programa de Fugitivos é fundamental para os objetivos básicos dos EUA na Europa, como a promoção da defesa geral e estabilidade da Europa livre e a garantia para o mundo livre da amizade das populações escravizadas atrás da Cortina de Ferro” (MUTUAL SECURITY ACTY, s/d: 03). Note-se que os objetivos do *Escapee Program* eram os mesmos do programa *All roads lead to freedom*, criado em 1954 pela APACLROC para estimular a fuga de pessoas da China continental para Taiwan, garantindo-lhes subsistência e treinamento para serem utilizados como arma de propaganda anticomunista.

a ira da URSS, que a criticou como inaceitável interferência em assuntos internos. Kersten presidiria o *Select Committee to Investigate Communist Aggression and the Forced Incorporation of the Baltic States into the USSR* até 1954 e, no ano seguinte, tornou-se consultor de *Psychological Warfare* na Casa Branca na administração Eisenhower.

Dessa maneira, depois da renúncia dos norte-americanos (à exceção de Lev Dobriensky) do “tão sonhado” projeto de convocação de um Congresso Mundial Anticomunista, seu Comitê Diretor encontrou um aliado perfeito em Kersten. O historiador Torben Gulstorff aponta que o presidente do CIAS Cramer, um ano antes de participar da VI Conferência da APACL de 1960 em Taiwan, viajou aos EUA para se reunir com os remanescentes do Comitê Diretor do Congresso Mundial Anticomunista designado em março de 1958 no México. Ao que tudo indica, tratou-se da reunião prometida por Prieto Laurens, em abril daquele ano, durante o IV Congresso da CIDC na Guatemala: prometera que dirigentes da CIDC, APACL, ABN e CIAS viajariam aos EUA para resgatarem um fundo de documentos e capitais depositado em Nova Iorque para darem sequência aos trabalhos para a convocação do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista. Cramer, inclusive, participou da reunião extraordinária mantida no IV Congresso da CIDC que discutiu o tema.

E nessa viagem de 1959 aos EUA para tratar do “tão sonhado” projeto anticomunista global com os remanescentes do Comitê Diretor, Cramer aproveitou para reunir-se com o Departamento de Estado norte-americano. Como visto, o “poderoso chefe” por trás do CIAS, o “Dr. Anti-Komintern” Eberhard Taubert, havia sido contratado pelo Departamento de Estado como *expert* em propaganda antissoviética. Colocou à disposição dos norte-americanos todo o *know-how* que aprendera e desenvolvera no *Propagandaministerium* de Goebbels. Não por acaso o presidente do CIAS teria tido tamanha facilidade para reunir-se e tratar de planos com o Departamento de Estado dos EUA. Um mês depois do CIAS reunir-se com a CIDC para continuar o diálogo sobre a criação de uma rede anticomunista global, Cramer manteve conversas, em 16 de maio de 1959, “com o Departamento de Estado e o Comitê Diretor Anticomunista Mundial, que coordenava os planos de uma organização anticomunista global (...). Um membro do Gabinete das Relações Exteriores da Alemanha Ocidental relatou sobre essa questão” (GULSTORFF, 2015: 68):

O relatório do presidente, Sr. Cramer, sobre os resultados de sua viagem aos Estados Unidos, foi o centro [do assunto]. **Ele obteve a principal aprovação do Departamento**

**de Estado para a fundação de um *clearing office* para informações e atividades anticomunistas**, que havia sido recusada até então. **A aprovação do americano [Charles Joseph] Kersten, o presidente do Comitê Diretivo, foi obtida.** Um secretário-geral pró-alemão ainda deve ser encontrado (GULSTORFF, 2015: 68, grifo meu)

Aqui, explicita-se a necessidade de maiores investigações sobre qual teria sido o papel do republicano Kersten como “substituto” de Liebman na coordenação da retomada do “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista e, o principal, o que o Departamento de Estado norteamericano teve que ver com isso. O historiador Torben Gulstorff, se não aprofundou o assunto, foi o primeiro a ter flagrado a presença de Kersten e do Departamento de Estado dos EUA na retomada dos acordos malogrados da Conferência Preparatória de 1958 no México. Em outubro de 1962, Kersten participaria, ao lado da CIDC de Penna Botto e do ABN de Yaroslav Stetsko, da Conferência Anticomunista Internacional em Malta.

O presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, embora tenha sido convidado, não participou do evento, assim como o CIAS<sup>236</sup>. Embora uma coordenação verdadeiramente unitária entre as atividades desses atores e redes anticomunistas globais só tenha tomado corpo em 1966, o que importa agora é salientar a diretriz de internacionalização adotada pela VI Conferência da APACL de 1960, sob o empuxo do presidente do CIAS. Isto é, em linha idêntica à sugerida por Cramer, que insistira na necessidade de um maior intercâmbio entre CIAS, APACL e CIDC na composição de um sistema de defesa contra a *agressão comunista*, uma das resoluções da VI Conferência apacliiana, além de declarar urgente o estabelecimento de “uma organização de segurança coletiva no nordeste asiático”, recomendou que o exemplo deveria ser globalmente seguido: “Esperamos que todos os membros das organizações de segurança coletiva do mundo livre fortaleçam suas próprias forças, esforçando-se para expandir as organizações de segurança coletiva em várias regiões, e estabelecer relações mais próximas entre uma organização de segurança coletiva e outra” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 2).

---

<sup>236</sup> Isso revela a complexidade das redes anticomunistas globais da Guerra Fria. Em 27 de outubro de 1962, Kersten participou da Conferência Anticomunista Internacional em Malta, organizada pela Lega Anti-Kommunista de Malta presidida pelo tenente-coronel F. Cassar Torreggiani e dirigida por G. M. Vella-Gatt. Kersten integrou o *Presidium* da Conferência, que esteve composto pelo almirante brasileiro Carlos Penna Botto, “Vice-Presidente do Comitê Diretor do Congresso Mundial [*World Congress Steering Committee*] and Presidente da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (Brasil)”; por Yaroslav Stetsko e Niko Nakashidze, respectivamente, presidente e secretário-geral do ABN; pelo polonês “Witold Zahorsky, representante da Assembly of Captive European Nations [ACEN]”; pelo “Fr. R. Sigmond, O.P. (Vaticano), Rector Magnificus: Pontifical University Angelicum (Hungary)”; e por “Karl Neumann, membro do Bundestag alemão” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 27).

Ademais, pouco depois da VI Conferência de 1960, a APACL tomou a intervenção do CIAS em Taiwan como força catalisadora da retomada do projeto de convocar um Congresso Mundial Anticomunista e, a partir dele, criar uma “Internacional Anticomunista”. Em 1º de agosto, sua VI Reunião Plenária propusera “ao Conselho da APACL **a realização de uma Conferência Mundial Anticomunista para assim fortalecer as forças do anticomunismo mundial**” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 14, grifo meu). Também o Programa de Trabalho da APACL-Taiwan para 1960 reiterou a necessidade de “intensificar a cooperação com as organizações anticomunistas de vários países e organizações internacionais anticomunistas no trabalho de ofensiva psicológica contra o inimigo e para fortalecer trabalhos como radiodifusão e lançamento aéreo em estreita coordenação com outras organizações relevantes” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 20).

Mais especificamente, o Programa de Trabalho da APACLROC recomendou ações no sentido de “**acelerar a convenção do Congresso Mundial dos Povos Anticomunistas para uma data próxima**” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 20, grifo meu). E o editorial de agosto de 1960 da *Free China & Asia* estampou essa retomada, reiterando que, além da coordenação de seus esforços na Ásia, a entidade deveria intensificar sua cooperação “com todos os outros povos anticomunistas do mundo até que o imperialismo comunista internacional seja derrubado” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 1). A *paz* e a *segurança* na Ásia e no mundo seriam conquistadas apenas “com a derrubada final do imperialismo comunista internacional” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 1). Assim, a missão da APACL seria dupla: de um lado, unificar “os povos asiáticos em sua luta contra a agressão comunista para sua salvação comum”; de outro, “trabalhar em cooperação próxima com todos os outros povos anticomunistas do mundo para derrotar o imperialismo comunista internacional” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 8, p. 1).

Em suma, a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos deveria transformar-se em uma Liga Mundial dos Povos Anticomunistas. A APACL ainda haveria de cumprir seu ideal e, como assegurou Cramer em sua VI Conferência, poderia contar com o CIAS e a CIDC nesse “sonho” do internacionalismo anticomunista da Guerra Fria.

#### 4.3.2. O fim da “resistência” sul-coreana: o Japão se torna um membro oficial da APACL

Antes da APACL e do CIAS protagonizarem a realização desse “sonho”, porém, um evento histórico ocorrido na Coreia do Sul pavimentaria o caminho para sua concretização. Como adiantado, tratou-se da queda do autocrata civil Syngman Rhee, cofundador da APACL em 1954 ao lado do *generalíssimo* Chiang Kai-shek. A derrubada de Rhee da presidência da República significou o fim da “resistência” sul-coreana à participação do Japão na APACL, resultando na incorporação da poderosa ultradireita nipônica na Liga Anticomunista, que passou a contar com dirigentes anticomunistas da maior potência capitalista da Ásia. A APACL-Japão serviria de potente alavanca ao projeto oriental de internacionalização anticomunista. Como visto, depois de Rhee ter sido a “estrela” da I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos de 1954, em Chinhae, evento fundacional da APACL, ele implodiu a II Conferência do grupo de 1955, pré-agendada para ocorrer em Taiwan, quando soube que a APACL-Taiwan convidara “Observadores” japoneses ao evento. Rhee impusera à APACL-Coreia do Sul uma postura anti-nipônica e com sua substituição na presidência da República pelo ditador Park Chung-hee, um militar que servira ao Império Japonês na II Guerra Mundial, o “Capítulo” sul-coreano da APACL tornou-se pró-Japão.

Rhee foi derrubado do poder no final de abril de 1960 graças a protestos de massa deflagrados em um contexto eleitoral marcado por corrupção, fraude e assassinato político. No início daquele mês, foi deflagrado um amplo levante popular liderado por estudantes e trabalhadores depois da descoberta, no porto de Masa, do corpo de um estudante assassinado durante protestos contra a corrupção nas eleições gerais. Rhee ordenou a repressão aos protestos e proibiu qualquer notícia sobre eles e, a despeito disso, as manifestações tomaram a capital Seul e assumiram uma dimensão massiva. Em 19 de abril, manifestantes marcharam em direção à residência oficial de Rhee, exigindo sua renúncia. A guarda presidencial abriu fogo contra eles e matou mais de 180 pessoas. Rhee instaurou a lei marcial no país, mas as manifestações se avolumaram. A polícia e o Exército – cujos generais logo se aproveitariam da instabilidade política para darem o golpe de Estado que consagraria Park Chung-hee como ditador da Coreia do Sul – recusaram-se a prosseguir na repressão e execução de manifestantes em nome de Rhee. Sem mais esse apoio, Rhee renunciou em 26 de abril, encerrando em 1960 sua ditadura instaurada pelos EUA em 1948.

A APACL-Taiwan, reconhecendo que Rhee era o principal obstáculo à incorporação do Japão na Liga, comemorou o ingresso oficial de seus “amigos japoneses” na organização alguns meses depois. Em sua revista, destacou esse fato como um dos mais importantes da VI Conferência da APACL: “Um dos acontecimentos mais significativos durante a Conferência é que o Japão agora se tornou um membro formal da Liga. A adesão do Japão à APACL foi possível quando a República da Coreia não mais se opôs a ela, como havia feito no passado. Isso também prenuncia uma melhoria das relações nipo-coreanas em geral e deveria ser bem-visto por todos os membros da Liga” (FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 2).

#### *4.4. Filipinas, 1961: VII Conferência da APACL*

A VII Conferência da APACL foi realizada na capital das Filipinas, Manila, entre 2 e 5 de maio de 1961. Como visto, as Filipinas de Ramon Magsaysay foram o palco da II Conferência de 1956. Em 1961, respeitando-se o sistema rotativo de presidência anual da Liga de acordo com o país-sede de sua conferência anual, um filipino foi eleito para o cargo. A V Conferência de 1959 na Coreia do Sul elegera Georg Paik como presidente da APACL; a VI Conferência de 1960 em Taiwan designara para o mesmo cargo Ku Cheng-ku; e a VII Conferência de 1961 designou para a função Ramon Bagatsing, do Movimento Anticomunista Filipino (PACOM) e delegado-chefe da APACL-Filipinas. De acordo com a programação da VII Conferência da APACL, agendaram-se para o dia 2 de maio visitas de cortesia ao presidente Carlos P. Garcia, ao secretário Felixberto M. Serrano e ao prefeito de Manila Arsenio H. Lacson. À tarde, sob a condução de Inocencio V. Ferrer e de Teotimo A. Roja, os conferencistas reuniram-se com o Conselho da APACL e, à noite, Ramon Bagatsing lhes ofereceu um jantar.

Outros delegados assistiram a filmes anticomunistas exibidos “pelos Serviços Especiais das Forças Armadas das Filipinas” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 27). No dia 3 de maio, a cerimônia de abertura foi atendida por “delegados estrangeiros, funcionários de Governo, membros do Corpo Diplomático e Consular, líderes cívicos, educadores e correspondentes da imprensa e do rádio” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 27). Jose Ma. Hernandez serviu de presidente e mestre de cerimônias dessa sessão de abertura. Presidente da Ação Católica, ele fora um dos cofundadores da APACL na Coreia do Sul em 1954 e organizara sua II Conferência nas Filipinas em 1956. O discurso de

abertura da VII Conferência coube ao filipino Bagatsing, seguido pelas conferências de Ku Cheng-kang da APACL-Taiwan e de Inocencio V. Ferrer da APACL-Filipinas.



**Figura 137.** “Mr. Ku Cheng-kang presented the APACL banner to the newly elected Chairman of the League Council Mr. Ramon Bagatsing, Chief Delegate of the Philippines, at the closing session of the Conference”. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1960, v. VII, n.º 7, p. 13.

A “estrela” da VII Conferência da APACL, porém, foi o senador dos EUA Thomas J. Dodd, cujo discurso foi seguido pela intervenção do presidente da Câmara dos Deputado das Filipinas Cornelio T. Villareal. Na tarde do segundo dia, a sessão foi presidida pelo novo presidente da APACL Bagtsing e por Fernando H. C. Chua, contando-se com a palestra de Felixberto M. Serrano, introduzido por Jose Ma. Hernandez. Na noite do dia 03 de maio, um jantar foi oferecido na Embaixada de Taiwan pela Liga Anticomunista Filipino-Chinesa (PCACL, na sigla em inglês), com a participação do embaixador taiwanês nas Filipinas Mao Lan Tuan, introduzido pelo diretor da PCACL Pao Shih Tien<sup>237</sup>. No dia 4 de maio, Bagtsing e Teotimo A. Roja presidiram a segunda sessão plenária, que contou com o discurso do secretário da SEATO Alejo S. Santos, introduzido por Antonio M. Meer.

---

<sup>237</sup> Como visto na análise da II Conferência da APACL de 1956 nas Filipinas, a PCACL foi “fundada e organizada pelo Major da Reserva do Exército dos EUA Frank Tenny” (KUNG, 2018: 93) e contou com a participação de chineses nacionalistas do KMT, filipinos, britânicos e norte-americanos. O “coronel” taiwanês Shin I-Sheng, responsável por organizar o braço filipino do KMT, ajudou na criação da PCACL em 1950. Ele praticou extorsão de chineses abastados nas Filipinas. Acusava-os de “comunistas” e, depois, oferecia-lhes “proteção” (KUNG, 2018: 79). O ex-presidente Ramon Magsaysay foi o presidente de honra da PCACL e um de seus associados (e do *Ugly American* Edward Lansdale), o subsecretário de Defesa Jose M. Crisol, cooperou com a Liga Anticomunista Filipino-Chinesa e a APACL.



No almoço oferecido pelo Rotary Clube de Manila, a palestrante convidada foi a francesa Suzanne Labin, presidente da *Conférence Internationale sur la Guerre Politique des Soviets* (CIGPS), introduzida por Jose Barredo, presidente do Rotary Clube. À tarde, os participantes da VI Conferência da APACL visitaram o Fort McKinley, assistiram ali a uma parada militar e, à noite, visitaram a Fazenda Bagatsing. No último dia da conferência, 5 de maio, as sessões foram presididas por Jose G. Guevara, Miguel D. Casibang e Carmelo Quiban. O almoço foi oferecido pelo presidente da Câmara dos Deputados Cornelio T. Villareal no Manila Hotel Winter Garden, contando-se com a palestra de Daniel Z. Romualdez. À tarde, a terceira sessão foi presidida por Bagatsing e Constante Ma. Cruz, tendo como palestrante convidado o prefeito de Manila Arsenio H. Lacson. A cerimônia de encerramento no Social Hall do GSIS Building contou com o discurso do vice-presidente Diosdado Macapagal que, em nome do presidente da República Carlos P. Garcia, garantiu a determinação do governo das Filipinas “de apoiar a causa anticomunista da APACL” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 10). À noite, no Manila Hotel Winter Garden, um jantar foi oferecido aos delegados estrangeiros e membros dos Corpos Consulares e Diplomáticos sob o patrocínio das “Companhias de Seguro Filipino-Americanas”. O palestrante convidado foi o embaixador dos EUA nas Filipinas John D. Hickerson, introduzido pelo novo presidente da APACL Ramon D. Bagatsing (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 28).

Somando-se delegados e observadores, mais de 1.500 pessoas participaram da VII Conferência da APACL de 1961, “incluindo funcionários de alto escalão do governo das Filipinas, membros do corpo diplomático (...) e líderes do exílio chinês” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 8). Compareceram à VII Conferência 37 unidades e 19 unidades-membros representando, entre outros, os seguintes países: Filipinas, Taiwan, Vietnã do Sul, Tailândia, Hong Kong, Macau, ilhas Ryukyus, Nova Zelândia, Austrália, Japão, Ceilão, Malaya, North Borneo, Paquistão, Irã, Jordânia, Turquia e Líbia<sup>238</sup>.

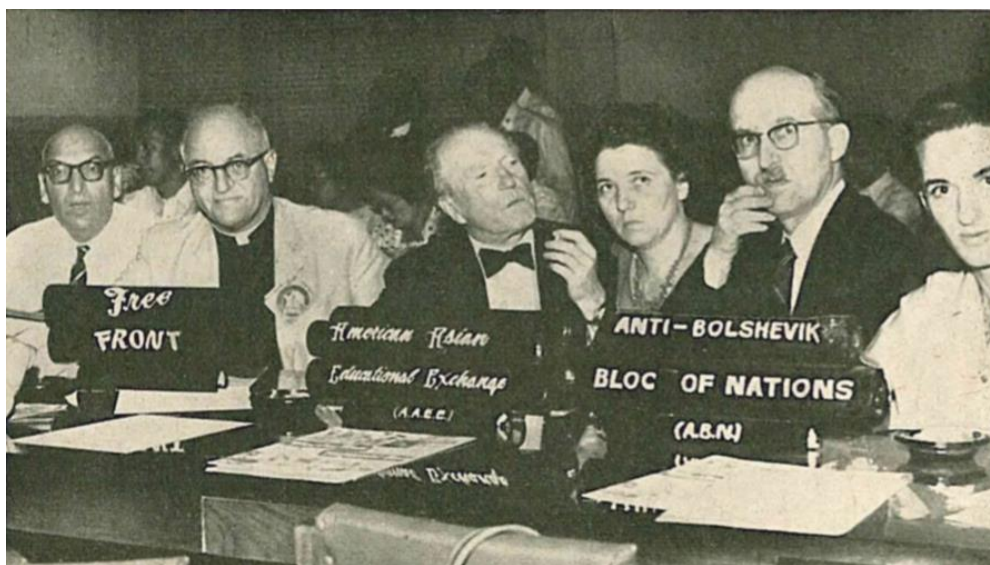
---

<sup>238</sup> APACL-Filipinas: Ramon D. Bagatsing, Jose Ma. Hernandez, Antonio M. Meer, Miss Michaela A. Montemoyor, Cornelio Villareal, Inocencio V. Ferrer, Leonardo B. Perez, Leon O. Ty, Carmelo Quiban, Renato Arevalo, Constante Ma. Cruz, Cesar D. Templo, Teotimo A. Roja, Jose G. Guevarra, Isagani P. Oruz, membros do PACOM, e Chua Lamko, Yao Shiong Shio, Pao Shih Tien, Cua Siok Po, Cheng Ediston, Tang Tack, Yang Sepeng, da PCACL. APACL-Taiwan: Ku Cheng-kang, Huang Chao-Chin, Pao Hua Kuo, Liu Peng-Kiou, Tran Yming, I-Cheng Loh; da Coreia do Sul, Chin San You, Chong Lin Lee, Yo Sup Chu, Mr. Tong, Woon Park, Young Sook Moh, Tae Zhee Kim, Yong Koo Kim. APACL-Vietnã do Sul: Tran Tan, Nguyen Phuong Thiep. APACL-Tailândia: Vibul Thamavit, Surachit Chanterasakha, Chun Prapavivat, Manee Thamavit, Seri Thamavit; APACL-Japão: Tetsuzo Watanabe, Juitsu Kitaoka; APACL-Austrália: senador Charles Falkender. APACL-Paquistão: Inamullah Khan, Mahmud Brelvi (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 29).



**Figura 138.** Auditório da VII Conferência da APACL realizada, em 1961, na capital das Filipinas, Manila. FONTE: ABN, 1961, v. XII, n.º 3, 1961, p. 28.

Além de 14 “unidades observadoras” da Libéria, Marrocos, Líbano, Congo (Brazzaville e Leopoldville), Madagascar, França (Guy Vinatrel), EUA (Thomas J. Dodd, David Martin, William Glenn), as seguintes organizações internacionais estiveram representadas na VI Conferência: a *American-Asian Educational Exchange* de Marvin Liebman, por James Burnham e David N. Rowe; a *Free Front* pelo reverendo Raymond J. de Jaegher; a *Conférence Internationale sur la Guerre Politique des Soviets* (CIGP), por Suzanne Labin; a Assembleia das Nações Cativas Europeias (ACEN), por Vaclovas Sidzikanskas; o *Comité International d’Information et d’Action Sociale* (CIAS), por Afred Gielen; e o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), por Yaroslav e Slava Stetsko (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 29).



**Figura 139.** Segundo à esquerda, reverendo Raymond J. de Jagher (Free Front) e, à esquerda dele, Vaclovas Sidzikanskas (ACEN) e Slava e Yaroslav Stetsko (ABN). FONTE: ABN, 1961, v. XII, n.º 3, p. 30.

#### 4.4.1. Ku Cheng-kang (APACLROC), senador Thomas J. Dodd (EUA) e Y. Stetsko (ABN)

Cabe agora passar em revista os principais pontos de três discursos pronunciados na VII Conferência da APACL. O primeiro deles foi pronunciado pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang. Intitulado “Unidade das nações livres contra a Internacional Comunista”, seu discurso denunciou a Conferência de Moscou de novembro de 1960 como mais um passo na *agressão comunista* levada adiante pela estratégia soviética da *ofensiva de paz*, que teria como alvo os EUA, “o vigoroso líder do mundo livre”. De um lado, os soviéticos sinalizariam à *coexistência pacífica* e, de outro, fortaleceriam ocultamente seus métodos de “infiltração e atividades subversivas” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 10). De uma parte, os soviéticos empreenderiam “as assim chamadas ‘guerras de libertação nacional’ em alguns países na Ásia, África e América Latina para comunizar esses países por meio do uso da força bruta”; de outra parte, utilizariam “as mesmas velhas táticas de ‘frentes únicas’ com os truques conhecidos de organizar um cessar-fogo e negociações de paz e formação de governos de coalizão” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 10). Essa tática comunista de criar *frentes únicas* e *governos de coalizão* seria “uma repetição de seu velho saco de truques com os quais eles tomaram

a Europa Oriental e subverteram o governo da República da China no continente” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 11).

Simultaneamente, concluiu Ku Cheng-kang, os soviéticos estimulariam a *luta* e a *negociação* para emboscar “os países democráticos em um dilema no qual não há guerra nem paz, para que ao final eles tenham que sucumbir totalmente à dominação vermelha. As manobras comunistas em Cuba, Laos e no Congo são exemplos clássicos dessa estratégia” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 10). O segundo discurso destacado é o da “estrela” da VII Conferência da APACL: o senador dos EUA Thomas J. Dodd. Agente do FBI na década de 1930, Dodd fora um assistente de acusação no Tribunal de Nuremberg. No pós-guerra, elegeu-se senador pelo Partido Democrata, encampando uma iniciativa abandonada pelo Congresso para financiar um centro de treinamento anticomunista chamado “Academia da Liberdade”. Em 1954, um grupo de empresários projetou “uma Comissão de Liberdade privada que, financiada pelo Congresso dos Estados Unidos, administraria um centro de treinamento para técnicas anticomunistas e um centro de informação global” (GULSTORFF, 2015: 68). “O Senador democrata Thomas J. Dodd tomou o assunto em suas mãos” e, na década de 1960, a Academia da Liberdade pode contar com o apoio do CIAS (GULSTORFF, 2015: 68)<sup>239</sup>.

Dodd foi também um dos vice-presidentes da *American-Asian Educational Exchange* de Marvin Liebman, organização que intercambiou seus quadros com o Comitê do Um Milhão igualmente dirigido por Liebman (DIAMOND, 1995: 44). Durante a VII Conferência da APACL nas Filipinas, o senador garantiu que se juntaria à Assembleia das Nações Europeias Cativas (ACEN), presidida por Vaclovas Sigzikauskas, e que “os Estados Unidos estavam ‘preparados para lutar’ contra o comunismo no Sudeste da Ásia” (DIAMOND, 1995: 321). A ACEN, fundada pela CIA, “tornou-se a vitrine dos numerosos projetos de exílio da CIA dentro dos Estados Unidos a partir de 1954’. Com o tempo, a Assembleia e o grupo afiliado chamado Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) se tornariam importantes veículos por meio dos quais o Partido Republicano

---

<sup>239</sup> “Assim, o CIAS explicou ao Ministério das Relações Exteriores [da RFA], ‘Os Estados Unidos constituem outro problema. Há aproximadamente 200 organizações e instituições anticomunistas que – até agora – não foram capazes, contudo, de chegar a um acordo entre si. O CIAS mantém contato principalmente com a ‘Freedom Academy’, liderada pelo Senador Dodd’. (...) Até o início da década de 1960, o CIAS cooperou com a Academia que operava sob a liderança de Dodd” (GULSTORFF, 2015: 67-68).

forjaria coalizões de eleitores de grupos emigrantes da Europa Oriental nos Estados Unidos” (DIAMOND, 1995: 45).

Apesar das diferenças entre a ACEN e o ABN, ou mesmo destas com as organizações de Liebman – seus Comitê do Um Milhão e *American-Asian Educational Exchange* –, todos esses grupos anticomunistas internacionais, sem exceção, eram “defensores da ‘libertação’ ou [da] ‘doutrina rollback’”, isto é, “argumentaram que um confronto nuclear mortal era menos, não mais provável, se os aliados ocidentais endurecessem sua postura antissoviética” (DIAMOND, 1995: 46). Propriamente em seu discurso na VII Conferência da APACL nas Filipinas, o senador Dodd defendeu a aplicação da política de “libertação” anticomunista na Ásia. Lamentou que o “gigante americano” dormia enquanto o “mundo livre” estava sendo ameaçado pelo “avanço da maré comunista”, salientando os casos de Cuba, Laos e Vietnã do Sul. Externou sua preocupação com “a crescente ação da guerrilha comunista no Vietnã do Sul” e com “a crescente ameaça às nações livres do Sudeste Asiático” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 3).

Mas nem tudo estaria perdido na Ásia, garantiu Dodd, caso fosse replicado o exemplo de “sucesso” das operações antiguerilheiras conduzidas nas Filipinas por Ramon Magsaysay. Como visto no CAPÍTULO 2, ainda como subsecretário de Defesa Magsaysay foi “assessorado” por dois *experts* norte-americanos enviados às Filipinas pelo Pentágono e pela CIA: o coronel Edward Landsdale e o etnólogo Charles T. R. Bohannon. Foram eles, de fato, os idealizadores da guerra não-convencional que liquidou as guerrilhas Huks, embora Dodd tenha atribuído em seu discurso todos os créditos a Magsaysay. O senador dos EUA salientou assim que, apesar das “trágicas derrotas” anticomunistas no Extremo Oriente, “também houve grandes vitórias. Eu não posso deixar de lembrar que foi aqui nas Filipinas, sob a liderança de imortal Ramon Magsaysay, que a liberdade conquistou uma de suas mais significativas vitórias sobre as forças subterrâneas do comunismo” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 3).

Os EUA estariam “acordando” também, defendeu Dodd, sob a presidência de J. F. Kennedy, que “alertou o povo americano [para o fato de] que ‘nós enfrentamos uma luta implacável em cada canto do globo que vai muito mais longe do choque de Exércitos ou mesmo de armamentos nucleares’. Ele os advertiu que armas convencionais e nucleares são um escudo atrás do qual os comunistas operam por meio de subversão, infiltração e outras táticas traiçoeiras, que dessa forma eles ocupam áreas vulneráveis uma a uma de uma maneira que torna a intervenção armada difícil

ou impossível para o mundo livre” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 3). O presidente Kennedy teria colocado o *povo americano* em estado de alerta para impedir que a *segurança nacional* dos EUA fosse sabotado pela “subversão” comunista. Além disso, Dodd advertiu os participantes da VII Conferência da APACL a não aguardarem uma deflagração bélica total com o bloco sino-soviético. O mais provável seria a eclosão de conflitos regionais localizados no Sudeste Asiático e, diante deles, seria *maravilhoso* se a APACL organizasse unidades militares para lançarem-se à guerra contra os comunistas.

O senador dos EUA afirmou que “seria uma coisa maravilhosa se (...) a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos então solicitasse por voluntários para a ‘Asian Freedom Legion’ e por recursos para ajudar a equipar esses voluntários” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 6). Se o deputado republicano Charles Joseph Kersten advogava a criação de unidades militares formadas com soldados recrutados entre os exilados antissoviéticos da Europa do Leste, o senador democrata replicou a sugestão ao contexto asiático. Dodd dissera estar convencido “de que há muitos milhares de anticomunistas dedicados na Ásia que estariam prontos para se voluntariar para tal serviço, mesmo que a Legião pudesse oferecer apenas um pagamento simbólico” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 6). A guerra aos comunistas seria a única opção, inclusive, por razões morais e religiosas. Praticar a *coexistência pacífica* com os comunistas seria *imoral* e contrário aos princípios *religiosos* na medida em que, “se nós declaramos paz com os tiranos, moralmente estamos declarando guerra contra as suas vítimas” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 6).

Ademais, defendeu Dodd, as áreas já conquistadas pelos comunistas não seriam irreversíveis e, uma vez adotada uma decidida política de “libertação”, seria possível fazê-las retroceder (*rollback*). Por isso, não se deveriam aceitar “as vitórias dos comunistas como irreversíveis” e, caso eles continuassem armando suas guerrilhas no Vietnã e na Coreia, “então eu digo que o Vietnã do Sul e a Coreia do Sul deveriam encorajar e auxiliar na organização de operações de guerrilha para a liberdade naquelas partes de seus países atualmente ocupadas por regimes traidores” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 7). Enfim, Dodd recomendou à APACL *encorajar* e *auxiliar* operações de contraguerrilha anticomunista baseada em uma premissa básica: “A guerra de guerrilha, usada com habilidade, pode ser uma arma potente” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 7). E mais ainda, as guerrilhas não deveriam ser monopólio

dos comunistas: “Porque não deveríamos encorajar o espírito de resistência por trás da Cortina de Bambu criando distrações, sabotagem, emboscadas e minando a economia comunista de todas as formas possíveis?” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 7).

Contra as guerrilhas comunistas, portanto, o senador norteamericano recomendou a formação de guerrilhas anticomunistas, uma vez que “a guerra de guerrilha é guerra e, como qualquer outra guerra, deve ser levada ao inimigo” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 7). A *Free China & Asia* saudou essa sugestão de Dodd como a grande contribuição prestada pelo senador dos EUA à VII Conferência da APACL, aceitando seu conselho para que fosse criado “um exército voluntário de *Freedom Fighters* com a visão de ajudar o Laos, Vietnã, Tailândia ou quaisquer outras áreas que possam ser ameaçadas pela agressão comunista” (FREE CHINA & ASIA, 1961, v. VIII, n.º 6, p. 8).

Se Dodd foi um senador democrata com livre trânsito entre os dirigentes anticomunistas asiáticos, ele também se vinculou a um expoente da ultradireita militar da América Latina: o ditador Castillo Armas. Como visto no CAPÍTULO 3, o coronel Castillo Armas foi “eleito” substituto do presidente Jacobo Arbenz da Guatemala, derrubado por um golpe de Estado desferido pela Operação PBSUCCESS da CIA, da administração Eisenhower e da *United Fruit*. O senador Dodd foi “um amigo e beneficiário” de Castillo Armas, contratado por ele “para representar (i.e., fazer *lobby* para) a Guatemala nos Estados Unidos por U\$ 50,000 por ano” (GERASSI, 1963: 183). Questionado pelo Comitê de Ética do Senado norteamericano sobre suas atividades como agente registrado de um governo estrangeiro, Dodd não viu problema algum no fato, orgulhando-se dele: “Sou um advogado em exercício e estou orgulhoso do fato de que o governo anticomunista da Guatemala me pediu para cuidar de seus negócios jurídicos nos EUA” (PEARSON; ANDERSON, 1968: 4).

Também não deve ter visto problema algum no fato de ser um ex-assistente de acusação no Tribunal de Nuremberg e, na VI Conferência da APACL, ter estado lado a lado com um “ex” nazista como Alfred Gielen do CIAS, ex-funcionário sênior do *Anti-Komintern* de Goebbels e Hitler, ou de um ex-colaborador nazista e criminoso de guerra ucraniano como Yaroslav Stetsko, presidente do ABN. Teria se dado conta o senador Dodd que sua *Freedom Academy*, ao associar-se ao CIAS de Gielen, Cramer e Taubert, estava cooperando com “ex” nazistas de “alto nível”? Um senador dos EUA não pode sempre contar com uma robusta assessoria de contrainteligência?

Seja como for, foi graças ao anticomunismo que ex-nazistas e ex-colaboradores nazistas puderam cooperar, tranquilamente, com um assistente de acusação do Tribunal de Nuremberg que, hoje, empresta seu nome ao Prêmio de Justiça Internacional e Direitos Humanos da Universidade de Connecticut. Mais uma ironia da história proporcionada pela ideologia anticomunista.

Quatro meses depois de participar da VII Conferência da APACL de 1961, o senador Dodd escreveu uma carta, em 27 de setembro de 1961, para o diretor da CIA Allen W. Dulles. Nela, solicitou que a CIA apoiasse a APACL, repassando materiais da Liga Anticomunista à Companhia. Dulles respondeu ao senador em 10 de outubro, da seguinte maneira: **“Acompanhamos o trabalho da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos com muito interesse e concordamos com sua conclusão de que foi feito um trabalho digno de crédito com os recursos disponíveis. Passarei sua carta às pessoas apropriadas aqui”** (CIA, 1961: 1). O *Legislative Counsel* da CIA, John S. Warner, esboçou um modelo de resposta que Dulles poderia enviar ao senador Dodd. Embora ela não conste do acervo documental disponibilizado pela CIA, a mensagem que a antecedeu, escrita por Warner, afirmou o seguinte: “Discutimos a carta de Dodd e a APACL com a Divisão do Extremo Oriente e entendemos que eles gostariam de apoiar ativamente esta organização mas, até o momento, não foram capazes de fazê-lo em vista de certas considerações de políticas do Departamento do Estado” (CIA, 1961: 1). “Recomenda-se”... e o restante da mensagem está censurado<sup>240</sup>.

Enfim, o último discurso que cabe destacar da VI Conferência da APACL é justamente o do presidente do ABN Stetsko, que reiterou a linha de intervenção do senador Dodd: a única saída seria a adoção da política de “libertação” das “nações cativas do comunismo”. Stetsko defendeu que seria impossível conter a “propaganda subversiva” russo-bolchevique na Ásia e na África contra “colonialismo ocidental” caso não fosse atacado “o próprio império colonial russo e revelar a verdade sobre os povos subjugados na URSS e assim chamados satélites na Europa e na Ásia” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 23). Ele garantiu ainda o apoio irrestrito do ABN à “libertação do continente chinês da tirania comunista exercida por Mao Tse-tung e sua clique, assim como a reunificação da liberdade do Vietnã do Norte e da Coreia do Norte com a República do Vietnã e da Coreia, respectivamente, e a libertação do Tibete” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 23).

---

<sup>240</sup> O que Warner teria sugerido a seu diretor Allen W. Dulles sobre como a CIA deveria lidar com a APACL? Teria sido alguma forma de “driblar” o Departamento de Estado para que a Divisão do Extremo Oriente da CIA pudesse, conforme seus membros externaram a Warner, “apoiar ativamente” a APACL? Mistérios... de dentro da Companhia.



Stetsko afirmou que o ABN não tinha dúvida de que a APACL “lutará pela aniquilação do colonialismo russo em todas as suas formas, pois não há qualquer possibilidade de libertação dos povos da Ásia Oriental e Central a não ser que o colonialismo russo seja destruído” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 23). Reiterou a estratégia de uma coordenação global para a condução das (contra) “revoluções de libertação” anticomunista: “Revoluções de libertação coordenadas e simultâneas nos países europeus e asiáticos subjugados pela Rússia soviética e pelo comunismo, juntamente com o apoio militar das grandes potências ocidentais, é o único meio possível de obter a vitória sobre o comunismo sem a guerra atômica” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 23).

O presidente do ABN conclamou a VII Conferência da APACL a apoiar “a resolução do Congresso dos Estados Unidos sobre a ‘Semana das Nações Cativas’ de julho de 1959 como o princípio fundamental e orientador da guerra política do mundo livre”, salientando que a “Resolução da Semana das Nações Cativas do Congresso dos Estados Unidos clama ao povo americano que dê apoio político e moral aos países europeus e asiáticos (...) em sua luta por liberdade e independência nacional” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 24). “Nós solicitamos aos governos do mundo livre que abandonem a política de coexistência. Relações diplomáticas, culturais, econômicas e outras com a Rússia e o bloco comunista devem ser rompidas” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 24).

O objetivo deveria ser a criação de uma *frente antibolchevique global*, tendo duas premissas como base e ponto de partida. Primeira, que “uma revolução espiritual contra o materialismo, uma religiosidade ativa e o reconhecimento da ideia nacional e da realização da justiça social constituem os pressupostos para uma campanha vitoriosa do mundo livre contra a tirania” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 25). Segunda, que “os povos subjugados no império colonial bolchevique constituam uma força decisiva no atual conflito internacional” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 25). Em suma, concluiu Stetsko, “a tarefa de libertação não pode ser levada a cabo localmente e isoladamente, mas sim, tendo em vista as circunstâncias atuais e os problemas indivisíveis e integrais” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 25). Com isso em vista, dois alicerces já haviam sido construídos para a construção da “tão sonhada” *frente antibolchevique global*. De um lado, a Resolução das Nações Cativas esboçada pelo ex-OSS Lev Dobriansky e aprovada por Eisenhower em 1959. De outro, os princípios regentes, a declaração política e a agenda da Conferência

Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação, realizado em 1958 no México:

**Uma estratégia comum coordenada e a formação de uma frente antibolchevique global de todos os povos livres e subjugados** no espírito [da Resolução] do Congresso Norte-Americano sobre a ‘Semana das Nações Cativas’ e **com base nas decisões políticas preparadas na Conferência do México em 1958** são demandas imperativas do momento atual (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 26, grifo meu)

#### 4.5. APACL-Japão: velhos e novos “amigos”

A VII Conferência da APACL de 1961 havia decidido que o encontro anual subsequente da Liga ocorreria no Japão, incumbindo-se os japoneses presentes nas Filipinas – Tetsuzo Watanabe e Juitsu Kitaoka – da responsabilidade de elegerem um presidente nipônico e organizarem os preparativos da VIII Conferência de 1962. Em 1960, o autocrata civil Sygman Rhee foi derrubado da presidência da República sul-coreana. O perfil anti-nipônico que imprimira à APACL-Coreia do Sul fora substituído por uma postura pró-Japão adotada pelo novo ditador sul-coreano, o general Park Chung-hee, ex-colaborador do Império Japonês durante a II Guerra Mundial. Em 1961, na VII Conferência nas Filipinas, o Japão tornou-se membro formal da APACL. Em 1962, a VIII Conferência apacliiana seria celebrada em Tóquio. Pronto. Circuito fechado. Os anticomunistas japoneses encontraram seu “lugar ao sol” na APACL. Como visto no CAPÍTULO 2, Watanabe era um ex-professor de Economia da Universidade Imperial de Tóquio que, no pós-guerra, destacou-se como o presidente da *Toho Motion Picture Company* reponsável por reprimir o sindicato e os trabalhadores dessa gigante da produção cinematográfica do Japão. Mais importante, porém, esse ultranacionalista japonês foi um ativo colaborador da *Hattori Kikan*, uma agência de espionagem anticomunista vinculada à Seção de Informações e Contrainformações (G2) do *Supreme Commander for the Allied Powers* (SCAP) controlada pelo general Charles Willoughby. Além de vincular-se à *Hattori Kikan* – também conhecida como *Willoughby’s Stable* – Watanabe presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica, um *think tank* para o rearmamento do Japão dirigido por ele e por ex-almirantes e ex-generais do Império Japonês.

A APACL não poderia ter encontrado melhor “amigo” do que Watanabe, ultranacionalista que foi um dos principais expoentes do resurgimento do militarismo japonês no pós-guerra. Como visto, o Instituto de Watanabe era financiado por industriais fabricantes de aeronaves e estava ligado à *Hattori Kikan* por intermédio do ex-major-general Masazumi Inada, um criminoso de

guerra. Aquartelado no quarto andar da Câmara de Comércio e Indústria de Tóquio, o Instituto de Pesquisa Econômica apresentou um robusto plano de rearmamento do Japão ao primeiro-ministro Shigeru Yoshida e, via John Foster Dulles, ao Departamento de Estado dos EUA. O “plano Watanabe”, como caracterizou a CIA, previu a criação de “20 divisões militares, cada uma com 12.000 homens, 300.000 toneladas de navio de guerra e 2.000 aeronaves” (CIA, 1952b: 5).

Não se estava, portanto, diante de um “amador”. E foi Watanabe um dos “Observadores” convidados pela APACL-Taiwan para a II Conferência apacliiana pré-agendada para ocorrer em 1955 em Taipei, implodida, no entanto, pela recusa do autocrata sul-coreano de aceitar nipônicos na Liga. O que não impediu o presidente da APACLROC Ku Cheng-kang de convidar Watanabe a Taiwan ainda em 1955 e, no retorno a seu país, o ultranacionalista nipônico fundou a *Free Asia Association of Japan*. Logo depois, como visto também, a APACL-Taiwan publicou uma brochura de Watanabe, “Como salvar a Ásia da ameaça comunista”, na qual defendeu a criminalização do Partido Comunista Japonês (PCJ), caracterizou os comunistas como “os criminosos número 1” do mundo e os EUA como “o país amigo” da *liberdade* e, enfim, defendeu que “os aliados dos tempos de guerra dos Estados Unidos e da China estão obrigados (...) a retribuírem ao Presidente Chiang Kai-shek em sua tentativa de contra-atacar os comunistas chineses para recuperação do continente” (WATANABE, 1955: 15-16).

Viu-se também que Juitsu Kitaoka acompanhou Watanabe na viagem feita a Taiwan, em 1955, a convite de Ku Cheng-kang. Assim que Watanabe fundou e passou a presidir a *Free Asia Association of Japan*, Kitaoka tornou-se seu diretor. Ambos devem ser considerados os “velhos amigos” da APACL-Taiwan que, em maio de 1961, foram aceitos formalmente como membros da Liga e, em outubro de 1962, organizariam a VIII Conferência da APACL em Tóquio. Um ano antes disso, porém, a *Free Asia Association* – já então oficializada como o “Capítulo” japonês da APACL – estreitou suas conexões globais com o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Em 15 de novembro de 1961, Kitaoka visitou a sede do ABN em Munique, na Alemanha Ocidental. Uma fotografia do encontro foi publicada pela *Correspondência do ABN* na qual Kitaoka pode ser flagrado ao lado de, pelo menos, quatro criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental: o eslovaco Ferdinand Durcansky, o húngaro Ferenc Farkas de Kisbarnaki, o

ucraniano Yaroslav Stetsko e o bielorrusso Dimitro Kasmowich (ABN, 1961, v. XII, n.º 6, p. 32)<sup>241</sup>.



**Figura 140.** “Prof. Dr. J. Kitaoka, Director of Free Asia Association, with ABN representatives”. Sentados, da esquerda para a direita, os criminosos de guerra e colaboradores nazistas Ferdinand Durcansky (Eslováquia), Ferenc Farkas de Kisbarnak (Hungria) e Yaroslav Stetsko (Ucrânia). À direita deste, Kitaoka e, à sua esquerda, Niko Nakashidze (Geórgia), Slava Stetsko (Ucrânia) e Dimitry Kosmowicz, criminoso de guerra e ex-colaborador nazista bielorrusso. FONTE: ABN, 1961, v. XII, n.º 6, p. 32.

Pouco antes do diretor da *Free Asia Association* Kitaoka visitar seus “amigos” do exílio antissoviético do leste europeu aquartelados em Munique, a *Correspondência do ABN* publicou um artigo de Watanabe intitulado “Subversão russa no Japão”. Nele, o presidente da *Free Asia Association* denunciou o Partido Comunista Japonês (PCJ) e seus “companheiros de viagem” no Partido Socialista Japonês, nos sindicatos, no jornalismo e nas universidades. Watanabe alertou para a necessidade de unificar todas as entidades anticomunistas do Japão, destacando dois tipos: as *democráticas* e as *totalitárias*. Estas representariam “o renascimento das organizações patrióticas do pré-guerra” e “parecem considerar inevitável o recurso à violência, enquanto os comunistas assim o façam” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 18).

---

<sup>241</sup> Recordar é viver. Como visto no CAPÍTULO 1, o “carniceiro” Durcansky fora ministro da ditadura do monsenhor J. Tiso; Farkas de Kisbarnaki era um ex-general da ditadura da Cruz Flechada de Ferenc Szálisi condecorado pelo III Reich com a Cruz de Ferro; Stetsko fora o primeiro-ministro do Estado “Independente” da Ucrânia proclamado em 1941 em nome do *Providnyk* do ultranacionalismo protonazista Stepan Bandera; e Kasmowich fora chefe de polícia de Smolensk, comandante de unidade especial de Otto Skorzeny na Bielorrussa e lugar-tenente de Radislau Ostrowski.

Reconheceu que, “entre esses grupos anticomunistas, os maiores são a organização nacional de ex-membros das Forças Armadas dissolvidas e algumas organizações religiosas, cada um tendo um milhão de membros ou mais” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 18). “No entanto, mesmo contando essas organizações colossais, não se pode dizer que a força anticomunista no Japão tenha força e poder se comparada à frente única esquerdista liderada pelos comunistas e apoiada pelo Comunismo Internacional” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 18). Contra aquilo que caracterizou como “a subversão russa no Japão”, Watanabe assinalou para a necessidade de unificar todas as forças anticomunistas japonesas – não fazendo distinção entre as *democráticas* e *totalitárias*, conforme sua própria terminologia: “Considera-se, portanto, que a tarefa mais urgente a ser realizada pela força anticomunista no Japão seja organizar todos os corpos patrióticos e anticomunistas existentes em uma federação forte e sólida e encontrar alguma fonte de apoio financeiro para suas atividades” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 18). Por último, Watanabe acusou a “infiltração comunista” no seio estudantil no Japão, denunciando a *Zengakuren (Federation of Student Unions)* de ter atacado o secretário de imprensa do presidente dos EUA, obrigando “o Gabinete Kishi a cancelar o convite que este havia estendido ao Presidente Eisenhower, o que levou à queda do Gabinete Kishi” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 18).

Nobusuke Kishi de fato fora derrubado em 1960 por um amplo movimento de massas. Em 19 de janeiro daquele ano, em Washington, o então primeiro-ministro japonês assinara com o presidente Eisenhower a revisão do Tratado de Segurança Japão-EUA. Em 20 de maio, tentando forçar a aprovação desse acordo, Kishi utilizou a polícia para retirar do parlamento os opositores do Tratado de Segurança. Essa truculência deflagrou uma onda de protestos em Tóquio que conduziu à queda de seu gabinete. Os manifestantes, como destacou Watanabe na *Correspondência do ABN*, atacaram o secretário de imprensa de Eisenhower, que foi obrigado a cancelar sua visita ao Japão. Uma placa ganhou notoriedade nas manifestações anti-Kishi: “Go back to Sugamo”. O que era Sugamo? Uma prisão política utilizada pelo Império Japonês que, ao final da II Guerra Mundial, abrigou os criminosos de guerra encarcerados pelos EUA. Kishi fora um deles. Era um criminoso de guerra que, devidamente “desfascistizado”, tornou-se primeiro-ministro do Japão em 1957, até ser derrubado em 1960. Em 1962, Kishi foi o presidente da VIII Conferência da APACL realizada em Tóquio. Ele e outro criminoso de guerra ligado ao militarismo e ao fascismo japonês do pré-guerra, Ryochio Sasakawa, consagrar-se-iam como os

“novos” amigos da APACL que, bem se nota, soube escolher aliados a sua altura entre a ultradireita do Japão. Assim sendo, antes de passar em revista a VIII Conferência de 1962, importa pontuar a “pré-história” desses dois novos “amigos” da APACL – Kishi e Sasakawa – no militarismo e no fascismo do Império Japonês. A força política e o poder econômico que esses dois criminosos de guerra emprestariam ao “Capítulo” nipônico da APACL seria fundamental à concretização do plano de globalização da Liga.

#### 4.5.1. “Pré-história” dos novos “amigos” japoneses da APACL: fascismo, militarismo e crimes de guerra

Embora desconsiderando o pioneirismo de Watanabe e Kitaoka da *Free Asia Association* como os primeiros “amigos” japoneses da APACL, os Anderson assinalam corretamente que Nobusuke Kishi foi “a força motriz no estabelecimento da APACL-Japão” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63). Kishi aportou ao “Capítulo” nipônico da APACL suas conexões políticas de ex-primeiro-ministro (1957-60) e de ex-vice-ministro e ministro do Império Japonês (1935-44), encargo este que lhe custou no pós-guerra o encarceramento na prisão Sugamo como “criminoso de guerra Classe A” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63). Kishi “iniciou sua carreira política em princípios da década de 1930 como correligionário do influente fascista Ikki Kita e, ao fim da década, ocupava já uma posição de poder dentro do governo” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 92). Kita é considerado o ideólogo fundador do fascismo japonês que, na década de 1920, “convocou os jovens oficiais e os civis nacionalistas a realizarem um golpe de Estado que entregasse o poder às forças armadas, abolindo o parlamentarismo e os partidos, e estabelecesse uma relação direta entre o imperador e o povo” (BERNARDO, 2018: 156). Kita influenciaria a criação da chamada escola de pensamento da Via Imperial (*Kodoha*) da ultradireita japonesa, segundo a qual o contato direto entre o imperador e seus súditos estava sendo obstruído por uma classe privilegiada e por políticos corruptos. O terrorismo político contra esses intermediários *indesejáveis* era estimulado como um ato patriótico pelos fascistas da Via Imperial. De acordo com Kita, “a soberania residia no Estado” e “os dois órgãos do Estado eram o imperador e o povo”, sendo necessário afastar as “elites que se tinham introduzido entre o imperador e o povo e impediam a união de ambos” (BERNARDO, 2018: 162).

A obra de Kitta que condensou sua teorização fascista foi publicada em 1919 sob o título *Princípios fundamentais para a reorganização do Japão (Nihon kaizō hōan)* e, servindo de inspiração a jovens militares e burocratas civis, defendeu que “a elite governante de traidores da nação deveria ser eliminada, mas apenas em nome de um vago ‘retorno’ ao controle imperial direto – uma retrógrada ‘Restauração Showa’ voltada a restaurar a nação ao *status quo ante* da Restauração Meiji” (MARK, 2018: 214)<sup>242</sup>. Kishi foi um desses jovens inspirados pela ideologia fascista de Kitta, tornando-se um ardente defensor de seus *Princípios* para a reorganização do Japão, que “clamava por um *Kukutai* reavivado, centrado no imperador, através da repressão dos sindicatos e banimento dos partidos” (DRISCOLL, 2010: 279). Kitta e a juventude militar e civil que lhe seguiu expressaram um duplo processo de militarização e fascistização da sociedade japonesa a partir da década de 1920. Organizações terroristas da extrema-direita ultranacionalista aceleraram esse processo e um desses grupos assassinou o primeiro-ministro Inukai Tsuyosh em 1932. A execução foi parte de um plano golpista que previra o assassinato de Charles Chaplin, que visitava o Japão a convite do premiê assassinado, ideado como meio de lançar o Japão em uma guerra contra o Ocidente.

O fascismo japonês denunciou o conservadorismo parlamentar, dominado pelos grandes grupos empresariais, como elemento de traição do imperador e do povo, angariando seguidores na jovem oficialidade militar e na burocracia civil reformista. Nesse contexto fértil à “maquinação de intentonas”, “desenvolviam-se as condições favoráveis à implantação de um regime fascista” (BERNARDO, 2018: 160-161). Em 18 de setembro de 1931 essa fascistização do Japão atingiu um novo patamar quando “as forças militares que guardavam a via férrea da Manchúria meridional tomaram a iniciativa de ocupar a cidade de Mukden, precipitando em seguida a ocupação de toda a Manchúria” (BERNARDO, 2018: 161). “Em 1931, o ‘incidente de Mukden’ entre tropas chinesas e japonesas propiciou o pretexto para a invasão da Manchúria pelo Japão” e, depois de cinco meses de combates, instalou-se o “Estado fantoche japonês de Manchukuo na região, com o último imperador chinês [Pu-Yi, da dinastia manchú,] sendo entronizado à frente do governo” (COGGIOLA, s/d: 25-26).

---

<sup>242</sup> A facção da Via Imperial foi responsável pelo “assassinato de políticos e chefes militares que lhe eram adversos” (BERNARDO, 2018: 166) e reuniu “a grande parte dos jovens oficiais favoráveis a uma segunda restauração, que prosseguisse a obra centralizadora da Restauração Meiji, suprimindo-lhe a componente parlamentar e partidária e reforçando a instituição imperial” (BERNARDO, 2018: 161).

É verdade que Kishi iniciou sua carreira política como correligionário de Ikki Kita, mas foi como burocrata civil do governo de ocupação na Manchúria que ele ascendeu meteoricamente nos quadros de poder do Império Japonês. Preparou-se para tanto. Entre 1926-27, como funcionário do Ministério da Agricultura e Comércio, ele viajou à Europa e aos EUA para estudar as indústrias de aço ocidentais. Tornou-se um *expert* em política industrial e o Império Japonês o destacou como tecnocrata responsável pelo Plano Quinquenal de industrialização da Manchúria. Liderando os chamados *jovens burocratas*, Kishi foi nomeado em 1935 “Vice-Ministro da Indústria Pesada no Governo da Manchúria e tornou-se conhecido do General TOJO Hideki, que era àquele tempo Chefe do Estado-Maior do Exército Japonês Kwantung na Manchúria” (DEPARTMENT OF STATE, 1955: 10). Entre 1935-39, como diretor do *Bureau Industrial* do Ministério do Comércio e Indústria, Kishi “foi o principal planejador do desenvolvimento econômico da Manchúria no Japão antes da guerra, um membro do gabinete de Tojo durante a guerra” (CIA, 1957: 6). Ainda como vice-ministro, “Kishi tornou-se uma das forças motrizes por trás da aliança de burocratas reformistas e oficiais da guerra total” e sua visão corporativista da economia nacional serviu à perfeição “para o ‘estado de defesa nacional’ perspectivado por aqueles oficiais” (MAIOLO, 2010: 30). A Manchúria foi a zona de experimentação “para testar as ideias dos oficiais da guerra total e burocratas reformistas” (MAIOLO, 2010: 30), constituindo-se como o principal complexo industrial-militar da guerra total do Império Japonês<sup>243</sup>.

Como líder dos “burocratas reformistas” que “rejeitavam o ‘autocontrole’ dos industriais e queriam, por outro lado, o controle estatal por tecnocratas como eles mesmos” (MAIOLO, 2010: 29), Kishi foi o *planomaníaco* dessa articulação entre a indústria pesada e os planos expansionistas do militarismo japonês. “Quando Kishi Nobusuke tornou-se vice-ministro de Manchukuo para o desenvolvimento industrial em 1935, ele reconciliou o Exército com o investimento privado. Ele também levou o princípio do Exército de ‘uma indústria, uma empresa’ a um passo além – ‘todas

---

<sup>243</sup> “Manchukuo foi uma emulação deliberada da industrialização forçada da Rússia – uma resposta na mesma moeda, uma poderosa economia a ser erguida contra outra. Desde o início, planejadores do Exército impuseram sua vontade em Manchukuo. A Manchúria não seria simplesmente um fundo de recursos, mas um enorme complexo industrial-militar mantido unido por uma rede de transporte moderna e integrado à economia doméstica. Indústrias essenciais para armamentos receberiam os maiores investimentos: carvão, ferro, aço, outros metais, químicos e ferramentas de máquinas. Para erigir essa potência industrial-militar, uma legião de funcionários públicos, engenheiros, contadores, gerentes, escriturários, trabalhadores qualificados e fazendeiros marcharam do Japão. Desconfiado das enormes combinações bancárias e industriais do Japão, o Exército planejou organizar as empresas estatais sobre o princípio de ‘uma indústria, uma empresa’. No entanto, Manchukuo clamou por dinheiro privado para alcançar a decolagem econômica” (MAIOLO, 2010: 30).



as indústrias, uma empresa” (MAIOLO, 2010: 30). Na Manchúria, sob as ordens do general Tojo do Exército Kwantung, Kishi consagrou-se como o principal gestor da planificação econômica da guerra total e, “no *Cabinet Research Bureau*, agora inspirado pelas medidas econômicas do regime nazista, viu a expansão dos armamentos como um veículo de grande controle do Estado sobre a economia e para mais poder nas mãos dos tecnocratas” (MAIOLO, 2010: 36). Vivendo uma vida nababesca, ganhando notoriedade pela promoção de festas noturnas diárias, o todo-poderoso hierarca Kishi, encarregado do Plano Quinquenal do Estado-fantoches de Manchukuo, defendeu a superexploração ilimitada da força de trabalho chinesa pelos colonizadores nipônicos. Esse encargo deveria ficar nas mãos de especialistas japoneses em técnicas gerenciais de “administração do trabalho”.



**Figura 141.** “O novo burocrata e líder do Plano Quinquenal para guerra total, Kishi Nobusuke, vestindo o uniforme da fascista Associação Concordia e divertindo-se com seus subordinados japoneses homens em Manchukuo, por volta de 1938. De Maboroshi no cinema: Manei, 1989”. FONTE: DRISCOLL, 2010: 280.

Seu *know-how* de *manager* industrial com intercâmbio na Europa e nos EUA imbricou-se com o racismo inscrito na ideologia fascista aprendida com Ikki Kita. Inspirado no “pai” do fascismo japonês, Kishi insistiu em depurar “as impurezas da água chinesa” e da “riqueza contaminada com sangue chinês” (DRISCOLL, 2010: 279). Conforme explica o historiador Mark W. Driscoll, Kishi colocou em prática, em sua gestão econômica de *planomaníaco* na Manchúria,

uma “necropolítica” baseada na ideia fascista de não contaminação do organismo japonês “sadio”. Tratou-se, pois, de uma “fobia” racista influenciada pelo Kukutai teorizado por Kita, compartilhada pelos imperialistas japoneses e vulgarmente definido pelo futuro patrocinador da carreira política de Kishi no pós-guerra – “o mais poderoso *gangster* do Japão depois da Segunda Guerra Mundial, Kodama Yoshio” (DRISCOLL, 2010: 279). “Durante seu período de saques e lucro em Manchukuo e Xangai ao final das décadas de 1930 e 40, onde conheceu Kishi, Kodama expressou coloquialmente sua necropolítica ‘*imunidade de*’ enquanto dava ordem de marcha a seu sindicato de espões de Manchukuo e à *yakuza*” (DRISCOLL, 2010: 280):

Nós, japoneses, somos como água [*kire na*] pura em um balde; diferentemente dos chineses que são como o imundo Rio Yangtze. Mas, cuidado. Se a menor quantidade de merda entrar no nosso balde, nos tornaremos totalmente poluídos. Já que todos os vasos sanitários da China são esvaziados no Yangtze, os chineses estão sujos eternamente. Nós, entretanto, devemos manter nossa pureza (KODAMA *apud* DRISCOLL, 2010: 280)

Esse racismo próprio ao ideário fascista nipônico enformou a cosmovisão de Kishi e foi incorporado em sua planificação econômica na Manchúria. Servindo ao Estado-fantoches japonês de Manchukuo, o planejamento econômico de Kishi a serviço da guerra pan-asiática do Império Japonês compreendeu “o controle total sobre uma força de trabalho chinesa passiva e desumanizada, a super-humanização dos gerentes e planejadores [*planners*] e o sistema de metas para as principais indústrias que ele aprendeu na Alemanha” (DRISCOLL, 2010: 270). Kishi percebeu que a estrutura sócio-econômica e a dominação política neocolonial de Manchukuo eram perfeitas à experimentação de um estilo *fascista e militarista* de taylorismo. “**Ele deve ter ficado encantado por encontrar um ambiente colonial que, por mais de três décadas, havia enfatizado a importância de uma força de trabalho chinesa obediente treinada para receber lições japonesas de senhores coloniais**” (DRISCOLL, 2010: 270, grifo meu). Antes da chegada de Kishi a Manchúria em 1935, os hierarcas japoneses já tinham estabelecido um pacto, em 1932, “com os grupos da *yakuza* baseados em Manchukuo, Seigidan e Kokusui-kai – especialistas em aterrorizar trabalhadores chineses e em intimidar chefes *batou*” (DRISCOLL, 2010: 270). Kishi incorporou esse terrorismo *yakuza* contra os trabalhadores chineses em seu método de “gestão do trabalho”, aproximando-se pessoalmente “de diversos chefes da *yakuza* enquanto aproveitava da vida noturna de Manchukuo, e eles depois se tornaram importantes doadores de sua máquina política” (DRISCOLL, 2010: 270). Kishi foi hábil e inescrupuloso o suficiente para fundir os

“códigos de trabalho” que aprendeu em suas viagens de reconhecimento das indústrias de ação ocidentais com o terrorismo fabril imposto pelo domínio colonial na Manchúria.

À superexploração ilimitada da força de trabalho chinesa foram acrescentadas mais duas técnicas gerencias de “controle do trabalho”: viciar trabalhadores em ópio e intimidá-los com os capangas da *Yakuza*. O resultado dessa gestão econômica da *necropolítica* feita por Kishi na Manchúria construiu **“um sistema bem lubrificado, quase perfeito, para unir os meios do capitalismo industrial aos fins da guerra total e morte”** (DRISCOLL, 2010: 270, grifo meu)<sup>244</sup>. Kishi foi, portanto, o *czar* da economia de ocupação neocolonial/imperialista na Manchúria, onde os gestores do governo Manchukuo “cometeram crimes que vão desde prostituição forçada a execuções sumárias até experimentos de guerra química em seres humanos” (HAYASHI, 2014). Kishi agiu na Manchúria como se ela fosse “um campo para experimentação necropolítica”, onde “testou seu próprio modelo econômico na região sobre as costas dos trabalhadores forçados chineses e coreanos” (OSAKA, 2019: 3). Ademais, o *planomaníaco* do imperialismo japonês e de seu expansionismo pan-asiático valeu-se das receitas inesgotáveis do tráfico de ópio<sup>245</sup>. “Sob a supervisão de Kishi, uma enorme quantidade de ópio inundou a região das plantações de papoula na Mongólia e na própria Manchúria, e também foi contrabandeada para a Pérsia”; “os lucros de Kishi com o ópio forneceram uma fonte aparentemente infinita de recursos para o desenvolvimento estratégico do Exército e fomentaram invasões agressivas e atrocidades por toda a região” (OSAKA, 2019: 3)<sup>246</sup>. Uma piada feita entre os hierarcas da ocupação japonesa na Manchúria atribuía a Kishi a prática da “alquimia”, tamanha a quantidade de dinheiro que circulava em seu entorno. O próprio Kishi recomendava a seus subordinados que era preciso, na China, “filtrar a

---

<sup>244</sup> “Então quando Kishi uniu os códigos euro-americanos de gerenciamento de trabalho e planejamento econômico com os hábitos arraigados do domínio colonial japonês (com uma pressão extra da intimidação de bandidos da *yakuza* e traficantes criando dependências químicas na mão-de-obra chinesa), o resultado era um sistema bem lubrificado, quase perfeito, para unir os meios do capitalismo industrial aos fins da guerra total e morte” (DRISCOLL, 2010: 270).

<sup>245</sup> Na Manchúria, Kishi incorporou as receitas do tráfico de ópio no seu Plano Quinquenal de industrialização. “Além disso, alguns meses após chegar em Manchukuo, Amakasu [Masahiko] apresentou Kishi ao maior traficante civil de drogas do mundo naquela época, o japonês que passava por chinês Satomi Hajime. Quando Kishi conheceu Satomi, provavelmente no início de 1937, ele comandava a operação de ópio secreta para Manchukuo em Tianjin. Em dezembro de 1937, Satomi foi transferido para Xangai onde dirigiu a enorme operação de tráfico de ópio para o exército japonês até o final da Segunda Guerra Mundial, cujas receitas permitiram que o Japão continuasse a lutar uma guerra de duas frentes no leste e sudeste asiáticos contra os Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico” (DRISCOLL, 2010: 278).

<sup>246</sup> “Até mesmo os subordinados de Kishi mais tarde testemunharam que a Manchúria era semelhante à peça de uma ‘maquinaria gigante, produzindo fundos secretos para o Exército Kanto... principalmente através do comércio de ópio’” (OSAKA, 2019: 03).

água antes de beber”, mensagem não muito cifrada para que eles tivessem o cuidado de lavar o dinheiro do tráfico de ópio antes de canalizá-lo ao Império Japonês.

Kishi planejou a industrialização na Manchúria em sintonia com a visão estratégica do general Tojo, segundo a qual, “a menos que o Japão se apoderasse dos recursos materiais para empreender a guerra industrial total, ele deixaria de ser uma grande potência independente. Com base nessa lógica, ele, mais do que qualquer um em 1941, vinha exigindo uma guerra expandida” (MAIOLO, 2010: 395). A “gangue da Manchúria” – liderada por Tojo e integrada por seu “czar da economia” Kishi – ascendeu meteoricamente nos quadros do poder do Império Japonês. “Enquanto isso, de volta ao Japão, a criação de Manchukuo ajudou a transferir o poder dos políticos do partido para a elite burocrático-militar” (MAIOLO, 2010: 30). Tojo passou de comandante da polícia militar do Exército Kwantung na Manchúria (1935-37) a chefe do Estado-Maior do Exército Kwantung (1937-38). Foi nomeado vice-ministro da Guerra (1939), ministro da Guerra (1940) e, sob a indicação do imperador Hirohito, tornou-se primeiro-ministro (1941), cumulando o cargo de ministro da Guerra, do Interior e de Munições até 1943. “Além disso, ele permaneceu no Gabinete do Estado-Maior do Exército, de fevereiro a julho de 1944, quando seu Gabinete renunciou” (THE INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL FOR THE FAR EAST, 1946: 01).



**Figura 142.** Da esquerda para a direita, circulos, Tojo e Kishi. “Kishi as a newly appointed member of the war cabinet of Prime Minister Tojo Hideki, October 1941. He served as minister of commerce and industry until the end of the war in 1945”. FONTE: JESTY, 2012: 5.

Tão logo tornou-se primeiro-ministro (e ministro da Guerra), o general Tojo nomeou, “como seu czar de armas”, “seu antigo colega de Manchúria, o arquitec centralizador Kishi Nobusuke” (MAIOLO, 2010: 395). Dessa maneira, Kishi, “que havia transformado a Manchúria em um grande laboratório para a economia de comando” (MAIOLO, 2010: 390), foi nomeado por Tojo como ministro do Comércio e Indústria (1941-43) e vice-ministro de Munições (1943-44). Não obstante ocupasse o cargo de vice-ministro, “era Kishi quem estava, de fato, no controle do Ministério” (DEPARTMENT OF STATE, 1955: 11). Isto é, em plena II Guerra Mundial, Kishi era o vice-ministro que controlava de fato o Ministério de Munições. Só isso. Tojo, Kishi e os demais membros da “gangue da Manchúria” chegaram ao topo do poder de Estado e fizeram de tudo para envolver o Japão na II Guerra Mundial. Kishi “também liderou o Conselho de Planejamento Econômico no período de guerra, bem como a organização criada por Tojo para o planejamento econômico geral” (DEPARTMENT OF STATE, 1955: 10).

Foi “só” por isso que, ao fim da II Guerra, entre 1945-48, “Kishi passou trinta e nove meses na prisão de Sugamo como suspeito de crime de guerra pelo papel que ele desempenhou como principal planejador e organizador econômico das indústrias pesadas do Japão na Manchúria antes da guerra. No entanto, ele foi liberado sem acusação, foi expurgado e depurado” (DEPARTMENT OF STATE, 1955: 10). O antigo “chefe” de Kishi, contudo, teve outro destino. O general Tojo, encarcerado com Kishi e outros criminosos de guerra na prisão Sugamo, foi condenado à morte pelo Tribunal Militar Internacional por crimes contra a paz e a humanidade, sendo executado em 1948. “Como Ministro de Guerra, ele foi um dos dois oficiais importantes na condução da guerra e como Ministro de Guerra e Chefe do Estado-Maior de fevereiro a julho de 1944, ele foi responsável pelas atividades do Exército e pelas atrocidades de guerra durante o período” (THE INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL FOR THE FAR EAST, 1946: 01)<sup>247</sup>.

---

<sup>247</sup> “Como Ministro da Guerra do Segundo e Terceiro Gabinete KONCE, TOJO foi um dos principais formuladores de políticas nas seguintes questões: O acordo de 22 de setembro com o governo de Vichy para o desembarque de tropas na Indochina; o Acordo Tripartite com a Alemanha e Itália em 27 de setembro de 1940; o reconhecimento do governo fantoche de Nanking em 30 de novembro de 1940; a mediação forçada da disputa de fronteira entre a Tailândia e a Indochina Francesa; o protocolo militar com Vichy de 29 de julho de 1941 para a cooperação militar. Ele compareceu a todas as conferências de ligação importantes e conferências ante o trono que levaram à decisão de 6 de setembro de 1941. Reconhecendo a relutância de KONOE em conduzir essa política, ele provocou a queda do Terceiro Gabinete de KONOE, assumindo ele próprio o primeiro ministério. Como premier e ministro da Guerra ele foi ativo em formular a decisão de ir à Guerra contra os Estados Unidos e a Grã-Bretanha e em colocar a decisão em prática” (THE INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL FOR THE FAR EAST, 1946: 1).

Tojo “foi acusado de ser responsável pela morte de 4 milhões de chineses bem como por conduzir experimentos biológicos em prisioneiros de guerra. Após a rendição de seu país em 1945 ele tentou se matar com uma pistola. Todavia, ele sobreviveu, confessou os crimes e foi enforcado em 1948” (DEUTSCHE WELLE, 2020)<sup>248</sup>. Era esse o antigo “chefe” de Kishi na “gangue da Manchúria” e no Império Japonês. Simplesmente o artífice da condução do Japão à guerra total pan-asiática. Porém, diferente do destino do general Tojo, seu antigo associado e vice-ministro de Munições Kishi foi liberado da prisão Sugamo. Não foi responsabilizado por seus crimes na gestão econômica da guerra total pan-asiática e do genocídio do povo chinês na Manchúria. Em 1952, encerrada a ocupação militar dos EUA no Japão, ele retornou impune e tranquilamente à atividade política como um membro da ultradireita anticomunista. Na sua carreira política no pós-guerra, Kishi recebeu o apoio de dois “mecenas” de “alto nível”.

Dois antigos *war profiteers* pan-asiáticos do fascismo e do imperialismo japonês: Yoshio Kodama e Ryochio Sasakawa. Assim como Kishi, Kodama e Sasakawa foram encarcerados como criminosos de guerra “Classe A” na prisão Sugamo. Assim como o *ex-czar* da gestão econômica da *necropolítica* na Manchúria, também Sasakawa e Kodama foram liberados sem que fossem apuradas suas responsabilidades nos crimes de guerra que cometeram a serviço do Império Japonês. Os jornalistas investigativos David E. Kaplan e Alec Dubro caracterizam o trio Kishi, Sasakawa e Kodama da seguinte maneira: “Ultranacionalistas de antes da guerra, todos eles, esses homens não perderam tempo para atualizar a ala direitista e usá-la para influenciar o mundo dos negócios e o hegemônico Partido Liberal-Democrático” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 88). No caso de Kishi – a futura *força motriz* da APACL-Japão, “ele juntou-se ao Partido Liberal por recomendação de seu irmão mais novo SATO Eisaku que era então secretário-geral do Partido em 1952. Desde então, Kishi tem sido considerado uma figura controversa e um candidato azarão para o cargo de Primeiro-Ministro” (DEPARTMENT OF STATE, 1955: 10).

---

<sup>248</sup> “O Japão invadira a China em 1931 [na Manchúria], cometendo inúmeras atrocidades contra a população, como a instauração de um laboratório de armas bacteriológicas, responsável pela morte de mais de dez mil prisioneiros de guerra usados como cobaias, ou nos massacres em massa praticados em várias cidades e regiões” (COGGIOLA, s/d: 55). Em 7 de julho de 1937, o “incidente da Ponte Marco Polo” deflagrou a “guerra aberta entre China e Japão. Após essa batalha, o Japão invadiu o território chinês, bombardeando e ocupando Xangai, Nanquim e a região sudoeste da China, com mais de 350 mil soldados (...), dando início a um conflito em larga escala entre os dois países sem que houvesse uma declaração de guerra formal. Os massacres contra a população civil chinesa em Nanquim, após a queda da cidade em dezembro de 1937 – mais de 300 mil civis mortos – levaram diversos oficiais japoneses à forca por crimes de guerra ao fim da guerra mundial” (COGGIOLA, s/d: 26).

“Depurado em março de 1952”, Kishi “tornou-se patrocinador do direitista *Nihon Saiken Renmei* (Liga da Reconstrução Japonesa) e depois se tornou seu presidente. Ele ingressou no Partido Liberal e foi eleito para a Câmara de Deputados em abril de 1953 e reeleito em fevereiro de 1955” (DEPARTMENT OF STATE, 1955: 11). A dupla de “mecenas” do Kishi já então “desnazificado” no pós-guerra, Sasakawa e Kodama, tinha sua história ligada ao fascismo japonês do pré-guerra e aos crimes de guerra do Império Japonês. Sasakawa fora um “proeminente líder fascista” estreitamente identificado “com as causas da direita desde o início de sua carreira” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 61). Em 1918, ingressou na Marinha e formou uma Associação de Defesa Nacional em 1926. Em 1931, “ele criou o *Kokusui Taishuto* [*National Essence Mass Party*], um movimento político militarista e, de acordo com o relatório do *U.S. Counter-Intelligence Corps* (CIC) após a II Guerra Mundial, foi **‘um dos organizadores fascistas mais ativos antes da guerra’**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 61, grifo meu).

O *Kokusui Taishuto* era “uma organização com 23 filiais e mais de 10.000 membros que, seguindo o modelo fascista italiano, vestiam camisas pretas” (SINIAWAR, 2008: 153). Em 1932, Sasakawa estabeleceu três companhias (*Kokusui Mining, Iridosmine, Morikawa Boring*) e a *Nationalist Aviation Federation*. Construiu “um campo de aviação em Osaka com o objetivo de treinar pilotos de caça. O hangar nessa instalação tinha espaço para 70 aviões-caça e 20 aviões de treinamento; a propriedade do local finalmente passou para o Exército” (SINIAWAR, 2008: 153). O *Kokusui Taishuto* planejou “diversos assassinatos políticos nos anos anteriores à guerra” (CIA, 1987: 61), sendo apontado como a “sociedade envolvida nos assassinatos do 15 de maio” de 1932 (THE INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL FOR THE FAR EAST, 1946: 13). Esse evento, como já adiantado, configurou uma intentona golpista que assassinou o primeiro-ministro Inukai Tsuyoshi e que previra o assassinato de Charles Chaplin, que visitava o país a convite do político assassinado por uma conjuração de cadetes da Marinha, oficiais do Exército e ultranacionalistas civis.

Sasakawa destacou-se, pois, como **“um dos organizadores fascistas mais ativos antes e durante a guerra; era membro de numerosas sociedades fascistas japonesas”** (THE INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL FOR THE FAR EAST, 1946: 13, grifo meu). Ele havia sido preso entre 1935-38 “por vários crimes, incluindo extorsão e suborno e o planejamento de crimes políticos violentos, incluindo um contra o primeiro-ministro. Os jornais da época o

apelidaram de ‘don dos grupos violentos do Japão’ (*Nihon no boryokudan no don*)” (SINIAWAR, 2008: 153). Depois de encarcerado “por tramar o assassinato de um ex-premier”, Sasakawa foi liberado “a fim de promover a causa do império” e “para ressuscitar **seu movimento *Kokusui Taishuto*, cujos seguidores estavam agora vestidos em camisas pretas, o símbolo do fascismo internacional**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 61, grifo meu). Em 1939, “Sasakawa até voôu para Roma para uma reunião pessoal com Mussolini” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 61). “Um admirador de Mussolini, Sasakawa o comparou com o antigo samurai do Japão e o chamou de ‘o ditador e fascista perfeito’” (CIA, 1981: 2). Em 1942, ele assumiu a presidência da Liga Nacionalista (*Nationalist League*), sendo eleito “para o Parlamento Japonês (*Diet*) com a promessa de expandir a guerra por toda a Ásia” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 62).

Era, pois, um expoente fascista da agressão imperialista pan-asiática e, no pós-guerra, chegou a preocupar alguns funcionários do governo de ocupação norteamericano. Encarcerado pelos EUA na prisão Sugamo, um relatório do CIC de 1946 reportou que “‘Sasakawa aparenta ser um homem potencialmente perigoso para o futuro político do Japão’”, uma vez que “‘ele esteve diretamente por trás da agressão japonesa e o anti-estrangeirismo por mais de vinte anos. Ele é um homem de riqueza e não é muito escrupuloso quanto ao seu uso’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 62)<sup>249</sup>. Kishi foi companheiro de cela de Sasakawa na prisão Sugamo. Esse antigo complexo penitenciário utilizado pelo Império Japonês para encarcerar presos políticos, sob a gestão dos EUA no pós-guerra, concentrou os principais criminosos de guerra do militarismo e do fascismo japonês. Kishi iniciou sua associação com Sasakawa ali. Ou seja, a prisão Sugamo serviu como uma “escola de crime” e um *locus* privilegiado de reorganização desses antigos criminosos de guerra do Império Japonês. Se Kishi era um político experiente da ultradireita civil, Sasakawa era um dirigente veterano do paramilitarismo fascista que também “tinha tido contato com muitos dos principais políticos conservadores” (CIA, 1981: 1).

---

<sup>249</sup> “Os americanos do SCAP [*Supreme Command of Allied Powers*], porém, não estavam absolutamente caídos de amores por Sasakawa. O relatório final da prisão sobre o líder fascista advertia: ‘Em suma, Sasakawa parece ser um homem potencialmente perigoso para o futuro do Japão ... Apoiou irrestritamente as políticas militares de agressão e a xenofobia por mais de vinte anos. Homem de riqueza, não tem muitos escrúpulos sobre como usá-la. Impacienta-se para voltar ao poder. Não está acima dele usar qualquer nova vestimenta que o oportunismo possa oferecer’” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 90).





**Figura 143.** Hideki Tojo, Nobusuke Kishi, Ryoichi Sasakawa e Yoshio Kodama encarcerados e fichados pelos EUA na Prisão Sugamo, então considerados criminosos de guerra do Império Japonês e do fascismo nipônico. À exceção de Tojo, executado, os outros três foram liberados sem julgamento e, com auxílio dos EUA, reconstruíram a extrema-direita ultranacionalista e “controlaram” a política do Japão “democrático” do pós-guerra. FONTE: JESTY, 2012: 5.

“Desnazificado” no pós-guerra, Sasakawa “reassumiu igualmente as atividades direitistas, mas com o cuidado de adaptar seus planos às condições em mutação. Seu grupo de antes da guerra, o *Kokusui Taishuto*, ou Partido de Massa do Povo Patriótico, por exemplo, foi transformado na *Zenkoku Kinrosha Domei* no pós-guerra, ou seja, Liga Japonesa de Trabalhadores de Colarinho Branco” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 91). No pós-guerra, Sasakawa “clamou por mudanças constitucionais para permitir o rearmamento e por um maior orçamento para as Forças Armadas” (CIA, 1981: 2 ). (Note-se, o mesmo pleito de um “notável” como Tetsuzo Watanabe). Dedicando-se à “atividade *behind-the-scenes* nos mundos político e financeiro” (CIA, 1953e: 01), ele retomou sua parceria com um antigo associado do *Kokusui Taishuto*, Yoshio Kodama. Assim, “em seus esforços no pós-guerra, SASAGAWA esteve estreitamente conectado com KODAMA Yoshio que supostamente acumulou uma fortuna em Shangai durante a guerra como agente de aquisições para a Marinha japonesa e cujas negociações pós-guerra em Tóquio lhe renderam a reputação de um grande ‘operador’ não contrário a métodos ilegais que fossem lucrativos” (CIA, 1953e: 01).

Kodama era também um antigo conhecido de Kishi nos tempos de Manchúria e da guerra pan-asiática do Império Japonês. Kodama foi monitorado pelos EUA no pós-guerra como um risco ao futuro “democrático” do Japão, não obstante a mudança de rota, à extrema-direita, representada

pela anistia geral concedida aos principais criminosos de guerra do militarismo e do fascismo<sup>250</sup>. De acordo com um informe do *G-2 Military Intelligence Far East Command* ao coronel R. E. Rudisill, de 24 de maio de 1947, o “envolvimento fanático e de longa data” de Kodama “em atividades ultranacionalistas, violência incluída, e sua habilidade em recorrer à juventude, fazem dele um homem que, se liberado da detenção, seria certamente um grave risco à segurança... Rumores persistentes sobre como seus lucros com o mercado negro no período de Shangai (...) são argumentos vigorosos de que ele seria tão inescrupuloso no comércio quanto foi no ultranacionalismo” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 62). Em 1941, “Kodama tornou-se chefe da Seção do Extremo Oriente do Partido da Essência Nacional de Sasagawa Ryoichi (*Kokusui Taishu To*)” (CIA, 1952d: 3). Um “famoso ultranacionalista e pan-asiático”, Kodama pôde contar, entre seus “professores de nacionalismo”, com Shumei Okawa (CIA, 1952d: 1), o principal ideólogo do *Pan-Asianismo*.

Okawa é considerado “o pai da ideia da Grande Ásia Oriental”, cujo livro *Various Problems of Reviving Asia* (1923) estabeleceu “os mesmos princípios que mais tarde foram incorporados por MATSUOKA e TOJO na ideia da Grande Ásia Oriental da Co-Prosperidade” (HELM, 1946a: 01). Esse professor de pan-asianismo de Kodama era “o cérebro de confiança de extremistas militares” (HELM, 1946a: 01). Okawa devotou sua vida ao *Pan-Asianismo*, “que ele define como a ‘libertação da Ásia da dominação branca, a expulsão à força de todos os interesses brancos, governamentais e comerciais, na Ásia; e a eventual dominação do mundo pelo Japão’” (HELM, 1946a: 01). Okawa não era apenas ideólogo, mas homem de ação, do pan-asianismo japonês. Ele esteve envolvido no “incidente de Mukden” entre as tropas chinesas e japonesas que serviu de pretexto para a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931, bem como participou da maquinação de três tentativas de golpe militar para a instalação de um “governo nacional-socialista”: duas em 1931, uma em março e outra em outubro, também no “incidente de 15 de maio

---

<sup>250</sup> “Há algumas evidências dessa mudança de atitude em documentos americanos desclassificados do período. Frank O’Neill, um tenente americano vinculado ao Tribunal Militar Internacional, concluiu em 1946 que Kodama ‘cometeu numerosos atos de violência na China na aquisição por meios ilícitos ou intercâmbio de mercadorias e bens [pertencentes] aos chineses’; em 1948, o mesmo Sr. O’Neill previu que ‘daqui a dez anos, esse homem Kodama vai ser um grande líder do Japão’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63).

de 1932” que culminou no assassinato do primeiro-ministro Inukai Tsuyoshi e na prisão de Sasakawa, do próprio Okawa e de outros golpistas civis e militares<sup>251</sup>.

O *pan-asianismo* de Okawa “passou a sentir intensamente que o Japão tinha grande responsabilidade de aceitar a colossal tarefa de revitalizar a Ásia; e tendo isso em vista, ele pensou em primeiro lugar que o Japão deveria necessariamente ter o seu renascimento e a segunda Restauração. Para fazer isso, ele chegou à decisão de purgar o Japão que ele achava estar sob a influência do materialismo causado pelo capitalismo e socialismo, que sem dúvidas havia causado o caos e a queda moral do povo japonês” (HELM, 1946b: 2 -3). Okawa foi um profícuo ideólogo que incitou a Ásia “a levantar-se contra a dominação branca, sob a liderança japonesa”, “exortando a guerra particularmente contra os Estados Unidos e a Inglaterra e também defendendo a arregimentação totalitarista do povo do Japão para uma guerra de conquista”, “clamando pelos princípios do pan-asianismo e pela preparação da conquista mundial” (HELM, 1946a: 2)<sup>252</sup>. Se Ikki Kita foi o “mais influente dos pensadores fascistas japoneses” (BERNARDO, 2018: 155), Okawa foi o “segundo violino” do fascismo japonês que, em sua teorização do *pan-asianismo*, foi influenciado pela defesa feita por Kita do “imperialismo nipônico através de uma estratégia que estimulasse os movimentos contra o colonialismo ocidental na Ásia” por meio de “um imperialismo anti-imperialista” (BERNARDO, 2018: 1275)<sup>253</sup>.

---

<sup>251</sup> Hug B. Helm, um Conselheiro Associado do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente no pós-guerra, assinala que, “se o “Col Kingoro HASHIMOTO era o dínamo do militarismo japonês”, o “Dr. Shumei Okawa era o cérebro confiável. Esses dois senhores são os gêmeos da agressão e expansão. Ambos admitem o papel que desempenharam juntos. Portanto, é oportuno e salutar que sejam julgados juntos” (HELM, 1946: 03). Okawa “planejou: 1. O Incidente de Mudken de 18 de setembro de 1931, com Cel. HASHIMOTO, Maj CHO, e Cel. SHIGETO 2. Três ‘golpes’ militares para instalar um Governo Nacional Socialista. a. Caso de Março de 1931, com Gen. UGAKI, Cel. HASHIMOTO, Maj. CHO, Gen. TATEKAWA, Gen. NINOMIYA, Gen. SUGIYAMA, e Gen. KOISO; b. Caso de outubro de 1931, com Cel. HASHIMOTO, Maj. CHO, Gen. TATEKAWA, Gen. NINOMIYA, Gen. SUGIYAMA, e Gen. KOISO. c. O caso de 15 de maio de 1932, em que o Dr. OKAWA forneceu a dois Oficiais da Marinha 3.000 ienes e pistolas e munições suficientes para realizar os múltiplos assassinatos que ocorreram como parte deste incidente” (HELM, 1946a: 1).

<sup>252</sup> Note-se como o *pan-asianismo* desse ideólogo correspondeu ao caráter de mobilização nacional do Japão à guerra total e à conquista de territórios, perfil também encontrado no fascismo italiano e no nazismo alemão. Os três casos típicos de fascismo propriamente dito – Itália, Alemanha e Japão – foram únicos nesse universo de países de desenvolvimento capitalista *tardio* que, apesar desse caráter retardatário, forçaram um reposicionamento de sua condição de *elo débil* da cadeia imperialista já consolidada, lançando-se para tanto em agressivas guerras de expansão neocolonial.

<sup>253</sup> Esta concepção de *um imperialismo japonês anti-imperialista* “não foi apenas concebida por algumas cabeças quentes e encontramo-la defendida igualmente por Miyazaki Masayoshi, personalidade ligada ao Ministério da Guerra e membro do departamento de pesquisa da Companhia dos Caminhos-de-Ferro da Manchúria Meridional, que na realidade era muito mais do que uma mera empresa de transporte e predominava sobre toda a economia do território. Numa obra escrita em 1936, Miyazaki insistiu na relação entre a expansão política e econômica do Japão na Ásia e a

Mais do que ideólogo, porém, Okawa foi um homem de ação e um chefe de espionagem do *pan-asianismo* japonês. Foi nomeado em 1926 como diretor-geral do *East Asia Research Institute* (ou *East Asia Economic Investigation Institute*), “controlado e financiado pela *South Manchurian Railroad* que, a sua vez, era uma organização do governo japonês” que “claramente defendia o cumprimento do pan-asianismo” (HELM, 1946a: 2). Esse Instituto era “a organização encoberta da inteligência japonesa com filiais por todo o Extremo Oriente” e seu diretor Okawa “foi uma das personalidades mais proeminentes da inteligência japonesa desde que ele encontrou Mitsuru TOYAMA” (CIA, [s/d]a: 2), “o venerável ancião do movimento ultranacionalistas japonês”, “um dos fundadores das sociedades Escuro Oceano e Dragão Negro e um dos responsáveis pela entrada do Japão na Segunda Guerra Mundial” (KAPLAN, DUBRO, 1986: 334). Em 1936, Okawa inaugurou o *Showa Foreign Language Institute* no Japão, “um centro de treinamento de inteligência, sob os auspícios do *East Asia Economic Investigation Bureau*, mas controlado pelo *Foreign Office*” (CIA, [s/d]a: 2), “que forneceu agentes de inteligência que foram capazes de assumir o disfarce de especialistas em cultura e idioma” (CIA, 1954j: 1). Okawa pode colocar em prática seu ideário pan-asiático, oficializado pelo Império Japonês na política da “Grande Ásia Oriental da Co-Prosperidade”, ideia que reverberou as teorizações de Kita<sup>254</sup>.

O *pan-asianismo* do Império Japonês, portanto, construiu-se sob o signo da Esfera da Co-Prosperidade “proclamada sob o lema ‘a Ásia para os Asiáticos’”, mas “havia asiáticos e asiáticos” (BERNARDO, 2018: 1279). Isto é, o racismo do Império Japonês não deixou de escravizar e promover o genocídio de asiáticos não-japoneses e, como visto em um discurso de Yoshio Kodama, discípulo de Okawa, os chineses eram vistos como *subumanos*. Kodama, que conhecera Kishi enquanto este reinava como o *czar* da economia na Manchúria, foi o homem de ação “perfeito” desse *pan-asianismo* teorizado e colocado em prática por Okawa a serviço do Império Japonês. Kodama foi um dos principais agentes da espoliação econômica da China e encarnou exemplarmente a figura do *war profiteer*. Ele possuía um “longo histórico de promoção de

---

promoção dos movimentos anticoloniais virados contra a presença dos europeus e dos norte-americanos” (BERNARDO, 2018: 1275).

<sup>254</sup> “Talvez não seja extravagante interpretar a Esfera da Co-Prosperidade na perspectiva da ‘federação mundial’ resultante da superação da guerra entre Estados, que Kita Ikki anunciara no seu livro de 1906”, destacando o historiador português João Bernardo que em uma obra de 1936 “Kita sugeriu a criação de uma estrutura destinada a assegurar a coesão do leste e do sudeste asiáticos sob a hegemonia econômica e militar do Japão, e foi o que sucedeu com a formação, em Março de 1942, de um órgão consultivo do primeiro-ministro, o Conselho da Grande Ásia Oriental, promovido a Ministério em Novembro desse ano” (BERNARDO, 2018: 1278).

agressão por meio de violência, discursos, escritos e liderança em organizações nacionalistas e fascistas”, tornando-se operador no “‘Mercado Negro Internacional’” (THE INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL FOR THE FAR EAST, 1946: 8).

A trajetória de Kodama no fascismo japonês foi exemplar em todos os aspectos. Em 1929, juntou-se à “Sociedade da Construção Nacional (*Kankoku Kai*) ‘porque defendia a organização de sindicatos trabalhistas anticomunistas e visava à derrubada de grupos financeiros e do governo plutocrático’. A primeira de uma série de prisões seguiu-se à apresentação de uma petição de Kodama em nov[embro] [19]29 ao imperador em nome da Sociedade da Construção Nacional pedindo o alívio do desemprego e protestando contra a formação de um partido de esquerda” (CIA, 1952d: 1). “Kodama então passou diversos meses estudando na Sociedade Imperial do Governo (*Kosei Kai*)”, onde familiarizou-se “com ‘o caráter nacional do Japão e com a escola de pensamento da ‘Via Imperial’ (*Kodo*)’”, de acordo com a qual “o contato direto adequado que deve existir entre o imperador e seus súditos estava sendo obstruído por uma classe privilegiada” (CIA, 1952d: 1). O jovem Kodama “entusiasmou-se com a ideia de remover esse grupo minoritário” e, “em suas próprias palavras”: “‘Eu sinceramente acreditava que a ação direta contra estadistas corruptos era uma ação patriótica que todos os jovens deveriam tomar’” (CIA, 1952d: 1).

Em 1931, Kodama juntou-se à “*All Japan Patriots Joint Struggle Council (Zen Nippon Aikokusha Kyodo Toso Kyogikai)*, uma tentativa de fusão por Okawa Shumei de todos os grupos de direita no Japão” que, à época, “estava trabalhando lado a lado com os ‘reformistas’ do Exército” (CIA, 1952d: 1). No mesmo ano Kodama “participou da formação da *Japan Joint Struggle Vanguard (Nikkyo Zenei Tai)*, um grupo seletivo de jovens organizado por Shumei, de cujas fileiras veio a maioria daqueles que mais tarde participaram dos planos de assassinato de Ketsumeidan, 15.5[.1932], e Shimpeitai” (CIA, 1952d: 2). Kodama foi preso na sede do Partido Patriótico Radical “por ter enviado um punhal em uma carta para o Ministro das Finanças Inoue Junnosuke acompanhada da sugestão de que Inoue o utilizasse para cometer suicídio” (CIA, 1952d: 2). Liberado em 1932, ele foi preso novamente “durante uma batida policial contra

direitistas suspeitos de envolvimento no assassinato de Inoue Junnosuke, parte do notório Incidente Ketsumeidan [ou *Blood-Pledge Corps*]” (CIA, 1952d: 2)<sup>255</sup>.

“Kodama então se tornou membro do *Great Japan Production Party (Dai Nippon Seisan To)*, um amálgama de grupos de direita sob Uchida Ryohei, que deu vigoroso apoio por quase 12 anos para todo o tipo de atividade ultranacionalista, incluindo a violência” (CIA, 1952d: 2). Em 1932, representando o *Great Japan Production Party*, “Kodama fez uma viagem para a Manchúria, onde estudou com Kasaki Ryomei, um dos principais arquitetos da expansão japonesa na Manchúria, e chefe do *Army’s Self-Government Training Department (Jichi Shidobu)*” (CIA, 1952d: 3). Ao retornar ao Japão em agosto daquele ano, Kodama fundou a “*Independent Youths Society (Dokuritsu Seinen Sha)*”, cujos membros arquitetaram um plano para assassinar “o ‘Genro’ (o estadista mais velho) do entorno do imperador” (CIA, 1952d: 2), sendo preso por isso. Liberado em 1937, Kodama integrou-se ao “*Japan Institute (Nippon Juku)*, um grupo de discípulos de Imaizumi engajados na disseminação dos escritos do filósofo direitoista Takamatsu Toshio” e da “*Great Asia Establishment Society (Dai Ajia Kensetsu Kai)*”, de Kasaki Ryomei (CIA, 1952d: 2).

Contudo, a “carreira” de Kodama ganhou envergadura pan-asiática quando ele foi incluído nos planos de ocupação da China pelo Império Japonês. Em 1937, “como funcionário especial do Gabinete de Informações do Ministério das Relações Exteriores”, Kodama viajou ao norte da China em outubro daquele ano e, dois meses depois, retornou ao Japão “para criar a *China Problems Settlement National League (Taishi Mondai Kaiketsu Kokumin Domei)* com o apoio semi-oficial de algumas de suas conexões no Ministério das Relações Exteriores” (CIA, 1952d: 2). A Liga era uma espécie de *lobby* da ocupação japonesa na China continental e “as atividades de Kodama como gerente do *Imperial Youth Roundtable Society (Kokoku Seinen Kondan Mai)*” desenvolveram-se em caráter semi-oficial. Nessa condição, Kodama “visitou os Ministérios do Exército e da Marinha para explicar o propósito de uma política mais forte em relação à China” e, nessa empreitada pan-asianista, “fundou a *February Society (Nigatsu Kai)*, na verdade [inserida] dentro da *China Problems Settlement National League* sob um nome que soava menos nacionalista” (CIA, 1952d: 2).

---

<sup>255</sup> Em 1931, Kodama “enviou uma adaga a um ex-ministro de finanças japonês. ‘Permita-lhe apresentar-lhe este instrumento’, dizia a nota anexa (...)[:] ‘Deixo-lhe decidir como usá-lo – para se defender ou cometer suicídio ritual’. A ameaça levou Kodama, de 20 anos, à prisão, mas não foi em vão; no dia em que foi solto, outro yakuza conseguiu matar o ex-ministro” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 61).

A Sociedade de Fevereiro, além de defender a expansão do Império Japonês na China, “interveio na política nacional, dando apoio ao *National Mobilization Bill*” de 1938 e Kodama, “apoiado pelo tratado *Asia Establishment Society* e pelo Ministério das Relações Exteriores”, “fez uma viagem de quatro meses ao norte da China e ao interior da Mongólia” e outra de três meses à China central (CIA, 1952d: 2). Embora publicamente ligado ao *Japan Youth Movement*, Kodama contou com o apoio do Ministério de Relações Exteriores do Império Japonês em suas viagens à China e, tão logo retornou ao Japão, “foi enviado de volta à China a pedido do Estado-Maior do Exército e Ministério das Relações Exteriores, como um membro não oficial do Estado-Maior com a responsabilidade de proteger Wang Ching-wei, chefe do governo fantoche chinês patrocinado pelos japoneses, de Hong Kong a Xangai” (CIA, 1952d: 3).

Em maio de 1939, Kodama foi novamente enviado pelo *Foreign Office* a “Xangai como um funcionário não-oficial do Consulado do Japão por lá” e, “durante o resto do ano”, “realizou viagens frequentes de ida e volta entre o Japão e a China, tanto para o Exército quanto para o Ministério de Relações Exteriores” (CIA, 1952d: 3). Kodama renomeou o *Japan Youth Movement* como “*Rise Asia Youth Movement (Koa Seinen Undo)*”, a fim de abranger nele a juventude chinesa, realizando “um *tour* de palestras pelo Japão ocidental, falando sobre ‘A Solução do Incidente da China’”, momento em que “conferenciou com o Tenente-General Ishihara Kanji, notável líder da filosofia do expansionismo japonês, e recebeu dele uma carta de apresentação ao Coronel Tsuji Masanobu, encarregado das atividades de ‘pensamento’ do Exército em Xangai” (CIA, 1952d: 3). Visitando Xangai em abril de 1940, “Kodama encontrou-se com o Coronel Tsuji que lhe pediu para cooperar nas operações ideológicas como um empregado não-oficial do Quartel-General das Forças Expedicionárias Japonesas na China” (CIA, 1952d: 3).

Durante 1940, Kodama “realizou frequentes viagens entre o Japão e a China, particularmente Xangai, em parte como um representante da Liga da Ásia Oriental (*Toa Remmei*) do General Ishihara e, como Kodama posteriormente afirmou, para auxiliar o Coronel Tsuji a ‘purgar’ o Exército Japonês na China” (CIA, 1952d: 3). Em 1941, como adiantado, Kodama tornou-se o Chefe da Seção do Extremo Oriente do Partido da Essência Nacional (*Kokusui Taishu To*) de Ryoichi Sasakawa e, sob os auspícios desse grupo e de seu próprio *Rise Asia Youth Movement*, ele proferiu discursos sobre a situação geral na China. Ainda em 1941 “Kodama tornou-se o gerente do *Japanism Youth Council (Nipponshugi Seinen Kaigi)*”, um grupo

“ruidosamente antiamericano” que buscou “uma fusão de organizações nacionalistas para propagar o japonismo por todo o mundo” (CIA, 1952d: 3). “Sessenta e uma sociedades preocupadas com as atividades japonesas no exterior fundiram-se em maio de [19]41 sob o nome da *Great Japan Rise Asia League (Dai Nippon Koa Domei)*” e Kodama, “representando o seu *Rise Asia Youth Movement*, foi nomeado diretor da Liga por recomendação de Nagai Ryutaro, ex-Ministro das Comunicações no primeiro Gabinete de Konoye” (CIA, 1952d: 3). Nesse período Kodama tornou-se líder da “*August Society (Hachigatsu Kai)*”, cujos “membros eram líderes de várias sociedades nacionalistas desejosos de intensificar a ideologia nacionalista do Japão em face da ameaça de guerra” (CIA, 1952d: 3-4).

Nota-se, assim, que o ano de 1941 foi agitadoíssimo para Kodama. Nele também iniciou uma nova empreitada que o transformaria no principal preposto comercial da Marinha na China: “Ele aceitou o trabalho de organizar uma agência de compras em Xangai para as Forças Aéreas da Marinha Japonesa” (CIA, 1952d: 4). Viajando constantemente entre o Japão e a China, Kodama foi encarregado de conduzir “uma campanha de aquisição sob as circunstâncias muito difíceis da competição industrial privada, rivalidades intra-serviço e esgotamento dos estoques. Simultaneamente ao trabalho de aquisições, ele foi repórter sobre as condições navais em Xangai para o Escritório da Ásia Oriental do Ministério das Relações Exteriores” (CIA, 1952d: 4). As operações da “organização de aquisições [*procurement organization*]” de Kodama – a chamada *Kodama Kikan* – “envolviam o dispêndio de enormes somas de dinheiro com as Forças Aéreas Navais e, posteriormente, com outros serviços. Muitas dessas compras foram realizadas no mercado negro; rumores generalizados vindos de Xangai afirmam que Kodama amealhou uma enorme fortuna pessoal” (CIA, 1952d: 4).

A *Kodama Kikan* contou com o pontapé inicial de Sasakawa, o “mentor político” de Kodama e um antigo piloto de guerra da Marinha Imperial. Em 1941, “o Quartel-General da Força Aérea da Marinha convidou Sasakawa para que recomendasse um colega que pudesse chefiar uma agência especial de compras e aquisições” (SINIAWAR, 2008: 154). “Sasakawa escolheu seu assistente, que relutantemente deixou um acordo de meio-período com o Exército para estabelecer a *Kodama Kikan* (Agência Kodama) em dezembro de 1941” (SINIAWAR, 2008: 154). Fuji Yoshio, braço direito de Sasakawa, “tornou-se vice-presidente da agência; o próprio Sasakawa levou o crédito por ter ajudado a fundar a *Kodama Kikan* e foi descrito como um de seus principais



apoiadores” (SINIAWAR, 2008: 154). As atividades da *Kodama Kikan* foram extremamente variadas na II Guerra Mundial. “Ela administrava o jornal de direita ‘Yamato Shimbun’, dirigia pelo menos quatro minas produtoras de tungstênio, molibdênio e outros minerais raros, assumiu a presidência da *Japanese Southern Mining Co. Ltd.* a pedido da Marinha e desempenhou muitas tarefas oficiais nas tentativas de última hora da Marinha de consertar aeródromos, resgatar sucatas, eletrolisar sal, etc.” (CIA, 1952d: 4). “Encarregado da tarefa de manter a Marinha japonesa abastecida com as matérias-primas, Kodama fez uma fortuna de pelo menos U\$ 200 milhões apreendendo material, frequentemente sob a mira de uma arma, e depois vendendo-o de volta para o seu próprio governo a preços exorbitantes” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 62).

Aquartelada em Xangai, a *Kodama Kikan* recebeu milhões de ienes da Marinha para o seu estabelecimento e passou a adquirir material de guerra para o Quartel-General da Força Aérea da Marinha. Os operadores da *Kodama Kikan* “consistiam principalmente de ‘criminosos profissionais, bandidos de direita e membros do *kenpeitai* (polícia militar)’ – tornando Kodama e sua equipe em uma espécie de *tairiku ronin* (aventureiro continental)” (SINIAWAR, 2008: 154). Kodama “foi também um membro não oficial do *Police Affairs Bureau* e um membro do *Cabinet Advisory Council in Prince Higashikuni’s Cabinet*, um cargo obtido por meio de suas conexões de alta influência, incluindo o Gen. Ishihara” (CIA, 1952d: 4).

Por tudo isso, em dezembro de 1945, Kodama foi preso como “suspeito de crimes de guerra ‘Classe A’, internado na Prisão de Sugamo até Dez[embro] de [19]48, quando foi solto sem ser indiciado” (CIA, 1952d: 4). Ao que tudo indica, Kodama foi capaz de subornar as autoridades de ocupação dos EUA graças à fortuna amealhada em sua agência de negócios em Xangai a serviço da Marinha japonesa, de quem passou a ser credor<sup>256</sup>. Embora seu “*status* purgado” impedisse formalmente Kodama de engajar-se “em atividades políticas ou industrial de formulação política”, um documento da CIA advertiu que “não há nada que impeça sua tão relatada associação sub rosa com ex-colegas” (CIA, 1952d: 4). Entre esses colegas de Kodama, encontravam-se “muitos que estão ativamente preparando-se para um período de retorno aos assuntos nacionais no período pós-ocupação, ultranacionalistas, militaristas, industrialistas, burocratas do governo, conexões chinesas do tempo de aquisições da Marinha – muitos excluídos da assunção pública de cargos

---

<sup>256</sup> “Relata-se que ele entregou às autoridades da Ocupação uma quantidade de rádio avaliada entre \$ 250.000 e \$ 400.000, que foram dados a ele ao final da guerra por Tada Takeo, Vice-Ministro da Marinha, no lugar de ¥ 2,5000,000 que lhe eram devidos pela Marinha” (CIA, 1952[c]: 4).

importantes – mas a maioria ainda competente, influente e ambiciosa” (CIA, 1952d: 4). “Kodama também é frequentemente mencionado como tendo acesso pessoal a figuras políticas como Hatoyama Ichiro”, primeiro-ministro entre 1954-56, “e figuras de alto nível no atual governo japonês, por meio de seus antigos contatos políticos” (CIA, 1952d: 5)<sup>257</sup>.

Em 1951, “relatou-se que Kodama havia levantado por volta de ¥ 10 milhões em apoio a uma nova organização de direita em Kyushu, a *West Japan National Construction League (Nippon Kensetsu Kokumin Remmei)*” (CIA, 1952d: 5). “Diz-se que Kodama obteve o dinheiro de industriais com quem ele apostou seus ativos de compras da Marinha no final da guerra” (CIA, 1952d: 5). Em conexão “com a *Far Easter Affairs Research Society (Kyokuto Jijo Kenkyu Kai)*, e sob os seus auspícios”, Kodama também estava “operando **uma rede de informação para círculos industriais anticomunistas**. Ele é seguramente relatado como quem **desejava oferecer suas instalações de coleta de informações anticomunistas às autoridades de ocupação**. Nas atividades de coleta e disseminação de informações, ele é reportado como intimamente associado a Nabeyam Sadachika e o ex-Cel. Tsuji Msanobu” (CIA, 1952d: 5, grifo meu). Kodama foi apontado pelas autoridades de ocupação dos EUA como um agente de ligação, no pós-guerra, do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, aliança que remontava à década de 1930<sup>258</sup>.

Isto é, Kodama foi um dos “amigos japoneses” da contrarrevolução chinesa do *generalíssimo* Chiang. No pós-guerra, ele manteve “íntimo contato com **Tsuji [Masanobu]**”, “que nos últimos anos esteve envolvido no **recrutamento de soldados japoneses e armas para as forças nacionalistas chinesas, e também uma importante figura da atividade da inteligência de direita *behind-the-scenes***” (CIA, 1952d: 3, grifo meu). Um criminoso de guerra pan-asiático, Tsuji formou um “par inseparável” com Takushiro Hattori<sup>259</sup>, coronel do Exército responsável pela

---

<sup>257</sup> Ele também foi apontado “por estar apoiando um grupo de críticos de direita liderado por Tsukui Tatsuo, com que ele possuía uma longa associação em círculos nacionalistas” (CIA, 1952[c]: 5). “Tsukui é considerado braço-direito de Akao Bin, outro associado de longa data de Kodama”, responsável por organizar “um novo partido de direita denominado *The Great Japan Patriotic Party (Dai Nippon Aikoku To)*” (CIA, 1952[c]: 5).

<sup>258</sup> “Em 1949, ele era constantemente mencionado em operações do mercado negro e de contrabando, supostamente para levantar fundos para aquisição de armas e recrutamento de pessoal japonês para as forças nacionalistas chinesas em Formosa. Nessa conexão, o nome de Kodama é ligado ao Ex-Tenente-Coronel Nemoto Hiroshi e ao notório caso de contrabando Hai Lieh” (CIA, 1952[c]: 5).

<sup>259</sup> Hattori e Tsuji trabalharam juntos no pós-guerra pelo rearmamento do Japão e foram caracterizados pela CIA como indivíduos “extremamente irresponsáveis” e que “não sofrerão as consequências de suas ações”; Tsuji foi apontado como “o tipo de homem que, se tivesse oportunidade, teria iniciado a III Guerra Mundial sem receios” (CIA, 1954k: 1). Na II Guerra Mundial, Tsuji foi responsável pelos principais massacres de civis na China, Filipinas e Singapura, como a Marcha da Morte de Bataan e o Massacre de Sook Ching. Evadindo-se do Tribunal Militar no pós-guerra,

*Hattori Kikan*, a agência de espionagem conectada ao G2-SCAP do general Willoughby, o “estimável fascista” de Douglas MacArthur. Um dos principais gestores da *Hattori Kikan* – com a qual Tetsuzo Watanabe da APACL-Japão conectou-se –, Tsuji participou do planejamento de “uma das mais ambiciosas operações de Willoughby, a invasão chinesa nacionalista da China continental” (PETERSEN, 2006: 214). Em janeiro de 1951, o G2-SCAP de Willoughby “começou a brincar com a ideia de encorajar as forças de Chiang Kai-shek para invadirem o sul da China e estabelecerem contato dentro das forças de resistência anticomunistas chinesas” (PETERSEN, 2006: 214). Os subordinados de Willoughby incumbiram a dupla Hattori-Tsuji para essa operação. Tsuji recrutou “soldados japoneses para o serviço em Taiwan” e “despachou ex-militares japoneses para auxiliar as forças nacionalistas chinesas na ilha” (PETERSEN, 2006: 213).

Esse “sonho” da contrarrevolução chinesa de ter podido contar com o apoio de militares japoneses e com o G2-SCAP do general Willoughby foi abortado, em março de 1951, depois do vazamento de informações. Em 1952, Kodama e os dois dirigentes da *Hattori Kikan* – Hattori e Tsuji – chegaram a planejar o assassinato do primeiro-ministro Yoshida Shigeru, que estaria confiando excessivamente nos militares norte-americanos ao invés de investir na recriação de um Exército propriamente do Japão<sup>260</sup>. Embora a conexão viesse de muito antes, a CIA registrou que, “desde 1951 e 1952, relata-se que Kodama é intimamente relacionado com Sasakawa Ryoichi, ex-chefe do ultranacionalista Partido da Essência Nacional” (CIA, 1952d: 5). A dupla Kodama-Sasakawa, ao lado do pan-asianista Shumei Okawa – ex-diretor de uma “escola de espões” que foi liberado da prisão Sugamo no pós-guerra com um atestado de doença mental –, planejavam secretamente “a reconstrução das Forças Armadas japonesas” (CIA, 1953f: 01). Esses criminosos de guerra e expoentes do ressurgimento do militarismo japonês buscaram fornecer apoio bélico à contrarrevolução chinesa de Chiang Kai-shek.

---

Tsuji escondeu-se no sudeste asiático e foi acobertado por Chiang Kai-shek na China continental. Em 1948, retornou clandestinamente ao Japão, “permanecendo por um tempo na residência de propriedade de Kodama, que havia feito amizade com o oficial em Xangai durante a guerra” (PETERSEN, 2006: 213).

<sup>260</sup> Hattori e Tsuji, “apoiados por Kodama e outros, estavam cada vez mais descontentes com a política do Primeiro-Ministro Yoshida Shigeru de contar exclusivamente com a proteção militar do EUA em vez de reconstruir um Exército próprio do Japão” e, em julho de 1952, “Hattori tramou uma conspiração para conduzir um golpe, assassinando Yoshida e substituindo-o” (PETERSEN, 2006: 214). “Apesar de seu entusiasmo inicial, Tsuji convenceu Hattori a adiar seu golpe de Estado enquanto o conservador Partido Liberal estivesse no poder, contando-se com a ironia de um leal aliado político da América no Japão [Yoshida] ser protegido por um dos criminosos de guerra mais conhecidos do Japão [Tsuji]. Contudo, o grupo considerou assassinar outras figuras de governo para enviar uma mensagem a Yoshida” (PETERSEN, 2006: 214-215).

Referindo-se especificamente ao trio Kodama-Sasakawa-Okawa, a CIA informou que **“seu objetivo inicial é a organização de um corpo de voluntários para se unir aos nacionalistas chineses em sua defesa de Formosa e, em seguida, aumentar gradualmente o tamanho e o equipamento do grupo até que ele se torne uma potência para cujos serviços tanto o Oriente quanto o Ocidente se oferecerão antes da inevitável III Guerra Mundial”** (CIA, 1953f: 01, grifo meu)<sup>261</sup>. Outro informe dos EUA apontou Kodama “como um dos vários (principalmente ex-oficiais) envolvidos em um **programa de recrutamento no Japão pelo Generalíssimo Chiang Kai-shek**” (UNITED STATES GOVERNMENT, 1950: 01, grifo meu)<sup>262</sup>.

Note-se, pois, que antes de Sasakawa e Kodama tornarem-se os “mecenas” da renovada carreira política de Kishi e da APACL-Japão, eles já estavam conectados à contrarrevolução chinesa e aos “sonhos” de reconquista da China continental do *generalíssimo* Chiang. Em suma, observa-se que a dupla Kodama-Sasakawa, os futuros “mecenas” de Kishi, possuíam as conexões políticas e o dinheiro suficiente para reorganizarem os remanescentes do fascismo e do militarismo japonês no pós-guerra. Os rendimentos de guerra da *Kodama Kikan*, outrora envolvida em “contrabando, tráfico de drogas e operações paramilitares” (CIA, 1976: 1), transformou Kodama e Sasakawa nos homens mais ricos e poderosos do Japão “democrático”. “Foi por meio desse órgão que Kodama acumulou o tesouro em ouro, platina, diamante e rádio que lhe permitiu apoiar numerosos grupos de direita anticomunistas desde a II Guerra Mundial” (CIA, 1976: 1-2). “Além

---

<sup>261</sup> Um documento da CIA sobre Okawa registrou que os planos *pan-asianistas* não acabaram com a II Guerra Mundial. “Segmentos no nacionalismo chinês e do governo subterrâneo do Japão estão tentando implementar planos para provocar a Terceira Guerra Mundial. Isso está sendo feito em nome do Pan-Asianismo [*Greater Asian-ism*] com o objetivo de promover um movimento asiático de libertação racial e reviver a influência do governo nacionalista chinês. OKAWA Shumei supostamente enfatizou o fato de que somente através de uma Terceira Guerra Mundial a independência completa da Ásia poder ser realizada” (CIA, [s/d]b: 1). “Na época em que o Exército comunista chinês varreu o continente em 1949, Okawa escreveu o seguinte: ‘Os devotos do comunismo de hoje se parecem muito com os primeiros muçulmanos. Em ambos os casos, eles são grupos ao mesmo tempo religiosos e políticos. E ambos lutam pela conversão de toda a humanidade. A comunização da China deveria ser comparada em todos os pontos à subjugação da Espanha pelos muçulmanos. Se no futuro os comunistas acelerassem o ritmo de seu avanço, eles cruzariam os Pirineus e uma Segunda Batalha e Tours-Poitiers seria inevitável (*Anraku no mon*)’” (OKAWA *apud* YOSHIMI, 1969: 378).

<sup>262</sup> “Dizia-se que 123 militares foram recrutados em 11 de novembro de 1949. Outros oficiais envolvidos foram: KAND, Koichi, ex-agente japonês em Taiwan. SAKURAI, Tokutaro, figura bem conhecida durante o ataque japonês em Nanquim. TSUJI, que planejou uma Guerra anticomunista para os nacionalistas em Nanquim após a guerra; NEMOTO, Hiroshi; MAEDA, Torao; SATOMI; SAKATA; YOKOYAMA” (UNITED STATES GOVERNMENT, 1950: 01). Talvez esses militares japoneses – em sua maioria criminosos de guerra – tenham composto o *misterioso* grupo de assessores do *generalíssimo* Chiang Kai-shek referido por Wei Chung (Victor) Hsu como “*baituan* (白團), o ‘Grupo Branco’” (HSU, 2016: 29).

da receita ilegal, Kodama recebeu ¥ 3.5 bilhões da Marinha entre 1941 e 1945, e ao final da guerra, a quantia o equivalente a U\$175 milhões” (SINIAWAR, 2008: 154). Nos estertores da II Guerra Mundial, **“a propriedade e o dinheiro da *Kodama Kikan* foram enviados de volta ao Japão; parte desse material foi supostamente guardado em galpões alugados por Sasakawa”** (SINIAWAR, 2008: 154, grifo meu).

Foi com esse fabuloso capital que a dupla Kodama-Sasakawa reativou a ultradireita e o poder do crime organizado no Japão do pós-guerra. Sasakawa era, “tal como Kodama”, “um ultranacionalista, criminoso de guerra, multimilionário, potência política e ligado à Yakuza” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 335). A CIA caracterizou Sasakawa como “‘conselheiro político’ de Kodama” (CIA, 1953e: 1), “dedicado superpatriota de direita”, “corretor do poder”, “líder *kuromaku* (poder por trás do trono; fazedor de reis)” (CIA, 1974: 1), “ultra-direitista, criminoso da II G.M., e rico industrial com laços antigos em atividades criminosas de negócios” cuja “reputação questionável também surgiu de sua suposta conexão com o submundo japonês” (CIA, 1989: 01)<sup>263</sup>. “*Political fixers*” como Sasakawa e Kodama, “geralmente atuantes nos bastidores, alavancaram suas conexões pré-guerra e habilidades de liderança para revigorar a política conservadora e grupos de direita” e, ao fazê-lo, eles **“ajudaram a trazer a yakuza de volta ao cercado conservador”** (SINIAWAR, 2008: 153, grifo meu).

Kodama e Sasakawa, reativando suas antigas conexões políticas e militares com suas imensas fortunas de *war profiteers*, tornaram-se os gestores desse renascimento da ultradireita japonesa e de seu braço miliciano do crime organizado: a *Yakuza*. “Os grupos de direita dos anos 1920 mais conhecidos por sua violência eram tipicamente híbridos – parte yakuza, parte organização política – não muito diferente do *Dai Niho Kokusuikai* (*Greater Japan National Essence Association*) and *Dai Nihon Seigidan* (*Greater Japan Justice Group*) da época pré-guerra” (SINIAWAR, 2008: 157). A sinergia entre a *Yakuza* e a frente (ultra)conservadora no pós-guerra, assim como no pré-guerra<sup>264</sup>, serviu às “tropas de choque” para conter e reprimir as forças políticas

---

<sup>263</sup> Sasakawa “manteve seus contatos no submundo da direita por meio de uma organização chamada Conselho Nacional das Organizações Patrióticas (*National Council of Patriotic Organizations*) ou *Zenai Kaigi*. A bordo com ele estavam ‘vários chefes yakuza e pelo menos três terroristas de direita condenados pelos assassinatos do Primeiro-Ministro nos anos 1930’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63).

<sup>264</sup> Na década de 1930, “com frequência esses grupos yakuza funcionavam mais como bandos criminosos do que movimentos genuinamente ideológicos; (...) financiados por empresários e políticos conservadores, esses exércitos privados da yakuza quebraram sindicatos, ‘protegeram’ fábricas e escritórios de vandalismo e assassinaram líderes de oposição” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 61).

das esquerdas trabalhistas, socialistas, anarquistas e comunistas nos sindicatos, nas organizações de trabalhadores e entre o movimento estudantil. A *Yakuza* serviu como instrumento de guerra às esquerdas: “A utilidade da *yakuza* foi especialmente benéfica na guerra política entre a direita e esquerda que estava sendo travada em várias frentes” (SINIAWAR, 2008: 161). Assim, a *Yakuza* não conseguiu apenas sobreviver no pós-guerra com seus negócios clandestinos<sup>265</sup>; ela cresceu e se desenvolveu em simbiose com o “ressurgimento da direita política e dos laços mutuamente benéficos que (re)formaram com diversos conservadores” (SINIAWAR, 2008: 61).

Nesse contexto histórico, Kodama foi, “isoladamente, o maior responsável pelo renascimento da *yakuza* no pós-guerra” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 333), contando para isso com a ajuda do governo de ocupação dos EUA no Japão. Entre 1948-52, isto é, logo depois de liberado da prisão Sugamo, Kodama ligou-se ao serviço secreto G-2 do SCAP do general Willoughby e, em 1958, “entrou na folha de pagamento da CIA, com muitos desdobramentos lucrativos” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 89)<sup>266</sup>. Em suma, “políticos conservadores que eram antitrabalhistas e anticomunistas podiam lucrar com as atividades dos grupos da *yakuza*, que lucravam financeiramente enquanto estivessem protegidos pela hegemonia conservadora” (SINIAWAR, 2008: 161). Sasakawa e Kodama, em particular, “eram corretores influentes que garantiam e se beneficiavam da continuação desse acordo” (SINIAWAR, 2008: 161). Desse modo, “com um lugar seguro no nexos conservador, a *yakuza* também operava em um ambiente imediato que não os culpava, na verdade os valorizava, por sua violência – nesta parte do mundo político, conexões e táticas no estilo pré-guerra ainda eram considerados valiosos recursos” (SINIAWAR, 2008: 161).

Em virtude da “imensa quantia de dinheiro à sua disposição”, Sasakawa “foi capaz de dispensar grande parte do apoio financeiro ao mundo político, sendo credor de muitos favores políticos” (CIA, 1981: 1-2). Graças à fortuna nababesca conquistada na guerra imperialista japonesa na Ásia, Sasakawa logo lançou-se “nos negócios de apostas em lanchas e começou a experimentar a política de direita” (CIA, 1981: 2). Ganhou a licitação para controlar o “imensamente lucrativo monopólio de corridas de lanchas a motor”, valorizando sua enorme

---

<sup>265</sup> “A *yakuza*, que havia sido tão escassa durante a guerra, conseguiu se reconstruir e sobreviver ao final dos anos 1940 ganhando dinheiro no mercado negro que proliferou logo após o fim da guerra” (SINIAWAR, 2008: 157).

<sup>266</sup> “Explorando seus talentos como fura-greves, aprimorados pela organização do general Willoughby, entrou nos negócios privados”, vendendo a industriais seus serviços de proteção contra os “indesejáveis problemas trabalhistas – atividade esta que o mantinha em estreito contato com os chefes do mundo do crime” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 89).

fortuna de guerra, consagrando-se como “um dos homens mais ricos e influentes do Japão” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 334). Kodama também esteve ao lado de Sasakawa na Associação Japonesa de Corridas de Lanchas a Motor que, ao empregar antigos pilotos *Kamikazes*, ex-graduados na Academia da Marinha Imperial e veteranos de guerra, contou com “forte apoio de organizações da direita e antigos grupos da Marinha e do Exército” (CIA, 1953f: 1)<sup>267</sup>.

A partir dessa Associação, “que escolhe a raia, opera as barracas e barcos, paga os pilotos, financia os guichês de apostas e limpa tudo – em todos sentidos”, Sasakawa construiu um imenso império de jogo” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 90)<sup>268</sup>. É preciso reconhecer, portanto, que a famigerada bravata de Sasakawa – “Eu sou o fascista mais rico do mundo” (SASAKAWA *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 289) – nunca foi apenas uma fanfarronice, mas sim uma realidade decisiva no evoluir da história da ultradireita japonesa do pós-guerra. Na verdade, Sasakawa “acumulou suficiente dinheiro e poder para alterar também a história do Japão no pós-guerra” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 89), transformando-se em “um dos mais conhecidos *political fixers* e *powerbrokers* do Japão” (CIA, 1981: 1). A CIA também anotou que “**sobejam histórias de sua influência no intrincado processo de seleção de primeiros-ministros** e dizem que ele se orgulha do poder que exerce por meio de suas redes políticas e das organizações que dirige” (CIA, 1981: 2, grifo meu). “Imediatamente após a guerra, Sasakawa e Kodama valeram-se de seus recursos financeiros e habilidade organizacional para apoiar a fundação do Partido Liberal de Hatoyama Ichiro” (SINIAWAR, 2008: 154).

A dupla Sasakawa-Kodama investiu suas fortunas no intrincado mecanismo de seleção dos primeiros ministros e conseguiu “fazer” uma porção deles. No caso de Kodama, “um dos homens

---

<sup>267</sup> “Com o apoio de KODAMA, SUGI Michisuke, Presidente da Câmara de Comércio de Osaka, e outros financiadores de Tóquio e Kansai, SASAGAWA fundou em 1951 uma empresa chamada Companhia Industrial de Corrida de Barcos Internacional (*International Racing Boat Industrial Company - Kokusai Kyotei Kogyo K.K.*). A companhia foi fundada com o objetivo de promover eventos de corridas de barcos a motor e de construir, armazenar e reparar embarcações para os participantes. (...) (De acordo com a fonte), a companhia foi fundada de olho nos valores da corrida de barcos a motor na defesa nacional. Ex-pilotos KAMIKAZE e graduados da Academia Naval são aceitos e treinados como motoristas. Veteranos desempregados receberão prioridade nos empregos como mecânicos, etc. Com esse treinamento, essas pessoas serão capazes de servir como forças de defesa costeira no caso de uma emergência. Por essa razão, a nova companhia está recebendo forte apoio de organizações da direita e de antigos grupos do Exército e da Marinha” (CIA, 1953f: 1).

<sup>268</sup> A CIA estimou que a receita bruta da Associação Japonesa de Corridas de Lanchas a Motor de Sasakawa para o ano de 1976 “equivalia ao todos os gastos de defesa do Japão no ano fiscal anterior” (CIA, 1981: 01) e autores como Kaplan e Dubro registraram que, para o ano de 1980, a companhia de Sasakawa teria “um movimento bruto de 7,4 bilhões de dólares” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 90).

mais poderosos do Japão”, ele foi fundamental na fundação do *Liberal Democratic Party* (LDP), tendo “**ajudado na nomeação de diversos Primeiros-Ministros, além de ter resolvido disputas entre os principais empresários**. Ele comanda a lealdade dos ultradireitistas do Japão e é irmão de sangue de vários yakuza (líderes do submundo japonês)” (CIA, 1976: 1, grifo meu)<sup>269</sup>. Graças à fortuna amealhada e ao prestígio conquistado nos círculos ultraconservadores durante a II Guerra Mundial, Kodama também exerceu “um forte papel na política pós-guerra, tanto nacional quanto internacional” (CIA, 1976: 2), utilizando “sua extravagante riqueza para patrocinar políticos com ideias semelhantes e movimentos da juventude patriótica e para encorajar as artes marciais, **uma aliança militar entre regimes anticomunistas na Ásia** e um renascimento do antigo sistema do imperador” (CIA, 1976: 1, grifo meu).

Kodama “acrescentou à sua riqueza ao se tornar **um dos chefes supremos do submundo japonês, mediando disputas entre os rivais yakuza** e recebendo dinheiro para proteção da indústria japonesa” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63, grifo meu), além de possuir “sua própria organização, a *Sheishikai*, apelidade de ‘Kodama Club’, que era composta quase que inteiramente de grupos clandestinos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63). Trabalhando ao lado de seu antigo mentor Sasakawa, Kodama manteve estreitas relações “com uma variedade de líderes influentes, em particular com o líder do *Liberal Party* (LP) Ichiro Hatoyama, que se tornou primeiro-ministro em 1954” (CIA, 1963: 2). Kodama e Hatoyama conheceram-se na prisão Sugamo e Kodama “foi supostamente a principal fonte de fundos para o LP através de Hatoyama” (CIA, 1963: 2).

Não por acaso, outro ex-presidiário da Sugamo, Nobusuke Kishi (companheiro de cela de Sasakawa), tornou-se “Secretário-Geral do Partido Democrata do Japão do Primeiro-Ministro Hatoyama” (DEPARTMENT OF STATES, 1955: 10). Desse modo, “graças à guerra e ao apadrinhamento do líder político Ryoichi Sasakawa”, Kodama, “um dos chefes mais poderosos da *yakuza* do Japão” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 70), “estava sentado sobre uma fortuna de mais de US\$ 200 milhões” e, com ela, “iria ajudar a criar o partido político dominante do Japão,

---

<sup>269</sup> “Além de suas associações com figuras proeminentes do LDP, Kodama supostamente tem numerosas conexões com o submundo e tem sido intimamente associado a jogos de azar e grupos de *gangsters* como o Matsuba Kai (*Pine Leaves Society*), o Kokusui Kai (*Japan National Essence Association*), e a Associação Gijin (presumível *Japan Just Men's Party*, Nippon Gijinto). Ele teria tentado colocar esses e outros grupos *gangsters* sob o controle de Toa Doshikai, que ele pessoalmente chefia” (CIA, 1963: 3).



criar e destruir primeiros-ministros” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 60). Sempre ao lado de Sasakawa, Kodama “foi capaz de explorar seu acesso aos altos funcionários de governo e suas informações privilegiadas sobre a política de governo em várias transações financeiras lucrativas” (CIA, 1963: 2). Mais especificamente, Kodama, um antigo fascista japonês, criminoso de guerra e “poderoso chefe” da Yakuza, foi o indivíduo responsável por “fazer” inúmeros primeiros ministros na história política do Japão “democrático”: **“Kodama fez muito para promover a carreira política de seus amigos íntimos Eisaku Sato, Nobusuke Kishi e Ichiro Hatoyama, dos quais todos serviram como Primeiro-Ministro”** (CIA, 1976:2, grifo meu). Todos esses três primeiros ministros, portanto, foram “crias” ou “criaturas políticas” financiadas pelo *war profiteer* Kodama. Com “mecenas” do porte de Kodama e de Sasakawa, os três tornaram-se “respeitáveis” primeiros-ministros do Japão do pós-guerra: Hatoyama (1954-56)<sup>270</sup>, Kishi (1957-60) e seu irmão mais novo Sato (1964-72).

Nota-se, pois, como o regime “democrático” do Japão do pós-1952 foi construído e controlado por essa dupla de *korumakus* da Yakuza – Kodama e Sasakawa –, ligados ao fascismo e aos crimes de guerra do militarismo do Império Japonês. Todos os três principais primeiros-ministros do Japão “democrático” – Hatoyama, Kishi e Sato – eram (nas palavras da CIA) “amigos íntimos” de Kodama e, no caso de Kishi, ele foi “apoiado pelo dinheiro e influência de Kodama” e, graças a este, “iniciou uma campanha irresistível para conquistar o cargo de primeiro-ministro” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 92). Ou seja, o *ex-czar* da economia de Manchukuo que se tornaria a principal força motriz da APACL-Japão – Nobusuke Kishi – era uma “criatura política” de Kodama, *ex-fascista*, *war profiteer* e chefe-*gangster* Yakuza. Esse “renascimento” no pós-guerra da ultradireita militarista ligada à *Yakuza* não poderia ter ocorrido sem o apoio do governo de ocupação dos EUA no Japão. Assim como os EUA “fizeram com os nazistas na Europa, as autoridades da ocupação americana mudaram de opinião sobre os criminosos de guerra do Japão”, uma vez que no despontar da Guerra Fria “o inimigo já não eram mais os fascistas, mas os comunistas” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 62).

---

<sup>270</sup> “O próprio Kodama promoveu ligações diretas com a yakuza” e “em uma festa que ele organizou em setembro de 1956, por exemplo, entre os 40 presentes estavam por volta de uma dúzia de chefes de ‘famílias’ yakuza junto com lutadores profissionais, oficiais de uma organização de direita e o Ministro da Agricultura e Florestas Kono Ichiro do Gabinete de Hatoyama Ichiro, outra conexão de Kodama” (SINIAWAR, 2008: 157).

Tanto no Japão quanto na Itália, “a esquerda política emergiu da guerra como o principal bloco de poder com o potencial de se tornar a força política dominante e era temida pelos americanos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 62). No poder, esse bloco de esquerda poderia conduzir seus respectivos países ao campo soviético. Daí o “emprego do crime organizado e dos ultranacionalistas pelas forças de ocupação” dos EUA no Japão, o que “manteve a esquerda japonesa na defensiva e vacilante, da mesma forma como a CIA usara a quadrilha corsa contra os comunistas franceses” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 79-80). Na particularidade japonesa, Sasakawa, Kodama, Kishi e outros criminosos de guerra foram rapidamente liberados da prisão Sugamo e “tornaram-se alguns dos principais empreendedores, organizadores e fundadores do Partido Liberal Democrático, um partido conservador pró-americano que controlou a vida política do Japão desde então” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 62-63). Graças a essa orientação à anistia geral dos criminosos de guerra japoneses, “os velhos círculos dominantes no Japão, os homens que haviam se aliado à Alemanha nazista e mergulharam sua nação em uma guerra de imperialismo militar por toda a Ásia, foram ressuscitados e trazidos de volta a papéis de liderança” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63).

Nesse novo pacto estabelecido pelos EUA e pela ultradireita japonesa “desnazificada”, buscou-se formar um “dique” do (ultra)conservadorismo contra as forças de esquerda no Japão, isto é, “os Estados Unidos liberaram os criminosos de guerra em troca do uso de suas conexões e dinheiro para minar o crescimento da esquerda” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 64). Enquanto ocupou o cargo de primeiro-ministro (1957-60), Kishi foi o principal artífice político desse “pacto” anti-esquerda estabelecido pelos EUA com a extrema-direita ultranacionalista ligado ao fascismo, ao imperialismo e ao crime organizado (*Yakuza*) do Japão. Kishi dividiu cela na prisão Sugamo com Sasakawa e era um conhecido de longa data de Kodama desde os tempos da ocupação japonesa da Manchúria. Esses “padrinhos” do fascismo japonês e da *Yakuza* foram os principais financiadores da nova carreira política de Kishi e os maiores responsáveis por “fazê-lo” primeiro-ministro<sup>271</sup>.

---

<sup>271</sup> A *joint venture* de Sasakawa e Kodama no *Japan Motorboat Racing Association* ganhou o monopólio das apostas de corrida de barco no Japão por meio de um projeto de lei aprovado pela Dieta em 1959. “O primeiro-ministro à época era Kishi Nobusuke, outro ex-criminoso de guerra Classe A e companheiro de cela de Sasakawa na prisão de Sugamo” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63).

Mas não foram os únicos financiadores da candidatura de Kishi. A vitória eleitoral de Kishi em 1957 não contou apenas com o “mecenato” de Sasakawa e Kodama, mas também com a “mão amiga” de seus aliados norteamericanos. “Quando Kishi saiu vitorioso, o Departamento de Estado comentou que o clima político no Japão era ‘favorável aos interesses dos Estados Unidos no Extremo Oriente’ e previu que o ‘Japão se tornará um aliado cada vez mais valioso’” (SINIAWAR, 2008: 153). “O apoio americano para a eleição de Kishi incluiu patrocínio financeiro” e “o financiamento de Kishi na eleição de 1957 era parte de uma estratégia maior de financiamento do LDP” (SINIAWAR, 2008: 153)<sup>272</sup>.

Diante do adocimento e renúncia do primeiro-ministro Tanzan Ishibashi (1956-57), Kishi foi apontado como primeiro-ministro em 25 de fevereiro de 1957, eleito presidente do Partido Democrático-Liberal (PDL)<sup>273</sup>. Como primeiro-ministro, Kishi destacou-se como “figura central no movimento para revisar elementos da Constituição do pós-guerra, particularmente aquelas cláusulas que definiam o *status* do Imperador e restringiam o uso das Forças Armadas” (CIA, 1982: 1). “Kishi foi a força motriz na revisão do Tratado de Segurança EUA-Japão” (CIA, 1982: 2), o que deflagrou a “controvérsia *Anpo*, em que setores da população japonesa protestaram contra a extensão e reformulação da aliança de segurança do Japão com os Estados Unidos em 1960, embora se possa dizer mais possivelmente contra os métodos pesados do Primeiro-Ministro Kishi Nobusuke” (YUTAKA, 2017: 175).

A proposta de Kishi “para reformar o Tratado de Segurança com os Estados Unidos, além de sua tática para introduzir um novo projeto de lei à Assembleia Legislativa (*Dieta*) dando vasto poder à polícia, despertou a ira dos sindicatos e fomentou a agitação social em massa” (YUTAKA, 2017: 185). “As pessoas foram lembradas do uso da força unilateral pelo regime autoritário de Kishi no pré-guerra e protestos em massa seguiram-se para demonstrar oposição” à autocracia

---

<sup>272</sup> Antes de se tornar primeiro-ministro, Kishi foi um entusiasta do ‘sistema bipartidário no Japão’ e uma das figuras-chave da fusão dos Partidos Liberal e Democrático. Organizou em 1952 um novo grupo conservador (Liga da Reconstrução do Japão) e, em 1953, juntou-se ao Partido Liberal, eleito pela sigla para a Câmara dos Deputados. Em novembro de 1953 deixou o Partido Liberal e juntou-se ao recém-formado Partido Democrático, do qual se tornou secretário-geral, elegendo-se pela terceira vez para a *Dieta* japonesa em fevereiro de 1955.

<sup>273</sup> “Em novembro de 1955, ‘o Partido Democrático do Japão e o Partido Libeal combinaram-se para formar o LDP, inaugurando uma dominação do governo por esse novo Partido, geralmente referido como o ‘sistema de 1955’. Esse reino duraria ininterruptamente até 1993” (YUTAKA, 2017: 184-185). “Até agora [2017], o Partido Liberal Democrático (LDP) está no poder no Japão, com exceção de dois breves intervalos, desde que se formou a partir do Partido Liberal e do Partido Democrático do Japão em 1955” (YUTAKA, 2017: 182). “Esses dois breves intervalos foram em 1993-1994 e 2009-2012, quando o LDP esteve na oposição” (YUTAKA, 2017: 197).

política “baseada no monitoramento, supervisão, supressão e controle – a política que Kishi vinha seguindo” (YUTAKA, 2017: 185). O Tratado de Segurança Japão-EUA assinado por Kishi e Eisenhower “permitia que as forças norte-americanas no Japão fossem equipadas com armas nucleares” e “ainda que os Estados Unidos tomassem medidas dentro do Japão, se o governo nacional solicitasse ajuda para reprimir quaisquer perturbações internas, algo que a esquerda achava que a visava” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 93-94). O Tratado atendeu aos interesses norte-americanos no contexto de retirada de suas forças de ocupação do Japão em 1952: “proteger seu flanco contra o comunismo soviético e chinês e manter o Japão na órbita dos Estados Unidos” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 94).



**Figura 144.** “Presidente Dwight Eisenhower observa enquanto Kishi assina o esboço revisado do tratado de segurança em Washington em 19 de janeiro de 1960. As demonstrações de um mês de duração que perturbaram Tóquio começaram em 20 de maio e eclodiram depois que Kishi convocou a polícia para remover obstinados políticos de oposição e forçou este novo tratado pela Dieta em 19 de maio”. FONTE: JESTY, 2012: 5.

Contudo, uma coalização política das forças de esquerda foi formada, em março de 1959, com o nome de “Conselho Popular para Impedir a Revisão do Tratado de Segurança, o *Anpo Joyaku Kaitei Soshio Kokumin Kaigi*, geralmente conhecido apenas como *Anpo*” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 94). Nessa frente única “havia grupos trabalhistas, educacionais, femininos e marxistas, variando da Liga dos Anarquistas do Japão à Comissão Executiva da Associação dos Grupos de Canto do Japão” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 94). Nas mobilizações de rua em Tóquio,

“o Anpo recrutou suas tropas principalmente entre a enorme população estudantil, no movimento esquerdista conhecido como *Zengakuren*” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 94). Para conter as manifestações populares às vésperas da visita agendada do presidente Eisenhower ao Japão, o primeiro-ministro Kishi recorreu às “tropas de choque” da *Yakuza* controladas por um de seus “padrinhos” políticos, Yoshio Kodama<sup>274</sup>. “Onze dias antes da esperada chegada de Eisenhower, os japoneses tiveram uma prova do que poderia ser a visita do presidente”: o embaixador “Douglas MacArthur II (sobrinho do general) foi ao aeroporto receber o secretário da imprensa de Eisenhower, James Hagerty e, na viagem de volta, a limusine foi isolada da comitiva e cercada por manifestantes irados. MacArthur e Hagerty tiveram que ser resgatados por um helicóptero militar” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 96).

Apesar do uso do paramilitarismo *Yakuza* solicitado pelo primeiro-ministro Kishi contra as manifestações do Anpo, os protestos não recuaram. Pelo contrário. Ganharam envergadura de massa e novas manifestações ocorreram em 15 de junho de 1960 em frente à Dieta japonesa. Nessa ocasião, “quadrilheiros direitistas em luta com os estudantes feriram grande número de manifestantes e mataram uma jovem estudante da universidade de Tóquio” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 92). Diante disso, o governo do premiê Kishi “retirou o convite feito a Eisenhower, temendo mais mortes e ainda mais embaraços” e, em 18 de junho, 300 mil manifestantes marcharam pelas ruas de Tóquio “aos gritos de ‘Anpo hantai’ (‘Abaixo o tratado’) e ‘Kishi taose’ (‘Abaixo Kishi’)” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 92). Fotografias de época registraram a ira popular contra Kishi. Uma cabeça de boneco empalada pelos manifestantes o retratava como “monstro” e placas como “Eu odeio Kishi” e “Go back to Sugamo” também foram empunhadas.

---

<sup>274</sup> “Os planos finais para o 21 de junho foram assim descritos pelo veterano jornalista de Tóquio, Koji Nakamura, escrevendo na *Far Eastern Economic Review*. 'Kodama convenceu os líderes yakuza dos jogadores, quadrilheiros, extorsionários, ambulantes e membros dos sindicatos do mundo do crime a formarem uma força de oposição eficiente para garantir a segurança de Eisenhower. O plano final previa a colocação no terreno de 18 mil yakuza, 10 mil ambulantes (*tekiya*), 10 mil veteranos e membros de organizações religiosas direitistas. Seriam apoiados por helicópteros, aviões Cessna, caminhões, carros, alimentos, postos de comando e pelotões de primeiros-socorros fornecidos pelo governo, além de cerca de 800 milhões de ienes (mais ou menos 2,3 milhões de dólares) em 'fundos operacionais'" (KAPLAN; DUBRO, 1985: 96).



**Figura 145.** “Manifestantes confrontam a polícia em 3 de junho de 1960”. FONTE: JESTY, 2012: 8.



**Figura 146.** “Manifestantes exibem uma grotesca réplica da cabeça de Kishi empalada com uma língua dupla saindo de sua boca – um símbolo tanto para sua dúbia ‘língua bifurcada’, quanto para sua mais generalizada sinistra imagem aos olhos dos participantes. Por vezes ele era referido como o ‘monstro’ ou ‘fantasma’ (yokai) da era Showa”. FONTE: JESTY, 2012: 8.

Apesar dos protestos de massa, o Tratado de Segurança foi aprovado em 18 de junho. Por causa deles, Kishi foi forçado a renunciar do cargo de primeiro-ministro. “No entanto, até hoje o tratado permanece a pedra fundamental da política de defesa do Japão” (MARK, 2018: 193). Enfim, observa-se que essa ultradireita representada por Kishi e seus “mecenas” Kodama e Sasakawa, “desnazificada” e “reabilitada” de seus crimes de guerra pan-asiáticos cometidos a serviço do Império Japonês, tornar-se-ia a poderosa ossatura da APACL-Japão e de sua futura mundialização. No Japão “democrático”, detiveram muito dinheiro e poder político para isso. A APACL, bem se nota, sabia escolher aliados à altura de suas convicções e pretensões. A “desnazificação” e “reabilitação” desses criminosos de guerra e expoentes do fascismo e do militarismo do Império Japonês, finalmente, demonstra a inexistência de qualquer “acerto de contas” do Japão do pós-guerra com seu passado de agressão imperialista pan-asiática.

**Embora o Japão tenha perdido a guerra, a ideologia engendrada pela propaganda do tempo de guerra persistiu. (...) Isso porque muitas das empresas, indivíduos e funcionários envolvidos no desenvolvimento e difusão de propaganda estavam ativos antes da anexação da Manchúria pelo Japão em setembro de 1931 e mantiveram o poder e influência por muito tempo após a rendição em 1945.** Por exemplo, Kishi Nobusuke (1886-1987), primeiro-ministro entre 1957 e 1960 (...) [foi um dos] muitos funcionários de governo proeminentes no pós-guerra que tinham desempenhado importantes funções como burocratas durante a guerra. Obviamente, esse sucesso foi construído sobre a aliança militar do Japão com os Estados Unidos e no acesso ao crédito barato e petróleo no novo mundo emergente baseado nos acordos financeiros de Breton Woods e na influência das Nações Unidas. **Mas a recuperação econômica do Japão e a evolução democrática estável eram também resultado de suas campanhas no pós-guerra para evitar o julgamento dos crimes de guerra (...)** A rápida reemergência na vida pública de antigos criminosos de guerra após o ‘curso reverso’ e após a ocupação também ajudaram a remodelar o discurso popular que, já em meados de 1950, mais uma vez repetiu *slogans* populares de propaganda do tempo de guerra no sentido de que os japoneses ‘libertaram’ o leste asiático e que as políticas coloniais japonesas modernizaram a região (MARK, 2018: 262, grifo meu)

O ressurgimento desse militarismo da ultradireita japonesa, portanto, com ajuda de seus “amigos” norteamericanos, serviu ao *revisionismo* e ao *negacionismo* dos crimes *pan-asiáticos* do Império Japonês. O fascismo nipônico não era mais o inimigo dos EUA, mas sim o comunismo soviético e chinês. Assim como na Europa, os antigos criminosos de guerra e dirigentes fascistas no Japão foram reabilitados, fortalecidos e “desnazificados” para cumprirem uma nova/velha missão: conter e guerrear as forças políticas da esquerda em geral e dos comunistas em especial. Assim que, depois da renúncia de Kishi em 1960, pressionado pelos protestos de massa do Anpo, o gestor econômico da necropolítica na Manchúria, ex-vice-ministro de Munições do Império

Japonês em plena II Guerra Mundial, tornou-se rapidamente “**um membro ativo da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos [APACL]**” (CIA, 1974: 1, grifo meu). Como dito, Kishi transformou-se na principal “força motriz no estabelecimento da APACL-Japão” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63). Também seu “mecenas” Sasakawa – *o fascista mais rico do mundo* – “**considerava-se um dos fundadores da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos [APACL]**” (KAPLAN; DUBRO, 1986: 91, grifo meu). Com o patrono político Nobusuke Kishi e com megaempresários do porte de um Sasakawa e de um Kodama, o “Capítulo” japonês da APACL iria muito longe. A APACL-Japão se tornaria uma das principais alavancas econômicas da mundialização do anticomunismo asiático.

#### 4.5.2. Japão, 1962: a VIII Conferência da APACL

Entre 2 e 5 de outubro de 1962, a VIII Conferência da APACL foi realizada em Tóquio sob a presidência de Nobusuke Kishi. Uma fotografia publicada pela *Correspondência do ABN* flagrou o ex-primeiro-ministro e criminoso de guerra japonês conduzindo os trabalhos do *Presidium* do encontro anual apacliano. Ao lado dele estavam Vu Ngoc Truy, secretário-geral da APACL, e Toshikazu Kase (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 13). O ex-embaixador dos EUA para o Japão e subsecretário de Estado Robert D. Murphy também participou do conclave anticomunista (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 13). Os participantes da XII Conferência da APACL foram muito bem recepcionados por seus “amigos” japoneses. Seus delegados foram recebidos em almoços, jantares e chás com membros do governo e dirigentes anticomunistas do Japão. No dia 2 de outubro, um grupo deles foi convidado “para um banquete pelo Primeiro-Ministro japonês, Sua Excelência Hayto Ikeda, na sua residência” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 14).





**Figura 147.** A edição n.º 6 de 1962 da *Correspondência do ABN* estampou em sua capa uma fotografia da abertura da VIII Conferência da APACL em Tóquio, capital do Japão. FONTE: ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, *capa*.

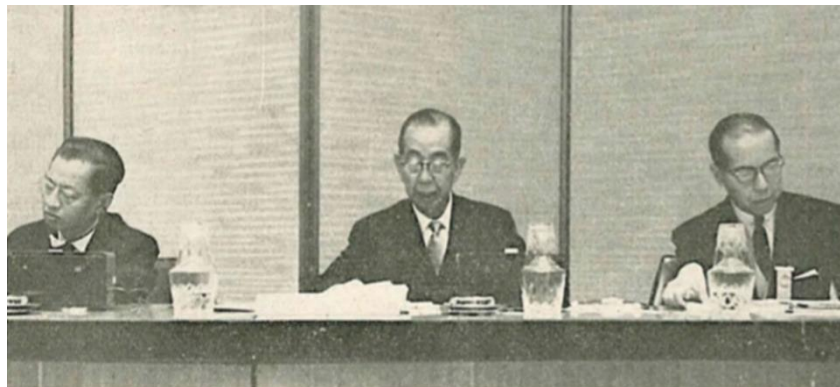
Em 3 de outubro, os conferencistas tiveram um encontro com Masshiro Yasuoka, presidente da Nippon Kokuminkaigi. No dia 4, foram recebidos na Federação de Organizações Econômicas, na Câmara de Comércio e Indústria de Tóquio, na Federação Japonesa de Associações de Empregadores e no Comitê Japonês para o Desenvolvimento Econômico. No dia 5, o prefeito de Tóquio Ryotaro Azuma recebeu uma comitiva de conferencistas.

No primeiro e no último dia da VIII Conferência “o ex-Primeiro-Ministro japonês, N. Kishi, convidou todos os membros da Conferência para jantar. As senhoras da Conferência receberam um convite para um chá da Madame Kishi” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 14)<sup>275</sup>. No discurso de abertura do evento, Nobusuke Kishi se disse honrado em presidir a VIII Conferência da APACL e pediu um minuto de silêncio ao auditório “pela memória dos galantes guerreiros que sacrificaram

---

<sup>275</sup> Uma fotografia publicada pela *Correspondência do ABN* flagrou a madame Kishi ao lado, entre outras mulheres, das dirigentes anticomunistas Slava Stetsko e Suzanne Labin. A revista do ABN também comemorou que o diretor da *Free Asia Association* J. Kitaoka agendara duas conferências de imprensa e uma palestra na Universidade de Tóquio para Yaroslav Stetsko, além de ter publicado em japonês um informe “on the pending trial in Karlsruhe against the murderer of Stefan Bandera and an account of Stefan Bandera’s life and career” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 14).

suas vidas pela causa da liberdade combatendo os males do comunismo” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 12). Segundo o antigo vice-ministro de Munições do Império Japonês, a celebração da reunião anual da APACL em Tóquio era realizada “em um momento crucial da história do mundo” no qual “não apenas é a fúria da Guerra Fria inabalável”, mas “cresce consistentemente em intensidade” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 12).



**Figura 148.** Presidium da VIII Conferência da APACL em Tóquio, Japão. “In the centre, the Chairman, F. Nobusuke Kishi, former Prime Minister of Japan, Mr. Vu Ngoc Truy, Secretary-General of APACL; on right, Mr. Toshikazu Kase”. FONTE: ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 13.

A “intranquilidade internacional” estaria sendo agravada, assinalou Kishi, “pelos sinistros esforços comunistas para subverter a liberdade por todo o mundo, especialmente na Ásia” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 12). “Embora as questões europeias como Berlim e a Alemanha sejam capazes de atrair uma atenção maior do que as questões da Ásia, os comunistas estão direcionando, eu suspeito, um grande impulso em direção a essa parte do mundo, fiel ao conceito leninista de que a Ásia oferece um atalho à conquista da Europa” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 12). A Ásia seria, assim, “o alvo primário da ofensiva dos comunistas”, porém, a APACL deveria estar alerta: “as causas básicas da Guerra Fria” seriam *ideológicas* e corresponderiam aos “desígnios permanentes dos comunistas para minar a liberdade e impor a tirania sobre a humanidade” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 12).

Esse plano para a subjugação da humanidade seria o responsável “pelo agudo confronto do Oriente e Ocidente” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 12). E os comunistas seriam ardilosos. Ao mesmo tempo que empregariam métodos de uma *violência brutal*, eles seriam mestres na “arte do engodo” ao posarem como “campeões da paz” com sua política do *neutralismo*.

Em um momento de precária manutenção da “balança de poder global”, o *neutralismo* representaria “o maior perigo para todas as nações livres”. Para defender seu raciocínio, Kishi valeu-se da metáfora do incêndio. Se o “fogo” comunista incendiasse uma “casa” na “vizinhança”, o que os “vizinhos” deveriam fazer? Obstruir o trabalho do “corpo de bombeiros” seria um crime, assim como a passividade diante do “incêndio”. O mesmo se passaria com os *neutros* diante do “incêndio” comunista. Obstruir o trabalho dos “bombeiros” anticomunistas seria criminoso e o “cidadão esclarecido” deveria cumprir suas “responsabilidades civis” de, no mínimo, facilitar “o trabalho da brigada de incêndio”<sup>276</sup>. Assim, “quando o destino da humanidade está em jogo, ameaçado pelo comunismo, o neutralismo é, de fato, equivalente a uma indiferença insensível para o bem-estar da humanidade” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 12).

Finalmente, no discurso inaugural da VIII Conferência da APACI, Kishi informou ao auditório que, durante as sessões, “também estudaremos os meios para fortalecer ainda mais nossos esforços conjuntos para combater e vencer a crescente ameaça do comunismo que, para mim, é a pior aflição que a humanidade já sofreu” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 13). Além de Kishi, outro ex-primeiro-ministro japonês “abrilhantou” a VIII Conferência apacliana: Shigeru Yoshida. O mesmo que Takushiro Hattori, Masanobu Tsuji e Yoshida Kodama – o “mecenas” Yakuza de Kishi – planejaram assassinar em 1952. Recorde-se o motivo: Yoshida supostamente estaria confiando em demasia nas Forças Armadas dos EUA e não estaria buscando (re)criar um Exército propriamente *japonês* (PETERSEN, 2006: 214). Em seu discurso à APACL, Yoshida afirmou estar “muito contente em saber que a Conferência condenou decisivamente o neutralismo”, uma espécie de “Cavalo de Troia” que seria “um instrumento útil da política dos comunistas de castrar (...) os povos livres a fim de escravizá-los” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 13).

À semelhança de Kishi, Yoshida defendeu que a luta contra o comunismo seria “essencialmente ideológica: a escolha é entre a Liberdade e a Escravidão; entre a Emancipação e a Subjugação; entre o Esclarecimento e a Exploração” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 13). Em suma, concluiu, “uma vez que a Guerra Fria é uma questão moral envolvendo a

---

<sup>276</sup> “When a house is on fire, its neighbors should not idly stand by but render active assistances to the fire-brigade. Those who obstruct the fire-fighters are criminals. Those who merely look on are criminally deficient in civil responsibilities. It is the elementary duty of enlightened citizens to facilitate, at least, the work of the fire-brigade. So it is with neutralism” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 12).

dignidade do homem comum, o neutralismo é equivalente à imoralidade” (FREE CHINA & ASIA, 1959, v. IX, n.º 10-11, p. 13). As declarações desses dois ex-primeiros-ministros do Japão contra o *neutralismo* foram exaltadas pelo editorial da revista da APACL-Taiwan: “No decorrer da reunião, líderes políticos eminentes como os ex-premiês, o Sr. Shingeru Yoshida e o Sr. N. Kishi fizeram um ataque violento e sem reservas contra o neutralismo” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 2). A *Free China & Asia* salientou que “o Sr. N. Kishi fez um ataque violento e sem reservas contra o neutralismo” e “abertamente denunciou o regime fantoche em Pequim como uma ameaça à paz mundial” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 2).

“Expressões como essas são bastante incomuns no Japão pós-guerra” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 2). Essa mudança de curso do “Japão” para uma postura mais decididamente anticomunista foi atribuída pela APACL-Taiwan a sua própria atuação junto aos seus “amigos” japoneses. Nessa visão autocomplacente, mas não de todo inverossímil, a APACL como um todo teria contribuído para aumentar a “educação política do povo japonês” ao fazê-lo compreender “a natureza sinistra do comunismo. Temos boas razões para acreditar que isso exercerá influência importante sobre a tendência política futura e o movimento anticomunista naquele país” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 2). Na linha da crítica ao *neutralismo* feita pelas duas “estrelas” japonesas da VIII Conferência de 1962, a APACL aprovou uma Resolução sobre o tema. Nela, atribuiu à Conferência das “nações não-alinhadas” ocorrida em Belgrado, capital da antiga Iugoslávia, em 1961, a responsabilidade de auxiliar na expansão comunista. Diante da Conferência de Belgrado, resolveu a VIII Conferência da APACL: “Nós condenamos e expomos a intriga comunista em nome do neutralismo e do não-alinhamento”; e “nós apontamos que os *slogans* bradados pelos neutralistas como ‘anticolonialismo, coexistência pacífica e desarmamento universal’, todos se encaixam na intriga política dos comunistas internacionais” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 22).

Outra Resolução aprovada na VIII Conferência condenou as tentativas de conceder um assento ao “regime fantoche de Pequim” na ONU, rechaçando como “falaciosa” a ideia de que existiriam “Duas-Chinas” – a continental comunista e a nacionalista em Taiwan. A “Resolução sobre a oposição à tentativa soviética para trazer o regime fantoche de Pequim para as Nações Unidas”, considerando que “o regime comunista de Pequim foi condenado pela ONU como um agressor na Guerra da Coreia e que sua agressão no sudeste asiático e sua infiltração e atividades

subversivas por todo o mundo tem seriamente colocado em perigo a segurança da humanidade e ameaçaram a paz mundial”, apelou “a todas as nações democráticas livres para firmemente se oporem à admissão do regime comunista chinês nas Nações Unidas ou à sua participação em quaisquer de suas organizações e conferências internacionais afiliadas” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 23).

A VIII Conferência apelou “a todas as nações livres a dar assistência aos povos cativos em sua luta por liberdade e exercer seus esforços conjuntos para realizar a unificação da República da China, República da Coreia, da República do Vietnã e da Alemanha sob uma atmosfera de liberdade e a emprestar ênfase no fortalecimento da organização de segurança coletiva do Mundo Livre” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 1). Em termos organizacionais, a VIII Conferência revisou a Carta da APACL para criar “um Comitê executivo para servir como órgão permanente enquanto o Conselho da Liga está em recesso para lidar com importantes questões em um momento oportuno” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 1).

Nesse sentido, os “Capítulos” apaclianos de Taiwan, Coreia do Sul, Vietnã do Sul, Filipinas, Tailândia e Japão decidiram pela inclusão de dois novos parágrafos no Artigo 12 do Capítulo V da Carta da APACL<sup>277</sup>. Ademais, a VIII Conferência também aprofundou o esforço permanente da APACL de internacionalizar suas atividades e conexões, reconhecendo que **“a tarefa mais urgente que a Liga enfrenta no momento é como colocar as organizações de suas unidades-membros em uma base mais sólida e como fortalecer suas ligações com as organizações anticomunistas em várias partes do mundo em seus esforços comuns para promover o movimento anticomunista internacional e então realizar a Aliança Anticomunista”** (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 9, p. 1, grifo meu). Nesse sentido, um dos principais itens da agenda da VIII Conferência consistiu no debate dos **“Problemas de fortalecimento e ampliação da base do movimento anticomunista internacional”** (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 9, p. 1, grifo meu).

---

<sup>277</sup> “d) O Conselho da Liga estabelecerá um Comitê Executivo eleito por e entre os membros do Conselho; o Conselho é membro *ex officio* do Comitê; quando o Conselho não estiver em sessão, o Comitê terá autoridade para discutir e conduzir questões dentro do escopo da autoridade do Conselho. O Presidente do Conselho e o da Liga servirão como o Presidente e Secretário-Geral do Comitê, respectivamente; e) O Comitê Executivo do Conselho será convocado pelo Presidente do Conselho, a pedido dos três membros do Comitê” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 24).

Mas, é preciso registrar o *Quem-foi-quem* a VIII Conferência da APACL de 1962. Ela reuniu em Tóquio “38 unidades, 15 das quais eram unidades membros, enquanto o resto – 23 unidades – eram observadoras” e “havia mais unidades enviando seus representantes do que qualquer conferência anterior” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 1). O Comitê Político da VIII Conferência foi composto da seguinte maneira: John A. Little e Gerald Caine (Austrália); Ku Cheng-kang, Chen Chien-chung e Wang Sheng<sup>278</sup> (Taiwan); Mitsujiro Ishii (vice-premiê), Yasuhiro Nakasone, Kensude Horiuchi, Tatsuo Mitarai e Kazuo Yatsugi (Japão); Min Hah Cho, Chang Soon Kim e Young Jare Lee (Coreia do Sul); Haji Ibrahim T. Y. Ma. (Malaya); Mahmud Brelvi (Paquistão); Antonio Meer e Vicente P. Valenzuela (Filipinas); Vibul Thamavit e V. Thamavit (Tailândia); Ahmed Sukru Esmer (Turquia); e Vu Ngoc Truy (Vietnã do Sul) (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 21). Os “Observadores” da XII Conferência da APACL, a seu turno, foram Yaroslav e Slava Stetsko (Ucrânia); Ferenc Nagy (Hungria)<sup>279</sup>; David N. Rowe (EUA); E. Kordt<sup>280</sup> e Alfred Gielen (Alemanha); Ivan Matteo Lombardo (Itália); Frederick C. Stinson (Canadá); Carlos Penna Botto (Brasil); Leela Trikamdas (Índia); Arwo Horm e Birgh Nerman (Suécia); A. Martin-Artajo (Espanha); Glebb Rahr e V. Poremsky (Rússia); Bong Souvannayong (Laos); Hamid H. Matawi (Arábia Saudita); e Suzanne Labin (França) (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 21).

A Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) foi representada por seu presidente, o almirante brasileiro Penna Botto. E o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) esteve liderado pelo casal Slava e Yaroslav Stetsko. A *Correspondência do ABN* publicou, inclusive, uma fotografia do casal durante uma das sessões de atividades da VIII Conferência da APACL no Japão, publicando ainda outra fotografia que registrou a recepção oferecida por “Madame Yoshiko Kishi”, esposa do criminoso de guerra e ex-premiê Nobusuke Kishi, às mulheres anticomunistas reunidas em Tóquio. É possível visualizar no centro dessa segunda

---

<sup>278</sup> Como visto no CAPÍTULO 2, Wang Sheng era o principal estrategista militar da guerra política taiwanesa. Estruturou ao lado do filho do generalíssimo, o general Chinag Ching-kuo, a Academia de Guerra Política (*Fu Hsing Kang College*), sendo um poderoso hierarca do Departamento de Geral de Guerra Política (GPWD) do Ministério da Defesa Nacional. Reitere-se que a APACL era, para a ditadura taiwanesa, uma política oficial de Estado.

<sup>279</sup> Nagy foi primeiro-ministro da Hungria entre 1946 e 1947. Havia entrado na clandestinidade com o golpe da Cruz Flechada húngara que instituiu a ditadura de Ferenc Szálasi.

<sup>280</sup> Kordt fora um diplomata alemão nomeado por Joachim von Ribbentrop como chefe do *Foreign Office's Ministerial Bureau* do III Reich. Em 1937 Kordt havia se filiado ao Partido Nazista e, em 1941, tornou-se primeiro-secretário da Embaixada nazista em Tóquio, designado depois sequênciamente como cônsul alemão em Nanking.

fotografia Slava Stetsko, sentada, ao lado direito de Yoshiko Kishi, bem como Suzanne Labin, a primeira na segunda fileira, de pé, do lado esquerdo da fotografia.

Os solidaristas russos da Narodno-Trudovoj Sojuz (NTS) por seu presidente V. Poremsky. A *Conférence Internationale sur la Guerre Politique des Soviets* (CIGP) por sua presidente Suzanne Labin. O *Comité International d'Information et d'Action Sociale* (CIAS) por seu vice-presidente, o “ex” nazista Alfred Gielen. E a *Assembly of Captive European Nations* (ACEN) também esteve representada em Tóquio (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 13). O presidente da CIDC Penna Botto apresentou à VIII Conferência da APACL uma Resolução clamando por uma intervenção militar da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra “o regime comunista de Cuba”, caracterizando-o como uma “cabeça-de-ponte sino-soviética” na América Latina. Criticou ainda a política externa “independente e neutralista” de certos países latino-americanos, defendendo que Cuba, instrumento do “movimento comunista internacional”, deveria ser erradicado “assim que possível” para evitar “a expansão do comunismo” no hemisfério<sup>281</sup>.



**Figura 149.** Casal Slava e Yaroslav Stetsko, dirigentes do ABN, na VIII Conferência da APACL de 1962 em Tóquio. FONTE: ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 14.

---

<sup>281</sup> A VIII Conferência da APACL, instada pela CIDC, conclamou a OEA a adotar “courageous and forceful measures be taken concerning the Communist regime in Cuba. The sino-Soviet bridgehead established on that island must be eradicated as soon as possible, in accordance with many Interamerican pacts and agreements, lest we facilitate the spread of Communism to other nations of the American Hemisphere. The concepts of *non-intervention* and *self-determination* do not apply at all to the Cuban situation, regardless of the faulty interpretation and erroneous meaning given and erroneous meaning given them by certain Latin-American countries engaged on vicious and biased foreign policies labelled as independent and neutralist but in fact favorable to the offensive carried out against America by the international Communist Movement. *Intervention* in Cuba, where self-declared hard-core Communists, cruel and blood-thirsty, not only impose on the people Marxist servitude and also cowardly obey to the letter every order received from extra-continental powers, via Russia and Communist China, should be not only moral and economic in its aspects, but should assume also a drastic and military character” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 21).



**Figura 150.** “At the reception given by Madame Yoshiko Kishi during the APACL Conference in Tokyo”. Da esquerda para a direita, Suzanne Labin e Slava Stetsko, circuladas. FONTE: ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 33.

Outra Resolução da VIII Conferência versou “On the acceleration of preparatory works for the APACL Freedom Center”, o que havia sido decidido na II Conferência Extraordinária da APACL realizada na Coreia do Sul em 15 de maio de 1952. O *Freedom Center* deveria contar com a colaboração das unidades-membros e dos observadores da APACL “em um esforço para desenvolver uma das medidas mais práticas e eficaz para lidar e extirpar a crescente infiltração comunista e agressão contra o Mundo Livre” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 20). A delegação sul-coreana da APACL já teria estabelecida um “conexão comercial para estabelecer o FREEDOM CENTER” e contaria “especialmente com o apoio implacável de parte do governo e do povo da República da Coreia” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 20). Outra Resolução, intitulada “Situação preocupante no Sudeste Asiático e contramedidas a serem tomadas para lidar com ela”, decidiu “pôr em prática a resolução adotada pela Conferência Extraordinária da APACL de organizar um Corpo Voluntário pela Liberdade para dar suporte a qualquer parte da Ásia que seja vitimizada pela agressão comunista em sua luta por proteção de seu próprio território e liberdade, confiando na força da própria unidade asiática” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 20).

A Resolução clamou pelo fortalecimento de uma “organização regional de segurança” para o Sudeste Asiático “para criar uma organização coletiva de segurança da Ásia Oriental e da região do Pacífico Ocidental, de modo que unissem as forças livres da Ásia para se protegerem contra a agressão do bloco comunista em qualquer parte da Ásia” (ABN, 1962, v. XIII, n.º 6, p. 21). Finalmente, a APACL caracterizou o ano de 1962 como o período “em que o bloco comunista



estava intensificando sua agressão em Cuba, Berlim e Vietnã, tanto na forma de intimidação política como da agressão armada” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 1).

Enfim, a VIII Conferência escolheu o Vietnã do Sul como o local de seu encontro anual subsequente. Se, de um lado, a APACL estaria “empenhada com a destruição do comunismo e na promoção da liberdade”, seria o Vietnã que demonstraria “ao mundo sua luta brava e inflexível e determinação para impedir a propagação do comunismo”. Por isso, a IX Conferência da APACL foi pré-agendada para Saigon, “como um reconhecimento da luta valente daquele país por sua liberdade contra o comunismo, de modo a mostrar ao seu povo que a APACL está fortemente na retaguarda de sua grande luta” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 24). Depois da VIII Conferência no Japão, alguns participantes foram convidados pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang para fazerem uma visita a Taipei. Entre eles, destacaram-se a francesa Suzanne Labin (CIGP), o ex-funcionário sênior do *Anti-Komintern* nazista Alfred Gielen (CIAS) e o reverendo Raymond de Jaegher (*Free Front*) (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11, p. 34).



**Figura 151.** “Mr. And Mrs. Ku Cheng-kang giving a cocktail party to welcome delegates and observers of the 8<sup>th</sup> Conference of the APACL visiting Taiwan”. Ku Cheng-kang, com seu habitual sorriso de “diplomata” do Kuomintang, cumprimenta Alfred Gielen, ex-funcionário sênior do *Anti-Komintern* nazista e, à época, dirigente do CIAS. FONTE: FREE CHIAN & ASIA, 1962, v. IX, n.º 10-11.

#### 4.6. Vietnã do Sul, 1963: a IX Conferência da APACL

A IX Conferência da APACL foi realizada em plena guerra do Vietnã, entre 24 e 31 de outubro de 1963, em Saigon. Do mesmo modo como havia sido celebrada a III Conferência da APACL em 1957, também em Saigon. À IX Conferência de 1963 acorreram delegações do Vietnã do Sul, Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Tailândia, Japão, Nova Zelândia, Singapura, Hong Kong, Laos, Macau, Malásia, Índia, Irã, Jordânia e Turquia, assim como observadores do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), da Assembleia das Nações Cativas Europeias (ACEN), do *Hungarian Freedom Fighters*, do Comitê Internacional para Informação e Atividades Sociais (CIAS), da Conferência Internacional da Guerra Política dos Soviéticos (CIGP), da *Free Pacific Association*, da *American Afro-Asian Education Exchange*, do *Veterans of Foreign War of the USA*, além de indivíduos do Chile, Itália, Líbano, Libéria, Arábia Saudita, EUA e Alemanha Ocidental (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 35).

O ABN foi representado por Slava Stetsko e pelo ex-colaborador nazista georgiano Michael de Alshibaja; a CIGP por sua presidente Suzanne Labin; o ACEN por Vaclovas Sidzikauskas, presidente do *Committee for a Free Lithuania*; e a *Free Pacific* pelo reverendo Raymond J. de Jaegher (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 17). Mais de 100 delegados e observadores participaram da IX Conferência da APACL. A maior delegação foi a sul-vietnamita, chefiada por Ramon D. Bagtsing. Ku Cheng-kang chefiou a delegação taiwanesa da APACL, Dong Jo Kim a sul-coreana, Vibul Thamavit a tailandesa, K. Jaworsky a australiana, Chang Kwo Sin a de Hong Kong, Leone Boraleo a de Macau, Lo Kwok Chuan a de North Boreo, I. R. McAllum a da Nova Zelândia e Rama Swarup a da Índia (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 17). O senador turco Fethi Tevetoglu, acompanhado por Ilhan Cevik, também participou do encontro apacliano, assim como os “Observadores” Mohamed Suheimat (Jordânia) e Momolu Dokuly (Liberia) (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 17).



**Figura 152.** “The 9th Conference of the APACL in Saigon October 1963”. FONTE: ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, *capa*.

Assim como a III Conferência da APACL de 1957, também a IX contou com o apoio decidido do autocrata Ngo Dinh Diem. Recorde-se, como visto no CAPÍTULO 2, que Diem fora a “estrela” da III Conferência de 1957. Embora não tenha discursado na IX Conferência apacliana de 1963, seu governo forneceu apoio total ao evento e ele próprio recebeu seus delegados. **“Os vietnamitas, sob o governo de Ngo Dinh Diem, eram os anfitriões da Conferência. Eles arcaram com todas as despesas financeiras da Conferência (bilhetes de avião, hotel e outros gastos)”** (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 18, grifo meu). “Todas as delegações foram recebidas em uma audiência geral pelo Presidente Ngo Dinh Diem. Algumas delegações, incluindo representantes do ABN, também foram recebidos por ele em audiência privada e, nesta ocasião, o presentearam (objetos de arte popular)” (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 18)<sup>282</sup>. Uma fotografia publicada pela *Correspondência do ABN* registrou o momento em que Diem recebe um crucifixo das mãos de Slava Stetsko e do “príncipe” da Geórgia Michael de Alshibaja, ex-colaborador

<sup>282</sup> Recorde-se do CAPÍTULO 1 que esse georgiano fora um agente de Gerhard von Mende, diretor do *Ostministerium* de Alfred Rosenberg, integrara a seção especializada em URSS do *Abwehr* e fora condecorado com a Cruz de Ferro pelo III Reich. Além do anfitrião Diem, também “a dinner was given by the German Ambassador, Baron Wendland, for the German and the ABN delegations” (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 18).

nazista associado a Gerhard von Mende, ex-diretor do *Ostministerium* de Alfred Rosenberg recontratado pelo MI6 britânico (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 19).



**Figura 153.** “President Ngo Dinh Diem receives the ABN Delegates Mrs. Slava Stetzko and Mr. Michael de Alschibaja in private audience”. FONTE: ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 19.

Evidenciando como também no Vietnã do Sul a APACL era uma política de Estado, os delegados e observadores foram recepcionados na abertura da IX Conferência pelo ministro de Relações Exteriores Truong Cong Cuu, pelo ministro de Ação Cívica Ngo Trong Hiêu e por uma delegação de parlamentares sul-vietnamitas (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 17). Os principais tópicos da agenda da IX Conferência concentraram-se no “conflito Moscou-Pequim”, na “situação tensa do Sudeste Asiático”, nos “satélites comunistas e neutralistas”, na “Invasão Comunista da América do Sul e Ásia” e nas “táticas e estratégias anticomunistas atuais” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 10, p. 2). O “conflito Moscou-Pequim” estaria levando os “comunistas chineses” a aumentarem suas “atividades subversivas e de infiltração na Ásia e na África” e, por isso, uma das missões da APACL seria “promover a solidariedade dos povos anticomunistas da Ásia e da África,

em um lugar que é incondicionalmente anticomunista” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 10, p. 2).

A IX Conferência da APACL retratou o “conflito Moscou-Pequim” não apenas como o declínio iminente do comunismo, o que provaria “que o bloco comunista internacional está no caminho do colapso completo”, mas o enxergou como uma “oportunidade de ouro” para a “libertação” de *nações e povos* “escravizados” pelo comunismo (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 10, p. 2). O conflito sino-soviético emergente, assim, representaria “a oportunidade mais favorável para as nações livres libertarem as milhões de pessoas escravizadas por trás da Cortina de Ferro” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 10, p. 2). A APACL advertiu também que a China continental, “após o rompimento com os soviéticos, intensificará sua invasão na região da Ásia” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 10, p. 3). À semelhança da ideologia política do ABN, a APACL reiterou a estratégia de coligar forças anticomunistas de dentro e de fora da *Cortina de Ferro* “para acelerar a demolição da Cortina, restaurar a liberdade ao povo escravizado, restabelecer um mundo livre, democrático, pacífico e próspero. Somente assim nossa missão histórica será cumprida” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 10, p. 3).

A IX Conferência elegeu Ku Cheng-kang para presidente da APACL e reconduziu Vu Ngoc Truy ao cargo de secretário-geral. Em seu discurso em Saigon, Ku Cheng-kang expressou, em nome do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, seu “profundo respeito a um inabalável líder anticomunista – o Presidente Ngo Dinh Diem da República do Vietnã”, ao “povo heroico anticomunista do Vietnã” e aos “valentes soldados do Vietnã e dos Estados Unidos atualmente lutando juntos contra a agressão comunista” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 16). Ku Cheng-kang defendeu a importância não só asiática, mas global, da guerra que estava sendo travada no Vietnã: “A luta anticomunista, para a qual o povo e o governo da República do Vietnã são dedicados, não é meramente uma guerra de sobrevivência e independência de um país asiático”, mas sim “em defesa dos interesses da Ásia e do mundo livre” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 16).

Por isso o Vietnã do Sul fora escolhido como país-sede da IX Conferência da APACL, cuja principal tarefa deveria ser, de acordo com Ku Cheng-kang, “revisar a nossa política anticomunista, notavelmente nossa estratégia anticomunista na Ásia”, uma vez que “a polícia de contenção, que está sendo aplicada na Cortina de Ferro na Ásia com resultados perceptíveis, não

é um impedimento eficaz para a infiltração política comunista e a subversão armada” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 16). “Essa é, portanto, uma tarefa imperativa nossa”, ou seja, “adotar uma estratégia de ofensiva mais positiva e uma política de libertação”, “o único meio de desferir um golpe fatal em nossos inimigos, de ganhar nossa vitória anticomunista” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 17). E que país seria a “estrela-guia” que já “brilhava” na “guerra anticomunista” no Vietnã cuja missão deveria ser a de conduzir a estratégia *rollback communism* por toda a Ásia? Os EUA, segundo o presidente da APACL-Taiwan. Assim, “como líder do mundo livre, os Estados Unidos devem buscar uma política de libertação da Cortina de Ferro mais ativa, uma política de ajudar as nações livres da China, Coreia e Vietnã a recuperar suas terras perdidas e restaurar a liberdade de seu povo escravizado” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 17).

Essa política de “libertação” (ou *rollback*) defendida na Ásia pela APACL buscou *restaurar* um mundo pré-Revolução Chinesa de 1949 e, nesse sentido, seus porta-vozes foram os arautos da *contrarrevolução* anticomunista. Assim como a política de “libertação” (ou *rollback*) defendida na Europa pelo ABN “sonhou” em *restaurar* um mundo pré-Revolução Russa de 1917 e, conseqüentemente, seus proponentes foram os representantes da *contrarrevolução* antibolchevique. Apesar dessa gênese *contrarrevolucionária* e sentido *restauracionista*, tanto o ABN quanto a APACL apresentaram-se ideologicamente como autênticos “revolucionários anticomunistas”. Assim, a IX Conferência da APACL aprovou uma “Resolução contra o colonialismo soviético” que, adotando *in totum* a terminologia do ABN no sentido de advogar “a desintegração do império colonial russo-soviético em Estados democráticos nacionais e independentes de todos os povos subjugados”, conclamou à “luta de libertação revolucionária dos povos na Europa, Ásia e Cuba, subjugados pelo comunismo e colonialismo russo-soviético”, defendendo a “restauração de sua independência nacional” e a “destruição do sistema comunista” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 17).

Essa Resolução ainda declarou “a solidariedade da APACL à “Semana das Nações Cativas” aprovada em 1959 pelo presidente Eisenhower e pelo Congresso dos EUA, defendendo “a libertação e liberdade da Hungria, Ucrânia, Lituânia, Polônia, Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Romênia, Rússia Branca (*White Ruthenia*), Estônia, Bulgária, Letônia, Alemanha Oriental, [República] Tcheca, Eslováquia, China continental, parte norte da República da Coreia, Idel-Ural,

Albânia, Vietnã do Norte, Cossackia e outros” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 30). As “afinidades eletivas” entre a APACL e o ABN eram, portanto, totais. Não por acaso, a IX Conferência da APACL expressou “seus sinceros votos ao ABN na ocasião de seu 20º aniversário de fundação (em novembro de 1943) atrás da Cortina de Ferro, pelo sucesso em sua luta pela libertação dos povos subjugados pelo imperialismo russo e pelo comunismo e pela restauração dos Estados nacionais democráticos e independentes daqueles povos” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 31).

Uma das Resoluções propostas pelo ABN na IX Conferência da APACL foi fortemente criticada pelo lituano Vaclovas Sidzikauskas, representante da Assembleia das Nações Cativas Europeias (ACEN) em Saigon. Sidzikauskas teria se limitado a apoiar a proposta de “libertação” das “nações subjugadas” pelo bolchevismo nos “Estados satélites” soviéticos, mas não do “povo russo”. O motivo? Sidzikauskas alegou, segundo a *Correspondência do ABN*, que a ACEN era financiada pelo Departamento de Estado dos EUA e, caso o grupo apoiasse a “libertação do povo russo”, ele entraria em conflito com as diretrizes políticas de seus patronos norteamericanos. Além disso, Sidzikauskas teria negado que os eslovacos constituiriam uma *nação* à parte da Tchecoslováquia<sup>283</sup>.

O senador turco Fethi Tevetoglu tomou o partido do ABN, enquanto o delegado chileno, monsenhor Pierre le Tellier, aliou-se ao representante do ACEN, alegando que o *povo russo* era vítima dos bolcheviques e precisava ser igualmente defendido. Contrapondo-se a Tevetoglu, o chileno supostamente “tentou criar um mal-estar contra os armênios com os turcos e assustar os chineses afirmando que a divisão do Império Russo poderia ter sérias repercussões na China, já que os chineses também não são um povo unificado” (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 17). Segundo a *Correspondência do ABN*, “apesar deste discurso provocativo, os chineses ofereceram-nos apoio ativo” (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 18). De fato, como visto, ABN e APACL-Taiwan coincidiram *in totum* em sua “leitura” e luta contra o *imperialismo russo-soviético*. Não obstante, depois da IX

---

<sup>283</sup> O ABN comemorou que Tevetoglu defendeu a Resolução proposta pelo grupo presidido por Stetsko. “Fierce criticism was voiced by Mr. Vaclovas Sidzikauskas (Lithuania) of the ACEN. He opposed the ABN resolutions on the following grounds: the ACEN could not support the idea of the independence of the subjugated peoples in the USSR, since the State Department supports the ACEN and is only in favour of the independence of the so-called satellite states. ACEN, so Mr. Sidzikauskas stressed, is thus tied down, and would otherwise lose the support of the State Department. He added that in the opinion of the ACEN there is no nation of the Slovaks but of the Czechoslovakians, to whom the ACEN must remain loyal, and emphasized that one must not put all the peoples who have been subjugated, some earlier and others later, in the same category, etc.” (ABN, 1963, v. XIV, n.º 5, p. 17).

Conferência da APACL em Saigon, tanto o senador turco Tevetoglu – fiel aliado do ABN – quanto o então presidente do ACEN, o lituano Vaclovas Sidzikauskas, foram convidados para uma visita a Taiwan de Chiang Kai-shek, fotografados e publicados em na contra-capas e na capa, respectivamente, da *Free China & Asia*.



**Figura 154.** Senador Fethi Tevetoglu da Turquia, fiel aliado do ABN, e o presidente da ACEN Vaclovas Sidzikauskas em conferência de imprensa em Taipei, logo depois de terminada a IX Conferência da APACL em Saigon. FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, *contra-capas e capa*.

Outra Resolução, alinhada à proposta pelo ABN e finalmente aprovada pela IX Conferência, defendeu a expansão do “Movimento de Libertação por trás da Cortina de Ferro assim como contra a intriga soviética da ‘Coexistência Pacífica’” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 28). Uma Resolução “sobre as contra-medidas a serem tomadas pelo Mundo Livre em face do conflito Moscou-Peiping” defendeu que seria imprescindível reconhecer que a “coexistência pacífica” era uma “propaganda soviética”, “uma tática destinada à paralisação do mundo livre”, que deveria fortalecer suas “organizações de segurança coletiva” e adotar “uma política positiva e ofensiva contra os comunistas a fim de ganhar a guerra fria” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p.24). A Resolução ainda alegou que as *táticas neutralistas* estariam sendo utilizadas para a *comunização* dos “países neutros” e *slogans* como “nacionalismo” e “racismo” seriam fruto da “intriga comunista” contra os quais o “mundo livre” deveria contrapor uma “luta ideológica”.

Além disso, o “mundo livre” deveria permanecer em guarda contra “a intriga comunista da infiltração e subversão depois do racha Moscou-Peiping”, assim como intensificar “as atividades de contra-infiltração e contra-subversão dentro das regiões da Cortina de Ferro como medida de contra-ataque e também utilizar diversas táticas para aprimorar as atividades da frente única anticomunista para dividir as fileiras dentro dos partidos comunistas na União Soviética, na China



continental e outros países para acelerar a desintegração do Comunismo Mundial” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p.24). Outra Resolução conclamou o fortalecimento militar do Southeast Asia Treaty Organization (SEATO) contra “a agressão comunista” na Ásia, bem como a adoção pelos EUA de “uma estratégia ofensiva mais firme” em relação ao Vietnã do Norte “e nem continuar as conversações, nem ceder um único passo em relação ao problema do Laos” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 27). Ademais, por todos os meios disponíveis, as unidades-membros e os observadores da APACL deveriam buscar a “declaração dos partidos comunistas em suas respectivas como organização ilegal” e a “intensificação das operações de guerra psicológica [*psychological warfare operations*] para contra-atacar a propaganda comunista” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 27). Outra Resolução versou “sobre a finalização do estabelecimento do Centro da Liberdade da APACL e sua operação”.

Ademais, a IX Conferência apacliiana alertou o “mundo livre” para o perigo do “crescimento da influência comunista na América Latina”, declarou sua “solidariedade com a luta pela liberdade do povo cubano contra o regime despótico comunista apoiado por Moscou” e solicitou “aos países anticomunistas do continente americano para ajudarem o povo cubano a obter sua libertação da escravidão comunista” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 31). A IX Conferência advertiu o “mundo livre” para o perigo “da campanha do chamado neutralismo positivo, em particular nos países da África e América Latina, que estão sendo perseguidos pelos interesses de Moscou via Iugoslávia, cujo regime comunista subjogou os croatas e outros povos” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, pp. 30-31). Entre outras Resoluções, a IX Conferência apacliiana aprovou uma na qual se opôs ao comércio do Japão com a “China Vermelha”, “que dá ajuda ao inimigo sob o pretexto de comércio” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, pp. 25). No mesmo sentido, outra Resolução propôs “a intensificação da guerra econômica contra os comunistas chineses”, defendendo que o “mundo livre” deveria utilizá-la para acelerar “a queda do regime de Peiping” e, assim, erradicar “a fonte do problema na Ásia”. A APACL apelou às “nações democráticas do mundo livre” para que se recusassem “a vender aos comunistas chineses itens como alimentos, conjuntos completos de equipamentos produtivos, peças de maquinários e outros materiais estratégicos, que os ajudariam a superar suas dificuldades econômicas e, dessa forma, aumentar sua capacidade agressiva” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p.26).

A APACL deveria, de acordo com a Resolução, promover campanhas de boicote aos produtos chineses junto à opinião pública, governos e empresários. A IX Conferência da APACL também resolveu enviar dois telegramas a chefes de Estado. O primeiro foi enviado ao premiê japonês Hayato Ikeda para que seu governo não deportasse Chou Hung-ching, membro de uma missão técnica chinesa que desertou em Tóquio. Sua deportação à China continental, defendeu a APACL, não seria apenas “contrária ao humanitarismo e à justiça internacional”, como também abriria “um precedente vicioso contra o desejo das pessoas atrás da cortina de ferro de lutar pela liberdade” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, p. 33). O segundo telegrama da IX Conferência foi encaminhado ao presidente dos EUA J. F. Kennedy. Nele, a APACL pediu que Kennedy reconsiderasse a venda de milhões de toneladas de trigo à URSS “e não autorizasse quaisquer outras vendas ao bloco comunista” (FREE CHINA & ASIA, 1963, v. X, n.º 11, pp. 33). Enfim, a IX Conferência de Saigon decidiu que o encontro anual subsequente da APACL seria realizado em Taipei.

#### 4.7. Taiwan, 1964: a X Conferência da APACL

1964 foi um ano decisivo para a retomada e intensificação do projeto “por uma Liga Mundial Anticomunista”. O “sonho” frustrado da Conferência Preparatória de 1958, “sonhado” pelo “quarteto fantástico” APACL, CIDC, ABN e CIAS, isto é, convocar um Congresso Mundial Anticomunista e, na sequência, criar uma “Internacional Anticomunista”, foi revigorado seis anos depois. E um marco desse arranque foi a *Conferência Internacional em Apoio à Luta pela Liberdade dos Povos Cativos* realizada, em 24 de janeiro de 1964, em Taiwan. O deputado dos EUA Edward J. Derwinski, do Partido Republicano, foi a “estrela” da Conferência Internacional. Em seu discurso, garantiu que “o povo americano mantém-se lado a lado com vocês em uma cruzada pela liberdade”, defendeu o protagonismo da *China Livre* (Taiwan) na luta anticomunista regional e sua coordenação global contra a “ameaça vermelha”. De acordo com Derwinski, embora “o povo chinês livre lidere legitimamente a coordenação da luta no *front* asiático contra o comunismo”, “a coordenação é uma necessidade em todos os continentes enquanto os povos livres lutam contra a ameaça vermelha” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 2, p. 13).

Isto é, “a coordenação mundial no ataque da guerra fria sobre o comunismo é necessária, uma vez que o aparato internacional dos vermelhos é conhecido por todos nós e opera em qualquer lugar em que os governos vermelhos possuam instalações” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 2, p. 13). Derwinski reforçou a importância do “verdadeiro nacionalismo dos povos cativos” na *cruzada* anticomunista global, ressaltando a importância da Resolução Nações Cativas promulgada por Eisenhower: “Nós lembramos que quando a Semana das Nações Cativas foi comemorada pela primeira vez nos Estados Unidos em 1959, Khrushchev publicamente ficou furioso, pois isso direcionou a atenção do mundo a uma fraqueza fundamental do império vermelho, o verdadeiro nacionalismo dos povos cativos” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 2, p. 13). A Conferência Internacional aprovou uma moção de *Apoio à Luta pela Liberdade dos Povos Cativos*, subscrita pelo próprio Derwinski, na qualidade de porta-voz do *U.S. National Captive Nations Committee* (NCNC); por Aleksander Kutt, presidente da Assembleia das Nações Cativas Europeias (ACEN); por Lajos K. Katona do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN); por Kwan Soo Park, presidente da APACL-Coreia do Sul; por Vu Ngoc Truy, delegado da APACL-Vietnã do Sul e secretário-geral da APACL; por Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan e do Comitê das Organizações Cívicas da República da China em Apoio à Luta pela Liberdade por Trás da Cortina de Ferro (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 2, p. 42). A moção reiterou a necessidade de organizar uma coordenação global anticomunista contra a “ameaça vermelha” e, precisamente, retomou o projeto “ensaiado” em 1958 no México pelo “quarteto fantástico” APACL-CIDC-ABN-CIAS: convocar um encontro anticomunista global e, a partir dele, criar uma “Internacional Anticomunista”:

Nós devemos envidar nossos máximos esforços para estabelecer ligações mais próximas com todas as organizações do mundo que dêem apoio às nações e povos cativos e **trabalhar em conjunto para a convocação de uma conferência internacional, a emissão de um Manifesto pela Liberdade e o estabelecimento de uma organização internacional**, de modo a fornecer apoio mais ativo e eficaz aos povos escravizados (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 2, p. 42, grifo meu)

Ao final do ano 1964, propriamente, esses planos de mundialização anticomunista foram retomados na X Conferência da APACL em Taiwan. Realizada entre 23 e 27 de novembro no Ambassador Hotel em Taipei, ela contou com a presença de 21 unidades-membros da APACL dos seguintes países: Taiwan, Coreia do Sul, Vietnã do Sul, Filipinas, Tailândia, Japão, Ilhas Ryukyu, Austrália, Nova Zelândia, Birmânia, Malásia, Laos, Hong Kong, Macau, Singapura, Índia,

Paquistão, Irã, Jordânia, Turquia e Líbia. Além das unidades-membros da APACL, participaram da X Conferência “Observadores” individuais do Líbano, Arábia Saudita, Congo (Leopoldville), Malagasy, Inglaterra, Suécia, Suíça, Espanha, Itália, França, Alemanha e Malta. Outros “Observadores” representaram suas respectivas organizações anticomunistas internacionais, entre elas: a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) foi representada por seu vice-presidente Jorge Prieto Laurens (México); o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) por Yaroslav e Slava Stetsko (Ucrânia), Michael de Alshibaja (Geórgia) e Lajos Katona (Hungria); o Comitê Internacional de Informação e Ação Social (CIAS) por seu secretário-geral Alfred Gielen (Alemanha); a Aliança dos Solidaristas Russos (NTS) por seu presidente Vladimir Poremsky (Rússia); a Assembleia das Nações Cativas Europeias (ACEN) por seu presidente Vasil Germenji (Albânia); o Comitê Nacional dos Estados Unidos das Nações Cativas (NCNC) por seu presidente Lev Dobriansky (EUA); a Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos (CIGP) por sua presidente Suzanne Labin (França); a *American Afro-Asian Educational Exchange Society* (AAAE) por David Rowe (EUA); o Comitê do Um Milhão contra a Admissão da China Comunista nas Nações Unidas por William Rusher (EUA); a *Free Pacific Association* (FPA) pelo reverendo Raymond de Jaegher (EUA); a *All American Conference to Combat Communism* (AACCC) por Donald L. Miller; e o Centre Européen de Documentation et d’Information (CEDI) por Marcel De Roover (Bélgica)<sup>284</sup>.

De acordo com a revista da APACL-Taiwan, a *Free China & Asia*, “tanto os delegados como os observadores de vários países são, em sua maioria, personagens conhecidos incluindo ex-presidentes, premiês e ministros, bem como parlamentares, governadores, prefeitos e líderes políticos que ainda atuam no campo político. Além disso, também há vários líderes cívicos famosos” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, p. 39)<sup>285</sup>. Todavia, a grande “estrela”

---

<sup>284</sup> De Roover era um banqueiro que presidiu o Comitê Belga do CEDI, fundado em 1948 pelo arqueduke Otto von Habsburg. Ambos eram estreitamente associados ao ex-coronel da OSS Lev Dobriansky, presidente do NCNC (SCOTT-SMITH, 2012: 131).

<sup>285</sup> Excetuando-se as “estrelas” de Taiwan, a lista de “notáveis” na X Conferência da APACL foi deveras extensa. Ex-primeiro-ministro Doo Sun Choi (Coreia do Sul). Vice-ministro das Relações Exteriores Iguchi Sadao (Japão). Ex-presidente Alfred Naccache (Líbano). Ex-ministros: da Economia, Abdusxa Lam Breish (Líbia); do Comércio, Ivan Matteo Lombardo (Itália); da Educação, Bong Souvannavong (Laos); das Relações Exteriores, Alberto Martin Artajo (Espanha). Senadores: Parvis Kazemi (Irã) e Fethi Tevetoglu (Turquia). Parlamentares: Cornelio T. Villareal (Filipinas); Dahyabhai V. Patel (Índia); Kevin Cairns (Austrália); Ritchie MacDonald (Nova Zelândia); Kunio Morishita (Japão); Georges Valade (Canadá); Sir William Teeling (Inglaterra); Ernst Scharnowsky (Alemanha Ocidental); Arvo Horm (Suécia); Franz Xaver Leu (Suíça) (ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, pp. 13-14).

asiática da X Conferência da APACL foi a do *generalíssimo* Chiang Kai-shek. Ele discursou na abertura do evento desejando grande sucesso aos participantes. Saudou a X Conferência como a maior já realizada pela APACL e destacou que a República da China “possui a maior história de anticomunismo do mundo”, uma vez que “ela sofreu as perdas mais dolorosas e aprendeu as lições mais sangrentas na luta anticomunista” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 7). O ditador taiwanês assegurou que a *China Livre*, “confrontada pelos comunistas chineses e seu domínio no continente”, estaria “dedicando toda nossa moral, coragem, sabedoria e força à causa da recuperação nacional” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, pp. 7-8).



**Figura 155.** “External view of the newly-completed Ambassador Hotel in Taipei, the site of the 10<sup>th</sup> APACL Conference”.  
FONTE: FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, *capa*.

No momento em que o generalíssimo Chiang Kai-shek discursava, Ku Cheng-kang, seu lugar-tenente na APACL e um dos mais importantes hierarcas do Kuomintang (KMT), estava sentado ao lado do generalíssimo, conforme fotografia publicada na capa da edição de dezembro de 1964 da *Free China & Asia*:



**Figura 156.** No púlpito, o generalíssimo Chiang Kai-shek discursa na abertura da X Conferência da APACL em Taipei; à sua direita, sentado, Ku Cheng-kang, seu lugar-tenente na APACL e um dos mais poderosos hierarcas do Comitê Central do Kuomintang. FONTE: FREE CHINA & ASIA, December, 1964, *capa*.

Nenhum poder poderia desviar a República da China (Taiwan) de seu objetivo final, a saber, a causa da recuperação nacional: a retomada da China continental das mãos dos comunistas de Mao Tse-tung. Garantiu o *generalíssimo* Chiang que “nosso Exército da Salvação Nacional e Anticomunista, nossa Marinha e nossa Força Aérea lançaram ataques contínuos, embora seletivos, contra as províncias costeiras do continente e realizaram numerosos lançamentos aéreos lá” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 8). O *generalíssimo* ainda reiterou um bordão oficial da ditadura militar do Kuomintang (KMT) segundo o qual “liberdade e escravidão não podem

coexistir” e “a paz e segurança do mundo não podem ser divididas” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 8). Comparou a *expansão comunista* ao alagamento de uma região inteira depois do colapso de um pequeno dique, destacando que a “intriga comunista para a dominação mundial é total e inclui tudo” e, “conforme a calamidade comunista se espalha pela Ásia afora e por todo o mundo, os países asiáticos devem reconhecer que nós podemos capitalizar a força de nossa retidão para obter a vitória final apenas se lutarmos juntos com a firme determinação anticomunista e lançarmos de volta o inimigo com nossa unidade anticomunista” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 8). Mais uma vez, nota-se que a APACL era, para a ditadura taiwanesa, uma política oficial de Estado.



**Figura 157.** Auditório da X Conferência da APACL em Taiwan, Taipei, em 1964. FONTE: FREE CHINA & ASIA, December, 1964.

A APACL sempre foi, para o *generalíssimo* Chiang Kai-shek, um instrumento político para a internacionalização da *guerra política* que matrizou a ideologia oficial da ditadura do KMT em Taiwan. Por isso, como dito e redito, o *generalíssimo* escolheu um dos três mais poderosos hierarcas do KMT, Ku Cheng-kang, para presidir a APACL-Taiwan e encarregar-se de sua mundialização. Ao término de seu rápido discurso na X Conferência apacliiana, Chiang Kai-shek reiterou a necessidade de globalizar o arco de alianças anticomunista da APACL, que não deveria se limitar à Ásia. Isso porque, “**embora o ponto de partida do movimento anticomunista da APACL tenha sido a Ásia, essa região não deve ser considerada o término. A APACL continuará sua tentativa incessante de alcançar o grande objetivo da solidariedade mundial contra o comunismo**” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 8, grifo meu). O projeto de mundialização da APACL configurou, portanto, uma política oficial do Estado taiwanês e, nesse marco, Chiang mostrou-se confiante “de que a APACL e outras organizações e povos

anticomunistas do mundo irão se reunir em unidade e em espírito de corpo inabalável” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 8).

Dessa forma, “através da luta global anticomunista”, concluiu o *generalíssimo*, as *democracias preocupadas* com o destino dos *povos asiáticos* contribuiriam “para estimular a força de sua coragem moral e influência para erradicar o mal comunista, para acabar com a crise do nosso tempo e parra assegurar a paz e o bem-estar para toda a humanidade. Esse é o desejo estimado do povo asiático e a suprema aspiração da APACL” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 8). A *suprema aspiração* da APACL seria, assim, servir de veículo da *solidariedade mundial contra o comunismo* e da *luta global anticomunista*. E, com o aval de Chiang Kai-shek, a X Conferência da APACL retomaria e aprofundaria o “tão sonhado” projeto de convocar um Congresso Mundial Anticomunista para, depois, fundar uma “Internacional Anticomunista”. Contudo, se o chinês ditador de Taiwan foi a grande “estrela” asiática da X Conferência da APACL, uma “estrela” ocidental também “abrilhantou” o encontro anticomunista: o ex-vice-presidente dos EUA Richard Nixon<sup>286</sup>. Em seu discurso Nixon salientou ser uma grande honra “estar aqui informalmente e trazer a vocês os cumprimentos dos Estados Unidos. Eu falo informalmente, vocês sabem, porque eu não possuo cargo oficial em nosso governo, mas eu tenho interesse em política” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p.17).

Nixon elogiou a APACL – “essa organização tem dez anos” –, saudando que “o anticomunismo é representado tão eficientemente por vocês na Ásia” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p.17). O ex-vice-presidente de Eisenhower criticou a “conversa mole” a respeito de “neutralismo e neutralização, de algum compromisso, de alguma acomodação, de alguma negociação. Essas são palavras muito satisfatórias, mas de outro lado ao lidar com o comunismo na Ásia, e eu diria também no resto do mundo, nós aprendemos, para a nossa tristeza, que a neutralização não significa o que geralmente significou na história das nações quando um tratado neutro é acordado” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p.17).

---

<sup>286</sup> Nixon foi extremamente bajulado durante a X Conferência da APACL. Ele foi fotografado ao lado de alguns conferencistas. Em uma fotografia, publicada em matéria de capa na revista da APACL-Taiwan, Nixon foi flagrado ao lado de Ku Cheng-kang e do senador turco Fethi Tevetoglu. Em outra foto, Nixon esteve ao lado de um sorridente Lev Dobriansky, ex-coronel OSS e presidente do NCNC; de Vasil Germenji, presidente da ACEN; e de David Rowe, professor de Yale e dirigente da AAAEE de Marvin Liebman.





**Figura 158.** À esquerda, de pé, Richard Nixon – ex-vice-presidente de Eisenhower. Embora sem cargo oficial no governo dos EUA, Nixon discursou “informalmente” na X Conferência da APACL em Taipei, em 1964. À direita, no centro da mesa, o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang.  
FONTE: WIKIPÉDIA

Avançar em uma política de *neutralismo* com os comunistas, arrematou Nixon, “simplesmente significa que os povos livres saem, as forças da liberdade saem fora e os comunistas ficam, e os comunistas assumem o controle. Neutralização no que diz respeito aos comunistas é simplesmente se render, pouco a pouco, e conseqüentemente essa não é uma solução para o Vietnã (*Aplausos*)” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p.17). A Guerra do Vietnã seria vital para o desenvolvimento futuro das forças anticomunistas globais. Assim que Nixon destacou que, “se a luta para o Vietnã do Sul for perdida”, “o sinal verde estará aberto para a agressão comunista indireta por toda a área da Ásia, por meio da África, por meio da América Latina e outras nações que possam ser alvos” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p.17). “Se, de outro lado, a luta for ganha, haverá uma lição para aqueles que se engajam na agressão indireta de que o mundo livre não ficará parado e permitirá que um povo livre seja dominado pela agressão indireta” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 17).

Daí a importância de uma organização como a APACL, que seria capaz, segundo Nixon, de responder aos desafios de uma luta contra o comunismo na Ásia. Luta anticomunista que não terminaria tão cedo, advertiu, “porque é uma luta sem fim enquanto o comunismo tenha o tremendo poder central que ele possui na China continental” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12,

p.18). Isto é, enquanto o poder central do comunismo asiático se concentrasse na República Popular da China (RPCh), a guerra anticomunista não teria fim. Pressupõe-se, pois, que apenas com o fim da RPCh os anticomunistas da Ásia poderiam descansar em paz. “É por isso que é tão vitalmente importante que um grupo como esse”, “de asiáticos” e de “observadores de outras nações do mundo”, concluiu Nixon referindo-se à APACL, “continue a lidar com a luta em seus países, a luta na qual os asiáticos desenvolverão a força ideológica, a força econômica, a força militar para resistir à agressão comunista, direta ou indireta, nessa parte do mundo” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p.18). Nixon encerrou seu discurso informal à X Conferência da APACL em Taiwan saudando seus participantes, sendo aplaudido longamente pelo auditório: “Eu vos parabeno e desejo-lhes êxito em suas contínuas deliberações. Obrigado (*Aplausos prolongados*)” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p.18).

Outro “notável” que discursou na X Conferência da APACL foi o chefe da delegação sul-coreana Doo Sung Choe, ex-primeiro-ministro de seu país<sup>287</sup>. Em seu discurso, ele defendeu que o *comunismo internacional* seria um problema não apenas de “certas nações ou raças”, mas um motivo de preocupação “para o futuro de todos seres humanos”. “Em contraste com as forças do comunismo internacional”, faltaria coordenação aos sistemas de defesas na Ásia, que se mostraram completamente ineficientes para enfrentarem “a guerra civil chinesa, a guerra da Coreia e a presente guerra do Vietnã” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, p. 16). Seria urgente construir um sistema de defesa regional na Ásia para “por em cheque a expansão comunista e vencer a batalha” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, p. 23). “Nós não vamos parar nossos esforços até que a China continental, a região norte da Coreia, a região norte do Vietnã, a Alemanha Oriental e as nações do Leste Europeu e a Rússia forem libertadas da tirania do comunismo” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, p. 23). Além dessas conexões de “alto nível” dos dirigentes anticomunistas de Taiwan, EUA e Coreia do Sul, o mesmo se passou com a representação filipina na X Conferência da APACL. Explicitando os nexos oficiais do governo filipino com a APACL, a X Conferência elegeu Cornelio T. Villareal, presidente da Câmara dos Deputados das Filipinas, como presidente da Liga. Villareal foi incumbido de organizar a X Conferência da APACL de 1965 nas Filipinas.

---

<sup>287</sup> “Korean delegates at the 10<sup>th</sup> APACL Conference: from left to right: Prof. Dong Ha Cho; Doo Sun Choi (former Korean Premier); Sang Hoon Kwack (former speaker of National Assembly); Kwan Soo Park (President of Korea Chapter, APACL); Prof. Joon Yup Kim” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 24).

Em seu discurso, ele agradeceu a indicação e disse ser o portador de uma saudação do presidente filipino Diosdado Macapagal à APACL. Defendeu que a guerra no Vietnã do Sul era “essencialmente ideológica” e que “o fator decisivo” seria “o apoio da massa do povo”. “Portanto, é uma luta pelas mentes e corações dos homens” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, p. 14). Criticou o governo sul-vietnamita por concentrar-se apenas na luta militar, esquecendo-se da importância do *apoio da massa do povo* e da necessidade de um “programa de ação cívica” para conquistá-lo. O deputado filipino já teria apresentado à Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) uma Missão de Operações de Paz para que fosse implementada na região. Seria preciso organizar, via SEATO, um grupo multinacional de médicos, enfermeiros, engenheiros, técnicos, professores, agricultores em “unidades de ação cívica e guerra psicológica”. O objetivo seria fazer com que os *slogans* comunistas que atacavam os EUA e seus aliados como “imperialistas” e “neocolonialistas” fossem atacados por esse programa de ação cívica e guerra psicológica<sup>288</sup>.

Note-se que o deputado Villareal propusera à APACL e à SEATO a aplicação de um *know-how* empregado nas Filipinas pelos “assessores” norte-americanos em guerra psicológica Edward Lansdale e Charles T. R. Bohannon, que instruíram o então ministro da Defesa Ramon Magsaysay sobre como combinar ação cívica e guerra psicológica no enfrentamento militar das guerrilhas Huks<sup>289</sup>. Também o primeiro-ministro de Taiwan C. K. Yen discursou na X Conferência da APACL. Sua intervenção ocorreu no encerramento do encontro. Nela, saudou a presença de todos os conferencistas, que teriam como objetivo comum *erradicar* “o veneno do comunismo diabólico”. Eles teriam conseguido, em cinco dias de deliberações, “elaborar um programa anticomunista prático e eficaz” e “passou uma resolução sábia e valiosa” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, p. 19). O premiê taiwanês defendeu que os comunistas chineses seriam os mais

---

<sup>288</sup> “The [SEATO Peace Operations] Mission, as proposed, would involve the organization of a multi-national group composed of doctors, nurses, engineers, technicians, teachers, psy-war and civic action units, and agriculturists under the supervision of the SEATO. Such a civic action program will enlarge the Allies’ efforts on a multi-national basis and launch a new experiment in Asia. It will shield our Western allies from the continuing drumfire of ‘imperialist’ and ‘neo-colonialist’ propaganda of the Communists. Several years ago, a group of Filipinos launched Operations Brotherhood in South Vietnam and Laos. Many of the lessons learned by Operations Brotherhood certainly would be applicable in the proposed Peace Operations Missions” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, pp. 14-15).

<sup>289</sup> Lembre-se do CAPÍTULO 2 que Lansdale criou o Escritório de Assuntos Cívicos nas Filipinas e entronizou como seu diretor o subsecretário de Defesa José M. Crisol. Recorde-se da “complementação” ao enfrentamento bélico aos Huks incubado no *Economic Development Corps* (EDCOR) das Forças Armadas filipinas. Crisol, um pupilo de Lansdale nos métodos de guerra psicológica, participou da II Conferência da APACL de 1956 nas Filipinas.

perigosos do *bloco comunista*. “Na verdade, eles são a raiz de todos os problemas do mundo e inimigos públicos dos povos amantes da paz e da liberdade no mundo” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, p. 19). Seria uma “verdade indisputável” que a *segurança mundial* dependeria da *segurança da Ásia* e esta, a sua vez, dependeria da “destruição do regime de Peiping” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 11, p. 19).

A X Conferência decidiu enviar um telegrama ao presidente Lyndon B. Johnson. Nele, a APACL destacou que “os Estados Unidos já estão pagando um preço alto incluindo aproximadamente 300 vidas americanas para evitar que o Sudeste Asiático caia nas mãos dos comunistas” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 33). Assim sendo, a X Conferência solicitou ao governo dos EUA que assegurasse “uma liderança mais positiva na Ásia” e descartasse “as políticas de contenção e dissuasão” que não conseguiram “frear a expansão comunista” que teria se dado “através da infiltração e subversão na última década na Ásia” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p.33). Em plena Guerra do Vietnã, portanto, o telegrama da APACL solicitou ao presidente dos EUA que intensificasse o esforço militar com a criação de uma “OTAN asiática”:

Nós o instamos a se recusar a seguir as regras básicas impostas pelos comunistas e levar a guerra até a porta de sua própria casa. Nós também o exortamos a buscar um meio imediato de transformar acordos bilaterais com países asiáticos individuais em uma organização de segurança regional nos moldes da OTAN, com os asiáticos carregando as principais responsabilidades. Se a liderança mais forte dos Estados Unidos for combinada com a liberdade de ação defensiva para os governos e povos livres da Ásia, não haverá necessidade de temer a agressão comunista chinesa, seja nuclear ou convencional. O comunismo na Ásia somente pode ser derrotado com a força e determinação dos povos asiáticos apoiados pela produção americana. E somente quando a Ásia for livre o resto do mundo poderá desfrutar da paz e segurança (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 33)

Assinaram esse telegrama ao presidente Lyndon B. Johnson os delegados-chefes das unidades-membro da APACL e os observadores presentes na X Conferência de 1963. Foram eles: Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan; Doo Sun Choi, da APACL-Coreia do Sul; Nguyen Tien Hy, da APACL-Vietnã do Sul; Bong Souvannavong, da APACL-Laos; Vibul Thamavit, da APACL-Tailândia; Chang Kuo-sin, da APACL-Hong Kong; Fung Han Shu, da APACL-Macau; Katsu Hoshi da APACL-Ilhas Ryukyus; Kunio Morishita, da APACL-Japão; Estace Tracey, da APACL-Austrália; Ritchie MacDonald, da APACL-Nova Zelândia; Parviz Kazemi, da APACL-Irã; e Dahyabhai Patel, da APACL-Índia. Os “Observadores” da X

Conferência da APACL que também assinaram o telegrama ao presidente dos EUA foram: Fethi Tevetoglu (Turquia), Naif Haddid (Jordânia), Alfred Naccache (Líbano); Shakeeb Amawi (Arábia Saudita); Abdusxa Lam Breish (Líbia); Nathan Ross (Libéria); Marcel de Roover (Bélgica); Paul de Auer (França), Ivan Matteo Lombardo (Itália); coronel F. Cassar Torregiani (Malta), A. Martin Artajo (Espanha); Georges Valade (Canadá), Sir William Teeling (Inglaterra), Ernst Scharnowsky (Alemanha Ocidental), Arvo Horm (Suécia) e Franz Xaver Leu (Suíça) (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p.32).

Ainda outros “Observadores” da X Conferência assinaram o telegrama ao presidente dos EUA em nome de suas respectivas organizações, a saber: Yaroslav Stetsko, presidente do ABN; Vasil Germenji, presidente da ACEN; Alfred Gielen, secretário-geral do CIAS; reverendo Raymond de Jaegher da *Free Pacific Association*; Jorge Prieto Laurens, vice-presidente da CIDC; Suzanne Labin da CIGP; Vladimir Poremsky, presidente da NTS; David Rowe, dirigente da AAAEE; Donald L. Miller, da AACCC; Lev Dobriansky, presidente do NCNC; e William Rusher, do Comitê do Um Milhão (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 33). A “estrela” oriental da X Conferência da APACL foi, sem dúvida, o generalíssimo Chiang Kai-shek, fotografado aos sorrisos, conforme publicado pela *Correspondência do ABN* com Yaroslav Stetsko, ex-colaborador nazista e criminosos de guerra ucraniano. Na verdade, Madame Chiang Kai-shek e Slava Stetsko estão também registradas no momento da confraternização entre dois criminosos de guerra históricos, Chiang e Stetsko.



**Figura 159.** “President and Madame Chiang Kai-shek with ABN delegates”. De costas, ao centro da fotografia, Yaroslav Stetsko confraterniza com um sorridente Chiang Kai-shek, ditador chinês de Taiwan. À esquerda do generalíssimo, madame

Chiang Kai-shek. À esquerda de Stetsko, sua esposa, dirigente política do ABN, Slava Stetsko. FONTE: ABN, 1965, v. XVI, n.º 1.



**Figura 160.** Vasil Germenji, primeiro à esquerda, presidente da *Assembly of Captive European Nations* (ACEN); o ex-OSS Lev Dobriansky, terceiro à esquerda, presidente do *U.S. Captive Nations Committee* (NCNC); Richard Nixon ao centro; e David Rowe, professor da Universidade de Yale, primeiro à direita. FONTE: WIKIPÉDIA.



**Figura 161.** “From the Conference Hall. From right to left: Prof. D. Rowe (USA); Prof. L. Katona, Slava Stetzko, Jaroslaw Stetzko (ABN); V. Germenji (ACEN). FONTE: ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, 1965, p. 19.



*Figura 162.* “From left to right: Senator F. Tevetoglu (Turkey); Dr. V. Thamavit (Thailand); Prof. M. Brelvi (Pakistan). FONTE: ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 20.



*Figura 163.* “Korean delegates at the 10<sup>th</sup> APACL Conference. From left to right: Prof. Dong Ha Cho; Doo Sun Choi (former Korean Premier); Sang Hoon Kwack (former speaker of National Assembly); Kwan Soo Park (President of Korea Chapter, APACL); Prof. Joon Yup Kim”. FONTE: ABN, 1965, v. XVI, n.º 1.

Além de Chiang Kai-shek, também a “estrela” ocidental da X Conferência da APACL, o ex-presidente norte-americano Richard Nixon, foi fotografado com alguns desses delegados reunidos em Taipei e que subscreveram referido Telegrama apacliano de apelo aos EUA e ao presidente em exercício dos EUA Lyndon Johnson. Vale a pena pontuar que a intervenção do mexicano Jorge Prieto Laurens, vice-presidente da CIDC, durante a X Conferência da APACL, pediu “liberdade para os prisioneiros políticos de Cuba”. A liberdade de um, em específico, foi demandada: **“Demando sua solidariedade para meu caro colega, o desafortunado jornalista cubano, Sr. Ernesto de la Fe, nosso Secretário Geral do CIDC, preso desde janeiro de 1959, pela única razão e crime ‘terrível’ de ser um dos principais líderes anticomunistas na Pérola**

**do Mar do Caribe**” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 29, grifo meu). Como visto no CAPÍTULO 3, Ernesto de la Fe, ex-ministro de Informação da ditadura militar de Fulgencio Batista, era um dos quatro dirigentes da CIDC-Cuba aprisionados pela Revolução Cubana de 1959. Prieto Laurens assinalou que a situação da América Latina teria se deteriorado depois que o *comunismo internacional* apossou-se de Cuba, estabelecendo ali “uma base militar e um centro de propaganda que enviou material para todo o continente. Russos e chineses (da China Vermelha) treinaram grupos de guerreiros que invadiram diversas repúblicas das Américas Central e do Sul” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 29).

Por fim, a X Conferência aprovou um conjunto de Resoluções. Uma contra o ingresso do “regime comunistas chinês” na ONU; outra condenando “o assassinato de Stepan Bandera, líder do Movimento de Libertação Ucraniano, morto por um agente da KGB na Alemanha Ocidental” – fato que completava cinco anos em 1964 –; outra denunciando “a prisão ilegal e a punição imposta aos chineses nacionalistas anticomunistas no Cambódia”; e outra aprovando “uma Missão de Operações de Paz da SEATO” (conforme sugerido pelo deputado filipino Cornelio T. Villareal). Uma “Resolução sobre o colonialismo russo e a libertação dos povos subjugados” apresentada pelo ABN resultou ampla discussão entre os distintos representantes do exílio anticomunista mas, ao final, foi aprovada. O presidente dos solidaristas russos da NTS V. Poremsky foi mais uma vez “voto vencido” em sua oposição ao uso do termo “colonialismo russo”. Vitória do ABN. Também o presidente da ACEN V. Germenji e o ex-diplomata húngaro exilado na França Paul de Auer opuseram-se à proposta de Resolução do ABN<sup>290</sup>.

#### 4.7.1. A APACL ainda vai cumprir seu ideal: por um Congresso Mundial Anticomunista

Finalmente, a X Conferência da APACL retomou a principal proposta da *Conferência Internacional em Apoio à Luta pela Liberdade dos Povos Cativos* realizada, como visto, em janeiro

---

<sup>290</sup> “A violent discussion over this resolution flared up in the commission as the ACEN (Vasil Germenji) and the NTS (V. Poremsky) and the League for the Self-determination of Peoples (Dr. de Auer) were sharply critical. It mainly concerned the recognition of the right of the Slovakian and Croatian peoples to freedom and national independence. NTS was against the term ‘Russian colonialism’ and Dr. de Auer wanted ‘self-determination of peoples’ instead of ‘national independence’. Mrs. Slawa Stetzko of the ABN delegation fought these objections in a long argument in which she stressed that the subjugated peoples had won the right to self-determination through their centuries of struggle and bloodshed” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 19).



de 1964 em Taiwan: convocar um Congresso Mundial Anticomunista e estabelecer uma organização internacional a partir dele. Tratava-se, pois, da retomada do “sonho sonhado” no México, em março de 1958, na Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação. A X Conferência da APACL retomou esse projeto e aprovou uma “Resolução sobre os preparativos para a convocação de uma Conferência Mundial em apoio das nações cativas e dos povos em suas lutas por liberdade e independência”. Dois “Considerandos” antecederam os quatro itens dessa Resolução. O primeiro assentou que o ano de 1964 seria “o momento mais propício para o mundo livre destruir a Cortina de Ferro e resgatar os povos escravizados”, destacando que “os povos por trás da Cortina de Ferro na Ásia, Europa e Cuba organizaram movimentos revolucionários anticomunistas ou fugiram para a liberdade arriscando suas próprias vidas, indicando que o desejo por liberdade e independência é universal” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 43). O segundo “Considerando” ressaltou a importância da mundialização das redes anticomunistas, salientando “o fato de que foram estabelecidas, uma após a outra, organizações para apoiar as nações e povos cativos em diferentes partes do mundo e que **uma conferência mundial é necessária para unificar essas atividades e adotar ações positivas**” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 43, grifo meu). Diante desses dois “Considerandos”, referida Resolução da X Conferência da APACL decidiu:

(1) **Patrocinar a convocação de uma conferência mundial em apoio a todas as nações e povos cativos sob os auspícios da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos e todas as organizações anticomunistas internacionais relevantes;** (2) **Conclamar que é um pré-requisito de tal conferência que cada parlamento asiático livre siga o exemplo do Congresso dos Estados Unidos legislando acerca de uma Resolução da Semana das Nações Cativas com base na Lei Pública dos EUA (*U.S. Public Law*) 86-90, de modo a permitir que todos os povos asiáticos se unam ao povo dos Estados Unidos em observância à Semana das Nações Cativas em 1965;** (3) **Convocar o Comitê das Nações Cativas dos Estados Unidos [NCNC] para ajudar a se preparar para uma conferência a ser realizada nos Estados Unidos ou em algum outro lugar ao final de 1965 ou no início de 1966;** (4) **Preparar uma Declaração Universal de Independência e Liberdade, redigir um programa para a ação comum contra o imperialismo e o colonialismo e convidar todas as organizações apoiadoras para a conferência mundial** (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 43, grifo meu)

Acompanhando esse impulso à globalização de suas atividades e alianças anticomunistas, a X Conferência da APACL aprovou outra Resolução, que resgatou o projeto esboçado no México em 1958. Dois “Considerandos” antecederam as determinações contidas nessa “Resolução de apoio aos passos adicionais rumo à convocação do Congresso Mundial Anticomunista”. O

primeiro deles lembrou que “**uma Conferência Preparatória para a Conferência Mundial Anticomunista foi realizada no México em 1958 em uma tentativa de encontrar meios de convocar uma conferência global de forças anticomunistas**” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 43, grifo meu).

O segundo “Considerando” observou que “os esforços do Comitê Diretivo estabelecido pela Conferência na Cidade do México ainda não produziu o impulso suficiente para concretizar essa reunião mundial” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, p. 43), resolvendo-se, na sequência: “(1) **Renovar o seu aval a uma conferência mundial de organizações e indivíduos anticomunistas;** (2) **Exortar todas as unidades-membros da Liga e outras organizações e indivíduos anticomunistas a fazerem todo o possível a seu alcance para tornar realidade essa conferência**” (FREE CHINA & ASIA, 1964, v. XI, n.º 12, pp. 43-44, grifo meu).



**Figura 164.** “Welcoming of delegation in Taipei. League President Ku Cheng-kang in centre”. Yaroslav Stetsko, o terceiro da direita para a esquerda, com flores na mão. Entre Yaroslav e Slava Stetsko, o sorridente Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan. À esquerda de Slava Stetsko, com buque em mãos, Alfred Gielen, ex-funcionário sênior do Anti-Komintern nazista e operador internacional de Ehardt Taubert, o braço direito de Joseph Goebbels no Propagandaministerium. FONTE: ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 13.

Recorde-se que estiveram no México, em 1958, “sonhando” para a recriação de um Anti-Komintern, Alfred Gielen, ex-funcionário sênior nazista no Propagandaministerium de Goebbels, e o ex-colaborador nazista e criminoso de guerra ucraniano Yaroslav Stetsko. Ambos foram, em 1964, recebidos pelo presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang no aeroporto de Taipei.

Gielen e Stetsko eram convidados especiais da conferência apacliiana albergada pela ditadura militar do generalíssimo Chiang Kai-shek. A *Correspondência do ABN* publicou esse momento, inclusive, em suas páginas.

#### 4.8. Filipinas, 1965: XI Conferência da APACL

Entre 7 e 11 de setembro de 1965 foi realizada, em Manila, a XI Conferência da APACL. O deputado filipino Cornelio T. Villareal, eleito na X Conferência de 1964 presidente da APACL, coordenou os trabalhos ao lado de outros dois dirigentes anticomunista das Filipinas. O primeiro deles foi Jose Ma. Hernandez, dirigente da Ação Católica e um dos cofundadores da APACL em 1954 na Coreia do Sul. O segundo deles foi o senador Ramon D. Bagatsing. A revista da APACL-Taiwan – que em abril de 1965 deixou de ser publicada como *Free China & Asia* e passou a chamar-se *Asian Outlook* – saudou que “as reuniões transcorreram sem percalços sob a competente gestão do Dr. Jose Ma. Hernandez, o erudito e amigável Secretário-Geral tanto da Liga quanto da Conferência” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 5). A *Asian Outlook* registrou também a presença na XI Conferência da APACL da Liga Anticomunista Filipino-Chinesa. “É interessante notar que os residentes chineses estão trabalhando muito ativamente pela nossa causa comum em uma organização chamada Liga Anticomunista Filipino-Chinesa iniciada quinze anos atrás, ou quatro anos mais velha que a APACL, da qual é uma unidade-membro” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 5). A revista da APACL-Taiwan comemorou ter encontrado nas Filipinas “um velho amigo, Dr. Han Li-wu, Embaixador Chinês em Manila, que foi um dos cofundadores da APACL” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 6).

O jornal *The New York Times*, resgatado pela *Asian Outlook*, registrou que o ministro de Relações Exteriores da Tailândia, Thanata Khoman, participou do conclave ao lado de “115 delegados” e “38 observadores representando 14 organizações anticomunistas, incluindo a Aliança Revolucionária Democrática Cubana” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 6). A contagem da *Asian Outlook*, contudo, contabilizou “22 unidade-membros e 21 unidades observadoras” na XI Conferência da APACL, “em nosso tradicional espírito de apoiar a causa da liberdade e empreender uma guerra implacável contra nosso inimigo comum, a conspiração comunista internacional” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 15). A *Correspondência do ABN* noticou

que 132 anticomunistas participaram da XI Conferência da APACL, cujas sessões de trabalho foram divididas em quatro Comitês: o primeiro sobre “os problemas do império russo, da China vermelha e da Indonésia”; o segundo sobre “os problemas do Vientã, Coreia, Laos, Tailândia e Cambódia”; o terceiro sobre “os problemas do Oriente Próximo e África”; e o quarto sobre “os problemas da Europa, Austrália e das duas Américas” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 3).

O cardeal das Filipinas Rufino Santos abriu a XI Conferência da APACL com uma oração. Depois, o presidente do Movimento Anticomunista Filipino, o senador Ramon D. Bagatsing, deu as boas vindas aos participantes. O presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, na sequência, apresentou um informe sobre a situação política e, depois, discursou o presidente da Câmara dos Deputados das Filipinas, Cornelio T. Villareal. Também discursou na inauguração da XI Conferência o ministro das Relações Exteriores da Tailândia Thanat Khoman (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 3), que **“também saudou a intervenção dos Estados Unidos no Vietnã do Sul. Ele disse que se as tropas dos Estados Unidos não tivessem chegado, os vietcongues comunistas ‘devem ter, a esta altura, engolido o Vietnã do Sul e estariam agora perseguindo novas vítimas’”** (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 7, grifo meu).

Além do ministro tailandês Khoman e do trio filipino Villareal, Ma. Hernandez e Bagatsing, os principais delegados presentes na XI Conferência da APACL foram Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan<sup>291</sup>; Kwan Soo Park, presidente da APACL-Coreia do Sul; Phan Huy Quat, ex-premiê e dirigente da APACL-Vietnã do Sul; Vibul Thamavit, ex-presidente do *Social College* e dirigente da APACL-Tailândia; Juitsu Kitaoka, secretário-geral da APACL-Japão; Tsai Chang, ministro de Relações Exteriores e membro da APACL-Ryukyus; o parlamentar australiano Leonard Lewis Bosman; Chang Kuo-sin, diretor da *Asia Publishing* de Hong Kong; Chi Wai Wong, da APACL-Macau; Valentine S. Perera, presidente da APACL-Ceilão; Bouvanh Souvannavong, ex-ministro da Educação e dirigente da APACL-Laos; o parlamentar e dirigente da APACL-Índia Dahyabhai V. Patel; o paquistanês Mahmud Brelvi; o senador iraniano Parviz Kazemi; o jordaniano Mahmud Essaid, diretor do *Planning Bureau*; o senador turco Fethi

---

<sup>291</sup> A delegação taiwanesa foi composta por Shieh Tung-min, presidente da Assembleia Provincial de Taiwan e do *Shih-chien Home Economic College*; Tseng Hsu-pai, presidente do Conselho da Agência Central de Notícias; Liu Peng-kiou, editor da *New Chinese Review*; Chen Chien-chung, membro da Assembleia Nacional, diretor do 6º Departamento (Guerra Psicológica) do KMT e da *Broadcasting Corporation of China*; Tan Ye-ming, secretário-geral adjunto da APACL-Taiwan; Wang Hung-chun, chefe do Departamento de Jornalismo da Universidade Chengchi; e Wu Ping-chung, editor da *Asian Outlook* (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 5).

Tevetoglu; o prefeito da Monróvia Nathan Ross (Libéria); Ibrahim S. Afrah, presidente da *Somali African Union*; Philibert Luyeye, diretor de protocolo do Palácio Presidencial do Congo (Leopoldville); e o parlamentar do Quênia John Henry Okwanyo (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 21).



**Figura 165.** Da esquerda para a direita: Ku Cheng-kang, membro do Comitê Central do Kuomintang (Taiwan); senador Ramon D. Bagtsing (Filipinas),

ministro das Relações Exteriores Thanat Khoman (Tailândia), deputado Cornelio T. Villareal e cardeal Rufino Santos (Filipinas). FONTE: WIKIPÉDIA.

Entre os “Observadores” da XI Conferência da APACL estiveram presentes Chow Ching Wen, diretor do *Continental Research Institute* de Hong Kong; Haynes R. Fraser, consultor da *Korean Cultural and Freedom Foundation*; Manuel Urrutia, ex-presidente de Cuba e presidente da Aliança Revolucionária Democrática Cubana; Apeles E. Marquez, presidente da *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA); Ivan Matteo Lombardo, ex-ministro de Comércio da Itália; Luis Sanchez Agesta, professor da Universidade de Madrid e ex-reitor da Universidade de Granada; reverendo S. R. Galea, da Liga Anticomunista de Malta; Arvo Horn, secretário-geral do Comitê Báltico da Suécia; do ex-congressista Walter H. Judd e de David Rowe, ambos da *American Afro-Asian Educational Exchange* (AAAE); John M. Ashbrook, congressista e representante do *Comitê do Um Milhão Contra a Admissão da China Comunista nas Nações Unidas*; Donald L. Miller, diretor-executivo da *All American Conference to Combat Communist* (AACCC); reverendo Raymond de Jaegher, da *Free Pacific Association* (FPA); George Elias Bitar, editor-chefe do *Beirut Daily* no Líbano; Yaroslav Stetsko, Slava Stetsko e Michael von Alschibaya e Rama Swarup<sup>292</sup>, do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN); O. P. Perekrestov, da Aliança dos Solidaristas Russos (NTS); Brutus Coste, secretário-geral da Assembleia das Nações Cativas Europeias (ACEN); Lev E. Dobriansky, presidente do Comitê Nacional dos EUA das Nações Cativas (NCNC); o ex-nazista Alfred Gielen, secretário-geral do Comitê Internacional para Informação e Ação Social (CIAS); a francesa Suzanne Labin, da Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos (CIGP); e Shakeeb Amawi, escritor da Arábia Saudita (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, pp. 21-22).

Todos participantes da XI Conferência foram convidados a jantares oferecidos pelo Movimento Anticomunista Filipino do senador Bagtsing, pelo prefeito de Manila e pelas embaixadas do Vietnã e de Taiwan nas Filipinas. “O representante do CIAS Alfred Gielen e os delegados do ABN foram convidados para um jantar na Embaixada alemã” pelo embaixador H. E. J. K. Von Stechow (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 6). O assunto central da XI Conferência foi o modo como a APACL poderia intervir na “guerra anticomunista” do Vietnã. Os conferencistas

---

<sup>292</sup> A partir da XI Conferência da APACL, Rama Swarup passou a ser identificado pela *Correspondência do ABN* como “o representante do ABN na Índia” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 3).

estariam “reunidos em um momento em que a guerra no Vietnã é cada vez mais violenta e a situação no Sudeste Asiático é crescentemente mais tensa” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 15). Uma Resolução foi aprovada nesse sentido para “o estabelecimento de um Escritório de Ligação (*Liaison Office*) da APACL em Saigon para coordenar a ajuda aos membros da APACL e o endosso de uma proposta filipina de enviar um grupo de voluntários de ação cívica para o Vietnã, a defesa de uma Aliança Anticomunista de Nações Asiáticas entre os governos da Ásia livre e a defesa de um exército de voluntários da Ásia (100.000 homens) para ajudar o Vietnã” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, 1965, p. 6)<sup>293</sup>.

A XI Conferência também aprovou “um Apelo ao Mundo Livre” em oposição à admissão da República Popular da China (RPCh) na ONU. Destacou que a RPCh foi declarada pela ONU como *agente agressor* “por sua invasão armada da República da Coreia” e que teria intensificado “sua infiltração e subversão dos países do Sudeste Asiático, África e América Latina” e seu apoio à “agressão armada dos Vietcongues contra a República do Vietnã, portanto seriamente ameaçando a paz na Ásia e no mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 20). A APACL apelou a todas as nações-membros da ONU “a apoiarem a adesão da República da China na organização mundial e em todos os encontros internacionais da ONU”, solicitando que elas se opusessem “à admissão da China vermelha na ONU e sua participação em qualquer organização da ONU” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 20).

De sua parte, o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang conclamou “os países livres da Ásia” a “apoiarem coletivamente a política firme e a ação corajosa do Presidente Lyndon B. Johnson em relação ao Vietnã, e lutar lado a lado com as democracias ocidentais pela vitória no Vietnã e para garantir a independência e liberdade do país” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 1). Ku Cheng-kang conclamou os EUA, “como líder do mundo livre, a abordar os problemas em sua origem, apoiar ativamente a República da China na recuperação da China continental, as Repúblicas do Vietnã e Coreia na abertura de novos *fronts* na parte norte desses países subjugados

---

<sup>293</sup> Recorde-se que o deputado filipino Cornelio T. Villareal propusera na X Conferência da APACL de 1964, em Taipei, a criação de um programa de ação cívica e de guerra psicológica para que o governo sul-vietnamita tivesse mais chances de vencer a *luta ideológica* pelos *corações e mentes* e, assim, conseguisse conquistar a *massa do povo* contra os *viet-congs*. Criticava a preocupação exclusivamente militar das autoridades sul-vietnamitas no enfrentamento dos *viet-congs*, advertindo que o *fator decisivo* seria a *batalha ideológica* e o *apoio da massa do povo*. Sua proposta foi então reconvertida em uma das Resoluções da X Conferência apacliiana.

pelos vermelhos, para assim libertar todos os povos escravizados para uma paz duradoura na Ásia” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 1).



*From l. to r.: Minister Lombardo (Italy), M. de Alshibaja (Georgia), J. Stetsko, Mrs. S. Stetsko, Prof. Row (USA), Congressman Judd, during the opening ceremony of the APACL Conference.*

**Figura 166.** “From l. to r.: Minister Lombardo (Italy), M. de Alshibaja (Georgia), J. Stetsko, Mrs. S. Stetsko, Prof. Row (USA), Congressman [Walter] Judd, during the opening ceremony of the APACL Conference”. FONTE: ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 4.



*From l. to r.: Congressman Judd; Vice President of the Philippines; Mr. J. Stetsko, and the Swedish delegate Mr. A. Horn.*

**Figura 167.** “From l. to r.: Congressman [Walter] Judd; Vice President of the Philippines; Mr. J. Stetsko, and the Swedish delegate Mr. A. Horn”. FONTE: ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 4.





*The Presidium: Hon. C. Villareal, Speaker of the House; Hon. R. Bagatsing, Senator; Dr. J. Hernandez, Secretary General; Mr. J. Stetsko, addressing the plenary session.*

**Figura 168.** “The Presidium: Hon. C. Villareal, Speaker of the House; Hon. R. Bagatsing, Senator; Dr. J. Hernandez, Secretary General; Mr. J. Stetsko, addressing the plenary session”. FONTE: ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 6.

Ku Cheng-kang insistiu na necessidade de criar “uma Aliança Anticomunista Asiática”, liderada por Taiwan, Coreia do Sul, Vietnã do Sul, Filipinas e Tailândia, “para a cooperação militar, política e econômica mais próxima”, salientando que “essa Aliança será capaz de conter a agressão e expansão comunista e levará à destruição da Cortina de Ferro na Ásia” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 1). Essa *Aliança Anticomunista Asiática*, que deveria ser nucleada pela APACL, deveria contar com a “estrela-guia” do anticomunismo da Guerra Fria, os EUA. Assim sendo, segundo o apelo de Ku Cheng-kang, “nós esperamos que os Estados Unidos dêem o oportuno apoio às nações livres da Ásia em nosso esforço histórico de autoajuda por meio da unidade” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 1). Nesse sentido, em 11 de setembro de 1965, a XI Conferência da APACL enviou “um telegrama ao Presidente Lyndon B. Johnson, no qual todos participantes declararam sua solidariedade ao incremento das medidas de guerra tomadas no Vietnã” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 6). No telegrama, a APACL solicitou ao presidente dos EUA que apoiasse a criação dessa *Aliança Anticomunista das Nações Asiáticas*, que teria uma dupla finalidade: organizar um Exército de voluntários para ser enviado para lutar na Guerra do Vietnã e, simultaneamente, dever-se-ia aproveitar a oportunidade para *destruir* “o regime comunista chinês, o principal culpado da guerra do Vietnã”, auxiliando-se assim Taiwan a abrir

um segundo *front* de guerra na China continental como meio de se atingir a vitória na Guerra do Vietnã<sup>294</sup>.



**Figura 169.** Militares filipinos, uniformizados, à frente dos delegados da XI Conferência da APACL de 1965, em Manila, capital das Filipinas. FONTE: WIKIPÉDIA.

---

<sup>294</sup> “É nossa esperança que Vossa Excelência possa desempenhar plenamente o papel de liderança na Ásia, promovendo a formação de uma Aliança Anticomunista de Nações Asiáticas e ajudando as nações asiáticas a organizar um exército voluntário em apoio à República do Vietnã. Isso levaria a uma integração do firme apoio dos EUA com todas as forças anticomunistas das nações e povos asiáticos para salvaguardar a liberdade e a independência do Vietnã. A destruição do regime comunista chinês, o principal culpado da guerra do Vietnã, significa a eliminação da principal origem da guerra na Ásia. Por esta razão, desejamos apelar a Vossa Excelência para que aproveite ao máximo o presente momento oportuno para ajudar ativamente a República da China a abrir uma segunda frente no continente chinês, a fim de vencer a guerra do Vietnã e manter a segurança asiática e paz mundial” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 8).



**Figura 170.** Auditório da XI Conferência da APACL. FONTE: WIKIPÉDIA.

Para informar sobre esse projeto de intervenção na Guerra do Vietnã, a XI Conferência da APACL enviou um telegrama, também em 11 de setembro, para o ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu e seu premiê Nguyen Cao Ky, garantindo a “profunda admiração e mais alto respeito” da Liga aos anticomunistas do Vietnã do Sul. O telegrama informou a Van Thieu e Cao Ky do projeto da APACL de criar uma *Aliança Anticomunista das Nações Asiáticas* para apoiar as Forças Armadas sul-vietnamitas na guerra contra “a agressão dos comunistas chineses e do Viet Cong”<sup>295</sup>. As principais Resoluções aprovadas pela XI Conferência da APACL estabeleceram “medidas a serem adotadas para destruir as instalações nucleares da China vermelha”; para “a eliminação da Cortina de Ferro na Ásia”; para “a retirada econômica do mundo livre da China vermelha”; para “a exposição das intrigas de Mao destinadas à promoção da revolução mundial”; “dos planos dos comunistas chineses relativos à II Conferência Afro-Asiática”; e da “infiltração e subversão comunistas na África e América Latina”.

Outras Resoluções sugeriram medidas para a criação “de uma Academia da Liberdade nos EUA”; para o “apoio à guerra no Vietnã contra o comunismo”; para “a expansão do movimento da Semana das Nações Cativas”; para a criação de “uma Aliança Anticomunista das Nações Livres

---

<sup>295</sup> “Unanimously has the APACL 11<sup>th</sup> Conference adopted a resolution on urging all free nations to step up support for your anti-Communist struggle by intensification of material assistance and military aid, on assuring you of our determination to actively accelerate the formation of an Anti-Communist Alliance of Asian Nations, and the organization of a volunteer army to fight side by side with your country, in order to win victory in the anti-Communist war in Vietnam and to maintain independence and freedom of your country” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 8).

da Ásia”; para o “apoio à luta pela liberdade do continente chinês”; para o “envio de unidades militares das nações livres para o Vietnã do Sul”; para a construção de “uma estratégia comum na luta contra o comunismo”; para o “apoio do povo tibetano em sua luta contra a China comunista”; e para o “apoio ativo da Tailândia contra a infiltração da China vermelha” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 3). Uma Resolução apresentada pelo ABN “sobre a libertação das nações subjugadas pelo imperialismo russo-soviético e pelo comunismo” sofreu forte oposição do solidarista russo Perekrestov da NTS e também do representante da ACEN Brutus Coste, que criticou o pleito de independência dos eslovacos em relação à Tchecoslováquia e dos croatas em relação à Iugoslávia (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, pp. 4-5)<sup>296</sup>.

Em outra Resolução, “sobre a chegada das tropas da China Livre no continente e a Libertação do Vietnã”, a APACL afirmou que “a vitória final sobre o comunismo nunca poderá ser conquistada por meio de guerras periféricas, mas apenas por meio de ofensivas diretas contra seus quartéis-generais mundiais – Moscou e Pequim” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 7). Seria preciso, pois, atacar a URSS e a RPCh – bem como seus “satélites” – por meio de “revoluções nacionais” e “guerras de libertação”<sup>297</sup>. Porém, concentrando-se no ataque à RPCh, ao Vietnã do Norte e à Coreia do Norte, a Resolução da XI Conferência da APACL:

**(...) convoca o Mundo Livre a possibilitar que o Exército de Libertação da República da China desembarque na China continental, e a abandonar os limites à política de libertação impostos pelo Paralelo 17. Em vez disso, a libertação de todo o Vietnã e a reunificação em liberdade dos países divididos da Ásia e Europa devem ser adotados como um objetivo declarado da política ocidental.** Medidas concretas devem incluir o assédio aos chineses vermelhos no Estreito de Formosa, o incentivo à insurreição em massa na China continental, a formação de uma Aliança Asiática, nenhum santuário político ou militar para Hanoi em uma libertação aplicada do Vietnã do Norte, a abertura de uma nova frente na libertação dinâmica na Coreia do Norte, **um acordo com os Estados Unidos para ataque à China continental e o desmantelamento das instalações nucleares chinesas** (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 7, grifo meu)

---

<sup>296</sup> Essa Resolução, mais uma vez, demonstrou que a APACL adotou *in totum* a terminologia e a estratégia do ABN. “The Conference advocates the dissolution of the so-called Union of Soviet Socialist Republics into independent, national, democratic states, based on the ethnographic boundaries of all the subjugated peoples therein; as well as the re-establishment of the sovereignty of the peoples in the so-called satellite countries, and also the dissolution of all artificial states created by coercion, such as Yugoslavia and Czechoslovakia. It urges the destruction of aggressive Communism in its headquarters which disregard both freedom and human dignity, challenge international peace, and despise world safety” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 7).

<sup>297</sup> “And through all round, even military support of national revolutions and wars of liberation in the Soviet Russian and Communist spheres of power” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 7). A XI Conferência da APACL “calls upon the governments of the Free World to help the national revolutions of liberation in the subjugated countries succeed, by recognition and support of their national political aims” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 5, p. 7).

Finalmente, o delegado da APACL-Coreia do Sul Kwan Soo Park foi eleito presidente da Liga, nomeado como responsável pela organização da XII Conferência da APACL de 1966 em Seul. Depois da XI Conferência nas Filipinas, como de praxe, a APACL-Taiwan convidou a Taipei alguns delegados e observadores. Entre os convidados por Ku Cheng-kang estiveram o ex-colaborador nazista georgiano Michael von Alschbaya, do ABN, o secretário-geral da ACEN Brutus Coste, o congressista australiano Leonard Lewis Bosman, o argentino Apeles E. Marquez (presidente da FAEDA) e o ex-premiê sul-vietnamita Phan Huy Quat. A *Asian Outlook* registrou que o “Dr. Phan Huy Quat, ex-Primeiro-Ministro do Vietnã, fez duas visitas ao Presidente Chiang Kai-shek durante sua visita a Taiwan”, além de ter palestrado na sede da APACL-Taiwan e, na ocasião, ofereceu “um relatório elucidativo sobre a situação do Vietnã”, que “reclamava apoio internacional” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 7). Depois de visitar o *generalíssimo* Chiang e seus amigos da APACL-Taiwan, Huy Quat viajou ao Japão e, em 29 de setembro, encontrou-se pessoalmente com o primeiro-ministro Eisaku Sato – irmão de Nobusuke Kishi, ex-ministro do Império Japonês, ex-premiê, criminoso de guerra e dirigente da APACL-Japão. Huy Quat, que se tornaria o principal dirigente da APACL-Vietnã do Sul até a queda de Saigon em 1975, solicitou a Sato que o governo japonês ajudasse econômica e militarmente o governo sul-vietnamita (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 22).



**Figura 171.** Cartaz da APACL. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 2, p. 5.

#### 4.9. Coreia do Sul, 1966: a criação da Liga Mundial Anticomunista (WACL)

Um ano antes da realização da XII Conferência da APACL de 1966 em Seul, realizou-se em 16 de novembro de 1965 na Coreia do Sul, sob os auspícios da ditadura militar de Park Chung-hee, uma reunião do Conselho Diretor do *Freedom Center* da APACL. Desde 1962, a APACL planejou a criação desse Centro da Liberdade que deveria ser albergado pela Coreia do Sul com a finalidade de “estudar as teorias e técnicas anticomunistas, assim como para treinar funcionários anticomunistas sob a orientação de especialistas bem versados em questões comunistas” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 4, p. 20). Desde então, a APACL-Coreia do Sul encarregou-se “da arrecadação de U\$ 2 milhões para o fundo operacional do Centro, a ser aportado por todas as unidades-membros da APACL” (FREE CHINA & ASIA, 1962, v. IX, n.º 4, p. 20). Na reunião de novembro de 1965 em Seul, o Conselho Diretor do *Freedom Center* reuniu-se “para discutir seu orçamento, planos de operação e os caminhos e meios para lançar as atividades do Centro” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 4, p. 18).

Compareceram à reunião Kwan-soo Park, diretor-executivo e presidente da APACL-Coreia do Sul; Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan; Vibul Thamavit, presidente da APACL-Tailândia; bem como os observadores Donald A. Miller, secretário-executivo do *Friends of Free Asia*; Heynes Z. Fraser, do *Korean Cultural and Freedom Center* sediado nos EUA; e Wu Ping-chung, conselheiro da APACL-Taiwan e editor da *Asian Outlook*. A reunião de 16 de novembro de 1965 na Coreia do Sul “aprovou um orçamento de U\$ 133.500 para o ano de 1966, para incluir os fundos necessários para concluir partes da planta física e dar continuidade aos projetos de treinamento, publicação e pesquisa” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 4, p. 18). Definiram-se então as seguintes missões estratégicas para o *Freedom Center*:

1. Estabelecimento de provas científicas de erros e contradições do comunismo;
2. Pesquisa com relação à estratégia e táticas na luta contra o comunismo para opor e frustrar a infiltração e agressão comunista em todos os campos;
3. Treinamento de líderes e quadros na luta contra o comunismo, por meio de palestras, seminários e *workshops*;
4. Informação e atividades culturais para desmascarar e frustrar a propaganda comunista e para propagar a doutrina anticomunista. O Centro compreende duas principais atividades: uma *Freedom Academy* encarregada de treinamento e um Instituto de Pesquisa (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 4, p. 19)

Durante sua estada em Seul para a reunião que estabeleceu o *Freedom Center* da APACL, o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang foi agraciado pela ditadura sul-coreana de Park Chung-hee “com a mais alta honraria possível para um cidadão estrangeiro: a Medalha do Mérito Cultural, Classe Nacional. O Primeiro-Ministro Chung Il-kwon<sup>298</sup> afixou nele a Medalha no Gabinete do Primeiro-Ministro, em 18 de novembro, em nome do governo. A condecoração foi concedida pela contribuição de Ku em promover a amizade e cooperação entre os dois povos, especialmente na luta contra a invasão do comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1965, v. 1, n.º 4, p. 22). As “afinidades eletivas” entre a ditadura sul-coreana do general Park Chung-hee com a ditadura taiwanesa do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, portanto, eram totais. E ambas ditaduras militares constituiriam o núcleo da globalização da APACL consolidada, em novembro de 1966, na XII Conferência da Liga. De acordo com a *Correspondência do ABN*, “a visita do Presidente L. B. Johnson dos EUA coincidiu com a abertura da 12ª Conferência da APACL” na Coreia do Sul de Park Chung-hee (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 27). E o ditador sul-coreano Park Chung-hee honrou a XII Conferência da APACL com sua “ilustre” presença, sendo fotografado em foto posada com alguns delegados e observadores da reunião internacional anticomunista, conforme publicado pela *Correspondência do ABN*.

---

<sup>298</sup> Chung Il-kwon, responsável pela condecoração de Ku Cheng-kang, era um general sul-coreano que passou para a reserva em 1957. Entrou então na carreira diplomática, servindo como embaixador da Coreia do Sul nos EUA em 1960 e, depois do golpe de Estado de 1961, tornou-se ministro das Relações Exteriores em 1963 e, entre 1964-70, primeiro-ministro.



*Delegates at the reception given by His Excellency President of the Korean Republic, Park Chung Hee (standing in the centre)*

**Figura 172.** Juitsu Kitaoka (Japão), 5º da esquerda para direita. À esquerda dele, na primeira fileira, Ku Cheng-kang (Taiwan) e, à sua esquerda, a “estrela” da fotografia – o general ditador sul-coreano Park Chung Hee. À esquerda deste é possível visualizar Vibul Thamavati (Tailândia). À esquerda deste, na primeira fileira é possível identificar o reverendo Raymond J. de Jaegher (EUA) e à sua esquerda, saltando um delegado, Yaroslav Stetsko (Ucrânia) e Parviz Kazemi (Irã). FONTE: ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 3.

Segundo a APACL, sua XII Conferência foi realizada “à medida que a Guerra no Vietnã tornava-se continuamente mais intensa, conforme Mao Tse-tung liderava a chamada ‘Revolução Cultural’ e o movimento da Guarda Vermelha na China continental, ameaçando seriamente a liberdade e segurança da Ásia e do mundo todo” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. 16, n.º 16, p. 12). Em 3 de novembro de 1966 foi inaugurada a XII Conferência, que contou com a participação de 23 unidades-membros da APACL e com 26 unidades observadoras, totalizando aproximadamente 120 pessoas. Estiveram presentes delegações da APACL da Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Tailândia, Vietnã do Sul, Hong Kong, Macau, Laos, Japão, Ilhas Ryukyus, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, Ceilão, Índia, Paquistão, Irã, Jordânia, Turquia, Congo, Quênia, Libéria e Líbia. Participaram também observadores da Espanha, Itália, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Chile, Líbano, Arábia Saudita e sul-coreanos residentes no Japão. Além disso, participaram da XII Conferência as seguintes organizações: Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), *American Afro-Asian Educational Exchange* (AAAEE), *All American Conference to Combat Communism* (AACCC), Assembleia das Nações



Cativas Europeias (ACEN), Frente de Libertação da Bielorrússia, Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos (CIGP), Comitê do Um Milhão, *Free Pacific Association* (FPA), Comitê Internacional pela Defesa da Cultura Cristã, Comitê Nacional dos Estados Unidos das Nações Cativas (NCNC), União Nacional dos Solidaristas Russos (NTS) e a *Ukrainian Youth Organization* (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 14).



**Figura 173.** “The delegates to the 12th APACL Conference”. FONTE: ABN, 1966, v. XVII, n.º 6.

Entre os indivíduos que participaram da XII Conferência da APACL, destacaram-se o almirante Carlos Penna Botto (CIDC-Brasil); o ex-senador Sergio Fernandez Larrain (CIDC-Chile); o diretor da Liga Anticomunista da Argentina Nicolas Mihanovich Guerrero; o presidente do NCNC Lev Dobriansky e Joseph F. Robers (EUA); Chung Yul Kim (Coreia do Sul); Ku Cheng-kang (Taiwan)<sup>299</sup>; o senador Ramon Bagatsing (Filipinas); Juitsu Kitaoka (Japão); Nguyen Tien-huy (Vietnã do Sul); Vibul Thamavit (Tailândia); Rama Swarup e Anil Narendra (Índia); o deputado Robert Lindsay e a senadora Marie Breen (Austrália); E. O. E. Hill, presidente da Divisão Wellington do Partido Trabalhista da Nova Zelândia; o senador Fethi Tevetoglu (Turquia);

---

<sup>299</sup> Também integraram a delegação taiwanesa Shieh Tung-ming, Tseng Hsu-pai, Liu Peng-kiou, Jchien Jen-chien, Wang Hung-chun, Tan Ye-ming e Wu Ping-chung (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 9).

Shakeeh Amawi (Arábia Saudita); Zahri Muntassern, membro da família real da Líbia; o prefeito da Monróvia Nathan Ross (Libéria); o assistente-chefe do *Bureau* central de Inteligência Hani Tabara (Jordânia); o presidente do Comitê Báltico Arvo Horm (Suécia); o ex-ministro de Refugiados Theodor Oberlander (Alemanha Ocidental); a presidente da CIGP Suzanne Labin (França); o ex-ministro das Relações Exteriores Ole Bjorn Kraft (Dinamarca); o ex-ministro das Relações Exteriores Alberto Martin Artajo e o secretário do Gabinete do Ministério das Relações Exteriores Jose Joaquim Puig de la Bellacasa Urdampilleta (Espanha); Ivan Matteo Lombardo (Itália); Alexander Olechnik (Bielorrússia); o presidente da ACEN Vaclovas Sidzikauskas; e os dirigentes do ABN Yaroslav e Slava Stetsko (Ucrânia) e Alexander Olechnik (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 5/ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 16).

Os trabalhos da XII Conferência da APACL propriamente foram conduzidos por Chung Yul Kim, presidente da APACL-Coreia do Sul e presidente do Conselho da APACL. O ditador sul-coreano discursou no evento, reportando a revista da APACL-Taiwan que “Sua Excelência o Presidente Park Chung Hee honrou a Conferência com um discurso na cerimônia de abertura em 3 de novembro” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 9). Em seu discurso, o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang relembrou, a seu turno, que a APACL havia surgido em 1954 na Coreia do Sul e então, em 1966, também na Coreia do Sul, “nós recebemos muito apoio e incentivo de Sua Excelência Presidente Park que veio falar conosco neste salão” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 4). Ku Cheng-kang advertiu para “o fracasso do ‘Grande Salto em Frente’ e das ‘Comunas dos Povos’ iniciados em 1958” por Mao Tse-tung que, para evitar a destruição da República Popular da China (RPCh), teria lançado “sua ‘grande revolução cultural’ e os movimentos da ‘Guarda Vermelha’” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 4). De acordo com o presidente da APACL-Taiwan, seriam basicamente dois os objetivos de Mao Tse-tung: “Internamente o objetivo é destruir a cultura tradicional da China e purgar todos os elementos dissidentes; externamente é proclamar que ele está se preparando para a Terceira Guerra Mundial” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 4).

Na edição que estampou em sua capa uma fotografia de delegados da XII Conferência da APACL em cerimonial militar anticomunista em Seul, a *Correspondência do ABN* também publicou trechos de alguns discursos da XII Conferência da APACL.

12th Conference Of The Asian Peoples'  
Anti-Communist League



The Delegates Honour The Dead Heroes Of The Anti-Communist Struggle, Seoul, Korea

**Figura 174.** “12<sup>th</sup> Conference Of The Asian Peoples’ Anti-Communist League. The Delegates Honour The Dead Heroes Of The Anti-Communist Struggle, Seoul, Korea”. FONTE: ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, *capa*.

Entre eles, o do ex-diretor político do batalhão *Nachtigall*, unidade mista de nazistas e colaboradores ucranianos, Theodor Oberlander, que tornou-se ministro de Refugiados da Alemanha Ocidental no pós-guerra. Já “desnazificado” e como ex-ministro, Oberlander discursou na Coreia do Sul em 1966 sobre “O problema alemão”, defendendo que “não haverá paz na Europa e, conseqüentemente, no mundo, enquanto a Europa permanecer partida através da divisão da Alemanha. A criação de uma estrutura artificial, a Zona Soviética de ocupação, e a imposição de fronteiras arbitrárias constituem uma fonte permanente de alarme na Europa Central” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 12). O ABN também publicou trechos do discurso do ex-ministro das Relações

Exteriores da Dinamarca Ole Bjorn Kraft. Em sua intervenção na XII Conferência da APACL, o dinamarquês orgulhou-se de que ter, durante a Guerra da Coreia, aconselhado o governo da Dinamarca a apoiar a Coreia do Sul. Disse lamentar que, mais de uma década após o término da Guerra Coreia, o Vietnã estivesse sendo “ameaçado pela agressão” da “China vermelha” e da URSS, que estariam “tentando alcançar sua política de expansão e anexação por meio de guerras limitadas, usando guerrilhas, quinta-colunas, agressão interna e assim por diante” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 6).

O jovem dirigente do ABN, Alexander Olechnik, representante da Frente de Libertação Bielorrússia (BLF) na Austrália, rechaçou a política de *appeasement* em seu discurso à XII Conferência da APACL. Criticou a política defensiva com os “criminosos comunistas”, que teria conduzido à perda de partes da Europa, da China continental, da porção norte da Coreia e do Vietnã, e até mesmo de Cuba. “Nós podemos recuar mais? Não, definitivamente não podemos!”. “Nós não podemos mais recuar; nós devemos finalmente tomar uma posição e lutar e não apenas lutar para conter o comunismo, mas para destruir os comunistas em seus próprios quintais, porque enquanto for permitido ao comunismo existir, nós nunca experienciaremos a verdadeira paz e segurança” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 14). Não se deveria persistir em uma “política de retirada e apaziguamento” depois que “os tiranos comunistas, desde o momento em que tomaram o poder no império russo, sob um pretexto ou outro, escravizaram inúmeros países; primeiro na Europa e depois na Ásia e finalmente instalaram o comunismo em Cuba” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 15). Estariam os milhões de indivíduos *escravizados* pelos “criminosos comunistas” condenados à “escravidão perpétua?” “Eu sinceramente espero que não, porque se nós nos esquecermos deles, se nós desistirmos deles, então também não haverá esperança para nós – cedo ou tarde, nós compartilharemos de seu destino de escravidão” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 15). Assim sendo, arrematou o dirigente do ABN na Austrália, “é urgentemente necessário que o Mundo Livre tome passos imediatos em direção à restauração da liberdade individual e nacional para aqueles que são escravizados, pelo apoio moral e quaisquer outras medidas apropriadas, para assegurar que eles irão desfrutar de sua liberdade” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 15).



*ABN delegates to the 12th APACL Conference from left to right; I. Mykyta, Ukrainian Youth Association, Australia; Slava Stetsko, Europe; Rama Swarup, India; Yaroslav Stetsko; A. Olechnik, Byelorussian Liberation Front, Australia.*

**Figura 175.** “ABN delegates to the 12th APACL Conference from left to right: I. Mykyta, Ukrainian Youth Association, Australia; Slava Stetsko, Europe; Rama Swarup, India; Yaroslav Stetsko; A. Olechnik, Byelorussian Liberation Front, Australia”. FONTE: ABN, 1966, v. XVII, n.º 6.



**Figura 176.** Auditório da XII Conferência da APACL de 1966, em Seul, capital da Coreia do Sul. FONTE: ABN, 1966, v. XVII, n.º 6.

Para a condução de seus trabalhos, a XII Conferência da APACL estabeleceu três Comitês temáticos e um quarto para resumir as Resoluções aprovadas. O primeiro deles, presidido por Ku

Cheng-kang, aprovou nove Resoluções, entre elas, uma “para condenar o comunismo e o colonialismo e imperialismo comunista russo e chinês”; outra “para protestar contra a admissão planejada da Alemanha Oriental nas Nações Unidas”; e outras duas “para ativar a luta contra o comunismo em Cuba” e “para ativar a luta da China Nacional e América contra a China Vermelha” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 27). O segundo Comitê, presidido pelo tailandês V. Thamavit e o neozelandês E. C. E. Hill, aprovou cinco resoluções, entre elas, uma “solicitando a todas as organizações-membros da APACL que os escritórios competentes e confiáveis de seus respectivos países submetam um relatório anual sobre a estratégia e táticas comunistas em seus países, seguido de um relatório das contra-medidas que foram tomadas e com quais resultados”; e outra “para estabelecer um novo centro para a troca de informações e a estreita cooperação entre os povos da África e Ásia” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 27). O terceiro Comitê, presidido pelo senador filipino R. Bagatsing e pelo dirigente do ABN na Austrália A. Olechnik, da Frente de Libertação da Bielorrússia, encarregou-se das Resoluções atinentes às “medidas para combater o comunismo e para a libertação dos povos subjugados” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 27). Esse Comitê aprovou, entre outras Resoluções, uma “para o aniquilamento do comunismo e a libertação dos povos escravizados pelo imperialismo russo”; outra “sobre a perseguição e russificação da juventude pelo regime soviético russo, proposta pela *Ukrainian Youth Organization*”; e outra “sobre o apoio dos povos subjugados pelo colonialismo russo” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 27).

Ainda outras Resoluções foram aprovadas pela XII Conferência da APACL com vistas a incrementar a ajuda ao Vietnã do Sul em sua “guerra anticomunista”; para opor-se à admissão da República Popular da China (RPC) na ONU; para conclamar por “uma política firme para o Extremo Leste dos EUA e refutar falácias de conciliação”, instando-se o presidente Lyndon Johnson a adotar “uma política para a Ásia mais positiva e resoluta” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 10). Outra Resolução, intitulada “O Império Russo é contrário ao progresso da humanidade”, conferiu o apoio da APACL à “dissolução do império colonial russo-soviético em Estados-nação democráticos e independentes, cujos territórios seriam determinados por fronteiras etnográficas, e a destruição do sistema comunista em todas as suas formas” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 4). Nota-se, pois, a incorporação *in totum* pela APACL do ideário do ABN e, na mesma Resolução, a Liga asiática conferiu seu apoio às “revoluções de libertação nacional dos povos subjugados no império russo-comunista como um meio para sua liquidação e como uma possível

alternativa a uma guerra nuclear e para convocar os governos do Mundo Livre a darem apoio ativo absoluto a tal ação” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 4).

Essa Resolução também alertou para a necessidade de “convencer o Mundo Livre da necessidade de concentrar sua atenção nos inimigos principais – Moscou e Pequim – como uma pré-condição para a vitória nas guerras civis e periféricas instigadas por essas duas potências e como meio eventual de prevenir tais guerras no futuro” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 4). Ao final, a Resolução defendeu “o conceito de uma frente unida do Mundo Livre com as nações subjugadas, dirigida *simultaneamente* contra *ambas* as tiranias – Moscou e Pequim – e a se opor a qualquer aliança de uma tirania contra a outra” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 5). Outra Resolução que também evidenciou as “afinidades eletivas” entre a APACL e o ABN, intitulada “Como treinar líderes anticomunistas”, estabeleceu que “o Freedom Center deveria convidar líderes proeminentes dos movimentos de libertação das nações escravizadas pelo comunismo russo como instrutores convidados” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 11). Isso porque “estas pessoas possuem larga experiência e conhecimento em objetivos e nos meios da guerra anticomunista” e, assim sendo, “**o Freedom Center deveria arranjar com o ABN para enviar um aluno capaz dos trabalhos anticomunistas para um treinamento de um mês na sede do ABN**” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 11, grifo meu).

Sem sombra de dúvidas, porém, a Resolução mais importante adotada na XII Conferência da APACL em 1966 na Coreia do Sul consistiu naquela que decidiu pela criação da Liga Mundial Anticomunista. A WACL, acrônimo inglês de *World Anticommunist League*, foi então criada. Finalmente, tomou corpo em 1966 o “sonho sonhado” no México, em 1958, na Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação. Para tanto, encarregou-se um super-comitê, presidido pela senadora australiana Marie Breen, para esboçar uma Carta para a Liga Mundial Anticomunista. Decidiu-se igualmente que “a próxima conferência da APACL seria também a 1ª Conferência da Liga Mundial” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 27). O presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang foi eleito presidente da WACL para o ano de 1967 e o presidente da APACL-Coreia do Sul Chung Yul Kim foi eleito secretário-geral da WACL, designando-se o filipino Jose Ma. Hernandez como secretário-geral da APACL.

Dessa forma, a criação da WACL no marco da XII Conferência da APACL concretizou um antigo projeto: a criação de uma “Internacional Anticomunista”. Recorde-se que o projeto

remontava, pelo menos, à proposta enviada em 1955 por Ku Cheng-kang ao II Congresso da CIDC no Brasil e a seu “ensaio geral” experimentado no México, em 1958, entre a APACL, CIDC, ABN, CIAS e seus “amigos” norte-americanos Marvin Liebman, Lev Dobriansky, Charles Edison e Francis J. McNamara. A *Asian Outlook* reportou que a maior conquista da XII Conferência apacliiana de 1966 foi, inegavelmente, a **“expansão da APACL na Liga Mundial Anticomunista. Começando no próximo ano, além da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos, que é uma organização regional, haverá uma ‘Liga Mundial Anticomunista’, que será uma organização global anticomunista estabelecida com base na APACL”** (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 7, grifo meu). A expansão da APACL na WACL seria, de acordo com a *Asian Outlook*, “um sinal de despertar geral dos povos do mundo livre e de mais solidariedade e fortalecimento da força mundial anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 7). A XII Conferência da APACL aprovou e adotou um primeiro formato da Carta da Liga Mundial Anticomunista (WACL), com data prevista para entrada em vigor em 1º de abril de 1967, dividida em 8 capítulos e 32 artigos.

As principais disposições são: (a) **A filiação na Liga se dará sobre a base de nação ou território ou organizações anticomunistas reconhecidas pelo Conselho Executivo da WACL. Organizações anticomunistas serão aceitas como membros associados não-votantes da Liga.** (b) **Organizações regionais deverão se organizar** o mais breve possível de acordo **com as localizações geográficas dos membros em todas as partes do mundo, conforme segue: Ásia, Oriente Médio, África, Europa, América do Norte e América Latina. A organização regional na Ásia é a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos [APACL].** (c) A Liga estabelecerá um Conselho composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral da Liga e delegados chefes de todas as unidades-membros. O Conselho estabelecerá uma Diretoria Executiva [*Executive Board*] a ser composta por, no máximo, nove membros, eleitos por e dentre os membros do Conselho para um mandato de três anos. Além disso, a Liga será constituída por um Secretariado Permanente, que será responsável pela execução dos assuntos a ela confiadas pela Diretoria Executiva e também pela ligação e coordenação do trabalho entre as unidades-membros da Liga. (d) Após a aprovação por várias unidades-membros, esse Estatuto entrará em vigor em 1º de abril de 1967 (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 10, grifo meu)

A XII Conferência da APACL definiu que a I Conferência da WACL seria realizada em 1967 na Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek. A “Resolução sobre a convocação da Conferência da Liga Mundial Anticomunista” decidiu que “a primeira Conferência da Liga Mundial Anticomunista e a 13ª Conferência da APACL serão realizadas simultaneamente em Taipei, República da China, no próximo ano” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 11). Decidiu-se ainda que o presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang atuaria “como Presidente



do Comitê de Preparação para a Conferência Mundial Anticomunista e o Dr. José Ma. Hernandez das Filipinas como o Secretário-Geral da APACL e, simultaneamente, Secretário-Geral do Comitê de Preparação da Conferência da Liga Mundial Anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 11). Definiu-se igualmente que “o secretariado da Liga será em Seul, Coreia, e as sete unidades membros Executivas da APACL foram eleitas para serem membros do Comitê de Preparação para a Conferência da Liga Mundial Anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 11).

A Declaração Final da XII Conferência “colocou ênfase na tarefa imperativa de **expandir a APACL na Liga Mundial Anticomunista, na qual organizações anticomunistas em todo o mundo foram instadas a participar**” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 10, grifo meu). A “expansão da APACL na Liga Mundial Anticomunista” foi mais de uma vez retratada pela *Asian Outlook* como “a maior conquista obtida pela XII Conferência da APACL”, salientando que a recém-criada WACL “não apenas simboliza a solidariedade entre os povos do mundo livre mas também marca um esforço que marcou época nos anais da luta da humanidade contra o comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 11). A Declaração Final da XII Conferência deixou claro o novo *status* da APACL como eixo estruturante da recém-criada WACL, salientando que esta significaria o “aperfeiçoamento da organização APACL”. Desse modo, “**a expansão da APACL na Liga Mundial Anticomunista não significa o encerramento da primeira**”, mas sim que “**a APACL deve assumir a responsabilidade de promover essa organização mundial recém-estabelecida uma vez que se tornou uma das organizações regionais fundadoras da Liga Mundial Anticomunista**” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 11, grifo meu).

A APACL, portanto, deveria servir de eixo estruturante da WACL e seria sua primeira organização regional, programando-se “o estabelecimento de organizações regionais da WACL em áreas fora da Ásia” e, nesse sentido, “as unidades observadoras da Europa e América participantes da 12ª Conferência da APACL também foram advertidas para assegurar que uma organização regional seja estabelecida em seus respectivos países ou localidades” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 11). “Uma vez que as organizações anticomunistas regionais sejam estabelecidas em continentes fora da Ásia, a coordenação poderá ser alcançada com a APACL para impulsionar várias atividades anticomunistas internacionais” (ASIAN OUTLOOK,

1966, v. I, n.º 16, p. 11). Dessa maneira, seria preciso manter “contato constante com as organizações anticomunistas por todo o mundo para garantir sua participação ativa na Conferência Mundial vindoura, para assim expandir o prestígio e impacto político da APACL. Nós estamos confiantes de que a aguardada Conferência Mundial Anticomunista fará uma grande contribuição para a realização antecipada da liberdade e paz com justiça para toda a humanidade” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 11). Enfim, a Declaração Final da XII Conferência da APACL saudou a criação da WACL como o meio organizacional adequado para “varrer o comunismo e seus agentes da face da Terra” e, assim, “derrotar os planos comunistas de conquista do mundo”:

Dessa forma, nós, os Delegados e observadores reunidos aqui, declaramos que nossos propósitos inflexíveis são a oposição ao comunismo em todas as suas formas e disfarces onde quer que ele exista, e expor a falsidade da doutrina comunista aos povos do mundo e, assim, **gerar uma onda de repulsa que varrerá o comunismo e todos os seus agentes da face da Terra** em uma enorme onda de oposição. (...) Para alcançar estes fins, declaramos, portanto, que **a expansão da nossa organização anticomunista a um movimento mundial é absolutamente essencial e que o caráter e propósito da nova organização deve ser tal que alcançará as necessidades organizacionais e ideológicas de um movimento mundial eficaz a ser chamado de ‘Liga Mundial Anticomunista’**. Com estes pontos em mente, apresentamos orgulhosamente, na expectativa confiante da aprovação e do apoio do Mundo Livre, a Carta de recém-criada Liga Mundial Anticomunista. **Ao formar uma nova liga mundial, clamamos por entusiasmado apoio de todos os governos, organizações e indivíduos anticomunistas de todas as partes do mundo**. A retidão moral e ética de nossa postura anticomunista é indiscutível. (...) Nós (...) buscamos a união mundial neste movimento **para derrotar os planos comunistas de dominação mundial** (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. 16, n.º 16, p. 13, grifo meu)

Com a criação da WACL, “esse corpo anticomunista mundial, todos os povos amantes da liberdade e paz da terra, independentemente de raça, crença religiosa, nacionalidade, local de origem e profissão, darão as mãos e adotarão esforços conjuntos pela causa da luta contra o comunismo e salvaguarda da liberdade da humanidade” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 7). A fundação da WACL, garantiu a *Asian Outlook*, “encorajará enormemente os povos oprimidos e escravizados atrás da Cortina de Ferro, e estimulará o moral dos países que estão agora armando uma destemida luta contra a agressão comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 9). “O impacto político da WACL”, prognosticou a *Asian Outlook*, “será imensurável” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 7). Também o dirigente da APACL-Japão Juitsu Kitaoka, em seu discurso na XII Conferência, saudou a criação da WACL, destacando que, “com relação à organização anticomunista mundial, eu acho que uma organização dessas é absolutamente necessária pela simples razão de que o próprio comunismo é mundial em sua

influência hostil” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 8). Kitaoka mostrou-se esperançoso de que os EUA poderiam assumir a liderança da WACL, apostando que “os Estados Unidos assumirão a liderança nesse trabalho de propaganda anticomunista, assim como assumiram a liderança em defender a liberdade pela força” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 8)<sup>300</sup>.

#### *4.9.1. Carlos Penna Botto: o brasileiro cofundador da WACL e sua nova viagem ao QG do ABN*

Finalmente, a criação da Liga Mundial Anticomunista (WACL) no marco da XII Conferência da APACL de 1966 na Coreia do Sul não passou despercebida à ditadura militar do Brasil, instaurada por um golpe de Estado e de classe em 1º de abril de 1964. Um documento secreto de seu Ministério das Relações Exteriores (MRE), de 29 de novembro de 1966, assinalou a realização, em Seul, da “XII Conferência Anual da Liga Anti-Comunista dos Povos da Ásia”, que contou “com a presença de 150 delegados dos 26 países-membros, 21 países-observadores e 12 organizações-privadas” (BR.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.232, p. 64). A Divisão de Informações e Segurança do MRE, a DSI/MRE, caracterizou a APACL como uma organização fundada em 1954, na cidade de Chinhae, Coreia do Sul, “tendo por finalidade reunir e organizar as forças cívicas anti-comunistas nesta região, a mais diretamente exposta à crescente agressividade subversiva da China vermelha”, “com afiliações pelo Pacífico Ocidental, Oriente Médio, África, Europa e América” (BR.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.232, p. 64). A DSI/MRE da ditadura militar do Brasil anotou que, “na convenção ora reunida em Seul, onde se acha a sede da APACL”, decidiu-se por “sua transformação numa entidade de âmbito universal, congregando todos os povos amantes da liberdade” (BR.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.232, p. 64).

Contudo, a informação mais importante registrada no documento secreto da DSI/MRE consistiu na indicação do compatriota que esteve presente na XII Conferência da APACL e, assim, do brasileiro cofundador da Liga Mundial Anticomunista (WACL). **“Como observador e representante da Cruzada Brasileira Anti-Comunista [CBA] e da Confederação Anti-Comunista Americana para a Defesa do Continente”**, isto é, a CIDC, **“está participando dos**

---

<sup>300</sup> Kitaoka, que junto com Tetsuzo Watanabe, constituiu a *Free Asia Association* como o primeiro “Capítulo” japonês da APACL, recomendou à XII Conferência apacliiana que prestasse “assistência ao trabalho da Alemanha Ocidental, do ABN e da ACEN”. Nesse sentido, destacou que “nós vamos dar as boas-vindas ao Sr. Stetsko do ABN e ao Sr. Sidzikauskas do ACEN em Tóquio e escutar o seu apelo” (ABN, 1966, v. XVII, n.º 6, p. 9).

**trabalhos daquele conclave o Almirante Carlos Penna Botto**” (BR.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.232, p. 64, grifo meu). Dois anos depois de participar da criação da WACL na XII Conferência da APACL, o almirante Penna Botto recordou sua viagem à Coreia do Sul em 1966. Em sua mensagem ao *Dia da Liberdade* de Taiwan, em 1968, o brasileiro presidente da CIDC garantiu seu apoio à “libertação dos povos asiáticos e europeus que sofrem sob o jugo daquela gangue de criminosos e tiranos cujo quartel-general está nas muralhas de Pequim e do Kremlin”. A viagem de Penna Botto a Coreia do Sul em 1966 teria lhe consolidado a convicção de que seria necessário lançar uma guerra de “libertação” total, a partir de Taiwan, contra a República Popular da China (RPCh):

**Tendo estado na Coreia em novembro de 1966** e visitado a linha de demarcação de Panmunjom entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, sinto-me autorizado a expressar o pensamento de que **para vencer o comunismo na Ásia será necessário empregar, para libertar todos os povos chineses vivendo no Continente, um ataque esmagador das forças navais, militares e aéreas de Taiwan contra os canalhas de Mao Tse-Tung!** (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 2, p. 26, grifo meu)

Taiwan deveria, portanto, lançar uma guerra de reconquista da China continental. Outra lição aprendida pelo almirante brasileiro em sua visita de 1966 à Coreia do Sul seria a de que o armistício de 1953 da Guerra da Coreia – com uma solução salomônica, a divisão da península em duas Coreias – consistiu em uma “meia-vitória”, ou seja, “uma meia-derrota”. Essa “neutralização” da *guerra total* anticomunista consolidada pelos tratados de paz que proclamaram o armistício da Guerra da Coreia não poderia repetir-se no Vietnã, advertiu Penna Botto, advogando o “esmagamento” dos *vietcongues*, a reconquista militar da China continental e a destruição da República Popular da China (RPCh):

**A Guerra da Coreia mostrou dolorosamente que medidas intermediárias, como tréguas e políticas de neutralização não funcionam e até mesmo se revertem a favor dos comunistas. ... O perigo da neutralização como possível resultado da Guerra do Vietnã me preocupa profundamente.** Não há substituto para a vitória, como diz o conhecido ditado militar. **A solução básica para a Ásia está em esmagar o vietcongue e conquistar a China Continental pela força bruta. Que a China comunista seja atacada pelas forças militares de Taiwan o quanto antes,** aproveitando assim a excelente oportunidade oferecida pelo terrível caos que ali existe (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 2, p. 26, grifo meu)

Pouco depois de participar da XII Conferência da APACL na Coreia do Sul, destacando-se como um dos cofundadores da WACL na condição de presidente da CIDC, o almirante brasileiro Penna Botto viajou novamente ao “Quartel-General” do ABN em Munique. A XII

Conferência da APACL encerrou-se em 8 de novembro de 1966 em Seul. Pouco mais de um mês depois, entre 13 e 16 de dezembro, o presidente da CIDC Penna Botto “visitou Munique como parte de sua viagem pelo mundo, para realizar importantes conversas políticas com os principais representantes do ABN” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 32). A *Correspondência do ABN* caracterizou o almirante brasileiro como “um velho amigo do ABN”. “Por anos o ABN cooperou estreitamente com ele e com a Confederação Interamericana de Defesa do Continente [CIDC] para alcançarem objetivos políticos comuns” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 32). Em 14 de dezembro, “o Almirante [Penna] Botto manteve conversas íntimas com o Presidente do Comitê Central do ABN, Jaroslav Stetsko; o Presidente do Conselho dos Povos, Prof. Dr. Ferdinand Durcansky; a editora-em-chefe da *Correspondência do ABN*, Sra. Slawa Stetsko; e o Presidente da Comissão Organizadora, Dr. Ctibor Pokorny” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 32)<sup>301</sup>.

As conversas entre o presidente da CIDC e os líderes do ABN “expressaram um acordo total entre as duas grandes organizações anticomunistas” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 33). No dia 15 de dezembro, Penna Botto participou de uma reunião no Escritório Central do ABN com “os membros do Comitê Central do ABN residentes em Munique”, com “muitos amigos do ABN” e com “exilados representantes dos seguintes povos”: “búlgaros, croatas, lituanos, romenos, eslovacos, tchecos, ucranianos e outros” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 33). “O Almirante Botto ofereceu àqueles presentes suas visões sobre a situação política mundial” e, sobretudo, “**ele dedicou considerável atenção às questões relativas à fundação da Liga Mundial Anticomunista [WACL]**” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 33, grifo meu)<sup>302</sup>.

#### 4.10. O primeiro ciclo de Conferências da WACL na Ásia

Depois da criação da Liga Mundial Anticomunista na XII Conferência da APACL de 1966 na Coreia do Sul do general Park Chung-hee, a I Conferência da WACL seria realizada na Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek em 1967. Historicamente, o primeiro ciclo de

---

<sup>301</sup> Recorde-se que Stetsko era um ex-colaborador nazista ucraniano e criminosos de guerra. O “carniceiro” Durcansky era um ex-colaborador nazista e criminoso de guerra eslovaco, ex-ministro da ditadura do monsenhor J. Tiso. Pokorny, que também trabalhou na ditadura colaboracionista de Tiso, era um propagandista antisemita.

<sup>302</sup> Penna Botto “visitou o escritório editorial do semanário ucraniano *Schlach Peremohy*”, “manteve conversas informativas com o Reitor da *Free Ukrainian University* em Munique, Prof. Dr. Orelezky”, e “concedeu uma entrevista exclusiva ao editor do semanário *Volksbote*, Wolfgang Strauss” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 1, p. 33).

Conferências anuais da WACL realizou-se na Ásia, sincronizando-se com os encontros anuais da APACL, de 1967 a 1971. A partir de 1972, a WACL extrapolaria o continente asiático, globalizando propriamente suas Conferências anuais, rumo ao continente americano. Antes desse “giro às Américas” da WACL, que será objeto do CAPÍTULO 5, é preciso acompanhar os cinco primeiros encontros anuais da Liga Mundial Anticomunista ocorridos na Ásia. Foram eles: a I Conferência da WACL de 1967 em Taiwan; a II Conferência da WACL de 1968 no Vietnã do Sul; a III Conferência da WACL de 1969 na Tailândia; a IV Conferência da WACL de 1970 no Japão; e a V Conferência da WACL de 1971 nas Filipinas.

Seguindo as resoluções da XII Conferência da APACL, que criou a Liga Mundial Anticomunista na Coreia do Sul em 1966, o Comitê Executivo da APACL reuniu-se no começo de maio de 1967 no *Mandarin Hotel*, em Taiwan, com o objetivo de organizar os preparativos da I Conferência da WACL. “Pessoas responsáveis das sete unidades membros Executivas da APACL da Austrália, China, Japão, Coreia, Filipinas, Tailândia e Vietnã encontraram-se em Taipei em 08 e 09 de maio para discutir assuntos importantes relacionados à 1ª Conferência da WACL e à 13ª Conferência da APACL” (ASIA OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 5, p. 1). Participaram da reunião do Comitê Executivo da APACL que organizou a I Conferência da WACL os seguintes delegados apaclianos: Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan, Tseng Hsu-pai, membro permanente do Quadro Diretor da APACLROC e Wu Ping-chung, conselheiro da APACL-Taiwan e editor da *Asia Outlook*; Sir Wilfrid Kent Hughes, parlamentar australiano; Juitsu Kitaoka, secretário-geral da APACL-Japão, e Jin Hasegawa, membro da Dieta japonesa; general Lee Eung-joon, o novo presidente da APACL-Coreia do Sul; Jin Yong Park, secretário-geral da APACL-Coreia do Sul, e Dong Ha Cho, diretor de Relações Públicas da APACL sul-coreana; os filipinos Jose Ma. Hernandez, secretário-geral da APACL, e Leon O. Ty, comentarista político; o almirante Pin Pantawi, presidente da APACL-Tailândia, e Vibul Thamavit, secretário-geral da APACL-Tailândia; Pham Huu Chuoung, secretário-geral da APACL-Vietnã do Sul, e Do Dong Cong, membro da Assembleia Constituinte sul-vietnamita (ASIA OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 5, p. 16).

Na reunião do *Mandarin Hotel*, o secretário-geral da APACL-Tailândia Vibul Thamavit garantiu o apoio oficial do Estado tailandês à nascente WACL, informando que “o Capítulo tailandês tem sido fortalecido. Nós temos o apoio do Governo da Tailândia e nós temos um novo prédio. Nós também temos apoio financeiro” (ASIA OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 5, pp. 14-15). Já

o novo presidente do “Capítulo” sul-coreano da APACL também demonstrou seu entusiasmo com a nascente Liga Mundial Anticomunista. O general Lee Eung-joon foi o primeiro chefe do Estado-Maior do Exército da Coreia do Sul (1948-49), período no qual estruturou as Forças Armadas sul-coreanas com “assessoria” dos EUA. Na reunião do *Mandarin Hotel*, o general da reserva destacou que “a tarefa de fazer da WACL o que se espera que ela seja não será fácil. No entanto, eu estou bastante otimista com seu futuro quando olho para trás para a breve história da APACL que começou do nada há 13 anos” (ASIA OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 5, p. 14). O general assinalou que a WACL teria a vantagem de estabelecer suas bases a partir da experiência apacliana, destacando que “a APACL começou com 8 membros estatutários, a WACL possui 27 membros muito mais experientes em 13 anos do movimento APACL. A APACL era uma entidade sem histórico relevante, totalmente desconhecida de outras regiões do mundo. A WACL já estabeleceu contatos por todo o mundo através de observadores que compareceram às últimas Conferências da APACL” (ASIA OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 5, p. 14).

Embora não tenha participado da reunião preparatória da I Conferência da WACL, o argentino Apeles E. Marquez, presidente da *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA), teve um fragmento de sua carta a Ku Cheng-kang publicada pela *Asian Outlook*. Nela, o presidente da FAEDA mostrou-se em sintonia com Ku Cheng-kang, concordando com este sobre o fato de que “a atual situação mundial oferece uma excelente oportunidade para tentar expurgar o sinistro movimento comunista internacional. Nós também acreditamos que chegou o momento de expandir a ação anticomunista, estabelecendo a organização anticomunista mundial criada” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 7, p. 26). Nota-se, pois, que além de seus primeiros “amigos” latino-americanos da CIDC, o presidente da APACL-Taiwan buscava estreitar, à época, contatos com seu novo “amigo” argentino.

#### 4.11. Taiwan, 1967: a I Conferência da WACL

Entre 25 e 29 de setembro de 1967, a I Conferência da Liga Mundial Anticomunista foi realizada em Taipei, capital de Taiwan. Ela antecedeu a realização da XIII Conferência da APACL, celebrada entre 30 de setembro e 1º de outubro. A I Conferência da WACL contou com a presença de representantes de 72 países e 14 organizações anticomunistas internacionais. Durante ambas

Conferências, a I da WACL e a XIII da APACL, “manobras do Exército Nacional chinês sob o comando do Ministro da Defesa, General Chiang Ching-kuo, ocorreram em homenagem aos delegados” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 6)<sup>303</sup>. O *presidium* da I Conferência wacliiana foi composta por Ku Cheng-kang, presidente da APACL-Taiwan e do Comitê Preparatório da Conferência, por José Figueres Ferrer, ex-presidente da Costa Rica e vice-presidente da I Conferência da WACL, e pelo filipino José M. Hernandez, secretário-geral da APACL e da WACL (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 5). A grande “estrela” da I Conferência da WACL foi, sem dúvida, a do ditador de Taiwan Chiang Kai-shek, que discursou na abertura do evento. Outros estadistas também enviaram suas mensagens de solidariedade ao primeiro encontro da Liga Mundial Anticomunista, entre eles, Sua Santidade o papa Paulo VI, o rei saudita Faisal bin Abdulaziz Al Saud, o primeiro-ministro da Junta Militar grega Konstantine Kollias, o ditador paraguaio Alfredo Stroessner, o ditador sul-coreano Park Chung-hee, o ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu e o presidente filipino Ferdinando Marcos.



**Figura 177.** Local de inauguração da I Conferência da WACL em Taipei, capital de Taiwan, a República da China (ROC). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10.

<sup>303</sup> Ao fim do exercício militar, o general Cheng Taching, comandante-em-chefe do Exército taiwanês, proferiu um discurso em homenagem aos participantes da I Conferência da WACL, presenteando-os com um modelo de míssil como souvenir. O chefe da delegação sul-coreana, o general da reserva Lee Eung-joon discursou na sequência, expressando “**the hope that in the shortest period of time it would be possible to hold the WACL conference and to see the performances of the Chinese fighters again on the mainland**” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 30).





**Figura 178.** Prédio em que se realizaram as sessões da I Conferência da WACL, em Taipei, capital da Taiwan do generalíssimo Chiang Kai-shek. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10.



**Figura 179.** Auditório da I Conferência da WACL na capital taiwanesa. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10.

#### 4.11.1. Dois discursos dos anfitriões e as mensagens de solidariedade do exterior

Ku Cheng-kang abriu a I Conferência da WACL com um discurso intitulado “As nações escravizadas devem ser libertadas”. Nele, esse hierarca do Kuomintang (KMT), o primeiro presidente da Liga Mundial Anticomunista, caracterizou a I Conferência da WACL como “um grande momento na história da humanidade. Unidos aqui hoje pela causa comum da liberdade estão delegados e observadores de mais de 70 países e mais de 10 organizações anticomunistas internacionais, representando a Ásia, o Oriente Médio, África, Europa, América Latina e América do Norte” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 7). A primeira conferência mundial anticomunista seria, assinalou Ku Cheng-kang, “uma evidência firme de que nossa luta pela liberdade e contra a escravização alcançou um novo ponto decisivo” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 7).



**Figura 180.** Um dos três mais importantes hierarcas do Comitê Central do Kuomintang (KMT), Ku Cheng-kang, discursa na abertura da I Conferência da Liga Mundial Anticomunista, em 1967, em Taipei, capital de Taiwan. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10.

Por mais de 100 anos, “o movimento comunista” teria sido responsável por “incontáveis erros e pecados”, acarretando à humanidade “inimizade, fome, morte, escravidão e guerra”; essa “desumanidade” secular resultaria “na inevitável desintegração e máxima derrota do comunismo” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 7). Assim que a criação da WACL seria uma “evidência concreta de que toda a humanidade está determinada a cooperar contra a agressão comunista mundial” e a recém-criada Liga Mundial Anticomunista constituiria “a força através da qual esse flagelo da

humanidade será totalmente negado e completamente aniquilado” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 7). A WACL teria como missão, portanto, “acender o farol da liberdade, aumentar o estado de alerta de todas as pessoas” e, ao fazê-lo, prosseguiria o trabalho realizado pela APACL desde 1954, demonstrando “a expansão da luta anticomunista” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 7).

“Por essa razão, foi decidido na 12ª Conferência da APACL realizada em Seul, Coreia, que a organização deveria ser expandida para a Liga Mundial Anticomunista” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 7). E a realização da I Conferência da WACL no ano de 1967 teria um duplo significado simbólico especial, pois incidiria em duas datas marcantes no *calendário comunista*: o aniversário de 100 anos da publicação do primeiro volume, em 1867, de *O capital: crítica da economia política* de Karl Marx, bem como o aniversário de 50 anos da Revolução Russa de 1917. Nas palavras de Ku Cheng-kang, “**o aniversário da Liga esse ano é especialmente significativo porque esse é o centésimo ano desde que Karl Marx publicou o seu *Das Kapital* e é também o quinquagésimo ano desde que o governo bolchevique russo foi estabelecido**” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 7, grifo meu). O objetivo da WACL, dessa forma, consistiria “em alcançar o declínio geral do comunismo e formar a vanguarda na luta por liberdade contra a escravização”, incumbindo-se de unificar a luta anticomunista “sem qualquer consideração por raça, nacionalidade, credo, ocupação ou sexo” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, pp. 7-8). De acordo com Ku Cheng-kang, a “missão histórica” da WACL baseava-se no respeito à *dignidade humana*, à *liberdade individual*, à *paz mundial* e à *justiça social*, enquanto os comunistas, pelo contrário, utilizavam as táticas dos *expurgos*, *assassinatos* e outros atos de violência, manchando a *integridade*, a *ética* e os *direitos humanos*. Diante disso, caberia à WACL “defender a humanidade” contra o *comportamento comunista*, “contrário à natureza humana”. Em uma palavra, arrematou Ku Cheng-kang, a “missão histórica” da WACL era “a destruição do comunismo” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8). E, portanto, dos comunistas.

Mas esse objetivo *exterminista* seria realizado em nome da *liberdade*, outro princípio norteador da WACL que, segundo seu primeiro presidente, seria um apanágio histórico das *nações*. “A história de qualquer nação é a história da luta por liberdade. Hoje, nós devemos corrigir o fenômeno de ser o mundo metade livre e metade escravizado. Todas as nações escravizadas devem ser libertadas; todos os povos escravizados devem ser libertados” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8). A WACL lutaria, pois, pela “libertação de toda a humanidade”, sem cair no “golpe comunista

da ‘coexistência pacífica’”, reconhecendo como *verdade permanente* que “o comunismo é uma fonte de perigo para a paz mundial. Por essa razão, nós continuamos inflexíveis contra qualquer conciliação com o comunismo”, concluiu Ku Cheng-kang (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8). Essa diretriz contra a *coexistência pacífica* e o *appeasement* com o comunismo implicaria que a WACL deveria opor-se à “qualquer paz que envolva rendição” e, como objetivo final da Liga Mundial Anticomunista, “**nós devemos destruir a Cortina de Ferro** e expor a tirania comunista” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8, grifo meu). Mas como atingir essa finalidade última da WACL senão com a “**união das forças do anticomunismo**” por intermédio “**da cooperação governamental**” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8, grifo meu)? A *destruição* da *Cortina de Ferro* só seria exequível com a união das “forças da liberdade” em cooperação com governos e Estados anticomunistas, único meio de se combinar efetivamente esforços “para destruir a agressão comunista” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8). “Ao mesmo tempo”, arrematou Ku Cheng-kang, “**as organizações regionais de segurança da Ásia e outras áreas devem se basear sobre essa cooperação**” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8, grifo meu). Isto é, desde sua I Conferência de 1967, a WACL planejou constituir e organizar redes regionais de segurança anticomunista globalmente coordenadas:

**A Liga Mundial Anticomunista planeja estabelecer organizações regionais na Ásia, no Oriente Médio, África, Europa, América do Sul e América do Norte. Essas organizações regionais de segurança formarão a base de uma grande aliança de todas as nações livres** (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8, grifo meu)<sup>304</sup>

Ao final de seu discurso inaugural da I Conferência da WACL, Ku Cheng-kang assinalou ser “uma grande honra para a República da China atuar como anfitriã dessa conferência histórica. É uma grande honra pessoal para mim ter sido eleito presidente do Comitê Preparatório dessa Conferência” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8). Agradecendo a presença de todos em nome do Conselho da WACL, Ku Cheng-kang expressou sua gratidão especial ao “Presidente Chiang Kai-shek, que compartilhará com vocês algumas de suas experiências como um dos principais líderes

---

<sup>304</sup> Desde o início, a WACL definiu como seu objetivo estratégico a união das forças do anticomunismo com a luta pelo objetivo da cooperação governamental. “É nossa firma convicção que esforços devem ser tomados para expandir as forças de unidade e solidariedade do povo anticomunista em um padrão de cooperação de governo-a-governo. Somente assim as forças de liberdade podem ser unificadas para efetivamente derrotar a agressão comunista. É apenas com base nesse padrão de cooperação que nós podemos melhor promover a fundação de organizações regionais de segurança coletiva na Ásia e em outras áreas e isso possibilitará que elas mantenham sua segurança por meio da força coletiva. A WACL planeja estabelecer organizações regionais de segurança na Ásia, Oriente Médio, África, Europa, América do Sul e América do Norte. Nessa direção, a WACL fará o seu máximo para promover o estabelecimento de uma grande aliança de todas as nações livres em uma escala mundial” (WACLROC, 1968: 16).

anticomunistas do mundo por meio de seu discurso à conferência”, agradecendo “também ao Rei Faisal da Arábia Saudita e ao Papa Paulo VI por enviarem delegados especiais aqui nesta ocasião” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 8). “Essa Primeira Conferência da Liga Mundial Anticomunista tem um grande significado”, arrematou Ku Cheng-kang, sendo algo “sem precedentes na história e mundial em seu alcance” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 9). A I Conferência da WACL simbolizaria, assim, “o inevitável sucesso das forças da liberdade”, apostando Ku Cheng-kang “que todos os povos amantes da paz e da liberdade do mundo se unirão a nós no cumprimento de nossa tarefa histórica” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 9) – a *destruição da Cortina de Ferro*.

Depois das palavras iniciais de Ku Cheng-kang, o ditador de Taiwan Chiang Kai-shek proferiu seu discurso na I Conferência da WACL. Nele, salientou que, “embora a Liga Mundial Anticomunista seja um resultado da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos”, a WACL seria mais potente por ser “uma organização anticomunista verdadeiramente universal” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 5). O *generalíssimo* discursou como “um velho soldado”, ávido por compartilhar sua “experiência e lições” que aprendera “nos últimos 40 anos de minha luta contra o comunismo”, “esperando que minhas experiências ajudem outras nações que enfrentam a mesma ameaça e que também tenham algum valor para cada um de vocês, líderes anticomunistas” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 5). Chiang Kai-shek insistiu na importância da mundialização das redes anticomunistas, afirmando que “a luta anticomunista não é uma tarefa para uma única nação ou região sozinha”; “ela é a missão comum do mundo inteiro e de toda a humanidade” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 5). Essa necessidade de articular globalmente a luta anticomunista seria uma decorrência da natureza *expansionista* do *inimigo*. Isto é, se “os comunistas nunca limitam seu objetivo de expansão agressiva”, os “povos livres” não deveriam travar suas batalhas sozinhos, sob o risco de serem derrotados um a um.

Por isso, avançou o *generalíssimo*, “nós devemos adotar uma estratégia consistente e agir em conjunto. No passado, nós poderíamos ver um bloco comunista unido atacando um hesitante mundo livre. Nossa tarefa hoje é forjar uma unidade do mundo livre e derrotar a dividida e autocontraditória ordem comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 5). Chiang Kai-shek lamentou, porém, a morosidade do “mundo livre” de resistir ao “mal comunista” e de “expor a maldade, infiltração e trapaça comunista”, criticando também o erro daqueles que tomam “a perversa ideologia comunista por símbolos de ‘progresso’” e, ao fazê-lo, “eufemizam a violência

comunista em ações ‘revolucionárias’”. Nesse sentido, o *generalíssimo* rechaçou como equivocada a crença daqueles que consideram que “os comunistas chineses sejam representantes da tradição chinesa do governo virtuoso”, “que a autoindulgência e crueldade de Pequim possam ser apaziguadas em uma mesa de reunião” ou mesmo que, depois dos comunistas chineses suprimirem as rebeliões internas, “o mundo possa viver em paz com eles” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 5).



**Figura 181.** O generalíssimo Chiang Kai-shek, depois de derrotado pelos comunistas liderados por Mao Tse-tung, na abertura da I Conferência da Liga Mundial Anticomunista (WACL) em 1967, na capital taiwanesa, Taipei. Por uma ironia da história, quando o stalinismo flertava na década de 1920 com o Kuomintang, já então “de propriedade” da ala da ultradireita de Chiang Kai-shek, Josef Stalin nomeou o generalíssimo como presidente honorário da Internacional Anticomunista. Em Moscou, por direta influência de Stalin – secretário-geral do PCUS –, Chiang é nomeado ‘presidente de honra’ da Internacional Comunista” (COGGIOLA, 1985: 24). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1977, v. 12, n.º 4, p. 23.

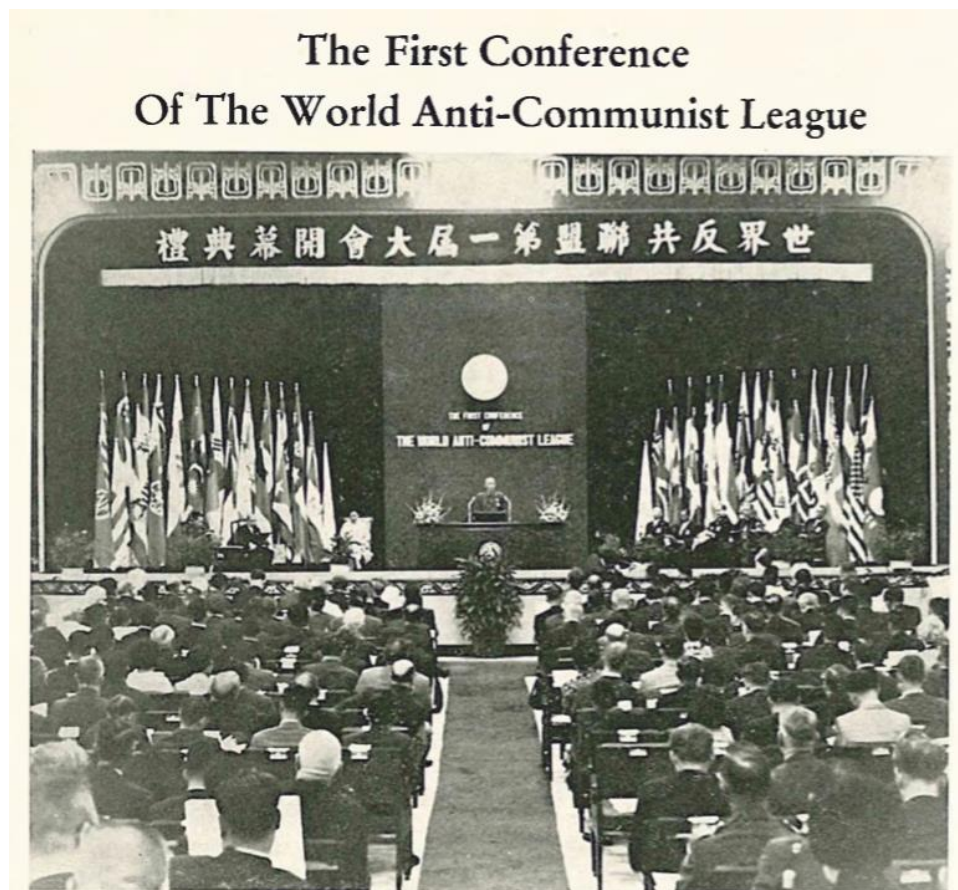
“Esse medo do comunismo e a tendência em direção ao *appeasement* comunista e esses preconceitos e ilusões pró-comunistas”, advertiu Chiang Kai-shek, “resultam de uma falha em prestar atenção às lições sangrentas” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 5). Diante disso, conclamou, “é minha esperança que vocês, líderes anticomunistas que enxergam longe, possam acordar essas pessoas ignorantes para a realidade” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 5). Quanto à Ásia, o maior perigo se encontraria na própria existência da República Popular da China (RPC), donde “**a erradicação da ameaça comunista asiática exige a remoção dos comunistas**

**chineses**” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6, grifo meu). Caberia ao “mundo livre”, portanto, “concentrar seus esforços em se livrar dos bandidos de Pequim que, de todos no campo comunista, são os mais cruéis e nocivos inimigos da humanidade” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6). Em suma, essa estratégia *rollback* com vistas a *eliminar e remover* os “bandidos de Pequim” da China continental seria uma “responsabilidade comum do mundo livre” e, da parte de Taiwan, garantiu seu ditador, “a República da China, que está engajada em suprimir a rebelião comunista doméstica, está sob a obrigação especial de assumir esse fardo moral” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6). Nesse esforço *rollback*, concluiu Chiang Kai-shek, “nós podemos nos unir com as 700 milhões de pessoas anticomunistas e com as vastas forças anticomunistas no continente e, apoiados pelo mundo livre, destruir o governo viciado de Pequim e prevenir um holocausto nuclear” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6).

Ao final de seu discurso à I Conferência da WACL, Chiang Kai-shek acusou os comunistas chineses de se engajarem continuamente “em guerras quentes com a Coreia, Índia e Vietnã e, na verdade, com os Estados Unidos”, “em guerras frias com a Tailândia, Birmânia e Malásia”, em “subversão na Indonésia, Laos, Camboja, África e América do Sul”, e em “trapaças e chantagem no Japão e nas Filipinas” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6). Os comunistas chineses, responsáveis pela morte de “dezenas de milhares de coreanos, vietnamitas e americanos”, e que “abertamente antagonizaram o mundo todo”, eram comandados pelo “louco e fanático” Mao Tse-tung, cujo regime estaria enfrentando “colapso e desintegração por dentro”. Eis que, mostrando-se confiante ao auditório da I Conferência da WACL, Chiang Kai-shek garantiu que, “tão logo seja o regime de Pequim destruído, todos os males e perigos que afligem o mundo irão desaparecer, pois esse é o único caminho para assegurar a paz mundial e a liberdade humana” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6). Valendo-se de um dito chinês, o ditador de Taiwan destacou que “o mal extinguirá a si mesmo se a raiz for permanentemente removida”, assegurando que, “com a inauguração da Liga Mundial Anticomunista, vocês serão capazes de dedicar todos os seus esforços à remoção dessa raiz” e, em nome de Taiwan, “nós devemos consumir nossa missão sagrada de recuperação nacional e triunfo em nossa luta por liberdade e contra a escravização” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6).

Além da “estrela” do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, outros estadistas saudaram a I Conferência da WACL por meio de mensagens encaminhadas por prepostos. Esse foi o caso, como

adiantado, de sua Sua Santidade o papa Paulo VI, que abençoou o evento anticomunista. A mensagem do sumo pontífice foi entregue pessoalmente pelo arcebispo de Taipei Loh Kwang. Dirigindo-se aos participantes da I Conferência wacliiana, o delegado papal mostrou-se honrado “em trazer-lhes as saudações, bons votos e bênçãos do Papa, Sua Santidade, Paulo VI” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6).



*President Chiang Kai-shek addressing the opening ceremony of the First Conference of the WACL.*

**Figura 182.** O auditório da I Conferência da WACL em Taipei, Taiwan, em 1967, ouve o discurso do ditador anfitrião, o *generalíssimo* Chiang Kai-shek ao centro, de pé, no entorno de microfones. A Liga Mundial Anticomunista (WACL) foi, em grande medida, um “biombo” diplomático para as operações transnacionais da ditadura do Kuomintang em Taiwan. FONTE: ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 5.

O emissário de Paulo VI saudou os delegados das 72 nações reunidos em Taiwan, que ali estariam com o objetivo de “estudar uma das mais urgentes e mais importantes questões da vida internacional e para encontrar um caminho para salvar a humanidade do terrível desastre civil,



cultural e espiritual da dominação comunista, e para formar uma Liga Anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6). “**Catolicismo e Comunismo sempre se opuseram um ao outro**” e, nesse sentido, o emissário papal citou um fragmento do “mais importante documento” do Santo Padre Paulo VI, a Encíclica *Populorum Progressio* de 1967. Nela, Paulo VI afirmara que “toda ação social envolve uma doutrina” e “**o Cristão não pode admitir a [doutrina] que seja baseada em uma filosofia materialista e ateísta**, que não respeita nem a orientação religiosa da vida até o seu fim nem a liberdade e dignidade humanas” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6, grifo meu).

O *catolicismo* se oporia ao *comunismo*, assegurou o arcebispo de Taipei emissário de Paulo VI, não apenas do ponto de vista religioso, mas também no aspecto humanitário, uma vez que, embora o comunismo proclame promover “o bem-estar das pessoas”, “na verdade, ele reduz o povo a se tornar escravo do partido” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 6). O *comunismo* conduziria, pois, à *perda da alma do homem* e da *nação* e, para isso, seu *método* seria o uso da *falsa propaganda* conjugada com a *violência*. “Sr. Presidente e Honrosos Delegados”, concluiu o representante do Vaticano na I Conferência da WACL, “**eu humildemente imploro a Deus, em nome do Papa, que faça prosperar o trabalho desse Congresso e traga-o a uma conclusão bem-sucedida**, fazendo assim com que todos os povos preservem sua própria independência nacional e nosso próprio povo no continente para recuperar sua liberdade” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, pp. 6-7, grifo meu). Assim que, “em nome do Papa”, concluiu o arcebispo Kwang, “eu humildemente ofereço seus melhores votos de contínua prosperidade e boa saúde a sua Excelência, Presidente Chiang da República da China. Obrigado” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 7).

Tal qual o papa Paulo VI, também o rei Faisal bin Abdulaziz Al Saud da Arábia Saudita encaminhou uma mensagem de solidariedade à I Conferência da WACL por meio de um preposto, no caso, Nasser bin Hamad Al-Manqour, embaixador saudita em Taiwan e no Japão. O diplomata discursou, em nome do monarca saudita, elogiando de início a APACL por defender a *liberdade* de todos os *povos* do mundo em favor da *dignidade humana*. Os princípios de *liberdade* e *dignidade humanas* defendidos pela APACL, assegurou o diplomata porta-voz do rei Faisal, “também derivam das Mensagens Celestiais que jogam a luz e o bem no caminho pelo qual o mundo tem passado através dos tempos” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 7). Faisal

criticou, por meio de seu emissário, as *ideologias materialistas* por serem antagônicas às *Mensagens Celestiais*, isto é, *divinas*. Estas teriam persistido “até o início do século XX, quando o mundo foi dominado por várias correntes de várias estruturas e ideologias materialistas com seus vislumbres enganosos que pareciam uma miragem, que nem alimentaram o mundo, nem lhe proporcionaram segurança” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 7).

À semelhança das linhagens do ultraconservadorismo cristão-ocidental que rejeitam o *materialismo* liberal ou marxista em nome dos valores *espirituais*, também o rei Faisal defendeu, em nome da teocracia muçulmana da Arábia Saudita, o primado do *espiritual* sobre o *material*. Nessa direção reacionária, lamentou, por meio de seu embaixador em Taiwan, que “nosso mundo atual está se dirigindo integralmente ao esmagador materialismo, ignorando os valores que eram a essência do avanço e da civilização do mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 7). No final de sua mensagem à I Conferência da WACL, o monarca saudita assinalou que “nosso mundo atual deveria perceber que **qualquer civilização ou prosperidade que não seja baseada em fundamentos espirituais eventualmente se deteriorará e desintegrará**. É por isso que o **comunismo**, que se opôs às religiões e aos valores espirituais e depende apenas do **materialismo**, não pode alcançar para a humanidade suas esperanças pela prosperidade” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, pp. 7-8, grifo meu).

Outros chefes-de-Estado, um príncipe e um diplomata enviaram mensagens de apoio à I Conferência da WACL. O príncipe Rainier III de Mônaco foi um deles, assim como o ditador sul-coreano Park Chung-hee<sup>305</sup> e o presidente da República Dominicana Joaquin Balaguer, que saudou a fundação da WACL como meio de “encorajar a manutenção da força vigorosa da liberdade dos povos cuja existência está sendo ameaçada pela infiltração e subversão dos comunistas” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 8). O embaixador dos EUA em Taiwan Walter P. McConaughy congratulou, na figura de Ku Cheng-kang, a I Conferência wacliiana. Endereçando sua mensagem ao “Querido Sr. Ku”, McConaughy garantiu que, “em nome do Governo dos Estados Unidos e do povo americano, eu estendo as felicitações e melhores votos à abertura da primeira Conferência

---

<sup>305</sup> Na mensagem que enviou à I Conferência da WACL, Chung-hee assegurou ser sua “conception that the esteemed delegates who are present at this conference will seek concrete means and just direction for our common campaign to check the threat and the aggression of international Communism, to strengthen further the cooperation and the solidarity of free peoples and make this gathering a most rewarding and successful one, which will contribute greatly to the preservation of world peace and freedom” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 11, p. 9).

da Liga Mundial Anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 11). Depois de caracterizar a I Conferência da WACL como um “encontro histórico”, o embaixador dos EUA em Taipei salientou o “significado especial” da “sessão inaugural da Liga ocorrer na República da China, a inspiração às pessoas amantes da liberdade em todos os lugares e uma fortaleza para todos os chineses que acreditam no objetivo da paz, liberdade sob a lei e independência” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 11).

Também o presidente das Filipinas Ferdinando Marcos enviou sua mensagem de solidariedade ao primeiro encontro anual da WACL, destacando que o mundo enfrentava “uma crise mortal gerada pela ideologia comunista, que é estranha a qualquer anseio humano natural por liberdade e dignidade” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 9), bem como a particular gravidade da tensão na Ásia, “cujos séculos de cultura e tradições são ameaçados pelas aspirações agressivas dessa ideologia” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 9). Referindo-se à WACL, o presidente e futuro ditador filipino concluiu sua mensagem dizendo ser sua “sincera esperança de que essa nova e mais forte organização atuará corajosamente pela humanidade, aplicando sua considerável força moral para desacreditar para sempre a ideia de que o terror e violência quebrarão o espírito humano e ajudará a trazer um mundo de paz, liberdade e justiça, sob Deus” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 10).

Igualmente, o ditador do Vietnã do Sul Nguyen Van Thieu enviou sua saudação à I Conferência da WACL e à XIII Conferência da APACL, afirmando confiar “que essas conferências fortalecerão ainda mais as ligações de amizade e solidariedade entre todas as nações que compartilham os ideais de liberdade e dignidade humana, enfrentando o perigo comum da expansão comunista e escravização” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 10). À semelhança do rei saudita Faisal, Van Thieu portou-se como um defensor dos valores do *espírito* contra o *materialismo* comunista. Defendeu em sua mensagem que “o futuro de nossa civilização espiritual e as mudanças para uma justa e duradoura paz na Ásia e no mundo dependem da vigilância, perseverança e firme solidariedade entre os povos amantes da liberdade em todos os lugares” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 10). A seu turno, o ditador sul-americano Alfredo Stroessner enviou, “em nome do povo e do governo do Paraguai”, “os melhores votos pelo sucesso da Conferência da Liga Mundial Anticomunista como uma força pela preservação da liberdade e democracia entre os povos do mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 9). Finalmente,

o primeiro premiê da Junta Militar da Grécia, Konstantine Kollias, encaminhou sua mensagem à I Conferência da WACL, afirmando laconicamente que “a atenção do povo grego que tem experiências de todos os tipos com a agressão comunista está com vocês” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 10).

#### 4.11.2. As principais Resoluções

A I Conferência da WACL aprovou mais de 34 Resoluções. Entre elas, uma “sobre a troca de informações entre as unidades membros da WACL”; outra “em apoio à República do Vietnã e às Forças Aliadas para acelerar a vitória na Guerra do Vietnã”; uma “sobre a condenação dos desígnios agressivos da Coreia do Norte”; outra “sobre as nações oprimidas na esfera de poder da Rússia soviética”; outra “por uma cruzada mundial de todos os crentes contra o comunismo ateísta”; uma “encorajando todos os países livres a fortalecerem sua firme política de derrotar a agressão comunista”; outra versando “sobre o desenvolvimento de usos pacíficos de energia atômica para promover a paz, liberdade e prosperidade”; uma outra “recomendendo o estudo detalhado de problemas sócio-econômicos em relação à ameaça comunista”; e outra ainda “contra a supressão do pensamento livre e a perseguição de escritores e artistas” (WACLROC, 1968: 17-18). Outra Resolução versou especificamente “Sobre o 50º aniversário da Revolução Bolchevique”. Nela, assentou-se que a Revolução Russa de 1917 foi a fonte incubadora do “Império-colonialismo russo-soviético” que *escravizou* “mais de uma dúzia de nações não-russas em 1918-22” e estabeleceu “as bases para as outras conquistas nos anos 40 e constituindo uma ameaça formidável para o resto do mundo nos anos 50 e 60” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 39). A Resolução ainda demarcou que a Revolução Russa de 1917 *fraudou* a promessa de Lenin de fornecer “terra, pão e paz” para “115 milhões de russos” e para “120 milhões de não-russos mantidos cativos na União Soviética”. Assim que “a fraudulenta revolução” teria traído a “política de ‘coexistência pacífica’ de Lenin” a respeito “dos vizinhos e recentemente dos Estados independentes não russos, tais como a Armênia, Geórgia, Ucrânia, Bielorrússia e outros”, consolidando-se “uma enganosa política de agressão indireta que levou ao cativo desses países e está agora sendo aplicado pela Moscou colonial-imperialista ao Ocidente” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 39).

Essas “forças sinistras” deflagradas pela Revolução Bolchevique de 1917 teriam levado à “criação de um Império Vermelho sem precedentes, estendendo-se desde o Danúbio ao Pacífico e até Cuba, sendo criado, basicamente, pelo poder colonial-imperialista da URSS e da China Vermelha” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 39). Diante dessa “leitura”, a Resolução demandou, entre outras medidas, que as organizações membros e os grupos observadores da WACL expusessem “os mitos e fraudes da revolução bolchevique russa”, alertando o “mundo livre” para “as ameaças do colonialismo imperialista russo-soviético” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 39). Para se contrapor aos 50 anos da Revolução Russa, a WACL recomendou a publicação de “um manifesto dirigido aos jovens e trabalhadores” como forma de denunciar meio século da “ditadura totalitária”, sugerindo-se “um dia de luto” naquela efeméride histórica (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, pp. 39-40)<sup>306</sup>. Outra Resolução aprovada pela I Conferência da WACL solicitou o engajamento de seus membros na “Observação da Décima Semana das Nações Cativas”, seguindo-se o exemplo da *Public Law 86-90* aprovada pelo Congresso e pelo presidente dos EUA Dwight D. Eisenhower em 1959.

Outra Resolução, “Em apoio à juventude das Nações Cativas na derrubada dos regimes comunistas e restauração de sua liberdade e direitos humanos básicos”, recomendou que a WACL empregasse “todos os meios de comunicação para levar aos jovens por trás da Cortina de Ferro todas as notícias sobre as atividades anticomunistas ocorrendo em diferentes partes do mundo por meio do Centro Mundial de Juventude”<sup>307</sup>, bem como conferisse “apoio moral e material por todos os meios disponíveis para a luta anticomunista organizada da juventude por trás da Cortina de Ferro” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 40). Ainda outra Resolução, “Em apoio moral à grande aliança do *Youth Corp*”, apelou à “juventude amante da liberdade do mundo para prestar apoio moral à grande aliança do *Youth Corp* da China”, que estaria engajado “na grande luta anticomunista no continente” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 41)<sup>308</sup>. Como forma de estimular a

---

<sup>306</sup> “Resolução convidando a todos os homens livres para celebrar o dia 7 de novembro como dia de luto pelas pessoas que perderam suas vidas lutando contra o comunismo do 50º Aniversário da Revolução Bolchevique” (WACLROC, 1968: 17).

<sup>307</sup> Foi o líder da delegação norte-americana Walter Judd, presidente do Comitê do Um Milhão, que “proposed that the WACL should establish a special training center for training anti-communist youths with a view to making them the backbone of the anti-communist force in the world. This proposal was accepted and the plenary session accordingly approved a resolution on the establishment of such a youth training center in Taipei, Taiwan” (ASIAN OUT-LOOK, 1967, v. 2, n.º 10, pp. 30-31).

<sup>308</sup> Recorde-se que, entre 1952-73, o general Chiang Ching-kuo, filho do generalíssimo Chiang Kai-shek, foi o patrono do China Youth Corps – posteriormente, Liga Anticomunista da Juventude Chinesa (CYACL) (MARKS, 2014: 167).

luta juvenil anticomunista, outra Resolução exortou “o estabelecimento de um Centro Mundial da Juventude”. Outra Resolução conclamou “os EUA a fortalecerem sua política na Ásia”. Nela, a WACL convocou “os Estados Unidos para apoiarem positivamente a solidariedade entre todas as nações livres da Ásia e ajudá-las a estabelecer ligações militares e políticas mais próximas entre si” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 41).

A WACL conclamou os EUA a declararem “a intenção de não reconhecer todos os resultados ocasionados pela agressão comunista na Ásia e a intenção de permitir e apoiar a República da China, a República da Coreia e a República do Vietnã a adotarem a ação necessária a fim de restaurar sua integridade territorial e liberdade para seus povos agora sob a escravização comunista” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 41). Outra Resolução, “Sobre o apoio à República da China, República da Coreia e República do Vietnã em seus esforços para recuperar seus territórios perdidos”, recomendou às *nações* da Ásia a criação de “um sistema de segurança coletivo”, sugerindo-se que fossem aproveitados “o agravamento do conflito entre Pequim e Moscou e o crescente tumulto político no continente chinês para prestarem apoio à República do Vietnã, à República da China e à República da Coreia com mão-de-obra e suprimentos materiais em seu empenho para reunificarem seus países e restaurarem a liberdade para seus povos atualmente escravizados pelos comunistas” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 43).

Em outra Resolução, “Sobre o Comércio”, a WACL defendeu que “a solidariedade de esforços nos campos político e econômico é uma poderosa arma do mundo livre no combate ao comunismo”, recomendando-se o embargo comercial com os “regimes comunistas” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 44). Uma Resolução complementar a essa, “Sobre comércio e cooperação técnica”, estimulou o fortalecimento da cooperação econômica “entre as nações representadas na Liga através da troca de recursos e do interfluxo de talentos para a melhora dos padrões de vida nas nações membro”. Esse tipo de “cooperação comercial e técnica” seria uma forma de se contrapor à “ameaça da infiltração econômica pelo comunismo”, recomendando a Resolução que “as nações em desenvolvimento” fossem auxiliadas “a fim de elevar o padrão de vida de seus povos e assim aumentar sua resistência contra a influência nociva do comunismo” (ABN, 1968, v. XIX, n.º 1, p. 33).

A WACL também emitiu uma Resolução “Sobre o apelo a todos os membros das Nações Unidas para rejeitar qualquer tentativa de admissão do regime comunista chinês”. A Resolução

solicitou que as nações membros da ONU apoiassem “contínua e firmemente o *status* legal e representação da República da China na Assembleia Geral, Conselho de Segurança e todas as outras agências e conferências das Nações Unidas” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 41). A WACL apelou às nações membros da ONU “para continuarem com sua firme oposição a que o regime de Pequim entrasse na Organização da ONU através de qualquer método ou forma” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 41).

A partir dessa Resolução, a I Conferência da WACL enviou um telegrama à ONU para que esta não admitisse como membro o *despótico regime comunista chinês*, que *escravizaria o povo* na China continental e provocaria *rebeliões violentas e subversão* na Ásia e no mundo todo<sup>309</sup>. Outra Resolução versou “Sobre o apoio ao povo chinês para acelerar a queda do regime comunista”. Nela, afirmou-se que “a assim chamada ‘Revolução Cultural’, sua ‘Guarda Vermelha’ e ‘as lutas pelo poder’ entre os ‘comunistas chineses’ na China continental teriam resultado ‘em um caos sem precedentes e no agravamento dos confrontos armados em todo o continente’”. Essa luta pelo poder entre as frações do partido único da República Popular da China (RPCh) indicaria que o “povo chinês” abandonara o regime comunista e, segundo a Resolução, militares, membros do *Communist Youth Corps* e do Partido Comunista chinês se oporiam “às ‘Ideias de Mao Tse-tung’ e sua linha política” (ABN, 1968, v. XIX, n.º 1, p. 34). A Resolução ainda demarcou que a “facção de Mao Tse-tung e Lin Piao” estaria travando uma sanguinolenta luta interna pelo poder na RPCh, que estaria exportando as “atividades da Guarda Vermelha para

---

<sup>309</sup> “Para: Presidente da 22ª Assembleia Geral da ONU, Secretário-Geral das Nações Unidas e Todas as Delegações para a Assembleia Geral. Nós, das nações e das organizações internacionais representando os povos que amam a liberdade e justiça, estamos reunidos em Taipei para realizar a 1ª Conferência da Liga Mundial Anticomunista. Nós resolvemos, por unanimidade, telegrafar à Assembleia Geral da ONU e a todas as Delegações presentes, para **expressar solenemente nossa forte oposição quanto à admissão do despótico regime comunista chinês nas Nações Unidas. Internamente, a escravização do povo pelo regime comunista chinês encontrou resistência em todos os lugares e, externamente, o regime comunista chinês está provocando rebeliões violentas e se engajando em atividades subversivas, causando problemas desastrosos para a Ásia e para o mundo todo.** Ele foi por muito tempo condenado como agressor pela Assembleia-Geral da ONU na Resolução n.º 498 (S). Gostaríamos de pontuar que o regime comunista chinês com seu governo despótico por 18 anos foi rejeitado pela maioria das pessoas no continente e está em vias de ser destituído. Nós asseveramos que o regime comunista chinês, que se opôs em armas às Nações Unidas, não está disposto por quaisquer meios a cumprir as obrigações da Carta da ONU, seja em espírito ou em princípio, e sua entrada levaria à interrupção da função das Nações Unidas. Portanto, nós recorreremos solenemente a todas as Delegações da ONU para a 22ª Assembleia Geral para que rejeitem a admissão do regime comunista chinês nas Nações Unidas por qualquer método e, pela integridade da carta da ONU, defendam continuamente a posição da República da China nas Nações Unidas e em todas as suas agências e reuniões para assim manter a justiça internacional e promover a paz mundial. [Assinado por] Membros Delegados-Chefes da WACL e Chefes de Unidades Observadoras da Primeira Conferência da WACL” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, pp. 41-42, grifo meu).

fomentar rebeliões armadas pelos partidos comunistas por todo o mundo e para redobrar seus esforços em testes de bombas nucleares como uma ameaça a todo o mundo livre” (ABN, 1968, v. XIX, n.º 1, p. 34). Diante disso, essa Resolução da WACL decidiu:

1. Afirmar que, desde que o governo despótico de Pequim no continente pelos últimos 18 anos encontra-se à beira do colapso, qualquer apaziguamento e colaboração em direção a esse regime constituirá, portanto, uma violação da justiça e retidão humanas.
2. **Recorrer aos povos dos países livres do mundo para promoverem o estabelecimento de uma aliança internacional anticomunista e apoiarem as lutas anticomunistas do povo chinês no continente de todas as formas para acelerar o fim do controle comunista.**
3. **Recorrer aos governos do mundo livre para apoiarem ativamente todas as medidas anticomunistas adotadas pelo governo da República da China sob a liderança do Presidente Chiang Kai-shek para libertar o povo chinês do continente.**
4. Recorrer a todos os países livres para continuarem o embargo contra os comunistas chineses, para reduzirem o comércio com eles e para restringirem o suprimento de materiais estratégicos a eles, a fim de diminuir sua força para massacrar o povo chinês e agressão contra o exterior.
5. Recorrer aos países asiáticos livres para que usem a experiência dos povos que lutaram contra os levantes comunistas em Hong Kong e para fazerem pleno uso da força do povo chinês no exterior, apoiando suas organizações para que assim eles possam contribuir com as atividades anticomunistas em seus países de residência (ABN, 1968, v. XIX, n.º 1, p. 35, grifo meu)

A I Conferência da WACL também publicou uma Resolução para “Exortar todos os governos e povos democráticos a ajudarem o povo cubano a recuperar a liberdade”. Nela, a WACL afirmou que Fidel Castro transformara Cuba no “país mais pobre da América Latina”, sustentando-se, com cifras extraordinariamente implausíveis, que a “Cuba Vermelha” teria estabelecido uma “bem conhecida tirania comunista com 30.000 executados sem julgamento legal e mais de 100.000 prisioneiros políticos e 600.000 exilados políticos cubanos” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 42). O “regime comunista de Havana” teria se transformado no “centro de exportação da mais perigosa subversão, terrorismo e propaganda”, organizando guerras de guerrilha na Venezuela, Colômbia, Guatemala, Peru, Bolívia, Nicarágua, exportando suas “forças armadas” ao Panamá, República Dominicana, Haiti, Vietnã, Congo (Brazzaville), Zanzibar, “e outros lugares na Ásia e África” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 42). O principal veículo para “exportar” a *revolução comunista* utilizado pela Cuba de Fidel Castro seria a OLAS, a “Organização de Solidariedade para a Libertação da África, Ásia e América Latina”, cujo secretariado-geral estava sediado em Havana. **A OLAS deveria ser combatida, segundo a WACL**, por ser um organismo de liderança da “subversão mundial” e a organização estaria, supostamente, incitando “os sangrentos tumultos raciais nos Estados Unidos, como já reconhecido pública e oficialmente por todos os quadros vermelhos cubanos” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 42). As relações mantidas pela URSS com



“seu governo satélite em Cuba” estariam violando, segundo a Resolução Sobre Cuba da WACL, as Cartas da OEA e da ONU, bem como todos tratados, doutrinas e resoluções inter-americanas de direito internacional. Diante disso, a I Conferência da WACL *resolveu* o seguinte sobre Cuba:

1) **A Liga adverte que a existência de um regime comunista em Cuba e a política agressiva do regime de Havana constituem uma perigosa ameaça à segurança e soberania e desenvolvimento econômico dos governos na América Latina, Ásia e África que, se não adquirirem força adequada para lidar com a agressão, no futuro encontrarão o mesmo destino que Cuba;** 2) A Liga conclama a todos os governos e povos democráticos para ajudarem o povo cubano a recuperar a liberdade; 3) **A Liga sugere às suas unidades membros para encorajarem seus governos a não realizarem comércio com a Cuba Vermelha;** 4) A Liga envia uma mensagem de solidariedade, ajuda e esperança aos cubanos que estão lutando na ilha ou no exílio pela causa da liberdade (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, pp. 42-43, grifo meu)

A I Conferência da WACL publicou ainda uma Resolução “Sobre a promoção do intercâmbio cultural e troca de experiências entre as nações livres no combate ao comunismo”. Dois *Considerandos* antecederam o texto dessa Resolução. O primeiro deles caracterizou a “Revolução Cultural” como um movimento lançada pelos “comunistas chineses” e que recrutou “os jovens ignorantes como ‘Guardas Vermelhos’ para se engajarem em levantes como um esforço para destruir completamente a boa cultura tradicional e assim ameaçando criticamente os modos de vida livres da humanidade” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 44). O segundo *Considerando* reconheceu que, diante disso, “a salvaguarda da cultura e das relações pacíficas entre os povos livres é um objetivo primordial a ser alcançado por essa Liga”, resolvendo-se que “o intercâmbio cultural entre as Nações Livres seja intensificado ao máximo para assim preservar o patrimônio cultural comum da humanidade e trabalhar para seu maior avanço, por meio dessas medidas recomendadas” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 44):

1. Promoção do intercâmbio de filmes, programas de radiofusão, livros, periódicos e artes e literatura em geral entre as nações livres; 2. Promoção do intercâmbio de visitas por jornalistas, professores, acadêmicos, estudantes, artistas e outros trabalhadores culturais entre as nações livres; 3. Promoção do intercâmbio de visitas por lideranças e organizações cívicas; e que seja ainda resolvido que **a troca planejada e organizada de experiências no combate ao comunismo seja conduzida entre as nações livres para efetivamente lidarem com a infiltração e atividades subversivas comunistas**, por meio dessas medidas recomendadas: 1. Promoção do **estabelecimento de Centros de Informação Anticomunista nas respectivas nações livres para reunir dados e estudar as atividades e métodos da infiltração e subversão comunista, assim como contramedidas e seu sucesso.** 2. Proposta de **criação de Centros Regionais de Informação Anticomunista para aumentar o campo de informação, coleta e intercâmbio de experiências.** 3. Promoção do **intercâmbio de materiais entre os referidos Centro Nacional e Centro Regional, bem como a realização de seminários regionais.** 4. Promoção da tradução, reimpressão e circulação dos materiais acima

mencionados sobre o combate ao comunismo em todas as Nações Livres (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 6, p. 44, grifo meu)

Ademais, a I Conferência da WACL aprovou uma Resolução “Para acelerar o estabelecimento de organizações regionais de segurança da Liga”. No primeiro *Considerando* dessa Resolução, a WACL salientou que a “paz mundial e a liberdade da humanidade” estariam seriamente ameaçadas “pela infiltração comunista, rebeliões e atividades subversivas no Sudoeste Asiático, África, Oriente Médio, América Latina, América do Norte e Europa desde o final da II Guerra Mundial” (ABN, 1968, v. XIX, n.º 1, p. 34). No segundo *Considerando*, a Resolução destacou que a garantia da “paz mundial e segurança” deveria ser compartilhada como “uma responsabilidade comum de todas essas nações livres cuja solidariedade e ação combinada são o meio efetivo de derrotar os desígnios comunistas” (ABN, 1968, v. XIX, n.º 1, p. 34). O terceiro e último *Considerando* lembrou a importância vital da “autodefesa individual e coletiva, estabelecida no Artigo 51 da Carta das Nações Unidas” (ABN, 1968, v. XIX, n.º 1, p. 34). Diante desses pressupostos, a Resolução decidiu:

**1. Solicitar aos governos dos países livres na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina que adotem medidas ativas para formar as respectivas organizações regionais de segurança**, particularmente de nações asiáticas sob a ameaça direta da agressão comunista, que se encontram em **urgente necessidade de uma Aliança Anticomunista**. **2. Recorrer a todas as organizações regionais de segurança existentes para admitirem o maior número de nações anticomunistas possível por meio da ação concertada**. 3. Convocar os povos e governos de todas as nações livres, particularmente o governo dos Estados Unidos, para apoiarem fortemente os esforços realizados pela ampliação e fortalecimento das organizações regionais de segurança existentes (ABN, 1968, v. XIX, n.º 1, p. 34)

#### *4.11.3. A Declaração e o Programa Comum de Ação da WACL*

Historicamente, a derrota da Primavera dos Povos de 1848 encerrou a Era das Revoluções burguesas na Europa. O ano de 1848 configurou, em termos de periodização histórica, o fim do momento ascensional da burguesia, a maturação histórica de seu perfil conservador e reacionário e a explicitação brutal da luta de classes em uma guerra aberta entre capital e trabalho na Europa. Na França, epicentro das revoltas europeias, a burguesia transitou ao campo contrarrevolucionário, deixou de ser o agente de ponta do processo de transformação social, voltou-se contra os trabalhadores e massacrou mais de 3 mil insurgentes, deportando mais de 15 mil sem julgamento. Pouco antes da eclosão da Primavera dos Povos, Karl Marx e Friedrich Engels publicaram, sob

encomenda da Liga dos Comunistas, o *Manifesto Comunista* de 1848, marco da revolução social contra o capital e o Estado como projeto internacionalista da classe trabalhadora. Não por acaso, a Declaração da Liga Mundial Anticomunista identificou o *Manifesto Comunista* de 1848 como a gênese do alvo a ser abatido, a origem do *caos social* e da *agressão global dirigida pelos comunistas*. Para a WACL, pois, uma linha reta, urdida via uma *conspiração global*, ligaria o *Manifesto Comunista* de 1848 às revoluções comunistas do século XX, que teriam *escravizado povos* dentro da *Cortina de Ferro*. Caberia à WACL, assim, *restaurar a liberdade dos povos escravizados* pelo Movimento Comunista Internacional (MCI):

**Se o Manifesto de 1848 do Partido Comunista marcou o início da criação do caos social pelos comunistas e o começo de uma agressão global dirigida pelos comunistas, a Declaração da WACL por si só é uma interpretação de como após mais de um século de terror e intimidação do comunismo os povos em busca de liberdade estabeleceram um trânsito de lutas regionais intermitentes para uma resistência mundial, que é bem organizada e conduzida a longo prazo sob a bandeira da WACL, com o objetivo final de destruir a Cortina de Ferro e restaurar a liberdade dos povos escravizados (WACLROC, 1968: 19, grifo meu)**

A Declaração da WACL definiu que “a luta incessante do homem pela liberdade é a força motriz do desenvolvimento histórico”, caracterizando-se o *homem*, expressão de *seu Criador*, como “o principal motor da história e mestre de seu próprio destino!!” (WACLROC, 1968: 19). O antagonista da WACL, o marxismo, seria uma teoria para incitar o *ódio* e a *luta de classes*, caracterizadas como “doenças (*maladies*)” da industrialização europeia. A Declaração da WACL defendeu que “**o marxismo nada mais é do que uma teoria deliberadamente fabricada para justificar o incitamento ao ódio e à guerra de classes nas evidências frágeis e parciais de certas doenças manifestadas durante os primeiros estágios da industrialização na Europa Ocidental**” (WACLROC, 1968: 19, grifo meu). De acordo com o “Manifesto Anticomunista” da WACL, “**ao enfatizar o conceito materialista e a luta de classes, os marxistas buscavam instigar os trabalhadores dos países do Ocidente a se levantarem para derrubar a velha ordem e capturar o poder político em nome da revolução proletária**” (WACLROC, 1968: 20, grifo meu).

A Revolução Russa de 1917 e a Revolução Chinesa de 1949 teriam se viabilizado, inclusive, por meio do ardid da *mentira* e da *fraude*. A Declaração da WACL, então, defendeu que, “**pelos meios da mentira e fraudulência comunistas, tanto o CPSU [Partido Comunista da URSS] como o PCC [Partido Comunista da China] fizeram promessas vazias para construir**

um **‘paraíso socialista’ na terra**. Mas todas as suas promessas provaram-se mentiras absolutas. Ao contrário, trouxeram com elas **um novo sistema de escravidão, uma nova autocracia totalitária, e um novo imperialismo expansionista e agressivo, todos os três em combinação deram origem ao governo mais perverso e opressor da história**” (WACLROC, 1968: 20, grifo meu). A *nova autocracia totalitária* da URSS e da RPCh se manteria no poder por intermédio de uma *nova classe* dominante composta por burocratas do aparelho de Estado soviético e chinês, gestores que *vampirizavam* seus respectivos povos. “Quanto aos próprios governantes comunistas, eles se tornaram uma ‘nova classe’ que cavalga sobre o povo sugando seu sangue” (WACLROC, 1968: 21).

A Declaração da WACL também se solidarizou com os derrotados na II Guerra Mundial, isto é, com o Eixo nazifascista. O *mundo livre* teria sido o principal responsável pela sobrevivência da URSS na medida em que os Aliados obstruíram a marcha antibolchevique do III Reich rumo à Rússia. Depois de afirmar que “o declínio e a queda do movimento comunista internacional são evidentes há muitos anos”, a Declaração da WACL assumiu o lado dos nazistas derrotados na II Guerra Mundial: **“Se não fosse pelo forte apoio dado pelo mundo livre, a Rússia soviética teria se desintegrado sob o impacto do impulso da Alemanha hitlerista em direção ao leste”** (WACLROC, 1968: 21, grifo meu). Ou seja, se o *mundo livre* tivesse deixado a Alemanha de Hitler cumprir seu plano de extermínio antibolchevique – deflagrado com a Operação Barbarossa em 1941 –, o III Reich teria *desintegrado* a URSS, o que poderia ter sido uma enorme contribuição do nazismo à humanidade, segundo a WACL. Apesar disso, a queda do comunismo seria iminente, destacando a WACL que “a falência e declínio do movimento comunista foi acentuado pelas campanhas de desestalinização na Rússia, o agravamento da ruptura entre Moscou e Pequim e as condições caóticas prevalentes nos países da Cortina de Ferro, particularmente no continente chinês” (WACLROC, 1968: 21).

Segundo a WACL, “sob as atuais circunstâncias, a Rússia soviética é um perigo latente, enquanto o regime de Pequim é uma ameaça presente” (WACLROC, 1968: 21). Para a Liga, a ideologia maoísta seria “a cristalização de todas as fraquezas e crueldades perpetradas por tiranos como o Imperador Chin Shih Huang da China e Adolf Hitler da Alemanha Nazista” (WACLROC, 1968: 21). Na caracterização da WACL, o *comunismo* seria **“uma filosofia de louco que se coloca contra todas as pessoas em todo o mundo, bem como um manual terrorista”** (WACLROC,

1968: 22, grifo meu). O conflito sino-soviético e a instabilidade causada pela “Revolução Cultural” maoísta representariam, ademais, o momento oportuno para a “reconquista” do continente chinês pelas forças anticomunistas: “A ruptura Moscou-Pequim e o tumulto interno entre os comunistas chineses são as duas condições mais favoráveis das quais as forças da liberdade podem tirar vantagem para garantir a vitória” (WACLROC, 1968: 22). A Declaração da WACL definiu ainda “a luta anticomunista” como “uma luta histórica entre a liberdade e a escravidão” (WACLROC, 1968: 22), afirmando que “a liberdade é indivisível e que a liberdade e escravidão não podem coexistir. Devemos nos preparar e adotar um esforço determinado para erradicar a atual condição anormal do mundo em que metade das pessoas vive em liberdade e a outra metade em escravidão” (WACLROC, 1968: 23).

A Declaração da WACL também qualificou “a ideologia comunista da luta de classes” como uma teoria da insubordinação de classe com vistas à revolução mundial. Daí a WACL opor-se “à ideologia comunista da luta de classes, à escravidão por atacado praticada pelos governantes comunistas e às ambições desenfreadas de conquista mundial, que é o objetivo final do comunismo internacional” (WACLROC, 1968: 23). A derrubada do comunismo, no ideário wacliano, seria o último obstáculo “na luta de longa data do homem por liberdade” e, destruída a *Cortina de Ferro*, a humanidade realizaria suas “elevadas ambições” e, então, “todas as nações e povos cativos” seriam “libertados” e seria restabelecida “a independência nacional de todos os povos subjugados pelo imperialismo russo-soviético e pelo comunismo” (WACLROC, 1968: 23). Enfim, a Declaração da WACL advertiu para o fato de que “**o lema mais importante do Manifesto de 1848 do Partido Comunista é: ‘Proletários do Mundo, Uni-vos!’**” e, com esse móvel de luta internacionalista, “**trabalhadores em muitos países foram organizados para encenar a revolução social por instigação da Primeira Internacional, da Segunda Internacional e da Terceira Internacional**” (WACLROC, 1968: 23, grifo meu).

Embora se tenha garantido a “falência completa desse slogan agitativo” – “Proletários de todo mundo, uni-vos!” –, o que seria “confirmado uma e outra vez por fatos históricos” (WACLROC, 1968: 24), a WACL foi pensada e estruturada como uma anti-Internacional Comunista, como adiantado, uma espécie de novo *Anti-Komintern*<sup>310</sup>. A Declaração aduziu que,

---

<sup>310</sup> Como visto no CAPÍTULO 2, a guerra organizacional da ditadura militar de Taiwan, ao identificar na III Internacional Anticomunista (*Kominter*) a principal estratégia de Lenin para mundializar a revolução comunista, buscou emulá-la. A WACL foi a emulação, com sinal invertido, do *Komintern*, extinto por Stalin em 1953.

“hoje, as forças que verdadeiramente se uniram são os líderes anticomunistas cuja força de vontade para combater os comunistas sob a bandeira da WACL é uma fonte inesgotável de força na luta contra o comunismo” (WACLROC, 1968: 25). Finalmente, a reiteração do objetivo final da Liga, a destruição da *Cortina de Ferro*, encerrou seu “Manifesto Anticomunista” de 1967: “A adoção para a implementação da Declaração da WACL significa, com efeito, que as forças anticomunistas do mundo soaram o primeiro toque de clarim da era para dilacerar a Cortina de Ferro” (WACLROC, 1968: 25).

Além da Declaração, a I Conferência da WACL aprovou seu Programa Comum de Ação, dividido em duas partes: “A luta entre a liberdade e a escravidão” e “Trabalho para a vitória da liberdade”. Em sua primeira parte, definiu-se que os membros da WACL *se opõem irreconciliavelmente* “à teoria e prática da luta de classes, à ideia da ditadura do proletariado, à interpretação materialista da história, ao dogma da revolução mundial que o comunismo adota”, “à ditadura de classe, à autocracia e ao sistema de escravidão praticado pelo regime comunista”, “à prática comunista de monopolizar todas as empresas produtivas no Estado, roubando a sociedade de seus meios de produção e explorando os meios de subsistência da população, tudo em nome de uma duvidosa economia” e da “belicosidade e expansionismo do regime comunista” (WACLROC, 1968: 25). O Programa Comum de Ação da WACL salientou ser intolerável a “exportação” da *violência*, da *infiltração* e da *subversão* comunistas (WACLROC, 1968: 25-26). Embora defendendo ser intolerável a “exportação” da revolução comunista, a WACL estruturou-se como uma “organização guarda-chuva” para “exportar” a contrarrevolução anticomunista.

Assim que, “ênfatizando que a liberdade é indivisível e que a liberdade e a escravidão não podem coexistir lado a lado, **o Programa Comum de Ação apelou para a formação de uma frente anticomunista internacional unida para expandir a solidariedade de pessoa-a-pessoa a uma cooperação de governo-a-governo, que é mapeada ao longo do curso de uma estratégia anticomunista integrada e a tomada de ação concertada**” (WACLROC, 1968: 26, grifo meu). Para a criação dessa frente internacional anticomunista, o Programa Comum de Ação sinalizou que “essa Liga convocará as nações livres para que adotem medidas positivas para a cooperação econômica, intercâmbio cultural e outras formas de ajuda mútua e benefício mútuo, a fim de acelerar seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (WACLROC, 1968: 26). A WACL recomendou a concentração da assistência “nos países em desenvolvimento, para que assim não

sejam vítimas das intrigas comunistas, nem sejam seduzidos pela fraude comunista” (WACLROC, 1968: 26). O Programa Comum de Ação da WACL reiterou a estratégia de aliança do assim chamado *mundo livre* com os *povos sob cativo* na *Cortina de Ferro*, que deveriam ser *libertados* da *escravidão comunista*. Dessa forma, para a WACL, “as grandes massas de pessoas atualmente definindo sob o domínio comunista constituem outra grande força em nossa luta contra a escravidão comunista e pela liberdade” (WACLROC, 1968: 26).

Caberia a WACL, assim, “apelar a todos os povos do mundo livre” para amealhar “incentivo moral e apoio material” aos *povos sob cativo*, “a fim de fortalecer suas atividades anticomunistas” (WACLROC, 1968: 26). “Nós devemos coordenar nossa ação com a deles pois assim poderíamos lidar decisivamente com o inimigo” (WACLROC, 1968: 26). “Lendo” e combatendo a República Popular da China (RPCh) como “o mais implacável de todos os regimes comunistas no atual estágio do cenário mundial, a fim de conquistar a vitória final na luta pela liberdade, **essa Liga gostaria de ver o mundo livre adotar um plano estratégico para a destruição antecipada do regime comunista chinês**” (WACLROC, 1968: 26-27, grifo meu). O Programa Comum de Ação da WACL conclamou o *mundo livre*, em aliança com os chineses *sob cativo* na China continental, para que elaborasse um plano de *destruição* da República Popular da China (RPCh).

#### 4.11.4. Quem-é-quem

Uma lista (parcial) de presença da I Conferência da WACL foi publicada pela *Asian Outlook* (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9, pp. 21-24). A delegação de Taiwan, o país-anfitrião, foi a mais numerosa. Com 28 membros, o delegado-chefe foi o presidente da APACL-Taiwan Ku cheng-kang, presidente honorário da WACL a partir de 1967<sup>311</sup>. A delegação do Vietnã do Sul foi chefiada pelo ex-premiê Phan Huy-Quat, integrada por Tran Van-An, Do Nhu-Kim, Tran Duc, Thanh-Phong, Nguyen Van-Huong, Vo Sum, Hoang Tuy e Le Duc-Hoi. A delegação

---

<sup>311</sup> A delegação de Taiwan foi composta por 15 delegados: Paul Yupin, Huang Chi-lu, H. P. Tseng, Chien Shih-liang, Chen Chien-chung, Liu Peng-chiu, Pih Yi-shu, Hsieh Tung-ming, Tao-yung, Richard C. Y. Wang, Li Huan, Shieh Yen-tso, Chou Hsueh-chiang, Paul H. Wang e Liu Ching-yueh. Por 7 conselheiros: Milton Shieh, Chan Shun-chieh, Koo Chen-fu, Fang Chih, Li Ta-tsao, Yang Yu-tzu e Titania J. T. Chien. E por mais 5 representantes da juventude anticomunista: Lin Fu-shun, Hsu Hang-chung, Hsu Shih-tang, Chao Kechiang e Liu Ching-ping (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9, p. 28).

das Filipinas foi chefiada pelo senador Ramon D. Bagatsing, composta por Michaela A. Montemayor, pelo coronel Constante Cruz, por Ben Javier<sup>312</sup> e por mais nove delegados. A delegação tailandesa foi chefiada por Vibul Thamavit, secretário-geral da *Free People's League of Thailand*, composta pelo contra-almirante Pin Pantawi, pelos coroneis Pinyo Vacharates e Nop Pinsaikeo, e por mais dois integrantes. A delegação da Coreia do Sul foi chefiada pelo general da reserva Lee Eung-joon e composta pelo ex-secretário de Defesa Kim Chung-yul, Lee Young-bouk, Park Jin-yon, Cho Dong-ha, Huh Woo-sung, Kim Yong-woo e Kim Jong-myun.



**Figura 183.** À paisana, batendo continência, o general Lee Eung-joon da Coreia do Sul. À sua esquerda, comandante militar de alguma das Forças Armadas de Taiwan. À esquerda deste, Ku Cheng-kang, com chapéu à altura do peito assistindo desfile militar durante a celebração da I Conferência da Liga Mundial Anticomunista em 1967 em Taipei. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9.

<sup>312</sup> Depois de participar da I Conferência, Ben Javier publicou no Examiner das Filipinas, em 15 de outubro, um artigo laudatório à WACL, que, “como imaginado por seus fundadores, tem uma missão com 5 objetivos: 1) instar todos os povos amantes da liberdade a combater a agressão e subversão do comunismo; 2) auxiliar os movimentos de libertação de nações cativas sob regime comunista; 3) **desenvolver métodos de guerra política e psicológica para expor e neutralizar o comunismo**; 4) promover trocas culturais e de informação entre povos amantes da liberdade para neutralizar táticas vermelhas; 5) treinar líderes anticomunistas para que construam um mundo melhor depois de superarem a ameaça comunista” (WACLROC, 1968: 32-33).





**Figura 184.** “WACL Delegates reviewing the Chinese strong Armor”. Na primeira caminhote que passa em revista os tanques do Exército taiwanês é possível identificar, em traje civil e de chapéu, circulado, o general sul-coreano Lee Eung-joon. Ex-colaborador do Império Japonês, ele foi um dos “pais fundadores” do Exército sul-coreano. Na reserva, já sob a ditadura de Park Chung-hee, Eung-joon tornou-se dirigente da WACL/APACL-Coreia do Sul. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2 , n.º 9.

A delegação do Japão foi liderada pelo ex-ministro da Justiça Kaya Okinori, composta por Juitsu Kitaoka, pelo senador Jin Hasegawa e por mais 9 membros. A delegação das Ilhas Ryukyus esteve representada por uma delegação de cinco membros, a de Macau por uma de três e a de Hong Kong por uma de nove. Burma (atual Birmânia) foi representada por Saw W. Dwe; a Indonésia por Mochtar Ghazali<sup>313</sup> e por Dharmawan Munaf<sup>314</sup>; o Ceilão por Mahinda Ranaweera e por A. M. Nazeer, secretário-geral da *Ceylon Anti-Marxist Muslim United Front*; o Laos por Chao Sopsaisana; a Austrália pelo major Robert W. L. Lindsay; e a Nova Zelândia por Ronald Leslie Baily. A delegação da Índia foi composta pelo casal Dahyabhai V. Patel e por Rama Swarup; a do Paquistão por por Mahmud Brelvi; a do Irão por Parviz Kazemi e Arsalan Khalatbari, prefeito de

<sup>313</sup> Em 16 de outubro de 1967, a New China News Agency (NCNA), órgão oficial da República Popular da China (RPCh), atacou a delegação da Indonésia presente na I Conferência da Liga. “Uma delegação do regime indonésio de Suharto-Nasution liderada por Mochtar Ghazali participou recentemente da Primeira Conferência da WACL e da 13ª Conferência da APACL em Taipei. Esta é uma prova criminal da hostilidade raivosa do regime indonésio contra o povo chinês” (WACLROC, 1968: 48).

<sup>314</sup> Em 11 de março de 1968, Munaf escreveu a Ku Chen-kang informando que, “logo após a Conferência da WACL/APACL do ano passado, nós na Indonésia tentamos estabelecer um centro de pesquisa, documentação e informação de atividades comunistas e anticomunistas. Agradeceríamos se a WACL e a APACL pudessem nos enviar quaisquer informações sobre atividades comunistas e anticomunistas, especialmente sobre assuntos da China Comunista” (WACLROC, 1968: 35).

Teerã, vice-presidente da *Iranian Bar Association* e assessor jurídico do Ministério da Educação; a da Turquia pelo senador Fethi Tevetogly; a da Jordânia por Yousuf Haikal; a do Líbano por Jebran Chamieh e por Rushdi El-Malouf; a do Kuwait por Abdullatif Al-Kazmi; e a da Arábia Saudita pelo sheikh Nasser bin Hamad Al-Manqour e Ahmed Salahoddinnak. Da África, enviaram delegados à I Conferência da WACL os seguintes países: Quênia, Lesoto, Niger, Somália, República de Madagascar, Malawi, Ruanda, Congo/Kinshasa, Congo/Brazzaville e o Chade. A Líbia foi representada por Zahri Muntasser e a Libéria por Nathan Ross.

Da Europa, a Alemanha Ocidental foi representada por Alfred B. Gielen, ex-funcionário do *Anti-Komintern* nazista e à época secretário-geral do CIAS; o Reino Unido por Geoffrey Rippon, da Câmara dos Comuns; a França por E. Ch. de Pollak e Jacques Trebile; a Áustria por Otto Molden; a Bélgica por Marcel de Roover; a Grécia por Apostolos B. Daskalakis (Conselheiro Cultural para o Ministério das Relações Exteriores da Junta Militar); a Itália por Ivan Matteo Lombardo; Portugal pelo reverendo Joaquim A. de Jesus Guerra; a Espanha pelo embaixador Emilio Beladiez Navarro; a Dinamarca por Ole Bjorn Kraft; a Suécia por Birger Hagard; a Holanda por Jacques de Kadt e G. Hendriks; a Suíça por Albert Munst; e a Noruega por Ingegerd Galtung. A delegação do Canadá foi chefiada por Robert N. Thompson. Já a delegação dos EUA foi liderada por Walter H. Judd, ex-congressista e à época presidente do Comitê do Um Milhão, sendo composta por Marvin Liebman, Nelson Rowe, Walter Chopiowskyi, Lev E. Dobriansky, presidente do Comitê Nacional dos Estados Unidos das Nações Cativas (NCNC), e por mais seis membros.

A delegação do México foi composta por Alfredo Medina, Austin Navarro Vazquez, Anacleto Gonzalez Flores Guerrero, Hector Medina Vidiella e Fernando Medino Peon. A delegação da Costa Rica foi chefiada pelo ex-presidente do país, diretor do Partido de Libertação Nacional, Jose Figueres F.; a de Cuba foi dirigida por Emilio Nunez Portuondo, presidente da Representación de Cuba en Exilio (RECE); a da República Dominicana por Pezzoti; a da Nicarágua por Francisco Buitrago M. (da CIDC); a de El Salvador por Amalia Escolin; a da Guatemala por Luis Antonio Diaz Vasconcelo e Rodolfo Solares Galvez; a de Honduras por Rafael Vale; a da Jamaica por Clifton Neita; a do Panamá por Joes D. Bazan; a da Colômbia pelo coronel Alberto Lozano Cleves; a do Peru por Eudocio Ravines (da CIDC); a do Equador por Jorge Crespo Toral; a do Uruguai por Rodolfo Katzenstein; a da Bolívia pelo senador Jorge Siles Salinas; a do Chile por Alberto Eskenazi; a do Paraguai por Mario Anibal Lopez Escobar; a da Argentina por

Apeles E. Marquez, presidente da FAEDA; e a do Brasil por Ester Proença Lago, dirigente da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Embora não tenha sido possível identificar a líder da CAMDE, é provável que ela conste de uma fotografia que retratou as principais delegadas mulheres presentes na I Conferência da WACL:



**Figura 185.** Só foi possível identificar, da direita para a esquerda, sentadas na primeira fileira, Slava Stetsko da Ucrânia (1ª), Dahyabhai V. Patel da Índia (2ª), Suzanne Labin da França (3ª) e madame Chiang Kai-shek (5ª), primeira-dama da ditadura militar de Taiwan. É provável que a dirigente da CAMDE Ester de Proença Lago conste nessa fotografia, embora não se tenha conseguido identificá-la ou descartar sua presença junto às delegadas mulheres da I Conferência da WACL. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9.

O vice-presidente da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) Jorge Prieto Laurens (México) também esteve presente na I Conferência da WACL, assim como o presidente da Assembleia das Nações Cativas Europeias (ACEN) Vasil Germenji (Albânia) e a presidente da Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos (CIGP) Suzanne Labin (França). O Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) esteve representado por seu presidente Yaroslav Stetsko (Ucrânia), por sua esposa e editora da *Correspondência do ABN* Slava Stetsko (Ucrânia) e por Lajos Katona (Hungria). Conforme adiantado, pouco antes da realização da I Conferência da WACL em setembro, foi criado em junho de 1967 o *European Freedom Council* (EFC), “um grupo de ‘frente’ do ABN/OUN” (DORRIL, 2000: 826). O “ex” nazista

Theodor Oberlander, o italiano Ivan Matteo Lombardo, o dinamarquês Ole Bjorn Kraft e o inglês John Graham participaram da I Conferência da WACL como representantes do EFC.

Além dessas organizações anticomunistas internacionais, um punhado de “evangelistas” representaram suas respectivas entidades político-religiosas no primeiro encontro anual da WACL. Entre elas, a *Asian Christian Anticommunist Association* (ACACA), representada por E. Hoshino, An Chi-tsang, Hou Tien Min, Norman V. Cook e pelos reverendos David B. Woodward, Cornelis W. Oppelaar e B. Arahara; a *Asian Lay-Christian Association* (ALCA) foi representada por Kim Byung-sup, Lee-Young-ja, Lyu-Wha-ching, Park In-Kag e por Lee Young-soon; a *Christian Anticommunist Crusade* (CACC), de Frederick Charles Schwarz, esteve representada pelo reverendo James D. Colbert<sup>315</sup>; a *International Young Christian Workers* (IYCW) por Anthony Rienzie Rupasinghe; a *World Buddhist Sangha Council* (WBSC) pelos venerandos Pai Sun e Pimbura Soratha Thero; a *World Youth Crusade for Freedom* (WYCF) por James D. Elkjer; a *Free Pacific Association* (FPA) pelos reverendos Raymond J. de Jaeger, Daniel Lyons e David Head; e a *Cardinal Mindszenty Foundation* (CMF) pelo padre C. Stephen Dunker (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2 , n.º 9, p. 24).

---

<sup>315</sup> “In September 1967, Schwarz announced in his newsletter: ‘An Anti-Communist International has been formed to coordinate plans of fight communism throughout the world. It is called ‘The World Anti-Communist League’, and its first conference will be held in Taipei, Formosa. Rev. Jim Colbert will represent the Crusade at this conference as an observer’. In Taipei, Colbert was part of a delegation which represented a handful of U.S.-based organizations (it included regular Crusade collaborators Walter Judd and David Rowe). About 250 delegates from 72 countries participated in the conference, half of them from Asia, ‘where, at the present, communist aggression and subversion are in full swing’, Colbert wrote, adding that Chiang Kai-shek, 80-year-old, delivered the ‘soul-stirring’ keynote address” (VILLENEUVE, 2011: 662).



*Figura 186.* FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9.

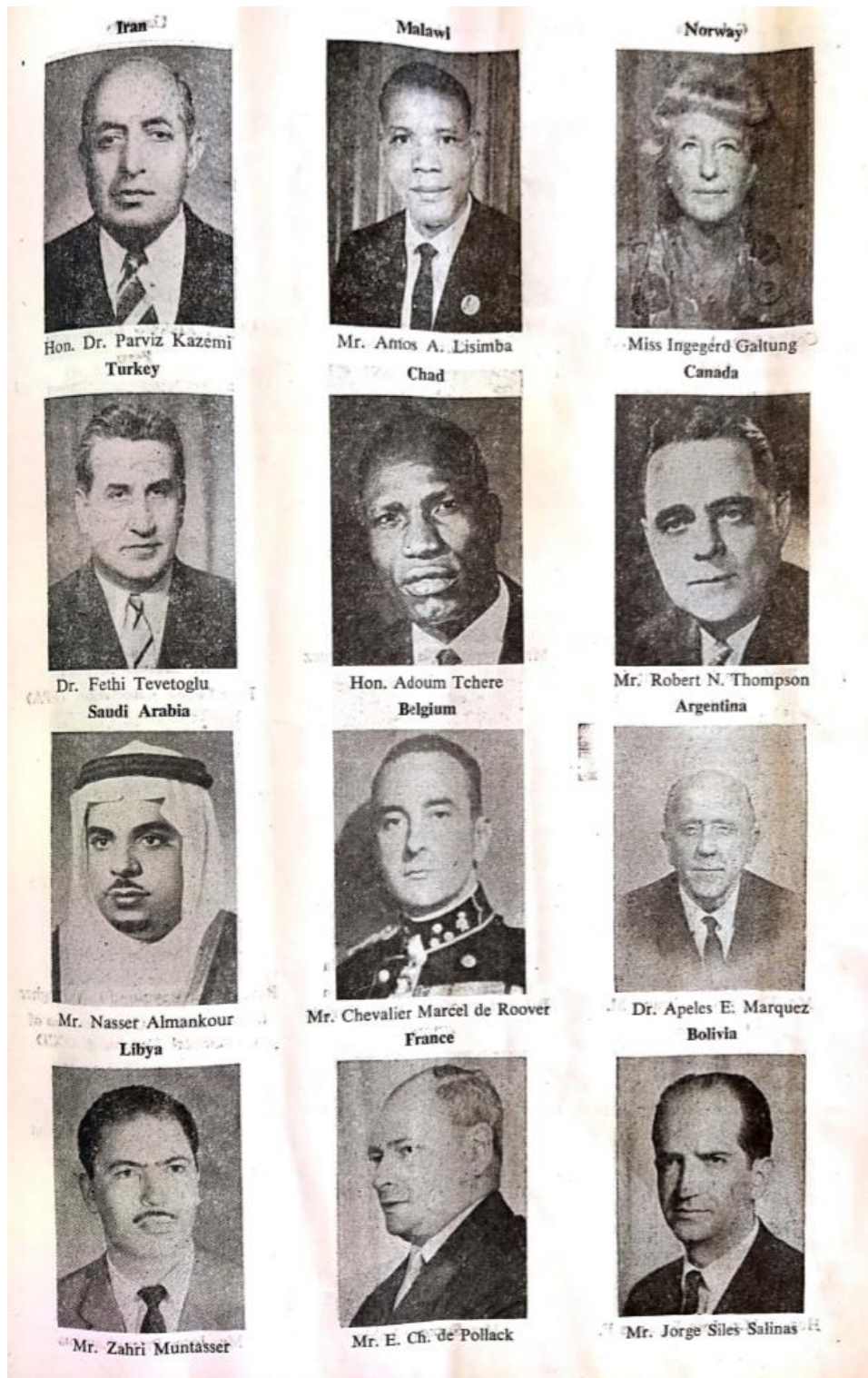


Figura 187. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2 , n.º 9.

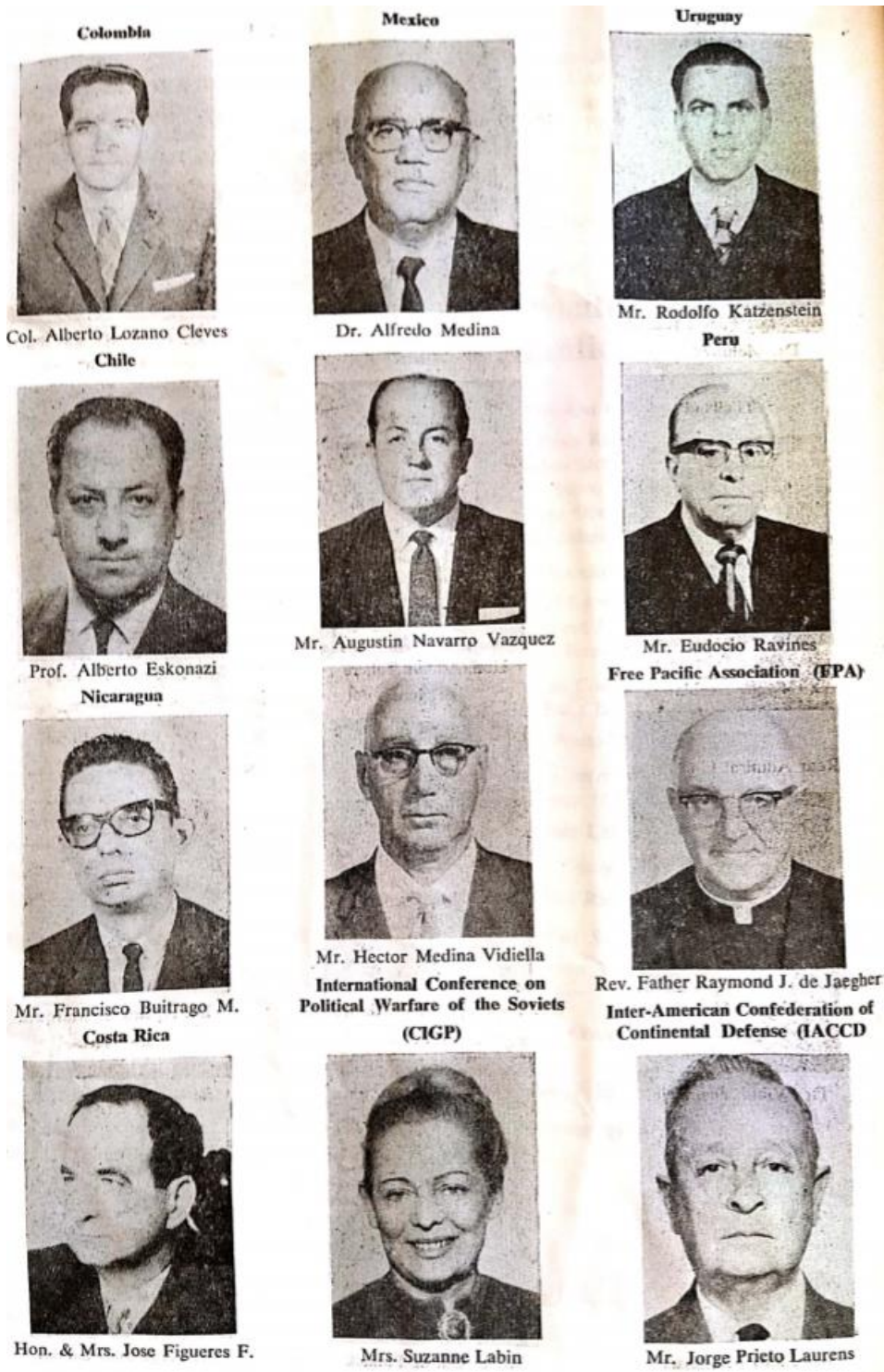


Figura 188. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9.

A I Conferência de 1967 confirmou a eleição de Ku Cheng-kang como presidente da WACL e elegeu nove “unidades membros nacionais” para o Comitê Executivo da Liga: Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas e Vietnã do Sul representaram a Ásia; a Argentina representou a América Latina; a Alemanha Ocidental representou a Europa; a Libéria representou a África; o Irã representou o Oriente Médio; e o Canadá representou a América do Norte (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 10, p. 31). A I Conferência da WACL ainda aprovou a admissão de nove “unidades membros nacionais”: Brasil, Paraguai, Argentina, República Dominicana, Equador, México, Indonésia, Suécia e Malawi. Também foram admitidos como “membros associados” da WACL representantes de Cuba (exilados) e Nicarágua. “Além disso, dez organizações internacionais aderiram à WACL como membros regulares ou associados” (WACLROC, 1968: 30). Finalmente, a I Conferência da WACL decidiu que a XIV Conferência da APACL e a II Conferência da WACL seriam realizadas em Saigon, capital do Vietnã do Sul, em 1968.



**Figura 189.** Da esquerda para a direita, Phan Huy Quat do Vietnã do Sul (2º); Apeles E. Marquez da Argentina (3º); Jose Figueres F. da Costa Rica (4º); Ku Cheng-kang de Taiwan (5º); general Lee Eung-joon (6º); Alfred Gielen da Alemanha Ocidental (8º); Jose Ma. Hernandez das Filipinas (9º); Parviz Kazemi do Irã (10º). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2 , n.º 9.





**Figura 190.** Da esquerda para a direita, Jose Ma. Hernandez das Filipinas (2º), Lev Dobriansky (3º) e Walter Judd (4º) dos EUA, Jose Figueres F. da Costa Rica (5º), Ku Cheng-kang de Taiwan (6º), Ole Bjorn Kraft da Dinamarca (7º), Yaroslav Stetsko (8º) e Slava Stetsko (9º) da Ucrânia, Stejpan Hefer da Croácia (10º) e Vasil Germeñji da Albânia (11º). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2 , n.º 9.

#### *4.11.5. Em busca do órgão da WACL na América Latina: o caso da CIDC e a Liga Anticomunista Latinoamericana (LAL)*

Como visto, os dirigentes da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) foram os primeiros “amigos” latino-americanos da APACL. Conectaram-se ao presidente da APACL-Taiwan Ku Cheng-kang em 1955 e, mais de uma década depois, participaram da criação da Liga Mundial Anticomunista. O almirante brasileiro Carlos Penna Botto, presidente da CIDC, participou da fundação da WACL na Coreia do Sul, em 1966, durante a XII Conferência da APACL. O mexicano Jorge Prieto Laurens, secretário-geral da CIDC, participou da I Conferência da WACL de 1967 em Taiwan. Porém, como visto, a CIDC já não apresentava mais em meados da década de 1960 a pujança que ostentou uma década antes, quando reuniu seus congressos regionais no México (1954), no Brasil (1955), no Peru (1957) e na Guatemala (1958). Em 1967, a CIDC de Penna Botto e Prieto Laurens não exercia mais o protagonismo e o poder de atração junto à APACL, ao ABN e ao CIAS como em 1958 quando, no México, hospedou uma Conferência Preparatória com vistas a organizar um Congresso Mundial Anticomunista, “sonhado” como a base de uma futura “Internacional Anticomunista”.

Diante desse ocaso da CIDC, a APACL julgou por bem lhe conferir o *status* de “membro associado” na WACL e, ao mesmo tempo, procurou novos “amigos” na América Latina, notadamente Apeles E. Marquez, presidente da FAEDA. O secretário-geral da CIDC Prieto Laurens queixou-se a Ku Cheng-kang acerca desse “rebaixamento” da CIDC nos quadros da recém-criada WACL. De um lado, o mexicano agradeceu o convite enviado por Ku Cheng-kang para que participasse da I Conferência da WACL em Taiwan, ostentando “a dupla representação da Frente Popular Anticomunista do México [FPAM], que tenho a honra de presidir como um grupo nacional anticomunista que se enquadra no Artigo 6 da Carta da Liga Mundial Anticomunista, e como Secretário-Geral Interino da Confederação Interamericana de Defesa do Continente [CIDC], que é uma organização internacional de acordo com os Artigos 6 e 10 da Carta” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9, p. 16).

De outro lado, porém, Prieto Laurens assinalou que não considerava “razoável ou justo que nós”, da CIDC, “sejamos considerados membro associado, sem direito de voto como estabelecido na Fração 2 do Artigo 5º da Carta” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9, pp. 16-17). O dirigente da CIDC lembrou a Ku Cheng-kang que a CIDC mantinha uma associação antiga com a APACL e, no marco dela, propusera a criação de uma “Internacional Anticomunista”. “O senhor se lembrará, Doutor, que desde o nosso III Congresso Continental Anticomunista realizado em Lima, Peru, durante o ano de 1957, do qual participou, foi o nosso grupo que iniciou o movimento para a criação de uma organização mundial anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9, p. 17). Prieto Laurens recordou ainda que, “mais tarde, novamente com o senhor, em Taipei, durante o mês de outubro do mesmo ano, concordamos em reunir aqui no México – em março de 1958 – a Conferência Preparatória para o Primeiro Congresso Mundial Anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9, p. 17). “Esta Conferência Preparatória”, arrematou Prieto Laurens a Ku Cheng-kang, “foi celebrada com a participação de representantes anticomunistas da Ásia, Europa, Canadá, Estados Unidos, México, Cuba e Américas Central e do Sul” (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9, p. 17).

As resoluções adotadas durante esta Conferência Preparatória devem ser respeitadas tanto pelo Comitê que tão habilmente preside, quanto pela Primeira Conferência da WACL. Confio que fará tudo o que for necessário, de acordo com o Artigo 7º da Carta e com o Item 5 de sua comunicação do dia 12: ‘Os artigos 6 e 7 da Carta da WACL estabelecem que **uma organização internacional anticomunista é elegível para filiação como membro associado**, e que a filiação total pode ser acordada posteriormente pelo Conselho Executivo da Liga (ASIAN OUTLOOK, 1967, v. 2, n.º 9, p. 17, grifo meu)

A revista da WACL/APACL-Taiwan não flagrou apenas as queixas de Prieto Laurens sobre o *status* de membro associado da CIDC nos quadros da recém-criada Liga Mundial Anticomunista. A *Asian Outlook* também registrou a emergência de um novo “amigo” latino-americano da WACL: Apeles E. Marquez, presidente da *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA) e “Secretário provisório da Liga Anticomunista Latino-Americana (LAL)”, entidade criada em 1967 para servir de organismo regional da WACL na América Latina. Em sua sessão “De nossos amigos do exterior”, a *Asian Outlook* publicou uma carta de Apeles E. Marquez a Ku Cheng-kang referente a “nosso movimento regional da WACL na América Latina”, isto é, a LAL. “Recebi sua carta em 06 de janeiro de 1968, referente ao nosso movimento regional da WACL na América Latina, e os relatórios do seu Embaixador Wang-Chih-Chen no nosso país Argentina, com quem FAEDA e eu estamos em constante contato, além de receber o melhor apoio em todos os sentidos de sua Embaixada” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 3, p. 38). Observa-se, pois, que a CIDC não era mais a única “organização amiga” da WACL na América Latina. Entretanto, as conexões estabelecidas pelo argentino Apeles E. Marquez com Ku Cheng-kang não excluíram a CIDC, mas buscaram reorganizar seus dirigentes dentro da LAL, a primeira tentativa de construção de um órgão regional da WACL na América Latina. A *Asian Outlook* publicou trecho de uma carta de Apeles E. Marquez a Ku Cheng-kang. Nela, é possível flagrar a presença de outro dirigente anticomunista na LAL, o líder anticastrista Emilio Nunez Portuondo, presidente da Representación de Cuba en Exilio (RECE):

Como sabe, **na sessão final da Primeira Conferência da WACL, o Dr. Emilio Nunez Portuondo reportou que representantes da América Latina haviam fundado a ‘Liga Anticomunista Latino-Americana’ (LAL) e que ele havia sido eleito Presidente provisório e eu, Secretário provisório.** Depois de deixar Taipei, fiz diversas visitas a diferentes cidades dos Estados Unidos, Canadá, Porto Rico e Caracas (Venezuela), **precisamente para avisar povos e entidades anticomunistas por lá sobre a WACL, a [I] Conferência, as resoluções e assim por diante** (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 3, p. 38, grifo meu)

Mas quem era Nunez Portuondo, o presidente da LAL, conforme anunciado na I Conferência da WACL de 1967? Entre 1952-58, Nunez Portuondo foi o embaixador da ditadura de Fulgencio Batista na ONU em Nova Iorque e, interinamente, assumiu o cargo de primeiro-ministro de Cuba em 1958. Depois da Revolução Cubana de 1959, exilado em Miami, ele integrou os planos de assassinato de Fidel Castro, Raul Castro e Ernesto “Che” Guevara em associação com

a CIA, com o diplomata-empresário norte-americano William Pawley e o militar cubano Pedro Luis Diaz Lanz<sup>316</sup>. Aliou-se também ao ditador da República Dominicana Rafael Trujillo, sob os auspícios da CIA, em planos de invasão de Cuba e, nessa conexão contrarrevolucionária, valeu-se de Salvador Diaz Versón, ex-dirigente da CIDC-Cuba, como um de seus enlaces operacionais<sup>317</sup>.

Evidencia-se, portanto, que a criação da LAL foi anunciada na I Conferência da WACL em Taiwan por um veterano anticomunista de Cuba. A LAL teve Nunez Portuondo como seu presidente e o argentino Apeles E. Marquez como seu secretário, buscando incorporar os dirigentes da CIDC em seus quadros na medida em que designou o mexicano Prieto Laurens como seu vice-presidente. Apeles E. Marquez concordou com a proposta de Ku Cheng-kang no sentido de que a LAL deveria estreitar relações com a CIDC, anuindo o argentino em cooperar com a “Confederação Interamericana de Defesa Continental (CIDC), cuja situação é completamente diferente da nossa na ‘Liga Anticomunista Latino-Americana’ [LAL]” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 3, p. 38).

---

<sup>316</sup> Joseph Caldwell King, chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental da CIA, “wrote Allen Dulles on December 12 [1959], recommending that the ‘elimination’ of Castro receive thorough consideration. The CIA heard in January that the American cattleman Robert Kleberg, the owner of the King Ranch and properties in Cuba, was working with a representative of the United Front and some Cuban exiles, including Emilio Nunez Portuondo, who was close to William Pawley, to arrange the assassination of Fidel, his younger brother Raul, and Che Guevara. (...) On April 3 the irrepressible Pawley told Dulles himself ‘that if CIA is interested in quickly removing Fidel Castro such could be arranged through [deleted]. He said that [deleted] has two men of his confidence who are with Fidel frequently, and they would be prepared to eliminate CASTRO for a price’. Dulles ‘jokingly remarked that he would turn this over to his ‘assassination department’, but Pawley ‘closed by saying that he believed this matter should be given consideration as it would save time, lives, and money’. Assassination was almost certainly one of the ‘drastic’ options that Pawley had pressed upon President Eisenhower on February 15. E. Howard Hunt also helped get the assassination plot going. (...) in March 1960 [Hunt começou a] to work on the new Cuba project, and he became its director of political action, with responsibility for organizing exile groups” (KAISER, 2008: 55).

<sup>317</sup> Dois memorandos assinados por J. C. King, de maio de 1959, registraram esse papel de Nunez Portuondo nas tentativas de fazer retroceder (*rollback*) a Revolução Cubana de 1959. “Odeny reports Emilio Nunez Portuondo leaves Miami for Trujillo 17 or 18 May to discuss with Trujillo consolidation of efforts to oppose Castros revolutionary movements in Caribbean. Trujillo wishes Nunez to return 20 May to discuss whole matter with Odacid. Trujillo will cooperate with any anti-Castro movement, provided Odacid does object. Trujillo feels very secure in his positions, having spent seven million dollars on armaments in one month, has required 45-50 vampires and quantity machine cumb” (CIA, 1959a: 1). “Odeny reports [that] Salvador Diaz Verson, former publisher Cuban magazine Occidente and leader [of] Cuban Anti-Communist League, is [the] leader [of] anti-Castro movement sponsored by one Jose Luis Pujol. Diaz [is expected] to see Emilio Nunez Portuondo, former Cuban delegate to United Nations, on 27 May, probably to discuss [the] unity [of] anti-Castro movement (...) Nunez promised grant presidency by leader of another, unidentified anti-Castro group. Diaz [is expected] to start leaving Miami 28 May for assembly in Mexi[co] and Guat[emala] to discuss [the] invasion [of] Cuban. (...) Nunez [is expected] to leave Miami for 18 May to see Trujillo Reference to] Unification anti-Castro movements. Trujillo wanted Nunez to return 20 May to discuss with Odacid. (Fim da mensagem). Comentário: Odeny reported Emilio Nunez Portuondo to go Trujillo to discuss with Trujillo consolidations of efforts to oppose Castro’s Revolutionary movements in Caribbean” (CIA, 1959b: 1).

Diante do ocaso da CIDC, é possível perceber que a WACL advertiu a necessidade de criar um novo organismo de “amigos” latino-americanos com a LAL, reposicionando nela os principais dirigentes da CIDC. “Em Taipei”, na I Conferência da WACL de 1967, assinalou Apeles E. Marquez a Ku Cheng-kang, “o Sr. Jorge Prieto Laurens foi eleito Vice-Presidente provisório da LAL e aceitou tal eleição. De forma que penso como o senhor, podemos ter cordialmente possibilidades para cooperação entre a LAL e a CIDC” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 3, p. 38). Inclusive, arrematou o argentino, **“no nosso país, a CIDC tem um representante, o Sr. Alberto Daniel Faleroni – um grande amigo nosso<sup>318</sup> – e, com ele e o Almirante pena Botto, Presidente da CIDC, estou confiante de que não teremos problemas”** (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 3, p. 38, grifo meu).

Em suma, a LAL, embora tenha fracassado, tentou ser a primeira tentativa de criação de um órgão regional da WACL na América Latina, hegemônica pelo cubano Nunez Portuondo e pelo argentino Apeles E. Marquez, que estiveram dispostos a reposicionar ao menos três dirigentes da CIDC nessa nova organização: o almirante brasileiro Carlos Penna Botto, o mexicano Prieto Laurens e o argentino Faleroni. Sem contar, como visto, que Nunez Portuondo esteve ligado ao dirigente cubano da CIDC Salvador Diaz Versón que, embora preso pela Revolução Cubana de 1959, conseguiu escapar e se asilar em Miami, o “quartel-general” da contrarrevolução cubana, sob os auspícios da CIA e consortes. A WACL, porém, fracassada o experimento da LAL, teria de esperar até 1972 para constituir um órgão regional na América Latina para chamar de seu, sob hegemonia da ultradireita mexicana de Guadalajara. A isso se voltará no CAPÍTULO 5.

---

<sup>318</sup> Como visto no CAPÍTULO 3, Faleroni participou dos Congressos da CIDC no Peru (1957) e na Guatemala (1958). Foi autor do *Informe sobre el comunismo en la Argentina y su infiltración en el peronismo e Denuncias sobre el contrabando de drogas para financiar la infiltración comunista en el mundo libre*. Em 1957 ele viajou à Alemanha Ocidental e participou da conferência anual *Posev* dos solidaristas russos do NTS em Frankfurt e, logo depois, reuniu-se em Munique com os dirigentes do ABN. Na ocasião, ele integrou a comitiva da CIDC que esteve composta por Penna Botto, Prieto Laurens e Ernesto de la Fe, dirigente da CIDC que foi preso pela Revolução Cubana e que, à diferença de Diaz Versón, amargou 22 anos na prisão. Na década de 1930, Faleroni começou sua carreira de jornalista em Rosário e logo destacou-se como o principal nome da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) na Argentina, o “aprismo” argentino. Posteriormente ocupou cargos na subsecretaria de Informações da presidência de Juan D. Perón e na Agência Telam. Na década de 1960, Faleroni tornou-se militante da *Acción Cristiana Ecuménica* (ACE), com sede na Espanha, destacando-se como assessor da *Escuela Nacional de Guerra*, subordinada ao Ministério de Defesa Nacional. Contribuiu com artigos para *Defensa Nacional* e *Círculo Militar* e, em 1969, esta revista publicou seu *De Rusia a Vietnam: gran estrategia soviético-china*, no qual desenvolve diagnósticos e recomendações anticomunistas similares àquelas da doutrina de Segurança Nacional. Foi diretor do *Instituto de Estudios Políticos y Estratégicos* (IEPE), criado pela *Legión Anticomunista Republicana*. Autor de *Estrategia y táctica de la subversión marxista* (1968) (SESSA, 2011: 40).

#### 4.11.6. Quem-é-quem no 1º Conselho Executivo da WACL, um “Segundo Anti-Komintern”?

A I Conferência da WACL estruturou o primeiro Conselho Executivo e a primeira presidência da Liga. O primeiro presidente da WACL foi o hierarca do Kuomintang (KMT) de Taiwan Ku Cheng-kang. Como se verá, esse cargo lhe garantiria a presidência honorária da WACL, posição-chave responsável por supervisionar todas suas conferências anuais e que manteria a Liga sob o controle estratégico da ditadura militar taiwanesa. O primeiro vice-presidente da WACL, porém, não veio da Ásia, mas da América Latina: José Figueres Ferrer. Já então ex-presidente da Costa Rica, ele nutriu em seu país uma relação de “amor e ódio” com a CIA (BLUM, 2004: 83 ) e, em seu último mandato presidencial (1970-74), tornou-se uma *persona non grata* dentro da própria WACL (e um desafeto da CIA) por sua postura *soft* com o comunismo<sup>319</sup>. Ao lado do preposto do *generalíssimo* Chiang Kai-shek na primeira presidência da WACL e do ex-presidente da Costa Rica em sua vice-presidência, o primeiro secretário-geral da Liga foi Jose Ma. Hernandez, como visto, dirigente da Ação Católica das Filipinas e co-fundador da APACL em 1954 na Coreia do Sul.

O Conselho Executivo da WACL, propriamente, esteve composto por representantes de todos continentes. A África, por exemplo, foi representada por Zahri Muntasser da Líbia e o Oriente Médio pelo senador Parviz Kazemi do Irã (WACLROC, 1968: 30). A Ásia preponderou entre os executivos da WACL. Além do próprio Ku Cheng-kang, compuseram o primeiro Conselho Executivo da Liga o senador das Filipinas Ramon D. Bagatsing, presidente do Movimento Anticomunista Filipino (PACOM), o ex-premiê do Vietnã do Sul Phan Huy Quat e o general da reserva sul-coreano Lee Eung-joon (WACLRCO, 1968: 30). Como visto, Huy Quat era o primeiro-ministro interino em 1954 durante a fundação da APACL na Coreia do Sul. Ele foi o líder do Partido Nacionalista do Grande Vietnã (Đại Việt Quốc dân đảng), sendo apontada em 20 de dezembro de 1954 como “a principal figura no semi-clandestino, nacionalista e anticomunista

---

<sup>319</sup> “If ever the CIA maintained a love-hate relationship, it was with José Figueres, three times the head of state of Costa Rica. On the one hand, Figueres, by his own admission in 1975, worked for the CIA ‘in 20,000 ways ... all over Latin America’ for 30 years. ‘I collaborated with the CIA when we were trying to topple Trujillo’, he divulged, speaking of the Dominican Republic dictators. On the other hand, Figueres revealed that the Agency had twice tried to kill him. He did not elaborate, although he stated at the same time that he had tried for two years to get the Bay of Pigs invasion called off. This may have precipitated one or both of the assassination attempts” (BLUM, 2004: 83).

partido Dai Viet” (NSC, 1954: 1). A CIA caracterizou a ideologia do *Dai Viet* como ultranacionalista e “quase igual ao racismo” pela exaltação que fazia da “nação como uma unidade mística que deve servir como a base para toda organização política, social e militar” (CIA, 1953: 2). Para o *Dai Viet*, “a ditadura deve ser monolítica” (CIA, 1953: 2).

Já o primeiro representante da Coreia do Sul a integrar o Conselho Executivo da WACL foi nada menos do que um general que se notabilizou como um dos responsáveis pela criação do Exército sul-coreano. Nota-se, com isso, que a WACL sempre foi um projeto estratégico para as Forças Armadas da Coreia do Sul. Lee Eung-joon era, ainda por cima, um ex-colaborador do Império Japonês que se formou e serviu ao Exército inimigo, que ocupou e pilhou a Coreia de 1910 até o fim da II Guerra Mundial. Eung-joon graduou-se na Academia Militar Imperial Japonesa e serviu ao Exército nipônico até 1945. No pós-guerra, ele “foi chefe do Estado-Maior do Exército em 1949, ministro das Comunicações em 1955” e, depois, tornou-se “conselheiro da Associação de Veteranos na Reserva e membro do Conselho Consultivo de Assuntos de Estado da Coreia do Sul” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 281). Sob assessoria de militares dos EUA e com o benplácito do general Paik Sun-yup, Eung-joon foi um dos principais gestores da reorganização do Exército em seu país. Segundo Sun-yup, ainda como major-general Eung-joon presidira “o grupo de homens que agiam como padrinhos da criação do Exército coreano depois da Segunda Guerra Mundial. Ele então serviu como o primeiro Chefe-do-Estado-Maior do Exército da República da Coreia” e, graças à intervenção do próprio Sun-yup, Eung-joon foi promovido e nomeado, durante a Guerra da Coreia, para o cargo de comandante do Primeiro Centro de Treinamento de Recrutas das Forças Armadas sul-coreanas (SUN-YUP, 1999: 212)<sup>320</sup>.

A seu turno, a América do Norte esteve representada no primeiro Conselho Executivo da WACL por Robert Norman Thompson, parlamentar canadense ligado ao movimento do Crédito

---

<sup>320</sup> Em suas memórias, referindo-se ao cargo de comandante do Primeiro Centro de Treinamento de Recrutas das Forças Armadas sul-coreanas, o general Sun-yup registrou: “Decidi que o comandante do *Command and General Staff College*, o Major-General Lee Eung Joon, era perfeito para o cargo. Eu supliquei ao General Lee, o estadista de mais idade naquela época, que aceitasse o comando do *First Recruit Training Center*. (...) O General Lee tinha alcançado a patente de Coronel no Exército Japonês e liderado o grupo de homens que atuaram como padrinhos da criação do Exército Coreano depois da Segunda Guerra Mundial. Ele então serviu como Chefe-do-Estado-Maior do Exército da República da Coreia. Embora tivesse quase sessenta anos, ele aceitou o cargo dizendo ‘Farei o que quer que o país precise. Eu daria a vida pela Coreia’. Em retorno ao sacrifício do General Lee, recomendei que ele fosse promovido a Tenente-General juntamente à sua nomeação como Comandante do Primeiro Centro de Treinamento de Recrutas, e isso foi feito. Os problemas no centro de treinamento eram grandes demais e difíceis demais para serem resolvidos por qualquer comandante sozinho, mas acredito que os esforços diligentes do General Lee tenham melhorado significativamente a situação por lá” (SUN-YUP, 1999: 211-212).

Social. Ele se tornaria presidente honorário do *Freedom Council of Canada* (FCC), que teve Ronald Gostick como seu presidente e Patrick Walsh como seu secretário-geral, ambos anticomunistas de perfil antissemita e supremacista branco. Ron Gostick era o dirigente do *Christian Action Movement* e “um líder racista” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 278) e Walsh um “racista neo-nazista” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 285). Gostick e Walsh dirigiram o *Canadian Intelligence Service*, órgão informativo antissemita que servira ao FCC e à Liga Canadense de Direitos que, apesar de suas “crenças supremacistas brancas e anti-judaicas” (MAOLÁIN, 1987: 48), tornar-se-ia depois o “Capítulo” canadense da WACL. Antes da proeminência de Gostick e Walsh na WACL-Canadá, entretanto, foi Thompson o seu primeiro presidente e o primeiro representante da América do Norte no Conselho Executivo da Liga

Se a América do Norte esteve então representada por Thompson, a América Latina foi representada no Conselho Executivo da WACL pelo argentino Apeles E. Marquez. Mas quem era esse primeiro latino-americano a integrar o Conselho Executivo da Liga? E. Marquez era, à época, o presidente da *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA), **uma organização antissemita e anticomunista que “se le conoció por su uso de solicitudes de corte macartista para denunciar a judíos y supuestos comunistas”** (HERRÁN ÁVILA, 2015, grifo meu). Como salienta o historiador mexicano Luis Alberto Herrán Ávila, “la virtual ausencia de FAEDA en los estudios sobre el anticomunismo de la época es notable, considerando su actividad intensa en la Argentina”, bem como sua presença “en la LMA [Liga Mundial Anticomunista] al menos desde 1967” (HERRÁN ÁVILA, 2015). O historiador argentino Ernesto Bohoslavsky, como se verá, também lamenta essa lacuna historiográfica, contribuindo para sua superação. Salienta que a FAEDA ligou-se à WACL e que esta, nas atas de sua I Conferência de 1967 em Taiwan – na qual E. Marquez compareceu –, saudou a Lei n.º 17.401, que criminalizou o comunismo, da ditadura militar argentina de Juan Carlos Onganía<sup>321</sup>.

---

<sup>321</sup> “La pertenencia o cercanía de FAEDA con organizaciones anticomunistas parece cosa cierta: a la *World Anti-communist League* se prueba por las referencias directas a sua actividad en la primera conferencia de esta institución, realizada en Taiwan en 1967” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). “El presidente de FAEDA, Apeles Marquez, está explícitamente señalado como miembro de la League. En esas mismas actas se señala el beneplácito de la League por la aprobación en Argentina de la Ley 17.401 que equipara al comunismo con otras actividades delictivas” (BOHOSLAVSKY, 2020: 9). Bohoslavsky observa que, de E. Marquez, “sabemos sólo que fue autor del libro *Doctrinas económicas*, editado en 1927” (BOHOSLAVSKY, 2013: 10). Já Francisco Antonio Rizzuto, um dos vice-presidentes da FAEDA, “era presidente de la Liga Pro Comportamiento Humano, una institución creada por su padre en 1960 y vinculada con el Instituto Americano de Investigaciones Económicas, Jurídicas y Sociales, que todavía funciona en la ciudad de Buenos Aires” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5).



A partir de 1967, contudo, o presidente da FAEDA não seria apenas mais um membro da WACL. Ele foi o primeiro latino-americano a integrar seu Conselho Executivo. A aliança da FAEDA com organizações que antecederam e depois estruturaram a WACL datou de pouco antes da criação desta em 1966. Em 1964, por exemplo, o almirante brasileiro Carlos Penna Botto, presidente da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), visitou a sede da FAEDA (BOHOSLAVSKY, 2015: 4). Como visto, inclusive, E. Marquez participou, em setembro de 1965, como “Observador” da XI Conferência da APACL nas Filipinas. Logo depois, o presidente da FAEDA visitou Taiwan a convite de Ku Cheng-kang e, em 21 de outubro, visitou a sede do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), em Munique, na República Federal da Alemanha (RFA). Na ocasião, a *Correspondência do ABN* assinalou que a FAEDA lutaria “pela liberdade e independência, e também pela liberdade daqueles povos nobres que estão subjugados e mantidos prisioneiros pelo imperialismo da Rússia, China e Castro” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 52).

À semelhança do ABN, portanto, a FAEDA lutaria pela “libertação dos povos subjugados pelo comunismo” e estaria composta, entre outros, por exilados provenientes de países da “Cortina de Ferro”<sup>322</sup>. Depois de sistematizar o quadro dirigente da FAEDA – composto, em 1965, por Apeles E. Márquez (presidente), Francisco Antonio Rizzuto (1º vice-presidente), Basilio Ivanytzky (2º vice-presidente), Victor Ernesto Rabuffetti (secretário-geral), Mehtemetali Shaban (tesoureiro) e José Antonio Sollazzo (secretário de imprensa) –, o historiador argentino Juan Manuel Padrón destaca que, entre esses, “se encontraban ex miembros de la Alianza Libertadora Nacionalista [ALN] y colaboradores de grupos de emigrados croatas dirigidos por Ante Pavelic” (PADRÓN, 2012: 168). Recorde-se do CAPÍTULO 1 que Pavelic era o *Poglavnik* do *ustashismo*, tendo sido o gestor do Holocausto enquanto manteve-se no poder como ditador do Estado Independente da Croácia (NDH), criado e mantido pelo III Reich; bem como que a liderança

---

<sup>322</sup> De acordo com a caracterização da FAEDA feita por seus aliados do ABN, um plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra do leste europeu, “the democratic and anti-Communist people of Argentina who struggle bravely for the ideals of the FAEDA declare publicly their belief in free mankind; there are thousands with the same feeling, who have set up their homes in the national sector and can meet one they as if they were in their own countries. Here among the Argentinian people they work and strive ceaselessly for the liberation of their countries” (ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 52).

*ustashi* foragiu-se da Europa pelos *rat lines* e exilou-se na Argentina de Juan Domingo Perón, alguns deles sendo empregados no aparato estatal de segurança e de espionagem anticomunista<sup>323</sup>.

Porém, como ensina Bohoslavsky, não foram apenas os *ustashis* croatas que estiveram representados no quadro dirigente da FAEDA, mas também exilados de outras nacionalidades do leste europeu: “Basilio Ivanyteky (vicepresidente 2º) en representación de la colectividad ucraniana; Victor Ernesto Rabufetti (secretaria general); Jose Antonio Solazzo (secretario de actas); Mehtmetali Shaban (tesorero) en representación de los albaneses exiliados” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). A presença de croatas, ucranianos e albaneses entre os *faedistas* explica suas “afinidades eletivas” com o ABN e provavelmente o perfil antisemita da FAEDA anotado por Herrán Ávila. Ademais, no mesmo mês em que seu presidente Apeles E. Marquez visitou a sede do ABN em Munique<sup>324</sup>, a FAEDA publicou na Argentina “un conjunto de solicitadas en *Clarín*, *Crónica*, *La Nación* y *La Razón*” pelas quais, iniciando um “ambicioso plan de desenmascaramiento del comunismo”, “denunciava” algumas “revelaciones sobre el comunismo en Argentina, sus organizaciones colaterales y de ‘fachada’ y su infiltración en las universidades y en la economía” (BOHOSLAVSKY, 2013: 11)<sup>325</sup>. A primeira dessas *solicitadas* da FAEDA especificou os motivos de sua campanha anticomunista da seguinte maneira: “‘Que la Argentina lo sepa. Una siniestra confabulación se cierne sobre la patria. Una organización internacional y nacional se ha dado cita en el país pretendiendo destruir nuestro sistema de vida y nuestra civilización. Aspiran a reemplazarlos por el sistema de esclavitud del mundo rojo; de ese mundo de terror y de ignomia’” (FAEDA *apud* PADRÓN, 2012: 167).

Apesar das contribuições dos sobrecitados historiadores, ainda existe uma considerável lacuna historiográfica sobre a FAEDA. Assim como o mexicano Herrán Ávila, o argentino

---

<sup>323</sup> Pavelic foi acompanhado em seu exílio na Argentina por outros criminosos de guerra de “alto nível”, entre eles, seus ex-ministros no NDH Stejpan Hefer e Vjekoslav Vrancic, o “responsável pelos campos de concentração e pela polícia secreta da Croácia” (DORRIL, 2000: 350). Esse *entourage* do ex-*Poglavnik* deu novo fôlego ao *ustashismo* ao criar, no exílio argentino, o Movimento de Libertação Croata (HOP). Vrancic, como visto, participou do II Congresso da CIDC de 1955 no Brasil e Hefer, como se verá, participaria da VI Conferência da WACL de 1972 no México.

<sup>324</sup> Durante a visita de E. Marquez na sede do ABN em Munique, a *Correspondência do ABN* informou que, além de seu presidente, a FAEDA era composta por Francisco A. Rizzuto (1º vice-presidente), Basilio Ivanyzky (2º vice-presidente) e Domingo Waidatt Herrera (secretário-geral) (ABN, 1965, v. XVI, n.º 1, p. 52).

<sup>325</sup> A *solicitada* que a FAEDA publicou em *La Nación* a 10 de outubro de 1965, por exemplo, *denunciou* a existência de quatro tipos de “comunismos”: “a) Comunismo ‘oficial’ realizado a través de las embajadas rojas; b) impulsado desde Moscú a través de diversos partidos que incluían a la UCRP; c) impulsado desde Pekín; d) Comunismo ‘independiente’, dividido entre ‘Marxismo Nacionalista’ y ‘Trotskistas’” (BOHOSLAVSKY, 2013: 11).

Bohoslavsky advierte que a FAEDA “no ha sido historiada con detalle”, caracterizando-a como una organización formada “por voceros del conservadurismo católico, favorables a la libre empresa y reacios a la modernización cultural” (BOHOSLAVSKY, 2013: 9). Igualmente, o argentino Padrón destaca a ausência de pesquisas históricas sistemáticas sobre a FAEDA, ressaltando que as explicações sobre sua ação anticomunista “fueron varias”, “desde considerarla una organización dirigida por un grupo de ilustres desconocidos que estaba al servicio del gobierno y de sus servicios de inteligencia, (...) hasta pensar que sus solicitadas formaban parte de una campaña de desestabilización por parte de sectores cercanos de las Fuerzas Armadas” (PADRÓN, 2012: 168). Bohoslavsky, contribuyendo à superação dessa lacuna historiográfica, avança algumas hipóteses sobre a FAEDA: *tería sido ella un ateneo, un caballo de Troya de las Fuerzas Armadas, una entidad de inteligencia, una guardia blanca de empresarios? Como sería financiada? Con el dinero norteamericano o de empresas?* Apesar das dúvidas, argumenta, já parece demonstrada a existência do “vínculo de hombres de FAEDA con el Ejército” (BOHOSLAVSKY, 2013: 10)<sup>326</sup>.

Suspeita-se, além disso, que a FAEDA pode ter sido um braço político ou “la ‘tapadera institucional de la tenebrosa Tradición, Familia y Propiedad’” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). Ao certo, sabe-se que “en noviembre de 1964 [Plínio] Corrêa de Oliveira, el fundador de la TFP, visitó Buenos Aires para dictar un conjunto de conferencias por invitación de la FAEDA, en el colegio Lasalle”<sup>327</sup> (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). E mais, avança o historiador argentino, “junto con esa red del catolicismo anticonciliar, FAEDA tenía vínculos con figuras y organizaciones anticomunistas sudamericanas como el ruralismo uruguayo, el conservadurismo chileno y el ‘nacionalismo’ argentino” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). Como adiantado, no mesmo ano em que o fundador da TFP Corrêa de Oliveira palestrou na Argentina a convite da FEADA, “fue de visita

---

<sup>326</sup> A organização teria servido como parte da *usina de propaganda* da ditadura militar entronizada em 1976 e de “sus valores tradicionales, así como proveedores de contenidos para la enseñanza de la historia argentina” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). À época, um dos presidentes da FAEDA fora acusado de participar de sessões de tortura de presos políticos. “El juez federal Fernando Mántaras, presidente de FAEDA (...), fue acusado de haber participado como juez en las sesiones de tortura llevadas adelante en Santa Fe por grupos de tareas durante la última dictadura” (BOHOSLAVSKY, 2013: 10). José Shulman (1999), “un exdetenido-desaparecido”, “denunció que Fernando Mántaras (...) participó en las sesiones de tortura llevadas adelante en la seccional 4ª de la policía de la ciudad de Santa Fe mientras fue juez federal durante la última dictadura” (BOHOSLAVSKY, 2020: 8)

<sup>327</sup> “No tenemos muy claro si FAEDA era una red con débil institucionalidad, si era un instrumento de las Fuerzas Armadas o de la inteligencia y/o guardia blanca de empresarios asustados. La hipótesis de vínculos con asociaciones empresariales no puede descartarse ni tampoco la relación de hombres de FAEDA con el Ejército ni con la Secretaría de Inteligencia del Estado. También hay algunas evidencias de que FAEDA era el brazo político de la organización brasileña Sociedade para la Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad (TFP)” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5).

a Buenos Aires el almirante Penna Botto, una de las figuras más relevantes del anticomunismo brasileño” (BOHOSLAVSKY, 2015: 4).

Diante do exposto, portanto, pouco antes de Apeles E. Marquez ser o primeiro latino-americano a integrar o Conselho Executivo da WACL a partir de 1967, a FAEDA iniciou suas tratativas como a TFP de Corrêa de Oliveira e com o presidente da CIDC Penna Botto em 1964 e avançou suas conexões com a APACL e o ABN em 1965. Organizacionalmente, “de acuerdo al espionaje realizado por la policía bonaerense, FAEDA se constituyó en octubre de 1963 como resultado del ‘Primer Congreso Anticomunista’ realizado en Buenos Aires” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). Ainda segundo o relatório dos arapongas policiais *bonarenses*, “entre las organizaciones que integraban formalmente FAEDA se contaban agrupaciones políticas, sindicatos y asociaciones de exiliados de Cuba y de Europa del Este” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). A organização ainda pareceu contar com apoio oficial na Argentina antes da instauração da ditadura de Onganía, inclusive, já que em maio de 1965, por exemplo, participaram de um evento público da FAEDA “representantes del Poder Ejecutivo, de las Fuerzas Armadas, y de entidades anticomunistas europeas. En el acto se denunció el peligro de infiltración comunista en el país” (PADRÓN, 2012: 167).

Contudo, o momento de maior atividade da FAEDA “se registró una vez iniciada la dictadura del general Juan Carlos Onganía, a mediados de 1966” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). Já se adiantou que a WACL, nas atas de sua I Conferência de 1967 em Taiepi, saudou “la aprobación en Argentina de la ley 17.401 que equiparaba al comunismo con otras actividades delictivas. Esse decreto del dictador Onganía habilitaba a la persecución de quienes expresaron (o escondieran) alguna simpatía por el comunismo, y en el caso de que el denunciado tuviera un cargo público, podía perderlo” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5). Referindo-se à participação argentina na I Conferência da WACL, Bohoslavsky resgata que “el presidente de FAEDA, Apelez Marquez, está señalado en las actas como miembro de la *League* y en función de esa pertenencia efectuó diversas solicitudes de apoyo financiero al Ministerio del Interior bajo la dictadura de Onganía” (BOHOSLAVSKY, 2020: 4-5).

Conforme essa conexão, a FAEDA celebrou a decisão do ditador Onganía de expurgar a Universidade de Buenos Aires (UBA) da “subversão” e dos “subversivos”, cujo auge repressivo registrou-se em *La Noche de los Bastones Largos* em 29 de julho de 1966. Em 1968, suscitando

uma nova campanha de pânico moral, a FAEDA promoveu ações *callejeras* contra os *hippies* em Buenos Aires e na costa atlântica *bonarense*, acusando-os de serem agentes “subversivos” da ordem moral, sexual e familiar que também estariam a serviço da “organización de células guerrilleras” (BOHOSLAVSKY, 2020: 7)<sup>328</sup>. Luis Dragani, uma das lideranças jovens da FAEDA ao lado de José Manuel Casals, Jorge Scorciaficcio, Ezio Favetta e Anibal Tedesco, afirmou ao jornal *La Plana* que, ““merced a la astucia de algunos jóvenes de Faeda infiltrados en las filas hippies, ahora se sabe que sus líderes pretenden convertirlos en guerrilleros y servir a los intereses de Pekín. Aclaró que esos jóvenes de Faeda habían aprobado cursos de detectives por correspondencia”” (BOHOSLAVSKY, 2020: 8)<sup>329</sup>. “Como si no bastara con esas revelaciones, la juventud de FAEDA señaló que esas treinta organizaciones [de *hippies*] estaban copadas por ‘adeptos al comunismo y castrismo con vinculación a la OLAS [Organización Latinoamericana de Solidariedad]’” (BOHOSLAVSKY, 2020: 9)<sup>330</sup>.

Por último, o representante da Europa no primeiro Conselho Executivo da WACL foi um “ex” nazista de “alto nível”, altamente *especializado* em seu ofício. Isto é, não se tratou de qualquer nazista, mas de um ex-funcionário sênior do *Anti-Komintern* do III Reich, reitere-se, o propagandista Alfred Gielen. Conforme analisado no CAPÍTULO 3, compondo o aparelho de Estado da ditadura nazista, Gielen fora um dos assistentes mais próximos do diretor do *Anti-*

---

<sup>328</sup> Assim que, no arremate de Bohoslavsky sobre a campanha de pânico moral contra *hippies* e *comunistas*, os “jóvenes y mayores de FAEDA creían ver avances del comunismo no sólo donde previsiblemente podía estar (el PCA y sus organizaciones colaterales) sino también en asociaciones gremiales y partidos políticos a todas luces ajenos a cualquier influencia soviética, como [o roqueiro] Tanguito, más interesado en difundir su música que en promover la lucha de clases. Es por ello que ciertos consumos culturales (música, ropa, jerga, estilo de vida, peinados, etc.) fueron estigmatizados por FAEDA por considerar que eran funcionales a la penetración del comunismo: en su comprensión del mundo, percibían que la adopción de esas prácticas y esas opciones formaban parte de un proceso más general de abandono de patrones de conducta normalizados (heterosexuales, católicos, gerontocráticos) que iban de la mano del comunismo, y que en teoría estaban en boga en la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas” (BOHOSLAVSKY, 2020: 7).

<sup>329</sup> Para Dragani, ““los hippies se proponen anular la voluntad de la juventud, mediante el uso de drogas como la Dexamil Spansule 2, recetada por médicos a los que ellos, a su vez, proveen de menores para satisfacer sus vicios”” (DRAGANI *apud* BOHOSLAVSKY, 2020: 8-9). ““Nosotros los caracterizamos por el uso de drogas y la educación ideológica y práctica que los lleva a la destrucción de la familia, la moral, los sentimientos y la tradición. Nuestra tarea es alertar a los padres de familia acerca de los problemas que está viviendo la juventud arrastrada por otros jóvenes a lo que nosotros llamamos ‘La Carrera del Vicio’. También alertamos a las fuerzas del orden y de seguridad de que hay un problema a punto de estallar”” (DRAGANI *apud* BOHOSLAVSKY, 2020: 2).

<sup>330</sup> Em uma conferência de imprensa, a FAEDA denunciou “el lazo secreto entre hippies y comunistas” e, na ocasião, Dragani declarou que os *hippies* “eran ‘protagonistas de un plan diabólico hábilmente maquinado que se expande por todo el mundo’. La intención de las treinta organizaciones hippies que circulaban por el país no podía ser más perversa: ‘Se trata de estupro masivo en público, utilizando entregadores de menor edad para corromper a chicas de 12 años mediante los ‘jefes’ y en presencia del resto de la banda’” (BOHOSLAVSKY, 2020: 5-6).

*Komintern* Eberhard Taubert. Mas, para recordar, quem foi mesmo esse “chefe” de Gielen no III Reich e também no pós-guerra? Como visto, Taubert foi simplesmente um dos assistentes mais próximos do ministro do *Propagandaministerium* Josef Goebbels. Apelidado como “Dr. Anti” por ser o chefe incontestado do *Anti-Komintern* – agência responsável, entre outras missões, pela contra-propaganda de ataque ao bolchevismo e à Internacional Comunista (*Komintern*) –, Taubert trilhou uma carreira meteórica a serviço do *Reich* nazista. Embora seja impossível reconstituir sua trajetória em detalhe, é importante retracá-la, por ora, a fim de se aferir a real dimensão daquele que seria, na Alemanha nazista e na República Federal da Alemanha (RFA), o “chefe” de Gielen, o primeiro executivo europeu da WACL.

Doutor em Direito pela Universidade de Heidelberg, Taubert foi presidente da Federação dos Juristas Nacional-Socialistas. Filiou-se ao Partido Nazista em 1931, alcançando a patente de *SA-Sturmfuhrer* na equipe do grupo Berlin-Brandenburg da SA. Em 1932, tornou-se diretor do Departamento Legal da liderança do *Gau* na *Großberlin*, tornando-se “conselheiro de antibolchevismo para o então *Gauleiter* da Grande Berlim, Joseph Goebbels” (FOIA RESEARCHER, 2020). Com a criação do *Propagandaministerium* em 13 de março de 1933, Taubert assumiu a chefia do “‘*Department of General Domestic Policy*’, encarregando-se dos setores de “‘visões opostas de mundo’, ‘assuntos da igreja’ e ‘bolchevismo doméstico e exterior’” (FOIA RESEARCHER, 2020). Ainda em março, “foi nomeado diretor da divisão II do ministério, responsável pela propaganda. No final do ano, tornou-se diretor do Antikomintern” (DA SILVA, 2020: 417). Em agosto de 1934, Taubert assumiu a administração da “editora do Anti-Komintern (‘*Nibelungen-Verlag GmbH*’)” e, em 1939, foi designado como diretor do *Institute for the Study of the Jewish Question* (renomeado depois *Anti-Semitic Action*) (FOIA RESEARCHER, 2020). Em 1936, foi promovido a *Regierungsrat* (“*Government Advisor*”) e, em 1938, foi nomeado *Oberregierungsrat* (“*Superior Government Advisor*”) pelo próprio Hitler. Às vésperas da II Guerra Mundial, tornou-se juiz da Corte Popular do III Reich e, como magistrado nazista, decretou sentenças de morte para soldados da resistência”, entre eles, Maurice Bavaud (1939), Helmuth Klotz (1942) e Marcel Gerbohay (1943) (FOIA RESEARCHER, 2020).

Em 1942, foi promovido a *Ministerialdirektor* de Goebbels e “assumiu a gerência do ‘Departamento Oriental’ (*Generalreferat Ostraum*) no Ministério da Propaganda”, supervisionando 450 oficiais e comandando “todos os escritórios de propaganda nos territórios

orientais ocupados” (FOIA RESEARCHER, 2020). “No início de 1943, o ‘Departamento Oriental’ era composto por 93 funcionários permanentes e outros 350 funcionários da organização chamada de ‘Vineta’ (*Vineta Propagandadienst Ostraum*), ‘que era o codinome para a área do Ministério da Propaganda que lidava com a propaganda antissoviética’” (FOIA RESEARCHER, 2020)<sup>331</sup>. Via de regra, porém, Taubert notabilizou-se como co-autor do roteiro de *O judeu eterno* (1940) – filme de propaganda nazista que “inovou” ao comparar judeus a ratos – e da lei de 1941 que forçou os judeus a usarem uma estrela de David amarela no peito (*Judenstern*). Taubert fora elogiado por seu chefe Joseph Goebbels, em 3 de outubro de 1935, como “um ‘simpático fanático’”, e para o *Dr. Anti-Komintern* “o antissemitismo e o anticomunismo estavam inseparavelmente ligados, já que ‘o bolchevismo era a obra e a arma do judaísmo’” (FOIA RESEARCHER, 2020)<sup>332</sup>.

Por ora, contudo, importa reiterar a estratégia adotada por Taubert na condução do *Anti-Komintern*: suas atividades, secretamente controladas pelo *Propagandaministerium*, eram publicamente conduzidas sob o disfarça de uma “entidade privada”. Já foi visto que no CAPÍTULO 3 que Taubert informara a Goebbels, em 7 de fevereiro de 1934, sobre essa estratégia, destacando a seu chefe que o *Anti-Komintern* envolvera diversas *associações privadas* “no combate ao comunismo, particularmente as religiosas e científicas, em uma única Associação Geral das Sociedades Anticomunistas da Alemanha [*Gesamtverband deutscher antikommunistischer Vereinigungen*]” (TAUBERT *apud* WEINREICH, 1999: 114).

---

<sup>331</sup> Como visto no CAPÍTULO 3, a *Vineta* era um programa interministerial entre Goebbels (*Propagandaministerium*) e Alfred Rosenberg (*Ostministerium*). Nesse projeto Taubert subordinou-se ao “turcologista de Rosenberg”, professor Gerhard von Mende, diretor do *Omi* que, no pós-guerra, (re)criou o ABN a serviço do MI6 britânico.

<sup>332</sup> Recordem-se alguns trechos de *O judeu eterno* (1940), roteirizado por Taubert e dirigido pelo cineasta F. Hippler: “Similar às andanças judias por todo o mundo é a migração de um animal igualmente irrequieto: o rato. (...) ratos têm sido parasitas da humanidade desde o início dos tempos. (...) Estas fisionomias recusam imediatamente as teorias liberais sobre a igualdade (...) Quando, durante a Revolução Francesa, os judeus tornaram-se cidadãos por direito de suas respectivas nações hospedeiras, cada um pertencia a duas nações ao mesmo tempo. (...) Eles são um poder internacional (...), seu capital os permite aterrorizar transações mundiais, a opinião mundial e a política mundial. (...) Disfarçados de humanitários altruístas, eles prometeram às massas castelos no céu, incitando-os contra a ordem cívica. (...) Crítica de tudo que é sagrado. Revolta contra tudo. Incitação da juventude à luta de classes e ao terrorismo. Não é por acaso que esta doutrina de destruição de nações tenha sido criada por uma mente judia: Karl Marx, filho de Margoehi, um rabino e judeu de Trier. (...) A judia Rosa Luxemburgo (...) era uma notória agitadora comunista (...) A Alemanha nacional socialista fez uma limpa de todos os judeus. O pensamento judeu e o sangue judeu nunca mais poluirão a nação alemã. (...) sob a liderança de Adolf Hitler, a Alemanha levantou a bandeira de guerra contra os judeus eternos. [Segundo Hitler] ‘Os judeus (...) encontrarão problemas com os quais nunca sequer sonharam. Caso os judeus do mercado financeiro internacional (...) forçarem as pessoas para uma nova guerra mundial, o resultado não será uma vitória do judaísmo, mas a destruição da raça judia na Europa’. A eterna lei da natureza, manter sua raça pura, é o legado que o movimento nacional-socialista deixa para a nação alemã” (TAUBERT; HIPPLER, 1940).

Taubert afirmou a Goebbels que, agindo assim, buscava emular os *comunistas russos*, que lançariam sua campanha de propaganda “privadamente”, isto é, “não pelo Estado, mas por agências do Partido Comunista”: “Para evitar complicações dos russos para o governo alemão, eu virei a mesa, por assim dizer, e da mesma forma desenvolvo a propaganda anticomunista não em nome do Estado, mas através desta Associação Geral privada, *que na realidade é secretamente subordinada à mim*” (TAUBERT *apud* WEINREICH, 1999: 114). Essa é a razão, como ensina o historiador Vicente Gil da Silva, do *Anti-Komintern* ter se apresentado “publicamente como uma organização privada”, embora fosse “submetida a uma divisão do Ministério Nacional para Esclarecimento Público e Propaganda do III Reich, *Abteilung Referat II*, voltada ao combate do bolchevismo nas esferas doméstica e internacional” (DA SILVA, 2020: 245). Dessa forma, de acordo com um informe redigido pelo próprio Taubert ao final de 1944, seriam dois os objetivos básicos do Anti-Komintern:

**Na Alemanha: continuação implacável da propaganda antibolchevique e antissemita, criação de literatura política nestes campos. Isto foi realizado particularmente com o auxílio da *Nibelungen-Verlag* (*Nibelungen Publishing House*), também uma empresa do Dr. Taubert... Exterior: criação de organizações parceiras em todos os países do mundo** (TAUBERT *apud* WEINREICH, 1999: 114, grifo meu)

Para manter a *aparência* de que seria uma organização anticomunista “privada”, foi designado como dirigente público do Anti-Komintern o escritor e assessor de imprensa Adolf Ehrt – um *protégé* de Alfred Rosenberg, que o considerava um *expert* em antimarxismo<sup>333</sup>. Apesar disso, Taubert era o verdadeiro chefe dessa agência de propaganda de Goebbels cujo objetivo “era construir um movimento internacional contra o bolchevismo sob a liderança da Alemanha” (DA SILVA, 2020: 245). Alfred Gielen, o futuro executivo da WACL, serviu aos dois diretores do Anti-Komintern, ao próprio “Dr. Anti” – Taubert –, sendo também um “colaborador íntimo de Ehrt” (WADDINGTON, 2007: 134). A agência “privada” do “Dr. Anti”, entretanto, não empregava “agentes para trabalhar no exterior”, nem estabeleceu “escritórios em países estrangeiros”, mas “buscava formar vínculos com agências e organizações similares, através das quais pudesse disseminar sua propaganda” (DA SILVA, 2020: 245). Ou seja, o Anti-Komintern

---

<sup>333</sup> “The director of the Antikomintern, Dr. Adolf Ehrt, was a publicist and writer, who, in Alfred Rosenberg’s words, was not only one of the Reich’s ‘leading authorities on communism and Bolshevism’, but also an individual who had made a ‘significant contribution to the struggle against Marxism in Germany’” (WADDINGTON, 2007: 100).



deveria fomentar a “criação de organizações parceiras em todos os países do mundo” (TAUBERT *apud* WEINREICH, 1999: 114).

Ideologicamente, Taubert e seus agentes – Alfred Gielen, entre eles – construíram a propaganda política do Anti-Komintern guiados pelo “mito do judeu-bolchevismo”, isto é, combateram “o comunismo como uma trama judaica proveniente dos comissários judeus que lideravam a União Soviética” (HANEBRINK, 2018: 208). Como sumaria o historiador Paul Hanebrink, existia uma “convicção dos membros do Anti-Comintern de que o bolchevismo era uma perigosa narrativa judia” (HANEBRINK, 2018: 124). E a eclosão da Guerra Civil Espanhola em 1936 apresentou-se como o momento oportuno para o III Reich difundir, via Anti-Komintern, sua propaganda política a um só tempo antibolchevique e antissemita. Notabilizaram-se o apoio militar da ditadura nazista aos golpistas do *Caudillo* Francisco Franco pela Legião Condor e o bombardeio da cidade basca e da população civil de Guernica, em 24 de abril de 1936. Porém, também o Anti-Komintern incidiu pesadamente no contexto da revolução e contrarrevolução na Espanha, produzindo e difundindo, ao lado dos golpistas, uma literatura anticomunista e antissemita sobre a *conspiração soviética* naquele país ibérico.

Joseph Goebbels, desse modo, aproveitou a eclosão da Guerra Civil Espanhola como “um excelente foco para concentrar a propaganda alemã antibolchevique em meados da década de 1930” (WADDINGTON, 2007: 582). A historiadora Lorna L. Waddington salienta que o chefe de Taubert no *Propagandaministerium* buscava “prover educação política e oportunidades de propaganda para os rebeldes espanhóis” e, para tanto, ofereceu a eles “serviços de tradução para publicações de propaganda alemã, notadamente o *Nachrichtendienst* do Anti-Komintern, que podem se provar úteis para a causa de Franco” (WADDINGTON, 2007: 583). A Guerra Civil Espanhola ganhou, assim, centralidade nas publicações do Anti-Komintern e, para tanto, buscou explorar também “the offence caused to the religious-minded by the Bolshevik promotion of atheisms” (WADDINGTON, 2007: 581). As publicações da “agência privada” controlada pelo “Dr. Anti”, portanto, passaram a produzir, no contexto histórico da Guerra Civil Espanhola, **“uma série de artigos sobre as maquinações da ‘Internacional do Ateísmo’ (Godless International) que, assim se afirmava, estava determinada a impor o ateísmo a sociedades já paralisadas pela luta de classes, servindo assim ao objetivo básico bolchevique de ‘aniquilação de toda religião’”** (WADDINGTON, 2007: 581, grifo meu).

Nessa arena espanhola às vésperas da II Guerra Mundial, o Anti-Komintern chegou ao ponto de estabelecer um escritório e uma agência de notícias na cidade de Salamanca, quartel-general dos golpistas de Franco, publicando em espanhol o boletim *Informaciones Antibolcheviques*, depois renomeado *Boletín de Informaciones Anti-Komintern*. Em 1938, esse escritório nazista em Salamanca passou a operar o *Servicio Antimarxista* de notícias e foi incorporado pelo Ministério do Interior franquista, “reestruturado nas linhas do escritório central Anti-Komintern em Berlim” (WADDINGTON, 2007: 584)<sup>334</sup>. Estabeleceram-se dois objetivos fundamentais para a intervenção do Anti-Komintern na Guerra Civil Espanhola: “Primeiro, **fornecer à Espanha Nacionalista material sobre o qual basear sua própria propaganda antibolchevique e, ao fazê-lo, criar um centro permanente para a agitação anticomunista na Espanha**; segundo, **engajar-se em extensiva propaganda antibolchevique no exterior usando os eventos na Espanha como ponto de referência central**” (WADDINGTON, 2007: 584, grifo meu)<sup>335</sup>.

Nessa empreitada, Taubert encomendou a produção de livros sobre os “malfeitos” comunistas na Guerra Civil Espanhola. Contratou, por exemplo, a autora holandesa Maria de Smeth, “uma entusiasmada apoiadora do nazismo alemão”, que “fez seu relato de quatro meses passados em uma prisão soviética, para percorrer a Espanha para coletar provas do envolvimento soviético na Guerra Civil Espanhola” (HANEBRINK, 2018: 97). A obra foi publicada sob o título “*Viva España! Arriba España! Eine Frau erlebt den spanischen Krieg (A woman experiences in the Spanish War)*”, no qual apresentou suas impressões da Espanha em prosa repleta de denúncias do comunismo e dos judeus que o promoviam” (HANEBRINK, 2018: 97)<sup>336</sup>. Dessa forma, a

---

<sup>334</sup> As atividades da Agência de Salamanca do Anti-Komintern de Taubert “included the collection, collation and distribution of material for general propaganda purposes in Spain itself, Germany, Latin America, the United States and other European countries and ranged from exhibitions, publications and radio broadcasts to the compilation of a photograph archive for use by the press and in other anti-Bolshevik literature. The Salamanca agency was also involved in the production of placards, posters, postcards and leaflets which were either dropped over Republican-held areas or distributed in regions retaken from Republican forces in an attempt to drum up support and enthusiasm for the Nationalists, essentially by describing how appalling conditions had once been and might yet become again unless vigilance was maintained” (WADDINGTON, 2007: 583).

<sup>335</sup> “By 1939 the Anti-Komintern judged that it had been successful on both counts, for not only had it been widely accepted that the USSR was responsible for the Spanish Civil War, but Spanish Nationalist propaganda was centrally rooted in anti-Communist arguments, in consequence of which German anti-Bolshevism itself had received widespread publicity and recognition” (WADDINGTON, 2007: 584).

<sup>336</sup> “Ela também estava convencida da importância internacional da Espanha: ‘A batalha na Espanha não é um assunto privado dos espanhóis. Esta é apenas a linha de frente do momento. O povo espanhol está lutando contra mercenários internacionais do povo mais fechado do planeta: **contra a ideia judia da dominação mundial chamada – bolchevismo**’” (HANEBRINK, 2018: 97-98, grifo meu).

Guerra Civil Espanhola tornou-se assunto de Estado para a ditadura nazista, assumindo relevância prioritária na *propaganda antibolchevique e antissemita* que o Anti-Komintern produziu e difundiu com o auxílio da *Nibelungen-Verlag, também uma empresa do Dr. Taubert*<sup>337</sup>.

Em 1937, “a editora do Anti-Comintern, a agência do Ministério da Propaganda responsável pela propaganda antissoviética, lançou o *Livro Vermelho da Espanha*, uma coleção de documentos, fotos e relatos de testemunhas oculares para revelar as crueldades cometidas pelos Republicanos e especialmente pelas forças enviadas por Stalin para apoiá-los” (HANEBRINK, 2018: 98). **O *Das Rotbuch uber Spanien* “foi especificamente desenhado para demonstrar que os bolcheviques tinham arquitetado o estopim da guerra na Espanha e continha não apenas descrições gráficas das atrocidades vermelhas, mas também uma boa quantidade de evidência documentando a escala e natureza da intervenção soviética”** (WADDINGTON, 2007: 585, grifo meu). Para “documentar” a tese de que haveria uma “conspiração soviética na Espanha”, o Anti-Komintern valeu-se de documentos forjados que foram anexados ao *Livro Vermelho da Espanha*. O historiador Herbert Southworth tentou determinar a autoria desses “documentos” anexados ao *Das Rotbuch uber Spanien*, publicado originalmente com uma capa que retratava a península ibérica sendo “arrancada” da Europa pela “mão vermelha” do comunismo soviético.

Reconstituindo uma intrincada rede das conexões internacionais dos golpistas liderados por Franco, Southworth assinala que os “documentos” anexados em 1937 ao *Das Rotbuch* eram idênticos àqueles enviados em 1936 ao *Foreign Office* britânico pelo marquês del Moral – Frederick Ramón de Bertodano – com o objetivo de “justificar” o “levante” contra a República como um contra-golpe preventivo a um golpe soviético supostamente em curso na Espanha. Apesar disso, não se pode atribuir a autoria dos “documentos” ao marquês del Moral, sendo provável que surgiram de uma terceira fonte<sup>338</sup>.

---

<sup>337</sup> Ainda conforme a historiadora Lorna Waddington, “the Anti-Komintern was able to exploit the Spanish situation in order to make propaganda further afield. Its extensive archive of Spanish material not only was useful as a source of reference for the German press but also formed the basis of numerous German and foreign language publications about Spanish conditions, and inevitably, Soviet culpability, godlessness, terrorism and brutality” (WADDINGTON, 2007: 584).

<sup>338</sup> Southworth lamenta não ter conseguido determinar a autoria dos “documentos” anexados ao *Das Rotbuch*, embora tenha pesquisado nos arquivos da *Entente Internationale contre la III Internationale* (EIA) na Suíça e nos acervos do *Anti-Komintern* em Berlim. “For lack of alternative candidates, let us assume the author of at least Documents I and II, and perhaps III, was [Tomás] Borrás”, escritor espanhol ligado à Falange (SOUTHWORTH, 2002: 124). Southworth credita ao historiador franquista Ricardo de la Cierva y de Hoces – que desdenha dos “documentos” mas acredita

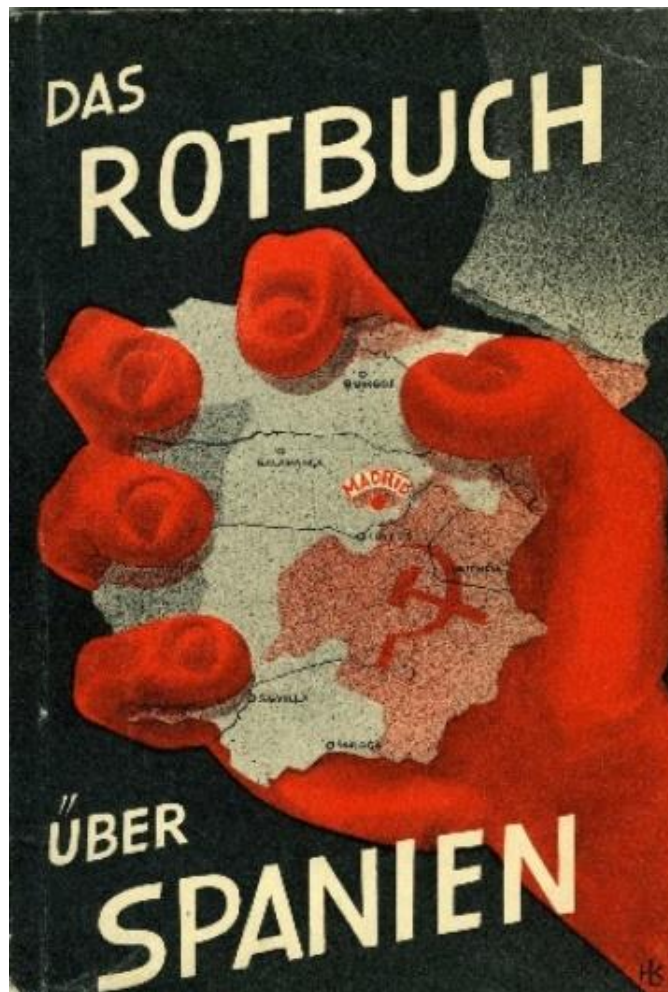


Figura 191. *Das Rotbuch über Spanien*. FONTE: Lebendiges Museum Online (LEMO).

Os “Documentos I, II e III” já circulavam anteriormente, mas foi no *Das Rotbuch* que eles foram publicados em conjunto e com fotografias pela primeira vez. Southworth resgata que “partes do Documento II foram traduzidas com estas observações preliminares: ‘O plano secreto para o levante ... continha uma sinopse precisa do total das forças bolcheviques, regulava a

---

na existência de um “golpe soviético” na Espanha – a indicação de Borrás como possível autor dos “documentos” anexados ao *Das Rotbuch*: “He [La Cierva] stated that he believed ‘to have found the person who today claims to be the author of all these documents, and he is probably the author of the first two and perhaps of the third’. Who was this person? It was ‘the writer, Tomás Borrás, who wrote them in his house in Madrid and distributed them by Falangist and military means after having reproduced them with the assistance of a typist who was working precisely in the Ministry of War’ (...) The documents, therefore, were born false, as a piece of Falangist agit-prop and were used very effectively by Spaniards and foreigners during the Civil War. (...) Their later influence was due not to their scientific authenticity – which did not exist” (SOUTHWORTH, 2002: 107).

realização da ação conjunta e indicava como meta da ação combinada uma República Soviética Espanhola” (SOUTHWORTH, 2002: 11)<sup>339</sup>. “O ponto essencial é que não havia absolutamente nada na aparência das cópias do *Rotbuch* que convencesse alguém de seu valor documental. Elas eram datilografadas em papel branco, sem logotipo e sem assinaturas; elas não eram datadas” (SOUTHWORTH, 2002: 69).

Southworth, contudo, não informa quem foram os autores do *Livro Vermelho da Espanha* propriamente dito. E quem eram? O principal deles era, simplesmente, Alfred Gielen – funcionário sênior do Anti-Komintern, assistente de seus diretores Taubert e Ehrh, e futuro representante da Europa no Conselho Executivo da Liga Mundial Anticomunista (WACL)<sup>340</sup>. E o que se deve inferir disso? Basicamente que o paralelo entre o Anti-Komintern nazista e a WACL – organizações que, embora estruturadas em períodos históricos distintos, nutriram o “sonho” de constituir uma “Internacional Anticomunista” – não é apenas uma metáfora. Não se trata somente de uma figura de linguagem qualquer. E a *persona* de Gielen representou, concretamente, esse elemento de continuidade histórica entre o Anti-Komintern nazista e a WACL da Guerra Fria. Salvo engano, o primeiro a sublinhar esse “paralelo histórico” foi o brilhante analista social Peter Dale Scott, ex-diplomata e poeta canadense. Em um artigo que ofereceu à revista *Ramparts* em 1970, nunca publicado mas que de alguma forma foi parar nos arquivos da CIA, Scott foi assertivo. Retomando a trajetória de Gielen e sua autoria do *Das Rotbuch über Spanien* – escrito de “propaganda antissemita para o Anti-Komintern de Hitler [publicado] sob a impressão da suástica” –, Scott observou que **a WACL “pode ser chamada de Segundo Anti-Komintern”** (SCOTT, 1970: 31, grifo meu)<sup>341</sup>.

---

<sup>339</sup> “As reproduções do *Rotbuch* marcaram a primeira vez que os três ‘documentos’ foram publicados na íntegra juntos, e também representaram a primeira vez que as fotografias dos Documentos I, II e III foram expostas publicamente. Provavelmente foi essa reprodução do Documento I que Josef Goebbels citou em seu discurso do Dia da Festa de Nuremberg em 1937, e que ele descreveu como ‘um documento oficial emitido pelo Comintern de Moscou que tenho diante de mim’. Goebbels bradou que havia ficado claro por esses fatos que o Comintern chegou perto de realizar seus planos e foi impedido no último momento pela forte personalidade de um homem [Francisco Franco]” (SOUTHWORTH, 2002: 11).

<sup>340</sup> Embora Gielen tenha sido seu principal autor, o *Livro Vermelho da Espanha* (1937) contou com a co-autoria de Gerhard Dohms e E. H. Bockhoff. “Das Rotbuch über Spanien. Bilder, Dokumente, Zeugenaussagen. Gesammelt und herausgegeben von der Anti-Komintern. Berlin – Leipzig: Nibelungen-Verlag GmbH. 1937. 317 S. mit Abb., 1 Kt. (Bearbeiter: A. Gielen, G. Dohms, E.H. Bockhoff. Vorwort: Eberhard Taubert.)” (SCHMIGALLE, 1986).

<sup>341</sup> Posteriormente, um arguto historiador britânico anarquista, Stuart Christie, também cravou que **“a WACL é baseada no ‘Anti-komintern’ de Goebbels e é o principal canal de fundos para organizações de extrema-direita por todo o mundo”** (CRISTHIE, 1984: 108, grifo meu). Scott voltaria ao tema, dessa vez acompanhado por co-autores, salientando que **“os capítulos da WACL também forneceram uma plataforma e legitimidade para as frações**

O lançamento do *Das Rotbuch* de Gielen foi realizado em um evento organizado pelo Anti-Komintern, “que foi amplamente distribuído pelos diversos escalões da NSDAP. Foi lançado em uma coletiva de imprensa em 21 de junho de 1937 em que estiveram presentes Taubert, Rudolf Kommos, chefe da seção de imprensa do Anti-Komintern, e o Chargé d’Affaires da Embaixada Espanhola em Berlim. (...) Após uma tiragem inicial de 50.000 cópias, outras 50.000 foram produzidas depois de três meses do lançamento do livro e, de acordo com uma revisão do Anti-Komintern sobre suas atividades na Espanha, o *Rotbuch* não era apenas valioso como um guia abrangente para a cumplicidade soviética na Guerra Espanhola, mas também servia como a base para muitas outras publicações antibolcheviques tanto na Alemanha, como no exterior” (WADDINGTON, 2007: 585). Ou seja, o *Das Rotbuch* de Gielen – indivíduo que demarcou a continuidade entre o antibolchevismo nazista próprio ao Anti-Komintern do *Propagandaministerium* e aquele da WACL – foi uma publicação nazista extremamente “bem-sucedida” aos propósitos planejados pelo III Reich.

E quem foi o prefacioandor do *Livro Vermelho da Espanha*? Naturalmente, o diretor-chefe do Anti-Komintern nazista, Taubert. Em seu prefácio ao livro, o “Dr. Anti” escreveu “que ‘assim como os titereiros desta campanha de destruição lutam contra a paz conscientemente e metodicamente, assim faz **a grande matilha daqueles pequenos judeus e bolcheviques por todo o mundo** ... que trabalham como **a vanguarda disfarçada de Moscou**’. Estes demônios pregam a paz, que na realidade é um chamado à guerra, ele disse, concebido em uma ‘atmosfera de ódio sangrento e fanático contra Estados nacionais’” (HANEBRINK, 2018: 98, grifo meu). Se Gielen foi o principal autor do *Livro Vermelho da Espanha* (1937), ele voltou a publicar pela editora do Anti-Komintern, em 1939, em co-autoria com Paul Wiebe, um livro sobre a Espanha: *Memória sobre a interferência do bolchevismo e das democracias na Espanha (Denkschrift über die Einmischung des Bolschewismus und der Demokratien in Spanien)*. Graças a essa produção literária nazista e outros serviços em prol dos golpistas espanhóis, conforme esclarece o historiador Eliah Meyer, Gielen foi “condecorado por FRANCO com a *Medalla de la Ordem Imperial del Yugo y las Flechas*”, em 30 de setembro de 1941 (MEYER, 2014).

---

sobreviventes das coalizões nazistas Anti-Komintern e Leste Europeu (*Ostpolitik*) reunidas sob Hitler nas décadas de 1930 e 1940, e parcialmente assumido após 1948 pelo Escritório de Coordenação de Políticas da CIA” (SCOTT; MARSHALL; HUNTER, 1987: 21, grifo meu).

No entreguerras, Gielen também foi um importante operador internacional das conexões do Anti-Komintern com a poderosa EIA, isto é, “a *Entente Internationale Contre la Troisième Internationale* [EIA], a agência sediada em Genebra chefiada por Theodor Aubert, que contava entre suas numerosas atividades antissoviéticas a entrega de um longo documento para a Liga das Nações protestando contra a proposta de admissão da URSS” (WADDINGTON, 2007: 579)<sup>342</sup>. A EIA foi fundada em 1924 como uma tentativa de se contrapor ao Komintern em particular, isto é, a III Internacional Comunista, e ao “marxismo internacional” em geral. Como esclarece o historiador brasileiro Vicente Gil da Silva, o suíço Theodor Aubert reuniu na ocasião, em Paris, “uma reunião com delegados de diferentes organizações europeias<sup>343</sup>. Nesse encontro, eles decidiram construir uma ‘Entente Internacional’ voltada ao combate de grupos subversivos, sendo o principal deles a III Internacional Comunista (Comintern). A Entente também se dedicaria a defender os ‘princípios da ordem, da família, da propriedade e da pátria’” (DA SILVA, 2020: 234). A EIA subdividiu suas atividades em uma secretaria permanente (*Bureau*) em Genebra, Suíça, “que deveria promover a criação de centros nacionais antibolcheviques, aos quais transmitiria informações sobre a organização, os projetos e atividades do governo de Moscou e do Comintern” (DA SILVA, 2020: 234). Aubert e o médio russo Georges Lodyginsky “gerenciavam o trabalho da Secretaria permanente, que era composta por personalidades da elite conservadora de Genebra” (DA SILVA, 2020: 234). Em pouco tempo, a EIA “criaria uma rede de correspondentes na maioria dos países europeus” e, assim, “a ‘Liga Aubert’ se tornou o grupo mais importante e mais longo

---

<sup>342</sup> “It was noted at the time by the German Consulate in Geneva that Aubert, who had originally concentrated his attacks on the Bolshevik system of government in the USSR, had more recently shifted his attention to ‘the more general theme of the fight against international Marxism’” (WADDINGTON, 2007: 579). Para um aprofundamento sobre a EIA e, em especial, para se conhecer a migração da família Lodyginsky ao Brasil e seu serviço na espionagem anticomunista prestado às autoridades brasileiras e norte-americanas, é absolutamente imprescindível consultar a pioneiríssima pesquisa do historiador Vicente Gil da Silva (2021).

<sup>343</sup> Aubert foi um dos criadores da *Fédération Patriotique Suisse* (FPS), um conglomerado de “guardas cívicas”, reconhecidas “como um complemento oficial das forças policiais e dos círculos financeiros industriais, que a patrocinavam”, além de contarem “com o apoio das autoridades políticas e militares” da Suíça (DA SILVA, 2020: 704). Em novembro de 1920, Aubert promoveu uma reunião secreta em Lucerna com membros da FPS e representantes de outros países europeus, com a finalidade de replicar o modelo das “guardas cívicas” na Alemanha, Holanda, Bélgica, Itália e Espanha. “Nesse encontro, Aubert havia apresentado o projeto de um ‘Centro Internacional de Informações’, cujo objetivo seria o de coletar informações precisas sobre o inimigo a ser combatido, para compreender sua organização, suas ações e intenções. O centro prepararia e distribuiria relatórios sobre a evolução do movimento revolucionário europeu e poderia transmitir informações importantes às autoridades policiais e formuladores de políticas” (DA SILVA, 2020: 704).

entre aqueles que se dedicaram à luta anticomunista na primeira metade do século XX” (DA SILVA, 2020: 234).

Em 1935, depois de fundar a EIA, Aubert e Lodyginsky fundariam “**o Instituto Internacional Antimarxista, também sediado em Genebra, cuja inauguração contou com a presença, em capacidade privada, por Alfred Gielen, alto funcionário do Anti-Komintern**” (WADDINGTON, 2007: 579, grifo meu)<sup>344</sup>. Em 1935, inclusive, o Anti-Komintern nazista já possuía também uma extensa rede de conexões na Europa e, em particular, imbricou suas atividades com a EIA de Aubert e Lodyginsky. “A aproximação da EIA ao Antikomintern ocorreu através de relações político-religiosas, que colocaram Georges Lodyginsky em contato com o diretor dessa organização, Adolf Ehrt, que também havia sido diretor da seção de informações da *Evangelischer Pressedienst* (Serviço de Imprensa Evangélica)” (DA SILVA, 2020: 714). O enlace transnacional entre EIA e Anti-Komintern, ademais, alcançou a América do Sul. No caso do Anti-Komintern nazista, o Cone Sul da América Latina foi alvo de intensa atividade durante o ano de 1937, com “vínculos sendo forjados ou aprofundados com Uruguai, Venezuela e Brasil, especialmente<sup>345</sup>. O ano também viu uma boa cobertura dos assuntos latino-americanos no *Nachrichtendienst* do Anti-Komintern com uma série de artigos individuais cobrindo Argentina, Brasil, México e Bolívia, seguidos em dezembro por uma matéria alarmista supostamente revelando planos bolcheviques para desestabilizar toda a América do Sul” (WADDINGTON, 2007: 588).

---

<sup>344</sup> “The Entente Internationale assisted Ehrt and his colleagues in several important ways, not only in furnishing the Anti-Komintern with vast amounts of anti-Bolshevik literature, but also in more practical ways, such as in April 1935, when, on the eve of the League Council meeting to discuss recent German breaches of the Treaty of Versailles, Aubert arranged for every delegate to receive an Anti-Komintern brochure detailing the threat posed to all European countries by the Red Army” (WADDINGTON, 2007: 579).

<sup>345</sup> No caso brasileiro, o historiador Vicente Gil da Silva esclarece que “os colaboradores do *Antikomintern* também consideravam que tinham contribuído para a criação da Defesa Social Brasileira [DSB] (DA SILVA, 2020: 253). De acordo com um documento subscrito, provavelmente, por um pastor gaúcho ligado ao Anti-Komintern, a DFS, criada em 30 de outubro de 1937, “era o resultado do trabalho preparatório de dois anos feito pela organização nazista, que desde novembro de 1935, mas especialmente a partir do início de 1937, vinha enviando, sistematicamente, material anticomunista aos ministérios das Relações Exteriores, Marinha e Exército” (DA SILVA, 2020: 253). Segundo o citado historiador brasileiro, “a influência da tradição europeia de mobilização das guardas cívicas (...) desempenhou um papel importante na formação de grupos congêneres no Brasil (a Defesa Social Brasileira) e (...), definitivamente, era parte fundamental da formação política de Wladimir Lodyginsky, líder da SEI [Sociedade de Estudos Interamericanos]” (DA SILVA, 2020: 685). Wladimir era filho de Georges Lodyginsky, co-fundador da EIA ao lado de Theodore Aubert. O pai Georges e o filho Wladimir participaram na I Conferência de Feldafing em 1936.



Já em 1936 o Anti-Komintern estabeleceu “seu primeiro ponto de apoio real naquela parte do mundo através do estabelecimento de um ‘escritório anticomunista’ em Montevideú, que foi patrocinado e aprovado pelas autoridades uruguaias e armado com fundos e materiais extensivos de propaganda pelo Anti-Komintern” (WADDINGTON, 2007: 588).

**A partir desta base, argumentou o colaborador próximo de Ehrt, Alfred Gielen, poderia ser eventualmente possível coordenar uma campanha antibolchevique que se estendesse por toda a América do Sul e, finalmente, ‘integrasse os estados da América Latina na frente antissoviética sob a nossa liderança’** (WADDINGTON, 2007: 588, grifo meu)

De acordo com memorando subscrito por Gielen em 8 de maio de 1936, comemorou-se que referido “escritório anticomunista” do Anti-Komintern no Uruguai resultou na denúncia feita à Liga das Nações pelo Estado uruguaio contra a participação “subversiva” da URSS no Levante Comunista de 1935 no Brasil. De fato, como sumaria o historiador francês Pierre Broué, o Comintern de fato enviou alguns agentes do movimento comunista internacional para colaborar na insurreição comunista de 1935<sup>346</sup>. As alegações utilizadas pela delegação uruguaia na Liga das Nações, a seu turno, basearam-se em material “**fornecido pelo Anti-Komintern através do Dr. Lodygensky da Entente Internationale contre la Troisième Internationale**, sediada em Genebra” (WADDINGTON, 2007: 249, grifo meu).

A citada “*boutade*” de Peter Dale Scott é tanto mais incisiva quanto mais se aprofunda na escavação da WACL como “Segundo Anti-Komintern” seguindo a trajetória de Gielen. Sua presença na composição do primeiro Conselho Executivo da Liga Mundial Anticomunista ganha maior densidade histórica quando se especifica concretamente a figura desse propagandista que serviu de “braço-direito” do “Dr. Anti” Taubert. Como funcionário sênior do Anti-Komintern, Gielen encarregara-se ainda da ligação com os colaboradores nazistas da antiga Iugoslávia e da Bélgica. Dirigiu as atividades do Anti-Komintern que consistiam na “prestação de assistência para organizações anticomunistas incipientes, como a estabelecida na Iugoslávia em janeiro de 1936 sob a direção do Senador Milan Popovic, e as organizações políticas mais tradicionais, como o movimento rexista de Leon Degrelle na Bélgica”. “**No que se refere às relações com Degrelle, o**

---

<sup>346</sup> “The first opportunity for the Anti-Komintern to involve itself in South American affairs appears to have been provided by a dispute between Uruguay and the USSR, which subsequently became the subject of a confrontation in the League Assembly, arising from Uruguayan allegations of Soviet complicity in the communist uprisings that had taken place in Brazil in November 1935. When this issue was discussed at Geneva between 20 and 23 January 1936, the Uruguayan delegate made some general references to Soviet interference in the internal affairs of other countries and to the connections between the USSR and the Comintern” (WADDINGTON, 2007: 589).

**Anti-Komintern parece ter feito seu primeiro contato com o líder rexista por meio de um de seus altos oficiais, Alfred Gielen, que visitou Bruxelas em outubro de 1936**” (WADDINGTON, 2007: 579, grifo meu). O futuro representante da Europa no Conselho Executivo da Liga Mundial Anticomunista, trinta anos antes de ser o executivo europeu da WACL, operou a diplomacia de “alto nível” do Anti-Komintern com os golpistas espanhóis liderados pelo Caudillo Franco, com a Entente Internacional Anticomunista (EIA) de Aubert e Lodygensky, e se concentrou com colaboradores nazistas belgas, os *rexistas* de Degrelle. No destaque da historiadora Waddington, no encontro de outubro de 1936 em Bruxelas:

**Durante uma discussão entre Gielen, Degrelle e seu especialista em propaganda, René Lust, foi acordado que o Anti-Komintern deveria fornecer material antibolchevique aos rexistas e também providenciar o envio para Bruxelas de uma exibição, uma perspectiva que tinha agragado Hitler e Goebbels** quando foi debatido durante a recente visita de Degrelle à Alemanha (WADDINGTON, 2007: 579, grifo meu)

Dessa forma, é preciso demarcar que Alfred Gielen fora, acima de tudo, um agente internacional de “alto nível” a serviço do Anti-Komintern de Taubert e Goebbels. Embora se saiba que Gielen fora condecorado por Franco em 1941 – notabilizando-se pela co-autoria do *Livro Vermelho da Espanha* (1937) e da *Memória sobre a interferência do bolchevismo e das democracias na Espanha* (1939) –, que serviu de agente de ligação do “Dr. Anti” junto à Entente Internacional Anticomunista (EIA) e aos rexistas belgas, não está claro em que medida engajou-se na tentativa de formação da “Internacional Nazista” ocorrida em 1936 sob patrocínio do III Reich. A I Conferência Internacional Secreta Anticomunista de Feldafing foi preparada pelos dois diretores-chefes do Anti-Komintern, Taubert e Ehrh – de quem Gielen era um colaborador íntimo.

Ao mesmo desde 1934 Ehrh trabalhava na “proposta inicialmente formulada por Taubert de organizar um grande evento internacional anticomunista em Berlim. A ideia era convocar o encontro para o outono daquele mesmo ano, sob a égide da EIA e a presidência de Aubert. O Antikomintern autaria como comitê local de organização” (DA SILVA, 2020: 714). Porém, como esclarece Vicente Gil da Silva, a EIA solicitou ao Anti-Komintern “um prazo maior para sua realização, já que estava envolvida com a campanha que tentava impedir a admissão da União Soviética na Liga das Nações” (DA SILVA, 2020: 714). Ehrh, conforme projeto de Taubert, insitiu em julho de 1936 junto à EIA para que a proposta do evento internacional “fosse discutida pela EIA, o Antikomintern e personalidades que estivessem trabalhando ativamente contra o

comunismo. A Secretaria da Entente aceitou o convite para participar de um encontro preparatório realizado em Fribourg im Brisgau, em outubro de 1936. A reunião propriamente dita, que discutiria o evento internacional, ocorreria em novembro, em Feldafling. Ela foi organizada como uma conferência secreta e foi prestigiada por Goebbels, que participou de uma recepção aos seus participantes” (DA SILVA, 2020: 714).

Intitulada I Conferência Internacional de Feldafling, arredores de Munique, nela, “as questões antissemitas também não foram negligenciadas”, embora seu objetivo fundamental tenha sido a construção do “núcleo de um futuro congresso mundial anticomunista” (WEINREICH, 1999: 114). Na ocasião, o “Dr. Anti” ou o “simpático fanático” de Goebbels, E. Taubert, saudou o fato de que o III Reich não estaria mais sozinho na luta contra o “judeu-bolchevismo”. O principal resultado da I Conferência de Feldafling consistiu na “decisão de **realizar uma futura conferência mundial contra o bolchevismo**” (WADDINGTON, 2007: 581, grifo meu). Conforme adiantado no CAPÍTULO 3, a função de organizar um congresso mundial anticomunista após a Conferência de Feldafling ficou a cargo de um jornalista suíço residente na Alemanha, Nils von Bahr, designado presidente de “um *Standing Committee*” do “Bureau de Organização para o Primeiro Congresso Mundial Anticomunista”<sup>347</sup>. Ao lado de Ehrt, Taubert – também Gielen? –, Von Bahr fora um dos co-organizadores da I Conferência de Feldafling, tendo se destacado como autor no *Der Weltbolschewismus*, “o primeiro esforço de publicidade do Anti-Komintern em 1936 relacionado a um trabalho colaborativo internacional” (WANDDINGTON, 2007: 581, grifo meu). O *Der Weltboshewismus* – produção ideológica nazista de ataque ao *bolchevismo mundial* – veio à luz em um cartapácio de “500 páginas, publicado no início de 1936 e que foi preparado ao longo de dois anos e meio, que consistia de artigos detalhando as atividades do Comintern em regiões tão distantes como o Pacífico Sul e o Turquestão, e países tão diversos como a França e a Mongólia Exterior” (WANDDINGTON, 2007: 581).

O principal objetivo do *Der Weltbolshewismus* “era **expor o trabalho do Comintern em um formato breve, claro e acessível e indicar as diversas medidas que estavam sendo**

---

<sup>347</sup> “Although the subsequent ‘Organization Bureau for the First Anti-Communist World Congress’ was ostensibly unaffiliated to any state, evidence from the files of the Anti-Komintern reveals that it was effectively an adjunct of that body which was all along secretly run by the Germans” (WADDINGTON, 2007: 581).

**adotadas ao redor do mundo para combate-lo**” (WADDINGTON, 2007: 581)<sup>348</sup>. Contra um inimigo transnacional, a saber, a III Internacional Comunista enquanto veículo do *bolchevismo mundial*, era preciso criar um “Anti-Komintern” nazificado, uma Anti... Internacional Comunista. Inúmeros autores que contribuíram ao monumental *Der Weltboshewismus* participaram da I Conferência Internacional Secreta Anticomunista, **“uma grande conferência organizada pelo Anti-Komintern que aconteceu em Feldafing, na Baviera, em novembro de 1936**. O evento de seis dias proporcionou um fórum para representantes de países europeus e não-europeus compartilharem suas experiências com as operações do bolchevismo; também forneceu uma plataforma para os líderes do Anti-Komintern sugerirem medidas para combate-lo” (WADDINGTON, 2007: 581). A Conferência de Feldafing assumiu uma importância estratégica para a ditadura nazista, que enviou a ela seu sacerdote do *Propagandaministerium* e seu feiticeiro do *Anti-Komintern*: “Goebbels e Taubert não apenas fizeram aparições na conferência, como também organizara uma recepção para os delegados no Ratahus em Munique. Em seu discurso na conferência, Taubert tocou em uma nota familiar: ‘Hoje não estamos mais sozinhos em nossa luta contra o bolchevismo’, afirmou”. (WADDINGTON, 2007: 581)

**Para combater com eficácia, é necessário que todas as forças sadias do mundo se unam. O bolchevismo está fundamentalmente interessado em espalhar guerra e confusão... A luta contra o bolchevismo não é uma luta pela manutenção da cultura em sua própria terra, mas uma luta pela paz mundial** (TAUBERT *apud* WADDINGTON, 2007: 581, grifo meu).

Explícita, portanto, a estratégia internacionalista de Taubert e do III Reich ao dizer que os nazistas alemães, finalmente, não lutariam mais sozinhos contra o bolchevismo mundial. Ainda é preciso determinar se Gielen esteve de fato presente na Conferência de Feldafing, em que medida eventualmente a organizou e de que forma participou dela ou não. Mas, se seus chefes diretos no Anti-Komintern – Taubert e Ehrt – foram as forças por trás da organização da I Conferência, como poderia Gielen não estar envolvido nessa tentativa nazista de criar uma “Internacional Anticomunista”? Seja como for, todavia, o tão “sonhado” congresso mundial anticomunista que deveria seguir-se à Conferência de Feldafing nunca se materializou e, “depois de dois anos de

---

<sup>348</sup> “Quaisquer que fossem os méritos da publicação, ela claramente despertou algum interesse. Por exemplo, pouco depois de seu aparecimento, o ministro alemão em Roma, que recentemente havia estado em negociações com um certo Peter Ledit, um padre jesuíta que publicou seu próprio boletim antibolchevique, o *Lettres de Rome*, solicitou vários exemplares das edições do jornal francês e italiano do *Der Weltbolschewismus*, que ele achava que poderiam ser distribuídas de maneira útil nos círculos do Vaticano” (WADDINGTON, 2007: 581).

planejamento, foi finalmente definido que se realizaria em Madrid em maio de 1939, quando se encontrou tomado por circunstâncias internacionais, mais notadamente a mudança [*thaw*] nas relações entre Alemanha e União Soviética que ocorreram depois da crise de Munique” (WADDINGTON, 2007: 581).

De fato, depois do Pacto Molotov-Ribbentrop em agosto de 1939, o Anti-Komintern teve seu orçamento cortado em 30% e seu *staff* foi “reduzido ou relegado a outros cantos do vasto império da propaganda de Goebbels”. Alguns assistentes de Taubert, “tão ativos na década de 1930, narrando as iniquidades do inimigo judeu-bolchevique em Moscou, Espanha e outros lugares, foram transferidos para um escritório da organização Ação Antissemita, onde trabalhavam em conjunto com outros *experts* da propaganda em um projeto antissemita diferente, porém relacionado: demonizar os plutocratas judeus que controlavam dos bastidores os inimigos da Alemanha no Ocidente” (HANEBRINK, 2018: 124). Os agentes de Taubert – Gielen, entre eles? – que permaneceram nos “escritórios silenciosos do Anti-Comintern”, reduzindo suas tarefas ao monitoramento da mídia soviética e das respostas internacionais ao Pacto nazista-soviético, não diminuíram “a convicção dos membros do Anti-Comintern de que o bolchevismo era uma perigosa narrativa judia” (HANEBRINK, 2018: 124). O que importa reter é que os funcionários do Anti-Komintern compuseram um núcleo nazista *hardcore* e nunca deixaram alimentar e propagandear o “sonho” do III Reich catalisar um movimento de massas internacional contra “o sistema bolchevique-judeu”: “Durante os longos meses de inação forçada”, os agentes do *Anti-Komintern* continuaram sonhando “grandiosamente em libertar suas organizações do controle do Estado e recriá-las como movimentos independentes de massa que poderiam mobilizar os alemães em torno da verdade sobre a União Soviética” (HANEBRINK, 2018: 124).

Inclusive, os funcionários do Anti-Komintern enxergaram o Pacto Molotov-Ribbentrop como “uma estrategema temporária que permitiria que a Alemanha dispensasse seus inimigos do Ocidente antes de voltar-se novamente para o Oriente, desferindo um golpe esmagador na União Soviética” (HANEBRINK, 2018: 124). Rompido o Pacto Molotov-Ribbentrop e às vésperas do lançamento da Operação Barbarossa contra a URSS, ademais, a ditadura nazista retomou com força as atividades de seus escritórios de propaganda, entre eles o Anti-Komintern, instruindo Hitler que “uma ‘guerra de aniquilação’ contra a União Soviética demandava o extermínio brutal dos ‘comissários bolcheviques’. (...) ‘Nós não travamos uma guerra para preservar o inimigo’”

(HANEBRINK, 2018: 129). O ministro da Propaganda Goebbels, inclusive, anotou em seu diário: “Agora é a hora de tocar o disco antibolchevique novamente” (HANEBRINK, 2018: 125). Com a Operação Barbarossa, “os propagandistas nazistas ressuscitaram a linguagem antibolchevique dos anos 1930 e a readaptaram para uma Europa em guerra” (HANEBRINK, 2018: 125).

E Eberhard Taubert, o “Dr. Anti-Komintern”, não poderia ficar de fora desse esforço de guerra para a aniquilação total do “judeu-bolchevismo” que foi a Operação Barbarossa, “concebida como uma ‘greve preventiva’ contra um Estado soviético que era governado por um implacável e cruel sistema judeu-bolchevique” (HANEBRINK, 2018: 131)<sup>349</sup>. Taubert foi o propagandista-mor dessa guerra de extermínio do “judeu-bolchevismo” e, como adiantado, o “Dr. Anti” integrou um programa interministerial chamado *Vineta*, uma *joint venture* entre o *Propagandaministerium* de Goebbels e o *Ostministerium* de Alfred Rosenberg. Da mesma forma como na I Conferência de Feldafing, nada se sabe ainda, no atual estágio das pesquisas, da eventual (provável) participação de Gielen na *Vineta*, dirigida por seu chefe no Anti-Komintern Taubert em associação com Gerhardt von Mende, o “turcologista” de Rosenberg que era diretor de seu *Ostministerium*, agente de ligação das alianças do III Reich com uma miríade de colaboradores nazistas do leste europeu e da Rússia, como visto no CAPÍTULO 1.

A *Vineta* era, em uma palavra, “o codinome para a área do Ministério de Propaganda que lidava com a propaganda antissoviética” (NEWTON, 1947: 2). “As três pessoas-chaves para operações contra a Rússia eram o Dr. Taubert, líder da ‘*Vineta*’, uma organização Goebbels-Rosenberg para a Ostpropaganda; Fran Melitta Weidemann<sup>350</sup>, jornalista ucraniano que estava em contato com o movimento [do general] Vlasov e que organizou a chamada *Bodenstellen*

---

<sup>349</sup> “O regime nazista havia justificado a invasão à União Soviética em 1941 identificando-a como uma guerra preventiva que destruiria o sistema judeu-bolchevique – uma composição racial-idoelógica da escravidão judaico-bolchevique para angariar apoio para a guerra total. (...) A luta da Alemanha no Oriente, disseram, era uma cruzada para defender os alemães e todos os europeus de um cruel e bárbaro inimigo racial-ideológico. Mas a diversidade de respostas à surpresa do Pacto Nazista-Soviético de 1939 mostra que a Alemanha nazista não detinha monopólio sobre o anticomunismo ou sobre o entendimento da ameaça judeu-bolchevique. Quando o regime nazista lançou sua guerra de aniquilação contra a União Soviética, a intensidade de sua propaganda contra o judaico-bolchevismo e contra o Estado soviético despertou a imaginação de anticomunistas em algumas partes da Europa e os encorajou a pensar sobre o seu papel na guerra contra a União Soviética em termos similares. No entanto, em outros lugares, a propaganda nazista teve pouco efeito na construção de um meio de campo com outros estados ou atores nacionalistas, embora houvesse uma antipatia compartilhada pelo comunismo e uma convicção similar de que os judeus estivessem por trás deste mal. E, em algumas partes, o medo local do terror judeu-bolchevique tomou forma e vida próprias. A invasão nazista da União Soviética resgatou a ideia do judeu-bolchevique na política europeia” (HANEBRINK, 2018: 125).

<sup>350</sup> Em 1936, Taubert também fundou o jornal Anti-Komintern” e Mellitta Wiedemann era seu editor-chefe.

na Rússia e Herr Pannvitz, um antigo comissário da Gestapo, acusado de atividade subversiva na Rússia” (CIA, 1949: 4)<sup>351</sup>. No pós-guerra, em 1949, a CIA registrou que “os três indivíduos nomeados acima” – o antigo triunvirato da Vineta: Taubert, Weidemann e Pannvitz – “estão vivendo sob disfarce” (CIA, 1949: 4). O “líder da ‘Vineta’” Taubert atuou como diretor do Departamento Oriental do Ministério da Propaganda, dirigindo “este departamento até o outono de 1944, quando foi dispensado e enviado para o exército” (NEWTON, 1947: 2). Isto é, a Vineta era um mastodonte da propaganda oficial do III Reich nazista em sua guerra de extermínio total do “judeu-bolchevismo”. a gigante dentro de um império mastodôntico da propaganda oficial do III Reich.

A Vineta foi estabelecida em Berlim na primavera de 1941 como um serviço central de interpretação e tradução para todas as línguas orientais (incluindo muitas línguas caucasianas). Além da mídia impressa e de filmes, a organização de propaganda produzia transmissões de rádio em 16 línguas orientais. Além da propaganda ativa nas linhas de frente, a Vineta estava envolvida também nos esforços de propaganda entre os trabalhadores orientais, os aproximadamente 1,2 milhões de voluntários orientais das Forças Armadas e os aproximadamente 1 milhão de colaboradores orientais. Em janeiro de 1944, com 932 funcionários, o departamento atingiu seu ápice e suas atividades, incluindo as transmissões de rádio, continuaram no início de abril de 1945 (FOIA RESEARCHER, 2020)

Nota-se mais uma vez, portanto, que Taubert não era “qualquer” nazista, mas sim o “simpático fanático” de Goebbels, encarregado de dirigir as principais ações de propaganda da *Ostpolitik*. Alguém poderia supor, pois, que no pós-guerra Taubert seria julgado como criminoso de guerra em face de seu papel desempenhado de assistente de Goebbels na condução da propaganda política a favor do genocídio e do Holocausto promovidos pelo III Reich, não? Não, muito pelo contrário. Na clandestinidade do pós-guerra, Taubert foi “desnazificado” e contratado pelo governo e pelos militares dos EUA e de seu “satélite”, a República Federal da Alemanha (RFA). Como se gabaria a seus captadores norte-americanos, Taubert “vendeu-se” muito bem no pós-guerra como *expert* em propaganda antibolchevique. Venceu e convenceu as autoridades dos EUA de que ele teria muito a ensinar a seus novos *contractors* dos EUA e da Alemanha Ocidental. E Taubert levou Gielen consigo nessa empreitada, empregando seu antigo subordinado dos tempos de Anti-Komintern nas novas campanhas de publicidade na Alemanha “desnazificada”. De

---

<sup>351</sup> “A maioria destes Bodenstellen [marcos territoriais] era controlada pelo Coronel [Oto Skorzeny] e acredita-se que exista hoje uma organização entre técnicos alemães, cientistas e outras figuras-chaves que foram trazidos da Rússia depois da guerra” (CIA, 1949: 4).

nazistas a *cold warriors*, como adiantado, Taubert e Gielen passariam não apenas impunes, mas continuariam no ofício da propaganda política antibolchevique, “desnazificados”.

Taubert havia se gabado às autoridades dos EUA do “alto nível” da propaganda antibolchevique e antissemita que desenvolveu a serviço do III Reich. Conforme explicou em depoimento escrito ao *Counter Intelligence Corps* (CIC) do Exército dos EUA, o antigo roteirista de *O Judeu Eterno* (1940) garantiu aos militares norte-americanos que ““O aparato da propaganda antissoviética do Ministério da Propaganda alemã era o maior e mais bem-sucedido de seu tipo e, portanto, um modelo para organizações sucessoras equivalentes”” (TAUBERT *apud* HANEBRINK, 2018: 209). Em 1949, a CIA caracterizou Taubert como “um oficial extremamente energético e altamente treinado, conhecedor profundo de todas as formas de propaganda e um dos valorizados assistentes do Dr. Goebbels e do Dr. [Hans] Fritzsche” (CIA, 1949: 2-3). A CIA teceu loas ao assistente de Taubert na era nazista e no pós-guerra: “Dr. Gielen é igualmente bem informado sobre a política soviética e é muito antissoviético. Ele é um profundo conhecedor dos meios, métodos e mecânicas das várias formas de propaganda” (CIA, 1949: 3).

Gielen foi, sem dúvida, um nazista “acima da média”. Ele “foi capturado pelos soviéticos em Danzig”, mas, “no entanto, conseguiu mudar seu nome e nacionalidade. Falando um francês perfeito, ele disse ao Escritório de Inteligência russo que era belga e, portanto, foi repatriado em Berlim onde revelou seu nome verdadeiro a um oficial belga” (CIA, 1949: 3). Senão era belga propriamente, Gielen era um “amigo nazista” dos rexistas de León Degrelle, tendo servido de ligação do Anti-Komintern com esses colaboradores nazistas da Bélgica. Depois de enganar seus captos soviéticos passando-se por belga, Gielen foi enviado “para um campo de prisioneiros de guerra britânico e, mais tarde, para um campo de prisioneiros de guerra americano onde foi subsequentemente liberado” (CIA, 1949: 3). Gielen trabalhava, em 1949, “como intérprete na estação ferroviária em LINDAU” (CIA, 1949: 3) e continuou, no pós-guerra, servindo de assistente do “Dr. Anti”. Juntos, Gielen e Taubert reativaram antigas redes políticas estabelecidas pelo III Reich, (re)conectando-se com o Gerhardt von Mende que, como visto, fora diretor do *Ostministerium* de Rosenberg. Referindo-se à Vineta, codinome do programa interministerial de Goebbels e Rosenberg para a Ostpolitik, a CIA registrou, em 1952, que “o Dr. fnu TAUBERT



**de Hamburgo trabalhava para o Professor fnu von MENDE**” (CIA, 1952: 1, grifo meu)<sup>352</sup>. Von Mende, como visto no CAPÍTULO 1, era o “turcologista” de Rosenberg no *Ostministerium* que seria recontratado no pós-guerra pelo serviço secreto britânico (MI6) e, a soldo deste, reorganizou sua rede de colaboradores nazistas do leste europeu no Bloco Antibolchevique de Nações (ABN).

Também Taubert e Gielen, no pós-guerra, reativaram suas conexões nos idos do III Reich, por exemplo, com o colaborador nazista russo Vladimir Dudin<sup>353</sup>, com Henrich Kurtz (ex-assistente de Taubert) e com a colaboradora nazista ucraniana Fran Mellita Weiedemann<sup>354</sup>. Todos eles, registrou a CIA em 1949, mantiveram “um número de conexões não-oficiais entre os membros mais proeminentes do governo alemão, incluindo Goebbels, Rosenberg e oficiais de alta patente do *SS Headquarters* e do *General Staff*” (CIA, 1949: 3). A CIA flagrou a reaproximação entre Dudin e Gielen, este servindo de “garoto de recados” de Taubert. Gielen havia visitado Dudin mas, conforme anotou a CIA, o ex-colaborador nazista russo “não estava em casa”. “O Dr. Dudin ligou para a esposa do Dr. Gielen”, que “informou ao Dr. Dudin de que o Dr. Taubert havia pedido a seu marido que entrasse em contato com o Dr. Dudin para coordenar o trabalho que agora estava sendo realizado pelos americanos” (CIA, 1949: 4)<sup>355</sup>. Novos *contractors* à vista, portanto, com o

---

<sup>352</sup> “Uma tentativa foi reportada por parte do Dr. Taubert, Diretor Ministerial, Chefe do Departamento Oriental do Ministério de Propaganda, codinome Dr. Richard, um valorizado assistente de Goebbels; [por parte de] Alfred Gielen, assistente de Taubert; [por parte do] Dr. Heinrich Kurtz, assistente de Taubert; de contatar o INDIVÍDUO [Gerhard von Mende] para formar um grupo de propaganda política contra o bolchevismo sob patrocínio do Departamento de Estado” (CIA, 1961: 2).

<sup>353</sup> Dudin era um colaborador nazista russo que passou um período da II Guerra Mundial em Kiev, capital da Ucrânia. Ele “trabalhou em jornais russos sob auspício alemão e eventualmente trocou Kiev por Berlim, chegando lá em outubro de 1942” e, “ao reportar-se a Berlim”, identificou com a VINETA, que era o codinome de uma seção do Ministério da Propaganda que lidava com a propaganda antissoviética” (CIA, 1949: 2).

<sup>354</sup> “Himmler was to hear on 5 October 1943 from the journalist Melitta Wiedemann that Hitler’s *Untermensch* slogans about the eastern peoples had ‘helped Stalin wage a national war’. Wiedemann had already reproached the Reichsführer SS on 26 May: ‘The *Untermensch* theory with regard to the eastern populations, especially the Russians, has been refuted by experience. They are good fighters; they sacrifice everything for their fatherland; they often build weapons that are at least as good as our own’” (FLEMING, 1986: 124). A CIA registrou que madame Wiedemann era “um dos mais brilhantes indivíduos não-oficiais em BERLIM. (...) Ela é conhecida por ser muito antissoviética e forte apoiadora do movimento Vlassov desde seu início. Ela se opunha à política alemã oficial no Oriente [i.e., Europa Oriental e Rússia]” (CIA, 1949: 3). Capturado pelos nazistas, o general Andrey Vlassov defectou para a Alemanha nazista e criou, com seus “amigos nazistas”, o *Russian Liberation Army – Russkaya osvoboditel’naya armiya – ROA*. Foi condenado por traição e enforcado pelos soviéticos.

<sup>355</sup> A CIA anotou que “o Dr. Taubert está novamente em contato com o Dr. Kurtz, Gielen e com Madame Wiedemann e está tentando contactar o Professor Mende” (CIA, 1949d: 5). “Dr. Taubert pediu que Gielen entrasse em contato com o Dr. Dudin e o informasse de suas novas atividades e planos. Ele está ansioso por fazer contato direto com o Dr. Dudin para coordenar a atividade antissoviética dos russos na Alemanha com os alemães que estão supostamente trabalhando na mesma área” (CIA, 1949D: 4). “Dr. Dudin acredita pessoalmente que a ideia de trabalhar com os

Departamento de Estado dos EUA mostrando-se ávido para recontratar o antigo “Dr. Anti-Komintern” do nazismo, um propagandista de “alto nível” do *Propagandministerium* de Goebbels.

**Dr. Taubert em HAMBURGO foi recentemente contatado por um oficial americano evidentemente em nome do Departamento de Estado, com o propósito de organizar um grupo especial para propaganda política contra o bolchevismo, similar ao antigo Anti-Comintern alemão, na tentativa de neutralizar a tendência atual da propaganda soviética.** Dr. Taubert (Dr. Richard) revelou seu nome real e antiga posição a este oficial que, em troca, discutiu com ele a possibilidade de tornar-se Secretário desta nova organização, cuja sede seria estabelecida em WASHINGTON (CIA, 1949: 5, grifo meu).

Foi graças a uma *expertise* desenvolvida dentro do *Propagandaministerium* de Goebbels que, embora derrotado o III Reich, Taubert e Gielen continuaram exercendo o ofício de propagandistas anticomunistas para um novo *contractor*, embora não estruturassem mais suas campanhas publicitárias contra o “judeu-bolchevismo”. “Desnazificados”, os dois *experts* em propaganda nazista tiveram de abandonar o antissemitismo em suas novas peças publicitárias, concentrando seus ataques ao bolchevismo mundial *strictu sensu*. Dessa maneira, Taubert e Gielen seriam recontratados pelos EUA e por seu “satélite” alemão, a República Federal da Alemanha (RFA), criando uma espécie de “Segundo Anti-Komintern”: a *Volksbund fur Frieden und Freiheit* (VFF). O documento da CIA citado logo acima referiu-se, provavelmente, às tratativas de Taubert com o Departamento de Estado dos EUA que desaguiariam na criação da VFF. O historiador Bernard Ludwig esclarece que o VFF, “ostensivamente uma organização da sociedade civil”, “foi posta em uso como braço forte do governo, especialmente pelo Ministério de Assuntos Alemães” (LUDWIG, 2014: 82, grifo meu). Este Ministério alemão “era responsável pela criação e distribuição de informações sobre as condições na Alemanha Oriental e por induzir alemães ocidentais a manterem-se vigilantes contra sabotagens comunistas” e “a VFF também recebia apoio financeiro da CIA pela sua participação no que os oficiais da inteligência americana chamava de guerra psicológica” (HANEBRINK, 2018: 208).

Ainda conforme Ludwig, “os protagonistas do VFF eram – ou haviam sido – próximos aos círculos do governo e aproveitavam de conexões com círculos da inteligência. Isto era

---

antigos oficiais que lideraram o Ministério da Propaganda alemão pode ser muito útil, visto que os indivíduos nomeados têm fontes excelentes de informação e são plenamente qualificados para um trabalho desta natureza” (CIA, 1949d: 4). “Recentemente, depois de uma visita de Alfred Gielen (...), Dr. Dudin ligou para a esposa do Dr. Gielen [que] informou o Dr. Dudin de que o Dr. Taubert havia pedido a seu marido que entrasse em contato com o Dr. Dudin para coordenar o trabalho que agora estava sendo realizado pelos americanos” (CIA, 1949d: 4).

especialmente verdade no caso do fundador da organização, **Eberhard Taubert**, um antigo executivo do nacional-socialista Ministério da Propaganda. **Em 1933, ele havia criado uma associação similar ao VFF, o Anti-Komintern**” (LUDWIG, 2014: 82, grifo meu).

À semelhança do Anti-Komintern, um enclave dentro do *Propagandaministerium* de Goebbels, no pós-guerra, também “a ancoragem [*anchoring*] do VFF” cravou-se “no coração do aparato do estado” (LUDWIG, 2014: 82). Antes da WACL, portanto, foi o VFF que mereceria o epíteto de “Segundo Anti-Komintern”. De acordo com Ludwig, “**Taubert estava determinado a formar uma federação de anticomunistas e reavivar o Anti-Komintern**. Em julho de 1947, Taubert, que há apenas pouco mais de dois anos havia sido **o braço direito de Josef Goebbels, tinha contatado o corpo de contrainteligência (CIC) do exército americano** através de um intermediário com um ‘projeto para ação e organização’” (LUDWIG, 2014: 82, grifo meu)<sup>356</sup>. Se durante o I Congresso Secreto Anticomunista de Feldafing, em 1936, o “Dr. Anti-Komintern” reiterou a importância de desenvolver a luta antibolchevique internacionalmente – “para combatê-lo com eficácia, é necessário que todas as forças sadias do mundo se unam” (TAUBERT *apud* WADDINGTON, 2007: 581) –, também no pós-guerra “**Taubert queria levar a luta para o palco internacional**” (LUDWIG, 2014: 83, grifo meu).

“O Anti-Komintern de Taubert já estava alimentando esta ambição dentro da estrutura de uma colaboração com a Entente International Anticommuniste (EIA) de Genebra, uma extensão da rede católica Pro Deo” (LUDWIG, 2014: 83)<sup>357</sup>. Referindo-se à Conferência de Feldafing, Ludwig reitera, inclusive, que “**as fundações para uma organização global anticomunista com seções nacionais, aos moldes da Internationale, tinham sido estabelecidas no momento de um congresso em novembro de 1936**” (LUDWIG, 2014: 83, grifo meu). No pós-guerra, “todos os planos que Taubert propôs aos americanos tinham uma dimensão internacional baseada nestes projetos anteriores. **Ao final de 1947 ou início de 1948, ele enviou Alfred Gielen para Genebra,**

---

<sup>356</sup> “In February 1948 he repeated the initiative, this time sounding out Robert Murphy, the political advisory to the American occupation forces. Like others, Taubert was hoping to profit from his experience and establish new networks with the Americans. By the time the VFF was formed in 1950 he was surrounded by veterans from the Ministry of Propaganda and a core group from the press service of the Nazi Ministry for Foreign Affairs. He was also helped by two individuals who had been active in anti-Bolshevism since the 1920s, the writer Jurgen Hahn-Butry and the intelligence officer Fritz Cramer, both of whom would later lead the VFF. The political background of the militants from the regional and local sections were more varied, including anti-communists or a more recent vintage” (LUDWIG, 2014: 82).

<sup>357</sup> Gielen também foi escalado por Taubert para “to reactivate the link with Pro Deo, but it did not meet with success” (LUDWIG, 2014: 83).

**seu antigo colega do Ministério da Propaganda que se tornara um agente da organização Gehlen.** Gielen mais tarde se tornaria chefe de relações internacionais para o VFF” (LUDWIG, 2014: 82).

Isto é, antes de tornar-se o futuro representante da Europa no Conselho Executivo da WACL na década de 1960, e depois de ter servido como funcionário sênior do Anti-Komintern nazista nas décadas de 1930 e 1940, Gielen dirigiu – ainda como subordinado de Taubert – o VFF e, simultaneamente, serviu de agente da Organização Gehlen, o serviço secreto da Alemanha Ocidental organizado pelo antigo comandante da espionagem nazista na URSS, o ex-general Reinhard Gehlen. Graças, portanto, à emergência da Guerra Fria e seus realinhamentos ideológicos, nazistas de “alto nível” como Taubert e Gielen, entre muitos outros, ganharam uma nova vida no pós-guerra, retornando para posições nas Forças Armadas, no serviço civil e na diplomacia da Alemanha Ocidental. “Conforme retornavam ao poder e relançavam suas carreiras, eles bradavam em alto e bom som suas credenciais anticomunistas enquanto suprimiam memórias de sua lealdade anterior à ideologia racial nazista” (HANEBRINK, 2018: 208). Isso porque “a cruzada liderada pelos EUA pela defesa da civilização ocidental aliava-se facilmente com outros aspectos da ideologia nazista antissoviética. A ideia do judeu-bolchevismo havia se tornado um tabu, no entanto o ‘bolchevismo asiático’ não” (HANEBRINK, 2018: 208).

“Esta mistura ideológica de ruptura e continuidade”, exemplifica o historiador Paul Hanebrink, “talvez fique ainda mais clara no trabalho de propagandistas que trabalharam para uma organização anticomunista semi-oficial da Alemanha Ocidental chamada *Volksbund for Fried und Freiheit*, ou VFF” (HANEBRINK, 2018: 208)<sup>358</sup>. Depois de servir como operador de Taubert na VFF, Gielen prosseguiu trabalhando para seu ex-chefe no Anti-Komintern em um novo *think tank*, o *Comité International d’Information et d’Action Sociale* (CIAS). Criado em 1956, o CIAS foi construído sobre uma “rede transnacional de organizações anticomunistas vinculadas ao *Comité Paix et Liberté*”<sup>359</sup>, conseguindo reativar as “redes anticomunistas internacionais do período

---

<sup>358</sup> Hanebrink analisa “uma das imagens mais descaradamente racistas da VFF”, a saber, “um pôster de 1951 retratando um soldado soviético, com feições orientalizadas e uma estrela vermelha no seu chapéu, atacando uma aterrorizada mulher alemã. A VFF criou o pôster como uma resposta aos críticos na Alemanha Ocidental que se opunham aos planos do governo de rearmar o país e contribuir para a defesa militar da Europa Ocidental. (...) Com essa imagem gráfica da ‘bestialidade asiática’, [o pôster] poderia facilmente ter sido produzido antes da queda do Terceiro Reich” (HANEBRINK, 2018: 209).

<sup>359</sup> “Linked with similar organizations across Western Europe via the Comité européen Paix et liberté, the network was rechristened the Comité international d’action sociale (CIAS) in 1956. Throughout the decade it participated in

entreguerras, particularmente as da *Entente Internationale Anticomunista* (EIA) e do *Antikomintern* em Berlim” (DA SILVA, 2020: 417). Como visto no CAPÍTULO 3, o CIAS foi nucleado pelo VFF e ambos tiveram dois “ex” nazistas como presidente e secretário-geral, respectivamente, Fritz Cramer e Gielen. Como dito com o historiador alemão Torben Gulstorff, o objetivo declarado do CIAS era o de “esclarecer a população sobre o bolchevismo-leninismo, imunizá-la contra sua influência e finalmente criar resistência mental para defender a preservação da liberdade” (GULSTORFF, 2015: 30). À semelhança de seu predecessor alemão VFF, o CIAS também contou com o apoio da CIA e dos serviços secretos da Alemanha Ocidental – a Organização Gehlen e, depois, o *Bundesnachrichtendienst* (BND).

E foi como secretário-geral do CIAS que Gielen participou, conforme detalhado no CAPÍTULO 3, da primeira tentativa de criar uma Liga Mundial Anticomunista na Guerra Fria, em 1958, no México. Foi Gielen que representou o CIAS na Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista organizada pela CIDC, APACL, ABN e por alguns “amigos norte-americanos” liderados Marvin Liebman que, rapidamente, abandonariam a empreitada. Viuse que Liebman, um judeu anticomunista, renunciou à função de organizar o futuro Congresso Mundial Anticomunista que a Conferência Preparatória de 1958 na Cidade do México tanto “sonhara”. Liebman deu-se conta do passado de colaboradores nazistas dos dirigentes do ABN, embora não se saiba se deu-se conta do caráter nazista de Gielen e Cramer, os representantes do CIAS na Conferência Preparatória de 1958. Seja como for, se a saída de Liebman atrasou a “tão sonhada” Liga Mundial Anticomunista, esta seria enfim criada, em 1966, na Coreia do Sul. E Gielen, em nome do CIAS, figurou como o representante da Europa no Conselho Executivo da WACL, o “Segundo Anti-Komintern”. Em suma, depois dessa especificação de Alfred Gielen, a continuidade histórica entre o Anti-Komintern nazista e a Liga Mundial Anticomunista – o “Segundo Anti-Komintern”, segundo caracterização de Peter Dale Scott em um artigo nunca publicado<sup>360</sup> –, cabe, enfim, arrolá-lo graficamente ao lado dos outros membros do Conselho

---

American psychological warfare campaigns and the mobilization of Europeans for the anti-communist cause, mixing covert actions with open propaganda. Paix et liberté was, first and foremost, a two-dimensional state-private network: at the national level, agents from civil society joined forces with the state to fight against the dangers of communism; at the international level, the United States and other powers used these organization and their wider networks to wage the ideological Cold War (LUDWIG, 2014: 81).

<sup>360</sup> Referindo-se a seu “Private war enterprise in Asia: Air America, the Brook Club and the Kuomintang”, Scott esclarece que ele tratou-se de “a forgotten essay of mine that I submitted to Ramparts in 1970, which somehow ended up in the CIA archives, under a cover page classified SECRET. It was routed to the CIA Deputy Director for Plans,

Executivo da WACL (biênio 1967-68). Reitere-se, portanto, o *Quem-é-quem* dos primeiros executivos da WACL, a saber:



**Figura 192.** Primeira composição da Presidência, Vice-presidência, Secretariado e Conselho Executivo da WACL: presidente Ku Cheng-kang (Taiwan); vice-presidente José Figueres F. (Costa Rica); secretário-geral José Ma. Hernandez (Filipinas); Executivos: Apeles E. Marquez (Argentina), Robert N. Thompson (Canadá), Ku Cheng-kang (Taiwan), Parviz Kazemi (Irã), Lee Eung-joon (Coreia do Sul), Zahri Muntasser (Líbia), Ramon B. Bagsing (Filipinas), Alfred B. Gielen (Alemanha Ocidental) e Phan Huy Quat (Vietnã do Sul). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 12, p. 54.

#### 4.12. Vietnã do Sul, 1968: a II Conferência da WACL

O Conselho Executivo da WACL reuniu-se em Saigon, capital do Vietnã do Sul, entre 27 e 28 de maio de 1968. A reunião dos executivos da WACL encarregou-se dos preparativos da II Conferência da Liga e deliberou sobre “a estratégia anticomunista do mundo livre”, “com

---

with a suggestion that Robert Bannerman might briefly note it ‘at the morning meeting’. (The essay is immature: I would not now attribute any operational significance to the CIA’s choice of Social Register members to front for them on the boards of their proprietaries)” (SCOTT, s.l.; s.n.). Aos 93 anos, o professor aposentado Peter Dale Scott respondeu-me em menos de um dia um email que lhe enviei para esclarecimentos sobre referido ensaio. Entusiasmou-se ao saber que seu ensaio nunca publicado, que foi parar nos arquivos da CIA, está sendo hoje utilizado por um historiador brasileiro.

particular referência à guerra anticomunista no Vietnã” diante da “generalizada Ofensiva Tet realizada pelo vietcongue” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 5, p. 6). Depois da Ofensiva Tet, “o Presidente dos Estados Unidos Lyndon B. Johnson reduziu então o bombardeio do Vietnã do Norte e clamou por negociações de paz” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 5, p. 6). A *Asian Outlook* destacou ser “imensamente significativo que o Conselho Executivo da WACL tenha se reunido em Saigon em um momento em que a atenção do mundo está voltada para cá” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 5, p. 6). O ex-premiê sul-vietnamita Phan Huy Quat, principal organizador da II Conferência da WACL, comparou os comunistas aos canibais em carta ao presidente honorário da WACL: “Caro Ku [Cheng-kang], Seu povo e o meu têm lutado contra os canibais comunistas há anos” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 5, p. 46).

Três unidades-membros da WACL coordenaram a reunião do Conselho Executivo: a de Taiwan, chefiada por Ku Cheng-kang; a da Coreia do Sul, pelo general Lee Eung-joon; e a do Vietnã do Sul por Phan Huy Quat. Ao lado deles participaram da reunião outros executivos da WACL, entre eles, o “ex” nazista Alfred B. Gielen, do Comitê Internacional de Informações e Ação Social (CIAS), representante da Alemanha Ocidental; o argentino Apeles E. Marquez, da Liga Anticomunista Latinoamericana (LAL), representante da América Latina<sup>361</sup>; e o reverendo norte-americano Daniel Lyons, representante da América do Norte. Além deles, Parvis Kazemi, representante do Oriente Médio no Conselho Executivo da WACL, “estava ausente por não ter conseguido obter um visto de seu governo” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 18). A reunião do Conselho Executivo de maio de 1968 decidiu que a II Conferência da WACL deveria “erguer novos marcos de contra-ataque na luta contra a agressão comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 5, p. 20).

O Conselho Executivo da WACL decidiu que “Nós”, os dirigentes anticomunistas, “nunca reconheceremos o vietcongue como uma das partes nas negociações. A WACL e o mundo livre estão cientes de que o vietcongue é um movimento armado de insurreição enviado ao sul

---

<sup>361</sup> Como visto, Apeles E. Marquez era o secretário-geral da Liga Anticomunista Latino-americana (LAL), a primeira tentativa de articular um órgão regional da WACL na América Latina, então presidida pelo cubano Emilio Nunez Portuondo e vice-presidida pelo mexicano Prieto Laurens. Segundo a *Asian Outlook*, “o Dr. A. E. Marquez, Argentina, delegado da WACL para a 2ª Reunião do Conselho da WACL em Saigon, voou para Taipei em 2 de junho [de 1968]. Carregando o pesado fardo de avançar com as questões atuais da WACL, ele discutiu com Ku [Cheng-kang] a respeito de muitos itens, especialmente sobre a possibilidade de estabelecer uma organização regional na América Latina. Dr. Marquez está bastante ocupado correndo de um país a outro para lidar com este assunto” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 7, p. 68).

pelos norte-vietnamitas para cumprir missões de penetração e subversão. Suas ordens e instruções vêm de Hanoi” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 5, p. 7). Os executivos da WACL expressaram seu mais profundo respeito e admiração ao ditador sul-vietnamita Nguyen van Thieu “por sua capacitada liderança e sua inteligência e determinação na luta contra o comunismo. Sabemos que o dia da gloriosa vitória da República do Vietnã sobre o comunismo logo nascerá” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 5, p. 20). O Conselho Executivo da WACL reuniu-se na escalada da Guerra do Vietnã e a *Asian Outlook* salientou que os executivos da Liga reunidos em maio de 1968 em Saigon “arriscaram suas vidas para participar da reunião” e, ao fazê-lo, inspirariam “um forte espírito de luta contra o comunismo por parte da APACL, da WACL, dos militares e dos povos do Vietnã do Sul” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 4). Como visto no CAPÍTULO 2, a I Conferência Anticomunista dos Povos Asiáticos, que criou a APACL em 1954 na Coreia do Sul, representou um contraponto à Conferência de Genebra, que colocou fim à I Guerra da Indochina e consolidou a divisão do Vietnã entre norte e sul. A seu turno, a II Conferência da WACL de 1968, organizada pelo Conselho Executivo da Liga em Saigon, deveria denunciar “as negociações de paz em Paris”, entrelida como um impasse insolúvel.

A reunião dos executivos waclianos em maio de 1968 antecipou que a II Conferência da Liga se realizaria no momento em que “o vietcongue se infiltra em direção ao sul para se engajar em subversão militar, política e social”, definindo-se como fundamental à WACL “discutir estratégias e métodos globais anticomunistas” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 4). O Conselho Executivo definiu então a agenda da II Conferência da WACL, discutindo sobre “a situação anticomunista atual” e encomendando uma “pesquisa especial sobre ‘como aniquilar os comunistas em sua chamada guerra do povo’. Esta pesquisa atende à necessidade da luta anticomunista atual. O mundo livre deve saber como lidar com a ‘guerra popular’ antes que possa deter a agressão comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 4). Esse estudo encomendado pela WACL acerca da estratégia e métodos para “aniquilar os comunistas na sua chamada guerra do povo” deveria proporcionar “um ataque vital contra o calcanhar de Aquiles do inimigo e uma mobilização espiritual dos guerreiros anticomunistas de todo o mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 4). Por último, uma Declaração Conjunta foi emitida pelo Conselho Executivo da WACL, reiterando-se a seguinte missão histórica da Liga:

Apoiar a posição resoluta da República do Vietnã em relação às negociações da paz em Paris; recusar-se a reconhecer a ‘Frente de Liberação Nacional do Vietnã do Sul’ como



parte das negociações de paz; e refutar a ideia de que o ‘governo de coalizão’ seja uma solução para a Guerra do Vietnã (...) Apelar pelo estabelecimento de uma organização coletiva de segurança da Ásia e Pacífico e esperar que a conferência do Conselho da Ásia e Pacífico a ser realizada em julho na Austrália exerça esforços para desenvolver uma aliança militar. Estabelecimento de organizações e Capítulos regionais (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 5)

A Declaração Conjunta emitida na reunião do Conselho Executivo destacou ainda o projeto da WACL de construir seus órgãos regionais em todos os continentes do planeta, salientando que dois deles já estariam constituídos: a APACL e a LAL. Assim que, **“das seis organizações regionais da WACL, a APACL foi estabelecida na Ásia e a Liga Anticomunista Latino-Americana [LAL] está realizando sua primeira conferência; mas não há organizações no Oriente Médio, África, Europa e América do Norte”** (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 5, grifo meu). A Declaração Conjunta insistiu na necessidade da WACL de estabelecer “a cooperação anticomunista entre governos”, recomendando que, “para o futuro, a WACL e a APACL devem se esforçar para desenvolver uma cooperação entre seus membros em solidariedade entre suas nações-membros, estabelecer organizações regionais de segurança coletiva por meio do desenvolvimento sólido de organizações regionais e desenvolver um forte sistema de combate da frente única global anticomunista através movimento anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 5). Apenas dessa maneira, concluiu a Declaração Conjunta, “a força coletiva e ação combinada do mundo livre podem derrotar o comunista em estado de desintegração. A WACL então alcançará sua missão histórica” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 5).

Finalmente, entre 16-18 de dezembro de 1968, realizou-se a II Conferência da WACL em Saigon no *Majestic Hotel* e, entre 19 e 20, celebrou-se a XIV Conferência da APACL. As Conferências da WACL e da APACL discutiram quatro pontos principais, a saber: o estudo de “uma estratégia global anticomunista”; a promoção e o estabelecimento de “uma organização coletiva de segurança na região pacífico-asiática”; o apoio à “justa posição de Saigon nas negociações de Paris”; e a busca de “maneiras para derrotar a chamada ‘guerra do povo’ [comunista]” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 51). Os dirigentes da WACL e APACL desfrutaram de “uma festa de recepção organizada pelo Presidente Nguyen Van Thieu e pelo Vice-Presidente Nguyen Cao Ky” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 19). A II Conferência da WACL contou com o apoio decidido da cúpula do poder de Estado da ditadura sul-vietnamita e,

nesse sentido, uma fotografia da cerimônia de abertura do certame flagrou a presença de “alto nível”<sup>362</sup>:



**Figura 193.** “Na cerimônia de abertura da II Conferência da WACL. Primeira fileira, esq. p/ dir.: Presidente da Câmara Nguyen Ba Luong, Presidente do Senado Nguyen Van Huyen, Presidente [Nguyen Van] Thieu, Presidente do Superior Tribunal Van Lihn e Primeiro-Ministro Tran Van Huong. Segunda fileira, esq. p/ dir.: Dr. Phan Huy Quat, o recém-eleito Presidente da WACL, e Dr. Ku Cheng-kang, o Presidente anterior”. FONTE: ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 16.

A II Conferência da WACL dividiu seus trabalhos em quatro Comissões – a de Cultura e Juventude, a de Economia, a de Política e a Militar e Paramilitar –, contando o evento com a presença de delegados de mais de 50 países, entre eles, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil<sup>363</sup>, Canadá, Ceilão, Chile, Colômbia, Dinamarca, República Dominicana, Equador, França, Grécia, Hong Kong, Índia, Indonésia, Irã, Itália, Japão, Coreia do Sul, Líbano, Lesotho, Macau, Malawi, Malaysia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Paraguai, Filipinas, Portugal,

---

<sup>362</sup> Também o general Cao Van Vien, chefe do Estado-maior das Forças Armadas, discursou aos conferencistas da WACL sobre “A estratégia vietnamita”, “pointing to the basic elements of military strategy of free Vietnam, taking into consideration the concept of guerrilla warfare as outlined by Mao [Tse-tung] and Lin Piao and contrasting it with his own concept” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, pp. 3-4).

<sup>363</sup> É importante destacar que, no caso dos brasileiros presentes na II Conferência da WACL de 1968 em Saigon, o almirante Penna Botto participou do conclave como presidente da CIDC, isto é, representando uma organização internacional, enquanto o Brasil propriamente dito, como unidade nacional, foi representado por Maria Helena da Gama Câmara, 2ª vice-presidente da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) (CORDEIRO, 2008: 68). Como visto, na I Conferência da WACL de 1967 em Taipei, o Brasil foi representado por outra dirigente da CAMDE, uma das frentes femininas do complexo IPÊS/IBAD, Ester Proença Lago, caracterizada pela *Asian Outlook* em 1970 como “Presidente do Capítulo brasileiro da WACL” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 2, p. 13).

Espanha, Suécia, Tailândia, Turquia, Upper Volta, EUA, Vietnã do Sul, Nicarágua e Costa Rica (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, pp. 1-2).



**Figura 194.** Capa da revista da WACL/APACL-Taiwan, *Asian Outlook*. À esquerda, Mao Tse-tung e Ho Chi Minh correm assustados, suando, da flecha da XIV Conferência da APACL. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 12, *capa*.

A maior delegação, com 30 membros, foi a do Vietnã do Sul, liderada por Phan Huy Quat e pelo coronel Do Dang Cong, secretário-geral da APACL. A delegação taiwanesa, chefiada por Ku Cheng-kang, esteve composta por Tseng Hsi-pai, Hsie Tung-ming, Hsu Ching-Ian e Liu Peng-kiou (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 12, p. 51). A delegação das Filipinas foi liderada pelo senador Ramon D. Bagatsing e pelo secretário-geral da WACL José Ma. Hernandez. A do Japão foi chefiada por Juitsu Kitaoka, que destacou a importância da WACL realizar uma de suas conferências anuais nos EUA<sup>364</sup>. A delegação da Coreia do Sul foi chefiada pelo general Lee Eung-joon e a da Tailândia pelo general Praphan Kulapichitr (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 2). Os senadores Tevetoglu da Turquia e Kazemi do Irã, assim como os deputados R. Thompson do Canadá e Anil Narendra da Índia, e o embaixador da Malásia Tan Ton Hung, estiveram presentes na II Conferência da WACL. A delegação da Espanha foi integrada por membros do Ministério de Relações Exteriores da ditadura franquista (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 2).

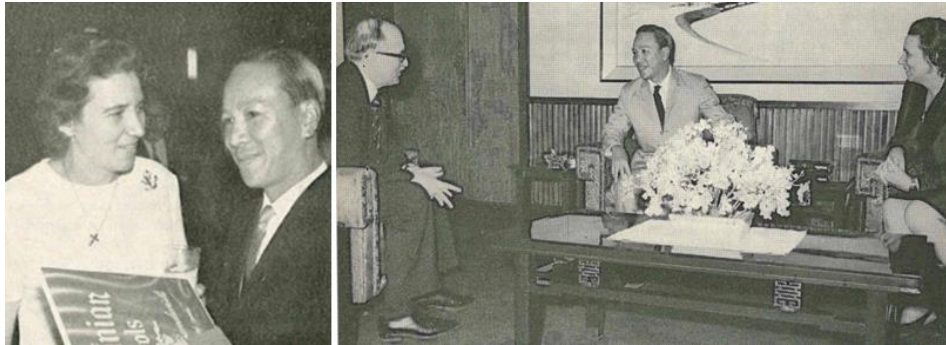
Inúmeras organizações internacionais também participaram da II Conferência da WACL. O ex-coronel da OSS Lev Dobriansky e W. Chopiowskyi, dos EUA, representaram o Comitê Nacional dos Estados Unidos das Nações Cativas (NCNC). O almirante brasileiro Carlos Penna Botto representou a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), da qual era presidente. A escritora francesa Suzanne Labin representou a Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos (CIGP), da qual era presidente. O general Paul F. Vanuxem, apontando como um dos líderes da *Organisation de l'Armée Secrète* (OAS), também representou a França<sup>365</sup>. O “ex” nazista Alfred Gielen, secretário-geral do Comitê Internacional de Informações e Ação Social (CIAS), representou a Alemanha Ocidental. O casal Yaroslav e Slava Stetsko representou o ABN<sup>366</sup>, bem como sua “organização de frente”, o European Freedom Council (EFC), que também contou com a representação do italiano Alfredo Ferlisi.

---

<sup>364</sup> “If the USA participated in the WACL and the WACL held its conference in the USA, it would raise the prestige of WACL and would give great moral support to us” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 27).

<sup>365</sup> A OAS era um grupo terrorista da ultradireita militar francesa contrária à descolonização da Indochina e da Argélia. Vanuxem, acusado de ser um dos líderes da OAS, foi preso por suposto envolvimento na tentativa de assassinato do presidente Charles De Gaulle em 1961, sendo colocado em liberdade e absolvido, em 1963, por ausência de provas (LE MONDE, 1963).

<sup>366</sup> A *Correspondência do ABN* saudou a recepção de “alto nível” que o casal Stetsko teve no seio do poder da ditadura militar sul-vietnamita. “Mrs. Slava Stetsko presented two books (*The Chornovil Papers* and Ivan Dzyba’s *Internationalism or Russification?*) and a recording of Ukrainian Christmas carols to Pres. Thieu. After a short discussion during the reception, Pres. Thieu invited the ABN delegates to his palace for an extensive discussion during which the subject of the present-day world political situation and Vietnam’s place in it was covered. (...) Mr. Yaroslav Stetsko and Mrs. Stetsko were interviewed by Vietnamese television. The subject of the interview was an evaluation of the



**Figura 195.** O casal Yaroslav e Slava Stetsko com Nguyen Van Thieu. FONTE: ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 40.



**Figura 196.** Da esquerda à direita: Yaroslav Stetsko da Ucrânia (primeiro), van Thieu do Vietnã do Sul (segundo), Ku Cheng-kang de Taiwan (terceiro), Vasil Germanj da Albânia (quinto) e Slava Stetsko da Ucrânia (sexto). FONTE: ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 22.

O ABN ainda foi representado por A. Olechnik, da *Byelorussian Liberation Front* (BLF). A Assembleia das Nações Cativas (ACEN) foi representada pelo albanês no exílio Vasil Germenji. A Federación Mexicana Anticomunista de Occidente (FEMACO) esteve representada por Raimundo Guerrero e a Free Pacific Association (FPA) pelo reverendo Raymond De Jaegher (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, pp. 2-3). Outras organizações como a Christian Anti-Communist Crusade (CACC), a Asian Lay-Christian Association, a Reinforcing Evangelist and Aiding Pastor

---

Vietnam situation, their suggestions as to the future, possible support in the political sense, the experience of the struggle of Ukraine and other subjugated countries, the evaluation of the Paris Peace talks and so forth” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 4).

(REAP) do Japão e a Vietnam Veterans' Legion enviaram também representantes ao segundo encontro anual da WACL. Uma fotografia oficial ao lado do ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu registrou alguns desses delegados e observadores da II Conferência da WACL.



**Figura 197.** Entre outros delegados da II Conferência da WACL, é possível identificar o almirante brasileiro Carlos Penna Botto. Ele é o sexto da direita para a esquerda, duplamente circulado. Saltando três pessoas à direita de Penna Botto, visualiza-se o próprio ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu e, circulos a sua direita, Ku Cheng-kang (Taiwan) e Phan Huy Quat (Vietnã do Sul). Acima de todos, ainda não preparados para a foto, é possível identificar, da esquerda à direita, Suzanne Labin (França), reverendo R. de Jaegher (EUA), Yaroslav Stetsko (Ucrânia) e Raimundo Guerrero (México). FONTE: ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 1.

Alguns chefes de Estado enviaram suas mensagens de saudação à II Conferência da WACL. Entre eles, o generalíssimo Chiang Kai-shek, que salientou que “a Liga se reúne agora para a Segunda Conferência em Saigon na República do Vietnã em um tempo em que fendas no comunismo internacional agravam-se continuamente e seus crimes são cada vez mais manifestos” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 1). Destacou sua esperança de que a WACL “continuará a contribuir para a formação de uma frente única internacional contra o comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 1). O ditador sul-coreano Park Chung-hee também saudou a II Conferência da Liga, demarcando sua “sincero apreço pelo valioso papel da WACL na consolidação da solidariedade entre os povos amantes da liberdade em face à ameaça da agressão comunista. É duplamente significativo que este importante encontro esteja acontecendo na capital

da República do Vietnã, onde as chamas da agressão comunista ainda flamejam” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 48).

O presidente (e futuro ditador) das Filipinas Ferdinando Marcos igualmente enalteceu a realização da II Conferência da Liga em Saigon, destacando que “o agredido Vietnã do Sul tornou-se símbolo da vontade indomável dos homens livres de resistir aos desígnios agressivos do comunismo, especialmente nesta parte do mundo” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 47). Ferdinando Marcos ainda assegurou, referindo-se à II Conferência da WACL e à XIV da APACL, que “as Filipinas apoiam firmemente os ideais destas duas organizações anticomunistas que se encontrarão em breve novamente, em Saigon” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 47). O primeiro-ministro (e marechal de campo) da Tailândia Thanom Kittikachorn também enviou sua mensagem de saudação à segunda reunião anual da WACL, assegurando que “esta Conferência Geral representa mais um esforço conjunto das nações amantes da liberdade de oposição ao expansionismo comunista e defesa da paz e da liberdade” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 47).

#### *4.12.1. O discurso do ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu e outros oradores*

Da mesma forma como o ditador sul-coreano Park Chung-hee discursou na abertura da XII Conferência da APACL de 1966, momento de criação da WACL; assim como o ditador de Taiwan Chiang Kai-shek discursou na I Conferência da WACL de 1967 em Taipei; o ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu abriu os trabalhos da II Conferência da WACL de 1968 em Saigon. Em seu discurso de abertura, Van Thieu garantiu seu “apoio ativo às duas conferências”, a II da WACL e a XIV da APACL, assinalando “que não permitiria de maneira nenhuma que o sistema democrático da República do Vietnã fosse destruído pela agressão comunista”, expressando “sua convicção de que a convocação da conferência da WACL neste momento teve importante significado político” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 51). Van Thieu saudou a realização da II Conferência da WACL em Saigon como um evento “histórico”. Dirigindo-se aos presentes no certame, alegou que “a presença de vocês aqui hoje será certamente considerada pelas gerações futuras como o mais crucial evento histórico de uma era em que todas as nações do mundo se uniram em um esforço comum para impedir a invasão comunista estabelecer e manter a liberdade, a igualdade e a felicidade” (WACLROC, 1969: 2).

“Vocês são o símbolo de nossa firme determinação em alcançar o sucesso nesta nobre causa” e a II Conferência da WACL seria, segundo Van Thieu, “a evidência da cooperação internacional altamente valioso de nosso tempo” (WACLROC, 1969: 2). A WACL deveria, assim, servir de instrumento “para melhorar e evoluir a cooperação internacional existente” (WACLROC, 1969: 2). De acordo com o ditador sul-vietnamita, a WACL representaria a esperança de construir “um movimento mundial que deve ser considerado como uma missão internacional em comum para deter a agressão comunista” (WACLROC, 1969: 2). Van Thieu caracterizou o Acordo de Genebra de 1954 – que colocou fim à I Guerra da Indochina e contra o qual a APACL foi fundada na Coreia do Sul – como “a primeira parte” do esquema dos “imperialistas comunistas” para “expandir sua influência para o Sudeste Asiático”, momento em que “ocuparam o território ao norte do nosso país” (WACLROC, 1969: 3). Desde então, destacou Van Thieu, “a metade que resta de nosso país foi submetida a uma intensa pressão pelo comunismo internacional durante 14 anos” (WACLROC, 1969: 3). Em 1968, porém, “o mundo todo claramente entendeu a guerra cruel que o povo vietnamita deve enfrentar” (WACLROC, 1969: 3).

Van Thieu criticou, em seu discurso de abertura da II Conferência da WACL, a decisão dos EUA de interromperem o bombardeamento do Vietnã do Norte, o que teria resultado no aumento dos “ataques terroristas comunistas” ao regime de Saigon. Os métodos terroristas dos “comunistas de Hanoi”, segundo o ditador sul-vietnamita, teria como objetivo destruir o moral dos apoiadores da República do Vietnã e, assim, facilitar a conquista da parte sul do território vietnamita. Todavia, os “comunistas de Hanoi” teriam diversificado seus métodos de conquista e, “de uma invasão armada ao nosso país, voltaram-se para uma luta política” (WACLROC, 1969: 6-7). Esse objetivo de conquista do Vietnã do Sul seria parte de um plano de dominação mundial dos comunistas. A conquista de Saigon seria “meramente parte da estratégia que empregam no caminho para seu objetivo final de conquistar o mundo” e, “consequentemente, por muitos anos os vietnamitas têm estado envolvidos em uma guerra com um bloco comunista mundial, não com uma força comunista regional” (WACLROC, 1969: 8).

O Vietnã do Sul enfrentaria, portanto, uma guerra contra o movimento comunista internacional. Ademais, concluiu Van Thieu, se é verdade que as guerras sempre trazem morte e sofrimento, a Guerra do Vietnã poderia ter outro significado: “prevenir a disseminação de tais desastres” (WACLROC, 1969: 8). Assim, a missão comum de todos os anticomunistas do mundo



consistiria na “prevenção de uma desastrosa agressão comunista” (WACLROC, 1969: 8). Dessa forma, diante do “agressor comunista” de Hanoi, o ditador sul-vietnamita alegou que não aceitaria uma “solução política” como forma de colocar fim à Guerra do Vietnã. Uma vez que o “imperialismo comunista” teria iniciado a Guerra do Vietnã, segundo Van Thieu, nunca a “democracia” sul-vietnamita aceitaria “qualquer organização comunista em nossos territórios”. A solução mais “desejável” para colocar fim à Guerra do Vietnã seria vencê-la, isto é, “demolir à força todas as intrigas agressivas do imperialismo comunista” (WACLROC, 1969: 10). No lugar de uma “solução política”, tal como àquela atingida em 1954 pela Conferência de Genebra, Van Thieu não aceitaria nada aquém do que a aniquilação pela força do “agressor comunista”. Dessa feita, depois de reivindicar “o direito supremo da nação” vietnamita, Van Thieu defendeu que “esta posição também ilustra a promessa do povo vietnamita de participar da missão internacional anticomunista” (WACLROC, 1969: 10).

O exemplo do Vietnã do Sul seria um padrão a ser seguido por cada país do mundo onde a “doutrina comunista” estaria sendo difundida, arrematou Van Thieu. O caso sul-vietnamita demonstraria, concluiu o general-presidente, “a importância crucial de um espírito cooperativo internacional, já que seus efeitos mais imediatos serão as contribuições ativas e efetivas para a luta contra as opressões que os comunistas criaram em cada nação” (WACLROC, 1969: 11). “Acredito que com uma resolução firme de cooperação internacional, nós podemos facilmente ser bem-sucedidos na construção de uma força capaz de aniquilar quaisquer tentativas do império comunista” (WACLROC, 1969: 11). Consequentemente, a estratégia a ser seguida pelos anticomunistas seria a da “cooperação internacional” e a WACL seria o veículo mais adequado para tanto: “A formação desta Liga Mundial Anticomunista, da qual são representantes, expressa a clara compreensão atual da necessidade de cooperação internacional, se a humanidade quiser sobreviver e evoluir” (WACLROC, 1969: 12).

**Com um total de 53 unidades-membros representando nações e organizações de todas as nacionalidades, e com a participação de mais de 30 unidades organizacionais de todo o mundo, a Liga Mundial Anticomunista destaca a ampla aceitação do conceito de cooperação, assim como a postura genuinamente anticomunista do mundo.** Espero e estou convencido de que em um futuro próximo a Liga Mundial Anticomunista cumprirá o papel positivo de [ser] uma força anticomunista internacional, ajudando a realizar a missão do nosso tempo: a derrota da agressão comunista, a restauração da felicidade de todos os povos do mundo, a promessa de progresso para as gerações futuras. Espero que nesta segunda Conferência Geral, os problemas que mencionei sejam examinados e solucionados por sua inteligência, assim como o forte desejo de vitória que trouxeram de todos os cantos do mundo para este

auditório. **Também gostaria de lembrá-los particularmente de que estão na linha de frente da guerra anticomunista internacional** (WACLROC, 1969: 12, grifo meu)

Ou seja, na medida em que a WACL celebrou sua II Conferência em plena Guerra do Vietnã em 1968, Van Thieu saudou os conferencistas por estarem *na linha de frente da guerra anticomunista internacional*. Depois dele, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang discursou, agradecendo a Van Thieu por seu papel de liderança “na resistência contra a agressão comunista” e “aos americanos e outras forças aliadas” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 12). Também Ku Cheng-kang saudou a organização sul-vietnamita da II Conferência da WACL “em meio a uma guerra em grande escala” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 12). Caberia à WACL, então, ocupar-se da “formulação de uma estratégia de meta unificada contra o comunismo para que todas as forças de liberdade possam trabalhar coordenadamente e tomar ações conjuntas para derrotar o inimigo” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 12). Ku Cheng-kang salientou que uma sessão especial da II Conferência da WACL seria destinada a debater o tema “contramedidas à chamada Guerra do Povo”, assunto que seria, “sem dúvidas, central a qualquer estratégia global unificada contra o comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 12). No centro dessa estratégia global anticomunista, arrematou Ku Cheng-kang, “cada região deveria criar uma organização regional de segurança coletiva de forma a frustrar as tentativas do inimigo de nos derrotar, um a um” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 12).

A WACL deveria deflagrar um conjunto de “medidas contraofensivas” contra o inimigo comunista em todas as frentes – ideológica, política, econômica e social – “de forma a enfraquecer o inimigo e intensificar sua crise interna como um prelúdio à ação militar contra ele” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 13). A WACL deveria aproveitar dos “conflitos internos do Comunismo Internacional e antes de tudo desferir um golpe fatal contra seu regime mais belicoso”, conferindo simultaneamente apoio aos *freedom fighters* “atrás da Cortina de Ferro de forma a acelerar a desintegração precoce da tirania comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 12). Nesse sentido, o primeiro presidente da WACL resumiu o plano da Liga de coesionar o internacionalismo anticomunista da Guerra Fria:

Esperamos que a OTAN seja consolidada e fortalecida ainda mais, **que uma Organização Regional da Ásia e Pacífico de Segurança Coletiva seja logo criada, e que haja na África e na América Latina arranjos respectivos para defesa comum e segurança mútua**. Vamos apoiar todos os esforços feitos por cada nação para resistir à agressão comunista e frustrar todas as tentativas comunistas de infiltração e subversão.

**Daremos todo o apoio moral e material possível ao movimento de libertação do leste europeu, à luta anticomunista e anti-Mao Tse-tung na China continental, às lutas anti-Kim Il Sung e anti-Ho Chi Minh na Coreia do Norte e Vietnã do Norte, respectivamente, e a todos os outros povos escravizados na sua luta por liberdade (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 13, grifo meu)**

Ao final de seu discurso, Ku Cheng-kang agradeceu os trabalhos do secretário-geral da WACL, o filipino Jose Ma. Hernandez, e apresentou ao auditório da II Conferência da Liga o vietnamita Phan Huy Quat, “Presidente desta Conferência” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 13). Huy Quat era o primeiro-ministro interino do Vietnã do Sul quando a APACL foi criada, em 1954, na Coreia do Sul. Com a celebração da II Conferência da WACL, respeitando-se o sistema de rodízio da presidência da Liga, Huy Quat tornou-se seu presidente entre 1968-69. Em seu discurso, o recém-eleito presidente da WACL denunciou que “os comunistas norte-vietnamitas continuam lançando ataques covardes contra civis inocentes, continuam explorando negociações de paz com propósitos de propaganda e negam descaradamente sua agressão armada contra o Vietnã do Sul. O Acordo de Genebra não impediu tal agressão armada” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 10). Tratando da APACL, Huy Quat assinalou que esse órgão regional da WACL na Ásia deveria “apoiar as forças e governos anticomunistas expondo todas as falsas ideias de paz que podem beneficiar apenas os comunistas. Acreditamos que esta seja a tarefa mais urgente para a APACL” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 11).



**Figura 198.** Da esquerda para a direita: Phan Huy Quat, Nguyen Van Thieu e Ku Cheng-kang. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 25.

O ex-premiê do Vietnã do Sul defendeu ainda que “até mesmo nas nações-membros da APACL, os lacaios comunistas estão subvertendo a opinião pública”, sinalizando que, “na etapa mais crucial desta guerra anticomunista”, “estamos determinados: a não entrar em um acordo com os comunistas; a não aceitar nenhuma forma de coexistência pacífica; a lutar até a vitória final” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 6, p. 11). O complexo APACL/WACL, portanto, deveria *guerrear* o comunismo “até a vitória final”, sem preocupar-se com “conversações de paz” que demandariam “enorme sacrifício”. E seriam nessas “conversações de paz” que os “assassinos de Hanoi” estariam enganando “os governos Aliados” na Guerra do Vietnã. Insinuando cessar seus movimentos de “agressão, terrorismo e sabotagem”, “os comunistas frustraram, por anos, todos os tipos de progresso no Vietnã e detiveram nossos esforços para desenvolver o sudeste asiático” (WACL, 1969: 21). Referindo-se à dominação soviética na Europa Oriental, Huy Quat assinalou à II Conferência da WACL que “a força militar não suprimirá movimentos democráticos iniciados na Tchecoslováquia. Na sua situação presente, os povos tchecos não podem pegar em armas contra meio milhão de soldados russos e de países satélites. Sua resistência pacífica não será esmagada, no entanto – ela crescerá nos próximos anos” (WACL, 1969: 22).

Por mais que o Partido Bolchevique dominasse a Rússia por mais de meio século, advertiu Huy Quat, “o Partido Comunista não contribui para a felicidade da humanidade. Seu único sucesso é o estabelecimento do totalitarismo que, como mostra a história mundial, torna-se cada vez mais teimoso, injusto e avesso porque a autoridade governante está sobrecarregada” (WACL, 1969: 22). O assim chamado “paraíso comunista” da URSS não atrairia mais os russos e muito menos os povos dos “países satélites”. “As bilhões de pessoas vivendo sob o governo de ferro comunista falharam em alcançar o progresso das nações livres” e, assim, destacou Huy Quat, a atenção dos “povos dos assim chamados países socialistas” estaria voltada ao *próspero* “mundo livre”.

Dessa maneira, “seu ávido desejo por diversão exerce forte pressão nos regimes comunistas” (WACL, 1969: 22). A prosperidade econômica do “mundo livre” seria, pois, o grande motivo da perda da atração exercida pelos partidos comunistas mundo afora. Inclusive nos países “subdesenvolvidos”, prosseguiu Huy Quat, “o proletariado adquiriu seus privilégios básicos” (WACL, 1969: 22). Já nos assim chamados países “socialistas”, “os chamados governos proletários – não as nações livres – exploram o proletariado” (WACL, 1969: 22). “A reabilitação

da Alemanha Ocidental, Japão e muitos outros países arruinados pela Segunda Guerra Mundial”, prosseguiu Huy Quat, seria mais uma “prova eloquente de que os regimes comunistas ditatoriais não podem trazer felicidade à humanidade” e, uma vez que os países do extinto Eixo nazifascista rejeitaram “as ideologias ditatoriais militaristas”, eles teriam progredido e prosperado rapidamente. Comparando o “totalitarismo” nazifascista com o assim chamado “totalitarismo” comunista, Huy Quat concluiu que “eventos provaram que as doutrinas totalitaristas são inadequadas à natureza humana e não permitem o progresso construtivo” (WACL, 1969: 23).

Os governos comunistas “totalitários” estariam forçando seus povos “a exportarem armas e ideologias políticas, enquanto estes povos estão em extrema necessidade de comida e outras necessidades” (WACL, 1969: 24). O *progresso* e a *prosperidade* do “mundo livre”, garantiu o então presidente da WACL, contrastariam com o “totalitarismo” dos países “socialistas”, o que aumentariam “a distância entre o bloco comunismo e o mundo livre” (WACL, 1969: 24), acelerando-se a derrota do primeiro. O “imperialismo comunista” seria então, na terminologia de Huy Quat, “o último imperialismo existente na Terra atualmente”, criticando o vietnamita a “sociedade comunista” por não encorajar o “trabalho duro” individual e por estimular “outros tipos de trabalho”: “Porque os povos que foram escravizados pelos comunistas perderam tempo sendo doutrinados e criando instrumentos de morte em vez de produzirem para criar felicidade” (WACL, 1969: 24). Huy Quat, finalmente, assegurou ao auditório da II Conferência da WACL que o “mundo livre” venceria o “Bloco Comunista”, salientando que:

A Cortina de Ferro e a Cortina de Bambu, embora tenham escondido a exploração comunista da humanidade, não puderam impedir a entrada de todas as imagens favoráveis ao mundo livre. Consequentemente, a questão tchecoslovaca emerge de outras formas – o homem é sempre o homem e seu destino o preocupa mais do que qualquer outra coisa. O mundo atual parece ter perdido toda a semelhança com a sociedade da época de Karl Marx e é diferente da Rússia czarista ou stalinista. Sendo assim, todas as ideologias comunistas não permitirão progresso. Opiniões falaciosas sobre o homem e a sociedade, a severa fórmula do regime de um partido único e métodos educacionais e propaganda ultrapassados são os obstáculos mais importantes do desenvolvimento de povos dominados pelo comunismo (WACLROC, 1969: 24-25)

Apesar dessa “certeza” assegurada por Huy Quat, embora a “humanidade” estivesse vivendo “um período esperançoso”, “infelizmente, o povo vietnamita ainda não teve a chance de contribuir para o enorme progresso do mundo porque a agressão comunista no sul do Vietnã não acabou” (WACLROC, 1969: 25). Mas, concluiu o presidente da WACL para o biênio 1968-69, com a firmeza do “povo vietnamita” em sua decisão de “lutar contra o comunismo”, “a

determinada cooperação do mundo livre, os sacrifícios das forças vietnamitas e aliadas, colherão resultados encorajadores. Depois de sua invasão infrutífera da Coreia, os comunistas terão uma lição amarga no Vietnã. Esperamos que esta agressão comunista seja a última. Derrotar o comunismo na última batalha é uma grande honra para o nosso país” (WACLROC, 1969: 25).

#### *4.12.2. Resoluções e Declaração*

A II Conferência da WACL aprovou mais de 30 Resoluções. Em uma delas, decidiu-se pela “formação de uma Liga Mundial da Juventude Anticomunista [WYACL]”<sup>367</sup>, “programada para ser inaugurada em 1970” com Ku Cheng-kang como seu presidente honorário (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 52). Em outra Resolução, intitulada “Sobre ações anticomunistas ofensivas”, a WACL conclamou “as organizações regionais existentes a desenvolverem sua eficácia e elevarem os acordos de cooperação bilateral existentes para convênios de cooperação multilateral de forma a solidificar e aumentar a resistência contra a agressão, para proteger as muralhas da liberdade e fortalecer a segurança coletiva do mundo todo” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 41). Outra Resolução, intitulada “Para apoio total à República do Vietnã nas Conversações de Paris”, condenou qualquer concessão destinada a “apaziguar os agressores comunistas”, sob pena de “colocar em risco o Mundo Livre, reforçando seus agentes a absorverem os países livres um a um” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 35).

O Vietnã do Sul, diante “da carnificina desumana e impiedosa” que estaria sofrendo “nas mãos de Ho Chi Minh”, recebeu o apoio inequívoco da WACL, que apoiou a recusa sul-vietnamita de entabular as negociações de paz em Paris, supostamente conduzidas “pelos comunistas traiçoeiros”. Essa Resolução da II Conferência da WACL, intitulada “Para apoio total à República do Vietnã nas Conversações de Paris”, recomendou ao governo sul-vietnamita que não recuasse um passo sequer nas mesas de negociações, “à luz das trágicas experiências dos países do leste europeu”, sugerindo que nunca aceitasse “a formação de um governo de coalizão com a chamada

---

<sup>367</sup> Uma delegação da juventude reuniu-se na II Conferência da WACL para organizar a estruturação da WYACL e foi decidido que seu Comitê Preparatório seria composto dos seguintes membros: Conselho Executivo: Naronk Khemayodhin (Tailândia), Jong Kun Lee (Coreia do Sul), To Kimchiro Tamazawa (Japão), Maria Dascalakis (Grécia), Pham Phuc Hung (Vietnã do Sul), Hsu Kang Tsung (Taiwan); Secretário Geral: Pham Quan Khanh (Vietnã do Sul); Chefe da Seção de Estatuto: Chung Tsung Yuan (Taiwan), Chefe da Seção de Propaganda: Jong Kun Lee (Coreia do Sul), Chefe da Seção de Assuntos Gerais: Le Dihn Dieu (Vietnã do Sul) (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 37).

‘Frente de Liberação Nacional’, criação e ferramenta do Vietnã do Norte comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 35).

Outra Resolução, designada “Pare com a política de *appeasement* e conciliação com os regimes comunistas”, conclamou os EUA a abandonarem sua postura *soft* com o comunismo. Sob alegada influência “liberal-comunista”, os EUA teriam renunciado à política de *vencer* o comunismo e adotado a estratégia da “construção de pontes com os países comunistas”. Contrária a essa tendência, a WACL conclamou os EUA a renunciarem à política de apaziguamento e conciliação com o comunismo, em especial às “Conversações de Paris” que buscavam colocar fim à Guerra do Vietnã<sup>368</sup>. Mais três Resoluções da II Conferência da WACL também versaram sobre a Guerra do Vietnã: “Condenar atrocidades comunistas no Vietnã”, “Enviar mensagem às Forças Armadas Aliadas na República do Vietnã”<sup>369</sup> e “Derrotar a agressão comunista no Vietnã”<sup>370</sup>. A II Conferência da WACL ainda aprovou Resoluções no sentido de “Contrariar as novas ações provocativas dos regimes comunistas”; “Condenar a invasão russa à Tchecoslováquia”; “Ajudar os povos de todas as nações cativas”; “Liquidação do Império Russo”; “Apoiar o movimento de

---

<sup>368</sup> “Whereas it has become evident that under the influence of Communist-inspired liberals, the American spine of resistance against Communism has softened in the past decade even to the extent of sacrificing American lives and treasure in half-hearted wars with the Communist world; Whereas the No-Win Policy of America, together with her naive belief in ‘building bridges to the Communist countries’, has proven ineffective and unrealistic since it was painfully jolted by the ruthless invasion of Czecho-Slovakia by Warsaw Pact troops, under the leadership of Soviet Russia; therefore, BE IT RESOLVED: That the League now urge the United States of America to cancel its policy of appeasement and accommodation with Communists all over the world, especially at the Paris talks, and pursue, instead, an uncompromising, sustained and morally inspired policy to defeat the moral evil incarnated in Communism, and thus assure Peace, progress, prosperity and happiness of the human race” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 30).

<sup>369</sup> “Greetings are conveyed to the members of the Armed Forces of the United States, Korea, Thailand, Australia and New Zealand who are providing such invaluable assistance to the courageous Republic of Vietnam. (...) With our expressions of gratitude for your part in this world-wide struggle for freedom we pledge ourselves to avoid complacency in respect to your sacrifices and to guard against Communist infiltration in our homelands. As a representative world-wide organization fully aware of the insidious methods of Communist aggression – we salute you for your devotion to duty and acceptance of high principles in these operations” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, pp. 45-46).

<sup>370</sup> “Whereas the protracted Vietnam war, instigated by the Hanoi regime to topple the duly constituted government of the Republic of Vietnam and to subjugate the Vietnamese people under Communist domination, constitutes a serious threat to the security and the maintenance of peace in Asia; Whereas the recent Communist assaults on urban centers, stepped-up subversive activities all over Vietnam, and the massive infiltration of North Vietnamese regular troops across the demarcation line, reveal beyond any shadow of doubt Communist aggressive designs in Asia; therefore, the Second Conference of the World Anti-Communist League (...) resolves to: (...) Vehemently condemn and lay bare to world opinion Communist hypocrisy in the Paris peace talks and their deceptive tactics to lure the free world into a false sense of security and self-complacency; Earnestly urge the United States and other free nations having fighting forces in Vietnam to heighten their vigilance against the Communist ‘fight-talk’ strategy and to exert greater military pressure on the enemy in order to speed up the final victory of the free world” (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 41).

libertação das nações escravizadas”; “Condenar os atos agressivos do regime comunista norte coreano” e “Em apoio ao X Aniversário da Semana das Nações Cativas”.

Outra Resolução, intitulada “Infiltração comunista na religião”, conclamou “todos os líderes religiosos a reagir espiritualmente contra a infiltração ideológica comunista em todas as religiões” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 39, grifo meu). Outra, que versou “Sobre o neutralismo como o calcanhar de Aquiles do comunismo”, caracterizou o *neutralismo* como *imoral e vergonhoso* por demonstrar “a falta de determinação e coragem de escolher entre o Bem e o Mal” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 39). A Resolução localizou o “calcanhar de Aquiles” do comunismo em seu “front interno, porque o comunismo é odiado pelos escravizados – povos e indivíduos” e, assim sendo, “a melhor forma de derrotar o comunismo é apoiar as forças insurgentes na luta contra esta tirania” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 39). Dessa forma, assinalou que a WACL deveria “atacar as próprias fontes do mal – a Rússia étnica e a China continental, porque, ao fazê-lo, provocaremos a queda do comunismo em todos os lugares” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 39). Recomendou, ademais, que “a China comunista deveria ser atacada primeiro, para que possamos aproveitar tanto do mal-estar entre China e Rússia, quanto do terror existente *na própria* China vermelha” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 39). Caberia, portanto, à “China Livre [Taiwan] derrotar o cambaleante regime de Mao através de medidas concretas de auxílio aos povos amantes da liberdade que galantemente lutam contra a tirania no continente” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 39).

Em outra Resolução, intitulada “Urgência de medidas adequadas para enfrentar a ameaça comunista”, a WACL prometeu continuar “a montar com maior vigor e determinação uma ofensiva de propaganda não apenas contra os líderes comunistas, mas também contra aqueles que constantemente buscam construir pontes impossíveis com países comunistas” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 40). A Resolução determinou a todos membros da WACL a “unirem suas forças e contribuírem com sincero apoio moral, político e financeiro ao Secretariado da WACL **para levar adiante a guerra psicológica e de propaganda contra o Partido Comunista em qualquer forma que possa mostrar sua feia face no mundo**” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 39, grifo meu). Outra Resolução, que versou “Sobre Células de Liberdade e Centros de Treinamento”, conclamou todas as unidades-membros da WACL a estabelecerem “**células de liberdade nos níveis de escola primária, secundária e universitário** com o propósito de proporcionar aos jovens as vantagens da orientação especializada na formação de um vigoroso e corajoso espírito de liberdade **que**



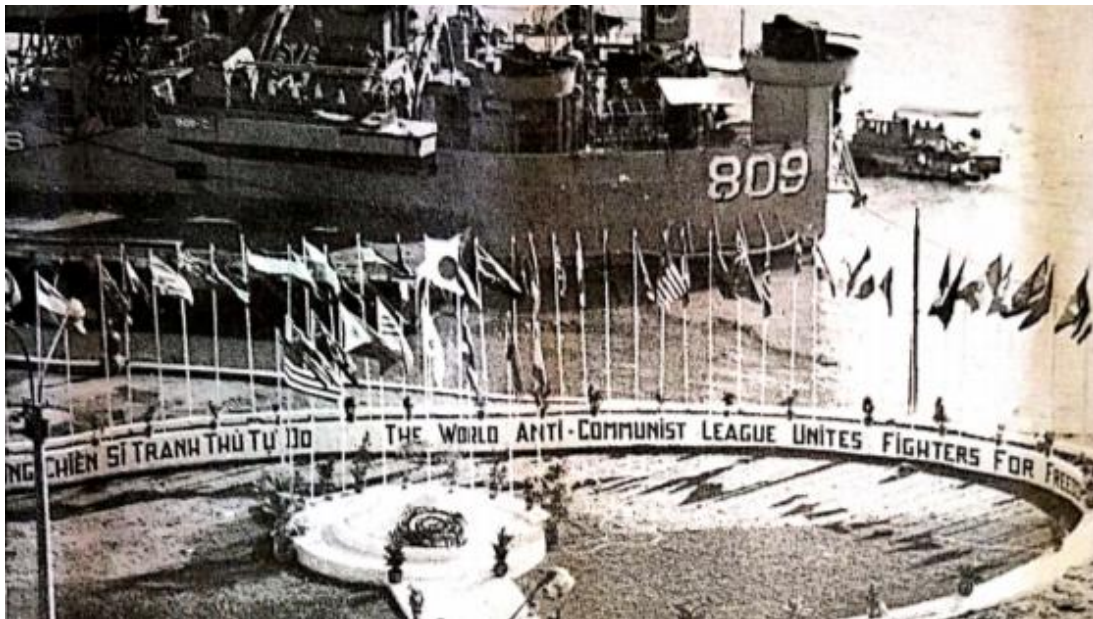
**desafiará a ameaça do comunismo internacional e todas as outras formas de absolutismo”** (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 41, grifo meu). Uma Resolução, proposta pela WACL-Taiwan, propôs a “Designação de 23 de janeiro como ‘Dia Mundial da Liberdade’”. Buscou-se assim internacionalizar, via WACL, o “Dia da Liberdade”, comemorado anualmente em Taiwan desde que, em 23 de janeiro de 1954, “mais de 22.000 guerreiros anticomunistas chineses e coreanos, embora inicialmente forçados a participar da guerra coreana pelo lado comunista, finalmente recuperaram sua liberdade devido ao justo apoio do mundo livre” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 42). A Resolução assinalou ser imperativo que “o movimento anticomunista do ‘Dia da Liberdade’ seja estendido e transformado em um movimento mundial”, recomendando-se às unidades-membros da WACL a “patrocinarem e realizarem uma ‘Semana Mundial do Dia da Liberdade’ entre as pessoas de seus próprios países ou regiões, conduzindo diversas atividades anticomunistas e intensificando a guerra psicológica contra os regimes comunistas todos os anos, durante o período” (ABN, 1969, v. XX, n.º 2, p. 42). Finalmente, uma Resolução em especial, intitulada “**Sobre a intervenção em Cuba**”, defendeu a necessidade dos EUA e da OEA reverterem (*rollback*) a Revolução Cubana de 1959:

Considerando que o falecido Presidente Kennedy disse, em clara declaração, que defenderia os Estados Unidos contra a ofensiva comunista já em desenvolvimento perto da costa da Flórida, mesmo que tivesse que agir sozinho, sem a aprovação dos países latino-americanos; Considerando que, recentemente, duas conferências subversivas, realizadas em Havana, aumentaram consideravelmente a ameaça à América Latina; **Considerando que o sanguinário Fidel Castro impõe a servidão marxista ao povo cubano e obedece às ordens recebidas da Rússia ou da China continental; Considerando que o mesmo tirano diz querer criar diversos Vietnãs entre as nações latino-americanas; PORTANTO: A II Conferência da WACL aprova o seguinte: clamar urgentemente ao governo dos Estados Unidos e à Organização dos Estados Americanos que sejam tomadas medidas sábias, corajosas e contundentes em relação ao regime comunista em CUBA. A ponte sino-soviética estabelecida naquela ilha deve ser erradicada o mais rápido possível, em acordo com diversos Pactos e Acordos Inter-Americanos, para que não facilitemos a disseminação do comunismo a outras nações do Hemisfério Americano** (ABN, 1969, v. XX, n.º 1, p. 43, grifo meu)

Enfim, a II Conferência da WACL emitiu uma Declaração na qual defendeu que, uma vez não sendo o Vietnã o único campo de batalha anticomunista na Ásia, “a República da Coreia e a Tailândia estão também ativamente engajadas na luta contra a agressão comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 34). Diante do “caos sangrento no vasto continente chinês”, os participantes da II Conferência da WACL juraram “apoio irrestrito à República da China, que deve agora montar a tão esperada ofensiva contra as confusas forças de Mao Tse-tung e capitalizar sobre

o fosso cada vez maior entre a Rússia soviética e o regime comunista chinês” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 34). A Declaração da WACL denunciou “a recente penetração insidiosa do complexo europeu pela mão vermelha da Rússia soviética que agora agarra uma Tchecoslováquia indefesa e amante da liberdade pela garganta, mantém sua pesada bota sobre a Hungria, a Romênia, a Bulgária, a Ucrânia, a Bielo-Rússia, a Polônia e os Países Bálticos e outras nações cativas cujo acalentado sonho é viver em liberdade, com justiça e independência nacional” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 34). Diante da “mão vermelha ameaçando a Alemanha Ocidental, França, Espanha, Itália”, seria urgente ainda o “fortalecimento das forças da OTAN para que o mundo não enfrente mais um e ainda mais terrível Armagedom” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 34).

A Declaração da II Conferência da WACL demonstrou sua “apreensão” com a “infiltração” do “polvo comunista” no Oriente Médio, no Mediterrâneo e nas “nações emergentes” da África, bem como “nas Repúblicas da América Latina onde Fidel Castro continua a criar e exportar revoluções como o Vietcongue nos protestos estudantis e raciais e na destruição desenfreada de vidas e propriedades nos Estados Unidos, México, Guatemala, República Dominicana e outras seções das Américas” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, pp. 34-36). A Declaração conclamou a unificação mundial das forças anticomunistas na medida em que “nossa salvação está na unidade, e que uma estratégia global contra a agressão comunista é imperativa” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 36). A Declaração da II Conferência da WACL forneceu seu apoio ao Vietnã do Sul, que nunca deveria “reconhecer a NLF [National Liberation Front] como uma parte contratante igualitária” ou “ceder às pressões para aceitar um humilhante governo de coalizão com os lacaios do Vietnã do Norte” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 36).



*Figura 199.* FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 25.



*Figura 200.* FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1.

#### *4.12.3. A WACL contra a guerra popular maoísta*

Além de discursar depois do ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu e de apresentar o presidente recém-eleito da WACL Phan Huy Quat, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang também tratou do tema “Como frustrar a chamada ‘Guerra do Povo’ dos comunistas” na II Conferência da Liga. De início, demarcou que “o conjunto de ideias e programa de ações conhecido como ‘Guerra do Povo’ foi criado pelos comunistas chineses, que o rotularam como o

produto do ‘pensamento militar de Mao Tse-tung’” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 47). Essa estratégia condensaria, porém, “uma ideia e uma forma de guerra destilada de suas experiências com rebeliões armadas prolongadas juntamente com as experiências que ganharam da guerrilha durante a Guerra Sino-Japonesa de 1937-1945” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 47). De acordo com os maoístas, “a chamada guerra do povo é basicamente uma guerra ‘que depende do povo, mobiliza o povo, e coordena outras formas de luta com a luta violenta’” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 47).

Na sequência, Ku Cheng-kang criticou ao auditório da II Conferência da WACL essa definição maoísta da Guerra Popular, destacando que, “por ‘depende do povo’”, os maoístas “queriam dizer manipular e usar o povo” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 47). “Por ‘mobiliza o povo’, queriam dizer forçar o povo a se alistar às suas fileiras e obedecer suas ordens” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 47). E, finalmente, ao recomendarem a coordenação do “uso de armas com outras formas de luta, exigem que seja travada uma guerra ideológica, política e social” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 47). A Guerra Popular, atribuída ao pensamento militar maoísta, seria semelhante às guerras nacionais e à guerra total. “Na verdade”, destacou Ku Cheng-kang, “tanto a ideia anterior de ‘guerras nacionais’, quanto a teoria mais recente de guerra total, também contém os mesmos elementos essenciais [da guerra popular comunista]” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 47). Apesar dessas semelhanças da Guerra Popular com as guerras nacionais e a guerra total, Ku Cheng-kang não negou, todavia, “que a ‘guerra do povo’ dos comunistas tem certas características especiais” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 47):

Primeiramente, deve-se proclamar um corte claro e objetos atraentes para seduzir e enganar o povo a se unir às suas fileiras, como ‘libertação nacional’, ‘luta democrática’, ‘revolução social’, e ‘luta anti-imperialista’. Em segundo lugar, deve-se formar e utilizar ‘uma frente única’ de forma a atrair diversos estratos sociais a participarem e apoiarem sua ‘guerra do povo’. (...) Em terceiro lugar, o chamado Exército do Povo lutando a ‘guerra do povo’ deve cumprir três tarefas simultaneamente: luta, trabalho em massa e produção. (...) Em quarto lugar, os comunistas têm que adotar a estratégia básica de, ‘circundando as cidades pelo campo’, esforçar-se para combinar as forças principais com as forças locais, as forças regulares com a milícia, as massas armadas com as massas desarmadas. Em quinto lugar, nas táticas os comunistas se esforçam para manter a iniciativa e a mobilidade com uma fórmula simples que diz: ‘Você luta do seu jeito e nós lutamos do nosso; lutamos quando podemos ganhar e nos retiramos quando não podemos’ (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 47)

Esses seriam os elementos básicos da Guerra do Povo maoísta que, via República Popular da China (RPCh), estariam sendo “internacionalizados” com a finalidade de “subverter” o “mundo

livre”. De acordo com o presidente honorário da WACL, “os comunistas chineses estão fazendo do Vietnã do Sul um campo de testes para a internacionalização da ‘guerra do povo’ e declararam abertamente que vão realizar uma revolução mundial através da ‘guerra do povo’” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 48). Os comunistas chineses, ao “exportarem” o maoísmo, seriam os responsáveis por “instigar lutas raciais e de classe nos Estados Unidos”, bem como teriam iniciado “um movimento antiguerra opondo-se à participação americana na Guerra do Vietnã” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 48). Os comunistas chineses, segundo Ku Cheng-kang, “fazem isso com o apoio ativo dos comunistas americanos e suas organizações de fachada”, irmanados pelo objetivo de “incitar uma guerra civil nos Estados Unidos por meio de lutas raciais e de classe” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 48). Dessa forma, “a exportação da ‘guerra do povo’ pelo regime comunista chinês para países asiáticos, africanos, americanos, entre outros, não é apenas uma ameaça vazia, mas manifestou-se em ações concretas na forma de agressão, infiltração e subversão em muitas regiões do mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 48).

Contra essa alegada “exportação” do maoísmo e da “subversão” comunista do “mundo livre”, o presidente honorário da WACL propôs um conjunto de contramedidas. A primeira delas seria reconhecer a necessidade de manter “um entendimento claro da natureza da ‘guerra do povo’ e dos métodos pelos quais ela é travada”, único meio dos anticomunistas estarem “em posição de elaborar contramedidas para derrotá-los” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 48). Em segundo lugar, as contramedidas anticomunistas deveriam diversificar suas frentes. Assim que, “ideologicamente, devemos refutar erros crassos das teorias tradicionais comunistas e o chamado ‘pensamento de Mao Tse-tung’, expondo o truque comunista de disfarçar desígnios iníquos sob nomes tão impressionantes como ‘libertação nacional’ e ‘revolução democrática’” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 48). O comunismo em geral, e não apenas o regime chinês, seria fruto da “combinação de ‘neo-nepotismo’, ‘neo-escravidão’ e ‘neo-imperialismo’” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 48). Em particular, “o ‘pensamento de Mao Tse-tung’” seria “meramente uma teoria belicosa de destruição cujos atos criminosos cometidos no continente chinês mostram a que níveis de reação e barbárie o comunismo alcançou” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 48).

Politicamente, avançou Ku Cheng-kang, “a organização anticomunista deve ser expandida ao máximo e uma frente única anticomunista deve ser criada independentemente de diferenças de partido, religião, raça, ocupação e geografia” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 49). E a WACL deveria servir como essa frente única anticomunista mundial, salientando seu presidente honorário que a Liga “deve ser estabelecida não apenas em um único país, mas internacionalmente” e que, diante dessa “organização internacional”, “os comunistas podem ser vencidos com ataques de todos os lados” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 49).

A WACL deveria construir, avançou Ku Cheng-kang, “sistemas regionais de segurança coletiva e até mesmo uma aliança militar das nações livres”, único meio para *frustrar* de maneira eficiente “o projeto do inimigo de conquistar o mundo livre aos poucos através da ‘guerra do povo’” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 49). O hierarca do Kuomintang (KMT) expôs à II Conferência da WACL os ensinamentos da *guerra política* da ditadura militar de Taiwan, recomendando que a Liga deveria “fazer uso de uma organização efetiva para neutralizar a organização do inimigo”, “de uma “publicidade efetiva para neutralizar sua propaganda”, bem como “força dos movimentos de massa” para responder à mobilização de massas comunista (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 49). Dessa forma, reproduzindo a terminologia da *guerra política* do KMT analisada no CAPÍTULO 2, Ku Cheng-kang recomendou à WACL combinar as estratégias da *guerra organizacional*, da *guerra de propaganda* e da *guerra de massas* “para combater o inimigo em seu próprio território”. A WACL também deveria se esforçar para que “os partidos comunistas e suas organizações de fachada” fossem “proibidos”, “a fim de impossibilitar que realizem suas atividades ilegais sob o manto da legalidade” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 49).

Ademais, as unidades nacionais da WACL deveriam estabelecer “um sistema geral de segurança doméstica”, fortalecendo “a organização e o treinamento das massas”, bem como “medidas efetivas de contraespionagem (...) para que as atividades de infiltração e de subversão dos comunistas possam ser adiadas e frustradas” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 49). Nesse ponto, Ku Cheng-kang saudou as medidas adotadas pelo Vietnã do Sul “na forma do ‘desenvolvimento revolucionário’ e da ‘aldeia da vida nova’”, que teriam se provado “especialmente efetivas no fortalecimento da força defensiva contra o vietcongue” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 49). No aspecto militar, os anticomunistas deveriam “derrotar o

inimigo com a força das armas no campo de batalha”, porém, “claramente, o que temos que combater não é simplesmente uma guerra militar como esta, mas uma guerra travada coordenadamente com as contramedidas ideológicas, políticas e econômicas contra o inimigo” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 50). Combater a guerra popular maoísta, assim, exigiria uma guerra militar nucleada pela estratégia de conquista do apoio das massas populares na China continental e “para lidar de maneira bem sucedida com a ‘guerra do povo’ dos comunistas”, em um sentido mais amplo, seria “necessário que façamos uso de uma guerra política e de questões civis para consolidar nossa posição e pavimentar o caminho para a nossa vitória militar” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 50). Ku Cheng-kang, enfim, recomendou à WACL a adoção de métodos não-convencionais para fazer a guerra contra os comunistas, salientando que:

Estrategicamente, devemos tomar a ofensiva para eliminar a principal força comunista, permanecendo móveis. Taticamente, devemos concentrar uma força superior, corajosamente cercar e envolver o inimigo, e destruí-lo rapidamente. Em combate, devemos fazer uso do poder de fogo superior, sermos proficientes em combate corpo a corpo e nas operações noturnas, manter um espírito incansável de ataque e perseguição. Não é preciso dizer que no decorrer de tal guerra, devemos lembrar-nos constantemente das táticas em constante mudança do inimigo em sua ‘guerra do povo’, e não depender unicamente de métodos tradicionais e convencionais (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 50)

Dessa maneira, concluiu o presidente honorário da WACL, seria possível vencer a guerra popular maoísta e derrotar a estratégia do general do Vietnã do Norte Von Nguyen Gian, “que consiste na transformação da simples resistência em ofensiva geral e, finalmente, em um grande levante armado” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 50). Finalmente, arrematou Ku Cheng-kang em seu discurso à II Conferência da WACL, “na base da nossa experiência anterior, a ‘guerra do povo’ do inimigo pode ser derrotada se percebermos sua natureza essencialmente perversa e nos recusarmos a sermos iludidos por sua feitiçaria política e, ao mesmo tempo, se conhecermos plenamente suas características e lei de desenvolvimento” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 50). Contra a guerra popular comunista, enfim, seria necessário lançar uma guerra total anticomunista, baseando-se em algumas experiências “bem sucedidas” de contrainsurgência:

**Adotamos uma política de guerra total e tomamos medidas concertadas em todas as frentes, ideológica, política, social, cultural e econômica.** Isso foi provado não apenas nos **campos de batalha do Vietnã**, mas também pelas **bem-sucedidas campanhas anticomunistas travadas pela República da China no início dos anos 1930**, a derrota total da frente popular pelo **General Francisco Franco em 1939**, as mais recentes **campanhas anticomunistas bem-sucedidas na Malásia, na Grécia e nas Filipinas**, e pelos últimos acontecimentos **na Bolívia** (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 1, p. 52)

#### 4.12.4. Ku Cheng-kang na Escola Nacional de Guerra sul-vietnamita

O presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang não discursou apenas na II Conferência da WACL e na XIV Conferência da APACL, mas também conferenciou na Escola Nacional de Guerra (*National War College*) do Vietnã do Sul. Ainda em dezembro de 1966, ou seja, no mês seguinte à criação da WACL na Coreia do Sul durante a XII Conferência da APACL, Ku Cheng-kang viajou para Saigon e recebeu a mais alta honraria de Estado da ditadura militar sul-vietnamita<sup>371</sup>. Já em 1968, aproveitando sua estada em Saigon para a II Conferência da WACL e a XIV Conferência da APACL, o dirigente chinês da ditadura de Taiwan ainda encontrou tempo para palestrar sobre “A ameaça comunista” na Escola Nacional de Guerra sul-vietnamita. Versou para o auditório militar sobre os ensinamentos da *guerra política* da ditadura taiwanesa<sup>372</sup>, recomendando que “nós devemos combater organização com organização, propaganda com propaganda, inteligência com inteligência, e massas com massas, para estabelecer uma forte frente de luta, esmagar a intriga comunista de infiltração e subversão e remover a ameaça da ‘guerra do povo’ do inimigo” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 7, p. 36). Na Escola Nacional de Guerra em Saigon, Ku Cheng-kang sugeriu que se tratasse um *apaziguador* “como um cúmplice do comunismo”, recomendando que se mobilizassem “todos os meios para eliminá-lo. Devemos expor especialmente o uso por parte dos comunistas das intrigas que estão por trás do *appeasement*” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 7, p. 36). Ademais, recomendou que fossem estabelecidas “organizações de segurança coletiva em diversas áreas”, bem como sugeriu o emprego da “força unificada e de ações em conjunto para resistir e neutralizar a expansão e ameaças das forças comunistas. Em vista da presente situação, há especialmente uma necessidade urgente pelo estabelecimento de tais organizações” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 7, p. 37).

---

<sup>371</sup> Em dezembro de 1966, “Ku realizou visitas de cortesia a dignatários vietnamitas, incluindo o Ten. Gen. Nguyen Van Thieu, Presidente do Comitê de Liderança Nacional, Primeiro-Ministro Nguyen Cao Ky (...), Sr. Nguyen Van Loc, Presidente do Conselho Consultivo Civil-Militar, Sr. Tran Van Do, Secretário de Estado para Relações Exteriores (...), Maj. Gen. Nguyen Bao Tri, Secretário de Estado para Informação e Maj. Gen. Linh Quang Vien, Secretário de Estado para Segurança” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 18). Depois de visitar a Escola Nacional de Guerra e a Escola de Infantaria, “o Presidente Nguyen Van Thieu, do Comitê de Liderança Nacional, honrou o Sr. Ku conferindo-lhe pessoalmente uma medalha da mais alta ordem que a República do Vietnã oferece a um oficial estrangeiro” (ASIAN OUTLOOK, 1966, v. I, n.º 16, p. 18).

<sup>372</sup> Teorizada pelo ideólogo militar Wang Sheng. Cf. CAPÍTULO 2.



#### 4.13. Tailândia, 1969: III Conferência WACL

A Tailândia foi um país-chave nas redes anticomunistas asiáticas estudadas até aqui. Como visto no CAPÍTULO 2, o delegado tailandês que participou da fundação da APACL na Coreia do Sul, em 1954, era o vice-presidente da Assembleia Nacional da Tailândia, Phra Rajadjarin Nides. Em 1958, o governo tailandês apoiou oficialmente a realização da IV Conferência da APACL em Bangkok e, embora sem participar do conclave, o primeiro-ministro Thanom Kittikachorn enviou mensagem assegurando que “os objetivos da APACL eram coincidentes com aqueles dos povos pacifistas e que a causa da APACL seria apoiada por eles” (FREE CHINA & Asia, 1958, v. V, n.º 4, p. 8). No final de 1969, a III Conferência da WACL seria realizada na Tailândia e, para organizá-la, seu Conselho Executivo reuniu-se em Bangkok, entre 9 e 11 de junho. Dessa vez, o próprio primeiro-ministro da Tailândia Kittikachorn, convertido então em ditador, proferiu o discurso de abertura da reunião preparatória da III Conferência da WACL, que também contou com a presença de seu ministro das Relações Exteriores e do vice-primeiro-ministro, respectivamente, Thanat Koman e Praspas Charusathira, que demonstrou seu “apoio ativo ao movimento WACL-APACL”.

A presença de Kittikachorn, Koman e Charusathira na reunião do Conselho Executivo “refletiu plenamente a firme posição anticomunista do governo tailandês”, comemorou a *Asian Outlook*, ressaltando que “seu apoio ativo ao movimento da WACL e APACL é digno de nossa admiração e apreço” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 1). Explicitando esse caráter oficial do entrosamento do governo tailandês no complexo WACL/APACL, é significativo que o general Praphan Kulapichitr, presidente da *Free People League of Thailand*, isto é, o “Capítulo” tailandês da WACL/APACL, era o subsecretário do Ministério de Defesa da Tailândia. Ou seja, também no caso tailandês, a WACL e a APACL eram tratadas como questão de Estado. Além da presença desse *entourage* de “alto nível” do governo tailandês na reunião do Conselho Executivo da WACL, participaram da reunião os seguintes executivos da Liga: Ku Cheng-kang, de Taiwan, o general Lee Eung-joon, da Coreia do Sul, Phan Huy Quat, do Vietnã do Sul, o general Praphan Kulapichitr, da Tailândia, Parviz Kazemi, do Irã, o senador Fethi Tevetoglu, da Turquia, Dahyabhai V. Patel,

da Índia, Apeles E. Marquez, da Argentina, Robert N. Thompson, do Canadá, e o “ex” nazista Alfred Gielen, da Alemanha Ocidental.



**Figura 201.** À mesa, da direita para a esquerda, na Reunião do Conselho Executivo da WACL de junho de 1969 na capital da Tailândia, Apeles E. Marquez da Argentina (1º), Parviz Kazemi do Irã (4º) e o general Lee Eung-joon da Coreia do Sul (5º). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 6.

O premiê (e marechal-de-campo) tailandês Kittikachorn presidiu a cerimônia de abertura da reunião do Conselho Executivo da WACL e “fez um discurso no qual enfatizou a promoção da cooperação internacional anticomunista e a importância de intensificar o movimento popular anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 6, p. 2). Kittikachorn destacou que Tailândia significa “a terra do povo livre”, advertindo aos presentes, porém, que “agora, como sabem, nosso país têm sido cada vez mais ameaçado pelos comunistas: embora nosso governo tenha tomado fortes medidas para conter a infiltração e a subversão comunistas, aqueles entre nós que estão cientes desta situação perturbadora estão também dispostos a fazer qualquer sacrifício para manter nossa liberdade” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 6, p. 9).

O primeiro-ministro expressou ainda sua “forte crença na WACL e na APACL”, alegando esperar “sinceramente que nossas ligas encontrem em breve um caminho que nos leve à verdadeira vitória sobre o comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 6, p. 9). Segundo o premiê tailandês, “as atividades comunistas em constante expansão por todas as partes do mundo podem ser suprimidas apenas com uma cooperação pública forte e ativa”, sugerindo que, “se o público e as organizações privadas se unissem ao governo em suas medidas para suprimir o comunismo, resultados bem-sucedidos seriam obtidos com facilidade” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 6,

p. 10). Kittikachorn saudou que “povos de diferentes nações de todo o mundo” congregaram-se na WACL “para auxiliarem seus governos em tais programas” e, no caso da Tailândia, cujo “povo tem sido livre e feliz sob a monarquia constitucional, com o budismo como nossa religião de estado e nossas prezadas tradições e costumes”, “o povo tailandês deve se unir ativamente ao governo em suas atividades anticomunistas” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 6, p. 10).

Referindo-se à III Conferência da Liga, o primeiro-ministro Kittikachorn declarou que “a próxima conferência anual da WACL em dezembro deste ano será muito benéfica para o nosso país, a Tailândia, por sua direta e útil troca de ideias, conhecimento e medidas para nossas tentativas mútuas de suprimir com sucesso o Imperialismo Comunista e para manter a liberdade eterna que é muito valiosa para nós, um povo livre” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 6, p. 10). Discursaram também na reunião do Conselho Executivo da WACL seu presidente em exercício e seu presidente honorário, respectivamente, o vietnamita Phan Huy Quat e o chinês Ku Cheng-kang. Huy Quat denunciou “a selvagem ambição de usar violência para implementar sua política de dominação mundial”, definindo o comunismo como “uma ameaça muito real e perigosa para a humanidade em qualquer lugar, a qualquer momento” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 6, p. 13). Já Ku Cheng-kang salientou que **“a Guerra do Vietnã e todas as outras guerras contra a agressão comunista não deveriam ser empreendimentos puramente militares, mas devem também abranger operações político-psicológicas”**, assinalando ser **“premature e perigoso para os Estados Unidos se retirarem da batalha neste momento, cuja força é ainda vitalmente necessária ao nosso esforço comum para obter a vitória sobre nosso inimigo comum”** (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 6, p. 12, grifo meu).

Finalmente, entre 3 e 5 de dezembro de 1969, realizou-se a III Conferência da WACL em Bangkok. 180 líderes anticomunistas, representando 54 países, participaram do terceiro encontro anual da WACL. Entre eles, Ku Cheng-kang e Hwang Sung Soo, de Taiwan; o general Lee Eung-joon, Jae Chang Park e Cha Hyung Kwon, da Coreia do Sul; Phan Huy Quat e Nguyen Cao Ky, do Vietnã do Sul; Jose Ma. Hernandez, das Filipinas; o general Praphan Kulapichitr, da Tailândia; Juitsu Kitaoka, do Japão; Richard Cleaver e Elga Rodze, da Austrália; Rama Swarup, da Índia<sup>373</sup>; Parviz Kazemi, Ehtechami-Abol-Hassan e A. Khalatb-Ari, do Irã; o senador Fethi Tevetoglu, da

---

<sup>373</sup> Em sua intervenção, Swarup salientou que “India has been participating since 1962 in all the Conferences of WACL and APACL. In fact, we are the chartered members of WACL” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 2, p. 17).

Turquia; Torbjorn Jelstad, da Noruega; os “exs” nazistas Alfred Gielen e Theodor Oberlander, e os exilados ucranianos Slava e Yaroslav stetsko, da Alemanha Ocidental; Suzanne Labin e o general Paul Felicien Vanuexem<sup>374</sup>, da França; Arthur Vincent Kirkby, do Canadá; Lev E. Dobriansky, Raymond de Jaegher, Lee Edwards e Stefan T. Possony, dos EUA; Apeles E. Marquez, da Argentina; Mario Lopez Escobar, do Paraguai; e **Eudoxia Ribeiro Dantas, do Brasil, da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)**<sup>375</sup> (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 1, p. 54, grifo meu).

Na manhã do primeiro dia da III Conferência da WACL, a 3 de dezembro, o premiê ditador Thanom Kittikachorn proferiu o discurso inaugural do encontro, sendo fotografado ao lado de Ku Cheng-kang (Taiwan), Phan Huy Quat, general Praphan Kulapichitr (Tailândia) e Jose M. Hernandez (Filipinas). Essa fotografia histórica da abertura da III Conferência da Liga Mundial Anticomunista foi capa da *Correspondência do ABN* (em preto e branco) e da *Asian Outlook* (a cores). Em seu discurso ao auditório wacliano, o premiê ditador Thanom Kittikachorn discursou em nome do governo do rei Bhumibol Adulyabai e do “povo da Tailândia”, expressando “nosso profundo apreço por seu apoio a esta conferência entre pessoas livres”.

---

<sup>374</sup> Em seu discurso em Bangkok, o general Vanuexem garantiu que “o desenvolvimento da situação mundial desde a criação da WACL refletiu plenamente a solidez dos objetivos da WACL e a importância do movimento da WACL” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 30). Vanuexem era um veterano da Guerra da Indochina e da Argélia, destacando-se como um inimigo da descolonização da Argélia. Foi apontado como um dos líderes da *Organisation de l'Armée Secrète* (OAS) e como um dos envolvidos na tentativa de assassinato de Charles de Gaulle em 1961. Encarcerado por dois anos, foi posto em liberdade em 1963. Como esclarece Daniele Ganser, a OAS buscou “manter o controle francês sobre a Argélia colonial – e assim continuar a combater o movimento de libertação FLN por todos os meios, não importa o que Paris ordenasse e, em segundo lugar, para derrubar a Quinta República do Presidente De Gaulle e substituí-la por um estado autoritário francês militantemente anticomunista” (GANSER, 2005: 95). A guerra secreta da OAS, que contou com soldados secretos das operações *stay-behind* da OTAN, “no final falhou tanto em derrubar De Gaulle, quanto em prevenir que a Argélia se tornasse independente” (GANSER, 2005: 97).

<sup>375</sup> É importante destacar que, embora o almirante Carlos Penna Botto, presidente da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), tenha sido o primeiro “amigo” brasileiro do complexo WACL/APACL, coube à CAMDE representar o Brasil, enquanto unidade nacional, na Liga. Recorde-se que, na I Conferência da WACL de 1967 em Taipei, o Brasil foi representado por Ester Proença Lago, do Conselho Diretor da CAMDE. Na II Conferência da WACL de 1968 em Saigon o Brasil foi representado pela 2ª vice-presidente da CAMDE Maria Helena da Gama Câmara. E na III Conferência da WACL de 1969 em Bangkok o Brasil foi representado por Eudoxia Ribeiro Dantas, do Conselho Diretor da CAMDE (CORDEIRO, 2008: 68). Como dito, a *Asian Outlook*, ao registrar as mensagens enviadas a Taiwan na passagem do Dia da Liberdade de 1970, anotou as saudações enviadas por Ester de Proença Lago e, na sequência, caracterizou-a como “Presidente do Capitulo brasileiro da WACL” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 2, p. 14).



**Figura 202.** General Paul Felicien Vanuxem, veterano das Guerras da Indochina e da Argélia, preso por dois anos na França por suposta ligação à tentativa de assassinato do presidente De Gaulle. A sua direita, circulado, o senador da Turquia Fethi Tevetoglu. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12.



**Figura 203.** Circulados, da esquerda para direita, Alfred Gielen, ex-funcionário do Anti-Komintern nazista, a escritora francesa Suzanne Labin e Theodor Oberlander, ex-diretor nazista do Nachtigall, batalhão misto alemão-ucraniano que ocupou Lviv, Ucrânia Ocidental, em 1941. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12.



*ABN President Yaroslav Stetsko (left) with the Chairman of the World Anti-Communist League, General Praphan Kulapichitr (Thailand), during the Third WACL Conference.*

**Figura 204.** FONTE: ABN, 1970, v. XXI, n.º 2.

### **The Third Conference Of The World Anti-Communist League** Bangkok, Thailand, December 3—6, 1969



**Figura 205.** Da esquerda para a direita, Ku Cheng-kang (Taiwan), Phan Huy Quat (Vietnã do Sul), primeiro-ministro Thanom Kittikachorn (Tailândia), general Praphan Kulapichitr (Tailândia) e Jose Ma. Hernandez (Filipinas). FONTE: ABN, 1970, v. XXI, n.º 2, *capa*.



*Figura 206. Idem. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12.*

Agradeceu também “a Liga do Povo Livre da Tailândia”, presidida por seu subsecretário do Ministério da Defesa, o general Praphan Kulapichitr, “pela organização desta conferência”, assegurando àquela apoio governamental “para destruir completamente a ameaça comunista e sua política de subversão” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 7). O premiê ditador ainda garantiu que “o governo tailandês, sob minha liderança, veio a compreender plenamente a importância do conhecimento e da experiência e do forte ímpeto para formular métodos eficientes para lidar com o comunismo politicamente, militarmente e psicologicamente” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 7). De acordo com Kittikachorn, a III Conferência da WACL de 1969 seria de “grande benefício para seus países-membros e especialmente à Tailândia. Ela fará com que entendamos nossos problemas mútuos no confronto ao comunismo e permitirá que adquiramos novas técnicas e experiência uns com os outros. Tudo isso nos levará a alcançar com sucesso nossos objetivos na luta contra o comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 7).

Seguiram-se ao discurso do ditador tailandês as intervenções do general Praphan Kulapichitr, presidente do “Capítulo” tailândes da WACL/APACL, do presidente em exercício da WACL Phan Huy Quat e do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang. A presidência rotativa da WACL foi transferida, ainda na manhã do dia 3, de Huy Quat para Kulapichitr. Em seu discurso, Ku Cheng-kang agradeceu especialmente a “**nosso anfitrião, o General Praphan**

**Kulapichitr, que lidera tanto o Capítulo tailandês, quanto o Conselho da WACL, e (...) o Dr. Phan Huy Quat, que liderou o Segundo Conselho da WACL”** (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 4, grifo meu). Também na manhã do dia 3 foram lidas algumas mensagens enviadas por chefes de Estado, entre eles, os ditadores de Taiwan e do Vietnã do Sul. O *generalíssimo* chinês Chiang Kai-shek, que saudou todos conferencistas na figura do general Kulapichitr, exaltou os esforços da WACL “to unite all world forces representing freedom and justice, in striving to establish an international anti-Communist front and in calling upon people throughout the world to rise up and destroy Communism, to terminate rule through slave labor and to prevent aggression” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n. 12, p. 1). Já o general vietnamita Nguyen Van Thieu declarou que “the World Anti-Communist League has steadfastly upheld the ideals of Freedom, Justice and Democracy, and has made great strides against the Communist influences and practices” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 2, p. 13). Van Thieu expressou sua gratidão pelo fato do Vietnã do Sul ter sido “selecionado como o local da Segunda Conferência da WACL no ano passado”, assegurando que “o povo vietnamita valoriza profundamente o apoio da Liga em seus esforços para derrotar a agressão comunista e procurar uma paz justa e duradoura” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 2, p. 13).



**Figura 207.** Da esquerda para a direita, Jose Ma. Hernandez (Filipinas), Ku Cheng-kang (Taiwan), Phan Huy Quat (Vietnã do Sul) e o general Praphan Kulapichitr (Tailândia). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12.



Na tarde do dia 3 de dezembro, o general e novo presidente da WACL Praphan Kulapichitr discursou sobre o tema “Solidariedade pela liberdade”, seguido pelas intervenções de Nguyen Cao Ky, vice-presidente da ditadura sul-vietnamita, e de Hwang Sung Soo, que em nome do *generalíssimo* Chiang Kai-shek versou sobre o temário “Detendo a agressão comunista na Ásia”. Depois da apresentação do informe anual feita pelo secretário-geral da WACL, o filipino Jose Ma. Hernandez, os trabalhos da III Conferência foram divididos em cinco Comissões temáticas: (I) Solidariedade nacional em países em desenvolvimento; (II) Povos escravizados pelo comunismo; Contramedidas contra a subversão comunista em países desenvolvidos (III); Juventude e liberdade (IV); e Comissão de Resoluções e Comunicado (V). Na manhã do dia 4 de dezembro, os principais discursos ficaram a cargo do ministro das Relações Exteriores da Tailândia Thanat Khoman, que tratou do tema “Solidariedade nacional em países em desenvolvimento”; do ex-coronel da OSS e presidente do Comitê Nacional dos EUA das Nações Cativas (NCNC) Lev E. Dobrianksy, que discursou sobre os “Povos escravizados pelo comunismo”; de Mario Lopez Escobar, representante oficial da ditadura militar paraguaia de Alfredo Stroessner, que abordou o tema “Contramedidas contra a subversão comunista em países desenvolvidos”; e da escritora francesa e presidente da Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos (CIGIP) Suzanne Labin, que discorreu sobre o temário “Juventude e liberdade” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 48).

Encerrada a III Conferência da WACL no dia 5 de dezembro de 1969, nos dois dias seguintes foi realizada a XV Conferência da APACL, que contou com o discurso de abertura pelo novo presidente da WACL Praphan Kulapichitr, seguido pelas intervenções do general Prapass Charusathira, vice-primeiro-ministro da Tailândia, e do general Jesus Vargas, secretário-geral da SEATO. Também o professor do *Hoover Institution* Stefan T. Possony discursou no primeiro dia da XV Conferência da APACL (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 48).

#### 4.13.1. Resoluções e Declaração

A III Conferência da WACL e a XV Conferência da APACL aprovaram um conjunto de Resoluções que, entre outras diretrizes, recomendaram “Instar o estabelecimento de uma frente internacional única anticomunista”; “Acelerar o estabelecimento de uma organização Ásia-

Pacífico de Segurança Regional”; “Apoiar a marcha política da República da China, da República da Coreia e da República do Vietnã contra a Cortina de Ferro asiática”; “Combater a agressiva ação comunista em Burma”; “Apoiar o governo grego na luta contra a subversão comunista” – isto é, a ditadura militar dos coroneis –; “Apoiar a posição da República do Vietnã por uma paz justa e duradoura no Vietnã”; e a adoção de uma “Orientação anticomunista durante o período das negociações de paz da Guerra do Vietnã”<sup>376</sup>. Outras Resoluções da III Conferência da WACL versaram “Sobre solucionar a crise espiritual de nosso tempo” e “Sobre eliminar os distúrbios estudantis no Mundo Livre”, caracterizando a WACL que “tais distúrbios já ameaçaram a segurança nacional e a ordem social”. Outras Resoluções defenderam o aumento da “vigilância contra todas as formas de subversão comunista”; o rompimento das relações diplomáticas do Paquistão com a República Popular da China (RPCh); a condenação do “genocídio comunista no Tibet” e da “propaganda comunista”. Outras Resoluções defenderam a adoção de “contramedidas expondo a ideologia maligna dos ensinamentos de Lenin”<sup>377</sup>; a promoção do “movimento comemorativo do ‘Dia da Liberdade Mundial’; Sobre a Semana das Nações Cativas de 1970”; e a **“criação das amigas das Nações Cativas”** (ABN, 1970, v. XXI, n.º 2, pp. 40-43, grifo meu), iniciativa inspirada no exemplo da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), frente feminina do complexo IPÊS/IBAD que articulou o golpe de Estado de 1964 no Brasil<sup>378</sup>.

---

<sup>376</sup> Esta Resolução atacou a “falta de sinceridade do Vietcong”, “a ilusão de buscar paz com os comunistas por meio de negociações”, rechaçou “a formação de um governo de coalizão no qual o Vietcong participe” e criticou a retirada das tropas dos EUA da Guerra do Vietnã. As diretrizes anticomunistas deveriam seguir alguns princípios básicos definidos pela WACL que, como visto no CAPÍTULO 2, moldaram a doutrina da *guerra política* da ditadura militar de Taiwan. Primeiro, seria preciso compreender que as negociações propostas pelos comunistas seriam mais um meio empregado por eles na luta político-militar. “Hence, we must guard against the enemy’s negotiation strategy and actively seek results at the conference table” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 44). Segundo, seria preciso compreender que a *negociação* deveria ser ancorado pela *força*. “Before real peace is insured through negotiations, efforts and superiority on the battlefield must not be abandoned and efforts in military build-up must not be relaxed” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 44). Nesse sentido, “evidence will be presented to show that the Communists’ devil hands are behind and manipulate the ‘Anti-War Movement’. Efforts should be made to channel and cause such a movement to die down” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 44). Em terceiro lugar, as diretrizes propostas por essa Resolução propôs o fortalecimento do “moral rearmament of free people so that the ideological frontline of the free world may not be penetrated by Communist venom and the appeasement undercurrent” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 44).

<sup>377</sup> “That all member units organize counter-actions in their respective countries by exposing the evil ideology of Lenin’s teachings and the tyrannical rule and genocide that has ensued, and also counteract steps taken by UNESCO and other Free World media to observe this event” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 2, p. 43).

<sup>378</sup> **“Considering the outstanding example given by the Brazilian women which saved the country from Communist chaos, in 1964”** (ABN, 1970, v. XXI, n.º 2, p. 41, grifo meu). Recorde-se que a delegada brasileira presente na I Conferência da WACL em 1967 em Taiwan foi Ester de Proença Lago, uma das diretores da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), organização feminina do complexo IPÊS/IBAD. É significativo que a *Asian Outlook*, ao

Comentando uma das Resoluções, a *Asian Outlook* salientou que “a proclamação da WACL que advoga pelo estabelecimento de uma frente internacional única anticomunista coincide com o apelo do Presidente Chiang pelo estabelecimento de uma frente internacional única antimaoísta” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 1). A Resolução “Instar o estabelecimento de uma frente internacional única anticomunista mundial” defendeu que “a ameaça mundial do comunismo e a tentativa comunista de conquistar o mundo e escravizar a humanidade mantem-se inalteradas apesar da divisão dentre o bloco comunista internacional” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 42). Contra este, “com a WACL como base, esforços devem ser feitos para promover o desenvolvimento da solidariedade anticomunista entre povos de diversas nações para uma cooperação anticomunista entre diversos governos, para que possam avançar em direção ao estabelecimento de um sistema mundial único anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 42). Nesse sentido, outra Resolução reforçou a estratégia de vincular os “Capítulos” nacionais da WACL com seus respectivos governos e Estados. Um primeiro passo para isso seria solicitar aos governos e Estados anticomunistas aliados à WACL para que a reconhecessem como uma *Organização Internacional*. Esse foi o ponto principal da Resolução “Instando os governos cujos interesses estão plenamente representados na Liga Mundial Anticomunista a reconhecerem a Liga como uma Organização Internacional”, apresentada pelo secretariado-geral da WACL, o filipino Jose Ma. Hernandez:

CONSIDERANDO que é de grande importância que esta Liga continue seu trabalho em nível internacional com a ajuda das unidades-membros nacional e associadas; CONSIDERANDO que é fato bem conhecido que esta Liga é uma organização mundial de povos; PORTANTO, **FIQUE RESOLVIDO que todas as delegações desta Conferência apelem a seus respectivos governos cujos interesses estão representados nesta Liga a reconhecerem esta Liga como uma Organização Internacional; FIQUE TAMBÉM RESOLVIDO que as diferentes unidades-membros da WACL tomem passos imediatos para que tal reconhecimento por seus governos seja estendida formalmente à LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA** (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 41, grifo meu)

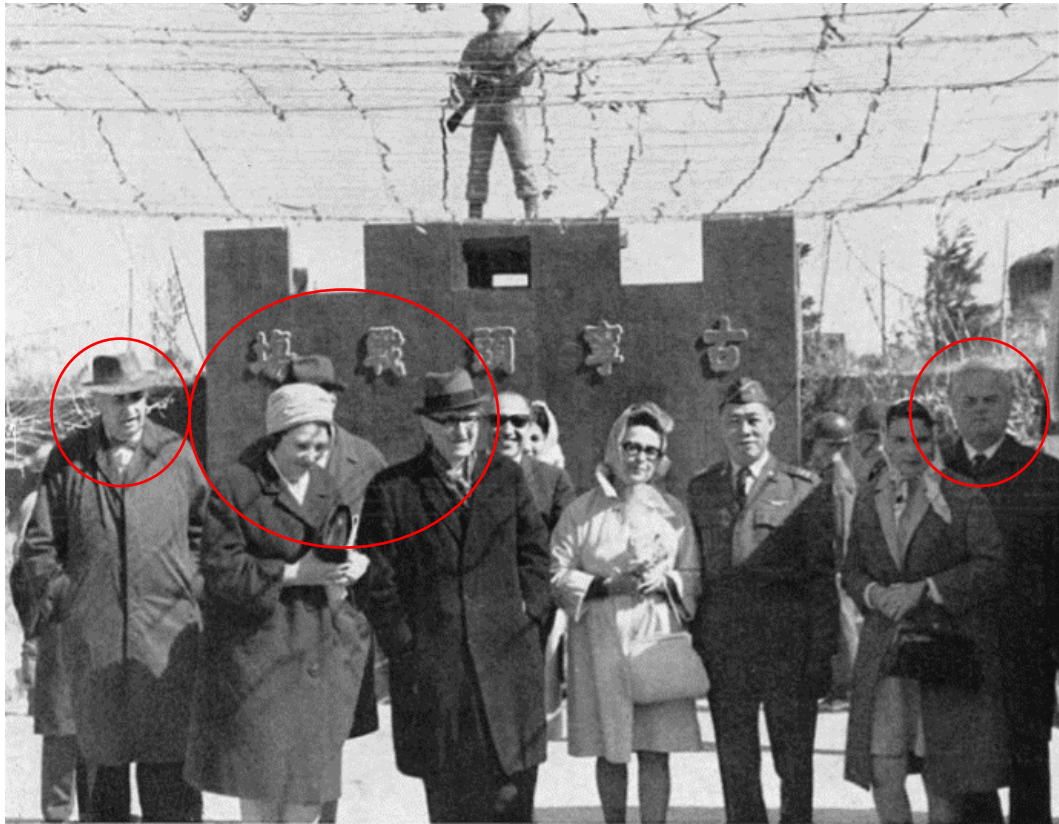
Além das Resoluções, a III Conferência da WACL aprovou uma Declaração que, entre outras coisas, reiterou a convicção de que **“todos os esforços para alcançar resultados construtivos através de negociações com agressores comunistas estão fadados ao fracasso”** e,

---

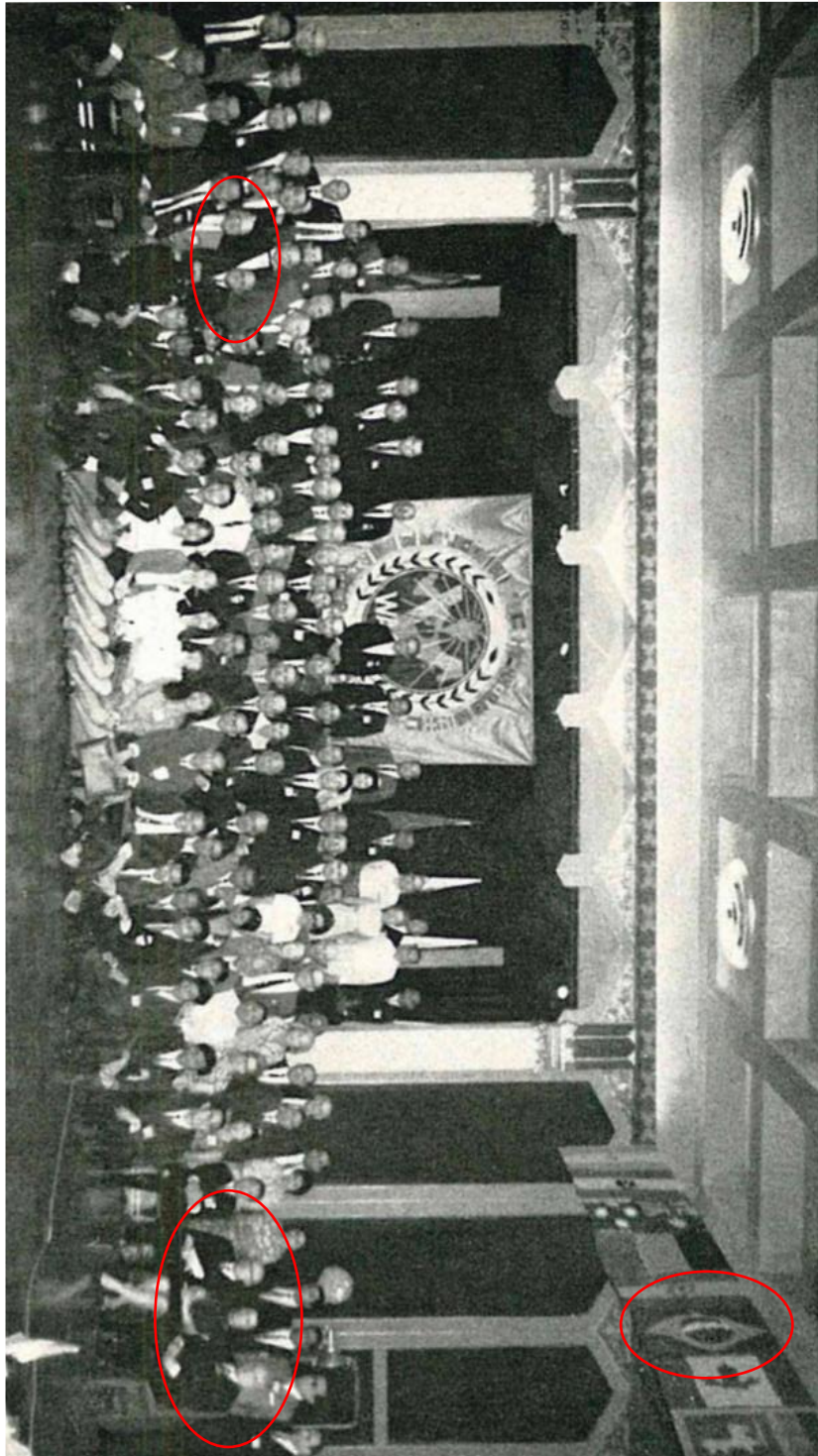
registrar as mensagens enviadas a Taiwan na passagem do Dia da Liberdade de 1970, anotou as saudações enviadas por Ester de Proença Lago, caracterizada como **“Presidente do Capítulo brasileiro da WACL”** (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 2, p. 14, grifo meu).

no caso das negociações de paz de Paris, destinadas a colocar um fim à Guerra do Vietnã, “a WACL deseja declarar solenemente que **as conversações não devem colocar em risco a independência e liberdade da República do Vietnã**” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n. 12, p. 37, grifo meu). A Declaração, dirigindo-se especificamente ao governo dos EUA, advertiu ser prematura a retirada das tropas norte-americanas da Guerra do Vietnã. Além disso, a WACL definiu o “comunismo internacional”, “em expansão, infiltração e subversão na Europa, Ásia, África e nas Américas”, como “a maior ameaça para a segurança e a paz do mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n. 12, p. 37). “Por esta razão, a WACL acredita que os esforços devem ser intensificados para construir uma frente anticomunista internacional, para unir todos os guerreiros da liberdade do mundo e para por em cheque as atrocidades comunistas” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n. 12, pp. 37-40). Por último, a Declaração felicitou “Sua Majestade o Rei Bhumibol Adulyabj da Tailândia” por seu aniversário em 5 de dezembro, assegurando que “a WACL está convencida de que a Tailândia tem um futuro infinitamente brilhante como uma grande nação livre” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n. 12, p. 40).

Enfim, a III Conferência da WACL aceitou “o pedido do Capítulo japonês de que a 4ª Conferência da WACL e a 16ª Conferência da APACL sejam realizadas no Japão no próximo setembro e que o Comitê Executivo da WACL seja realizado em Tóquio no próximo abril para iniciar o trabalho preparatório” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12, p. 3). Depois da III Conferência da WACL na Tailândia, alguns delegados foram convidados pela ditadura do Kuomintang (KMT, como de praxe, a realizarem uma visita a Taiwan. Abaixo, fotografados da esquerda para a direita, nesse *tour* pela “ilha da liberdade” comandada pelo *generalíssimo* Chiang Kai-shek: Parviz Kazemi do Irã (primeiro), os ucranianos Slava e Yaroslav Stetsko, segunda e terceiro, respectivamente. O primeiro, da direita para a esquerda, é Theodor Oberlander (Alemanha Ocidental).



**Figura 208.** Da esquerda para a direita, circutados, Parvis Kazemi (Irã), Slava e Yaroslav Stetsko (Ucrânia) e o “ex” nazista Theodor Oberlander. FONTE: ABN, 1969, v. XXI, n.º 2, 1970, p. 50.



**Figura 209.** À esquerda, circutados em vermelho, o “ex” nazista Alfred Gielen (Alemanha Ocidental) e Apeles E. Marquez (Argentina). Da direita para a esquerda, também circutados de vermelho, o “ex” nazista Theodor Oberlander (1º), Slava Stetsko (2º) e o ex-colaborador nazista ucraniano Yaroslav Stetsko (3º), sentados. Nota-se a presença, também circutada, da bandeira do Brasil. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 4, n.º 12.

#### 4.14. Japão, 1970: a IV Conferência da WACL

Como visto no CAPÍTULO 2, a “querela japonesa” esteve presente desde o início da APACL, fundada em 1954 na Coreia do Sul. O primeiro “Capítulo” sul-coreano da APACL foi dirigido pelo ditador civil Syngman Rhee, que impediu enquanto esteve no poder a participação japonesa na APACL. Já se analisou como a II Conferência da APACL, originalmente agendada para ocorrer em 1955 em Taiwan, foi implodida pelo autocrata sul-coreano diante do convite feito por Ku Cheng-kang a um grupo de japoneses, liderados por Tetsuzo Watanabe, para que participasse do evento. Em 1960, porém, Syngman Rhee foi derrubado da presidência da República por manifestações de massa e, pouco depois, um golpe de Estado conduzido por uma Junta Militar consolidou a ditadura do general Park Chung-hee, ex-colaborador do Império Japonês derrotado na II Guerra Mundial. A partir de então, a APACL-Coreia do Sul abandonou sua postura anti-nipônica e abriu o caminho à participação dos japoneses da Associação Ásia Livre do Japão de Watanabe e Juitsu Kitaoka na APACL. Viu-se também como Watanabe era o presidente de um *think tank* para o rearmamento do Japão composto por ex-almirantes e ex-generais do Império Japonês, o Instituto de Pesquisa Econômica, além de ser um *asset* da *Hattoria Kikan*, agência de espionagem anticomunista ligada ao general dos EUA Charles Willoughby, o “estimável fascista” de Douglas MacArthur.

Não por acaso, extinto o óbice sul-coreano para o ingresso dos japoneses na APACL, sua VIII Conferência de 1962 foi realizada em Tóquio. E, conforme analisado, ao lado dos “velhos amigos” Watanabe e Kitaoka, a APACL vinculou-se a “novos amigos” japoneses cuja história remetia ao fascismo e ao imperialismo nipônicos, a saber: Nobusuke Kishi e Ryoichi Sasakawa. Esses “novos amigos” passaram a ser a verdadeira força motriz primeiro da APACL-Japão e, depois, da WACL-Japão. Inclusive, antes de ter sido analisada a VIII Conferência da APACL de 1962 no Japão, demarcou-se o itinerário de Kishi enquanto correligionário do principal ideólogo fascista nipônico (Ikki Kita), abordando-se sua atuação como tecnocrata da industrialização da Manchúria ocupada pelo Império Japonês, seu papel como ministro do Comércio e Indústria (1941-43) e vice-ministro de Munições (1943-44) durante a II Guerra Mundial, sua gestão nos crimes de guerra, seu encarceramento prisão de Sugamo no pós-guerra pelos EUA, sua liberação e, finalmente, sua entronização como primeiro-ministro do Japão (1957-60).

Viu-se também como um dos companheiros de cela de Kishi foi Sasakawa, reconstituindo-se seu passado como um dos organizadores fascistas mais ativos do Japão antes da guerra. Em parceria com outro militante fascista, Yoshio Kodama, Sasakawa fora um dos maiores *war profiteers* do Império Japonês, amealhando imensa fortuna como agente de sua guerra panasiática. Autodeclarado “o fascista mais rico do mundo”, Sasakawa depois de preso com Kishi em Sugamo, foi “desnazificado” e colocado em liberdade pelos EUA no pós-guerra, tornando-se um dos principais chefes (*korumakus*), ao lado de Kodama, da Yakuza. Com apoio norte-americano, Sasakawa e Kodama utilizaram suas fortunas, conexões criminosas e com a ultradireita para combaterem as esquerdas em geral e o comunismo em particular e, ao mesmo tempo, financiaram a carreira política de Kishi e de outros primeiros-ministros.

Depois da renúncia de Kishi como primeiro-ministro depois de manifestações de massa contra a renovação do tratado de segurança Japão-EUA, conforme analisado, Kishi integrou-se à APACL e presidiu os trabalhos de sua VIII Conferência de 1962 em Tóquio. Sasakawa, a seu turno, considerava-se um dos fundadores da APACL no Japão (KAPLAN; DUBRO, 1986: 91). Nota-se, pois, que a APACL soube escolher “muito bem” seus “novos amigos” japoneses no início da década de 1960. Posteriormente, na IV Conferência da WACL de 1970 em Tóquio, aos “velhos amigos” da APACL Tetsuzo Watanabe e Juitsu Kitaoka, bem como a seus “novos amigos” Nobusuke Kishi e Ryoichi Sasakawa, somou-se um “novíssimo amigo”: o jovem Osami Kuboki. Ele se destacaria, a partir de então, como o dirigente público da WACL/APACL-Japão e, assim, antes de abordar propriamente a IV Conferência da WACL, é preciso analisar “sua” organização anticomunista que, em pouco tempo, tomaria o lugar da Associação Ásia Livre de Watanabe e Kitaoka como o “Capítulo” japonês da WACL/APACL.

#### *4.14.1. A Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC): Ryoichi Sasakawa, Osami Kuboki e a Igreja de Unificação do reverendo Sun Myung Moon*

O “novíssimo amigo” japonês da WACL/APACL Osami Kuboki ascendeu no quadro dirigente dessas redes anticomunistas transnacionais, especificamente, como presidente da *International Federation for Victory over Communism* (IFVC). Todavia, a “sua” organização, que a partir da IV Conferência da WACL conquistaria a posição de “Capítulo” japonês da Liga, fora idealizada e colocada em prática pelo antigo militante fascista nipônico Ryoichi Sasakawa. Foi



esse autodeclarado “fascista mais rico do mundo”, “poderoso chefe” da Yakuza, quem “estava por detrás da organização de um partido político de direita em 1968 – o *Kokusai Shokyo Rengo* (Federação Internacional pela Vitória sobre o Comunismo – IFVC)” (DIXON, 1975: 101). A IFVC plasmou cruzada religiosa e anticomunismo, isto é, buscou utilizar a arma da religião contra o comunismo. A ideia inicial de Sasakawa na fundação da IFVC era a de “cooptar os cristãos japoneses para o movimento para avançar a ideologia anticomunista” (DIXON, 1975: 101). Em um primeiro momento, Sasakawa e Kodama detiveram, respectivamente, o cargo de presidente honorário e de presidente em exercício da IFVC, que conjugou suas atividades anticomunistas com a seita cristã *Genri Undo*.

O movimento *Genri Undo* era “uma unidade evangélica cristã cuja origem foi um coreano chamado Syn Myung Moon” (DIXON, 1975: 210), fundador da Igreja da Unificação (em coreano, 통일 교회). Moon defendeu uma doutrina teológica para unificar o mundo inteiro sob o seguinte princípio básico: “o homem é um, seus únicos pais são Deus e não deve haver diferentes religiões e seitas” (DIXON, 1975: 210). O *Genri Undo* foi fundado em 1946 pelo reverendo Moon na Coreia do Sul, em Seul, e foi introduzido em 1960 no Japão. A estruturação do *Genri Undo* no Japão ocorreu em 1967 a partir de uma reunião secreta convocada por Sasakawa na província de Yamanashi, próximo a Tóquio. Participaram da “conspiração secreta” (*secret cabal*) de Yamanashi, entre outros, o reverendo coreano Moon e os miliantes anticomunistas japoneses Shirai Tameo e Osami Kuboki. “Tameo era um tenente do submundo de Yoshio Kodama e secretário do *Japan Youth Lectures*, uma organização de Kodama de nome aparentemente inócuo que doutrina e treinava jovens membros das gangues da Yakuza” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 69). Kuboki, secretário-geral da *Genri Undo* japonesa, “também atuou como conselheiro e palestrante no *Youth Lectures* de Kodama” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 69).

O objetivo da reunião convocada por Sasakawa consistiu em criar no Japão “um movimento anticomunista similar aos coreanos que poderiam operar sob o guarda-chuva da Liga Mundial Anticomunista e que promoveria a cruzada global de Moon e emprestaria aos líderes japoneses da Yakuza uma respeitável nova fachada” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 69). Criou-se, então, a “*Shokyo Rengo – Vitória sobre o Comunismo*”: **“Ryoichi Sasakawa foi eleito presidente-geral do *Shokyo Rengo* e Yoshio Kodama seu conselheiro-chefe”** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 69, grifo meu). Se a Federação Internacional pela Vitória sobre o Comunismo

(IFVC) integrou-se à cruzada religiosa *moonista* para utilizá-la como arma contra o comunismo, sua política anticomunista ancorou-se também na indústria de armas. Além de uma “respeitável” fachada religiosa, Sasakawa e Kodama encontraram no movimento *Genri Undo* do reverendo Moon um manancial armamentista. As armas de que necessitavam a Yakuza e a ultradireita nipônica para suas ações de rua, em um Japão “desmilitarizado” pelos EUA no pós-guerra, poderiam ser fornecidas pelas empresas bélicas do reverendo Moon, gestor da *Tong-il Industries* e da *Yewha Air Gun Company*.

Os negócios *moonistas* na indústria de armas, inclusive, contavam com o respaldo da ditadura sul-coreana de Park Chung-hee e, por meio desse complexo industrial-militar-religioso da Coreia do Sul, Sasakawa e Kodama buscaram contornar o estrito controle legal de armas existente no Japão para armar milícias e *gangsters* Yakuza e, eventualmente, a ultradireita *callejera*. Segundo os irmãos Anderson, “sob o patrocínio do governo [sul-]coreano, a Igreja da Unificação possuía e operava as Indústrias Tong-il”, a “fabricante de armamentos que produz rifles e componentes para os rifles de assalto M-16” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 297)<sup>379</sup>. “No começo era o fuzil...”, ironiza o jornalista francês Jean-François Boyer, que esclarece que *Tong-il* “em coreano significa unificação”, mesmo nome da Igreja administrada pelo reverendo Moon. Nas origens, a *Tong-il Industries* empregou “mão-de-obra moonista praticamente não remunerada”, o que proporcionou superlucros ao “braço armado” do *unificacionismo*. Crescendo rapidamente no início da década de 1970, a *Tong -il* foi escolhida pela ditadura militar de Park Chung-hee “como fabricante oficial de pontas de eixo e transmissões para automóveis, e, acima de tudo, como indústria que trabalha para o Ministério da Defesa” (BOYER, 1988: 140).

O então primeiro-ministro, empossado em junho de 1971, era “o antigo diretor da KCIA [*Korean Central Intelligence Agency*], Kim Jong Pil, o homem que há dez anos trabalha diretamente com a Igreja da Unificação através de seus colaboradores moonistas Sang In Kim e Bud Han” (BOYER, 1988: 140). Embora a alta burguesia protestante e a alta patente militar da

---

<sup>379</sup> A Igreja da Unificação do reverendo Moon, além de gerir a *Tong-il Industries*, também operou “a *Yewha Air Gun Company* em Kyonggi-Do, Coreia. Em 1975, sete anos depois da Conferência de Yamanashi, a importadora japonesa de rifles da Coreia era uma empresa fantasma, a *Angus Arms Company*, que não era registrada nem podia ser encontrada em nenhum diretório corporativo. Os rifles, de acordo com o analista político Pharris Harvey em um memorando ao Subcomitê da Casa Branca sobre Relações Internacionais em maio de 1978, ‘são vendidos, parece que exclusivamente aos membros do *Shokyo Rengo* e da UC [*Unification Church*]’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 297).

Coreia do Sul nunca tenham superado sua rejeição ao “excêntrico” reverendo Moon, graças às conexões do *moonismo* com a ditadura de Park Chung-hee, a sua *Tong-il* foi “uma das primeiras empresas a se beneficiar com a nova política de desenvolvimento da indústria de armamento” (BOYER, 1988: 140) e, em abril 1973, a *Tong-il* foi “oficialmente classificada entre as empresas que trabalham para o Ministério da Defesa” (BOYER, 1988: 141)<sup>380</sup>. Antes de conquistar esse nicho do mercado internacional de armas auxiliado pela ditadura de Park Chung-hee, instalada por militares golpistas em 1961, a Igreja da Unificação do reverendo Moon recebeu a ajuda, desde o final da década de 1950, “de quatro jovens oficiais muito ligados aos futuros sublevadores, entre eles Bo Hi Pak, que será o funcionário militar da Embaixada da Coreia em Washington” (BOYER, 1988: 244).

Três desses jovens militares ligados ao *moonismo*, Sang In “Steve” Kim, Sang Kil Han e Han Sang Keuk, “logo se tornaram colaboradores diretos do organizador do golpe de Estado, Kim Jong Pil”, militar que, no dia seguinte à derrubada de Syngman Rhee, criou o principal instrumento de repressão da ditadura de Park Chung-hee: a *Korean Central Intelligence Agency* (KCIA) (BOYER, 1988: 244). A ditadura militar pós-1961 “aposta muito nesse novo serviço secreto para combater o ‘inimigo interno’ e trabalhar na consolidação política do regime” (BOYER, 1988: 123). O jovem oficialato do Exército sul-coreano ligado ao reverendo Moon se conectou, dessa forma, à ditadura de Park Chung-hee. Sang In “Steve” Kim, por exemplo, deixou o Exército para trabalhar exclusivamente na KCIA de Kim Jong Pil, de quem será intérprete e ajudante oficial até 1966, e “o aparelho da [K]CIA o empregará mais tarde para seus contatos com a CIA americana, antes de nomeá-lo chefe informante do México” (BOYER, 1988: 123-124). A KCIA também vai requerer os serviços de Sang Kil Han como funcionário militar da Embaixada sul-coreana em Washington, nos EUA. Han Sang Keuk (apelidado “Bud” Han) tornou-se assistente de Kim Jong Pil e o ditador Park Chung-hee “o utiliza como intérprete desde seu encontro com John F. Kennedy em novembro de 1961, apenas sete meses após sua chegada ao poder” (BOYER, 1988: 124).

“Durante longos anos em que serão funcionários oficiais, esses três homens” – Sang In “Steve” Kim, Han Sang Keuk (“Bud” Han) e Sang Kil Han – “trabalharão também para a igreja, mas tomando as devidas precauções para não revelarem sua filiação ao Movimento” (BOYER,

---

<sup>380</sup> Os negócios da *Tong-il* logo se mundializaram e “um segredo que todos os comerciantes de armas internacionais sabem é que, desde meados dos anos 70, a Coreia [do Sul] vende seu fuzil e munições para o Sudeste Asiático, o Oriente Médio e a América Latina” (BOYER, 1988: 142).

1988: 124). Esses jovens militares sul-coreanos, servindo à Igreja de Unificação e à ditadura de Park Chung-hee, auxiliaram o coronel Bo Hi Pak – golpista que abandonou o Exército em 1964 para se dedicar exclusivamente ao reverendo Moon<sup>381</sup> – na expansão mundial do *unificacionismo*. “Steve Kim auxilia Bo Hi Pak na direção do grupo de imprensa americano, o *News World Communicatins Inc.*; Bud Han é diretor-assistente do mais prestigiado jornal do grupo, o *Washington Times*; Sang Kil Han, por fim, consagra-se ao ‘Mestre’, pois, além de secretariá-lo a nível particular, supervisiona a educação de seus filhos” (BOYER, 1988: 124). Em 1962, o criador da KCIA Kim Jon Pil conectou-se oficialmente a esses então jovens militares *moonistas*. Em visita à Casa Branca após o encontro do ditador Chung-hee com o presidente J. F. Kennedy, Kim Jon Pil reuniu-se nos EUA com Bo Hi Pak, então representante militar da embaixada sul-coreana em Washington, e com “seu ‘irmão’ moonista Steve Kim, o conselheiro-intérprete de Kim Jong Pil” (BOYER, 1988: 126). O criador da KCIA confessou “sua simpatia pelos objetivos anticomunistas do Movimento”, comprometendo-se “a apoiá-lo politicamente, frisando bem que não poderia fazê-lo abertamente” (BOYER, 1988: 127).

A parti daí ocorreu uma transformação no movimento do reverendo Moon e, no ano seguinte, a Igreja da Unificação foi reconhecida pelo governo sul-coreano como associação sem fins lucrativos, isenta de impostos. Porém, “a estreita relação entre moonistas e dirigentes do governo se desenvolverá até 1975, sempre em presença da hostilidade latente da burguesia protestante, também muito influente no meio dos militares” (BOYER, 1988: 127). Dessa forma, em 1962, Bo Hi Pak criou, enquanto lugar-tenente do reverendo Moon e mentor político da Igreja da Unificação, a Fundação Coreana pela Cultura e Liberdade (KCFF). Ainda ligado à embaixada sul-coreana nos EUA, o Bo Hi Pak “prefere, por uma questão de eficácia e discrição, não aparecer na lista de diretores-fundadores da organização” (BOYER, 1988: 128). Oficialmente dirigida por personalidades dos EUA e da Coreia do Sul, a KCFF alegou trabalhar pelo fortalecimento dos

---

<sup>381</sup> Bo Hi Pak “adere oficialmente ao Movimento em 1957” e, ao lado de Moon, “transforma completamente os planos da Igreja da Unificação. Com ele se aproximam do ‘Novo Messias’ outros jovens do Exército, chamado a desempenhar importantes papéis na história de seu país” (BOYER, 1998: 123). “Moon se politiza em contato com Bo Hi Pak e seus recrutas”; “jovens que defendem a pátria contra os ‘vermelhos’ e frequentam o estado-maior do ‘salvador’ americano. Compreende também que ninguém pode se tornar influente na Coreia sem aparecer como um líder anticomunista confiável e eficaz” (BOYER, 1998: 125). Nesse período, a teóloga da Igreja Hyo Won Eu “começa a trabalhar a hipótese que caracterizará a originalidade dos ‘princípios divinos’: o comunismo é o inimigo de Deus” (BOYER, 1998: 125). Moon apostará que seria necessário “dispor de uma numerosa organização, rica e poderosa, que possa ser rapidamente colocada a serviço da cruzada anticomunista. Uma organização que contará com importantes apoios em dois países ‘tutores’ da Coreia: Japão e Estados Unidos” (BOYER, 1998: 125).

laços entre os dois países e, entre seus membros, “encontravam-se um almirante, um antigo chefe de operações da Marinha americana, e um embaixador coreano aposentado. Sabe-se bem mais tarde que Bo Hi Pak introduziu entre eles dois membros da ‘família’: Jhoon Rhee e Robert Rolland, a quem o hábil coronel revela desde 1964 que o objetivo da ‘fundação’ é angariar fundos e influência para a igreja” (BOYER, 1988: 128).

A causa da KCFF apresentou-se tão “nobre” e “humanitária” que conseguiu “dois padrinhos de prestígio” nos EUA, os ex-presidentes Truman e Eisenhower, que “juntaram-se ao honroso Kim Jong Pil sem se questionarem a respeito de seus envolvimento com a CIA coreana” (BOYER, 1988: 129). Por detrás da KCFF, entretanto, o criador da KCIA Kim Jong Pil e o coronel Bo Hi Pak colocaram “a serviço do desenvolvimento da propaganda anticomunista, tão desejado pelo governo de Seul, os meios moonistas disponíveis (homens e dinheiro). Os conselheiros moonistas de Kim Jong Pil – Steve Kim e Bud Han – se encarregaram de viabilizar esse acordo de cavalheiros” (BOYER, 1988: 129). O primeiro projeto da KCFF articulou-se com a criação do *Freedom Center*, “um considerável complexo imobiliário na capital” Seul co-financiada pelo governo de Park Chung-hee. O *Freedom Center*, como visto, “sediara as grandes conferências organizadas pela Liga Anticomunista dos Povos da Ásia (APACL), internacional regional fundada por iniciativa de regimes pró-americanos do sudeste asiático que também ocupará a sede” (BOYER, 1988: 129). Embora o *Freedom Center* já tivesse contado com o financiamento oficial da ditadura sul-coreana, “o dinheiro de ricos anticomunistas seria muito bem-vindo” e “Kim Jong Pil insiste para que a KCFF se associe ao projeto. Bo Hi Pak e Rolland fizeram de tudo para convencer seu gabinete a destinar suas primeiras doações ao Freedom Center” (BOYER, 1988: 129).

A CIA norte-americana apenas observou as manobras do KCFF e de seu “verdadeiro líder” Bo Hi Pak que, depois de deixar o Exército sul-coreano em 1964, retornou aos EUA “em janeiro de 1965, curiosamente munido de um passaporte diplomático”, embora já não exercesse suas funções oficiais, dividindo apartamento com Jhoon Rhee, “elo fundamental da corrente moonista nos Estados Unidos” (BOYER, 1988: 130). Sob a direção de Bo Hi Pak e Jhoon Rhee, a Igreja da Unificação se envolveu “ainda mais diretamente na colaboração com o governo [sul-coreano e seu serviço secreto”, o KCIA (BOYER, 1988: 130), implementando na década de 1960 a “rádio Free Asia [ROFA], baseada no modelo da rádio Free Europa controlada pela CIA

americana” (BOYER, 1988: 130-131). Bo Hi Pak conectou-se então “com o segundo diretor da KCIA, o general Kim Hyung Wook” – o primeiro diretor era o próprio Kim Jong Pil –, responsável pelas “atividades da propaganda anticomunista”. A ambição da ROFA, da qual Bo Hi Pak foi o diretor-executivo, era levar suas transmissões “até o coração da China [continental] ou do Vietnã do Norte –, o que permite à CIA americana dizer, em outro relatório datado de março de 1967: ‘O 7º Gabinete (guerra psicológica) da CIA coreana controla as atividades e os programas da rádio Free Asia [ROFA]’” (BOYER, 1988: 131)<sup>382</sup>.

A conjunção dos interesses da ditadura sul-coreana, particularmente via KCIA, e do *unificacionismo* do reverendo Moon nos projetos da KCFF e da ROFA, de um lado, facilitaram “a infiltração moonista na Coreia”, e de outro, permitiram “ao presidente Park Chung Hee limpar sua imagem diante dos Estados Unidos” (BOYER, 1988: 132). Nesse sentido, em 1971, “Bo Hi Pak e a KCFF financiam e supervisionam a redação de uma biografia de Park Chung Hee” e, simultaneamente, o reverendo Moon saiu em devesa do ditador sul-coreano como um “enviado de Deus”<sup>383</sup>. Como adiantado, todavia, a Igreja da Unificação nunca se consolidará como a principal força anticomunista dentro da Coreia do Sul e “não conseguirá (...) controlar a direção coreana da WACL. As excelentes relações do coreano Bo Hi Pak com certas eminências do regime não serão suficientes para vencer a desconfiança de uma parte da direita coreana e para que o ‘Novo Messias’ deixe de ser uma pessoa duvidosa” (BOYER, 1988: 245)<sup>384</sup>.

---

<sup>382</sup> “O governo coreano tinha pouco dinheiro para realizar esse tipo de trabalho’, confessará o general Kim Hyung Wook. Acolheu então com entusiasmo a idéia de Bo Hi Pak de obter um financiamento para as emissões de ondas curtas dirigidas aos países comunistas vizinhos, pelos tradicionais patrocinadores das causas conservadoras americanas. A KCFF, desse ponto de vista, trabalhou muito bem: 60.000 personalidades nacionais e locais receberam os pedidos de contribuição assinados por vedetes de Hollywood, pelos presidentes Truman e Eisenhower ou por congressistas de peso. A KCIA se responsabiliza pelo controle do conteúdo dos programas em Seul. Os dois primeiros diretores da rádio são antigos colaboradores de Kim Jong Pil, o diretor da central [KCIA]. A inauguração dos locais e a instalação de uma antena em agosto de 1966 oferecem mais uma vez a oportunidade a Bo Hi Pak de se encontrar com altos responsáveis de Estado” (BOYER, 1988: 131).

<sup>383</sup> “Deus criou um novo e poderoso líder, o atual presidente da Coreia. Estabeleceu uma nova ordem na nossa sociedade, pois reinava a confusão e o país enfrentava uma possível invasão do norte comunista em 1961! (...) Nesse mundo caótico, o governo coreano está do nosso lado. Ele nos pede conselho e nos solicita a agir (...) Ele é favorável a nosso Movimento” (MOON *apud* BOYER, 1988: 133).

<sup>384</sup> Referindo-se à Igreja da Unificação, Boyer salienta que “a organização nunca conseguirá destituir o grupo local da Liga anticomunista Mundial (WACL) (...) O pronto apoio de serviços secretos nunca compensará a oposição declarada de certos superiores do Exército. O governo reconhecerá e apoiará oficialmente a Liga anticomunista mundial e jamais ousará se colocar ao lado da Vitória sobre o Comunismo” (BOYER, 1988: 137). “O secretariado geral permanente da WACL ficará estabelecido durante longos anos no Freedom Center, mas escapará das mãos do ‘Mestre’. Muitas pessoas tão anticomunistas quanto ele se inquietam com o progresso do unificacionismo, particularmente as grandes igrejas cristãs. O Vitória sobre o Comunismo tem menos dificuldades para se impor no exterior, isto é, no Japão e nos Estados Unidos, onde o nome de Moon ainda não provoca reações nesse final dos anos 60. O sucesso nessas duas

Apesar dessa “semiderrota” do *unificacionismo* na Coreia do Sul – “o Vitória sobre o Comunismo jamais será considerado o único líder do anticomunismo coreano” –, o *moonismo* teria “menos dificuldades para se impor no exterior”, especialmente nos EUA e no Japão<sup>385</sup>. Neste país, conjugará suas ações anticomunistas e negociais com “o fascista mais rico do mundo” Ryoichi Sasakawa e seu jovem lugar-tenente Osami Kuboki, presidente da Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC) que, superando em pouco tempo a *Free Asia* dos veteranos Tetsuzo Watanabe e Juitsu Kitaoka, tornar-se-ia o “Capítulo” japonês da WACL/APACL. Se o “Capítulo” sul-coreano da WACL/APACL nunca foi propriamente *moonista* e esteve hegemônico pelos militares – à época o general Lee Eung Joon era o presidente da WACL/APACL-Coreia do Sul –, o jornalista francês Jean-François Boyer defende que “a seção japonesa da WACL é moonista” (BOYER, 1988: 247), destacando que Kuboki era um *moonista* e que:

**Moon confiou-lhe a direção da igreja e a presidência do Vitória sobre o Comunismo no Japão.** Também faz parte do conselho de administração da *International Cultural Foundation*, uma filial cultural e científica do movimento que logo tentará ganhar para a igreja a simpatia dos intelectuais do mundo inteiro. **Marca suprema da confiança que lhe testemunha o ‘Pai’, Osami Kuboki se tornará, mais tarde, acionista do primeiro banco do movimento nos Estados Unidos [Diplomat National Bank] (...)** Muito depressa Osami Kuboki se torna um personagem essencial da Internacional anticomunista. Sua franqueza, sorriso e boa vontade logo seduzem, seu poder impressiona. **Em maio de 1974, Asian Outlook, a revista da APACL, atribui à organização japonesa 200.000 militantes – cuja maioria não era moonista –, (...)** três centros de treinamento – onde se ensinam as ‘contrapropostas’ moonistas ao marxismo e ... artes marciais –, um jornal (...) difundindo 19 milhões de exemplares, tendo à disposição 200 ônibus para transportar seus propagandistas até a zona rural. Sem dúvida, o sr. Kuboki merece consideração. Mesmo se descontarmos o exagero inerente a esse gênero de publicação militante e se admitirmos que a infraestrutura do Vitória sobre o Comunismo se mescla à da igreja japonesa. E tem mais, **o representante de Moon no país do sol nascente é perfeitamente aceito pelo establishment conservador. Ele pode se beneficiar do apoio oficial de personalidades importantes – antigos e futuros primeiros-ministros, dirigentes do Partido Liberal – e da solidariedade discreta mais eficaz da extrema direita** (BOYER, 1988: 248, grifo meu)

---

poderosas nações do mundo livre consolará depressa os moonistas da semiderrota vivida em seu país de origem” (BOYER, 1988: 246).

<sup>385</sup> “Sun Myung Moon pisa no solo de sua nova pátria em 18 de dezembro de 1971. Uma ‘família’ já estruturada o espera pronta a se lançar no combate político. Resta encontrar o financiamento para essa nova aventura. Nela serão investidos os lucros do grupo industrial implantado na Coreia e Japão desde os anos 50. A multinacional, que se adapta às mudanças de 1971, se consolidará nos Estados Unidos e na República Federal da Alemanha. Isso porque desde os primórdios do Movimento o profeta lutou para assegurar o ‘fundamento econômico da família’. E ele se mostra no terreno dos negócios ainda mais hábil do que nos bastidores da política” (BOYER, 1988: 138).

Contudo, se é verdade que Kuboki era um representante do *unificacionismo* no Japão não se deve esquecer que “sua” Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC) teve como patronos os maiores *war profiteers* ligados ao fascismo japonês: Ryoichi Sasakawa e Yoshio Kodama, originalmente, presidente e conselheiro-chefe da IFVC quando de sua fundação em 1968. Isto é, se Kuboki, já então içado à presidência da IFVC, subordinou-se ao reverendo coreano Moon e incorporou o *moonismo* em sua ideologia anticomunista, ao mesmo tempo, ele nunca deixou de ser um lugar-tenente dos *korumakus* Yakuza Sasakawa e Kodama. Daí existir certo exagero na afirmação peremptória de Jean-François Boyer de que “a seção japonesa da WACL é moonista”, já que seu futuro dirigente-chefe Kuboki, embora ligado ao *unificacionismo* no Japão, subordinou-se sobretudo aos patronos da IFVC Kodama e Sasakawa. Este “fascista mais rico do mundo”, inclusive, ajudou na introdução do *moonismo* no Japão muito antes da realização da IV Conferência da WACL de 1970 em Tóquio. A gênese da Igreja da Unificação no Japão ligou-se à figura de Sang-Ik Choi, coreano que fundou a *Genri Undo* no país do sol nascente em 1959. Sasakawa era “conselheiro” informal e “fiador legal” de Choi que, em decorrência de problemas com as autoridades imigratórias, foi expulso do Japão, sendo então substituído por Kuboki e Kaichi Komiyama na *Genri Undo*.

Em 1963, Komiyama tornou-se presidente da *World Christian Unification Holy Church* (*Sekain Kinsu-tokyo Toitsu Shinsei Kyokai*) e, em 1964, Kuboki assumiu a presidência da *All Japan Universities Basic Principle Study Association* (*Zenkoku Daigaku Genri Kenkyu Kai*) (DIXON, 1975: 212)<sup>386</sup>. A *Zendai Genken* ou *Genri Kenkyukai*, abreviação da seção estudantil da *Genri Undo* presidida por Kuboki, “tornou-se mais visível com suas atividades anticomunistas realizadas nas ruas, em vez de com seus estudos de princípios” (DIXON, 1975: 209). Esse movimento estudantil de extrema-direita se organizou para se contrapor à hegemonia das esquerdas nas universidades do Japão do pós-guerra. A *Genri Kenkyukai*, transitando ideologicamente “da prevenção ao comunismo, através do anticomunismo, até a vitória sobre o comunismo”, “participou ativamente da formação da *Kokusai Shokyo Rengo* (Federação Internacional pela Vitória sobre o Comunismo – IFVC)” (DIXON, 1975: 212).

---

<sup>386</sup> Antes de integrarem a Igreja da Unificação no Japão, Komiyama era chefe do Departamento de Religião da organização budista *Rissho Koseikai* e Kuboki era assistente de seu presidente, Nikkyo Niwano. Em 1962, os dois apóstatas da *Rissho Koseikai* converteram 50 líderes do budismo ao *unificacionismo* (DIXON, 1975: 212).



Se a IFVC surgiu da ideia do “fascista mais rico do mundo” Sasakawa “para cooptar os cristãos japoneses para o movimento para avançar a ideologia anticomunista” (DIXON, 1975: 101), ela “era organizada sob a liderança de um grupo religioso recém-fundado, Sekai Toitsu Kyokai (Associação pela Unidade Mundial), liderada pelo fundador da Genri Kenkyukai, Kaichi Komiyama, em 1º de abril de 1968” (DIXON, 1975: 212). Não é de se surpreender, observa Karl Hale Dixon em sua pesquisa sobre a extrema-direita nipônica, que os supostos 3.000 ativistas da Associação pela Unidade Mundial, a maioria deles estudantes e jovens, eram virtualmente indistinguíveis dos membros do *Genri Kenkyukai* e todas as evidências apontam que muitos, se não todos, também eram membros da IFVC (DIXON, 1975: 212). A *Genri Kenkyukai*, enfim, “compõe a força principal da seção de estudantes do Kokusai Shokyo Rengo (Federação Internacional Vitória Sobre o Comunismo), que tem como presidente o líder de direita Ryoichi Sasagawa” (DIXON, 1975: 209). Daí o perfil religioso da IFVC, presidida primeiro pelo veterano Sasakawa e depois pelo jovem Kuboki que, em um Comício de 1969, declarou que, “depois que a revolução bolchevique começou na Rússia em 1917, 2,5 milhões de católicos, 14.000 padres e 17.000 monges foram executados e que o Partido Comunista da Coreia do Norte havia matado mais de 150.000 cristãos (...) desde 1952” (KUBOKI *apud* DIXON, 1975: 101).

**Até agora, a maioria dos cristãos japoneses tem evitado a luta contra o comunismo e evitado o confronto direto no campo [religioso] porque não queriam se envolver em um movimento político anticomunista ou [por]que a cristandade transcendeu o confronto ideológico de direita e esquerda.** Tal atitude, no entanto, é exatamente o que os comunistas querem. É precisamente [por] essa atitude que avançou sua estratégia revolucionária (KUBOKI *apud* DIXON, 1975: 101, grifo meu)

Isto é, na propositura do jovem militante Kuboki, os cristãos deveriam se engajar politicamente na cruzada anticomunista na medida em que o propósito do comunismo seria “a obliteração da religião – a negação absoluta de todas as religiões” (KUBOKI *apud* DIXON, 1975: 101). Ao negar deus e a religião, o comunismo representaria “a negação total de todos os ideais sobre os quais a cristandade se apoia” (KUBOKI *apud* DIXON, 1975: 101). Contra isso, arrematou Kuboki, “devemos montar uma ofensiva ideológica contra o comunismo em apoio à nossa posição de crença em Deus” (KUBOKI *apud* DIXON, 1975: 101). Esse perfil *cruzadístico* – de guerra religiosa – do anticomunismo desse jovem dirigente da IFVC levou Jean-François Boye a afirmar que “a seção japonesa da WACL é moonista”, como visto, salientando que “nenhuma outra merece mais que ela o título religioso de ‘capítulo’ que os documentos oficiais da organização conferem

às representações nacionais. Do presidente ao colocador de cartazes, passando pelo tesoureiro, todos os seus membros são fiéis da Igreja da Unificação” (BOYER, 1988: 247). Além disso, a IFVC defendeu a revisão da Constituição do Japão do pós-guerra “para permitir um rearmamento em grande escala e o envio de tropas japonesas para o exterior, embora na maioria dos pronunciamentos públicos estes detalhes sejam normalmente incluídos no assunto mais amplo de conquistar a vitória final sobre o comunismo através ‘da verdade, da justiça e do amor’” (DIXON, 1975: 214).

A IFVC, que a partir de 1970 se transformaria no “Capítulo” japonês da WACL/APACL, alegava possuir 60 mil membros e 21 filiais por todo Japão, além de filiais na Coreia do Sul e em Taiwan, dizendo-se capaz de mobilizar, a qualquer momento, 4.000 estudantes para manifestações contra a esquerda (DIXON, 1975: 214). A IFVC marcou presença particularmente nas universidades de Tóquio, Kyoto, Ritsumeikan, Doshisha e Waseda. “Entre seus 57 conselheiros há 37 do campo cultural, 12 *Dietmen*, e 8 de círculos financeiros e religiosos, incluindo o Professor Emérito Hikomatsu Kamikawa da Universidade de Tóquio e Saburo Chiba do LDP [*Liberal Democratic Party*]” (DIXON, 1975: 215). No plano internacional, a IFVC alegou possuir filiais em Seul (Coreia do Sul), Taipei (Taiwan), Saigon (Vietnã do Sul), Roma (Itália), Berlim (Alemanha Ocidental), Londres (Inglaterra), São Paulo (Brasil), San Francisco e Los Angeles (EUA)<sup>387</sup>. No mês seguinte à realização da IV Conferência da Liga Mundial Anticomunista, o presidente da WACL/APACL-Taiwan Ku Cheng-kang convidou Masatoshi Abe, secretário da WACL/APACL-Japão e da IFVC, para uma visita a Formosa. Em outubro de 1970, Abe chegou a Taiwan acompanhado do vice-secretário-geral da IFVC Gentero Kajikuri e de Kaichi Komiyama, Tsutomu Yoki e Tadanobu Fuchimoto, diretores da IFVC dos distritos de Tóquio, Ishikawa e Kochi, respectivamente<sup>388</sup>.

---

<sup>387</sup> “Em 23 de dezembro de 1968, 50 delegados japoneses participaram do *Rally* Internacional Vitória sobre o Comunismo do Japão-ROK [Coreia do Sul] em Seul e de 15 de março a 1 de abril de 1969, 31 representantes estudantes visitaram a ROK para participar de um seminário de uma semana a convite da Liga Anticomunista da ROK. Em julho de 1969, membros da IFVC visitaram o Taiwan; de 3 a 15 de março de 1971, cerca de 40 líderes estudantis universitários da ROK visitaram o Japão para participar do ‘Seminário Conjunto pela Vitória sobre o Comunismo’ da IFVC; de 27 de julho a 6 de agosto de 1971, 12 professores coreanos visitaram o Japão para participar do ‘Seminário Beneficente dos Professores pela Vitória sobre o Comunismo da ROK-Japão’; e 12 membros da IFVC visitaram Taiwan de 5 a 11 de agosto de 1971” (DIXON, 1975: 217-218).

<sup>388</sup> “Como forma de agradecimento às suas notáveis contribuições à 4ª Conferência da WACL e 16ª Conferência da APACL realizadas no Japão em setembro deste ano, o Capítulo chinês montou um itinerário de 7 dias para eles, incluindo jantares a serem oferecidos em sua honra pelo Dr. Ku do Capítulo chinês e o Diretor Hsu Ching-lan da Sexta Seção do Comitê Central Kuomintang” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 11, p. 51).

Foi de fato a IFVC que organizou a IV Conferência da WACL e a XVI Conferência da APACL em setembro de 1970 no Japão e, em maio daquele ano, o Conselho Executivo da WACL reuniu-se em Tóquio para encaminhar os preparativos dessas conferências. É extremamente significativo que o ex-premiê Nobusuke Kishi, tecnocrata da industrialização da Manchúria ocupada, ministro e criminoso de guerra do Império Japonês, participou de reuniões na sede da Igreja da Unificação japonesa às vésperas das conferências de setembro e da reunião executiva de maio de 1970. Kishi destacou, conforme registrado em periódico *moonista*, que às vésperas da reunião do Conselho Executivo da WACL visitou a sede japonesa da Associação do Espírito Santo para a Unificação da Cristianismo Mundial (HSA-UWC)<sup>389</sup> “para assistir os filmes do *rally* nacional em 11 de maio em preparação para a Conferência da WACL em Tóquio”, dizendo-se impressionado “com as cenas inspiradoras que se acumularam nos ardores transbordantes e ações dos membros da IFVC” (TPARENTS, 1970).

Igualmente, antes da inauguração das conferências da WACL/APACL em setembro de 1970, Kishi voltou a visitar a sede da Igreja da Unificação japonesa e, em 11 de agosto, assistiu ali um documentário sobre o “movimento anticomunista” e discursou na sequência. Falando à Associação Japonesa do Espírito Santo, Kishi afirmou que era “realmente comovente vêlos acumulando patriotismo, propagando o significado da Conferência da WACL no Japão por seu sucesso vitorioso na campanha” (TPARENTS, 1970). Kishi salientou ao auditório *moonista* da IFVC que o ano de 1970 seria crucial para o destino nacional, uma vez que “o Tratado Conjunto de Segurança Japonês-Americano, revisado quando eu fui o premiê, deverá ser renovado”, alegando que as esquerdas em geral e o Partido Comunista em particular “têm tentado trazer a revolução comunista para o Japão através da revogação do tratado, aproveitando esta oportunidade se possível” (TPARENTS, 1970).

Já foi visto como Kishi foi forçado a renunciar ao cargo de primeiro-ministro depois de ter assinado a revisão desse Tratado de Segurança Japão-EUA com Eisenhower, o que deflagrou um imenso movimento de massas organizado pelo “Conselho Popular para Impedir a Revisão do Tratado de Segurança, o Ampo Joyaku Kaitei Soshio Kokumin Kaigi, geralmente conhecido apenas como Ampo” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 94). Embora o *Ampo* já tivesse sido dissolvido, o ex-premiê recomendou aos *moonistas* japoneses e membros da IFVC que ficassem vigilantes

---

<sup>389</sup> Acrônimo de *Holy Spirit Association for Unification of World Christianity*.

sobre o assunto. Kishi também saudou o fato da juventude anticomunista do Japão estar engajada na IFVC e nos preparativos para as conferências da WACL/APACL de 1970. À diferença do que ocorria em 1961, quando Kishi presidiu a VII Conferência da APACL em Tóquio e, para sua tristeza, só pode contar com anticomunistas da “velha geração”. Exaltou a IFVC como a responsável por essa façanha de engajar uma “nova geração” de militantes na cruzada anticomunista no Japão:

**Acredito que seja extremamente significativo que a Conferência da WACL seja realizada no Japão no início dos anos 1970. Antes da inauguração da Liga Mundial Anticomunista [WACL], a APACL (Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos) esteve em ação e eu já fui Presidente da [VIII] Conferência da APACL no Japão. Naquele tempo, a maioria dos membros era, para minha tristeza, da antiga geração, e claramente não deve haver diferença de ideias entre os antigos e os jovens, mas eu pensava que era principalmente necessário que os membros jovens tivessem um grande poder de execução centralizado para entregarmos o movimento e a luta para a próxima geração. Agora vocês, geração jovem da IFVC (Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo) atendem à minha expectativa ao promoverem a Conferência da WACL no Japão.** Não importa quão seriamente nós convençamos sobre a falácia e a inverdade do comunismo, desde que esta ideologia tem se espalhado por todo o mundo como um tipo de paixão religiosa; para trazer paz e liberdade genuínas corrigindo a ideologia, mera persuasão seria inútil. A não ser que façamos as pessoas entenderem e reconhecerem a falácia do comunismo através da nossa prática e eficiência, não haverá espaço para um confronto decisivo com o comunismo. Pelos seus notáveis esforços, incluindo campanhas de arrecadação, dia e noite, pela Conferência da WACL, sou extremamente grato e respeitoso [a vocês]. Nada além disso pode nos fazer nos sentirmos seguros em vista da perspectiva deste país. Eu realmente imploro que sigam firmes até o fim. Embora ainda tenha energia, eu já alcancei a idade dos seus avós (TPARENTS, 1970, grifo meu)

Ainda na sede da filial japonesa da Igreja da Unificação, um mês antes da inauguração das conferências da WACL e da APACL em setembro, Kishi defendeu a “revisão da Constituição japonesa”, que teria sido imposta pelos EUA contra a vontade do *povo japonês*. Ele próprio recordou que, enquanto esteve “encarcerado como um criminoso de guerra na prisão Sugamo pelo Exército aliado”, a “vontade livre” do “povo” do Japão era desconsiderada. O ex-presidiário de Sugamo, onde dividiu cela com outro criminoso de guerra e antigo militante fascista japonês, Ryoichi Sasakawa, culpou a Constituição do pós-guerra de impedir que o Japão cumpra sua “missão histórica no mundo como país independente”. Muito se falaria em “paz mundial”, argumentou Kishi. Porém, seria impossível atingi-la na Ásia diante do “comunismo internacional”, “o próprio desorganizador da paz nos países asiáticos”. Não se trataria, de forma alguma, de reconstruir o velho plano de “agressão militar” do Japão na Ásia – do qual Kishi tomara parte,

como visto, como tecnocrata em Manchúria e ministro do Império Japonês. Assegurou que a Constituição japonesa precisaria ser revisada em suas cláusulas desarmamentistas para garantir, isto sim, o direito de “auto-defesa” do país contra a “agressão” do comunismo internacional. Nada mais. Estrategicamente, todavia, enquanto esse rearmamento japonês continuasse proibido pela Constituição do pós-guerra, sugeriu Kishi, seria conveniente impulsionar outro tipo de cooperação do Japão aos demais países anticomunistas da Ásia, em particular à Coreia do Sul e a Taiwan.

“Embora possa ser baixa a possibilidade de ajuda militar para a Coreia e a China a partir da peculiaridade da atual Constituição japonesa, estou levando em consideração as cooperações econômica, política ou militar indireta” (TPARENTS, 1970). Revisar a Constituição japonesa para permitir o rearmamento do país e, enquanto isso, apostar nas cooperações econômico, política e/ou militar indireta aos demais países anticomunistas da região seria o único caminho “para a paz, segurança e prosperidade (...) para a prevenção da agressão comunista” (TPARENTS, 1970). E mesmo fora do governo, concluiu Kishi, ele estaria trabalhando para isso, dedicando-se à organização da União Parlamentar Asiática e à realização do XV Comitê de Cooperação Japonês-Chinês (Formosa) e do IV Comitê de Cooperação Japonesa-Coreana em Tóquio.

#### *4.14.2. Reunião do Conselho Executivo e Assembleia Nacional da WACL em Tóquio*

Em maio de 1970, a fim de organizar as conferências da WACL e APACL agendadas para setembro, o Conselho Executivo da Liga Mundial Anticomunista reuniu-se em Tóquio. Às vésperas dessa reunião executiva, a Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC) organizou um encontro nacional para promover a Liga na arena Fumonkan, “o maior auditório musical da Ásia”. Intitulada Assembleia Nacional da WACL, mais de seis mil pessoas lotaram a Fumonkan e, na ocasião, o vice-presidente do Partido Democrático-Liberal (LDP) Masajiro Kawajima leu a saudação à Liga enviada pelo então primeiro-ministro Eisaku Sato, irmão mais velho de Nobusuke Kishi. Este ex-premiê e criminoso de guerra japonês, a seu turno, não deixou de saudar o evento enviando flores e uma mensagem de felicitação à Assembleia Nacional da WACL (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 6, pp. 1-2). Viu-se como no mesmo dia, em 11 de maio, Kishi participou de outro evento na sede japonesa da Igreja de Unificação para um auditório composto por membros da IFVC. A Assembleia Nacional da WACL contou, entre outros, com os

discursos do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, do general Lee Eung Joon, presidente da WACL/APACL-Coreia do Sul, do “ex” nazista Alfred Gielen, do Comitê Internacional de Informações e Ação Social (CIAS) e do reverendo dos EUA Daniel Lyons, secretário-geral da *Free Pacific Association* (FPA).

As reuniões do Conselho Executivo da WACL propriamente, ocorridas entre 12 e 13 de maio, receberam mensagens de apoio do primeiro-ministro Eisaku Sato, irmão mais velho do ex-premiê Nobusuke Kishi, que também enviou congratulações, e do vice-presidente do vice-presidente do Partido Democrático-Liberal (LDP) (DIXON, 1975: 214). As reuniões preparatórias para as conferências anuais do complexo WACL/APACL de 1970 foram coordenadas pelos veteranos Tetsuzo Watanabe e Juitsu Kitaoka, respectivamente, presidente e secretário-geral da Associação Ásia Livre, e pelos jovens Osami Kuboki e Masatoshi Abe, respectivamente, presidente e secretário-geral da IFVC. Além deles, participaram das reuniões o chinês Ku Cheng-kang<sup>390</sup>, o coreano Lee Eung Joon, o alemão Alfred Gilen, o norte-americano Daniel Lyons, o tailandês Prapahan Kulapichitr, o vietnamita Phan Huy Quat, o filipino Cheng Liang, o indiano Rama Swarup, o iraniano Parviz Kazami, o argentino Apeles E. Marquez, o turco Fethi Tevetoglu, o australiano Richard Cleaver, bem como os secretários-gerais da WACL e da APACL, respectivamente, o filipino Jose Ma. Hernandez e o vietnamita Do Dang Cong (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 6, p. 30). Importante destacar também que o *American Council for World Freedom* (ACWF)<sup>391</sup>, criado no início de 1970 nos EUA, enviou um de seus membros como “Observador” para acompanhar a reunião do Conselho Executivo da WACL em Tóquio: o professor da Universidade de Yale David Nelson Rowe, “velho amigo” da APACL-Taiwan e dirigente da *American Afro-Asian Educational Exchange* (AAAE), de Marvin Liebman.

A reunião executiva da WACL foi presidida pelo general tailandês Praphan Kulapichitr, então presidente em exercício da Liga, e secretariada pelo japonês Shogiro Kawashiwa (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 6, p. 30). Nela, adotou-se a resolução, entre outras, de apoiar o envio de tropas auxiliares ao Camboja feito pelo presidente dos EUA Richard Nixon e pelo ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu. Segundo a WACL, o envio de tropas seria uma forma de auxiliar

---

<sup>390</sup> O chefe da delegação taiwanesa Ku Cheng-kang foi secretariado por Hsu Fu-teh e assessorado por C. P. Tseng e Huang Shao-chu (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 6, p. 30).

<sup>391</sup> Como se verá no CAPÍTULO 5, o ACWF foi estruturado com a finalidade de servir como o “Capítulo” norte-americano da WACL e, em 1974, organizaria a VII Conferência da Liga em Washington D.C.

“a luta pela independência e liberdade do Camboja agora liderada pelo novo governo do General Lon Nol em Phnom Penh” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 6, p. 1). Na ocasião, confirmou-se setembro de 1970 como a data das conferências da WACL e da APACL no Japão. O *slogan* “Mobilizando as forças da liberdade mundial” – alterado depois para “Realinhamento das forças da liberdade mundial para a década de 1970” – foi adotado para a IV Conferência da WACL e o lema “Promoção da organização Ásia-Pacífico de segurança regional” para a XVI Conferência da APACL. Decidiu-se também que o então vice-presidente do “Capítulo” japonês da WACL/APACL e presidente da IFVC, Osami Kuboki, viajaria a Taiwan em 15 de junho, pré-agendando-se uma audiência privada com Ku Cheng-kang, a fim de finalizar os preparativos das conferências anuais da WACL/APACL de 1970 (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 7, p. 52).

#### 4.14.3. A inauguração da IV Conferência da WACL

A IV Conferência da WACL foi inaugurada em 15 de setembro no *Nippon Budokan*, em Tóquio, com “cerca de 250 delegados de 53 países” e “com a participação de cerca de 15.000 pessoas, incluindo figuras tão chamativas como a senhorita Juanita Castro”, irmã de Fidel Castro, “e o senador americano Strom Thurmond” (DIXON, 1975: 213). Tratou-se da maior conferência anual da Liga, com a presença de “67 unidades-membros nacionais e organizacionais e 29 grupos observadores” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 32). E, para a extrema-direita japonesa, foi um momento alto de congregação dos “velhíssimos amigos” da APACL como Tetsuzo Watanabe e Juitsu Kitaoka, os “velhos amigos” da APACL Nobusuke Kishi (que presidiu sua VIII Conferência de 1962 em Tóquio) e o “fascista mais rico do mundo” Ryoichi Sasakawa – dos criminosos de guerra ligadas ao expansionismo panasiático do Império Japonês –, e, enfim, os “novíssimos amigos” da WACL/APACL Osami Kuboki e Masatoshi Abe.

A VI Conferência da Liga Mundial Anticomunista foi também o momento em que os jovens militantes anticomunistas superaram os primeiros “amigos” da APACL. Isso porque nela o jovem Kuboki, presidente da Federação Internacional para a Vitória do Comunismo (IFVC) – complexa conjunção da cruzada da Igreja da Unificação do reverendo coreano Moon e dos interesses políticos, econômicos e (para)militares do *korumaku* Yakuza Sasakawa –, tornou-se presidente da WACL para o biênio 1970-71. A Associação Ásia Livre dos veteranos Watanabe e

Kitaoka, que primeiramente conectaram-se à APACL e depois à WACL, foi sobrepujada pela IFVC, “que é agora a principal organização do Capítulo japonês e tem sido totalmente responsável pela preparação desta Conferência” (WACLROC, 1970: 20).



*WACL Convention*

**Figura 210.** Auditório da IV Conferência da WACL de 1970 em Tóquio. FONTE: WIKIPÉDIA.

Como visto, porém, a entronização de Kuboki na presidência da WACL e a própria organização da VI Conferência da Liga no Japão em 1970 pode contar com o patrono e presidente honorário da IFVC: o antigo dirigente fascista japonês, *war profiteer* e criminoso de guerra Sasakawa. Kuboki, portanto, não organizou sozinho a VI Conferência da WACL e a XVI Conferência da APACL de setembro de 1970 em Tóquio: **“O presidente do Comitê Executivo da Conferência do Japão para a organização da conferência de 1970 foi Ryoichi Sasagawa e o presidente da conferência da WACL/APACL foi (quem mais) Osami Kuboki”**, que “ainda se mantinha presidente da Sociedade Genri Undo” (DIXON, 1975: 213, grifo meu). Também o ex-premiê (1957-60) Nobusuke Kishi – ex-tecnocrata da industrialização da Manchúria ocupada,



ex-ministro do Império Japonês e criminoso de guerra impune – atuou “como presidente do comitê de planejamento em 1970” das conferências da WACL e da APACL (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 63).

Basicamente, a IFVC – que ostentou como patronos ex-criminosos de guerra do Japão e um evangelista coreano<sup>392</sup> – foi a entidade responsável por “organizar a 4ª Conferência da WACL e a 16ª Conferência da APACL combinadas, em Tóquio, em 1970, das quais Sasagawa era o presidente do Comitê Executivo” (DIXON, 1975: 101). E esse trabalho organizativo foi coordenado com os secretários-gerais da WACL e da APACL, respectivamente, o filipino Jose Ma. Hernandez e o coronel vietnamita Do Dang Cong. No Japão, a WACL contou com o apoio dos políticos mais conservadores do Partido Democrático-Liberal (LDP), incluindo, Saburo Chiba e o já citado ex-premiê Kishi. “Parcialmente, esse apoio é devido à afinidade ideológica e porque a WACL recebeu apoio oficial da República da China e da República da Coreia, com as quais os conservadores tiveram (...) importantes relações, a despeito do reconhecimento da República Popular da China [pelo governo japonês]” (DIXON, 1975: 213).



**Figura 211.** Apresentação de coral durante uma das sessões da IV Conferência da WACL de 1970 em Tóquio. FONTE: WIKIPÉDIA.

<sup>392</sup> Conforme síntese dos Anderson, no caso japonês, “os benfeitores da Liga eram dois ex-criminosos de guerra japoneses que controlavam o submundo no Japão [Sasakawa e Kodama] e um evangelista coreano que achava que era Deus [o reverendo Sun Myung Moon]” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 59).

A WACL amealhou apoio não apenas dos conservadores do LDP, mas também de “comentaristas políticos, professores (incluindo aqueles considerados mais próximos do DSP [Partido Socialista-Democrático] do que do LDP) e celebridades apolíticas” (DIXON, 1975: 214). Também o ex-ministro das Finanças Okinori Kaya discursou na IV Conferência da WACL (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, 1970, p. 35). E o então primeiro-ministro Eisaku Sato, presidente do LDP e irmão mais velho de Kishi<sup>393</sup>, enviou uma mensagem de congratulações às conferências da WACL/APACL – lida pelo vice-secretário geral do LDP Susumu Nidaido. Entre as recepções oferecidas aos delegados da WACL por japoneses “ilustres”, destacaram-se uma patrocinada pelo “Sr. Masashi Isano, Presidente das Indústrias Pesadas Kawasaki”, e um jantar organizado pelo Partido Democrático-Liberal (PDL) do Japão (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 31).



**Figura 212.** Apresentação realizada na IV Conferência de 1970 em Tóquio. FONTE: WIKIPÉDIA.

---

<sup>393</sup> Recorde-se que os *war profiteers* e *korumakus* da Yakuza Ryoichi Sasakawa e seu parceiro de longa data Yoshida Kodama, dirigentes fascistas no pré-guerra e líderes da ultradireita no pós-guerra, foram mecenas de inúmeros premiês no Japão “democrático”, entre eles, os irmãos Kishi e Sato. Como dito, Kishi fora companheiro de cela de Sasakawa na prisão Sugamo, antes do “curso reverso” adotado pelos EUA, em nome do anticomunismo, que libertou impunemente os criminosos de guerra do Império Japonês. Reitere-se que a “insuspeita” CIA *dixit*: “Kodama fez muito para avançar as carreiras políticas de seus amigos mais próximos Eisaku Sato, Nobusuke Kishi e Ichiro Hatoyama, todos os quais ocuparam cargo de Primeiro Ministro” (CIA, 1976: 2).

Também enviaram mensagens de congratulações à IV Conferência da WACL e à XVI Conferência da APACL o embaixador dos EUA no Japão Armin H. Meyer e o vice-presidente norte-americano Spiro T. Agnew<sup>394</sup>. Este salientou que “é com sincero prazer que estendo aos participantes da Quarta Conferência Anual da Liga Mundial Anticomunista meus calorosos cumprimentos” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 14). O vice do presidente dos EUA Richard Nixon disse ainda estar “bastante ciente da importância de sua conferência”, dizendo apreciar “profundamente as dúzias de cartas que recebi de diversos membros de sua organização” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 14). “Seu tema, ‘Mobilizando as forças da liberdade mundial’”, concluiu o vice-presidente Agnew, “é, de fato, muito oportuno e apropriado hoje e continuará a ser de grande significado nos próximos anos. Vocês e seus associados têm meus melhores votos de deliberações bem-sucedidas” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 14). O primeiro-ministro da Austrália John Gorton, igualmente, saudou por mensagem as conferências da WACL e da APACL, observando a existência do “interesse comum” da Austrália e do Japão “em combater a expansão comunista na nossa parte do mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 15).

Além do premiê japonês, do vice-presidente dos EUA, do embaixador norte-americano no Japão e do premiê australiano, também enviaram mensagens de apoio à IV Conferência da WACL e à XVI Conferência da APACL os ditadores de Taiwan (*generalíssimo* Chiang Kai-shek), da Coreia do Sul (general Park Chung-hee), do Vietnã do Sul (general Nguyen Van Thieu), da

---

<sup>394</sup> Como lembrou Ku Cheng-kang, em agosto de 1970, i.e., no mês anterior às conferências da WACL/APACL, Agnew visitou a Coreia do Sul, Vietnã do Sul, Taiwan, Tailândia e Camboja. Segundo o presidente honorário da WACL, “a visita era para ver como estas firmes nações anticomunistas estavam recebendo e reagindo à nova estratégia de paz e política asiática do Presidente Nixon. Estamos certos de que o Sr. Agnew aprendeu muitos através de suas conversas com líderes governamentais destes países” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 17). Se Ku Cheng-kang publicamente demonstrou “confiança” em Agnew, a WACL passaria a adotar, todavia, uma postura cada vez mais crítica em relação ao presidente dos EUA Richard Nixon, acusando-o de não fornecer o adequado “incentivo moral ou apoio material ao movimento das nações asiáticas livres em direção à unidade na forma de uma organização de segurança regional” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 3, p. 2). “Em vez disso, os Estados Unidos parecem estar ansiosos para se retirarem da Ásia e mostraram prontidão unilateral para recuarem e fazerem concessões, mesmo quando os comunistas, inimigo comum do mundo livre, estão prontos e ansiosos para perpetrar seus maldosos e agressivos esquemas” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 3, p. 2). De antigo aliado – lembre-se de sua participação enquanto “cidadão” na X Conferência da APACL de 1964 em Taipei –, Nixon se transformaria no “algoz” de Taiwan ao visitar a República Popular da China (RPCh) em 1972 e, já antes, por haver acenado à normalização das relações diplomáticas dos EUA com a China continental, o que apressaria o “giro às Américas” da WACL, objeto propriamente dito do CAPÍTULO 5.

Tailândia (marechal Thanom Kittikachorn), o general Ferdinando Marcos, presidente (e futuro ditador) das Filipinas, e o general Jesus Vargas, secretário-geral da *South-East Treaty Organization* (SEATO). O *generalíssimo* Chiang assinalou que as conferências da WACL/APACL seriam uma promessa para “solidificar as forças livres de todos os lados para a luta contra o comunismo e o *appeasement*” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 11). A WACL/APACL, lutando pelo “homem livre”, deveria erguer “uma forte maré de anticomunismo para dizimar as fontes de flagelos”, porém, a batalha apenas principiava, já que “o comunismo ainda não foi derrotado” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 11).

“Eu estou confiante”, todavia, arrematou Chiang, “de que milhões de homens de bem estarão marchando com a Liga Mundial Anticomunista sob sua bandeira de ‘Mobilizar as Forças da Liberdade Mundial’” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 11). E advertiu que, “nesta grande cruzada pela liberdade”, “nós não podemos falhar” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 11). Já o ditador sul-coreano Park Chung-hee saudou “a união dos povos livres” representada pela WACL e pela APACL, que demonstrariam “nossa força conjunta em nossa determinada campanha para frustrar os comunistas em seus sinistros, agressivos e secretos desígnios” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 11). Alertou para o fato de que os comunistas camuflavam tais desígnios “em uma ofensiva pacífica”, mas, de fato, estariam “fazendo uso de sua velha agressão” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, pp. 11-12). Recordou que a Coreia do Sul saberia por “amarga” experiência que a “ofensiva de paz” comunista “visa apenas afrouxar e por fim desintegrar o mundo livre”. Contra isso, concluiu, “as forças da liberdade por todo o mundo” deveriam concentrar esforços “para frustrar as intrigas dos comunistas e contribuir para a causa de levar a liberdade para as nações cativas” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 12).

A seu turno, o ditador sul-vietnamita Nguyen Van Thieu assinalou em sua mensagem que a realização das conferências da WACL e APACL de 1970 no Japão seriam “uma evidência de que o Capítulo japonês foi implementado com sucesso” e, com ele, “o rearmamento moral da juventude japonesa para conter a influência comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 14). Garantiu que o Vietnã do Sul não estaria lutando contra “os agressores comunistas apenas pela “segurança do sudeste asiático”, mas pelo “mundo livre” como um todo. Van Thieu também agradeceu à ajuda das “nações amigas”, que teria impedido a derrubada de seu “governo constitucional e legal” e a entronização de uma “tirania comunista” em Saigon. Van Thieu

aproveitou a mensagem enviada para fazer propaganda de seu governo, garantindo que os agricultores no Vietnã do Sul teriam se tornado proprietários privados “graças à promulgação da Lei *Land-to-the-Tiller*”, que tornou-se uma das armas mais eficazes contra a propaganda comunista em áreas rurais” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 13). Inúmeros refugiados de guerra, segundo ele, teriam sido capazes de retornar a seus antigos vilarejos, reassentando-se em suas terras<sup>395</sup>. O ditador sul-vietnamita elogiou o Programa de Pacificação e Desenvolvimento de seu governo, bem como a modernização das Forças Armadas de seu país, progresso alvissareiro que, segundo ele, teria conduzido ao reposicionamento e redução substantiva das tropas de combate dos EUA no Vietnã do Sul. Ao final de sua mensagem, Van Thieu enviou “calorosas felicitações” aos anticomunistas reunidos em Tóquio, alegando que “a convocação das Conferências da WACL/APACL no Japão este ano reflete a determinação da Liga, especialmente do povo japonês, em lançar um contra-ataque contra a propaganda e influência comunista na nação mais politicamente democrática e economicamente poderosa da Ásia” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 13).

A sua vez, o ditador tailandês Thanom Kittikachorn defendeu, em sua mensagem, que “a atual tensão mundial origina-se deste comunismo agressivo e expansivo que, devido à sua natureza totalitária, busca incessantemente destruir a democracia e, assim, dominar o mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 15). Segundo o marechal, “depois da Terceira Conferência da WACL realizada com sucesso em Bangkok no ano passado, esta Conferência anual demonstra mais uma vez a força e determinação dos povos livres do mundo dedicados à defesa de sua liberdade e de suas instituições democráticas contra a expansão e agressão comunistas” (WACLROC, 1970: 11). Destacou ser uma obrigação de cada indivíduo “resistir” contra “o expansionismo comunista e imperialista” e que, “com suas técnicas de terrorismo e enganação, o movimento internacional comunista tem tentado disseminar sua ideologia para todas as partes do mundo, criando, no processo, levantes políticos, econômicos e sociais, até mesmo conflitos armados e misérias incontáveis, em tantos países e regiões, especialmente no sudeste asiático”

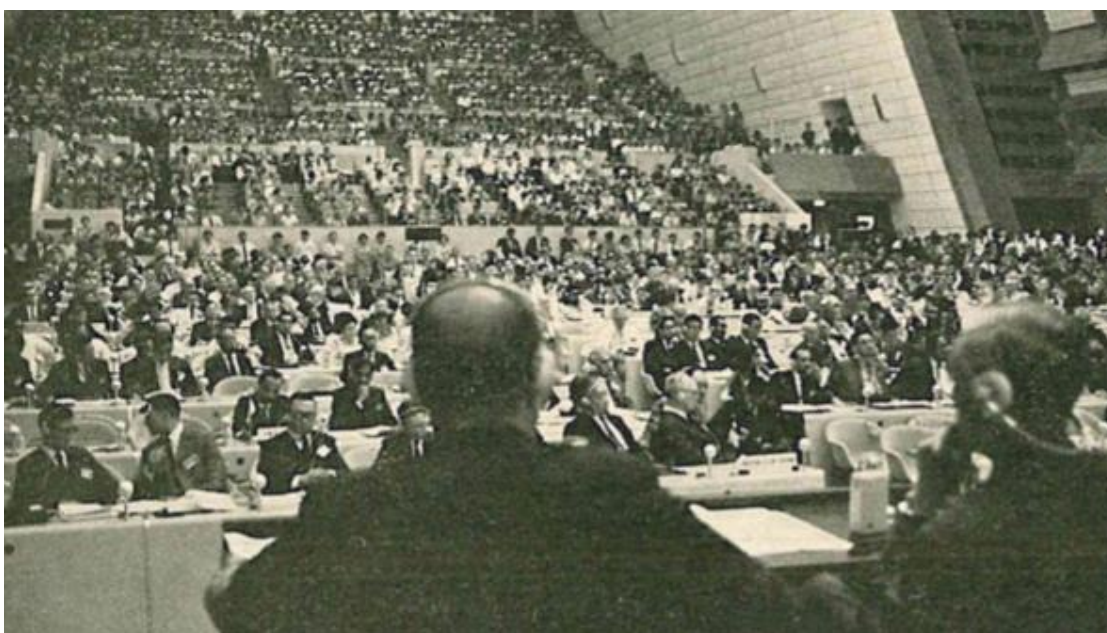
---

<sup>395</sup> No CAPÍTULO 2, foi visto como nas Filipinas e no Vietnã do Sul as Forças Armadas, com “assessoria” dos EUA, tentaram responder ao enorme apelo da reforma agrária proposta pelos comunistas no meio rural-camponês com o seu próprio programa agrário, modelado como uma frente não-militar da guerra e da contrarrevolução anticomunistas. Como o próprio Van Thieu deixou entrever, contudo, esses programas agrários serviram muito mais como peça de propaganda e nunca efetivaram os anseios por redistribuição de terra dos camponeses filipinos e vietnamitas. Era preciso, “apenas”, tomar ao “inimigo comunista” sua bandeira da reforma agrária.

(WACLROC, 1970: 11). Também o presidente filipino Ferdinando Marcos garantiu que seu governo juntaria esforços na luta dos “povos livres” contra o “comunismo agressivo que busca impor sua ideologia estrangeira a países democráticos” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 12). Salientou que “é, portanto, encorajador que homens livres tão preocupados como os da Liga Mundial Anticomunista e da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos permaneçam comprometidos com a luta e alertas aos perigos que nos cercam” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 12). O futuro ditador das Filipinas se mostrou confiante de que “a conferência conjunta da organização acima mencionada em Kyoto, Japão, descobrirá todos os meios eficazes para mobilizar o mundo livre em direção à derrota total do comunismo, talvez não necessariamente através de violência, mas pelo triunfo de ideias e do conceito democrático” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 12).

Enfim, o secretário geral da SEATO, general Jesus Vargas, saudou “o Capítulo japonês da WACL/APACL” pelos “excelentes arranjos, sem os quais esta impressionante assembleia dos guerreiros anticomunistas do mundo não teria sido possível” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 16). Salientou que “**o movimento anticomunista é global em escopo e inabalável em caráter**” e, por isso, “a ameaça comunista à paz e à liberdade em qualquer lugar do mundo põe em risco a paz e a liberdade em qualquer outro lugar” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 16, grifo meu). O secretário-geral da SEATO garantiu que “a campanha mundial anticomunista encabeçada pela WACL/APACL é o melhor movimento que já existiu entre os povos livres em qualquer lugar” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 16). Porém, seria preciso sair do plano das ideias e agir, advertindo Vargas para a necessidade das conferências da WACL e da APACL resultarem em ações concretas: “**A riqueza de ideias, o conjunto de medidas de contra-subversão e medidas de contrainsurgência e as resoluções que emergem de suas conferências anuais serão em vão, a menos e até que sejam traduzidas em ações positivas**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 16, grifo meu). Seria preciso, pois, que “um esforço particularmente consciente seja exercido nesta direção”, mostrando-se o general da SEATO “confiante que, com tanto conhecimento e dedicação altruísta reunidos este ano, as atuais Conferências anuais da WACL/APACL estarão entre as assembleias mais bem-sucedidas e recompensadoras do Movimento” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 16).

A IX Conferência da WACL dividiu suas deliberações em seis Comitês temáticos: 1) “Nações em desenvolvimento: modernização e comunismo”; 2) “Nações desenvolvidas: causas da comunização em nações desenvolvidas e contra-medidas”; 3) “Nações ameaçadas pelo comunismo: ameaça atual do comunismo e defesa comum”; 4) “Nações sob o comunismo: métodos concretos de libertação dos povos sob regimes comunistas”; 5) Comitê de “organização, resolução e comunicado”; 6) “WYACL: tarefa atual e medidas efetivas do movimento comunista juvenil” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, pp. 30-31).



*Figura 213.* FONTE: ABN, 1970, v. XXI, n.º 5.

Na inauguração da IV Conferência da WACL no Japão, como usual, Ku Cheng-kang, na condição de presidente honorário da Liga, foi um dos primeiros a discursar. Em seu discurso ele saudou “os esforços da WACL”, caracterizando-se como “extrordinariamente árdus” por estarem contrapostos a dois inimigos: os comunistas e os defensores dos *appeasement*. **“Tivemos que lutar contra as influências malignas do comunismo por um lado e contra as contracorrentes dos apaziguadores, por outro”** (WACLROC, 1970: 15, grifo meu). Porém, teria valido a pena, já que a WACL estaria unificando “líderes anticomunista pelo mundo inteiro” e contribuindo com o despertar das “massas silenciosas de diversas nações”, organizando a “força

dos jovens” via WYACL e promovendo “todo tipo de outras atividades anticomunistas” (WACLROC, 1970: 15-16).

Nem tudo era alvissareiro, entretanto, no entreabrir da década de 1970 e Ku Cheng-kang não deixou de criticar como sendo o principal desafio do momento a orientação adotada pelo presidente norte-americano Richard Nixon no documento “Política exterior dos Estados Unidos para os anos 70: uma nova estratégia para a paz”, de 18 de fevereiro de 1971. O presidente honorário da WACL informou que Nixon havia enviado seu vice Spiro Agnew em um *tour* pela Ásia – Taiwan, Coreia do Sul, Vietnã do Sul, Camboja e Tailândia – com o objetivo de verificar “como estas firmes nações anticomunistas estavam recebendo e reagindo à nova estratégia política de paz asiática do Presidente Nixon” (WACLROC, 1970: 16). Contudo, faltaria “construtividade” à nova política externa para a Ásia da administração Nixon orientada por Henry Kissinger. Ku Cheng-kang não deixou de reconhecer nela um “lado positivo”, a saber, os EUA estariam conferindo maior *independência* aos países asiáticos para que eles próprios tivessem a *liberdade* de decidir acerca de suas “organizações de segurança regionais” com vistas ao “agrupamento de forças de defesa sólidas e eficazes”. Inclusive, ressaltou, “tanto a WACL quanto a APACL sempre caminharam ao longo dessas linhas” (WACLROC, 1970: 17).

O equívoco da nova política externa de Nixon/Kissinger para Ásia, segundo o presidente honorário da WACL, residiria em sua ênfase na *negociação*, ao invés da *confrontação*, com os comunistas. “O lado negativo (...) é a **ênfase excessiva dos Estados Unidos na negociação como substituto para o confronto**”, o que levaria os “povos livres do mundo” a confundirem “inimigos com amigos”, afetando perniciosamente “seu espírito de luta anticomunista” (WACLROC, 1970: 17, grifo meu). Outro aspecto pernicioso da nova orientação externa dos EUA, corolário do primeiro “equívoco”, consistiria no “**desejo excessivo por parte de Washington D.C. em melhorar as relações com a Rússia soviética e em estabelecer contatos com os comunistas chineses**” (WACLROC, 1970: 17, grifo meu). Dessa forma, “o ar do *appeasement*” se espalharia pelo mundo e inúmeros países poderiam passar ao Bloco Comunista. Em terceiro lugar, embora reconhecendo que a retirada das tropas militares dos EUA da Ásia não seria total nem significaria um retorno ao “isolacionismo”, Ku Cheng-kang advertiu a nova política Nixon/Kissinger, contudo, criaria “lacunas militares” que seriam aproveitados pelos “agressores comunistas” (WACLROC, 1970: 17). Essas “medidas não construtivas” já estariam produzindo efeitos nefastos na Ásia e um



exemplo disso poderia ser vislumbrado, segundo o dirigente do Kuomintang, na “oportunidades perdida” pelos EUA de não terem apoiado, em março de 1970, “o golpe no Camboja” do general Lon Nol contra o príncipe Norodom Sihanouk. Caso os EUA tivessem apoiado Lon Nol, assegurou Ku Cheng-kang, poder-se-ia ter aberto “um novo desenvolvimento no esforço anticomunista conjunto na Ásia”.

A nova política externa norte-americana, promovendo o *appeasement* com os comunistas, faria colapsar o “espírito de luta anticomunista” e, avançou Ku Cheng-kang, “se as nações livres fossem individualmente dóceis e submissas em face ao comunismo, todo o campo de liberdade rapidamente colapsaria espiritualmente, permitindo que o poder maligno do comunismo fizesse avanços sem obstruções” (WACLROC, 1970: 18). Os EUA, “se quiserem proteger sua liberdade com eficácia”, deveriam dar maior atenção às *ações combinadas* “para que possamos mudar a maré mundial a favor dos povos amantes da liberdade” (WACLROC, 1970: 18). Mas como? Os EUA deveriam apoiar ativamente – com recursos econômicos e militares – “o estabelecimento de sistemas de defesa conjunta e de segurança regional” (WACLROC, 1970: 18). Além disso, deveriam “cumprir seus compromissos com seus aliados” e intensificar “a vigilância (...) contra armadilhas inimigas”, entre elas, o *desarmamento* do “espírito de luta” de seus “amigos” (WACLROC, 1970: 18). Haveria alguns “aspectos positivos da Doutrina Nixon”, mas seria necessária uma ação conjunta dos países anticomunistas da Ásia para conter “as palavras e ações falaciosas dos defensores do *appeasement*” (WACLROC, 1970: 18). Assim, prosseguiu Ku Cheng-kang, “os povos livres da Ásia devem suprimir a psicologia da confiança e convencerem-se de que devem lutar por si mesmos e por seus companheiros asiáticos. Ameaçados por agressores comunistas, os asiáticos devem ajudar uns aos outros, contra-atacar juntos e estabelecer uma forte união de forças de dissuasão” (WACLROC, 1970: 18).

Ademais, arrematou o hierarca do Kuomintang e da WACL, “**todos os traços de autoconfinamento, linha neutralista e política de não-alinhamento devem ser descartados**” e, em unidade anticomunista, “**todos os povos devem então trabalhar juntos pelo rápido estabelecimento de uma organização de segurança regional para Ásia e Pacífico**” (WACLROC, 1970: 19, grifo meu). De maneira imediata deveria ser garantido apoio ativo e eficiente ao Vietnã do Sul, Laos e Cambodia “em suas lutas anticomunistas para protegerem sua liberdade e independência” (WACLROC, 1970: 19). E ainda, como estratégia de médio e longo

prazo, os anticomunistas da Ásia deveriam pressionar o Japão para que o país assumisse, para além de seu papel de líder econômico, a direção da luta anticomunista regional: **“O Japão, com seu imenso poder econômico, deveria assumir mais ativamente a responsabilidade de salvaguardar a liberdade e segurança asiáticas”** (WACLROC, 1970: 19, grifo meu). “O mundo livre como um todo”, advertiu o presidente honorário da WACL, deveria meditar sobre “o excesso de entusiasmo [que] pode cegar. Paz momentânea e benefício temporário podem ser obtidos facilmente, mas verdadeiros desastres podem vir a seguir” (WACLROC, 1970: 19).

Além disso, todas as regiões livres do mundo devem ter suas organizações de segurança e sistemas similares continuamente fortalecidos. Nações que mantêm laços diplomáticos com Pequim aprenderam sua lição da pior maneira. Nenhuma outra nação deve tomar este caminho equivocado. E ninguém deve continuar a manter ilusões sobre comércio com países comunistas. Embargos comerciais não devem ser violados. Ninguém deve agir a favor do interesse do inimigo. Os comunistas chineses foram categorizados pelas Nações Unidas como agressores. Todas as conspirações para admiti-los nesse organismo mundial devem ser destruídas (WACLROC, 1970: 19)

Enfim, Ku Cheng-kang encerrou seu discurso confiando de que “todos nós, membros da WACL e da APACL, forneceremos a principal força motivadora para esta nova e vigorosa onda em direção à vitória total da liberdade na década de 1970” (WACLROC, 1970: 19). Depois dessa intervenção do presidente honorário da WACL, discursou o general Praphan Kulapichitr, presidente da Liga em término de mandato, presidente da WACL/APACL-Tailândia e subsecretário do Ministério de Defesa de seu país. Destacou que aquela era “a primeira vez que a WACL realiza sua Quarta Conferência no Japão, mas, ainda assim, para o Japão, é a segunda vez que o país sedia um movimento anticomunista como este. A primeira foi a Oitava Conferência da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos [APACL] em 1962” (WACLROC, 1970: 20). Kulapichitr agradeceu aos anfitriões japoneses, em especial o “Dr. Tetsuzo Watanabe, Presidente do Capítulo japonês, Sr. Osami Kuboki, Vice-Presidente do Capítulo japonês”, que era “também o Presidente da Federação Internacional pela Vitória sobre o Comunismo [IFVC], que é agora a principal organização do Capítulo japonês e têm sido totalmente responsável pela preparação desta Conferência; Professor Juitsu Kitaoka, Secretário-Geral do Capítulo japonês, e finalmente o Sr. Masatoshi Abe, Secretário-Geral da IFVC” (WACLROC, 1970: 20). O general tailandês e presidente da WACL de saída saudou o governo japonês de Eisaku Sato pela *cooperação e encorajamento* “ao nosso movimento, em geral, e a esta conferência, em particular” (WACLROC, 1970: 20).

Lançando-se “um olhar global” sobre a situação política mundial, argumentou o general tailandês, “a guerra entre os imperialistas comunistas e seus agentes e os povos amantes da paz e da liberdade têm se agravado” e, com essa escalada bélica, “o mundo” teria conseguido “visualizar o fracasso e declínio da ideologia comunista, enquanto a expectativa alvissareira dos povos amantes da liberdade tem continuamente ganhado espaço e conquistado os povos subjugados e escravizados ou prestes a serem subjugados e escravizados pelo domínio comunista por todo o mundo” (WACLROC, 1970: 20). A resposta coletiva dada pelo “mundo livre” – que estaria “dando mais e mais atenção à resolução de problemas de cada nação com base na autoajuda ou autodeterminação” – à “agressão comunista, seja militar ou ação aberta ou secreta”, teria forçado os comunistas a revisarem “seus procedimentos políticos com a adoção de uma nova política estratégica”, a saber, fariam algumas concessões graduais às demandas “por liberdade e independência” do “povo sob seu domínio” para, *de facto*, manterem “sua situação [de domínio] existente e esfera de influência” (WACLROC, 1970: 21).

Finalmente, embora lamentando o fracasso das tratativas de paz realizadas em Jakarta para discutir o fim da guerra no Camboja, o presidente da WACL em retirada destacou seu otimismo em relação às iniciativas como a SEATO, que havia se fortalecido quando a Grã-Bretanha e a França “mudaram sua atitude” e se tornaram “mais positivamente cooperativos e apoiadores das nações ameaçadas da região” (WACLROC, 1970: 21). A questão mais urgente para os anticomunistas na Ásia, concluiu Kulapichitr, consistiria na resolução do problema “dos antigos territórios da Indochina francesa” (WACLROC, 1970: 21-22), o que dependeria do desfecho da Guerra do Vietnã. Anunciando que a prestação de contas de sua gestão de presidente da Liga seria fornecida por seu secretário-geral, o filipino José Ma. Hernandez, ao final de seu discurso o general tailandês transferiu seu mandato ao presidente da Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC) do Japão: **“Entrego solenemente a presidência da WACL ao novo Presidente, Sr. Osami Kuboki”** (WACLROC, 1970: 23, grifo meu). Kuboki, o “novíssimo amigo” da WACL/APACL, tornou-se o mais jovem presidente da Liga Mundial Anticomunista. Discursando depois do general tailandês Kulapichitr, afirmou ao auditório da IV Conferência da WACL que “todas as crises neste momento de mudanças mundiais são criadas pela infiltração e agressão do comunismo” (WACLROC, 1970: 24).



**Figura 214.** Na primeira fileira, da esquerda à direita, Jose Ma. Hernandez das Filipinas (1º), Osami Kuboki do Japão (2º) e Ku Cheng-kang de Taiwan (3º). FONTE: WIKIPÉDIA.

O Japão estaria sendo, segundo ele, “ameaçado pelos agressores comunistas interna e externamente” (WACLROC, 1970: 24), avultando, pois, a importância da realização das conferências “pela causa do anticomunismo” no país do sol nascente, verdadeiro “milagre”. Dirigindo-se ao auditório da IV Conferência da WACL, Kuboki assinalou que “este milagre deve-se inteiramente a todos vocês, corajosos guerreiros anticomunistas que têm liderado a história do movimento anticomunista, exibindo a gloriosa bandeira da Vitória sobre o Comunismo”, que consubstanciaria “o objetivo final da humanidade” (WACLROC, 1970: 24). E a realização das conferências anticomunistas da WACL/APACL de 1970 mudaria também a imagem pública do Japão na Ásia. Segundo o novo presidente da WACL, depois da celebração dessas conferências anticomunistas em Tóquio, o Japão não poderia mais ser acusado de agir exclusivamente como “um animal econômico”, fato que despertava *dúvidas* e *ansiedade* por parte de seus vizinhos asiáticos. Esse não seria mais o caso, assegurou Kuboki, já que teria ocorrido um “despertar” da juventude anticomunista “de seu longo sono de inverno” no Japão e os jovens japoneses estariam

levando adiante “a primavera, exibindo suas jovens folhas verdes para começar atividades anticomunistas em escala nacional” (WACLROC, 1970: 24).

Também discursou no primeiro dia da IV Conferência da WACL, em 15 de setembro de 1970, a cubana anticomunista Juanita Castro, irmã de Fidel Castro. Ela assegurou ao auditório que nunca aceitaria “o comunismo de Fidel nem de qualquer outro personagem, nem em Cuba ou qualquer outro país, já que **todos os tipos de comunismo são iguais**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 11, p. 23, grifo meu). Não se deveria aceitar qualquer tipo de comunismo. “O comunismo asiático, o comunismo soviético, o titoísmo ou qualquer outra variante do socialismo ou comunismo” seriam nomes diferentes para *disfarçar* o intento comunista de “enganar a humanidade” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 11, p. 23).



**Figura 215.** Juanita Castro, irmã de Fidel Castro, discursando no púlpito da IV Conferência da WACL, em setembro de 1970, em Tóquio, Japão. FONTE: WIKIPÉDIA.

Isso porque, prosseguiu a irmã anticomunista de Fidel Castro, o comunismo representaria um perigo mortal para “as causas da Democracia, Liberdade, Justiça Social e Progresso” e, por isso, deveriam ser evitadas “**as perigosas ilusões sobre a chamada ‘coexistência pacífica’**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 11, p. 23, grifo meu). Os comunistas utilizariam a política da *coexistência pacífica* até serem capazes de reunir forças para liquidar as forças anticomunistas. Segundo Juanita Castro, “**para os comunistas e seus agentes políticos, a ‘coexistência’ tem apenas uma forma: aquela que os interessa, permitindo-lhes subsistir e, mais tarde, acabar de vez com todos os outros**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 11, p. 23, grifo meu). Essa regra geral seria demonstrada pela biografia de seu próprio irmão, garantiu Juanita Castro, já que Fidel Castro fora um preso político da ditadura militar de Fulgencio Batista que, depois de colocado em liberdade, voltaria a “delinquir” como dirigente da Revolução Cubana de 1949.

“**Todos [os comunistas], em um momento ou outro, foram perdoados ou anistiados por delinquências políticas. E esses mesmos comunistas, uma vez no poder, assassinaram ou alvejaram aquelas mesmas pessoas que salvaram suas vidas**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 11, p. 23, grifo meu). O “mundo livre” e as “nações cativas” – isto é, aquelas mantidas em *cativeiro* pelo “totalitarismo comunista” – deveriam ter claro que seria “impossível coexistir com militantes comunistas”. A bandeira da *coexistência pacífica* não passaria de uma “estratégia ardilosa da União Soviética” e, no caso criticada por Juanita Castro, da Cuba pós-revolucionária comandada por seu irmão Fidel Castro. Com o *ardil* da *coexistência pacífica*, concluiu a irmã de Fidel Castro:

Mais uma vez, **os comunistas enganam ingênuos anticomunistas**. Agora mesmo, **Fidel está enganando novamente muitos analistas superficiais, governantes inexperientes e oficiais do governo**. Por exemplo, eles pensam que Fidel desistirá de seus planos de guerra continental porque falhou na aventura de guerrilha na Bolívia liderada por seu delegado ‘Che’ Guevara (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 11, p. 24)

#### 4.14.4. *Quem-é-quem*

Além das “estrelas” citadas do anticomunismo transnacional, é preciso agora passar em revista o *Quem-é-quem* da IV Conferência da WACL de 1970. A revista *The Way of the World* do reverendo Moon, editada na Coreia do Sul pela Associação do Espírito Santo para a Unificação da Cristandade Mundial (HSA-UWC), publicou a lista mais completa de delegados e observadores

da IV Conferência da Liga<sup>396</sup>. Embora com possíveis erros de grafia de um ou outro delegado e observador, trata-se do rol mais acabado dos *cruzados* anticomunistas reunidos no Japão em setembro de 1970 (HSA-UWC, 1970: 12-19). De início, registre-se que os países e nomes dos **Membros Nacionais da WACL** presentes em Tóquio foram os seguintes:

**América Latina.** Argentina: Apeles E. Marquez, presidente da *Federacion Argentina de Entidades Democraticas Anti-Communistas* (FAEDA), e Antonio Mungiello; Chile: Sergio Lastra, Gustave Moenkeberg Barros, parlamentar e presidente da Associação Húngaro Livre do Chile; Bolívia: Alfredo Candia G. e Mary Arteaga Rojas; **Brasil**: **Eudoxia Ribeiro Dantas, presidente da CAMDE, Lucir P. Jobim e Cordelia S. Lessa**; Costa Rica: José Figueres F., ex-presidente da República, e Guillermo Castro Echeverria, do *Movimiento Costa Rica Libre* (MCRL); Equador: Jorge Crespo Toral, presidente da *Accion Revolucionaria Nacionalista Ecuatoriana* (ARNE); México: Raimundo Guerrero, presidente da *Federación Anticomunista Mexicana de Occidente* (FEMACO), Alfredo Medina, presidente do *Centro Nacional de Estudio Sociales*; Uruguai: Alberto Manini y Rio, presidente do *La Mamma Daily News*; Nicarágua: Justice Carlos Jose Gonzales, delegado das II e III Conferências da WACL, Lazeo Patky e Francisco Buitrago Martinez; Paraguai: Mario Lopez Escobar, presidente da WACL-Paraguai, e general Rogelio Benitez, do Centro Anticomunista; República Dominicana: Tomas Reyes Cerda e Francisco Pezzotti, parlamentar e membro da Associação dos Anticomunistas da República Dominicana; Peru: delegação não identificada.

**América do Norte:** Canadá: Robert N. Thompson, presidente da WACL-Canadá, e Raymond Taylor; EUA: John M. Fisher, presidente do Conselho de Segurança Americano (ASC) e do Conselho Americano pela Liberdade Mundial (ACWF), o “Capítulo” norte-americano da WACL.

**Europa:** França: o general Paul Felicien Vanuxem, da OAS, e Jacques Trebile, do *Diffusion Information Documentaire* (DID); Bélgica: Chevalier Marcel de Roover, presidente do Comitê Belga do *Centro Europeo de Documentación e Información* (CEDI); Grécia: Dascalakis Apostolos; Países Baixos: Joop Zwart, do *Information Center Dossier*; Noruega: Tobiorn Jelstad, presidente da WACL-Noruega, Astrid Gunnestad e Ingegerd Gaitung; Suécia: Arvo Norm, WACL-Suécia, Carl G. Holm e Jan Tulberg; Portugal: reverendo Joaquim de Jesus Guerra, presidente da WACL-Portugal.

**África:** Congo (Brazzaville): Abbe Fullert Youlou, ex-presidente do Congo-Brazzaville, presidente da WACL-Congro-Brazzaville; Congo (Kinshasa): Jean-Joseph Litho, ministro da Agricultura; Quênia: John Henry Okawanyo, presidente da WACL-Quênia, e Andrew Okeyo; Lesoto: senador Charles Molapo, da *The Basuto National Youth League*; Libéria: Nathan Ross, ex-prefeito de Monróvia; Líbia: Zahri Muntasser, presidente da WACL-Líbia; Somália: Ibrakim Seek Ahmed Afrah, secretário-geral da *Somalia African Union*; Malawi: senador Amos A. Lisimba, da *League of the Malawi Youth and Young*.

**Ásia e Oriente Médio:** Austrália: Robert W. L. Lindsay, presidente da filial de Victoria da WACL/APACL-Austrália, e Richard Cleaver; Burma: Saw E. Dway, presidente da WACL/APACL-Burma, e Vibul Thamavit; Ceilão: W. Mahinda Ranaweera, secretário-geral da WACL/APACL-Ceilão; Hong Kong: Chang Kuo-sin; Indonésia: Sjamsu Alasjah, presidente da WACL/APACL-Indonésia, e Djalinus Sjah; Laos: Chao

---

<sup>396</sup> A *moonista The Way of the World* era editada em Seul por Hyo Won Eu, Won Bok Choi e Tyang Chang (HSA-UWC, 1970: 3).

Sopsaisana, presidente da WACL/APACL-Laos; ilhas Ryukyus: Jun Ji Nishime, presidente da WACL/APACL-Ryukyus; Macau: Hsu Chi Tung; Malásia: senador Tan Toh Hong, presidente da WACL/APACL-Malásia; Nepal: Dayanand Vaidya, presidente da WACL-/APACL-Nepal, Tawka Shrestha e Durga B. Rajbans; Nova Zelândia: Ronald L. Bailey, presidente da WACL/APACL-Nova Zelândia, e o parlamentar J. A. Walding; Filipinas: senador Ramon D. Bagatsing, presidente da WACL/APACL-Filipinas, Jose Ma. Hernandez, secretário-geral da WACL, deputado Cornelio T. Villareal, Antonio Roxas Chua, Frisco F. San Juan, Leon O. Ty, Conrado Aquino, Jose G. Guevara, capitão Ernesto V. Go, Michaela A. Montemayor, Annie S. Bagatsing, Arnulfo Tamoyo, Fermin Z. Charm, general Alejo S. Santos e coronel Ernesto P. Golez; Tailândia: general Praphan Kulapichitr, presidente da WACL/APACL-Tailândia e subsecretário do Ministério de Defesa, Chaowas Sudlapha, Amatayakul Bhethai, Amn Hey Suwanakijboriharn e Pramote Kulapichitr; Vietnã do Sul: Phan Huy Quat, coronel Do Dang Cong, secretário-geral da APACL, Tran Van Do, ex-ministro do Exterior, ministro Nguyen Van Kieu, Pham Huu Chuong, May Nguyen Lam Sanh, Hoang Tuy e Ton That Bang; Taiwan: Ku Cheng-kang, presidente da WACL/APACL-Taiwan e presidente honorário da WACL, e mais 16 representantes do Kuomintang; Coreia do Sul: general Lee Eung-joon, presidente da *Korean Anticommunist League* (KACL), e mais 24 delegados coreanos<sup>397</sup>; Índia: Dahyabhilai V. Patel, presidente da WACL/APACL-Índia, Rama Swarup e mais 8 indianos; Irã: Parviz Kazemi, presidente da WACL/APACL-Irã, Arsalan Khalatbari, Abol-Hassan Ehteshami, e Mohammado Askari; Turquia: senador Fethi Tevetoglu, presidente da WACL/APACL-Turquia, Gulcan Tevetoglu e Ahmed I. Kirimli; Paquistão: Mahmud Brelvi; Jordânia: Munir Taleb Al Rifia.

A seu turno, as **Organizações Membros da WACL** presentes em sua IV Conferência de 1970 no Japão foram as seguintes: a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), presidida pelo almirante brasileiro Carlos Penna Botto e representada *in loco* por seu vice-

---

<sup>397</sup> Entre eles, Lee Sun Keun, diretor da KACL, ex-ministro da Educação e reitor da Universidade de Yeungnam; general Choi Duk Shin, diretor da KACL, embaixador, ex-ministro das Relações Exteriores e Líder Supremo da Chundokyo; Whang Sung Soo, presidente da Korean Lawyer School, diretor da KACL, ex-vice Speaker da Assembleia Nacional; Kim Doo Hun, reitor da Escola de Graduação da Universidade Kunkook; general Chung Young Chae, secretário-geral da KACL; Lee Yong Kwon, chefe da Secretaria de Contra-Comunismo do Ministério da Cultura e Informação; general Chai Young Chul, presidente de Publicidade Internacional; Cha Hyung Kwon, secretário-geral da KACL; Kim Yoon Sun, primeiro-secretário da KACL; Park Jae Chang, diretor da KACL; Lee Hoi Soo, Diretor da KACL; Yoo Keun Ok, Diretor da KACL; Lee Jong Soon, secretário-geral da filial de Chubuk da KACL; Oh Jeh Doh, diretor da *Internal & External Affairs*; general Lee Ki Kun, presidente da *Internal & External Affairs*; Lee Neung Ka, presidente da Liga Anticomunista Budista; Park Choong Lin, vice-presidente da Associação para Promoção da Unificação da Coreia; Kim In Chul, presidente da Federação Internacional pela Vitória sobre o Comunismo (IFVC); Choi Chang Rim, diretor da Educação & Treinamento da IFVC; Han In Soo, da IFVC; Yoo Jong Yung e Hong Jong Bok, ambos chefes da secretaria da juventude da IFVC; Ahn Chang Sung, chefe da Secretaria de Treinamento da IFVC; e Kwak Jyung Hwan, chefe da filial de Kyungbuk da IFVC. A força motriz do “Capítulo” sul-coreano da WACL/APACL era a *Korean Anticommunist League* (KACL), presidida pelo general Lee Eung-joon e hegemonizada por militares de alta patente, como se observa pela quantidade de generais que a integraram. Secundando a KACL no “Capítulo” sul-coreano da WACL/APACL, encontravam-se os *moonistas* da Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC) que, como visto, nunca conseguiram hegemonizar a WACL/APACL-Coreia do Sul, mercê da rejeição ao reverendo Moon por parte da alta burguesia protestante e do alto oficialato militar sul-coreanos. Todavia, os *moonistas* tiveram uma excelente recepção no Japão com patronos do quilate de criminosos de guerra como Ryoichi Sasakawa e Nobusuke Kishi e, reitera-se, o futuro presidente do “Capítulo” japonês da WACL/APACL, o jovem Osami Kuboki, era ele próprio um *moonista*.



presidente, o mexicano Jorge Prieto Laurens; a Conferência Internacional de Guerra Política dos Soviéticos (CIGP), representada por sua presidente, a francesa Suzanne Labin; o Comitê Internacional para Informação e Atividade Social (CIAS), representado pelo “ex” funcionário do *Anti-Komintern* nazista, o alemão Alfred B. Gielen; a Associação Pacífico Livre (FPA), representada pelos reverendos Raymond Joseph De Jaegher e Daniel Lyons; e o Centro de Coordenação Europeu (ECC), representado pelos franceses Claude Henry Leconte, Simone Hanak, Henry e Monique Yrissou, Dominique Bosco e Ginette Hadala. A sua vez, os **Membros Associados da WACL** presentes em Tóquio representaram as seguintes organizações internacionais: o Centro Nacional de Educação Liberdade (NFEC); o Comitê de Clérigos da China (CCC), representado pelo reverendo David C. Head dos EUA; o Comitê de Luta contra a Agressão da China Vermelha (CFRCA), presidido pelo indiano Rama Swarup; a Fundação Cardeal Mindszenty (CMF), representada por seu presidente, o reverendo Fred Schlafly, e pelo reverendo C. Stephen Dunker C. M.; a Federation Mexican Anti-Communist de Occidente (FEMACO), representada por Raimundo Guerrero; o Comité Anti-Communist Nicaraguense (CACN), representado por seu secretário-geral Francisco Buitrago M. (membro da CIDC); a Frente Feminino Civico Independiente (FFCI), representada por Juna Ramon Rosales y Rosales e Luis J. Torres; a Representation de Cuba en Exilio (RECE), representada por seu presidente Emilio Nunez Portuondo; a *Sieng-Seri-Vice of Freedom* (SSV) do Laos, representada por Chao Sopsaisana; o Conselho Mundial Budista Sangha (WBSC), representada por seu secretário-geral venerando Pitnura Soratha Thero; a Cruzada da Juventude Mundial pela Liberdade (WYCF), representada por seu presidente David A. Keene, Marx Lewis, Herb Philbrick, pelo general Thomas Lane e pelo professor do *Hoover Institution* Stefan T. Possony<sup>398</sup>, ambos do *American Council for World Freedom* (ACWF).

Além dessas organizações, os “**Observadores**” com *status* de “**Representantes Nacionais**” na IV Conferência da WACL vieram da Austrália, Elga Rodze; da Áustria, Otto

---

<sup>398</sup> Possony era o diretor de Estudos Internacionais do Instituto Hoover sobre Guerra, Revolução e Paz. Nessa condição, em 20 de novembro de 1969, participou do II Seminário do *Freedom Center* da WACL em Seul, discursando sobre “O contexto por trás da guerra popular comunista”. O evento ainda contou com a participação, entre outros, do ex-coronel do OSS Lev Dobriansky, que discursou sobre “Castro e as Américas”, o reverendo Raymond J. de Jaegher, que palestrou sobre “Guerrilhas nos Estados Unidos”, e Dong Won Lim, comandante de Treinamento de Guerra Especial do Exército sul-coreano, que abordou o tema “Vietnã e Coreia: um estudo estratégico do terror” (ASIAN OUTLOOK, 1969, v. 5, n.º 2, p. 49).

Molden; da Colômbia, o tenente-coronel Alberto Lozano Cleves; do Brasil, Plínio Correa de Oliveira, fundador e chefe da Sociedade Brasileira Tradição, Família e Propriedade (TFP); do Uruguai, Floreal Bentancour Pacheco; da Guiné, Gueye Cheikh Youbal Mokhtar; da Espanha, o ex-ministro das Relações Exteriores franquista Martin Artajo; do Reino Unido, *Sir* Geoffrey Rippon e Geoffrey Stewart Smitt; da Alemanha Ocidental, o “ex” nazista Theodor Oberlander; da Dinamarca, Peter Bergen; da Itália, Ivan Mateo Lombardo; do Kuwait, Yousuf Saleh Alyax; do Líbano, Sarni Boustani e Jebran Chamieh; do Chad, Adoum Tehere; da Malagasy, Flavien Ranaivo; da Arábia Saudita, Omr Hassan Mohamed Kutbi; e do Alto Volta, Blaise Bassolet. Finalmente, os “**Representantes Organizacionais**” da WACL que estiveram representadas em sua IV Conferência foram as seguintes entidades e respectivos dirigentes:

O Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), representados pelo casal Yaroslav e Slava Stetsko e mais 14 membros; do Brasil, a Associação dos Amigos das Nações Cativas (AANC), presidida pelo ultracatólico Gustavo Corção mas representada em Tóquio por Ester de Proença Lago, dirigente da CAMDE; do Canadá, o Comitê Anti-China Comunista, representada por Arthur Vencent Kirkby; do Japão, a Associação Asiática Cristã Anticomunista (CACA), representada pelo reverendo Kenny Joseph; a Liga Anticomunista das Américas (ACLA), representada por Ira H. Latimer; da Austrália, o Comitê Semanal das Nações Cativas (CNWC), representada por E. D. Darby; o Comitê do Um Milhão contra a Admissão da China Comunista nas Nações Unidas, representado por Lee Edwards, cofundador do American Council for World Freedom (ACWF), o “Capítulo” norte-americano da WACL; o Conselho de Liberdade Europeu (EFC), presidido pelo dinamarquês Ole Bjorn Kraft; do México, o Instituto de Investigaciones Sociales e Economicas, representado por Agustine Navarro; o BEIPI (*Est and Owest*), representado por G. Albertini e Nicolas Lang; da Austrália, a Frente de Libertação Bielorrussa (BLF), representado por Alexander Olechnik; o Conselho Nacional de Acadêmicos dos EUA, representado pelo professor de Yale David Nelson Rowe, também dirigente do ACWF; a Voz do Americanismo, representado por William S. McBirnie; a World Christian Crusade, representada por Billy James Hargis dos EUA; o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs, representada por Carl McIntire dos EUA; o Centro Europeo de Documentación y Información (CEDI), representado por Georg Chevalie de Gaupp-Berghausen da Espanha; o Comitê Nacional dos EUA das Nações Cativas (NCNC), representada por seu presidente Lev E. Dobriansky, ex-coronel da OSS; a Associação de Advogados de Saigon, representada por Hyunh Ngoc-Anh, Nguyen Thi Thank Tan; a Cruz Vermelha do Vietnã, representada por Nguyen Thi Thanh Huyen; e a Assembleia de Nações Cativas Europeias (ACEN), representada pelo ex-SS letão Alfreds Berzins<sup>399</sup>

---

<sup>399</sup> Como visto no CAPÍTULO 1, Berzins foi chefe da milícia *Aizsargi* (Guardas da Pátria) na Letônia, bem como ministro da ditadura pró-nazifascismo de Karlis Ulmanis (1934-40). Em 1942, incorporou-se à SS letã e foi condecorado com a Cruz de Ferro nazista. Embora preso pelo III Reich, foi depois liberado e reutilizado pelos nazistas no *front* russo da II Guerra Mundial. No pós-guerra, integrou o quadro dirigente do ABN e, entre 1969-70, tornou-se presidente da Assembleia das Nações Cativas Europeias (ACEN). A ACEN, mantida pelo Departamento de Estado dos EUA, manteve uma relação conflituosa com o ABN. Antes de Berzins, a presidência da ACEN esteve ocupada pelo lituano Vaclovas Sidzikauskas (1960-61; 1965-66), pelo húngaro Ferenc Nagy (1961-62; 1967-68), pelo búlgaro Georgi Dimitrov (1962-63) e pelo albanês Vasil Germenji (1964-65).

Outros delegados e observadores foram convidados pela WACL/APACL-Taiwan para participarem da IV Conferência da Liga Mundial Anticomunista<sup>400</sup>, que também contou com um grupo de “delegados da juventude” da WACL, isto é, a *World Youth Anticommunist League* (WYACL)<sup>401</sup>, à época em processo de estruturação. Ademais, a IV Conferência da WACL oficializou a admissão de novos membros em seus quadros, entre eles: o ucraniano no exílio Yaroslav Stetsko, presidente do Comitê Central do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), com sede em Munique, Alemanha Ocidental; o dinamarquês Ole Bjorn Kraft e o italiano Ivan Matteo Lombardo, ambos dirigentes do Conselho Europeu da Liberdade (EFC), como visto, uma organização cujo quadro executivo era composto pelos principais líderes do ABN e seus “amigos” da Europa Ocidental<sup>402</sup>; Alexander Olechnik e Ramon Dragan, da Austrália; Apostolos Diskalakis,

---

<sup>400</sup> “Outros Delegados e Observadores” foram “recomendados pelo Capítulo Chinês” para participarem da IV Conferência da WACL, entre eles: do Canadá, o parlamentar Jack Bigg; da Itália, Alfredo Ferlisi (EFC); da Jordânia, Yousuf Haikal e Abdul Hamid Yarin; do ABN, Nestor Procyk; do Amigos Americanos do ABN (AF-ABN), seu presidente Ivan Docheff – como visto no CAPÍTULO 1, um ex-colaborador nazista búlgaro contratado no pós-guerra pelos serviços secretos do Exército dos EUA e da Alemanha Ocidental; Vasy Bezhklibnyk; J. Kaskelis, da Associação Ucraniana de Estudantes de Mykola Mikhnoyskyi; O. Romanyshyn, da Liga Ucraniana Anticomunista da Austrália e o ucraniano exilado na Austrália Roman Dragan (HSA-UWC, 1970: 18).

<sup>401</sup> Esses delegados vieram quase que exclusivamente de países da Ásia. Da Austrália, G. B. Menchinsky, Chring O. Borel, Leon Hawryliw, Michael Morawsky, Wolodmyr Pyrih, Sonia Suszko, Myron Gruyk, Curistie Misko, Marian Tkaczuk, Mary Lutak, Sophia Matiasz, Roman Zachariak, Roman P. Nowosikyj, Tani Wolynee, Ihor J. Mlynowsilskyj. De Taiwan, Li Pen-Hsien, Tseng Teng-Kuan, Lai F. Cheng-Yi. Da Índia, Singh Vikram Diwakar. Da Indonésia, Sjam Alamsjah, Muhammad Buang. Da Coreia do Sul, Cha Hyung Kwon. Das Filipinas, Gregorio R. Andres. Da Suécia, Lars Eric Nyman. Da Tailândia, Suchitra Chritranukroh, Surichai Wunkaeo, Ratanaporn Rojanakorn, Buntorn Comprisit, Jaran Ditapichai, Surin Pissuwan, Siriwan Saranak, Seri Seriwathanophas, Porntip Phanceht, Nitiva Ratanamikorn e Pradit Anuwuthinavin. Do Vietnã do Sul, Ngo Vuong Toai, Nguyen Tuong Quy e Tranc Dub Thang Dragan (HSA-UWC, 1970: 19). Recorde-se que a II Conferência da WACL de 1968 no Vietnã do Sul decidiu pela criação da WYACL, “programada para ser inaugurada em 1970”.

<sup>402</sup> Entre estes, os “ex” nazistas alemães Alfred Gielen e Theodor Oberlander, a francesa Suzanne Labin, o espanhol marquês de Valdeiglesias (José Ignacio Escobar y Kirkpatrick) e o britânico John Graham, da *British League for European Freedom*. Entre os ex-colaboradores nazistas do leste europeu que integraram a direção do EFC, todos do ABN, destacaram-se o carnicheiro eslovaco Ferdinand Durcansky, ex-ministro da ditadura do monsenhor J. Tiso, o búlgaro Ivan Docheff e o coronel bielorrusso Dimitry Kosmowicz. Recorde-se que a própria criação do EFC em 1967 foi uma forma do ABN e desses “amigos” ocidentais conquistarem a representação da Europa (a “livre” e a “subjugada”) dentro da WACL. Durante a estruturação da Liga em 1967, o ABN havia se insurgido contra “o princípio geográfico de representação por continente” na WACL, uma vez que, *subjugada* “metade da Europa”, “uma representação continental não pode ser uma representação justa”. “Na opinião do ABN, há uma frente principal que consiste nas nações cativas e uma frente secundária formada pelas nações livres”, existindo entre elas “uma compreensão muito diferente do perigo envolvido e do grau de esforço necessário para se opor à agressão comunista russa ou chinesa” (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 3, pp. 34-35). Assim que, logo depois da admissão formal de Stetsko (ABN/EFC) e Lombardo (EFC) na WACL durante sua IV Conferência no Japão, em 1970, o dirigente do EFC Oberlander tocou novamente nessa questão, mas na particularidade da Alemanha, metade “livre”, metade “subjugada”. O “ex” nazista escreveu para Ku Cheng-kang propondo a unificação de *todas as organizações anticomunistas alemãs*, assegurando já estar preparado para participar da V Conferência da WACL de 1971, que seria

da Grécia; W. N. Bezchlibnyk, do Canadá; Hassan M. Kutbi, da Arábia Saudita; Ernest Rigoni, exilado húngaro na França; e, exilado na Argentina, Sreco Felix Psenicnik, genro do ex-ditador Ante Pavelic, *Poglavnik* do Estado-*ustashi* “vassalo” do III Reich, e líder do Movimento de Libertação Croata (HOP)<sup>403</sup>.

Por último, é importante contextualizar a participação brasileira na IV Conferência da WACL de 1970 no Japão. Antes, porém, recorde-se que o primeiro “amigo brasileiro” da APACL e depois da WACL foi o almirante Carlos Penna Botto, presidente da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) que desde 1955, como visto no CAPÍTULO 3, construiu uma sólida aliança com a APACL-Taiwan e seu presidente Ku Cheng-kang. Viu-se como Penna Botto, na qualidade de presidente da CIDC, participou da fundação da WACL ocorrida na XII Conferência da APACL de 1966 na Coreia do Sul.



**Figura 216.** Da esquerda para a direita, na primeira fileira: general Lee Eung-joon da Coreia do Sul (1º), Suzanne Labin da França (2ª), Elga Rodze da Austrália (3ª), senador Strom Thurmond dos EUA (4º), Ku Cheng-kang de Taiwan (5º) e Juanita Castro de Cuba (6ª). FONTE: WIKIPÉDIA.

---

realizada na capital das Filipinas. Em fevereiro de 1971, Oberlander garantiu a Ku Cheng-kang que “era possível unir todas as organizações anticomunistas alemãs, e estamos prontos para nos unir à WACL em Manila” e, “depois da eleição dos Srs. Stetsko e Lombardo ao Comitê Executivo, é necessário que a Alemanha, como um país dividido, seja o mais importante e responsável pela defesa da Europa e, portanto, deve se tornar um membro real da WACL” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 2, p. 47).

<sup>403</sup> Psenicnik, de acordo com uma descoberta feita pelo historiador brasileiro Marcos Vinicius Ribeiro, era genro do “Führer” (*Poglavnik*) do *ustashismo* Ante Pavelic e de sua esposa Maria de Pavelic (RIBEIRO, 2018: 257).

O almirante brasileiro, todavia, não esteve presente na I Conferência da WACL de 1967 em Taiwan e, na ocasião, a CIDC foi representada pelo mexicano Jorge Prieto Laurens. Na conferência inaugural da WACL em Taipei, contudo, o Brasil como unidade nacional foi representado por Ester de Proença Lago, do Conselho Diretor da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), frente feminina do complexo IPÊS/IBAD que conspirou e preparou o golpe de Estado no Brasil em 1964. Já em 1968 no Vietnã do Sul o almirante Penna Botto, em nome da CIDC, isto é, como representante de uma organização internacional associada à Liga, participou da II Conferência da WACL. Novamente, entretanto, o Brasil foi representado como unidade nacional por outra dirigente da CAMDE, sua 2ª vice-presidente Maria Helena da Gama Câmara. Em 1969 na Tailândia, outra líder da CAMDE, Eudoxia Ribeiro Dantas, do Conselho Diretor da entidade, representou o Brasil na III Conferência da WACL. Em 23 de janeiro de 1970, inclusive, na comemoração oficial do Dia da Liberdade pela ditadura de Chiang Kai-shek, a diretora da CAMDE Ester de Proença Lago enviou uma mensagem de saudação ao governo taiwanês, sendo caracterizada pela revista da WACL/APACL-Taiwan, *Asian Outlook*, como **“Presidente do Capítulo brasileiro da WACL”** (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 2, p. 14, grifo meu).

Foi Proença Lago, enfim, que representou o Brasil na IV Conferência da WACL, ostentando, por assim dizer, uma tripla condição: presidente da WACL-Brasil, dirigente da CAMDE e representante da Associação dos Amigos das Nações Cativas (AANC). Como dito, a AANC era presidida pelo ideólogo ultracatólico Gustavo Corção que enviara igualmente, em janeiro de 1970, uma mensagem de saudação à ditadura taiwanesa pela passagem do Dia da Liberdade. A mensagem de Corção foi subscrita pela secretária-geral da AANC Aila de Oliveira Gomes e, do Brasil, mais dois exilados anticomunistas enviaram suas saudações ao governo de Taiwan na ocasião, Mircea Buesca, diretor-secretário da Associação Cultural Romena-Brasileira, e Jan Reisser, presidente da Central Brasileira da Europa Livre<sup>404</sup>.

---

<sup>404</sup> Em 1950, o *Correio da Manhã* noticiou: “Reuniu-se o Comitê da Europa Livre. Presidido pelo ex-ministro da Tcheco-Eslováquia, Sr. Jan Reisser, reuniu-se ontem o Comitê Preparatório da Europa Livre, que tomou a decisão de criar dois centros de atividades, autônomos e independentes, notadamente um Centro Benfeitor, com direção do coronel Edward Ressel, com a colaboração do sr. Christo Boiadyeff e do coronel Stanislau Kara, e um Centro de Informações, com a direção do jornalista Conrad Rostan Wrzos, com a colaboração do ex-ministro Jan Reisser e do sr. Christophe Mallay. O Sr. Jan Reisser, com dois diretores dos mencionados Centros, coordenará os esforços de

Todavia, em 1970, a novidade brasileira na IV Conferência da WACL em Tóquio consistiu na presença já anotada de Plínio Corrêa de Oliveira, fundador e líder supremo da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização da extrema-direita católica surgida no Brasil e já naquele momento em processo de internacionalização. A TFP aproveitaria a IV e a V Conferência da WACL, como se verá, para entrecruzar seus planos de internacionalização com os da Liga Mundial Anticomunista. No CAPÍTULO 5, será visto como essa tentativa de aliança TFP-WACL, iniciada em 1970 no Japão e estendida até 1975 no Brasil, não vingaria.

#### 4.14.5. A “estrela” do senador norte-americano Strom Thurmond

Depois de encerrada a IV Conferência da WACL e no último dia da XVI Conferência da APACL, em 20 de setembro de 1970, a Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC) presidida por Osami Kuboki, recém-empossado presidente da Liga, organizou dois eventos. Para o primeiro, chamado *Red Letter Day* e realizado nos arredores de Tóquio, convidaram-se algumas “estrelas” anticomunistas que pouco antes participaram da IV Conferência da WACL, entre elas, o “fascista mais rico do mundo” Ryochio Sasakawa, presidente honorário da IFVC, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang<sup>405</sup>, o novo presidente em exercício da WACL Kuboki – que defendeu que “nenhuma paz é possível a menos que seja a paz de Deus” –, a militante anticomunista (e irmã de Fidel Castro) Juanita Castro e o senador dos EUA Strom Thurmond (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 41). Uma fotografia registrou esse trio, um “ex” fascista e criminoso de guerra japonês, então chefe da Yakuza, cumprimentando o senador norte-americano Thurmond e, no meio da dupla, a irmã de Fidel Castro.

---

ambas as organizações autônomas. Nessa reunião, foi recebido um novo representante, o sr. Christophe Kallay, da Hungria”. IN: *Correio da Manhã*. 06.07.1950, 1º Caderno, p. 3. Como visto no CAPÍTULO 3, o historiador Vicente Gil da Silva anotou que o Centro Europa Livre foi criado em 1954 pelo diretor da CIA Allen Dulles e sua filial brasileira, o Centro Brasileiro da Europa Livre, reuniu figuras como Assis Chateaubriand e Roberto Marinho (DA SILVA, 2020: 351). O coronel polonês Kara, inclusive, colaborou com a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) do almirante Carlos Penna Botto (DA SILVA, 2020: 312).

<sup>405</sup> No *Red Letter Day*, dirigindo-se especificamente aos japoneses, Ku Cheng-kang defendeu que “os comunistas internacionais estão realizando ativamente subversões e infiltrações no seu país”, destacando que “a meta da agressão comunista é conquistar o mundo todo e escravizar a humanidade” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 11, p. 21).



**Figura 217.** Da esquerda para a direita, senador S. Thurmond (EUA), Juanita Castro (Cuba) e R. Sasakawa (Japão). FONTE: WIKIPÉDIA.

Já o segundo evento organizado pela IFVC em 20 de setembro, intitulado *WACL Mass Rally* e celebrado em Tóquio, foi “estrelado” pelo senador dos EUA Strom Thurmond. Alegadamente, o evento contou com 30 mil participantes (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 32). Na política interna norte-americana, Thurmond era “um forte campeão da segregação e dos direitos dos estados”, destacando-se como um “anticomunista militante e agressivo sobre assuntos relativos à Defesa” (SIRGIOVANNI, 2006: 857). No Senado, sobressaiu-se como o mais notório dos racistas segregacionistas. Atuou contra qualquer legislação federal que apoiasse o “movimento emergente pelos direitos civis” e foi “a principal força por trás da redação do ‘Manifesto Sulista’ (1956), uma declaração de oposição à decisão da Suprema Corte para o caso *Brown versus Conselho de Educação de Topeka* (1954) que declarou que a segregação em escolas públicas era inconstitucional” (SIRGIOVANNI, 2006: 857). Foi coerente com seu racismo segregacionista, um ferrenho opositor do *Civil Rights Act* de 1964. No plano internacional, o senador se opôs à política externa do presidente J. F. Kennedy em relação a Cuba, considerando-a “insuficientemente dura” e, mesmo depois da crise dos Mísseis de 1962, “Thurmond declarou-se ‘totalmente favorável a uma invasão caso fosse necessária para expulsar os comunistas’ de Cuba” (SIRGIOVANNI, 2006: 858).

Em 1964, Thurmond filiou-se ao Partido Republicano depois de declarar que “o Partido Democrata estava transformando a América em uma ‘ditadura socialista’”, aliando-se “ao

candidato presidencial conservador do Partido Republicano, o Senador Barry Goldwater” (SIRGIOVANNI, 2006: 858). Thurmond não foi apenas o maior expoente da “velha direita” norte-americana, mas serviu de enlace dela com a assim chamada “nova direita”<sup>406</sup>. Seu principal assessor, James P. Lucier, foi um dos elementos de ligação intergeracional entre essas “direitas” dos EUA. “James Lucier, convencido de que senadores conservadores como Thurmond precisavam ser armados com informações sobre questões críticas do momento, fez uma rodada inicial de apresentações de ativistas conservadores que, por sua vez, apresentavam representantes corporativos” (CRESPINO, 2012: 254). “Lucier tornou-se presidente da Associação de Análise e Pesquisa Inc., que seria eventualmente renomeada de Fundação Heritage, uma das sementes da insurgência da nova direita” (CRESPINO, 2012: 254). Antes de Thurmond “abrilhantar” com sua presença e discursos a IV Conferência da WACL, o *Red Letter Day* e o *WACL Mass Rally*, em setembro de 1970 no Japão, seu assessor Lucier visitou Taiwan alguns meses antes para uma audiência com o presidente honorário da WACL. Em 6 de março, Ku Cheng-kang recebeu “James P. Lucier, assistente de pesquisa do senador americano Strom Thurmond, no Capítulo chinês da WACL/APACL” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 12)<sup>407</sup>.

---

<sup>406</sup> “Thurmond é incorretamente indicado como um mero exemplo da Velha Direita. Na verdade, ele foi central na criação da Nova. Apenas como um exemplo, foi no escritório secreto de Thurmond nas entradas do Capitólio que um empresário de Wisconsin e o ativista Republicano J. Frederic ‘Fritz’ Rensch escreveram o plano de negócios do que viria a ser a Fundação Heritage. (...) Mas os empresários queriam um plano de negócios e um orçamento. Então Rensch foi à luta no escritório de Thurmond e o ativista Paul Weyrich conseguiu uma audiência com Joseph Coord, o magnata da cerveja, que estava querendo se envolver mais na política conservadora. Thurmond era parte do pequeno grupo de senadores e congressistas reunidos por Weyrich para fazer a grande venda. Funcionou. (...) Na década de 1970, a política da direita evoluiu, assim como o fariam seus líderes, ainda assim a história de Thurmond é uma lembrança de que não se deve separar tão claramente a Nova Direita da Velha. As linhas de continuidade vêm desde a década de 1940 e seguem até a década de 1980, e a carreira de Thurmond passa por todas elas. Os mesmos temas que animaram a Velha Direita continuam a impulsionar a política conservadora de maneiras poderosas: a vigorosa defesa dos interesses comerciais e uma oposição aos trabalhadores organizados [*organized labor*]; preocupações com a segurança nacional e a fé no excepcionalismo americano no exterior; e uma antipatia à política e cultura do liberalismo, no qual a imagem do ofendido americano branco temente a Deus, maltratado nas mãos tanto da elite quanto das minorias, ocupa o palco principal” (CRESPINO, 2012: 254).

<sup>407</sup> Na ocasião, Lucier entregou ao dirigente do Kuomintang “uma declaração escrita pelo Senador Thurmond sobre o ‘Relatório Amerasia’”, destacando que a “Mensagem sobre o Mundo” do presidente dos EUA Richard Nixon baseou-se na concepção de seu assistente especial para segurança nacional Henry Kissinger, refletindo “a política externa dos Estados Unidos como um todo, com principal ênfase na ameaça dos mísseis russos” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 51). Ku Cheng-kang expôs a Lucier sua convicção segundo a qual “uma falta de compreensão plena de Mao Tse-tung, assim como da contradição essencial entre o capitalismo e o comunismo, resultaram na ilusão do *appeasement* e conciliação disseminada nos Estados Unidos” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 51-52). Lucier “recomendou algumas formas práticas de estreitar ainda mais os já estreitos laços entre as duas nações amigas – os Estados Unidos da América e a República da China [Taiwan]” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 52).



No *WACL Mass Rally* propriamente dito, em 20 de setembro, o senador discursou sobre o tema “O futuro dos países anticomunistas na Ásia”. Em sua intervenção, elogiou “a corajosa decisão” do presidente dos EUA Richard Nixon de “abrir uma contra-ofensiva nas fronteiras do Camboja” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 17). Além de elogiar a decisão de Nixon de intervir militarmente no Camboja no contexto mais amplo da Guerra do Vietnã, Thurmond saudou “a excelente resolução da Liga Mundial Anticomunista em apoio àquela ação, aprovada na sua reunião em maio” de 1970, afirmando que “esta resolução é profundamente apreciada nos Estados Unidos entre todos aqueles que acreditam ou que estão envolvidos na luta pela liberdade” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 13). O senador advertiu também para a necessidade de se armar a “China Livre”, ou seja, Taiwan, que “precisa atualizar seu equipamento militar e seu treinamento para as máquinas, armamentos e tecnologias mais recentes” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 17). Seria um escândalo, segundo ele, que “algumas forças no meu país trabalharam para negar até mesmo números simbólicos dos tipos adequados de equipamento” para Taiwan (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 17).

Talvez, avançou Thurmond, “**uma organização de defesa asiática ofereceria uma estrutura politicamente mais viável de apoio à força [militar da] China Livre**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 17, grifo meu). Criticando a aproximação dos EUA com a República Popular da China (RPCh), o senador norte-americano salientou que “**os membros do nosso Departamento de Estado que estão trabalhando para melhorar as relações com o regime de Pequim estão desperdiçando seu tempo**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 17, grifo meu). A luta anticomunista envolveria “intimamente todas as nações livres” e “**as forças do anticomunismo devem permanecer resolutas, mesmo em face à subversão interna, assim como à externa**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 17, grifo meu). Se “muitas nações estão em dificuldades hoje”, argumentou Thurmond, “muitas vezes pessoas em dificuldade desenvolvem uma atitude religiosa – uma atitude que é de grande ajuda **na luta contra o materialismo herege e ateu**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 17).

#### 4.14.6. *Quem pagou a conta?*

Para tentar responder – ou ao menos esboçar uma tentativa de resposta para – a questão sobre quais atores financiavam a WACL e qual o montante dos valores envolvidos, é preciso fazer uma primeira observação. A WACL foi criada na Coreia do Sul em 1966 sob o patrocínio da ditadura militar do general Park Chung-hee, como visto, durante a XII Conferência da APACL. Assim como a APACL havia sido criada na Coreia do Sul em 1954 sob os auspícios do ditador civil Syngman Rhee. O *generalíssimo* Chiang Kai-shek de Taiwan foi, em ambos os casos, o parceiro principal nas “*joint ventures*” do complexo WACL/APACL. As ditaduras anticomunistas da Coreia do Sul e de Taiwan constituíram, portanto, a matriz e a força de propulsão dessas redes do anticomunismo transnacional do sudeste asiático na Guerra Fria. Dito isso, uma “queixa” da ditadura sul-coreana de Chung-hee, externada por intermédio do secretário-geral da WACL, o filipino Jose Ma. Hernandez, deixou entrever *quem* estava de fato pagando as contas da Liga Mundial Anticomunista em seus três primeiros anos de existência.

No segundo dia da IV Conferência da WACL de 1970, em 16 de setembro, Hernandez advertiu os observadores e delegados do conclave que seria preciso dividir os custos de financiamento da “Internacional Anticomunista”. Destacou em seu informe apresentado em Tóquio que seria extremamente “injusto que os membros [da Liga] esperassem que a Coreia [do Sul] assumisse, quase que totalmente sozinha, o enorme orçamento anual do secretariado da WACL. **O governo coreano deu ao secretariado \$100,000,00 por ano, pelos últimos três anos.** Os demais Capítulos [da WACL] deveriam ajudá-lo agora” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 35, grifo meu). Isto é, a se fiar pelo informado por Hernandez, a Coreia do Sul do general Chung-hee “custeou” *quase que totalmente sozinha* o secretariado da WACL, gastando 300 mil dólares entre 1967-69, os três primeiros anos em que a Liga celebrou suas conferências anuais. Mesmo que os gastos do secretariado da WACL não representassem *todo* o orçamento da entidade, infere-se daí que a ditadura sul-coreana era a principal mantenedora da Liga, já que o secretariado se encontrava em Seul e era responsável pela operacionalização de suas atividades.

No caso propriamente do custeio das conferências anuais da WACL e da APACL de 1970, o financiamento adveio sobretudo da WACL/APACL-Japão<sup>408</sup> e, em específico, da

---

<sup>408</sup> Nota-se, pois, que o grosso do financiamento das conferências anuais do complexo WACL/APACL ficavam a cargo do respectivo “Capítulo” nacional anfitrião. Assim sendo, a I Conferência da WACL de 1967 em Taiwan deve ter sido custeada pela ditadura militar do *generalíssimo* Chiang Kai-shek; a II Conferência da WACL de 1968 no Vietnã do Sul pela ditadura militar do general Nguyen Van Thieu; e a III Conferência da WACL de 1969 na Tailândia

Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC) que passou a ser, conforme dito pelo general tailandês Praphan Kulapichitr, “a principal organização do Capítulo japonês e tem sido totalmente responsável pela preparação desta Conferência” (WACLROC, 1970: 20). E também pudera! O patrono e presidente honorário da IFVC Ryoichi Sasakawa não era o “fascista mais rico do mundo” que, também nessa *joint venture*, ligou-se a outro antigo *war profiteer* do fascismo e do Império Japonês, Yoshida Kodama? Foi novamente a revista *moonista The Way of the World* que registrou que, “para levantar fundos, todos os membros da Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo [IFVC] no Japão começaram uma campanha nas ruas e foram bem-sucedidos em colherem as assinaturas de mais de 200 mil pessoas contribuindo com 200 ienes cada uma por conferência” (HSA-UWC, 1970: 11).

Além disso, o periódico *moonista* anotou que, como forma de custeio da IV Conferência da WACL em Tóquio, “o Sr. Ryoich Sasakawa, consultor da IFVC-J[apão], fez uma contribuição de 20.000.000 ienes para a conferência” (HSA-UWC, 1970: 11, grifo meu), acrescentando que “as grandes plutocracias japonesas prometeram auxílio indireto ao movimento, assim como o treinamento de membros sob sua influência” (HSA-UWC, 1970: 11). Na mesma edição, o período *moonista* citou anunciou que, às vésperas da IV Conferência da WACL e da XVI Conferência da APACL, o presidente da IFVC japonesa viajou a Seul para tratar de temas referentes às conferências com o ditador sul-coreano. “Em 2 de setembro de 1970, o Presidente Osami Kuboki, da Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo [IFVC], fez uma visita de cortesia ao Presidente Park Chung[-hee], da República da Coreia, na Casa Azul (*Chong Wa Dae*)” (HSA-UWC, 1970: 27).

---

pela ditadura militar do marechal Thanom Kittikachorn. As queixas do secretário-geral da WACL, especificamente, referiram-se ao fato da ditadura do general Park Chung-hee estar custeando exclusivamente os gastos com o *secretariado* da Liga, e não àqueles referentes às três conferências anuais até ali realizadas.



**Figura 218.** “Mr. [Osami] Kuboki met with President Park Chung-Hee, of the Republic of Korea”. FONTE: HSA-UWC, 1970: 27.

Na ocasião Kuboki “entregou uma carta autografada do ex-Premier Nobusuke Kishi, referente à WACL, ao Presidente” (HSA-UWC, 1970: 27). Kuboki aproveitou a oportunidade para denunciar ao ditador da Coreia do Sul a “infiltração comunista” na União dos Residentes Coreanos no Japão, acusando-a de ser “o núcleo do movimento comunista no Japão”. Conclamou ainda que Park Chung-hee adotasse uma “cooperação positiva” com referida União e com a IFVC japonesa. Na sequência, segundo a *The Way of the World*:

**O Presidente Park lhe disse [– a Kuboki –] que estava profundamente tocado pelas atividades apaixonadas dos membros da IFVC-J[apão] e particularmente pela obtenção de 500.000 dólares de fundos para a Conferência,** e ficou extasiado, como Presidente da Coreia, ao ouvir sobre o levante do movimento anticomunista no Japão (HSA-UCW, 1970: 27, grifo meu)

Depois de ter informado o ditador sul-coreano de que o braço japonês da IFVC, em processo de consolidação como a principal força constitutiva da WACL/APACL-Japão, teria arrecadado 500 mil dólares, Kuboki visitou, em 4 de setembro, “o Presidente a Câmara Lee Hyo-Sang, da Assembleia Nacional, o Diretor Kim Key-Won, da Agência Central de Inteligência [KCIA], e o Presidente Interino Yoon Chi-Young, do Partido Democrata Republicano” (HSA-

UCW, 1970: 27). Enfim, quanto ao custeio das conferências anuais do complexo WACL/APACL de 1970 em Tóquio, se de fato a IFVC japonesa arrecadou 500 mil dólares e o “fascista mais rico do mundo” Sasakawa contribuiu com 20 milhões de ienes – não sendo possível saber se esse montante entraria ou não no cômputo dos valores coletados pela IFVC –, o reverendo Moon estimou um valor mais alto. Conforme destaca o jornalista francês Jean-François Boyer, a IV Conferência da WACL e a XVI Conferência da APACL no Japão teriam custado **“a bagatela de 1 milhão de dólares – segundo palavras do próprio Moon”** (BOYER, 1988: 160, grifo meu).

#### 4.14.7. Resoluções e Comunicados

Entre as Resoluções aprovadas pela WACL em sua IV Conferência, uma das mais importantes foi aquela que definiu seus “Princípios orientadores para a luta por liberdade na década de 70”. O princípio norteador seria a defesa da “liberdade” contra a “escravidão comunista”, destacando-se que *liberdade* era mais importante até mesmo do que a *paz*, uma vez que “paz sem liberdade” seria “indistinguível da escravidão”. Assim, de acordo com a axiologia wacliana, seria impossível para o “mundo livre” *coexistir* com os comunistas na medida em que o comunismo traria consigo, de maneira ineliminável, uma “filosofia de dominação mundial”. Daí a necessidade dos “povos do mundo livre” resistirem e permanecerem vigilantes “contra todas as formas de totalitarismo” e alertas por todos os meios, “incluindo educação em escolas, organizações cívicas e mídia de comunicação em massa” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 41). Igualmente seria preciso permanecer vigilante e atento “aos perigos inerentes ao pacifismo equivocado e ao isolacionismo” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 41). As diretrizes axiológicas da WACL para a década de 1970, portanto, deveriam combater a política da chamada *coexistência pacífica* com os comunistas, o *pacifismo* e o *isolacionismo* do “mundo livre”. De um lado, os países do “mundo livre” deveriam mobilizar seus recursos morais, econômicos e militares para estabelecer “mecanismos de defesa contra a expansão comunista e a disseminação da tirania”. De outro lado, deveriam apoiar “as forças anticomunistas detrás da Cortina de Ferro”, seguindo uma estratégia de encorajar e auxiliar à deserção daquelas pessoas perseguidas pelo comunismo. Ademais, seria preciso engajar a juventude do “mundo livre” na luta contra o “totalitarismo comunista”, o que a WACL buscava fazer via WYACL.

Outra Resolução da IV Conferência da WACL, intitulada “Incitar uma ação única do mundo livre para resolver a crise no sudeste asiático”, assentou que por mais de duas décadas “a agressão e a infiltração comunistas” assolariam os povos do sudeste asiático e, naquela altura, ameaçariam “se espalhar ainda mais e engolfar todo o mundo livre, a menos que contramedidas eficazes sejam tomadas” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 46). A Resolução conclamou “todos governos e povos” a tomarem ações concretas no sentido de uma “política anticomunista conjunta” para as nações do sudeste asiático, reiterando ser urgente o estabelecimento de “uma organização de segurança regional pacífico-asiática”. A Resolução garantiu o apoio total da WACL à “resistência da República do Vietnã contra a agressão comunista”, à “independência, liberdade e integridade territorial do Laos e Camboja”, conclamando à promoção conjunta de ações do “mundo livre” em apoio à Tailândia, “um alvo do atual ataque comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 47). Outras Resoluções da IV Conferência da WACL buscaram “Incitar as nações do mundo livre a cessarem ações de apaziguamento relativas aos comunistas chineses”, “Promover a solidariedade entre a juventude mundial”, “Reafirmar a oposição à admissão do regime comunista chinês nas Nações Unidas” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 48). Outras Resoluções versaram sobre a “Observação da 13ª Semana das Nações Cativas em 1971”, “Sobre a ameaça russa no Mediterrâneo”, “Sobre o Tratado Soviético-Alemão” – assinado em 12 de agosto de 1970 “pelo governo liberal-socialista da República Federal da Alemanha” e que supostamente facilitaria o avanço da URSS sobre a Europa Ocidental –, e “**Sobre o Plano Kersten**”<sup>409</sup> (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, pp. 39-40, grifo meu).

---

<sup>409</sup> Como visto, o ex-deputado republicano Charles Kersten era um defensor da criação pelos EUA de unidades militares com exilados da “Cortina de Ferro” para uma eventual guerra contra a URSS. Enquanto deputado, conseguiu aprovar uma Emenda que deveria destinar 100 milhões de dólares anuais para “apoiar a resistência por trás da Cortina de Ferro”. Seu *Escape Program*, parte do *Mutual Security Act of 1951*, também previra a ajuda norte-americana para “fugitivos anticomunistas da Ásia Central soviética e da China continental”. Foi presidente do *Select Committee to Investigate Communist Aggression and the Forced Incorporation of the Baltic States into the USSR* e, não conseguindo se reeleger para o Congresso, tornou-se conselheiro sobre guerra política na administração Eisenhower. Depois da renúncia de Marvin Liebman da função de coordenar a convocação do Congresso Mundial Anticomunista, Kersten tentou reanimar esses planos definidos no México, em 1958, pelo consócio APACL, CIDC, ABN e CIAS. A Resolução “Sobre o plano Kersten” salientou: “Whereas it has been proved that **the champions of Communism want to dominate the whole world**; and Whereas **the different captive nations have tried since 1917 to recover their freedom by various means without success**; Therefore, we suggest: That the practical plans made out by Hon. Charles Kersten (Milwaukee, Wisconsin) and approved by the United States Congress should be revived and readapted to the present situation” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 40).

Um conjunto de outras Resoluções, "**Sobre o colonialismo russo-soviético e as nações subjogadas**"<sup>410</sup>, "Sobre a causa do humanitarismo"<sup>411</sup>, "Pela defesa dos *freedom fighters* croatas", "Pelo apoio à luta de libertação nacional da Ucrânia" etc., reiterou que a WACL, assim como a APACL antes dela, incorporou a ideologia do ABN que, como visto no CAPÍTULO 1, combateu o soviétismo como uma forma atualizada do velho tsarismo derrotado pela Revolução Russa de 1917. Uma Resolução em particular, "Implementação prática das Resoluções da Conferência", recomendou a difusão de literatura religiosa como arma anticomunista. Reconhecendo o papel dos *valores espirituais* e da *fé pessoal* como aspectos fundamentais "para nosso programa anticomunista", bem como o sucesso atingido "por certas organizações dignas na distribuição de literatura religiosa pró-liberdade por trás das Cortinas de Ferro e de Bambu", a Resolução recomendou a todos os "Capítulos" e organizações aliadas da WACL a encorajarem entidades religiosas "como "*Underground Evangelism* e *Relief Action Committee*". Recomendou-se ainda a distribuição de literatura anticomunista em defesa da "liberdade religiosa" e que fosse dado apoio "até mesmo à menor testemunha espiritual", devendo-se reiterar às unidades membros da WACL que "é melhor acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão" (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 41).

Já a XVI Conferência da APACL aprovou suas próprias Resoluções, entre elas, uma para "Incitar líderes das nações livres asiáticas a realizarem uma Conferência de Segurança Asiática", outra destinada à "Promoção de uma organização regional de segurança" e ainda outra para

---

<sup>410</sup> Essa Resolução, entre outras asserções, afirmou que "**o imperialismo russo atual é a continuação do tsarista e liquidou a independência dos Estados nacionais** da Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia, Azerbaijão, Armênia, Turquestão e outras nações subjogadas pela URSS na década de 1920, e durante e depois da II Guerra Mundial anexou pela força Lituânia, Letônia e Estônia e transformou em satélites outras nações da Europa central e do leste (Hungria, Bulgária, Polônia, Alemanha Oriental, Romênia, Croácia e outras). A partir dessa base imperial posteriormente [a URSS] expandiu seus planos de agressão e ação à América Latina (Cuba), Ásia (Vietnã, Coreia, Laos, Camboja), África, tendo anteriormente ajudado o Partido Comunista a tomar o poder na China" (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 34, grifo meu). Isto é, conforme ao ideário do ABN compartilhado pelo complexo WACL/APACL, "**o imperialismo bolchevique realizou os sonhos dos Tsares**" (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 34, grifo meu).

<sup>411</sup> Esta outra Resolução argumentou que "**V. I. Lenin desenvolveu teorias elaboradas de guerra política [political warfare] com o propósito de destruir as civilizações existentes e substituí-las com uma forma russa de totalitarismo chamada comunismo**" (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 36, grifo meu). "A nova forma de totalitarismo leninista" estaria "baseada na guerra de classe e violência perpétuas, com uma nova aristocracia comunista explorando a classe trabalhadora, e com uma sofisticada forma de imperialismo russo que tenta destruir a independência e soberania das nações" (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 36, grifo meu). Esta Resolução, chamando **Lenin** de "**o desumanizador mais criminoso da humanidade civilizada [the most criminal dehumanizer of civilized mankind]**", apelou à ONU para que rejeitasse "todos os esforços degradantes para caracterizar V. I. Lenin como um humanista" e que expusesse "a verdade sobre suas teorias, planos e ações e de seus sucessores" (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 36, grifo meu).

“Salvaguardar positivamente a liberdade e independência do Vietnã, Laos e Camboja em linha com a nova situação anticomunista na Indochina”. Uma Resolução da XVI Conferência da APACL, intitulada “Incitar governos das nações livres da Ásia a tomarem ações anticomunistas drásticas e esmagarem a infiltração e subversão comunista”, sugeriu a criação de um Centro de Cooperação de Inteligência Anti-infiltração e Antissubversão. Segundo essa proposta, seria preciso uma coordenação inter-governamental e inter-estatal para combater a “infiltração” e a “subversão” comunistas. Baseada nesses “requisitos básicos de segurança”, a XVI Conferência da APACL resolveu que **“um ‘Centro de Cooperação de Inteligência Anti-infiltração e Antissubversão’ deve ser criado para trocar inteligência sobre atividades comunistas e subversivas em diversos países asiáticos, assim como experiências em atividades de anti-infiltração e antissubversão”** (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 51, grifo meu). Reiterando a estratégia do complexo WACL/APACL de vincular seus “Capítulos” nacionais a seus respectivos governos e Estados-nação, a referida Resolução defendeu que, “para eliminar completamente os desígnios comunistas de infiltração e subversão, deve-se prestar apoio ativo aos governos asiáticos” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 51).

Já o Comunicado da IV Conferência da WACL resumiu que “67 unidades-membros nacionais e organizacionais e 29 grupos observadores” reuniram-se em Tóquio com o objetivo de “esmagar” quaisquer tentativas comunistas de “infiltração” e “subversão”. No Preâmbulo ao Comunicado, a WACL definiu o comunismo como a fonte do sofrimento humano no mundo contemporâneo. A razão disso? “O comunismo é uma ideologia maligna baseada apenas no materialismo e na exclusão de todos valores espirituais. Esse é o motivo do comunismo acarretar apenas a subjugação da humanidade e a destruição da dignidade humana sob a ditadura” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 32). Diante disso, o que fazer? O Preâmbulo deu a resposta: “Agora que a ameaça das forças comunistas está se expandindo por toda parte, nossa tarefa é lutar contra ele e finalmente destruí-lo” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 32). Entre outros pontos, o Comunicado conclamou a “unificação das massas de todos países para um esforço conjunto pela vitória da liberdade”, “o levante da juventude como uma força prioritária contra a escravidão comunista”, “o esmagamento das tentativas comunistas de infiltração e subversão”, “uma vigilância aumentada contra as tentativas dos comunistas chineses de incitar guerras” no Oriente Médio, a participação das “nações africanas na luta pela liberdade contra a tirania comunista”, “o estabelecimento de



mais organizações de segurança regional para impedir maiores agressões comunistas” e “a mobilização das forças da liberdade e o estabelecimento de uma frente única anticomunista global” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 33).

O Comunicado da WACL também assegurou apoio total às *nações* da América Latina contra o comunismo e o castroísmo, “este último tão brilhantemente descrito pela Senhorita Juanita Castro como um credo sem fé, com um histórico consistente de promessas quebradas ao povo cubano” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 5). A WACL assegurou seu encorajamento irrestrito aos “movimentos pela liberdade entre os povos escravizados da Europa Oriental”, a suas “lutas pela independência nacional e autodeterminação” e às assim chamadas “revoluções dos povos escravizados pelo império russo-soviético” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 4). A WACL saudou os “movimentos de libertação” – alegadamente representados pelo ABN – da Ucrânia, Azerbaijão, Geórgia, Turquestão, Armênia, *North Caucasia*, Bielorrússia, Bulgária, Hungria, Lituânia, Letônia, Estônia, Romênia e Croácia (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, pp. 5-6). O Comunicado da WACL conclamou apoio à “ofensiva política da República da China [Taiwan] contra os chineses vermelhos”, defendendo a adoção de “medidas concretas para libertar as massas oprimidas na China continental” e a “oposição implacável à admissão da China vermelha na ONU” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 7). Por fim, o Comunicado solicitou apoio do “mundo livre” para o “programa de unificação da República da Coreia e para libertar os povos escravizados da Coreia do Norte de acordo com as resoluções da ONU” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 7), agradecendo “o governo e o povo japoneses por sua entusiasmada recepção aos delegados e observadores da WACL” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 7).

Já o Comunicado da XVI Conferência da APACL reiterou a necessidade de uma Organização de Segurança Regional Ásia-Pacífico e criticou a “Doutrina Nixon” e sua nova política para a Ásia. Clamou, assim, para que os EUA fornecessem “material efetivo, apoio operacional e moral” aos países asiáticos anticomunistas (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 7). O Comunicado ressaltou ainda que “o plano americano de retirar tropas do Vietnã, Coreia, Tailândia e Filipinas deve ser executado estritamente em proporção ao ritmo das atividades de reforço da Defesa nestes países” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 7). O que seria atingido somente depois da criação de referida Organização de Segurança Regional Ásia-Pacífico com

auxílio norte-americano, uma vez que “a segurança de toda a região asiática será gravemente ameaçada se tropas americanas forem retiradas cedo demais ou rápido demais” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 6). Enfim, o Comunicado solicitou apoio por parte da *Ásia livre e do mundo livre* “aos heroicos guerreiros anticomunistas da República do Vietnã, Laos e Camboja” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, pp. 6-7).

#### 4.14.8. “O fascista mais rico do mundo” Ryoichi Sasakawa e a WACL/APACL-Taiwan

Ryoichi Sasakawa, antes de se tornar em 1968 o presidente honorário da Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC), depois de 1970 o “Capítulo” japonês da WACL/APACL, teve sua “pré-história” ligada ao fascismo nipônico e à expansão *panasiática* do Império Japonês. Como visto, ele fizera fortuna na II Guerra Mundial como agente do militarismo expansionista japonês e, ao lado de seu associado fascista Yoshida Kodama, tornaram-se os maiores *war profiteers* da história do Japão do século XX. Não à toa, Sasakawa fora preso pelos EUA no pós-guerra, compartilhando cela com o ex-ministro do Império Japonês Nobusuke Kishi, e, graças ao “curso reverso” da política norte-americana que liberou sem julgamento os criminosos de guerra japoneses, uma vez colocados em liberdade Sasakawa e Kodama utilizaram suas fortunas na reconstrução do ultranacionalismo de extrema-direita em seu país. Reativando suas conexões do pré-guerra, tornaram-se “poderosos chefões” (*koromakus*) da Yakuza e mecenas da carreira política de inúmeros futuros premiês, entre eles, o próprio Kishi e seu irmão mais velho Eisaku Sato.

“Desnazificado”, Sasakawa poderia se sair com a seguinte *boutade* no pós-guerra: “Eu sou o fascista mais rico do mundo” (SASAKAWA *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 289)<sup>412</sup>. Retomando esse “extraordinário” itinerário, por ora importa demarcar que as conexões desse “fascista mais rico do mundo” com a WACL/APACL-Taiwan se intensificaram depois da realização de suas conferências anticomunistas no Japão em setembro de 1970, para as quais, como visto, o *koromaku* havia doado 20 milhões de ienes (HSA-UWC, 1970: 11). Pouco depois da IV

---

<sup>412</sup> Recorde-se que, além de sua fortuna de guerra, Sasakawa ganhou a licitação no pós-guerra, durante o governo de Kishi (1957-60), do “imensamente lucrativo monopólio de corridas de lanchas a motor” (KAPLAN; DUBRO, 1985: 334), com receita equivalente a “todos os gastos de Defesa do Japão” para o ano fiscal de 1975 (CIA, 1981: 1) e que chegariam a movimentar, no ano fiscal de 1981, “7,4 bilhões de dólares” (KAPLAN; Dubro, 1986: 90). Nada mal para um ex-criminoso de guerra “Classe A”.

Conferência da WACL e da XVI Conferência da APACL, por exemplo, “o Dr. Ku [Cheng-kang] cumprimentou Ryoichi Sasakawa, Presidente da Associação de Promoção da Construção de Navios do Japão, no aeroporto Sungshan na chegada deste em Taipei no dia 9 de novembro” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 51). Acompanhado de seu secretário Kyomi Kato, em reuniões no dia 9 e 12 de novembro, “Ryoichi Sasakawa, em sua capacidade de presidente da Liga Nacional de Karatê do Japão, aconselhou o Dr. Ku sobre maneiras de utilizar sua poderosa Liga na causa da luta contra o comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 51). “Por meio do bom ofício do Capítulo chinês da WACL, Sasakawa havia se encontrado com alguns oficiais de alto escalão do governo da República da China” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 51).

Embora “o fascista mais rico do mundo” fosse um criminoso de guerra cujos crimes eram também os crimes do Império Japonês cometidos em sua expansão militarista *panasiática*, em particular na China continental, ele teria “saudado” a “benevolência” do *generalíssimo* Chiang Kai-shek por haver perdoado os “erros” – isto é, os *crimes de guerra* e de *lesa humanidade* – cometidos pelo Japão. Assim que, de acordo com a *Asian Outlook*, “Sasakawa reiterou o profundo apreço e sinceros agradecimentos do povo japonês ao Presidente Chiang Kai-shek por sua indulgência em perdoar os erros cometidos pelos senhores da guerra [*warlords*] japoneses na Segunda Guerra Mundial” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 51). De outra parte, Sasakawa teria assegurado a seus “amigos” da WACL/APACL-Taiwan que, a despeito de alguns “desvirtuados”, a maioria dos japoneses repudiaria a “normalização” das relações do Japão com a República Popular da China (RPCh). “Independentemente de alguns japoneses, por falta de virtude, pretenderem lidar com o regime de Pequim, a maioria do povo japonês, Sasakawa acrescentou, apoiam totalmente a República da China [Taiwan] e tem um enorme respeito pelo Presidente Chiang” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 51).

Em 7 de janeiro de 1971, Sasakawa voltou a visitar Taipei. Na ocasião, “o Dr. Ku Cheng-kang recebeu o Sr. Ryoichi Sasakawa e seus colegas com um jantar e pediu ao Capítulo japonês da WACL para aumentar o *Rally* do Dia Mundial da Liberdade realizado no Japão e patrocinado pelo capítulo mencionado” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 2, p. 51). Entre 19 e 20 de março, o secretário-geral da WACL/APACL-Taiwan, “em nome do Dr. Ku Cheng-kang”, recebeu Sasakawa, “Presidente da Associação de Promoção da Construção de Navios do Japão” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12, p. 51). Em 21 de junho, “Hsu Fu-the, em nome do Dr. Ku, recebeu

o Sr. N. Ueno, secretário do Presidente da Associação de Promoção da Construção de Navios do Japão, Ryoichi Sasakawa, que fez uma proposta, em uma visita a uma exibição em Taiwan, por mais de 30 lutadores japoneses profissionais [de karatê]” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 7, p. 48).



**Figura 219.** “Dr. Ku [Cheng-kang] receives Ryoichi Sasakawa (L), president of the Ship-Building Promotion Association of Japan”. Esse encontro se realizou na sede da WACL/APACL-Taiwan, em Taipei. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 12.

Em 6 de julho, “o Dr. Ku Cheng-kang recebeu o Sr. Ryoichi Sasakawa, presidente da Associação de Promoção da Construção de Navios do Japão, para ouvir o relatório da recente situação japonesa. O Sr. Sasakawa foi recebido durante um almoço” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 43). Em 1972, mais uma vez, o “Dr. Ku [Chen-kang] recebeu o Sr. Ryoichi Sasakawa, Presidente da Associação de Promoção da Construção de Navios do Japão, em 11 de novembro, e concedeu a ele uma audiência sobre desdobramentos recentes da situação no Japão” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 11/12, p. 47). Nota-se, portanto, que “o fascista mais rico do mundo” Sasakawa, o mecenas da WACL/APACL-Japão, tornara-se um *habitué* do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang.

Com um aliado japonês desse quilate, portanto, o eixo asiático do complexo WACL/APACL conquistou para si todo o “peso pesado” da extrema-direita da maior potência capitalista da região e cuja “pré-história”, conforme analisado, ligou-se ao fascismo e aos crimes de guerra do expansionismo *panasiático* do Império Japonês. O Japão “democrático” do pós-guerra, portanto, foi em muitos aspectos tributário de criminosos de guerra como Ryoichi Sasakawa e Nobusuke Kishi que, impunes, encontraram no complexo WACL/APACL um veículo organizacional perfeito para a internacionalização de seus interesses políticos, econômicos, religiosos e (para)militares.

#### *4.15. Filipinas, 1971: a V Conferência da WACL*

As Filipinas, uma neocolônia dos EUA no sudeste asiático, foram fundamentais no processo de estruturação das redes transnacionais da ultradireita congregada primeiro na APACL e depois na WACL. Como visto, três conferências da APACL foram realizadas em Manila: a II de 1956, a VII de 1961 e a XI de 1965. No entreabrir da década seguinte não seria diferente. Ao final do Comunicado da IV Conferência da WACL no Japão, decidiu-se “realizar a 5ª Conferência da Liga Mundial Anticomunista em Manilha em julho de 1971” (ABN, 1970, v. XXI, n.º 5, p. 34). Como de praxe, o Conselho Executivo da WACL reuniu-se antes da conferência propriamente dita no país-sede a fim de organizá-la. O “Capítulo” da WACL/APACL-Filipinas, nucleado pelo Movimento Anticomunista Filipino (PACOM), foi responsável pela presidência do Conselho Executivo wacliano entre 19 e 20 de março de 1971. Coube ao presidente do PACOM, o senador Ramon D. Bagatsing, presidir a reunião executiva da WACL, sendo então auxiliado pelo coronel Ernesto P. Golez, secretário-geral e membro do Comitê Executivo Nacional de Preparação da V Conferência da WACL, presidida pelo senador Jose J. Roy (ABN, 1971, v. XXII, n.º 3, p. 23).

Doze (12) de treze (13) membros do Conselho Executivo da WACL, e nove (9) de dez (10) da APACL, estiveram presentes em Manila para a reunião executiva, representando os “Capítulos” nacionais e organizações membros provenientes da Ásia, África, Oriente Médio, América do Norte e América Latina, Europa, das “Nações Cativas” e da WYACL. Entre eles: os japoneses Osami Kuboki, presidente em exercício da WACL e presidente da Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC), acompanhado do secretário-geral da

IFVC Masatoshi Abe e do presidente da WYACL Yoshio Iwamura; o general Lee Eung-joon, presidente da WACL/APACL-Coreia do Sul; o ex-premiê Phan Huy Quat, presidente da WACL/APACL-Vietnã do Sul, e os vietnamitas Tran Van Do e coronel Do Dang Cong, secretário-geral da APACL; o general Praphan Kulapichitr, presidente da WACL/APACL-Tailândia; o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, Tze Shu-pai e Tseng Si Poi, dirigentes da WACL/APACL-Taiwan; assim como o senador Bagatsing, presidente da WACL/APACL-Filipinas, e o secretário-geral da WACL José Ma. Hernandez, dirigente da Ação Católica filipina e cofundador da APACL em 1954.

Integrando o Conselho Executivo da WACL estiveram presentes em Manila, ademais, o senador turco Fethi Tevetoglu, representando o Oriente Médio, o liberiano Nathan Ross, em nome da África, o reverendo norte-americano Raymond J. de Jaeger, como representante da América do Norte, e o nicaraguense Francisco Buitrago, antigo membro da CIDC, como novo representante da América Latina (*ASIAN OUTLOOK*, 1971, v. 6, n.º 3, p. 18). Dos EUA, o professor de Yale David Nelson Rowen, em nome do *American World Freedom Council* (AWFC), participou como observador da reunião executiva da WACL. Da Europa, como membros do Conselho Executivo da WACL, participaram o ex-ministro italiano Ivan Matteo Lombardo, em nome do EFC, e a ucraniana Slava Stetsko, como representante do ABN<sup>413</sup>.

---

<sup>413</sup> Uma fotografia da reunião executiva de março de 1971 nas Filipinas foi publicada pela Correspondência do ABN com a seguinte legenda: “Sentados, da esquerda para a direita: Dr. Jose Ma. Hernandez (Filipinas), Secretário-Geral da WACL; Sr. Osami Kuboki (Japão), Presidente da WACL, Sr. Do Dang Cong (Vietnã), Secretário-Geral da APACL, Sra. Slava Stetsko (Ucrânia), representando o Sr. Yaroslav Stetsko do ABN, Sen. Dr. Fethi Tevetogly (Turquia)” (*ABN*, 1971, v. XXII, n.º 2, 1971, p. 49). Outra foto foi publicada com a legenda: “Da esquerda para a direita: Sr. Yoshio Iwamura (Presidente da WYACL), Sr. Masatoshi Abe do Japão, Congressista R. Bagatsing das Filipinas, Sr. Tran Van Do do Vietnã, Sr. Tseng Si Poi da China, Sr. Nathan Ross da Liberia, Gen. Praphan Kulapichitr da Tailândia, Sr. Yaroslav Stetsko do ABN, Dr. Ku Cheng-kang (Presidente Honorário da WACL), Dr. Jose Ma. Hernandez (Sec. Geral da WACL), Sr. Tevetoglu da Turquia, Sr. I. M. Lombardo da Itália e Gen. Eung Joon Lee da Coreia” (*ABN*, 1971, v. XXII, n.º 4, p. 8).



**Figura 220.** “The Executive Board of WACL. From left to right: Mr. Yoshio Iwamura (WYACL Chairman), Mr. Matsatoshi Abe of Japan, Congressman R. Bagatsing of Philippines, Mr. Tran Van Do of Vietnam, Mr. Tseng Si Poi of China, Mr. Nathan Ross of Liberia, Gen. Praphan Kulapichitr of Thailand, Mr. Y. Stetsko of ABN, Dr. Ku Cheng-kang (WACL Honorary Chairman), Dr. Jose Ma. Hernandez (Sec. Gen. of WACL), Mr. Tevetoglu of Turkey, Mr. I. M. Lombardo of Italy and Gen. Eung Joon Lee of Korea”. FONTE: ABN, 1971, v. XXII, n.º 4, p. 8.

Na ocasião, o presidente (e futuro ditador) das Filipinas Ferdinando Marcos recebeu em audiência privada, no palácio presidencial Malacanang, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, o presidente em exercício da WACL Osami Kuboki e outros executivos da WACL (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 4, 1971, *capa*). Três dias antes da reunião do Conselho Executivo, uma delegação da WACL/APACL-Taiwan reuniu-se, em 17 de março, com Ferdinando Marcos, “que expressou firme apoio à República da China, se opôs à entrada dos comunistas chineses nas Nações Unidas e apoiou os movimentos da WACL/APACL” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 4, 1971, p. 45). Ferdinando Marcos garantiu que o governo das Filipinas financiaria a realização das conferências anuais da WACL (V) e da APACL (XVII) de 1971, saudando, via Ku Cheng-kang, o ditador taiwanês Chiang Kai-shek<sup>414</sup>.

<sup>414</sup> “O Presidente Marcos alocou fundos para auxiliar a convenção das Conferências da WACL/APACL a serem realizadas neste ano nas Filipinas, e pediu ao Dr. Ku que enviasse seus melhores votos ao Presidente Chiang” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 4, p. 45).

Antes da inauguração do encontro do Conselho Executivo, seus membros também se reuniram com Jose B. Laurel Jr., presidente da Câmara de Deputados das Filipinas, com Carlos P. Romulo, secretário das Relações Exteriores da República, e com o presidente do Senado Gil J. Puyat (ABN, 1971, v. XXII, n.º 3, p. 23). O complexo WACL/APACL comemorou o engajamento oficial do governo filipino à sua “cruzada”, salientando “o fato de que a Conferência da WACL/APACL nas Filipinas recebeu apoio do Presidente Marcos e de ambas as Casas do Congresso, e que o Vice-Presidente do Senado das Filipinas Jose M. Roy, que é também presidente do Partido Nacionalista no poder, presidiu a Conferência” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 3).

Esses fatos forneceriam “mais evidências da posição cada vez mais anticomunista das Filipinas” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 3). Aprofundando os nexos oficiais da WACL/APACL com o governo filipino, como adiantado, a presidência do Comitê Executivo Nacional de Preparação da V Conferência da WACL e da XVII da APACL coube ao vice-presidente do Senado Jose J. Roy que, depois de julho, tornar-se-ia o presidente em exercício da WACL para o biênio 1971-72. Ainda na reunião do Conselho Executivo de março, o filipino Jose Ma. Hernandez anunciou que, conforme o previsto, deixaria o cargo de secretário-geral da WACL em 31 de julho e que, posteriormente, assumiria o cargo o general sul-coreano Shin Hyun-joon (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 10, p. 35). Durante o encontro de março em Manila, ademais, o Conselho Executivo “foi especialmente solicitado pela filial do Partido Kuomintang nas Filipinas para levar o guerreiro anticomunista pela liberdade Cheng Yung-sheng para falar diante das comunidades chinesas do exterior sobre a tirania do regime comunista chinês e a sombria situação do continente chinês” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 3).

Discutiu-se também na ocasião a admissão de novos membros da WACL. David Nelson Rowe apresentou ao Conselho Executivo uma comunicação oficial de John Fisher, presidente do Conselho Americano pela Liberdade Mundial (ACWF), solicitando a inscrição dessa entidade enquanto “Capítulo” norte-americano da WACL (ABN, 1971, v. XXII, n.º 3, p. 24). Além da “application” solicitada por Fisher, que era também presidente do *American Security Council* (ASC), outras organizações submeteram seus pedidos de admissão na WACL, entre elas: o *Foreign Affairs Circle* (FAC), dirigido pelo ex-deputado britânico Geoffrey Stewart-Smith, e um grupo anticomunista da Alemanha Ocidental em processo de reorganizado encabeçado pelo “ex”



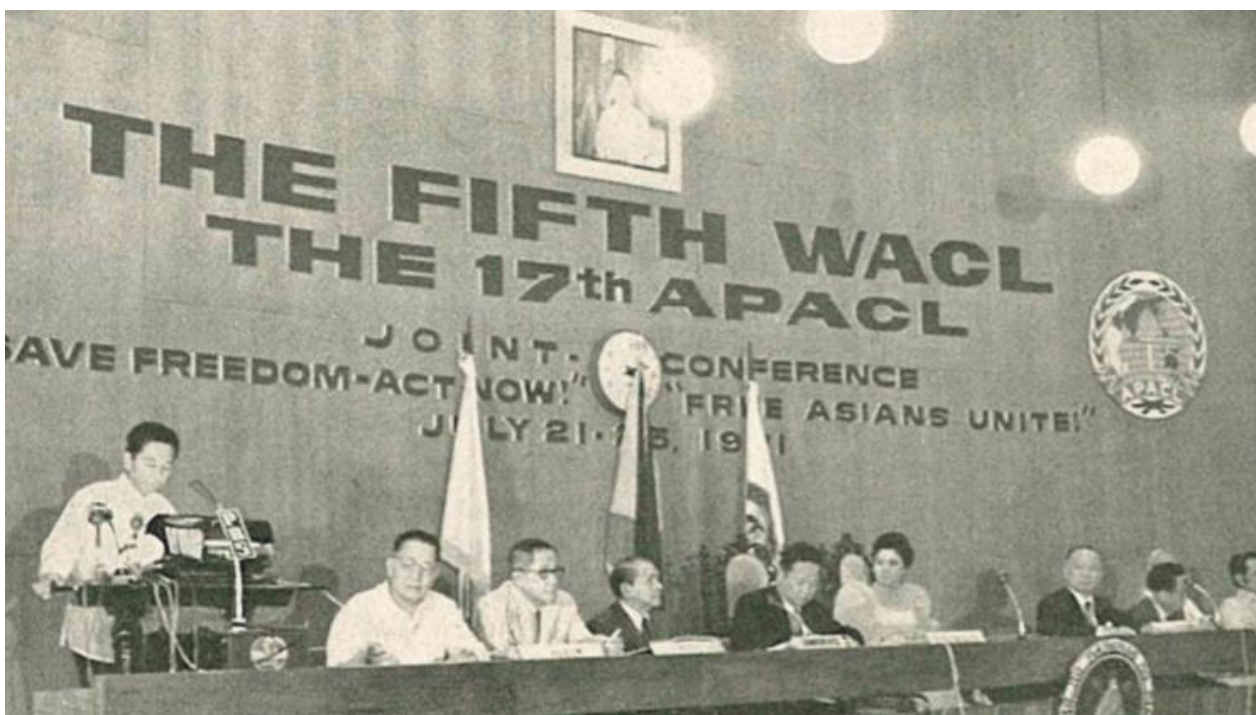
nazista Theodor Oberlander (ABN, 1971, v. XXII, n.º 3, p. 25). A reunião do Conselho Executivo, encerrada pelo presidente do PACOM Ramon D. Bagatsing, finalmente escolheu os *slogans* para a IV Conferência da WACL – “Salve a Liberdade – Aja Agora!” – e para a XVII Conferência da APACL – “Asiáticos livres, uni-vos!” (ABN, 1971, v. XXII, n.º 3, p. 25). Enfim, aprovaram-se, além de um Comunicado Final, algumas Resoluções recomendando ao complexo WACL/APACL “incitar as nações asiáticas a manterem-se firmes contra o regime comunista chinês e o regime comunista norte-vietnamita”, a “apoiar as incursões das Forças Armadas da República do Vietnã no Laos” e a condenar “o imperialismo russo soviético e o comunismo” (ABN, 1971, v. XXII, n.º 3, p. 25).

#### 4.15.1. A inauguração da V Conferência da WACL

A V Conferência da WACL, a XVII Conferência da APACL e a III WYACL foram então realizadas, entre 21 e 25 de junho de 1971, na capital das Filipinas. A tônica dessas conferências do complexo WACL/APACL/WYACL foi marcada pela iminência da “normalização” das relações diplomáticas entre os EUA e a República Popular da China (RPCh), o que implicaria para a Taiwan de Chiang Kai-shek, eixo matricial da WACL/APACL ao lado da Coreia do Sul, um progressivo e irrecuperável isolamento internacional. O presidente dos EUA Richard Nixon e seu secretário de Estado Henry Kissinger, responsáveis pela iminente “normalização” sino-americana, foram fortemente criticados pelos “cruzados” anticomunistas reunidos em Manila. Segundo a *Asian Outlook*, **“a convenção das Conferências da WACL, APACL e WYACL este ano nas Filipinas coincidiu com o anúncio do Presidente Nixon de que enviou seu conselheiro de segurança nacional Dr. Henry Kissinger em uma viagem secreta a Pequim, e que também havia aceitado o convite da China comunista para visitar o continente, planejando fazer esta viagem antes do próximo mês de maio”** (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 7, grifo meu).

Mais de 200 delegados de 48 países do “mundo livre” e dos países “subjugados” participaram da V Conferência da WACL, que foi presidida pelo senador das Filipinas Jose J. Roy, secretariada pelo coronel filipino Ernesto P. Gole e inaugurada propriamente com uma invocação feita pelo cardeal-arcebispo de Manila Rufino Santos. Depois da benção dada pelo primaz filipino, o presidente da WACL de saída, o japonês Osami Kuboki, apresentou ao auditório o presidente (e

futuro ditador) Ferdinando Marcos que, depois de desejar “as boas vindas aos delegados de todo o mundo, em nome da tradicional hospitalidade filipina”, “discorreu sobre o combate às guerrilhas e ao terrorismo em seu país” (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 5). Depois do primeiro-mandatário filipino, discursaram o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang<sup>415</sup> “e o recém eleito Presidente [da WACL] Exmo. Jose J. Roy, Presidente do Senado *pro Tempore* e Presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado das Filipinas” (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 5).



**Figura 221.** De pé, discursando, o presidente filipino Ferdinando Marcos (1º à esquerda); José Ma. Hernandez (3º à esquerda); senador Jose J. Roy (4º à esquerda); Osami Kuboki (5º à esquerda); primeira-dama Imelda Marcos (6ª à esquerda); Ku Cheng-kang (7º à esquerda); e senador Ramon Bagatsing (9º à esquerda). FONTE: ABN, 1971, v. XXII, n.º 4, p. 4.

“Encerrando a sessão, falou o deputado e ex-Primeiro-Ministro japonês, Sr. Nobusuke Kishi, que desenvolveu o importante tema do papel do Japão na luta contra o marxismo no Extremo Oriente” (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 5). Os delegados e observadores da WACL também

<sup>415</sup> Esse hierarca do Kuomintang (KMT) do *generalíssimo* Chiang Kai-shek salientou que, “como Presidente Honorário da Liga Mundial Anticomunista, sou profundamente grato ao Capítulo filipino da WACL por pavimentar o caminho para esta bem-sucedida abertura desta Conferência. Tenho profundo respeito pelo Presidente Marcos por seu apoio ao movimento da WACL e sua presença aqui para falar neste encontro” (WACLROC, 1971: 21).

foram recebidos nas Filipinas pelos deputados Cornelio T. Villareal e Jose C. Luciano, sendo saudados pelo *Manila Banking*, pelo Clube do Açúcar das Filipinas, pela Associação Coreana das Filipinas, pelo Banco dos Veteranos Filipinos e pela Liga Anticomunista Sino-Filipina (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, p. 5).

Entre os filipinos, discutaram na V Conferência da WACL o deputado Cornelio T. Villareal, presidente da Câmara, o general Jesus Vargas, secretário-geral da SEATO, o senador Gil J. Puyat e o secretário de Defesa Nacional Juan Ponce Enrile. Também fizeram suas intervenções o general tailandês Praphan Kulapichitr, ex-presidente da WACL (1969-70), o embaixador taiwanês nas Filipinas Patrick Pichi Sun, o indiano Dayabhai V. Patel, os franceses Jacques Trebile e Suzanne Labin, o australiano Richard Cleaver, os japoneses Juitsu Kitaoka e Osami Kuboki, bem como o ex-deputado dos EUA Walter Judd, dirigente do Comitê do Um Milhão e membro do *American Council for World Freedom* (ACWF), recém-admitido “Capítulo” norte-americano da WACL (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, p. 5).

Uma cerimônia para encerrar a V Conferência da WACL foi organizada, às vésperas da inauguração da XVII Conferência da APACL, com o nome de *Mass Freedom Rally*, que contou com os discursos de Ku Cheng-kang, do general sul-coreano Lee Eung-joon, da dirigente do ABN Slava Stetsko e de “Juanita Castro, irmã do ditador cubano Fidel Castro” (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, p. 5). O general sul-coreano “alertou o povo filipino contra os propósitos belicistas e imperialistas de Mao Tsé-tung e sua camarilha”, discorrendo sobre “os contínuos atos de hostilidade – agressões, infiltrações, provocações de toda ordem – praticados pela Coreia do Norte contra a Coreia do Sul, apontando nisso mais um sinal de que os comunistas não desistiram de seu intento de conquistar as nações livres” (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 5)<sup>416</sup>.

---

<sup>416</sup> Embora as guerrilhas comunistas já tivessem sido derrotadas pela ditadura de Syngman Rhee, deposto em 1960, a *Asian Outlook* nunca cessou de “alertar” seu público leitor para o “perigo” da esquerda armada na Coreia do Sul. Em uma de suas edições “noticiou” uma “intensificação da intrusão das guerrilhas comunistas na República da Coreia”, destacando que “relatórios de inteligência recentemente disponibilizados à WACL fornecem evidências incontestáveis de que a infiltração dos guerrilheiros comunistas na República da Coreia atingiu agora um nível alarmante. Durante os últimos meses, intrusos treinados nas técnicas de guerrilha têm entrado repetitivamente e secretamente na República da Coreia para estabelecer bases e esconderijos no interior do país” (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 12, p. 34).



**Figura 222.** “WACL/APACL delegates at the Freedom Rally in Manila, Philippines, July 25, 1971. In the first row from left to right: representatives of Cuba [Juanita Castro] and Philippines [Jose J. Roy]. In the second row from left to right: representatives of Ukraine [Yaroslav Stetsko], Philippines, Argentina [Apeles E. Marquez], Paraguay [Mario Lopez Escobar], Nationalist China [Ku Cheng-kang], Nicaragua, Turkey and Iran [Parviz Kazemi]”. FONTE: ABN, 1971, v. XXII, n.º 4.

Juanita Castro, apresentada por Imelda Dayrit, presidente da Liga das Senhoras Católicas Filipinas, foi introduzida como a oradora principal da “concentração cívica anticomunista”. **“A Sra. Castro declarou que conhece bastante o seu irmão para poder afirmar com segurança que ele é um mero títere, um escravo nas mãos dos russos”** (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 5, grifo meu). Criticou ainda **“a nova política de Nixon para com a China vermelha”** (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 5, grifo meu), caracterizando-a com uma reedição do *appeasement* tentado pelo ex-premiê britânico Neville Chamberlain com Hitler e o nazismo.

**A política do ping-pong não passa de uma cópia medíocre do chamberlainismo; o bárbaro imperialismo comunista não pode ser detido ou vencido por meio de duvidosas negociações, pactos, sorrisos, e nem mesmo jogando ping-pong ... Com o comunismo não pode haver outro jogo que o das balas e do crepitar dos fuzis e metralhadores. É duro dizê-lo, mas essa é a realidade. Não é que sejamos belicistas; belicistas são os marxistas. Frente ao desafio comunista, como responderemos? Jogando ping-pong? Ou respondendo aos seus tiros com flores? (...) Alguém já disse que não há substitutivo para a vitória. É verdade, e não há outro meio de chegar à vitória contra o imperialismo comunista senão o de passar à contraofensiva de modo corajoso e decidido. Só no dia em que o mundo **combater abertamente o inimigo marxista**, dedicado a**

vencê-lo, conseguir-se-á uma paz estável. De outro modo, estar-se-á abrindo o caminho para novas agressões (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 5, grifo meu)

Durante a V Conferência da WACL, ademais, foram apresentados informes regionais por representantes da Ásia (general Lee Eung-joon, Coreia do Sul), do Oriente Médio (senador Fethi Tevetoglu, Turquia), da África (Nathan Ross, Libéria), da Europa “livre” (o “ex” nazista Theodor Oberlander, Alemanha Ocidental), da Europa “subjugada” (o ucraniano Yaroslav Stetsko, do ABN), da América do Norte (Walter Judd, EUA), da América Latina (Francisco Buitrago, Nicarágua) e pelo presidente da WYACL (Yoshio Iwamura, Japão) (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, p. 4). O secretário-geral da WACL Jose Ma. Hernandez apresentou um informe detalhado sobre as atividades do secretariado da WACL. Finalmente, o discurso de encerramento da V Conferência coube ao senador filipino Ramon D. Bagatsing, seguido por comentários feitos por: Joesdi Ghazalia (Indonésia), Parviz Kazemi (Irã), John Henry Okwanyo (Quênia), David Nelson Rowe (EUA), Ivan Greig (Inglaterra), Slava Stetsko (ucraniana exilada na Alemanha Ocidental), e Raimundo Guerrero, presidente da *Federación Mexicana Anticomunista de Occidente* (FEMACO) (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, p. 5).

Como de praxe, alguns “estadistas” enviaram suas mensagens de congratulações à realização da conferência anual do complexo WACL/APACL e, em 1971, os ditadores anticomunistas do sudeste asiático felicitaram a realização da V Conferência da WACL e da XVII Conferência da APACL nas Filipinas. Entre eles, o *generalíssimo* Chiang Kai-shek de Taiwan, o general Park Chung-hee da Coreia do Sul, o general Nguyen Van Thieu do Vietnã do Sul e o marechal Thanon Kittikachorn da Tailândia. Outra mensagem de felicitação foi enviada por um ditador da América do Sul que, em pouco tempo, tornar-se-ia um dos melhores “amigos” da WACL: o general Alfredo Stroessner do Paraguai. Da América Latina também, o ministro de Estado Mariano Buitrago Aja – recorde-se que Francisco Buitrago, membro da CIDC, tornou-se à época o novo líder latino-americano no Conselho Executivo da WACL – saudou as conferências anticomunistas em nome do governo da Nicarágua (WACLROC, 1971: 11). O *generalíssimo* Chiang, em uma mensagem curta, garantiu que os anticomunistas reunidos em Manila “estão plenamente cientes de que os comunistas internacionais não alterarão sob nenhuma circunstância seu plano de comunizar o mundo todo e escravizar toda a humanidade” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 4).

Já o ditador sul-coreano Chung-hee lamentou o esforço de *distensão* com o comunismo: “Recentemente os comunistas têm contactado as nações livres de diversas maneiras ardilosas, criando o chamado ‘degelo’ entre o Leste e o Oeste” (WACLROC, 1971: 3). Todavia, a melhor saída estratégica não seria apostar na política de *degelo* entre o “mundo livre” e o comunismo na medida em que **“sem a eliminação da semente maligna do comunismo da Terra, a agressão, o motim e a destruição nunca terão fim”** (WACLROC, 1971: 3, grifo meu). O general Chung-hee expressou ainda seu “profundo desejo de que uma discussão sincera e uma forte união entre os delegados da WACL criem uma nova oportunidade para derrotar os agressores comunistas” (WACL, 1971: 3). Chung-hee saudou, enfim, a “eficiência” demonstrada pelo governo das Filipinas na derrota dos Huks, exaltando que “vocês”, filipinos, “lutaram contra a agressão comunista e efetivamente bloquearam a guerrilha comunista por todo o mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 5)<sup>417</sup>. O ditador sul-vietnamita Van Thieu, a seu turno, destacou em sua mensagem que “a convocação da Quinta Conferência Geral da Liga Mundial Anticomunista (...) representa outro marco significativo na luta contra o totalitarismo comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 5). Saudando a existência da WACL, Thieu assinalou que, “desde sua formação em 1966, esta organização internacional demonstrou firme determinação e inabalável dedicação em seus esforços conjuntos para frustrar os agressivos desígnios dos comunistas e para promover as causas da Liberdade, Paz e Democracia” (WACLROC, 1971: 10).

---

<sup>417</sup> No CAPÍTULO 2, analisou-se como as guerrilhas Huks, formadas na luta contra a ocupação japonesa e ligada ao Partido Comunista das Filipinas, conquistou amplo apoio político e popular no pós-guerra. Para *exterminar* esse perigo os EUA enviaram ao país dois “assessores” às Forças Armadas locais. O *ugly American* Ed Lansdale e o etnólogo Charles T. R. Bohannon foram os especialistas em guerra não-convencional e psicológica escolhidos pela CIA e Pentágono, coordenados pelo “*cold warrior* messiânico” Frank Wisner. (Lansdale tornou-se depois “assessor” do ditador Ngo Dinh Diem no Vietnã do Sul). Os filipinos Ramon Magsaysay e José M. Crisol, secretário e subsecretário de Defesa, respectivamente, tornaram-se os “pupilos” de Lansdale e foram deveras “eficiente” na repressão aos Huks, “neutralizados” entre 1950-55 com 6.874 guerrilheiros mortos e 4.702 capturados (KELLY, 2014: 14). Depois de eleito presidente da República com “assessoria” de Lansdale (CIA), Magsaysay apoiou a APACL e Crisol foi uma das “estrelas” da II Conferência da APACL de 1956 em Manila. Da mesma forma como a *Asian Outlook* bradou sobre o “perigo” das guerrilhas na Coreia do Sul quando de fato elas já haviam sido eliminadas pelo ditador Syngman Rhee, ela também alardeou sobre o “perigo” dos remanescentes Huks, mais de dez anos depois de sua “neutralização”: “De acordo com as estatísticas divulgadas pelas autoridades policiais das Filipinas, os Huks, baseados na região montanhosa no centro de Luzon, têm agora não mais do que 150 membros armados. Mas eles têm até 26.500 simpatizantes dentre as massas. Durante a guerra antijaponesa, os Huks mantiveram conexões com os comunistas. No entanto, os Huks agora se assemelham a uma organização terrorista da sociedade clandestina, considerando a polícia local e o pessoal administrativo em particular como alvos de sua luta, ataque e assassinato. Os slogans que agora bradam são as vezes como os dos comunistas. Sendo assim, militarmente há sempre o perigo do seu alinhamento com os comunistas” (ASIAN, OUTLOOK, v. 4, n.º 1, 1969, p. 42).

O ditador afirmou “esperar sinceramente que todos os ilustres delegados e participantes deste importante encontro elaborarão medidas concretas e eficazes para **reunir as forças pela liberdade por todo o mundo para a cruzada anticomunista**” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 5, grife meu). Por último, agradeceu a WACL “por seu apoio inabalável estendido a nós em nossa luta por liberdade e paz. Envio minhas calorosas saudações e votos para uma Conferência de sucesso” (WACLROC, 1971: 10). Já o ditador tailandês, premiê marechal Kittikachorn, enviou uma mensagem dizendo-se honrado em felicitar a WACL, “uma organização dos povos amantes da liberdade do mundo dedicada à causa da dignidade humana, justiça, paz e democracia” (WACLROC, 1971: 13). Segundo ele, por mais de 50 anos o *internacionalismo comunista* estava comprometido com a destruição da *liberdade* e a *subjugação* do mundo pelo *totalitarismo*:

**Por mais de meio século, o mundo foi submetido a um ataque violento pelo agressivo e expansivo internacionalismo comunista que busca destruir a liberdade e subjugar o mundo sob sua ideologia totalitária e hegemonia monolítica, em completo desrespeito por todos os valores estimados por todos os povos livres. Incontáveis nações caíram no caminho da expansão comunista desde o fim da Segunda Guerra Mundial, enquanto outras estão enfrentando no momento um destino semelhante como consequência do imperialismo comunista contínuo** (WACLROC, 1971: 13, grifo meu)

Diante desse “perigo fatal” às “instituições livres” representado pelo *totalitarismo comunista*, Kittikachorn defendeu que “os povos do mundo livre não têm escolha a não ser se unirem e formarem uma resistência eficaz contra a expansão e o imperialismo comunistas de forma a salvaguardar a liberdade, a democracia e a paz” (WACLROC, 1971: 13). Evidenciando o apoio oficial de seu governo à WACL, o premiê tailandês garantiu que “é por esta razão que a Liga Mundial Anticomunista veio à existência, e [a partir] do histórico de realizações e progresso anteriores, a Liga teve grande sucesso em defender os objetivos e princípios da organização” (WACLROC, 1971: 13-14). Ao lado das mensagens desses ditadores do sudeste asiático, destacou-se a mensagem de felicitação enviada à V Conferência da WACL pelo ditador paraguaio Alfredo Stroesser, que já havia enviado suas congratulações à I Conferência da WACL de 1967 em Taiwan.

A ditadura stronista, inclusive, enviara Mario Lopez Escobar (futuro embaixador guarani nos EUA) para participar da III Conferência da WACL de 1969 na Tailândia e, na IV Conferência de 1970 no Japão, ele participou na condição de presidente da WACL-Paraguai, acompanhado do general Rogelio Benitez, do Centro Anticomunista daquele país. Em 23 de janeiro de 1971,

Stroessner enviou mensagem ao governo taiwanês assegurando que, “neste Dia Mundial da Liberdade, desejo enviar meus mais elevados cumprimentos de apoio e simpatia à Liga Mundial Anticomunista, que se encontra decididamente na linha de frente da batalha pelos direitos dos homens e pela libertação dos povos que estão escravizados pela opressão comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 2, p. 7). Na ocasião, o ditador garantiu que o *povo* e o *governo* do Paraguai “apoiamos com toda a força e participamos de todas as ações iniciadas e apoiadas pela Liga Mundial Anticomunista (...) na batalha em comum contra o comunismo internacional tirânico e ateu” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 2, p. 7).

Na mensagem que enviou à V Conferência da WACL de 1971 propriamente, Stroessner saudou os esforços da WACL/APACL em reunir “todas as frentes e mais diversos campos para **combater o comunismo ateu que é contrário às mais estimadas tradições do nosso povo e [é] o inimigo dos princípios cardeais da nossa civilização**” (WACLROC, 1971: 11, grifo meu). Arrogando-se a condição de “Presidente constitucional do Paraguai e em nome do povo da República que me elegeu por enorme maioria [sic] para guiar seus destinos”, Stroessner gabou-se do fato de que “**meu governo não tem relações diplomáticas com a Rússia, nem com a China vermelha ou com Cuba**, e tem orgulho de afirmar diante deste eminente encontro internacional que **atividades comunistas são totalmente proibidas na nossa República**” (WACLROC, 1971: 11, grifo meu). Esse perfil de repressão ao comunismo, arrematou Stroessner, “é uma orientação permanente e [está] em acordo com as tradições do autêntico povo paraguaio”, que se manteria assim “a salvo” dos “**procedimentos criminosos utilizados como um sistema para atingir os objetivos do Comunismo Internacional**” (WACLROC, 1971: 11, grifo meu). Conforme se verá no CAPÍTULO 5, na década de 1970 a ditadura stronista se transformaria no mais fiel aliado da WACL na América do Sul e, depois da “normalização” das relações entre a “China vermelha” e os EUA, o Paraguai de Stroessner tornou-se o único país da região a manter relações diplomáticas com Taiwan, o que se mantém até hoje.

#### *4.15.2. Principais oradores e discursos*

O principal orador da V Conferência da WACL, sem dúvida, foi o presidente (e futuro ditador) das Filipinas Ferdinando Marcos. Ele advertiu os delegados e observadores reunidos para



as conferências da WAC/APACL sobre um novo componente da *ameaça comunista aos povos livres*, a saber: a *nacionalização* do comunismo ou os comunismos *nacionais*, com coloração local:

Um novo elemento na ameaça comunista aos povos livres é o comunista reconstruído, os ideólogos locais que forjaram um tipo particular de comunismo diferente do tradicional, do comunismo leninista ou o stalinista, e que, por motivos especiais e suas visões peculiares de poder e glória, incentivam a derrubada de seus governos e o estabelecimento de uma nova ordem. Portanto, **nós temos os Fidel Castros, e no meu próprio país, o Novo Exército Popular. É problemático, no entanto, se podem sobreviver sem o apoio do comunismo internacional** (WACLROC, 1971: 7, grifo meu)

Dirigindo-se ao auditório da V Conferência da WACL, Ferdinando Marcos caracterizou ser esse **“o perigo que seus valentes e militantes guerreiros anticomunistas devem confrontar: o perigo da subversão vinda de dentro, por ideologias homogêneas, através da propaganda ou das agitações das massas”** (WACLROC, 1971: 7, grifo meu). E **“estes rebeldes ideológicos recorrerão às armas como último recurso para se afirmarem”**, ou seja, apenas quando acreditarem que “a nação vítima amoleceu, perdeu sua determinação ou perdeu o poder para se defender” (WACLROC, 1971: 7, grifo meu).



**Figura 223.** O presidente das Filipinas Ferdinando Marcos, de pé, discursando na V Conferência da WACL em Manila, em julho de 1971. FONTE: ABN, 1971, v. XXII, n.º 4.

Além de Ferdinando Marcos, o senador Ramon D. Bagatsing, presidente do Movimento Anticomunista Filipino (PACOM), advertiu o auditório da V Conferência da WACL acerca da necessidade de *unidade de propósito e direcionamento inabalável* “**em nossa luta contra uma ideologia diabólica**”; contra essa, argumentou, “precisamos dos conselhos uns dos outros. Não podemos permitir a desunião. Não podemos relaxar nossa vigilância” (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, p. 1, grifo meu). Seria necessário “defender a liberdade” contra o *inimigo mortal*, a saber, “o inimigo vermelho” que, “implacável e astuto, está sempre atento, seguindo nossos passos, esperando cada minuto para infligir o mais selvagem dano físico e espiritual sobre nós” (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, p. 1). O senador e presidente do PACOM, núcleo do “Capítulo” filipino da WACL/APACL, repisou a estratégia *rollback communism*, isto é, não seria suficiente a *contenção* do comunismo, mas sim sua *aniquilação*. Desejou aos delegados e observadores da WACL, enfim, “que nossa conferência seja frutífera; que nos aproxime mais uns dos outros e que nunca vacilemos em **nossa determinação que não é apenas conter, mas aniquilar o inimigo implacável**. Que Deus Todo-Poderoso, cujo desejo é libertar os homens, inaugure o **dia da libertação para todas as nações e povos cativos do mundo!**” (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, p. 1, grifo meu).

Além de Ferdinando Marcos e Ramon Bagatsing, outro político de “alto nível” nos círculos do poder das Filipinas discursou na V Conferência da WACL: o senador Jose J. Roy, presidente do Comitê Organizador das conferências do complexo WACL/APACL de 1971. Apresentando-se como um membro do PACOM, J. Roy salientou sentir-se honrado com o fato de ter sido eleito presidente da WACL, “um gesto que tomamos como seus votos de confiança e aprovação do papel que desempenhamos nesta parte do mundo contra as forças do comunismo e qualquer outra forma de totalitarismo” (WACLROC, 1971: 44). Depois de agradecer seus predecessores no cargo de presidente da WACL – Ku Cheng-kang (1967-68), Phan Huy Quat (68-69), Praphan Kulapichitr (1969-70) e Osami Kuboki (1970-71) –, bem como após caracterizá-la como uma organização criada para lutar pela “causa da Liberdade”, o novo presidente da Liga J. Roy prometeu que responderia à altura o enorme desafio colocado para a década de 1970. E qual seria? Tratava-se da então agendada visita do presidente dos EUA Richard Nixon à China continental e a consequente implementação da política de *distensão* sino-americana que seria feita, especificamente, em detrimento da Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, sustentáculo da WACL/APACL. Essa é a chave para a compreensão da crítica que J. Roy dirigiu às “grande

potências” que estariam “abandonando”, naquele momento, seus *verdadeiros* aliados anticomunistas. Lamentou-se que:

Grandes potências sobre as quais depositamos nossas maiores esperanças como defensoras e campeãs da liberdade humana podem tomar o duvidoso caminho em busca da ilusão de uma ‘estratégia pacífica’ – um caminho que pode satisfazer seus objetivos egoístas e interesses próprios, mas no final resultará na traição das nações mais fracas do sudeste asiático, especialmente, e de outras partes do mundo em sua luta heroica pela proteção das instituições livres contra a incursão e ataque do comunismo (WACLROC, 1971: 44)

O novo presidente da WACL e senador filipino advertiu ainda que decisões cruciais tomadas pela ONU em nome da “paz” por meio de manobras diplomáticas entre as “super potências” mundiais “podem levar à escravidão das nações mais fracas pelas mãos cruéis do comunismo” (WACLROC, 1971: 45). A missão da WACL, portanto, consistiria em alertar e despertar “nossos povos dormentes e autocomplacentes pela dinâmica e liderança coletiva de nossa organização” e, oxalá, constituir um sistema regional de “segurança coletiva” (WACLROC, 1971: 45). Ademais, os membros da WACL, que seriam “amantes da liberdade” contra “os inimigos desta liberdade”, não deveriam se esquecer das *massas populares* mais *desafortunadas*, já que “os desprivilegiados de nossos povos (...), em desespero, podem recorrer a, ou abraçar, outras ideologias políticas ou modos de vida” (WACLROC, 1971: 45). Todavia, de maneira mais imediata, a WACL deveria concentrar-se na *guerra política e psicológica* anticomunista, arrematando J. Roy que essa seria sua prioridade como presidente wacliiano:

**Nossa tarefa é denunciar e destruir através de canais legítimos de propaganda política e psicológica, e outros meios dentre os nossos recursos, as causas principais que fazem o comunismo prosperar em nosso meio.** O desafio diante de nós é tão grande quanto os problemas que confrontam nossa organização na tarefa de atingirmos nosso objetivo. Com nossos limitados recursos materiais, devemos intensificar nossos esforços, com o espírito imortal dos homens livres para levar à ação a chamada maioria silenciosa dentre os nossos povos (WACLROC, 1971: 45-46, grifo meu)

Isso tudo, concluiu o novo presidente da WACL, “em união como um único homem. Corações valentes com causas justas não falham – **guerreiros da liberdade não perdem!**” (WACLROC, 1971: 46, grifo meu). Outro filipino de “alto nível” no circuito do poder político-econômico discursou na V Conferência da WACL. O general Jesus Vargas, ex-secretário de Defesa Nacional do ex-presidente Ramon Magsaysay (1953-57) e secretário-geral da *South-East Treaty Organization* (SEATO) à época, fez uma arguta intervenção sobre o significado da “normalização” das relações dos EUA com a República Popular da China (RPCCh). Sua tônica

realista, como se verá, distinguiu-se da maior parte das análises da WACL/APACL sobre o assunto. Não que o general não se preocupasse com as rápidas mudanças que ocorriam em relação à “China vermelha e outros países comunistas”, que teriam acontecido repentinamente e “em tão curto espaço de tempo” repercutiram “no humor e na forma das capitais asiáticas em relação às suas relações com a China comunista” (WACLROC, 1971: 26). Segundo o general filipino, essas reaproximações de países asiáticos com a RPCh teriam sido “parcialmente obscurecidas pelas distrações do imbróglio na Indochina” e “estas mudanças foram recentemente catalisadas pela recente melhoria dramática nas relações sino-americanas” (WACLROC, 1971: 26).

Depois de salientar que *a luta* anticomunista continua no Khmer, no Laos e no Vietnã do Sul, mas de maneira “relativamente silenciosa se comparada há de alguns anos”, o secretário-geral da SEATO fez uma arguta observação, qual seja: “**a preponderância militar ocidental de dois séculos está gradualmente desaparecendo [na Ásia]**” (WACLROC, 1971: 27, grifo meu). Exemplificou com os seguintes casos: a Indonésia por pouco conseguiu ser “salva” de um golpe comunista em 1965. Singapura, mantendo laços econômicos com a RPCh e a URSS, permitiria aos “comunistas chineses operarem um grande banco em seu território” e autorizaria “a convocação de elementos portuários da Marinha soviética”. A Malásia estaria negociando indiretamente com a RPCh “em troca de um compromisso por parte de Pequim de interromper o apoio aos guerrilheiros comunistas ainda ativos no território malaio” (WACLROC, 1971: 27). Mesmo um país comunista – engajados na WACL/APACL – como a Tailândia estaria buscando manter intercâmbio econômico com a URSS, assim como o governo das Filipinas que, apesar de ter reprimido “uma insurgência comunista ressurgente”, “encorajou esforços de terceiros e representantes administrativos para abrir canais com a China vermelha” (WACLROC, 1971: 27-28).

Esses exemplos demonstrariam, segundo o secretário-geral da SEATO, que a RPCh estaria sendo hábil em deteriorar rapidamente a presença militar ocidental na região e a resultante disso seria que “pelo menos para alguns países” haveria “um medo perceptivelmente menor de Pequim”. Para o sudeste asiático, profetizou o general da SEATO ao auditório da V Conferência da WACL, as mudanças em curso impactariam “a próxima década ou mais”, destacando que “**o acontecimento mais potencialmente revolucionário nesta direção durante muitos anos foi, talvez, a recente ‘détente’ limitada entre a China comunista e os Estados Unidos**”

(WACLROC, 1971: 28, grifo meu). Esse “desenvolvimento dramático” seria consolidado pela “visita a Pequim do Presidente Nixon dentro dos próximos seis meses” (WACLROC, 1971: 28). E apesar da *détente* EUA-RPCh, segundo Jesus Vargas, a China continental não cessaria de apoiar os “partidos comunistas endêmicos aos diversos países asiáticos em desenvolvimento e suas chamadas ‘guerras de libertação’” (WACLROC, 1971: 29). Mas o que aconteceria no sudeste asiático depois de consumada a *détente* EUA-RPCh com a visita de Nixon a Mao Tse-tung? O general da SEATO, argumentando sobre o tema, endereçou uma série de perguntas ao auditório da WACL, e muitas permanecem hoje na ordem do dia, como a “questão taiwanesa”:

**Como uma potência mundial uma vez não mais isolada, que papel a China comunista assumiria nos assuntos mundiais? Uma atitude chinesa mais calma influenciaria a guerra na Indochina? Considerando a oposição inflexível de Pequim à atual política americana que considera Taiwan e o continente como ‘duas Chinas’ e considerando, ainda, a demanda de Pequim pela remoção de todas as tropas americanas de Taiwan como uma condição prévia para melhorar as relações, como os Estados Unidos resolverão a questão na China Nacionalista? Se o governo americano reconhecesse a China comunista como ‘a China’, às custas dos nacionalistas de Taiwan, como reagiriam os outros povos livres da Ásia e Pacífico – povos que ao longo dos anos lançaram sua sorte com as Potências Ocidentais e lutaram contra a subversão e a insurgência de inspiração comunista? (WACLROC, 1971: 29, grifo meu)**

O militar filipino da SEATO, todavia, buscou tranquilizar os aliados norte-americanos na Ásia salientando que a *détente* EUA-RPCh seria *limitada*, isto é, não deveria ameaçar “a liberdade e a auto-determinação do povo sul-vietnamita” (WACLROC, 1971: 29), tampouco comprometer a segurança do restante dos “povos livres” asiáticos e, em especial, garantiu que “qualquer medida cujo objetivo seja por um fim ao impasse entre a China e os Estados Unidos sobre Taiwan e eventualmente trazer Pequim para as Nações Unidas não deve prejudicar indevidamente a posição da China Nacionalista na Ásia ou na família de nações” (WACLROC, 1971: 30). O “diálogo” sino-americano em andamento, inclusive, poderia ser benéfico na medida em que reduzisse a tensão mundial, se, e somente se, os “comunistas chineses, “de uma vez por todas”, cessassem seu apoio aos “partidos comunistas locais e a suas lutas”. Pequim deveria, assim, interromper “suas tendências agressivas e, ainda mais importante, fazer uma renúncia total de seu apoio às atividades insurgentes e subversivas dos partidos comunistas nos países em desenvolvimento da Ásia” (WACLROC, 1971: 29). Contudo, a RPCh não deixaria de seguir seu “modo sinistro” de atuação, garantiu o secretário-geral da SEATO, dizendo que os “comunistas chineses” apenas explorariam

“suas relações melhoradas com as Potências Ocidentais para impulsionar com novo e ainda maior vigor seu objetivo de longo-prazo de erodir a influência do Mundo Livre na Ásia e no Pacífico Ocidental ou de instalar regimes que são ou abertamente comunistas, ou pelo menos fortemente suscetíveis à influência comunista” (WACLROC, 1971: 29).

A RPCh estaria mais interessada em “ajudar comunistas locais em suas operações subversivas e insurgentes” e, na Ásia, a URSS buscaria “através de atividades diplomáticas, culturais e econômicas (...) criar condições na região que favoreçam a dominação política final” (WACLROC, 1971: 30). Os EUA diante da RPCh e da URSS, portanto, não estariam em condições de robustecer sua presença na Ásia, já que estariam “marcados pela experiência no Vietnã e impelidos por problemas domésticos”, razão de terem se engajado “no processo de reduzir o perfil de sua presença militar nesta parte do mundo” e de sua determinação “em se envolverem menos na guerra no futuro” (WACLROC, 1971: 30). Os britânicos e as outras potências ocidentais seguiriam essa tendência de desengajamento militar *limitado* na Ásia encabeçada pela “estrela-maior” dos EUA, destacou Jesus Vargas. E à maior potência capitalista do Extremo Oriente, o Japão, caberia apenas “assumir ‘um papel de protagonismo’ no auxílio externo não-militar” (WACLROC, 1971: 30).

O general filipino ainda advertiu ao auditório da V Conferência da WACL que não se poderia menoscaber a gravidade do conflito sino-soviético dentro do Movimento Comunista Internacional (MCI). Segundo ele, apesar das “falhas” e “nuances” da Revolução Cultural de 1966, a RPCh recuperou-se, embora ainda enfrentasse “problemas internos” e “fricções em suas fronteiras com a União Soviética”. Na década de 1970, vaticionou Jesus Vargas, o conflito sino-soviético permearia “todo o espectro da estratégia do comunismo mundial”. Porém, não se deveria – “como apontei na palestra principal da [XV] Conferência da APACL em Bangkok em 1969 – descartar a possibilidade das duas grandes potências comunistas eventualmente reconciliarem suas diferenças e darem novamente as mãos na busca por seus objetivos essencialmente idênticos” (WACLROC, 1971: 32). Além disso, reiterou o general da SEATO, “afortunadamente para os asiáticos livres (...) o Grande Poder dos aliados se retira” de modo *limitado*, sem deixar à própria sorte seus aliados anticomunistas fiéis. “O Governo americano deu garantia inequívoca de que os compromissos dos Estados Unidos eram as ‘rochas’ sobre as quais a Doutrina Nixon estava ancorada e que estes compromissos seriam cumpridos” (WACLRCO, 1971: 33). Em suma, a nova

*détente* EUA-RPCh não implicaria um novo *isolacionismo* norte-americano. Até mesmo porque, observou argutamente Jesus Vargas, “**o isolacionismo, sendo uma doutrina política viável, não encontra nenhuma validade real em um mundo de armas nucleares capazes de conectar continentes instantaneamente, de interesses de segurança entrelaçados, de economias ligadas internacionalmente e de comunicações instantâneas**” (WACLROC, 1971: 29, grifo meu).

Distoando da ideologia oficial da WACL/APACL, Jesus Vargas *ousou* reconhecer que, talvez, seria *muito bem-vindo* “que hoje não haja um alinhamento bem definido mesmo entre as Potências Mundiais envolvidas nos assuntos da Ásia e que a interação tradicional de forças tenha parado de ser conduzida **em termos estritamente bipolares**” (WACLROC, 1971: 33, grifo meu). Isso permitiria atingir “o crítico equilíbrio de poder tão crucial para a paz nesta parte do mundo” (WACLROC, 1971: 33). E a SEATO, secretariada pelo próprio general filipino Jesus Vargas, teria sido uma pactuação “asiática” alvissareira que, a despeito da *détente* Nixon-Mao, seguiria dando frutos. A distensão sino-americano, ademais, renovaria o “orgulho nacional e identidade” das *nações asiáticas livres* para que aumentassem seus esforços de “cooperação regional”, “com uma maior autossuficiência”. SEATO, ASEAN, ASPAC e SEAMES seriam os principais exemplos dessas “novas habilidades asiáticas” em desenvolver por si “sua segurança e crescimento econômico, tanto como nações individuais, quanto em conjunto umas com as outras” (WACLROC, 1971: 33). Jesus Vargas, ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e ex-secretário de Defesa Nacional do presidente Ramon Magsaysay (1953-57), reiterou à V Conferência da WACL que, “na questão da defesa contra a agressão comunista, o mesmo espírito de regionalismo deve estar presente na condução dos assuntos dos povos livres da Ásia se quiserem conter a agressão comunista de maneira eficaz” (WACLROC, 1971: 34).

A *cooperação regional* anticomunista seria, pois, a chave para os “asiáticos livres”, que deveriam “entender que sua sobrevivência depende da sua disponibilidade e sua capacidade para tomar novas e vigorosas iniciativas com o objetivo de atingirem estabilidade não apenas entre seus próprios territórios, mas além deles” (WACLROC, 1971: 34). Um nacionalismo “estreito”, autocentrado no “umbigo” nacional, poderia desembocar em xenofobia e, assim, desfazeria “todos os nossos esforços para neutralizar e derrotar a agressão comunista em todas as suas formas sinistras e perturbadoras” (WACLROC, 1971: 34). A *coordenação* anticomunista, inclusive, deveria ser construída em escala *nacional, regional e internacional*, devendo-se ter em mente que

“nacionalismo e regionalismo, e até mesmo o internacionalismo”, não seriam incongruentes. Nesse sentido, Jesus Vargas recomendou ao auditório da WACL que um “nacionalismo egocêntrico não é nem viável, nem aconselhável. **Para os asiáticos livres, o regionalismo em particular pode significar apenas um nacionalismo combinado e conectado**” (WACLROC, 1971: 34, grifo meu).

Essa estratégia de *combinação e conexão* regional e internacional de *nacionalismos* responderia à própria natureza “expansionista” e “imperialista” do comunismo, que nutriria planos de “conquista do mundo”. Contra o inimigo comunista internacional, portanto, a resposta anticomunista também deveria ser lançada globalmente. Bastaria se fixar no caso da *subversão e insurgência* comunistas. Se os Estados nacionais as combatessem individualmente, como se defenderiam se “subversivos” e “insurgentes” recebessem ajuda externa do Movimento Comunista Internacional (MCI)? Dessa forma, argumentou Jesus Vargas, “uma nação livre tem uma chance muito maior de assegurar sua nacionalidade livre caso se valha de formas sinceras e apropriadas de auxílio por parte de seus amigos e aliados da região ou de outra parte” (WACLROC, 1971: 34). E a SEATO, segundo seu secretário-geral, seria o exemplo concreto e aperfeiçável da “ação coordenada contra a agressão comunista como a conhecemos na Ásia” (WACLROC, 1971: 36):

Fico feliz em relatar que, **com base na nossa experiência na SEATO durante o último ano, há hoje entre os países asiáticos livres que enfrentaram a ameaça da subversão comunista e da insurgência, sinais encorajadores de um desejo de colaborar mais estreitamente uns com os outros para neutralizar esse tipo de agressão comunista** (WACLROC, 1971: 36, grifo meu)

Buscando fazer um chamamento ao “realismo político”, às vésperas da visita de Nixon a Mao Tse-tung em Pequim, o general Jesus Vargas encerrou sua intervenção na V Conferência da WACL advertindo que a *deténte* EUA-RPCh já era um fato consumado e que a *coordenação* anticomunista das “nações asiáticas livres” deveria levá-la em conta dali em diante. Novamente, o secretário-geral da SEATO deve ter desagradado os membros da WACL e da APACL com essas observações “realistas”. Recomendou que o complexo WACL/APACL passasse a encarar de frente algumas questões estratégicas derivadas da iminente *deténte*. Os anticomunistas asiáticos não deveriam “desanimar”, todavia, com o engajamento dos EUA, “o líder reconhecido do Mundo Livre”, “na **postura de baixa segurança prescrita pela Doutrina Nixon**”, já que esta seria acompanhada pelo *investimento* norte-americano “nas atividades necessárias no comércio,



investimento e auxílio por toda a região” (WACLROC, 1971: 36, grifo meu). Mas os “asiáticos livres” não deveriam se fiar exclusivamente nos EUA e, o quanto antes reconhecessem que “não podem delegar ou abdicar da responsabilidade por seu desenvolvimento e defesa, mais efetivamente poderão alcançar os objetivos de paz e liberdade, não apenas na Ásia, mas por todo o mundo” (WACLROC, 1971: 37).

Enfim, diante da distensão das relações entre EUA e RPCh, os anticomunistas asiáticos precisariam exercitar uma atitude de “realismo” político. Mas, conforme ressaltou o general Jesus Vargas, **“para os guerreiros da liberdade em particular, assim como vocês da WACL/APACL, a tarefa não é de forma alguma simples”** (WACLROC, 1971: 37). Ao final de seu discurso à V Conferência da WACL, o secretário-geral da SEATO valeu-se da alegoria do “mastro tombado” para alertar os anticomunistas mais verborrágicos de que, para reerguê-lo, não bastaria “gritar”, contando a anedota de um coronel que não fizera mais do que “gritar” a seu subordinado: “Sargento, reerga o mastro!”. Se o “mastro” havia caído – isto é, se a *détente* sino-americana já era um fato consumado – não adiantaria “gritar” para que ele fosse levantado, mas seria preciso descobrir o meio mais adequado para reerguê-lo. Seria necessário pensar estrategicamente, como fizera o sargento admoestado pelo inábil coronel, sobre quais meios poderiam ser utilizados na missão dada. “Certamente, não se pode e não se deve avaliar a tarefa de neutralizar a agressão comunista da mesma maneira displicente que o coronel avaliou a tarefa de reerguer um mastro que havia caído” (WACLROC, 1971: 37).

O presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, porém, era quem mais “gritava” contra a *détente* Nixon-Mao Tse-tung, o “mastro” caído da alegoria do general Jesus Vargas. Como um dos principais hierarcas do Kuomintang (KMT), Ku Cheng-kang não poderia demonstrar “realismo” político diante da “normalização” das relações EUA-RPCh e, muito menos, tratá-la como uma “fato consumado”. Ainda mais quando se previa, com razão, que a Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek seria o principal país prejudicado com a implementação da *détente* sino-americana. Assim que, em seu discurso na inauguração da V Conferência da WACL, Ku Cheng-kang defendeu que seria possível “reverter” a nova tendência à distensão com os comunistas em geral e com a RPCh em particular. De início, lamentou que o “mundo livre” estaria sendo “assaltado pela contracorrente do *appeasement*”, assinalando que “a maré dos esforços dos homens livres” teria atingido “uma nova baixa” (WACLROC, 1971: 15). Contra os comunistas e

os *appeasers*, contudo, “a WACL iça bem alto a tocha da vitória pela liberdade e esta conferência, além disso, brilhará a luz da justiça para que toda a humanidade marche na direção certa da história” (WACLROC, 1971: 15). A WACL deveria buscar “reverter” a tônica dominante dos mais recentes acontecimentos mundiais, isto é, “o crescimento contínuo das visões apaziguadoras que têm encorajado os comunistas a atihar ainda mais seu maligo fogo” (WACLROC, 1971: 15).

Embora o presidente honorário da WACL reconhecesse que o *appeseament* era “a característica dominante do desenvolvimento mundial”, sinais de esperança despontavam no horizonte, entre eles, “as posturas anti-vermelhos cada vez mais fortes de muitas nações livres”, o “despertar contínuo das massas silenciosas por todos os lados, o desenvolvimento constante de movimentos populares anticomunistas por todo o mundo e os levantes cada vez mais furiosos da luta por liberdade dos povos da Cortina de Ferro” (WACLROC, 1971: 15). Diante da tendência dominante do *appeseament*, no entanto, caberia à WACL rechaçar totalmente a “ofensiva de sorriso” *cuidadosamente planejada* pelos “comunistas chineses”, que teriam conseguido *enganar* “diversas nações” em 1970, levando-as “a estender o reconhecimento diplomático ao govenro de Pequim” (WACLROC, 1971: 15-16). Nessa direção, Ku Cheng-kang criticou o papel dos EUA que, como *líder incontestável* do “mundo livre”, não deveriam ter “suavizado consideravelmente sua política relativa aos comunistas”, nem retirado suas tropas militares do Vietnã do Sul e, muito menos, ter iniciado tratativas de “degelo” de suas relações diplomáticas com a RPCh. Nesse último aspecto, **“o Presidente Nixon foi longe demais a ponto de declarar sua intenção de visitar o continente chinês a convite dos comunistas chineses”** (WACLROC, 1971: 16, grifo meu). Com isso, os EUA sob Nixon, um ex-aliado da APACL, estariam prestes a aceitar a “força agressora maliga”, i.e., a RPCh, “na família internacional e até mesmo nas Nações Unidas” (WACLROC, 1971: 16).

Os proponentes do *appeseament* nos EUA e no “mundo livre” desconheceriam, segundo Ku Cheng-kang, a verdadeira natureza do regime comunista na China continental. O “mundo livre” não deveria tentar explorar em seu benefício “a rachadura do bloco vermelho”, ou seja, o conflito sino-soviético, nem deveria buscar conter e isolar os soviéticos aliando-se com “os comunistas chineses”, que seriam “beligerantes, selvagens e malignos o suficiente” (WACLROC, 1971: 16). Os *appeasers* se equivocariam ao apostar em uma “abordagem pacifista de autopreservação”, estimulando assim “a perda de coragem moral e espírito de luta diante dos comunistas”

(WACLROC, 1971: 17). Seria apenas uma “ilusão”, “um produto de covardia e fraqueza”, apostar que o *appeasement* do “mundo livre” com “o bloco vermelho” pudesse garantir a *paz*. Ao contrário, vaticinou Ku Cheng-kang, “as forças do mal”, o comunismo, estariam levando a humanidade “para o precipício” e para “um abismo sombrio”. “Por esta razão, a WACL deve lutar resolutamente contra os apaziguadores” (WACLROC, 1971: 17), de um lado, e salvar a humanidade da “escravidão” comunista, de outro. Mas haveria sinais de esperança, segundo o presidente honorário da WACL, na emergência de grupos “anti-appeasement”:

A este respeito, a luz de uma nova manhã já está diante de nós. Sinais recentes deste amanhecer incluem as vozes da justiça ouvidas no congresso americano, as ações anti-appeasement de muitos setores sociais americanos, os movimentos de massa da juventude japonesa se opondo às medidas de apaziguamento, as batalhas que são duramente travadas pelos filipinos contra esquerdistas e apaziguadores [*appeasars*], o grande desprazer expressado pelo povo e pela mídia de massa do Canadá e da Itália sobre o reconhecimento de Pequim pelos seus governos, a oposição dos alemães ocidentais à política oriental do governo de Bonn, **a exposição na Ásia e em todos os lugares dos planos dos comunistas chineses por trás da ofensiva de sorrisos e da ‘diplomacia do pingue-pongue’, e as duras reprovações trazidas àqueles que sonham com a expansão do comércio com os comunistas chineses** (WACLROC, 1971: 17, grifo meu)

Essa seria a “maré crescente” que a WACL deveria navegar para se opor à *Doutrina Nixon* que, contra o comunismo, “ênfatiza nada além de abordagens passivas e não construtivas, em vez de buscar ativamente linhas construtivas” (WACLROC, 1971: 18). Se, de um lado, o “clima de *appeasement*” da *Doutrina Nixon* “permitiu o crescimento das ameaças comunistas”, de outro, ele aguçou a necessidade da *cooperação* transnacional “para trabalhar no sentido de alcançar uma unidade anticomunista maior e ações mais fortes” (WACLROC, 1971: 18). O fortalecimento da OTAN e de sua contraparte asiática, a SEATO, seria um exemplo disso, comemorando Ku Cheng-kang que esta última, com participação britânica, havia se tornado “um forte centro para a supressão da violência [comunista] na região” e contaria com “membros e apoiadores da WACL diretamente ou indiretamente envolvidos em sua promoção e liderança” (WACLROC, 1971: 18)<sup>418</sup>. Em suma, assegurou o dirigente do Kuomintang (KMT) ao auditório da V Conferência da Liga, “nosso movimento da WACL está sendo agora uma grande força motivadora para os esforços anticomunistas e anti-appeasement no mundo” (WACLROC, 1971: 18).

---

<sup>418</sup> Mais do que um *wishful thinking*, já foi pontuada a intervenção do secretário-geral da SEATO, o general filipino Jesus Vargas, na V Conferência da WACL em Manila e, dois anos antes, ele havia sido um dos oradores da XV Conferência da APACL na Tailândia. Embora o complexo WACL/APACL sempre tenha pressionado a SEATO para combater o comunismo de forma mais *ofensiva*, os nexos mencionados por Ku Cheng-kang de fato existiram.

Caberia, pois, ao *movimento da WACL* alertar “líderes governamentais, parlamentares, jornalistas e todos os demais do fato de que os comunistas internacionais nunca mudarão seus planos de conquistar o mundo e que suas ações destrutivas de agressão e subversão estão sendo constantemente intensificadas e expandidas” (WACLROC, 1971: 18). Segundo Ku Cheng-kang, esses desígnios comunistas – alegadamente uma *conspiração* global em andamento – “**não terão fim enquanto as forças comunistas não forem destruídas**” (WACLROC, 1971: 19, grifo meu). Ou seja, seria preciso *destruir* o comunismo até a *derrota total* e, segundo o presidente honorário da WACL, “**o momento para confrontos ainda não acabou**” (WACLROC, 1971: 19, grifo meu). O “mundo livre” deveria, portanto, adotar uma política de *rollback communism*, ao invés de, buscando sua “autopreservação”, contentar-se com “a coexistência para a paz momentânea ou dobrar os joelhos em nome da paz” (WACLROC, 1971: 19).

Seguindo ensinamento da *guerra política* taiwanesa, conforme teorizada por Wang Sheng e analisada no CAPÍTULO 2, Ku Cheng-kang insistiu que seria imprescindível, no combate anticomunista, “**delimitar claramente uma linha entre nós e nosso inimigo**” (WACLROC, 1971: 19, grifo meu). Seria precisamente por não traçar essa distinção inequívoca entre “amigos” e “inimigos” que a *Doutrina Nixon* estaria *desunindo* e *dividindo* “o campo da liberdade”, fazendo com que “o clima de apaziguamento” fortalecesse “as forças esquerdistas em muitos países”, “facilitando que os comunistas erodam e destruam estas nações livres [a partir] de dentro” (WACLROC, 1971: 19). Seria preciso, assim, uma união entre *governos e povos das nações livres* “para eliminar todas as visões apaziguadoras que beneficiam o inimigo e dar um fim às violências dos rebeldes esquerdistas” (WACLROC, 1971: 19). Essa *cooperação* transnacional deveria se assentar, militarmente, em “linhas e organizações conjuntas de defesa para que todas as forças possam ser reunidas para ações combinadas para conter e derrotar a agressão comunista” (WACLROC, 1971: 19). O estabelecimento de um robusto sistema de defesa regional anticomunista – ou seja, a SEATO não seria o suficiente – deveria estar acompanhado da implementação de “programas de modernização nacional” entre as “nações livres, especialmente as em desenvolvimento”, como forma de elevar os padrões de vida das populações. Essa *modernização* deveria se pautar em “princípios da democracia e benefícios econômicos para todos”, combinando-se com as exigências de *segurança* que vedariam “espaço para a infiltração e subversão comunistas” (WACLROC, 1971: 19-20).

Apenas quando fossem combinadas as demandas de *segurança* regional e *modernização nacional*, concluiu Ku Cheng-kang, “poderemos esmagar confiantemente qualquer movimento agressivo dos comunistas” (WACLROCO, 1971: 19-20). A *modernização*, elevando o nível de vida das populações, permitiria *contrastar claramente* “progresso, liberdade e felicidade tornadas possíveis” *contra* “a escuridão, o terror e a miséria sob os comunistas” (WACLROCO, 1971: 20). Novamente, Ku Cheng-kang repôs ao auditório da V Conferência da WACL outra *dicotomia* proposta pelo ideólogo da *guerra política* taiwanesa, o general Wang Sheng. O *contraste* proposto supostamente capacitaria “o povo a fazer uma escolha sábia” e ajudaria “os jovens a se empenharem em uma direção correta”, aumentando a *coragem* e o *espírito de luta* do “povo da Cortina de Ferro” em sua *batalha pela liberdade* (WACLROCO, 1971: 20).

“Por fim, e o mais importante de tudo”, concluiu o presidente honorário da WACL, **“devemos fazer todo o possível para frustrar todas as tentativas de trazer os comunistas chineses para as Nações Unidas”** (WACLROCO, 1971: 20, grifo meu). Impedir a admissão da RPCh na ONU seria **“a tarefa mais urgente de todo o mundo livre atualmente”**, uma vez que o regime de Pequim, outrora “identificado como um agressor pelas Nações Unidas” durante a Guerra da Coreia, “continua a impor a escravidão internamente e a realizar agressões no exterior” (WACLROCO, 1971: 20, grifo meu). Caso a ONU aceitasse a RPCh, alertou Ku Cheng-kang, “o maligno fogo comunista chinês receberia combustível extra, as nações livres seriam ainda mais desencorajadas e a agonia dos povos da Cortina de Ferro seria intensificada e prolongada” (WACLROCO, 1971: 20). Para a ONU propriamente dito, a admissão da RPCh em seus quadros significaria a destruição da instituição e, para o “mundo livre”, o início de “uma era de problemas infundáveis para toda a humanidade” (WACLROCO, 1971: 21). A missão da WACL seria, enfim, combater simultaneamente os comunistas e os defensores do *appeasement*, que estariam “buscando a retirada militar, a flexibilidade política e a assistência econômica para o inimigo” (WACLROCO, 1971: 21). A WACL deveria impedir que “este apaziguadores cheguem ao ponto de destruir a última linha de defesa nas Nações Unidas” (WACLROCO, 1971: 21).

**Sinceramente espero que todos nós na Liga Mundial Anticomunista nos unamos como uma poderosa força nesta justa batalha para manter os comunistas chineses eternamente fora das Nações Unidas.** Devemos também unir todos os povos amantes da liberdade do mundo para uma **galante luta para proteger a ONU e salvaguardar a dignidade dos homens livres de todo lugar** (WACLROCO, 1971: 21, grifo meu)

Além de Ku Cheng-kang, outra “estrela” asiática da V Conferência da WACL foi o ex-premiê japonês Nobusuke Kishi. Como visto, ele era o ex-tecnocrata da industrialização da Manchúria ocupada pelos japoneses, tornou-se vice-ministro de Munições do Império Japonês na II Guerra Mundial e, nessa condição, foi responsabilizado por crimes de guerra e encarcerado pelos norte-americanos na Prisão Sugamo. Porém, graças ao “curso reverso” implementado pelos EUA no Japão do pós-guerra em nome do anticomunismo, concedendo-se anistia aos agentes do militarismo e do fascismo japonês responsáveis por crimes de guerra, Kishi foi libertado e depois tornou-se primeiro-ministro do Japão. Constituiu uma das principais forças motrizes da WACL/APACL-Japão, ao lado de seu “mecenas” (e também criminoso de guerra) Ryoichi Sasakawa, autodeclarado “o fascista mais rico do mundo”. Na V Conferência da Liga Mundial Anticomunista em Manila, Kishi saudou “o notável crescimento da WACL, a qual um grande número de líderes influentes dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e da República Federal da Alemanha se afiliou este ano” (WACLROC, 1971: 39). Já antecipando o “giro” da WACL para fora da Ásia que de fato ocorreria em 1972, o ex-premiê destacou que **“é meu entendimento que a convenção do próximo ano será realizada em um país não-asiático pela primeira vez.** Estes desenvolvimentos levarão a organização a [se tornar] uma entidade mundial e a [ter] um papel importante nos nossos esforços para preservar a liberdade” (WACLROC, 1971: 39, grifo meu).

Kishi ainda saudou a “longa história de 17 anos” da APACL, enfatizando seu respeito à República das Filipinas por ter sempre se mantido como “um membro ativo e positivo da organização”, contribuindo “fortemente para alcançarmos o objetivo ao qual a organização é dedicada” (WACLROC, 1971: 39). Kishi também saudou “o povo dos Estados Unidos” pela dedicação, “com grande sacrifício”, “em seus determinados esforços para destruir a intenção agressiva do comunismo internacional contra as diversas áreas do mundo” (WACLROC, 1971: 39). Sem a intervenção dos EUA, que “felizmente” não permaneceram “apáticos”, “o mundo teria sido completamente diferente do que é hoje. Basta lembrar da Guerra da Coreia” (WACLROC, 1971: 40). Apesar disso, advertiu Kishi, os anticomunistas não deveriam se fiar, exclusivamente, nos EUA. Isso porque a *Doutrina Nixon* – anunciada em Guam em julho de 1969 – sinalizou que “os Estados Unidos estão empenhados em reduzir seus compromissos no exterior” e, explicitando um “realismo” político inusual entre os membros da WACL/APACL, Kishi afirmou que “nossa

única resposta ao novo desenvolvimento seja entender plenamente e nos conformarmos com a nova situação” (WACLROC, 1971: 40).

A *Doutrina Nixon* representaria, ademais, “uma encruzilhada crucial na história mundial”, especialmente levando-se em consideração a principal estratégia da “China Comunista”. Segundo o ex-premiê japonês, “defendendo uma revolução armada do mundo”, a RPCh “empregou propagandas perversas e campanhas conspiratórias contra seus países vizinhos e interferiu em suas questões domésticas com intenção clara de criar um cisma entre o Mundo Livre” (WACLROC, 1971: 40). Ou seja, arrematou Kishi, a *Doutrina Nixon* “significa que a Ásia Livre, que foi colocada sob a poderosa força militar americana, tem que escolher uma linha independente de defesa a ser sustentada pelos Estados Unidos” (WACLROC, 1971: 40). Contudo, não dispondo de armas nucleares, os países anticomunistas da Ásia teriam que “permanecer sob o guarda-chuva nuclear americano” e, ao mesmo tempo, “preencher o vácuo a ser criado pelo desligamento gradual desta região a qual os Estados Unidos estão comprometidos” (WACLROC, 1971: 41). Diante da perspectiva de “uma guerra prolongada contra o comunismo”, Kishi recomendou “os vários países envolvidos” na WACL/APACL teriam que “aumentar suas respectivas forças de defesa com a assistência disponível dos Estados Unidos”, bem como “fortalecer os laços e solidariedade do Mundo Livre” (WACLROC, 1971: 41). Lamentou que, “embora os países asiáticos estejam vinculados por acordos bilaterais de defesa com os Estados Unidos, nenhuma estrutura coletiva geral de segurança existe atualmente na Ásia. É previsível que, **além da união espiritual do Mundo Livre, a questão de uma estrutura coletiva de segurança cobrindo a Ásia e o Pacífico Ocidental será levantada mais cedo ou mais tarde**” (WACLROC, 1971: 41, grifo meu). (Nota-se, aqui, a convergência dessa recomendação do ex-premiê com as inúmeras Resoluções aprovadas nas conferências anuais da WACL/APCL).

Quanto a inserção japonesa nesse “tão sonhado” sistema regional de segurança coletiva contra o comunismo, Kishi lamentou que, por vedação da Constituição do Japão imposta pelos EUA no pós-guerra, “não nos é permitido ter armamentos para outros fins além da auto-defesa. Não podemos exportar nem fornecer armas para outros países” (WACLROC, 1974: 42). Não que o Japão desejasse reviver seu velho militarismo panasiático, assegurou Kishi, ele próprio um ex-agente político de “alto nível” da agressão militar do Império Japonês. Não se trataria disso e, segundo o criminoso de guerra, “nos arrependemos profundamente dos grandes erros que

cometemos 25 anos atrás. Nós nos orientamos com base nas custosas lições, porém importantes, que aprendemos com nossos próprios erros e equívocos. Nosso único interesse hoje é estabelecer e manter relações de amizade com nossos países vizinhos” (WACLROC, 1971: 41). Vedada constitucionalmente a ajuda militar japonesa em “uma futura estrutura de segurança coletiva para a Ásia e o Pacífico Ocidental”, o Japão poderia ajudar seus vizinhos anticomunistas econômica, industrial e tecnologicamente. O Japão poder, assim, ajudar a *melhorar e estabilizar* “a vida nacional para fortalecer a infraestrutura anticomunista nos países envolvidos”, já que “um dos fatores importantes na nossa luta contra o comunista é que a vida no Mundo Livre é melhor do que a vida sob o comunismo” (WACLROC, 1971: 41-42). Apesar da proibição constitucional que impediria o Japão de se rearmar “adequadamente” contra a ameaça comunista regional, Kishi garantiu à V Conferência da WACL que sua vida política sempre esteve dedicada à “revisão” dessa cláusula anti-armamentista: “**Apostei minha carreira política em uma revisão da Constituição do Japão**” (WACLROC, 1971: 42, grifo meu).

#### 4.15.3. *E o Brasil? Cruzada Brasileira Anticomunista, Associação dos Amigos das Nações Cativas, Campanha da Mulher pela Democracia e Tradição, Família e Propriedade*

Mas, e o Brasil? Quem representou o país na V Conferência da WACL? De um lado, esteve presente o almirante Carlos Penna Botto, como visto, o “primeiro amigo” da APACL ainda em meados da década de 1950. Ele representou em Manila sua Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) e a organização internacional que ainda presidia, a saber, a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). De outro lado, também se fizera presente nas Filipinas uma representação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), antiga frente feminina do complexo político-empresarial-militar IPÊS/IBAD<sup>419</sup>. Viu-se mais acima que na I Conferência da

---

<sup>419</sup> “A Campanha da Mulher pela Democracia, presidida por Amélia Molina Bastos, irmã do General Antônio de Mendonça Molina, devia a sua significância a seus muito ativos programas promocionais, realizados desde a sua criação em 1962 ao golpe de 1964, a sua harmonia com importantes elites políticas e militares e com a imprensa nacional, principalmente O Globo, e a seu papel especial na agitação pública nos dias que precederam ao golpe. A idéia de se criar a CAMDE pouco antes das eleições de 1962 partiu declaradamente de três indivíduos: Leovigildo Balestieri, vigário franciscano do bairro de Ipanema, Glycon de Paiva e do General Golbery do Couto e Silva. Eles convincentemente argumentavam que o Exército fora minado pelo ‘vício de legalismo’, que só mudaria se ‘legitimado’ por alguma força civil, e que as mulheres da classe média e alta representavam o mais facilmente mobilizado e interessado grupo de civis’. A razão imediata para a criação da CAMDE consistia na necessidade de se formar um efetivo ‘coro popular’ para impedir a posse de Santiago Dantas como Primeiro-Ministro, através do estímulo a repercussões desfavoráveis à sua nomeação e organizou-se contra ele a ‘Caravana a Brasília’.



WACL em Taiwan, em 1967, o Brasil como unidade nacional foi representado pela diretora da CAMDE Ester de Proença Lago. Na II Conferência da WACL no Vietnã do Sul, em 1968, que contou igualmente com a presença do almirante Penna Botto como presidente da CIDC, o Brasil foi novamente representado por uma dirigente da CAMDE, no caso sua 2ª vice-presidente Maria Helena da Gama Câmara. Já na III Conferência da WACL na Tailândia, em 1969, o Brasil foi representado por outra diretora da CAMDE, Eudoxia Ribeiro Dantas, esposa do líder *ipesiano* carioca José Bento Ribeiro Dantas, proprietário da empresa aérea Cruzeiro do Sul.

A diretora da CAMDE Ester de Proença Lago participou da IV Conferência da WACL no Japão, em 1970, sendo caracterizada pela *Asian Outlook* como “Presidente do Capítulo brasileiro da WACL” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 2, p. 14). Em Tóquio, Proença Lago representou a CAMDE e a Associação dos Amigos das Nações Cativas (AANC), presidida pelo jornalista ultracatólico Gustavo Corção<sup>420</sup>. Além da CBA de Penna Botto e da CAMDE, a AANC também esteve representada na V Conferência da WACL em Manila. Conforme noticiou o *Catolicismo*, a revista oficial da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), na V Conferência da Liga, **“do Brasil estão representadas na WACL, além da TFP, a Associação dos Amigos das Nações Cativas [AANC], a CAMDE e a Cruzada Brasileira Anticomunista [CBA]”** (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 5, grifo meu).

Conforme mencionado, o fundador e chefe-máximo da TFP Plínio Corrêa de Oliveira participou, em 1970, da IV Conferência da WACL no Japão. No ano seguinte, a TFP enviaria representantes ao conclave anticomunista das Filipinas. Como observa o historiador norte-americano Benjamin Arthur Cowan, “Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP brasileira cultivou alianças com a WACL e com diversos de seus membros de má reputação” (COWAN, 2018).

---

Sintomaticamente, a primeira reunião da CAMDE realizou-se no auditório de O Globo, no Rio, cuja rede de jornal e rádio assegurava a manutenção da CAMDE em evidência daí para adiante” (DREIFUSS, 1981: 296).

<sup>420</sup> Ainda segundo o historiador uruguaio René Armand Dreifuss, “entre as organizações de ‘guerra fria’, cuja campanha de propaganda coincidia com a do IPES, destacavam-se a Associação dos Amigos das Nações Cativas e o Rearmamento Moral” (DREIFUSS, 1981: 293). A AANC “era uma organização ‘guarda-chuva’, fortemente anticomunista, com órgãos similares nos Estados Unidos, cuja liderança no Brasil compreendia Gustavo Corção (presidente), Glycon de Paiva (vice-presidente) e G. B. Weinschenk, direto da Cia. Docas de Santos (tesoureiro). Um número de associados e ativistas do complexo IPES/IBAD fazia parte do seu conselho diretor. Dario de Almeida Magalhães, Eugênio Gudin, Monsenhor F. Bessa (SJ), o Padre F. Leme Lopes (SJ), João Camilo de Oliveira Torres, Raul Fernandes, Prudente de Moraes Neto, Carlos Povina Cavalcanti, Carlos Guinle, Alberto Barreto de Mello, Manuel de Azevedo Leão e Gladstone Chaves de Mello eram alguns de seus diretores. A associação representava um canal para a propaganda anticomunista produzida em outros países e no Brasil” (DREIFUSS, 1981: 293).



**Figura 224.** “Em todos os atos do Congresso os representantes da TFP envergaram as capas rubras da entidade. À esquerda, assistem ambos a uma sessão; na foto do centro, o Sr. Marcos Ribeiro Dantas visita um dos stands da exposição anexa ao Congresso; na terceira foto, o Sr. Miguel Beccar Varela, entre o Sr. Kyrill G. Drenikoff, do Bulgarian Liberation Movement [BLM], e uma delegada das Filipinas”. FONTE: CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 3.

Os emissários de Corrêa de Oliveira nas Filipinas, segundo *Catolicismo*, “levaram ao certame também a solidariedade das TFPs da Argentina, Chile (no exílio), Uruguai e Colômbia, do Núcleo Venezuelano de Defesa da Tradição, Família e Propriedade e do Comitê de Jovens Equatorianos Pró-Civilização Cristã” (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 3). Os delegados da TFP distribuíram aos congressistas da WACL duas mensagens. A primeira foi uma declaração do chefe Corrêa de Oliveira, publicada pelo *The Manila Times*. “Eis a íntegra do documento” (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 3):

**A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) sente-se honrada em estar representada no V Congresso da Liga Mundial Anticomunista (WACL).** Este certame é de importância decisiva, pois as mais representativas organizações anticomunistas do mundo nele tomam parte a fim de melhor coordenarem seus esforços contra o maior inimigo da civilização: o comunismo. A TFP considera que o mútuo conhecimento e o estabelecimento de relações entre os que estão lutando contra o totalitarismo vermelho, é um imperativo da hora presente. **A cooperação entre os anticomunistas de todo o mundo torna-se mais e mais necessária à medida que as agressões, as infiltrações e as conquistas comunistas vão-se multiplicando e tornando mais subtis e enganadoras. Por esta razão, a TFP brasileira leva ao Congresso da WACL a solidariedade da maior entidade anticomunista da maior nação da América Latina. É com alegria que podemos levar, igualmente, a solidariedade das TFPs e entidades similares da Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia, Venezuela e Equador.** Esperamos que o encontro de personalidades tão eminentes e de entidades tão beneméritas conduza a um resultado realmente positivo para conter a imensa ofensiva ideológica e psicológica que o comunismo internacional desenvolve contra todos os países que insitem em permanecer livres. Esse resultado positivo não consistirá apenas em denunciar a lavagem cerebral a que os comunistas estão procedendo nas nações não comunistas, mas também em denunciar claramente a omissão e a debilidade com que

agem tantas altas personalidades públicas, cujos cargos lhes impõem entretanto o dever de lutar firmemente contra o comunismo, até a vitória final. As TFPs estão representadas por um diretor da TFP brasileira, Dr. Marcos Ribeiro Dantas, e por um diretor da TFP argentina, Dr. Miguel Beccar Varela. Enviando esses dois delegados, desejamos ressaltar a coesão das várias TFPs, espalhadas por toda a América do Sul. Uma coesão baseada em nossa luta em defesa da perene e gloriosa tradição católica, não só contra o comunismo confesso, mas também contra o marxismo disfarçado que está medrando até mesmo em vários ambientes católicos. Enviamos uma saudação amistosa a todos os anticomunistas que participam deste Congresso, mas desejamos saudar muito especialmente os representantes das nações diretamente atacadas ou ocupadas pelo inimigo: China, Vietnã, Coreia, Ucrânia, Cuba e tantas outras. Aos líderes da World Anti-Communist League, e ao seu Capítulo Filipino, que organizou o Congresso, nossas mais calorosas congratulações pela iniciativa e nossos votos de pleno êxito (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 3)

A segunda mensagem distribuída pelos delegados da TFP na V Conferência da WACL consistiu em uma carta escrita ao “Prof. Plínio Corrêa de Oliveira” pelo comandante militar do II Exército do Brasil, o general Humberto de Souza Mello, na qual congratulou a TFP e saudou os objetivos estratégicos da WACL. Segundo o *Catolicismo*, chamou especial atenção entre os congressistas em Manila “o documento do General Souza Mello”, “muito elogiado por seu conteúdo desassombradamente anticomunista” (CATOLICISMO, n.º 250, 1971, p. 3). O general comandante do II Exército, devidamente informado acerca da realização da V Conferência da WACL e da participação da TFP nela, “enviou ao Prof. Plínio Corrêa de Oliveira o seguinte ofício”:

Informado, pessoalmente, por V. Excia., de que a ‘Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade’ havia sido convidada para participar da 5.a. Conferência, da ‘Liga Mundial Anticomunista’, em conexão com o ‘Congresso Anual da Liga dos Povos Asiáticos Anticomunista’, venho congratular-me com a Organização que V. Excia. preside, com a nítida compreensão do que representam a TFP e o congresso em apreço, visto tratar-se de uma verdadeira barreira contra a expansão do comunismo ateu e imperialista. **Na conjuntura atual que o mundo atravessa, particularmente os povos asiáticos, e por similitude os sul-americanos, sobre quem atualmente se voltam as atenções agressivas dos comunistas, é confortador sabermos que há, fora das Forças Armadas, quem se coloca, em plano mundial, na primeira linha de combate a esta ideologia, completamente contrária aos nossos interesses, tradições e formação cristã.** Renovando meus cumprimentos pela participação da TFP no conclave mundial, apresento meus votos de pleno êxito aos Drs. Marcos Ribeiro Dantas e Miguel Beccar Varela, seus representantes, certo de suas atuações com inteligência, patriotismo e vasto conhecimento da doutrina democrática, que, seguramente, incidirão fortemente nas decisões de tão notável reunião, para a contenção da marcha do comunismo no mundo, em particular no Continente Sul-Americano (CATOLICISMO, n.º 248, 1971, p. 8, grifo meu)

Deve-se notar, por ora, que a TFP procurou a todo custo adentrar formalmente nos quadros da Liga Mundial Anticomunista. A participação de Plínio Correia de Oliveira na IV Conferência da WACL de 1970 no Japão e de seus representantes Ribeiro Dantas e Beccar Varela

na V Conferência da WACL de 1971 nas Filipinas demarcaram um engajamento inicial. Porém, conforme será analisado no CAPÍTULO 5, a TFP encontraria resistências intransponíveis por parte da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL, expressão da extrema-direita integrista do México ideologicamente ligada ao integrismo antissemita argentino de Julio Meinvielle. Como se verá, a TFP tentaria incorporar-se oficialmente à WACL até 1975, quando seria definitivamente excluída de suas redes transnacionais.

#### 4.15.4. Resoluções e Comunicado

Um número expressivo de Resoluções foi aprovada pela V Conferência da WACL nas Filipinas. Elas abordaram, de acordo com uma síntese feita pela *Correspondência do ABN*, as seguintes diretrizes que deveriam ser colocadas em prática pelo “movimento WACL”:

(...) pedir apoio às genuínas aspirações dos povos do Vietnã, Camboja e Laos; forjar solidariedade asiática para lidar com a agressão, infiltração e subversão comunistas; **opor-se ao reconhecimento da China Vermelha e sua admissão na ONU**; apoiar as reivindicações japonesas pela devolução dos territórios ocupados ilegalmente pela Rússia; pedir auxílio ao mundo livre para a Ucrânia e outras nações cativas; condenar a tirania russa na Hungria; apoiar a luta pela libertação de povos subjugados pelo imperialismo russo e a Semana das Nações Cativas; denunciar a campanha de derrotismo no Vietnã do Sul; **condenar as relações diplomáticas com os países comunistas, o plano do Presidente Nixon de visitar a China continental, o genocídio perpetrado pela China Vermelha no Tibete**, a supressão da liberdade na Croácia pelo governo iugoslavo de Tito, a infiltração de agentes armados na República da Coreia e os desígnios agressivos e exportação da guerrilha pelos comunistas norte-coreanos; buscar apoio para a luta anticomunista da Grécia; proteger positivamente a liberdade de imprensa e evitar que vermelhos e pró-comunistas enganem o público através do controle da mídia de massa; alistar a juventude para a defesa conjunta de sistemas democráticos livres; apoiar os 7 milhões de refugiados do Paquistão Oriental e outros (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, pp. 4-5, grifo meu)

Entre os temas tratados nas 42 Resoluções aprovadas pela V Conferência da WACL de 1971, a preocupação mais urgente consistiu na eventual admissão da RPCh na ONU e na viagem agendada do presidente dos EUA Richard Nixon à “China Vermelha”. Aprovaram-se, assim, Resoluções que “criticavam fortemente a decisão do Presidente Nixon de visitar a China continental e expressavam sua oposição contra a admissão de Pequim nas Nações Unidas” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 38). Uma Resolução em específico, intitulada “Sobre o plano do Presidente Nixon de Visitar a China continental”, criticou que o anúncio da viagem de Nixon à RPCh foi feito logo após “a visita à Cortina de Bambu [realizada] por seu conselheiro de assuntos

de segurança nacional, o Dr. Henry A. Kissinger”. A consumação dessa viagem, advertiu a Resolução, colocaria o mundo todo em risco. A viagem de Nixon seria “um produto de suas visões e esperanças equivocadas resultantes das complexas ofensivas de sorrisos dos comunistas chineses” e, caso efetivada, representaria “um erro mais sério do que todos os erros do passado” e levaria “os Estados Unidos e todo o mundo livre à beira de um perigo verdadeiramente grave” (WACLROC, 1971: 57). A *detén*te de Nixon/Kissinger com a RPCh estaria, inclusive, “em total desconsideração às vozes cada vez mais fortes de americanos que se opõe ao *appeasement*” (WACLROC, 1971: 57). Diante disso, a Resolução determinou que “a Liga Mundial Anticomunista, reunida em Manila, decide: 1. **Enviar um telegrama ao Presidente Nixon como segue**” (WACLROC, 1971: 57, grifo meu):

Sua Excelência Richard M. Nixon, Presidente dos Estados Unidos da América, Casa Branca, Washington, D.C. **Seu plano de visitar a China continental já afetou, da maneira mais adversa, toda a situação internacional no Leste Asiático e levou os Estados Unidos e todo o mundo livre à beira de um perigo verdadeiramente grave.** Embora reconheçamos plenamente a sinceridade de seu desejo de alcançar uma paz justa e duradoura, desejamos lembrá-lo respeitosamente dos riscos inerentes à tentativa de seguir a política da frente única comunista e da política interna dos comunistas de não honrarem quaisquer promessas já feitas ao mundo livre. **O preço que os comunistas chineses já cobraram ou cobrarão no interesse de seguirem sua política de ‘paz’ como o desmantelamento de sistemas de segurança existentes no Extremo Oriente<sup>421</sup>, pode trazer apenas outra guerra e qualquer movimentação para estabelecê-los nas Nações Unidas pode apenas trazer aquele corpo à destruição.** Também respeitosamente o lembramos novamente das promessas já feitas por vossa senhoria e seus antecessores a amigos e aliados na Ásia de não sacrificá-los em prol da tentativa de uma reaproximação com os comunistas chineses. Qualquer tendência desse tipo deve ser combatida ao máximo. O texto deste telegrama será enviado dentro de três dias a partir de hoje. LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA E LIGA ANTICOMUNISTA DOS POVOS ASIÁTICOS EM CONFERÊNCIA CONJUNTA EM MANILA (WACLROC, 1971: 57-58, grifo meu).

Depois de definir o teor do telegrama que deveria ser enviado a Nixon pelo complexo WACL/APACL, a Resolução em questão conclamou “todos os americanos patriotas” a se oporem ao “avanço da agressão comunista”, solicitando que alertassem seus representantes no Congresso e no Executivo acerca das “**consequências fatais do *appeasement* dos chineses vermelhos, que, como o *appeasement* de Hitler em Munique, pode levar apenas a uma guerra desastrosa que porá gravemente em perigo o futuro de toda a humanidade**” (WACLROC, 1971: 59, grifo

---

<sup>421</sup> Nesse sentido, repisando Resoluções de conferências anteriores, uma Resolução da V Conferência da WACL tratou de meios para “Fortalecer a união anticomunista entre as nações asiáticas e consolidar a segurança da região Ásia-Pacífico” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 38).

meu). A Resolução solicitou às “nações do mundo livre” que resistissem “a quaisquer tendências em seus países de seguirem a linha equivocada do Presidente Nixon nesta questão” e que tornassem “seus pontos de vista totalmente conhecidos de seus respectivos governos, a fim de minimizar tanto quanto possível os terríveis riscos e perigos que agora confrontam os povos do mundo todo” (WACLROC, 1971: 59). Finalmente, demarcando que o “giro às Américas” da Liga Mundial Anticomunista – objeto do CAPÍTULO 5 – coincidiria com a viagem do presidente Nixon à República Popular da China em 1972, uma Resolução da V Conferência da WACL nas Filipinas decidiu **“convocar a 6ª Convenção da WACL no próximo ano em outubro no México”**, definindo também que **“a Conferência conjunta do Conselho Executivo da WACL/APACL será realizada em Washington D.C. no próximo abril. Estes fatores serão de grande benefício no desenvolvimento contínuo do movimento anticomunista dos povos dos Estados Unidos e da América Latina”** (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 3, grifo meu).

O Comunicado da V Conferência da WACL, a seu turno, saudou a participação em sua sessão de abertura do presidente (e futuro ditador) das Filipinas Ferdinando Marcos, o que “refletiu o apoio positivo do governo e povo filipinos pelos princípios da WACL e APACL” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 6). A fim de demonstrar sua unidade “contra os esquemas agressivos e subversivos dos comunistas”, o Comunicado da WACL conclamou todas as “nações livres” a apoiarem suas inúmeras propostas, entre elas, uma iniciativa em prol do fortalecimento da OTAN na Europa e pela “luta de libertação pela independência nacional e os direitos humanos da Ucrânia, Bielorrússia, Letônia, Estônia, Lituânia, Geórgia, Turquistão, Croácia, Romênia, Albânia, Hungria, República Tcheca, Eslováquia, Cuba e todas as outras nações subjugadas pelo imperialismo e comunismo russos” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 6). O Comunicado da V Conferência da WACL também solicitou apoio do “mundo livre” à América Latina, onde “qualquer outra tentativa comunista de infiltração e subversão, especialmente de Cuba e do Chile, devem ser aniquiladas” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 8, p. 6).

#### *4.15.5. Ataques terroristas e lei marcial: o “quase mártir” da WACL-Filipinas, Ramon Bagatsing*

O antissemita Patrick Walsh, dirigente da Liga Canadense dos Direitos, representou o Canadá na V Conferência da WACL nas Filipinas. Embora se retornará a ele no CAPÍTULO 5,

por ora, importa registrar que esse ex-agente secreto da *Royal Canadian Mounted Police* (RCMP) foi elogiada pela *Asian Outlook* como “um observador atento do ‘ativismo estudantil’ e da subversão comunista” no Canadá que, aproveitando sua estada nas Filipinas enquanto delegado canadense da WACL, teria mantido reuniões com “personalidades filipinas proeminentes”, “incluindo o Sr. Juan Ponce Enrile, Secretário de Defesa encarregado das atividades contrarrevolucionárias, assim como [com] diversos líderes da não comunista União Nacional de Estudantes das Filipinas (NUSP)” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 9, p. 15). A aparição de Walsh na *Asian Outlook* explicita o clima explosivo das Filipinas logo após as conferências da WACL/APACL de 1971. Em uma nota de Walsh publicada pela revista taiwanesa, por exemplo, o ex-policial citou uma frase pronunciado pelo presidente Ferdinando Marcos, em 24 de agosto de 1971, referindo-se às explosões ocorridas em Manila: **“Estes elementos subversivos responsáveis pela recente onda de atentados terroristas são seguidores de Marx, Lenin e Mao e têm o apoio moral e material de uma potência estrangeira e se infiltraram em quase todos os níveis da sociedade filipina”** (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 9, p. 15, grifo meu)<sup>422</sup>.

O antissemita canadense corroborou a afirmação do presidente (e futuro ditador) das Filipinas, assegurando na *Asian Outlook* que “não há absolutamente nenhuma dúvida nos altos círculos de segurança nas Filipinas de que os maoístas estão recrutando estudantes colegiais e universitários, não trabalhadores e camponeses, para abastecer pesadamente a NPA de membros” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 9, p. 15). Segundo Walsh, “os trabalhadores e camponeses’ se recusaram a cooperar com os maoístas e agora a CPP/NPA recorreu a atos terroristas em Manila com o objetivo de assassinar figuras políticas proeminentes e bombardear comícios políticos, na esperança de construir ‘uma situação revolucionária’” (ASIAN OUTLOOK, 1971, v. 6, n.º 9, p. 16). Porém, apesar das declarações de Ferdinando Marcos e de seu apologeta canadense, a onda terrorista que atingiu as Filipinas entre 1971-72 não pode ser atribuída exclusivamente aos “comunistas”. Isso porque os anticomunistas filipinos também cometeram atentados terroristas que, de acordo com evidências históricas, serviram como “justificativa” para a imposição da lei marcial por Ferdinando Marcos, que então se tornaria ditador das Filipinas de 1972 a 1986.

---

<sup>422</sup> Em 24 de julho de 1971, Ku Cheng-kang também declarou que o “President Marcos himself recently told a column writer that the Communism of subversive nature as advocated by the leaders of Peiping is a major threat to the democracy in the Philippines”, afirmando que “the Philippines is being infiltrated by Mao Tse-tung’s agents and agitators who are ordered to destroy and subvert social order” (WACLROC, 1971: 22).

Conforme esclarece o historiador norte-americano Alfred McCoy, exatamente um mês antes da decretação da lei marcial pelo presidente da República, “Manila sofreu uma onda de atentados terroristas” e, “depois do primeiro ataque na Plaza Miranda em agosto de 1971, a maioria dos filipinos culpou Marcos. O presidente acusou os comunistas e suspendeu o recurso de habeas corpus para controlar a subversão” (MCCOY, 2009: 395). Isto é, um mês depois das conferências da WACL/APACL em Manila, a capital das Filipinas foi acometida por uma sucessão de atentados terroristas que se seguiu até 1972. Se é verdade que “os comunistas provavelmente haviam ordenado o atentado da Plaza Miranda”, argumenta McCoy, “fontes confiáveis indicam que Marcos pode ter orquestrado a maioria dos demais, fomentando desordem para angariar apoio público para o maior garantidor da ordem social, o governo autoritário” (MCCOY, 2009: 395).

Entre os feridos no atentado à bomba na Plaza Miranda, em agosto de 1971, encontrou o presidente do “Capítulo” filipino da WACL/APACL, o senador Ramon D. Bagatsing. E a casa do próprio presidente da WACL em exercício, o senador filipino José J. Roy, também teria sido alvo de um atentado terrorista “comunista”. Na capa de sua edição de setembro/outubro de 1971, a *Correspondência do ABN* estampou a fotografia de Bagatsing com a seguinte legenda: “Presidente do Movimento Anticomunista das Filipinas, anfitrião da 5ª Conferência da Liga Mundial Anticomunista, ferido por comunistas em 21 de agosto de 1971 em Manila” (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, *capa*). Na página seguinte, a revista do ABN estampou a manchete “Tentativa de assassinato dos guerreiros anticomunistas filipinos”, com a nota subsequente:

Em 23 de agosto de 1971, a imprensa mundial trouxe notícias de Manila de que o Exmo. Ramon D. Bagatsing havia sido assassinado durante a noite de proclamação do Partido Liberal (sábado, 21 de agosto de 1971) na Plaza Miranda, Quiapo, Manila. Ernesto P. Golez, Secretário-Geral do Movimento Anticomunista das Filipinas, informa em seu comunicado que o Exmo. R. Bagatsing, Presidente do Movimento Anticomunista Filipino, e o Exmo. Sali-pada K. Pendatun, Vice-Presidente do Conselho, Movimento Anticomunista Filipino, escaparam milagrosamente da tentativa de assassinato. Ambos sofreram muitos ferimentos por estilhaços em todo o corpo. Uma perna do Exmo. R. Bagatsing foi amputada. Nove pessoas morreram e cerca de cem estão gravemente feridas. A Sra. Bagatsing, que estava com o congressista durante o comício de proclamação e que também foi ferida como resultado do traiçoeiro ataque de granada agora está também fora de perigo. O senador Sergio Osmena Jr. e o Senador Jovito Salonga foram também gravemente feridos. O Exmo. Jose J. Roy, recém-eleito Presidente da WACL, também escapou ileso do ataque à sua casa dois dias depois da tentativa de massacre na Plaza Miranda. Agradecemos a Deus por poupar a vida do Exmo. R. Bagatsing e de outros guerreiros da liberdade e desejamos a ele e a todos os outros sobreviventes desta trama assassina uma rápida recuperação (ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, I)



B 20004 F

# **ABN** CORRESPONDENCE

*Freedom for Nations! Freedom for Individuals!*

BULLETIN OF THE ANTIBOLSHEVIK BLOC OF NATIONS

## Ramon D. Bagatsing



President of the Philippine Anti-Communist Movement, host of the 5th World Anti-Communist League Conference, seriously wounded by Communists on August 21, 1971 in Manila.

Verlagspostamt: München 80

September — October 1971

Vol. XXII No.

**5**

**Figura 225.** A *Correspondência do ABN* publicou em matéria de capa que o senador Ramon D. Bagatsing, presidente do PACOM – o “Capítulo” filipino da WACL/APACL –, morreu em um atentado terrorista na Praça Miranda em 1971. Bagatsing, no entanto, sobrevivera à explosão, que integrou uma sucessão de atos terroristas nas Filipinas – alguns cometidos pela esquerda comunista mas sobretudo pelos militares e policiais filipinos *made in USA* (cf. MCCOY) –, às vésperas da ditadura implementada por Ferdinando Marcos pela decretação de uma lei marcial, em 1972. FONTE: ABN, 1971, v. XXII, n.º 5, *capa*.

Bagatsing, depois de ferido gravemente pelo atentado terrorista na Plaza Miranda, ficou entre a vida e a morte. Por isso, algumas agências de notícias chegaram a noticiar que ele havia morrido. Recuperando-se, porém, a *Correspondência do ABN* publicou a nota acima, informando que, “por um milagre”, o senador filipino havia sobrevivido. Apesar disso, a revista do ABN manteve a publicação de um obituário do “quase mártir” Bagatsing. Nele, em tom laudatório, o ABN o caracterizou como “o herói da guerra de libertação japonesa, detentor das mais altas honras militares e a figura anticomunista mais popular das Filipinas, congressista de longa data, senador, ministro e atualmente candidato à prefeitura da capital – Manila” (ABN, 1971, p. v. XXII, n.º 5, p. 1). Bagatsing foi retratado como “a alma do Movimento Anticomunista das Filipinas [PACOM]” e “o coração da preparação da 5ª Conferência da WACL e [da] 17ª Conferência da APACL” (ABN, 1971, p. v. XXII, n.º 5, p. 1). O “quase mártir” congregaria na sua figura *extremamente ativa* “as culturas espanhola e asiáticas” e teria *compreendido e valorizado* “a importância das nações subjugadas pela Rússia na luta contra o imperialismo russo e o comunismo em geral, e estava ciente do fato de que, com a liquidação do império russo, o mais forte bastião do bolchevismo também desaparecerá” (ABN, 1971, p. v. XXII, n.º 5, p. 1). O ABN lembrou ainda o engajamento da esposa e do filho de Bagatsing na WACL, salientando no “obituário” do “quase mártir” da WACL: “Sua esposa também participou de diversas conferências internacionais como membro da delegação filipina, assumindo um papel ativo nelas. O pai foi assassinado pelos subversivos bolcheviques, mas deixou um filho – o Presidente da WYACL, criado com o espírito de um guerreiro, um patriota, um palestrante brilhante e inteligente debatedor” (ABN, 1971, p. v. XXII, n.º 5, p. 1). O ABN, com seu tradicional modo hiperbólico de expressão, garantiu que o atentado terrorista contra o senador Bagatsing deveu-se a seu papel na organização das conferências da WACL/APACL em julho de 1971. Assim que encerrou o “obituário” do “quase mártir” asseverando que “os bolcheviques não o perdoavam pelo sucesso incomum da 5ª Conferência da WACL e [da] 17ª Conferência da APACL”, acrescentando que, “muito provavelmente”, “uma tentativa de assassinato estava sendo planejada durante a conferência, pois havia rumores de que seguranças encontraram bombas plantadas no prédio da conferência. Por garantia, os prédios da conferência foram protegidos pelas tropas” (ABN, 1971, p. v. XXII, n.º 5, p. 1).

Se o ataque terrorista na Plaza Miranda de agosto de 1971, que feriu gravemente o senador Bagatsing, foi “provavelmente ordenado” pelos comunistas, outros atos de terrorismo seriam orquestrados pelos anticomunistas filipinos. O historiador Alfred W. McCoy observa que essa segunda onda terrorista foi partiu de dentro das Forças Armadas e da presidência da República comandada por Ferdinando Marcos. Segundo McCoy, “fontes confiáveis indicam que Marcos pode ter orquestrado a maioria dos demais [atentados], fomentando desordem para angariar apoio público para o maior garantidor da ordem social, o governo autoritário” (MCCOY, 2009: 395). Entre março e agosto de 1972, por exemplo, “um clima de medo tomou a capital quando cerca de vinte bombas explodiram em Manila” e, em setembro, “misteriosos atiradores emboscaram a cavalaria de segurança do Secretário da Defesa Juan Ponce Enrile próximo ao Wack-Wack Golf Club, alvejando seu carro com metralhadoras. Em reação a este ataque a um oficial sênior de gabinete, Marcos declarou Lei Marcial às 21h, prometendo por fim ao crime e caos” (MCCOY, 2009: 395).

“A partir de evidências fragmentadas, parece que Marcos trabalhou através do General Ver para realizar uma operação de desestabilização” e, “em meio a estes ataques, o Senador Aquino divulgou uma cópia das ordens secretas de Marcos ‘para disseminar violência e terror a fim de estabelecer as bases para a imposição da Lei Marcial’” (MCCOY, 2009: 395)<sup>423</sup>. O próprio Secretário de Defesa Juan Ponce Enrile “confessou ter encenado sua própria tentativa de assassinato para fornecer a Marcos um pretexto final para a declaração da lei marcial” (MCCOY, 2009: 396). Ponce Enrile foi o responsável por criar “o Escritório Nacional de Inteligência de Defesa e por caçar subversivos com a Unidade de Segurança do seu ministério” (MCCOY, 2009: 404). O mesmo Ponce Enrile que discursou em julho de 1971 na V Conferência da WACL e recebeu em audiência privada o ex-policia Patrick Walsh, antisemita representante da Liga no Canadá. A ditadura militar instaurada nas Filipinas pelo presidente Ferdinando Marcos, que supostamente teria apenas “reagido” ao *terrorismo comunista* com a decretação de uma lei marcial permanente, “criou esquadrões policiais antissubversão, armando-os tanto com decretos formais, quanto com impunidade informal para suprimir dissidentes pró-democracia” (MCCOY, 2009:

---

<sup>423</sup> Posteriormente, “um funcionário senior revelou que um parente próximo, o Gen. Ramon Cannu, um dos assistentes do General Ver na Unidade de Segurança Presidencial, havia ‘organizado alguns dos atentados que foram realizados para convencer o povo de que havia uma crise e que a democracia não estava funcionando’” (MCCOY, 2009: 395-396).

397-398). Rapidamente, “os esquadrões de segurança de Marcos passaram de prisões formais em massa para operações extrajudiciais ” e “a celebrada ‘disciplina’ de seu regime se degenerou em um terrorismo de Estado sistemático e corrupção conspícua” (MCCOY, 2009: 398). Durante a ditadura de Ferdinando Marcos, que se manteria no poder até 1986, foram cometidos “milhares de assassinatos extrajudiciais de líderes trabalhistas, estudantes ativistas e cidadãos comuns” (MCCOY, 2009: 398). Muitos de seus corpos foram mutilados pela tortura e expostos publicamente para aterroizar a população. “Sob o comando de Marcos, assassinatos militares foram o ápice de uma pirâmide de terror com 3.257 mortos, uma estimativa de 35.000 torturados e cerca de 70.000 presos” (MCCOY, 2009: 403).

Em suma, as Filipinas do presidente Ferdinando Marcos foi o último país-sede das conferências anuais da WACL/APACL antes da propulsão da Liga Mundial Anticomunista para fora da Ásia. E a V Conferência da WACL e a XVII Conferência da APACL de julho de 1971, como visto, realizaram-se na antevéspera do atentado terrorista de da Plaza Miranda, “provavelmente ordenado” pelos comunistas. Entre março e agosto de 1972, ou seja, enquanto a WACL ainda era presidida pelo senador filipino José J. Roy, a onda terrorista “provavelmente ordenada” pelos anticomunistas de dentro das Forças Armadas e da presidência de Ferdinando Marcos acabaria por “justificar” a imposição permanente da lei marcial. Com essa transformação do país em uma ditadura militar, as Filipinas juntaram-se ao plantel das autocracias anticomunistas do sudeste asiático que estruturou a Liga Mundial Anticomunista. Recorde-se, ao final deste CAPÍTULO 4, a *exemplaridade* das ditaduras asiáticas que estruturaram a WACL e serviram de palco e vitrine para seu primeiro ciclo de suas conferências anuais: a Coreia do Sul do general-presidente Park Chung-hee apoiou a criação da WACL em 1966 na XII Conferência da APACL; a Taiwan do *generalíssimo*-presidente Chiang Kai-shek celebrou a I Conferência da WACL em 1967; o Vietnã do Sul do general-presidente Nguyen Van Thieu organizou a II Conferência da WACL em 1968; e a Tailândia do marechal-premiê Thanom Kittikachorn hospedou a III Conferência da WACL em 1969.

Houve apenas uma única “exceção”. O Japão “democrático” que, surpreendentemente, celebrou a maior conferência da história do complexo WACL/APACL: a IV Conferência da WACL e a XVI Conferência da APACL de 1970. Se nesse caso não se pode falar propriamente de *exemplaridade ditatorial* como nos casos sul-coreano, taiwanês, sul-vietnamita, tailandês e

(depois de 1972) filipino, já se analisou neste CAPÍTULO 4 como os “amigos japoneses” da WACL/APACL foram *exemplarmente* anticomunistas em suas trajetórias histórico-ideológicas. Como visto, figuras centrais na estruturação e sustentação da WACL/APACL-Japão como Nobusuke Kishi, Ryoichi Sasakawa e Yoshida Kodama tiveram sua “pré-história” no fascismo, no militarismo e nos crimes da guerra panasiática do Império Japonês. Depois que a APACL-Coreia do Sul abandonou sua postura anti-nipônica com a queda de Syngman Rhee e a ascensão de Park Chung-hee – ele próprio um ex-colaborador do Império Japonês –, a exemplaridade anticomunista e o poder político-econômico da extrema-direita japonesa foram habilmente incorporados pelo complexo WACL/APACL. Em suma, entre os “padrinhos” asiáticos da WACL encontravam-se os principais dirigentes anticomunistas da Coreia do Sul, Taiwan, Vietnã do Sul, Tailândia, Japão e Filipinas e, a partir de 1972, a Liga Mundial Anticomunista faria sua “estreia” no continente americano, celebrando uma reunião de seu Conselho Executivo nos EUA e sua conferência anual no México. Ao final, antes de se analisar propriamente esse “giro às Américas” da WACL, serão circunscritos os dois principais documentos oficiais da WACL – seu *Preâmbulo* e *Declaração de Direitos* – como “frutos maduros” ou resultantes históricas do primeiro ciclo asiático de suas conferências anuais, que constituiu o objeto deste CAPÍTULO 4.

#### 4.16. *Preâmbulo e Declaração de Direitos da Liga Mundial Anticomunista (WACL)*

Enfim, este CAPÍTULO 4 percorreu e reconstituiu a gênese mais imediata da WACL e seu primeiro ciclo asiático de conferências anuais, momento anterior ao “giro às Américas” da Liga Mundial Anticomunista, criação arrojada que teve como eixo matricial e estruturante a APACL, secundada por organizações internacionais aliadas como o ABN, a CIDC, o CIAS etc. etc. Basicamente, o CAPÍTULO 4 recompôs uma determinada trajetória histórica do internacionalismo anticomunista da Guerra Fria que arrancou da IV Conferência da APACL de 1958 na Tailândia, passou pela criação da WACL na Coreia do Sul em 1966, destacou sua I Conferência de 1967 em Taiwan, até chegar à última conferência anual da Liga antes de sua propulsão para fora da Ásia, isto é, sua V Conferência de 1971 nas Filipinas. O *Preâmbulo* e a *Declaração de Direitos da Liga Mundial Anticomunista* constituíram a culminância, ou seja, foram a maturação histórico-ideológica, de um longo processo de interação complexa entre essas redes

transnacionais anticomunista. Daí que esse “texto” waciliano que condensou o *corpus* ideológico da Liga – seu *Preâmbulo e Declaração de Direitos* – só encontra inteligibilidade nessa gênese e processualidade históricas e, por isso, optou-se por explicitá-lo depois da análise da gênese imediata da WACL (CAPÍTULO 4) e de sua gênese mais remota, isto é, as articulações e interações de longa duração entre APACL (CAPÍTULO 2), ABN (CAPÍTULO 1), CIDC e CIAS (CAPÍTULO 3), entre outras organizações que compuseram, a partir de 1966, o “Anti-Komintern” da Guerra Fria. Dito isto, deve-se demarcar que o Estatuto da WACL foi composto pelos citados *Preâmbulo e Declaração de Direitos*, que primeiramente foi “adotada em Seul, a 8 de novembro de 1966, revista durante a 2ª Conferência da WACL, a 27 de maio de 1968 e revista novamente pela 4ª Conferência Geral da WACL, em Kyoto, a 17 de setembro de 1970”. O *Prêambulo da Declaração de Direitos* imprimiu a seguinte orientação prático-ideológica à WACL:

**Nós, povos amantes da liberdade**, dedicados à causa de dignidade humana, paz e democracia com base na justiça, autonomia e independência das nações e plenamente conscientes da sempre crescente ameaça da agressão comunista em várias partes do mundo, **estamos empenhados** a preservar a paz e a liberdade e **a combater os esforços do comunismo para escravizar a humanidade**. Estamos convencidos, porém, pela nossa experiência passada que os povos amantes da liberdade não podem aliar-se aos comunistas. **Estamos também conscientes de que os conflitos internos do bloco comunista não diminuem a ameaça do imperialismo comunista ao Mundo Livre**. A WACL reconhece o direito da independência nacional a todos os povos do mundo e condena todas as formas de colonialismo e imperialismo. **Portanto, nós advogamos o princípio nacional da organização política do mundo em oposição ao princípio imperialista, como a melhor garantia de uma paz duradoura e segurança para as nações e os homens do mundo. Consequentemente, afirmamos que os povos amantes da liberdade devem trabalhar em cooperação mútua para superar a força destruidora do comunismo e fortalecer sua unidade para expandir a esfera de liberdade e eventualmente conseguir a liberação de todos os povos sob o cativeiro comunista**. Para conseguir esses fins nós, representantes dos povos amantes da liberdade, no momento participantes da 12ª Conferência da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos em Seul, Coreia, solenemente adotamos esta Declaração de Direitos da Liga Anticomunista Mundial, baseados no mesmo espírito inicial e nos princípios da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 27, grifo meu)

A *Declaração de Direitos* da WACL propriamente, a seguir referida como Estatuto, estruturou-se em oito Capítulos e 31 artigos. Seu Capítulo I estabeleceu as “Normas Gerais” da organização, definindo seu nome (art. 1º) e sua missão, que, “indubitavelmente, em prol da liberdade baseada na democracia, justiça e dignidade humana”, deveria lutar para: “1) **extirpar da face da Terra todas as formas de totalitarismos, inclusive o Comunismo**, não importando quando e onde sejam encontradas; 2) defender os direitos humanos, dos quais o mais importante é

a liberdade, liberdade religiosa, justiça social e autonomia dos povos” (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 28, grifo meu). O Capítulo II do Estatuto, em seu artigo 3º, definiu as seguintes “Funções” para a WACL:

1. Incentivar todos os povos amantes da liberdade para se unir na tomada de contramedidas efetivas, necessárias para vencer e frustrar a agressão comunista e atividades subversivas, dando prioridade ao problema onde se apresentar em proporções mais sérias e urgentes; 2. **Dar apoio moral e material à luta contra o comunismo, iniciada pelos povos das nações livres;** 3) **Dar apoio moral e material aos movimentos de libertação das nações controladas pelo comunismo,** inclusive movimentos para reestabelecer estados nacionais independentes; 4) **Desenvolver métodos de guerra política e psicológica para denunciar e atacar as malignas tramas e intrigas do imperialismo comunista;** 5) Promover intercâmbio cultural e de informações e o entendimento mútuo entre os povos amantes da liberdade para rechaçar a difusão da ideologia comunista, [em termos de] estratégias e táticas; 6. Treinar líderes anticomunistas para vencer a ameaça comunista e promover a causa da Liberdade (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 28, grifo meu)

O Capítulo III do Estatuto disciplinou a condição dos “Membros” da WACL, exigindo que “todas as organizações de pessoas em todos os países e territórios livres, que estejam firmes e ativos em sua luta contra as ideias e táticas comunistas e simpatizantes com as finalidades da Liga, estarão qualificadas para tornarem-se membros da mesma” (art. 4º) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 28). A WACL seria composta, assim, “de membros regulares com direito a voto e membros associados sem direito a voto” e “os membros regulares” deveriam ser agrupados “em duas categorias” (art. 5º) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 29):

a) Uma organização anticomunista reconhecida pelo Quadro Executivo como representante de um país ou território. Tal organização terá a categoria de membro regular da Liga, contanto que um país ou território seja representado por apenas uma organização. b) Uma organização anticomunista composta de duas ou mais filiais em países diferentes pode ser aceita como membro regular pelo Quadro Executivo por recomendação de dois membros do Quadro e por voto da maioria, sob a condição de que nenhuma organização seja aceita como membro regular se se inscrever como filial de uma organização internacional. c) Outras organizações anticomunistas serão aceitas como membros associados. d) Depois de seis meses ou mais de atuação, um membro associado pode vir a obter a categoria de membro regular por maioria de votos do Quadro Executivo, sob a recomendação de dois de seus membros (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 29)

Disciplinando o mecanismo de filiação de membros da WACL, seu Estatuto determinou que “todos os membros regulares terão direito e obrigações iguais. Enquanto um país ou território é representado por uma organização perante a Liga, outras organizações deste país ou território

podem vir a ser aceitas como membros associados” (art. 5º) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 29). O Estatuto ainda definiu que “o Quadro Executivo é o único dentro da Liga que pode aceitar ou rejeitar propostas (de futuros associados)” (art. 6º), e as propostas, sob a recomendação de dois ou mais membros, deveriam ser examinadas e aprovadas por maioria de votos do Quadro Executivo (art. 7º) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 29). Acerca do desligamento de membros da WACL, seu Estatuto prescreveu que “qualquer entidade membro que se ausente da Conferencia Geral Anual por três anos consecutivos, sem razões suficientes e/ou deixe de defender os princípios e objetivos da Liga, será desligado como membro da Liga por decisão da maioria do Quadro Executivo, sujeita à ratificação da Liga” (art. 8º) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 29).

Já o Capítulo IV do Estatuto tratou das “Organizações Locais” da WACL, definindo que “todas as entidades membros serão conhecidas como partes da Liga” e “qualquer parte poderá adotar linhas diversas para ir ao encontro das necessidades das circunstâncias locais. Quando uma parte é organizada ou em caso de mudança na organização, ela deverá notificar o Secretariado devidamente dentro do prazo de 3 meses e também enviar ao Secretariado seus estatutos e uma lista dos nomes de seus diretores. O Secretariado deverá transmitir imediatamente as informações aos outros membros da Liga” (art. 9º) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 30). O Capítulo V do Estatuto tratou das “Organizações Regionais” da WACL, determinando que “divisões regionais deverão ser organizadas o quanto antes possível, de acordo com a localização geográfica dos membros em todas as partes do mundo: Ásia, Oriente Médio, África, Europa, América do Norte e América Latina”, estabelecendo-se que “as divisões regionais deverão ter conferências anuais e apresentar relatórios à Conferência Geral da Liga” (art. 10) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 30).

O Capítulo VI do Estatuto organizou a “Estrutura” da Liga Mundial Anticomunista a partir de suas principais subdivisões organizacionais, a saber, Conferência Geral, Conselho, Quadro Executivo e Secretariado Permanente. A Conferência Geral “terá lugar uma vez por ano em território das unidades membros nacionais em um processo rotativo, salvo decisão em contrário pelo Quadro de Executivos”, que poderá convocar “uma Conferência Extraordinária” por “resolução ou pedido de uma maioria dos membros regulares da Liga” (art. 12)



(BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 30). “A Conferência Geral terá a Liga como sua suprema autoridade” e “será composta de delegados representantes das unidades membros regulares e também pelos membros associados sem direito a voto. Cada unidade membro regular terá um voto na Conferência Geral” e “uma maioria simples dos membros regulares da Liga poderá constituir quórum” (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 30). O mecanismo de rotação do presidente e vice-presidentes da WACL dependeria da conferência anual, estabelecendo o Estatuto que “o Presidente da Conferência e seis vice-presidentes, cada um dos quais represente uma das seis organizações regionais, serão eleitos por e dentre os membros presentes à Conferência Geral” (art. 13) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 31). Assim que a Conferência Geral, entre outras competências, poderia também “estabelecer entidades subsidiárias, tantas quantas forem necessárias à execução de suas funções” (art. 15), além de exercer sua “autoridade para discutir e aprovar o seguinte” (art. 14) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 31):

1. Adoção de princípios, políticas, declarações e resoluções da Liga. 2. Emendas a esta Declaração de Direitos e outras regras da Liga. 3. A eleição do Presidente e do Secretário Geral da Liga, assim como a do Presidente e Vice-Presidente da Conferência. 4. Relatórios submetidos pelos membros da Liga. 5. Decisões tomadas pelo Conselho ou por uma Comissão. 6. A escolha do local para a próxima Conferência Geral e 7. Outros assuntos que sejam considerados dentro dos objetivos da atual Declaração de Direitos (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 31)

O “Conselho” da WACL deveria constituir “um Conselho composto pelo Presidente e o Secretário Geral da Liga e principais delegados de todas as entidades membros”, tendo o presidente da WACL como “o chefe do Conselho, cujo mandato terminará quando da eleição de um novo Presidente da Liga. Entre seus deveres está incluído presidir a eleição do novo presidente da Liga e do Conselho na Conferência Geral seguinte. Para tal função, ele pode nomear um dos Vice-presidentes da Conferência anterior” (art. 18) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 31). O Estatuto ainda definiu que “**o Presidente da 1ª Conferência da WACL será Presidente Honorário e vitalício da WACL**” e “um novo Presidente honorário será eleito pelo Quadro Executivo dentre seus membros, mediante invalidez ou incapacidade do Presidente Honorário”, que “supervisionará todas as Conferências da WACL e providenciará para que elas sejam um completo sucesso anti-comunista” (art. 18) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, pp. 31-32, grifo meu). Como a I

Conferência da WACL foi realizada em Taipei, em 1967, sob a gestão do presidente da WACL/APACL-Taiwan Ku Cheng-kang, este hierarca de “altíssimo nível” do Kuomintang (KMT) tornou-se, estatutariamente, o *Presidente Honorário e vitalício da WACL*. E o que isso significou? Que a ditadura militar do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, como política oficial de Estado enformada por sua doutrina de *guerra política, supervisionava todas as Conferências* da WACL, controlando-a operacionalmente e utilizando-a como um órgão governamental de Taiwan.

O artigo 18 do Estatuto definiu, ademais, que “o Secretário-Geral da Liga servirá como Secretário Geral do Conselho” e “quando a Conferência Geral não estiver em funcionamento, caberá ao Conselho discutir qualquer assunto que venha a ser considerado dentro dos objetivos deste Estatuto e terá autoridade para agir em nome da Liga, no que diz respeito a qualquer dos encargos a ela confiados pela Conferência Geral” (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 31). Incumbiu-se ao Conselho o preparo da “agenda provisória da Conferência Geral” e a seleção de “propostas e outros assuntos a serem submetidos a estudo na Conferência Geral” (art. 18) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 31). O Conselho deveria se reunir “uma vez por ano em território de qualquer um dos membros da Liga”, podendo convocar “uma reunião extraordinária” quando necessária “mediante pedido de um terço dos membros do Conselho”, desde que “entre eles esteja o membro representante da entidade que propõe a promover a reunião” (art. 20) e que contasse com a aprovação de “todas as decisões tomadas nas reuniões do Conselho” por “maioria de votos dos membros presentes” (art. 21) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 32).

Finalmente, o “Quadro Executivo” da WACL deveria ser “composto de não mais que treze membros eleitos por e dentre os membros do Conselho por um período de três anos ou até a eleição de um novo Quadro durante a próxima reunião do Conselho, sendo o presidente do Conselho um ex-membro do Quadro Executivo” (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 32). Isso “sob a condição de que um representante da organização internacional de jovens”, isto é, a WYACL, “devidamente autorizado, seja um dos 13 membros eleitos e contanto que também um dos treze membros eleitos seja um representante autorizado das organizações de libertação nacional dos países subjugados

pelo imperialismo russo e pelo comunismo na União Soviética e países satélites” (art. 22) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 32). “O Presidente e o Secretário Geral da Liga” deveriam servir “de Presidente e Secretário Geral do Quadro Executivo, respectivamente” e, “quando o Conselho não estiver reunido, o Quadro terá autoridade para discutir e dar prosseguimento a assuntos de competência do Conselho” (art. 22) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, pp. 32-33). Ainda, “o Presidente pode convocar o Quadro Executivo a qualquer tempo e mediante pedido de cinco membros do Quadro, uma vez que entre eles esteja o membro representante da entidade que se propõe a promover a reunião” (art. 23) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 33).

Enfim, o “Secretariado Permanente” da WACL, agindo “sob instruções do Quadro Executivo”, deveria ser nomeado pela Liga (art. 23), responsabilizando-se “pela execução de encargos a ele confiados pelo Quadro Executivo e também através de trabalho coordenado em cooperação entre as unidades membros da Liga” (art. 24) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 33). “O Secretariado Geral será eleito por ocasião da Conferência Geral, para um mandato de três anos”, responsabilizando-se “pela administração do Secretariado. O salário do Secretário Geral será garantido pelas entidades membros da Liga” (art. 25) e “as normas para a organização do Secretariado serão determinadas separadamente mediante aprovação do Conselho” (art. 27) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 33). Mas, quem pagou a conta do vultoso orçamento exigido pelas operações do Secretariado da WACL? O Capítulo VII do Estatuto, disciplinando as “Finanças” da WACL, dispôs que **“as despesas necessárias para a manutenção do Secretariado serão pagas principalmente pela entidade membro em cujo território se localize o Secretariado”** (art. 28) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 33, grifo meu).

E em qual país estava sediado o Secretariado da WACL? A Coreia do Sul do general Park Chung-hee. Portanto, se o artigo 18 do Estatuto garantiu à ditadura militar de Taiwan o monopólio da presidência honorária da WACL responsável – via Ku Cheng-kang – pela *supervisão* de *todas as Conferências* da Liga, o artigo 28 do Estatuto incumbiu a ditadura militar da Coreia do Sul do pagamento das *despesas necessárias para a manutenção do Secretariado*.

Nesse sentido, a WACL pode ser considerada uma *joint venture* entre os ditadores Chiang Kai-shek e Park Chung-hee, assim como a APACL fora uma primeira associação entre o *generalíssimo* e Syngman Rhee. Outras despesas destinadas “para os projetos e programas do Secretariado da WACL serão pagas pelos outros membros da Liga, através de taxas de sócio e outros subsídios” (art. 28) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 33). E “as despesas necessárias para a preparação e melhorias da Conferência Geral, excluindo as despesas de viagem dos delegados participantes, serão pagas pela entidade membro em cujo território a Conferência terá lugar” (art. 29) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 33). Ou seja, o “Capítulo” nacional da WACL que organizasse e hospedasse uma conferência anual deveria arcar com os custos operacionais de sua realização. O último Capítulo (VIII) do Estatuto, ao prescrever as “Provisões Suplementares” às finanças da WACL, estabeleceu que emendas estatutárias deveriam ser “feitas mediante votação de três quartos das unidades membros presentes na Conferência Geral, uma vez que as emendas selecionadas tenham sido submetidas por mais de um décimo dos membros regulares e recebidos pelo Secretariado com um requerimento de circulação, seis semanas antes da realização da Conferência Geral” (art. 30) (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 34). Por último, o Estatuto explicitou que a estrutura organizacional da WACL derivou da APACL, seu eixo matricial, dispondo que “**as entidades membros da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos serão automaticamente consideradas membros pelo presente Estatuto**, a não ser que elas expressamente renunciem à sua situação de membro da WACL” (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0405.D0001.DE0001, p. 34, grifo meu).

Nota-se, portanto, que o Estatuto da WACL reconheceu uma processualidade concreta, isto é, o fato de que a Liga Mundial Anticomunista derivou historicamente da APACL, criada em 1954 na Coreia do Sul de Syngman Rhee. Além disso, como prescreveu seus artigos 18 e 28, respectivamente, o Estatuto da Liga garantiu a Taiwan de Chiang Kai-shek – por meio de seu preposto Ku Cheng-kang – o monopólio da *presidência honorária* da Liga para *supervisionar todas suas Conferências anuais*, e encarregou a Coreia do Sul de Park Chung-hee do custeio operacional do Secretariado da WACL. Em suma, se a WACL foi uma *joint venture* do anticomunismo transnacional, ela esteve *nucleada* pelas ditaduras militares da Coreia do Sul e de Taiwan. Também nesse aspecto, seguiu fielmente a experiência pioneira das redes anticomunistas

congregadas na APACL, *joint venture* da contrarrevolução capitalista regional nucleada pelo *generalíssimo* Chiang Kai-shek e pelo autocrata Syngman Rhee, depois substituído pelo general Park Chung-hee.

De outra parte, o Estatuto fixou a necessidade de criação dos *Organismos Regionais* da WACL (art. 10) e, até 1971, somente a APACL funcionava como um órgão regional efetivo da Liga, embora de fato fosse seu núcleo matricial. Como visto ao longo deste CAPÍTULO 4, desde sua I Conferência em 1967, a WACL buscou criar um organismo regional na América Latina. A primeira tentativa nesse sentido foi a chamada Liga Anticomunista Latinoamericana (LAL) que, todavia, não vingou. O cubano anticastrista Emilio Portuondo, intimamente ligado à CIA, serviu como seu presidente. Apeles E. Marquez, presidente da antissemita *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA), foi indicado como secretário-geral da LAL e, para estruturá-la, manteve estreito intercâmbio com o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang. O mexicano Jorge Prieto Laurens, dirigente da CIDC, fora então nomeado vice-presidente da LAL. Nesse processo de reorganização dos anticomunistas latino-americanos, sob coordenação de E. Marquez, o argentino assegurou a Ku Cheng-kang que incluiria velhos amigos da APACL como o almirante brasileiro Carlos Penna Botto e o jornalista Daniel Faleroni, respectivamente, presidente e dirigente argentino da CIDC. Como visto, essa primeira tentativa não deu certo e, em algum momento, a LAL – cuja criação foi anunciada pelo cubano Portuondo na I Conferência da WACL em 1967 – deixou de povoar as páginas da *Asian Outlook*.

Entretanto, a WACL conseguiria criar seu organismo regional na América Latina de fato apenas em 1972, isto é, no exato momento em que realizou o seu “giro às Américas”, alguns meses depois que o presidente Richard Nixon encontrou-se em Pequim com Mao Tse-tung. O início da *detente* entre EUA e República Popular da China (RPCh) seria especialmente catastrófico para Taiwan, eixo estruturante da Liga que então propulsionou o “giro da WACL” para o continente americano. Eis que, depois de realizar sua reunião executiva em dezembro de 1971 na capital dos EUA, a WACL celebraria sua VI Conferência na Cidade do México em agosto de 1972. Nessa primeira conferência anual fora da Ásia, criou-se a *Confederación Anticomunista Latinoamericana* (CAL), o *Organismo Regional* da WACL na América Latina, objeto do próximo CAPÍTULO 5.

## **CAPÍTULO 5 - A Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL): o giro às Américas da WACL e a criação da CAL, protótipo e gestão da Operação Condor**

O giro às Américas da WACL ocorreu em 1972. Nesse ano, a Liga Mundial Anticomunista realizou o seu primeiro congresso anual fora do continente asiático, escolhendo precisamente o México como o primeiro país latino-americano para o lançamento de seus tentáculos e cabeças-de-ponte no continente americano. Jorge Prieto Laurens, o “velho” amigo mexicano, primeiro da APACL, depois da WACL, contribuiu para o enlace e estabelecimento da conexão mexicana da Liga Mundial Anticomunista. Como visto no CAPÍTULO 3, Prieto Laurens foi o anfitrião do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina que reuniu, em 1954, uma espécie de primeira “Internacional Anticomunista” latino-americana, com ajuda logística e financiamento da CIA, no marco do Plano PBSUCCESS. Essa operação para derrubada do presidente da Guatemala Jacobo Arbenz, via golpe de Estado, foi autorizada pelo presidente Eisenhower e operacionalizada pela CIA. A partir dessa primeira rede transnacional anticomunista da América Latina, conforme estudado, surgiu a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Esta foi formalizada no Brasil, em 1955, no II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, que entregou a presidência vitalícia da CIDC não a um “incontrolável” anticomunista mexicano como Prieto Laurens, mas sim a um ultradisciplinado almirante reacionário, *muy* “amigo” do “Tio Sam”: o ex-integralista Carlos Penna Botto.

Sob a presidência transnacional do “folclórico” Penna Botto – como o destrata certa vertente historiográfica –, a CIDC reuniu-se em congressos no Brasil (1955), Peru (1957) e Guatemala (1958). Coube ao México e à CIDC, sob a direção de Penna Botto e Prieto Laurens, conforme visto no CAPÍTULO 3, a missão de organizar e recepcionar na Cidade do México, em 1958, um projeto-piloto para criar uma “Internacional Anticomunista” que, naquela ocasião, não frutificou conforme o planejado. Essa Conferência Preparatória de 1958 não atingiu o seu objetivo principal, a saber: convocar futuramente um Congresso Mundial Anticomunista. O motivo? Recorde-se: Marvin Liebman, um ex-comunista judeu convertido a *fundraiser* conservador, fora encarregado de organizar o futuro encontro internacional anticomunista. Todavia, logo renunciou do cargo e levou junto seus associados norte-americanos que também “sonharam” com uma “Internacional Anticomunista” ao lado dos principais organizadores da Conferência Preparatória

de 1958: o já detalhado “quarteto fantástico” composto pela CIDC, APACL, ABN e CIAS. Liebman havia “descoberto” a presença de indivíduos e organizações antisemitas dentro dessas redes e organizações que teria de coordenar para ser capaz de realizar a missão que o “quarteto fantástico” lhe incumbira na Cidade do México: organizar o “tão sonhado” Congresso Mundial Anticomunista.

Contudo, se fracassou o “ensaio geral” no México de 1958, coordenado entre a CIDC, a APACL, o ABN, o CIAS e seus “amigos” norte-americanos, o projeto de criação de uma Liga Mundial Anticomunista frutificou posteriormente, em 1966, na Coreia do Sul do ditador-general Park Chung-hee. A CIDC presidida pelo almirante Penna Botto e vice-presidida por Prieto Laurens, embora perdendo fôlego desde então – incapaz de realizar seus congressos regionais após 1958 – não deixaria de participar, contudo, do processo de criação da WACL e de seu primeiro ciclo asiático de conferências entre 1967 e 1971. Sem apresentar a disposição contrarrevolucionária que mantivera entre 1954 e 1958, a CIDC, embora participando da construção da WACL e de suas primeiras conferências asiáticas, não foi capaz de firmar-se como o braço latino-americano da recém criada Liga Mundial Anticomunista. Como visto no CAPÍTULO 4, Prieto Laurens reclamou ao presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang sobre a “injustiça” da incorporação da CIDC como simples “membro associado”, sem direito a voto, na WACL. Lamentou o mexicano a Ku Cheng-kang, membro do Comitê Central do Kuomintang, esse “rebaixamento” da CIDC e dos “velhos” amigos da APACL, com quem os confederados anticomunistas teriam uma parceria de longa data, precisamente desde 1955.

Seja como for, diante do ocaso da CIDC, a WACL passou a apostar em outros (e novos) “amigos” latino-americanos para a empreitada, entre eles o argentino Apeles E. Marquez e o cubano Emilio Nunez Portuondo. Marquez, presidente da *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA), integrou o primeiro Conselho Executivo da WACL, no biênio 1967-68. Já Nunez Portuondo, ex-embaixador da ditadura de Fulgencio Batista nos EUA (1952-1958) e ex-primeiro-ministro cubano (1958), foi eleito presidente provisório da intentada *Latin American-anticommunist League* (LAL). Como visto no CAPÍTULO 4, a LAL fora criada na I Conferência da WACL, em 1967, em Taipei. Tratou-se da primeira tentativa da WACL de inaugurar o seu próprio órgão regional na América Latina.

Se Nunez Portuondo foi o presidente provisório da LAL, E. Marquez foi o seu secretário provisório e o mexicano Prieto Laurens o seu vice-presidente provisório. Sob orientações do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, conforme mencionado, o argentino E. Marquez – cuja FAEDA chegou a ser caracterizada como antissemita – foi instruído a fundir os elementos “sadios” da CIDC. Entre os sãos estariam o almirante brasileiro Penna Botto, o mexicano Prieto Laurens e o argentino Alberto Daniel Faleroni, que deveriam ser reintegrados à nova rede anticomunista latino-americana, projetada em Taiwan durante a I Conferência da WACL. A LAL, sem embargo, por motivos até hoje desconhecidos e não investigados pela historiografia, não vingou como o novo órgão regional da WACL na América Latina.

Todavia, se é verdade que nove anos transcorreram entre a criação da WACL em Taiwan (1967) e o “fracasso” da Confederação Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Libertação e Liberdade (o “ensaio geral” de 1958 no México), o “sonho” da LAL – a saber, um órgão regional para a Liga Mundial Anticomunista chamar de seu na América Latina – só teve de esperar cinco anos para ser concretizado. Isso porque a empreitada vingou, em 1972, no México, sob os auspícios do “Capítulo” mexicano da WACL: a *Federación Mexicana Anticomunista del Occidente* (FEMACO). A FEMACO foi criada em 1967 por velhos e novos “amigos” mexicanos da WACL. Entre os primeiros, encontrava-se o combatente veterano Prieto Laurens e, entre os novos aliados mexicanos da Liga, destacou-se a figura de Raimundo Guerrero que, como visto, já mantinha contatos com a WACL, pelo menos, desde 1970.

Prieto Laurens era, como observado no CAPÍTULO 3, um veterano entre os “cruzados” anticomunistas do México. Como presidente da Frente Popular Anticomunista de México (FPAM), ele organizou – com supervisão e financiamento (25 mil dólares) da CIA – uma “smoke-screen operation” com o objetivo de dar um toque “regional”, *latinoamericano*, a um golpe *made in USA*: a derrubada do presidente da Guatemala Jacobo Arbenz, em 1954, pelo Projeto PBSUCCESS. Em 1970, Prieto Laurens representou a CIDC na V Conferência da WACL de 1970 no Japão. O mexicano, de fato, estava em ascensão na CIDC na medida em que Penna Botto, presidente vitalício da organização desde 1955, afastava-se da militância. O velho almirante viria a falecer em 1973. Naquele mesmo conclave, o mais novo (se comparado a Prieto Laurens) mexicano aliado da WACL era Raimundo Guerrero. No Japão, em 1970, ele representou a FEMACO, que se consolidaria como o “Capítulo” mexicano definitivo da WACL.



Logo após o término da V Conferência da Liga em Tóquio, inclusive, ambos os mexicanos foram convidados a Taiwan. O lugar-tenente do generalíssimo Chiang Kai-shek na WACL/APACL, seu presidente honorário Ku Cheng-kang, habitualmente convidava alguns participantes das conferências anuais da APACL e da WACL para um *tour* em Taiwan. Prieto Laurens e Raimundo Guerrero, então, visitaram a ditadura militar de Chiang Kai-shek, ciceroneados pelo *entourage* de Ku Cheng-kang, entre 21 e 26 de setembro de 1970. Naquela altura, portanto, ambos já eram os quadros diretores da FEMACO. Prieto Laurens, em um cargo mais simbólico, era o presidente honorário da FEMACO. Raimundo Guerrero era o seu presidente em exercício. Antes de proceder à caracterização histórica e ideológica desse grupo da ultradireita que se consolidaria como o “Capítulo” mexicano da WACL, é preciso examinar, como sempre, sua gênese mais remota, ou seja, sua “pré-história”.

É por onde se começa, buscando reconstituir o itinerário de surgimento e o perfil dos líderes da FEMACO, os assim chamados tecos de Guadalajara, Jalisco. Somente depois, portanto, este CAPÍTULO 5 demarcará o papel protagonista dos tecos da FEMACO na organização da primeira conferência anual da WACL fora da Ásia: a VII Conferência da Liga Mundial Anticomunista realizada, em 1972, na Cidade do México. A FEMACO destacar-se-ia também por seu empenho na concretização do “projeto LAL”. Isto é, a FEMACO ajudaria a Liga Mundial Anticomunista a constituir seu próprio órgão regional na América Latina, o primeiro fora da Ásia: a Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL). A CAL seria, portanto, “a LAL que deu certo”. A CAL, criada e hegemonzada pela FEMACO, suplantaria, enfim, a LAL de Emilio Nunez Portuondo, presidente da *Representación de Cuba en Exilio* (RECE), e do argentino Apeles E. Marquez, presidente da *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA). Para compreender a FEMACO, que suplantou seus rivais e consagrou-se não apenas como o “Capítulo” mexicano da WACL, mas sobretudo como a organizadora de seu braço político-militar na América Latina (CAL), é preciso resgatar a “pré-história” do tecos de Jalisco.

Se é por aí que se inicia este CAPÍTULO 5, logo na sequência buscar-se-á evidenciar a “coincidência” entre as coordenações repressivas incubadas a partir de 1972 na CAL com aquelas formalizadas pelas ditaduras sul-americanas de Segurança Nacional, em 1975, no Chile de Pinochet. No momento oportuno, serão analisados os Congressos da CAL – públicos e secretos – no México em 1972, no Paraguai em 1973 e no Brasil (por duas vezes) em 1974. Serão também

reconstituídas as principais conferências anuais da WACL do período: a VI de 1972 no México, a VII de 1974 nos EUA e a VIII de 1975 no Brasil. Será analisada, em especial, a meteórica ascensão do “Capítulo” brasileiro no complexo WACL/CAL, a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES), cuja gênese remota, no marco da conspiração do pré-1964 brasileiro, será estudada. Espera-se demonstrar ao final deste CAPÍTULO 5 como a WACL, com seu “giro” às Américas em 1972 e a subseqüente criação da CAL, atingiu um inaudito entrosamento repressivo com as ditaduras militares, os governos anticomunistas e as organizações da extrema-direita da América Latina. Nesse sentido, de 1971 a 1975, o complexo WACL/CAL pode ter servido de “incubadora” de *um dos protótipos* do Sistema Condor, o programa “antissubversivo” de Coordenação, Inteligência e Segurança pactuado no Chile, em 1975, pelas ditaduras militares que governavam a América do Sul. Porém, antes de se chegar à análise desses nexos repressivos entre o Sistema Condor e a CAL – objeto do APÊNDICE também –, é preciso começar pela gênese histórica do grupo que matrizou este braço político-militar da Liga Mundial Anticomunista na América Latina: os tecos de Jalisco, dirigentes da FEMACO.

### *5.1. Contrarrevolução mexicana e guerra de guerrilhas cristera (1926-1929): a “pré-história” da Federação Mexicana Anticomunista do Occidente (FEMACO)*

Para além do velho anticomunista Prieto Laurens, responsável por conectar o México com a CIDC, a APACL e o ABN desde meados da década de 1950, Raimundo Guerrero assumiria, de fato, a liderança incontestável desse “Capítulo” mexicano da WACL a partir de 1967. Porém, antes de reconstituir essa concretude e processualidade históricas, faz-se necessário analisar o “predecessor” e o recrutador de Guerrero para a “cruzada” anticomunista, o teco Carlos Cuesta Gallardo, bem como a gênese histórica e *locus* geográfico da futura FEMACO: a Universidade Autónoma de Gualajara (UAG). Cuesta Gallardo havia sido responsável, antes da criação da FEMACO, pelo recrutamento de “um jovem intelectual mexicano, Raimundo Guerrero, para sua causa. Guerrero conseguiu recrutar outros estudantes e acadêmicos de direita para a sociedade secreta dos Tecos e, com o tempo, assumiu abertamente sua liderança. O poder real, no entanto, permaneceria sempre com o sombrio Cuesta” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 74).

Isto é, Cuesta Gallardo e seu “pupilo” Guerrero, antes de figurarem na década de 1960, respectivamente, como chefe oculto e chefe ostensivo da FEMACO, foram os responsáveis por

organizar os chamados *tecos* – corujas, em espanhol –, um movimento da extrema-direita na região de Jalisco, na parte ocidental do México, que teve como seu “quartel-general” a UAG. Fundada em 1935 pelo ativista católico Agustín Navarro Flores como um “banker” da contrarrevolução mexicana, isto é, a reação ultraconservadora à consolidação das políticas educacionais e clericais da Revolução Mexicana de 1910, “la Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG)” (...) había fungido como emblema de la resistencia conservadora frente al ‘socialismo’ oficial, el Estado laico y el comunismo, lucha encabezada por la Federación de Estudiantes de Jalisco (FEJ) y los llamados ‘Tecos’, una sociedad secreta creada por el líder estudiantil Carlos Cuesta y financiada por los Leño, acaudada familia jalisciense” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 12).

Tanto a UAG quanto os *tecos*, e posteriormente a FEMACO, deitaram suas raízes históricas e ideológicas no assim chamado movimento de “los cristeros” de Jalisco, estado do México ocidental que tem a cidade de Guadalajara como sua capita política. A rebelião dos *cristeros* consistiu em uma reação das classes proprietárias locais e da hierarquia da Igreja católica do México às políticas educacionais oriundas da Revolução Mexicana de 1910. No “cerro de Tolimán”, nos Altos de Jalisco, registrou-se na década de 1920 “una de las batallas más importantes del ejército contra los cristeros. En un ambiente caldeado con gritos y cánticos guerreros, cinco mil jóvenes hicieron el juramento cristero y luego comulgaron” (BUENDÍA, 1985: 48).

Os *cristeros* representaram, pois, um enclave da contrarrevolução mexicana e, no destaque de um dos maiores jornalistas do México, Manuel Buendía, “se dijo – a través de portavoces de la ultraderecha – que la concentración había sido realizada como un acto de apoyo a los obispos mexicanos que han repudicado la política educativa del gobierno [pós-revolucionário]. Precisaron los portavoces que los cinco mil jóvenes, habían prometido **‘dar su vida por defender los derechos de Díos y de la Patria’**” (BUENDÍA, 1985: 48, grifo meu). Historicamente, “el movimiento armado, conocido como la REBELION DE LOS CRISTEROS, REVOLUCION CRISTERA [*sic*] o simplemente la CRISTIADA”, explicam Gerardo Sánchez D. e Gloria Carreño A., “se dio en algunas partes del país entre 1926-29, especialmente en los estados de Jalisco (los Altos), Zacatecas, Guanajuato (Bajío) y en el suroeste de Michoacán y que corresponde al distrito de Coalcomán” (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 243).

La rebelión de los cristeros, que fue una de las más aciagas para el ejército nacional en la época postrevolucionaria, fue motivada por la reacción de la burguesía clerical-

terrateniente ante las medidas tomadas por el gobierno del general Plutarco Elías Calles. Una de ellas: la reglamentación en materia de cultos plasmado en el artículo 130 Constitucional, desató airadas protestas del clero y la formación de la Liga Defensora de la Libertad Religiosa (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 244)<sup>424</sup>

A Liga *cristera* contou com “el apoyo del Vaticano y también con algunas organizaciones católicas norteamericanas y de algunos países sudamericanos, a la vez que se tenían simpatías de parte de compañías petroleras que también se veían afectadas en sus intereses por el artículo 27 de la Constitución y la reglamentación correspondiente” (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 245). “La estrategia militar utilizada por los cristeros en el distrito de Coacomán fue una guerra de guerrillas” (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 250) que contou com inegável componente popular, já que “los campesinos de una manera inconsciente defendieron a Cristo Rey y a los intereses de los terratenientes, quienes luchaban por un motivo económico: porque el reparto de tierras no afectara sus propiedades. Estos terratenientes se valían en gran medida de curas comprados, quienes desde el púlpito azuzaban a las gentes hacia la defensa de la religión” (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 254-255). Depois que o Exército reprimiu essa *guerra de guerrilhas* contrarrevolucionária, “el movimiento cristero sirvió también para frenar la lucha agraria que se inició en la región en 1930, formándose, posteriormente, la Unión de la Pequeña Propiedad, que encubrió a muchos latifundistas, contando con el respaldo del general Cárdenas, quien se había comprometido con los antiguos jefes cristeros para que sus propiedades no fueran afectadas” (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 255).

“Al término del conflicto cristero, la economía estaba arruinada y desorganizada, por otra parte, la Reforma Agraria fue un fracaso en la región, lo que trajo como consecuencia la aparición de un fenómeno que está presente hasta nuestros días: el bracerismo” (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 255). Foi, portanto, num contexto de guerra civil aberta contra o Exército mexicano, bem como valendo-se da estratégia militar da guerra de guerrilhas, que, “para defender a Igreja e lutar, a Legião do Cristo Rei [*Cristo Rey*], ou ‘*los Cristeros*’, foi criada. Os contrarrevolucionários Cristeros eram um exército secreto que, como os Santos Guerreiros das cruzadas, em quem se

---

<sup>424</sup> A guerra cristera (1926-1929) “fue el conflicto armado que enfrentó al gobierno mexicano con el pueblo católico, en su mayoría campesino. Tal conflicto estalló cuando el gobierno de Plutarco Elías Calles intentó aplicar la Constitución de 1917 en su reglamentación sobre las iglesias. Dos reglas fueron insoportables para la iglesia católica: la oblicación de los sacerdotes a inscribirse ante la Secretaría de Gobernación y la facultad del Estado para decidir el número de sacerdotes convenientes en cada espacio del país” (LÓPEZ MACEDO, 2010: 141).

inspiravam, iam para a batalha com a benção dos sacerdotes” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 72).

A contrarrevolução mexicana assumiu, assim, o aspecto de “uma guerra santa”, e os cristeros “estavam totalmente preparados para morrer por seu Deus e pela Virgem Maria contra os ‘satanistas’” e, “na luta que se seguiu, que levou dezenas de milhares de vidas mexicanas, os Cristeros desempenharam seu papel” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 72). Tropas de Maria” foi um dos nomes que os cristeros adotaram “y su himno de guerra era: ‘Tropas de María/Vamos a la guerra/no se quede nadie/sigan la bandera./Nuestros contrarios/ya nos esperan/rezando el rosario/vamos a la guerra’” (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 249). Na década de 1930, “os Cristeros estavam oficialmente dissolvidos”, mas no mesmo período “um padre jesuíta francês, Bernardo Bergoend, buscou unir a oposição católica mexicana para combater o governo anti-Igreja que fora instalado” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 72). O jesuíta Bergoend, então, “elaborou um plano para uma organização dupla; um grupo se preocuparia com ações políticas em massa, e o outro ficaria dedicado a ações sociais. Na realidade, as organizações de massa seriam dirigidas de cima por uma liderança selecionada, ou seja, uma sociedade secreta” – *los tecos* (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 72).

Dessa forma, no marco da contrarrevolução mexicana entrelida e empreendida como uma “guerra santa” ou “cruzada”, nasceu o moderno movimento dos *tecos* de Jalisco. Conforme explicaria Stefan Possony, diretor do Departamento Internacional do Hoover Institution na Califórnia, ele próprio um ativo militante do primeiro “Capítulo” norte-americano da WACL – o *American Council for World Freedom* (ACWF) –, “Os Tecos ... representavam a liderança de fato deste complexo inteiro. ... Os membros, especialmente os mais jovens, deveriam lutar, onde e quando fosse indicado, pelos interesses da Igreja e do país” (POSSONY *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 72).

### *5.1.1. Os tecos da Universidade Autónoma de Guadalajara (UAG): o filonazista Carlos Cuesta Gallardo e seu lugar-tenente Raimundo Guerrero*

A sede dos tecos propriamente foi estabelecida na Universidade Autónoma de Guadalajara (UAG), fundada em 1935 pelo ativista católico Agustín Navarro Flores. O “quartel-general” da UAG contaria também com uma rede transnacional de expoentes do integrismo

ultracatólico, como os clérigos Bernardo Bergoend (França), Julio Meinvielle (Argentina) e Joaquín Sáenz Arraiga (México). A UAG, como adiantado, “había fungido como emblema de la resistencia conservadora frente al ‘socialismo’ oficial, el Estado laico y el comunismo, lucha encabezada por la Federación de Estudiantes de Jalisco (FEJ) y los llamados ‘Tecos’, una sociedad secreta creada por el líder estudiantil Carlos Cuesta [Gallardo] y financiado por los Leño, acaudalada familia jalisciense” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 12).

De acordo com os irmãos Anderson, foi Cuesta Gallardo o responsável pela “fascistização” dos tecos, até então “basicamente católicos e tradicionalistas devotos que pegaram em armas para defender a velha ordem estabelecida. Isso mudou, no entanto, depois da Segunda Guerra Mundial. **Pelos esforços de dois homens, um nazista mexicano que havia passado a Segunda Guerra Mundial na Alemanha e um padre jesuíta argentino que admirava Hitler** [Julio Meinvielle], **os Tecos tornaram-se mentores espirituais para muitos dos movimentos neonazistas do continente e, eventualmente, os coordenadores dos esquadrões da morte por toda a América Central**” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 73, grifo meu). “**Carlos Cuesta Gallardo, o criador dos Tecos atuais, passou a Segunda Guerra Mundial em Berlim**” e, conforme uma indicação dos Anderson que precisa ser aprofundada pela historiografia, ele “foi quase certamente usado pelos alemães na esperança de estabelecerem um exército mexicano privado que fosse simpático aos objetivos nazistas na fronteira sul dos Estados Unidos” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 73, grifo meu)<sup>425</sup>.

No pós-II Guerra Mundial, Cuesta Gallardo retornou ao México, assentando-se em Guadalajara, capital de Jalisco, “o lar histórico dos Cristeros”, permanecendo “um fervoroso fascista e antissemita” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 73). De volta ao México, o filonazista “vislumbrou o renascimento dos Tecos, desta vez comprometidos não apenas a combater os anticlerigos no México, mas também a lutar contra todos os inimigos onde quer que existissem, por todo o mundo” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 73). Entre os inimigos dos tecos, encontravam-se “**os judeus dos Estados Unidos, os maçons e a maior parte da hierarquia da**

---

<sup>425</sup> Teria o Anti-Komintern de Eberhardt Taubert, organização “privada” secretamente subordinada ao Propagandaministerium de Joseph Goebbels, estabelecido algum contato com o “mexicano nazista” Carlos Cuesta Gallardo? Ou alguma outra agência do III Reich? Como visto nos CAPÍTULO 3 e 4, coubera ao Anti-Komintern a missão de aglutinar anticomunistas de todo o mundo em uma “tão sonhada” Internacional Nazista. Quais teriam sido os contatos filonazistas mexicanos? Outras pesquisas, oxalá, poderiam responder a essas perguntas.

**Igreja do Vaticano, pois todos eles, de acordo com Cuesta Gallardo, eram conspiradores na trama judaico-maçom-comunista para dominar o mundo**” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 73-74, grifo meu). O velho espectro nazista, portanto, em solo mexicano. Nessa empreitada do pós-guerra, Cuesta Gallardo “poderia listar entre seus aliados os ‘padres nazistas’ que havia conhecido quando estava na Alemanha. Estes clérigos católicos haviam colaborado com a Alemanha e seus aliados durante a guerra” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 74).

Muitos desses “padres” que imigraram da Alemanha nazista derrotada para o México nunca tinham sido, inclusive, verdadeiros clérigos, “mas eram criminosos de guerra comuns que, com a ajuda da Igreja, vestiram mantos para facilitar sua fuga (...) por toda a Europa Ocidental e América Latina” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 74). Graças a rede de contatos construída na Alemanha de Hitler por Cuesta Gallardo, ademais, **“os laços atuais dos Tecos ao ‘líderes religiosos’ da Ustasha croata e da Guarda de Ferro romena certamente datam do período de seu líder em Berlim”** (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 74, grifo meu). Em especial, **“os Tecos tem fortes laços com os fascistas da Guarda de Ferro romena de Horia Sima na Espanha, e poderia ser mais do que mera coincidência que as ‘células’ dos Tecos fossem compostas por treze seguidores, o mesmo número nos ‘ninhos’ da Guarda de Ferro”** (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 74, grifo meu). Seria esse o perfil histórico-ideológico do filonazista Cuesta Gallardo, o recrutador, no pós-guerra, do então jovem dirigente estudantil Raimundo Guerrero, que “conseguiu recrutar outros estudantes e acadêmicos de direita para a sociedade secreta dos Tecos e, com o tempo, assumiu abertamente sua liderança” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 74).

### *5.1.2. Raimundo Guerrero e o “líder espiritual” dos tecos: o sacerdote argentino Julio Meinvielle*

Enquanto o “shadowy” Cuesta Gallardo permaneceu como “o poder real” dos tecos de Guadalajara, “do ponto de vista do velho nazista mexicano, **Guerrero era uma boa escolha para pupilo**” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 74, grifo meu). Raimundo Guerrero serviria como agente de enlace dos tecos, sob a direção do “nazista mexicano” Cuesta Gallardo, com o padre e teólogo jesuíta argentino Julio Meinvielle. Este seria transformado no “pai espiritual” da extrema-direita mexicana aquartelada na Universidade Autónoma de Guadalajara (UAG). Assim que, sob os auspícios de Cuesta Gallardo, “un mando teco fue a Buenos Aires en 1952 y conoció al

sacerdote Julio Meinvielle” e, desde então, “los textos del argentino y sus conferencias fueron referencias obligadas para el grupo mexicano” (JIMÉNEZ, 2015). **“Em 1952, Guerrero foi enviado para Buenos Aires para representar o México em uma conferência da Organização Universitária Mundial. Lá ele fez contato com outros grupos neonazistas de estudantes do mundo todo”** (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 74, grifo meu).

A visita que Raimundo Guerrero fizera à Argentina em 1952 contribuiu para o estabelecimento de laços duradouros dos tecos mexicanos “com a Liga Árabe anti-Israel” e, além disso, “foi em Buenos Aires que Guerrero entrou em contato com o padre jesuíta Julio Meinville” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 74). Esse jesuíta era já naquela altura um consagrado teólogo do integrismo, de perfil antissemita, **“um ideólogo argentino de extrema direita que lançou ataques literários mordazes contra as ‘pragas’ do mundo: judeus, maçons e liberais da Igreja Católica”** (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 74, grifo meu). Em 1952, esse ideólogo antissemita do integrismo “já era o líder espiritual dos Tacuaras, uma sociedade secreta argentina de neonazistas, e viria a assumir o mesmo papel para os Tecos. Seus livros de ódio, incluindo tratados como O Judeu [*The Jew*], A Cabala do Progressismo [*The Cabal of Progressivism*] e Entre a Igreja e o Reich [*Among the Church and the Reich*], tornaram-se bíblias para os Tecos” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 74).

O dirigente do primeiro “Capítulo” norte-americano da WACL Stefan Possony – “um professor emérito do conservador Instituto Hoover na Universidade de Stanford” –, embora fazendo uma leitura apologética da erudição do integrista argentino, não deixou de registrar que Julio Meinvielle **“produziu a abrangente interpretação da história na qual o fundamento da literatura dos Tecos é baseada. Mas ele também foi vítima de ideias obsessivas, especialmente o antissemitismo, cuja busca o levou a usar métodos questionáveis”** (POSSONY *apud* ANDERSON, ANDERSON, 1986: 75, grifo meu)<sup>426</sup>. A despeito da caracterização benevolente do jesuíta feita por Possony, como se ele fosse apenas “um acadêmico moderado”, os irmãos

---

<sup>426</sup> Possony, dirigente do American Council for World Freedom (ACWF), redigiu um memorando intitulado “The 1972-73 Leadership of WACL”. Ali, Possony circunscreveu “Meinville’s importance to the Mexican neo-Nazis”. O professor do Hoover Institution, embora tenha criticado “as ideias obsessivas, especialmente o antissemitismo”, do integrista argentino, “nonetheless portrayed the Argentine in a favorable light: **‘He is a theologian with knowledge in the social sciences, and he is far more scholarly and also more moderate [sic] than the rest [of Tecos]. He is knowledgeable on many aspects of Communism, about which he wrote with wisdom and insight’**” (POSSONY *apud* ANDERSON, ANDERSON, 1986: 75).



Anderson avaliam que **“a interpretação da história que ele [Meinvielle] deu aos Tecos foi uma cheia de violência, ódio e paranoia. Para eles, praticamente todos os líderes estabelecidos, fosse no campo religioso, econômico ou político, eram traidores e ferramentas do sionismo internacional”** (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 75, grifo meu). Desde presidentes dos EUA como Franklin Roosevelt e “Harry S. (‘Solomon’, de acordo com os Tecos) Truman”, até o magnata Nelson Rockefeller, acusavam os tecos, “eram todos judeus. Assim também eram diversos líderes dos Carlistas espanhóis, um movimento conhecido por seu catolicismo ardente e apoio incondicional ao Generalíssimo Francisco Franco, e políticos conservadores e católicos por toda a América Central e América do Sul” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 75).

### 5.1.3. O “*Complot contra la Iglesia*” dos tecos: um petardo antisemita e anticomunista contra o Conselho do Vaticano II (1962)

Os tecos da UAG, portanto, encaravam “todos seus inimigos como se performassem papéis atribuídos em função do plano judaico secreto de dominação mundial” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 75). Paulatinamente, contudo, seus inimigos passaram a incluir “a Igreja do Vaticano sob o Papa João XXIII” e, contrários ao Concílio do Vaticano II iniciando em 1962, nenhum grupo integrista ultracatólico “reagiu tão amargamente ou com tanta blasfêmia quanto os Tecos mexicanos ao escreverem o *Complot contra la Iglesia*” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 75). A mais importante peça de ataque do integrismo mexicano ao Concílio do Vaticano II, referido documento “permanece sendo **um dos tratados mais agressivamente antisemitas e descaradamente pró-nazistas já escritos**”, tendo sido traduzido para inúmeras línguas e redigido por um tal de “Maurice Plinay”, pseudônimo adotado pelos verdadeiros autores do *Complot contra la Iglesia*: “a verdadeira identidade do autor do *Complot* (...) pertencia aos Tecos, especificamente a Cuesta Gallardo e Garibi Velasco, outro líder Teco; eles foram seus principais autores” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 76, grifo meu). A edição em italiano do *Complot contra la Iglesia*, inclusive, “foi distribuída no Concílio Vaticano II, causando um pequeno alvoroço” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 75).

**Devemos unir forças contra o imperialismo judeu e libertar nossos próprios povos, todos que estão sendo detidos pelos judeus, para que depois da vitória sobre o pior imperialismo que o mundo já viu ... todos os países possam formar uma organização mundial** (PINAY *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 75, 76, grifo meu)

Essa “organização mundial” que seria construída depois a “libertação” dos “povos” do cativo do “imperialismo judeu”, obviamente, não era a Organização das Nações Unidas, já que, para os tecos, **“a ONU é ‘controlada pelo poder secreto do judaísmo e da maçonaria e usada para o propósito de garantir o triunfo dos planos imperialistas engendrados pela Sinagoga’”** (PINAY *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 76, grifo meu). O *Complot contra la Iglesia* chegou a lamentar, ultrapassando os mais ardentes apologistas do III Reich, a derrota da Alemanha nazista: “Se tivessem se limitado a salvar sua nação e a Europa da ameaça mortal [judaísmo] não poderiam ser culpados e, talvez, sua louvável empreitada poderia ter sido bem sucedida” (PINAY *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 76).

Os tecos da UAG, depois de confeccionarem o *Complot contra la Iglesia* pelas mãos do “mexicano nazista” Carlos Cuesta Gallardo e Garibi Velasco, contaram também com seu próprio teólogo nessa campanha de ódio e ataque ao Concílio do Vaticano: **“O padre Saenz y Arriaga, um padre jesuíta**. No encerramento do Concílio, ele liberou um *press release* ‘assinado’ por 28 líderes católicos conservadores que **atacaram o concílio por ter ‘cedido às pressões ou ao dinheiro do judaísmo’**. A maioria das assinaturas eram forjadas, e Saenz y Arriaga foi posteriormente excomungado” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 76, grifo meu)<sup>427</sup>.

#### 5.1.4. A “estrela” do sacerdote argentino Julio Meinvielle: teólogo do integrismo antisemita

O historiador argentino Federico Finchelstein registra que o jesuíta argentino Julio Meinvielle foi o ideólogo dos Tacuaras, movimento que “representou o nacionalismo jovem no período que sucedeu o regime peronista”: “Sua base teórica estava enraizada na noção nacionalista da Cruz e a Espada tomadas de Meinvielle e do exemplo histórico do fascismo argentino durante o período entre guerras” (FINCHELSTEIN, 2014: 97). Valendo-se do termo “fascismo” argentino,

---

<sup>427</sup> Os tecos não reconheceram a autoridade do papa Paulo VI quando seu líder espiritual Joaquín Sáenz Arriaga foi excomungado por ter publicado, em 1971, *La Nueva Iglesia Montiniana*. Nela, “Sáenz Arriaga aseguraba que **la iglesia del concilio Vaticano II era la iglesia de Paulo VI, un infiltrado judío en ‘la iglesia de Dios’** (...) En la perspectiva de Sáenz Arriaga, **Paulo VI parecía estar en la línea del movimiento católico progresista y, en consecuencia, los tradicionalistas tendrían que luchar al margen de su pontificado para volver a la iglesia católica tridentina.** (...) Sáenz Arriaga se declaró defensor del Concilio de Trento y fue portador de una **ideología profundamente antisemita, se declaró en contra de una iglesia de los pobres, porque ésta, decía, ‘debe trabajar con ricos y pobres porque la desigualdad es la naturaleza del ser humano creado por Dios y, por lo mismo, es incuestionable’**” (LÓPEZ MACEDO, 2010, 142-143).

Finchelstein destaca que “Tacuara estava relacionado a um histórico ‘fascismo cristianizado’ quase perenemente apoiado pelos principais padres e intelectuais católicos do país. Como seus predecessores, também fez parte das redes do fascismo transnacional após 1945. Em suma, era claramente uma organização neofacista” (FINCHELSTEIN, 2014: 97). Entre os círculos ultranacionalistas na Argentina, o jesuída Meinvielle chegou a caracterizar o ditador e general Juan Carlos Onganía como partícipe “na **conspiração global da *sinarquía*, uma organização fictícia inventada por antissemitas, que ele denunciou como a expressão ‘governo mundial ou poder mundial secreto’**” (FINCHELSTEIN, 2014: 111, grifo meu). “Apenas os neofacistas da Tacuara poderiam tomar o regime repressivo do General Onganía como moderado” (FINCHELSTEIN, 2014: 111).

Conforme o ideário de Meinvielle – que “definió a la historia como ... ‘la mente de Dios escrita en el tiempo’”, isto é, “‘sólo a través de lo divino podrá comprenderse lo humano’” (MEINVIELLE *apud* DIAZ; ZUCCO, 1987: 42) –, “a ditadura militar de Onganía apresentava uma ‘fachada católica e direitista’ que visava, como **a *sinarquía* global como um todo, conciliar o capitalismo e o comunismo**. Como Meinvielle contou aos Tacuaras em uma entrevista, **a *sinarquía* tinha infiltrado até mesmo a Igreja, alcançando picos de ‘subversão’ cultural e ideológica**” (FINCHELSTEIN, 2014: 111, grifo meu). O historiador Finchelstein destaca que “o padre Meinvielle queria que seus Tacuaras fossem parte estrutural dessa coalizão militar clerical-fascista” (FINCHELSTEIN, 2014: 111):

**Os judeus, ele argumentou, eram centrais entre os ‘inimigos naturais’ da Igreja. As posições ‘progressistas’ dentro do catolicismo foram inspiradas por ‘Freud e Marx’. Contra essa conspiração imaginária da *sinarquía*, Meinvielle convocou à moda retro-argentina-facista um tipo nacionalista de poder militar católico** (FINCHELSTEIN, 2014: 111, grifo meu)

Como bem analisa Finchelstein, o ideário ultracatólico do integrista em questão – anticomunista de perfil antissemita – conquistaria amplamente setores do poder político argentino, inclusive, o peronismo de direita. Na década de 1970, tanto a *Triple A (Alianza Anticomunista Argentina)* de López Rega quanto o próprio Perón “também pareciam apegados a esta ideologia”, a saber, a do “sinarquismo” popularizado por Meinvielle. Perón “confirmaria” em 1972, um ano antes de ser eleito presidente da Argentina, a existência de uma “conspiração” do sinarquismo, reverberando o padre Meinvielle:

De 1946 até 1955, nós libertamos o país. Ninguém enfiou o nariz nos nossos assuntos sem levar o que merecia. Este é um país soberano. **Mas o sinarquismo internacional dirigido pela ONU, [um sinarquismo] que aqui tem operado na junção do comunismo e capitalismo, [trabalhou] contra este país libertado. O sionismo também desempenhou um papel. Assim como a Maçonaria e, infelizmente, a Igreja** (PERON *apud* FINCHELSTEIN, 2014: 114)

Um discípulo de Meinvielle – “um padre e escritor do jornal fascista *Cabildo*” – chegaria a ocupar o estratégico cargo de “reitor da Faculdade de Filosofia e Letras” na Universidade de Buenos Aires. Reproduzindo na vida universitário a cosmovisão antissemita e anticomunista de seu “guro” integrista, Sánchez Abelenda “percorria as salas de aula com um ramo de oliveira e tentava exorcizar deles os espíritos de Freud, Marx e Piaget” (FINCHELSTEIN, 2014: 119). Para Meinvielle, inclusive, “**a ‘mistura da cristandade com Freud e Marx’ representava uma ‘luta contra o sagrado’**” (FINCHELSTEIN, 2014: 119). Além de Finchelstein, autores como Miguel Galante e Adrián Jmelnizky, escrevendo “Em torno do mito da conspiração judaica”, salientam que “o padre Meinvielle traçou em seus escritos – e nos renomados Cursos de Cultura Católica que, com o apoio do episcopado nacional, constituíram-se em uma espécie de elitista universidade católica – **uma espécie de versão local dos maléficos planos dos míticos ‘sábios de Sião’**” (GALANTE; JMELNIZKY, 2007: 156). Galante e Jmelnizky resumiam, da seguinte maneira, as principais teses do sacerdote Meinvielle extraídas de “*El Judío*”, publicado originalmente em 1936 e depois reeditado em 1963: “**1) os judeus, levados por seu ódio satânico, buscam a destruição do cristianismo; 2) conspiram contra os Estados cristãos que lhes dão abrigo; 3) [...] apropriam-se dos bens dos cristãos; 4) [...] exterminam-nos, tirando-lhes a vida, quando podem**” (MEINVIELLE *apud* GALANTE; JMELNIZKY, 2007: 156).

Para Meinvielle, desde os “tempos modernos – com maçonaria e Revolução Francesa” –, os elementos semitas teriam diversificado seus instrumentos de “subversão” e “conquista” da *civilização cristã ocidental*: “**Com o capitalismo, os judeus se apoderam das riquezas do mundo, envenenam todos os povos [...] com o liberalismo e o socialismo, os judeus, donos das riquezas do mundo, envenenam todos os povos, pervertendo sua inteligência e corrompendo seu coração [...] com o comunismo, os judeus exterminam seus opositores e sujeitam os cristãos a um jugo de escravos impossível de romper**” (MEINVIELLE *apud* GALANTE; JMELNIZKY, 2007: 156). Em relação à vertente argentina da “conspiração” global do judaísmo, Meinvielle disse:

**Buenos Aires, essa grande Babilônia, oferece-nos um exemplo típico [...] Os judeus controlam aqui nosso dinheiro, nosso trigo [...] nossas carnes, nossas incipientes indústrias [...] e ao mesmo tempo são eles que semeiam e fomentam as ideias dissolventes contra nossa Religião, contra nossa Pátria e contra nossos lares; são eles que fomentam o ódio contra patrões e operários cristãos** (MEINVIELLE *apud* GALANTE; JMELNIZKY, 2007: 156)

O mito do judeu-bolchevismo, portanto, não foi monopólio do nazismo alemão. E, como ensina o historiador Federico Finchelstein, sacerdotes como Gustavo Franceschi, Virgilio Filippo e o próprio Meinvielle, **“todos eles mediante meios apoiados financeiramente pela embaixada nazista**, junto a escritores do cerne do mundo católico argentino como Hugo Wast, tiveram um lugar central na definição do estereótipo ou contramito do inimigo” e, mais importante, tiveram grande influência na “definição de um nexos entre o anti-semitismo tradicional da Igreja e as novas formas pseudobiologicistas e racistas de anti-semitismo” (FINCHELSTEIN, 2007: 186). Embora filonazista, Meinvielle buscou demarcar a diferença e superioridade do cristianismo do nazismo. Para ele, “o anti-semitismo cristão é superior ao anti-semitismo nazista” na medida em que a solução do “problema judaico” na Argentina “devia ser católica e não pagã (entenda-se nacional-socialista)” (FINCHELSTEIN, 2007: 189). De acordo com Finchelstein, no ideário de Meinvielle, “os cristãos representam Deus e os judeus, o anticristo” e, segundo o teólogo integrista argentino:

**(...) o protestantismo, o liberalismo e o comunismo são entes dirigidos pelo ‘judeu carnal’ que promove o pecado, e por intermédio dele escraviza os cristãos** [Julio Meinvielle, *Concepción Católica de la Economía*, Buenos Aires, Cursos de Cultura Católica, 1936] (...) A relação entre essa abordagem delirante e a realidade argentina da década de 1930 é para Meinvielle evidente. **Contra o caos promovido (liberalismo e comunismo), o padre propõe um ‘remédio humano’: a violência nacionalista. Frente ao domínio judaico na política, econômica, educação e imprensa, Meinvielle adverte sobre a perniciosidade da ‘mistura de judeus e cristãos’.** Um dos aspectos mais preocupantes para ele é aquele relacionado com a mais grave das características judaicas: a ênfase extrema na corporalidade e na sexualidade entendidas como antíteses do espiritual cristão (FINCHELSTEIN, 2007: 189)<sup>428</sup>

---

<sup>428</sup> “A instauração de ‘moldes judaicos’ na mentalidade dos argentinos representa para Meinvielle a confirmação de seus temores sobre o advento do pecado por intermédio da cultura popular que ele identifica com o judaico: **‘os judeus dominam no amplo setor das diversões, e assim eles impõem as modas, controlam os bordéis, monopolizam o cinema e as estações de rádio, de modo que os costumes dos cristãos vão se modelando de acordo com suas imposições’.** Para o sacerdote, ‘Buenos Aires, esta grande Babilônia’ representa a forma ideal de um domínio judaico que de toda forma abrange em seu relato todo o país: ‘Onde o judeu não domina? Aqui em nosso país, que ponto vital há em nossa região em que o judeu não esteja se beneficiando com o melhor de nossa riqueza ao mesmo tempo em que está envenenando nosso povo com o mais nefasto das idéias e diversões?’” (FINCHELSTEIN, 2007: 190).

Um apologeta do “remédio humano” da violência ultranacionalista, de cariz católico, antiliberal e anticomunista, Meinvielle recomendou ainda que o **“comunismo e o judaísmo dissolventes devam ser enfrentados com ‘intrepidez varonil’”** e, conclui Finchelstein, **“os escritos de Meinvielle podem ser vistos como uma base programática para a vitimização dos judeus, que inclui os limites e as perspectivas do ‘modo católico’ de levá-lo a termo”** (FINCHELSTEIN, 2007: 201-202, grifo meu). O ideário espiritualista cristão desse integrista, inclusive, criticou **“a imersão total do total do homem’ no baixo e na materialidade da vida”**, conforme defendeu em **“Concepción Católica de la Economía”**<sup>429</sup>: essa imersão na baixeza da materialidade mundana seria representada, para o antissemita argentino, na **“carnalidade do judeu”**, que revelaria **“uma causalidade apropriada para explicar em termos teológicos, ou seja, racionais [sic], a existência de vontade de domínio judaica”** (FINCHELSTEIN, 2007: 202).

Além de demonstrar a influência de **“longa duração”** do jesuíta Meinvielle nos já citados exemplos da Triple A de López Rega e na declaração do próprio Perón, Finchelstein recomenda não se esquecer que os discursos antissemitas do líder espiritual dos tacuaras argentinos e dos tecos mexicanos **“seriam reproduzidos quase compulsivamente pelos militares da última ditadura durante as sessões de tortura dos presos judeus”** (FINCHELSTEIN, 2007: 203). **“A desumanização das vítimas promovida mediante diferentes formas discursivas pelos sacerdotes anti-semitas”** como Meinvielle, arremata Finchelstein, **“foi contemporânea de Auschwitz e, mais importante ainda, constituiu um projeto programático para o futuro. Na década de 1970, admiradores de Meinvielle, como o sacerdote Von Wernich, entre outros, participaram ativamente de sessões de tortura”** (FINCHELSTEIN, 2007: 203, grifo meu).

A imbricação entre antissemitismo e integrismo católico também foi retomada pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* da Argentina, ao salientar que **“o anti-semitismo apresentava-se como contrapartida de uma deformação do ‘cristã’ em particular e do ‘religioso’ em geral”** (FINCHELSTEIN, 2007: 203, grifo meu). **“A genealogia do anti-**

---

<sup>429</sup> Essa “bíblia” do integrismo de perfil antissemita foi republicado no Brasil, em 2020, pelo Centro Anchieta Editora. Na verdade, como informa o Portal Católico do Espírito Santo, **“o Centro Anchieta lançou sua segunda campanha editorial, mais três obras católicas preciosas do Padre Julio Meinvielle, nunca antes publicadas em português. Os livros compõem a Seção Política e a Seção Economia da Coleção Pe. Julio Meinvielle e fornecem, de forma didática e aprofundada, os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja (DSI). Em um período tão conturbado como o que vivemos, as palavras deste grande sacerdote que tanto amou a verdade seguem ensinando-nos a amá-La”** (PORTAL CATÓLICO, s/d).

semitismo no quadro das políticas genocidas da última ditadura militar encontra sua verdadeira origem vernácula nos escritos dos intelectuais nacionalistas e católicos da década de 1930” e, entre eles, sobressaiu-se a figura de Meinvielle. “O ‘inimigo interno’ foi um elemento previamente definido em termos que tomaram da tradição católica anti-semita argentina a fatal combinação ideológica entre vitimização e patologia”, assentando “as bases ideológicas do desastre que veio depois” (FINCHELSTEIN, 2007: 204). Esse desastroso imbricamento ocorrido na Argentina entre filonazismo e integrismo antisemita, de modo desigual e combinado, desenvolveu-se também no México, especificamente com os *tecos*, na Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG), via Carlos Cuesta Gallardo e seu lugar-tenente Raimundo Guerrero. O substituto do “nazista mexicano” Cuesta Gallardo na gestão oculta do movimento teco na UAG, *don* Antonio Leño del Castillo, encarnou também esse imbricamento do integrismo católico e com o filonazismo. Depois da derrota militar do III Reich, contudo, a UAG passaria a contar com o apoio financeiro e político daquele país que se configurou como o novo eixo antibolchevique do pós-guerra: os EUA. Com a “filantrópica” ajuda financeira à UAG fornecida por influentes “amigos” norte-americanos de *don* Leño del Castillo, esse “quartel-general” dos tecos tornou-se, a partir da década de 1960, um centro estratégico das redes transnacionais anticomunistas e antisemitas da Guerra Fria.

#### *5.1.5. Os irmãos Leño da UAG e seus “amigos” norte-americanos: USAID, CIA, Lyndon Johnson e Richard Nixon*

Se o filonazista Carlos Cuesta Gallardo, que passou a II Guerra Mundial na Alemanha de Hitler, foi o primeiro presidente da UAG que “aportó a la universidad el escudo y el lema”, “sería su sucesor, Angel Leño, el instigador de la asechanza que desde entonces se cierne sobre México” (ROMERO, 1987: 39). De acordo com um depoimento recolhido pela pesquisadora Laura Romero de *don* Leño acerca da fundação da UAG:

La sorpresa fue intempestiva, el despertar desconcertante. Todos dormíamos. Nuestro fuerte universitario temblaba y se veía casi tomado por la esmada (sic) marxista calculada y ventajosamente preparada. Los leones que defendían la nobleza e integridad de la Universidad de Guadalajara sólo eran ya pinturas en nuestro escudo, que dormitaban cuando no asistían a las bacanales y orgías de nuestros patricios universitarios (LEAÑO DEL CASTILLO *apud* ROMERO, 1987: 39)

Os tecos, remontando sua gênese histórica à “rebelião cristera” contra a laicidade educacional e religiosa oriunda da Revolução Mexicana de 1910, conseguiram consolidar e

garantir, de maneira eficaz, sua “autonomia universitária”, constituindo-se como a mais importante e rica universidade privada do México. Criaram e estruturaram no coração de Jalisco, Guadalajara, sua universidade particular “como **uma ferramenta potencial para eles mesmos que poderia ser usada para propagar seus pontos de vista sobre o comunismo e a conspiração internacional judaica; poderia também ser uma fonte de financiamento para suas operações secretas.** O ponto de partida para este objetivo de influência continental era a **Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG) controlada pelos Tecos**” (ROMERO, 1986: 77, grifo meu). A sua vez, em 24 de abril de 1970, um Informe da *DFS-Gobernación* – a polícia federal mexicana –, recolhido pela historiadora Mónica Naymich López Macedonio, intitulado “El Clero y sus organizaciones eclesiásticas y seculares”, registrou o *Quem-é-quem* dos dirigentes tecos da UAG e de seu movimento estudantil (FEJ):

**Su inspirador y fundador es el Lic. Carlos Cuesta Gallardo; tiene un Consejo Supremo integrado por Cuesta Gallardo y el Lic. Antonio Leño Álvarez del Castillo, vicerrector de la UAG; el rector Dr. Luís Garibay, el Consejo Universitario, los directores de las Facultades de la misma casa de estudios, los dirigentes de la Federación de Estudiantes de Jalisco [FEJ]; los presidentes de las sociedades de alumnos de la UAG y un grupo de maestros perfectamente seleccionados e incondicionales de los dirigentes. Las reuniones de la agrupación se efectúan en la mansión de Carlos Cuesta Gallardo en forma secreta. Este profesionista casi nunca sale a la calle, viviendo como aristócrata. El Lic. Antonio Leño Álvarez del Castillo es el gran maestro de los Tecos y el presidente de la Comisión del Control Político Universitario [INFORME DFS-Gobernación de México apud LÓPEZ MACEDO, 2010: 144, grifo meu]**

Caracterizando o movimento dos tecos de Guadalajara como uma variante do “fascismo” no México, o jornalista Manuel Buendía determinou, da seguinte maneira, o perfil do grão mestre teco: “don Antonio Leño” foi “uno de los principales apoyos financieros de la banda fascista” (BUENDÍA, 1985: 73). Proferindo uma alocução *Alma Mater* na UAG, em fevereiro de 1976, don Antonio Leño explicitou o teor cruzadístico desse “fascismo” à mexicana, a ultradireita alucinada teca. Segundo rememoração de Antonio Leño Álvarez del Castillo sobre a origem da UAG dos tecos:

Siempre hemos estado con el pueblo, más no como postura política falsaria y habilidosa. Hemos estado con el pueblo de México; porque **nacimos en su torbellino de lucha ideológica, cuando se pretendía negar la esencia libertaria y espiritual de nuestra nacionalidad combatiendo la religiosidad de las mayorías con la tesis absurda de crear en la mente de la juventud el concepto exacto y racional de universo y de la vida social.** dando crédito así a **la postura atea de Lenin, ideólogo de los disidentes revolucionarios de México.** Siempre estaremos con el pueblo mexicano, porque éste conserva su espiritualidad cristiana pese a la acción disolvente de la doctrina soviética que está invadiendo escuelas y universides de nuestro país, con la



**complacencia de aquellos marxistas que invocan la Revolución Mexicana, para encubrir su maliciosa colaboración con el comunismo internacional** (ÁLVAREZ DEL CASTILLO *apud* ROMERO, 1987: 46, grifo meu)

É retumbante a cosmovisão regressiva de *don* Antonio Leñaño contra *el concepto exacto y racional de universo y de la vida social!* Contra esse racionalismo do cosmos e da sociabilidade humana, que desaguaria na *postura ateia de Lenin, ideólogo de los disidentes revolucionarios de México*, os tecos defenderam a “espiritualidade cristiana”, na linhagem do integrismo ultracatólico. O núcleo reacionário integrista, pois, irradiou e matrizou o ideário cruzadístico dos tecos contra o racionalismo, o ateísmo leninista e a “acción disolvente de la doctrina soviética”, que estaria promovendo uma “invasão bárbara” nas escolas e universidades a serviço do “comunismo internacional”. Em 1975, um ano antes da citada conferência *Alma Mater, don* Antonio Leñaño discursou à audiência teca à frente de “un enorme cartel con manchas rojas que decía: 'Lo que se escribe con sangre permanece'. El fuher Antonio Leñaño explicó”:

Bien, y qué es eso de tecos? Simplemente al explicarlos como realidad, decimos que es **un grupo que se ha trazado como ideal el cooperar en su patria y en su país a establecer una o varias universidades ordenadas, eficientes, competentes, para la mejor formación de la juventud.** Es un grupo que ha pensado que **es necesario defender a la familia de todas las asechanzas ... Es un grupo que ha querido ... como principio fundamental y principio de vida y filosofía de interpretación de la historia y del mundo, el principio teocéntrico** ... Les ha rodeado (a los tecos) una aureola a veces de elogios en grado heroico; les ha rodeado muchas veces una crítica y una calumnia de ser individuos violentos, irreflexivos, fanáticos y sectarios que no dan lugar a la discusión y que no permiten realmente un libre examen de las cuestiones internas de la universidad. Esto pudiera ser cierto humanamente en algunos casos ... **Pudiera ser cierto en el caso de algún profesor que se extralimite en su devoción mística** (LEAÑO DEL CASTILLO *apud* BUENDÍA, 1985: 113, 114, grifo meu)

O “fuher” Antonio Leñaño, inclusive, não estava sozinho. Esteve acompanhado nessas empreitadas por seu irmão, o engenheiro Juan José. Esses “dos aguerridos, ricos e iluminados empresarios agrícolas” migraram para Colima e, a partir da década de 1940, passaram a comprar terras na região “con tal rapidez que pronto Valle Escondido, cerca de Tecomán, era todo de ellos. Actualmente existe allí un emporio que cuenta con su propio aeropuerto. **Los Leñaño, que se presentaban así mismos como heroicos sobrevivientes de la guerra cristera y mantenedores de la fe católica**, pronto se rodearon de un grupo de importantes agricultores nativos” e, então, “cuando ya era dueños de enormes extensiones sembradas principalmente de **copra, fundaron la Unión de Productores**” (BUENDÍA, 1985: 76, grifo meu). Demonstrando a amplitude dos

interesses políticos e econômicos dos irmãos Leño, a investigadora Laura Romero salienta que **“los ‘tecos’ tienen intereses económicos propios en la agricultura, la rama de hotelería, hospitales (el ‘Dr. Angel Leño’ y ‘Ramón Garibay’), deportes, medios de comunicación, etcétera”**<sup>430</sup>.

O poder político-econômico dos diretores e empresários da UAG ultrapassou, ademais, as fronteiras do estado de Colima “donde ‘poseen ranchos, escuelas superiores, un diario, equipos de futbol profesional, cines, hoteles, empacadoras y la parte más voluminosa de la industria cítrica local. Manejan líderes y controlan totalmente asociaciones de ganaderos e agricultores (ROMERO, 1987: 43-44). O escrutínio de um *Quem-é-quem* da UAG teca revela seus vínculos concretos com banqueiros, executivos e proprietários das maiores empresas do México. A UAG, em paralelo com sua constituição como o “quartel-general” do principal comando de “caça” anticomunista daquele país, não descuraria igualmente da preparação técnica para o mundo dos negócios. “El origen de la población universitaria puede dar una idea de **la gran difusión ideológica derechista que desde la UAG se impulsa**” (ROMERO, 1987: 44-45-46)<sup>431</sup>.

No campo propriamente dos interesses latifundiários em jogo, é de novo Manuel Buendía quem revela o envolvimento direto de *don* Antonio Leño com o massacre de camponeses. O jornalista mexicano demonstrou que, “con un certero y clásico sentido empresarial”, os latifundiários Leño “ejercieron presión sobre el gobierno para que éste decretara un impuesto de cien pesos a la tonelada de copra” (BUENDÍA, 1985: 76), recolhendo o erário público 25% do tributo e repassando o restante, 75%, “a las cajas fuertes de las uniones de productores. Así fue como éstas llegaron a adquirir un enorme poder económico y, consecuentemente, político”

---

<sup>430</sup> “En este último rubro destaca fundamentalmente **el Diario Ocho Columnas**, fundado en 1979 y editado por el Centro de Comunicación Universitaria. Cuenta con servicios informativos de AFP, EFE, AP, SEP e Informex, es además miembro de la Sociedad Interamericana de Prensa” (ROMERO, 1987).

<sup>431</sup> “Algunos datos que manifiestan no sólo el compromiso de formar ideológicamente los cuadros de la burguesía, sino la vinculación con sus intereses, se puede encontrar en el seguimiento de los padrinhos de generación, de los doctorados Honoris Causa, de los integrantes del Consejo de Asesores; quienes son banqueros, ejecutivos y propietarios de las más grandes empresas del país. En lo que se refiere a la preparación especializada de futuros ejecutivos en el mundo de los negocios cuentan con la ‘colaboración de distinguidos ejecutivos’ de las más importantes negociaciones de Jalisco. Tienen además un Centro de Investigaciones Económicas y de Negocios, así como un Instituto de Desarrollo Empresarial. La tarea educativa de la UAG en la segunda mitad de los setenta se resume como sigue: ‘20 000 estudiantes distribuidos en tres escuelas preparatorias y quince escuelas profesionales, que ofrecen oportunidades de estudio en 44 carreras de licenciatura y diez cursos de posgrado a nivel de maestría y doctorado’. A este centro educativo concurren no sólo los jóvenes mexicanos de la clase media y alta, y de la burguesía; sino los hijos de los grandes empresarios y latifundistas de Latinoamérica; así como estudiantes norteamericanos” (ROMERO, 1987: 44-45).

(BUENDÍA, 1985: 76, 77). O fundador da UAG *don* Antonio Leño foi apontado, em 1967, como um dos mandantes do massacre de camponeses em Acapulco, Guerrero. De acordo com Buendía, “**en la célebre matanza de campesinos copreros en Acapulco, los cruzados de la religión y de la democracia verdadera, demostraron hasta qué punto estaban decididos a mantener en un puño a los trabajadores que se habían rebelado contra la exploración**” (BUENDÍA, 1985: 77)<sup>432</sup>.

Depois de de ordenar *la célebre matanza de campesinos copreros en Acapulco*, “Don Antonio Leño tuvo que huir precipitadamente a los Estados Unidos porque se dictó orden de aprehensión en su contra, cuando fue señalado como uno de los autores intelectuales de la matanza” (BUENDÍA, 1985: 77). Fugindo do mandado de prisão, ironiza Buendía, “todos supusieron que don Antonio no tendrían dificultades para encontrar protección en los Estados Unidos, habida cuenta de que **alardeaba de amistad personal con Richard Nixon**” (BUENDÍA, 1985: 77). Conforme publicado em jornais de Colima e de Guadalajara, “**Antonio Leño Alvarez del Castillo había sido el único mexicano invitado a la toma de posesión del presidente Nixon**” (BUENDÍA, 1985: 77). Depois do massacre dos trabalhadores de Acapulco, “los Leño comenzaron a hacer un espléndido negocio con el control de la Unión Nacional de Productores de Aceite de Limón. Por entonces México proveía el 54% de la producción mundial” (BUENDÍA, 1985: 77).

Notadamente, *el gran maestro de los Tecos y el presidente de la Comisión del Control Político Universitario* da UAG, *don* Antonio Leño, era “**una figura estimada en los círculos de Washigton**”, chegando “a establecer relaciones de mutua consideración personal con los ex Presidentes Nixon y Johnson” (BUENDÍA, 1985: 153). Antonio Leano “fue el **único mexicano**’

---

<sup>432</sup> Gerardo Peláez Ramos, em “Acapulco: la matanza de copreros”, esclarece que “el 20 de agosto de 1967 ocurrieron, en Acapulco, Guerrero, hechos sumamente graves: fueron asesinadas 38 personas, heridas más de 100 y detenidas 226. De esta manera, el gobernador del estado, Raymundo Abarca Alarcón; el líder de la Confederación Nacional Campesina, Amador Hernández, y el presidente de la Unión Regional de Productores de Copra del Estado de Guerrero, Jesús Flores Guerrero, enfrentaban la lucha de los campesinos copreros por la democracia interna en la URPEG y en contra de un impuesto de 13 centavos el kilo de copra, implantado por la administración abarquista. La matanza estuvo precedida por la detención de líderes cívicos; la eliminación física de José Morales en Zacacoyuca y de Jesús Avilés en Iguala; el asesinato masivo del 18 de mayo en Atoyac de Álvarez, que dio origen a la lucha armada de Lucio Cabañas; el homicidio de 18 campesinos de Tierra Caliente en el mes de julio, y el asesinato el 4 de agosto de Alfredo López Cisneros, alias el Rey Lopitos, famoso dirigente político y de colonos en Acapulco. Dichos acontecimientos aceleraron la radicalización de Genaro Vázquez Rojas, la Asociación Cívica Guerrerense y el Consejo de Autodefensa del Pueblo de Guerrero. El Sur se adentraba en la lucha violenta”. Disponível em: <https://chiapas247.com/2020/08/21/acapulco-la-matanza-de-copreros/>

a quien se le permitió estar tan cerca de aquel glorioso Presidente de Estados Unidos” – **Richard Nixon** (BUENDÍA, 1985: 153, grifo meu). “**Cuando Lyndon B. Johnson murió, don Antonio Leño montó la segunda guardia junto al féretro**”, tendo dito o latifundiário e empresário da educação mexicano que “**era inmensa la gratitud para Johnson, por las sustantivas contribuciones del gobierno norteamericano a la Universidad Autónoma de Guadalajara, de la que don Antonio es fundador y vicerrector vitalicio**” (BUENDÍA, 1985: 152, grifo meu). A “eterna gratidão” do *gran maestro de los Tecos* ao presidente dos EUA Lyndon B. Johnson deveu-se sobretudo ao “milagre” do repasse à UAG de capitais “filantrópicos” de empresas e agências do governo dos EUA.

Conforme o informe já citado a respeito dos *tecos* elaborado pelo professor Stefan Possony, à época dirigente do “Capítulo” norte-americano da WACL (ACWF) e diretor do *Hoover Institution*, “**depois de anos de privação financeira, Guadalajara [UAG] recebeu dinheiro das Fundações Rockefeller, Ford e Carnegie, assim como da Agência para Desenvolvimento Internacional (AID). Esta feliz mudança foi realizada por Luis Garibay, reitor da universidade e compadre de [Raimundo] Guerrero**” (POSSONY *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 78, grifo meu). Manuel Buendía, contudo, observa que a agências como a AID também serviram de “biombo” para a CIA canalizar recursos e conduzir operações secretas: “La UAG declara recibir subsidios del gobierno estadounidense, y en su consejo directivo se encuentra algunos de los más prominentes hombres de negocios de México” (BUENDÍA, 1985: 113). Contudo, ressalva Buendía, “ciertos instrumentos del gobierno de Estados Unidos para entregar dinero a la UAG – como la AID por ejemplo – sostienen muy obvias relaciones con la CIA” (BUENDÍA, 1985: 113).

Para Buendía, qualquer um que seguir o caminho do dinheiro e apurar quem de fato pagava a conta da UAG, conseguiria notar que a universidade privada dos Tecos em Guadalajara era, estrategicamente, “**un enclave norteamericano**” no México (BUENDÍA, 1985: 72, grifo meu)<sup>433</sup>. Nesse sentido, os irmãos Anderson relataram que a UAG, na gestão de Carlos Cuesta Gallardo, “**tinha sido sempre uma instituição subfinanciada e com falta de pessoal**”, apontando que “**em 1960 a escola tinha um orçamento de 50 mil dólares e consistia de alguns poucos prédios**

---

<sup>433</sup> A UAG contou com “la ayuda norteamericana, a través de subsidios munificentes, otorgados por instituciones que, como la AID, mundialmente se toman por el séptimo velo que oculta las pudibundeces de la CIA” (BUENDÍA, 1985: 72).

desmantelados e um campus empoeirado. Então as coisas mudaram” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 77). O *boom* das inversões dos “amigos” norte-americanos da UAG ocorreu, note-se bem, depois da Revolução Cubana de 1959. Assim, **“em 1962, quando os Tecos voltaram sua atenção para esta arma latente à sua disposição, eles já haviam se tornado estimados pelos oficiais americanos com quem podiam contar para apoio”** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 77, grifo meu).

Nessa direção, os irmãos Anderson resgatam um documento, um verdadeiro “furo” historiográfico, de autoria do grupo da extrema-direita católica verde-amarelo: a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Nesse documento, registrou-se que seria – nome e cargo – um dos mais importantes “amigos” norte-americanos dos tecos. “De acordo com um relatório confidencial preparado pela Tradição, Família e Propriedade (TFP), uma organização católica ultraconservadora com base no Brasil que há muito estava em desacordo com os Tecos, o principal responsável por colocar a universidade dos Tecos no mapa foi Oscar Wiegand, o cônsul dos EUA em Guadalajara” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 298). De acordo com o informe da TFP paulista, intitulado “Dados e Observações sobre a Organização Mexicana dos Tecos” (1975), assinado por Jose Lucio de Araujo Correa (TFP), **Oscar Wiegand “estava tão interessado no desenvolvimento da pequena universidade que se mudou para Guadalajara para dar seguimento ao processo. O próprio Dr. Wiegand levou o reitor Garibay para visitar 12 universidades americanas para apresenta-lo e seus planos e arrecadar ‘doações’”** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 298, grifo meu).

Foi *don* Antonio Leño quem chamou o fluxo caudaloso de capitais norte-americanos para a UAG de um verdadeiro “milagre” da filantropia *gringa*. E foi Oscar Wiegand um dos “santos padroeiros” desse “milagre” a afluência de capitais dos EUA à UAG. No arremate dos Anderson: **“Este milagre foi o resultado dos fundos fornecidos pelo governo dos EUA através da Agência para Desenvolvimento Internacional (AID) e fundações filantrópicas americanas. Entre 1964 e 1974, eles haviam concedido quase vinte milhões de dólares em bolsas para a universidade dos Tecos”** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 78, grifo meu). Ademais, na radiografia feita por Laura Romero em seu estudo “El movimiento fascista en Guadalajara”:

**La identidad de la ‘filantropía’ que contribuyó con un total de 73 millones para el periodo 1969-1970 [a UAG] es: Sección Cultural del Departamento de Estado de**

Washington, Fundación Ford, Fundación Carnegie, Agencia Internacional para el Desarrollo (AID), Fundación Mary Street Jenkins, 20 empresarios tapatíos y el Consejo de Directores de la UAG (ROMERO, 1987: 42, grifo meu)

Em seu relatório, Stefan Possony, do *Hoover Institution*, Califórnia, à época dirigente do ACWF, assegurou que o dinheiro dos EUA só teria afluído à UAG depois da publicação pelos tecos de *Complot contra la Iglesia* (1962). Segundo o professor, o “dinheiro americano entrou apenas depois que os Tecos tinham gastado valores consideráveis na preparação, publicação, tradução e distribuição de livros caros, especialmente o *Complot*” (POSSONY *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 78). Ou seja, já se sabia do caráter antisemita e da violência política dessa ultradireita teca, já que, como visto, o *Complot contra la Iglesia* desferira “**ataques contundentes à Igreja do Vaticano, ao judaísmo e, de fato, aos Estados Unidos**” (POSSONY *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 78, grifo meu). Seja como for, arrematam os irmãos Anderson, “**com o influx de assistência financeira americana, os Tecos no campus de Guadalajara puderam financiar seus programas não-acadêmicos**” e, como parte do “milagre” referido por *don* Antonio Leño, “as bolsas e fundos acadêmicos recebidos dos Estados Unidos eram lavados pela universidade para uso dos Tecos. ‘Muito deste dinheiro foi usado para apoiar as atividades ‘políticas’ dos Tecos’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 78, grifo meu). Aprofundando o conhecimento sobre os agentes dessa associação da UAG com seus “amigos” norte-americanos, Laura Romero não deixou de destacar que “**el embajador de Estados Unidos de Norteamérica en México, Robert McBride fue ‘portador de un saludo y una felicitación de su gobierno para la Universidad Autónoma de Guadalajara en ocasión de la inauguración de su ciudad universitaria’ en 1970**” (ROMERO, 1987: 43, grifo meu)<sup>434</sup>.

#### 5.1.6. *El gran maestro de los Tecos, don Antonio Leño, na “Internacional Fascista”*

---

<sup>434</sup> Na síntese de Manuel Buendía, “detrás de la organización de los ‘tecos’ se encuentran”: “a) El poder económico que fundó y sostiene a la Universidad Autónoma de Guadalajara, con sus derivaciones a Colima, inclusive el emporio agrícola de la copra y el limón; b) La simpatía, el apoyo y el dinero de numerosos empresarios mexicanos; c) La relación estrecha con personajes como (...) Antonio Ortiz Mena, presidente del Banco Interamericano de Desarrollo; d) La conexión con la Internacional Fascista, que establece una perfecta liaison entre los ‘tecos’ y las organizaciones terroristas de España, Italia, Alemania, Francia y otros países; e) El abierto patrocinio a la UAG por parte de entidades del gobierno de Estados Unidos” (BUENDÍA, 1985: 196).

Os tecos da UAG, apesar da ajuda filantrópica de seus “amigos” norte-americanos e financiadores mexicanos, não deixaram de integrar o que alguns analistas designaram, genericamente, de “Internacional Fascista”. Embora sem determiná-la a contento, essa “Internacional” Fascista” esteve entrecruzada, imbricada, de alguma forma, com a Liga Mundial Anticomunista. Os tecos, entre outras atividades, organizaram “uma campanha de relações públicas, criaram grupos de frentes políticas e **estabeleceram conexões com outros neonazistas por toda a América Latina, Estados Unidos e Europa**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 77, grifo meu). Segundo Manuel Buendía, “los dirigentes de la UAG forman parte de la Internacional Fascista, responsable de algunos brutales atentados terroristas en Italia, España, Francia y otros países europeos” (BUENDÍA, 1985: 112). Essa “Internacional Fascista”, organismo terrorista da ultradireita global, foi assim caracterizada por Buendía: “Los grupos 'ultras' de México forman parte de una alianza internacional entre organizaciones **cuyo método predilecto de acción es el terrorismo en sus más variadas formas: desde la intimidación hasta el asesinato mediante explosivos**” (BUENDÍA, 1985: 115, grifo meu). Os Anderson já apontaram, ancorados no citado informe de Stefan Possony sobre os tecos, como esta linhagem da extrema-direita mexicana alucinada ligou-se aos remanescentes do *ustashismo* croata e dos legionários romenos da Guarda de Ferro. Buendía, inclusive, acrescenta os nexos dos tecos com os com neofascistas italianos do *Ordine Nuovo* e com os neofranquistas espanhóis da *Fuerza Nueva* de Blas Piñar. Em 1977, escrevendo para o diário *El Sol de México*, Buendía denunciou “el peligro de que la Internacional Fascista aprovechara el establecimiento de relaciones con España, para importar a México a 'guerrilleros de Cristo Rey' y otros agentes terroristas” (BUENDÍA, 1985: 69).

Valendo-se dessas conexões transnacionais da ultradireita, os tecos transformaram o México “en una base de operaciones de la Internacional Fascista” (BUENDÍA, 1985: 69). Buendía denunciaria, em 1980, a criação de uma “sucursal de ‘Fuerza Nueva’ en México”, explicando que a essa “fracción de la internacional fascista” pertenciam também “los dinamiteros de la estación ferrocarrillera de Bolonia” (BUENDÍA, 1985: 101)<sup>435</sup>. Especificando aquilo que genericamente

---

<sup>435</sup> A filial da *Fuerza Nueva* tardofranquista de Blas Piñar era dirigida “por el ciudadano español José Benito Carrazcal Salas, en cuyos antecedentes figura haber sido apresado por la Policía Judicial Federal en el aeropuerto, bajo el cargo de introducir armas” (BUENDÍA, 1985: 101). “Un periodista mexicano y el ingeniero Felipe G. de Lascuráin, promotor de la Democracia Cristiana, son dos de las personas utilizadas frecuentemente como conducto por **el jefe de 'Fuerza Nueva' en España, el diputado fascista Blas Piñar**, para enviar documentos a nuestro país” (BUENDÍA, 1985: 101). “Pero he aquí la crónica de Matilde Margáin, en *Uno más Uno* (...) **'Nuestro grupo es una ramificación**

designou “Internacional Fascista”, partindo do avançado pelo jornalista Manuel Buendía, a pesquisadora Laura Romero afirma que “los ‘tecos’ se han puesto en contato también con la internacional fascista creada en Lisboa en 1972 como Movimiento para un Orden Nuevo” (ROMERO, 1987: 56). Foi Buendía quem explicou que “**la misma organización internacional fascista que estableció una sucursal en México en julio, es la que el sábado dinamitó la estación de Boloni y mató a 84 personas**” (BUENDÍA, 1985: 105, grifo meu). Todos os gestores dessa “Internacional Fascista” – quadros do neofascismo italiano (*Ordine Nuovo*), do neofranquismo espanhol (*Fuerza Nueva*) e dos tecos da UAG – possuiriam *know-how* em operações terroristas de extrema-direita:

**Se especializan estos terroristas en utilizar nombres extravagantes (...)** El espantoso atentado de hace cuatro días [16 de outubro de 1980] se lo atribuye el grupo '**Núcleos Armados Revolucionarios' de extrema derecha.** Pero ni siguiera para el más lerdo de los investigadores puede caber duda de que **estos 'nucleos' son exactamente lo mismo que Movimiento Social Italiano, Orden Nuevo, Orden Negro, Fuerza Nueva...**' (BUENDÍA, 1985: 105, grifo meu)

Essas conexões dos tecos mexicanos com as organizações neofascistas da Itália – Movimento Social Italiano (MSI), *Ordine Nuovo* – e neofranquistas da Espanha – *Fuerza Nueva* de Blas Piñar –, denunciadas por Manuel Buendía em 1980, haviam sido construídas, no entanto, nos anos anteriores. Paulatinamente, junto ao engajamento dos tecos da FEMACO na WACL e na CAL ao longo da década de 1970. Nesse período, igualmente, os tecos da FEMACO envolveram-se com a extrema-direita chilena. Durante o golpe militar de 11 de setembro de 1973 no Chile, os tecos da UAG celebraram “con estruendosa fiesta el asesinato de Allende y el entronizamiento del régimen militar” (BUENDÍA, 1985: 61). Pouco depois, os tecos da FEMACO receberiam, como visitante “ilustre”, seus congêneres da ultradireita chilena, em particular, o “jefe de ‘Patria y Libertad’ – la banda asesina de chilenos, servidora de Pinochet” (BUENDÍA, 1985: 69).

Retrocedendo ainda mais nas décadas do século XX, já se observou que a UAG foi “fascitizada” ao longo do tempo. Embora esse mais antigo centro da educação superior privada no México tenha nascido “como reacción extrema al avance de las ideas del socialismo”, todavia, “en el origen no era fascista” (ROMERO, 1987: 37, 38). Desde o início de sua organização, porém, os

---

**del que está en España y dirige Blas Piñar y está integrado por miembros de la Falange, la Legión de Honor y los requetes'** (...), señaló amablemente Elia Cañón (...) '**La dirección de Fuerza Nueva está integrada por Alfredo Avila, delegado oficial; José Luis Esquerro, Rosalía de Carrascal. David y Elia Cañón y Joaquín Alvarez Tamez. Cuenta con representantes en varios estados del país**'” (BUENDÍA, 1985: 100).



Tecos voltaram-se a “vigilar el ascenso del radicalismo izquierdista”, especificamente para se contrapor ao “repunte del movimiento obrero agrario que el cardenismo promovió como soportes de esa política que puso en práctica el proyecto de la Revolución Mexicana” (ROMERO, 1987: 39). Os Tecos assim, desde o início, enfrentaram-se cotidianamente com os estudantes da FESO “al calor de las ideas socialistas y comunistas” e, conforme conclui Laura Romero, a partir da análise do discurso de don Angel Leño pronunciado em 08 de março de 1936 na abertura dos cursos da UAG, **“los universitarios ‘tecos’ buscaron a su vez una doctrina que respondiera más integralmente al extremismo del debate ideológico encontrando en el falangismo español y en el nazismo una respuesta”** (ROMERO, 1987: 39 grifo meu).

Ademais, Laura Romero circunscreve que, décadas antes do estabelecimento das conexões dos Tecos com a Fuerza Nueva de Blás Piñar, os líderes e estudantes da UAG já se haviam ligado ao falangismo espanhol, criando um instituto conjunto: eis que “la influencia del falangismo se concretó en la formación del Instituto de Cultura Hispánica” (ROMERO, 1967: 40). Ao lado dessas conexões com o falangismo, Laura Romero explicita ainda um importante nexos dos Tecos com o III Reich de Hitler, salientando que “José Vasconcelos, doctor *Honoris Causa* de la UAG, dirigía la revista *Timón* que editó la embajada alemana nazi” (ROMERO, 1967: 40).

Arremata a analista mexicana, enfim, que **“las simpatías hacia el fascismo europeo se expresaron no sólo en el antisemitismo y racismo que los 'tecos' pregonaron desde entonces sino en el adhesión al valor de la violencia como principio rector de su práctica política”** (ROMERO, 1987: 40, grifo meu). Foi já mencionado que Carlos Cuesta Gallardo, que antecederia don Antonio Leño como “Fuher” dos Tecos no comando da UAG, foi um filonazista mexicano que viveu durante a II Guerra Mundial na Alemanha de Hitler. Viu-se igualmente que a visita de seu lugar-tenente Raimundo Guerrero à Argentina em 1952 conectou os Tecos mexicanos com o teólogo antissemita e líder espiritual dos Tacuaras, o padre Julio Meinvielle, mas também com organizações árabes e, provavelmente, com um conjunto de grupos nazistas, fascistas e de outros criminosos de guerra da Europa Ocidental e do leste europeu que se encontravam exilados na Argentina de então.

Dito isso, é notável que *el grande maestro* dos tecos, don Antonio Leño, seguido por seu lugar-tenente Raimundo Guerrero, conseguiram erigir a UAG como o “quartel-general” da FEMACO. A UAG tornou-se, então, **“uma de suas operações mais bem sucedidas,**

**provavelmente inspirada pelo envolvimento de Raimundo Guerrero na Organização Universitária Mundial no início da década de 1950, ganhando influência e financiamento por todo o mundo acadêmico”** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 77, grifo meu). O complexo FEMACO/UAG contribuiu para inserir os tecos na WACL e, a partir de 1972, facilitou a transformação desse grupo da ultradireita mexicana no principal articular do organismo político-militar da Liga Mundial Anticomunista na América Latina: a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). A FEMACO/CAL pode contar com o QG da UAG, cuja “pré-história” ligou-se à contrarrevolução mexicana. Assim que os tecos se viam e combatiam seus inimigos, como sendo os “legítimos herdeiros” dos *cristeros* e de sua *guerra de guerrilhas* contra os governos oriundos da Revolução Mexicana de 1910<sup>436</sup>.

#### *5.1.7. Tráfico de armas e drogas: el gran maestro teco e os ex-nazistas a serviço da CIA –Gerhard G. Mertins e Otto Skorzeny*

Os vínculos dos tecos mexicanos com o nazismo não se limitaram ao período em que Carlos Cuesta Gallardo viveu na Alemanha, isto é, durante a II Guerra Mundial. Os tecos da FEMACO, criada em 1967, logo aliaram-se à Liga Mundial Anticomunista e, mais tarde, ao conjunto difuso das redes da extrema-direita da Guerra Fria designada, genericamente, de “Internacional Fascista”. Por ora, o que importa é demarcar uma conexão repressiva bem particular: aquela estabelecida pelo *gran maestro* dos tecos *don* Antonio Leño e um “ex” nazista de “alto nível” que, no pós-guerra, sobreviveu como traficante de armas global a soldo da CIA e de outras agências de espionagens de diversos países. Tratou-se da figura de Gerhard Georg Mertins. Ele havia sido um herói do III Reich nazista e seus contatos de negócios incluíram outras “estrelas” nazistas como Otto Skorzeny, o “SS *commando* que resgatou Mussolini de uma prisão dos Aliados em 1943”, e Klaus Barbie, “o chefe da Gestapo que fugiu para a América do Sul após

---

<sup>436</sup> Vale repisar, com Gerardo Sánchez D. e Gloria Carreño A., que a contrarrevolução cristera ou cristiada (1926-29) contou com o apoio popular dos trabalhadores camponeses nos seguintes estados do México: “Jalisco (los Altos), Zacatecas, Guanajuato (Bajío) y en el suroeste de Michoacán y que corresponde al distrito de Coalcomán” (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 243). Reitere-se o motivo da rebelión de los *cristeros*: “fue motivada por la reacción de la burguesía clerical-terrateniente ante las medidas tomadas por el gobierno del general Plutarco Elías Calles” (SÁNCHEZ D.; CARREÑO A., 1987: 244).

a Segunda Guerra antes de finalmente ser extraditado para a França, onde morreu na prisão depois de ser condenado por crimes contra a humanidade” (SILVERSTEIN, 2001:109).

No pós-guerra, Mertins associou-se empresarialmente com Skorzeny e, juntos, fundaram sua própria companhia de tráfico de armas: a *Merex AG Company*, que “era sediada em Bonn e tinha subsidiárias em todo o mundo, incluindo uma importante filial nos Estados Unidos” (SILVERSTEIN, 2001:110). Antes de ascender nessa função de “senhor das armas”, o já então “ex” nazista Mertins sobrevivera à derrota do III Reiche graças a um “trabalho administrativo na Volkswagen”. Depois, Mertins abriria “uma empresa que operava ônibus entre Bremen e Berlim” (110). Em pouco tempo, reativando antigas conexões globais do nazismo, “os clientes governamentais de Mertins iam desde Augusto Pinochet no Chile até Saddam Hussein no Iraque” (SILVERSTEIN, 2001:109). Na década de 1980, esse “senhor das armas” nazista seria identificado como agente do tráfico internacional de armas para municiar, sob auspício dos EUA, a contrarrevolução contra os sandinistas na Nicarágua. Naquela altura, “ele estava envolvido no armamento dos ‘guerreiros da liberdade’, incluindo um acordo controverso que o Enterprise de Oliver North organizou para os contras. Como disse um agente de inteligência aposentado sobre o papel de Mertins como ativo americano, que até agora nunca havia sido revelado, ‘Ou está tão no topo da hierarquia que não disse nada sobre ele ou se está tão na base que não tinha conhecimento dele’” (SILVERSTEIN, 2001:110)<sup>437</sup>.

---

<sup>437</sup> Escrevendo sob o pseudônimo de Patrice Chairoff, o jornalista Dominique Calzi – ex militante nazista e membro do francês Service d’Action Civique (SAC) – afirmou que “ostensibly dealing in bulk foodstuffs, Mondialexport, under the control of SS veteran Gerhardt Mertens – an associate of Otto Skorzeny – was in fact an important international arms smuggling operation and a source of laundered funds for clandestine BND II [serviço secreto, RFA] operations in Italy and elsewhere” (CHRISTIE, 1984: 148). “According to Chairoff, BND II is the fact the West German section of the secret intelligence organization within NATO, the Italian section of which was the ‘Rose of the Winds’. In Rome the parallel BND operated (1977) under the cover of another export-import agency in the Via G. C-boni, an address which also provided cover for the Paladin group, Aginter Press and World Service. Chairoff (...) actually ran the Athens-based World Service under the noms-de-guerre of Dr. Siegfried Schoenberg and N. Kalchi)” (CHRISTIE, 1984: 149).



**Figura 226.** *La Revista de Réplica* – não confundir com a revista *Réplica* dos tecos da FEMACO/UAG – foi um *vocero* do exílio cubano anti-Castro em Miami, na Flórida, EUA. O filonazismo, também na *Réplica* dos cubanos anticastristas, era mais do que evidente. Nessa edição, *La Revista de Réplica* apresenta a foto de um “simpático” nazista SS (H), com a legenda: “Entrevista Exclusiva desde Madrid con SKORZENY – EL NAZI QUE RESCATO A MUSSOLINI. FONTE: LA REVISTA DE RÉPLICA, edição de 3 de janeiro de 1972, p. 3.

Na década de 1980, investigando os agentes transnacionais da contrarrevolução nicaraguense, o já citado jornalista mexicano Manuel Buendía concentrou-se “em expor ligações suspeitas entre traficantes de drogas e altos funcionários do governo”. Em suas colunas, Buendía denunciou que camponeses da região sul do México estavam sendo forçados a cultivar maconha e, concluiu, “qualquer um que se opusesse ao cultivo forçado de maconha era assassinado. Em 14 de maio de 1984, citando fontes não nomeadas, Buendía escreveu sobre a cumplicidade, direta ou

indireta, de altos funcionários públicos de nível estadual e federal envolvidos no tráfico de drogas. (...) Buendía foi morto duas semanas depois” (HERNÁNDEZ, 2015: 269-270).

Investigando à época os narcovínculos das autoridades políticas, militares e policiais do México – hoje um narco-Estado “fora de controle” –, Buendía havia descoberto – o que lhe custou a vida – que “petroleiros de Veracruz faziam viagens constantes para a América Central, talvez Honduras. Estes petroleiros levaram armas para os contras e retornavam com drogas para serem transportados para os Estados Unidos” (HERNÁNDEZ, 2015: 270). O brilhante jornalista descobriu, pois, “uma conexão recorrente entre o narcotráfico, o tráfico de armas e a forte presença da CIA no México”, indicando ainda que essas ações teriam a cumplicidade de funcionários públicos mexicanos “para realizar o tráfico de armas e drogas” (HERNÁNDEZ, 2015: 270). Buendía começou a publicar uma série de revelações, às vésperas de seu assassinato, acerca das “interconexões entre a CIA e o tráfico de armas e drogas” e, “em sua exposição, ele identifica Gerhard Mertins como um agente da CIA no México. Mertins era um ex-membro do partido nazista que, depois da Segunda Guerra, tornou-se um grande traficante de armas. Em 1963, Mertins, juntamente com Otto Skorzeny, fundou a Merex AG Company na Suíça” (HERNÁNDEZ, 2015: 271).

Nas trilhas de Buendía, coube ao pesquisador Carlos Armando Hernández apontar as ligações entre o ex-nazista Gerhard Mertins, então a serviço da CIA, com *el gran maestro de los tecos* Antonio Leño: “Além disso, **um antigo agente do DEA no México havia estabelecido uma conexão entre Mertins e a família Leño de Guadalajara – uma região onde Mertins vendia grandes quantidades de armas**” (HERNÁNDEZ, 2015: 271m grifo meu). Além dessa exposição dos nexos entre Mertins/CIA e Antonio Leño, referido pesquisador explicitou, a partir de um depoimento de ex-agente da agência federal de narcóticos dos EUA (DEA), os narcovínculos do *gran maestro de los Tecos*: “De acordo com o depoimento de um antigo agente do DEA no México, Lawrence Victor Harrison, **a família Leño controlava grandes campos de maconha**. Seu depoimento também revelou conexões com um grupo fascista de extrema direita chamado *Los Tecos*” (HERNÁNDEZ, 2015: 271m grifo meu).

Os narcovínculos não foram, assim, propriedade exclusiva do ramo asiático da WACL<sup>438</sup>. No caso dos narcovínculos dos tecos, além de *don Antonio Leño* ter se conectado aos “senhores das armas” Gerhard Mertins e Otto Skorzeny – ex-nazistas à época a serviço da CIA –, aquele *gran maestro de los Tecos* supostamente controlou “extensos campos de maconha” e, simultaneamente, dirigiu “um grupo fascista de extrema direita” (HERNÁNDEZ, 2015: 271). *Los tecos*, sumaria o pesquisador Carlos Armando Hernández, “acreditava-se que estavam em colaboração com a CIA e com o governo mexicano na década de 1970 para combater movimentos esquerdistas estudantis e de guerrilha” (HERNÁNDEZ, 2015: 271). Assim que, conclui em seu ensaio “Narcomundo” referido pesquisador, o ex-SS Gerhard Mertins traficou armas para dentro do México e, na guerra para derrotar a Revolução Sandinista de 1979, **“estas armas acabariam chegando aos contras na América Central em troca de cocaína que estava sendo enviada para os Estados Unidos”** (HERNÁNDEZ, 2015: 271-272, grifo meu). Nota-se, por conseguinte, que *don Antonio Leño* não fora “apenas” o nome por trás da Universidade Autônoma de Guadalajara (UAG), o *locus* dos tecos e da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL. Ele foi, ao mesmo tempo, um perigoso “poderoso chefe” de uma virulenta ultradireita mexicana altamente conectada com suas contrapartes internacionais. Foi ainda Manuel Buendía quem advertiu para o perigo de se tratar como “folclórica” a figura história do *gran maestro de los Tecos*. Era e é um equívoco, pois, caracterizar *don Antonio Leño* como uma *caricatura* – ele foi, na caracterização irônica de Buendía, o “Führer” de Colima e Guadalajara. “Só isso”<sup>439</sup>.

**El desaprensivo observador que juzgara a don Antonio Leño simplemente como una fantasía periodística o, a lo más, como una extravagante caricatura de fuhrer**

---

<sup>438</sup> Lembre-se do CAPÍTULO 2 que a APACL-Taiwan e as tropas remanecentes do Kuomintang (KMT) em Yunan envolveram-se com o tráfico de ópio em Burma (atual Birmânia) e no Triângulo Dourado (Golden Triangle). E isso com ajuda da CIA, momento de convergência, via Operation PAPER, entre o tráfico de drogas e o de armas para o fomento da contrarrevolução chinesa na região de Yunan. Ademais, conforme se verá, o líder da WACL/APACL do Laos teria sua maleta diplomática apreendida, em 1971, na França, com 40 quilos de heroína. Narco-anticomunismo?

<sup>439</sup> “Buendía was a highly regarded journalist in Mexico and became interested in the CIA after his visit to Guatemala in 1954. His visit coincided with the overthrow of Jacobo Arbenz. From that point on, **Buendía became intrigued by the role of the CIA in Latin America, and specifically, in Mexico.** Buendía’s articles appeared on Excelsior, El Día, El Sol de México, and El Universal. In his column Red Privada (...) he exposed corruption by Mexican government officials. **Buendía claimed in 1982 a CIA – Contra connection.** In his column, **he provided names of CIA operatives in Mexico.** By spring of 1984, **his areas of research concentrated on exposing suspected links between drug traffickers and high-ranking government officials.** On May 4, 1984, he argued in his column that **the drug trade was creating an extremely serious situation in Mexico.** Buendía quoted Catholic bishops in southern Mexico to establish that peasants were forced to grow marijuana. Anyone who opposed the forced marijuana cultivation was killed. On May 14, 1984, quoting unnamed sources, Buendía wrote of the complicity, direct or indirect, of high public officials on the state and federal level involved in the drug trade. (...) **Buendía was killed two weeks later”** (HERNÁNDEZ, 2015: 269-270).

**hecha en barro de Tlaquepaque, estaría rotunda y peligrosamente equivocado. Compromete su seguridad personal todo aquel que se atreva a escribir una línea o pronunciar una palabra - aun en reuniones supuestamente privadas - en contra de este personaje, cuya influencia política y económica en Colima hemos tratado de comenzar a describir en ediciones anteriores (BUENDÍA, 1995: 152-153, grifo meu)**<sup>440</sup>

A arma do terrorismo vetorizou a política dessa ultradireita mexicana que, não por acaso, conectou-se ao paramilitarismo da contrarrevolução cubana no exílio. Depois da Revolução Cubana de 1959, é um fato que os EUA constituíram-se no mais importante “quartel-general” e “banco” do exílio anticomunista. Mas nem por isso o México perdeu sua posição estratégica aos operadores regionais da contrarrevolução cubana. Antes do detalhamento de quais cubanos anticomunistas associaram-se aos tecos, é fundamental demarcar que o pioneiro nessa e noutras decifrações, o jornalista Manuel Buendía, foi vítima de um assassinato multinacional. Nele, entrecruzaram-se agentes e interesses de arapongagem norte-americana no México, leia-se CIA, e das extremas-direitas locais – mexicana, cubana e centro-americana. Reportando seu assassinato, a revista *Covert Action: Information Bulletin* estampou em capa a manchete “**Special: U.S. Links to Mercenaries**”. Noticiando em editorial que o jornalista mexicano fora executado a 30 de maio de 1984, a *Covert Action* resumiu, da seguinte forma, as prováveis razões e digitais por trás do assassinato de Manuel Buendía<sup>441</sup>:

Durante 30 anos, Buendía expos incansavelmente a corrupção e os truques sujos no cenário político mexicano, mais recentemente em sua coluna amplamente lida Red Privada (Privada Network) no influente diário Excelsior. Buendía era um expert na CIA, suas atividades na América Latina e, especialmente, e suas interferências no México. Tivemos a honra de nos corresponder com frequência desde o lançamento desta revista. **Seu assassinato, que a maioria dos observadores consideram uma ação terrorista envolvendo tanto a CIA quanto forças direitistas é um golpe no movimento em curso para expor as maquinacões da CIA. Apenas um mês antes de sua morte, *La CIA en México*, uma coleção de seus discursos e colunas sobre a intervenção da CIA, foi publicada – um memorial parcial do trabalho de uma vida toda (COVER ACTION, n.º 22, 1984: 1, grifo meu)**

#### 5.1.8. Tecos, CIA e contrarrevolução cubana: o grupo terrorista anti-Castro Alpha 66

A contrarrevolução cubana depois de 1959 encontrou nos tecos mexicanos um aliado confiável. Também aqui o jornalista Manuel Buendía foi um analista pioneiro. Essa coordenação

---

<sup>440</sup> “Colima, Fuhrer”, publicado no Excelsior, 18/XI/83 (BUENDÍA, 1985).

<sup>441</sup> Recentemente, Manuel Alcalá dirigiu e a Netflix publicou o excelente documentário “**Red Privad: ¿Quién mató a Manuel Buendía?**” (2021).

repressiva dos tecos com a contrarrevolução cubana abarcou um grupo terrorista do exílio anticastrista em particular: a Alpha 66, organização sediada em Miami, na Flórida, mas com filiais em diversas cidades dos EUA. Referindo-se aos tecos, Buendía decifra que **“nadie puede ignorar sus alianzas con organizaciones terroristas de Estados Unidos, como la temible 'Alpha 66', de Miami y Los Angeles”** (BUENDÍA, 1985: 153). Essa aliança entre os tecos da FEMACO e os cubanos contrarrevolucionários da Alpha 66 foi estabelecida dentro de um marco mais amplo. Inscreveu-se na **“coordinación internacional de grupos terroristas de extrema derecha”** e compôs **“un eje entre los militantes mexicanos con los de Estados Unidos y la Internacional Fascista europea**, que tantas veces ha ocupado la atención de la policía en España, Italia, Alemania y Francia. **Pero todos estos caminos se cruzan en Guadalajara”**(BUENDÍA, 1985: 153, grifo meu) .

Para nadie es un secreto, tampoco, que **licoreros de Miami - 'gusanos' propietarios de una industria que se llevaron de Cuba al ser expulsados por la revolución - son algunos de los mecenas de la UAG**. Y nadie ignora que entre el representante de estos licores en México y un notorio agente de la CIA que ha operado aquí por más de diez años, existen lazos de familia (BUENDÍA, 1985: 75, grifo meu)

Manuel Buendía refere-se aqui, provavelmente, à empresa Bacardí, gigante da produção de rum expropriada pela Revolução de 1959 em Cuba e que passou a financiar a contrarrevolução cubana. Em meados de 1964, **“a Representación Cubana en el Exilio (RECE) foi formada”** e, como explica o historiador cubano Jesús Arboleya, **“foi patrocinada por Pepín Bosch, gerente geral da Bacardí, que por muitos anos encabeçou um importante setor da burguesia nacional e, algum tempo depois, um grupo de militantes contrarrevolucionários”** (ARBOLEYA, 2000: 143)<sup>442</sup>. Conforme Jesús Arboleya, **“la Representación Cubana en el Exilio (RECE)”**, financiada pelo executivo da Bacardí Pepín Bosch, configurou **“una operación auspiciada por la CIA a mediados de la década del 60”** (ARBOLEYA, 2000: 83). Além de Emilio Nunez Portuondo, outro líder da

---

<sup>442</sup> Como visto no CAPÍTULO 4, a RECE foi presidida por Emilio Nunez Portuondo, ex-embaixador de Fulgencio Batista na ONU (1952-58) e primeiro-ministro interino em 1958, antevéspera da Revolução. Chegou a integrar planos para assassinar Fidel Castro, Raul Castro e Ernesto “Che” Guevara ao lado da CIA, do diplomata-empresário William Pawley (EUA) e do militar Pedro Luis Diaz Lanz (Cuba). Foi um aliado do ditador Rafael Trujillo, da República Dominicana, em operações da CIA destinadas a invadir Cuba. Nessa conexão contrarrevolucionária, valeu-se dos serviços operacionais do ex-dirigente cubano da CIDC Salvador Diaz Versón, preso pela Revolução de 1959 na ilha. Como dito, Nunez Portuondo representou a RECE, em 1967, na I Conferência da WACL em Taiwan, quando anunciou **“que representantes da América Latina haviam fundado a ‘Liga Anticomunista Latino-Americana’ (LAL) e que ele havia sido eleito Presidente provisório e eu, Secretário provisório”** (ASIAN OUTLOOK, 1968, v. 3, n.º 3, p. 38).



RECE foi Jorge Mas Canosa, que foi o diretor de propaganda dessa organização até novembro de 1983. A RECE “estabeleceu alianças com outros grupos contrarrevolucionários para realizar ataques terroristas contra objetivos costais cubanos, em especial com os Comandos L, um desdobramento da Alpha 66 liderada por Tony Cuesta” (ARBOLEYA, 2000: 144). Um memorando do FBI de 1965, recolhido pelo historiador Jesús Arboleya, registrou que “Jorge Mas Canosa recebeu \$5,000 da CIA para financiar uma operação do terrorista Luis Posada Carriles contra navios soviéticos e cubanos atracados no porto mexicano de Veracruz” (ARBOLEYA, 2000: 144)<sup>443</sup>.

Porém, se a RECE “saiu na frente” em suas conexões com a Liga Mundial Anticomunista, foi a Alpha 66, aliada dos tecos mexicanos, que assumiria a representação de Cuba dentro da WACL. A Alpha 66 originou-se de outra organização contrarrevolucionária cubana, a II Frente Nacional de Escambray “fundada por el terrorista Eloy Gutiérrez Menoyo el 11 de noviembre de 1961 en Miami, hasta que el 5 de diciembre de 1962 se une a una fracción de Alpha 66. Surge entonces Alpha 66-II Frente del Escambray” (MÉNDEZ, 2003: 12)<sup>444</sup>. A Alpha 66 fora criada em Porto Rico, em 1962, encabeçada pelo terrorista Antonio Veciana Blanch e “se le denominó con ese nombre por ser Alpha la primera letra del alfabeto griego y haber sido 66 contrarrevolucionarios sus fundadores” (MÉNDEZ, 2003: 13). Antonio Veciana manteve estreita vinculação com a CIA. Eloy Gutiérrez Menoyo foi escolhido como chefe militar da Alpha 66 e Andrés Nazario Sargén tornou-se o secretário geral dessa organização terrorista da contrarrevolução cubana. “Alpha 66 especializou-se em realizar ataques navais, organizando-se em comandos” e “seus ataques contra navios soviéticos em março 1963 forçaram Kennedy a proibir tais ataques durante algum tempo” (ARBOLEYA, 2000: 130). A Alpha 66 “também recebeu apoio financeiro e político de empresários ultraconservadores norte-americanos, grupos paramilitares de direita e um setor da agência [CIA] em franca oposição à opção de alcançar um acordo com Cuba” (ARBOLEYA, 2000: 130).

---

<sup>443</sup> Os terroristas cubanos Jorge Mas Canosa e Luis Posada Carriles foram treinados pelos EUA no Fort Bening e, segundo o último, “**la CIA nos enseñó todo, todo (...). Nos enseñó a utilizar explosivos, a matar, colocar bombas, nos entrenó en actos de sabotage**” (CARRILES apud ARBOLEYA, 2000: 83 grifo meu).

<sup>444</sup> O exílio cubano contrarrevolucionário nos EUA foi composto por uma miríade de organizações anticomunistas. Em uma nota intitulada “Todo pueblo tiene derecho a ajusticiar al tirano”, publicada em 1975 na revista Réplica de Miami, inúmeras dessas organizações reivindicaram “la plena responsabilidad de los 24 atentados frustrados contra Fidel Castro”. Subscreveram a nota, entre outros, “Andrés Nazario Sargén, por ALPHA 66; Armando Fleitas, por el Segundo Frente Nacional del Escambray; Jorge Mas Canosa, por el RECE” (RÉPLICA, Edición n.º 401, 1975, p. 2).

Durante a “crise dos mísseis” de 1962, a Alpha 66 engajou-se em uma série de atos de provocação contra Cuba com o objetivo de “agravar o conflito pelas costas do governo Kennedy” (ARBOLEYA, 2000: 130). Durante o ano de 1963, as várias operações anti-Castro da Alpha 66 “foram encorajadas e financiadas pelo ultraconservador Henry Robinson Luce, proprietário do consórcio editorial Time-Life, que criticou abertamente a política do Presidente Kennedy em relação à Cuba” (ARBOLEYA, 2000: 130). Ainda de acordo com Jesús Arboleya, **“tanto Veciana quanto o agente que supostamente o ‘administrava’, David Phillips, foram depois implicados no assassinato do Presidente [Kennedy]”** (ARBOLEYA, 2000: 130)<sup>445</sup>. De uma maneira ou de outra, finalmente, **“Alpha 66 se juntou ao esquema de ‘operações autônomas’ e começou a criar bases de operações nas Bahamas e República Dominicana”** (ARBOLEYA, 2000: 130, grifo meu). Depois da captura do comandante militar da Alpha 66 Eloy Gutiérrez Menoyo em território Cubano – onde desembarcara buscando organizar unidades contrarrevolucionárias na ilha –, bem como após a designação de Antonio Veciana como agente *full time* da CIA, “a liderança da organização caiu nas mãos dos irmãos Sargén, políticos ex-Ortodoxo ligados à segunda Frente Nacional de Escambray” (ARBOLEYA, 2000: 142).

A principal missão da Alpha 66, desde então, “tornou-se angariar fundos para sua própria sobrevivência, para a qual realizavam ataques navais esporádicos, organizavam campos de treinamento militar aos finais de semana, preparavam infiltrações reais ou imaginárias e encorajam a distância o terrorismo em Cuba” (ARBOLEYA, 2000: 142). A Alpha 66, se é verdade que cometeu atos terroristas dentro também das fileiras do exílio cubano nos EUA, sempre buscou coesioná-lo e “esta aparente unidade beneficiava-se não apenas das organizações contrarrevolucionárias, mas também da burguesia cubano-americana que controlava a vida política do enclave” (ARBOLEYA, 2000: 143). Nos EUA, a Alpha 66 buscou “manter vivo o que alguns chamaram de indústria contrarrevolucionária – fosse contaminando o clima político com uma retórica de intransigência que satura a mídia de massa ou recorrendo à intimidação violenta sempre que necessário” (ARBOLEYA, 2000: 143).

Dessa forma, a ação da Alpha 66 e suas congêneres anti-castristas nos EUA “constituem o cenário cubano-americano geralmente conveniente para a política norte-americana em relação à

---

<sup>445</sup> Viu-se no CAPÍTULO 4 que um dos dirigentes cubanos da CIDC, Salvador Diaz-Verson, um ex-Chief of Military Intelligence (1949-1952), foi incumbido de plantar a “boataria”, entre o exílio cubano, segundo a qual o assassinato do presidente J. F. Kennedy teria sido “encomendada” por Fidel Castro.

Cuba – pelo menos que tem sido útil para estes setores promovendo a continuação da hostilidade entre os dois países” (ARBOLEYA, 2000: 143). Somando-se a isso “a conduta histórica dos serviços secretos dos EUA em relação à contrarrevolução”, conclui Jesús Arboleya, é possível compreender “o alto grau de impunidade com que estes grupos têm trabalhado” (ARBOLEYA, 2000: 143)<sup>446</sup>. Em julho de 1972, a Alpha 66 celebrou, por exemplo, um grande Congresso em Miami, na Flórida. Nele anunciou-se, entre outras diretrizes da contrarrevolução cubana no exílio, que “por primera vez se coordinan esfuerzos entre el clandestinaje organizado de la Isla y los combatientes del exilio”, assegurando-se “un respaldo pleno a los acuerdos que tome la Dirección Nacional Clandestina en Cuba” (LA REVISTA RÉPLICA n.º 246, 1972, p. 10). Nesse Congresso de julho de 1972 da Alpha 66, um dirigente teco de “alto nível”, “el Lic. **Humberto Dávalos**”, “asistió al Congreso de Alpha 66 como Delegado de la Liga Anticomunista Mundial” e, nessa condição, “señalo el apoyo de las organizaciones anticomunistas del mundo a los combatientes de Alpha 66” (LA REVISTA RÉPLICA n.º 246, 1972, p. 10).

Entre as Resoluções do Congresso da Alpha 66 em Miami, além da “denúncia” e do “rechaço” a “toda actividad coexistencialista con el régimen de Castro”, reforçou-se “la importancia de las acciones armadas desde el exterior para apoyar el proceso de la lucha interna” (LA REVISTA RÉPLICA n.º 245, 1972, p. 13). Um ano depois, em 1973, a Alpha 66 ratificou publicamente “ante Cuba y el mundo **su tesis de lucha de la GUERRA IRREGULAR**”, afirmando que “seguiremos golpeando al tirano en todas las formas que podamos” e, assim, “mantendremos nuestra coordinación y nuestro apoyo a los combatientes de la clandestinidad” (LA REVISTA RÉPLICA, 12 de Febrero, 1973, p. 31). Entre os slogans adotados pelos militantes da Alpha 66, constavam expressões do tipo: “Coexistencia no, libertad si”; “Nuestro Diálogo es con Balas”; “Negociar con Castro es Traicionar a Cuba” etc. (LA REVISTA RÉPLICA, 16 de Febrero, 1973, p. 2, grifo meu ).

---

<sup>446</sup> Exemplo de impunidade: “Seguiremos violando la ley de neutralidad, declaró Nazario Sargés a nombre de Alpha 66”. O dirigente nacional da Alpha 66, nas páginas da Réplica, declarou que “el movimiento bajo su dirección continuaría violando la llamada ‘Ley de Neutralidad’ ya que de aceptarla se estaria aceptando que no se puede combatir más a la dictadura de Castro”. Andres Nazario Sargés afirmou ainda que “hombres de su organización habían realizado una incursión a Cuba llevándola a efecto con todo éxito”: “atacamos antes a Cuba roja y seguiremos atacando. No es de territorio americano pero de todos modos puedo decir que no hay ley de neutralidad que le pueda amarrar las manos de Alpha 66” (LA REVISTA RÉPLICA n.º 344, 1974, p. 2).



*Figura 227.* Andrés Nazario Sargen e Humberto Dávalos H. durante o Congresso da Alpha 66 de 1972, em Miami, na Flórida. À esquerda, Nazario Sargen, secretário-geral da Alpha 66. À direita, Dávalos H., dirigente dos tecos da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da Liga Mundial Anticomunista. FONTE: LA REVISTA RÉPLICA, 1972, n.º 246, p. 344.

Em 1975, a Alpha 66 realizaria um Festival Patriótico Artístico em Miami. Nele, conforme estampou *La Revista Réplica* dos exilados cubanos anticastristas, “se adhiere al acto el Frente Anticomunista de México”, isto é, a FEMACO dos tecos de Guadalajara, então representada pela “señora Estrella Rubio”, delegada da FEMACO “en el área de Miami” (LA REVISTA RÉPLICA n.º 376, 1975, p. 9). Finalmente, também a autora Laura Romero não deixou de salientar essas conexões repressivas dos tecos mexicanos com a Alpha 66. Referindo-se aos tecos da UAG, a pesquisadora em questão salienta que “**los integrantes de dichos grupos son entrenados por el Pentatlón aunque también reciben ‘armas’, doctrina e instrucción en terrorismo’ por la organización Alpha 66**” (ROMERO, 1967: 53, grifo meu). Laura Romero resgata, inclusive, um trecho do artigo “Los misterios” de Manuel Buendía que radiografou os nexos entre os tecos mexicanos, os terroristas contrarrevolucionários cubanos da Alpha 66 e o “patrono” de ambos, a CIA:

Para nadie es un secreto la obvia y prolongada vinculación de **la CIA con ese grupo de terroristas, originalmente formado con gusanos de Miami. La CIA se ha valido de Alpha 66 y de otros grupos similares para cometer unos cuantos crímenes en países latinoamericanos incluido México. Sergio Mayea, el comandante de Base ... declaró haber invitado a los mexicanos ... para entrenar con los activistas de Alpha 66 ... El órgano de difusión del grupo secreto que domina la Universidad Autónoma de Guadalajara publicó en 1981 una larga reseña del tercer congreso de ‘Alpha 66’ ...**, y entre los asistentes, además de mencionar a varios profesores y funcionarios de la

UAG, cita al señor Mayea. Agrega que en el temario figuran asuntos militares’ (BUENDÍA *apud* ROMERO, 1967: 53)

No caso dos tecos da UAG, intimamente asociados à Alpha 66, à CIA e a outras agências norte-americanas, “la formación de los militantes más comprometidos en las actividades subversivas incluye también **la preparación militar** cuyo propósito sería no sólo el responder por la seguridad y el orden del propio movimiento, sino el de perpetrar la ofensiva antimarxista” (ROMERO, 1987: 50). Assim, à medida que os tecos mexicanos – e também os exilados do Alpha 66 e seus “amigos” norte-americanos da CIA – “**conciben que el marxismo es terrorista, le oponen un contra-terror antimarxista que se instrumentaría por los grupos de choque**” (ROMERO, 1987: 50, grifo meu). Eis aí a chave do paramilitarismo teco.

#### 5.1.9. O paramilitarismo dos tecos

A palavra *teco* – que consagrou “la agrupación convicta y confesa de neofascismo” – significa coruja em espanhol. Longe de remeter à alegoria da “coruja de mineira”, que encarnaria o espírito filosófico, o significado de *tecos* é encontrado no aquém, no terrorismo paramilitar exercitado à noite por esses “caçadores de comunistas” de Guadalajara. Assim como as corujas, de hábito noturno, também os *tecos* da UAG saíam à noite para suas *razzias* anticomunistas. “**Fanáticos del integrismo religioso, los Tecos - llamados así porque 'vigilan y acechan desde la oscuridad'** -, han estado vinculados a las peores musetras de la intolerancia, y más de una vez se les han imputado homicidios, lesiones, secuestros, atentados dinamiteros, espionaje telefónico y acciones intimidatorias” (BUENDÍA, 1985: 151, grifo meu). Os tecos formaram, assim, “**un grupo de dudosos correligionarios, que se ostenta como los más puros e íntegros**; pero que, presas de una enfermedad llamada fanatismo, desarrollan actividades delictivas y, como insuperable agravante, han nombrado a Dios 'comandante en jefe' de su organización secreta” (BUENDÍA, 1985: 164, grifo meu). A crença dos tecos da UAG na sacralidade de sua “cruzada” anticomunista encontrou sua expressão religiosa mais acabada na Oração do Brigadista Teco, que rezava:

Señor Dios de los ejércitos, general en jefe de nuestra organización ... ante ti paso revista ... Déjame ser el primero en el santo combate de este día ... Frena mi lengua e impúlsala para que mi verbo sea fuego abrazador. Dale coraje a mi corazón. Te pido por mis jefes. Guiáles hacia el triunfo, consuélalos en la incomprensión, acompáñalos en las horas

solitarias de las grandes decisiones. Quiero para hoy y para siempre la lucha, y en ella, el coraje de vencer (ORACIÓN DEL BRIGADISTA TECO *apud* ROMERO, 1987: 66)

Nessa Oração dos soldados tecos “**se mezclan, en el hediondo molcajete del fanatismo religioso, las ideas de la violencia y el anhelo por el derramamiento de sangre**” (BUENDÍA, 1985: 165, grifo meu). Nessa “cruzada” anticomunista e, no caso dos tecos, também antissemita, “los hermanos Leño, empresarios de la UAG y de los grupos más violentos de la extrema derecha, inclusive los de corte fascista”, contabilizaram “un largo historial de actos de terrorismo” (BUENDÍA, 1985: 145). Ainda ele, Manuel Buendía, referindo-se à juventude dos tecos, enojou-se com “la cota de corrupción moral alcanzada por estos jóvenes envejecidos a quienes prácticamente han secuestrado el alma en la organización fundada por los hermanos Leño, propietarios, a la vez de la UAG y del próspero negocio agrícola en Colima” (BUENDÍA, 1985: 165). Nas trilhas de Buendía, os irmãos Anderson também foram pioneiros em apontar o perfil paramilitar dessa extrema-direita mexicana, salientando que “**os Tecos operam sua própria segurança armada na universidade e os estudantes são alimentados com uma rica dieta de anticomunismo e antisemitismo**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 80, grifo meu)<sup>447</sup>.

O paramilitarismo dos tecos da UAG seria exposto em meados da década de 1970, sendo o grupo denunciado como “una secta propagandística”. Isso porque, em 1977, a polícia mexicana descobriu “**una casa de seguridad en la que había equipos para intervenir aparatos telefónicos, micrófonos, transmisores inalámbricos, equipos de radio-transmisión, transmisores de bolsillos, detectores de frecuencia, generadores de señales y en general sofisticado equipo de espionaje**” (ROMERO, 1987: 53, grifo meu). A operação policial revelou que, à época, a Federação Mexicana Anticomunista de Occidente (FEMACO) – como se verá, a organização pela qual os tecos da UAG conectaram-se à WACL – funcionava basicamente como uma agência de espionagem e como propulsora de operações anticomunistas *callejeras*.

---

<sup>447</sup> De acordo com um “furo” do jornalista Dale Van Atta, “an associate of syndicated columnist Jack Anderson”, recolhido pelos irmãos Anderson, um ex-professor norte-americano da UAG, embora defendendo a universidade dos tecos, “went on to explain the required loyalty pledges, the pressure on professor of all nationalities to join the secret society, and the division of the Tecos’ labor. ‘There’s basically three branches, the school administrators and professor, the prefects, students who watch over other ones and analyze their political orientation, and **the tecos de choque. And could the shock Tecos be involved in death squads? I don’t know. It-it wouldn’t surprise me**’ (Telephone interview by Dale Van Atta, Washington, D.C., October 1984; quoted in Jack Anderson, Washington Merry-Go Round, November 26, 1984). He then hung up” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 80).

“Guardaban además pelucas, máscaras, bigotes postizos, material impreso, así como dos pistolas reglamentarias de la Secretaría de la Defensa Nacional”, além de terem sido localizados “planos de la ciudad cifrados y con señalamientos específicos sobre escuelas, iglesias, establecimientos comerciales, agrupaciones, centros deportivos” (ROMERO, 1987: 53). Os tecos de ação que foram presos em 1977 pela polícia mexicana, inclusive, declararam às autoridades que, acima deles, “existen prominentes personajes que les brindan todo su apoyo en su lucha anticomunista” e “señalaron que la fuente de ingresos proviene del **ingeniero Juan José Leño**” (ROMERO, 1987: 53). Como visto, o engenheiro Juan José era o irmão de *don* Antonio Leño. Os tecos de ação apreendidos pela polícia do México revelaram, ademais, que “**los grupos de choque son adiestrados en los propios campos de la UAG por personal del Pentatlón bajo instrucciones del comandante Carlos Montes Martínez**”, confidenciando ainda que estariam “en la etapa de preparación política y que **el dirigente de la FEMACO, Raymundo Guerrero, les indicó que deberían estar preparados para luchar cuerpo a cuerpo si fuera necesario**” (ROMERO, 1987: 53, grifo meu). Refletindo sobre esse paramilitarismo dos tecos, Laura Romero conclui:

**De la importancia al trabajo clandestino y a la preparación militar se desprende el carácter terrorista de la FEMACO, lo que a su vez explica la alta jerarquización interna, el excesivamente reducido núcleo dirigente y la prácticamente nula promoción de cuadros medios a los más altos puestos de dirección. El secreto domina pues la organización interna** (ROMERO, 1987: 53, grifo meu)

Esse terrorismo paramilitar da ultradireita dos tecos da UAG pode contar, enfim, com o apoio de importantes setores das Forças Armadas do México. Os tecos mantiveram “excelentes relaciones con el ejército mexicano” (ROMERO, 1987: 45). Em 1983, por exemplo, demonstrando o livre trânsito dos militares com os tecos de Guadalajara, o comandante da XV Zona Militar, o general Juan Félix Tapia García, participaria de um evento na UAG “para transmitirles ‘el saludo personal del secretario de la Defensa Nacional, general Juan Arévalo Gardoqui’, a lo que la UAG corresponde con su ‘disposición a cooperar con las fuerzas armadas de México en aquellas actividades culturales y deportivas que les sean solicitadas’” (ROMERO, 1987: 45-46). A “importancia que los ‘tecos’ reconocen en el ejército para la imposición del ‘orden’” foi assinalada por Laura Romero, a partir de um artigo de Manuel Buendía: “Una vez hartos de suspensiones de clases, de huelgas, mítines ... (propusieron) que se cambiara la Facultad de Filosofía y Letras

(UNAM) al campo militar núm. 1” (BUENDÍA *apud* ROMERO, 1987: 46)<sup>448</sup>. Não por acaso, por fim, a organização pela qual os tecos da UAG adentraram na WACL, a FEMACO, “aplaudió incondicionalmente la actuación del Ejército en la masacre estudiantil del 2 de octubre de 1968, culpando por la violencia a ‘francotiradores extranjeros’, los ‘guerrilleros de corbata’ (la intelectualidad de izquierda) y los ‘filósofos de la destrucción’ (Sartre, Marcuse y Freud)” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 17-18).

#### 5.1.10. A Federação Mexicana Anticomunista de Occidente (FEMACO), o “Capítulo” mexicano da WACL: o enlace dos tecos da UAG com o veterano Jorge Prieto Laurens (CIDC)

Esses foram os tecos da UAG que, em 1967, criaram o que seria o “Capítulo” mexicano da Liga Mundial Anticomunista: a FEMACO. Esta foi constituída “por acuerdo tomado por la Asamblea del Congreso Regional Anticomunista de Occidente, que tuvo lugar en la ciudad de Guadalajara, Jal., los días 15 y 16 de julio de 1967” (FEMACO, 1967: 6). A FEMACO foi , portanto, um grande feito político dos tecos propiciado pela “‘bonanza’ económica” amealhada pelo patrono da UAG, *don* Antonio Leño. Na síntese de Laura Romero, “**el 16 de julio de 1967 surge la organización que da cobertura al movimiento teco en sus diferentes instancias**. La Federación Mexicana Anticomunista (FEMACO) se origina **‘para hacer frente a los ataques comunistas salvaguardando nuestras familias, nuestras personas y contribuyendo a librar a México de la esclavitud infrahumana del comunismo’**” (ROMERO, 1987: 42, grifo meu). Note-se, pois, para o grau de *infra-humanidade* atribuído ao comunismo e a seus agentes por essa ultradireita alucinada de Jalisco. A FEMACO, integrada por “ativistas fascistas” na caracterização de Laura Romero, valeu-se da UAG como “cortina que cubre sus actividades subversivas e ilegítimas” (ROMERO, 1987: 43). Dessa maneira, “la trayectoria de la UAG ha sido obra pues, de los fascistas ‘tecos’, quienes con la constitución de la FEMACO llegan a un punto decisivo de su desarrollo, cuyo correlato es la abierta identificación de intereses con el sector empresarial más consolidado y antinacional de México” (ROMERO, 1987: 43). Um informe do Partido Comunista

---

<sup>448</sup> Laura Romero resgate um artigo inédito de Manuel Buendía no qual se escrutinou um evento de 1984 na UAG. Dele participaram “los comandantes de seis zonas militares, el personal docentel del Colegio de Defensa Nacional y los integrantes de la tercera generación de ese plantel”, assim como o contra-almirante Alvaro Sandoval Peralta. “‘De qué lado están estos altos oficiales del ejército? Y no son pocos (...) 30 generales, 10 coroneles, otros tantos coroneles, etcétera; 61 importantes oficiales ... en total’” (BUENDÍA *apud* ROMERO, 1987: 45).



Mexicano (PCM), subscrito por 19 organizações, entre elas a *Comisión Nacional Juvenil del PCM*, denunciou “la represión y el hostigamiento del anticomunismo” e caracterizou a UAG como um “enclave” estratégico dos EUA no México

Son también conocidas las frecuentes agresiones que se han cometido contra maestros y estudiantes de la Universidad de Guadalajara, así como a miembros de la Federación de Estudiantes de Guadalajara. Además, han sido dañados instalaciones y bienes de dicha Universidad. **Su alianza con organismos de la subversión y espionaje norteamericanos es evidente. De todos es conocido que la UAG recibe jugosos subsidios de las Instituciones yanquis que conspiran contra la estabilidad política y económica de nuestro país (Fundación Ford, Fundación John Birch Society, Fundación Rockefeller, la Universidad de Michigan y otras que sería largo de enumerar). La naturaleza claramente pro-fascista de la UAG, ha engendrado que en su seno se formen y adiestren grupos paramilitares, guardias blancas e individuos delictuosos que, amparados en la supuesta 'autonomía' de la institución se dedican a actividades de espionaje al servicio de una potencia política y militar extranjera, concretamente los Estados Unidos de Norteamérica.** Su actitud fascista está ampliamente demostrada por las frecuentes declaraciones de elogio al fascismo que se hace en las páginas de su órgano informativo, de la revista 'Réplica' (COMUNICADO DEL PCM *apud* LÓPEZ MACEDONIO, 2017: 11, grifo meu)

Importa, por ora, destacar que os tecos da UAG liderados por Carlos Cuesta Gallardo, *don* Antonio Leño e Raimundo Guerrero, na década de 1960, associaram-se ao veterano dos “cruzados” anticomunistas do México: Jorge Prieto Laurens, presidente da Frente Popular Anticomunista de México (FPAM) e co-fundador, ao lado do almirante brasileiro Carlos Penna Botto, da CIDC. Os tecos foram capazes de incorporar ao quadro dirigente da FEMACO, portanto, esse velho conspirador que havia sido, simplesmente, o primeiro “amigo” da APACL, do ABN, da CIDC e da WACL<sup>449</sup>. Dessa associação criou-se a FEMACO, em 1967, como uma “entidad aglutinadora de la más amplia coalición de grupos empresariales, estudiantiles e intelectuales anticomunistas hasta entonces” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 17)<sup>450</sup>. A FEMACO foi “Presidida por Raimundo Guerrero y Rafael Rodríguez, ambos profesores de la UAG con sendas credenciales anticomunistas” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 17).

---

<sup>449</sup> Como visto no CAPÍTULO 3, a FPAM de Prieto Laurens foi financiada e orientada pela CIA para organizar o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina em 1954. Tratou-se de uma complexa operação multinacional de propaganda política que serviu como “cortina de fumaça” ao golpe de Estado contra o presidente Jacobo Arbenz da Guatemala. O I Congresso foi fruto da Operação KUGOWN, parte do Projeto PBSUCCESS da administração Eisenhower, e buscou garantir uma “fachada” de apoio latinoamericano a um golpe de Estado e de classe made in USA.

<sup>450</sup> “De entre sus miembros fundadores y dirigentes destacan Raymundo Guerrero y Jorge Prieto Laurens. Este último fungía además como presidente del Frente Popular Anti-comunista y de la Confederación Interamericana para la Defensa del Continente (CIDC)” (ROMERO, 1987: 52, grifo meu).

Ao lado dos tecos da UAG e de Prieto Laurens da FPAM, aderiram à FEMACO grupos como “el Ateneo Antimarx, Asociación Pro-Libertad Intelectual, Unión Defensora de la Libre Empresa, Fuerza Estudiantil de México, Alianza Femenil Anticomunista, Alianza Popular Anticomunista, Bloque Estudiantil contra las Doctrinas Antinacionales, Asociación Independiente de Comerciantes e Industriales, Liga Defensora de la Empresa contra el Comunismo, Delegación Anticomunista de Irapuato, Unión de Estudiantes Católicos, Profesores Anticomunistas de Odontología, Derecho y Medicina, etcétera” (ROMERO, 1987: 51-52)<sup>451</sup>.

#### 5.1.10.1. *Quem-é-quem no Consejo de Representantes del Anticomunismo de América Latina (CRAAL)*

O *Congreso Regional Anticomunista de Occidente* celebrado em julho de 1967, na cidade de Guadalajara, em Jalisco, no México, além de fundar a FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL, criou também o *Consejo de Representantes del Anticomunismo de América Latina (CRAAL)*. O CRAAL tornou-se uma filial do “Capítulo” da WACL-México. Desde sua origem, seguindo a tradição da UAG, a FEMACO se voltou contra o impacto e desdobramento do Concílio Vaticano II na América Latina, entrelido e combatido pelos tecos como um verdadeiro *Complot contra la Iglesia* – nome, como visto, da peça antisemita de Carlos Cuesta Gallardo distribuída durante as sessões do Concílio de 1962. Debruçando-se sobre a documentação da *Dirección de Investigaciones Políticas y Sociales (DIPS)* do México, a historiadora Mónica Naymich López

---

<sup>451</sup> Entre “Organizaciones y Dirigentes Participantes en el Congreso Regional Anticomunista de Occidente”, momento da fundação da FEMACO em 1967, constaram: “Frente Popular Anticomunista de Mexico. Lic. Jorge Prieto Laurens. Ateneo Antimarx. Lic. Rafael Rodríguez López. Liga Defensora de la Libre Empresa Frente al Comunismo. Ing. Juan Alfonso García del Toro. Agrupación Pro Libertad Intelectual. Dr. Salvador Cervantes. Alianza Popular Anticomunista. Sr. Martín Flores Casillas. Asociación Independiente de Comerciantes e Industriales. Sr. Juan Daniel Montañó. Bloque Estudiantil Contra las Doctrinas Antinacionales. Guillermo Fernández Salazar. Profesores de la Facultad de Medicina. Dr. Bernardo López Capilla. Profesores de la Facultad de Derecho. Lic. Guillermo Hernández Ornelas. Comité Restaurador de la Asociación Nacional de Estudiantes de Derecho. Sr. Luis Vega Díaz. Liga Independiente Leonesa. Dr. Gabriel Garibi Velasco. Movimiento Nacionalista de Escritores Mexicanos. Sr. Rodolfo Montero Mora. Unión de Estudiantes Católicos. Sr. José Luis Nieves Rodríguez. Instituto Cultural Atlético Militar. Sr. Efrén del Río Romero. Alianza Femenil Anticomunista. Srita. Carmen Leticia Loreto. Comisariado Ejidal de Puerto Vallart. Sr. Catarino Arce Enciso. Profesionistas de Ciudad Guzmán. Lic. Juan José Cardona. Profesores Anticomunistas de Odontología. Dr. Jaime Mendiola Gómez. Delegación Campesina de San Luis Potosí. Sr. José Yudiche. Delegación Anticomunista de Irapuato. Dr. Antonio Aranda González. Sindicato de la Industria del Pan. Sr. Carlos Pérez Gómez. Delegación No. 10 de la Asociación Nacional de Trabajadores de la Industria del Pan y sus Derivados. Sr. J. Jesús Pérez E.” (FEMACO, 1967: 7).

Macedonio frisa que a FEMACO combateu violentamente o Concílio Vaticano II na América Latina e, depois, atacou de igual forma a Teologia da Libertação.



**CONGRESO REGIONAL**  
**ANTICOMUNISTA**  
**DE OCCIDENTE** GUADALAJARA  
15 AL 16 DE JULIO DE 1967

*Figura 228.* A FEMACO foi criada no Congresso Regional Anticomunista de Occidente, realizado na cidade de Guadalajara, capital do estado de Jalisco, no México, em 1967. Os tecos da Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG) nuclearam a empreitada, *joint venture* anticomunista que integrou a experiência do veterano “cruzado” anticomunista mexicano J. Prieto Laurens. FONTE: FEMACO, 1967.

López Macedonio observa, ademais, que “los agentes de la Dirección de Investigaciones Políticas y Sociales (DIPS) registraron que 'la CRAAL afiliado a la FEMACO se fundó en Guadalajara en 1967 - durante el Primer Congreso Regional Anticomunista de Occidente” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010: 142). A FEMACO, desde então, passou a contar com “un Consejo de Representantes del Anticomunismo de **América Latina (CRAAL) a través del cual se exponía sobre la infiltración del comunismo entre los obreros, los estudiantes, los profesores, los campesinos y el clero en los diversos escenarios de Latinoamérica**” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010: 142, grifo meu). A FEMACO passou a realizar, então, “sesiones de debate” sobre la agresión y las pretensiones del comunismo en México, Latinoamérica y el mundo”, conectando-se a “27 asociaciones de carácter católico tales como los Caballeros de Colón y directivos de colegios católicos” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010: 142). López Macedonio recolhe um documento da polícia mexicana (DIPS), de 3 de julho de 1971, no qual se lê sobre os tecos da FEMACO: “Controlados a su vez por José Salazar López, Arzobispo de Guadalajara y contando con miembros como el licenciado Raimundo Guerrero Guerrero, Sergio Américo Lastra Reza,

Jorge Prieto Laurens, Oscar Dena Romer, Salvador Cervantes, Margarita Michelena” (DIPS-Gobernación, caja 1616, expo. 825, t. I *apud* LÓPEZ MACEDONIO, 2010: 142).

A FEMACO dos tecos, dando prosseguimento a suas campanhas contra o assim chamado clero progressista, difundiram como móvel de luta o *slogan* “Cristianismo sí, Comunismo no” e, desse modo, defenderam “una Iglesia monolíticamente anticomunista” (ROMERO, 1987: 41). A FEMACO prosseguiu também nos ataques que a UAG já lançava contra a universidade jesuíta de Guadalajara, o Instituto de Estudios Superiores de Occidente (ITESO), este “agredido con armas en 1957 y 1958. Será sin embargo en la década de los sesenta cuando se materializa más claramente la intolerancia extremista de los ‘tecos’” (ROMERO, 1987: 41). Como visto, os tecos reagiram ao Concílio Ecumênico Vaticano II – que “guardó significativamente silencio respecto al marxismo, planteó la apertura de la Iglesia a lo temporal, a sus valores, a su problemática social y política” – com uma postura iconoclasta – antissemita e anticomunista. Os tecos simplesmente não reconheceram “esta nueva posición de la Iglesia”, não acatando “resoluciones del Concilio, del Papa y por supuesto de la jerarquía eclesiástica” (ROMERO, 1987: 41). “El anticomunismo se constituyó en principio de la justificación ideológica de estas acciones” (ROMERO, 1987: 41).



**Figura 229.** Da direita para a esquerda, Prieto Laurens (presidente honorário), Raimundo Guerrero (presidente) e Rafael Rodriguez Lopez (secretário-geral) compondo, com mais dois indivíduos sentados não identificados, o *Presidium* do *Congreso Regional* de fundação da FEMACO. FONTE: FEMACO, 1967.

Portanto, os tecos – e a partir de 1967 a FEMACO – aprofundaram suas conexões com grupos congêneres da extrema-direita regional, particularmente com a ultracatólica. De início, e por algum momento, esses “anticomunistas mexicanos estrecharon los lazos de colaboración e intercambio de propaganda entre los sectores tradicionalistas del continente como la Sociedad Brasileña de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad, uruguaya, argentina y chilena” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010: 142). Posteriormente, essas relações de “amizade” da FEMACO com a TFP se esgarçariam, abrindo uma disputa fratricida entre esses dois grupos da ultradireita integrista na América Latina. Antes disso, contudo, coubera ao veterano Prieto Laurens da CIDC difundir “la ideología de esas organizaciones sudamericanas” – notadamente das TFPs – “a través del órgano oficial del Frente Popular Anticomunista” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010: 142)<sup>452</sup>. Ao lado de seu presidente honorário Jorge Prieto Laurens, veterano da FPAM e da CIDC estudado no

<sup>452</sup> A historiadora mexicana López Macedonio cita nesse sentido, sinalizando para algum grau de parceria entre as TFPs citadas e Prieto Laurens, um artigo deste intitulado “‘Incompatibilidad entre socialistas y católicos’, cuadernillo, Número 6, 1970, Divulgación Histórica, Orientación y Propaganda, AFN, DIPS-Gobernación, caja 1616, exp. 825, t. I” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010: 142).

CAPÍTULO 3, a FEMACO foi composto pelos seguintes dirigentes anticomunistas: Raimundo Guerrero Guerrero (presidente), Rafael Rodriguez Lopez (vice-presidente), Juan Daniel Montañó (secretário de atas), Carlos Vizcaino Velasco (secretário auxiliar), Alejandro Brambila C. (secretário de organizações), Antonio Garcia Carrillo (secretário de organização), Jose Chavez Chavez (secretário de imprensa), Jorge Parede Triado (secretário de propaganda), Sergio Lasra Reza (secretário de relações públicas), Ernesto Camacho (secretário de finanças), Arturo Velasco P. (secretário de ação estudantil), J. Jesus Tirado Alvarez (secretário de seguridad social) e Oscar Dena (secretário de adoctrinamiento) (FEMACO, 1967: 97).

#### 5.1.10.2. Principais discursos: Jorge Prieto Laurens, Raimundo Guerrero e Rafael Rodriguez

O discurso de boas-vindas aos delegados do *Congreso Regional Anticomunista de Occidente* coube a Raimundo Guerrero. Prieto Laurens, vice-presidente da CIDC – presidida pelo almirante brasileiro Carlos Penna Botto até sua morte em 1973 –, discursou no *Congreso Regional* sobre o modo como a FEMACO entrelia e combatia “El Complot Comunista en México”. Além do discurso inaugural de Prieto Laurens, discursaram na ocasião o líder teco Raimundo Guerrero, ex-braço direito de Carlos Cuesta Gallardo – responsável pela “fascistização” do movimento –, e o jovem dirigente teco Rafael Rodríguez Lopez, presidente do *Ateneo Anti-Marx*. Prieto Laurens era mais velho que Raimundo Guerrero; este era mais velho que Rafael Rodriguez, que discorreu na ocasião sobre a “Estrategia de la Agresión Ideológica del Comunismo”. Enfeixaram-se aí três gerações distintas e coesas da ultradireita mexicana. A inserção do México nas redes do anticomunismo global e da extrema-direita da Guerra Fria, inclusive, deve muito a esses três indivíduos que, a partir de 1967, irmanaram-se na FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL<sup>453</sup>.

---

<sup>453</sup> Observe-se que outro “cruzado” veterano, Manuel Salazar y Arce, um associado de longa data de Prieto Laurens desde a década de 1950, integrou-se também à FEMACO na década de 1960. Salazar y Arce era um dos dirigentes da FPAM e, nessa condição, participou do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1954. Nesse conclave, como visto no CAPÍTULO 01, Salazar y Arce era o Secretário de Ação Universitária da FPAM e discursou sobre os meios de combater a “intervenção comunista na educação universitária em toda a América Latina”. Em 1967, o “engenheiro e licenciado” Salazar y Arce, ainda um dirigente da FPAM, discursou na fundação da FEMACO sobre “El Comunismo y los Intelectuales” (FEMACO, 1967: 77). Além dos tecos Raimundo Guerrero e Rafael Rodriguez, e dos veteranos da FPAM Salazar y Arce e Prieto Laurens, discursaram na fundação da FEMACO José Chávez Chávez, que versou sobre “El Comunismo en los Medios de Comunicación Social”, e os engenheiros Julio Riquelme Inda e Alberto Salinas, que discorreram sobre “La Agitación Comunista en el Campo”.

Em seu discurso de boas-vindas aos delegados do Congreso Regional Anticomunista de Occidente de 1967, Raimundo Guerrero agradeceu os delegados vindos de Guadalajara (os tapatíos), de Aguascalientes, Colima, Guanajuato, Jalisco, Michoacán y Nayarit, advertindo que “no hemos venido a gozar de las delicadezas del trato humano ni de **la complacencia estéril en teorías impracticables**” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16). Raimundo Guerrero salientou aos congressistas reunidos em Guadalajara a razão do encontro anticomunista: “Nosotros hemos acudido aquí y somos anticomunistas, porque **el comunismo niega los derechos naturales del hombre y sus libertades básicas, reduciéndolo a la condición de esclavo; y nosotros estamos resueltos a defender por todos los medios a nuestro alcance nuestros derechos y libertades amenazados por el imperialismo comunista**, que niega aquello que nosotros somos, aquello que nosotros afirmamos” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16, grifo meu). Contra o plano do *imperialismo comunista* de *escravizar* a humanidade, os anticomunistas deveriam defender os “valores universais” – “negados por el comunismo y vilipendiados por los comunistas” – “para la salvaguardia material y espiritual de nuestra propia manera de ser” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16). Os anticomunistas estariam sendo alvo de “crítica infundada e injusta”; não seriam cegos aos problemas sociais nem defensores de uma visão “cor-de-rosa” da realidade.

“De una vez por todas quiero dejar sentado que no hemos venido a defender la injusticia social, ni hemos venido a afirmar que vivimos en un paraíso terrenal, en el cual campean la justicia, la caridad y la solidaridad humanas. **No estamos ciegos frente a los problemas sociales de la época: somos conscientes de la miseria, de la ignorancia y de tantas otras lacras sociales que hay en el mundo**” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16, grifo meu). Os anticomunistas também lutariam, garantiu Raimundo Guerrero, “por remediar esa miseria, esa ignorancia y esas lacras sociales en nuestro propio medio” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16). Buscando remediar esses inegáveis problemas sociais, seria possível “impedir que se agudicen con el triunfo del comunismo, ya que los hechos han demostrado que en Rusia, en China Roja y en la Cuba castrista y demás dictaduras socialistas la miseria y la ignorancia de los obreros y campesinos, lejos de solucionarse con tales revoluciones se han exacerbado en esos pueblos tiranizados” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16).

Na URSS e na “China Vermelha”, alegou, “han muerto de hambre millones de trabajadores y todavía hubieran perecido más obreros y campesinos, si no fuera por las ayudas

proporcionadas a esos pueblos por gobiernos de los países llamados capitalistas” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16). Também na “Cuba tiranizada por el dictador Fidel Castro”, avançou Raimundo Guerrero, “los obreros y campesinos, en vez de obtener un aumento del salario real, han sufrido disminuciones en su remuneración y un aumento en las horas de trabajo diario, viviendo actualmente en una pobreza nunca antes conocida en esa nación hermana antes de la llamada ‘revolución socialista’” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16). Identificados, pois, os três alvos prioritários do líder teco: a URSS, a República Popular da China e a Cuba pós-1959. Contra esse triunvirato comunista seria preciso reunir as “mentalidades patrióticas” e as “mentalidades espirituales” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16). Era preciso combater a ideia de que a vitória comunista seria infalível, já que “‘al comunismo le ha salido un gallo’, porque por todos los rumbos de la tierra, en la encarnación viva de hombres que saben vivir como hombres, **el comunismo no tiene llano el camino hacia el triunfo, que falsa y anticipadamente proclama como fatalidade histórica**” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16, grifo meu).



**Figura 230.** Raimundo Guerrero na abertura do *Congreso Regional* que fundou a FEMACO, em 1967, um ano depois da criação da WACL em Taiwan. A FEMACO, presidida por esse dirigente dos tecos, consagrar-se-ia como o “Capítulo” mexicano da WACL e o



organizador wacliano na América Latina.  
FONTE: FEMACO, 1967.

Eis que Raimundo Guerrero, a partir dali presidente vitalício da FEMACO, passou a opor as “soluções comunistas” aos problemas sociais do século XX às “nossas”. Propondo-se a uma análise “serena y respetosa” dos “problemas de nossos días”, ao se confrontar “las soluciones comunistas con las nuestras”, qual seja, dos anticomunistas mexicanos, asseverou que “los grandes problemas de nuestro tiempo no se resuelven con el comunismo, sino que se agravan y tienen una agudización violenta y explosiva” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16). Raimundo Guerrero, então, explicitou aos delegados do Congreso Regional Anticomunista de Occidente o motivo daquela federação das extremas-direitas do México. “**Esta reunión plantea la necesidad urgente de afrontar el problema del marxismo en Mexico**; que es un sistema superado en la realidad, en lo que se refiere a la solución de las necesidades sociales de nuestro país” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16, grifo meu). Sem embargo, a reunião anticomunista que resultaria, ao seu término, na criação da FEMACO, “Capítulo” mexicano da WACL, não teria como alvo “apenas” “afrontar el problema del marxismo en México”. Deveriam os anticomunistas confederados cooperar com a “política de libertação” dos “povos” e “nações cativas” do comunismo. O ultranacionalismo mexicano, assim, deveria se conectar à política de “Rollback communism”, buscando “**reafirmar nuestra fe en este pueblo nuestro, en el pueblo de México, capaz de gestas históricas y de cooperar a la liberación de todos los hombres y todos los pueblos que yacen esclavizados por el imperialismo y el colonialismo comunistas**” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16, grifo meu).

Contra o projeto de escravização do imperialismo e colonialismo comunistas, na terminologia do dirigente teco, deveria se opor a política de “**liberación de todos los hombres y todos los pueblos que yacen esclavizados por el imperialismo y el colonialismo comunistas**”. Assim que, combatendo o marxismo no México e propondo sua participação na “política de libertação” (*Rollback*) das “nações cativas” do comunismo, Raimundo Guerrero defendeu que os anticomunistas deveriam “profesar la justicia social, la dignidad del hombre y la libertad”, em busca da “**reafirmación de os valores espirituales**” e de “una corroboración de los valores patrios, que son el tesoro de México, que son la grandeza de nuestra nación. México tiene soluciones propias, México tiene una grandeza singular” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 16-17, grifo

meu). Assim que o ultranacionalismo mexicano estaria conectado à “comunidad de Hispanoamérica” *vocacionada* à luta pela *liberdade* contra o “imperialismo comunista”. “Anticomunistas de Hispanoamérica, uni-vos!”. Uma ultradireita mexicana, portanto, *muy* internacionalista. Os *patriotas* mexicanos deveriam lutar contra a *agressão*, interna e externa, do comunismo.

**Este patriotismo excelso va aunado a nuestra profesión de una gran fe en la comunidad de Hispanoamérica y en la solidaridad de todos los estados del continente americano, el cual debe ser defendido por todos los hombres libres y por sus gobiernos, en contra de cualquier agresión, bélica o subversiva, del imperialismo comunista, que pretende conquistar y esclavizar este hemisferio en el cual la libertad es una tradición gloriosa** (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 17, grifo meu)

“Este continente nuestro”, *nuestra* Hispanoamérica, conforme à cosmovisão de Raimundo Guerrero, deitou raízes nas façanhas dos “homens livres” contra as “tiranías” de outrora, i.e., a colonização espanhola. Pelo “orgullo” da “tradição gloriosa” da Hispanoamérica contra as “tiranías”, salientou o futuro presidente da FEMACO, “**el voto definitivo de América es por la libertad del Espíritu. Hemos venido también a ratificar reconocimiento (...) de los valores del Espíritu**” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 17, grifo meu)<sup>454</sup>. A valorização dos *valores do Espírito*, portanto. E estes teriam efetividade e existência por si, não seriam jamais simples criação, invenção ou fantasiosa imaginação humanas.

Além do culto aos *valores do Espírito*, o dirigente teco ainda declamou à audiência do *Congreso* de 1967 uma ode à beleza da alma, “encarnada” na natureza, na arte e nas mulheres. Seria recomendável aos lutadores anticomunistas que se inspirassem em “*nuestra certeza de la belleza*”. A beleza da natureza, da arte e do “rosto feminino” expressariam “*la bondad del alma*”

---

<sup>454</sup> Note-se que o líder dos tecos e futuro presidente da FEMACO apenas reconhece os “valores del Espíritu”: “Entiéndase bien que digo reconocimiento, porque no hemos venido a inventar ni a crear ni a imaginar fantasiosamente ninguna cosa de lo que voy a mencionar – (...) los valores del Espíritu” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 17). Todas as linhagens ideológicas regressivas das ultradireitas aqui estudadas, mormente na América Latina, combateram sua “cruzada” anticomunista em nome dos “valores del Espíritu” e da re-espiritualização do mundo. Esse projeto, por exemplo, encontrou no Brasil representantes nas linhagens da extrema-direita integralista que depois serviram à ditadura militar pós-1964 – Alfredo Buzaid, por exemplo – e nos integristas da contrarrevolução católica (TFP, Hora Presente etc.), ou mesmo no combate de um cardeal como dom Geraldo Proença Sigaud. Comentando essa constelação ideológica da extrema-direita católica – e todos os citados associaram-se à SEPES, à CAL e à WACL –, o historiador norte-americano Benjamin Cowan enfatiza que tais “cruzados” empenharam-se no combate anticomunista com a proposta de “re-espiritualização”. E, ao mesmo tempo, tiveram como modelo ideológico de reconstrução pós-comunista do mundo uma Idade Média europeia idealizada, onde supostamente os “valores do espírito” não eram subsumidos aos “valores materiais”. O perfil dessa ultradireita religiosa foi matizado pela defesa da restauração de uma ordem teocentrada como fora a *muy* “espiritualizada” (imagem de) Idade Média. Comentando o perfil histórico-ideológico dessa ultradireita religiosa, o professor Cowan cunhou o conceito de “neomedievalismo” (COWAN, 2021).

e, entre a mais bela das belezas, despontaria aquela representada “**en las mujeres de nuestro pueblo y [en] los hombres de nuestra raza**” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 17, grifo meu). Viva a *raza* mexicana! Os anticomunistas que ali criaram a FEMACO, portanto, seriam os soldados protetores das “belezas” da *raza* mexicana

O comunismo seria, enfim, o adversário ardiloso – o inimigo da verdade, uma vez que os regimes comunistas estariam assentados “sobre la calumnia, sobre la mentira y sobre el engaño de las masas trabajadores” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 17). Seria preciso, por último, “**dar rendimiento a la Bondad Misma, a la Santidad Infinita de Dios, porque es El Quien preside en nuestra mente y nuestro corazón** estas inquietudes y afirmaciones que llevamos dentro de nosotros mismos y es también el sustentáculo de nuestra confianza en los pueblos de nuestro continente y en la humanidad entera” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 17, grifo meu). “En nombre de esta reafirmación de los valores universales y por el mejoramiento espiritual y material del pueblo de México”, arrematou Raimundo Guerrero em seu discurso inaugural do *Congreso* de 1967, “digo a todos ustedes: bienvenidos y a trabajar” (GUERRERO *apud* FEMACO, 1967: 17).

De um lado, portanto, o *Congreso* de 1967 designou Raimundo Guerreiro presidente da FEMACO. De outro, escolheu como seu presidente de honra o veterano dos “cruzados” Jorge Prieto Laurens, como visto no CAPÍTULO 3, um dos agentes históricos da internacionalização do anticomunismo mexicano. Em Guadalajara, na fundação da FEMACO, o velho fundador (ao lado do almirante Penna Botto) da CIDC, discursou ao *Congreso* sobre um velho/novo tema de seu gosto: “El complot comunista en México”. Da CIDC à FEMACO, embora Prieto Laurens seja tratado em seu país como uma figura política “folclórica” (assim como no Brasil é feito com seu “companheiro de viagem” Penna Botto), é inegável seu peso na internacionalização do México nas redes transnacionais anticomunistas da Guerra Fria. No *Congreso* de 1967 o velho combatente foi apresentado como o “veterano luchador anticomunista, el licenciado Jorge Prieto Laurens, Presidente del Frente Popular Anticomunista, participante del Congreso” (FEMACO, 1967: 19). O veterano apresentou à audiência o que seria o *Complot Comunista en México*. Um conjunto de “planes de agitación y subversión que descaradamente elaboró el último Congreso del Partido Comunista Mexicano [PCM]. La ponencia de Prieto Laurens seguía, punto por punto, paso a paso, las directivas comunistas de subversión y engaño (FEMACO, 1967: 19). Ou seja, o decano anticomunista construiu seu discurso glosando e denunciando as “palabras del plan rojo” do PCM.

“Unánimemente, los delegados rubricaron con nutrido aplauso su aprobación a la ponencia” (FEMACO, 1967: 19-10).



**Figura 231.** O veterado dos “cruzados” anticomunistas mexicanos J. Prieto Laurens, co-fundador da CIDC com o almirante brasileiro Carlos Penna Botto, conectou-se com os tecos da UAG. Em 1967, fundaram a FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL. FONTE: FEMACO, 1967.

Ele relembrou o auditório, na fundação da FEMACO, que há mais de 17 anos “publicamos una serie de artículos periodísticos sobre la conspiración roja en nuestro país, basados en las sensacionales y cínicas declaraciones de los líderes del llamado Partido Comunista ‘Mexicano’” (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 31). Em 1967, “y ante este selecto conglomerado de representanets de todas las clases sociales de Jalisco y Estados vecinos del Occidente y centro de Nuestra República, voy a exponer, lo que llamo el Complot Comunista en México” (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 31). Acompanhando os documentos do Partido Comunista “Mexicano” (PCM), Prieto Laurens defendeu que a defesa da ordem social não poderia ser missão exclusiva de governos e Estados: **“La defensa de la Sociedad en que vivimos no puede dejarse únicamente en manos y como responsabilidad exclusiva del Gobierno, quienes estamos obligados a colaborar con el Estado** en la preservación de nuestras tradiciones y libertades, de las leyes que consagran nuestro **derechos** y que definen nuestros **deberes cívicos**;

**y mantener la unidad y la independencia nacionales”** (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 32).

Os anticomunistas deveriam, porém, antes de colaborar com um Estado ou governo, constituir meios próprios de defesa. E o Congreso de 1957 e a nascente FEMACO deveriam lutar pelo “baluarte de la libertad y en trinchera de la integridad nacional, fuera y por encima de toda clase de banderías políticas, teniendo en cuenta solamente nuestra calidad de hombres libres y de ciudadanos de México” (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 32). *Homens livres e cidadãos do México* – Prieto Laurens, supõe-se, seria parte desse plantel, ao lado, obviamente, dos tecos da UAG. Conforme observa Herrán Ávila, embora a nascente FEMACO estivesse estruturada pelo núcleo extremista teco e pelo veterano Prieto Laurens (FPAM e CIDC), o “Capítulo” mexicano da WACL demonstrou uma atitude pública de elogio ao governo mexicano de então. “Así, aunque radicalizada, la FEMACO asumió una posición oficialista para asegurar su integridad y consolidar su red de organismos regionales y favorecer su inserción en la naciente Liga Mundial Anticomunista (LMA), creada también en 1967” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 18). Segundo Prieto Laurens, o melhor “amigo” mexicano do “cruzado” brasileiro Penna Botto, o *Congreso* de 1967 reconheceu **“los esfuerzos patrióticos del régimen actual de nuestro país, por mejorar las condiciones sociales, económicas y políticas de nuestro pueblo, y, por tanto, rechazamos las calumniosas afirmaciones de los comunistas criollos y de sus amos extranjeros que ciden temerariamente, que el Gobierno de México está vendido a la burguesía nacional y extranjera”** (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 32, grifo meu).

Contra a “difamação” do governo e do Estado mexicanos pelos “comunistas criollos” e por “sus amos extranjeros”, portanto, caberia aos presentes no *Congreso* de Guadalajara lutar pela garantia da lei e da ordem. Deveriam também defender-se da acusação de que a Revolução Mexicana de 1910 teria sido “traída”. Mas no que consistiu a Revolução “traída” no México? Essa foi a forma de caracterização feita pelos comunistas criticados por Prieto Laurens. Segundo os *comunistas criollos*, depois da Revolução de 1910 privaram-se os “trabajadores del campo y de la ciudad de las conquistas alcanzadas en las luchas libertarias del Pueblo Mexicano”. Acusavam o governo e o Estado do México pela servil subordinação “imperialismo capitalista” e pela implantação de “un régimen policíaco, de opresión y de limitación de todas las actividades sociales y políticas, que no concuerden con los intereses del Partido en el Poder” (PRIETO LAURENS

*apud* FEMACO, 1967: 32). Revolução Mexicana “traída”, portanto, segundo os *comunistas criollos*.

Seguindo em sua denúncia e glosa do Informe do Comitê Central do Partido Comunista “Mexicano” (PCM), Prieto Laurens refutou peremptoriamente as teses comunistas oficiais informadas. Entre elas, criticou a afirmação segundo a qual “**“el ideal zapatista de ‘la tierra para el que la trabaja’ no se convirtió en realidad, aunque la clase de los latifundistas haya sido, de hecho, eliminada”**” (CC/PCM *apud* PRIETO LAURENS *in* FEMACO, 1967: 34, grifo meu). Denunciou a tese dos *comunistas criollos* segundo a qual, “**“en la actualidad, el conjunto de la burguesía mexicana aplica una política de asociación con el capital norteamericano y favorece un proceso que ensambla nuestra economía con los grandes monopolios estadounidenses”**” (CC/PCM *apud* PRIETO LAURENS *in* FEMACO, 1967: 34, grifo meu). Prieto Laurens também o governo federal mexicano da “acusação” feita pelos *comunistas criollos* segundo a qual, depois da Revolução Mexicana de 1910, “la antigua resistencia al imperialismo se ha convertido en simple regateo. **La burguesía mexicana adapta sus intereses a los de la ofensiva de los monopolios y en lugar de disputarles la primacía en el mercado interior se alía con ellos a fin de participar en la explotación del pueblo mexicano”**” (CC/PCM *apud* PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 34, grifo meu).

Ainda conforme a análise dos *comunistas criollos* do PCM glosada e refutada por Prieto Laurens, a via mexicana do desenvolvimento sócio-econômico capitalista teria conduzido “**por el camino del capitalismo dependiente. Este tipo de capitalismo avanza por senderos más reaccionarios, más antidemocráticos a la vez que genera, reproduce y mantiene las características fundamentales del subdesarrollo”**” (CC/PCM *apud* PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 34). O México, de acordo com a cosmovisão do PCM da época, seria “**“un país profundamente antidemocrático y su régimen claramente anti-popular”**” (*apud* PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 34, grifo meu). O governo e o Estado mexicanos seriam responsáveis pelo sustento de um “capitalismo dependente”. Explorando essa condição, segundo Prieto Laurens, os comunistas mexicanos passaram a elaborar “**sus planes para llegar a una nueva Revolución, atacando el derecho de la propiedad privada de la tierra, que justifican”**” (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 35, grifo meu).

Em nome da Revolução Mexicana de 1910, uma vez “traída” em detrimento dos anseios libertários dos camponeses, o PCM estaria planejando *uma nova Revolução* ou, na dicção de Prieto Laurens, um *Complot* contra o México, de fato, contra suas classes proprietárias. O PCM estaria trabalhando em campanhas de incitação das massas. Criminalmente. O objetivo dessa subversão? Segundo o velho “cruzado” escolhido como presidente honorário da FEMACO, os *comunistas criolles* desejariam liquidar *radicalmente* a grande propriedade privada de terra no país. “Y aquí viene algo más preciso y claro, que indica los propósitos de los comunistas mexicanos”. O que queriam? Replicar e implementar no México o modelo vitorioso da Revolução Cubana de 1959. Prieto Laurens citou, então, o seguinte excerto do Informe do PCM: “*Los imperialistas norteamericanos han opuesto no pocas veces el ‘modelo’ mexicano a la vía de la Revolución Cubana, al camino rápido, revolucionario, de transformación de la estructura dependiente, de eliminación de las relaciones semif feudales en la agricultura, de industrialización, cuya eficacia está demostrando Cuba a nuestros pueblos*” (FEMACO, 1967: 36). Mas o veterano anticomunista afirmou não se surpreender diante dessa tentativa dos *comunistas criolles* de “importar” o modelo da Revolução Cubana para o México. Não se surpreendeu com os comunistas mexicanos e, pelo contrário, indignou-se com os “apaciguadores” que teimariam em dialogar em mesas de negociação de paz com os comunistas.

(...) no es novedad, ni menos nos sorprend lo que dice **la voz de la anti-patria; pero sí queremos preguntar a los incrédulos, a los apaciguadores, a los indiferentes y a los alegres y confiados?** Dudan todavía de que existe el peligro de la subversión comunista en México? Creen que nos salvará el hecho de que nuestro pueblo es cristiano en sua mayoría y amante de la libertad? Basta saber que el Gobierno es patriota, honrado y enérgico, como lo acaba de demostrar expulsando del país a dos agentes comunistas norte-americanos y a un ecuatoriano, que asistieron al XV Congreso Nacional Ordinario del P.C.‘M’. donde se atrevieron a criticar la política nacional e internacional de México, ofreciendo cooperar con **los malos mexicanos que pretenden lanzar al pueblo a una nueva revolución, con miras a la implantación del comunismo?** (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 39, grifo meu)

Prieto Laurens prosseguiu seu discurso “El Complot Comunista en México” alertando os congressistas reunidos em Guadalajara que, no país, “marxistas-leninistas ou comunistas” já estavam “infiltrados” “entre los campesinos, obreros, estudiantes, maestros, artistas, escritores, etc. Nadie puede negarlo, a menos que viva en otro mundo o que lo haga por complicidad con **los agentes de la subversión roja**” (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 35). Finalizando seu discurso no *Congreso Regional Anticomunista de Occidente*, Prieto Laurens se portou, inegavelmente, como o principal veterano da “cruzada” anticomunista naquela noite de julho de 1967 na capital do estado de Jalisco, México Occidental, berço e “quartel-general” dos tecos da

UAG. Prieto Laurens disse aos congressistas ali reunidos que dedicara toda sua vida a denunciar e desmascarar os “comunistas ‘mexicanos’” como “agentes do comunismo internacional”.

O dado “novo”, porém, teria sido a Revolução Cubana de 1959 e, a partir dela, “de Cuba nos llega una continua corriente de propaganda subversiva de todas clases, incluyendo cartillas instructivas para las guerrillas rojas, que se distribuye profusamente a través de todo el territorio nacional” (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 46). Essa “cubanização” do México, inclusive, fazia parte dos planos “subversivos” da URSS. As “guerrillas rojas” treinadas em Cuba seriam destinados ao México para ali implementar “el régimen policíaco de los ‘soviets’, sin más ley que la caprichosa voluntad de los líderes comunistas. **Las embajadas del Bloque Soviético en México**”, e nisso Prieto Laurens retomava uma tese que defendeu em todos os Congressos da CIDC na década de 1950, “**son focos de propaganda, de donde salen las consignas, y los elementos para desarrollar en nuestro país los planes verdaderamente diabólicos del complot comunista**” (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 46, grifo meu). Os agentes do governo federal estariam conscientes desse *Complot Comunista en México*. Segundo Prieto Laurens, o governo federal mexicano já estaria “alerta y listo para reprimir cualquier acto ilegal! **Pero la ciudadanía tiene la obligación de cooperar con el Gobierno, para defendernos contra cualquier agresión interna o externa del comunismo**” (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 46, grifo meu). Mas a defesa interna e externa da “sociedade” não poderia ser deixada exclusivamente ao governo, não é mesmo? Nesse sentido, Prieto Laurens finalizou com uma advertência seu discurso na fundação da FEMACO, que o escolheu como presidente honorário:

**Los rojos no necesitan tener mayorías o gran número de adeptos y, aunque parezcan muchas veces como insignificantes y sin importancia, ellos descansan en la táctica del terror y la sorpresa; así como en la estrategia de la simulación, para infiltrarse y atacar desde adentro, simultáneamente con la agresión de afuera. El Complot Comunista en México es un hecho real y positivo. Nuestro deber es descubrirlo y evitar que lleve a cabo sus perversos fines. Esta es una aportación al Fichero Rojo, para conocer bien al enemigo común, sus actividades y elementos con que cuenta, según el inciso ‘E’ de la agenda** (PRIETO LAURENS *apud* FEMACO, 1967: 46)

Note-se, pois, que Prieto Laurens acentuou a importância do *Fichero Rojo*, tópico da Agenda do *Congreso*, instrumento valioso para se descobrir e conhecer o “enemigo común, *sus actividades y elementos con que cuenta, según el inciso ‘E’ de la agenda*. Esse *Fichero Rojo*, que



deve ter sido pensado como uma espécie de *índice anticomunista*, não remete também à proposta da CIDC por um *Centro Interamericana de Información Anticomunista*?<sup>455</sup>

Além dessas intervenções de Prieto Laurens e Raimundo Guerrero – respectivamente, presidente honorário e presidente da FEMACO –, a terceira “estrela” do *Congreso* de Guadalajara foi o dirigente teco Rafael Rodriguez Lopez. Esse jovem presidente do Ateneo Anti-Marx, discursou sobre “A estrategia de la agresión ideológica del comunismo”. No início, defendeu que **“el Marxismo-leninismo es una máquina de guerra política destinada a sojuzgar al mundo entero”** (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 47, grifo meu).

A guerra política do marxismo-leninismo, diferentemente das guerras clássicas, teria a especificidade da perfídia e do arдил em sua condução, discursava Rafael Rodríguez López em sua intervenção no Congreso de 1967: “pero sus ofensivas [da máquina de guerra política do marxismo-leninismo], a diferencia de las acciones de guerra frontal de las conquistas clásicas, tienen la particularidad de realizarse de modo oculto, insidioso, tras un proceso de descomposición de las resistencias psicológicas, morales y espirituales de los países cuyo control ambicionan (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 47). A guerra política do marxismo-leninismo era, avançava Rafael Rodríguez López, uma espécie de “guerra revolucionária” preparada e “exportada” pela URSS ao mundo. Tratar-se-ia, pois, de conter e responder ofensivamente a “guerra revolucionária” global preparada e exportada pelo “regime antibolchevique” de acordo com o plano de conquista mundial do “comunismo internacional”. Eis que, além de gastar anualmente “varios miles de millones de dólares para financiar la actividad subversiva de decenas de miles de agentes, especialmente adiestrados, de los que la inmensa mayoría son nacionales del país agredido vendidos al comunismo internacional”, Moscou não estaria brincando em serviço. A URSS estaria fomentando e conduzindo, dessa forma, a guerra política ou revolucionária comunista:

**La guerra del comunismo es una guerra revolucionaria cuidadosamente preparada y fomentada por agentes especializados que, tras promover la desintegración interna, provocan la implantación de falsas ‘democracias populares’ que son la antesala del régimen bolchevique** (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 47, grifo meu)

---

<sup>455</sup> Recorde-se que a Resolução n.º 40 aprovada pelo IV Congresso da CIDC em 1968, na Guatemala, demarcou como **“necesaria la clasificación ordenada de los más activos líderes comunistas, bajo un sistema de kardex biográfico”** (CIDC, 1961: 395). A CIDC resolveu **“formar y mantener un archivo de información sobre personas y organizaciones acusadas de actividades comunistas en todo el Continente, por medio de un index continental del comunismo** (CIDC, 1961: 395).

Esse “proceso de desmoralización de un pueblo” levado a cabo pela insidiosa ação comunista estaria sendo conduzida, prosseguia o presidente do Ateneo Anti-Marx e vicepresidente da FEMACO, “por la acción simultánea proselitista de las filas marxistas, y por la intensa propaganda dirigida a los grupos pensantes y dirigentes, pero sobre todo a las juventudes que estudian y se preparan que, insatisfechas por el medio en que les tocó vivir, están dispuestas a la lucha por renovarse y construir un mundo distinto” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 47). O “alvo” prioritário da ação de conquista comunista seria, assim, a juventude e “ahí precisamente intervienen los comunistas, fingiéndose los más idealistas y patriotas, empujando a los inexpertos a las causas que les convienen y bajo banderas generalmente subversivas y antinacionales” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 47).

A partir dessa “garimpagem” de jovens na agitação estimulada pela senha comunista na juventude estudantil, os comunistas estariam conseguindo selecionar os melhores candidatos a membros do Partido, “**por percibir en ellos esa extraña mezcla de inteligencia suspicaz, astucia, cinismo y amoralidad que son imprescindibles para poder cumplir las consignas comunistas**” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 47, grifo meu). Seguindo esse suposto plano de conquista do mundo, o comunismo teria já se lançado, avançava Rafael Rodríguez López aos delegados do Congreso de 1967 em Guadalajara, “a quebrantar las resistencias síquicas y morales de los hombres libres mediante una propaganda bien calculada en tres niveles distintos” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 48). E quais seriam esses três níveis distintos mas combinados operacionalizados pelo comunismo para “quebrar as resistências psicológicas e morais” de seus alvos “mediante una propaganda biend calculada”? Em que consistiria, portanto, a chamada “Estrategia de la Agresión Ideológica del Comunismo” na caracterização de Rafael Rodríguez López:

**En primer término, actúan sus agentes infiltrados en universidades y centros educativos y culturales para adoctrinar a los neófitos del comunismo y convencerlos de su doctrina y de la necesidad de disciplinarse al plan de acción.** Este trabajo es el más peligroso de todos porque abastece al Partido de elemento humano y es casi siempre reservado y sutil. **Están en segundo lugar los voceros oficiales del comunismo en los países ya dominados** cuyas constantes declaraciones (...) son la mejor propaganda en apoyo de la pretendida bondad de su política, **y finalmente, es parte sustancial de su propaganda la difusión de tesis y de ‘slogans’ que sin ser típicamente marxistas fueron lanzados por ellos porque su arraigo en el mundo libre hará caer las defensas naturales que sostienen la independencia y la soberanía de las naciones.** Esta intensa propaganda, que va desde el susurro al oído de las tesis de Marx hasta el

**convencimiento de ideas políticamente suicidas, está organizada para hacer estragos demoleedores. La agresión ideológica basada en hábiles sofismas y audaces mentiras difundidas por medio de un gigantesco aparato de propaganda, que incluye numerosos periódicos, libros, y folletos, películas cinematográficas, programas de radio y televisión y la acción de agitadores profesionales, embrutece las almas de los hombres y aniquila los valores espirituales de las naciones (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 48, grifo meu)**

O verdadeiro problema do México da época, prosseguira o futuro presidente da FEMACO no Congresso de Guadalajara em 1967, não consistiria na “agresión física de los comunistas, a quienes la historia identifica como los supremos genocidas, pero en cambio la agresión ideológica empieza a causar enormes daños” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 48). Em todas regiões do México milhares de jovens universitários, profissionais liberais, professores e pessoas consideradas cultas “o de plano se pronuncian comunistas o socialistas o por lo menos se complacen con el avance de este sistema, aunque a veces todavía se asustan con las subversiones caseras que los elementos más radicales organizan”. A “olho nu”, poder-se-ia identificar o “estrago” que essa “agressão ideológica comunista” teria feito no meio intelectual e na juventude do México de 1967.

A educação do México como um todo estaria tomada pelos comunistas, em especial a Universidad Nacional de México, que receberia apoio financeiro das embaixadas no México da URSS, Tchecoslováquia e Cuba. As inúmeras organizações, seções, federações e grupos juvenis do Partido Comunista do México (PCM), segundo Rafael Rodríguez López, já mantinham “bajo su control a más de medio millón de jovenes mexicanos”<sup>456</sup>. No meio da onda avassaladora do comunismo na educação de todo o México, porém, despontaria uma “estrela” ou um “case” de sucesso, segundo Rafael Rodríguez López, a Universidad Autónoma de Guatemala (UAG). De acordo com esse líder teco, vice-presidente da FEMACO, **“todas las Universidades y los Institutos de Estudios Superiores de México, con la única y sorprendente excepción de la Universidad Autónoma de Guadalajara, están infiltrados de células comunistas que trabajan en la propaganda y en el proselitismo, aparte de los agentes de penetración que silenciosamente escalan los altos puestos de las organizaciones anticomunistas para**

---

<sup>456</sup> Aqui, não se deve passar batida a preocupação do “Capítulo” da WACL-Japão com a enorme inserção do Partido Comunista do Japão (PCJ) no meio estudantil e da juventude. A IFVC, o “Capítulo” japonês da WACL, estruturou-se, mais abaixo dos korumaku Yakuza e ex-Primeiros-Ministros do Japão, sobretudo com a liderança estudantil do anticomunismo nipônico, conforme analisado no CAPÍTULO 4.

**sabotearlas y aún llegar a controlarlas”** (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 49 grifo meu).

Contra essa mareá montante do comunismo no meio universitário e estudantil no México, avançou Rafael Rodríguez López, tinham surgido felizmente alguns “brotes anticomunistas, algunos heroicos de temporal importancia, pero que por falta quizá de una organización adecuada, no han podido persistir. En otros lugares existen grupos que, por pequeños y débiles, apenas hacen sentir los efectos de su actividad en las Universidades en que los rojos ocupan puestos claves y dirigentes” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 55). Esses antigos e novos “brotes anticomunistas” no México deveriam se reorganizar e unificar sob exemplo do “leading case” da UAG. Assim que se deveria conhecer para replicar, conforme dissera um professor universitário pró-teco a Rafael Rodríguez López, “LA HISTORIA DE LA Universidad Autónoma de Guadalajara y de los Tecos”, “ya que no creemos que pueda usted fácilmente encontrar otro caso tan interesante de este tipo en nuestro país” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 45).



**Figura 232.** Rafael Rodriguez, presidente do Ateneo Anti-Marx, era o mais novo entre Prieto Laurens e Raimundo Guerrero. Aqui, no “púlpito” do Congreso Regional que fundou a FEMACO em 1967. FONTE: FEMACO, 1967.

Retomando assim uma história edulcorado dos Tecos da UAG, aquele que seria designado vice-presidente da FEMACO remonta às lutas anticomunista da década de 1930, contra “el dictador de México Plutarco Elías Calles”, a origem remota da universidade privada dos Tecos em Guadalajara. Depois de vencida a tentativa de se implantar “la educación marxista en la Universidad”, vitoriosa a revolta contra o governo federal mexicano, os anticomunistas de Guadalajara tiveram que enfrentar “el General Plutarco Elías Calles, jefe máximo del gobierno federal entonces imperante”. O general presidente Plutarco Elías Calles, segundo Rafael Rodríguez López, teria ido mesmo a Guadalajara para dizer em comícios públicos que, “por ningún motivo”, “el gobierno federal toleraría la erección, en Guadalajara, de una Universidad Autónoma. La Universidad tendría que depender del gobierno e impartir forzosamente la enseñanza marxista” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 57). Os Tecos, como foi batizada pelos “vermelhos” a organização responsável pela “lucha contra el marxismo en Jalisco”, passariam então por um período de clandestinidade. **“Desde la clandestinidad, los Tecos lograron crear una organización formidable, a la que se unió la Unión de Padres de Familia, en la noble lucha que tenía por objeto impedir que el marxismo envenenara y monopolizara la educación de nuestra juventud”** (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 57, grifo meu).

O sigilo das reuniões dos Tecos, inclusive, teria sido o motivo do apelido de “corujas”, uma vez que **“la reserva y discreción con que se reúna, les valió el nombre de *tecolotes* cuyo apócope es *tecos*, porque se decía que tenían que reunirse y actuar en las sombras de la noche para evitar ser encarcelados por los sicarios del callismo** [isto é, o general-presidente Plutarco Elías Calles]” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 57, grifo meu). O uso da palavra “coruja” para designar a ultradireita da Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG), inclusive, deitou raízes no caráter “noturno” das “caçadas” e comandos anticomunistas levadas a efeito pelos Tecos. Em meados da década de 1980, quando Jon Lee Anderson “expôs o controle dos Tecos da Universidad Autónoma de Guadalajara e suas ligações com esquadrões da morte da América Latina em janeiro e fevereiro de 1984, em uma série de artigos com Jack Anderson, **a escola e seus aliados reagiram acaloradamente**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 80). Em sua “resposta” ao artigo de Jack Anderson e Jon Lee Anderson, **“um dos mais divertidos contra-argumentos feitos pela universidade era de que a palavra *Teco*, ou ‘coruja’, referia-se à devoção dos ‘estudantes’ aos estudos acadêmicos tarde da noite.** A filha de um Teco riu desta

explicação. ‘Sim, significa coruja. *Los Tecos* são corujas cujos olhos são vermelhos. **Os membros dos grupos são chamados de *Los Tecos* porque ficam acordados a noite toda realizando suas tarefas**’” (ANDERSON, ANDERSON, 1986: 80, grifo meu).

O período de clandestinidade dos tecos não foi, contudo, em vão, conforme prosseguiu Rafael Rodríguez López em seu discurso ao Congreso Regional Anticomunista de Occidente de 1967: “la sangre de mártires del movimiento Teco, acabó por fructificar” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 57). Os Tecos da UAG conseguiram, resistindo ao callismo e ao governo federal na clandestinidade anticomunista, erigir-se como o único ensino universitário em todo México que não estaria sujeitado “a la educación del socialismo marxista”. Porém, o período sob o regime do presidente-general Lázaro Cárdenas, avançava Rafael Rodríguez López para os delegados anticomunistas, a UAG “empezó a sufrir verdaderas campañas de exterminio, por parte de elementos comunistas apoyados en la fuerza del gobierno rojo” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 57-58). Diante dos ataques realizados pelo “governo vermelho” de Lázaro Cárdenas às instalações da UAG, segundo o líder teco Rafael Rodríguez López, os Tecos passariam a se armar: “los asaltos a los edificios universitarios” tiveram de “ser defendidos por los Tecos con las armas en la mano, y otros tipos de persecución y extorsión, valieron a la Universidad Autónoma de Guadalajara, el título (...) de ‘**universidad mártir**’” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 58).

Depois de resistirem aos governos dos presidentes-generais Plutarco Elías Calles e Lázaro Cárdenas, os Tecos da UAG viram o fim da perseguição violenta do governo federal contra ela “en el gobierno del general don Manuel Avila Camacho. Apesar disso, lamentou aos congressistas o líder teco e futuro vice-presidente da FEMACO, não cessaram as calúnias, injúrias e difamações contra os Tecos da UAG por parte de comunistas, seus “companheiros de viagem”, ou até mesmo de setores católicos conservadores e dos “grupos católicos ahora llamados ‘progresistas’ o ‘de izquierda’” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 60). Ter-se-ia difundido contra os Tecos da UAG, de maneira insidiosa, que “la Organización Teca (...) era un grupo cristero que utilizaba la Universidad para conspirar contra el gobierno, y que estaba integrada exclusivamente profesores sacerdotes, o católicos ‘extremistas’” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 60).

Ainda de acordo com a história edulcorada da UAG reconstituída por seu líder Rafael Rodríguez López, se durante a presidência do general Cárdenas ter-se-ia utilizado a imagem dos Tecos como violentos descendentes dos cristeros e de agentes do integrismo ultracatólico, diante do governo do “católico Presidente Avila Camacho”, os difamadores anti-Tecos teriam mudado de tática de ataque. “Entonces inventaron que los Tecos constituían una organización ‘nazi’, que conspiraba en la Universidad Autónoma de Guadalajara para derrocar al Gobierno de don Manuel. Eran los días de la Segunda Guerra Mundial” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 60). Por conseguinte, os Tecos da UAG não seriam representantes violentos dos antigos cristeros, do integrismo católico “extremista” ou filonazistas, mas, na visão oficial do presidente do Ateneo Anti-Marx e futuro vice-presidente da FEMACO, a história teca seria um exemplo alvissareiro a ser seguido por anticomunistas do México e do mundo. “Esta es la historia de un grupo anticomunista”, a dos Tecos da UAG, “y de una epopeya universitaria, que difícilmente tiene paralelo en la historia de todas las Universidades del mundo, y que honra indudablemente a México ante las demás naciones” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 60).

A UAG dos Tecos, concluiu Rafael Rodríguez López, estaria pronta a contribuir na luta para barrar em defesa e responder ofensivamente a “la agresión ideológica comunista contra la intelectualidad auténticamente mexicana” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 60). As formas de manifestação da “agressão ideológica do comunismo” seriam, todavia, extremamente variadas e uma das táticas comunistas “mais bem conhecidas”, segundo o chefe teco Rafael Rodríguez López, consistiria em montar remotamente “la organización de grupos de escritores, periodistas, pintores, músicos, críticos de arte, etcétera, en muchos de los cuales explotan la ambición de dinero, pagándoles buenos sueldos, cediendo otros ante las promesas de ser elevados a los gobiernos comunistas, el día que destruyan el actual orden de cosas” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 60).

Essa “infiltração comunista” no mundo das letras, das artes, no meio intelectual e jornalístico, sempre de acordo com a visão teca de mundo do presidente do Ateneo Anti-Marx, manifestar-se-iam prioritariamente nos “antos Congresos internacionales que el comunismo financía” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 60-61). “No siempre integran el grupo solamente comunistas: basta con que lo sean los de base; luego sobrarán mediocres que, a cambio de publicidad, fama o dinero, se unirá al coro de la batuta roja” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud*

FEMACO, 1967: 61). Exemplos e exemplares dessa tática comunista de “infiltração”? Segundo o chefe teco, professor da UAG, bastaria enumerar os congressos internacionais de que participavam o cineasta italiano Pier Paolo Passolini, o filósofo e matemático inglês Bertrand Russel, o artista também inglês Charles Chaplin, o filósofo francês Jean Paul Sartre, o pintor espanhol Pablo Picasso e, nos EUA, “el grupo de profesores de Harvard, el ‘clan’ Sinatra e Luther King y aquí en México bien pueden encabezar el elenco David Alfaro Siqueiros, Carlos Fuentes y el delfín del momento, José Luis Cuevas” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 61). “Detrás de ellos está un poderoso aparato propagandístico que tiene por fin crear ‘valores’ y ‘prestigiarlos’ para que, una vez lanzados y consolidados inclusive ne el plano internacional se adhieran con su opinión y firma a todas las maniobras tendiente a ‘acreditar’ al comunismo com la doctrina de ‘los que valen’, de los inteligeents, de los que van con el progreso, etc.” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 61).

O comunismo internacional ou “marxismo-leninista” se valeria, ademais, de uma pletera de manobras diversionistas em sua estratégia de “agressão ideológica”. O comunismo difundiria e alentaria, portanto, “las siguientes tesis, ideas-fuerza, palabras-talismán”: (1) la coexistencia pacífica; (2) el desarme para la paz; (3) nacionalismo y liberación nacional; e (4) el triunfo del socialismo tiene que venir histórica y fatalmente (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 62-63). O ardil comunista da “coexistência pacífica, em primeiro lugar, beneficiaria “al comunismo en primer lugar porque así consolida la esclavización que ha impuesto sobre Europa Oriental, la mitad del continente asiático y Cuba” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 62). Uma das principais vítimas dessa política de “coexistência pacífica”, prosseguia o líder teco no Congreso Regional Anticomunista de Occidente, teria sido a Hungria, cujo “pueblo heroico” foi “vitimado por essa política durante o Levante Húngaro de 1956. O comunismo teria engendraro a “coexistência pacífica” como ardil político na medida em que “le conviene suscribir acuerdos pacíficos con aquellos países donde se lleva a cabo el proceso de **desintegración moral y social por medio de sus agentes**. Cuando la fruta esté madura, no le importará más la ‘coexistencia’ y se adueñará de los países que no resistieron el engaño” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 62, grifo meu).

Também o “desarme para la paz”, ao lado da “coexistência pacífica”, constituiria o ardil comunista para a desintegração moral e social dos países. O debate sobre o desarmamento atômico



e de armas convencionais estaria sendo conduzido, segundo o chefe teco Rafael Rodríguez López, pelos comunistas na medida em que, com isso, isto é, desarmando os países não comunistas, “quieren que que el Occidente detenga su producción de armas y de preparación de su defensa, mientras ellos se fortalecen más para desatar la guerra con probabilidades de éxito” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 62). Dramaticamente, o futuro vice-presidente da FEMACO – o “Capítulo” da WACL-México, salientou que, **“por cada hombre libre que cree que la paz se obtiene desarmándose, un soviético se prepara para darle muerte”** (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 62, grifo meu).

A terceira face do ardil da “agressão ideológica comunista”, sempre conforme o professor da UAG Rafael Rodríguez López, consistiria nos “conceptos de nacionalismo y liberación nacional”. Seria um “contrasentido” a postulação do verdadeiro nacionalismo e da autêntica busca pela libertação nacional partindo dos comunistas, uma vez que “el comunismo se levanta precisamente sobre su aniquilamiento” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 62). Porém, seria “tan hábil” a “dialéctica” comunista que àquela altura, em 1967, “cientos de jóvenes latinoamericanos están convertidos en guerrilleros en numerosas regiones del continente, llamándose ‘nacionalistas’ y luchando por su ‘liberación nacional’” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 62). Essa “armadilha” que pegaria a juventude em cheio, mas também a “hombres de buena fe” que seriam levados a trair seus países pelos comunistas, derivaria da habilidade da tese marxista “de oportunidade” e, respeitando-se, “sólo unos pocos fanáticos que sueñan con emular a los hermanos Castro conocen el engaño y se sirven de él” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 63).

A quarta faceta da guerra política ou revolucionária dos comunistas consistiria, conforme Rafael Rodríguez López, em assentar ideologicamente que “el triunfo del socialismo tiene que venir histórica y fatalmente” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 63). A inevitabilidade ou fatalidade histórica do triunfo comunista seria, pois, uma poderosa arma da “agressão ideológica comunista”, amplamente difundida por “Historiadores occidentales”, com o fito de “desarmar” os indivíduos expostos a ela. “Son muchos los hombres que lo han creído así, convirtiéndose en escépticos que insisten en la inutilidad de la lucha contra el comunismo, ‘porque tarde o temprano triunfará’. **La propaganda comunista seguirá insistiendo sobre este tema porque siembra el temor y el derrotismo en el mundo libre**” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud*

FEMACO, 1967: 63, grifo meu). Inúmeros “hombres cultos” do Ocidente todo teriam sido enganados por essa “falácia” da inevitabilidade ou fatalidade histórica acerca da vitória do comunismo e, junto deles, grande parte da imprensa. “Incluso una gran parte de la prensa mundial a sostiene con fervor”, elaborando Rafael Rodríguez López um rol daqueles que, consciente ou inconscientemente, colaboraram no trabalho de “agressão ideológica do comunismo”: os cúmplices, os “inocentes úteis” (“tontos útiles”) e os “companheiros de viagem” dos comunistas. Todos eles, arremata o líder teco, são “indispensables para la realización del juego comunista” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 63).

“Un ejemplo clarísimo del doble juego que hace el comunismo para provocar la desintegración moral y social de los pueblos como preámbulo para la acción directa, lo encontramos en el aspecto religioso” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 63). A abertura tática dos comunistas em relação ao catolicismo, avançava o chefe teco e presidente do Ateneo Anti-Marx, estaria sendo habilmente praticada pelos comunistas na Itália. Os comunistas italianos não teriam dado esse passo sem consultar, obviamente, afirmava Rafael Rodríguez López, seus chefes em Moscou, URSS. Porém, “esta apertura en la que los comunistas se expresan contra el ateísmo hará nacer dudas en numerosos hombres de los países libres, sobre todo cuando sus respectivos partidos comunistas (o socialistas, según la bandera con que naveguen), se adhieran a la tesis proclamada por los comunistas italianos” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 64).

Apesar dessa “abertura” de diálogo dos comunistas com os católicos italianos, advertia o líder teco como sinônimo do jogo duplo do comunismo internacional, seria impossível não demarcar a posição central do ateísmo na visão de mundo da “filosofia del marxismo-leninismo”. “Rechazar el ateísmo significa limitar el marxismo al dominio del materialismo histórico y quitarle su fundamento filosófico del materialismo dialéctico. Pero esto es completamente imposible, ya que según Marx y Engels, estos dos principios están inseparablemente vinculados” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 64). Além dessa “impossibilidade” teológica e/ou filosófica do diálogo do cristianismo com o marxismo, segundo o futuro vice-presidente da FEMACO, os comunistas também mentiriam em relação à perseguição religiosa ocorrida no interior da URSS. “Por otra parte, los comunistas mientan con los hechos porque precisamente en estos últimos años

se ha intensificado en la URSS la campaña antirreligiosa” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 64).

Para confirmar o dito, Rafael Rodríguez López citou aos delegados do Congreso de 1967 em Guadalajara o que chamou de “famoso informe de Leonid Ilischef, Presidente de la Comisión Ideológica del Partido (PCUS) referente a la orientación doctrinal de marxismo-leninismo en el campo religioso” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 64). Tratar-se-ia, conforme o professor da UAG, da “carta magna del ateísmo”. “Entre otras cosas dice lo siguiente: ‘la religión no puede ser tolerada en el estado soviético porque la fe en Dios es incompatible con la doctrina comunista’” (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 64). Finalmente encerrando seu discurso ao Congreso Regional Anticomunista de Occidente que fundaria ao seu término, em julho de 1967, a FEMACO, o futuro vice-presidente desse “Capítulo” mexicano da WACL arrematou:

Los hechos están a la vista. **El proselitismo comunista avanza y actúa. La agresión ideológica incita a la traición a la Patria y al rechazo de los valores de la cultura cristiana.** Sus avances pueden calificarse de sumamente peligrosos. Quienes adviertan que **la Patria está en peligro** tienen la palabra. **Ya basta de anticomunismo contemplativo. No queremos con nosotros a los que hacen un ‘hoby’ del anticomunismo. Sólo el que se demuestre auténticamente mexicano podrá ser un auténtico anticomunista** (RODRIGUEZ LÓPEZ *apud* FEMACO, 1967: 65, grifo meu)

### 5.1.10.3. A Declaração de Princípios da Federação Mexicana Anticomunista de Occidente (FEMACO)

A Declaração de Princípios da FEMACO, documento que expõe na inteireza o ideário dessa extrema-direita mexicana, estruturou-se com algumas declarações de princípios seguidas de comentários detalhando cada uma delas. Assim, em seu artigo I, a *Declaração* da FEMACO defendeu que, “por los Derechos del Hombre, la Familia y la Sociedad”, “luchamos contra el comunismo internacional y contra todo sistema que, titulándose socialista o colectivista, se base en la negación de” de oito (8) “direitos” (FEMACO, 1967: 9). No artigo I, inciso 1, a Declaração contrapôs-se ao comunismo “los derechos naturales del hombre y de la familia, preexistentes al Estado, sean o no reconocidos por éste”. Isso porque a FEMACO considerava que os sistemas comunistas, colectivistas y socialistas (...) niegan los derechos naturales del hombre y de la familia”, constituindo “un retroceso evidente en el progreso espiritual y jurídico de la humanidad, retroceso que se pretende ocultar con alardes de falso progresismo” (FEMACO, 1967: 9). No

artigo I, inciso 2, a FEMACO opôs ao comunismo “la existencia de Dios, inteligencia Suprema, Creadora y Ordenadora de todo lo existente y fuente de los derechos naturales del hombre y de la familia” (FEMACO, 1967: 9). Já se viu que o teocentrismo estruturou a cosmovisão teca e, na *Declaração* axiológica da FEMACO, Deus era o demiurgo e organizador do existente e a fonte de todos direitos do homem, da família e da sociedade. Essa defesa do teocentrismo pela FEMACO, porém, seria “negada por los *que pretenden eigrise en amos absolutos de una humanidad despojada de derechos, dirigiendo Estados a los que atribuyen el origen de tales derechos, en sustitución de Dios, fuente y origen de los mismos*” (FEMACO, 1967: 9).

Isto é, a origem do poder “legítimo” na política e no Estado, bem como a fonte e origem dos direitos humanos, adviriam de Deus. Já no artigo II, inciso 3, a *Declaração* da FEMACO defende a liberdade de culto como o direito *de* rendir culto a Dios, y los derechos y libertades de su Iglesia y de todas las instituciones dedicadas al culto divino en todos los pueblos de la tierra” (FEMACO, 1967: 9). Em seu artigo II, inciso 4, a *Declaração* posicionou-se a favor do reconhecimento da “existencia de los valores del espíritu”, salientando que “*los que niegan tales valores igualan al hombre con la bestia irracional, hundiendo a la humanidad en un retroceso moral y espiritual cuyas manifestaciones y estragos son cada vez más evidentes*” (FEMACO, 1967: 9). O marxismo, que alegadamente negaria a existência dos valores do espírito, buscava *animalizar* a humanidade, ou seja, o marxismo pretenderia “igualar a los hombres con los animales”, a alegada “*aspiración suprema del imperialismo comunista que ha reducido – en los infelices pueblos que han caído bajo su yugo – a los hombres no solamente a la condición de esclavos del Estado, sino que también, al desespiritualizarlos, a la condición de bestias*” (FEMACO, 1967: 9).

A *besta* comunista, portanto, trabalharia de modo ardiloso para *animalizar* a humanidade negando seus *valores espirituais*. A “desespiritualização” do humanidade, ademais, a FEMACO deveria opor a valorização dos *valores do espírito*. Em seu artigo II, inciso 5, a *Declaração* defendera “la existencia de las libertades básicas, derivadas de los derechos naturales del hombre y de la familia” (FEMACO, 1967: 9). E, em seu artigo I, inciso 6, defendeu “el derecho de los pueblos a elegir por sí mismos a sus gobernantes, y la forma de gobierno que libremente quieran darse, sin coacciones internas o intervenciones extranjeras que violen este derecho y esta libertad” (FEMACO, 1967: 9-10). A seguinte glosa explicativa se seguiu a esse artigo e inciso:

En las dictaduras comunistas y socialistas han sido suprimidos esos derechos y esas libertades y pretenden ser suprimidos en el resto de la humanidad, por medio de guerras de conquista – como fueron esclavizados los países de Europa Oriental – o de agresiones bélicas cubiertas con la apariencia de subversiones internas, pero apoyadas militar y económicamente, en forma subrepticia pero eficaz, por los Estados comunistas y **las fuerzas criptocomunistas infiltradas en los gobiernos de las grandes potencias del mundo libre, encubiertas con un pretendido y falso liberalismo. De esta manera fueron sometidas al comunismo por la fuerza: China, Corea y Vietnam del Norte y pretenden ser conquistadas: Vietnam del Sur e Hispanoamérica, para después serlo el resto de la humanidad, todavía libre del yugo esclavizador** (FEMACO, 1967: 10, grifo meu)

Vislumbra-se, aqui, mais uma vez, a dupla ideológica dessa linhagem do reacionarismo mexicano, a saber, a posição de rechaço ao comunismo é acompanhada (e até precedida) pela recusa ao *liberalismo*, identificado como as conquistas progressistas das revoluções burguesas europeias. Ainda no artigo I, inciso 6, a *Declaração* da FEMACO defendeu também a liberdade da arte, buscando refutar a concepção “marxista” do fenômeno estético: a FEMACO defenderia, então, “¡La existencia del arte, como valor independiente de las estructuras económicas y el derecho del genio artístico a crear su obra – musical, literaria, pictórica o cualquier otra manifestación artística – con absoluta libertad” (FEMACO, 1967: 10). O mesmo artigo e inciso da *Declaração* ainda protestou contra “las ejecuciones, encarcelamientos e internación en manicomios, de los poetas, pintores, compositores musicales y demás artistas que en la Unión Soviética, China Comunista y otros estados marxistas han cometido el ‘delito’ de apartarse, en la creación de su obra artística, de las normas rígidas fijadas por el Partido Comunista y su dictadura” (FEMACO, 1967: 10).

A FEMACO denunciou, ademais, o controle da arte pelos partidos únicos comunistas, denunciando a censura aos artistas como o “más tiránico absolutismo monárquico e inquisitorial”. Essas “tan monstruosas represines y ultrajes” ao “genios artísticos” derivaria, na valoração da FEMACO, “de la doctrina marxista que, en forma anticientífica, pretende que el arte no es un valor por sí mismo, sino un mero reflejo y producto del régimen económico imperante y del interés de clase, definido en la práctica por tiranos – a menudo ignorantes en cuestiones de arte – que de tentan las dictaduras comunistas” (FEMACO, 1967: 10). Criticando a repressão comunista aos artistas, a FEMACO criticou “los artistas que en el mundo libre, a cambio de salarios que reciben de las dictaduras comunistas, traicionan al arte y a suas hermanos artistas ultrajados en la Unión Soviética, China comunista y en los países dominados por el bolchevismo” (FEMACO, 1967: 10).

Já o artigo I, inciso 8, da Declaração de Princípios da FEMACO defendeu o que seria negado pelas “ditaduras comunistas”, isto é, “la aplicación de la riqueza y de la ciencia para el mejoramiento del nivel de vida de los pueblos y para su progreso espiritual y material” (FEMACO, 1967: 10). As “ditaduras comunistas” gastariam “la mayor parte de su potencia económica en crear y sostener ejércitos, a construir armas de destrucción, a crear y sostener numerosas policías políticas, en tanto que los obreros subsisten hacinados en estrechas viviendas, mal alimentados y peor vestidos” (FEMACO, 1967: 10). Inclusive, segundo a FEMACO, “**los responsables de la actual carrera armamentista son, evidentemente, los regímenes comunistas**”, uma vez que, depois da II Guerra Mundial, “los países occidentales se desarmaron rápida y peligrosamente, en tanto la URSS, con ayuda de cómplices infiltrados en los gobiernos de tales potencias, se rearmaba en forma gigantesca y amenazante” (FEMACO, 1967: 10, grifo meu). Teria sido apenas depois da Guerra da Coreia que os governos dos EUA e da Grã-Bretanha teriam reagidos e, sem alternativas, teriam sido *obligados* “a iniciar el rearme capaz de contrarrestar al que, desde muchos años antes, se realizaba en la URSS (FEMACO, 1967: 10)<sup>457</sup>.

O artigo II da *Declaração*, na sequência, colocou-se em defesa da “**Propiedad Privada**” e da “**Independencia Económica**”. Glosando esses “princípios”, a FEMACO, de um lado, condenou “todo sistema social que, basado en la propiedad colectiva de los medios de producción, suprima **la propiedad privada, derecho natural e inviolable del hombre que no puede ser negado por el Estado**” (FEMACO, 1967: 11, grifo meu). Os “fatos” já demonstrariam o assim chamado “fracaso económico del colectivismo que, además de suprimir toda independencia económica de los hombres, impide toda posibilidad de obrar con libertad” (FEMACO, 1967: 11). *Liberdade da propriedade privada e liberdade de trabalho*, portanto, como faces da mesma moeda que, sob o comunismo, seriam negadas. A FEMACO, pois, colocava-se absolutamente contrária à propriedade coletiva dos meios de produção e considerava, como sua política econômica, que “la iniciativa y empresa privadas son factores insustituibles en el desarrollo y progreso económico de los pueblos” (FEMACO, 1967: 11). Expressando a via mexicana ao capitalismo industrial, a

---

<sup>457</sup> Os comunistas seriam, conforme o ideário da FEMACO, duplamente responsáveis pelo rearmamento do mundo do pós-guerra. “Los comunistas, pues, son responsables no sólo de que en los países que oprimen se destinen millones de dólares a construir una maquinaria bélica de destrucción en vez de destinarse a mejorar el bajo nivel de vida de sus pueblos, sino que son responsables también del rearme de las potencias del mundo libre, necesario medio de defensa de los pueblos occidentales. Todos los intentos de desarme han fracasado por la oposición del Kremlin a aceptar una inspección internacional que garantice un genuino desarme, no unilateral” (FEMACO, 1967: 11).

FEMACO deixou claro que, “con relación a la pequeña propiedad (privada) agrícola, única reconocida por la Constitución Mexicana de 1917, consideramos indispensable que sea respetada, condenando todo intento de destruirla y sustituirla por la propiedad colectiva, teniendo en cuenta la fatal experiencia del sistema agrario colectivista en diversas partes del mundo: baja considerable en la producción, pobreza y miseria extrema del campesino” (FEMACO, 1967: 11)<sup>458</sup>.

Adiante, o artigo III da *Declaração* da FEMACO defendeu “**el Derecho de Defensa de los Pueblos Contra la Agresión Comunista**”, considerando que “**la defensa de los pueblos amenazados por el imperialismo comunista tiene igual validez jurídica que el rechazo a la agresión personal, derecho consagrado en todos los códigos penales del mundo**” (FEMACO, 1967: 11, grifo meu). Responder à *agressão do imperialismo comunista*, portanto, seria um ato de “legítima defesa” de *povos e nações*, da mesma forma como um indivíduo possui o direito a defender-se legitimamente diante de agressão pessoal. A legítima defesa contra o comunismo, basicamente.

En consecuencia, todos los gobernantes y dirigentes, jefes de ejércitos e instituciones tienen el deber ineludible de repeler, en defensa de sus pueblos y gobernados, la agresión comunista en todas sus formas, empleando para ello los medios legales, militares y de salud pública que sean necesarios. En la defensa de las libertades y la independencia de los pueblos y de los derechos básicos de cada ser humano, deben unirse todos los hombres de buena voluntad, sin distinción de nacionalidad, de credos políticos o religiosos y formar un frente común, lo suficientemente poderoso para salvar al mundo del desastre que lo amenaza. Deben asimismo tenerse en cuenta los saboteadores y enemigos encubiertos que pululan infiltrados en los núcleos liberales, conservadores, en el campo financiero e incluso en el clero de las distintas religiones, con misión de calumniar, atacar y sabotear el trabajo y los esfuerzos de todos aquellos que con efectividad combaten al comunismo. El evidente objeto de estos saboteadores es restar el apoyo, la ayuda financiera y el prestigio moral que necesitan los auténticos anticomunistas para realizar con éxito su noble lucha. Es necesario alertar a la opinión pública, a los distintos sectores y campos sociales políticos y religiosos para impedirles sean seducidos y envueltos en engaños e intrigas, intrigas a las que son empujadas muchas veces personas e instituciones de buena fe, desorientadas o impelidas por envidias e intereses egoístas, contra la obra meritoria que realizan otras personas y grupos (FEMACO, 1967: 11-12)

Enfim, o artigo IV da *Declaração de Princípios* da FEMACO, defendeu o engajamento dos mexicanos nas redes do internacionalismo anticomunista da Guerra Fria, advertindo para a necessidade de “*Coordinación Mundial de los Defensores del Derecho y la Libertad*” (FEMACO, 1967: 12). Contra o internacionalismo comunista, em uma palavra, o internacionalismo

---

<sup>458</sup> Como forma de defender la pequeña propiedad privada agrícola, sería preciso garantizar o “Derecho de Amparo en materia agraria, consagrado en México constitucionalmente” (FEMACO, 1967: 11).

anticomunista. Contra um inimigo global, uma resposta coordenada mundialmente. Segundo a FEMACO, “*consideramos que, siendo el comunismo una fuerza internacional, pretender enfrentarse a él usando medios y fuerzas nacionales aisladas es del todo imposible, ingenuo e ineficaz*” (FEMACO, 1967: 12, grifo meu). Diante de um inimigo que constituiria uma força internacional, as armas do anticomunismo deveriam ser empunhadas globalmente, defendendo a FEMACO o estabelecimento de um eixo de “*coordinación de los estados y fuerzas sociales y políticas anticomunistas para que, en forma organizada, sistemática, bajo entrenamiento y dinámica, se creen núcleos especializados en el combate ideológico, propagandístico, psicológico, político y social en todos los niveles y bajo estructuras y formas diversas*” (FEMACO, 1967: 12, grifo meu). Esse artigo IV da *Declaração* explicita muito bem porque a FEMACO foi criada em 1967, ou seja, um ano depois da criação da Liga Mundial Anticomunista na Coreia do Sul.

A criação do “Capítulo” mexicano um ano depois da fundação da WACL em 1966, em Seul, não foi nada por acaso e encontrou sua razão de ser na necessidade de engajamento da extrema-direita mexicana na Liga. Estabelecido como princípio da FEMACO a busca por essa conexão do México no movimento anticomunista internacional, o artigo V de sua Declaração enfatizou a necessidade de “**una Acción Conjunta y Decisiva Contra las Bases de Subversión**”. Considerou-se que “*una táctica meramente defensiva, o meramente espontánea, sin concepción estratégica, esteriliza el esfuerzo y hace infecundas las actividades más valiosas*” (FEMACO, 1967: 12, grifo meu). A tática anticomunista defensiva, além disso, permitiria “al agresor debilitar progresivamente a la víctima sin sufrir contraataques que minen o destruyan su fuerza de agresión” e, assim sendo, arrematou a FEMACO, “estamos por la realización de una acción conjunta, decisiva y a fondo contra las mismas bases de subversión, agresión y *conspiración*” (FEMACO, 1967: 12). A FEMACO embandeirou, assim, a “política de libertação” das chamadas “nações cativas do comunismo”, isto é, afiliou-se e exprimiu (assim como ABN, APACL, CIDC e WACL) a ofensiva designada *Rollback communism*. O “imperialismo vermelho” seria, assim, um “mal” a ser guerreado e extirpado pela raiz. Em suma, um extrema-direita *exterminista*:

Mientras las naciones del mundo libre, que sufren constantes intervenciones bélicas por parte de las potencias comunistas se mantengan exclusivamente a la defensiva, sin atacar al agresor, sin posibilidades de derrotarlo en su propia base de operaciones, estarán condenadas a vivir perpetuamente en guerra, sin lograr jamás la paz y a terminar por caer en las garras del imperialismo rojo. Por ello, es evidente que **para asegurar la paz**



**mundial es necesario extirpar de raíz los focos de agresión, al mismo tiempo que se libera de la esclavitud a los pueblos sojuzgados por el comunismo y se ponen las bases firmes para asegurar la salvaguardia de nuestros derechos fundamentales y de nuestras libertades. Mientras los gobiernos del mundo libre no se resuelvan a dar este paso, doloroso pero necesario, seguirán ensangrentándose los pueblos, conducidos a la matanza, al caos** (FEMACO, 1967: 12, grifo meu)

“Paz é guerra”, portanto, já que apenas com uma guerra que destrua o comunismo – “es necesario extirpar de raíz los focos de agresión, al mismo tiempo que se libera de la esclavitud a los pueblos sojuzgados por el comunismo” – atingir-se-ia a “verdadeira paz e segurança”. O penúltimo artigo (VI) da Declaração de Princípios da FEMACO ainda expressou o teor internacionalista dessa ultradireita mexicana. Defendeu **“la Solidariedad Universal de los Pueblos Libres”** (FEMACO, 1967: 12); saudou “un universalismo político” pelo qual todos homens seriam irmãos sem distinção de país ou continente, quer seja aqueles “amenazados o sojuzgados por el comunismo”. Todos os “seres humanos de todo el orbe”, por conseguinte, deveriam engajar-se na luta anticomunista, uma vez que **“la lucha por la libertad y el derecho y contra el comunismo debe ser universal e indivisible, como mundial es el enemigo común”** (FEMACO, 1967: 12, grifo meu).

Seria fundamental, dentro dessa estratégia de engajamento mexicano no movimento anticomunista internacional, um sentimento de solidariedade universal pelo qual “vemos como nuestra la lucha que otros libran para salvaguardar o reconquistar sus derechos y libertades, así como ellos deben estimar como suya nuestra propia lucha pro defenderlos” (FEMACO, 1967: 12-13). Eis que **“solamente en una solidaridad universal podremos sumar las fuerzas necesarias para derrotar a un enemigo que tiene ya esclavizada a la tercera parte de la humanidad y minadas con complejas redes de organizaciones de espionaje y sabotaje las otras dos terceras partes”** (FEMACO, 1967: 12, grifo meu). Enfim, o artigo VII da Declaração de Princípios da FEMACO não se esqueceu da caridade cristã, própria à sua leitura integrista da doutrina social da Igreja, recomendando que os anticomunistas deveriam lutar contra os comunistas e **“por la elevación del nivel de vida de los trabajadores”**. A “pobreza” e a “ignorância” das classes trabalhadoras no campo e da cidade – “sobre todo en los países subdesarrollados”, arrematou a FEMACO, “son aprovechadas hábilmente por los comunistas para inducirlas a engaños y utilizarlas en sua agitación y subversión” (FEMACO, 1967: 12, grifo meu). Melhor as condições de vida dos trabalhadores, portanto, como arma anticomunista. Contra essa alegada manipulação

comunista das classes trabalhadoras, por último, seria “necesario elevar el nivel de vida de los trabajadores, aumentando considerablemente la producción de riqueza por todos los medios técnicos que el progreso de la humanidad ha conocido, al mismo tiempo que se elimina **la ignorancia, el mejor aliado del imperialismo bolchevique**” (FEMACO, 1967: 13, grifo meu).

#### 5.1.10.4. *Réplica*, a revista oficial da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL

Logo depois da criação da FEMACO em 1967, esse “Capítulo” mexicano da WACL fundaria sua própria revista oficial, *Réplica*, “uno de los principales instrumentos ideológicos que utilizó el movimiento anticomunista como medio de comunicación, y que se constituyó, en cierta forma, en la prueba más fehaciente de este movimiento”. A *Réplica* dos tecos da FEMACO<sup>459</sup> “se autodefinía como ‘una revista mensual que trata los problemas que el comunismo internacional plantea a los hombres libres [...] [La Réplica] es la respuesta a la conspiración que atenta contra los valores más preciados de nuestro pueblo: su libertad, su independencia’” (Revista Réplica, 1967a, p.1, *apud* MORENO GONZÁLEZ, 2017: 7). Expressando a linhagem antisemita do anticomunismo mexicano, a *Réplica* foi “um fórum no qual conspiracionistas e neonazistas podem protestar contra a conspiração judaico-maçom” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 79). Nesse sentido, os Anderson, resgatando “um especialista acadêmico mexicano sobre a extra direita de seu país”, salientam que “a *Réplica* recebe grande parte do seu financiamento dos chamados revisionistas históricos nos Estados Unidos, que dizem que o Holocausto é um mito perpetuado pelos judeus” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 298)<sup>460</sup>.

Acompanhando o surgimento e as principais edições da *Replica*, a pesquisadora mexicana Maria Guadalupe Moreno González assenta que essa revista oficial da FEMACO “fue editada desde 01 de noviembre de 1967 al mes de enero de 1987, es decir, durante casi veinte años, a lo largo de los cuales se editaron doscientos cuatro números. (...) El tiraje de la revista específica en

---

<sup>459</sup> Não confundir a *Réplica* publicada pelos tecos da FEMACO com a já citada Revista La Réplica, órgão do exílio anticastrista e da contrarrevolução cubana em Miami, Flórida, EUA.

<sup>460</sup> “Tomas Serpico, for example, owner of the Christian Book Club in Hawthorne, California, an outlet for historical revisionist writings, was reportedly the English translator and a financier of the Complot [contra la Iglesia]” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 298). O Complot foi um petardo antisemita, anticomunista e anti-maçonaria enviado pelos tecos ao Concílio Vaticano II de 1962. Carlos Cuesta Gallardo, agente da “fascistização” dos tecos, foi um dos autores (apócrifo) do Complot

el número quince, volumen do de *Réplica*, en el que se menciona que 'tiene actualmente un tiraje de cinco mil ejemplares que se venden a tres pesos cada uno' (Revista *Réplica*, 1969b, p. 1, *apud* MORENO GONZÁLEZ, 2017: 7). Os próprios editores da revista explicaram seu nome:

**Réplica a la conjura internacional que hipócritamente predica la paz y la autodeterminación de los pueblos, mientras practica el más descarado intervencionismo, e impunemente arma y dirige grupos de asesinos a sueldo para que maten campesinos indefensos en las llamadas luchas de guerrillas. Réplica a la mentira y la confusión sembrada por intelectuales de café, siempre dispuestos a unirse al coro de comparsas del comunismo a cambio de elogios comprometidos y subsidios de embajadas** (Revista *Réplica*, 1967a, p. 1 *apud* MORENO GONZÁLEZ, 2017: 7, grifo meu)

O objetivo da revista *Réplica* da FEMACO seria o de constituir “una publicación mensual destinada al pueblo, que tiene como propósito ofrecer informaciones y comentarios sobre la agresión comunista contra la humanidad' (Revista *Réplica*, 1967a, p. 1)”. Em 1972, a revista se definiu “como 'una revista sin publicidad, que se edita con el propósito de señalar las amenazas del comunismo contra la nación y contra la humanidad' (Revista *Réplica*, 1972a, p. 1, grifo meu)”. Ainda de acordo com Moreno González, “a partir del número cincuenta y seis se recrudesció el propósito de la revista en la descripción de su postura, al referir lo siguiente”: “‘En respuesta a las numerosas peticiones recibidas en la Dirección de esta revista, hacemos del conocimiento de nuestros lectores, corresponsables y amigos que tenemos un especial interés en divulgar, lo más extensamente posible, **nuestra permanente denuncia de las falacias y crímenes del Comunismo Internacional así como la insidiosa y traidora labor de sus cómplices y aliados**” (Revista *Réplica*, 1974c, p. 1, *apud* MORENO GONZÁLEZ, 2017: 7, grifo meu).

Durante a publicação de seus 200 números entre 1967-87, a *Réplica* da FEMACO manteve em cada um deles o seu objetivo central de *exterminar* o comunismo no México e no mundo: “**la desaparición de toda manifestación comunista nacional e internacional, identificando al PCM como el enemigo a vencer**” (MORENO GONZÁLEZ, 2017: 8, grifo meu). Em agosto de 1973, no sexto aniversário da *Réplica*, comemorou o fato de que há mais de seis anos “‘cuando celebrábamos en Guadalajara el Congreso fundacional de la FEMACO, nos habíamos fijado como meta, los que desde entonces nos entregamos en ella, bajo la dirección y jefatura del Lic. Raimundo Guerrero, el llevar nuestro mensaje anticomunista a todos los rincones de la patria para alertar a la sociedad mexicana frente a actuación cada vez más intensa y efectiva de los grupos comunistas en nuestro país’”. A seção “Noticias y Hechos” da *Réplica*, ademais, era

editada pelo *Comite de Representantes Anticomunistas de America Latina* (CRALL), criado em julho de 1967, junto à FEMACO, durante o Congresso Regional Anticomunista de Guadalajara. Em seu número 66 de 1975, a *Réplica* reiterou permanecer “una revista sin publicidad, que se edita con el propósito de señalar las amenazas del comunismo contra la nación y contra la humanidad” (Réplica n.º 66, 1975: 3, grifo meu). Relembrando que o “Capítulo” mexicano da WACL fora fundado como a fusão de “diferentes organismos especializados afiliados a la FEMACO, como son la Asociación Pro libertad Intelectual (APLI), Alianza Femenil Anticomunista (AFA), Fuerza Estudiantil de México (FEM), el Ateneo Antimarx, la Alianza Popular Anticomunista (APA), y el Grupo Empresarial Anticomunista”, a *Réplica* frisou que “en los diversos organismos se han integrado estudiantes, intelectuales, maestros, profesionistas, amas de casa, empleados, obreros, campesinos y hombres de empresa que entusiastamente desarrollan actividades anticomunistas en el país’ (Revista Réplica, 1973a, p. 1)” (MORENO GONZÁLEZ, 2017: 8-9).

A *Réplica*, repercutindo os nexos anticomunistas da FEMACO, manteve contato com inúmeros “servicios internacionales de prensa” ligados a vertentes da extrema-direita da Guerra Fria, entre elas a já mencionada *Fuerza Nueva* de Blas Piñar, representante do tardofranquismo e de seus comandos terroristas paramilitares. A revista do “Capítulo” taiwanês da WACL/APACL, *Asian Outlook*, obviamente integrou parte desses serviços internacionais de notícias vinculados à FEMACO. Além das revistas *Fuerza Nueva* e *Asian Outlook*, constaram como serviço internacional de notícias da FEMACO as seguintes agências: “China News, WACL Bulletin, Centro Iberoamericano de Documentación Europea, Oltremare, Corresponsalías en centro y sud América, Vietnam Magazine, Le Service d’intelligence Canadien, Crítica Católica e America Latina & Studies, Fondo Editorial Latinoamericano (FONEL) (MORENO GONZÁLEZ, 2017: 8)<sup>461</sup>. “Diga-me com quem andas e te direis quem tu és”, não é mesmo? O *Canadian Intelligence*

---

<sup>461</sup> También os irmãos Anderson destacam, entre os correspondentes da *Replica*, as figuras de Jorge Prieto Laurens, Raimundo Guerrero, Rafael Rodríguez López e Rene Capistran Garza, definindo todos como “líderes tecos”, salientando que, entre os periódicos internacionais afiliados à *Replica*, “WACL Bulletin (Korea), Aginter Press (Portugal), and *Fuerza Nueva* (Spain), the last being the newspaper of the Spanish neo-fascist party of the same nature” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 298). O tardofranquista Blas Piñar era o líder da *Fuerza Nueva*. O ministro da Justiça Alfredo Buzaid, servindo ao ditador Emílio Garrastazu Médici, visitou a Europa, em 1970, para um tour em defesa da “imagem do Brasil no exterior”. Manifestações estudantis na Alemanha Ocidental impediram o “preclaro jurisconsulto” de Médici de discursar em Boon. Na Espanha franquista, todavia, Buzaid foi entrevistado em tom de simpatia recíproca pelo periódico de Blas Piñar *Fuerza Nueva*, n.º 195, 1970. Cf. MACHADO, 2015.

*Service* foi investigado pelo FBI “in connection with his Fascist and anti-Semitic writings” (FBI, 1960: 88)<sup>462</sup>. Seu editor era Ron Gostick, do *Christian Action Movement*, “a leading racist” que fundou a Liga Canadense dos Direitos em parceria com Patrick Walsh. A Liga Canadense – que se tornaria o “Capítulo” canadense da WACL – era uma filial, a sua vez, da *Crown Commonwealth League of Rights*, fundada pelo ativista antissemita Eric Butler da Austrália, com braços também constituídos na Grã-Bretanha (Liga Britânica dos Direitos)<sup>463</sup> e na África do Sul (Ivor Benson).

5.1.10.5. *O nexa FEMACO-Aginter Press: nazistas alemães, neofascistas italianos, paramilitares franceses (OAS), franquistas espanhóis, salazaristas portugueses e “Companhia” (CIA)*

Evidentes, assim, as afinidades ideológicas eletivas entre os tecos da FEMACO e os antissemitas do *Le Service d’Intelligence Canadien* (Ron Gostick e Patrick Walsh). Todavia, agora importa enfatizar mais um desses “serviços internacionais de imprensa” associado à FEMACO e, provavelmente, à WACL. Com isso se poderá aquilatar precisamente o perfil da extrema-direita

---

<sup>462</sup> Butler fundou a Liga Australiana dos Direitos, “the most successful radical-right group on the Australian political scene” (HENDERSON, 2002: 98); “spreading its own antisemitic, conspiratorial worldview” (HENDERSON, 2002: 96). Era autor de *The international Jew: the truth about the Protocols of Zion*. Foi “a leading anti-Semite and historical revisionist” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 276). Em um de seus editoriais, o Canadian Intelligence Service apresentou-se como “an independent publication dedicated to the preservation and strengthening of the Christian Culture and Tradition, and the exposure and defeat of Marxism in all its subversive forms” (THE CANADIAN INTELLIGENCE SERVICE, 1951: 16). Ao denunciar que o capitalismo estaria sendo sabotado “by increasing public debt, oppressive taxation, inflation, and the substituting of Monopoly – in both industry and organized labour”, o Canadian Intelligence Service valeu-se do seguinte trecho dos Protocolos dos Sábios de Sião: “‘We shall raise the rate of wages which, however, will not bring any advantage to the workers, for, at the same time, we shall produce a rise in prices of the first necessities of life, alleging that it arises from the decline of agriculture and cattle-breeding: we shall further undermine artfully and deeply sources of productions, by accustoming the workers to anarchy and to drunkenness, and side by side, therewith taking all measure to extirpate from the face of the earth all the educated forces of the Goyim (Gentile)’. This spiral of inflation which both Labour AND Industry are participating in, is part of the design to destroy genuine capitalism and enterprise and leave us prostrate at the feet of ‘statism’. Surely our leaders see this” (THE CANADIAN INTELLIGENCE SERVICE, 1951: 16).

<sup>463</sup> Em viagem ao Canadá, “in Calgary, Butler made contact with Ron Gostick, a fellow Social Creditor, who at the time led the Christian Action Movement. Gostick subsequently became head of the Canadian League of Rights with Butler’s son, Philip, deputy director. (...) Butler claims this trip was instrumental informing what became in 1975 the Crown Commonwealth League of Rights with chapters in Britain, Canada and New Zealand” (HENDERSON, 2002: 127-128). “The [Australian] League’s association with both its Canadian and British subsidiaries was its entrée into the World Anti-Communist League (WACL). As president of the private group portentously styled the Canadian Intelligence Service, Gostick headed the Canadian affiliate to the WACL through the Freedom Council of Canada. (...) He was joined by his associate, Patrick Walsh another member of the Canadian League of Rights and the Canadian Intelligence Service. Walsh claimed to have been an undercover agent for the Royal Canadian Mounted Police. He appeared before the House Committee into Un-American Activities and was linked with the American group run by Willis Carto, the Liberty Lobby, a prominent Holocaust denial group. **This confrerie were no doubt linked by their virulent antisemitism**” (HENDERSON, 2002: 128-129).

com a qual se está lidando no universo político dos tecos. Trata-se da *Aginter Presse*, um dos serviços internacionais de notícias ligado à *Réplica* da FEMACO (MORENO GONZÁLEZ, 2017: 8). A *Aginter Presse* se constituiu, historicamente, como um biombo ou cobertura para as operações terroristas da ultradireita global na Guerra Fria. Especificamente, ela foi estruturada por ex-nazistas alemães e por antigos agentes da OAS, um grupo paramilitar da extrema-direita francesa que, chegando a planejar o assassinato do presidente De Gaulle, buscou impedir a descolonização francesa na Argélia e na Indochina. O ex-diretor do Anti-Komintern do Ministério da Propaganda do III Reich, Eberhardt Taubert, como visto no CAPÍTULO 4, continuou prestando seus serviços publicitários no pós-guerra. O antigo “Dr. Anti-Komintern” de Goebbels, “desnazificado”, foi recontratado pelos serviços secretos dos EUA (CIA), da Alemanha Ocidental (BND), da Grécia (KYP), do Irã (SAVAK), da África do Sul etc. Mesmo sendo a mesma pessoa que roteirizou, a serviço do III Reich, o filme *O judeu eterno* (1940), obra máxima da propaganda-documentário nazista; mesmo sendo o mesmo que redigiu o projeto da lei que obrigou os judeus a vestirem no peito a estrela de David; Taubert tornou-se também um assessor anticomunista da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Esse polímata nazista também fundou o “Combat Association of German Soldiers” ou KDS, acrônimo alemão de *Kampfbund Deutscher Soldaten*.

A KDS era “um grupo neonazista militante e revisionista que formava parte considerável da **organização terroristas mercenária *Aginter Press***” (FOIA RESEARCHER, 2020). Como visto no CAPÍTULO 4, o recrutamento dos quadros da *Aginter Press* era feito pelo próprio Taubert, em associação com o grupo terrorista da ultradireita militar francesa da OAS, estimando-se que, na década de 1960, 60% dos membros da *Aginter Press* foram recrutados dos quadros da OAS, “enquanto o restante foi recrutado de organizações neonazistas da Europa Ocidental como por exemplo os *Kampfbund Deutscher Soldaten* [KDS] de Frankfurt liderados por outro dos ex-homens de Goebbels e parceiro de ‘[Gerhard Hartmut] von Schubert’ no Paladin, o Dr. Eberhardt Taubert” (CHRISTIE, 1984: 89). A *Aginter Press*, portanto, “não era imprensa de jeito nenhum”, uma vez que “a organização não publicava livros ou folhetos de propaganda anticomunista, mas treinava terroristas de direita e se especializava em *dirty tricks* e guerra secreta em Portugal e além” (GANSER, 2005: 115). No mesmo ano em que a Liga Mundial Anticomunista foi criada na Coreia do Sul, isto é, em 1966, a *Aginter Press* foi fundada em setembro daquele ano em Lisboa,

financiada pela ditadura salazarista portuguesa e pela CIA norte-americana<sup>464</sup>. “A maioria dos soldados secretos que na segunda metade da década de 1960 se aliaram ao exército secreto da CIA, a *Aginter Press* em Lisboa”, salienta Daniele Ganser, “havia lutado anteriormente na África e no sudeste asiático tentando, em vão, evitar a perda de colônias europeias para fortes movimentos independentes” (GANSER, 2005: 116).

De um lado, o antigo “Dr. Anti-Komintern” Taubert foi um dos fundadores da *Aginter Press*. De outro, a direção operacional dessa agência internacional de mercenários e terroristas da extrema-direita da Guerra Fria coube a um ex-capitão francês, Yves Guillon. Ele era “mais conhecido por seu nome adotado, Yves Guerin Serac, um especialista em guerra secreta que recebera medalhas de herói de guerra dos Estados Unidos, incluindo uma Estrela de Bronze americana por seu envolvimento na Guerra da Coreia” (GANSER, 2005: 115). O capitão Guerin Serac era “um militante católico e anticomunista recrutado pela CIA”. Era um militar francês que, depois da II Guerra Mundial, consagrou-se na defesa intransigente da presença colonial da França na Inochina francesa e na Argélia. Em 1961, Guerin Serac, com outros membros do *11th Demi-Brigade Parachutiste du Choc* – “uma unidade especial de *dirty tricks* do serviço secreto francês SDCE fortemente ligado às [operações] francesas de *stay-behind*” – “fundara a clandestine e ilegal Organização Armada Secreta [*Organisation Arme Secret*], OAS, para manter controle francês sobre a Argélia colonial e para derrubar o governo francês do Presidente De Gaulle e substituí-lo por estado francês autoritário militantemente anticomunista” (GANSER, 2005: 116).

Depois da independência da Argélia em 1962 e do fechamento da OAS por De Gaulle – lembre-se que havia ao menos um quadro da OAS povoando as redes da WACL<sup>465</sup> –, o capitão Guerin Serac encontrou asilo em alguns países da América Latina e da Europa, onde pode oferecer suas “habilidades notáveis em guerra e ação secreta, contraterrorismo e terrorismo” (GANSER, 2005: 116). Em junho de 1962 ele foi contratado pela ditadura militar espanhola e, a partir dali, esse “convencido anticomunista da Guerra Fria” passou a vender seus serviços à ditadura do

---

<sup>464</sup> Note-se, aqui também, a sincronia entre a criação da WACL em 1966 na Coreia do Sul e a subsequente estruturação da FEMACO, do ACWF (o primeiro “Capítulo” norte-americano da WACL) e da *Aginter Press*. Sincronicidades...

<sup>465</sup> O general francês Paul Felicien Vanuxem, como visto no CAPÍTULO 4, foi um dos líderes da OAS. Antes dele participar da III Conferência da WACL de 1969 na Tailândia, Vanuxem passou dois anos preso na França como o principal acusado de ser o mentor intelectual da tentativa de assassinato do presidente De Gaulle. Absolvido em 1963, Vanuxem integrou as redes da APACL e da WACL, pelo menos, até 1972.

Estado Novo salazarista<sup>466</sup>. Operando como instrutor do grupo paramilitar Legião Portuguesa e de unidades de contra-guerrilha do Exército português, o capitão francês Guerin Serac “ergueu a *Aginter Press* como um exército anticomunista ultrassecreto com o apoio tanto da PIDE, quanto da CIA” (GANSER, 2005: 117). Sob os auspícios da “gestapo” portuguesa (PIDE) e da CIA, arregimentando ex-nazistas de “alto nível” recontratados pelos serviços secretos dos EUA e da RFA, a “*Aginter Press* montou campos de treinamento nos quais instruía mercenários e terroristas em um curso de três semanas de duração sobre técnicas de ação secreta, incluindo terrorismo prático com bombas, assassinatos silenciosos, técnicas de subversão, comunicações clandestinas, infiltração e guerra colonial” (GANSER, 2005: 117).

Nota-se, pois, que a *Aginter Press* foi muito mais do que um “serviço internacional de notícias” conectado ao “Capítulo” mexicano da WACL, a FEMACO. A *Aginter Press* serviu de organização “guarda-chuva” a uma miríade de mercenários e terroristas internacionais provenientes da extrema-direita militar francesa (OAS), do nazismo alemão (Taubert, Skorzeny), do franquismo, do neofascismo italiano (Delle Chiaie), do salazarismo (PIDE), dos EUA (CIA), da RFA (BND), a espionagem da Junta dos coroneis gregos (KYD) etc. A *Aginter* conectou-se a inúmeros serviços secretos ocidentais e grupos ultranacionalistas da extrema-direita europeia, por exemplo, os neofascistas italianos *Ordine Nuovo*, *Avanguardia Nazionale* e ao terrorista nero Stefano Delle Chiaie<sup>467</sup>. Na síntese de um FOIA Researcher:

**A *Aginter*, apoiada por diversos serviços secretos do Ocidente, treinava seus membros em técnicas de ações secretas, incluindo bombas, assassinatos silenciosos, técnicas de subversão, comunicações clandestinas, infiltração e contra-insurgência, e estava envolvida na execução de vários ataques terroristas de bandeira falsa [false-flag] na Itália. A *Aginter* realizou também operações contra a oposição doméstica para diversos governos autoritários de direita, incluindo o Portugal de Salazar, a Espanha de Franco e o Regime dos Coronéis na Grécia depois do golpe de 1967 (FOIA RESEARCHER, 2020)**

---

<sup>466</sup> “A convinced anti-Communist Cold Warrior, he offered his services to Salazar: ‘The others have laid down their weapons, but not I. **After the OAS I fled to Portugal to carry on the fight and expand it to its proper dimensions – which is to say, a planetary dimension**’ (...) In Portugal Guerin Serac linked up with French right-wingers and OAS fugitives, whereupon former Petainist Jacques Ploncard d’Assac introduced him to right-wing establishment and the PIDE” (GANSER, 2005: 117-118). A PIDE era a “gestapo” da ditadura salazarista.

<sup>467</sup> “**Next to Guerin Serac, Italian right-wing terrorist Stefano Delle Chiaie was among the founding father of *Aginter Press***. (...) Aged 30, Delle Chiaie in the mid-1960s together with Guerin Serac and the support of the CIA set up **the *Aginter* secret army**” (GANSER, 2005: 117). Para maiores detalhes sobre as conexões do terrorista nero Delle Chiaie com a Operação Condor, cf. APÊNDICE 1.



A *Aginter Press* foi, de fato, um “exército secreto anticomunista” composto, segundo seu comandante, o ex-capitão francês (OAS) Guerin Serac, por “oficiais que vieram a nós pela luta na Indo-China e na Algéria e alguns que ainda se alistaram conosco depois da batalha da Coreia”, bem como por “intelectuais que, durante este mesmo período, voltaram sua atenção para o estudo de técnicas da subversão marxista” (GANSER, 2005: 117). Esses intelectuais, confidenciou Guerin Serac, “havia formado grupos de estudo e compartilharam as bases de uma contra-técnica” (GANSER, 2005: 117). Essa contra-técnica “antissubversiva”, aplicada à guerra contra “as técnicas da subversão marxista”, para a *Aginter*, assim como para a WACL e organizações que tais, deveria ser lançada em uma *dimensão planetária*. Por isso, segundo o antigo comandante da *Aginter Press*, “estabelecemos sistematicamente ligações próximas com grupos de mentalidade similar emergindo na Itália, Bélgica, Alemanha, Espanha ou Portugal, **com o objetivo de formar um núcleo para uma verdadeira Liga Ocidental de Luta Contra o Marxismo**” (GANSER, 2005: 117)<sup>468</sup>.

O jornalista dinamarquês Henry Krueger, a seu turno, adiciona no entramado repressivo da *Aginter-Press* a presença da Liga Mundial Anticomunista propriamente. Ele observa que não foi apenas uma “coincidência” o fato de que tanto a WACL quanto a *Aginter-Press*<sup>469</sup> terem sido criadas em 1966. Para ele, tanto a WACL quanto a *Aginter-Press* foram criadas como uma espécie de “counterfront” ao chamado *Congresso Tricontinental* realizado, em 1966, na ilha de Cuba, sob o nome *Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia, America Latina*. “Naquele mesmo ano, a *Aginter-Press*, financiada pela WACL e pelas agências de inteligência dos Estados Unidos, França e Portugal, foi criada em Lisboa como um disfarce para os terroristas da OAS e outros fascistas europeus” (KRUEGER, 2015: 203).

Ainda outra “estrela” do III Reich, ao lado do “Dr. Anti”-Komintern E. Taubert, integrou-se à *Aginter Press*, a saber, o herói nazista Otto Skorzeny (GANSER, 2005: 108). Esse ex-coronel das SS foi, sem dúvida, o mais importante operador da fuga de nazistas e colaboradores nazistas

---

<sup>468</sup> Além de operações de espionagem, os soldados secretos da *Aginter Press* foram responsáveis pelo assassinato político, entre outros, de “Humberto Delgado, Portuguese opposition leader, Amílcar Cabral, one of Africa’s foremost revolutionary figures and Eduardo Mondlane, leader and President of the Mocambique liberation party and movement FRELIMO (Frente de Liberação de Mocambique), killed in colonial Mocambique in February 1969. (...) Next to the colonial wars *Aginter* also directly influenced the secret wars against the Communists in Western Europe” (GANSER, 2005: 119).

<sup>469</sup> Assim como a FEMACO, o ACWF e o EFC.

da Europa no pós-II Guerra Mundial. Contou, para isso, com a ajuda dos serviços secretos dos EUA e da RFA. Ainda durante a II Guerra Mundial, em julho de 1944, o próprio **“Martin Bormann, secretário de Hitler, pessoalmente entregou a Skorzeny uma ordem assinada por Hitler chamando ‘todo o pessoal, militar e civil’, para auxiliar Skorzeny em qualquer forma necessária, afirmando que ele havia sido encarregado diretamente com ordens secretas e pessoais da maior importância”** (CHRISTIE, 1984: 156). Em novembro de 1944, Skorzeny foi designado “chefe da seção de sabotagem do Departamento VI do Escritório de Segurança do Reich e começou a treinar agentes estrangeiros e terroristas de inteligência para continuarem a guerra por trás das linhas aliadas”, recrutando agentes “de organizações fascistas e de extrema direita da França, Itália, Bélgica e Espanha” (CHRISTIE, 1984: 157)<sup>470</sup>.

Na iminência da derrota do III Reich para os Aliados, Skorzeny foi incumbido da missão de “coordenar as redes de fuga e evasão de líderes nazistas” (CHRISTIE, 1984: 157) e, naquela altura, já se encontrava em contato com o chefe da espionagem “civil” dos EUA, Allen Dulles<sup>471</sup>. Em abril de 1945, Skorzeny entregou-se às autoridades dos EUA estacionadas na Europa e “foi pessoalmente interrogado pelo General William Donovan do OSS – e foi aparentemente recrutado por ele para a inteligência dos EUA – Skorzeny acabou sendo absolvido em 1947” (CHRISTIE, 1984: 159). “Em 1949, Skorzeny conseguiu escapar do campo de ‘desnazificação’ dos aliados em Oberursal” e, em sua fuga, fora auxiliado “pelas redes de evasão nazistas que havia sido responsável por organizar durante as etapas finais da guerra – e com a conivência do 66º corpo de inteligência do exército dos EUA” (CHRISTIE, 1984: 1959). Além disso, “Skorzeny foi recrutado para a organização de inteligência de Reinhardt Gehlen, uma criação da recém-formada CIA sob o comando de Allan Dulles e Richard Helms, o então chefe da estação da CIA na Alemanha” e, trabalhando em “negócios de inteligência tanto para Gehlen, quanto para a CIA”, “ele viajou extensivamente por toda a Europa e América Latina” (CHRISTIE, 1984: 160)<sup>472</sup>.

---

<sup>470</sup> Cf. o apologético documentário da Netflix sobre esse herói nazista: “El hombre más peligroso de Europa. Otto Skorzeny en España” (2020). O título repete uma frase atribuída ao general Eisenhower sobre Skorzeny.

<sup>471</sup> “SS Major General Prince Maximilian von Hohenlohe who had been in contact with Dulles on Himmler’s orders since mid-1943 reported: ‘Dulles does not reject the basic idea and deeds of National Socialism’ but he deplored its excesses. (Hohenlohe was later appointed a top job in the Gehlen organisation and an adviser to the US State Department)” (159).

<sup>472</sup> No CAPÍTULO 1, viu-se como Organização Gehlen foi criada sob os auspícios do governo dos EUA e como sua gestão foi entregue ao ex-general responsável pela espionagem antissoviética do III Reich. Gehlen foi recontratado e passou a contratar inúmeros ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra em especial da Europa Oriental (ABN).

Estabelecendo seu “quartel-general” na Espanha do *generalíssimo* Francisco Franco, Skorzeny continuou a organizar no pós-guerra as rotas de fuga de nazistas e de ex-colaboradores. Com a ajuda da CIA e dos serviços secretos da Alemanha Ocidental, o ex- SS se transformaria em um valioso “conselheiro em assuntos de segurança”, prestando seus serviços na Espanha, onde assessorou o Ministério Interior e sua *Brigada Politico Social*, até à América Latina e África, onde assessorou os generais Neguib e Nasser na montagem dos serviços de segurança do Egito<sup>473</sup>. Na condição de assessor empregado da ditadura franquista, Skorzeny “contratou Delle Chiaie”, o neofascista italiano conhecido como terrorista *nero*, que na Aginter Press subordinou-se ao comando de Yves Guerain Serac. O objetivo da *Aginter* nesse ponto era claro: “atingir oponentes de Franco tanto na Espanha quanto no exterior, depois de que Delle Chiaie realizou mais de mil ataques sangrentos, incluindo uma estimativa de 50 assassinatos” (GANSER, 2005: 108).

Como esclarece o historiador anarquista Stefan Christie, enfim, Otto Skorzeny era tão influente nessas redes por ter sido o coordenador das operações do chamado “Círculo de Amigos” nazistas, o eixo político-econômico do grande capital industrial, comercial e financeiro da burguesia alemã que apoiou o III Reich. O “Círculo de Amigos” derivou do “Círculo de Kepller”, resultado de uma associação do Partido nazista com o barão Kurt von Schroeder e Walter Fund “para arranjar um encontro de Hitler com potenciais apoiadores entre os industrialistas alemães”. Esse “Círculo de Amigos do Reichsführer SS” passaria a ser “supervisionado pelo chefe da SS e da Gestapo, Heinrich Himmler” e, uma vez desenhada no horizonte a derrota nazista na II Guerra Mundial, o “Círculo de Amigos” buscou, e conseguiu, salvaguardar o grande capital nazista, diversificando-o secretamente em novos investimentos em empresas na Europa e pelo mundo. Esse poderoso fundo de investimento auxiliaria nas rotas de fuga de os “amigos” de Skorzeny.

Em uma reunião em Strasbourg do “Círculo de Amigos” decidiu-se pela transferência de capitais para países neutros ou não-beligerantes, o que resultou na abertura de aproximadamente

---

<sup>473</sup> “In 1950 he established his home base in Madrid where, under cover of an engineering and export-import business, he handled the financial affairs of the ‘Circle of Friends’ (having reclaimed Nazi party funds from Eva Peron), coordinated the Nazi escape and evasion networks and built up an international intelligence gathering and mercenary recruitment agency” (CHRISTIE, 1984: 159-160). Skorzeny was also appointed security adviser to various right-wing governments in Latin America as well as Spain where he was employed in an advisory capacity by the Interior Ministry to assist the notorious *Brigada Politico Social*. (...) In 1953 Skorzeny was invited by CIA chief Allan Dulles, through his father-in-law Hjalmar Schacht, Hitler’s ex-financial consultant and president of the Reichsbank, to help reorganize the security services of the new Republic of Egypt under General Neguib and, later, Colonel Nasser. Skorzeny’s salary in this undertaking was subsidized by the CIA” (CHRISTIE, 1984: 160).

750 empresas. “Um inventário descoberto em 1945 entre documentos pertencentes ao RHSA VI (inteligência nazista estrangeira) mostrou um pagamento em dinheiro a importantes agentes nazistas incluindo um montante de cinco milhões de Reichsmarks de ouro pagos pelo ‘*Cash Office*’ e assinado por Otto Skorzeny” (CHRISTIE, 1984: 136)<sup>474</sup>. Como se deduz da trajetória do SS Skorzeny, colaborador também da *Aginter Press*, esta agência contou com a ajuda de nazistas proeminentes que, inclusive, estavam na folha de pagamento e no plano de operações secretas de compra e venda de armas dos governos dos EUA e da RFA. A *Aginter*, em resumo, foi muito mais do que um “serviço internacional de imprensa”, como a apresentava em seus editoriais a revista *Réplica* dos tecos da FEMACO. Seria preciso aprofundar a pesquisa sobre desde quando a ultradireita aquartelada na Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG) conectou-se aos nazistas. Viu-se, porém, como um dos líderes tecos, Carlos Cuesta Gallardo, era um filonazista que viveu durante toda II Guerra Mundial na Alemanha de Hitler.

E seu sucessor na UAG, don Antonio Leño, manteve relações empresariais com o ex-nazista Gerhardt Mertin, como visto, sócio de Otto Skorzeny na Mertex, uma empresa global de compra e venda de armas da Guerra Fria. Todos os caminhos entrecruzaram-se em Guadalajara, como ensinou Manuel Buendía? O enlace dos tecos mexicanos com o nazismo do pré- e do pós-II Guerra Mundial, portanto, embora ainda não investigado pela historiografia, sem dúvida deve ter sido significativo. O filonazismo das linhagens anticomunistas analisadas até agora encontrou nos tecos mexicanos, enfim, sua mais demarcada manifestação antissemita, perfil ideológico compartilhado com o integrismo argentino. Não por acaso, o teólogo jesuída Julio Meinvielle,

---

<sup>474</sup> “On 20 July 1944, [realizou-se] a meeting held in great secrecy at the Hotel Maison Rouge in Strasbourg”. Present were sixty-seven members of the ‘Circle of Friends’ representing the most powerful industrial, political and commercial interests of the Nazi power structure. The meeting was the culmination of a year’s planning by Martin Bormann following the crushing of the German armies at Stalingrad. (The Strasbourg conference was documented in great detail and its files were discovered later by United States army counterintelligence). The conference chairman, Dr. Scheid, declared: ‘**Germany has already lost the battle for France. Henceforth German industry must prepare itself for the economic campaign which will follow the end of the war. All industrialists must strengthen their contacts and companies abroad, each on his own account and without drawing attention to himself. And that is not all. We must be ready to finance the Nazi party which is going to be driven underground for some time**’. (...) After a lengthy discussion the conference agreed on a **plan providing for the transfer to neutral or nonbelligerent nations of a significant portion of the funds of the major companies of the Third Reich**” (CHRISTIE, 1984: 135). “In 1946 the US Treasury Department published their report on the outcome of this conference: ‘German industrialists and Nazi leader transferred part of their wealth abroad. Straw men in their service set up companies and opened secret bank accounts. ... **750 companies were set up in this way throughout the world by Germans using Nazi funds: 112 in Spain, 58 in Portugal, 35 in Turkey, 98 in Argentina, 214 in Switzerland and 253 in various other countries**’ (CHRISTIE, 1984: 136).

notório antissemita, foi adotado como “pai espiritual” dos tecos de Jalisco. Enfim, conforme resumem os Anderson, “além de estreitarem seus laços com neonazistas na Europa e América do Sul e subsidiarem a publicação para sua revista antissemita, *Réplica*, os *Tecos* tinham agora também fundos para estabelecer grupos de frente política assim como a FEMACO (Federação Mexicana Anticomunista)” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 79). Os tecos da FEMACO, inclusive, compondo esse entramado terrorista do movimento anticomunista internacional, serviram igualmente “como pontos de contato com esquadrões da morte de direita” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 79). Seja como fora, o que importa é fixar que a WACL foi criada em 1966 na Coreia do Sul. A FEMACO em 1967 no México. E por meio dela os tecos mexicanos “tornaram-se parte da Liga Mundial Anticomunista em 1972” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 79). Coube a essa extrema-direita alucinada do México ocidental organizar a primeira conferência da WACL fora da Ásia, em 1972, e muito mais.

## *5.2. México, 1972, o giro da WACL às Américas: a FEMACO organiza a VI Conferência da Liga*

Em 1958, ensaiou-se no México a criação da primeira “Internacional Anticomunista” da Guerra Fria, conforme visto no CAPÍTULO 3. A Conferência Preparatória realizada na capital mexicana convocou um futuro Congresso Mundial Anticomunista. O conclave na Cidade do México foi hospedado pela Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), presidida pelo almirante brasileiro Carlos Penna Botto e secretariada pelo mexicano Jorge Prieto Laurens. Participaram desse “ensaio geral” de uma Liga Mundial Anticomunista, conforme analisado, a APACL, o ABN e o CIAS, sendo que estas duas últimas organizações estavam composta, respectivamente, por ex-colaboradores nazistas do leste europeu e por ex-nazistas alemães (Alfred Gielen e Fritz Cramer). Contudo, o “ensaio geral” de 1958 no México para a criação de uma “Internacional Anticomunista” fracassou, temporariamente, em virtude da desistência dos “amigos americanos” do “quarteto fantástico” CIDC, APACL, ABN e CIAS. O judeu anticomunista Marvin Liebman, incumbido pela Conferência Preparatória da organização de um futuro Congresso Mundial Anticomunista pela Liberdade e Libertação, ao descobrir o passado de colaboração nazista dos dirigentes do ABN (não se sabe se descobriu o passado nazista dos dirigentes do CIAS), acabou por implodir a empreitada.

De fato, o “sonho” de um novo “Anti-Komintern” fora apenas adiado e, conforme analisado no CAPÍTULO 4, ele se concretizou na Coreia do Sul, em 1966, com a criação da Liga Mundial Anticomunista (WACL). Lá estiveram presentes os dirigentes do “quarteto fantástico” de 1958 – ABN, APACL, CIDC, CIAS – e outras organizações transnacionais anticomunistas associadas. Fundou-se, então, a WACL, cujas conferências anuais ocorreram, até 1972, na Ásia: em Taiwan (1967), no Vietnã do Sul (1968), na Tailândia (1969), no Japão (1970) e nas Filipinas (1971). Em 1972, graças aos esforços organizacionais da *Federación Mexicana Anticomunista de Occidente* (FEMACO), seria a hora e a vez do México hospedar e sediar a primeira conferência da WACL fora do continente asiático. Seria o início propriamente do “giro às Américas” da WACL. Em outras palavras, coube à FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL comandado pelos Tecos – que incorporou como seu presidente honorário o veterano anticomunista Prieto Laurens, da FPAM e da CIDC – organizar a VI Conferência wacliana em agosto de 1972. Ciente de que a VI Conferência da WACL no México foi a primeira realizada fora da Ásia, o jornalista mexicano Manuel Buendía, referindo-se às conferências anuais da Liga, destacou que “es la primera vez que se celebra fuera de 'posiciones' norteamericanas o de áreas hegemónicas del Tío Sam” (BUENDÍA, 1985: 34, 35). “Resulta muy elocuente, pues, el hecho de que se haya decidido incluir a nuestro país en la lista de ciudades o zonas privilegiadas” (BUENDÍA, 1985: 35). “Ahora”, arrematou o jornalista mexicano, “se le otorga el honor a México. Por algo será” (BUENDÍA, 1985: 35).

Reproduzindo os boletins divulgados à imprensa pela VI Conferência da WACL, Manuel Buendía resgatou que aproximadamente 400 representantes de 60 países acorreram à efeméride, entre eles, “militares de Formosa, Tailândia, Turquia”, bem como o “alcaide de Manila, un señor Amado Bagatsing, cuyo hijo del mismo nombre preside la Liga Juvenil Mundial Anticomunista, ‘organización que también se reunirá aquí en un congreso paralelo’” (BUENDÍA, 1985: 35). “La delegación de Vietnam del Sur incluye a un ex primer ministro” – Phan Quat – e, “en fin, parece que nos llega lo más importante de la nómina del Pentágono y del Departamento de Estado” (BUENDÍA, 1985: 35). “Ésta es una de las principales promociones del turismo internacional que hayamos logrado en los últimos meses. Aquí en México los ‘ultras’ parecen haber hecho cuidadosos preparativos, como si hubieran querido esmerarse en presentar la mejor de las imágenes de eficiencia ante quien traiga los dólares” (BUENDÍA, 1985: 35). Cinco anos depois

da realização da VI Conferência da WACL na Cidade do México, Manuel Buendía, escrevendo nas páginas de *El Sol de México*, em 11 de agosto de 1977, voltou ao tema e vinculou os prováveis aportes em dólares do imperialismo norte-americano à FEMACO e à WACL. Para o mexicano, foram os EUA – por meio de intermediários e entrepostos – que teriam, de fato, “pagado a conta” das conferências e reuniões da WACL nas Américas e pelo mundo.

Y menos es noticia que **el FEMACO** – cuyo dirigente ahora pretende fe pública para probar un impoluto nacionalismo – **ha sido en verdad sólo un peón, en el juego del 'anticomunismo' de paga y de pega, que manejan por Latinoamérica y otras regiones del mundo los Estados Unidos.** Por ejemplo, **podría explicar el FEMACO el origen del financiamiento para trasladar nutridas representaciones a las reuniones 'anticomunistas' celebradas durante el año pasado [1976] en Nicaragua, Taiwán, Guatemala, Uruguay y Paraguay?** Podrían los dirigentes del FEMACO nombrar el antiemético cuya ingestión les permitió salir incólumes de la ceremonia en que ellos entregaron al **general Anastasio Somoza el título de 'Paladín de la Lucha Mundial contra el Comunismo'?** (BUENDÍA, 1985: 75)

Ainda é necessário especificar e determinar de modo mais preciso tais conexões entre a WACL e seus “amigos” nos EUA. Porém, seria um erro desconsiderar as *muy* concretas investigações jornalísticas de Manuel Buendía, que constituem um ponto de partida inescapável à historiografia interessada na WACL e, em particular, em seu “Capítulo” mexicano, a FEMACO. Apontando para a complexidade das relações entre a Liga Mundial Anticomunista, seu órgão regional na América Latina, a CAL, e a espionagem do imperialismo norte-americano, o importante analista canadense Peter Dale Scott, radicado nos EUA, ressalva que **“the CIA’s relationship to WACL and CAL is much more tenuous and complex than may have alleged”** (SCOTT, 2014: 36, grifo meu). Seja como for, o que importa agora é percorrer o itinerário da organização, pelos Tecos de Guadalajara, da VI Conferência da WACL no México, ao final de agosto de 1972. Antes disso, porém, vale a pena circunscrever como a ditadura brasileira, então presidida pelo general Emílio Garrastazu Médici, por intermédio de seus canais diplomáticos e militares, acompanhou de perto a criação, no marco da VI Conferência da WACL, do organismo regional da Liga na América Latina, a *Confederación Anticomunista Latinoamericana* (CAL). Registrando essa inserção dos militares brasileiros no complexo WACL/CAL, o Telegrama secreto n.º 214, enviado à Embaixada do Brasil em Assunção pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de março de 1973, informou que **“o Brasil não participou oficialmente do VI Congresso da Confederação Anti-Comunista Latino-Americana”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 236, grifo meu).

Mesmo que confundindo a VI Conferência da WACL com o “VI Congresso da CAL”, o telegrama em questão comunicou à Embaixada brasileira no Paraguai que o vice-presidente do Brasil, almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, não atendeu ao convite para participar, como “convidado de honra”, do conclave no México, destacando que “outras personalidades, entre elas o Presidente Stroessner, teriam também sido convidadas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 236). **“A título estritamente pessoal, o já falecido Almirante reformado Carlos Penna Botto, não tendo podido aceitar o convite que lhe tinha sido feito, enviou mensagem de apoio”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 236, grifo meu). Embora o governo brasileiro tenha decidido “não participar oficialmente, nem associar-se ao mencionado Congresso”, “não em virtude de seu conteúdo ideológico, mas pela sua pequena importância política”, “pelo apoio a personalidades discutidas”, “por suas posições”, “pela ausência de personalidades mexicanas de relevo” e “pela possibilidade de provocar noticiário suscetível de ser manipulado em detrimento do Brasil” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 236), a ditadura militar brasileira não deixou acompanhar a VI Conferência da WACL.

Dessa forma, de acordo com referido telegrama da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, “a Embaixada [do Brasil] no México foi instruída no sentido de acompanhar discretamente o desenvolvimento do Congresso” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 236)<sup>475</sup>. O telegrama comunicou ainda o embaixador do Brasil em Assunção que “o Paraguai foi representado no dito Congresso pelo Dr. Mario Lopes Escobar”<sup>476</sup>, “sobre quem peço a Vossa Excelência

---

<sup>475</sup> Tratando da VI Conferência da WACL, a Informação n.º 426 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), de 17 de agosto de 1972, difundida pela Agência Central do SNI operando no Gabinete da Vice-Presidência da República e pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), opinou que “o movimento em apreço não tem possibilidades de obter apoio do setor público mexicano, uma vez que os Governos mexicanos – e especialmente a atual administração – procuram apresentar uma imagem reformista e esquerdizante. **Não tem qualquer possibilidade de organização no plano político-partidário, não somente em decorrência do domínio ‘Priista’, como também por não ter possibilidades de granjear apoio popular. Sua ação é, portanto, restringida à divulgação de sua ideologia em meios de circulação restrita ou de forma irregular e esparsa em meios de divulgação de maior expressão e à coordenação de grupos radicais de direita, em forma discreta**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 248). Subestimou-se, assim, o peso efetivo dessa ultradireita mexicana representada pela FEMACO que, embora não tenha tido relevância político-partidária e/ou popular, nunca deixou de exercer um poder efetivo e violento no cenário político do México e, em especial, em Jalisco, Guadalajara.

<sup>476</sup> Mario Anibal Lopez Escobar, como visto no CAPÍTULO 4, participou da XII Conferência da APACL de 1966 na Coreia do Sul, marco de criação da WACL. Posteriormente, participou de mais três conferências anuais da WACL, a III na Tailândia (1969), a IV no Japão (1970) e a V nas Filipinas (1971). Na IV Conferência da WACL foi caracterizado por publicação moonista, como visto, como “presidente da WACL-Paraguai” e, na ocasião, esteve acompanhado pelo general Rogelio Benitez, do Centro Anticomunista do Paraguai. Posteriormente, conforme adiantado, Mario Anibal Lopez Escobar se tornaria embaixador paraguaio nos EUA.



informações”, arrematando que “muito agradeceria a Vossa Excelência manter-me informado sobre a entrevista do Deputado Ruben Dario Osório com o Adido do Exército” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 236). Referindo-se à CAL, o telegrama mencionado informou ao embaixador brasileiro no Paraguai que, “para orientação de Vossa Excelência, a referida Confederação não reúne os necessários requisitos que recomendem o estabelecimento de maiores contactos por parte do Brasil” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 236).

O Telegrama secreto n.º 214, de 30 de março de 1973, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada do Brasil em Assunção, era uma resposta a outro telegrama, confidencial e de autoria do embaixador brasileiro no Paraguai Fernando Alencar. Em 22 de março de 1973, este diplomata havia comunicado a Secretaria de Estado das Relações Exteriores que, “a fim de atender à solicitação do Adido do Exército junto a esta Embaixada, muito agradeceria ser informado se o Brasil participou do último Congresso da Confederação Anti-Comunista Latino-Americana, realizado no México, e, em caso afirmativo, a composição brasileira”, solicitando informações ainda “sobre **contactos porventura mantidos entre o Governo brasileiro e a aludida Confederação**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 237, grifo meu).

Nota-se que, embora o Itamaraty tenha inicialmente caracterizado o complexo WACL/CAL como carente dos *necessários requisitos que recomendem o estabelecimento de maiores contactos por parte do Brasil*, os canais militares da ditadura brasileira já tinham se conectado com essas organizações anticomunistas transnacionais no Paraguai de Stroessner. Nesse sentido, o embaixador Fernando Alencar informara a Secretaria de Estado das Relações Exteriores que “**o Adido do Exército junto a essa Embaixada, a pedido do Chefe do Estado Maior Geral do Paraguai, deverá entrevistar-se, dentro em breve, com o Deputado paraguaio Rubem Dario Osorio, cujo maior interesse é justamente o de conversar a respeito da organização anti-comunista de referência**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 237, grifo meu). Isto é, a WACL e a CAL já eram, para o Chefe do Estado Maior Geral do Paraguai, um assunto de Estado e, a fim de coordená-lo, os militares do stronismo incumbiram Rubem Dario Osorio do papel de interlocutor junto ao Adido Militar do Brasil na Embaixada brasileira em Assunção. Os canais militares e diplomáticos “brasiguaios”, portanto, envolveram-se na CAL desde o seu nascimento no México em 1972 e, a partir de Assunção, buscariam engajar a ditadura brasileira nessa *joint venture* do anticomunismo global e latino-americano.

Ademais, o referido telegrama secreto da Embaixada do Brasil no México, de 31 de agosto de 1973, comunicou à Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) que “decidiu o VI Congresso da ‘Liga Anticomunista Mundial’ pedir ao Presidente dos Estados Unidos e aos principais líderes de algumas potências ocidentais que ‘abandonem sua atitude pacifista e defensiva e a substituam por uma tática ofensiva e de guerrilhas para libertar os povos oprimidos pelo comunismo’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 243). Além disso, o então embaixador brasileiro no México, Geraldo de Carvalho Silos, informou a seus superiores no Itamaraty que “**o Almirante Carlos Penna Botto, Presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista e da Confederação Interamericana de Defesa do Continente [CIDC], ausente por enfermidade, enviou a seguinte proposição ao Congresso**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 243, grifo meu):

Que todos os homens livres do mundo peçam aos Governos de seus respectivos países a retirada de seus representantes junto à ONU e a **dissolução desta organização internacional** por ter ela resultado negativo já que violou a Carta Fundamental que serviu de base para sua fundação (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 243)

O diplomata Geraldo de Carvalho Silos reportou também que “a sede da Liga será o México e seu novo Presidente é o senhor Raimundo Guerrero, do México” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 243), informando que “o Brasil esteve representado pelo senhor Sergio Luis Rodrigues de Oliveira, na qualidade de observador” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 243), e que “o próximo Congresso será realizado em [19]73, em agosto, em Londres. Estou remetendo pela próxima mala documentação a respeito. Silos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 243). Como se verá, o “senhor Sergio Luis Rodrigues de Oliveira” foi o nome falso utilizado pela ditadura brasileira para ocultar a verdadeira identidade do agente militar e/ou diplomático que participou como “observador” da VI Conferência da WACL e, em seu bojo, da criação da CAL. Embora secretamente, portanto, um agente oficial da ditadura militar brasileira participou da conferência da WACL que criaria a CAL, em 1972, no México.

Desse entramado diplomático-militar emergiu outro memorando secreto da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, hoje depositado no Arquivo Nacional do Brasil. Tendo como assunto o “VI Congresso da Liga Mundial Anti-Comunista”, referido memorando caracterizou a WACL como um “movimento de extrema-direita”. Intitulado “Informação para o Senhor

Presidente da República”, o memorando informou que o “Presidente do Comitê Organizador do VI Congresso da Liga Mundial Anti-Comunista, Senhor RAIMUNDO GUERRERO”, dirigiu-se ao ditador Emílio Garrastazu Médici e solicitou “de Vossa Excelência o envio de uma mensagem de apoio ao aludido conclave, cuja realização está prevista para o período de 25 a 27 do mês em curso, na Cidade do México” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 252). “Anteriormente, em 6 de julho último, o cidadão mexicano RAFAEL RODRIGUEZ LOPEZ, Vice-Presidente do mesmo Comitê Organizador, convidou o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República a comparecer ao Congresso em questão” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 252). “Finalmente, informou o Senhor RODRIGUEZ LOPEZ que, **no Brasil, somente haviam sido formulados convites ao Senhor Vice-Presidente da República e ao Chefe do Serviço Nacional de Informações [Carlo Alberto da Fontoura]**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 252, grifo meu).

Outro memorando, redigido pelo Gabinete da Vice-Presidência da República do Brasil e disseminado entre o Chefe de Gabinete do SNI e pelas Divisões de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) e do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), informou que o mexicano Rodrigues Lopez “compareceu a este Gabinete para convidar o Vice-Presidente da República, AUGUSTO RADEMAKER, a comparecer ao citado Congresso como ‘Convidado de Honra’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 261). O dirigente teco mexicano, em seu convite feito a Rademaker, informara que “seriam ‘Convidados de Honra’ as seguintes personalidades: Presidente Carlos Arana, da Guatemala; General Anastacio Somoza, da Nicarágua; Presidente [Hugo] Banzer, da Bolívia; Presidente [Alfredo] Stroessner, do Paraguai; [e] Vice-Presidente Spiro Agnew, dos Estados Unidos da América” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 261). Rodriguez Lopez “disse ainda que, no Brasil, o convite para esse Congresso, somente, fora formulado ao Vice-Presidente e ao SNI. **Consta que, de outra feita, este Sr. teria se avistado com o Sr. Ministro da Justiça [Alfredo Buzaid], porém, não efetuou o mesmo convite para comparecimento ao Evento**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 261, grifo meu).

Durante a visita do líder da FEMACO Rodriguez Lopez ao gabinete do vice-presidente do Brasil, o mexicano adiantou que seria criado, depois da VI Conferência da WACL, uma entidade regional da Liga na América Latina. Nesse sentido, “mais adiante, **o Sr. RAFAEL disse que, após o Congresso, haverá uma reunião especial, nos dias 29 e 30 de agosto,**

**exclusivamente, Latino-Americana[,] que versará sobre a fundação da CAL, Confederação Anti-comunista Latino-americana e apreciação de seus Estatutos, da qual estaria excluído o Vice-Presidente Agnew”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 261, grifo meu)<sup>477</sup>.

### *5.2.1. O convite dos tecos ao vice-presidente do Brasil almirante Augusto Rademaker*

O Presidente do Comitê Organizador da VI Conferência da WACL Raimundo Guerrero e o Promotor da Organização Latinoamericana da WACL Humberto Dávalos Herreros enviaram um convite ao vice-presidente do Brasil almirante Augusto Rademaker para que ele comparecesse, como “Convidado de Honra”, à conferência anual da Liga de 1972. Esses dirigentes dos Tecos de Guadalajara anexaram à carta, de 6 de julho de 1972, alguns informes para Rademaker, comunicando-lhes quais seriam os principais oradores, comissões e temários da VI Conferência da WACL, “que se celebrará en la ciudad de México del 25 al 28 de agosto de 1972” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 262). Raimundo Guerrero e Humberto Dávalos Herreros informaram ao vice-presidente brasileiro, de início, que o “Tema General y Lema del Congreso” seria ““Civilización y Progreso Sí, Comunismo No””, comunicando ainda que os “Oradores Principales” seriam o “P. Julio Meinvielle”, que discorreria “Sobre Civilización”, o “Doctor Lin Yu Tang”, que discursaria “Sobre Progreso”, e o “Doctor Walter H. Judd”, que versaria “Sobre Comunismo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 263).

A VI Conferência da WACL seria dividida em quatro Comissões, a 1ª) Política, a 2ª) Cultural e Educativa, a 3ª) Econômica e a 4ª) encarregada do Comunicado Final. A Comissão n.º 1, Política, deveria tratar da “Diversificación estratégica del marxismo”, abordando aspectos da “Agresión Internacional” e debruçando-se, em particular, sobre os casos da “Corea, Vietnam, Laos, Camboya, etc.” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 263). A Comissão n.º 1 deveria ainda analisar os seguintes temários: “Agitación y propaganda electoral, frentes amplios, control de centrales obreras y campesinas, las huelgas y el desquiciamiento de la economía de la nación, la huelga general revolucionaria, control de las universidades y de los estudiantes, las universidades

---

<sup>477</sup> Igualmente, a já citada “Informação para o Senhor Presidente da República”, elaborada pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, informara que o representante da FEMACO Rafael Rodriguez López “afirmou, ainda, que **após o Congresso, nos dias 29 e 30 de agosto, realizar-se-ia uma reunião especial, exclusivamente latino-americana, da qual estaria, portanto, excluído o Vice-Presidente AGNEW e que versaria sobre a fundação de uma ‘Confederação Anti-Comunista Latino-Americana’ (CAL)**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 251).

convertidas en fortalezas revolucionarias, terrorismo y secuestros, guerrillas urbanas y rurales, e infiltración en los ejércitos y el golpe de Estado como medios para preparar el asalto al poder y adueñarse del gobierno de un Estado” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 263). A Comissão n.º 1, Política, da VI Conferência da WACL também debateria os meios para escrutinar os “Colaboradores” comunistas, entre eles:

clérigos criptocomunistas, demócratas cristianos y otros partidos políticos de izquierda, centro y hasta derecha, controlados secretamente por los comunistas o aprovechados por ellos como compañeros de viaje; políticos y militares ambiciosos y sin ideales, usados de igual manera; aprovechamiento de movimientos separatistas y de rivalidades raciales, nacionales y continentales; aprovechamiento de la pobreza de los países subdesarrollados y de la explotación que sufren por parte de las mafias de intermediarios y especuladores que controlan el comercio internacional de los países desarrollados, obteniendo ganancias enormes y abusivas en perjuicio de dichos pueblos subdesarrollados y también de los productores de los países desarrollados; infiltración por criptocomunistas de las fuerzas anticomunistas, para sabotear su crecimiento y conducirlos al fracaso (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 263)

A Comissão n.º 1, Política, iria se debruçar também sobre o “uso de las agencias cablegráficas e internacionales de noticias, de periódicos de izquierda, centro y hasta derecha, y de la radio y televisión, para calumniar y desprestigiar a los gobernantes anticomunistas, acusándolos de ser dictadores, tiranos, fascistas o corrompidos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 263). Segundo informou Rafael Rodriguez ao vice-presidente do Brasil Augusto Rademaker, a finalidade dessa *diversificação da estratégia do marxismo* consistiria em provocar “la enesmitad del pueblo” contra os *governos anticomunistas* de modo a “facilitar la subversión y su derrocamiento”, bem como “las intromisiones diplomáticas y las presiones económicas de las grandes potencias occidentales, con el fin de obligarlos a que en nombre de los sagrados ideales de la democracia y de la libertad, se abstengan los gobiernos anticomunistas de defenderse eficazmente de la subversión marxista, liberando a los secuestradores, asesinos y guerrilleros urbanos y rurales, para que puedan éstos adquirir mayor fuerza y derrocar a dichos gobiernos implantando el comunismo, o un gobierno puente que fingiéndose liberal o moderado, sea en realidad criptocomunista” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 263). Tudo isso, enfim, para “abrir el camino al triunfo del socialismo marxista y a veces hasta a un gobierno de coalición con las organizaciones marxistas, que conduzca al mismo catastrófico resultado” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 263).

Ademais, a Comissão n.º 1, Política, da VI Conferência da Liga deveria analisar o “uso de otro aspecto del chantaje internacional, con los mismos fines mencionados”:

(...) empleando las manifestaciones de estudiantes, intelectuales de izquierda, asociaciones pro paz, asociaciones obreras y todo tipo de organismos controlados por los comunistas, para hacer creer al pueblo del Estado afectado, y a los gobernantes y pueblos de todo el mundo, que hay un movimiento de opinión pública mundial, en contra el gobierno anticomunista y de las medidas que toma para salvar a su nación de su conquista por el comunismo, haciendo pasar como tiránico y como criminal a dicho gobierno, y como perversas, antidemocráticas y antilibertarias, las medidas que toma para salvar su pueblo de caer en la esclavitud roja (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 263)

Buscando “santificar este chantaje”, os marxistas estariam usando “las infiltraciones que tienen en las más altas esferas del Vaticano, del Consejo Mundial de Iglesias (protestantes en su mayoría) y hasta en ciertos sectores budistas, para fulminar ataques o protestas contra los gobiernos anticomunistas, para impresionar a los sectores religiosos del país y sumarlos como compañeros de viaje a la subversión roja, en apoyo de los clérigos criptocomunistas que dentro de dicho país, están realizando esta mism labor” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, pp. 263-264). Já a Comissão n.º 2, Cultural e Educativa, versaria sobre o temário “Urgencia de fomentar la libertad y dignidad espiritual de los hombres y de contrarrestar su esclavización o degradación” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 264). Essa Comissão se debruçaria sobre quatro sub-temas: “a) **Filosofía espiritualista** y libertaria; b) Dignificación del hombre y de la mujer; c) **Disputar las universidades al marxismo**; d) **Luchar contra las drogas, mentalidad hippie y la pornografía, instrumentos de la Revolución comunista mundial**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 264, grifo meu).

A Comissão n.º 3, Econômica, deveria se ater a “**los fracasos del comunismo**”, procedendo a um “Balance histórico mundial” sobre o tema e, então, a uma “análisis actual de los desastres marxistas”, a saber: “Déficit agrícola y de productos industriales de consumo popular”; “Pobreza y hasta miseria en los obreros y campesino”; “Falta absoluta de toda libertad, tiranía, asesinatos masivos, esclavitud de las masas trabajadoras y su explotación por la burocracia comunista, que es la clase explotadora del socialismo”; e o “Rezago tecnológico” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 264). A Comissão n.º 3 discutiría también a “increíble ayuda de ciertas potencias occidentales para sacar de ese rezago tecnológico y bancarrota económica, a los Estados comunistas, cuyas economías y poder militar se hallan convertidos en parásitas de sus enemigos occidentales; facilitándose así no sólo su subsistencia, sino que puedan seguir

propagando la revolución roja y derrocando a los gobiernos del mundo libre” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 264).

Enfim, deveria ser analisado pela Comissão n.º 3 o temário relativo à “retirada de los Estados Unidos de Asia oriental y la posible supresión en un futuro de la ayuda a los pueblos que luchan por su libertad y en contra de su conquista por el comunismo”, salientando-se a necessidade de que “el Japón por propio interés y ante esta terrible amenaza, se prepare para substituir a los Estados Unidos en su papel de ayudar a sus hermanos de Asia oriental a salir del subdesarrollo y resistir a la agresión roja” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 264). Da mesma forma, a Comissão n.º 3, Econômica, discutiria “la retirada de los Estados Unidos en su ayuda económica a la América Latina para salir del subdesarrollo”, o que tornaria “más urgente que Estados más desarrollados de esta gran región continental como Brasil, México y otros, ayuden a sus hermanos latinoamericanos a salir de dicho subdesarrollo. En esta magna labor, es evidente que el Brasil puede hacer un mayor esfuerzo, dado el casi milagroso crecimiento de su economía” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 264). Finalmente, a Comissão n.º 4, encarregada da elaboração do Comunicado Final da VI Conferência da WACL, dedicar-se-ia à análise dos **“acontecimentos mundiales más recientes y trascendentales y sobre planes prácticos en la lucha contra el comunismo”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 264, grifo meu).

### *5.2.2. O Comitê Organizador da VI Conferência da WACL*

Propriamente dito, se coube a um grupo transnacional organizar a VI Conferência da WACL hospedada pela FEMACO na Cidade do México, foi no esteio daquela que se criaria, ao final do conclave da Liga, a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). Antes de se analisar a criação, os estatutos e os primeiros membros desse órgão regional da WACL na América Latina, importa assinalar a composição do Comitê Organizador da VI Conferência da Liga, celebrada entre 25 e 28 de agosto de 1972. Seu líder foi o dirigente teco da FEMACO Raimundo Guerrero. Os então vice-presidentes do Comitê Organizador eram Jorge Prieto Laurens, veterano da FPAM e da CIDC, o teco Rafael Rodriguez, o norte-americano Walter Judd, o japonês Osami Kuboki, o grego Apostolos Daskalakis, o canadense antissemita Patrick Walsh, o general tailandês Praphan Kulapichitr, o senador filipino Salipada K. Pendatun, o coronel sul-vietnamita Do Dang

Cong e o senador turco Fethi Tevetoglu (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 262). A seu turno, a Secretaria Geral da WACL, no marco de sua VI Conferência no México, esteve composta pelo general sul-coreano Shin Hyun Joon, pelo general francês Paul Vanuxem, pelos filipinos Amado S. Bagatsing e coronel Ernesto P. Golez, pelo general da reserva dos EUA Thomas A. Lane, pelo ministro taiwanês I Chen-Loh e por Miguel Lira Garcia, Alfredo Castillo e William Highsmith (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 262). Ao lado do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang e de seu presidente em exercício José J. Roy, assumiram a tesouraria e a secretaria executiva da Liga em 1972, respectivamente, Sergio Americo Lastra e Ramon Rodriguez (irmão de Rafael Rodriguez Lopez e editor da *Réplica*, a revista da FEMACO). A função de “Promotor de la Organización Regional Latinoamerica de la WACL”, isto é, a CAL, foi ocupado por outro dirigente teco, Humberto Davalos Herreros (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 262). A escolha da Cidade do México como o primeiro país fora da Ásia para receber a VI Conferência da WACL alçou a ultradireita mexicana da FEMACO a uma posição de poder e protagonismo inauditos dentro da Liga Mundial Anticomunista. Os tecos tornaram-se, assim, à condição de quase “proprietários” da CAL, o órgão regional da WACL na América Latina.

### 5.2.3. A VI Conferência da WACL

Dessa forma, coube à FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL, organizar e celebrar a VI Conferência da Liga, entre 24 e 27 de agosto de 1972, no Hotel del Prado, na Cidade do México. Foi durante a V Conferência da WACL de 1971 nas Filipinas, inclusive, que Raimundo Guerrero, na qualidade de presidente da FEMACO, e Sergio América Lastra, diretor da revista *Réplica*, solicitaram à WACL para que sua conferência anual de 1972 fosse realizada no México. E o pedido dos “amigos mexicanos” da Liga foi prontamente atendido. É absolutamente fundamental demarcar que o momento histórico desse “giro às Américas da WACL” coincidiu com o ingresso na ONU da República Popular da China (RPCh), o que se efetivou em 25 de outubro de 1971, e com a viagem oficial do presidente dos EUA Richard Nixon à China continental, em fevereiro de 1972. A ditadura militar controlada pelo *generalíssimo* Chiang Kai-shek, pressionada por esse processo que isolaria paulatinamente Taiwan do cenário internacional, aceleraria seus esforços no sentido de estreitar suas velhas alianças anticomunistas internacionais



e a WACL serviu como um dos últimos canais “diplomáticos” do Kuomintang (KMT). Assim que, “expulsado de la ONU, Chiang Kai-Shek buscó conservar su presencia política en América Latina replanteando sus vínculos políticos con los sectores anticomunistas latinoamericanos a través de la LMA. Necesitaba entonces de su respaldo y solidaridad para mantener con vida su vieja obsesión política: la unificación política del territorio chino, continental y de ultramar, bajo su control político. Eso fue justo lo que buscó en Latinoamérica” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 148)<sup>478</sup>.

O Paraguai de Stroessner, a Nicarágua de Anastasio Somoza Debayle e a Guatemala de Carlos Arana Osorio, não à toa países com fortes “Capítulos” do complexo WACL/CAL, manteriam relações diplomáticas com Taiwan, apesar do crescente isolamento internacional da ditadura militar de Chiang Kai-shek. Entre os últimos “amigos” latino-americanos de Taiwan, o fundador do *Movimiento de Liberación Nacional* (MLN) e presidente do Congresso da Guatemala Mario Sandoval Alarcón, ex-secretário privado do ditador Carlos Castillo Armas, viajou a Formosa para mostrar sua solidariedade ao generalíssimo Chiang Kai-shek, “y habló de la disposición del gobierno guatemalteco para recibir de él, ‘ayuda en todos los órdenes’” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 149). A América Latina, assim, convertera-se “en un claro escenario de la disputa política e ideológica entre los representantes de la RPCh y el gobierno de Taiwan”, que mostrou sua disposição “a conceder apoyo económico y técnico a los gobiernos latinoamericanos que estuvieran dispuestos a reconocerlos y (...) a brindar su colaboración en movimientos contrainsurgentes en la región a cambio de ese apoyo diplomático latinoamericano” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 149).

---

<sup>478</sup> Como muito bem observa a historiadora mexicana Mónica Naymich López Macedonio, “después de la incorporación de la RPCh a la ONU, se inició una avalancha de reconocimientos de los gobiernos latinoamericanos hacia el gobierno comunista chino” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 148). O Chile de Salvador Allende já havia reconhecido a RPCh antes mesmo da ONU, em 15 de dezembro de 1970. “Así el 2 de noviembre de 1971, el gobierno peruano inició relaciones diplomáticas con esta última; México, el 14 de febrero de 1972; Argentina, 19 de febrero de 1972; Guyana, 27 de junio de 1972; Jamaica, 21 de noviembre de 1972; Trinidad y Tobago, 20 de junio de 1974; Venezuela, 28 de junio de 1974/ Brasil, 15 de agosto de 1974; Surinam, 28 de mayo de 1976; Brabados, 30 de mayo de 1977; Ecuador, 2 de enero de 1980; Colombia, 7 de febrero de 1980; Antigua y Barbuda, 1º de enero de 1983; Bolivia, 9 de julio de 1985; Granada, 1º de octubre de 1985; Nicaragua, 7 de diciembre de 1985; Belice, 16 de febrero de 1987 y Uruguay, 3 de febrero de 1988” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 148). Sintomaticamente, o Paraguai, desde a ditadura stronista até hoje, é o único país da região a manter relações diplomáticas com Taiwan. Como se verá, o “Capítulo” paraguaio do complexo WACL/CAL seria o locus privilegiado de intrusão dessa política externa taiwanesa na América do Sul.

Por isso, conforme conclui a historiadora mexicana Mónica Naymich López Macedonio, “la CAL nació bajo cobertura del gobierno de Chiang Kai-Shek para mantener su presencia política en Latinoamérica en un momento en que el gobierno estadounidense pareció desprotegerlo” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 149-150). Na dicção de referida historiadora, tratou-se de uma “visita desesperada” do governo de Chiang Kai-shek à América Latina. Contudo, esse “desespero” era compartilhada com outras ditaduras anticomunistas da Ásia que, até a “normalização” das relações diplomáticas dos EUA com a China continental, haviam apostado na política militarista norte-americana na região.

Essa política anticomunista mais agressiva, que entraria em fase de distensão (*détente*) sob a presidência Richard Nixon, era defendida com maior afinco pelos governos de Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia e Vietnã do Sul, justamente, o núcleo duro primeiro da APACL e, depois, da WACL. Esses países asiáticos que estruturam o complexo WACL/APACL “fincaron su fuerza en la política militarista estadounidense hacia sus rivales políticos regionales” e, “movilizados a través de alianzas anticomunistas transnacionales, se esforzaron en impedir cualquier tipo de conciliación o negociación política entre los gobiernos estadounidenses y sus rivales regionales procomunistas porque, de no hacerlo, quedaba en peligro la existencia de sus respectivos gobiernos” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 146).

Portanto, a “visita desesperada” à América Latina, concretizada no México com a VI Conferência da Liga de 1972, não se tratou apenas de um “desespero” taiwanês, mas sim de todo eixo asiático do complexo WACL/APACL. O “giro às Américas” da WACL, conseqüentemente, com a criação de seu órgão regional na América Latina, a CAL, decorreu precisamente dessa busca “desesperada”, por parte do núcleo duro do anticomunismo asiático, à procura de aliados da ultradireita no continente americano. Esse foi o motivo pelo qual VI Conferência da WACL configurou “la primera conferencia que la LMA realizó fuera del continente asiático”. Mas, indaga López Macedonio, por que o México de Luis Echeverría Álvarez fora escolhido? Logo ele, que acabara de reconhecer diplomaticamente a RPCh em detrimento de Taiwan? O *plus* mexicano residiria nisso, segundo mencionada historiadora: “Si la LMA estaba buscando solidaridades diplomáticas que respaldaran la existencia del gobierno de Chiang Kai-Shek, el prestigio de la política exterior de México en el contexto latinoamericano hacía de este país un escenario inmejorable para lanzar y legitimar la campaña a favor del reconocimiento diplomático del

gobierno de Taiwan antes que cualquier otro país latinoamericano gobernado por dictadura militar” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 150).

A própria transmissão da presidência da WACL das mãos de um filipino, designado presidente da Liga em sua V Conferência de 1971 em Manila, para um mexicano de ultradireita, escolhido entre a liderança dos Tecos da FEMACO, os anfitriões da VI Conferência de 1972, concretizou referido “giro” wacliano às Américas. Logo no início da VI Conferência da WACL, o senador filipino José J. Roy entregou a presidência da Liga, para o biênio 1972-73, ao líder teco Raimundo Guerrero, presidente da FEMACO. “En el momento de la designación, Raimundo Guerrero Guerrero expresó: ‘Latinoamérica aprende en cabeza ajena la gran lección de los pueblos europeos y asiáticos martirizados por el comunismo que han venido a marcar la pauta de lo que se puede esperar del comunismo y cómo hay que combatirlo’” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010b: 156).



**Figura 233.** “WACL Honorary Chairman Dr. Ku Cheng Kang (left), Chairman Raimundo Guerrero, and Secretary General Shin Hyoun Joon pose after final Conference session”. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 2.

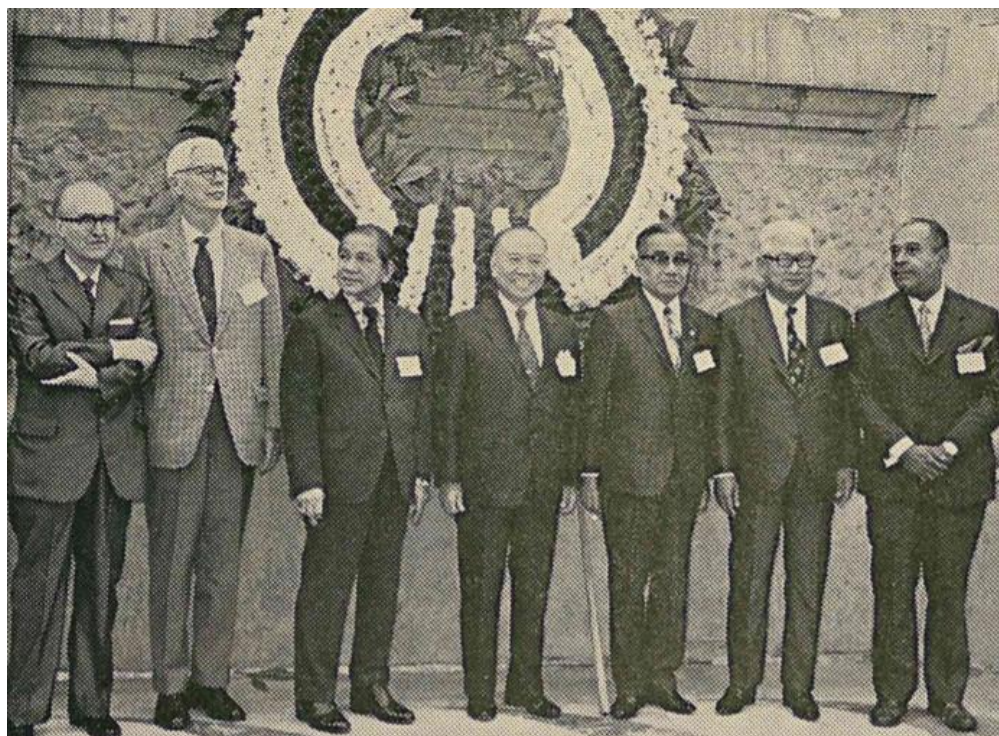
Na Cidade do México, o senador filipino José J. Roy advertiu “a los gobiernos latinoamericanos para que ‘eviten ser embaucados con esas transacciones económicas que sólo traen consigo la subversión contra la democracia y contra el sistema democrático’” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010b: 161). E, conforme se detalhará, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, “en representación del gobierno de Chiang Kai-Shek, lamentó el reconocimiento

mexicano hacia el gobierno de Pekín y la ruptura con el de Taiwán, pero dijo confiar en que México y Taiwán se entenderían mejor y ‘nosotros recuperaremos el terreno perdido’” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010b: 161-162). Ku Cheng-kang ainda “advirtió que ‘Rusia y China Roja tienen por objetivo apoderarse de Latinoamérica a través de relaciones diplomáticas y comerciales’, salientando que “Rusia ha logrado grandes convenios comerciales con varios países del continente Americano, entre ellos Brasil, Perú, Chile, Bolivia y hasta México” e que existirían, “en casi todo el continente”, “asesores comerciales, técnicos y culturales rusos enviados a estos países” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010b: 162).

Nota-se, pois, a importância fulcral que a assim chamada “normalização” das relações diplomáticas entre EUA e RPCh assumiu na VI Conferência da WACL, que contou com a participação de 312 pessoas vindas de 60 países, entre eles, de 24 nações da América Latina (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 1). Entre os principais governos que enviaram representantes à VI Conferência da WACL, destacaram-se “I-Cheng Loh, de la República de China, en representación de Chiang Kai-Shek; Bereng Sekhonyama, de Lesoto, África; el alcaide de Filipinas Ramón D. Bagatsing, y también del Filipinas el coronel Ernesto P. Golez; el general Praphan Kulapichitr en representación del mariscal de campo Thanon Kittikachorn, comandante de las Fuerzas Armadas Tailandesas y Primer Ministro; Nguyen Van Thieu, presidente de la República de la República de Vietnam del Sur; el diputado y abogado Edgar de León Vargas, en representación del licenciado Mario Sandoval Alarcón, presidente del Congreso de Guatemala, ‘quien hizo un semblanza de su representado, calificándolo como uno de los principales anticomunistas de su país desde 1954’; el almirante Sohn Won Yil, en representación del presidente de la República de Corea del Sur, Park Chung Hee” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 150).

No caso da ditadura taiwanesa, o *generalíssimo* Chiang Kai-shek saudou efusivamente a realização da VI Conferência da WACL por meio de uma mensagem de congratulações. Nela, o chinês ditador de Formosa destacou a importância do evento no momento em que o mundo viveria uma escalada do “ar internacional do *appeasement*”, dos “esquemas sombrios comunistas” e de suas “operações de frente única” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 4). “É neste cenário que sua liga hasteará alto sua bandeira do anticomunismo em sua primeira reunião no continente americano” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 4). A VI Conferência da WACL contribuiria,

então, para a WACL fortalecer “a promoção de campanhas globais contra a agressão e escravidão [comunistas]” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 4). O ditador Chiang Kai-shek aconselhou os participantes da VI Conferência da WACL a não se esquecerem de que “**o bloco comunista nunca alterará seu objetivo de comunização mundial**. A face sorridente atual da ofensiva do bloco representa nada além de um estratagema de frente unida em funcionamento” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 4, grifo meu). Nenhuma *negociação, conciliação* ou *détente* com o comunismo traria paz duradoura ao mundo e, pelo contrário, só conduziriam as “nações democráticas” às “iníquas armadilhas do inimigo”. A humanidade deveria, então, escolher entre “a felicidade e o desastre” e a WACL seria o meio apto a reunir “as forças da liberdade, fortalecer o baluarte da justiça, aumentar nossa confiança na vitória, despertar nossa coragem moral e resolução, como o esteio de nosso tempo, para lutar pela segurança do mundo. Confio que sua liga marchará galantemente em frente com este objetivo. Por favor, aceite minhas sinceras felicitações pelo sucesso de sua conferência” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 4), concluiu Chiang.



**Figura 234.** “The Presidium of WACL after placing a wreath at the Tomb of the Unknown Soldier in Mexico City, on August 25, 1972. From left to right: Yaroslav Stetsko (ABN and Ukraine), Gen. Thomas A. Lane (USA), Senator Jose J. Roy (Philippines, the outgoing WACL Chairman), Dr. Ku Cheng-kang (Republic of China, Honorary Chairman of WACL), Gen.

Praphan Kulapichitr (Thailand), Adm. Son Won Yil (Korea), Raimundo Guerrero (Mexico, the present Chairman of WACL)”. FONTE: ABN, 1972, v. XXIII, n.º 5, p. 4.

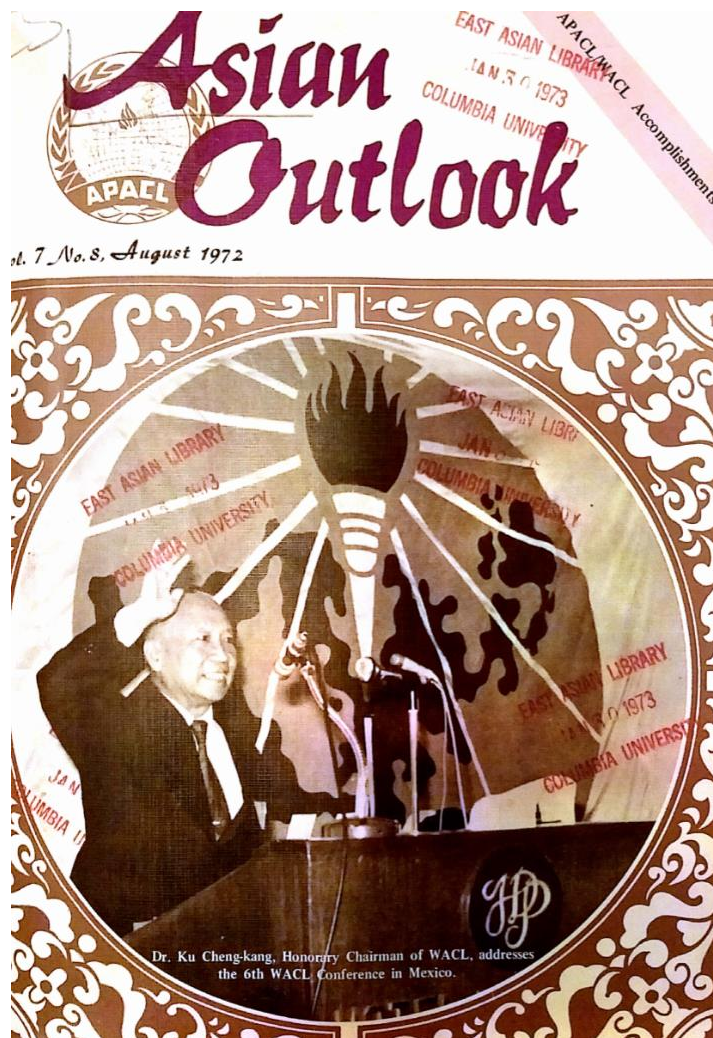
#### 5.2.4. *O discurso do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang*

O representante mais graduado do *generalíssimo* Chiang Kai-shek presente na VI Conferência da Liga de 1972, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, também destacou em seu discurso que **“esta reunião é a primeira da WACL fora da Ásia e, como tal, carrega de fato enorme significado”** (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 5). O “giro às Américas” da WACL não deixou de ser enfatizado por esse hierarca do Comitê Central do Kuomintang (KMT) taiwanês, ressaltando que **“esta conferência simboliza o crescimento global do movimento WACL e reflete que o espírito tradicional de liberdade dos povos da América Latina é hoje a principal corrente anticomunista no hemisfério ocidental”** (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 5, grifo meu). À audiência wacliana, Ku Cheng-kang diferenciou quatro tipos de luta “pela liberdade” contra “os comunistas internacionais” que “as nações livres e todos os povos, dentro e fora da Cortina de Ferro”, deveriam desenvolver no “Movimento da WACL”. “As quatro envolvem agressão e anti-agressão, escravidão e anti-escravidão, subversão e anti-subversão e negociação contra o confronto” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 5).

Dois movimentos ocorreriam, segundo Ku Cheng-kang, no marco dessas quatro dimensões da luta anticomunista. Primeiramente, a “agressão militante” dos “comunistas internacionais” derivaria não de sua força, mas de suas debilidades e “crises internas”, provocadas pela falta de cooperação dos “povos escravizados na Cortina de Ferro” e pelas “vigorosas medidas contra a infiltração e subversão” adotadas pelos “povos livres”. Em segundo lugar, uma vez obstada a “ambição de conquista do mundo por meios militares”, os comunistas teriam mudado de estratégia para “uma ofensiva de sorrisos em relação ao mundo livre, na esperança de que possam, desta forma, dividir o campo da liberdade, isolar seus membros uns dos outros, criar confusão e ampliar a fissão em todas as nações livres” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 5). O *neutralismo* e o *isolacionismo* no “campo da liberdade”, portanto, seriam ardis comunistas para a perseguição de seu plano de dominação mundial. Embora tais desenvolvimentos evidenciassem “uma queda inevitável dos comunistas internacionais”, infelizmente, para Ku

Cheng-kang, certas “nações livres” não estariam suficientemente informadas sobre o modo como o comunista alternaria movimentos de “paz e guerra”. “Esta ignorância convidou flagelos de agressão armada. Algumas pessoas têm tentado desacertadamente dialogar com os comunistas para que honrem a paz, mas tal paz não pode ser estável ou duradoura. Fórmulas de diversos pesos e contrapesos foram erroneamente propostas na esperança de que a coexistência com os comunistas possa continuar” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, pp. 5-6).

A admissão da RPCh na ONU, a “normalização” das relações dos EUA com os comunistas chineses, as visitas do presidente Richard Nixon a Pequim e a Moscou e a sinalização do premiê Tanaka do Japão, lamentou Ku Cheng-kang, seriam “todas expressões de *appeasement* e conveniência por parte de sonhadores desejosos do mundo livre. Todos estes exemplos resultaram no desarmamento espiritual” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 6). Seria um erro das “nações democráticas” buscarem substituir a *confrontação* pela *negociação* com os comunistas, uma vez que seria da natureza do comunismo buscar “a eliminação da liberdade e da democracia”, sua “supressão terrorista no plano interno” combinada com expansionismo comunista no plano externo, isto é, **“a não ser que o comunismo desapareça da face da Terra, a tirania comunista, por causa de sua premissa, depende da escravização para sua continuidade e caminha em direção à dominação mundial para sua autopreservação”** (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 6, grifo meu).



**Figura 235.** “Dr. Ku Cheng-kang, Honorary Chairman of WACL, addresses the 6<sup>th</sup> WACL Conference in Mexico”. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, capa.

*Comunismo* e *democracia* seriam irreconciliáveis, portanto, permanecendo em confrontação perpétua, expressando uma contradição permanente que impediria qualquer tentativa de negociação democrática com os comunistas. Embora os EUA já mantivessem relações diplomáticas com a URSS por mais de três décadas, a confrontação entre esses países se manifestaria “na corrida armamentista nuclear e na luta pela esfera de influência entre os dois blocos mundiais. Pessoas que estão buscando relações com os comunistas chineses e tentando alcançar negociações em vez do confronto estão desconsiderando completamente as lições da história e o fluxo do tempo” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 6). A história, definida por Ku Cheng-kang como uma disputa perpétua entre *liberdade* e *escravidão*, conduziria



*inevitavelmente* à vitória das *forças democráticas libertárias* contra o *comunismo escravizador*, o que conduziria à “vitória final da nossa luta anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 6).

Finalmente, Ku Cheng-kang conclamou os “lutadores anticomunistas” para expressarem “a vontade comum de todos os povos amantes da liberdade do mundo e construir uma corrente formidável contra o comunismo pela nossa liberdade. Através de órgãos parlamentares, formadores de opinião e os meios de comunicação em massa, deveríamos começar uma campanha pela liberdade com a participação de todos os povos” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 7). Segundo o hierarca do Kuomintang (KMT) e presidente honorário da WACL, “**a luta anticomunista do povo deve ser desenvolvida em ações anticomunistas em nível governamental**” e, seguindo essa estratégia de engajamento de governos na Liga, “**a cooperação regional anticomunista deveria crescer para uma grande unidade anticomunista do mundo todo**” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 7, grifo meu). A VI Conferência da WACL, por fim, representaria o momento adequado para a promoção da “unidade anticomunista das nações livres latino-americanas” e “todos os países desenvolvidos deveriam ser solicitados a enfatizar sua assistência para a América Latina para que possam se tornar mais desenvolvidos, mais prósperos e muito mais fortes democraticamente” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 7). Dessa forma, os anticomunistas de todo o mundo deveriam congregar esforços “com nossos amigos latino-americanos e lutar com eles contra a infiltração, subversão e violência comunista nessa região. **Deveríamos aniquilar todos os esquemas comunistas para comunizar a América Latina**” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 7). A WACL, enquanto “organização internacional”, deveria se concentrar no estabelecimento de “frentes de batalha anticomunistas unidas em todas as regiões do mundo. A WACL deve crescer para tornar-se uma fortaleza e atuar como um farol para todos os povos amantes da liberdade”, concluiu Ku Cheng-kang, buscando salvar, inclusive, “o espírito das Nações Unidas de mais decadência e destruição” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 7).

#### *5.2.5. Principais oradores, organizações e propostas*

Como visto, os organizadores tecos da VI Conferência da WACL, ao convidarem o vice-presidente da ditadura brasileira almirante Augusto Rademaker para que participasse do conclave como “convidado de honra”, adiantaram que um dos principais oradores na ocasião seria o padre Julio Meinvielle, já então pré-agendado para discorrer sobre o tema “Civilização”. Viu-se mais acima como esse teólogo antissemita argentino foi “adotado” como “pai espiritual” pelos tecos da FEMACO, ao lado de outro expoente do integrismo antissemita na América Latina, Joaquín Sáenz Arriaga. Conforme observa o historiador mexicano Luis Alberto Herrán Ávila, no caso dos tecos da FEMACO, Julio Meinvielle e Joaquín Sáenz Arraiga despontaram “como guías intelectuales y políticos de una lucha compartida”, retroalimentando o “universo nacionalista-anticomunista latinoamericano, que ante el contexto de la Guerra Fría, se vio empujado a intentar trascender los particularismos que le subyacían” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 20). A centralidade desse *integrismo* católico para o “Capítulo” mexicano da WACL, assim como no caso brasileiro, deveu-se sobretudo a “sus formulaciones sobre la lucha contrarrevolucionaria como guerra justa y santa” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 20)<sup>479</sup>. Na “conferencia magistral dictada por el Julio Meinvielle” na VI Conferência da Liga no México, esse antissemita argentino ofereceu à audiência wacliana “**una síntesis de su visión del liberalismo, el marxismo y el capitalismo como encarnaciones de la eterna conspiración judeo-masónica**” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 18, grifo meu). Esse ideólogo ultracatólico reafirmou na VI Conferência da WACL, versando sobre o tema “Civilização”, “los entrecruces y afinidades del anticomunismo argentino de reigambre católica con el imaginario político de las derechas radicales mexicanas, movidas por el antisemitismo, integrismo y ‘antiprogresismo’ inspirados por Saénz Arriaga, entre otros” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 18)<sup>480</sup>.

---

<sup>479</sup> Não por acaso, conforme se verá, um dos principais agrupamentos do integrismo brasileiro, a revista ultracatólica Hora Presente, integrar-se-á à WACL como associada da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da Liga. Contudo, diferentemente dos integristas argentinos e mexicanos, a Hora Presente – dirigida por José Pedro Galvão de Sousa, Adib Casseb, Ítalo Galli e Lenildo Tabosa Pessoa – não nutriu um antissemitismo militante. Todavia, contou, “entre seus mais insígnies colaboradores”, com o jesuíta Julio Meinvielle, dedicando-lhe um solene In Memorium: “Faleceu na Argentina o Padre Julio Meinvielle, nome altamente significativo no pensamento hispano-americano e apóstolo na restauração dos valores da cultura católica, na inteligência e na sociedade. **HORA PRESENTE contava-o entre seus mais insígnies colaboradores, cujo inestimável apoio recebeu desde o primeiro momento**” (HORA PRESENTE, Ano VI, n.º 15, 1974, p. 252).

<sup>480</sup> O integrismo católico como fonte doutrinária à contrarrevolução dessas ultradireitas da América Latina, ao explicitar “una serie de nexos ideológicos, organizacionales y personales de carácter transnacional, matizados por colores locales”, também impõe “la necesidad de ampliar el espacio geográfico y metodológico para el estudio de estos grupos, y confeccionar nuevas miradas que den cuenta de la particularidad de los contextos en que se desenvuelven estos actores y, a la vez, de la manera en que los traslapes en el discurso y la práctica anticomunistas permiten entender dichas particularidades como parte de procesos más amplios. Ello contribuirá a un acercamiento

A sua vez, já então integrado à FEMACO, o veterano do anticomunismo mexicano Jorge Prieto Laurens, fundador da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC) em 1955, ao lado do almirante brasileiro Carlos Penna Botto, fora um dos oradores da VI Conferência da WACL em 1972. Reforçando a urgência de empreender uma ofensiva sistemática como nova estratégia de combate ao comunismo na América Latina, Prieto Laurens, presidente honorário da FEMACO e presidente vitalício da FPAM, “hizo énfasis en la necesidad de emprender un programa operativo que fuera más allá de panfletos y publicaciones anticomunistas en el combate al comunismo: ‘enseñarle al mundo qué cosa es el comunismo es indispensable pero no constituye toda la lucha anticomunista; por lo que se refiere a las tácticas y procedimiento anticomunistas existe una gran escasez de ellas, casi toda se reduce a simples publicaciones’” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 151)<sup>481</sup>.

Também o historiador Luis Alberto Herrán Ávila destacou essa intervenção do veterano Prieto Laurens no sentido de “radicalizar la práctica anticomunista”, reivindicando a necessidade da WACL “ir más allá de ‘conocer al comunismo’ y a cultivar las ‘técnicas para luchar contra él’ a través de ‘un espiritualismo exaltado’, en el que la ‘afirmación religiosa’ y la promoción de un ‘auténtico nacionalismo’, jugarían un papel central en **la creación de una red anticomunista de denuncia, educación cívica y adoctrinamiento en ‘tácticas y procedimientos para la lucha’**” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 18-19 grifo meu). No mesmo sentido dessa proposta de Prieto Laurens, seus “velhos amigos” do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) – recorde-se que a CIDC, fundada pelo mexicano em questão, foi o primeiro grupo da América Latina a se associar a esses antibolcheviques do leste europeu no exílio – defenderam que a WACL deveria preocupar-se mais com a “ação” e menos com a “falação” anticomunista. No informe do ABN apresentado à VI Conferência da WACL<sup>482</sup>, esse grupo de ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental defendeu

---

entre las historiografías nacionales y a una mejor comprensión de cómo estos grupos tejieron sus nociones de lo político y de cómo imaginaron su lucha contra un enemigo que era, a la vez, interno y global” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 20).

<sup>481</sup> Essa “ponencia” da FPAM, intitulada “Cómo luchar contra el comunismo”, foi subscrita por “Jorge Prieto Laurens, ingeniero Manuel Salazar Arce, ingeniero Rafael Estrada Márquez, licenciado Salvador Mendoza, Juan Martínez Barranco, professor Vicente García Gil, profesora Aleja Huerta Miguel, profesora Carmen Rivera Solí” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 151).

<sup>482</sup> Yaroslav Stetsko procedeu à leitura do informe político do ABN na sessão de abertura da VI Conferência da WACL e um position paper do ABN foi lido na sessão plenária, em espanhol, pelo croata Felix Psenicnik. Genro do ex-Poglavnik do ustahismo Ante Pavelic, Psenicnik representou, via ABN e WACL, o Movimento de Libertação Croata (HOP), grupo terrorista do ustahismo no exílio criado na Argentina no pós-guerra (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 5, p. 5).

a necessidade dos anticomunistas partirem para a ofensiva e tomarem as ruas: **“Não é suficiente atuar contra o bolchevismo no mundo livre somente com propaganda e informação, mas é necessário eliminar a influência bolchevique através de esforços ativos. É necessário também ir às ruas para combater as quintas colunas russas e comunistas”** (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 6, p. 38, grifo meu)<sup>483</sup>.

Intitulado **“Eliminação do bolchevismo através de esforços ativos”**, o informe do ABN defendeu a “luta de libertação revolucionária dos povos cativos”, assinalando à audiência wacliiana que “a política de libertação das nações subjugadas por Moscou e pelo comunismo garantirá por si uma paz justa e duradoura no mundo” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 6, p. 38). “A falência do marxismo, soviétismo, internacionalismo e comunismo”, inclusive, dar-se-ia graças ao “renascimento nacional e religioso da geração jovem, que tornou-se patriótica, religiosa e nacionalista” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 6, p. 36). A juventude dos “povos cativos” rejeitariam “a desnacionalização”, a “desheroização” e a “desculturalização” alegadamente promovidas pelo comunismo e, contra essas, o ABN propusera, a despeito do “silêncio do mundo livre”, que os “heroicos guerreiros da liberdade e da independência das nações subjugadas deveriam se tornar modelos e bandeiras para a juventude das nações livres em contraste aos símbolos do mal: Che Guevara, Fidel Castro, Ho Chi Minh e assim por diante” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 6, p. 37)<sup>484</sup>.

Na mesma linha “mais ação menos falação” anticomunista, um dos representantes argentinos na VI Conferência da WACL alertou para a necessidade de se opor um “contra-terrorismo *branco*” ao “terrorismo *vermelho*”. Tratou-se da proposição de Luis Ángel Dragani, líder juvenil da *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA), cujo

---

<sup>483</sup> Recorde-se que um dos líderes do ABN, C. J. Untaru, frisou que ““nossa organização nunca foi um grupo de estudo e nunca será um. (...) Nós não temos tempo nem lugar para oradores. O ABN é para ação”” (UNTARU apud DORRIL, 2000: 443).

<sup>484</sup> Segundo o ABN, o “mundo livre” teria silenciado sobre a repressão soviética contra os defensores da “ideia anticomunista, anti-Russa e nacional”, enquanto dariam ampla publicidade às “self-immolations by some Buddhist monks, instigated by Communists, in Vietnam”, e ao “caso da terrorista comunista Angela Davis, who was detained for some time in a comfortable prison” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 6, p. 36). Para romper esse “silêncio”, o ABN reafirmou à WACL sua “admiração for the heroic posture of Yuriy Shukhevych, the son of Gen. Roman Shukhevych-Chaprynka, Commander-in-Chief of the Ukrainian Insurgent Army (UPA)” e, nesse sentido, “we propose him and the young historian Valentyn Moroz, convicted to 14 years in prison, as symbols and models for the youth of the free world, together with the Ukrainian Vasyl Makukh, who immolated himself in Kyiv in 1968 with the exclamation: ‘Long live free Ukraine’” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 6, pp. 36-37).

presidente Apeles E. Márquez<sup>485</sup>, como visto, integrara o primeiro Quadro Executivo da WACL (1967-68) e participara da primeira tentativa, malsucedida, de criar um órgão regional da Liga na América Latina, a Liga Latino-Americana Anticomunista (LAL). A FAEDA, reconhecida “por **uso de solicitadas de corte macartista para denunciar a judíos y supuestos comunistas**” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 18, grifo meu), valeu-se de ações diretas de rua para “impedir o sabotear la realización de eventos políticos o culturales a los que se consideraba ‘decadentes’, y por lo tanto, funcionales a la expansión de la ideología soviética” (BOHOSLAVSKY, 2019: 6). Entre as ações *callejeras* dessa ultradireita argentina, o próprio Luis Ángel Dragani se encarregara, ao lado do chefe do Comando Juvenil da FAEDA Aníbal Tedesco, da missão de “limpar” as ruas de Buenos Aires dos *hippies*, sob a justificativa de que eles “eran o podían ser guerrilleros” (BOHOSLAVSKY, 2019: 6)<sup>486</sup>. Foi justamente esse *faedista* que defendeu, na VI Conferência da WACL no México, a necessidade dos anticomunistas combaterem os comunistas com “suas próprias armas”, isto é, o “terror *vermelho*” deveria ser contra-atacado com o “terror *branco*”, devidamente auxiliado pelos militares defensores da pátria. Em suas palavras à audiência wacliana:

‘El instante de cesar de mostrar al marxismo y a sus métodos en toda su cruel realidad antihumana, para proceder **a combatirlo por sus propias armas... Con la sustentación de una mística filosófica en nuestros principios occidentales y cristianos, y del que se desprende el genuino y auténtico nacionalismo americano...** estamos seguros que **podremos arrebatar de las manos del comunismo internacional, las banderas de la**

---

<sup>485</sup> “La Argentina, por su parte, estuvo representada por la Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas (FAEDA), cuyo presidente, el doctor Apeles Márquez había participado activamente en los congresos de la CIDC (1954-1958) junto al periodista Alberto Daniel Faleroni, ex dirigente del aprismo argentino, antiguo peronista de derecha y asesor del Círculo Militar en materia de lucha antissubversiva” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 18)

<sup>486</sup> Com ajuda da polícia da ditadura Onganía, “en el verano de 1967-1968 algunos faedistas se dieron a la tarea de ‘limpiar’ la costa bonaerense de hippies” (BOHOSLAVSKY, 2019: 06). Em 1967 a ala jovem da FAEDA assumiu “como parte de sus tareas ‘liberar’ a Buenos Aires de los hippies” e, antes de iniciar essas “razzias de varones de pelo largo”, convocou-se “a una conferencia de prensa en la que denunciaron que los hippies formaban parte de una conjura diabólica detrás de la cual asomaban, una vez más, las garras del comunismo” (BOHOSLAVSKY, 2019: 06). As duas lideranças jovens faedistas encarregadas dessa razzia contra o hippismo em Buenos Aires foram Aníbal Tedesco e Luis Dragani. “Dragani afirmó que ‘merced a la astucia de algunos jóvenes de Faeda infiltrados en las filas hippies, ahora se sabe que sus líderes pretenden convertirlos en guerrilleros y servir a los intereses de Pekín. Aclaró que esos jóvenes de Faeda habían aprobado cursos de detectives por correspondencia’” (BOHOSLAVSKY, 2019: 06). “En la conferencia de prensa a la que FAEDA convocó para denunciar el lazo secreto entre hippies y comunistas, Dragani declaró que estos jóvenes eran ‘protagonistas de un plan diabólico hábilmente maquinado que se expande por todo el mundo’” (BOHOSLAVSKY, 2019: 6). Já em 1966, “Dragani había proferido un discurso en el local de FAEDA en el que hizo público que en la zona norte de la ciudad de Buenos Aires ‘los jóvenes son iniciados contra la moral, la religión y la familia’ en bailes y que los propósitos de estos bailes eran ‘la prostitución y las drogas’. En su definición, los hippies y/o los comunistas eran una hidra monstruosa, que contenía en sí todo aquello que asociaban con lo malvado o lo indigno: homosexualidad, izquierdismo, consumo de drogas, contracultura, abuso sexual, corrupción de menores, holgazanería, etc. La distancia moral con ese otro no podía ser mayor” (BOHOSLAVSKY, 2019: 7).

**reivindicación obrera, campesina y de las restantes escalas sociales...** Nuestras fuerzas adoptarán los medios y tácticas que exijan las circunstancias. **A la guerrilla roja opondremos, llegado el caso, la guerrilla blanca en unión a nuestras Fuerzas Armadas, que asumirán el rol que las circunstancias y la patria demanden** (ÁNGEL DRAGANI *apud* HERRÁN ÁVILA, 2015: 19)

Comentando essa proposta *faedista*, o historiador Luis Alberto Herrán Ávila observa que a WACL, “aportando” na América Latina a partir de 1972, “fungió como escaparate para la construcción de un consenso continental sobre la urgente necesidad de hacer la guerra al enemigo utilizando sus propios medios, sintetizados en **la idea de la guerrilla blanca: la guerra contrarrevolucionaria total, apoyada por la creación de un fondo mundial anticomunista, una amplia campaña de divulgación y un plan de 'rescate' de las juventudes para instruirles en 'la lucha'**” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 19 grifo meu). A estratégia da *guerrilha branca* como “instrumento de lucha ‘civil’ contra el ‘enemigo’” configurou, pois, “un eslabón importante en la genealogía de ciertas formas de violencia anticomunista de los años setenta y ochenta” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 20) e, arremata referido historiador, “el lenguaje y práctica de la contrarrevolución como defensa de un orden social cristiano, jerárquico y autoritario se transformó en lingua franca de alcances globales con claras repercusiones locales, en ocasiones mediada por el Estado y en otras por fuera y más allá de él” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 20)<sup>487</sup>. Além de representar a FAEDA na VI Conferência da WACL, Ángel Dragani também discursou em nome do *Comité de Solidaridad con los Movimientos Nacionalistas de América Latina* (COSMONAL), “una junta continental sudamericana que tenía representantes en Chile, Bolivia y Uruguay”, sediada em Buenos Aires. Explicitou-se, assim, o interesse do COSMONAL de “encabezar la formación de una **‘Regional Latinoamericana Anticomunista de Informaciones y Divulgación’** como filial de la LMA” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 152). Essa proposta do COSMONAL, subscrita pelo *Movimiento Nacional de Juventudes Anticomunistas, Movimiento Nacionalista Patria y Libertad e Juventud Uruguay de Pie*, defendeu que se deveria:

---

<sup>487</sup> A *guerrilha branca* foi também “la conclusión lógica a las respuestas que la extrema derecha se planteó respecto de la revolución cubana y la retórica insurreccional que surgió de la Conferencia Tricontinental en La Habana [1966]” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 20). Nesse sentido, “en el marco de otros conflictos percibidos como cercanos dado el carácter global de la Guerra Fría (Argelia, Vietnam, Congo), la difusión del foquismo insurreccional funcionó como validación ideológica para la radicalización del movimiento anticomunista continental ante la percepción de que era necesario combatir al beligerante enemigo revolucionario con sus propios medios de propaganda y acción política” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 20). Ressalve-se, contudo, como visto no CAPÍTULO 3, que a CIDC, por exemplo, já fazia a apologia da violência como recurso de luta anticomunista na América Latina antes da Revolução Cubana de 1959.

**‘Centralizar y procesar cuanta información se obtuviere sobre los proyectos y planes, tácticas y acciones a llevar a cabo por el marxismo en América Latina y en otras partes del mundo, así como el control de los dirigentes y su currículum vitae, intercambiando esta información con la Regional Latinoamericana y viceversa, procediendo a su divulgación por los canales que aconsejase la índole de la información obtenida (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 152)<sup>488</sup>**

Comentando essa proposta de criação de uma *Regional Latinoamericana Anticomunista de Informaciones y Divulgación* feita pelo representante argentino da FAEDA e do COSMONAL, a historiadora Mónica Naymich López Macedonia faz uma observação fundamental. Ela foi uma das primeiras a anotar a convergência entre a proposição *faedista* na Cidade do México e a futura Operação Condor, que seria formalizada ao final de 1975 no Chile de Pinochet, isto é, três anos depois da VI Conferência da WACL e da criação de seu braço político-militar regional, a CAL. Salientou a historiadora mexicana que, “si bien queda pendiente investigar si alguna de estas iniciativas logró ser concretada, lo que no cabe duda es que la propuesta del COSMONAL se pareció mucho a la dinámica que caracterizó lo que hoy se recuerda como Operación Condor” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 152). Adiante-se que, conforme será sustentado neste CAPÍTULO 5, a CAL configurou, *de facto*, um dos protótipos da Operação Condor e, depois da formalização deste *Sistema de Coordinación e Inteligência* em 1975 no Chile de Pinochet, aquele órgão regional da WACL na América Latina serviu operacionalmente como um dos cogestores da rede condorenses de terrorismos de Estado<sup>489</sup>.

---

<sup>488</sup> Segundo Ángel Dragani, provavelmente referindo-se à LAL tentada, entre outros, por Apeles E. Marquez, “uno de los mayores anhelos de la LMA ha sido, desde largo tiempo, la creación y organización de una Regional Latinoamericana dependiente de esa Liga. Conocemos de los continuos fracasos de aquellos que trataron de complementar ese, a nuestro juicio imprescindible logro, que unificaría y coordinaría técnicas, planes y esfuerzos. Intentos fallidos que deben ser cargados en la cuenta de los que anteponen sus soberbias y sus egoísmos personales, sus ansias de renombre y de hegemonía a los sacrosantos intereses patrios. COSMONAL, surge como un medio para lograr el aglutinamiento de las fuerzas nacionales de la América de habla hispana y portuguesa, defensoras de los legados históricos respectivos y unidos en la fe y en el respeto al derecho y a las libertades” (ÁNGEL DRAGANI apud LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 152). Assim como a LAL, porém, o COSMONAL não vingaria no marco da WACL.

<sup>489</sup> Mais à frente será detalhado de que modo a WACL na América Latina, isto é, a CAL, serviu como um dos protótipos e como uma cogestora da Condor. Adiante-se, porém, que a pioneira historiadora mexicana em questão salientou que, pouco depois da criação da CAL no México, ao final da VI Conferência da WACL de 1972, “Latinoamérica fue abatida por una ola de represiones, desapariciones y torturas que no cesó hasta finalizar la década de los años ochenta. Estas acciones fueron nombradas Operación Cóndor, la cual fue definida como un pacto de colaboración sistemática entre las dictaduras militares sudamericanas y los servicios secretos de inteligencia de Estados Unidos para recoger e intercambiar información y para emprender operaciones de ejecución, secuestro y extradición clandestina de las izquierdas políticas latinoamericanas. (...) **El nacimiento y el programa operativo de la CAL en manos de los Tecos, bajo la cobertura oficial de la LMA, abren la posibilidad de incluir nuevos**

Quanto aos participantes da VI Conferência da WACL, a Argentina também esteve representada no conclave pelo veterano Enrico Martinez Codo, “editor do periódico de língua espanhola ABN na Argentina e um proeminente teórico de estratégias de guerrilha” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 5, p. 5)<sup>490</sup>. A seu turno, em nome da Falange Boliviana, ainda na sessão da tarde do primeiro dia da VI Conferência da Liga, em 24 de agosto, **“el representante boliviano exhortó a los concurrentes a utilizar la violencia para acabar con el comunismo”** (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 151). Representando a Venezuela no conclave, o *Comité Internacional Pro-Defensa de la Democracia* (CIPDEM) propôs à WACL a criação de um mecanismo de custeio das atividades anticomunistas na América Latina, sugerindo o estabelecimento de uma **“Secretaría de Financiamiento Regional para Combatir la Agresión y la Penetración Comunista”**, “financiada por la empresa privada, las instituciones bancarias, industriales, de comercio, profesionales, gobiernos anticomunistas, como el de Estados Unidos y otras naciones factibles, con excepción de Cuba y Chile” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 151). O CIPDEM venezuelano propôs a realização de um congresso latinoamericano, “bajo el espíritu y cobertura de la LMA”, “que debía celebrarse en la segunda quincena de octubre [de 1972] en México, Bogotá, Caracas o en Buenos Aires y a la que debían asistir delegados por cada país de la región para tratar exclusivamente este asunto” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 151). A proposta do CIPDEM buscou garantir o financiamento para que os anticomunistas passassem de uma postura defensiva para a ofensiva, inclusive armada, contra seus “inimigos” na América Latina:

La Secretaría de Financiamiento Regional para Combatir la Agresión y la Penetración Comunista tendría como comando regional un equipo directivo latinoamericano – todo dentro de la estructura de la Liga – **para combatir el socialismo-comunismo en todos los terrenos y con el suficiente numerario que nos permita pasar de la defectuosa DEFENSIVA en que estamos, a una recia OFENSIVA en todos los países latinoamericanos y enfrentarnos con todos los medios, incluso el de las armas, a nuestros enemigos, incluyendo en el concepto, a los propios gobiernos que patrocinan dictaduras socialistas-comunistas en el espacio latinoamericano, o que ya las mantienen como en el caso de Cuba**. Como argumento para su iniciativa se

---

**actores en aquella trama represiva. Existió algún tipo de colaboración desde México a través de la CAL en la Operación Cóndor?”** (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 155).

<sup>490</sup> A Correspondência do ABN registrou uma cerimônia de homenagem a Martinez Codo organizada por ucranianos exilados na Argentina. Intitulado “Dr. Enrico Martinez Codo Honored”, a matéria informou que, “on September 29, 1972, the Ukrainian Information Institute in Buenos Aires, Argentina, marked the 15<sup>th</sup> anniversary of its cooperation with Dr. Enrico Martinez Codo, the editor of the Spanish-language ABN bulletin, Resistance and Liberation, who was also a delegate to the 6<sup>th</sup> WACL Conference in Mexico City” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 6, p. 47). Resistencia y Liberacion era publicada por Martinez Codo com o seguinte subtítulo – ABN: Boletín de Noticias de los Países Oprimidos por el Imperialismo Moscovita Soviético.



refirió a las ‘acciones vandálicas en el medio rural y urbano, a ‘los disturbios estudiantiles’, a Fidel Castro, a la Unidad Popular chilena, a ‘la agresión y la penetración soviética y China con sus altos índices de guerrillas, terrorismo, sabotaje, chantaje a los gobiernos y partidos políticos’, a ‘la infiltración en los medios de promoción social’, a ‘la condescendencia de nuestras democracias’ (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 151)

Ademais, o Movimento Costa Rica Libre (MCRL), “fundado en 1961 como reacción al triunfo de la Revolución Cubana y con el objeto de impedir un suceso similar en Costa Rica”, propôs à VI Conferência da WACL a criação de um *Centro de Formación de Líderes Anticomunista* e, por intermédio de Bernal Urbina Pinto, Secretário Geral do MCRL, apresentou outra proposta para o estabelecimento de uma **Comisión Continental Democrática (CCD)**. Esta deveria se estruturar e funcionar “‘como **oficina de consulta, información y coordinación de los grupos anticomunistas a lo largo de todo el continente que ofrecerá información pública o confidencial, campañas a nivel continental, apoyo moral material a los grupos anticomunistas latinoamericanos asociados** y contará con una comisión que estará integrada por cuatro personas de una misma nacionalidad... Contará con los servicios de un Secretariado Ejecutivo, quien tendrá funciones de coordinación general”’ (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 151-152). Em sentido semelhante, os anfitriões mexicanos da VI Conferência da Liga, os tecos da Universidade Autónoma de Guadalajara (UAG), encaminharam uma proposta para o estabelecimento do “**Instituto Internacional de Formación Antimarxista (IIFA)** como organismo auxiliar para la capacitación de líderes y dirigentes juveniles anticomunistas que tendría como sede la ciudad de Guadalajara y sería dirigido por la FEMACO” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 152).

Em outra resolução, a FEMACO elogiou “la política de Nixon en Indochina, pero lo acusó de estar cediendo demasiado a favor de la RPCh que había engañado a los ‘países libres’ con su política de la coexistencia pacífica; e hizo un llamado a la asamblea para censurar enérgicamente al secretario general de la ONU por la traición a la China de Chiang Kai-Shek’. Pidió también censurar a Galo Plaza, secretario general de la OEA, ‘por sus intentos de querer incorporar a la dictadura sangrienta del castro comunismo a la OEA”’ (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 161). Essa proposta foi intitulada “**Supresión de la organización de las Naciones Unidas**”, coincidindo com a já mencionada proposta enviada à VI Conferência da WACL pelo almirante brasileiro Carlos Penna Botto que, por motivo de enfermidade, não pode comparecer ao conclave anticomunista.

Entre as inúmeras Resoluções aprovadas pela VI Conferência da Liga<sup>491</sup>, aprovou-se a “Resolución pro consolidación de la unidad del mundo libre para la acción conjunta contra la agresión comunista”, que conclamou “a todos los gobiernos del mundo libre para que intensifique no sólo un intercambio cultural y económico, sino para que, al mismo tiempo, extiendan relaciones al campo político y de defensa militar” (LÓPEZ MACEDONIO, 2010a: 152-153).

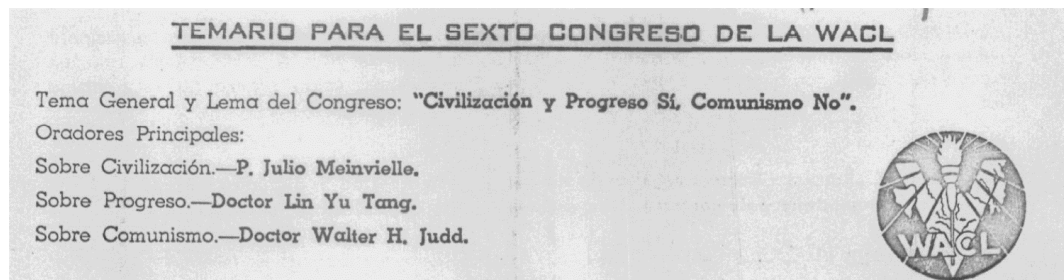
Outra Resolução, intitulada “Resolução para instar os meios de comunicação de massa do mundo livre a proteger a liberdade de imprensa e a se protegerem contra a infiltração e manipulação comunista”, sustentou que os meios de comunicação do “mundo livre” estariam sendo manipulados pelo “comunismo internacional” e teriam sido transformados na “vanguarda” para os “esquemas de agitação e subversão” comunistas, perpetradas “sob os auspícios da liberdade de imprensa” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 18). Alegou-se que os comunistas conquistam o poder “por meio de manobras de propaganda”, orientando a Resolução que a WACL deveria **“coletar informações básicas sobre os meios de comunicação de massa e seus funcionários que foram tentados e estão abertamente funcionando como ferramentas do comunismo e, dentro da estrutura das leis e regulações dos países em questão, expor tais agências e indivíduos para processo judicial”** (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 18, grifo meu). A Resolução solicitou aos membros da WACL que conduzissem “campanhas de publicidades frontamente contrárias aos comunistas”, denunciando as notícias “distorcidas da imprensa do mundo livre” contrárias aos anticomunistas. Nesse sentido, deveriam ser enviadas “cartas de refutação” aos editores responsáveis por tais publicações “distorcidas”, “encaminhar cópias e *clippings* para o Secretariado da WACL para compilação periódica destinada às mais altas autoridades dos meios de comunicação em massa em diversos países do mundo livre” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 18).

Embora não se tenha conseguido resgatar suas propostas de Resoluções encaminhadas à VI Conferência da WACL, participaram desta também os líderes do Conselho Americano pela Liberdade Mundial (ACWF), o “Capítulo” da Liga nos EUA. Um dos dirigentes do ACWF que “brilhou” na Cidade do México foi Walter Judd, um dos três principais oradores ao lado do padre

---

<sup>491</sup> Algumas foram publicadas pela Asian Outlook, entre elas: “Resolution to safeguard civilization and progress, strengthen concepts of freedom and strive for anti-communist victory”; “Resolution on strengthening international cooperation to end dope traffic and sanction the Chinese communists for attempts to harm the free world with narcotics” e “Resolution objecting negotiation for and establishment of diplomatic ties with communist regimes”.

antisemita Julio Meinvielle e de Lin Yu Tang que, como visto, conferenciaram sobre “Comunismo”, “Civilização” e “Progresso”. Water Judd era também um dos dirigentes do Comitê do Um Milhão, o *lobby* da ditadura taiwanesa nos EUA, e fora o primeiro vice-presidente do ACWF, do qual se tornaria presidente honorário.



**Figura 236.** FONTE: ARQUIVO NACIONAL, BRASIL, BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 263.

Em seu discurso “Sobre o comunismo”, o ex-deputado (1943-63) Walter Judd defendeu a necessidade de empreender a “política de libertação” dos “povos cativos” por detrás das “Cortinas de Ferro e de Bambu”, isto é, reivindicou a eficácia da assim chamada estratégia *rollback communism*. O norte-americano conclamou a WACL a desenvolver um programa de educação “como uma abordagem para combater o comunismo, especificamente ficando de olho nas lições da história”, defendendo que “**nosso trabalho básico de longo prazo ainda deve ser acordar nossos povos e governos para a verdadeira natureza do movimento comunista**” (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4, grifo meu). Ademais, Judd alertou a audiência wacliana que “durante a ‘coexistência pacífica’ o aparato comunista continua incessantemente sua propaganda e guerra psicológica contra todos nós” (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4). Igualmente, recomendou que a WACL não abandonasse “os povos escravizados” pelo comunismo, advertindo que “devemos ajuda-los a se tornarem livres novamente (...). **Há ‘mais de um bilhão de pessoas atrás das Cortinas de Ferro e Bambu. São nossos principais aliados; e estão em posição de causar grandes danos ao inimigo no momento certo**” (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4, grifo meu). Outro diretor do ACWF, o general da reserva Thomas A. Lane também tomou parte da VI Conferência da WACL na Cidade do México. Assim como o segundo vice-presidente do ACWF Stefan Possony, diretor do Departamento Internacional do

*Hoover Institution on War, Revolution, and Peace* da Universidade de Stanford, que presidiu os debates do Comitê Econômico da conferência wacliana.

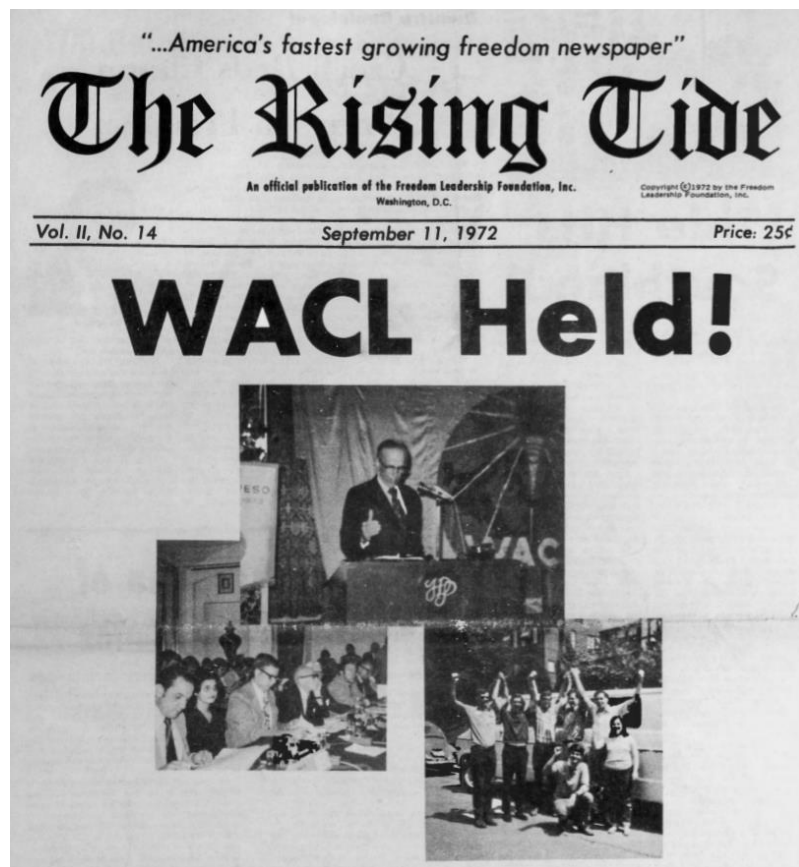
A proeminência do “Capítulo” norte-americano da WACL foi evidenciada pela participação em peso de seus dirigentes<sup>492</sup>. Por exemplo, David Nelson Rowe, professor de Ciências Políticas da Universidade de Yale e um “velho amigo” da APACL, presidiu o Comitê Político da VI Conferência da Liga. Outro diretor do ACWF, Marx Lewis, presidente do *Council Against Communist Aggression* (CACA), tomou parte da conferência wacliana, assim como outra diretora e o futuro presidente do ACWF, respectivamente, Eleanor e Fred Schlafly. O casal Schlafly esteve acompanhado por John Boland, formando o “*anchor trio* da Fundação Cardeal Mindszenty” (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4). Da mesma forma, o reverendo Daniel Lyons e M. Declan Bransfiel, do *Twin Circles*, compuseram a numerosa delegação dos EUA na VI Conferência da WACL no México. Daniel Lyons era presidente do Comitê de Finanças do ACWF e outro reverendo, Raymond de Jaegher, o presidente do Comitê sobre Relações com Organizações Internacionais do ACWF, também participou do encontro anual da Liga de 1972. Como membros individuais do ACWF, ainda participaram “George Genson, Reitor da Faculdade Harding (Arkansas) e o empresário Montgomery Green (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4). Vera Dowhan, do *National Captive Nations Committee* (NCNC) – presidido por Lev Dobriansky – fez-se presente no México, assim como o secretário-geral do ACWF Lee Edwards e Neil Salonen, presidente da *moonista Freedom Leadership Foundation* (FLF), integrante do ACWF.

Além de estampar em matéria de capa a realização da VI Conferência da WACL de 1972, o jornal da FLF, *The Rising Tide*, reportou com entusiasmo a presença no conclave do grupo paramilitar anticomunista Alpha 66 que, como visto, manteve estreito contato com os tecos da FEMACO. O jornal *moonista* da FLF caracterizou a Alpha 66 como “**um movimento de refugiados cubanos [que] já enviou guerrilheiros armados para Cuba e afirma ter homens em células secretas assim como no próprio governo, trabalhando para liberar Cuba e**

---

<sup>492</sup> Posteriormente se detalhará como o ACWF foi uma espécie de organização “guarda-chuva” de inúmeras entidades anticomunistas dos EUA reunidas a fim de integrarem a WACL. Entre elas, o American Security Council (ASC), o Committee of One Million, a Asian Free Pacific Association (AFPA), o Young Americans for Freedom (YAF), a Cardinal Mindszenty Foundation, o National Captive Nations Committee (NCNC), o Twin Circles Publishing, a World Youth Crusade for Freedom (WYCF), o Council Against Aggression (CACA), a Freedom Leadership Foundation (FLF) e o Hoover Institution on War, Revolution, and Peace.

**derrubar o regime de Castro. A libertação de Cuba é, sem dúvidas, um objetivo importantíssimo para a delegação latino-americana,** que foi fortemente apoiada nesta meta por todo o Congresso da WACL” (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 5, grifo meu). Além dos já citados dirigentes do ACWF que participaram da VI Conferência wacliana, outros norte-americanos também compareceram, entre eles: o “autor conservador negro” **Jay Parker**; “**Pat Korten**, Assessor Legislativo do republicano **Barry Goldwater Jr.**”; “veteranos da Cruzada Mundial da Juventude [*World Youth Crusade*] **Ron Pearson, Bill Lewan, David Hinton e Bill Highsmith**” (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4); “Rev. **James D. Colbert e Bob Woods** da *Christian Anti-Communist Crusade*, e **Harry Wright** da *American Legion*” (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4); e **Billy James Hargis**, “um soldado anticomunista muito ativo através de sua Cruzada Cristã e Colégio Cristão Americano”, e seu filho **Billy James II** (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4).



**Figura 237.** “WACL Held!”. Acima e ao centro, Walter Judd, no púlpito da VI Conferência da WACL, figura na capa da “The Rising Tide. An official publication of the Freedom Leadership Foundation, Inc.”. FONTE: THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, *capa*.

Já os dirigentes anticomunistas do Canadá presentes na VI Conferência da WACL incluíram “o *Canadian Council for Freedom, Canadian League of Rights, Canadian League for the Liberation* da Ucrânia e o *Anti-Chinese Communist Committee* do Canadá. Diversos representantes de nações antibolcheviques também vieram do Canadá, contribuindo com muitas resoluções com ênfase especial no imperialismo russo. Delegados notáveis incluíam Robert N. Thompson, Raymond Taylor, Patrick Walsh, Philip Butler, Paul From e muitos outros” (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4). Como visto, Robert N. Thompson integrou o primeiro Conselho Executivo da WACL. Já o antisemita Patrick Walsh era dirigente da Liga Canadense dos Direitos, filial da Liga Australiana dos Direitos fundada pelo ideólogo antisemita Eric Butler, pai do Philip Butler que esteve presente na VI Conferência da Liga (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 4).

Do Extremo Oriente, Osami Kuboki, da Federação Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC), o poderoso “Capítulo” japonês da WACL ligado à Yakuza e à Igreja de Unificação do reverendo Moon, também esteve presente na VI Conferência da Liga.



**Figura 238.** Former WACL Chairman Osami Kuboki (center) with other WACL leaders in Mexico City. Circulados, da esquerda para a direita, o dirigente teco Raimundo Guerrero (presidente da WACL eleito em 1972 na VI Conferência da Liga no México) e Kuboki, ex-presidente da WACL eleito na IV Conferência da Liga de 1970 no Japão. FONTE: *THE RISING TIDE*. FONTE: *THE RISING TIDE*, 1972, v. II, n.º 14, p. 4.

“Abrilantaram” a VI Conferência da WACL com sua presença, ademais, o ex-premiê **Phan Huy Quat**, dirigente do “Capítulo” sul-vietnamita da WACL/APACL. O belga **Paul Vankerkhoven**, *idem*. Ademais, o informe sobre a África foi apresentado por **Bereng Sekhonyana**, do Lesotho, que “ênfaticamente destacou a incapacidade do marxismo-leninismo de atender às necessidades da sociedade africana. Ele também estressou a necessidade de programas ideológicos de educação entre os povos africanos para enfrentar o desafio da campanha de propaganda comunista” (*THE RISING TIDE*, 1972, v. II, n.º 14, p. 5). O “Capítulo” libanês da WACL esteve representado por **Jebran Chamieh**, que conclamou “a ‘libertação dos povos das nações comunistas’. Ele pediu ênfase especial na ‘necessidade de libertar muçulmanos da União Soviética e da China Vermelha’. Ao denunciar as ‘operações e sequestros terroristas comunistas’ no Oriente Médio, pediu o envolvimento da WACL no problema de refugiados da Palestina. Ele descreveu esta situação como uma ‘janela’ para a infiltração soviética e observou que deveria ser uma janela pela qual os soviéticos deveriam ser expulsos” (*THE RISING TIDE*, 1972, v. II, n.º 14, p. 5). Representando a Arábia Saudita, a Turquia e a Jordânia na Cidade do México, o xeique **Ahmed**

**Salah Jamjoom** “declarou que o comunismo não encontraria ‘atmosfera’ entre os povos árabes porque é ‘contrário a todos os princípios religiosos e morais’” (THE RISING TIDE, 1972, v. II, n.º 14, p. 5).

Por último, importante registrar que, ao final da VI Conferência da WACL, foi decidido com dois anos de antecedência que caberia ao “Capítulo” norte-americano da WACL, o ACWF, organizar e recepcionar a conferência anual da Liga de 1974, optando-se pela Inglaterra como sede do VII encontro wacliano de 1973. Se inicialmente a WACL planejou realizar sua VII Conferência de 1973 nos EUA, “o Conselho Americano para a Liberdade Mundial [*American Council for World Freedom*] declarou posteriormente que sediaria as reuniões de 1974 caso um local apropriado pudesse ser acordado para 1973. O Honorável **Geoffrey Stewart-Smith**, membro do parlamento do Reino Unido, que chefia o Comitê do Círculo de Relações Exteriores [*Committee of the Foreign Affairs Circle*] (FAC), se voluntariou para sediar a 7ª Conferência da WACL em Londres ao final de agosto de 1973; e esta proposta foi aceita por unanimidade” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 2).

#### 5.2.6. *Ex-nazistas e ex-colaboradores nazistas na VI Conferência da WACL*

Além dessas “ilustres” presenças na Cidade do México em 1972, foi possível identificar ao menos dois ex-nazistas alemães na audiência da VI Conferência da WACL. Um deles foi Theodor Oberlander. Como visto no CAPÍTULO 1, ele era um ex-oficial do *Abwehr* responsável pelo comando do batalhão *Nachtigall*, corpo militar misto de 340 soldados alemães nazistas e colaboradores ucranianos, formado para a invasão da cidade de Lviv, na Ucrânia Ocidental, pelo III Reich. Fora o responsável pelo setor político do comando do *Nachtigall* e, conforme analisado, Oberlander tentou dissuadir Hitler pessoalmente da decisão do ditador de revogar a declaração do Estado “independente” da Ucrânica feita por Yaroslav Stetsko, em nome do *Providnyk* Stepan Bandera, em abril de 1941. No pós-guerra, entre 1953-56, o “amigo nazista” dos ultranacionalistas ucranianos tornou-se ministro de refugiados do governo Adenauer e, posteriormente, associou-se ao ao “Conselho Europeu da Liberdade [EFC], um grupo de ‘frente’ do ABN/OUN” (DORRIL, 2000: 826). Inclusive, foi na condição de representante do EFC que Oberlander participou da VI Conferência da WACL de 1972 na Cidade do México, assim como outro “ex” nazista alemão



Alfred Gielen. Como visto no CAPÍTULO 3 e detalhado no CAPÍTULO 4, Gielen fora um dos funcionários sêniores do *Anti-Komintern* do III Reich, órgão responsável pela “cruzada global” contra o “judeu-bolchevismo” subordinado ao *Propagandaministerium* de Joseph Goebbels. Associou-se ao “Dr. Anti”, Eberhard Taubert, do nazismo ao pós-guerra, momento em que seguiu seu trabalho de propagandista anticomunista no *Volksbund fur Frieden und Freiheit* (VFF) e no *Comité International d’Information et d’Action Sociale* (CIAS). Conforme analisado, como secretário-geral do CIAS Gielen participara, em 1958, também na Cidade do México, da Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação e, em 1967, integrara o primeiro Conselho Executivo da WACL.

Como visto, a figura concreta de Gielen, presente no Anti-Komintern nazista desde a década de 1930 e no Conselho Executivo da WACL na década de 1960, levou o arguto analista Peter Dale Scott a caracterizar a Liga Mundial Anticomunista como o “segundo Anti-Komintern”. Em 1972, segundo a *Correspondência do ABN*, Gielen teria participado da VI Conferência da WACL como representante do EFC<sup>493</sup>, embora fosse dirigente do CIAS ao lado do ex-oficial de inteligência nazista Fritz Cramer. Repaginados no figurino ideológico da Guerra Fria, portanto, Gielen e Oberlander foram os principais “ex” nazistas na Cidade do México em 1972. Porém, ao lado deles, alguns ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental também se fizeram presentes na VI Conferência da WACL. O mais evidente entre eles era Yaroslav Stetsko, antigo lugar-tenente do *Providny* do ultranacionalismo ucraniano, Stepan Bandera, cujas trajetórias no terrorismo político foram analisadas no CAPÍTULO 1. Apesar disso, no pós-guerra, sob os auspícios dos serviços secretos da Inglaterra (MI6) e da RFA (Organização Gehlen, depois BND), Stetsko revisou seu passado colaboracionista, passando a presidir, em seu exílio em Munique, o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), composto por um plantel de ex-colaboradores nazistas do leste europeu. No entanto, Stetsko não era o único colaborador nazista na conferência wacliiana de 1972 no México. Pelo menos outros dois ex-colaboradores nazistas se destacaram como membros da

---

<sup>493</sup> “The European Freedom Council (EFC) was represented at the Conference by Min. Ivan Matteo Lombardo (Italy), Prof. Dr. Theodor Oberlander and A. Gielen (Germany) as well as representatives from France, Great Britain, Sweden, Spain, Denmark, Belgium and others” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 5, p. 5).

robusta delegação do ABN enviada à VI Conferência da WACL<sup>494</sup>: Stjepan Hefer e Nicolas Grigorievich Nazarenko.

O caso de Hefer já foi analisado no CAPÍTULO 1, quando analisou-se sua trajetória no Estado-*ustasha* do *Poglavnik* croata, Ante Pavelic, como governador-geral de Vekili Zupan de Baranja, tendo se destacado “como modelo de um burocrata fascista” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 27). Depois, ele seria promovido a ministro da Alimentação em Zagreb e, no pós-guerra, conseguiu fugir à Argentina com o ditador Ante Pavelic, estruturando ali o Movimento de Libertação Croata (HOP). Hefer, portanto, era um criminoso de guerra *ustashi* foragido do governo iugoslavo, que solicitou sua extradição aos EUA, sendo apontado como responsável pela “deportação em massa da população de servos e judeus” que acabaram morrendo em “diferentes campos de concentração” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 28). Se Stetsko participou, via ABN, das conferências anuais da APACL desde 1957, bem como da fundação da WACL em 1966 na Coreia do Sul, além de comparecer a praticamente todas as conferências anuais subsequentes da Liga Mundial Anticomunista, Hefer, o velho dirigente *ustashi* no exílio, participou igualmente da I Conferência da WACL em Seul e, como visto no CAPÍTULO 4, deixou-se fotografar ao lado de Jose Ma. Hernandez (Filipinas), Lev Dobriansky e Walter Judd (EUA), Jose Figueres F. (Costa Rica), Ku Cheng-kang (Taiwan), Ole Bjorn Kraft (Dinamarca), Yaroslav e Slava Stetsko (Ucrânia) e Vasil Germenji (Albânia). A participação de Hefer na VI Conferência da WACL de 1972, na Cidade do México, seria a última. Assim como o veterano dos “cruzados” anticomunistas brasileiros, o almirante Carlos Penna Botto – presidente vitalício da CIDC entre 1955-73 –, também o *ustashi* Hefer morreria no ano subsequente.

No caso de Nicolas Grigorievich Nazarenko, no entanto, não foi tratado. Ele era um antigo tenente-coronel cossaco, mais especificamente, “um ex-oficial da Segunda Guerra Mundial na Divisão Cossaca da SS alemã” (BELLANT, 1991: 2). Em outubro de 1941, com uniformes

---

<sup>494</sup> “The ABN delegation belonged to the most numerous ones and under the leadership of Yaroslav Stetsko achieved considerable success. It was made up as follows: Dr. Kyrill Drenikoff (Bulgaria); Dr. S. Hefer and Dr. F. Pshenichnik (Croatia); N. Bushman (Estonia); Mrs. Helga Rodze from Australian and two Latvians from Canada; Dr. J. Kaskelis (Lithuania); a Rumanian delegate from Canada; Dr. Roman Malashchuk [Canadian League for Liberation of Ukraine], Prof. Dr. Stepan Halamay, V. Bezkhlibnyk, Mrs. Slava Stetsko, I. Bilynskyi, O. Romanyshyn, Marian Tkachuk, A[ndrij]. Sokolyk [Organization for the Defense of Four Freedoms of Ukraine], Dr. Ya. Tavrydzkyi, W. Chopivskyi, Ya. Mlynarskyi, Yu. Shymko, Dr. W. Dushnyck, Mrs. Vira Dovhan, Mrs. Chopivska, Mrs. I. Bezkhlibnyk, Mrs. H. Romanyshyn, Mrs. S. Shymko, Mrs. M. Mlynarska and V. & L. Vasylun (Ukraine)” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 5, p. 5).

alemães que estampavam uma insígnia branca com a letra K preta (*Kosaken*), o batalhão de Nazarenko marchou com os nazistas para Rostov e, pouco depois, foi transferido para o 1º Exército Panzer; “sua ação militar final foi em uma unidade cossaca da SS sob o general alemão Helmuth von Pannwitz” (BELLANT, 1991: 8). No pós-guerra, esse cossaco antisemita e anti-russo<sup>495</sup>, “chefiou operações de inteligência em Berlim para um ‘governo-no-exílio’ cossaco” instalado por Alfred Rosenberg. Depois de trabalhar para o *U.S. Army’s Counter-Intelligence Corps* (CIC), mudou-se para os EUA em 1949, fundando “um grupo de veteranos da Guerra Cossaca – um grupo de veteranos aliados à Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial que foi mais tarde renomeado para Federação Mundial de Cossacos pela Libertação da Cossackia” (BELLANT, 1991: 8)<sup>496</sup>. Uma fotografia publicada pela *Correspondência do ABN* flagrou, entre outros participantes da VI Conferência da Liga, os citados ex-colaboradores nazistas, o ucraniano Stetsko, o croata Hefer e o cossaco Nazarenko, com a seguinte legenda: “Na 6ª Conferência da WACL na Cidade do México, em agosto de 1972: sentados da esq. para dir.: Professor S. Halamay, Ministro I.M. Lombardo, Sra. Slava Stetsko, Dr. Ku Cheng-kang, Sr. Yaroslav Stetsko, Dr. R. Malashchuk, Dr. Stjepan Hefer, Sra. E. Todze. – Em pé: membro da delegação ucraniana e Sr. Rama Swarup (extrema esquerda) e Cel. N. Nazarenko e P. Vankerkhoven (extrema direita)” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 6, p. 18).

---

<sup>495</sup> Nazarenko compartilhou com o ABN, especialmente com os ultranacionalista ucranianos, um violento racismo anti-russo. Recorde-se que até mesmo os russos anticomunistas não eram permitidos no ABN, no Comitê das Nações Cativas e (com a “vitória” do ABN sobre os solidaristas russos do NTS) na WACL. “Captive Nations says that ‘the Russian character’ is to blame ‘for this overwhelming Russian desire for power, for expansion, for dictatorship. Nicolas Nazarenko, the Cossack Republican organizer, says, ‘Russian communists and anticomunists are all the same to me’. The Ukrainian nationalists see a Ukrainian state under their control as having ‘ethnographic borders’, as was originally proclaimed by a OUN-B Manifesto in December 1940. Put more simply, the OUN-B sees Ukrainians as a separate, classifiable race that have a right, when in power, to exclude others from the Ukraine’s borders. The realities of that formulation were made bloodchillingly clear to the Poles and Jews in the region when the OUN-B had temporary power six months after the Manifesto was issued” (BELLANT, 1991: 73).

<sup>496</sup> “Nazarenko says he has been charged by other Cossack emigrés as having hanged Jews in Odessa and executed Soviet soldiers. He claimed that these were lies intended to discredit him. He does say, however, that Jews are our ‘ideological enemies’. In that spirit, Nazarenko said that he was in touch with ‘patriotic’ publications such as the neo-Nazi Thunderbolt, the anti-Semitic Spotlight, and Instauration, a racist and anti-Semitic monthly. (...) Nazarenko says he’s also in touch with various ‘Nazi’ organizations. ‘They respect me because [I was a] former German army officer. Sometimes when I meet these guys, they say Heil Hitler’. A recipient for a pension from the West German government for his wartime service, Nazarenko claims that Germany didn’t committ atrocities in World War II. ‘Jews didn’t die from gas chambers’, says Nazarenko. ‘Those mountains of bones are from people who starved to death or died from disease’, he explains” (BELLANT, 1991: 8-9). Ligando-se ao Partido Republicano (GOP) em seu exílio nos EUA, Nazarenko participou da campanhas presidenciais de Richard Nixon e presidiu “a Cossack GOP unit of the Republican Heritage Groups Council” (BELLANT, 1991: 2).



**Figura 239.** Na primeira fileira, circutados, da esquerda para a direita, dois ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra, respectivamente, o antigo dirigente *banderite* Yaroslav Stetsko – ex-primeiro-ministro “relâmpago” do Estado “Independente” da Ucrânia declarado em 1941, durante a invasão nazista de Lviv, em nome do *Providnyk* Stepan Bandera; e o ex-ministro croata *ustashi* da ditadura do *Poglavnik* Ante Pavelic. Cf. CAPÍTULO 1. De pè, à esquerda de Stetsko e Hefer, outro ex-colaborador nazista, “Don” Nikolas Grigorievich Nazarenko, tenente-coronel da unidade cossaca das SS comandado pelo general alemão Helmuth von Pannwitz. FONTE: ABN, 1972, v. XXIII, n.º 6, p. 18.

No caso de Nazarenko, já no avançado ano de 1984, em jantar de celebração da Semana das Nações Cativas em Nova Iorque, o cossaco demonstrou permanecer um antissemita recalitrante. Exaltou “o heroísmo dos colaboradores da Europa do Leste nas legiões alemãs durante a guerra” e responsabilizou os “quinta-colunas” *judeus* de colaboração com o comunismo. Esse *quinta-columismo* judeu pró-comunista, inclusive, teria motivado a derrota nazista na II Guerra Mundial. Nazarenko colocou novamente em dúvida o “Holocausto nazista” na ocasião, defendendo quer o “verdadeiro” Holocausto seria aquele praticado pelo *comunismo*. Graças ao importante resgate de Christopher Simpson, fica-se sabendo que Nazarenko defendeu, em Nova Iorque, que:

‘Há um certo grupo étnico que hoje faz sua morada em Israel’, Nazarenko disse aos reunidos. ‘Este grupo étnico trabalha com os comunistas o tempo todo. Eles foram a Quinta Coluna na Alemanha e em todas as Nações Cativas. Eles fariam espionagem, sabotagem e qualquer ato no interesse de Moscou’, alegou. ‘Claro que haveria de ser criada uma auto defesa natural contra esta Quinta Coluna’, disse, referindo-se aos campos de concentração nazistas. ‘Eles tinham de ser isolados. A segurança era necessária. [Então] a Quinta Coluna foi presa e encarcerada. (...) Este grupo étnico em particular foi responsável por auxiliar [o] NKVD soviético’, ele continuou. ‘Um milhão de pessoas do nosso povo [foram] destruídas como resultado do seu auxílio ao NKVD. ... Ouve-se muito sobre o holocausto judaico’, exclamou, (...) ‘mas e os 140 milhões de cristãos,

muçulmanos e budistas mortos pelo comunismo? Este é o verdadeiro holocausto, e nunca se ouviu falar sobre ele' (SIMPSON, 1989: 257)

O velho tenente-coronel cossaco, portanto, não se esquecera e não renunciara à ideologia que o levou a colaborar com o III Reich nazista: a ideologia de combate ao “mito do judeu-bolchevismo”, como bem demonstrou o historiador Paul Hanebrink. Uma diferença, porém. Stetsko e outros ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental (ABN), e mesmo da Rússia (NTS), buscaram *revisar* seu passado colaboracionista na Guerra Fria, valendo-se, para isso, de contrafações históricas: teriam sido eles, os colaboradores nazista da Europa Oriental e Rússia, *freedom fighters* nacionalistas, antibolcheviques e anti-nazistas. No caso de Nazarenko, todavia, ele não deixou de defender publicamente no adiantado ano de 1984, nos EUA de Ronald Reagan, seu virulento antissemitismo anticomunista.

#### 5.2.7. A IV Conferência da WYACL

Sobre a VI Conferência da WACL de 1972 na Cidade do México, já se disse que serviu de esteio e funcionou como uma “conferência preparatória” à criação do órgão regional da Liga na América Latina, a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). Além disso, a VI Conferência da Liga, a primeira fora da Ásia, abrigou e organizou a IV Conferência de seu braço juvenil, a WYACL. No México, portanto, realizou-se a IV Conferência da WYACL, no esteio da VI Conferência de sua matriz, a WACL. Durante as deliberações da juventude wacliiana, designou-se como presidente da Liga Mundial Juvenil Anticomunista (WYACL), biênio 1972-73, José Luis Aguillar de la Mora, da Fuerza Estudiantil de México (LÓPEZ MACEDONIO, 2010b: 155). Foram feitas ainda outras nomeações para a WYACL, entre elas, Liu Chin-tung, de Taiwan, foi escolhido como seu vice-presidente; William Highsmith, dos EUA, como seu secretário-geral; e Gustavo González Gomina, como seu subsecretário-geral. Entre os membros regulares com direito a voto na WYACL, destacaram-se: o Movimiento de Liberación Nacional de Guatemala, representado por Luis Alberto López; a Confederação das Juventudes do Brasil; a Alianza Anticomunista da Itália; a *Organización Democrática Nacionalista* (ORDEN), de El Salvador, representada por Adolfo Cuellar; o Movimiento Costa Rica Libre (MCRL), representado por Guilbert Alfaro; a Juventud Alfa 66, representada por Olga Nazario; o Comité de Representantes

Anticomunistas de América Latina, dirigido por Iván Padilla Pérez e José Luis Velasco, respectivamente da Nicarágua e do Panamá (LÓPEZ MACEDONIO, 2010b: 163).



**Figura 240.** “Mexico hosted the Sixth Conference in August, 1972. Participants attending the conference pose for pictures in front of the airport upon arrival in Mexico”. Circulados, da esquerda para a direita, o almirante Son Won Yil (Coreia do Sul) e senador Fethi Tevetoglu (Turquia). Ao fundo cartaz onde se lê “Bienvenidos. IV Congreso de la Liga Mundial Juvenil Anticomunista (WYACL). México 1972”. Nota-se, a maioria feminina ao redor do almirante sul-coreano e do senador turco. FONTE:

Também estiveram presentes, como membros regulares com direito a voto na WYACL, representantes da Suécia e da África. Duas organizações mexicanas constaram como membros associados da WYACL, sem direito a voto: a Alianza Femenina Anticomunista, de Guadalajara, dirigida por Josefina Castillo, e a revista *Réplica*, da FEMACO, dirigida por Sergio Américo Lastra (LÓPEZ MACEDONIA, 2010b: 163). A *Correspondência do ABN* informou que “sete delegados do ABN eram também delegados da Conferência da WYACL” (ABN, 1972, v. XXIII, n.º 5, p. 5).

#### 5.2.8. A criação da Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), o órgão regional da WACL na América Latina

Diante de todos os feitos e ditos da VI Conferência da WACL no México em 1972, contudo, sua realização mais importante foi, sem dúvida, a criação do órgão regional da Liga na América Latina, a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). A revista do “Capítulo”

taiwanês da WACL/APACL, *Asian Outlook*, reconheceu também que “**a mais notável realização da Conferência da WACL na Cidade do México foi a inauguração da organização regional latino-americana da Liga**<sup>497</sup>. Fortes delegações de 24 nações das Américas Central e do Sul estiveram presentes para a **primeira conferência da Confederação Latino-Americana Anticomunista (LAC)** em 28 de agosto” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 2, grifo meu)<sup>498</sup>. O presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang especificou, inclusive, que a missão da recém-criada CAL deveria ser a promoção da “unidade anticomunista entre as nações latino-americanas e, ao mesmo tempo, uma maior cooperação com outras regiões para o controle da infiltração e subversão comunistas internacionais e para a obtenção de gloriosa vitória pela liberdade em todo o mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 2).

No encerramento da VI Conferência da WACL, a 27 de agosto, “el presidente operativo de la LMA, Raimundo Guerrero Guerrero, manifestó que esperaba un gran éxito para el organismo latinoamericano que se acordó crear, y que tendría como propósito estructurar debidamente a los grupos anticomunistas en esta parte del mundo, con objeto de abandonar la actitud pasiva y defensiva que habían mantenido hasta la fecha. **Se pretendía luchar en todos los medios, principalmente en las universidades, así como crear y fomentar la creación de guerrillas que operaran en los países dominados por el comunismo**” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 153, grifo meu). A liderança asiática da WACL também expressou sua total confiança nos anfitriões tecos da FEMACO, encarregados da organização de “lo que sería su brazo político en América Latina”, a CAL, “y manifestó su total apoyo a los pueblos cubano y chileno” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 153). Por último, fechando a VI Conferência da Liga, o veterano anticomunismo mexicano “Jorge Prieto Laurens agradeció la asistencia de los delegados y envió un saludo a Luis Echeverría Álvarez ‘por la libertad de expresión que existe en México’” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 153)<sup>499</sup>.

---

<sup>497</sup> Reiterando o teor de Resoluções aprovadas em conferências anteriores, a VI Conferência da Liga insistiu na necessidade de estabelecer “organizaciones regionales de la LMA en Europa, Norteamérica y África, similares a las que existían en Asia y América Latina” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010b: 164). Ou seja, à época, em 1972, existiam apenas duas organizações regional da Liga, a APACL, que antecedeu e matrizou a WACL, e a então criada CAL, o primeiro órgão político-militar wacliiano fora da Ásia. Notável, pois, o pioneirismo desse eixo Ásia-América Latina.

<sup>498</sup> Isto é, para fins de periodização de seus futuros congressos anuais, o I Congresso da CAL confundiu-se com sua própria constituição, concretizada entre 28 e 29 de agosto de 1972.

<sup>499</sup> “‘Gracias a la política de nuestro primer mandatario en toda la nación se respira un ambiente limpio, no hay visos socializantes y la apertura democrática proclamada por la presente administración permite que todas las ideologías puedan propagarse sin restricciones’” (PRIETO LAURENS apud LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 153). Também a

Encerrada a VI Conferência wacliana em 27 de agosto, a maior parte dos congressistas retornaram a seus respectivos países e, nos dois dias subsequentes, os patronos asiáticos e os líderes latino-americanos da WACL criariam o organismo regional da Liga na América Latina, a CAL. O “giro às Américas” da WACL concretizado na VI Conferência de 1972 no México, portanto, engendrou a criação da CAL e, assim, alçou a FEMACO a uma posição proeminente de organizadora anticomunista transnacional, transformando os tecos antisemitas da Universidade Autônoma de Guadalajara (UAG) no principal “Capítulo” latino-americano, até aquele momento, da Liga. Nesse sentido, a sessões secretas no salão Covadonga do hotel Casa Blanca, na Cidade do México, entre 28 e 29 de agosto de 1972, **“asistieron cuarenta personas, entre representantes y dirigentes anticomunistas de Bolivia, Argentina, Colombia, Costa Rica, Brasil, Guatemala, Cuba, representada por Alfa 66, y México”** (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 153, grifo meu). Na medida em que a VI Conferência de 1972 aprovara “a admissão da Guatemala, [El] Salvador, Venezuela e Paraguai na organização da WACL como membros nacionais” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 2), lideranças anticomunistas do Movimento de Liberación Nacional da Guatemala, do Partido Conciliación Nacional de El Salvador, do Partido Colorado stronista e do Comité Internacional Pro-Defensa de la Democracia (CIDPEM) da Venezuela participaram da criação da CAL (LÓPEZ MACEDONIA, 2010b: 163).

Essas sessões constitutivas do braço regional da WACL na América Latina, inclusive, “fueron presididas por Ku Cheng-Kang, José J. Roy, Raimundo Guerrero Guerrero y por (...) Rafael Rodríguez López” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 153). Nelas, o líder teco Rodríguez López foi designado Secretário Geral do Comitê Organizador da CAL, definindo-se que seis delegado deveriam ajudá-lo nessa missão e “que debrían ser elegidos por organizaciones de Guatemala, Costa Rica y Brasil, Alfa 66 y dos organismos anticomunistas adheridos de la FEMACO. Colombia y Argentina rehusaron enviar representants argumentando falta de recursos económicos” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 154). Na ocasião, estabeleceu-se como sede da Secretaria Geral da CAL a cidade de Guadalajara, região de Jalisco, no México, como visto, o “quartel-general” dos tecos da FEMACO. Além do estabelecimento dessa ultradireita mexicana na Secretaria Geral da CAL, designou-se ainda Assunção como a sede da presidência da CAL,

---

Asian Outlook garantiu que “the WACL Conference was held openly with the permission of both the Mexican President and the Interior Ministry”, destacando que “the Mexican authorities also made sure that the conference participants were safe and secure at all times” (ASIAN OUTLOOK, 1972, v. 7, n.º 8, p. 1).



indicando a proeminência e o “futuro promissor” da ditadura militar de Alfredo Stroessner no quadro dirigente desse braço latino-americano da Liga Mundial Anticomunista (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 155).

Ademais, decidiu-se que Rodríguez López teria “seis meses para elaborar los estatutos que regirían a dicho organismo anticomunista” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 154), procedendo-se à leitura das diretrizes já previstas para a CAL nas sessões de 28 e 29 de agosto. Nessas normativas, estabeleceu-se como missão da CAL **“denunciar, combatir e impedir todos los movimientos comunistas en Latinoamérica, así como desenmascarar y combatir al clero socialista, que bajo la capa de la religión, está tratando de implantar el comunismo en los pueblos de habla hispana”** (RODRÍGUEZ LÓPEZ *apud* LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 154, grifo meu). Consequentemente, a criação da CAL em 1972 na Cidade do México, no esteio da VI Conferência da WACL, “significó, pues, la realización máxima del movimiento anticomunista continental, la reafirmación de la prominencia intelectual del anticomunismo católico argentino<sup>500</sup> y del papel clave que la FEMACO tenía pensado para sí en la cruzada anticomunista global” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 19). Tratou-se, enfim, de “una oportunidad para que la CAL solidificara sus conexiones con compañeros de viaje norteamericanos, asiáticos y europeos, que serían vitales para empujar a **la CAL como la promotora ideológica y financiera de varias iniciativas de violencia anticomunista en las guerras sucias de los años setenta y ochenta a lo largo del continente**” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 19). A constituição da CAL enquanto órgão regional da WACL na América Latina, portanto, “pudo significar **la primera o una de las primeras reuniones en las que se organizaron y coordinaron redes de colaboración transnacional para perseguir, torturar y desaparecer sistemáticamente a la oposición política latinoamericana de los años setenta y ochenta del siglo XX**” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 156, grifo meu).

Desse modo, conforme resumido em informe de um setor tradicional da polícia política brasileira que estava muito bem informado sobre o conclave da extrema-direita transnacional na Cidade do México em 1972, o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), **“a WACL e a CAL configuram, de certo modo, organizações de frente anticomunistas, dispostas a passar à ofensiva na luta contra o comunismo e empregando, quando e se necessário, as mesmas armas do inimigo”** e, “por outro lado, **são tentativas de aglutinar num**

---

<sup>500</sup> Recorde-se que o padre antisemita argentino Julio Meinvielle era o “pai espiritual” dos tecos da FEMACO.

**bloco único as forças que se opõem às hordas vermelhas, no campo mundial”** (APESP, 20C-43-3756, grifo meu). O complexo WACL/CAL como a ofensiva global anticomunista contra os bárbaros das *hordas vermelhas*. O DEOPS-SP destacou, em seu informe, que a FEMACO apresentou na Assembleia Constitutiva da CAL um “Anteprojeto de Carta de Princípios”, corporificado no *Ante Proyecto de Estatutos de la Confederacion Anticomunista Latinoamericana* (CAL). Nele foi alinhavada como missão da CAL lançar-se à ofensiva contra o comunismo na América Latina, delienando mecanismos operativos e meios de coordenação repressiva através de um conjunto de *redes de colaboración transnacional para perseguir, torturar y desaparecer sistemáticamente a oposición política latinoamericana*.

#### 5.2.8.1. A presença brasileira na VI Conferência da WACL, na IV Conferência da WYACL e no I Congresso da CAL

Antes, porém, de analisar esse primeiro esboço estatutário e axiológico da CAL, é preciso pontuar o desfecho da participação do velho almirante Carlos Penna Botto nessas redes anticomunistas transnacionais. A morte desse quadro histórico da ultradireita nacional – integralista na década de 1930 e presidente vitalício da CBA e da CIDC a partir da década de 1950 – encerrou um longo processo de engajamento do anticomunismo brasileiro com seus pares transnacionais. Seu desaparecimento físico em 1973 terminou a fase de inserção da extrema-direita pátria nas redes repressivas e ideológicas anticomunistas da América Latina (CIDC), da Ásia (APACL), da Europa Ocidental (ABN), da Rússia no exílio (os solidaristas russos da NTS) e do mundo todo (WACL). No entanto, como todo fim é um recomeço a partir do trabalho construído pelas gerações passadas, o legado desse decano dos “cruzados” anticomunistas consistiu na inserção do Brasil nessas redes globais da ultradireita. Ajudou a entretecê-las e, morto o homem, as conexões repressivas e ideológicas globais que ajudara a construir e nas quais engajou o país, foram encampadas e assumidas por uma geração mais jovem da extrema-direita verde-amarela<sup>501</sup>.

---

<sup>501</sup> Recorde-se que, se Penna Botto foi o primeiro “amigo” brasileiro da APACL, do ABN, da NTS e da WACL, ele não foi o único. Outros anticomunistas brasileiros associaram-se de fato (ou tentaram fazê-lo, como a TFP) à Liga Mundial Anticomunista em seu primeiro ciclo asiático de conferências anuais. Já se pontuou, no CAPÍTULO 4, a participação nelas das dirigentes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) – Ester Proença Lago chegou a ser caracterizada, inclusive, como a primeira presidente do “Capítulo” brasileiro da WACL –, da Associação dos Amigos das Nações Cativas (AANC) de Gustavo Corção e da Tradição, Família e Propriedade (TFP) de Plínio Corrêa de Oliveira. Embora a TFP tenha participado das primeiras conferências asiáticas da WACL, ela veria sua tentativa

O início da década de 1970 no Brasil, ademais, apresentava uma “vantagem” logo aproveitada por essa nova ultradireita nacionalista: o país era governado por uma ditadura militar bonapartista (RAGO, 1998) que possuía e operava mecanismos de terrorismo de Estado para *cassar e caçar* comunistas, supostos e reais. Todavia, Penna Botto não teve condições físicas de ir ao México em 1972, mas nem por isso deixou de encaminhar uma proposta de Resolução à VI Conferência da WACL na qual solicitou o fim e a dissolução da ONU, incapaz, segundo ele, de *guerrear* o comunismo (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 243). Outros anticomunistas brasileiros, mais jovens que o velho Penna Botto, viajaram à Cidade do México, contudo, tomando parte da VI Conferência da WACL, da IV Conferência da WYACL e do I Congresso da CAL. Seria a hora e a vez, portanto, dos jovens anticomunistas da extrema-direita brasileira assumirem o leme das conexões repressivas e ideológicas transnacionais nutridas e construídas por Penna Botto desde 1955. Antes de analisar quem integrou essa juventude anticomunista “herdeira” das redes anticomunistas globais de Penna Botto, porém, importa frisar que dois anos antes da VI Conferência da WACL e da criação da CAL em seu esteio, o velho almirante já havia colocado à disposição da espionagem da ditadura brasileira os contatos de sua extensa rede transnacional de contrapartes anticomunistas. Hoje, felizmente, encontra-se depositado no Arquivo Nacional do Brasil uma cópia da Informação n.º 8 do Serviço Nacional de Informações (SNI) da ditadura pátria, isto é, um documentação produzida pelo sistema militar de arapongagem instituído, por aqui, a partir de 1964. Assim que, em 28 de julho de 1970, a chefia do SNI informou que Penna Botto, “Presidente da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIADC) e da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBAC)”, comparecera à Agência do Rio de Janeiro do SNI “para tratar de assunto de seu interesse” (AC.ACE.29403/70, p. 3).

“Seu” interesse, advertiu-se, poderia “interessar” os arapongas militares na missão de defender a “imagem do Brasil no exterior” feita pela ditadura brasileira. O velho almirante visitou a sucursal carioca do SNI em 1970 e entregou aos espiões profissionais uma “**relação das Organizações Anticomunistas Mundiais que mantêm contatos com a CIADC e a CBAC**”

---

de adentrar no complexo WACL/CAL obstada por sua contraparte mexicana. Seu acesso às redes waclianas, como se verá, foi barrado pela inimizada política profunda da TFP com o “pai ideológico” dos tecos, o padre e teólogo Julio Meinvielle, expoente do integrismo antissemita argentino. Os ultracatólicos tecos da FEMACO, extrema-direita ciosa de sua condição de herdeira política da contrarrevolução dos cristeros, encetaria uma violenta campanha contra a TFP brasileira. Depois, detalhar-se-á essa disputa inter-integrista que opôs, no seio da WACL e da nascente CAL, as alas mais virulentas do ultracatolicismo contrarrevolucionário da América Latina.

(AC.ACE.29403/70, p. 3, grifo meu). A partir dessa lista, o SNI conjecturou que os contatos da relação de Penna Botto poderiam ser mobilizadas em benefício da ditadura militar, em um primeiro momento, para fins de propaganda política no exterior (AC.ACE.29403/70, p. 3). A filial carioca do SNI concluiu que, diante dessa “dica” de Penna Botto, **“esta assessoria vislumbrou a possibilidade de obter ampla cooperação das organizações AC [anticomunistas] do exterior numa campanha de esclarecimentos relacionadas com as calúnias assacadas contra o regime brasileiro e que visam a comprometer o prestígio internacional do nosso país”** (AC.ACE.29403/70, p. 3, grifo meu). A Agência carioca do SNI, entretanto, “se absteve de abordar o assunto, por julgar ser prematura qualquer iniciativa não autorizada ou planejada nesse sentido”. Apesar disso, a filial carioca da espionagem militar enviou a relação de Penna Botto à Agência Central do SNI, “juntamente com uma coleção de publicações de diversas das Organizações AC do exterior que revelam a pujança econômica das mesmas” (AC.ACE.29403/70, p. 3). A extensão global das entidades anticomunistas citadas no portfólio de Penna Botto é impressionante e deve ter impressionado o SNI.

Vale a pena citá-la na íntegra e dar a devida atenção ao pioneirismo de Penna Botto como agente da internacionalização da extrema-direita brasileira. Meditar sobre essa relação de contatos e conexões de Penna Botto, oxalá, poderia evitar o equívoco historiográfico de tratar o velho almirante apenas como uma caricatura: até hoje, ele só foi *caricaturizado* pela historiografia, que deveria tê-lo caracterizado histórica e ideologicamente por aquilo que ele foi de fato<sup>502</sup>. Flagrante em sua mundaneidade, em sua ideologia e práxis, não deveria ser sinônimo de capturar e reconstruir as dimensões caricaturais mais evidentes de sua *persona* histórica. A análise que apenas se detiver nesse nível, esqueceu-se do principal: Penna Botto foi um militar golpista recalcitrante, um reacionário com décadas de militância e em contato de “alto nível” com seus “amigos” norte-americanos no meio militar, diplomático, na CIA e na USAID, conforme visto no CAPÍTULO 3. Para nunca mais se apequenar o internacionalismo do almirante – e do *pennabottismo* –, basta conferir o rol de **“Organizações Anticomunistas Mundiais”** fornecido por Penna Botto ao serviço secreto da ditadura militar brasileira em 1970. O decano dos “cruzados” brasileiros, três

---

<sup>502</sup> Essa felicíssima advertência metodológica sobre o perigo de se caricaturizar a extrema-direita brasileira, ao invés de categorizá-la histórica e ideologicamente por aquilo que ela é, deve-se a João Cezar de Castro Rocha (2021). Foi ele quem burilou essa distinção entre caricaturizar e caracterizar a ultradireita verde-amarela em seu estudo sobre o bolsonarismo, novo/velho fenômeno da extrema-direita brasileira do século XXI.

anos antes de sua morte, repassara os seguintes “contatos” do “**Movimento da WACL**” ao SNI carioca:

The **Cardinal Mindszenty Foundation**, Saint Louis, Missouri, EUA; **International Documentation and Information Center (INTERDOC)**, Hague, Holanda; **Institute for the Study of the URSS**, Alemanha Ocidental; **Federación Mexicana Anticomunista de Occidente (FEMACO)**, Guadalajara, Jalisco, México; **L’Est European**, Paris, França; **Issues and Studies: Institute of International Relations**, Taipei, Taiwan; **Freedom Center News-Freedom Academy**, Seul, Coreia do Sul; **Vietnam Newsletter**, Saigon, Vietnã do Sul; **The American Security Council (ASC)**<sup>503</sup>, Washington, D.C., EUA; **Institute for American Strategy**, Chicago, EUA; **Frente Popular Anticomunista de México (FPAM)**, Cidade do México, México<sup>504</sup>; **Christian Nationalist Crusade**, Los Angeles, EUA; **The Independent American**, New Orleans, Luisiana, EUA; **Union pour la Défense des Peuples Opprimés** (Mensuel Exil et Liberté), Paris, França; **Estudios sobre el Comunismo**, Santiago, Chile<sup>505</sup>; **The International Committee for Information and Social Activity (CIAS)**, em Bonn, Alemanha Ocidental<sup>506</sup>; **El Legionario-Legion Anticomunista Republicana**, Buenos Aires, Argentina; **American Opinion**, Belmont, Massachussets, EUA; **Revista Réplica**, Guadalajara, Jalisco, México; **The Polish Council of National Unity** (Editor of Polish Affairs), Londres, Inglaterra; **Christian Anti-Communist Crusade**, Long Beach, Califórnia, EUA; **Asian Outlook-APACL**, Taipei, Taiwan; **Documenti di attualità politica**, Roma, Itália; **Mensário Catolicismo**, Rio de Janeiro, Brasil; **Informations Politiques et Sociales**, Paris, França; **The Truth About Cuba Committee**, Miami, Flórida, EUA; **Este Oeste** (Edición para America Latina), Caracas, Venezuela; **Vietnam Magazine** (The Vietnam Council on Foreign Relations), Saigon, Vietnã do Sul; **The Antibolchevic Bloc of Nations (ABN)**, Munique, Alemanha Ocidental; **Asian People’s Anticommunist League (APACL)**, Taipei, Taiwan; **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)**, São Paulo, Brasil; **The WACL Bulletin**, Seul, Coreia do Sul; **The All-American Conference to Combat Communist**, Pittsburgh, Pensilvânia, EUA; **The Maltese Anti-Communist League**, Valetta, Ilha de Malta; **Centro Europeo de Documentación y Información (CEDI)**, Madrid, Espanha; **Comitê Internacional para Defesa da Cultura Cristã**, Lisboa, Portugal<sup>507</sup>; **East-West Digest**, Londres, Inglaterra; **Institute for Political and Economic Studies**, Londres, Inglaterra; **National Council to Combat Communism**, Pretória, África do Sul; **Anti-Communist Baltic Committee**, Estocolmo, Suécia; **Free Asia Association**, Tóquio, Japão<sup>508</sup>; **All Burma Anti-Communist League**, Rangoon, Burma; **British Movement for Freedom in Russia**, Londres, Inglaterra; **Friends of Oppressed Russians**, Atenas, Grécia; **The Conservative Society of America**, New Orleans, EUA; **Committee on Pan-American Policy**, New York, EUA; **Assembly of Captive European Nations (ACEN)**, New York, EUA; **National Alliance of Russian Solidarists (NTS)**, Paris, França; **Committee of**

---

<sup>503</sup> Presidida por John M. Fisher, que também presidira o Conselho Americano pela Liberdade Mundial (ACWF), o “Capítulo” norte-americano da WACL.

<sup>504</sup> Presidida por Jorge Prieto Laurens, ex-secretário-geral e vice-presidente da CIDC, grupo de confederados anticomunistas que dirigiu ao lado de seu aliado brasileiro Penna Botto, pelo menos, desde 1955.

<sup>505</sup> Dirigida pelo padre polonês exilado no Chile Michael Porodowski. Como visto no CAPÍTULO 3, Porodowski fora um dos “delegados observadores de la Revista Estudios sobre el Comunismo” no II Congresso da CIDC realizado em 1955 no Brasil e integrou a delegação chilena junto ao III Congresso da CIDC de 1957 no Peru.

<sup>506</sup> O CIAS, como visto no CAPÍTULO 3, foi fundado pelo antigo “manda-chuva” do Anti-Komintern do III Reich, Eberhard Taubert. Permanecendo nas sombras, porém, o CIAS era dirigido ostensivamente pelo ex-oficial de contra-inteligência nazista Fritz Cramer e pelo ex-funcionário sênior do Anti-Komintern Alfred Gielen.

<sup>507</sup> O Comitê Internacional para Defesa da Cultura Cristã era dirigido por Antonio Lino Neto.

<sup>508</sup> Dirigida pelos japoneses Tetsuzo Watanabe e Juitsu Kitaoka.

**One Million**, New York, EUA; **Byelorussian Liberation Front (BLF)**, Fairfield, Austrália; **Ligue Anti-Communist du Congo**, Dendale, Leopoldville; **India Anti-Communist League**, Nova Deli, Índia<sup>509</sup>; e **Iran Anti-Communist League**, Teerã, Irã<sup>510</sup> (AC.ACE.29403/70, pp. 4-7, grifo meu)

À diferença de seu velho aliado e contraparte Jorge Prieto Laurens – que não apenas viveu para ver o surgimento mas ainda conseguiu integrar-se como presidente honorário da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL/CAL –, Penna Botto não viveu tempo suficiente para engajar-se naquele que viria a ser o poderoso “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, a saber, a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES). Morto o almirante em 1973, coube a uma geração mais jovem da extrema-direita nacional, via SEPES, engajar o Brasil no complexo WACL/CAL. Criada em 27 de junho de 1971, a SEPES, então presidida pelo industrial Alfredo Weiszflog, enviara um de seus membros ao México, em 1972, buscando inserir o grupo na WACL. Weiszflog era o herdeiro proprietário da Companhia Melhoramentos de São Paulo, a gigante da indústria do papel e celulose cuja principal fábrica estava instalada na Grande São Paulo no município de Caieiras. Antes de fornecer seu rebento à presidência da SEPES, a Cia. Melhoramentos já havia se envolvido na conspiração e no golpe de Estado de 1964 por intermédio de um de seus diretores, Mario Toledo de Moraes, membro do Conselho Orientador e do Conselho Diretor do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), *think tank* político, empresarial e militar que nucleou a quartelada contra o presidente trabalhista João Goulart<sup>511</sup>. A Cia. Melhoramentos de Caieiras também foi exposta por ter contratado um criminoso nazista foragido de “alto nível”, ninguém menos que o ex-médico SS do campo de concentração de Auschwitz: Josef Mengele. Embora pouco se saiba sobre as reais conexões da Cia. Melhoramentos de Caieiras com o refúgio caieirense de Josef Mengele, o “anjo da morte” de Auschwitz, as afinidades eletivas dessa empresa criada por proprietários alemães, os Weiszflog, remontam à II Guerra Mundial, no mínimo. Nesse período, membros da família Weiszflog e diretores da Cia. Melhoramentos foram monitorados e presos pelo DEOPS-SP sob a acusação de serem simpatizantes nazistas<sup>512</sup>.

---

<sup>509</sup> Dirigida por Rama Swarup.

<sup>510</sup> Dirigida por Parviz Kazemi.

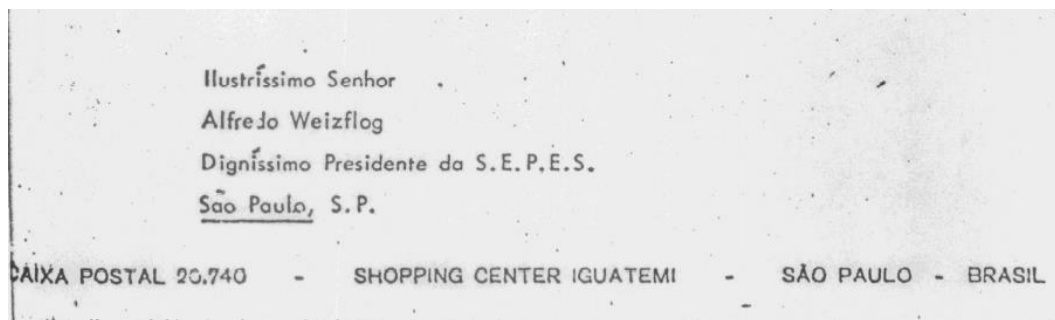
<sup>511</sup> O historiador uruguaio René Armand Dreifuss circunscreve que a participação no IPÊS de Mario Toledo de Moraes – antigo 2º vice-presidente da FIESP/CIESP e que hoje dá nome a uma escola pública em Caieiras – esteve vinculada a Hasso Weiszflog, co-proprietário da Cia. Melhoramentos (DREIFUSS, 1981: 94/549).

<sup>512</sup> Como esclarece Vanice Jeronymo, durante a II Guerra Mundial “a Companhia e alguns diretores tiveram seus nomes incluídos na Lista Negra e foram afastados de seus cargos”, entre eles, Frederico Guilherme, Alfred e Walter Weiszflog, Johannes Ehlert, Kurt Faltim e Niels Christian Christensen (JERONYMO, 2011: 154). “Os membros da

Quanto ao rebento dos Weiszflog, o então jovem Alfredo, praticamente nada se sabe sobre quais circuitos anticomunistas conduziram-no à presidência da SEPES. Graças a um documento hoje depositado no Arquivo Nacional do Brasil, felizmente, pode-se reconhecê-lo como o primeiro presidente da SEPES, o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL. No documento, com o timbre da SEPES, registrou-se que a entidade “vem atuando através de seus membros em atividades de preparação e apoio a grupos dirigentes que se proponham a uma luta permanente, não apenas de combate ao Marxismo, como principalmente de uma formação autêntica em termos da moral Ocidental” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 181). Informou-se que a SEPES, “dentro de sua área internacional, participou dos Congressos realizados no México em agosto e setembro de 1972” e, “em consequência de sua participação no [VI] Congresso da Liga Anticomunista Mundial, foi convidada a participar da constituição da Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL)” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 181). A parte mais reveladora do documento diz respeito ao informe da viagem feita por um dos fundadores da SEPES, Elias Jorge Tambur, ao “**Ilustríssimo Senhor Alfredo Wei[s]zflog, Digníssimo Presidente da S.E.P.E.S, São Paulo, S.P.**”, sediada no *Shopping Center* Iguatemi. Trata-se do “relatório pertinente à viagem [de Tambur] ao México, realizada no período de 21 de agosto a 3 de setembro de 1972, como representante da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais no VI Congresso da ‘World Anti-Communist League’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 181).

---

família Weiszflog foram vigiados. Para as viagens dos funcionários que necessitavam ir de Caieiras para São Paulo ou Santos era necessário o pedido de salvo-conduta. Johannes Ehlert – técnico geral e supervisor dos estabelecimentos fabris de Caieiras – requereu vários salvos condutos às autoridades policiais (...) Kurt Faltim – engenheiro da fábrica e residente do núcleo – e Frederico Guilherme Weiszflog – filho de Otto e Anna Maria Weiszflog – foram detidos e tiveram, de acordo com os apontamentos dos prontuários, envolvimento com o nazismo. Assim, como atesta o caso de Mengele, é provável que o isolamento e a autonomia patronal em Caieiras tenha favorecido o abrigo a refugiados alemães do pós-guerra” (JERONYMO, 2011: 154). Ao que tudo indica, antes de ser demitido em 1972, vivendo e trabalhando sob o pseudônimo “Peter” ou “seu Pedro”, Mengele trabalhou por “cinco anos como chefe de manutenção da Melhoramentos, fábrica de papel de Caieiras (SP)” (JERONYMO, 2011: 153-154). Ele permaneceria em Caieiras, contudo, até fevereiro de 1975.



**Figura 241.** Relatório de Elias Jorge Tambur ao “Ilustríssimo Senhor Alfredo Wei[s]zflog, Digníssimo Presidente da S.E.P.E.S, São Paulo, S.P.”. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL, BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 181.

Datado de 28 de setembro de 1972, o relatório de Tambur esclareceu ao então presidente da SEPES que apresentava, na ocasião, “uma síntese do relato oral já efetuado nessa Sociedade desde o dia 4 de setembro passado” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 181). Explicitando o intrincado processo de engajamento sepista na Liga Mundial Anticomunista, o relatório de Tambur a Weiszflog reportou que a SEPES “recebeu, em 11 de agosto de 1972, três comunicações da ‘World Anti-Communist League’, acerca do seu Sexto Congresso Mundial, que se realizaria na Cidade do México, de 23 a 28 de agosto de 1972” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 185). “De posse das informações básicas e do temário detalhado” da VI Conferência da WACL, a SEPES teria passado “a estudar a viabilidade de participar do certame, considerando a importância dos assuntos que seriam nele abordados e ainda os fatores distância, tempo e disponibilidade, entre outros” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 185). Decidindo-se, finalmente, pelo envio de um representante da SEPES ao México, no caso, o próprio Tambur, foram estabelecidos os seguintes objetivos a essa viagem de “reconhecimento” da WACL:

- a) **conhecer mais diretamente a ‘World Anti-communist League’;**
- b) **participar como observador do [6º] Congresso [da WACL];**
- c) **estabelecer os contatos iniciais com as representações, entidades e associações anticomunistas participantes;**
- d) acompanhar os trabalhos desenvolvidos durante o Congresso, suas conferências e teses defendidas;
- e) **conhecer a Universidade Autônoma de Guadalajara [UAG];**
- f) estabelecer os entendimentos iniciais com a referida Universidade visando um intercâmbio cultural;
- g) constatar o seu interesse em instalar um Centro de Estudos Brasileiros;
- h) promover gestões no sentido de que seja assinado convênio, se possível com a SEPES, para a instalação do referido Centro de Estudos (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 185, grifo meu)

Na sequência de seu relatório ao presidente da SEPES, Tambur descreveu a origem da WACL na Coreia do Sul em 8 de novembro de 1966. Explicou o funcionamento da Liga a partir



de suas conferências anuais, detalhando sua estrutura organizativa “com presidente e 6 (seis) vice-presidentes”, com um Conselho “composto pelo presidente, pelo Secretário-Geral da Liga e os chefes delegados de todas as unidades-membros”, com um Comitê Executivo integrado por não mais de 13 (treze) membros”, e com um Secretariado dirigido pelo Secretário Permanente da WACL. Tambur detalhou ainda os mecanismos de financiamento da Liga e sua divisão entre “os Membros-Regulares, com direito de voto, e os Membros Associados, sem direito de voto” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 188). O relatório da SEPES caracterizou a WACL como uma organização criada para lutar pela “defesa da liberdade, baseada na democracia, na Justiça e na Dignidade Humana”, apresentando “como objetivos lutar para eliminar toda classe de totalitarismo e comunismo da face da terra, bem como manter os direitos humanos, a liberdade religiosa, a justiça social e autodeterminação dos povos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 188). O relatório da SEPES informou, ademais, que nos primeiros seis anos de existência “a WACL concentrou sua atuação nos países asiáticos, que foram até o presente, sua sede”, mas, a partir de 1972, “o México constituiu, assim, a primeira saída da Liga do continente asiático, para realizar seu [VI] Congresso em outra parte do mundo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 188).

Assim que chegou ao México, o enviado da SEPES Elias Jorge Tambur encontrou-se “com um dos principais dirigentes do Congresso, Lic. Rafael Rodriguez”, que lhe orientou a participar apenas da IV Conferência da *World Youth Anticomunist League* (WYACL), “dada as peculiaridades da organização representada e da faixa etária dos participantes do outro Congresso [i.e., a VI Conferência da WACL]” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 190). Porém, diante da insistência de Tambur para que lhe fosse permitido participar de ambas conferências – a VI da WACL e a IV da WYACL –, “pois esse era o objetivo de sua viagem”, o dirigente da FEMACO anuiu, acrescentando que bastaria “para tal **a solicitação de filiação da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais à Liga e o preenchimento da folha de inscrição**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 190). Feito isso, o representante da SEPES enviado ao México participou da IV Conferência da WYACL, da qual participaram, “como Membros Regulares, as delegações da República da China, Japão, Filipinas, Canadá, Estados Unidos, Costa Rica e as seguintes Organizações Internacionais: ‘Anti-Bolshevik Bloc of Nations’ e ‘American Youth for Freedom’. Participaram da IV Conferência da WYACL como Observadores, a seu turno,

representantes das organizações: ‘American Council for World Freedom’ [ACWF], ‘Confederação de Centros Culturais da Juventude do Brasil’, ‘Frente Anticomunista Español’, ‘Grupo Intelectual Antimarxista Español’, ‘Movimiento de Liberación Nacional [MLN] de Guatemala’, ‘Alpha 66’ [Cuba], ‘Federacion Mexicana Anticomunista (FEMACO)’ e ‘Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – SEPES’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 190).

Tambur, em seu relatório ao então presidente da SEPES Alfredo Weiszflog, acrescentou que “as teses apresentadas no Congresso não chegaram a suscitar grandes discussões, salvo a apresentada pela delegação do México, propondo a internacionalização do ‘Ateneo Anti-Marx’ da FEMACO, criando um Instituto Internacional de Formação Antimarxista, que auxilie nas tarefas do Secretariado Geral da Liga na formação e capacitação de líderes e dirigentes anticomunistas, com sede na cidade de Guadalajara, México, dirigido e patrocinado pela FEMACO” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 191). A proposta do “Capítulo” mexicano da WYACL teria provocado “uma divisão tida e curiosa entre os representantes de países latinos e não latinos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 191). Encerrando o tópico de seu informe destinado à IV Conferência da WYACL, o representante da SEPES enviado ao México resumiu que as principais teses apresentadas “condenavam o totalitarismo comunista, o imperialismo russo, a perseguição da juventude pelos russos soviéticos e a condenação do comunismo chinês por danificar os corpos e as mentes por meio do tráfico de narcóticos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 191).

Reportando a realização da VI Conferência da WACL, propriamente, Tambur informou a Weiszflog que participaram do conclave “cerca de 400 (quatrocentas) pessoas provenientes de aproximadamente 60 (sessenta) países da Ásia, Oriente Médio, Europa, América do Norte, América Latina e África, entre Membros Regulares, Organizações Internacionais, Membros Associados e Observadores” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 193). “Sob o Tema Geral e lema ‘Civilización y Progreso Sí, Comunismo No’”, as atividades da VI Conferência da WACL iniciaram-se no dia 24 de agosto de 1972 com o registro de delegados, sessões do Comitê Executivo da Liga e uma entrevista de imprensa concedida pelos dirigentes da WACL. A programação entregue previamente à SEPES pelos líderes da FEMACO “prosseguiu sem alterações” e, no dia 25 de agosto, realizaram-se uma “homenagem aos heróis da Independência do México”, a “sessão de abertura do Congresso”, a “conferência do Pe. Júlio Meinvielle, sobre o tema ‘Civilización’”, a “primeira Sessão Plenária” e a “eleição do novo Presidente da Liga, Lic.

Raimundo Guerrero” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 193). Do dia 26 de agosto, Tambur destacou a “conferência do Dr. Paik Naik Joon, sobre o tema ‘Progresso’” e a “reunião dos 4 (quatro) comitês de trabalho: Político, Cultural e Educativo, Econômico e Comunicado Final”, salientando que “o representante da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais integrou o Comitê n.º 2 (dois), ou seja, o Cultural e Educativo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 193). Nele, “foram estudadas, discutidas e encaminhadas as seguintes teses” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 193):

- a) Proteção à liberdade de imprensa contra a infiltração e manipulação comunista; b) Alerta à juventude para que defenda a liberdade e a democracia; c) Resolução sobre a liberdade religiosa; d) **Condenação ao Imperialismo Soviético Russo, ao colonialismo e totalitarismo comunista, à ‘Russificação’ e exploração da Ucrânia e outras nações cativas;** e) **Criação de uma Agência Internacional de Notícias** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 194, grifo meu)

Os demais Comitês da VI Conferência da WACL deliberaram sobre inúmeras outras proposições, “aprovadas sem dificuldades na Segunda Sessão Plenária, **salvo a do Almirante Carlos Penna Botto, que apesar de ausente no Congresso, encaminhou sua tese propondo, em síntese, a extinção da Organização das Nações Unidas [ONU]**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 194, grifo meu). Do último dia da conferência wacliiana, em 27 de agosto, Tambur destacou a “conferência do Dr. Walter H. Judd, sobre o tema ‘Comunismo’” e a “cerimônia de encerramento” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 194). Finalmente, o sepista observou que, durante a VI Conferência da WACL, “a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – SEPES, através de seu representante, iniciou contatos com representações e organizações da República da China [Taiwan], Filipinas, Japão, Arábia Saudita, Jordânia, Líbano, Canadá, Estados Unidos, México, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, Nicarágua, Venezuela, Bélgica, Espanha, França e Itália” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 194). “A fim de propiciar um conhecimento maior dessas organizações, possibilitando em consequência um intercâmbio com a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais”, arrematou Tambur a Weiszflog, “trouxe ainda seu representante material dos mais variados, como impressos, publicações, jornais, revistas, folhetos, estatutos, flâmulas, poster, boletins informativos, totalizando o número de 37” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 194-195).

No último tópico de seu informe referente à VI Conferência da WACL, Tambur reportou a Weiszflog algumas de suas “observações pessoais, conclusões e propostas de ação relativas aos

assuntos a que se refere o presente relatório” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 196). A primeira observação referiu-se aos “Participantes do Brasil” na VI Conferência da WACL e na IV Conferência da WYACL, evidenciando que o representante da SEPES não era o único brasileiro presente nos conclaves anticomunistas. Um tal de “Sérgio Luiz Rodrigues Lopes” também teria participado da VI Conferência da Liga “como observador, dizendo representar a si próprio, proveniente de Brasília. É quase certo que tenha se apresentado com pseudônimo e que tenha representado órgão oficial”, uma vez que, segundo Tambur, ele “possuía viatura a sua disposição e não estava hospedado no hotel dos demais participantes, dificultando, certamente, contato mais frequente com as demais delegações” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI 0044, p. 196). Ao que tudo indica, pois, o pseudônimo “Sérgio Luiz Rodriguez Lopes” serviu para a ditadura brasileira, por meio de canais diplomáticos e/ou militares, acompanhar de perto a VI Conferência da WACL<sup>513</sup>.

Além desse agente infiltrado da ditadura militar do Brasil presente no conclave anticomunista, também o “Prof. Pe. José Afonso de Moraes Buenos Passos” tomou parte, como observador, “do VI Congresso da WACL e da Assembléia Constitutiva da Confederação Anticomunista Latino-Americana [CAL]”, apresentando-se “como Professor Universitário, tendo participado com especial acuidade dos eventos e pode o representante da SEPES, pelo conhecimento pré-existente, conferir alguns pontos de vista” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 196). Infelizmente, não foram registrados no relatório de Tambur ao presidente da SEPES quais seriam esses “pontos de vista” sobre o padre em questão. Um terceiro brasileiro, ademais, chamado Dario Alves, também “participou do IV Congresso da WYACL e da Assembléia Constitutiva” da CAL “como representante da Confederação de Centros Culturais da Juventude do Brasil” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 196-197). Ligado ao movimento integralista, Dario Alves esteve auxiliado na Cidade do México por Nair Tejada, prevendo-se que ele retornaria “ao México dentro de 2 (dois) meses para trabalhar na Confederação [Anticomunista] Latino-Americana” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI 0044, p. 197).

---

<sup>513</sup> Recorde-se que “a Embaixada do Brasil no México opinou no sentido de que não parece conveniente ao Governo brasileiro associar-se ou participar oficialmente do VI Congresso da Liga Mundial Anticomunista” e o então secretário de Estado das Relações Exteriores, reportando-se ao “Senhor Presidente da República” E. G. Médici, endossou essa opinião, acrescentando, todavia, que “estou instruindo a Embaixada do Brasil no México a se limitar a um trabalho de observação do aludido conclave, sem qualquer caráter oficial” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 255).

Em outra observação ao presidente da SEPES Alfredo Weiszflog, Tambur abordou a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, fundada por Plínio Corrêa de Oliveira, assinalando que **“foi recusada a participação da TFP no evento, por certas atitudes provocatórias de desunião e críticas ao Pe. Julio Meinvielle”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 197, grifo meu). Tambur reportou a Weiszflog ainda que os tecos da FEMACO lhe teriam informado que a cidade de Cuernavacca seria o principal “centro de preparação da subversão do clero da América Latina”, supostamente dirigido pelo “Bispo Mendez Arceo, figura característica da subversão no meio eclesiástico mexicano” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 197). Tambur teria sido informado que “lá se encontra o exilado brasileiro Francisco Julião” e, além deste, o bispo Mendez Arceo abrigaria, na mesma cidade, “IVAN ILLICH, fundador do Instituto desaprovado pela Santa Sé” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 197). O representante da SEPES também teria sido “informado pela FEMACO de que há infiltração de elementos comunistas na cúpula do Anti-Bolchevik Bloc of Nations (ABN)” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 197).

Tambur teria tido, além disso, um primeiro contato com a organização “Alpha 66, formada por exilados cubanos residentes em Miami, onde constituem uma comunidade economicamente forte, com órgãos próprios de comunicação” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 197-198). Críticos da postura “*soft*” dos EUA em relação a Cuba castrista, a Alpha 66 pretendia ser aceita “na Organização dos Estados Americanos [OEA] como representantes da nação cubana” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 198). Conscientizando-se acerca da matriz asiática por trás da Liga Mundial Anticomunista, Tambur observou finalmente que as “entidades da China e países asiáticos são visivelmente as mais importantes, inclusive como financiadoras da WACL” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 193). Salientou, não obstante, que a FEMACO era também, “sem dúvida alguma”, uma “entidade bastante forte”, cujos quadros eram integrados por “professores e alunos da Universidade [Autônoma] de Guadalajara [UAG], onde detêm o controle ideológico, com grandes probabilidades de exercer a liderança executiva do movimento anticomunista da América Latina” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 198).

Ademais, Tambur sumariou ao presidente da SEPES que, de fato, a IV Conferência da WYACL foi “sem grande importância ou expressão”. Ao contrário dela, porém, embora “sem

grande cobertura jornalística, e com as distorções costumeiras”, a VI Conferência da WACL constituiu um “excelente motivo de encontro de pessoas ou organizações para contato, intercâmbio e troca de informações, propiciado pela permanência de um grande número de pessoas numa convivência intensa” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 198). O brasileiro elogiou o líder da FEMACO Rafael Rodríguez, que “pretende o ingresso [na WACL] de entidades autenticamente executivas, a fim de tornar a organização mais eficaz e menos decorativa” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 198), exaltando o que viu em sua visita a Guadalajara, na “sede da FEMACO e centro da resistência ideológica anticomunista no México” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 199). O enviado da SEPES ao México, portanto, não apenas tomou parte dos conclaves anticomunistas na Cidade do México, mas viajou ao “quartel-general” dos tecos da FEMACO, visitando então a Universidade Autónoma de Guadalajara (UAG), uma “das mais conceituadas do ponto de vista humano, material, ideológico e científico com unidade e coesão significativas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 199). A UAG seria perfeita, concluiu Tambur a Weiszflog, para estabelecer uma *joint venture* anticomunista com a SEPES: a UAG seria então, vislumbrou Tambur, um “local privilegiado para sedir um Centro de Estudos Brasileiros pelas razões acima apontadas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 199). Por último, depois de registrar que a delegação de Taiwan presente na Cidade do México oferecera um jantar exclusivo “apenas aos chefes de delegações da América Latina”, Tambur sugeriu as seguintes “propostas de ação” ao então presidente da SEPES, Alfredo Weiszflog:

I. Correspondência imediata ao Reitor da Universidade Autónoma de Guadalajara [UAG] propondo a elaboração do projeto de implantação do Centro de Estudos Brasileiros. II. Correspondência imediata às pessoas e entidades relacionadas no Anexo n.º 20<sup>514</sup>, dando continuidade ao intercâmbio iniciado. III. Que a SEPES continue pesquisando as informações constantes no presente relatório, retificando e aprofundando-as. IV. **Que a SEPES estude a viabilidade de enviar ao próximo Congresso [então agendado para ocorrer em Londres] pelo menos 2 (dois) de seus membros, ensejando uma atuação maior.** V. Que a SEPES, na época do Congresso, de posse de informações básicas possua objetivos mais específicos, que propiciem um aprofundamento maior dos problemas a serem abordados. VI. Envidar todos os esforços para a concretização do Centro de Estudos Brasileiros. VII. **Não perder de vista a hipótese de o Brasil sediar o Congresso da WACL, pelos seus fatores determinantes: Governo Anticomunista com um plano de desenvolvimento em fase de execução.** VIII. **Ampliar as suas atividades através de um entrosamento mais estreito com entidades congêneres, a fim de que a SEPES possa representar de fato uma liderança regional neste Congresso** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 200)

---

<sup>514</sup> É uma pena para a historiografia interessada que inúmeros anexos referidos por Tambur em seu relatório a Weiszflog não estejam depositados no Arquivo Nacional do Brasil. Esses materiais, se um dia encontrados, ajudarão a detalhar ainda mais o complexo emaranhado dessas redes e agentes anticomunistas reunidos no México em 1972.

Enfim, o último item do relatório Tambur a Weiszflog versou, especificamente, sobre a “Assembléia Constitutiva da Confederação Anticomunista Latino-Americana [CAL]” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 203). Registrou-se que, “terminado o Congresso da Liga Mundial, o representante da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais foi convidado a participar da Assembléia Constitutiva da Confederação Anticomunista Latino-Americana”, realizado entre 28 e 29 de agosto de 1972 (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 203). Segundo Tambur, “participaram desta Assembléia representantes de organizações da Bolívia (representada pelo seu Embaixador), Argentina, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Guatemala, Nicarágua, Venezuela, México, Cuba (Alpha 66) e Brasil” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 203). Apenas no primeiro dias dessas sessões constitutivas da CAL, em 28 de agosto, teriam participado também “o representante da República da China, Dr. Ku Cheng Kang, Presidente Honorário da WACL, o Senador José J. Roy e o sr. José Maria Hernandez, representantes das Filipinas, [e] o Lic. Raimundo Guerrero, atual presidente da WACL” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 203). Todos os presentes foram convidados a discursarem nesse I Congresso da CAL e, na ocasião, o representante da SEPES Tambur tratou “brevemente da Organização que representava, da Subversão Cultural, da necessidade de preparação de novas lideranças políticas, da necessidade da união de esforços contra os problemas comuns, ou seja, a subversão dos meios de comunicação, Universidades, Clero, Terrorismo, Tóxicos, da pressão democrática em favor da Segurança Continental e do Desenvolvimento equilibrado da Comunidade Latino-Americana” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 203).

Tambur salientou, enfim, que “para Presidente da Confederação foi eleito por unanimidade o Lic. Rafael Rodriguez da FEMACO”, elegendo-se “um Comitê que irá colaborar com a Secretaria Geral, formado de representantes de 5 (cinco) organizações provenientes dos seguintes países: Guatemala, Panamá, Costa Rica, Cuba (Alpha 66) e Brasil (sr. Dario Alves, da Confederação de Centros Culturais de Juventude)” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 203). O relatório de Tambur concluiu observando que “foi solicitado aos participantes que encaminhem o ‘dossier’ de suas organizações ao endereço de Rafael Rodriguez Lopez em Guadalajara”. Destacou que, ao final da Assembleia Constitutiva da CAL, inclusive, foi apresentado “um Anteprojeto de Carta de Princípios, elaborado pela FEMACO” e, “após a sua leitura e discussão,

item por item, decidiu-se encaminhar aos participantes cópias de sua nova redação, com as alterações propostas, a fim de que as organizações opinem e se manifestem para sua aprovação e redação final” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 203).

#### 5.2.8.2. O “ovo da serpente”: o Anteprojeto de Estatutos da CAL

Como dito, a “Carta de Princípios” referida pelo representante da SEPES que participou da Assembleia Constitutiva da CAL no México em 1972 foi apresentada pela FEMACO. Intitulada *Ante Proyecto de Estatutos de la Confederación Anticomunismo Latinoamericana (CAL)*, esse esboço apresenta a vantagem de condensar uma versão “sem edição” da normativa e do teor do recém-criado órgão regional da WACL na América Latina, a CAL. Na medida em que a CAL estruturou-se, como visto, como um órgão coordenador de “redes de colaboración transnacional para perseguir, torturar y desaparecer sistemáticamente a la oposición política latinoamericana de los años setenta y ochenta del siglo XX” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 156), seu primeiro esboço estatutário e axiológico pode ser caracterizado como uma espécie de “ovo da serpente” da escalada do terrorismo de Estado das ditaduras militares da região. Nesse sentido é que se devem analisar os princípios e programas de ação inscritos nesse *Anteprojeto de Estatutos da CAL*, isto é, apanhado-o como uma expressão do terrorismo de Estado e de seus associados civis e militares da América Latina. Dessa forma, demarcando a gênese principiológica e estatutária da CAL, seu *Ante Proyecto de Estatutos* foi dividido em 7 capítulos, 53 artigos e outras tantas frações. Em seu **Capítulo 1º, Naturaleza e Fines**, definiu-se a CAL como uma estrutura confederada ou “**una alianza de Partidos Políticos, Organizaciones Militares, y otras entidades anticomunistas**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 265, grifo meu), com os seguintes objetivos estruturadores:

**Impedir que los Estados de la América Latina caigan en poder del comunismo y que sus pueblos sean conducidos a la esclavitud, elaborando y ejecutando planes de acción destinados a frustrar el asalto comunista (cap. 1º, art. 1º, fração I); Combatir al socialismo marxista o comunismo en todos los órdenes y en todos los lugares de la América Latina, hasta obtener su derrota final**, aprobando medidas conducentes a la realización de este objetivo, **combatendo además a las fuerzas secretas que propagan el comunismo y a todos sus cómplices (cap. 1º, art. 1º, fração II); Promover la ayuda mutua entre los Partidos Políticos, Organizaciones Militares y Entidades anticomunistas que se unan a esta Confederación, con el fin de asegurar su victoria contra el comunismo (cap. 1º, art. 1º, fração III)** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 265, grifo meu)



No Capítulo 1º, artigo 1º, fração III, a nascente CAL lamentou o fato de seus inimigos declarados, as *organizaciones marxistas locais*, receberem “ayuda de las grandes Potencias Comunistas y del poder mundial del marxismo”, sendo por isso **“imposible que los Gobiernos, los Partidos Políticos y Organizaciones Militares anticomunistas, puedan solos y aislados, enfrentar-se con éxito DURADERO, en contra de tan gigantesco poder mundial”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 266, grifo meu). Em suma, apenas uma união anticomunista global conseguiria contrapor-se a *tão gigantesco poder mundial*, isto é, o Movimento Comunista Internacional (MCI). Por esse motivo a resposta deveria vir, conseqüentemente, pela unificação transnacional das redes anticomunistas, porquanto **“sólo aliándose y ayudándose unos a otros, podrán los Poderes anticomunistas de los distintos países, tener éxito en tan magna tarea”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 266). Nesse esforço para consolidar uma “Internacional Anticomunista” na América Latina, muito adequado, pois, às missões daquele que seria o braço político-militar da WACL na região, deveriam os membros da CAL:

**Ayudar a las organizaciones sinceramente anticomunistas de los pueblos cautivos y esclavizados por el comunismo**, a liberarlos de tan oprobioso yugo (cap. 1º, art. 1º, fração IV); **Ayudar a los Gobiernos Anticomunistas**, sin distinción y sin discriminaciones: **A extirpar la subversión comunista en todos sus aspectos. Incluso la de los rojos infiltrados en el clero católico** (cap. 1º, art. 1º, fração V-a). **A combatir la campaña mundial de calumnias de que son objeto dichos Gobiernos, por parte de la prensa internacional en manos de cripto-comunistas**, haciéndolos aparecer como tiranias y dictaduras nefastas, mientras que, por otra parte, esa misma prensa llama Primer Ministro al Dictador criminal Fidel Castro y a otros dictadores marxistas (cap. 1º, art. 1º, fração V-b). **A combatir el chantaje de que son objeto tales Gobiernos por parte de esa misma prensa, y de Organizaciones políticas, culturales y religiosas y de toda índole, controladas a lo ancho del mundo por el comunismo, para obligar a los Gobiernos mediante un falso y artificioso movimiento de opinión pública, a poner en libertad a secuestradores, incendiários, asesinos, y otros criminales comunistas, con el fin de facilitar en su país, la victoria del socialismo marxista, y la esclavización del Pueblo** (cap. 1º, art. 1º, fração V-c) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 266, grifo meu)

Ainda no Capítulo 1º, artigo 1º, fração V-c, reiterou-se que as supostas “chantagens” exercidas pela imprensa “criptocomunista” contra governos anticomunistas estariam sendo exercidas também pela cúpula do Vaticano e do governo dos EUA, que já estariam “infiltrados” por comunistas. Isso porque **“los agentes del comunismo, infiltrados en la más alta dirección del Vaticano, y, con frecuencia, hasta en la Diplomacia y Gobierno de Estados Unidos, (...)”**

usan sus puestos para obligar a los Gobiernos Anticomunistas, mediante presiones religiosas los primeiros, y diplomáticas y económicas los segundos, a privarse de sus defensas, y dar a los agitadores rojos, la libertad que necesitan, para sembrar el caos y adueñarse del país” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 267, grifo meu). E mais, garantiu o *Anteproyecto de Estatutos da CAL*, ecoando assim as teorias conspiratórias dos tecos da FEMACO contra o Vaticano e os EUA, tudo isso seria *encoberto* “**con el señuelo hipócrita de defender la libertad, la democracia y los derechos humanos**, cuando que esos falsos abanderados de tan nobles ideales, nada efectivo hacen para implantarlos en los países en que han sido suprimidos por los dictadores comunistas, lo cual demuestra sua falta de sinceridade” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 267, grifo meu). Ou seja, a *conspiração comunista internacional* teria atingido o coração do poder terreno da fé católica, o Vaticano, e já estaria incrustado na diplomacia e no governo da principal potência capitalsita da Guerra Fria, os EUA. Como visto, esses eram os principais nódulos do ideário da ultradireita dos tecos da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL responsável pela redação do *Ante Proyecto* estatutário da CAL. Prosseguindo na listagem do rol de finalidades e missões da CAL, o Capítulo 1º de seu *Ante Proyecto* delineou, pois, que os membros desse órgão regional da WACL deveriam:

**Apoyar (...) cualquier medida realmente amistosa del Gobierno de Estados Unidos o de sus Diplomáticos, para ayudar a los pueblos de la América Latina a salir del subdesarrollo y vencer al comunismo**, siempre que esas medidas no lesionen la soberanía política y económica de tales naciones (cap. 1º, art. 1º, fração V-d); **Establecer relaciones consultivas con organismos gubernamentales y no gubernamentales y las naciones latinoamericanas y de otros países y regiones del mundo, sobre cuestiones relacionadas con la estrategia y tácticas del comunismo, con el propósito de perfeccionar o montar los dispositivos más eficaces para combatir la amenaza o la violencia comunistas** (cap. 1º, art. 1º, fração VI); **Establecer relaciones con Organizaciones y organismos de otros países y regiones del mundo, de ejemplar ejecutoria anticomunista, con el objeto de intercambiar información, estudios, proyectos, experiencias, y, eventualmente, obtener el apoyo necesarios a los programas de la acción de la CAL** (cap. 1º, art. 1º, fração VII) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 267, grifo meu)

O *Ante Proyecto* estipulou que deveria ser escolhida uma sede para a CAL, a ser “aprobada por mayoría de votos de su Congreso General” (cap. 1º, art. 2º). Conforme adiantado, a sede da CAL ficaria a cargo dos tecos da FEMACO em Guadalajara, Jalisco, México. O Capítulo 1º do *Ante Proyecto* assegurou ainda o caráter confederativo da CAL, isto é, “respetando irrevocablemente (...) la soberanía de los Estados y la Independencia de las Organizaciones que

formen parte de ella” (art. 3º, *caput*), a CAL “**declara no ser una super-organización, ni un super-gobierno, sino simplemente una alianza de ORGANIZACIONES en la lucha contra el comunismo**, que respeta la independencia de cada una de ellas” (cap. 1º, art. 3º, fração I)” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 268, grifo meu). A CAL se declarou também “neutral y al margen, de toda controversia territorial, política o ideológica, entre los Estados y Organizaciones Latinoamericanas que luchan sincera y eficazmente contra el comunismo; quedando prohibido a los miembros de la CAL, tratar estas diferencias dentro de la misma, ya que hacerlo, debilitaría la lucha anticomunista de la CAL, y por otra parte existen otros organismos internacionales, donde pueden dirimir tales conflictos” (cap. 1º, art. 3º, fração II) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 268).

Declarando-se não ser um *supergoverno* ou uma *superorganização*, formalmente assegurando o caráter *sagrado* da *soberania dos Estados* e da *independência das organizações* integrantes da CAL, essa entidade regional da WACL declarou-se “respetuosa y al margen de las ideas religiosas, filosóficas, políticas y sociales, de las Organizaciones que adhiriéndose a la CAL, **LUCHEN SINCERA Y EFICAZMENTE contra el Marxismo, como único medio de lograr una coalición suficientemente amplia y poderosa, que pueda obtener y frustrar los avances del marxismo en la América Latina, que obtiene grandes éxitos con sus llamados FRENTE AMPLIOS**” (cap. 1º, art. 3º, fração III) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 268, grifo meu). Mostra de que a ultradireita pode apreender, e aprendeu, com a experiência das Frentes Amplas das esquerdas do século XX, o *Ante Proyecto* idealizou a CAL, precisamente, como um contra-exemplo frentista. Literalmente, seu *Ante Proyecto* definiu que “**la CAL es una réplica necesaria**” das Frentes Amplas, “**que se abstiene de adoptar una ideología religiosa, filosófica o política propias, para respetar plenamente las de las Organizaciones que la integren, y poder unir mejor a los organismos anticomunistas de la América Latina, en su lucha contra el marxismo esclavizador**” (cap. 1º, art. 3º, fração III) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 268, grifo meu).

Em suma, a CAL foi projetada como uma *Frente Ampla* contra o *marxismo escravizador*, protótipo de *Frente Ampla* de ultradireitas para passar à ofensiva “contra el socialismo marxista y todo colectivismo que esclavice a los pueblos y en favor de la democracia y de la libertad, pero en contra de todo libertinaje que lesione los intereses del Pueblo” (cap. 1º, art. 3º, fração IV)

(BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 269). Isso, jurando-se respeitar a soberania dos Estados de conferir seus conteúdos particulares ao que seria uma “democracia”, garantindo o *Ante Proyecto* da CAL que garantiria, acima de tudo:

(...) el derecho que a los Estados concede su Soberanía, para dar a la democracia y a la libertad, la interpretación y las modalidades que exijan las circunstancias especiales de cada nación; dando a sus Gobiernos la estructura que juzgue más adecuada, para asegurar el desarrollo y el progreso de la nación y el bienestar y aumento del nivel de vida de su Pueblo; así como para impedir que éste, sea conducido al caos y a la esclavitud, por la subversión del socialismo marxista y de sus cómplices (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 267)

Desse modo, segundo seu *Ante Proyecto de Estatutos*, “**ni la CAL, ni ninguna Potencia Extranjera u Organismo Internacional, tienen derecho a violar la soberania de los Estados, tratando de imponerles su forma de concebir e interpretar la democracia y la libertad**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 269 grifo meu), uma vez que, “cualquier intento de imponer, a otros Gobiernos u Organizaciones de la América Latina, las propias interpretaciones de la democracia y la libertad, **DIVIDIRIA CATASTROFICAMENTE EL CAMPO ANTICOMUNISTA, quebrando una unidad que es indispensable para salvar a nuestros pueblos de la horrible esclavitud**” (cap. 1º, art. 3º, fração IV) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 269 grifo meu). Desde sua concepção, portanto, a CAL preocupou-se em evitar o *divisionismo* em suas fileiras, incorporando mandamentos nesse sentido em seu *Ante Proyecto* que vetaram a seus membros “provocar discusiones o controversias acerca de estos asuntos”, a saber, concepções de *democracia e liberdade* assumidas pelos Estados anticomunistas soberanos, a fim de não “romper nuestra necessária unidad; **debiendo todos ocuparnos del fin que nos tiene asociados, que es el de la lucha contra el comunismo esclavizador**” (cap. 1º, art. 3º, fração IV) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 269 grifo meu).

No último artigo do Capítulo 1º, o *Ante Proyecto* enfatizou o caráter ultranacionalista da organização regional da WACL na América Latina. Segundo seu artigo 4º, “**conociendo la CAL, que gran parte de las Organizaciones Militares y Partidos Políticos, que luchan con mayor eficacia contra el comunismo en la América Latina, son de tendencia Nacionalista, considera que es ayudar al comunismo, el combatir a estos nacionalismos**; que no deben ser confundidos, con los movimientos marxistas o pro-marxistas, cubiertos con la máscara de un falso nacionalismo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 269 grifo meu). E seria justamente “por eso [que] la CAL

impedirá el ingreso a la misma (...) a toda organización nacional o internacional, que diciéndose anticomunista, se dedique a combatir **el nacionalismo anticomunista en la América Latina**, aunque utilice **la gastada táctica comunista, de llamar calumniosamente fascistas, a los eficaces luchadores contra el comunismo**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 269 grifo meu).

A seu turno, o Capítulo 2º do *Ante Proyecto*, “**La CAL y la WACL**”, estabeleceu que “**la CAL es el organismo continental de la WACL en América Latina, que ejecutará sus planes de lucha contra el comunismo, adaptados a las necesidades de esta región continental**” (cap. 2º, art. 5º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 270, grifo meu). E justamente por representar o braço político-militar da Liga Mundial Anticomunista no continente latino-americano, “aunque la CAL goza de autonomia en su régimen interno, sus miembros regulares, que los son también de la WACL, tienen derecho y obligación de asistir a los Congresos de ésta y de secundar los acuerdos que en éstos se tomen, con las modalidades que exijan las circunstancias especiales de sus respectivos países” (cap. 2º, art. 6º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 270). Já o Capítulo 3º do *Ante Proyecto*, “**De Los Miembros**” da CAL, definiu que ela “**tendrá miembros REGULARES, ASOCIADOS Y COLABORADORES**” (cap. 3º, art. 7º), não aceitando, “como miembros regulares, a Organizaciones fantasmas, o que no tengan una fuerza real o una eficacia comprobada en la lucha contra el comunismo” (cap. 3º, art. 8º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 270, grifo meu). Para a admissão na CAL como membro regular, fixaram-se como requisitos “hacer su solicitud de ingreso al Consejo Superior de Coordinación, por conducto de la Secretaría General” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 270), e depois da aprovação de “dicho ingreso por mayoría de votos del mencionado Consejo, por la Secretaría General y por el miembro o miembros regulares de la CAL, de ese mismo país, en caso de que éste ya tenga en la CONFEDERACION, UNO O DOS MIEMBROS REGLARES” (cap. 3º, art. 9º, fração I) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 271).

Com números provavelmente insuflados e que praticamente impossibilitariam, por não serem atingíveis, a estruturação e o funcionamento da CAL, seu *Ante Proyecto* definiu que só poderiam ser admitidos, como membros regulares da organização, “**un partido político** sincera y eficazmente anticomunista, con membrecía de más de cincuenta mil afiliados” (cap. 3º, art. 9º, fração II-a); “**una organización Militar, con notório poder en el Estado en que funciona, y**

**comprovada eficacia en la lucha contra el marxismo**” (cap. 3º, art. 9º, fração II-b); **“una Organización Anticomunista, muy influyente, de intelectuales y universitarios**, con una membrecía mínima de tres mil miembros y que pague una cuota similar a la que el Congreso General asigne a **los organismos Militares, partidos políticos y Organizaciones Sindicales, miembros regulares de la CAL**; y que haya realizado una firme y exitosa lucha contra el comunismo” (cap. 3º, art. 9º, fração II-c); e, por fim, **“una Central Sindical de Obreros o Campesinos**, de limpia y firme trayectoria anticomunista, con una membrecía mínima de CINCUENTA MIL MIEMBROS” (cap. 3º, art. 9º, fração II-d) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 271, grifo meu).

Como se pode imaginar, essas cifras exorbitavam qualquer quadro militante anticomunista da América Latina que, por ventura, desejasse integrar a CAL. Ademais, ainda entre os requisitos para a admissão de membros regulares na CAL, quer seja um partido político, uma organização militar, uma organização anticomunista ou uma central sindical de operários ou camponeses, deveriam “estar constituída la Organización miembro, por ciudadanos de algún país de la América Latina” (cap. 3º, art. 9º, fração III) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 271). De outro lado, seus dirigentes não poderiam possuir **“antecedentes comunistas, ni haber colaborado con el comunismo o haber favorecido a los gobiernos marxistas; ni haber combatido SISTEMATICAMENTE a los nacionalismos anticomunistas de América Latina, o otro movimientos anticomunistas de sinceridade y eficacia comprobadas**” (cap. 3º, art. 9º, fração IV) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 271, grifo meu). “Por primera y única vez”, de acordo com o *Ante Proyecto*, “será el Comité Organizador de la CAL, quien después de investigar minuciosamente los antecedentes de cada Organización, apruebe el ingreso a esta Confederación de sus miembros regulares fundadores, y los convoque al **Congreso Contituyente de la CAL, en el que se aprobará su Estatuto definitivo, se elegirá por tres años al Secretario General, y por un año al Consejo Superior Coordinador, fijándose fecha y lugar para la celebración del primer Congreso Ordinario**” (cap. 3º, art. 10) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 271, grifo meu).

Cada organismo membro regular da CAL, desse modo, “tiene derecho a mandar a los Congresos, una delegación integrada por un número de una a tres personas” e, caso referida delegação seja a única representativa de um país latino-americano determinado, “tendrá derecho a

seis votos en el Congreso” (cap. 3º, art. 11) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 272). Se um país membro da CAL possuir dois membros regulares, “por ejemplo, un Partido Político y un organismo Militar, ambas instituciones tendrán en el CONGRESO sólo seis (6) votos, correspondiendo tres (3) de ellos a cada ORGANIZACIÓN” (cap. 3º, art. 12) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 271). Se algum país estiver representado na CAL “por tres socios regulares, sus respectivas delegaciones en el CONGRESO, tendrán cada una dos (2) votos, siendo tres (3) el número máximo de miembros regulares, que una Nación Latinoamericana puede tener en la CAL” (cap. 3º, art. 12) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 272). Preenchidas as exigências do artigo 9º do *Ante Proyecto*, poderiam ser admitidas como membros regulares da CAL as Organizações Anticomunistas da América Latina “que tengan ramas filiadas o asociadas, en diversos países. En este caso ninguna de las ramas, filiales o asociadas, podrá ser aceptada como miembro regular además de la Organización a que está aderida” (cap. 3º, art. 13) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 272). “Sin embargo, las Federaciones Sindicales, Obreras o Campesinas Anticomunistas, que sean miembros regulares de la CAL, no perderán su membresía INDIVIDUAL por el hecho de que constituyan una Organización Latinoamericana de Obreros o de Campesinos” (cap. 3º, art. 13) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 271).

Finalmente, o *Anteproyeto de Estatutos* da CAL demarcou dois “nichos” anticomunistas de importância destacada, quais sejam, a juventude e as mulheres. Para o primeira, dispôs que “los grupos de juventudes anticomunistas, de distintos países de América Latina, cuando lleguen a constituirse en un organismo de eficaz lucha contra el comunismo, a escala latinoamericana, podrán ser aceptados como organización internacional, con la categoría de miembros regulares de la CAL, por la mayoría de votos del Consejo y aprobación de la Secretaría General” (cap. 3º, art. 14) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 273). Quanto à frente feminina da CAL, dispôs seu *Ante Proyecto* que “las Organizaciones de mujeres anticomunistas pueden ser admitidas como miembros regulares, si tienen una membresía por lo menos de cincuenta mil miembros” (cap. 3º, art. 15) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 273). (Nota-se, novamente, a exorbitância dessa cifra requerida para a admissão de uma organização de mulheres na CAL). Salientando que “todos los miembros REGULARES de la CAL, tendrán los mismos derechos y obligaciones” (cap. 3º, art. 17), finalmente arrolaram-se como seus deveres as seguinte obrigações:

Luchar porque su país no caiga en manos del comunismo, y combatir a éste, a sus cómplices y compañeros de viaje, o hacer todo lo posible por liberar a su Pueblo de la

esclavitud marxista, si es que ya fué sometido a élla [cap. 3º, art. 16, fração I]; **Ejecutar las resoluciones tomadas por el Congreso de la CAL, con las modalidades que exijan las circunstancias imperantes en su respectivo país, siempre que tales acuerdos sean tomados por unanimidad de votos de los Delegados al Congreso.** Pero en las resoluciones tomadas por mayoría de votos, tendrán la obligación de ejecutarlas, quienes hayan votado en favor de éllas, siendo optativo el hacerlo o no, para quienes votaron en contra de dichas resoluciones [cap. 3º, art. 16, fração II]; **Colaborar en las actividades aprobadas por el Consejo Superior de Coordinación,** en la forma que lo permitan sus posibilidades, y las circunstancias de su respectivo país [cap. 3º, art. 16, fração III]; **Ayudar en la medida de sus posibilidades a otras Organizaciones miembros de la CAL, en su lucha contra el comunismo, ya sea con intervención de la Secretaría General, o por médio de acuerdos directos con los interesados, que puedan conservarse en secreto, cuando así lo pida cualquiera de las dos partes** [cap. 3º, art. 16, fração IV]; **Prestar al Gobierno Anticomunista de su país toda la ayuda posible en su lucha contra el comunismo** [cap. 3º, art. 16, fração V]; **Enviar a sus Dirigentes o a sus Delegados, plenamente autorizados para tomar y aceptar acuerdos, a los Congresos de la CAL,** pagando sus gastos de viaje, ya que los demás gastos de tales Congresos y los de estancia de los Dirigentes o Delegados en la sede del Congreso, serán costeados por la Tesorería General de la CAL [cap. 3º, art. 16, fração VII] (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 274, grifo meu)

Depois de regar o estatuto de seus *membros regulares*, o *Ante Proyecto* exigiu, como “requisitos para ser miembro asociado de la CAL”, “hacer su solicitud de ingreso al Consejo Superior de Coordinación, por conducto de la Secretaría General”, com aprovação por maioria de votos do próprio Conselho, da Secretaria Geral e “por el miembro o miembros regulares que operen en el país respectivo” (cap. 3º, art. 18, fração I) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 274). Outro requisito formal para tornar-se membro associado da CAL, novamente com cifras exorbitantes e inexequíveis, exigiu que o organismo ingressante constituísse “cualquiera de las siguientes entidades”: “**una Organización Anticomunista** con una membresía mínima de quinientos miembros, pero que realice una labor anticomunista tan combativa, eficaz y sincera, que compense lo escasso de su membresía y que pague una cuota de ingreso y una cuota a la CAL, del 25% de lo asignado por el Congreso a los Partidos Políticos y Organizaciones Militares” (cap. 3º, art. 18, fração III.a); “**un Periódico Diario** de un tiraje comprobado de diez mil ejemplares por lo menos, que realice una labor eficazmente anticomunista” (cap. 3º, art. 18, fração III.b); “**una Estación o Red de Estaciones de Radio o Televisión,** que realicen una comprobada y sincera labor anticomunista” (cap. 3º, art. 18, fração III-c); “**una Compañía Filmadora de Películas, o una empresa de salones de cinematógrafo,** de comprobada filiación y actuación anticomunista” (cap. 3º, art. 18, fração III-d); “**una Editorial que imprima y distribuya libros anticomunistas**” (cap. 3º, art. 18, fração III-e); e, por fim, “**un grupo de Clérigos anticomunistas,** que realicen una



labor antimarxista comprobada y sincera” (cap. 3º, art. 18, fração III-f) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 275).

Diante da peculiaridade das atividades desenvolvidas pelos membros associados, eles poderiam “pagar sus cuotas a la CAL, con inserciones periodísticas, o propaganda anticomunista entre el radio, televisión, películas, exhibiciones cinemotográficas, y la difusión de folletos y publicaciones anticomunistas, de acuerdo con los planes elaborados por el Congreso, el Consejo o la Secretaría General; esto, además de la propaganda anticomunista que esas entidades estén dispuestas a hacer, como colaboración individual a la lucha contra el enemigo comum” (cap. 3º, art. 19) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 275). Além disso, a fim de engajar indivíduos e organizações relevantes do anticomunismo latino-americano, definiu-se que, “cuando a juicio de la Secretaría General o del Consejo, se considere muy importante obtener la afiliación como miembro Regular o Asociado de la CAL, de cierta Institución, giraran órdenes a la Tesorería General, para que si tiene fondos suficientes, pague por única vez, el passage del Dirigente máximo de dicha entidad, para que asista como Delegado o como simple observador a un Congreso de la CAL, con el fin de atraerlo a las filas de ésta” (cap. 3º, art. 20) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 275). Por fim, “los miembros Asociados de la CAL tendrán dentro de élla los siguientes derechos: Voz y un voto, en los Congresos de la CAL” (cap. 3º, art. 21, fração I), podendo “ser tomados en cuenta, por la Secretaría General, como técnicos y colaboradores, en la rama de su respectiva especialidad” (cap. 3º, art. 21, fração II) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 276).

Depois de normatizar as condições de *membros regulares* e de *membros associados* da CAL, seu *Ante Proyecto de Estatutos* tratou dos *membros colaboradores*. Estes foram definidos como “toda clase de Organizaciones e instituciones por pequeñas que sean, periódicos semanales, quincenales o mensuales, librerías que vendan libros anticomunistas, y **hasta personajes individualmente considerados, ya sean funcionarios públicos, Militares, escritores e intelectuales anticomunistas**, etc., que estén dispuestos a prestar a esta Confederación, la ayuda que les pida, en publicación de libros o de artículos periodísticos, actos de protesta contra el comunismo y el clero rojo, o en cualquier otra forma” (cap. 3º, art. 22) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 276). Assim, a **Secretaria Geral da CAL, através de um ou dois de seus subsecretários, coordenará “la acción de estos personajes u organismos,**

**y para sostener correspondencia con ellos, pidiéndoles actos concretos de colaboración”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 276)<sup>515</sup>. Isentos do pagamento em espécie da cota da CAL, os membros colaboradores poderiam retribuir “en forma de colaboraciones que les pida la Secretaría General; **con excepción de los Millonarios filántropos que también pueden ser miembros colaboradores, fijándose ellos mismos una cuota elevada para ayudar a la CAL”** (cap. 3º, art. 23) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 276, grifo meu).

Caso tenham realizado “una buena actuación anticomunista, la Secretaría General, podrá organizar ASAMBLEAS INTERNACIONALES de esos miembros colaboradores”, com vistas a “incrementar y coordinar mejor la lucha que se realice, siempre que la Tesorería tenga fondos para esa actividad, y los interesados paguen sus passajes en dinero o en trabajo útil a la CAL, que sea realizada con anterioridade a la celebración de la Asamblea” (cap. 3º, art. 24) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 277). Todavía, ressaltou-se que:

**Como la CAL es una Confederación de Organizaciones e Instituciones, y no de Personas aisladas, ninguna de éstas podrá ser miembro regular y ni siquiera Asociado de la CAL, pero la Secretaría General por médio del Sub-Secretario responsable, podrá mantener relaciones, con personas de gran prestigio como Gobernantes, Militares, Clérigos, Veteranos como luchadores anticomunistas o escritores de libros, o artículos periodísticos, a quienes puede afiliar como miembros colaboradores, siempre que ayuden a la CAL, realizando las atividades anticomunistas que la Secretaría General les pida que lleven a cabo, de acuerdo con los planes generales de la lucha antimarxista que realice la CAL** (cap. 3º, art. 25) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 277, grifo meu)

Assim, transcorridos dois anos de “colaboración satisfactoria con la Secretaría General, **alguna de estas personalidades, por su prestigio y su cultura anticomunista, pueda hacerse cargo de desarrollar un tema, o pronunciar un discurso, en un Congreso de la CAL**, el Secretario General, pedirá al Consejo, y a la Organización u Organizaciones miembros regulares del país de que es ciudadano ese personaje, su aprobación para que se le invite a dicho Congreso como miembro colaborador, a presentar su ponencia, pronunciar su discurso o conferencia” (cap. 3º, art. 25) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 277, grifo meu). *Last but not least*, quanto aos chamados “Convidados de Honra”, as “estrelas” que abrilhantariam com sua presença as reuniões

---

<sup>515</sup> “Cuando después de 2 años de ayuda eficaz, la Secretaría General, considere conveniente invitar a un Congreso de la CAL, al representante de una de estas entidades, podrá hacerlo, siempre que cuente con la aprobación de las Organizaciones miembros Regulares que funcionen en este mismo país, y que el Delegado pague sus propios gastos de viaje. En todo caso el miembro colaborador invitado a un Congreso, sólo tendrá voz en él y no voto” (cap. 3º, art. 22) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 276).

do braço político-militar da WACL na América Latina, a eles se pagariam, “además de sus gastos de estancia, los de su pasaje, por la Tesorería, si son propuestos por el Congreso, por el Consejo o la Secretaría General, y por los interesados en invitarlos, cuando la iniciativa de tal invitación provenga de otros miembros de la CAL (cap. 3º, art. 27) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 278). **Na categoria de “Convidados de Honra” constavam “los Presidentes, Vice-Presidentes, Ministros, Senadores o Diputados, Jefes del Ejército, Ex-Presidentes de Repúblicas Latinoamericanas, o Jefes de Estado del resto del mundo, de filiación claramente anticomunista, y los Dirigentes de Movimientos Anticomunistas en el Clero;** cuya asistencia a un Congreso como INVITADOS DE HONOR, se considere de capital importancia, en dado momento” (cap. 3º, art. 26, fração II) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 278, grifo meu). Para um convite dessa natureza, porém, seria necessário “además de la aprobación del CONGRESO GENERAL, del Consejo o de la Secretaría General, y de la Organización u Organizaciones miembros Regulares que funcionen en el país de que es Gobernante o Ciudadano el Personaje en cuestión” (cap. 3º, art. 26, fração II) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 278).

O último artigo do Capítulo 3º do *Ante Proyecto de Estatutos* regulamentou as hipóteses de perda da condição de membros regulares, associados ou colaboradores da CAL, arrolando-se aqueles que, “traicionando sus ideales, presten ayuda al comunismo” (cap. 3º, art. 28, fração I), “que no paguen la cuota que les asignó el Congreso de la CAL” (cap. 3º, art. 28, fração II), “que contravengan gravemente los principios, el objeto y fines de la CAL” (cap. 3º, art. 28, fração III); “que sus dirigentes o delegados no asistan a dos Congresos seguidos Ordinarios o Extraordinarios, si se trata de miembros regulares o asociados” (cap. 3º, art. 28, fração IV); e “que el Consejo constituido en Gran Jurado, haga la declaración respectiva, que debe ser aprobada por la Secretaría General. Y en caso de desacuerdo entre ambos organismos, será el Congreso de la CAL quien dicte la resolución definitiva” (cap. 3º, art. 28, fração V) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 278).

A sua vez, o Capítulo 4º do *Ante Proyecto* tratou das estruturas de poder *De La Organización*, estabelecendo-se que a CAL “realizará sus principios, objeto y fines mediante los siguientes órganos: **el Congreso General** (cap. 4º, art. 29, fração I), **el Consejo Superior de Coordinación** (cap. 4º, art. 29, fração II) e **“la Secretaría General”** (cap. 4º, art. 29, fração III) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 279). Constituído como “la máxima autoridad de la

Confederación”, o Congresso Geral “deberá reunirse periódicamente en las fechas y el país que aprueba el Congreso Anterior” (cap. 4º, art. 30), sendo integrado pelos “Delegados de las entidades reconocidas como miembros regulares de la CAL, con seis (6) votos por cada país en la forma establecida en los artículos 11 y 12 de estos Estatutos” (cap. 4º, art. 31, fração I); pelos “Delegados de las entidades reconocidas como miembros asociados de la CAL, con derecho a un voto” (cap. 4º, art. 31, fração I); pelos “Invitados de Honor, con derecho a voz” (cap. 4º, art. 31, fração III); e pelas “Organizaciones Gubernamentales o no Gubernamentales, Nacionales o Internacionales, que hayan sido invitadas como observadores, por mayoría de votos del Consejo, con derecho a voz” (cap. 4º, art. 31, fração IV) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 279).

Em caso de necessidade e mediante acordo do Congresso Ordinário do Conselho, o Congresso Geral da CAL também poderia “ser convocado a reuniones extraordinárias” (cap. 4º, art. 32) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 280). Definindo as regras de funcionamento do **Congresso Geral da CAL**, o artigo 33 do Capítulo 4º do *Ante Proyecto* assinalou que aquele **“funcionará en pleno y por médio de Comisiones que estudien, coordinen y propongan al pleno, los planes de acción, resoluciones y demás ponencias que presenten los Delegados de los Organismos miembros regulares o asociados de la CAL, el Consejo o la Secretaría General”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 280). Os trabalhos e as reuniões plenárias do Congresso Geral, a *autoridade máxima* da CAL, “serán conducidos por su Presidente asistido por el Secretario General” (cap. 4º, art. 34), escolhendo-se Presidente do Congresso “la persona designada por el miembro o miembros regulares en cuya nación se realice dicho Congreso, y que hayan asumido la responsabilidad de llevar a cabo todos los trabajos de organización del mismo, de obtener los locales adecuados para su funcionamiento y los hoteles para el alojamiento y alimentación de los Delegados” (cap. 4º, art. 35) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 280). Por maioria de votos, as Comissões referidas deveriam eleger ainda “un Presidente y dos Secretarios, que conduzcan sus trabajos” (cap. 4º, art. 36), contando-se entre as faculdades e poderes do **Congresso Geral da CAL** – que deveria elaborar um regulamento especial para regar seu funcionamento, o de suas comissões e organismo auxiliares (cap. 4º, art. 38) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 281):

**Ser la máxima autoridad de la Confederación, que apruebe los planes de acción, principios, declaraciones y demas resoluciones básicas, propuestas por los miembros regulares y asociados de la CAL, o por la Secretaría General** (cap. 4º, art. 37, fração I); **Aprobar los Estatutos de la CAL, y modificarlos** con el respaldo de una mayoría de

dos terceras partes de los asistentes al Congreso (cap. 4º, art. 37, fração II); Elegir por tres años a los miembros del Consejo Superior de Coordinación a que se refiere la fracción II del artículo 39 de estos Estatutos (cap. 4º, art. 37, fração III); Elegir por tres años al Secretario General de la CAL (cap. 4º, art. 37, fração IV); Fijar la sede de la CAL por tres años, en la que tendrán sus oficinas y lugar de reunión la Secretaría General y el Consejo Superior de Coordinación (cap. 4º, art. 37, fração V); **Fijar la sede del próximo Congreso Ordinario**, responsabilizando de los trabajos de organización del mismo, al organismo u organismos miembros regulares del país donde está ubicada dicha sede, en la que constituirán un Comité Organizador del Congreso, con la asesoría de la Secretaría General; la que con la aprobación del Consejo, podrá cambiar la sede y la fecha del Congreso, si por algún motivo éste no pudiere realizarse en las aprobadas por el Congreso anterior, o sus organizadores no pudieren asegurar, la debida realización del Congreso (cap. 4º, art. 37, fração VI); Crear organismos auxiliares, que ayuden al Congreso, en la mejor realización de sus funciones (cap. 4º, art. 37, fração VII) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 281, grifo meu)

Na sequência, o Capítulo 5º do *Ante Proyecto de Estatutos de la CAL* define a composição de seu “**Consejo Superior de Coordinacion**” (cap. 5º, art. 39). Este deveria ser integrado por “**los Jefes o Representantes de las Organizaciones Militares o Partidos Políticos, miembros regulares de la CAL, que tengan el control del Gobierno de su respectivos Estados** (cap. 5º, art. 39, fração I); por “**un representante de una Federación de Sindicatos Obreros, un representante de una Confederación o Federación de Organizaciones o Sindicatos Campesinos, y un representante de una Organización de Intelectuales y Universitarios, que controle una Universidad y una Federación Estudiantil**”; por aqueles “electos por el Congreso General, por tres años, entre las Organizaciones de este tipo, que sean miembros regulares de la CAL (cap. 5º, art. 39, fração II)”; por “**el representante de una Organización Militar que luche por liberar a su nación del yugo comunista** (Cap. 5º, art. 39, fração III); por “**el Presidente de la Organización JUVENIL ANTICOMUNISTA LATINOAMERICANA**, cuando funcione (cap. 5º, art. 39, fração IV); ou por “**el Secretario General de la CAL, que actuará como Secretario del Consejo** (cap. 5º, art. 39, fração V) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 282, grifo meu).

Elaborando o mecanismo periódico de encontros do Conselho Superior de Coordenação, o *Ante Proyecto* da CAL definiu que aquele “tendrá reuniones ordinárias con la frecuencia con que así lo determine, pero por lo menos tendrá una, cuatro o cinco meses antes de la reunión del Congreso General, y podrá tener reuniones extraordinárias, cuando lo acuerden, el Secretario General, o lo pidan tres miembros del Consejo” (cap. 5º, art. 40) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 282). O Conselho Superior do organismo regional da

WACL na América Latina “tendrá las mismas facultades y atribuciones del Congreso General, en los períodos que medien entre las reuniones de este último, y además, las de estudiar y aprobar el ingreso de nuevos miembros regulares y asociados de la CAL, que deberá ser confirmado por la Secretaría General” (cap. 5º, art. 41) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 282). Caberia ao Conselho Superior da CAL supervisionar “que la preparación del próximo Congreso General se realice adecuadamente, corrigiendo cualquier falta u omisión que exista, y haciendo todo lo necesario para que dicho Congreso sea un éxito” (cap. 5º, art. 41) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 282).

A sede de uma reunião do Conselho Superior deveria ser “aprobada en la reunión anterior, pero en caso de que por algún motivo ulterior no pueda verificarse en la sede aprobada, la Secretaría General designará una nueva sede” (cap. 5º, art. 42), prevendo-se, por último, “un reglamento especial” que “regulará el funcionamiento del Consejo Superior de Coordinación” (cap. 5º, art. 43) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 283). O penúltimo capítulo do *Ante Proyecto*, finalmente, regulamentou as normas “*De la Secretaria General*” da CAL, que deveria ser “integrada por un equipo de personas, trabajando a tempo completo, y cuyos sueldos serán pagados por la CAL” (cap. 6º, art. 44). A composição da Secretaria Geral da CAL estaria, assim, dividida entre “**el Secretario General**” (cap. 6º, art. 45, fração I), “**un Secretario de Relaciones y Ayuda Mutua para los Miembros Regulares**” (cap. 6º, art. 45, fração II), “**un Secretario de Relaciones para los miembros Asociados**” (cap. 6º, art. 45, fração III), “**un Secretario de Relaciones con los miembros colaboradores**” (cap. 6º, art. 45, fração IV), “**un Secretario de Prensa y Propaganda**” (cap. 6º, art. 45, fração V), “**un Tesorero General**” (cap. 6º, art. 45, fração VI), e entre “**los técnicos necesarios para la Ayuda Mutua entre las Organizaciones miembros regulares de la CAL**, de acuerdo con el Reglamento aprobado por el Consejo, y las posibilidades de la Tesorería” (cap. 6º, art. 45, fração VII) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 283, grifo meu).

Estabeleceram-se, como facultades e obrigações do **Secretariado Geral** da CAL, “dirigir todas las dependencias de la Secretaría” (cap. 6º, art. 46, fração I), “assumir directamente **la responsabilidad de sostener las relaciones con los miembros regulares de la CAL, y fomentar sus reuniones privadas, para los acuerdos secretos de Ayuda Mutua, con el auxilio del Secretario de Relaciones y Ayuda Mutua para los miembros regulares**” (cap. 6º, art. 46, fração

II), além de “ser el responsable en última instancia, de que se celebren con regularidad, **las reuniones ordinárias y extraordinárias del Congreso General y del Consejo**” (cap. 6º, art. 46, fração III) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 283, grifo meu). Discriminando as obrigações fiscais do **Tesoureiro Geral** da organização, a ele competiria “**recabar las cuotas de los miembros de la CAL**” (cap. 6º, art. 48, fração I), “**abrir cuenta en un Banco Anticomunista, que colabore en alguna forma con la CAL, y depositar allí los fondos recabados**” (cap. 6º, art. 48, fração II); “cubrir, si tiene fondos suficientes, los gastos aprobados por **el Congreso General** (cap. 6º, art. 48, fração III.a), **El Consejo Superior de Coordinación** (cap. 6º, art. 48, fração III.b) e por **la Secretaría General** (cap. 6º, art. 48, fração III.c); bem como “rendir anualmente, al Consejo Superior de Coordinación, cuenta detallada de los fondos recibidos durante un año y de los gastos hechos, cuenta que deberá ser aprobada por el Consejo” (cap. 6º, art. 48, fração IV) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 284, grifo meu).

Enfim, no último artigo do Capítulo 6º do *Anteproyecto de Estatutos da CAL*, autorizou-se que “**un Reglamento Secreto, aprobado por el Consejo, regulará las funciones de la Secretaría General y de sus dependências, las obligaciones al detalle de sus funcionarios, y los asuntos relacionados con la misma**” (cap. 6º, art. 50) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 285). Isso porque, segundo o *Ante Proyecto*, “**el secreto obedece a que es indispensable, que los asuntos más delicados de la CAL, como planes secretos de acción, de ayuda mutua, etc., no vayan, por indiscreciones, a ser conocidos por el enemigo, en forma de que los pueda contrarrestar y hacer fracassar**” (cap. 6º, art. 50) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 285, grifo meu). Conforme se verá, inclusive, a CAL se estruturaria como uma organização bifronte ou anfíbia, isto porque passaraia a intercalar, a partir de 1972, a realização de alguns Congressos “públicos”, designados de “políticos” ou “externos”, e outros “secretos”, mais letais, designados de “militares” ou “internos”. Na “cruzada” desenvolvida por essa confederação de *organizaciones militares, partidos políticos e otras organizaciones anticomunistas* da América Latina, portanto, levou-se à sério a ideia de que “o segredo do sucesso é o segredo”, apostando-se que apenas venceriam o marxismo e seus “companheiros de viagem” no continente por meio de operações encobertas.

O capítulo derradeiro do *Ante Proyecto*, a seu turno, tratou dos “*Cambios de Situacion de los Miembros de la CAL*”, determinando que, “**cuando una organización o partido político**

**miembro regular de la CAL, que controle el Gobierno de su país sea desplazado de éste y pase a la oposición, no perderá por ello su carácter de miembro de la CAL; pero sí dejará de ser integrante por derecho próprio del Consejo Superior de Coordinación, para convertirse en miembro elegible del mismo”** (cap. 7º, art. 51) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 285). Inversamente, **“cuando una organización o partido político, que se encuentre en la oposición, llegue a controlar el Gobierno, se convertirá por derecho próprio en integrante del mencionado Consejo”** (cap. 7º, art. 51) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 285, grifo meu). Nota-se, pois, a preferência e a proeminência conferidas, estatutariamente, àqueles membros da CAL que “controlassem” o governo e/ou o Estado de seu respectivo país.

O *Ante Proyecto* ainda esclareceu que a CAL não se confundiria com um organismo de tipo parlamentar, isto é, aberto a divergências, controvérsias e debates públicos. Pelo contrário, uma vez que **“la CAL no es un Parlamento representativo de Organizaciones, sino estrictamente una alianza anticomunista”**, “cuando ocurran en una entidad miembro de la CAL, cambios básicos en su dirección, la Secretaría General, dejará provisionalmente en suspenso su representación en los organismos de la CAL, y pondrá a discusión y votación del Consejo Superior de Coordinación, lo que deba resolverse acerca de este asunto” (cap. 7º, art. 52) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 285, grifo meu). Ao fim e ao cabo, o *Anteprojetos da CAL* especificou nove (9) frações do seu artigo 53, Capítulo 7º, na tentativa de estabelecer um modo de dirimir eventuais controvérsias a respeito da aceitação ou não, como membro regular, de “una organización política o militar que controle el Gobierno de su país sin ser miembro de la CAL” (cap. 7º, art. 53, *caput*) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 286). O membro da CAL poderia opor-se à aceitação de um novo membro regular encaminhando suas alegações ao Conselho Superior de Coordenação e, em caso de negativa de suas pretensões, poderia apelar ao Congresso Geral a fim de dirimir a questão. “En ningún caso se aceptará para el ingreso de la nueva organización, la salida del miembro opositor, si éste há cumplido con sus obligaciones como miembros de la CAL” (cap. 7º, art. 53, fração VI) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 287).

Assim, “al ingresar a la CAL el nuevo miembro regular, tanto los representantes de éste como los del miembro opositor, deberán prometer solemnemente ante el Congreso de la CAL, no ventilar en ésta sus rivalidades y diferencias políticas; debiendo dedicarse ambas entidades, dentro



de esta Confederación, solamente a la lucha contra el comunismo y sus cómplices” (cap. 7º, art. 53, fração VII) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 287). Novamente, pois, a CAL buscou precaver-se contra eventuais divisões em suas fileiras que, a despeito disso, conforme se verá no final deste CAPÍTULO 5, levariam a sua própria dissolução no início da década de 1980. Por último, o *Ante Proyecto* apresentado pelos tecos da FEMACO, na Cidade do México, no esteio da VI Conferência da WACL de 1972, determinou, em tom deveras ameaçador, que “todo miembro al ingresar a la CAL y aceptar los presentes Estatutos, promete implícitamente nunca anteponer sus intereses particulares a los de la lucha contra el comunismo, y [promete] **jamás abandonar la CAL cuando el veredicto del Consejo o del Congreso le sea adverso**” (cap. 7º, art. 53, fração VIII) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 285, grifo meu).

### 5.2.8.3. Organizando o movimento, as Leis Fundamentais da CAL: Carta de Princípios e Estatutos

Se no primeiro dia da Assembleia Constitutiva da CAL, em 28 de agosto de 1972, a FEMACO apresentou aos delegados o *Ante Proyecto de Estatutos*, no dia seguinte, depois das deliberações entre os presentes, aprovaram-se as *Leyes Fundamentales de la CAL*, subdivididas em dois documentos: a *Carta de Princípios* e os *Estatutos: Disposiciones Relativas a los Miembros*<sup>516</sup>. Os dois primeiros capítulos do *Anteproyecto de Estatutos da CAL* – intitulados *Naturaleza y Fines* (Capítulo 1º) e *La CAL y la WACL* (Capítulo 2º) – foram praticamente copiados e, repaginados, deram forma à *Carta de Princípios* da CAL. Isto é, os Capítulos 1º e 2º do *Anteproyecto* já analisado, repostos quase que literalmente, nuclearam a *Carta de Princípios* da CAL<sup>517</sup>. Com duas ligerias exceções. De um lado, acrescentou-se ao Capítulo 1º do *Ante Proyecto*

---

<sup>516</sup> No Brasil, o historiador Marcos Vinícius Ribeiro foi o primeiro a analisar essas Leis Fundamentais em sua tese A história da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as ditaduras de Segurança Nacional (1972-1979) (RIBEIRO, 2018: 163-184).

<sup>517</sup> O caput do Cap. 1º do *Ante Proyecto* é idêntico ao caput do artigo 1º da Carta de Princípios. O artigo 1º, fração I, da Carta, é idêntico ao Cap. 1º, art. 1º, fração I, do *Ante Proyecto*. E assim sucessivamente: o art. 1º, fração II, da Carta, é igual ao Cap. 1º, art. 1º, fração II, da Carta; o art. 1º, fração III, da Carta, repete o Cap. 1º, art. 1º, fração III, do *Ante Proyecto*; o art. 1º, fração IV, da Carta, é idêntico ao Cap. 1º, art. 1º, fração IV, do *Ante Proyecto*; o art. 1º, fração V-a, da Carta, é igual ao Cap. 1º, art. 1º, fração V-a, do *Ante Proyecto*; o art. 1º, fração V-b, da Carta, repete o Cap. 1º, art. 1º, fração V-b, do *Ante Proyecto*; o art. 1º, fração V-c, da Carta, é o mesmo do Cap. 1º, art. 1º, fração V-c, do *Ante Proyecto*; o art. 1º, fração V-d, da Carta, reitera o Cap. 1º, art. 1º, fração V-d, do *Ante Proyecto*; o art. 1º, fração VI, da Carta, apresenta a mesma redação do Cap. 1º, art. 1º, fração VI, do *Ante Proyecto*; assim como o art. 1º, fração VII, da Carta, em relação ao Cap. 1º, art. 1º, fração VII, do *Ante Proyecto*. Da mesma forma, o texto do art. 2º da Carta é o mesmo daquele do Cap. 1º, art. 2º, do *Ante Proyecto*, o que se repete com o art. 3º da Carta (= ao Cap. 1º, art. 3º, caput, do *Ante Proyecto*), o art. 3º, fração I, da Carta (= ao Cap. 1º, art. 3º, fração I, do *Ante Proyecto*), o

mais uma finalidade às missões da CAL, qual seja, a de “**promover el conocimiento de las doctrinas y tácticas del comunismo y de los valores de civilización que inspiran al mundo libre**” (art. 1º, fração VIII, *Carta de Principios*) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 61). De outra parte, dois artigos do Capítulo 2º do *Ante Proyecto* (o 5º e o 6º) foram encurtados e resumidos em uma nova redação, que encerra a derradeira *Carta de Principios* da CAL: “**La CAL es el organismo continental de la WACL en América Latina, que acepta sus principios básicos y ejecutará sus planes de lucha contra el comunismo, adaptados a las necesidades de esta región continental en los términos de esta Carta; y gozando de autonomía en su régimen interno.** Ciudad de México a 29 de agosto de 1972” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 64, grifo meu).

Ressalvadas essas duas alterações, portanto, os dois primeiros capítulos do *Ante Proyecto* elaborado pela FEMACO forneceram as diretrizes axiológicas da *Carta de Principios* da CAL. Todavia, os demais capítulos do *Ante Proyecto*, aqueles referentes aos membros (Capítulo 3º), à organização (Capítulo 4º), ao Conselho Superior de Coordenação (Capítulo 5º), à Secretaria Geral (Capítulo 6º) e às mudanças de situação dos membros da CAL (Capítulo 7º), foram inteiramente reformulados e, assim, ganharam autonomia em um novo (e já referido) documento: os *Estatutos: Disposiciones Relativas a los Miembros*. Esses novos *Estatutos* da CAL, a seu turno, foram divididos em 4 (quatro) capítulos, quais sejam: *Naturaleza e Fines* (Cap. 1º), *De los Miembros de la CAL que sean Partidos Políticos* (Cap. 2º), *Obligaciones de los Miembros de la CAL* (Cap. 3º) e *Organos de Gobierno de la Confederación Anticomunista Latinoamericana* (Cap. 4º). Dessa forma, no Capítulo 1º, “**Naturaleza y Fines**”, os novos *Estatutos* alteraram a definição da CAL conferida pelo *Ante Proyecto*, suprimindo a referência original a *organizações militares*. Recorde-se que, no *Anteproyeto* a CAL fora definida como uma aliança entre partidos políticos, organizações militares e outras entidades anticomunistas. Nos novos *Estatutos* a CAL foi então definida como “una organización continental destinada a agrupar y coordinar la actividad de las personalidades y entidades que, no siendo partidos políticos, se mencionan en el artículo octavo de los presentes Estatutos” (cap. 1º, art. 1º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 65). Segundo

---

art. 3º, fração II, da Carta (= ao Cap. 1º, art. 3º, fração II, do *Ante Proyecto*), o art. 3º, fração III, da Carta (= ao Cap. 1º, art. 3º, fração III, do *Ante Proyecto*), o art. 3º, fração IV, da Carta (= ao Cap. 1º, art. 3º, fração IV, do *Ante Proyecto*), e o art. 4º da Carta (= ao Cap. 1º, art. 4º, do *Ante Proyecto*).

os novos *Estatutos*, as finalidades e a natureza da CAL estariam expressas em sua *Carta de Principios* (= aos Capítulos 1º e 2º do *Ante Proyecto*, com os acréscimo mencionados). Na “lucha contra el comunismo en la América Latina”, porém, inovou a nova redação dos *Estatutos* ao advertir que:

(...) **reviste especial transcendencia la ayuda, por una parte, a quienes por el poder que tienen pueden destruir al comunismo, como son los gobiernos y sus fuerzas armadas y los movimientos cívicos y militares que tienden a liberar a sus pueblos del yugo marxista; y por otra parte, la ayuda a los partidos políticos, organizaciones sindicales y otras entidades anticomunistas que por su gran influencia social puedan librar batallas decisivas contra el enemigo.** Dicha ayuda se proporcionará a los gobiernos y a las entidades mencionadas, sin tomar en cuenta ideologías o sistemas políticos, económicos, religiosos o sociales, sobre la base de que se luche firme y eficazmente contra el socialismo marxista (cap. 1º, art. 2º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 65, grifo meu)

Os novos *Estatutos* da CAL, ecoando uma preocupação já inscrita no *Ante Proyecto*, garantiu que “**la CAL respetará siempre la soberanía de los Estados para darse su propia forma de gobierno** y la independencia plena e ideológica de las entidades miembros y de aquellas con las que sostendrá relaciones” (cap. 1º, art. 2º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 65). Em sua nova definição estatutária, a CAL foi definida então como “**una Alianza de Entidades Anticomunistas reales integradas por latino-americanos por nacimiento**”, ressaltando que, “**sin embargo, podrá recibir la colaboración de Entidades Anticomunistas constituídas mayoritariamente por extranjeros**, europeus y de otros continentes, radicados o hasta nacionalizados en la América Latina, mediante pactos que con ellas celebre la Secretaría General; y siempre que tales Entidades presten servicios concretos y valiosos en la lucha anticomunista” (cap. 1º, art. 3º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 66, grifo meu).

A CAL seria “una Alianza de Entidades reales” no sentido de excluir de seus quadros, “como miembros, las entidades ficticias”, embora aceitaria “colaboraciones individuales, en las condiciones estipuladas por estos Estatutos y por los Reglamentos de las Asociaciones Latinoamericanas que integran la CAL” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 66). Ademais, “cuando una nación cuente con varias entidades anticomunistas comprobadamente sinceras, que no hayan podido formar un frente unido, contra el comunismo, la CAL promoverá la creación de ese frente” (cap. 1º, art. 4º) e, nessa papel de coordenação das redes anticomunistas regionais, “la CAL agrupará a sus miembros en distintas Asociaciones Latinoamericanas, que serán autónomas en su régimen interno” (cap. 1º, art. 5º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 66). Na sequência,

embora sem explicitá-lo, os *Estatutos* aludem ao caráter bifronte ou anfíbio da CAL, a saber, a divisão de tarefas interna à organização com uma face pública e outra secreta. Cuidando da primeira, definiu o Cap. 1º, art. 6º, dos *Estatutos*, que:

**La CAL por su naturaleza debe funcionar publicamente, ya que en su lucha contra el comunismo y sus cómplices, y en el apoyo que brinde a los Gobiernos, Fuerzas Armadas, Partidos Políticos, Organizaciones Cívicas y otras entidades que luchan decisivamente contra el comunismo y sus satélites empleará, entre otros medios, los de prensa, radio, televisión, libros, folletos y propaganda diversa, contrarrestando el uso que hace el enemigo de estos medios de publicidad y difusión para favorecer al comunismo y a sus cómplices y calumniar, desprestigiándolos, a quienes luchan con mayor eficacia y firmeza contra ellos (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 66)**

Entretanto, aludindo à frente secreta das ações desse organismo da WACL na América Latina, seus novos *Estatutos* asseguraram que, “sin embargo, **los órganos directivos de la CAL determinarán, según las circunstancias, a qué asuntos debe darse gran publicidad y cuáles conviene que se mantengan en reserva, para combatir mejor al enemigo**” (cap. 1º, art. 6º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 67, grifo meu). Já o Capítulo 2º dos *Estatutos*, “**De los Miembros de la CAL que no sean Partidos Políticos**”, definiu que eles seriam enquadrados ou como *asociados* ou como *colaboradores*. “**Los Asociados pueden ser numerários y ordinários. Y los Colaboradores podrán ser numerários o individuales**” (cap. 2º, art. 7º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 67). Nessa nova divisão, inexistente no *Ante Proyecto*, “serán **miembros Asociados Numerarios de la CAL**, las siguientes Entidades que realicen una labor anticomunista” (cap. 2º, art. 8º, *caput*) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 67, grifo meu):

**Las Organizaciones Cívicas Anticomunistas** de fuerza nacional (cap. 2º, art. 8º, fração I); **Las Confederaciones o Federaciones de Sindicatos de Obreros** de fuerza nacional en un país, y los sindicatos de obreros de extensión nacional con secciones en las principales ciudades del país (cap. 2º, art. 8º, fração II); **Las Confederaciones o Federaciones de Sindicatos de Empleados** de fuerza nacional de un país (cap. 2º, art. 8º, fração III); **Las Confederaciones o Federaciones de Uniones o Sindicatos de trabajadores del campo** (cap. 2º, art. 8º, fração IV); **Las Confederaciones o Federaciones Estudiantiles Anticomunistas**, de extensión nacional (cap. 2º, art. 8º, fração V); **Las Universidades o Institutos Tecnológicos** (cap. 2º, art. 8º, fração VI); **Las Asociaciones de Laicos o de Cérigos**, de magnitud nacional, que se dediquen a combatir al clero comunista o cómplice de la subversión en la América Latina (cap. 2º, art. 8º, fração VII); **Las Asociaciones de Intelectuales, Técnicos, Profesionistas, Artistas y Profesores Anticomunistas** de amplitud nacional (cap. 2º, art. 8º, fração VIII); **Las Asociaciones de Banqueros, Industriales y Comerciantes Anticomunistas y de Pequeños propietarios agrícolas**, de amplitud nacional (cap. 2º, art. 8º, fração IX); **Toda Confederación o Federación de Asociaciones anticomunistas**, que agrupen a determinado sector social y que tengan extensión nacional (cap. 2º, art. 8º, fração X); **Las**

**Cadenas de Periódicos Diarios o de Revistas** (cap. 2º, art. 8º, fração XI); **Las Cadenas de Estaciones de Radio o Televisión** (cap. 2º, art. 8º, fração XII); **Las Cadenas de Salas de Cinematógrafo** (cap. 2º, art. 8º, fração XIII); [y] **Las Compañías Productoras de Películas** (cap. 2º, art. 8º, fração XIV) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 67)

Ademais, os sobrecitados *membros asociados numerários* “podrán mandar a los Congresos de la CAL una Delegación integrada por un número de una a cinco personas, pero cualquiera que sea el número de delegados que envíen a dichos Congresos, tendrán quince votos en el Pleno de los mismos y en sus Comisiones” (cap. 2º, art. 9º) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 68). Seriam considerados membros associados aquelas “entidades mencionadas en las fracciones I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX y X del artículo 8, que sólo tengan extensión provincial y no formen parte de una magnitud nacional, que sea miembro Asociado Numerario de la CAL”, definiendo ainda os *Estatutos*, em seu Capítulo 2º, artigo 10, que “serán **membros Asociados Ordinarios de la CAL**, las siguientes Entidades Anticomunistas”:

**Las Escuelas o Facultades con más de ochocientos alumnos**, que no formen parte de Universidades o Tecnológicos miembros de la CAL y **las Sociedades Estudiantiles de Escuelas o Facultades de más de ochocientos alumnos**, que estén dirigidas por anticomunistas; cuando no pertenezcan a una Federación o Confederación miembro de la CAL (cap. 2º, art.10, fração II); **Los periódicos diários** con un tiraje de más de diez mil ejemplares o de menos tiraje pero que sean de gran importancia nacional (cap. 2º, art.10, fração III); **Los periódicos semanários, quincenales y mensuales** con un tiraje de más de diez mil ejemplares o de menos tiraje pero que sean de comprobada influencia nacional (cap. 2º, art.10, fração IV); **Las Estaciones de Radio y Televisión** de alcance nacional o regionales que cubran zonas de más de 5 millones de habitantes (cap. 2º, art.10, fração V); **Las Salas de Cinematógrafo** con un cupo mayor de mil asientos (cap. 2º, art.10, fração VI); **Las Compañías Teatrales** de actividade internacional y aquellas de alcance nacional que actúen en zonas de más de veinte millones de habitantes (cap. 2º, art.10, fração VII); **Las empresas editoras de libros** de distribución internacional o aquellas de distribución nacional que hayan editado al menos cinco títulos anticomunistas, o por lo menos dos títulos si su tiraje sobrepasó los veinte mil ejemplares (cap. 2º, art.10, fração VIII); **Las Bibliotecas Públicas** con más de veinte mil volúmenes (cap. 2º, art.10, fração IX) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 69)

Nota-se aqui, como visto no *Anteprojeto*, a exorbitância das cifras exigidas pela CAL. Os sobrecitados *membros asociados ordinários da CAL* poderiam ainda “mandar a los Congresos de ésta, de uno o tres delegados, pero esa Delegación tendrá seis votos, tanto en el Pleno como en las Comisiones, cualquiera que sea el número de delegados que la integren” (cap. 2º, at. 11) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 70. Assim definidos estatariamente quem e quais seriam as funções dos membros associados numerários e dos membros associados ordinários da CAL que não fossem partidos políticos, os *Estatutos* definiram que, entre os colaboradores não identificados

com referidas arregimentações partidárias, “serán **miembros Colaboradores Numerarios de la CAL**, las siguientes Entidades Anticomunistas”:

Las mencionadas en las fracciones I, V, VII, VIII, IX y X del artículo 8, cuando tengan extensión local (cap. 2º, art. 12, fração I); **Las Asociaciones o Sindicatos de Obreros, Empleados o Campesinos** de extensión local, cuando no formen parte de una Federación o Confederación miembro de la CAL (cap. 2º, art. 12, fração II); **Las Escuelas o Facultades de menos de ochocientos alumnos y las Sociedades de Estudiantes, dirigidas por anticomunistas, en escuelas de menos de ochocientos alumnos**; cuando las primeras no formen parte de Unversidades o Tecnológicos miembros da la CAL y las segundas no dependan de Confederaciones o Federaciones estudiantiles ya afiliadas a la CAL (cap. 2º, art. 12, fração III); **Los periódicos diarios, semanarios, quincenales o mensuales**, con un tiraje mayor de dos mil ejemplares (cap. 2º, art. 12, fração IV); **Las Estaciones de Radio y Televisión** de alcance provincial o local (cap. 2º, art. 12, fração V); **Las Salas de Cinematógrafo** con cupo menor de mil asientos (cap. 2º, art. 12, fração VI); **Las Compañías Teatrales** de actividade nacional (cap. 2º, art. 12, fração VII); **Las Empresas Editoras de Libros** de difusión nacional y las imprentas que editen propaganda anticomunista en gran escala (cap. 2º, art. 12, fração VIII); **Las Bibliotecas Públicas** de menos de veinte mil volúmenes (cap. 2º, art. 12, fração IX) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 70, grifo meu)

Os sobrecitados *membros colaboradores numerarios* poderiam enviar “a los Congresos de la CAL de uno a dos delegados, pero su Delegación tendrá tres votos, tanto en el Pleno como en las Comisiones, cualqueira que sea el número de personas que la integren” (cap. 2º, art. 13) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 71). Terminado o regramento sobre os membros associados numerários e ordinários, bem como sobre os membros colaboradores numerários, os *Estatutos* definiram que “son **miembros Colaboradores Individuales de la CAL**, las personalidades anticomunistas siguientes”:

**Los altos Gobernantes o Ex-Gobernantes de las naciones y miembros importantes de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial** (cap. 2º, art. 14, fração I); **Los Generales, Coroneles, Almirantes, Contralmirantes y otros Jefes o Altos Oficiales de las Fuerzas Armadas** (cap. 2º, art. 14, fração II); **Dirigentes políticos o sociales que no dirijan asociaciones miembros de la CAL** (cap. 2º, art. 14, fração III); **Ex-Rectores de Universidades o Tecnológicos, Ex-Directores de Escuela, Ex-Presidentes de Federaciones y Sociedades Estudiantiles o de Profesores** (cap. 2º, art. 14, fração IV); **Clérigos anticomunistas y dirigentes laicos dedicados a combatir la subversión del clero rojo**, que no pertenezcan a asociaciones miembros de la CAL. **Y Directores de periódicos y boletines que combatan al clero comunista y subversivo**, cuando sus periódicos no sean miembros de la CAL (cap. 2º, art. 14, fração V); **Ex-Presidentes de Confederaciones, Federaciones, Sindicatos o Uniones de Obreros, empleados o campesinos** (cap. 2º, art. 14, fração VI); Autores de libros contra el comunismo, las fuerzas secretas que lo dirigen y propalan o sus cómplices. **Y Propietarios o Gerentes de Editoras de libros o imprentas que editen propaganda**, cuando sus empresas no estén aderidas como tales a la CAL (cap. 2º, art. 14, fração VII); **Intelectuales, hombres de ciencia, técnicos, profesionistas y artistas destacados en las belas artes**, de gran influencia nacional o internacional (cap. 2º, art. 14, fração VIII); **Filántropos** que estén dispuesto a dar y den, para el sostenimiento de la CAL o de alguna de sus Asociaciones

Latinoamericanas, un donativo mensual por lo menos de mil dólares (cap. 2º, art. 14, fração IX); **Directores, Redactores y Administradores de periódicos** cuando estos últimos, como tales, no estén adheridos a la CAL. **Y los Editorialistas y Comentaristas de los periódicos diários y revistas**, que tengan un tiraje mayor de tres mil ejemplares, aunque dichos periódicos ya estén adheridos como tales a la CAL (cap. 2º, art. 14, fração X); **Corresponsales de Agencias de Noticias y de periódicos diários o revistas de importância**, estén o no las primeras y los segundos adheridos a la CAL (cap. 2º, art. 14, fração XI); **Locutores y Comentaristas de radio y televisión**, estén o no adheridas a la CAL las Estaciones en que trabajan. **Y los Administradores, Propietarios o miembros del personal directivo de las Estaciones de Radio y Televisión**, cuando éstas como tales, no estén afiliadas a la CAL (cap. 2º, art. 14, fração XII); **Propietarios, Directores, Administradores o miembros del personal directivo de Compañías productoras de películas, Compañías de Teatro, Cadenas de Cines, Salas Privadas de Teatro, Salas de Cinematógrafo**, cuando todas éstas, como tales, no estén adheridas a la CAL. **Y Artistas y Técnicos de cine y teatro**, aunque trabajen en campañas adheridas a la CAL, **incluyéndose a Directores y Artistas de conjuntos teatrales de aficionados**, cuando realicen o se comprometan a realizar, **una labor anticomunista duradera** (cap. 2º, art. 14, fração XIII) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 72, grifo meu)

Os sobrecitados *membros colaboradores numerários* poderiam “assistir a los Congresos teniendo un voto, tanto en el Pleno como en las Comisiones” (cap. 2º, art. 15) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 73). Aínda, “la Secretaría General de la CAL, de acuerdo con las disposiciones mencionadas en los artículos anteriores, llevará una lista que mencione el número de votos que corresponde a cada miembro, para los efectos de su recuento en las votaciones. Igualmente, mostrará a cada miembro el presente capítulo de los Estatutos de la CAL, para ilustrarlo sobre el número de votos que le corresponde en los Congresos” (cap. 2º, art. 16) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 73). Admitir-se-ia como novo colaborador individual da CAL “una Entidad o una Persona, de las mencionadas en los artículos 7, 8, 10, 12 y 14 de los presentes Estatutos” (cap. 2º, art. 17, fração I) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 73), que deveria:

Hacer su solicitud por escrito (cap. 2º, art. 17, fração II); Aceptar pagar la cuota mensual o trimestral que acuerde el Congreso de la CAL, y que en el caso de las Asociaciones de Banqueros, Industriales y Comerciantes anticomunistas, será cinco tantos mayor, que la asignada por el Congreso a las demás Entidades de su misma categoría como miembros. Los Filántropos cubrirán la cuota mencionada en el artículo 14, fracción IX (cap. 2º, art. 17, fração III); **Tener una comprobada actuación anticomunista por lo menos durante cinco años, acompañando a la solicitud documentos que lo comprueben** (cap. 2º, art. 17, fração IV); **No estar dirigida o representada por personas: a. Que hayan militado en organizaciones comunistas, anarquistas o socialistas marxistas de cualquier matiz, aunque aleguen haber renunciado a ellas y cambiado al campo anticomunista. b. Que hayan colaborado con comunistas y socialistas de distinto matiz. c. Que hayan atacado a nacionalismos anticomunistas de la América Latina** (cap. 2º, art. 17, fração V); Estar constituídas por ciudadanos de la América Latina o personas nacidas en ella (cap. 2º, art. 17, fração VI); **Ser admitido su ingreso por la Comisión de membrecía integrada por el Secretario General de la CAL, el**

**Secretario de Seguridad y dos miembros más designados por el Consejo Coordinador, quienes deberán resolver la admisión por voto unánime.** En caso de voto de rechazo deberá éste ser fundamentado ante la Comisión, pero **si la oposición procede del Secretario de Seguridad, éste podrá no mencionar sus fuentes de información.** Esta Comisión se reservará el derecho de informar a los miembros de la CAL las razones que fundamentaron el rechazo (cap. 2º, art. 17, fração VII); Las demás establecidas por los presentes Estatutos y los Reglamentos que apruebe el Congreso (cap. 2º, art. 17, fração VIII) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 74, grifo meu)

Regradas tais condições de ingresso sob a vigilância da Secretaria de Segurança, os *Estatutos* estipularam as seguintes hipóteses de desfiliação de membros da CAL, definindo que “perderán su carácter de miembro de la CAL quienes”:

Traicionando sus ideales, presten ayuda al comunismo o a sus cómplices (cap. 2º, art. 18, fração I); No paguen la cuota que les asignó el Congreso o no cumplan con la obligación contraída en sustitución de dicha cuota, durante un año (cap. 2º, art. 18, fração I); Contravengan gravemente los principios, el objeto y los fines de la CAL (cap. 2º, art. 18, fração III); **Ataquen a entidades miembros de la CAL o provoquen graves problemas o ataquen a gobiernos sinceramente anticomunistas,** después de que el Consejo Coordinador les haya exhortado a no hacerlo. Cuando los miembros de la CAL, exhortados en esta forma, crean justificados los actos que se les pide suprimir, podrán dirigir al Secretario General de la CAL alegado apoyando sus puntos de vista. Pero suspenderán inmediatamente los actos de ellos reclamados, mientras el Consejo Coordinador resuelve el caso estudiando su alegato, Resolución que debe ser acatada por el miembro sob pena de ser expulsado de la CAL (cap. 2º, art. 18, fração IV); **Insistan reiteradamente en investigar cuestiones declaradas de carácter reservado por los Estatutos y Reglamentos, así como por el Congreso General o por el Consejo Coordinador** (cap. 2º, art. 18, fração V); Reincidir en el incumplimiento de las obligaciones mencionadas en el capítulo siguiente, a juicio de la Comisión de Membrecía (cap. 2º, art. 18, fração VI); Que sea decretada su expulsión por la Comisión de Membrecía a que se refiere la fracción VII del artículo 17, por mayoría de votos, teniendo el Secretario General, en caso de empate, voto de calidad (cap. 2º, art. 18, fração VII) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 75, grifo meu)

Finalmente, o último artigo do Capítulo 2º dos *Estatutos* da CAL assinalou que, “cuando el Secretario de Seguridad tenga motivos fundados para justificar la suspensión de algún miembro, pedirá al Secretario General o en su ausencia al Sub-Secretario adjunto, que decrete dicha suspensión, en tanto que completa la investigación del caso para informar a la Comisión de Membrecía, la que determinará si procede o no mantener la suspensión o decretar la expulsión o inocencia del inculcado” (art. 19) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 75). Ademais, o Capítulo 3º dos *Estatutos* definiu as seguintes “**Obligaciones de los Miembros de la CAL**”:

**Luchar por impedir que los comunistas y sus cómplices se apoderen de la dirección de la Institución, Empresa o Sector Político o Social, en que dichos miembros actúen; o por desalojar de esa dirección a los rojos que ya la tuvieren en sus manos, propugnando porque sean substituído en ella por elementos patriotas y**



**anticomunistas** (cap. 3º, art. 20, fração I); Ayudar a otros miembros de la CAL, en el trabajo mencionado en la fracción anterior, cuando dichos miembros o la propia CAL se lo pidan, entendiendo que en reciprocidad, los que impartan tal ayuda mayor derecho tienen de recibirla, cuando la necesiten y soliciten (cap. 3º, art. 20, fração II); Ayudar a otros miembros de la CAL, a impedir que los comunistas y sus cómplices los desalojen de los puestos directivos que ocupan en la Entidad que dirigen. Los que impartan tal ayuda, mayor derecho tendrán de recibirla en reciprocidad cuando la necesiten (cap. 3º, art. 20, fração III); **Realizar actividades anticomunistas desde la posición que dirijan u ocupen** (cap. 3º, art. 20, fração IV); **Ejecutar las actividades anticomunistas y de ayuda a otras Entidades patriotas y anticomunistas, aprobadas por los Congresos de la CAL, su Consejo Coordinador y la Secretaría General** (cap. 3º, art. 20, fração V); Mandar delegados o asistir personalmente, si se trata de colaboradores individuales, a los Congresos de la CAL y acatar lo aprobado en dichas reuniones (cap. 3º, art. 20, fração VI); Pagar la cuota mensual o trimestral que acuerde el Congreso de la CAL, tomándose en cuenta lo dicho en la fracción III del artículo 17 de los presentes Estatutos (cap. 3º, art. 20, fração VII); Pagar el pasaje de sus delegados a dichos Congresos o su propio pasaje en caso de tratarse de un colaborador individual (cap. 3º, art. 20, fração VIII); Las demás que ordenen los presentes Estatutos y los Reglamentos que se aprueben (cap. 3º, art. 20, fração IX) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 76, grifo meu)

Os *Estatutos*, ainda em seu Capítulo 3º, autorizaram os membros da CAL a prestarem “ayuda de orden económico”, usufruindo de “completa libertad de otorgala cuando quieran y puedan hacerlos. Ante toda petición de este tipo de ayuda los miembros inquiridos dará noticia a la Secretaría General para su consideración y eventual investigación. La negación de esta ayuda no justificará ningún resentimiento o protesta y quien la formule violará estos Estatutos” (art. 21) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 76). Em casos excepcionais, porém, estipulou-se que, “cuando un miembro de la CAL, no pueda realizar en la forma acordada, una actividade anticomunista ordenada por su Congreso, por su Consejo Coordinador, o por su Secretaría General, será necesario que proponga en substitución de la actividad que no puede realizar otra de eficacia equivalente, que sí le sea posible ejecutar; la que si es aprobada por la Secretaría General de la CAL, realizará el miembro para cumplir con su obligación como tal” (cap. 3º, art. 22) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 76)<sup>518</sup>. Tratando-se de “Entidades o de Colaboradores Individuales, que no puedan acudir a los Congresos de la CAL, por carencia de fondos para pagar sus passajes, o por otros motivos graves, la falta de cumplimiento de esta obligación podrá ser suplida por: I. El envío por escrito de sus proposicones o planes de acción al Congreso. II. La

---

<sup>518</sup> Neste último caso, “el Consejo Coordinador de la CAL y la Secretaría General podrán acordar qué Entidades o Personalidades anticomunistas, carentes de fondos económicos, pueden pagar la cuota que se les asignó, con servicios de valia, que compensen plenamente el pago de la mencionada cuota” (cap. 3º, art. 23) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 76).

ejecución de los planes de actividades y resoluciones del Congreso, que corresponda realizar a quien no asistió; para lo cual, la Secretaría General por el conducto adecuado, mandará al miembro una lista de dichas resoluciones y planes de actividades que está obligado a ejecutar” (cap. 3º, art. 24, frações I e II) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 78).

*Last but not least*, o quarto e último capítulo dos *Estatutos* da CAL estabeleceram quais seriam os **Órgãos de Governo** do braço político-militar da WACL na América Latina. Definiu-se, assim, como “**órganos de gobierno de la Confederación Anticomunista Latinoamericana: I. El Congreso General. II. El Consejo Coordinador. III. La Comisión de Membrecía. IV. La Secretaria General**” (cap. 4º, art. 25, frações I, II, III e IV) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 78, grifo meu). O órgão superior da CAL, portanto, era o Congresso Geral celebrado anualmente, porquanto “**la máxima autoridad de la CAL en sus asuntos de orden interno, corresponderá a su Congreso General, integrado por los delegados de todas las entidades miembros y por los colaboradores individuales**” (cap. 4º, art. 26) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 78). Demarcou-se, enfim, que, “**en el tiempo transcurrido entre la celebración de uno y outro Congreso General, el gobierno de la CAL estará en manos del Consejo Coordinador y del Secretario General**” (cap. 4º, art. 27) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 79 grifo meu).

Por último, estabelecido o Congresso Geral como a autoridade máxima da organização da CAL, definiu-se também que caberia a ele eleger “por mayoría de votos y por un período de tres años, al Secretario General de la CAL, y por un período de un año al Tesorero General” (cap. 4º, art. 28) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 79). Enfim, consolidando a hegemonia dos Tecos da FEMACO na coordenação repressiva formalizada na CAL, o último artigo de seus *Estatutos* determinou que “**el Secretario de Seguridad será nombrado y removido por la FEMACO, entidad fundadora de la CAL**” (cap. 4º, art. 28) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043, p. 79). Por monopolizar a Secretaria de Segurança e por ser a principal entidade fundadora da CAL, a FEMACO tornou-se uma espécie de “proprietária” desse braço político-militar da WACL na América Latina. Como se verá, apenas com a ascensão da SEPES, o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL, essa ultradireita mexicana passaria a enfrentar um “concorrente à altura” na disputa pela hegemonia anticomunista latino-americana dentro da Liga.

### 5.3. Paraguai, 1973: o II Congresso da CAL-Secreta em Puerto Presidente Stroessner

Quase um ano depois da fundação da CAL no México, em agosto de 1972, celebrada na sequência da VI Conferência da WACL, aquele órgão regional da Liga na América Latina se reuniria no Paraguai de Stroessner em uma reunião secreta. Um documento depositado nos *Archivos del Terror* do stonismo registrou a celebração do “**Segundo Congreso Secreto de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL)**” (CDyA: R108F2069). Embora só se tenha conseguido recuperar uma página desse documento, a simples enunciação do tema explicita que a CAL, como adiantado, conjugaria em sua história a realização de congressos públicos e congressos secretos, interligados e intercalados. Desse modo, se o I Congresso da CAL-Pública confundiu-se com a Assembleia Constitutiva da CAL de agosto de 1972, o II Congresso da CAL-Secreta ocorreu, entre 28 de maio e 1º de junho de 1973, na cidade de Puerto Presidente Stroessner, Paraguai. Se a ditadura paraguaia albergou o II Congresso da CAL-Secreta, contudo, não se sabe até hoje onde e quando teria ocorrido o I Congresso da CAL-Secreta. Seja como for, referido documento consiste em um informe secreto dirigido “Al Excelentísimo Señor Ministro del Interior Dr. D. Sabino A. Montanaro”, informado então sobre a celebração das das sessões do II Congresso da CAL-Secreta no “Salón de Conferencias de la Delegación de Gobierno del Dpto. de Alto Parana” (CDyA: R108F2069). Evidente, portanto, a vinculação oficial da ditadura stonista com a realização desse congresso secreto da CAL.

Como visto no CAPÍTULO 5, Mario Lopez Escobar – futuramente embaixador do Paraguai nos EUA – fora o encarregado stonista de participar do primeiro ciclo asiático de conferências da WACL, tomando parte da III Conferência de 1969 na Tailândia e da IV Conferência de 1970 no Japão. Nesta, foi caracterizado como “presidente da WACL-Paraguai” e esteve acompanhado pelo general Rogelio Benitez, do Centro Anticomunista de seu país. Viu-se também que o ditador Stroessner, entronizado no poder em 1954 por meio de um golpe de Estado, notabilizou-se por não deixar de enviar mensagens de apoio às conferências da WACL desde sua fundação, em 1966, garantindo nelas a solidariedade “do povo e do governo do Paraguai” à luta anticomunista da Liga<sup>519</sup>. Todavia, com a criação da CAL em 1972 no México e com a escolha do

---

<sup>519</sup> Recorde-se que, na mensagem que enviou à V Conferência da WACL de 1971 nas Filipinas, o ditador Stroessner assinalou a solidariedade de seu regime ao combate ao “comunismo ateu que é contrário às mais estimadas tradições do nosso povo e [é] o inimigo dos princípios cardeais da nossa civilização” (WACLROC, 1971: 11). Jactou-se do fato

Paraguai como sede da presidência desse órgão regional da WACL na América Latina, outros dirigentes stronistas assumiriam a hegemonia do “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL, como logo se verá<sup>520</sup>.

Quanto ao informe sobre o II Congresso da CAL-Secreta dirigido ao ministro do Interior Sabino A. Montanaro, registrou-se nele que participaram do conclave delegados anticomunistas provenientes dos seguintes países latino-americanos: **“Paraguay – Mexico – Brasil – Chile – Guatemala e El Salvador”** (CDyA: R108F2069). Infelizmente, conseguiu-se resgatar apenas a primeira página desse informe stronista, não tendo sido possível determinar o *Quem-é-quem* no II Congresso da CAL-Secreta. Apesar disso, o autor do documento, igualmente indeterminado, registrou o encaminhamento, em cópia, de um “Anexo Nominal de Delegados” (CDyA: R108F2069). Uma pena. Com sorte, outras pesquisas conseguirão localizar a íntegra desse informe ao Ministério do Interior stronista nos *Archivos del Terror*. Seja como for, embora incompleto, o documento em questão apresentou, como seu primeiro tópico, o temário “Asuntos Tratados y Aprobados”, tendo sido Montanaro informado que “se realizó la presentación de los Delegados participantes al Congreso y se **designó Presidente del mismo al Dr. Ruben Dario Osorio, del Paraguay**” (CDyA: R108F2069).

Mas quem era Dario Osorio, responsável por presidir o II Congresso da CAL-Secreta? Conforme adiantado, ele era um deputado do Partido Colorado que encontrou-se em 1972, a pedido do chefe do Estado-Maior do Exército paraguaio, com o adido do Exército brasileiro junto à Embaixada do Brasil em Assunção. Mas o que levava os militares stronistas a recomendarem a seus contrapartes brasileiros uma entrevista com Dario Osorio? Como visto, o político colorado gostaria de “conversar a respeito da organização anti-comunista de referência”, isto é, a CAL, com o adido militar brasileiro em Assunção (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 237). Em 1973, pouco mais depois de um ano disso, o II Congresso da CAL-Secreta, sob a presidência de Dario Osorio em Puerto Presidente Stroessner, **“aprobó el Acta del Congreso Constitutivo de la**

---

de seu governo não ter “relações diplomáticas com a Rússia, nem com a China vermelha ou com Cuba”, mostrando “orgulho de afirmar diante deste eminente encontro internacional que atividades comunistas são totalmente proibidas na nossa República” que, por isso, estaria imune aos “procedimentos criminosos utilizados como um sistema para atingir os objetivos do Comunismo Internacional” (WACLROC, 1971: 11).

<sup>520</sup> Pesquisas futuras poderão determinar se houve ou não conexão oficial entre as delegações do Paraguai presentes nos Congressos da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), entre 1955-58, e a ditadura stronista, à época, recém-instaurada. Cf. CAPÍTULO 3.

**Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL) realizada en fecha 28 de agosto de 1972 en Guadalajara-Mexico**” (CDyA: R108F2069). Significativamente, o informe ao Ministério do Interior stronista assinalou que, durante o II Congresso da CAL-Secreta, “**se redactó y aprobó el Reglamento de los Congresos Ordinarios de la CAL, Sección Partidos Politicos y Organizaciones Militares**”, bem como “**se aprobó el Estatuto de la Confederación Anticomunista Latinoamerica (CAL) externa**” (CDyA: R108F2069 grifo meu).

No penúltimo item inscrito no tópico I do Informe ao Ministério do Interior paraguaio, reportou-se a decisão tomada pelo II Congresso da CAL-Secreta de se “**crear la Agencia Latinoamericana de Noticias, como medida para contrarrestar las campañas contra los Gobiernos, Partidos Políticos y Organizaciones anticomunistas**” (CDyA: R108F2069 grifo meu). Essa Agência de Notícias, “en su primera etapa, **funcionará como una corresponsalía cuya organización se encomendó al Secretario General de la CAL Lic. Humberto Dávalos Herreros**” (CDyA: R108F2069 grifo meu), líder teco da FEMACO que, em 1972, fora o “promotor de la organización regional latinoamericana de WACL”. Por fim, no último fragmento recuperado do informe ao ministro do Interior Sabino A. Montanaro, anotou-se que o II Congresso da CAL-Secreta de 1973 “**aprobó la creación del Instituto Latinoamericano de Formación Antimarxista (ILFA), así como su Reglamento y Programa de Estudios**” (CDyA: R108F2069 grifo meu). Planejou-se que o ILFA “**tendrá como Sede la Universidad Autónoma de Guadalajara-Mexico y funcionará desde el mês de Setiembre de 1973**” (CDyA: R108F2069 grifo meu).

Isso foi, infelizmente, tudo o que se conseguiu obter nos *Archivos del Terror* paraguaio a respeito do II Congresso da CAL-Secreta. Felizmente, contudo, a socióloga argentina Julieta Rostica acrescentou algumas informações complementares sobre esse conclave secreto da então recém-criada CAL. Conforme explica, “**en los Congresos secretos se dividían dos comisiones, la de asuntos políticos y la de asuntos militares, ‘para intercambiar experiencias e informaciones de carácter general en la lucha contra las actividades subversivas comunistas en los distintos países representados en el Congreso’**” (ROSTICA, 2021: 227, grifo meu). No caso do II Congresso da CAL-Secreta, realizado na cidade de Puerto Presidente Stroessner, “**la comisión de asuntos políticos recibió ‘información sobre la situación política y acción subversiva del comunismo en cada país, y de los medios para combatirlo, tanto en el aspecto**

**repressivo como en el de la acción positiva y psicopolítica”** (Montanaro, S., 28 de mayo- 1 de junio de 1973) (ROSTICA, 2021: 227, grifo meu). Todavía, o dado mais importante resgatado pela pesquisadora argentina consiste na designação feita pelo II Congresso da CAL-Secreta de dois dirigentes do stronismo para ocuparem dois cargos secretos desse braço político-militar da WACL na América Latina. Um dos escolhidos fora o já apresentado líder político colorado; o outro era um dos principais chefes da polícia política da ditadura militar paraguaia. Assim que, respectivamente, segundo Julia Rostica, “en el II Congreso secreto (1973) **se designó al Dr. Rubén Darío Osorio como jefe del ‘Servicio Latinoamericano de Inteligencia’ y al Dr. Antonio Campos Alum como jefe del ‘Departamento Técnico Latinoamericano de Asesoría y Ayuda en la lucha contra las guerrillas y el terrorismo’**” (ROSTICA, 2021: 228, grifo meu).

Felizmente também, o Informe Final (*Anive haguã oiko*) da *Comisión de Verdad y Justicia* (CVJ) do Paraguai assinalou, em 2004, a importância do II Congresso da CAL-Secreta de 1973 para o entrosamento das coordenadas repressivas regionais na América Latina. Comentando esse conclave anticomunista realizado em Puerto Presidente Stroessner, a CVJ anotou que “la reunión secreta mencionada se llevó a cabo en una institución gubernamental paraguaya, y posteriormente, el entonces Ministro del Interior, Dr. Sabino Augusto Montanaro, fue sido informado en detalle sobre el desenvolvimiento del evento” (CVJ, 2004: 58). Demarcou a CVJ que, à época do II Congresso da CAL-Secreta, o líder teco da FEMACO Rafael Rodríguez e o chefe da polícia política stronista Antonio Campus Alum ocupavam, respectivamente, os cargos de Secretário Geral e Sub-Secretário Geral da CAL. Destacou-se, enfim, que nas “Conferencias de la Delegación de Gobierno del Alto Paraná, Paraguay”, isto é, **no II Congresso da CAL-Secreta de 1973, “se consensuó, entre otras acciones”**:

1. **Establecer un sistema regular de información confidencial para el intercambio de datos entre las Organizaciones nacionales miembros de la CAL.**
2. Organizar una agencia de noticias internacional para difundir la gestión de los gobiernos ‘nacionales’/militares de América Latina y denunciar sistemáticamente todo tipo de actividades marxistas/izquierdosas.
3. **Ampliar el apoyo financiero empresarial en toda A.L. para la lucha anticomunista.**
4. **Coordinar y apoyar las acciones de los grupos nacionalistas en universidades y sindicatos, en toda A.L.**
5. **Organizar centros de formación ideológica, empleando denominaciones de ‘fachada’ para preparar a dirigentes en diversos niveles de militancia.**
6. Crear el Instituto Latinoamericano de Formación Antimarxista en la Universidad Autónoma de Guadalajara, México, a partir de setiembre de 1973 (CONFEDERACIÓN ANTICOMUNISTA LATINOAMERICANA, CAL, *apud* CVJ, 2004: 58, grifo meu)

Embora mais à frente o tema será aprofundado, fica evidente, a partir da “leitura” dessas “ações consensuadas” no II Congresso da CAL-Secreta de 1973, que os objetivos de coordenação repressiva regional incumbidos e desenvolvidos por aquele órgão da WACL na América Latina coincidiu – *em gênero, número e grau* – com aquilo que posteriormente seria formalizado (e muito depois conhecido) como Operação Condor, pacto entre as ditaduras militares sul-americanas para monitorar, perseguir, torturar e assassinar seus “inimigos”. Se o complexo WACL/CAL não constituiu propriamente o Sistema Condor, estruturado no Chile de Pinochet no final de 1975 como um programa “antissubversivo” inter-estatal de Coordenação, Inteligência e Segurança, não resta dúvida de que as redes repressivas da CAL conformaram, pelo menos, *um dos protótipos* da coordenação repressiva transnacional de que se beneficiaria a Condor. Comentando referidas ações entabuladas no II Congresso da CAL-Secreta de 1973, isto é, dois anos antes da pactuação do Sistema Condor – espécie de “Mercosul” do terrorismo transnacional de Estado viabilizado por meio da ajuda norte-americana –, a CVJ paraguaia não deixou de anotar as confluências entre as conexões repressivas da CAL e aquelas redes de vigilância e monitoramento da futura Condor. Ao menos no Paraguai de Stroessner, mas não apenas, essa confluência entre os nexos repressivos da CAL e aqueles da Operação Condor fora deveras evidente, conforme se detalhará mais adiante.

Nesse sentido, precisamente, o Informe Final da CVJ do Paraguai destacou que **“la CAL, y su organización hermana, el Capítulo Paraguayo de la Liga Anticomunista Mundial, desarrollaron una extensa labor durante las dos etapas del Operativo Cóndor, y además de su relación con los estamentos gubernamentales, también incorporaron a la causa a Organizaciones de la sociedad civil que posiblemente hayan formado parte de la ‘Comisión de Entidades Cívicas’, presidida por Antonio Campos Alum”** (CVJ, 2004: 287, grifo meu). Se, ao tratar do II Congresso da CAL-Secreta de 1973, a CVJ paraguaia vislumbrou essa coincidência de objetivos entre o órgão regional da WACL na América Latina e o futuro Sistema Condor (1975), também a historiadora mexicana Mónica Naymich López Macedonia, como visto, sugeriu que uma das propostas feitas na VI Conferência da WACL de 1972, no México, “se pareció mucho a la dinámica que caracterizó lo que hoy se recuerda como Operación Cóndor” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010<sup>a</sup>: 152)<sup>521</sup>.

---

<sup>521</sup> A historiadora referiu-se à proposta de criação, feita pelo argentino Luis Ángel Dragani da FAEDA/COSMONAL, de uma Regional Latinoamericana de Informações e Divulgação que deveria “centralizar y procesar cuanta información se obtuviere sobre los proyectos y planes, tácticas y acciones a llevar a cabo por el marxismo en América

No momento oportuno, contudo, serão detalhados esses nexos repressivos transnacionais entre a CAL e a Operação Condor. Antes disso, porém, é preciso acompanhar a realização do II Congresso público da CAL, em 1974, no Brasil. Depois de ser fundada no México em 1972, no esteio da VI Conferência da WACL, e após realizar seu II Congresso secreto no Paraguai em 1973, a CAL escolheria o Brasil como o *locus* privilegiado de seu lançamento e consolidação continental. O Brasil se tornaria, portanto, o local estratégico, e 1974 se transformaria no ano-chave, para o fortalecimento da CAL enquanto incubadora de uma complexa rede de coordenação repressiva regional, note-se bem, um ano antes da Condor alçar seu “vôo” de morte a partir do Chile do ditador Augusto Ugarte Pinochet. Se o Brasil, apesar de seu gigantismo regional, é até hoje visto pela historiografia como um “parceiro menor” da Operação Condor, a análise histórica do “frenético” ano de 1974 poderá demonstrar, oxalá, que os militares e civis verde-amarelos podem ter elaborado secretamente, via complexo WACL/CAL, um dos principais *protótipos* do Sistema Condor. Antes de chegar a isso, entretanto, será preciso analisar o entrosamento das redes anticomunistas da WACL e da CAL no continente americano, de início, por meio do estudo do II Congresso da CAL-Pública no Brasil em janeiro de 1974 e da VII Conferência da WACL em abril do mesmo ano nos EUA. Depois disso, nos estertores de 1974, a CAL-Secreta voltaria a se reunir no Brasil e, preocupadíssima com certos “assuntos militares”, celebraria seu III Congresso na Escola Nacional de Informações (EsNI), nada menos que o “cérebro” da arapongagem da ditadura brasileira.

#### 5.4. *A Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES): o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL*

Essa ascensão do Brasil dentro da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e de seu órgão regional na América Latina, a CAL, antes de configurar um assunto estritamente *militar* digno de “debate” na EsNI ao final de 1974, contara com o protagonismo *civil* da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES). Como visto, a SEPES, então presidida pelo industrial Alfredo Weiszflog – herdeiro e proprietário da Companhia Melhoramentos de papel e celulose –,

---

Latina y en otras partes del mundo, así como el control de los dirigentes y su currículum vitae, intercambiando esta información con la Regional Latinoamericana y viceversa, procediendo a su divulgación por los canales que aconsejase la índole de la información obtenida” (ÁNGEL DRAGANI apud LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 152).



enviara um representante seu ao México, Elias Jorge Tambur, para acompanhar a VI Conferência da WACL de 1972. Na ocasião, Tambur tomou parte desse encontro principal, bem como da IV Conferência da WYACL e, mais importante, da Assembleia Constitutiva da CAL, ostentando a SEPES, assim, o título de “membro fundador da CAL”. Na ocasião, Tambur também viajou a Guadalajara, o “quartel-general” dos tecos da FEMACO, buscando estreitar as conexões da SEPES com esse “Capítulo” mexicano da WACL/CAL. De volta ao Brasil no começo de setembro de 1972, Tambur apresentou um informe oral de sua viagem à SEPES e, depois, elaborou um extenso relatório no qual se reportava ao presidente sepista Alfredo Weiszflog. Todavia, se Tambur continuou ligado à SEPES nos anos seguintes, o industrial Weiszflog “desapareceu” dessas redes anticomunistas e, desde então, a presidência desse “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL passou às mãos de Carlo Barbieri Filho, um jovem empresário do setor financeiro, herdeiro e proprietário, em sociedade com seu pai Carlo Barbieri, do Banco Aplik.

Se Alfredo Weiszflog foi o primeiro presidente da SEPES em 1972, embora não se saiba até hoje por quais vias chegou ao posto, Carlo Barbieri Filho tornou-se, a partir de 1973, o presidente vitalício desse “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL. E mais, na medida em que a SEPES galgou paulatinamente posições de poder dentro da Liga Mundial Anticomunista e da CAL, organizando em parceria com a ditadura militar verde-amarela o II Congresso público da CAL em 1974 e a VIII Conferência da WACL em 1975 no Brasil, esse jovem líder anticomunista chegaria ao topo do poder da Liga Mundial Anticomunista. Tornou-se o presidente da WACL para o biênio 1975-76, justamente no período da escalada do terrorismo transnacional de Estado das ditaduras militares sul-americanas via Operação Condor. Dessa forma, enquanto presidente da Liga Mundial Anticomunista Barbieri Filho despontou na história nacional como um dos principais agentes *civis* da internacionalização da ultradireita brasileira nas redes anticomunistas integradas ao complexo WACL/CAL. Nesse sentido, ele foi o “legítimo herdeiro” das conexões transnacionais construídas pelo almirante Carlos Penna Botto desde 1955. Este decano dos “cruzados” anticomunistas do Brasil, infelizmente para ele, não viveu o suficiente, contudo, para ver esse rebento da nova geração da extrema-direita verde-amarela encampar as conexões repressivas azeitadas pelo velho almirante com a ultradireita global da Guerra Fria.

Conforme se verá a partir de agora, a SEPES serviria, de fato, como um excelente biombo “civil” para incubar, desenvolver e assegurar o controle secreto de inúmeros projetos e operações

anticomunistas desenvolvidas pela ditadura militar brasileira. As conexões entre a SEPES e os militares brasileiros serão, mais abaixo, descortinadas. Registre-se, no entanto, que se a SEPES foi fundada apenas em 1971, seus jovens dirigentes, como Barbieri Filho, formaram-se nas lutas anticomunistas do pré-golpe de Estado de 1964. Naquela época, envolveram-se na política nacional atuando como militantes secundaristas e, já então, ligaram-se a poderosas redes anticomunistas em operação no Brasil e em conexão transnacional. É essa “pré-história” do primeiro quadro dirigente da SEPES, majoritariamente formado por líderes do movimento secundarista de São Paulo, que será abordada na sequência. Ressalva-se, porém, desde já, que outros veteranos anticomunistas também integrariam esse “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL. Esses “velhos” conspiradores vinham, portanto, de “outros carnavais”, muito mais antigos e que compuseram a história do reacionarismo verde-amarelo. Todos estes, inclusive, participaram da conspiração do pré-1964 e do subsequente golpe de Estado. Não foram, note-se bem, “simples” secundaristas contrários ao presidente da República João Goulart e seu projeto trabalhista de Reformas de Base, mas eram, isto sim, conspiradores proeminentes e de primeira hora no golpe de classe e de Estado de 1964. Esse fora o caso, para ficar em alguns nomes, de Alfredo Buzaid, Antonio Carlos Pacheco e Silva, Theobaldo de Nigirs, Salvio de Almeida Prado, cardeal dom Geraldo Proença Sigaud e dona Eudóxia Ribeiro Dantas. Integrar-se-iam à SEPES, mas, antes, conspiraram contra o presidente Jango no complexo golpista IPÊS/IBAD. A essas figuras históricas se voltará mais tarde. Por ora, todavia, importa demarcar a “pré-história” da juventude anticomunista da SEPES, isto é, a gênese política de seus futuros líderes no movimento secundarista paulista do pré-1964.

#### *5.4.1. A “pré-história” da SEPES: o Centro Latinoamericano de Coordenação Estudantil (CLACE), braço da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI)*

O Informe n.º 2.725 do II Exército de São Paulo, de 29 de novembro de 1971, registrou a gênese remota dos elementos da SEPES. Segundo o comando militar do II Exército, “grande parte dos fundadores da SEPES estão vinculados a SANTOS e mais particularmente à Faculdade de Direito daquela cidade [e] isto, de per si, comprova o fato averiguado de que [...] embora a SEPES seja de fundação oficial recente, reúne um grupo de jovens na sua maioria profissionais liberais, que na presente década, tiveram participação ativa na luta estudantil, e que nessa atividade tinham

como orientação **o combate ao esquerdismo, inclusive com tentativas de redemocratização da UEE [União Estadual dos Estudantes], antes de 1964**” (AGO.ACE.4515/83, p. 5, grifo meu). Depois de 1962, os futuros membros da SEPES se imbuíram “da filosofia política da Revolução” e, então, procuraram “fazer política”, não dentro da “atual estrutura político-partidária”, que “não corresponde ao que aspiram como representação política”, mas sim por meio de uma “sociedade que desde logo deveria procurar estabelecer-se em âmbito nacional” (AGO.ACE.4515/83, p. 5). O II Exército de São Paulo anotou que os futuros líderes da SEPES haviam integrado, no início da década de 1960, o **Centro Latino-americano de Coordenação Estudantil (CLACE)**, organismo que teria sido ativado com ajuda da polícia política paulista, o DEOPS-SP. Assim que, referindo-se aos dirigentes da SEPES na década de 1970, o informe do II Exército registrou que “**esta AI [Agência de Inteligência] constatou que realmente esses elementos pertenceram ao CLASSE [sic], movimento estudantil orientado pelo DEOPS-SP, cujo objetivo era a contra-doutrinação esquerdista no setor, no início da década de 60**” (AGO.ACE.4515/83, pp. 6-7, grifo meu).

Todavia, o CLACE – grafado erroneamente como CLASSE pelo II Exército – era muito mais do que um “movimento estudantil orientado pelo DEOPS-SP”. O CLACE foi, na verdade, um braço juvenil de outra entidade, muitíssimo mais ramificada e poderosa, intitulada Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI). Uma “Informação Sobre a S.E.I” produzida pelo Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, de 21 de janeiro de 1960, registrou que “no meio estudantil a S.E.I. continua em grande atividade. Em S. Paulo, um grupo de estudantes (oito) está organizando a sede da CLACE (Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil). A ata de fundação e os estatutos dessa entidade estão sendo registrados. Aqui no Distrito Federal [Rio de Janeiro] também está sendo montado um escritório com a finalidade de abrigar o Secretariado Nacional da CLACE” e “uma das primeiras realizações da CLACE é o funcionamento da Escola de Líderes Estudantis, sendo seu primeiro curso previsto para março p.v.” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0657.D1.DE1, p. 104).

A seu turno, já sob a ditadura militar, o Ministério da Aeronáutica, por meio do Informe n.º 194, de 6 de junho de 1968, registrou que “**WLADIMIR [LODYGENSKY]<sup>522</sup> formou, em**

---

<sup>522</sup> Wladimir Lodygensky nasceu “em Kieve, então na Rússia, hoje capital da Ucrânia, em 28 de fevereiro de 1917 (calendário juliano)” (DA SILVA, 2020: 417).

São Paulo, o CLACE, sob a direção do boliviano CEZAR BORDA NEIVA, que está sendo financiado pela Câmara Americana de Comércio e a UCF [União Cívica Feminina]” (BR.DF.ANBSB.VAZ.10811.D1.DE.1, p. 2, grifo meu). O Ministério da Aeronáutica registrou, ademais, que “o investigador do DOPS/SP – RAUL NOGUEIRA, pertence ao CLACE” (BR.DF.ANBSB.VAZ.10811.D1.DE.1, p. 2)<sup>523</sup>, anotando que “os estudantes LUCIANO RODRIGO, FERRAIOL e CHACON mantinham estreitas ligações com WLADIMIR [LODYGENSKY]” (BR.DF.ANBSB.VAZ.10811.D1.DE.1, p. 2). No marco da conspiração do pré-1964 urdida pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o complexo IPÊS/IBAD, a *American Chamber of Commerce* canalizou recursos financeiros ao CLACE, especificamente, por meio do general golpista Moacyr Gaya: “**A Câmara Americana de Comércio financiava o CLACE com 900 mil cruzeiros (velhos) por mês, através do Fundo de Ação Social, dinheiro esse entregue pelo IPES, através do Gen R/1 [MOACYR] GAYA**” (BR.DF.ANBSB.VAZ.10811.D1.DE.1, p. 2, grifo meu). Esse general ipesiano integrou o grupo dirigido pelo general Agostinho Cortes, chefe do Grupo Especial de Conjuntura (GEC) do IPÊS-São Paulo. Em 1964, Gaya tornou-se secretário-geral de Agostinho Cortes (DA SILVA, 2020: 611).

O general Gaya, ipesiano encarregado de repassar o dinheiro da AMCHAM ao CLACE, coordenou também operações conspiratórias, no pré-1964, contra o presidente João Goulart entre sindicatos. Ele próprio confirmou, em agosto de 1963, que essas operações ipesianas “até então tinham sido limitadas à assistência financeira dada à SEI para o trabalho sindical feito por esta última” (DA SILVA, 2020: 610). O próprio Lodygensky “declarou que o IPES estava contribuindo para o trabalho sindical da SEI” e “também revelou que ‘Mario Toledo de Moraes, diretor da

---

<sup>523</sup> Trata-se, provavelmente, de “Raul Nogueira de Lima, o Raul Careca, ex-investigador subordinado a [José Paulo] Bonchristiano [do DOPS] e ligado ao CCC [Comando de Caça aos Comunistas], que se tornaria delegado depois” (AMARAL, 2012). “Raul Careca foi antes de [Sérgio Paranhos] Fleury o maior símbolo que o Dops teve”, representando “o terror da classe estudantil, superligado ao CCC e tinha enorme prazer de perseguir os ‘vermelhos’” (SOUZA, 2000: 379). Raul Careca, em entrevista ao jornalista Percival de Souza, salientou que “o CCC foi idealizado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco [FDUSP] para enfrentar a esquerda organizada. Foi idealizado por mim, pelo João Marcos Monteiro Flaquer e pelo Otavinho” (SOUZA, 2000: 354). Otavinho ou Varejeira era Otávio Gonçalves Moreira Jr., membro do CCC e da TFP assassinado em Copacabana pela esquerda armada em 1973, sendo “sepultado vestindo uma batina da Ordem Terceira do Carmo” (SOUZA, 2000: 67). Raul Careca ressaltou a Percival de Souza, porém, que “o CCC era um estado de espírito” e que “minha mãe era prima do Gamão” (SOUZA, 2000: 354), isto é, do pai de Luís Antonio Gama e Silva, o Gaminha, conspirador do IPÊS paulista no pré-1964, professor de Direito da USP e futuro Ministro da Justiça de Costa e Silva, seu primo. Foi Gaminha de fato, segundo a brilhante reportagem de Marina Amaral, o verdadeiro idealizador da organização paramilitar CCC (AMARAL, 2012).

Melhoramentos, vice-presidente da FIESP e coordenador de temas sindicais do IPÊS, trabalhava ‘intimamente com a SEI no âmbito sindical’” (DA SILVA, 2020: 610). Nota-se, pois, que Lodyginsky dirigiu a SEI e, em suas infiltrações sindicais na conspiração pré-1964, cooperou com o general Gaya e o empresário Toledo de Moraes, ambos dirigentes do IPÊS paulista. Já nas infiltrações da SEI no meio estudantil, a entidade de Lodyginsky valeu-se do CLACE que, em São Paulo, teria tido ajuda do DOPS. Os futuros dirigentes da SEPES, dessa forma, “fizeram escola” no CLACE, tendo sido militantes secundaristas dessa organização estudantil da SEI e do DOPS-SP.

Como visto, Toledo de Moraes fora vice-presidente da FIESP/CIESP. Era membro do Conselho Diretor e do Conselho Consultivo do IPÊS, representando o grupo Melhoramentos, via Hasso Weiszflog, nesse instituto político, militar e empresarial que preparou o assalto ao Estado em 1964 (DREIFUSS, 1981: 94/549). Seria apenas uma coincidência que o primeiro presidente da SEPES tivesse sido precisamente Alfredo Weiszflog, herdeiro proprietário da Melhoramentos? As citadas relações entre Wladimir Lodyginsky, Mario Toledo de Moraes, Hasso Weiszflog, via SEI, CLACE e/ou IPÊS, não poderiam estar na base da “designação” do jovem Alfredo Weiszflog para a presidência da SEPES? Teria ainda algum tipo de relação o filonazismo da família Lodyginsky – cujo pai fundara na Suíça a Entente Internacional Anticomunista (EIA), aliada do Anti-Komintern do III Reich – com a simpatia ao nazismo nutrida pela família Weiszflog na II Guerra Mundial e que, provavelmente, conduziu à contratação de Josef Mengele pela Cia. Melhoramentos em sua fábrica em Caieiras, Grande São Paulo? Como diria o poeta, “Tantas histórias/Tantas questões” (BRECHT, 200: 166)<sup>524</sup>.

Seja como for, se ainda há muito o que se descobrir nesse entramado secreto, já há material suficiente para localizar a gênese histórica mais remota da SEPES nas atividades do

---

<sup>524</sup> Recorde-se que, na II Guerra Mundial, declarada a beligerância do Brasil à Alemanha de Hitler, os proprietários da Cia. Melhoramentos Alfred e Walter Weiszflog foram afastados da diretoria da empresa pelo governo brasileiro. Outro de seus proprietários, Frederico Guilherme Weiszflog, foi detido por envolvimento com o nazismo (JERONYMO, 2011: 154). Um dos engenheiros da empresa residente em Caieiras, Kurt Faltim, idem. Esse filonazismo dos Weiszflog registrado na década de 1940 teria tido alguma relação com a posterior contratação pela Cia. Melhoramentos de Josef Mengele, criminoso de guerra foragido e ex-médico da SS (SS) no campo de concentração de Auschwitz? Apesar do desmentido oficial da Melhoramentos, por quais caminhos, então, o “anjo da morte” Mengele – o “seu Pedro” – foi trabalhar, entre 1969-72, na fábrica de Caieiras da empresa? (JERONYMO, 2011). Tantas histórias/Tantas questões.

CLACE, *um* braço estudantil da SEI de Wladimir Lodygensky<sup>525</sup>. O (re)conhecimento historiográfico desses nexos históricos, inclusive, só foi possível graças à pioneiríssima pesquisa do historiador Vicente Gil da Silva. Coube a ele o mérito de ter sido o primeiro a pesquisar, em profundidade, o itinerário histórico e ideológico de Lodygensky e sua “criatura”, a SEI. Esse pioneiro historiador brasileiro avançou sua pesquisa a partir de um pequeníssimo fragmento deixado pelo historiador uruguaio René Armand Dreifuss que, em seu *1964: A conquista do Estado*, caracterizou Lodygensky como um “membro da American Chamber of Commerce e também diretor da Allset-Sociedade Técnico Comercial Ltda., que trabalhava com propaganda técnica” (DREIFUSS, 1981: 343). A partir desse indício, Gil da Silva desenvolveu uma pesquisa monumental que reconstituiu, pela primeira vez na historiografia, a auto-imagem ideológica e a ação política e de classe da SEI. A partir de um documento da SEI recolhido pelo historiador referido, por exemplo, aquilata-se o perfil eugenista do anticomunismo inscrito na organização de Lodygensky<sup>526</sup>:

**Consideramos que o comunismo e correntes semelhantes devem ser tratados segundo os métodos aplicados pela moderna medicina em relação às doenças contagiosas: combate ao mal por todos os meios disponíveis. Mas não basta o combate; urge a defesa prévia de nosso povo contra essa infecção, reforçando sua constituição moral e cívica.** Se muita gente inteligente, de bom caráter, entusiasta e corajosa, termina **vítima da infecção comunista**, a responsabilidade provém do ambiente de instabilidade moral, política e econômica, que se torna evidente no país, não obstante os esforços de nossas autoridades e, fundamentalmente, pela inexistência de um antídoto eficaz. A nossa missão precípua consiste em preparar, cristalizar e disseminar esse poderoso antídoto na forma de **uma doutrina nova, especificamente brasileira**, baseada em nosso progresso histórico, político, social e econômico, conjugado às exigências do presente e do futuro. **Aplicamos o nosso conhecimento das ideias e métodos dos agentes do comunismo para o combate sistemático à sua obra de desagregação** (SEI *apud* DA SILVA, 2020: 397, grifo meu)

Contra a *doença contagiosa* ou a *infecção comunista*, pois, a SEI propusera um *antídoto* profilático e de combate, isto é, *uma doutrina nova, especificamente brasileira*. Esse órgão

---

<sup>525</sup> Vicente Gil da Silva precisa que “o CLACE não era a única organização estudantil através da qual a SEI operava. De acordo com o consulado americano de São Paulo, a SEI fornecia ‘meios, orientação e documentação’ para a União Cívica Estudantil (UCE), ‘uma organização voltada à formação de líderes estudantis para a conquista da UNE (União Nacional de Estudantes) e da UBES (União Brasileira de Estudantes)’” (DA SILVA, 2020: 592).

<sup>526</sup> “Em 24 de julho de 1958, data em que a SEI foi registrada como entidade civil, em São Paulo, também foi criada a Allset Sociedade Técnico-Comercial Ltda., igualmente dirigida por Wladimir Lodygensky. (...) Segundo informações coletadas por investigadores do DOPS de São Paulo, sua finalidade era ‘proceder a levantamentos e estudos sobre a vida social e econômica do país’” (DA SILVA, 2020: 400). “Levando-se em consideração a experiência de organizações anticomunistas europeias que Lodygensky trouxe consigo para o Brasil, não se pode descartar a hipótese de que a Allset tenha sido uma fachada das ações políticas da SEI” (DA SILVA, 2020: 401).

fundado por Lodyginsky esteve integrado, entre outros, por integralistas históricos como Miguel Reale, Ângelo Simões Arruda, Ruy Barbosa Baptista Pereira, Wladimir Pereira, por generais como Hugo Manhães Bethlem e Antônio de Mendonça Molina, e pelo udenista Ernesto de Moraes Leme<sup>527</sup>. Um ano antes da fundação da SEI em 1958, seu diretor-administrativo Lodyginsky visitou os EUA e, na ocasião, entrevistara-se com um ex-oficial do *Psychological Strategic Board* (PSB), com um operativo da CIA e com alguns contatos da USIA (DA SILVA, 2020: 394-395). A Divisão de Polícia Política e Social (DPS) do DFSP, então, caracterizou a SEI como ““um *órgão clandestino de informações, dirigido e subvencionado por um governo estrangeiro, que se propõe a estabelecer fórmulas para a solução dos problemas dos países sul-americanos, pois a SEI opera em toda a América do Sul*” (DPS *apud* DA SILVA, 2020: 396). De outra parte, em 10 de junho de 1959, o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) do Brasil registrou que, **“quando WLADIMIR [LODYGENSKY] veio para o BRASIL [, em 1946], já estava ligado aos Serviços de Informações dos EE.UU. e suas atividades neste País vão se desenvolvendo de acordo com as necessidades da Seção Política da Embaixada Americana no Rio”** (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1, pp. 30-31, grifo meu).

De acordo com o SFICI, portanto, a SEI esteve “ligada ao UNITED STATES INFORMATION SERVICE (USIS) e à Sec. Pol. da Emb. [dos] EUA, ao Centro Brasileiro da Europa Livre e à Federação Paulista das Indústrias [FIESP]<sup>528</sup>. Fornece também informações sobre assuntos econômicos a várias empresas estrangeiras que mantêm atividades no BRASIL. Dispõe de um bom serviço de rádio-escuta, conta com o acesso de bons informantes junto ao MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES e recebe informes de alguns países da AMÉRICA DO SUL e EUROPA” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1, pp. 23-24). Lodyginski era um dos membros do “Movimento da Europa Livre, cuja denominação certa é CENTRO BRASILEIRO DA EUROPA LIVRE”, ao lado do romeno exilado Stefan Bassiu ou Baciú (d’*O Estado de S. Paulo*), Jean Valtin e um certo major Karol, “todos estes, sob a orientação do Ministro Mário Pires [do Ministério das Relações Exteriores]”, “de Spitzman Jordan e da senhora Raul Fernandes”, que dirigiram “o Serviço de Informações Anti-Comunista do Brasil” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1, p. 27). Spitzman Jordan teria, ademais, “um sócio

---

<sup>527</sup> Para o quadro completo dos integrantes da SEI de 1958 a 1964, cf. DA SILVA, 2020: 398-399.

<sup>528</sup> O SFICI também listou, entre as “ligações de WLADIMIR LODYGENSKI”, o “Dr. JACY MAGALHÃES: atualmente Diretor da Confederação das Indústrias [CNI]” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1, p. 30).

nos EE.UU. que é quem entra com o dinheiro e garante os financiamentos que lhe faz o Banco do Sr. WALTER MOREIRA SALLES” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1, p. 27)<sup>529</sup>.

Lodygensky teria trabalhado em assuntos anticomunistas, entre outros, com o embaixador do EUA no Brasil Adolfo Berle Jr., Carlos Lacerda, Julio de Mesquita Filho (*OESP*) e o nazista letão Herberts Cukurs que, depois de “condenado à morte na Europa” por ter praticado os “piores crimes contra a humanidade pelos tribunais de Nuremberg”, “refugiou-se com auxílio do Serviço Secreto Americano, no Brasil” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1, pp. 2-3). Peça-chave nesse intrincada engrenagem anticomunista transnacional, o Diretor-Administrativo da SEI W. Lodygensky foi caracterizado pelo SFICI com um “agente internacional” e um “profissional da espionagem”, servindo de enlace com o “SS [Serviço Secreto] do Ministério das Relações Exteriores, através de antigos cooperadores do Ministro Vicente Rao e Raul Fernandes”, além de ser “íntimo colaborador de D. ODETE DE CARVALHO [do MRE] e do embaixador BARBOSA DA SILVA” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1, p. 29)<sup>530</sup>.

Observa-se, pois, que as conexões de “alto nível” do “agente internacional” e “profissional da espionagem” Lodygensky não se limitou a figuras como Carlos Lacerda ou como os ipesianos Moacyr Gay (general), Mario Toledo de Moraes (empresário) e Julio de Mesquita Filho (diretor-proprietário de *OESP*). Tampouco foi ele “apenas” um *asset* dos serviços de informações norte-americanos, via Embaixada dos EUA no Brasil, via AMCHAM (Câmara Americana de Comércio), via USIA/USIS, CIA e/ou PSB. Lodgensky ligou-se, de modo todo especial, à antiga chefe do Serviço de Estudos e Investigações (SEI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE): Odette de Carvalho e Souza. Criado pelo então embaixador José Carlos Macedo Soares em 1936, o principal objetivo do SEI do MRE era:

**‘(...) tratar da obra de repressão ao comunismo, mediante o estudo especializado da doutrina marxista, métodos de propaganda bolchevista, sua infiltração no nosso país e meios de combatê-la de maneira prática e eficiente. Conquanto o trabalho de investigação pareça, à primeira vista, de competência exclusiva da polícia, pode, entretanto, o Itamaraty prestar, também sob aquele aspecto, relevantes serviços à ação policial, conforme já tem comprovado múltiplas vezes. (...) O Itamaraty mantém constante e estreita ligação com as Instituições Internacionais incumbidas do**

---

<sup>529</sup> “Outra pessoa ligada a êsse Grupo é ELMER GAMBER WILLER, americano e investidor. Também WLADYMYR LODYGENSKY está ligado a GEORGES WALSHBURN, investidor norte-americano e fundador da Empresa Interamericana de Financiamentos S.A.” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DEI, pp. 28-29).

<sup>530</sup> Entre as “ligações de WLADIMIR LODYGENSKI”, o SFICI enumerou “DONA ODETE CARVALHO E SOUZA: Do Ministério das Relações Exteriores. Min. EDMUNDO BARBOSA DA SILVA: Do Departamento Econômico do Min. Rel. Ext.” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1, p. 30).



**combate ao comunismo. São preciosas as informações que as mesmas prestam ao mundo inteiro, podendo, assim, a seção especializada reunir e coordenar as mesmas, para transmiti-las às autoridades mais diretamente interessadas, notadamente, à Polícia e aos Ministérios militares.** O mesmo deverá fazer com as informações que recebe das nossas missões diplomáticas e consulares no exterior, bem como com as que lhe são fornecidas pelas missões diplomáticas e consulares acreditadas junto ao nosso governo' (CARVALHO E SOUZA *apud* DA SILVA, 247, grifo meu)

A parceria anticomunista entre a diplomata Odette de Carvalho e Souza e o embaixador José Carlos Macedo Soares com a família Lodygensky, entretanto, vinha de longe. A diplomata brasileira – a primeira embaixadora de carreira do mundo – era uma antiga colaboradora do pai de Wladimir Lodygensky, o médico russo Georges Lodygensky que fundou, em 1924, a Entente Internacional Anticomunista (EIA), ao lado de Théodore Aubert. Como visto no CAPÍTULO 4, a EIA foi criada para combater “grupos subversivos, sendo o principal deles a III Internacional Comunista (Comintern)”, jurando defender os “princípios da ordem, da família, da propriedade e da pátria”. A organização do trabalho era confiada a uma Secretaria (*Bureau*) permanente em Genebra”, Suíça, sendo coordenada por Aubert e Lodygensky (pai) e responsável por “promover a criação de centros nacionais antibolcheviques, aos quais transmitiria informações sobre a organização, os projetos e atividades do governo de Moscou e do Comintern” (DA SILVA, 2020: 234). Desse modo, por intermédio do Serviço de Estudos e Investigações (SEI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a diplomata Odette de Carvalho e Souza conectou-se à EIA e associou-se a Georges Lodygensky. Em 1936, por exemplo, a diplomata escreveu ao Lodygensky pai, versando sobre a deportação das comunistas Olga Benário e Elise Berger do Brasil à Alemanha de Hitler, onde seriam assassinadas nos campos de concentração nazistas<sup>531</sup>.

Embora Wladimir Lodygensky tivesse apenas sete anos quando da fundação da EIA em 1924, ele “e seu pai, em 1936, participaram da Primeira Conferência Internacional Secreta

---

<sup>531</sup> “Quando o decreto de deportação de Elise e Olga foi assinado, Odette de Carvalho e Souza comentou com o secretário da Entente Anticomunista de Genebra, Georges Lodygensky: ‘O decreto de expulsão das esposas de [Harry] Berger e [Luiz Carlos] Prestes acaba de ser assinado. Eu já informei o Chefe de Polícia [Filinto Muller] sobre a necessidade de embarcá-las em um barco que não pare na França ou na Espanha, porque sabemos que a ‘Frente Popular’ tem planos para que elas fujam” (DA SILVA, 2020: 243). “Arthur Ewert, capturado sob o nome de Harry Berger, foi atrozmente torturado e obrigado a assistir ao estupro de sua mulher. Ele não disse uma palavra, mas perdeu a razão. A imprensa esgoelava à morte contra aquele que O Globo chamava, em 31 de dezembro de 1935, numa grande manchete, de ‘filho de Israel, agente de Stalin’. Ele permaneceria pelo resto de sua vida dentro de um hospital psiquiátrico (...) Elisaveta Saborowski, a companheira de Ewert, depois de seu calvário nas mãos dos policiais brasileiros, foi entregue ao governo nazista e morreu em Ravensbruck, em 1939. A mulher de Prestes, Olga Benário, judia alemã e membro do IV Birô do Exército Vermelho, igualmente entregue aos nazistas, morreu, ela também, num campo, executada em 1942” (BROUÉ, 2007: 848).

Anticomunista, organizada pelo Antikomintern e realizada em Feldafing, na Alemanha” (DA SILVA, 2020: 417). Conforme analisado no CAPÍTULO 4, o diretor do *Anti-Komintern* Eberhard Taubert, operador de “alto nível” do *Propagandaministerium* de Joseph Goebbles<sup>532</sup>, foi o principal organizador da I Conferência Internacional Secreta Anticomunista, “onde as questões antisemitas também não foram negligenciadas” e cujo objetivo, obstado pelo pacto alemão-soviético, era o de constituir “o núcleo de um futuro congresso mundial anticomunista” (WEINREICH, 1999: 114)<sup>533</sup>. Esse foi o tipo de *know-how* e de “experiência de organizações anticomunistas europeias que Lodygensky trouxe consigo para o Brasil” (DA SILVA, 2020: 401). Notadamente, pois, as redes remanescentes da EIA suíça e do Anti-Komintern nazista foram “importadas” por Wladimir Lodygensky quando ele imigrou ao Brasil, em 1946, e quando fundou a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), em 1958.

A serviço da arapongagem dos EUA e iniciando sua carreira de “agente internacional” e “profissional da espionagem” no Brasil, Lodygensky (filho) conectou-se também às polícias políticas do Rio de Janeiro, então capital federal, e de São Paulo. No antigo Distrito Federal, associou-se aos inspetores de polícia Cecil Borer (apodado “espancador”) e José Vasconcelos<sup>534</sup>, trabalhando “‘em atividades anticomunistas’ no ‘DOPS de São Paulo com o delegado [Antônio] Ribeiro de Andrade, sendo íntimo do agente de polícia paulista de nome Anselmo Páscoa’” (DA

---

<sup>532</sup> Recorde-se que o braço-direito de Taubert no Anti-Komintern, o funcionário sênior Alfred Gielen, participou da articulação nazista com as redes anticomunistas transnacionais do período, entre elas, com a EIA, com os rexistas belgas e com os golpistas espanhóis liderados pelo generalíssimo Francisco Franco. Como visto no CAPÍTULO 4, Gielen integrou o primeiro Conselho Executivo da WACL e sua presença na Liga levou um analista tão experiente quanto Peter Dale Scott a caracterizá-la, por isso, de o “segundo Anti-Komintern”.

<sup>533</sup> Georges Lodygensky “esteve especialmente envolvido com a ‘mobilização das forças cristãs’, promovendo a criação da seção religiosa da EIA, a ‘Comissão Pro Deo’, em 1933” (DA SILVA, 2020: 258). Em 1936, 18 países enviaram delegações à I Conferência Internacional Secreta Anticomunista de Feldafing: “Alemanha, Argentina, Áustria, Bolívia, Brasil, Bulgária, Espanha, EUA, Holanda, Hungria, Itália, Japão, Noruega, Polônia, Portugal, Suécia, Suíça e Iugoslávia. A EIA e a Comissão Pro-Deo, organizações com as quais Raul do Rio Branco, José Carlos de Macedo Soares e Odette de Carvalho e Souza possuíam forte ligação, foram representadas na Conferência por Jacques Le Fort, Georges Lodygensky (Lodygensky Senior), Wladimir Lodygensky (Lodygensky Junior) e René Henstch” (DA SILVA, 2020: 246).

<sup>534</sup> “O líder da SEI associou-se com os inspetores Cecil Borer e José Vasconcelos, da Divisão de Polícia Política do Distrito Federal [Rio de Janeiro]” (DA SILVA, 2020: 409). Conforme visto no CAPÍTULO 3, “o espancador” Cecil Borer, além de ser um representante do FBI no Brasil, foi um dos delegados brasileiros no II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1955, no Rio de Janeiro, momento da formalização da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), desde então presidida pelo almirante Carlos Penna Botto, sendo ambos da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) (AC.ACE.38398/71: 97). Apesar disso, de acordo com um informe do coronel Luiz de França Oliveira, “‘não há ligação da diretoria da SEI com a direção da Cruzada Brasileira Anticomunista’”, embora “‘os quadros inferiores da SEI e os da Cruzada Brasileira Anticomunista intercomunicam-se e trocam informações’” (OLIVEIRA apud DA SILVA, 2020: 411).

SILVA, 2020: 409)<sup>535</sup>. Além desse nexos repressivo com a polícia política de São Paulo, o CLACE e sua “matriz”, a SEI, também receberam contribuições financeiras de empresas norte-americanas, conforme registrado pelo cônsul geral dos EUA em São Paulo, Daniel M. Braddock, em um *Airgram* enviado, a 28 de setembro de 1962, ao Departamento de Estado em Washington, D.C. Sob a rubrica “Entities to which social action contributions of American firms have been channeled”<sup>536</sup>, Braddock saudou a SEI por estar “desempenhando um papel valioso na luta pela contenção da invasão do comunismo no Brasil”, caracterizando Wladimir Lodygensky como “o principal incentivador da organização” (BRADDOCK, 1962: 3)<sup>537</sup>. O cônsul geral dos EUA ainda definiu o CLACE da seguinte maneira:

Um movimento, distinto de uma organização, no campo estudantil, patrocinado e dirigido pela SEI. Entre suas variadas atividades, o CLACE patrocina aulas para o treinamento de líderes estudantis, cursos em oratória e um centro para a reunião de informações sobre atividades estudantis. Sua função primária têm sido atuar como catalisador para unir diversos movimentos estudantis democráticos para alcançar objetivos específicos, como por exemplo a eleição de agentes democráticos em organizações estudantis nacionais e estaduais. O CLACE, em diversas ocasiões, distribuiu folhetos, participou de passeatas e assinou manifestos em defesa de determinadas ações. Um exemplo recente é a participação deste grupo no manifesto do Movimento Sindical Democrático (MSD) contra a greve geral convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadoras (CGT) em 15 de setembro de 1962 (BRADDOCK, 1962: 3)

Se o CLACE foi fundado em São Paulo em 1958, o grupo estudantil da SEI começou a editar sua própria revista, *Alvorada*, em 1960. Waldo Domingos Claro era o seu “diretor-responsável” e Tércio Sampaio Ferraz Jr. – hoje um jurista de escol da Faculdade de Direito da USP – foi o seu “redator chefe” (DA SILVA, 2020: 589)<sup>538</sup>.

---

<sup>535</sup> Entre as “ligações de WLADIMIR LODYGENSKI”, o SFICI listou o “Dr. ANTONIO RIBEIRO DE ANDRADE: Delegado de Classe Especial de São Paulo e pessoa que continua ligada ao trabalho de buscas de Informações” e “ANSELMO PÁSCOA: Investigador do D.O.P.S. de São Paulo” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1, p. 30).

<sup>536</sup> Entre elas, além da SEI e do CLACE, o documento registrou contribuições financeiras ao IPÊS e à Convívium.

<sup>537</sup> O cônsul norte-americano informou ao Departamento de Estado dos EUA que a SEI “has a considerable staff, and its activities span the spectrum of labor, students’, women’s, political, and military affairs. It is definitely anti-Communist, and actively participates in rallies, training programs, publication of bulletins and pamphlets, etc., designed to impress upon the Brazilian public its anti-Communist and pro-West message” (BRADDOCK, 1962: 3).

<sup>538</sup> “Os demais redatores da *Alvorada* eram Mario Destefani, Carlos Lessa Fonseca, Ronaldo R. B. Poletti, Kalil Rocha Abdala, Cesar Luiz Eduardo C. do Prado, Antonio Borda Aneiva [Diretor-Secretário do CLACE], e Mario Zuñiga e Luiz Zuñiga – sendo os três últimos de nacionalidade boliviana” (DA SILVA, 2020: 590). Apoiaram essa revista do CLACE, entre outros, os embaixadores Hugo Bethlem e Ernesto de Moraes Leme, bem como os líderes do IPÊS Antônio Carlos Pacheco e Silva, Theodoro Quartim Barbosa, Miguel Reale e Paulo Edmur de Souza Queiroz (DA SILVA, 2020: 590).



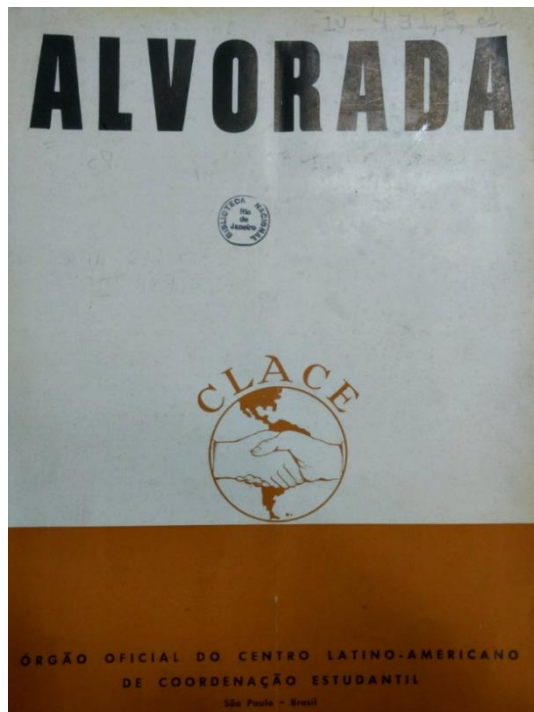
**Figura 242.** “Em primeiro plano, a sala de redação de ‘ALVORADA’, vendo-se à direita em primeiro plano, Diretor Responsável, e, à esquerda, o Secretário Adjunto de Imprensa e o Secretário Geral do CLACE. No fundo, reunião de uma comissão de estudos latino-americanos”. FONTE: ALVORADA, julho de 1960, ano I, n.º 1, p. 5.

A finalidade precípua do CLACE, conforme especifica o historiador Vicente Gil da Silva, “estava relacionada à coleta de informações sobre as entidades estudantis no Brasil – e, pode-se especular, em outros países sul-americanos” (DA SILVA, 2020: 591). Assim como a SEI – e o complexo IPÊS/IBAD ao qual se articulou –, o CLACE também recebeu dinheiro de grandes empresas norte-americanas e “o seu caráter como centro de vigilância das atividades estudantis de esquerda (...) é explicitado na Exposição de Motivos publicada na revista *Alvorada*” (DA SILVA, 2020: 591), a saber:

Nos meios estudantis, apesar da existência da UIE – União Internacional de Estudantes, sediada em Praga – da COSEC – Secretaria Coordenadora, com sede em Leiden, e da OREL – Oficina de Relações Estudantis Latino-Americanas, sediada em Caracas, nota-se certa ausência de informações e de coordenação das entidades representativas. Esse fator desfavorável nas relações entre as mesmas é facilmente comprovável quando analisamos os congressos nacionais e internacionais já realizados. **Para preencher esta lacuna foi criado no Brasil, com sede em São Paulo, o Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil – CLACE. O CLACE tem por finalidade: A) Servir de centro permanente de informações sobre problemas e movimentos estudantis, nacionais e internacionais, à disposição dos estudantes, diretórios acadêmicos e autoridades. (...). As atividades permanentes do CLACE compreendem: 1) Serviço de Informações – Destinado a manter em dia as informações sobre tudo o que se refere à vida estudantil e particularmente o fichário central e calendário das reuniões, congressos e eleições. 2) Serviço de Relações – Encarregado da correspondência e da**

ligação com as entidades latino-americanas e internacionais. 3) Serviço de promoção – Organização para promover a aproximação de estudantes, favorecendo o intercâmbio de ideias e informações. 4) Serviço de ação social e cultural – Encarregado dos estudos e elaboração de programas construtivos. 5) Serviço de imprensa – Destinado à divulgação das atividades do CLACE, da edição da revista e de outras publicação (REVISTA ALVORADA, ano I, n.º 1, julho de 1960 *apud* DA SILVA, 2020: 591-592, grifo meu)

Finalmente, naquilo que interessa de maneira mais direta para a localização da gênese remota da SEPES, ou a “pré-história” de seus dirigentes, na militância do CLACE durante a década de 1960, o historiador Vicente Gil da Silva esclarece que esse centro estudantil da SEI de Lodyginsky “promoveu dois grandes encontros de estudantes secundaristas de São Paulo” (DA SILVA, 2020: 592).



**Figura 243.** “ALVORADA. Órgão Oficial do Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil. Redação: Rua Estados Unidos, 2.144 – SP. Ano I – N.º I – Julho de 1960. Diretor Responsável: Waldo Domingos Claro. Redator-Chefe: Tércio Sampaio Ferraz Jr.”. FONTE: ALVORADA, julho de 1960, ano I, n.º 1, *capa*<sup>539</sup>.

<sup>539</sup> Agradeço a gentileza do historiador Vicente Gil da Silva pela cessão desse número da Alvorada.

Um desses encontros foi realizado na cidade de São Paulo, no bairro de Higienópolis, entre 23 e 25 de novembro de 1962. Celebrado no auditório do tradicional Colégio Rio Branco, o encontro recebeu o nome de **I Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundaristas de São Paulo**. “O objetivo do evento foi ‘unir os estudantes em torno de princípios cristãos e patrióticos, claramente definidos e traçar planos de uma ação construtiva em prol da classe estudantil, fora da politicagem das entidades oficiais’” (DA SILVA, 2020: 592). Essa I Convenção de 1962, inclusive, foi presidida por aquele que viria a ser o sucessor de Alfredo Weiszflog na presidência da SEPES – “curiosamente, o mesmo nome de uma das organizações vinculadas à EIA nos anos 1930 na Bélgica”, a saber: “(...) **a convenção foi presidida pelo ultradireitista Carlo Barbieri Filho**” (DA SILVA, 2020: 592). Ao lado de Carlo Barbieri Filho, que presidiu referido encontro do CLACE ligado à SEI de Lodygensky, outro futuro dirigente da SEPES na década de 1970 participara da I Convenção de 1962 no Colégio Rio Branco, a saber: Pedro Paulo Angrisani Gomes. Referindo-se a ele, o DOPS-SP registrou que “Consta nesta Divisão [de Informações], que na Primeira Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundaristas do Estado de São Paulo, o marginado foi eleito coordenador para o Secretariado do BANCO DIDÁTICO daquela Convenção” (APESP: 52-Z-0-13364).

Além de Barbieri Filho e Angrisani Gomes, participou da I Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundaristas de São Paulo o padre “Miklos Boer (Nicolas Boér), do jornal *O Estado de São Paulo*, que proferiu uma conferência sobre ‘Análise do pensamento contemporâneo’” (DA SILVA, 2020: 592). Boér, em mais um destaque inédito da pesquisa de Gil da Silva, “era um dos ‘principais contatos’ do Free Europe Committee no Brasil (...) junto a Wladimir Lodygensky. Por esta razão, provavelmente Boer era relacionado a Wladimir Lodygensky” (DA SILVA, 2020: 592). A I Convenção foi encerrada com um discurso do deputado federal Herbert Levy, um dos conspiradores de “alto nível” do IPÊS paulista<sup>540</sup>. No ano seguinte,

---

<sup>540</sup> No Colégio Rio Branco, em 23 de novembro de 1962, o padre Nicolas Boer discursou sobre a “Análise do pensamento contemporâneo” e, no dia seguinte, o engenheiro Rubens Rodrigues dos Santos versou sobre “O Nordeste, um caso concreto”, e o padre Vasconcellos sobre o tema “O Cristianismo diante do Pensamento Contemporâneo”. Os trabalhos da I Convenção foram orientados pelos estudantes Frederico José Guanais, presidente da União Paulista dos Estudantes Secundários (UPES); Arquimedes Napolini Filho, presidente da União Catarinense dos Estudantes Secundários (UCES); Adilson Cardoso, presidente do Centro dos Estudantes Secundários de Pernambuco (CESP); Cid Paraguassu (Bahia) e Pedro Dantas da Rocha Neto (Maranhão). A I Convenção designou para o Secretariado da Campanha do Banco Didático os seguintes nomes: a) Secretário Diretor Geral: Antônio Carlos da Silva Prado; b) Coordenador Diretor Geral: **Pedro Paulo Andrisani Gomes**; c) Primeiro Consultor: **Carlo Barbieri**; d) Segundo Consultor: Rui Osório de Freitas Jr.; e) Secretário: Roberto Souza de Campos Pacheco.

às vésperas do golpe de classe e de Estado de 1º de abril de 1964, o CLACE organizou um segundo encontro, celebrado na sede do Clube Internacional de Regatas de Santos, entre 6 e 8 de dezembro de 1963. “Abrilhou” a audiência dos secundaristas do CLACE a presença do deputado federal José Ulpiano Almeida Prado, que discorrera sobre “O cristianismo em face da verdade brasileira”. Intitulada de **II Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundaristas de São Paulo**, aprovou-se na ocasião, em Santos, a seguinte declaração de princípios do CLACE:

Cremos em Deus, criador do mundo e dos homens, que pela Sua providência nos governa. Cremos que todos os homens são filhos de Deus e podem unir-se pelo amor mútuo e mútua cooperação, em busca da perfeição humana. Cremos que não somente os homens, mas também a sociedade e o mundo foram reunidos por Cristo. (...) Estamos convictos de que a sociedade não encontrará sua plena expansão no equilíbrio de forças antagônicas, mas sim pela união das forças à procura do bem comum, e no amor cristão autêntico e desinteressado. (...) Reconhecemos a natural dignidade dos homens, bem como a sua absoluta igualdade diante de Deus (...) Repudiamos frontalmente todas as doutrinas, regimes e organizações totalitárias, porque ferem os direitos naturais do homem. Repudiamos igualmente qualquer forma de colonialismo, domínio ou ocupação de um país pelo outro (...) Somos ainda pela moralização da máquina administrativa, e o empreendimento do quadro governamental por homens de alta capacidade cultural, moral e técnica, que possibilitarão um maior desenvolvimento da nação e uma reformulação de nossa estrutura social, encaminhando o país para a verdadeira justiça social (...) Em torno destes princípios envidaremos todos os esforços para criar uma União Autêntica na família estudantil, com o reconhecimento dos verdadeiros líderes da classe, movidos por ideais patrióticos e capazes de realizações concretas, cristãs e democráticas (DOSSIÊ CLACE, DEOPS, 1963, *apud* DA SILVA, 2020:592)

Sumariando, portanto, o Centro Latinoamericano de Coordenação Estudantil (CLACE) configurou um dos organismos estudantis da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI) que Wladimir Lodyginsky estruturou, em São Paulo, com auxílio da polícia política estadual, o DOPS. Ao menos dois líderes secundaristas do CLACE na década de 1960, Carlo Barbieri Filho e Pedro Paulo Angrisani Gomes, tornar-se-iam dirigentes da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES) na década seguinte. Ademais, a SEPES da década de 1970 deve ter “herdado”, em alguma medida, o *know how* e as conexões da SEI de Wladimir Lodyginsky que, a seu turno, era a “herdeira” dos remanescentes das redes de ultradireita construídas por seu pai Georges Lodyginsky, ao lado de Théodor Aubert, na Entente Internacional Anticomunista (EIA) e em associação com o *Anti-Komintern* nazista. Aportando no Brasil em 1946, Wladimir Lodyginsky trouxe consigo essa *expertise* e, não fosse a pesquisa do historiador Vicente Gil da Silva, a trajetória desse “agente internacional” e “profissional da espionagem” estaria, até hoje, no anonimato historiográfico. Inclusive, como referido historiador sugere, o nome da SEPES

presidida primeiro pelo industrial Alfredo Weiszflog e depois pelo financista Carlo Barbieri Filho pode ter sido “inspirado” na “experiência de organizações anticomunistas europeias que Lodgyginsky trouxe consigo para o Brasil”, já que uma delas, “criada na Bélgica em 1925 por Jean Spiltoir”, chamava-se justamente “*Société d’Études Politiques, Économiques et Sociales – Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES)*” (DA SILVA, 2020: 401).

A SEPES de Jean Spiltoir atuara como o “Capítulo” belga da Entente Internacional Anticomunista (EIA) fundada pelo pai de Wladimir Lodyginsky e por Théodore Aubert na década de 1920 na Europa. Já a SEPES de Alfredo Weiszflog, Elias Jorge Tambur, Carlo Barbieri Filho e Pedro Paulo Angrisani Gomes, quase meio século depois, atuaria como o “Capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e de seu órgão regional na América Latina, a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). Ademais, tanto a estrutura do CLACE ligado à SEI de Wladimir Lodyginsky, subdividido em cinco *Serviços* (de informação, de relações, de promoção, de ação social e cultural e de imprensa), quanto seu ideário cristão anticomunista, devem ter “inspirado” a estrutura e a ideologia da SEPES. Estas duas – a organização e a visão de mundo e de história da SEPES – serão agora analisadas, não sem antes reconstituir, na íntegra, o trecho já citado do Informe 2.725, de 29 de novembro de 1971, do II Exército de São Paulo, e que circunscreveu a “pré-história” da SEPES no CLACE. Assim os militares descreveram a gênese remota da SEPES no CLACE, bem como os motivos que teriam levado a criação daquela em 1971:

**(...) grande parte dos fundadores da SEPES estão vinculados a SANTOS e mais particularmente à Faculdade de Direito daquela cidade [e] isto, de per si, comprova o fato averiguado de que [,] embora a SEPES seja de fundação oficial recente, reúne um grupo de jovens na sua maioria profissionais liberais, que (...) tiveram participação ativa na luta estudantil, e que nessa atividade tinham como orientação o combate ao esquerdismo, inclusive com tentativas de redemocratização da UEE, antes de 1.964. Após 1.964, estes procuraram imbuírem-se [*sic*] da filosofia política da Revolução. Desejam fazer política, seriam porém realistas, considerando a atual situação política indispensável aos bons propósitos da revolução, crendo que tal situação deva perdurar por cerca de mais 10 anos. Consideram, porém, que a atual estrutura político-partidária não corresponde ao que aspiram como representação partidária nesse período. Devem porém se preparar para o momento oportuno e a forma de conseguir tal desiderato seria a constituição de uma Sociedade de Estudos, sociedade que desde logo deveria procurar estabelecer-se em âmbito nacional. Com tal propósito fundaram em 27 de junho do corrente-ano [1971] a SEPES, com sede e foro em São Paulo (...) Esta AI [Agência de Inteligência] constatou que realmente esses elementos pertenceram ao CLASSE [*sic*], movimento estudantil orientado pelo DEOPS/SP, cujo objetivo era a contra-doutrinação esquerdistas no setor, no início da década de 60. Reúnem-se à Rua Barão de Capanema, n.º 340, local utilizado exclusivamente para esse fim. Não tem vinculação com movimentos do tipo ‘CCC’ [Comando de Caça aos Comunistas] ou ‘CRUNA’. Também não tem vinculação com o clero, mas tem identidade de pensamento com linha deste, vinculada pelas revistas**



‘PERMANÊNCIA’ e ‘HORA PRESENTE’ (AGO.ACE.4515/83, pp. 5-6, grifo meu)<sup>541</sup>

#### 5.4.2. A estrutura organizacional da SEPES: um serviço de informações anticomunista

Antes de tratar do perfil cristão da ideologia anticomunista que orientou a SEPES, vale a pena especificar as sete Secretarias que organizaram o combate desse “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL contra “toda e qualquer doutrina materialista e anti-nacional” (AGO.ACE.4515/83, p. 50). Em um documento hoje depositado no Arquivo Nacional do Brasil e produzido pela própria filial brasileira do complexo WACL/CAL, intitulado “O que é a SEPES?”, é possível identificar que esta esteve “dividida administrativamente” em sete (7) Secretarias encarregadas “da execução do programa de atividades da entidade”, quais sejam: a de **Atividades Nacionais**; a de **Atividades Internacionais**; a de **Publicações e Propaganda**; a de **Eventos Especiais e Operacionais**; a de **Cursos de Aperfeiçoamento e Atualização**; a de **Apoio Administrativo**; e a de **Pesquisas e Documentação**. A **Secretaria de Atividades Nacionais** apresentou como *finalidade* “identificar, cadastrar e manter contatos com pessoas e/ou entidades brasileiras que tenham os mesmos objetivos da SEPES” (ASP.ACE.11.034/82, pp. 6-7, grifo meu)<sup>542</sup>. A **Secretaria de Atividades Nacionais** da SEPES subdividiu-se “nas seguintes áreas de atuação: empresarial, secundarista, universitária, de professores, do clero, de profissionais liberais, de imprensa, agrícola, operária, de intelectuais, de empregados no comércio e indústria e de colônias estrangeiras” (AGO.ACE.4515/83, p. 52).

A **Secretaria de Atividades Internacionais** apresentou a mesma *finalidade* da Secretaria de Atividades Nacionais, espelhando os objetivos desta em escala global. Isto é, buscou *identificar, cadastrar e manter contatos com pessoas e/ou entidades transnacionais que tenham os mesmos objetivos da SEPES*. A Secretaria de Atividades Internacionais, segundo material de divulgação

---

<sup>541</sup> Como se verá, os principais ideólogos das revistas ultracatólicas Permanência e Hora Presente – respectivamente, o jornalista Gustavo Corção e o jurista José Pedro Galvão de Sousa – associaram-se à SEPES e à WACL/CAL. Os grupos Permanência e Hora Presente representaram no Brasil, cada um a sua maneira, o integrismo da extrema-direita católica. Apesar disso, o integrismo ultracatólico verde-amarelo costuma ser identificado apenas, via de regra, em seus representantes da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Este grupo, embora tenha tentado integrar a WACL, veria as portas da Liga fechadas pelos tecos mexicanos, integristas antissemitas.

<sup>542</sup> Note-se, aqui, certa semelhança entre essa estrutura organizacional da SEPES com àquela do CLACE da SEI que, como visto, esteve dividida em cinco Serviços – de Informações, de Relações, de Promoção, de Ação Social e Cultural e de Imprensa (ALVORADA, ano I, n.º I, julho de 1960, apud DA SILVA, 2020: 591-592).

da própria SEPES, “mantém atualmente entendimento com cerca de 70 países, 30 organizações internacionais e com um grande número de movimentos de juventude, universitários, profissionais e de empresários dos diversos países e coordena os contatos, as reuniões e os congressos nesse âmbito” (AGO.ACE.4515/83, p. 52). A **Secretaria de Publicações e Propaganda** apresentou como sua *finalidade* “manter relacionamento com pessoas e órgãos de comunicação social, a fim de divulgar por todos os meios disponíveis as ideias da SEPES”, bem como “fundar uma editora e organizar uma Agência de Notícias Internas”, além de “publicar, semanalmente, boletins doutrinários e de informações políticas nos campos nacionais e internacionais” (ASP.ACE.11.034/82, p. 6). Particularmente, essa Secretaria, além de “Boletins doutrinários e especiais da SEPES”, daria “apoio a atividades internacionais, cuja repercussão é importante dentro do Brasil”, oferecendo ainda “assessoria aos grupos particulares que compartilham da mesma posição da entidade e que desejam produzir suas próprias publicações” (AGO.ACE.4515/83, pp. 52-53).

Já a **Secretaria de Eventos Especiais e Operações** teve como *finalidade* “apoiar os congressos, campanhas etc., anticomunistas ou afins realizados no Brasil”, assim como “colaborar com elementos democráticos por ocasião de eleições universitárias” (ASP.ACE.11.034/82, p. 7). Essa Secretaria da SEPES era encarregada do preparo da “organização logística dos congressos, seminários, campanhas, atos de solidariedade, conselhos etc., de qualquer âmbito, organizados ou promovidos pela entidade” (AGO.ACE.4515/83, p. 53). A seu turno, a **Secretaria de Cursos de Aperfeiçoamento e Atualização** destinava-se à promoção de “cursos, seminários e conferências para os membros da SEPES e pessoas a ela ligadas, com o propósito de aperfeiçoamento de pessoa, bem como para mantê-lo atualizado [*sic*] sobre os principais acontecimentos nacionais e mundiais” (AGO.ACE.4515/83, pp. 53-54). A **Secretaria de Apoio Administrativo**, ademais, tinha como *finalidade* “apoiar e coordenar toda atividade de infra-estrutura da SEPES”, isto é, “correspondência, tesouraria, almoxarifado, manutenção e pessoal” (ASP.ACE.11.034/82, p. 7). Em suma, essa Secretaria “cuida de tudo o que se relaciona com a manutenção da entidade: tesouraria, correspondência, pessoal interno, inventário e coordenação entre as demais secretarias” (AGO.ACE.4515/83, p. 54).

Enfim, a **Secretaria de Pesquisa e Documentação** tinha por *finalidade* “fichar todos os nomes que saírem nos principais jornais e revistas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de São Paulo”,

além de “manter atualizado fichário com nomes de pessoas que ocupam cargos públicos em todos os níveis de governo” e “fazer triagem e manter atualizado arquivo com recortes de jornais, por assunto, principalmente os das áreas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro” (ASP.ACE.11.034/82, p. 7). Dessa forma, essa Secretaria de Pesquisa e Documentação da SEPES:

Mantém, atualiza a documentação do centro de pesquisas referentes a pessoas, movimentos, grupos e entidades que, por seus trabalhos, divulgados ou não, têm relevância no processo decisório ou na formação da opinião pública, no Brasil ou no exterior, a fim de fundamentar, orientar e documentar as atividades das demais secretarias. Com esta finalidade mantém em funcionamento a seção de recortes de jornais das principais cidades brasileiras e do exterior enquanto coleciona publicações de áreas do seu interesse. Toda essa documentação está à disposição das entidades e pessoas que comungam dos ideais e participam das atividades da SEPES (AGO.ACE.4515/83, p. 53)

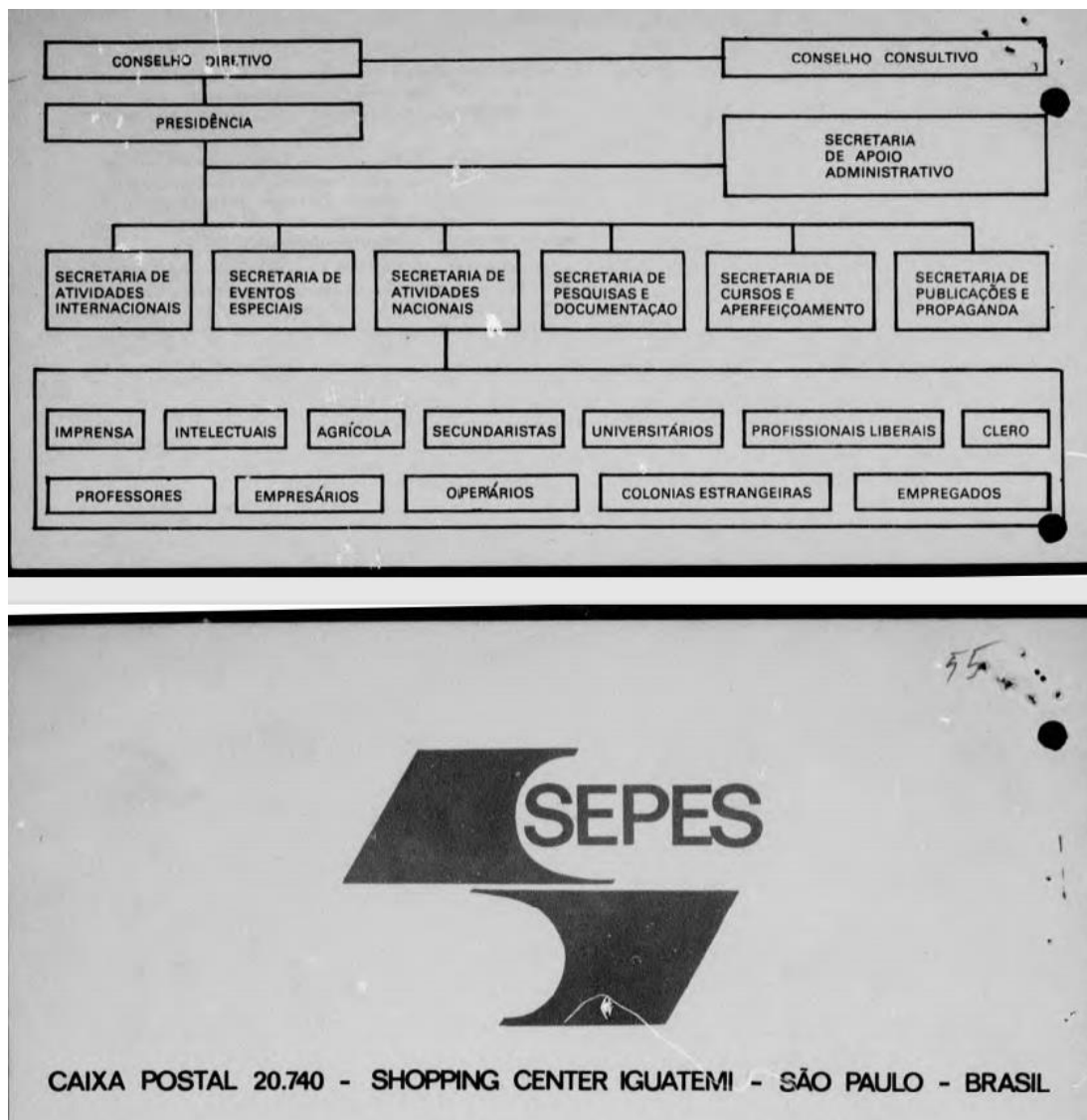
Comentando precisamente essa estrutura de organização e funcionamento da SEPES subdividida em Secretarias, a Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações (ASP/SNI) teceu o seguinte comentário: “**A SEPES exerce uma vasta atividade anticomunista no Estado de SÃO PAULO, sendo seus métodos de trabalho muito semelhantes, – quando não até se confundem –, com o funcionamento de um serviço de informações**” (ASP.ACE.11.034/82, p. 08, grifo meu). Os arapongas do SNI paulista, inclusive, caracterizaram o presidente da SEPES Carlo Barbieri Filho como um “banqueiro (...) **altamente ligado a autoridades de informação**” (AGO.ACE.4515/83, p. 11). Na precisa caracterização do SNI, portanto, a SEPES era um *serviço de informações* anticomunista *altamente ligado a autoridade de informação* da ditadura militar brasileira. E, como se verá, a SEPES era *altamente* ligada ao próprio SNI. Nessa atuação como uma agência de informações “privada”, a SEPES subordinou suas sete Secretarias aos três órgãos máximos de poder da entidade: a **Presidência**, o **Conselho Diretivo** e o **Conselho Consultivo**. “A direção da SEPES” foi, assim, “exercida por um Conselho Diretivo composto por cinco membros, eleitos pelos associados titulares e fundadores” e “estes cinco membros”, a seu turno, eram “os responsáveis pela escolha do seu Presidente e do Conselho Consultivo” (AGO.ACE.4515/83, p. 51)<sup>543</sup>. O Conselho Consultivo, por fim, seria “constituído por pessoas em número não inferior a três nem superior a dez”, sendo “integrado por

---

<sup>543</sup> “Os associados da SEPES são aquelas pessoas que, concordando com seus Estatutos e Declaração de Princípios, solicitaram à Diretoria sua aceitação como membros da entidade e como tais foram admitidos. Eles estão divididos em quatro categorias, a saber: fundadores, titulares, honorários e colaboradores” (AGO.ACE.4515/83, p. 51).

personalidades de inequívoco destaque nos mais significativos ramos da atividade brasileira” (AGO.ACE.4515/83, pp. 51-52).

Graficamente, o panfleto “O que é a SEPES?” resumiu sua estrutura organizacional subdivida em Presidência, Conselho Diretivo, Conselho Consultivo, Secretarias e nos campos específicos de inserção desse “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL:



**Figura 244.** Organograma da SEPES. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. AGO.ACE.4515/83, p. 52.

#### 5.4.3. A cosmovisão da SEPES: uma ideologia cristã anticomunista

A SEPES, delimitada sua estrutura organizacional como um serviço “privado” de informações anticomunista, explicitou sua ideologia oficial em uma “Declaração de Princípios”. Nela, assegurou preocupar-se, prioritariamente, com “o estudo de problemas sociais (...) e a divulgação de dados ou subsídios destinados a pessoas ou entidades envolvidas em seu correto equacionamento” (AGO.ACE.4515/83, p. 50). A SEPES deveria, assim, estreitar seus contatos “com personalidades e movimentos similares que, no Brasil ou no Exterior, defendem os mesmos valores e comungam dos mesmos ideais” (AGO.ACE.4515/83, p. 51). Nessa batalha ideológica, a SEPES procuraria *descobrir e formar* “militantes nos meios secundaristas, universitários, operários, empresariais e profissionais em geral”, não perdendo de vista a necessidade de difusão ampla de sua mensagem anticomunista por meio de uma “incisiva atividade de comunicação de massas, traduzida através de publicações apropriadas” (AGO.ACE.4515/83, p. 50). À pergunta “O que é a SEPES?”, a Declaração de Princípios caracterizou a entidade como:

1. Uma organização composta de universitários, professores e profissionais de atividades diversas, que estuda, à luz dos princípios da ciência política, e social, problemas nacionais e mundiais com vistas à sua solução mais adequada. 2. Uma verdadeira arregimentação de nacionalistas que defende a soberania do Brasil e o estilo de vida próprio dos brasileiros, com seus costumes, tradições, temperamento e caráter específicos. 3. **Uma entidade que afirma a existência de Deus e a transcendência do Homem; luta pela permanência dos valores que a doutrina cristã representa, sem no entanto assumir, como sociedade civil, as posições de uma sociedade religiosa.** 4. **Em consequência, rechaça toda e qualquer doutrina materialista e antinacional** que conflite com estes princípios fundamentais (AGO.ACE.4515/83, p. 50, grifo meu)

Definindo-se, pois, como uma *arregimentação de nacionalistas* crentes em *Deus* e na *transcendência do Homem*, assumindo como ideário oficial a *doutrina cristã* contrária a *toda e qualquer doutrina materialista e antinacional*<sup>544</sup>, a SEPES abriu sua Declaração de Princípios definindo uma “**visão global da realidade**” que matrizou “a sua imagem interior, a sua bandeira e o seu programa de ação” (AGO.ACE.4515/83, p. 54). A “ontologia” da SEPES – isto é, o modo como concebeu ideologicamente a estrutura da realidade – era fundamentalmente *cristã*. Segundo ela, “o universo, pela sua própria natureza, manifesta a necessidade de uma inteligência Ordenadora e Criadora, Deus, de quem se distingue, essencialmente, como finito do Infinito, como

---

<sup>544</sup> A SEPES, compondo parte de uma tradição ideológica do reacionarismo de cariz católico, rechaçou duplamente o materialismo, isto é, combateu tanto aquele advindo das revoluções liberal-burguesas europeias quanto aquele outro inscrito no ideário revolucionário comunista. Conforme se verá, o antiliberalismo e o anticomunismo, na cosmovisão sepista, enfeixaram uma posição espiritualista contrária aos materialismos burguês e comunista. Ambos seriam, por serem internacionalistas, “anti-nacionais” ou “anti-patrióticos”.

criatura do Criador” (AGO.ACE.4515/83, p. 54). O universo seria, então, *obra* de Deus e o ser humano, “criatura do Criador”. Porém, isso não significaria *inatividade* humana, uma vez que *o homem*, “no ‘mundo’, constitui uma realidade superior ao ‘mundo’, capaz de conhecer, amar e, dentro dos limites naturais, impor sua vontade ao Universo” (AGO.ACE.4515/83, p. 54). “Isto se deve ao fato de o homem participar do mundo material pela sua dimensão física e ao mesmo tempo transcendê-lo pela espiritual, irredutível à matéria, a saber, a alma, que compõe com o corpo, um ser único – a pessoa humana” (AGO.ACE.4515/83, p. 55).

A transcendência da *matéria* pelo *espírito*, portanto, ao definir a própria *humanidade* criada por Deus, especificaria igualmente o sentido *espiritualista* da *liberdade*: “Em tal condição se radica a liberdade e a sua característica indeterminação no agir ou capacidade de optar e decidir não obstante os mais diversos condicionamentos, sem a qual a responsabilidade carece de sentido, correlatos que são” (AGO.ACE.4515/83, p. 55). À tirania do suposto “determinismo” da *matéria* a SEPES oporia a *liberdade* do espírito, entrelida como a *indeterminação no agir* ou o *livre arbítrio* independente de *condicionamentos*. Ao lado da *espiritualidade* como atributo ineliminável do ser humano e de sua liberdade, pois, a SEPES acrescentara, como peça-chave de seu ideário, a crítica *sensorialista* ao *indivíduo racional*. Defendeu, nesse sentido, que “a 3ª dimensão essencial do homem é a sensibilidade, ou seja, a incapacidade radical da existência, sobrevivência ou desenvolvimento físico, mental, afetivo, moral ou religioso, sem **o indispensável relacionamento com o ‘não-eu’ racional**, seja num plano horizontal de iguais, como num plano vertical hierárquico” (AGO.ACE.4515/83, p. 55).

Trata-se, pois, de uma concepção espiritualista da pessoa humana. Daí que a SEPES assinalou que, “no encontro Homem, Mundo, Deus, realiza a natureza humana indefinida perfectibilidade, na submissão às leis do ser buscando a verdade pela inteligência e aceitando o bem pela vontade, fora do que toda construção é vã e toda perfeição ilusória” (AGO.ACE.4515/83, p. 55). A partir dessa “ontologia espiritualista”, matriz de sua compreensão ideológica da realidade, a SEPES delineou seu entendimento sobre “**a dimensão social do homem**”. Defendeu-se, assim, que “a sociedade responde à exigência social do Homem” e, assegurando superar o antagonismo liberal indivíduo *versus* sociedade, a SEPES assinalou que esta “não se trata de um mal necessário, nem muito menos de excrescência degenerativa da evolução. A sociedade é feita para o Homem, e não o Homem para a sociedade” (AGO.ACE.4515/83, p. 56). E a sociedade seria o *locus* para se

*criar e garantir*, como ensinara a encíclica *Pacem in Terris*, “o conjunto de todas as condições de vida social que consistam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana” (AGO.ACE.4515/83, p. 56).

Mas o que seria desenvolver integralmente a *personalidade humana*? Para a SEPES, que nesse aspectos encampou a doutrina social da Igreja, consistiria no “BEM COMUM, RAZÃO DA EXISTÊNCIA E LEGITIMIDADE DO GRUPO SOCIAL” (AGO.ACE.4515/83, p. 56). Eis que, “por natureza”, a sociedade se estruturaria “organicamente em pequenos agrupamentos sociais, definidos em área e atribuições, dotados da autonomia necessária para o alcance dos seus objetivos específicos, inter-relacionados todos na grande unidade da Pátria” (AGO.ACE.4515/83, p. 56). O funcionamento harmônico de pequenas *partes* autônomas operando dentro de um *todo orgânico* – a Pátria – permitiria a *continuidade*, segundo a SEPES, da “conservação, revisão, reanimação e enriquecimento do patrimônio cultural, histórico, moral e religioso, condição indispensável de autêntico progresso humano” (AGO.ACE.4515/83, p. 56). Dessa forma, seria preciso um poder político para garantir essa harmonia e coesão da Pátria e, nesse campo, a Declaração de Princípios da SEPES apresentou sua compreensão da “**dimensão política**” do ser humano.

De um lado, “a sociedade exige, para sobreviver e desenvolver-se, a existência da autoridade, princípio de unidade e coesão do grupo social” (AGO.ACE.4515/83, p. 56). Isto é, não poderia existir uma sociedade sem poder político e uma autoridade que o representasse, unificando e coesionando os grupos sociais dentro do *todo* da Pátria. Mas, de onde adviria o poder político? A SEPES respondeu, novamente, apelando à doutrina social da Igreja: o poder vem de Deus! Nesse sentido, “entra assim a autoridade nos planos do próprio autor da natureza, devendo-se por isso, afirmar que **a autoridade vem de Deus**” (AGO.ACE.4515/83, p. 56). Porém, “uma coisa é princípio, outra o sujeito da autoridade. ESTE PODE SURGIR DE VÁRIAS FORMAS, MAIS OU MENOS INDICADO PELAS CIRCUNSTÂNCIAS E ACOLHIDO, TÁCITA OU EXPRESSAMENTE, PELO CONSENSO SOCIAL” (AGO.ACE.4515/83, pp. 56-57). Ou seja, se o poder da autoridade advém de Deus, o seu exercício político só poderia efetivar-se socialmente. Não podendo “a autoridade política” configurar-se como “um poder absoluto”, ela deveria se reger, enfim, “pelas necessidades do bem-comum e pelas leis de Deus, a quem em última instância dará contas. Afinal, é seu ‘ministro a serviço do povo’, para usar a expressão de São Paulo” (AGO.ACE.4515/83, p. 57).

Com essa concepção da origem divina do poder político, a SEPES assinalou que “a liberdade humana empenhada na convivência social sujeita-se às suas exigências e ao poder da autoridade, na medida em que pode crescer como homem, cujos valores transcendentais não podem ser, em hipótese alguma, sacrificados. Aqui se funda o direito e/ou dever de resistência no caso de evidente exorbitância grave do Poder Político em prejuízo do bem comum e da dignidade humana” (AGO.ACE.4515/83, p. 57). Ancorada nessa concepção *cristã* da realidade humano-societária e do poder político, a SEPES definiu que **o Estado, “em relação aos indivíduos e grupos integrantes da grande família social, há de conservar-se na sua função de subsidiariedade**, isto é, deixar-lhes liberdade e condições de ação naquilo de que são capazes no âmbito de suas atribuições; mais ainda, ajudá-los positivamente a realizar, cada um, seus objetivos. O princípio aplica-se a grupos e a campos, como familiar, cultural, educacional, econômico, etc.” (AGO.ACE.4515/83, p. 57, grifo meu).

O princípio da *subsidiariedade* da função do Estado deveria garantir, conseqüentemente, a *convivência* harmônica entre *indivíduos e grupos integrantes da grande família social* e, “apesar de que o fim da sociedade civil seja o bem comum temporal, a autoridade não pode perder de vista o bem espiritual, de natureza superior, uma vez que o mesmo homem realiza a dupla ordem de valores, seja neutralizando os obstáculos à sua justa procura, seja oferecendo-lhe condições para a sua sempre mais feliz consecução” (AGO.ACE.4515/83, pp. 57-58). A autoridade e a política do Estado, advindas de Deus e socialmente exercidas, deveriam manter-se em funções *subsidiárias* e auxiliares ao *livre* desenvolvimento do *progresso cultural, histórico, moral e religioso* dos *indivíduos* e dos *agrupamentos sociais*, entrelidos como uma *grande família* harmônica na *unidade da Pátria*. E seria justamente a “**dimensão econômica**” do ser humano que explicaria, segundo a SEPES, a necessidade do Estado manter-se como agente *subsidiário* ao *progresso* humano. Para a Declaração de Princípios sepista, “o Homem não existe para a Economia; a Economia, sim, existe para o Homem”, defendendo que “a desumanização da Economia não significa apenas um atentado ao homem, mas também, uma traição aos seus próprios fins” (AGO.ACE.4515/83, p. 58). A SEPES reconheceu, sempre conforme à doutrina social da Igreja, que “a Economia pode prestar-se facilmente a instrumento de dominação e espoliação, ou nas mãos de particulares, ou nas mãos do Estado dominador” (AGO.ACE.4515/83, p. 58). O “antídoto” para isso? Novamente, a SEPES recorreu aos ensinamentos cristãos. Seria necessário manter “o respeito à propriedade particular”,



mas vinculá-lo ao cumprimento de sua “função social”, o que “garante ao Estado a eficiente cooperação do capital e ao indivíduo a segurança, o sentido da dignidade, o estímulo decorrentes do legítimo governo da própria vida” (AGO.ACE.4515/83, p. 58).

Entretanto, acima de tudo, seria preciso manter a *subsidiaridade* do Estado em relação ao campo econômico *livre*, uma vez que **“não sendo o Estado, por sua natureza, uma sociedade econômica, a sua interferência na Economia se dá, se e quando, o bem comum está em jogo e em defesa da comunidade, ressaltando-se todos os legítimos direitos”** (AGO.ACE.4515/83, p. 58). Para a SEPES, portanto, a interferência do Estado na economia deveria ser *subsidiária*, sendo necessária apenas para corrigir alguns “desvios” – via doutrina social da Igreja – eventualmente cometidos pela *livre* ação da propriedade privada e de seus agentes econômicos capitalistas. Mais do que isso seria incorrer no “crime” do “capitalismo estatal” das “experiências socializantes”, que “dão frequentemente testemunho tanto de brutal esquecimento do Homem como sujeito e não objeto da Economia quanto de gritantes fracassos econômicos nos mais diversos setores. **Os abusos do capitalismo privado, possíveis na medida da fraqueza, comprometimento ou corrupção do Poder Político, devem ser corrigidos pelo Estado, a quem ninguém poderia sequer disciplinar, se fosse o caso de capitalismo estatal”** (AGO.ACE.4515/83, pp. 58-59 grifo meu).

Assim que, para a SEPES, novamente perfilando a doutrina social da Igreja, a economia não seria prioritariamente *política*, mas sim um fenômeno sobretudo *moral*: **“A Economia não é um mundo à parte, integrando a realidade humana, está sujeita, dentro de toda a sua autonomia, às instâncias da moral”** (AGO.ACE.4515/83, p. 59 grifo meu). Por último, uma vez definidas sua *visão global da realidade*, sua compreensão das dimensões *social, política e econômica* do ser humano, a SEPES inscreveu mais uma vez, em suas Declarações de Princípios, sua filiação ideológica ao catolicismo de Roma. Defendeu que, **“no campo espiritual religioso, a Igreja é Mãe e Mestra a quem compete, em relação aos seus filhos, conservação, defesa, e incremento do bem espiritual”** (AGO.ACE.4515/83, p. 59). Dessa forma, a Igreja católica se apresentaria “na sua estrutura hierárquica como **autoridade espiritual** e não apenas como força de influência, mercê de seu passado e presente de serviços em todos os campos da vida humana” (AGO.ACE.4515/83, p. 59). Uma coisa seria a Igreja. Outra, porém, os “homens da Igreja, podendo estes prejudicá-la, quer pela auto atribuição de funções que não decorrem da sua missão

e antes a comprometem, quer pela infidelidade à mensagem que por obrigação proclamam ou deveriam proclamar, ou ainda pela **tentação de secularizá-la, reduzindo-a a um partido político ou agrupamento ideológico**” (AGO.ACE.4515/83, pp. 59-60, grifo meu).

Eis que, *no campo espiritual religioso*, a SEPES colocou-se contra a *secularização*, a *politização* ou a *ideologização* da Igreja católica e, conforme se verá, aliar-se-ia a grupos católicos que compartilharam dessa cosmovisão integrista, como adiantado, as revistas *Permanência* e *Hora Presente* lideradas, respectivamente, pelo jornalista Gustavo Corção e pelo jurista José Pedro Galvão de Sousa. Assim, se os *homens* erram por não seguirem *integralmente* os dogmas católicos, secularizando, politizando ou ideologizando os ensinamentos cristãos, a Igreja não poderia, a sua vez, equivocarse nesse aspecto: “Por mais dificuldades que tal situação possa acarretar, sabe-se que ela [, a Igreja, ] está acima dos erros dos cristãos, que não erram por serem cristãos, mas apesar de o serem, garantia que foi dada pelo divino Fundador na sua sobrevivência até a consumação dos séculos, como sinal e fonte de verdade e vida” (AGO.ACE.4515/83, p. 60). Além disso, o *ensino oficial* da Igreja católica seria distinto “das inúmeras teorias que tantos teólogos de todas as categorias vão disseminando pela comunidade cristã, confundindo-a e entregando-a, tantas vezes, ao equívoco e à insegurança do subjetivismo irracionalista” (AGO.ACE.4515/83, p. 60). Eis que, arrematou a SEPES sua Declaração de Princípios, “diante do sujeito, o objeto; diante da inteligência, a verdade; diante da vontade, o bem; diante do Universo, o homem; diante do homem, Deus. Num desafio e num convite à comunhão fecunda no amor” (AGO.ACE.4515/83, p. 60).

#### 5.4.4. *O Expresso e a Rádio Novo Mundo da SEPES*

A SEPES constituiria também os seus próprios meios de difusão e propaganda. Passaria a publicar um semanário, *O Expresso*, adquiriria a concessão para operar uma emissora de rádio difusão, a *Rádio Novo Mundo*, e veicularia um informativo próprio, o *Boletim SEPES*. Quanto ao semanário, cuja primeira edição sairia em novembro de 1975, a SEPES afirmou que “O Expresso tuvo sus columnas siempre abiertas a los colaboradores anticomunistas en todo el mundo, y trató de hacer resaltar en forma especial las fechas importantes y los aniversarios conmemorados por el mundo libre” (CDyA: R0018F1134). Os diretores de *O Expresso* foram José Antônio Oliveira Machado e João Alves das Neves. O diretor-responsável era Randolfo Marques Lobato e sua

Redação esteve composta pelos seguintes integrantes: J. M. Pereira da Costa, Ricardo Henry Dip, Jorge Boaventura, José Stacchini, Radoico Nogueira Guimarães e Sérgio Antônio Correia Antunes. O quadro de colaboradores foi composto por Afonso Botelho, Duarte Ivo Cruz, Fernando Jorge, Ida Laura, João de Matos e Silva, Maria Helena Fraga, Mário Busch, Morgan da Motta, Rubem Biáfara e Vergniaud C. Gonçalves<sup>545</sup>. E seus correspondentes no exterior eram Virgil C. Georghiu (Paris), Antônio Olinto (Portugal), José de Almeida Mendes (Lisboa) e Alberto F. Gomes (Estocolmo) (BR.AN.RJ.TT.0.MCP.AVU.223, p. 4).

Entre os serviços jornalísticos de *O Expresso*, registraram-se a S.B.I. (Sociedade Brasileira de Imprensa), a ALA-Press Service (Nova York, Porto Rico e Madrid), a Revista “Paris-Match”, o Semanário “Tempo” (Portugal) e a Agência Keystone (BR.AN.RJ.TT.0.MCP.AVU.223, p. 4). A área de administração e distribuição do semanário coube a Mário Herédia, a publicidade a Celso Moura, e o setor de composição e impressão ficou a cargo de “O Estado de S. Paulo”, possuindo *O Expresso* uma tiragem (autodeclarada) de 50.000 exemplares (BR.AN.RJ.TT.0.MCP.AVU.223, p. 4). Em sua primeira edição, publicada como “edição-piloto”, *O Expresso* definiu-se como “um jornal profundamente brasileiro, isto é, nacionalista” e, por isso, “também cristão, como não poderia deixar de ser” (BR.AN.RJ.TT.0.MCP.AVU.223, p. 4). No editorial dessa edição de novembro de 1975, intitulado “Um jornal novo para os brasileiros”, seus redatores garantiram **defender “os princípios que justificaram a revolução de 31 de março de 1964, e por isso nos dispomos a apoiar os seus acertos e a contestar os seus desvios”** (BR.AN.RJ.TT.0.MCP.AVU.223, p. 4, grifo meu).

---

<sup>545</sup> O jornalista-teólogo da ultradireita Lenildo Tabosa Pessoa, embora não conste da lista de colaboradores d’*O Expresso*, colaborou com o semanário da SEPES (BR.AN.RJ.TT.0.MCP.AVU.223, p. 7). Colunista de *O Estado de São Paulo* e do *Jornal da Tarde*, Lenildo foi “verdadeiro ponta-de-lança do grupo Hora Presente na opinião pública” (ANTOINE, 1980: 68), grupo integrista que, como se verá, vinculou-se ao complexo WACL/CAL/SEPES. Ex-seminarista da Gregoriana de Roma, Lenildo prestou ainda “consultoria teológica” ao coveiro oficial do DOPS-SP, o delegado Alcides Cintra Bueno Filho, codinome Porquinho, quando da prisão dos dominicanos ligados ao guerrilheiro comunista Carlos Marighella. Segundo o jornalista Percival de Souza, resgatado pela historiadora Beatriz Kushinir, “Se alguém morria, em combate ou em tortura, era sempre ele (Alcides) o primeiro a chegar para definir, somente ele, o que fazer. O delegado coveiro, o delegado dos sepultamentos clandestinos, (...) o delegado católico que rezava e comungava, que tinha amigos do clero conservador, que odiava os progressistas. Quando teve os padres dominicanos nas mãos, convidou o teólogo-jornalista Lenildo Tabosa Pessoa para ler o conteúdo das apurações preliminares e ajudá-lo nas perguntas fundamentais que pudessem comprometê-los nas contradições que considerava flagrante: professar o cristianismo e engajar-se na esquerda que empunhava armas. O homem que seria capaz de sumir com corpos sem deixar vestígios teve habilidade para ocultar as sombras e receber Lenildo, um pernambucano de Caruaru, introduzindo-o no casarão sem maiores consequências. Um dos padres, contudo, viu Lenildo no momento de descuido. (...) Lenildo chegou num carro fechado e saiu do DOPS da mesma forma. Foi acusado pelos padres de participar diretamente dos interrogatórios” (SOUZA apud KUSHINIR, 2012: 376).

Retrospectivamente, segundo o editorial, o saldo da “Revolução de 1964” seria “francamente positivo” e, defendendo-a, **“O Expresso há de ser um jornal de todos os brasileiros que confiam nos destinos da Nação e na sobrevivência do Ocidente”** (BR.AN.RJ.TT.0.MCP.AVU.223, p. 4, grifo meu).

A SEPES também faria suas incursões nas frequências sonoras do rádio. O primeiro a destacar esse fato foi o jornalista Fernando Pacheco Jordão, no marco de seu trabalho investigativo sobre o assassinato de Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nas dependências do DOI-CODI do II Exército de São Paulo. Demarcou-se, então, que o presidente da SEPES Carlo Barbieri Filho, “conhecido militante de extrema direita”, “dono do semanário *Expresso*”, fora “presentado pelo governo federal (...) com um canal de rádio em São Paulo (Rádio Novo Mundo)” (JORDÃO, 1979: 142). No marco da renovação contratual da Rádio Novo Mundo, a Agência Central do SNI emitiria um parecer favorável ao presidente da SEPES no qual concluiu que **“os registros existentes sobre CARLO BARBIERI FILHO não o contra-indicam para as funções de cotista de emissora de radiodifusão”** (AC.ACE.108915/77, p. 6, grifo meu). Segundo o SNI, a concessão da Rádio Novo Mundo ao presidente da SEPES fora autorizada “levando-se em conta **a promessa de fiel ajustamento à política do Governo por parte de CARLO BARBIERI FILHO, Gerente da emissora, o qual se comprometeu, inclusive, a usá-la em benefício da Revolução de Mar 64**” (AC.ACE.108915/77, p. 6, grifo meu).

A Rádio Novo Mundo, tal qual outros empreendimentos da SEPES, enlaçou propaganda anticomunista com *business as usual*. Nesse sentido, registrou o SNI que **“não foi bem recebida no DENTEL e no Ministério das Comunicações, o fato do Sr. BARBIERI haver buscado auxílio de amigos suas para ‘garantir a renovação’ e, em seguida passá-la às mãos de terceiros e, evidentemente, com lucros”** (AC.ACE.108915/77, p. 7, grifo meu). Isso porque os dirigentes da SEPES e co-proprietários da Rádio Novo Mundo – Carlo Barbieri Filho, Elias Jorge Tambur, Italo Bustamante Paolucci e José Antonio de Oliveira Machado –, além da sócia majoritária Dea Barbieri Rothschild, cederam “as cotas de capital que possuem” naquela emissora de rádio-difusão ao “Prof. Dr. Edevaldo Alves da Silva, Presidente das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), à Dra. Labibi Elias Alves da Silva e ao Dr. Arnold Fioravante (AC.ACE.108915/77, p. 12). Iniciando suas transmissões em 1976, o Presidente da SEPES

externaria sua “grata satisfação” pelo fato da Rádio Novo Mundo ter recebido “autorização para operar na frequência de 560 KHZ, sob prefixo ZYE 456” (ASP.ACE.3696/80, p. 14).

“O lema da rádio”, explicou Barbieri Filho, “é ‘SEGURANÇA NA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS’, cujo sentido fala por si e é repetido constantemente durante a programação, assim como outras pílulas tais como, ‘Uma voz presente, consciente de um futuro melhor’, ‘Se todos quiserem haveremos de construir um grande Brasil’” (ASP.ACE.3696/80, p. 14). O objetivo da Rádio Novo Mundo seria, pois, o de construir um “órgão de caráter formativo, e **colaborar na defesa e difusão dos princípios da Revolução de março de 1964**” (ASP.ACE.3696/80, p. 14). Para cumprir essa finalidade, a SEPES incluiu na programação da Rádio Novo Mundo, “a emissão denominada ‘Nossa Opinião’, a qual é irradiada regularmente duas vezes ao dia”, tendo sido elaborada pelo “Prof. Jorge Boaventura, [então] vice-presidente da SEPES, e membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. A locução encontra-se a cargo do Sr. José de Oliveira Machado, diretor do jornal ‘O Expresso’ e secretário de Comunicações da SEPES” (ASP.ACE.3696/80, p. 14).

#### 5.4.5. *Boletim SEPES: a civilização cristã ocidental contra as revoluções burguesa e comunista*

Além do seminário *O Expresso* e da Rádio Novo Mundo, a SEPES passaria a editor um informativo próprio, o *Boletim SEPES*. Em sua primeira edição, essa publicação foi inaugurada tratando de “**Alguns Aspectos Fundamentais da Crise do Mundo Moderno**”, caracterizando que “**a civilização do ocidente cristão**” estaria passando por uma crise *dramática* (APESP: 50J-O-3796). Segundo o *Boletim SEPES*, seria sinal de *insensibilidade, egoísmo e covardia*, diante dessa crise civilizatória, “cruzar os braços e tapar os ouvidos ao tropel que se avizinha, produzido pelos **inimigos do Ocidente e dos valores que conformam a nossa vida** e que, indiscutivelmente, constituem **o[s] alicerces sobre o qual se ergue a mais portentosa civilização de que tem registro a História – a civilização ocidental cristã**” (APESP: 50J-O-3796, grifo meu). Algo deveria ser feito, portanto, para que a *civilização ocidental cristã* “sobreviva, melhorada”, e para que não seja “sepultada por uma nova onda de barbárie” (APESP: 50J-O-3796). A crise civilizatória teria como cerne “a crua liberação dos instintos”, sob os “disfarces” de “coisas (...) ‘avançadas’, ‘modernas’ ou ‘progressistas’”, desrespeitando “a lição monótona da História” segundo a qual “**civilização supõe disciplina dos instintos** e canalização das energias (...) no

sentido da sublimação das faculdades humanas mais refinadas e fecundas” (APESP: 50J-O-3795). “A liberação dos instintos, ao contrário do que (...) supõe a ingenuidade de tantos, não é caminho de liberdade, mas de escravidão. Escravidão pelo egoísmo, (...) pela ambição, (...) pela luxúria, escravidão, enfim, de cada um, sob o jugo dos fatores negativos sempre presentes nos recessos da criatura humana” (APESP: 50J-O-3795).

Drâmático? Sem dúvida, reconhecidamente. Essa primeira edição do *Boletim SEPES*, vertida em redação precária – bem diferente daquele de *O Expresso* –, reconheceu expressar-se em “linguagem tão enfática ou tão dramática”, mas, “como, porém, conseguir permanecer sereno, diante do drama que, diariamente, se desenrola ante os olhos de todos?” (APESP: 50J-O-3795). Um exemplo dessa “liberação dos institutos”, segundo a SEPES, poderia ser encontrado na “música sincopada e alucinatória” associada “ao álcool e, cada vez mais frequentemente, às drogas, para dar ‘alegria’ às desgraçadas vítimas da ‘liberdade’ que supuseram conquistar, através da liberação de todos os impulsos” (APESP: 50J-O-3795). A crise civilizatória estaria explicitada a olho nu, com “um estranho mal-estar, uma estranha opressão por detrás de tantas violências, de tantas contradições aparentes, de tanta confusão, de tantos conflitos, de tanta corrupção, de tão pouca paz, de tão pouca beleza” (APESP: 50J-O-3795). “E tudo isso, de modo paradoxal, a par do portentoso avanço científico e tecnológico que a nossa civilização ensejou e fez crescer, com a consequente produção de utilidades em quantidades e qualidade jamais conhecidas anteriormente” (APESP: 50J-O-3795). Diante de tanta “angústia, mal-estar, violência”, infelicidade e falta de paz, o *Boletim SEPES* foi inaugurado, com “retos propósitos que nos alimentam **como cristãos e como patriotas**”, como parte de “um esforço para desvendar as causas da ameaça que paira sobre todo o Ocidente” (APESP: 50J-O-3795). Dessa forma, o *Boletim SEPES* encerrou seu primeiro editorial afirmando que “estamos convictos de que os historiadores do futuro, quando quiserem descrever a trágica crise destes dias atormentados em que vivemos, de maneira sucinta, porém em dimensão estratégica global, não o farão através de um quadro de confronto entre duas potências ou entre dois grupos de nações” (50J-O-3795).

Pelo contrário, fá-lo-ão descrevendo-a como o resultado do **confronto entre duas culturas, entre dois modos de interpretar o Homem, a Vida e os objetivos e finalidades da existência**. Salta, assim, à vista, em primeiro lugar, que **o campo de batalha fundamental neste formidável confronto, situa-se na mente dos indivíduos**, não no Viet-Nam, no Camboja, no Oriente Médio, ou alhures. **E que temos nós, no Ocidente, feito neste novo campo de batalha? Qual tem sido, até agora, a nossa postura nesse formidável combate?** No próximo número, sob o título – ‘O Espaço das

Nacionalidades’, procuraremos iniciar as respostas às indagações acima formuladas (APESP: 50J-O-3795, grifo meu)

O editorial do *Boletim SEPES*, Ano I, n.º 3, antes da publicação de *O Espaço das Nacionalidade*, “aprofundou” os temas discutidos em “Algumas Causas da Ameaça que Pairam sobre o Ocidente (II)”, **definindo o “conceito” de “interferência cultural” como a “superposição” dos “valores” do “pensamento agnóstico da Enciclopédia” aos “valores característicos da civilização cristã”** (APESP: 50J-O-3795, grifo meu). A ascensão do agnosticismo enciclopédico, segundo o *Boletim SEPES*, impôs-se “em face de elites decadentes moralmente e incapazes tecnicamente”, alcançando “o poder político na França, o maior centro de irradiação de prestígio cultural da época” (APESP: 50J-O-3795). O quadro que se superpôs, “por ser agnóstico, não confessadamente ateu, não agredia frontalmente o primeiro”, isto é, o quadro axiológico cristão, convivendo “com ele em clima de euforia sobretudo no início, eis que se apresentava como instrumento de realização da liberdade, da igualdade e da fraternidade, em contraste com uma situação anterior, marcada pela opressão, pelo privilégio consagrado na lei, que distinguia a nobreza e o clero” (APESP: 50J-O-3795). Teria sido difícil no início “perceber” que “tal ambiente emocional” de *liberdade*, “filho como era do pensamento agnóstico, não tinha contornos definidos” (APESP: 50J-O-3794).

Porém, não demoraria muito para que essa *liberdade* filha do agnosticismo enciclopédico transitasse para “a licenciosidade, uma vez que o Homem, tal como é verdadeiramente, e tal como sempre o descreveu o pensamento cristão, traz em seu seio tendências e impulsos positivos, como traz tendências e impulsos negativos” (APESP: 50J-O-3794). Dessa forma, “uma liberdade sem contornos” – cristãos – “afasta-se da realidade objetiva concernente à pessoa humana e abre campo à liberação de todas as tendências, inclusive as negativas” (APESP: 50J-O-3794). Escancarando sua postura reacionária, o *Boletim SEPES* defendeu que “**a tão famosa Revolução Francesa” de 1789 e “a Revolução Industrial” provocaram “a quebra da unidade do pensamento do Ocidente”** (APESP: 50J-O-3794, grifo meu). A Revolução Industrial, arrancada na Inglaterra entre as décadas de 1770 e 1780, “havia destruído as ‘Corporações de Ofício’ medievais, até ali garantidoras dos direitos dos artesãos; e não as havia substituído por coisa alguma” (APESP: 50J-O-3794). Destruindo “o poder político da aristocracia”, os “detentores dos meios financeiros ou burgueses (...) passaram a produzir e a comprar as máquinas, responsáveis pela ruína da produção

artesanal” e, assim, “os artesãos passaram a assalariados dos burgueses, **tudo sob a influência de uma avalanche cultural interferente, que já não era propriamente cristã, porém agnóstica**” (APESP: 50J-0-3794). Sem os freios e os contornos dos “valores cristãos”, desenvolveu-se cada vez mais, segundo a SEPES, “uma versão deturpada de pragmatismo, dentro da qual **o Homem, despido da dignidade essencial que lhe confere o cristianismo, passava a ser encarado, pura e simplesmente, como instrumento de produção, neste sentido em nada diferente das máquinas**” (APESP: 50J-0-3794, grifo meu).

O *Boletim SEPES* esposou, assim, uma crítica cristã contra o advento do capitalismo industrial e o tratamento correlato do ser humano como mais um “fator de produção” que, como os demais no sistema do capital, rege-se desde então pelo critério *utilitário-pragmático* do “**máximo rendimento com o mínimo de despesas**” (APESP: 50J-0-3794). A SEPES criticou, dessa maneira, em seu terceiro boletim oficial, o “darwinismo social” inscrito da concorrência capitalista deflagrada pela Revolução Industrial e pela “maquinização” da humanidade. “Tanto mais quanto, transposto” – o critério do *máximo rendimento com o mínimo de despesas* – “para os domínios da Sociologia, o pensamento evolucionista de Darwin, baseado no ‘struggle for life’, na luta pela vida, segundo o qual a lei natural do aperfeiçoamento consiste na supressão dos menos aptos pelos mais aptos, a necessidade de sobreviver em face da concorrência, desencadeada dentro do mesmo marco cultural, **levou os burgueses ao exacerbamento do trato equivocado, injusto e não cristão, dispensado aos trabalhadores**” (APESP: 50J-0-3794, grifo meu).

Em suma, de acordo com o ideário ultraconservadora da SEPES, emergindo “do solo das injustiças geradas dos resultados da **interferência agnóstica sobre o quadro cultural do cristianismo**”, concomitante ao “progresso social conseqüente à abolição dos abusos do privilégio aristocrático” e simultânea ao “progresso econômico baseado na evolução da tecnologia e das ciências” (APESP: 50J-0-3794), consolidou-se, a partir dessas conquistas da burguesia *liberal*, o mais pernicioso dos “equivocos culturais”, a saber, o *marxismo*. Assim, “foi desse solo de injustiças que amadureceu, afinal, **o fruto de um liberalismo mal interpretado que, transitando pelo livre exame dos textos pagãos, pela Reforma, pelo ‘livre pensamento’, pelo agnosticismo, desaguava, afinal, no Materialismo Dialético de Marx**” (APESP: 50J-0-3793, grifo meu). Em outras palavras, o *liberalismo* “mal interpretado” – fruto do agnosticismo enciclopédico, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial – seria a antecâmara do *marxismo*. A burguesia



revolucionária europeia, em especial a inglesa e a francesa, teria ferido de morte a *unidade do Ocidente* cristão e, ao fazê-lo, teria fornecido as armas ideológicas ao “Materialismo Dialético de Marx”. Eis aqui, em cheio, o teor reacionário da ideologia contrarrevolucionária da SEPES, vinculada pelo antiliberalismo e pelo antimarxista.

Nascido do clima cultural da burguesia revolucionária franco-britânica, coubera ao “Materialismo Dialético de Marx”, portanto, expressar a “sistematização clara, explícita e dogmática, de uma contestação frontal a toda a cultura cristã” (APESP: 50J-0-3793). Portanto, desse “processo de gestação” teria surgido, segundo o *Boletim SEPES*, “um dos aspectos mais dramáticos da crise fundamental dos nossos dias: **o materialismo dialético, o comunismo marxista, que pressiona, tentando destruir a nossa cultura, o nosso estilo de vida**” (APESP: 50J-0-3793, grifo meu). E “o comunismo marxista” teria “aliados em nosso seio, representados, exatamente, pelos desvios, erros, equívocos, decorrentes da superposição ou interferência cultural a que, reiteradamente, nós temos referido” (APESP: 50J-0-3793). Seriam, finalmente, “tão grandes e tão poderosos” os interesses “agasalhados pelos frutos dessa trágica confusão” provocada pela “interferência cultural” referida e, embora identificados, não estariam sendo denunciados a contento no combate “ao inimigo declarado”. “Por isso, caro patrício”, concluiu o *Boletim SEPES*, “estamos fazendo o presente esforço de esclarecimento” e, “no próximo número, se Deus permitir, aqui estaremos de novo, tentando oferecer à sua consideração novos fatos, inclusive os relativos à **quebra de unidade do pensamento do Ocidente, gravemente acentuada no século XIX**” (APESP: 50J-0-3793, grifo meu). O prometido editorial, intitulado “O Espaço de uma Nacionalidade”, foi publicado no Número 4 do *Boletim SEPES*. Nele, retomou-se a assim chamada “interferência cultural” do agnosticismo enciclopédico como a razão subjacente da crise da civilização cristã ocidental, carcomida pelo enciclopedismo e por seu sucedâneo, o *comunismo marxista*.

De fato, parece-nos de meridiana clareza que, **a partir do século XVIII, o pensamento agnóstico do movimento da Enciclopédia, superposto ao quadro dos valores básicos da sociedade do ocidente cristão, determinou uma interferência que**, instigada por poderosos interesses surgentes, **acabou por determinar indiretamente o aparecimento, na metade do século XIX, de uma sistematização do materialismo que, sobre a negação da transcendência da realidade humana, estava impregnada da terrível dinâmica haurida da dialética hegeliana** (APESP: 50J-0-3794, grifo meu)

Nota-se, pois, que o ideário sepista nutriu-se de um duplo rechaço, típico das linhagens do reacionarismo contrarrevolucionário: combateu ideologicamente as revoluções burguesas, de um lado, e o comunismo revolucionário, de outro. E na passagem citada a *terrível dinâmica haurida da dialética hegeliana* surgiu como elo de ligação entre a burguesia revolucionária e o comunismo, entrelido como a *negação* histórico-materiaista *da transcendência da realidade humana*. Na sequência, o *Boletim SEPES* conclamou seus leitores a levarem a sério referida “interferência cultural” do *agnosticismo enciclopédico*, bem como o fato de que “os êxitos alcançados pelo comunismo materialista” dependeriam “muito menos das suas eventuais virtudes, se é que existam algumas, do que das nossas ineficiências da nossa perplexidade, da nossa confusão, do nosso egoísmo rasteiro” (APESP: 50J-0-3793). E no que consistiria essa debilidade? Consistiria nisso: **“O que resta do mundo ocidental cristão tem que lutar, simultaneamente, contra dois inimigos”** (APESP: 50J-0-3793, grifo meu). Mas quais seriam esses “dois inimigos”? Ambos seriam *materialistas*. Porém, o primeiro “inimigo”, o *bolchevismo*, seria mais facilmente identificável e, por isso, seria mais fácil combatê-lo. Já o segundo “inimigo” seria mais difícil de ser reconhecido e, por isso, seria mais difícil enfrentá-lo. Quem seriam estes? Simplesmente, os herdeiros de referida “interferência cultural” *agnóstico-enciclopedistas: os liberais*. O *Boletim SEPES*, referindo-se à guerra do “mundo ocidental cristão contra dois inimigos” *materialistas*, salientou:

Um [inimigo], talvez o menos perigoso, representado pelo materialismo explícito e dogmático do bolchevismo expansionista e agressivo; outro [inimigo], que agasalhamos em nosso próprio seio e que, na prática, representa também o materialismo, apenas não explícito, nem dogmático, nem confessado, mas [h]edonista, sensual, mesquinho, egoísta, historicamente estúpido, infiltrando pouco-a-pouco a princípio, e já cada vez mais rapidamente, em virtude da confusão trazida pela ‘interferência’ a que (...) nos temos referido (APESP: 50J-0-3793)

Depois de identificar os *materialismos* – o *liberal* e o *bolchevique* – como os “dois inimigos” contra os quais o “mundo ocidental cristão tem que lutar”, o *Boletim SEPES* chegaria ao “cerne” do editorial “O Espaço de uma Nacionalidade”. Passou-se, então, a “conceituar” que “o ‘espaço’ de uma nacionalidade não se esgota na área física, no território que sua população ocupa”, mas “abrange, também, o conjunto de valores, conceitos, idéias, sentimentos, que tornam a nacionalidade diferenciável do conjunto das demais nacionalidades” (APESP: 50J-0-3793). Além da preservação do “espaço físico” de uma nacionalidade, seria preciso defender o “espaço

cultural”, entrelido como o *locus* privilegiado das “influências que visam a sua total desfiguração” (APESP: 50J-0-3793). Desse modo, se “uma violação do espaço físico, do território, seria instantaneamente entendida por todos como inconveniente aos nossos interesses”, “o ‘espaço cultural’, porém, tem sido, diariamente, violentado e, por vezes, estrupado [*sic*], através dos veículos de comunicação de massas e das ‘artes’, sem que haja reação de monta” (APESP: 50J-0-3793). “E, frequentemente, tais violências e estrupos [*sic*] são comentados elogiosamente, como sintomas de ‘progresso’, ‘modernismo’, etc. Não parece ao leitor que tais fatos merecem a nossa atenção, a nossa meditação e o nosso combate?” (APESP: 50J-0-3792).

Reitera-se, aqui, o perfil anti-“modernista”, anti-“progressista”, anti-“Iluminista”, antiliberal e anticomunista da SEPES, que adotou como seu ideário oficial uma postura reacionária em defesa da “civilização cristã ocidental” cuja unidade teria sido rompida pelas revoluções burguesas do século XVIII, a antecâmara do *bolchevismo*. Outro *Boletim SEPES*, depositado no acervo do DOPS-SP junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), retomou “o fio momentaneamente interrompido das considerações que vínhamos submetido à sua apreciação, durante os 4 primeiros números de nosso ‘Boletim’” (APESP: 50J-0-3803). Essa edição do *Boletim SEPES*, Ano I, n.º 5, voltou a discutir as “causas profundas da crise dos nossos dias”, que “vem ameaçando submergir o que ainda não foi submerso da **civilização ocidental cristã, em que nos integramos**” (APESP: 50J-0-3803). A situação seria de tal maneira grave que “já agora, sobretudo para quem escreve, tornou-se nítida a falta de ressonância até para o simples uso da expressão ‘civilização ocidental cristã’”, que soaria “falsa, como algo muito distante e inatural, pálida e destituída de sentido” (APESP: 50J-0-3802).

E o que explicaria isso? A *causa* dessa crise civilizatória residiria no “**fenômeno de interferência cultural**”, recordando a SEPES que “o referido fenômeno é por nós designado como de ‘interferência’, por analogia com o fenômeno de mesmo nome que ocorre em radiorecepção, quando o seletor de frequências do receptor está defeituoso” (APESP: 50J-0-3802). “Em tal circunstância, o referido receptor torna-se incapaz de captar sons inteligíveis e passa a emitir apenas roncões silvos e estrondos ininteligíveis” (APESP: 50J-0-3802). Assim sendo, **a conceituada “interferência cultural” a que nos referimos, começou a ser produzida no Ocidente, a partir do século XVIII, pela superposição do pensamento agnóstico da Enciclopédia, ao quadro fundamental dos valores do cristianismo**” (APESP: 50J-0-3802, grifo

meu). Essa “superposição” do agnosticismo enciclopédico da burguesia revolucionária francesa aos “valores do cristianismo” ofereceu **“a chance do impulsionamento de certos equívocos, especialmente os que convinham ao acobertamento dos interesses surgentes com a Revolução Industrial, como aconteceu ao conceito de ‘liberdade’, divulgado e explorado sem a delimitação de contornos imposta pela visão cristã do mesmo assunto”** (APESP: 50J-0-3802, grifo meu).

Aqui, mais uma vez, escancara-se a crítica reacionária da SEPES – uma linhagem de ultradireita anticomunista e antiliberal – às revoluções burguesas do século XVIII, isto é, à Revolução Francesa de 1789 e seu “cavalo de batalha” ideológico (o enciclopedismo agnóstico) e à Revolução Industrial iniciada na Inglaterra na década de 1770. Ambas não teriam se limitado, segundo o *Boletim SEPES*, aos “contornos” da *liberdade* conforme a cosmovisão cristã. Ambos – o agnosticismo enciclopédico e a Revolução Industrial – constituiriam, portanto, uma primeira “sementeira de êrros que, rapidamente se multiplicaram, e cada vez mais facilmente, nutridos pelo solo fértil representado pela confusão e pela perplexidade” (APESP: 50J-0-3802). Referida “influência cultural” seria tão ou mais grave do que “qualquer tentativa de violação da nossa área territorial” e “o ‘espaço cultural’, entretanto, o nosso e o de todas as nações que compõem o Ocidente cristão, vem sendo diariamente invadido, violentado, estropado [*sic*], pelas forças que pretendem destruir a nossa civilização” (APESP: 50J-0-3801).

E esse “estrupe” (*sic*) do “espaço cultural” das nações integrantes da “civilização ocidental cristã” estaria sendo cometido em nome de quem? Do comunismo? Não, surpreendentemente. Segundo o *Boletim SEPES*, “tudo isso é feito, sob pretexto daquela liberdade sem contornos definidos a que nos referimos no início” (APESP: 50J-0-3801), isto é, em nome da *liberdade* oriunda do agnosticismo enciclopédico, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Em suma, da *liberdade* advinda das revoluções burguesas da França e da Inglaterra que inauguraram a Era Contemporânea. “E pouquíssimos percebem o que está se passando”, apesar de ser o tema “vasto” e referente “a algo muito grave. Por isso retomamos, hoje, o fio da meada do seu exame, que continua no próximo número do ‘Boletim’, se Deus quiser” (APESP: 50J-0-3801). Observa-se, enfim, que essa dupla crítica da SEPES, feita em nome da “civilização cristã ocidental” e contra dois “inimigos” *materialistas* – o enciclopedismo agnóstico da burguesia revolucionária do século XVIII e o comunismo revolucionário –, ecoou uma tradicional postura

reacionária *espiritualista*, ultracatólica, antiliberal e antimarxista. Exponentes dessa posição contrarrevolucionária podem ser identificados em alguns remanescentes históricos do integralismo (mas não apenas neles) que serviram à ditadura militar brasileira e à SEPES.

Entre eles, importa nomear dois ideólogos e homens de ação da extrema-direita brasileira: Alfredo Buzaid e Jorge Boaventura. Se os citados *Boletins SEPES* rechaçaram duplamente a burguesia revolucionária da Europa do século XVIII e a revolução comunista entrelida como sucedâneo do enciclopedismo agnóstico, essa ideologia sepista apenas repôs, de maneira precária, o ideário elaborado de forma mais acabada pelos dois citados integralistas históricos. Buzaid e Boaventura repaginaram, a serviço da ditadura militar verde-amarela, aquilo que aprenderam na década de 1930 na Ação Integralista Brasileira (AIB) de Plínio Salgado. A tese segundo a qual a *civilização cristã ocidental* estaria em crise por ter tido sua *unidade* rompida pelo *enciclopedismo agnóstico* – e antes dele, pelo Renascimento –, abrindo assim as portas ao *materialismo histórico marxista*, foi defendida por Buzaid enquanto ministro da Justiça do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). E foi depois resumida por Boaventura em “Ocidente traído: a sociedade em crise”, livro publicado pela editora do Exército com prefácio de Gilberto Freyre<sup>546</sup>. Tanto Buzaid quanto Boaventura, futuros integrantes da SEPES, defenderam que os valores *espirituais* teriam sido sobrepostos aos valores *materiais* desde o Renascimento, processo de *crise civilizatória* que teria se prolongado no enciclopedismo, culminado nas revoluções burguesas do século XVIII até sua maturação final no comunismo revolucionário marxista. Nesse sentido, pode-se tributar a ambos – Buzaid e Boaventura – a condição de ideólogos da SEPES. O *Boletim SEPES* apenas replicou, precariamente, a cosmovisão que esses integralistas históricos elaboraram em obras de “alto nível” ideológico. A contribuição deles, porém, não se limitou à doutrina sepista, mas também à organização da SEPES enquanto o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL.

##### 5.5. Brasil, 1974: a ditadura militar verde-amarela na cogestão do II Congresso da CAL-Pública

---

<sup>546</sup> No caso dos nódulos integralistas do ideário de Alfredo Buzaid, repaginados e a serviço da Ideologia 64 (RAGO, 1998), i.e., enquanto ministro todo-poderoso da Justiça do ditador Médici (1969-74), cf. MACHADO, 2015; para a reiteração da mesma tese tributária do integralismo de Plínio Salgado em Jorge Boaventura, cf. seu “Ocidente traído: a sociedade em crise” (Biblioteca do Exército Editora, 1980). Para a crítica filosófica dessa ideologia pliniana recalitrante em Buzaid e Boaventura, cf. CHASIN, 1978.

Um conjunto de documentos produzido pelos canais militares e diplomáticos da ditadura brasileira registrou que seu Ministério da Justiça, então dirigido pelo jurista Alfredo Buzaid, agiu como um dos cogestores do II Congresso da CAL-Pública em janeiro de 1974. A Minuta de Telegrama n.º 64, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), de 25 de janeiro de 1974, apresentou o seguinte assunto: “II Congresso da ‘Confederação Anti-comunista Latinoamericana. Convite a Jornalista Argentino”. Nele, registrou-se que **“a Embaixada do Brasil em Buenos Aires informou que, em 17/JAN/74, foi procurada pela Senhora DIANA MASSOT, Diretora da publicação ‘LA NUEVA PROVINCIA’, de posse de telegrama recebido do Senhor ESTEVAN AUGUSTO DE SANTOS PEREIRA, Subchefe do Gabinete do Ministro da Justiça, convidando-a a participar do II CONGRESSO ANTI-COMUNISTA LATINO-AMERICANO (CAL), a realizar-se no Rio, entre 23 e 27 de janeiro”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 164, grifo meu).

Estevam Augusto Santos Pereira era mais um membro do Comando de Caça aos Comunistas (CCC)<sup>547</sup>, organização paramilitar de “cazadores de brujas”, que havia sido levada ao Ministério da Justiça por Buzaid, que o indicara como seu subchefe de gabinete<sup>548</sup>. O telegrama desse membro do CCC e subchefe do gabinete do ministro da Justiça do ditador E. G. Médici “antecipava que uma passagem estaria à disposição da Senhora MASSOT na Agência da Pan-American, o que ainda não havia ocorrido. Em 21/JAN/74, a Senhora MASSOT informou haver recebido a passagem” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 164). Segundo referida Minuta de Telegrama da DSI/MRE, **“cerca de dez telegramas semelhantes foram endereçados pelo**

---

<sup>547</sup> Buzaid recolhera o líder do CCC João Marcos Monteiro Flaquer ao Ministério da Justiça, designando-o para o cargo de oficial-de-gabinete. Antes de empregar-se em Brasília Flaquer organizara, em 18 de julho de 1968, a agressão aos atores e ao público da peça Roda Viva, de Chico Buarque, encenada no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, sob a direção do dramaturgo José Celso Martinez. Esse capo do CCC foi também indiciado como um dos suspeitos de agredir o professor da FDUSP Alberto Moniz da Rocha Barros, que morreria de infarto pouco depois (MACHADO, 2015: 98). Embora em regra associado à Universidade Mackenzie, o CCC foi idealizado na FDUSP por seu professor Luís Antonio Gama e Silva, conspirador do IPÊS no pré-1964, ministro da Justiça de Artur da Costa e Silva e “pai” do AI-5. Na FDUSP, o CCC agiu ostensivamente com a conivência de professores, diretores e em estreita ligação com o DOPS e o DOI-CODI (MACHADO, 2015: 95).

<sup>548</sup> A revista O Cruzeiro, em matéria intitulada “CCC ou o comando do terror”, “divulgou nomes e fotos dos principais membros desse movimento. O segundo nome aí exibido, logo em seguida ao de Flaquer, foi o de ‘Estevão Augusto Santos Pereira’ (sic), assim apresentado: **‘A violência é o traço principal do seu caráter**, mas é dado a fazer poesias. **Estêve no ataque à Roda Viva’**. Esse era o estudante Estevam Augusto Santos Pereira, que se formou na USP em 1968 e, em seguida, ocupou efetivamente o cargo de subchefia do gabinete do ministro da justiça” (CAMPOS, 2019: 93).”No governo Geisel foi assessor parlamentar do ministro dos transportes e assessor do gabinete da presidência do Tribunal Superior do Trabalho [TST]. Mais tarde, foi professor no CEUB [Centro Universitário de Brasília]” (CAMPOS, 2019: 99).

**mesmo expeditor a jornalistas considerados anti-comunistas e interessados em fazer a cobertura jornalística do II Congresso da CAL”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 164, grifo meu). Além de ter convidado jornalistas “ortodoxamente” anticomunistas e lhes oferecido o custeio das passagens aéreas, o Ministério da Justiça sob a gestão Buzaid designou também quatro observadores ao II Congresso da CAL-Pública. Apesar dessa movimentação oculta do ministro Buzaid por intermédio de seu lugar-tenente do CCC, a DSI/MRE ressaltou, na Minuta de Telegrama em referência, que “o Itamaraty não recebeu até o momento comunicação oficial, a respeito do assunto, do Ministério da Justiça, pelo que persistiria, até informação em contrário, a afirmação constante do desptel n.º 30 relativa à ausência de participação oficial brasileira” no conclave da CAL (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 165).

Todavia, anotou a DSI/MRE, “as competentes autoridades do SISNI estão a par do assunto, havendo-nos confirmado a realização do atual Congresso e fornecido os dados transmitido” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 165). Em suma, os canais diplomáticos e militares do Sistema Nacional de Informações (SISNI) da ditadura militar brasileira registrariam, depois de realizado o II Congresso da CAL-Pública, que **“oficialmente não houve participação do Governo brasileiro, mas diversos jornalistas estrangeiros foram convidados por telegramas assinados pelo Subchefe do Gabinete do Ministro da Justiça e quatro observadores do mesmo Ministério teriam sido designados para acompanhar a reunião”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 159 grifo meu).

#### *5.5.1. FEMACO e SEPES: os preparativos e as 10 Comissões do congresso*

Se o II Congresso da CAL-Pública de janeiro de 1974 contou com a ajuda de um aliado de peso como o ministro da Justiça Alfredo Buzaid, o encontro daquele organismo regional da WACL na América Latina foi organizado pela FEMACO e pela SEPES, respectivamente, os “Capítulos” mexicano e brasileiro da Liga Mundial Anticomunista. A FEMACO, controlando a Secretaria Geral da CAL, e a SEPES, nomeada como entidade presidente do Comitê Organizador do II Congresso da CAL-Pública, incumbiram-se dos preparativos congressuais desde 1973. À época, isto é, no biênio 1973-1974, a SEPES já era presidida por Carlo Barbieri Filho e dirigida por Pedro Paulo Angrisani Gomes, José Antonio de Oliveira Machado e pelo padre Heládio

Alvares Rodrigues (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 179). Em 16 de outubro de 1973, o secretário geral da CAL Rafael Rodriguez informou ao presidente da SEPES que o Brasil havia sido escolhido como o país-sede do “II Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, CAL, de la que son Ustedes Miembros Fundadores. La invitación oficial les será cursada en los próximos días, con mayores informaciones sobre el Congreso” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 218).

Hoje, as correspondências trocadas entre o dirigente teco e secretário geral da CAL Rafael Rodriguez e Barbieri Filho, felizmente, encontram-se depositadas no Arquivo Nacional do Brasil. Elas são capazes de evidenciar o processo de estruturação inicial da CAL, que contava com “apenas un año de existencia”. Nas missivas trocadas, o mexicano informou ao brasileiro que, “entre los trabajos previos al Congreso, estamos regularizando la documentación de los Miembros de la CAL de acuerdo con lo indicado por los Estatutos, en el artículo 17”. Regularizar a documentação das unidades-membros da CAL, entre elas a própria SEPES, seria fundamental para que os brasileiros pudessem participar do II Congresso da CAL-Pública “con pleno derecho así como en las importantes actividades por las que hemos decidido aliarnos y fortalecernos recíprocamente” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 218). Assim, o líder teco solicitou a Barbieri Filho que enviasse imediatamente à Secretaria Geral da CAL “la siguiente documentación”:

**1. Lista de los integrantes de la Mesa Directiva u órgano dirigente, al que se añada un ‘curriculum vitae’ de cada una de las personas que ocupan los cargos de mayor responsabilidad directiva.** Es de aclararse que la solicitud formal de ingreso, que se pide a todos – los integrantes, no les es requerida a ustedes por **su personalidad como Miembros Fundadores.** **2. Selección de documentos que acrediten la militancia anticomunista de la Organización y de sus dirigentes** por lo menos en los últimos cinco años. Esta documentación puede incluir: Publicaciones propias de la organización o artículos firmados por sus dirigentes, manifiestos o discursos publicados, fotografías de actos o manifestaciones anticomunistas, obras editadas y todo tipo de propaganda impresa; informes sobre ataques del comunismo contra la organización o sus jefes y, en fin, **una breve historia documentada de sus méritos como anticomunistas** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 218, grifo meu)

A missiva do mexicano ao presidente da SEPES revelou que, embora a maior parte dos membros da CAL estivessem enviando regularmente suas publicações à Secretaria Geral da entidade, “por tener la CAL apenas un año de existencia”, “nuestra información sobre los méritos de muchas de las organizaciones miembros es escasa, por lo que, para cumplir con lo indicado por



los Estatutos, creemos que lo más conveniente es que sean los propios dirigentes de estas organizaciones quienes nos envíen dicho material” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 219). A documentação que comprovaria o histórico anticomunista dos membros da CAL deveria ser enviada “al nuevo domicilio de la CAL: Av. Las Américas, 132, Guadalajara, Jalisco, México (...) Todos estos documentos serán considerados confidenciales y sólo podrán tener acceso a ellos los integrantes de la Comisión de Membrecía y del Consejo Directivo si les es necesario para su trabajo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 219).

Rafael Rodrigue prometera a Barbieri Filho que, em breve, enviaria à sede da SEPES “la invitación oficial para el II Congreso de la CAL que habrá de congregar a los más importantes y auténticos dirigentes anticomunistas de América Latina”. Ainda haveria tempo de incorporar mais membros à lista da CAL. Assim, o prazo estaria aberto para “recibir nuevas proposiciones para integrar a organizaciones, entidades o personalidades que acepten unirse a nuestro frente, por tener personalidad suficiente según los indicado en el artículo 8 y siguientes, Capítulo Segundo, de nuestro Estatutos, según puede consultar en el ejemplar de ‘Leyes Fundamentales de la CAL’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 219). Ao término de sua carta, o secretário geral Rafael Rodriguez agradeceu ao presidente da SEPES por poder contar com suas “muy valiosas” sugestões acerca de “entidades para ingresar a la CAL” e, “en espera de poder vernos pronto personalmente”, “les envío un afectuoso saludo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 219).

Em 22 de outubro de 1973, em outra carta, o dirigente dos tecos da FEMACO comunicou Barbieri Filho que “**dentro de pocos días recibirá usted la convocatoria oficial al II Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, CAL, que se verificará en Brasil del 23 al 27 de enero de 1974, según proyecto del que ya se le había informado en nuestra reunión oficial del mes de mayo**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 172, grifo meu). Que reunião havia sido essa? Recorde-se que foi celebrado, em maio de 1973, o II Congresso da CAL-Secreta, no Paraguai, na cidade de Puerto Presidente Stroessner. Rafael Rodriguez informou ao presidente da SEPES que a realização do II Congresso da CAL-Pública no Brasil, em 1974, “implica la necesidad de cumplimentar los acuerdos tomados en la citada reunión [en Puerto Presidente Stroessner] que, a este respecto, fueron los siguientes” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 172):

**Designar delegados a dicho Congreso de la CAL, con la debida anticipación, seleccionándolos entre los auténticos y más destacados dirigentes anticomunistas de**

**su país, debiendo ser representativos de las entidades que pueden tener carácter de Miembros de la CAL** y que son las enunciadas en el Capítulo II de los Estatutos, de los que usted recibió un ejemplar numerado. **Desde el momento de su designación cada delegado debe tener conocimiento de que en el Congreso se adscribirá a una comisión que estudiará exclusivamente los problemas de su especialidad, en compañía de quienes ejercen funciones similares en los demás países de América Latina.** Así por ejemplo: los rectores o profesores universitarios que sean líderes anticomunistas comprobados participarán de la **‘Comisión contra la Subversión en Universidades y Escuelas’**; los propietarios o directores de periódicos y los periodistas integrarán la **‘Comisión de Prensa’** y así respectivamente. Según lo enuncia el Capítulo VI de los citados Estatutos, **las comisiones que se integrará durante el Congreso** serán, además de las dos citadas a guisa de ejemplo, las de: **Comisión de Organizaciones Cívicas, Comisión de Asuntos Obreros, Comisión de Trabajadores Empleados, Comisión de Trabajadores del Campo, Comisión de la Pequeña Propiedad Agrícola, Comisión de Lucha contra el Clero comunista y Subversivo, Comisión de Ciencia y Arte, Comisión Empresarial, Comisión de Radio y Televisión, Comisión de Teatro y Cinematógrafo, Comisión de Libros y Propaganda Impresa, Comisión Mista, Comisión Plenaria y Comisión de Presupuestos y Auditoría** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 172, grifo meu)

O líder teco ainda solicitou ao presidente da SEPES e do Comitê Organizador do II Congresso da CAL-Pública que ele se apressasse na seleção dos delegados das respectivas Comissões. Uma vez escolhidos, o brasileiro deveria enviar seus nomes, domicílios e currículos à Secretaria Geral da CAL no México “antes del 15 de noviembre próximo [i.e., 1973], para que les sean enviadas oportunamente sus invitaciones oficiales ao Congreso y los instructivos necesarios para que puedan participar de todo derecho y con el mayor rendimiento posible” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 172). Destacando a importância de todos os setores representados nas Comissões elencadas, o secretário geral da CAL salientou junto a Barbieri Filho que, “de una manera muy especial”, “se piden sugerencias sobre periódicos diarios, o semanales si tienen influencia, estaciones de TV y de radio y, en general, sobre propietarios, directores y/o profesionales de los medios de difusión com más penetración en el país” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 173). Rafael Rodriguez ainda informou o presidente da SEPES que ele viajaria ao Brasil em novembro de 1973 “para tomar contacto personal con todos los delegados que hayan ustedes designado o con aquellas personas u organizaciones que sugieran sean invitadas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 173). O teco faria o mesmo em todos países que teriam suas delegações representadas no II Congresso da CAL-Pública. Um *tour* e tanto.

Em outra carta dirigindo-se ao “Estimado Señor Dr. Carlo Barbieri Filho”, datada de 30 de outubro de 1973, Rafael Rodriguez confirmou que, enfim, “la Secretaría General de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, CAL, le invita a participar en el II Congreso de

esta organización que se llevará a cabo en Río de Janeiro, Brasil, del día 23 al día 27 de enero de 1974” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 217). Comunicou-se ao presidente da SEPES que “de acuerdo con los Estatutos de la CAL la delegación de la entidad que usted dirige podrá estar integrada de una a cinco personas. La Sociedad de Estudios Políticos, Económicos y Sociales – SEPES – con sede en Sao Paulo, Brasil, y Miembro Fundador de la CAL está constituída en Comité Organizador del Congreso y le corresponden, junto con esta Secretaría General, las responsabilidades inherentes a tan importante evento” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 217). E, de acordo com os Estatutos da CAL, esclareceu Rafael Rodriguez a Barbieri Filho, “**los delegados pagarán el importe de su pasaje ida y vuelta a la ciudad sede del Congreso y el Comité Organizador pagará los gastos de estancia de ellos durante los días arriba mencionados**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 217, grifo meu).

Isto é, os gastos com a hospedagem dos delegados do II Congresso da CAL-Pública caberiam à SEPES. Em um dos anexos da carta de 30 de outubro de 1973, o secretário geral da CAL acrescentou algumas informações ao presidente da SEPES, o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL, que deveriam ser retransmitidas, no formato de diretrizes, aos demais delegados do conclave anticomunista. Nessas orientações, reiterou-se a preocupação da CAL em se concentrar menos em *discussão teórica* e mais na *proposição prática* das resoluções e planos anticomunistas a serem debatidos e aprovados, em janeiro de 1974, no Brasil. Barbieri Filho, portanto, foi incumbido por Rafael Rodriguez de repassar aos congressistas as seguintes diretrizes:

**Se solicita la elaboración y envío de los proyectos de resolución y planes de acción** que, como temário del Congreso, serán sometidos a las Comisiones y al Pleno del II Congreso de la CAL. Durante los Congresos de la CAL, según disposición de sus Estatutos, **debe dedicarse la mayor parte del tiempo a la elaboración de planes concretos de actividades en contra del comunismo y de sus cómplices en sus distintas manifestaciones y en apoyo de los Gobiernos y organismos que luchan contra la subversión comunista, evitándose lo más posible los discursos y los estudios doctrinales y teóricos** cuya elaboración debe ser realizada por parte de otras dependencias (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 220, grifo meu)

Ou seja, mais uma vez, a CAL apelou aos participantes de seu II Congresso público para que evitassem “lo más posible los discursos y los estudios doctrinales y teóricos” e, em especial, instruiu que “**las Comisiones deliberarán solamente sobre proposiciones de planes de acción, por lo que todos aquellos trabajos que se refieran a estudios doctrinarios o teorías en general pasarán a formar parte del fondo documental del Instituto de Investigaciones sobre el**

**Comunismo que la CAL tiene proyectado instituir**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 221, grifo meu). O anexo da carta de 30 de outubro do dirigente teco, ademais, reduziu para 10 as 16 Comissões inicialmente previstas na carta de 22 de outubro de 1973. Assim, informando que “todos los delegados deberá participar en el Congreso como miembros del Pleno y de aquella Comisión más concorde con las actividades anticomunistas que realizan”, o secretário-geral Rafael Rodriguez definiu que **“las Comisiones que habrán de integrarse en el II Congreso de la CAL son las siguientes”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 220, grifo meu):

**1. Comisión de Organizaciones Cívicas Anticomunistas. 2. Comisión contra la subversión en Universidades y escuelas. 3. Comisión de lucha contra el clero comunista y subversivo. 4. Comisión de Prensa. 5. Comisión Mixta de Radio, Televisión, Editoriales y Librerías. 6. Comisión Mista de Empresarios y Propietarios Agrícolas. 7. Comisión Mixta de Obreros, Empleados y Trabajadores del Campo. 8. Comisión de Ciencia y Arte. 9. Comisión Plenaria. 10. Comisión de Presupuestos y Auditoría** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 220, grifo meu)

A “missão” de cada uma dessas Comissões do II Congresso da CAL-Pública seria estudar as propostas de ação e resoluções enviadas pelos congressistas ou por membros da CAL que, mesmo ausentes, poderiam enviar proposições “con la finalidad de concluir en resoluciones prácticas que resuelvan los problemas que plantean el comunismo y sus cómplices” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 220). Para tanto, a secretaria geral da CAL sugeriu, “como temas para todos los delegados, aplicables a su respectiva Comisión, los siguientes”:

**1. Elaborar planes de acción para impedir que los Estados de la América Latina caigan en poder del comunismo, combatiendo al socialismo marxista en todos los órdenes y en todos los lugares hasta obtener su derrota final. 2. Elaborar planes de acción para ayudar a los Gobiernos y a las organizaciones sinceramente anticomunistas en los esfuerzos que realicen para extirpar la subversión comunista en todos sus aspectos. 3. Elaborar planes de acción que conduzcan a la realización próxima de los fines de la CAL, que son los enunciados en el punto primero de la Carta de Principios** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 220, grifo meu)

Ao final do anexo de sua carta de 30 de outubro de 1973, o secretário-geral Rafael Rodriguez solicitou que as organizações e indivíduos convidados ao II Congresso da CAL-Pública enviassem, com urgência, suas propostas de resolução e ação à “Secretaría Geral, con copia al Comité Organizador del Congreso [i.e., a SEPES], a más tardar el día 15 de Diciembre, por correo aéreo registrado”, recordando que “las oficinas de la CAL se encuentran en Av. Las Américas, 132, Guadalajara, Jalisco, México, y que el Comité Organizador recibe su correspondencia en: Caixa Postal 20.740, Shopping Center Iguatemi, São Paulo, Brasil”

(BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 221). A urgência do envio antecipado das propostas de resolução e ação ao II Congresso da CAL-Pública se justificaria para que fosse possível completar o preparo dos “materiales de cada Comisión y para que haya tiempo de traducirlos, puesto que todos los documentos del Congreso serán impresos en portugués y en español que son las lenguas oficiales del mismo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 221).

Outro documento distribuído e circulado pelo Sistema Nacional de Informações (SISNI) da ditadura militar brasileira demarcou o passo a passo do “Programa Básico” do “II Congresso da CAL”. Nele foram previstos, para o dia 23 de janeiro de 1974, a “chegada das delegações” pela manhã, o recebimento das credenciais pelos congressistas à tarde e a “reunião das lideranças” e a “formação das Comissões” à noite. Para o dia 24, previram-se a realização do “trabalho das Comissões”, na manhã e à tarde, e a celebração da “sessão solene de abertura” à noite. O dia 25 inteiro estaria reservado para o “trabalho das comissões”. Para o dia 26 foram previstas uma sessão de “trabalho das Comissões”, manhã e tarde, e a “sessão solene de encerramento com cocktail de confraternização e apresentação de conjunto folclórico”, à noite. Por último, pela manhã do dia 27 de janeiro, planejaram-se a sessão dos “trabalhos finais” e a “reunião das lideranças”. O Programa Básico do II Congresso da CAL-Pública registrou, enfim, que “as refeições serão no **Club Piraquê**”, “as sessões solenes de abertura e encerramento no **Hotel Copacabana**”, Salão Dourado, e as reuniões das Comissões da CAL transcorreriam “em salas de aula” do **Colégio André Maurois** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 223).

Outro documento, depositado nos *Archivos del Terror* do Paraguai, especificou as “Responsabilidades” da SEPES na logística do “II Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana”. Segundo esse registro, “el SEPES para atendimento de los Srs. Congressistas, durante el Congreso, se responsabilizará por lo que sigue abajo: TRANSPORTE. Traslado-Aeropuerto al Hotel; Hotel-Colégio André Maurois; Colégio-Club Piraque para refeiciones; Club Piraque-Congreso; Congreso-Hotel; Hotel al Aeropuerto (por ocasión de su salida)” (CDyA: R00108F1717). Além dos encargos com o transporte dos delegados da CAL, a SEPES também se responsabilizaria pelas “DIÁRIAS EN LOS HOTELES. Las diárias en los hoteles seran pagadas por los organizadores del Congreso, cubriendo solamente la diária en se con desayuno. Cualquier despesa extra (servicios de bar, etc.) queda por cuenta del congresista. Las despesas de llamadas telefonicas de larga distancia, internacionales o nacionales, quedará por cuenta del huésped”

(CDyA: R00108F1717). O documento em questão, além de fornecer uma lista de “direcciones útiles”<sup>549</sup>, informou aos congressistas que a SEPES lhes forneceria um “boletín de informaciones” e que as credenciais do II Congresso da CAL-Pública deveriam ser retiradas “el día 23, de los 9 A.M. en adelante, en el Hotel San Francisco” e que “los congresistas que no saquen las credenciales en el día 23, deberá hacerlo en el día 24, en la Secretaria del Congreso en el Colégio Andre Maurois” (CDyA: R00108F1718).

---

<sup>549</sup> “Hotel Glória (Calle Russel, 632), Hotel San Francisco (Calle Visconde de Inhaúma, 95), Hotel Presidente (Calle Pedro I-Cruzamento con Av. Chile), Colégio Andre Maurois (Calle Visconde de Albuquerque, 1325) e Club Piraque (Calle Borges de Medeiros, 345)” (CDyA: R00108F1718).



00108F 1717



II CONGRESO DE LA CONFEDERACION ANTICOMUNISTA LATINOAMERICANA  
II CONGRESSO DA CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINOAMERICANA

RESPONSABILIDADES

El SEPES para atendimento de los Srs. Congressistas, durante el Congreso, se responsabilizará por lo que sigue abajo:

TRANSPORTE

Traslado - Aeropuerto al Hotel  
Hotel - Colégio André Maurois  
Colégio - Club Piraque para refeiciones  
Club Piraque - Congreso  
Congreso - Hotel  
Hotel al Aeropuerto (por ocasión de su salida)

DIÁRIAS EN LOS HOTELES

Las diárias en los hoteles seran pagadas por los organizadores del Congreso, cubriendo solamente la diária en sê con desayuno. Cualquier despesa extra (servicios de bar, etc.) queda por cuenta del congresista.

Las despesas de llamadas telefonicas de larga distancia, internacionales o nacionales, quedarán por cuenta del huésped.

SEDE DE LA CAL:  
AV. LAS AMERICAS, 132  
GUADALAJARA, JALISCO, MEXICO

SEDE DO SEPES:  
CAIXA POSTAL 20.740  
SHOPPING CENTER IGUAQUEMI  
SÃO PAULO - SP - BRASIL

*Figura 245.* Documento depositado nos Archivos del Terror stronista e que informa as responsabilidades da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, na logística do transporte e no custeio das diárias dos delegados do II Congresso da CAL-Pública, realizado, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1974. FONTE: CDyA: R00108F1717.

5.5.2. *Quem-é-quem: “Entidades y Personalidades” convidadas e alguns confirmados*

Hoje se encontra depositada no Arquivo Nacional do Brasil, felizmente, uma “**Lista de Entidades y Personalidades Invitadas al II Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana**”. A partir dela, mesmo que não seja possível determinar quais organizações e personalidades de fato participaram do II Congresso da CAL-Pública, é possível reconstituir com ela, contudo, o arco dos aliados desse braço político-militar da WACL na América Latina. Essa lista não contém propriamente o *Quem-é-quem* dos organizadores ou mesmo dos membros da CAL, embora inclua alguns destes. A lista configura, isto sim, o rol das “entidades e personalidades convidadas”; muitas delas, depois, integrariam esse grupo latino-americano de confederados anticomunistas. Feitas essas ressalvas, importa arrolar a íntegra dessa lista deveras reveladora das entranhas das redes e conexões transnacionais da CAL.

Constaram dessa lista “Entidades y Personalidades” de 18 países da América Latina. Da Guatemala, convidaram-se o *Movimiento de Liberación Nacional*, o diário *El Gráfico*, o semanário *Alerta*, de Augusto Mulet-Descamps, o engenheiro Manuel Ayán Cordón (reitor da Universidad Francisco Marroquín), Ricardo Meillón Pinel, a *Asociación Nacional de Agricultores*, a *Cámara de Indústria* e a *Cámara de Comércio* (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 225). De El Salvador, convidaram-se a *Organización Democrática Nacionalista* (ORDEN), na figura do deputado Adolfo Cuéllar, o diário *La Prensa Gráfica* e Salvador Jiménez Molina, secretári-geral da *Federación de Trabajadores de Alimentos*. Da Nicarágua, convidou-se Francisco Buitrago Martínez, secretári-geral do *Comité Anticomunista Nicaraguense* (CACN)<sup>550</sup>. Da Costa Rica, convidaram-se o *Movimiento Costa Rica Libre* (MCRL) na figura de seu secretári-geral Bernal Urbina Pinto, o diário *La Prensa Libre* na figura de seu diretor Andrés Borrásé, o diário *La Nacion*, de Guido Fernández, e Liana González de Odio, presidente do *Comité Cívico de Mujeres Costarricenses* (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 225).

De Cuba foram convidados ao II Congresso da CAL-Pública Andrés Nazario Sargen e Armando Pérez Roura, respectivamente, secretári-geral e dirigente do grupo anticastrista do exílio Alpha 66, bem como o tenente Adalberto Menck Sotolongo. Da República Dominicana, foi convidado Tomás Reyes Cerda, diretor do diário *El Tiempo* (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 229). Do México, advertindo o redator da lista sob análise que “otras entidades mexicanas

---

<sup>550</sup> Como visto nos CAPÍTULOS 3 e 4, Francisco Buitrago Martínez participou do III Congresso da CIDC de 1957 no Peru e das Conferências da WACL de 1967 em Taiwan (I), de 1970 no Japão (IV) e de 1971 nas Filipinas (V). Na V Conferência da WACL, em Manila, foi encarregado de apresentar o Informe sobre a América Latina.



confirmarán más adelante su participación”, convidaram-se, todos da FEMACO, Humberto Dávalos H. (“El Promotor de la Organización Latinoamericana de la WACL” em 1972), Jorge V. Medina e Ramón Rodríguez, diretor da FONEL, da *Réplica*, a revista oficial do “Capítulo” mexicano da WACL/CAL, e irmão do secretário-geral da CAL Rafael Rodriguez (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 230).

Do Panamá, foi convidado Arístides de Obaldía, presidente del Comité Anticomunista Panameno. Da Colômbia, convidaram-se o tenente-coronel Alberto Lozano Cleves, presidente do Instituto Bolivariano e da *Sociedad de Amigos de China Nacionalista*, Luis Duque Gómez, reitor da Universidad Nacional, Tulio Cuevas, secretário-geral da *Unión de Trabajadores de Colombia*, Horario Gómez Aristizábal, presidente da Academia Hispanoamericana de Letras, padre Luis J. Torres Gómez, reitor da Universidad de Santo Tomás, Jaime del Corral, os diretores dos diários *El Siglo* e *La República* e, enfim, o monsenhor Carlos Vargas Umana, abade da Basílica de Monserrate (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 226). Da Venezuela, enviaram-se convites ao deputado Germán Borregales, presidente do *Movimiento de Acción Nacional*, a Luis Felipe Bellorín, presidente da *Organización Nacional de Periodistas Democráticos*, a Félix Martínez Suárez e a Rolando Blanco, presidente do *Instituto para la Defensa Activa de la Libertad* e diretor do periódico *El Obrero* (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 226). Do Equador, foram convidados o embaixador Cristóbal Bonifaz Jijón e Eloy G. Solano Sevilla, da *Federación Nacional de Economistas del Ecuador* (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 226). Do Peru, convidaram-se Carlos A. Bambarén, diretor da *Crónica Médica* e os diretores dos diários *La Prensa* e *El Comercio* (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 227).

Do Chile, constaram da lista de entidades e personalidades convidadas ao II Congresso da CAL-Pública Américo León Vilarín Marín, integrante do grupo armado de ultradireita *Patria y Libertad* e presidente da *Confederación de Transporte Terrestre*<sup>551</sup>, Juan Jara Cruz, também da

---

<sup>551</sup> Vilarín Marín fora um dos artífices das greves patronais do transporte contra o governo da Unidade Popular do presidente Salvador Allende. Segundo a jornalista Susana Roja, “el día 9 de octubre de 1972, Chile fue sorprendido por la huelga de los transportistas. La Confederación Nacional del Transporte, presidida en ese entonces, por uno de los dirigentes del grupo paramilitar de ultraderecha ‘Patria y Libertad’, León Vilarín, y que reunía a 165 sindicatos de camioneros, con 40 mil miembros y 56 mil vehículos, decretaron paro indefinido de actividades en todo el país, el cual comenzó a cumplirse, con rigurosidad militar. La huelga, financiada desde EEUU e inserta dentro del denominado ‘Plan Septiembre’, buscaba, según documentos desclasificados de la CIA, ‘poner en práctica una técnica que, bajo un contenido de masas, se basa en el gremialismo de los patrones y en la resistencia civil de la burguesía’. Fue tan planificada, que un día antes del paro, el entonces embajador estadounidense en Chile, Nathaniel Davis, envió un

*Confederación de Transporte Terrestre*, Rafael Cumsille Zapapa, presidente da *Confederación de Proprietarios de Tiendas*, os diretores dos diários *El Mercurio* e *La Tribuna*, assim como Rafael Otero, diretor da revista SEPA (*Primera Publicacion de la Resistencia Democrática*), a *Juventud Universitaria Anticomunista* e os padres Raúl Hasbún, do Canal 13 da TV da Universidad Católica, e Oswaldo Lira (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 227). Da Argentina, convidaram-se Nicolás Mihanovich, presidente da *Cruz del Sud*, Eugenio Moessner, da *Cruz y Fierro Editores*, Juan Maler, Alberto Boixados, o padre Herve Le Lay, diretor da *La Tradición*, o monsenhor Alejo Pelypenko, Diana Massot, do diário *La Nueva Provincia*, a *Librería Huemul*, professor Carlos A. Sacheri, diretor do *Verbo*, Andrés de Asboth, diretor da revista *Roma*, Carlos Pérez Compagné, presidente do Banco Río de la Plata, Juan Gabriel Puigbó, a *Alianza Libertadora Nacionalista*, a *Alianza Universitaria Nacionalista*, Ismael Haiek, diretor do *Orient News International Service*, o *Instituto de Cultura Clásica Cardenal Cisneros* e o professor Carlos A. Disandro (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 228).

Da Bolívia, foram convidados ao II Congresso da CAL-Pública a Falange Socialista Boliviana, o diretor da revista *Patria Nueva* Hernán Landívar, o embaixador da Bolívia no México Mario Franco<sup>552</sup>, o diretor de *El Diario* Mario Carrasco Villalobos, o diretor da *Radio Altiplano* Jorge Carrasco Villalobos, o diretor do diário *Nueva Jornada*, o professor Guido Alarcón Zegada, da *Legión Boliviana Social Nacionalista*, e o diário *Los Tiempos* e Alfredo Candia (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 228). Do Paraguai, convidaram-se Agustín Rocholl, chefe de redação do diário *Patria*, Joaquín Mas, presidente do Banco de Asunción, Fernanço Arza Encina e o monsenhor Juan Monleón Andreu (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 229). Do Uruguai, foram convidados Martín Gutiérrez, Diego E. Ferreiro, diretor da *Azul y Blanco*, Buenaventura Caviglia Cámpora, diretor da *Editorial del Plata*, a *Agrupación Médica Nacional*, Angel Romay Salvo, Hugo Romay Salvo, diretor do Canal 2 de TV, Ignacio Zorrilla, da Federación Rural, assim como a *Cámara de Industria*, a *Cámara de Comercio* e o diário *El País* (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 229).

---

cable secreto al presidente Nixon donde le informaba que ‘para proteger los intereses de la oposición, la confrontación puede resultar inevitable’. Y así fue” (ROJAS, 2003: 1).

<sup>552</sup> Provavelmente, Mario Franco foi o embaixador boliviano no México referido como um dos participantes da VI Conferência da WACL e da Assembleia Constitutiva da CAL, em agosto de 1972, na Cidade do México.

E, *last but not least*, do Brasil, “además de SEPES, entidad organizadora [do II Congresso da CAL-Pública]”, convidaram-se membros da revista *Hora Presente*, destacando-se seu principal ideólogo – o professor de Direito e *maurrasiano declarado* José Pedro Galvão de Souza –, o padre José Afonso de Moraes Passos (USP?), brasileiro leal aos tecos da FEMACO, o padre Emilio Silva, a Confederação de Centros Culturais e Jader Medeiros (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 230)<sup>553</sup>. A *Hora Presente*, grupo político integrista que demarcou posição em uma revista do laicato e do clero ultracatólico, associou-se à SEPES na inserção brasileira nas redes da WACL e, em particular, da CAL. O padre Charles Antoine, em seu precioso *O integrismo brasileiro* (1980), decifrou que *Hora Presente* ligou-se aos “círculos do Ministério da Justiça” do governo Médici, *entourage* chefiada pelo ministro Alfredo Buzaid. Como visto, esse “ex” integralista, assumindo cargo federal estratégico na ditadura militar, nomeou como seu subsecretário de Pasta Estevam Augusto Santos Pereira, integrante do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e encarregado de convidar jornalistas estrangeiros para participarem do II Congresso da CAL-Pública de 1974 no Rio de Janeiro.

Referindo-se ao nexos *Hora Presente* e Buzaid, Antoine observa que “suas análises sobre os vícios do sistema democrático brasileiro e sobre a significação do regime militar aproximam-se estreitamente das do governo, especialmente das dos círculos do Ministério da Justiça” (ANTOINE, 1980: 58)<sup>554</sup>. A ditadura Médici, de fato, esteve “infiltrada” por integralistas históricos, sendo Buzaid o principal deles. E também a *Hora Presente* estava “infiltrada” de integralistas, ou melhor, foi estruturada pelos quadros remanescentes em atividade do integralismo paulista. Daí as afinidades eletivas que congregaram Buzaid, *Hora Presente* e também a SEPES

---

<sup>553</sup> A Agência Central do SNI também registrou que a SEPES “remeteu convite a Prof. Marise Lourence da UFPR, convidando-a a comparecer ao II Congresso da CAL – Confederacion Anticomunista Latino Americana” (AGO.ACE.4515/83, p. 6).

<sup>554</sup> É total a confluência entre o integrismo de *Hora Presente* e o reacionarismo ultracatólico inscrito na ideologia bonapartista de Alfredo Buzaid, que repaginou seu passado integralista pliniano (CHASIN, 1978) no marco da constelação da Ideologia 64 (RAGO, 1998). Nesse sentido, compare-se o ideário buzaidiano (MACHADO, 2015) com a defesa que fez *Hora Presente*, em seu primeiro número, de setembro-outubro de 1968, da salvação do Brasil “no terreno moral e dogmático, o único capaz, segundo ela, de permitir uma reconstrução nacional conforme o molde ocidental e cristão: ‘Assistimos atualmente ao resultado final da ruptura provocada ao rair da idade moderna pelo racionalismo, pela revolta do homem contra Deus. Com o protestantismo, o homem separou-se da Igreja; com o naturalismo, negou a ordem sobrenatural da graça; com o materialismo, rejeitou explicitamente todos os valores da transcendência; e com o existencialismo, mergulhou na angústia do nosso tempo a ponto de já não saber como livra-se do absurdo’. Não é apenas de fora dque a Revolução mundial assalta a Igreja; agora ela age no seu próprio interior” (ANTOINE, 1980: 60). Os mesmos nódulos ideológicos compuseram a cosmovisão de Buzaid e outros quetais arquivconservadores. Note-se, em outro exemplo, o caso da TFP (LOUREIRO, 2015).

dentro do complexo WACL/CAL. Outro integralista da *Hora Presente*<sup>555</sup>, o desembargador antisemita Italo Galli, integrar-se-ia depois no Conselho Consultivo da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista e de seu órgão político-militar na América Latina.

Por último, terminada a compilação dos nomes das entidades e personalidades convidadas pelos organizadores do II Congresso público da CAL, é preciso reiterar que, de um lado, não foi possível determinar com exatidão quais convidados compareceram ao II Congresso da CAL-Pública de fato. Alguns nomes, porém, puderam ser confirmados a partir da documentação depositada no Arquivo Nacional do Brasil. Esse foi o caso, por exemplo, do jornalista Ismael Haiek, diretor do *Orient News International Service Onis*. Constando entre os argentinos convidados na citada lista, Haiek enviou um telegrama, via Embratel, para a Caixa Postal da SEPES no Shopping Center Iguatemi. O missivista informou ao “Dr. Carlo Barbieri” que, no II

---

<sup>555</sup> “A direção do movimento é composta inicialmente por José Guarany, Marcondes Orsini, José Pedro Galvão de Sousa, Adib Casseb, Clovis Lema Garcia, José Fraga Teixeira de Carvalho, Lauro de Barros Siciliano, Italo Galli, Ruy de Azevedo Sodré e Alfredo Leite. A revista é dirigida por José Orsini, jornalista profissional; Alfredo Leite é o secretário. Mas a personalidade apagada do diretor dá margem à sua substituição, a partir de agosto de 1971, por Clovis Lema Garcia, professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo e diretor da faculdade particular de jornalismo Cásper Líbero; José Orsini passa então para o Conselho de Redação, para dele ser eliminado em dezembro do mesmo ano. Quanto a Alfredo Leite, também jornalista, e membro do Movimento Familiar Cristão, vê-se afastado da revista em outubro de 1970. O líder do grupo é incontestavelmente Adib Casseb, professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo e muito ligado ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid; como este, foi outrora membro do Partido Integralista. José Pedro Galvão de Sousa, ao contrário, não é homem de ação; é o pensador a cuja autoridade se curvam os demais, quer na presidência do Conselho de Redação, quer na elaboração de numerosos artigos da revista e na representação do movimento em encontros internacionais. É professor da Universidade Católica de São Paulo, onde tem a seu cargo a cátedra de Teoria do Estado, bem como da cadeira de Pensamento Filosófico Moderno e Contemporâneo na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero. Autor de numerosas obras sobre o Estado, a crise política brasileira, direito político e corporativismo, é ele maurrasiano declarado e, ademais, frequentador diário de missa. (...) José Fraga Teixeira de Carvalho pertence à magistratura; à função de promotor ele acumula a de professor da Universidade Católica de São Paulo. Italo Galli, juiz do Tribunal de Segunda Instância de São Paulo, é conhecido por sua extrema severidade profissional. Lauro de Barros Siciliano é o único engenheiro do grupo; é também presidente do Conselho Superior dos Veteranos de 1932. Quanto a Ruy de Azevedo Sodré, é professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo; advogado, foi eleito em 1971 presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, geralmente considerado como bastião conservador da magistratura; assim, por exemplo, contrariamente à posição da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro, é partidário ferrenho da pena de morte instituída pelo regime. Entre os colaboradores habituais da revista *Hora Presente* destacam-se os seguintes nomes: Alfredo Lage, que é simultaneamente diretor de Permanência [dirigida por Gustavo Corção]; Gerardo Dantas Barreto, Leonardo Van Acker, Nilo Pereira, Armando Dias de Azevedo, professores universitários; Claudio de Cicco, advogado; Gladstone Chaves de Mello, Pedro Kassab e Luiz Delgado. Alguns eclesiásticos, principalmente jesuítas, trabalham igualmente para a revista: os Padres Paulo Bannwarth, Alfonso Rodrigues, Carlos Beraldo, e o Cônego Emilio Silva. A colaboração do ministro da Justiça consiste na reprodução de alguns dos seus principais discursos: o de 1º de abril de 1970, pronunciado no rádio e na televisão e consagrado aos objetivos políticos da Revolução de 1964, e um sobre o Estado Federal Brasileiro, pronunciado na Escola Superior de Guerra” (ANTOINE, 1980). Para uma análise dos discursos buzaidianos no marco da Ideologia 64 (RAGO, 1998), cf. MACHADO, 2015, 2019

Congreso público da CAL, a “Delegacion Agencia Onis estara compuesta por Ismael Haiek, Director”, e seu “acompañante asesor”, “Alfonso Morata Salmeron, corresponsal Onis Chile” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 232).

O espanhol radicado no Chile Morato Salmeron era um “antiguo amigo de Sergio Onofre Jarpa y recaudador de fondos para la campaña de Jorge Alessandri” (SALAZAR SALVO, 2011: 201). O senador Onofre Jarpa participaria efetivamente do II Congresso da CAL-Pública e da conferência anual da WACL de 1974 nos EUA; Alessandri se integraria ao “Capítulo” chileno da WACL/CAL. Mais importante, sem esbargo, é demarcar que a presença do *corresponsal Onis Chile* na II Conferência da CAL-Pública desvela que a DINA pinochetista provavelmente esteve envolvida nesse entramado de redes transnacionais anticomunistas desde o início. Isso porque **Morata Salmerón era um dos agentes “en la red construida para la DINA por [Enrique] Arancibia [Clavel] en Buenos Aires”** (SALAZAR SALVO, 2011: 200, grifo meu). E este seria um dos operadores transnacionais da Operação Condor, conforme se detalhará no APÊNDICE<sup>556</sup>.

A seu turno, também os bolivianos anticomunistas confirmaram sua participação no II Congresso da CAL-Pública. Em uma carta de 23 de novembro de 1973, timbrada com a inscrição “Liga Mundial Anticomunista, Distrito de Bolivia”, Alfredo Candia G. dirigiu-se ao “Señor doctor

---

<sup>556</sup> Arancibia Clavel era um militante da ultradireita chilena engajado em atos terroristas, primeiro como membro da Ofensiva Nacionalista de Liberación (ONL), “constituída a fines de 1969 en torno al general Roberto Viaux”, e, após a eleição do presidente Salvador Allende, ao lado do Patria y Libertad, que o encarregara “de un grupo de militantes que cometió diversos atentados entre el 5 de septiembre y el 22 de octubre de 1973”. Na Argentina, E. Arancibia Clavel passaria a operar para a rede de agentes e colaboradores da DINA, coordenada pelo coronel Víctor Hugo Barría a partir da Embaixada do Chile, ocultando “sus verdaderas actividades aparentando ser un ejecutivo de la sucursal bonaerense del Banco del Estado de Chile” (SALAZAR SALVO, 2011: 199). “En la red construida para la DINA por Arancibia en Buenos Aires figuraron Germán Vogel-Blaya, ex funcionario de la embajada chilena; Jaime Patricio Arrau y Eduardo Delgado Quilodrán, ambos gerentes de Lan Chile; Mario Iguait Pérez y Nicolás Díaz Pacheco, inculcados en el proceso por el crimen del general Schneider; el argentino Eladio Acuña y el español Alfonso Morata Salmerón (...) Otros dos eran Renato Maino y Francisco Fernández. Los agentes de la DINA y sus contactos se reunían en la joyería Orbis (...), propiedad de Jorge Iturriaga Neumann. Entre los visitantes más habituales destacaban el propio Arancibia. A mediados de 1974, la DINA le informó a ‘Luis Felipe Alemparte’ [seudónimo de Arancibia Clavel] que ‘Luis Gutiérrez’, el apodo que tenía el jefe de las operaciones internacionales de la DINA, se trasladaría a Buenos Aires para una misión especial. Se trataba del mayor Raúl Eduardo Iturriaga Neumann (...), cuya tarea principal era contactarse con miembros del grupo Milicia para que algunos de sus integrantes, previo pago de unos 25 mil dólares, asesinaran al general Carlos Prats. El encargo, sin embargo, no prosperó. (...) Se pensó luego encomendar el trabajo a una banda de croatas neonazis radicada en Montevideo, pero también se desechó aquella posibilidad. Por esos días, en Santiago, durante una breve visita al cuartel general de la DINA, Arancibia Clavel conoció personalmente a Michael Townley [Patria y Libertad], quien ya había iniciado junto al coronel Pedro Espinoza los preparativos de un nuevo plan para suprimir al general Prats. El estadounidense pidió a Espinoza los explosivos necesarios para el atentado. (...) A fines de agosto, la DINA envió a Buenos Aires a un grupo de agentes para que vigilaran a Prats y prepararan todos los detalles que requería el atentado” (SALAZAR, 2011: 200-201).

don Carlo Barbieri, Presidente del Comité Organizador del II Congreso Anticomunista Latinoamericano”. O boliviano informou ao brasileiro que, “a sugerencia e invitación del Profesor Rafael Rodríguez, Secretario General de la Confederación Anticomunista Latinoamericana con sede en Guadalajara, México, nos dirigimos a Ud. para informarle que con mucha complacencia la representación de Bolivia se hará presente en el II Congreso Anticomunista Latinoamericano” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 233). O missivista informou ao presidente da SEPES que “nuestra delegación estará compuesta por las personas siguientes Alfredo Candia G., Hernán Landívar Flores, Mary Arteaga Roja y Antonieta Aliaga, que representan a las principales organizaciones anticomunistas de las ciudades de La Paz y Santa Cruz de la Sierra” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 233). Candia G. mostrou-se confiante, ao final de sua carta, de que o II Congresso da CAL-Pública traria “provechosos resultados y acuerdos para continuar la lucha contra la agresión roja a nuestro continente y deseamos que sea acertada por todos los conceptos la Presidencia de Ud., doctor Barbieri” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 233).

Outra delegação que confirmou sua presença ao II Congresso público da CAL foi a colombiana. Endereçando-se ao secretário-geral da CAL Rafael Rodriguez como “Apreciado amigo”, o tenente-coronel Alberto Lozano Cleves confirmou sua participação “a tal evento en donde me será muy grato encontrarme de nuevo con tan dilectos amigos y para ratificar una vez más la necesidad de que los pueblos amantes de la paz se estrechen más y más y adelanten una fuerte y decidida acción conjunta contra el comunismo, cuyos deseos de expansión en Lationamérica son ambiciosos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 234). Saudando a escolha para o próximo congresso da “bella, admirable y acogedora ciudad de Rio de Janeiro”, o militar colombiano defendeu que “son precisamente las organizaciones como la CAL las que deben coordinar un enérgico movimiento contra quienes hablan de paz y sin embargo, la encarnecen criminalmente, la violan y audazmente la destrozan” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 234). O tenente-coronel informou ao secretário-geral da CAL, enfim, que a delegação da Colômbia ao II Congresso da CAL-Pública “estará integrada por el suscrito y el doctor Horacio Gómez Aristizábal”, lamentando que, “desafortunadamente, el Padre Torres no podrá asistir porque estuvo hace poco en en el Brasil y me manifiesta que le queda muy difícil volver debido a las múltiples

ocupaciones que tiene como Rector de la Universidad” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 234).

Enfim, outro militar da América Latina confirmou sua participação no II Congresso da CAL-Pública de 1974. Tratou-se do chefe da contrainteligência do Equador. Quem “expôs” sua participação no conclave anticomunista no Brasil foi a revista *Réplica*, dos tecos da FEMACO. Em sua edição sobre o evento no Rio de Janeiro, cujo fragmento foi recolhido e circulado pelo SISNI da ditadura militar brasileira, a *Réplica* da FEMACO noticiou que **“el Gobierno Militar de la República del Ecuador, mando al excelentíssimo Sr. Coronel Angel Fernandez Herrera, como representantet de dicho Gobierno, al II Congreso de la CAL”** (ARJ.ACE 8627/83, p. 5, grifo meu). Segundo a *Réplica*, “la entrada del ilustre representante de esta República hermana al pleno del Congreso, provocó una salva de aplausos de todos los congresistas, habiendo tomado asisento en el presidium del pleno, a un lado del distinguido representante del Gobierno de Vietnam del Sur, de los representantes de otros gobiernos latinoamericanos, del Presidente del Congreso, Sr. Carlo Barbieri, del Secretario General de la CAL, profesor Rafael Rodriguez, del Presidente de la Liga Mundial Anticomunista (WACL), profesor Raymundo Guerrero y de otras distinguidas personalidades” (ARJ.ACE 8627/83, p. 5).

O SNI da ditadura militar verde-amarela citou, como um caso de exposição indesejada provocado pelos tecos da FEMACO, justamente, “o ocorrido no Equador, em que seu chefe de Inteligência”, isto é, o Coronel Fernandez Herrera, “foi obrigado a deixar o País, face a publicação constante” da *Réplica* (ARJ.ACE 8627/83, p. 4). Tratou-se, bem se vê, de um “fogo amigo”. A imoderação dos tecos da FEMACO/*Réplica* não apenas noticiou a participação do coronel “chefe de Inteligência” de seu país, mas chegou a publicar sua foto com a seguinte legenda “El gobierno militar del Ecuador manda un representante al Congreso” (ARJ.ACE 8627/83, p. 5). Uma cópia quase ilegível dessa fotografia foi parar nos arquivos da ditadura militar do Brasil, cujos arapongas assinalaram, referindo-se basicamente aos tecos da FEMACO, que “a CAL, habitualmente, tem se utilizado de autoridades ligadas ou pertencentes aos órgãos de segurança de diversos Países, para conseguir favores ou penetração nos altos escalões governamentais” (ARJ.ACE.8627/83, p. 3).



**Figura 246.** “El Gobierno Militar del Ecuador manda un representante al Congreso” (fragmento da revista *Réplica*, publicação dos tecos da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL/CAL). FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. ARJ.ACE 8627/83, p. 5.

Essa imoderação dos tecos da FEMACO, ultradireita alucinada mexicana que se lixou para o procedimento de segurança que desaconselha a exposição pública de chefe de serviço secreto em revista, voltaria a operar em 1975, quando os mexicanos expuseram da mesma forma, na *Réplica*, um dos “capos” da DINA pinochetista no auditório de conferência da WACL no Brasil.

### 5.5.3. *Encontros e objetivos secretos da SEPES no II Congresso da CAL-Pública: um protótipo da Condor?*

Em um memorando da SEPES, de dezembro de 1973, isto é, no marco dos preparativos para o II Congresso da CAL-Pública de janeiro de 1974, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL deixou registrado sua auto-imagem ideológica e, mais importante, planejou a realização de alguns encontros secretos dentro do conclave anticomunista pré-agendado. Quando ao ideário oficial da



SEPES, ela demarcou em referido documento que vinha atuando “em atividades de preparação e apoio a grupos dirigentes que se proponham a **uma luta permanente, não apenas de combate ao Marxismo, como principalmente de uma formação autêntica em termos da moral Ocidental**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 175). Portanto, no ideário oficial, a SEPES seria um plantel de “cruzados” anti-marxistas em nome da civilização cristã-ocidental. Demarcou-se, então, que a SEPES, “dentro de sua área internacional, participou dos Congressos realizados no México em agosto e setembro de 1972” e que, “em consequência de sua participação no [VI] Congresso da Liga Anticomunista Mundial, foi convidada a participar da constituição da Confederação Anticomunista Latinoamericana” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 175).

Já se analisou que, depois da VI Conferência da WACL na Cidade do México, no final de agosto de 1972, a SEPES participou da subsequente Assembleia de Constituição da CAL. Elias Jorge Tambur representou a entidade na capital mexicana em agosto e no começo de setembro, a convite da FEMACO, viajou a Jalisco para visitar o “quarte-general” dos tecos: a Universidade Autónoma de Guadalajara (UAG). Ao retornar ao Brasil, redigiu um longo relatório ao então presidente da SEPES – o industrial Alfredo Weiszflog, herdeiro proprietário da gigante do papel e celulose. A partir dessa documentação da SEPES, pode-se descobrir que já tinham sido “pre-agendadas” para o II Congresso da CAL-Pública “**várias atividades não oficiais, entre as quais destacam-se**”:

1. Reunião paralela de empresários e jornalistas, em número aproximado de 20, para os quais se está preparando um trabalho sobre a atual situação do Brasil e também da infiltração Marxista nos órgãos de imprensa. Pretendemos tirar deste grupo, um acordo de apoio recíproco entre os órgãos de imprensa não Marxista, de luta permanente contra as falsas notícias divulgadas sobre os Governos Anti-Comunistas, particularmente pretende-se um apoio dos mesmos ao Brasil. 2. Institucionalização e aperfeiçoamento de um sistema permanente de troca de dados e informações sobre: a) Atividades Antinacionais feitas no Exterior. b) Atuação do M.C.I. [Movimento Comunista Internacional] (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 175, grifo meu)

Importa destacar que o ponto 1 “pré-agendado” para ser debatido em reunião secreta dentro do II Congresso público da CAL de 1974 já constituía um motivo de preocupação, ao menos desde 1970, por parte da ditadura militar brasileira. E, por isso, foi a serviço do general-presidente E. G. Médici que seu ministro da Justiça Alfredo Buzaid planejara contratar “um corpo de jornalistas ortodoxamente revolucionários” – isto é, contrarrevolucionários – para defender a ditadura militar

verde-amarela<sup>557</sup>. No mesmo sentido das preocupações resumidas no ponto 1 da pauta da reunião secreta prevista para janeiro de 1974, Buzaid já havia coordenado, em 1970, a elaboração do assim chamado “Livro da Verdade” (ou “Livro Branco”), a principal peça do desmentido oficial do governo Médici que, embora impublicável, acabou matrizando a “resposta” militar às denúncias por seus crimes de Estado e de lesa-humanidade<sup>558</sup>.

A pauta mais importante, contudo, foi aquela inscrita como ponto 2 das “várias atividades não oficiais” previstas para acontecerem no II Congresso da CAL-Secreta de 1974, em janeiro, no Brasil. Destacou-se, assim, que essas atividades não-oficiais, secretíssimas, além do tópico abordado no ponto 1, deveriam abarcar: **“2. Institucionalização e aperfeiçoamento de um sistema permanente de troca de dados e informações sobre: a) Atividades Antinacionais feitas no Exterior. b) Atuação do M.C.I. [Movimento Comunista Internacional]”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 175, grifo meu). Mas esse objetivo secreto de institucionalizar e aperfeiçoar *um sistema permanente de troca de dados e informações* “antissubversivo” não coincidiria em gênero, número e grau com um dos eixos estruturantes da futura Operação Condor, pactuada no final de 1975 no Chile de Pinochet, no final de 1975, pelas ditaduras militares de Segurança Nacional da América do Sul?

Ao tema se retornará depois, sendo oportuno reforçar apenas, por ora, que a orientação inscrita no item 2 da pauta das “várias atividades não oficiais” previstas para o II Congresso da CAL-Pública reiterou um ponto definido durante o II Congresso da CAL-Secreta, em meados de 1973, na cidade Presidente Stroessner, Paraguai. Ali já se havia planejado a necessidade de

---

<sup>557</sup> Em documento inédito, resgatado pelos jornalistas Rubens Valente e Matheus Leitão, o “preclaro juriconsulto” da ditadura Médici esclareceu ao general-presidente de plantão: ““O ministério está preparando um corpo de jornalistas ortodoxamente revolucionários, que escreverão artigos de doutrina, sueltos [comentários sobre assunto do dia], notas e demais publicações, a fim de serem distribuídos aos jornais, estações de rádios e emissoras de televisão. Outros intelectuais se ocuparão de peças de teatro, de fundo moral e patriótico, criticando construtivamente os males da sociedade, de modo a competir com as peças obscenas e dissolventes, que tendem a destruir os valores éticos da família brasileira. Buzaid tomou providências para remunerar os autores: ‘O pagamento a esses intelectuais será efetuado por organização particular, já em curso de formação na cidade de São Paulo’. A documentação localizada não indica quem eram os jornalistas e intelectuais e qual organização os pagaria” (VALENTE; LEITÃO, 2013).

<sup>558</sup> Esse livro seria encontrado, décadas depois, pelo historiador Carlos Fico junto ao acervo remanescente da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ). Chamando atenção aos casos mais escabrosos de graves violações de direitos humanos perpetrados pelos militares entre 1964-70, optou-se por não publicar o “Livro da Verdade”, cujo texto datilografado descoberto por Fico apresenta marginais feitas por Buzaid indicando correções na redação dessa obra negacionista da administração Médici. Cf. MACHADO, 2015; e, para uma síntese do impublicável livro negacionista, cf. MACHADO, 2016b.

“establecer un sistema regular de información confidencial para el intercambio de datos entre las organizaciones nacionales miembros de la CAL” (CAL *apud* CVJ, 2004: 276).

Previendo que, no II Congresso da CAL-Pública de 1974, “teremos a participação de 150 a 200 pessoas, do Brasil e do Exterior”, depois de ter-se advertido para a necessidade de criar referido sistema de intercâmbio anticomunista transnacional, a SEPES destacou que a CAL, nesse projeto, não pretenderia “firmar uma hierarquia sobre as Entidades participantes, mas sim **conseguir (...) fiéis aliados que amanhã e sempre, ao igual a[o que] outros Continentes já vem fazendo, nos deem apoio quando de nossas necessidades de informações, atuações e propaganda no Exterior**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 176, grifo meu). Note-se, pois, que esse *know-how* da CAL traria consigo a experiência da WACL e, em especial, a *expertise* da APACL que era pioneira em operar, na Ásia, um sistema de coordenação repressiva regional para atender às *necessidades de informações, atuações e propaganda no Exterior* de suas organizações membros e de seus governos associados. Agora, desde 1972, seria a hora e a vez do órgão regional da WACL na América Latina ajudar a estrutura um eixo repressivo capaz de coordenar referido sistema “antissubversivo” de intercâmbio de dados e informações. De acordo um registro feito às vésperas da inauguração do II Congresso da CAL-Pública de 1974, a SEPES, a organização anfitriã do conclave anticomunista em questão, garantiu que “**a importância do evento não será, pois, apenas [a] de um conagraçamento e melhor conhecimento entre Organismos Democráticos em outras áreas do Continente, mas sim, o início de trabalhos permanentes e relacionamento destas Organizações para fortalecimento do Brasil no Sistema Latino-Americano, em nível de Organizações Privadas**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 176, grifo meu).

Enfim, esses encontros secretos “pré-agendados” para ocorrerem no II Congresso público da CAL não poderiam ter sido um dos protótipos daquelas conexões repressivas regionais que seriam formalizadas, pouco mais de um ano depois, ao final de 1975, no Chile de Pinochet? A CAL não poderia ter servido como um protótipo ao vindouro Plano Condor, fornecendo-lhe um plantel de cogestores da ultradireita latino-americana e global, na terminologia sepista, uma plataforma de *Organizações Democráticas* – anticomunistas – que poderiam fortalecer o Brasil *no Sistema Latino-Americano, em nível de Organizações Privadas*?

#### 5.5.4. Rio de Janeiro, 1974: inauguração do II Congresso da CAL-Pública

Finalmente, depois de inaugurado o II Congresso da CAL-Pública em janeiro de 1974, ultrapassou-se a casa dos 200 participantes. Em matéria de 25 de janeiro, o jornal *O Estado de São Paulo* (OESP), por exemplo, cravou que “participaram da reunião cerca de 209 delegados de 19 países latino-americanos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 166). Já o *Jornal do Brasil* (JB), em matéria de 23 de janeiro intitulada “Congresso combate comunismo”, assinalou que 205 indivíduos participaram do conclave anticomunista, detalhando que “o objetivo do congresso, que reúne 105 representantes estrangeiros e 100 brasileiros, é traçar planos de ação conjunta para o combate à infiltração comunista nos diferentes meios da vida pública internacional” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 168). *OESP* noticiou que “os trabalhos foram presididos por Carlo Barbieri Filho, presidente da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, que organizou o congresso, em conjunto com a Confederação Anticomunista latino-Americana” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 166). Destacou-se ainda que, “com a leitura de mensagens dos presidentes Augusto Pinochet, do Chile, Arturo Molina, de El Salvador, e Alfredo Stroessner, do Paraguai, foi instalado ontem, nos salões do Copacabana Palace o II Congresso da Confederação Latino-Americana Anticomunista” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 166).

Os ditadores do Chile, do Paraguai e de El Salvador não foram os únicos chefes de Estado que enviaram mensagens de apoio ao II Congresso da CAL-Pública. Se o ditador de Taiwan, o generalíssimo Chiang Kai-shek, era um dos animadores e financiadores da Liga Mundial Anticomunista, nela empregando como preposto um dos principais hierarcas do Comitê Central do Kuomintang – Ku Chen-kang – como um congresso do braço político-militar da WACL na América Latina passaria despercebido pelo *generalíssimo*? E assim foi. Chiang Kai-shek enviou uma mensagem de congratulações aos anticomunistas latino-americanos da WACL reunidos no primeiro mês de 1974 no Rio de Janeiro, Brasil. O *generalíssimo*, por intermédio de seu secretário geral, saudou todos os congressistas na pessoa de Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES e organizador ostensivo do II Congresso público da CAL. O telegrama do ditador assinalou que:

**El Presidente de China Nacionalista hace votos por el éxito del II Congreso de la CAL. El Generalísimo Chiang Kai-Shek, Presidente de China Nacionalista, por conducto de su Secretario General, Sr. Cheng Yin-Fun, mando al Doctor Carlo Barbieri, Presidente del II Congreso de la CAL, un telegrama en el que agradece a la CAL el apoyo que ha brindado a la lucha contra el comunismo realizada por el regimen del propio Generalísimo Chiang Kai-Shek, quien además notifica por medio de ese**

telegrama, a todos los congresistas sus mejores deseos por el exito de sus actividades (ARJ.ACE 8627/83, p. 5, grifo meu)

Além dos ausentes presentes que enviaram telegramas de saudações à CAL, o *JB* salientou que “entre os conferencistas estão o Bispo de Diamantina, D. Geraldo [Proença] Sigaud, e o Sr. Gustavo Corção” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 168). Ao lado desses dois baluartes do arqui-conservadorismo católico, o *JB* informou que também “participaram da reunião mais de 30 diretores de órgãos de imprensa, 10 reitores de universidades, ministros, deputados e senadores, entre os quais um dos líderes civis da revolução chilena<sup>559</sup>, Senador Sérgio [Onofre] Jarpa” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 168). Já a *Folha de São Paulo* (FSP), em 24 de janeiro de 1974, noticiou o conclave da extrema-direita em uma pequena nota intitulada “Buzaid abre reunião anticomunista no Rio”. **“O ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, presidirá às 21 horas de hoje no ‘Golden Room’, do Copacabana Palace 2, sessão solene de abertura do II Congresso da Confederação Anticomunista Latino-americana que reunirá até o próximo dia 29 cerca de duzentos líderes anticomunistas da América Latina”** (FSP, 1974: 5, grifo meu). Segundo a *FSP*, a delegação do Chile enviada ao II Congresso da CAL-Pública incluiu membros-chaves da ditadura pinochetista, entre eles, **“o chefe do gabinete da Junta Militar chilena, Gustavo Leigh Guzman e seu irmão Herman Leigh Guzman, também integrante da Junta”**, **“o ex-deputado Gustavo Alessandri”** e **“o senador Sergio Onofre Jarpa, ex-presidente do Partido Nacional do Chile, que durante o governo de Salvador Allende comandou a oposição no Congresso chileno”** (FSP, 1974: 5, grifo meu).

Não se limitando ao envio de mensagem de apoio, o presidente de El Salvador Arturo Amado Molina também “destacou o embaixador de seu país no Brasil e mais o deputado Francisco Guerrero, secretário-geral do Congresso Nacional, para representar seu país na reunião. O reitor da Universidade Nacional da Colômbia Luis Duque Gomes e Gregorio Spinoza, diretor do jornal ‘El Siglo’ representarão seu país. Da Costa Rica já está confirmada a presença do diretor do jornal ‘Prensa Libre’, Richardo Rochas Vizeni e do jornalista Juan Antonin Sanches Alonso da ‘La

---

<sup>559</sup> A “revolução chilena” referida pelo jornal carioca – a bem da verdade, uma contrarrevolução terrorista – referiu-se ao golpe de Estado que depusera o presidente da República Salvador Allende, do governo da Unidade Popular, em 11 de setembro de 1973. Cercado por ar e por terra pelos militares golpistas do Chile, depois de lutar com arma em punho, Allende suicidou-se no palácio presidencial La Moneda. A SEPES referia-se ao golpe de Estado contrarrevolucionário que depusera Allende como “revolução chilena”.

Nacion’. Da Guatemala, além do diretor do jornal ‘Alerta’, Edmundo Mulete Latour, estará presente o vice-presidente do Congresso Nacional, Heitor Andrade” (FSP, 1974: 5). Nota-se que, se o *JB* informara que “mais de 30 diretores de órgãos de imprensa” participaram do conclave, a pequena nota da *FSP* enumerou alguns deles. E, diante disso, é plausível supor que vingou o esforço do ministro da Justiça Alfredo Buzaid no sentido de convidar jornalistas aliados do congresso, “ortodoxamente revolucionários”, pagando-lhes as passagens aéreas, inclusive, o que foi feito por intermédio de Estevam Augusto Santos Pereira, membro do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

A *FSP* deu destaque à explanação dada pelo “coordenador de imprensa dos países latino-americanos, **Gregorio Cabral**”, que esclareceu que “os objetivos da II CAL são de discutir planos de ação para o comunismo nos diferentes campos de ação em que ele se manifesta, como educação, trabalho, agricultura, associações cívicas e religiosas” (FSP, 1974: 5). Segundo o coordenador de imprensa da CAL, **“o comunismo continua sendo uma ameaça constante na América Latina, que se faz sentir principalmente nos sequestros de pessoas, aviões e nos assaltos a bancos”**, o que antagonizaria “o espírito de liberdade inerente ao ser humano” e comprometeria “o desenvolvimento dos povos do continente”. **‘Algumas pessoas’, acrescenta, ‘acham que tem o direito e outras o dever cívico de se opor a esse estado de coisas, que só serve para deteriorar o ser humano’**” (FSP, 1974: 5, grifo meu)<sup>560</sup>. A *FSP* ainda explicou “o método” do II Congresso público da CAL-Pública. No transcurso deste, seriam formadas **“comissões especializadas**, nas quais **cada membro escolhido por sua ação contra o comunismo internacional é inscrito de acordo com suas funções, conhecimentos e experiências**” e, ao final, **“cada uma dessas comissões redigirá um documento contendo suas conclusões a respeito dos temas debatidos e sugerindo formas de ação na luta anticomunista”** (FSP, 1974: 5, grifo meu). Mais importante, os planos operacionais anticomunistas definidos pelas comissões especializadas “serão depois

---

<sup>560</sup> Também o Ministro da Justiça A. Buzaid defendera que “num Estado de Justiça” – modo como caracterizava a ditadura militar para indicar que teria ocorrido a superação, para atender às novas necessidades de combate ao comunismo, do Estado de Direito liberal – “ninguém pode admitir uma liberdade individual que gere desassossego coletivo, uma liberdade de terroristas que infunda o pânico na sociedade, uma liberdade de facínoras que assaltam a economia alheia, matam guardas, roubam metralhadoras e desafiam a autoridade constituída” (BUZOID *apud* MACHADO, 2015: 426). Para A. Buzaid, igualmente, a “subversão” seria “uma forma de violência que degrada a criatura humana” (BUZOID *apud* MACHADO, 2015: 116).

reunidos num documento final e **colocados à disposição dos governos participantes da Cal e de instituições interessadas**” (FSP, 1974: 5).



**Figura 247.** Circulados, da esquerda para a direita, dom Geraldo de Proença Sigaud (arcebispo de Diamantina), Carlo Barbieri Filho (presidente da SEPES), o então presidente da WACL e dirigente da FEMACO Raimundo Guerrero e o secretário-geral da CAL Rafael Rodriguez. Os últimos dois eram dirigentes dos tecos mexicanos. FONTE: ASIAN OUTLOOK.

Enfim, como resumiu recentemente o historiador norte-americano Kyle Burke, se a ditadura militar não patrocinou oficialmente o evento, isto é, o II Congresso público da CAL, o regime bonapartista “enviou vários de seus oficiais mais graduados para participarem de comitês e fazer discursos” (BURKE, 2018: 66). Além do próprio ministro da Justiça Alfredo Buzaid, que presidiu a sessão solene de abertura do II Congresso da CAL-Pública, na noite de 24 de janeiro, no *Golden Room* do Copacabana Palace 2, os principais militares brasileiros que participaram do conclave “incluíram General Sílvio Frota e Coronel Pedro Braga do Exército e Almirante Joaquim Américo dos Santos e Capitão José Augusto Machado da Marinha” (BURKE, 2018: 256). O general Sílvio Frota era, à época, o comandante do I Exército e o almirante Joaquim Américo dos Santos comandava o I Distrito Naval, jurisdições militares sediadas no Rio de Janeiro. Anos mais tarde, Frota destacou, em suas memórias *Ideais traídos*, que “**o ilustre empresário paulista Carlo Barbieri conheceu-me no tempo em que comandi o I Exército, tornou-se meu amigo e visitou-me numerosas vezes. Tínhamos, e parece que ainda temos, os mesmos pontos de**

**vista sobre os graves problemas nacionais. Admiro-o pela sua coragem e idealismo”** (FROTA, 2006: 591, grifo meu)<sup>561</sup>.

Finalmente, como bem observa Kyle Burke, **“a conferência foi realizada em uma ‘atmosfera de sigilo’, enquanto um guarda armado monitorava de perto as atividades dos jornalistas”** (BURKE, 2018: 66). E não era para menos. Ao longo do II Congresso da CAL-Pública, **“líderes da CAL revelaram seus ‘planos de ação’ para lidar com uma série de inimigos”, definindo e coordenando “esquemas para ‘combater e exterminar a subversão vermelha nas escolas e universidades’ e para combater ‘a propaganda comunista em todos os seus aspectos”** (BURKE, 2018: 67, grifo meu). **“Eles discutiram estratégias para expor e prender comunistas que haviam infiltrado sindicatos de trabalhadores e coletivos de lavradores”** e, no campo religioso, **“condenaram a doutrina católica da Teologia da Libertação, na qual padres se identificam com as lutas dos pobres, como outra forma de ‘subversão comunista”** (BURKE, 2018: 67, grifo meu). Sobre esse último ponto, embora não se tenha conseguido resgatar qualquer documento expressivo da Comissão de Luta contra o Clero Comunista e Subversivo do II Congresso da CAL-Pública, a socióloga argentina Julia Rostica faz a seguinte observação: **“Los sacerdotes que integraban la comisión hicieron una resolución titulada ‘La lucha por las mentes’ que resolvía: ‘recordar e insistir acerca de que, dependiendo fundamentalmente la guerra subversiva de la conquista de las mentes, la erradicación definitiva de la violencia dependerá, en último término, de la capacidad de enfrentar la subversión marxista en el propio terreno de la lucha por las mentes”** (ROSTICA, 2021: 226, grifo meu).

##### *5.5.5. Duas preocupações distintas: a dos arapongas franceses e a da embaixada soviética na Argentina*

---

<sup>561</sup> Frota era o expoente histórico maturado do “gorila” militar brasileiro, um durista na costelação da Ideologia 64 (RAGO, 1998). Em 1979, como ministro do Exército demissionário, Frota protagonizou uma intentona golpista contra Ernesto Geisel, o ditador aperturista assessorado pelo general e ideólogo castellista Golbery do Couto e Silva. Em julho de 1972, assumira o comando do I Exército no Rio de Janeiro e, em abril de 1974, deixou o cargo. Isto é, dois meses depois do II Congresso da CAL-Pública, ostensivamente organizado por Barbieri Filho e secretamente pelos militares. Note-se que Frota, ao mencionar em suas memórias sua amizade com Carlo Barbieri, referiu-se provavelmente a Carlo Barbieri Filho, e não a seu pai, Carlo Barbieri. Pai e filho eram sócios do Banco Aplik.



A realização do II Congresso da CAL-Pública mobilizou a rede de espionagem da polícia francesa infiltrada entre os exilados políticos da América Latina nos “países da Luzes”. A Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) comunicou, às vésperas do conclave de final de janeiro de 1974, “haver recebido do Embaixador do Brasil em Paris comunicação telegráfica informando que **os Serviços Especiais da Polícia Francesa muito agradeceram as informações tão precisas que a Embaixada do Brasil em Paris lhes pode fornecer (nas 24 horas seguintes ao pedido) e aguardam os demais dados a respeito do II CONGRESSO DA CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINOAMERICANA (CAL)**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 169 grifo meu). Mas qual teria sido o motivo da “preocupação” dos arapongas da polícia parisiense com a realização do II Congresso da CAL-Pública no Rio de Janeiro?

A *Informação n.º 195* da DSI/MRE, de 18 de janeiro de 1974, registrara que “**o Embaixador do Brasil em Paris esclareceu que os referidos Serviços Especiais estão interessados em documentar-se sobre a matéria pois a realização de uma reunião anticomunista no Brasil PODE PERFEITAMENTE SER O PRETEXTO PARA UMA MANIFESTAÇÃO CONTRA A EMBAIXADA EM PARIS.** Assim é que devem estar aqueles serviços prontos a mobilizar todo um sistema de segurança do prédio da Chancelaria” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 169 grifo meu). Isto é, os serviços especiais da polícia francesa – os arapongas da *gendarmérie* – temiam que houvesse algum tipo de manifestação dos exilados da América Latina contra a embaixada do Brasil em Paris. Seria estar atento e antecipar-se a eventual manifestação de “esquerdistas”. “Até agora”, assinalou a DSI/MRE, “os informantes da polícia infiltrados nos meios esquerdistas franceses, onde militam também asilados políticos latino-americanos, não registraram nenhuma proposta de organização de uma passeata contra a Embaixada” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 169).

A DSI/MRE assinalou, ademais, que os serviços especiais da polícia francesa acreditavam que, “**dada sua natureza política e o local de sua realização, o mencionado Congresso é o tipo de manifestação ideal para justificar internacionalmente a execução de um plano de ação contra o país que acolhe este Congresso**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 169 grifo meu). A embaixada brasileira em Paris ecoou as preocupações externadas pelos serviços especiais da gendarmeria francesa. A DSI/MRE anotou

que “esclareceu, ainda, a Embaixada em Paris que, no momento em que estão os partidos de esquerda, e, em particular, o PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS, empenhados em desviar a atenção da opinião pública para o que ocorreria em outros países, a fim de contrabalançar as notícias sobre a ‘situação’ dos críticos do regime soviético na URSS, **o projetado Congresso poderá, é muito possível, servir ao Comunismo Internacional, para uma ação, inclusive na imprensa, anti-Brasil**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 169, grifo meu).

O que preocupou a embaixada brasileira em Paris, bem como os infiltrados da polícia francesa entre os exilados latino-americanos na França, foi a possibilidade do “Comunismo Internacional” “explorar” o certame anticomunista para atacar “a imagem do Brasil no exterior”, municiando-se, assim, a campanha “anti-Brasil” que os militares brasileiros procuraram combater. Isto é, a preocupação não foi propriamente com a realização do II Congresso da CAL-Pública no Rio de Janeiro, mas sim com a “propaganda adversa” do “Comunismo Internacional”. Se essas redes policiais, militares e diplomáticas foram acionadas na França, colocadas em estado de alerta e em contato com as autoridades da ditadura militar brasileira, do lado soviético, ao contrário, a preocupação foi com o perfil do próprio congresso anticomunista.

O perfil “macartista” dos participantes do II Congresso da CAL-Pública e sua violenta recusa à *détente* e à *coexistência pacífica* com a URSS mobilizou o serviço de notícias da embaixada soviética em Buenos Aires. O SNI brasileiro recolheu e preservou em seus acervos um boletim jornalístico intitulado *Noticias de la Unión Soviética* e produzido pelo *Servicio Informativo de la Sección de Prensa de la Embajada de la URSS* na Argentina. Um artigo escrito por Leonid Levchenko, “observador de RADIO MOSCÚ”, de 22 de janeiro de 1974, lamentou que o Rio de Janeiro, “cidade maravilhosa”, convertera-se em “el lugar de concentración de todos los anticomunistas del continente”, dando guarida aos “cazadores de brujas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 161). Segundo o soviético, “al aire tropical de Rio de Janeiro parecen mezolarse los vientos de la guerra fría” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 161). Isso justamente no momento em que se colheriam, segundo Levchenko, os frutos dos “esfuerzos de todas las fuerzas pacíficas del mundo” no sentido da implementação de uma “política de coexistencia pacífica, de cooperación pacífica entre los Estados” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 161).

Contrários à *coexistência pacífica* e à política de *distensão* entre URSS e EUA, “los organizadores del ‘congreso anticomunista’, en realidad, parecen advenedizos fantasmas de ‘período frío’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 161). Os organizadores do II Congresso da CAL-Pública “no perciben esos cambios” da Guerra Fria e, observou Levchenko, “no podía ser de otra manera si echamos una ojeada a la lista de los invitados de ‘honor’ al Congreso” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 161). A crítica do observador da Rádio Moscou concentrou-se, especialmente, na figura de **Sergio Onofre Jarpa**, “**uno de los dirigentes principales del Partido Nacional de Chile, politicastro que hizo mucho para preparar en Chile el terreno para el golpe militar, (...) conocido desde hace mucho como acérrimo partidario del fascismo**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 161, grifo meu). Segundo o soviético da Rádio Moscou, Onofre Jarpa, “**en los años de juventud, durante la Segunda Guerra Mundial, posaba gustosamente ante las cámaras con el uniforme de los fascistas chilenos, com la svática en la manga**” e, durante toda sua carreira política no Chile, “**alardeó de odio hacia el Comunismo**” e defendeu a instalação de “**un gobierno ‘fuerte’, que ‘liquidaría’ el marxismo**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 161, grifo meu). Membro da juventude chilena pró-nazista e um fanático anticomunista, arrematou Levchenko, “**por algo Onofre Jarpa fué uno de los primeros que recibieron con aplausos la llegada al poder de la Junta Militar fascista en Chile, que se esfuerza por anegar en sangre el movimiento patriótico en el país**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 162, grifo meu).

Além de centrar fogo nesse senador pinochetista, o boletim da embaixada soviética de Buenos Aires não deixou de registrar que “**entre los invitados al ‘Congreso’ figura Raimundo Guerrero, dirigente de la Federación anticomunista mejicana, que hace varios años fué denunciada en Méjico como una ‘organización de agentes a sueldo de la CIA’**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 162, grifo meu). Além dessas “estrelas” do anticomunismo do Chile e do México, Levchenk destacou outro convidado presente no II Congresso da CAL-Pública: “**el coronel Doh Vang Konh, de Vietnam del Sur, secretario general de la llamada ‘Liga anticomunista de los pueblos de Asia’**. Por lo visto, fué invitado al ‘Congreso’ **para exponer la experiencia del régimen saigonés** en la lucha contra los patriotas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 162, grifo meu). Ao final de sua nota crítica aos “**cazadores de brujas**”, o observador da Rádio Moscou Levchenk teceu algumas considerações

sobre o significado histórico-ideológico da realização dos congressos da CAL em um momento no qual a América Latina estava atravessada por ditaduras militares anticomunistas. Em suas palavras:

Como ven ustedes, al ‘Congreso’ asisten figuras muy ‘relevantes’ del ‘**espectáculo anticomunista**’. Y habría que agregar algunas palabras sobre el propio ‘Congreso’. Como se sabe, tales ‘**Congresos**’ anticomunistas estuvieron de moda en América Latina durante la época de la ‘guerra fría’, pero luego se desacreditaron por completo como instrumento político de los círculos imperialistas en la lucha contra el movimiento de liberación nacional en el continente. Ahora, cuando en varios países del continente se establecieron regímenes anticomunistas, dictatoriales, que se esfuerzan por imponer la doctrina de las ‘**fronteras ideológicas**’ para aplastar al movimiento democrático con la bandera de la lucha contra el comunismo, la convocatoria del ‘Congreso’ en Rio de Janeiro es una especie de **pantalla propagandística de los nuevos planes criminales de la reacción y del imperialismo** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 162, grifo meu)

Se a nota de Levchenko soa ingênua quando defende que a política de coexistência pacífica dos EUA com a URSS teria colocado um fim ao “período frio” da Guerra Fria, seu balanço final, no sentido de que o II Congresso da CAL-Pública de 1974 configurou *una especie de pantalla propagandística de los nuevos planes criminales de la reacción y del imperialismo*, é deveras fidedigno com o significado histórico do evento e o perfil ideológico de seus participantes. Enfim, a ditadura militar do Brasil, que acompanhou de perto essa crítica soviética ao II Congresso público da CAL, ao comentar a nota do observador da Radio Moscou Levchenko, ressaltou que ela “não contém qualquer referência ao Governo brasileiro. As críticas dirigem-se aos organizadores do CONGRESSO e a alguns dos participantes” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 160).

#### 5.5.6. O arcebispo dom Geraldo Proença de Sigaud: “*Estamos em uma guerra religiosa*”

Como adiantado, o discurso de abertura do II Congresso da CAL-Pública foi feito pelo arcebispo de Diamantina, Minas Gerais, dom Geraldo de Proença Sigaud. Este arquiconservador, antigo associado da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e altamente ligado à ditadura militar, versou sobre o tema “**A infiltração marxista na Igreja Católica da América Latina**” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. III grifo meu). Quatro anos depois do II Congresso público da CAL, a *Réplica* – a revista dos tecos da FEMACO – republicou esse discurso de Sigaud. A decisão editorial da *Réplica* justificou-se pelas críticas

contidas na alocução do arcebispo contra a “infiltração comunista” no Conselho Episcopal Latinoamericano (CELAM), então às vésperas de seu terceiro encontro sob o papado de João Paulo II<sup>562</sup>.



*Monsignor Geraldo de Proenza Sigaud, Archbishop of Diamantina, Brazil.*

## MARXIST INFILTRATION IN THE CATHOLIC CHURCH OF LATIN AMERICA

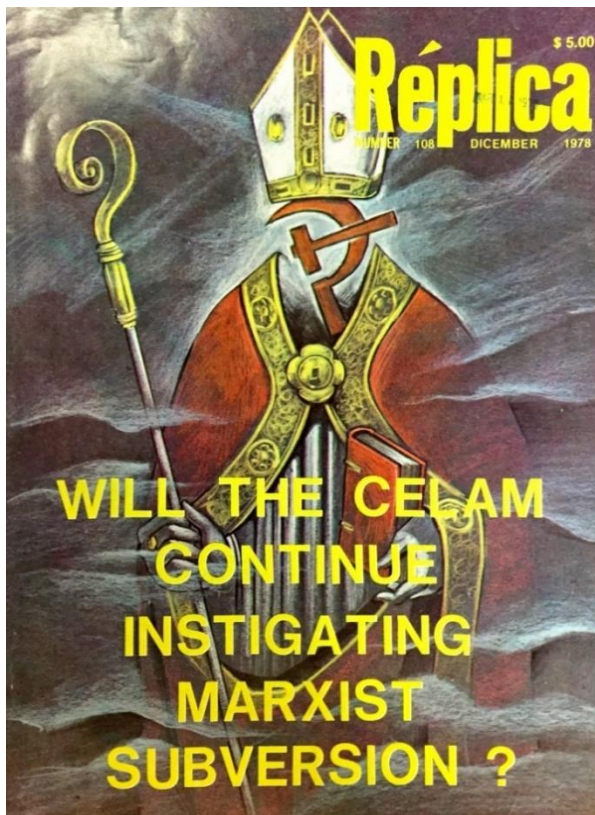
**Figura 248.** “Marxist Infiltration in the Catholic Church of Latin American. Monsignor Geraldo de Proenza Sigaud, Archbishop of Diamantina, Brazil”. Fonte: RÉPLICA, 1978, n.º 109, January, *supplement*, p. 23.

No início de sua intervenção em janeiro de 1974 no Brasil, Sigaud saudou o “espírito de irmandade” entre os latino-americanos, seus laços de “solidariedade” e de “fé cristã”. Enquanto arcebispo da Igreja Católica, optou por conferenciar sobre “o estranho fenômeno da existência de Grupos esquerdistas, comunistas e filo-comunistas nos meios católicos do laicato e do Clero” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. III). A América Latina estaria enfrentando, segundo Sigaud, “o fenômeno inquietante dos ‘Camilos Torres’, sacerdotes de metralhadora na mão, lutando ombro a ombro com comunistas”, “devotos de ‘Che’ Guevara e de [Francisco] Julião”,

---

<sup>562</sup> “Five years ago, at the opening ceremony of the II Latin American Anticommunist Conference-CAL – which took place in Rio de Janeiro, his Excellence, the Archbishop of Diamantina, Dr. Geraldo de Proenza Sigaud, delivered a speech on Marxist infiltration in the Latin American Catholic Church, and particularly on the use of CELAM by the communists. Although ‘Replica’ published the text of that speech at the time, the Editorial Council decided to offer in once more to the readers, because we are on the eve of the III CELAM meeting, which will be inaugurated by Pope John Paul II” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, January, *supplement*, p. 23).

todos exemplares de um novo gênero de padres, perigosíssimo, a saber: “os padres do “Terceiro Mundo”” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. III). Uma vez identificado como alvo os padres *terceiro-mundistas*, Sigaud propusera em seu discurso à CAL “colocar as bases para uma ação eficiente por parte de nossas organizações anticomunistas, da Igreja, de nossas nações e por parte de nossos Governos” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. III).



*Figura 249.* Capa da edição de dezembro de 1978 da *Réplica* que republicou o discurso de dom Geraldo Proença de Sigaud proferido no II Congresso da CAL-Pública de 1974 no Brasil. FONTE: RÉPLICA, 1978, n.º 108, dezembro, *capa*.

O que moveu esse arcebispo aqui-conservador em seu discurso aos delegados do II Congresso público da CAL, segundo ele próprio, seria “o pensamento da nossa **responsabilidade em comum pela segurança de nossos países de origem**, por **nosso amor à Igreja**, nossa mãe, e pela preocupação de contribuir para a solução do (...) **envolvimento dos sacerdotes e católicos leigos no processo de subversão**” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. III). Referida “subversão” encampada pelo laicato e por clérigos católicos não seria fruto de alguma mudança

doutrinária na Igreja efetuada pelo pontificado de João XXIII. O papa em questão, em sua encíclica *Mater et Magistra*, ao propor o conceito de socialização não pretendia, de maneira alguma, que a Igreja Católica caminhasse à “esquerda”, mas, pelo contrário, teria apenas reiterado “a mesma linha do Papa Leão XIII e sua ‘Rerum Novarum’ e de Pio XI e sua ‘Cuadragesimo Anno’”. Ela continua e enfatiza a tese da solidariedade, não mais entre indivíduos, mas entre as nações deste mundo” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. III).

A “socialização” referida na encíclica de João XXIII não significaria, argumentou Sigaud, **“o sentido de passar da iniciativa privada para o controle do estado**, mas no sentido de passar de um fenômeno de pequenos hábitos da vida individual a um amplo campo social” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. III). O “X” da questão residiria no modo como um dado corpo doutrinário trata a questão da apropriação – coletiva ou privada – dos meios socioeconômicos de produção da vida e, quanto a isso, a doutrina da Igreja Católica seria *imutável*. Assim, **“o ponto central de qualquer doutrina social é a posição que toma em relação ao problema da propriedade privada dos meios de produção”** (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. IV) e, nesse sentido, a doutrina de João XXIII seria tão tradicional quanto a de Paulo VI. A encíclica *Pacem in Terris* de João XIII, por exemplo, defendera “o direito à propriedade privada” e a produção de mercadorias como “originados na natureza humana”, isto é, como “uma expressão do Direito Natural”; e as encíclicas *Mater et Magistra* (João XIII) e *Populorum Progressio* (Paulo VI) não modificaram essa doutrina social da Igreja e muito menos alteraram sua **“condenação do socialismo e do comunismo”**.

Depois de garantir à audiência do II Congresso da CAL-Pública que a doutrina social da Igreja Católica mantinha-se *imutável* em sua defesa da propriedade e da apropriação privadas dos meios de produção e em seu antissocialismo e anticomunismo, Sigaud ressaltou, porém, que o pontificado de João XXIII marcaria, para pior, “o começo de uma grande mudança no campo da política diplomática e pastoral”. Isso porque, da política de excomunhão automática dos filiados a partidos comunistas de Pio XII passou-se ao “gesto simbólico” feito por João XXIII de receber a filha de Nikita Krushev e seu marido, respectivamente, Rada Krushev e Alexei Adjubei. Esse encontro teria deflagrado, segundo Sigaud, um série de “trágicas consequências” à Igreja Católica. Porém, o arcebispo de Diamantina não tratou dessas dimensões mais gerais em seu discurso aos delegados da CAL, limitando-se à análise do “fenômeno da infiltração comunista dentro do laicato

e do clero brasileiros”, considerando-o “um assunto prático e oportuno”, ou seja, a partir de suas considerações seria possível deduzir “medidas práticas” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. IV).

De início, Sigaud caracterizou quatro grupos de católicos e leigos que participaram, direta ou indiretamente, do processo de “subversão” na Igreja católica. O primeiro grupo estaria composto por indivíduos “intelectualmente fracos”. Eles não oporiam resistência aos *comunistas* e *subversivos* e considerariam “‘chique’ ser esquerdista”. Esse seria um grupo disposto a seguir a tendência mesmo quando “a moda não é com Deus, e portanto eles pensam, falam e agem como os comunistas”. Muitos milionários e senhoras milionárias da ‘alta sociedade’ pertencem a esse grupo” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. V). O segundo grupo retratado seria o dos “oportunistas”, que acreditariam mais oportuno ficar ao lado dos comunistas por considerarem que estes seriam bem-sucedidos em seu plano de conquista mundial e, portanto, seria “aconselhável” aliar-se com os futuros donos do poder. O terceiro grupo de católicos e leigos colaboradores dos comunistas seria formado pelos “proféticos”, aqueles aliados aos “anti-triunfalistas”, “anti-estruturalistas” e “anti-Constantianians”. Críticos do papel exercido por Constantino no Império Romano, os “proféticos” buscariam “a volta à pureza evangélica” destruindo, para isso, as estruturas hierárquicas e o direito canônico da Igreja Católica. Um retorno à “Igreja das Catacumbas” seria o mote dos proféticos, que veriam no comunismo “um instrumento providencial, capaz de destruir todas as estruturas presentes e dar à Igreja seu ‘status’ evangélico” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. V).

Os “proféticos”, porém, ao não acreditarem na “vitalidade da Igreja” e apostarem em uma aliança com os comunistas, estariam adotando uma postura “suicida”. Contudo, o que mais preocuparia Sigaud seria o quarto grupo, a saber, aquele constituído por clérigos e leigos católicos marxistas e comunistas, particularmente, os chamados “padres do Terceiro Mundo”. Isso porque os padres terceiro-mundistas adotariam uma dupla atitude: “Entre o capitalismo (na forma de neocapitalismo) e o socialismo, eles escolhem o socialismo. Entre métodos pacíficos e legais e métodos violentos e ilegais, eles escolhem a violência” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VI). O arcebispo de Diamantina passaria a analisar, então, alguns documentos que circunscreveu como representativos do movimento dos “padres do Terceior Mundo”. O primeiro deles, proveniente do II Encontro da Pastoral Operária do Sul, realizado em Porto Alegre, em fevereiro



de 1968, teria encampado “uma visão completa do marxismo”, caracterizando como a essência do capitalismo a busca por “lucros e competição, explorando o trabalhador que é considerado apenas como um simples elemento da produção que deve ser mantido ao menor custo possível” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VI). A reunião da Pastoral Operária do Sul teria estabelecido “a tese da teologia da violência: o pecado se cristaliza nas estruturas capitalistas. Essas estruturas constituem ‘pecado’. Ao redimir o homem, Cristo destruiu o pecado; o cristianismo é um inimigo radical irreconciliável do capitalismo” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VI).

Os operários cristãos teriam, assim, “invertido” a doutrina católica que, nas figuras dos papas Leão XIII e Paulo VI, considerava o comunismo como sendo “essencialmente mau” e o capitalismo como “intrinsecamente lícito”, embora capaz de, eventualmente, tornar-se “abusivo”. Na “inversão” dos referidos operários cristãos o “comunismo-socialismo” seria “intrinsecamente bom com a possibilidade de alguns abusos” e o capitalismo seria “intrinsecamente mau, inaceitável sob qualquer forma” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VI). Uma “subversão” completa, portanto, da doutrina católica de Leão XIII e Paulo VI, acusou Sigaud na abertura do II Congresso da CAL-Pública. O II Encontro da Pastoral Operária do Sul teria escolhido ainda o caminho da “violência”, recomendado que os cristãos interviessem “na luta social em favor dos oprimidos e dos trabalhadores” para a “libertação do homem” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VI). E seria apenas uma matéria tática escolher se a libertação se daria por meio de votos, guerra de guerrilhas, disputas eleitorais ou denúncias públicas. A questão estratégica permaneceria a mesma: a “luta revolucionária”, como exigência desse cristianismo *terceiro-mundista*, buscaria a “libertação nacional do imperialismo internacional” e a “socialização e democratização internas contra a desordem externa”. Para tanto, “a mentalidade dos ricos” teria que ser alterada, “com ou contra sua vontade”, e os clérigos e leigos católicos deveriam adotar “atitudes proletárias, modos de vida, vestir e hábitos a fim de formarem a vanguarda das forças revolucionárias” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VI).

“Seria necessário tornar a Igreja proletária”! Esse seria o programa, segundo o arcebispo brasileiro ligado à CAL, do II Encontro de Porto Alegre, que também teria recomendado aos operários cristãos que se aprofundassem no conhecimento do marxismo e do revisionismo cristão. Outra reunião de pastoral operária que caracterizaria a corrente dos “padres do Terceiro Mundo”, avançou Sigaud, fora realizada na cidade mineira de Monlevade. Esses padres terceiro-

mundistas, embora minoritários no interior da Igreja Católica brasileira, constituiriam “um cisto, mais do que um tumor dentro da Igreja” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VII). A reunião pastoral de Monlevade teria chegado a conclusões semelhantes àquelas do II Encontro de Porto Alegre: ““O capitalismo é intrinsicamente mau. O capitalismo carrega a mancha do pecado coletivo””; ““o proletariado deve ser o agente do desenvolvimento ... porque ... é o verdadeiro agente da história””; ““existe uma motivação bíblica para a revolução violenta”” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VII). Isso significaria, para os padres terceiro-mundistas combatidos por Sigaud, que a Bíblia proibiria a propriedade privada. ““As pessoas que são agentes da história devem ser os donos dos seus destinos. Libertação, no sentido bíblico, do pecado e tudo que é desumano. Mas como? Através de organizações operárias fora da Igreja”” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VII).

Para tanto, os padres *terceiro-mundistas* recomendariam que seus seguidores se juntassem aos vários grupos e movimentos políticos já existentes no Brasil, entre os quais, a Ação Popular (AP), o PC, o PCdoB, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a POLOP, a IV Internacional e os grupos remanescentes de Miguel Arraes. Ou seja, ““um padre também pode tornar-se um membro de sindicatos que tenham objetivos revolucionários”” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VII). Sigaud descreveu também à audiência da CAL um terceiro encontro, ocorrido em Recife, sob a organização do padre Michel Marie le Ven, preso na paróquia do Horto em Belo Horizonte, que chegara a conclusões idênticas das duas reuniões operárias “demonizadas” pelo arcebispo anticomunista. O encontro de Recife teria se colocado a favor do socialismo e conclamado pelo fim do sistema capitalista e da propriedade privada sobre os meios de produção e de trabalho. Reivindicações como “salários justos, melhores direitos e mais serviços” teriam sido caracterizadas como “reformistas” e “neo-capitalistas” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VII).

A solução do encontro de Recife que apavorou Sigaud? ““O objetivo da classe trabalhadora é uma sociedade sem classes”” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. VII). Todas essas reuniões de pastorais operárias no Brasil e suas conclusões *radicais* seriam exemplos de um novo e perigosíssimo fenômeno entre a cristandade da América Latina: o surgimento dos assim chamados “Padres do Terceiro Mundo”, cuja liderança teria se reunido na Argentina, às vésperas do encontro de bispos do Consejo Episcopal Latinoamericano (CELAM), ocorrido em Medelim,

Colômbia, em setembro de 1968. Da Argentina, os líderes dos padres *terceiro-mundistas* teriam enviado um conjunto de cartas defendendo o “socialismo” para que fossem lidas na II Conferência da CELAM, reunida para aplicar as diretrizes do Concílio Vaticano II. Denunciando a influência ideológica de padres estrangeiros – sobretudo belgas e franceses – na II Conferência da CELAM, Sigaud atacou os apontamentos enviados aos bispos da CELAM pelo padre belga Joseph Coblím, professor do Instituto de Tecnologia do Recife e perseguido pela ditadura militar brasileira.

Segundo o arcebispo aqui-conservadora, o padre Coblím seria um ícone dos referidos “Padres do Terceiro Mundo” e um defensor do socialismo-comunismo e do emprego da violência para atingi-lo. Afirmando que o padre belga julgaria *natural* que “países subdesenvolvidos que são explorados pela opressão capitalista deveriam olhar para o socialismo” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. X), Sigaud lhe censurou essa posição, contrapondo a “verdadeira” posição da Igreja em relação ao comunismo. Recordou, pois, duas “teses católicas” de João XXIII e Paulo VI, a saber: “1. **A posse privada de meios de produção é legítima.** 2. **O papel do Estado em assuntos econômicos e sociais é subsidiário. Essas duas teses desferem golpes mortais ao socialismo, seja na forma legal ou na forma violenta da ditadura do proletariado**” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. X grifo meu). Enfim, o arcebispo ligado à CAL destacou, contrapondo-se a Coblím, uma lição “antissubversiva” *irrefutável* do papa Paulo VI, que teria rechaçado, na categoria de *crimes*, “a violência e o terrorismo empregados como procedimentos normais para subverter a ordem estabelecida”, resgatando-se um ensinamento do *Osservatore Romano* que condenara, como contrária ao “espírito da Bíblia”, “**a assim chamada Teologia da Revolução**”, que reinterpretaria “Cristo, o reformador e restaurador da consciência humana, como um subvertor das instituições temporais e jurídicas” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. X).

Ao término de seu discurso ao II Congresso da CAL-Pública, Sigaud reiterou que o quarto grupo por ele atacado, o dos padres e leigos católicos que optaram pelo socialismo-comunismo e por seus objetivos e métodos violentos no “Terceiro Mundo”, seria o mais perigoso de todos. Por isso, o clero e o laicato *terceiro-mundista* estariam a exigir uma resposta pronta e eficaz por parte dos governos anticomunistas – isto é, pelas ditaduras militares – da América Latina. “Nossos governos”, defendeu o arcebispo de Diamantina, deveriam lidar com “o problema dos padres subversivos” perguntando a Igreja Católica uma questão crua e grossa: “**A Hierarquia adota o socialismo**” (entendido como “o monopólio pelo Estado dos meios de produção”, “o papel

predominante do Estado no campo econômico e social”, “a abolição do governo legal e o estabelecimento de um governo revolucionário ‘de facto’?” (RÉPLICA, 1978, n.º 109 *supplement*, p. X). “**A Hierarquia aprova a violência como um método social, econômico e político?**” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. X). Se negativas as respostas a essas questões, concluiu Sigaud, “o problema dos padres subversivos” estaria resolvido. Bastaria reprimi-los! Nas palavras de Sigaud na abertura do II Congresso da CAL-Pública:

**Nosso governo deve, além disso, obter a garantia da hierarquia de que os padres e leigos católicos que ensinam tais doutrinas serão punidos e removidos de posições influentes e de liderança e que aqueles que agirem de acordo com estas doutrinas sofrerão as consequências de sua dupla ofensa: contra a Igreja. Contra sua nação.** (RÉPLICA, 1978, n.º 109, 1978, *supplement*, p. X, grifo meu)

“Traidor da Pátria” seria sinônimo de “traidor da Igreja”, e vice-versa, merecendo assim punição exemplar por parte da Hierarquia e por parte das ditaduras militares anticomunistas<sup>563</sup>. Com essas premissas, Sigaud – uma “cruzada” que apoiou a tortura sustentando que “confissões não se conseguem com bombons” – aconselhava a estreita colaboração entre a Hierarquia da Igreja com os governos anticomunistas da América Latina no combate aos padres *terceiro-mundistas* e à “infiltração comunista” no seio do clero e do laicato católicos. A aliança anticomunista Estado-Igreja deveria ser fortalecida no sentido de forjar “uma identidade de visão que é a base para a necessária e tão desejável harmonia de ação” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. X)<sup>564</sup>. Reconhecendo que o assunto por ele abordado seria apenas um dos temas, e nem de longe “o mais grave”, que seriam debatidos pelo II Congresso da CAL-Pública, Sigaud salientou que o temário seria um dos assuntos mais candentes para a CAL. Invocando, ao final, a intervenção do “Espírito Santo” para que iluminasse os trabalhos dos congressistas da CAL, o arcebispo de Diamantina

---

<sup>563</sup> No mesmo sentido, o ministro da Justiça Alfredo Buzaid, que ajudou na organização do II Congresso da CAL-Pública e dele participou, orientou seu chefe, o ditador Médici, no sentido de que “alguns padres comunistas chegaram a bispos” e outros ainda, nas bases, “entraram nos seminários e, sustentando a invulnerabilidade das batinas, mantiveram estreitas articulações com os terroristas. Assim procedendo, **traem a Igreja e a Pátria**” (BUZOID apud MACHADO, 2015: 163).

<sup>564</sup> Novamente coincidindo com Sigaud, Buzaid recomendara ao general-presidente Médici: “O Estado não deve intervir na Igreja, nem aceitar o desafio. Há de mobilizar elementos sadios e fazer com que a luta se desenvolva dentro da própria Igreja, de modo que Bispos e padres apontem corajosamente os que a estão traindo. Sob este aspecto, o Ministério está providenciando um movimento de esclarecimento e mobilização dos espíritos autenticamente católicos, para que salvem a Igreja; organizou uma assessoria religiosa, que está operando junto a esses Bispos e padres, fazendo com que reajam contra o comunismo” (BUZOID apud MACHADO, 2015: 163). Note-se o nexo ditadura militar-Igreja azeitado via Ministério da Justiça na gestão Buzaid, o “preclaro juriconsulto” do general-ditador Médici.

caracterizou a luta anticomunista como uma verdadeira “cruzada” religiosa pelo *cristianismo*, a negação do comunismo: “**Sendo o Comunismo a negação total do Cristianismo, estamos realmente empenhados em uma guerra religiosa**”<sup>565</sup>. Mas nesta guerra estão em jogo a dignidade humana, o Direito, a Família e a Liberdade. Estes são bens porque vale a pena lutar!” (RÉPLICA, 1978, n.º 109, *supplement*, p. X).

#### 5.5.7. Discurso de Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL

O presidente da SEPES Carlo Barbieri Filho foi o organizador ostensivo do II Congresso da CAL-Pública, embora tenha contado para isso, como visto, com a ajuda decisiva da ditadura militar brasileira. Especialmente, contou com a ajuda do “ex” integralista Alfredo Buzaid, à época ministro da Justiça do ditador-presidente Médici. Não à toa, coubera ao “preclaro jurisconsulto” de Médici a “honra” de ter aberto o primeiro encontro público da CAL no Brasil. Depois da abertura feita por Buzaid do conclave anticomunista no Copacabana Palace, o presidente da SEPES dirigiu seu discurso às “**Digníssimas Autoridades** aqui presentes, Sras., Srs.”. O então jovem empresário e militante anticomunista se disse *emocionado*, *orgulhoso* e *reesperançado*. Estaria *emocionado* “pela pompa e pelo significado deste momento”; *orgulhoso* “por, **com nossa pouca idade**, podermos abrir **um evento que marcará época na luta pelos nossos ideais**”; e *reesperançado* “por vermos acorrer a esta concentração de esforços **tão dignos representantes do verdadeiro, do legítimo e do valoroso povo da América Latina**” (AC.ACE.108915/77, p. 56, grifo meu).

Em nome do Brasil, o jovem presidente da SEPES – antigo militante do CLACE, órgão estudantil da SEI do espião profissional Wladimir Lodygensky – salientou que, “**em nome deste País, em nome da SEPES e mais que tudo, em nome do ideal que nos une**, damos as boas-

---

<sup>565</sup> Buzaid também defendeu, como expoente da extrema-direita católica no Ministério da Justiça ditatorial, que “um cristão não pode acolher a doutrina do marxismo [ateu] sem trair sua fé e a sua convicção religiosa” (BUZOID apud MACHADO, 2015: 436). A conciliação entre marxismo e cristianismo seria “utópica e fantasmagórica” e, nesse sentido, “o diálogo versa sobre duas doutrinas que se entrecrocaram: a da existência de Deus, em que se funda o cristianismo; e a da negação de Deus, em que estriba o marxismo” (BUZOID apud MACHADO, 2015: 451). Portanto, “não é dever dos cristãos emendar as ideias marxistas e muito menos propor-lhes mitigação. Os cristãos precisam combatê-las” (BUZOID apud MACHADO, 2015: 455). Ideologicamente, pois, a luta contra o marxismo, em Buzaid ou em Sigaud, assumiu uma feição de guerra religiosa, verdadeira cruzada contra os novos “infiéis”.

vindas a vós, que representais a elite dinâmica de 20 países do nosso Continente, e que, temos certeza, fareis pelos resultados que viremos a obter deste Encontro, pela praticidade das resoluções que tomaremos e pela seriedade com que nos propomos a levá-las avante, que este evento seja marco sempre retido na memória do cidadão brasileiro, que vos recebe agora, com uma justa razão de alegria e esperança” (AC.ACE.108915/77, p. 56, grifo meu). Buscando compensar sua “pouca idade”, Barbieri Filho informou à audiência do II Congresso da CAL-Pública de sua militância anticomunista nos idos do pré-1964, quando era um dirigente secundarista do CLACE – ligado à SEI e ao DOPS-SP. Relembrou à audiência da CAL, sem nomeá-las, as principais atividades desenvolvidas pela CLACE e pela SEI no campo estudantil: a I (1962) e a II (1963) Convenção Cristã e Democrática de Estudantes Secundaristas de São Paulo (DA SILVA, 2020), salientando que as “angústias” dos membros da SEPES:

(...) vêm de longe, desde quando, os adolescentes que éramos, cedo acordamos para as aflições que dilaceram a humanidade, descemos à arena da luta nos Congressos de estudantes, seja nas guerras de cartazes e manifestações de rua, como no estudo sério dos problemas e na montagem cuidadosa de arquivos, ou ainda na busca de respostas positivas, fosse ela um banco didático para empréstimo de livros a alunos carentes de recursos; fôsse um jornal estudantil que revelasse, acalentasse ou desenvolvesse preciosas vocações (AC.ACE.108915/77, p. 56, grifo meu)

Na rememoração de Barbieri Filho à audiência da CAL, os futuros dirigentes da SEPES aderiram à “desestabilização” do governo Jango e, “um dia, saímos às ruas, depois de dias e noites de montagem de esquemas, faixas e cartazes, nas ‘MARCHAS DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE’” (AC.ACE.108914/77, grifo meu). Naquele momento, “o Brasil começava a acordar” e, “quando ele gritou BASTA”, “nós compreendemos que a Pátria somos nós, e que quando os cidadãos acordam e põem mãos à obra, e entram na luta, confiantes em Deus, a cidade está salva” (AC.ACE.108915/77, p. 56). Vitorioso o golpe de Estado e de classe que depôs o presidente Jango em 1964, avançou o presidente da SEPES, “divididos por atividades profissionais e campos de trabalho, sentimos a necessidade de estar sempre juntos”. Primeiro, porque a união faz a força, segundo, “porque não nos iludimos: ‘O preço da liberdade, é a eterna vigilância’” (AC.ACE.108915/77, p. 56).

A eterna vigilância seria fundamental contra o ardil do comunismo, uma vez que “o inimigo, por derrotado que tenha sido [em 1964], não dorme e não desiste, volta sempre ao ataque, sempre mais insidioso e traiçoeiro” (AC.ACE.108915/77, p. 57, grifo meu). Assim

como o demônio, o comunismo e os comunistas seriam *ardilosos*. Barbieri Filho sugeriu a seus “irmãos aflitos do mundo, “humildemente”, que aprendessem com “a experiência brasileira para somar às experiências de todos” a vitória tida no Brasil após 1964. Isso porque “a salvação virá da ajuda e compreensão de muitos” e “o objetivo propugnado” pelo II Congresso da CAL-Pública, que poderia contar com a ajuda de “cada um dos 200 líderes aqui presentes”, seria “**o da unificação de nossos organismos e dos nossos Governos, para enfrentar a ação subversiva que vem consumindo nossas instituições, estagnando nossa economia e prejudicando nossa formação ética**” (AC.ACE.108915/77, p. 57, grifo meu). Aqueles “que militam em nossa luta”, tranquilizou o presidente da SEPES, não deveriam se inquietar com a “palavra ‘anticomunismo’”, que não deveria ser vista apenas por seu aspecto de negação. Muito pelo contrário, a posição anticomunista seria “precipualemente positiva” na medida em que seria “favorável aos **valores espirituais**”, “à **família**”, “à **Pátria**” e “à **liberdade**” (AC.ACE.108915/77, p. 57).

*Família, Pátria e Liberdade*, valores espirituais máximos dos que “militam em nossa luta”, transmutariam o anticomunismo em uma conduta *positiva*, garantiu então o presidente da SEPES à audiência da CAL. O anticomunismo como *conduta positiva* poderia ser exemplificado como a ação positiva de contenção dos “ímpetus negativos” de um rio por meio de barreiras que, se bem construídas, reconverteriam a violência das águas em “força útil às regiões que banha”. E, assim como as Forças Armadas seriam imprescindíveis no resguardo das fronteiras e da integridade nacionais, também “nossas instituições democráticas, nossa liberdade e nossa Pátria”, concluiu Barbieri Filho em janeiro de 1974, necessitariam “de **uma força defensivamente positiva e atuante, que, informada sobre seus reais inimigos, se empenhe na luta contra os mesmos, para mater estes pressupostos básicos da nossa existência, a salvo da ação destes destruidores**” (AC.ACE.108915/77, p. 57, grifo meu). E, com a militância de cada um dos congressistas reunidos no Brasil, a CAL poderia transformar-se nessa força do anticomunismo *positivo*.

Em sintonia com o discurso do arcebispo Sigaud, que caracterizara a luta da CAL como uma “guerra religiosa” contra o comunismo, também o presidente da SEPES recorreu, na abertura formal do II Congresso da CAL-Pública, à ideologia da “cruzada” anticomunista. Valendo-se de São Paulo, salientou que “**a nossa luta não é contra a carne e o sangue, mas contra os poderes das trevas**” (AC.ACE.108915/77, p. 57, grifo meu). Tratar-se-ia, pois, de uma luta contra o bem

e o mal. Se o combate contra os poderes sombrios do inimigo colocaria “a todos em aflição”, esse “temor” não deveria paralisar os combatentes anticomunistas e nem justificaria a omissão e a covardia diante dos comunistas. E a “tragédia dos omissos, dos fracos, dos covardes”, ao velar “os nossos olhos”, fortaleceria o inimigo comunista (AC.ACE.108915/77, p. 57).

Essa omissão, pusilanimidade e covardia de alguns países anticomunistas conduziriam à “venda” do Ocidente “a retalhos e à prestação” na medida em que fosse mantido o comércio ocidental com a URSS. Sem boicote contra a URSS e demais países comunistas, o Ocidente estaria sendo mercadejado. “Somos vendidos” como “massa de manobra, cartas de baralho, cifras apenas do criminoso jogo de interesses, de traições, do medo” e, arrematou o então presidente da SEPES, **“os milhões de toneladas de cereais, praticamente doados pelos Estados Unidos ao Marximo Russo, permitem-lhe continuar armando-se contra o Ocidente, sem deixar morrer de fome os escravos do regime**, permitindo-lhe até o luxo de revender pelo triplo à Europa os excedentes” (AC.ACE.108915/77, p. 58, grifo meu). Isso “porque “os Russos devem ser sóbrios” (AC.ACE.108915/77, p. 58). **“A capitulação Ocidental diante do esmagamento da Hungria e da Tchecoslováquia”**, que “ainda nos faz tremer”, seria o exemplo cabal de referidas omissão e covardia de algumas potências anticomunistas (AC.ACE.108915/77, p. 58, grifo meu). O Ocidente, sob a liderança dos EUA, também teria vendido seus aliados anticomunistas no Oriente. Isso quando os EUA permitiram a expulsão de Taiwan da ONU. Nesse ponto, **“o mercadejamento da China Nacionalista, vilmente sacrificada na O.N.U., dá-nos idéia do valor moral daqueles que foram elevados ao comando do nosso mundo”** (AC.ACE.108915/77, p. 58, grifo meu).

Segundo discursou o presidente da SEPES, aprofundaria ainda mais essa crise uma **“onda de corrupção moral e administrativa, estimulada e alimentada pelos meios de comunicação e propaganda”**, solapando, assim, as sociedades ocidentais, preparando o terror para que **“o inimigo force as nossas muralhas”** (AC.ACE.108915/77, p. 58, grifo meu). Outro signo dessa crise civilizatória, a corrupção moral poderia ser vislumbrada na **“educação massificadora”** que, **“materializando os jovens e matando-lhes os ideais, obriga-nos a perguntar se a escola está preparada para a vida ou para a morte inglória e vazia de quem não saber porque viveu”** (AC.ACE.108915/77, p. 58, grifo meu). A escola *massificadora* deseducaria a juventude ao priorizar *valores materiais* em detrimento de *valores espirituais*, eixo da posição reacionária do presidente da SEPES diante da crise *moral* “do nosso mundo”. Daí o apelo à *religião*, exaltada



como **“força de reerguimento e de espiritualização do homem**, janela e porta abertas, ponte lançada ao infinito, fechada tantas vezes nos horizontes mesquinhos do chão que se pistoleia e disputa, com ódio rotulado de justiça...” (AC.ACE.108915/77, p. 58).

À preponderância dos *valores materiais*, os confederados anticomunistas da CAL deveriam opor a religião, com vista à “espiritualização do homem”. Feito esse diagnóstico, depois de enumerar as dimensões da “crise” pela qual passaria o “Ocidente”, o presidente do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL destacou a necessidade de internacionalizar as alianças anticomunistas regionais. Isso porque, diante de uma luta “longa e árdua”, seria necessário compreender, no plano tático e estratégico, que **“nosso inimigo é internacional e dispõe de fontes inesgotáveis de suprimentos, não sendo possível, portanto, acharmos que poderá haver uma vitória, enquanto existirem poderosas Nações exportando a revolução comunista”** (AC.ACE.108915/77, p. 58, grifo meu).

Países e grupos anticomunistas que ousavam defender suas *instituições, tradição, história e maneira de pensar*, avançou Barbieri Filho, estariam sendo alvejados pelos **“mais torpes planos de campanhas difamatórias, feitas pela imprensa vermelha, pelos traidores, e pelos organismos internacionais, criados especialmente para esta ação de pressão psicológica”** (AC.ACE.108915/77, p. 58, grifo meu). Um exemplo? A Anistia Internacional seria um organismo desse tipo criado para lançar a guerra psicológica comunista (*sic*): **“Está aí o exemplo de ação dado pela ‘amnistia internacional’, entidade composta em seu todo por Marxistas recalçadas que, encontrando na inocência de alguns poucos o resguardo para as suas difamações, danosas e inverídicas, vem procurando, já agora sem muito efeito, denegrir a imagem do nosso País e daqueles que se encontram batalhando pelo mesmo ideal”** (AC.ACE.108915/77, p. 58, grifo meu).



Figura 250. “SEPES Boletim. Novembro – 74”. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

Os anticomunistas não deveriam esmorecer, todavia, contra o comunismo internacional. Isso porque tanto anticomunistas quanto seus inimigos comunistas buscariam a “unidade de ação, entre os aliados”, mas, “por ser **a filosofia inimiga falsa**, inconsequente, e por estar **em desacordo com a natureza humana**, maiores são os seus problemas para obterem esta ação conjunta” (AC.ACE.108915/77, p. 59 grifo meu). Se uma Resolução do II Congresso da CAL-Pública falara em *infrahumanidade marxista leninista*, o jovem presidente da SEPES inscreveu *a filosofia inimiga falsa* na categoria de *contra-natura* – isto é, *em desacordo com a natureza humana*. Por esse “desajuste” à natureza humana, os comunistas estariam completamente divididos entre suas fileiras, informando Barbieri Filho à audiência da CAL que “**no Brasil temos quase 40 organizações terroristas identificadas**, as quais, **somando-se os foragidos, os presos, os exilados e os mortos, totalizam aproximadamente 10 mil pessoas**” (AC.ACE.108915/77, p. 59

grifo meu). Felizmente, para a sorte dos anticomunistas, todas essas organizações estariam divididas e isoladas entre si, indagando o jovem empresário e militante da extrema-direita brasileira: **“Já pensastes se acaso estivessem eles unificados, agindo como o fazem em outros países, de forma organizada, traiçoeira e ativa, que dificuldade teríamos para contê-los?”** (AC.ACE.108915/77, p. 59, grifo meu).

Contudo, a maior dificuldade dos anticomunistas, frisou o presidente da SEPES, não seria identificar a ação ostensiva “destes pistoleiros, destes paranóicos”, mas sim localizar e combater aqueles, entre eles, “que se utilizam da falsidade, da infiltração, do engôdo, como armas para a sua ação nefasta” (AC.ACE.108915/77, p. 59). Isso porque a “infiltração comunista” não encontraria limites, e **“o inimigo penetrou em todos os nossos meios, fazendo com que tenhamos que enfrentar batalhas no nosso próprio seio e em prejuízo às vezes, de irmãos, de colaboradores, de aliados”** (AC.ACE.108915/77, p. 59 grifo meu). O ardiloso inimigo das “trevas” teria conseguido se “infiltrar”, inclusive, **“na Igreja, na Milenar Igreja do Senhor, fonte da verdade, da doutrina e da fé pela qual lutamos”** (AC.ACE.108915/77, p. 59 grifo meu). Nessa guerra religiosa, o poder das “trevas” – o comunismo – estaria buscando solapar a Igreja, “procurando miná-la, desprestigiá-la, destruí-la. E de que forma? Em se apercebendo que não poderiam fazê-lo por ataques externos, **resolveram, os materialistas e ateus, infiltrar-se em seu seio, para corroer por dentro esta sacra instituição, como que colocando em suas veias a fúria auto-destruidora da leucemia**” (AC.ACE.108915/77, p. 59 grifo meu). O comunismo, patologizado, seria uma forma de câncer (leucemia, na imaginação necrófila do presidente da SEPES). O comunismo seria uma doença “inoculada” e “inoculável” nas veias da Igreja (e da sociedade) pelos ardilosos *materialistas e ateus*.

Barbieri Filho ainda seguiu em sintonia com o discurso inaugural de dom Geraldo de Proença Sigaud. Se o arcebispo de Diamantina atacara os “padres terceiro-mundistas” no II Congresso da CAL-Pública, o presidente da SEPES seguiu na denúncia contra a “infiltração comunista” na Igreja católica. **“Hoje, estes que, por sua maldade, fazem inveja à Satanás atacam como políticos, agem como criminosos, porém, defendem-se como padres, acobertando o mal, destruindo a moral, subvertendo os valores, desvalorizando a família e pregando a destruição”** (AC.ACE.108915/77, p. 59 grifo meu). Outra acusação feita ao inimigo *satânico* confrontado em uma “guerra santa” referiu-se aos supostos narcovínculos do comunismo.

Os comunistas, assim, estariam valendo-se duplamente do “ópio”: como instrumento de financiamento e como arma de “subversão” social. Assim que, afirmou Barbieri Filho ao auditório do II Congresso da CAL-Pública, **“para os vermelhos” o ópio “significa fonte de divisas” e “para nós”, os anticomunistas, “vem sendo a bica maldita, através da qual se contamina, se destrói e se compromete o futuro da nossa sociedade, sem dúvida o mais frio, cínico, cruel e satânico dos genocídios”** (AC.ACE.108915/77, p. 59 grifo meu)<sup>566</sup>.

Supostamente os comunistas estariam se valendo da **“disseminação dos vícios, das doenças venéreas, do amor livre”** como “armas que visam conter a capacidade de resistência do nosso povo, enfraquecendo sua mente para, uma vez transformada a sociedade num verdadeiro exército de mentes amorfas, sem escala de valores, torná-la presa fácil de suas intenções malignas” (AC.ACE.108915/77, p. 59). Longe de ser uma idiosincrasia do então jovem Barbieri Filho, essa acusação era feita igualmente, de modo mais sofisticado, por ideólogos da extrema-direita do quilate de um Alfredo Buzaid e Gustavo Corção, ambos, inclusive, presentes no II Congresso da CAL-Pública<sup>567</sup>. Encerrando seu discurso inaugural, o presidente da SEPES demarcou que o propósito da CAL seria o de **“nos opôr a esta obra satânica”** – o comunismo. “É este é um Congresso que existe pela consciência individual, que cada um de seus participantes tem, de que, **nesta luta pela sobrevivência da nossa civilização, o que importa não é somente a quantidade de pessoas que aderem e aceitam uma idéia, mas sim pela disposição daqueles que**

---

<sup>566</sup> A verdade histórica, contudo, foi justamente o oposto, embora aqui propósito seja acompanhar o raciocínio e cosmovisão ideológica de Barbieri Filho. Saliente-se que, **“both in Asia and in Latin America, WACL members have repeatedly been accused of drug trafficking and related activities”** (SCOTT, 2014: 53). Já foi mencionado, inclusive, o caso de **Chao Sopsaisana**, líder da WACL/APACL no Laos, flagrado em Paris com 60 quilos de heroína (valor estimado: US\$ 13,5 milhões), **“one of the biggest heroin seizures in French history”** (MCCOY, 2003: 284). O chefe da Polícia de Inteligência do stonismo, Pastor Coronel, como se verá, membro do “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL, foi citado, pela Polícia Federal, em uma “Relação de Pessoas Ligadas ao Tráfico de Heroína e Cocaína no Brasil” (AC.ACE.90170/76, p. 2). **“Under the dictatorship of General Augusto Pinochet, the Chilean army and secret police (DINA) exported tons of cocaine from Chile to Europe”** (SCOTT, 2014: 21). “A bica maldita” também serviu, como visto, de “fonte de divisas” e “subversão” aos anticomunistas em questão.

<sup>567</sup> Em alocação na Escola Superior de Guerra (ESG), intitulada Em defesa da moral e dos bons costumes, o então ministro da Justiça Buzaid valeu-se desta passagem de Gustavo Corção: **“O conselho vem de Lenin: ‘Desmoralizem a juventude de um país e a Revolução está ganha’”** (CORÇÃO apud BUZOID apud MACHADO, 2015: 167). Em outra conferência na ESG, de 1973, Buzaid afirmou que a crise contemporânea “época”, entre outras dimensões, “em conflito de gerações, em desarmonia que separa pais e filhos, em doutrinas que pregam a libertação sexual escravizando os jovens ao erotismo” e “na guerra contra drogas e estupefacientes” (BUZOID apud MACHADO, 2015: 458). Cf., no mesmo sentido, de A. C. Pacheco e Silva – Hippies, drogas, sexo, poluição (Martins Editora, 1974). Para uma crítica histórica dessas linhagens moralistas da extrema-direita brasileira, cf. BENJAMIN COWAN, 2016; 2021.

**efetivamente se propõem a lutar e a morrer pela causa**” (AC.ACE.108915/77, p. 60, grifo meu).

*Matar ou morrer* pela causa anticomunista seria seguir o exemplo do inimigo e de sua disposição de lutar até o fim, observando Barbieri Filho que, **“entre os subversivos, mais de 200 morreram, tentando nos destruir. E do nosso lado, quantos estão dispostos a morrer pela causa?”** (AC.ACE.108915/77, p. 60, grifo meu). Nessa guerra santa e de extermínio do inimigo comunista, o novo infiel, a SEPES buscaria consolidar-se, no complexo WACL/CAL, como uma “autêntica liderança”, isto é, aquela que “sente o problema, busca a solução e arrasta o grupo”, servindo-lhe de vanguarda na luta política. Eis porque “a SEPES, que quer ser locomotiva e jamais vagão vazio, compreende a grandeza esmagadora da obra e tanta fazer o que pode” (AC.ACE.108915/77, p. 60). E ver todos “os que sentem, buscam e arrastam” reunidos no congresso, ou seja, poder contar com 200 líderes anticomunistas, “unidos no mesmo ideal, machucados pela mesma angústica, ardendo do mesmo fogo e empenhados na mesma obra”, concluiu o presidente da SEPES, **“enche-nos os corações de amor** – esse amor que constrói – e as almas de esperança – essa esperança que nos faz continuar a crer no ideal, contra toda a esperança” (AC.ACE.108915/77, p. 60).

Barbieri Filho encerrou sua mensagem ao II Congresso da CAL-Pública com um chamamento à coordenação anticomunista regional, arrematando que, “unindo nossas experiências, enfeixando nossas luzes, somando nossas forças, estamos certos de que nos levantaremos para acordar nossas Pátrias desse medo que paraliza, dessa prudência que mata, dessa covardia que desintegra e pulveriza” (AC.ACE.108915/77, p. 60). O II Congresso da CAL-Pública de 1974 seria, pois:

(...) mais que tudo, um **Congresso contra a omissão, contra o comodismo, contra a covardia, pois muitos entre os nossos dizem renegar o Marxismo, dizem discordar de suas idéias, porém, poucos são aqueles que, com coragem e decisão, assumem o risco e a responsabilidade de enfrentarem o inimigo comunista, que hoje, por apatia, por esta indecisão, é tão grande, tão forte, que quase nos coloca em posição de defesa** (AC.ACE.108915/77, p. 60, grifo meu)

Como mandava os Estatutos da CAL e da WACL, seria preciso sair da defensiva, trilhar e mover tropas e unidades políticas e militares em uma ofensiva anticomunista coordenada transnacionalmente, já que “o inimigo é internacional”. E um país da América do Sul teria feito esse movimento “ousado”, partido para a ofensiva antimarxista, segundo o presidente da SEPES.

Qual? Quando? O Chile. Em 11 de setembro de 1973. País e data do golpe de Estado e de classe que depôs o presidente Salvador Allende e entronizou uma Junta Militar no controle da República. Aquele “país irmão”, concluiu Barbieri Filho, “já totalmente envolvido pela malha vermelha” – isto é, o governo da Unidade Popular (UP) – “libertou-se de forma heróica, tornando-se paradigma para todos nós e orgulho do Cone Sul do Continente Latino Americano” (AC.ACE.108915/77, p. 60, grifo meu).

O Chile da ditadura militar instaurada em 1973, portanto, foi erigido como “paradigma” sul-americano para a CAL e à “esta valorosa Nação” chilena, arrematou o presidente da SEPES, “vai a ela (...) e aos seus heróicos patriotas a nossa sincera homenagem, nesta solenidade de abertura” (AC.ACE.108915/77, p. 60). E ao lado do elogio ao Chile de Pinochet, Barbieri Filho não deixou de saudar os 10 anos da ditadura militar verde-amarela, ufanando-se de seu país:

Este País que vos recebe, pelo esforço de seu povo, pela segurança e planejamento oferecidos pelo Governo, pelo dinamismo e criatividade dos empresários e pelo apoio dos governos aliados, provou, nos seus quase 10 anos de Governo Revolucionário, que as melhores oportunidades que o incremento de bem-estar e que o acréscimo da ‘Felicidade Nacional Bruta’ (Joelmir Beting), só podem ser obtidos dentro de um clima de estabilidade, através do esforço unívoco de todos os cidadãos e com o sacrifício de cada um (AC.ACE.108915/77, p. 60)

Seria decisivo o momento da realização do II Congresso da CAL-Pública, concluiu seu discurso o presidente do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL. No primeiro mês do “frenético” 1974, Barbieri Filho conclamou pelo fortalecimento do *sistema latinoamericano* da *luta anticomunista*: “Nossos povos olham-nos neste instante, plenos de expectativa e esperança pelos resultados que pretendemos extrair deste evento histórico e responsável. Histórico pela época e pela necessidade de sua realização. Responsável pelo seu poderio e pela possibilidade de vir a se transformar num elo de fortificação do sistema Latinoamericano, através da aliança e da atuação dos autenticamente identificados com a luta anticomunista” (AC.ACE.108915/77, p. 61, grifo meu).

#### 5.5.8. Pacheco e Silva, presidente da Comissão contra a Subversão nas Universidades e Escola

Um veterano da extrema-direita e das conspirações anticomunistas no Brasil, Antonio Carlos Pacheco e Silva, não apenas participou do II Congresso da CAL-Pública de 1974, como

também presidiu a Comissão contra a Subversão nas Universidades e Escolas do certame. A carreira política e militar mais longínqua de Pacheco e Silva foi recentemente reconstituída pelo historiador Gustavo Querodia Tarelow. A partir de sua pesquisa é possível demarcar que Pacheco e Silva militou no Partido Democrático (PD) e no Partido Constitucionalista (PC), legenda pela qual “foi eleito Deputado Constituinte Federal em 1933 e Deputado Constituinte Estadual em 1934”. Tornou-se tenente da reserva do Exército durante a *Revolução de 1924* e, à época, era diretor do hospital psiquiátrico do Juquery. “Em 1932, foi um dos membros fundadores do M.M.D.C., movimento paramilitar que se levantou contra o governo Vargas, culminando com uma sangrenta guerra civil entre os paulistas” (TARELOW, 2018: 62). Nas décadas de 1940 e 1950, ele apoiou a União Democrática Nacional (UDN), opondo-se, todavia, à “aliança que o partido estabeleceu com o Partido Trabalhista Nacional (PTN), de Jânio Quadros, em 1960” (TARELOW, 2018: 62).

Durante a Segunda Guerra Mundial, Pacheco e Silva “atuou como Vice-Presidente da comissão organizada pela Universidade de São Paulo para compor os *Fundos Universitários para a Defesa Nacional*. Em 1958 foi convidado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) para se dedicar integralmente, por um ano, à docência sobre as relações entre a Psiquiatria e a Segurança Nacional no contexto da Guerra Fria” (TARELOW, 2018: 63)<sup>568</sup>. À época, ele já se havia consolidado como psiquiatra e professor de Medicina da USP. Contudo, entre 1961-64, Pacheco e Silva transformou-se em um dos principais dirigentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), *think tank* que preparou o golpe de classe e de Estado contra o presidente trabalhista João Goulart, acusando-o de *sovietizar* o Brasil com sua “República Sindicalista”. Nas palavras do próprio Pacheco e Silva, na conspiração e no preparo do golpe de 1964:

Enfrentando os maiores perigos, (...) os dirigentes do IPÊS empenharam-se vivamente na luta anticomunista. Alertando a população dos sérios perigos a que estava exposta, arriscada a ser dominada pelos soviéticos, procurando ao mesmo tempo demonstrar em que consistia, na realidade, a ideologia marxista. (...) Insistimos na necessidade de o IPÊS, sem se descurar dos fundamentos jurídicos e ideológicos que motivaram a sua criação, adotar também medidas objetivas e concretas, ou melhor, participar mais ativamente da conjura que se tramava, no intuito de depor o governo corrupto e subversivo. Cumpria, no nosso entender, aos dirigentes da organização procurar estabelecer uma ação

---

<sup>568</sup> “Nesta ocasião conheceu Humberto de Alencar Castelo Branco, com quem manteve intenso contato nos anos seguintes. Pacheco e Silva seguiu lecionando na ADESG, especialmente após o Golpe de 1964, sendo condecorado com a Comenda do Mérito Militar por Castelo Branco e com a medalha Ordem do Cruzeiro do Sul por Costa e Silva” (TARELOW, 2018: 63).

conjugada com as demais organizações já formadas com os mesmos fins, para evitar a dispersão de esforços. Impunha-se, assim, uma atitude franca e corajosa de esclarecimento da opinião pública, um trabalho intenso de preparação psicológica anticomunista, uma participação ativa na conspiração encabeçada por militares e civis, decididos a enfrentar o inimigo, qualquer que fosse o terreno, no intuito de impedir a todo o custo a consumação dos propósitos que o animava (PACHECO E SILVA *apud* TARELOW, 2018: 265)

Enquanto empresário<sup>569</sup> e ideólogo anticomunista fundador do IPÊS, Pacheco e Silva destacou-se como um dos apoiadores – ao lado de outros ipesianos de “alto nível” – da revista Alvorada, órgão oficial do Centro Latinoamericano de Coordenação Estudantil (CLACE), o braço estudantil da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI) do espião Wladimir Lodygensky (DA SILVA, 2020). “Em 1966 foi um dos signatários do documento de fundação do partido que deu sustentação à Ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)” (TARELOW, 2018: 63). Essa foi a *persona* histórica da ultradireita brasileira que a SEPES – então presidida por Barbieri Filho, um ex-militante secundarista do CLACE da SEI – escolheu para “abrilhantar” o II Congresso da CAL-Secreta. Em sua intervenção propriamente dita no congresso anticomunista de 1974<sup>570</sup>, Pacheco e Silva agradeceu a “generosa designação” para que ele servisse como “Presidente de Honor de esta importante Comisión del II Congreso de la CAL, **encargada de estudiar los diversos medios de acción para combatir y extirpar la subversión roja en nuestras Escuelas y Universidades**”<sup>571</sup> (FMUSP, s/d: 1948).

*Combater e extirpar*, portanto, uma linguagem *exterminista* para uma prática de igual teor. Isso porque, segundo Pacheco e Silva, os comunistas teriam como objetivo final “implantar

---

<sup>569</sup> Além de médico eugenista e ex-presidente da Federação Mundial de Saúde Mental, Pacheco e Silva era acionista da Companhia Brasileira de Seguros, da Fundação Moinho Santista e da Companhia Armações de Aço Probel (TARELOW, 2018: 235). Destacou-se também como um articulista da revista Hora Presente, publicando, entre outros artigos, As toxicomanias e a Segurança Nacional (n.º 17), Os civis na Revolução de 1964 (n.º 18) e Uma estrutura democrático-sindicalista para as Forças Armadas? (n.º 21).

<sup>570</sup> Agradeço a generosidade da historiadora Luiza das Neves Gomes pela cessão de uma cópia dessa palestra de Pacheco e Silva pronunciada no II Congresso da CAL-Pública de 1974. Aguarda-se ansiosamente a conclusão da pesquisa de doutorado que Neves Gomes desenvolve, junto à UFRJ, sobre a história e a ideologia de Pacheco e Silva.

<sup>571</sup> Foi provavelmente motivado por essa designação de Pacheco e Silva à presidência de uma das Comissões do II Congresso da CAL-Pública que o historiador Gustavo Querodia Tarelow equivocou-se ao afirmar que a trajetória desse baluarte da ultradireita “culminou com sua chegada à Presidência da Liga Anticomunista Internacional [sic]” (TARELOW, 2018: 67). A CAL, o órgão político-militar da WACL na América Latina, nunca foi presidida por Pacheco e Silva, e muito menos a WACL. Ele presidiu apenas a Comissão contra a Subversão nas Universidades e Escolas do II Congresso público da CAL. Anote-se que a importante pesquisa de Tarelow valeu-se do precioso acervo de Pacheco e Silva depositado na Faculdade de Medicina da USP. Posteriormente, esse “cruzado” anticomunista integraria a SEPES, tornando-se um de seus Conselheiros Consultivos para o biênio 1976-77.



su ideología y su régimen en todo el mundo” e, para atingir esse fim, concentrariam seus esforços de doutrinação ideológica no meio estudantil, sobretudo nas “escolas superiores, que consideran un grupo social suficientemente estructurado, fuerte y bien indoctrinado para servir como punta de lanza en la lucha subversiva en que están empeñados” (FMUSP s/d: 1948). Os comunistas também contariam com a ajuda dos “católicos llamados progresistas o de izquierda”, estabelecendo-se com eles “un ‘FRENTE UNICO’, con el propósito de alcanzar más rápidamente la subversión planeada, derrocar a los gobiernos locales e instalar en nuestros países repúblicas sindicalistas, como una primera etapa para después transformarlas en repúblicas socialistas” (FMUSP, s/d: 1948)<sup>572</sup>. Um dos planos mais perigosos já urdido pelos comunistas seria aquele desenhado em 1966 na *Primera Conferencia Tricontinental de Solidariedad Revolucionara* e formalizado em 1967 na Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba. O plano da OLAS foi resumido por Pacheco e Silva à audiência da Comissão que presidiu do II Congresso da CAL-Pública da seguinte maneira:

a) Incentivar la agitación estudiantil, apoyada por los católicos progresistas y demás elementos integrados en el ‘FRENTE UNICO’; b) Desencadenar una ofensiva a través de una propaganda coordinada de todos los partidos socialistas; c) Difamar, por todos los medios, a Estados Unidos, minando su prestigio e insistiendo en el imperialismo americano en la América Latina; d) Desmoralizar el régimen capitalista; e) Convencer a los pueblos de América Latina de luchar por sus ‘psedu derechos democráticos’, para de esta forma crear un ambiente de desasosiego e inseguridad; f) procurar establecer el caos, la anarquía y la desmoralización en todos los departamentos gubernamentales, para elevar el costo de la vida y llevar al pueblo a la desesperación; g) desmoralizar a las fuerzas armadas (FMUSP, s/d: 1948/1949)

Todavía, antes da celebração da Conferência Tricontinental em 1966 e da criação da OLAS em 1967, esse plano da “subversão vermelha” já estaria em execução no Brasil, segundo Pacheco e Silva, “en donde los comunistas ya habían prácticamente tomado el gobierno, dispuestos a instalar en nuestro país una república sindicalista, como punto de partida para transformarla, más tarde, en una república socialista, acorde con los moldes de los países por ellos dominados”

---

<sup>572</sup> João Goulart, inclusive, fora deposto por meio de um golpe de classe e de Estado em 1964 que se valeu desse exato argumento, i.e., a República sindicalista de Jango, herdeira político do trabalhismo getulista, abriria as portas à bolchevização do Brasil. Nesse sentido, basta conferir a redação do Ato Institucional nº 1, de 1964, que assinalou: “Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo [de João Goulart], que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País”. Reitere-se, enfim, que Pacheco e Silva foi um dos gestores de “alto nível” dessa conspiração no pré-1964, integrando o Conselho Orientador do IPÊS-SP ao lado, entre outros, de Buzaid e do próprio redator do AI-1, Francisco Campos, vulgo “Chico Ciência”.

(FMUSP, s/d: 1949). “Afortunadamente, las fuerzas armadas del país, alertadas a tiempo y apoyadas por el elemento civil que les dió pleno respaldo, derrocó en el momento preciso al gobierno, que traicionó sus compromisos con la Nación, restableciendo los principios democráticos” (FMUSP, s/d: 1948). Nesse sentido interpretativo, de um participante “civil” da conspiração “civil-militar” de 1961-64, é preciso ler da revista do integrismo *Hora Presente*, o artigo *Os civis na Revolução de 1964* (n.º 18) de Pacheco e Silva.

Em sua intervenção à CAL, o veterano salientou que “dez anos transcurridos desde a “Revolución de Marzo” de 1964, o Brasil “arruinado, minado por la corrupción y por la subversión”, havia ficado para trás. Em uma década de governo militar, a “Revolución de Marzo” teria saneado as finanças do país, acelerando “un enorme desarrollo, con el restablecimiento de la confianza y de la seguridad. Tan grande fue el progreso realizado merced a la acción de unos cuantos hombres probos, capaces y patriotas, que hoy, en el mundo sólo se habla del milagro brasileño” (FMUSP, s/d: 1949). O “milagre” econômico da ditadura militar seria, pois, a prova do acerto da contrarrevolução burguesa de 1964. Apesar dos méritos de uma década de Brasil sob a batuta militar, alguns não cansariam de “denigrar a nuestro país, negar nuestro progreso” perante o mundo, buscando difamar no exterior a imagem de “una nación joven, sin prejuicios raciales” (FMUSP, s/d:1949)<sup>573</sup>.

Dessa forma, arrematou o “cruzado” anticomunista brasileiro, “**bien hizo la CAL al escoger Brasil como sede de su II Congreso, que hoy aquí se reúne, congregando elementos de toda la América Latina, empeñados en la lucha anticomunista**” (FMUSP, s/d:1949). O contexto regional seria promissor à luta anticomunista, inclusive, e o “exemplo chileno” da Junta Militar o comprovaria, segundo Pacheco e Silva. “De hecho, **si los rojos sufrieron serios reveses en la América Latina, como sucedió hace poco en Chile, en donde las Fuerzas Armadas unidas a los elementos civiles de formación democrática, alejaron del poder los malos elementos que habían tomado el gobierno del país**” (FMUSP, s/d: 1950). Porém, no Chile, no Brasil e em toda América Latina, os anticomunistas não deveriam baixar a guarda e a vigilância contra o “inimigo”, que “**es traicionero, no duerme y está siempre al acecho de un momento de debilidad para asestar golpes a las instituciones libres**” (FMUSP, s/d: 1950). “Por fortuna

---

<sup>573</sup> Em 1970, Pacheco e Silva pronunciou uma conferência na Escola Superior de Guerra (ESG) intitulada A imagem do Brasil no exterior. Esteve em associação com Alfredo Buzaid e seu tour na Europa para o desmentido oficial da ditadura Médici.

en el mayor país de América Latina, que es el Brasil”, concluiu o presidente de Honra da *Comissão contra a Infiltração Comunista nas Universidades e Escolas* do II Congresso da CAL-Pública, “**podemos reunir hoy representantes de todo el hemisferio, para intercambiar ideas e impresiones y adoptar medidas para garantizar la soberanía de nuestros pueblos**” (FMUSP, s/d: 1950). E Pacheco e Silva, portanto, um organizador de bloco de classe, um homem de letras e de ação política, voltaria a participar de outros “carnavais” da CAL na América do Sul.

#### 5.5.8.1. A Resolução da Comissão contra a Infiltração Comunista em Universidades e Escolas

Enfim, dos debates da *Comissão contra a Infiltração Comunista em Universidades e Escolas*, presididos por Pacheco e Silva, elaborou-se uma Resolução sobre eixos de ação e de programas que a CAL deveria perseguir. Essa Resolução, que versou sobre “la lucha contra el marxismo en las Universidades y Escuelas”, concentrou-se, inicialmente, no setor universitário. Seu “**Instructivo a las Universidades para a lucha contra el Marxismo**” apresentou os seguintes objetivos estratégicos:

- a) **Ganar para la causa nacional la mentalidad de los universitarios** y la dedicación de su presente y futura actividad profesional y social, **así como su militancia ideológica**;
- b) Poner decididamente la universidad latinoamericana y a todos sus miembros al servicio de la comunidad y de la nación y, sobre todo, de sus sectores desvalidos;
- c) Crear conciencia en el medio universitario de la espiritualidad y los intereses comunes que ligan entre sí a los países de América Latina;
- d) Fomentar y preservar el ideal libertario que dió origen a nuestros Estados independientes y ha inspirado permanentemente su trayectoria histórica. De la misma manera cultivar y defender la dignidad del hombre americano y su seguridad personal y colectiva;
- e) **Impedir**, si todavía estamos a tiempo en cada caso, **el apoderamento por el comunismo de las universidades y de conciencia de los universitarios**;
- f) **Rescatar**, cuando se haya perdido o se esté perdendo, **la universidad de manos del marxismo**, tanto a la institución educativa como a la comunidade que la integra (AC.ACE 91597/76, p. 63, grifo meu)

Estabelecidos esses objetivos, a Resolução estabeleceu em seu item seguinte, “**Propaganda y/o Indoctrinacion Masiva**”, a necessidade da CAL compreender, em primeiro lugar, “cuáles son las inquietudes, aspiraciones, inconformidades y preferencias de la juventud universitaria, para salir al paso de ellas y canalizarlas en diversas formas, preferiblemente constructivas; pero sin dejar a los comunistas para que las exploten en su favor, las protestas, tanto del medio educativo, como del ambiente social general” (AC.ACE 91597/76, p. 64). Identificadas as causas da insatisfação e rebeldia juvenis, o segundo passo consistiria “en crear y financiar el

aparato y mecanismos (técnicas, ‘slogans’, etc.) por lo menos iniciales para difundir tanto los mensajes positivos a que aludimos en el punto I relativo a los objetivos, como los puntos negativos del comunismo” (AC.ACE 91597/76, p. 64). Isto é, establecidos aqueles objetivos estratégicos, a tática a ser perseguida consistiría em propagandear e doutrinar, massivamente, os seguintes “pontos negativos do comunismo”:

a) Demostrar que es un infundio que el comunismo sea inevitable para su advenimiento a todo el mundo y que, por lo tanto, no es invencible; b) Que no redime ni mejora a los pueblos, porque los esclaviza, los degrada y los hunde en la miseria; c) Que la puesta en moda del comunismo hoy en día es fruto de un plan preconcebido de sus aliados y cómplices, tanto abiertos como ocultos; d) Que aniquila a los que no puede esclavizar, especialmente hoy por hoy a los ejércitos con espíritu nacional; e) Que es una estafa histórica, porque frente a cada fracaso tenido, sobre todo en el bajo nivel económico de los pueblos comunizados, la única pretendida justificación es la promesa de bienestar ‘mañana, mañana’, a cambio de los sacrificios presentes; f) Que niega a Dios y a todo valor moral; g) Que solo ha sido posible históricamente y se logra sostener sobre la base de parasitar a costa del mundo libre y gracias a sus cómplices (AC.ACE 91597/76, p. 64)

Porém, a tarefa da CAL no seio universitário e escolar não deveria ser, apenas, negativa. Daí a preocupação do tópico seguinte da Resolução com o “**Proseletimo y Militancia Constructiva y Anticomunista**”. Primeiramente, o proseletismo para o engajamento à causa anticomunista deveria criar e manter “periódicos, revistas, boletines, murales, volantes, propaganda radiofônica y por T.V., mítines, manifestaciones, conferencias, polémicas públicas y demás recursos de propaganda” (AC.ACE 91597/76, p. 65). Colocado esse plano inicial em marcha, e na medida em que fosse obtendo resultados, a Resolução orientava que se procedesse a “un doble reclutamiento”:

a) De masas estudiantiles, de padres de los educandos, etc.; b) Selectivo de maestros y dirigentes universitarios o estudiantiles; de sacerdotes o personas con ascendiente en el ambiente universitario, tales como artistas, poetas, cantantes, ases deportivos, benefactores de la enseñanza, etc. Y se les organiza separada, pero confluyentemente, tanto en la pirámide de los cuadros de mando, como también a nivel de masas en demostraciones conjuntas, etc. etc.; c) **Es vital lograr descubrir desde un principio a los agentes de infiltración y provocadores al servicio del comunismo y como esto no es posible, de un solo golpe, es necesario mantener una acción depurativa constante y una conciencia en los militantes anticomunistas tanto de la existencia de esas penetraciones, como de la urgencia de que todo militante leal las reporte en cuanto descubra algún indicio dudoso.** DE NO SER ASI, EL FRACASO DE LA ACCION ANTICOMUNISTA ES SEGURO E INEVITABLE (AC.ACE 91597/76, p. 65, grifo meu)

Observa-se, em espeical no item *c*, que o prosetismo e a militância propostas pela Comissão presidida por Pacheco e Silva estariam fadadas ao “fracasso de la accion anticomunista” caso não estimulasse e estruturasse um mecanismo para identificar e depurar as “infiltraciones” nas universidades e escolas. A arapongagem e a “cultura” do denunciismo contra os “vermelhos” infiltrados, portanto, não eram apenas estimuladas pela referida Resolução, mas formariam a parte vital, tática, para o sucesso estratégico da ação anticomunista no meio estudantil universitário e escolar. Todavia, a vigilância e o monitoramento não deveriam se restringir apenas aos inimigos comunistas, mas sobretudo deveria se voltar, de forma permanente, para garantir a lealdade dos quadros dirigentes recrutados. Assim que, coroando o item *c* de seu tópico “Proseletimo y Militancia Constructiva y Anticomunista”, a Resolução recomendava que, **“una vez reclutadas las masas y hecho el proselitismo selectivo, se procederá a crear los cuadros de dirigentes de la acción patriótica y anticomunista, para lo que se tomarán en cuenta dos criterios básicos”** (AC.ACE 91597/76, p. 65):

1. **Antecedentes del candidato a dirigente.** A este respecto nunca se deberá admitir en los cuadros de militancia normal a los comunistas arrepentidos o ex-aliados confesos del marxismo; aunque den pruebas de su rectificación, detinándolos separadamente a difundir por escrito u oralmente, los estragos que presenciaron desde dentro de los sistemas comunistas y la forma como se terminaron por convencer de **la inhumanidad marxista-leninista**. 2. **Actuación a base de hechos comprobados en la lucha antimarxista.** Jamás se reclutarán los dirigentes en forma teorizante, apriorística, emocional o con cualquier otro criterio que no sea la eficacia y el acierto en su militancia. DE NO SEGUIRSE ESTE CRITÉRIO EL FRACASO ES TAMBIÉN COSA CIERTA POR EL CAMINO DE LA INCOMPETENCIA (AC.ACE 91597/76, pp. 65-66)

Note-se para *la inhumanidad marxista-leninista!* Os *Untermenschen* nazista nos “trópicos” (in)civilizados? Seja como for, depois de recrutados os militantes, formados os quadros da militância e dos dirigentes, dever-se-ia ainda fomentar valores como “la mística”, o “trabajo edificante” e a “combatividad anticomunista” *implacáveis*, formando-se assim “en ellos la conciencia de que los comunistas nos plantean una disyuntiva vital: **o ellos y sus dirigentes secretos implantan un gobierno mundial y someten a las naciones, o éstas superan unidas o separadamente el embate de la subversión internacional**” (AC.ACE 91597/76, p. 66). Contra o internacionalismo comunista, portanto, a internacional anticomunista, a contrarrevolução global. Essa formação da *consciência* anticomunista deveria se fundamentar, segundo a Resolução aprovada pela *Comissão contra a Infiltração Comunista em Universidades e Escolas*, “en los

planes ya aprobados en el IV Congreso de la WYACL en México, coincidente con el VI de WACL, de que el Secretariado de la CAL ha tomado ya bajo su patrocínio y está a punto de iniciar este mismo año en lo que se denominará **INSTITUTO LATINOAMERICANO DE FORMACION ANTIMARXISTA**” (AC.ACE 91597/76, p. 66). Finalmente, o último item da Resolução sob análise, intitulado “**Acción Anticomunista Universitária**”, recomendou que, “simultaneamente con la propaganda, indoctrinación, proselitismo, selección de dirigentes y su capacitación, y como base de todo ello **se disputará a los comunistas palmo a palmo cada universidad latino-americana**” (AC.ACE 91597/76, p. 66):

a) Apoyando a los rectores, directores educativos y demás autoridades escolares que no sean comunistas y, de preferencia, **que combatan al control marxista en la universidad**; b) **Organizando sin descanso planes de acción y acción efectiva para evitar que, ningún marxista llegue a la rectoría o cargos de dirección universitária o educativa**; c) Disputando a los comunistas la dirección de sociedades de alumnos, círculos de estudio, federaciones o centrales estudiantiles u organizaciones internacionales de estudiantes o de jóvenes en general; d) Creando frente a esas organizaciones cuando no se pueda evitar que las controlen los comunistas, otra asociación por cada un que controlen ellos (AC.ACE 91597/76, p. 66, grifo meu)

Embora não incorporado à Resolução aprovada, um adendo constante da proposta original pode ser encontrado nos acervos daquele que presidiu a *Comissão contra a Infiltração Comunista em Universidades e Escolas*, i. E., Pacheco e Silva. Depositado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), o documento em questão foi localizado (e gentilmente cedido) pela historiadora Luiza das Neves Gomes. Nele constava o seguinte adendo excluído da Resolução aprovada pelo II Congresso da CAL-Pública:

Haciendo participar a la Universidad en globo o la parte de ella que corresponda o que sea posible arrastrar a participar en los problemas tanto del medio universitario, como de la comunidad local, regional o nacional, **CORRIGIENDO LA ESTRATEGIA SUICIDA QUE HA PREDOMINADO EN EL CAMPO ANTI-COMUNISTA DE ABANDONAR TALES PROBLEMAS AL COMUNISMO Y PERMANECER A LA DEFENSIVA**” (FMUSP, s/d, DSC03403)

Era a hora e a vez, então, de lançar a ofensiva anticomunista no seio das universidade e escolas do continente latino-americano. E a CAL, o braço político-militar da WACL na América Latina, pode contar para tanto com o prestígio, a influência e a *expertise* do professor de Medicina da USP, ex-presidente da Federação Mundial de Saúde Mental, ex-conspirador do IPÊS, doutor Antonio Carlos Pacheco e Silva.

### 5.5.9. Os manuscritos de Antonio Campos Alum, chefe da polícia política stronista

Ao lado do “fáustico” Pacheco e Silva, no Rio de Janeiro, em 1974, no II Congresso da CAL-Pública, outra “estrela” do certamente fora Antonio Campos Alum, chefe da polícia política da ditadura stronista. O delegado paraguaio participara do já analisado II Congresso da CAL-Secreta de 1973, na cidade de Puerto Presidente Stroessner. Campos Alum era um quadro do stronismo enviado para treinamento “antissubversivo” nos EUA. Em Assunção, assumiu a chefia da Diretoria Nacional de Assuntos Técnicos (DNAT). Conhecida como *La Técnica*, essa delegacia especializada na “caçada aos comunistas” tinha sido montada, em 1956, com assessoria externa do tenente-coronel norte-americano Robert Thierry. Transformada em um dos principais centros de tortura do stronismo, Campos Alum exerceu o comando da DNAT e, paralelamente, nessa função, tornou-se um dos principais nomes, senão o principal, do “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL. Como adiantado, o delegado-chefe de *La Técnica* era o presidente da Comissão de Entidades Cívicas da CAL e, nessa condição, não poderia faltar ao II Congresso da CAL-Pública, no Rio de Janeiro, em 1974. E assim foi. Nos *Archivos del Terror* da polícia política stronista, centro arquivístico administrado pela Corte Suprema do Paraguai, encontra-se depositado um precioso manuscrito elaborado pelo diretor de *La Técnica* que registrou sua participação no II Congresso secreto da CAL na “cidade maravilhosa”. As anotações manuscritas do delegado-chefe da DNAT foram feitas em um papel timbrado, provavelmente distribuído aos participantes, com um logo oficial da CAL (sobreposto a uma representação do globo terrestre) seguido das inscrições “**II Congresso da CAL. Rio de Janeiro – GB [Guanabara] – Brasil**”. [FIGURA]



**Figura 251.** Circulados, da direita para a esquerda, Antonio Campos Alume e Juan Manuel Frutos, respectivamente, diretor vitalício da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT) e deputado do Partido Colorado. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4.

A primeira metade da primeira página das anotações de Campos Alum diz pouco, ou muito pouco. Apenas registrou o tópico “Consejo Coordinador de la CAL” seguido de um desenho feito de três círculos entrelaçados feito pelo repressor stronista. A segunda metade, porém, é reveladora que, no marco do II Congresso da CAL-Pública, discutiram-se nomes de “subversivos” que estavam no radar dos anticomunistas reunidos. Nesse sentido, no trecho em questão o delegado-chefe de *La Técnica* anotou o nome de “Aymaro Moyano – 35 años – Uruguayo – Trabajaba en El Canguro – Det[enido] en 1.972 – Marzo” (CDyA: R0237F0746). Infelizmente, não se conseguiu determinar quem era Aymaro (ou Aymar) Moyana, mas a importância desse registro é enorme na medida em que comprova, documentalmente, que nomes de “subversivos” eram intercambiados e radiografados nos congressos da CAL. Outra anotação de “subversivos” perseguidos e/ou aprisionados constante nos manuscritos de Campos Alum registrou o nome de “Elena Frey de Gomes, Rua Gomes, Berlín 1075, Asunción”, seguido do nome de “María Concepción Gomes”, “Carlos Turover” e “Mali – Maria Concepción Amarilla – detenida ayer em Paraguai” (CDyA: R0237F0752). Ao lado do nome de Carlos Turover, Alum desenhou uma cruz.

Também nesses casos, não foi possível, até agora, identificar e especificar quem foram esses indivíduos que estavam no radar dos anticomunistas reunidos, em janeiro de 1974, no Brasil. Em um congresso organizado em associação e logística do Ministério da Justiça da ditadura Médici



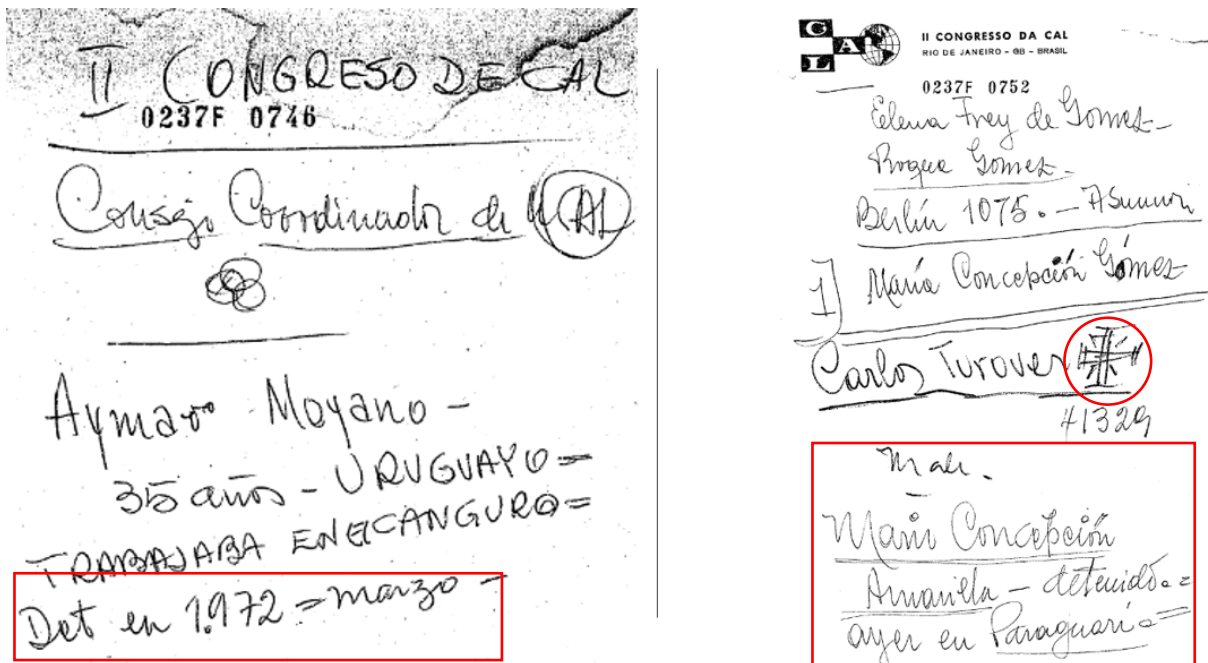
e outras instâncias oficiais do poder bonapartista. Outro sinal de monitoramento e repressão constante nos manuscritos de Campos Alum anotou uma viagem à capital do Paraguai, Assunção, do jesuíta canadense Pierre Tanguay, ex-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Religiosas da Universidade Católica de Pernambuco, apontado como elemento de ligação de dom Hélder Câmara (CDyA: R0237F0749). Em outra folha dos manuscritos, o delegado chefe da polícia política do Ministério do Interior da ditadura stronista anotou algumas presenças sob o tópico “Comisión 1” do II Congresso da CAL-Pública, a **Comissão de Organizações Cívicas Anticomunistas**, por ele presidida. Participou de “la reunión” o “Scrio. de la CAL – Prof. Rafael Rodriguez”, subsecretário da CAL e líder dos tecos da FEMACO, designando-se um chileno, o “Prof. Hernán Leigh”<sup>574</sup>, e “[Bernal] Urbina Pinto”, Secretário Geral do Movimiento Costa Rica Libre (MCRL), respectivamente, como “Presidente de Debates” e “Presidente de Honra” da “Comisión 1”. Participaram também dos debates da Comissão de Organizações Cívicas Anticomunistas “Rubén Sanches – El Mondio”, “Negro – Hernán Landiva Flores”, da Bolívia, e “H. Sanchez Alonso”, da Costa Rica (CDyA: R0237F0747).

Outra folha de seus manuscritos, sob o título “Delegados [de la] Comisión 1”, foi dividida por A. Campus Alum em seis quadrados, em branco, cada qual representando os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, Peru e Costa Rica. Na folha seguinte, ao espaço destinado à Guatemala, em branco, seguiu-se aquele destinado ao Chile, registrando, entre os participantes chilenos da Comissão de Organizações Cívicas Anticomunistas, os já citados Hernan Leigh, Gustavo Alessandri e Julio Tapia (CDyA: R0237F0750). Os manuscritos ainda registraram um debate ocorrido no II Congresso da CAL-Pública sobre a necessidade de expandir a representação latino-americana na WACL. No início do tópico que registrou essa discussão, o repressor paraguaio anotou o nome do nicaraguense Francisco Buitrago, um dos primeiros “amigos” latino-americanos da Liga e membro do Conselho Executivo da WACL, acrescida das anotações: “Reunión [y] presencia al Congreso: Presidente Ku Chan Kang [*sic*]; Secretario – Sin voto por la

---

<sup>574</sup> Hernán Leigh Guzmán, deputada chileno, era irmão do Comandante-em-Chefe da Força Aérea do Chile Gustavo Leigh Guzmán, um dos membros da Junta Militar que assumiu o poder, em 11 de setembro de 1973, depois do golpe de Estado contra o Presidente Salvador Allende.

carta – José María Hernández, Filipinas, [que] propició entrada de José Figueras en la organización” (CDyA: R0237F0753)<sup>575</sup>.



**Figura 252.** Manuscritos do chefe da polícia política stronista Antonio Campos Alum, diretor da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), redigidos durante o II Congresso da CAL-Pública, no Rio de Janeiro, em 1974. No destaque em vermelho, informações anotadas sobre o uruguaio “Aymaro Moyano”, detido em março de 1972, e “María Concepción Amarilla – detenida ayer en Paraguaya”. Circulada, uma cruz desenhada pelo repressor paraguaio à frente do nome de “Carlos Turover”. FONTE: CDyA: R0237F0746/R0237F0752.

“Un ‘Punto Fundamental’” anotado por Campos Alum, adentrando propriamente na questão do poder dos latino-americanos dentro da Liga, registrou que “[ilegível] de CAL en el C. Ejecutivo de la WACL”, destacando-se o seguinte “Obstaculo”: “La Carta prevé que el C.E., deberá tener 13 miembros con derecho a voto – de los cuales Asia tiene 6-7” (CDyA: R0237F0754). A solução vislumbrada pelos anticomunistas reunidos no Brasil, em janeiro de 1974, no II Congresso da CAL-Pública, definiu que se deveria “Plantear” a “Representación equitativa de la CAL en n.º de miembros del C.E. de la CAL” (CDyA: R0237F0754). “Se acepta a propsta, a Asia permanecería com 6 membros no Conselho Executivo e a CAL passaria para 5, em contraste com a estrutura de então: “C.E.: Asia 6, N. Am. 1; L. America

<sup>575</sup> Recorde-se que José Figueras, que se tornaria presidente da Costa Rica e manteria uma relação de “amor-e-ódio” com a CIA norte-americana, integrou o primeiro Conselho Executivo da WACL, no biênio 1967-68.

**1; Africa 1; Europa 1**” (CDyA: R0237F0754). Além do nicaraguense Francisco Buitrago, do filipino José María Hernández e do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, também estiveram “presentes” nessa discussão sobre o aumento da representatividade da CAL dentro da WACL: o secretário-geral da CAL **Rafael Rodriguez** e o dirigente cubano anticastrista em Miami “**Andrés Nazario [Sargen]** – [da] **Alpha 66**” (CDyA: R0237F0754). Na sequência, o chefe da polícia política paraguaia anotou que seria o “Consejo de la Liga” o órgão responsável por “nombrar al Comité Ejecutivo”, que “esta integrado por todos los CAPITULOS que integran la Liga”, destacando que “**Itchen-Son** – Ministro de la Embajada de China Nac[ional] en la ONU” – lideraria o “Consejo General” da WACL (CDyA: R0237F0754).

Na página seguinte dos manuscritos, Campus Alum registrou que o Brasil já havia sido escolhido como o país “**Sede para [el] próximo Congreso de la WACL**” (CDyA: R0237F0755), isto é, para a VIII Conferência da Liga de 1975, já estando na época igualmente pré-agendada, para abril de 1974, a realização da VII Conferência da WACL nos EUA. Na sequência, o delegado da polícia política stronista anotou os nomes de um “Dr. **Medina**”, da Guatemala, de “[**Germando**] **Justo**, da Argentina, novamente de “**Francisco Buitrago Martínez**”, desta vez com seu endereço “(Av. del Ejército 416, apartado postal 1703, Managua DN Nicaragua)”, registrando a vindoura “eleccion de Freed Chafle [sic]”, “Preside[nte] [da] Cardenal Mindszenty Foundation”, isto é, **Fred Schlafly**, para a presidência da WACL (biênio 1974-75), seguido do nome de **Lee Edwards** e de **David Rowe** (CDyA: R0237F0756). (Schlafly, Rowe e Edwards eram dirigentes do *American Council for World Freedom* (ACWF), o primeiro “Capítulo” norte-americano da Liga).



**Figura 253.** Excerto dos manuscritos de Campos Alum em que se registra a escolha do Brasil como país-sede para a

VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista (WACL)  
em 1975. FONTE: CDyA: R0237F0755.

O tema sobre o aumento da representatividade da CAL dentro da Liga voltaria, em outra página dos manuscritos, sob a rubrica “**Reforma [de la] Carta [de] WACL**”. Indicando novamente o “Congresso de Rio-[19]75”, ou seja, a VIII Conferência da Liga já então pré-agendada para ocorrer no Brasil, o chefe da polícia política stronista registrou que haveria, em 1974, uma “**reunión del C. Ejecutivo de WACL al comienzo y otra al final [del año] para incorporación de nuevos miembros**” à Liga (CDyA: R0237F0759 grifo meu). Observou ainda o repressor paraguaio, sob a rubrica “T.F.P.-Tradición, Familia y Propiedad”, que o presidente desta organização era “Plinio Correia D’Oliveira [*sic*], seu “periódico” o “Catolicismo” e sua “posición” – “anticomunista” (CDyA: R0237F0759). A “posición concreta” da TFP na WACL: “No aceptan actuar. Piden presencia. No aportaron” (CDyA: R0237F0759). Ou seja, a TFP estaria supostamente desferindo “ataques contra el nacionalismo” e “ataques contra gobiernos militares anticomunistas” (CDyA: R0237F0759). Três obras de ideólogos da TFP foram anotadas por Campos Alum: duas de Plinio Correia de Oliveira – *Revolucion y Contrarevolucion e Reforma Agraria* – e uma de Vidigal da Silveira – *Frei, el Kerensky chileno* (CDyA: R0237F0759).

Na sequência dos manuscritos, registraram-se o nome do “Dr. Fernando Berckemeyer [Conroy]”, do Peru, a sigla “SINAMOS – Partido Político en la practica”, outro nome (ilegível) seguido da caracterização “posición [de] derecha”, “Pontificia Universidad Catolica (Lima-Peru), “Jose Antonio Ferreiro (Uruguay), Rambla México, 6585, Telef. 50-20-22”, e “Guillermo Guerra (Uruguay), Rivera, 6169, Telef. 50-38-23” (CDyA: R0237F0760). Logo abaixo, provavelmente referindo-se aos informes a serem apresentados na vindoura VI Conferência da WACL de abril de 1974, nos EUA, Campos Alum anotou em seus manuscritos elaborados durante as sessões que presidiu no II Congresso da CAL-Pública: “1) Informe de Australia-[Paul] Person; 2) Informe de Europa-Liga Británica [e] Belgica; 3) [Informe de] América Latina- Dr. Francisco Buitrago (Nicaragua-miembro del Consejo Ejecutivo); 4) [Informe de los] Paises del Medio Oriente (Turquia); 4) [Informe de] Canadá; 5) [Informe de] N[orte] America. Consejo Americano de la Libertad Mundia [y] Cuba” (CDyA: R0237F0762).

Em suas anotações feitas no congresso da CAL, o policial paraguaio compilou o nome e endereço de “Armando Perez Roura, 34 NW 17, n.º 22, Miami, Florida, 22.125”, de Luis Alberto

Lozano, Colombia”, de “Francisco Pizioti Tejada”, de “Tomás Reyes [Cerde]”, da República Dominicana, e do embaixador do Equador “Cristóbal Bonifaz [Jijón]” (CDyA: R0237F0757). Logo abaixo, anotou: “Informe de [Adolfo] Cuellar”, da Organización Democrática Nacionalista (ORDEN) de El Salvador, sobre o “Comandante Juan Almeida”, “Jefe de Provincia de Oriliete (Cuba”, que “entrena grupos guerrilleros latinoamericanos” (CDyA: R0237F0757, grifo meu). Na sequência, Campos Alum transcreve os nomes de “Robert Derick” e de “[Manuel Ayán] Cordón”, da Guatemala, seguidos de um tópico sobre a “publicidad para las organizaciones anticomunistas”, que teria o “objetivo [de] frenar [la] campaña [de] desprestigio de organizaciones y gobiernos anticomunistas” (CDyA: R0237F0758, grifo meu). Abaixo dos nomes de Germán Borregales, da Venezuela, e de Tomás Reyes Cerda, da República Dominicana, registrou-se que uma certa (não identificada) “Asociacion de Periodistas” estaria dando “cobertura [a la] posición de periodistas comunistas” e, assim, “se convierte en asociación comunista” (CDyA: R0237F0758). Contra isso, uma proposta da Guatemala recomendou que os “miembros de la CAL”, “en cada país”, agissem para “contrarestar [esa] campaña de desprestigio”, anotando-se a seguir os nomes de Alberto Lozano, da Colômbia, e de Rafael Rodriguez e de seu irmão Ramón Rodríguez, responsável pela “FONEL” sediada no “Mexico, Av. Morelos, 65-07-6” (CDyA: R0237F0758). Em outra folha de seus manuscritos, Campos Alum escreveu no topo da página o assunto “Policia [y] FF.AA.” (CDyA: R0237F0764)<sup>576</sup>.

#### *5.5.9.1. Projeto do Brasil ou protótipo da Condor? Criar um Centro de Informações Anticomunistas!*

Contudo, o aspecto mais importante registrado nos manuscritos do chefe da “gestapo” stronista consistiu na proposta de criação, feita pela delegação brasileira, de um organismo regional para o armazenamento e o intercâmbio de informações entre os membros da CAL, isto é, na dicção do *Anteproyeto* de seus Estatutos, *partidos políticos, organizações militares e demais entidades anticomunistas* integrantes desse organismo da WACL na América Latina. Observe-se, inclusive,

---

<sup>576</sup> Abaixo disso, pode-se ler o nome de “León Pérez de Jérez”, “El Cairo”, nascido em 1927, em Assunção, e descrito como “muy amigo de Raúl Castro. Trabajaba en Simares Aereas Cubana. Llegó a Paraguay en 1965 [y practica la] venta de repuestos para aviones. Tiene una estancia en Puerto Stroessner. Posible frigorífico vinculado a Borbón (Repsa) y Sape[ilegível] Pastor. Pasaporte Especial – Paraguayo – Viajó. Tiene una compañía de aviación – CPA? Compró 3 aviones [y] viajó al Japón con el Presidente en 1972” (CDyA: R0237F0764).

que Campos Alum não participou do II Congresso da CAL-Pública de 1974 “apenas” como diretor, subordinado ao Ministério do Interior stronista, da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT). Recorde-se que o II Congresso da CAL-Secreta de 1973, em Puerto Presidente Stroessner, designou o diretor de *La Técnica* “jefe del ‘Departamento Técnico Latinoamericano de Asesoría y Ayuda en la lucha contra las guerrillas y el terrorismo’” (ROSTICA, 2021: 228)<sup>577</sup>.

Quem anotava a “Proposta do Brasil” durante o II Congresso da CAL-Pública no Rio de Janeiro, portanto, era tudo, menos um amador. Assim que, em seus manuscritos redigidos em janeiro de 1974 na “cidade maravilhosa”, o diretor da DNAT e chefe do *Departamento Técnico Latinoamericano de Asesoría e Ayuda na luta contra as guerrilhas e o terrorismo* anotou: “**Sobre el Proyecto de Brasil. Se resuelve. Pto. 6º) Crear un Centro de Informaciones Anticomunistas sobre actividades, agentes, personas, entidades, aliados del comunismo en los distintos Países**” (CDyA: R0237F0748, grifo meu). Na sequência da proposta brasileira para a criação desse **Centro de Informações Anticomunistas**, Campos Alum anotou que se deveria “Designar” para ele os seguintes nomes: “Cnel. Angel Fernández [Herrera] = Ecuador, Alberto Laos = Peru, Olga Nazario = Alpha 66, Julio Tapia = Chile, Gustavo Alessandri = Chile, Armando Perez [Roura<sup>578</sup> = Alpha 66 (Cuba)]” (CDyA: R0237F0748, grifo meu).

Embora sem precisar qual fonte utiliza nesse ponto, a socióloga argentina Julieta Rostica observa que “en el II Congreso de Río de Janeiro, **la comisión de asociaciones cívicas** [presidida por Campos Alum] **resolvió crear un Centro de Información [Anti-]Comunista cuya estructura se delinearía por otra comisión con sede en Costa Rica**. La secretaria general de la CAL se comprometió a coordinar el ‘**intercambio de información reservada entre los Organismos Nacionales de la CAL**’” (ROSTICA, 2021: 227). Ou seja, arremata a investigadora argentina, “**una de las tareas principales que se dio la CAL fue la recolección de información**” (ROSTICA, 2021: 227). Deve-se, então, ter sido aprovado pela Comissão de Associações Cívicas do II Congresso da CAL, presidida pelo repressor stronista Campos Alum, a proposta brasileira para a criação de um **Centro de Informações Anticomunistas**, destinado a monitorar as “atividades, agentes, pessoas, entidades, aliados do comunismo em distintos países”.

---

<sup>577</sup> Recorde-se que a CAL-Secreta, na mesma ocasião, designou Rubén Darío Osorio “jefe del ‘**Servicio Latinoamericano de Inteligencia**’” (ROSTICA, 2021: 228).

<sup>578</sup> Armando Perez Roura era “Vice Pte. de la Sociedad Interamericana de Locutores” (CDyA: R0237F0749).

Esse centro remete necessariamente a uma “coincidência” de propósitos, já demarcada, entre a CAL e outra conexão repressiva regional pactuada posteriormente entre as ditaduras militares da América do Sul, a saber: a “coincidência” entre os objetivos estratégicos da CAL com aqueles formalizados pouco depois na chamada Operação Condor<sup>579</sup>. É possível suscitar aqui, mais uma vez, a hipótese de que um dos *protótipos* do Sistema Condor, formalizado ao final de 1975 no Chile de Pinochet, tenha sido gestado e avançado, *também* no Brasil, durante o II Congresso da CAL-Pública, em 1974, no Rio de Janeiro.

O historiador Marcos Vinicius Ribeiro foi o primeiro a trazer à tona o “Projeto do Brasil” para a criação de um Centro de Informações Anticomunistas a partir dos manuscritos de Antonio Campos Alum. Contribuiu, assim, para fazer a historiografia pertinente “despertar do sono dogmático”. Esse historiador brasileiro observou também o “paralelismo” entre os planos “antissubversivos” da CAL e aqueles posteriormente consolidados no Sistema Condor. Em suas palavras, “para combater a ‘subversão’, a Operação Condor formalizou mecanismos de cooperação paralelos e clandestinos entre os países que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)” e, “além de ser um marco de formalização dos critérios de cooperação repressiva subcontinental”, ela “apresentou novas possibilidades de atuação para os anticomunistas que se organizavam na CAL e na LAM [Liga Anticomunista Mundial]” (RIBEIRO, 2018: 18)<sup>580</sup>.


Se é verdade que, a partir de 1975, a Operação Condor forneceria aos anticomunistas do complexo WACL/CAL um novo patamar de ação repressiva coordenada, muitíssimo mais letal e poderoso porque protagonizada pelas ditaduras militares da América do Sul, os congressos da CAL já serviam como “incubadores” de *protótipos* de eixos repressivos regionais desde 1972. Nesse

---

<sup>579</sup> Seria tecnicamente mais correto dizer Sistema Condor, como será tratado no APÊNDICE. O Condor foi um Sistema “antissubversivo” de Coordenação, Inteligência e Segurança. Nessa planificação do terrorismo de Estado, operações foram feitas.

<sup>580</sup> Marcos Vinicius Ribeiro, pioneiro na reconstrução dessas redes anticomunistas transnacionais, assinala que, “depois do 2º Congresso da CAL, sediado no Rio de Janeiro, o Paraguai se transformou no principal epicentro da entidade, contando com os aparatos repressivos daquele país, bem como com quadros da repressão e empresários na composição e organização da entidade” (RIBEIRO, 2018: 16). Sendo uma verdade inegável que agentes políticos, militares, policiais e empresariais de alto escalão do stonismo estruturaram o “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL, ressalve-se que seria o Brasil, e não o Paraguai, depois do II Congresso da CAL-Pública de 1974, que se transformou no locus privilegiado do encontro subsequente dessa regional da WACL na América Latina. Ao final de 1974, o III Congresso da CAL-Secreta, desconhecido até agora da historiografia, seria sediado no “coração” da arapongagem da ditadura militar brasileira, a saber, na sede da Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília. Em 1975, a VIII Conferência da WACL seria realizada, igualmente, no Brasil. Isto é, os aparatos repressivos e empresariais da ditadura militar verde-amarela ajudariam a transformar o Brasil, entre 1974-76, no verdadeiro epicentro da WACL/CAL.

sentido, analisou-se como a VI Conferência da WACL e o I Congresso da CAL de 1972, no México, ofereceram propostas de entrosamento regional da coordenação repressiva anticomunista.

  
II CONGRESSO DA CAL  
RIO DE JANEIRO - GB - BRASIL  
0237F 0748

Considerando:  
II Congresso

Movimiento Nacionalista Paraguai

Sobre el Proyecto de Brasil. Se resuelve  
(Pto 6º) Crear un centro de Infor-  
maciones <sup>anticomunistas</sup> sobre actividades, agentes,  
personas, entidades, aliados, del  
Comunistas en los distintos Países.

Paraguay

And. Fernández = Ecuador -  
Peru

Alberto Saiz = Perú

Olego Nazari = Alto 66

Julio Tapie = Chile

Gustavo Alessandri = a

Armando Perez

**Figura 254.** Manuscritos de Antonio Campos Alum, chefe da polícia política stronista (*Dirección Nacional de Asuntos Técnicos*, DNAT), redigidos no II Congresso da CAL-Pública de 1974 no Rio de Janeiro. Campos Alum, treinado nos EUA em “antissubversão”, foi o diretor vitalício de *La Técnica* (DNAT) e presidiu no II Congresso público da CAL a *Comisión de Organizaciones Cívicas Anticomunistas*. No destaque em vermelho, o *Proyecto de Brasil* para a criação de un *Centro de Informaciones Anticomunistas*. Este documento está depositado nos *Archivos del Terror* da polícia política stronista, fundo administrado pela Corte Suprema do Paraguai, em Assunção. FONTE: CDyA: R0237F0748.



Bastaria lembrar da proposta da delegação argentina para o estabelecimento de uma *Regional Latinoamericana de Informaciones e Divulgación* e da arguta observação feita sobre ela pela historiadora mexicana Mónica Naymich López Macedonia. Destacando a “coincidência” daquela com o “banco de dados” da futura Operação Condor, a mexicana observou que “no cabe duda (...) que la propuesta (...) se pareció mucho a la dinámica que caracterizó lo que hoy se recuerda como Operación Cóndor” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 152)<sup>581</sup>. Como visto, ao analisar a criação da CAL em 1972 no México e seu programa estratégico, referida historiadora mexicana apontou para a necessidade de inclusão de “nuevos actores en aquella trama represiva”, perguntando: “¿Existió algún tipo de colaboración desde México a través de la CAL en la Operación Cóndor?” (LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 155). Embora se voltará ao tema neste CAPÍTULO 5 e no APÊNDICE, desde agora já se está em condições de responder afirmativamente à questão lançada por López Macedonia. Isto é, não foi somente no México de 1972, com a criação da CAL, que este braço político-militar da WACL na América Latina poderia ter servido como uma das “incubadoras” dos planos de coordenação repressiva do “pré-Condor”. Como visto, também no Paraguai de Stroessner, durante o II Congresso da CAL-Secreta de 1973, planejou-se “establecer un sistema regular de información confidencial para el intercambio de datos entre las Organizaciones nacionales miembros de la CAL” (CAL *apud* CVJ, 2004: 58). Comentando especificamente essa resolução do II Congresso secreto da CAL, a Comissão de Verdade e Justiça (CVJ) do Paraguai afirmou, reiterar-se, que “la CAL, y su organización hermana, el Capitulo Paraguayo de la Liga Anticomunista Mundial, desarrollaron una extensa labor durante las dos etapas del Operativo Cóndor” (CVJ, 2004: 287).

Em resumo, as conexões repressivas regionais da CAL podem ter sido integradas, depois de 1975, ao Sistema “antissubversivo” de Coordenação, Inteligência e Segurança batizado de Condor. Antes disso, inclusive, durante os atos preparatórios ao lançamento do Sistema Condor – período genericamente denominado de “pré-Condor” –, a CAL pode ter servido como *um* dos

---

<sup>581</sup> Recorde-se que a *Regional Latinoamericana de Informaciones e Divulgación* proposta no México em 1972 deveria, entre outras missões, “centralizar y procesar cuanta información se obtuviere sobre los proyectos y planes, tácticas y acciones a llevar a cabo por el marxismo en América Latina y en otras partes del mundo, así como el control de los dirigentes y su currículo vitae, intercambiando esta información con la *Regional Latinoamericana* y viceversa, procediendo a su divulgación por los canales que aconsejase la índole de la información obtenida” (ÁNGEL DRAGANI *apud* LÓPEZ MACEDONIA, 2010a: 152).

modelos desse “Mercosul” do terrorismo de Estado e da contrarrevolução sul-americana. O “Projeto do Brasil” oferecido em janeiro de 1974 ao II Congresso da CAL-Pública, por exemplo, inseriu-se na “pré-Condor” e, assim, serviu ao entrosamento da coordenação repressiva regional anticomunista, configurando *um* dos *protótipos* da Condor. Isto é, o México em 1972, o Paraguai em 1973 e o Brasil em 1974, na medida em que receberam congressos públicos e secretos da CAL, configuraram um *locus* privilegiado à “incubação” das conexões repressivas regionais do período “pré-Condor”.

No caso do II Congresso da CAL-Pública de 1974, tem-se o registro manuscrito de Campos Alum sobre o “Projeto do Brasil” visando à criação de um Centro de Informações Anticomunistas. Além dele, recorde-se que a SEPES também anotou que ocorreriam “várias atividades não oficiais” dentro do certame e que discutiriam, entre outras propostas, o projeto de **“institucionalização e aperfeiçoamento de um sistema permanente de troca de dados e informações sobre: a) Atividades Antinacionais feitas no Exterior; b) Atuação do M.C.I. [Movimento Comunista Internacional]”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 175, grifo meu)<sup>582</sup>. Esse *sistema permanente de troca de dados e informações* sobre comunistas e “subversivos” constituiu, no entramado repressivo da WACL/CAL, senão o protótipo do Sistema Condor, ao menos *um* dos protótipos dessa coordenação repressiva formalizada em 1975 no Chile de Pinochet<sup>583</sup>.

Seja como for, o “Projeto do Brasil” apresentado ao II Congresso da CAL-Pública e registrado nos manuscritos do chefe da polícia política stronista deve ter atendido a um duplo interesse verde-amarelo. De um lado, correspondeu à ambição da SEPES que ostensivamente organizou o II Congresso público da CAL e, assim, ascendeu nos quadros de poder do complexo WACL/CAL. De outro lado, esse Projeto do Brasil correspondeu aos interesses da ditadura militar verde-amarela, cujos agentes – em especial seu ministro da Justiça Alfredo Buzaid – ajudaram a

---

<sup>582</sup> Diante desse Projeto do Brasil para a criação de um Centro de Informações Anticomunistas e dessa proposta – que deveria ser tratada em reunião paralela dentro do II Congresso da CAL-Pública – para institucionalizar e aperfeiçoar um sistema permanente de troca de dados e informações sobre “antinacionais” e comunistas, parafraseia-se Leonel Brizola, dirigente trabalhista gaúcho ligado a Getúlio Vargas e João Goulart, que se tornaria um dos alvos marcados para morrer pela Condor verde-amarela: “Tem rabo de Condor; penas de Condor; bico de Condor; olhos de Condor; corpo de Condor; cabeça de Condor. Como é que não é Condor?”. Sobre o “alvo” Brizola, cf. APÊNDICE.

<sup>583</sup> Conforme se detalhará no APÊNDICE, não se tratou do único protótipo da Condor. Existiram outros, mas, nem por isso, o complexo WACL/CAL pode ser deixado de lado pela historiografia interessada no “pré-Condor” e em sua fase ulterior de formalização e voo de morte.

organizar o II Congresso da CAL-Pública. Vislumbraram também, conforme se verá, os benefícios que poderiam advir de sua associação àquele braço político-militar da WACL na América Latina. O engajamento dos militares brasileiros na CAL e na WACL, portanto, foi visto como um *plus* estratégico no combate aos “antinacionais”, aos comunistas e aos “subversivos” em geral.

#### 5.5.10. A proposta da FEMACO: uma Agência de Comunicação Internacional (ACI)

Como visto, um documento da SEPES, versando sobre as atividades previstas para o II Congresso da CAL-Pública, “pré-agendou” a realização de algumas encontros “informais” que ocorreriam em seu marco. Entre essas “atividades não oficiais” previstas pela SEPES, constava a organização de uma **“reunião paralela de empresários e jornalistas, em número aproximado de 20, para os quais se está preparando um trabalho sobre a atual situação do Brasil e também da infiltração Marxista nos órgãos de imprensa”**. Mais importante, essa reunião informal dentro do II Congresso da CAL-Pública pretendia estabelecer **“um acordo de apoio recíproco entre os órgãos de imprensa não Marxista, de luta permanente contra as falsas notícias divulgadas sobre os Governos Anti-Comunistas, [e] particularmente pretende-se um apoio dos mesmos ao Brasil”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 175, grifo meu).

Essa passagem do documento da SEPES apresenta uma marginalia, provavelmente aposta por algum agente dos serviços secretos da ditadura militar brasileira, na qual se pode ler: **“Campanha contra o BRASIL”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 175). A SEPES buscava contrarrestar, dessa forma, as “campanhas difamatórias” contra a “imagem exterior” não só da ditadura militar do Brasil, mas, via CAL, também as de suas congêneres anticomunistas da América Latina<sup>584</sup>. Esse seria, pois, o objetivo do citado encontro paralelo entre empresários e jornalistas. O ministro da Justiça de Médici, Alfredo Buzaid, não apenas elaborou um “Livro Branco” ou da “Verdade”, nunca publicado, para contrarrestar a suposta “campanha difamatória” contra “a imagem do Brasil no exterior” (no que teria sido auxiliado por A. C. Pacheco e Silva, como descobriu a historiadora Luiza das Neves Gomes). Buzaid, cite-se novamente, enviara um memorando ao general-ditador Médici, em 1970, informando-se que seu *preclaro jurisconsulto*

---

<sup>584</sup> Como se verá, em revelações recentemente feitas pelo jornalista e cientista político Roberto Simon, o presidente da SEPES trabalharia no mesmo sentido com a embaixada do Chile de Pinochet no Brasil.

**“está preparando um corpo de jornalistas ortodoxamente revolucionários, que escreverão artigos de doutrina, sueltos [comentários sobre assunto do dia], notas e demais publicações, a fim de serem distribuídos aos jornais, estações de rádios e emissoras de televisão”** (BUZOID *apud* MACHADO, 2015: 172, grifo meu).

Esse interesse da ditadura militar e do ministro da Justiça Buzaid em engariar “um corpo de jornalistas ortodoxamente revolucionários” motivaria seu Ministério a convidar, secretamente, alguns “jornalistas considerados anti-comunistas e interessados em fazer a cobertura jornalística do II Congresso da CAL” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 164). O ministro Buzaid foi um dos organizadores do II Congresso da CAL-Pública, enviando convites, na forma de telegramas, a “jornalistas ortodoxamente revolucionários” (leia-se: defensores ortodoxos das ditaduras militares regionais), bem como designando observadores para assistirem ao conclave.

Buzaid foi uma das “estrelas” na abertura do II Congresso da CAL-Pública no Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, no primeiro mês de 1974, portanto, na antevéspera desse “ex” integralista deixar a chefia do Ministério da Justiça de Médici. O que importa registrar, aqui, é a preocupação da ditadura militar brasileira, de suas congêneres regionais, da SEPES e demais “Capítulos” da CAL, com a necessidade de contrarrestar a suposta “campanha difamatória” da “imagem no exterior” dos governos anticomunistas da América Latina. Nessa direção, o II Congresso da CAL-Secreta realizado em 1973, no Paraguai de Stroessner, decidiu-se pela criação de uma **Agência Latinoamericana de Notícias**, “como medida para contrarrestar las campañas contra los Gobiernos, Partidos Políticos y Organizaciones anticomunistas” (CDyA: R108F2069).

Essa agência internacional de notícias ficaria a cargo dos tecos da FEMACO e deveria se especializar em ações “para **difundir la gestión de los gobiernos ‘nacionales’/militares de América Latina y denunciar sistemáticamente todo tipo de actividades marxistas/izquierdosas**” (CAL *apud* CVJ, 2004: 58, grifo meu). Esse projeto fora apresentado pela ultradireita alucinada de Jalisco não no Brasil, ademais, mas no Paraguai, em maio de 1973, durante o II Congresso da CAL-Secreta na cidade Puerto Presidente Stroessner. Mas esse “**Proyecto para fundar una ‘Agencia de Comunicación Internacional (ACI)’**” só seria aprovado no Brasil, em janeiro de 1974, pelo II Congresso da CAL-Pública<sup>585</sup>. Novamente, o

---

<sup>585</sup> Os principais historiadores que se debruçaram sobre esse Projeto de criação da ACI, Marcos Vinicius Ribeiro (2018) e Fernando López (2016), ressaltam que ele fora apresentado, mais de uma vez, em outras reuniões da CAL. A versão aqui utilizada para analisá-lo, inclusive, é aquela que a FEMACO apresentaria ao III Congresso da CAL-

pioneirismo da análise historiográfica sobre a ACI, no Brasil, cabe ao arguto historiador Marcos Vinicius Ribeiro. Foi ele quem salientou que “a iniciativa de organizar uma agência de informações subcontinental se relacionou com a expectativa de vigilância e cooperação almejada pela CAL desde sua fundação” e “foi a partir do 2º Congresso, realizado no Rio de Janeiro e organizado pela SEPES sob o comando de Carlo Barbieri Filho, que o plano de ação da ACI foi, finalmente, estruturado” (RIBEIRO, 2018: 200).

Adentrando, pois, no Projeto de criação da ACI, provavelmente elaborado para a CAL pelo líder dos tecos mexicanos Humberto Dávalos Herreros, importa demarcar que ele se preocupou, antes de tudo, com a viabilidade econômica e com o esmero jornalístico da empreitada continental. O Projeto justificou a pertinência da criação de uma Agência de Comunicação Internacional (ACI) *da América Latina* pelo fato de que, “hasta ahora, la inmensa mayoría de los diarios latino-americanos han dependido, para su información internacional, de agencias no latinoamericanas, que naturalmente tienen puntos de vista ajenos – y frecuentemente parciales – a los intereses de los países de Latinoamérica” (AC.ACE 91597/76, p. 42). Essa “desinformação” supostamente propagandada pelas agências de notícias não latino-americanas seria devida, em grande parte, a “una deficiente y a veces capciosa información de lo que ocurre en las naciones latinoamericanas. **Y esa imagen deformada impide que se forme una vigorosa Opinión Pública continental** y que surja una más firme solidaridad para sortear y resolver problemas comunes” .

O Projeto da FEMACO assinalou que “**la opinión pública de un país es un patrimonio nacional**”, isto é, “**un factor decisivo de orden y progreso; de repulsión a lo malo y de adhesión a lo positivo**” (AC.ACE 91597/76, p. 42, grifo meu). A opinião pública *sã*, assim, deveria divulgar valores de “respeto al bien común, de adhesión a la libertad, de garantías para el ciudadano y para las creencias religiosas”, constituindo, então, “**una fuerza que se opone a todo lo anárquico o destructivo**” (AC.ACE 91597/76, p. 42). A projetada ACI, defensora da opinião pública latino-americana *sã*, *ordeira*, anti-anárquica, deveria se contrapor à “**actual politización de la prensa en el mundo occidental**” (AC.ACE 91597/76, p. 42). Essa politização da imprensa mundial acusada pelos proponentes da ACI seria “**una forma de guerra (...) contra el alma nacional, en tanto que la subversión o la guerrilla actúan contra el cuerpo físico de la nación**” (AC.ACE

---

Secreta, em Brasília, ao final de 1974. Todavia, como o Projeto havia sido aprovado no II Congresso da CAL-Pública de início de 1974, optou-se por expô-la neste momento. As diversas apresentações do Projeto da ACI, ao que tudo indica, sinalizam que ele não vingou.

91597/76, p. 42, grifo meu). Defendiendo a “alma nacional”, o projeto dos tecos defendeu junto à CAL a necessidade de coordenar globalmente uma série de ações de propaganda junto à *opinión pública latino-americana*, salientando que “si en lo nacional es tan importante conservar una Opinión Pública sana, al abrigo de la manipulacion enemiga, también en lo internacional se ha vuelto urgente para los países latinoamericanos cuidar la opinión que mutuamente se tienen entre sí” (AC.ACE 91597/76, p. 42). Diante das “amenazas y problemas continentales” representados pela “subversão” da “alma nacional”, que estaria sendo estimulado pela imprensa do Ocidentel como verdadeira arma de guerra política, seria urgente “crear una agencia informativa nuestra, especializada en nuestros propios problemas y que se ocupe con mayor amplitud y profundidad de todo lo que nos concierne” (AC.ACE 91597/76, p. 42).

Como ponto de partido do projeto aprovado pelo II Congresso da CAL-Pública, a FEMACO propôs que “**la Secretaria General de la CAL cree una Comisión Organizadora de la Agencia de Comunicación Internacional (ACI)**, integrada por cinco personas, con facultades especiales para planear las actividades en detalle y poner en acción la Agencia” (AC.ACE 91597/76, p. 43, grifo meu). As cinco pessoas indicadas exerceriam as seguintes funções: “a) Un director con facultades ejecutivas; b) Un secretario para la rama de información diaria y de reportajes; c) Un secretario para la rama de los editoriales y los artículos firmados; d) Un secretario para planear la transmisión de noticias y los envíos por correo aéreo o express aéreo; [e] e) Un secretario de finanzas para recabar los fondos necesarios y llevar la contabilidad” (AC.ACE 91597/76, p. 43). Aquelas pessoas e organizações que se predispuessem a doar à ACI poderiam nomear auditores para supervisionarem “el manejo de los fondos” e, uma vez constituído o capital inicial, a Comissão Organizadora da ACI deveria executar o seguinte plano:

**Para la concentración y redistribución del material informativo, editorial y fotográfico se crearán dos sedes, equidistantes de dos grandes grupos de países. Tales sedes podrán ser Asunción, Paraguay, y Ciudad de Guatemala (Guatemala). Asunción daría servicio a Uruguay, Argentina, Chile, Bolivia, Brasil y Peru. (Con excepción de Lima, las demás capitales de país se encuentran en un radio de 1600 kilómetros, máximo). Guatemala podría ser el otro centro receptor y redistribuidor de material. Daría servicio a Ecuador, Colombia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Santo Domingo y México. (Las capitales de estos países se hallan dentro de un radio aproximadamente de 2400 kilómetros). La ubicación de las dos zonas (Norte y Sur) se determinaría definitivamente después de hacer un estudio de las comunicaciones** (AC.ACE 91597/76, pp. 43-44, grifo meu)

Os trabalhos da Comissão Organizadora da ACI deveria se dividir em dois grupos “para realizar su trabajo **simultáneamente en las zonas Sur y Norte, en un plazo de 10 a 60 días**” e, depois disso, os organizadores deveriam se reunir para “coordinar la forma de poner en acción la Agencia de Comunicación Internacional. Dicha Comisión contrataría los servicios de un director para la Zona Norte y otro para la Zona Sur” (AC.ACE 91597/76, p. 44). A ACI deveria escolher “**periodistas muy capacitados, con amplia experiencia en el diarismo, en el manejo de noticias, en la técnica del reportaje, en el arte de los encabezados, etc., y que a la vez tengan una adecuada formación ideológica. Esos dos directores serán el Eje sobre el cual girará el trabajo de la Agencia**” e, em suas futuras sedes, “recibirán la información, los reportajes y los editoriales de 7 y de 11 países, respectivamente, para luego seleccionar y editar lo que habrán de difundir a los diarios asociados” (AC.ACE 91597/76, p. 44, grifo meu).

Em cada capital se contratariam ainda “un Corresponsal para la información y un Corresponsal para los artículos editoriales o colaboraciones firmadas”, sendo “imprescindible que estos corresponsales trabajen en un periódico y que tengan acceso a toda la información”, procedendo a “una selección, de acuerdo con el instructivo que les de la Comisión Organizadora, y transmitirán el material al director de su respectiva zona. (Los dos directores de zona harán la selección y edición definitiva para luego retransmitir el material publicable) (AC.ACE 91597/76, p. 44). De início, os jornalistas integrantes da então “sonhada” ACI seriam contratados nas capitais nacionais e, depois, buscar-se-iam outros nas principais cidades de cada país. Todavia, “los dos corresponsales mencionados (en cada capital de país) se encargarían de hacer cuatro tipos de envíos a la sede de su Grupo, que consistirían en lo siguiente” (AC.ACE 91597/76, p. 45):

- a) Informaciones trascendentes de gran actualidad, que por su caracter deben transmitirse cablegráficamente;
- b) Informaciones interesantes, pero que no pasan de actualidad en varios días y que pueden enviarse por correo aéreo o express aéreo;
- c) Reportajes especiales, explicativos de tal o cual problema nacional, parecido a los problemas de los demás países, o bien, interesantes por motivos culturales o de sentido humano. Estos reportajes incluyen fotografías. Su envío puede hacerse por correo aéreo o express aéreo. (En la Comisión Organizadora hay un experto para planear la forma más rápida de los envíos) (AC.ACE 91597/76, p. 45)

Na sede do *Grupo Sul*, por exemplo, em Assunção, “operaría un director, un Secretario de Redaccion y un mensajero para recibir, editar y retransmitir el material recibido de cada capital de su zona de influencia”, o mesmo devendo ocorrer na sede do *Grupo Norte*, por exemplo, na Cidade da Guatemala. Os diretores dos Grupos Sul e Norte, com dedicação exclusiva, deveriam

trocar informações entre si e entre seus correspondentes para, assim, unificarem-se as notícias relativas aos “18 países” cobertos pelo projeto da FEMACO aprovado pela CAL em 1974 no Brasil. Deveriam trocar sugestões de reportagens e artigos que “aclaren, complementen o profundicen la información internacional común y corriente. Por ejemplo, si en la Zona Norte alguna agencia internacional difunde noticias negativas sobre ciertos sucesos en Uruguay, Chile o Brasil, el Director de esa Zona pedirá al Zona Sur que le envíe información sobre el particular. Y esta información, según el caso, incluirá fotografías, declaraciones autorizadas, entrevistas, editoriales, etc., que precisen la realidad de lo sucedido” (AC.ACE 91597/76, p. 45).

Os diretores das Zonas Sul e Norte, além de receberem jornais e livros editados nos países sob sua jurisdição, deveriam se manter “constantemente informados y, por decirlo así, les llevarán el pulso a dichos países a fin de poder sugerir y seleccionar el material periodístico más interesante y de actualidad” (AC.ACE 91597/76, p. 46). A ACI deveria tomar cuidado, advertiu seus proponentes mexicanos, para não cair “en el aniquilamiento de un organismo burocrático fuera de la noticia” e, para evitar isso, deveria “mantener un ritmo acelerado de diarismo” (AC.ACE 91597/76, p. 46). Com isso em vista, “en la selección del material informativo se procurará un considerable grado de objetividad y de elasticidad periodística para que el servicio sea llamativo, congruente, convincente y por tanto formativo de **una Opinión Pública Latinoamericana**” (AC.ACE 91597/76, p. 46). Em suma, “para el manejo de la propaganda de las buenas causas” da Opinião Pública Latinoamericana seria essencial ter “tacto periodístico” e manter “un equilibrio adecuado a las circunstancias cambiantes” (AC.ACE 91597/76, p. 46).

O fracasso dos órgãos de imprensa oficial dos governos anticomunistas da América Latina, inclusive, dever-se-ia “a su evidente falta de objetividad y a su manifiesto y a veces burdo propósito de elogiar a los funcionarios. **Las agencias de noticias que han logrado más prestigio y penetración en la opinión pública internacional no son precisamente imparciales ni neutrales, pero tienen tacto y sutileza para deslizar su propaganda y hacerla verosímil y asimilable**” (AC.ACE 91597/76, p. 46, grifo meu). Diversos países latino-americanos estariam, assim, sendo “víctimas de esos recursos propagandísticos” e, para contrarrestá-los, seria preciso ter capacidade e tato no trato com “las informaciones y en los reportajes”, que deveriam ter “un matiz de aquiescencia, de reprobación o de recelosa objetividad que induzea al lector hacia la interpretación correcta” (AC.ACE 91597/76, p. 46).



A Agência de Comunicação Internacional (ACI), dessa forma, deveria se ater à função imanente do jornalismo, ou seja, na parte informativa, deveria se “aproximar a una severa objetividad de los sucesos, pero sin caer en la esterilidad. La absoluta objetividad periodística es uno de los engaños fraguados por sospechosos sectores. Toda información trascendente debe llevar un matiz que induza al lector hacia la dirección correcta. En el editorial o en el artículo firmado esa matiz se vuelve más categórico y directo, ya sea en apoyo o en reprobación” (AC.ACE 91597/76, p. 46). Nesse sentido, a ACI não deveria se constituir como “una simple transmisora de sismos, inundaciones o boletines oficiales, sino una agencia periodística trascendente, que profundiza por un lado sus raíces para penetrar en la significación de los acontecimientos: políticos, sociales, econômicos, etc., en tanto que por outro yergue sus antenas y alza su mirada hacia la solidaridad, la defensa y el progreso de Latinoamérica” (AC.ACE 91597/76, p. 47).

Programando-se, pois, como um verdadeiro “intelectual orgânico coletivo” dos anticomunistas da América Latina, a ACI deveria nutrir um *dinamismo e una alma internacional* capaz de convertê-la, ao longo do tempo, “en **un médio eficaz de unificar y poner en movimiento la voluntad - ahora dispersa - de las elites y de las masas latinoamericanas**” (AC.ACE 91597/76, p. 47, grifo meu). Unificando e colocando em movimento “a vontade das elites e das massas latinoamericanas”, uma vez normalizados seus serviços internacionais de notícias, estes poderiam ser vendidos “al mayor número posible de periódicos”, vislumbrou o auspicioso Projeto da FEMACO/CAL. Prevendo-se que os serviços de notícias poderiam ser vendidos, com isso, a ACI cobriria “gradualmente sus gastos” e liberaria “los donativos para encauzarlos hacia una nueva actividad. Por ejemplo, a **la fundación de una gran revista continental**” (AC.ACE 91597/76, p. 47). Secundando a tão “sonhada” agência internacional de notícias, essa “grande revista continental” poderia ter “una gran variedad de artículos sobre temas artísticos, políticos, econômicos, científico, históricos y atractivas ilustraciones”, incluindo colaboradores de todos países-membros da CAL etc. etc.<sup>586</sup>. Serviços internacionais de notícias, uma “grande revista continental” e, ainda, oxalá, a ACI poderia constituir uma terceira empresa para “editar **un**

---

<sup>586</sup> Como o papel aceita tudo, o Projeto da FEMACO/CAL “sonhou” que essa “grande revista continental” poderia “formarse en la Zona Norte, por ejemplo, en offsetcolor, y los negativos se enviarían por express aéreo a la Zona Sur, a fin de que se imprimiera y se distribuyera simultáneamente en ambas regiones. En esa forma su costo se abarataría. Una vez demostrada su circulación internacional, sería factible obtener anuncios para que se autofinanciara. Entonces los donativos quedarían liberados para invertirse en otra nueva actividad” (AC.ACE 91597/76, p. 47).

**suplemento cultural dominical** para los periódicos asociados e incluso para venderlo a otros diarios”, configurando “un nuevo medio de dar a conocer continentalmente a **valores artísticos o científicos que ahora son deliberadamente ignorados por agencias internacionales que sólo favorecen a corrientes procomunistas**. Al igual que la revista, este suplemento buscaría publicidade para completar su costo de producción y liberar los donativos a fin de reinvertirlos en otra empresa” (AC.ACE 91597/76, p. 47).

Uma vez consolidados seu serviço internacional de notícias, sua revista continental e seu semanário dominical, a ACI poderia, enfim, fundar “una Editorial para publicar libros”, já que “sus costos se reducirían llevando los negativos de offset de la Zona Sur a la Zona Norte, lo cual facilitaría la distribución y disminuiría los fletes. También esto se haría con sentido práctico para que la editorial recuperara la inversión y liberara los donativos a fin de reinvertirlos en otra actividad” (AC.ACE 91597/76, p. 48). A quinta e última “puente de comunicação” da ACI consistiria na “organización de grupos artístico-culturales, integrador por conjuntos de música y de bailes regionales, así como por uno o dos conferenciantes. Contando con un inicial patrocinio econômico se haría publicidad para que en las funciones se cobrara la entrada, a fin de que las giras se autofinanciaran” (AC.ACE 91597/76, p. 48)<sup>587</sup>.

Mas como financiar um serviço internacional de notícias, uma revista continental, um semanário dominical, uma editora e, ufa!, um grupo artístico-cultural para “las giras” por América Latina? Na proposta tão grandiloquente quanto inexequível da FEMACO, “la mecânica para la expansión de la Agencia de Comunicación Internacional [ACI] es que cada una de sus actividades se realice con sentido práctico a fin de que vayan costeándose a sí mismas” e, assim, “el subsidio se destina sucesivamente a crear nuevas actividades” (AC.ACE 91597/76, p. 48). E, caso a engrenagem das cinco “pontes comunicativas” mencionada funcionasse, outras poderiam ser estruturadas, entre elas, “la filmación de cintas de video para TV”, “la filmación de cortos cinematográficos”, “la grabación de programas para Radio”, e “la promoción de convenciones sobre diversos temas a fin de crear y fortalecer enlaces entre grupos culturales, económicos, científicos o políticos” (AC.ACE 91597/76, p. 48).

---

<sup>587</sup> O mesmo formato pode-se encontrar em campanhas da APAFL. Cf. Syngman Rhee Institute; Yonsei University; Woodrow Wilson.

Uma vez erguido e colocado em marcha, a ACI, um imenso aparato comunicacional anticomunista ideado pelos tecos da FEMACO/CAL, enviariam “corresponsales viajeros a Estados Unidos, Europa, Ásia y África para hacer contactos que vayan permitiendo, con el tiempo, difundir en aquellos países **la verdadera imagen de Latinoamérica**” (AC.ACE 91597/76, p. 48). Essa envergadura pantagruélica do projeto da ACI, reconheceram seus proponentes tecos, adequar-se-ia ao “CAMPO (...) AMPLISIMO para más de doscientos millones de latinoamericanos con orígenes comunes, con problemas y asechanzas comunes y con muchos rasgos de hermandad que llevan más de 160 años de esperar el momento de entrar en una unión mas íntima y actuante” (AC.ACE 91597/76, p. 48). Ressalvando que, caso a CAL assim decidisse, o Plano de criação da Agência de Comunicação Internacional (ACI) poderia ser simplificado, iniciando-se primeiro na Zona Sul para depois estender-se à Zona Norte. Dois pontos seriam fundamentais para colocá-lo em prática, contudo:

I. Es necesario lograr desde ahora **un financiamiento suficiente que garantice la vida de la Agencia por un tiempo considerable, hasta que pueda penetrar los medios de información y rendir frutos ideológicos y económicos;** [y] II. No menos importante es lograr **una acertada elección del personal dirigente, capaz de ejecutar el plan con sentido práctico, adaptándolo a las necesidades de la acción, pero sin deformarlo en sus metas** (AC.ACE 91597/76, p. 49 grifo meu)

Não se sabe se o *amplíssimo* projeto da ACI da FEMACO/CAL vingou. Provavelmente, não. Embora proposto em 1973 no Paraguai de Stroessner e aprovado em 1974 no Brasil ainda de Médici, as sucessivas reapresentações do “plano” para a construção de uma “Opinião Pública latino-americana” com autêntica “alma nacional” sinalizam o fracasso da empreitada. Também pudera. A envergadura continental do projeto e sua estratégia das “cinco pontes comunicativas” para divulgar e vender a “verdadeira imagem da América Latina” – com serviço internacional de notícias, revista continental, semanário dominical, editora e um grupo artístico-cultural de *giras* – excederam as capacidades financeiras e operacionais da CAL. Pelo menos, ao que tudo indica. Sem falar no *wishful thinking* de que seria possível acrescer às mencionadas 5 “pontes comunicativas”, uma incursão da ACI para o ramo de produção de filmes para TV, cinema, programas de rádio etc. Porém, mais pesquisas são necessárias no sentido de determinar e especificar em que medida esse projeto foi “simplificado”, isto é, como “jornalistas ortodoxamente revolucionários”, na dicção de Alfredo Buzaid, por exemplo, podem ter servido à CAL sem que

ela tenha, de fato, estruturado uma Agência de Comunicações Internacional (ACI) para chamar de sua.

#### 5.6. *American Council for World Freedom (ACWF), o “Capítulo” norte-americano da WACL*

Em 1974, aprofundando seu “giro” à América, a Liga Mundial Anticomunista realizou sua conferência anual na capital dos EUA. Naquela altura, o *American Council for World Freedom* (ACWF) consolidara-se como o primeiro “Capítulo” norte-americano da WACL. Quem diz primeiro, deixa implícito que existiu, ao menos, um segundo “Capítulo” norte-americano da Liga. De fato, como se verá, o ACWF seria expurgado da WACL diante da “querela antissemita”. A Liga, na ocasião, defenderia seus quadros antissemitas diante de seus “amigos” norte-americanos do ACWF. Adiante-se, rapidamente, que o segundo “Capítulo” norte-americano da WACL, o *Council of American Affairs* (CAA), seria dirigido por um britânico radicado nos EUA: Roger Pearson, antropólogo eugenista responsável por “nazificar” a Liga a partir de 1978. Depois disso, contudo, Pearson e seu CAA seriam expurgados da WACL, que então deixara de defender seus quadros antissemitas para conter a “sangria” de sua imagem pública. Seria assim, no entreabrir da década de 1980, a hora e a vez de um “desnazificador” ocupar a presidência da WACL. Esse papel caberia ao general da reserva John K. Singlaub, futuro presidente da WACL e de seu terceiro “Capítulo” norte-americano, o *United States Council for World Freedom* (USCWF)<sup>588</sup>, que reincorporou velhos quadros do ACWF.

Antes de se passar a isso, porém, importa analisar o surgimento desse primeiro “Capítulo” da WACL nos EUA. Um de seus principais organizadores fora Lee Edwards, ex-diretor do *Young American for Freedom* (YAF), braço juvenil da *John Birch Society* (JBS), grupo da ultradireita alucinada norte-americana. Em fevereiro de 1970, Lee Edwards reuniu alguns líderes conservadores para um encontro na capital dos EUA, “para uma reunião privada e extraoficial para

---

<sup>588</sup> “In November of 1981, with the encouragement and help of Walter Chapiwskyj, I hosted a meeting in Phoenix for several conservative friends to help in the establishment of an American chapter of WACL. For a few years in the 1970s, the former American WACL chapter [CAA] had been headed by a notorious pseudo-scientific racist named Roger Pearson, who had successfully infiltrated the mainstream American conservative movement. He published a couple of fringe journals advocating White supremacist and anti-Semitic claptrap. It was unfortunate that Pearson used this position to second the nomination to WACL of a number of neo-Nazis and fascists, who joined several European chapters” (SINGLAUB; MCCONNELL, 1991: 428-439).

determinar um curso de ação ‘a ser tomado por indivíduos e organizações determinados a combater a tirania ao redor do mundo’” (BURKE, 2018: 57). Poucas semanas depois, 20 líderes anticomunistas norte-americanos reuniram-se no Mayflower Hotel, em Washington, D.C., para um encontro de uma semana<sup>589</sup>. A maior parte dos participantes do encontro estavam envolvidos “em esforços internacionais há anos”, como, por exemplo, o ex-congressista e amigo da WACL/APACL **Walter Judd**, o editor da *National Review* **William Rusher** e **Fred Schwarz**, “um médico australiano tornado revolucionário que liderava a Cruzada Cristã Anticomunista [CACC]” (BURKE, 2018: 57)<sup>590</sup>.

Configurando um plantel das “figuras mais ricas e poderosas do crescente movimento conservador nos EUA”, os anticomunistas convocados por Lee Edwards, temendo a expansão das esquerdas em seu país e no mundo, “decidiram formar um grupo abrangente para fornecer nova direção aos esforços internacionais anticomunistas dos americanos. O resultado foi o **Conselho Americano para a Liberdade Mundial (ACWF), uma coligação de grupos dos EUA trabalhando para construir laços mais estreitos com movimentos similares na Ásia, África, Europa e América Latina**” (BURKE, 2018: 57).

Lee Edwards conseguiu, assim, “reunir uma variedade impressionante de líderes conservadores americanos para o Conselho Americano para a Liberdade Mundial” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 84). Saudando a criação desse primeiro “Capítulo” norte-americano da WACL, a revista do “Capítulo” taiwanês da Liga comemorou que o ACWF traria “uma nova perspectiva para o esforço conjunto das organizações e indivíduos anticomunistas nos Estados Unidos”. Nesse país, “onde o clima de apaziguamento é forte, **o nascimento do ACWF como uma nova frente única contra o comunismo carrega enorme significado político** e certamente exercerá uma influência duradoura. **Os líderes da WACL e APACL de vários países consideram a criação do ACWF um importante passo dado em conjunto pelas maiorias**

---

<sup>589</sup> O historiador norte-americano Kyle Burke cita 20 líderes que se reuniram por uma semana no encontro constitutivo do ACWF. A *Asian Outlook* informou que “26 líderes de organizações-chave anticomunistas” participaram da reunião, que teria durado 3 dias (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, pp. 34-35).

<sup>590</sup> “Schwarz was renowned for his popular line of ‘anticommunist schools’ which drew adherents from California to Connecticut, and which produced a steady stream of revenue, more than million dollars a year. With such a robust financial base, Schwarz had expanded his group overseas, sponsoring schools and publishing propaganda in India, Taiwan, Mexico, Brazil, and South Africa. In British Guiana, his agents had gotten involved in local politics by shuffling thousands of dollars to anticommunist officials there, acts that led to the Crusade’s expulsion” (BURKE, 2018: 57). Como visto no CAPÍTULO 4, a CACC esteve representada na I Conferência da WACL de 1967 em Taiwan (na figura do reverendo James D. Colbert) e na II Conferência da Liga de 1968 no Vietnã do Sul.

**silenciosas dos Estados Unidos**” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 30). Segundo a *Asian Outlook*, o planejamento inicial para a criação “de uma organização anticomunista americana como o ACWF” deveria ser tributado aos “esforços bastante positivos [que] foram realizados nesse sentido pelo Dr. Ku Cheng-kang” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 30). Na III Conferência da WACL de 1969, em Bangkok, Tailândia, “Dr. Ku encorajou fortemente que os líderes de organizações americanas anticomunistas trabalhassem no sentido de um estabelecimento antecipado de uma organização unificada anti-vermelha para atuar como a filial regional da WACL nos Estados Unidos” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 30).

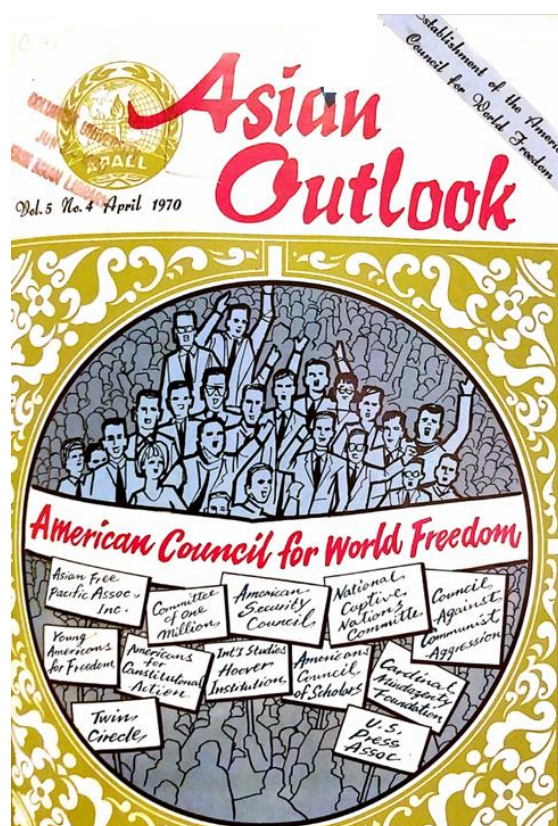
Desse modo, fiando-se na *Asian Outlook*, o ACWF teria sido ideado na Tailândia, durante a III Conferência da WACL de 1969, e a reunião convocada depois por Lee Edwards teria sido o coroamento desse processo de criação de uma “frente única” anticomunista nos EUA. Assim sendo, “estes líderes americanos”, reunidos na III Conferência da Liga, “fizeram duas reuniões em Bangkok e decidiram se reunir novamente em Washington em fevereiro deste ano [1970] para definir os detalhes finais do assunto” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 30). Seja como for, com a criação do ACWF a Liga conseguiria consolidar sua primeira “cabeça-de-ponte” no coração do movimento conservador norte-americano. Na capa da edição de abril de 1970 da *Asian Outlook*, por exemplo, publicou-se um enorme desenho retratando um grupo de manifestantes, com os braços em riste, carregando um *banner* com a seguinte inscrição: “American Council for World Freedom”. Abaixo desse grupo, outro bloco de manifestantes era retratado, empunhando placas de organizações-membros do ACWF, a saber: o *American Security Council (ASC)*, o *National Captive Nations Committee (NCNC)*, o *Committee of One Million*, a *Asian Free Pacific Association*, o *Council Against Communist Aggression (CACA)*, o *Young Americans for Freedom (YAF)*, o *Americans for Constitutional Actions*, a *Cardenal Mindszenty Foundation*, o *American Council of Schools*, a *U.S. Press Association*, o *Twin Circle* e o *Hoover Institution* (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, *capa*)<sup>591</sup>.

O ACWF, estruturando-se como uma instituição “guarda-chuva” incluiu em seus quadros “as principais organizações americanas anticomunistas. Estas organizações são lideradas por John

---

<sup>591</sup> Embora não conste de referida capa da *Asian Outlook*, a *Christian Anti-Communist Crusade (CACC)* de Fred Schwarz integrou o ACWF (BURKE, 2018: 58). Outro membro do ACWF não citado pela *Asian Outlook* era Red Irvine, “a longtime fixture of the far right”, fundador, em 1969, do “Accuracy in Media, ‘a watchdog of the media by promoting accuracy and fairness in reporting’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 84).

Fisher (presidente do Conselho Americano de Segurança), Walter Judd (presidente do Comitê do Um Milhão), Stefan Possony (diretor da Divisão Internacional do Instituto de Pesquisa Hoover)<sup>592</sup>, Lev Dobriansky (presidente do Comitê Americano das Nações Cativas), David Rowe (presidente do Conselho Acadêmico dos Estados Unidos), King (Associação da Juventude dos Estados Unidos), Lee Edwards (secretário-executivo do Comitê do Um Milhão), e o Padre Raymond de Jaeger [da Associação Asiática Pacífico Livre] (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 3).



**Figura 255.** “Establishment of the American Council for World Freedom [ACWF]”. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, *capa*.

<sup>592</sup> Possony foi um dos primeiros “amigos americanos” da ditadura taiwanesa de Chiang Kai-shek, “apresentando trabalhos e panfletos autorais, muitas vezes repetindo a linha partidária do Kuomintang [KMT], que domino a WACL em seus primeiros anos” (BURKE, 2018: 56). “Por exemplo, numa reunião em Novembro de 1969, (...) Stefan Possony (...) explicou que os exércitos restantes do Kuomintang na Birmânia e na Tailândia estavam na melhor posição para acabar com a guerra no Vietnã. Este foi aproximadamente o mesmo argumento que a liderança do GMD [KMT] vinha fazendo desde o início dos anos 1950” (BURKE, 2018: 251). O “Capítulo” taiwanês da WACL publicou, em 1970, um *position paper* de Possony intitulado *People’s War: The Art of Combining Partisan-Military, Psycho-Social, and Political Conquest Techniques* (BURKE, 2018: 251). Esse paper era fruto da intervenção de Possony, em novembro de 1970, no II Seminário do Freedom Center da WACL/APACL, sediado em Seul, do qual também participaram Lev E. Dobriansky e Raymond de Jaeger que discursaram, respectivamente, sobre Castro and the Americas e Guerrillas in the United States (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 2, p. 49).

Ao final da reunião de fevereiro de 1970 em Washington, D.C., os executivos do recém-criado ACWF elegeram como presidente da organização **John Fisher**, “**líder do agressivo [hawkish] grupo de defesa da indústria lobista conhecido como Conselho de Segurança Americano (ASC)**” (BURKE, 2018: 57). Outros dirigentes do ACWF incluíram Walter Judd, primeiro vice-presidente, Stefan T. Possony, segundo vice-presidente, Lee Edwards, secretário, e reverendo Raymond de Jaegher, tesoureiro (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 34). O ACWF dividiu-se, em sua estrutura organizacional, em cinco comitês temáticos. Foram eles, com seus respectivos presidentes: o Comitê de Assuntos Sino-Soviéticos (Stefan T. Possony), o Comitê de Estudos (David N. Rowe), o Comitê de Coordenação com as Organizações Americanas (Mark Lewis), o Comitê sobre Relações com Organizações Internacionais (reverendo Raymond de Jaegher) e o Comitê de Finanças (reverendo Daniel Lyons)<sup>593</sup> (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 34).

Além desses cinco comitês temáticos, o ACWF também contou com 30 diretores, alguns eleitos já na própria fundação do Conselho, em março de 1970. Entre seus diretores, destacaram-se o ex-OSS Lev E. Dobriansk, o general da reserva Thomas A. Lane (presidente do Comitê de Ação Constitucional dos EUA), David Rowe, Mark Lewis, David Keen (da Cruzada Jovem Mundial pela Liberdade) e *miss* Eleanor Schlafly, renomada escritora e militante de extrema-direita. Finalmente, pois, a Liga passou a contar com um “Capítulo” norte-americano para chamar de seu, comemorando a *Asian Outlook* que a criação do ACWF seria “um enorme marco e conquista da WACL”: com o ACWF, “a WACL pavimentou o caminho para o estabelecimento de uma frente única anticomunista internacional” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 3). Recém criado em março de 1970, como visto no CAPÍTULO 4, o ACWF enviaria, em maio

---

<sup>593</sup> Kyle Burke comenta sobre esses reverendos do ACWF. “Since most Americans came as observers to WACL conferences in these years, few had any direct role in shaping its early activities. Of those, Catholic priests Raymond De Jaegher and Daniel Lyons, who had formed several groups in the mid-1960s to liberate mainland China from communist rule, were the most active. They gave speeches, wrote articles for WACL publications, and **led courses at the group’s ‘political warfare’ academy in South Korea, known as the Freedom Center**” (BURKE, 2018: 56). “Most of this work was the product of collaboration between the Free Pacific Association [FPA], run by Lyons and de Jaegher, and the WACL’s Freedom Center, an anticommunist cadre school in South Korea” (BURKE, 2018: 251).



daquele ano, “os Professores Possony e Rowe e o Sr. Keene à reunião do Conselho Executivo da WACL em Tóquio” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 34)<sup>594</sup>.

O recém-criado ACWF confirmara que participaria da VI Conferência da WACL de 1970 em Tóquio. Seu presidente John Fisher, presidente também do ASC, liderou a delegação do ACWF. E a *Asian Outlook* dedicou-se a elogiar, na ocasião, as atividades desenvolvidas pelo *American Security Council* (ASC) de Fisher, presidente do ACWF. O ASC, um *think tank* que aglutinou “falcões” e lobistas do militarismo norte-americano, representava “**o coração do complexo industrial-militar**” dos EUA (BELLANT, 1991: 30)<sup>595</sup>. Esse *campus* de “falcões” e lobistas do complexo industrial-militar dos EUA era financiado “por “industriais americanos e líderes de negócios, especialmente aqueles do Centro-Oeste” e seu “Comitê de Conselho Estratégico” era “composto por executivos corporativos e do setor financeiro, assim como líderes militares da reserva” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 5)<sup>596</sup>. Mas qual teria sido a origem do ASC antes de tornar-se “um dos mais poderosos grupos privados da nova direita” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 157)? O ASC originou-se como um aparelho privado de espionagem do grande capital industrial norte-americano para monitorar e vigiar as filiações políticas e tendências ideológicas de “seus” trabalhadores. Originalmente, o ASC foi “financiado por industrialistas que queriam checagens de antecedentes de seus funcionários” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 157).

Em 1970, o ASC aportou ao “Capítulo” norte-americano da WACL o seu *pool* de bases financeiras, comitês consultivos de banqueiros e líderes militares aposentados (BURKE, 2018: 57). As organizações que estruturaram o ACWF – o ASC e as demais entidades – estavam

---

<sup>594</sup> “Em maio deste ano, o Comitê Executivo da WACL realizará uma reunião em Tóquio. O Conselho Americano pela Liberdade Mundial [ACWF] decidiu enviar três delegados à reunião para reportar sobre sua formação. Devemos aproveitar esta oportunidade ao máximo para fazer incansáveis esforços e definir diretrizes precisas para as lutas internacionais anticomunistas da década de 1970” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 3).

<sup>595</sup> Se Russ Bellant define o ASC como “o coração do complexo industrial-militar”, Kyle Burke o caracterizou, semelhantemente, como “the consortium of defense-industry lobbyists and military hardliners that had been working on U.S. foreign policy since the 1950s” (BURKE, 2018: 96).

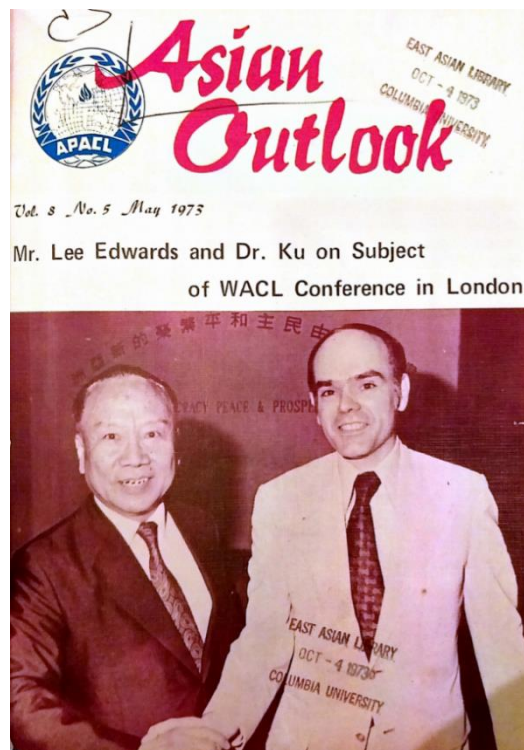
<sup>596</sup> A *Asian Outlook* exaltou a capacidade do ASC “de distribuir Newsletter e transmitir programas de rádio anticomunistas”, recordando, da seguinte maneira, um dos “feitos” da organização presidida por Fisher: “Quando os Estados Unidos estavam mergulhados em um debate acalorado a respeito de seu sistema antimísseis, o ASC apoiou galantemente a posição de Washington e distribuiu mais de meio milhão de cópias de panfletos clamando que os cidadãos suplicassem a seus representantes que apoiassem o governo. Quando o projeto foi aprovado pelo senado americano, em uma vitória apertada que dependia de um único voto, o Presidente Nixon escreveu uma carta de agradecimento ao Dr. Fisher” (ASIAN OUTLOOK, 1970, v. 5, n.º 4, p. 5).

compostas de indivíduos com acesso “a dinheiro e poder, e que poderiam, portanto, canalizar recursos substanciais para a internacional anticomunista, algo que parecia ainda mais importante à medida que os militares dos EUA lutavam no Sudeste Asiático” (BURKE, 2018: 57). Além do ASC presidido por Fisher, por exemplo, o organizador da reunião fundadora do ACWF Lee Edwards, “chefe de relações públicas da empresa”, “foi um defensor da emergente Nova Direita na política americana e trouxe seus próprios antecedentes e motivos questionáveis para a Liga Mundial Anticomunista como arrecadador de fundos profissional” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 83). “Juntamente com um punhado de outros arrecadadores da Nova Direita como Richard Viguerie e Patrick Gorman, Edwards trabalhava levantando doações para organizações de caridade ou sem fins lucrativos e mantendo uma grande soma de dinheiro, algumas vezes mais de 90%, para suas ‘despesas operacionais’” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 83-84)<sup>597</sup>.

Como visto, na VI Conferência da WACL de 1972 no México, já se havia decidido que o “Capítulo” norte-americano da Liga organizaria e sediaria o encontro anual de 1974. Porém, como dito, a VII Conferência da Liga, que deveria ter ocorrido na Inglaterra em 1973, deixou de acontecer e, assim sendo, ela só seria realizada em 1974, em Washington, D.C., sob o patrocínio do ACWF. A *Asian Outlook*, inclusive, publicou uma fotografia do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang ao lado de Lee Edwards na capa de sua edição de maio de 1973.

---

<sup>597</sup> Em 1971, L. Edwards e P. Gorman criaram o Amigos do FBI “to rally support for the agency and its director, J. Edgar Hoover” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 86).



**Figura 256.** “Mr. Lee Edwards and Dr. Ku on Subject of WACL Conference in London”.  
 FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1973, v. 8, n.º 5, capa.

Às vésperas da realização da VII Conferência da WACL nos EUA, pré-agendada para abril, Fred Schlafly, marido da diretora do ACWF Eleanor Schlafly, da Fundação Cardeal Mindszenty e do anti-ERA<sup>598</sup>, assumiu a presidência do “Capítulo” norte-americano da Liga no começo de março. Fred Schlafly foi eleito para esse cargo em substituição ao segundo presidente do ACWF, o general Thomas A. Lane, que presidiu a organização entre 1972-74, eleito depois do término do mandato do primeiro presidente do ACWF, John Fisher<sup>599</sup>. Ocupando a função de

<sup>598</sup> “Husband of Phyllis Schlafly, the conservative movement’s most influential female voice, Fred had helped his wife manage a series of political organizations, efforts that introduced him to like-minded activists from across the country and across the world” (BURKE, 2018: 59). A partir de 1972, miss Schlafly, escritora e republicana, liderou a campanha contra a Equal Rights Amendment (ERA), “uma iniciativa destinada a incorporar à Constituição a garantia de igualdade entre homens e mulheres” (LIJTMAER, 2020). Foi ela quem encabeçou a campanha anti-ERA e, atuando fora do lar, “determinou uma grande parte dos valores do movimento ultraconservador norte-americano: a família como elemento central, e o repúdio ao feminismo, ao aborto e ao casamento homossexual. Acima de tudo, ela foi a principal promotora do resgate da ideia de que a mulher é basicamente uma cuidadora e mãe, antes que trabalhadora” (LIJTMAER, 2020).

<sup>599</sup> John Fisher, presidente do ASC, foi o primeiro presidente do ACWF; o general Thomas A. Lane, que havia servido no staff do general Douglas MacArthur, foi o segundo; e Fred Schlafly, o terceiro. Walter Judd era o presidente honorário do ACWF (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 37).

presidente do “Capítulo” da Liga que organizou e sediou sua VII Conferência, “no início de 1974, o advogado e ativista Fred Schlafly venceu a presidência da WACL, fazendo com que seus amigos o saudassem como o ‘maior anticomunista do mundo’” (BURKE, 2018: 59). “Usando suas extensas conexões pessoais e políticas”, o novo presidente da WACL-EUA “planejava usar a nova tecnologia de listas de mala direta computadorizadas, iniciadas pelo ativista conservador Richard Viguerie, para criar uma ampla gama de ativistas de base e financiadores endinheirados nos Estados Unidos – uma técnica que já havia levantando milhões de dólares para grupos domésticos” (BURKE, 2018: 59)<sup>600</sup>. De fato, ao lado do general da reserva Thomas A. Lane, presidente do Comitê Organizador da VII Conferência da WACL, **Fred Schlafly “gastou cerca de US\$ 200.000,00 para sediar a conferência de 1974 da WACL no luxuoso Hotel Mayflower em Washington, DC.”** (BURKE, 2018: 60), montante que ultrapassou o orçamento previsto para a VII Conferência da Liga<sup>601</sup>.

#### 5.7. EUA, 1974: o espectro antissemita e nazi-fascista às vésperas da VII Conferência da WACL

Em 1972, no México, a VI Conferência da WACL decidiu que as conferências anuais subsequentes da Liga, a de 1973 e a de 1974, seriam realizadas, respectivamente, na Inglaterra e nos EUA. Isto é, o “Capítulo” norte-americano da Liga, o ACWF, já tinha se incumbido da conferência anual de 1974 e o representante britânico da Liga, Geoffrey Stewart-Smith, do *Foreign Affairs Circle* (FAC), fora incumbido de organizar o encontro anual da WACL de 1973. Para afinar as tratativas da conferência anual na Grã-Bretanha, o Conselho Executivo da WACL reuniu-se em Londres a 3 de março de 1973. Uma fotografia de capa da *Asian Outlook* registrou, enfileirados, os três protagonistas desse encontro preparatório: Ku Cheng-kang, Raimundo Guerrero e Geoffrey Stewart-Smith, respectivamente, o presidente honorário, o presidente em exercício e o futuro presidente da WACL (ASIAN OUTLOOK, 1973, v. 8, n.º 4, *capa*). Todos membros do Conselho

---

<sup>600</sup> Recorde-se que, nos EUA, Marvin Liebman foi o pioneiro nessas técnicas de fund raising a serviço de grupos conservadores. Como visto no CAPÍTULO 3, Liebman implodiu com sua renúncia a convocação do tão “sonhado” Congresso Mundial Anticomunista. Planejado em 1958, no México, durante uma Conferência Preparatória organizada pela associação entre CIDC, APACL, ABN e CIAS, Liebman, um judeu conservador, “pulou fora” do barco quando tomou conhecimento dos crimes de guerra e do passado antissemita do presidente do ABN Yaroslav Stetsko. Parentes judeus de Liebman haviam sido executados na Ucrânia Ocidental na II Guerra Mundial, área da limpeza étnica levada a cabo pelos ultranacionalistas ucranianos liderados por Stepan Bandera. Stetsko sera o seu lugar-tenente à época.

<sup>601</sup> “The estimated cost was \$193,000, of which \$70,000 went to food and hotel rooms” (BURKE, 2018: 253).

Exeutivo da Liga estiveram presentes nessa reunião de Londres<sup>602</sup> e, depois dela, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang aproveitou sua estada na Grã-Bretanha para fazer um *tour* em outros países europeus, visitando alguns dos “Capítulos” da Liga no velho continente<sup>603</sup>.

Porém, as coisas não saíram conforme o planejado. Especialmente quando Stewart-Smith, que assumira a direção do “Capítulo” britânico da WACL em 1972, incomodou-se com a presença de elementos antissemitas e nazi-fascistas entre os convidados para aquela que deveria ser, em Londres, a VII Conferência da WACL de 1973. Um caso em particular irritou o diretor do *Foreign Affairs Circle* (FAC), *think tank* especializado na publicação de monografias anticomunistas sobre política externa, a saber: o convite feito a Jesus Palacios, representante espanhol da *World Youth Anticommunist League* (WYACL), para que comparecesse à conferência da Liga de 1973 em Londres. “Uma vez que Palacios participara da conferência de 1972 da Liga e uma vez que sua organização, o Grupo Intelectual Antimarxista (GIAE) da Espanha, era um associado sênior, ele tinha direito, pelas regras da Liga, de participar da conferência de Londres” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 87).

---

<sup>602</sup> “All the board members representing five continents, were present, namely: Dr. Ku Cheng-kang, WACL Honorary Chairman; Prof. Raimundo Guerrero, WACL Council Chairman; Hon. Geoffrey Stewart-Smith, representing host nation for the forth-coming conference; Mr. Loh I-cheng of the Republic of China; Dr. Ivan Matteo Lombardo of Italy; Mr. Osami Kuboki of Japan; Admiral Sohn Won Yil of Korean; Mr. Nathan Ross of Liberia; Dr. Francisco Buitrago Martinez of Nicaragua; Senator Jose J. Roy of Philippines; General Praphan Kulapichitr of Thailand; Senator Fethi Tevetoglu of Turkey; Dr. Walter Judd of the United States of America; Dr. Phan Huy Quat of Vietnam; Mr. Jose Luis Aguilar M. of WYACL; Dr. Jaroslav Stetsko of ABN; Col. Do Dang Cong, APACL Secretary General and (...) [Rafael] Rodriguez, Latin-American Anti-Communist Confederation Secretary General (ASIAN OUTLOOK, 1973, v. 8, n.º 4, *capa*). Também o Secretário Geral do ACWF Lee Edwards participou da reunião de Londres (ASIAN OUTLOOK, 1973, v. 8, n.º 5, *capa*).

<sup>603</sup> Nesse *tour*, entre 8 e 18 de março de 1973, Ku Cheng-kang visitou Paul Vankerkhoven, Arvo Horm e Ole Bjorn, respectivamente, presidentes dos “Capítulos” belga, sueco e dinamarquês da WACL (ASIAN OUTLOOK, 1973, v. 8, n.º 4, *pictorial page*). Ex-ministro das Relações Exteriores da Dinamarca, em 1966 Kraft foi um dos fundadores do braço do ABN na Europa Ocidental, o European Freedom Council (EFC), ao lado de ex-nazistas alemães (Theodor Oberlander e Alfred Gielen) e ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental como Jaroslav Stetsko (Ucrânia), Ferdinand Durcansky (Eslováquia) e Ivan Docheff (Bulgária) (ABN, 1967, v. XVIII, n.º 4, p. 50). Vankerkhoven depois integraria o EFC (ABN, 1973, v. XXIV, n.º 1, p. 25). Cf. ANEXOS.



*Figura 257.* Em reunião do Conselho Executivo da WACL, de 3 de março de 1973, na Inglaterra, visualizam-se, da esquerda para a direita, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang (Taiwan), o presidente em exercício da WACL Raimundo Guerrero (México) e o então previsto presidente da WACL Geoffrey Stewart-Smith (Inglaterra). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1973, v. 8, n.º 4, *capa*.

Todavia, Stewart-Smith descobriu que Palacios era “um fundador de uma tropa de choque da ultradireita chamada **Círculo Español de Amigos de Europa (CEDADE)**”, organização fundada em Barcelona, em 1965, e que se autodeclarava “uma força ‘nacional-revolucionária’ com a meta de **‘opor-se à tendência de difamar os aspectos positivos do Movimento Nacional Socialista’**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 87). Chefe da CEDADE em Madri, Palacios, nas reuniões do grupo, “**vestido com uma camisa marrom e gravata preta, [e] lembrou seus ouvintes de que o marxismo era simplesmente uma ferramenta para ‘instalar a tirania dos judeus’**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 87)<sup>604</sup>

---

<sup>604</sup> “CEDADE published monographs such as *The Myth of Christ’s Judaism and Hitler and the Church: The Lie of Hitler’s Atheism* and concluded its meeting with a Nazi salute and a cheer for the fallen idols, Hitler and Mussolini” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 87). O CEDADE “was formed in 1965 by fascists, including fugitive Italians and Germans and Spanish veterans of the Blue Division. After the collapse of the Franco regime it became the largest and most active fascist group in Spain. The CEDADE youth group, the JNR [Juventude Nacional Revolucionaria], was suspected of involvement in at least one murder (of a communist) in April 1979, some days after the group had staged a celebration of Hitler’s birthday. (...) The emblems used by CEDADE are the Celtic cross (a cross surmounting a circle) and an eagle device borrowed from the Falange. Its principal activities include camping, the production and distribution of propaganda, demonstrations and social events such as Hitler birthday celebrations. Policies. It pursues classic national socialist policies (anti-semitism, white supremacism, anti-communism, authoritarianism, nationalism, corporatism), with an unusual emphasis on youth; it has a regular turnover of its leadership to replace those over about 40 years of age. It has adopted an ecological policy. It regards the main ultra-right parties, such as *Fuerza Nueva*, as bourgeois formations. It promotes eugenics and euthanasia and, in common with many other fascist groups, advocates the construction of a ‘Europe of nationalities’ based on racial, cultural and linguistic units” (Ó’MAOLÁIN, 1987: 252).

Diante do *background* desse jovem neonazista espanhol, o presidente do Comitê Organizador da VII Conferência da WACL, isto é, Stewart-Smith, escreveu ao presidente honorário da Liga Ku Cheng-kang, assinalando que: “‘Parece inquestionável (...) que **Jesus Palacios é seja neonazista**’” (STEWART-SMITH *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 87). Ku Cheng-kang não respondeu ao britânico que, insistindo no caso, escreveu para **Bastolome Puiggros**, presidente do “Capítulo” espanhol da WACL, que contestou Stewart-Smith, garantindo que Palacios teria o respaldo da WACL: “‘Se precisar de referências a respeito do Señor Palacios, (...) o Sr. Ku Cheng-Kang, através de sua administração, pode solicitar um relatório da delegação do Taiwan em Madri; e eles certamente informarão sobre a relação cordial entre tal delegação e o Señor Palacios’” (PUIGGROS *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 87-88). Evidenciou-se, pois, que “Stewart-Smith estava enviando alertas sobre o nazismo na Liga para as próprias pessoas que o estavam coordenando e os coordenadores não ficaram satisfeitos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 88).

Irritados com essa postura contrária ao neonazista espanhol da WYACL, os patronos asiáticos da WACL, especialmente depois da Grã-Bretanha ter cancelado o visto que havia concedido a Ku Cheng-kang, “cancelou a cúpula de Londres no último minuto, deixando o Círculo de Relações Exteriores (FAC) com uma conta de 84 mil dólares” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 88)<sup>605</sup>. Por isso, a WACL deixou de realizar sua VII Conferência em 1973, na Inglaterra ou em qualquer outro país. O que fortaleceu os tecos da FEMACO/CAL, uma vez que o presidente da WACL designado em 1972 no México, Raimundo Guerrero, que teria seu mandato encerrado em 1973, continuou como presidente da Liga até 1974. Mas como se posicionou o “Capítulo” norte-americano da WACL, o ACWF – encarregado da conferência anual da Liga de 1974 –, diante desse imbróglio dentro das fileiras anticomunistas? O ACWF foi “engolido” pela dinâmica desse conflito e Stewart-Smith foi hábil o bastante para utilizar a seu favor um memorando interno do “Capítulo” norte-americano da Liga no qual se tinha registrado o perfil antisemita dos tecos da

---

<sup>605</sup> Ku Cheng-kang “had been granted a visa to attend the London meeting of the League executive board in March [1973], provided he refrained from political activities; this was a considerable courtesy since Britain had dropped recognition of Taiwan in favor of mainland China. Instead, Ku used the form to launch an attack on the Peking regime, causing the British government to deny his visa for the full conference in August” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 299). A *Asian Outlook* denunciou o fato como um “Chinese Communist plot to divide and destroy the world league”, registrando, em dezembro de 1973, que “the 7<sup>th</sup> WACL Conference was originally schedule for London late in August this year but the British authority, under unreasonable pressure from the Chinese Communists, refused to issue visas to members of the Republic of China delegation” (ASIAN OUTLOOK, 1973, v. 8, n.º 12, p. 3).

FEMACO. O britânico valeu-se desse memorando do ACWF como forma de pressionar os dirigentes norte-americanos da WACL para que cancelassem a realização da VII Conferência da Liga de 1974 em Washington, D.C.

Esse memorando “bomba” havia sido encomendado pelo ACWF a seu segundo vice-presidente, o professor Stefan Possony, do *Hoover Institution* da Califórnia, depois de “rumores” sobre o “extremismo” dos tecos terem sido aventados após a participação norte-americana na VI Conferência da WACL de 1972 na Cidade do México. Como visto, Possony não apenas participou da VI Conferência da Liga, a primeira fora da Ásia, organizada pelos tecos da FEMACO. Ele presidiu o Comitê Econômico do conclave. Em seu memorando interno circulado exclusivamente entre os membros do ACWF (e que chegaria às mãos de Stewart-Smith), Possony assim caracterizara o perfil antissemita do grupo responsável pelo “Capítulo” mexicano da WACL/CAL:

**Os Tecos não são apenas antissemitas, mas também antiamericanos e se opõem à maioria dos objetivos que a ACWF defende, por exemplo, a liberdade. Alegam serem *la legion de Cristo Rey*, que lutaria pelo reestabelecimento da ordem cristã, mas consideram a Igreja infiltrada por judeus e maçons, e querem que o Papa Paulo VI – supostamente secretamente um judeu e viciado em drogas – seja deposto como herege. Embora o movimento dos *cristeros* seja anterior a vários movimentos nazistas e fascistas, os Tecos têm ligações pessoais e ideológicas com os remanescentes da Guarda de Ferro romena e possivelmente com os Ustashis croatas. Parecem estar conectados com diversos movimentos neonazistas. Traços nazistas são visíveis. ... Não encontrei referências a um governo representativo, nem à democracia ou à uma autodeterminação nacional (POSSONY *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 85-86)**

O memorando de Possony alertou o ACWF, ao seu final, que ““seriam um erro esquecer que **o antissemitismo e o antimaçonismo servem para esconder o antiamericanismo**””, salientando que ““**a associação ACWF com inimigos dos Estados Unidos é inaceitável**”” (POSSONY *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 86). O memorando forçou o ACWF reunir-se, ainda em abril de 1973, para discutir a pertinência da presença do grupo na WACL ao lado de antissemitas do quilate dos tecos da FEMACO/CAL. Essa reunião do ACWF, de acordo com os irmãos Anderson, oferece à posteridade “um estudo sobre a covardia” diante dos perigos da ultradireita antissemita. Embora alguns de seus membros tenha votado para que o ACWF manifestasse publicamente que “o antissemitismo é incompatível com o anticomunismo”, outros integrantes do “Capítulo” norte-americano da WACL bloquearam a proposta sob a alegação de que “a moção seria um erro político uma vez que implicaria que temos a consciência pesada” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 86). Uma saída de “meio termo” foi, enfim, adotada a partir



da sugestão de Reed Irvine, condensada na seguinte Resolução: “O antissemitismo é incompatível com a conduta esclarecida e civilizada e condenamos os estados comunistas por sua prática” (IRVINE *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 86).

Ao final, decidiu-se que, apesar do memorando de Possony ter comprovado o perfil *antissemita*, *anti-maçonaria* e *anti-americano* dos dirigentes do “Capítulo” mexicano da WAC/CAL, o ACWF permaneceria na Liga. Logo depois dessa reunião do ACWF, seu secretário-geral Lee Edwards recebeu uma carta Stewart-Smith, já em pé de guerra com a WACL (e endividado pelo cancelamento da VII Conferência da Liga de 1973 em Londres). Em julho de 1973, o britânico alertou Edwards para o fato de que “**o antissemitismo e o extremismo político (...) poderia destruir a WACL.** [Se não forem expulsos], a organização permanecerá **uma coleção de ultradireitistas marginais, loucos religiosos, ex-nazistas idosos, emigrantes e excêntricos**” (STEWART-SMITH *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 88). Assim como fizera Ku Cheng-kang quando contestado por Stewart-Smith sobre a presença na Liga do neonazista espanhol Jesus Palacios, o secretário-geral do ACWF não respondeu ao britânico. Em janeiro de 1974, o diretor do *Foreign Affairs Circle* (FAC) voltou a escrever a Lee Edwards, ameaçando-o: publicaria o memorando secreto de Possony caso o ACWF prosseguisse com a realização da VII Conferência da WACL, em abril de 1974, nos EUA.

O ACWF deveria declinar da organização da VII Conferência da Liga e reconhecer publicamente, advertiu Stewart-Smith, que “**alguns dos Capítulos, associados e observadores são recrutados de grupos neonazistas, ex-nazistas, fascistas, neofascistas e antissemitas**” (STEWART-SMITH *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 88). Dessa vez, o britânico obtivera uma resposta. Não a desejada, mas uma resposta. O ainda presidente do ACWF general Thomas A. Lane, presidente do Comitê Organizadora da VII Conferência da Liga, respondeu ao britânico “desconversando”. Negou a existência de elementos antissemitas e nazi-fascistas na WACL e garantiu que os planos do “Capítulo” norte-americano da WACL continuariam os mesmos. “Sabiam muito bem que a WACL teve suas origens nas lutas dos povos livres da Ásia que estão nas linhas de frente da resistência ao comunismo. ... **Sobre o suposto antissemitismo de outros capítulos da WACL, sua evidência parece ser baseada na culpa por associação e por uma suposta associação no máximo. ... Devemos, é claro, prosseguir a todo vapor para**

**prepararmos nossa conferência da WACL em Washington”** (LANE *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 88-89).

Diante dessa resposta evasiva, Stewart-Smith “enviou 600 cópias de um relatório, *WACL e o antissemitismo*, para todos os capítulos da Liga e para cada associado do Conselho Americano pela Liberdade Mundial” e, “ao incluir os memorandos de Possony juntamente a seus próprios achados, seu relatório deu a impressão de que a ACWF unira forças com o Círculo de Relações Exteriores contra os mexicanos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 89). Desesperadamente, Thomas A. Lane, Lee Edwards e outros dirigentes do ACWF tentaram minimizar o “catastrófico” efeito que resultou dessa hábil manobra do britânico apóstata da WACL, já então endividado por ela e em pé de guerra contra ela.

Apesar disso, o dano já havia sido feito e graças a ele, antes mesmo do ACWF celebrar a VII Conferência da WACL em abril de 1974 nos EUA, sua posição dentro da Liga “não poderia durar. **Ironicamente, ao incluir os memorandos de Possony em sua correspondência em massa, Stewart-Smith ajudou a destruir não a WACL, mas a ACWF**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 89). As reações da coalizção da FEMACO na WACL e na CAL, como era de se esperar, vieram temperadas de antissemitismo. A maior parte dos “Capítulos” nacionais da CAL, por exemplo, denunciaram que “**os memorandos de Possony mostravam que o Conselho Americano pela Liberdade Mundial não era apenas inimigo do anticomunismo mas, pior ainda, era sionista**. Eles se reuniram em torno dos malquistos Tecos do México” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 89). O “Capítulo” uruguaio da WACL/CAL, por exemplo, defendeu em março de 1974 que “**tanto Stewart-Smith quanto o Conselho Americano pela Liberdade Mundial, com estes documentos e outras atitudes, estão fazendo ao comunismo o enorme favor de tentarem criar divisões e problemas na WACL, agindo como se fossem criptocomunistas infiltrados nas fileiras anticomunistas para realizarem sabotagens**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 89). Também o “Capítulo” boliviano da WACL/CAL destilou sua verve antissemita contra os “sionistas”, o britânico apostatado da Liga e o ACWF:

O memorando absurdo do Conselho Americano pela Liberdade Mundial (ACWF) enviado a nós por Stewart-Smith, além de ser obviamente **um documento pró-sionista, prova o que foi dito que o Conselho Americano é um dos instrumentos do sionismo para controlar a WACL e usá-la para benefício dos interesses sionistas que usam o mito do antissemitismo para assustar ou tentar paralisar aqueles que se recusam a se tornarem marionetes do sionismo** (WACL/CAL-Bolívia *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 89)

Nota-se, portanto, que antes da realização da VII Conferência da WACL nos EUA, o ACWF, entidade responsável pela organização do conclave, já se encontrava em “maus lençóis” e sob violento ataque da coalizão da FEMACO dentro da Liga e da CAL. Abaixo será analisado como a tensão entre anticomunistas antisemitas e aqueles contrários ao antissemitismo voltaria a explodir, precisamente, durante a VII Conferência da Liga de 1974. Por ora, registre-se apenas que o ACWF, antes mesmo de celebrar a conferência anual da WACL de 1974, já tinha se enfraquecido dentro da Liga graças às “heresias” do “apóstata” britânico Stewart-Smith. Ele conseguiu “melar a partida” do ACWF antes mesmo do começo do “jogo”. Em breve, a Liga teria de buscar outra filial nos EUA, mas, antes de “largar o osso”, o ACWF tentou de tudo para consolidar-se como o “Capítulo” norte-americano da WACL, durante a VII Conferência em Washington, D.C., e depois.

#### *5.7.1. Washington, D.C., 1974: a inauguração da VII Conferência da WACL*

Se não conseguiu efetivar todos seus planos mais agressivos de mobilização político-militar para uma “vitória total” sobre o comunismo, a VII Conferência da WACL conseguiu criar, ao menos, “a impressão de que grupos anticomunistas estavam trabalhando juntos para **conter o comunismo**” (BURKE, 2018: 61). E, nesse sentido, **“a conferência de 1974 representou o ponto alto para o tipo de anticomunismo internacional que os americanos vinham tentando construir desde o final da década de 1950”** (BURKE, 2018: 61). Os soviéticos, inclusive, incomodaram-se com a realização da VII Conferência da Liga nos EUA. Queixaram-se ao Departamento de Estado norte-americano acerca do local escolhido para a realização do encontro. Segundo a reclamação diplomática, retransmitida pela embaixada da URSS em Washington, D.C., “a proximidade de Statler Hilton com a embaixada soviética pode resultar na violação da regra do distrito de Columbia contra manifestações hostis dentro de 500 pés de um estabelecimento diplomático” (RUSH, 1974).

O Departamento de Estado, sem embargo, “informou a embaixada soviética que direitos constitucionais de liberdade de expressão e de reunião pacífica impedem a interferência do governo dos Estados Unidos em planos de encontros de organizações privadas, mas reiterou garantias de que nossas leis sobre demonstrações públicas nas imediações confidenciais de embaixadas estrangeiras seriam aplicadas ” (RUSH, 1974). O embaixador dos EUA na URSS

Walter John Stoessel Jr. anotou ainda outra crítica soviética à realização da VII Conferência da Liga. O *Pravda* atacou o conclave citando, em particular, a presença de “diversos participantes por nome, incluindo o Dep. Ichord, o Alm. McCain, o Gen. Somoza e o Padre J. Dornan da Universidade Católica” (STOESSEL JR., 1974). O *Pravda* teria criticado com ênfase a figura de **“Ichord como herdeiro do Sen. Joseph McCarthy, alegando que Ichord atacara a administração e o presidente diretamente com sua rejeição à atual política *détente* dos EUA”** (STOESSEL JR., 1974). O *Pravda* caracterizara Ichord como macartista na medida em que ele presidia o *U.S. House Committe on Internal Security*, novo nome do velho *House Committe on Un-American Activities* (HCUA), o palco da “caça às bruxas” espetacularizada pelo senador McCarthy. O embaixador norte-americano também informou a seus superiores que o serviço de notícias russo TASS “relatou a participação e o discurso de Bruce Herschenson, identificado como ex-oficial da USIA e atual membro do *staff* da Casa Branca” (STOESSEL JR., 1974)<sup>606</sup>.

A despeito das queixas soviéticas, realizou-se, entre 8 e 11 de abril de 1974, a VII Conferência da WACL, em Washington, D.C., sob o lema “Peace is ... freedom and justice for all”. Na capital dos EUA, 372 delegados e observadores, representando 59 unidades nacionais membros e 17 organizações internacionais membros da Liga, participaram da VII Conferência da Liga (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 3). No dia 8 de abril, a sessão de abertura dos trabalhos da VII Conferência da WACL teve uma “invocação” feita pelo reverendo Henry Mitchell e foi seguida pelos discursos de Raimundo Guerrero, Fred Schlafly e Ku Cheng-kang, respectivamente, o ex-presidente, o novo presidente e o presidente honorário da WACL. Também o recém-eleito presidente da WYACL, o guatemalteco Fernando Ibarra, discursou na sessão de abertura, na qual foram lidas as mensagens de congratulações enviadas por chefes de Estado aliados da Liga. Ainda na manhã do dia 8, discursou Bruce Herschensohn, vice-assistente especial de Richard Nixon, e na sessão plenária da tarde, o secretário-geral da WACL leu o Informe Anual da Liga. Na sequência, o senador pinochetista Sergio Onofre Jarpa discursou sobre o tema

---

<sup>606</sup> “Mr. Herschensohn is the Deputy Special Assistant to President Nixon. An articulate and moving filmmaker, he received an Academy Award in 1970 for his film on the Soviet invasion of Czechoslovakia – ‘Czechoslovakia: 1968’. He also produced the moving documentary on President Kennedy for the USIA, “Years of Lightning, Day of Drums”. He resigned from the USIA in 1972 in order to speak out more forcefully on what he believes. In 1969 he was named one of the Ten Outstanding Men in the Federal Government” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 26).

“Salvando a liberdade no Chile”, “baseado na experiência da revolução anti-marxista de sua nação” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 3).



**Figura 258.** De pé, da direita para a esquerda, Fred Schlafly (ACWF), Lee Edwards (ACWF), Ku Cheng-kang (presidente honorário da WACL), Thomas A. Lane (ACWF) e Raimundo Guerrero (FEMACO). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4.

Entre a tarde e a noite do dia 8, reuniu-se o Comitê responsável pelas Resoluções e pelo Comunicado Final da VII Conferência da WACL, sob a presidência de David N. Rowe do ACWF, antigo contratado para reformar o “Capítulo” sul-coreano da APACL em 1965 (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 85). À noite, um *buffet* aos congressistas da WACL foi oferecido por John Chamberlain (*King Features*), Robert Hurleigh (*Mutual Broadcasting*) e Clark Mollenhoff (*Des Moines Register*) (CDyA: R0011F00201). No dia 9, depois de um *tour* na Casa Branca, os delegados e observadores da VII Conferência da Liga participaram de uma cerimônia no Lincoln Memorial, momento em que Nathan Ross, da WACL-Libéria, defendeu a convergência entre a luta pela liberdade do ex-presidente Abraham Lincoln e aquela da Liga<sup>607</sup>. De volta ao hotel, a

---

<sup>607</sup> “Mr. Ross was Commissioner (Mayor) of Monrovia, his nation’s capital, from 1956 to 1970. He is Regional Chairman of WACL and Chairman of Liberian Chapter of APACL. He is a member of the Board of the National Port

sessão plenária da manhã do dia 9 foi inaugurada pelo almirante e ex-comandante-em-chefe Forças Armadas no Pacífico John McCain Jr. Acompanhado por seu filho John S. McCain III, ex-prisioneiro de guerra no Vietnã<sup>608</sup>, o almirante discursou sobre “A ameaça militar comunista” e defendeu: “A América não tem como sair do mundo” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 1).

O almirante McCain Jr. foi seguido pela intervenção do ex-colaborador nazista ucraniano Yaroslav Stetsko que, na condição de presidente do ABN, discursou sobre o tema “National Liberation in the USSR and Satellite States”. Antes do almoço do dia 9, discursou o deputado do Partido Democrata Richard Ichord, presidente do *U.S. House Committee on Internal Security*. Defendeu que “o preço da *détente*” seria impagável e acusou “a política da administração Nixon” de encorajar as “ambições” comunistas e a “mídia nacional” contrária à Guerra do Vietnã<sup>609</sup>. A sessão plenária da tarde do dia 9 concentrou-se em um painel intitulado “O custo humano do comunismo”. Seu moderador foi Lev Dobrainsky, ex-OSS e membro do ACWF, e contou com discursos de ex-presos políticos da China continental (Han Lih-wu), da Cuba castrista (Mario Lazo) e da URSS (Anatol Radygin e Avraham Shifrin). Depois de mais uma reunião da Comissão de Resolução e de Comunicado Final presidida por David N. Rowe, à noite, um *buffet* foi oferecido, no *Senate Caucus Room*, pelo senador de extrema-direita Jesse Helms (Carolina do Norte) e pelos deputados Clement Zablocki (Wisconsin) e Philip M. Crane (Illinois) (CDyA: R001100201). Ao lado de Helms, outro senador da velha ultradireita dos EUA, Storm Thurmond, “tanto os arqui-segregacionistas quanto os anticomunistas veementes atuaram como copresidentes [da VII Conferência da WACL], cedendo aos procedimentos sua bênção oficial” (BURKE, 2018: 60)<sup>610</sup>.

---

Authority and Vice County Chairman of the True Whig Party of Liberia” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 29).

<sup>608</sup> O “Lt. Cdr. John S. McCain, III, USN, a naval flier, was shot down during action over North Vietnam and spent 5 ½ years as a prisoner of the Communist North Vietnamese” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 18).

<sup>609</sup> ““Our history of that decade should be recorded that while the weak yelled for peace at any price, the strong were dying for the cause of freedom, and the great majority of this nation knew that the cause was worthy”, said Mr. Herschensohn” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 1).

<sup>610</sup> “Conference literature made it clear that Thurmond and Helms, unlike the architects of *détente*, sought ‘freedom and justice for all’. Accommodation and negotiation with the Soviet Union and China would only make life harder for the true ‘allies of the Free World’ those men and women who were ‘fighting the common enemy’ of ‘communist tyranny’. This was more a symbolic stance than a strategic one, a way to shore up U.S. conservatives’ anticommunist credentials as the Nixon administration maneuvered for ‘peace with honor’ in Vietnam and *détente* with the Soviet Union and China” (BURKE, 2018: 60). Não há, porém, como concordar com a afirmação de que essa posição rollback

No dia 10, depois de outro *tour* na Casa Branca dos conferencistas, a sessão plenária foi inaugurada, pela manhã, com o painel “Will the Free Worlds and the Communist converge?”, sob a moderação de Stefan Possony e com as conferências de Suzanne Labin (França), Hoang Van Chi (Vietnã do Sul) e James Dornan (EUA) (CDyA: R0011OF0201). O almoço do dia 10 foi antecedido pela “estrela” do general e ex-presidente da Nicarágua Anastasio Somoza Debayle que, introduzido pelo “‘El Padre’ Joseph F. Thorning”, “Associate Editor of *World Affairs*”, discursou sobre “métodos efetivos da defesa anticomunista regional”.

À tarde, foram apresentados os Informes Regionais sobre a América do Norte, América Latina, Europa, África, Ásia e Austrália (CDyA: R0011OF0201). À noite, no *WACL Rally*, depois da “invocation” feita pelo Rabbi Herzel Krazn, Ron Docksai, do *Young American for Freedom* (YAF) – o braço juvenil da *John Birch Society* (JBS) –, fez um chamamento às Nações Cativas seguido de uma apresentação do coral da *moonista* Freedom Leadership Foundation (FLF). Na sequência, o general Thomas A. Lane, ex-presidente do ACWF e presidente do Comitê Organizador da VII Conferência da WACL, concedeu os prêmios de “Freedom Fighters” ao historiador Valentyn Moroz da Ucrânia, recebido em seu nome por Walter Sushnyck, editor do *Ukrainian Quarterly*; ao Cardeal Mindszenty da Hungria, recebido em seu nome por Eleanor Schlafly, musa anti-ERA e secretária Executiva da Fundação Cardeal Mindszenty; e do grande escritor Alexander Solzhenitsyn da URSS, recebida em seu nome pelo autor Isaac Don Levine (CDyA: R00110F0202).

Outro “Freedom Fighter” premiado nesse Comício da WACL, no marco de sua VII Conferência em Washington, D.C., foi o generalíssimo Chiang Kai-shek, “por sua contribuição à proteção e conquista da liberdade humana” (*ASIAN OUTLOOK*, 1974, v. 9, n.º 4, p. 56). Nada como uma auto-condecoração do ditador taiwanês feita por seus prepostos (e “amigos”) norte-americanos na WACL. Na leitura da justificativa da condecoração concedida pela Liga ao generalíssimo Chiang Kai-shek, um de seus patronos e financiadores, exaltaram-se a “devoção à causa da revolução” do contrarrevolucionário chinês e ditador do Kuomintang (KMT) “e suas brilhantes conquistas”: a “unificação da China (por meio da Expedição ao Norte de 1926-28)”, a “derrota do Japão (por meio de oito anos da Guerra de Resistência de 1937 a 1945)” e a

---

da ultradireita pelos senadores Helms e Thurmond fosse apenas “simbólica” e não “estratégica”. Uma utopia regressiva capaz de engolfar o mundo em uma III Guerra Mundial, contudo, não deixa de ser “estratégica” por parecer inexequível em dadas circunstâncias históricas.

“implementação do ordenamento constitucional” em Taiwan (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 3)<sup>611</sup>. O “Considerando” para a concessão do prêmio “Freedom Fighter” ao ditador Chiang Kai-shek “interpretou”, da seguinte maneira, a derrota militar e política do generalíssimo na China continental para Mao Tse-tung, bem como elogiou a suposta “clarividência” anticomunistas e os alegados “feitos” em Formosa, reconvertida em Taiwan:

**He [Chiang Kai-shek] saw the nature of totalitarianism of the Communist pattern 20 years before most of the world did and has resisted it from 1927 to the present,** against much of that time almost alone. When his heroic efforts were finally defeated by the combination of national exhaustion from eight long years of war against a powerful external enemy, 30 years of war against a cruel and treacherous internal Communist enemy, and desertion of war-time allies, he withdrew to the eastern Chinese province of Taiwan where he initiated, and with his associates carried out in 25 years, the most remarkable program of reconstruction, land reform, education, health, housing, highways, industrialization, and improvements of living standards that the world has seen (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 6)

O generalíssimo ainda foi elogiado “por seu despertar excepcionalmente precoce para **a natureza totalitária dos comunistas** e por sua coragem e dignidade em liderar a nação, mesmo **quando a República da China foi forçada a se retirar, em outubro de 1971, das Nações Unidas**” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 3). Esse foi o “golpe fatal”, inclusive, que a RPCh desferiu em Taiwan, estrangulando seus canais diplomáticos com o mundo. Isso, como visto, motivou o “giro” para fora da Ásia da Liga Mundial Anticomunista em 1972. O “giro” se deu, precisamente, na América. Porém, a grande “estrela” conservadora que “abrilhantou”, com sua presença, o Comício da WACL de 10 de abril de 1974 foi o homem de televisão e editor da *National Review* **William F. Buckley**. Ele foi seguido pela reza de uma “Oração para o futuro” feita pelo reverendo **Raymond de Jaegher**, do ACWF e um velho amigo do complexo WACL/APACL. Em sua oração, o reverendo norte-americano conclamou ao “Deus Todo-poderoso” para que concedesse “a todos os presentes nesta assembleia o espírito do sacrifício”, assim como “o desejo de seguir os exemplos de homens como o Presidente Chiang, Cardeal Mindszenty, Solzhenitsyn e Valentyn Moroz. **Homens que nunca cederão em face ao ateísmo**”

---

<sup>611</sup> No CAPÍTULO 2 foi visto a qual custo ocorreu essa “constitucionalização” de Taiwan pelo generalíssimo derrotado na China continental. O massacre dos nativos de Formosa e a entronização de uma ditadura terrorista, sob beneplácito e complacência dos EUA, foram retratados em Formosa Betrayed e, em referido CAPÍTULO, analisada em paralelo à paulatina estruturação da doutrina de guerra política como ideologia oficial da ditadura do KMT de Chiang Kai-shek.



**comunista – homens prontos para morrer por seus princípios**” (THE RISING TIDE, 1974, v. 4, n.º 7, p. 6).

Além de pedir a Deus, o reverendo também Lhe-prometera que os participantes do Comício da WACL se esforçariam para construir “uma nova ordem para o mundo”, enfrentando o principal obstáculo para essa *Nova Ordem*, o “comunismo”, “e por essa razão a Liga Mundial Anticomunista veio a Washington, D.C., para essas reuniões”. Sendo “a destruição do comunismo” um momento apenas de *negação* e *liquidação* de um mal, a tarefa dos anticomunistas não deveria ser apenas negativa. De Jaegher defendeu que os membros da WACL estariam todos procurando aplicar “uma abordagem positiva” contra o mau comunista, porém, projetando um futuro – a *Nova Ordem* pós-comunismo – teocentrado: **“Queremos construir essa nova ordem em um MUNDO CENTRADO EM DEUS.** Para os cristãos e muçulmanos – para os budistas e confucionistas, para todos os povos tementes a Deus – um mundo centrado em Deus significa UNIÃO para toda a humanidade – todos criados por Deus – todos irmãos” (THE RISING TIDE, 1974, v. 4, n.º 7, p. 6). Cristãos, muçulmanos, budistas, confucionistas, e todos os crentes deveriam se associar e lutar contra o comunismo e pela construção dessa *Nova Ordem* teocêntrica. Por último, o reverendo anticomunista clamou a Deus para que Ele abençoasse “todos os membros da WACL onde quer que estejam” (THE RISING TIDE, 1974, v. 4, n.º 7, p. 6).



**Figura 259.** “Prayer for the Future of WACL by Rev. Raymond J. de Jaegher”. FONTE: THE RISING TIDE, 1974, v. 4, n.º 7.

Por último, no dia 11, na sessão plenária final da VII Conferência da WACL, foi feita a leitura de suas Resoluções e de seu Comunicado Final, seguida pelos adjourning remarks do general Thomas A. Lane. Enfim, rezou uma prece o “Sr. Osman da Islamic Mosque” (CDyA: R00110F0202). O ecumenismo religioso anticomunista foi, portanto, uma das preocupações da WACL em geral e do ACWF em particular. Em especial durante a VII Conferência da Liga, que ainda contou com as “invocações” feitas por um reverendo protestante (Henry Mitchell), um reverendo católico (o próprio de Jaegher), um imã muçulmano (Osman) e um rabino judeu (Herzel Krans). Apesar de todo esse esforço “bem intencionado”, o antissemitismo de alguns membros da Liga não poderia ser contido, já que estruturou o perfil de certas linhagens anticomunistas da América Latina e congêneres antissemitas no vasto universo da WACL.

A presença de antissemitas nas redes do internacionalismo anticomunista da Guerra Fria voltaria a rondar, durante a VII Conferência da WACL, o país-símbolo do “mundo livre” capitalista: os Estados Unidos da América. Em sua capital política, em abril de 1974, a VII

Conferência da Liga aprovou a incorporação de sete (7) novos membros nacionais e associados a seus quadros: **“British League for European Freedom** (membro nacional); **Bulgarian Liberation Movement** (membro organização internacional); **Khmer League for Freedom** (membro nacional); **National League of Lebanon** (membro nacional sob o Sr. Shamir); **Center of Asian Studies**, Suíça (membro nacional); **Lithuanian Regeneration Association of Canada** (membro associado); e **Korean League for Freedom** (membro associado)” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 56). Finalmente, a VII Conferência da WACL decidiu, como sua resolução operacional mais importante para o ano de 1975, que sua próxima reunião anual ocorreria no Brasil, tendo-se escolhido, de início, a cidade de São Paulo como o local para a realização do primeiro encontro wacliano na América do Sul.



**Figura 260.** (1) “Consultation of Dr. Raimundo Guerrero, past WACL Chairman, with Dr. Walter Judd [ACWF]”; (2) “Marx Lewis, Council Against Communist Aggression, with Dan Fefferman”; (3) “Neil Salonen (left) being introduced by Lee Edwards”; (4) “ACWF president Thomas Lane congratulating Dr. David Rowe, Chairman of Resolutions Committee, at completion of WACL Conference”; (5) “Senator Jesse Helms with Mr. Osami Kuboki, President of Japanese branch of the International Federation for Victory over Communism and WACL”. FONTE: RISING TIDE, 1974, April 22, v. IV, n.º 7.

“Para acertar os detalhes, o Conselho Executivo da WACL se reunirá na cidade sul-americana no início de dezembro deste ano” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 4). A escolha inicial de São Paulo como sede da VIII Conferência da WACL de 1975 se justificaria pela “ameaça comunista” na região: “A América Latina é neste momento um grande alvo da infiltração

e agressão comunistas” e, dentro desse continente, o “gigante” brasileiro – a ditadura militar verde-amarela – seria o principal *player* anticomunista da região: **“o Brasil é um grande país desempenhando um papel proeminente no curso da luta latino-americana anticomunista”** (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 4).

### 5.7.2. *Quem-é-quem na VII Conferência da WACL*

Agora, importa identificar o *Quem-é-quem* da VII Conferência da WACL. Isso pode ser feito a partir de uma lista de seus delegados e observadores que hoje encontra-se depositada nos *Archivos del Terror* da ditadura militar stronista (CDyA: R00108F1078-R00108F1092). Grande parte do acervo dos *Archivos* pertenceu ao delegado Antonio Campos Alum, que o utilizava como instrumento de repressão e arma de guerra anticomunista. Além de ser o diretor vitalício da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), a principal delegacia de polícia política subordinada ao Ministério do Interior, Campos Alum consolidou-se na década de 1970 como o principal organizador do “Capítulo” paraguaio do complexo WACL/CAL. Por isso, uma profusão de documentos dessas redes anticomunistas transnacionais encontra-se depositada nos “arquivos da repressão” de Campus Alum. A lista guardada por esse repressor stronista, treinado em técnicas “antissubversivas” nos EUA, “queridinho” do FBI e da CIA, demarcou a presença das principais figuras da VII Conferência da WACL.

Entre elas, enumerou-se a participação dos líderes do quadro dirigente da WACL: Ku Cheng-kang (Taiwan), presidente honorário da Liga; Raimundo Guerrero (México), *outgoing WACL Chairman*; Kyong Su Yun (Coreia do Sul), secretário-geral da Liga em exercício; José Ma. Hernandez (Filipinas), conselheiro honorário (e vitalício) da Liga; coronel Don Dang Cong (Vietnã do Sul), secretário-geral da APACL; Rafael Rodriguez (México), secretário-geral da CAL; major-general Thomas A. Lane (EUA), presidente do Comitê Preparatório da VII Conferência da WACL e *outgoing president* da ACWF.

Entre os Membros Regulares da Liga provenientes da Ásia arrolados na lista, constaram Paul Pearson, da Austrália; Han Lih-wu, chefe da delegação de Taiwan<sup>612</sup>; S. K. Yee, chefe da

---

<sup>612</sup> Acompanhado dos Delegados Lien Chan, Chaing Lien-Ju, Hsu Fu-Teh, Jieh-Jow Liou, T. T. Liu, Men-Jye Lin, Howard Peng, Tsai Hong-Wen, Jen-Chieh Wane, Shu Wu e Yao Chi-Ching.

delegação de Hong Kong<sup>613</sup>; Swarup Rama, chefe da delegação da Índia; Joesdi Ghazali, chefe da delegação da Indonésia (acompanhado por Purnomo); Osami Kuboki, chefe da delegação do Japão (acompanhado pelos delegados Juitsu Kitaoka, Takeshi Furuta e *miss* Mitsuko Yoshida); U. Sam Oeur, da República do Khmer; o veterano anticomunista Ben C. Limb<sup>614</sup>, chefe da delegação da Coreia do Sul (acompanhado de D. W. Kim); Chao Sopsaisana Southakakoumar, chefe da delegação do Laos<sup>615</sup>; Fung Han Shu, de Macau; Hussein H. N. S., da Malásia; Bryan Seddon, da Nova Zelândia; Ramon Bagatsing, chefe da delegação das Filipinas<sup>616</sup>; Tan Sri Syed Esa Almenoar, da Singapura; general Prapahn Kulapichitr, chefe da delegação da Tailândia (acompanhado por Amnvey Suwanakyborehorn); e Phan Huy Quat, chefe da delegação sul-vietnamita. Entre os Membros Regulares da WACL vindos do Oriente Médio, destacaram-se Parviz Kazemi, chefe da delegação iraniana; Munir Talebali Rifai, chefe da delegação jordaniana; Ahmed Salah Jamjoom, chefe da delegação saudita; Fethi Tevetoglu, chefe da delegação da Turquia; e Jerban Chamieh, chefe da delegação do Líbano. Os Membros Regulares da Liga vindos da África foram John Henry Okwanyo, do Quênia; Bereng Augustinus Sekhonyana, de Lesotho; Nathan C. Ross, de Libéria; e Amos A. Lisimba, de Malawi.

Entre os Membros Regulares da Liga provenientes da Europa, registraram-se Paul Vankerkhoven, da Bélgica; Henning Jensen, da Dinamarca; Jacques Trebile, chefe da delegação da França (acompanhado por Leon Zourabichvili); Apostolos B. Dascalakis, chefe da delegação grega (e conselheiro cultural do Ministério das Relações Exteriores da Junta Militar da Grécia); Eggardo Beltrametti, chefe da delegação da Itália; Cees Van den Heuvel, chefe da delegação dos Países Baixos e fundador do *International Documentation and Information Center* (INTERDOC)<sup>617</sup>; Torbjoern Jelstad, chefe da delegação da Noruega; Arvo Horm, chefe da

---

<sup>613</sup> Acompanhado dos delegados Ching-Wen e Y. T. Shen, Convidado de Honra.

<sup>614</sup> Recorde-se que Ben C. Limb foi o primeiro “amigo” sul-coreano do ABN, participando em 1953 nos EUA, em Nova Iorque, da celebração dos 10 anos desse grupo presidido por Yaroslav Stetsko, ex-colaborador nazista ucraniano.

<sup>615</sup> Ligado à família real do Laos, embaixador e político, Chao Sopsaisana Southakakoumar foi flagrado traficando 60 quilos de heroína em sua mala diplomática, em 1971, na França. Saiu-se impune. O valor estimado da apreensão (US\$ 13,5 milhões) foi “one of the biggest heroin seizures in French history” (MCCOY, 2003: 284).

<sup>616</sup> Acompanhado dos delegados Antonio Roxas Chua, Jes. D. Delfin, Marcelita O. Delfin, Ernesto Golez, Sarafin Oui, Guillermo Picache, Alejo Santos, Pao Shehgien.

<sup>617</sup> Van den Heuvel fora um membro da resistência anti-nazista. Calvinista e anticomunista, esteve ligado aos serviços secretos da Alemanha Ocidental e dos EUA. Foi um dos fundadores do INTERDOC, sediado em Hague, Holanda. De acordo com o historiador Giles Scott-Smith, ele “attended the inaugural meeting of the World Anti-Communist League (WACL), held in Taipei [1967], and he would remain associate with the League up to 1973” (SCOTT-SMITH, 2012: 199). Apesar das diferenças entre INTERDOC e WACL, a associação parece ter se estendido até 1974, no mínimo, já

delegação da Suécia (acompanhada pelo delegado Anders Larsson); e Theodor Oberlander, ex-oficial nazista e chefe da delegação da Alemanha Ocidental. Entre os Membros Regulares da WACL da América do Norte, constaram o antissemita Patrick Walsh, chefe de delegação do Canadá<sup>618</sup>, e dos EUA, todos membros do *American Council for World Freedom* (ACWF), Fred Schlafly, *incoming president* da WACL, Lee Edwards, Stefan T. Possony, Walter H. Judd, Lev E. Dobriansky, Walter Chapiwskj, Anthony Kubek, reverendos Raymond J. de Jaegher e Daniel Lyons, Reed Irvine, Ron Pearson, Ignatius M. Billinsky, entre outros<sup>619</sup>.

Entre os Membros Regulares latino-americanos da WACL presentes na VII Conferência da Liga de 1974, destacaram-se Germano Justo, chefe da delegação da Argentina; Herman Landivar Flores, chefe da delegação da Bolívia (acompanhado de Daruciru Leuidiva); Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES e chefe da delegação do Brasil (acompanhado pelo dirigente da SEPES Elias J. Tambin); Jose Miguel Garcia Urbino, chefe da delegação da Costa Rica; Tomas Reyes Cerda, chefe da delegação da República Dominicana (acompanhado por Francisco Petotti Tejada); Roberto Cordon, chefe da delegação da Guatemala<sup>620</sup>; Raimundo Guerrero, chefe da delegação do México<sup>621</sup>; Francisco Buitrago, chefe da delegação da Nicarágua; Antonio Campos Alum, chefe da delegação do Paraguai; deputado Francisco Guerrero, chefe da delegação de El Salvador; Jose Antonio Ferreiro, chefe da delegação do Uruguai; tenente-coronel Alberto Lozano Cleves, chefe da delegação da Colômbia; Fernando Beckemeyer Conroy, chefe da delegação do Peru; Gustavo Alessandri, chefe da delegação do Chile (acompanhado por Herman Leigh, pelo

---

que Van Den Heuvel participou da VII Conferência da WACL de 1974 nos EUA e foi convidado a participar da VIII Conferência da WACL de 1975 no Brasil. Sobre suas conexões com a CIA, confidenciou: “‘I had a very good contact with the CIA [...] But my relationship was that I was absolutely free. They asked me to do things, not in their service but just in my own orbit. Many speculated that I was a CIA agent but I wasn’t’. Van den Heuvel’s links with the CIA were so close that in the 1980s a word from him would secure direct access to CIA director William Casey” (SCOTT-SMITH, 2012: 7-8). Sobre o INTERDOC, afirmou (mesmo que com perguntas): “‘Some time ago someone asked me ‘what is Interdoc really? And he started firing many questions at me. Is it an anti-communist organization? Is it an organization to defend basic Western values? Is it just an information centre on East-West affairs? Is it an extension-piece [sic.] of certain intelligence – and security-services? Is it a covered psychological warfare branch of government or industry? Is it a new political movement?’” (VAN DEN HEUVEL apud SCOTT-SMITH, 2012: 243).

<sup>618</sup> Acompanhado dos delegados Thersa Boswell, Mel McEwen, Owen Pictin, Ray Taylor e Matei Hojbota, representante do exílio romeno dentro do ABN (ABN, 1962, v. XIII, n.º 3, p. 37).

<sup>619</sup> Ignatius M. Billinsky era presidente do Conselho Executivo dos Amigos Americanos do ABN (AF-ABN) (ABN, 1962, v. XIII, n.º 3, p. 35) e os demais delegados do ACWF foram: M. Declan Bransfield, Thomas C. Chapin, Ron Docksai, Vera A. Dowhan, Walter Dushnyck, Frank J. Johnson, David Keene e Marx Lewis (também do Council Against Communist Aggression).

<sup>620</sup> Acompanhado dos delegados Alvario Arzu, Derrick Calderon e Leila Ibban.

<sup>621</sup> Acompanhado dos delegados Salvador Cervantes, Jorge V. Medina e Jose Sainz.

senador Sergio Onofre Jarpa, Herman Leigh, pelo coronel Julio Gustavo Tapia Falk, entre outros)<sup>622</sup>; German Garcia Borregales, chefe da delegação da Venezuela (acompanhado por Guerrero L. Anunziatna); e Jose A. De Obaldia, chefe da delegação do Panamá.



**Figura 261.** No destaque, circulado, Antonio Campos Alum, diretor vitalício da DNTA, delegacia da polícia política da ditadura paraguaia do general-presidente Alfredo Stroessner. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4.

Entre as Organizações Internacionais Membros da WACL, registrou-se a presença das seguintes entidades na VII Conferência da Liga: o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), representado por seu presidente Yaroslav Stetsko e, entre outros delegados, por Slava Stetsko, Stephan Halamay e pelo ex-colaborador nazista búlgaro Ivan Docheff<sup>623</sup>; a *Asian Christian Anticommunist Association* (ACAA), representada pelo reverendo Kenny Joseph; a Alpha 66 (grupo paramilitar do exílio cubano anticastrista), representada por Andres Nazario Sargen; a *Conférence Internationale sur la Guerre Politique des Soviets* (CIGPS), representada por Suzanne Labin; a *Free Pacific Association* (FPA), representada pelo reverendo Raymond J. de Jaegher; a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), representada pelo veterano

<sup>622</sup> Outros delegados chilenos foram: Costanza Veigara, Gregorio Amunztigui, Julio Gustavo e Andria Heiman.

<sup>623</sup> Outros delegados do ABN foram: A. W. Bedrij, W. Bezchlibnyk, Ulana Celewych e Baymirza Hayit (Turquestão).

anticomunista mexicano Jorge Prieto Laurens; a *World Youth Anticommunist League* (WYACL), representada por Fernando Ibarra; e o *Ukrainian Liberation Movement*, representado por Stephan Halamay.



**Figura 262.** Circulados, da esquerda para a direita, Jorge Prieto Laurens (México), Ivan Docheff (Bulgária), Carlo Barbieri Filho (Brasil), Yaroslav Stetsko (Ucrânia), Anton Bonifacic (Croácia) e Paul Vankerhoven (Bélgica). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4.

Entre os Membros Associados presentes na VII Conferência da WACL, listaram-se a *Byelorussian Liberation Front* (BLF), representada por Anatol Pleskaschewski e pelos associados John Shimchik e John J. Kosiak, ex-colaborador nazista e criminoso de guerra da Bielorrússia; a *Christian Crusade*, representada por Billy James Hargis; a *Clergymen's Committee on China*, representada pelo reverendo David C. Head; a *Canadian League for Liberation of Ukraine*, representada por Roman Malashchuk<sup>624</sup>; o Movimento de Libertação Croata (HOP), representado por Felix Psenicnik, genro do ditador *ustashi* e colaborador nazista croata Ante Pavelic<sup>625</sup>; a *Cardinal Mindszenty Foundation*, representada por Eleanor Schlafly; o *World Buddhist Sangha Council*, representada pelo reverendo Pai Sheng; a *World Youth Crusade for Freedom*, representada por Ron Pearson; e o Grupo Internacional Antimarxista Espanhol (GIAE),

<sup>624</sup> Acompanhado dos associados reverendo Semen Izyk, Oleh Romanshyn e Olha Swyntuch.

<sup>625</sup> Acompanhado dos associados Ante Markovic e Jakob Urban.



representado por Jesus Palacios, chefe, em Madri, do grupo neonazista Círculo Espanhol de Amigos de Europa (CEDADE).

Finalmente, alguns Observadores (Representantes Nacionais) também participaram da VII Conferência da WACL. Entre outros<sup>626</sup>, destacou-se o australiano Eric Butler, “um proeminente antisemita e revisionista histórico” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 276)<sup>627</sup>. Integrado à WACL via Liga Australiana dos Direitos, Butler era autor de um livro intitulado “*International Jew*”, uma análise comentada dos Protocolos de Sião, um conjunto de documentos que mostrariam uma conspiração de maçons e judeus para subverter os valores cristãos e estabelecer um estado mundial sob domínio conjunto” (VALENTINE, 2000: C1). Os Observadores (Representantes Nacionais) de Portugal, a seu turno, eram o reverendo Joaquim de Jesus Guerra e Jose O’Neill. Do México, entre outros<sup>628</sup>, destacou-se a participação do líder teco Humberto Davalos. Da Argentina, acompanhado de Carlos Perez Compagnone, destacou-se o veterano e ex-membro da CIDC Alberto Daniel Falero, “ex dirigente del aprismo argentino, antiguo peronista de derecha y asesor del Círculo Militar en materia de lucha antisubversiva” (HERRÁN ÁVILA, 2015: 18).

Enfim, *last but not least*, os Observadores (Representantes Nacionais) do Brasil presentes na VII Conferência da WACL foram Italo Paolucci, promotor do Ministério Público paulista e futuro conselheiro da SEPES; Jose Pedro Galvão de Sousa, professor na Faculdade de Direito da PUC-SP e da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, como visto, o consagrado ideólogo da revista ultracatólica *Hora Presente*; e o padre Jose Afonso de Moraes Passos, um obscuro

---

<sup>626</sup> Os demais Observadores (Representantes Nacionais) que participaram da VII Conferência da Liga de 1974 foram: Otto Molden, da Áustria; Willys D. Haeyer, da Bélgica; Wasyl M. Begehnyk, J. B. Rudnycky, Arthur Vincent Kirby, François Duprat, Mary Ellen Doyle e E. Morenec, do Canadá; Chang Ching-Yu, Frankie Liang e Rock Chang, de Taiwan; Luis J. Torres Gomez, da Colômbia; Robert Adruiz, Felicia Aduri e Silvio Mora, de Cuba; Flavien Ranaivo e Yvonne Robmer, da França; Wilham Roka, da Hungria; Martin Porter, da Itália; Cheikk Agaib Mokhtar Gueye, da Costa do Marfim; Takeru Kamiyama, do Japão; Bum Ky, do Camboja e do Khmer; Ae Zol Kim, Sung Kil Kim e Won Kang, da Coreia do Sul; Yousaif Salih Alyan, do Kuwait; Vincent Tabone, de Malta; Jaap Zwart, dos Países Baixos; Carlos A. Bambaien e Valentin Gazzani, do Peru; Mediano Bienvenido, das Filipinas; Mehmet Sait Shamil e Ahmed Sagr, da Arábia Saudita; George Tasse, Stefan Marinoff, Ivan Jelic, Paul Werner, Franz Lorenz V. Thadden, Friedrich Rader, Adam Grunbaum, Heinz A. Dechant, Alfons Rebanc e Antal von Radnoczy, da Alemanha Ocidental (RFA).

<sup>627</sup> Acompanhado dos Observadores Peter Sim, Elga Rodze, Harold J. Wright, Tony McGilleik, E. D. Darby e Trevor Everett.

<sup>628</sup> Daria [?] Alves, Jose de Ovaldia, M/M Mario Logo, Rosa Maria Corona, Humberto L. Delgadillo, Victoria Gayton, Francisco Hernandez, Guillermo G. Oliva e Julia Ruiz.

personagem, doutor em História pela USP com a tese “Bonifácio III e Felipe III da França” (1973) e, ao que tudo indica, um fidelíssimo *liaison* dos tecos da FEMACO/CAL no Brasil.



**Figura 263.** “WACL Conference Luncheon, from right to left: Mr. John J. Kos-  
iak and Mr. Anatol Pleskachewski (Byelorussia), Dr. Stefan Halamay  
(Ukraine), The Dowager Lady Birdwood (Great Britain), Dr. & Mrs. Ivan  
Docheff (Bulgaria), ABN President Yaroslav Stetsko and Mrs. Slava Stetsko  
(Ukraine), Anatol Radygin (Israel). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9,  
n.º 4.

Como era de se esperar, os EUA, país-anfitrião da VII Conferência da WACL, contaram com o maior número de participantes. Entre outros<sup>629</sup>, destacaram-se, como Observadores

---

<sup>629</sup> Stephan Halamay, Stefan Korbonski, miss Ingegerd Galtung, Allan C. Brownfield, C. Brown, prof. John Carroll, J. Chamberlain, Thomas Chapin, Vera A. Dowhan, Thomas Anderson, dr. Marguerite Atterbury, Karl Baarslag, Helga Bonney, Wayne Bonney, Lucy Brady, dr. Walter Dushnyck, Michelle Easton, Mary C. Fisk, Max Friedman, Lloyd H. George, Harold Gordon, dr. Billy James Hargis, Robert Heckman, David Kim, general Thomas A. Lane, Ira Latimer, Issac D. Levine, Anna G. McKinney, dr. William Mansdoerfer, miss Kathrine J. Markey, coronel Alphonse K. Marttinen, Ruth Matthews, reverendo Henry Mitchell, Steve Mudgett, Edward Navarro, Djab N. Naminow-Burchenon, dr. Stephan Pan, Cathryn M. Pitchell, Ron Robinson, Herbert Romerstein, Sigurds Rudzitis, Rebecca J. Salonen, Susan Simic, dr. Joost Sluis, Nannette Smith, John Snyder, Frances Scott, Miguel Talleda, Zuraida Talleda, Howard Taylor, miss Monique Wust, Judith A. Barnes, D. C. Meezley, Robert A. Berry, Edalleen M. Brush, Dorothy Coffman, Joseph Chang, Mary Ann Christensen, Elizabeth S. Cowles, Miles M. Costick, Ronald F. Docksai, Dan G. Fefferman, Jaroslav Geleta, Theo R. Grevers, Bruce Hofmann, Abraham H. Kalish, Jane R. List, Jay Parker, Robert Peraza, Josephine M. Pulavri, Joseph Schiebel, Joan L. Sweetland, Christine Turner, Freda Utley, Lo Ann Wagner e miss Joan Lawton.

(Representantes Nacionais), David Rowe, professor da Universidade de Yale, membro do ACWF e velho “amigo” do complexo WACL/APACL; R. Pearson; Jorge Mas Canosa e o tenente-coronel Nicholas Grigorievich Nazarenko, como visto, “um ex-oficial da Segunda Guerra Mundial na Divisão Cossaca da SS alemã” (BELLANT, 1991: 2). Quanto a Jorge Mas Canosa, recorde-se que ele era um dos dirigentes da *Representación Cubana en el Exilio* (RECE), grupo financiado pelo executivo Pepín Bosch da Bacardí e que se estruturou, basicamente, como “una operación auspiciada por la CIA” (ARBOLEYA, 200: 83)<sup>630</sup>. Finalmente, entre os Convidados de Honra da VII Conferência da WACL<sup>631</sup>, convidaram-se a baronesa britânica Dowager Lady Jane Birdwood, seu associado Donald A. Martin, um australiano antissemita ligado a Eric Butler e radicado na Inglaterra, onde fundaria a Liga Britânica dos Direitos)<sup>632</sup>; Bruce Herschensohn; o almirante John McCain e seu filho – o comandante John McCain III.

*5.7.3. Principais oradores: Ku Cheng-kang (Taiwan), Sergio Onofre Jarpa (Chile), Yaroslav Stetsko (Ucrânia), John McCain Jr. (EUA), Anastasio Somoza (Guatemala) e Suzanne Labin (França)*

---

<sup>630</sup> Como dito, o FBI registrou que, em 1965, “Jorge Mas Canosa received \$5,000 from CIA to finance an operation by the terrorist Luis Posada Carriles against Soviet and Cuban ships docked in the Mexican port of Veracruz” (ARBOLEYA, 2000: 144). A RECE participou da I Conferência da WACL de 1967, em Taiwan, representada por Emilio Nunez Portuondo, que encabeçou a primeira tentativa (frustrada) da Liga de criar um braço na América Latina, a efêmera Latin American Anticommunist League (LAL). Em 1970, a RECE também participou da IV Conferência da WACL, no Japão, na condição de “Membro Associado” da Liga. Em 1981, Jorge Mas Canosa fundaria em Miami a Cuban American National Foundation (CANF), o mais poderoso lobby anticomunista que influencia, até hoje, os rumos da política externa norte-americana contra a Cuba pós-revolucionária.

<sup>631</sup> Outros Convidados de Honra: general Mohammed Saleh, Y. T. Shen, Cholan Jagtit, Kyril Drenikoff, Michael J. W. Davis, Eric Brodin, Leanid Vladimiraev, reverendo Henry Mitchell, Anna G. McKinny, Walter Washington e Charles Wiley.

<sup>632</sup> “Donald Martin, the anti-Semitic publisher of Bloomfield Books, who is the leader of the British League of Rights. Donald Martin represents the Australian League of Rights that Robert Pash is involved in. Martin has also run the ultra-right British Federation for European Freedom and the UK arm of the World Anti-Communist League. Donald Martin has published in Spearhead, the magazine of John Tyndall, leader of the British National Party, who regards Martin as his ally in opposing immigration. Tyndall, an admirer of Sir Oswald Mosley, was a former deputy to Colin Jordan of the neo-Nazi National Socialist Movement in the early 1960s” (LIVINGSTONE, 2013: 617-618). “Eric Butler, a prominent Australian right-wing and anti-Jewish agitator and pamphleteer who ran the Australian League of Rights. One of Butler’s keenest followers, Don Martin, moved to Britain in 1970 and, the following year, established the British League of Rights” (TOCZEK, 2016: 131). Na Inglaterra, Donald Martin fundou a editora Bloomfield Books, “the leading UK source of right-wing, anti-Jewish, anti-communist and other such literature, with a catalogue offering hundreds of books and pamphlets, including most of The Britons’ back catalogue. Effectively, then, from the mid-1970s onwards, Bloomfield Books replaced The Britons. Indeed, after 1975, any enquiries concerning political or conspiracy theory publications received by Tindal-Robertson at the old Britons address were referred to Don Martin’s Bloomfield Books” (TOCZEK, 2016: 132).

Destacaram-se como principais oradores da VII Conferência da Liga Mundial Anticomunista de 1974, na capital dos EUA, o hierarca do Kuomintang (KMT) e presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, o senador pinochetista Sergio Onofre Jarpa do Chile, o presidente do ABN e ex-colaborador nazista ucraniano Yaroslav Stetsko, o almirante norte-americano John McCain Jr., o ex-presidente e general da Guatemala Anastasio Somoza Debayle e a escritora e militante anticomunista francesa Suzanne Labin. Em seu discurso na cerimônia de abertura da VII Conferência da WACL, Ku Cheng-kang saudou a cidade de Washington, D.C., como a “grande capital dos Estados Unidos”, exaltando o enorme papel do país anfitrião na “luta pela liberdade humana contrária à escravidão”. A dedicação do povo dos EUA à causa da liberdade seria um baluarte a todos os “povos amantes da liberdade do mundo”. Destacando uma frase do Presidente Lincoln proferida no contexto da Guerra de Secessão – “Este governo não pode suportar, permanentemente, metade escravo e metade livre” –, Ku Cheng-kang lamentou que o mundo contemporâneo estaria dividido entre povos livres e povos “escravizados” pelo comunismo. Mais de um bilhão de pessoas, nesse sentido, estariam trancadas “por detrás da Cortina de Ferro e privadas de sua liberdade”.

Seria missão da WACL, nesse cenário mundial, representar “o desejo comum e a determinação dos povos amantes da liberdade” contra a “agressão e escravidão” comunistas. Ninguém poderia, inclusive, impedir a “roda flamejante da WACL de rodar, porque esta liga representa a principal corrente de nosso tempo – o torrencial movimento mundial contra o comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 10). Ku Cheng-kang criticou, na sequência, a adoção pelo Presidente Richard Nixon de “uma política de detente com a Rússia Soviética e os comunistas chineses”, o que estaria gerando “uma grande mudança e confusão” no mundo. Contudo, a *detente* de Nixon não conseguiria obliterar a contradição fundamental da época, a saber, “a confrontação entre as forças da liberdade e da paz, de um lado, e as forças da agressão comunista, de outro” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 11).

Para os comunistas, advertiu Ku Cheng-kang, “a paz não é nada mais do que uma continuação da guerra” e, por isso, “as conversas de paz das nações livres com os comunistas fracassaram, sem exceção” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 11). Desde as Conversas de Paz de Paris, que não impediram a continuação da Guerra da Indochina e do Vietnã, passando pela “queda da China continental nas mãos dos comunistas”, até a Guerra da Coreia. Assim sendo, as

“conversas de paz” com os comunistas “sacrificaram a liberdade de mais de um bilhão de pessoas e criaram um mundo metade escravizado, com a outra parte sujeita, constantemente, a sérias ameaças” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 11).



**Figura 264.** Da esquerda para a direita, Ku Cheng-kang, presidente honorário da WACL, no púlpito; o general (da reserva) Thomas A. Lane (ACWF) e Fred Schlafly, presidente da WACL designado durante a VII Conferência da Liga. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, contracapa.

Além disso, as tentativas de condução de “conversas de paz” com os comunistas enfraqueceram “o campo da liberdade” e, assim, favoreceram a “expansão do comunismo”. A “paz duradoura” não adviria com esse tipo de diálogo entre o “mundo livre” e o “mundo comunista”, o que apenas serviria para conferir tempo e oportunidade aos comunistas se prepararem melhor para a guerra. A “coexistência pacífica” com os comunistas, portanto, apenas teria servido para colapsar “o sistema de segurança coletiva mundial” e desintegrar “o campo da liberdade”. Serviria ainda, perniciosamente, para o “desarmamento espiritual”, franqueando “oportunidades de ouro” aos comunistas para “dividirem e conquistarem”.

As “conversas com os vermelhos” não levariam em conta “nossa penosa experiência de negociações com os comunistas”, que permaneceriam inamovíveis de seus desígnios de “dominação mundial”. Em suma, “uma vez que as atitudes conciliatórias não podem pacificar os

comunistas nem fazê-los desistir de seus objetivos de comunização e sepultamento do mundo livre, as nações livres não têm outra escolha senão manter-se persistentemente no caminho anticomunista, da autopreservação” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 11). Uma das missões da WACL seria, assim, a de “conscientizar as massas do mundo livre sobre a natureza maligna do comunismo” e explorar os conflitos internos do bloco comunista. Caberia à WACL, então, a função de coordenar uma “cruzada” capaz de lançar “uma mobilização espiritual em grande escala de todos os povos livres para a enunciação e aplicação de um princípio comum para a promoção da justiça e salvaguarda da liberdade e dignidade humana” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 12).

A WACL deveria, entre suas metas de longo prazo, eliminar definitivamente da história da humanidade o “despotismo da hierarquia comunista”, o “sistema comunista de escravidão” e “a Cortina de Ferro que confina povos à servidão”. Os resultados da “agressão comunista” também não deveriam ser, sob qualquer circunstância, “reconhecidos como fatos consumados”. A WACL ainda deveria defender a tese de que “a liberdade é indivisível e não pode coexistir com a escravidão”, conferir “apoio total” à “luta dos povos escravizados pela liberdade” e denunciar “o complô comunista para corromper e envenenar o mundo livre com narcóticos” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 12). A “cruzada” anticomunista global coordenada pela Liga deveria se desenvolver, enfim, sob “as condições da independência nacional, da igualdade racial e da liberdade dos povos”, amalgamando-se na luta anticomunista “as filosofias e padrões culturais do Oriente e do Ocidente” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 12). Ademais, a WACL deveria promover uma “grande aliança das nações livres” contra a “comunização global”, valendo-se de acordos regionais e bilaterais de segurança coletiva e conclamando os EUA para que assumissem sua “liderança em assegurar e unir o poder da liberdade dentro e fora da Cortina de Ferro para desferir um golpe devastador nas forças comunistas assoladas por contradições e confusão” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 12).

Por último, Ku Cheng-kang instruiu a WACL no sentido de conclamar as “nações livres” para que abandonassem o “neutralismo, o isolacionismo, a política de não alinhamento e outros pensamentos ilusórios sobre a conciliação com os comunistas” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 12). Nesse sentido, arrematou o Presidente Honorário da WACL, militar, política e economicamente, **“nós devemos adotar estratégias globais superlativas para salvaguardar a**

**paz**” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 13, grifo meu). Dever-se-ia, finalmente, abandonar a estratégia “multipolar de *check and balance*” dentro do “mundo livre” que, favorecendo os comunistas, apenas causaria divisões dentro do “campo da liberdade”. “Nós também declaramos positivamente que as nações livres devem revidar o estrategema da frente única comunista para estabelecer e utilizar um ‘terceiro mundo’ por meio de manobras nas Nações Unidas” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 14). E, *last but not least*, Ku Cheng-kang reiterou à audiência da VII Conferência da Liga uma das diretrizes estratégicas que a acompanharam desde sua fundação, a saber, a WACL deveria se fortalecer por intermédio de alianças oficiais com governos e Estados: **“a aliança anticomunista do povo deve ser elevada ao nível da sólida unidade governamental”** (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 14, grifo meu). A WACL, concluiu seu Presidente Honorário na abertura da VII Conferência de 1974, “deve agora **apelar a todos aqueles que não desejam relegar a si mesmos a serem escravos comunistas a se levantarem bravamente para a causa e juntos batalhar para conduzir uma nova era de paz duradoura baseada na liberdade e na justiça para todos**” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 14, grifo meu).

O senador **Sergio Onofre Jarpa**, à sua vez, no discurso da VII Conferência da WACL, denunciou os críticos – cujo coro seria formado especialmente por jornalistas, políticos e intelectuais estrangeiros – do governo chileno pós-Allende. Estariam eles, segundo o senador pinochetista, orbitando na “Lenda Negra” construída pelos marxistas depois de sua “vergonhosa derrota no Chile”. Os supostos democratas e defensores da liberdade estariam, assim, caindo na armadilha da “Lenda Negra” lançada por “forças do comunismo internacional” e, no Chile, “esse tipo de gente já aprendera uma lição amarga: eles sabem agora que se você se aliar com os comunistas e ganhar, de fato, apenas os comunistas ganharão” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 13). Isto é, para o senador pinochetista, “os teóricos da social democracia” chilena, ao se aliarem aos comunistas, franquearam a estes a vitória no Chile, antes de 11 de setembro de 1973.

No discurso, Onofre Jarpa caracterizou “o governo marxista de Salvador Allende” não como “a causa de todos os males do Chile”, mas como “o último estágio de um longo processo de decadência” que a democracia cristã do ex-Presidente Eduardo Frei teria iniciado. Teria sido o partido democrata cristão, temendo ser chamado de “reacionário”, o primeiro a abrir as portas ao diálogo com os comunistas no Chile e, com a vitória de Salvador Allende à presidência, a inaugurar a estratégia do “caminho chileno ao socialismo”. Essa seria mais uma tática do “partido comunista

internacional” utilizada no Chile: diante da impossibilidade de repetir o modelo cubano de tomada de poder, assim como os “meios brutais” utilizados na URSS e no leste europeu, a operação lançada no Chile seria a do “socialismo com face humana”. O governo da Unidade Popular de Salvador Allende, porém, estaria utilizando a democracia e a burguesia chilenas de maneira tática para solapá-las, com auxílio dos marxistas, no momento oportuno.

Por isso, inclusive, o representante da ditadura pinochetista caracterizou à audiência wacliana o golpe de Estado contra Allende como uma legítima “rebelião” do “povo chileno” contra um governo marxista inconstitucional. Assim sendo, “à luz de todas as provas existentes, ninguém de boa fé pode argumentar que o Governo da Unidade Popular foi um governo constitucional. Ele foi constitucional em suas origens, mas perdeu sua legitimidade quando abandonou os canais legais e quando pisoteou e quando pisoteou a constituição política e os direitos e liberdades das pessoas. **A rebelião dos chilenos foi um ato legítimo**, pois sempre foi legítimo ao longo da história lutar pela liberdade e independência de um país” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 16, grifo meu). O programa da Unidade Popular de Salvador Allende fora assim definido como “uma mistificação elaborada para ganhar apoio eleitoral por meio fraudulento”, congelando-se, então, os preços de mercadorias, aumentando-se os salários, contratando-se centenas de milhares de pessoas em instituições governamentais “com um claro propósito político”. Além da emissão de moedas, o que teria ocasionado um ambiente inflacionário insuportável no Chile de Allende, o governo da Unidade Popular, “a fim de financiar esse plano”, taxou a *empresa privada* “para além de qualquer viabilidade econômica” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 13). Outro “crime” da Unidade Popular teria sido “a nacionalização das grandes companhias mineradoras” que, segundo o representante chileno na VII Conferência da WACL, serviria apenas aos objetivos da “propaganda demagógica populista” de Salvador Allende.

Por isso, o “governo marxista” teria conquistado metade dos votos nas eleições municipais de abril de 1971. Isto é, “o Caminho Chileno para o socialismo estava funcionando muito eficientemente” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 13). Todavia, logo se evidenciando os efeitos dessa “política econômica desastrosa” com crises de desabastecimento de produtos essenciais e com a alta na inflação, a Unidade Popular teria recaído, segundo o senador pinochetista, “com expropriações massivas da indústria, da agricultura e da iniciativa privada”. Seriam dois os objetivos do “governo marxista” de Salvador Allende: “em primeiro lugar, destruir



os supostos apoios econômicos que a iniciativa privada daria aos partidos democráticos e, em segundo lugar, subjugar os trabalhadores através do controle de todas as fontes de emprego” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 13). E, “naturalmente, tudo isso foi a feito sob o pretexto de conceder a terra aos camponeses e as fábricas aos trabalhadores” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, pp. 13-14).

Essa política econômica da Unidade Popular de entregar a gestão das terras aos camponeses que nela trabalhavam e a gestão das fábricas aos operários que nela labutavam, segundo o senador pinochetista, teria conduzido a economia do país ao desastre e o povo à miséria. Ou seja, a autogestão camponesa e operária de seus meios de trabalho e produção teria sido a causa verdadeira da crise econômica e da miséria social do Chile; estas não teriam sido causadas, como se estaria veiculando, por “um bloqueio econômico de nosso comércio exterior” ou pela “suspensão dos créditos externos”. Os defensores dessa última “tese” não poderiam estar “mais longe da verdade”. Teria sido nesse momento que os marxistas chilenos teriam “abandonado a propaganda do “socialismo com liberdade” e apresentado um novo objetivo: revolução. Desde então, eles justificavam todos os tipos de abusos e ilegalidades. Os que protestavam eram desqualificados como ‘inimigos da revolução’ e eram ameaçados publicamente com sua eliminação” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 14).

Premido entre os mandamentos constitucionais, de um lado, e seus aliados marxistas, de outro, o Presidente Salvador Allende teria optado pelos últimos, supostamente trilhando o caminho para o estabelecimento de “uma ditadura totalitária”. O “controle comunista” sobre Allende o teria deixado “sem alternativa” e, a partir de então, o governo da Unidade Popular teria iniciado uma onda de prisões a jornalistas e de repressão a trabalhadores grevistas e a empresários opositoristas. Iniciou-se então, segundo o delegado chileno na VII Conferência da WACL, a perseguição aos trabalhadores de transportes e aos lojistas, que teriam sido atingidos pela criação de comitês de bairros, responsáveis pelo controle da distribuição de mercadorias e alimentos, juntamente com a coordenação estatal. Paralelamente à repressão aos opositores, o governo da Unidade Popular teria “imposto uma doutrinação marxista massiva no meio da juventude por meio de um plano político-educacional” e, inclusive, teria criado “sua própria organização militar incorporando em suas fileiras mais de 10.000 extremistas estrangeiros para os quais foi entregue armamento contrabandeado para o Chile” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 13). Enquanto

tais milícias marxistas receberiam ordens diretas da URSS e de seus “satélites”, Allende estaria buscando a proibição da posse privada de armas e os comunistas, arditamente, estariam disseminando o uso de drogas para alcançar seus objetivos políticos.

Corromperiam assim “a sociedade burguesa, arrastando a juventude e as elites intelectuais para o uso de drogas” e, ainda por cima, encontravam nessa atividade “recursos financeiros para suas atividades políticas” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 18). Nesse contexto, arrematou o senador chileno, “as eleições parlamentares de 1973 foram uma fraude organizada” e uma pesquisa da Universidade Católica do Chile teria demonstrado que “mais de 300.000 votos foram contabilizados em favor do governo por votantes inexistentes” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 14). Por meio dessa suposta fraude nas eleições de 1973, “duas, três e até cinco carteiras de identidade foram emitidas para uma pessoa para que ela pudesse registrar e votar quantas vezes [permitissem]” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 14).

Ainda nesse contexto, agentes castristas infiltrados no governo de Allende, segundo Sergio Onofre Jarpa, teriam assassinado, em 27 de julho de 1973, o capitão Arturo Araya Peeters. Diante dessa situação “caótica” do Chile de Allende, “os homens e mulheres livres do Chile assumiram sua responsabilidade e fizeram o que entenderam ser seu dever”, isto é, mobilizaram-se “para rejeitar a ditadura marxista” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 15). Essa “rebelião dos chilenos” pode contar, finalmente, com “a intervenção das Forças Armadas” no começo de setembro de 1973. Uma vez que “as milícias marxistas ocuparam todas as fábricas, indústrias e posições estratégicas no entorno de Santiago e de outras cidades”, e diante do chamamento diário do governo de Allende para que seus apoiadores se preparassem para “a guerra civil”, “apenas a intervenção das Forças Armadas poderia prevenir o desastre” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 16). Apesar de sua tradição constitucionalista e de respeito às leis, as Forças Armadas do Chile foram forçadas a intervirem no processo político, segundo Sergio Onofre Jarpa, para barrar que o país fosse conduzido “à desintegração e à guerra civil”. “Tendo decidido agir, eles o fizeram com a maior eficiência e decisão, evitando assim o derramamento de sangue e a destruição que os marxistas haviam previsto” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 16).

Assim, se na primeira parte de seu discurso Sergio Onofre Jarpa caracterizara o governo de Allende como um caminho para transformar o Chile em uma nova Hungria, Tchecoslováquia ou Cuba, na última seção de sua intervenção na VII Conferência da WACL, o senador dedicou-se

a demonstrar que “o partido comunista internacional” teria lançado uma campanha para desacreditar seu país perante o mundo. Tratar-se-ia de uma campanha de propaganda para impedir a opinião pública mundial de conhecer o que fora “o experimento marxista chileno” sob Allende. Todavia, segundo o senador, “hoje em dia no Chile os direitos humanos estão sendo respeitados” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 17). No Chile pós-Allende, a juventude não estaria mais “cega pela demagogia e envenenada pelo excesso da retórica política”, tendo-se livrado dos “falsos ídolos e de mitos” que conduziriam o país ao comunismo. “O Chile despertou de um pesadelo e superou uma profunda crise” e, alegadamente superando-se a corrupção, o sectarismo e a dependência político-econômica de potências estrangeiras, o país aspiraria “por um governo moral e pelo retorno aos valores espirituais” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 17). O caminho do “renascimento de nossa nação” iniciado em 11 de setembro de 1973, ressaltou o senador pinochetista, não seria fácil. “O partido comunista internacional”, tendo perdido a chance de transformar o país em uma base soviética para suas operações nas Américas, não cessaria com sua campanha de difamação do Chile de Pinochet perante a opinião pública mundial. **“Que ninguém tente meter os dedos no nosso país, senão os seus dedos serão cortados. Somos grandes pacifistas por natureza, mas não queremos nunca mais os comunistas ou seus fantoches [no Chile]”** (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 17, grifo meu).

Muitos participantes da VII Conferência da WACL de 1974 insistiram que o melhor caminho a se seguir para as “nações cativas” da URSS, da China continental e de seus “satélites” seria o das guerras anticomunistas de libertação nacional. Conclamaram, pois, a preparação de “guerrilhas por todo mundo, de Cuba à Croácia e China, apelos que uniam o nacionalismo com o internacionalismo” (BURKE, 2018: 61)<sup>633</sup>. Assim, **“ao travar guerras simultâneas de libertação nacional contra estados comunistas por procuração [communist proxy states], eles esperavam derrotar não apenas a União Soviética, mas erradicar o comunismo em si**, transformando assim o mundo todo” (BURKE, 2018: 61). “O ucraniano Yaroslav Stetsko, ex-colaborador nazista que liderava o grupo de guerreiros exilados conhecido como Bloco de Nações Antibolchevique, apresentou a mais clara articulação desta ideia” (BURKE, 2018: 61).

---

<sup>633</sup> “While these guerrilla wars were fundamentally national projects – aimed at freeing one people or another – the imagined bonds of fraternity between armed anticomunists offered a vision of joint struggle” (BURKE, 2018: 61).

Nesse sentido, em sua alocução à audiência wacliana, o Presidente do ABN **Yaroslav Stetsko** afirmou que “revoltas revolucionárias simultâneas e não separadas e isoladas dos povos subjugados são o caminho mais certo para a libertação” (BURKE, 2018: 61). “**A mudança real e duradoura viria somente pelo ‘povo armado’ praticando o ‘primitivo método’ de guerrilha.** Como de costume, ele defendeu as guerrilhas antissoviéticas que tomaram o leste europeu durante e depois da Segunda Guerra Mundial como o **modelo ideal para movimentos de libertação nacional em todo lugar**” (BURKE, 2018: 61).



**Figura 265.** “Yaroslav Stetsko delivering his speech at the [VII] WACL Conference”. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4.

Nas palavras do sucessor do *Providnyk* Stepan Bandera nas fileiras do ultranacionalismo ucraniano no exílio<sup>634</sup>, “a técnica moderna é derrubada pelo tipo moderno de guerra: **a guerrilha insurgente partidária**” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 23). Valendo-se do “método primitivo” da guerra de guerrilhas antissoviéticas, arrematou Y. Stetsko, “na era termonuclear e

---

<sup>634</sup> A Asian Outlook pontuou que Y. Stetsko, em 1968, “was elected Chairman of the Organization of Ukrainian Nationalists as successor to Stephan Bandera, who was assassinated by the Russian Secret Policy”. “Mr. Stetsko, Prime Minister of the Ukraine in 1941, is internationally known for his fight for the independence of nations. He was imprisoned at the Sachsenhausen concentration camp by the Nazis until September 1944, and escaped Germany in late 1944. In 1943 the Anti-Bolshevik Bloc of Nations was formed, and in 1946 he was elected president, a post he holds to this day. The ABN has grown into a large, anti-Communist, multinational organization. He was co-founder of the European Freedom Council and was elected Co-chairman in 1967 (...). He is Chairman of the ABN Delegation to the Seventh WACL Conference” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 23). Recorde-se, como visto no CAPÍTULO I, como o período de encarceramento de Y. Stetsko e de S. Bandera pelos nazistas permitiu a esses ultranacionalistas ucranianos ocultarem, na Guerra Fria, seu colaboracionismo com o III Reich e seu antisemitismo.

ideológica, mais oportuno e libertador é o **conceito de libertação, revolução e insurgência que destruirá o império e o sistema de dentro para fora**” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 25). Eis a razão das insurgências antibolcheviques, coordenadas entre si pelos diversos “povos subjugados”, constituírem “o caminho mais certo para a libertação” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 25).

Em suma, **“não há caminho para a libertação além de revoluções de libertação simultâneas de nações subjugadas pela URSS e a estratégia de guerrilha é a única realista”**; “quanto maior o crescimento da tecnologia militar clássica, maior se torna o **significado do povo armado, o método ‘primitivo’ de guerra**” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 27). A estratégia da “libertação nacional” combinada com a tática “primitiva” da guerra de guerrilha antibolchevique, portanto, não constituiria “uma revolta palaciana mas uma revolta geral das nações” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 27). Embora a humanidade vivesse na era termo-nuclear, **“a guerra ideológica, psicológica e política está se tornando mais intensa”** (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 28). E a guerra de guerrilha anticomunista seria, precisamente, a expressão da guerra política, psicológica e ideológica no plano estratégico e tecnológico-militar. “Tanto Moscou como Pequim estão cientes disso. Esta consciência, no entanto, ainda não existe nos círculos oficiais do ocidente” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 28).

Os verdadeiros “superpoderes espiritual e político de nossa época”, sustentou Y. Stetsko, eram “centenas de milhões de seres humanos e dezenas de nações subjugadas no império russo e sob o jugo comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 23). As “nações cativas”, portanto, seriam as agentes reais do “nacionalismo de libertação”, oposto ao “imperialismo soviético”, sob o signo da “invencibilidade da ideia nacional”. Diante dessa, “toda a teoria de classes, o marxismo, o soviétismo com sua teoria de um povo ‘soviético’ sem tradições, o proletariado do mundo, do definhamento das nações, a luta de classes, são inúteis!” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 28). Convertido em ação concreta, esse “nacionalismo de libertação” constituiria “uma força inquebrantável” contra o comunismo, exemplificada nas rebeliões na Ucrânia, na Estônia, na Bulgária, na Romênia, na Bielorrússia, no Turquestão etc. Com a “ideia nacional”, associada a heranças culturais seculares (“como as da Geórgia, Ucrânia, Turquestão, Armênia e outras”), seria impossível barrar “o processo de desintegração dos impérios mundiais”. Por isso, “a questão da independência nacional” seria clara até mesmo para as crianças das “nações subjugadas”, para as

quais *colonialismo* e *imperialismo* russos seriam realidades cotidianas. Em suma, segundo o Presidente do ABN, a luta pela desintegração do *império soviético* deveria combinar inúmeras formas de combate que expressariam, no limite, o antagonismo entre dois modos de vida, o bolchevique e o das “nações subjugadas”, que deveriam recuperar suas *almas nacionais*:

**Um fenômeno característico das nações subjugadas dentro do império russo e nos países dominados pelos comunistas é que, lado a lado às formas e métodos diretos de luta, como demonstrações, greves, revoltas, ações de massa e confrontos armados, está a luta ideológica, política, cultural e religiosa, uma batalha de dois conceitos opostos de vida – o conceito russo, bolchevique, comunista e o das nações subjugadas. É um choque de organismos nacionais completos, do captor e seus cativos, que não são apenas fisicamente oprimidos e economicamente explorados, mas também estão sendo feitas tentativas de privá-los de sua alma nacional. E isso é essencial nessa luta. A luta pelas almas das nações!** (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 25, grifo meu)

Nessa “luta pelas almas das nações”, contudo, não seria suficiente possuir o mais moderno tipo de armamento ou os melhores meios da guerra tecnológica. O decisivo seria conquistar, segundo Y. Stetsko, a “simpatia das almas do povo e das nações. E, nessa disputa, os russos soviéticos, apesar de seu poderio bélico e tecnológico, não conseguiram conquistar “a simpatia das almas dos povos e das nações [cativas]” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 24). Nessa “luta pela alma das nações subjugadas”, “sob a ocupação bolchevique”, o engajamento da juventude anticomunista seria o mais importante fator para a vitória futura. Os bolcheviques não conseguiriam liquidar “as aspirações nacionais” e o engajamento da juventude anticomunista, sob “o estandarte do tradicionalismo milenário, da primazia do espírito, da imortalidade da alma, [e] da nação” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 25), sinalizaria a vitória contra a URSS. Sendo fundamental “a revolução dos soldados”, ela seria precedida pela “revolução dos poetas e criadores dos valores espirituais” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 25). Assim, “se a revolução política, moral, espiritual e ideológica” era “uma pré-condição da revolução armada”, caberia à criatividade da geração mais jovem levá-las adiante, como “um objetivo político nacional claro: o estado nação” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 25).

Eis a importância do engajamento da juventude na libertação nacional e na guerra de guerrilha contra o “império soviético”. Essa nova geração antibolchevique estaria engajada, segundo Y. Stetsko, em uma autêntica “revolução espiritual” e criticariam o “nihilismo” – “um produto da cultura de massas” – e a “hipertrofia” do progresso técnico “em detrimento do espiritual”. Entre os mais importantes “apóstolos” dessa “revolução espiritual”, traduzida na “ideia

da libertação nacional”, residiriam justamente os jovens das “nações cativas”. Nesse sentido é que Y. Stetsko exaltou a luta da juventude das “nações subjugadas”, salientando que ela não se desenvolveria sob o signo do “materialismo histórico e dialético” nem mesmo “a partir de posições do materialismo filosófico em geral, mas justamente o oposto”: a juventude antibolchevique das “nações cativas” do comunismo estaria lutando sob o signo de Deus e do cristianismo. Sob o signo da “ética motivada pela religião” é que estaria a juventude antibolchevique, em especial a ucraniana, lutando por detrás da “Cortina de Ferro”. Em suma, se os bolcheviques se mostraram incapazes de alterar “a alma das nações subjugadas”, uma “alma” ultranacionalista e ultrarreligiosa que condenaria o comunismo à falência, o renascimento das novas gerações antibolcheviques demonstraria que **“a era termo-nuclear é uma era ideológica e requer uma luta ideológica”** (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 20). E essa luta ideológica da juventude antibolchevique estaria sendo travada sob o signo do “tradicionalismo nacional”, do “heroísmo nacional da vida”, da “religiosidade heroica” e da “humanidade heroica do indivíduo”.

Ao final de sua conferência na VII Conferência da WACL, o Presidente do ABN conclamou a Liga para que ela demandasse “a liquidação de todos campos de concentração” e prisões psiquiátricas da URSS, bem como demandasse a libertação de todos prisioneiros políticos e religiosos da URSS. Apelou Y. Stetsko para que a WACL exigisse, enfim, “a retirada das forças de ocupação russas e do aparato de terror comunista das nações subjugadas pela Rússia dentro da URSS e de seus satélites!” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 30). “Sem cultura nacional não há cultura mundial!” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 5, p. 30), concluiu o Presidente do ABN.

De outro lado, o almirante John McCain Jr., já na reserva, defendeu em seu discurso na VII Conferência da WACL a necessidade dos EUA permanecerem na liderança de uma aliança global das “nações livres do mundo”. A ideologia soviética, antagonica aos valores básicos dos EUA, formataria a estratégia da URSS de projetar seu poder global, politicamente, economicamente, militarmente ou psicologicamente, buscando consolidar enclaves estrategicamente localizados, como o Egito, o Panamá etc. Diante dessa projeção global do poder soviético, os EUA não poderiam recuar de seu papel de líder das “nações livres do mundo”. E a Ásia seria precisamente o “hotspot” daquele momento histórico. Se os EUA haviam sido bem-sucedidos em assegurar “nossos interesses nacionais no leste asiático” – por exemplo, garantindo

a liberdade da Coreia do Sul – a guerra na Indochina seria motivo de preocupação. Apesar disso, garantiu o almirante, “o Vietnã do Sul tem uma excelente chance de sobreviver”. No leste asiático, pois, os EUA teriam “ajudado a evitar a conquista externa e encorajaram o progresso interno e a cooperação regional nessa área vital do mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 20). As pressões exercidas contra a presença militar norte-americana nessa região, contudo, não deveriam conduzir os EUA a abandonarem “o que nós ajudamos a conquistar para os povos livres do Sudeste Asiático” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 19).

E a “ameaça comunista” nessa região “vital do mundo” não seria representada, apenas, pela URSS, mas sobretudo pela República Popular da China, “outro enorme poder mundial comunista”. A China comunista possuiria um Exército “de aproximadamente 2,5 milhões de soldados”, uma Força Aérea de “4.000 aeronaves de combate” e sua Marinha, embora “limitada”, estaria crescendo e já incluiria “a terceira maior frota mundial com 40 submarinos de ataque” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 19). “Os chineses também estão interessados na tecnologia de submarinos nucleares e provavelmente desenvolverão um protótipo nos próximos anos. Submarinos de mísseis balísticos não devem estar disponíveis até a segunda metade da década de 1970” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 19).

O Almirante John McCain enfatizou, assim, a necessidade imprescindível de investimentos permanentes para o incremento do poder naval e aéreo no Pacífico Ocidental. Se os EUA optassem por reduzir suas forças militares na região, “devemos confiar cada vez mais nos poderes aéreo e naval para manter uma presença crível na Ásia” e, dessa forma, “o sucesso da Doutrina Nixon, como parte em evolução da política externa dos EUA, depende em um programa americano de assistência militar viável” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 19). Isto é, “os objetivos da redução do envolvimento americano direto só poderão ser atingidos fornecendo meios de autodefesa e encorajando a autoconfiança de nossos aliados e mantendo a credibilidade dos EUA demonstrando nossa determinação em honrar nossos tratados de alianças” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 19). Os EUA, portanto, não poderiam simplesmente “abandonar” o Sudeste Asiático a sua própria sorte. O “mundo livre” – liderado pelos EUA – teria que cumprir ainda um papel vital na Ásia, garantindo-lhe, com segurança interna, a construção econômica e democrática de suas nações. Mais de 200 milhões de pessoas “livres” dependeriam disso e essa tarefa de construção nacional na região não seria exclusiva dos governos dos EUA e do “mundo



livre”, mas envolveriam igualmente o capital privado. Assim, “comércio e indústria têm uma grande participação nesta empreitada e uma grande oportunidade também” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 19). Em resumo, “temos que permancer uma potência no Pacífico” e, concluiu o Almirante John McCain, “nossa assistência será requerida e chegará à Ásia nos próximo anos” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 19).

O próximo orador a discursar na VII Conferência da WACL foi o general Anastasio Somoza Debayle, “chefe de estado da Nicarágua”. Filho dileto de uma dinastia familiar de ditadores da Nicarágua, foi enviado aos EUA para lá se formar na La Salle Military Academy de Nova Iorque, graduando-se em 1946 na Academia Militar daquele país (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 20). Dois anos depois, participou como delegado da Nicarágua da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorrida em 1948 na Colômbia. Em sua conferência à audiência wacliiana, Somoza exaltou a construção desse Sistema Interamericano, que só teria sido possível, segundo ele, graças à revisão do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), realizada em 1947. Em 1951, em Washington, D.C., o Sistema Interamericano teria sido aperfeiçoado na IV Reunião dos Ministros de Relações Exteriores, da qual Somoza também participou como delegado oficial nicaraguense.

A reunião de 1951 concentrou-se na construção de mecanismos de combate ao “perigo” da “política de expansão do comunismo internacional”. Na capital dos EUA, portanto, os Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas americanas aprovaram “medidas preventivas importantes para assegurar a defesa militar do hemisfério e para repelir qualquer agressão [comunista]” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 21). Outro “salto qualitativo” da reunião de 1951 teria sido o fortalecimento das “medidas de segurança interna” das Repúblicas americanas, bem como o planejamento de “assistência econômica” àquelas “em casos de emergência” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 21). Somoza prosseguiu “historiando” a realização, na Venezuela, da X Conferência Interamericana de 1954 e destacou como a VIII Reunião dos Primeiros Ministros de 1962, que definiu ser incompatível com o Sistema Interamericano a adesão de qualquer Estado-membro da OEA à “ideologia marxista-leninista” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 21). Somoza salientou que essa “proibição” de que as Repúblicas americanas aderissem à “ideologia marxista-leninista”, sob pena de se incompatibilizarem com o Sistema Interamericano da OEA, teria sido motivada pela Revolução Cubana de 1959. Em Cuba, segundo Somoza, “o comunismo,

usando o nome da democracia, entrincheirou-se no Hemisfério Ocidental (...) pelo uso da força: e depois, desejoso de intimidar os EUA, quase provocou uma guerra atômica!” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 21). A Cuba pós-revolucionária, portanto, ameaçaria não apenas os EUA, mas sobretudo as Américas do Sul e Central. Se os EUA teriam poder suficiente para se defender da “cabeça-de-ponte” comunista estabelecida, a partir de Cuba, no Hemisfério Ocidental, a América Central, “em uma posição estratégica de importância vital”, careceria de “base legal” para lançar uma luta unificada “contra as ameaças de agressão continental”. Isso, a despeito do Sistema Interamericano elogiado pelo general e ex-presidente, ditador, da Nicarágua.

Foi justamente para suprimir essa “lacuna”, consoante informou Somoza à audiência da VII Conferência da WACL, que ele propôs “**a organização da CODECA, o Conselho para a Defesa dos Estados Centro-Americanos**” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 21, grifo meu). Foi assim que, “pelo bom trabalho do Cel. Miguel Angel Ponciano, Chefe da Força Aérea da Guatemala e Presidente do Conselho, um tratado foi assinado pela Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, com Panamá como observador, e a organização passou a funcionar em junho de 1965” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 21). O CODECA não se limitaria, enquanto um tratado anticomunista centro-americano, à cooperação militar, mas também à união social, econômica e cultural entre os Estados da América Central. O CODECA, ao buscar contra-atacar “as ações subversivas de um país dentro de seu próprio continente” – leia-se Cuba –, teria sido pensada como uma ação inovadora ideada por Somoza dentro do Sistema Interamericano da OEA, do TIAR e de “outros instrumentos internacionais para a defesa comum do hemisfério”. Especificamente, o CODECA era um tratado que conclamava:

(...) **pela ação coletiva das Forças Armadas e outras agências de segurança da América Central no combate à qualquer agressão até que seja eliminada; em assegurar a integridade do território e defender suas águas costeiras e o espaço aéreo acima, e em garantir a soberania e independência política de cada país. Todas as forças armadas devem se integrar imediatamente em caso de agressão armada. Para integração efetiva, o tratado exige treinamentos nos procedimentos e técnicas de atividades antiguerrilha: tomando precauções especiais contra a infiltração comunista; Trocando informações sobre métodos, materiais e equipamento militar de forma a permitir cooperação eficiente; Promover a capacitação de pessoal fazendo intercâmbio de estudantes destas áreas ou enviando-os para outros lugares para estudos de nível superior; Coordenar a vigilância das fronteiras, áreas costeiras, portos e aeroportos para impedir a circulação de agitadores ou material clandestino; Permitir uso recíproco das bases e instalações quando julgado necessário; coordenar e cooperar no estabelecimento e uso do melhor tipo de sistema de telecomunicações; e realizar manobras militares coordenadas** (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 22, grifo meu)

O CODECA teria desenvolvido, em janeiro de 1966 na costa de Honduras, algumas manobras militares entre as Forças Armadas que integraram referido pacto proposto por Somoza. O “sucesso da operação” teria demonstrado “a flexibilidade para evitar qualquer ataque de pequena ou grande escala de grupos subversivos lançados da ilha de Cuba”, ou seja, “podemos demonstrar que, naquele momento, 12 milhões de centro-americanos estavam prontos para confrontar a agressão de 8 milhões de cubanos que tentavam estabelecer regimes comunistas na América Central à força” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 22). Outro aspecto do tratado do CODECA, incorporando a *expertise* desenvolvida pelas Forças Armadas dos EUA no Sudeste Asiático, especialmente nas Filipinas e no Vietnã, como visto, teria sido acrescentar à cooperação militar “os grupos de ações civis”. Assim, esclareceu Somoza à audiência wacliana, **“grupos de ações civis das forças armadas são incetivados a auxiliar no melhoramento do padrão de vida dos povos centro-americanos socialmente, economicamente e culturalmente”** (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 22, grifo meu). Os grupos de ações civis das Forças Armadas do CODECA, pois, dedicar-se-iam à promoção do desenvolvimento agrícola, comercial e industrial “cooperando com organizações governamentais na construção de estradas, redes elétricas, irrigação, água potável e projetos de telecomunicações” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 22).



**Figura 266.** “General Anastasio Somoza Debayle speaking on ‘Central America’s Anti-Communist measures’”. À esquerda do general e ex-presidente da Nicarágua, o general da reserva dos EUA Thomas A. Lane, dirigente do ACWF e presidente do Comitê Organizador da VII Conferência da WACL de 1974. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4.

Essas ações cívicas das Forças Armadas incorporadas no CODECA, segundo seu idealizador Somoza, buscavam desmobilizar, eficazmente, os “grupos subversivos” cuja “missão” seria a de “destruir a economia das nações subdesenvolvidas”. Além disso, “os grupos de ações civis, de acordo com o tratado, devem também ajudar a manter a ligação espiritual, moral e cultural dos povos da América Central; e fornecer assistência mútua em tempos de calamidade pública” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 22). Nesse sentido, a CODECA foi acionada diante do terremoto que se abateu, em dezembro de 1972, sobre a Nicarágua, oportunidade para se entrosar, ainda mais, a cooperação militar humanitária entre suas Forças Armadas signatárias, auxiliadas, obviamente, pela assistência humanitária norte-americana. Por último, encerrando seu discurso à VII Conferência da WACL, Somoza ofereceu o exemplo do tratado do CODECA como um possível modelo **“para aqueles países do mundo livre que estão procurando maneiras de lidar**

**com as mudanças nos métodos de agressão comunista”** (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 42, grifo meu).

Por fim, a escritora anticomunista e antiga “amiga” do complexo WACL/APACL, representante do “Capítulo” francês da Liga – o *Union Pour la Liberte* –, era também, como visto, a Presidente da *Conférence Internationale sur la Guerre Politique des Soviets* (CIGPS). Seu discurso na VII Conferência da WACL, intitulado “Will the Free World and The Communist World converge?”, iniciou-se com uma comparação histórica. Segundo a francesa, na Idade Média “muitos adoradores do diabo sustentaram que satã era o verdadeiro deus”. Embora combatidos veementemente pela Igreja, alguns “conciliadores” defenderam que muitos desses “satanistas”, se não fossem combatidos com virulência, poderiam convergir “a alguma posição de meio termo”. Depois dessa comparação nada sutil, já deixando entrever que os modernos “adoradores do diabo” seriam os comunistas, S. Labin se propôs a esclarecer à audiência wacliana “o sonho de uma convergência entre os sistemas comunista e democrático” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 14).

Do ponto de vista econômico, sustentariam alguns dos “conciliadores” modernos, “a propriedade estatal de todos os meios de produção e distribuição com planejamento compulsório” nos países comunistas teria seu paralelo com a crescente planificação e controle econômicos praticados nos países democráticos. Segundo os “conciliadores” criticados, haveria uma convergência que conduziria “a um sistema misto, metade socialista, metade capitalista” e, na medida em que “os sistemas econômicos” tenderiam à semelhança, o mesmo ocorreria com “os sistemas políticos” do “mundo livre” e do “mundo comunista”. Nada mais equivocado, advertiu S. Labin à audiência da WACL. Acreditar nessa convergência seria apostar que os países comunistas reduziriam pela metade seus “campos de concentração”, enquanto os países democráticos construiriam o mesmo número de “campos de concentração; que as nações comunistas libertariam metade de seus camponeses das fazendas coletivizadas, enquanto as nações democráticas coletivizariam metade de suas fazendas; que os comunistas derrubariam metade de sua “Cortina de Ferro” e os democratas construiriam, pela metade, a sua própria, o mesmo se passando com os cartões de racionamento de comida e assim por diante.

O que seria buscar um “ponto de convergência” entre comunistas e democratas se “os soviéticos e os chineses vermelhos mantêm 600.000 revolucionários profissionais no nosso

mundo, enquanto nós não temos nenhum no deles” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 14). Em um discurso marcado por perguntas retóricas, S. Labin indagou à audiência wacliana se seria desejável que “o mundo livre” convergisse com o modelo “estatocrata” dos comunistas, bem como com sua imprensa e TV sob censura permanente. A lição para rechaçar definitivamente qualquer tentativa de buscar a convergência entre “o mundo livre” e “o mundo comunista” viria da “galante e magnífica oposição na Rússia soviética. Os grandes Solzhenitsyn e Sakharov não lutam por convergência, mas lutam – arriscando suas vidas – pela derrota total do comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 15). Além disso, todas as tentativas feitas nos “países satélites” do comunismo em busca de um “socialismo com rosto humano” ou uma “primavera de Praga” foram esmagadas pelo Kremlin com tanques militares. Também o caso de Salvador Allende no Chile mostrou-se um fracassado “ponto de convergência”, uma vez que esses novos membros da “família comunista”, assim que chegaram ao poder, tentaram impor “uma coletivização total”.

Dessa forma, arrematou S. Labin, “a convergência entre democracia e comunismo não é desejável nem inevitável”, assim como o era a convergência entre nazismo e democracia. Se no passado era impossível alcançar um compromisso entre nazismo e democracia, o mesmo se aplicaria ao comunismo. S. Labin ainda criticava os “liberais”, que teriam enorme dificuldade em identificar um comunista. Para eles, “Mao era um reformador agrário; Ho Chi Minh era um patriota vietnamita; Castro era o arcanjo enviando para libertar Cuba de Batista; (...) Allende era um progressista legalista” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 17). Segundo esses liberais, os comunistas nasceriam por “geração espontânea” e essa postura *soft* com os comunistas perpetuaria um esquema vicioso na luta anticomunista, fazendo os opositores ao comunismo sentirem-se como “pecadores”. Com esse artil, “o comunismo é apresentado a nós não como um empreendimento totalitário, mas como um desafio para realizar reformas. **Graças ao qual o anticomunismo parece inspirado não pelo amor à liberdade, mas pelo ódio ao progresso!**” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 17, grifo meu).

Assim sendo, essa impostura *liberal* e *comunista* de transformar os autênticos anticomunistas em inimigos do progresso deveria ser combatida. Seria o comunismo, e não o anticomunismo, que deveria ser caracterizado como um “monstro totalitário” determinado a “assassinar nossa civilização”. “A convergência – como a *détente*, como uma coexistência pacífica – é mais um subterfúgio para nos induzir a abandonar nosso dever: o dever de garantir a

sobrevivência da liberdade enfrentando seu agressor e derrotando-o” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 17). Enfim, parafraseando o “grande americano” Douglas MacArthur – que dissera “‘não existe substituto para a vitória’” –, concluiu S. Labin: “da mesma forma, eu digo: ‘**não existe substituto para o anticomunismo**’” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 17, grifo meu).

#### 5.7.4. Resoluções e Comunicado Conjunto

O *American Council for World Freedom* (ACWF), o primeiro “Capítulo” norte-americano da WACL, apresentou inúmeras Resoluções à VII Conferência da Liga. Entre elas, a *Resolution calling for ideological victory over Communism*, a *Resolution urging achievement of U.S. military strength*, a *Resolution on the need of anti-Communist action*, a *Resolution on food for freedom*, a *Resolution on the need for unity among free peoples*, a *Resolution on loyalty to friends and allies*, *Resolution on totalitarianism*, *Resolution against the disarming of a free citizenry*, *Resolution urging the union of all peoples, all religions, all occupations and all freedom-loving people of all nations to fight for freedom of mankind*.

O *National Captive Nations Committee*, um membro do ACWF, apresentou a *Resolution for support of and participation in Captive Nations Week*. O *Ukrainian Congress Committee of America*, também um membro do ACWF, apresentou a *Resolution supporting Ukraine’s struggle for national independence and protesting the persecution and repression of Ukrainian intellectuals by the Soviet Government of Ukraine* e a *Resolution calling for release of two Ukrainian political prisoners in Soviet jails*. O “Capítulo” canadense da WACL, o *Freedom Council of Canada*, apresentou a *Resolution on withholding technical and financial aid from the Communist Empire* e a *Resolution in support of the governments of Southern Africa’s fight against Communist, trained terrorists*. A *Byelorussian Liberation Front* (BLF) apresentou uma *Resolution in favor of the liberation of Byelorussia and all other captive nations*. O ABN apresentou uma *Resolution on the nations subjugated by Soviet Russian imperialism and Communism*.



**Figura 267.** Circulados, da esquerda para a direita, o ex-coronel OSS Lev. Dobriansky, velho “amigo” do ABN, APACL e CIDC, presidente do National Captive Nations Committee; Slava e Yarolsav Stetsko, dirigente e presidente do ABN; o general (reserva) Thomas A. Lane, do ACWF; e o ex-colaborador nazista búlgaro Ivan Dochef ao seu lado. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4.

O “Capítulo” taiwanês da WACL apresentou a *Resolution accusing Moscow for its suppression of human rights and banishment of intellectuals*, a *Resolution on the Common WACL belief that peace must be with freedom and justice for all*, a *Resolution urging heightened vigilance against the Communist offensive of “smiling diplomacy”*, a *Resolution urging free nations to step up cooperation and development for higher economic growth rates*. O “Capítulo” japonês da WACL apresentou a *Resolution urging superior nuclear forces for the USA* e a *Resolution urging that the export of food should be used as a strategic tool against Communist tyranny*. O filipino Jose Ma. Hernandez, membro do primeiro Conselho Executivo da WACL e conselheiro vitalício da Liga, apresentou a *Resolution urging the dissolution of the United Nations and creation of a new federation of nations*. O “Capítulo” de Hong Kong da WACL apresentou a *Resolution opposing the Chinese Reds for their smear-Confucius campaign*. O “Capítulo” indiano da WACL apresentou a *Resolution urging support of a trouble-free Indian Ocean*, a *Resolution supporting the free flow of information and the freedom of travel* e a *Resolution supporting admission of Bangladesh to the United Nations*. O “Capítulo” australiano da WACL apresentou uma *Resolution*



*favoring concentration of propaganda on "World Freedom". O "Capítulo" do Khmer da WACL apresentou a Resolution urging humanitarian aid to Khmer Republic, a Resolution urging support for "Khmer Youth for Freedom" e a Resolution against Communist aggression against Khmer Republic and for support of "Khmer League for Freedom".*

O "Capítulo" mexicano da WACL, a FEMACO dos tecos de Guadalajara, apresentou a *Resolution in support of Anti-Communist governments, a Resolution supporting the Anti-Communist governments of Asia e a Resolution against Castro's Cuba.* A Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), presidida então pelo mexicano Jorge Prieto Laurens, apresentou a *Resolution on the use of the Spanish language at WACL conference.* O "Capítulo" costarriquenho da WACL apresentou uma *Resolution urging further consolidation of Free World regional security organizations.* O "Capítulo" da Colômbia da WACL, *El Instituto Colombiano de Amigos de la Republica de China,* apresentou a *Resolution Republica de China.* Finalmente, uma *Proposta* do "Capítulo" brasileiro da WACL/CAL, a SEPES presidida por Carlo Barbieri Filho, foi encaminhada à consideração da VII Conferência da Liga. Nela, assinalou-se a existência de uma "ação de calúnia permanente criada pelo comunismo internacional contra governos, associações e líderes anticomunistas" (CDyA: R00108F1433). Em fase de escalada, segundo a SEPES, "esta ação é totalmente ilegal e imoral" e, por meio dessa campanha "difamatória", "**os comunistas venceram muitas batalhas usando esta nova forma de luta chamada guerra psicológica**" (CDyA: R00108F1433, grifo meu). Contra essa suposta campanha da *guerra psicológica comunista*, "somente através da união das verdadeiras forças anticomunistas poderemos reduzir os efeitos ruins desta poderosa arma" (CDyA: R00108F1433), concluiu a SEPES os "Considerando" de sua Proposta, que consistiu propriamente nisso:

O Capítulo Brasileiro solicita à VII Conferência da WACL que: 1) **Que nós, membros da Liga, assumamos a responsabilidade da defesa intransigente dos verdadeiros governos anticomunistas.** 2) Que, como medida concreta, **o chamado Tribunal Bertrand Russell**, recentemente reestabelecido em Roma, contando com a presença do mais famoso comunista e pró-comunista, com o **objetivo de difamar por todo o mundo a imagem do Brasil e de outros países anticomunistas**, seja energicamente condenado. 3) **Que uma intensa campanha mundial seja iniciada para desmascarar os promotores, patrocinadores e testemunhas pagas do chamado Tribunal Bertrand Russell que, já em 1966, condenava as tropas norte-americanas que lutavam para defender a soberania do Vietnã do Sul**, mostrando desta forma sua verdadeira filiação (CDyA: R00108F1433, grifo meu)

Além disso, em seu Comunicado Conjunto, a VII Conferência da WACL resumiu alguns tópicos que reproduziu, conforme visto no CAPÍTULO 2, os principais eixos da guerra política anticomunista ensinada, em Taiwan, no *Fu Hsing Kang College* – isto é, na Academia de Guerra Política de Peitou. O primeiro tópico consistia na ideia de que “**a liberdade é indivisível e não pode coexistir com a escravidão**. Um mundo que é metade livre e metade escravizado é intolerável e está carregado de perigos inevitáveis para a sociedade humana” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 39 grifo meu). A seu turno, o segundo item assinalava que, devendo a humanidade ser libertada da escravidão, “a Cortina de Ferro que restringe a liberdade do homem deve ser derrubada. Contra os meios terroristas de repressão perpetuados pelos comunistas russos e chineses, o mundo livre deve levantar sua indignada voz de reprovação” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 40). O Comunicado Conjunto da WACL também externou seu apoio às ações do *European Freedom Council* (EFC), um braço do ABN com parceiros da Europa Ocidental, isto é, não limitado à participação do exílio anticomunista da Europa Oriental. Nesse mesmo item, incorporando a estratégia exposta à VII Conferência da Liga por Yaroslav Stetsko, do ABN/EFC, o Comunicado Conjunto defendeu que “apenas a política de libertação das nações subjugadas pelo imperialismo russo e pelo comunismo pode e irá garantir uma paz duradoura e justa no mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 40).

Enfim, o Comunicado Conjunto reforçou e desenvolveu alguns tópicos caros à WACL, entre eles: “os resultados das agressões comunistas não deveriam nunca serem aceitos como fato consumado”; os anticomunistas não deveriam defender uma política de “enfraquecimento das Forças Armadas ocidentais”; e a ideia de que a *détente* conduziria o mundo ao “barbarismo” comunista. O Comunicado Conjunto da VII Conferência da WACL ainda saudou “as lutas contemporâneas dos povos livres contra os comunistas”, entre elas, aquelas das repúblicas do Vietnã do Sul, do Khmer, da Coreia do Sul, da China (Taiwan), das Filipinas e do reino da Tailândia. Exaltou, por fim, a derrubada do “governo marxista de Salvador Allende” (1973), a luta do “povo de Cuba” contra “a tirania do comunista Castro” e “os latino-americanos em geral por sua escalada positiva no fortalecimento anticomunista” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 41). A WACL expressou então seus mais “sinceros respeitos” aos senadores e deputados dos EUA que emitiram “alertas contra os agressores comunistas e os *appeasers* do mundo livre”, assim

como saudou a juventude norte-americana que estaria oferecendo a vida em sacrifício, na Coreia e no sudeste asiático, “em guerras anticomunistas” pela defesa da “liberdade e justiça”.

Ademais, a VII Conferência da WACL solicitou aos EUA “para manifestar ainda mais sua coragem moral e espírito nacional tradicional enquanto conduz as forças de liberdade a uma brilhante realização da histórica missão contra os comunistas” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 41). Por último, repondo uma das Propostas não aprovada na VI Conferência da Liga de 1972 no México – enviada justamente pelo almirante brasileiro Carlos Penna Botto (falecido em 1973) –, a WACL formalizou, em sua VII Conferência de 1974 nos EUA, sua posição contrária à Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com o Comunicado Conjunto, “**a WACL acredita que chegou a hora da dissolução da Nações Unidas, uma vez que este órgão não foi capaz de estabelecer a paz internacional e a justiça em todo o mundo** mas, em vez disso, fomentou a escravidão e colonização comunistas em todas as partes do globo” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, pp. 41-42, grifo meu)<sup>635</sup>.

#### 5.7.5. A V Conferência da WYACL

Anote-se que, antes da inauguração da VII Conferência da WACL em 8 de abril, foi realizada a V Conferência de seu braço juvenil, a WYACL. Entre 6 e 7 de abril, celebrou-se a V Conferência da WYACL e dela participaram 43 unidades nacionais membros, três organizações internacionais membros e 3 unidades de observadores, o que significou um aumento de 15 unidades nacionais membros em relação à conferência anterior (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 4). O discurso inicial na cerimônia de abertura da V Conferência da WYACL ficou a cargo do mexicano Jose Luis Aguilar, seguindo-se os discursos do presidente do Comitê Organizador da VII Conferência da WACL Thomas A. Lane, do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang e do presidente de saída da Liga Raimundo Guerrero (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 56). “A convenção revisou a Carta da WYACL e elegeu o Sr. Fernando Ibarra da Guatemala como o novo presidente” (ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 9, n.º 4, p. 56), aprovando-se, a 7 de abril, 11 Resoluções e um Comunicado Final.

---

<sup>635</sup> Se, em 1971, a ONU incorporou a República Popular da China (RPCh) e expulsou a Taiwan do generalíssimo Chiang Kai-shek – um dos patronos e patrocinadores da WACL –, o que mais a Liga poderia esperar dela?

Antes da VII Conferência da WACL ser inaugurada, entretanto, as disputas nas fileiras anticomunistas já atingiram a temperatura máxima. Isso porque durante a V Conferência da WYACL explodiu a disputa entre as delegações da América Latina e a delegação dos EUA desse braço juvenil da Liga. Os norte-americanos estiveram representados na WYACL por Roger Stone, do *Young Republicans* (YR)<sup>636</sup>, por Ron Robinson, da *Young Americans for Freedom* (YAF) ligada à *John Birch Society* (JBS), e por Neil Salonen, da *moonista Freedom Leadership Foundation* (FLF) – organização membro do ACWF (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 1)<sup>637</sup>. Diante da “presença de inúmeras delegações neofascistas europeias”, a FLF se retirou da V Conferência da WYACL “depois que a coalização da FEMACO aprovou por maioria esmagadora uma resolução proibindo a discussão da ideologia de qualquer organização membro” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5). Todos delegados norte-americanos, de fato, acompanharam a decisão da FLF depois da inserção, aprovada com apoio das delegações latino-americanas aliadas da FEMACO, de uma cláusula nos Estatutos da Liga Juvenil que proibiria qualquer discussão sobre “ideologia, políticas raciais ou atividades políticas de suas unidades membros” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 2). A delegação paraguaia da WYACL, liderada por Carlos Podesta, entretanto, acompanhou o entendimento da delegação norte-americana enquanto as delegações brasileira, espanhola e canadense defenderam a inclusão da cláusula “proibitiva” de discussões. “O delegado brasileiro sustentou que a cláusula em disputa havia sido redigida pelo conselho executivo, depois de longa deliberação, a fim de evitar debates prolongados e desunião entre as fileiras anticomunistas” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 8).

---

<sup>636</sup> Roger Stone, autodeclarado “trapaceiro sujo”, firmou-se na história política dos EUA como um longo lobista do Partido Republicano (GOP). Trabalhou nas campanhas presidenciais de Richard Nixon (1972), de Ronald Reagan (1980, 1984) e de George Bush pai (1988). Tão grande a sua admiração por Nixon, apelidado “Trick Dick” mercê de seus “dirty tricks” e “que sofreu um impeachment e renunciou após espionar o Partido Democrata”, que Stone tatuou o rosto do ex-presidente nas costas. Mais recentemente, tornou-se um dos principais lobistas e assessores políticos do presidente Donald Trump (2017-21), sendo condenado pelos crimes de perjúrio diante do Congresso, de obstrução de Justiça e de corrupção de testemunhas. Trump, antes de deixar o posto, concedeu o perdão presidencial a seu amigo e “soldado” político (BBC NEWS BRASIL, 2020).

<sup>637</sup> O então jovem Neil Salonen era o Presidente da Igreja de Unificação moonista nos EUA e secretário-geral da FLF, que também representou o “U.S. branch of the International Federation for the Extermination of Communism”; foi “a director of the Mooni-owned Tong-il Armaments Company in Korea. (...) In 1973 Salonen achieved fame of sorts by joining the Reverend Moon on the Capitol steps for a three-day fast and prayer vigil beseeching God not to allow Richard Nixon’s impeachment” (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 85-86)

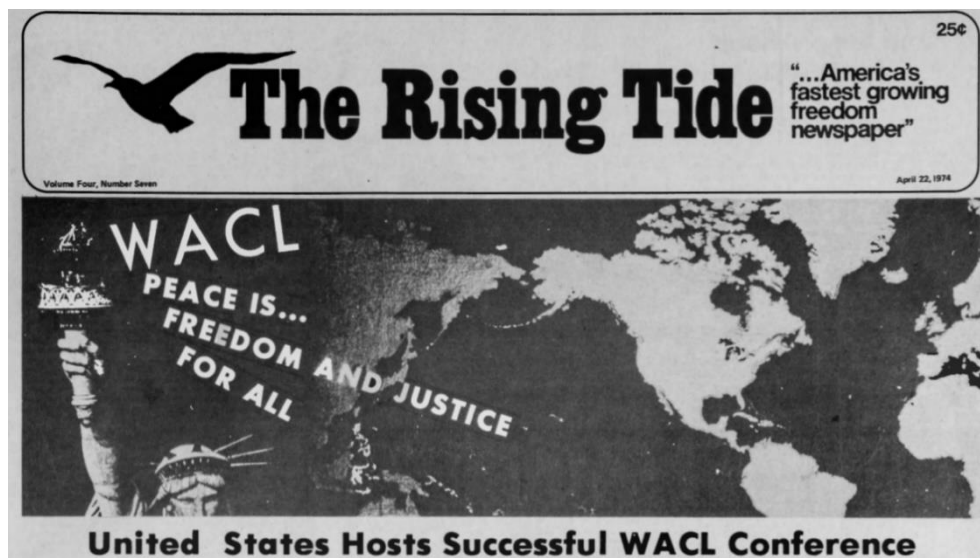
O líder da delegação espanhola, o neonazista Jesus Palacios, atacou violentamente a proposta norte-americana, “associando-a com tentativas pró-comunistas de difamar anticomunistas genuínos chamando-os de ‘fascistas’” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 8). Como visto, a presença na WACL de Palacios, chefe do Círculo Espanhol de Amigos de Europa (CEDADE), em Madri, e para quem “**o marxismo era simplesmente uma ferramenta para ‘instalar a tirania dos judeus’**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 87, grifo meu), motivara a apostasia do dirigente britânico da Liga Geoffrey Stewart-Smith. Palacios, antes de participar nos EUA das conferências da WACL e da WYACL em 1974, já havia prestigiado seus congressos anuais no México em 1972, representando na ocasião o Grupo Intelectual Antimarxista de Espanha (GIAE). Stewart-Smith, quando era o encarregado da organização da VII Conferência da WACL agendada, de início, para ocorrer na Inglaterra em 1973, alertara o presidente honorário da Liga Ku Cheng-kang para o caráter neonazista do espanhol: “Jesus Palacios is a neo-Nazi” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 87).

Como visto, o britânico não obteve resposta, da mesma forma como não foi ouvido pelos líderes do ACWF Thomas A. Lane e Lee Edwards, para os quais escrevera reiterando que “alguns dos Capítulos, associados e observadores [da WACL] são recrutados de grupos neonazistas, fascistas, neofascistas e antissemitas” (STEWART-SMITH *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 88). Como dito, as denúncias do britânico não foram respondidas pelo ACWF que, embora tivesse em mãos informações concretas sobre o teor antissemita, neonazista e fascista de alguns integrantes da Liga, prosseguiu com a organização da VII Conferência da WACL nos EUA. Só então Stewart-Smith “vazaria” o memorando interno do ACWF, de Stefan Possony, no qual esse professor do *Hoover Institution* historiou o antissemitismo dos tecos da FEMACO/CAL. Apesar dos “panos quentes” que seus dirigentes tentaram colocar sobre a “polêmica”, depois desse “vazamento” do memorando de Possony, inviabilizou-se a permanência do ACWF como “Capítulo” norte-americano da Liga. Se o espectro antissemita e nazi-fascista rondou o ACWF desde os preparativos da VII Conferência da WACL, o mesmo ocorreria durante e depois desse certame principal.

#### 5.7.6. O espectro antissemita e nazi-fascista na VII Conferência da WACL

Sem embargo, se os dirigentes do ACWF, notadamente o general Thomas A. Lane e Lee Edwards, acovardaram-se em denunciar publicamente o antissemitismo e o nazi-fascismo de alguns membros da Liga, buscando garantir a posição de poder do “Capítulo” norte-americano dentro da WACL, a *Freedom Leadership Foundation* (FLF) partiu para o ataque público. Utilizou para isso o seu jornal, *The Rising Tide*. Como visto, a FLF, a filial *moonista* nos EUA liderada por Neil A. Salonen e Dan G. Fefferman, também integrara o ACWF. Nessa condição, Fefferman participou da VI Conferência da WACL de 1972, no México, quando já se incomodara, segundo o próprio, com a “análise particular” da FEMACO segundo a qual **“as verdadeiras forças motrizes por trás do movimento comunista mundial estavam centradas em Wall Street e no Conselho de Segurança Nacional dos EUA liderado pelo ‘judeu’ Henry Kissinger”** (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5, grifo meu). Ou seja, os sinais de antissemitismo da FEMACO já tinham sido vislumbrado por Fefferman na VI Conferência da Liga de 1972 quando, segundo ele, **“uma resolução do ACWF denunciando o antissemitismo foi reprimida por grupos da CAL-FEMACO, juntamente com outras organizações, algumas das quais agora sabemos serem da laia dos neonazistas”** (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5).

Apesar disso, a FLF não deixou de participar da VII Conferência da WACL de 1974, nos EUA, tendo o *The Rising Tide* publicado na cobertura do evento, como visto, fotografias de Fefferman ao lado de Marx Lewis, diretor do ACWF e do *Council Against Communist Aggression* (CACA), e de Salonen com o secretário-geral do ACWF Lee Edwards. Inclusive, *The Rising Tide* saudou em matéria de capa a realização da sétima conferência anual da Liga nos EUA, combinando graficamente o lema escolhido pela WACL para seu VII conclave com a chama da estátua da liberdade:



**Figura 268.** “United States Hosts Successful WACL Conference”. FONTE: THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, April 22, *capa*.

Na capital dos EUA, todavia, explodiria a tensão entre antissemitas e opositores do antissemitismo dentro da Liga. Em “uma tentativa de limpar a Liga”, o ACWF tentou introduzir “uma resolução para banir o antissemitismo e outras formas de extremismo, com previsão de expulsão de organizações que não cumprissem as metas da Liga” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 1). Contra ela, porém, como forma de tumultuar a sessão que analisaria a proposta do ACWF, a delegação boliviana da VII Conferência, “apoiada por outros membros de delegações latino-americanas, introduziram uma resolução sugerindo que os militares assumissem o governo dos EUA em resposta às tendências esquerdistas percebidas” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 1). Para barrar essa Resolução do ACWF, conforme resgatou Fefferman, **“CAL-FEMACO, desta vez em menor número, fez um incrível espetáculo teatral a fim de impedir uma tentativa americana de que a conferência fosse registrada condenando o antissemitismo e extremismo”** (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5, grifo meu). Isto é, “a coalização da FEMACO” tentou, a todo custo, sabotar a apresentação de uma proposta condenatório do antissemitismo e do “extremismo” dentro do Comitê de Resoluções da VII Conferência da WACL, procurando “tumultuar” a sessão ao apresentar, via seus prepostos do “Capítulo” boliviano da WACL/CAL, uma Resolução **“clamando por uma tomada militar nos Estados Unidos”** (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5, grifo meu).

Ao final, os tecos da FEMACO, auxiliados por seus “amigos bolivianos”, conseguiram que ambas resoluções – a que condenava o antissemitismo/“extremismo” e a que conclamava por um golpe militar nos EUA – fossem retiradas, “depois que a maioria dos delegados não-CAL-FEMACO havia saído em perplexidade ou desgosto” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5). No dia seguinte ao “showzinho” da FEMACO e dos bolivianos da WACL/CAL, diante da ameaça dos membros do “Capítulo” norte-americano da Liga de abandonarem a VII Conferência, o presidente da FEMACO Raimundo Guerrero e o presidente honorário do ACWF Walter Judd entraram em um acordo. A concordata foi resumida na *Resolution Against Discriminatory Actions in Contravention of Human Rights* e buscou garantir “o compromisso da Carta da WACL de ‘Defender os direitos humanos, dos quais os mais importantes são a liberdade, a liberdade de crenças religiosas, a justiça social e a autodeterminação de todas as pessoas’” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5). A VII Conferência da WACL exigiu, inclusive, que a FEMACO e o ABN, “**as duas organizações mais proeminentemente acusadas de antissemitismo**” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 1, grifo meu), assinassem publicamente a Resolução acordada entre os presidentes da FEMACO e do ACWF.

Assunto aparentemente encerrado, assim que terminara a VII Conferência da Liga, o *The Rising Tide* publicou um editorial, assinado por Fefferman, que saudou a *Resolução contra ações discriminatórias em contravenção dos direitos humanos* como um primeiro passo para a “expulsão dos antissemitas” da WACL. Esse editorial de Fefferman no *The Rising Tide* causou a fúria dos tecos da FEMACO/CAL, que voltaram à carga com virulentos ataques antissemitas contra os norte-americanos da Liga. Respondendo “histericamente” à “interpretação” de Fefferman, segundo a qual referida Resolução seria o primeiro passo para “a expulsão dos antissemitas” da WACL, a FEMACO a caracterizou como “uma mentira” em sua revista *Réplica* e “deu fortemente a entender que **a FLF era instigadora de uma conspiração judaico-comunista para tomar a WACL**” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5). A edição da *Réplica* que “respondeu” ao editorial de Fefferman (FLF) da *The Rising Tide* alegou que “agentes comunistas” teriam se “infiltrado” na Liga e, na sequência, “denunciou o que chamou de **o ‘cinismo dos líderes judeus (sic) da Freedom Leadership Foundation... de apresentar a mentira de que a VII Conferência da Liga Anticomunista Mundial havia concordar em condenar o antissemitismo e o extremismo**” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5).



A capa da edição da *Réplica* que “denunciou” a “conspiração judaico-comunista” dos norte-americanos pode ser considerada a mais acabada síntese visual do antissemitismo dos tecos da FEMACO/CAL. A capa esteve composta pela montagem gráfica de duas imagens: uma enorme estrela de David sobreposta ao Capitólio, isto é, a sede do poder político dos EUA, seguidas de uma “manchete” em caixa alta, onde se pode ler: **“OS SIONISTAS FALHARAM EM SUAS TENTATIVAS DE CONTROLAR A LIGA ANTICOMUNISTA MUNDIAL”** (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5, grifo meu). O jornal da moonista *Freedom Leadership Foundation* (FLF), uma das entidades integrantes da organização “guarda-chuva” ACWF, reproduziu criticamente a capa da *Réplica* com a seguinte observação: **“Exemplo flagrante do antissemitismo inspirado pela FEMACO direcionado à FLF e outros grupos moderados da Liga Anticomunista Mundial.** A FLF foi acusada de perturbar a conferência devido ao seu apoio à resolução de antiextremismo” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5, grifo meu). Referidas “organizações moderadas” da WACL incluíram, além do ACWF (do qual a FLF era membro), a TFP brasileira e o *Foreign Affairs Circle* de Geoffrey Stewart-Smith. Isto é, todas elas integrariam a suposta “conspiração sionista” arquitetada por “falsos” anticomunistas empenhados, supostamente, na “destruição” da WACL.



*Figura 269.* “Zionism failed in its attempts to control the World Anti-Communist League”. Capa antissemita da revista *Réplica*, dos tecos da FEMACO/CAL, na qual atacaram o ACWF, o FLF e a TFP. FONTE: THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5.

Embora tenha caracterizado, de maneira equivocada, a reacionária TFP como “uma organização católica anticomunista moderadamente conservadora” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5), Fefferman pontuou, corretamente, que desde a VI Conferência da WACL de 1972, no México, a FEMACO se opusera à entrada da TFP na Liga por divergências mantidas com o “pai espiritual” dos Tecos, o teólogo antissemita argentino Julio Meinvielle. Nesse sentido, anotou que a **“TFP foi excluída da WACL pela frente única da FEMACO, conhecida como a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), tanto na conferência da Cidade do México, como na de Washington, D.C.”** (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5, grifo

meu). A seu turno, o “apóstata” britânico da WACL Stewart-Smith, como todo pecador que apostata, foi alvo do ódio antissemita mais virulento por parte dos tecos mexicanos, que alegaram existir um “conluio entre o ‘aventureiro Stewart-Smith’ e ‘os sionistas do AWCF’” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5). A FEMACO, assim, “repreendeu o Sr. Stewart-Smith por ‘difamação’ de ‘verdadeiros anticomunistas’ acusando-os falsamente de ‘praticar discriminação racial’” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5). Na mesma edição da *Réplica* que estampou a estrela de David sobreposta ao Capitólio, o presidente da WYACL Fernando Ibarra (Guatemala), após caracterizar os “democratas-cristãos” como “inimigos”, defendeu que a TFP estaria “‘tentando aniquilar a ação efetiva de verdadeiros anticomunistas’”. O artigo, no entanto, não apresentou nenhuma evidência de que este fosse o caso” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5).

Mas, por último, vale a pena reconstituir o que dissera o editorial do *The Rising Tide* assinado por Fefferman e que causara tamanha fúria dos tecos da FEMACO/CAL. Estes foram motivados, na explosão de sua tradicional imoderação reacionária, pelo evidente “medo” de serem expulsos da Liga, o que seria o caso se ela estivesse disposta a “expurgar” seus quadros antissemitas<sup>638</sup>. Intitulado *One Step Ahead for WACL*, o editorial de 22 de abril de 1974 do *The Rising Tide* registrou que a “**FLF reiterou sua posição de que a WACL deve ser expurgada do antissemitismo, racismo e dos resquícios do fascismo para que a WACL seja eficaz em todas suas batalhas para alcançar verdadeira paz mundial através da vitória ideológica sobre o comunismo**” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 19, p. 5, grifo meu)<sup>639</sup>. O editorial saudou a *Resolução contra ações discriminatórias em contravenção dos direitos humanos*, aprovada pela VII Conferência da Liga, como “um passo importante”, “mas ele deve ser entendido como apenas um passo em uma série” de medidas a serem tomadas para “limpar o nome da WACL” ou, como diz em outro trecho, “para limpar o estigma do antissemitismo da WACL” (THE RISING TIDE,

---

<sup>638</sup> O que de fato viria a acontecer, adiante-se, 10 anos depois, entre 1983-1984.

<sup>639</sup> Ressalve-se que, apesar dessa “aula de democracia” de D. G. Fefferman contra os antissemitas e “os remanescentes fascistas” na WACL, a Igreja de Unificação do reverendo Moon, representada nos EUA precisamente por ele e sua Freedom Leadership Foundation (FLF), permaneceu ligada ao “Capítulo” japonês da WACL/APACL. Este, como visto no CAPÍTULO 4, foi formado pelos remanescentes do fascismo japonês. Os irmãos Anderson foram os primeiros a observar que, a despeito do afastamento do reverendo Moon da WACL, acusando-a de “fascista”, inclusive, os japoneses da WACL/APACL ou eram ligados à Igreja de Unificação ou eram propriamente moonistas. Esse foi o caso do então jovem Osami Kuboki, presidente do “Capítulo” nipônico da WACL, e do ex-criminoso de guerra e ex-premiê Nobusuke Kishi, ambos nepotados dos “poderosos chefões” da Yakuza Ryoichi Sasakawa e Yoshio Kodama.

1974, v. IV, n.º 7, pp. 1-2). Isso porque, arrematou Fefferman, “**permanecem na WACL diversas organizações de natureza muito duvidosa**” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 2, grifo meu).

**Apesar na negação oficial do antissemitismo, por exemplo, o Bloco de Nações Antibolchevique (ABN) está supostamente repleta de ex-colaboradores nazistas que não, de acordo com depoimentos de especialistas, renunciaram a seus ex-líderes traidores nem alteraram fundamentalmente suas visões antissemitas e ultranacionalistas.** Diversos grupos latino-americanos também seguem como objetos de escrutínio, especialmente considerando as táticas de força que usaram para tentar impor suas resoluções. Além disso, **pelo menos um delegado da Europa Ocidental foi identificado como líder de uma organização neonazista cuja publicação declara: ‘Se não destruímos o judaísmo, o judaísmo nos destruirá’** (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 2, grifo meu)<sup>640</sup>

Organizações antissemitas e/ou “extremistas” desse quilate, concluiu Fefferman, não deveriam ser permitidas na WACL, “que destaca a importância da liberdade religiosa e dos direitos humanos na luta contra o totalitarismo comunista”. Entidades anticomunistas assim deveriam ser expulsas na VIII Conferência da Liga de 1975 “ou antes”, destacando Fefferman que “**a conferência a ser realizada no Brasil deve se provar ainda mais crítica do que a recém realizada em Washington. Espera-se (...) que os extremistas serão erradicados e (...) que uma unidade de trabalho possa ser alcançada entre os estritamente nacionalistas e os elementos mais universalistas**” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 2). A expulsão ou a manutenção desses antissemitas e nazi-fascistas seria um fator decisivo para estabelecer, arremantou Fefferman, “**o grau de cooperação entre os contingentes da América Latina e dos EUA. Se tal cooperação for mantida, não apenas a WACL será salva mas poderá ser outro passo importante para a solução definitiva dos problemas interamericanos e internacionais**” (THE RISING TIDE, 1974, v. IV, n.º 7, p. 2). Apesar das esperanças de Fefferman, não seriam os antissemitas nem os “extremistas” que seriam expulsos no ano seguinte na VIII Conferência da WACL no Brasil, mas sim os seus críticos. E, como se verá, a conferência anual de 1975 marcaria a saída do ACWF da Liga. A isso se voltará, importando agora enfatizar um último (e fundamental) aspecto da WACL em meados da década de 1970: o giro da Liga, via CAL, à América do Sul e suas conexões repressivas com as ditaduras militares da região.

---

<sup>640</sup> Provavelmente, tratou-se do Círculo Espanhol de Amigos de Europa (CEDADE) de Jesus Palacios. Todavia, como visto, não foram apenas os novos mas sobretudo os velhos nazi-fascistas que povoaram a VII Conferência da WACL.

### 5.7.7. A Operação Condor foi gestada na VII Conferência da WACL?

Nesse sentido, é preciso remarcar que esse período de “giro” à América do Sul pela WACL, via CAL, coincidiu historicamente com a formalização da Operação Condor, institucionalizada no final de 1975 no Chile de Pinochet. Embora a questão será discutida no detalhe no APÊNDICE, reitere a tese segundo a qual a Liga Mundial Anticomunista, em particular seu órgão regional na América Latina, a CAL, serviram senão como *o protótipo*, ao menos como *um dos protótipos*, da Operação Condor. O tema já foi anunciado, inclusive, quando da análise da VI Conferência da WACL de 1972 no México e, em seu esteio, durante o estudo de criação da CAL. Os “paralelos” e “coincidências” entre os planos de ação anticomunistas delineados pelo complexo WACL/CAL a partir de 1972 e a Operação Condor, formalizada apenas em 1975, foram destacados, como visto, pela brilhante historiadora mexicana Mónica Naymich López Macedonio (2010; 2010a). Demarcou-se, ademais, como o mesmo “paralelo” entre os planos da CAL e da Condor foram destacados pela *Comisión de Verdad y Justicia* do Paraguai quando seu Informe Final abordou as coordenadas repressivas estabelecidas no II Congresso da CAL-Secreta, em maio de 1973, na cidade Puerto Presidente Stroessner.

Na mesma direção, importa registrar que outro arguto historiador, o norte-americano Kyle Burke, anotou que o entrosamento dos anticomunistas, com o salto proporcionado em janeiro de 1974 pelo II Congresso da CAL-Pública no Brasil, adquiriria um nível ainda mais elevado, em termos de coordenação repressiva transnacional, durante a VII Conferência da WACL de abril daquele ano em Washington, D.C. Se no II Congresso da CAL-Pública celebrado no Rio de Janeiro, em janeiro de 1974, entrosaram-se as “conexões entre os líderes de polícia e militares e civis de direita em diversos países-chave latino-americanos” (BURKE, 2018: 68), Burke defende a hipótese, sem titubear, segundo a qual, **“alguns meses depois, na Conferência da WACL de 1974 em Washington, D.C., membros da CAL e seus aliados nas forças policial e militar do Chile, Argentina e Paraguai realizaram outra reunião secreta”** (BURKE, 2018: 68)<sup>641</sup>. Essa

---

<sup>641</sup> Quanto às forças policiais do Paraguai de Stroessner representadas na VII Conferência da WACL, por exemplo, apenas para acrescer e contribuir ao dito por Burke, é importante frisar de novo e sempre quem era Antonio Campos Alum, presente em Washington, D.C., no certame. Treinado em “antissubversão” nos EUA, à época Campos Alum não era “apenas” o chefe da Dirección Nacional de Asuntos Técnicos (DNAT). (La Técnica era uma delegacia de polícia política e um centro de tortura em Assunção). A CAL-Secreta designou Campos Alum, a partir de maio de

reunião secreta entre militares e policiais chilenos, argentinos e paraguaios, dentro da VII Conferência da WACL de 1974 nos EUA, teria lançado as bases e os fundamentos da Operação Condor. Nas palavras do referido historiador norte-americano, na VII Conferência da Liga:

**A portas fechadas, eles juraram trocar informações de inteligência e, com o tempo, colaborar em operações de contra-insurgência. Isso formou a base para o programa transnacional de troca de inteligência, tortura, desaparecimento e assassinato conhecido como Operação Condor.** A Operação Condor sinalizou uma grande guinada à direita no Cone Sul da América Latina (BURKE, 2018: 68, grifo meu)

Seja como for, embora ainda em grande medida incipientes, as escavações históricas sobre os inúmeros protótipos da Condor – isto é, as coordenadas repressivas transnacionais estabelecidas no período genericamente chamado de “pré-Condor” – já são capazes de apontar para um dado real e concreto, verdadeiro em sua inegável efetividade histórica: o complexo WACL/CAL, articulando forças policiais, militares e “civis” da extrema-direita em geral e latino-americana em particular, serviu como um dos protótipos e como uma das redes cogestoras da Operação Condor. Nesse sentido, é hoje possível afirmar, sem muito exagero, que a Condor (ou um de seus *protótipos*) deve ter sido “gestada” tanto no México em 1972, durante a VI Conferência da WACL e particularmente no I Congresso da CAL; quanto no Paraguai em 1973 no II Congresso da CAL-Secreta; tanto no Brasil de janeiro de 1974, no II Congresso da CAL-Pública; quanto nos EUA de abril de 1974 na VII Conferência da WACL; ou mesmo (o que é altamente provável, como se verá) no Brasil ao final de 1974, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), que abrigou a celebração do III Congresso da CAL-Secreta; ou ainda no Brasil em abril de 1975, na VIII Conferência da WACL no Rio de Janeiro. Consequentemente, ao que tudo indica o complexo WACL/CAL “aninhou”, senão “o ovo do Condor”, ao menos *um* de seus *protótipos*. Por isso, com toda razão, a história da WACL e de seu braço político-militar na América Latina, a CAL, foi recentemente caracterizada pelo historiador Fernando López como as “asas do Condor” (LÓPEZ, 2016).

A mesma tese, inclusive, foi mais recentemente defendida pelo citado historiador Kyle Burke, para quem “a CAL era a face pública do programa secreto Condor” e os congressos (públicos e/ou secretos) desse braço político-militar da WACL na América Latina “foram

---

1973, durante seu segundo encontro, em Puerto Presidente Stroessner, o “jefe del ‘Departamento Técnico Latinoamericano de Asesoría y Ayuda en la lucha contra las guerrillas y el terrorismo’” (ROSTICA, 2021: 228).

planejados com a cooperação total dos governos militares da Argentina, Paraguai e Brasil, cujos líderes forneceram segurança, providenciaram viagens seguras, financiaram procedimentos, fizeram discursos e enviaram calorosas mensagens de apoio” (BURKE, 2018: 72). Em suma, “**a Confederación Anticomunista Latinoamericana operava como parte central da rede da Operação Condor de diversas maneiras**” (BURKE, 2018: 71, grifo meu). A CAL, servindo como *a face pública do programa secreto Condor*, “ofereceu **um fórum no qual oficiais militares de regimes de direita coordenavam estratégias de contra-insurgência e trocavam inteligência**” (BURKE, 2018: 71, grifo meu). Nesse sentido, conforme se verá adiante, por exemplo, durante a VIII Conferência da WACL realizada em 1975 no Brasil, conclave que catapultara um jovem brasileiro (Carlo Barbieri Filho) ao cargo de presidente da WACL, esse “civil” da ultradireita verde-amarela se encontraria, às escondidas, “**com o General Leigh, o General Sergio Arellano Stark e outros oficiais de alto escalão das Forças Armadas e dos serviços de inteligência do Chile**” (BURKE, 2018: 257, grifo meu). E, no final daquele ano de 1975, não seriam as Forças Armadas chilenas as componentes do núcleo duro do Sistema Condor?

#### 5.8. México, 1974: *Quem-é-quem no Conselho Coordenador da CAL*

À época da realização da VII Conferência da WACL de 1974, na capital dos EUA, produziu-se uma “Lista de Jefes de Delegaciones de CAL”. Hoje depositada nos *Archivos del Horror* da polícia política stronista, isto é, da ditadura militar paraguaia, essa preciosa lista arrolou, excetuando os dirigentes tecos Raimundo Guerrero e Rafael Rodriguez da FEMACO, os seguintes integrantes da CAL: Francisco Pessotti T., Miguel Angel Jimenez e Tomas Reyes Cerda, da República Dominicana; Roberto Cordon e Fernando Ibarra, da Guatemala; Jose Miguel Garcia Urbino, da Costa Rica; Francisco Buitrago Martinez, da Nicarágua; Jose Aristides de Obaldia E., do Panamá; o coronel Alberto Lozano Cleves, da Colômbia; German Borregales, da Venezuela; Fernando Beckemeyer-Conroy, do Peru; Cristobal Bonifaz Jijon, do Equador; os integrantes (não identificados) do “Capítulo Primero Uruguayo”, localizado na “Av. 18 de Julio 226-Montevideo”; German A. Justo, da Argentina; Gustavo Alessandri, do Chile; Antonio Campos Alum, chefe da polícia política da ditadura militar paraguai; e, do Brasil, Carlo Barbieri Filho e Elias Jorge Tambur (respectivamente, diretor-presidente e dirigente da SEPES), assim como o professor José Afonso

de Moraes Bueno Passos<sup>642</sup>, com endereço anotado no “Departamento de Historia, FFCL [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras] – Universidad de S. Paulo, Brasil” (CDyA: R00108F1093).

Depois da VII Conferência da WACL – a segunda da Liga fora da Ásia –, **“la CAL se reunió en julio de 1974”, “sólo que esta vez en el terruño de los Tecos, en una reunión secreta en Guadalajara, Jalisco, a la que asistieron representantes de las dictaduras militares del Cono Sur”** (LÓPEZ MACEDONIA, 2010: 154, grifo meu). Um desses representantes presentes na Reunião do Conselho Coordenador da CAL, ocorrida **entre 10 e 12 de julho de 1974, em Guadalajara**, foi o chefe da delegacia e centro de tutura *La Técnica* em Assunção, **Antonio Campos Alum**. Graças a este repressor paraguaio treinado em “antissubversão” nos EUA, encontra-se depositado em seus “arquivos da repressão” – o espólio de *La Técnica* – um “Informe” que registrou como “Assunto”, justamente, a **“Reunion del Consejo Coordinador de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL)”** (CDyA: R00108F2055, grifo meu). A reunião do CC foi presidida pelo secretário-geral da CAL **Rafael Rodriguez**. No início da reunião **“se procedió a la constitución del Consejo Coordinador de la CAL, que se quedó integrado de la siguiente manera”** (CDyA: R00108F2055):

**Presidente:** Rafael Rodriguez (México)  
**Subsecretário-Geral:** Antonio Campos Alum (Paraguai)  
**Subsecretário de Assuntos Laborais para o Cone Sul:** Nicanor Fleitas (Paraguai)  
**Subsecretário de Assuntos Universitarios do Cone Sul:** Carlos Podesta (Paraguai)  
**Subsecretário de Imprensa e Rádio da Zona Norte:** Armando Perez Roura, Alpha 66 (Cuba)  
**Subsecretário de Propaganda e Divulgação:** Adolfo Cuellar (El Salvador)  
**Subsecretário de Assuntos Camponeses da Zona Norte:** Roberto Cordon (Guatemala)  
**Subsecretário de Assuntos Empresariais do Cone Sul:** Martin Gutierrez (Uruguai)  
**Subsecretário de Defesa do Clero Anticomunista na Zona Norte:** monsenhor Carlos Vargas Umaña (Colômbia), auxiliado pelos padres José e Daniel Ferreira.  
[**Subsecretário de Defesa do Clero Anticomunista do Cone Sul:** monsenhor Juan Moleon Andreu (Paraguai)?]  
**Tesoureiro Geral da CAL do Cone Sul:** Carlo Barbieri Filho (Brasil)  
**Tesoureiro Geral da CAL na Zona Norte:** Luis Carlos Castaño Garcia (México)  
**Secretário de Segurança da CAL:** Luis Carlos Castaño Garcia (México)

---

<sup>642</sup> Esse personagem é desconhecido da historiografia e, assim, “inexiste” da história. Ele lecionava História Antiga e Medieval na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos e defendeu tese de doutorado na USP, em 1973, intitulada “Bonifácio VIII e Felipe IV da França”. Participou, como visto, da fundação da CAL no final de agosto de 1972 na Cidade do México. Nessa ocasião esteve também presente o sepista Elias Jorge Tambur que, retornando ao Brasil, enviou um relatório ao então presidente da SEPES Alfredo Weiszflog. Nele, ressaltou que lhe informaria, em outra oportunidade, sobre o verdadeiro caráter de José Afonso de Moraes Buenos Passos. Esse padre, professor e homem de ação da “cruzada” anticomunista foi o brasileiro mais próximo e leal aos tecos da FEMACO. Representou fielmente os interesses dessa ultradireita mexicana no Brasil e, quando preciso, confrontou e enfrentou a SEPES.



**Presidente da WYACL:** Fernando Ibarra (Guatemala) (CDyA: R00108F2055, grifo meu).

Depois da formação do Conselho Coordenador (CC) da CAL, seu presidente, o teco Rafael Rodriguez, informou aos presentes em Guadalajara que um dos objetivos fundamentais do encontro “**era implementar los medios y recursos para poner en ejecución los acuerdos y resoluciones del II Congreso de la CAL realizado en Rio de Janeiro (Brasil), del 23 al 27 de enero del corriente año**” (CDyA: R00108F2056). O primeiro temário discutido na Reunião do CC da CAL foi o “punto referente al Clero que comprendía **la adopción de medidas concretas para acelerar la ejecución de las resoluciones de la Comisión contra la subversión del Clero Rojo, en el Congreso de Rio, y paralelamente, acelerar el reclutamiento para la CAL, de Asociaciones y Personalidades que luchan contra la subversión marxista en la Iglesia y en defensa de la ortodoxia católica**” (CDyA: R00108F2056, grifo meu). Recorde-se que no II Congresso da CAL-Pública de 1974 fora o arcebispo de Diamantina Geraldo de Proença Sigaud – *Dom* para quem “confissões não se conseguem com bombons” – quem assessorou a audiência sobre métodos de combate à “subversão marxista na Igreja e em defesa da ortodoxia católica”. Já no México, no mesmo ano, coube ao monsenhor da Colômbia Carlos Vargas Umaña, Subsecretário de Defesa do Clero Anticomunista na Zona Norte da CAL, apresentar um plano de ações de sua subsecretaria e, depois de debatido, adotaram-se “los siguientes acuerdos de carácter reservado” (CDyA: R00108F2056):

a) **Tomar enlace con los miembros del Clero Católico anticomunista de los distintos países latinoamericanos a fin de coordinar la acción**, previo estudio de la situación existente en los mismos; b) **Para tal fin, cada uno de los Capítulos por países que forman la CAL, darán los nombres de clérigos de conocida posición anticomunista, información que se hará llegar a travez de la Secretaría General de la CAL en el más breve tiempo posible**; c) Se acordó así mismo, solicitar al Mons. Ddr. **Juan Moleon Andreu**, de Paraguay, **integrar el Consejo Coordinador de la CAL como miembro del mismo, en carácter de Secretario de Defensa del Clero Anticomunista en el Cono Sur del Continente, debiendo establecer enlace con el Mons. Vargas Umaña, de Colombia** (CDyA: R00108F2057, grifo meu)

Na sequência, o subsecretário-geral da CAL Antonio Campos Alum, delegado-chefe da política anticomunista do stronismo, foi encarregado de providenciar o enlace devido do *Vicario General Castrense del Paraguay* com o monsenhor colombiano Vargas Umaña. Aprovaram-se, nesse ponto, mais seis (6) planos de ação coordenados pela Secretaria contra a Subversão do Clero Vermelho da CAL:

1. Todos los miembros del Consejo enviarán al Secretario **una lista de eclesiásticos, con nombres completos y domicilios sobre los que tengan referencias comprobadas que son anticomunistas y opositores a la llamada corriente progressista que está introduciendo herejías y marxismo dentro de la Iglesia.** Dicha comunicación supone que el Secretario pueda conectarse con ellos con un mínimo de confianza en que respaldarán sus proposiciones. 2. El Secretario procederá a la organización de grupos sacerdotales, con base en los contactos que haga entre los clérigos que ya conoce y aquellos que le sean recomendados por los demás miembros del Consejo. Estos grupos tendrán la misión de cumplir los objetivos que señalan los Estatutos para esa Secretaría. 3. **Antonio [Campos Alum] ofrece a M.[onseñor] Carlos [Vargas Umaña] ponerle en contacto para este efecto con Mon. Andrés Monleón Andreu, Vicario General Castrense del Paraguay, con el Padre Rejalada, quienes son las personas idóneas para encabezar este movimiento en esse país.** 4. El Secretario de Seguridad entrego al Secretario contra la Subversión del Clero Rojo los Estatutos de las Hermandades Sacerdotales y envió a través de Antonio [Campos Alum] una copia de los mismos a Monseñor Monleón Andreu, de Paraguay. 5. El Secretario contra la Subversión del Clero Rojo considera que le es posible obtener el financiamiento necesario para los viajes y las actividades que requerirá la Secretaría a su cargo y queda por tanto comisionado a promocionar el sostenimiento económico de estas actividades. 6. **Todos quedan obligados a elaborar también una lista, separada de la del número 1, en la que consten los nombres de todos aquellos eclesiásticos que realizan actividades comunistas o que predicán el marxismo y la herejía, mismas que serán enviadas al Secretario General, para que éste las ponga en conocimiento de quienes necesitan estas informaciones para su trabajo anticomunista** (CDyA: R00108F1448, grifo meu)

Flagra-se, assim, o aprofundamento do processo de construção de um eixo transnacional de solidariedade e coordenação de ações repressivas entre a CAL e a hierarquia anticomunista do clero católico na América Latina. Observa-se também o projeto de constituição de um *Índex* ou uma “lista suja” de eclesiásticos latinoamericanos acusados de serem “comunistas”, “marxistas” e “hereges”. Essa “lista” com “los nombres de todos aquellos eclesiásticos que realizan actividades comunistas o que predicán el marxismo y la herejía” conduziu, ao que tudo indica, à morte de inúmeros clérigos “subversivos” arrolados nela. Conforme se verá, essa faceta da CAL – com *arranque* feito por Geraldo de Proença Sigaud em seu II Congresso público de 1974 no Brasil – seria uma das mais letais. Ou, pelo menos, uma dimensão da CAL mais publicamente conhecida. Futuramente, em especial quanto ao “clero progressista” na Bolívia sob a ditadura militar de Hugo Banzer (1971-78), inúmeros “denunciados” citados nessa lista da CAL acabaram sendo perseguidos, torturados e assassinados. O chamado Plano Banzer é tido como uma operação de monitoramento e extermínio do “clero progressista” na Bolívia colocada em prática com a parceria

dos membros e associados regionais da CAL<sup>643</sup>, que também aqui serviu de protótipo regional na estruturação de coordenadas repressivas do terrorismo (para)militar de Estado.

Antes disso, porém, ainda no México de 1974, a Reunião do Conselho Coordenador da CAL debateu como pauta os “planes sobre Asuntos Obreros y Sindicales”. A Secretaria de Ação Laboral da CAL para o Cone Sul, a cargo do paraguaio Nicanor Fleitas, apresentou um Plano de Ação, aprovado por unanimidade, com vistas à criação de **“un Organismo Internacional que unifique las organizaciones anticomunistas en el campo obrero latinoamericano, que podría tener una denominación cualquiera, pero sin destacar el carácter anticomunista, a fin de dar libertad de acción a los dirigentes sindicales amigos”** (CDyA: R00108F2057, grifo meu). Esse Organismo Internacional a ser criado pela CAL “trabajaría con las siglas ‘**UNION DE TRABAJADORES DE LATINOAMERICA**’” (CDyA: R00108F2057, grifo meu). Novamente, depois dos debates sobre o assunto, recomendou-se que “Todos los miembros del Consejo deberán enviar a Nicanor [Fleitas] **una lista de las organizaciones y dirigentes gremiales de su país, sean estas confederaciones, federaciones o simples sindicatos o uniones, pero cuyos líderes por su definición anticomunista, pueden ser invitados a incorporarse a estos trabajos**” (CDyA: R00108F1449 grifo meu).

O terceiro ponto da Reunião do CC da CAL, enfim, tratou da **“adopción de medidas concretas para aplicar los acuerdos tomados en el Congreso de Rio, sobre Universidades y Escuelas que se encuentran controladas por comunistas y ayudar a derrotar la subversión en aquellas intituciones de enseñanza que están en peligro de ser dominadas por ellos”**

---

<sup>643</sup> A proposta de 1977 é literalmente assassina. Orienta o melhor modo de monitorar e exterminar a “Igreja progressista”. A recomendação sicária da CAL-Pública, aprovada em seu III Congresso, rezou: “Debemos instruir a nuestros militantes para controlar o acumular antecedentes sobre la actividad de algunas órdenes o comunidades religiosas sospechosas como la de los dominicos, jesuítas, oblatos y otros, siguiendo los pasos y actividades de estos tanto en los centros religiosos, la ciudad, institutos de enseñanza, fábricas, centros laboraes y área rural” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.43, p. 14). Vigiar para punir. E para punir, quem senão os militares anticomunista. Assim que, nesse trabalho repressivo a CAL deveria “colaborar a las FF.AA. y otras instituciones amigas para identificar y señalar las actividades sospechosas, subversivas o de complot en las que están inmiscuidos sacerdotes y religiosas extranjeras así como laicos marxistas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.43, p. 15). A CAL deveria “organizar internamente un archivo de documentos, publicaciones, panfletos y otros relacionados al material distribuido por los grupos pro marxistas o infiltrados en la Iglesia Católica” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.43, p. 15/121). Sincronizando ao Plano Banzer, essa proposta do “Capítulo” boliviano da WACL/CAL de 1977 recomendou que “los ataques a los agentes extremistas deberían efectuarse preferentemente en lugares aislados, silenciosos, [en] el área rural o el campo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.43, p. 15). Recomendou-se, ademais, “que los organismos policiales o de seguridad de un Estado no deben allanar o asaltar públicamente un recinto religioso o parroquia con el fin de evitar informaciones sensacionalistas, distorcionadas o maliciosas de la prensa y los medios de difusión al servicio del marxismo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.43, p. 15).

(CDyA: R00108F2057, grifo meu). Recorde-se que, no II Congresso da CAL-Pública de 1974 no Brasil, coubera ao arquiconservador Antonio Carlos Pacheco e Silva a presidência da Comissão contra a Infiltração Comunista nas Universidades e Escolas. Na reunião secreta de Guadalajara, em julho de 1974, coubera ainda ao Subsecretário de Assuntos Universitários do Cone Sul Carlos Podesta apresentar um plano de ação subdividido em dois pontos: “1º: **Tomar enlace con dirigentes anticomunistas del Cono Sur (Argentina, Uruguay, Chile, Brasil y Bolivia)**; 2º: **Organizar planificadamente el trabajo en cada uno de estos países, bajo la orientación de la Sub Secretaría de Asuntos Universitarios y la Secretaría General de la CAL**” (CDyA: R00108F2057, grifo meu).

O engenheiro guatemalteco Roberto Cordon, a cargo da Subsecretaria de Assuntos Camponeses da Zona Norte, interveio então no debate em pauta, informando que “las cuatro Universidades de Guatemala están controladas por el Estado, pero que a pesar de esta situación, la base de la acción subversiva contra el Gobierno, estaba precisamente en (...) la Universidad de San Carlos, la Universidad de Valle, la Universidad de Marroquín y la Universidad de Landívar” (CDyA: R00108F2058). Denunciou que “en la Universidad de San Carlos se formaron ideológicamente y técnicamente a los grupos guerrilleros que actuaron en Guatemala” (CDyA: R00108F2058). Também intervindo em tema alheio àqueles de sua Secretaria de Assuntos Empresariais do Cone Sul, o uruguaio Martin Gutierrez não deixou de informar ao Conselho Coordenador da CAL que, no Uruguai, “la Universidad estaba intervenida; que no se permitía ningún tipo de propaganda marxista, pero tampoco existía una acción del grupo universitario anticomunista dentro de la Universidad” (CDyA: R00108F2058).

Assim que o encarregado da Subsecretaria de Assuntos Universitários e de Escolas para o Cone Sul Carlos Podesta reuniu esses informes e prometeu elaborar um plano de ação consequente que informaria sobre “los viajes que el Secretario de esta especialidad deberá realizar previamente para establecer contactos con los líderes universitarios anticomunistas cuyos nombres serán presentados por los representantes de los Capítulos Miembros de la CAL y la Secretaría General” (CDyA: R00108F2058). O CC da CAL recomendou que todos seus membros deveriam “informar a Carlos [Podesta] **cuál será la o las universidades y escuelas en que los anticomunistas se fortalecerán en su país respectivo, proporcionándole además los nombres y direcciones de dirigentes, profesores o líderes estudiantiles de las mismas con quienes**

**pueda tomar contacto inmediato para organizar la lucha anticomunista en ellas y en todo el país**” (CDyA: R00108F1449). Já o quarto ponto debatido na Reunião do CC da CAL versou sobre a participação empresarial desse órgão regional da WACL na América Latina. Discutiram-se medidas para obter a colaboração de dirigentes empresariais na luta anticomunista. O responsável pela Secretaria de Assuntos Empresariais para o Cone Sul, o uruguaio Martin Gutierrez, “hizo una medulosa exposición de la situación de Empresas y Empresarios, llegándose a las siguientes conclusiones” (CDyA: R00108F2058, grifo meu):

- a) **Es una puerta de entrada para la organización sindical de nuevo tipo que tiene que establecerse a fin de encontrar el equilibrio entre el Capital y el Trabajo;** b) Pueden ser **fuentes de obtención de recursos económicos para nuestra organización;**
- c) **Son ó deben ser contrarios al comunismo, cuidando la vinculación masónico-judáica que puedan tener estos empresarios;** d) Pueden **proveer hombres con espíritu táctico y con mentalidad imaginativa** (CDyA: R00108F2058, grifo meu)

Salta aos olhos aqui, no item c), o caráter antissemita do discurso do líder do “Capítulo” uruguaio da WACL/CAL. Os empresários que deveriam ser arregimentados à causa anticomunista não poderiam, segundo Gutierrez, possuir *vinculación masónico-judáica*. Odio ao judaísmo e à maçonaria, que fariam parte de uma “conspiração comunista global”, caracterizou também os tocos da FEMACO, como visto. Não foi um acaso, então, que depois da “advertência” antissemita e antimaçônica de Gutierrez, o secretário de Segurança da CAL, o teco **Carlos Castaño Garcia**, “informó que el Ministro de Economía de la Argentina, Jose B. Gelbard era de origen judío y de posición ideológica marxista, fichado en los archivos de la CAL<sup>644</sup>. Así mismo, se informó que el Ministro del Economía del Uruguay, Cohen, tenía la misma posición ideológica que **GELBARD**” (CDyA grifo meu). *Gelbard* e *Cohen* seriam, conforme o antissemitismo do teco secretário de Segurança da CAL, novos sobrenomes judeus de uma velha “conspiração” que, ao controlar as finanças e a economia de um país, serviriam aos revolucionários marxistas.

Assim que o combate a um alegado *complot* judeu-maçônico-comunista, dentro da CAL, irmananou pelos menos seus “Capítulos” do Uruguai e do México. O CC da CAL reformulou o item c) proposto por Gutierrez, isto é, arregimentar à causa anticomunista empresários sem *vinculación maçônico-judaica*, da seguinte maneira: “Que la Secretaría de Acción Empresarial tendrá como misión principal **coordinar e integrar organizaciones de empresarios anticomunistas, que no estén vinculados por razones culturales y económicas con el**

---

<sup>644</sup> Como logo se verá, a CAL construiu, alimentou e manteve seus Archivos.

**comunismo o con las fuerzas secretas que lo dirigen y controlan**” (CDyA: R00108F1450, grifo meu).

Essa dicção “forças secretas” que controlariam o comunismo internacional é própria das linhagens antissemitas do anticomunismo. Os tecos da Universidade Autônoma de Guadalajara (UAG), como visto, partilharam dela. Assim como o líder da WACL/CAL-Uruguai – Martin Gutierrez. E, diga-se de passagem, quem foi ele? Em seu país de origem, Gutierrez era “1º Tenente Médico”, chefe do “Serviço de Psiquiatria da Diretoria de Saúde das Forças Armadas Uruguais” e “membro dirigente do IODISCO (Instituto Oriental de Investigaciones Sócio-Culturales)” (AMA.ACE.31.36/83, p. 48). No Uruguai, Gutierrez teria coordenado “um movimento nacionalista interno do Partido Republicano, que teria inspirado o último golpe naquele país”, exercendo ainda o cargo “de diretor do serviço de saúde do sistema penitenciário uruguaio” (AMA.ACE.31.36/83, pp. 49-50).

Mais importante, segundo um informe secreto da ditadura militar do Brasil, esse dirigente do “Capítulo” uruguaio da WACL/CAL **“acompanha de perto os trabalhos de contra-ataques a terroristas, sua captura, interrogatórios, processamento das informações conseguidas e tratamento de recuperação médica dos prisioneiros, onde atende a parte de patologia mental”** (AMA.ACE.31.36/83, p. 49 grifo meu). Ou seja? A serviço da ditadura militar do Uruguai, Martin Gutierrez participava da captura e da tortura de “subversivos”, valendo-se, inclusive, de sua capacidade de diretor-médico encarregado pela “recuperação” de “subversivos” aprisionados. Foi justamente esse indivíduo que a CAL encontrou, no Uruguai, para ocupar o cargo de Subsecretário de Assuntos Empresariais do Cone Sul. Possuidor desse duplo perfil, Gutierrez propôs ao Conselho Coordenador da CAL três eixos de ação para arregimentar empresários à causa anticomunista. Primeiro, seria necessário formar grupos de empresários aliados, “sensibilizarlos politicamente”. Segundo, seria preciso “crear la infraestructura en el sector local e internacional”, fomentando a “organización de foros a nivel Nacional, Regional y Continental” (CDyA: R00108F2059). “Y por último”, seria preciso criar **“una Mesa Coordinadora entre estos grupos estructurados”** (CDyA: R00108F2059, grifo meu).

Ao término dessa sua intervenção no encontro secreto da CAL em Guadalajara, esse médico uruguaio explicitou sua aliança empresarial com a ditadura militar de seu país. Gutierrez informou que “en el mês de Setiembre próximo, se realizaría precisamente en Montevideo, **un**

**Foro de Empresarios**, ya con esta finalidad, **organizado con el asesoramiento de la Dirección de Inteligencia del Gobierno Uruguayo**, sugiriendo que a este Foro fueran algunos Miembros del Consejo Coordinador [de la CAL], para ver la forma en que estaba siendo planteado, **de modo a establecer un sistema similar en los demás países y por este camino, ir obteniendo la colaboración del sector empresarial para la lucha anticomunista**” (CDyA: R00108F2059). Na sequência, sob sugestão de Gutierrez, o CC da CAL aprovou as seguintes recomendações:

Fortalecer o crear la infraestructura de cada organización nacional destinando un local apropiado, designando personas para las tareas administrativas y político-organizativas y editando una publicación para enlace nacional e internacional. (...) **Establecer una red de contacto permanente entre las organizaciones de empresarios de los distintos países, con intercambio de sus publicaciones y de visitas recíprocas de sus dirigentes.** (...) **Organizar un Foro Internacional de Empresarios de toda América Latina o al menos de una región, en el que se les adoctrinará según estudios ya hechos y experiencias realizadas por Martín [Gutiérrez] especialmente para este grémio.** De la realización de este Foro podrá derivarse el establecimiento de un servicio de información sobre asuntos económicos que sea de interés positivo para los empresarios. (...) **Coordinar los trabajos de las organizaciones de empresarios con los proyectos y necesidades de financiamiento de toda la organización, por el aporte particularmente importante que este sector puede y debe otorgar a la lucha anticomunista organizada.** (...) A la mayor brevedad posible Martín [Gutierrez], previa coordinación con los demás miembros de su zona de trabajo hará una gira para promover la creación de las organizaciones a que se refiere el punto primero, o a la afiliación de las ya existentes si sus dirigentes reúnen las condiciones exigidas por los Estatutos. (...) **Martín [Gutierrez] queda comprometido a enviar a la Secretaría General, apenas lo concluya, el estudio técnico que está haciendo para motivar a los empresarios a que cooperen con nuestras actividades.** Con base en esto y tomando en cuenta las experiencias obtenidas por el propio Martín [Gutierrez], se acepta **el proyecto de elaborar un material de diapositivas para exhibir a los dirigentes de empresas multinacionales en busca de su cooperación, previo análisis entre Martín [Gutierrez] y Carlo [Barbieri Filho] de las posibilidades de incorporación de este sistema.** Presentarán su informe a la próxima reunión que decidirá al respecto. (...) **Martín [Gutierrez] y Carlo [Barbieri Filho] se pondrán a trabajar cuanto antes para elaborar un plan y llevarlo a cabo para la obtención de ayuda económica de los empresarios, utilizando fórmulas diplomáticas y de convencimiento en el trato con ellos, esperándose resultados para la reunión que se verificará dentro de cuatro meses.** (...) **La Secretaría General enviará a Martín un dossier informativo sobre nuestra organización para preparar la batería de diapositivas que deberá ser presentada a gobiernos, empresarios y personas influentes en general en busca de ayuda** (CDyA: R00108F1451, grifo meu)

Depois disso, o quinto ponto deliberado na Reunião do CC da CAL, de julho de 1974, tratou da **“divulgación de propaganda anticomunista y adopción de un sistema que se coordine con los dirigentes de los medios de difusión para presentar una oposición permanente a la propaganda comunista y para defender a los gobernantes y líderes anticomunistas”** (CDyA: R00108F2059, grifo meu). Esses debates foram conduzidos pelo

salvadorenho Adolfo Cuellar, encarregado da Subsecretaria de Propaganda e Difusão na Zona Norte, “quien planteó al Consejo Coordinador, establecer la temática preferente para orientar la propaganda anticomunista, fijando la posición ideológica de esta propaganda y los objetivos claros y terminantes de la misma” (CDyA: R00108F2059), sugiriendo-se à CAL:

**Desarrollar una acción psicológica através de todos los medios de comunicación social** (Prensa-Radio-Televisión-Propaganda-Folleto-etc.). Esta acción psicológica tenía que tener dos aspectos: 1º: **Buscar la destrucción de la propaganda enemiga, y en segundo lugar, desarrollar una acción positivamente anticomunista.** 2º: **Desarrollar una acción psico-política a través de estos medios de comunicación** (CDyA: R00108F2059, grifo meu)

Assim que a Subsecretaria de Propaganda e Difusão da CAL advertiu para a importância de “**señalar los defectos del enemigo y sacarles provecho, el mayor posible**”, recomendando Adolfo Cuellar a adoção de algumas “medidas prácticas”, entre as quais, “**la instauración de ‘SEMANAS’ en defensa de Gobiernos Anticomunistas, con el caso de Chile**” (CDyA: R00108F2059). Resolveu-se, então, “realizar **una ‘SEMANA DE CHILE’ que debía ser celebrada en todos los Capítulos de la CAL.** La fecha sería establecida por la Secretaría General oportunamente, y la programación se haría de conformidad a los medios con que cuente cada Capítulo” (CDyA: R00108F2059 grifo meu)<sup>645</sup>. Outra ação de propaganda anticomunista sugerida consistiu no envio de telegramas “a los gobiernos que favorezcan la acción del comunismo, denunciando la violación de los derechos humanos en los países comunistas. En caso de América Latina, principalmente la situación de los presos en Cuba. Se pidió al capítulo ‘ALFA 66’, la nómina de los presos políticos en Cuba y la situación en que se encuentran los mismos, así mismo como las torturas y vejámenes de que son objeto en la isla dominada por el castrismo” (CDyA: R00108F2060).

Da mesma forma como a Secretaria de Ação Laboral da CAL sugeriu ocultar o caráter anticomunista em sua tentativa de criar uma organização própria entre a classe trabalhadora latino-americana, também sua Subsecretaria de Propaganda e Difusão recomendou que os telegramas de denúncia, baseados nos dados fornecidos pelo grupo paramilitar Alpha 66, deveriam ser enviados de maneira encoberta. “**Al fin de encubrir la participación de la CAL y de los Capítulos**

---

<sup>645</sup> “**Todos los integrantes del Consejo promoverán en sus países actos especiales en apoyo del Gobierno Militar chileno, con motivo del primer aniversario de la liberación de Chile.** A estos actos deberá dárseles la mayor resonancia posible, y quienes lo pudieran, organizarán una ‘Semana de Chile’ con el mismo propósito” (CDyA: R00108F1447, grifo meu).



miembros, se estableció la necesidad de crear organizaciones de fachada que sean las que con la denominación, por ejemplo, de ‘COMISION NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS’, ‘COMISION DE DEFENSA DE LA CULTURA’, ‘ASOCIACION DE ARTISTAS’, etc., tomasen a su cargo este tipo de trabajo” (CDyA: R00108F2060, grifo meu). Por fim, recomendou-se a utilização de outros meios de propaganda como “leyendas murales, denunciando la subversión comunista; distribución de folletos; distribución de volantes, mitines de protesta, etc.” (CDyA: R00108F2060). Debatidos esses aspectos, a Subsecretaria de Propaganda e Difusão recomendou aos membros da CAL a adoção das seguintes “medidas prácticas”:

1. Deben lanzarse ideas que tiendan a la armonización e integración de los distintos sectores económicos y sociales, en relación con los diferentes niveles en que se sitúa cada persona: nación, familia, empresa, profesión, etc., según el caso. **Es indispensable vencer las resistências psicológicas que la labor de la propaganda comunista há formado en mucha gente buena. Conviene ofrecer las ideas fundamentales y las soluciones en ‘slogans’ que lleguen a ser aceptados rápidamente.** 2. La Secretaría de Propaganda y Difusión, en colaboración con la Secretaría General, elaborará un plan de propaganda y difusión para toda América Latina, condensando todas las proposiciones que, según sus iniciativas y necesidades, presenten todos los miembros del Consejo Coordinador. Todos quedaron comprometidos a enviar al Secretario General, a la mayor brevedad posible, un estudio a este respecto. 3. **Se insistió en la importancia de estar todos bien informados al respecto de sus propios países y de todo el continente sobre las actividades de los comunistas, como requisito indispensable para que todos tengan conciencia exacta de la propaganda que deben realizar para neutralizar la labor del enemigo.** Con este mismo objetivo todos pueden pedir a la Secretaría General y a los demás miembros del Consejo, informaciones y material de propaganda. 4. **Se acordó que con motivo del primer aniversario de la liberación de Chile se promoverían en todos los países actos especiales en apoyo del Gobierno Militar chileno, dándoles la mayor ressonância posible y, quienes los pudieran, organizarían una ‘Semana de Chile’ con el mismo propósito** (CDyA: R00118F1454, grifo meu)

Depois de aprovadas essas recomendações, o CC da CAL enfatizou a estreita vinculação existente “entre **los trabajos de esta Sub Secretaría de Propaganda y Divulgación con la de Prensa y Radio**, ya que esta Sub Secretaría era la encargada de determinar los medios e instrumentos para el desarrollo del plan de propaganda y divulgación” (CDyA: R00108F2060, grifo meu). Na sequência, o sexto tópico discutido na reunião secreta de Guadalajara versou sobre as formas de colocar “en marcha los acuerdos tomados por la **Comisión de Prensa del Congreso de Rio de Janeiro**, y todo lo concerniente a la **Secretaría de Prensa**, incluyendo la búsqueda de

**miembros anticomunistas para este ramo de la CAL**” (CDyA: R00108F2060, grifo meu)<sup>646</sup>. Quem conduziu os trabalhos sobre esse ponto em Guadalajara foi o “líder de ‘ALFA 66’” Armando Perez Roura, jornalista do exílio cubano anticastrista responsável pela Secretaria de Imprensa e Rádio na Zona Norte e “que en estos momentos trabaja en una radiodifusora potente de Miami, vinculado a numerosos periódicos norteamericanos y de otros países” (CDyA: R00108F2060).

Ademais, foram discutidas maneiras de colocar “en funcionamiento la Agencia de Comunicación Internacional [ACI], proyecto de creación que fué presentado por la Federación Mexicana Anticomunista y aprobado por la Plenaria del II Congreso de CAL” no Rio de Janeiro (CDyA: R00108F2060), ficando a cargo da Secretaria de Imprensa e Rádio na Zona Norte a tarefa de obter “los medios necesarios para el funcionamiento de esta Agencia” (CDyA: R00108F2060). Interveio, então, o dirigente teco da FEMACO **Humberto Dávalos**, que “**informó que con Chile se habían prácticamente obtenido los medios necesarios para el funcionamiento de la Agencia de Comunicación Internacional Anticomunista**” (CDyA: R00108F2060, grifo meu)<sup>647</sup>. Ainda solicitou-se às organizações filiadas à CAL para permanecerem “alertas para la próxima instalación de la Agencia”, definindo que elas teriam a missão de “conseguir en sus respectivos países, el servicio de Télex y establecer la conexión con los periódicos locales” (CDyA: R00108F2061)<sup>648</sup>.

---

<sup>646</sup> Recorde-se que o Ministério da Justiça do governo Médici (1969-74), sob a gestão do ministro Alfredo Buzaid, enviou telegramas convidando jornalistas da América Latina para participarem e fazerem a cobertura do II Congresso da CAL-Pública realizado, no Brasil, em janeiro de 1974. O MJ, nos estertores da gestão Buzaid – o “preclaro jurisconsulto” do ditador Médici –, custeou a passagem para jornalistas estrangeiros “ortodoxamente” anticomunistas.

<sup>647</sup> À época, a ditadura militar chilena precisava, de fato, de jornalistas aliados que a auxiliassem a “neutralizar” as denúncias que a imprensa internacional fazia do terrorismo de Estado, das torturas e das execuções “extralegais” de presos políticos no Chile de Pinochet. Se o projeto da ACI da FEMACO/CAL serviria ao conjunto das ditaduras militares regionais, cuja “imagem no exterior” era alvo de críticas em virtude das graves violações de direitos humanos cometidas em nome da Segurança Nacional e do anticomunismo, a proposta deve ter agradado especialmente à ditadura pinochetista. Porém, não se pode confirmar se a ACI foi efetivamente criada ou se era verídica a alegação de Humberto Dávalos a respeito da predisposição do pinochetismo em financiá-la.

<sup>648</sup> Isto é, a Reunião do CC da CAL, por meio de sua Secretaria de Imprensa, garantiu que em breve se realizaria “el proyecto de una agencia de noticias latino-americana aprobado en el Congreso de Río (...) Esta agencia pertenecerá a amigos por lo que corresponderá a miembros de nuestra organización ocupar las corresponsalías en las capitales y principales ciudades de América Latina” (R00108F1455). Assim, solicitou-se “a todos los miembros del Consejo que, en sus respectivos países, empiecen a tomar medidas concretas para que, al recibir un aviso en ese sentido, se establezca rápidamente la corresponsalía de la mencionada agencia (...). Para esto se requerirá de una oficina, aunque sea sencilla, en la que se pueda recibir personas y puedan trabajar los redactores, con lugar así mismo para la instalación de un telex. La instalación del telex es lo que puede resultar más caro. Compañeros que tienen experiencia sugieren que lo mejor es hacer un contrato de arrendamiento de los aparatos en el momento oportuno (...). Esta oficina deberá ponerse en manos de personas expertas, profesionales y, a la vez, de rigurosa confianza en todos aspectos. Será de enorme utilidad para los gobiernos y para los movimientos anticomunistas, a quienes convendrá ayudar a su mejor

Deixou-se a cargo também dos “Capítulos que componen la CAL, **la elaboración de una nómina de periódicos y periodistas de connotada posición anticomunista, a los efectos de llevar a cabo esta empresa y coordinar y desarrollar el trabajo de propaganda anticomunista que incluye la defensa de Gobierno y Líderes Anticomunistas**” (CDyA: R00108F2061, grifo meu). Ao final das discussões sobre o sexto tópico da Reunião do CC da CAL, a Subsecretaria de Imprensa foi encarregada da parte de rádio e televisão, declarando-se “vacante la Secretaría de Prensa y Secretaría de Radio y Televisión para el Cono Sur” (CDyA: R00108F2061). Na parte referente à rádio e à televisão, encomendaram-se a Armando Perez Roura um “estudio de la instalación de una Radio, para cuyo efecto deberá presentar en el más breve plazo posible”, e um “estudio técnico de la instalación que comprende el equipo adecuado, materiales, elementos y el presupuesto de costos y funcionamiento de esta Radio de la CAL” (CDyA: R00108F2061).

O sétimo tópico da Reunião secreta do CC da CAL em Guadalajara, em meados de 1974, versou sobre os “planes de acción concreta para frenar la subversión comunista en el campo que amenaza la propiedad privada y pone en grave riesgo la seguridad nacional” (CDyA: R00108F2061). Todos delegados da CAL intervieram nesse debate e, particularmente, “los miembros paraguayos del Consejo rindieron un amplio informe sobre la forma de penetración comunista en el campo, en base a las experiencias del Paraguay” (CDyA: R00108F2061). Os dirigentes paraguayos da CAL presentes na reunião de Guadalajara “ilustraron al Consejo sobre el trabajo del Gobierno del Presidente Stroessner en materia agraria, fundamentando este punto con los preceptos constitucionales, las leyes agrarias y el sistema de colonización vigente” (CDyA: R00108F2062). Depois disso, o CC da CAL “felicitó al Gobierno del Presidente Stroessner por las sabias medidas en materia agraria y los logros de esta política, considerándose ‘aptas y viables’ estas experiencias para los demás países” (CDyA: R00108F2062).

Na sequência, o guatemalteco Roberto Cordon, Subsecretário de Assuntos Camponeses da Zona Norte, “manifestó su interés en visitar el Paraguay, para asimilar sobre el terreno estas

---

instalación y funcionamiento. Puesta la corresponsalía en manos de personal competente no representará un gravamen sino que puede ser un negocio. Todos los miembros del Consejo deben estar prevenidos con estos preparativos” (R00108F1455). A “tão sonhada” ACI deveria ampliar “a nivel latinoamericano el radio de acción del Fondo Editorial Latinoamericano (FONEL) que hace tiempo funciona en la ciudad de México y que, aún existiendo la Agencia, continuara desarrollando actividades. Se acuerda por tanto que todos los miembros del Consejo y los Secretarios de Prensa en particular promuevan la mayor difusión posible de los artículos que envía FONEL y, a la vez, envíen a FONEL los artículos a los que quieran dar difusión continental” (R00108F1455). A FONEL pertencia aos tecos.

sabias experiencias, que son **la única forma de frenar la penetración ocomunista en el campo, que se vale precisamente de falsas banderas de reivindicación para la consecución de sus nefastos propósitos**” (CDyA: R00108F2062, grifo meu). Depois, Luis Carlos Castaño Garcia, “el Secretario de Seguridad de la CAL y Tesorero de la Zona Norte de la misma”, exaltou o exemplo dado pelo ditador paraguaio Alfredo Stroessner sobre “como se debe desarrollar una política agraria sabia”, afirmando-se admirado pela exposição dos “compañeros del Paraguay, porque he estudiado profundamente la reforma agraria en Mexico y estoy compenetrado del problema que este aspecto planea el comunismo” (CDyA: R00108F2062). O México deveria, assim, “tomar el ejemplo de Paraguay e imitarlo. Es ir ala para conocer sobre el terreno estas experiências y ver la forma de adecuar a las condiciones de cada uno de nuestros paises” (CDyA: R00108F2062). Ao final, recomendou-se a todos os membros do Conselho Coordenador da CAL que enviassem “a los Secretarios de Defensa de la Propiedad Agrícola la legislación, literatura y relación de experiencias con las que podrían especializarse en la materia y prestar asesoramiento en caso necesario” (CDyA: R00108F1447).

O oitava e penúltimo tópico das discussões da reunião de 1974 em Guadalajara tratou de uma miríade de temas anticomunistas. O primeiro deles abordou “asuntos que tratará la delegación de la CAL que concurrirá a Taipei, a la celebración de la ‘SEMANA DE LAS NACIONES CAUTIVAS’, y el viaje a Seúl (Corea), atendiendo a la invitación formula por la Secretaría General de la Liga Mundial Anticomunista” (CDyA: R00108F2062). Na Ásia, a CAL deveria discutir um pleito já debatido durante o II Congresso da CAL-Pública no Brasil, qual seja, “**la ampliación de la representación latinoamericana en el Consejo Ejecutivo de la Liga Mundial**” (CDyA: R00108F2062, grifo meu). Os delegados da CAL deveriam entrar em contado com o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang para aumentar a representação da América Latina no Conselho Executivo da Liga Mundial Anticomunista, “**teniendo en cuenta que la CAL contaba en su seno con 19 organizaciones activas, además de la representación de varios gobiernos firmemente anticomunistas que daban a la Confederación una fuerza mucho mayor que Entidades que tenían una sóla representación al igual que la CAL y que no tenían prácticamente ninguna representación efectiva**” (CDyA: R00108F2062, grifo meu). Esse pleito por maior representatividade e poder da CAL dentro do Conselho Executivo da WACL deveria ser levado à Ásia tendo como base o “acuerdo del último Congreso de la Liga Mundial

Anticomunista realizado en Washington” (CDyA: R00108F2062) – a VII Conferência da WACL de 1974. Isto é, a CAL teria apenas uma representação no Conselho Executivo da WACL, liderada por 6 países asiáticos, adotando-se como estratégia “no pedir una representación igual para los países latinoamericanos, pero elevar por lo menos a 3 miembros de la CAL, especialmente en vigor manifestado en el II Congreso celebrado en Rio” (CDyA: R00108F2063).

Decidiu-se, então, que “todos los delegados latinoamericanos al VIII Congreso de la WACL se reunirán para tomar acuerdos durante el día anterior de la iniciación de dicho Congreso”, previsto para ocorrer no Brasil no começo de 1975; ademais, “se hará todo lo posible para que nada impida que los miembros del Consejo Coordinador [da CAL] puedan asistir como observadores a la reunión del Comité Ejecutivo de la WACL en Sao Paulo” ao final de 1974 (CDyA: R00108F1446). Para a VIII Conferência da WACL, decidiu-se que “la Secretaría General [de la CAL] queda comisionada para evitar que algún legalismo de la WACL impida la ampliación del Comité Ejecutivo de dicha organización en el próximo Congreso de Brasil y la consiguiente ampliación del número de representantes latinoamericanos en el mismo” (CDyA: R00108F1446).

Outro tema de discussão desse oitavo ponto da reunião secreta de Guadalajara externou a preocupação da CAL com duas organizações anticomunistas: o *American Council for World Freedom* (ACWF), o “Capítulo” norte-americano da WACL, e a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Já se viu mais acima como, antes, durante e depois da VII Conferência da WACL de 1974 nos EUA, a coalização dos tecos da FEMACO na WACL e na CAL passou a atacar, com ofensas antisemitas, os dirigentes e organizações do ACWF e da TFP. No México, depois da VII Conferência da Liga, debateu-se “la preocupación de la CAL ante la actitud sectaria del Consejo Americano para la Libertad en el Mundo, de EE.UU.”, que teria adotado uma postura “divisionista” dentro da WACL. O ACWF estaria, pois, **“calificando a varias organizaciones anticomunistas latinoamericanas, de sectarismo racista y de neofascismo, clásica postura de las entidades disfrazadas de anticomunista que en el fondo no hacían sino colaborar conciente ó inconcientemente, con la propaganda comunista”** (CDyA: R00108F2063, grifo meu).

Na Reunião do CC da CAL de Guadalajara essa problemática voltou à tona. Depois de tecerem críticas ao ACWF, os dirigentes da CAL definiram a intenção desse braço latinoamericano da WACL de não admitir “dentro de la Liga a una Entidad denominada ‘TRADICIÓN, FAMILIA

Y PROPIEDAD’, que aparentemente es nacionalista y defensora de la ortodoxia católica, pero en realidad es una organización secreta, de falsa derecha, y por las actividades desarrolladas en el Brasil y en el Uruguay, es evidentemente una organización de provocación, que busca el desprestigio del anticomunista latinoamericano y de sus líderes” (CDyA: R00108F2063). Nesse momento da Reunião de Guadalajara, o delegado da CAL-Uruguai Martin Gutierrez “presentó a consideración del Consejo el Decreto del Gobierno Uruguayo, prohibiendo las actividades de esta organización [TFP], por considerarla subversiva en sus propósitos” (CDyA: R00108F2063). Na sequência, enfim, acordou-se que **“todos los Capítulos de la CAL, deberán luchar para obtener que sus respectivos gobiernos prohíban las actividades de esta entidad”**, devendo-se impedir, igualmente, “la entrada a la CAL de organizaciones de falsa derecha ó de supuesto anticomunismo, que buscan infiltrar las organizaciones anticomunistas para dividir las y anularlas” (CDyA: R00108F2063, grifo meu). Esse rechaço à TFP foi assim resumido no encontro secreto de Guadalajara:

Al respecto de **la condenación que hizo el V Congreso de la WYACL de la organización TFP**, se acordó que **nuestra organización** brindará todo su apoyo a la presidencia de la WYACL en esta posición y **ratifico la exclusión de TFP**, sea a través de su sede central o a través de cualquiera de sus dependencias en otros países (CDyA: R00108F1446, grifo meu)

O nono e último ponto discutido em Guadalajara tratou do “Plan de la Tesorería General para la obtención de fondos que garanticen el funcionamiento de la CAL y el cumplimiento de sus planes de acción” (CDyA: R00108F2056). A última sessão da Reunião do CC da CAL deveria estudar **“el informe de la Tesorería de la CAL y el proyecto de presupuesto y finanzas, presentado por el Dr. Carlo Barbieri Filho y los trabajos sometidos a este respecto por el Dr. Martin Gutierrez, del Uruguay”** (CDyA: R00108F2063, grifo meu). Antes desse brasileiro presidente da SEPES – o “Capítulo” verde-amarelo da WACL/CAL – e do uruguaio antissemita Gutierrez apresentarem seus informes, o dirigente teco Carlos Castaño Garcia – Secretário de Segurança e Tesoureiro Geral da CAL na Zona Norte – interveio. Salientou, então, que **“la Federacion Anticomunista Mexicana (FEMACO), no estaba ya en condiciones de seguir soportando sólo, todo el presupuesto de CAL, cuyos gastos, desde su creación, habían recaído exclusivamente sobre los fondos económicos de la FEMACO”** (CDyA: R00108F2064, grifo meu).

Decidiu-se, pois, que “todas las entidades representadas en el Consejo harán lo posible para cumplir sus obligaciones económicas y liberar de esta manera a la entidad fundadora de nuestra organización [FEMACO] de continuar haciendo las erogaciones tan pesadas que ha soportado hasta ahora y que ya no le es posible sufragar” (CDyA: R00108F1452). Nesse sentido, as entidades representadas no Conselho Coordenador da CAL aceitaram pagar as seguintes cotas anuais: “la de Antonio [Campos Alum], 500 dlrs.; la de Martín [Gutierrez], 200 dlrs. pagaderos el próximo semestre; la de Adolfo [Cuellar], 500 dlrs.; la de Roberto [Cordon] 500 dlrs. a reserva de um posible aumento; la de Armando [Perez Roura], 250 dlrs.; y la de Carlo [Barbieri Filho], 500 dlrs.” (CDyA: R00108F1452). “Por lo que se refiere a M.[onseñor] Carlos [Vargas] y sus colaboradores se ratifico que procurarán el financiamiento de su respectiva Secretaría y continuarán colaborando con el pago de sus viajes como lo han hecho hasta ahora” (R00108F1452/R00108F1453).

Finalmente, entre os pontos propostos por Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES e então Tesoureiro da CAL para a Zona Sul, orientou-se pela “**obtención de contribuciones significativas provenientes de gobiernos amigos**” e que seriam geridas pelo brasileiro em questão “**en el sector de los grandes empresarios** informando constantemente a la Secretaría General sobre los resultados obtenidos” (CDyA: R00108F1452). Comunicou-se que “**el Secretario General provera al Tesorero de la documentación sobre las realizaciones y los proyectos de nuestra organización para informar suficientemente a quienes se solicitará colaboración económica. Se considera a esta fuente como una de las más decisivas para sostener economicamente la vida y realizaciones de nuestra organización**” (CDyA: R00108F1453, grifo meu). Por último, definiram-se os seguintes planos de ação entre os “Acuerdos de Carácter Económico” da Reunião do Conselho Coordenador (CC) da CAL em Guadalajara:

1- Fijar una cuota mínima anual de 500 U\$S para cada Capítulo ú Organización Nacional, miembro de la CAL, pagaderos en dos (2) cuotas a la Tesorería General; 2- Sugerir que cada Organización Miembro, busque su autofinanciamiento, tratando de obtener la colaboración económica de los empresarios locales; 3- Estimular el acercamiento, con un trabajo de sensibilización y persuasión eficaz de las empresas multinacionales, a fin de obtener su cooperación para el financiamiento e los programas de la CAL; 4- Para efectivizar lo resuelto en el último punto, *el Dr. Martín Gutierrez, de Uruguay, propuso que se tomara contacto con las empresas multinacionales como la Esso – Shell – etc., y presentarles una información audiovisual, técnica de la acción terrorista de los comunistas, a fin de sensibilizarlos que a tal efecto, pone a disposición del Consejo Coordinador, el montaje de una serie*

*ordenada y catalogada de informes, diapositivas, gráficos, fotografías, etc., montada por el Servicio de Informaciones del Uruguay para este fin, y que estaría terminada dentro de dos (2) meses, a más tardar. Se aceptó a este temperamento, teniendo en cuenta que estas empresas estaban prácticamente financiando el movimiento guerrillero y terrorista, mediante el pago de sumas millonarias pagadas en concepto de rescate. De la misma forma podrían contribuir a financiar a los que luchan por el Orden, la Ley, la Libertad y las garantías individuales (CDyA: R00108F2064, grifo meu)*

Por último, a Reunião do CC da CAL decidiu enviar “un telegrama de felicitación y agradecimiento por su lucha contra el totalitarismo, al Exmo. Sr. Presidente de la Republica del Paraguay, Gral. de Ejército **Don Alfredo Stroessner, líder de la Causa del Nacionalismo en la América Latina**” (CDyA: R00108F2065, grifo meu). Esclareceu-se, ao final, que “**los congresos generales de nuestra organización se realizarán cada dos años y entre uno y otro se promoverán reuniones internacionales entre miembros pertenecientes al mismo sector, como empresários, obreros, universitarios, periodistas, etc.** En la próxima reunión del Consejo Coordinador se determinará el país y la fecha para la realización del próximo congreso general” (CDyA: R00108F1446). Definiu-se, então, que “**la reunión del Consejo Coordinador de la Liga Mundial se llevaría a cabo en Sao Paulo (Brasil), como fechas probables, en los días 26, 27 y 28 de Noviembre próximo**” (CDyA: R00108F2063, grifo meu).

Depois dessa Reunião de julho de 1974, em Guadalajara, no México, do CC da CAL, uma Circular desta, de 16 de agosto, comunicou aos membros da entidade “la integración del Consejo Coordinador” do organismo regional da WACL na América Latina. Essa composição do CC da CAL manteve, basicamente, os nomes e os cargos definidos em Guadalajara, com apenas quatro acréscimos: o do mexicano **Jorge Medina**, o do brasileiro **José Afonso de Moraes Buenos Passos**, o do boliviano **Hernán Landívar** e o do argentino **German Justo**. Com esses acréscimos e poucas alterações de cargos, o Conselho Coordenador (CC) da CAL apresentou a seguinte composição:

**Secretário-Geral e Presidente do Conselho Coordenador:** Rafael Rodriguez (México).  
**Secretário de Segurança:** Jorge Medina (México)  
**Subsecretário-Geral:** Antonio Campos Alum (Paraguai)  
**Subsecretário-Geral:** padre José Afonso de Moraes Bueno Passos (Brasil)  
**Tesoureiro Geral:** Carlo Barbieri Filho (Brasil)  
**Secretário de Imprensa, Rádio e TV (Zona Norte):** Armando Perez Roura (Cuba)  
**Secretário de Propaganda e Divulgação:** Adolfo Cuellar (El Salvador)  
**Secretário de Defesa do Clero Anticomunista (Zona Norte):** Carlos Vargas Umaña (Colômbia)  
**Secretário de Defesa da Propriedade Agrícola:** Roberto Cordon (Guatemala)



**Secretário de Defesa da Propriedade Arícola:** Hernán Landívar (**Bolívia**)  
**Secretário de Ação Obrera Latinoamericana (Zona Sul):** Nicanor Fleitas (**Paraguai**)  
**Subsecretário em Universidades e Escolas:** Carlos Podesta (**Paraguai**)  
**Secretário de Assuntos Empresariais (Zona Sul):** Martin Gutierrez (**Uruguai**)  
**Secretário de Propaganda e Difusão (Zona Sul):** German Justo (**Argentina**) (CDyA: R00094F1111, grifo meu)<sup>649</sup>

### 5.9. Taiwan, 1974: o complexo WACL/CAL na Semana das Nações Cativas

Nota-se, assim, que foi deveras agitado o ano de 1974 nessas redes transnacionais do anticomunismo da Guerra Fria. 1974 foi, para o complexo WACL/CAL, o mais “frenético” de seus anos. Tratou-se do aprofundamento do “giro” às Américas da Liga Mundial Anticomunista e de seu “enraizamento”, via CAL, na América Latina. Assim que não bastou celebrar, em janeiro de 1974, o II Congresso da CAL-Pública no Brasil. Ou realizar a VII Conferência da WACL nos EUA. Nem bastou a Reunião do Comitê Coordenador da CAL no México em junho de 1974.

Ao final desse mês, dirigentes da CAL viajaram à Taiwan para tomar parte da Semana das Nações Cativas. Esta era, como visto no CAPÍTULO 2, uma efeméride criada em 1959 pelo presidente dos EUA Eisenhower, atendendo aos adeptos da política de “libertação” do comunismo: a estratégia *rollback communism*. A comemoração logo se internacionalizou e foi incorporada pela ditadura militar do Kuomintang em Taiwan, pioneira em transformar sua data anticomunista – o Dia da Liberdade (comemorado até hoje todo 23 de janeiro) – em arma de guerra política e organizacional para coordenar esforços, anualmente, com aliados internacionais. Sob a sugestão do ex-OSS Lev Dobriansky – autor do esboço da lei de 1959 assinada por Eisenhower –, desde suas primeiras conferências anuais a WACL aprovou Resoluções incentivando seus “Capítulos” nacionais e organizações associadas a comemorarem em todo mês de julho, sincronizadamente ao calendário anticomunista dos EUA, a Semana das Nações Cativas.

Na Semana das Nações Cativas realizada na capital de Taiwan, em 1974, esteve também presente o então presidente da WACL Fred Schlafly, ao mesmo tempo presidente do primeiro

---

<sup>649</sup> Nessa nova composição do CC do braço da WACL na América Latina, extinguiu-se o cargo de Tesoureiro da CAL na Zona Norte, antes ocupado pelo teco Castaño Garcia, e o brasileiro Barbieri Filho ascendeu de Tesoureiro da CAL na Zona Sul para Tesoureiro Geral da CAL. Alguns “subsecretários”, igualmente, tornaram-se “secretários” das respectivas áreas da CAL. Embora seja uma figura desconhecida da historiografia, o padre José Afonso de Moraes Bueno era o preposto dos tecos da FEMACO no Brasil. O acréscimo dele como Subsecretário do CC da CAL, ao lado do poderoso chefe da polícia política stronista Campos Alum, ao que tudo indica, foi uma forma dos tecos mexicanos manterem um estreito controle sobre os brasileiros da SEPES. Escalando posteriormente os atritos entre a SEPES e a FEMACO, o referido padre brasileiro (doutor em História pela USP) permaneceria fiel a seus patronos mexicanos.

“Capítulo” norte-americano da Liga, o ACWF. A organização dos EUA presidida por Schlafly foi declarada como inimiga, como visto logo acima, pelo encontro secreto do Comitê Coordenador da CAL no México Ocidental, em Guadalajara, no início de junho de 1974. Essas tensões e conflitos entre a CAL e o ACWF rapidamente explodiriam e, como se verá, atingiria um ponto de não retorno, no Brasil, durante a VIII Conferência da WACL de 1975. Em 23 de julho de 1974, todavia, em Taipei, ao menos assim parecendo para as fotografias oficiais, Fred Schlafly e sua esposa Phyllis Schlafly – escritora e militante arquiconservadora –congratularam-se no *tour* por Taiwan com o casal Chiang Kai-shek. Um conjunto de fotos publicado pela *Asian Outlook* registrou que o presidente do ACWF Fred Schlafly era, até ali, o presidente em exercício ainda incontestado da Liga Mundial Anticomunista. Ao seu lado estava, sempre sorrindo, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, hierarca do Kuomintang (KMT), e anfitrião do casal norte-americano – também ligado à *Cardinal Mindszenty Foundation* (CMF) – na Semana das Nações Cativas de 1974 em Taipei.



**Figura 270.** Da direita para a esquerda: Phyllis e Fred Schlafly, Ku Cheng-kang e madame Chiang Kai-shek. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 1, n.º 1.



**Figura 271.** Phyllis e Fred Schlafly, Ku Cheng-kang e madame Chiang Kai-shek.  
FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 1, n.º 1.

Além de ser o anfitrião do casal Schlafly, o presidente honorário da Liga Mundial Anticomunista Ku Cheng-kang, membro do Comitê Central do Kuomintang, também recepcionou os associados latinoamericanos da WACL. Foi fotografado, em Taipei, brindando com um grupo de dirigentes da CAL que fora convidado para tomar parte da Semana das Nações Cativas de 1974. Circulados, da esquerda para a direita, 1º) Antonio Campos Alum, diretor da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT) da ditadura militar paraguaia, chefe do *Departamento Técnico Latinoamericano de Asesoría y Ayuda en la lucha contra las guerrillas y el terrorismo* da CAL-Secreta e subsecretário-geral da CAL-Pública; o secretário-geral da CAL e líder teco Rafael Rodriguez; o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang; e o presidente da SEPES e tesoureiro-geral da CAL Carlo Barbieri Filho, do Brasil.



*Figura 272.* Antonio Campos Alum, Rafael Rodriguez, Ku Cheng-kang e Carlo Barbieri Filho em Taiwan (1974). FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 1, n.º 1.

O secretário-geral da CAL Rafael Rodriguez, inclusive, foi fotografado no púlpito em pleno discurso durante a Semana das Nações Cativas de 1974 em Taiwan. Atrás dele, com o dedo em riste, pode-se observar um enorme quadro, não do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, mas do criador do Kuomintang e “pai” da República da China – Sun Yat-sen.



**Figura 273.** Rafael Rodriguez, secretário-geral da CAL, discursando no Dia da Liberdade de 1974, em Taiwan. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 1, n.º 1.



**Figura 274.** Comemoração do Dia da Liberdade de 1974, em Taiwan. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1974, v. 1, n.º 1.

#### 5.10. Brasil, 1974: o III Congresso da CAL-Secreta na Escola Nacional de Informações (EsNI)

1974, contudo, foi o “frenético *dancing days*” da CAL e, no final ano, esse braço político-militar da WACL na América Latina faria um encontro secreto no “coração” e no “cérebro” dos

serviços secretos da ditadura militar brasileira. Mais acima demarcou-se como um conjunto expressivo de autores aponta para a similitude entre os planos de “caçada anticomunista” da CAL na América Latina com a coordenação repressiva pactuada entre as ditaduras militares do Cone Sul, ao final de 1975, no Chile de Pinochet – a assim chamada Operação Condor. A VI Conferência da WACL e a subsequente criação da CAL em 1972, na Cidade do México, foram apontadas como precursoras do Sistema Condor de informação, análise e coordenação repressiva transnacional do terrorismo de Estado sul-americano. Também há autores que apontam que o II Congresso da CAL-Secreta, realizado em meados de 1973 em cidade Presidente Stroessner, no distrito do Alto Paraná paraguaio, fora igualmente um dos momentos precursores dos planos condorenses.

O II Congresso da CAL-Pública, realizado em janeiro de 1974 no Brasil, *idem*: ali se entrosaram planos e coordenadas repressivas regionais que, em muito, assemelharam-se ao futuro Plano Condor. Recorde-se a proposta brasileira feita nesse conclave para a criação de um Centro de Informações Anticomunistas, espécie de precursor do Banco de Dados do Sistema Condor. Um historiador tão expressivo quanto o norte-americano Kyle Burke, a seu turno, demarcou a VII Conferência da WACL de abril 1974, realizada na capital dos EUA, Washington, D.C., como o palco de uma reunião às portas fechadas que, segundo ele, entabulou um eixo de coordenação repressiva na América do Sul que teria servido como precursor da Operação Condor.

Como dito, e conforme se detalhará no APÊNDICE, o balanço historiográfico até aqui consolidado permite afirmar que, concretamente, o braço regional da WACL na América Latina, a CAL, forneceu um modelo repressivo transnacional ao período que se chama, de maneira genérica, de “pré-Condor”. Conforme se verá, inclusive, existiram vários modelos ou *protótipos* que estavam sendo gestados nesse período do “pré-Condor”<sup>650</sup>. Porém, conforme será analisado agora, se é verdade que o complexo WACL/CAL forneceu *um* dos modelos de coordenação repressiva regional à futura Condor, isto deve ter ocorrido, precisamente, no Brasil, ao final de 1974. E mais, esse *protótipo* do Sistema Condor seria delineado no III Congresso da CAL-Secreta, realizado no final de novembro e começo de dezembro de 1974, *dentro* da Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília, isto é, no “coração” e no “cérebro” da contrainteligência da ditadura militar do Brasil. Se há inúmeros aportes inéditos à historiografia nesta pesquisa, este é,

---

<sup>650</sup> Cf. APÊNDICE – Protótipos, cogestão e nexos do Sistema Condor com a Liga Mundial Anticomunista (WACL) na América Latina (CAL): história e historiografia da contrarrevolução e do terrorismo de Estado.

sem dúvida, o mais importante deles: o III Congresso da CAL-Secreta foi celebrado na EsNI, nos estertores do “frenético” 1974, sob a presidência de Ernesto Giesel, o “aperturista”.

A principal hipótese que se buscará demonstrar, portanto, consiste nisso: o III Congresso da CAL-Secreta celebrado dentro da EsNI da ditadura brasileira “aninhou o ovo do Condor”. Ou “o ovo da serpente”. Em um decênio de ditadura militar, o Brasil já era uma “animal grávido” de Condor ou coordenações repressivas que tais. Em suma, o Brasil – leia-se: a autocracia burguesa bonapartista que o tiranizava – forneceu *um dos protótipos* da coordenação repressiva anticomunista regional que, um ano depois, seria formalizado no Chile, sob o nome propriamente de *Sistema Condor*, por todas as ditaduras militares de Segurança Nacional da América do Sul. E mais um caminho de comprovação da complexa sobreposição e intersecção dos “conjuntos” CAL e Condor poderia ser descoberto se algum dia se pudesse clarificar uma questão. Teria sido fruto do acaso que, ao fim do III Congresso da CAL-Secreta na EsNI, em Brasília, pré-agendou-se então o “IV Congresso Secreto” da CAL para ocorrer no Chile?

Este foi ou não foi realizado no Chile de Pinochet seis (6) meses depois do III Congresso da CAL-Secreta de 1973 no Brasil? Contando-se seis (6) meses a partir de dezembro de 1974, término do Congresso da CAL-Secreta na EsNI, ocorreu ou não um novo encontro secreto da CAL no Chile, conforme pré-agendado? Por esse planejamento estabelecido na EsNI, dever-se-ia organizar o IV Congresso da CAL-Secreta no mês de junho de 1975 no Chile de Pinochet. Pouco depois, em outubro de 1975, as ditaduras militares sul-americanas pactuariam – para além dos “acordos de cavalheiros” já em funcionamento entre agentes da repressão anticomunista regional – um novo eixo de coordenação repressiva do terrorismo transnacional de Estado. Esse novo sistema “antissubversivo” de análise, coordenação e informação, em homenagem ao país anfitrião, recebeu o nome de Condor, ave-símbolo do Chile. Antes do “eclodir” do Sistema Condor, as organizações militares e políticas da CAL, em associação complexa com os serviços militares, policiais e de inteligência de uma miríade de Estados latino-americanos, forneceram um dos *protótipos* dessa viga-mestra do que viria a ser chamado de *Mercosur de la Muerte* (SIVAK, 1998).

#### 5.10.1. Aninhando “o ovo do Condor” no Brasil de Ernesto Geisel: Convocatória e Agenda

A Convocatória para o III Congresso da CAL-Secreta, datada de 25 de outubro de 1974, apresentou o seguinte convite aos congressistas: “La Secretaria General de la CAL tiene el honor de dirigirse a usted para comunicarle la siguiente información, relativa al Tercer Congreso de nuestra entidad” (AC.ACE.91597/76, p. 24). As datas do congressos foram definidas para “**29, 30 de noviembre y 1º de diciembre próximos**”, estabelecendo-se como o “**lugar de concentracion previa al Congreso: Brasilia, Brasil**”. As instruções prosseguiram informando que “a la ciudad de Brasilia deberán arribar los señores Delegados al Tercer Congreso, a más tardar el día 28 de noviembre próximo”, soliciando aos congressistas que comunicassem “antes del día 23 de noviembre la fecha, la compañía aérea, el número de vuelo y la hora de llegada a Brasilia, a: **Profr. Alfonso Morales**, Av. Paulista 671, Apto. 106, Sao Paulo, Brasil, (...) con el objeto de que el Comité Organizador del Congreso disponga lo necesario para su debida recepción, traslado y alojamiento a la Sede prevista” (AC.ACE.91597/76, p. 24, grifo meu).

Já se disse que esse padre e doutor em História (1973) pela USP José Afonso de Moraes Bueno Passos era o preposto brasileiro dos tecos da FEMACO. Ele foi, como se observa, o representante do Comitê Organizador do III Congresso da CAL-Secreta. Uma Agenda para os trabalhos congressuais foi anexada a essa Convocatória, “rogando a los señores Delegados que luego de examinarla, **preparen y lleven consigo a las reuniones de trabajo, las instrucciones para adoptar decisiones y los materiales, proyectos e iniciativas que consideren pertinentes**, para mayor éxito de las deliberaciones que deberán traducirse en **acuerdos sobre programas y planes de acción concretos de inmediata implementación y ejecución, en cumplimiento de los fines y objetivos de la CAL**” (AC.ACE.91597/76, p. 24, grifo meu).

Caso algum congressista desejasse que a CAL incluísse algum outro temário ou assunto não previsto na Agenda, “les rogamos que se sirvan comunicarlo a esta Secretaria General, (a la dirección del Profesor arriba consignada [Rafael Rodriguez]), a más tarde el 25 de noviembre próximo, para su consideración y consiguiente inclusión” (AC.ACE.91597/76, p. 24). A Convocatória enfatizou o caráter sigiloso do terceiro congresso desse gênero do braço político-militar da WACL na América Latina, informando aos congressistas que, “**considerando que las normas de la CAL establecen la naturaleza secreta de la misma y la más estricta reserva sobre sus actividades, encarecemos a los señores Delegados que adopten las medidas**



**apropiadas para garantizar el carácter secreto del Congreso y de sus trabajos”** (AC.ACE.91597/76, p. 25, grifo meu).

*Segredo e Segurança*, assim, compuseram o mote da Convocatória congressual, salientando que **“el país sede del Tercer Congreso de la CAL ha dispuesto todo lo necesario para garantizar plenamente la seguridad de las personas y los trabajos**, hasta que los señores Delegados abandonen la Sede para regresar a su país al término de las actividades programadas” (AC.ACE.91597/76, p. 25, grifo meu). Ou seja, o Brasil, sob a ditadura militar presidida por Ernesto Geisel, garantiu a segurança completa dos congressistas anticomunistas e, como se verá, mobilizou uma operação de inteligência militar para manter seu caráter jesuítico. Quanto aos “Gastos de Transportacion, Alojamiento y Alimentacion”, a Convocatória esclareceu que “los gastos de transportación de los señores Delegados desde su país hasta Brasilia y el regreso, correrán por cuenta de las entidades miembros regulares de la CAL que representen los señores Delegados” (AC.ACE.91597/76, p. 25). Outros gastos, porém, ficaram a cargo da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL e da CAL presidido pelo empresário Carlo Barbieri Filho a SEPES, e/ou de seus associados da ditadura militar verde-amarela. A Convocatória explicou, nesse sentido, que **“los gastos de transportación en el interior del país en el que se realizará el Tercer Congreso, así como también los relativos al alojamiento y alimentación de los señores Delegados**, durante las fechas en que se cumplan las actividades programadas para el Tercer Congreso, **serán por cuenta de las entidades miembros regulares de la CAL del país Sede de la Reunión”** (AC.ACE.91597/76, p. 25, grifo meu).

A Convocatória, no item “Delegados Acreditados Ante El Tercer Congreso”, informou ainda que “cada entidad miembro regular de la CAL deberá comunicar directamente al Secretario General los nombres y direcciones especiales de los señores Delegados que la representarán en el Tercer Congreso” (AC.ACE.91597/76, p. 25). A Agenda anexada a essa Convocatória, bem como sua documentação referente ao III Congresso da CAL-Secreta, encontram-se depositada no Arquivo Nacional do Brasil. Esses documentos foram produzidos e anexados a partir de um memorando do Serviço Nacional de Informações (SNI) destinado a informar o então ditador Ernesto Geisel sobre o perfil dos delegados e dos debates do congresso secreto da CAL pré-agendado para ocorrer, em Brasília, na Escola Nacional de Informações (EsNI). Os primeiros quatro itens da Agenda congressual dispuseram sobre os passos iniciais do conclave. Seriam dados

os “informes de los integrantes del Secretaria General” da CAL; seriam feitas as “proposiciones, discusión y aprobación de entidades que se consideren adecuadas para promover su ingreso como Miembros Regulares de la CAL”; proceder-se-ia à “**integración de las Comisiones de Asuntos Militares y Partidos Políticos**” da CAL; e enfim se apresentaria um quadro analítico da “situación de los siguientes países: Argentina, Colombia, Costa Rica, Cuba, Honduras, Venezuela y Peru” (AC.ACE.91597/76, p. 26, grifo meu).

A Agenda ascrecentou, na sequência de seus quatro primeiros itens, a seguinte previsão para os trabalhos congressuais: “Proposición, discusión, aprobación e implementación de **las medidas pertinentes a cada país a fin de anular la consolidación, el progreso y/o la expansión del marxismo en cualquiera de los niveles de poder**” (AC.ACE.91597/76, p. 26, grifo meu). Basicamente, os congressistas que se reuniriam na EsNI deveriam elaborar *medidas pertinentes* para *anular* a “influencia” e a “presión” exercidas pela “**subversión**” (AC.ACE.91597/76, p. 26). *Anular*, a palavra e a coisa, o *marximos* e a *subversão* de *quaisquer níveis de poder*. O item 5 da Agenda alertou para a “necesidad de organizar e implementar **programas de selección, instrucción y adiestramiento destinados a la formación de activistas contra la subversión, la violencia y la guerrilla comunistas**” (AC.ACE.91597/76, p. 26, grifo meu). O item 6 da Agenda previu a “proposición, discusión y aprobación de candidaturas para la dirección y sede de la Agencia de Comunicación Latinoamericana”, como visto, uma proposta feita pela FEMACO no Paraguai durante o II Congresso da CAL-Secreta de 1973 e aprovada no Brasil durante o II Congresso da CAL-Pública de 1974. O item 7 da Agenda previu um momento para que fossem apresentadas a:

Proposición, discusión, aprobación e implementación de las medidas adecuadas, a escala latinoamericana, para **combatir y extirpar la infiltración del marxismo internacional y sus cómplices, en: a) Las Universidades y escuelas; b) El Clero de las Iglesias; c) La Prensa, Radio, Televisión; d) Las editoriales, imprentas, periódicos y rádios subversivos, incluso los clandestinos; e) Las organizaciones de obreros, campesinos y empleados; [e] f) Las organizaciones empresariales** (AC.ACE.91597/76, p. 26, grifo meu)

O III Congresso da CAL-Secreta, além de discutir planos para *anular* o *marxismo no poder*, debateria também meios adequados para *extirpar*, nos mais diferentes setores das sociedades da América Latina, a *infiltração do marxismo internacional e seus cúmplices*. O item 8 da Agenda estipulou a “**elección Reglamentaria de los Secretarios y Jefes de los distintos**”

**Departamentos del Secretariado General**, que cada año deben ser designados” (AC.ACE.91597/76, p. 26), e o item 9 previu a “**designación de los Secretarios de Ayuda Mutua para cada entidad miembro regular**” (AC.ACE.91597/76, p. 27, grifo meu). O item 10 da Agenda previu uma sessão para ouvirem-se os “reportes, planes y programas de acción presentados por las distintas entidades miembros regulares” da CAL (AC.ACE.91597/76, p. 27). O item 11 da Agenda reservou um momento para as “proposición, discusión y aprobación de entidades que se consideren adecuadas para aumentar el número y actividades de los Miembros Asociados” (AC.ACE.91597/76, p. 27). A procura por novos Membros Associados da CAL, conforme o item 11 da Agenda, pautar-se-ia por:

a) **Proposición de destacados líderes nacionales para hacerse responsables de los programas y planes de acción de la organización que integra a los Miembros Asociados**, a nivel de reales ejecutivos a cargo de las diversas Secretarías y/o Subsecretarías previstas en el Estatuto correspondiente. b) Promoción intensa y amplio respaldo a los programas y planes de acción de la organización que integra a los miembros asociados (AC.ACE.91597/76, p. 27, grifo meu)

Finalmente, o item 12 da Agenda do III Congresso da CAL-Secreta reservou um momento para o “**intercambio de información sobre organizaciones de falsa derecha, incluyendo las que actúan bajo bandera anticomunista, pero que realmente le hacen el juego al comunismo y sus cómplices**” (AC.ACE.91597/76, p. 27, grifo meu)<sup>651</sup>. O item 13 da Agenda, por fim, registrou que os congressistas seriam informados, no III Congresso da CAL-Secreta, sobre “las siguientes reuniones y Congresos”:

a) **Segunda Reunión del Consejo Coordinador de la CAL que integra a los Miembros Asociados. 5 y 6 de diciembre de 1974**; b) **Reunión del Comité Ejecutivo de la WACL. 8 y 9 de diciembre de 1974 [São Paulo, Brasil]**; c) **VIII Congreso WACL, abril 1975 [Rio de Janeiro, Brasil]**; d) **VI Congreso WYACL, abril 1975 [Rio de Janeiro, Brasil]** (AC.ACE.91597/76, p. 27)

O penúltimo item da Agenda congressual, enfim, previu a discussão sobre a “**situación financiera de la CAL**”. Os debates nesse ponto seriam divididos em três momentos: o de “exhortación para que las respectivas entidades miembros regulares cubran sus cuotas”; o de

---

<sup>651</sup> Como visto, eram quatro os alvos dessa acusação dentro das fileiras anticomunistas. Antagonizaram-se, dentro da WACL e da CAL, com a coalização dos tecos da FEMACO, a saber: o *American Council for World Freedom* (ACWF), o “Capítulo” norte-americano da WACL presidido por Fred Schlafly (presidente da Liga no biênio 1974-75), o *moonista Freedom Leadership Foundation* (FLF), o *Foreign Affair Circle* (FAC) do britânico Geoffrey Stewart-Smith e a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Sociedade (TFP) de Plínio Corrêa de Oliveira.

“**designación del Tesorero General**”; e o de “proposición, discusión y aprobación de medidas tendientes a consolidar el financiamiento tanto de la Sección de Miembros Regulares, como de la Sección de Miembros Asociados, incluyendo el financianiento de los Congresos de esta última” (AC.ACE.91597/76, p. 27). O último item (15) da Agenda estipulou, finalmente, que o “**IV Congreso Secreto**” da CAL deveria acontecer no Chile de Pinochet, seis meses depois do III Congresso da CAL-Secreta (AC.ACE.91597/76, p. 27, grifo meu).

#### *5.10.2. A operação secreta dos militares brasileiros na recepção dos “turistas”*

Outro precioso documento produzido e anexado no referido memorando do SNI endereçado ao presidente-general Ernesto Geisel descreveu o passo a passo das “**Providências para a efetivação do III Congresso da CAL-Secreta**” (AC.ACE.91597/76, p. 21, grifo meu). Essas providências foram tomadas pelos militares ligados aos serviços secretos da ditadura brasileira e, como se verá, os fardados arquitetaram uma operação secreta para que os delegados do congresso anticomunista da CAL passassem despercebidos em Brasília. A artimanha para encobrir as identidades e missões verdadeiras dos congressistas será explicada mais abaixo. Antes disso, porém, referido documento registrou o trabalho interno da ditadura militar durante a organização congressual. Segundo o registro oficial do regime militar verde-amarelo, “**tão logo foi decidido, pela Chefia do SNI, que o BRASIL, embora não [seja] membro efetivo da CAL, patrocinasse o III Congresso da CAL-SECRETA, a principal preocupação foi quanto ao local de alojamento dos congressistas e de realização do Congresso propriamente dito**” (AC.ACE.91597/76, p. 21, grifo meu).

Nota-se, assim, que foi o patrocínio do III Congresso da CAL-Secreta foi decidido pela “Chefia do SNI”, o Serviço Nacional de Informações da ditadura militar do Brasil. O vínculo entre os objetivos repressivos do braço político-militar da WACL na América Latina e aqueles da ditadura bonapartista brasileira, portanto, pode ser documentalmente comprovado nos próprios “arquivos da repressão”. O SNI prosseguiu, a sua maneira, historiando as providências tomadas para viabilizar a realização do congresso: “**Dado o caráter ultra-secreto da reunião foi, inicialmente, considerado que o Congresso fosse realizado em local afastado e discreto**” (AC.ACE.91597/76, p. 21). Para tanto, aventou-se a possibilidade de utilizar “instalações da

CEMIG e da SUVALE, localizadas junto à represa de Três Marias, em Minas Gerais” (AC.ACE.91597/76, p. 21). Assim sendo, **“entaboladas negociações, uma comissão composta do CMG Thelmo Dutra de Rezende e dos Majores José Gomes e Leone da Silveira Lee visitou as citadas instalações”** (AC.ACE.91597/76, p. 21, grifo meu).

Porém, essa comissão militar que esteve por detrás da organização do III Congresso da CAL-Secreta, “apesar da boa vontade demonstrada pelos dirigentes da CEMIG e da SUVALE, constataram que “as instalações existentes não eram adequadas às finalidades do Congresso, principalmente pela falta de recursos da localidade e pela **alta categoria dos futuros congressistas**” (AC.ACE.91597/76, p. 21, grifo meu). A distância da CEMIG e da SUVALE encareceria, ainda por cima, as despesas para atender o “alto nível” dos congressistas da CAL. Diante desse problema de logística, o SNI registrou que, **“depois de estudo minucioso e de serem avaliadas as possibilidades de vários locais, ficou finalmente decidido que o Congresso seria realizado em Brasília”** (AC.ACE.91597/76, p. 21). Dedicou-se, então, que **“os congressistas ficariam alojados no Brasília Palace Hotel** (relativamente afastado e local sossegado) e **as reuniões do Congresso seriam realizadas na Escola Nacional de Informações [EsNI], local onde também almoçariam os congressistas”** (AC.ACE.91597/76, p. 21, grifo meu).

Definida a EsNI como o local para abrigar o III Congresso da CAL-Secreta, o SNI explicou no memorando a Geisel sob análise que **“foram tomadas todas as providências para que a reunião passasse completamente desapercibida, o que realmente aconteceu”** (AC.ACE.91597/76, p. 21, grifo meu). Mas qual teria sido a operação secreta militar que ocultou a realização desse encontro secreto da CAL dentro da escola de espionagem (EsNI) da ditadura brasileira? O SNI esclareceu que, “aproveitando que realmente seria realizado um congresso de Psicologia em Brasília, terminando exatamente na data de início do Congresso da CAL, foi aproveitada a idéia de que os representantes estrangeiros fossem apresentados como egressos do congresso de Psicologia e que se hospedariam no Hotel Brasília Palace para um breve período de turismo” (AC.ACE.91597/76, p. 21). Para fins de ocultamento do encontro da CAL, decidiu-se também que **“as reuniões na EsNI seriam feitas em traje esporte e foi alugado um ônibus de Companhia de Turismo que todas as manhãs conduzia os ‘Turistas’ do hotel para o local do**

**congresso e os trazia de volta, ao término dos trabalhos**” (AC.ACE.91597/76, p. 21, grifo meu)<sup>652</sup>.

Coroando o ocultamento do III Congresso da CAL-Secreta pelos militares do SNI, como mais uma medida de segurança, “foi elaborado um programa fictício para ser cumprido pelos ‘Turistas’ egressos do congresso real de Psicologia, no qual apenas os horários eram reais, com uma única excessão [*sic*], ou seja o jantar de encerramento realizado no Clube Naval” (AC.ACE.91597/76, p. 21). Explicitando toda a criatividade dos espões das Forças Armadas do Brasil, “o programa elaborado (...) continha instruções no final que eram verdadeiras e foram cumpridas pelos ‘Turistas’” e “alguns desses programas, sem as instruções finais, foram ‘esquecidos’ propositadamente em pontos estratégicos do Hotel” (AC.ACE.91597/76, p. 22)<sup>653</sup>.

Os SNI registrou que “todas as despesas normais (diárias e refeições) dos convidados no Brasília Palace Hotel e nos demais lugares visitados serão de responsabilidade da Companhia de Turismo CONFITUR”, destacando que, “no decorrer da estadia em Brasília, **estarão vários amigos brasileiros à disposição dos visitantes**. Para qualquer auxílio necessário inclusive serviços médicos, pode-se chamar um dos ocupantes dos apartamentos 102 ou 103” (AC.ACE.91597/76, p. 23)<sup>654</sup>. Por fim, registrou-se ainda que “**a segurança física dos ‘Turistas’ ficou a cargo de elementos do SNI (AC e ABS)**” – isto é, da Agência Central (AC/SNI) e da Agência de Brasília (ABS/SNI) da arapongagem militar – “**que se alojaram no hotel, com antecedência**; seu procedimento foi a de simples hóspedes do hotel, também em traje esporte e sem ligação ostensiva com os ‘Turistas’. Sua ação foi eficaz e eficiente; é de ressaltar-se que não houve nenhuma necessidade de interferência, tudo corrente na mais absoluta normalidade e discrição [*sic*]” (AC.ACE.91597/76, p. 22).

---

<sup>652</sup> O SNI aconselhou os congressistas a usarem “o traje esporte para todas atividades em Brasília” e, “para evitar dúvidas e, manter um grupo uniforme, pede-se a todos os convidados que usem chaveiros que servirão para identificar os visitantes e os seus acompanhantes brasileiros” (AC.ACE.91597/76, p. 23).

<sup>653</sup> A programação previu, para o dia 28 de novembro, a chegada a Brasília e a instalação no Brasília Palace Hotel, com noite livre. Para o dia 29, agendou-se uma saída de ônibus e um “Tour em Brasília (Palácio da Alvorada, Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional, Ministério da Justiça e das Relações Exteriores, Torre)”. Depois do almoço no restaurante da Torre, agendou-se uma visita ao Catetinho, ao Country Club, ao Clube Naval e ao Iate Clube, com regresso ao hotel no início da noite, que também seria livre. Para o dia 30, previram-se uma saída de ônibus para visitar Luziânia e Cistalina, seguida de um almoço-churrasco, e uma saída para o Country Club, regressando os “turistas” ao hotel no fim da tarde, com mais uma noite livre. Previram-se finalmente, para o dia 1º de dezembro de 1974, uma saída de ônibus para Goiânia, com visita à cidade, um almoço no Jaó Clube, retornando-se à tarde a Brasília, passando por Anápolis, encerrando-se à noite com jantar no Clube Naval (AC.ACE.91597/76, p. 23).

<sup>654</sup> Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 23.

Além dessa logística de segurança fornecida aos “Turistas” do III Congresso da CAL-Secreta, “foram **utilizados vários carros Opala do SNI e um Volkswagen do CIE [Centro de Informações do Exército], todos com placa particular, para o atendimento eventual dos congressistas, bem como para seu recebimento e despedidas no aeroporto de Brasília;** também os motoristas utilizavam traje esporte” (AC.ACE.91597/76, p. 22, grifo meu). Finalmente, o SNI orgulhou-se do sucesso de sua missão de acobertar os participantes do III Congresso da CAL-Secreta, salientando que, “**com a correta execução das medidas de segurança planejadas e a discrição dos elementos nelas empregados, o propósito de manter o congresso desapercibido e proporcionar segurança física aos congressistas foi completamente alcançado**” (AC.ACE.91597/76, p. 22, grifo meu). Por fim, sem especificar quem pagou a conta do III Congresso da CAL-Secreta, o SNI informou ao general-presidente Geisel quanto teria custado esse encontro anticomunista na EsNI: “**A despesa total com o congresso foi de Cr\$ 29.785,20**” (AC.ACE.91597/76, p. 22, grifo meu).

### *5.10.3. O SNI explica o funcionamento bifronte – político e militar – da CAL*

No mesmo documento, o SNI explicou ao ditador militar de plantão a origem histórica dos tecos da FEMACO, grupo que estruturou a CAL, explicitando-se, então, o mecanismo dos encontros anuais desse braço político-militar da WACL na América Latina. Segundo o SNI, “**os Congressos da CAL se processam por meio de duas Assembléias (abertura-encerramento), entremeados com Reuniões de Trabalho de duas Comissões, a Militar e a dos Partidos Políticos**” (AC.ACE.91597/76, p. 3, grifo meu). Depois de informar ao ditador brasileiro que “**o III Congresso da CAL Secreta (...) realizou-se em Brasília/DF, sob o patrocínio do SNI, no período de 29, 30/Nov e 01 Dez 74, tendo como sede a Escola Nacional de Informações – EsNI**”, o SNI ofereceu a Geisel algumas “Noções Gerais sobre a Confederação Anticomunista Latinoamericana” (AC.ACE.91597/76, p. 2, grifo meu).

“Fundada na cidade do México, com primeira e imediata reunião em Guadalajara/México, em 1972”, explicou o SNI a Geisel, “**a CAL divide-se em dois setores, o público e o secreto**” (AC.ACE.91597/76, p. 3, grifo meu). Em suma, a CAL se estruturou como uma instituição “bifronte”. De um lado, “**a CAL pública ou externa congrega associações anticomunistas da**

**América Latina, personalidades, instituições, e meios de comunicação, de modo ostensivo**” (AC.ACE.91597/76, p. 2). De outro, **“a CAL secreta ou interna reúne militares, políticos e altas personalidades dispostas a combater o comunismo, agindo de modo sigiloso. Suas resoluções orientam o segmento de execução representado pela CAL pública”** (AC.ACE.91597/76, p. 2, grifo meu).

O SNI esclareceu que a CAL tinha sua origem na FEMACO e teria sido criada “para possibilitar a sua afiliação na ‘Liga Mundial Anticomunista – WACL’” (AC.ACE.91597/76, p. 2). A CAL seria, portanto, **“uma expressão parcelada de uma grande e poderosa organização mexicana, uma confederação de entidades mexicanas aparentemente autônomas, mas de fato unidas sob direção de poucas cabeças que atuam em conjunto e são conhecidas por pouquíssimos”** (AC.ACE.91597/76, p. 2, grifo meu)<sup>655</sup>. Muiíssimo informado sobre as origens históricas dessa ultradireita mexicana, o SNI informou a Geisel que a FEMACO era **“proveniente dos chamados ‘Tecos’, filhos ou netos dos ‘cristeros’, atuantes nas duas primeiras décadas do século [XX]. São católicos, mas admitem membros de qualquer religião, conquanto sejam fiéis sinceros de suas crenças. Profundamente anticomunistas, dedicam suas vidas ao combate ao marxismo”** (AC.ACE.91597/76, p. 2, grifo meu).

A Chefia do SNI demarcou, na sequência, que a WACL, **“a quem a CAL está filiada, foi fundada em Seul/Coreia do Sul, em 8 Nov [19]66. Os seus estatutos vigoram desde 1967, tendo sofrido uma reformulação em 1970, no Congresso realizado em Kyoto/Japão. A WACL provém da ‘Liga [Anti]Comunista dos Povos Asiáticos – APACL’, fundada em 1956 [sic]”** (AC.ACE.91597/76, p. 2, grifo meu). A Liga Mundial Anticomunista seria assim, conseqüentemente, **“uma organização heterogênea que engloba numerosas associações em todo o mundo, unidas apenas na luta anticomunista. Está, desde o início, sob a presidência do Dr. Ku-Chen-Kan[g], de Taiwan, hoje com o título de Presidente Honorário, mas que ainda detém algum poder de decisão”** (AC.ACE.91597/76, p. 2, grifo meu). Finalmente, o SNI arrematou que **“o atual Presidente executivo [da WACL] é um norte-americano [Fred Schlafly],**

---

<sup>655</sup> Observe-se o contraste entre a “leitura” do SNI sobre os tecos de Guadalajara e aquela feita pelo embaixador do Brasil no México que, ao desprezar e/ou desconhecer o peso real da extrema-direita teca, julgou-a irrelevante e desaconselhou o Brasil a tomar parte oficialmente da VI Conferência da WACL realizada, em agosto de 1972, na Cidade do México. A recomendação do SNI sobre as eventuais vantagens de um engajamento secreto da ditadura militar brasileira no complexo WACL/CAL foi, como logo se verá, oposta à do embaixador brasileiro no México.



eleito no último Congresso realizado em Washington” (AC.ACE.91597/76, p. 2). Por último, o SNI antecipou ao general-presidente do Brasil que “**em 1975 será realizado, em São Paulo, novo congresso da WACL**” e “**nessa ocasião estima-se que seja eleito Presidente [da WACL] o empresário brasileiro Carlo Barbieri, proprietário do grupo financeiro APLIC e Presidente e fundador da ‘Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – SEPES’**” (AC.ACE.91597/76, p. 2, grifo meu).

#### *5.10.4. Queime depois de ler: Guia para os Trabalhos da Comissão de Partidos Políticos da CAL-Secreta*

Entre os documentos reunidos pelo SNI, preservou-se um “**Guia para los Trabajos de la Comisión de Partidos Políticos**” do III Congresso da CAL-Secreta. Como se verá, recomendou-se a seu leitor “para **proceder a su incineración**” (AC.ACE.91597/76, p. 33, grifo meu). Isto é, essa orientação da Secretaria Geral da CAL poderia ser assim resumida: *Queime depois de ler!* Felizmente, o SNI não queimou ou incinerou referido *Guia* e uma cópia dela se encontra depositada, hoje disponível, no Arquivo Nacional do Brasil. O teor “sensível” de seus temas será logo notado, o que demandaria, na lógica da CAL-Secreta e da EsNI, a incineração do material. O *Guia para os Trabalhos da Comissão de Partidos Políticos* do III Congresso da CAL-Secreta previra, em seus dois primeiros itens, a “elección del Presidente de Debates y de un Secretario” e o debate do “cuadro de situación de los partidos en el poder y su lucha por mantenerse en él”, discutindo-se então as “dificultades y médios adecuados para vencerlos”, o “**intercambio de experiências útiles**” e, ainda, a “**ayuda que puedan prestarse los Partidos en el poder entre sí y los Gobiernos anticomunistas**” (AC.ACE.91597/76, p. 30, grifo meu).

O item 3 do Guia identificou seis (6) áreas de combate anticomunista, nas universidades e escolas, na imprensa em geral, nas Igrejas, e entre os operários e os camponeses no mundo do trabalho. Em primeiro lugar, portanto, reservou-se um momento no III Congresso da CAL-Secreta para o “**examen y elaboración de sistemas útiles para que los Partidos Políticos puedan combatir eficazmente (...) la acción subversiva de los comunistas y sus cómplices en las escuelas y universidades**” (AC.ACE.91597/76, p. 30, grifo meu). Os congressistas deveriam debater, na EsNI, “**medidas útiles para quitar el control de los comunistas, o sus satélites y cómplices, en las universidades y escuelas, a fin de colocarlas, en bien del pueblo, bajo el**

**control del Partido en el Poder o del Gobierno anticomunista que rija al país**” (AC.ACE.91597/76, p. 30). Além disso, as delegações da CAL-Secreta deveriam estudar **“medidas a tomar respecto a los puestos directivos de las Universidades y escuelas, y al control de las Sociedades y Federaciones estudiantiles, de la planta de profesores y de las asociaciones que los mismos formen, para impedir que éstas sean usadas por los poderes extranjeros del imperialismo marxista”** (AC.ACE.91597/76, p. 30, grifo meu).

A “infiltração comunista” nas universidades e escolas poderia ocorrer também via integrantes da Igreja católica – seu setor *progressista* no clero e no laicato. E, dessa forma, os delegados do III Congresso da CAL-Secreta deveriam estudar métodos eficazes para **“eliminar a los agitadores comunistas de los planteles, incluyendo a los clérigos al servicio del comunismo, que forman y dirigen grupos de estudiantes para fomentar la subversión”**, procedendo-se ao **“intercambio de experiencias útiles”** e à **“ayuda que puedan prestarse los Partidos en el Poder entre sí y los Gobiernos anticomunistas”** (AC.ACE.91597/76, p. 30, grifo meu). O segundo alvo do item 3 de referido Guia seria a “infiltração comunista” na imprensa, devendo os congressistas, durante os debates na EsNI, formularem planos de combate à **“acción subversiva de los comunistas o sus cómplices, realizada a través de la prensa, radio y televisión, calumniando y difamando con el propósito de desprestigiar, a los Partidos en el Poder y a los gobernantes anticomunistas”** (AC.ACE.91597/76, p. 31, grifo meu). Deveriam ser adotadas, ao final, “medidas útiles para evitar esta acción y **extirpar la infiltración subversiva de los comunistas y sus cómplices en la prensa, radio y televisión**” e, também nesse ponto, os congressistas da CAL deveriam prestar a “ayuda que puedan” aos “Partidos en el poder entre si y los Gobiernos anticomunistas” (AC.ACE.91597/76, p. 31).

Depois de prever discussões ao combate anticomunista nas escolas e universidades e na imprensa, o item 3 do Guia para os Trabalhos da Comissão de Partidos Políticos da CAL precisou e especificou o terceiro grupo de “inimigos”: o clero *criptocomunista*. Ao estabelecer como alvo a “la acción subversiva del clero cripto-comunista o instrumento del comunismo, de las distintas Iglesias”, esse ponto do item 3 recomendou a definição pelo III Congresso da CAL-Secreta das **“medidas útiles para combatir y anular a los clérigos cripto o procomunistas”** e, ao mesmo tempo, **“para prestar todo el apoyo a los clérigos anticomunistas”**, sugerindo-se novamente um

“intercambio de experiências úteis” e a “ayuda que puedan prestarse los Partidos en el Poder entre sí y los Gobiernos anticomunistas” (AC.ACE.91597/76, p. 31, grifo meu).

O quatro alvo definido pelo item 3 do referido Guia da CAL consistiu no mundo do trabalho urbano, isto é, a classe trabalhadora do campo e da cidade na América Latina. Deveriam ser, pois, sugeridos métodos eficazes para o combate à “**acción subversiva de los comunistas y sus cómplices entre los obreros y empleados**” (AC.ACE.91597/76, p. 31, grifo meu). Dessa forma, seria preciso estabelecer um conjunto de “**medidas útiles para crear y fortalecer los sindicatos obreros y de empleados, aliados del Partido en el poder**, promoviendo que pugnen sinceramente por mejorar a los trabajadores, sin traicionar los intereses populares y nacionales” (AC.ACE.91597/76, p. 31, grifo meu). O III Congresso da CAL-Secreta deveria planificar, nesse sentido, “medidas para **extirpar los Sindicatos controlados por los poderes extranjeros del Imperialismo comunista, a fin de salvaguardar la soberania nacional y el bienestar y progreso de los trabajadores**” (AC.ACE.91597/76, p. 31, grifo meu). O verbo para ação, note-se, era *extirpar* sindicatos comunistas e, para não deixar dúvida, ele era conjugado com o verbo *anular* líderes comunistas. Discutir-se-ia, dentro da EsNI do governo Geisel, enfim, um conjunto de “medidas para **anular a los líderes obreros agentes del imperialismo comunista, incluyendo entre ellos a os clérigos criptomarxistas**” (AC.ACE.91597/76, p. 31, grifo meu).

A linguagem para a prática anticomunista, aqui, é *exterminista* do começo ao fim. Novamente aqui, como em todos os pontos debatidos pelo III Congresso da CAL-Secreta de 1974, propuseram-se um “intercâmbio de experiências úteis” e alguma “ayuda que puedan prestarse los Partidos en el poder entre sí y los Gobiernos anticomunistas” (AC.ACE.91597/76, p. 31). Porém, como nem só de repressão viveria a CAL, o Guia sob análise advertiu, marginalmente, para a **necessidade de buscar “la mejoría, al mayor grado posible, del nivel de vida de los trabajadores, sin destruir el derecho de propiedad individual y la iniciativa privada”** (AC.ACE.91597/76, p. 31, grifo meu). Por fim, o longo item 3 do *Guia para os Trabalhos da Comissão de Partidos Políticos* concentrou-se no combate à “**acción subversiva de los comunistas y sus cómplices entre los trabajadores del campo**”, sugerindo-se “medidas útiles para mejorar, al máximo posible, el nivel de vida de los campesinos”, a “**creación y/o fortalecimiento de las organizaciones de trabajadores del campo por el Partido en el poder**” e a “**extirpación de agrupaciones campesinas dirigidas por agentes del imperialismo**”

**comunista**” (AC.ACE.91597/76, p. 31, grifo meu). Novamente, o verbo *extirpar* era conjugado, na teoria e prática da CAL, com verbos que tais: extirpar, anular e, agora, *anular* os líderes camponeses e o clero progressista – “criptocomunista” – da América Latina. Pré-agendou-se assim, como tópico do III Congresso da CAL-Secreta de 1974 na EsNI, a discussão pelos congressistas das “**medidas para anular a los líderes campesinos agentes del imperialismo comunista, incluyendo entre ellos a los clérigos criptocomunistas**”, e contra estes, estimular entre os anticomunistas um “intercambio de experiências útiles” e alguma “ayuda que puedan prestarse los Partidos en el poder entre sí y los Gobiernos anticomunistas” (AC.ACE.91597/76, p. 32, grifo meu).

Finalmente, o item 4 de referido *Guia*, embora não tenha sido efetivamente debatido no III Congresso da CAL-Secreta, previra discussões para o engajamento do campo feminino à “cruzada” anticomunista por meio de “medidas adecuadas que pueden tomar los Partidos en el poder, para conquistar el apoyo de la mujer” (AC.ACE.91597/76, p. 32). Outro tema igualmente previsto no Guia em questão mas que não debatido no III Congresso da CAL-Secreta na EsNI, foi o engajamento da juventude na CAL. Assim que o item 5 do Guia previra os debates sobre “medidas para que los Partidos en el poder logren atraer a la juventude”, sugerindo-se um “examen de la conveniência de que los Partidos en el poder construyan Unidades Deportivas que sirvan además como centros de formación del espíritu patriótico y anticomunistas”, a adoção de “medidas para evitar que los agentes criptocomunistas infiltrados en el Partido en el poder, lleguen a controlar la dirección de estas Unidades”, e um “estudio de todo tipo de medidas útiles para evitar que la juventud caiga bajo el control de los agentes del imperialismo comunista o de sus satélites” (AC.ACE.91597/76, p. 32).

Já o item 6 do *Guia para os Trabalhos da Comissão de Partidos Políticos* do III Congresso da CAL-Secreta deveria discutir sobre quais seriam as medidas adequadas “**para anular los efectos desastrosos de la complicidad de ciertos partidos políticos con el comunismo, independientemente de que utilicen banderas de izquierdismo moderado, centrismo o incluso derechistas**”, sugerindo-se o debate acerca de “medidas para **anular a los agentes comunistas, infiltrados en la dirección de tales plan de manipularlos como instrumentos del imperialismo marxista**” (AC.ACE.91597/76, p. 32, grifo meu). No campo da luta político-partidária anticomunista, recomendaram-se uma vez mais o “intercâmbio de

experiências úteis” e a “ayuda que puedan prestarse los Partidos en el poder entre sí y los Gobiernos anticomunistas” (AC.ACE.91597/76, p. 32). Os itens seguintes do Guia sugeriram algumas formas de colaboração anticomunista com a CAL não previstos nos itens anteriores, entre elas, a elaboração de “**peticiones concretas de ayuda de los Partidos en el poder a las Organizaciones militares también en el poder**” e/ou de “**peticiones concretas de ayuda de los Partidos en el poder, a los Partidos y Organizaciones militares de oposición para ser consideradas en el Pleno del Congreso, a menos que los interesados prefieran plantearlas en forma directa y secreta con la o las entidades que puedan proporcionársela**” (AC.ACE.91597/76, p. 33, grifo meu).

Um dos itens finais do *Guia* advertiu para a “**necesidad de organizar e implementar programas de instrucción y adiestramiento destinados a la formación de activistas contra la subversión, la violència y la guerrilla comunistas**” (AC.ACE.91597/76, p. 33, grifo meu). Enfim, os últimos itens do *Guia para os Trabalhos da Comissão de Partidos Políticos* versaram sobre a necessidade de discutir “proyectos y medidas eficaces para garantizar **la adecuada integración y el conveniente funcionamiento y operación de las Secretarías y Departamentos del Secretariado General**” da CAL-Secreta, devendo proceder-se à “**Elección Reglamentaria de los Secretarios y Jefes de los distintos Departamentos del Secretariado General, que cada año deban ser designados para el cumplimiento de sus respectivas funciones**” (AC.ACE.91597/76, p. 33, grifo meu). No mesmo sentido da renovação dos quadros secretos da CAL, dever-se-ia proceder à “**designación de los Secretários de Ayuda Mutua por cada entidad miembro regular**” (AC.ACE.91597/76, p. 33).

Enfim, um dos últimos itens do *Guia para os Trabalhos da Comissão de Partidos Políticos* do III Congresso da CAL-Secreto reiterou a conveniência dos membros da CAL – partidos políticos, organizações militares e/ou entidades anticomunistas – celebrarem “Acordos Secretos” bilaterais ou multilaterais entre si. Desse modo, no Item 17, o *Guia* registrou um “**recordatorio a los miembros de la Comisión de que pueden celebrar Acuerdos Secretos de Ayuda Mutua con las distintas entidades miembros regulares de la CAL**” (AC.ACE.91597/76, p. 33, grifo meu). Por fim, o item 18 do Guia em questão informou aos convidados do III Congresso da CAL-Secreta que, depois de encerradas as sessões, proceder-se-ia à “**recolección de todos los papeles de trabajo, incluyendo la presente Agenda, por el personal de la Secretaria General,**

*para proceder a su incineración*” (AC.ACE.91597/76, p. 33, grifo meu). *Queime depois de ler!* Felizmente, o SNI não incinerou esse material que hoje pode ser consultado virtualmente no Arquivo Nacional do Brasil. Em um país cujas Forças Armadas não param de secretar tantos e inconfessáveis segredos e crimes de Estado, a simples reconstituição historiográfica desse evento, o III Congresso da CAL-Secreta realizado dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI) em 1974, já é uma vitória, ao menos, historiográfica. 48 anos depois, antes tarde do que nunca, os “paisanos” podem hoje conhecer essa operação secreta dos militares brasileiros associados ao complexo WACL/CAL.

#### *5.10.5. Regulamento Secreto da CAL: o Departamento de Investigações do Comunismo e seus Sistemas de Luta*

No marco do III Congresso da CAL-Secreta, o SNI também reproduziu e armazenou, em seus “arquivos da repressão”, um precioso material sobre a “legislação” secreta do braço político-militar da WACL na América Latina. Mais acima foram analisadas as *Leyes fundamentales* da CAL, documento composto da *Carta de Principios* e *Estatutos* desse órgão regional latinoamericano da WACL. Longe de serem “públicas”, porém, essas *Leyes fundamentales* foram conjugadas com uma dimensão ainda mais secreta da CAL que hoje é possível conhecer, 48 anos depois, graças ao patrocínio do SNI ao III Congresso da CAL-Secreta de 1974 realizado dentro da EsNI. Graças também à não incineração desse material, o SNI preservou em seus acervos – e uma parcela deles encontra-se no Arquivo Nacional do Brasil – uma cópia do Capítulo X, *Del Jefe del Departamento de Investigación del Comunismo y de sus Sistemas de Lucha*, do *Reglamento Secreto del Secretariado General de la CAL* (AC.ACE.91597/76, p. 55, grifo meu).

O artigo 37, fração I, Capítulo X do *Reglamento Secreto*, nesse resgate inédito feito pelo SNI, previu que a CAL deveria “**Fundar el Instituto de Investigaciones sobre el comunismo, que se dedicará, tanto a investigar la doctrina y práctica del mismo, así como los sistemas de lucha y conquista del poder de sus distintas facciones; y a de impartir o difundir los conocimientos adquiridos**” (AC.ACE.91597/76, p. 55, grifo meu). Mas quais seriam as *distintas facções* que deveriam ocupar os trabalhos de informação e pesquisa do *Instituto de Investigações sobre o Comunismo e seus Sistemas de Luta*? O mesmo artigo, fração e Capítulo do *Reglamento*

*Secreto* da CAL definiu que el **Instituto tendrá Departamentos especializados en: A. Marxismo Leninismo Stalinismo, y su actual evolución en la Unión Soviética; B. Trotskismo; C. Maoísmo; D. Castrismo; E. Anarquismo; F. Marcusianismo y otros matices; [e] G. Las Fuerzas Secretas que les dirigen y propalan**” (AC.ACE.91597/76, p. 55, grifo meu)<sup>656</sup>.

No artigo 37, fração III, Capítulo X, o *Reglamento Secreto* da CAL atribuiu, entre as faculdades e obrigações do Chefe do Departamento de Investigações do Comunismo e de seus Sistemas de Luta, o poder de “nombrar por primera vez: A. A los Jefes de Secciones especializadas, que sea preciso designar; B. Al **Director de la Biblioteca del Instituto**; C. Al Jefe encargado de la impresión, publicación y difusión de libros y folletos *contra el comunismo y las fuerzas secretas que lo dirigen y propalan*<sup>657</sup>; [e] D. Al **Director de la Escuela Internacional de Jóvenes Dirigentes Anticomunistas**” (AC.ACE.91597/76, p. 55, grifo meu)<sup>658</sup>.

No artigo 37, fração IV, Capítulo X, o *Reglamento Secreto* enumerou igualmente, entre as faculdades e obrigações do Chefe do Departamento de Investigações do Comunismo e de seus Sistemas de Luta, o dever de “**proporcionar a las Entidades Miembros de la CAL, y a los integrantes del Congreso General, del Consejo Superior y del Secretariado General; tanto la información, como los Estudios, Libros y Folletos útiles, para la lucha contra el comunismo, y la orientación de los dirigentes y de las masas populares de cada nación, sobre el dicho comunismo y las fuerzas secretas que lo difunden y controlan**” (AC.ACE.91597/76, p. 55, grifo meu)<sup>659</sup>.

No artigo 38, Capítulo X, o *Reglamento Secreto* previu que os fundos econômicos para esse projeto seriam aqueles que o Congresso Geral da CAL “ponga a disposición del Jefe de este

---

<sup>656</sup> Reitera-se aqui, no item G, a concepção antissemítica da ultradireita mexicana dos tecos da FEMACO/CAL: as “forças secretas” que dirigiriam e propalariam o comunismo seriam aquelas do *judaismo internacional*.

<sup>657</sup> Na terminologia antissemítica da ultradireita mexicana da FEMACO/CAL, as “forças secretas” que alegadamente dirigiriam e propalariam o comunismo seriam aquelas do *judaismo internacional*. O velho mito reacionário, portanto, do “judeu-bolchevismo” – espectro que rondou o III Reich nazista e seus colaboradores da Europa e além-mar.

<sup>658</sup> Provavelmente esse foi mais um projeto pantagruélico que a CAL não deve ter conseguido executar, embora possa ter se espelhado, como contra-exemplo, na Escola Internacional Lenin (ISL) da URSS, encarregada de formar os quadros comunistas internacionais. Como observa o historiador Pierre Broué, “a Escola Lenin não podia escapar da sociedade que a construiu. Quando ela deu frutos, foram frutos secos. Com os grandes expurgos e a mobilização dos estudantes contra os mestres denunciados, como [Arnold] Reisberg, deu-se a decomposição moral total. (...) a Escola Internacional Lenin fora arrastada para o turbilhão stalinista” (BROUÉ, 2007: 791).

<sup>659</sup> Reiteração do antissemitismo da extrema-direita mexicana dos tecos da FEMACO/CAL, cujos dirigentes foram os prováveis autores desse *Reglamento Secreto* da CAL: o *judaismo internacional* era entrelido e combatido como uma conspiração das “forças secretas” que “difundem e controlam” o comunismo. O mito do “judeu-bolchevismo”, enfim.

Departamento”<sup>660</sup>, definindo-se, no artigo 39, que o Congresso Geral da CAL designaria o Chefe do Departamento de Investigação do Comunismo e de seus Sistemas de Luta para mandatos de três anos (AC.ACE.91597/76, p. 56). Já o artigo 40 do *Reglamento Secreto* da CAL explicitou seu imbricamento com sua *holding* ou “organização-mãe”, isto é, a Liga Mundial Anticomunista (WACL), prevendo que **“el Instituto prestará toda clase de servicios que le sean solicitados por la CAL, pero se gobernará en forma autónoma y pública, siendo puesto igualmente al servicio de la Liga Mundial Anticomunista, para todo lo que se útil a ésta, pidiéndose en tal caso a dicha Liga, que colabore a su sostenimiento económico”** (AC.ACE.91597/76, p. 56, grifo meu).

Finalmente, o artigo 41 do *Reglamento Secreto do Secretariado Geral da CAL* definiu a composição dos cargos e dos setores do Instituto de Investigação sobre o Comunismo, detalhando que **“el Gobierno Autónomo del Instituto estará en manos de una Junta de Gobierno, que será integrada por”** (AC.ACE.91597/76, p. 56, grifo meu):

I. El Director del Instituto, que presidirá dicha Junta, y que será el propio Jefe del Departamento de Investigación del Comunismo de la CAL; II. Los Jefes de las Secciones Especializadas, mencionados en la fracción I del artículo treinta y siete; III. El Director de la Escuela Internacional de capacitación, de dirigentes juveniles anticomunistas de distintos países de América Latina y del mundo; IV. El Director de la Biblioteca del Instituto; V. El Director del Archivo del Instituto; VI. El Jefe y el Sub-Jefe responsables de la impresión, publicación y difusión de libros anticomunistas en distintas lenguas, entre los dirigentes y las masas populares de la América Latina y de otras regiones del mundo; VII. El Tesorero del Instituto (AC.ACE.91597/76, p. 56)

O artigo 42, Capítulo X, do *Reglamento Secreto* da CAL estabeleceu, na sequência, que a Junta do Governo do Instituto, estabelecendo-se em regime autônomo, teria as seguintes faculdades: “I. Designar y remover de sus puestos, por mayoría de votos, a los propios integrantes de la Junta de Gobierno, con excepción naturalmente, del Director, que es el dicho Jefe de Investigación del comunismo; II. Nombrar y remover al professorado de la Escuela Internacional de Capacitación; III. Elaborar el Reglamento Interno del Instituto y hacerle modificaciones; IV. Planificar la marcha del Instituto y sus actividades generales; V. Aprobar y reformar los planes de estudio, de la Escuela Internacional de Capacitación, así como su calendario escolar anual” (AC.ACE.91597/76, p. 56, grifo meu). O art. 42, Cap. X, do *Reglamento Secreto* da CAL conferiu ainda à Junta de Governo do Instituto o poder de expulsar da (ou negar a admissão na) *Escuela*

---

<sup>660</sup> Arquivo Nacional, Fundo SNI, código de referência do documento: AC.ACE 91597/76, p. 55.



*Internacional de Capacitación* “de jóvenes recomendados por las Entidades miembros de la CAL, de la WACL o de la WYACL; porque: A. Hayan sembrado intrigas o provocado divisiones entre los alumnos o profesores del Instituto; B. Hayan sido descubiertos como cripto-comunistas infiltrados en sus propias Entidades Anticomunistas, o realizando actos de espionaje o de sabotaje en el Instituto; C. Hayan tenido notoria mala conducta, inaceptable para el Instituto” (AC.ACE.91597/76, p. 57). Referido artigo do *Regulamento Secreto* da CAL também conferiu à Junta do Governo do Instituto de Investigações sobre o Comunismo a decisão de designar “**en qué lugares serán introducidos los alumnos del Instituto, para realizar prácticas de lucha social, que completan su capacitación técnica**” (AC.ACE.91597/76, p. 57, grifo meu).

No artigo 43, Capítulo X, o *Regulamento Secreto* garantiu o exercício do poder de disciplina no Instituto à Junta de Governo da CAL, ressaltando os perigos da “infiltração comunista” até mesmo “en las Entidades más bien organizadas y cuidadas contra esa eventualidade” e que “el Instituto no podrá tolerar que algunos infiltrados, o jóvenes intrigantes o revoltosos, lo sumen en la discórdia, las luchas internas y el caos, como lo han conseguido los agentes rojos, en la gran mayoría de las Universidades y Escuelas del mundo” (AC.ACE.91597/76, p. 57). Por isso, em seu artigo 44, Capítulo X, o *Regulamento Secreto* da CAL garantiu o direito do Instituto de adotar medidas disciplinares e “de investigar los antecedentes de los alumnos que soliciten matricula, personalmente o por iniciativa de las Entidades miembros de la CAL, WACL y WYACL; para rechazar la admisión como alumnos del Instituto, de aquellos que le parezcan inaceptables” (AC.ACE.91597/76, p. 57). Finalmente, o artigo 45, Capítulo X, do *Regulamento Secreto* da CAL, com referência antisemita às *forças ocultas* (leia-se: o judaísmo internacional) que teleguiariam o *comunismo*, preparou o ânimo dos anticomunistas contra a campanha de “difamação” que os atingiria por lutarem com maior vigor contra *a besta comunista*. Assim que:

Deben ser prevenidos todos los dirigentes de nuestras organizaciones internacionales, de que **el comunismo, por medio de agentes secretos infiltrados en el campo patriótico, nacionalista y anticomunista, difunden por distintos conductos, campañas de calumnia, intriga y difamación contra las Instituciones, o Dirigentes a quienes deseen eliminar, porque luchan con mayor energia y eficacia contra la bestia comunista, y que tanto el Instituto como la Escuela Internacional, y cualquier Departamento de la CAL; que estén obrando con eficacia y rigor en contra del enemigo; será bombardeado implacablemente, por las intrigas, calumnias y mentiras, de los agentes secretos que al comunismo o las fuerzas secretas que lo dirigen, tengan infiltrados en la propia CAL, WACL y WYACL; por lo que se recomienda a los dirigentes de las Instituciones Internacionales, y a los dirigentes de éstas; QUE NO SE FORMEN UN CRITERIO SOBRE LAS ACUSACIONES Y QUEJAS QUE PUEDEN LLOVERLES CON FRECUENCIA**, sin antes escuchar en Defensa a

las Autoridades del Instituto, o de cualquier Secretaria y Jefatura, integrantes del Secretariado de la CAL, que por luchar con vigor en contra del comunismo, éste trate en revanche, de eliminarlo mediante las intrigas que realicen los Agentes Secretos a su Servicio, introducidos en nuestras propias organizaciones, o incluso hasta en sus puestos directivos; ya que **el comunismo y las fuerzas ocultas que lo dirigen, no sólo se infiltran en las organizaciones que se les oponen, sino que tratan de apoderarse cada dirección; cosa que obtienen veces, después de un largo y secreto trabajo de infiltración** (AC.ACE.91597/76, p. 58, grifo meu)<sup>661</sup>

Por último, o artigo 46, Capítulo X, do *Reglamento Secreto da Secretaria Geral da CAL*, estipulou que “**el Congreso General, buscará la forma de que el Instituto y la Escuela puedan sostenerse economicamente, ya buscando que Gobiernos o Entidades Anticomunistas contribuyan a sostenerlo, o que lo haga la Tesorería de la CAL**, por medio de cuotas extraordinárias de las Entidades miembros regulares, se impongan en sesión del Congreso. En todo caso se pedirá a la WACL y a la WYACL, que den su contribución al respecto” (AC.ACE.91597/76, p. 58, grifo meu).

#### 5.10.6. *Queime depois de ler: Guia para os Trabalhos da Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta*

O SNI também preservou em seus acervos um importantíssimo documento capaz de revelar o teor secreto das ações (para)militares da CAL. Trata-se de um “**Guia para os Trabalhos da Comissão de Organizações Militares**” que, diante de seu teor “sensível”, também trouxe uma orientação de segurança para que o material fosse *incinerado*, depois de lido, analisado e debatido em Brasília, “por el personal de la Secretaría General” (AC.ACE.91597/76, p. 37, grifo meu). Ou seja: *Queime depois de ler!* No tópico 1, esse *Guia para os Trabalhos da Comissão de Organizações Militares* do III Congresso da CAL-Secreta previu que, de início, realizar-se-ia a “**elección del Presidente de Debates y de un Secretario**”, estabelecendo-se no tópico 2, como

---

<sup>661</sup> Em grande medida, parece que a FEMACO redigiu esse artigo buscando “responder” às “denúncias” que a apontavam, corretamente, como uma organização anticomunista de cariz antissemita. Nessa altura, o “Capítulo” norte-americano da WACL, o ACWF, e seus aliados brasileiros que tentavam entrar na Liga, a TFP, já estavam sendo atacados pelos tecos em sua revista *Réplica*. Como visto, o ACWF e a TFP, entre outras organizações, foram atacados como “conspiradores sionistas” cuja finalidade consistiria em destruir a WACL. O espectro antissemita, construído sob o signo das *forças secretas* que supostamente estariam por detrás do comunismo, dirigindo-o, também se fez presente em Brasília, na Escola Nacional de Informações (EsNI), durante o III Congresso da CAL-Secreta.

prioridade dos debates, a “**lucha contra las guerrillas rurales**”, detalhada em cinco subitens subsequentes.

No subitem A, definiu-se que a Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta deveria proceder ao “**examen de las medidas adecuadas para combatir y extirpar las guerrillas urbanas, las bandas de terroristas, asesinos, secuestradores y demás organizaciones subversivas que actúan al servicio del imperialismo comunista o de sus cómplices**” (AC.ACE.91597/76, p. 34, grifo meu). Seriam ainda discutidas as “**medidas para localizar y anular a sus jefes y componentes**”, “las medidas que nos han dado resultados positivos, y examen de las que deban sustituirlas necesariamente para lograr éxitos definitivos”, uma troca “de experiencias útiles” e, enfim, “**las posibilidades de ayuda que puedan prestarse las organizaciones militares entre sí, mediante acuerdos secretos formales, bilaterales o multilaterales, o bien en base de otro tipo de pactos**” (AC.ACE.91597/76, p. 34, grifo meu). Note-se mais uma vez o comando dos verbos de combate anticomunista. Trata-se do mesmo comando e verbos utilizados no Guia da Comissão de Partidos Políticos, *extirpar* organizações comunistas e *anular* sua liderança, e também foram vislumbradas, aqui, a possibilidade e a conveniência do **establecimiento de *acordos secretos formais, bilaterais ou multilaterais entre as Organizações Militares da CAL.***

No subitem B do tópico 2, estabeleceu-se a necessidade, para o combate às *guerrillas rurais*, do “**intercambio de experiencias útiles entre los señores delegados, de informaciones y medidas adecuadas para localizarlas y extirparlas a ellas y a sus jefes**” (AC.ACE.91597/76, p. 34, grifo meu). A Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta não era um grupo de estudos anticomunistas, mas delineou, como uma de suas missões, o *extermínio* das *guerrillas rurais e seus chefes*. E isso, dentro da EsNI, em Brasília, sob a presidência do *aperturista* Ernesto Geisel. Estipulou ainda que durante o III Congresso da CAL-Secreta seria feito um “**examen de las posibilidades de ayuda o incremento de la misma entre las organizaciones militares miembros regulares y los Gobiernos respectivos**”, assim como se discutiria a “**concreción, cuando las entidades miembros regulares lo estimen procedente, de acuerdos secretos bilaterales o multilaterales de ayuda mutua entre las Organizaciones militares o los respectivos Gobiernos**” (AC.ACE.91597/76, p. 34, grifo meu).

Os *acordos secretos bilaterais ou multilaterais de ajuda mútua*, portanto, não se limitaram às Organizações Militares da CAL-Secreta, mas seriam pensados e estabelecidos como enlace destas com os respectivos governos anticomunistas nacionais aliados. O subitem C do tópico 2 do Guia em questão ainda definiu que o III Congresso da CAL-Secreta examinaria “las medidas adecuadas para **la defensa por parte de las Organizaciones militares, de los grande y pequeños núcleos urbanos y de la población campesina, tanto de la agresión como de la labor proselitista de los guerrilleros rurales**” (AC.ACE.91597/76, p. 34, grifo meu), debater “**las medidas especiales para privar a la guerrilla rural de apoyo de los trabajadores del campo, y para obtener de éstos el apoyo conveniente para las Organizaciones militares que luchan por extirparla**” (AC.ACE.91597/76, p. 34, grifo meu), meditar sobre um “intercambio de experiencias útiles sobre el punto anterior” e, enfim, estudar “**las posibilidades de ayuda mutua que puedan concretarse ya sea mediante acuerdos secretos formales bilaterales o multilaterales, o bien en base de otro tipo de pactos**” (AC.ACE.91597/76, p. 35, grifo meu).

No subitem D de seu tópico 2, o Guia referido previu, para o III Congresso da CAL-Secreta, a realização de um “**estudio de la posibilidad de ayuda mutua entre las organizaciones militares y/o Gobiernos anticomunistas, en caso de rebeliones armadas civiles, de golpes militares y/o incursiones o invasiones armadas provenientes de otro país y dirigidas por los comunistas o sus cómplices de cualquier tipo**” (AC.ACE.91597/76, p. 35, grifo meu). Nesse subitem, listaram-se algumas observações, entre elas, a necessidade de “**promoción de Asistencia Mutua Militar, entre las organizaciones militares y/o Gobiernos anticomunistas**, en base de la cual al ser atacada alguna de las entidades miembros de la CAL, mediante cualquier tipo de agresión, **su o sus aliados militares secretos**, les proporcionen la ayuda militar necesaria para dominar la situación y vencer la agresión”; a de “**estudiar las formas de ayuda que puedan prestarse las Organizaciones militares entre sí y los Gobiernos anticomunistas, para aumentar y mejorar su armamento, equipo técnico y organización**”; e o esclarecimento de que, “como en todos y cada uno de los casos, en el seno de la CAL, sólo podrá un miembro prestar ayuda a quien acepte recibirla” (AC.ACE.91597/76, p. 35, grifo meu).

Porém, o último subitem do longo tópico 2 do Guia sob análise é, sem dúvida, o mais revelador do tipo de pactos – verdadeiros *Acordos de Ajuda Mútua* – entre as Organizações Militares da CAL e os governos militares aliados que podem ter sido entabulados no congresso

anticomunista, dentro da EsNI, ao final de 1974. Eis que o subitem E, concentrando seus esforços de combate “contra las guerrillas rurales”, estabeleceu a realização de um estudo, a ser feito no III Congresso da CAL-Secreta, “**de medidas de ayuda mutua de las Organizaciones militares entre sí y/o los Gobiernos anticomunistas, y concreción cuando las entidades miembros de la CAL lo estimen procedente, de Acuerdos de Ayuda Mutua respecto a**” (AC.ACE.91597/76, p. 35):

*\* Captura secreta de criminales guerrilleros – rurales y/o urbano –, terroristas y secuestradores, cuando huyendo da la justicia en un país, se internen en el territorio de otro donde opera una Organización militar miembro regular de la CAL. La Organización militar en cuyo país se internen estos criminales, al capturarlos, los pondrá secretamente a la disposición de la Organización militar aliada. \* Promover Tratados Internacionales entre los Gobiernos anticomunistas, referidos a la extradición legal de los agentes subversivos del comunismo a que se ha venido haciendo referencia en los incisos anteriores, para  cubrir las eventualidades en que no resulte posible, o no convenga entregarlos en secreto a las Organizaciones militares y/o los Gobiernos anticomunistas aliados. \* Promover la colaboración de los servicios de Inteligencia Militares y Políticos, con el propósito de que suministren recíprocamente todo tipo de información útil, para obtener éxito en todas las actividades mencionadas en esta Agenda (AC.ACE.91597/76, pp. 35-36, grifo meu)*

Ou seja, o *Guia da Comissão das Organizações Militares* do III Congresso da CAL-Secreta, realizado dentro da EsNI, isto é, no “coração” e no “cérebro” dos serviços secretos da ditadura militar brasileira, vislumbrou, entre os assuntos a serem discutidos em Brasília sob o governo Geisel, a conveniência da celebração de *Acordos de Ajuda Mútua* para a *captura secreta* de *guerrilheiros, terroristas e sequestradores* “foragidos” em territórios de governos e Estado anticomunistas aliados. Previu-se também a *captura* de um desses “criminosos” foragidos em um país pela Organização Militar da CAL que lá operasse e, momento subsequente, sua entrega *secreta* à Organização Militar da CAL que operaria no país de origem do fugitivo. Ainda seriam discutidos na EsNI, de uma lado, a conveniência e/ou possibilidade da captura e da troca *secretas* de “criminosos subversivos” entre as Organizações Militares da CAL e/ou governos anticomunistas aliados, e de outro lado, a promoção de pactos de *colaboração dos serviços de inteligência militares e políticos* para essa finalidade. Em suma, o III Congresso da CAL-Secreta, dentro da EsNI, discutiria meios e formas de estruturar uma ação transfronteiriça coordenada, clandestina e secreta, entre os órgãos de repressão das ditaduras de Segurança Nacional dos governos anticomunistas regionais e grupos paramilitares de organizações de ultradireita vinculada à CAL – e a sua *holding*, sua “organização-mãe”: a Liga Mundial Anticomunista (WACL).

Parafrazeando o líder trabalhista gaúcho Leonel Brizola, é pertinente indagar sobre esses *Acordos de Ajuda Mútua* previstos para serem discutidos pela *Comissão de Organizações Militares do III Congresso da CAL-Secreta*, ao final de 1974, dentro da EsNI: “*Eles tem rabo de Condor, penas de Condor, bico de Condor, patas de Condor, olho de Condor, corpo de Condor e cabeça de Condor, como é que não é Condor?*”<sup>662</sup> Ou, ao menos, “como é que não é pré-Condor?” ou um de seus *protótipos* regionais de coordenação repressiva anticomunista. Assim que, sem dúvida, como será detalhado no APÊNDICE, o III Congresso da CAL-Secreta forneceu – senão *o* – ao menos *um* dos protótipos da futura Operação Condor, formalizada um ano depois, em 1975, no Chile de Pinochet.

Na ocasião, todas as ditaduras militares de Segurança Nacional da América do Sul assinaram a *joint venture* repressiva regional, menos o Brasil que, sob o cauteloso *aperturista* Geisel, enviou apenas dois “observadores” – a despeito das afinidades eletivas do chefe do serviço secreto pinochetista Manuel Contreras e seu contraparte brasileiro, o general (e à época chefe do SNI) João Baptista de Oliveira Figueiredo. Foi este que escolheu e coordenou o envio dos dois “observadores” brasileiros na reunião fundadora da Condor. O Brasil, como se verá, integrar-se-ia ao Sistema Condor no ano seguinte, em 1976, como o “**Condor 6**”. O Chile de Pinochet era o “Condor 1”. Rapidamente, adiante-se que o Sistema Condor se estruturou, no final de 1975, pela pactuação de uma “cooperação mútua entre os serviços militares de inteligência para coordenar a vigilância política de dissidentes-alvo e trocar informações de inteligência” (MCSHERRY, 2005: 5). Dentro do Sistema Condor se empreenderiam operações encobertas como “uma forma de ofensiva não-convencional na qual o papel do agressor permanece oculto”, criando-se também “esquadrões Condor multinacionais” treinados para conduzirem “operações secretas transfronteiriças para deter/fazer desaparecer exilados e transferi-los para seus países de origem, onde a maioria desapareceria permanentemente” (MCSHERRY, 2005: 5). Em suma, o Plano Condor de terrorismo transnacional de Estado na América do Sul especializou-se em “*operações*

---

<sup>662</sup> Leonel Brizola, um dos alvos da Operação Condor, por pouco não foi assassinado pelas garras condorenses. Foi graças à intervenção de um funcionário da Embaixada dos EUA em Montevideo, durante seu exílio no Uruguai, que o político trabalhista gaúcho não foi morto. O funcionário da Embaixada norte-americano foi espancado por isso pelos militares uruguaios. Cf. APÊNDICE. O velho trabalhista caracterizou-se, em sua militância política, pela tirada popular parafrazeada, aqui e acolá, para o caso da Operação Condor. No original, Brizola valeu-se em debates públicos do seguinte exemplo: “Se algo tem rabo de jacaré, couro de jacaré, boca de jacaré, pé de jacaré, olho de jacaré, corpo de jacaré e cabeça de jacaré, como é que não é jacaré?”.

*extrangeiras transfronteiriças contra exilados*” e, no marco dessa planificação repressiva, “esquadrões Condor realizavam vigilância, identificação de alvos, sequestro, tortura e transferência de exilados além de suas fronteiras, **trabalhando com aparatos de inteligência de parceiros ou com redes paramilitares de extrema direita de países membro**” (MCSHERRY, 2005: 7, grifo meu).

Evidente, pois, a “coincidência” entre esse *modus operandi* do Sistema Condor, formalizado no Chile no final de 1975, com os planos deliberados pela Comissão de Organizações Militares, na EsNI, em Brasília, ao final de 1974, durante o III Congresso da CAL-Secreta, organizado sob o patrocínio do serviço secreto brasileiro: o SNI. Futuras pesquisas históricas poderão *especificar* essa sobreposição e intersecção complexa entre os “conjuntos” repressivos CAL e Condor. Todavia, já se pode afirmar, e não se pode negar, que essas conexões repressivas existiram concretamente entre o complexo WACL/CAL e o Sistema Condor antes, durante e depois da formalização deste plano contrarrevolucionário do terrorismo transnacional de Estado<sup>663</sup>.

Na sequência, o tópico 3 do *Guia da Comissão de Organizações Militares* da CAL assinalou que o combate não era “apenas” contra os “criminosos”, a saber: *guerrilheiros, terroristas e sequestradores*. As Organizações Militares não deveriam se ocupar “apenas” das *guerrilhas rurais e/ou urbanas*. O alvo anticomunista era muito mais amplo. Assim, recomendou a última parte do subitem E que o III Congresso da CAL-Secreta examinasse “**medidas que pueden tomar las Organizaciones Militares, para combatir y extirpar la subversión promovida por los agentes del imperialismo comunista y/o sus cómplices en: Las universidades y escuelas; El clero de las Iglesias; La prensa, radio y televisión; Las editoriales e imprensas subversivas, incluso las clandestinas. Los periódicos, folletos y rádios clandestinos; [e] Las organizaciones de obreros, campesinos y empleados**” (AC.ACE.91597/76, p. 36, grifo meu).

*Extirpar e anular a subversão* e os *subversivos* em todas as dimensões das sociedades latino-americanas. Teoria e prática, portanto, de um projeto exterminista contrarrevolucionário para todos os países da América Latina. Também nesse escopo ampliado da luta anticomunista, via Organizações Militares, a CAL sugeriu mais uma vez e sempre que seu congresso secreto na

---

<sup>663</sup> Cf. APÊNDICE.

EsNI em 1974 deveria promover “um “intercambio de experiencias útiles sobre todas y cada una de las cuestiones anteriores” e a “ayuda que puedan prestarse las Organizaciones Militares entre si y/o los Gobiernos anticomunistas, a este respecto” (AC.ACE.91597/76, p. 36). O tópico 4 do Guia em questão previu a discussão de “proyectos y medidas eficaces para garantizar la adecuada integración y el conveniente funcionamiento y operación de las Secretarías y Departamentos de Secretariado General” (AC.ACE.91597/76, p. 36). O tópico 5 reiterou a “necesidad de organizar e implementar programas de instrucción y adiestramiento destinados a la formación de activistas contra la subversión, la violencia y la guerrilla anticomunistas” e o tópico 6 estipulou que ocorreria no III Congresso da CAL-Secreta a “**designación de los Secretarios de Ayuda Mutua por cada entidad miembro regular**” (AC.ACE.91597/76, p. 36, grifo meu).

É possível deduzir, a partir dessa última recomendação, que cada membro regular da CAL, isto é, cada “Capítulo” nacional desse braço político-militar da WACL na América Latina, deveria designar um Secretário de Ajuda Mútua para servir de enlace na coordenação repressiva regional de pactos anticomunistas secretos *formais, bilaterais* ou *multilaterais*. Os tópicos 7, 8, 9 e 10 detalharam como os participantes do III Congresso da CAL-Secreta poderiam indicar temas e assuntos não previstos nos itens anteriores, desde que avisados a Secretaria Geral, o Plenário do Congresso e a Comissão Mista. O tópico 11 do *Guia da Comissão das Organizações Militares* previu a ocorrência, no III Congresso da CAL-Secreta, da “**elección por mayoría de votos, del Jefe del Departamento Técnico para la lucha contra revoluciones, guerrillas y terrorismo, y que debe desempeñar este cargo por un año**” (AC.ACE.91597/76, p. 37, grifo meu). Recorde-se, como ensina a socióloga argentina Julieta Rostica, que o II Congresso da CAL-Secreta, realizado no Paraguai de Stroessner entre maio e junho de 1973, havia designado o chefe da polícia política stronista **Antonio Campos Alum**, diretor da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), “como **jefe del ‘Departamento Técnico Latinoamericano de Asesoría y Ayuda en la lucha contra las guerrillas y el terrorismo’**” (ROSTICA, 2021: 228). Seria preciso reconduzir Campos Alum ao cargo ou eleger um substituto para ele na chefia desse Departamento da CAL-Secreta.

Finalmente, o tópico 12 do *Guia para os Trabalhos da Comissão de Organizações Militares* do III Congresso da CAL-Secreta previu a leitura, na EsNI, de um “**recordatorio a los miembros del derecho que tienen para celebrar, no solamente con los miembros de esta**



**Comisión, sino con los de otras comisiones, Acuerdos Secretos de Ayuda Mutua, bilaterales o multilaterales, de los que nadie más, ni en la misma CAL, tenga noticia de su celebración”**

(AC.ACE.91597/76, p. 37, grifo meu). Por último, o tópico 13 do Guia ordenou, assim como o fizera o *Guia para os Trabalhos da Comissão de Partidos Políticos* do III Congresso da CAL-Secreta, a “**recoleccion de la Agenda y otros documentos de trabajo para ser incinerados por el personal de la Secretaría General**” (AC.ACE 91597/76, p. 37, grifo meu).

Isto é: *Queime depois de ler!* Felizmente, o SNI não queimou esse material e hoje, 58 anos depois, é possível conhecê-lo pela primeira vez. Esse conjunto documental produzido pelo SNI e depositado em seus “arquivos da repressão”, cujos remanescentes estão hoje aberto e acessível virtualmente ao público, deveria fazer a historiografia despertar de seu “sono dogmático” sobre o tema. Examinando o Guia da *Comissão de Organizações Militares*, não seria recomendável aventar a “hipótese” historiográfica de ter servido a Escola Nacional de Informações (EsNI) da ditadura militar do Brasil, ao patrocinar e sediar o III Congresso da CAL-Secreta no final de 1974, como um agente estratégico para a eclosão de um protótipo repressivo regional “pré-Condor”. E isso, um ano antes da assinatura do pacto Condor no Chile, ao final de 1975, por todas as ditaduras militares da América do Sul, à exceção do Brasil – presente na ocasião, em Santiago, como “Observador”.

Em 1976, porém, a ditadura militar verde-amarela tornou-se membro do Sistema Condor, tornando-se o Brasil o Condor 6. Em um país como o Brasil, no qual suas Forças Armadas secretam tantos e inconfessáveis segredos e crimes de Estado, a simples reconstituição historiográfica de um evento secreto anticomunista com a sua participação já pode ser considerado um avanço “historiográfico”. Mesmo lerdo, 58 anos depois do SNI e a CAL terem celebrado um evento conjunto na EsNI, “coração” e “cérebro” da arapongagem militar, trata-se de um avanço no conhecimento do *Quem-foi-quem* nessas redes anticomunistas transnacionais da Guerra Fria. Já seria hora, então, de redimensionar o papel da extrema-direita militar e “civil” do Brasil dentro do complexo WACL/CAL e, também por essa via, dentro da Operação Condor. É preciso, pois, redimensionar a história e o papel da ultradireita brasileira – seus expoentes militares e seus aliados “paisanos” – dentro do Sistema Condor e no marco do movimento anticomunista internacional.

### 5.10.7. O Regulamento Secreto da CAL

Buscando contribuir à abertura de novas/velhas fronteiras historiográficas para o redimensionamento dos estudos entre a Operação Condor e as coordenações repressivas incubadas pela CAL e pelos governos anticomunistas com os quais se aliou, outro documento compilado e preservado pelo SNI, produzido no marco do III Congresso da CAL-Secreta, é deveras valioso. Novamente trazendo elementos do *Reglamento Secreto do Secretariado Geral da CAL*, aporta-se mais um elemento central nessas redes anticomunistas regionais da Guerra Fria na América Latina: a figura e as funções do *Chefe do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana* da CAL. Salvo engano, foi a socióloga argentina Julieta Carla Rostica a primeira a mencionar a existência dessa função sigilosa de contra-inteligência no interior da CAL, citando que no II Congresso da CAL-Secreta de 1973, realizada no Paraguai de Stroessner, “**se designó al Dr. Ruben Dario Osorio como jefe del ‘Servicio Latinoamericano de Inteligencia’**” (ROSTICA, 2021: 228, grifo meu).

#### 5.10.7.1. O Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana da CAL: oferta aos militares brasileiros

Porém, graças à documentação pertinente a esse Serviço Secreto da CAL mantida pelo SNI é possível avançar, mesmo que tardiamente, no conhecimento histórico sobre os mecanismos de vigilância e monitoramento “antissubversivos” regionais incubados no braço político-militar da WACL na América Latina. O SNI preservou especificamente o Capítulo 9 do *Reglamento Secreto del Secretariado General de la CAL*, que dispunha sobre as características e missões *Del Jefe del Servicio Secreto de Inteligencia Latinoamericana*. Assim que o artigo 32, Cap. 9, do *Reglamento Secreto* definiu, da seguinte maneira, as funções da chefia do serviço secreto da CAL:

**Son condiciones para ser Jefe de este Servicio (...): I. Haber dirigido como Jefe o Sub-Jefe, algún Servicio de Inteligencia con éxitos satisfactorios; II. Haber demostrado con hechos capacidad, para descubrir y fichar, dirigentes comunistas y conspiradores afines; III. Haber demostrado aptitud para obtener buena información sobre las guerrillas rurales; IV. Haber demostrado capacidad para localizar a dirigentes de guerrillas urbanas, comandos terroristas y organizaciones clandestinas en general; [e] V. Haber realizado estudios estratégicos de defensa nacional de alto nivel** (AC.ACE 91597/76, p. 51, grifo meu)

Seria preciso possuir um currículo e tanto, não, para preencher alguma das condições estabelecidas como perfil operacional do Chefe do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana da CAL. Nota-se, pois, que o membro da CAL, para ocupar essa posição, deveria ser do ramo, isto é, ter tido experiência de chefia de algum serviço de inteligência, ter *descoberto e fichado dirigentes comunistas e conspiradores afins*, ter coletado informações sobre *guerrilhas rurais*, ter *localizado dirigentes de guerrilhas urbanas, comandos terroristas e organizações clandestinas em geral*, ou ser um expert em *estudos estratégicos de defesa nacional de alto nível*. Ou seja, se “una de las tareas principales que se dio la CAL fue la recolección de información” (ROSTICA, 2021: 227), o objetivo final dessa coleta de informações era seu processamento para a realização de operações político-militares anticomunistas. Isto é, o trabalho de coleta e intercâmbio de dados seria uma etapa prévia, necessária, para missões *callejeras* levadas a cabo pelas organizações militares da CAL e/ou por seus aliados de Estado.

Versou-se especificamente, no artigo 33, Capítulo 9, do *Regramento Secreto* da CAL, sobre a criação de um aparato de telecomunicações e arquivo como condição *sine qua non* à viabilização das operações militares secretas para *extirpar* a “subversão” comunista e *afins*, *anulando* sua liderança. Dispõe-se ainda que, “en la medida de los recursos económicos, que sea posible proporcionarle, **este Jefe de Inteligencia, nombrará los colaboradores necesarios, previa aprobación del Defensor de la CAL**” (AC.ACE 91597/76, p. 51, grifo meu):

I. Para que lo ayuden en sus funciones (...); II. **Para transmitir mensajes, radio telegráficos o escritos, en clave, y para descifrar claves; III. Para llevar en forma técnica, su archivo SECRETO, debidamente resguardado, y cuya ubicación solamente conocerán, el Jefe de este Servicio, el Encargado de dicho Archivo, y el Jefe del Departamento** (AC.ACE 91597/76, p. 51, grifo meu)

Novamente, aqui, salta aos olhos a “coincidência” entre os planos tratados pelo III Congresso da CAL-Secreta na EsNI, ao final de 1974, e o Sistema Condor que seria formalizado um ano depois, ao final de 1975, no Chile de Pinochet. A exigência operacional da CAL de transmitir mensagens cifradas, “en clave”, e de constituir um *Archivo Secreto* também seria debatida durante as pactuações repressivas transnacionais do Condor. Uma das preocupações do ditador Ernesto Geisel com a Condor, inclusive, consistiu no fato de que seu *Banco de Datos* permaneceria, pleno de informações “sensíveis”, muito longe de Brasília, em Santiago do Chile. O *Regramento Secreto*, ainda no art. 33, Cap. 9, detalhou medidas de segurança e sigilo para que

a localização do *Arquivo Secreto* da CAL não fosse de conhecimento de ninguém, exceto do *Chefe do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana*<sup>664</sup>. Avulta de importância, pois, o fato de que o III Congresso da CAL-Secreta de 1974, realizado dentro da EsNI, tenha **oferecido o “cargo de chefe de informações da CAL-secretaria a um brasileiro”** (AC.ACE 91597/76, p. 18, grifo meu). Por “aclamação” de todos os congressistas, a CAL oferecera *a um brasileiro* o cargo de *Chefe do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana*, dando três meses, como se verá, para que os anfitriões brasileiros decidissem sobre a oferta. Embora não se possa confirmar se *um brasileiro* tenha assumido de fato a posição de *Chefe do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana*, se esse foi o caso, o *Arquivo Secreto* da CAL teria ficado a cargo de *um brasileiro*. Seja como for, o III Congresso pressionou por um maior engajamento do Brasil na CAL-Secreta e demonstra isso o oferecimento *a um brasileiro* do cargo de *Chefe do Serviço Secreto de Informação*, cujas “facultades y obligaciones” seriam, segundo o artigo 34, Capítulo 9, do *Reglamento Secreto*, a de **“informar a las organizaciones militares y partidos políticos miembros regulares de la CAL”** (AC.ACE 91597/76, p. 52, grifo meu):

A. De las guerrillas rurales o urbanas, y comandos terroristas, que se estén organizando y adiestrando, en países esclavizados por la dictadura marxista, o gobernados por cómplices del marxismo, para ser infiltrados en sus respectivas naciones; B. De las milicias de invasión, que los rojos o sus aliados, están agrupando, instruyendo y armando, en algún país vecino o no, para ser transportadas e invadir el territorio, del Estado Anticomunista cuyo Gobierno quieren derribar; C. Del movimiento de dirigentes y agitadores comunistas o compañeros de viajes, que traten de introducirse a su país; D. De fugitivos guerrilleros, secuestradores, terroristas y criminales comunistas o aliados de ellos, que perseguidos por su Gobierno Anticomunista, pasen las fronteras, para escapar de la acción de la justicia, con el objeto de que los Gobiernos amigos en cuyo territorio se introduzcan, los encarcelen o tomen medidas, para que no puedan seguir conspirando ni actuando contra el Gobierno amigo; E. De los movimientos de clérigos comunistas o cripto-comunistas peligrosos, que pretendan introducirse a determinado país, para favorecer la subversión, con el fin de que los Gobiernos amenazados, tomen las medidas defensivas o ofensivas que juzguen convenientes (AC.ACE 91597/76, p. 52, grifo meu)

Mais uma vez, é inegável a “coincidência” em *gênero, número e grau* dessas “facultades e obrigações do Chefe do Serviço Secreto de Informações” da CAL com os eixos repressivos transnacionais pactuados, um ano depois, no marco do Sistema Condor. Outro dever do Chefe do

---

<sup>664</sup> “El Secretario General, los demás miembros del Secretariado, del Consejo Superior y del Congreso General, que quieran obtener datos que necesiten; los pedirán al Jefe del Servicio, quien se los proporcionará en lugar muy distinto, de onde se oculta el archivo, cuya ubicación ignorarán, aprobándose aquí expressamente, que el Jefe del Servicio, debe negarse a proporcionar informes sobre dicha ubicación, a cualquier otra persona, se quien sea, distinta de las autorizadas por este artículo, para saber dónde se encuentra el archivo” (AC.ACE 91597/76, p. 51).

Serviço Secreto de Informações da CAL, ainda segundo o art. 34, Cap. 9, do *Reglamento Secreto* desse braço político-militar da WACL na América Latina, seria o de “**informar bajo su responsabilidad, a los Servicios de Inteligencia de los Gobiernos Anticomunistas, de todo lo mencionado en la fracción anterior**” (AC.ACE 91597/76, p. 52, grifo meu). Isto é, avançando a hipótese de que a ditadura militar brasileira, por exemplo, tenha aceitado a oferta para assumir a chefia do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana da CAL, teria sido *um brasileiro* que serviria de enlace operacional entre *os Servicios de Inteligencia dos Gobiernos Anticomunistas*. Uma oferta e tanto, não? Esse entrosamento e coescionamento das redes regionais do terrorismo de Estado latinoamericano, mormente via serviços militares e policiais de inteligência, não seria o mesmo plano repressivo transnacional formalizado, um ano depois, no Sistema Condor?

Nesse mesmo sentido, outra obrigação regulamentar do Chefe do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana da CAL consistiria em “**informar a los Gobiernos Anticomunistas, de rojos infiltrados como funcionarios en las Embajadas extranjeras, para que se cuiden de ellos en la forma que juzgan oportuno**”, informando “**a los Gobiernos Anticomunistas, y a las Entidades Miembros de la CAL, de cripto-comunistas camuflados de amigos de dichos Gobiernos y Entidades, para que se cuiden de ellos**” (AC.ACE 91597/76, p. 52, grifo meu). O Chefe do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana da CAL “interna”<sup>665</sup> – e não se sabe se os militares brasileiros assumiram essa chefia estratégica por um ano, com proposto na EsNI em 1974 – deveria, de acordo com o art. 34, Cap. 9, do *Reglamento Secreto*, “**entrar en contacto muy secreto, con los Jefes de los Servicios de Inteligencia Militar o Civil**” (AC.ACE 91597/76, p. 52, grifo meu).

Novamente, a CAL serviria, por intermédio de seus diversos “Capítulos” nacionais, de enlace secreto com os serviços de inteligência militar e civil das ditaduras anticomunistas regionais lastreadas, ideologicamente, pela doutrina da Segurança Nacional. Mais uma vez, esse protótipo repressivo da CAL, cujo Chefe do Serviço Secreto de Informações deveria *entrar en contacto muy secreto, con los Jefes de los Servicios de Inteligencia Militar o Civi*, não se assemelharia à “Operação” Condor? Aqui de novo, seria possível parafrasear o político trabalhista gaúcho Leonel Brizola: esses *pactos muy secretos* de coordenação repressiva regional, dentro da CAL, não “tem

---

<sup>665</sup> Relembre-se que a CAL, o órgão regional da Liga Mundial Anticomunista na América Latina, foi uma organização bifronte: com sua face pública – “externa” – outra secreta – “interna”.

rabo de Condor, penas de Condor, bico de Condor, patas de Condor, olho de Condor, corpo de Condor e cabeça de Condor”? “Como é que não é Condor? Ou, ao menos, um “pré-Condor”, conforme se detalhará no APÊNDICE, um de seus protótipos. Nesse sentido, outra obrigação regulamentar do Chefe do Serviço Secreto de Informações da CAL consistiria em “**entrar en contacto muy secreto, con los Jefes de los Servicios de Inteligencia Militar y Civil**” (AC.ACE 91597/76, p. 53, grifo meu):

A. **Para establecer la forma de proporcionarles a la mayor brevedad, los datos útiles para la defensa de sus Gobiernos**, mencionados en las fracciones anteriores de este artículo. **En todo caso, de las informaciones muy graves, se mandará un ejemplar secreto para ser entregado directamente al Jefe del Estado o a la persona más indicada para recibirlo**; B. Para obtener de ellos información de la mencionada en las fracciones anteriores de este artículo, **que sea útil transmitir a los Gobiernos Anticomunistas amenazados**; C. **Para con la aprobación de la autoridad competente, poner en contacto a Servicio de Inteligencia de dos o más países, que luchan eficazmente contra el comunismo, para que en forma directa, se intercambien informaciones entre cada uno de ellos** (AC.ACE 91597/76, p. 53, grifo meu)

Ou seja, a CAL-Secreta se dispunha mesmo a servir de intermediária ou de agente de ligação transnacional entre diferentes serviços secretos dos governos anticomunistas aliados – muitas delas representadas, inclusive, por agentes desses governos. Nas frações finais de seu art. 34, Cap. 9, o Regulamento Secreto da CAL definiu, como última função de seu Chefe do Serviço Secreto de Informações, o dever de “**promover con la venia de la autoridad competente en cada caso, Pactos MUY SECRETOS bilaterales de ayuda, entre Entidades Miembros o no de la CAL, pero dignas de confianza**” (AC.ACE 91597/76, p. 53, grifo meu)<sup>666</sup>. Uma vez mais, esse tipo de pactuação anticomunista entre as ditaduras militares regionais e, especificamente, entre seus serviços militares, policiais e civis de informações, evoca concretamente o futuro eclodir, um ano depois da realização na EsNI do III Congresso da CAL-Secreta, do Plano Condor. Finalmente, a última fração do art. 34, Cap. 9, do Regulamento Secreto da CAL, definiu que o Chefe de seu Serviço Secreto de Informação Latinoamericana deveria “**tomar en general toda clase de medidas, que permitan al Servicio que encabeza, recabar la información necesaria, para**

---

<sup>666</sup> Esses *Pactos MUY SECRETOS bilaterales de ayuda entre Entidades Miembros o no de la CAL* seriam estabelecidos entre aqueles “que se dediquen a **la noble tarea de liberar a sus pueblos de la dictadura comunista, o del régimen rojo que los conduzca a ella**; para que a cambio de proporcionar estas últimas a las primeras y a sus Gobiernos, **informes sobre los planes y actividades de esos Regímenes rojos, para introducir guerrillas o subvertirlos de cualquier manera; los Gobiernos amenazados, ayuden a la Entidad que les proporciona tales informes** o les ayuda en otra forma; recursos adecuados para que pueda encapuzar con mayores posibilidades de éxito, **la sagrada tarea de liberar a su pueblo de la dictadura comunista, o de caer en ella**” (AC.ACE 91597/76, p. 53).

**ayudar a las Entidades miembros regulares de la CAL, y a sus Gobiernos cuando lo solicitan, a dominar y extirpar dentro de sus fronteras, la subversión roja em todos sus aspectos**” (AC.ACE 91597/76, p. 53, grifo meu).

Por último, o artigo 35, Capítulo 9, do Regulamento Secreto, previu que caberia ao Congresso Geral da CAL estudar “**la forma de financiar este Servicio de Inteligencia, y si procede establecer cuotas a los gobernantes por los servicios recibidos**” (AC.ACE 91597/76, p. 53, grifo meu). Isto é, a CAL-Secreta pretendeu vender seus serviços de informação anticomunista aos governos aliados. Já o artigo 36 autorizava o *Chefe do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana* e o *Chefe do Departamento de Luta contra Revoluções e Guerrilhas* da CAL – à época, entre o II Congresso da CAL-Secreta de 1973 e o III Congresso da CAL-Secreta de 1974, respectivamente, *Ruben Dario Osorio* e *Antonio Campos Alum* – a manterem, se conveniente, entrevistas secretas com os governos anticomunistas regionais. Na redação do art. 36: “**Para el mejor cumplimiento de sus funciones, tanto el Jefe del Servicio de Inteligencia Latinoamericano, como el del Departamento de Lucha contra Revoluciones y Guerrillas, podrán tener las entrevistas secretas que juzguen pertinentes, para coordinar sus actividades**. Pero em caso de divergência de opiniões, en lo que se refiere a la lucha contra invasiones, sublevaciones, guerrillas y terrorismo, el primero deberá someterse al segundo” (AC.ACE 91597/76, p. 53, grifo meu).

Enfim, o artigo 37, Capítulo 9, do *Reglamento Secreto* da CAL, dispusera que “**las actividades secretas del Servicio de Inteligencia**, sólo serán conocidas por los integrantes de éste, por el Jefe de Lucha contra guerrillas y afines, por el Secretario General cuando le solicita, y por las partes directamente interesadas. **Nadia más tendrá derecho a conocer estos secretos, que serán rigurosamente mantenidos por los responsables de guardarlos**” (AC.ACE 91597/76, p. 54). Se não fosse o SNI da ditadura militar do Brasil, que produziu essa documentação e não a incinerou, essas disposições da CAL-Secreta talvez nunca viessem à tona. Felizmente, todavia, passados 58 anos do III Congresso da CAL-Secreta na EsNI, essa documentação pode ser recuperada nos remanescentes documentais depositados no Arquivo Nacional. Algum dia, oxalá, serão encontrados o *Archivo Secreto* da CAL e os documentos coorelatos produzidos pelos militares brasileiros que, *é muy probable*, encontram-se depositados em seus *Archivos Secretos*.

### 5.10.7.2. Os Secretários de Ajuda Mútua Direta

O SNI ainda preservou em seus “arquivos da repressão” uma cópia da redação do Capítulo 11 do *Reglamento Secreto del Secretariado General de la CAL*. O artigo 47, Cap. 11, do Regulamento Secreto, tratou “**De los Secretarios de Ayuda Mutua Directa**”, que seriam “nombrados y removidos en cualquier tiempo, por las Entidades miembros regulares de la CAL, que por contar con el respaldo de sus Gobiernos, quieren celebrar PACTOS O CONVENIOS SECRETOS de ayuda mutua, en forma directa y con cualquiera de los Partidos Políticos, Organismos Militares y otros miembros regulares, asociados o colaboradores de la CAL” (AC.ACE.91597/76, p. 59, grifo meu). Cada “Capítulo” nacional da CAL, portanto, teria um Secretário de Ajuda Mútua Direta que, respaldado pelo governo e Estado do respectivo país de atuação, serviria de enlace na celebração de **PACTOS OU CONVÊNIOS SECRETOS** de colaboração entre partidos políticos, organizações militares, membros e colaboradores do braço regional da WACL na América Latina.

O artigo 48, Cap. 11, do Regulamento Secreto da CAL, destacou que esses Secretários de Ajuda Mútua Direta seriam responsável pela gestão de “**esos CONVENIOS O PACTOS SECRETOS DE AYUDA MUTUA entre los interesados**, y sólo podrán tener conocimiento de ellos, las personas representantes de las Entidades que los celebren y el Secretario General, cuando las partes interesadas lo autoricen, para evitar interferências o duplicidade de ayuda, en lo que se refiere a estes casos” (AC.ACE.91597/76, p. 59). O artigo 49, Capítulo 11, do Regulamento Secreto, estipulou que “~~tanto las Entidades miembros de la CAL, que quieran proporecionar ésta ayuda directa, como las que la quieran recibir así, podrán hacerlo con toda libertad~~” (AC.ACE.91597/76, p. 59), destacando, enfim, que “**los Pactos o Convenios de Ayuda que se celebran, se mantendrán en absoluto secreto y con el sólo conocimiento de las personas mencionadas en el artículo anterior**” (AC.ACE.91597/76, p. 59, grifo meu)<sup>667</sup>.

### 5.10.7.3. O Defensor da CAL e a Aliança Secreta de seus Membros Regulares

---

<sup>667</sup> “Sin embargo estos Secretarios podrán informar al Congreso, al Consejo o al Secretariado General, de aquello relacionado con esta materia, que las partes interesadas autoricen, clara y expressamente que se les informa, por concordar que con ello no se comprometen o lesionan sus intereses, y que si informe así autorizado, será útil a los intereses de la CAL y de la lucha que entabla contra el comunismo y sus cómplices” (AC.ACE 91597/76, p. 59).



O SNI também preservou em seus acervos uma cópia do Capítulo 12 do *Reglamento Secreto do Secretariado Geral da CAL*. Repleto de referências antissemitas – a saber, a noção de que o comunismo seria dirigido por *forças secretas* do, não nomeado, judaísmo –, o artigo 50, Cap. 12, do Regulamento Secreto, tratou “Del **Defensor o Defensores de la CAL**”, estabelecendo que “son condiciones para ser Defensor de la CAL”

I. Ser una persona técnica, por lo menos durante veinte años, en la tarea de impedir las infiltraciones en organizaciones Patrióticas y Anticomunistas, del comunismo y de las Fuerzas Secretas que lo dirigen y propalan; y haber tenido éxito durante todo esse tiempo, en tan importante trabajo; II. Reunir los demás requisitos enumerados en el artículo 18 de este Reglamento, con excepción del de la edad, que no debe ser menor de cuarenta y cinco años, y la militancia anticomunista, firme y sin mancha, que debe ser mayor de los veinte años; [y] III. Haber sido nombrado en la forma mencionada por el artículo primero fracción IX de este Reglamento” (AC.ACE.91597/76, p. 6, meu)

O artigo 51, Cap. 12, do Regulamento Secreto, estabeleceu, como “facultades y obligaciones del DEFENSOR DE LA CAL”, a de “**defenderla de la infiltración, espionaje y sabotaje de los Agentes secretos del comunismo, o de las Fuerzas Secretas que lo dirigen y propalan**” (AC.ACE.91597/76, p. 61, grifo meu). O Defensor da CAL deveria vetar o ingresso de novos Membros Regulares que “NO SE VEA CLARA su filiación, SINCERA, ENERGICA Y PERSEVERANTEMENTE ANTICOMUNISTA; o su seriedade, lealtad en sus pactos y tratos y su capacidad de guardar secretos” (AC.ACE.91597/76, p. 61). O Defensor deveria levar em conta:

(...) que **esta ALIANZA SECRETA de sus miembros REGULARES, es preferible que vaya creciendo poco a poco PERO CON PASO SEGURO**, que por crecer más aprisa, se den pasos en falso, que puedan ser perjudiciales, sobre todo, para **las Entidades, que por contar con un apoyo cuantioso y poderoso de sus Gobiernos, mayor ayuda puedan prestar en la lucha para salvar a la América Latina, de caer en las garras de la esclavitud comunista. ES MEJOR POCOS PERO SEGUROS, QUE MUCHOS E INSEGUROS** (AC.ACE.91597/76, p. 61, grifo meu)

Isto é, haveria uma CAL-Secreta (“interna”) dentro da CAL-Ostensiva (“externa”). O núcleo de uma ALIANÇA SECRETA de membros regulares da CAL não seria de conhecimento, inclusive, dos demais membros da entidade. Tendo isso em vista, o Defensor da CAL não deveria ser tão rigoroso, segundo o art. 51, Cap. 12, do Regulamento Secreto, quando fosse tratar da admissibilidade de “**Asociaciones Internacionales, filiales de la CAL, públicas y de propaganda, para agrupar a miembros Asociados y Colaboradores; que nada sabrán de las actividades secretas de la ALIANZA de los miembros regulares, y ni siqueira de la participación en ella, de la Entidade militar o política, que quiera que se guarde secreto de**

**dicha participación**” (AC.ACE.91597/76, p. 61, grifo meu). Dessa forma, “aunque debe el Defensor de la CAL, tomar toda clase de medidas, para que no se infiltren espías del enemigo, es evidente que en la admisión de nuevos miembros a esas Asociaciones periféricas, NO DEBE EXTREMARSE TANTO el Defensor de la CAL, en el RIGOR MAXIMO DE PRECAUCIONES que debe usar, al oponer o no su voto, al ingreso de nuevos Miembros Regulares” (AC.ACE.91597/76, p. 61). O art. 51, Cap. 12, do Regulamento Secreto, detalhou ainda um conjunto de “facultades e obrigações” do Defensor da CAL, entre elas, o poder de veto em todas as instâncias de poder da entidade, vedando-se a alguns o ingresso nos “secretos del Congreso” da CAL<sup>668</sup>.

Por último, o art. 52, Cap. 12, do Regulamento Secreto, dispôs que “**cualquier Entidad política o militar, que cuenta con el apoyo de su Gobierno, y ofrezcan prestar gran ayuda a la CAL y a los miembros regulares que la necesiten, siempre que en estos casos, se llegue a un acuerdo satisfatório para ambas partes; tendrá derecho a nombrar**” (AC.ACE.91597/76, p. 62, grifo meu):

**Un Secretario de Prensa y Difusión, encargado de contrarrestar las campañas mundiales de calumnias, dirigidas contra los Gobiernos, Partidos y Fuerzas Armadas Anticomunistas, favoreciendo la subversión y los intereses del comunismo y sus cómplices; Un Secretario Técnico en la lucha contra la subversión en las Universidades y Escuelas; Un Secretario Técnico en la lucha contra los clérigos rojos y sus cómplices; Un Jefe del Departamento Técnico Latinoamericano, de asesoría y ayuda, en la lucha contra revoluciones, guerrillas y terrorismo; Un Jefe del Servicio Secreto de Inteligência Latinoamericana; Un Jefe del Departamento de Investigación del comunismo y de sus sistemas de lucha; Los Secretários de Ayuda Mutua**, entre los miembros de la CAL, nombrados y substituidos en cualquier momento, por aquella o aquellas **Entidades Políticas o Militares miembros regulares de la CAL, que por tener el respaldo de su Gobierno, puedan y quieran prestar ayuda**

---

<sup>668</sup> O Defensor da CAL poderia “interponer su veto, al nombramiento de Integrantes del Secretariado y de subalternos de ellos, y de personal del Instituto de Investigación del comunismo y de su Profesorado, cuando median razones iguales a las mencionadas en la fracción anterior” (AC.ACE.91597/76, p. 61). Deveria igualmente “interponer su veto al ingreso al Congreso General, Y AL Consejo Superior de Coordinación, de DELEGADOS de Miembros REGULARES de la CAL, cuando no asistan al Congreso personalmente, **LOS JEFES DE LAS ENTIDADES miembros de la ALIANZA SECRETA**, y el Defensor no vea muy claro, que esos Delegados, llenan los requisitos exigidos por este Reglamento, **para ingresar a los secretos del Congreso**. Ya que como la experiencia lo demuestra y ya se ha mencionado en este Reglamento; **HASTA EN LAS ORGANIZACIONES MEJORES Y QUE MAS CUIDAN ESTE ASUNTO, ha podido el comunismo Y SOBRE TODO, las fuerzas secretas que lo dirigen y propalan**; colar sus agentes de infiltración y control, haciendo mérito ante los Jefes de las entidades, hasta poder subirse a lo más alto. En este caso, el SECRETARIO GENERAL, a petición del Defensor de la CAL; pedirá, con toda cortesía, al JEFE O JEFES SUPREMOS DE LA ENTIDAD; que o cuidan ellos mismos personalmente al Congreso, que es siempre lo más conveniente; o manden otro representante, en substitución del vetado por el DEFENSOR DE LA CAL. Y como esta disposición es aprobada por el Congreso General, ningún Jefe en lo futuro debe resentirse, porque el DEFENSOR DE LA CAL, cumpliendo con su deber sagrado, oponga el veto a algún Delegado suyo al Congreso o al Consejo Superior (AC.ACE.91597/76, p. 61).

económica, política, militar o de cualquier índole; en forma directa, a los Partidos Políticos, Organismos o Movimientos Militares y otras Entidades Anticomunistas miembros de la CAL, que prefieran solicitar tal ayuda, por conducto de uno de estos Secretarios; Un Tesorero General; Tres Secretários Adjuntos nombrados por el Secretario General, para auxiliárrlo en todas sus funciones, de acuerdo con lo estipulado en el capítulo Tercero, quienes tendrán derecho a voz pero no a voto salvo el caso del Secretario Adjunto que sea electo Secretario General de la Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), Sección pública que no integra a partidos políticos y organismos militares (AC.ACE.91597/76, p. 62)

#### 5.10.8. O Regulamento Secreto da CAL “explicado” pelo SNI

O SNI, caracterizado como “monstro” por seu próprio criador, o general Golbery do Couto e Silva, não apenas compilou referidos capítulos e artigos do Regulamento Secreto do Secretariado da CAL. O SNI, sob a pena do capitão de Mar e Guerra (CMG) **Murillo Cruz Guimarães de Sousa Lima**, teceu também suas **“Considerações sobre a legislação da CAL-Secreta”**. Segundo o militar brasileiro, **“os estatutos da CAL Secreta insistem no segredo absoluto que se deve manter em tudo o que a ela se refira”** na medida em que **“os assuntos tratados são de natureza militar e política reservados”**, referidos **“à ação, influências, troca de informações, formação de mentalidade ou identificação de possíveis instrumentos de pressão”** (AC.ACE.91597/76, p. 3). O capitão esclareceu que, pelos Estatutos, **“dirige a CAL-Secreta um Secretário-Geral, auxiliado por um Secretariado assim constituído”**:

Secretários-Adjuntos (3); Secretário de Imprensa e Difusão (3); Secretário-Técnico de luta contra a subversão nas universidades e escolas de diversos graus (1); Secretário-Técnico de luta contra os clérigos marxistas ou simpatizantes; Secretários de Ajuda Mútua (1); Chefe de Estudos e Investigação sobre o comunismo e seus meios de luta (1); Chefe do Departamento de Assessoria e ajuda nas lutas contra guerrilhas e terrorismo (1); Chefe do Serviço de Inteligência latino-americano (1) (AC.ACE.91597/76, p. 3)

O capitão de Mar e Guerra (CMG) e agente do SNI destacou, enfim, o papel estratégico dos Secretários de Ajuda Mútua da CAL-Secreta, que seriam **“nomeados por seus governos ou entidades políticas, ‘a fim de prestar ajuda econômica, política, militares e de qualquer índole, em forma direta, a partidos políticos, movimentos militares e outros, que prefiram solicitar tal ajuda’”** (AC.ACE.91597/76, p. 3). Ou seja, sumariou o militar brasileiro, os Secretários de Ajuda Mútua da CAL-Secreta seriam **“uma espécie de delegação da CAL, para contatos nos países onde estão credenciados”** (AC.ACE.91597/76, p. 3).

### 5.10.9. Quem-é-quem no III Congresso da CAL-Secreta na EsNI

Os anfitriões do III Congresso da CAL-Secreta dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI) do governo Geisel, obviamente, foram as Forças Armadas brasileiras que, à época, governavam *a manu militari* a autocracia burguesa nacional. Embora os militares verde-amarelos tenham sido os anfitriões desse terceiro congresso secreto do braço político-militar da WACL na América Latina, os agentes da ditadura nacional assistiram-no na condição de “Observadores”. É notável que, de acordo com a documentação do SNI sobre o congresso de novembro-dezembro de 1974 na EsNI, dele não participou nenhum representante da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, a SEPES, justamente, o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL. Seu presidente Carlo Barbieri Filho, inclusive, só é citado na documentação do SNI como aquele que seria apontado, em abril de 1975, como o futuro presidente da WACL no marco da já então pré-agendada, para ocorrer no Rio de Janeiro, VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista. Isto é, a SEPES, ao que tudo indica, não participou do encontro secreto da CAL dentro da EsNI.

De tão secreta, membros ou associados da CAL poderiam não ser ou estar informados sobre as dimensões mais subterrâneas das operações (para)militares que eram ou seriam planejadas e operacionalizadas no interior das conexões repressivas dessa *joint venture* da extrema-direita da América Latina com governos e Estados anticomunistas aliados e, via de regra, goverandos pelas Forças Armadas de seus respectivos Estados-Nacionais.

Teria sido esse o caso? Ou seja, a SEPES ao menos teria sabido da realização, sob o governo Geisel, do III Congresso da CAL-Secreta dentro da EsNI? A SEPES, embora tenha recepcionado o II Congresso da CAL-Pública de 1974 em parceria com o governo Médici (em particular com seu Ministro da Justiça Alfredo Buzaid); a SEPES, apesar de ter sido integrada no Conselho Coordenador desse braço da WACL na América Latina ainda em 1974 no México; enfim, a organização presidida por Barbieri Filho não teria ao menos sabido da realização do III Congresso da CAL-Secreta, dentro da EsNI, em Brasília? Se os dirigentes da SEPES, o “Capítulo” brasileiro ostensivo da WACL/CAL, souberam ou não da realização do terceiro congresso secreto da CAL sob patrocínio dos militares verde-amarelos, o fato é que não tomaram parte dele.

Então, quem foram os “Observadores” brasileiros no III Congresso da CAL-Secreta? Quantos foram? Apenas um paisano (não pertencente à SEPES de Barbieri Filho e consortes) e

mais quatro (4) militares. Os “Observadores” brasileiros do terceiro congresso secreto da CAL “interna” foram cinco: o padre **José Afonso de Moraes Passos**, preposto no Brasil da ultradireita dos tecos da FEMACO, e quatro militares que representaram as três Forças Armadas do Brasil. Os representantes da **Marinha do Brasil** que serviram de “Observadores” do III Congresso da CAL-Secreta foram o então Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG) **Thelmo Dutra de Rezende** e o então Capitão de Fragata (CF) **Ernesto Heitor Mello de Cunha**, ambos do SNI. O representante da **Força Aérea do Brasil** no conclave anticomunista era o então Coronel Aviador **Jair do Amaral Vasconcelos**, do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Finalmente, o então Major **Leone da Silveira Lee** participou do encontro anticomunista secreto como representante do **Centro de Informações do Exército (CIE)**.

Todos eles, portanto, à exceção do paisano, *experts* dos serviços de inteligência e contrainteligência das Forças Armadas do Brasil. Ligados ao SNI, ao CISA e ao CIE, por conseguinte, pertenceram à poderosa cúpula da comunidade de informações da última ditadura militar brasileira. À época, o mais graduado deles, sem dúvida, era o **comandante Dutra de Rezende**, registrado na documentação do SNI como o “**Coordenador Geral do Congresso da CAL-Secreta**”. Entre setembro de 1962 e janeiro de 1964, esse militar trabalhou no Centro de Inteligência da Marinha e, às vésperas do golpe de Estado e de classe, entre janeiro e abril de 1964, estagiou na *United States Army Intelligence School* (SIMMONS, 1970: 3). Instaurada a ditadura militar no Brasil, **Dutra de Rezende serviu de Oficial de Divisão Estratégica/Segurança Interna no Conselho de Segurança Nacional (CSN) e, entre 4 e 26 de junho de 1964, fez um “orientation tour to U.S.”** (USDEPARTMENTOFDEFENSE, 1967: 2, grifo meu).

Segundo o Departamento de Defesa dos EUA, Dutra de Rezende “**served in the National Intelligence [Service] (...) (SNI) in Brasilia from 1970 to 1975. Intelligence is his major field of endeavor**” (ALVARADO, 1984: 01). No governo Médici (1969-74), esse militar oficial de inteligência treinado pelo Exército dos EUA foi nomeado Sub-Chefe do Gabinete Militar e, no governo Geisel (1974-79), assumiu o cargo de sub-chefe do SNI, servindo de assistente especial ao chefe da instituição, e futuro ditador do Brasil, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985)<sup>669</sup>. “Só isso”.

---

<sup>669</sup> Talvez exista um recorde de *Withdrawal Notices* para os *Biographical Reports* de Dutra de Rezende. Os *Avisos de Retirada* referem-se aos anos de 1964, 1965, 1967, 1969, 1971, 1972 (duas ocorrências), 1973 (três ocorrências), 1977 e 1978 (duas ocorrências). É o *National Archives* (NARA) dos EUA que procede a essa forma de censura e é a partir

O outro representante da Marinha do Brasil entre os “Observadores” brasileiros do III Congresso da CAL-Secreta era o Capitão de Fragata (CF) **Ernesto Heitor Mello de Cunha**. À época, ele integrava a **Agência Central do SNI (AC/SNI)**, na **sessão SC-2 (Exterior)**, tendo recebido do Itamaraty, em 16 de março de 1973, a comenda da Ordem de Rio Branco mercê de seus serviços prestados junto à **Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)**. O comendador e capitão Mello de Cunha teria promovido “intensa troca de Informes e Informações sobre o campo internacional” entre a AC/SNI e a DSI/MRE e, segundo o registro oficial desta, “**o Comandante Mello da Cunha tem prestado valiosa colaboração a esta Divisão no encaminhamento de assuntos de interesse do Itamaraty**” (DPN.PES.601, pp. 17-18). Destacar-se-ia, pois, como **Chefe do Departamento da Área Internacional (SC-2) da Agência Central do SNI**, exer<sup>670</sup>citando sua *expertise* como “**Analista de Informações**” no **campo internacional**, pelo menos, até 1989.

Como se nota, a Marinha do Brasil esteve muitíssimo bem representada no SNI e no III Congresso da CAL-Secreta. A Força Aérea do Brasil, a seu turno, esteve presente por intermédio de um **coronel do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Jair do Amaral Vasconcelos**. É preciso aprofundar a especificação histórica dessa figura, que em 1967 foi transferido do 1º Grupo de Aviação Embarcada para o Estado-Maior da Aeronáutica e, em 1976, tornou-se Comandante da Base Aérea do Galeão. Nessa condição, segundo uma denúncia do cabo da FAB Adir Figueira, Jair do Amaral Vasconcelos teria comandado um centro de torturas e um “presídio subterrâneo de presos políticos” naquele principal aeroporto do Rio de Janeiro<sup>671</sup>.

---

de seus documentos que a Brown University compôs seu valioso repositório digital. Em 1979, T. Dutra de Rezende tornou-se Diretor de Transportes da Petrobrás e, em 1984, seria indicado a presidência da estatal pelo então ditador J. B. Figueiredo, seu ex-chefe no SNI.

<sup>670</sup> Mello de Cunha, depois da “redemocratização”, prosseguiria azeitando os contatos do Brasil com os serviços de inteligência estrangeiros. Participaria na Argentina, em Buenos Aires, entre 5 e 9 de junho de 1989, do **I Encontro de Analistas com a Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE)**. “O Encontro de Analistas com a SIDE, apesar de idéia antiga, cobrou maior ânimo com a visita do Secretário, Senhor Embaixador FACUNDO SUAREZ, a Brasília, em 1989. Realizou-se em 5/9 Jun 89 em BUENOS AIRES e o SNI fez-se representar pela seguinte comitiva: CMG (RRm) ERNESTO HEITOR MELLO DA CUNHA, Chefe do Departamento 2” (BR.DF.ANBSB.V8.TXT.CEX.1329, p. 1). “Propostas de Cooperação: Dois Analistas do Campo Interno desejaram avistar-se com a Delegação **a fim de propor formas de cooperação para o acompanhamento da subversão, principalmente o deslocamento de pessoas para o BRASIL e ARGENTINA**” (BR.DF.ANBSB.V8.TXT.CEX.1329, p. 7). O monitoramento transfronteiriço de “subversivos”, como se nota, nunca cessou. As Forças Armadas regionais, e a brasileira em particular, que o digam.

<sup>671</sup> Adir Figueira, um cabo da FAB torturado na Base Aérea do Galeão, solicitou ao Poder Judiciário, em 2008, que fosse “ouvido **o Comandante da Base Aérea do Galeão, no ano de 1978, Coronel Jair do Amaral Vasconcellos, sendo responsabilizado pelas torturas físicas e perseguições psicológicas sofridas pelo ora declarante e**

Acompanhando os representantes da Marinha e da Aeronáutica no III Congresso da CAL-Secreta, dentro da EsNI, no primeiro ano do governo Geisel, o major Leone da Silveira Lee representou o Centro de Informações do Exército (CIE). Egresso da Academia Militar das Agulhas Negras, Lee foi nomeado, em julho de 1971, oficial de gabinete do Ministro do Exército Orlando Geisel, destacando-se como um *expert* na área de informações. Um entusiasta da Escola Nacional de Informações (EsNI) e do aparato repressivo da ditadura militar brasileira, ele “foi talvez”, ensina o historiador norte-americano Kenneth P. Serbin, “**talvez o mais importante especialista do Exército em Igreja**” (SERBIN, 2001: 310)<sup>672</sup>. Logo se detalhará a atuação desse major araponga do CIE nas operações secretas da ditadura brasileira no interior da Igreja católica. A Lee coubera a leitura do informe dos “Observadores” do Brasil à audiência do III Congresso da CAL-Secreta acerca da “infiltração comunista” no clero.

Dessa forma, a delegação brasileira no III Congresso da CAL-Secreta esteve composta pela cúpula dos serviços secretos das Forças Armadas do Brasil. O SNI, o CISA e o CIE estiveram representados no evento secreto do complexo anticomunista WACL/CAL dentro da EsNI. Além desses “Observadores brasileiros”, estiveram presentes na EsNI agentes oficiais e/ou oficiosos do Chile de Pinochet, do Paraguai de Stroessner, do Uruguai de Bordaberry, da Guatemala de Kjell Eugenio Laugerud García/Mario Sandoval Alarcon, além de “cruzados” anticomunistas do México, da Costa Rica e da Colômbia.

A delegação chilena presente no III Congresso da CAL-Secreta na EsNI esteve composta por “**Gustavo Alessandri**”, “empresário, ex-vice-presidente do Partido Nacional, atualmente **Assessor do General de Aviação [Gustavo] Leigh [Guzmán], da Junta Militar e Conselheiro do Presidente [Augusto] Pinochet**”; pelo coronel da *Fuerza Aérea de Chile* (FACH) “José Ortuzar”, codinome de “**Horácio Ortaiza Lopez, Chefe do ‘Serviço Secreto de la Aviación**”;

---

**praticadas no período em que a Unidade esteve sob seu comando. Outrossim, seja o respectivo Coronel ouvido sobre a existência do presídio subterrâneo de presos políticos**, onde o declarante afirma ter conhecimento de que um dos presos apelidado de ‘padre’ teria sido torturado até a morte, e durante a tortura foi arrastado por um jipe da Aeronáutica, tendo sua boca amarrada ao cano de escapamento e os braços no pára-choque do respectivo veículo, vindo a ter conhecimento posteriormente que tratava-se de **Stuart Angel, militante do MR-8 e filho da Estilista Zuzu Angel, preso, torturado e assassinado em 1971**, cujo corpo até a presente data não foi encontrado” (FIGUEIRA, 2008: 5).

<sup>672</sup> Em 1980, na Escola Superior de Guerra (ESG), Silveira Lee apresentou uma conferência intitulada *A implantação do quadro de pessoal militar da área de informações nas Forças Armadas do Brasil*. Nela, “**le colonel Silveira Lee se réjouit du fait que ‘l’EsNI se place aujourd’hui parmi les meilleures du genre dans le monde occidental**” (CHIRIO; JOFFILY, 2018: 14). Para maiores detalhes sobre a EsNI, cf. QUADRAT, 2012.

pelo coronel **Daniel Rojas Fuentes** do Exército do Chile; o “Coronel **Claudio Moronez Gonzales**”, da “**Dirección Nacional de Informaciones**, **DINA**”; o “Comandante **Jorge Valenzuela Toro**”, da “Marinha de Guerra”; e enfim o “Coronel **Manuel Brito Osses**”, codinome não revelado, do Exército chileno (AC.ACE.91597/76, p. 4, grifo meu). Portanto, à semelhança da delegação brasileira, acrescentando-se a presença de um político conservador de peso como Gustavo Alessandri, também as três Forças Armadas do Chile enviaram seus representantes para o III Congresso da CAL-Secreta, realizado dentro da EsNI, em Brasília, que contou com a presença dos serviços secretos da FACH e da DINA.

Infelizmente, o codinome utilizado pelos agentes pinochetistas da DINA na EsNI impediu, eficazmente, a identificação *a posteriori*. Entretanto, é possível identificar que outro serviço secreto fundamental à ditadura chilena, os arapongas da FACH, enviou seu representante ao congresso secreto da CAL organizado pelos arapongas do governo Geisel na EsNI: o coronel aviador Horacio Otaíza López, “el cerebro del Comando Conjunto” (SALAZAR SALVO, 2011: 243). O Comando Conjunto foi responsável por inúmeras desapareições forçadas e, na divisão de trabalho repressivo com a DINA, atuou também no extermínio do *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), sendo um dos gestores ainda do aniquilamento do Partido Comunista do Chile. *Nom de guerre* “pata de oso”, o coronel Otaíza López era subordinado ao chefe máximo da FACH Gustavo Leigh Guzmán e era o diretor do Departamento de Contrainteligência da Direção de Operações da FACH.

O repressor Otaíza López seria apontado como torturador no Chile. Ele foi denunciado como um dos algozes da Academia de Guerra Aérea, participando das sevícias do ex-senador comunista Jorge Montes no Chile. No Paraguai de Stroessner, ele Otaíza López foi denunciado pelo educador e advogado guarani Martin Almada como um de seus torturadores “no ventre da Condor”<sup>673</sup>. Esse coronel aviador chileno seria encarregado, ademais, da *Dirección de Inteligencia de la Fuerza Aérea* (DIFA), morrendo, a 31 de julho de 1975, “en un extraño accidente [aéreo]” (SALAZAR SALVO, 2011: 243)<sup>674</sup>.

---

<sup>673</sup> Cf. APÊNDICE.

<sup>674</sup> “OTAIZA Lopez, Horacio. Colonel (Coronel de Aviación). Horacio OTAIZA Lopez, Chilean Air Force, date of rank 5 January 1972, date of birth 5 January 1925 in Santiago, Chile. Colonel OTAIZA took Base Security Police Orientation at Kirtland AFB and Cannon AFB, New Mexico in late 1973. Colonel OTAIZA has been Chief of Police and Security for the Air Force and is now believed to be incorporated into the newly created Directorate of Air Force Intelligence” (CUMMINGS; CORCORAN; BESCHTA, 1975: 14).



A delegação paraguaia presente no III Congresso da CAL-Secreta, a sua vez, esteve composta pelo alto escalão do stronismo. Estiveram presentes o “Deputado **Ruben Dario Osório**”, do “Partido Colorado, **pessoa da intimidade do Presidente da República**” **Alfredo Stroessner**; o “**Doutor Antonio Campos Alum, Chefe do Serviço de Informações, sob o título de Diretor de Assuntos Técnicos; civil, antigo chefe de lutas anti-guerrilheiras, elemento de confiança das FFAA**”<sup>675</sup>; e o “**Tenente-Coronel Julio Zacarias Moreno, adjunto geral do Presidente da República**; reside no próprio Palácio Presidencial” (AC.ACE.91597/76, p. 5, grifo meu).

Já a delegação uruguaia no III Congresso da CAL-Secreta foi composta pelo “Senhor ‘Juan Maldonado’”, “codinome” do “Coronel Villar, chefe do ‘Departamento Segundo’ do Estado-Maior do Exército”; e por três codinomes não identificados, “Senhor ‘Ernesto Mario Rossi Montero’”, “Senhor ‘Miguel Angel Nadal’” e “Senhor ‘Pedro Hernandez’”. Embora o SNI não tenha identificado os nomes reais desses militares, a agência de espionagem do Brasil registrou que esses três seriam “**todos militares**”, “**tenentes-coronéis**”, e, “entre eles, apurou-se que **um seria Chefe-de-Gabinete do General [Julio César] VADORA, Comandante-em-Chefe do Exército e [o] outro Chefe-de-Gabinete do General Luís Queirolo**” (AC.ACE.91597/76, p. 5, grifo meu).

Em 1973, o general Vadora fora um dos artífices do golpe de Estado no Uruguai<sup>676</sup> e, no ano seguinte, foi designado Comandante-em-Chefe do Exército. Em outubro de 1975, em Montevideo, foi encarregado de presidir a XI Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), secretariada por Luís Queirolo<sup>677</sup> e considerada, como se verá no APÊNDICE, um dos *protótipos* da Operação Condor. Não por acaso, Vadora se tornaria o responsável pelo “Capítulo” uruguaio da Operação Condor.

A cúpula dos serviços secretos militares da ditadura brasileira, desse modo, esteve representada no terceiro congresso secreto da CAL ao final de 1974 dentro da EsNI. A delegação da Guatemala que tomou parte desse conclave anticomunista regional também esteve representada por sua cúpula militar. A delegação guatemalteca presente em Brasília esteve integrada pelo

---

<sup>675</sup> Recorde-se que Ruben Dario Osório e Antonio Campos Alum tinham sido designados, pelo II Congresso da CAL-Secreta de 1973, realizado na cidade de Puerto Presidente Stroessner, respectivamente, como “jefe del ‘Servicio Latinoamericano de Inteligencia’” e “jefe del ‘Departamento Técnico Latinoamericano de Asesoría y Ayuda en la lucha contra las guerrillas y el terrorismo’” (ROSTICA, 2021: 228).

<sup>676</sup> “Vadora fue el primer comandante del Ejército (1974-1978) que perteneció desde su primera etapa a **la logia militar secreta ultranacionalista Tenientes de Artiga (1964), cuyos integrantes tuvieron influencia decisiva en el golpe de Estado de 1973 y en la ulterior dictadura (1973-1985)**” (ELOBSERVADOR, 2011).

<sup>677</sup> Luís Queirolo participaria, em 1980, na Argentina, do IV e último Congresso da CAL-Pública.

“Coronel Cesar Quinteros Alvarado: enviado do Presidente [Kjell Eugenio Laugerud García] da República e [das] Forças Armadas; chefe do Serviço de Seguridad y Información de Guatemala” (AC.ACE.91597/76, p. 5). O coronel guatemalteco Quinteros Alvarado era um egresso da Escola das Américas (SOA) e esteve acompanhado, no III Congresso da CAL-Secreta de 1974 na EsNI, por “Fernando Ibarra, arquiteto, assessor direto do Vice-Presidente da República e maior chefe político nacional, Mario Sandoval Alarcón” (AC.ACE.91597/76, p. 5, grifo meu).

A delegação do México presente na EsNI, a sua vez, foi composta pelos dirigentes tecos da FEMACO. Estiveram presentes o “Licenciado Javier Araiza”, “codinome” de “Juan Aravalos, um dos chefes ocultos de uma das organizações que integram o grande conjunto mexicano” [FEMACO]; o “Licenciado Raimundo Guerrero, FEMACO, ex-presidente da WACL e outras agremiações”, o “Licenciado Juan Carlos”, “codinome” de “José Humberto Davalos Herrera, verdadeira identidade, contato da CAL junto aos Governos, Secretaria-Geral da CAL-Secreta, bacharel e doutor em Direito”; e o “Licenciado Rafael Rodriguez, Secretário-Geral da CAL-Pública e contato junto a associação e particulares, bacharel em Direito” (AC.ACE.91597/76, p. 5, grifo meu).

A delegação da Costa Rica que tomou parte do III Congresso da CAL-Secreta foi composta, finalmente, pelo “Doutor Hans Castorp (codinome)”, cuja “verdadeira identidade” era a de “Fernando Trejos Escalante, médico, ex-candidato à Presidência da República e presidente do Partido de União Republicana”; e “o Doutor Genaro Gomez (codinome)”, cuja “verdadeira identidade” era a de “Jorge Gonzales Martín, também ex-candidato à Presidência da República, presidente do Partido Nacional Independente” (AC.ACE.91597/76, p. 5). Por último, a delegação da Colômbia presente na EsNI, assim como a da Costa Rica, foi composta basicamente de políticos anticomunistas. Os colombianos presentes, enfim, eram o “Doutor Álvaro Gomez Hurtado: ex-candidato à Presidência da República pelo Partido Conservador, o qual, embora derrotado, possui seis ministros no Gabinete”; e o “Engenheiro Henrique Gomez Hurtado: irmão do Dr. Alvaro, Jornalista e um dos dirigentes do Partido Conservador” (AC.ACE.91597/76, p. 5).

#### *5.10.10. Quem-é-quem no Secretariado da CAL-Secreta*

Durante as Sessões Plenárias do III Congresso da CAL-Secreta de 1974, celebrou-se a “Eleição de Secretários” desse órgão regional da WACL na América Latina. De acordo com a documentação produzida pelo SNI sobre o conclave anticomunista em questão, o colombiano **Álvaro Gomez Hurtado** foi designado **Secretário de Imprensa e Difusão**; o paraguaio **Carlos Podesta** foi apontado como **Secretário Técnico na Luta contra a Subversão em Universidades e Escolas**; o também paraguaio (e chefe da polícia política do stronismo) **Antonio Campos Alum** foi indicado para o cargo de **Secretário Técnico na Luta contra Guerrilhas e Terrorismo**; e o brasileiro **José Afonso de Moraes Passos** foi designado **Tesoureiro Geral da CAL-Secreta** (AC.ACE.91597/76, p. 15)<sup>678</sup>. Ficaram vagos o cargo de “**Secretário Técnico na Luta contra os Clérigos Vermelhos e seus Cúmplices**”, “a ser escolhido, num prazo de três meses, um sacerdote que reúna os requisitos necessários”; bem como os cargos de “**Secretários de Ajuda Mútua**”, “a serem nomeados num prazo de 90 dias” (AC.ACE.91597/76, p. 15, grifo meu).

Conforme adiantado, durante o terceiro congresso secreto da CAL na EsNI, esse órgão regional da WACL na América Latina buscou engajar oficialmente a ditadura militar brasileira em suas redes anticomunistas transnacionais. E a forma de fazê-lo, justamente, foi pela oferta *a um brasileiro* de seu cargo mais importante, a saber, o de *Chefe do Serviço Secreta de Inteligência Latinoamericana*. Assim que o III Congresso da CAL-Secreta decidiu, “por aclamação”, que esse cargo de Chefe de Inteligência “**seria [ocupado por] um brasileiro; ante a recusa da delegação brasileira em assumir tal responsabilidade, invocando o seu caráter de ‘observadora’ na CAL, o Plenário resolveu que a escolha ficasse em aberto, por um prazo de 90 dias, aguardando-se um pronunciamento definitivo do Brasil**” (AC.ACE.91597/76, p. 15, grifo meu).

#### 5.10.11. *Quem-é-quem na Comissão de Partidos Políticos da CAL-Secreta*

Durante o III Congresso da CAL-Secreta, ademais, foi constituída sua Comissão de Assuntos Políticos. Esta foi presidida conjuntamente pelo padre brasileiro José Afonso de Moraes Passos e pelo mexicano Rafael Rodriguez. Os “Membros” da Comissão de Assuntos Políticos,

---

<sup>678</sup> Lembre-se que o brasileiro Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, fora designado Tesoureiro Geral da CAL-Pública (ou “interna”), no México, em meados de 1974. O padre em questão, lugar-tenente dos tecos mexicanos no Brasil, foi-lhe o contra-parte na CAL-Secreta.

durante o conclave na EsNI, foram: o capitão de Fragata e agente do SNI Ernesto Heitor Mello de Cunha; o empresário e político chileno Gustavo Alessandri; os colombianos Álvaro Gomez Hurtado e Enrique Gomez Hurtado; os costa-riquenhos Fernando Trejos Escalante e Jorge Gonzalez Martín; os guatemaltecos Fernando Ibarra e Arturo Maldonado; os mexicanos Juan Aravalos e Raimundo Guerrero; o paraguaio Ruben Dario Osório; e os uruguayos (codinomes) Miguel Angel Nadal e Pedro Hernandes (AC.ACE.91597/76, p. 6). A Comissão de Organizações Políticas do III Congresso da CAL-Secreta, assim composta, debateu a “situação política de cada país”, a “ação comunista nas escolas e universidades”, a “subversão dos meios de comunicação” e a “ação subversiva do clero cripto-comunista” (AC.ACE.91597/76, p. 6). Por falta de tempo, deixaram-se de abordar “os seguintes assuntos também incluídos entre os itens da Agenda: Ação subversiva sobre os trabalhadores e camponeses; Medidas que os partidos políticos possam tomar no sentido de capitalizar o apoio da mulher, atrair a juventude e para anular a infiltração política dos comunistas” (AC.ACE.91597/76, p. 6).

No debate sobre a situação política do Chile, o delegado **Gustavo Alessandri** resumiu que “**o Governo da Junta Militar não estabeleceu prazos para o exercício de sua tarefa de reconstrução do País**” e, “**estando a atividade político-partidária suspensa, o Governo pretende estimular a participação comunitária desvinculada daquelas conotações**” (AC.ACE.91597/76, p. 6, grifo meu). Para isso, a Junta Militar do Chile estaria “desenvolvendo um programa de ‘politização participativa’ traduzido na criação de ‘Juntas de Vizinhos’ cujos chefes se entendem com as autoridades municipais para debates, estudos e busca de soluções dos problemas das comunidades que representam” (AC.ACE.91597/76, p. 7). Alessandri referiu-se ainda “**à campanha dirigida contra o Chile, que já conseguiu, inclusive, a prevenção contra o País dos seus tradicionais amigos europeus**”, lamentando que “**os créditos estão cortados e as pressões são enormes, inclusive nos organismos internacionais regionais, políticos e de cooperação econômica**” (AC.ACE.91597/76, p. 7, grifo meu).

Ao final sua intervenção, o delegado chileno “disse que **a estratégia da União Soviética é a de fomentar o espectro da guerra com o Peru**, a fim de levar o Chile a optar por uma economia de guerra, consumindo os poucos recursos destinados à reconstrução do País”, advertindo que “um plano de mobilização seria fatal ao Chile” (AC.ACE.91597/76, p. 7). Alessandri, enfim, “insinuou duas soluções: uma declaração ‘não belicista’ da parte das principais

chancelarias latino-americanas e mais especialmente, no caso do Brasil, **a reedição do Pacto ABC (Argentina-Brasil-Chile), com propósito militares e desenvolvimentistas**” (AC.ACE.91597/76, p. 7, grifo meu). O delegado chileno, afirmando que “o problema da guerra Peru x Chile realmente preocupa o País”, “logrou que os delegados, membros da CAL, aprovassem uma Resolução de que procurariam exercer influência junto à Chancelaria dos seus países para manifestarem o repúdio a qualquer ação armada no Continente” (AC.ACE.91597/76, p. 7). “Fora das sessões”, um dos presidentes da Comissão de Organizações Políticas da CAL-Secreta, o padre brasileiro José Afonso de Moraes Passos, teria sido pressionado para que intercedesse junto à Chancelaria do Brasil para que esta “fizesse qualquer declaração contra agressões armadas. Passos disse que não possui a delegação [competência] para [fazer] promessas nesse sentido” e “sugeriu que talvez o Embaixador brasileiro em Lima pudesse fazer algum comentário, numa reunião social, de que ‘o Brasil não admitiria guerra em suas fronteiras’” (AC.ACE.91597/76, p. 7).

“Segundo **Passos** o assunto já tinha sido ventilado **em outras ocasiões em que tivera com Alessandri, inclusive em presença do irmão do General Leigh e do Cel Júlio Tapia**” (AC.ACE.91597/76, p. 7, grifo meu). O informe da delegação colombiana foi feito pelo ex-candidato à presidência Álvaro Gomez Hurtado, que disse que o conti[n]gente eleitoral do seu país é de cinco milhões de eleitores” e que “mesmo tendo perdido as eleições e terminado o acordo que estabelecia um rodízio dos principais partidos – liberal e conservador – no Poder, o seu partido possuía seis Pastas no Gabinete” (AC.ACE.91597/76, p. 7). Dessa forma, o colombiano garantiu ao III Congresso da CAL-Secreta que “teria condições de influir em favor de medidas antimarxistas” junto ao governo da Colômbia e “não se mostrou preocupado com uma esquerdização do país, comentando que o Presidente Michelsen faz, apenas, algumas concessões por ter sido apoiado nas eleições por correntes de esquerda”, salientado que “há inconformidade social e inflação, mas a situação é de calma. O ex-ditador Rosas Pinila ainda possui alguma força política, mas está decadente” (AC.ACE.91597/76, p. 8).

A seu turno, a delegação de Costa Rica, composta por dois ex-candidatos à presidência, dissertou “longamente sobre o seu País” e, apoiada pela delegação dos tecos da FEMACO, acusou o então presidente José Figueres – como visto, membro do primeiro Conselho Executivo da WACL (1967-68) – “de pró-marxista e Gonzalo Paccio de notório corrupto”, lamentando que “as duas universidades locais têm reitores pró-marxistas” e que “a minoria universitária comunista é atuante

e ganha todas as eleições universitárias, ante a indiferença da maioria não comunista” (AC.ACE.91597/76, p. 8). A delegação mexicana da Comissão de Assunto Políticos, a sua vez, salientou que “o ‘Partido Revolucionário Institucional – PRI’ detém a maioria real, mas há descontentamento geral”, denunciando que “o Governo está infiltrado de marxistas e as pressões inflacionárias são grandes” (AC.ACE.91597/76, p. 8). Os dirigentes tecos da UAG lamentaram o fato de que “o povo [mexicano] é despolitizado” e que o país permanece sob “a influência, ou mesmo dependência, dos EUA” (AC.ACE.91597/76, p. 8). Os dirigentes tecos denunciaram ainda “o Secretário de Estado Kissinger”, que manteria “contatos com muitos políticos mexicanos em Acapulco”, onde manteria ligação com “a ex-atriz de cinema Merle Oberon” (AC.ACE.91597/76, p. 8). Os representantes da FEMACO, na EsNI, denunciaram que “os votos do México em foros internacionais, contrários aos dos norte-americanos, representam divergências apenas de ‘fachada’” e que “**Kissinger já fez várias viagens secretas a Cuba para tratar de sua reintegração na OEA**”, tendo sempre como “ponte” o México (AC.ACE.91597/76, p. 8, grifo meu).

Enfim, a delegação guatemalteca apresentou um informe sobre seu país, comemorando que “**há seis anos voltou ao poder o partido anticomunista de Mario Alarcon Sandoval – [do] ‘Movimiento de Liberación Nacional – MLN’**” (AC.ACE.91597/76, p. 8). A delegação da Guatemala presente no III Congresso da CAL-Secreta de 1974 salientou aos congressistas, na EsNI, que “**o MLN cooperou com as FFAA na luta guerrilheira (1966/67), contando para isto com uma força paramilitar**” (AC.ACE.91597/76, p. 8, grifo meu). Destacou-se que o MLN de Mario Sandoval Alarcon “**procura manter uma mística do partido**” e que, “desde 1970”, “o MLN encontra-se no Poder numa coalizão com o ‘Partido Institucional Democrático- PID’” (AC.ACE.91597/76, p. 8, grifo meu). O *Movimiento de Liberación Nacional* (MLN) de Sandoval Alarcon autointitulou-se “o partido da violência organizada” e, “chamado de ‘Padrinho’ por seu papel de mentor dos esquadrões da morte da América Central, Sandoval é considerado responsável por grande parte das mortes provocadas pelos esquadrões da morte em seu país” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 275). Sandoval Alarcon, como visto, participou da VII Conferência da WACL de 1974 nos EUA, discursando na ocasião sobre as medidas anticomunistas adotadas na América Central. O “padrinho” dos esquadrões da morte da Guatemala, dessa forma, também

esteve representado, em Brasília, no terceiro congresso secreto da CAL patrocinado pelos militares brasileiros.

*5.10.12. A ação antissubversiva nas escolas, nas universidades, nos meios de comunicação e no clero progressista*

O III Congresso da CAL-Secreta, na Comissão de Partidos Políticos, debateu a “**ação comunista em escolas e universidades**” e a “**subversão dos meios de comunicação**” na medida em que “os dois tópicos foram discutidos em conjunto já que são inter[de]pendentes no que se refere à **ação comunista na conquista da mente humana pela arma psicológica**” (AC.ACE.91597/76, p. 9). De acordo com o resumo feito pelo SNI, “todos os delegados foram unânimes em aceitar **o fato da tremenda atuação do comunismo procurando absorver, em seu favor, disponibilidade ideológica característica da própria natureza humana**” (AC.ACE.91597/76, p. 9). Debateu-se como “**o problema da infiltração nas Universidades e nas Escolas é o mesmo em todos os países**” e, com essa premissa estratégica, “os Delegados discorreram sobre os esforços de cada um no sentido de minimizar ou interpor-se a essa **ação do MCI [Movimento Comunista Internacional]**” (AC.ACE.91597/76, p. 9). O delegado paraguaio Ruben Dario Osório esclareceu aos congressistas, dentro da EsNI, que “em seu país o Partido Colorado procura endoutrinar os jovens antes do ingresso na Universidade”; já o delegado da Costa Rica defendeu “a tese de **uma depuração ideológica pelos cursos de pós-graduação**”; a delegação brasileira “comentou o programa de instrução Moral e Cívica e o projeto Rondon em que se procura incentivar a participação da juventude no esforço de integração nacional”; e, ao final, “a Delegação mexicana discorreu longamente sobre o assunto, transmitindo a longa experiência da FEMACO em conscientizar as massas estudantis”, apresentando o eixo teocêntrico da guerra política anticomunista teca, no resumo do “esboço de um projeto assim esquematizado” (AC.ACE.91597/76, p. 9, grifo meu):

- Ideário  
(Fase doutrinária) {Teocentrismo  
/ axiologia /  
práxis} □ {endoutrinação /  
demagogia} □ {Movimentação  
{Organização /  
Estratégia /  
Tática}

A delegação dos tecos do México ainda “distribuiu o Projeto de Resolução aprovado no II Congresso” da CAL-Pública, no início de 1974, no Rio de Janeiro, e “que dispõe sobre **as medidas a serem postas em prática para contrarrestar a infiltração comunista nos órgãos de ensino**” (AC.ACE.91597/76, p. 9, grifo meu)<sup>679</sup>. Nessa parte dos debates do III Congresso da CAL-Secreta, na EsNI, “**houve um consenso quanto ao domínio marxista dos órgãos de comunicação**” e, na sequência, “**o Delegado chileno comentou os planos da Junta [Militar] de adquirir a Agência de notícias ‘Orbe’, que seria entregue a especialistas e técnicos em comunicação social**” (AC.ACE.91597/76, p. 9, grifo meu). Importante demarcar que essa “revelação” feita por Gustavo Alessandri, caracterizado pelo SNI como “Assessor do General de Aviação [Gustavo] Leigh [Guzmán], da Junta Militar e Conselheiro do Presidente [Augusto] Pinochet”, apontou para a enorme preocupação da ditadura militar do Chile com sua “imagem no exterior”.

A proposta de aquisição e de operação pelo pinochetismo de uma agência de notícias própria, no caso a Orbe, para defender a “imagen no exterior” da Junta Militar do Chile, seria transformada, em 1975, na chamada Operação Colombo, uma precursora do Plano Condor que também se conectou às redes anticomunistas do complexo WACL/CAL. Após a intervenção do delegado oficioso da ditadura militar chilena, a delegação da Colômbia “sugeriu a criação de um fundo para estímulo e auxílio à imprensa anticomunista” e essa proposta “encontrou ressonância por parte dos delegados, tendo o licenciado Araiza [**Juan Aravalos**] (México) oferecido a quantia de 50 mil dólares à guisa de ‘Motivação’ inicial” (AC.ACE.91597/76, p. 9). Nesse ponto, “**a CAL apresentou um projeto para criação de uma Agência Internacional de Notícias**” (AC.ACE.91597/76, p. 9), reiterando, como visto, a proposta aventada no II Congresso da CAL-Secreta de 1973 no Paraguai e aprovada no II Congresso da CAL-Pública de 1974 no Brasil.

Em outra sessão de debates, a Comissão dos Partidos Políticos do III Congresso da CAL-Secreta estabeleceu “**o clero progressista**” como um de seus alvos. Debatendo a “**ação subversiva do clero cripto-comunista**”, o SNI registrou que “a questão [do clero progressista] foi muito debatida **pela influência que a religião católica exerce na América Latina e na consciência**

---

<sup>679</sup> Recorde-se que, na ocasião, sob o governo Médici, coubera ao veterano anticomunista Antonio Carlos Pacheco e Silva a presidência da Comissão do II Congresso da CAL-Pública que debateu e aprovou as Resoluções novamente discutidas, sob o governo Geisel, na EsNI, em Brasília.



humana”, reconhecendo os congressistas sobre os perigos do “**poderio dos eclesiá[s]ticos progressistas**”, bem como “**sua capacidade de ocupar funções-chaves na hierarquia religiosa e o êxito alcançado em marginalizar os setores clericais que professam a fé segundo a ortodoxia católica** (AC.ACE.91597/76, p. 9, grifo meu). Interveio nesse debate, enfim, o delegado mexicano e dirigente teco Raimundo Guerrero, que discorreu “sobre o absoluto controle econômico dos bispos sobre o clero e o poder que têm em suas mãos de levar à miséria, se o desejarem, os sacerdotes que lhes opõem, retirando-lhes os meios de sobrevivência. Basta que se valham de prerrogativa episcopal de ‘suspensão de ordens’” (AC.ACE.91597/76, p. 9). No mesmo sentido, o delegado uruguaio “citou o fato de um padre que, sofrendo tais pressões dos seus superiores, hoje é sustentado pelos militares” no Uruguai (AC.ACE.91597/76, p. 9).

#### *5.10.13. Quem pagou a conta da CAL? E os ataques antisemitas à Tradição, Família e Propriedade (TFP)*

A Comissão de Partidos Políticos do III Congresso da CAL-Secreta também debateu “**a questão financeira**” da entidade. Os tecos mexicanos reiteraram que não arcaiam mais com o custeio total da CAL. No registro do SNI, os debates sobre o tema se iniciaram advertindo que “**a CAL secreta se ressentida da falta de fundos**” e que “várias solicitações foram feitas pelo Secretário-Geral, secundado pelos Delegados mexicanos da **FEMACO** que **é, virtualmente, a financiadora da entidade. Foram dirigidos apelos no sentido de que os membros da CAL integralizassem, ao menos, a quota-parte estatuída no valor de US\$ 1.000 mensais**” (AC.ACE.91597/76, p. 15, grifo meu).

Após os debates sobre a questão financeira, emergiu, mais uma vez, a hostilidade da CAL contra a Sociedade Brasileira de Tradição, Família e Propriedade (TFP). Nos manuscritos de Antonio Campos Alum, redigidos em janeiro de 1974 durante o II Congresso da CAL-Pública, o repressor paraguaia anotara que a TFP não estaria disposta a “aportar” dinheiro na CAL. Viu-se que a TFP, assim como o “Capítulo” norte-americano da WACL, o ACWF, foram alvos de ataques antisemitas por parte da extrema-direita mexicana em referência. E assim o foi, igualmente, no III Congresso da CAL-Secreta. Nesse congresso na EsNI, referindo-se à VII Conferência da Liga de abril de 1974, realizada nos EUA, o Secretário-Geral da CAL-Pública Rafael Rodriguez

advertiu que na ocasião “se constatou uma tentativa de infiltração comunista entre seus membros” (AC.ACE.91597/76, p. 15).

Mas quem estaria tentando promover uma “infiltração comunista” na WACL, sendo uma organização de “falsa direita”? Quem teria, desde a VII Conferência da WACL de 1974 nos EUA, tentado “destruir” a Liga Mundial Anticomunista. Na acusação antisemita característica dos tecos da FEMACO, dessa feita proferida dentro da EsNI, em Brasília, no governo Geisel, “**o Movimento Sionista também pretende exercer influências através da organização ‘Tradição, Família e Propriedade – TFP’**” (AC.ACE.91597/76, p. 15). Depois dessa intervenção dos tecos contra os “sionistas-comunistas” da TFP, a delegação uruguaia leu “**um decreto do Presidente Bordaberry proscrevendo a TFP**, por considerar os seus métodos incompatíveis com a política de Governo do Uruguai” (AC.ACE.91597/76, p. 15, grifo meu). Enfim, “o Delegado chileno também pronunciou-se concordando com a decisão do Presidente uruguaio” (AC.ACE.91597/76, p. 15).

#### *5.10. 14. As Resoluções da Comissão de Partidos Políticos*

As Sessões Plenárias do III Congresso da CAL-Secreta, em Brasília, na EsNI, decidiram pela “**realização do próximo Congresso num prazo de seis meses, tendo sido escolhido o Chile como sede desse conclave**” (AC.ACE.91597/76, p. 14, grifo meu). O IV Congresso da CAL-Secreta, assim pré-agendado para ocorrer no Chile da Junta Militar, deveria, pois, “reunirse dentro de seis meses **para establecer una comunicación y un control más efectivo de todas sus actividades**” (AC.ACE.91597/76, p. 38, grifo meu). Além disso, aprovaram-se nas Sessões Plenárias as seguintes Resoluções apresentadas pela Comissão de Partidos Políticos da CAL-Secreta:

- **Recomendações à Secretaria da CAL-Pública para que adote medidas para revigorar os movimentos anticomunistas nas Universidades da América Latina; - Criação de um fundo econômico de maior quantificação possível para instituir instrumentos de comunicações ou para fortalecer algumas já existentes; - Colocação em prática de medidas seguras para liberar a Igreja Católica da penetração marxista que invade suas mais altas esferas; apoio aos sacerdotes ortodoxos que, por sua fé, se opõem ao diálogo com o comunismo** (AC.ACE.91597/76, p. 14, grifo meu)

O primeiro conjunto de “recomendações”, destinadas a “vigorizar el movimiento anticomunista en las universidades de América Latina”, deveria tomar em conta, conforme Resolução já aprovada, “los sistemas de lucha que han comprobado su eficacia, tanto para

**prevenir a la juventud de ser contaminada por el marxismo como para rescatar a las instituciones educativas que están total o parcialmente bajo control comunista”** (AC.ACE.91597/76, p. 40, grifo meu). A Resolução referente à criação de um fundo econômico previra que ele deveria “instituir instrumentos de comunicación social o para fortalecer algunos ya existentes” e “no deberá ser gastado sino invertido a través de una empresa interamericana dirigida por personas competentes y plenamente identificadas con los objetivos de la creación del fondo”. Todos membros da CAL estariam obrigados, assim, **“a procurar las mayores aportaciones de sus gobiernos o de particulares para aumentar las reservas del fondo,** considerándose que moralmente cada quien está obligado en la medida de sus posibilidades” (AC.ACE.91597/76, p. 40, grifo meu).

A Resolução destinada à luta anticomunista para “liberar a la Iglesia Católica de la penetración que la invade hasta en sus más altas esferas” exigiria dos membros da CAL que colocassem “en práctica, en sus respectivos países, **planes concretos para neutralizar la acción del clero comunista y subversivo,** adaptando a sus particulares problemas las medidas que ya demostraron eficacia en otros países” (AC.ACE.91597/76, p. 41, grifo meu). Os “Capítulos” nacionais da CAL, comprometidos com a “libertação” da Igreja católica da “penetração marxista”, deveriam “sostener y acrecentar la lucha de los sacerdotes que todavía defienden la ortodoxia de la fe y se enfrentan al comunismo, estimulándolos y ayudándolos moral y económicamente y defendiendo su prestigio si a causa de su posición llegaran a ser sancionados por la jerarquia” (AC.ACE.91597/76, p. 41). Outra Resolução previu a **“elaboração de um estudo minucioso dos esforços desenvolvidos pelo Governo da Junta Militar para erradicação do comunismo no Chile”** e, nesse sentido, **“os membros efetivos da CAL comprometeram-se a trabalhar, dentro de suas zonas de influência, no sentido de opor-se à campanha de calúnias desencadeadas pelo MCI [Movimento Comunista Internacional] contra o Chile”** (AC.ACE.91597/76, p. 14, grifo meu).

O estudo sobre como a Junta Militar **“salvó a Chile del comunismo”** e seus “esfuerzos que se hacen para **la erradicación del marxismo”** deveriam servir “como enseñanza para resolver los problemas que plantea el comunismo en sus respectivos países y para enfrentar posibles crisis en caso de que el comunismo llegue a avanzar en alguno de ellos” (AC.ACE.91597/76, p. 40, grifo meu). Nesse esforço para contrapor-se à **“campanha de calumnias que tiene desatada el**

**comunismo internacional contra Chile**”, os membros da CAL deveriam buscar “el mayor acceso posible a los medios de comunicación masiva para establecer la verdad y **difundir particularmente los progresos que está alcanzando la Junta de Gobierno en la construcción de un nuevo Chile. La delegación chilena proporcionará sucesivamente todas las informaciones necesarias para esta campaña**” (AC.ACE.91597/76, p. 40, grifo meu). Outra Resolução buscou ainda aplacar o “temor” da delegação chilena com uma eventual guerra com o Peru, aprovando-se, nela, que “la CAL resuelve que en vista de un deterioro del sistema de seguridad americano se gestione ante las cancillerías amigas y aún adversas de declaraciones que establezcan que no se reconocerán en el futuro las soluciones de fuerza para los conflictos que puedan surgir entre los estados del continente” (AC.ACE.91597/76, p. 40).

Uma Resolução também atendeu aos pleitos da FEMACO para que os demais “Capítulos” nacionais da CAL contribuíssem economicamente com a entidade. Segundo ela, esclareceu-se que **“la CAL en los dos años y tres meses que tiene de existencia ha recibido del grupo mexicano, su creador, el sustento económico para su funcionamiento y que además dicho grupo elaboró las bases estatutarias de nuestra organización”** (AC.ACE.91597/76, p. 38, grifo meu). Porém, a FEMACO não suportaria mais, segundo o *Considerando* dessa Resolução, “la carga económica [que] recae desde la fundación de la CAL en el país fundador”, sendo imperativo, pois, “implementar los ya numerosos e importantes acuerdos establecidos, así como alcanzar los objetivos señalados en nuestro Estatuto” (AC.ACE.91597/76, p. 38). Para isso, seria “necesario que todos los miembros y participantes cooperen, sea asumiendo nombramientos o comprometiéndose a procurar aportaciones económicas” (AC.ACE.91597/76, p. 38). Se, de um lado, “la supervivencia de la CAL es fundamental para la defensa del mundo libre y (...) su lucha anticomunista ofrece respuestas positivas para el bienestar del ser humano”, de outro lado, segundo a Resolução, “su eficacia depende del financiamiento de los programas establecidos y de una contribución humana decidida” (AC.ACE.91597/76, p. 38). Por isso, estabeleceu-se “el compromiso formal de los miembros de la CAL de aportar una contribución substancial de acuerdo con las relaciones y posibilidades de dichos miembros y dentro de su máximo esfuerzo” (AC.ACE.91597/76, p. 39).

Todavía, para além do “fator económico”, seria urgente buscar o “control de los medios de comunicación colectiva” e, para isso “el distinguido grupo mexicano”, os tecos da FEMACO,

“ha hecho un aporte específico para este propósito de 50,000 dlrs. como ejemplo para que otros sigan el mismo caminho” (AC.ACE.91597/76, p. 38). Assim, decidiu-se pelo estabelecimento imediato de “una secretaria encargada de promover medios de comunicación colectiva, con sede en el país donde el Secretario General juzgue más conveniente y que deberá iniciar operaciones dentro del término de três meses. Esta secretaria colaborará con la Secretaria General ofreciéndole **sistemas de comunicación para las relaciones dentro de cada rama de la CAL, entre las ramas de la CAL entre sí y entre las ramas de la CAL y el mundo exterior**” (AC.ACE.91597/76, p. 39). Outra Resolução antecipou que, em breve, a Secretaria Geral da CAL “informará a todos los miembros sobre el sistema de trabajo del Fondo Editorial Latinoamericano [FONEL] que difunde artículos e informaciones anticomunistas desde México con el propósito de que se establezcan empresas semejantes en cada país” (AC.ACE.91597/76, p. 41).

Finalmente, a Comissão Política encaminhou à aprovação das Sessões Plenárias do III Congresso da CAL-Pública uma Resolução conclamando o estabelecimento dos “cargos de Tesorero General con sede en el país donde el Secretario General considere más conveniente y [de] los de un tesorero para cada país que dependerá del Tesorero General. **La función de los tesoreros es la de trabajar exhaustivamente para obtener el financiamiento que requiere la CAL y responsabilizarse de la correcta aplicación de los fondos obtenidos de acuerdo con los propósitos aprobados**” (AC.ACE.91597/76, p. 38, grifo meu). “También dentro de un término de tres meses se harán las designaciones de Sub-Secretarios Generales previstas en el Estatuto a fin de que se distribuyan con el Secretario General la carga de los muchos trabajos que deben realizarse en territorios geograficamente distantes” (AC.ACE.91597/76, p. 39). Por fim, decidiu-se pela reunião, “también dentro del término de tres meses”, do Secretário Geral e do Tesoureiro da CAL para que estabelecessem “el presupuesto general y los presupuestos locales que proceda, de acuerdo con los ingresos provenientes de las diversas aportaciones de los miembros” (AC.ACE.91597/76, p. 39).

#### *5.10.15. Quem-é-quem na Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta*

O SNI, felizmente, também produziu e preservou uma documentação valiosa sobre a composição da Comissão de Organizações Militares do III Congresso da CAL-Secreta. Nos

debates na EsNI, sob o governo Geisel, essa comissão do braço armado da CAL foi secretariada pelo dirigente da extrema-direita teca José Humberto Davalos Herrero – o contato da Secretária-Geral da CAL-Secreta junto aos governos e serviços de inteligência – e presidida pelo então coronel aviador Jair do Amaral Vasconcellos, agente do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Como visto, este militar serviria como oficial no Estado-Maior da Força Aérea, designado para o comando da Base Aérea do Galeão no Rio de Janeiro, um centro de interrogatório e tortura com conexão internacional privilegiada (AC.ACE.91597/76, p. 10).

Sob a presidência de um coronel aviador do CISA, secretariado por um dirigente dos tecos da FEMACO, os membros que compuseram os trabalhos da Comissão de Organizações Militares no III Congresso da CAL-Secreta na EsNI formavam um plantel das Forças Armadas (e policiais) do Brasil, do Chile, da Guatemala, do Paraguai e do Uruguai. Do Brasil, compôs a Comissão das Organizações Militares o então major Leone da Silveira Lee, do Centro de Informações do Exército (CIE). Do Chile, cinco militares compuseram esse encontro do braço armado da CAL-Secreta em Brasília no final de 1974: o coronel aviador (e torturador) Horácio Otaíza Lopez, “cérebro do Comando Conjunto”, chefe do Serviço Secreto da Força Aérea do Chile (FACH) e futuro diretor da *Dirección de Inteligencia de la Fuerza Aérea* (DIFA). Outro militar chileno presente foi um coronel da *Dirección Nacional de Informaciones* (DINA), Claudio Moronez Gonzalez, mais dois coroneis do Exército – Daniel Rojas Fuentes e “Manuel Brito Osses” (codinome) – e um comandante da Marinha Jorge Valenzuela Toro (AC.ACE.91597/76, p. 10).

Da Guatemala, integrou a Comissão de Organizações Militares o tenente-coronel César Quinteros Alvarado, como visto, um enviado do Presidente e das FFAA guatemaltecas ao Brasil. Egresso da Escola das Américas (SOA), esse tenente-coronel era, à época do III Congresso da CAL-Secreta, o “chefe do Serviço de Seguridad y Información de Guatemala” (AC.ACE.91597/76, p. 5). “Só isso”. Do Paraguai, integrou o braço armado do III Congresso da CAL-Secreta o chefe da polícia política stronista Antonio Campus Alum, diretor da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), caracterizado pelo SNI como “Chefe do Serviço de Informações, sob o título de Diretor de Assuntos Técnicos; civil, antigo chefe de lutas anti-guerrilheiras, elemento de confiança das FFAA” (AC.ACE.91597/76, p. 5)<sup>680</sup>. Ainda participou

---

<sup>680</sup> Recorde-se que A. Campus Alum havia sido designado, no II Congresso da CAL-Secreta de 1973, no Paraguai, “jefe del ‘Departamento Técnico Latinoamericano de Asesoría y Ayuda en la lucha contra las guerrillas y el terrorismo’” (ROSTICA, 2021: 228).

como membro da Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta o tenente-coronel Julio Zacarias Moreno, “adjunto geral” do ditador Alfredo Stroessner que residia “no próprio Palácio Presidencial” (AC.ACE.91597/76, p. 5).

Finalmente, do Uruguai, integraram a Comissão Militar da CAL-Secreta o tenente-coronel “Juan Maldonado”, codinome do “Coronel Villar, chefe do ‘Departamento Segundo’ do Estado-Maior do Exército” (AC.ACE.91597/76, p. 5), e o tenente-coronel “Ernesto Mario Rossi”. Embora não se tenha identificado o verdadeiro nome deste último militar uruguaio, o SNI afiançou que ou seria ele “Chefe-de-Gabinete do General [Julio César] VADORA, Comandante-em-Chefe do Exército”, ou “Chefe-de-Gabinete do General Luís Queirolo” (AC.ACE.91597/76, p. 5). Posteriormente, o general César Vadora seria o líder uruguaio da Operação Condor e, junto com o general Queirolo, organizaria, em outubro de 1975, no Uruguai, a XI Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), tida pela historiografia como o protótipo mais imediato do Sistema Condor. Depois de constituído o braço armado da CAL-Secreta, “O Trabalho da Comissão de Organizações Militares” foi desdobrado em três grandes tópicos, todos eles *antecipando* o que viria a ser, um ano depois, a Operação Condor, a saber: as “guerrilhas rurais” e as operações anti-guerrilhas exigidas para derrotá-las; a “infiltração comunista” no clero *progressista* e o “trabalho de massa” *subversivo* entre estudantes e, enfim, uma discussão de trabalho sobre o tópico “**intercâmbio de subversivos presos**” (AC.ACE.91597/76, p. 10, grifo meu).

#### 5.10.16. As guerrilhas rurais no alvo

Dessa maneira, o primeiro tema de debate da Comissão de Organizações Militares do III Congresso da CAL-Secreta versou sobre as “guerrilhas rurais” e as “intervenções” contra elas que os anticomunistas reunidos na EsNI deveriam empreender de maneira coordenada. Nesse tópico, o chefe do Serviço de Segurança e Informação da Guatemala **César Quinteros Alvarado** discorreu sobre o papel pioneiro da Guatemala de ter sido “**o primeiro país que, em 1954, derrotou o comunismo, o qual já estava implantado no Poder. A falha do Governo então vigente (comunista) foi a não destruição do Exército regular, o que permitiu que houvesse uma reação**” (AC.ACE.91597/76, p. 10, grifo meu). Segundo o militar guatemalteco, “Fidel

**Castro aproveitou a lição em Cuba e obteve excelentes resultados**” (AC.ACE.91597/76, p. 10, grifo meu)<sup>681</sup>.

Concentrando-se no “problema da guerrilha rural”, o tenente-coronel da Guatemala “declarou que a mesma não é causa, mas sim efeito e que, para combatê-la, é necessário analisar as causas que a determinam”, enumerando entre suas principais “a injustiça social, a pobreza, a esperança de melhores dias prometidos pelos comunistas”, “concluindo que, no seu país, o ‘povo foi conquistado mais pelo estômago que pela consciência” (AC.ACE.91597/76, p. 10). Ao negar a capacidade cognitiva ao “povo” da Guatemala, que teria apoiado as reformas democratizantes de Arbenz por ter sido “fiscada”, não pela consciência e por seus interesses de classe, mas “pelo estômago”, o chefe do Serviço de Segurança e Informação guatemalteco acrescentou, “**quanto à democracia**”, que “**a sua grande falha reside na pouca ca[pa]cidade de controle do campo político, se comparado a possibilidades nos campos econômico e militar**” (AC.ACE.91597/76, p. 10). Em suma, a democracia não conseguiria se defender adequadamente da *guerra ideológica comunista*. Nas palavras do militar guatemalteco, “**como a guerra comunista é essencialmente ideológica, esta fraqueza [da democracia] permite a infiltração comunista nas massas**” (AC.ACE.91597/76, p. 10). Então, qual seria a solução proposta pelo chefe do Serviço de Segurança e Informações da Guatemala? Segundo ele, diante das “dificuldades inerentes à Democracia em contornar essas fraquezas”, fragilizada diante da *guerra ideológica comunista*, avultaria “**a importância da criação de uma associação internacional, secreta e particular, destinada especificamente a este fim e que seja alimentada de modo extra oficial pelos órgãos de informações dos países a ela filiados**” (AC.ACE.91597/76, p. 10, grifo meu). Isto é, seria preciso criar uma *associação internacional, secreta e particular, alimentada* extraoficialmente pelos *órgãos de informações* governamentais para fazer frente à *guerra ideológica comunista* e à *fraqueza* estrutural da democracia.

E a CAL-Secreta não se propunha a ser, justamente, essa associação internacional? Na sequência, o coronel **Villar**, chefe do Departamento II do Estado-Maior do Exército do Uruguai, concordou, “em linhas gerais”, “com a posição do Ten Cel Quinteros”, lamentando “os **desgastes internos e externos que sofrem as Forças Armadas no combate à subversão**”, sendo

---

<sup>681</sup> No CAPÍTULO 3, detalhou-se como o golpe de Estado de 1954 contra o presidente Jacobo Arbenz da Guatemala foi coordenado pela Operação PBSUCCESS, organizada pela CIA, pelo governo de Eisenhower na Casa Branca, pela *United Fruit Company* e pelos anticomunistas guatemaltecos, “civis” e militares.



“chamados de fascistas, totalitários, ditadores, nazistas, etc” (AC.ACE.91597/76, p. 11). Ademais, o chefe do Departamento II do Estado-Maior do Exército uruguaio ressaltou aos congressistas na EsNI “**a importância da troca de informações entre as Forças Armadas no tocante às experiências e métodos específicos que usaram ou usam no combate à subversão**” (AC.ACE.91597/76, p. 11, grifo meu).

Depois dessas intervenções convergentes dos militares guatemalteco e uruguaio, ambos apontando para a necessidade do incremento do intercâmbio de informações sobre “subversivos” entre as Forças Armadas em uma escala internacional, os representantes da delegação do Chile “mudaram de assunto”. O coronel do Exército Daniel Rojas Fuentes reforçou a preocupação do Chile com um iminente conflito com o Peru, o que poderia “criar um Vietnã na América do Sul”, enfatizando que “o Peru estaria recebendo, ou para receber, tanques (T-56), aviões e mísseis de origem russa e que já foi identificada e comprovada a presença de, no mínimo, 200 russos e um número não declarado de militares cubanos, no Peru” (AC.ACE.91597/76, p. 12). Na sequência, essa preocupação do coronel do Exército chileno foi reiterada pelo coronel aviador Horácio Otaíza Lopez, para quem “o Chile não deseja um palmo de terra que não seja dele e, portanto, não fará uma guerra ofensiva, entretanto não cederá nenhuma parte de seu território, sob pretexto algum, razão pela qual deduz que será uma guerra longa, já que a pressão de organismos internacionais (OEA-ONU) não os demoverão de conquistarem áreas porventura perdidas no início do confronto” (AC.ACE.91597/76, p. 11).

Esse chefe do Serviço Secreto da FACH solicitou então aos congressistas da CAL-Secreta, em Brasília, para que “fizessem chegar aos seus respectivos Governos a necessidade de que os mesmos empregassem os seus recursos para dissuadir o Peru de realizar tal iniciativa, usando para tanto os meios que julgassem mais eficientes (declarações de Presidentes, Chanceleres, Embaixadores, representantes nas organizações internacionais, etc.)” (AC.ACE.91597/76, p. 11). Assim que “**o Cel Ortaíza, na qualidade de representante da delegação chilena e de presidente da Comissão Militar ali reunida**, pediu, especificamente, o ponto de vista da delegação brasileira” (AC.ACE.91597/76, p. 11, grifo meu).

Ao indagar sua contraparte brasileira Jair do Amaral Vasconcelos – coronel aviador que presidiu a Comissão Militar do III Congresso da CAL-Secreta –, o coronel aviador chileno Otaíza Lopez exercia o cargo de “presidente da Comissão Militar” da CAL-Secreta. Respondendo ao

último, seu contraparte brasileiro explicitou que ele, na “sua condição de assessor”, não disporia de “capacidade decisória” para atender ao pleito chileno. Disse o coronel do CISA “que entendia o ponto de vista e a preocupação da delegação chilena e faria chegar às autoridades superiores as suas preocupações e reivindicações com relação ao assunto”, esclarecendo, todavia, “que caberia ao Governo, em face das implicações políticas da solicitação, verificar da oportunidade [e] em função desta o ‘modus faciendi’” (AC.ACE.91597/76, p. 11). Interveio nesse momento, buscando solucionar a questão, o chefe da polícia política stronista **Antonio Campos Alum**, sugerindo que “a CAL-Ostensiva, através de seus filiados, faça a divulgação do interesse do comunismo internacional em fomentar a guerra entre nações latino-americanas (Chile e Peru), **podendo, se julgar necessário, usar entidades de fachada, a fim de proteger a CAL e, principalmente, facilitar a aceitação internacional das notícias divulgadas, uma vez que, em caso contrário, a máquina propagandística comunista poderia voltar-se contra a CAL, identificando-a como entidade de direita e, em consequência, anular suas ações**” (AC.ACE.91597/76, p. 12, grifo meu).

Como se observa, embora as “guerrilhas rurais” devessem constituir o assunto inicial nos debates da Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta, em Brasília, na EsNI, esse não foi propriamente o caso. Inclusive, as deliberações feitas pelos congressistas sobre o tema, ao menos aquelas registradas pelo SNI, reconheceram que as guerrilhas rurais não ofereciam mais um perigo real, naquela altura, aos governos e Estados anticomunistas da América Latina. Daí que, embora no alvo e no radar da CAL-Secreta, as guerrilhas rurais não constituiriam propriamente uma grande preocupação. Entretanto, diante de um inimigo tão “ardiloso” quanto o comunismo, a derrota das guerrilhas rurais apenas indicaria que os comunistas mudariam de tática, transitariam da luta armada para uma ofensiva no trabalho ideológico de massas.

#### *5.10.17. Da guerrilha à luta pela conquista das mentes: trabalho de massa, o “cupim” comunista*

Eis que, “em vista do panorama atual latino-americano onde se evidencia a não existência de ações armadas desse tipo”, isto é, diante da inexistência de algum perigo representado pelas *guerrilhas rurais*, “verifica-se que **o Comunismo Internacional mudou a tática para a conquista do poder na América Latina, passando a concentrar sua atenção no trabalho de**

massa” (AC.ACE.91597/76, p. 18)<sup>682</sup>. Isto é, “**a infiltração comunista em todos os setores de atividades de seus países, principalmente no estudantil, no operário, no eclesiástico, no artístico e de comunicação social**”, segundo a CAL-Secreta, “**bem demonstram a unidade de ação do Comunismo Internacional, na mudança de tática de conquista do poder, passando da luta armada, para a conquista das mentes**” (AC.ACE.91597/76, p. 18, grifo meu).

Inclusive, esse trânsito tático feito pelos comunistas *da luta armada para a conquista das mentes* resgataria uma antiga orientação para o *trabalho de massa* feita pelo revolucionário russo Vladimir Lenin. Assim que, conforme debatido no III Congresso da CAL-Secreta na EsNI, essa orientação para o trabalho de massa não seria “uma determinação casuística, pois se nos reportarmos à **carta de Lenin escrita em 1921**, dirigida a seu colega Georgy V. Chicherin, então Comissário para Assuntos Estrangeiros da URSS, veremos que **já naquela época eram preconizadas táticas de envolvimento utilizadas nos dias atuais**” (AC.ACE.91597/76, p. 18, grifo meu). A suposta carta do revolucionário bolchevique conteria, basicamente, um conjunto de estratégias dissimuladas para atrair à órbita soviética os países capitalistas ocidentais e recomendaria a utilização do Komintern (isto é, da Internacional Comunista soviética) e dos Partidos Comunistas espalhados pelo mundo como veículo de “exportação” e globalização da “revolução comunista”<sup>683</sup>. “Lembrai-vos de Lenin!”, portanto, poderia ser um lembrete do III Congresso da CAL-Secreta.

---

<sup>682</sup> Segundo o registro do SNI, “o problema Chile/Peru parece não invalidar o raciocínio acima, pela importância que se reconhece ter para o Comunismo Internacional a modificação do atual quadro chileno, e também por não fomentar esse tipo de guerrilha e sim – se correta a análise chilena, da ingerência comunista no incitamento peruano à guerra – um conflito convencional” (AC.ACE.91597/76, p. 18). O SNI ressaltou que “a preocupação da delegação chilena, com respeito à proximidade e inexorabilidade do conflito com o Peru, tenha sido involuntariamente aumentada pela compreensão das repercussões que tal conflito possa trazer nos campos econômico e psicossocial de seu país; o primeiro, pela obrigação em desviar recursos para a sua defesa, e o segundo, pela possibilidade do descrédito do povo no governo por julgar inviável a um país que teve a sua economia dilapidada, recuperá-la, tendo de desviar recursos consideráveis para a segurança nacional” (AC.ACE.91597/76, p. 18).

<sup>683</sup> “Como resultado de minha própria observação direta, devo confessar que as chamadas camadas cultas da Europa Ocidental e da América são incapazes de compreender nem a presente conjuntura nem o real estado do poder relativo. Essas camadas deveriam ser consideradas surdas-mudas e nossa atitude para com elas deveria ser buscada em tal premissa. A revolução nunca se desenvolve seguindo uma linha reta ou num crescer ininterrupto, mas forma uma série de arrancos e recuos, de ataques e esperas, durante os quais o poder da revolução se fortalece e se prepara para a vitória final (...) Levando em conta o longo processo que o crescimento da revolução socialista mundial envolve, é necessário recorrer a manobras especiais que podem acelerar nossa vitória sobre os países capitalistas, como por exemplo expressar nosso desejo de estabelecer imediatamente relações diplomáticas com os países capitalistas, na base de completa não-interferência em seus assuntos internos. Os surdos-mudos acreditarão em nós outra vez. Eles ficarão encantados, mesmo, e abrirão completamente suas portas para nós, e, através dessas portas, rapidamente entrarão os funcionários do ‘Komintern’ e dos órgãos de investigação do Partido, à guisa de representantes diplomáticos, culturais e comerciais. Falar a verdade é um preconceito desprezível e burguês. Uma mentira, por outro lado, é muitas vezes

No debate sobre esse tema na Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta, o paraguaio **Antonio Campos Alum** destacou que **“o perigo do trabalho de massa pode ser comparado à ação do cupim roendo o interior da madeira e mantendo-a aparentemente perfeita e, conseqüentemente, surpreendendo a todos quando, em determinado momento, vêm a estrutura desabar”**, querendo com isto significar **o trabalho de infiltração do comunismo na estrutura das organizações democráticas**” (AC.ACE.91597/76, p. 13, grifo meu). Nessa comparação de Campos Alum, registrado com entusiasmo pelo SNI, o *cupim* representaria “a periculosidade” do *trabalho de massa* desenvolvido pelos comunistas. Sobre a **“infiltração comunista no meio estudantil”**, todos os delegados da Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta, “à exceção do Dr. Campos (Paraguai), concordaram que **a infiltração na área estudantil é uma realidade a ser combatida em seus países**” (AC.ACE.91597/76, p. 13). Campos Alum gabou-se aos congressistas: “Há dez anos o Paraguai enfrentou este problema, conseguindo sufocá-lo através de **um trabalho de endoutrinamento nacionalista realizado na criança a partir dos 10 anos, idade em que, segundo ele, as mentes estão limpas e capacitadas a receberem todo e qualquer ensino nesse sentido**” (AC.ACE.91597/76, p. 13, grifo meu).

Essa “reprogramação” nacionalista das “mentes”, para responder à “conquista das mentes” pelos comunistas, deveria se calcar **“na valorização dos aspectos culturais do povo, de seus heróis nacionais, da tradição histórica e dos objetos governamentais**, variando a profundidade com que os assuntos são apresentados, de acordo com o grau de escolaridade e, conseqüentemente, a idade das crianças” (AC.ACE.91597/76, p. 13, grifo meu). Finalmente, caberia ao delegado brasileiro da Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta, durante seu terceiro congresso secreto, o major **Leone da Silveira Lee**, tratar da **“infiltração comunista no clero”**, observando ser esse **“um setor de grande infiltração dos comunistas”** (AC.ACE.91597/76, p. 12). Como ensina o historiador Kenneth P. Serbin, Lee “foi talvez **o mais importante especialista do Exército em Igreja. Estudou as diferentes fracções e se familiarizou com o direito canônico**” (SERBIN, 2001: 310, grifo meu).

---

justificada pelos fins. Os capitalistas do mundo inteiro e seus governos fecharão os seus olhos para os tipos de atividades de nossa parte, a que me referi, e, dessa maneira, se tornarão não apenas surdos-mudos, mas cegos também. Eles nos abrirão créditos, que servirão para apoiar os Partidos Comunistas de seus países. Eles nos suprirão com os materiais e a tecnologia que faltam e restaurarão a nossa indústria militar, da qual necessitamos para os nossos futuros e vitoriosos ataques contra os nossos supridores. Em outras palavras, eles trabalharão arduamente para preparar o seu próprio suicídio” (LENIN apud AC.ACE.91597/76, p. 19).

Como membro do Centro de Informações do Exército (CIE), Lee trabalhou no gabinete do ministro do Exército Orlando Geisel, cooperou com o coronel Octávio Costa, “assessor de relações públicas de Médici e **intermediário de [Sylvio] Frota**”, e integrou a chamada Bipartite, uma comissão mista – composta por um Grupo Religioso e por um Grupo da Situação – criada pela ditadura militar e pelos bispos católicos como um canal de mediação dos conflitos entre Igreja e Estado. O major do CIE era “um dos membros mais incisivos da Bipartite e participante do aparato repressivo” (SERBIN, 2001: 72), servindo ao general Antônio Carlos da Silva Muricy no Grupo da Situação, representando a “**subcultura intelectualizada do Exército em ação**” (SERBIN, 2001: 229, grifo meu)<sup>684</sup>. Em suma, antes de apresentar seu informe sobre a “infiltração comunista no clero” à Comissão de Organizações Militares do III Congresso da CAL-Secreta, em 1974, na EsNI, o major Lee já havia amalhado uma vasta experiência em operações militares junto à Igreja católica. Nesse sentido, compondo a equipe do general Muricy na Bipartite, Lee tinha se destacado como censor do jornal católico *O São Paulo*<sup>685</sup>, como perseguidor do bispo de

---

<sup>684</sup> Para esse trabalho contra a dita “subversão” no clero, “O general Muricy convocara especialistas da área de informações [do SNI, do CIE, do EME e do Ministério do Exército] para verificar as denúncias da Igreja sobre violações de direitos humanos. Essas organizações, especialmente o CIE, tiveram papel de destaque no combate às guerrilhas e a outros atos subversivos. Assim, os bispos se confrontavam com homens das mesmas agências que eram acusadas de violação dos direitos humanos e outros atos condenáveis. Alguns desses agentes forneciam as informações usadas pela Situação para atacar as posições da Igreja. Também eram eles que faziam análises sobre a Bipartite e os bispos. Seus postos na comunidade de informações e nos altos escalões da burocracia militar sublinhavam sua importância. Depois, pelo menos três [L. da Silveira Lee entre eles] foram promovidos a general (...) A Situação trabalhava nos bastidores para fortalecer a posição do governo diante da Igreja. Os bispos aprenderam a não cultivar ilusões quanto aos objetivos dos militares, que viam o clero brasileiro como altamente suscetível à influência da esquerda” (SERBIN, 2001: 231-232).

<sup>685</sup> Em maio de 1973, Lee buscou assegurar a censura do documento dos bispos do Nordeste intitulado “Eu ouvi os clamores do meu povo”, que “denunciava a extrema pobreza do Nordeste, o fracasso do governo na tarefa de diminuir a desigualdade social e as táticas manipulatórias e abusivas do regime. Os integrantes da Situação descreveram o documento como ‘tendencioso’ e ‘agressivo’. O general Muricy informou aos bispos que ‘é com pesar que o Grupo da Situação vê a elaboração do documento e que, considerando o objetivo de criar um clima alarmante, o Governo impediu sua divulgação’. O major Lee disse que o documento ‘não orienta nem colabora, mas incita e cria antagonismos’. O vice-almirante Roberval criticou a menção no manifesto de ‘terrorismo oficial’, ‘tortura’ e ‘opressão e injustiça’. Dom Ivo rebateu declarando que ‘o Documento tem expressões fortes como terrorismo oficial, mas como chamar a situação de prisões, etc., existentes no RIO e em SÃO PAULO?’” (SERBIN, 2001: 337). Quando *O São Paulo*, ao invés de publicar como matéria, editorializou o documento censurado, Lee defendeu que “‘O Jornal teve uma atitude de provocação, pois sua Direção sabia que o Documento estava impedido de circulação e, no entanto, fez publicar um Editorial daquele teor’” (SERBIN, 2001: 350).

São Félix do Araguaia dom Pedro Casaldágia<sup>686</sup> e como agente do acobertamento do assassinato do estudante de geologia da USP e militarmente da ALN Alexandre Vannuchi Leme<sup>687</sup>.

Com essa ficha corrida de serviços prestados à repressão militar dentro da Igreja católica, Lee foi o encarregado de apresentar o informe sobre a **“infiltração comunista no clero”** a seus pares do III Congresso da CAL-Secreta. Assim que, no congresso anticomunista na EsNI, “o delegado brasileiro (Maj Lee)” fez uma exposição sobre a “infiltração comunista no clero”, **“enfazando a necessidade da troca de informações sobre as atividades individuais, de organismos e entidades clericais a fim de que, melhores informados, possam os órgãos de Informações fazerem frente a mais essa manobra comunista”** (AC.ACE.91597/76, p. 12, grifo meu). O major do CIE ainda ressaltou que **“a atividade da esquerda comunista clerical é internacional** e que a facilidade dos clérigos em agirem ora em um, ora em outro país, reafirma **a necessidade do intercâmbio de informações sobre as atividades dos mesmos**, o que permitirá um mais completo acompanhamento dessas atividades e melhor conhecimento do problema” (AC.ACE.91597/76, p. 12, grifo meu). Contra o internacionalismo “comunista clerical”, portanto, deveria a Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta responder à altura, isto é, entrosando eixos e coordenadas repressivas internacionalmente.

---

<sup>686</sup> O Grupo da Situação “monitorou cuidadosamente a situação em São Félix” do Araguaia e “o general Muricy acusou padres e ativistas leigos de ‘agitação’” na região (SERBIN, 2001: 292) “A Situação conseguiu cópias de dezenas de páginas de cartas, documentos legais, boletins internos da Igreja, petições, a transcrição de uma fita da ordenação por dom Pedro [Casaldágia] de um padre radical, e outros materiais confiscados pela polícia” (SERBIN, 2001: 292-300). “Muricy pediu ao major Lee, do CIE, que lesse passagens desses ‘documentos comprometedores’, visando desprestigiar dom Pedro e seus agentes de pastoral” e, “de acordo com a Situação, os documentos provavam que a Igreja em São Félix tencionava montar um contra-ataque revolucionário às forças governamentais. (...) **O major Lee acrescentou que dom Pedro estava tentando incitar a população**”, citando **“um ‘salmo’ escrito em São Félix [que] dizia: ‘Livra-me senhor/Do Dops, da Oban e Codi, do SNI/Livra-me de seus conselhos de guerra/Da ira de seus juizes e seus guardas/Tu julgas as grandes potências/Tu és o juiz que julga os ministros da justiça/E as cortes supremas de justiça/Defende-me senhor do processo falso/Defende aos exilados e os deportados/Os acusados de espionagem/E de sabotagem’”** (SERBIN, 2001: 293, grifo meu).

<sup>687</sup> Quando Alexandre Vannuchi Leme foi torturado até a morte no DOI-CODI paulista, na rua Tutóia, sob o comando do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, Lee apressou-se em validar a versão oficial de “morte por atropelamento” de prisioneiro “em fuga”. O assassinato de Vannuchi Leme, a 17 de março de 1973, “levou estudantes e clérigos católicos a desafiar as tropas de choque e reunir 3 mil pessoas para ouvir dom Paulo [Evaristo Arns] criticar o governo em uma missa de sétimo dia” (SERBIN, 2001: 383). O major do CIE viera à público defender que “o horário, o local e as circunstâncias da prisão de Alexandre não eram importantes” (SERBIN, 2001: 401) e, ao final, “a polícia impediu que o corpo de Alexandre fosse examinado para verificar se tinha sinais de maus-tratos, enterrando-o às pressas, sem caixão, no cemitério de indigentes de Perus, na periferia da cidade, e cobrindo-o com cal para apressar a decomposição. As forças de segurança usaram esse cemitério para ocultar os corpos de outros prisioneiros políticos” (SERBIN, 2001: 383).

E não seria esse o propósito específico da Liga Mundial Anticomunista, cujo órgão regional na América Latina era, precisamente, a CAL? O major do CIE, dessa forma, estava “em casa” na EsNI e, com os congressistas da CAL, esteve “entre os seus”. Como se verá, inclusive, Lee logo se lançaria a um *tour* internacional no marco das atividades do complexo WACL/CAL e se tornaria o enlace mais “visível” da ditadura militar do Brasil nessas redes anticomunistas da Guerra (nada) Fria na América Latina.

*5.10.18. O “pré-Condor” na Escola Nacional de Informações (EsNI)? A troca de experiências sobre o “intercâmbio de subversivos presos”*

Ao término das deliberações da Comissão de Organizações Militares, alguns temas aventados anteciparam os entrosamentos repressivos regionais na América do Sul que, um ano depois, seriam formalizados pelas ditaduras sul-americanas no chamado Plano Condor. Um desses temas debatidos consistiu na preocupação da ditadura militar do Chile com a necessidade de adquirir e operar, secretamente, uma agência de notícias para chamar de sua. Nessas deliberações, coube ao líder dos tecos mexicanos José Humberto Davalos Herrero consultar “a delegação chilena sobre a possibilidade da CAL utilizar as instalações e maquinarias da gráfica ORBE para confecção de livros, documentos, panfletos, etc., de interesse da entidade” (AC.ACE.91597/76, p. 12). Recolocou-se em discussão, assim, um assunto aventado pelo delegado chileno Gustavo Alessandri na Comissão de Partidos Políticos do III Congresso da CAL-Secreta, quando ele “revelou” que a Junta Militar do Chile pretendia “adquirir a Agência de notícias ‘Orbe’, que seria entregue a especialistas e técnicos em comunicação social” (AC.ACE.91597/76, p. 9). Davalos Herrero ainda “informou que a FEMACO colocara à disposição da CAL a importância de US\$ 50.000 a fim de constituir-se um fundo de investimento”, acrescentando que “essa importância fora doada a título de estímulo, exortando as demais delegações a que a acompanhassem” (AC.ACE.91597/76, p. 13).

Um dos temas de “preocupação” do futuro Sistema Condor, sem embargo, seria antecipado pelo coronel Villar, chefe do Departamento II do Estado-Maior do Exército do Uruguai. Ele informou à Comissão de Organizações Militares do III Congresso da CAL-Secreta sobre “**a adoção por parte de seu país de uma medida que julga salutar em defesa dos interesses do Uruguai e dos seus vizinhos limítrofes**” (AC.ACE.91597/76, p. 14, grifo meu). Mas qual seria

essa medida adotada pela ditadura militar do Uruguai? Tratar-se-ia, segundo o coronel Villar, “da **não concessão de visto de saída em passaportes para os países limítrofes ao seu a elementos julgados indesejáveis e/ou com antecedentes desabonadores**” (AC.ACE.91597/76, p. 14, grifo meu). Na sequência, o coronel aviador Horácio Otaíza Lopez, Chefe do Serviço Secreto da FACH, reforçando a necessidade de se aumentarem certos controles diplomáticos, denunciou que, no Chile, “entre os meses Fev/Abr 74 saiu do país, pela Embaixada da Suécia, proveniente da Embaixada de Cuba, considerável quantidade de armamento” (AC.ACE.91597/76, p. 14). Nota-se, pois, a preocupação dos delegados da Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta com as embaixadas, que poderiam, as “amigas”, negar vistos em passaportes *a elementos julgados indesejáveis e/ou com antecedentes desabonadores* ou poderiam, as inimigas, traficar armamentos para os comunistas.

Entretanto, um tema em específico debatido pela Comissão de Organizações Militares do III Congresso da CAL-Secreta coincidiu *em gênero, número e grau* com a principal atividade que caracterizaria, um ano depois, a Operação Condor, a saber: o “**intercâmbio de subversivos presos**” (AC.ACE.91597/76, p. 12, grifo meu). Coube ao secretário da Comissão de Organizações Militares, o dirigente teco **José Humberto Davalos Herrero** – o contato da Secretaria-Geral da CAL-Secreta junto aos governos e serviços secretos anticomunistas – introduzir o assunto do “intercâmbio de subversivos presos”, “**lembrando sua importância para os órgãos de Informações**” (AC.ACE.91597/76, p. 12, grifo meu). Esse dirigente da FEMACO, “abrindo os debates para as delegações presentes”, orientou que as deliberações sobre o *intercâmbio de subversivos presos* deveriam se dar “no sentido de que fossem expostas as experiências de cada país” (AC.ACE.91597/76, p. 12).

O primeiro a falar, segundo o registro do SNI, foi o **coronel Villar, Chefe do Departamento Segundo do Estado Maior do Exército do Uruguai**. Ele inquiriu, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília, ao final de 1974, “**se o Brasil possuía experiência a respeito e pudesse transmiti-la**” (AC.ACE.91597/76, p. 12, grifo meu). Representanda pelo coronel do CISA **Jair do Amaral Vasconcellos**, presidente da Comissão de Organizações Militares do III Congresso da CAL-Secreta, “**a delegação brasileira informou não possuir tal experiência**” de *intercâmbio de subversivos presos*. “**Mas, admitindo-se, para fins de raciocínio, que tal procedimento possa vir a ser de real valor para os serviços de**



**Segurança de determinado país, o assunto deveria ser tratado de maneira informal e direta pelos interessados”** (AC.ACE.91597/76, p. 12, grifo meu).

O militar brasileiro, representando o CISA no III Congresso da CAL-Secreta, “terminou por ressaltar que **a simples inclusão deste assunto no temário**”, o do *intercâmbio de subversivos presos*, “**demonstrava o alto grau de confiança existente no seio da CAL, pelo que apresentava suas congratulações**” (AC.ACE.91597/76, p. 12, grifo meu). Infelizmente, porém, o SNI registrou apenas esses preciosos momentos das deliberações feitas pela Comissão de Organizações Militares da CAL-Secreta. Eles deliberaram, portanto, no final de 1974, sobre o “intercâmbio de subversivos presos”, de forma secreta e clandestina, entre governos e Estados anticomunistas – a maior parte deles regido por ditaduras militares – e os “Capítulos” nacionais e organizações militares associadas da CAL. E o raciocínio feito pelo coronel do CISA no sentido de que, caso interessasse aos “serviços de Segurança de determinado país, o assunto deveria ser tratado de maneira informal e direta pelos interessados”, antecipou o que viria a ser, um ano depois, o Plano ou “Operação” Condor. Este se configurou historicamente como um *Sistema* “antissubversivo de Coordenação, Inteligência e Segurança regional operacionalizado pelo acionar repressivo de um robusto aparato do terrorismo transnacional de Estado e de seus aliados das extremas-direitas na América Latina.

Poderia ser oportuno, sobretudo aqui, parafrasear Leonel Brizola, que por muito pouco escapou com vida em seu exílio uruguaio de uma tentativa de assassinato promovida pela Condor. Em suma, diante do (re)conhecimento tardio (58 anos desde o evento) desse fato histórico – a realização do III Congresso da CAL-Secreta no Brasil em 1974; diante da descoberta que o tema “intercâmbio de subversivos presos” foi um entre vários assuntos debatidos nesse encontro anticomunista secreto da CAL (o órgão regional da WACL na América Latina), dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI) e por isso com o patrocínio dos serviços secretos militares do governo Geisel, *a la* Brizola é preciso indagar. Esses assuntos “tem rabo de Condor, penas de Condor, bico de Condor, patas de Condor, olho de Condor, corpo de Condor e cabeça de Condor, como é que não é Condor”? Ou ao menos, precisando o assunto, como é que não se tratou de um

dos protótipos dessa coordenação repressiva do terrorismo transnacional de Estado e da ultradireita anticomunista da América Latina?<sup>688</sup>

Nesse sentido, caberia apenas uma última observação. Deve-se ressaltar que a observação feita pelo coronel do CISA **Jair do Amaral Vasconcellos**, quando indagado pelo chefe do Departamento II do Estado-Maior do Exército do Uruguai sobre o fato “**se o Brasil possuía experiência a respeito**” do *intercâmbio de subversivos presos*, respondera que em tese ou hipoteticamente, caso “**tal procedimento possa vir a ser de real valor para os serviços de Segurança de determinado país, o assunto deveria ser tratado de maneira informal e direta pelos interessados**” (AC.ACE.91597/76, p. 12, grifo meu). Um ano depois do III Congresso da CAL-Secreta da EsNI de 1974 em Brasília, o lugar-tenente e viga-mestre da futura Operação Condor, coronel Manuel Contreras da DINA – e pode ser que tenha sido ele algum dos coroneis chilenos presentes na EsNI em 1974<sup>689</sup> –, proporia justamente uma nova pactuação das coordenadas repressivas contra os “subversivos”. Seria preciso superar os “acordos de cavalheiros” já existentes em matéria de “antissubversão” e de “intercâmbio de subversivos presos”. Ou seja, o Sistema Condor nasceria para conferir maior profissionalismo e planificação repressivas a um conjunto de operações “antissubversivas” já em andamento, pactuadas via “acordos de cavalheiros”, no período genericamente chamado de “pré-Condor”. Recorde-se que entre os “direitos” dos membros da CAL-Secreta garantidos durante seu III Congresso na EsNI, garantiu-se a livre iniciativa por parte dos integrantes da Comissão das Organizações Militares da

---

<sup>688</sup> E se alguém, retorquindo, disser que o Condor foi “cria” da DINA chilena, será possível enfatizar que a EsNI brasileira foi a mentora da e o exemplo a ser seguido pela primeira. Ambas, obviamente, foram “crias” da CIA norte-americana. Os militares dos EUA, inclusive, proporcionariam toda a infraestrutura de telecomunicações para viabilizar o Sistema Condor, o chamado Condortel. Para uma análise pormenorizada do Condortel – o nexos dos EUA, entre vários, o fundamental, com o Condor; bem como para o detalhamento do desacordo do ditador brasileiro Ernesto Geisel com a hegemonia chilena na propositura e gestão do Condor, cf. APÊNDICE. Geisel insistiu que seria a DINA que deveria tomar lições com a EsNI. Brasília, e não Santiago, deveria ser o centro do sistema regional de segurança “antissubversiva” da América do Sul. Por isso, o *aperturista* Geisel determinou que o chefe do SNI João Baptista de Oliveira Figueiredo enviasse à reunião fundadora da Condor apenas dois “observadores”. Em 1976, porém, a ditadura militar passou a ser o sexto membro oficial do pacto repressivo condorense, sendo a partir dali o Condor-6.

<sup>689</sup> Seria irrazoável especular que o coronel do Exército chileno presente no III Congresso da CAL-Secreta sob o codinome “Manuel Brito Osses” possa ter sido o coronel Manuel Contreras? O também coronel **Claudio Moronez Gonzalez**, da DINA, esteve presente no congresso anticomunista na EsNI, embora não se tenha conseguido encontrar nada sobre ele. Como se verá no APÊNDICE, Contreras foi treinado na EsNI e a DINA se estruturou com ajuda dessa escola dos serviços secretos da ditadura militar do Brasil. O ditador Geisel, quando ouvira falar da proposta de criação da Condor pela DINA em Santiago do Chile, teria dito que seriam os chilenos que deveriam tomar aulas na EsNI. Eles que viessem a Brasília. Mas eles já haviam ido, sob intermediação da CIA. A CIA ajudara a EsNI, que ajudara a DINA.

CAL de celebrarem “Acuerdos Secretos de Ayuda Mutua, bilaterales o multilaterales, de los que nadie más, ni en la misma CAL, tenga noticia de su celebración” (AC.ACE.91597/76, p. 37). Enfim, os “Acordos Secretos de Ajuda Mútua, bilaterais ou multilaterais”, regulamentados pela “legislação da CAL-Secreta”, que previu mecanismos de coordenação repressiva entre suas Organizações Militares e/ou governos e Estados anticomunistas aliados, sem tirar nem por, constituíram *protótipos* para a futura Operação Condor.

Também o historiador norte-americano Kyle Burke não tem dúvida da existência desses nexos da CAL com os modelos repressivos regionais alinhados no “pré-Condor” (1972-74) e redimensionados, a partir de 1975, via pacto Condor. Isto é, se a CAL serviu e ofereceu-se como *um* dos protótipos do sistema de defesa “antissubversivo” em questão, depois dessa pactuação repressiva regional, também a CAL, e não só ela, deve ter passado a funcionar como um dos operadores e gestores do Sistema Condor. Conforme Burke, “**from 1974 onward, semi-annual meetings of the CAL and its secret coordinating committee allowed military and paramilitary leaders to strengthen their bonds and explore new threats**” (BURKE, 2018: 71, grifo meu). “**Beyond semi-annual conferences, CAL leaders often met with military dictators and heads of state security agencies for private meetings**” (BURKE, 2018: 258-259, grifo meu)<sup>690</sup>. Além disso, “**beyond greasing the wheels of the Operation Condor death machine, the CAL also served as a potent ideological weapon, a way for right-wing regimes to display their commitment to anticommunism to their people, to each other, and to the rest of the world**” (BURKE, 2018: 71, grifo meu).

Não teria o III Congresso da CAL-Secreta, por conseguido, aninhado e gestado “o ovo do Condor”, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), sob a ditadura militar governada por Ernesto Geisel? Senão “o” ovo fecundado, ao menos um de seus protótipos? Não estava já o Brasil de 1974 “prenhe” da Condor? Não teria “o gigante brasileiro” se antecipado, em um ano, à formalização do pacto repressivo regional feita no Chile de Pinochet em 1975? Se essas hipóteses serão detalhadas no APÊNDICE, desde já, parece não restarem dúvidas das conexões da CAL com as coordenações repressivas anticomunistas do período genericamente chamado de “pré-Condor”.

---

<sup>690</sup> Embora adiantando algumas questões, o historiador Kyle Burke salienta que, “for instance, **in 1976, Brazil’s Carlo Barbieri Filho held summits with Paraguay’s Alfredo Stroessner and members of Uruguayan military**. He also gave a lecture to six hundred members of Stroessner’s Colorado Party, which was broadcast on national television” (BURKE, 2018: 259). Logo à frente, será apontado o *tour* feito pelo presidente da SEPES no Chile de Pinochet.

O III Congresso da CAL-Secreta, realizado dentro da EsNI, ao final de 1974, não teria sido um dos protótipos do Sistema Condor. Enfim, o terceiro congresso secreto da CAL decidiu, em Brasília, que o IV Congresso da CAL-Secreta deveria ser realizado, dali a seis meses, em Santiago, capital do Chile da Junta Militar e de Pinochet. Esse não seria mais uma inegável evidência das conexões anticomunistas aqui estudadas.

Esse IV Congresso da CAL-Secreta no Chile, em meados de 1975, aconteceu de fato? Se sim, ele teve algum (qual?) nexos com a aceleração do entrosamento repressivo planejado, no final de 1975, via Sistema Condor?

#### *5.10.19. O engajamento secreto do SNI na CAL através de uma entidade fantasma*

Por último, depois de produzir e armazenar em seus arquivos toda essa documentação até hoje inédita sobre o III Congresso da CAL-Secreta realizado na EsNI, em Brasília, ao final de 1974, o Serviço Nacional de Informações (SNI) da ditadura militar do Brasil elaborou, com “um enfoque especial”, um “capítulo à parte” para circunscrever “**A situação do Brasil perante a CAL**” (AC.ACE.91597/76, p. 15, grifo meu). No início desse “capítulo à parte”, o SNI anotou que, durante as deliberações do III Congresso da CAL-Secreta dentro da EsNI, transpareceu “**em todas as Delegações um desejo sincero quanto a um engajamento mais enfático do Brasil por considerarem que este País, por sua dimensão, é o único que reúne condições de encabeçar a luta contra a expansão comunista no continente americano**” (AC.ACE.91597/76, p. 15, grifo meu). Os delegados do III Congresso da CAL-Secreta, observou o SNI, nutriram “**um desencanto em relação aos EUA por sua política de ‘détente’**” e “**muitos delegados revelaram que ‘não se pode mais contar com o apoio norte-americano’**” (AC.ACE.91597/76, p. 16, grifo meu). Os congressistas teriam insistido para que o Brasil se engajasse mais enfaticamente na CAL. No registro do SNI, “**mesmo declinando, reiteradamente, a sua condição de observadores, os delegados brasileiros foram sempre pressionados (cordialmente) no sentido de se manifestarem quanto a uma participação maior do Brasil na CAL. Fato bastante expressivo foi a decisão unânime de eleger o Brasil como sede da Inteligência da CAL**” (AC.ACE.91597/76, p. 16, grifo meu).

Antes de expressar sua opinião sobre o *lobby* “cordial” dos congressistas para que o Brasil – a ditadura militar brasileira – se engajasse mais enfaticamente na CAL, o SNI destacou alguns pontos observados no congresso de Brasília. O primeiro deles tratou da insistência da delegação chilena para que os congressistas fizessem “uma declaração oficial e diplomática” em oposição às supostas intenções bélicas do Peru contra o Chile. “A muito custo”, a delegação brasileira “conseguiu convencer” os membros da Comissão Política do III Congresso da CAL-Secreta sobre a necessidade do assunto ser encaminhado por outros canais, notadamente, revigorando “o princípio de ‘não-intervenção’ da carta da OEA, já que se pretende esvaziar, cada vez mais, o Sistema Interamericano” (AC.ACE.91597/76, p. 16). A argumentação brasileira foi acatada, figurando em uma das Resoluções finais do congresso e, nesse ponto, o SNI destacou “o reconhecimento ao Brasil e **a simpatia sempre demonstrada pelo Delegado chileno [Gustavo Alessandri]**” (AC.ACE.91597/76, p. 16, grifo meu).

Outro ponto abordado foi a “curiosidade”, “talvez apreensão”, demonstrada por alguns congressistas da CAL-Secreta em relação aos “últimos acontecimentos envolvendo o Brasil, mais especialmente quanto às últimas eleições e ao voto brasileiro na Reunião de Consulta em Quito” (AC.ACE.91597/76, p. 16, grifo meu). É possível descobrir, assim, que nos debates da Comissão Política do III Congresso da CAL-Secreta, “**um delegado mexicano chegou mesmo a inquirir se ‘a abertura política não poderia propiciar uma infiltração comunista no País’, o que provocou uma reação dos delegados brasileiros de que não haveria tal possibilidade ‘em hipótese alguma’**” (AC.ACE.91597/76, p. 16, grifo meu). O SNI garantiu em seu relatório que “tais atitudes jamais deixaram transparecer qualquer sentido de crítica, mas sim **uma real preocupação pelo reconhecimento do papel que o Brasil representa na luta anticomunista no Continente**” (AC.ACE.91597/76, p. 16, grifo meu). O debate sobre essa “apreensão” dos tecos mexicanos com os eventuais desdobramentos da “abertura política” proposta pelo governo Geisel “provocou a necessidade dos observadores do Brasil de prestarem certas explicações tranquilizadoras” (AC.ACE.91597/76, p. 16). Dessa forma, “no caso das eleições, foi dito, na Comissão de Partidos Políticos, que o Brasil encarou com naturalidade o resultado das urnas”, uma vez que vitória da “oposição” refletiria apenas “as consequências de uma crise mundial praticamente generalizada” (AC.ACE.91597/76, p. 16).

Além disso, “as eleições só poderiam ter um efeito positivo, pois confirmaram a intenção do Governo de promover um pleito em condições as mais democráticas”, o que teria sido “reconhecido pelos líderes conscientes da Oposição”, “desmentindo a campanha do MCI [Movimento Comunista Internacional] (especialmente a rádio Tirania) de que as eleições do Brasil seriam ‘uma farsa’” (AC.ACE.91597/76, p. 16). O SNI “tranquilizou”, assim, os “cruzados” anticomunistas da CAL-Secreta garantindo que a vitória eleitoral da oposição brasileira em 1974 “foi um fato puramente político e que não deve ser interpretado como decorrente de um bem sucedido trabalho da esquerda; alguns candidatos de Oposição foram eleitos recusando os votos que lhes teriam sido oferecidos pelo Partido Comunista” (AC.ACE.91597/76, p. 16). No balanço do SNI, “a explicação parece ter causado um efeito satisfatório” (AC.ACE.91597/76, p. 16).

Quanto ao voto de abstenção dado pelo Brasil na Reunião de Consulta da OEA em Quito, a delegação brasileira do III Congresso da CAL-Secreta explicou que procedeu-se dessa maneira “na tentativa de impedir que certos países indecisos se inclinasse para o voto favorável ao levantamento de sanções [a Cuba], abrindo-se assim duas frentes – a contra e a de abstenção – com as quais logrou-se evitar que se alcançasse a maior de 2/3” (AC.ACE.91597/76, p. 17). Essa “explicação”, segundo o SNI, “provocou uma reação entusiástica”, “tendo as Delegações louvado a argúcia da diplomacia brasileira, ao conseguir transformar em êxito, uma derrota já considerada consumada” (AC.ACE.91597/76, p. 17).

Todavia, esses pontos não são o fundamental a ser destacado no “capítulo à parte” elaborado pelo SNI sobre “**A situação do Brasil perante a CAL**”. O essencial do balanço do SNI, preparado para informar o ditador Ernesto Geisel sobre os feitos e os ditos do III Congresso da CAL-Secreta, consistiu nas considerações feitas pelos espões militares acerca dos “benefícios” à ditadura brasileira que decorreriam de um maior engajamento oficial na CAL. Retomando o fundamento, o SNI demarcou que, ao logo do congresso anticomunista na EsNI, “**foi observado o alto nível dos Delegados participantes. Uns fazem oposição a seus governos mas são por eles respeitados e se engajam efetivamente na luta anticomunista. Outros ocupam posições-chave na Alta Administração dos seus países e possuem um ‘status’ de representantes officiosos, fazendo supor um interesse de Estado no intercâmbio com a CAL**” (AC.ACE.91597/76, p. 17, grifo meu).

Isso é o essencial. O que foi compreendido pelo SNI. Ou seja, existiu concretamente *um interesse de Estado no intercâmbio com a CAL* e isso estaria comprovado pelo “alto nível” de *representantes oficiosos* das ditaduras militares do Chile, do Paraguai e do Uruguai, para ficar na América do Sul, presentes no terceiro congresso secreto da CAL celebrado dentro da EsNI no Brasil. A CAL serviria *oficiosamente a Estados aliados*, que poderiam ocultar, assim, suas ações anticomunistas por intermédio de uma “fachada privada”. O SNI garantiu ainda que **“a CAL é uma entidade que parece nutrir um desejo sincero de lutar contra o comunismo na América Latina”** (AC.ACE.91597/76, p. 17, grifo meu), exaltando-se que suas origens remontavam aos tecos da FEMACO, uma federação de “poderosos grupos mexicanos que atuam no País há várias décadas” (AC.ACE.91597/76, p. 17).

Assim, de acordo com o informe do SNI, a CAL **“procura, através de seus membros, exercer influência junto aos governos latino-americanos na luta anticomunista”** e **“alguns desses governos parecem já ter reconhecido a contribuição que a CAL possa prestar-lhes, sendo isto evidenciado pela participação oficiosa de elementos de elevada representatividade e expressão naqueles países”** (AC.ACE.91597/76, p. 17, grifo meu). O SNI, na sequência, elaborou o seguinte raciocínio, buscando com ele corroborar que o *interesse de Estado no intercâmbio com a CAL* também beneficiaria o Brasil. Por exemplo, diz o SNI, referindo-se ao III Congresso da CAL-Secreta de 1974, **“as resoluções aprovadas, se postas em prática, tornar-se-ão efetivos instrumentos de contenção à expansão do marxismo no Continente latino-americano”** (AC.ACE.91597/76, p. 17, grifo meu). E mais, arrematou o SNI, **“parece que no estágio atual torna-se cada vez mais difícil ao Brasil permanecer na condição de simples observador, deduzindo-se daí duas alternativas: não participar de reuniões futuras ou decidir-se por um certo engajamento”** (AC.ACE.91597/76, p. 17, grifo meu).

Não participar das futuras reuniões da CAL, porém, “oferece um aspecto desvantajoso”, visto que **“a CAL é uma entidade particular e como tal poderia lograr a arregimentação de membros brasileiros identificados com a luta anticomunista mas desvinculados do Governo”** (AC.ACE.91597/76, p. 17, grifo meu). O “risco” disso, advertiu o SNI ao ditador Ernesto Geisel, seria que “tal situação” poderia escapar “ao controle do Estado e poderia causar transtornos à política brasileira, que não se pauta por posições radicais mas antes procura um relacionamento internacional que melhor atenda aos seus interesses, dentro dos princípios da Revolução de 31 Mar

que orientam a Política Nacional” (AC.ACE.91597/76, p. 17). Isto é, a linha política da CAL seria “radical” e o governo Geisel, não. Porém, feitas essas ressalvas, talvez fosse o caso, raciocinou o SNI, de assumir esse “risco”, diante das inegáveis vantagens de um engajamento mais enfático do Brasil na CAL. E quais seriam esses benefícios da participação da ditadura militar do Brasil na CAL? É o SNI quem responde:

A segunda opção oferece a **vantagem de se exercer um controle das atividades da CAL-Secreta no Brasil. Por intermédio da organização poder-se-ia estabelecer um canal útil, de natureza clandestina e oficiosa, com governos amigos que já são filiados ou ligados à CAL. Os meios de difusão da CAL seriam colocados à disposição para ‘mensagens’ do interesse nacional. Com pequeno ônus tornar-se-ia possível o estabelecimento de uma eficiente rede de busca das atividades do MCI [Movimento Comunista Internacional] no continente** (AC.ACE.91597/76, p. 17, grifo meu)

*O estabelecimento de uma eficiente rede de busca das atividades do Movimento Comunista Internacional (MCI) no continente e a criação de um canal útil, de natureza clandestina e oficiosa, com governos amigos que já são filiados ou ligados à CAL, não eram, precisamente, as mesmas “necessidades” estratégicas que levariam as ditaduras militares da América do Sul, um ano depois, à internacionalização de um plano “antissubversivo” no marco do Sistema Condor? Esse projeto de uma “Internacional” antissubversiva na América Latina, antecipado em um ano no III Congresso da CAL-Secreta celebrado dentro da EsNI, não teria “rabo de Condor, penas de Condor, bico de Condor, patas de Condor, olho de Condor, corpo de Condor e cabeça de Condor”? E “como é que não é Condor?” Ou, ao menos, de um dos protótipos do Condor. O SNI ficou animado, nesse sentido, com a possibilidade do Brasil engajar-se, de maneira mais efetiva, na CAL – o órgão regional da Liga Mundial Anticomunista na América Latina. Destacou o SNI ainda, ao final de seu relatório ao ditador Ernesto Geisel, que **“acresce de importância o fato, já assinalado, do oferecimento em plenário e por aclamação, do cargo de chefe de informações da CAL-Secreta a um brasileiro”** (AC.ACE.91597/76, p. 18, grifo meu). Todavia, lamentou o SNI que, diante do “oferecimento a um brasileiro do cargo de chefe de informações da CAL-Secreta”, “dado o caráter de ‘observadores’” dos delegados brasileiros presentes no congresso secreto anticomunista dentro da EsNI, “não pôde ser aceito”; “porém, também por aclamação ficou decidido que **aguardar-se-ia pelo prazo de 3 (três) meses um pronunciamento definitivo do Brasil**” (AC.ACE.91597/76, p. 18, grifo meu).*



Teria, então, o Brasil respondido até março de 1975 se aceitaria ou não o cargo de *Chefe do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana da CAL-Secreta*? Não se sabe. Mas, a depender do SNI, é provável que sim, lembrando-se que o mandato para esse cargo seria de um ano – portanto, no biênio 1975-76. Essa agência de espionagem militar da ditadura brasileira não deixou de se posicionar, no seu “capítulo à parte” sobre “A situação do Brasil na CAL”, por um maior engajamento do Brasil na CAL. Sobre os benefícios de *um (militar) brasileiro* ocupar a chefia do Serviço Secreto de Inteligência Latinoamericana da CAL-Secreta, o SNI posicionou-se favoravelmente ao aceite da proposta feita na EsNI, salientando que **“a vantagem sob o ponto de vista de informações é desnecessário ressaltar, pois representaria o controle de informações de toda a América Latina, ao mesmo tempo em que fluiriam ao SNI, conhecimentos que poderiam influir, decisivamente, nas decisões de interesse nacional”** (AC.ACE.91597/76, p. 18, grifo meu).

Enfim, seriam absolutamente inegáveis as vantagens *sob o ponto de vista de informações* que adviriam de um envolvimento efetivo da ditadura militar brasileira na CAL. Apenas **“restaria decidir-se”**, concluiu o SNI em seu informe ao ditador Geisel acerca da “situação do Brasil na CAL”, **“quanto ao grau de engajamento e ao ‘modus faciendi’”** (AC.ACE.91597/76, p. 18, grifo meu). Como, então, o Brasil – isto é, a ditadura militar brasileira – deveria se engajar na CAL? Qual deveria ser o “grau de engajamento” e o “modus faciendi” dessa participação dos militares brasileiros no complexo anticomunista WACL/CAL? “Nesse último sentido”, concluiu o SNI, **“parece que a melhor solução seria fazê-lo através de uma ‘entidade fantasma’, aparentemente desvinculada de qualquer caráter oficial, mas de fato controlada clandestinamente pelo SNI”** (AC.ACE.91597/76, p. 18, grifo meu). Em suma, para operacionalizar o engajamento da ditadura militar brasileira na CAL, os arapongas militares recomendaram a utilização de *uma entidade fantasma*, aparentemente “privada” e desvinculada do governo nacional, *mas de fato controlada clandestinamente pelo SNI*. E qual seria essa *entidade fantasma* senão a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES), o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL? Ao que tudo indica, portanto, a SEPES serviria de “Capítulo” ostensivo e o SNI de “Capítulo” secreto do Brasil na Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL) e na sua “organização-mãe”, a Liga Mundial Anticomunista (WACL). Note-se, inclusive, que a SEPES sequer participou do III Congresso da CAL-Secreta realizado, em

1974, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI) e com o patrocínio do SNI. Os brasileiros ali presentes, excetuando José Afonso de Moraes Buenos Passos – padre fidelíssimo aos tecos da FEMACO –, eram todos militares de “alto nível” da espionagem da ditadura brasileira.

#### *5.11. São Paulo, 1974: a Reunião do Conselho Executivo da WACL*

Observa-se, diante do exposto, que 1974 foi um ano deveras “frenético”, em especial para a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). Como visto, o ano iniciou-se com a realização, entre 23 e 27 de janeiro, do II Congresso da CAL-Pública, no Rio de Janeiro, Brasil. Entre 8 e 11 de abril, a CAL participaria da VII Conferência da WACL em Washington, D.C., capital dos EUA. Na sequência, entre 10 e 12 de julho, celebrou-se uma Reunião do Conselho Coordenador da CAL no “quartel-general” dos tecos da FEMACO, em Guadalajara, no México. E, conforme analisado logo acima, entre 29 de novembro e 1º de dezembro de 1974, celebrou-se em Brasília, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI) da ditadura militar do Brasil, o III Congresso da CAL-Secreta. Ufa! Que ano. Mas 1974 ainda não havia acabado para o complexo anticomunista WACL/CAL.

Logo depois do encerramento do III Congresso da CAL-Secreta na EsNI, em Brasília, reuniu-se em São Paulo o Conselho Coordenador da CAL, entre 5 e 6 de dezembro de 1974, na capital paulista. Acabara assim o ano? Ainda não! Enfim, entre 8 e 9 de dezembro, celebrou-se uma reunião do Conselho Executivo da Liga Mundial Anticomunista para organizar os preparativos da VIII Conferência da WACL, já então pré-agendada para ocorrer em abril de 1975 no Rio de Janeiro. Infelizmente, não foi possível localizar a documentação referente à Reunião do Conselho Coordenador da CAL de dezembro de 1974. Felizmente, contudo, conseguiu-se aquela concernente à Reunião do Conselho Executivo da WACL, analisada agora antes de se passar ao estudo da VIII Conferência da Liga de 1975, momento de ascensão global da ultradireita brasileira por dentro do complexo WACL/CAL.

##### *5.11.1. Quem-é-quem no Comitê Executivo da WACL*

Eis que, entre 8 e 9 de dezembro de 1974, realizou-se no Hotel Othon Palace, na cidade de São Paulo, a Reunião do Comitê Executivo da WACL. A partir de um relatório da SEPES, o

“Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, recolhido pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), é hoje possível identificar quais foram os membros do Comitê Executivo da Liga que participaram da reunião de dezembro de 1974. Foram eles, Ku Cheng Kang, de Taiwan, presidente honorário da WACL; Fred Schlafly, presidente do *American Council for World Freedom* (ACWF) e então presidente em exercício da WACL; Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES e presidente do Comitê Preparatório da VIII Conferência da Liga; Elias Jorge Tambur, dirigente da SEPES-Brasil; Han Lih-Wu, membro do “Capítulo” taiwanês da WACL e presidente do Instituto de Estudos Internacionais de Taipei; a francesa Suzanne Labin, enquanto representante da Europa; Osami Kuboki, como representante do Japão; Nathan Ross, da Libéria, como representante da África; o filipino José Ma. Hernández, conselheiro vitalício da WACL; o general Praphan Kulapichitr e Amnuey Suwanakijboriharn, ambos da Tailândia; o senador turco Fethi Tevetoglu; a ucraniana Slava Stetsko, enquanto representante das “Nações Cativas” da Europa Oriental e do ABN; os tecos da FEMACO Raimundo Guerrero e Rafael Rodríguez, como representantes da CAL; o guatemalteco e lugar-tenente de Mario Sandoval Alarcon Fernando Ibarra, presidente da WYACL; e os representantes da Coreia do Sul do ditador Park Chung-hee Ben C. Limb e Woo Jae Seung, secretário-geral da WACL (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 110).



**Figura 275.** Da esquerda para a direita, Woo Jae-Seung (Coreia do Sul), secretário-geral da WACL; Fred Schlafly (EUA), presidente em exercício da WACL e presidente do ACWF; Ku Cheng-kang (Taiwan), hierarca do KMT e

presidente honorário da WACL; Carlo Barbieri Filho (Brasil), presidente da SEPES e futuro presidente da WACL. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 1, *contracapa*.

### 5.11.2. Os novos aspirantes a membros da WACL

Durante a Reunião do Comitê Executivo da WACL, em São Paulo, uma Comissão de Membros, composta por Ku Cheng-kang, Woo Jae Seung, José Ma. Hernández, Rafael Rodriguez e Suzanne Labin, analisou a solicitação de quatro aspirantes a novos membros da WACL: Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição e Propriedade (TFP), *Young Khmer Anti-Communist League*, *Kuchinland Group* e *Croatian Liberation League* (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 110). Depois de deliberações sobre o assunto, constatou-se que, “con relación a Young Khmer Anti-Communist League”, “este grupo ya era miembro de la Liga Juvenil Anti-Comunista, que fue creada en el año 1945 y que se autorizaria sua entrada como miembro asociado previa discusión del asunto con el capítulo camboyano” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 110). De qualquer maneira, a Comissão de Membros propôs ao movimento que “cambie de nombre pues este no se considera adecuado” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 110).

Já foram anotados os ataques antissemitas feito pelos tecos da FEMACO/CAL contra a TFP e contra sua aliada norte-americano, o ACWF, então representado na Reunião do Comitê Executivo da Liga por Fred Schlafly, na altura o presidente da WACL em exercício. A TFP e o ACWF, recorde-se, eram acusadas de agentes do “sionismo” que estariam “conspirando” dentro da WACL para “destruí-la”. Apesar disso, foi aceita, na reunião em São Paulo da WACL, “**la solicitud presentada por TFP para participar como organización internacional en la WACL**”, estabelecendo-se “un periodo de investigación sobre el status de TFP y su aceptación o rechazo será votada en la próxima reunión del Comité Ejecutivo que se llevará a cabo antes del VIII Congreso y en la cual se presentará el informe preparado por la Comisión de Membrecía. Todos los procedimientos se harán de acuerdo con la Carta de la Liga” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 110-111, grifo meu).

Foi então estabelecida “una fecha limite hasta el 1º de Febrero de 1975 para que todo los miembros de la Comisión tengan los argumentos en su manos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 111). As tratativas para a admissão do Grupo Kuchinland ficaram, a seu turno, a cargo do secretário-geral Woo Jae Seung, que “les escribirá solicitando la

expresión de su deseo de participar y luego se tomará la decisión” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 111). Quanto ao pedido de ingresso na WACL do *Croatian Liberation Front*, “se acordó esperar hasta la próxima reunión en que la Sra. Stetsko presentará los antecedentes [del grupo]” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 111).

### 5.11.3. Alguns Informes da WACL

Ainda na Reunião do Comitê Executivo da WACL, em São Paulo, o professor Woo Jae Seung leu um “Informe da Secretaria Geral” da WACL. O secretário-geral da WACL informou a seu Comitê Executivo que havia se realizado recentemente na Coreia do Sul “una reunión con los líderes de América Latina sobre el tema ‘Estudios Comparativos de las Estrategias Comunistas’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 111). O sul-coreano lamentou que devido à falta de fundos, recentemente, o *Boletim da WACL* foi forçado a suspender alguns de suas edições. Relembrou ainda a preocupação da WACL com seu “apóstata”, o britânico Geoffrey Stewart-Smith. Como visto, um antigo representante do “Capítulo” inglês da WACL, Stewart-Smith tinha sido destacado, no México, durante a VI Conferência da WACL de 1972, para organizar a realização da VII Conferência da Liga em Londres, então pré-agendada para ocorrer em 1973. Com a revogação pelas autoridades britânicas de um visto já concedido “por cortesia” ao hierarca do Kuomintang de Taiwan e presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, a VII Conferência da Liga de 1973 foi cancelada repentinamente. Depois disso, Stewart-Smith pressionou o ACWF para que não realizasse a VII Conferência da WACL de 1974 nos EUA, divulgando um informe do próprio “Capítulo” norte-americano da Liga sobre o perfil antissemita dos tecos da FEMACO.

O “apóstata”, assim, além de ter se tornado o “inimigo público número 1” da Liga, conseguiria com isso apenas “antagonizar” o ACWF com os mexicanos da WACL/CAL. O secretário-geral da WACL lamentou, na Reunião do Comitê Executivo em São Paulo, “la situación creada en torno al Sr. Geoffrey Stewart-Smith de Inglaterra”, que “actualmente (...) está demandando por perjuicios a la WACL por la cantidad de aproximadament 100,000 US\$” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 111). Woo Jae Seung informou ao Comitê Executivo da Liga que ele estaria “autorizado para contratar un abogado” e, nessa altura, “**el Dr. Carlo Barbieri Filho ofreció enviar un abogado de él a Londres para estudiar la situación, lo que fue aceptado unánimemente**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 111, grifo meu).

Eis que o secretário-geral encerrou seu informe relembrando que os membros da WACL deveriam contribuir financeiramente com as parcelas correspondentes a cada “Capítulo” nacional, organização internacional, membro associado etc. Na sequência, coube ao Fred Schlafly apresentar o seu informe enquanto presidente da WACL em exercício. Nele, recordou “la celebración de **la Semana de las Naciones Cautivas** que se celebró principalmente **en Taipei con asistencia de delegados de todos los países, entre ellos, Brasil, en Julio del presente año**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 112, grifo meu). Informou que o “ACWF, capítulo norteamericano de la WACL, tuvo activa participación en la liberación del Sr. Kuderka, quien se escapo de un barco soviético a uno norteamericano” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 112). Schlafly também assinalou que o ACWF enviou “telegramas a las autoridades de la Casa Blanca pidiendo la intervención americana para salvar a Valentín Moroz, intelectual e historiador soviético quien se encuentra preso en la URSS” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 112). O norte-americano ainda expressou que, graças aos esforços do ACWF, conseguiu-se “una promesa del Departamento de Estado en el sentido que la Cruz de San Esteban, símbolo de la legalidad en Hungría, no será entregada al gobierno comunista de ese país, que la solicitó. Dicha cruz fue llevada a Washington por el General Patton” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 112).

#### *5.11.4. O lobby da CAL por 4 assentos no Comitê Executivo da WACL*

Como visto, pelo menos desde o II Congresso da CAL-Pública de 1974, no Brasil, conforme anotara Antonio Campos Alum em seus manuscritos já analisados, a CAL buscava alterar a Carta da WACL para, assim, aumentar seu número de assentos no Comitê Executivo da Liga. Em dezembro de 1974, durante a reunião dos executivos da WACL em São Paulo, formou-se uma Comissão destinada a estudar a “**modificación a la Carta de la WACL**”. Presidida por Han Li Wu, a referida Comissão foi composta por Carlo Barbieri Filho, Woo Jae Seung, Nathan Ross e José Ma. Hernández, devendo “estudiar la modificación del Artículo 22 de la Carta de la entidade, la cual fue presentada por la Confederación Anti-Comunista Latinoamericana, CAL” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 112, grifo meu).

Um informe sobre o assunto deveria ser apresentado por essa Comissão seis semanas antes do início da VIII Conferência da WACL de abril de 1975. A proposta da CAL para a

modificação do artigo 22 da Carta da WACL estruturou-se em alguns “Considerando” e uma “Conclusão”. No primeiro dos “Considerando”, a CAL demarcou que “la WACL es una organización resultante de la expansión a nivel universal de la Liga Anti-Comunista de los Pueblos Asiáticos (APACL), como **un contra-ataque a la agresión marxista-leninista, que es esencialmente internacional**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 117). O segundo “Considerando” registrou que “**APACL ha contado con ayuda no oficial de vários gobiernos asiáticos, lo que permitió realizar los primeros 5 Congresos de la WACL, a pesar que, la falta de apoyo oficial para el IV Congreso realizado en Japon, no impidió su êxito**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 117, grifo meu)<sup>691</sup>. O terceiro “Considerando” anotou que “seis capítulos Asiáticos, en su calidad de fundadores y sostenedores de la WACL tienen seis de los trece asientos en el Comitê Ejecutivo; los cuales eran once hasta la ultima modificación al Artículo 22 de la Carta, además del Presidente Honorário, el Presidente del Consejo, el Secretario General y, recientemente designado, el Consejero Vitalício [José Ma. Hernández]” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 117). O quarto “Considerando” adentrou propriamente no pleito da CAL, enfatizando que a primeira conferência anual da WACL fora da Ásia acontecera no México, em 1972, sob organização dos tecos da FEMACO:

(...) **la primera expansión de la WACL fuera de Ásia fue encargada a la FEMACO, capítulo mejicano, que también ha sido fundador y principal sostenedor de la Confederación Anti-Comunista Latinoamericana, (CAL), organización regional latinoamericana miembro de la WACL, la cual ha estado luchando eficientemente contra el comunista y ha sostenido 2 Congresos regionales y actualmente prepara el 3º para fines de 1975**<sup>692</sup>, pocos meses después de su tercer aniversario (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 117, grifo meu)

Ainda no quarto “Considerando” da proposta da CAL, exaltou-se o papel dos latinoamericanos na Liga, salientando que “**será también en America Latina, concretamente en Brasil donde, por la segunda vez en menos de 3 anos, se llevarán a cabo un congreso de la**

---

<sup>691</sup> Também pudera, já que, como visto no CAPÍTULO 4, a IV Conferência da WACL de 1970 no Japão pode contar com o patrocínio de Ryoichi Sasakawa, autodeclarado “fascista mais rico do mundo”. Ligado ao fascismo japonês antes e durante a II Guerra Mundial, esse “poderoso chefe” da ultradireita nipônica do pós-guerra – “capo” da Yakuza e “fazedor” de premiês – havia sido um dos maiores *war profiteers* do Império Japonês e de sua expansão panasiática.

<sup>692</sup> Nota-se que, de acordo com esse “Considerando”, a CAL celebraria um novo Congresso depois de agosto de 1975. Recorde-se que o III Congresso da CAL-Secreta dentro da EsNI, encerrado em 1º de dezembro de 1974, tinha decidido que o IV Congresso da CAL-Secreta seria realizada, dali a seis meses, no Chile de Pinochet. Não se sabe, até hoje, se esse IV Congresso da CAL-Secreta ocorreu ou não. O que se sabe é que também no segundo semestre de 1975, no Chile, a Operação Condor seria formalizada entre as ditaduras militares da América do Sul com sua base telecomunicacional no Canal do Panamá, guardada pelo “Tio Sam” – o chamado Condortel. Cf. APÊNDICE.

WACL (8º) y de WYACL (6º)” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 117-118). O quinto “Considerando” da proposta da CAL enfatizou ainda que **“los pueblos y gobiernos de Uruguay, Paraguay, Chile y, Guatemala han probado, de hecho, su eficiencia en combatir el comunismo”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 118, grifo meu). No sexto e último “Considerando”, a CAL salientou que, “de acuerdo con **la eficiente contribución a la lucha anticomunista mundial**, cada región del mundo libre debe asumir su papel en la conducción de la WACL y la correspondiente responsabilidad con **la importância de la militância anti-comunista”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 118). Depois desses seis “Considerandos”, a “Conclusão” da proposta da CAL foi absolutamente clara: **“Debe ser reconocida la importância de los êxitos obtenidos en el pasado y recientemente para la causa del mundo anti-comunista por América Latina y garantizarse 4 asientos mas para este continente en el Comité Ejecutivo”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 118, grifo meu). Finalmente, “para un mejor entendimiento” da *Propuesta Alteración al Artículo 22 de la Actual Carta de la WACL*, a CAL sublinhou, da seguinte maneira, “los cambios propuestos a la Carta actual”:

1.- El Consejo debe designar un Comité Ejecutivo, compuesto de no mas de diecisiete (17) miembros en un período de 3 años o hasta la elección de un nuevo Comité Ejecutivo en una próxima reunión del Consejo. **Seis (6) miembros deben ser elegidos por los capítulos de Asia Sudoriental y cuatro (4) por los capítulos Latinoamericanos**, siendo Presidente del Consejo, un ex miembro oficial del Comité Ejecutivo; tomando en cuenta que una representación debidamente autorizada de la Liga Mundial Juvenil Anti-Comunista debe ser uno de los diecisiete (17) miembros elegidos y, tomando en cuenta, que uno de los diecisiete (17) miembros elegidos debe ser un representante autorizado de las organizaciones de liberación nacional subyugadas bajo el imperialismo ruso y el Comunismo en la Unión Soviética y sus estados satélites. Los items dos y três del artículo 22 deben permanecer como estan (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 118-119)

#### 5.11.5. O Comunicado Final do Comitê Executivo da WACL

Com essas modificações em vista, formou-se entre os executivos da WACL uma Comissão para elaborar o Comunicado Final da reunião da Liga de dezembro de 1974 em São Paulo. Essa Comissão foi composta por Lee Edwards, dirigente do ACWF, o “Capítulo” norteamericano da WACL, pelo filipino José Ma. Hernández (criador da APACL em 1954 e conselheiro vitalício da WACL) e por Elias Jorge Tambur, o líder da SEPES que participara no México, em 1972, da VII Conferência da WACL e da Assembleia Constitutiva da CAL<sup>693</sup>. Assim

---

<sup>693</sup> Viu-se acima que, no regresso ao Brasil, Tambur redigira um longo relatório de viagem ao então presidente da SEPES Alfredo Weiszflog, magnata proprietário da indústria de papel e celulose Melhoramentos. No final de agosto



que, de acordo com o Comunicado Final, acordou-se que a VIII Conferência da WACL seria realizada “entre los días 21 y 25 de Abril de 1975” enquanto a VI Conferência da WYACL “se llevará a efecto entre los días 21 y 23 del mismo mês, ambos en Brasil” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 112).

Em São Paulo, em dezembro de 1974, definiu-se como tema escolhido para a VIII Conferência da Liga o lema “**Pacificación, No; Libertad, Sí**”, tendo sido indicado, como sugestão, “los siguientes nombres para hacer los discursos durante el evento: Dr. **Armando Falcão, Ministro da Justicia de Brasil; Cardenal Slipig, Cardenal Mindzenti, Sr. Kuderka, Dr. Han Li-Wu**, Director del Instituto de Estudios Internacionales de China” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 112). No Comunicado Final, registrou-se ainda que, “**decidiendo sostener su 8ª Conferencia de la WACL en Brasil, en Abril de 1975, el Comité Ejecutivo toma nota de los estimulantes signos de aumento del sentir anti-comunista en algunas naciones de América Latina** y expresa su esperanza que este sentir se ampliara y acelerara” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 116, grifo meu). O Comitê Executivo da Liga anotou, “con satisfacción”, “**el entusiasmo de SEPES, capítulo brasileiro de la WACL, en la preparación de la 8a Conferencia, y ofrece su total respaldo para hacer de la Conferencia un êxito total que facilite el triunfo inevitable de la causa anti-comunista**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 116, grifo meu).

---

esse dirigente da SEPES tomou parte VII Conferência da WACL e da Assembleia Constitutiva da CAL. Por isso, a SEPES era uma das entidades fundadoras desse órgão regional da WACL na América Latina. No começo de setembro, Tambur viajou ao “quartel-general” dos tecos da FEMACO, a *Universidad Autónoma de Guadalajara* (UAG).



**Figura 276.** De pé, à esquerda, Lee Edwards, na qualidade de secretário do American Council for World Freedom (ACWF), o primeiro “Capítulo” norte-americano da WACL, discursa durante a Reunião do Conselho Executivo da WACL de dezembro de 1975 em São Paulo. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 1, *pictorial page*.

De acordo com o Comunicado Final, os executivos da WACL reunidos na Reunião de dezembro de 1974, em São Paulo, depois de “estudarem profundamente os problemas mundiais”, acordaram os seguintes “puntos a llevarse a cabo durante la próxima 8a. reunión anual de WACL” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 114):

**1- Los intentos de negociar y mantener una detente con los comunistas han causado hasta ahora solamente confusion y desintegracion dentro del mundo, facilitando la lucha de los comunistas para la dominación mundial.** Un significativo ejemplo de la ineficácia de estos intentos es **la reciente reunion sostenida entre autoridades de los Estados Unidos y de la Union Soviética en Vladivustok.** **2- El frente táctico comunista, unido bajo el lema ‘coexistência pacífica’, ha impulsado el neutralismo y la posición conciliadora por parte del mundo libre, agravando la confusion interna y la división en los países libres. La maniobra de China Comunista para ganarse y explotar las naciones del llamado ‘tercer mundo’ para su posterior destrucción, es un ejemplo en este punto.** **3- A través del mundo, en Asia, America Latina y especialmente en Europa Oriental, las fuerzas de la libertad estan emergiendo como una fuerte corriente que despierta a los pueblos libres para extender su mano a las ejemplares personas que resisten a los tiranos opresores trás la Cortina de Hierro. El reciente rechazo de la OEA de levantar las sanciones impuestas contra Cuba, el continuo movimiento dentro del continente chino contra la tirania, y el flujo continuo de refugiados de trás la Cortina de Bambu con riesgo de sus vida, son poderosas evidencias de esta corriente. Absolutamente concientes que la crisis que actualmente enfrenta el mundo libre ha resultado principalmente de la unidad táctica del frente comunista y de las ansias del mundo libre para apaciguar a los agresores, el Comité Ejecutivo de la Liga, ha escogido el siguiente tema para su 8a. Conferencia: **Pacificacion, No, Libertad, Sí** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 114, grifo meu)**

Para alcançar essa meta proposta à VIII Conferência da WACL, o Comunicado Final endereçou uma espécie de “chamado ao mundo livre” em quatro pontos, que deveriam ser reiterados no encontro anual da Liga de abril de 1975. Dever-se-ia ter muito cuidado em qualquer “negociación y detente con los comunistas” para que não fossem feridos “los derechos e intereses de los aliados libres” ou “la seguridad de las naciones libres”; dever-se-ia oferecer “un apoyo positivo” aos “pueblos de América Latina, Ásia, Africa, Europa y dentro de la Unión Soviética y sus países satélites a las heroicas luchas contra la opresión y esclavitud comunista”; dever-se-ia conferir “un tratamiento humano a los refugiados que buscan la libertad”, assim como condenar e proibir “la devolución por la fuerza de los escapados de Macau, Hong-Kong, Berlin y otros lugares”; o “mundo livre” deveria interromper o fornecimento de bens, tecnologia, equipamento industrial e de guerra e empréstimos de longo prazo “a los estados comunistas”, o que so fortaleceria “la tiranía comunista”; e, enfim, os governos e a opinião pública do “mundo livre” deveriam “condenar cualquier forma de campo de concentración o trabajo forzado, denunciar la vergonzosa práctica de apresar luchadores, como Valentin Moroz, por defender los derechos humanos y nacionales, en asilos insanos y, solicitar el retiro de las fuerzas comunistas en los países ocupados” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 115).

O Comunicado Final registrou, na sequência, “con sus ojos puestos en 1975”, que o Comitê Executivo da WACL deveria chamar urgentemente “la atención de los Estados Unidos, como la nación líder del mundo libre, a que tome la responsabilidad especial que le corresponde en la defensa de la libertad” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 115). A WACL estaria “preocupada” com a redução dos investimentos militares dos EUA que, por isso, estariam sendo sobrepujados pelos soviéticos na corrida armamentista. Isso porque, segundo o Comunicado Final, “en sus esfuerzos para limitar la carrera armamentista”, os EUA poderiam nutrir “un falso sentido de seguridad”, descuidando “del peligro que significa permitir a la Unión Soviética alcanzar una superioridad armamentista que amenazará todo el mundo libre” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 115). E também a defesa de Taiwan, um dos principais eixos estruturantes da WACL, entrou no radar de preocupação do Comunicado Final, que “advertiu” aos EUA que, “en cualquier acuerdo americano con los chinos comunistas, no debe dañarse a la República de China que ha sido un aliado fiel del mundo libre” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 115).

O Comitê Executivo da WACL ainda expressou, em seu Comunicado Final de dezembro de 1974, **“su total respaldo al Gobierno de la República de Chile, presidido por el General Augusto Pinochet Ugarte, por su generosa iniciativa para obtener la libertad de los prisioneros políticos en los países subyugados por el imperialismo soviético, incluída Cuba”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 114, grifo meu). No “melhor” estilo “Viva Chile!”, o Comunicado Final da Reunião dos executivos da WACL, de dezembro de 1974, em São Paulo, saudou mais três ditaduras militares da América do Sul, novamente saudando o teor anticomunista desses aliados anticomunistas. Eis que o Comitê Executivo da WACL **“aplaude con entusiasmo a los gobiernos de Uruguay, Paraguay y Chile, con motivo de la firme oposicion que sostuvieron en la reciente Conferencia de la OEA al levantamiento de sanciones contra el regimen de Fidel Castro, el cual continua aun promoviendo la subversión comunista y el terrorismo en América Latina”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 116, grifo meu).

#### *5.11.6. Quem pagou a conta?*

Finalmente, na Reunião do Comitê Executivo da WACL de dezembro de 1974, em São Paulo, **“el Dr. Carlo Barbieri Filho hizo una exposición sobre las atividades de SEPES en el último año destacándose especialmente la Semana de Solidaridad con Chile y la ampliación de la entidade”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 112). Porém, mais importante do que isso, o Presidente da SEPES comunicou aos executivos da Liga sobre os preparativos da VIII Conferência da WACL que, **“en su calidad de patrocinador”**, vinha desenvolvendo. Nesse momento, o presidente da SEPES **“recibió las felicitaciones de todos y se acordo que con el presupuesto se cancelarán los gastos de 4 delegados por capítulo, esperándose una asistencia de 400 personas de todos los lugares del mundo”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 112, grifo meu).

Mas qual teria sido o valor desse orçamento aprovado e elogiado pelos executivos da Liga? Quanto custaria, ao menos enquanto orçamento previsto, a VIII Conferência da WACL de 1975 no Rio de Janeiro? No documento da SEPES sob análise, resgatado e preservado pelo CISA da ditadura militar brasileira, tinha sido **“aceptado el presupuesto preparado por SEPES y que alcanza a la suma de US\$ 217.000,00, el cual es distribuído entre los distintos países y Organizaciones miembros de la WACL. (Ver anexo)”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p.

112, grifo meu). Infelizmente, porém, o “anexo” referido no documento não foi preservado pelos arapongas do serviço secreto da Aeronáutica. Assim sendo, pode-se saber apenas genericamente que a conta foi paga pelos “distintos países y Organizaciones miembros de la WACL”, mas não se pode conhecer quem pagou quanto nesse “bolo” deveras “recheado”.

O que é certo, porém, é que o orçamento preparado pela SEPES de 217 mil dólares receberia ainda um ligeiro acréscimo depois da intervenção do representante da ditadura de Taiwan no Comitê Executivo da WACL, o doutor Han Li Wu que, como visto, esteve presente na Reunião de dezembro de 1974 em São Paulo e, em seu país, era o presidente do Instituto de Estudos Internacionais de Taipei. Esse incremento de quase mil dólares no orçamento apresentado pela SEPES foi assim justificado em um “adendo” à intervenção da SEPES na Reunião dos executivos da Liga, ao final de 1974, em São Paulo.

After having been discussed by the committee designated to the reviewing of the proposed budget for the VIIIth WACL Conference to be held in April of 1975, and later presented to the Executive Board during their meeting. After having been presented to the Board meeting, the question regarding the number of participants that the bills would be picked up by the funds raised as a decision of this budget, and after some discussion it was moved by Dr. **Han Li Wu, the Chinese delegate member of the Executive Board**, that we would limit the participation of [mid] delegates to the following numbers: **WYACL – 120 delegates. WACL – 280 – delegates. Total – 400 delegates.** The above decision does not of course, impede that other delegates participate in the Conference, only meaning that they will pick up their own bills. Having been decided the above motion presented by Dr. **Han Li Wu** in a unanimous manner by the Board, we thereby come to present the necessary alterations required by the change in number of participates. **With the changes in the areas of lodging, meals, transportation, printing of the final report after the conference and the addition of a sum of money for simultaneous translation equipment we come up with the following total:** Total [ilegível] **Budget for the VIIIth WACL [and] the VIth WYACL: US\$ 217,855,00**  
(BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 120, grifo meu)

#### *5.12. Brasil, 1975: a ditadura militar verde-amarela por detrás da VIII Conferência da WACL*

Felizmente, encontra-se hoje depositado no Arquivo Nacional do Brasil um conjunto de documentos que registram as entranhas do preparativo da VIII Conferência da WACL de 1975. O primeiro deles consiste em um convite do Comitê Preparatório da VIII Conferência da Liga, subscrito por seu presidente – o brasileiro Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES – e endereçado ao ministro da Justiça do general-presidente Ernesto Geisel, a saber: Armando Falcão (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 1). Datado de 5 de março de 1975, dirigindo-se ao “Excelentíssimo Senhor Ministro” da Justiça Armando Falcão, Barbieri Filho salientou que “é com grande honra que vimos a presença de Vossa Excelência convidá-lo para participar do VI

Congresso da WYACL (World Youth Anti-Communist League) e do VIII Congresso da WACL (World Anti-Communist League), na qualidade de convidado especial” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 1).

O presidente da SEPES salientou ao ministro da Justiça de Ernesto Geisel que, “em virtude da presença, nestes Congressos, de pessoas proeminentes de todo o mundo livre, **muito apreciaríamos se Vossa Excelência aceitasse o nosso convite para ser: o principal orador no ato de abertura destes eventos**: Dia: 23 de abril de 1975. Horário: 09:30 horas. Local: Salão Nobre do Hotel Intercontinental” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 1, grifo meu). O presidente do Comitê Organizador da VIII Conferência da WACL e da VI Conferência da WYACL anexou ao convite feito ao ministro da Justiça Armando Falcão “um dossier histórico e informativo a respeito”, encerrando sua missiva da seguinte maneira: “Certos de contar com a sua honrosa presença, dando assim **continuidade a luta que Vossa Excelência tem sido paradigma para todos nós**, apresentamos os nossos protestos da mais alta estima e consideração” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 1, grifo meu). Nesse dossiê, a SEPES informou que, durante a VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista, “**deverá ser eleito o próximo Presidente Executivo da WACL, o Dr. Carlo Barbieri Filho, Presidente da SEPES**” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 4, grifo meu). A SEPES informou a Armando Falcão que “a W.A.C.L. é originária de uma organização que se chamava APACL (Associação dos Povos Asiáticos Anti-Comunistas)” e, a sua vez, “a APACL foi criada em 1954, por uma convocação dos governos da China, da Korea [sic] e das Filipinas” e “sempre foi composta de povos asiáticos e fortalecida com representantes de governos, nela integrados” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 3).

“Em 1966, realizou-se em Seul, o 12º Congresso da APACL, cuja finalidade era decidir sobre a criação da W.A.C.L., e cujos trabalhos estiveram a cargo do Comitê Preparatório da WACL” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 3). Depois de informar o ministro da Justiça do Brasil que o líder do Kuomintang (KMT) taiwanês Ku Cheng-kang era “o primeiro Presidente da Liga” e que, “posteriormente, foi designado Presidente Honorário em caráter permanente”, sendo também “instituída uma tradição da W.A.C.L., que o Presidente Executivo seja o membro-representante do País-sede onde haja realizado o Congresso” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 3). Enfim, o dossiê da SEPES anexo ao convite ao ministro de Estado Armando Falcão salientou

uma pequena cronologia das Conferências anuais da WACL realizadas até então: “Seul, em 1966, criação da WACL. I. Taipei, em 1967. II. Saigon, em 1968. III. Bangkok, em 1969. IV. Japão, em 1970. V. Filipinas, em 1971. VI. México, em 1972. VII. Washington, em 1974. VIII. Brasil, em 1975” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, pp. 3-4).

A SEPES ainda comunicou ao ministro da Justiça de Geisel que a WACL, **“em mais de 30 países, conta com a representação indicada oficiosamente pelo governo, particularmente na Ásia e América Latina”**, salientando os seguintes “prognósticos”: “Com a realização do VIII Congresso no Brasil, pretende-se: dar maior enfoque na WACL, especialmente onde há uma representação da Liga; **realizar viagens nos países que têm participação efetiva na WACL com propósitos de manter contatos em nível oficioso, ou oficial, com representantes desses países integrados na Liga; combater e desfazer o pragmatismo político emanado de grupos eclesiásticos-progressistas, os quais têm deteriorado a imagem do Brasil, principalmente no Exterior;** [e] realizar viagens em todos os Estados da Federação, difundindo com maior profundidade os objetivos da WACL e os interesses comuns do Brasil e da Liga” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 4). A SEPES comunicou Armando Falcão de que “o VIII Congresso da WACL, além da participação de todos os membros da Liga e de entidades e pessoas de todo o Brasil, contará também com **a participação de mais de 100 jornalistas anti-comunistas**” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 5, grifo meu).

Todavia, a parte mais significativa do *dossier histórico e informativo* enviado pela SEPES ao ministro da Justiça Armando Falcão consistiu no registro sobre quem, de fato, esteve encarregado das **“Medidas Internas de Segurança”** da VIII Conferência da WACL e da VI Conferência da WYACL de 1975. Segundo as informações da SEPES, **“as medidas de segurança relativas ao VIII Congresso da W.A.C.L. estão sendo coordenadas pelo Ministério do Exército”** e, além do mais, **“a realização do VIII Congresso da W.A.C.L. no Brasil já conta com a aprovação do nosso Presidente da República”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 5, grifo meu). Isto é, a VIII Conferência da WACL, segundo informado pela SEPES ao Ministro da Justiça de Ernesto Geisel, contava já com a aprovação do general-presidente e suas medidas de segurança estariam a cargo do Ministério do Exército do Brasil.

Uma operação, portanto, de “alto nível”, não é mesmo? Parece, assim, que o engajamento dos militares brasileiros no complexo WACL/CAL já estava, nessa altura, consolidado. Parece,

inclusive, que esse engajamento da ditadura militar do Brasil na WACL/CAL tenha seguido as recomendações feitas ao ditador Geisel pelo SNI no esteio do III Congresso da CAL-Secreta de 1974, realizado dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI): a espionagem verde-amarela só teria a ganhar se estivesse por dentro da Liga Mundial Anticomunista e de seu órgão político-militar na América Latina, a CAL. E esse engajamento deveria ser feito de forma secreta, valendo-se de uma entidade fantasma aparentemente desvinculado da ditadura militar, mas clandestinamente controlada pelo SNI. Em suma, é importante desde já demarcar a SEPES como o “Capítulo” ostensivo e o SNI como o “Capítulo” secreto do Brasil dentro do complexo WACL/CAL.

Antes de se voltar ao tema, ainda na abordagem dos preparativos da VIII Conferência da WACL, deve-se destacar que a SEPES, na figura de seu presidente Barbieri Filho, não convidou apenas o ministro da Justiça Armando Falcão ao conclave de 1975. Convidou-se também o secretário do ministro de Estado, Mario Cesar Pitão. Assim que, dirigindo-se a esse “Digníssimo Sr. Secretário”, o presidente da SEPES assinalou que era “com grande honra que vimos a presença de Vossa Excelência convidá-lo para participar do VI Congresso da WYACL (World Youth Ant-Communist League) e do VIII Congresso da WACL (World Ant-Communist League), na qualidade de convidado especial. Estes eventos terão lugar no Rio de Janeiro, no Hotel Intercontinental, de 21 a 25 de abril próximo, com a presença de capítulos de 70 países e de 28 organizações internacionais” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 90). “Em especial”, arrematou Barbieri Filho, “gostaríamos que Vossa Excelência nos honrasse na sessão solene de abertura (...) e que enviasse representantes seus para que acompanhem e prestigiem estes Congressos. **Colocando os eventos totalmente à disposição para tudo que julgar importante, nos objetivos nacionais**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 90, grifo meu).

Note-se, pois, que a VIII Conferência da WACL e a VI Conferência da WYACL, organizadas ostensivamente pela SEPES, tiveram a coparticipação, secreta, de alguns setores de “alto nível” da ditadura militar brasileira. Acionou-se, de fato, uma enorme operação militar e diplomática para a realização do principal conclave, a conferência anual da WACL, e restou no acervo documental do Arquivo Nacional do Brasil, por exemplo, uma nota de 13 de março de 1975, subscrita por Alberto Rocha, chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, e timbrada pelo Serviço Público Federal. Essa nota dirigiu-se ao ministro da Justiça Armando Falcão, glosando



sobre o “convite que lhe foi feito” e recomendando certas considerações “a vista dos fatos”. Referindo-se à WACL, Rocha escreveu que **“o movimento é particular, mas parece bafejado por governos, alguns dos quais com que deixamos de ter relações (Taipei), e outros que sofrem as dificuldades oriundas da frouxidão atual do apoio americano** (a Tailândia, a vista do que se passa no Cambodja e no Viet-Nam do Sul está disposta a pedir o fechamento das bases e a saída dos americanos). De fato, **a credibilidade destes tem caído com o abandono dos amigos e aproximações, como a que se anuncia, com Cuba**. Perdoe-me estas considerações, mas **sendo legítimo o movimento e válidos os objetivos, devo, contudo, pensar primeiramente na sua pessoa**” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 26, grifo meu).

Também em 13 de março, o ministro da Justiça Armando Falcão escreveu uma Minuta ao “Excelentíssimo Senhor Presidente da República” Ernesto Geisel esclarecendo alguns aspectos das conferências anuais de 1975 do complexo WACL/WYACL. Depois de fazer um histórico sobre a WACL ao general-presidente, Armando Falcão lhe informou sobre “o convite [que] me é dirigido por Carlo Barbieri Filho, Presidente do Comitê Preparatório do Congresso, que será eleito Presidente Executivo daquela Liga” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 28). Armando Falcão esclareceu ao ditador Geisel que **“esta exposição tem a finalidade de consultar Vossa Excelência sobre a conveniência de o Ministro da Justiça aceitar o convite para ser o orador principal da reunião inaugural e tomar parte, pois, em seus trabalhos, tendo em consideração fatores de política interna e externa, sem embargo da óbvia solidariedade com os objetivos do movimento”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 28, grifo meu).

Isto é, embora o ministro da Justiça de Geisel reconhecesse a *óbvia solidariedade* da ditadura militar brasileira *com os objetivos do movimento* da WACL, Armando Falcão julgou inoportuno figurar como o orador principal da VIII Conferência da Liga: **“Penso que caberia, no máximo, minha presença na reunião inaugural, não convindo, entretanto, ser o orador principal**. Vossa Excelência, entretanto, decidirá como lhe parecer mais acertado” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, pp. 28-29, grifo meu). Ainda em 27 de fevereiro de 1975, “no impedimento do Chefe do SNI”, o general de Brigada Sebastião José Ramos de Castro endereçou um *Aviso* ao ministro da Justiça Armando Falcão, alegando já ter informado o presidente Geisel sobre as conferências anuais da WACL e da WYACL agendadas para abril daquele ano. Esse general chefe interino do SNI informou então a Armando Falcão que:

**Apresentei ao Exmo. Sr Presidente da Republica, em 19 do corrente mês, um documento, elaborado por meu Gabinete, referente aos citados Congressos e que continha, entre outros, necessários ao completo esclarecimento do problema, os seguintes tópicos: deverão proferir discursos um representante da África, um da América Latina, um da América do Norte e um da Europa. Posteriormente, haverá um painel de debates a ser organizado pela representação brasileira, como forma de manter o Congresso no estrito limite dos interesses brasileiros e evitar debates que possam ser considerados como inconvenientes; a presença de numerosos representantes de países estrangeiros imporá medidas de segurança e de acompanhamento das atividades dos Congressos (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 3, grifo meu)**

Observa-se que, antes mesmo do próprio ministro da Justiça Armando Falcão ter informado o presidente da República Ernesto Geisel acerca das conferências anuais da WACL e da WYACL, o general Ramos de Castro, chefe interino do SNI, já havia informado ao ditador do Brasil sobre o caso. E mais, era ele quem avisara o ministro da Justiça de que seu “documento recebeu do Exmo. Sr. Presidente da República o despacho: ‘De acordo’” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 3). Nota-se, pois, que o SNI não apenas sabia antes de Armando Falcão sobre a realização das conferências (ostensivamente organizadas pela SEPES) da WACL e da WYACL, mas também já tinha obtido o “De acordo” do presidente Geisel. O ministro da Justiça apenas teria que consultar seu chefe-ditador sobre se deveria comparecer como “orador principal” ou como coadjuvante. Ao que tudo indica, pois, desde o III Congresso da CAL-Secreta de 1974, realizado em Brasília, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), o SNI já estava operando como o “Capítulo” brasileiro secreto do complexo WACL/CAL. A SEPES, provavelmente, era “apenas” a “entidade fantasma” aparentemente desvinculada da ditadura militar mas *clandestinamente controlada pelo SNI*. Tratou-se, por conseguinte, de uma operação militar de engajamento secreto na ditadura brasileira e, em especial, de sua espionagem, nas redes anticomunistas transnacionais da WACL/CAL.

Corroborando essa “hipótese”, o general Ramos de Castro prosseguiu, em seu Aviso de 27 de fevereiro de 1975, instruindo como o ministro da Justiça sobre como ele deveria se portar. Relembrou que, para facilitar a realização no Brasil das conferências da WACL/WYACL de 1975, **“o Ministério das Relações Exteriores deverá ser alertado para providenciar a concessão de vistos, evitando discriminações e ouvido o SNI para fins de verificação dos visitantes”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 3, grifo meu). E mais, advertiu ainda o general chefe interino do SNI, **“será conveniente um controle das atividades da delegação brasileira, mesmo que em caráter não oficial, para exame do temário a ser debatido e para evitar que possam**

**vir a ser adotadas posições contrárias ao interesse brasileiro”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 3, grifo meu). O general do SNI esclareceu ao ministro da Justiça Armando Falcão que **“os Congressos anteriores dessas duas organizações têm sido acompanhados por observadores do SNI, não tendo sido registrados fatos contrários ao interesse brasileiro e tendo dado oportunidade para a obtenção de conhecimentos de grande interesse para as atividades do SNI”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 3, grifo meu).

Ou seja? O SNI – o “monstro” da espionagem militar da ditadura brasileira – enviou seus “observadores” para acompanhar a VII Conferência da WACL e a V Conferência da WYACL realizados, em 1974, nos EUA Não apenas o presidente da SEPES Barbieri Filho e consortes, portanto, fizeram-se presentes em Washington, D.C., mas também os arapongas (espiões) militares que julgaram as conferências da WACL/WYACL de 1974 como uma excelente *oportunidade para a obtenção de conhecimentos de grande interesse para as atividades do SNI*<sup>694</sup>. Esse é, enfim, o ponto fulcral. As redes do movimento anticomunismo internacional incubadas e azeitadas dentro do complexo WACL/CAL seriam utilíssimas aos espiões da ditadura militar do Brasil. O que reforça, mais uma vez, uma concretude histórica já escavada: se a SEPES foi o “Capítulo” ostensivo, ao que tudo indica, o SNI foi o “Capítulo” secreto do complexo WACL/CAL no Brasil.

Referindo-se ao *Aviso* do general chefe (interino) do SNI, datado de 27 de fevereiro de 1975, o chefe do Gabinete do ministro da Justiça Armando Falcão enviaria, em 11 de março do mesmo ano, um Ofício “A Sua Senhoria o Senhor Ten. Col. Av. Juarez de Deus Gomes da Silva, Diretor da Divisão de Segurança e Informações” do Ministério da Justiça. Esse tenente-coronel aviador, diretor da DSI/MJ, foi lembrado por Alberto Rocha que, em “27 de fevereiro último”, “o Senhor Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações comunica a este Ministério a realização de 23 a 25 e de 21 a 22, de abril próximo, no Rio de Janeiro, de Congressos, respectivamente, da Liga Mundial Anticomunista a da Liga Mundial da Juventude Anticomunista. **Sua Excelência solicita a sua atenção para o item em que se mostra a conveniência do controle das atividades da delegação brasileira, o que deve ser feito em contato com os demais Órgãos de segurança”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 4, grifo meu). No mesmo dia, isto é, em 11 de março de 1975, Alberto Rocha, chefe do Gabinete de Armando Falcão, também

---

<sup>694</sup> Nesse sentido, recorde-se o que o SNI dissera sobre as vantagens do engajamento secreto dos militares brasileiros na CAL: **“Com pequeno ônus tornar-se-ia possível o estabelecimento de uma eficiente rede de busca das atividades do MCI [Movimento Comunista Internacional] no continente”** (AC.ACE.91597/76, p. 17, grifo meu).

enviou um Ofício “A Sua Senhoria o Senhor Coronel Moacyr Coelho Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal [DPF]”. Depois de informar esse coronel da DPF sobre o mesmíssimo conteúdo que informara ao tenente-coronel aviador que dirigia a DSI/MJ, Alberto Rocha comunicou ao Diretor Geral do DPF que **“Sua Excelência [Armando Falcão] roga a atenção e as necessárias providências desse Departamento para o item em que se requer, dada a presença de numerosos representantes de países estrangeiros, medidas de segurança e de acompanhamento dos Congressos”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 5, grifo meu).

Tendo o chefe do Gabinete do Ministério da Justiça relembrando o tenente-coronel diretor da DSI/MJ e o coronel diretor do DPF sobre as orientações emitidas pela chefia do SNI em 27 de fevereiro de 1975 para que tudo corresse bem na realização das conferências da WACL e da WYACL, seria a hora e a vez de comunicar o ministro das Relações Exteriores sobre o assunto. E quem o fizera, no mesmo dia do envio desses dois Ofícios de Alberto Rocha, fora o próprio ministro da Justiça Armando Falcão que, em 11 de março, enviou um *Aviso* **“A Sua Excelência o Senhor Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira Ministro de Estado das Relações Exteriores”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 8, grifo meu). Isto é, o ministro da Justiça informava, assim, o ministro das Relações Exteriores sobre o comando dado pelo SNI no final de fevereiro daquele ano, acrescentando: **“Rogo a atenção da Vossa Excelência para o item do Aviso, em que se pede alertar a esse Ministério, para providenciar a concessão dos vistos, evitando discriminações e ouvido o Serviço Nacional de Informações para os fins de verificação dos visitantes”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 6, grifo meu).

Finalmente, no “frenético” dia 11 de março de 1975, o ministro da Justiça de Ernesto Geisel, depois de enviar seus ofícios e avisos à DSI/MJ, ao DPF e ao MRE, foi informar ao Chefe do SNI, não mais o general de Brigada Sebastião José Ramos de Castro, que apenas ocupou temporariamente o cargo no lugar de seu chefe, o verdadeiro “manda-chuva” da arapongagem, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Eis que, naquele dia, Armando Falcão enviou um *Aviso* **“A Sua Excelência o Senhor General-de-Divisão João Baptista de Oliveira Figueiredo, Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações”** (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 7, grifo meu). Nele, o ministro da Justiça comunicou que, “em resposta ao seu Aviso nº 022/SI-Gab, de 27 de fevereiro último, referente à realização, no Rio de Janeiro-GB, de Congressos da Liga Mundial Anticomunista e da Liga Mundial da Juventude Anticomunista, que foi o mesmo

levado ao conhecimento dos Senhores Ministro de Estado das Relações Exteriores, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal e Diretor da Divisão de Segurança e Informações deste Ministério, para as providências que forem necessárias” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406, p. 7).

Em resumo, o chefe do SNI informou ao ditador Ernesto Geisel sobre a realização dos conclaves anticomunistas da WACL/WYACL de 1975 no Brasil, obtendo seu “de acordo” e, na sequência, avisou ao Ministério da Justiça que, a sua vez, avisou sua DSI, o DPF e o MRE. Só então o presidente da SEPES Barbieri Filho convidaria Armando Falcão que, a seu turno, informaria Geisel sobre aquilo que o ditador já sabia, porque informado com antecedência pelo SNI. Ou seja, quando o organizador ostensivo da VIII Conferência da WACL e da VI Conferência da WYACL Barbieri Filho enviou, a 5 de março de 1975, o convite para o ministro da Justiça Armando Falcão, o SNI já havia *ordenado* ao Ministério da Justiça que tomasse as providências para viabilizar as conferências da WACL/WYACL. Em outras palavras, ordenou-se que o MJ coordenasse suas operações para viabilizar os encontros anticomunistas com a DSI/MRE, com o DPF e com o MRE. Dessa forma, se “ordens são ordens”, foram as ordens do chefe do SNI – despachadas pelo interino, na ausência do titular João Baptista de Oliveira Figueirdo, Sebastião José Ramos de Castro – condensadas no Aviso n.º 22 de 27 de fevereiro de 1975. Foram essas ordens do SNI que deram o aval e acionaram os mecanismos militares e diplomáticas que viabilizariam a celebração da VIII Conferência da WACL e da VI Conferência da WYACL. Mais uma vez, impõe-se a hipótese segundo a qual, se a SEPES foi o “Capítulo” ostensivo da WACL/CAL, o SNI deve ter sido o seu “Capítulo” secreto.

O engajamento encoberto da ditadura militar do Brasil na WACL/CAL, portanto, teria seguido à risca as recomendações do SNI extraídas ao final do III Congresso da CAL-Secreta de 1974. Se isso é certo, ou seja, se o SNI engajou-se na WACL a partir do III Congresso da CAL-Secreta realizado dentro da EsNI, seria um exagero supor que as “misteriosas” viagens de um de seus organizações em janeiro de 1975, um major do Centro de Informações do Exército (CEI), tenha tido conexões com os preparativos para a VIII Conferência da WACL de abril daquele ano? Em 15 de janeiro de 1975, o Coronel Adail de Oliveira e Cruz, da “Subchefia do Centro de Informações do Exército (CEI)”, informou Adolpho Corrêa de Sá e Benevides, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), sobre a

necessidade do Itamaraty auxiliar “**viagem de oficial ao exterior**”, no caso, a do “**Major Leone da Silveira Lee**” que, como visto, foi um dos organizadores do III Congresso da CAL-Secreta de 1974. A Subchefia do CIE, então, escreveu ao diretor da DSI/MRE:

Senhor Diretor, Em resposta ao Ofício n.º 005/AI dessa Subchefia, informo Vossa Senhoria de que as **Missões diplomáticas brasileiras em Tóquio, Seul, Bangkok e México, assim como as Repartições consulares em Los Angeles e Hong Kong, foram instruídas, por telegrama secreto urgente, no sentido de prestar ao Major LEONE DA SILVEIRA LEE tóda a assistência que se faça necessária e, também, no de receber e encaminhar a esta DSI, pela mala diplomática, tóda documentação que o referido Major confiar àquelas Repartições brasileiras, a fim de ser posteriormente encaminhada a esse Centro** (BR.AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.25, p. 128, grifo meu)

Salta aos olhos que os países do *tour* asiático do major do Centro de Informações do Exército (CIE) Leone da Silveira Lee eram aqueles cujos governos e/ou grupos de ultradireita formaram o núcleo da WACL/APACL. Formaram – Japão, Coreia do Sul e Tailândia – parte daquele conjunto de países organizadores da WACL que, como dissera o chefe do Gabinete do Ministério da Justiça Geisel, “parece bafejado por governos, alguns dos quais com que deixamos de ter relações (Taipei), e outros que sofrem as dificuldades oriundas da frouxidão atual do apoio americano” (BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405, p. 28). Seria mais uma coincidência, ademais, que o presidente da SEPES Barbieri Filho tenha estado na Ásia, no mesmo período dessa viagem do major do CIE, participando da celebração do *Dia Mundial da Liberdade* em Taiwan, em 23 de janeiro de 1975?<sup>695</sup>

Na ocasião, conforme registrado pela *Asian Outlook*, o presidente da SEPES discursou no evento sob o lema “Sua luta é nossa luta”. A revista da WACL/APACL-Taiwan publicou uma fotografia do brasileiro no momento em que ele discursava, do púlpito, com um grande retrato de Sun Yat-sen por detrás, publicando-se ainda fotografias de Osami Kuboki, presidente da Federação

---

<sup>695</sup> Recorde-se do CAPÍTULO 2 que essa data era comemorada todo dia 23 de janeiro pela ditadura taiwanesa como uma forma de se manterem aquecidas as suas redes de solidariedade e de aliados internacionais. Representantes de governos, entidades privadas e personalidades anticomunistas do mundo todo eram convidadas anualmente para o *Dia da Liberdade*. “Anticomunistas do mundo inteiro, uni-vos!” é como se poderia livremente traduzir o espírito ideológico que norteou essa estratégia de guerra política da ditadura militar do Kuomintang na antiga ilha de Formosa. No CAPÍTULO 2, inclusive, viu-se como o *Dia da Liberdade* de Taiwan integrou parte da estratégia oficial da *guerra política* adotada como base ideológica anticomunista pelo Estado gerido pelo KMT e seu *generalíssimo* Chiang Kai-shek.

Internacional para a Vitória sobre o Comunismo (IFVC), o “Capítulo” japonês da WACL/APACL<sup>696</sup>, e da fachada do *Dia Mundial da Liberdade* de 1975 em Taipei.



## *Your Fight is Our Fight*

by Dr. Carlo Barbieri Filho,  
President of WACL Brazil Chapter,  
at 1975 World Freedom Day Rally in Taipei

**Figura 277.** “Your Fight is Our Fight by Dr. Carlo Barbieri Filho, President of WACL Brazil Chapter, at 1975 World Freedom Day Rally in Taipei”. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 2, p. 29.

---

<sup>696</sup> Para a análise da história da IFVC e dos patronos por detrás do igualmente jovem à época (se comparado com seu contraparte brasileiro, o presidente da SEPES Barbieri Filho) Osami Kuboki, cf. CAPÍTULO 4. Ali se esquadrinhou os veteranos por detrás de Kuboki. Contaram-se entre eles, além do reverendo coreano Sun Myung Moon, um tecnocrata do Império Japonês como Nobusuke Kishi e do fascismo nipônico como Yoshio Kodama e Ryoichi Sasakawa. Estes dois últimos *war profiteers* financiariam a carreira política de Kishi no pós-guerra, “elegendo-o” primeiro-ministro entre 1957-60. Kodama e Sasakawa eram os “padrinhos” da Yakuza, organização criminosa cuja história imbricou-se com o Império, o fascismo e a democracia do pós-guerra do Japão. Kishi fora, durante a II Guerra Mundial, vice-ministro de Armas e Munições do Império Japonês e, antes disso, havia sido o tecnocrata *planomaníaco* encarregado da industrialização da Manchúria ocupada. O neto de Kishi, o conservador Shinzo Abe, ocupou o mesmo cargo do avô premiê entre 2012-20. “Neto de peixe, peixinho é”? Depois de Hiroshima e Nagasake, os EUA haviam encarcerado na Prisão Sugamo, como prisioneiros de guerra “Classe A”, Kishi, Sasakawa e Kodama. Cf. CAPÍTULO 5, em particular, “*Pré-história dos novos amigos japoneses da APACL: fascismo, militarismo e crimes de guerra.*”



*Figura 278.* “Mr. Osami Kuboki President, Japan Chapter, International Federation for Victory Over Communism, speaks at the rally”. FONTE: FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 7, *pictorial page.*





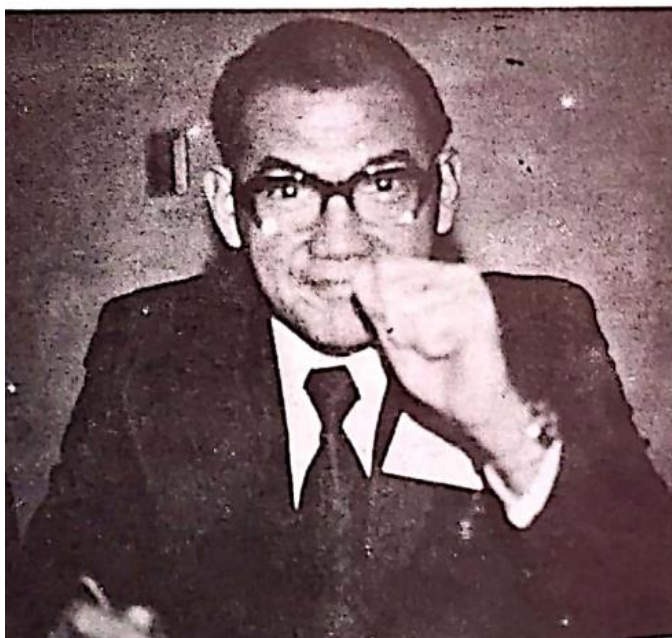
**Figura 279.** “A scene of the 1975 Captive Nations Week Rally held at the Sun Yat-sen Memorial Hall”. FONTE: FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 7, *contra-capa*.

Em sua viagem ao exterior em janeiro de 1975, em particular do trecho asiático passando pelo Japão, Coreia do Sul, Tailândia e Hong Kong, teria o major de inteligência do CIE Leone da Silveira Lee passado por Taiwan? Teria tomado parte do *Dia Mundial da Liberdade*? Seria irrazoável conjecturar que, coincidindo-se as datas (mês e ano), ter-se-ia omitido na resposta ao Ofício n.º 005 da Agência de Inteligência da Subchefia do CIE a visita de Lee a Taiwan diante do rompimento de relações diplomáticas do governo brasileiro com a República da China (ROC)?

Como se verá, o major do serviço secreto em questão, pelo menos até 1978, seria um dos agentes ocultos do Exército brasileiro “infiltrado” – via CIE – dentro WACL. Como se sabe disso, ou seja, do fato de que pelo menos até 1978 esse oficial de inteligência da ditadura militar do Brasil integrou-se à Liga Mundial Anticomunista? Graças aos tecos da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL/CAL. Eles publicaram em sua revista *Réplica* uma fotografia do já então

coronel de inteligência Lee, à paisana, em terno fino, participando da “11th WACL Pre-Conference Board Meeting held at the New Otani Hotel, Los Angeles, from December 9th to 11th” (RÉPLICA, 1977, n.º 98, p. VII). Lee participou em dezembro de 1977, em Los Angeles, dessa reunião preparatória da XI Conferência da WACL, que se realizaria no começo de 1978 em Washington, D.C. Esse “descuido” em matéria de segurança cometido pelos imoderados tecos da extrema-direita mexicana não era o primeiro. Já haviam expostos outros chefes de inteligência da América do Sul participando de encontros anuais da WACL ou da CAL nas páginas da *Réplica*. Em 1978, seria a hora e a vez do coronel do CIE Leone da Silveira Lee ser exposto de forma imprudente. Mais um “fogo amigo”, portanto, dos tecos da FEMACO<sup>697</sup>:

**Colonel L. S. Lee, from Brazil.**



**Figura 280.** Em 1977, o coronel de inteligência do Centro de Informações do Exército (CIE) Leone da Silveira Lee seria fotografado, à paisana, pela revista *Réplica* da FEMACO. Na

---

<sup>697</sup> Nessa ocasião, um riquíssimo conjunto de fotografias foi publicado, em 1978, pelo número 98 da revista *Réplica* da FEMACO. Sob o título “**World Anticommunist Leaders at the WACL and LIMJA-WYACL Executive Board Meeting**”, realizada em Los Angeles, na costa leste dos EUA, publicaram-se fotografias do britânico Roger Pearson, um antropólogo admirador da eugenia nazista que presidia então o segundo “Capítulo” norte-americano da WACL; de Ku Cheng-kang, presidente honorário da WACL; de Woo Joe-Seung, secretário geral da WACL, do senador José J. Roy, presidente do “Capítulo” filipino da WACL; dos líderes tecos Raimundo Guerrero, presidente da FEMACO e ex-presidente da WACL, e Rafael Rodriguez, secretário-geral da CAL; de Slava Stetsko, dirigente do ABN e esposa de seu presidente Yaroslav Stetsko, criminoso de guerra e ex-colaborador nazista na Ucrânia; e, enfim, o “Colonel L. S. Lee, from Brazil” (RÉPLICA, 1977, n.º 98, p. VII).

ocasião participava da “11th WACL Pre-Conference Board-Meeting held at the New Otani Hotel, Los Angeles, from December 9th to 11th”. Em 1974, como major de inteligência do CIE, fora um dos organizadores do III Congresso da CAL-Secreta realizado, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília. FONTE: RÉPLICA, 1977, n.º 98, p. VII.

E o que se conclui disso? Que, pelo menos, entre 1974-78, o Exército brasileiro – por intermédio de sua agência de arapongagem (CIE) – teve em Lee um operador de “alto nível” dentro do complexo anticomunista WACL/CAL. Lee foi o agente de inteligência “infiltrado” nessas redes anticomunistas transnacionais da Guerra Fria. Detendo-se na viagem internacional de Lee que, em janeiro de 1975, percorreu Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Hong Kong, México e EUA, não teria ela servido para aprofundar o engajamento da ditadura militar brasileira na WACL? Seja como for, além do Ministério do Exército do Brasil ter garantido as medidas de segurança da VIII Conferência da WACL, que também contou com o apoio de alto nível do SNI, do DPF e dos Ministérios da Justiça (MJ) e das Relações Exteriores (MRE), outros apoios oficiais do governo Geisel foram flagrados pela sempre bem informada Embaixada dos EUA em Brasília<sup>698</sup>. Referindo-se à VIII Conferência da Liga de 1975, o embaixador dos EUA John Crimmins, aquartelado na capital federal brasileira, escreveu o seguinte:

**Enquanto a SEPES é a anfitriã oficial do Congresso da WACL, ficou evidente o considerável apoio governamental para o congresso no número de antigos e atuais funcionários de todos os níveis do governo que compareceram às sessões do congresso e assumiram lugares de honra nas plataformas. Também houve rumores que o SNI providenciou substancial apoio nos bastidores em termos de financiamento de transportes, traslado, e demais necessidades administrativas do Congresso. O apoio governamental também ficou evidente no provimento de segurança fornecida pela polícia secreta do Exército e pelo DOPS (U.S. EMBASSY, 1975, grifo meu)**

Esse apoio da ditadura militar brasileira viabilizou a realização da VIII Conferência da WACL e da VI Conferência da WYACL de 1975 no Rio de Janeiro. Resta depositado no Arquivo Nacional um conjunto de documentos que registrou o envolvimento dos mecanismos diplomáticos da ditadura militar do Brasil nesse sentido. A partir dessa documentação, é possível descobrir que foi Plínio Vidigal Xavier da Silveira o responsável por pleitear a concessão de vistos dos dirigentes

---

<sup>698</sup> A *Asian Outlook* também agradeceu “o apoio entusiasmado do governo brasileiro”: “Due courtesies were extended to all the delegates with regard to visas, program arrangements, arrival and departure formalities, etc. **Security measures at the conference site were with support from the concerned official agencies**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 2).

da ditadura militar de Taiwan junto às autoridades brasileiras. O mais “curioso” é o fato de Xavier da Silveira ter sido um dos mais destacados ideólogos e líderes da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) que, como visto, tentava adentrar à WACL, porém, sempre sendo impedida pelos tecos da FEMACO/CAL. Em 10 de outubro de 1974, o já citado Adolpho Corrêa de Sá e Benevides, diretor da DSI/MRE, escreveu a seu chefe Antônio Francisco Azeredo da Silveira, o ministro das Relações Exteriores, sobre o seguinte assunto “**Congresso da Liga Anti-comunista Mundial. Pedidos de Visto**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 150, grifo meu).

O diretor da DSI/MRE informou o titular do MRE que, “pelo telegrama anexo, o Senhor Plínio Vidigal Xavier da Silveira pergunta se poderia ser concedido visto de entrada para o Senhor Ku Cheng-Kang, cidadão de Formosa, presidente de entidades anticomunistas de seu país, que deverá vir ao Brasil, acompanhado de seis compatriotas, para uma reunião preparatória de um Congresso da Liga Anti-Comunista Mundial [São Paulo, dezembro de 1974], assim como o próprio Congresso [Rio de Janeiro, abril de 1975]” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 150). O diretor da DSI/MRE ainda esclareceu ao ministro Azeredo da Silveira que a WACL “e suas ramificações, notadamente a Confederação Anti-Comunista Latino-Americana”, já havia realizado “um Congresso no Rio de Janeiro”, enviando um “anexo ao presente cópia de informações preparada pela DSI, em 20 de maio último, para o Senhor Chefe do Gabinete” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 150). O diretor da DSI/MRE informou ao seu chefe que a solicitação feita pelos dirigentes do governo de Taiwan, por meio do líder da TFP Xavier da Silveira, poderia suscitar potencialmente algum problema diplomático com a República Popular da China (RPCh), com quem o Brasil estava à época normalizando relações diplomáticas em detrimento da República da China (Taiwan). Segundo o diplomata, “não há, por parte dos órgãos de segurança brasileiros, restrições à entrada no Brasil de cidadãos de Formosa. Portanto, no que concerne à área específica de competência da DSI, poder-se-ia responder afirmativamente ao telegrama do Senhor Xavier da Silveira” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 150). Todavia, advertiu o diretor da DSI/MRE, seria preciso cautela.

No entanto, **a presença de chineses de Formosa em conclave de cunho acentuadamente ideológico, no momento em que a República Popular da China estará instalando sua Embaixada no Brasil, poderá ter implicações de caráter político**, valendo assinalar, a propósito, que (...) **dentre as posições defendidas pela Liga Anti-Comunista Mundial, destaca-se sua desaprovação à manutenção de relações**

**diplomáticas e comerciais com os países comunistas.** Assim, parece-me que sobre esse aspecto deveria ser ouvido o Departamento de África, Ásia e Oceania (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 150-151)

Porém, ao mesmo tempo que o diretor da DSI/MRE apresentou o problema, propôs-lhes uma solução diplomática, recordando ao ministro das Relações Exteriores que, **“em decorrência do reconhecimento do Governo de Pequim pelo Governo brasileiro, e do conseqüente rompimento de relações com o Brasil por parte de Taipé, o Departamento Consular e Jurídico [DCJ] adotou uma sistemática especial para a concessão de vistos, que são apostos não mais nos passaportes de Formosa, mas em ‘laissez passer’ fornecido pelas Missões diplomáticas ou Repartições consulares interessadas”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 151, grifo meu). Os dirigentes da ditadura taiwanesa, sugeriu o diretor da DSI/MRE, poderiam adentrar as fronteiras nacionais, visitar o Brasil, municiados de um *laissez passer*. Destacou a seu chefe, o ministro das Relações Exteriores, que, **“caso seja adotada a decisão de permitir a vinda ao Brasil dos chineses em questão, peço vênha para sugerir que o DCJ seja instruído no sentido de preparar a resposta ao Senhor Xavier da Silveira, informando-o sobre a mencionada sistemática e, ademais, alertando-a para o Artigo 146 do Decreto n.º 66.689, de 11 de junho de 1970 (Estatuto dos Estrangeiros)”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 151, grifo meu).

Ora, mas o que prescrevia referido decreto e artigo de 1970? Que **“o estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer qualquer atividade de natureza política, nem se inserir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 151). Mas o caso discutido, a VIII Conferência da WACL, não era, sobretudo, um evento político de envergadura internacional? Não era o auge e o cume da inserção da extrema-direita do Brasil no complexo anticomunista WACL/CAL? Intervindo nessas comunicações do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o chefe do SNI, “Gen. Div. João B. de Figueiredo”, enviou um *Aviso* ao ministro das Relações Exteriores sobre o assunto, esclarecendo que **“do ponto de vista da Segurança Nacional não há inconveniente quanto à realização do mencionado Congresso e quanto à concessão de vistos a cidadão de Fomosa”**, não seria **“conveniente haver discriminação quanto à nacionalidade dos participantes do Congresso da Liga Anti-Comunista Mundial”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 147, grifo meu).

No final do *Memorando* da DSI/MRE, referindo-se ao *Aviso* do chefe do SNI João Baptista de Oliveira Figueiredo, à autorização concedida às conferências da WACL/WYACL inscreveu-se a seguinte anotação: “**Liberando tudo**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 148). Dessa forma, os trâmites diplomáticos para a concessão do *laissez passer* aos dirigentes políticos do governo taiwanês foram iniciados nas Filipinas, mais especificamente, junto à Embaixada do Brasil em Manila. A DSI/MRE, cuidando do assunto, enviaria um *Telegrama* à Embaixada brasileira nas Filipinas, em 4 de março de 1975, com o seguinte assunto: “**Pedido de vistos de chineses de Formosa**”. Salientou-se, então, que:

Agradeceria informar se os seguintes cidadãos chineses de Formosa solicitaram visto a essa Missão diplomática: Ku Cheng-Kang, Han Li-Wu, Tsai Hong-Wen, Yao Chi-Chin, Lee Shih-Sem, Louis Chen, Yuan Liu-Tan, Lee Wen-je, Hsu Fu-Teh, Te Te-Liu, Cheng Yea-Hong, Chao Chn-Shan, Jasper Hsu, Wu Shu e Tan Ying. Em caso afirmativo, rogo informar números e datas dos expedientes sobre o assunto e confirmar-me, por telegrama, a grafia de seus nomes. Exteriores (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 103, grifo meu)

A Missão Diplomática do Brasil em Manila, capital das Filipinas, informaria prontamente a DSI/MRE que “**todos já tem solicitação de visto em Manila. Há interesse em não haver obstáculos**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 105-106, grifo meu). A “ordem superior”, portanto, era a de não obstaculizar a concessão do *laissez passer* aos dirigentes do governo de Taiwan para que pudessem participar, no Brasil, das conferências da WACL e da WYACL de 1975. E todos esses chineses anticomunistas que solicitaram vistos em Manila apontaram às autoridades diplomáticas do Brasil, como seu “contato” no país, o nome do presidente da SEPES Barbieri Filho<sup>699</sup>. Ao final desse imbricado e burocrático procedimento diplomático, o próprio

---

<sup>699</sup> A Embaixada do Brasil nas Filipinas apresentou o nome de alguns chineses de Taiwan aplicantes ao *laissez passer* diplomática. Todos eles apresentaram o nome de Barbieri Filho como sua “referência” no Brasil e demonstraram sua intenção de visitar o país para participarem da VIII Conferência da WACL de 1975. Sobre o primeiro deles, o “Mr. Ku Cheng-kang”, informou-se que havia nascido em 25 de março de 1902 na China, Passaporte OF 36158. Esse presidente honorário da WACL tinha como ocupação o cargo de *Depute*, tendo visitado o Brasil pela última vez em 6 de dezembro de 1974. Outro aplicante, o “Mr. Hang Li-wu”, nascido na China em 28 de dezembro de 1904, Passaporte OF 37735, também apresentava como ocupação o cargo de *Depute* e também teria visitado o Brasil em 6 de dezembro de 1974. O terceiro nome era “Mr. Tan Ying”, nascido na China em 12 de agosto de 1919, Passaporte OF 36157, ROC, tinha como ocupação o cargo de *Publisher*, tendo igualmente visitado o Brasil em 6 de dezembro de 1974. O quarto membro da delegação de Taiwan era “Mr. Lee Wen-je”, nascido em 24 de fevereiro de 1920 na China, Passaporte OF 37741, era *Editor* e, assim como os anteriores, visitara o Brasil em 6 de dezembro de 1974. Outro membro da delegação taiwanesa era “Mr. Hsu Fu-teh”, nascido na China em 3 de agosto de 1920, Passaporte OF 56279, tinha como ocupação o cargo de *Secretary*, tendo visitado o Brasil em 6 de dezembro de 1974. O último membro da delegação taiwanesa era “Mr. Tsai Hong-wen” e, diferente dos demais, nunca tinha visitado o Brasil. Nascido em 21 de setembro de 1910 na China, Passaporte OF 56629, ele era profissionalmente um *Industrialist*

ministro das Relações Exteriores autorizaria a Embaixada do Brasil nas Filipinas “a conceder o ‘Laissez-passer’ e visto temporário aos cidadãos de Formosa, mencionados em seu telegrama n.º 59, que participarão da Oitava Conferência da Liga Mundial Anti-Comunista, satisfeitas as exigências legais” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 101).

### 5.12.1. O espectro do antissemitismo e do nazi-fascismo ronda

A questão das concessões de visto aos dirigentes da WACL durante suas conferências anuais – assim como as de seu braço juvenil (WYACL) e latinoamericano (CAL) – foi, sem dúvida, uma questão estratégica para a realização desses conclaves anticomunistas transnacionais. Inclusive, foi precisamente o cancelamento do visto de Ku Cheng-kang que fizera “implodir” a realização da VII Conferência da WACL de 1974 na Grã-Bretanha. O governo britânico concedera um visto ao presidente honorário da WACL por cortesia, pois já havia rompido relações diplomáticas com Taiwan, cancelando-o depois, todavia, quando Ku Cheng-kang fez manifestações políticas em uma reunião em Londres. Mas como alguém como ele, um dos mais poderosos hierarcas do Comitê Central do Kuomintang taiwanês, poderia se manifestar senão politicamente?

Sem visto diplomático para o presidente honorário da WACL, como visto, cancelou-se a VII Conferência da Liga prevista para ocorrer em Londres em 1974. Esse cancelamento, contudo, endividou Geoffrey Stewart-Smith, diretor do *Foreign Affairs Circle* (FAC) – o primeiro “Capítulo” britânico da WACL. Depois disso, Stewart-Smith tornou-se um “apóstata” da WACL e passou a acusá-la como um antro de nazistas, fascistas e antissemitas. Como visto, esse ex-dirigente do “Capítulo” britânico da WACL, endividado em virtude dos gastos e compromissos assumidos com os preparativos da VII Conferência da Liga que deveria ter ocorrido em Londres, fez de tudo para impedir a realização da VII Conferência da Liga nos EUA. Depois de não ter conseguido convencer seus contrapartes do “Capítulo” norte-americano da WACL, o *American Council for World Freedom* (ACWF), ele divulgou um memorando interno do grupo – elaborado por um de seus dirigentes, o professor do *Hoover Institution* Stefan Possony – que radiografou

---

(BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 105-107). Provavelmente, conforme indicação da Embaixada do Brasil nas Filipinas, faltariam ainda nessa lista os seguintes nomes: Yao Chi-Chin, Lee Shih-Sem, Louis Chen, Yuan Liu-Tan, Te Te-Liu, Cheng Yea-Hong, Chao Chn-Shan, Jasper Hsu e Wu Shu.

histórica e ideologicamente o perfil antissemita dos tecos da FEMACO/CAL. Ao tentar destruir a WACL, todavia, Stewart-Smith conseguiu apenas hostilizá-la com o ACWF que, depois disso, não teria mais condições de permanecer dentro da Liga.

Entretanto, esse “apóstata” da WACL, considerado um “crank” pelo *British Foreign Office’s Information Research Department (IRD)*<sup>700</sup>, não desistiria de alardear essas “denúncias” contra seus antigos aliados anticomunistas que, a seu juízo, eram também seus devedores inadimplentes. Às vésperas da realização da VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista de 1975, portanto, Stewart-Smith buscou alertar as autoridades brasileiras sobre o perfil antissemita, fascista e nazista dos anticomunistas aglutinados na WACL, prestes a reunirem-se no Brasil. O espectro antissemita e nazi-fascista, bem se vê, também acompanhou a conferência da WACL de 1975 no Rio de Janeiro, assim como o fizera às vésperas, durante e depois da VII Conferência da Liga de 1974 em Washington, D.C.

Antes, porém, de destacar as denúncias apresentadas por Stewart-Smith às autoridades diplomáticas do Brasil em Londres para que proibissem a realização da VIII Conferência da WACL, é preciso demarcar que esse seria o último conclave da Liga com a participação do ACWF. Já foi visto que, na reunião preparatória para a VIII Conferência da WACL, realizada em 12 de dezembro de 1974 na cidade de São Paulo, Fred Schlafly, naquela altura o presidente em exercício da Liga, participara desse encontro no Brasil ao lado de outro dirigente do ACWF, Lee Edwards. Nessa reunião, como salientado, o “caso Geoffrey Stewart-Smith” foi debatido entre os membros do Conselho Executivo da WACL, advertindo-se que o “apóstata” britânico entrara com uma ação judicial contra a Liga na Inglaterra reivindicando o ressarcimento de 100 mil dólares. Na ocasião, “el Dr. Carlo Barbieri Filho ofreció enviar un abogado de él a Londres para estudiar la situación” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 111).

---

<sup>700</sup> O historiador Giles Scott-Smith caracterizou Geoffrey Stewart-Smith como “**the Cold War entrepreneur regarded as a ‘crank’ by the British government services he disparaged**” (SCOTT-SMITH, 2012: 6). Stewart-Smith era “a wealthy self-styled anti-communist activists and secretary to the Foreign Affairs Circle, formed in 1962 to focus attention on opposition movements in communist countries” e, a partir de 1964, “he had begun his own journal, *East West Digest*, and was functioning as a one-man pressure group within British politics” (SCOTT-SMITH, 2012: 111-112). O diretor do FAC publicou um estudo crítico sobre o anticomunismo britânico, *No Vision Here* (1966). Em seu país, contudo, sofreu certo isolamento político entre seus pares anticomunistas, “and his association with Suzanne Labin’s high-profile but largely inactive Conférence Internationale sur la Guerre Politique des Soviets, the far-right John Birch Society, and the ultra-nationalist National Alliance of Russian Solidarists (NTS: Narodno-Trudovoy Soyuz Rossiyskikh Solidarstov) did not improve his reputation either” (SCOTT-SMITH, 2012: 112). “The British Foreign Office’s Information Research Department (IRD), the government unit responsible for developing and distributing the anti-communist message”, “regarded him [Stewart-Smith] as ‘crank’” (SCOTT-SMITH, 2012: 112).



Alegadamente frustrado por não ter conseguido “revitalizar” a WACL, “marginalizando seus elementos radicais, removendo capítulos ineficientes e construindo laços mais fortes entre os indivíduos e grupos que considerava merecedores” (BURKE, 2018: 59), Schlafly e alguns (mas nem todos) dirigentes do ACWF “começaram a enxergar seus aliados como realmente eram” (BURKE, 2018: 61)<sup>701</sup>. “Fred Schlafly e outros americanos começaram a se desconectar da WACL”, e então, “Schlafly renunciou ao cargo de presidente e seu capítulo decidiu parar de pagar suas cotas e de participar de futuras reuniões” (BURKE, 2018: 62). Nesse contexto de rompimento dentro das fileiras anticomunistas, o espectro do antissemitismo voltou a atacar a figura de um ex-aliado. **“Em resposta, alguns alegaram que Schlafly fazia parte de uma ‘frente sionista’, trabalhando para ‘impedir a expansão da WACL’ ‘sabotando’ suas atividades”** (BURKE, 2018: 62, grifo meu). Esse rompimento nada amigável da WACL com o ACWF e os ataques antissemitas contra Schlafly repetiram o mesmo padrão da ofensiva feita contra um outro ex-aliado norte-americano.

Como visto no CAPÍTULO 3, o organizador anticomunista Marvin Liebman – o mais importante *fundraiser* da direita norte-americana no início da Guerra Fria – participou no México da Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para Liberdade e Libertação, em 1958, tendo sido designado seu *vice-secretário-geral*. A Conferência de 1958 fora o primeiro “ensaio geral” para a criação da WACL, mas com a renúncia de Liebman, a empreitada “implodiu”. Esse exímio *fundraiser* e organizador do movimento anticomunista internacional teria descoberto, mesmo que tardiamente, sobre o passado de colaboração com o nazismo de alguns dirigentes da Conferência de 1958. Preocupou-se especialmente “quando soube que Yaroslav Stetsko e outros membros do ABN haviam colaborado com os nazistas no Oeste da Ucrânia, onde muitos de seus parentes judeus foram assassinados durante a guerra” (BURKE, 2018: 26).

Logo depois, Liebman passou “a receber telefonemas que ele assumiu serem do pessoal de Stetsko, **chamando-o de ‘judeu bolchevique’** e ameaçando sua vida” (BURKE, 2018: 26).

---

<sup>701</sup> Além dos tecos mexicanos, que ostentavam seu antissemitismo, “most of the leaders in the Anti-Bolshevik Bloc of Nations, like Yaroslav Stetsko, had fought with the Nazis and continued to drape their ‘national liberation’ movements in the vestiges of World War II-era fascism. (...) Even worse, the ABN’s Croatian members had been bombing buildings, hijacking planes, and killing their foes and rivals for years. Americans laid the blame for much of this at the feet of Taiwanese and South Korean leaders who lacked ‘sophistication and sensitivity in making judgments about Western ‘anticommunists. The Asian chapters had also exercised poor acumen by recruiting a cabal of financiers from the Saudi royal family, whose motives were not entirely clear” (BURKE, 2018: 62).

Anos depois, no marco da desassociação do ACWF, que seria forçado a sair da Liga, os primeiros amigos norte-americanos da WACL foram alvo de ataques idênticos àqueles outrora desferidos contra Liebman. Nas décadas de 1950 e 1960, Liebman foi o alvo de “fogo amigo” de antissemitas dentro das fileiras anticomunistas que viriam a configurar a WACL. Na década de 1970, Schlafly, como presidente do ACWF e da WACL (biênio 1974-75), seria alvo de idênticas acusações antissemitas. E os ataques a Schlafly, inclusive, foram acompanhados de ataques ao veterano Liebman. Este tornou-se, na história do internacionalismo anticomunista da Guerra Fria, o “Calabar” – o traidor-mor. Às vésperas da VIII Conferência da WACL de 1975, na “cidade maravilhosa”, Schlafly fora **“denunciado”** por alguns **como partícipe de um “complô sionista” contra a WACL**, **“outros culpavam Marvin Liebman, denunciando-o como um ‘judeu que traiu a WACL’ no final da década de 1960. Em seu encontro e em suas publicações, vários líderes da WACL condenaram os americanos que partiam de fantoches comunistas”** (BURKE, 2018: 62, grifo meu).

Um fato importante de ser anotado, nesse processo de desassociação conflituosa do ACWF da Liga consistiu na ausência de Schlafly no *Presidium* da VIII Conferência da WACL de 1975. Pela “legislação” da WACL, se Schlafly era o presidente em exercício da Liga na época, tendo sido eleito nos EUA durante a VII Conferência da WACL de 1974, seria ele quem deveria transmitir o “martelo” da Liga para seu novo presidente (biênio 1975-76), um brasileiro, no caso, o presidente da SEPES. O martelo da Liga simbolizava o poder da presidência da WACL e seria a vez de Schlafly entregá-lo a Barbieri Filho. Este, contudo, não foi o caso. Conforme registrado em fotografias publicadas, entre outras fontes, pela *Correspondência do ABN*, coubera NÃO A Schlafly, mas a Walter Judd, presidente honário do ACWF, transmitir, simbolicamente, o “martelo” da presidência da WACL ao brasileiro que ocuparia o cargo (abandonado?) por Schlafly.



**Figura 281.** Transmissão da presidência da Liga Mundial Anticomunista fotografada em sua VIII Conferência no Rio de Janeiro, ao final de abril de 1975. Da esquerda para direita, o brasileiro Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES, sendo emposado presidente da WACL, recebendo o martelo-símbolo do poder da presidência da Liga do ex-deputado dos EUA Walter Judd, presidente do *American Council for World Freedom* (ACWF). Contemplando-os, à esquerda de Judd, o professor Woo Jae-seung, dirigente da WACL/APACL-Coreia do Sul e secretário-geral da WACL. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

Enfim, se foi “trágica” a “denúncia” de “traição” feita ao “judeu bolchevique” Marvin Liebman, que renunciara em 1958 ao papel de organizador-mor das redes anticomunistas do “quarteto fantástico” estudado no CAPÍTULO 3 – APACL, CIDC, ABN e CIAS –, a “acusação” feita em 1975 ao “conspirador sionista” Fred Schlafly consumaria a “farsa” do antissemitismo de determinadas membros da WACL. Assim que, antes de encerrar sua participação na Liga com a presença de Schlafly – mas não no *Presidium* – e Judd na VIII Conferência, o ACWF já estava sob o fogo cruzado dos elementos antissemitas da WACL. Nos estertores dessa participação do ACWF na Liga, momento de ruptura iminente dentro das fileiras anticomunistas da América e do mundo, às vésperas da VIII Conferência, seu braço juvenil controlado pelos tecos mexicanos da FEMACO/CAL se reuniu na Guatemala.

Na Guatemala, a WYACL reuniu-se, basicamente, para traçar a estratégia de fulminar e expulsar da WACL seu primeiro “Capítulo” norteamericano, o ACWF. Dali, o braço “jovem” da WACL, controlado pela coalização dos tecos da FEMACO/CAL dentro da Liga, planejou uma saraivada de ataques àquele que ainda, e por pouco tempo, era a organização nacional wacliana

dos EUA. Eis que, em fevereiro de 1975 o Comitê Executivo da Liga Mundial Anticomunista Juvenil (WYACL) aprovou uma Resolução com um triplo ataque: ao ACWF, em primeiro lugar, e a dois de seus “aliados sionistas”, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o *Foreign Affairs Circle* (FAC) do “crank” Stewart-Smith.

Essa Resolução da WYACL, assinada por seu presidente guatemalteco Fernando Ibarra (lugar-tenente de Mario Sandoval Alarcon) e por seu secretário geral Javier Aguilar (líder dos tecos da FEMACO), externou seu *reconhecimento, admiração e estima* “ao nobre povo” dos EUA, reconhecendo que o país “constituye el mayor baluarte de los pueblos del mundo libre frente a la oprobiosa amenaza que representa el imperialismo comunista esclavizador” (CDyA: R0019F2574). Todavia, a Resolução da WYACL, elaborada para servir de “arma” contra os “inimigos sionistas” na VIII Conferência da WACL de abril daquele ano, consagrou sua fidelidade à CAL e à FEMACO “por su positiva, firme y enérgica acción en la lucha contra el comunismo internacional y sus cómplices”, especialmente:

(...) frente a **la insidiosa campaña mundial de calumnias que contra estas ameritadas organizaciones, han lanzado el American Council for World Freedom (ACWF) y el Foreign Affairs Circle (FAC), de Geoffrey Stewart-Smith**, actualmente ex-miembros de la Liga Mundial Anticomunista (WACL), **secundados por sus satélites de la autollamada Sociedad para la Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad (TFP)** (CDyA: R0019F2574, grifo meu)

Nessa disputa contra o ACWF, a TFP e o FAC, estas organizações eram acusadas pela coalização da FEMACO na WACL/CAL/WYACL do *complot* traduziu em uma “malévola campaña de calumnias” para “destruir o al menos anular la eficaz lucha auténticamente anticomunista” (CDyA: R0019F2574). Os demonizados “sionistas” da aliança ACWF/TFP/FAC estariam exercitando, segundo a WYACL, “la perniciosa labor divisionista que han venido realizando entre los miembros de la WACL, **orientada a provocar el rompimiento de la unidad interna en la Liga Mundial Anticomunista (WACL), propalando todo género de intrigas y calumnias contra las organizaciones real y eficazmente anti-comunistas, con el avieso propósito de apoderarse del control de la WACL**” (CDyA: R0019F2574, grifo meu).

Recorde-se também que essa acusação tripla aos “sionistas” do ACWF, da TFP e da FAC tinha sido publicada pela revista *Réplica* da FEMACO em uma de suas edições de 1974. Em matéria de capa os tecos mexicanos publicaram uma gigante estrela de David sobreposta ao Capitólio dos EUA, com a seguinte manchete: “**O Sionismo falhou em sua tentativa de controlar**

a **Liga Mundial Anticomunista**”. Relembre-se ainda que, durante o III Congresso da CAL-Secreta, realizado no final de 1974 em Brasília, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), o secretário-geral da CAL, o líder teco Rafael Rodriguez tinha “esclarecido” seus pares de que “**o Movimento Sionista também pretende exercer influências através da organização ‘Tradição, Família e Propriedade’ – TFP**” (AC.ACE.91597/76, p. 16, grifo meu). Os irmãos Anderson, inclusive, destacaram que a partir de 1974 a *Réplica* da FEMACO “**lançou um ataque contundente à TFP, incluindo uma capa que mostrava um porco ouvindo o nome do presidente da TFP e chamando-o de judeu**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 289, grifo meu). Quanto à “sionista” TFP, a Resolução da WYACL em questão resolveu “**emplear todos los medios y recursos a su alcance**, respetando plenamente lo establecido en la Carta y demás normas de la Liga Mundial Anticomunista (WACL), para **impedir el ingreso de la autollamada Sociedad de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad (TFP) a la WACL**, por considerar indigno que la Liga Mundial Anticomunista Juvenil (WYACL) pueda aparecer vinculada a cualquier organización o entidad que cuente entre sus miembros o asociados a la TFP” (CDyA: R0019F2575, grifo meu)<sup>702</sup>.

Foi nesse inflamado contexto de atritos internos dentro das fileiras anticomunistas, NA véspera da explosão desses conflitos dentro WACL em sua VIII Conferência de 1975 no Brasil, o “apóstata” britânico Geoffrey Stewart-Smith comunicou a Embaixada brasileira em Londres sobre o perfil antissemita e nazifascista de alguns dirigentes waclianos. Histórica e ideologicamente, jo “crank” do anticomunismo britânico estava recoberto de razões, como visto até aqui. A denúncia

---

<sup>702</sup> Como anotou D. G. Feffermen, líder de uma das organizações do ACWF, o então “Capítulo” norte-americano da Liga, a FEMACO fizera de tudo para obstar a entrada da TFP na WACL durante suas conferências anuais de 1972 no México e de 1974 nos EUA, respectivamente, a VI e VII. Também o historiador Kyle Burke observa que, embora “some members of the ACWF had invited the Brazilian Catholic organization known as Tradition, Family and Property (TFP), a group with a deeply conservative and anticommunist bent, to join the WACL, CAL leaders Rafael Rodriguez and Raimundo Guerrero vehemently opposed this, less for ideological reason than for personal disputes with the TFP’s leadership” (BURKE, 2018: 254). Deve-se fazer uma ressalva a Burke aqui, contudo, no sentido de que não devem ser apegadas as divergências ideológicas, dentro das fileiras da ultradireita anticomunista da América Latina, entre TFP e FEMACO. Embora ambos fossem organizações integristas ultracatólicas (com o perdão da redundância, já que o integrismo é um fenômeno próprio à contrarrevolução ultracatólica), por exemplo, a TFP brasileira não nutriu o antissemitismo dos tecos mexicanos e, também por isso, indispusera-se com o “pai espiritual” da FEMACO/CAL, o antissemita Julio Meinvielle, sacerdote e teólogo ícone do integrismo argentino.

do diretor do FAC encaminhada aos diplomatas brasileiros na Grã-Bretanha foi circulada pelos canais diplomáticos e militares do Sistema Nacional de Informações (SISNI) da ditadura brasileira. Assim que, em 13 de fevereiro de 1975, a Informação n.º 409 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) registrou que **“o Senhor Stewart-Smith acusa a referida organização de ser ‘não basicamente anticomunista, mas anti-semita, sendo de fato uma internacional fascista e nazista’”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 128, grifo meu).

A WACL, da qual o “crank” Stewart-Smith havia sido o dirigente nacional britânico, como *uma Internacional Antissemita, Fascista e Nazista*. Uma “acusação” e tanto, não? Apesar dela, as “ordens superiores” emanadas do alto escalão do governo federal da ditadura brasileira, como visto, já estavam “liberando tudo” para a celebração da VIII Conferência da WACL de 1975 no Brasil. Não seria, pois, a denúncia de Stewart-Smith que impediria da realização desse plano. De qualquer maneira, a denúncia de Stewart-Smith foi devidamente recebida e protocolada pelo embaixador do Brasil em Londres Sérgio Corrêa da Costa, que a anotou sob o título **“Liga Anti-Comunista Mundial. Acusação de nazismo e de anti-semitismo”**. O embaixador brasileiro esclareceu a seus superiores, em referida *Informação*, que “recebi do ex-deputado conservador Dudley Geoffrey Stewart-Smith a carta e demais materiais cujas cópias remeto em anexo, a respeito da Liga Anti-Comunista Mundial, a qual, segundo o deputado, deverá reunir-se em São Paulo, em abril do corrente ano” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 128).

O embaixador informou ao Itamaraty, inclusive, sobre o litígio judicial existente entre o “ex-deputado conservador” britânico e a WACL. Dívidas e créditos nas praças de Londres, como dito, oriundos do cancelamento da VII Conferência da Liga de 1974, então pré-agendada para ocorrer na Grã-Bretanha. O diplomata Corrêa da Costa assinalou, então, que **“o senhor Stewart-Smith acusa a referida organização de ser ‘não basicamente anti-comunista, mas anti-semita, sendo de fato uma internacional fascista e nazista’**. **Informa ser referida organização financiada pelo Governo de Taiwan e de contar em Londres com dívidas da ordem de 78 mil libras”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 128, grifo meu). O diplomata brasileiro destacou, enfim, que Stewart-Smith havia nascido em 1933 e era um “oficial formado em Sandhurst” que, à época, dirigia “um chamado ‘**Círculo de Assuntos Exteriores**’ [FAC]” e “o ‘**East-West Digest**’, publicação anti-comunista, tendo também publicado **três livros a respeito da penetração do**

**comunismo na Grã-Bretanha**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 128, grifo meu).

Dirigindo-se ao embaixador do Brasil na Grã-Bretanha, Stewart-Smith escreveu:

Senhor, escrevo como ex-membro conservador do parlamento a respeito de um assunto muito delicado e desagradável. Em abril deste ano, uma organização chamada Liga Mundial Anticomunista deve realizar sua 8ª Conferência Anual em São Paulo, Brasil. Tive uma grande experiência pessoal com esta organização, como verá nos dois documentos anexos: ‘A Face Oculta da Liga Mundial Anticomunista’ e ‘A Auto-Destruição da 5ª Conferência da WYACL e 7ª Conferência da WACL’ (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 129)

Infelizmente, por algum motivo, não foram preservados entre os documentos hoje depositados no Arquivo Nacional do Brasil os referidos memorandos de autoria do “crank” Stewart-Smith sobre “a face oculta da Liga Mundial Anticomunista”. Sua carta, contudo, foi preservada nos remanescentes dos “arquivos da repressão” do Brasil. Ela havia sido endereçada a “Sua Excelência Senhor Sergio Correa da Costa”, garantindo Stewart-Smith ao embaixador brasileiro que **“a organização não é apenas não primariamente anticomunista, mas sim antissemita, mas é, de fato, uma internacional fascista e nazista. Por mais de um ano pesquisei seus membros associados. Os anticomunistas genuínos partiram e os antissemitas, fascistas e nazistas dominaram”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 129, grifo meu).

Esclareceu, por último, a Corrêa da Costa que:

Quanto à moralidade de seus financiadores do governo taiwanês, os gastos incorridos de \$78.000,00 em Londres em setembro de 1973 e não pagaram um centavo sequer desde então. Como eu estava atuando como seu agente legal, fui processado com a máxima severidade da lei britânica pelo não pagamento dessas dívidas e estou agora envolvido em uma ação judicial contra o secretário-geral da WACL em Seul, Coreia. (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 129)

Ao final de sua carta, o britânico colocou-se à disposição do embaixador do Brasil para quaisquer informações adicionais, destacando: “Se houver alguma maneira que eu possa ajudar ainda mais nesta questão, por favor não hesite em me contatar. Me pergunto se o seu governo deseja conceder vistos para tais pessoas visitarem seu país em abril” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 129, grifo meu). Sim, ao fim e ao cabo, o governo da ditadura militar do Brasil não apenas concedeu visto aos conferencistas da WACL, na nova terminologia de Stewart-Smith, **uma “Internacional Fascista e Nazista”**, como também engajou-se ativamente nos preparativos logísticos e financeiros (em cooperação com a SEPES) da VIII

Conferência da Liga que, diferentemente do dito pelo britânico, ocorreria no Rio de Janeiro e não em São Paulo.

Também a Agência de São Paulo do SNI estava plenamente ciente do antissemitismo do “Capítulo” mexicano do complexo WACL/CAL. Em um relatório, registrou que, durante a VIII Conferência da Liga, **a SEPES recusou-se a aprovar “uma declaração contra os judeus que a Femaco queria que fosse aprovada”** (APESP: ASP.ACE.5290/80, p. 3, grifo meu). Recusando a atender mais um pleito da FEMACO, **a SEPES negou-se a proibir “a presença do representante da ACWF (American Council for World Freedom) para a passagem do mando”** (ASP.ACE.5290/80, p. 3, grifo meu). Ou seja, a coalização dos tecos da FEMACO/CAL tentou impedir, até o último momento, que o presidente honorário do ACWF **Walter Judd** transmitisse o martelo da presidência da Liga pessoalmente a Barbieri Filho, o que seria feito, a despeito do pleito mexicano O “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL impediria ainda a publicação de “qualquer declaração durante o evento contra uma outra organização brasileira, também anticomunista, a Tradição, Família e Propriedade (TFP), **embora houvesse a Sepes aceitado a sugestão da não participação da referida sociedade no evento**” (ASP.ACE.5290/80, p. 3, grifo meu). Mesmo após a defenestração do ACWF da Liga em 1975, e apesar do impedimento (anuído pela SEPES) da entrada da TFP na WACL, os tecos da FEMACO/CAL prosseguiriam, por algum tempo depois, atacando-as como entidades “falsamente anticomunistas” e/ou “sionistas”<sup>703</sup>. Também a revista oficial do “Capítulo” taiwanês da WACL/APACL, a *Asian Outlook*, registraria em suas páginas, sempre buscando aparar atritos e colocar “panos quentes” sobre eles, o perfil antissemita dos tecos da FEMACO/CAL e de seus aliados árabes contra os demonizados “sionistas” do ACWF e da TFP.

Qualquer mal-entendido que tivesse existido entre certos membros da WACL foi passado a limpo através da cooperação e coordenação no Rio de Janeiro. Uma luta persistente ao longo do último ano envolveu o Conselho Americano para a Liberdade Mundial (ACWF) e os latino-americanos, especialmente os mexicanos, a respeito de atitudes pró ou contra questões judaicas. A preocupação dos outros membros, os do mundo árabe em particular, foi aguçada a respeito de se a pró-judaica Sociedade Brasileira da Defesa da Tradição, Família e Propriedades (TFP) deveria ou não ser aceita na WACL. O medo era, em um momento ou outro, que a liga pudesse desmoronar. (...) A TFP, por sua vez, tinha

---

<sup>703</sup> Sempre tentando contemporizar com os antissemitas do “Capítulo” mexicano da WACL/CAL, o presidente da SEPES Carlo Barbieri Filho, em uma carta endereçada aos líderes tecos Castaño e Luis Garibay, de 22 de março de 1977, lamentou que a FEMACO “esté dispuesta a gastar miles de dólares en la lucha contra organizaciones como TFP y ACWF”, sugerindo que seria “mejor destinar nuestras posibilidades de lucha contra el enemigo marxista en forma directa, sin por esto adherir a ninguno de los grupos mencionados” (APESP: ASP.ACE.5290/80, p. 13).



voluntariamente retirado seu pedido de adesão à WACL e o pessoal da WACL na conferência do Rio entendeu que esta parte do problema tinha sido resolvida. A conferência registrou a decisão da ACWF de retirar sua adesão plena e continuar a trabalhar pela causa da WACL como um observador unido. Isso trouxe mais soluções para o problema. A conferência também agiu prontamente, com o entendimento e apoio da ACWF, para admitir o Conselho de Assuntos Americanos como membro pleno nacional para preencher a vaga. Desta forma, a Liga ganhou conexões adicionais nos Estados Unidos para a promoção do movimento WACL (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 2, grifo meu)

Adiante-se, todavia, que longe de “resolver” o problema do antissemitismo, essa expulsão do ACWF com a conseqüente entronização do *Council on American Affairs* (CAA) como o “Capítulo” norteamericano da Liga acentuaria, ao invés de eliminá-lo, o perfil antissemita da WACL. Antecipe-se que o CAA era dirigido pelo antropólogo britânico Roger Pearson, um dos maiores expoentes do eugenismo filonazista e do antissemitismo da Guerra Fria e, quando pode assumir a presidência da Liga (biênio 1978-79), conseguiu “nazificá-la” (especialmente no velho continente, com a EUROWACL). Portanto, se o CAA solicitou tornar-se o membro nacional dos EUA dentro da WACL (em substituição ao ACWF) durante a VIII Conferência da Liga de 1975, é bem provável que seu diretor Roger Pearson tenha participado desse conclave anticomunista no Rio de Janeiro. A grande “estrela” dos EUA que tomou parte da VIII Conferência da WACL, contudo, foi o senador arqui-conservador Jesse Helms. Este teria sido convidado, inclusive, por Roger Pearson. Por ora, contudo, é preciso percorrer os “melhores” momentos e os oradores de mais “alto nível” da VI Conferência da WYACL e da VIII Conferência da WACL. Antes disso, vale a pena especificar o *Quem-é-quem* dos convidados pela SEPES, o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL.

#### 5.12.2. *Quem-é-quem entre os destinatários das cartas-convites*

Em fevereiro de 1975, a SEPES enviou um conjunto de cartas-convites para a VIII Conferência da WACL. A partir de um documento depositado no Arquivo Nacional do Brasil, intitulado “Cartas a serem enviadas pelo correio – registradas – 07/02/75”, é possível reconstituir uma espécie de *Quem-é-quem* das conexões anticomunistas transnacionais acionadas pelos organizadores da conferência anual da Liga de 1975. Dessa forma, da Ásia, listaram-se: Paul Pearson (Austrália); Amnuey Suwanakijborijarn e os generais Praphan Kulapichitr e Zau Song

(Tailândia); Ku Cheng-kang (Taiwan); S.K. Yeo e Fung Han Shu (Hong Kong); Rama Swarup (Índia); Joesdi Chaz (Indonésia); Osami Kuboki (Japão); U Sam Oeur (Camboja); Ben C. Limb e Woo, Jao Seung (Coreia do Sul); Chao Sopsaisana (Laos); Hoessein H.N.S. (Malásia); Bayanand Vaidya (Nepal); Ronald L. Bailey (Nova Zelândia); os senadores Ramon D. Bagatsing e José Roy (Filipinas); Tan Sri Syed Esa Almenoar (Singapura); Manthiri Peruman Sundaram (residente no Reino Unido); e Phan Huy Quat (Vietnã do Sul) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 125).

Do Oriente Médio e da Turquia, arrolaram-se o senador turco Fethi Tevetoglu; Parviz Kazami (Irã); Jebran Chamieh (Líbano); Ahmed Salah Jamjoom (Arábia Saudita); e Munir Talebali Rifai (Jordânia). Segundo o Itamaraty, “o Senhor Rifai, tio do atual primeiro ministro da Jordânia e ex-sub-secretário no Gabinete do Primeiro Ministro, viaja ao Brasil a convite do Comitê Preparatório da VIII Conferência da WACL (23 a 25 de abril, Rio de Janeiro), segundo Carta que apresentou do Presidente deste, Senhor Carlos Barbieri Filho” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 97). Da África, listaram-se John Henry Okwanyo (República do Quênia); Bereng Augustinus Sekhonyana (Lesotho); Nathan C. Ross (Libéria); Zahri Muntasser (Líbia); Amos A. Lisimba (Malawi); Ibrahim Seck Ahmed Afrah (Somália); e Agustin Bozongo (Zaire) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 125).

Da Europa, convidaram-se Paul Vankerkhoven (Bélgica); Ole Bjorn Kraft (Dinamarca); Suzanne Labin (França); Apostolos Dascalakis (Grécia); Ivan Matteo Lombardo (Itália); Van Den Heuvel (Holanda); Torbjoern Jelstad (Noruega); Arvo Horm (Suécia); Rolf Zwicky (Suíça); o ex-nazista Theodor Oberlander (Alemanha Ocidental) e o ex-colaborador nazista da Ucrânia (exilado) Yaroslav Stetsko, presidente do Comitê Central do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), sediado em Munique, na Alemanha Ocidental. Do Canadá, convidaram-se Robert Thompson e, dos EUA, John Fred Schlafly (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 126).

Finalmente, da América Latina, foram convidados Germán Justo (Argentina); Hernan Landivar Flores e Alfredo Cândia G. (Bolívia); Gustavo Alessandri e Juraj Domic (Chile)<sup>704</sup>; o tenente-coronel Alberto Lozano Cleves (Colômbia); Tomas Reyes Cerda (República Dominicana); Cristobal Bonifaz Jijon (Equador); o antigo dirigente da CIDC German Borregales Garcia (Venezuela); Mario Sandoval Alarcon e Hector Andrade (Guatemala); Raimundo Guerrero

---

<sup>704</sup> O coronel Juraj Domic ou, provavelmente, Uros Domic Bejic, era o segundo na hierarquia do Serviço de Inteligência Militar (SIM) do Exército do Chile (SIMON, 2021: 303).

(México); o antigo dirigente da CIDC Francisco Buitrago Martinez (Nicarágua); Ruben Dário Osório e Antônio Campos Alum (Paraguai); Fernando Berckemeyer Conroy (Peru); Adolfo Cuellar (El Salvador); e José Antônio Ferreiro e Martin Gutierrez (Uruguay) (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 126).

Por último, foram encaminhadas cartas-convites às seguintes organizações anticomunistas regionais para que participassem da VIII Conferência da WACL: para a *Asian Christian Association* (ACA) de Taiwan; para o grupo paramilitar anticomunista Alpha 66, com sede em Miami, nos EUA, representado por Diogo Medina Hernandez e por Andres Nazario Sargen; o Comitê de Informação e Ação Social (CIAS), chefiado por Alfred Gielen, ex-funcionário sênior do *Anti-Komintern* nazista; a Conferência Internacional sobre a Guerra Política Soviética (CIGP) dirigida pela francesa Suzanne Labin; a *Free Pacific Asia* (FPA), do reverendo Raymond J. de Jaegher (EUA); a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), então presidida (depois da morte do almirante Carlos Penna Botto em 1973) pelo veterano Jorge Prieto Laurens (México); a WYACL, presidida por Fernando Ibarra (Guatemala) e secretariada por Javier Aguillar (México); o BLM, dirigido por Kyril Drenikoff (Itália); o ULM, liderado por Stephan Halamay (EUA); o BLF, chefiado por Sir. A. Olechnik (Austrália); o CC, comandado por Billy James Hargis (EUA); o CCC do Reverendo David C. Head (EUA); a CFRCA, de Rawa Swarup (Índia); o CLL de Wasyl M. Begenbnyk (Canadá); o CLM de Sereko F. Psenicnik (Venezuela); o Grupo de Intelectuais Anti-Marxistas da Espanha (GIAE) de Bastomole Puiggros; o CMF do reverendo Fred Schlafly (EUA); a HNLC de Ernest Rigoni (França); a *Representación Cubana de Exilio* (RECE) de Jorge Mas (EUA); a WBSC do venerando Pai Sheng (Taiwan); a WYCP de James D. Elkjer (EUA); a AYF de David A. Keene (EUA); a FFCI de Amalia Escobar (El Salvador); a KLF de Cho, Tong Yuk (Coreia do Sul); a NFEC do reverendo David C. Head (EUA); a SSV de Chao Sopsaisana (Laos); e a Alpha 66, também convidada na pessoa do dirigente da CAL Armando Peres Roura (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 127).

Os seguintes nomes “soltos” foram inscritos no documento sob análise intitulado “Cartas a serem enviadas pelo correio – registradas – 07/02/75”: Max Wuppermann (Argentina); monsenhor Carlos Vargas Umaña (Colômbia); Nicanor Fleitas (Paraguai); Han Lih-Wu (Taiwan) e madame Chung, Yung Yol (Coreia do Sul). Com nomes apostos à mão, listaram-se ainda o

general Alfredo Stroessner (Paraguai); o padre Alexis U. Floridi<sup>705</sup>, Simas Kudirka e Kazys Babelis (EUA); os padres José e Daniel Ferreira (Colômbia); Alejo Telypenko (Argentina); José Antonio Ferrero (Uruguai) e o coronel aviador Julio Tapia Falk (Chile), que havia participado do III Congresso da CAL-Secreta de 1974 na EsNI (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 127).

### 5.12.3. Rio de Janeiro, 1975: as “estrelas” da VIII Conferência da WACL

Dessa maneira auxiliada pela ditadura militar brasileira e sob o lema “Pacificação, não; Liberdade, sim” (*Appeasement, no; Freedom, yes*), a SEPES realizou, entre os dias 23, 24 e 25 de abril de 1975, a VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista (WACL). Os documentos da SEPES, a “fonte” das coberturas jornalísticas sobre o conclave anticomunista, afirmam que entre 400 e 500 pessoas participaram da VIII Conferência da Liga, representando entre 63 e 70 países. Pelos cálculos da *Asian Outlook*, porém, o público da VIII Conferência da Liga contou com **“mais de 400 pessoas de 74 unidades-membros nacionais e 17 organizações internacionais da WACL”**, que dedicaram-se a planejar meios de melhorar **“a cooperação interregional na política, economia, cultura, sociedade, Forças Armadas [military] e outros campos”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 1, grifo meu). A VIII Conferência da WACL também “decidiu admitir 12 novos membros nacionais, incluindo o Council on American Affairs [CAA], a República da África do Sul, os Emirados Árabes Unidos, e o Sultanato de Oman. Somando-se a suas duas organizações regionais já existentes – a APACL e a CAL (...), a WACL reconheceu a nova recentemente formada *Middle East Solidarity Conference (MESOC)* como sua terceira organização regional” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 2). Como se nota, com esse número, mesmo que estimado pelos organizadores do evento anticomunista, é praticamente impossível, no atual estágio das pesquisas, reelaborar um *Quem-é-quem* exaustivo dessa (e de outras) conferências anuais waclianas. Desse universo expressivo de participantes, **contar-se-iam “150 brasileiros de 17 Estados da Federação”** e, ainda segundo a SEPES:

---

<sup>705</sup> A *Hora Presente* publicou, de Ulisse Alessio Floridi, *O radicalismo católico brasileiro: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil* (HORA PRESENTE, 1973). O livro, resultado de trabalho apresentado em italiano ao Instituto RICA, dirigido por Zbigniew Brzezinski, da Universidade de Columbia, Nova Iorque, nos EUA, foi traduzido pelo jornalista-teólogo Lenildo Tabosa Pessoa. Este, como dito, serviu de “assessor” do delegado Alcides Cintra Bueno Filho (codinome *Porquinho*), o coveiro oficial do DOPS-SP, durante os interrogatórios (com torturas) dos dominicanos ligados ao guerrilheiro comunista Carlos Marighella.

Da Ásia, vieram membros nacionais da WACL na Austrália, Nova Zelândia, China [Taiwan], Indonésia, Japão, Coreia, Filipinas, Cambodja, Laos, Índia, etc. Do Oriente-Médio, participam delegados do Irã, Arábia Saudita, Turquia, Paquistão e de outros países desta região. Os Estados Unidos, Canadá e Alemanha Ocidental estão também representados, o mesmo acontecendo com a América Latina, através de grupos da Guatemala, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e outros. Organizações anti-comunistas de numerosos países também enviaram numerosas delegações. De outro lado, 12 países estão participando do conclave através de observadores, individualmente ou por organizações diversas, como são os casos da Argentina, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Itália, Kuwait, Omã, Peru, Portugal, etc. (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 5)

O Brasil de Geisel, note-se bem, o *aperturista*, foi palco de um evento e tanto, não, da “Internacional Anticomunista” composta pelas extremas-direitas globais e governos associados? Antes da VIII Conferência da WACL ser inaugurada em 23 de abril, todavia, realizou-se a VI Conferência de seu braço juvenil, a WYACL, entre os dias 21 e 22. Segundo a SEPES, “**calcula-se que 120 jovens de 40 países estiveram presentes**” e, segundo a *Asian Outlook*, a VI Conferência da WYACL contou **com a presença de 51 unidades membros nacionais e 8 organizações internacionais – um aumento de 13 unidades desde a realização da V Conferência da WYACL, em 1974**, na capital dos EUA, Washington, D.C. Amplamente fotografada pela imprensa da época, a solenidade de abertura da VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista “contou com a presença do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Secretários do Estado e altas personalidades civis e militares” (BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028, p. 2, grifo meu).

Ainda segundo a SEPES, foram enviados à VIII Conferência da WACL “inúmeros telegramas, cartas e telefonemas, recebidos pelos coordenadores, assinalando-se que os problemas que vêm despertando particular interesse, tanto entre os congressistas quanto entre as manifestações, são os relacionados com a ‘**détente**’, a **Indochina**, a **situação em Portugal**, a **posição da Igreja Progressista e no Brasil o caso particular da chamada ‘abertura política’ brasileira**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 5, grifo meu). Inclusive, teria sido “doloroso aos participantes” notar a então recente derrota anticomunista no Cambódia e o fato de que o Vietnã do Sul estava em “grande perigo”. “**A queda de Saigon veio muito antes do esperado – apenas cinco dias depois da Conferência da WACL**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 2, grifo meu), um fato que teria sido “previsto” pela VIII Conferência da WACL, segundo a *Asian Outlook*, uma vez que no Rio de Janeiro se havia conclamado que os EUA reexaminassem, urgentemente,

“o fruto maldito da déttente” e que revisassem “sua política externa”, rogando então para que “todas as forças disponíveis no mundo livre e por detrás da Cortina de Ferro fossem mobilizadas para uma vitória final da liberdade” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 2).



**Figura 282.** Da esquerda para direita, Alfredo Buzaid (4º), almirante Augusto Rademaker (5º), Ku Cheng-kang (6º), Floriano Peixoto Faria Lima (7º), Carlo Barbieri Filho (8º), Walter Judd (9º) e Woo JAE (10º). FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

Ademais, entre as congratulações enviadas à VIII Conferência da Liga, “foi lida em plenário a mensagem enviada pelo presidente Alfredo Stroessner, que manifestou a solidariedade do povo paraguaio aos objetivos do Congresso” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 3). Entre as mensagens enviadas pela VIII Conferência da WACL, destacaram-se duas notas de pesar sobre o falecimento. Uma lamentou a morte do Rei Faisal da Arábia Saudita, que teria devotado sua vida à reconstrução de seu país e à “paz no Oriente Médio”. A segunda nota lamentou o desaparecimento do generalíssimo Chiang Kai-shek, que teria dedicado sua vida à preservação da *segurança asiática*, da *liberdade humana* e da *paz mundial*. O Comunicado Conjunto da VIII Conferência terminaria, inclusive, saudando a memória do *generalíssimo*: “**Presidente Chiang, cujas importantes contribuições foram oficialmente registradas na últimas conferências da WACL, foi de fato um líder anticomunista de grande perspicácia e visão**” (ABN, 1975, v.

XXVI, n.º ¾, p. 21, grifo meu). Como visto, o *generalíssimo* enviara, um ano antes da VIII Conferência da Liga, uma mensagem de congratulações ao Presidente da SEPES Barbieiri Filho, então organizador do II Congresso da CAL-Pública de janeiro de 1974 no Brasil. A revista *Manchete* flagrou, na cobertura que fez da VIII Conferência da Liga, que, “na entrada do salão de reuniões, um poster de Chiang Kai-shek com os dizeres: ‘Lamentamos profundamente o desaparecimento de nosso grande líder, o generalíssimo defensor da liberdade’” (ARAÚJO, 1975: 23).

A *Manchete* também flagrou que, durante a VIII Conferência da WACL, ostentavam-se sobre um balcão “diversos livros de **Gustavo Corção** e folhetins publicados por organizações, inclusive um sobre as ‘tendências esquerdistas’ do ex-Presidente Richard Nixon”, destacando que, “no terceiro dia de reuniões, as recepcionistas distribuíram, entre todos os congressistas, um artigo de Gustavo Corção – *Em Defesa da Civilização* – que dizia: ‘Sejamos corajosamente anticomunistas e gabemo-nos patrioticamente de ser um país civilizado que defende a civilização contra a barbárie num mundo inebriado e suicida que espalhou **coisa pior do que o comunismo, que é o antianticomunismo**’” (ARAÚJO, 1975: 23). Esse artigo Corção – que, como visto, foi uma das “estrelas” que “abrilhantaram” o II Congresso da CAL-Pública de 1974 – foi saudado unanimemente por “todos os congressistas brasileiros” como “uma obra-prima de lucidez e espírito democrático” (ARAÚJO, 1975: 23, grifo meu).

Estruturalmente, os trabalhos da VIII Conferência da WACL foram divididos em quatro Comissões – social, política, econômica e educacional. Como registrou a *Manchete*, pela pena do jornalista Celso Arnaldo Araújo, as 4 Comissões da WACL “permaneceram três dias discutindo dezenas de moções a portas fechadas” e “chegaram a algumas conclusões”:

(...) a Liga Mundial Anticomunista admite que ‘o sucesso do imperialismo comunista é devido a duas fontes: **ações que são planejadas e realizadas a partir da União Soviética e da China continental ou por alguns de seus satélites e erros que existem em nossas próprias sociedades, cuja posição de desinteresse pela sobrevivência de valores espirituais**, que supõem irrelevantes, **é o dado básico que torna possível as infiltrações**’ (ARAÚJO, 1975: 23, grifo meu)

Como se verá, essas duas fontes seriam sumariadas pela VIII Conferência da WACL como o comunismo – em suas variadas vertentes – e o *liberalismo clássico*, ou seja, preservando-se dois nódulos ideológicos da ultradireita brasileira (mas não só): o anticomunismo e o antiliberalismo. Outra conclusão das 4 Comissões, ainda conforme registro da *Manchete*, consistiu

no reconhecimento da existência de “um esforço pacífico e continuado de infiltração nos meios de comunicação de massas e nos centros de irradiação de prestígio cultural, como nas colunas e crítica literária, artística, de teatro e cinema, assim como na cátedra e nas lideranças religiosas” (ARAÚJO, 1975: 23). A *Manchete* anotou que, terminada a VIII Conferência, o novo presidente da WACL (e presidente da SEPES) Barbieri Filho, então instalado em uma suíte do Hotel Intercontinental, no Rio de Janeiro, “estava muito feliz (...) com as primeiras informações sobre as eleições portuguesas – e a derrota do Partido Comunista”, destacando que “chegavam dezenas de cartas e telegramas, de diversas partes do Brasil, hipotecando solidariedade aos objetivos do congresso” (ARAÚJO, 1975: 23).

**“O povo brasileiro está muito preocupado com a infiltração comunista em todos os setores de atividades – dizia Barbieri Filho. – O congresso veio canalizar essa ansiedade e mostrar a todos que o comunismo só pode crescer diante da acomodação e da omissão”** (ARAÚJO, 1975: 23, grifo meu). Todavia, para os organizadores brasileiros da VIII Conferência da WACL, o encontro internacional de anticomunistas havia sido um sucesso, inclusive para fins de melhorar “a imagem do Brasil” no exterior. “Ainda emocionado, Barbieri dizia que um dos objetivos do congresso já estava plenamente alcançado: **os representantes estrangeiros puderam ver de perto o que foi feito no Brasil, após 1964**, e certamente procurarão divulgar suas impressões no exterior, **‘destruindo a campanha difamante dos comunistas contra nosso país’**” (ARAÚJO, 1975: 23, grifo meu).

Propriamente, as principais “estrelas” brasileiras que abrilhantaram a VIII Conferência da Liga foram o jurista Alfredo Buzaid<sup>706</sup> e o almirante Augusto Rademaker, respectivamente, ex-ministro da Justiça e ex-vice-presidente do governo Médici (1969-74), Armando Falcão, o então ministro da Justiça do governo Geisel, Floriano Peixoto Faria Lima, vice-almirante e governador biônico do Rio de Janeiro, e dois ex-delegados de polícia do DOPS, à época deputados pela ARENA, Wandenkolk Wanderley e Yvahir Freitas Garcia. Quando era ministro da Justiça, Buzaid

---

<sup>706</sup> Se o jovem Barbieri Filho saudou a VIII Conferência da WACL de 1975 como arma política de destruição da “campanha difamante dos comunistas contra nosso país” no exterior, o veterano Buzaid, quando era ministro da Justiça de Médici, organizou o desmentido oficial da ditadura militar de seus crimes de Estado e de lesa humanidade. O historiador Carlos Fico encontrou, em 1998, nos arquivos da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), uma cópia do “Livro Branco” ou “da Verdade” produzido na Pasta da Justiça sob a coordenação de Buzaid. Os militares decidiram, no entanto, não publicar essa peça do desmentido oficial dos crimes da ditadura militar, justamente, para não deixá-los registrados publicamente – mesmo que esforçando-se por negá-los. Para maiores detalhes sobre o assunto, cf. MACHADO (2015; 2016).



já havia ajudado a organizar o II Congresso da CAL-Pública de 1974. Na abertura da VIII Conferência da WACL, como noticiou a *Manchete*, Buzaid discursou “de improviso” por quase uma hora, discorrendo sobre **“As falsas democracias e o comunismo”**, sendo o orador mais aplaudido pelos congressistas. Buzaid foi fotografado em ação, discursando ao auditório wacliano, e, ao fundo, é possível ver que Barbieri Filho tomou nota. O jovem anticomunista teria muito o que aprender anotando trechos do discurso do veterano jurista e político integralista.

Segundo a *Manchete*, “o ex-Ministro da Justiça Alfredo Buzaid foi **os conferencistas mais aplaudido em todo o congresso**. Falando de improviso durante 50 minutos, **arrancou aplausos demorados quando afirmou que os comunistas eram os ‘ladrões que nos furtam e depois nos assassinam’** e que **‘permitir a existência legal ou ilegal do PC é cooperar para o suicídio das nações’**” (ARAÚJO, 1975: 22, grifo meu). Também a *Folha de São Paulo* destacou a conferência inaugural do “preclaro jurisconsulto” de Médic, que teria dito que “o Brasil deu solução para o grave problema do comunismo ‘ao adotar uma concepção democrática de conteúdo certo, fundada em princípios verdadeiros que não toleram e nem se compadecem com as tentativas de sua destruição’”, lembrando ao auditório da WACL que **“não se tolera no País que ‘princípios não verdadeiros possam se integrar ao regime revolucionário’**” (AGO.ACE.4515/83, p. 23, grifo meu). Buzaid ainda: **destruindo a campanha difamante dos comunistas contra nosso país’**

(...) acentuou que **o Brasil não participa da ‘intrujice’ dos comunistas que procuram mobilizar os sindicatos, gerar greves e institucionalizar o terrorismo como instrumento social**, acrescentando que **uma das artimanhas mais empregadas pelos marxistas é a propagação de drogas entre a juventude, e também de conceitos que visam à dissolução da família com o objetivo de rebaixar a moral** (AGO.ACE.4515/83, p. 23, grifo meu)<sup>707</sup>

---

<sup>707</sup> Para uma análise da cosmovisão buzaidiana no marco da constelação da *Ideologia 64* (RAGO, 1998), cf. MACHADO (2015). Também o historiador norte-americano Benjamin Cowan (2016; 2021) tratou desse aspecto moralista cristão inscrito na ideologia buzaidiana.



**Figura 283.** Alfredo Buzaid, ex-ministro da Justiça do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-74), discursa ao microfone, em 1975, no Rio de Janeiro, na VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista (WACL). À esquerda do “ex” integralista, o almirante Augusto Rademaker (ex-vice-presidente do ditador Médici); o chinês Ku Cheng-kang (hierarca do Kuomintang e presidente honorário da WACL); o governador do Rio de Janeiro-Guanabara Floriano Peixoto Faria Lima; tomando notas, o brasileiro Barbieri Filho (na dupla condição de presidente da SEPES e da WACL); o norte-americano Walter Judd (ex-deputado e presidente honorário do ACWF); e o sul-coreano Woo Jae-seung (secretário-geral da WACL). FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

Depois de “analisar a formação do Estado moderno”, Buzaid salientou que “as variações, as vacilações e os conflitos de ideias existentes” seriam sintomas da crise contemporânea e “disse que nunca este fenômeno foi tão marcante como agora. **E localizou a origem da crise do Estado ‘nos prelúdios dos tempos modernos, mais exatamente na época do renascimento quando as duas fases do socialismo utópico e científico começaram a se chocar’**” (AGO.ACE.4515/83, p. 23, grifo meu)<sup>708</sup>. Em material de circulação interna entre seus membros, a SEPES saudou, efusivamente, essa “conferência de abertura” do “ex-ministro da Justiça Alfredo Buzaid, que

<sup>708</sup> O Renascimento, nessa linhagem ultracatólica do ideário buzaidiano, teria sido o ponta-pé inicial da “ruptura” da ordem medieval teocentrada na qual, supostamente, os *valores espirituais* sobrepujariam os *valores materiais*. Trata-se, pois, de uma crítica reacionária ao revolucionamento burguês da sociabilidade da Idade Média europeia, alvejando-se, na sequência do Renascimento, o Enciclopedismo e a Revolução Francesa de 1789. Esses fenômenos seriam a expressão do materialismo burguês que desorganizara e revolucionara o medievo. O socialismo e o comunismo marxista dos séculos XIX e XX seriam, “apenas”, a culminância desse processo histórico de *crise da civilização cristã ocidental*. Para um maior detalhamento da visão de mundo de Buzaid, cf. MACHADO (2015). O historiador dos EUA Benjamin Cowan, recentemente, cunhou a categoria “neomedievalismo” para tratar desse diagnóstico de Buzaid (e de seus consortes da ultradireita católica) acerca da *ruptura* do medievo europeu pela *modernidade* e de sua contraparte positiva, a saber: a necessidade de “re-espiritualização” ou “re-cristianização” do mundo (COWAN, 2021).

pronunciou **magnífica palestra a respeito da Segurança do Estado e da infiltração comunista no Brasil**” (BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028, p. 2, grifo meu).

A seu turno, o almirante (e ex-vice-presidente) Augusto Rademaker já tinha sido convidado pela WACL, em 1972, para participar como seu “convidado de honra” na VI Conferência da Liga na Cidade do México, tendo declinado do convite, não por razões ideológicas, mas por receios de que sua participação fosse “explorada” pela “malidicência” da imprensa “comunista”. Outra “estrela” do alto escalão da ditadura militar brasileira que “abrilhantou” a VIII Conferência da WACL foi o ministro da Justiça em exercício Armando Falcão, que encerrou a VIII Conferência defendendo que “**o comunismo é a lepra do século XX**”, como registrado pela revista *Manchete*. Também a SEPES anotou essa “pérola” sobre a *lepra comunista* e, além de contextualizá-la, destacou as seguintes frases do ministro da Justiça de Ernesto Geisel:

– **Solidariedade ao Congresso na luta contra o comunismo, que é a lepra ideológica que infelicit o mundo do século XX.** – O trabalho desenvolvido é muito importante, porque o universo democrático está pobre de líderes combativos, sem medo de lutar em todas as frentes. – **A guerra comunista está em todas as partes e devemos enfrentá-la, qualquer que seja o preço.** – De cada democrata consciente depende a sorte da liberdade (BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028, p. 4, grifo meu)

Duas “estrelas” menores que “abrilhantaram” a VIII Conferência da WACL, se comparadas a um Buzaid, Rademaker, Faria Lima ou Falcão, eram conhecidos delegados da polícia política brasileira com um longo passado de serviços prestados à repressão nos porões da tortura. O mais velho deles, “**o bandido Wandenkolk Wanderley**”, delegado do DOPS de Pernambuco, torturara em 1936 o líder camponês comunista Gregório Bezerra (novamente torturado em 1964, dessa vez em praça pública, por um coronel do Exército do Brasil)<sup>709</sup>. Wandenkolk Wanderley também era **um dos assassinos do irmão de Gregório Bezerra, José Lourenço Bezerra**, seviciado e executado por ser o responsável pela venda e distribuição, pelas

---

<sup>709</sup> Durante o golpe de Estado de 1964, Gregório Bezerra, já idoso, voltaria a ser torturado, dessa vez pelos militares golpistas e em praça pública. Sob o comando do sádico coronel Darcy Villocq Viana, ele foi amarrado com cordas, arrastado e espancado pelas ruas do bairro da Casa Forte. Villocq Viana incitou a população a linchar e a matar o velho comunista, dizendo “- Linchem este bandido! É um monstro! É um incendiário! Queria fazer a revolução comunista a serviço de Moscou! Queria entregar o Brasil à Rússia soviética!” A população não respondeu ao chamamento do sicário coronel do Exército que, enfurecido, intensificou as torturas em Bezerra, aos gritos “- Eu sou ibadiano, filho da puta! – e, para confirmar, golpeava-me. Os sargentos respondiam: - Nós também somos ibadianos, Gregório! Tu querias nos intrigar com os nossos oficiais, bandido! Vais pagar caro!” (BEZERRA, 2011: 534).

ferrovias do Nordeste, do jornal do PCB *Classe Operária*<sup>710</sup>. Durante a ditadura militar instaurada em 1964, esse ex-delegado de polícia tornou-se vereador em Recife e, depois, deputado estadual pela ARENA. Um policial (torturador) da repressão do Estado Novo tornou-se assim, na ditadura pós-1964, um “ilibado” político do partido da ordem ditatorial. Como deputado pela ARENA, ele requereu à Assembleia Legislativa de Pernambuco que fosse “inserto na ata dos nossos trabalhos um voto de congratulações ao Dr. Carlo Barbieri, Presidente da SEPES (Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais), pelo êxito alcançado quando da realização do Congresso promovido pela Liga Mundial Anticomunista, entre 21 e 25 do mês em curso, no Rio de Janeiro-Guanabara, ao qual estiveram presentes 64 delegações” (WANDENKOLK, 1975: 85).

A sua vez, Yvahir Freitas Garcia era um antigo delegado do DOPS paulista que, igualmente, tornou-se deputado federal pela ARENA. Como será detalhado, esse ex-diretor do DOPS foi responsável por torturas e detenções ilegais de “subversivos”, entre elas, a do dirigente comunista e historiador Jacob Gorender. O delegado torcionário foi co-autor, pelo menos, de um assassinato antes de “abrilhantar” a VIII Conferência da WACL. Na Câmara dos Deputados, o delegado Yvahir destacou-se como um ferrenho defensor de seu “amigo” e colega de profissão Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS-SP e chefe do “Esquadrão da Morte” paulista. Ambos delegados do DOPS paulista – Yvahir e Fleury – revezaram-se nas sessões de interrogatório e tortura de Jacob Gorender nas dependências do DEOPS carioca no Largo General Osório<sup>711</sup>. A

---

<sup>710</sup> Em suas *Memórias*, Bezerra escreveu sobre “o bandido” do DOPS-Pernambuco. “Ouvi apenas o timbre de voz de Wandenkolk Wanderley dizendo: - É esparro, toquem o cacete! Tudo escureceu. Só voltei a mim às doze horas do dia seguinte, deitado num banco, na Ordem Política e Social. Tinham me dado umas injeções e um enfermeiro me esfregava pomada no tórax, no estômago e no joelho. Todo o meu corpo era um hematoma só. As pernas não se moviam, os braços pouco podiam mexer-se, dores atrozes sentia em todo corpo. À meia-noite, fui recolhido à Casa de Detenção do Recife, com ordem de Malvino de não receber nenhum tratamento médico” (BEZERRA, 2011: 250). “Em 4 de agosto de 1936, meu irmão José Lourenço Bezerra foi preso. Desde 1932, ele era o ‘Classop’, isto é, vendedor e distribuidor da Classe Operária em toda a rede ferroviária do Nordeste. (...) Ao chegar à Ordem Política e Social, de onde tinha saído poucas horas antes, recomeçou a tortura e, depois desta, jogaram-no dentro de um tonel cheio de água, dizendo os verdugos que era para ‘refrescar’. (...) Naquele dia, meu irmão sabia que ia morrer. Quando foram tirá-lo do buque Brasil Novo (cela solitária para prisioneiros considerados mais perigosos), recusou-se a sair. Entraram Ranulfo Cunha, delegado de polícia, **o bandido Wandenkolk Wanderley**, os investigadores João Belarmino e um tal Manuel da Farinha, além de outros. **Desta vez, não foram os cassetetes de borracha que os facínoras usaram, mas cano de ferro. Liquidaram meu irmão abrindo-lhe uma grande brecha no frontal**” (BEZERRA, 2011: 260-261).

<sup>711</sup> Depois de ser torturado, no Rio de Janeiro, pelo delegado paulista Ivair, Gorender tentou atirar-se da janela do terceiro andar do DEOPS carioca. Como isso enfureceu Ivair, como se verá, que irritou-se por ter sido acordado pela tentativa de suicídio de Gorender. Na sequência, às sete da manhã, Gorender foi posto na cela solitária do *fundão*. A uma hora da tarde foi retirado e, “ladeado por dois tiras, subi pelo elevador ao terceiro andar, onde me puseram diante do próprio Fleury. Muito bem trajado, alto, um tanto gordo, um começo acentuado de calvície, disse em tom frio: - Você é meu prisioneiro. Deram-me uma cadeira para sentar e, pouco depois, veio um médico. Cabelos arruivados

SEPES soube escolher “muito bem” seus aliados anticomunistas, bem se vê, na figura desses dois delegados da polícia política de Pernambuco e de São Paulo, à época, reconvertidos em deputados pela ARENA, respectivamente, Wandenkolk Wanderley e Yvahir Freitas Garcia.

Além do universo da polícia política estadual a serviço da repressão da ditadura militar, a SEPES também convidou para a VIII Conferência da WACL o Promotor de Justiça Ítalo Bustamante Paolucci. Esse membro do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) havia sido o presidente da Comissão Estadual de Investigações (CEI), criada para operacionalizar os expurgos de “subversivos” e “corruptos” da administração pública estadual conforme os comandos do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), o mais ditatorial dos atos legislativos do Poder Executivo Federal em toda toda história republicana do Brasil. Esse procurador do *Parquet* estadual também serviria de testemunha de defesa do chefe do “Esquadrão da Morte” de São Paulo Sérgio Paranhos Fleury, “amigo” e colega de profissão de Yvahir Freitas Garcia.

Outros expoentes do mundo jurídico participaram da VIII Conferência da Liga de 1975. Entre eles, o magistrado paulista Ítalo Galli, integralista antisemita adepto de Gustavo Barroso – líder do triunvirato da Ação Integralista Brasileira (AIB), entre 1932-37, ao lado do chefe do Sigma Plínio Salgado e do chefe de Doutrina Miguel Reale. Barroso traduzira os *Protocolos dos Sábios de Sião* no Brasil. Galli nunca renegaria “a verdade” desse documento antisemita forjado. O magistrado em questão, um fiel aliado da SEPES ao menos desde 1975, foi caracterizado como “o caso mais emblemático” de antissemitismo “entre os sobreviventes da AIB” (RIBEIRO, 2007: 375). Galli nutriu um antissemitismo “impregnado de religiosidade” (RIBEIRO, 2007: 375): “O cristianismo não é contra o judaísmo, o judaísmo que é contra o cristianismo” (GALLI *apud* RIBEIRO, 2007: 376). Foi também um negacionista do Holocausto – “Não houve essa devastação de judeus. Hitler não matou tantos judeus como se apregoa” (GALLI *apud* RIBEIRO, 2007: 376).

---

cortados rente, rosto sanguíneo, corpo seco de altura acima da média, aparência de quarenta anos. Aplicou-me o estetoscópio, mediu a pressão e as pulsações, apalpou-me. Bordado em azul no bolso do avental branco, um nome: Dr. Damasco. Feito o exame sumário, disse a Fleury com jeito debochado, esticando a última palavra: - Ele está beem... Uma vez que o pau-de-arara agravaria os ferimentos dos meus pulsos e provocaria hemorragia, deixaram-no de lado e se concentraram nos choques elétricos. Com base em narrativas de outros presos, concluo que não foram os mais fortes. Como se sucederam durante muitas sessões e bombardeavam de preferência o cérebro, ao qual chegavam através dos fios presos aos lóbulos das orelhas, sentia certa perda do autocontrole” (GORENDER, 2014: 248).

O genocídio teria sido, segundo Galli, um “castigo” divino que, pelos “excessos” cometidos por Adolf Hitler ao castigar os judeus, acabaria atingindo também o *Führer*<sup>712</sup>.

Além do presidente da SEPES Barbieri Filho e dos dirigentes sepistas como Elias Jorge Tambur e Pedro Paulo Angrisani Gomes (ex-CLACE), outros brasileiros que participaram da VIII Conferência da WACL foram: o general José Luiz Coelho Netto, Ademar de Barros Filho (vulgo *Adermazinho*), Ângelo Simões de Arruda, Adolfo de Vasconcellos Noronha, o prefeito do Rio de Janeiro Marcos Tamoyo, o ex-reitor da UFRJ Djacir Menezes; o professor de Direito da USP Claudio De Cicco; o integralista Gaspar Brigido (dirigente das *Águias Brancas* em Fortaleza); Wilson Sabie Vilela; Walter Nunes Baraquet Jr.; Wilson Pinto; Paulo Boruschenko; Miguel Bailak; Oleg Szymanskyj; e José Eduardo Chaib (BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028, p. 4). Este último, um advogado paulista, viajaria, ainda em 1975, “a convite de Barbieri, para se encontrar com o ditador Augusto Pinochet em Santiago do Chile” (VALENTE, 2009). Relembrando sua viagem à ditadura militar chilena e as conexões repressivas do presidente da SEPES e presidente da WACL (biênio 1976-77), assinalou: “‘Fomos lá conhecê-lo, prestar solidariedade’, disse Chaib, para quem Barbieri era o principal articulador da WACL. **‘O Barbieri tinha suas influências, os contatos com os militares’**” (VALENTE, 2009, grifo meu).

Entre esses contatos de Barbieri, como dito, o general José Coelho Netto participou da VIII Conferência da WACL. Ele havia sido o subchefe do Centro de Informações do Exército (CIE) no governo Médici (1969-74) e tornou-se chefe de seção do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo Geisel (1974-79). Qual seção do SNI ele chefiava, exatamente? Ele mesmo responde: “**Eu chefiava a seção de comunismo internacional (...)**, porque ele [o comunismo] veio de fora (...). Então nós tínhamos que estar de olho” (NETTO, 2005: 16)<sup>713</sup>. Esse

---

<sup>712</sup> “Naturalmente não havia 15 milhões de judeus em toda a Europa, nem havia 5 milhões na Alemanha. De maneira que foi por castigo, agora como Hitler se excedeu no castigo também foi castigado. Assim que Deus manobra a humanidade (risos). Está na Bíblia, conforme acentua o apóstolo São Paulo na Epístola aos Romanos, pelo pecado dos judeus veio a salvação aos gentios para os incitar a emulação. Ora, se o seu delito foi a riqueza do mundo e a sua redução, a riqueza dos gentios quanto mais a sua plenitude, quer dizer Deus permitiu o castigo dos judeus perseguindo os cristãos para trazer uma inimizade do povo contra os judeus e essa inimizade favoreceu ao cristianismo. Agora no final do mundo Deus vai perdoar por causa da sua infinita bondade. Eles são muito queridos por causa dos seus pais. E Deus no final do mundo vai perdoar tanto judeus como cristãos por seus respectivos pecados” (GALLI apud RIBEIRO, 2007: 376). Os judeus “são isso mesmo”, alegou Galli, “eles fazem tudo errado” e, na Alemanha de Hitler, “os judeus tomavam conta de tudo, das cátedras, cobrando juros escorchantes e provocando o ódio do povo alemão, concluiu Galli” (RIBEIRO, 2007: 375).

<sup>713</sup> Dentro das linhagens político-ideológicas da ditadura verde-amarela, Coelho Netto destacou-se com um expoente da ultradireita contrária à “abertura lenta, gradual e segura” do ditador Ernesto Geisel. Antes, porém, participou da

e outros “contatos com os militares” mantidos pelo presidente da SEPES evidenciaram-se também na homenagem feita pelos participantes da VIII Conferência da WACL no monumento do “soldado desconhecido”. A SEPES registrou que, “no dia 24, os congressistas homenagearam o ‘soldado desconhecido’ depositando uma coroa de flores no monumento dos Pracinhas, mortos na 2ª Guerra Mundial. A banda da Aeronáutica esteve presente, tendo executado canções da Força Expedicionária” (BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028, p. 3). A SEPES ainda anotou que “estiveram presentes à cerimônia o Sr. Ku Cheng-kang, presidente honorário da Liga Mundial [Anticomunista], Carlos Barbieri Filho, presidente efetivo, General Herman Bergavist, representante [do] 1º Exército, Coronel Renato do Vale Castro, representante do 3º Comando Aéreo Regional, Coronel Júlio César Matoso Fria, administrador do Monumento, [e] representantes do Secretário de Segurança do Estado do Rio e do Comando do Corpo de Fuzileiros Navais” (BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028, p. 3).

---

espionagem e infiltração militares no combate à guerrilha do Araguaia. Ligou-se especialmente aos porões da tortura e execuções extralegais da ditadura militar. O caso mais notório foi sua vinculação com a *Casa da Morte* (1971) de Petrópolis, centro de tortura e assassinato mantido pelo CIE em ligação com o DOI-CODI carioca (CNV, 2014: 551). Sendo um militar “radicalmente anticomunista”, foi um expoente da “linha-dura” – a facção defensora do terrorismo de Estado e da contrarrevolução permanente contra os “subversivos”. Um inimigo, portanto, da ala *aperturista* de Geisel, cuja abertura teria sido “mal feita. O Geisel não abriu, escancarou. Não deu progressividade. De repente, abriu a cortina e pronto” (NETTO, 2005: 43). “Sempre fui [considerado da linha-dura]. **A linha dura** exigia o cumprimento das leis vigentes, das leis de segurança. E como obrigação sua, **vivia procurando se infiltrar e levantar os focos de subversão. E acabar com eles de qualquer maneira. Acabar com esses focos**” (NETTO, 2005: 36).



**Figura 284.** Homenagem no monumento ao Soldado Desconhecido realizada no marco da VIII Conferência de 1975, no Rio de Janeiro, com Ku Cheng-kang ao centro, de terno, mão direita no peito, ladeado por militares brasileiros em sinal de continência. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5.

Já as delegações da América Latina na VIII Conferência da WACL contaram, entre outros nomes, com os seguintes líderes e dirigentes anticomunistas: do México, os tecos da FEMACO/CAL Raimundo Guerrero, Rafael Rodriguez e Humberto Dávalo; da República Dominicana, Tomas Reyes Cerda e Francisco Pezzoti; de El Salvador, o deputado Francisco Guererro; da Colômbia, o tenente-coronel Alberto Lozano Cleves; da Venezuela, German Borregales (veterano da CIDC); da Bolívia, Hernan Landivar, Oscar Añez, Luis Mayfer Ardoya e coronel Miguel Ayorda Montaña; da Argentina, J. Serebiac; e do Chile, o político Gustavo Alessandri; Gerardo Roa-Aranedo, do grupo terrorista de extrema-direita *Patria y Libertad*, então convertido em cônsul chileno no Brasil; Jaime Valdés; o brigadeiro Gustavo Leigh; o general Sergio Arellano Stark (líder da “Caravana da Morte” responsável pela execução de 90 chilenos em 11 de setembro de 1973, dia do golpe de Estado); Juraj Domic<sup>714</sup> (provavelmente, coronel Uros

---

<sup>714</sup> Juraj Domic seria caracterizado, por uma publicação do Partido Comunista do Chile (PCC), como “un agente de la CIA”, um “asesor de la DINA” e um “‘sovietólogo’ fascista”. Foi também um golpista e articulista do jornal arquiconservador *El Mercurio*, biombo das operações da CIA no pré-golpe de 1973 e da DINA depois. Domic, “este ‘sovietólogo’ fascista”, “se niega siquiera a aceptar la discusión y el libre examen de las ideas de Marx y Lenin. ‘Sólo los ignorantes – escribe Domic – pueden aceptar y permitir el estudio y difusión de la filosofía marxista-lenista, e incluso su teoría económica y política’ (...) El agente de la CIA revela aquí su convencimiento de que quien estudia el marxismo, su filosofía, su doctrina económica y política, termina por incorporarse a las filas de la revolución. Y quien lo dude es para él ... un ignorante. Para este sirviente del imperialismo yanqui, la estrategia anticomunista



Domic Bejic, o segundo na hierarquia do Serviço de Inteligência Militar (SIM) do Exército); e o **coronel Pedro Espinoza Bravo, o segundo na hierarquia da Dirección Nacional de Inteligencia (DINA)**<sup>715</sup>.

Dos EUA, um “falcão” anticomunista “abrilhantou” o conclave do complexo WACL/CAL/SEPES. A principal “estrela” da delegação norte-americana na VIII Conferência da WACL foi, sem dúvida alguma, o senador Jesse Helms, um arquiconservador da Carolina do Norte que se destacou como defensor do supremacismo branco (ou segregacionismo). Seria o senador mais longevo de toda história norte-americana. Estiveram presentes também os líderes do ACWF, já em processo de desligamento da Liga – como visto, desde de 1974 – Fred Schlafly e Walter Judd. Este foi, como visto em foto, o responsável pela passagem do “martelo” da WACL – o símbolo de sua presidência – ao brasileiro Barbieri Filho, presidente da SEPES. Outros membros que se pode identificar da delegação dos EUA presentes no Rio de Janeiro foram o reverendo Raymond J. Jaeger, da *Free Asia*, Nicholas Minkevich, Nicholas Scors, Simas Kuirka, Gazys Bobelis e Josef Kaskelis.

A delegação do Canadá na VIII Conferência da Liga foi, a seu turno, representada por ícones antissemitas do anticomunismo daquele país: estiveram no Rio de Janeiro Ron Gostick e Patrick Walsh, respectivamente, presidente e secretário-geral do *Freedom Council of Canada* (FCC), cujo presidente honorário era Robert N. Thompson, membro do primeiro Conselho Executivo da WACL. Gostick, “um proeminente racista” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 278), era o criador do *Canadian Intelligence Service*, um órgão de divulgação anticomunista e antissemita, entusiasta do *Protocolo dos Sábios de Sião*, investigado pelo FBI “em relação a seus textos fascistas e antissemitas” (FBI, 1960: 88). Gostick e Walsh criariam a *Liga Canadense de Direitos*, o “Capítulo” canadense da WACL, e transformaram o *Canadian Intelligence Service* em seu órgão informativo oficial. Walsh era também o correspondente no Canadá do *Liberty Lobby* do antissemita Willis Carto, principal publicação do “revisionismo histórico” nos EUA

---

comienza con la prohibición del conocimiento del marxismo y continúa, luego, con la destrucción de la máquina organizativa del Partido Comunista. Para ello, exige individualizar a todos los posibles miembros del Partido, perseguir a los que contribuyen a su financiamiento, destruir sus imprentas y demás medios de expresión, y denunciar a los infiltrados (‘altamente colocados en el aparato del Estado’ (...). **‘La lucha contra el marxismo leninismo, fielmente encarnado en el Partido Comunista, es una verdadera guerra’ (...); ‘una guerra multilateral, total’ (...)**, concluyo este asesor de la DINA” (PCC, 1977: 24).

<sup>715</sup> Mais à frente, será analisada qual operação repressiva regional pode ter sido acordada, durante a VIII Conferência da WACL, por essa delegação “peso pesado” da ditadura pinochetista do Chile.

(ANDERSON; ANDERSON, 1986: 154). A *Liga Canadense de Direitos* de Gostick e Walsh era uma filial da *Crown Commonwealth League of Rights* (CCLR), que possuía outras duas filiais, uma na Austrália (dirigida pelo antissemita Eric Butler) e outra na Inglaterra (dirigida por Donald Martin e Dowager Lady Jane Birdwood)<sup>716</sup>. A *Liga Canadense de Direitos* compartilhava “as crenças antissemitas e de supremacia branca de suas organizações-irmãs estrangeiras” (MAOLÁIN, 1987: 48).

E, na VIII Conferência da WACL, quem representou o “Capítulo” britânico da Liga – depois da expulsão do *Foreign Affair Circle* (FAC) de Geoffrey Stewart-Smith? Precisamente, Birdwood e Martin, dirigentes da *British League for European Freedom* (BLEF), organização criada pela agência de espionagem MI6 e posteriormente incorporada ao ABN (DORRIL, 2000: 449), e da *British League of Rights* (BLR). Esta era, como dito, “uma ramificação da Liga Australiana dos Direitos” e, a partir de 1974, foi incorporada pela WACL como seu “Capítulo” nacional da Grã-Bretanha. A *Liga Britânica dos Direitos* (BLR) constituiu-se como “uma organização racista e anti-emigração que tornou-se o capítulo da Liga após a renúncia do Círculo de Relações Exteriores” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 99). O presidente da BLR, Donald Martin, era um australiano radicado na Inglaterra, correspondente do *Liberty Lobby* do antissemita Willis Carto e “autor de livros racistas e mascate dos forjados Protocolos dos Sábios do Sião” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 99). A BLR era também contra a “imigração negra à Grã-Bretanha”, difundia “teorias conspiratórias judaicas” e “uma ampla variedade de literatura anticomunista e antissemita, incluindo os Protocolos dos Sábios do Sião, diversos títulos negacionistas do holocausto e as memórias de líderes fascistas” (MAOLÁIN, 1987: 31).

Não apenas *revisionistas* do Holocausto e antissemitas como esses anticomunistas compareceram na VIII Conferência da WACL de 1975 no Brasil. Também antigos colaboradores

---

<sup>716</sup> A *Crown Commonwealth League of Rights*, um eixo do anticomunismo/antissemitismo transnacional, nucleada pela Austrália (Butler), pelo Canadá (Gostick e Walsh) e pela Inglaterra (Birdwood e Martin), também estabeleceu filial na África do Sul do *apartheid*, representada pelo *National Forum* de Ivor Benson. Este era um jornalista antissemita, defensor das ditaduras supremacistas brancas da África do Sul e da Rodésia, sendo ainda o correspondente internacional do *Liberty Lobby* do antissemita Willis Carto e, posteriormente, tornando-se o representante do “Capítulo” sul-africano da WACL (MAOLÁIN, 1987: 244). “In the early 1960s”, Ivor Benson “was a contributing editor of *Western Destiny*, the journal of racist anthropologist Roger Pearson”. Em 1970, ele fundou o *National Forum*, o “Capítulo” sul-africano da WACL, responsável pela difusão da “**crença em uma conspiração judaica e na supremacia branca**” (MAOLÁIN, 1987: 244). Benson foi também “the South African correspondent of the US Liberty Lobby’s anti-semitic journal, *The Spotlight*; he is associated with the Crown Commonwealth League of Rights” (MAOLÁIN, 1987: 244). Benson “has been the South African correspondent to *The Spotlight*, the notoriously anti-Semitic newspaper published by the quasi-Nazi Liberty Lobby” (BELLANT, 1991: 83).

nazistas da Europa Oriental, e pelo menos um nazista alemão “puro sangue”, participaram da conferência wacliana no Rio de Janeiro. Esse plantel foi representado pelo Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), que enviou seus principais líderes ao Brasil. Entre eles, o presidente do Comitê Central (CC) do ABN, Yaroslav Stetsko, criminoso de guerra e ex-colaborador nazista da Ucrânia, que foi acompanhado por sua esposa (e dirigente do ABN) Slava Stetsko. Igualmente do ABN, outros dois criminosos de guerra e ex-colaboradores nazistas da Bielorrússia participaram da VIII Conferência da WACL no Brasil: Dimitry Kosmowicz e John Kosiak. Também do ABN, o ex-colaborador nazista croata Anton Bonifacic participou da VIII Conferência da Liga, acompanhado de outros dirigentes do Movimento de Libertação Croata (HOP) – grupo terrorista do exílio *ustashi* criado na Argentina no pós-guerra – como Ivan Asancaic e Felix Psenicniky Staresinic, genro do *Poglavnik* Ante Pavelic, como visto no CAPÍTULO 1, ditador do “Estado Independente da Croácia” (NDH) responsável pelo Holocausto na Croácia.



**Figura 285.** “View from WACL Council Meeting”. Da direita para a esquerda, Donald A. Martin (2º), Slava Stetsko (3ª) e Yaroslav Stetsko (4º). FONTE: ABN CORRESPONDENCE, 1975, v. 26, n.º ¾.

Ao menos um nazista alemão, Theodor Oberlander, participou da VIII Conferência da WACL no Brasil. Durante a II Guerra Mundial, na invasão de Lviv pelo III Reich, esse oficial do *Abweher* foi designado como chefe político de um batalhão misto de soldados nazistas e seus colaboradores ultranacionalistas ucranianos do grupo de Stepan Bandera e de seu lugar-tenente Yaroslav Stetsko. Posteriormente, o professor Oberlander, um *PhD*, integraria o *European Freedom Council* (EFC), “extensão” do ABN na Europa Ocidental presidido por Stetsko com a

incorporação, entre outros, do ex-funcionário sênior do *Anti-Komintern* nazista Alfred Gielen, membro do primeiro Conselho Executivo da WACL, como visto no CAPÍTULO 4. Participou ainda da VIII Conferência da Liga o italiano Ivan Matteo Lombardo, ex-ministro do Comércio que, à época, era o presidente do EFC<sup>717</sup>. Esse italiano propôs, em nome do EFC, uma Resolução intitulada “Definições da WACL para a Liberdade, Independência Nacional e Descolonização”. Segundo esta, a Liga Mundial Anticomunista deveria advertir “todos os governos ocidentais por intermédio de seus Ministros” sobre necessidade da “dissolução do império colonial russo/URSS” como sendo a única medida capaz de garantir “paz e segurança duradouras na Europa” (HOOVER: HX11.W653.L66.1975F, p. 1)<sup>718</sup>.

Compuseram ainda a delegação italiana na VIII Conferência da Liga Kyril Drenikoff e Petko Guenadieff, além do jovem Nazzareno Molicone, que discursou sobre o temário “No to the politics of détente that helps communism”. Molicone era membro do grupo neofascista Movimento Social Italiano-Direita Nacional (MSI-DN), liderado pelo ex-camisa negra Giorgio Almirante, e era “um líder da organização criminosa fascista Ordine Nuovo, ligada ao atentado da estação de trem de Bolonha em 1980, que matou mais de 80 pessoas” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 282)<sup>719</sup>. Já a delegação francesa presente na VIII Conferência da WACL foi liderada por Suzanne Labin, dirigente da Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos (CIGP) e também do EFC, à época presidido por Lombardo. Ela discorreu sobre o tema “Europa doente”, alertando que “o comunismo e a esquerda europeias” estariam cultivando o “anti-americanismo” no velho continente e, diante disso, o “neutralismo” seria extremamente

---

<sup>717</sup> Segundo o historiador Giles Scott-Smith, “Lombardo, who had close relations with Interdoc during 1968-71, went so far as to propose creating a ‘parallel General Staff’ for the purpose of running clandestine resistance operations in the event of a ‘revolutionary insurrection’, something very close to the principles of [Operation] Gladio” (SCTOTT-SMITH, 2012: 311).

<sup>718</sup> Assim, “since Russia has been a consistent advocate of national independence for all former colonial peoples, WACL urges upon Western Governments the necessity of adopting the same approach to all countries now under Russian colonial rule” (HOOVER: HX11.W653.L66.1975F, p. 1).

<sup>719</sup> A partir da XI Conferência da WACL de 1978, realizada nos EUA, o neofascista MSI-DN de Giorgio Almirante e consortes seria incorporado à Liga como um de seus “Membros Associados”. Nazzareno Molicone, também do MSI-DN, participaria do conclave como representante da *Associazione Internazionale per la Cultura Occidentale* (AICO), sediada em Roma e presidida por Armando Plebe (CDyA: R00108F1925). Almirante também tomou parte da XI Conferência da Liga de 1978. Um dos líderes do MSI-DN, Pierluigi Concutelli, envolveu-se na tentativa de “asesinato del político chileno Bernardo Leighton en Roma en 1975” (BOHOSLAVSKY, 2019: 165). O assassinato havia sido encomendado pela ditadura militar de Augusto Pinochet, que contratou os serviços desses neofascistas italianos para alcançar seus opositores chilenos exilados na Europa. Sobre isto, cf. APÊNDICE.

perigoso, um facilitador do *expansionismo soviético*<sup>720</sup>. A delegação francesa também foi composta por Jacques Trebille e Ernest Rigoni, que representou os húngaros exilados, apresentando na ocasião um “Informe sobre a situação na Hungria”. Ainda esteve presente no Brasil o teólogo e escritor romeno, exilado na França, Virgil Gheorghiu, autor do romance *25ª Hora*.

Outras delegações da Europa Ocidental foram lideradas por Rolf Zwicky, da Suíça, Paul Vankerkoven, da Bélgica, Anders Larsson, da Suécia, e Vasco Cabral, de Portugal. Como a revista *Manchete* destacou, Larsson assinalou que, “**se devêssemos acreditar nas mentiras publicadas na Suécia, o Chile seria um enorme matadouro**, enquanto sob Salvador Allende foi um paradigma de virtude e democracia; **o Brasil seria uma câmara de torturas e se dedicava ao extermínio de índios**” (ARAÚJO, 1975: 21, grifo meu). Larsson ainda criticou o governo sueco por ter decidido enviar, segundo ele, “nada menos que 200 milhões de dólares em ajuda ao Vietnã do Norte, encorajando Hanói a contínuas violações aos acordos de Paris, e, provavelmente, Cuba não será deixada de lado por seus amigos suecos” (ARAÚJO, 1975: 21). Do português anticomunista Vasco Cabral, a *Manchete* destacou que ele era o fundador do Movimento Viva Portugal e, na VIII Conferência da Liga, alegou “falar ‘em nome da história de Portugal, que conta com oito séculos de missionarismo a favor da Cristandade’”; Cabral, “parente longínquo – 14 gerações – do navegador português, está no Brasil há seis anos, mas tem inúmeros parentes e amigos em Portugal, ‘gente que tem muitos bens está arriscado a perdê-los por causa dos títeres de Moscou’” (ARAÚJO, 1975: 22).

A *Manchete* anotou que Cabral “revelou que tem um plano positivo para salvar Portugal dessa ‘minoría fanática ardilosa, treinada para a fria mentira, para o sofismo e para a maldade’. Mas confessou ter receio de avançar neste tema, ‘pois acredito que entre nós poderão,

---

<sup>720</sup> Labin defendeu que os EUA seriam “livres, ricos e autossatisfeitos com o seu destino de não possuir ambições hegemônicas [sic]”, enquanto que o Kremlin seria “o mestre de um sistema ineficiente e tirânico”. Diante de uma “Europa doente”, incapaz de se opor ao “bloco soviético”, bem como diante da “American nebula”, seria a própria “civilização ocidental” que estaria em perigo, “**the common inestimable treasure of Europe and America which the Communist block seeks to destroy**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5). Por isso, *comunistas* e a *esquerda* da Europa estariam defendendo transformá-la em um “Terceiro Poder” *neutralista*, nem pró-EUA, nem pró-URSS e, diante da diminuição da presença militar norte-americana no velho continente, segundo Labin, abrir-se-ia “o caminho para o ‘primeiro poder’, i.e., aquele do império soviético” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5). O “remédio” contra a “Europa doente” consistiria na combinação das forças da Europa Ocidental e dos EUA contrárias ao “terrível assalto comunista”. Aceitar a divisão do Ocidente em dois, um bloco europeu de um lado e os EUA de outro, seria um “self-murdering folly, for in Communist expansionist strategy” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5).

eventualmente, estar observadores esquerdistas” (ARAÚJO, 1975: 22). No esteio dessa preocupação da extrema-direita lusitana com “a abertura política” de Portugal depois da Revolução dos Cravos de 1974, a SEPES também apresentaria duas “teses” na VIII Conferência da WACL sobre a “comunização” portuguesa e nas suas ex-colônias africanas: “Novas perspectivas para o movimento comunista: Portugal” (HOOVER: HX11.W653.N84.1975F) e “Comunismo na África de língua portuguesa” (HOOVER: HX11.W653.C663.1975F).

Finalmente, entre os principais delegados da Ásia presentes na VIII Conferência da Liga, contaram-se: da Coreia do Sul, o general Kim Seung Yong, Jae-seung Woo (secretário-geral da WACL), Se Bae Kin, Chung Hwan Kin e Chux Choi; de Taiwan, o presidente honorário da Liga Ku Cheng-kang, Han Lih-wu, Tsai Hong-wen, Tan Ying, Hsu Fu-the, Yao Chi-ching, Lee Shih-fen, Louis Cheng-yuan Liu, Chen Yea-hong, Chao Chung-shan, Jaspas Hsu, Wu Shu e o venerando Pai Sheng, da Associação Budista; da Tailândia, o general Praphan Kulapichitr, Amnuey Suwanaki Jboriharn e Pramote Kulapichitr; do Camboja, U Sam Oeur; da Índia, Rama Swarup; do Vietnã do Sul, o ex-premiê e ex-presidente da WACL (1968-69) Phan Huy Quat que, alegadamente, foi assassinado durante a queda de Saigon e a vitória de Hanoi na Guerra do Vietnã; das Filipinas, o senador Jose Roy e José Maria Hernandez (fundador da APACL e conselheiro vitalício da WACL); de Hong Kong, Shen Y. T.; da Indonésia, Joesdi Ghazali, membro do primeiro Conselho Executivo da WACL; e, da Austrália, Paul Pearson. A seu turno, os líderes das delegações da África e do Oriente Médio foram, enfim, Talivalkis Zarins (África do Sul); Nathan Ross (Libéria); Samba Al Katheery (Omã); Munir Rifai (Jordânia); Jebran Chamieh e George Bitar (Líbano); e Ahmed Salah Jamjoom (Arábia Saudita)<sup>721</sup>.

#### *5.12.4. A VI Conferência da WYACL e seu novo presidente brasileiro*

---

<sup>721</sup> O indonésio Ghazali apresentou um longo relatório intitulado “Facing the World Crisis” (HOOVER: HX11.W653.G48.1975F); o saudita Jamjoom leu um “Relatório da Delegação da Arábia Saudita no VIII Congresso da WACL” (HOOVER: HX11.W653.J36.1975F); o sueco Larsson, secretário-geral do “Capítulo” sueco da WACL (presidido por Arvo Horm), apresentou um longo “Report from Sweden” (HOOVER: HX11.W653.L37.1975F); o australiano Pearson, presidente nacional da Liga Mundial pela Liberdade, leu “Informação e Tese sobre a Filial Australiana da WACL” (HOOVER: HX11.W653.?548.1975F); e o vietnamita Phan Huy Quat apresentou um “Relatório” sobre a Guerra no Vietnã (HOOVER: HX11.W653.Q38.1975F).

Antes, porém, de analisar a VIII Conferência da WACL propriamente, é preciso apenas ressaltar os principais acontecimentos e “personalidades” que atuaram às vésperas desse conclave principal, isto é, aqueles que participaram um pouco antes, também no Rio de Janeiro, da VI Conferência da Liga Mundial Anticomunista Juvenil (WYACL). Esta seguiu, até ali, o mesmo sistema da WACL de designar seus presidentes de forma rotativa de acordo com o país-sede de suas conferências anuais. Ou seja, se a VIII Conferência da WACL foi realizada no Brasil, um brasileiro deveria ser indicado à presidência da Liga Mundial Anticomunista. E assim o foi, como visto: Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES, fora então designado presidente da WACL para o biênio 1975-76. Da mesma forma, se a VI Conferência da WYACL realizou-se no Brasil, outro brasileiro também seria designado para o cargo de presidente da Liga Mundial Anticomunista Juvenil (WYACL). E assim o foi. Mas quem? Um documento da própria SEPES, circulado na comunidade de informações da ditadura militar brasileira, informou que:

Para a presidência da WYACL (Liga Mundial Juvenil Anti-Comunista) foi eleito pelos 130 delegados que representavam os 58 países o sr. **Pedro [Paulo Angrisani] Gomes**, advogado e professor universitário. **É fundador da SEPES, cuja delegação integrou, no Congresso da CAL (Confederação Anti-Comunista Latino-Americana), que teve lugar o ano passado no Rio de Janeiro.** Como presidente da Liga Mundial Juvenil, o sr. Pedro Gomes pretende dinamizar as atividades dos movimentos coligados, em busca das formas de atuação mais adequadas às peculiaridades da ação comunista no mundo (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 4, grifo meu)

O “sr. Pedro Gomes”, antes de ser um dos fundadores da SEPES, era um antigo associado de Barbieri Filho nas lides e lutas anticomunistas do pré-1964, na conspiração contra o presidente João Goulart, no Centro Latinoamericano de Coordenação Estudantil (CLACE). Este centro, como visto, era um dos braços juvenis da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI) dirigido por Wladimir Lodyginsky – um profissional da espionagem internacional ligado (junto ao seu pai) à Entente Internacional Anticomunista (EIA) e ao *Anti-Komintern* nazista. O CLACE, em São Paulo, contou também com o apoio da polícia política estadual (DEOPS-SP). Em 1962, mais de dez anos antes de tornar-se presidente da WYACL, **Pedro Paulo Angrisani Gomes** foi um dos organizadores, ao lado de Barbieri Filho, da I Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, realizada no Colégio Rio Branco, no bairro de Higienópolis. Na ocasião, como já analisado, Angrisani Gomes fora eleito coordenador para o Secretariado do Banco Didático do CLACE, iniciativa para o fornecimento de livros aos estudantes de baixa renda.

Como se pode observar, esses antigos líderes secundaristas de início da década de 1960, “criados” ideológica e praticamente dentro de uma das organizações juvenis do DEOPS paulista e daquele que foi, como ensina o historiador Vicente Gil da Silva, o principal espião internacional em operação no Brasil da época (Lodygensky), galgaram posições de liderança nas redes anticomunistas transnacionais de meados da década de 1970. Nas conferências conjuntas da WACL (VIII) e da WYACL (VI) de 1975, no Rio de Janeiro, Barbieri Filho galgou a presidência da Liga Mundial Anticomunista e seu “companheiro de viagem” em questão, a presidência da Liga Mundial Anticomunista Juvenil. Os antigos “estudantes secundaristas” coordenados pela SEI do espião pró-nazista Lodygensky e pelo DEOPS paulista no pré-1964, portanto, transformaram-se, em pouco mais de uma década, em gestores do movimento anticomunista internacional.

O *know how* e a *expertise* deles, conseqüentemente, ajudaram na internacionalização do Brasil – e da ditadura militar verde-amarela – nas redes anticomunistas da Guerra Fria. Esse feito, inclusive, seria motivo de orgulho, segundo o jornalista de *O Estado de São Paulo* Mario Busch, que exaltou “o fato de a liderança das Ligas Mundiais Anti-Comunistas ter sido conferida aos representantes democráticos brasileiros”, o que “será mais um motivo da fúria contra o Brasil. **A eleição de Carlo Barbieri Filho para a presidência da WACL e de Pedro [Paulo Angrisani] Gomes para a presidência da WYACL honra o Brasil no Mundo Livre tanto quanto o honraram a ação decisiva das Forças Armadas na Revolução de 31 de março de 1964**” (BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028, p. 5, grifo meu)<sup>722</sup>.

O novo presidente brasileiro da WYACL substituiu o guatemalteco Fernando Ibarra, assessor direito de Mario Sandoval Alarcon, vice-presidente (e líder do Esquadrão da Morte) da Guatemala. Ibarra, ostentando essa posição de ser o enlace do “poderoso chefe” guatemalteco do *Movimiento Libertador Nacional* (MLN), participou do III Congresso da CAL-Secreta realizado, em 1974, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI). Durante sua gestão na presidência da WYACL, Ibarra trabalhou com o secretário-geral mexicano Javier Aguilar, quadro da juventude dos tecos da FEMACO/CAL<sup>723</sup>.

---

<sup>722</sup> O jornalista Mario Busch, articulista d’*O Estado de São Paulo*, era um dos colaboradores d’*O Expresso* da SEPES.

<sup>723</sup> Um Informe do secretário-geral da WYACL apresentado ao Conselho Executivo da VI Conferência da Liga Juvenil no Rio de Janeiro, referente ao período da presidência de Fernando Ibarra Escamilla (1974-75), registrou que foram aceitos como “Capítulos Nacionais” da WYACL: Arábia Saudita; Áustria; *Arbeitergemeinschaft Deutscher Antikommunist* (Horst Ludwig); Sril Lanka; Ceilão (Nanthiri Peruman Sundaram); Associação da Juventude Bolivariana da Colômbia (Carlos Alborno Guerrero); *The British League for European Freedom* (Caroline Hicks);



Na VI Conferência da WYACL, no Rio de Janeiro, além de referido brasileiro assumir a presidência do braço juvenil da WACL, Liu Chi-tung, de Taiwan, assumiu sua vice-presidência e José Aristides de Obaldia E., do Panamá, fora designado como seu secretário-geral (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 9). A VI Conferência da WYACL prestou suas homenagens ao ditador taiwanês recém-falecido, o *generalíssimo* Chiang Kai-shek, e garantiu seu apoio solene à “missão” da República da China (ROC) de reconquistar seu território nacional perdido para os comunistas e, quando possível, “contra-atacar” a República Popular da China (RPCh). Além disso, emulando a VIII Conferência da WACL (que remetara com a assinatura de seu novo presidente Barbieri Filho um “Apelo” ao presidente dos EUA), também a VI Conferência da WYACL enviou um telegrama a Gerald Ford, clamando para ele cancelasse sua viagem à China continental:

A Liga Mundial da Juventude Anticomunista em sua 6ª Conferência resolve: 1. Que apelamos ao Presidente Ford que reconheça claramente os desígnios sinistros dos comunistas chineses para comunicar o mundo e o fato de que tais desígnios estão sendo ativamente reforçados e que comprometer-se com os comunistas chineses se equivale a ceder ou render-se aos comunistas e o Presidente Ford deve, portanto, reconsiderar cuidadosamente sua decisão prévia e cancelar o plano de visitar os maoístas; e 2. Apelamos ainda ao Presidente Ford para que cumpra os compromissos do tratado dos EUA e as promessas de defesa mútua aos seus aliados e reorganize a frente única das nações livres para salvaguardar com eficácia a liberdade humana e a paz mundial (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 10)

As principais Resoluções aprovadas na VI conferência do braço juvenil da WACL conclamaram o “fortalecimento da organização da WYACL”; a condenação da “violação comunista do Acordo de Cessar Fogo de Paris” e dos “atos de agressão contra o Vietnã do Sul e o Camboja”; solicitaram que “o governo britânico cesse a repatriação forçada de refugiados chineses continentais” e que “o mundo livre” fornecesse a eles “apoio humanitário”; e clamaram pelo “fortalecimento do Movimento do ‘Dia da Liberdade Mundial’ e do Movimento da ‘Semana das Nações Cativas’” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 10). Em seu Comunicado Final, a VI Conferência da WYACL declarou estar “totalmente convencida de que os objetivos comunistas

---

Líbano (Mona Chamie); *The National Forum Youth* da África do Sul (Rory White); *The Council of American Affairs* (John Carbaug); Bélgica (Francis Dossogne); Equador (Manuel Alfonso Reyes); *Egyptian Student Union* (Mohamed Esmat Nasr El Shiek); Haiti (Jean Edward Bourand Woel); *Jordanian University Students Association* (Jaddan Abassi Mansour); Aliança Juvenil Anticomunista Popular do México (Alvaro Razura); Palestina (Suhil Atlaboni); *Syrian Student Federation* (Mandouh Fawzi); Trinidad Tobago (Licorish Akow Kenrick); Turquia (Mehmet Sipahi Karagoz); e Venezuela (Juan Antonio D’Abreu Alfonso) (HOOVER: HX11.W653.R47.1975F). Ainda na gestão de Ibarra foram aceitas como Organizações Internacionais na WYACL o Fondo Editorial Latinoamericano-FONEL (Arturo Ramirez), grupo dos tecos da FEMACO/CAL, o Movimento de Libertação Croata (HOP), da Venezuela, e a *African News Agency*, do Líbano (HOOVER: HX11.W653.R47.1975F, pp. 5-6).

de comunizar o mundo e escravizar a humanidade não mudarão e de que liberdade e escravidão não podem coexistir”, defendendo que “os comunistas recorrem a todo tipo de medidas enganadoras, sedutoras e envenenadoras da juventude, fingindo serem pacíficos enquanto adotam métodos cruéis na destruição das forças amantes da liberdade e anti-escravidão para alcançarem seus desígnios sinistro de comunizar e dominar o mundo” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 10).

Assim que, em seu Comunicado Final, a VI Conferência da WYACL apelou aos “jovens do mundo” para não apenas protegerem “a liberdade dos povos” do “mundo livre”, mas também para *libertarem* “todos povos e nações escravizadas”. Ao longo da VI Conferência da WYACL, dois oradores veteranos “abrilhantaram” as sessões, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang, que instruiu a juventude ali reunida sobre como desenvolver um novo tipo de guerra política anticomunista, e a dirigente do ABN (esposa de seu presidente e editora-chefe de seu boletim especial) Slava Stetsko.

#### *5.12.4.1. Ku Cheng-kang orienta os jovens: a guerra anticomunista é ideológica e organizacional*

Ku Cheng-kang discursou na VI Conferência da WYACL, no Brasil, em 22 de abril de 1975. Sob o título “Como a WYACL deve agora perseverar em união”, esse dirigente do Comitê Central do Kuomintang orientou a luta juvenil anticomunista com os métodos e as táticas da guerra política da ditadura militar de Taiwan (ROC). Depois de caracterizar os “perigos” e “fracassos” da política de “coexistência pacífica” e da *détente* com os comunistas, Ku Cheng-kang destacou alguns pontos que o braço juvenil da WACL deveria seguir. O primeiro deles consistiria na necessidade da WYACL contrapor-se ao “pensamento comunista, porque **as lutas anticomunistas são lutas ideológicas**”. “O pensamento materialista dos comunistas, sua linha violenta, a luta de classes, e a busca pela revolução mundial demonstram cabalmente suas qualidades anti-humanas, anti-rationais, anti-liberdade e anti-democráticas” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 35). Assim que, na luta ideológica anticomunista, a WYACL deveria denunciar que “os comunistas produziram um novo sistema de escravidão e opressão, uma nova autocracia a serviço da ditadura totalitária, e um novo imperialismo para agressão e expansão” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 35).

“Por essa razão, a WYACL deveria iniciar uma vigorosa batalha ideológica contra os comunistas e ganhar uma vitória decisiva no que concerne aos modos de pensar”. “Nossa guerra ideológica [*ideological warfare*] contra os comunistas” deveria exibir o “espírito humanitário” dos anticomunistas e, ao mesmo tempo, precisaria expor “as criminosas tentativas comunistas de destruir a natureza humana” para que, assim, “a população jovem compreenda a natureza maligna [*evil nature*] do pensamento comunista” e que não poderá encontrar “até mesmo um paraíso de tolos sob a escravidão comunista”. Ou seja, a WYACL deveria introduzir “um levante ideológico contra a escravidão e pela Liberdade para que possamos, com uma torrente da época, destruir o sistema comunista de escravização de uma vez por todas” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 35).

De acordo com essa estratégia de *guerra ideológica* anticomunista, a WYACL deveria opor “nossa organização contra a organização comunista, porque as lutas comunistas inextrincavelmente envolvem choques de organizações”, isto é, a WYACL deveria lançar “uma massiva guerra organizacional contra os comunistas pela destruição de seu regime autocrático” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 35). Nota-se, aqui, que Ku Cheng-kang ensinava a “rezar” pela cartilha da Academia de Guerra Política de Peitou que, como visto no CAPÍTULO 2, treinava seus quadros na guerra ideológica e na *organizational warfare* contra os comunistas<sup>724</sup>.

Essa guerra organizacional anticomunista, a seu turno, deveria estar baseada na premissa segundo a qual “**as táticas de comunização dos vermelhos são de natureza global**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 35). Por isso, a luta anticomunista da WYACL deveria ancorar-se na “unidade rigorosa da juventude de todos os povos – independente de nacionalidade, raça, região, religião ou profissão” –, coesionando-se sob um princípio único, a saber: “**Nossa luta deve continuar até a Terra estar completamente livre da violência comunista**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 35). Seguindo na “cartilha” da doutrina militar da *guerra política* ensinada e praticada na Academia de Peitou, Ku Cheng-kang detalhou que as guerras ideológica e organizacional da WYACL deveriam levar em consideração “as massas do povo”, insistindo que a Liga Juvenil deveria organizar “as massas” por meio do treinamento de um quadro dirigente de líderes. Isso porque, segundo ele, “as guerras organizacionais são, em substância, lutas entre um

---

<sup>724</sup> Seria um acaso que o brasileiro então designado presidente da WYACL, Pedro Paulo Angrisani Gomes, tenha depois ele próprio se envolvido, como dirigente da SEPES e da WACL, com o oferecimento de “Curso de Guerrilha no Exterior” aos militares brasileiros ministrados na Academia de Guerra Política da ditadura militar taiwanesa?

grupo de líderes contra outro. Na medida em que uma organização forte não existe sem líderes capazes, a Liga Anticomunista Mundial Juvenil deve cultivar um núcleo de líderes verdadeiramente poderoso para o fortalecimento e expansão de toda organização” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 35).

Seria preciso, assim, treinar um quadro de elite de dirigentes apto a organizar “as massas”. Sugerindo que a WYACL adotasse a estratégia oficial da ditadura taiwanesa, Ku Cheng-kang recomendou se opusesse “ação contra ação”, uma vez que “nossa luta anticomunista” deveria basear-se na disputa sobre “qual lado gera ações predominantes”. Eis que “nossa guerra de ação [*warfare of action*]” deveria *mobilizar e conduzir* “as massas do povo” e explorar “as contradições do inimigo”, com vistas a agravar “o conflito dentro do campo inimigo”. Enfim, seria preciso criar, por meio da *guerra de ação* – articulada às *guerras ideológica e de organização* –, situações favoráveis aos anticomunistas e, ao mesmo tempo, rejeitar a “diplomacia mediadora passo-a-passo do Secretário de Estado dos EUA” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 36).

Graças à intervenção diplomática de Kissinger, secretário de Estado do presidente dos EUA Richard Nixon, acusou Ku Cheng-kang, “usando as Nações Unidas como sua base única internacional, os comunistas chineses criaram ainda mais consequências da política *détente* frente aos comunistas” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 36). Diante da “confusão” causada no “Mundo Livre” pela política de *détente* de Kissinger/Nixon, seria preciso “fortalecer” a “vigilância” e unificar os esforços de construção de “uma larga nova avenida em direção a nossa vitória anticomunista final”. Embora a situação internacional fosse “extremamente confusa”, a história estaria regida pela *liberdade* e à juventude anticomunista caberia moldar “um novo curso para a história”. A WYACL, pois, deveria assumir sua função “como uma organização de liderança para os jovens do mundo. Nosso esforço deveria ser pela criação de um novo domínio ideológico e um novo padrão organizacional. Com ações positivas, devemos abrir caminho para uma nova era” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 36).

#### 5.12.4.2. *Slava Stetsko, do ABN: nacionalismo cristão, anticapitalista e anticomunista*

Slava Stetsko, editora-chefe da *Correspondência do ABN*, era a principal dirigente feminina do ABN, além de ser esposa do presidente vitalício da organização Yaroslav Stetsko,

criminoso de guerra, ex-colaborador nazista e outrora autoproclamado “primeiro-ministro” da Ucrânia. Ela discursou, em 22 de abril de 1975, na VI Conferência da WYACL. Sob o título “Geração Jovem das Nações Subjugadas”, Stetsko discursou “em nome da juventude que não possui liberdade, mas vive ávida por liberdade, independência nacional e justiça social para suas nações e povos subjugados pelo comunismo e pelo colonialismo russo na URSS e nos países satélites” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 33). Esposando o ideário do ABN, segundo o qual o soviétismo seria apenas uma “atualização” do velho expansionismo russo, Stetsko defendeu que “o comunismo, que é o mais bárbaro e despótico sistema de exploração das nações e povos, é a forma moderna do colonialismo do império russo. É apenas uma camuflagem para o neocolonialismo russo, em particular no assim chamado Terceiro Mundo” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 33).

Os *comunistas e imperialistas russos* mentiriam às “assim chamadas nações em desenvolvimento” do Terceiro Mundo em sua promessa de criação de “um novo tipo de ser, o ser comunista”, um “novo tipo de nação, a assim chamada nação socialista”, “um novo tipo de homem, o assim chamado homem soviético”, e “um novo tipo de sociedade supranacional”, “a assim chamada nação soviética”. Inúmeros soviétólogos ocidentais, segundo a dirigente do ABN, estariam caindo “nessas mentiras dos neocolonialistas russos e comunistas”, apoiando-os, inadvertidamente, “com sua própria pesquisa científica”. Longe de tratar dos grandes temas da *soviétologia*, “um estudo das mentiras comunistas russas” e de seus “métodos de enganar o Mundo Livre” sob “a fraseologia específica do neocolonialismo russo”, o complexo WACL/WYACL deveria exaltar “a criatividade espiritual da geração jovem das nações subjugadas e fornecer fatos sobre a luta nacional por liberdade” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 33).

A dirigente do ABN pretendeu demonstrar, ao longo de seu discurso, que inexistiam *nação socialista, nação soviética*, um novo *ser socialista* ou *comunista*, uma *juventude soviética* e muito menos *o homem soviético*. Se por dois mil anos nem mesmo o cristianismo foi capaz de transformar os seres humanos em anjos, indagou Stetsko, “então como o ateísmo militante – uma religião falsa que é o comunismo – pode mudar a natureza do homem em metade de um século”? (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 33). O comunismo teria sido incapaz, desde 1920, de “reeducar a juventude de nossas nações”, referindo-se aos seguintes países: Ucrânia, Geórgia, Bielorrússia, Turquia, Turquestão, Azerbaijão, Lituânia, Letônia, Estônia, Alemanha Oriental, Hungria,

Tchecoslováquia, Croácia, Bulgária, Romênia e Polônia. Na Ucrânia, “a luta pela libertação nacional contra a Rússia e o comunismo” teria sido, no período entre 1942-53, uma era de “insurreições”, “sob o comando do General Roman Shukhevych – Taras Chuprynka”, assassinado “heroicamente” pela NKVD soviética.

Como visto no CAPÍTULO 1, Shukhevych comandou o Exército Ucrâniano Insurgente (UPA), cujas milícias foram treinadas pelas Waffen-SS. Ele era o veterano oficial do *Nachtigall*, batalhão misto de nazistas e ultranacionalista ucranianos seguidores do *Providnyk* Stepan Bandera. Em 1941, em Lviv, com a ocupação nazista na Ucrânia, o marido de Slava, Yaroslav Stetsko, autoproclamou-se “primeiro-ministro” de um “Estado Independente” em nome de Bandera, escrevendo para ele que estava “criando uma milícia que ajudará a remover os judeus e a proteger a população” (STETSKO *apud* ROSSOLINSKY-LIEBE, 2014: 196). Bandera, Stetsko e Shukhevych compuseram o triunvirato da Organização de Nacionalistas Ucranianos (ONU/B). Eles foram os autores do documento-guia “A luta e as atividades da OUN no período de guerra”, que caracterizou os judeus como “o ‘principal pilar do regime bolchevique e a vanguarda do imperialismo russo na Ucrânia’”, autorizando “liquidar ativistas poloneses, moscovitas e judeus” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 183). Reitere-se que “nas regiões da Galitzia, Volhynia, Bukovina e muitas outras”, as milícias da OUN/B e do UPA “executaram uma limpeza étnica, com o massacre de cerca de 100.000 ou mais pessoas, em 1943” e, em outra contagem, “os nacionalistas/protonazistas exterminaram entre 40.000 e 60.000 civis poloneses no território de Volhynia e entre 25.000 e 30.000 na região da Galitzia” (MONIZ BANDEIRA, 2016: 227).

Foi esse período que coincidiu com a era “heroica” de “insurreições” ucranianas *sob o comando do general Roman Shukhevych* exaltada por Slava Stetsko, no Brasil, junto à audiência da VI Conferência da WYACL de 1975. Ecoando o revisionismo e/ou negacionismo histórico do ABN – que transformara o passado colaboracionista de seus dirigentes em luta contra o nazismo –, a dirigente ucraniana defendeu que os comandados militares de Shukhevych lutaram “contra a Alemanha nazista até 1944” e, entre 1953-59, “contra o comunismo e a Rússia”. Essa teria sido “uma era de insurreições de muitos milhões de prisioneiros ucranianos e outros prisioneiros das nações subjugadas, particularmente da juventude, detida em campos de concentração, que ameaçara difundir a chama nacional revolucionária” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 33). Nikita Khrushchev teria sido o responsável pela reorganização dos campos de concentração soviéticos e

pela dispersão desses dissidentes – muitos deles, colaboradores nazistas ucranianos – “por todas nações subjugadas pela URSS”. Assim que, na periodização proposta por Stetsko, “o período de 1959 até hoje pode ser chamado a maravilha do renascimento da geração jovem”, que assistiria ao florescimento de uma juventude “renascida nos feitos e sangue de muitas gerações”, e essa “luta por liberdade daqueles subjugados na URSS e nos países satélites” estaria baseada “na criatividade espiritual dessa geração de jovens” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34).

Na sequência, a dirigente e ideóloga ucraniana do ABN enumerou algumas citações de trabalhos e fatos que demonstrariam *a criatividade espiritual* dessa jovem geração de “lutadores pela liberdade” e, ao fazê-lo, evidenciariam “a falência do comunismo nos países detrás da Cortina de Ferro!” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34). “O sistema e a ideologia comunistas” estariam “completamente falidas” nessas “nações subjugadas” pelo *imperialismo russo* e só se manteriam graças à força das “baionetas dos neocolonialistas russos e dos tiranos burgueses comunistas” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34). E a “tragédia real” do mundo contemporâneo, segundo Slava Stetsko, consistiria no fato de que, apesar de *falidos*, o *comunismo* e o *imperialismo russos* estariam sendo “resgatados pelos EUA e outros Estados do Mundo Livre por meio da ajuda econômica e da política da balança de poder” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34). Dessa forma, as “sociedades ocidentais” se deixariam “corromper” pelo comunismo justamente “quando o comunismo e o imperialismo russos” estariam “à beira do colapso” graças à “luta revolucionária das nações subjugadas, **sob a pressão do nacionalismo de libertação, do cristianismo militante e da religião em geral**” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34, grifo meu).



**Figura 286.** “ABN Delegation to the VIIIth WACL Conference in Rio de Janeiro”. Circulados, Slava Stetsko e Yaroslav Stetsko. FONTE: ABN CORRESPONDENCE, 1975, v. 26, n.º ¾ .

Isto é, arrematou a dirigente antibolchevique, “o comunismo e o neocolonialismo russo poderiam ser destruídos em nossos países subjugados” enquanto poderiam triunfar no Ocidente “devido à política absurda de seus governos”. “Que ironia!”. Se o mundo ocidental não conseguisse manter um *nacionalismo* forte, um *cristianismo heroico* e a *religião em geral* seria impossível ao Ocidente passar por um “renascimento político, social, cultural e moral”. E seriam precisamente essas ideias que estariam “renascendo” entre “a juventude das nações subjugadas pelo neocolonialismo russo e pelo comunismo”. Dessa forma, apenas o *nacionalismo* constituiria “uma alternativa ao imperialismo”, mas não qualquer nacionalismo e sim aquele que configure “um caminho diferente do comunismo e do capitalismo”, que “rejeite qualquer distinção de classe, toda exploração do homem pelo homem, porque todos os membros das nações são irmãos e irmãs e se ajudam em solidariedade, lutando contra qualquer tipo de exploração” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34).

Nota-se, pois, um rechaço duplo inscrito no nacionalismo defendido por Slava Stetsko. Sua *comunidade nacional* entrelida como uma *irmandade* com laços de *solidariedade* rejeitaria, de um lado, o *comunismo* e, de outro, o *capitalismo*, suas distinções de *classe* e relações de *exploração* “do homem pelo homem”. Anticomunismo e anticapitalismo, portanto, formaram os nódulos ideológicos de um *nacionalismo* de fundo católico, isto é, um *cristianismo militante*



ultranacionalista. Eis que, ao final de seu discurso na VI Conferência da WYACL, Stetsko defendeu que “nacionalismo e cristianismo são triunfantes na clandestinidade e na batalha contra a tirania comunista” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34). E esse *renascimento* clandestino, nas “catacumbas”, do *nacionalismo* e do *cristianismo* das “nações subjugadas”, especialmente entre a juventude, teria muito a ensinar ao Ocidente, garantiu a dirigente do ABN. Segundo ela, se a juventude ocidental defendia “ideias comunistas” *destrutivas* e *antirreligiosas*, então, “porque não poderiam os jovens do Mundo Livre se tornar apóstolos das ideias dos lutadores pela liberdade, independência nacional, justiça social, por Deus e pela Pátria, **pela libertação anticomunista e nacionalismo anticapitalista** da juventude que está subjugada pelo neocolonialismo russo” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34, grifo meu)?

Esse seria o grande ensinamento que a juventude das “nações subjugadas” teria a oferecer ao “mundo livre” que, infelizmente, permaneceria em silêncio sobre os “crimes do comunismo, do genocídio, do etnocídio, do linguicídio, sobre o assassinato em massa de todas aquelas crentes em Deus e em suas nações, sobre a exploração e o terror” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34). E o “sistema comunista” no “império russo” teria “destruído 60-80 milhões de pessoas e nações inteiras dentro de meio século; apenas na Ucrânia, dentro de um ano, entre 1932-33, 7 milhões de camponeses foram assassinados por uma fome artificial [Holodomor], 17-20 milhões de prisioneiros em campos de concentração”; sem mencionar “o Inferno” do sofrimento do povo do Vietnã “bem diante de nossos próprios olhos”. “Todos este”, concluiu Stetsko, “clamam ao Céu por vingança! Não PARA O comunismo, mas DO comunismo milhões de camponeses vietnamitas pobres estão fugindo, com suas crianças e velhos, enquanto o mundo finge que não vê” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 34). Da mesma forma como o mundo teria ficado em silêncio sobre “o heroísmo trágico dos curdos, que foram massacrados pelo governo proto-russo do Iraque”; do mesmo modo como teria ficado em silêncio quando, em 1947, “a União Soviética, a Tchecoslováquia comunista e a Polônia comunista formaram um pacto contra o Exército Insurgente Ucrânio [UPA] a fim de esmagá-lo com um esforço unificado” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 35); e assim como, em 1953, quando “centenas de lutadores ucranianos pela liberdade” foram massacrados pelos Exércitos dos países comunistas e da URSS. Se o “Mundo Livre” passasse a falar sobre esses “crimes do comunismo” e começasse a ouvir a lição do

*renascimento* nacionalista, cristão e anticomunista da juventude das “nações subjugadas”, concluiu Slava Stetsko, poderia o Ocidente *renascer* política, social, cultural, religiosa e moralmente.

#### 5.12.5. Principais oradores e “teses” da VIII da Conferência da WACL

A revista *Manchete* fez uma cobertura da VIII Conferência da WACL e, embora não tenha feito qualquer crítica ostensiva, capturou o objetivo principal dos “cruzados” anticomunistas reunidos em abril de 1975 no Rio de Janeiro: “**Eles querem exterminar o comunismo**” – foi o título da reportagem de Celso Arnaldo Araújo para a edição n.º 1203, de 10 de maio de 1975, da revista. Como visto, o presidente da SEPES transformado em presidente da WACL na ocasião, Carlo Barbieri Filho, informaria à *Manchete* que “o povo brasileiro estava muito preocupado com **a infiltração comunista em todos os setores de atividades**” e, segundo seu organizador ostensivo, a VIII Conferência da Liga teria vindo “canalizar essa ansiedade e mostrar a todos que o comunismo só pode crescer diante da acomodação e da omissão” (ARAÚJO, 1975: 23). Como mostra dessa preocupação com “a infiltração comunista” no Brasil, a *Manchete* destacou duas “teses” apresentadas pela SEPES à VIII Conferência da WACL que, de fato, resumiram o tom ideológico dos participantes que estariam “**arquitetando novas formas de combate à ideologia marxista**” (ARAÚJO, 1975: 23, grifo meu). A primeira delas, intitulada “**As cinco bandeiras reais do comunismo**”, retomou o objetivo da própria conferência waciana, a saber, “alertar as organizações filiadas à Liga sobre as táticas, sempre renovadas, dos partidos comunistas”, enumerando “as diversas categorias de auxiliares do PC”:

1) **Criptocomunistas** – São comunistas não-confessos, por medo ou conveniências. Entre estes encontram-se, por exemplo, os membros de certos setores secretos do PC, como o militar e o jurídico. 2) **Simpatizantes** – São pessoas que, ainda não-comunistas, são condescendentes ou parcialmente adeptas da causa comunista. Cooperam nas campanhas do PC com trabalho ou ajuda financeira. Participam de reuniões com comunistas. Assinam memoriais e manifestos. Enfim, vêem o comunismo com bons olhos, embora não sejam comunistas. 3) **Oportunistas** – São os indivíduos que, por interesse pessoal ou receio, associam-se à ação partidária e procuram obter vantagens. São os políticos profissionais que se aliam aos comunistas para obter mais votos. 4) **Inocentes úteis** – Essa categoria abrange os indivíduos que se prestam às manipulações dos comunistas por vaidade, desconhecimento ou inconsistência. 5) **Companheiros de viagens ou aliados** – São elementos não comunistas, algumas vezes mesmo de objetivos contrários aos dos comunistas, mas que se aliam a estes para a conquista de determinados objetivos comuns (ARAÚJO, 1975: 22)

A segunda “tese” apresentada pela SEPES à VIII Conferência da WACL e resumida pela *Manchete* intitulou-se “**Ação Comunista no Brasil no Período 63/75**”. Embora analisada mais abaixo, vale a pena adiantar que ela apresentou como epíteto uma ideia-chave da extrema-direita brasileira (mas não só): “**O processo subversivo comunista após iniciado, somente termina com a tomada de poder**” –, fazendo “um histórico das atividades do PC no Brasil nos últimos 12 anos, terminando com uma exortação” (ARAÚJO, 1975: 22, grifo meu):

O momento presente mostra que, com o resultado das eleições de novembro de 1974, o Brasil democrático abriu mão de posições vantajosas em proveito dos comunistas e simpatizantes e olhamos estarecidos para o cenário nacional, com o retorno à situação de 1968, pois o ministro da Justiça é convocado pelo Congresso para explicar a situação de terroristas condenados pela Justiça Militar. Necessitamos passar urgentemente à ofensiva (SEPES *apud* ARAÚJO, 1975: 22)

Serão analisadas, mais abaixo, as principais “teses” apresentadas pela SEPES à VIII Conferência da WACL. Todavia, por ora, importa identificar os principais oradores e discursos do conclave anticomunista realizado no Brasil, em 1975, com o patrocínio do governo de Ernesto Geisel, destacando suas propostas ideológicas e seus projetos de ações “antissubversivas”.

#### *5.12.5.1. O novo presidente (brasileiro) da WACL: “Estamos enfrentando a III Guerra Mundial”*

Em seu discurso na abertura da VIII Conferência da WACL, o presidente da SEPES Carlo Barbieri Filho mostrou-se profundamente emocionado. O motivo? A “consciência da responsabilidade que sabemos estamos ora assumindo, por unânime delegação dos congressistas aqui presentes” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 7). Na ocasião, o jovem brasileiro foi catapultado à presidência da Liga Mundial Anticomunista. A “confiança demonstrada” pela WACL ao presidente da SEPES, porém, datava de pelo menos “um ano, quando nos entregaram a organização deste evento” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 7). Segundo Barbieri Filho, a preparação da VIII Conferência da Liga “significou uma verdadeira mobilização cívica, pois dela participaram centenas ou talvez milhares de pessoas para fazerem possível que estivéssemos aqui presentes” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 7). Inúmeros “amigos” ocultos contaram-se entre esses organizadores da conferência wacliiana de 1975 no Brasil, visto que “milhares de pessoas (...) voluntariamente permaneceram no anonimato face a sua consciência pessoal de que a luta pela sobrevivência da verdadeira liberdade significa trabalho e não promoções”

(BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 7). O “sucesso” da reunião wacliana de abril de 1975 deveria ser tributado “a estes companheiros” que, desinteressados “pelas pompas formais da expressão”, seriam homenageados “pelos frutos que nesse Congresso serão colhidos e pelo pomar que com ele plantaremos” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 7).

As “centenas de pessoas” presentes da VIII Conferência da WACL seriam **“efetivos baluartes na preservação dos nossos valores morais e espirituais que hoje são avassalados, triturados e bombardeados pela invasão materialista que estamos sofrendo”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 7, grifo meu). Essa “invasão materialista”, inclusive, fora comparada como uma guerra pelo recém-nomeado presidente da WACL. Mas não a qualquer guerra. **“Temos que ter consciência que estamos enfrentando a III Guerra Mundial”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 7, grifo meu). Sofrendo uma “invasão materialista” traduzida em uma “III Guerra Mundial”, o mundo estaria atravessando “horas trágicas”. Essa *tragédia* advinha de onde? Segundo Barbieri Filho, “da distração de muitos que poderiam estar alertas”; “da omissão de outros que poderiam e deveriam atuar e não o fazem”; “do egoísmo de tantos que colocam os seus interesses particulares antes dos interesses da **sobrevivência da nossa civilização**”; “da covardia dos que imaginam que a cumplicidade com a invasão será suficiente para isentá-los da **sanguinolência caso o comunismo vença**”; e “da **desinformação produzida em massa por veículos de comunicação social que mesmo quando de propriedade de não comunista são infiltrados pelos fanáticos da ideologia marxista**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 8, grifo meu).

A “desinformação” produzida massivamente pelos “veículos de comunicação social” *infiltrados* pelos *fanáticos da ideologia marxista* representaria, “senhores, a mais perigosa arma que nos poderia ser apontada, pois quando é disparada contra nós, não sentimos o efeito da penetração de seus projéteis” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 8). Os “projéteis” de “desinformação” lançados pelos marxistas seriam comparáveis aos bombardeios de uma guerra bacteriológica. Isso porque tais “projéteis” lançados pelos *veículos de comunicação social* “infiltrados” pelos *fanáticos marxistas* atuariam **“como micróbios”, “penetrando no nosso cérebro”** a ponto de produzirem “às vezes **paralizações mentais; amnésias coletivas, delírios e outras tantas doenças que, se físicas, facilmente seriam identificadas e solucionadas, porém, como são mentais, não nos conscientizamos muitas vezes em tempo de nos salvar**”

(BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 8, grifo meu). Infelizmente, lamentou Barbieri Filho à audiência wacliana, essa “**luta pelo controle das mentes, desencadeada pelos comunistas**, só foi descoberta muito depois de iniciada, e quando muito das mentes já haviam sido conquistadas” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 8). Essa luta “pelo controle das mentes” atuaria em dois sentidos: de um lado, os comunistas buscariam destruir “as nossas defesas, as nossas convicções, a nossa família e a nossa sociedade”, e, de outro, “procuram fazer crer de que dentro de seus cerrados muros está um paraíso, uma cidadela de amor e paz” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 8). Uma cidade, porém, que construiria “muros para impedir que os desfrutadores desta paz e amor não possam evadir”, “que mata, oprime, escraviza, tortura para dominar a sublevação dos povos encarcerados” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 8).

E o pior, “a **escravização marxista**” não seria “somente material”, “mas também espiritual porque coíbe todas as liberdades inclusive a de pensar” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 8). Também lamentou o novo presidente (brasileiro) da WACL o fato de que “poucos no mundo tem consciência de que para que permaneçamos livres não basta discordar, não basta condenar”, sendo necessário, “isto sim”, “uma ação incessante, incansável, persistente e eficaz” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 9). “E estes, senhores, são os meus compromissos com cada um que nos confiaram esta tarefa” – isto é, o cargo de presidente da Liga Mundial Anticomunista (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 9). “Caros companheiros de luta, temos que combater por um imperativo de consciência, pois **só existem duas opções: ou lutamos ou perecemos**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 9). Senão “fisicamente” e senão “a nossa geração”, certamente “nossos descendentes” e, “se lhes entregarmos um mundo ainda pior do que encontramos”, “com que moral nos dirigermos a eles”? (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 9). “A grandiosidade” e “o peso” da tarefa de assumir a presidência da Liga, assegurou o então jovem “cruzado” anticomunista brasileiro, “em lugar de intimidar-nos deve confortar-nos e acender ainda mais alta a chama do ideal que nos impulsiona para defendermos a missão que pela generosidade dos membros da WACL nos foi confiada” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 9).

Barbieri Filho assinalou que assumiria o “encargo” de presidir a WACL “para dar em seu proveito tudo o que de melhor de nós possa ser dado”, “para esclarecer os que precisam ser esclarecidos” e “para receber esclarecimentos em favor da causa comum de quanto possam dá-lo em boa-fé” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 9). Todavia, acima de tudo, o presidente da SEPES

empossado como presidente da WACL teria como finalidade precípua combater qualquer posição moderada, *de centro*, diante da *agressão comunista*. A impossibilidade da moderação diante do comunismo seria, assim, uma das missões do jovem brasileiro catapultado à presidência da Liga. Em suas palavras à audiência wacliana, teria aceitado o “encargo” de presidir a Liga, acima de tudo, “para levantar bem algo, e repetir mil vezes ou quantas vezes sejam necessárias, que **a posição de centro**, sob a qual se acobertam a ingenuidade, a covardia e a traição, **tornou-se impossível na conjuntura atual, face a agressão continuada, intensa e lastreada que move o comunismo internacional e ateu contra o mundo livre**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 10, grifo meu).

*Comunismo internacional*, inclusive, que alardearia “o seu falso humanismo na tentativa de atrair a boa-fé, o idealismo e a inexperiência dos jovens”, enquanto, na verdade, seria “mero pretexto para a execução de **uma claríssima política de potência que se constitui hoje no maior expansionismo imperialista registrado pela história contemporânea**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 10). E o campo anticomunista deveria reconhecer que o “nosso lado está acéfalo” diante da “tragédia do Sudeste Asiática”, que demonstraria, com a renúncia dos EUA de levarem até às últimas consequências seu engajamento militar na Guerra do Vietnã, “o tipo de consciência que tem estes que, de hesitação em hesitação, de covardia em covardia, de traição em traição, (...) abandonaram à sua própria sorte aqueles que lutaram a seu lado, (...) que morreram por defender as suas ideias, (...) que sacrificaram uma geração numa guerra, agora inglória” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 10).



**Figura 287.** Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES, eleito presidente da WACL durante a VIII Conferência da Liga de 1975, discursando no púlpito. FONTE: ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5.

Em suma, esses “povos” do Sudeste Asiático teriam sido abandonados pelos EUA, e saberiam também, segundo Barbieri Filho, que “confiaram no apoio que embora prometido não lhes foi dado, justamente na hora em que mais necessitavam. **A vitória Vietkong, a vitória destes vândalos, assassinos e sanguinários marxistas, foi obtida, não no campo de luta, mas sim, em Paris [e] Washington**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 10, grifo meu). Os “liberais” da França e dos EUA, portanto, teriam “traído” a causa anticomunista e, desse modo, teriam ocasionado a derrota dos anticomunistas na Guerra do Vietnã. Precisamente após esse ataque frontal à *hesitação*, à *covardia* e à *traição* dos EUA, o país que encarnaria aos olhos do “mundo livre” as vantagens do *liberalismo*, o novo presidente da WACL expôs seu duplo rechaço aos *liberais* e aos *comunistas*.

Assumimos pois, a responsabilidade de **lutar pelo estabelecimento da consciência que o liberalismo clássico, já de si só teoricamente insustentável, tornou-se hoje em dia, forma adequada para imolar as nações, e os povos, de modo estúpido e suicida, ao apetite insaciável do imperialismo bolchevista, seja ele, de origem russa ou chinesa** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 10, grifo meu)

Ou seja, o *liberalismo clássico*, além de *teoricamente insustentável*, na quadra histórica em questão, ao garantir certas franquias e liberdades democráticas, abriria as portas à *bolchevização* ou ao *imperialismo bolchevique*. Diante do “perigo comunista” que ameaçava de morte a *civilização cristã ocidental*, portanto, o *liberalismo clássico* seria uma “resposta” *estúpida*

*e suicida*, forma histórica que teria sido ultrapassada pela dinâmica do século XX e, em especial, durante a “III Guerra Mundial” em curso, isto é, a Guerra Fria. Para além, pois, do “engodo” teórico do *liberalismo clássico* e de sua política “suicida” – que, ao ser demasiadamente “branda” com os comunistas, desarmaria a “legítima defesa” da *civilização cristã ocidental* –, os anticomunistas deveriam “dar um basta a esta mentira que os comodistas, os de má-fé e os criptocomunistas colocaram em nossa mente” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 10).

E qual seria esse novo ardid? Confiar no fato “de que somos maioria, de que basta a situação ficar difícil e a ‘maioria silenciosa’ se manifestará”: “Este é o maior engodo já imposto a uma sociedade” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 10). Isso porque, prosseguiu o jovem brasileiro então empossado presidente da WACL, “**o que importa no processo decisório, na luta pelo poder, não é a grande massa, não são as quantidades, mas sim, a capacidade de trabalho de uma minoria organizada que conduz as quantidades para a direção que lhes interessam. E dentro deste prisma, efetivamente, somos minoria**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 10, grifo meu). Isto é, em sua tarefa de dirigente anticomunista, o presidente da SEPES e da Liga não se preocupou propriamente em mobilizar *a grande massa* (ou *as quantidades*) da sociedade. A mobilização de massas, pois, não deveria ser o enfoque primordial da WACL. Esta deveria funcionar, de fato, como uma espécie de “partido” de vanguarda anticomunista, não armado para a mobilização de massas, mas para organizar a ação política de uma minoria combativa, de uma “elite” de “cruzados” antibolcheviques que, no caso, também eram antiliberais.

Se “na ação” os comunistas, segundo Barbieri Filho, “são mais do que nós”, os anticomunistas reunidos na VIII Conferência da Liga deveriam se seguir pelo *amor* em contraposição “à aflição, à amargura, à má-fé, e ao ódio que eles estimulam” e, por isso, “devemos, queremos e precisamos ser vigilantes combativos” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 11). “Pelo menos tanto quanto eles”, isto é, os comunistas, os “cruzados” da WACL deveriam estar “dispostos ao sacrifício que se faça necessário ao curso da luta”; à “conscientização de um número cada vez maior de pessoas”; à busca da “ampliação dos nossos meios de comunicação” e do “centro de irradiação do nosso proletoísmo”; à implantação de “um verdadeiro humanismo fundado na razão e na justiça que dará resposta aos anseios de participação, aos ideais de aperfeiçoamento individual e social, às legítimas aspirações de bem-estar da comunidade, expectativas estas tão frequentes, principalmente entre nossos jovens”



(BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 11). “Ou assumimos esta responsabilidade nós que podemos porque temos liberdade”, arrematou, ou “em um curto espaço de tempo não mais consegui[re]mos sequer desfrutar da nossa liberdade, como já não o podem os bravos povos da Ucrânia, da Polônia, da Croácia, da Rússia, da Hungria, de Cuba, e tantos outros” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 10). “Ou ainda”, pior do que perder *nossa liberdade*, “podemos vir a ser decapitados, fuzilados e esmagados, como agora estão sendo os pobres companheiros do Cambodja” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 11).

Mas os anticomunistas, ao assumirem essas responsabilidades de luta até a morte, não deveriam ficar presos à *falsa dicotomia* marxismo versus liberalismo, de acordo com Barbieri Filho. Ambas essas vertentes político-ideológicas, *liberalismo* e *marxismo*, seriam expressão de *doutrinas materialistas e internacionalistas*, contrárias, portanto, ao verdadeiro *nacionalismo*. Este, o *puro* nacionalismo, deveria ser, assim, anti-materialista e anti-internacionalista, ou ainda, antiliberal e antimarxista. Mas deveria se colocar, no cenário das *nações*, não como uma nacionalismo *expansionista*, mas sim garantidor dos valores imanescentes *de cada povo*. É difícil encontrar, com tamanho poder de síntese, um resumo mais apropriado da tradicional ideologia do ultraconservadorismo brasileiro, em especial aquele tributário do integralismo e/ou do integrismo católico. Nas palavras do novo presidente (brasileiro) da Liga Mundial Anticomunista:

Companheiros, é nos apresentada **uma falsa dicotomia. De um lado a agressividade do imperialismo de inspiração marxista e ateu, de outro um cru, egoísta e materialista sistema liberal econômico que, mesmo que dogmático é necessariamente nocivo a nossa sobrevivência como seres e como sociedades livres, caracterizadas pela dimensão que atribuímos a criatura humana. Esta pinça de doutrinas materialistas e internacionalistas, tenta estrangular-nos e impedir-nos de ver que a real solução reside no nacionalismo puro, não expansionista**; porém preservador nos valores intrínsecos de cada povo, no respaldo às legítimas ansiedades dos cidadãos e na radical, intransigente e inflexível defesa dos valores espirituais do homem (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, pp. 11-12, grifo meu)

No final de seu discurso de abertura da VIII Conferência da WACL, o novo presidente da Liga reconheceu que o Brasil, “este país que vos acolhe, não é perfeito”, precisando atingir um melhor “nível de desenvolvimento”. Porém, o Brasil, “vos asseguro”, garantiu Barbieri Filho ao auditório wacliano, “constitui-se numa cidadela face ao mundo em que hoje vivemos”. Isso porque, concluiu o jovem presidente da WACL defendendo a ditadura militar do Brasil, “**em onze anos de governos revolucionários e nacionalistas foi feito mais por este país e pelo seu povo do que em séculos de sua existência**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 12, grifo meu). Séculos

de “subdesenvolvimento” estariam sendo superados em 11 anos de “governos revolucionários”; **“e deus permita que possamos prosseguir nesta obra edificante, sem claudicações, sem desvios, sem retrocessos por tantos outros anos”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 12). Todavia, essa *obra edificante* da ditadura militar brasileira – que supostamente se mediria pelo aumento de 700% das vagas nas universidades, pelas rodovias que “rasgaram florestas e criaram cidades”, pela dinamização dos transportes, pela moralização da vida pública, pelo estímulo às empresas e pelo aumento da renda per capita da população – , advertiu Barbieri Filho, “não poderiam ficar incólume ao comunismo internacional” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 12).

Em outras palavras, diante desse “sucesso” dos “governos revolucionários” no Brasil, entre 1964-75, o *comunismo internacional* teria reiniciado suas campanhas de assédio para “quebrar o nosso ritmo de desenvolvimento, criando intrigas, gerando descrenças, destruindo a nossa fé democrática” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 12). Mas não se enganem, assegurou o novo presidente (brasileiro) da WACL, por mais que os comunistas “façam”, “se infiltrem”, “por mais inclusive que venham a dominar certos setores”, o Brasil não retornaria, nunca mais, “aos tempos que antecederam a 1964”. “Porque fortes, inquebrantáveis e autênticas barreiras foram criadas, subexistem e se farão sentir sempre que necessárias na **defesa intransigente dos princípios revolucionários de 31 de março [de 1964]**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 12, grifo meu).

Por último, repondo um já citado silogismo deveras obscuro da SEPES, o novo presidente da WACL assinalou que sua gestão na Liga se basearia “nos seguintes princípios: diante do sujeito, o objeto; diante da inteligência, a verdade; diante da vontade, o bem; diante do universo, o homem; diante do homem, deus” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 13). “E com a ajuda de Deus Todo Poderoso haveremos de multiplicar nossas forças, para que venhamos a ser dignos da confiança em nós depositada pelos membros da WACL e da causa que nos propusemos a defender (...) para conquista da vitória com a qual sonhamos, e que, nossa será se viermos a merecê-la pelo nosso esforço, e se necessário pelo nosso sacrifício” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 13).

#### 5.12.5.2. O discurso do presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang

Sob o título “Lutar pelo desenvolvimento melhorado da nova situação anticomunista”, o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang discursou, no dia 23 de abril, na VIII Conferência da Liga. Agradeceu no início de seu discurso as autoridades do governo do Brasil e aos **“guerreiros da liberdade desta grande nação”**. Saudou “o crescimento da campanha anticomunista latinoamericana” como um importante fator de estabilização não apenas regional, mas internacional. Isso seria particularmente importante em um momento em que “a agitada corrente sombria do *appeasement* internacional” causaria inúmeras “turbulências” e “problemas” no cenário internacional. Quanto à “convocação desta conferência no Brasil”, ela significaria “o enraizamento profundo e o desenvolvimento mais extensivo do Movimento da WACL na América Latina”, exaltando esse dirigente da ditadura militar de Taiwan “a galante atitude demonstrada”, pelos países latinoamericanos, em se oporem “ao levantamento do embargo contra Cuba”, robustecendo-se, assim, a “determinação anticomunista latino-americana”. Ku Cheng-kang saudou a criação em Beirute, no Líbano, em março de 1975, de uma nova organização regional da WACL: a **Middle East Solidarity Conference (MESOC)**. Esta, ao lado da APACL na Ásia e da CAL na América Latina, seria a nova façanha do “Movimento da WACL” no Oriente Médio que, a partir de então, poderia contar com a ajuda da Liga para lutar contra “a infiltração e a subversão comunistas” naquela área do globo.

KU Cheng-kang lamentou, na sequência, os “resultados deploráveis” da política de *appeasement* e de concessões ao comunismo. “Nós estamos cientes”, advertiu, “que **a política da assim chamada détente, focada na negociação mais do que na confrontação, está sendo fortemente executada ainda enquanto os comunistas prosseguem com uma ofensiva militar implacável em todos os *fronts* da Indochina**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 27, grifo meu). O Acordo de Cessar Fogo de Paris sobre o Vietnã seria o melhor exemplo dos resultados “deploráveis” obtidos quando se tenta negociar com os comunistas. Nem bem a tinta do acordo secara, os comunistas do Vietnã lançaram operações massivas contra o Vietnã do Sul, capturando cidades uma atrás da outra, “até mesmo atirando em refugiados em fuga”, instaurando o “terror Vermelho”.



*Figura 288.* Ku Cheng-kang, presidente honorário da WACL e hierarca do Kuomintang de Taiwan, discursa no púlpito da VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista, em 1975, no Rio de Janeiro. FONTE: *Asian Outlook*, 1975, v. 10, n.º 5, p. 28.

Assim, a conclusão que deveria ser extraída da Guerra do Vietnã, já em seus estertores, deveria ser essa: **“A busca por negociação ao invés de confrontação apenas serviu para encorajar os agressores comunistas”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 28, grifo meu). O “sangue na Indochina” seria o exemplo disso e a “doutrina Nixon” acerca de uma suposta “proteção da Ásia livre pelos asiáticos livres”, sem a ajuda dos EUA, não significaria absolutametne nada. Sem o cumprimento das “promesas” dos EUA no sentido do fornecimento de mais ajuda militar e econômica, criticou o dirigente do Kuomintang taiwanês, não existiria mais nem Ásia “livre” nem asiáticos “livres”. Essa política do presidente Richard Nixon, na realidade, teria servido apenas para criar um novo isolacionismo dos EUA que seria apenas “útil ao massacre comunista do povo asiático”. “A menos que o mundo livre, os Estados Unidos em particular, mude de atitude para ajudar as lutas anticomunistas dos asiáticos, a deterioração da situação na Ásia subjugará o mundo livre inteiro à séria ameaça da agressão comunista” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 28). Na sequência, o presidente honorário da WACL “historiou” as origens da política norte-americana de *détente*, que teria sido criada para impedir um eventual “holocausto nuclear” que se produziria em caso de confronto aberto com a URSS.

O fruto da *détente*, assim, seria uma espécie de “balança do terror”. Contudo, a “paz” dos EUA com os soviéticos apenas teria dado à URSS tempo para que secretamente desenvolvesse e expandisse seu arsenal nuclear e sua tecnologia militar. A “distensão” apenas teria conferido tempo à URSS para se infiltrar no “sistema de segurança coletivo da Europa Ocidental” e para que estabelecesse sua “esfera de influência na Ásia contra os EUA”. No Oriente Médio, igualmente, a *détente* do secretário de Estado Henry Kissinger teria apenas aberto às portas da região para os soviéticos. O mais grave, contudo, seria “o fruto maligno (*evil fruit*)” advindo da “normalização” das relações diplomáticas dos EUA com a República Popular da China (RPCh) e, nesse sentido, teria sido “catastrófica” a visita de Nixon, no início de 1972, à China continental. Ku Cheng-kang caracterizou como um “equivoco” a estratégia dos EUA de buscarem na RPCh uma espécie de “freio” ou “contrapeso” à URSS. Isso só teria fortalecido a China “comunista” sem, contudo, alterar o curso da política externa soviética. Originalmente, os EUA imaginaram que uma “normalização” de suas relações diplomáticas com a RPCh “apaciguaria” a “agressividade” dos Viet Congs, por exemplo. Os comunistas chineses os apoiaram, todavia. Os EUA, em seus planos originais, teriam tido a esperança de que poderiam comercializar seus produtos com a China continental. Porém, segundo Ku Cheng-kang, “o assim chamado ‘mercado chinês continental’” não passaria de uma ilusão “inexistente”, uma vez que “os comunistas chineses” não possuiriam nenhum “poder de compra” e “a ofensiva comercial de Pequim” seria “mera parte da operação de frente única internacional do regime” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 29).

Assim, em uma sucessão de erros, os *Appeasars* acreditaram que, ao admitirem a RPCh na ONU, os comunistas chineses poderiam coexistir pacificamente com o “mundo livre”. Entretanto, Pequim estaria usando a ONU “para manobras da frente única”. Os *Appears* teriam acreditado que, normalizando relações diplomáticas com a RPCh, esta poderia “levantar sua Cortina de Bambo para a infusão de pensamento livre”. Mas, ao contrário, o que teria acontecido? Seriam os “comunistas chineses” que estariam se valendo dessa “normalização diplomática” para “o envio de agentes dentro do mundo livre”. **“Todas as nações livres que têm laços diplomáticos com Pequim abrem assim suas portas para a infiltração e as atividades subversivas do regime”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 29, grifo meu). Enfim, qualquer passo em direção à “normalização das relações com os comunistas chineses”, arrematou o dirigente do Kuomintang taiwanês, agravaria “a crise do mundo livre resultante da política de *appesement* e de

concessão”. Por isso, sugeriu Ku Cheng-kang, o presidente dos EUA Gerald Ford deveria cautelosamente reconsiderar sua viagem programada para Pequim. “Esperamos sinceramente que ele não permita que as coisas se desenvolvam de tal maneira que os comunistas chineses possam usar outra visita de um chefe de estado americano a Pequim para a escalada de suas complexas manobras internacionais” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 30).

Em resumo, os comunistas chineses, valendo-se dos “esquemas de frente única”, teriam como “seu maior e mais urgente objetivo” o de “**isolar a República da China, porque se a República da China agora na ilha de Taiwan puder ser separada do resto do mundo, a pujante força anticomunista que ela possui para a defesa da segurança do Pacífico Ocidental terá suas conexões exteriores cortadas**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 30, grifo meu). Todavia, garantiu Ku Cheng-kang, “conhecendo muito bem os esquemas dos comunistas chineses”, a República da China (ROC) “construiu Taiwan como uma base fortificada para a reconquista nacional (*national recovery*)”, fortalecendo-se os chineses anticomunistas na ilha, no exterior e “de trás da Cortina de Bambo” e, ao mesmo tempo, junto ao “campo democrático livre”. Se, de um lado, Taiwan foi obrigada a se retirar da ONU, ela “persistiu na política de unificar todos povos anticomunistas e amantes-da-liberdade”, mantendo-se firme como “uma fortaleza anticomunista poderosa e indisputável para o campo democrático”. (E a WACL buscou ser o mecanismo dessa *organizational warfare* taiwanesa).

A ROC, “agora em Taiwan”, teria sido capaz de conter “as tentativas expansionistas dos comunistas chineses” e, ao mesmo tempo, mantê-los “em sua interminável confusão interna, totalmente incapazes de consolidar seu governo no continente”. Depois de lamentar a morte do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, alegadamente um “líder do povo chinês em luta pela liberdade e democracia”, Ku Cheng-kang sinalizou que a ROC, apesar da morte do grande líder, permaneceria com sua “**política nacional fundamental de reconquistar a China continental para a restauração da liberdade dos compatriotas escravizados**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 30, grifo meu). Além disso, a ROC nunca aceitaria qualquer compromisso ou diálogo com os “comunistas chineses” e, contra eles, manteria sua “política decidida de permanecer para sempre ao lado do campo livre democrático”. “O povo e o governo da República da China persistirão”, “honrando o desejo do falecido Presidente Chiang”, de realizar completamente “sua **revolução**

**anticomunista para a reconquista da China continental”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 30, grifo meu).

A ROC, “agora em Taiwan”, uma vez alcançada “o desejo do falecido Presidente Chiang”, seria então transferida à China continental, uma vez vitoriosa a “revolução anticomunista”, de fato, concretamente, ideada como uma contrarrevolução dos antigos dirigentes do Kuomintang (KMT) do generalíssimo derrotado pela Revolução Chinesa de 1949. Ao final dessa sua primeira intervenção na VIII Conferência da WACL, Ku Cheng-kang recordou que “a presente missão” da Liga consistiria em demonstrar que a política de *appeasement* e concessão apenas acrescentaria gasolina “ao fogo comunista da agressão”, danificando “a unidade das nações livres” e conduzindo ao aprisionamento do “mundo livre” na “armadilha comunista da divisão e conquista”. **“A realidade testemunhou cruelmente e a conduta comunista também demonstrou que a única língua que faz sentido aos comunistas é a força militar. Somente com poderosos golpes nos agressores poderemos acabar com a agressão. Somente reforçando a unidade para a segurança coletiva e dando pleno uso às nossas próprias forças poderemos efetivamente salvaguardar a paz e a segurança”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 30, grifo meu).

Desse modo, a WACL deveria contra-atacar tanto *a agressão armada* quanto *as táticas de frente única* utilizadas “para a expansão do bloco Vermelho” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 30). Com essa “missão”, enfim, a WACL deveria conclamar as “nações livres”, em particular os EUA, a não sacrificarem “os governos e povos da República do Vietnã e da República do Khmer que combatem tão galantemente a agressão comunista”; solicitar ao presidente Ford que reexamine a política de *détente*, que cancele sua visita à China continental e que formule, “em conjunção com outras nações livres”, “uma estratégia global superlativa para a proteção e promoção da paz e segurança para a Ásia e o mundo”; assim como convidar as “nações livres” a cooperarem economicamente a fim de esmagar “a ofensiva de comércio dos comunistas e seu esquema de capitalizar na crise do petróleo”; apelar às “nações livres” para se contraporem à “normalização” de relações diplomáticas com os “comunistas chineses” e a utilização por eles da ONU como sua “base de frente única” – devendo-se permanecer vigilância “contra os movimentos dos comunistas chineses para se armarem pela hegemonia, já que insistem que são contra a hegemonia”; e, por último, convencer as “nações livres” dos perigos das “posturas neutralistas e

de não-alinhamento”, especialmente, com os “comunistas chineses” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 31).

A WACL deveria, fundamentalmente, arrematar seu presidente honorário, lançar **“um contra-ataque completo contra os comunistas que estão tentando comunizar o mundo através da infiltração, subversão e destruição das nações livres, uma de cada vez”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 32, grifo meu).

#### *5.12.5.3. O senador dos EUA Jesse Helms: contra a détente do “Dr. Kissinger”, rollback communism*

O senador ultraconservador e segregacionista Jesse Helms já havia participado, como visto, da VII Conferência da WACL de 1974, em Washington, D.C. Em 1975, seria a hora e a vez dele “brilhar”, no Rio de Janeiro, na VIII Conferência da WACL. A presença desse senador republicano da Carolina do Norte, o mais longevo em toda história dos EUA, foi tão exaltada pela SEPES que esta publicou em seu Boletim, na íntegra, o longo discurso de Jesse Helms proferido, em 25 de abril, na sessão de encerramento da VIII Conferência da Liga. De início, Helms resumiu o expansionismo do comunismo internacional, lamentando que, talvez, a política externa dos EUA nunca tenha sido tão inadequada “como agora”. E, diante do fracasso da política internacional dos EUA para conter o avanço comunista global, “está na hora daqueles que se preocupam com a desintegração do mundo livre começarem a falar, proceder análises e discussões e unir-se para ação” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 75). Helms solicitou à audiência da WACL para que não estranhasse que “um Senador Americano venha a este país como convidado e critique a política de sua própria nação”, antecipando não se tratar de “desrespeito principalmente pelo fato do Presidente dos Estados Unidos ser um membro do meu partido, e, nossa política exterior ser liderada por um Secretário de Estado” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 75).

O senador se mostrou grato pelo “convite para visitar o Brasil”, dizendo ser “um raro privilégio visitar uma nação que – através de uma ação popular conseguiu reverter um declínio quase certo para uma ditadura comunista” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 75). Helms não era um admirador, apenas, da ditadura militar do Brasil, mas acrescentou: “Pelas mesmas razões, admiro a maneira pela qual seu país vizinho, o Chile, foi capaz de se livrar de um regime corrupto, quando todas as forças da subversão internacional, e quando os efeitos debilitantes de



uma política interna confusa, conspirava[m] para tornar impossível a volta a uma vida política livre” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 75-76). Os “líderes do mundo Ocidental” não teriam mais *bom senso* nem *desejo* “para resistir ao laço comunista”. Embora possuíssem ‘a força física’, não conseguiriam compreender o perigo comunista por falta de “entendimento”, que “é uma questão de espírito, da mente guiada por Deus” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 76).

Helms criticou ainda as “ilusões padronizadas fabricadas pela bagagem de artifícios de nossos políticos”, entre elas, a prescrição de regulamentações e de penalidades, o confisco de propriedade e finanças privadas, a apropriação de fundos, e “a elaboração de grandes programas de bem estar social”. Esses “métodos”, fadados ao insucesso, não satisfariam “a total humanidade do homem”, que não seria apenas “uma criatura biológica”, mas sobretudo “uma criatura espiritual”. Essas “abordagens mecânicas” dos sistemas sociais “não preenchem seus destinos”. No campo internacional, por exemplo, os sistemas de defesa existente não forneceria um nível de segurança adequado e, no comércio das relações internacionais, tampouco os mecanismos monetários forneceria “uma estabilidade e uma prosperidade econômica”. O “funcionamento automático” dessas estruturas e mecanismo não seria suficiente para o enfrentamento do comunismo, assim como “os tratados de paz”, muitas vezes “um prelúdio de guerra”. Eis que “as assim chamadas ‘estruturas de Paz’ são estruturas vazias que não possuem o poder de afetar os destinos espirituais da humanidade” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 77).

Não bastaria, pois, um corpo *forte e saudável*, mas ele deveria estar *inflamado* pelo *desejo*, pela *mente* e pelo *coração*. Diante de *líderes ocidentais* que se esqueceram da “natureza interna da Liberdade”, que manteriam o funcionamento de “sistemas mecânicos”, o comunismo se alimentaria desses “problemas do mundo livre”. A prosperidade ocidental seria insuficiente para enfrentar o “espetáculo da prosperidade comunista” por ser “vazia”; nem mesmo as “nações altamente desenvolvidas” do “mundo livre” estariam sabendo “**atacar a subversão interna e a erosão dos sistemas políticos**”. “Nem mesmo o poder militar, nem a riqueza das mais fortes nações do mundo, foram capazes de preservar a liberdade no Sudeste asiático porque a estrutura do poder americano desprezou o componente essencial que é o desejo de vitória” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 77). Isto é, avançou Helms, seria *a falta desse desejo de vitória* o principal problema não só dos EUA, mas de todas as “nações livres” agrupadas “sob o nome de Civilização Ocidental”. Faltariam líderes ao Ocidente desejosos de “**reafirmar as**

**tradições morais e espirituais de nossa cultura**” e “esta falha é reforçada pelo **domínio do esquerdismo nas elites educacionais e jornalística, uma força que está fundamentalmente aliada às nossas raízes tradicionais do Cristianismo**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 77, grifo meu).

“Nossa força”, conclamou o senador dos EUA, “repousa na sobrevivência de **antigas tradições transmitidas através dos séculos, de pai para filho, na estrutura familiar**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 78). Apenas as forças do *tradicionalismo*, portanto, seriam capazes de fazer frente ao “clima de ódio trazido pelo esquerdismo”. A *Civilização Ocidental* deveria se inspirar igualmente no exemplo da força moral de Alexander Solzjenitsyn diante da URSS. Esse indivíduo sozinho, segundo Helms, seria capaz de exercitar “o seu poder espiritual” contra o “regime totalitário” soviético. Exemplificando essa força do *espírito* na luta contra o comunismo, o senador confidenciou ter conversado “com o grande líder religioso, Dr. **Billy Graham**”, “um amigo de longa data”, que lhe teria dito que a Europa estaria, “espiritualmente, quase morta. A Ásia, disse ele, e principalmente o Japão, estão vivos e vigorosos. A América do Sul, segundo ele, está em pleno **processo de despertar religioso**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 78). Diante desse “diagnóstico” da vida e morte da *força espiritual* das nações, Helms sacou a seguinte conclusão: “**Talvez não seja uma coincidência o fato de que as lideranças dos mais fortes movimentos anti-comunistas venham exatamente desses países**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 78, grifo meu).

Haveria, pois, uma confluência entre “as melhores tradições do Ocidente”, “os antigos conceitos espirituais do Leste, o Budismo, o Islamismo e as austeras tradições de conduta moral”, arrematou o senador, para “encontrar um terreno comum no repúdio ao ateísmo materialista do Comunismo”, que rejeitaria “os acordos sociais de qualquer sociedade”, “as ligações profundamente arraigadas com o passado, a realidade de crenças respeitáveis”, “[o] respeito filial a nossos antepassados e a esperança de um destino comum com nossos descendentes” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 78). “Todos esses conceitos”, que constituiriam “o tecido básico de todas as sociedades estáveis”, seriam “ridicularizados pelo esquerdismo” e exterminados pelos comunistas, “quando conseguirem o controle” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 78).

Além disso, todas essas “ideias” seriam a base “do nacionalismo verdadeiro”; “não do nacionalismo artificial tirado dos mapas coloridos do século XIX, mas o nacionalismo que une o

povo e lhes dá um objetivo comum” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 78). O *verdadeiro* nacionalismo, inclusive, seria o único “remédio” contra o internacionalismo comunista. Seria ele, então, “**a única alternativa real ao comunismo internacional**”, acusando Helms que os defensores de “**uma forma internacional de comércio, das finanças**”, ou do “**controle internacional de órgãos culturais, como a Organização das Nações Unidas [ONU]**”, estariam “**preparando o mundo, ou para a guerra, ou para o comunismo**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 79, grifo meu). Isto é, para o senador, o internacionalismo condenável não seria apenas o do comunismo, mas também o da ONU e daquelas formas multilaterais de organização do comércio e das finanças. Os defensores dessas formas “não comunistas” de internacionalismo, apesar de “bem intencionados”, estariam contribuindo com a **destruição da “identidade espiritual e grupal das nações”, de sua “dimensão moral”, “que ordena e dá um objetivo às vidas da maioria dos homens”** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 79, grifo meu).

Uma união interpessoal e intergrupal que não estivesse ancorada no “orgulho nacional”, arrematous, seria “incapaz de identificar e repudiar o que é contrário e subversivo à ordem moral” e, moralmente *indefesa*, “a sociedade logo se desintegra e torna-se, então, suscetível ao totalitarismo e à solução mecânica oferecida pelo comunismo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 79). Os anticomunistas não deveriam se deixar influenciar “pela propaganda sutil e viciosa de que o nacionalismo conduz à guerra; a verdade é exatamente o oposto: **o Internacionalismo conduz à guerra**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 79, grifo meu). A II Guerra Mundial teria sido provocada “pelos confusos sentimentos internacionalistas da Liga das Nações” e “pelo internacionalismo imposto pela conquista fascista” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 79). O internacionalismo também teria conduzido à aceitação da URSS pela ONU, que ratificou assim as conquistas soviéticas, assim como a “traição do povo chinês” e a “marcha uniforme do comunismo por todo o mapa mundial” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 79).

Assim, apenas o *nacionalismo* poderia renovar “a esperança de liberdade do mundo de hoje”, desde que conseguisse firmar suas bases “no **rápido desenvolvimento dos movimentos nacionalistas anti-comunistas**, tanto no próprio mundo livre, quanto nos impérios comunistas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 79, grifo meu). E mais, esses movimentos anticomunistas

nacionalistas deveriam “partir do próprio povo porque – em sua maioria – nossos líderes falharam” e, diante dessa crise de liderança da *civilização ocidental*, existiriam duas tarefas básicas aos anticomunistas: “Temos que mostrar, aos nossos líderes, como liderar e temos que executar nós mesmos uma ação direta para apoiar e nutrir o crescimento do nacionalismo honesto de todas as nações, inclusive o dos Estados Unidos e dos países dominados pelos Comunistas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 79).

Diante desse desafio, teria a Liga Mundial Anticomunista “uma oportunidade única para se colocar na frente desse movimento, ajudando às nações a redescobrir sua identidade e inspirando os indivíduos para que libertem sua dinâmica criatividade individual” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 80). A WACL poderia, enfim, “fornecer um programa positivo continuado que minará e, em última análise, destruirá as falsas ideologias totalitárias do socialismo, do fascismo e do Comunismo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 80). Essas “três ideologias” – *socialismo, comunismo e fascismo* – buscariam impor “um programa econômico e cultural artificial”, cindindo as nações do “livre desenvolvimento orgânico de sua herança e da libertação pessoal que traz a fidelidade à tradição espiritual” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 80). Não seria obra do acaso, avançou Helms, que “**os Nacionalistas Chineses desempenharam um papel tão importante ao assumirem a liderança inicial, e continuada, da WACL**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 80, grifo meu). E o abandono desses antigos aliados pelos EUA só evidenciaria, segundo o senador norteamericano, que “nossas dificuldades não são apenas externas, mas também internas. Nosso sistema político, que sempre mantivemos como um modelo para o resto do mundo, está cada vez mais enfermo, e seriamente desequilibrado” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 80). Um exemplo da debilidade e desequilíbrio do “sistema bipartidário” dos EUA? **O Partido Democrata**, na caracterização do senador republicano Jesse Helms, “**estava possuído pelo bando de esquerdistas de elite**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 80, grifo meu). A desilusão com os líderes políticos explicaria ainda o baixo número de votantes (38%) nas eleições de 1974. Se, de um lado, “o povo dos Estados Unidos parece ter esquecido quem são e o que representam no mundo”, a esperança residiria, apostou Helms, no “renascimento religioso” dentro do país. O já citado “Doutor Graham” teria confidenciado ao senador que esse “mesmo vento que está soprando

na Ásia e na América do Sul” também estaria “soprando forte entre nós, principalmente entre a juventude”.

Todavia, advertiu Helms à audiência da VIII Conferência da WACL, a “catástrofe” do Sudeste da Ásia significava, desde então, o fim de uma “era da política externa dos Estados Unidos” sobre o qual “todos os líderes anti-comunistas” deveriam meditar e, mais do que isso, agir. Os EUA estariam à procura de uma nova política exterior. O senador ainda lamentou a ocorrência de inúmeras “manifestações ‘anti-americanas’” pelo mundo, fato que o entristeceria em suas viagens à América Latina, em “nosso próprio hemisfério”. Não sendo “perito nesta parte do mundo”, porém, revelou que sua presença no Brasil era sua “primeira visita e minha oportunidade para fazer novas amizades neste continente”. Na sequência indagou Helms se “esses movimentos ‘anti-americanos’ dos quais ouvimos falar” não seriam “uma reação ao internacionalismo corrosivo que têm, com muita frequência, dominado a política externa dos Estados Unidos minando, assim, as identidades locais de todas as nações e destruindo suas culturas históricas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 81).

A rejeição pelos EUA de “sua própria herança nacional” não estaria gerando esse “anti-americanismo” entre os latinoamericanos pelo temor de que o *internacionalismo corrosivo* da política externa norte-americana desfizesse, também na América Latina, o “seu passado nacional”? “Os Estados Unidos que temo”, prosseguiu Helms, não seriam os EUA “do povo americano, mas os Estados Unidos dominados pelas decisões tomadas pelos diplomatas de um grupo relativamente pequeno, e não representativo, que tomaram a si, há alguns anos, o círculo das tomadas de decisões” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 81-82). “**Se eu julgasse os Estados Unidos, apenas, através das atividades do Secretário de Estado**” Henry Kissinger, confessou o senador Jesse Helms, “**penso que também me sentiria tentado a ser anti-americano**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 82, grifo meu). Kissinger, o artífice da política externa de *détente* da administração Nixon, tornou-se o principal alvo de ataque desse senador da Carolina do Norte que “abrilhantou” a VIII Conferência da WACL. Segundo ele:

**O Doutor Kissinger esposou uma política tão destituída de conteúdo moral que antagonizou, para sempre, nossos maiores amigos e aliados, traiu nossos interesses e falhou na defesa de nossos interesses.** Seus clientes mais leais têm sido os nossos mais ferrenhos inimigos que, através dos tempos, tiraram vantagens de suas vazias ‘estruturas de paz’ e aproveitaram para fazer progredir a causa do totalitarismo (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 82, grifo meu)

Helms não reconheceria nenhuma “grande realização” na política externa do secretário de Estado Kissinger, vendo nela apenas “estratagemas e interesses, além de soluções mecânicas, que se esquecem dos clamores urgentes por libertação e liberdade” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 82, grifo meu). O modo de fazer política externa de Kissinger, além de seu conteúdo não representar “o desejo do povo americano” nem fazer “progredir os interesses dos Estados Unidos”, insinuaria que o “seu maior inimigo é o próprio povo americano”. Isso porque “todas as ações, por ele empreendidas, foram altamente secretas em suas manobras mais dramáticas, tentando flanquear e ludibriar, não apenas o Congresso dos Estados Unidos, mas até os órgãos internos do Governo americano encarregados da formulação de política externa e da preparação da defesa” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 82). Segundo o senador, o próprio “Estado Maior das Forças Armadas” tiveram que “organizar um sistema de espionagem para perceber a direção da política dos Estados Unidos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 82).

Essa propensão de Kissinger de atuar “fora do sistema Constitucional” dos EUA, de acordo com Helms, deixou de lado “o substrato do direito internacional” e tornou “letra morta os acordos e os padrões internacionais”. Outra ação alegadamente deletéria aos interesses dos EUA empreendida pelo secretário de Estado Kissinger teria sido **as negociações do SALT-I, isto é, o Primeiro Tratado de Limitação de Armamentos Estratégicos, “o início da assim chamada ‘política de detente’**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 83, grifo meu). “A esperança de limitação de armamentos que manteve o Doutor Kissinger restringiu os armamentos dos Estados Unidos, enquanto os Soviéticos continuaram com uma produção maciça” e naquela altura, em 1975, já existiria uma “enorme superioridade conseguida pelos soviéticos no que diz respeito ao número de armas e de poder destrutivo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 83). Tudo isso graças à desastrosa intervenção de Kissinger enquanto secretário de Estado dos EUA.

Outra desastrosa intervenção de Kissinger teria sido sua condução secreta da “nova política” com a China. Afastada de qualquer debate público interno nos EUA, o “Doutor Kissinger” teria sido o principal artífice de de uma política de “traição de nossos aliados” na Ásia. O mesmo teria se dado com sua condução dos Acordos de Paris sobre a Guerra do Vietnã em 1974. Ele teria beneficiado as “forças regulares comunistas dos Norte Vietnamitas” ao não se referir “à ocupação ilegal pelas forças regulares dos comunistas” e não teria mencionado “a legitimidade

do governo de Saigon”. “Este documento trazia em si as implicações do desastre atual” e, desse modo, “ele iludiu a muitos que acreditaram que a guerra tinha acabado” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 84).

Também a política de *détente* com a URSS estaria prejudicando os interesses dos EUA no Oriente Médio e, de novo, em virtude da ingerência de Kissinger, a resolução do “problema do Canal do Panamá” estaria prejudicada e, em alguns círculos, a questão seria apresentada “como um exemplo do imperialismo americano sobre um vizinho mais fraco” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85). Longe disso, garantiu Helms à audiência da VIII Conferência da WACL, já que “os cidadãos dos Estados Unidos encaram o Canal como a verdadeira expressão de uma finalidade e de uma realização nacional e, legalmente, como fazendo parte do território dos Estados Unidos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85). Felizmente, afirmou o senador da Carolina do Norte, ele teria conseguido *bloquear* efetivamente “a ambição do Secretário Kissinger para dar a soberania do Canal para a República do Panamá e, atualmente, ele está tentando fazê-lo gradualmente, através de mudanças estruturais” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85). O Senado dos EUA, acompanhando a posição de Helms, não teria “nenhum desejo (...) de fazer uma afronta ao Panamá, com o qual ele deseja trabalhar em sociedade. Mas a realidade”, garantiu o senador, “é que **um país pequeno não pode manter sua própria independência e soberania quando está limitado por uma tão grande responsabilidade internacional**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85, grifo meu).

Ou seja, o Panamá seria extremamente pequeno para conseguir assumir sua imensa “responsabilidade internacional” e, por isso, deveria continuar cedendo o território de seu Canal aos EUA. Kissinger, sempre de acordo com Helms, teria inclusive aberto as portas do Panamá ao “regime comunista de Cuba”, que estaria influenciando o governo panamenho com “suas doutrinas revolucionárias”. “Nem é necessário dizer que o impacto sobre os outros países da América Latina pode ser significativo por causa da localização estratégica do Canal” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85). A política de *détente* também estaria atrapalhando a resolução do “problema cubano”. Quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) conseguira manter as sanções contra Cuba, o “Doutor Kissinger” não teria sequer tentado “formular uma melhor argumentação para a manutenção das sanções” e, “em vez disso, ele se concentrou em mudar as regras de modo a que as sanções pudessem cair face à oposição”

(BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 84). O secretário de Estado dos EUA, então, teria traído “os interesses do povo cubano e de **todos os países da América Latina ameaçados por Cuba e pelos anarquistas do tipo cubano**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 84, grifo meu).

Em todos esses casos”, defendeu o senador dos EUA, a política de *détente* de Kissinger estaria “destituída de conteúdo moral, de simpatia ou de **interesse para a libertação**”, o que minaria “a causa da liberdade” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 84). Helms também lamentou o fato do Chile, “um país corajoso, que conhece bem o poder de subversão das ideologias estrangeiras apoiadas pelo comunismo cubano”, não ser consultado nas “consultas” da OEA sobre as sanções contra Cuba. Além disso, o Chile estaria sendo injustamente “pressionado para efetuar uma mudança e para permitir que os esquerdistas recomecem suas campanhas subversivas” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85). “Recomendo”, porém, sugeri, “que nossos amigos latino-americanos não permitam que sejam pressionados e que não permitam uma ação de Cuba” para ser aceita junto à OEA, uma vez que, sendo admitida, “será muito tarde para anular sua maldade. Os senhores não devem permitir que o prestígio dos Estados Unidos lhes iluda a ponto de aceitar uma política que pode destruir, não apenas sua própria liberdade, como a nossa também” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85).

Isto é, Helms, ao final de seu discurso à VIII Conferência da WACL, aconselhou seus aliados anticomunistas a não adotarem a “também falsa” política de “contenção” do comunismo outrora adotada pelos EUA. A política de “contenção” teria feito com que os EUA utilizassem “uma hostilidade superficial contra a expansão comunista para lhe conceder ganhos territoriais e condenar, para sempre, seus habitantes ao jugo comunista” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85). O erro da política externa do EUA, segundo Helms, teria sido optar por uma política de “contenção” do comunismo ao invés de executar uma política de “libertação” – *rollback* – dos “povos cativos do comunismo”. Assim, em suas palavras, alinhadas à ideologia da WACL, “**nunca a política americana procurou libertar o povo oprimido, nem mesmo que esses povos se revoltassem, como no caso da Hungria e da Checoslováquia. A política de ‘contenção’ permitiu que os comunistas consolidassem sua força e liquidassem com a oposição, além de estabelecer uma base para a próxima tentativa subversiva**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85, grifo meu).



A política de *détente* de Kissinger seria, assim, um sucedâneo da política de “contenção” ao comunismo, cujo resultado teria sido apenas a concessão de novos territórios aos comunistas, robustecendo as forças e a organização do inimigo vermelho. Tratar-se-ia, pois, segundo Helms, de “**uma política que confirma e encoraja os ganhos comunistas e lhes permite desmoralizar as nações livres desintegradas**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85, grifo meu). Já seria tempo, concluiu Helms, de “organizar a derrota dessa política e de trabalhar pela liberdade do mundo todo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85), isto é, passar da política de “contenção” e *détente* para a ofensiva, uma política de “libertação” – *rollback* – dos “povos oprimidos” pelo comunismo. E a WACL poderia servir como a organizadora dessa ofensiva anticomunista global. Para tanto, contudo, deveria “fornecer um programa contínuo de ajuda a todos os grupos que trabalham pela liberdade”, quer auxiliando aqueles que se preparam “para resistir ao comunismo, onde este se constituir em uma ameaça imediata”, quer contribuindo “para mudar as políticas do círculo de tomadas de decisões de seus próprios países” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, pp. 85-86). Não seria mais possível, portanto, que os anticomunistas se contentassem “com retóricas confortáveis e com análises que só tem sentido para nós mesmos”. Seria hora de *agir* e, para tanto, o senador Jesse Helms encerrou seu discurso à VIII Conferência da WACL de 1975 propondo, no Brasil, o seguinte programa ou plano de ação anticomunista:

**1. Um programa informativo constante de seminários e de conferências que salientariam a importância de uma ação unida e do processo de tomada de decisões nos países livres. (...) 2. A devida avaliação da importância do nacionalismo nas tradições dos países e como esta pode ser fortalecida através da cooperação e de um bom entendimento (...)** 3. **Um programa de treinamento em técnicas de organização e de ação anti-comunista. Este programa deve incluir tanto uma dinâmica de grupo estratégica quanto tática, a utilização de técnicas de meios de comunicação de massa e a preparação e distribuição de manuais de organização. Onde existir uma afinidade natural, deverá haver uma cooperação especialmente íntima.** Por exemplo, o Brasil deveria expandir suas relações com os elementos anti-comunistas de Portugal e dos Açores; o Chile, e outros países de língua espanhola, deveriam estar trabalhando para resolver a crítica situação da Espanha. As Nações do Oriente Médio deveriam estar aumentando os seus já grandes contatos com os Estados Unidos, onde suas mensagens são tão mal entendidas. E, é evidente, as nações asiáticas deverão manter seu íntimo relacionamento com a China Livre e a Coreia Livre. 4. **Deve-se dar uma atenção especial, em cada país, para envolver os círculos de tomadas de decisões nos objetivos políticos da organização.** Em cada país, a abordagem deveria ser diferente. Um movimento de massa seria a abordagem mais eficaz para alguns países; para outros, seminários especializados para líderes e seus grupos de apoio. Nós devemos tentar entender a necessidade dessas abordagens diferentes em cada país. 5. **Devemos dar ênfase à importância de um intercâmbio íntimo e continuado, em bases pessoais,** das novas oportunidades e desenvolvimentos. Não podemos continuar a nos reunir, apenas, uma vez por ano e desejar ser eficientes, em face à rapidez dos acontecimentos atuais.

Talvez não haja a necessidade para reuniões muito frequentes, mas **devemos estar preparados para manter contatos pessoais, em situações de emergência, e para assegurar uma cooperação sempre que for necessária uma operação especial** (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85, grifo meu)

Por último, o senador Jesse Helms informou à audiência waciana de que seu programa de ação anticomunista conteria apenas “sugestões” e estaria consciente de que, “na verdade”, “alguns desses itens já estão sendo seguidos e seria presunção minha apresentá-los como algo de novo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85). Ao final, esse expoente da extrema-direita dos EUA enfatizou a necessidade do “movimento anti-comunista” partir “do povo, e não dos altos escalões da liderança” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 85).

#### *5.12.5.4. Ku Cheng-kang e a permanência da (contra) revolução de Chiang Kai-shek: a missão de contra-ataque anticomunista e de reconquista do continente chinês é inalterável*

A seu turno, Ku Cheng-kang também apresentou “A report” à VIII Conferência da WACL. Intitulado “**A República da China está certa da vitória apesar das dificuldades**”, o chinês dirigente da ditadura de Taiwan garantiu que, “por mais de duas décadas”, a **República da China (ROC) “adquiriu a força para completar nossa missão de recuperação nacional anticomunista”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 3, grifo meu). Segundo o dirigente do Kuomintang, sua confiança na vitória contra o comunismo viria do fato de “16 milhões [sic] de pessoas no Taiwan” estarem “unidas pela causa do anticomunismo e pela recuperação da China continental” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 3). A primeira parte de seu Informe contrastou a República Popular da China (RPCh) com a República da China (ROC), elencando alguns pontos de comparação entre dois “sistemas” antagônicos, um de “escravidão”, outro de “liberdade”, respectivamente. Assim, Taiwan defenderia o “espírito nacional” da “raça chinesa”, que amalgaria “virtudes tradicionais”, entre elas lealdade, piedade filial, benevolência, amor, fidelidade, retidão, paz e igualdade, e “conceitos modernos de ética, democracia e ciência”.

Os comunistas chineses da RPCh, em contraste, estariam “**insistindo ainda na sua luta de classes**” com um regime tirânico *totalitário*. Taiwan, embora governada por uma ditadura militar anticomunista, na visão do ideólogo e homem de ação do Kuomintang Ku Cheng-kang, ostentaria um “bem formulado sistema constitucional democrático” baseado no “**espírito do San**

**Min Chu I – os Três Princípios do Povo” – de Sun Yat-sen, o “Pai Fundador da República da China”**. A constituição taiwanesa estipularia, inclusive, que “a soberania da República da China” residiria no “corpo de cidadãos”, enquanto, em contraste, “a assim chamada ‘Constituição’ do regime comunista chinês” estaria baseada em “**um Estado socialista de ditadura do proletariado conduzido pela classe trabalhadora e baseado na aliança de operários e camponeses**”. “A ‘Constituição’ comunista chinesa vai tão longe a ponto de enfatizar que o regime nasceu por meio da luta”, encorajando, para ojeriza de Ku Cheng-kang, “que o proletariado ocupe fortalezas” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 4, grifo meu). A “Constituição” da RPCh, porém, não deixaria de “confessar” que “**o poder supremo do governo está nas mãos de Mao Tse-tung no topo de uma ditadura unipessoal**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 4, grifo meu).

Construindo a primeira parte de seu Informe no contraste entre a RPCh e a ROC – no figurino da doutrina da *guerra política* anticomunista oficial da ditadura do Kuomintang (cf. CAPÍTULO 2) –, o presidente honorário da WACL acusou os comunistas chineses de escravizarem o povo chinês e de tratá-lo como gado. “Em contraste, a República da China pratica o auto-governo local e estimula a renovação política para assim permitir ao povo desfrutar adequadamente de liberdade, igualdade e bem-estar” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 4). Essa “agudo contraste” entre a RPCh e a ROC, arrematou Ku Cheng-kang, estaria gerando uma forte oposição popular entre os chineses continentais contra a “autocracia” e à “escravidão” *comunistas*, engrossando “**um vasto movimento anticomunista**”. Na sequência, o líder do KMT taiwanês constratou os feitos econômicos da ROC e os “desastres” nesse campo da RPCh. Enquanto os comunistas chineses submetiam o comércio exterior ao controle estatal, o governo da ROC estimulava a “livre iniciativa” econômica; enquanto os primeiros confiscavam terras e propriedades (e outros meios de produção coletivos da vida social), o governo de Taiwan garantia uma reforma agrária e os direitos de propriedade privada no marco de um “próspero” capitalismo em desenvolvimento; se os chineses continentais não teriam vestuário, comida e moradia suficientes, o cenário seria o oposto na ROC; etc. etc. etc.

Por essas “razões”, o governo da ROC se dizia absolutamente confiante, segundo um de seus principais dirigentes, na vitória sobre a RPCh e a “reconquista nacional anticomunista” da China continental, “perdida” para os comunistas com a vitória da Revolução Chinesa de 1949.

Nunca tendo deixado de trabalhar com esse objetivo último – isto é, a “reconquista” do território chinês perdido aos comunistas de Mao Tse-tung –, Taiwan fortificou a ilha de Formosa como “uma poderosa base anticomunista”. 1975 era o fecho de um ciclo de uma vida dedicada à contrarrevolução anticomunista na China, foi o ano da morte do *generalíssimo* que, depois de 26 anos de ser derrotado, **“o planejamento e a preparação para o contra-ataque no continente e para a missão de reconquista nacional nunca cessaram”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 4, grifo meu). A ROC nunca teria deixado de se planejar e preparar, segundo Ku Cheng-kang, de **“nossa luta contra os comunistas para a reconquista de nosso território perdido”** em 1949. Nessa segunda parte de seu Informe, o dirigente do KMT enumerou “feitos” e projetos de Taiwan em matérias como defesa militar, desenvolvimento econômico, seguridade social, emprego e educação.

Novamente, Ku Cheng-kang defendeu junto à VIII Conferência da WACL que, apesar das dificuldades enfrentadas, embora Taiwan estivesse “sob o impacto da sombria corrente do *appeasement* internacional”, **esses “dois quadros agudamente contrastantes” – o da RPCh e o da ROC** – garantiriam a “vitória final” dos anticomunistas taiwaneses sobre os comunistas da China continental. Ou seja, o período de “dificuldades” então vivido por Taiwan – com sua expulsão da ONU e com a “normalização” das relações diplomáticas dos EUA com a RPCh – seria uma turbulência “apenas temporária”, garantindo o presidente honorário da WACL a seus correligionários que “a China Livre” estaria confiante de que **“nosso futuro é brilhante, a vitória final pertencerá aos chineses livres, os 700 milhões de pessoas escravizadas no continente chinês serão libertados e os comunistas chineses, enquanto a fonte dos problemas na Ásia e dos tumultos no mundo, serão inteiramente destruídos”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 10, grifo meu). O governo de Taiwan, confiante na “vitória final” contra a RPCh, teria inclusive reforçado, em setembro de 1972, “quatro princípios firmes e inalteráveis da luta pela reconquista nacional anticomunista”. Um deles garantiu que **“o sistema de Estado da República da China como estabelecido sob o Artigo 1 da Constituição nunca será alterado”**; outro assegurou que **“os objetivos gerais do anticomunismo e da recuperação nacional da República da China nunca mudarão”**; o terceiro posicionou o arco de alianças de Taiwan “sempre com o bloco democrático”; e o quarto **proibiu qualquer solução de compromisso “com o grupo rebelde dos comunistas chineses”** (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 10, grifo meu).

Enfim, concluiu Ku Cheng-kang seu Informe à VIII Conferência da WACL, “**embora o Presidente Chiang Kai-shek, líder do governo da República da China, tenha infelizmente falecido no 5º dia deste mês**”, permanecia inalterada a determinação do povo e regime “constitucional” de Taiwan de “**levar a cabo a missão de recuperação nacional anticomunista**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 10, grifo meu). Isto é, a realização da VIII Conferência da Liga de 1975, praticamente coincide com a morte do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, o patrono da WACL e da APAFL. A *Asian Outlook* publicou uma fotografia, inclusive, na edição em que fizera a “cobertura” da morte do generalíssimo, em que se pode observar o presidente honorário da WACL Ku Cheng-kang ao lado do caixão do ditador junto a um seletíssimo “time” de 8 veteranos do Kuomintang (KMT) que acompanhou Chiang Kai-shek desde as lutas anticomunistas na China continental até o exílio em Formosa.

Note-se, pois, que Ku Cheng-kang não era apenas mais um dirigente do KMT, mas, como já dito pelos irmãos Anderson, ele deve ter sido, ao menos por um período, um dos três homens mais poderosos da ditadura militar taiwanesa. Membro do Comitê Central do KMT – foi da *clique* mais cercana do *generalíssimo*. E, no Rio de Janeiro, em 1975, esse hierarca do CC do KMT e presidente honorário da WACL jurou fidelidade ao seu comandante falecido e, mais importante, à missão de reconquista da China continental da mão dos comunistas vitoriosos em 1949. Tudo em nome de uma *revolução nacional* anticomunista. “**Estamos todos determinados a honrar a vontade do Presidente Chiang e, como sua instrução, não pararemos nunca até cumprirmos plenamente nossa responsabilidade de Revolução Nacional**” (ASIAN OUTLOOK, 1975, v. 10, n.º 5, p. 10, grifo meu).

#### 5.12.5.5. De delegado (e torturador) do DOPS-SP a deputado federal (ARENA): Ivahir Freitas Garcia

No encerramento da VIII Conferência da WACL, na manhã do dia 25 de abril, o então deputado federal Ivahir Freitas Garcia palestrou sobre o tema “Segurança, participação e responsabilidade”. Egresso da Faculdade de Direito da USP do Largo São Francisco, ele era um ex-delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Em 1968, foi transferido para o “Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), como assessor do diretor” e, entre 1969-70, “assumiu a direção do órgão” (CPDOC/FGV). Em novembro de 1970, foi eleito deputado estadual

por São Paulo pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido político da ordem da ditadura militar. Em março de 1975, isto é, um mês antes da VIII Conferência da Liga, assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados e se destacaria, em vários pronunciamentos, pela “defesa do chamado Esquadrão da Morte e do controvertido delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury, de quem se dizia amigo” (CPDOC/FGV)<sup>725</sup>.

De acordo com o Projeto *Brasil Nunca Mais*, sob a coordenação de dom Paulo Evaristo Arns – o cardeal dos direitos humanos –, da Arquidiocese de São Paulo, esse ex-diretor do DOPS paulista foi apontando, por inúmeros denunciadores, entre eles o dirigente comunista Jacob Gorender<sup>726</sup>, como um torturador de presos políticos em 1970 (BNM, 1985a: 28/214). Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), **Ivahir Freitas Garcia “teve participação em caso de detenção ilegal e execução”** (CNV, 2014: 898)<sup>727</sup>. Ele também foi o autor do informe policial que comprova a conexão repressiva entre o DOPS paulista e seus “amigos” cariocas para emboscar e executar (o que seria feito por seu “amigo” Sergio Paranhos Fleury) o guerrilheiro comunista Carlos Marighella, dirigente revolucionário da Ação Libertadora Nacional (ALN)<sup>728</sup>. Como visto, o delegado Ivahir havia torturado – revezando-se nas sessões de interrogatório e tortura com seu “amigo” Fleury (chefe do Esquadrão da Morte e do DOPS de São Paulo) – o militante e historiador comunista Jacob Gorender, fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Os delegados dos DOPS paulista Ivahir e Fleury revezaram-se na coordenação das torturas a

---

<sup>725</sup> “Controvertido” é um eufemismo do verbete do CPDOC da FGV. O delegado de polícia política Fleury era um homicida que cometeu seus crimes em nome do anticomunismo e a serviço da ditadura militar. Segundo depoimento do deputado federal Lysâneas Maciel, o então deputado em questão teria cometido um “ato falho” no Plenário da Câmara: “ (...) ele cometeu um erro, falando pela Liderança [do governo]: ‘É um homem muito digno, o senhor Fleury... Ainda mais, senhores deputados, **o delegado Fleury é responsável pela eliminação física de diversos inimigos do sistema!**’ Eu me fiz de desentendido e disse: ‘Gostaria que vossa excelência repetisse!’ José Bonifácio tentou impedir, mas a fala foi registrada: ‘é responsável pela eliminação física de diversos inimigos do sistema’. **É a confissão de que ele matou, e matou com pleno conhecimento do governo. Isso não era responsabilidade de tipos patológicos** como o coronel Erasmo Dias, não. Isso **era responsabilidade do governo federal**” (CNV, 2014: 344). Posteriormente, Ivahir Freitas Garcia, “em debates e articulações visando à sucessão presidencial, aderiu à candidatura do ministro do Exército, general Silvio Frota” (CPDOC/FGV).

<sup>726</sup> No auto do interrogatório de Jacob Gorender, ele alegou “que foi preso no dia 20 de janeiro de 1970, quando chegava à casa do Dr. Aytan Sipahi que, em seguida, foi levado à sala de torturas do DOPS e seviciado pelo Delegado **Ivair Garcia de Freitas**” (BNM, 1985b: 256).

<sup>727</sup> “Vítima relacionada: Luiz Fogaça Balboni (1969)” (CNV, 2014: 898).

<sup>728</sup> A busca pelo guerrilheiro comunista Carlos Marighella, “considerado inimigo número um do regime”, “envolveu praticamente todo o aparato repressivo. Apesar de sua execução ter sido realizada pelo DOPS/SP, vários outros órgãos participaram da operação. Essa informação é confirmada pelo relatório (...) do DOPS/SP, assinado pelo delegado Ivahir Freitas Garcia, ao descrever que houve ‘no estado da Guanabara a preciosa colaboração do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e do SNI’” (CNV, 2014: 447).

Gorender, no Rio de Janeiro, no terceiro andar do DEOPS, localizado no Largo General Osório.

Gorender assim relatou sua prisão e sevícias sob coordenação do delegado Ivahir Garcia Freitas:

A caminho do Largo General Osório, um dos tiras comunicou pelo rádio do carro que estavam levando Jacob Gorender. No terceiro andar do DEOPS, o investigador Rubens Pacheco de Souza, o *Pachequinho*, ordenou: – Não quer falar, vai pro pau. Empurraram-me até uma sala, onde identifiquei certos implementos: duas mesas paralelas e separadas com uma grossa trave de madeira apoiada em ambas, a maquininha com a manivela e os fios, um funil, cordas, bastões etc. **Tiraram-me a roupa e, desnudado, encostaram-me à parede. Eis que entra, impecável de terno e gravata, mas vociferando do alto de sua enxúndia, o delegado Ivahir Garcia de Freitas. A sala se encheu de tiras.** Muito falante, o delegado Rui Francischini Prado, em prisão especial por acusação de assassinato, aproveitava o ócio para ajudar os colegas torcionários. Um burocrata leu minha fala e observou: – Hoje é o dia do aniversário dele. Quarenta e sete anos. Não me lembrava da data, o que é habitual comigo. Mas aquele seria o menos esquecível dos aniversários. (...) **A função começou por uma dose de choques elétricos.** A intervalos, novas doses. **O delegado Ivahir distribuía instruções com profissionalismo. Vez por outra, reclamava do exagero do serviço. Mas o serviço prosseguia. Depois de pontapés e telefones (tapas atordoantes e simultâneos nos dois ouvidos), alguns aplicados pelo próprio Ivahir, chegou a vez do pau-de-arara.** (...) De pés e mãos atados por cordas, seguro à trave de face para cima, eu ia recebendo choques elétricos em várias partes do corpo, queimaduras na planta dos pés, *telefones*. A água derramada sobre o corpo aumentava o efeito da eletricidade. Fizeram o *afogamento*: introdução de água pelas narinas por meio de um funil. Com a cabeça inclinada para baixo, a água entope o nariz, sai pela boca e provoca sensação de asfixia. **Atento a meu nível de resistência física, Ivahir ordenava interrupções e eu era depositado no chão, continuando com a trave no meio dos pés e mãos atadas. Repetiam-se as perguntas e ameaças. Terminado o intervalo, novamente me alçavam no pau-de-arara** (GORENDER, 2014: 246-247, grifo meu)

Durante as torturas, Gorender teve o cérebro bombardeado “através dos fios presos aos lóbulos das orelhas”. Sentiu perder o autocontrole, desesperando-se com um “estado de instável domínio subjetivo”, que o levou a tentar lançar-se da janela do terceiro andar do DEOPS do Largo General Osório. Optou naquele instante, diante de seus algozes, pelo suicídio. Recobrado em sua consciência, “quando saí da escuridão, me vi sentado de novo na poltrona, dos pulsos abertos vazava sangue, percebi o buraco na vidraça quebrada da janela. Ao redor, os tiras de pé me olhavam com fúria e ódio. Um deles falou: – Reparei que ele se mexia e desconfiei” (GORENDER, 2014: 248).

Você queria se livrar da gente, seu filho da puta? Um enfermeiro fez curativos nos ferimentos e estancou a hemorragia. Carregaram-se através de comprido corredor. **Em sentido contrário, vinha o delegado Ivahir. Já não de terno, mas de pijama. Irritadíssimo pelo corte do sono, gritou para mim: – Não adianta. Ou fala ou vai sofrer mais do que Jesus Cristo. Nem tanto. Não fui crucificado** (GORENDER, 2014: 248, grifo meu)

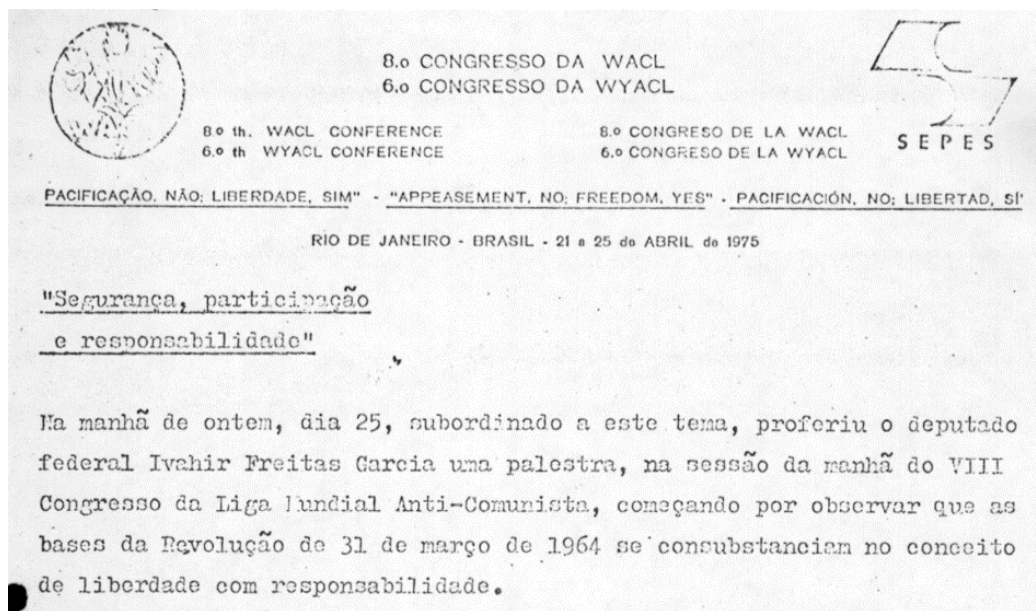
Esses foram os ditos e os feitos do ex-delegado do DOPS Ivahir, à época deputado federal pelo partido da ordem militar (a ARENA), que “abrilhantou” com sua *expertise* repressiva a VIII

Conferência da WACL de 1975, na “cidade maravilhosa”. Esse torturador estava entre os seus correligionários, portanto. Entre eles, pode-se identificar, pelo menos, mais um torcionário brasileiro, o já referido “bandido Wandenkolk Wanderley”. Este ex-policial do DOPS de Pernambuco fora responsável pela tortura de Gregório Bezerra e pelo assassinato de seu irmão José Lourenço Bezerra, ambos do PCB, em 1936. Nota-se, pois, que a VIII Conferência soube escolher “muito bem” seus “gabaritados” *caçadores de comunistas*, ex-membros das polícias políticas estaduais que, sob o bipartidarismo da ditadura militar, puderam adentrar no Congresso Nacional, representando, como policiais egressos, as pautas de suas corporações armadas.

No caso de Ivahir Garcia Freitas, na VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista, esse delegado do DOPS convertido em deputado federal pela ARENA discorreu sobre temário “Segurança, participação e responsabilidade”. Graças à SEPES, que resumiu e circulou em material interno o discurso de Ivahir Freitas Garcia, pode-se saber que ele iniciou sua intervenção defendendo que “**as bases da Revolução de 31 de março de 1964** se ‘consustanciam no conceito de liberdade com responsabilidade’ (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 14). Definiu o conceito de “segurança nacional”, cujos “reflexos imediatos sorvem nos setores econômico e social, problemas que urge resolver” e, na sequência, demarcou a necessidade do “mundo livre” de “**reagir firmemente à agressão do comunismo internacional**, que desenvolve abertamente suas atividades, solapando os alicerces da verdadeira democracia” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 14, grifo meu).

Seriam “aliados de Moscou ou de Pequim”, segundo o ex-policial deputado federal, “o isolacionismo dos países democráticos, a omissão, o comodismo e a indiferença”, sendo necessário reagir **para garantir a segurança das “instituições, quer dizer, a Família, a Religião, a Escola, a Justiça e as Forças Armadas, na ausência das quais perecerá o edifício sólido da Democracia”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 14, grifo meu). Quanto à *participação*, o ex-diretor do DOPS-SP “declarou que todos, individualmente, devem ser responsáveis, a partir do esclarecimento da família, essência da liberdade”, acrescentando que “nenhum democrata pode permanecer omissos e negligente em nossos dias”, visto que “o silêncio e a inação de hoje” conduziram à “submissão de amanhã” e à “própria escravização, a dos filhos e a dos netos” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 14).





**Figura 289.** “Segurança, participação e responsabilidade” – intervenção do ex-delegado do DOPS-SP e deputado federal (ARENA) no 8º Congresso da WACL. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

“Definidas” a *segurança nacional* e a *participação*, destacou o ex-diretor de polícia política que a *responsabilidade* “tem de ser global”, iniciando-se “na preparação das futuras gerações, que substituirão, na altura adequada, os valores de hoje”, devendo a *juventude* “participar desde agora na preservação desses valores. Urge, pois, conscientizar as novas gerações, dando-lhes a noção do papel que tem a desempenhar na preservação das liberdades democráticas” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 14). “Concluindo”, finalizou o material de divulgação interna da SEPES sobre a VIII Conferência da WACL, “o deputado federal Ivahir Freitas Garcia salientou que as verdadeiras democracias tem de garantir” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, pp. 14-15):

1º – a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade; 2º – a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; 3º – o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; 4º – o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições e instituições, dando ênfase à família, à religião, à escola, à justiça e às Forças Armadas; 5º – o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; 6º – a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos e o conhecimento da organização sócio-política-econômica do País; 7º – o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patrimônio e na ação construtiva, visando o bem comum; 8º – o culto à obediência à Lei, à fidelidade ao trabalho e à integração na comunidade (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 15, grifo meu)

Ou seja? Até mesmo um delegado torturador da polícia política, mesmo que travestido de deputado federal no Congresso, pode ostentar entre seus valores “sagrados” a *dignidade da pessoa humano* e o *amor à liberdade*, porém, *com responsabilidade*. Poderiam, enfim, os *valores espirituais e éticos da nacionalidade* justificar a *caçada* e a tortura dos inimigos comunistas? Sem dúvida, “teórica” e praticamente, em nome da *Pátria*, das *tradições e instituições*, da *família*, da *religião*, da *escola*, da *Justiça* e das *Forças Armadas*. “Sob este signo, vencerás” (RAGO, 1998).

#### 5.12.5.6. *Dimitry Kosmowicz, presidente da Frente de Libertação da Bielorrússia: criminoso de guerra e ex-colaborador nazista bielorrusso*

Não só de torturador da polícia política paulista “viveu” a VIII Conferência da Liga. Dela tomou parte também o “Major Dimitri Kasmowich, **o chefe de polícia colaboracionista da região de Smolensk durante a Segunda Guerra Mundial. Forças sob seu comando queimara cidades e vilas inteiras suspeitas de ajudar os soviéticos**” (LOFTUS, 1982: 129, grifo meu). Na VIII Conferência da WACL, Dimitry Kosmowicz (ou Kasmowich) foi apresentado pela SEPES como “Presidente da Frente de Libertação da Bielo-Rússia” e “Representante da Liderança Bielo-Russa na Europa”. Ele fora, como visto no CAPÍTULO 1, um criminoso de guerra foragido e um ex-colaborador nazista da Bielorrússia. Durante a II Guerra Mundial, Kosmowicz tinha sido um dos mais capazes tenentes de Radislaw Ostrowsky, o presidente do Conselho Central Bielorrusso (CCB), um regime títere criado pelas SS nazistas para arregimentar ultranacionalistas bielorrussos à *Wehrmacht*, mobilizando-os contra o Exército Vermelho soviético. O CCB se tornaria, como visto também, “a 30ª Divisão Waffen-Granadier da SS” (ALEXANDER, 2015: 10). Quando o III Reich invadiu a Bielorrussa, em junho de 1941, Ostrowsky entrou em Minsky com as tropas nazistas, auxiliando-as na criação de guetos judeus e na montagem da administração e da polícia locais, servindo de guia e informante, de “alto nível”, da *Wehrmacht* e do *Einsatzgruppen* – as unidades móveis de assassinato dos alemães.

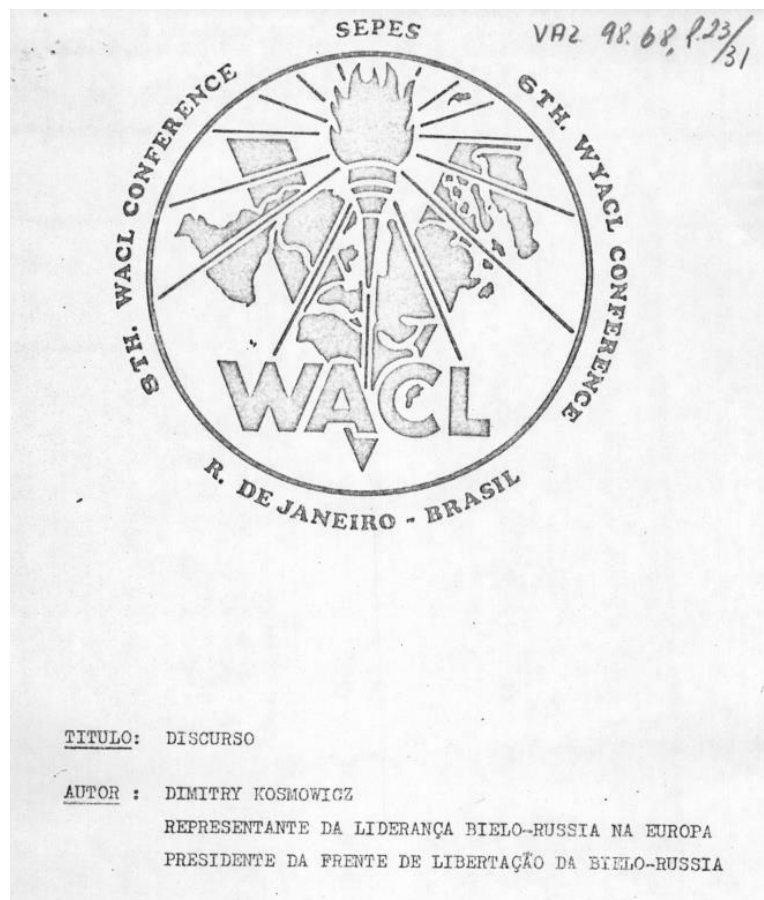
Enquanto presidente do CCB, Ostrowski jurou lealdade à Alemanha nazista por ter ela “libertado a Bielorrússia das garras dos ‘judeus-bocheviques’”, “culpando a conspiração judaico-bolchevique” – e o “Kremlin judeu” – “por todos os problemas da nação” (LOFTUS, 1982: 37-38). Quando os nazistas invadiram a Bielorrússia, por volta de 375 mil judeus viviam no país e ao término da ocupação, em 1944, aproximadamente 200 mil civis “foram butamente assassinados”,

entre eles “inúmeros judeus, poloneses, e outras vítimas raciais e políticas do Terceiro Reich” (ALEXANDER, 2015: 4). Com o bombardeio de Minski pelos soviéticos em junho de 1944, os dirigentes do CCB fugiram para a Alemanha e Ostrowski foi reconhecido oficialmente, por Alfred Rosenberg, como chefe de Estado “do legítimo governo bielorrusso no exílio” (ALEXANDER, 2015: 72).



**Figura 290.** “Major Dimitri Kasmowich, the collaborationist police chief of the Smolensk region during World War II. Forces under his command burned entire cities and towns suspected of aiding the Soviet”. FONTE: LOFTUS, 1982: 129.

Durante a ocupação nazista da Bielorrússia, Kosmowicz destacou-se como um dos principais subordinados de Ostrowski, atuando então como coronel das forças auxiliadas da polícia local sob as ordens e comando militar da *Abwehr*. Nomeado chefe de polícia em Smolens, Kosmowicz “expurgara da área judeus, *partisans* e membros do Partido Comunista”, servindo a *Abwehr* “em operações de contrainteligência na guerra de guerrilha detrás das linhas do Exército Vermelho na Bielorrússia” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 43-44). No pós-guerra, em 1950, Ostrowski fundaria o Movimento de Libertação Bielorrussa, “uma guerrilha clandestina armada patrocinada pela inteligência britânica” (ALEXANDER, 2015: 85-86).



TITULO: DISCURSO

AUTOR : DIMITRY KOSMOWICZ  
REPRESENTANTE DA LIDERANÇA BIELO-RUSSIA NA EUROPA  
PRESIDENTE DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DA BIELO-RUSSIA

**Figura 291.** Discurso de Dimitri Kasmowich na VIII Conferência da WACL. FONTE: ARQUIVO NACIONAL.

Em Londres, Kosmowicz, “então um empregado do serviço secreto britânico” (LOFTUS, 1982: 115), tornar-se-ia o coordenador militar dessas operações conjuntas do MI-6 e do grupo fundado por Ostrowski para lançar operações antissoviéticas do exílio bielorrusso. Ainda na década de 1950, integrando o Movimento de Libertação Bielorrussa, Kasmowich trabalharia para o Escritório de Coordenação Política (OPC) do Departamento de Estado dos EUA, encarregado de “reunir informações e realizar missões de inteligência para os americanos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 44), ostentando o “posto encoberto de contador do Exército dos EUA na Alemanha” ocidental (DORRIL, 2000: 221). Em 1951, resgate-se do CAPÍTULO 1, os aliados de Ostrowski e Kosmowicz migraram para os EUA, estreitando nexos com o OPC, a CIA e o FBI (ALEXANDER, 2015: 87).

Em 1954, ele se tornou vice-presidente do Conselho de Nações do ABN e Kasmowich, representante do Conselho Bielorrusso no Comitê Central do ABN (DORRIL, 2000: 222). Nessa

condição de quadro dirigente do ABN, presidido pelo também ex-colaborador nazista e criminoso de guerra ucraniano Yaroslav Stetsko, Kasmowich discursou na VIII Conferência da WACL de 1975. Alegou, no início de seu discursou, ser “porta-voz do povo bielo-russo”, falando em nome “da frente de libertação da Bielo-Rússia (Rússia Branca)”. Kosmowicz informou à audiência que “nosso povo comemora no próximo ano o seu jubileu de 1000 anos de existência como estado nacional” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 24). Teria, assim, o “povo” da Rússia Branca vivido “muitos anos felizes” desde sua independência, desenvolvendo-se *livremente* seu *bem-estar, cultura* e todas suas *necessidades espirituais*, o que teria “influenciado também o desenvolvimento espiritual dos países vizinhos, a leste e a oeste” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 24).

Porém, nem só de paz seria feita a história da Rússia Branca, que “sobreviveu inquebrantável a anos de pesada escravidão” e “combateu pela sua independência em 1918”, saudando-se a realização, em 1944, do “2º Congresso de toda a Bielo-Rússia” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 24). 1944 tinha sido o ano em que os membros do Conselho Central Bielorrusso (CCB) refugiaram-se na Alemanha nazista e, de lá, foram declarados pelo ministro Alfred Rosenberg como os autênticos governantes bielorrussos no exílio. Infelizmente, lamentaria mais de 30 anos depois Kosmowicz, no Rio de Janeiro, desde então “Moscou ignorou os direitos legítimos do nosso povo a uma vida nacional independente”, transformando a Bielorrússia em “uma colônia de Moscou”. Desde 1944, os soviéticos violentariam a Bielorrússia e, para sintetizar a situação de seu país, esse ex-colaborador nazista elencou 5 pontos à audiência da WACL:

1. Os territórios etnográficos bielo-russos foram anexados a seus países vizinhos à força e à revelia de seus habitantes. 2. O povo bielo-russo surge como consequência dos direitos básicos para indivíduos e nações. 3. O regime totalitário de Moscou procura tirar à força os desejos naturais do homem, com ajuda de sua política colonialista para com isto dobrar o povo bielo-russo cultural e economicamente. 4. O sistema na economia e na indústria, **a política russificante na vida escolar, a política marxista na formação, perturbações antireligiosas e anti-nacionais na vida espiritual, são as armas de Moscou para roubar o sentimento bielo-russo de seus habitantes, tendo, por finalidade, incorporar o seu povo à assim chamada ‘nova nação soviética’.** 5. **O planejamento econômico do país está dirigido, na melhor das hipóteses, para o sentido do regime colonial de Moscou e não para o bem do povo bielo-russo** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, pp. 24-25, grifo meu)

Esses fatos estariam todos em contradição com a declaração de direitos humanos aprovada em 1948 pela ONU e ratificada, inclusive, pelo “regime do Kremlin” e “pelas repúblicas socialistas da Bielo-Rússia e da Ucrânia, ambos membros da ONU” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068,

p. 25). “Esses direitos fundamentais” seriam desrespeitados “nas repúblicas bielo-russa, ucraniana e [nas] outras da assim chamada URSS” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 25). “Os assim chamados representantes dos povos bielo-russos e ucranianos na ONU falam de direitos humanos na África, América do Sul e Oriente, mas não falam nem uma palavra sobre os direitos humanos desrespeitados em seu próprio país” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 25). “O povo bielo-russo”, todavia, reagiria “firmemente a essa política alienante”, travando “um longo, pesado e intensivo combate, principalmente no campo da cultura e formação” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 25). Nesse combate cultural antissoviético, “uma nova geração de poetas, escritores e cientistas bielo-russos” estaria lutando contra à submissão “a trabalhos inferiores de uma política anti-nacional e anti-religiosa de um partido comunista dominante” e, “lá onde isto foi possível”, “se escondeu para a proteção dos interesses básicos de um povo subjugado” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, pp. 25-26). “Para que não sofram maiores represálias de Moscou”, assinalou Kosmowicz referindo-se aos poetas, escritores e cientistas dissidentes na Bielorrússia soviética, “evito citar seus nomes” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 26).

Segundo o ex-coronel das forças policiais que colaboraram com as tropas de ocupação nazista na Bielorrússia, contudo, “a reação contra os ocupantes colonialistas de Moscou” estaria progressivamente crescendo, carecendo seu “povo”, apenas, de um decidido “apoio moral por parte dos povos do mundo livre” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 26). “Moscou dá grande importância à opinião mundial” e, contra a URSS, seria preciso aumentar o som de algumas “vozes livres” como as ouvidas nas “conferências de organização de liderança internacional, assim como as publicações de representantes bielo-russos”, as “da Conferência da WACL” e “da liderança européia pela libertação e da existência da imigração bielo-russa” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 26). Isso porque o “povo bielo-russo” veria no conjunto dessas atividades “um apoio moral (...) para enfrentar o inimigo” e essa seria “a razão pela qual Moscou nos ataca tão violentamente em jornais soviéticos e estrangeiros” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 26).

Ao final de seu discurso, esse ex-colaborador nazista e criminoso de guerra da Bielorrússia defendeu que, **“da mesma forma que a juventude ocidental vê a sua Meca em Moscou, Pequim ou Hanoi, a Meca da juventude do Oriente é o mundo livre Ocidental”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 26, grifo meu). Curioso notar como Kosmowicz reconheceu a atração da juventude ocidental pelos comunistas russos, chineses ou vietnamitas, enquanto

ênfatiou o apelo exercido pela propaganda da *liberdade ocidental* sobre a juventude “aprisionada” pelas “Cortinas” de Ferro e de Bambu. Enfim, repondo na inteireza o ideário do ABN, esse dirigente bielorrusso do grupo salientou que **“somente com o apoio a estas forças que lutam pela liberdade dos povos escravizados poderão a Europa e o mundo livre proteger-se da ditadura vermelha”** e, simultaneamente, “ajuda-se com isto aos povos oprimidos a se livrarem do pesado destino **sob o jugo moscovita**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 26, grifo meu).

Além do ex-coronel Kosmowicz, outro ex-colaborador nazista bielorrusso, também da Frente de Libertação da Bielorrússia (BLF) e do ABN, participou da VIII Conferência da WACL de 1975 no Brasil. Tratou-se de John Kosiak que serviu, como visto no CAPÍTULO 1, de engenheiro para as SS nazistas na Bielorrússia ocupada pelo III Reich e “utilizou trabalho escravo para reparar as fábricas danificadas” pela guerra, além de contribuir, com sua *expertise* técnica, na construção do “gueto judeu de Minsk” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 44).

#### 5.12.5.7. *O Movimento de Libertação Croata (HOP): remanescentes do terrorismo ustashi no exílio*

Além desses antigos colaboradores nazistas da Bielorrússia (D. Kosmowicz e J. Kosiak), seus congêneres croatas também estiveram presentes na VIII Conferência da WACL. Todos, inclusive, congregavam-se no ABN presidido por Yaroslav Stetsko. No caso dos croatas, como visto no CAPÍTULO 1, os remanescentes dos *ustashi* do ex-*Poglavnik* Ante Pavelic reuniram-se, sob a liderança deste e de Stjepan Hefer, no Movimento de Libertação Croata (HOP). Pavelic e Hefer exilaram-se no pós-guerra na Argentina e, de lá, estruturaram o HOP. Com a morte do *Poglavnik* na Espanha de Franco, contudo, Hefer assumiria a direção suprema do HOP e, nessa condição, participou da VI Conferência da WACL de 1972, na Cidade do México. Com a morte de Hefer, o genro do falecido Pavelic, Felix Psenicniky Staresinic assumiu o controle do HOP e, em nome dos *ustashi* no exílio, participou também da VIII Conferência da Liga, no Rio de Janeiro, acompanhado de Ivan Asancaic e, mais importante, de Anton Bonifacic, ex-diretor de relações culturais do Estado-Milícia *ustashi* dirigido, durante a II Guerra Mundial, por Pavelic, ditador croata títere do III Reich nazista. Bonifacic era “procurado na Iugoslávia por crimes de Guerra como chefe de assuntos culturais no Ministério das Relações Exteriores no regime Ustasha de Ante Pavelic” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 276, grifo meu).

Infelizmente, não se pode localizar a alocução de Bonifac, intitulada “Ilha da Liberdade”, pronunciada na VIII Conferência da WACL. Porém, a *Correspondência do ABN* publicou, na edição dedicada ao congresso wacliano de 1975, o *position paper* da delegação croata presente no Rio, isto é, o HOP. Este era, importa repisar, um grupo da ultradireita croata no exílio que se valia, como arma política, de ações terroristas contra as autoridades iugoslavas. Intitulada “Croácia exige liberdade e independência”, a proposição do HOP denunciou que, em novembro de 1943, “um grupo de guerrilhas e ativistas vermelhos, sob a proteção da União Soviética, reuniu-se em uma parte montanhosa da Bósta em uma assembleia nomeada ‘Libertação Nacional da Iugoslávia’” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 7). Essa reunião, segundo o HOP, esteve composta exclusivamente de comunistas e sérvios, “sem qualquer representação democrática”, contrários aos “interesses do povo croata”. Esses *guerrilheiros e ativistas vermelhos*, “com a aprovação da propaganda e das forças armadas dos Aliados – União Soviética, Inglaterra e Estados Unidos – (...) proclamaram a constituição do futuro Estado da Iugoslávia, composto de seis repúblicas, cinco nacionalidades, quatro línguas, três religiões, dois alfabetos, e um Presidente, o Ditador Josip Broz Tito” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 7).

Naquela altura, isto é, sob o regime ditatorial do Estado-Milícia *ustashi* dirigido por Pavelic, entronizado no poder pela Alemanha nazista, “o povo croata manifestou um espírito inquebrantável de lutar e defender a pátria, as tradições e seu próprio Estado nacional, liberdade e independência. Milhares de croatas sacrificaram suas vidas em defesa do direito de viver livremente e independentemente em seu próprio Estado” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 7). Amparados por uma “propaganda anti-croata falsa e caluniosa”, segundo a proposição do HOP, “os vitoriosos da Segunda Guerra Mundial entregaram o Exército croata e os refugiados civis à misericórdia dos fanáticos *partisans* de Tito ávidos por sangue” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 8). Os *partisans* de Tito teriam então cometido “um genocídio – mais de 300.000 homens, mulheres e crianças foram massacrados no entorno da cidade austríaca de Bleiburg” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 8). O “comunista iugoslavo Milovan Djilas” teria escrito, inclusive, que “esses massacres de croatas foram necessárias para que a Iugoslávia pudesse existir” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 8). “Uma ilustração” desse *genocídio* cometido pelo Estado iugoslavo teria sido o destino do primado católico da Croácia, o cardeal Aloysius Stepinac, “que pagou com sua vida em



uma prisão iugoslava por seu testemunho em defesa do povo croata, de sua liberdade e independência nacional” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 8).

Tito teria admitido, segundo a proposta apresentada pelo HOP na VIII Conferência da WACL, que “o Cardeal Stepinac teve de ser condenado para satisfazer a opinião pública sérvia!” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 8). Como visto no CAPÍTULO 1, o arcebispo Stepinac abençoou não apenas a entronização de Pavelic no poder do Estado “independente” da Croácia (NDH) – organizando uma recepção do *poglavnik* pelo Papa Pio XII –, mas também abençoou aquele que tornara isso possível, Adolf Hitler: “Deus, que dirige o destino das nações e controla os corações dos reis, deu-nos Ante Pavelic e comoveu o líder de um povo amigável e aliado, Adolf Hitler, para usar suas tropas vitoriosas para dispersar nossos opressores. **Glória a Deus, nossa gratidão a Adolf Hitler e nossa lealdade a nosso Poglavnik, Ante Pavelici**” (STEPINAC *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 29,1, grifo meu). De fato, Stepinac seria condenado como um colaborador nazista *ustashi*, sentenciado a 17 anos de encarceramento pelo governo iugoslavo. Seria também ordenado cardeal pelo Papa Pio XII, que o retratara como “uma vítima da perseguição comunista”.

A proposta de Resolução do HOP à VIII Conferência da WACL denunciou que, “enquanto a Iugoslávia comunista aprova todos movimentos de ‘libertação nacional’ esquerdista”, “na Croácia escravizada” milhares de universitários, estudantes, trabalhadores, camponeses, profissionais liberais e escritores – o caso do poeta Mirko Vidovic seria o mais publicizado – *apodreceriam* “em prisões e campos de concentrações lúgubres (...) como resultado de recentes protestos de massa, insurgências e guerrilhas” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 8). Assim que “croatas, sérvios, búlgaros, albaneses, eslovenos ou montenegrinos” não existiriam para “as estatísticas oficiais” da Iugoslávia”. Contudo, o que de fato não existiria, defendeu o HOP, seria “uma nacionalidade iugoslava”, uma vez que “a Iugoslávia é apenas uma noção geográfica que significa ‘o país dos eslavos do sul’”. A existência da Iugoslava seria tributária do Tratado de Ialta que teria violado “os interesses de todos os povos escravizados com a ajuda militar da Rússia e da Bulgária Vermelha. Eles ocuparam Belgrado e instalaram o governo de Tito que se aproveitou do regime comunista para a expansão nacional sobre os países vizinhos que hoje formam a ‘República Federal Socialista da Iugoslávia’” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 9). Não sendo propriamente

uma república federal mas um sistema político “fictício”, menos de 1% da população se autodeclararia de “nacionalidade iugoslava” – “geralmente aqueles de casamentos interracialis”.

Em resumo, “a Iugoslávia comunista de hoje – dominada pelos sérvios – da mesma maneira que na Iugoslávia monárquica de antes da guerra – todos direitos e liberdades políticas do povo croata foram suprimidos” e os croatas ou estariam “presos em um campo de concentração, em um centro de ‘reabilitação social’, exilados ou – mortos!” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 9). Por isso, “os croatas foram os primeiros a protestarem massivamente contra a ocupação sérvia e o regime comunista”, sendo reprimidos pelo Exército e a milícia da Iugoslávia nas ruas de Zagreb, capital da Croácia, e nas montanhas da Croácia Central na Bósnia. Por isso, “os croatas no exílio repudiam seus opressores, o goveno comunista iugoslavo, a serviço do imperialismo vermelho, e demanda uma luta revolucionária para a reconstituição do Estado croata e para a formação de um Estado da Croácia livre, independente e soberano” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 9). A velha chama do Estado Independente da Croácia do *Poglavnik* Ante Pavelic, ou do NDH – acrônimo de *Nezavisna Drzava Hrvatska* – continuaria viva e ardendo.

#### 5.12.5.8. Pela “admissão na ONU das organizações de libertação dos povos subjugados pelo colonialismo russo”

A VIII Conferência da WACL, em uma de suas Resoluções, pleiteou a admissão “das *Organizações de Libertação Nacional das Nações Escravizadas pelo Colonialismo Russo* nas Nações Unidas”. Em seu primeiro “Considerando”, a Resolução saudou a decisão da ONU de reconhecer a importância da descolonização dos antigos impérios mundiais e o direito à independência nacional – a autodeterminação dos povos – de todas as nações do mundo. Mais importante, no segundo “Considerando”, a VIII Conferência da Liga saudou a decisão de admitir-se a Organização de Libertação da Palestina (OLP) na Assembleia Geral da ONU e, graças a isso, “um precedente legal foi criado” para ensejar a admissão das “organizações de libertação nacional dos povos subjugados pelo colonialismo russo nas Nações Unidas”.

O terceiro “Considerando” da Resolução descreveu as diretrizes adotadas pela ONU depois de sua reunião em Viena, em março de 1975, no sentido de reconhecer o *status* legal de missões e delegações diplomáticas, temporariamente, a entidades internacionais designadas como organizações de libertação nacional. O quarto e o quinto “Considerandos” da Resolução do ABN

apresentada no Brasil, na VIII Conferência da WACL, lamentavam que “o império colonial comunista russo” era ainda considerado um membro da ONU, apesar de violar os princípios básicos de sua Carta constitutiva, de sua Resolução sobre a Descolonização e de sua Declaração Universal sobre os Direitos Humanos. Não se poderia mais admitir a URSS, portanto, como membro da ONU, uma vez que “o império comunista colonial russo” estaria **“sistematicamente escravizando, colonizando e destruindo por meios de genocídio e linguicídio as nações cativas e os indivíduos subjugados”**; inclusive, os “lutadores por independência nacional e direitos humanos” estariam sendo *torturados* e transformados em **“presos políticos e religiosos nas prisões e campos de concentração”**. Diante desses “Considerandos”, a VIII Conferência da WACL condenou severamente **“o império comunista colonial russo”** e, na sequência, apelou à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), “em particular seus membros não-comunistas e anti-comunistas, e aos Governos e Parlamentos dos Estados livres do mundo”:

Admitir, de acordo com o mesmo estatuto legal de outros membros, organizações revolucionárias de libertação nacional das nações escravizadas pelo Neocolonialismo Comunista Russo dentro da URSS nas Nações Unidas, **nomeadamente a Organização dos Nacionalistas Ucrânicos – revolucionários presididos por Yaroslav Stetsko (o chamado ‘Movimento Bandera’ para representar a Ucrânia, assim como as organizações de libertação análogas da Bielorrússia, Lituânia, Letônia, Estônia, Turquestão, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Cáucaso do Norte e em satélites como Romênia, Hungria, Bulgária, Croácia, Eslováquia, República Tcheca e todas as outras nações subjugadas pela URSS, reconhecendo o direito à independência nacional destas nações escravizadas pelo imperialismo russo e pelo comunismo conforme estipulado na Carta da ONU e na Resolução da ONU sobre a Descolonização Mundial (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 37)**

#### *5.12.5.9. Resolução das delegações do Uruguai e da Colômbia: pela religião, contra o ateísmo comunista*

Também um Projeto de Resolução foi apresentado à VIII Conferência da WACL, conjuntamente, pelas delegações uruguaia e colombiana da CAL. Essa Resolução proposta estruturou-se em três “Considerandos” e duas “Conclusões”. O primeiro “Considerando” defendeu que, uma vez ser o comunismo “intrinsecamente ateu”, “quando ele triunfa, suprime a liberdade religiosa assim como outros Direitos Humanos e liberdades”; o segundo alegou que o comunismo seria a tal ponto “militantemente ateu” que existiria, na URSS, “uma instituição oficial para o ensinamento e imposição do ateísmo sobre o povo”; o terceiro “Considerando” advertiu que **“todo**

espírito religioso autêntico, elemento de cultura e civilização, constitui uma barreira contra a expansão comunista, desde que os valores espirituais superam os materiais”, diferentemente do marxismo que subordina tudo à “base da ‘infraestrutura econômica’” (HOOVER: HX11.W653.W3833.1975F grifo meu). A VIII Conferência da WACL, adotando a Resolução apresentado pelos membros uruguaio e colombiano do complexo WACL/CAL, *resolveu*:

I. **Condenar energeticamente o comunismo ateu e reconhecer como necessário para a humanidade o sentido religioso da vida.** II. **Reconhecer a existência de um Ser Supremo.** III. **Recomendar aos membros de diferentes religiões que os protejam contra as manobras comunistas de infiltração, desnaturalização e uso da fé religiosa para as psicotécnicas da psicopolítica comunista** (HOOVER: HX11.W653.W3833.1975F, grifo meu)

5.12.5.10. *“O Proseletismo na Universidade” e a dupla terapêutica do ex-reitor Djacir Menezes: violência antissubversiva e desintoxicação da mente pelo estudo*

Djacir Menezes, reitor da UFRJ entre 1969-1973, também participou da VIII Conferência da WACL. Ele discursou sobre “El Proseletismo en la Universidad” (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F). No seu discurso destacou que “la movilización de la juventud se hace por el entusiasmo y su defensa por el espíritu crítico” e daí, diante dessa natureza juvenil crítico-entusiástica, adviria “**la facilidad de aliciar jóvenes para el movimiento subversivo**”, já que a juventude teria uma “natural propensión” para o *altruísmo* ou para o “aparente altruismo”. Como, então, despertar nos jovens um “alto nivel” de sentimento para previni-los do “aliciamento sospechoso”? Segundo Menezes, “solo hay un camino, educarles el espíritu reflexivo y crítico”. Nota-se, pois, que Menezes era mais “sofisticado” que a média dos brucutus que habitaram as redes do complexo anticomunista WAC/CAL. Não à toa, foi um quadro intelectual importante da ditadura militar brasileira. Segundo ele, as **universidades** seriam “el laboratorio del pensamiento técnico, científico y político de las sociedades industriales” e, segundo o ex-reitor da UFRJ, elas constituiriam o “centro organizador de este pensamiento, como **órgano de vitalidad filosófica integrante de la vida espiritual**” (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, p. 1).

Por isso as universidades seriam *hostilizadas* por aqueles que “pretenden apresurar las transformaciones por la violencia, assumiendo la dirección del proceso transformador e imprimiendole el cuño de la ortodoxia totalitaria” e, contra os *totalitários*, assomaria “el deber de

no perder el control de este proceso” por parte “de los órganos del pensamiento en comunión con los ejecutivos” (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, p. 1). Em 1975, as universidades estariam sob ataque não só no Brasil, mas em todo o “mundo democrático”. Eles viriam de inúmeras fontes, mas basicamente, seria obra da **“fabricación de las ideologías” produzida por “cierto tipo de la elite”**. Menezes também criticou a chamada Igreja progressista, em especial, a Teologia da Libertação. “Hasta los pensadores o meros folicularios llamados religiosos, se afanan en construir **una ‘teología de la violencia’, donde se mezclan impaciencias sexuales, literatura profetica, redentorismo político y técnicas marxistas**, abriendo caminos extraños para las aflicciones del mundo” (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, p. 1, grifo meu). **“Todo izquierdismo universitario”**, garantiu Menezes, **“refleje los ingredientes cocinados en la misma olla de la subversión sobre la vista comprensiva del oportunismo erudita”** (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, p. 1, grifo meu).

A hegemonia desse *esquerdismo universitário subversivo* ocorreria no mundo todo, como o comprovariam “movimientos de Nanterre, Berkely, Kant, Heidelberg, Cordoba, México, [o] cualquier lugar donde una institución docente congregue jovenes” (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, p. 1). Seria esse *esquerdismo universitário subversivo* uma ameaça “en potencial al orden?” Não, segundo o ex-reitor da UFRJ, já que “el orden es facil de imponerse” e aqui, isto é, no Brasil, a ordem universitária estaria em ordem “desde el año 1964”, embora caluniada “por la campaña de los adversarios, cuya certeza exige distancia e ignorancia de los hechos”. A campanha difamatória contra a ordem universitária do Brasil pós-1964, porém, faria parte do “plano de mistificación de los atacantes” que se utilizariam dos estudantes como *combustível*. Aqueles que atacavam a ordem universitária do Brasil pós-1964, dessa forma, buscariam com isso “deflagrar cualquier crisis”. Naquela quadra histórica, portanto, segundo Menezes, **“la Universidad hoy es la mecha de polvora para dar inicio a los disturbios en las calles. Luego los manifiestos reivindicacion restaurantes gratuitos, control estudiantil de las organizaciones directivas, control sobre el cuerpo docente, retiro de los profesores contrarios a las ideas marxistas”** (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, p. 1, grifo meu).

Essas reivindicações do *esquerdismo unviersitário subversivo*, em uma escalada preocupante, atingiriam **“el instante en que aparecen en el poder los verdaderos jefes silenciándolos con la mordaza del partido”** (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, pp. 1-2, grifo

meu). Diante disso, o que fazer? “Quando entram en el terreno de la violencia, acorralan a la autoridad universitaria doctrinandola fuertemente en favor de la violencia”, “**y violencia solo puede ser vencida por violencia**” (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, p. 2, grifo meu). “**Solución provisional, pero vital** que representa al ejercicio de las cualidades racionales del hombre” e, depois de passada a *tormenta*, opondo-se a violência anti-*totalitária* contra a violência *totalitária* comunista, seria possível “**restaurar el método de persuación a la lucha en el campo de las ideas**” (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, p. 2, grifo meu).

Assim restaurada, com violência, a ordem universitária, como o fora no Brasil pós-1964, poder-se-ia fortalecer o *espírito* de maneira reflexiva e crítica. Mas os *ortodoxos*, isto é, os críticos da ditadura militar brasileira, não tolerariam a *análise*, a *crítica* e o *homem de pensamento*. Seria, pois, concluiu Menezes, um *dever pedagógico* “**asfixiar el exaltado que aliente soluciones de guerrillas y secuestros**” e assim, *pedagógicamente*, poder-se-ia completar o trabalho de “**desintoxicación de la mente por medio de la terapeutica racional del estudio, que vacuna contra el proselitismo ideológico, que le restaura las funciones y lo integra a la comunicad cívica de los ciudadanos**” (HOOVER: HX11.W653.M46.1975F, p. 2, grifo meu).

#### 5.12.5.11. Claudio De Cicco, um jurista inclinado à estética: Shakespere, revolucionário ou reacionário?

Claudio De Cicco, apresentado como professor de Direito da USP, apresentou uma tese na VIII Conferência da WACL intitulada “**Marxist Distortions of the Shakesperean Theatre**” (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F). De Cicco era um dos colaboradores da revista *Hora Presente*, uma das principais publicações integristas (ao lado da *Permanência* de Gustavo Corção) que apoiava a ditadura militar brasileira. Compuseram o mais bem articulado grupo do integrismo católico da extrema-direita brasileira. Como visto, os principais nomes da *Hora Presente* também vincularam-se à WACL e à CAL e participaram, assim como Gustavo Corção, do II Congresso da CAL-Pública de janeiro de 1974. Um ano depois, seria a hora e a vez de De Cicco apresentar sua “tese” – e assim ela foi apresentada – à VIII Conferência da Liga. O jovem professor de Direito, sobrinho do decano dos juristas reacionários Miguel Reale, centrou fogo na utilização indevida que a “*intelligentsia revolucionária*” faria da obra de William Shakespear com vistas a difundir “a ideologia marxista-leninista”. Sem percorrer sua “tese” detalhadamente, mencione-se apenas que

De Cicco responsabilizou Constantin Stanislavski e seu “Teatro Artístico”, “antes mesmo da Revolução Bolchevique”, por terem iniciado a “adaptação revolucionária” da obra shakespeariana. O teatro de Stanislavski seria “revolucionário muito antes da Revolução [de 1917]”, adaptando o teatro de Shakespeare “de acordo com a ‘intelligentsia’ russa e suas aspirações sociais” (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 2).

As disputas de poder presentes no teatro shakespeariano teriam sido, então, “politizadas” pelo teatrólogo russo. Porém, esse “erro” de Stanislavsk seria apenas a expressão das deficiências culturais da Rússia em capturar o “transcendentalismo” de Shakespear. Isso porque, segundo De Cicco, como **“o teatro russo, nascido por inseminação artificial no século XVIII, sem ter experimentado a profundidade espiritual da Idade Média, ignorou o espírito**, o respiro vital da tragédia. Por conta desse condicionamento histórico-cultural, esse escritor russo teve dificuldade em capturar o transcendentalismo de Shakespeare” (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 3). Ou seja, “apenas uma reavaliação espiritual teria trazido o teatro russo ao nível dos grandes conceitos elizabetanos”, contudo, lamentou, **“tudo ficou ainda mais difícil com a vitória oficial do regime ateu em 1917”** (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 3, grifo meu). A Revolução de 1917, inclusive, teria tido “a ajuda de intelectuais que, desde o século XIX, haviam trabalhado a alma russa, entre eles o revolucionário Stanislavski, no teatro” e, assim, **os métodos cênicos dele, “uma expressão do comunismo no campo da arte dramática”, foram oficialmente adotados pelo “Estado Soviético”** (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 3, grifo meu).

Mas, indagou o jurista com inclinações estéticas, teria sido Shakespeare “um revolucionário”? Seria possível “uma interpretação marxista” de sua obra “em termos de luta de classes e demanda social?” (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 4). Não, segundo De Cicco, o sentido estético da obra shakespeariana *não* se compreenderia na chave dos conflitos e dos antagonismos sociais. Pelo contrário: **o grande sentido político do teatro de Shakespeare não consistiria em “desafiar o sistema político-social de seu tempo”, mas em sua ênfase na “necessidade de harmonia e entendimento mútuo entre as classes sociais”** (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 5, grifo meu). Essa seria a “lição” de Shakespeare que “permanece como um dos mais extraordinários aspectos de sua genialidade” (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 5). “Lição” de *harmonia e entendimento mútuo* que adviria da

“atmosfera da nobreza feudal” e de sua *visão social de mundo* compartilhada, alegadamente, pelo teatrólogo inglês que, por isso, seria refratário às transformações sociais de sua época.

Daí ser “ainda interessante”, sempre segundo De Cicco, **“enxergar Shakespeare como um antirrevolucionário, ou para usar um jargão de hoje, um ‘reacionário’”** (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 7, grifo meu). Isso porque teria, em algum momento de sua obra, defendido: “integridade e continuidade nos trabalhos do grande poder” (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 7). Ou seja, se num momento anterior o jurista com pretensões estéticas teria repreendido aqueles que quiseram encontrar em *Júlio César* “um protesto contra o poder”, que fulminara Stanislavski que “quis encontrar um revolucionário em Brutus” e aqueles que fizeram de “Coriolanus” “a flogging of the aristocracy”, defenderia depois ser “ainda interessante enxergar Shakespeare como um antirrevolucionário” ou “um ‘reacionário’”. Shakespeare, de fato, mesmo que “sem se dar conta”, garantiu De Cicco, **pensaria como São Tomás de Aquino e não haveria no bretão uma rupturua completa com a tradição medieval**. Se existiria nele **“um novo estilo de antropocentrismo”, “o peso da civilização e da cultura medievais ainda apresentam um significado”** (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 9, grifo meu).

Em suma, transparece e exala na “crítica estética” do jovem professor de Direito o culto à Idade Média e a sua alegada *profundidade espiritual* – e a filosofia aquiniana seria a expressão disso. Ele também expressou esse culto ao medievo em artigos na revista *Hora Presente*, autodeclarada defensora da “contrarrevolução católica”, grupo inimigo declarado da modernidade e da contemporaneidade: hostilizaram do Renascimento ao Enciclopedismo e da Revolução Francesa (1789) à Revolução Russa (1917). Esses eventos e processos históricos eram caracterizados por essa vertente integrista como resultado de um trabalho multissecular do “espírito” *materialista* contrário aos *valores espirituais* da *civilização cristã ocidental*. Enfim, De Cicco concluiu sua “tese” apresentada à VIII Conferência da WACL da seguinte maneira: **“Se nós desejamos transformar Shakespeare em um contestador de sua época, inimigo da hierarquia e um revolucionário jacobino ‘avant la lettre’, nós daríamos uma imagem falsa e subjetiva de um autor”** (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 10, grifo meu). Que fazer, então, em termos de análise estética? Depois de insinuar que o teatrólogo inglês teria uma cosmovisão aquiniana “sem se dar conta”, restaria apenas *mistério* no reino do incognoscível Shakespeare, que



seria “mais real do que a vida” e que poderia ser representado, apenas, *literally* (HOOVER: HX11.W653.D42.1975F, p. 3).

5.12.5.12. “Apelo” ao ditador Ernesto Geisel: só a “estrita vigilância” sobre o Movimento Comunista Internacional (MCI) conservará o “Movimento de Março de 1964”

A VIII Conferência da WACL aprovaria, ademais, um “apelo” ao general-presidente Ernesto Geisel, reconhecendo os “méritos” do Brasil pós-1964 mas, na sequência, advertiu para a necessidade da manutenção da “vigilância” permanente contra o *Comunismo Internacional* para se evitar “retrocesso” no país. Em um primeiro conjunto de “Considerandos”, o apelo da VIII Conferência da WACL reconheceu **“a importância indiscutível deste país que nos hospeda, com o seu vasto e rico território e o seu contingente de 100 milhões de habitantes”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 21); “o fato irrecusável de que **ele evoluiu da condição de país subdesenvolvido, com economia estagnada ou em retrocesso em termos reais, para a situação de potência emergente, com um dos mais rápidos crescimentos econômicos de todo o mundo”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 21); e também “o extraordinário resultado obtido em apenas 11 anos”, “consequência de certas alterações de natureza política e jurídica, que não vulneraram, na essência, o regime democrático” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 21).

Uma Resolução apologética, portanto, aos feitos e ditos da ditadura militar brasileira, em especial a seu “milagre” econômico – e para o grande capital internacional e associado, concretamente, uma extração de mais-valor miraculosa, chave do *boom* de suas taxas de lucro. Porém, esse “milagre” brasileiro pós-1964 teria atizado o eterno e sempre vigilante inimigo vermelho, o Movimento Comunista Internacional (MCI). Assim que os últimos dois “Considerandos” desse “Apelo” a Ernesto Geisel salientaram que **“o Comunismo Internacional, consciente da importância mundial do Brasil e do que nele vem sendo ensaiado, e consciente das necessidades ditadas pelo seu próprio expansionismo, vem forcejando para restabelecer as vulnerabilidades de que antes pode valer-se, na consecução das ações que resultaram no Movimento de Março de 1964”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 21, grifo meu). “Para tanto”, isto é, procurando restabelecer o *status quo ante* 1964, **os comunistas “haverão de usar, ou já estão usando, os instrumentos resultantes de sua infiltração nos meios de comunicação de massa e na classe política”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 21, grifo meu). Diante disso, na Sala

das Sessões, em 25 de abril de 1975, a **VIII Conferência da WACL resolveu “dirigir o presente apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, General Ernesto Geisel, no sentido de que mantenha a estreita vigilância que se faz mister**, para que seja este grande País, conservado na rota do extraordinário progresso e da Paz social que, para admiração geral, vem sustentando até aqui” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 22, grifo meu).

#### 5.12.5.13. *O discurso de encerramento do novo presidente (brasileiro) da WACL*

O presidente da SEPES Carlo Barbieri Filho, entronizado na presidência da WACL durante a VIII Conferência da Liga de 1975, encerrou os trabalhos anticomunistas com um discurso emocionado. Na sessão de 25 de abril, no Rio de Janeiro, dirigiu-se não a “companheiros de Congresso”, mas sim a “companheiros de luta, que como participantes ou convidados, estiveram presentes neste conclave (...) trazendo o inestimável concurso da sua vontade, da sua inteligência e da sua determinação, para que mais inestimáveis fossem os resultados até agora alcançados pelo nosso esforço comum” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 28). O encerramento da VIII Conferência da WACL deveria ser, segundo seu novo presidente, “o início de uma nova etapa na luta que todos decidimos travar contra [a] tirania e a opressão” que, “sob o pretexto da ideologia marxista”, expressariam de fato “uma política de potência, orientada para o mais claro, evidente e agressivo imperialismo, [que] desafiam a nossa capacidade de reação”.

Segundo Barbieri Filho, portanto, “**a luta contra o marxismo-leninismo é uma guerra**” que assumiria, “segundo as circunstâncias”, “os mais diversos caracteres”. Lembre-se que, na abertura da VIII Conferência da Liga, o então jovem anticomunista advertiu: “Estamos enfrentando a III Guerra Mundial”. Isso porque “**a doutrina da chamada luta de classes, mais propriamente guerra de classes, que preside e orienta a filosofia, a economia, a estratégia e construção do marxismo-leninismo, implica uma concepção propriamente bélica das Relações Sociais**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 28, grifo meu). É nessa perspectiva da *guerra de classes*, compreendendo-se a luta antimarxista como *uma guerra*, que o novo presidente da WACL orientou seus *companheiros de luta* a enfrentarem “o problema da luta contra o comunismo”. Assim, para “combater acertada e eficazmente o marxismo-leninismo”, arrematou o brasileiro, “é preciso conhecê-lo na sua teoria e na sua prática, analisar seus propósitos e

atividades, desentranhar a sua linha estratégica e os seus objetivos táticos, e valorizar fielmente as suas formas de luta” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 28).

Justamente a VIII Conferência da WACL, que então se encerrava, teria contribuído para esse combate *certo e eficaz*, sobretudo, durante “a atual conjuntura política social” do mundo, que exigiria “uma linha clara e definida” para “podemos **enfrentar o nosso inimigo comum que utiliza dos mais requintados instrumentos psicológicos, para penetrar pelos diferentes canais que são abertos pelas mesmas estruturas da pseudo chamada Democracia**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, pp. 28-29, grifo meu). O então jovem Barbieri Filho, de um lado, reconhecia os valores da “Democracia, “tal como a entendem e vem praticando o Ocidente, e muitos Países de diferentes Regiões do Mundo”, quando exprimem “a observância e princípios correntes com **o espiritualismo que forma as bases da nossa cultura, dignificando a pessoa humana**, que antecede as Instituições Sociais e Políticas” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29). Porém, criticou que, “**graças à eficaz campanha psicológica montada pelo comunismo internacional**”, a *Democracia* teria se convertido “num termo, que mais do que defender os nossos valores, constitui um elemento de penetração [comunista], perdendo assim a sua validade em termos políticos” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29, grifo meu).

*Democracia* preclusa, portanto, como forma historicamente ultrapassada. A *Democracia* teria aberto às portas à “penetração” comunista e, naquela altura, já estaria contribuindo para solapar *o espiritualismo que forma as bases da nossa cultura* ocidental. Depois dessa crítica “geral” à *Democracia* ocidental, o brasileiro criticou seu suposto líder “universal” no “mundo livre” da Guerra Fria: os EUA. “Fixemo-nos no panorama oferecido pelas Nações Livres”, conclamou Barbieri Filho, particularmente, “na mais rica e na mais desenvolvida de todas”. E o que os EUA teriam a ensinar? Esse “farol” da *Democracia* ofereceria apenas “um conceito impreciso de liberdade” e suas “Instituições Políticas e Normas Jurídicas”, “pelas brochas em que se constitui à **penetração das ações psicológicas do inimigo [comunista]**, ensejam **pressões sobre o Campo Político**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29, grifo meu). “**Por esta via, e dada a indiscutível eficácia das técnicas de comunista, estas Instituições passam frequentemente a atuar a serviço dos interesses do inimigo**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29, grifo meu).

Ou seja, segundo o presidente (brasileiro) da Liga, as instituições políticas dos EUA estariam “infiltradas” e servindo ao *inimigo comunista*. Isso porque “o comunismo atua

disfarçadamente em forma rígida, constante e incansável, manejando o inconsciente, divulgando uma atmosfera de desentendimento e de ódio, como se este último fosse (...) o motor necessário da História” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29). Até quando, indagou o presidente da WACL/SEPES referindo-se à *Democracia*, essa “espécie de superstição, mal concebida no século XVIII”, continuaria “a impedir a marcha ascendente da nossa civilização, a mais magnífica que a história já conheceu?” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29). “Até quando haveremos de manter-nos na defensiva, intimidados pela massa sufocante da propaganda adversária, de há muito empenhada em, entre nós, denegrir ou desmoralizar, tudo quanto representa reação sadia à infecção que ela dissemina?” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29).

Em resumo, a democracia seria uma “espécie de superstição” do século XVIII europeu que impediria o florescimento da “nossa civilização” cristã-ocidental. Barbieri Filho, no que ecoou uma linhagem bem específica da ultradireita brasileira, explicitou aqui uma dupla crítica ou rejeição *reacionária*. Era preciso fazer guerra ao *comunismo* mas, para tanto, seria preciso combater o *liberalismo*. Por isso, seria “indispensável e inadiável **tomar consciência**” da **impossibilidade de “combater o bolchevismo totalitário e ateu, mantendo o liberalismo”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29, grifo meu)<sup>729</sup>. Antibolchevismo e antiliberalismo, como visto, foram os dois nódulos ideológicos da SEPES (e congêneres por dentro da WACL).

Repuseram, ideologicamente, velha tradição reacionária brasileira, integralista, integrista e que tais. Não apenas seria impossível combater o bolchevismo de uma perspectiva liberal, como também seria desaconselhável apresentar “o liberalismo (...) à capacidade ideal dos jovens, com todas as mazelas que ele gerou espontaneamente, e com aquelas que permitiu fossem implantadas e proliferarem em seu seio” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29). O rechaço do liberalismo como perspectiva ideológica e como método de combate ao comunismo, bem como sua rejeição como estratégia de mobilização da juventude, ancoraram-se na defesa do *espiritualismo*, e seu corolário: a crítica ao *materialismo* “em geral”. Os verdadeiros anticomunistas deveriam ter a coragem de dizer um “basta” à mercantilização da *civilização cristã ocidental*. Seria preciso, portanto:

---

<sup>729</sup> O combate reacionário duplamente dirigido contra o comunismo e o liberalismo é uma posição e ideia-chave na ideologia do Chefe da Ação Integralista Brasileira (AIB) Plínio Salgado. Cf. CHASIN (1978). O mesmo pode ser dito de um “ex” integralista e ministro da Justiça do governo Médici (1969-74), Alfredo Buzaid. Para uma análise do ideário bonapartista buzaidiano como “estrela” na constelação da *Ideologia 64* (RAGO, 1998), cf. MACHADO (2015). Essa dupla rejeição – antiliberal e anticomunista –, todavia, é uma característica universalmente encontrada nas extremas-direitas globais.

Ter a coragem de proclamar que **estão profundamente enganados os que pensam em poder salvar uma civilização de inspiração espiritualista, seduzindo toda a visão das realidades históricas e dos problemas conjuturais, aos estreitos e não muito altos limites de um balcão, aonde se tenta mercadejar uma falsa felicidade, falssissimamente, identificada em algo que, exclusivamente, dependeria de posse e gozo de bens materiais** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29, grifo meu)

Tanto o liberalismo, *mercadejando* sua *falsa felicidade* identificada com o individualismo possessivo burguês, exclusivista em *posse e gozo de bens materiais*, quanto o comunismo *ateu e totalitário*, eram criticados como expressões do *materialismo* “em geral”. Isto é, formas particulares de vida e ideologia que anulariam *uma civilização de inspiração espiritualista*. Inclusive, o ideal do liberalismo de tudo abarcar como *um balcão* de negócios e mercadorias, segundo Barbieri Filho, seria o principal responsável pelo “desencanto de tantos jovens, a oferecer-nos, na tristeza de sua desorientação, a evidência do equívoco representado por aquela identificação”, a saber, a *felicidade* identificada à *posse e gozo de bens materiais* (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29).

Eis que, combatendo duplamente o *materialismo* liberal e o comunista, o novo presidente da WACL, expressando uma linhagem brasileira de uma constelação global de extremas-direitas da Guerra Fria, defendeu a seus *companheiros de luta*, no encerramento da VIII Conferência da Liga, que era “preciso **proclamar, de novo, que o sentimento Pátrio é algo legítimo em sua espontaneidade**”. Isso porque *o sentimento Pátrio* “exprime a compatibilização emocional entre a criatura humana e o ambiente físico e cultural em que conheceu o mundo, e desenvolveu a própria personalidade” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 30, grifo meu). Como “consequência de sentimento” ou do *sentir patriótico*, “justifica-se e deve ser incentivado **um nacionalismo entusiasta, sincero e sadio que não haure energias do ódio ou aversão às outras nacionalidades, mas do amor à própria terra e à própria gente**, associado ao reconhecimento objetivo da natureza dos problemas que devem ser enfrentados e resolvidos por cada nação” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 30). Com essa disposição, cheio “de entusiasmo e de ansiedade pelo início da etapa de luta”, o novo presidente da WACL, presidente da SEPES, defendeu que a Liga Mundial Anticomunista “haverá de constituir-se na madrugada de uma nova consciência e de um novo espírito, desmitificados que venham a ser pelo nosso trabalho, os fantasmas engendrados pelos arquitetos e artífices de nossa ruína” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 30).

O momento histórico, conclui Barbieri Filho, a 25 de abril de 1975, “precisa de ações concretas e rápidas”, saudando que participaram da VIII Conferência da WACL **“de diversos lugares do mundo” reunidas “com expectativa de encontrar os seus companheiros de luta e de achar novas motivações, informações e linhas de ações para enfrentar o perigo [comunista]”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, pp. 30-31, grifo meu). “Perigo” comunista que “nas últimas semanas conseguiu conquistar, pela força, a Cambodja” e, “se nós não conseguirmos a ajuda necessária”, profetizou o presidente da WACL criticando os EUA, **o Vietnã “constituirá mais uma vergonha para os que, arvorando-se Anti-Comunistas, aliam-se com o imperialismo soviético, excusando-se sob falsos argumentos que não são mais que o reflexo de um sistema corrupto e sem nenhuma visão histórica”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 31, grifo meu). Na iminência, pois, da derrota dos EUA na Guerra do Vietnã, o jovem brasileiro presidente da SEPES (ex-CLACE), catapultado à presidência da WACL, acusava o sistema político dos EUA de *corrupto e sem nenhuma visão histórica*. Teriam abandonado, à própria sorte, seus fiéis aliados sul-vietnamitas.

A despeito das derrotas e dos abandonos sofridos pelos “autênticos” anticomunistas, assinalou Barbieri Filho no encerramento da VIII Conferência da WACL, **“nós não podemos sair daqui pensando que estamos só. Acreditamos que a riqueza que pode derivar de eventos como este é justamente o contacto e a troca de informações para buscarmos novos aliados com os quais possamos empreender ações comuns, visando o fortalecimento do movimento Anticomunista”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 31, grifo meu). Para isso, arrematou o brasileiro, “devemos utilizar todos os recursos ao nosso alcance”, com uma dupla certeza: “nosso ideal está inspirado nos mais absolutos princípios de Justiça e Liberdade” e “somente a noção de métodos de luta organizados, conjuntos e fortes poderá permitir que algum dia os nossos filhos possam receber um mundo melhor” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 31). Se, de um lado, “a WACL foi criada com este fim”, concluiu o brasileiro presidente da Liga (biênio 1967-77), “ao assumirmos hoje a Presidência desta Entidade, devemos lutar e nos comprometer, pedir iluminação do Ser Supremo, analisar as nossas fraquezas, e iniciar um caminho de construção para, finalmente, enfrentarmos o nosso Povo e as nossas consciências com a certeza que temos dado um passo à frente para a Liberdade do Mundo de Amanhã” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 31).

#### 5.12.5.14. Comunicado Final: anticomunismo, antiliberalismo e golpismo militar permanente no 3º Mundo

Por último, o Comunicado Final da VIII Conferência da WACL condensou cinco (5) grandes conclusões que resultaram do conjunto de debates das reuniões plenárias e dos trabalhos das Comissões. Esses 5 pontos foram sumariados pela SEPES, a organização que organizou ostensivamente o encontro anticomunista com ajuda da ditadura militar brasileira, da seguinte maneira. O primeiro tópico do Comunicado Final caracterizou “**o conflito dos nossos dias**” não como sendo determinado “pela oposição de interesses entre duas nações ou grupos de nações, mas **pela oposição entre dois conjuntos de valores culturais, dos quais resultam duas perspectivas culturais inteiramente diferentes**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 16, grifo meu). A primeira perspectiva cultural seria aquela que “**enforma a nossa Civilização, baseada na suposição de que a criatura humana tem uma expressão física e uma dimensão espiritual**, destas resultando o seu **livre arbítrio** e o tipo de relações entre estas as organizações sociais, como o Estado, por exemplo” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 16, grifo meu). A outra perspectiva cultural, a inimiga, estaria:

(...) baseada na **perspectiva do materialismo dialético para a qual o homem é o resultado do encontro casual de substâncias químicas que pela sua complexidade conferem a possibilidade de relacionar-se o homem com o homem, sendo por ele totalmente determinado**. A consequência é que **o homem assim concebido não tem livre arbítrio**, nem sequer havendo sentido na existência de uma consciência individual, e as consequências de natureza política são óbvias (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 16, grifo meu).

Nesse sentido, o “conflito” contemporâneo estaria baseado em duas visões de mundo antagônicas. A primeira seria “a nossa”, isto é, a da *civilização cristã ocidental*, respeitadora da *dimensão espiritual* do ser humano e de seu *livre arbítrio*. A outra concepção cultural de humanidade e de poder político, a inimiga, seria a comunista que, ao se ancorar no *materialismo*, negaria a *liberdade de consciência* ao ser humano, cativo fatal de ser *determinado* pela *causalidade*. Já o segundo ponto do Comunicado Final, ainda de acordo com a síntese elaborada pela própria SEPES, repôs o nódulo antiliberal como componente inextrincável da “cruzada” anticomunista dessa extrema-direita verde-amarela. O Comunicado Final então defendeu que “o sucesso do imperialismo comunista” dependeria de “duas fontes”, a saber: o *comunismo* e o *liberalismo*. Escancara-se aqui, mais uma vez, o rechaço duplo da ultradireita wacliana e/ou sepista

ao *materialismo* comunista e ao *materalismo* liberal. Na síntese da SEPES, a primeira “fonte” do *sucesso do imperialismo comunista* residiria, obviamente, nos próprios comunistas: essa fonte vermelha estaria representada pelas ações que são planejadas e realizadas a partir da União Soviética e da China Continental ou, em segunda mão, por alguns dos seus satélites” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 16).

A segunda “fonte” do *sucesso comunista*, a sua vez, residiria no *liberalismo* precluso, entrelido e combatido como forma histórica ultrapassada, *espécie de superstição* do século XVIII. O liberalismo não serviria mais como perspectiva ideológica e, muito menos, serviria como *eficaz* arma de combate na guerra anticomunista. Essa segunda “fonte” residiria nos:

(...) erros que existem no seio das nossas próprias sociedades, entre eles **a insistência em manter fórmulas institucionais e normas jurídicas que foram concebidas em séculos pretéritos, sob o temor da opressão que resultava do absolutismo monárquico e na ausência da agressão sistemática, cientificamente levada a cabo pelo imperialismo bolchevista** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 16, grifo meu)

Em suma, nascido em *séculos pretéritos*, forjado nas batalhas contra o *absolutismo monárquico*, o *liberalismo* não estaria apto a combater a agressão sistemática e cientificamente conduzida pelo bolchevismo. **“A sustentação dessas fórmulas” do liberalismo clássico, portanto, seriam “inviáveis em face da nova realidade”, o que “permite que os comunistas, fechados em suas próprias fronteiras, vulnerem as nossas”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, pp. 16-17, grifo meu). O terceiro ponto do Comunicado Final reconheceu “a existência de um esforço paciente e continuado de **infiltração nos meios de comunicação de massa e nos centros de irradiação de prestígio cultural, como as colunas de crítica literária, artística, de teatro e de cinema, assim como na cátedra e nas lideranças religiosas**” e, “por tal via, **dentro de nossas fronteiras, o inimigo passa a atuar, influenciando o poder político e alterando os valores tradicionalmente aceitos como bons**” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 17, grifo meu).

O quarto ponto do Comunicado Final, ainda enfatizando a ameaça interna, criticou não o materialismo comunista ou “dogmático”, mas atacou, por supostamente abrir as portas ao último, o *materialismo* dos capitalistas e financistas internacionais, cujo hedonismo não daria atenção aos *valores espirituais*. Reconheceu-se, assim, “como fator de erosão da força de nossa posição”, **“a crescente influência de um materialismo não-dogmático e de expressão hedonista, freqüentemente predominante nos círculos da finança e do capitalismo internacionais”**



(BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 17). **“Os referidos círculos comumente adotam uma interpretação corrompida do pragmatismo, de acordo com a qual seriam de pouca ou nenhuma relevância os valores espirituais”** e, assim, **“essa forma de materialismo é que facilita e torna possível a infiltração do bolchevismo nos meios de comunicação social e nos centros de irradiação de prestígio cultural”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 17, grifo meu).

Depois de antagonizar os valores culturais da *civilização cristã ocidental* e aqueles do *comunismo*, depois de caracterizar as duas “fontes” do *sucesso do bolchevismo* – o *expansionismo comunista* e a obsolescência histórica do *liberalismo* –, o Comunicado Final da VIII Conferência da WACL, em seu quinto ponto, demarcou a necessidade e a conveniência das intervenções armadas no século XX. De acordo com a síntese da SEPES acerca desse ponto, a VIII Conferência da Liga entendeu que **“as freqüentes intervenções do poder militar na condução do processo básico, especialmente nas nações do Terceiro Mundo”, não seriam algo “anormal, como supõem os críticos, fascinados mais pelas formas institucionais e jurídicas do que pelas realidades sociológicas** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 17, grifo meu)

Nota-se, de novo, que o alvo desse ponto não é propriamente o inimigo comunista, mas, sim, os críticos liberais das *frequentes intervenções do poder militar na condução do processo básico das nações do Terceiro Mundo*. Estaram esses, os “liberalóides”, *fascinados por formas institucionais e jurídicas* de um liberalismo já ultrapassado historicamente *pelas realidades sociológicas*, caracterizadas pela agressão sistemática e cientificamente desenvolvida pelo *imperialismo bolchevique*. Eis que, de acordo com o quinto ponto do Comunicado Final da WACL, **“na verdade, na maioria dos casos”, essas *intervenções militares* “exprimem a reação natural dos setores menos contaminados das respectivas nacionalidades pela infecção que provém da ação bolchevista”** e, assim sendo, esses setores antibolcheviques *sadidos apenas reagiriam* **“quando a profundidade da crise ultrapassa a capacidade de ação das organizações formalmente responsáveis pela solução das referidas crises, como são os partidos políticos, e fazem-no precisamente em defesa dos valores tradicionais característicos das nacionalidades ameaçadas”** (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 17, grifo meu).

O documento da SEPES ainda informou que esses cinco pontos condensaram o essencial do Comunicado Final da VIII Conferência da WACL de 1975, embora nesse figurassem, ademais, proposições relativas “à expansão do imperialismo comunista no Extremo-Oriente, no Oriente-

Médio e documentos relacionados às nacionalidades subjugadas pelo mesmo imperialismo e aos pontos de vista sobre o problema, em acordo com a perspectiva da associação que representou no conclave as nações livres da Europa” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 18). Todavia, vale muito a pena circunscrever que também os arapongas do Ministério da Aeronáutica, ao sintetizarem o Comunicado Final da VIII Conferência da Liga, concentraram-se apenas nos sobrecitados cinco pontos essenciais. Assim que o Encaminhamento n.º 136, de 13 de maio de 1975, assinado pelo Quartel-General do IV Comando Aéreo Regional (COMAR) do Estado-Maior, 2ª Seção, do Ministério da Aeronáutica, sumariou as seguintes **“CONCLUSÕES” da VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista** de 1975, a que elegera um jovem brasileira à sua presidência:

**1ª) Há duas concepções do Homem e do Estado viceralmente opostas e em luta permanente; a democrática e a comunista. A primeira preserva os valores da criatura humana e a outra o materializa e o escraviza. Não há que tergiversar nem ceder, mas definir e combater, em todos os ângulos que se apresente. 2ª) O materialismo comunista se origina de duas fontes: a Rússia Soviética e a China Continental**, das quais são planejadas as ações comunizantes para todo o mundo. Considera-se, ainda, nesse primeiro plano, os países ou cativos ou socialistas. **Como segunda fonte os inúmeros erros que existem no nosso próprio meio, como, por exemplo a insistência em se adotar o "Liberalismo Clássico" já superado pela conjuntura atual.** 3ª) Reconheceu o Congresso a sistemática infiltração comunista nos meios de comunicação de massa, com imprensa falada e escrita, cátedra e lideranças religiosas, etc. 4ª) **Deve ser assinalada a crescente materialização da sociedade e dos Grupos naturais como a família, que por diversos meios estão sofrendo o ataque comunista no sentido de dissolvê-los.** 5ª) **As intervenções militares nos países do 3º Mundo são necessárias e se justificam para a garantia das instituições e dos valores fundamentais da Civilização**\_(BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028, pp. 3-4, grifo meu)

O golpismo militar, portanto, como a “sacrossanta” tradição nos países do 3º Mundo. Os militares como garantidores últimos *das instituições e dos valores fundamentais da Civilização*. Além de tomar o bonapartismo como a normalidade no 3º Mundo, os militares que resumiram o Comunicado Final destacaram o duplo rechaço ao *comunismo* e ao *liberalismo* exposto (e visto acima) nos discursos do novo presidente da WACL. Anote-se, enfim, que esse rechaço reacionário, de perfil *espiritualista* ultracatólico, aos *materialismos* liberal e marxista, porque descuidariam dos altos *valores espirituais* da *civilização cristã ocidental*, coincidiu *em gênero, número e grau* com o ideário desenvolvido pelo “conferencista mais aplaudido” na abertura da VIII Conferência da Liga. E que foi mesmo? Como visto, Alfredo Buzaid. Foi ele quem, de fato, consagrou-se como elaborador ideológico, ainda enquanto ministro da Justiça do ditador Médici, da noção de que o *liberalismo clássico* e seu *Estado de Direito* encontravam-se historicamente obsoletos e incapazes

de enfrentar o *comunismo*. Essa seria, inclusive, a justificativa para uma *intervenção militar* permanente na política e no Estado. Tudo, obviamente, para salvar e garantir a sobrevivência da *civilização cristã ocidental* em crise – atacada por uma “estratégia de pinça” dos *materialismos* liberal e comunista. Ainda como ministro da Justiça, Buzaid auxiliou a SEPES na organização do II Congresso da CAL-Pública de janeiro de 1974. Barbieri Filho e a SEPES não criaram nada de novo, porém, mas vocalizaram um ideário ultraconservador que encontrou em Buzaid, por exemplo, uma personificação idelógica mais antiga e acabada. Ou mesmo em outro “ex” integralista, que também servira a ditadura militar, como Jorge Boaventura. Ambos de passado integralistas, inclusive. Depois da VIII Conferência da WACL, ambos associaram-se à SEPES.

#### 5.12.6. As “teses” da SEPES à VIII Conferência da WACL

A SEPES, o “Capítulo Nacional” responsável pela organização da VIII Conferência da WACL, apresentou inúmeras “teses” e “trabalhos” naquele conclave de 1975. Porém, o que se evidenciou com essa apresentação na VIII Conferência da Liga foi o fato desse “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, embora sediado em São Paulo, aquartelada no *Shopping Center Iguatemi*, ter também uma “filial” no Rio de Janeiro. As proposições apresentadas pela “filial” carioca da SEPES na conferência anual da WACL de 1975, no Rio de Janeiro, excederam, inclusive, as “teses” apresentadas pela “matriz” sepista de São Paulo. Diante desse fato no mínimo “curioso”, importa indagar: quem poderia ter composto a seção da SEPES no Rio de Janeiro, uma vez que ostensivamente, pelo menos até o biênio 1976-77, os dirigentes sepistas parecem ter estado aquartelados exclusivamente em São Paulo? Não se sabe, embora algumas indicações puderam ser encontradas na análise das “teses” apresentadas pela SEPES “carioca”.

A primeira dessas evidencias indiciárias. Intitulada “**Guerra Revolucionária Comunista: 1935**”, essa proposição da SEPES-Rio de Janeiro advertiu, no início, tratar-se apenas de um “**Extrato de um Livro de História do Exército Brasileiro – Volume 3**” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 1, grifo meu). Mas também a SEPES-São Paulo, em uma de suas “teses” apresentadas, sinalizou suas afinidades ideológicas com o Exército do Brasil. Intitulada “Como os Comunistas se Infiltraram em Organizações Democráticas”, essa “tese” sepista reproduziu literalmente, como se apontará, um excerto do Inquérito Policial-Militar n.º 709,

conduzido pelo tenente-coronel Ferdinando de Carvalho a partir de agosto de 1964, contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seja como for, ao menos desde o III Congresso da CAL-Secreta, realizado ao final de 1974 dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), é possível deduzir que a SEPES configurou “apenas” o “Capítulo” ostensivo da WACL/CAL e os militares – mas quais? – devem ter operado seu “Capítulo” secreto. Recorde-se que o SNI aconselhou o ditador Ernesto Geisel, informando-lhe sobre referido congresso da CAL-Secreta de 1974 na EsNI, que os militares brasileiros deveriam se engajar secretamente no órgão regional da WACL na América Latina (CAL). Bastaria valer-se para isso de “uma entidade fantasma”, aparentemente desvinculada do governo federal, mas “clandestinamente controlada pelo SNI”.

Por conseguinte, a SEPES, ao que tudo indica, serviu como essa entidade de “fachada” para certos agentes da ditadura militar – mas quais? – engajarem o Brasil no complexo anticomunista WACL/CAL. Seria apenas mais uma coincidência o fato da mais importante “tese” apresentada pela SEPES-Rio de Janeiro ter tratado de uma novíssima proposta de “**doutrina de antissubversão**”, discorrendo, com propriedade, sobre assuntos e estrategistas militares da *guerra revolucionária comunista* e dos métodos mais eficazes para *neutralizá-la e destruí-la*? Quem seriam, de fato, os membros da SEPES carioca que redigiram outra de suas “teses” apresentada na VIII Conferência da Liga, por exemplo, aquela intitulada “**La Guerra Revolucionaria Comunista y su Principal Arma: Las Acciones Psicosociales**” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F). Outro indício de que a assim chamada “SEPES-Rio de Janeiro” era, de fato, secretamente controlada pelos militares brasileiros pode ser encontrada na “tese” apresentada sob o título “**Trabalho de Massa: Terminou a Ameaça Comunista?**” (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F grifo meu).

Esse tema, como visto, foi debatido pelo III Congresso da CAL-Secreta de 1974 na EsNI. Ali foi citada uma longa passagem do revolucionário bolchevique Vladimir Lenin sobre o tema e, pergunte-se, seria apenas mais uma “coincidência” o fato da mesmíssima passagem ter sido transcrita na “tese” intitulada “Trabalho de Massa: Terminou a Ameaça Comunista?” de autoria da SEPES-RJ? Não teriam sido os militares brasileiros (mas quais?) os autores “fantasmas” dessas proposições “bélicas” da SEPES carioca apresentadas na VIII Conferência da WACL? Há muito o que se descobrir ainda sobre quem, de fato, esteve por detrás, do lado da ditadura militar brasileira, da SEPES. Todavia, o próprio SNI recomendara, como dito e reforçado, o engajamento

secreto das Forças Armadas do Brasil na Liga Mundial Anticomunista (WACL) via Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). A SEPES de São Paulo, ademais, apresentou alguns trabalhos na VIII Conferência da WACL. Entre eles, **“Juventude e Reformas Sociais”** (HOOVER: HX11.W653.Y68.1975F grifo meu), **“Los tóxicos y la subversión”** (HOOVER: HX11.W653.Y69.1975F grifo meu), **“El Comunismo y la Religión”** (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F), **“Nuevas Perspectivas para el Movimiento Comunista: Portugal”** (HOOVER: HX11.W653.N84.1975F grifo meu), **“Quem Defenderá o Mundo Livre??”** (HOOVER: HX11.W653.Q5613.1975F grifo meu), **“Como os Comunistas se Infiltraram em Organizações Democráticas”** (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F grifo meu).

A SEPES do Rio de Janeiro, a seu turno, também apresentou alguns trabalhos à VIII Conferência da WACL. Entre eles, **“O Poder Anticomunista”**, de autoria da Professora **Carla Sanchez de Queiroz** (HX11.W653.W3835.1975F), **“La Oposición Soviética Plantea su Ideología”** (HX11.W653.066.1975F), **“Distensão Mútua”** (HX11.W653.M88.1975F), **“Da Necessidade e Urgência de uma Resposta Ideológica”** (HX11.W653.O34.1975F), **“La Iglesia y los Estudiantes”** (HX11.W653.I34.1975F), **“A Igreja do Brasil e o Comunismo ou A Igreja dos Progressistas”** (HX11.W653.C48.1975F), **“La Infiltración Comunista en el Clero de America Latina”** (HX11.W653.2543.1975F) [Otavio Mota?], **“Infiltração ou Dominação”** (HX11.W653.2545.1975F), **“As Cinco Verdadeiras Banderias do Comunismo”** (HX11.W653.F58.1975F), **“Guerra Revolucionária Comunista: 1935”** (HX11.W653.C667.1975F), **“Atividade Comunista no Brasil de 1963 a 1975”** (HX11.W653.C665.1975F), **“La Guerra Revolucionaria Comunista y su Principal Arma: Las Acciones Psicosociales”** (HX11.W653.G8.1975F), **“Trabalho de Massa: Terminou a Ameaça Comunista?”** (HX11.W653.T73.1975F), e o mais importante deles, **“La doctrina de la Anti-Subversion”** (HX11.W653.D68.1975F), que será analisado mais abaixo. Essa “tese” da SEPES, que realizou um balanço crítico das teorias da *antissubversão* e, ao final, propôs sua nova conceptualização (“global”) sobre uma *doutrina da antissubversão*, seria inclusive incorporada em um dos pontos do Comunicado Final da VIII Conferência da WACL, que destacou ser necessário **“formular uma nova estratégia antissubversiva, a partir de determinados princípios, aceita como válida para a estratégia citada acima, revelou-se ineficiente ou completamente errada em sua concepção”** (ABN, 1975, v. XXVI, n.º ¾, p. 17, grifo meu).

#### 5.12.6.1. “Como os Comunistas se Infiltraram em Organizações Democráticas” (SEPES-SP)

Como adiantado, essa “tese” da SEPES-SP, apresentada à VIII Conferência da WACL sob o título “**Como os Comunistas se Infiltraram em Organizações Democráticas**” (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F grifo meu), reproduziu literalmente um longo excerto do Inquérito Policial-Militar n.º 709 conduzido pelo tenente-coronel Ferdinando de Carvalho, a partir de 7 de agosto de 1964, contra o Partido Comunista do Brasil (PCB) colocado na ilegalidade, de novo, pela ditadura militar então instaurada. Ferdinando de Carvalho foi encarregado pelo general de Divisão Hugo Panasco Alvim para, de acordo com o Código de Justiça Militar, conduzir um “Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, nos órgãos dirigentes do extinto PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem **os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social**” (IPM709, 1966a: 7, grifo meu). Assim que a “tese” da SEPES paulista era, de fato, um excerto do volume II do Relatório do Inquérito Policial-Militar n.º 709 elaborado pela equipe do tenente-coronel Ferdinando de Carvalho.

Novamente, a “tese” sepista era, em verdade, uma “tese” do Exército do Brasil. E os oito parágrafos iniciais da tese “da” SEPES reproduziram, na íntegra, os oito parágrafos do volume II do Relatório do IPM n.º 09<sup>730</sup>. De início, essa proposição “da” SEPES salientou que a “infiltração” em organizações democráticas seria “uma atividade comunista normal”, fruto de uma *técnica* refinada pela experiência de quase um século. O objetivo dessa *infiltração comunista* seria dominar e converter as organizações democráticas “em executores passivos da política bolchevique, que busca expandir e ampliar a área de atuação do Partido Comunista”, um trabalho que exigiria uma “operação paciente e progressiva” conduzida pelos mais diversos meios *legais ou ilegais, lícitos ou ilícitos* (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 1). O próprio Lenin teria recomendado, em *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*, a adoção de táticas de infiltração, sugerindo ““todos tipos de estratégias, artifícios, ilegalidades, subterfúgios e métodos evasivos,

---

<sup>730</sup> Nesta pesquisa, referida “tese” da SEPES foi traduzida a partir de uma cópia em inglês depositado no Hoover Institution, da Universidade de Stanford, na Califórnia, EUA. Depois da leitura desse material, percebeu-se um fato de relevância: essa “tese” sepista foi composta de excertos do IPM n.º 109 do tenente-coronel Ferdinando de Carvalho. Embora mantida a tradução do inglês, remete-se o leitor ao original em português nas páginas 160-161 do volume III do referido IPM, publicado, em outubro de 1966, pela Biblioteca do Exército (IPM709, 1966b:160-161).

com o único propósito de penetrar nos sindicatos de trabalhadores, permanecer neles e prosseguir realizando atividades comunistas dentro, custe o que custar” (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 1).

Via de regra, assinalou a SEPES paulista, ancorada no Inquérito Policial-Militar n.º 709 de 1964, essa infiltração seria dirigida e planejada pelo Partido que instruiria seus membros a “penetrarem” nas organizações democráticas. Assim que o Partido designaria seus membros para se juntarem a associações, instituições de ensino, sindicatos de trabalhadores, clubes desportivos etc., podendo ainda o Partido indicar alguns de seus elementos para um curso universitário e para uma carreira política para que, nesse caso, componha “a facção parlamentar do Partido Comunista” (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 2). Inclusive, segundo a SEPES-SP, o artigo 14 dos Estatutos do PCB prescreveria que seus membros, “nas organizações de massa e em outras organizações não comunistas”, deveriam ser coordenados por alguma fração do Partido. **Esse trabalho das frações do Partido Comunista teria como objetivo básico “garantir a dominação das organizações infiltradas e seu uso nos movimentos de massa”** (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 2, grifo meu).

Com esse quadro operativo básico, os comunistas normalmente seriam orientados a seguirem o seguinte passo a passo, operando segundo um esquema planejado em fases para atingirem “a missão de infiltração”: primeiro, “penetrar a organização”; segundo, “obter uma boa reputação” nela; terceiro, conquistar postos-chaves dentro dela; quarto, constituir “um grupo de apoio”; e finalmente, “para paralisar os democratas” (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 3). A partir desse ponto, a SEPES reelaborou, sem citar na literalidade, o IPM n.º 709 de 1964 contra o comunismo no Brasil. Afirmou-se que, uma vez dominada ou infiltrada uma organização democrática pelos comunistas, “eles partem para o ataque dos democratas e dos anticomunistas, tentando desacreditá-los e desmoralizá-los” e, finalmente, “a organização transforma-se em uma frente legal ou ilegal do Partido” (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 3). Nesse tipo de operação de “infiltração” em organizações democráticas o segredo do sucesso comunista seria o segredo, isto é, o pertencimento do agente infiltrado ao Partido estaria sempre ocultado, escondido.

Uma “infiltração” poderia demorar meses e, em alguns casos, anos; e essa *técnica* variaria de acordo com o tipo de organização democrática a ser dominada pelos comunistas. Assim que, segundo a SEPES, o trabalho de “doutrinação” comunista se conjugaria com o de “infiltração”,

que seria feito na base de “slogans”, isto é, “ideais que tocam profundamente as almas dos homens” (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 3). Saltando algumas páginas daquelas já citadas do IPM n.º 709 (v. II), novamente a SEPES recorreu a ele. Citando um exemplo de “infiltração” do PCB no seio do movimento estudantil – o que faria por meio **da difusão de slogans que, tocando fundo na alma humana, serviriam apenas à linha do Partido e à sua finalidade última, a realização da “revolução brasileira (...) para o socialismo”** (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 4, grifo meu) –, a SEPES transcreveu, na íntegra, a seguinte citação do IPM *O Comunismo no Brasil* de 1964:

**‘Aos comunistas cabe conduzir a luta ideológica do proletariado dentro do movimento juvenil, como vanguarda consciente que são dessa classe e intérprete de seus superiores interesses. É seu dever difundir entre os jovens as ideias sociais do marxismo-leninismo, apresentar-lhes as soluções e os caminhos preconizados pelo Partido para os problemas gerais de todo o povo e para aqueles específicos da juventude, e esforçar-se para que, por essa via, a juventude e o movimento aceitem e adotem as ideias, a política e a direção do Partido, constituindo-se naquela força entusiástica e combativa capaz de levar a revolução brasileira até as suas últimas conseqüências, até o socialismo. Essa a tarefa mais importante do trabalho político do Partido na juventude’** (IPM709, 1966b: 211, grifo meu)<sup>731</sup>

Enfim, a tese “da” SEPES prosseguiu transcrevendo a página seguinte do IPM n.º 709 de 1964, *O Comunismo no Brasil*, salientando que “a parte mais interessante desse documento refere-se, porém, às questões em torno das quais o PCB encara as possibilidades de aliciamento, mobilização e unificação da juventude, estabelecidas consoante a natureza de seus elementos” (IPM709, 1966b: 212). Com uma minúscula reformulação, a SEPES e/ou o IPM *O Comunismo no Brasil* do Exército brasileiro concluíram destacando que, “para a juventude em geral (...) todas essas questões representam sérios problemas que envolvem, afligem e, portanto, interessam profundamente à juventude. Os comunistas procuram explorá-los para a sua propaganda ideológica e para a agitação das massas. Isto se enquadra perfeitamente na **técnica de mobilização de massas que o Partido utiliza** e a qual o meio da juventude é extremamente sensível” (IPM709, 1966b: 212)<sup>732</sup>

Finalmente, em elaboração própria (ou talvez não localizada dentro do IPM n.º 709 por este autor), a SEPES destacou que se conjugariam, nas operações comunistas, técnicas de

---

<sup>731</sup> Essa citação encontra-se, na versão em inglês, em HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, pp. 3-4.

<sup>732</sup> Essa citação encontra-se, na versão em inglês, em HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 4.



propaganda ideológica e de agitação das massas no seio juvenil, seguindo à risca a “técnica de mobilização de massas do Partido para a qual o ambiente juvenil é extramamente sensível” (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 4), concluindo-se que o “perigo” do trabalho de “infiltração comunista” residiria no fato de ser ele “imperceptível”. E isso aconteceria pela assimilação sincera de suas mensagens por seus “receptores” e pela aliança com comunistas admitida até mesmo por certos democratas anticomunistas, carentes de *espírito de combate*. **“Mas todos aqueles familiarizados com a história das conquistas Vermelhas sabem que é por meio da dominação de organizações elementares que os comunistas chegam ao poder e que quando eles usam violência é quase sempre o último golpe em uma comunidade decayed por uma penetração profunda e generalizada”** (HOOVER: HX11.W653.H69.1975F, p. 4, grifo meu).

5.12.6.2. *“O Comunismo e a Religião” (SEPES-SP): “satanaz” comunista, “apocalipse” da cristandade*

O trabalho apresentado pela matriz paulista da SEPES, **“El Comunismo y la Religión”**, demarcou de início que o comunismo saberia que “su mayor enemigo es la religión”. Seria justamente isso que levaria os comunistas a se infiltrarem, internacionalmente, na Igreja católica, isto é, por ser o “camión mas corto, seguro y eficaz para anular su influencia, dividirla, esmargarla, destruirla. Estan ai los ejemplos contemporaneos de cristianidades ayer florescentes y hoy silenciadas o inexistentes” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 1). Assim que, conforme esse *position paper* da SEPES-SP, **“la irreligión y el ancticlericalismo son inherentes al comunismo”** e, “contrariamente a lo que piense Marcel Reding, afirmamos que **el materialismo marxista es ateu por necesidad esencial**”, já que nele “la preponderancia de lo económico no solo puede ser, de hecho es imprescindible que lo sea, interpretada de forma atea” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 1, grifo meu). Bastaria observar, segundo a SEPES, a **“propaganda antireligiosa”** desenvolvida pelos “dirigentes rojos” nos países comunistas que, não contentando-se com “la prohibición de enseñar y de propagar la fé”, fecham e derrubam “los templos, cuando no les cobran impuestos exorbitantes e insolubles” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 1).

De mil maneiras os *dirigentes vermelhos* oprimiriam os *crentes* e perseguiam o *clero*, lançando-os “sumariamente en carceles, manicomios y campos de concentración” e, na sequência,

decretariam o *ensino antirreligioso obrigatório*, criariam *falsas Igrejas* e treinariam *falsos sacerdotes* “para ilusionar los incautos, o para serviren de espías y corruptores de la fé dentro de las instituciones religiosas” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 1). Nos países do chamado “mundo livre” – “e hasta cuando [libres]? –, os comunistas estariam empreendendo, *subrepticamente*, uma “amplia y bien montada propaganda ridicularizando la religión, el clero, los creyentes através de publicaciones (libros, folletos, diarios, periódicos, panfletos), espetaculos de teatro, encenaciones y representaciones de toda espécie), cine, radio y televisión” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 1). Os comunistas estariam promovendo uma luta pela *laicização* “de la enseñanza y alimentan antagonismos de grupos y cisiones entre las Iglesias” e, “a traves de diabólica acción diplomática”, “se infiltran en las Iglesias católicas y protestantes nacionales, mas también en el Vaticano y en el Consejo Mundial de las Iglesias coon sed en Genebra” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 1).

A “ofensiva ideológica del comunismo mundial en contra de la creencia religiosa” teria tal *volumen e peso* que os próprios doutrinadores da fé passariam “a hablar y a escribir” em linguagem *ambigua* ou mesmo com “asiento francamente marxista”. E seria precisamente “por falta de firmeza doctrinal” que “estamos siempre dispuestos a todas las transigencias, a todas las concesiones y compromisos” e, *mirable dictu*, “mas de un documento pontificio o emanado de las Congregaciones Romanas han tergiversado en la formulación de la doctrina social de la Iglesia”, insinuando-se, inclusive, que a Igreja católica sequer teria mais “una doctrina social a enseñar” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 2). Por isso mesmo, arrematou o *postion paper* sepista, “**en el seño de la Iglesia católica se abrió como una fenda de donde brota el humo de satanaz**” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 2, grifo meu).

Essa situação *crítica* se agravaria ainda mais pela “falta de solida cultura general – notadamente filosófica y teológica – por parte del clero y líderes católicos” que, igualmente, desconheceriam “la ideología, organización, técnicas, tácticas y finalidad comunistas” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 2). Seria justamente “de esa indigencia mental de los responsables” que “se aprovecha el comunismo para establecer entre los creyentes una confusión vedaderamente maquiavélica en torno del significado de las palabras y de las ideas que les debe alimentar y dirigir la acción temporal” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 2). E a essa crise da *cristandade* “podemos atribuir buena parte de la crisis actual de identidad de los sacerdotes y de los líderes

cristianos en general”, o que seria, *quizá*, “**el sombrío prenuncio del advenimiento de la Bestia del Apocalipse**” (HOOVER: HX11.W653.C675.1975F, p. 2, grifo meu). O “satanaz” comunista seria, pois, o “Apocalipse” da cristandade e da sociedade em geral.

#### 5.12.6.3. “*A Igreja e os Estudantes*” (SEPES-RJ): *vigiai e punireis a esquerda católica*

Essa “tese” da SEPES carioca, *A Igreja e os Estudantes*, iniciou pontuando que, na origem, os estudantes da Ação Católica, organizados na Juventude Universitária Católica (JUC), opunham-se aos comunistas e empenhavam-se em derrotá-los nas eleições universitárias. A UDN se utilizara, para barrar o “demônio vermelho” no seio estudantil, de freiras, sacerdotes e leigos universitários, destacando-se nesse engajamento político da juventude católica políticos como Odilon Braga, Juracy Magalhães e Raimundo Padilha, integralista histórico. Porém, entre 1959 e 1961, a JUC teria evoluído da oposição contra à colaboração com os comunistas e “para eso contribuirán sacerdotes como el Padre Almey Bezerra, conquistado por los ‘slogans’ de la nueva propaganda comunista acerca de las ‘reformas de base’ y de la necesidad de ‘Unión’ de todas las fuerzas para realizarlas. De 1960 a 1964 los representantes de la UNE fueron jóvenes de la JUC y de la AP” e “la máquina que produjo ese híbrido fué la ‘Frente Unida’ que reunía elementos de la JUC y de la AP, PCB, y del MRT (Movimiento Revolucionario Tiradantes) y de la POLOP (Política Operaria)” (HOOVER: HX11.W653.I34.1975F, p. 1). A Frente Unida formava parte da “FNP (Frente de Movilización Popular), que reunía otras organizaciones de Izquierda”, denunciando o *position paper* sepista os seguintes “**dirigentes de los católicos de izquierda**”:

(...) el Obispo de Santo André de Marco, Padre Lage, de Belo Horizonte (conocido por su actividad en los sindicatos campesinos y en las organizaciones de los favelados), Padre Ruas de Manaus, Padre Amley y Padre Senna de Recife, Padre Alipio de Freitas, que participó de la creación de las ligas cristianas, Padre Guerra, autor de muchas obras velientes sobre la verdadera misión de la Iglesia en relación al pueblo, Frai Josaphat, Director de Brasil Urgente y **un gran grupo de activistas laicos y religiosos, ligados directamente a la lucha de masas** (HOOVER: HX11.W653.I34.1975F, p. 2)

Encerrando essa “denúncia” contra os dirigentes católicos de esquerda, atividades leigos e religiosas *ligados directamente a la lucha de masas*, a filial carioca da SEPES advertiu que o posicionamento dessa “esquerda católica”, do clero e do laicato, poderia influenciar “**el proceso de un substancial cambio de actitud de la Iglesia relativo a los problemas de lucha de clases**” (HOOVER: HX11.W653.I34.1975, p. 2, grifo meu).

#### 5.12.6.4. 1935: o Brasil na “Guerra Revolucionária Comunista” (SEPES-RJ)

Já se adiantou que a “tese” apresentada pela assim chamada “SEPES-RJ”, embora todos membros da SEPES à época fossem de São Paulo, intitulada “**Guerra Revolucionária Comunista: 1935**”, consistiu em um recorte de um longo “Extrato de um Livro de História do Exército Brasileiro – Volume 3” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 1). Essa e outra evidência – a citação em outra “tese” da “SEPES-RJ” do mesmíssimo excerto de Lenin utilizado no III Congresso da CAL-Secreta de 1974 na EsNI – apontam para a possibilidade de terem sido, de fato, alguns militares (mas quais?) que elaboraram as “teses” apresentadas pela filial carioca da SEPES à VIII Conferência da WACL. Seja como for, a “SEPES-RJ” responsabilizou-se pelas grandes “teses” militares apresentadas pelo “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL em referida conferência de 1975.

Essa “tese” da SEPES carioca, portanto, era a “tese” de um livro de história do Exército do Brasil. Consequentemente, a “tese” dos militares sobre o Levante Comunista de 1935, pejorativamente caracterizada no meio castrense como “Intentona Comunista”. O excerto selecionado à apresentação na VIII Conferência da Liga circunscreveu, de início, as “raízes da insurreição” de 1935. Segundo o livro do Exército brasileiro, os comunistas estariam tentando formar um partido político no Brasil desde 1918. Em 1922, enfim, conseguiram e, logo depois, teriam conectado o Partido Comunista do Brasil “com o **Movimento Comunista Internacional [MCI], aceitando as 21 condições de **admissão na Terceira Internacional, também conhecida como Comintern****” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 1). **O Comintern, a III Internacional Comunista, era uma “agência central fundada por Lenin em 1919” com o objetivo de ser tornar “the corner-stone da política externa soviética, through which Moscow, imposing iron discipline, directed communist activities throughout the world”** (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 1, grifo meu). Uma das 21 condições para o ingresso na Comintern, sempre de acordo com livro do Exército do Brasil, seria a obrigatoriedade de renunciar ao patriotismo e ao pacifismo social e, ao fazê-lo, o comunismo no Brasil contrariaria “a natureza pacífica do povo e a noção de Fatherland, profundamente enraizada em nosso caráter” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 1).

As primeiras ações comunistas, ainda na década de 1920, consistiram na “infiltração” no seio operário, mas logo foram “neutralizadas” pelos órgãos de repressão governamental ou pela ação de um “partido conservador inspirado pela versão do fascismo em ascensão na Europa”, isto é, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Na iminência da dissolução, contudo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) buscou atrair um líder de massas que cobriria o comunismo “com uma aura de autenticidade”. Esse líder foi encontrado no “Cavaleiro da Esperança” Luis Carlos Prestes, ex-dirigente da revolta militar tenentista, também chamada de “Revolução de 1924”. Prestes teria, inclusive, aliciado Astrogildo Pereira, ex-anarquista, para a causa comunista, tornando-se então um dos fundadores do PCB. Aderindo ao comunismo em 1930, Prestes viajaria à URSS persuadido pela “agente soviética Olga Pandarakye” e, uma vez em Moscou, “ele foi eleito um membro do Comitê Executivo da Comintern” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 2). Dirigente do Comintern, Prestes retornaria ao Brasil em 1935 para assumir a liderança do PCB, tornando-se Presidente de Honra da Ação de Libertação Nacional (ALN) “e mentor da conspiração que ele preparara” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 2).

Assim que, de acordo com o Exército do Brasil, Prestes “tornara-se um fanático do credo vermelho, abdicando de seu próprio sentimento nacional”, o que se comprovaria pela sua declaração, já como senador da República em 1946, de que mesmo se o Brasil entrasse em guerra com a URSS ele não pegaria em armas contra ela (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 2). Sempre de acordo com o livro do Exército brasileiro transcrito na “tese” da SEPES-RJ, a ALN era “a sombra” do PCB e a ALN, no caso brasileiro, seria o caso mais exemplar de uma “organização de frente” criada pela “pura técnica das frentes únicas, que em todos países constituíram as verdadeiras fileiras do Partido Comunista” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 3). A ALN não seria, portanto, como proclamado por seus membros, uma frente antifascista contra o Estado Novo varguista e o integralismo de Plínio Salgado, mas sim uma organização de frente comunista.

O PCB controlaria a ALN e Prestes teria dito que, com essa organização de frente ampla, o Brasil seria conduzido “ao poder soviético e ao socialismo”. O próprio delegado holandês do Comintern teria dito em seu VII Congresso que a ALN era orientada secretamente pelo PCB e que contava, em seus quadros, com “um grande número de oficiais brasileiros do Exército e da Marinha”. E se a ALN seguia as ordens do PCB, este seguia as ordens de Moscou. Antes da própria criação da ALN em 1934, inclusive, as “Conferências Comunistas na Ásia e na América Latina já

tinham deliberado o lançamento da revolução comunista no Brasil, mesmo sem condições ideais para a sua emergência” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 3). Assim que, “para preparar e dirigir o movimento armado, a COMINTERN enviou o agitador internacional Artur Ernest or Harry Berger” ao Brasil, além do argentino Rodolfo Gioldi e Leon Jules (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 3). Eis que a ordem para o Levante de 1935 veio do estrangeiro, do Comintern (a III Internacional Comunista), que se valeu da cobertura oferecida pela ALN e buscou secretamente, com seus agentes infiltrados no Brasil, deflagrar a **Revolução Comunista no Brasil**. Prestes, com assistência soviética, empreendera então uma nova fase de agitação e conspiração no país, infiltrando-se os comunistas em sindicatos e nas Forças Armadas. Todavia, “a técnica subversiva chamou a atenção das autoridades” e, em 11 de julho de 1935, “o Governo ordenou a dissolução da ALN e outras frentes correlatas: a União Feminista do Brasil, a Aliança para o Pão e Terra e Liberdade” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 5).

A repressão foi eficiente, segundo o livro do Exército brasileiro transformado em “tese” da “SEPEs-RJ”: “A polícia atuou energeticamente: saqueou arquivos e numerosos prisioneiros enfraqueceram o movimento” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 5, grifo meu). Mesmo assim, o Comintern ordenou a ação e Prestes “deu a ordem para a revolução. Em novembro, o homem louco lançou a conspiração que, embora de curta duração, manchou a história do país com o sangue de muitos brasileiros” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 5). Na sequência, o excerto do livro do Exército sobre o Levante Comunista de 1935 detalhou o início, em 23 de novembro, da “desordem bolchevique” em Natal, Rio Grande do Norte, e o desdobramento das batalhas “sangrentas” que se seguiram em Recife, Pernambuco, e no Rio de Janeiro. O que importa salientar, contudo, é a conclusão dessa “tese” da “SEPEs-RJ”. Transcrevendo o excerto do mencionado livro do Exército brasileiro, convertido em “tese” sepista, concluiu-se salientando que **“o Exército nunca esquecerá essas páginas de traição, covardisse e luta com a qual os comunistas mancharam a história brasileira**. Eles tentaram violar os conceitos de País e Honra que eram profundamente enraizados em nossos oficiais e homens” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 12, grifo meu).

Ao menos, segundo o Exército (com endosso ideológico da SEPEs), “a loucura e a vergonha pelos atos praticados nos batalhões serviram para melhor unir as fileiras e reforçar os princípios sagrados” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 12). Para recordar a *traição* e a

*vergonha* de alguns militares que aderiram ao Levante Comunista de 1935, construiu-se um monumento na Praia Vermelha como “símbolo de lembrança da Fatherland”. “Um monumento de pedra nas proximidades, inaugurado em 1964, lembra que aqui na Praia Vermelha, e em outros pontos do país, houve uma tentativa de instalação do regime comunista no Brasil em 1935” (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 12, grifo meu). A lembrança da repressão ao Levante Comunista de 1935 tornou-se, entre os militares, o marco da principal comemoração anticomunista do Brasil. Daí que, “neste monumento, todo ano em 27 de novembro, elementos das velhas e novas gerações do exército se reúnem para prestar homenagem às mães, esposas e filhos dos militares que entregaram familiares desaparecidos, enquanto, ao som de uma corneta de luto, os militares prestam respeitosa reverência” (HX11.W653.C667.1975F, p. 12, grifo meu). E a ditadura militar de 1964 não deixou de comemorar a repressão ao Levante de 1935 como o marco fundador das efemérides anticomunistas nacionais. 1935 entrou para o calendário anticomunista verde-amarelo como a lembrança de que o Movimento Comunista Interamericano (MCI) está sempre à espreita, pronto para insuflar e conduzir uma Revolução Comunista no Brasil. **“The immolation of these heroes of those bitter days was strong in the memory of the leaders of the Revolution of 31 March 1964, when the Army led the cry of ‘ENOUGH!’ to the same communists that tired anew, although with different tactics, to destroy the best spiritual and moral values of our nation, traditionally Christian”** (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, pp. 12-13, grifo meu). Enfim, a “tese” da “SEPEs-RJ” encerrou defendendo que **“this cry will always oppose the Bolshevik Front in this country”** e **“our Army, a uniformed parcel of the Brazilian people, people happy and without hatreds, made in 1935 a historic decision, ratified completely in 1964: – Not any tolerance for communism!”** (HOOVER: HX11.W653.C667.1975F, p. 13, grifo meu).

#### *5.12.6.5. Ações psicossociais: a principal arma da guerra revolucionária comunista (SEPEs-RJ)*

A “SEPEs-Rio de Janeiro”, campeã na apresentação de “teses” na VIII Conferência da WACL, apresentou uma intitulada **“La Guerra Revolucionaria Comunista y su Principal Arma: Las Acciones Psicossociales”** (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F). De início, justificou a atualidade do tema salientando que seriam “muy pocos los asuntos que en estos últimos decenios han merecido tanta atención como la llamada Guerra Revolucionara, en su versión moderna: **‘Guerra Revolucionaria Comunista’**”, indagando se seria oportuno caracterizá-la propriamente

como guerra? Ou se seria melhor conceitualizá-la como *conflicto* revolucionário? Ou ainda como *acción* revolucionária? Talvez *proceso* revolucionário? Ou ainda *movimiento* revolucionário? Essas seriam questões *válidas* na medida em que a *luta revolucionária* se caracterizaria, precisamente, “por **la ausencia de armas y tropas uniformadas**”, não se confinando “en un escenario de operaciones”. Tudo isso traria ainda mais *gravidade* ao assunto, “pues **el enemigo se disfraza y actúa en los vericuetos del terreno Psicosocial!**” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 1, grifo meu).

A temática da *guerra revolucionária* não seria um problema apenas *militar* mas abrangeria “otras Expresiones del Poder Nacional – que es, sobre todo, humano, y que, indefectiblemente, fallará sí la acción-reacción no responde, de manera adecuada, a dicho factor” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 1). Mas quem seria o proponente dessa *guerra revolucionária*? Basicamente, “**el Comunismo Internacional**” que minaria os “valores de la Nación” *impregnando* “sua alma de una ideología incompatible con su formación cultural y moral (...) mientras predica ser partidario de la coexistencia pacífica entre los Estados” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 1). A *maioria democrática* da sociedade, no entanto, acreditaria que seriam *excepcionais* os “tiempos de guerra”, concebendo “la guerra del futuro en términos idénticos a los del último conflicto”, isto é, a II Guerra Mundial. Porém, diferentemente da *maioria democrática* que consideraria a *guerra* como algo *excepcional*, “**para los comunistas, el mundo está en guerra, a despecho de la coexistencia pacífica**” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 2, grifo meu). Os *democratas* veriam o mundo em crise, buscariam nos meios diplomáticos as medidas para soluciná-la, buscariam medidas conjuntas de segurança e, apenas na pior das hipóteses, vislumbrariam a possibilidade de “aplicaciones episódicas violentas de la Expresión Militar del Poder Nacional” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 2).

Porém, seria uma característica do comunismo a *clandestinidad* de seu movimento *de âmbito mundial* e, a partir dessa dimensão oculta, formariam seus “cuadros que agitan, hacen propaganda, divulgan la ideología escogida y explotan a fondo las ‘contradicciones’ internas del medio: El Hombre – Individuo, y el Hombre – Sociedad” e, nesse terreno humano, isto é, não apenas *militar*, residiria o problema da “Expresión Psicosocial del Poder Nacional, campo de acción preferida del subversivo” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 2). Eis que, na conceptualização da “SEPEs-Rio de Janeiro”, a *guerra revolucionária* seria:



(...) **la guerra interna de concepción marxista-leninista y cuya adopción es posible por parte de movimientos revolucionarios diversos que, respaldados en un ideología, estimulados e incluso auxiliados desde fuera del país, buscan conquistar el poder,** mediante el control progresivo físico y espiritual de la población sobre la cual se desencadena, desarrollándose según un proceso determinado, con la ayuda de técnicos particulares y del grupo popular también subvertido (HOOVER: X11.W653.G8.1975F, p. 2, grifo meu)

A seu turno, a *subversão* seria “el conjunto de acciones de carácter predominantemente psicológico que busca de manera lenta, progresiva, insidiosa y, por lo menos, al principio, clandestina y sin violencia, conquistar física y espiritualmente la población” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, pp. 2-3). Dessa maneira, **o objetivo principal da guerra revolucionária seria “el Hombre, y, su arma, la ideología”** e, por meio da *arma ideológica*, “**el bloque comunista, inspirado en el marxismo-leninismo, está debilitando al Occidente, conquistando poco a poco a los pueblos, evitando así los riesgos de una guerra clásica generalizada**” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 3, grifo meu). Assim conceituada a *guerra revolucionária – subversiva e ideológica –*, a “SEPEs-Rio de Janeiro”, demonstrando um inegável conhecimento do assunto (e quem seria o sepesta carioca autor desta “tese?”), enumeraram-se alguns de suas *características*. A primeira delas: “**La Guerra Revolucionaria formenta la lucha de clases**”, buscando “**imponer la ideología marxista y conquistar las mentes**” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 3, grifo meu). E, ao fazê-lo, enfraqueceria o *patrimônio social*, solaparia as *instituições de coesão*, “principalmente la familia y la religión”, e minaria o apoio popular ao *governo* ao atrair para si o povo, procurando “estar siempre con el pueblo” e “hablar en nombre del pueblo” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 3). **Essa guerra de novo tipo – muito complexa, com características próprias, perfectamente adecuada ao momento histórico contemporâneo** do pós-II Guerra Mundial – “**pretende ser, o, ya lo es en cierta medida, Revolución**” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 3). “Sin ninguna duda, **es Subversión, pudiendo convertirse en Lucha Interna, y, en ciertas circunstancias, cobra aspectos de Guerra entre Estados**” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 3, grifo meu). Para a correta caracterização desse novo tipo de *guerra revolucionária*, ela deveria:

Ser subversiva, porque su proposito es destruir los principios morales en que se fundamenta la sociedad, provocar la indisciplina y el quebrantamiento de la jerarquía, pretender la disolución de la sociedad establecida. Ser universal, porque su blanco es conquistar todos los países aún no sometidos al comunismo, y preservar su dominio sobre los conquistados. Ser permanente, porque no cesa en su acción; porque aprovecha incluso los recesos aparentes para reformular nuevos planes y tácticas. Ser psicológica, porque

pretende conquistar la mente de las poblaciones, usando como arma principal la propaganda, en forma legítima o ilegítima, pero siempre planeada científicamente y servida por todos los medios de comunicación de masa. Ser total, en el sentido de interesar y de llegar a todos los individuos y de hacer que cada persona se convierta en un objetivo de la Guerra Revolucionaria, mediante el dominio de su mente (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, pp. 3-4)

A *Revolução* comunista, portanto, deveria ser entrelida e combatida como um novo tipo de guerra: guerra *total*, guerra *psicológica*, guerra *permanente*, guerra *universal*, guerra *subversiva*. A *guerra revolucionária*, contudo, não se apresentaria com as mesmas características em todos os lugares e nem seria homogêna, mas teria como fator predominante a exploração das *contradições* dos meios locais para a *conquista das populações*, isto é, o terreno humano mais do que o militar seria o aspecto decisivo<sup>733</sup>. Por isso seria fundamental, segundo a “SEPEs-Rio de Janeiro”, “entender y aquilatar la importancia de **las acciones psicosociales, como los fenómenos de sustentáculo de la Guerra Revolucionaria**” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 4, grifo meu). *Ações Psicosociais* seriam “actividades de carácter internacional, desarrolladas sobre los individuos de una sociedad o sobre ella en su conjunto, con miras a provocar efectos de naturaleza psicológica o social” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 4). Isto é, a *guerra revolucionária* seria também uma *guerra psicológica*, uma vez que as *ações psicosociais* “persiguen, principalmente, **minar el componente más importante y complejo del Poder Nacional, fertilizando el terreno para la conquista del Poder, objetivo permanente de la Guerra Revolucionaria Comunista**” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, pp. 4-5, grifo meu).

Classificadas segundo a *natureza* de seus efeitos e táticas de execução, existiriam cinco tipos de *Ações Psicosociais*, a saber: a *doutrinação*, a *propaganda*, a *infiltração*, a *agitação e condução das massas* e a *ação violenta*. O “adoctrinamiento” consistiria em “imbuir sistemáticamente ideas, mitos y doctrinas en las mentes sometidas al proceso, con el objeto de convencer a las personas al punto de que se vuelvan, muchas veces, defensores intransigentes de

---

<sup>733</sup> Esse aprendizado dos operadores da contrarrevolução anticomunista da Guerra Fria não foi esquecido, inclusive, sendo permanentemente reatualizado pelas doutrinas militares mundo afora. Como ensina o antropólogo especializado em questões militares Piero Leirner, a grande preocupação das chamadas “guerras de quarta geração” consiste, justamente, nos assim chamados *Human Terrain Systems* (HTS). Segundo Leirner, “foi o casamento das ciências sociais e psicologia com a máquina militar, desde a 2ª Guerra, que gerou formas de ‘inteligência, informação e guerra psicológica’ que se tornaram os protoplasmas da guerra híbrida. São as *teorias cognitivas* de John Boyd, os *Human Terrain Systems* formados para a ação norte-americana no Oriente Médio após o 11 de setembro [de 2001]” (LEIRNER, 2020: 46).

la causa a que fueran convertidas” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 5). Essa *técnica de doutrinação* comunista teriam como finalidade o terreno humano, isto é, “el hombre, para hacer de él o un simpatizante o incluso un agente de la causa”, empregando-se para tanto “la educación, la prensa, la literatura y la cultura, armas preferidas del Adoctrinamiento” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 5). A *educação* para os comunistas seria sinônimo de *doutrinação*, “siempre orientado según los lineamientos trazados por el Partido” e o tema seria sempre o mesmo: “el comunismo representa un nuevo mundo de ‘esperanza’, ‘promesa’ y ‘realización’, creando el ‘hombre comunista’, en la expresión plena de sus ‘notables cualidades espirituales’” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 5). Em resumo, a *doutrinação revolucionária* submeteria os indivíduos “a un juego cerrado de propaganda ‘cultural’ comunista, que procura controlar cada parte de su corazón, de su mente y de su alma” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 5).

A segunda *ação psicossocial* utilizada pelos comunistas para a conquista do poder seria a *propaganda*, definida pela “SEPES-Rio de Janeiro” como “la diseminación de ideas para influir sobre la opinión pública”. Tais ideias poderiam ser “informaciones, argumentos, descripciones de hechos y otras aserciones, sean verdaderas, semiverdaderas o falsas” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 5). A *propaganda* abarcaria, ainda, “el empleo de los medios de comunicación masivo” e, amplificada graças à “denominada Revolución de la Comunicación”, ela serviria “tanto para construir, como para destruir”. Pontuou-se, inclusive, o dito por Adolf Hitler sobre a propaganda política: “La propaganda es un arma terrible en manos de quien la conoce” e, então, seriam os comunistas soviéticos, chineses, cubanos “y de otros países de la ‘Cortina de Hierro’” que inundariam “el universo con su propaganda en la prensa y radio, propalando ostensiblemente noticias, ideología y procedimientos combativos” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 6). O sistema de propaganda se mostraria muitíssimo eficiente quando se mostrasse capaz de alcançar aqueles indivíduos alheios aos quadros comunistas, os chamados “asociados o receptores (aceptantes), que divulgan en sus lugares de trabajo o de existencia los mensajes que fueron imbuidos en su mentes y espíritus” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 6).

*Doutrinação e propaganda* comunistas estariam assim sempre acompanhadas, como mais um tipo de *Ação Psicossocial*, a *infiltração*, isto é, “una forma de ‘penetrar’ en una organización cuando las personas que no comulgan con los objetivos de la entidade, actúan en ella tratando de

manera simulada sustituir o alterar sus finalidades” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 6). A *infiltração* seria uma das táticas comunistas mais antigas, “defendida por Lenin y Stalin, en que el episodio histórico del ‘Caballo de Troya’ se exalta como ejemplo que debe ser emulado”, ou seja, seria a forma que os comunistas encontraram para se infiltrarem nos sindicatos, governos e grupos cívicos e comunitários, nas organizações religiosas, profissionais, econômicas, sociais e nas universidades (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, pp. 6-7). O objetivo da *infiltração comunista* seria fazer com que a organização “penetrada” servisse a seus interesses *subrepticamente*. “En forma especial, el Comunista debe integrarse en el grupo de colegas de trabajo en los momentos de pausa laboral, tomando parte en las prácticas de carácter general y en las conversaciones que se entablen”, teria orientado, segundo a “SEPE-S-RJ”, um trecho extraído de “un manual del Partido Comunista Americano, en que se exige que sus miembros se mezclen con los trabajadores y fomenten amistades” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 7).

*Doutrinação, propaganda e infiltração* comunistas estariam associadas com uma quarta *Ação Psicossocial da guerra revolucionária*, a saber a “agitación y manejo de las masas”. Essa última tática/técnica comunista consistiria no emprego de recursos “para incitar a las colectividades a cometer desatinos, desórdenes y violencias”. Isso porque, para os *marxistas leninistas*, a *agitação* seria *um trabalho de convencimento e de educação ideológica de massas*, isto é, para “un público numeroso”. Para se chegar a esse ponto, segundo a “SEPE-S-RJ”, os trabalhos de propaganda e de infiltração devem estar muito adiantados. Apenas então “la agitación de las masas explota todas las injusticias, esperanzas, aspiraciones, prejuicios, temores e ideales de los grupos sociales, religiosos, económicos, sociales y políticos que componen nuestra sociedad”, buscando “echar a unos contra los otros” sob a divisa “dividir y conquistar” e, assim, “corromper una democracia” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 7).

Nessa fase, as *organizações de massa* mais atuantes seriam a de estudantes, supostamente chamados pelos comunistas de “‘eslabón de enlace y resorte propulsor’ de las ideas con relación a las masas”; assim como os trabalhadores urbanos e os camponeses nas zonas agrárias. “Marchas callejeras, mitines y otros agrupamientos populares inician la fase de agitación y pueden conducir a depredaciones y choques armados” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, pp. 7-8). Finalmente, a quinta *Ação Psicossocial da guerra revolucionária* seria, propriamente, a “acción de violencia” desencadeada “a partir de la agitación” que se converteria, em sua última fase, “en actos de fuerza,

estimulados por agentes infiltrados en la masa, a la cual controlan y dirigen con el fin de alcanzar un objetivo determinado” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 8). Essas ações seriam estimuladas “durante los mitines y las marchas callejeras, llegando a depredaciones y choques armados” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 8). O grande objetivo que buscaria o comunista seria, nesse aspecto, “los encuentros violentos con las fuerzas de repressão”, “pues el hecho de que ‘alguien haya sido muerto’ es el pretexto para exaltar los espíritus y generar protestos e ideas de venganza” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 8).

A *massa* seria, pois, *manejável* ou *conduzível* diante de um quadro dirigente comunista preparado e, conforme a “SEPES-RJ”, **“la masa es un conjunto social inorgánico y carente de una real solidaridad; puede manejársela y movérsela fácilmente, siempre y cuando existan conductores bien adiestrados, y oportunidades, aunque se las haya forjado”** (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 8, grifo meu). E os *agitadores comunistas* seriam *especialistas em esse tipo de ação de massas*, dirigindo-as e conduzindo-as a “actos de violencia, con ocasión de las reuniones de protesta, marchas callejeras, huelgas, etc.” (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 8). Finalmente, buscando resumir os fatores psicossociais que sustentariam a *Guerra Revolucionária*, a “tese” da filia carioca da SEPES enumerou as seguintes conclusões:

– **la Guerra Revolucionaria Comunista, aunque se presente bajo la forma de lucha interna, como expresión de la voluntad popular, es, en realidad, un movimiento orientado, alimentado y al servicio de una potencia extranjera, cuya finalidad es destruir el régimen del Estado**, constituido libremente por su pueblo, contrariando sus aspiraciones y desarrollándose preferentemente en la clandestinidad; – Su estrategia explota inteligentemente el aspecto psicológico y el subdesarrollo, aprovechándose de las contradicciones y antagonismos existentes en el seno de las naciones y buscando en esa forma conquistar el apoyo de sus poblaciones; que es el elemento esencial de su victoria; – la importancia capital asignada a las Acciones Psicossociales, instrumento de trabajo de los comunistas, quienes, con eximia técnica, lo aplican para manejar a las masas, a través de la Infiltración, la Propaganda y el Adoctrinamiento; – el Campo Psicossocial es, por consiguiente, el cantero fértil donde viven las contradicciones naturales de cualquier nación. Es en dicho ambiente donde debemos aplicar las acciones oportunas y adecuadas, que tengan por objeto eliminar progresivamente esas causas, retirando gradualmente la ventaja comunista en el control de las poblaciones; – por todo ello, urge conocer la Guerra Revolucionaria Comunista, sus técnicas y tácticas, sus instrumentos y armas, y no esperar que ‘el problema quede confinado solamente a las Fuerzas Armadas’, punto de vista ahora inconcebible según se demostró en que se informa en estas páginas (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 9, grifo meu)

Assim que, ao final de sua “tese” em questão, a “SEPES-RJ” retomou o exemplo do chefe do Estado Maior da Alemanha, Von Moltke, segundo o qual ““el lado que vence la guerra es aquele que se moviliza en primer término, y no quien da el primer tiro”” (HOOVER:

HX11.W653.G8.1975F, p. 10). Da mesma maneira, concluiu a filial carioca da SEPES (e quais seriam seus membros?): **“Frente a la amenaza Permanente y Total, características planeadas de la Guerra Revolucionaria, diríamos: ‘Los Estados Democráticos deben permanecer movilizados, total y permanentemente, frente al peligro del Movimiento Comunista Internacional [MCI]’”** (HOOVER: HX11.W653.G8.1975F, p. 10, grifo meu). A contrarrevolução deveria ser, enfim, *permanente e total*, entrelida e lançada como verdadeira operação de *guerra anticomunista*.

#### 5.12.6.6. *“Trabalho de Massa: Terminou a Ameaça Comunista?” (SEPES-RJ)*

Uma outra “tese” apresentada à VIII Conferência pela “SEPES-RJ” intitulou-se **“Trabalho de Massa: Terminou a Ameaça Comunista?”** (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, grifo meu). Deve-se anotar que o tema tinha sido objeto de debate e discussão no III Congresso da CAL-Secreta, realizado dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), no final de 1974. Como se verá, isso não era uma coincidência. No início de sua proposição, o braço carioca da SEPES defendeu que muitos ingênuos acreditariam que, “com o declínio das ações terroristas – assassinatos, assaltos, atentados à bomba, sequestros”, “a ameaça comunista não passou de malograda aventura” (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 1). Ledo engano. Acreditar nisso seria uma “total ilusão” na medida em que, se “a ameaça comunista através daquelas ações terroristas malogrou, porém, em contrapartida, foi revigorada e aperfeiçoado o chamado Trabalho de Massas” (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 1). Isto é, teria ocorrido, assim, uma **“simples mudança de tática, quando as organizações subversivas fizeram a auto-crítica reformulando a maneira de agir, face ao fracasso imposto pelos órgãos governamentais de repressão”** (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 1, grifo meu).

Em suma, **“o inimigo não esmoreceu, ao contrário, amadureceu, aumentou e se camuflou”** (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 1, grifo meu). Assim que **o biênio 1972-73, dentro da nova “conjuntura comunista da détente ou coexistência pacífica”, significou para os “subversivos brasileiros refugiados no Chile, agrupados em 22 organizações”, “um processo de auto-crítica do militarismo dos anos de 1968 a 1971, deixando fixada a tendência da prioridade do trabalho de massa dirigido pelo Partido”** (HOOVER:

HX11.W653.T73.1975F, p. 1, grifo meu)<sup>734</sup>. E o braço carioca da SEPES estaria muito bem informada sobre o tema, transcrevendo, na sequência, “**trechos de documentação de autoria desses subversivos brasileiros, foragidos do Chile, sob o título ‘A Alternativa Revolucionária para o Brasil’, na qual são apresentados os ‘Princípios do Trabalho de Massa’**” (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 1, grifo meu). Esse documento apreendido dos “subversivos brasileiros”, depois de estabelecer algumas considerações iniciais – segundo as quais, “nas atuais condições do Brasil, para mobilizar as massas na luta por suas reivindicações, a primeira condição é possuir uma estrutura clandestina em cada local de trabalho ou estudo, formada por atividades” – , estabeleceu as seguintes “questões ou princípios, para encaminhamento de trabalho junto às massas” – verdadeiro “cupim” comunista<sup>735</sup>:

– Conhecer os problemas da massa, os dados exatos sobre suas condições de vida; – Conhecer a realidade concreta e detalhada de cada fábrica, banco, escola, instituições, quartel etc.; – Fazer denúncias vibrantes, reais e concretas, sobre as manifestações de exploração existentes; – Ter sempre objetivos imediatos a alcançar. Fazer somente denúncias gerais e estar sempre contra tudo, de forma geral; – Concentrar toda a atenção sempre em um ou outro problema, pois sempre há algo que afeta de forma mais aguda as massas e requer uma mobilização imediata; – Passar de um para outro objetivo e incorporar novas denúncias a um movimento que se tenha iniciado, em função de seu desenvolvimento a níveis elevados; – Intervir nas manifestações espontâneas que se anunciem ou iniciem independentemente de ação nossa, ao invés de apreciá-las de longe e depois fazer críticas intelectuais; – Dar uma expressão tática e específica às nossas concepções estratégicas, entendendo que a massa não faz opções teóricas; que a massa só aprende com sua própria experiência; que a massa alcança os objetivos estratégicos em sua luta por interesses específicos e concretos. Entender que a consciência da massa não está formada e espera nossas palavras de ordem e nosso exemplo; que sua consciência vai se modificando com a prática. Saber avançar do particular ao geral e do inferior para o superior; – Ter mobilidade. Saber em momentos precisos: propor, avançar, retroceder. Sempre tomando em consideração as condições reais do desenvolvimento da luta; – Relacionar o trabalho legal com o ilegal. Lutar ilegalmente por direitos legais. Saber começar uma luta legal e passar à ilegalidade. Atuar sempre nas duas frentes: legal e ilegal; – Não ter uma atitude professoral para com a massa. Saber aprender e ensinar; ensinar as massas e aprender com elas; – **Nunca esquecer os objetivos da organização no trabalho político. Agitar para organizar e organizar para agitar**; – Buscar influenciar os líderes com nossas posições, atuando no nível que nossas forças permitirem, no plano da luta ideológica do endoutrinamento e da clarificação política nos setores e áreas onde não estejamos; – Encaminhar sempre a massa para obter vitórias

---

<sup>734</sup> Para um balanço sobre as ilusões armadas da esquerda brasileira no período, cf. GORENDER (2014). Para uma análise crítica da “luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas”, cf. REZENDE (2010).

<sup>735</sup> Recorde-se que, discutindo o mesmo tema durante o III Congresso da CAL-Secreta de 1974, dentro da EsNI, o diretor da polícia política stonista Antonio Campos Alum comparou o trabalho de massa comunista com a ação de um cupim, capaz de corroer lenta e silenciosamente a ordem político-social “sadia”. Segundo esse torcionário stonista e dirigente do “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL, “o perigo do trabalho de massa pode ser comparado à ação do cupim roendo o interior da madeira e mantendo-a aparentemente perfeita e, conseqüentemente, surpreendendo a todos quando, em determinado momento, vêem a estrutura desabar”, querendo com isto significar **o trabalho de infiltração do comunismo na estrutura das organizações democráticas**” (AC.ACE.91597/76, p. 13, grifo meu).

imediatas que aumentem o nível de sua organização e da confiança em suas próprias forças. Ter a consciência que quando lutamos por um objetivo imediato e queremos realmente alcançá-lo, não vemos nisso um simples pretexto para nos aproximarmos das massas para propor nossos objetivos estratégicos. Devemos atuar como políticos consequentes que fazem agitação com fins determinados e não como simples repetidores de frases ocas (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, pp. 2-3, grifo meu)

Logo depois dessa longa citação, a “SEPES-Rio de Janeiro” realizou uma outra transcrição, julgando “oportuno, a respeito, transcrever **palavras de WLADIMIR ILITCH LENIN, escritas em 1921 em carta a GEORGY V. CHICHERIN, então Comissário para Assuntos Estrangeiros da URSS, pelas quais já era, há mais de 50 anos, sugerida a ‘détente’ e justificadas as mudanças de táticas**” (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 3, grifo meu). E não deve ter sido por acaso que essa transcrição reproduziu o mesmo trecho utilizado pelo III Congresso da CAL-Secreta de 1974, realizado dentro da EsNI, quando foi discutido o *trabalho de massa* comunista? O trecho de Lenin já foi citado, na íntegra, durante a análise do congresso secreto da CAL de 1974, reiterando-se que a citação da mesmíssima passagem utilizada na EsNI em uma “tese” de autoria da “SEPES-RJ” na VIII Conferência da WACL de 1975 “apenas” indica que provavelmente foram os militares (mas quais?) os autores de referida proposição “da” SEÉS. E isso reforça o dito até aqui, isto é, se a SEPES configurou o “Capítulo” ostensivo do complexo WACL/CAL, certas agências da comunidade de informações e das Forças Armadas gestoras da última ditadura militar estruturaram, clandestinamente, o “Capítulo” secreto da “Internacional Anticomunista”, *Anti-Komintern* da Guerra Fria.

Assim que, ao final da “tese” da “SEPES-RJ” sob a renovada ameaça comunista do *trabalho de massa*, mencionou-se “**a recente visita de LEONID BREJENEV a Cuba, em Jan/Fev 74**”, inserida nessa mesma “filosofia de ‘détente’ e, pelo menos aparentemente, **acredita-se que haverá uma grande mudança na linha política cubana, afastando-se progressivamente da esquerda radical mas continuando a ser o grande foco irradiador do MCI [Movimento Comunista Internacional] para o continente americano**” (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, pp. 3-4, grifo meu). De modo inegável, concluiu a proposição do braço carioca da SEPES, “essa posição contribuiu decisivamente para **o esvaziamento do militarismo no Brasil ocasionando o automático fortalecimento da linha massista**” (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 4, grifo meu). Isto é, a esquerda brasileira, associada e parte do Movimento Comunista Internacional (MCI), teria abandonado a linha militarista da luta armada – a guerra de guerrilhas – e já teria



transitado para a luta política (legal e ilegal) do *trabalho de massas* “**através de um Partido efetivamente armado da teoria marxista-leninista, usando o método da crítica e da auto-crítica e ligado às massas do povo**” (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 4, grifo meu). Seria esse “o momento atual da ação das esquerdas no Brasil, seguindo exatamente o que planejaram seus teóricos” e, pior, segundo a “SEPEs-RJ”, “**o Trabalho de Massas é, via de regra, intangível e difícil de ser detectado pelos Órgãos Governamentais** face aos extremos índices de segurança de que se cercam os que a ele se dedicam e ainda mais difícil torna-se prová-lo materialmente” (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 4, grifo meu). “Finalmente, alertamos aos senhores congressistas”, concluiu a “SEPEs-RJ”:

**No ambiente confuso da luta psicológica do mundo atual, não basta que o homem seja adestrado e dotado de moral. É necessário também que sua mente – verdadeiro campo de batalha em que se desenrola a Guerra Revolucionária Comunista – seja esclarecida, a fim de fortalecer-se contra a propaganda facciosa do inimigo interno, que busca confundi-la, objetivando dividir e desinformar, objetivo essencial ao sucesso do que pretende. É nosso dever combater esse inimigo!** (HOOVER: HX11.W653.T73.1975F, p. 4, grifo meu)

O *trabalho de massas* como o “cupim” comunista, para utilizar a dicção de Antonio Campos Alum, seria muito eficazmente desenvolvida “no ambiente confuso da luta psicológica do mundo atual” e seu alvo seria a própria “mente” humana – “verdadeiro campo de batalha em que se desenrola a Guerra Revolucionária Comunista”. A luta comunista seria, pois, uma guerra comunista e ela seria basicamente ideológica – a mente como campo de batalha e alvo de disputa hegemônica. Esta foi outra advertência da misteriosa “SEPEs-RJ”, atenção com o *trabalho de massa* desenvolvido pelos “cupins” comunistas.

#### 5.12.6.7. “Ação Comunista no Brasil no Período 63-75” (SEPEs-RJ)

Outro documento do misterioso braço carioca da SEPEs tratou da “**Ação Comunista no Brasil no Período 63/75**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F). O epíteto inscrito pela SEPEs carioca nessa sua “tese” apresentada à VIII Conferência da WACL assinalou que “**O processo subversivo comunista após iniciado, somente termina com a tomada do poder**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 1, grifo meu). Introdutoriamente, a “tese” remontou a “insurgência comunista de 27 de novembro de 1935” e “a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB)”. O Levante de 1935 teria marcado “a primeira atividade da revolução comunista no Brasil” e, na II

Guerra Mundial, esqueceu-se que “as manifestações vermelhas” no país nunca cessaram e, criando-se “um conceito distorcido de liberdade”, permitiu-se “a legalização do PCB”. Posteriormente colocado na ilegalidade, isso seria próprio ao PCB, “porque ele normalmente trabalha na clandestinidade e por meio de infiltração”.

Mesmo que posto na ilegalidade, “a revolução comunista” não deixou de empreender operações de *doutrinação* e *infiltração* entre estudantes, operários, camponeses e na Igreja católica. Porém, para melhor compreender “a revolução comunista no Brasil”, seria preciso analisar seu período de maior atividade ou, segundo a SEPES, **o período das “ações mais efetivas do comunismo internacional no Brasil”: o ano de 1963**. O Brasil era então governado pelo Presidente João Goulart, estreitamente vinculado aos líderes sindicais e trabalhista e que, auxiliado por seu cunhado Leonel Brizola, “estabeleceu um intenso programa psicológico em todo o país” para ganhar apoio público para aprovar a “legalização” do PCB. Goulart, ex-ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas, fora eleito vice-presidente e, apenas depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, teria ele se tornado o primeiro mandatário do Brasil, “~~although the Armed Forces opposed this, as they considered him incapable of leading~~ **Brasil to its glorious destiny**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 1).

O governo de Goulart teria conduzido o país a uma “intensa agitação”, a “greves permanentes”, à “organização dos camponeses”, a “invasões de universidades”, a táticas de guerrilhas urbanas” e a “protestos e manifestações” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 1). Assim que o “peleguismo” de Goulart, “unido aos sindicatos operários”, “conquistou o controle do governo” e, buscando convencer a opinião pública e as Forças Armadas, iniciou o processo de “subversão” da “hierarquia da Aeronáutica e da Marinha, e, no Exército, ele promoveu inúmeros coroneis a generais com bases populares artificiais chamados, na ocasião, de ‘generais do povo’” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 3). A Petrobrás, a estatal mais importante do país, teria sido posta por Goulart “a serviço de líderes sindicais e da corrupção e, por meio de uma infiltração nas instituições de seguridade social, ele tentou colocá-la a serviço da **revolução sindical e comunista**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 3, grifo meu).

Dessa forma, segundo essa “tese” da filial carioca da SEPES, o governo de Goulart já tinha assentado as bases “para realizar **a revolução comunista internacional**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 3). O Comício da Central do Brasil, de 13 de março de 1964, teria

sido uma maneira do governo Goulart “testar” suas forças para o “golpe” vindouro que supostamente já estaria preparado. Naquele Comício, “ao lado do ex-Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, uma enorme manifestação com foices e martelos, os símbolos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foram vistos em banners e posteres (...), embaixo do nariz das Forças Armadas e da vista complacente dos ministérios e dos oficiais envolvidos na subversão” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 3). O *clímax* da “desordem pública” ocorrera, todavia, no Automóvel Clube do Brasil “quando o Presidente, depois de apelar aos oficiais de baixa patente das Forças Armadas a assumirem e reinarem em suas respectivas Forças, viu seus generais sendo carregados triunfantemente nos ombros de marinheiros” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 3).

Em suma, sob o governo Goulart, “todo o desenho para o controle absoluto da nação pela revolução comunista-sindicalista foi preparado” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 4). Porém, felizmente, de acordo com a “tese” da SEPES-RJ, as Forças Armadas, “sempre de inclinação democrática irresistível”, preparam-se “para uma reação inevitável”, derrotando o governo Goulart através da “**Revolução Democrática de 31 de março de 1964**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 4, grifo meu). “Revolução Democrática” que teria sido deflagrada pelo general Olympio Mourão Filho quando marchou com suas tropas de Minas Gerais ao Rio de Janeiro “exigindo a remoção do Presidente e **para lutar contra a subversão comunista e contra sua permanente corrupção administrativa e moral**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 4, grifo meu). Imediata e massivamente, segundo a “SEPES-RJ”, “**a opinião pública (...) apoiou as Forças da Ordem e a união e coesão das Forças Armadas possibilitou a conquista da vitória sem derramamento de sangue**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 4, grifo meu).

“O governo Goulart, então, colapsou facilmente, uma vez que ‘**a formação histórica da nacionalidade brasileira não apresenta nenhuma possibilidade de aceitar regimes autocráticos, particularmente aqueles fundados pela doutrina marxista-leninista** e, portanto, foi fácil derrotar o regime de João Goulart” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 5, grifo meu). Isto é, o governo Goulart teria caído porque “o povo brasileiro” não aceitaria mais “o ambiente de insurreições, protestos, agitação, insegurança e inflação que dominaram o país. A “Revolução Democrática” de 1964, ao derrubar o governo Goulart e “seus capangas e líderes trabalhistas, representavam uma derrota para o Movimento Comunista Internacional, com

repercussões mundiais” HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 5). A “revolução comunista” teria sido, então, temporariamente bloqueada no Brasil e a “Revolução Democrática” de 1964 teria tido, para isso, que retirar os direitos políticos daqueles que estariam envolvidos “com os esquerdistas, ou corrupção, **aposentando-se alguns oficiais e punindo outros baseados em Atos Intitucionais que destruíram a máquina subversiva que havia sido montada**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 5, grifo meu).

Contudo, avançava a “tese” da filial carioca da SEPES, depois da suposta “reorganização democrática” do país pelo marechal ditador Castello Branco e do “novo presidente eleito pelo Congresso por meio de eleições indiretas”, o marechal ditador Costa e Silva, esse segundo governo *revolucionário* “assumiu que tudo estava sob controle e tornou-se leniente” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 5). Ou seja? **No governo do “gorila” Costa e Silva “o processo subversivo retornou vigorosamente**, caracterizado pelas **manifestações no Congresso Nacional**” e pela **união entre políticos e estudantes que agitaram as universidades**, “transferindo imunidades parlamentares aos estudantes [sic]” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 5, grifo meu). Chegou-se ao “absurdo”, sempre pelos padrões da SEPES, de se haver criado uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para arguir autoridades sobre seu comportamento, sem falar das “ofensas que o Deputado Federal Marcio Moreira Alves dirigiu às Forças Armadas, especialmente ao Exército”. Imagine-se, uma CPI para “arguir autoridades sobre seu comportamento”, ora bolas, e muito menos ofender as tão patrióticas FFFAA brasileiras, em particular a chefia do triunvirato das Armas no Brasil – o *incriticável* Exército.

Nesse “clima de insegurança” recriado, as universidades ocupadas por estudantes, “**os protestos, manifestações, passeatas e brigas (...) entre a polícia e o povo provaram a presença da Guerrilha Urbana**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 6, grifo meu). Essas “falsas vítimas” que provocaram, novamente, um clima de “agitação constante” no Brasil sinalizavam que “**nós estávamos experimentando, mais uma vez, toda a intensidade da Guerra Comunista Revolutionária (Revolutionary Communist Warfare)**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 6, grifo meu). “Mais uma vez, **a nação perdeu a paz interna e clamou por medidas que pusessem um fim aos distúrbios**” e, para responder a “esse desafio”, **o governo decretara o Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968, e a Lei n.º 477, de janeiro de 1969, “para fazer cessar a agitação entre os estudantes**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 6, grifo meu).

Assim que, entre 1969-75, depois de promulgado o AI-5, nessa narrativa “da” SEPES sobre o contexto político do Brasil, intensificaram-se as “manifestações de rua e os vários movimentos nas universidades” e, em engrenagem e funcionamento a *bem preparada* “máquina subversiva”, esta “adentrou na clandestinidade e iniciou sua atividade terrorista”. **“Bank holdups, sequestros, e outras ações terroristas atingiram o ponto de assassinar pessoas que ajudaram as autoridades”** (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 6, grifo meu). Esses cinco anos, segundo a “tese” da “SEPES-RJ”, marcaram um período de “distúrbios constantes e de surgimento de **várias organizações terroristas que atuaram independentemente mas adotaram a mesma filosofia marxista**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 6, grifo meu). “De novo a subversão é confrontada com um governo incapaz de agir” e, “mesmo quando restaurando sua autoridade, **o país não possuía meios técnicos ou organizacionais para combater terroristas bem-preparados, que até participaram de cursos de guerrilha no exterior**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 7, grifo meu).

Eis que, felizmente, sempre conforme a SEPES, “reagindo a esse novo desafio, **o governo começou a treinar equipes especializadas no combate ao terrorismo e a criar órgãos especiais para confrontar a subversão**” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 7, grifo meu). Referindo-se, sem mencioná-los, aos DOI-CODI, com a implementação desse novo aparato de repressão “antissubversivo”, “resultados positivos surgiram rapidamente”, *eliminando-se*

(...) os principais líderes e diversas organizações terroristas como: Colina (Comando de Libertação Nacional); Corrente; ALN (Aliança Libertadora Nacional); Molipo (Movimento de Libertação Nacional); PCdoB (Partido Comunista do Brasil); PCR (Partido Comunista Revolucionário); PCB (Partido Comunista Brasileiro – um grande partido); AP (Ação Popular – infiltração na igreja); e APML (Ação Popular Marxista-Leninista) (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 7)

Se, de um lado, “as manifestações subversivas atingiram cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Recife, o interior do país, as populações rurais e até mesmo a Selva Amazônica”, **graças ao “aprimoramento e treinamento contínuos do Departamento de Segurança, a subversão e suas ações absolutamente ilegais foram controladas de modo permanente de acordo com a Lei de Segurança Nacional”** (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 7, grifo meu).

Mas qual seria, indagou a SEPES carioca, a “situação presente” da ação comunista ano Brasil, isto é, durante a VIII Conferência da WACL de 1975? Novamente, uma vez controlado “o

desafio terrorista”, retornando o Brasil a uma “atmosfera de tranquilidade”, **o país continuaria “vulnerável à infiltração comunista, aos truques dos criptocomunistas e a todas suas atividades encobertas e anti-nacionais nas quais eles se escondem em nome da liberdade democrática”** (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8, grifo meu). Ou seja, o “inimigo” nunca dormiria e alteraria de tática constantemente e, conforme salientou a epígrafe da “tese” sob análise da “SEPES-RJ”, *o processo subversivo comunista após iniciado, somente termina com a tomada do poder*. Vencido o terrorismo comunista, agora os criptocomunistas falariam em *liberdades democráticas*, novamente e sempre, até escancarem as portas do Brasil à conquista comunista do poder. Sob novas circunstâncias, portanto, em novembro de 1974, nas eleições nacionais para o Congresso brasileiro, **“o partido de oposição (MDB) cresceu enormemente em número de representantes obedecendo ordens do exterior”** (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8, grifo meu).

Ou seja, a vitória eleitoral da oposição consentida pela ditadura militar, o MDB, de fato com alguns históricos comunistas associados, era lida e combatida pela SEPES, assim como pela extrema-direita militar em geral, como mais uma vitória da “subversão comunista” e que, como sempre, estaria teleguiada pelas ordens recebidas “do exterior”, isto é, do Movimento Comunista Internacional (MCI). Assim, **em 1974, “nós elegemos senadores e deputados federais comprovadamente esquerdistas e ‘simpatizantes’ dos Vermelhos e um bom número de inocentes úteis”** (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8, grifo meu). E quais teriam sido, sempre conforme a SEPES, “as consequências imediatas” das eleições de 1974 que deram vitória ao MDB? **“1) A formação de um apoio legal às atividades clandestinas do Movimento Comunista Internacional [MCI]; 2) O início de distúrbios estudantis nas universidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília”** (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8, grifo meu). Em suma, na “Conclusão” de mais essa “tese” apresentada à VIII Conferência da WACL de 1975, a SEPES fez o seguinte resumo da “ação comunista” no Brasil:

**No Brasil, desde sua primeira aparição em 27 de novembro de 1935, o Movimento Comunista Internacional [MCI] nunca parou de agir.** Depois de 40 anos é evidente que as atividades comunistas mudaram seus métodos, dependendo dos meios disponível no momento, evitando uma luta aberta quando em uma posição desvantajosa e beneficiando-se, espertamente, das penetrações nos flancos vulneráveis. **Nós estamos preparados, nós treinamos pessoas e departamentos que são capazes de enfrentar o terrorismo, de colocar subversivos na prisão, mas nós não estamos tão alertas para enxergar, claramente, as ações encobertas (*disguised*), como a infiltração nas escolas e várias outras doutrinações pelo uso de métodos rotineiros. O momento presente**

**demonstra que, com os resultados das eleições de novembro de 1974, o Brasil democrático deu aos comunistas uma posição vantajosa e permitiu ‘o retorno à situação de 1968’, quando o ministro da Justiça é convocado pelo Congresso para explicar o status de comunistas condenados na Justiça militar** (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8, grifo meu)

Enfim, arrematou essa importante “tese” da misteriosa “SEPES-RJ”, “o mundo livre não pode pagar um preço tão alto por uma liberdade que é violada a toda hora pelo processo comunista subversivo” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8). E, diante dele, o inescapável dilema – o que fazer fazer? **“É necessário para nós adotar uma nova doutrina de luta contra a subversão em quaisquer de suas fases”** (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8, grifo meu). E seria justametne a proposta de uma nova *doutrina antissubversiva* que a SEPES, por meio de sua misteriosa filial carioca, encaminhara à apreciação da VIII Conferência da WACL de 1975. É o que se analisa a seguir, a mais escancaradamente *exterminista* propositura da SEPES.

#### 5.12.6.8. “La Doctrina de la Anti-Subversion” (SEPES-RJ): vigiar e exterminar os subversivos

Sem embargo, a “tese” mais importante apresentada pela filial carioca da SEPES, na VIII Conferência da WACL, intitulou-se **“A Doutrina da Antissubversão”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F). Na *Introdução*, a “A Doutrina da Antissubversão” da SEPES assinalou que não seria *racional* “insistir en **conceptos que la realidad está desmintiendo**, aunque sean presentados como verdades invencibles por autoridades competentes” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1). Para muitos, seria *temerário* “dudar de doutrinas, indiscutiblemente aceptadas”, no entanto, diante de **“tan constantes e irremediables fracasos en la acción anti-subversiva”**, seria imperativo fazer **“una autocritica”**. Os *melancólicos desfechos* das guerras na Indochina, na Argélia e no Vietnã, e a expansão comunista na Europa, África e América Latina, demonstrariam que **“la estrategia y la táctica anti-subversiva requieren una cuidadosa revisión”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1).

Ou seja, seria preciso *analisar e discutir, sem preconceitos*, “la validez de los principios que estamos aplicando, pues nos arriesgamos a sucesivas derrotas por el apego a ideas que no nos gustaria abandonar” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1). Se a realidade estava desmentindo os conceitos da luta *antissubversiva* “que estamos aplicando” – nós quem, da “SEPES-RJ” –, seria de bom tom readaptá-los àquela. Isso porque a *guerra* seria “un fenómeno

esencialmente realista” e não admitiria *vacilações sentimentais*. Entre os princípios tradicionalmente aceitos como *válidos* e que estaria a exigir revisão seria esse: “**La subversión exige el apoyo e la población**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1). Tratava-se da *já clásica* “metáfora china” do *peixe no mar* segundo a qual ““el subversivo no puede sobrevivir sin la adhesión del pueblo”” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1). Orientados por esse princípio, “los tácticos de la guerra anti-subversiva pretenden que la disputa se debe hablar en torno de la búsqueda del apoyo de la población” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1). Sem ser possível aquilatar “si los comunistas son sinceros o maquiavélicos cuando hablan del apoyo del pueblo”, a SEPES retomou a afirmação de **Mao Tse-tung** segundo a qual ““Todos los comunistas deben comprender esta verdad: **el poder nace del fusil**”” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1). Espelhando-se nesse estrategista e tático chinês da “subversão” comunista, a SEPES transcreveu, na sequência, um ensinamento do oficial do Exército francês **David Galula**, ideólogo da contrainsurgência que “escribe: ‘la batalla para conseguir el apoyo de la población es una de las principales características de la guerra revolucionaria’” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1, grifo meu).

Mas, indagou a “tese” da SEPES, “qué nos enseñan los hechos históricos?”. Mesmo que os franceses tenham desenvolvido na Guerra da Argélia um amplo programa de propaganda e ajuda com a finalidade de conquistar *a adesão do povo*, “cúal fue el resultado?” Perderam. Da mesma maneira que os franceses na Argélia, os norteamericanos, embora tenham investido *recursos jamás imaginados* no Vietnã e em outras partes do mundo, “que han conseguido?” Perderam. Derrotas atrás de derrotas. Derrota da França na Argélia. Derrota dos EUA no Vietnã, depois da derrota do neocolonialismo francês na antiga Indochina. Então, a primeira dúvida que surgiria para a necessária revisão da doutrina antissubversiva: **Será realmente la población el objetivo de la Guerra Revolucionaria?**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1, grifo meu). A seu turno, “el segundo principio universal” tradicionalmente aceito entre os estrategistas e táticos da *antissubversão* consistiria nisso: “La Subversión debe ser combatida indirectamente. Las acciones de fuerza no solucionar[an] el problema” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1). A consequência lógica desse princípio afirmaria que, assim sendo, “el instrumento más importante para el combte a la subversión es el de la accion política” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1).



O teórico da contrainsurgência francesa David Galula, inclusive, corroborando essa ideia, argumentara: “‘Ya que el objetivo es la propia población, las operaciones destinadas a conquistarla (para el rebelde) o mantenerla pasiva (para el contra-rebelde) son de naturaleza esencialmente política’” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2). Desdobrando esse segundo conceito normalmente aceito pelos *experts* em *antissubversão* surgiriam “estadísticas como: **la guerra subversiva es 80% política y 20% militar**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2, grifo meu)<sup>736</sup>. Conclusões dessa natureza, todavia, conduziria “a **una desmoralización del papel de las fuerzas militares como arma anti-subversiva**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2, grifo meu).

Também aqui, mais uma vez, os *fatós* estariam desmentindo esses corolários do segundo princípio normalmente aceito pelos agentes da *antissubversão*, isto é, “los acontecimientos mundiales demuestran que **es en el terreno amargo y real del conflicto armado que se está decidiendo o se decidirá, posiblemente, la lucha por el poder**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2, grifo meu). A razão estaria, segundo a SEPES, com **Mao Tse-tung**, que teria dito: “**La tarea central y la forma más alta de cualquier revolución es la tomada del poder a través de la fuerza armada, es decir, la solución del problema através de la guerra.** Aunque ese conflicto se pueda iniciar en **el campo de la política**, termina siempre en el de **la guerra violenta, interna o externa**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2, grifo meu). E o exemplo da repressão soviética às rebeliões na Hungria e na Checoslováquia, com o emprego em massa de carros militares de combate lançados contra os rebeldes, comprovaria que, mesmo “sob los ojos perplejos del mundo”, a URSS impôs “el poder de su fuerza y de su violencia con el único pretexto de una protección paternal” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2).

Nesse sentido, a repressão soviética às rebeliões húngara e checoslovaca comprovariam mais essa “lição” de **Mao Tse-tung**: “**Aquellos que desean tomar el poder estatal y mantenerlo, tienen que contar con um poderoso ejército**’. **‘Fue con los fuziles que los**

---

<sup>736</sup> Esse conceito segundo o qual a guerra anticomunista seria 80% política e 20% militar, como visto no CAPÍTULO 2, era uma lição assentada e ensinada, a partir dos “ensinamentos” bélicos do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, na Academia de Guerra Política de Peitou, nos arredores de Taipei, capital de Taiwan. Como se verá, a SEPES, via WACL/CAL, promoveu o “intercâmbio” de militares brasileiros e latinoamericanos a Taiwan, onde pudera fazer cursos de guerra política naquela que foi a mais importante Academia militar da ditadura do Kuomintang. Apesar disso, a “SEPES-RJ”, um provável braço militar do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, expôs em seu *paper* à VIII Conferência da WACL uma crítica à doutrina da guerra política, notoriamente adotada pela *Fu Hsing Kang College*.

**comunistas soviéticos crearon el Socialismo, solamente el fusil puede transformar el mundo’”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2, grifo meu). Diante desses *factos*, surgiria uma nova indagação: **“Qué será mas eficaz en la lucha contra la subversión, la acción psicológica o la acción violenta?”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2). Outro princípio também muito difundido entre os *experts* em *antissubversão* consistiria nisso: “a medida que las condiciones económicas mejoren y se eleva el nivel social, se iluminan también las causas de la subversión” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2).

Isto é, segundo um conhecimento tradicionalmente assentado entre os contrarrevolucionários ou contra-insurgentes, o avanço da “subversão” seria inversamente proporcional à melhora das condições sociais de vida. Melhorando estas, decairia a primeira. Ledo engado, contudo. Segundo a SEPES, novamente os *factos* desmentiriam mais esse terceiro princípio *antissubversivo*, senão, como seria possível continuar existindo “subversión en los países libres”? E mais, caso esse terceiro princípio fosse *infalível*, “las naciones más pobres serian infaliblemente los mayores teatros mundiales de rebelión interna” enquanto que, pelo contrário, “la realidad nos enseña esta contradicción y nos crea otra gran duda: **El desarrollo sócio-económico inmuniza um pueblo contra la subversión?”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2, grifo meu).

O quarto princípio via de regra admitido entre os *antissubversivos* consistiria nisso: “La libertad social y económica propicia mayores posibilidades para neutralizar la acción subversiva. Los régimenes autocráticos crean antagonismos explosivos” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2). Daí que, derivando-se desse princípio equivocado, surgiria **“la idea de que la acción anti-subversiva debe ser encuadrada en términos políticos y sociales liberales, amplio debate y libre expresión”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2, grifo meu).

Ou seja? O *liberalismo* e suas *liberdades democráticas* – mesmo que enformadas pela hegemonia burguesa – seriam limitadores da *ação antissubversiva* eficaz. Seria preciso, pois, ir para além do *liberalismo* na *guerra total* contra o *comunismo*. Contudo, explicitando a SEPES seu rechaço ao *liberalismo* entendido como sinônimo de padrão democrático válido e único, já estaria comprovado que **“las naciones más agitadas por la ola subversiva son las que justamente se orgullecen de mayor liberalismo**. Debemos entonces preguntarnos: **hasta que punto puede la**

**libertad social y económica constituir un permiso o un acicate para la subversión?”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 2, grifo meu).

Esses “quatro principios” enumerados constituiriam, até então, **“la base de la actuación del poder legal de la acción anti-subversiva por los países democráticos, tanto en guerras externas, como en la lucha interna contra la subversión comunista”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, pp. 2-3, grifo meu). Todavía, seria necessário fazer um balanço sobre os *sucessos* e os *desastres* que as *forças antissubversivas* estariam atingindo – lembre-se das derrotas das guerras da Argélia e do Vietnã –, baseadas nesses princípios, para superar ou fazer retroceder a *insurreiçã*o. Em que medida a “aplicação” desses principios se mostraria *válida* à *ações antissubversivas*? Estas, assim baseadas, “serán verdaderas o falsas? Estarán siendo aplicadas correcta o incorrectamente?” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 3). Em primeiro lugar, segunda a misteriosa “SEPES-RJ”, seria preciso definir **a guerra subversiva como “una manifestación de la lucha por el poder**, en cualquier lugar o tiempo donde se desarrolla el proceso” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 3, grifo meu), considerando-se o *subversivo* não como um *aventureiro* ou alguém simplesmente em busca de *renome ou prestígio*. Assim que o *desejo* do *subversivo* “es el poder y para conquistarlo buscará el camino menos arriesgado y más fácil. Si, para eso, es necesario alcanzar el apoyo del pueblo, él lo buscará, pero si el apoyo no es imprescindible, lo dispensará. Si fuese posible cortar la lucha, huirá de ella. Pero si fuese enérgica la violencia, él la empleará” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 3).

Em suma, segundo a nova doutrina “antissubversiva” da “SEPES-RJ”, **“la guerra subversiva comunista tiene por objetivo implantar en todo el mundo el poder bolchevique”** e, “para este fin, todos los subterfugios, todas las maniobras, todos los sacrificios serán enfrentados por sus partidarios” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 3, grifo meu). Dessa forma caracterizada a guerra subversiva como uma luta pela conquista do poder e pela implementação mundial do bolchevismo, esta “tese” da filial carioca da SEPES apresentada à VIII Conferência da WACL reforçou a necessidade de um reexame dos **“viejos y castigados principios”** e, para executá-los com maior objetividade e eficiência, seria fundamental analisar **“las causas de la subversión”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 3, grifo meu). Quais seriam, portanto, as raízes do fenômeno subversivo? Compreendê-las seria o passo básico para combatê-lo. Um primeiro conjunto de autores, segundo a SEPES, vislumbrariam na *miséria* “el caldo predilecto de la

subversión”, o que não seria demonstrado na realidade na medida em que “la subversión encuentra terrenos favorables tanto en los países subdesarrollados como en los desarrollados o en vías de desarrollo” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 3).

Então, o que seria a *subversão*? A *subversão* seria, na conceptualização da misteriosa “SEPEs-RJ” – tão desenvolva em assuntos de doutrinas militares –, uma antiga doença humana, provavelmente incurável. A *subversão*, assim, “**es una enfermedad antigua de la humanidad y tal vez incurable**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 3, grifo meu). Seria verdade, contudo, que nos *países subdesenvolvidos* a *subversão* atuaria de maneira muito particular. Isso porque o *subdesenvolvimento* de um país apresentaria, entre suas características e conseqüências, *factores básicos* como o *descontentamento* e a *agitação* sociais, “fuentes de odio y de conflictos políticos y sociales” originados “en conflictos internos o externos”. Nesse contexto, “**la subversión puede crearlos artificialmente o avivarlos hasta un punto explosivo**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 3, grifo meu). Entre os *factores internos* do *descontentamento* e da *agitação* nos *países subdesenvolvidos*, o principal seria o *antagonismo* engendrado “por las profundas diferencias entre los grupos sociales dominantes y las masas populares, principalmente los derivados del desequilibrio entre la distribución de la riqueza y de la renta nacional y de la escasez de oportunidades de las clases menos favorecidas” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, pp. 3-4).

Essas seriam as assim chamadas, pelos inimigos comunistas, “**contradições internas**”, que se manifestariam de inúmeras formas. Entre elas, nos casos de *preconceitos raciais e religiosos* nas sociedades e nações de *formação recente*, “avivados por el odio xenofobo y por el nacionalismo radical”; e em casos de “rivalidades políticas entre grupos locales” que fomentariam “desuniones generalizadas” e “la aparición de líderes carismáticos, del tipo caudillesco” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 4). Outro conjunto de *contradições internas* que se contaria entre *as causas da subversão*, na especificidade dos *países subdesenvolvido*, seria “**la flaqueza de las Fuerzas Armadas debido a su falta de preparación material y profesional y su desunión**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 4, grifo meu). Forças Armadas fracas, despreparadas e desunidas, portanto, representariam “factores de aliento a las infracciones de la seguridad interna” e, dessa maneira, fomentariam a *subversão interna* dentro de um país.

Já as *causas* externas da *subversão* seriam os “resentimientos ocasionados por la dominación ejercida por los capitales extranjeros, saqueando economías y sometiendo los ciudadanos del país a explotaciones generalmente odiosas” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 4). A dominação política e o saque econômico do capitalismo externo sobre um país *subdesenvolvido*, por exemplo, causariam *resentimientos* entre os *cidadãos* submetidos a esse sistema de *exploração*. As *tensões sociais* assim criadas “proporcionan **grande receptividad a todos los movimientos que prometen soluciones milagrosas y la reformulación de la hegemonía de clases**” e, servindo-se “generalmente por una propaganda tendenciosa, **alardean la perspectiva de reformas radicales, emancipación socio-económica y la creación de condiciones de bien-estar generalizadas**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 4, grifo meu). **Embora “materialmente impracticables, estas promesas despiertan entusiasmos incontrolables”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 4, grifo meu). Ou seja, segundo a SEPES, nos países *subdesenvolvidos*, o verdadeiro perigo seria a incontrolabilidade do *entusiasmo* dos *cidadãos explorados* incitado pelos *movimientos subversivos* através da propaganda de um conjunto materialmente “inexequível” de promessas: *reformulação da hegemonia de classe, reformas radicais, emancipação sócio-econômica e bem-estar generalizado*.

Além disso, a *subversão* atingiria áreas nas quais o *poder legal* teria “dificultades para explicaciones y contención de manifestaciones populares, por el primitivismo de las comunicaciones y de las vías de transporte y por **la demagogia político-ideológica que insensibiliza las masas**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 4, grifo meu). Desse modo, a *propaganda* e a *agitação subversivas* “explotan las condiciones locales y propagan la sospecha y la inquietud como un incendio en matarrol seco” e, arrematou a SEPES, “aunque los objetivos reales de la subversión sean bastante diferentes de los difundidos, en realidad, los movimientos traen rótulos que se repiten e impresionan las mentes, incluso las más sagazes” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 4). Esse “**progreso de la ola subversiva**”, via de regra, estaria associado a outro processo mais amplo, o da “**desagregación de las elites**” e, a través de la **corrupción**”, paulatinamente, criar-se-ia “aquele ambiente explosivo, **aquella atmósfera de tensiones que Lenin denominaba ‘situación revolucionaria’ o ‘crisis revolucionaria’, como prefería Stalin**, y que se caracterizaba por tres indicaciones: – **Crisis política en el seno de la clase dominante**; – **Crisis económica y social que afecta las clases dominadas**; y –

**Recrudescimiento considerable de la actividad de las masas**” (HX11.W653.D68.1975F, p. 4, grifo meu).

Uma vez instaurada uma *situação revolucionária* (Lenin), ou uma *crise revolucionária* (Stalin), nessa conjuntura crítica, “la subversión adquiere extraordinario impulso y puede irrumpir a cualquier momento, como lucha impiedosa desencadenada por el motivo más insignificante, surgiendo ostensivamente para exponer **su verdadero objetivo que es la conquista del poder y la inversión del orden político y social**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 5, grifo meu). E pior, segundo a SEPES, mantendo a *guerra revolucionária subversiva* o mesmo objetivo, o de conquistar o poder e *invertir a ordem sócio-política*, ela não conseguiria “explorar” as “contradições internas” apenas nos países *subdesenvolvidos*. Pelo contrário, também nos *países de alto índice sócio-econômico*, “parece ser una paradoja que la subversión consiga vitalidad para sus actividades destructivas, pero aún en ellos, a pesar del alto nivel cultural, la subversión encuentra motivos suficientes para explorar las insatisfacciones e incitar las ambiciones” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 5 ).

Em regra, nos países *desenvolvidos*, a *subversão* “exploraria” os *preconceitos raciais* e a *intolerância religiosa*, fontes de *ressentimentos e ódios irracionais*. Isso porque a desigualdade social não teria desaparecido, nem mesmo, nos países *desenvolvidos*. Conforme a SEPES, “**la riqueza y la abundancia nunca eliminan desniveles entre clases sociales; solamente elevan los padrones de la pobreza sin extinguir el desempleo, las crisis económicas y otros manifestaciones perjudiciales a la estabilidad de los régimes**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 5, grifo meu). Isto é, admitiu assim a “SEPES-RJ” a existência das classes sociais – bem como suas diferenciações e antagonismos – como as principais causas da *subversão* – essa velha “doença” humana. Existindo classes sociais distintas, quer seja em países *desenvolvidos*, quer seja em países *subdesenvolvidos*, a “doença” da *subversão* nunca deixaria de existir.

Ainda tratando da particularidade da *subversão* nos países *desenvolvidos*, a SEPES salientou que, neles, “**la elites privilegiadas presentan evidencias de corrupción moral cuya origen en general está en la propia sofisticación de las costumbres y en los excesos de riquezas**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 4, grifo meu). A *moral* das *elites privilegiadas* dos países *desenvolvidos*, dessa forma, estaria *corrompida* “por el afán de lucro” e bastaria ver as

grandes cidades convertidas, naquelas regiões avançadas economicamente, “en palcos de **desagregación dramática de la sociedade urbana**”, repleta de *crime* e *vício*, “los indicios incontestables de sua declínio”. A decadência dos países *desenvolvidos* também poderia ser medida pela *desilusão* e *desorientação* de sua juventude, que buscaria “en la renuncia y en el existencialismo oportunista y amoral, una reacción desconcertante ante su incapacidad de confrontación” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 5). Outro aspecto do *declínio* dos países *desenvolvidos* seria as *ambições políticas* que fomentariam *lutas entre grupos* tendentes à *autodestruição*. Por tudo isso, sumariou a SEPES, também nos países *desenvolvidos* a *subversão* continuaria “ofreciendo, como siempre, los ilusorios argumentos de su propaganda orientada congregando adeptos conscientes o inconcientes” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 5).

Em um extremo, os países *subdesenvolvidos*, noutro, os *desenvolvidos* e, intercalando-os, o terceiro grupo, do qual o Brasil faria parte, seria aquele dos países “en via de desarrollo”. Esses países *em desenvolvimento*, nem completamente *desenvolvidos* nem *sub*, “se situan en el amplio valle entre dos situaciones y, por conseguinte, revelan los sintomas comunes a los padrones descritos y a los profundos males de las sociedades en transición” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 5). Sofreriam, os países “en via de desarrollo”, com as crises engendradas pela *crecimiento vegetativo*, “el cual no es siempre equilibrado y armóniso”. Poucos, porém, compreenderiam “los sacrificios exigidos para la edificación de **una economía auto-suficiente**” e, segundo a SEPES, “**conflictos y agitaciones ocurren frecuentemente y la necesidad de mantenimiento del social puede exigir un poder legal autoritario**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 5, grifo meu).

As agitações e conflitos potencialmente explosivos em sociedades “em desenvolvimento” – como a brasileira – justificariam, então, a entronização de *um poder legal autoritário*. E mais esse aspecto estaria sendo habilmente “explorado por la subversión en su tentativa de impopularizar el gobierno y enflaquecerlo” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 5). Isto é, mesmo sendo *necesário* um poder legal autoritário como mais uma forma de sacrifício para *a edificação de uma economia autossuficiente*, a *subversão* exploraria mais esse aspecto para *enfraquecer* e *impopularizar* os governos “autoritários”. Assim delineada a *subversão*, a “tese” da SEPES definiu, enfim, a “**Teoria de la Anti-Subversion**”. O primeiro teórico *antissubversivo* citado foi o oficial e teórico do Exército francês David Galula, que teria declarado, *acertadamente*:

Quien dirige una guerra contra un movimiento subversivo no encontrará en Mao Tse-tung, ni en otros teóricos revolucionarios las respuestas para sus problemas. Con certeza encontrará informaciones útiles sobre la forma de actuar del revolucionario, pero nunca las encontrará explícitamente. Algunos contra-revolucionarios cayeron en la trampa de imitar los revolucionarios en puntos secundarios o importantes. Estas tentativas jamás tuvieron éxito (GALULA *apud* SEPES *in* HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6)

O teórico da contra-insurgência militar francesa acertaria nesse ponto, uma vez que “es un error pensar que para combatir al subversivo se debe actuar exactamente como él” e isso pelo fato mais básico de todos, segundo a SEPES: “**La subversión y la anti-subversión tienen objetivos diferentes, generalmente opuestos**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6, grifo meu). Galula, “en su libro ‘Teoría Y Práctica de la contra Rebelión’”, teria desenvolvido uma importante teoría *antissubversiva*, “hecha a la luz de un análisis cuidadoso de las características de la guerra subversiva fría y la guerra subversiva caliente”, propondo “cuatro principios esenciales de la anti-subversión”, a saber: “1º – **el apoyo de la población es esencial**; 2º – **el apoyo se obtiene a través de una minoría activa**; 3º – **el apoyo de la población depende de los éxitos obtenidos y del control impuesto**; 4º – la intensidad de los esfuerzos y la magnitud de los medios son esenciales” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6, grifo meu). Esses *principios antissubversivos* da teoría de Galula “fueron elaborados (...) con base principalmente en las guerras subversivas de Argelia y del Vietnam” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6).

Ou, dito de outra maneira, a teoria contrainsurgente do militar francês constituiu-se a partir das experiências neocoloniais da França na antiga Indochina e no norte da África. Porém, segundo a “tese” da SEPES carioca (e quem seriam seus autores que, bem se nota, eram peritos em teorias e críticas de *antissubversão*?), “**Galula se pone a medio camino de la verdad, la cual presente, pero no la alcanza totalmente**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6, grifo meu). Por exemplo, o principal teórico da contrainsurgência francesa, contratado posteriormente como professor universitário nos EUA, “acierta (...) cuando declara que ‘reformas políticas, sociales, económicas y de otra naturaleza, por más deseadas y populares que sean, son inviables cuando ofrecidas mientras el rebeld aún contra la población’” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6). Galula também “está correcto cuando afirma que los métodos de la anti-subversión no pueden ser idénticos a los de la subversión” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6).

Sem embargo, o teórico francês da contrainsurgência militar estaria errado – ou ao menos *não completamente correto* – “quando afirma que el poder político debe tener siempre prioridad



sobre el poder militar”, sendo impossível estabelecer, nesse ponto, qualquer “regla fija” sobre qual dimensão preponderaria ao fim e ao cabo, se o *poder político* ou se o *poder militar*. Logo no início desta “tese”, a SEPES já havia criticado Galula por afirmar que *a guerra subversiva é 80% política e 20% militar*, afirmação que poderia *desmoralizar o papel das forças militares como arma antissubversiva*. Embora retomando posteriormente essa sua crítica a Galula, a SEPES insistiu na necessidade de compreender, em primeiro lugar, “el proceso subversivo”, para só então “sacar algunas conclusiones que juzgamos más coherentes y realistas” para enfrentá-los. Seriam basicamente “tres especies de teorías que se formulan con respecto a la subversión y, por consiguiente, son utilizadas para la deducción de la estrategia y táctica de la anti-subversión” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6).

A primeira teoria compreenderia “**la subversión como un fenómeno eminentemente socio-económico**, provocado por los antagonismos y presiones resultantes de desequilibrios entre grupos y por las condiciones del ambiente social y económico” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 7, grifo meu). Se as causas da *subversão*, segundo essa teoria antissubversiva, eram sócioeconômicas, “esta doctrina está orientada para las soluciones socio-económicas como fundamento de la acción anti-subversiva”, considerando, pois, que, uma vez “suprimidos los desniveles sociales, alcanzados los grados satisfactorios de bienestar y abundancia material, la subversión desaparece naturalmente, extinguida por las propias fuerzas de la auto-reacción y legítima defensa de las sociedades” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6). Essa teoria teria estado muito em voga, segundo a SEPES, “durante las guerras de Indochina y Argelia”, exercendo uma “influencia fundamental sobre los analistas y comentaristas, congregando a la mayoría como **Gabriel Bonet**, en Francia, **Roger Hilsman**, **Walter Lipman**, **Peter Paret**, **John Shy** y **Bernard Fall**, en Estados Unidos, **Hermes de Oliveira**, em Portugal, y muchos otros” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 7, grifo meu).

Note-se o extenso conhecimento “bibliográfico” sobre autores *antissubversivos* demonstrado pela misteriosa filial carioca da SEPES que citaria, exemplificando esse primeiro tipo de teoria e teóricos, o seguinte excerto de Bonet: “La Historia no miente. La violencia no soluciona nada. Incita al odio, y con el odio no se construye nada durable. Solamente un inmenso esfuerzo económico y social puede aún con eficacia contra las ideas reinantes. Nuestra Defensa Nacional pierde mucho más con los antagonismos de lo que gana con el esfuerzo de la máquina

militar” (BONNET *apud* SEPES *in* HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 7). Bonnet desenvolvera esse pensamento durante a Guerra da Argélia, recomendando “un gran esfuerzo para la conquista psicológica de la población argelina”, mas, apesar disso, “todo ese esfuerzo fracasó, pues la motivación emancipadora prevaleció y la causa del nacionalismo y de la liberación, manipulada por los socialistas, comovió más el pueblo argelino que todas las medidas sociales y económicas ofrecidas por Francia” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 7). Na mesma linha de Bonet, também o teórico “antissubversivo” português Hermes de Oliveira, “influenciado por las guerras coloniales en Africa, declaró:

La victoria contra la Revolución exige indiscutiblemente amplio apoyo de la población, y su alcance resultará, pues, de conquistar o reconquistar la población a través de un intenso trabajo psicológico, que descansa por un lado, en la Fé, en los valores universales de nuestra civilización y principios de una mística doctrinaria y en la difusión de estos valores y principios de una mística doctrinaria, y por otro lado, en la exploración de las contradicciones ideológicas fundamentales de la Revolución (OLIVEIRA *apud* SEPES *in* HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 7)

Infelizmente, segundo a SEPES, esses “puntos de vista” de Gabriel Bonet e de Hermes de Oliveira, ao serem *exagerados*, “muchas veces llevaran a los analistas a conclusiones precipitadas” e já seria hora de encarar que não seria *infalível* “el principio de que **‘el adversario será vencido cuando su población sea psicológicamente conquistada’**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 7). Isso porque “la idea de que la acción militar debe ser obligatoriamente apoyada por la población ha sufrido un sin número de contradicciones” e, em muitos casos, uma operação militar prescindiria da *conquista psicológica* da população-alvo, defendendo a SEPES que “**la acción militar apoyada por una minoria civil decidida y orientada o por una 5ª columna ‘organizada’, ha sido decisiva**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 8, grifo meu). A segunda teoria *antissubversiva* seria “la que denominamos politica” e, segundo ela, “la población está constituida por agrupaciones más o menos amorfas, denominadas ‘masas’, que pueden ser manipuladas por minorias politicamente educadas y sometidas a un mando centralizado” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 8). Eis que a *subversão* buscaria “establecer esta organización minoritaria y adiestrarla en el mando político, fortalecer el intimo contacto con las masas populares a través de la infiltración de la propaganda y de la agitación” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 8).

Buscando conquistar “este ‘Status’” junto às massas, criando-se *artificialmente* “una situación revolucionaria”, “la elite subversiva ocupará el poder y se transformará en poder legal” e essa “teoria” teria sido “aplicada”, com sucesso, “por los comunistas en algunos casos”. Diante disso, segundo os autores da teoria “política” da *antissubversão*, a *ação antissubversiva* “tendria que – **identificar, desorganizar y destruir la elite política subversiva; – impedir el contacto con las masas populares y la manipulación de éstas por la elite subversiva; – neutralizar la formación de la situación revolucionaria**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 8, grifo meu). Para essa vertente “teórica”, “las medidas anti-subversivas serian de carácter primordialmente político” e, sob seu controle, “estarian las consideraciones de naturaleza social, económica y militar” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 8). Também David Galula defenderia esse ponto de vista, citando o General **Chang Ting-Cheng**, do Exército Popular de Mao Tse-tung, segundo o qual “**Una guerra revolucionaria consiste en 20% de acción militar y 80% de acción política**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 8, grifo meu)<sup>737</sup>.

Contudo, “considerar el fenómeno subversivo con bases simplemente políticas ha provocado un sin número de errores” e, segundo a SEPES, não se deveria perder de vista que “**las guerras subversivas de China, Indochina, Grecia y Malasia fueron decididas militarmente**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 6). Os soviéticos também teriam mantido sua dominação submetendo, pela força militar, “los insurrectos en Hungría y en Checoslovaquia”. Os soviéticos nunca teriam esquecidos, inclusive, “**el principio de Lenin de que: ‘La paz es la continuación de la guerra por otros medios’**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 8, grifo meu). As desilusões causadas pelos fracassos dessas teorias da *antissubversão*, segundo a SEPES, difundiu **uma ideia pessimista segundo a qual “las causas fundamentales de todos los fracasos radicaron en la inadaptación de los padrones de la civilización occidental con relación a las necesidades del mundo moderno**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 8, grifo meu).

Essas “conclusiones pesimistas”, todavia, seriam “extremamente peligrosas, pues representan una renuncia ante el adversario” e as *forças antissubversivas* deveriam estar convictas de que “los valores de nuestra civilización son correctos y mucho más elevados en comparación con los que nos quieren imponer” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 8). Mas o que estaria

---

<sup>737</sup> Note-se, aqui, que o grande “ensinamento” do generalíssimo Chiang Kai-shek, ensinado como dogma na Academia de Guerra Política de Peitou, isto é, de que a guerra anticomunista seria 30% militar e 70% política, era, de fato, uma “transposição” ao campo anticomunista de um ensinamento de guerra de um general maoísta!

errado nessas duas teorias da *antissubversão* – a *política* e a *econômica*? Precisamente lhes faltaria um adequado “concepto de lucha, pues aunque parezca increíble, **todavía no ajustamos exactamente el objetivo de la confrontación**” e, mais importante, “**este objetivo es, sin duda, el poder mundial**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 9, grifo meu).

E seria essa terceira teoria *antissubversiva*, “que denominamos global”, a mais correta se confrontada com as duas anteriores. Antes, porém, de desenvolver e defender a superioridade de uma teoria *global* da *antissubversão*, a filial carioca da SEPES julgou necessário, em sua “tese” apresentada à VIII Conferência da WACL, discorrer sobre os *pontos de apoio* e as *ações* características do *processo subversivo*. Isso porque, “**para comprender bien la acción anti-subversiva, se hace necesario analizar como se lleva a cabo el proceso subversivo**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 9). Mas como se definiria, para a SEPES, o *fenômeno subversivo*? Basicamente, o fenômeno da *subversão* estaria apoiado “**en la existencia de un grupo (núcleo subversivo) situado en un determinado ambiente y recibiendo influencia y recursos internos y externos (factores afluentes)**” e, “estimulado y alimentado por tales factores, **el núcleo realiza acciones con el objetivo de destruir el poder legal y subvertir el orden vigente**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10, grifo meu).

Quatro elementos, portanto, *factores afluentes, núcleo subversivo, ambiente e ações subversivas*, constituiriam o *fenômeno subversivo*. Os *factores afluentes* são aqueles que “producen, estimulean, apoyan y alimentan la subversión”, podendo ser de origem *psicológica* e/ou *material*. Em primeiro lugar, seria preciso identificar a *causa ou objetivo* dos elementos psicológicos da *subversão*, que seria “el motivo político o social que sirve de fundamento o pretexto subversivo”. Os *subversivos* explorariam, assim, “descontentamientos, reivindicaciones (globales o parciales) o ideales”, sempre mantendo-se, como *causa profunda* da *ação subversiva*, “la conquista del poder” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 9). Em segundo lugar, seria preciso identificar a “ideologia” da *subversão*, entendida aquela como “la filosofía que dá origen o apoya la causa”. A *causa* da *subversão* não poderia ser, segundo a SEPES, confundida com a *ideologia subversiva*. “Podemos concordar con una y discrepar con la otra” e, “aunque sean siempre maliciosamente asociadas por los subversivos, se hace necesario desenmascarar tal confusión” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 9).

Os *fatores afluentes* poderiam ser, também, *materiais*. Esses auxílios materiais “pueden consistir en viveres, armamentos y municiones, medicamentos, carros de transporte y combustibles, dinero y muchos otros”, isto é, “elementos necesarios a la vida material y a las actividades subversivas del núcleo” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 9). Esses *auxílios materiais* poderiam ser ainda obtidos “a través de donativos de aliados o simpatizantes, o a través de usurpación, robos o asaltos”, provenientes “del propio país o del extranjero” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 9). Quando for “imposible impedir al grupo subversivo la obtención de estos auxilios, la acción anti-subversiva debe hacer lo posible para que su costo sea tan caro que deje de ser compensador” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, pp. 9-10). Outro *fator afluente* dos *subversivos*, tão importante quanto os *auxílios materiais*, seriam as *informações*. **“Todas las acciones subversivas exigen del núcleo un cuidadoso proceso de obtención de informaciones. El subversivo sin informaciones está ciego”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10, grifo meu).

Essas *informações* essenciais à *subversão* poderiam ser de dois tipos: 1) *gerais ou políticas* e 2) *particulares ou operacionais*. *Aliados e simpatizantes*, “en el seno de la población”, servirían de “fuentes concientes o inconcientes de información y sus transportadores al núcleo subversivo”, as chamadas “palomas mensajeras” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10). O terceiro *fator afluente* da *subversão* estaria constituído pelos “refugios donde el núcleo subversivo se oculta, en sua vida permanente o en ciertas ocasiones especiales” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10). Esses *refúgios* assegurarían “la vida clandestina” da *subversão* e, nas cidades, por exemplo, “los grupos subversivos pueden vivir en núcleos o apenas utilizar las guaridas para reuniones”, locais estes que seriam mais difíceis de localizar. Dessa maneira, “la acción subversiva exige abrigos para la preparación, el montaje y el desencadenamiento de las operaciones y para el refugio posterior” e, neste abrigo pós-operações, “los subversivos efectúan el balance de los resultados de las acciones y el tratamiento de los heridos que pueden evacuar” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10). Um quarto *fator afluente* seria o *pessoal*, isto é, “elementos reclutados por el grupo subversivo, permanente o temporariamente, para acciones principales o secundarias y por elementos de apoyo como informantes, agentes, capitalistas, auxiliares, guardas rurales, enfermeros y médicos para tratar los heridos y enfermos, etc.” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10).

Ao lado dos *factores afluentes*, um segundo componente da *subversão* seria “**el núcleo subversivo**”, “**el elemento de orientación y acción**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10, grifo meu). O *núcleo subversivo* poderia ser composto por *um pequeno grupo de pessoas ou por uma unidade constituída*, mas, necessariamente, estaria constituído por “dirigentes, planeadores y ejecutantes”. Os indivíduos destas três categorias básicas de qualquer *núcleo subversivo* – responsáveis pela *direção, planeamento e execução* – “pueden ser locales o alienigenos, nacionales o extranjeros” e, via de regra, “los dirigentes no se exponen en la ejecución de las tareas”. “Normalmente”, garantiu a SEPES com extraordinário conhecimento de causa, “los equipos son politicamente educados o adiestrados, poseidos de verdadero fanatismo, convictos de la causa que defienden y dispuestos a cualesquiera sacrificios y violencias” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10).

A caracterização dos *subversivos* como *fanáticos*, portanto, acaba por desumanizar o alvo inimigo a ser abatido. Combinando-se com os *factores afluentes* e o *núcleo subversivo*, o terceiro componente da *subversão* seria o *ambiente* criado “por las condiciones morales y materiales de la población y del medio físico donde actúa el grupo subversivo” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10). A *população* poderia, desse modo, ser utilizada pelo *grupo subversivo* de algumas formas, entre elas, ser explorada “como elemento aliado o de apoyo si predispuesta favorablemente a la subversión” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 10); ser utilizada “como elemento de artificio o confusión, a causa de la posibilidad de infiltración que ofrece a los elementos subversivos”, ou “como fuente de auxilios – obtenidos a través de la donación voluntaria, coacción, asalto o pillaje” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 11).

Em áreas subpovoadas, a *população* local teria importância secundária e, mesmo assim, defendeu a SEPES, “el concepto de relevancia del apoyo popular, tanto en la subversión como en la anti-subversión, ya está bastante empobrecido” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 11). Não seria tão essencial, pois, preocupar-se com a *conquista psicológica* da *população* do meio de operações, tanto para a *subversão* quanto para a *antissubversão*. E a Guerra do Vietnã teria demonstrado que, em muitos casos, “aunque la población fuese contraria a los Vietcongs, ellos obtenian informaciones, abastecimientos y hasta nuevos reclutamientos de personal, a través de la fuerza”, exercitando essa *coação* “a través de secuestros, asesinatos, torturas, amenazas, destrucción de propiedades, incendios de plantaciones, cosechas, etc.” (HOOVER:

HX11.W653.D68.1975F, p. 11). De outra parte, o apoio popular dependeria, basicamente, “de los éxitos obtenidos” e “la busca del apoyo popular ha conducido los elementos de la anti-subversión a campañas que muchas veces benefician los subversivos, por la dificultad de distinguirlos en medio de la población” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 11).

Em suma, não seria recomendável preocupar-se tanto com a busca pelo *apoyo popular* para as ações *antissubversivas*, já que seria o seu *éxito*, e nada mais, o fator decisivo para angariar a legitimidade da população. Finalmente, o quarto elemento essencial do *fenômeno subversivo* seria o resultado da combinação dos três elementos citados – *as ações subversivas*. Em outras palavras, os *factores afluentes*, ao alimentarem um *núcleo subversivo* incrustrado, de forma bem-sucedida, em um dado *meio* humano e físico, engendrariam as *ações subversivas* como seus “productos resultantes”. Tendo sempre “por objetivo golpear el poder legal e apoderarse del mismo” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 11), as *ações subversivas* seriam *incrivelmente* variadas e extensas, indo “desde las acciones puramente psicológicas hasta las acciones esencialmente militares y de gran envergadura” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 11). E a SEPES apresentou à VIII Conferência da WACL de 1975, “para que se tenga una idea de esta diversidad”, “**la siguiente clasificación**” das *ações subversivas*:

1) **Acciones psicológicas:** a) de propaganda: ideológica o política; b) de agitación; c) de construcción o de organización; d) de infiltración; e) de movimiento de masas. 2) **Acciones violentas:** a) clandestinas: sabotaje, terrorismo, sistemático o selectivo; b) colectivas: desórdenes, depredaciones, saqueos, pillajes, etc; huelgas violentas; c) organizadas: persecuciones; prisiones; ejecuciones; d) armadas: insurrecciones, ataques, guerrillas, guerra móvil (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, pp. 11-12, grifo meu)

Finalmente, na parte final desta “tese” da filial carioca da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, apresentou-se sua própria “**concepcion global de la acción anti-subversiva**”. Depois de apresentar sua caracterização do fenômeno *subversivo* e “la critica sobre las diversas doctrinas con respecto a **la subversión y la anti-subversión**”, a SEPES se propôs a estabelecer “**un nuevo concepto de acción anti-subversiva**, el cual caracterizaremos por su aspecto global, ya que no fijamos la predominancia aprioristica de cualquier campo, sino al contrario, consideramos que **todos los aspectos políticos, económicos, sociales y militares son igualmente importantes** y que la relevancia de uno de estos aspectos sobre los otros depende de las circunstancias y de las variables del problema” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 12, grifo meu). Assim, buscando resumir o que seria essa nova *concepção global da ação antissubversiva*,

a SEPES demarcou, em primeiro lugar, que **“la subversión es independiente del grado de desarrollo socio-económico del país, ya que expresa uno de los aspectos de la lucha permanente por el poder entre grupos nacionales o internacionales”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 12, grifo meu).

Isto é, a *subversão* é “nada más que uno de los recursos de que se sirve el grupo o los grupos que no están en el poder para invertir el orden vigente” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 12). Ou seja, a *subversão comunista*, sendo a expressão mais significativa da luta pelo poder para *subverter* a ordem vigente, **“representa, en todos los países todavía no dominados por el comunismo, la manifestación de tácticas, sean pacíficas o violentas, para conseguir la hegemonía mundial por el comunismo internacional”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 12, grifo meu). As *subversões* nos países ainda não dominados pelo comunismo, portanto, seriam a manifestação *tática* do Movimento Comunista Internacional (MCI) em busca da hegemonia mundial. Atuando por meio da *coexistência pacífica*, das *guerras de libertação* ou *outra tática qualquer*, **“el comunismo internacional utiliza todos los recursos para arrebatarse el poder”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 12, grifo meu).

Em segundo lugar, na sua definição de uma nova *concepção global da ação antissubversiva*, a SEPES assinalou que **“el apoyo popular no es esencial para la subversión**, es decir, la subversión podrá subsistir, incluso cuando la población no les es completamente favorable” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 13, grifo meu). Desse modo, conforme a revisão sepista da *teoría antissubversiva*, seria “un error querer obtener la adhesión de la población a cualquier precio”, isto é, sem “ignorar la importancia del apoyo del pueblo”, dever-se-ia ter em mente que “éste no debe ser considerado como elemento condicionante de la acción subversiva y, por consiguiente, de la acción anti-subversiva” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 13). Em suma, o apoio popular não seria tão *esencial* quanto se imaginava para a vitória da *antissubversão*.

O terceiro princípio da nova *concepção global antissubversiva* proposta pela SEPES na VIII Conferência da WACL consistiria na consideração de que **“la acción anti-subversiva debe englobar con un grado de intensidad adecuado, tanto acciones indirectas, de carácter psicológico, como acciones de fuerza, enérgicas y de imposición”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 13, grifo meu). A *natureza* das *ações antissubversivas* estaria determinada, basicamente, “por las condiciones de la situación” e, assim, não poderia estar



subordinada, de maneira pré-definida, “a reglas rígidas”. Enfim, o quarto princípio da inovadora doutrina *antissubversiva* proposta pela SEPES consistiria nisto: “**Las acciones subversivas se manifiestan bajo cualesquiera regímenes políticos, democráticos o socialistas, y la neutralización de estas acciones dependen más de la adaptación de las medidas anti-subversivas que de los conceptos doctrinarios que fundamentan estos regímenes**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 13, grifo meu). Esses quatro novos princípios propostos pela SEPES, “de cierta forma, contradicen o modifican conceptos tradicionales” das *teorias antissubversivas* e, uma vez estabelecida a crítica sepista às doutrinas *antissubversivas* tradicionais, a parte final da “tese” do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL especificou e detalhou “**la ejecución de las acciones anti-subversivas**”.

Dessa maneira, consolidada a noção de que a *ação subversiva* seria “el resultado del trabajo de un núcleo que recibe del propio país o del extranjero los recursos afluentes para sostener sus actividades”, qual seria a primeira missão das *forças antissubversivas*? A primeira tarefa da *ação antissubversiva* deveria, pois, “impedir a los subversivos la obtención de estos elementos, neutralizándolos o haciéndolos extremadamente caros” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 13). E como proceder a essa *neutralização das fontes auxiliares da subversão*. Segundo a SEPES, o trabalho *antissubversivo* seria dificultado nas *grandes ciudades*. Isso porque “la vigilancia y la fiscalización de las vías de transporte, las rigurosas exigencias para uso de armas o adquisición de municiones, la organización de los órganos de informaciones, la actuación eficiente de la policía y de la justicia, son las innumerables medidas para intensificar este control” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 13). Se nas grandes cidades seria difícil controlar as fontes de ajuda à *subversão*, seria mais fácil controlar as zonas de fronteiras: “**En las regiones fronterizas, la vigilancia es esencial para impedir el acceso de recursos destinados a los subversivos provenientes del extranjero**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 13, grifo meu).

Em praticamente todos os casos em que a *ação antissubversiva* obteve êxito, assinalou a SEPES, “**el encerramiento de la frontera tuvo papel influyente**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, pp. 13-14, grifo meu). Em suma, se o controle das fontes auxiliares da *subversão* seria extremamente difícil nas grandes cidades, as *forças antissubversivas* deveriam se concentrar na vigilância e monitoramento transfronteiriço. Um outro aspecto que a SEPES se propôs a “renovar” nas tradicionais *teorias antissubversivas*, já dito e reiterado, tratava da

conquista de apoio popular às operações contra a *subversão*. Muitos autores ocidentais criticariam seus próprios governos ao salientarem a “inadaptação de los programas sociales y económicos de desarrollo en las áreas conflagradas por la subversión”, julgando que “el fracaso de estos programas radican en sus deficiencias” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 14).

A SEPES, valendo-se de um ensinamento de Charles Wolf desenvolvendo durante a Guerra do Vietnã, apontou em sua proposta de renovação doutrinária *antissubversiva* para a necessidade de não se procurar apoio de *toda* a população, mas *apenas* da parcela dela disposta a *colaborar* com “o poder legal”. Resgatou, em primeiro lugar, a “lição” de Charles Wolf:

‘Al fijar programas económicos y sociales, el punto crucial es asociar la naturaleza del comportamiento que el gobierno desee obtener de la población. (...) La selección y la localización de los proyectos deberán reflejar el principio de recompensar las comunidades que cooperan con el gobierno y que mantiene o limitan el suministro de colaboración (...) [y] también es fundamental que los programas de desarrollo social y económico sean combinados con la protección militar de las áreas rurales que se muestren dispuestas a cooperar’ (WOLF *apud* SEPES *in* HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 14, grifo meu)<sup>738</sup>

Essa afirmação de Wolf, “originada evidentemente en la experiencia del Vietnam”, resultaria em uma lição válida reiterada pelo citado autor: “**Los programas de apoyo social deben atender las áreas donde la población se muestra dispuesta a cooperar con el poder legal**” (WOLF *apud* SEPES *in* HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 14, grifo meu). Essa *política de apoio bilateral* seria essencialmente diferente da doutrina *antissubversiva* tradicional de buscar um apoio de *toda* a população. A renovação de Wolf, incorporada na renovação na doutrina *antissubversiva* proposta pela SEPES, deveria ter presente que “la selección de las áreas para obtener beneficios con programas de desarrollo, debe basarse en dos condiciones: atender preferencialmente las áreas que demuestran mayor cooperación, como recompensa y estímulo al comportamiento que el poder legal desea alcanzar; [y] implantar proyectos que puedan perfeccionar la capacidad gubernamental de restricción del flujo de recursos para la subversión” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 14). Isto é, essa nova conceituação “**fundamenta la acción anti-subversiva con el propósito de influenciar el comportamiento de la población más que de obtener su completa adhesión**, ya que este último objetivo es siempre difícil y está sujeto

---

<sup>738</sup> No CAPÍTULO 2 foram analisadas as primeiras experiências “humanitárias” dos programas militares de contrainsurgência *made in USA* e levados, via Edward Lansdale (CIA/Pentágono), primeiro às Filipinas (para liquidar a guerrilha comunista dos Huks) e depois ao Vietnã (para tentar exterminar os guerrilheiros vietcongs).

a deshacerse rápidamente” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 14, grifo meu). Com essa ajuda de colaboradores, a *ação antissubversiva* conseguiria “elevar el costo de los recursos procurados por los subversivos dificultando sus operaciones y disociando su organización” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 14).

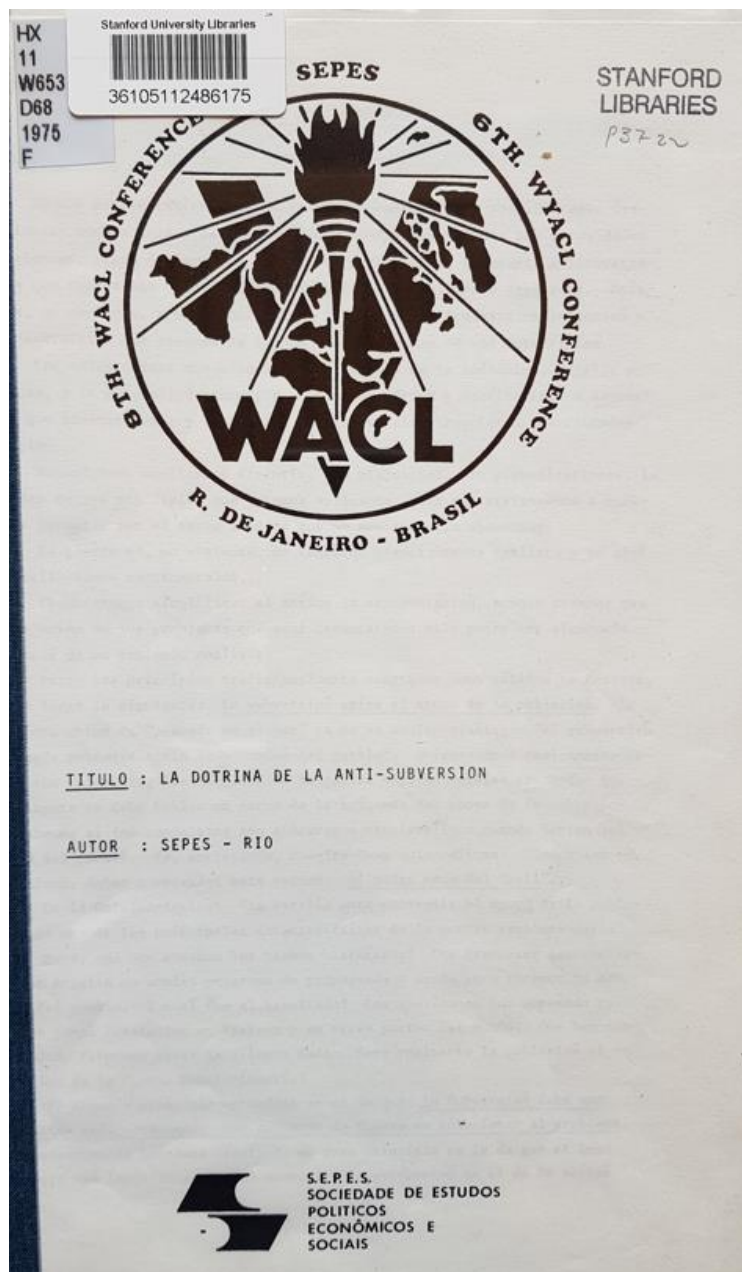
Por último, na sua reconceituação *antissubversiva*, a SEPES enfatizou a necessidade de convencer a opinião pública com vitórias. Relembrou, nesse sentido, ensinamento de **Clausewitz**, para quem “la opinión pública depende de grandes victorias”, e outra lição de **Lenin**, que “asi también pensaba”, “declarando que los revolucionarios deberian obtener por lo menos una victoria diaria” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 14). Do mesmo modo, “**el poder anti-subversivo también requiere de éxitos frecuentes y entonces será más fácil obtner la adhesión de los indecisos y la admiración de los neutros**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 14, grifo meu). E *o que fazer* para conseguir *ao menos uma vitória por dia* para as forças da *antissubversão*? Seria necessário *neutralizar e/ou destruir* “**el núcleo subversivo, que es el principal agente de la subversión y debe ser uno de los objetivos perseguidos por la anti-subversión**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15, grifo meu). Contudo, “la clandestinidad y la extrema flexibilidad de su organización y de sus actividades preparatorias son obstáculos para las operaciones anti-subversivas” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15). Diante dessa ultraflexibilidade do *núcleo subversivo* operando na *clandestinidade*, seria “muy difícil establecer reglas generales de acción”, mas uma coisa seria certa, segundo a nova *doutrina da antissubversão* proposta pela SEPES: “**El poder anti-subversivo tendrá de actuar siempre con gran iniciativa, tratando de evitar la actitud passiva o defensiva**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15, grifo meu). Ou seja, o *poder antissubversivo* deveria lançar-se à *ofensiva* com operações de *neutralização* e de *destruição* – que “pueden ser preventivas o represivas” – de um determinado *núcleo subversivo*, esclarecendo a SEPES esses dois tipos de ações recomendadas por sua novíssima *doutrina da antissubversão*:

**Las operaciones contra un núcleo subversivo pueden ser de dos tipos: 1) Operaciones de neutralización y 2) Operaciones de destrucción. Las operaciones de neutralización tienen como objetivo perjudicar las acciones subversivas, cuando las fuerzas legales no disponen de condiciones para identificar, localizar o disgregar el grupo subversivo. Las operaciones de destrucción tienen como objetivo desbaratar el grupo subversivo, aprisionando o destruyendo sus elementos** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15, grifo meu)

O que seria, *preventiva* ou *repressivamente*, “destruir” os elementos de um *grupo subversivo* senão eliminá-los, exterminá-los ou assassiná-los? Nota-se, aqui, que uma das recomendações da “tese” *A doutrina da antissubversão* da SEPES era justamente essa: *destruir os elementos subversivos*. O assassinato político, portanto, seria uma arma válida para ser utilizada pelo poder e pelas forças *antissubversivas* para combater aquilo que a SEPES (e os militares brasileiros) designaram de *guerra revolucionária comunista*. Se guerra é guerra, identificado como alvo da SEPES um determinado *núcleo subversivo*, as operações de ofensiva para *neutralizá-lo* e/ou *destruí-lo* seriam fundamentais. Se *o que fazer* para vencer a *guerra revolucionária comunista* estaria assim definido pela SEPES, outra pergunta se impõe: *quem* fazê-lo? A agência anticomunista não poderia ficar a cargo de amadores. Exigiam-se profissionais, gente do ramo, preparada e armada para *neutralizar* e/ou *destruir* os *núcleos subversivos*. Segundo a recomendação da SEPES em sua novíssima *doutrina da antissubversão*, **“las operaciones anti-subversivas pueden ser ejecutadas, por tropas regulares o por fuerzas auxiliares, pero exigen un adiestramiento especial y un planeamiento meticuloso**. Las acciones de confrontación o defensivas tienen la desventaja de ceder la iniciativa a los rebeldes que pueden, de esta forma, asegurar la superioridad local, en número o en potencia de fuego (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15, grifo meu).

Enfim, com vistas a garantir completamente a *vitória* das operações (preventivas e/ou repressivas) destinadas a *neutralizar* e/ou *destruir* os *núcleos subversivos*, “um plano de informações” seria igualmente fundamental. Assim que a “tese” da SEPES à VIII Conferência da WACL concluiu recomendando que **“la victoria contra la subversión se basa principalmente en el desarrollo de un plano de informaciones, capaz de proporcionar medios para las acciones preventivas o de sorpresa que siempre aseguran los mejores resultados”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15, grifo meu). Buscando sumariar esta sua “tese”, a SEPES apontou a existência de um “paradoxo” na análise das estratégias e táticas da *subversão* e da *antissubversão* até ali arroladas: **“el crecimiento de la lealtad popular al poder legal es más bien una consecuencia que un fundamento de una acción anti-subversiva bien dirigida”** (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15, grifo meu). Isso porque, sempre segundo a SEPES, “desgraciadamente, no existe evidencia de que el desarrollo sócio-económico ocasione un efecto nitido y durable en la paz social” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15).

Estas e as demais conclusões da *Doutrina da Antissubversão*, arrematou a SEPES, destruiriam “**antiguas creencias**” e abririam “**nuevo[s] horizontes en la estrategia de la lucha contra la pérfida arma de la guerra revolucionaria comunista**” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15, grifo meu). Daí decorreriam importantes conclusões *antissubversivas*: “la preocupación de obtener la simpatía popular no debe condicionar obstinadamente la acción legal”; “la ‘moral nacional’ no se eleva sobre la base de la adulación y la falsa demagogia” – já que “la propaganda demagógica y artificial se deshace como um castillo de naipes ante un hecho decisivo y de una voluntad más fuerte” –; e “la ‘moral nacional’ tiene que ser construida sobre bases más sólidas y durables, consolidadas bajo la orientación de líderes auténticos” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 16).



**Figura 292.** Tese apresentada pela SEPES-Rio na VIII Conferência da WACL sob o título “La Do[c]trina de la Anti-Subversion”.  
FONTE: HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 1.

Nota-se, enfim, que a SEPES carioca (e quem seriam seus membros?) revelou-se nesta e noutras “teses” apresentadas na VIII Conferência da WACL uma profunda conhecedora das doutrinas militares sobre *subversão* e *antissubversão*. Seriam os jovens dirigentes anticomunistas da SEPES-SP capazes de tamanho conhecimento *militar* sobre formas de combate ao inimigo na

*guerra revolucionária comunista?* Apesar da SEPES estar aquartelada em São Paulo – sua sede era o Shopping Center Iguatemi –, uma porção expressiva de “teses” para conhecer e combater a *guerra revolucionária comunista* surgiu, durante a VIII Conferência da WACL de 1975, com o timbre (apócrifo) “SEPES-Rio de Janeiro”. Seria demais conjecturar que a SEPES carioca, uma filial verdadeiramente perita na “literatura” militar *antissubversiva*, tenha servido de “entidade fantasma” por trás da qual se encontraria, oxalá, o *núcleo antissubversivo* das Forças Armadas do Brasil já então engajado, *clandestinamente*, no “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL? É sempre útil reiterar a recomendação feita pelo SNI ao ditador Ernesto Geisel, no esteio do III Congresso da CAL-Secreta de 1974, realizado dentro da Escola de Informações do Exército (EsNI). Segundo ela, os arapongas militares deveriam se engajar na CAL, o órgão regional da WACL na América Latina, por meio de uma *entidade fantasma, aparentemente desvinculada do governo*, mas, de fato, *clandestinamente controlada pelo SNI*<sup>739</sup>.

E também, como dito, o major Leone da Silveira Lee, um *expert* do serviço secreto do Exército responsável por organizar o III Congresso da CAL-Secreta, manter-se-ia ativo nas redes transnacionais da WACL/CAL, pelo menos, até 1978, sendo fotografado inclusive. De novo, ao que tudo indica, se a SEPES foi o “Capítulo” ostensivo do complexo WACL/CAL, seu “Capítulo” secreto foi dirigido e teleguiado, *clandestinamente*, por setores dos serviços secretos das Forças Armadas do Brasil. Porém, como toda “boa” operação encoberta, ainda hoje se sabe muito pouco sobre quem manuseou, de fato, as operações tático-estratégicas que engajaram a ditadura militar brasileira na Liga Mundial Anticomunista, responsáveis, em última instância, por catapultar um então jovem anticomunista de meia idade, o presidente da SEPES, à presidência da WACL.

Teria sido por isso, como se verá mais abaixo, que o presidente (brasileiro) da WACL receberia as principais comendas e galhardões militares das três Armas das Forças Armadas do Brasil? Por que elas teriam transformado o jovem presidente (brasileiro) da WACL em “comendador” civil de benemérito de comendas e galhardões militares tão “heroicos”? O que teria

---

<sup>739</sup> Recorde-se que o mesmo parágrafo de Lenin citado nas discussões sobre os perigos do *trabalho de massa* comunista no III Congresso da CAL-Secreta de 1974, dentro da EsNI, ressurgiu na “tese” da “SEPES-RJ”, apresentada na VIII Conferência da WACL de 1975, que versou sobre o *trabalho de massa* comunista. Lembre-se, ademais, que a SEPES – em especial seu presidente Carlo Barbieri Filho – não participou do terceiro congresso secreto da CAL em Brasília. Na ocasião, o Brasil esteve representado apenas por militares de “alto nível” dos serviços secretos das FFAA, à exceção de um padre brasileiro que ali esteve por ser fiel aos tecos da FEMACO, operadores iniciais da CAL-Secreta.

feito esse jovem dirigente anticomunista de tão relevante às Forças Armadas senão proporcionar a elas a “entidade fantasma” perfeita referida pelo SNI para que os militares brasileiros pudessem secretamente participar da gestão de conexões e redes repressivas transnacionais tão complexas e extensas como aquelas articuladas por dentro da WACL? Seria esse, enfim, o motivo das viagens internacionais do presidente (brasileiro) da WACL ter podido contar, sempre, com um “abra-te Sésamo” – “A pedido do SNI” – que lhe abriu as portas das embaixadas e consulados do Brasil nos países por ele visitado enquanto presidente da Liga no biênio 1976-77?

*5.12.7. Teria a Operação Colombo – uma “Psywar Op” precursora da Condor – sido incumbada na VIII Conferência da WACL?*

São tantas histórias, tantas questões. Porém, antes de se passar a essas, importa demarcar outra provável operação encoberta que pode ter sido “incubada”, no Brasil, dentro da VIII Conferência da WACL de 1975. Recorde-se, em especial, a presença de uma expressiva e todopoderosa delegação sul-americana presente na oitava conferência anual da Liga, a chilena, representante oficial e oficiosa da ditadura da Junta Militar. Foram apenas mencionados os principais nomes do plantel militar que integrara a delegação chilena na VIII Conferência wacliana, cabendo detalhar, agora, seus principais nomes e, finalmente, aventar a possível operação secreta engendrada no marco do conclave anticomunista do Rio de Janeiro. De um lado, embora convidado, não foi possível identificar a presença na conferência anual da WACL do coronel da Aeronáutica **Julio Tapia Falk**. Esse coronel aviador e advogado tornou-se, depois do golpe de Estado contra Salvador Allende em 1973, um dos assessores da Junta Militar, ligando-se especialmente ao representante da *Fuerza Aérea de Chile* (FACH) dentro dela, o brigadeiro-de-ar **Gustavo Leigh**, cujo irmão **Hernan Leigh** participara (ao lado de Tapia Falk) do II Congresso da CAL-Pública de 1974 no Rio de Janeiro<sup>740</sup>.

---

<sup>740</sup> Esse militar foi entronizado pela ditadura pinochetista como reitor na Universidad de Chile, sendo posteriormente reconhecido como um torturador de “ex oficiales y suboficiales de la FACH (...) en la Academia de Guerra Aérea (AGA)” (MEMORIA VIVA). Futuramente, depois da queda da ditadura pinochetista, durante a persecução judicial do ex-chefe da DINA Manuel Contreras Sepúlveda, o “cérebro” sicário da Operação Condor, Tapia Falk tornar-se-ia seu “representante legal” (CHILESCDA, 2014). Velhas conexões repressivas que nunca se romperam, portanto, entre a “família militar” pinochetista.



Contudo, um chileno que comprovadamente participou da VIII Conferência da WACL foi Gustavo Alessandri. Esse ex-deputado, como visto, participou do II Congresso da CAL-Pública em janeiro de 1974 e, ao final daquele ano, também tomou parte do III Congresso da CAL-Secreta de final de 1974 realizado dentro da EsNI, ao lado de membros da DINA (a maior parte com codinomes que impedem até hoje a sua identificação) e junto do “cérebro do Comando Conjunto” da FACH, o coronel-aviador Horacio Otaiza Lopez. Este, assim como Tapia Falk, seria identificado como torturador no Chile. Também foram identificados pelo historiador norte-americano Kyle Burke mais dois militares de alta patente da ditadura pinochetista presentes na VIII Conferência da WACL, o brigadeiro Gustavo Leigh e o general Sergio Arellano Stark, que teriam mantido conversações com o então empossado presidente da WACL, o brasileiro Carlo Barbieri Filho; estiveram ainda presentes no Rio de Janeiro, em abril de 1975, “**outros oficiais de alto escalão das Forças Armadas e dos serviços secretos do Chile**” (BURKE, 2018: 258, grifo meu).

Codinome “El Lobo”, o general Arellano Stark liderou a chamada “Caravana da Morte” que percorreu o Chile de helicóptero, logo após o golpe de 11 de setembro de 1973, assassinando aproximadamente 90 opositores. Um dos militares que integrou a “Caravana da Morte” liderada por Arellano Stark, o coronel Pedro Espinoza Bravo igualmente participou da VIII Conferência da WACL no Brasil, já então como o segundo chefe da DINA. Logo depois, Espinoza Bravo seria encarregado por seu chefe Manuel Contreras Sepúlveda da missão de organizar as principais operações de assassinato internacional do Plano Condor. A Agência carioca do SNI anotaria a indiscrição da revista *Réplica* dos tecos da FEMACO/CAL por ter publicado informações e uma fotografia desse chefe do serviço secreto da ditadura militar do Chile.

O SNI lamentaria que, “**no CHILE, o Col. PEDRO ESPINOZA [BRAVO], Chefe da DINA (Direção Nacional de Inteligência), foi bastante prejudicado pela difusão de seu nome e cargo na matéria constante no anexo 2**” (ARJ.ACE.8627/83, p. 3, grifo meu). A matéria referida, infelizmente, não se encontra disponível no acervo remanescente do SNI, hoje depositado no Arquivo Nacional do Brasil, restando apenas um recorte – com um carimbo de “Dilacerado” – da sessão de fotos da edição da *Réplica* que fizera a cobertura da VIII Conferência da WACL<sup>741</sup>.

---

<sup>741</sup> Infelizmente, essa edição da *Réplica* referente à VIII Conferência da WACL não se encontra disponível no acervo do *The Jewish Theological Seminary* (JTS), em Nova Iorque, nos EUA. Outras edições da antissemítica *Réplica*, felizmente, puderam ser localizadas e fotocopiadas no JTS, a quem agradeço na figura de suas competentes

Nela, pode-se visualizar uma fotografia de dois homens se entreolhando e conversando com a seguinte legenda: “Pedro Espinosa Bravo y Gerardo Roa, delegados de Chile” (ARJ.ACE.8627/83, p. 6).



**Figura 293.** “Pedro Espinosa Bravo y Gerardo Roa, delegados de Chile” na VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista de 1975, no Rio de Janeiro, Brasil. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL, ARJ.ACE.8627/83, p. 6.

Quanto a Pedro Espinosa Bravo, tudo bem. Ele era “apenas” o lugar-tenente do poderoso-chefão da DINA Manuel Contreras, o futuro (a partir de final de 1975) sicário-mor da Operação Condor. Mas quem era Gerardo Roa-Aranedo? Ele era um ex-militante do grupo político e paramilitar de ultradireita *Patria y Libertad* que, depois do golpe de 11 de setembro de 1973, tornou-

---

bibliotecárias. Tentei também comprar a referida edição junto a um alfarrábio de Guadalajara. Porém, depois de indicar publicamente ao livreiro, seguindo o protocolo do sítio virtual *Mercado Libre de México*, algum “atravessador” mais rápido no *mouse* antecipou-se e, em 24 de dezembro de 2019, comprou primeiro e levou a última edição da *Réplica* referente à VIII Conferência da Liga. O acervo completo da *Réplica* encontra-se disponível, obviamente, na *Universidad Autónoma de Guadalajara* (UAG), o “quartel-general” dos tecos. Contudo, os pesquisadores mexicanos contactados acharam por bem não aceitar os serviços de fotocopiar a *Réplica* dentro da UAG.

se **“cônsul e operador no Rio”** da DINA (SIMON, 2021: 31). Além dele, outro militar “de alto nível” do pinochetismo também participou da conferência wacliana de 1975 no Brasil: o coronel Uros Domic Bejic (ou Jurai Domic), segundo no comando do Serviço de Inteligência (SIM) do Exército do Chile. Finalmente, embora a lista não seja exaustiva, integrou a delegação chilena nesse conclave wacliano Jaime Valdés, adido cultural e de imprensa da Embaixada do Chile em Brasília que operava como **enlace direto do agente da DINA na Argentina** (e ex-militante do *Patria y Libertad*) Enrique Arancibia Clavel (cf. APÊNDICE). Como visto, um ano antes, em 1974, participou do II Congresso da CAL-Pública também no Brasil, Rio de Janeiro, o jornalista Alfonso Morata Salmeron, espanhol radicado na Argentina que, além de ser **amigo pessoal do “fascista” Sergio Onofre Jarpa<sup>742</sup> e arrecadador de fundos do político Jorge Alessandri<sup>743</sup>**, era **um dos agentes “en la red construída para la DINA por [Enrique] Arancibia [Clavel] en Buenos Aires”** (SALAZAR SALVO, 2011: 200, grifo meu).

Nota-se, por conseguinte, o “peso pesado” da ditadura militar do Chile presente na VIII Conferência da WACL de 1975. Ainda no caso de **Valdés**, ele era, além de tudo, **“um dos enlaces com organizações brasileiras de extrema direita, como a SEPES”** (SIMON, 2021: 300, grifo meu). Seguindo ordens do embaixador chileno no Brasil Hernán Cubillos, que **queria “fazer do Brasil um ‘ trampolim para a imagem’ do Chile na América Latina e, em menor medida, no mundo lusófono”** (SIMON, 2021: 299, grifo meu), Valdés custeou ao menos duas publicações secretas de livros pró-Pinochet como uma das “frentes da **‘campanha de publicidade para neutralizar a imagem adversa contra o Chile que o marxismo internacional está apresentando no exterior’**” (SIMON, 2021: 299, grifo meu). O primeiro livro, *Interpretação do Chile*, foi escrito pelo advogado carioca Wilson Pinto, um dos brasileiros presentes na VIII Conferência da WACL; o segundo livro, *O experimento marxista chileno*, havia sido escrito pelo jornalista australiano Robert Moss<sup>744</sup>.

Uma das mais brilhantes, entre várias, descobertas do cientista político e jornalista Roberto Simon, consistiu em desvelar, pela primeira vez o nexo da SEPES, o “Capítulo” brasileiro

---

<sup>742</sup> Lembre-se da caracterização de Sergio Onofre Jarpa como um “fascista” feita por um boletim jornalístico da embaixada soviética na Argentina por ocasião do II Congresso da CAL-Pública de 1974 no Rio de Janeiro.

<sup>743</sup> Como visto, em 1974, Jorge Alessandri participou, na EsNI, do III Congresso da CAL-Secreta. Representantes da DINA e do serviço secreto da Força Aérea do Chile (FACH) também participaram.

<sup>744</sup> “No caso de Moss, Cubillos encarregou seu filho, o diretor do Mercurio e futuro chanceler chileno Hernán Cubillos Leiva, de entrar em contato com o autor, na Inglaterra, e negociar os direitos autorais” (SIMON, 2021: 298).

da WACL/CAL, com essa operação para “limpar” a imagem do pinochetismo no exterior. Isso porque, no resgate de Simon, **“o governo chileno custeou o papel e cuidou da tradução, enquanto o pagamento diretamente a Moss teria ficado a cargo da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Sepes), formada por um grupo de empresários paulistas ‘amigos’ da embaixada do Chile.** Seria uma das várias contribuições, em dinheiro, informações e contatos, da Sepes à ditadura chilena” (SIMON, 2021: 296, grifo meu)<sup>745</sup>. Isto é, como reconheceria o próprio embaixador do Chile no Brasil **Hernán Cubillo: “A Sepes é uma entidade que trabalha ativamente na luta contra o marxismo e tem colaborado eficazmente com esta embaixada, com a qual mantém ótima relação”** (CUBILLO *apud* SIMON, 2021: 300, grifo meu).

Mas a SEPES não se limitaria ao papel de “advogada da ditadura chilena no Brasil”, mas **“servia também como fonte de informações e de contatos importantes. Por exemplo: foi ela quem alertou aos chilenos que o Tribunal Bertrand Russell se reuniria, na Itália, para expor ao mundo abusos cometidos no Chile desde o golpe contra Allende”** (SIMON, 2021: 300, grifo meu)<sup>746</sup>. Assim, **avisado dos desdobramentos do evento pela SEPES, “o embaixador Cubillos buscou o Itamaraty para discutir uma reação conjunta entre as ditaduras”,** sendo então **“informado de que o Brasil estava decidido a ‘iniciar por meios indiretos uma ofensiva publicitária destinada a desqualificar’ o tribunal [Bertrand Russel]”** (SIMON, 2021: 302, grifo meu). Com vistas a operacionalizar essa ofensiva publicitária indireta da ditadura militar

---

<sup>745</sup> “Segundo posteriormente revelou o diário britânico The Guardian, **a instituição que primeiro encomendara o livro a Moss, o Forum World Features, de Londres, recebia dinheiro da CIA e integrava o esforço de propaganda anticomunista da agência americana na Inglaterra. O próprio regime Pinochet teria comprado 10 mil cópias do livro para distribuí-lo de graça.** A ditadura chilena também quis usar a publicação para aguçar seu soft power em Portugal, após a Revolução dos Cravos (...) **Ao saber que o líder socialista luso Mário Soares andava alertando interlocutores sobre o risco de uma ‘solução chilena’ à instabilidade política em seu país, a chancelaria de Pinochet ordenou sua embaixada no Brasil a enviar a Lisboa exemplares em português do livro de Moss.** ‘Alguns têm reconhecido que o movimento anticomunista em Portugal é de caráter de massa e espontâneo’, argumentou o Ministério chileno, e **o texto pró-Pinochet na língua nativa poderia influenciar a opinião pública portuguesa. Segundo instruções anteriores recebidas por adidos de imprensa e embaixadores chilenos no exterior, era preciso ‘insistir com sutileza na ideia de que ‘isso aconteceu conosco e também pode acontecer com vocês’. A junta chilena sonhava em ser um modelo a outros países”** (SIMON, 2021: 298) grifo meu. Eis a explicação precisa, portanto, das inúmeras intervenções contra o comunismo em Portugal pós-Revolução dos Cravos (1974) apresentadas, no Rio de Janeiro, na VIII Conferência da WACL de 1975.

<sup>746</sup> Referindo-se ao ideólogo da revista ultracatólica *Permanência*, Roberto Simon resgata que também ele foi um violento inimigo anticomunista do Tribunal Russell. “[Os participantes do Tribunal Russell] aventuram-se nas mais aberrantes invenções’, escreveu Gustavo Corção nas páginas d’O Globo. O colunista referia-se a depoimentos como o de Denise Peres Crispim, que contou ao júri como foi torturada grávida para entregar seu companheiro Eduardo Leite, o ‘Bacuri’ da ALN, antes de ela se asilar na embaixada chilena” (SIMON, 2021: 302-303).

brasileira contra o Tribunal Russel – operação multinacional complexa que contou com a cogestão da SEPES –, **“a chancelaria de Brasília queria acesso a documentos de denúncia preparados por exilados no Chile e apreendidos após o golpe de setembro”** (SIMON, 2021: 302, grifo meu), conforme esclarece Roberto Simon.

**“Quando Santiago ainda era a capital do exílio brasileiro, a espionagem da ditadura soubera que integrantes do Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil, liderados por Almino Affonso, andavam reunindo material para o Tribunal Russell”** (SIMON, 2021: 302, grifo meu). Recorde-se, neste aspecto, que a SEPES, na condição de “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, apresentou uma proposta de Resolução durante a VII Conferência da WACL, realizada em 1974, nos EUA, denunciando que “o chamado Tribunal Bertrand Russel, que foi recentemente reestabelecido em Roma, contando com a presença dos mais famosos comunistas e pró-comunistas”, teria como objetivo “difamar por todo o mundo a imagem do Brasil e de outros países anticomunistas” (CDyA: R00108F1433). Seria preciso desmascarar “os promotores, patrocinadores e testemunhas-pagas do chamado Tribunal Bertrand Russel que já em 1966 condenava as tropas norte-americanas que lutavam para defender a soberania do Vietnã do Sul, mostrando assim sua real filiação” (CDyA: R00108F1433).

Na arguta observação de Simon a respeito do incômodo provocado pelo Tribunal Russell entre os gestores repressivos das ditaduras militares da América do Sul, **“a proposta de criação do sistema Condor – escrita por Contreras e enviada a agências de espionagem do Cone Sul – argumentaria que ‘tribunais’ de solidariedade internacional não passavam de uma fachada para instaurar o comunismo na região”** (SIMON, 2021: 302, grifo meu)<sup>747</sup>.

Em resumo, a SEPES, como o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL, como demonstrado por Roberto Simon, colaborou ativamente com a ditadura pinochetista por meio da Embaixada do Chile no Brasil. Esse enlace entre a SEPES e os diplomatas pinochetistas deve ter azeitado conexões repressivas no pré e no pós-Operação Condor, formalizada, como se detalhará

---

<sup>747</sup> Cf. APÊNDICE. Adiante-se apenas que um dos *Fundamentos* da Agenda da *I Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, a “Assembleia Constituinte” da Condor, ao advertir que a *subversão* “no reconoce Fronteras ni Países”, assinalou que ela, inclusive, “ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras. A manera de ejemplo podemos citar la Conferencia Tricontinental de la Habana, la Junta Coordinadora Revolucionaria para el Sur, etc., todo ello amenizado con toda suerte de Comités de Solidariedad con ...; de Congresos para ...; **de Tribunales de** ...; de Encuentros ...; de Festivales ...; de Conferencias ... etc.” (CDyA: R0022F0157). Muito bem especificado por Roberto Simon, pois, que um dos alvos do Sistema Condor foi o Tribunal Russell.

no APÊNDICE, ao final de 1975. Conforme adiantado, inclusive, é mais do que provável que o complexo WACL/CAL tenha servido de *protótipo* (e não o único) à montagem do Sistema Condor. Seja como for, é certo que para a ditadura militar chilena, que enviou seus “pesos pesados” à VIII Conferência da WACL de 1975, a Liga Mundial Anticomunista deve ter sido de extrema utilidade. Em outro precioso resgate de Simon, demonstra-se que, para o embaixador do Chile no Brasil **Hernán Cubillo** “a maior contribuição” da VIII Conferência da WACL “fora o networking da conspiração: **[O congresso da WACL] deu a oportunidade de estabelecer contatos pessoais com elementos afins de vários países, com os quais se trocou informação e se planejou [sic] futuros entendimentos para ações específicas**” (SIMON, 2021: 303, grifo meu).

Ademais, “uma área em que se interpenetravam os lados ostensivo e clandestino, político e conspirativo do trabalho de chilenos no exterior”, era o jornalismo pró-Pinochet. É nesse ponto, por último, que se desdobra a hipótese de que a chamada Operação Colombo da ditadura pinochetista, a principal *psywar operation* precursora da Condor, pode ter sido “incumbada” durante os planejamentos e entendimentos para ações específicas demarcados pelo embaixador Cubillo como “a maior contribuição” da VIII Conferência da WACL. De início, deve-se demarcar que Colombo foi o codinome de “uma das operações de propaganda pré-Condor da DINA”, organizada pelo Departamento Exterior da DINA com a finalidade de “criar uma história falsa para os desaparecimentos no Chile” (DINGES, 2005: 235). “A Operação Colombo uma operação de guerra psicológica para desinformar sobre os destinos de 119 chilenos desaparecidos” (MCSHERRY, 2005: 182). Em julho de 1975, no marco dessa *psywar operation*, “duas publicações obscuras, uma em Buenos Aires e outra na provincial cidade brasileira de Curitiba, publicaram listas de 119 chilenos com histórias dizendo que tinham sido mortos em atividades de guerrilha na Argentina ou em lutas internas entre grupos de esquerda” (DINGES, 2005: 235). “Outras histórias mostravam fotos de cadáveres encontrados na Argentina com cartazes dizendo que eram membros do MIR” (DINGES, 2005: 235).

O pontapé inicial da Operação Colombo foi dado, em 25 de junho de 1975, por um obscuro jornal de Curitiba, chamado *Novo O Dia*, que publicou uma lista com 59 nomes de “desaparecidos” chilenos que teriam sido encontrados na Argentina. Se a notícia fosse verdadeira “o obscuro tabloide curitibano teria dado um furo mundial, o primeiro a noticiar uma batalha insurgente com dezenas de mortos na Argentina” (SIMON, 2021: 324). Mas não era. “Todos os 59 nomes da lista

do *Novo O Dia* haviam sido detidos e, em seguida, ‘desaparecidos’” (SIMON, 2021: 324). Pouco tempo depois, uma igualmente obscura revista ligada à Triple A (*Alianza Anticomunista Argentina*) – a *LEA*<sup>748</sup> – publicou outra lista com mais desaparecidos chilenos que teriam sido encontrados, mortos, na Argentina. Os desaparecidos enumerados no *Novo O Dia* e no *ELA* somavam, juntos, 119 pessoas. Os corpos encontrados na Argentina, embora apresentassem cartões de identifições chilenos, pertenciam a vítimas assassinadas pela Triple A. A partir do Brasil e da Argentina, respectivamente, pelas matérias publicadas pelo jornal curitibano *Novo O Dia* e pela revista argentina *ELA*, uma lista de 119 desaparecidos supostamente “encontrados” passaria a ser veiculada na imprensa pró-Pinochet no Chile<sup>749</sup>. “Um jornal chileno”, *La Segunda*, “publicou a manchete ‘Chilenos Exterminados como Ratos’” (DINGES, 2005: 235-236). “‘Forças de segurança argentinas abatem extremistas chilenos’, tituló o *Ultimas Noticias*; ‘Executados por seus próprios camaradas’, escreveu o *Mercurio*” (SIMON, 2021: 325)<sup>750</sup>.

115 dos 119 chilenos supostamente “encontrados” na Argentina estavam sendo procurados por seus familiares no Chile que, por meio do Comitê de Cooperação da Igreja Católica, impetraram uma espécie de *habeas corpus* coletivo – o recurso de “amparo” – como forma de exigir a localização dos desaparecidos. A falsificação embutida na Operação Colombo foi facilmente identificada, entretanto, uma vez que “as listas publicadas em Buenos Aires e no Brasil reproduziam até mesmo erros ortográficos contidos na apresentação da Igreja nos tribunais” (DINGES, 2005: 236). Na Argentina, o agente da DINA Enrique Arancibia Clavel “havia providenciado a publicação das histórias e listas falsas” e “oficiais do Departamento Exterior da DINA forneceram documentos de identidade para serem plantados na cena onde os corpos foram

---

<sup>748</sup> “Repórteres estrangeiros concluíram que a nebulosa revista LEA havia sido editada apenas uma vez, e por uma empresa pública argentina sob a responsabilidade de José Lopez Rega, o ministro de Bem-Estar Social, guru e eminência parda do governo de Isabelita, além de um dos líderes da Tripe A” (SIMON, 2021: 326).

<sup>749</sup> John Dinges e Rudolf Rauch “published one of the first investigative reports on the scheme, in *Time*, August 18, 1975. The article summed up the arrangement: ‘**A working relationship would well serve the mutual interests of DINA and the AAA. DINA has a long list of names for which it needs bodies and the AAA has bodies for which it needs names**’” (DINGES, 2005: 309, 310).

<sup>750</sup> “Num reproche em forma de editorial aos que criticavam os abusos em solo chileno, o jornal da família Edwards ainda lançou: ‘Políticos e jornalistas estrangeiros que tantas vezes se perguntaram pela sorte desses membros do MIR e culpavam o governo chileno pela desapareção de muitos deles têm agora a explicação que se recusavam a aceitar. Vítimas de seus próprios métodos, exterminados por seus próprios camaradas, cada um deles mostra, com trágica eloquência, que os violentos acabam por cair vítimas do terror cego e implacável que provocam’” (SIMON, 2021: 325).

descobertos” (DINGES, 2005: 236)<sup>751</sup>. Conforme observa Roberto Simon, “a lista dos 59 passou pela Argentina, onde Enrique Arancibia Clavel era um dos elos da Operação Colombo e mantinha contato com Jaime Valdés, em Brasília” (SIMON, 2021: 327).

No Brasil, essa *psy op* ficou a cargo de “Jaime Valdés, o adido de imprensa e cultura da embaixada chilena”, e de Gerardo Roa-Araneda, um enlace da DINA que, depois de ter participado do VIII Congresso da WACL ao lado de Pedro Espinoza Bravo (o “segundo chefe” da DINA), foi responsável por “plantar” a notícia falsa em Curitiba, no jornal *Novo O Dia*, como parte da Operação Colombo. Roa-Araneda, “amigo incondicional” e “irmão de ideias” do embaixador “gorila” do Brasil no Chile, Câmara Canto<sup>752</sup>, era “**cônsul e operador no Rio da Dirección de Inteligencia Nacional, a Dina, o serviço secreto da ditadura Pinochet**” (SIMON, 2021: 31)<sup>753</sup>. “Por trás do *Novo O Dia*”, o jornal curitibano que participou da Operação Colombo, “estava Almir Hoffman de Lara, oficialmente o ‘diretor’ do jornal” que “provavelmente firmara ‘um acordo’ com o governo do Chile para publicar” a notícia falsa dos chilenos desaparecidos (SIMON, 2021: 326)<sup>754</sup>.

---

<sup>751</sup> “In 1975, DINA officer Raul Eduardo Iturriaga came to Buenos Aires (...) with the mission to ‘make appear in Argentina a dead Chilean subversive’, indicating his involvement in Operation Colombo (...) By that year, Arancibia had formed close links with Argentine officers associated with SIDE and Jefatura II de Inteligencia of the army, with whom he made an agreement ‘to collaborate in an extraofficial manner without embassies’” (MCSHERRY, 2005: 182-183).

<sup>752</sup> O “Torquemada” do Itamaraty, alçado ao cargo com o AI-5, ironizava os “subversivos” que combatia ao guardar consigo “um chaveiro com um bonequinho de um gorila, como a esquerda latino-americana chamava os representantes de ditaduras anticomunistas” (SIMON, 2021: 31). “Câmara Canto, o gatilho mais rápido da diplomacia brasileira, foi identificado pelo jornal chileno *La Tercera*” – ao lado dos representantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e dos Carabineros – “como ‘o quinto membro da Junta Militar’” (CUNHA, 2009: 400).

<sup>753</sup> Referindo-se ao embaixador brasileiro Câmara Canto – que no Chile de Pinochet “não abrigaria nenhum perseguido político” e “se recusaria a solicitar salvo-conduto a cidadãos brasileiros” –, Roa-Araneda diria que o diplomata “era um amigo incondicional e um irmão de ideias” (SIMON, 2021: 30-31). O embaixador “gorila” – um uruguaio naturalizado brasileiro – presidiu no Itamaraty, cumprindo à risca o AI-5, a Comissão de Investigação Sumária, cujo objetivo era o “de limpar os quadros da chancelaria de ‘esquerdistas, homossexuais, bêbados e vagabundos’”. Câmara Canto assumiu a presidência do tribunal inquisitório. Em 26 dias, usando informantes civis e militares, elaborou sua lista de condenados” (SIMON, 2021: 30), cassando porteiros, copeiros e 13 diplomatas, entre os quais o pai de Sérgio Vieira de Mello: Arnaldo Vieira de Mello. “No Chile pós-golpe, contava-se que o embaixador aconselhou a junta a aproveitar o expurgo dos marxistas para também despachar os ‘suspeitos’ de homossexualidade, com ele próprio fizera no Brasil” (SIMON, 2021: 30-31). Esse perfil de “gorila” anticomunista do embaixador brasileiro, conforme salienta Roberto Simon, explica as afinidades eletivas de Câmara Canto com o enlace da DINA no Brasil Roa-Araneda.

<sup>754</sup> “Hoje procurador aposentado do estado do Paraná, Lara diz ser um esquecido. Questionado sobre o acobertamento, ele retruca que não se lembra ‘de absolutamente nada’, e nega participação. A publicação que dirigiu foi ‘uma experiência inútil e sem repercussão nenhuma’ – ainda que tenha despertado suspeitas de um plano multinacional de acobertamento de 119 assassinatos. *Novo O Dia* era escrito por um grupo de ‘uns cinco amigos’, conta Lara. E qual era o nome deles? ‘Não me lembro, mas alguns já morreram’. E como a lista dos 59 chilenos foi parar em Curitiba? ‘Não sei’” (SIMON, 2021: 326).



Antes de cogerir a Operação Colombo, Roa-Aranedo já operava para os golpistas chilenos atuando na imprensa brasileira. Em 29 de junho de 1973, quando a intentona golpista contra o presidente do Chile Salvador Allende – o “Tanquetazo” ou “Tancazo” – matou mais de 20 pessoas, entre elas “o cineasta argentino-sueco Leonardo Henrichsen, que acidentalmente filmou sua própria morte”, Roa-Aranedo rapidamente falsificou, na imprensa brasileira, a cena do assassinato do cineasta. *O Globo* publicou um artigo de Roa-Aranedo que afirmava, inveridicamente, que o assassinato do cineasta teria sido obra das forças legalistas; seria mais “uma farsa allendista” (SIMON, 2021: 187). *O Globo*, porém, nunca esclareceu “quem realmente era Roa-Araneda”: um “jornalista radicado no Brasil, ex-adido de imprensa na embaixada chilena no Rio e demitido da Lan [*Línea Aérea Nacional*]-Chile por sua atuação política”, um “partidário da extrema direita” que, “com o triunfo de Allende, associara-se ao Patria y Libertad” (SIMON, 2021: 187). Depois do golpe de Estado de 1973, Roa-Araneda viveria também em São Paulo, onde “fazia ‘trabalhos para o Patria y Libertad’ na cidade” e, conforme registrado em um monitoramento dos militares brasileiros, depois do golpe de 1973, “foi-lhe concedido pelo governo militar facilidades [sic] para obtenção da representação consular chilena e trabalho na Lan-Chile” (SIMON, 2021: 327)<sup>755</sup>.

Especificamente, como caracteriza o jornalista norte-americano John Dinges, “**Operação Colombo foi primariamente uma operação de propaganda que deveria ser incluída entre os precursores da operação Condor**” (DINGES, 2005: 236, grifo meu). Arancibia e outros participantes chilenos da Colombo mais tarde tiveram papéis nas operações da Condor. Os documentos de Arancibia forneceram informações internas exclusivas sobre todo o leque de atividades das forças de segurança de 1974 a 1978, e constituem um roteiro virtual das operações

---

<sup>755</sup> O Informe n.º 151-E21 do Estado-Maior do Exército, 2ª Seção, de 25 de abril de 1977, trouxe como assunto a “Publicação de Artigos sobre o Brasil com Procedência do Rio de Janeiro-Chile”, informando, de início, que “vem sendo publicado no jornal de SANTIAGO ‘EL CRONISTA’, artigos sobre o BRASIL e sob os mais variados enfoques, porém, ligados ao momento atual da vida brasileira” (BR.DF.ANBSB.Z4.REX.IBR.0051.D1.DE1, p. 26). “De modo geral, todos eles são apresentados com procedência do ‘RIO DE JANEIRO – VIA LAN CHILE’” (BR.DF.ANBSB.Z4.REX.IBR.0051.D1.DE1, p. 26). “GERARDO ROA ARANEDA – responsável por esses artigos, é o Consul Chileno no RIO DE JANEIRO e também Chefe de Relações Públicas da LAN-CHILE para o BRASIL, com sede nessa cidade” (BR.DF.ANBSB.Z4.REX.IBR.0051.D1.DE1, p. 26). “Segundo suas declarações, por oposição anticomunista ao Governo da Unidade Popular de ALLENDE, foi obrigado a evadir-se para o BRASIL, fixando residência no RIO DE JANEIRO, onde passou, a contar com o apoio de correligionários brasileiros de mesma linha ideológica, nessa Cidade, que lhe facilitaram emprego e meios para escrever em jornais do RIO DE JANEIRO da época, artigos revelando a Verdade da era Allendista” (BR.DF.ANBSB.Z4.REX.IBR.0051.D1.DE1, p. 26). “Após o pronunciamento militar do 11 Set 73, foi-lhe concedido pelo atual Governo Militar facilidades para obtenção da representação consular Chilena e trabalho na LAN-Chile, naquela cidade. Recorde-se que o jornal ‘EL CRONISTA’ é considerado, no CHILE, como ‘o jornal do Governo’” (BR.DF.ANBSB.Z4.REX.IBR.0051.D1.DE1, p. 26).

conjuntas entre Chile, Argentina e Paraguai que levaram à formalização da Operação Condor” (DINGES, 2005: 236). A Operação Colombo, portanto, um precursor imediato da Operação Condor, pode ter tido seu pontapé inicial no Brasil, contando com o auxílio da VIII Conferência da WACL e da ditadura militar brasileira. “Roa-Araneda e Valdés mantinham contato com a espionagem da ditadura brasileira e dificilmente uma operação dessa monta, dentro do território brasileiro, seria feita sem, no mínimo, o aval da repressão verde e amarela” (SIMON, 2021: 327-328)<sup>756</sup>. Como destaca Roberto Simon, “no mínimo, o SNI – a principal ponte de contato com a Dina – teve pleno conhecimento da campanha de propaganda com o *Novo O Dia* e da operação de acobertamento” (SIMON, 2021: 328).

Salientando os contatos do agente da DINA no Brasil Roa-Araneda, cogestor da Operação Colombo e “amigo” da ditadura militar brasileira, o jornalista chileno Francisco Martorell salienta que aquele jornalista-cônsul era também um “ex-oficial de la Fuerza Aérea”, detalhando que seu apartamento, “ubicado en el octavo piso de Rúa Figueiredo [de] Magalhães 820”, serviu como um espaço de reuniões privadas entre os agentes da ditadura pinochetista (MARTORELL, 1993: 80). Às reuniões secretas organizadas por Roa-Araneda em seu apartamento carioca, no bairro de Copacaba, “asistían (...) Eugenio Ferrari, el general [sic] Julio Tapia Falk y los oficiales de ejército Humberto Gordon, que posteriormente fue jefe de la Central Nacional de Informaciones (CNI), órgano que suplantó a la DINA, y Pedro Espinoza, el segundo de la DINA después de Manuel Contreras Sepúlveda” (MARTORELL, 1993: 80).

Como visto, Julio Tapia Falk – um dos “amigos” de Roa-Araneda – fora convidado a participar da VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista de 1975. Não foi possível determinar se ele compareceu ou não ao conclave organizado pelo “Capítulo” brasileiro da WACL, a SEPES. Advogado e coronel da Aeronáutica, depois do golpe de Estado de 1973, Tapia Falk tornou-se assessor da Junta Militar chilena e, nessa função, ligou-se em particular ao representante da Fuerza Aérea de Chile (FACH), o brigadeiro-de-ar Gustavo Leigh (EMOLNACIONAL, 2014). Além de integrar o *Comité Asesor de la Junta* (COAJ), Falk tornou-se reitor na *Universidad de*

---

<sup>756</sup> “O CIEX, do Itamaraty, inicialmente reportou a Brasília o caso de David Silberman, o primeiro (falso) cadáver chileno encontrado na Argentina, mutilado e com um bilhete no bolso atribuindo a morte ao MIR. Teria obtido as informações com ‘um serviço de inteligência do Chile’” (SIMON, 2021: 328).

*Chile*, sendo depois identificado como um torturador de “ex oficiales y suboficiales de la Fach [Fuerza Aérea de Chile] (...) en la Academia de Guerra Aérea (AGA)” (MEMORIA VIVA)<sup>757</sup>.

Outro frequentador das “reuniões privadas” no apartamento de Copacabana de Roa-Araneda, conforme desvelado por Francisco Martorell, foi o chefe da DINA Pedro Espinoza Bravo, responsável pelo assassinato do ex-ministro de Allende Orlando Lettelir, em 1976, nos EUA. Como visto também, esse segundo homem da DINA foi exposto pela revista dos tecos da FEMACO, a *Réplica*, como um dos membros da delegação chilena na VIII Conferência da WACL de 1975. A *Réplica* noticiou que a delegação chilena à VIII Conferência da Liga foi liderada por Pedro Espinoza Bravo e por Gerardo Roa-Araneda. O SNI brasileiro registrou essa exposição indevida do chefe da DINA, lamentando que os tecos da FEMACO tenham revelado uma participação na VIII Conferência da WACL que deveria ter permanecido em sigilo. O jornalista Roberto Simon confirmou, recentemente, a presença do coronel Pedro Espinoza Bravo – “o oficial bigodudo que, ano ano seguinte, ajudaria a explodir o carro do ex-ministro Orlando Letelier, em Washington, e se tornaria um dos chefes da Dina” (SIMON, 2021: 303) – na VIII Conferência da WACL de abril de 1975 no Rio de Janeiro. E mais. Referido pesquisador brasileiro, além de confirmar a presença de Espinoza Bravo em referido conclave anticomunista a partir de um Informe secreto da Embaixada do Chile no Brasil, de 2 de maio de 1975, anotou a participação de outros agentes da ditadura pinochetista na VIII Conferência wacliano: Jaime Valdés e Jurai Domic” (SIMON, 2021: 303)<sup>758</sup>. Valdés, como dito, era à época o adido de imprensa e cultura da Embaixada do Chile em Brasília, sendo o enlace direto do agente da DINA na Argentina e ex-militante do *Patria y Libertad* Enrique Arancibia Clavel, um dos futuros “Condores”. Operando dentro da Embaixada do Chile no Brasil, “**Valdés era ainda um dos enlaces com organizações brasileiras de extrema direita, como a Sepes**” (SIMON, 2021: 300, grifo meu). Outro chileno identificado pelo *Informe reunión Wacl* do embaixador chileno no Brasil Hernan Cubillo era “‘Jurai Domic’, mas se tratava, provavelmente, do coronel Uros Domic Bejic, o segundo na hierarquia do Serviço de Inteligencia Militar (SIM) do Exército chileno” (SIMON, 2021: 303).

---

<sup>757</sup> Na década de 1990, “Tapia Falk también fue representante legal del ex jefe de la DINA, Manuel Contreras, en el período en que el militar se refugió en el Hospital Naval de Talcahuano” (EMOL NACIONAL, 2014).

<sup>758</sup> O Informe reunião Wacl, descoberto por Roberto Simon, foi assinado pelo embaixador de Pinochet no Brasil Hernan Cubillos, cujo filho era um dos executivos do jornal Mercurio, copartícipe da Operação Colombo e, antes disso, *locus* da conspiração contra o governo Allende (SIMON, 2021: 436).

Em resumo, a delegação chilena na VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista, realizada conjuntamente pela SEPES e pela ditadura militar brasileira, esteve liderada por um verdadeiro plantel pinochetista: Pedro Espinoza (segundo chefe da DINA), Gerardo Roa-Araneda (agente da DINA), Domic Bejic (segundo chefe do SIM) e Jaime Valdés. Teria sido apenas uma enorme coincidência que Valdés e Roa-Araneda, os dois principais gestores da Operação Colombo deflagrada no Brasil em julho de 1975, tenham composto a delegação chilena na VIII Conferência da WACL em abril daquele ano? Não teria sido a Operação Colombo secretamente “incumbada”, ao menos no que se refere a sua inserção no território brasileiro, durante a VIII Conferência da WACL de abril de 1975 no Rio de Janeiro? Para o Promotor do Ministério Público chileno Francisco Bravo Lopez não houve, e não há, coincidência alguma nisso. Segundo seu depoimento dado em 2017 na “Causa Rol 2182-98, episodio Operación Colombo, Víctima ‘Francisco Aedo y otros’”, corroborada pelo magistrado da causa na sentença sobre o caso, existiu um nexo causal entre o perfil oficial da delegação chilena presente na VIII Conferência da WACL de abril de 1975 no Brasil e a subsequente Operação Colombo iniciada, em julho daquele ano, também no Brasil. O Promotor de Justiça chileno, que também é professor de História da Universidad de Chile, resgatou em sua declaração em juízo, justamente, a já referida edição da revista *Réplica* mexicana que expusera, conforme lamentou o SNI brasileiro, a presença do chefe da DINA Pedro Espinoza Bravo na VIII Conferência wacliiana. Esta, portanto, organizada pela SEPES e pela ditadura militar brasileira em abril de 1975, teria servido de plataforma prévia à Operação Colombo.

Declaración de Francisco Alejandro Bravo López, a fojas 565, quien acompaña una copia simple de la revista ‘**Réplica**’ n.º 67 de mayo de 1975, publicación mexicana de la liga anticomunista mundial. En dicha publicación se da cuenta de un reportaje al octavo congreso de dicha organización realizada en Río de Janeiro (Brasil), en el mayo [sic] del año 1975. A dicho congreso, de acuerdo a la publicación, (que se agrega a fojas 561 y 562) **concurrió el jefe operativo de la DINA Pedro Espinoza Bravo, junto a Gerardo Roa Araneda**, actualmente fallecido, quien se desempeñaba como relator público de Lan Chile en Brasil, el año 1975. Ambos figuran en una gráfica de la publicación aludida, a quienes se les indica como ‘delegados de Chile’ en el congreso. **La importancia de éste antecedente se debe ponderar a la luz de lo que ocurriría en julio de 1975, cuando fueran publicadas dos listas en medios de comunicación escritos de irregular circulación e indeterminado origen en Buenos Aires y en Curitiba [sic] Brasil.** Esas publicaciones intentaron hacer creer que ciento diecinueve personas, vinculadas políticamente a organizaciones de izquierda chilenas, habían muerto en el extranjero producto de enfrentamientos con fuerzas policiales en Argentina (Salta) y producto de rencillas internas. Esta maniobra de desinformación es atribuible a la DINA, pues las ciento diecinueve personas que figuraron en estas listas nunca salieron del territorio nacional. Por el contrario fueron secuestradas por las agentes de la Dina y recluidas en distintos centros de detención de esa organización, como Villa Grimaldi y

Em conclusão, embora seja inegável que a Operação Colombo fora “ideada por el muy secreto Departamento de Operaciones Clandestinas de la DINA” (SALAZAR SALVO, 2011: 208), não seria oportuno indagar se aquela “psywar operation” possa ter sido “incumbada” na VIII Conferência da WACL de 1975 no Brasil? Se é verdade que a Colombo “foi primariamente uma operação de propaganda que deveria ser incluída entre os precursores da Operação Condor” (DINGES, 2005: 256), não teria a Liga Mundial Anticomunista servido de plataforma para mais esse protótipo da Condor? Assumindo-se que a Operação Colombo foi de fato “incumbada” no seio da WACL no Brasil como um dos precursores imediatos, no campo das *psywar operations*, do Sistema Condor, não poderia ter a Liga Mundial Anticomunista no Brasil e na América Latina – via CAL – “aninhado” outros protótipos repressivos regionais? Este CAPÍTULO 5 procurou demonstrar que sim e que, em especial, o organismo regional da WACL na América Latina, a *Confederación Anticomunista Latinoamericana* (CAL), serviu de protótipo e, depois, de agente na cogestão do Sistema Condor. Especificamente, o III Congresso da CAL-Secreta realizado em Brasília, ao final de 1974, na Escola Nacional de Informações (EsNI) – isto é, no núcleo do serviço secreto da ditadura brasileira responsável por treinar (com auxílio da CIA) os agentes da DINA pinochetista<sup>759</sup> –, se não foi o protótipo do Condor, sem dúvida, foi um de seus mais bem delineados modelos prévios de coordenação repressiva regional (cf. APÊNDICE). A DINA já havia feito “escola” na EsNI, inclusive, quando formalizou o Sistema Condor em 1975.

### 5.13. A SEPES (e a ditadura militar) do Brasil na cogestão do complexo anticomunista WACL/CAL

Até aqui já se amalharam evidências históricas suficientes para demarcar que, se a SEPES foi o “Capítulo” ostensivo do complexo anticomunista WACL/CAL, a ditadura militar brasileira foi o seu “Capítulo” secreto. Como toda operação militar sigilosa, o desafio à

---

<sup>759</sup> “Ruy Warren, el jefe de la estación de la CIA en Santiago, jugó un papel decisivo en esa ayuda a Contreras. Consiguí el apoyo del SNI de Brasil, cuyos oficiales capacitaron a los agentes de la DINA en diversas materias de inteligencia, incluidos los métodos de interrogatorios y torturas. En un informe de la CIA al Congreso estadounidense en 2000 se aseguró que Contreras había sido un recurso importante de la CIA entre 1974 y 1977 y que recibió un pago no especificado por sus servicios” (SALAZAR SALVO, 2011: 204).

historiografia é imenso no esforço de determinar quais agentes e/ou órgãos da comunidade de informações e da repressão brasileira compuseram o “Capítulo” oculto da WACL/CAL. Como visto, a documentação permite indicar que, desde o III Congresso da CAL-Secreta de 1974, realizado dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), um major do Centro de Informações do Exército (CIE) deve ter sido o principal operador militar brasileiro no complexo WACL/CAL. Trata-se do major (hoje general da reserva) Leone da Silveira Lee. Ele foi, como dito, um dos organizadores do III Congresso da CAL-Secreta, sendo um especialista de contrainteligência a serviço do serviço secreto do Exército e, antes de se engajar na WACL/CAL, trabalhara na repressão, sob o comando do general Antônio Carlos da Silva Muricy, aos “subversivos” dentro da Igreja Católica.

Recorde-se também que ao final desse terceiro congresso secreto da CAL, o SNI opinou no sentido de que o governo militar brasileiro deveria se engajar na CAL por intermédio de uma “entidade fantasma”. Ao que tudo indica, portanto, a SEPES serviu à ditadura militar brasileira como essa “entidade fantasma”, aparentemente desvinculada do governo, mas clandestinamente controlada pelo SNI. A SEPES configurou, pois, o “Capítulo” ostensivo e o SNI o “Capítulo” secreto do Brasil dentro da WACL/CAL. Assim sendo, Carlo Barbieri Filho representou a face pública (via SEPES) e o major Lee o operador oculto (via SNI/CIE) da filial brasileira da Liga Mundial Anticomunista e de seu órgão regional na América Latina, a CAL. Já foi visto como o SNI, comandado pelo general João Baptista de Oliveira Figueiredo, organizou clandestinamente os preparativos para a realização da VIII Conferência da WACL, realizada em abril de 1975 no Rio de Janeiro, e como coube ao Ministério do Exército garantir as medidas de segurança desse conclave anticomunista. A polícia secreta do Exército e do DOPS também ofereceram seus serviços de proteção à VIII Conferência wacliana e a ditadura militar do Brasil mobilizou todo seu aparato diplomático para viabilizar os vistos dos conferencistas da WACL.

Viu-se igualmente como o SNI foi responsável por “avisar” o ditador Ernesto Geisel acerca da realização da VIII Conferência da WACL, obtendo seu “de acordo” e ordenando que o ministro da Justiça Armando Falcão organizasse os preparativos do conclave anticomunista junto à Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), ao Departamento da Polícia Federal (DPF) e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Quando o jovem Barbieri Filho, presidente da SEPES, convidara o ministro da Justiça Armando Falcão para participar, como

“orador principal”, da VIII Conferência da Liga, o SNI já tinha acionado os dispositivos militares e diplomáticos para viabilizar a conferência wacliiana. A embaixada dos EUA em Brasília também anotou que “ficou evidente o considerável apoio governamental para o congresso” da WACL de 1975, no Brasil, salientando que “houve rumores que o SNI providenciou substancial apoio nos bastidores em termos de financiamentos de transportes, traslado, e demais necessidades administrativos do Congresso” (U.S.EMBASSY, 1975).

Toda essa recapitulação indica que, depois do III Congresso da CAL-Secreta, celebrado dentro da EsNI no final de 1974, o SNI já estava engajado no complexo WACL/CAL. O assim chamado “considerável apoio governamental” da ditadura militar brasileira à VIII Conferência da WACL apenas corrobora essa hipótese. Um dado relevante, embora nunca demarcado pelos analistas que se debruçaram sobre a SEPES, o “Capítulo” ostensivo do Brasil na WACL/CAL, era a pouca idade de seu presidente que, a partir da VIII Conferência wacliiana, tornou-se presidente da própria Liga Mundial Anticomunista entre 1975-76. Se Barbieri Filho, o presidente do Comitê Organizador da VIII Conferência da Liga, nascera em 2 de março de 1947 – como registrou o SNI – quantos anos ele possuía em abril de 1975? 28 anos recém-completados. Esse é mais um indício de que, sem o apoio oculto e “de alto nível” da ditadura militar brasileira, o então presidente da SEPES nunca teria galgado o cargo de presidente da Liga Mundial Anticomunista aos 28 anos!

Se isso é certo, não foi apenas a SEPES, mas também a ditadura militar do Brasil que passou a operar, entre 1974-75, como cogestora verde-amarela nas redes anticomunistas globais incubadas no complexo WACL/CAL. Isto é, quando Barbieri Filho foi eleito presidente da WACL, não apenas os dirigentes da SEPES, mas também os militares brasileiros, galgaram posições-chaves no movimento anticomunista internacional. Um jovem de 28 anos, por mais *hardworking* que fosse – e foi assim que a *Asian Outlook* o caracterizou –, não poderia ter galgado o principal cargo de gestão do internacionalismo anticomunista na Guerra Fria se não possuísse, na retarguarda, o apoio secreto da ditadura militar do maior país da América Latina.

Portanto, ao que tudo indica, historicamente seria mais correto falar no papel da SEPES e da ditadura militar brasileira na cogestão dessas redes do anticomunismo internacional. E sempre que ser falar na SEPES como o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL, dever-se-ia ter em mente que certos militares brasileiros (mas quais?), dentro do Estado ditatorial, compuseram uma espécie de “Capítulo” brasileiro secreto da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e de seu

braço regional, a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). A recomendação do SNI, encaminhada ao ditador Geisel ao final do III Congresso da CAL-Secreta de 1974, no sentido de se buscar uma “entidade fantasma” aparentemente desvinculada do governo mas clandestinamente controlada pelos militares, não pode ser mais clara. Seria por isso, ademais, que o presidente da SEPES, ao tornar-se presidente da WACL no biênio 1975-76, ganharia as principais “Comendas” militares das três Forças Armadas do Brasil? Antes, pois, de se passar em revista os principais aspectos da gestão do complexo SEPES/militares dentro da WACL e, conseqüentemente, no entramado das redes do anticomunismo internacional sob análise, valeria a pena citar quais foram os galhardões concedidos pelas Forças Armadas brasileiras ao então jovem “Comendador” – presidente da WACL, presidente da SEPES. Uma façanha e tanto para um jovem de 28 anos.

*5.13.1. Presidente da WACL (e da SEPES), comendador das Forças Armadas do Brasil: o nexó empresarial-militar brasileiro no movimento anticomunista internacional*

A Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações (SNI) registrou, em um *Prontuário*, que “CARLOS BARBIERI e CARLOS BARBIERI FILHO são homens de empresa do setor financeiro”, dirigentes do Grupo Aplik que, em 1972, “adquiriu o controle acionário do antigo Banco do Comércio Varejista, atual Banco Comercial Aplik S/A”, com “sede e agência em Belo Horizonte, MG”, “no Rio de Janeiro e, em Mar 74, inaugurou agência em São Paulo” (AC.ACE.108915/77, p. 50). Os Barbieri, todavia, foram empresários do setor financeiro que não limitaram suas atividades à especulação bursátil *stricto sensu*. Em particular Barbieri Filho, como visto até aqui, fundiu suas atividades financeiras com a de gestor anticomunista da SEPES e do complexo WACL/CAL. Nesse entramado empresarial anticomunista, Barbieri Filho colocou suas redes e serviços transnacionais à total disposição dos militares brasileiros que, à época, usurpavam o poder de Estado e a atividade política no país. Serviram-se dele e serviram a ele.

Assim que, embora ainda seja preciso especificar quais serviços Barbieri Filho prestou às três Forças Armadas do Brasil, o presidente da SEPES, à época presidente da WACL, receberia as mais importantes comendas militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. Uma façanha e tanto para um jovem com trinta anos incompletos, não? Da Marinha do Brasil, Barbieri Filho recebeu a maior Comenda militar concedida a um civil. Em 11 de junho de 1975, ele foi “agraciado com a ‘Medalha do Mérito Tamandaré’” (AC.ACE.108915/77, p. 51).



De acordo com o Regulamento para a concessão dessa Medalha, criada em 1957, estipula-se que referida comenda “é destinada a agraciar autoridades, instituições e pessoas civis e militares (...) que tenham prestado relevantes serviços, no sentido de divulgar ou fortalecer as tradições da Marinha do Brasil, honrando seus feitos ou realçando seus vultos históricos” (artigo 1º, Decreto n.º 93.991, 1º.10.1986). As “condições essenciais para merecê-la”, “em se tratando de civis”, deveriam traduzir-se “quando sua ação for destacada e eficaz, em prol dos interesses e bom nome da Marinha do Brasil” (artigo 3º, Decreto n.º 93.991, 1º.10.1986). Quais teriam sido os “relevantes serviços” prestados pelo jovem financista e gestor anticomunista Barbieri Filho à Marinha do Brasil no sentido de “divulgar ou fortalecer” suas excelsas “tradições”? Quais teriam sido as ações “destacadas e eficazes” daquele presidente da WACL e da SEPES “em prol dos interesses e bom nome da Marinha do Brasil”?



**Figura 294.** Militares brasileiros condecorando Carlo Barbieri Filho. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

Talvez o vice-almirante Roberto Mário Monerat pudesse responder pela Marinha brasileira? Isso porque, em referido *Prontuário* sobre Barbieri Filho, a Agência paulista do SNI resgatou, a partir de um informe do Boletim Cambial de São Paulo, que “o empresário paulista (...), diretor-superintendente do GRUPO APLIK, receberá hoje (11-6-75), entregue pelo vice-almirante ROBERTO MÁRIO MONERAT, Cmt do VI DN [Distrito Naval], a Medalha do Mérito Tamandaré” (AC.ACE.108915/77, p. 52). O SNI também recuperou de uma matéria de *O Estado de São Paulo*, de 12 de junho de 1975, que, “ao receber a Medalha do Mérito Tamandaré, o nominado afirmou em nota à imprensa que **‘a progressão do comunismo é fruto dos erros e**

**desvios introduzidos no seio da nossa cultura, através do liberalismo, sobretudo a partir do século XVIII”** (AC.ACE.108915/77, p. 52, grifo meu).

Todavia, não foi apenas a Marinha do Brasil que concedeu seu maior galardão ao comendador Barbieri Filho. Menos de um mês depois do jovem de 28 anos receber da Marinha do Brasil a Medalha do “Mérito Tamandaré”, seria a hora e a vez da Aeronáutica brasileira agraciar Barbieri Filho. Em 30 de junho de 1975, a Força Aérea Brasileira (FAB) transformou o então presidente da WACL e da SEPES em comendador da Medalha do “Mérito Santos-Dumont” (FAB, 2016: 81), reconhecendo-se (sem especificá-lo) o destacado serviço prestado por Barbieri Filho à Aeronáutica do Brasil. Qual teria sido esse serviço prestado à Aeronáutica? Tantas, histórias, tantas questões...



*Figura 295.* Militares brasileiros condecorando Carlo Barbieri Filho. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

Finalmente, das três Forças Armadas do Brasil, o Exército brasileiro foi o último a agraciar o jovem de 28, mas não tardou na missão. Eis que, conforme jactou-se Barbieri Filho em seu “Informe de los Trabajos de SEPES durante el Período Mayo/Diciembre 1976”, a “Medalla de Pacifista” – isto é, a Medalha do Pacificador – foi “otorgada al Presidente de SEPES por el Ejército Brasileiro el 19 de Noviembre de 1976. Este es el más alto galardón ofrecido a un civil por servicios prestados al ejército y el estado” (CDyA: R0018F1135). Segundo dispunha à época o Decreto que regulamentava a concessão da Medalha do Pacificador, essa comenda militar deveria ser concedida “às intuições e aos civis brasileiros (...) que se tenham tornado credores de

homenagem especial do Exército, por serviços a este prestados” (art. 1º, Decreto n.º 76.195, 2.12.1975).

Novamente, caberia fazer ao Exército brasileiro a mesma pergunta que se deveria fazer à Marinha e à Aeronáutica do Brasil, a saber: quais ações do jovem Barbieri Filho o teriam tornado “credor” de uma “homenagem especial do Exército, por serviços a este prestados”? Quais teriam sido, especificamente, os “serviços” prestados por esse empresário paulista e gestor global anticomunista que lhe garantiram, junto ao Exército do Brasil, o galhardão da Medalha do Pacificador? A pesquisadora Marcia Guena dos Santos, pioneiríssima no Brasil nas investigações históricas sobre a Operação Condor e a “conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70” (cf. APÊNDICE), não deixou de demarcar esse enlace empresarial-militar anticomunista gestado no interior da SEPES. Isso, a despeito do negacionismo e da tentativa de contrafação da verdade histórica intentada pelo ex-presidente da SEPES e da WACL na entrevista concedida à referida pesquisadora que, comentando especificamente as comendas militares concedidas ao empresário e dirigente anticomunista em questão, registrou, em entrevista feita com ele a 30 de maio de 1996, que, “na ante-sala de seu escritório, uma casa fortemente resguardada no bairro do Ibirapuera, em São Paulo, Barbieri decora as paredes com mais de 30 diplomas” (DOS SANTOS, 1998: 196).

Entre eles, **vários emitidos pelas Forças Armadas brasileiras e pela Polícia Militar do estado** [de São Paulo]<sup>760</sup>: ‘**Colaborador Emérito do Exército**’, diploma emitido em 25 de agosto de 1993 pelo **Comandante do II Exército, General Sérgio de Ayres Pires**; diploma de participação no curso ‘Valorização do Homem Brasileiro’, realizado na **Escola Superior de Guerra em 1977**; em 1980, na mesma instituição, ele realizava o curso ‘**Estabelecimento de uma Democracia**’ (DOS SANTOS, 1998: 196, grifo meu)

Esgrimindo, sem convencer, um revisionismo histórico – insustentável diante da historiografia e dos documentos encontrados nos “arquivos da repressão” do Brasil e do Paraguai

---

<sup>760</sup> Além da Polícia Militar paulista, Barbieri Filho azeitou conexões repressivas anticomunistas com a Polícia Civil do Estado de São Paulo. Um Informe A2, de 3 de novembro de 1977, compilado pela Agência paulista do SNI no Prontuário n.º 14.738 sobre o então presidente da SEPES, registrou que “o Dr. CARLO BARBIERI FILHO sem uma finalidade clara tem procurado os dois candidatos à Presidência da Associação de Delegados do Estado de São Paulo, oferecendo carros, motoristas e despesas pagas para a campanha dos mesmos no interior do Estado. O Dr. FRANCISCO CAMARGO DE BARROS que tem coordenado a campanha do Dr. ZAHIR DORNAIKA, Diretor da Academia de Polícia, já em várias oportunidades tem-se negado a receber tais auxílios, apesar das constantes persistências do epigrafado. O Dr. LUIZ CARLOS ROCHA, outro candidato à Presidência daquela Associação, no mês de outubro ofereceu um ‘coktail’ no Hilton Hotel-SP à classe de Delegados, sendo a despesa paga pelo epigrafado. O Dr. LUIZ CARLOS ROCHA tem-se utilizado de favores do epigrafado na sua campanha, tais como, carros para percorrer sedes de Delegacia no interior do Estado” (AC.ACE.108915/77, p. 56).

–, Barbieri Filho tentou persuadir Marcia Guena dos Santos de que tais comendas militares e policiais não significariam qualquer colaboração prestada aos aparatos repressivos da ditadura brasileira. Muito pelo contrário. Contraindo-se ao intento negacionista do ex-presidente da WACL e da SEPES, a pesquisadora em questão registrou que, “apesar dos diplomas, que indicam uma estreita identidade com a política implantada pela ditadura militar brasileira, liderada por um pacto civil-militar, **Barbieri Filho classifica-se como um liberal radical e faz questão de enfatizar que toda a sua atuação junto à WACL e à SEPES destinava-se à defesa do liberalismo econômico, sem nenhum vínculo com as Forças Armadas**” (DOS SANTOS, 1998: 196). Liberalismo econômico? Mas o que dizer sobre a fala de Barbieri Filho no momento em que recebeu a Medalha do Mérito Tamandaré da Marinha do Brasil, segundo a qual, reiterou-se, “a progressão do comunismo é fruto dos erros e desvios introduzidos no seio da nossa cultura, através do liberalismo, sobretudo a partir do século XVIII” (AGO.ACE.4515/83, p. 52)?

Além de totalmente conectada à repressão da ditadura militar brasileira, a SEPES, o “Capítulo” nacional da WACL/CAL, *nunca* defendeu, como visto até aqui, o liberalismo econômico. Muito pelo contrário. A SEPES *sempre* rechaçou o liberalismo como a antecâmara do comunismo, associando-se a uma postura ideológica típica do ultraconservadorismo antiliberal e anticomunista. Sempre esteve, ademais, associada à defesa da “linha-dura” da ditadura militar. A crítica ao liberalismo, obviamente, não implicou em qualquer rechaço à propriedade privada dos meios de produção, mas opôs ao *hedonismo* dos liberais e ao *materialismo* dos comunistas uma espécie de “terceira via”, ancorada na doutrina social católica. Esta seria capaz, de acordo com a cosmovisão da SEPES, de restituir a primazia dos *valores espirituais* contra as duas faces do *materialismo*: a do liberalismo e a do comunismo.

A Agência de São Paulo do SNI registrou, inclusive, que “a SEPES integra o grupo de direita desta área juntamente com a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade [TFP] e o Grupo da Revista Hora Presente, sendo que estas duas entidades católicas, embora com métodos e filosofias próprias, perseguem os mesmos objetivos políticos” (AGO.ACE.4515/83, p. 16). Ou seja, quanto ao “liberalismo econômico” futuramente alegado por Barbieri Filho, o SNI registrou, corretamente, que a SEPES alinhou-se, ao menos no referente à ideologia ultracatólica, aos dois principais grupos integristas de São Paulo: a TFP e a *Hora Presente*. Na revista deste último grupo, entre as propagandas e anunciadores, destacou-se o Banco

Aplik dos Barbieri e, ademais, muitos dos membros da *Hora Presente* interligaram suas atividades com a SEPES.

Nada mais distante, pois, de um defensor do “liberalismo econômico” do que uma revista integrista católica. Mentindo posteriormente a Marcia Guena dos Santos, contudo, o ex-presidente da WACL e da SEPES tentou falsificar seu passado de ultradireita, travestindo-se de “liberal radical” e de defensor do “liberalismo econômico”. Todavia, ele vinculou-se às linhagens do ultraconservadorismo brasileiro contrário ao liberalismo (entrelido e combatido como democracia liberal caduca) e contra o comunismo, que deveria ser *exterminado*. E para *exterminar* o comunismo seria necessário *exterminar* os comunistas, correto? E nesse projeto de *extermínio* do comunismo, se os liberais e sua democracia caduca, uma forma historicamente superada, abriam as portas aos comunistas, eles também deveriam ser combatidos. Como visto, tanto o discurso de Barbieri Filho na VIII Conferência da WACL de 1975, quanto o Comunicado Final desse conclave, apontaram a existência de duas fontes da *crise* civilizatória: o *comunismo* e o *liberalismo clássico*. Seja como for, é absolutamente compreensível que um empresário bem-sucedido, em sua velhice tranquila em Miami, nos EUA, queira revisar seu passado violento de agente anticomunista e antiliberal, buscando falsificar suas conexões pretéritas com o terrorismo de Estado da ditadura militar brasileira.

Veja-se, por exemplo, a tentativa de Barbieri Filho de desinformar a pesquisadora Marcia Guena dos Santos, falsificando a presença de militares dentro da WACL. Segundo Barbieri Filho, ele “não apoiaria de jeito nenhum a presença de militares na Liga’ [sic]” e seus membros teriam tido “uma postura fundamentalmente liberal e socialista [sic]” (BARBIERI FILHO *apud* DOS SANTOS, 1998: 196). Nota-se, pois, que vale tudo para desinformar sobre os nexos pretéritos da colaboração empresarial-militar anticomunista junto às ditaduras do Cone Sul, da América Central, ou mesmo junto às ditaduras asiáticas de Taiwan, Coreia do Sul etc. Diante de tamanho abismo e contradição entre o dito pelo ex-presidente da SEPES e da WACL na década de 1990 e a concretude dos fatos históricos da Guerra Fria, Marcia Guena dos Santos questionou Barbieri Filho. Por que, então, teria o empresário e dirigente anticomunista recebido tantas comendas militares? Por que, por exemplo, o II Exército de São Paulo, o quartel-general que incubou a Operação Bandeirante e o DOI-CODI em associação com o grande empresariado paulista, teria lhe concedido uma homenagem pelos serviços prestados? Que serviços seriam esse? Respondendo

à pesquisadora, se Barbieri Filho “venceu” na sua “cruzada” anticomunista, não “convenceu” ninguém com sua resposta. Foi assim que ele buscou “responder” à indagação:

Quanto ao diploma de colaborador dado pelo comandante do II Exército, é outra coisa. **O Exército, na verdade, tinha carência de recursos.** Então, os empresários que ajudavam numa obra, numa sala de homenagens, em palestras para recrutas, assistência médica, cursos de alfabetização ou curricular, a estes empresários, que podiam ser banqueiros e industriais, a gratidão que eles [os militares] podiam dar era essa (BARBIERI FILHO *apud* DOS SANTOS, 1998: 197, grifo meu)

Marcia Guena dos Santos, entretanto, comentando essa resposta “para inglês ver” de Barbieri Filho, assinalou o seguinte: “É importante lembrar que a OBAN foi amparada por esse tipo de iniciativa do empresariado brasileiro, através de uma iniciativa liderada por (...) [Henning Albert] Boilensen” (DOS SANTOS, 1998: 197). Antes dessa entrevista e observação feitas pela pesquisadora em referência, o jornalista Fernando Jordão já havia apontado – em seu *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil* (1979) – para uma provável ligação de Barbieri Filho com o II Exército, sede e matriz da Operação Bandeirante (OBAN)<sup>761</sup>.

Mais recentemente, coube ao historiador Marcos Vinicius Ribeiro resgatar e contextualizar o antigo “furo” de Jordão. Este destacara que “Barbieri foi citado em uma pergunta realizada durante o interrogatório do jornalista Marco Antonio Rocha ocorrido nas dependências do DOI/CODI, no Quartel General do II Exército, São Paulo, que consta nos autos da morte de Herzog” (RIBEIRO, 2018: 225). Durante o interrogatório de Marco Antonio Rocha, arquivado no Inquérito Policial-Militar (IPM) referente à morte de Herzog em 25 de outubro de 1975 nas dependências do II Exército, o jornalista preso “foi perguntado sobre uma matéria publicada no ‘Jornal da Tarde’ relacionada à venda do Banco Aplik, uma das empresas da família Barbieri” (RIBEIRO, 2018: 225). De acordo com Fernando Pacheco Jordão, o primeiro a trazer à tona esses nexos repressivos, Marcos Antonio Rocha “se apresentou espontaneamente na semana após a

---

<sup>761</sup> Em um *Informe* assinado pelo general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército, a missão da OBAN foi assim definida: “**Identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos** que atuam na área do II Ex, particularmente em São Paulo, **com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertencem**” (BR.DF.ANBSB.V8.AC.ACE.CNF.26.616/70, p. 7, grifo meu). Segundo o “Conceito de Operação” da OBAN: “O II Ex organizará um Centro de Coordenação, constituído de uma Central de Informações e de uma Central de Operações, a fim de coordenar as atividades de busca de informes, produção de informações e ações repressivas contra grupos subversivos, visando a evitar superposição de esforços, a definir responsabilidades e a tornar mais efetivo o combate àqueles grupos” (BR.DF.ANBSB.V8.AC.ACE.CNF.26.616/70, p. 7).

morte de Vlado e foi ouvido por um oficial do DOI-Codi por dois dias no QG do II Exército” (JORDÃO, 1979: 142). Contudo, observou Jordão:

Para a sua surpresa, foi interrogado em dado momento sobre uma notícia que o *Jornal da Tarde* publicara em março daquele ano, envolvendo a financeira de Carlo Barbieri Filho, conhecido militante de extrema direita, presidente da Liga Mundial Anticomunista, dono do semanário *Expresso* (1974) e presenteado pelo governo federal, na mesma época, com um canal de rádio em São Paulo (Rádio Novo Mundo). Com toda a probabilidade, o empresário, ao saber pelos jornais que Marco Antonio estava sendo interrogado, encomendou ao DOI que descobrisse o que não conseguira saber na época da publicação, isto é, a fonte da notícia sobre a venda de sua empresa. Que outra explicação para a inclusão do caso numa investigação sobre o PCB? (JORDÃO, 1979: 142)<sup>762</sup>

Também um ex-associado de Barbieri Filho, o neointegralista Antonio Carlos Meirelles, depois de romper com o presidente da SEPES, denunciaria a suposta conexão deste com a OBAN e seu patrono empresarial, o dinamarquês Henning Albert Boilensen. Pastor Mórmon e líder do Partido de Ação Nacionalista (PAN) na década de 1980, Meirelles encaminhou uma “confissão-denúncia”, em 1989, à comunidade de informações. Nela, entre outras confissões e denúncias, ele caracterizou Barbieri Filho como um “antigo colaborador da OBAN, junto com o justicado Boilensem [sic], Ex-presidente da Ultragás/SP” (AC.ACE.70484/89, p. 9). A especificação desses desses nexos repressivos, contudo, ainda carecem de comprovação. Apesar disso, o enlace de Barbieri Filho com os militares é, sem dúvida, inegável.

Embora à época da entrevista feita por Marcia Guena de Santos com o ex-presidente da SEPES a documentação do SNI – ou melhor, o que sobrou dela – não estivesse disponível, hoje ela está depositada no Arquivo Nacional do Brasil. Diante dela, o que teria a dizer, por exemplo, o ex-presidente da SEPES e da WACL sobre a seguinte anotação da Agência paulista do SNI: Barbieri Filho é um banqueiro “**altamente ligado a autoridades de informação**” (AGO.ACE.4515/83, p. 11)? Ou diante desse outro registro, também do SNI: “**A SEPES e mais precisamente seu presidente, CARLOS BARBIERI FILHO, tem boa penetração junto às autoridades públicas e ótimo relacionamento com as autoridades civis e militares do País**”

---

<sup>762</sup> No marco do IPM referente à execução de Herzog, Marco Antonio Rocha alegou que “um dos diretores do grupo Aplik, sr. Carlo Barbieri Filho, telefonou a um dos editorialistas do *Jornal da Tarde*, Lenildo Tabosa Pessoa, que trabalha, ao meu lado, na mesma sala, negando que sua empresa (Aplik), estivesse à venda, ao contrário do que afirmava o artigo” (JORDÃO, 1979: 142). Como visto, o “teólogo-jornalista” Lenildo Tabosa era o “editor fantasma” da *Hora Presente*, a revista integrista que cooperou com a SEPES e com o complexo WACL/CAL, além de ter sido o convidado de honra do “coveiro oficial” do DOI-CODI e do DOPS de São Paulo – o delegado Alcides Cintra Bueno Filho, o *Porquinho* – para participar e orientar, política e teologicamente, os interrogatórios (isto é, as torturas) dos padres dominicanos ligados à esquerda armada.

(AGO.ACE.4515/83, p. 16, grifo meu). E por que não se encontra, dentro da vasta documentação da ditadura militar sobre a SEPES, uma única referência da entidade como sendo uma defensora do “liberalismo econômico” ou como um *think tank* “liberal radical”? Simplesmente, por que não foi esse o perfil do “Capítulo” ostensivo da WACL/CAL que, como visto, manteve um ideário anticomunista e antiliberal, além de ter se associado secretamente com agentes da ditadura militar brasileira. Enfim, note-se que a Agência do SNI em São Paulo caracterizou a SEPES como uma agência com “vasta atividade anticomunista”, “sendo seus métodos de trabalho muito semelhantes, – quando não até se confundem –, com o funcionamento de um serviço de informações” (ASP.ACE.11034/82, p. 6).

Diante disso, como falar *a posteriori* que não se apoiaria “de jeito nenhum a presença de militares na Liga” quando, para não mencionar o apoio dos militares brasileiros à SEPES, o ex-presidente da SEPES e da WACL era sócio-proprietário de uma financeira – como se verá, a *Financiera Urunday* – ao lado do chefe da polícia política da ditadura militar do Paraguai, Antonio Campos Alum? Como jurar que se apartou dos militares se, para não mencionar os militares brasileiros que serviram de apoio e/ou operadores da SEPES, o próprio SNI registrou que o principal nome da Operação Condor no Paraguai, Benito Guanes, fora um dos enlaces secretos de Barbieri Filho? Como se afastar dos militares se o ex-presidente da SEPES e da WACL manteve encontros com os ditadores do Paraguai e do Chile, respectivamente, os generais-presidentes Alfredo Stroessner e Augusto Ugarte Pinochet? Como desdizer o dito, por exemplo, pelo próprio embaixador do Chile no Brasil Hernán Cubillo, segundo o qual a SEPES era uma colaboradora eficaz de sua “embaixada, com a qual mantém ótima relação” (CUBILLO *apud* SIMON, 2021: 300). Seria por isso que recentemente o ex-presidente da SEPES e da WACL se recusou a conceder entrevista a Roberto Simon, que flagrara pela primeira vez certas operações secretas de Barbieri Filho com a ditadura militar do Chile de Pinochet?<sup>763</sup> Seja como for, é a hora e a vez de pontuar, logo abaixo, as principais gestões e conexões globais da SEPES (e da ditadura militar brasileira) por dentro do movimento anticomunista internacional da Guerra Fria.

---

<sup>763</sup> “Hoje Barbieri Filho vive em Boca Raton, condado da Flórida (...), onde presta consultoria a empresários brasileiros que sonham em emigrar para Miami. Procurado pelo autor, ele não respondeu a pedidos de entrevista” (SIMON, 2021: 346).



### 5.13.2. As viagens internacionais do brasileiro presidente da WACL

As viagens internacionais do presidente da SEPES antecederam, obviamente, a sua entronização na presidência da WACL. Lembre-se que Barbiri Filho, então com 27 anos, foi o organizador ostensivo do II Congresso da CAL-Pública realizado, em janeiro de 1974, no Rio de Janeiro. Portanto, o seu *tour* internacional já começara, pelo menos, no ano de 1974. Nesse sentido, a “presença de delegação brasileira” em São José da Costa Rica, junto ao “MOVIMIENTO COSTA RICA LIBRE [MCRL]”, foi flagrada em um documento confidencial, de 27 de maio de 1974, produzido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE). “Segundo notícia da RÁDIO CUBA, captada pela ‘MIAMI RADIO MONITORING SERVICE’ em 19/ABR/1974, uma delegação integrada por 3 empresários e 2 professores universitários brasileiros chegariam a SÃO JOSÉ DA COSTA RICA em 22/ABR/74 para realizar sessões de trabalho como integrantes do núcleo direitista ‘MOVIMIENTO COSTA RICA LIBRE’ [MCRL]” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 156). Antes de visitar a Costa Rica, registrou a Informação n.º 2050 da DSI/MRE – difundida pela Agência Central do SNI, pelo CIE, pelo CENIMAR, pelo CISA e pelo DPF –, “o grupo visitou o PARAGUAI, o CHILE e os Estados Unidos, sob a liderança de CARLOS BARBIERI, que presidiu o ‘CONGRESSO ANTICOMUNISTA LATINO-AMERICANO’, realizado em JAN/1974 no RIO DE JANEIRO” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 156).

#### 5.13.2.1. *Arábia Saudita, 1975: entre um rei, um príncipe e um sheik “amigo”*

Já entronizado como presidente da Liga Mundial Anticomunista, uma circular interna da WACL registrou uma “Viagem do Dr. Carlo Barbieri Filho ao Oriente Médio” de julho de 1975 (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 55). A Circular 004/75, assinada pela Secretaria de Assuntos Internacionais, trazia o timbre da “World Anti-Communist League” seguido das informações “Office of the Chairman, Cx. Postal 20740, Shopping Center Iguatemi, São Paulo, SP, Brasil”, informando aos membros da WACL que a viagem de Barbieri Filho seguiu “os seus propósitos de dinamização da Liga” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 55). O presidente brasileiro da WACL “viajou ao Oriente Médio, aonde desenvolveu múltiplas atividades para o fortalecimento da causa que nos une”, salientando-se que “o Dr. Babieri Filho visitou diversos

países, estabelecendo contactos e aprofundado os já existentes, dentro do mesmo espírito de crescimento e valorização de nossa Liga, nestes difíceis momentos que o anticomunismo atravessa atualmente” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 55). O brasileiro “foi recebido em Riad, Arábia Saudita, por Sua Majestade o Rei Khaled ibn Abdul Azis, e pelo Príncipe Fahd ibn Abdul Azis” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 55).

O encontro do brasileiro presidente da Liga com os monarcas sauditas ocorreu em 7 de julho de 1975, discutindo-se na ocasião com “Sua Majestade, o Rei da Arábia Saudita”, um documento elaborado pela WACL e “diversos problemas sobre a luta Anticomunista”. O rei Khaled ibn Abdul Azis, sempre conforme a Circular wacliana, “comprometeu-se a colaborar com todo o tipo de apoio para os trabalhos que a WACL realiza. Logo depois do encontro, o Presidente da Liga entregou um comunicado à imprensa (...), o qual solicitamos seja divulgado pelos membros da WACL” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 55). Depois do encontro com o rei saudita, o presidente da WACL em exercício declarou à imprensa que “os países árabes, com destaque para a Arábia Saudita, ‘tem um papel cada vez mais importante na defesa desse mundo [livre], hoje tão ameaçado pelos imperialismos soviético e chinês, que vem subjugando os povos, privando-os não só de sua liberdade mas também de suas tradições e crenças religiosas’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 55).

Conforme afirmou o brasileiro aos órgãos de imprensa, o rei saudita “‘vem procurando evitar a penetração do comunismo ateu não só no seu país mas também em outras áreas do chamado mundo árabe, cujas convicções religiosas são profundamente arraigadas’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 55). “Ainda segundo as declarações do Dr. Barbieri Filho, o Rei Khaled referiu-se ‘com palavras de muito apreço aos programas de desenvolvimento social e econômico postos em prática pelos governos brasileiros, desde 1964, tendo manifestado a esperança de que o Brasil, sob a firme direção do presidente Geisel, continue se alinhando entre os povos livres, a fim de assumir em concordância com os seus princípios nacionais uma posição que cada vez mais o coloque entre os países líderes do mundo ocidental’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 55). No documento entregue ao rei Khaled Ibn Abdul Azis, Barbieri Filho afirmou ao monarca saudita que o povo brasileiro “comparte con el pueblo árabe la creencia en un solo Dios y su rechazo a todas las doctrinas materialistas, como el

comunismo, el peor de todos los males que la humanidad ha tenido que enfrentar” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 57), assim apresentando-se a SEPES ao rei saudita:

La Sociedad de Estudios Políticos, Económicos y Sociales, SEPES, que tenemos el honor de presidir, es una organización brasilera compuesta por universitários, profesores y profesionales de las diversas actividades, que estudia, basada en los principios de la ciencia política, económica y social, los problemas nacionales y mundiales, con el fin de encontrar soluciones adecuadas y actuales. Es también, una verdadera agrupación de nacionalistas que defiende la soberanía de Brasil y el estilo de vida propio de los brasileros, con sus costumbres, tradiciones, temperamento y caracter específico. SEPES es una entidad que afirma la existencia de Dios y la transcendencia del hombre; que lucha por la permanencia de los valores que la doctrina cristiana representa, sin por eso, asumir como sociedad civil, posiciones de una sociedad religiosa. Como consecuencia, **SEPES rechaza toda y cualquier doctrina materialista y anti-nacional** que discorde con estos principios fundamentales. **SEPES cuenta con aproximadamente 60 mil miembros [sic] y una sede en cada uno de los Estados Brasileiros. Entre estos miembros, se encuentran autoridades oficiales del gobierno, las cuales comparten los ideales de la entidad y, como individuos, participan de las actividades de la organización.** Conciente que el mundo enfrenta una de sus peores crisis, debido a la amenaza representada por el comunismo internacional, y a la posición indefensa en la cual nuestros aliados poderosos han abandonado a los países que luchan en el mundo libre, SEPES se unió a la Liga Mundial Anti-comunista con el fin constituir una unidad fuerte de todos los anticomunistas en el mundo (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 57, grifo meu grifo meu)

Embora superestimada a cifra de 60 mil membros da SEPES, é significativo que na apresentação feita ao monarca da Arábia Saudita Barbieri Filho reconheceu que, entre os integrantes da SEPES, “se encuentran *autoridades oficiales del gobierno*” – isto é, da ditadura militar do Brasil – que “*participan de las actividades de la organización*”. O presidente da SEPES, ainda presidente da WACL, informou também ao rei saudita que coubera ao “Capítulo” brasileiro da WACL organizar a VIII Conferência da Liga em abril de 1975, no Rio de Janeiro, “donde Arabia Saudita contó con la alta representación del **Sheik Ahmed Salah Jamjoom**, del cual tenemos el honor de considerarnos amigos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 57). O brasileiro comunicou o monarca Khaled Ibn Abdul Aziz que o “Sheik Jamjoom”, enquanto representante saudita na VIII Conferência da Liga de 1975 no Brasil, “tuvo oportunidad de constituirse en testimonio de lucha contra el comunismo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 57), acrescentando, em nome da WACL, que “nosotros debemos agradecer a Su Majestad y a la delegación árabe por el apoyo brindado a los luchadores por la libertad antes, durante, y después del Congreso” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58).

Barbieri Filho assinalou ao rei saudita que a SEPES, fiel a seus “altos principios” e seguindo “su decisión de luchar por la libertad y no aceptar paciguamiento”, subscrevera a tese da VIII Conferência da WACL de que a crise do mundo moderno no campo da política seria “el producto del enfrentamiento entre dos filosofías de vida: una que niega el libre arbitrio y, por lo tanto, la libertad del hombre; y otra que afirma la libertad del hombre con un destino superior, provisto de una dignidad especial” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58). A primeira filosofia de vida representaria “la negación de todos los valores superiores del hombre” e seria estimulada pela “lideranza de la Unión Soviética y de China Continental, con todos sus satélites, practicando un imperialismo total” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58). Os comunistas soviéticos e chineses teriam como objetivo a dominação mundial, para a qual “todos los medios son aceptable para alcanzar la meta final: **subversión y corrupción de los valores nacionales, guerrilla, narcóticos y guerra psicológica**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58). A segunda filosofia de vida, a anticomunista, conduziria “a la libertad del hombre, dentro de los más altos principios de la religiosidad, la moralidad y la política” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58). Diante dela, sugeriu Barbieri Filho ao monarca saudita, dever-se-ia “proponer a nuestros países hermanos la revisión de sus ideologías, y a pedirles que determinen sus objetivos nacionales permanentes; tenemos que recordales que **las ideas se combaten con ideas, y que tienen que preparar acciones contra sus enemigos pues, también, las acciones se combaten con acciones más poderosas**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58, grifo meu).

Por fim, arrematou o brasileiro, “en la conyuntura política mundial actual, el movimiento anticomunista debe crecer y fortalecerse”, salientando que “**esperamos firmemente convertir este periodo de un año como Presidente de la WACL en logros positivos para la causa que nos une**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58). No período da gestão brasileira da presidência da WACL, inclusive, seria consolidado o organismo regional da Liga no Oriente Médio, o que não deixou de ser referido por Barbieri Filho em sua nota ao monarca saudita: “**Debido a la actitud positiva y generosa asumida por el Gobiernos de Arabia Saudita, la WACL creció en el Medio Oriente con la creación de una organización tan importante como es la Conferencia de Solidaridad del Medio Oriente (MESC)**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58, grifo meu). Assim que, concluiu o brasileiro presidente da WACL, “humildemente solicitamos a Su Majestad, el Rey, que continúe apoyando a nuestra Liga y nuestra Causa”, destacando que, “si

pudiésemos contar con la ayuda y el apoyo a través del mundo de sinceros anticomunistas como aquellos que hemos encontrado en Arabia Saudita, los recursos serían suficientes y se podrían librar batallas más fuertes” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58).

“En el futuro próximo”, arrematou Barbieri Filho, “veremos que ya las naciones libres no tendrán que buscar nuevamente la protección entre sus enemigos debido a la posición de abandono en que se encuentran. La victoria final no puede estar muy lejos” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 58). Diante do “abandono” dos anticomunistas pela “estrela maior” do “mundo livre”, isto é, os EUA, a WACL poderia contar com os *recursos* dos “sinceros anticomunistas” da Arábia Saudita. Entre estes, Barbieri Filho não visitou apenas Riad, onde se encontrou com o rei Khaled ibn Abdul Azis e com o príncipe Fahd ibn Abdul Azis, mas também visitou a cidade de Jeddah, o “quartel-general” do “Capítulo” saudita da Liga dirigido pelo Sheik Ahmed Salah Jamjoom, um “amigo pessoal do rei Kaled e importante personalidade árabe” (APESP: 50Z-0-180). Jamjoom, intimamente ligado à família real saudita, ocupou os cargos de Ministro das Finanças e do Comércio, respectivamente, sob o reinado de Saud bin Abdulazis e Faisal bin Abdulazis. Filho de uma rica família de empresários, Jamjoom fora diretor geral da *Saudi Arabian Airlines* e, após deixar o governo, destacou-se como operador financeiro do príncipi Muhammad bin Faisal, auxiliando-o na fundação do *Faisal Islamic Bank* no Barein, Sudão e Egito (HAQUE, 2010)<sup>764</sup>.

Em Jeddah, ademais, o presidente (brasileiro) da WACL receberia ajuda diplomática a partir de uma ordem emanada do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil. No Telegrama Secreto n.º 126, de 3 de julho de 1975, o MRE ordenou o seguinte ao diplomata responsável pela embaixada brasileira em Jeddah: “**Assistência a Brasileiro no Exterior. Carlos Barbieri. (...) A pedido do SNI, rogo a Vossa Excelência o obséquio de receber em audiência**

---

<sup>764</sup> A família Jamjoom dedicava-se à produção de equipamentos pesados e à importação de automóveis em Jeddah (HAQUE, 2010). “In 1972, Toyota Tsusho began exporting Hino trucks to Saudi Arabia, partnering with Jamjoom Group, which was the local distributor” (ARABNEWS, 2019). No segmento financeiro, além dos referidos bancos, Jamjoom foi um dos fundadores do Islami Bank Bangladesh Ltd. (IBBL), cujos “unholy nexus” com as “jihadí organisations” foram escrutinados por Rupak Bhattacharjee. Com controle acionário saudita, o IBBL é, hoje, “the major financier of the Bangladeshi terrorist groups and the country’s largest Islamist party Jamaat”; o principal grupo acionista do IBBL, Al Rajhi Bank, “had been involved in suspicious transactions and maintaining close ties with al Qaeda” (BHATTACHARJEE, 2016: 02). Assim como o IBBL, Yassin Abdullah Kadi, genro de Jamjoom, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, teve seus bens congelados pela ONU por suspeita de associação com a al-Qaeda, a rede terrorista de Osama bin Laden. A sanção contra Kadi seria depois anulada e o empresário saudita alegaria, em sua defesa, que apenas teria se encontrado uma vez com Osama bin Laden em Chicago, nos EUA, em um momento em que o futuro terrorista islâmico era ainda um *asset* antissoviético do governo norteamericano, em 1979.

e prestar a assistência de que vier a necessitar o Senhor Carlos Barbieri, que deverá chegar a essa Capital a 7 do corrente, permanecendo até o dia 10. Caso o Senhor Barbieri tenha alguma correspondência a remeter para Brasília pela mala, Vossa Excelência está autorizado a fazer a remessa” (MRE/TELEGRAMA SECRETO N.º 126, 1975, grifo meu).

MINUTA DE TELEGRAMA

URGENTE

Para  
BRASEMB JEDDAH

Carater  
SECRETO-EXCLUSIVO

Distribuição  
G/

Índice  
Assistência a brasileiro no exterior. Carlos Barbieri.

Classificação

Número  
126

Data  
03/07/75

A pedido de SNI, rogo a Vossa Excelência o obséquio de receber em audiência e prestar a assistência de que vier a necessitar o Senhor Carlos Barbieri, que deverá chegar a essa Capital a 7 do corrente, permanecendo até o dia 10. Caso o Senhor Barbieri tenha alguma correspondência a remeter para Brasília pela mala, Vossa Excelência está autorizado a fazer a remessa.

EXTERIORES

**Figura 296.** Telegrama do MRE para a Embaixada brasileira em Jidá.  
FONTE: MRE.

### 5.13.2. Turquia, 1975

Nota-se, pois, que o jovem presidente da WACL – com 28 anos – teria, a partir de então, as portas das embaixadas do Brasil abertas com esse singelo pedido emitido pelo MRE da ditadura militar do Brasil: “**A pedido do SNI**”. Trata-se, pois, de mais uma evidência histórica de que a SEPES serviu como o “Capítulo” ostensivo e o SNI como o “Capítulo” secreto do Brasil na Liga Mundial Anticomunista. E o *tour* internacional de Barbieri Filho comprovaria isso. Assim que, deixando a Arábia Saudita, o presidente da SEPES e da WACL visitou, na sequência, a Turquia. Ali, novamente, o MRE intercedera pelo jovem de 28 anos, demandado pelo serviço secreto da

ditadura militar brasileira. O MRE, no Telegrama Secreto n.º 129, de 3 de julho de 1975, ordenou à embaixada do Brasil em Ancara, capital da Turquia, que prestasse “Assistência a Brasileiro no Exterior. Carlos Barbieri”. Novamente, instruíra o embaixador brasileiro na Turquia com a seguinte orientação: “**A pedido do SNI**, rogo a Vossa Excelência o obséquio de receber em audiência e prestar a assistência de que vier a necessitar o Senhor Carlos Barbieri, que deverá chegar a essa Capital a 15 do corrente [mês], permanecendo até o dia 18. Caso o Senhor Barbieri tenha alguma correspondência a remeter para Brasília pela mala [diplomática], Vossa Excelência está autorizado a fazer a remessa. [Ministério das Relações] Exteriores” (MRE/TELEGRAMA SECRETO N.º 129, 1975).

### *5.13.3. Chile, 1975: a visita ao ditador Augusto Pinochet, ao brigadeiro Gustavo Leigh e congêneres*

Antes de demarcar a visita de Barbieri Filho ao Chile de Pinochet, em meados de 1975, importa salientar que a SEPES, desde 1974, serviu como um importante agente da propaganda política da ditadura militar chilena no Brasil. Naquele ano, a SEPES seguiu as orientações da CAL no sentido de que seus respectivos “Capítulo” nacionais deveriam promover uma semana de “Commemoración del Primer Aniversario de la liberación de Chile”. Em uma circular interna, a CAL orientou seus membros para que comemorassem, em 11 de setembro de 1974, “el primer aniversario del patriótico levantamiento de las Fuerzas Armadas chilenas para derrocar al gobierno comunista de Salvador Allende”, destacando que “este aniversario debe conmemorarse en todos los países de América Latina porque directa o indirectamente **todos nos beneficiamos con la extirpación de aquel cáncer marxista**” (CDyA: R094F1108, grifo meu). “Se pide para tal efecto a su organización programar al menos un acto público, que podría ser una conferencia, un debate, un homenaje, etc., para celebrar dignamente esa fecha y expresar con ello nuestro apoyo al gobierno presidido por el General Augusto Pinochet” (CDyA: R094F1108).

A CAL orientou detalhadamente seus “Capítulo” nacionais a entrarem em “contacto inmediato con los representantes diplomáticos de Chile en su país para informarles de esta iniciativa y pedirles su cooperación, sea con materiales informativos o con su presencia para dichos actos” (CDyA: R094F1108). Por intermédio de seu secretário-geral Rafael Rodriguez, dirigente dos tecos da FEMACO, a CAL instruiu, portanto, seus membros a contactarem imediatamente as

representações diplomáticas de seus respectivos países para obterem materiais informativos adequados para a campanha de comemoração do primeiro ano da ditadura militar chilena e, com as peças de propaganda pró-Pinochet em mãos, o órgão regional da WACL na América Latina orientou seus “Capítulos” no seguinte sentido:

Los materiales informativos que se obtengan deben también distribuirse entre periodistas amigos, estaciones de radio o noticieros de TV, pidiéndoles que desde varios días antes al 11 de septiembre comiencen a publicar artículos favorables a las medidas adoptadas por el gobierno chileno para la reconstrucción del país y para aplicar justicia hacia quienes pretendieron llevarlo a la esclavitud. Esta labor será fundamental porque es evidente que los comunista y sus cómplices aprovecharán esa fecha para continuar atacando y pretendiendo denigrar al gobierno nacionalista chileno (CDyA: R094F1111)

A SEPES cumpriu à risca essas orientações da CAL e, em 12 de setembro de 1974, organizou em São Paulo uma palestra do jurista chileno Jorge Ovalle Queiroz sobre o tema “Chile, antes e depois da Revolução de 11 de setembro” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 1). Nesse evento da SEPES, realizado no marco comemorativo da Semana de Solidariedade ao Chile organizada pela entidade, o DEOPS paulista registrou que “estiveram presentes cerca de 25 pessoas, entre as quais PAULO ZING, prof. da Faculdade de Guarulhos, Dr. FARID CASSEB, Diretor da Faculdade de Direito de São Bernardo, o Cônsul do Chile em São Paulo, dois padres (um HELÁDIO de tal, residente em Santos e o outro chinês nacionalista, naturalizado chileno), um americano e diretores da entidade (CARLOS BARBIERI e DARIO ALVES)” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 1).

Segundo o DEOPS paulista, o conferencista Ovalle Queiroz era um “emissário especial do próprio governo chileno” enviado “com a missão de esclarecer aos povos sul-americanos, a respeito da atuação do governo revolucionário chileno, captando, assim, a sua compreensão e simpatia” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 1). A polícia política paulista registrou o clima ideológico da ultradireita presente no evento da SEPES em homenagem ao primeiro aniversário do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 no Chile. O informante da polícia política de São Paulo anotou que, no debate que seguiu-se à conferência do jurista chileno, **um dos participantes criticou o governo brasileiro presidido por Ernesto Geisel pelo excesso de “tolerância em permitir a infiltração comunista nas próprias esferas da alta administração** (seria o Ministério da Justiça?)” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 2, grifo meu). “O prof. CASSEB chegou mesmo a sugerir ao conferencista que jamais permita o retorno do Chile à ‘Democracia’, nos



termos em que ela atualmente é conhecida em todo o mundo, porque representa sempre a grande facilidade para o acesso e volta ao comunismo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 2).

A *democracia*, portanto, facilitaria a “volta” do *comunismo* no Chile; por isso, deveria ser impedida. O DEOPS registrou, a partir da observação que fez da conferência e dos debates, “**a preocupação dos presentes com a atual tendência liberal do governo brasileiro, em permitir um retorno gradual à democracia, isto é, às franquias democráticas, que já representa um sério perigo, face a infiltração comunista em todos os postos chaves da administração, sindicatos, agremiações e associações**” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 2, grifo meu). Caso se consolidasse a alegada *tendência liberal* do governo Geisel, registrou o DEOPS-SP, segundo a opinião dos participantes do evento da SEPES, os comunistas apenas aguardariam “a oportunidade para agir – apresentando-se mutos deles, atualmente, como angelicais e inocentes criaturas voltadas exclusivamente para o bem da pátria” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 2).

Ao lado desse plantel anticomunista da extrema-direita – com a presença de representantes da “linha-dura” contrária ao projeto de distensão do ditador Geisel –, rapidamente a ditadura militar chilena encontraria na SEPES uma importante organização “amiga” e, como visto, encomendaria ao “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL a publicação de dois livros pró-Pinochet, vertidos ao português: *Interpretação do Chile*, de Wilson Pinto, e *O experimento marxista chileno*, de Robert Moss. A SEPES integrou, no Brasil, a frente da “campanha de publicidade para neutralizar a imagem adversa contra o Chile que o marxismo internacional está apresentando no exterior” (SIMON, 2021: 299). Os dirigentes e empresários financiadores da SEPES foram grandes “‘amigos’ da embaixada do Chile” (SIMON, 2021: 296) e, como dito pelo embaixador chileno no Brasil Hernán Cubillo, “‘a SEPES é uma entidade que trabalha ativamente na luta contra o marxismo e tem colaborado eficazmente com esta embaixada, com a qual mantém ótima relação’” (CUBILLO *apud* SIMON, 2021: 300).

A excelente relação do Chile de Pinochet com a SEPES foi flagrada, mais acima, a partir da participação das delegações chilenas no Brasil durante o II Congresso da CAL-Pública (1974), o III Congresso da CAL-Secreta (1974) e, especialmente, a VIII Conferência da WACL (1975). Nesta última, como visto, esteve presente “apenas” o segundo chefe da DINA, Pedro Espinoza Bravo, o principal organizador dos assassinatos internacionais da Operação Condor. Nada mais.

Seja como for, a SEPES serviu “como advogada da ditadura chilena no Brasil” (SIMON, 2021: 300), organizando, inclusive, uma conferência pró-Chile em agosto de 1976. Nesta, a SEPES convidou como principal orador o polonês exilado no Chile Miguel Poradowski. Esse padre no exílio era um veterano anticomunista. Como visto no CAPÍTULO 3, Poradowski era o editor da revista *Estudios sobre el Comunismo*, tendo integrado a delegação chilena no II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina de 1955 no Rio de Janeiro. Depois de visitar o Brasil em 1955, momento da formalização da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), desde então presidida pelo almirante Carlos Penna Botto, Poradowski visitaria o país novamente vinte anos depois.

Em 1975 o polonês exilado no Chile faria um intenso *tour* patrocinado pela SEPES nas cidades do Rio de Janeiro, Petrópolis, Belo Horizonte, Juiz de Fora, São Paulo, Campinas, Recife, Curitiba e Porto Alegre. De acordo com circular interna da SEPES, previu-se que Poradowski, “professor das Universidades de Valparaíso e Santiago, sendo detentor de três doutorados: Teologia, Sociologia e Direito, em Varsóvia e Roma”, discorreria sobre os seguintes temas: “I. A Revolução Marxista em Marcha [e] II. O Assalto Marxista à Igreja” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 60). A SEPES encaminhou a seus membros o plano de conferências do palestrante convidado, que “posteriormente deverão ser publicadas na revista ‘HORA PRESENTE’”<sup>765</sup> (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 60). Finalmente, o presidente da SEPES e da WACL naquela altura, Barbieri Filho, encerrou a circular com o mesmo *slogan* utilizado pela VIII Conferência da WACL de 1975: “LIBERDADE SIM; APAZIGUAMENTO NÃO!” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 60). Em anexo à circular sepista, encaminharam-se aos membros do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL os seguintes “Planos das Conferências

---

<sup>765</sup> A revista integrista *Hora Presente*, associada à SEPES, ativa participante de conferências da CAL e da WACL, em sua edição de março de 1974, estampou na capa o título de seu editorial “Chile, a grande lição”, no qual criticou os “inimigos da Cristandade” que estariam tergiversando “ante a contra-revolução de setembro [de 1973]”. Pode-se ler no editorial: “Como a Espanha em 1936 e o Brasil em 1964, a nação chilena (...) atendeu aos imperativos de sua consciência histórica, em defesa da fé católica e das tradições pátrias contra o imperialismo comunista, que sobre ela estenderam suas garras. Só mesmo o poderio formidável dos modernos meios de comunicação de massa, manipulados por homens a serviço da Revolução mundial, seria capaz de conseguir apagar aos olhos de muitos o significado da magnífica epopéia chilena, para reduzi-la, perante uma opinião pública forjada no laboratório dos controladores de cérebros, a um simples golpe militar, equiparável aos pronunciamentos que têm havido nos países da América espanhola. Só mesmo figuras das dimensões morais de um Senador Eduardo Kennedy – neste ponto, digno continuador da obra de traição à civilização ocidental realizada pelo Presidente Franklin Roosevelt – poderiam levantar a sua voz para alardear da tribuna parlamentar a pretensa ilegitimidade do governo militar implantado no Chile” (HORA PRESENTE, ano VI, n.º 15, 1974, p. 5).

do Pe. Dr. Miguel Poradowski no Brasil”. O “1º Tema” a ser tratado, *A Revolução Marxista em Marcha*, seria subdividido da seguinte maneira, esclareceu a SEPES:

1º) Marxismo e revolução marxista; Marx e marxismo; Lenin e a revolução americana; 2º) Os aspectos da revolução marxista; a revolução marxista como uma máquina de destruição; a revolução marxista como método de conquista do poder pelo gangsterismo político internacional; 3º) Da revolução marxista na Rússia em 1917; da destruição da Rússia; da tomada do poder na Rússia pelo gangsterismo político internacional; 4º) A doutrina ‘WELTOKTOBER’ – estender a revolução marxista a todo mundo e dizer – marxismo-leninismo; a revolução como guerra – ‘a síntese do pensamento de Marx e Clausewitz’; a revolução como subversão – destruição da civilização; 5º) WELTOKTOBER e o imperialismo soviético; a Rússia como a 1ª vítima da revolução marxista; a Rússia se apodera da revolução marxista e se serve dela para seus fins imperialistas; 6º) A revolução marxista e Geopolítica; 7º) A revolução marxista mundial – ‘WELTOKTOBER’ em marcha atualmente levada a cabo por: 1º) o imperialismo soviético; 2º) pelo imperialismo chinês; 3º) pelo trotskismo; 4º) pelos inocentes úteis; 5º) por outros imperialismos não marxistas; 6º) pelos cristãos e pelo socialismo; 8º) A revolução marxista contra a Igreja: 1º) para destruí-la; 2º) para dominá-la e servir-se dela; 3º) penetração marxista dentro da Igreja; 4º) subversão marxista na Igreja; 5º) a Igreja vítima do assalto marxista (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 62)

Enfim, o 1º Tema das conferências de Poradowski, *A Revolução Marxista em Marcha*, encerraria tratando da “Nossa Atitude Frente à Revolução Marxista” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 62). Já o 2º Tema, *O Assalto Marxista à Igreja*, percorreria “da atitude de luta contra Igreja à atividade de apoderar-se dela” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 62), subdividindo-se da seguinte maneira:

1º) O marxismo contra a religião; no plano doutrinário e no plano prático para a construção de uma sociedade materialista e atéia; 2º) O marxismo contra a Igreja; perseguição da Igreja Ortodoxa (...) [,] da Igreja Católica (...) [e] de todas as Igrejas; 3º) O marxismo infiltra-se na Igreja Católica [e] prepara terreno servindo-se do: progressismo (Maritain-Theillard Chardin-Buñuel); [do] falso ecumenismo; [do] ‘diálogo’ – ‘pluralismo’; [da] infiltração marxista no clero (...) [,] nas organizações da Igreja (...) [,] nas Universidades Católicas e seminários (...) [e] na imprensa das Igrejas; [bem como dos] ‘cristãos pelo socialismo’; 4º) O marxismo dentro da Igreja na teologia, na catequese [e] na liturgia; 5º) O marxismo serve-se da Igreja para destruí-la [e] para acelerar o êxito da revolução marxista (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 62)

Por último, estabelecendo a SEPES uma sólida conexão ideológica com a ditadura militar chilena, celebrando-a com conferências de um jurista do porte de Jorge Ovalle Queiroz, de um teólogo do nível de Miguel Poradowski, publicando livros como os de Wilson Pinto e de Robert Moss, angariando a confiança do embaixador do Chile no Brasil Hernán Cubillo, Barbieri Filho, finalmente, viajaria ao Chile quatro meses depois da VIII Conferência da WACL de 1975. Assim que, já na condição de presidente da WACL, esse empresário e dirigente anticomunista brasileiro

também seria monitorado em sua viagem ao país “amigo”. A Agência paulista do SNI resgatou uma notícia do *Diário de São Paulo*, de 27 de agosto, que informava que, em Santiago do Chile, “o sr. BARBIERI FILHO fará uma conferência para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, outra no Instituto de Estudos Internacionais e a terceira na Academia de Guerra do Chile” (AC.ACE.108915/77, p. 54). De acordo com o *Diário de São Paulo*, “o presidente da SEPES avistar-se-á com o presidente da República do Chile, general AUGUSTO PINOCHET, e com o general GUSTAVO LEIGH, comandante da Aeronáutica e membro da Junta Militar chilena” (AC.ACE.108915/77, p. 54). “Com esta viagem ao Chile”, arrematou o SNI a partir da notícia de jornal, “o sr. CARLO BARBIERI FILHO pretende esclarecer alguns dos principais aspectos da realidade brasileira, frequentemente deturpados por certos órgãos da imprensa internacional” (AC.ACE.108915/77, p. 54).

Também na “Resenha Política Semanal” elaborada pelo embaixador do Brasil no Chile Antonio Candido da Camara Canto, datada de 2 de setembro de 1975, informou-se às instâncias superiores do Itamaraty que “‘El Mercurio’ publicou que ‘O Presidente da Liga Mundial Anticomunista, que também preside a Sociedade de Estudos Políticos e Sociais do Brasil, **Carlos Barbieri Filho, chegou a Santiago. Seu objetivo é coordenar as iniciativas destinadas a deter a atividade do marxismo mundial destinada a distorcer a imagem atual do Chile e de seus governantes**’” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0044, p. 45, grifo meu). A diplomacia dos EUA também se manteve informada sobre a viagem de Barbieri Filho ao Chile. Em documento de 27 de agosto de 1975, intitulado *Visit to Chile of Brazilian Anti-Communist*, a embaixada dos EUA em Santiago registrou que, “de acordo com a imprensa, Barbieri visitará o presidente Augusto Pinochet, e alguns membros da Junta Militar, da Aeronáutica e outros líderes governamentais de alto escalão. Ele também está agendado para discursar na Academia de Guerra Aérea e na Nova Academia de Segurança Nacional” (U.S.EMBASSY, 1975).

Barbieri é citado em sua promessa de oferecer ao governo do Chile e a organizações civis<sup>766</sup> do país o reforço de suas duas organizações para se contrapor à campanha de propaganda contra o Chile lançada pelo ‘marxismo’. Barbieri alega possuir a sua disposição uma cadeia internacional de informações em 75 países e contato direto com 40 governos. Ele falou também de seu excelente contato pessoal com os governos da Arábia Saudita, Irã e Jordânia, bem como afirmou que esses países e outros estão

---

<sup>766</sup> “Such as Patria y Libertad” (LOPEZ, 2016: 307), acrescenta o historiador Fernando Lopez.

interessados em investir petrodólares no Brasil, Uruguai, Paraguai e ‘agora Chile’<sup>767</sup>  
(U.S.EMBASSY, 1975)

Analisando precisamente esse documento norte-americano, o historiador Fernando Lopez comenta: “A Embaixada dos EUA também afirmou que ‘Barbieri parece ser mais uma das serios [sic] de pessoas de direita que vieram ao Chile em apoio ao GOC [Governo do Chile]’ (LOPEZ, 2016: 308). Lopez, na sequência, salienta: “Brevemente após a visita de Barbieri, o Ministro de Minas do Chile ‘anunciou o financiamento de uma usina de amônia-ureia de US\$ 300 milhões no Chile por um banco suíço apoiado pelo petrodólar’ (LOPEZ, 2016: 308). Teria tido mesmo o brasileiro presidente da WACL as “chaves do tesouro”, quer dizer, dos “petrodólares” árabes, para influir nos rumos da política econômica do pinochetismo nesse setor estratégico? Lopez apenas conjectura, entretanto: “Mais sou menos na mesma época, a Liga Árabe anunciou que abriria seu principal escritório latinoamericano em Santiago” (LOPEZ, 2016: 308). O jornalista e cientista político Roberto Simon, comentando o mesmo documento da embaixada dos EUA que registrou a visita de Barbieri Filho ao Chile, é mais comedido e prudente, no entanto. Afirma que “a diplomacia americana tinha informações de que ele de fato viajara no mês anterior à Arábia Saudita, como representante da WACL, para convencer o rei Khalid a despejar petrodólares na confederação anticomunista” (SIMON, 2021: 303), isto é, na Liga Mundial Anticomunista e em seu braço latinoamericano.

A seu turno, o Estado-Maior da Armada, órgão do Ministério da Marinha do Brasil, compilou “cópias de artigos publicados em jornais de Santiago sobre CARLOS BARBIERI FILHO, que teria ido ao Chile para oferecer ao Governo chileno o respaldo da ‘influente organização’ – SEPES –, da qual ele é presidente, para ‘defender a imagem do Chile’ no exterior” (BR.DFANBSB.Z4.DPN.BRA.BEX.0025.D0001DE0001, p. 167). O informe destacou que “o Sr. CARLOS BARBIERI FILHO é também apontado como presidente da ‘LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA’ e foi recebido em audiência, no dia 27 de agosto, pelo Presidente do Chile General AUGUSTO PINOCHET” (BR.DFANBSB.Z4.DPN.BRA.BEX.0025.D0001DE0001, p.

---

<sup>767</sup> Essas aspas foram retiradas pela diplomacia dos EUA do seguinte trecho da matéria de *El Mercurio*: “Conocido como un amigo personal de los actuales gobernantes de Arabia Saudita, Irán y Jordania, manifestó que tanto esas naciones petroleras del mundo árabe como otros países tienen interés en invertir en Brasil, Uruguay, Paraguay e ahora Chile, porque consideran que les ofrece garantías para tales inversiones” (BR.DFANBSB.Z4.DPN.BRA.BEX.0025.D0001DE0001, p. 168).

167). Um dos jornais compilados pela Marinha do Brasil, *El Mercurio*, em sua edição de 27 de agosto de 1975, estampou a visita do brasileiro em uma manchete intitulada “Apoyo para Defender La Imagen de Chile”, especificando que “llegó a Santiago el presidente de una influyente organización brasileña que ocupa actualmente la presidencia de la Liga Mundial Anticomunista” (BR.DFANBSB.Z4.DPN.BRA.BEX.0025.D0001DE0001, p. 168).



**Figura 297.** “CARLOS BARBIERI, presidente de la Liga Mundial Anticomunista, quien se entrevistó con el Primer Mandatario en el edificio Diego Portales”. FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL.

À imprensa chilena alinhada ao pinochetismo, o brasileiro presidente da WACL salientou: “**La maquinaria marxista que nos ataca es una sola en el mundo** y hace lo posible para destruir nuestras libertades. **Frente a esa amenaza nosotros debemos tener una acción conjunta, dirigida y planeada coordinadamente**, para combatir al comunismo y defendernos de sus amenazas’, afirmó” (BR.DFANBSB.Z4.DPN.BRA.BEX.0025.D0001DE0001, p. 168, grifo meu). Já o jornal *La Tercera de la Hora*, em 26 de agosto de 1975, publicou a seguinte manchete “Lider anticomunista con el Presidente”. Durante o encontro do presidente da WACL e da SEPES com o ditador chileno, Barbieri Filho “destacó que era **imprescindible constituir en Chile un**

**frente internacional que actúe y que a través de ese ataque combata al comunismo”** (BR.DFANBSB.Z4.DPN.BRA.BEX.0025.D0001DE0001, p. 169, grifo meu).

Completando seu *tour* no Chile de Pinochet, Barbieri Filho também reuniu-se “con el Jefe de Estado Mayor del Ministerio de Defensa, **general Sergio Arellano [Stark]** (BR.DFANBSB.Z4.DPN.BRA.BEX.0025.D0001DE0001, p. 168). Como visto, Arellano Stark, utilizando-se do codinome “El Lobo”, liderou a “Caravana da Morte” que, logo após o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, percorreu o Chile de helicóptero e executou aproximadamente 90 opositores da Junta Militar entronizada com a derrubada de Salvador Allende. Arellano Stark foi um dos enviados de “alto nível” do pinochetismo à VIII Conferência da WACL, realizada em abril de 1975 no Brasil. Em agosto do mesmo ano, Barbieri Filho lhe retribuiria a visita.

#### 5.13.4. *EUA, 1975: entre os “falcões” da extrema-direita, no “ninho” do complexo industrial-militar*

Nesse seu *tour* internacional, o brasileiro presidente da WACL viajou aos EUA em setembro de 1975. Nessa nova visita, Barbieri Filho encontrou-se com o antropólogo britânico – um eugenista filonazista<sup>768</sup> – Roger Pearson, presidente do *Council of American Affairs* (CAA) e diretor do recém-instituído *North American Regional Organization* da WACL (NARWACL) (LÓPEZ, 2016: 308-309). Pearson era “um dos principais apologistas do nazismo na América e claramente um dos mais bem conectados racialistas do mundo” (BELLANT, 1991: 64). Como visto, o CAA havia sido aceito como o novo “Capítulo” da Liga nos EUA, em 1975, durante a VIII Conferência da WACL no Brasil. Na ocasião, o primeiro “Capítulo” da WACL nos EUA, o *American Council for World Freedom* (ACWF), fora expulso da Liga, atacado por uma virulenta

---

<sup>768</sup> Pearson escreveu livros sobre eugenia, “including *Eugenics and Race* and *Race and Civilization* (the latter of which credits Professor Hans F. K. Gunther, a Nazi racial theoretician, for its inspiration). Both books are still [em 1986] sold by the American Nazi Party” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 93). Em 1957, no Reino Unido, Pearson fundou a *Northern League for Pan-Nordic Friendship*, “an umbrella group for historical revisionists, [pseudo]scientific racists, and old Nazis from the ‘Aryan’ nations of the world” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 94). Integraram a *Northern League*, entre outros, Hans F. K. Gunther, e Wilhelm Landig, “a former SS officer”. Migrando para os EUA, Pearson foi “apadrinhado” por Willis Carto, “a historical revisionist (believing the Holocaust to have been a hoax perpetrated by the Jewish-controlled press) and a rabid racist” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 5). Carto designou Pearson como editor da revista de seu grupo *Liberty Lobby*, a *Western Destiny*. Em 1965, Pearson definiu a missão da revista: “‘Western Destiny’s duty remains to carry the message of the true White, Western Culture further afield to more and yet more members of our race. Our race can only survive if we can prevent them [Jews and blacks] from capturing the minds, morals and souls of our children’” (PEARSON *apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986: 289).

campanha antissemita liderada pelos tecos da FEMACO. Em julho de 1975, Pearson visitou o Paraguai, “para discutir insurgências marxistas com o ditador Alfredo Stroessner, líderes militares e civis proeminentes” (BURKE, 2018: 263). Em 1978, com a realização da XI Conferência da Liga nos EUA, organizada pelo *Council of American Affairs* (CAA), Pearson tornar-se-ia presidente da WACL no biênio 1978-79, nazificando e fascistizando a organização, em especial, via EUROWACL<sup>769</sup>.



**Figura 298.** “Senator [sic] Carlo Barbieri Filho, Ambassador Eduardo Z. Romualdez of the Philippines, Congressman Larry McDonald and Dr. Roger Pearson”. FONTE: COUNCIL ON AMERICAN AFFAIRS NEWSLETTER, September 1975, p. 1.

Em sua viagem aos EUA em 1975, Barbieri Filho, enquanto presidente da WACL, esteve acompanhado pelo uruguaio Buenaventura Caviglia Campora (CAA NEWSLETTER, 1975: 1)<sup>770</sup>. O novo “Capítulo” norte-americano da WACL dirigido por Pearson (CAA) organizou uma recepção a Barbieri Filho em Washington, D.C., “com a presença de mais de 120 convidados ilustres”, entre eles, o senador Storm Thurmond e o almirante John S. McCain. “A maioria dos

---

<sup>769</sup> Pearson seria “the man who, as chairman of the World Anti-Communist League in 1978, was responsible for flooding the European League chapters with Nazi sympathizers and former officers of the Nazi SS” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 93).

<sup>770</sup> Caviglia Campora era um tenente-coronel da reserva e advogado que reuniu, em 1958, os remanescentes da Liga Oriental Anticomunista (LOA) em uma nova organização, o *Movimento Nacional para la Defensa de la Libertad* (MONDEL). “O manifesto da MONDEL veio a público no dia 1º de agosto daquele ano e definiu-se pela linha ‘anti-totalitária’ que serviu para a aglutinação de ativistas contra o comunismo” (RIBEIRO, 2018: 252). Caviglia Cámpora foi também autor de *La psicopolítica: verdadera dimensión de la guerra subversiva*, obra que incitava os uruguaiois a cumprirem a missão de “salvar la Patria” com “la lanza de Marte” e com “de Bruto el puñal”: ““Orientales que están dispuestos a sacudir a los indiferentes y a los paralizados, castigar a los corruptos y exterminar implacablemente a los traidores”” (CAVIGLIA CÁMPORA *apud* PADRÓS, 2012: 516).



convidados eram legisladores dos EUA e membros de gabinete, mas a recepção também contou com a presença do Diretor de Inteligência da Defesa dos Estados Unidos, o Chefe da Inteligência para a América do Sul e membros do Corpo Diplomático baseados em Washington” (CAA NEWSLETTER, 1975: 1)<sup>771</sup>.

A viagem de Barbieri Filho aos EUA foi deveras produtiva para o estabelecimento de “valiosos contatos para o fórum e especialmente sua filial latinoamericana” (LÓPEZ, 2016: 308). O brasileiro “desenvolveu novos laços com membros do congresso dos EUA, principalmente do Partido Republicano” e “também cedeu conferências a um grande número de assistentes parlamentares e aprofundou as relações estabelecidas com o Senador Jesse Helms durante o VIII Congresso da WACL” (LÓPEZ, 2016: 309). “Além desses contatos”, o presidente da Liga Mundial Anticomunista “encontrou-se com os Senadores Strom Thurmond e James McClure, o Presidente do Comitê Diretivo do Senado, o Senador James Buckley, congressistas Larry McDonald, Steve Symms, Samuel Stratton, David Satterfiel e outros representantes de alto escalão do povo norte-americano” (LÓPEZ, 2016: 309).

Essa viagem de Barbieri Filho aos EUA o ajudara a “aumentar os laços com ‘organizações preocupadas com os estudos dos problemas relacionados ao comunismo, assim como com a preservação dos Valores Americanos e da liberdade para a humanidade” e, entre essas organizações referidas pelo brasileiro em seu relatório “‘Viaje del presidente de WACL a US’”, estariam “o Instituto de Estudos Intercolegiais, os Filhos da Revolução Americana e o Conselho Americano de Segurança (ASC)” (LÓPEZ, 2016: 309). Como visto, o ASC, presidido pelo ex-agente do FBI John Fisher, era uma das organizações fundadoras do primeiro “Capítulo” norte-americano da WACL, o ACWF. O ASC era, de fato, “o coração do complexo industrial-militar”, também conhecido como “o campus da Guerra Fria” (BELLANT *apud* LÓPEZ, 2016: 300). O historiador Fernando Lopez, fazendo uma observação sobre esse aspecto, destaca que “as conexões

---

<sup>771</sup> O *CAA Newsletter* registrou que “the guest of honor, Visiting President of WACL, Senor Carlo Barbieri Filho, of Brazil, was greeted by Executive Director Dr. Roger Pearson and Council Members Dr. Warren Woodward, Dr. Robert John and Atty. Sam Crutchfield” (CAA NEWSLETTER, 1975: 1). “One well-connected Pearson associate is Sam Crutchfield, who has been the attorney for the racist IAAEE [International Association for the Advancement of Ethnology and Eugenics], for a number of Jesse Helms organization, and for Pearson’s Institute for the Study of Man. In addition to serving on the Editorial Advisory Board of a Pearson publication, Crutchfield, an attorney, set up the Institute for Democracy, Education and Assistance (IDEA) on behalf of Oliver North and his courier, Robert Owen” (BELLANT, 1991: 64).

entre o Conselho Americano de Segurança e a WACL, especialmente a CAL, proliferaram rapidamente após a viagem de Barbieri aos EUA” (LÓPEZ, 2016: 309).

Outra visita de “alto nível” de Barbieri Filho aos “falcões” anticomunistas dos EUA deve ser destacada, todavia. “A visita do Presidente da WACL aos EUA também incluiu um encontro oficial com Jack Maury, assistente do Ministro da Defesa dos EUA” (LÓPEZ, 2016: 310). Que “abra-te, Sésamo” foi esse que conseguiu abrir as portas de um assistente do Ministério da Defesa dos EUA a um jovem dirigente anticomunista brasileiro de 28 anos? Por aqui se nota que, se foi “a pedido do SNI” que se abriram as portas de embaixadas e consulados do Brasil mundo afora a Barbieri Filho, “a pedido de quem” teria o brasileiro presidente da WACL conseguido adentrar no “coração do complexo industrial-militar” dos EUA? Seja como for, ao final de seu informe *Viaje del presidente de WACL a US*, Barbieri Filho “assegurou a todos os capítulos da WACL que usou toda e qualquer oportunidade durante sua visita para enfatizar a urgente ‘ajuda necessária pelas nações cativas... por trás da cortina de ferro, para as repúblicas da China [Taiwan] e Coreia [do Sul]... para o Chile, exemplo de libertação do jugo marxista [e] para a Arábia Saudita...’” (LOPEZ, 2016: 310). Comentando essa viagem de setembro de 1975, o historiador Fernando López reflete sobre as consequências da visita de Barbieri Filho ao “ninho” do complexo industrial-militar dos EUA e aos sobrecitados “falcões” anticomunistas daquele país:

Os novos contatos com o meio anticomunista radical norte-americano foram importantes, especialmente para a (...) RLAR [Direita Radical Latino-Americana]. O aumento dos laços entre a WACL e a Nova Direita dos EUA demonstram que havia vozes dissidentes dentro do Partido Republicano e dos anticomunistas dos EUA em geral tentando minar a política governamental de détente. A viagem de Barbieri também representa uma manifestação concreta desta mudança de ritmo na luta anticomunista global. Sua viagem foi uma resposta direta aos apelos por mais ações feitas no Congresso do Rio . O novo presidente tornou-se diretamente responsável por liderar a WACL para uma nova era proativa e mais agressiva. Ele estabeleceu contatos e alianças que transformariam o fórum em um guarda-chuva de organizações e esquadrões da morte a serviço dos regimes anticomunistas latino-americanos. Barbieri Filho estabeleceu uma nova e importante ponte ligando a RLAR às suas contrapartes em outras partes do mundo, especialmente nos Estados Unidos. A princípio, esta ponte lhes deu uma oportunidade para ajudar ditaduras sul-americanas a mitigar os efeitos do isolamento internacional que vinha como consequência das violações de direitos humanos dos regimes. A partir de 1976, como Anderson e Anderson demonstraram, os elementos mais radicais do capítulo latinoamericano do fórum evoluíram para um braço civil/paramilitar ativo dos regimes Condor (LOPEZ, 2016: 310, grifo meu)

5.13.5. O “outubro europeu” do presidente da WACL e o “abra-te, Sésamo” às embaixadas e consulados do Brasil: “A pedido do SNI”!

No mês de outubro de 1975, Barbieri Filho, na condição de presidente da WACL, viajou freneticamente para inúmeros países da Europa Ocidental. Depois de percorrer a Arábia Saudita e a Turquia em julho, e após visitar o ditador Augusto Pinochet e outros hierarcas da ditadura chilena entre agosto e setembro, o “outubro europeu” de Barbieri Filho seria verdadeiramente produtivo para a gestão brasileira dessas redes anticomunistas globais. O brasileiro de 28 anos percorreu em outubro de 1975 os seguintes países europeus: Grécia, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda, Suécia, Dinamarca, Suíça, Itália e Inglaterra. Um conjunto de telegramas secretos do Itamaraty comprova que, em suas viagens internacionais, Barbieri Filho foi auxiliado pelas embaixadas e consulados do Brasil “**a pedido do SNI**”<sup>772</sup>.

Trata-se, pois, de mais um indício de que o jovem presidente da WACL era, duplamente, o presidente da SEPES e um *asset* do SNI que, conforme recomendação enviada ao ditador Geisel ao final de 1974, no marco do III Congresso da CAL-Secreta realizado na Escola Nacional de Informações (EsNI), sugerira a utilização de uma “entidade fantasma” para o engajamento militar do Brasil no complexo WACL/CAL. Em todas essas viagens internacionais do presidente da WACL, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) instruiu as embaixadas e consulados brasileiros para que auxiliassem Barbieri Filho no que fosse necessário, com informações e com o envio de malas diplomáticas a Brasília. Tudo isso “a pedido do SNI”, o verdadeiro “abra-te, Sésamo” às embaixadas e consulados do Brasil de que se valeu o dirigente anticomunista brasileiro de 28 anos, à época presidente da WACL, para enviar suas “malas diplomáticas” a Brasília.

Dessa forma, reitera-se a evidência de que não foi apenas a SEPES que operou nessa internacionalização do Brasil nas redes anticomunistas da WACL/CAL, mas, secretamente, estiveram em ação agentes da ditadura militar verde-amarela. Como um jovem de 28 anos conseguiria ser recebido e atendido com tanta prontidão por embaixadores e cônsules do Brasil nos países que visitava caso não tivesse contado com a ajuda do Itamaraty concedida “a pedido do SNI”? Também aqui é possível observar que, se a SEPES foi o “Capítulo” ostensivo do complexo WACL/CAL, o SNI foi o seu “Capítulo” secreto. E para isso pode contar com a ajuda imprescindível do Itamaraty que, ainda hoje, guarda a sete chaves uma preciosa documentação sobre o assunto sem, no entanto, disponibilizá-la. Nisso, segue os exemplo dos membros das

---

<sup>772</sup> Esta valiosa documentação foi generosamente cedida pelo jornalista e doutor em Relações Internacionais (RI) Vitor Loureiro Sion, à época integrante da equipe de pesquisa do professor Mathias Spektor, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Forças Armadas do Brasil. Diplomatas e militares teriam muito a dizer sobre o passado dessas operações secretas por dentro do anticomunismo internacional. Porém, arvorados na condição de inamovíveis porta-vozes das razões de Estado, não se pronunciarão também sobre o caso em tela. Cabe à historiografia, assim, trabalhar com o que resta. Até quando?

Seja como for, um memorando confidencial da embaixada do Brasil em Atenas, tendo como assunto a “Liga Anti-Comunista”, datado de 3 de outubro de 1975, rogou “instruções urgentes” a seus superiores do Itamaraty. Isso porque, segundo o embaixador do Brasil na Grécia, Caio Mario Caffé Nascimento, “recebi hoje visita do senhor Carlos Barbieri Filho, acompanhado do senhor Julio Ogasawara e da senhora Ana Maria Stuvén” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 42). Os três emissários da WACL “pediram apoio [da] embaixada para contatos que pretendem manter juntos [a] meios [de] comunicações [na] Grécia. Estranhou o senhor Barbieri não tivesse eu recebido autorização [do] Itamaraty para esta espécie de iniciativa a qual, segundo me afirmou, mereceu aprovação desse Secretariado<sup>773</sup>. Acrescentou ser o assunto do conhecimento dos secretários Otavio Goulart e Jacques Gilbaud com os quais se havia entrevistado em Brasília. Pretendem deixar a Grécia [no] sábado próximo” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 42).

De fato, o brasileiro presidente da WACL tinha razão. O embaixador do Brasil na Grécia já deveria estar a par da situação, uma vez que o Ministério das Relações Exteriores (MRE), em 1º de outubro de 1975, enviara o Telegrama Secreto n.º 193 à embaixada do Brasil em Atenas, instruindo para que se concedesse “Assistência a Brasileiro no Exterior. Carlos Barbieri”. O telegrama ainda esclareceu que “o Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa capital em 2 de outubro próximo, permanecendo até o dia 4. A pedido do SNI, rogo a Vossa Excelência o obséquio de receber o Senhor Barbieri em audiência e prestar-lhe a assistência de que vier a necessitar, bem como a orientação que eventualmente solicite. Caso o referido Senhor tenha alguma correspondência a remeter para Brasília pela mala, Vossa Excelência está autorizado a atendê-lo” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 193, 1975). Assim, como “missão dada é missão cumprida”, em 7 de outubro, o embaixador Nascimento enviaria ao MRE o Telegrama Secreto n.º 374, esclarecendo: “Cumprir instruções. Recebi o Senhor Carlo Barbieri que me solicitou orientação quanto à situação interna da Grécia e contatos na imprensa. Dei-lhe a orientação

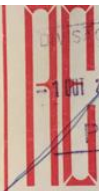
---

<sup>773</sup> Isto é, do Secretariado do Ministério de Relações Exteriores.

solicitada e marquei lhe entrevista com os redatores chefes dos três jornais mais importantes de Atenas. Caio Mario” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 374, 1975).

Da Grécia, o presidente da WACL Barbieri Filho, acompanhado pelos dirigentes da SEPES Julio Ogasawara e Ana Maria Stuvan, como se verá, uma chilena “muito especial”, viajou para a capital da Áustria. Em Viena, também ali, o MRE instruíra a embaixado Brasil, por meio do Telegrama n.º 413, de 1º de outubro de 1975, para que auxiliasse o jovem dirigente anticomunista. Destacou ainda que “o Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa capital em 5 de outubro próximo, permanecendo até o dia 7. **A pedido do SNI, rogo a Vossa Excelência o obséquio de receber o Senhor Barbieri em audiência e prestar-lhe a assistência de que vier a necessitar, bem como a orientação que eventualmente solicite.** Caso o referido Senhor tenha alguma correspondência para remeter para Brasília pela mala, Vossa Excelência está autorizado a atendê-lo” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 413, 1975, grifo meu).

O mesmo comando seria emitido pelo MRE, sempre “a pedido do SNI”, para as representações diplomáticas brasileiras em Munique, Bonn e Frankfurt, na Alemanha Ocidental. O Telegrama Secreto n.º 266, de 1º de outubro, foi enviado pelo MRE ao Consulado Geral do Brasil em Munique, requerendo “Assistência a brasileiro no exterior”: “O senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa cidade em 8 de outubro próximo, permaneça até o dia 10” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 226, 1975). Contudo, o MRE acabaria por emitir outra ordem ao consulado em Munique, via Telegrama n.º 274, de 9 de outubro de 1975, desdizendo o que dissera o Telegrama n.º 266. A nova orientação indicou ao cônsul brasileiro em Munique que “**Vossa Senhoria deverá esquivar-se, alegando compromisso anteriormente assumido. Não obstante, deixo a seu critério a designação de funcionário para assessorar o Senhor Barbieri durante a conferência.** EXTERIORES” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 274, 1975, grifo no original).

<div style="text-align: center;">  <p>MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÃO TELEGRAMAS</p> <p>22125 08492 URGENTE 55/10</p> <p>PROTOCOLO</p> <p>MINUTA DE TELEGRAMA</p> </div>	Para	CONSULADO-GERAL EM MUNIQUE	
	Caráter	SECRETO-EXCLUSIVO	Distribuição G/
	Índice	Assistência a brasileiro no exterior. Carlos Barbieri.	
	Classificação	Número	266
		Data	1º.10.75
<p>O Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa cidade em 8 de outubro próximo, permanecendo até o dia 10. A pedido do SNI, rogo a Vossa Senhoria o obséquio de receber o Senhor Barbieri em audiência e prestar-lhe a assistência de que vier a necessitar, bem como/a orientação que eventualmente solicite. Caso o referido Senhor tenha alguma correspondência para remeter para Brasília pela mala, Vossa Senhoria está autorizado a atendê-lo.</p> <p style="text-align: right;">Aut. [Signature]</p>			
EXTERIORES			

**Figura 299.** FONTE: MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 226, 1975.

A seu turno, o Telegrama Secreto n.º 707, de 1º de outubro, enviado pelo MRE à Embaixada do Brasil em Bonn, solicitou igualmente “Assistência a Brasileiro no Exterior”, destacando que “o Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa capital por volta de 8 de outubro vindouro, permanecendo cerca de três dias. A pedido do SNI, rogo a Vossa Excelência receber o Senhor Barbieri em audiência e prestar-lhe a assistência de que vier a necessitar, bem como a orientação que eventualmente solicite. Caso o referido Senhor tenha alguma correspondência para remeter para Brasília pela mala [diplomática], Vossa Excelência está autorizado a atendê-lo” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 707, 1975). Já o Telegrama Secreto n.º 224, de 1º de outubro, endereçado ao Consulado Geral do Brasil em Frankfurt, esclareceu ao cônsul brasileiro que “o Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa cidade em 10 de outubro vindouro, seguindo no mesmo dia para Bruxelas” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 224, 1975).

Sem ser possível confirmar, precisamente, se o *tour* europeu do Presidente da WACL cumpriu à risca o que dispôs o conjunto de telegramas secretos do Itamaraty, o certo é que eles anteciperam o itinerário de Barbieri Filho em suas viagens à Europa em outubro de 1975. Eis que, pelo Telegrama Secreto n.º 219, de 1º de outubro, o MRE informou a embaixada do Brasil em Bruxelas que “o Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa capital a 12 de outubro vindouro,

permanecendo até o dia 13” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 219, 1975)<sup>774</sup>. O Telegrama Secreto n.º 225 do MRE, de 17 de outubro, reforçou junto à Embaixada brasileira em Bruxelas que, “a pedido do SNI, Vossa Excelência está autorizada a atender à solicitação que lhe fez o Senhor Carlos Barbieri” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 225, 1975).

Também o Telegrama Secreto n.º 279, de 1º de outubro, dirigiu-se à embaixada do Brasil em Haia, capital dos Países Baixos, com o mesmo pedido<sup>775</sup>. Já o Telegrama Secreto n.º 250, de 1º de outubro, foi enviado pelo MRE à embaixada do Brasil de Estocolmo, capital da Suécia, requerendo a mesmíssima “Assistência a Brasileiro no Exterior”, especificando que “o Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa capital no dia 15 de outubro vindouro, permanecendo até o dia 17” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 250, 1975). O Telegrama Secreto n.º 198, de 1º de outubro, foi enviado pelo Itamaraty à embaixada do Brasil em Copenhaga, capital da Dinamarca, requerendo a mesma “Assistência a Brasileiro no Exterior. Carlos Barbieri”, indicando que “o Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa capital no dia 17 de outubro vindouro, permanecendo até o dia 20” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 198, 1975). Outro Telegrama Secreto do MRE, de 20 de outubro, requereu “Assistência a Brasileira no Exterior. Senhor Carlos Barbieri”, informando que “correspondência foi remetida à Secr[etaria de] Estado em nome do Conselheiro Octavio Goulart, com mala guia 78, de 16 do corrente. Jorge Silva” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º[?], 1975).

O Telegrama Secreto n.º 1118 do MRE, de 1º de outubro, requereu ainda à embaixada do Brasil em Londres “Assistência a Brasileiro no Exterior” e, além de enviar o mesmo comando diplomático, informou que “o Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa capital no dia 20 de outubro próximo, permanecendo até o dia 24” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 1118, 1975). Finalmente, outro telegrama secreto do MRE requereu à delegação diplomática do Brasil em Genebra, na Suíça, que prestasse a mesmíssima “Assistência a brasileiro no Exterior”,

---

<sup>774</sup> “A pedido do SNI, rogo a Vossa Senhoria o obséquio de receber o Senhor Barbieri em audiência e prestar-lhe a assistência de que vier a necessitar, bem como a orientação que eventualmente solicite. Caso o referido Senhor tenha alguma correspondência para remeter para Brasília pela mala, Vossa Senhoria está autorizado a atendê-lo” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 219, 1975).

<sup>775</sup> “Assistência a Brasileiro no Exterior. O Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa capital por volta de 13 de outubro vindouro, permanecendo dois dias. A pedido do SNI, rogo a Vossa Senhoria o obséquio de receber o Senhor Barbieri em audiência e prestar-lhe a assistência de que vier a necessitar, bem como a orientação que eventualmente solicite. Caso o referido Senhor tenha alguma correspondência para remeter para Brasília pela mala, Vossa Senhoria está autorizado a atendê-lo” (MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 279, 1975).

esclarecendo que “o Senhor Carlos Barbieri deverá chegar a essa cidade dia 24 de outubro próximo, permanecendo até o dia 27” (MRE/TELEGRAMA SECRETNO n.º [?], 1975).

Tudo, portanto, “a pedido do SNI”, que provavelmente teleguiou o jovem brasileiro presidente da WACL em suas viagens internacionais. Barbieri Filho, assim, servindo de gestor da SEPES e da WACL, ao que tudo indica, serviu também na cogestão dos militares brasileiros do SNI dentro do movimento anticomunista internacional. Por último, mais um telegrama secreto do consulado do Brasil em Rotterdam, na Holanda, enviado ao MRE, a 31 de outubro, sob a epígrafe “Missão Especial. Carlos Barbieri”, apresentou como subscritor um provável diplomata apenas identificado como Lorenzo, que escreveu solicitando informações a seus superiores no Brasil: “Rogo informar com urgência sobre qual missão especial [é] atribuída [a] Carlos Barbieri, e qual assistência devida” (CONSUBRAROTTERDAM/TELEGRAMA SECRETNO n.º [?], 1975).

#### *5.13.6. Alemanha Ocidental, 1975: no túmulo de Stepan Bandera, um tributo ao Providnyk da extrema-direita filonazista da Ucrânia*

Entre 14 e 16 de novembro de 1975, em Munique, Alemanha Ocidental, foi realizada uma conferência do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) e de sua organização-irmã, o *European Freedom Council* (EFC). Como visto, o EFC era composto não apenas pelos ex-colaboradores nazistas do leste europeu, mas também por “ex” nazistas alemães como Alfred Gielen (funcionário sênior do *Anti-Komintern*) e Theodor Oberlander (ex-diretor político do batalhão misto ucraniano-alemão *Nachtigall*). A edição de novembro/dezembro de 1975 da *Correspondência do ABN* foi dedicada à conferência conjunta do ABN e do EFC. Além do registro de seus debates e resoluções, inúmeras fotografias foram publicadas nessa edição do boletim do ABN. Uma delas, por exemplo, registrou o criminoso de guerra e ex-colaborador nazista da Ucrânia Yaroslav Stetsko, presidente do ABN, ao lado de Donald Martin, como visto, um australiano antissemita radicado na Inglaterra e dirigente da Liga Britânica dos Direitos, o segundo “Capítulo” da WACL na Inglaterra (ABN, 1975, v. XXVI, n.º 6, p. 2). Na ocasião, Martin fora eleito diretor executivo do EFC. Outro criminoso de guerra, ex-colaborador nazista e dirigente do ABN, o coronel bielorrusso Dimitry Kosmowicz, também participou da conferência em questão em Munique. Como visto, Martin, Stetsko e Kosmowicz tinham participado, no Brasil, da VIII Conferência da WACL de 1975.



Na conferência conjunta do ABN/EFC de outubro do mesmo ano também participou outro criminoso de guerra, ex-colaborador nazista e dirigente do ABN, o búlgaro Dimiter Waltscheff. Apresentado então como um “antigo secretário de Estado búlgaro”, Waltscheff servira, durante a II Guerra Mundial, como “um agente de inteligência alemão” (BELLANT, 1991: 7). Igualmente participou da conferência em questão um alto dirigente da Guarda de Ferro romena, criminoso de guerra e ex-colaborador nazista, Basil Mailat, integrante do ABN. O antigo funcionário sênior do *Anti-Komintern* do III Reich, Alfred Gielen, à época dirigente internacional do CIAS e membro do EFC, também tomou parte da conferência antibolchevique de Munique, à qual compareceram ainda um cubano anticomunista e um mexicano anticomunista, respectivamente, Felipe San Garcia e Martha Gil.

Todavia, mais importante do que detalhar o *Quem-é-quem* dessa Conferência do ABN e do EFC de novembro de 1975, importa salientar uma efeméride celebrada no marco desse evento. Tratou-se de uma visita feita por uma delegação de conferencistas ao túmulo do principal “herói” do ultranacionalismo ucraniano que, antes e durante a II Guerra Mundial, lutou ao lado do III Reich nazista, isto é, o *Providnyk* Stepan Bandera, “líder da luta revolucionária ucraniana pela libertação nacional que foi assassinado por Moscou” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º 6, p. 8)<sup>776</sup>. Uma delegação formada em Munique, e integrada pelos conferencistas “Dr. F. Tevetoglu (Turquia), Donald Martin (Grã Bretanha), B. Haggman (Suécia), Felipe San Garcia (Cuba), Martha Gil (México), Dr. B. Mailat (Romênia), Dr. B. Hayit (Turquestão) e Y. Stetsko”, “depositou a coroa em nome de todos os participantes das Conferências da EFC e da ABN. Eles saudaram e comemoraram Stepan Bandera. Letras douradas foram inscritas na faixa azul com os dizeres ‘Para uma grande herói lutando pela liberdade – Conferências EFC e ABN’” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º 6, p. 8).

Isto é, o principal líder (*Providnyk*) do ultranacionalismo ucraniano, Stepan Bandera, um antigo colaborador nazista, foi saudado como “herói” em Munique, em novembro de 1975, pelos dirigentes do ABN/EFC e por seus aliados da Liga Mundial Anticomunista. Entre estes, provavelmente, contou-se com a presença do brasileiro presidente da WACL Barbieri Filho. Embora o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tenha informado o Consulado Geral que Barbieri Filho chegaria a Munique em 8 de outubro, não seria possível que o brasileiro tenha estendido sua estada na cidade para participar da Conferência conjunta do ABN/EFC?

---

<sup>776</sup> Para os crimes de lesa humanidade de S. Bandera e Y. Stetsko, cf. CAPÍTULO 1.



**Figura 300.** À esquerda da cruz sobre o túmulo do *Providnyk* Stepan Bandera, a chilena da SEPES Ana Maria Stuyen; à direita da cruz, Barbieri Filho (de óculos escuros) e Yaroslav Stetsko. FONTE: ABN, 1975, v. XXVI, n.º 6, p. 35.

Ou seria um mero acaso que referida edição da *Correspondência do ABN* publicara, na cobertura da reunião do ABN/EFC, uma fotografia acompanhada com a legenda “**Delegação da WACL com o Presidente Barbieri Filho depositando a coroa de flores no túmulo de S. Bandera**” (ABN, 1975, v. XXVI, n.º 6, p. 35)? Ou seja, se os participantes da Conferência do ABN/EFC prestaram sua homenagem ao *Providnyk* Stepan Bandera, o principal líder do colaboracionismo nazista ucraniano, e se a *Correspondência do ABN* registrara em foto a “delegação da WACL com o Presidente Barbieri Filho depositando a coroa de flores no túmulo de S. Bandera”, supõe-se que o brasileiro em questão participou da Conferência do ABN/EFC, em Munique, correto? Na fotografia publicada pelo boletim oficial do ABN, o brasileiro presidente da WACL posou ao lado do antigo lugar-tenente de Bandera, Yaroslav Stetsko, o presidente vitalício do ABN. Fotografou-se, igualmente, a “misteriosa” Ana Maria Stuyen, dirigente chilena da SEPES. Enfim, na referida edição da *Correspondência do ABN*, publicou-se a “Mensagem do Dr. Carlo Barbieri Filho, Presidente da Liga Mundial Anticomunista, às Conferências do ABN e do Conselho Europeu da Liberdade [EFC]”, na qual se pode ler:

É um prazer e uma honra para esta presidência da Liga Mundial Anticomunista dirigir-se aos organizadores e participantes da Conferência do Conselho Europeu pela Liberdade e

Bloco de Nações Antibolchevique. Neste difícil momento quando uma falsa détente culminou com a Conferência de Helsinque, onde cara a cara autoridades do mundo livre e do mundo escravizado encontraram-se para aceitar a invasão da Europa Oriental e dos chamados países satélite e a escravização das nações dentro da União Soviética, nossos esforços devem ser reforçados para evitar mais traições. Neste momento difícil, este encontro acaba por ser especialmente importante. Helsinque foi uma vitória para o comunismo e, se não aplicarmos os pontos que se referem aos compromissos aceites pela União Soviética, o destino do mundo ocidental será definitivamente selado. Livre circulação de homens e ideias. Este importante ponto incluído na chamada Terceira Cesta do Acordo de Helsinque constitui a única posição positiva, caso seja implementada na União Soviética. Mas, como é possível falar com os comunistas sobre livre circulação de homens e ideias se sua ideologia, por princípio, é baseada na escravização de seus povos por um Estado todo-poderoso? (...) **A única maneira possível de se obter liberdade para os povos e nações escravizados é através da força e não através de concessões, disfarçadas de détente ou de coexistência pacífica. Devemos lembrar que concessões feitas pelo ocidente são passos em direção à vitória para os comunistas.** A Presidência da WACL espera e reza para que esta reunião seja dominada por um espírito de unidade baseado em ideias comuns; que a partir de suas discussões, meios e formas tornem-se evidentes de como combater nestes tempos difíceis. **Lembrem-se que as esperanças de milhões de pessoas escravizadas estão depositadas em nós. Somos nós, no ocidente, que devemos fornecer ajuda para a libertação do comunismo e a restauração da independência nacional. Somos também nós, no ocidente, que seremos responsáveis se eles forem completamente subjugados.** Carlo Barbieri Filho. 4, novembro, 1975 (ABN, 1975, v. XXVI, n.º 6, p. 26, grifo meu)

#### *5.13.7. Japão, 1975: o presidente da WACL na embaixada do Brasil e na XXI Conferência da APACL*

Em dezembro de 1975, seria a hora e a vez do brasileiro presidente da WACL viajar para a Ásia. Isso porque o organismo regional da WACL na Ásia, a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL) – organização fundada em 1954 que, entre 1966-67, serviria de núcleo fundador da Liga Mundial Anticomunista – celebraria sua XXI Conferência anual no Japão. Depois da XXI Conferência da APACL, pré-agendada para início de setembro em Tóquio, o Conselho Executivo da WACL reuniu-se em Seul para organizar os preparativos da IX Conferência wacliana que, como visto, seria realizada na Coreia do Sul. Barbieri Filho, na condição de presidente da WACL, participaria da XXI Conferência da WACL em Tóquio e da reunião dos executivos waclianos em dezembro de 1975. Na viagem à Ásia, novamente, voltou a se repetir o padrão de ajuda do Itamaraty ao jovem dirigente anticomunista brasileiro.

O “abra-te, Sésamo” das portas das embaixadas e consulados do Brasil seria dado, mais uma vez, “a pedido do SNI”. Assim que o Telegrama Secreto n.º 28 do MRE, de 4 de dezembro de 1975, foi enviado ao consulado do Brasil em Hong Kong, esclarecendo-se ao cônsul brasileiro

que “deverá chegar a essa cidade em 18 do corrente o Senhor Carlo Barbieri – com estada prevista até o dia 19. **A pedido do SNI, agradeceria recebê-lo em audiência e prestar-lhe a assistência que vier a solicitar**” (MRE, TELEGRAMA SECRETO n.º 28, 1975, grifo meu). Não se sabe se o brasileiro presidente da WACL, depois de passar pelo Japão e Coreia do Sul, fora ou não a Hong Kong, uma vez que o cônsul brasileiro, no Telegrama Secreto n.º 377, de 30 de dezembro, informou o seguinte ao MRE sobre referido requerimento de “Assistência a Brasileiro”: “O Senhor Carlo Barbieri não procurou esta repartição. Ronsmall” (CONSBRASHONG KONG, TELEGRAMA SECRETO n.º 377, 1975). Contudo, antes de se analisar o discurso proferido pelo brasileiro presidente da WACL na XXI Conferência da APACL no Japão, importa destacar que, de acordo com o Telegrama Secreto n.º 1116 da embaixada do Brasil em Tóquio endereçado à Secretaria de Estado do MRE, o embaixador brasileiro na capital japonesa informou a seus superiores de Brasília:

Conforme suas instruções, recebi hoje o Senhor Carlo Barbieri e prestei-lhe as informações que nos solicitou de referência a ser Tóquio a estação transmissora de material destinado à catequização da colônia coreana no Brasil na linha dos interesses de Pyongyang e outrossim **quanto à existência de focos anti-brasileiros no Japão ligados eventualmente às centrais europeias de subversão e terrorismo**. Em substância, referi-lhe que o material de propaganda chegado ao Brasil para o trabalho de aliciamento da colônia coreana poderia estar usando Tóquio como posto de ‘relay’, mas ação seria gerada originalmente na Coreia do Norte. **Com efeito, dada a vigilância severa e estrita dos órgãos de segurança nipônicos seria improvável que esta capital fosse centro difusor de tal material à semelhança do que ocorre na Europa com Praga e algumas capitais ocidentais**. Uma prova dessa presunção estaria no fato de que o Exército Vermelho, embora ativo na Europa, reduz-se no Japão a uma atividade simbólica e irrelevante. **Quanto à existência de centros com caráter anti-brasileiros ligados a centrais de subversão e terrorismo na Europa, desconhecia qualquer sinal a respeito**. Há é certo uma difusão de notícias na imprensa nipônica transmitidas pelas agências telegráficas. Todavia a divulgação dessas notícias não tem repercussão sob a forma de comentários ou artigos na ‘mass media’ deste país. É possível que investigações especializadas possam revelar em gestação ou sob formas dissimuladas movimentos anti-brasileiros não visíveis ao observador comum (BRASEMBTÓQUIO, TELEGRAMA SECRETO n.º 1116, 1975, grifo meu)

O embaixador brasileiro em Tóquio ainda informou a seus superiores no Brasil que o presidente da WACL se encontraria com o representante militar brasileiro no Japão: “**Amanhã o Senhor Barbieri encontrar-se-á com o Adido das Forças Armadas que dará seus esclarecimentos no seu setor, podendo os por em contato eventualmente se for o caso com os serviços de segurança nipônicos para indagações maiores a respeito daqueles tópicos. Valente**” (BRASEMBTÓQUIO, TELEGRAMA SECRETO n.º 1116, 1975, grifo meu). Isto é, se

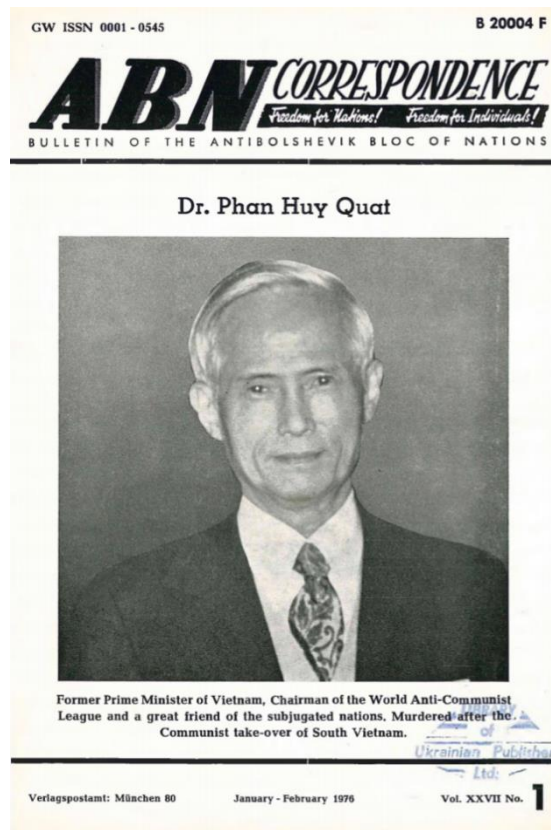
Barbieri Filho tinha livre trânsito em embaixadas e consulados do Brasil mundo afora “a pedido do SNI”, a partir daqui é possível inferir que ele também deve ter se encontrado, nessas viagens, com os adidos militares daqueles órgãos diplomáticos do Estado brasileiro. Uma façanha e tanto para alguém que, à época, contava com 28 anos, não? Pontue-se que no Sistema Condor, no marco dessa pactuação “antissubversiva” das ditaduras militares da América do Sul, os adidos militares estrategicamente lotados nas embaixadas e consulados nacionais foram essenciais para a coordenação repressiva anticomunista transnacional. Quanto não poderia ser esclarecido dessas operações secretas “antissubversivas” se militares e diplomatas outrora acumpliciados nessa coordenação repressiva transnacional pudessem e/ou quisessem falar! Seja como for, é de se supor que, também no “outubro europeu” do brasileiro presidente da WACL, que teve as portas de embaixadas e consulados do Brasil abertos “a pedido do SNI”, também tenha se entrevistado com os adidos militares travestidos de “diplomatas”? O certo é que o embaixador do Brasil em Tóquio, identificado apenas como Valente, enviou mais um telegrama secreto a sua chefia em Brasília, sob o tema “Assistência a Brasileiro. Senhor Carlo Barbieri”. Assim que, no Telegrama Secreto n.º 1129, de 12 de dezembro, o embaixador do Brasil no Japão escreveu ao Itamaraty:

Esclareço que o Senhor Carlo Barbieri compareceu à Embaixada na companhia do Senhor **Pedro Paulo [Angrisani] Gomes. Declarou-se na ocasião desejar entregar a esta Missão documentos a serem encaminhados ao Conselheiro Octavio José de Almeida Goulart, o que foi feito ontem por intermédio do Senhor Julio Ogasawara, que afirmou-me haver acompanhado o Senhor Carlo Barbieri em sua viagem ao Japão. Adiantou-se ainda que o último viajaria dia 11 do corrente para Seul, ao passo que ele, Ogasawara, regressaria hoje ao Brasil. Os documentos contidos em quatro pacotes seguiram nesta data para Brasília, via Rio, Varig Vôo 831, em duas malas diplomáticas extraordinárias, de números 3 (Guia 50/2) e 240 (Guia 50/1), cujo recebimento agradeceria acusar tão logo a documentação citada chegue às mãos do Conselheiro Goulart. Quanto à parte final do telegrama secreto acima mencionado, comunico a Vossa Excelência que o Adido das Forças Armadas também entrevistou-se com o Senhor Carlo Barbieri. Valente (BRASEMBTÓQUIO, TELEGRAMA SECRETO n.º 1129, 1975, grifo meu)**

Nota-se, pois, que Barbieri Filho não viajou sozinho em seu *tour* asiático enquanto presidente da WACL. Ele teve alguns “companheiros de viagem”. Como visto, o membro da SEPES Julio Ogasawara já havia acompanhado o brasileiro presidente da WACL, ao lado da chilena Ana Maria Stiven, em seu “outubro europeu” de 1975. O primeiro também viajaria ao Japão em dezembro daquele ano, então acompanhado de Pedro Paulo Agrasinaí Gomes que, como visto, era um “velho” companheiro de Barbieri Filho na militância secundarista do pré-1964 no

Centro Latinoamericano de Coordenação Estudantil (CLACE), um biombo contra a esquerda estudantil montado pelo DEOPS paulista e vinculada ao espião internacional Wladimir Lodygensky. Esses adolescentes dirigentes do CLACE em 1962, como se pode observar, seriam os jovens dirigentes da SEPES e, mais importante, da Liga Mundial Anticomunista em meados de 1970. Como dito também, durante a VIII Conferência da WACL de abril de 1975 no Brasil Pedro Paulo Angrisani Gomes fora designado presidente da WYACL, o braço juvenil da Liga Mundial Anticomunista. Uma façanha e tanto para esses jovens dirigentes anticomunistas brasileiros, não?

Propriamente cumprindo o figurino público de sua visita ao Japão, o brasileiro presidente da WACL discursou na XXI Conferência da APACL em Tóquio. E o clima estava “pesado” para os anticomunistas ali reunidos, já que um “companheiro de viagem”, ele próprio um ex-presidente da WACL, acabara de ser assassinado pelos comunistas vietnamitas. A capa da edição da *Correspondência do ABN* que realizou a cobertura da XXI Conferência da APACL, por exemplo, publicou uma enorme foto do finado “Dr. **Phan Huy Quat**”, com a seguinte legenda: “Ex-Primeiro-Ministro do Vietnã, Presidente da Liga Mundial Anticomunista e grande amigo das nações subjugadas. Assassinado após a tomada comunista do Vietnã do Sul” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, *capa*).



**Figura 301.** “Dr. Phan Huy Quat”. FONTE: ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, *capa*.

Foi nessa mesma edição do boletim oficial do ABN que se reproduziu na íntegra o discurso proferido por Barbieri Filho na XXI Conerência da APACL em Tóquio. Como se poderia supor, em sua intervenção, a derrota anticomunista na Guerra do Vietnã constituiu o cerne das preocupações do complexo WACL/APACL. Intitulada “Para a intensificação de ações”, o discurso de Barbieri Filho na XXI Conferência da APACL começou com uma crítica ao papel dos EUA na derrota da Guerra do Vietnã. Aquele país, “sobre o qual muitas de nossas esperanças foram depositadas em matéria de defesa da Ásia e do mundo livre”, salientou o presidente da Liga, “assumiu nos últimos anos uma posição de rendição em relação ao inimigo [comunista] que está agora infiltrado dentro de suas próprias estruturas” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 3). “A última guerra mundial, vencida pelos soviéticos, demonstrou onde nosso inimigo realmente está” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 3). Enquanto “pessoas bem inspiradas” tinham compreendido a necessidade de combater o comunismo, uma vez mantida essa posição, “o mundo livre pode lutar

por seu próprio desenvolvimento, confiante de que alguém estava defendendo suas posições”, isto é, os EUA.

Porém, “inspiradas por pessoas e organizações obscuras”, as coisas teriam desandado com o surgimento da política de *coexistência pacífica* e da *détente* com os comunistas. E o que teria acontecido desde então? O Vietnã teria perdido a guerra, o Camboja teria se transformado no “inferno da Ásia” e muitos países estariam fadados a serem conquistados pelo comunismo, “se eles não confiarem em si e em seus verdadeiros aliados”. Nesse cenário, a importância do Japão deveria ser exaltada, segundo Barbieri Filho, já que **“os Estados Unidos nos abandonaram sozinhos e, em muitos casos, nos entregaram nas mãos de nosso inimigo. O Sr. Kissinger e sua política de détente constituem a mão invisível do comunismo”** (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 3, grifo meu). A *détente* do secretário de Estado de Richard Nixon, Henry Kissinger, e dos demais “traidores” norte-americanos da causa do anticomunismo, estariam operando, pois, como *a mão invisível do comunismo*. Todos eles teriam facilitado as coisas para “nossos invasores” por meio de concessões diplomáticas aos comunistas. A Ásia, naquele momento “um continente mártir”, seria “a vítima de todos esses tipos de traições dos últimos anos” e, enfim, “a área perdida pelos anticomunistas” seria “difícil de ser reconquistada”.

Todavia, com “a consciência da defesa e dos princípios táticos de ação”, seria possível reconquistar o território perdido aos comunistas e, segundo Barbieri Filho, o exemplo do Japão, reconstruído depois da II Guerra Mundial, deveria inspirar os participantes da XXI Conferência da APACL. Se, de um lado, seria imprescindível assegurar à defesa nacional um conjunto de materiais e matérias-primas básicas, também seria fundamental, para “evitar a penetração marxista”, empreender “uma luta ideológica” baseada “na união em todas áreas daqueles países que lutam pelos mesmos objetivos” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 4). Se todos os anticomunistas reunidos na XXI Conferência da APACL eram contrários ao “financiamento do comunismo pelo Ocidente”, também deveriam estar conscientes de que “nenhuma vitória será atingida lutando-se com palavras” apenas e, por isso, seriam necessárias alianças “na defesa de pontos estratégicos”. Todavia, a “segurança” só estaria propriamente garantida se essas alianças estiverem “baseadas em uma unidade de ideias”, isto é, atenta à *guerra ideológica*. Em resumo, defendeu Barbieri Filho no Japão, em dezembro de 1975, que:

Temos que reformular nossas posições, encontrar nossos verdadeiros aliados e fortalecer nossas próprias estruturas. Nossa juventude deve ser formada ideologicamente, nossas



empresas devem ser politicamente assessoradas, nossas Forças Armadas devem ser treinadas para entender que guerras não são travadas apenas com armas e que podem ser invadidas hoje por um grande exército: a penetração comunista nas mentes dos soldados (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 4, grifo meu)

A “infiltração” ideológica entre os soldados, então, seria a grande arma comunista contra a qual as Forças Armadas deveriam estar preparadas para compreender. Segundo o brasileiro presidente da WACL, a derrota dos anticomunistas na Guerra do Vietnã e no Camboja teria sido fruto das “elegantes mesas [de negociação] norte-americanas e francesas”. Em suma, a derrota seria resultado de mesas de negociações diplomáticas em Washington, D.C., e Paris. Teria sido a diplomacia *soft* com o comunismo que traíra a causa anticomunista na antiga Indochina francesa. Contudo, a luta diária de vietnamitas, cambodianos, chineses e das “nações subjugadas na União Soviética” demonstraria que ainda haveria, apesar de todas as derrotas, “um raio de esperança em nosso horizonte”. Mas essa “esperança” precisaria ser realimentada pelas pressões do “mundo livre” para ser transformada, efetivamente, em “uma chance de recuperação de parte daquilo que foi perdido” aos comunistas (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, pp. 4-5).

Enfim, arrematou Barbieri Filho, a experiência da América Latina poderia servir como um “raio de esperança” anticomunista à Ásia. Isso porque, “quinze anos atrás, nosso continente [latinoamericano] era dado como perdido por aqueles democratas que choravam e não faziam nada para nos defender. Hoje eu posso lhes dizer com orgulho”, garantiu o brasileiro presidente da WACL, “que depois da maior parte de nossos países ter passado por uma experiência marxista, eles, por si próprios, alteraram o caminho desse destino maquiavélico” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 5). Esses países da América Latina, inclusive, lutando “por seu desenvolvimento”, estariam **“sofrendo as piores pressões do Sr. Kissinger e do Sr. Kennedy, que nunca aceitaram o fato de que o comunismo perdera outra colônia em nosso continente”** (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 5, grifo meu). Nessa alucinação anticomunista de Barbieri Filho e da WACL, portanto, Kissinger representaria a *mão invisível do comunismo*. Encerrando seu discurso à XXI Conferência da APACL, o brasileiro presidente da WACL conclamou seus pares à ação anticomunista conjunta:

A Liga Mundial Anticomunista tem de intensificar sua ação. Temos de nos encontrar para discutir, mas a vitória não será alcançada em uma sala do congresso. Embora a Liga Mundial Anticomunista seja forte aqui, é ainda fraca em muitas partes do mundo. Visitei a maior parte destes países levando a voz do anticomunismo e a voz da nossa organização. Senti a solidão na qual temos que lutar. Quando vejo todos vocês aqui, como em outras conferências, não me sinto mais sozinho, mas o sentimento importante é para aqueles que estão sacrificando a si mesmos e arriscando suas próprias vidas. Somos nós, cada um de

nós, que deve assumir este importante desafio. Temos de justificar as vidas dos nossos mártires, temos que lutar. Estejamos confiantes de que a vitória final será nossa (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 5, grifo meu)

#### 5.13.8. *Coreia do Sul, 1975: reunião do Conselho Executivo da WACL*

Terminada a XXI Conferência da APACL, Barbieri Filho participaria, entre 12 e 13 de dezembro de 1975, da Reunião do Conselho Executivo da WACL em Seul, capital da Coreia do Sul. Ali, os executivos waclianos trataram dos preparativos da conferência anual subsequente da Liga, isto é, a IX Conferência da WACL de 1976. Mais do que abordar todos temas e discussões de referida reunião, deve-se atentar, por ora, para o tópico do “Comunicado Conjunto” emitido pelo Conselho Executivo da WACL referente à luta anticomunista na América Latina. Entre outros assuntos, exaltaram-se os “bem-sucedidos movimentos anticomunistas no Chile” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 38), justamente, no momento em que se formalizava a Operação Condor, uma aliança “antissubversiva” entre as ditaduras militares da América do Sul. É verdade que, em um de seus tópicos, o Comunicado Conjunto exaltou, de maneira geral, os “galantes esforços anticomunistas latinoamericanos”, externando a satisfação da WACL “pelo constante aumento da vigilância anticomunista por parte das nações e povos livres da América Latina e por seus esforços de fortalecer a unidade anticomunista” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, pp. 39-40).

O Comunicado Conjunto garantiu o “forte apoio” da WACL à “política anticomunista do Chile”, conclamando para que “os latinoamericanos no geral sejam encorajados a estabelecerem uma aliança regional anticomunista para o aumento da liberdade, independência, progresso e prosperidade” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 40). Ainda nesse tópico, o Comunicado Final da Reunião do Conselho Executivo da WACL garantiu que a América Latina continuaria a enfrentar as “agressões permanentes dos russos soviéticos, dos maoístas e dos trotskistas”, assim como “o sério problema” da pressão exercida por “certos círculos influentes no Congresso e no Departamento de Estado dos EUA” que estariam aplicando “a política de détente à América Latina para salvaguardar o regime tirânico de Fidel Castro em Cuba”, precisamente quando ele aumentaria “sua capacidade de lançar guerrilhas subversivas na América Latina, na África e em outras regiões do mundo” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 40).

“Esse perigo”, contudo, estaria “sendo enfrentado, de maneira bem sucedida até agora, pela aliança crescente das forças anticomunistas que a Confederação Anticomunista

Latinoamericana [CAL] representa e encoraja” (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 1, p. 40). A WACL, portanto, saudou assim o incremento das conexões repressivas sul-americanas que estavam sendo formalizadas, naquele exato momento, no Sistema Condor e que encontrou na CAL um de seus protótipos e, depois, um de seus cogestores (cf. APÊNDICE).

#### *5.14. O Centro de Documentação Política (CEDOP) da SEPES e sua coordenadora chilena*

Seja como for, também no último mês de 1975, a SEPES, cujo presidente à época também cumulava a presidência da Liga Mundial Anticomunista, criaria um órgão todo especial. Isso porque, “em dezembro de 1975”, Barbieri Filho, “na qualidade de presidente da SEPES, criou o **CEDOP – Centro de Documentação Política**, o qual tem a finalidade de concentrar, arquivar, estudar, analisar e difundir informações sobre política, especialmente sobre táticas, manobras e avanço do comunismo no campo nacional e internacional” (APESP: SSP.DEOPS.SOI.Pasta18.Doc.10, p. 8, grifo meu). O próprio Barbieri Filho, presidente da WACL e da SEPES, informou a comunidade de informações da ditadura militar brasileira que, no último mês de 1975, “fica constituído nesta cidade de São Paulo, com endereço supra o **Centro de Documentação Política – CEDOP**, com o incentivo e apoio da SEPES – Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, que cumprirá as seguintes finalidade”:

1. Selecionar, arquivar, classificar, analisar, conservar e disseminar informações sobre ciências sociais em geral e política especificamente.
2. **Colocar o Centro de Documentação Política [CEDOP] ao alcance das organizações e pessoas interessadas.**
3. Manter a biblioteca básica para consulta e estudos de ciência política.
4. Proporcionar os dados necessários através de resumos, traduções e reprografia para elaboração de boletins, periódicos e outras publicações.
5. Utilizar os contatos que mantemos com os meios de comunicação para a difusão de informações.
6. **Colecionar informações sobre o MCI (Movimento Comunista Internacional) através de intercâmbio permanente com organizações nacionais e do exterior.**
7. **Produzir informes sobre o MCI refutando-o, contra-atacando e elaborando contrainformação.**
8. Editar um Boletim periódico de orientação e informação (AC.ACE.108915/77, p. 63, grifo meu)

Essas atividades do CEDOP da SEPES, em especial aquelas definidas nos pontos 6 e 7, coincidiriam com as ações específicas desenvolvidas por sua Secretaria de Atividades Internacionais, como visto mais acima. Não por acaso, a responsável pela Secretaria de Atividades Internacionais da SEPES, Ana Maria Stiven (APESP: 50Z-0-179), seria também a coordenadora do CEDOP. Como adiantado, ela era uma chilena. Não seria coincidência em demasia que a SEPES, no momento em que presidia a WACL, tenha fundado um Centro de Documentação Política (CEDOP) para “coleccionar informações sobre o MCI (Movimento Comunista Internacional)

através de intercâmbio permanente com organizações nacionais e do exterior”, justamente no momento em que se formalizava a Operação Condor no Chile de Pinochet e, acima de tudo, tenha-se indicado uma *chilena* para coordená-lo?

É fundamental se perguntar, contudo, quem era essa chilena que, além de coordenar o CEDOP, dirigiu a Secretaria de Atividades Internacionais da SEPES. Um documento depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) registrou que havia ocorrido a “**Constituição de direção do CEDOP**”, detalhando sua estrutura da seguinte maneira: “**Coordenadora: Ana Maria Stuvén. Secretária: Maria de Cleofas Faggion. Bibliotecária: Imalda Guiraldeli**” (APESP: 50J-O-45[?]). Mas, retome-se a pergunta, quem era Ana Maria Stuvén? De acordo com um dos registros da Agência de São Paulo do SNI, “**ANA MARIA STUVEN**” era “**chilena e agente do serviço de informações de seu país, radicada no Brasil**” (AGO.ACE.4515/83, p. 11). A Agência paulista do SNI informou ainda “ter conhecimento que **ANA MARIA STUVEN encontra-se frequentemente com agentes de segurança e informação de seu país**” (AGO.ACE.4515/83, p. 12, grifo meu)<sup>777</sup>.

Poucos meses depois, Ana Maria Stuvén seria fotografada na IX Conferência da WACL ao lado de Barbieri Filho. Nessa ocasião, em maio de 1976, ela seria fotografada atrás dele durante a passagem da presidência da WACL do brasileiro ao sul-coreano Ben Limb (ABN, 1976, v. XXVII, n.º 4, p. 13). Mais do que qualquer coisa, a presença de uma *chilena* como responsável pela Secretaria de Atividades Internacionais da SEPES já deveria suscitar um conjunto de questionamentos. Por que uma chilena? A indagação ganha ainda mais importância quando o próprio SNI a caracterizou como uma “agente do serviço de informações de seu país, radicada no Brasil”. Embora ainda não se saiba qual *serviço de informações* do Chile seria esse – a DINA? –, a relevância da pergunta permanece. Por que justamente uma chilena apontada pelo SNI como agente de informações do pinochetismo seria designada *coordenadora* do CEDOP da SEPES?

---

<sup>777</sup> Na passagem em questão, a chilena é citada ao lado do presidente e de um dirigente da SEPES, respectivamente, Barbieri Filho e Dario Alves: “Tanto BARBIERI, como DARIO, ou ainda ANA MARIA STUVEN, (chilena e agente do serviço de informações de seu país, radicada no Brasil), têm insistido para demonstrar que a SEPES é uma grande organização a serviço da democracia, contra o comunismo internacional. Na realidade já se ouviu BARBIERI afirmar a outros membros da organização ‘que[,] **apesar de se encontrarem ligados aos órgãos de informação**, jamais deviam dar uma dimensão precisa do tamanho e [da] organização da SEPES, para inspirarem respeito e darem a idéia de serem uma enorme instituição’ (sic)” (AGO.ACE.4515/83, pp. 11-12).

Quer dizer, o que significa empregar uma suposta “agente de segurança e informação” do Chile de Pinochet na coordenação do Centro de Documentação Política (CEDOP) da SEPES cuja finalidade, em grande medida, identificou-se com os objetivos (ao menos os de criação de um Banco de Dados regional) da chamada Operação Condor? Seria mera coincidência que, em dezembro de 1975, no Chile de Pinochet, recém-formalizado o Sistema de Coordenação e Inteligência “antissubversivo” chamado Condor, a SEPES tenha criado um Centro de Documentação Política (CEDOP) e indicado para a sua coordenação *uma chilena* apontada pelo SNI como uma agente de informações da ditadura pinochetista? Se os dirigentes sepistas eram “ligados aos órgãos de informação” da ditadura militar brasileira e se a SEPES deve ter operado, como visto, como uma “entidade fantasma” clandestinamente controlada pelo SNI, o CEDOP não poderia ter servido de enlace entre o Chile de Pinochet e o Brasil de Geisel no marco do Sistema Condor de Coordenação e Inteligência “antissubversivo”? Como diria um poeta alemão<sup>778</sup>, são tantas histórias, tantas questões... ainda para serem desdobradas e especificadas.

#### *5.14. As viagens internacionais do presidente da SEPES no biênio 1976-77*

Graças a um “Levantamento de dados” da Secretaria de Segurança Pública da Polícia Civil de São Paulo, produzido e circulado pelo Setor de Análise, Operações e Informações (SOI) do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) – hoje depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) –, é possível reconstituir as viagens internacionais de Barbieri Filho no biênio 1976-77. Deve-se notar que, até maio de 1976, o jovem presidente da SEPES, já então com 29 anos, era também o presidente da WACL. Isso porque, entre 1º e 5 de maio daquele ano, seria realizada a IX Conferência da WACL na Coreia do Sul e, na ocasião, Barbieri Filho entregaria a presidência da Liga ao veterano anticomunista sul-coreano Bem C. Limb. Em fevereiro de 1976 o presidente da SEPES e ainda presidente da WACL viajou ao Paraguai e ao Uruguai. Em março, viajou novamente ao Paraguai. Em abril foi para Itália.

O DEOPS paulista não registrou, todavia, de onde e como Barbieri Filho teria ido à Coreia do Sul para participar, no começo de março daquele ano, da IX Conferência da WACL. Seja como for, a polícia política de São Paulo registraria que no começo de junho o já então ex-presidente da

---

<sup>778</sup> Bertold Brecht, *Perguntas de um trabalhador que lê* (BRECHT, 200: 166).

WACL, mas ainda presidente da SEPES, viajaria ao Japão e, em meados daquele mês, viajaria para a Guatemala e para a Venezuela. Em janeiro de 1977, o presidente da SEPES visitaria os EUA e, em abril daquele ano, novamente visitaria o Paraguai e a Argentina. Esse itinerário internacional de Barbieri Filho pode ser reconstituído graças ao “Levantamento de dados” do SOI do DOPS de São Paulo que, a seu turno, monitorou os embarques e desembarques do presidente da SEPES nos aeroportos de Congonhas e Viracopos. Subscrito por Eugenio Alvares de Lima, o encarregado-chefe do Setor de Embarque e Desembarque do DOPS-SOI, é possível perceber que também um agente da extrema-direita, em íntima associação com a ditadura militar brasileira, não deixou de ter seus passos monitorados pela polícia política paulista. O “Levantamento de dados” do DOPS-SOI, dessa forma, detalhou que Barbieri Filho:

**EMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 600 com destino a Assunção em 22 de fevereiro de 1976. EMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 602 com destino a Assunção em 09 de março de 1976. EMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 752 com destino a Genova em 13 de abril de 1976. EMBARCOU pelo Aeroporto de Viracópos pelo voo 516 com destino a Guatemala em 14 de junho de 1976. EMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 800 com destino a Miami em 05 de janeiro de 1977. Embarcou pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 602 com destino a Assunção em 02 de abril de 1977. EMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 251 com destino a Buenos Aires em 14 de abril de 1977. DESEMBARCOU pelo Aeroporto de Viracópos procedente de Montevideo em 28 de fevereiro de 1976. DESEMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 402 procedente de Assunção em 10 de março de 1976. DESEMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 831 procedente de Tóquio em 08 de junho de 1976. DESEMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 443 procedente de Caracas em 20 de junho de 1976. DESEMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 809 procedente de Miami em 12 de janeiro de 1977. DESEMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 603 procedente de ASSUNÇÃO em 05 de abril de 1977. DESEMBARCOU pelo Aeroporto de Viracópos procedente de Buenos Aires em 30 de abril de 1977 (APESP: SSP.DEOPS.SOI.Pasta18.Doc.10., p. 2)**

No Paraguai, inclusive, o presidente da SEPES (e da WACL no biênio 1975-76) inseriu-se no mais alto escalão político, policial e militar do stronismo, destacando-se o “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL como o “melhor amigo” do “Capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista e de seu órgão regional na América Latina, a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). Na Guatemala, a SEPES conectou-se, desde 1974, com aquele que fora o principal dirigente da WACL/CAL, o vice-presidente da Guatemala Mario Sandoval Alarcón, dirigente do Movimento de Libertação Nacional (MLN) e “considerado responsável por grande parte das mortes provocadas pelos esquadrões da morte em seu país” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 275). Sandoval Alarcón havia sido o secretário privado do ditador Carlos

Castillo Armas, alçado à presidência da Guatemala depois do golpe de 1954 contra Jacobo Arbenz, coordenado pelos EUA via Operação PBSUCCESS, como visto no CAPÍTULO 3.

No Uruguai, o enlace do presidente da SEPES mais imediato foi o 1º tenente-médico do Exército Martin Gutierrez, chefe do Serviço de Psiquiatria da Diretoria de Saúde das Forças Armadas e do sistema penitenciário de todo o país. Gutierrez dirigiu também o *Instituto Oriental de Investigaciones Socio-Culturales* (IODISCO), consagrando-se como o líder do “Capítulo” uruguaio da WACL/CAL e, segundo um informe da ditadura militar do Brasil, ele acompanhava “de perto os trabalhos de contra-ataques a terroristas, sua captura, interrogatórios, processamento das informações conseguidas e tratamento de recuperação médica dos prisioneiros, onde atende a parte de patologia mental” (AMA.ACE.31.36/83, p. 49). Para além de Gutierrez, como foi flagrado na análise do III Congresso da CAL-Secreta de 1974, realizado dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), em uma reunião que, ao que tudo indica, sequer permitiram ao então jovem Barbieri Filho participar, a cúpula do serviço secreto do Exército uruguaio se fez presente.

A seu turno, no Japão, o presidente da SEPES deve ter se entrevistado com os dirigentes da *International Federation for Victory over Communism* (IFVC), o “Capítulo” nipônico da WACL/CAL, dirigido por Osami Kuboki, financiado, como visto no CAPÍTULO 4, pelos chefes da Yakuza, entre eles, o criminoso de guerra Ryochio Sasakawa, autodeclarado o “fascista mais rico do mundo”. O desembarque do presidente da SEPES no começo de junho de 1976 procedente do Japão, ademais, deve ter ocorrido depois de sua participação na IX Conferência da WACL no início de maio de 1976 na Coreia do Sul, momento em que Barbieri Filho transmitiu a presidência da Liga Mundial Anticomunista ao diplomata veterano Bem C. Limb, presidente do “Capítulo” sul-coreano da WACL/APACL.

A viagem do presidente da SEPES a Miami, EUA, deve ter sido coordenada com os dirigentes anticomunistas do grupo paramilitar Alpha 66, o “Capítulo” cubano da WACL/CAL. Não se sabe com quais grupos e forças anticomunistas teria Barbieri Filho se conectado em Genova e Caracas. Seja como for, entre esses países, mencione-se que a conexão do presidente da SEPES com a Argentina é, até hoje, praticamente desconhecida. O que teria feito o presidente do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL em quase 15 dias de viagem na capital argentina, Buenos Aires, em abril de 1977, já em plena vigência o terrorismo de Estado daquele país? Não se sabe. Todavia, duas fontes já apontaram a existência de uma conexão repressiva desse empresário e

dirigente anticomunista brasileiro com a Aliança Anticomunista Argentina (AAA), a chamada Triple A. A revista *Época* salientou que **“a Triple A, como era conhecida, mantinha vínculos com similares brasileiras coordenadas pelo empresário paulista Carlos Barbieri Filho”** (ÉPOCA, 2010). Já o jornalista dinamarquês Henrik Kruger salientou que Barbieri Filho “foi ligado às Alianças Anticomunistas da Argentina e Brasil, os terroristas AAA e AAB” (KRUGER, 2015: 192)<sup>779</sup>.

#### *5.14.1. Conexão Paraguai, negócio e anticomunismo: Financiera Urunday, banco da Operação Condor?*

De todas as conexões repressivas da SEPES, como adiantado, a mais estreita foi aquela estabelecida com a ditadura militar paraguaia. Dessa forma, o presidente da SEPES Barbieri Filho, antes e depois de ser o presidente da Liga, conectou-se estreitamente com o “Capítulo” paraguaio da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e da Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). Um exemplo dessa coordenação repressiva com o stronismo pode ser encontrado na visita feita por Barbieri Filho, na ocasião presidente da WACL, em março de 1976, ao Paraguai de Stroessner. Naquele período se encontrou com a cúpula militar e policial do stronismo e “também deu uma palestra para 600 membros do Partido Colorado de Stroessner, que foi transmitida em rede nacional” (BURKE, 2018: 259). O discurso de Barbieri Filho foi pronunciado na abertura do Congresso Nacional da Juventude Colorada em 23 de fevereiro de 1976. Ostentando o cargo de presidente da WACL, o brasileiro discorreu sobre o tema “El Peligro de la infiltración comunista”, destacando que ““las fuerzas comunistas están planificadas en forma internacional, mientras nosotros que las combatimos estamos organizados aisladamente”” (CDyA: R00234F0541).

---

<sup>779</sup> Como logo se verá, uma desconhecida “Aliança Anticomunista Brasileira” (AAB) seria apontada como responsável pelo atentado à bomba contra a sede do CEBRAP em 1976. A SEPES negaria, contudo, qualquer vinculação com a AAB ou com a explosão terrorista.





**Figura 302.** Da esquerda para a direita, Carlo Barbieri Filho, presidente da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e da SEPES, e o ditador paraguaio Alfredo Stroessner. FONTE: APESP: 50J-0-5286.

Junto à audiência juvenil do Partido Colorado, o brasileiro presidente da WACL informou que esta “coordina los trabajos de lucha en contra del comunismo internacional en 70 países dando las pautas para su total erradicación”, destacando que “el Paraguay, es uno de los países más seguros actualmente, pues mantiene al comunismo fuera de la ley (...). Anadió que nuestro país es una isla en la lucha contra el comunismo y que el Presidente Stroessner es un caballero de la esperanza” (CDyA: R00234F0541). Outras “estrelas” do stronismo que “abrilhantaram” o Congresso Nacional da Juventude Colorada foram, entre outros, o “Doctor Sabino Augusto Montanaro, Vice-Presidente 1º de la Honorable Junta de Gobierno”, o “Secretario Privado de la Presidencia de la República y Secretario Politico de la Honorable Junta de Gobierno, Don Mario Abdo Benítez” (que palestrou “sobre el tema: LA GENERACION DE LA PAZ Y LA

REVOLUCION PACIFICA DEL PRESIDENTE STROESSNER”)<sup>780</sup>, e o “Señor Presidente de la Honorable Junta de Gobierno de la Asociación Nacional Republicana (Partido Colorado), Profesor Doctor Juan Ramón Chaves” (CDyA: R0023F0546).

O imbricamento do stronismo com o complexo WACL/CAL foi total, podendo-se identificar os principais nomes das Forças Armadas, da polícia política e do Partido Colorado do Paraguai como dirigentes da Liga Mundial Anticomunista. Entre estes, contaram-se o hierarca do Partido Colorado Juan Manuel Frutos, o senador Eugenio Jacquet, o general Benito Guanes Serrano e os delegados de polícia Pastor Coronel, chefe do Departamento de Investigações (DI), e Antonio Campos Alum, chefe da Direção Nacional de Assuntos Técnicos (DNAT) (CDyA: R00108F2040). O “Capítulo” paraguaio da Liga, inclusive, definiu assim as missões da WACL:

**a. Intercambio de información sobre las estrategias y tácticas comunistas de infiltración y subversión en los diferentes ámbitos nacionales e internacionales donde actúa. b) Apoyar a las organizaciones anticomunistas del mundo facilitando el contacto entre dirigentes para acuerdos de cooperación entre Capítulos geográficamente vecinos y geopolíticamente integrados en relación a la lucha contra el comunismo. c) Promover movimientos de opinión pública para denunciar las atrocidades comunistas y sus planes de dominación mundial para alertar a dirigentes y pueblos de países democráticos y tratar de evitar errores de apreciación y decisión que favorezcan al enemigo (CDyA: R00108F2041, grifo meu)**

A conexão repressiva da SEPES com o alto escalão da ditadura militar stronista era tão sólida que, em certo momento, sequer o embaixador do Brasil em Assunção Fernando Alencar pode saber do que tratavam Barbieri e Guanes Serrano, o chefe do serviço secreto do Exército e o principal nome da Operação Condor no Paraguai. Segundo um informe do referido embaixador brasileiro, “o General Benito Guanes” manteria “seus contatos diretos, seja com o SNI, seja com o senhor Carlos Barbieri Filho, da Liga Anticomunista Brasileira” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 23). Em suma, o principal agente da Operação Condor no Paraguai (cf. APÊNDICE) manteve contato direto com o SNI e com Barbieri Filho. E, se a hipótese defendida até aqui estiver correta, não existiria aí uma reiteração do mesmo contato anticomunista, já que a SEPES era o “Capítulo” ostensivo enquanto o SNI seria o “Capítulo” secreto do Brasil no complexo WACL/CAL?

Seja como for, apenas para se aquilatar a solidez da conexão repressiva entre a alta cúpula militar do stronismo como a SEPES, bastaria referir que, em 1979, o embaixador brasileiro

---

<sup>780</sup> O atual presidente do Paraguai é filho de Mario Abdo Benítez e tem o mesmo nome do pai.

Fernando Alencar lamentou a seus superiores em Brasília: “O General Benito Guanes deixou de informar-me sobre as duas visitas que em fevereiro do corrente realizou a Assunção o senhor Carlos Barbieri Filho, um dos principais organizadores do XII Congresso da WACL” (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 23). Guanes Serrano, além de ser o chefe do II Departamento do Estado-Maior das Forças Armadas, era também membro do “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL. Às vésperas da realização do III Congresso da CAL-Secreta na EsNI, inclusive, ele participou em Brasília, entre 4 e 9 de novembro de 1974, da III Conferência Bilateral de Informações entre as ditaduras militares do Brasil e do Paraguai. Ele foi extremamente condecorado pelas Forças Armadas brasileiras<sup>781</sup>. Além da cúpula militar do stronismo representada por Guanes Serrano, também a cúpula da polícia política paraguaia integrou o complexo WACL/CAL e, em particular, conectou-se à SEPES brasileira.

Seu principal nome foi Antonio Campos Alum<sup>782</sup> que, inclusive, na Operação Guarani do SNI a Assunção, pareceu à agência de espionagem brasileira mais competente em seu ofício repressor do que Guanes Serrano. A Operação Guarani consistiu em uma missão do SNI para aprofundar contatos com os serviços de inteligência do stronismo, particularmente com o general Gerardo A. Johannsen, comandante do Colégio Militar Marechal Francisco Solano Lopez, que havia viajado à França, com financiamento da CIA<sup>783</sup>, a fim de coletar informações sobre a Junta de Coordenação Revolucionária (JCR)<sup>784</sup>. “Uma equipe composta por dois Oficiais Superiores, analistas da ARJ, deslocou-se por aeronave civil para ASSUNÇÃO no dia 6 de dezembro de 1976, tendo regressado no dia 21 do mesmo mês” (ARJ.ACE.10145/83, p. 2). Com Guanes Serrano,

---

<sup>781</sup> “O general recebeu homenagens em vários países, mas nenhum foi tão generoso como o Brasil. Suas condecorações: Ordem do Mérito Militar, grau de cavaleiro (1973), Grande Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, grau de comendador (1976), Grande Mestre da Ordem Rio Branco, grau de oficial (1976), Ordem do Mérito Militar (1981) e Ordem do Mérito Aeronáutico, ambas em grau de comendador (1982). (...) ‘O general Serrano foi certamente o homem-chave no contato com adidos militares do Paraguai no Cone Sul e o principal homem da Operação Condor no país’, afirma o historiador Alfredo Paz Boccia, autor do livro ‘Es mi informe’, que trata da ditadura militar paraguaia” (NASCIMENTO, 2000).

<sup>782</sup> “Guanes Serrano, pero especialmente Campos Alum, por sus vínculos con la Liga Anticomunista Mundial, tenían excelentes relaciones con los dirigentes de los Escuadrones de la Muerte, los paramilitares y los ejércitos represivos de Centroamérica” (CALLONI, 1991: 172).

<sup>783</sup> “Tal viagem foi sugestão do representante da CIA no Paraguai, que inclusive financiou as passagens e estada da referida autoridade na Europa. (...) Ficou estabelecido que a troca de informações e solicitações deveria ser feita através do Adido Militar paraguaio em BRASÍLIA e o representante do Serviço Francês naquela cidade, através e com conhecimento, sempre que possível, do SNI” (ARJ.ACE.10145/83, p. 3).

<sup>784</sup> A Operação Guarani do SNI buscou “obter também informações sobre a JUNTA DE COORDENAÇÃO REVOLUCIONARIA (JCR) e estabelecer ligações informais com elementos de informações do Paraguai, tendo em vista o **acompanhamento conjunto da subversão no CONE SUL**” (ARJ.ACE.10145/83, p. 2 ).

chefe do 2º Departamento do Estado-Maior das Forças Armadas do Paraguai, os agentes do SNI abordaram “o tema da necessidade de ligações rápidas e seguras entre os dois Serviços, tendo em vista a troca de informações e solicitações visando o acompanhamento da subversão continental e suas medidas preventivas e repressivas” (ARJ.ACE.10145/83, p. 4).

Porém, avaliaram os oficiais superiores brasileiros, “o 2º Departamento [do] EM das FFAA trabalha em instalações precárias dentro do prédio do EM, onde aparentemente a segurança é mínima. Seus Oficiais, inclusive o próprio Cel. GUANES, não parecem ser conhecedores e habilitados ao trato das informações. Seu sistema de arquivamento é confuso e de difícil consulta” (ARJ.ACE.10145/83, p. 8)<sup>785</sup>. Já Campos Alum, pelo contrário, seria “a principal atividade civil ligada ao problema da Segurança Interna e Subversão no Paraguai. Trabalha há mais de 20 anos nesta atividade e é um homem da confiança do Presidente e dos militares. Em linhas gerais, suas declarações e conversas versaram sobre os mesmos tópicos abordados pelo Cel. Guanes, expondo pontos de vista semelhantes e corroborando com os mesmos” (ARJ.ACE.10145/83, p. 7).

“Dos entrevistados”, concluíram os agentes da Agência carioca do SNI, “pareceu à equipe como melhor qualificado, pelo menos praticamente, em função da vivência com os problemas desta natureza, o Sr. CAMPOS ALUM” (ARJ.ACE.10145/83, p. 8)<sup>786</sup>. Por ora, é preciso lançar luz para uma “misteriosa” relação empresarial *anticomuni\$ta*<sup>787</sup> estabelecida entre esse repressor paraguaio e Barbiri Filho via *Financiera Urunday*. Campos Alum era o principal delegado da polícia política stronista, tendo sido o diretor vitalício da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), subordinada ao Ministério do Interior. Ele era um quadro histórico do stronismo,

---

<sup>785</sup> “As ligações de informações formais e informais não são bem estabelecidas e há ausência de uma coordenação efetiva. Todos trabalham quase que diretamente para o Presidente da República [Stroessner], a quem prestam conta diretamente” (ARJ.ACE.10145/83, p. 8).

<sup>786</sup> A Operação Guarani – isto é, a ida da equipe do SNI à Assunção – “causou ótima impressão às autoridades paraguaias, pois as mesmas sentiram-se prestigiadas pelo interesse pessoal do principal Serviço de Informações do Brasil. Sugere-se a manutenção e intercâmbio de tais contatos, pois o contato físico tende a aumentar a confiança dos elementos envolvidos, **estreitando assim as ligações internacionais de informações, tão necessárias num momento em que a subversão por sua vez tende também, cada vez mais, para uma internacionalização de suas atividades**” (ARJ.ACE.10145/83, p. 9, grifo meu).

<sup>787</sup> Deve-se essa grafia do anticomunismo com o cifrão (\$) no lugar do “s” a Domingos Laino. Em seu livro *Paraguay: represion, estafa y anticomuni\$mo* o cifrão indica os nexos entre a repressão e os negócios ilícitos da ditadura stronista. Segundo esse político opositor do stronismo, preso político no Paraguai, “Anticomuni\$mo es el término que hoy acuñamos en base a las recientes experiencias verificadas concretamente en el Paraguay bajo este régimen político imperante” (LAINO, 1979: 92). No livro “se analiza el anticomunismo local y los hilos que se proyectan allende las fronteras nacionales con toda esa trama internacional que la involucra: la conclusión es que **el anticomunismo del régimen paraguayo resulta en un gran negocio**” (LAINO, 1979, 9, grifo meu).

formado em 1957 em curso de “informação antissubversiva” nos EUA. *La Técnica*, por ele dirigida, havia sido montada em 1956 pelo Ministério do Interior stronista com assessoria do coronel da Marinha dos EUA Robert K. Thierry (ALMADA, 2015: 23)<sup>788</sup>.

*La Técnica* “funcionaba como una dependencia anexa al Departamento de Investigaciones, pero especializada en la búsqueda, análisis y seguimiento de las informaciones y personas que se presumían vinculadas al comunismo en el Paraguay” (BOCCIA PAZ; GONZÁLEZ; PALAU AGUILAR, 2006: 297). A DNAT foi estruturada “bajo los auspicios de la Agencia Internacional para el Desarrollo (AID)” dos EUA e se converteu, sob a direção de Campos Alum, em “uno de los centros más temibles de información y torturas”. As autoridades stronistas solicitaram, inclusive, que o coronel norte-americano assessor de *La Técnica* permanecesse mais tempo em Assunção<sup>789</sup>. Robert K. Thierry, contudo, declinou do convite, mostrando-se confiante no papel de seu “pupilo” Campos Alum à frente da DNAT. Escrevendo “al temible ministro del Interior [Edgard] Insfrán”, Thierry salientou que:

Con respecto a la Dirección Nacional de Asuntos Técnicos (la tenebrosa Policía Técnica del Paraguay), ha sido suficientemente aconsejada y puesto al corriente hasta el presente de manera que poco más puedo decir sobre esta organización. Estoy seguro de que bajo la dirección del señor Antonio Campos Alum, esta pequeña pero potente organización continuará rindiendo el mismo servicio altamente satisfactorio que [desempeña] desde su creación. Me permito señalar que con apoyos y amplios medios para trabajar los horizontes de la Dirección Nacional de Asuntos Técnicos será ilimitados (THIERRY *apud* CALLONI, 1999: 169)

---

<sup>788</sup> “De modo especial los EEUU contribuyeron a la represión con la creación de la Dirección Nacional de Asuntos Técnicos (1956-1992), unidad del Ministerio del Interior (hoy convertido en Museo de las Memorias) donde por dos años actuó el asesor norteamericano coronel Robert K. Thierry para introducir los nuevos métodos de interrogatorio y técnicas de tortura, fundamentalmente estrategias militares y policiales que exterminarían la oposición democrática durante dos décadas, así como a los movimientos guerrilleros Movimiento 14 de Mayo y Frente Unido de Liberación Nacional entre 1959 y 1961. Los militares y policías terroristas, de acuerdo con los asesores USA, participaron activamente en la OPERACIÓN CONDOR y aplicaron sus métodos de tormento y muerte hasta el fin de la dictadura” (ALMADA, 2015: 22-23).

<sup>789</sup> “Los Documentos dan cuenta de la designación de Thierry como asesor de este ministerio [del Interior] estructurado para la represión del comunismo. De la reunión entre funcionarios del Departamento de Estado y del Ministerio del Interior participaron en Washington, el doctor Oscar Facundo Insfrán, hermano del ministro Edgard Insfrán” (CALLONI, 1999: 169). Thierry “cumplió funciones como asesor de la administración pública de la AID para el Ministerio del Interior paraguayo y supervisó la formación de la Policía Técnica. Una carta del entonces canciller Raúl Sapena Pastor, fechada el 30 de agosto de 1957 y dirigida a Alberto Carter, encargado de negocios de Estados Unidos en Asunción, solicitaba que el coronel de la Marina, Robert Thierry, enviado a través de la AID, permaneciera más tiempo en Paraguay. En su fragmento dice que la petición se funda en que ‘los trabajos del Servicio de organización y funcionamiento (...) de ese ministerio se han iniciado’ y exigen la asistencia profesional del señor Thierry a fin de asegurar la continuidad y eficiencia del proyecto. ‘Cabe destacar que la labor realizada por dicho técnico ha sido satisfactoria y beneficiosa para el país’ (CALLONI, 1999: 169).

Ao final de sua carta ao ministro do Interior Edgard Insfrán, ademais, Thierry sugeriu que se mantivessem “conversaciones con el director de la misión de Operaciones de los Estados Unidos en Paraguay, con el fin de establecer algún programa similar de Seguridad Pública” (THIERRY *apud* CALLONI, 1999: 169). Campos Alum, “una persona ilustrada y con aficiones al espiritualismo esotérico” – “era director espiritual de la Fraternidad Ecléctica Espiritual Universal” –, “manejaba relaciones directas con servicios de inteligencia de otros países” (BOCCIA PAZ; GONZÁLEZ; PALAU AGUILAR, 2006: 297). Entre estes, manteve estreito contato “con los organismos de seguridad norteamericanos – CIA y FBI” e “en los archivos de la ‘Técnica’ se han encontrado manuales de Interrogatorio a Prisioneros de la USARCARIB SCHOOL<sup>790</sup>, de Fuerte Gulik, Zona del Canal, así como del Ejército del Brasil. La Agencia para el Desarrollo Internacional (AID) editó una serie de fascículos sobre técnicas de interrogatorio y de investigación policial” también depositados nos arquivos de *La Técnica* (BOCCIA PAZ; GONZÁLEZ; PALAU AGUILAR, 2006: 297)<sup>791</sup>.

De hecho, ‘la Técnica’ contaba también con calabozos donde se apresaba y torturaba a presos políticos. Cuando esta oficina fue allanada, casi cuatro años después de la caída de Stroessner, la prensa pudo fotografiar las paredes de esas celdas en las que se veían escritos de los antiguos detenidos, ‘magnetos’ para infligir descargas eléctricas a los mismos y ganchos de metal que colgaban del techo. Los motivos para que un prisionero político sea recluido en ‘la Técnica’ y no en [el Departamento de] Investigaciones [controlado por Pastor Coronel] eran tan poco claros como caprichosos (BOCCIA PAZ; GONZÁLEZ; PALAU AGUILAR, 2006: 298)

---

<sup>790</sup> *United States Army Caribbean School.*

<sup>791</sup> Campos Alum “se jactaba de unas fotos que estaban en su escritorio y que lo mostraban en uniforme militar norteamericano. La jactancia de Campos Alum tenía una base real. Los archivos de la Policía Técnica incluyen su curriculum vitae, donde se menciona su especial capacitación en contrainsurgencia en bases militares norteamericanas y su asistencia a las clases de luchas contra las drogas conducidas por la DEA. El curriculum vitae de seis páginas incluye las fechas de sus estudios en instituciones militares de Estados Unidos y de las reuniones con la Liga Anticomunista Mundial, donde él representaba a Paraguay (...) En una carpeta bajo el rótulo de ‘confidencial’ se guardaba un manual del Fuerte Gulik (ex Escuela de las Américas, en la zona del canal de Panamá), elaborada por la sección adiestramiento del Ejército de Estados Unidos, para el uso ‘en interrogatorios y como referencia en interrogatorios de campaña’. En una parte del folleto se lee que el ‘lavado de cerebro’, ha sido interpretado como un ‘tratamiento misterioso e irresistible basado en algún secreto psicológico que poseen los comunistas’. Cuántos habrán muerto o habrán sido terriblemente torturados para saber este ‘secreto’? Hojeando aquellos papeles, encontramos un documento que contiene **un manual donde se enseñan a los interrogadores cómo mantener vivos y con capacidad de respuesta a las víctimas de shocks eléctricos. El manual recomienda mojar la cabeza y cuerpo de la víctima con agua salada, e incluye una ilustración que muestra cómo hay que realizar ese ‘tratamiento’.** Este legajo contiene también una carta del entonces embajador de Estados Unidos, Thimoty Towell, donde dio instrucciones a la policía paraguaya y adjunto otro manual de interrogatorio” (CALLONI, 1999: 171).

Esse foi, portanto, o repressor chefe da polícia política stronista que tornou-se sócio-proprietário da *Financiera Urundey* ao lado do brasileiro presidente da SEPES e da WACL (1975-76) Barbieri Filho. Este, contudo, quando confrontado com a verdade histórica comprovada documentalmente nos *Archivos del Terror*, pensou poder falsificar a história e a *persona* de Campos Alum. Saiu-se, então, com uma risível afirmação à pesquisadora Márcia Guena dos Santos, que o indagou sobre a condenação por homicídio e tortura de seu ex-sócio na *Urundey* e no complexo WACL/CAL<sup>792</sup>:

Campus Alum não abria a sua alma, ele era uma pessoa muito fechada (...) tinha uma alma poética, [era] um tocador de violão, uma pessoa muito agradável no convívio social. Adorava uma noite com música. Era muito discreto, e na Liga sua posição foi muito mais próxima do liberalismo do que da direita. **É uma surpresa para mim pensar que ele poderia ser um torturador.** Campus Alum era uma pessoa gentil... uma moça. Ele era de uma gentileza... No bom sentido, uma dama (BARBIERI FILHO *apud* DOS SANTOS, 1998: 197, grifo meu)

Campos Alum, todavia, conseguiria fugir do Paraguai sem responder por seus crimes de lesa humanidade. “Cuando éste huyó de Paraguay, tras haber sido acusado de torturar personalmente a prisioneros, dejó una libreta donde figuran algunos nombres de funcionarios policiales, militares y civiles argentinos, bolivianos, chilenos y uruguayos, que participaron en la represión internacional” (CALLONI, 1999: 168)<sup>793</sup>. Assim, “en el archivo personal de Campos Alum se ha encontrado correspondencia con algunos de los más siniestros personajes del submundo de la ultraderecha mundial” (BOCCIA PAZ; GONZÁLEZ; PALAU AGUILAR, 2006: 298). Inclusive, já foi visto mais acima que, durante o II Congresso da CAL-Secreta de 1973, realizado no Paraguai, Campos Alum fora designado “jefe del ‘Departamento Técnico Latinoamericano de Asesoría y Ayuda en la lucha contra las guerrillas y el terrorismo’”

---

<sup>792</sup> “En junio de 1993, el juez Arnulfo Arias acusó al jefe de la Inteligencia Militar Guanes Serrano y al Jefe de la Policía Técnica Antonio Campus Alum (hoy prófugo). Guanes Serrano admitió el intercambio de presos y Campos Alum atestiguó que ‘el intercambio de detenidos era frecuente en la región’” (CALLONI, 1999: 139).

<sup>793</sup> “Entre los contactos chilenos figuran el coronel Julio Tapia, Gustavo Alessandri Valdés, coronel Hugo García Otaiza López, Juan Domic, Ramón Cáceres. De Argentina el general Manuel Scottó Rosende, Carlos Anoirra (Córdoba), Jorge Flores Allende, nombres escritos a mano y con los teléfonos y dirección” (CALLONI, 1999: 168). “Tomados en conjunto, los Archivos paraguayos proporcionan la base para procesar a quienes cometieron crímenes, siempre que exista la voluntad política de hacerlo. Además arrojan nueva y reveladora luz sobre el involucramiento de Estados Unidos con las agencias represivas del Cono Sur, y en especial con Paraguay” (CALLONI, 1999: 168-69).

(ROSTICA, 2021: 228). Além de ocupar esse cargo na CAL-Secreta, ele presidiu ainda a Comissão de Entidades Cívicas Anticomunistas da CAL-Pública.

Mas o que fazia especificamente essa financeira gerida pelos dois principais nomes dos “Capítulos” paraguaio e brasileiro do complexo WACL/CAL? Sabe-se muito pouco sobre isso, ainda. Todavia, ao menos duas fontes fidedignas, o *Coojournal* do Brasil e o pesquisador Anibal Miranda do Paraguai assinalaram que, embora a *Urundey* tenha ostentado como seus sócios-proprietários o repressor paraguaio Campos Alum e o empresário e dirigente anticomunista brasileiro Barbieri Filho, a financeira teria tido um “dono oculto”. E quem teria sido esse proprietário “fantasma” da *Urundey*? Ninguém menos que o consogro do ditador Alfredo Stroessner e o segundo homem da ditadura militar paraguaia, o general Andrés Rodriguez, apontado pelo Departamento da Polícia Federal brasileira como um dos cogestores “de alto nível” do tráfico internacional de cocaína e heroína no Brasil<sup>794</sup>.

Se assim for, de acordo com o *Coojournal*, em matéria publicada em março de 1980, a *Financiera Urundey* era “ligada ao grupo do general [Andrés] Rodriguez e usada para lavar o dinheiro sujo que entra no mercado financeiro e volta para as mãos da *Família* purificado, *legalizado* e com origem boa. (...) Tudo se torna mais fácil quando as casas de câmbios e as financeiras no Paraguai, em grande parte, ligam-se de forma direta ou indireta ao grupo comandado pelo general Andrés Rodriguez” (COOJORNAL, 1980: 21). Também o pesquisador paraguaio Anibal Miranda destacou a figura do general Andrés Rodriguez como sendo o real proprietário da *Urundey*, embora à frente da *Financiera* “figuraban como dueños nominales Antonio Campos Alum (jefe de la Dirección Nacional de Asuntos Técnicos del Ministerio del Interior de Stroessner) y el brasileño Carlo Barbieri Filho” (MIRANDA, 2000). “Tanto Cambios Guarani como Financiera Urundey establecieron filiales en los puntos de frontera donde el contrabando generaba altos ingresos, Ciudad Presidente Stroessner y Pedro Juan Cabellero”, e “sus corresponsales estaban ubicados en frontera de por medio en Foz de Yguazú y Ponta Porá” (MIRANDA, 2000).

---

<sup>794</sup> O general Andrés Rodriguez, ao lado do delegado-chefe do Departamento de Investigações (DI) Pastor Coronel, ele próprio um dirigente do “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL, teve seu nome anotado pelo Departamento da Polícia Federal, Divisão de Repressão a Entorpecentes, do Ministério da Justiça, em 9 de janeiro de 1979, na “Relação de Pessoas Ligadas ao Tráfico de Heroína e Cocaína no Brasil” (AC.ACE.90170/76, p. 2). Narcovínculos mantidos em segredo do público, portanto, pela Pasta da Justiça e pela Polícia Federal da ditadura militar brasileira.



De acordo com a conclusão do pesquisador Anibal Miranda, “en esos **sinuosos caminos que entrecruzan tráfico de drogas, lavado de dinero y espionaje**, el general Ramón Duarte Vera desde la Embajada en la Paz también contribuyó y se benefició de los negocios manejados por Rodríguez” (MIRANDA, 2000, grifo meu)<sup>795</sup>. Uma terceira fonte, a de um ex-aliado do presidente da SEPES, o integralista Antonio Carlos Meirelles, acusaria ainda o “DR. CARLO BARBIERI FILHO” de ser um “**agente da C.I.A.**” e de ter sido “**muito ligado ao COMANDANTE ANDRES RODRIGUES, que coordena o narco-tráfico no Paraguai**” (AC.ACE.70484/89, p. 9). Essas acusações de Carlos Meirelles – nunca investigadas ou comprovadas – foram encaminhadas ao SNI em 1989. Outra denúncia nunca investigada ou comprovada feita sobre essas “misteriosas” operações da *Urunday* demarcou que essa *Financiera* foi a agência responsável por canalizar “**el dinero del operativo para la Operación Condor**” (JANSA, 1998, grifo meu).

De acordo com matéria publicada a 4 de dezembro de 1998, no *El Periódico de Catalunya*, pela jornalista Mercedes Jansa, o financiamento do Operativo Condor, “según los datos aportados ayer en rueda de prensa, se canalizaba a través de la agencia financiera Urunday, que dirigia el brasileño Carlo Barbieri Filho y de la que formaba parte Antonio Campos Alum, representante de la CIA en Paraguay” (JANSA, 1998). Mais recentemente, o historiador norte-americano Benjamin Cowan também demarcou que Barbieri Filho serviu “como o tesoureiro da Condor – uma temível operação de sequestro transfronteiriço compartilhada entre diversas ditaduras sul-americanas” (COWAN, 2018). (Como visto, Barbieri Filho, antes de se tornar presidente da WACL, serviu como Tesoureiro Geral da CAL). Também o *ABC Color* do Paraguai alegou que a *Urunday* teria sido a operadora financeira do Plano Condor. Segundo o *ABC Color*, “bajo la dirección de Carlo Barbieri Filho funcionó en Asunción la Financiera Urunday y el segundo de a bordo era el Dr. Antonio Campos Allum, director Nacional de la Técnica

---

<sup>795</sup> Referindo-se ao golpe de Estado conduzido pelo general Andres Rodriguez contra o ditador Stroessner, em 1989, Anibal Miranda esclarece: “No es de extrañar que Campos Alúm y Duarte Vera permanecieran en sus cargos después del rodrigazo. Solamente ante la presión incontenible de juicios penales, exposición continua en la prensa y agitación pre-electoral fueron jubilados. (...) Los intereses empresariales de Rodríguez iban de mano con amistades de larga data, fruto del sistema impuesto por Stroessner que se traducía en buscar el paraguas de algún general para levantar cabeza en el mundo de negocios. Los generales a su vez ganaban dinero en licitaciones de obras públicas arregladas, a cambio de protección e influencias. Fue así que Rodríguez tuvo participación en (...) grandes empresas. Andrés Rodríguez llegó al poder por medio de un golpe de estado, pero en mayo de 1989 resultó electo Presidente de la República como candidato del Partido Colorado” (MIRANDA, 2000).

Anticomunista. **Esta institución oficial actuó como el Banco oficial del Operativo Condor**” (ABC COLOR, 2013, grifo meu). No mesmo sentido, Martin Almada, ex-presos político responsável pelo descobrimento dos *Archivos del Terror* no Paraguai, afirmou publicamente em Brasília, a 5 de julho de 2012, no Seminário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados do Brasil, que:

No Paraguai, funcionou (...) uma financeira que se chamava Urundey, que funcionava como uma financeira normal, mas, na verdade, servia para proteger os membros da Operação Condor. Quem era o presidente dessa empresa financeira? Um brasileiro, Carlo Barbieri Filho, e o vice-presidente era Antonio Campos Alum, o chefe da repressão no Paraguai. Quando caiu a ditadura, Carlo Barbieri Filho saiu do Paraguai e foi para Miami, onde ele é protegido pelos cubanos [anticastristas]. Antonio Campos Alum, mais ou menos há seis anos, faleceu (ALMADA, 2013)

De fato, em meados da década de 1990, a *Financiera Urundey* entraria em processo de falência e Barbieri Filho, tornando-se prófugo da Justiça paraguaia, teve uma ordem de captura internacional emitida pelo Judiciário guarani para fins de extradição, nunca cumprida. Como divulgado pela revista *Época*, a 13 de dezembro de 2010, Barbieri Filho, o “brasileiro organizador de grupos civis anticomunistas”, “é procurado por fraude financeira no Paraguai, onde foi sócio do chefe do serviço secreto de Stroessner” (ÉPOCA, 2010). “A Justiça do Paraguai está à procura do empresário paulista Carlos Barbieri Filho e de seu sócio Antonio Campos Allum, ex-chefe da Oficina Técnica Anticomunista no governo do general Stroessner” (ÉPOCA, 2010).

Segundo *Época*, “a prisão deles foi pedida por negócios obscuros com ativos da Financeira Urundey, da qual eram diretores. A *Urundey* quebrou em 1995 com perdas milionárias para centenas de investidores. Allum é procurado, também, por ter sido condenado pela tortura e morte de presos políticos. Suspeita-se de que esteja escondido em São Paulo” (ÉPOCA, 2010). Caracterizando Barbieri Filho como um dos agentes “clandestinos da direita”, *Época* recordou que, antes de fundar uma sociedade financeira com o repressor e torturador Campos Alum, o empresário e dirigente anticomunista era, no Brasil, proprietário do Banco Aplik. Isto é, antes de operar na *Financiera Urundey*, o brasileiro operou no mercado financeiro com o Banco Aplik ao lado de seu pai, Carlo Barbieri, que também mateve relações de negócios e repressão com o chefe da polícia política paraguaia Campos Alum (DOS SANTOS, 1996, 1998)<sup>796</sup>.

---

<sup>796</sup> De acordo com a pioneiríssima pesquisadora Márcia Guena dos Santos, o pai de Carlo Barbieri Filho, “Carlo Barbieri, possuía empresas financeiras e imobiliárias no Paraguai, de cujo Conselho Fiscal Campus fazia parte, encarregando-se de enviar ao Brasil detalhes sobre o balanço” (DOS SANTOS, 1998: 194). “Em uma das cartas de

A revista *Época*, versando sobre os negócios financeiros no Brasil do presidente da SEPES e da WACL (1975-76) destacou que “Barbieri inflou seus negócios a partir de laços com a comunidade de informações. Há indícios de que o SNI o tenha ajudado na obtenção da carta patente do Banco Aplik. Em 1974, o Aplik quebrou em meio a uma série de ‘operações irregulares’. Barbieri foi obrigado a transferir o Aplik ao banqueiro Theophilo Azeredo Santos” (ÉPOCA, 2010). Seja como for, embora ainda se saiba muito pouco sobre o teor das reais operações financeiras da *Urundey*, um conjunto de autores salienta que a *Financiera* de Campos Alum e Barbieri Filho, se é certo que operou como *o Banco oficial do Operativo Condor*, deve ter serviço igualmente a outros propósitos e interesses.

O já citado jornalista dinamarquês Henry Kruger, por exemplo, destacou que Barbieri Filho dirigiu “**uma empresa financeira em Asuncion, Paraguai, Financiera Urundey, que lava dinheiro sujo da Arábia Saudita e da Coeia do Sul através do mercado de câmbio aberto do Paraguai**” (KRUGER, 2015: 192). A *Financiera Urundey*, quer tenha sido *o Banco oficial do Operativo Condor*, quer tenha de fato servido à lavagem de dinheiro das ditaduras saudita, sul-coreana e taiwanesa via Liga Mundial Anticomunista, ainda foi apontada como a organizadora do financiamento e da logística do envio de militares da América Latina à Academia de Guerra Política de Peitou. Nesse sentido, Kruger destacou que, via *Financiera Urundey*, Barbieri Filho alegadamente organizava os “**cursos de treinamento no Taiwan para as polícias paraguaias**” (KRUGER, 2015: 192).

Já os irmãos Anderson, em *Inside the League*, foram um pouco mais longe e, referindo-se à *Urundey*, caracterizaram o presidente da SEPES Barbieri Filho como “**um neofascista que**

---

agradecimento enviada a Campus Alum por Carlo Barbieri (pai), em 10 de novembro de 1976, está explícita que a relação entre os dois não era estritamente comercial: ‘Prezado Dr. Campus. Em primeiro lugar, quero agradecer a gentil acolhida que fui alvo aí, nessa maravilhosa terra. Acredito, que agora estão mais claras as orientações, possibilitando nesta maneira melhor desempenho. Fica confirmado os dois assuntos: 1º) Participação de 5% sobre as vendas. 2º) Os 10.000 (dez mil) cruzeiros para aqueles assuntos tratados. **Outrossim, remeto anexo uma fotografia e alguns dados a respeito do marginal, Maurício Cherem**’. Carlo Barbieri Filho declarou, em uma entrevista concedida à autora em maio de 1996, que não conhece Maurício Cherem, e no arquivo paraguaio não existem mais documentos sobre ele. Entre os devedores de Carlo Barbieri estava o Ministério da Defesa Nacional, o qual lhe devia 12.900 guaranis naquele ano de 1976. É no mínimo curioso que o Ministério da Defesa tenha pedido um empréstimo a um empresário brasileiro, cujo filho terminava naquele ano o seu mandato como presidente da Liga Mundial Anticomunista e cujo homem que representava seus negócios no Paraguai, Campus Alum, dirigia um dos órgãos de segurança do país e ainda respondia pela WACL. Um parente de Alum, Augustin Campus Alum, também devia 150 mil guaranis ao empresário paulista. Certamente esses laços não são apenas curiosos, mas indicativos de uma ligação entre o poder militar constituído e as elites civis do país, nacionais e estrangeiras, participantes econômica e politicamente – no caso, através da Liga Anticomunista – do regime” (DOS SANTOS, 1998: 195).

**supostamente opera uma frente financeira no Paraguai para lavar fundos da Coreia do Sul e de Taiwan. Ele administra a logística do envio de oficiais militares da América do Sul para Taiwan no programa de treinamento em guerra política”** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 298, grifo meu). Mas, além desses aportes de Kruger e dos irmãos Anderson, seria possível documentar esse papel do presidente da SEPES e da WACL (1975-76) no envio de militares latino-americanos para a Academia de Guerra Política da ditadura taiwanesa? Seria possível documentar a existência, na história global da Guerra Fria, de mais um centro de doutrinação anticomunista e de treinamento contrainsurgente que pode ter contribuído à repressão das ditaduras militares de Segurança Nacional na América Latina e, eventualmente, ao Sistema Condor?

#### 5.14.2. *Conexão Taiwan: o envio de militares da América Latina para a Academia de Guerra Política de Peitou (Fu Hsing Kang College)*

Já foi tratado, no CAPÍTULO 2, o surgimento da Academia de Guerra Política de Peitou como uma extensão do Departamento de Guerra Política da ditadura militar que o *generalíssimo* Chiang Kai-shek, depois da vitória da Revolução Chinesa de 1949, impôs à ilha de Formosa. Conhecida internacionalmente como *Fu Hsing Kang College*, a Academia de Guerra Política de Peitou, nos arredores de Taipei, constituiu o *locus* da contrainsurgência e da doutrinação anticomunista da ditadura taiwanesa. Atribuindo-se uma importância vital à formação ideológica e ao treinamento político-militar de seus militares, o *Fu Hsing Kang College* foi estruturado pelo próprio filho do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, Chiang Ching-kuo, e esteve dirigida pelo principal teórico militar da guerra política anticomunista de Taiwan, o general Wang Sheng. A guerra política anticomunista constituiu-se propriamente na “base ideológica que o Kuomintang usou para manter Taiwan como um estado policial e para infiltrar, expor e liquidar qualquer oposição que possa ser suspeita de existir em qualquer nível da sociedade, até mesmo no nível familiar” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 56).

Dirigindo uma ditadura militar na então chamada “China Nacional”, “por meio do uso de *political warfare*, armados pelo decreto da lei marcial, os nacionalistas construíram o que é provavelmente uma das redes internas de segurança e espionagem mais abrangentes” de que já se teve notícia (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 56). E “a ferramenta usada para perpetuar esse sistema”, segundo os irmãos Anderson, foi “a *Political Warfare Cadres Academy*, localizada em

uma encosta em Peitou, no entorno da capital” e, “seguindo o modelo soviético de oficiais políticos, comissários e informantes, **a academia é uma plataforma de treinamento para o Departamento Geral de *Political Warfare*, um braço do Ministério Nacional da Defesa**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 56-57, grifo meu). Todavia, além do modelo soviético de subordinar as Forças Armadas ao partido único, espelhando Taiwan a subordinação e lealdade de seus militares ao Kuomintang (KMT), a ditadura de Chiang Kai-she também se inspirou, na estruturação da *Fu Hsing Kang College*, no modelo da West Point norteamericana (MARKS, 2014: 223).

Os EUA tiveram um papel fundamental na criação da Academia de Guerra Política de Taipei e, em especial, os dirigentes do KMT puderam contar com a assessoria de Ray Cline, antigo membro do *Office of Strategic Services* (OSS), depois convertido em operador de “alto nível” da CIA. Cline desenvolveu uma amizade íntima com o filho do *generalíssimo* Chian Kai-shek e futuro ditador da ilha, chegando a escrever uma biografia apologética sobre ele: *Chiang Ching-kuo Remembered: The Man and His Political legacy*. Nela, o ex-OSS da CIA exaltou o compromisso de Ching-kuo com a construção da “China Livre”, que seria uma “vitrine para a democracia”, “uma fortaleza de liberdade” (CLINE, 1989: 132). Entre 1958-62, Cline foi o chefe da CIA em Taiwan, momento em que se tornou amigo íntimo do filho do *generalíssimo*. “Ao tempo de sua afiliação com Cline”, Ching-kuo “já estava no controle da polícia secreta do Kuomintang (ou ‘Gestapo’, de acordo com o General Stilwell) por pelo menos uma década e havia pessoalmente supervisionado expurgos nos quais dezenas de oficiais do Kuomintang foram executados” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 56). O chefe da “Gestapo” do KMT e filho do ditador de Formosa, portanto, “tinha em Ray Cline um inabalável aliado” e, ao final da década de 1950, eles “uniram forças para criar um instrumento de guerra” que teria “um impacto oculto em eventos por todo o mundo: a *Political Warfare Cadres Academy*” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 56).

Embora o *Fu Hsing Kang College* tivesse sido criado em 1950, “a academia assumiu nova importância quando Ching-kuo tornou-se diretor do Departamento Geral de Guerra Política e o reorganizou em 1959 em um movimento facilitado pela assistência americana” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 57). Nessa coordenação entre a CIA e a ditadura taiwanesa operada por Cline e Ching-kuo, os militares dos EUA também entraram no jogo: “Na verdade, o pessoal militar americano, extraído em grande parte do *Military Assistance Advisory Group* posicionado em

Taiwan, ensinava na academia” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 57). Ou seja, a Academia de Guerra Política de Taipei foi criada com a assistência dos “americanos em geral e Ray Cline, em particular” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 58)<sup>797</sup>. Os irmãos Anderson enfatizam, contudo, que o *Fu Hsing Kang College* derivou de uma estrutura-chave dentro do Estado regido pela ditadura militar de Taiwan, o *General Political Warfare Department* (GPWD), cuja função primária era “assegurar ao partido (no caso, o Kuomintang) controle das forças armadas através da doutrinação política” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 57):

As células do Kuomintang, denominadas ‘departamentos políticos’ e compostas por graduados da academia, estão estabelecidas em cada unidade militar por conta do tamanho da corporação. Esses comissários políticos vigiam tropas assim como os oficiais não-acadêmicos testam seus conhecimentos políticos e submetem relatórios regulares de *status* para o Departamento Geral de Guerra Política sobre cada pessoa. (...) A lealdade primária dos comissários não é às forças armadas, mas ao Partido (...) O Departamento Geral de Guerra Política conduz um vasto leque de operações. Ele opera estações de rádio, editoras e até estúdios de cinema. Ele também possui unidades de contrainteligência para localizar subversivos e unidades de *psychological warfare* para supervisionar campanhas de *political warfare* e disseminar propaganda, assim como unidades de negócios cívicos para o propósito de infiltração atrás das linhas inimigas durante uma invasão para gerar suporte para o Kuomintang. Todas essas diferentes unidades submetem-se ao treinamento na academia (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 57)

Dessa forma, os graduandos do *Fu Hsing Kang College* eram instruídos “em *psychological warfare* e técnicas de interrogatório”, além de “estarem de acordo com a campanha do departamento para ‘resistir à agressão de fora’, os graduados da academia também atuam fora da ilha” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 58), engajando-se em operações internacionais. Como registrou em entrevista um graduado na Academia de Guerra Política taiwanesa, ““nós fomos ensinados que para derrotar o comunismo, nós tínhamos que ser cruel”” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 57). Já o jornalista David Kaplan sumariou o perfil dos cursos oferecidos pelo *Fu Hsing Kang College* da seguinte maneira:

O fortalecimento ideológico da academia pintou um mundo branco e preto de pró-comunistas e anticomunistas, em que qualquer coisa era justificada para proteger o país da ameaça vermelha. Visitantes recebiam cursos intensivos em *unconventional warfare*, interrogatórios e contraterrorismo; outras classes lidavam com doutrinação e *psychological warfare*. Também se acentuava a importância da criação de uma espécie

---

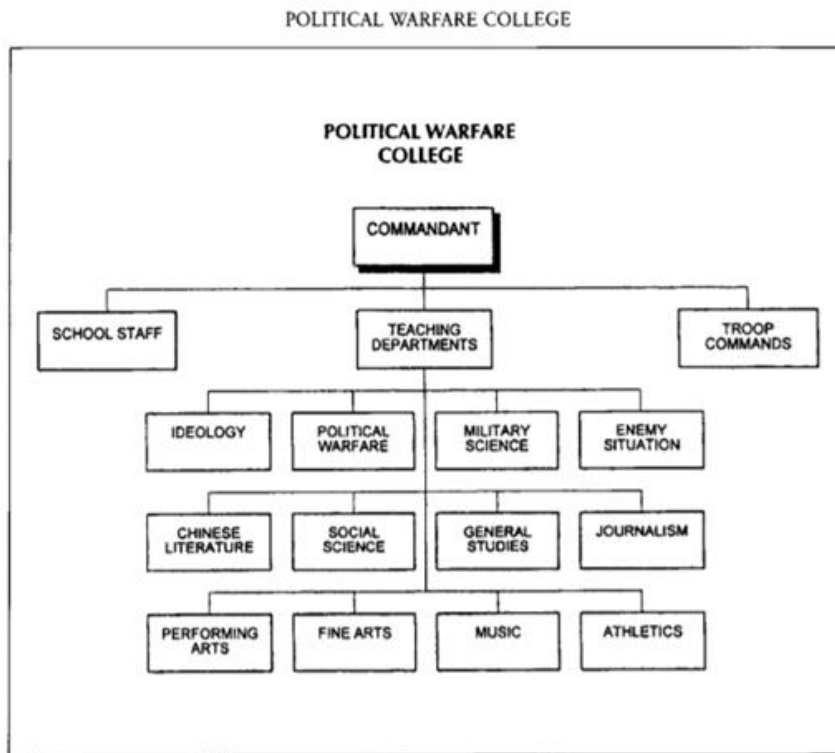
<sup>797</sup> O jornalista francês Thierry Meyssan acrescentou mais um assessor estrangeiro nesse empreendimento anticomunista: Yaroslav Stetsko, criminoso de guerra e ex-colaborador nazista ucraniano, à época presidente do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Para o francês, “Cline y Stetsko supervisan la fundación de la Political Warfare Cadres Academy de Taiwan, institución encargada de adiestrar los cuadros del régimen de Chiang Kai-shek para la represión anticomunista” (MEYSSAN, 2005).

de estrutura política leninista que o KMT achava tão efetiva, com uma ala militar subserviente a um único partido dominante (KAPLAN *apud* MARKS, 2014: 230)

Nos cursos oferecidos nessa que foi a principal Academia político-militar de Taiwan, os “Oficiais Políticos” das Forças Armadas locais eram obrigadas a assistirem aulas sobre o *San Min Chu-I*, ou seja, a doutrina política de Sun Yat-sen, mas os militares e civis estrangeiros estariam dispensados dessas lições, concentrando-se nos ensinamentos (fornecidos em inglês ou em espanhol) sobre os “métodos comunistas de guerra” (MARKS, 2014: 225). “O currículo padrão” do *Fu Hsing Kang College* contava com 240 horas de instruções em um período de dois meses, assim se estruturando as horas para militares e/ou civis: “Estudos de *Political Warfare* (com leitura obrigatória da obra de Wang Sheng), Instruções sobre a ROC, Tendências do Pensamento Político Mundial, Questões do Comunismo, Segurança Nacional e Ordem Social (MARKS, 2014: 225)<sup>798</sup>.

---

<sup>798</sup> “(1) Estudos de *Political Warfare*, 96 horas (40.0 por cento)/78 horas (32.5 por cento); (2) Instruções sobre a ROC, 46 horas (19.2 por cento); (3) Tendências do Pensamento Político Mundial, 24 horas (10 por cento); (4) Questões do Comunismo, 28 horas (11.6 por cento/11.65 por cento); (5) Segurança Nacional e Ordem Social, 0/16 horas (0/6,65 por cento); (6) Tópicos Gerais, 46 horas (19.2 por cento)/48 horas (20.0 por cento). O bloco de ‘Estudos de *Political Warfare*’, o mais importante, usava como seus textos principais, de autoria de Wang Sheng, *The Theory of Political Warfare* e um seguinte mais detalhado, compilado pela faculdade Fu Hsing Kang, *A Study of the Six Types of Political Warfare*. Nisso, os estudos de caso são todos exemplos históricos derivados da longa luta entre KMT e CCP” (MARKS, 2014: 225). Cf. CAPÍTULO 2.



**Figura 303.** Organograma da Academia de Guerra Política (*Fu Hsing Kang College*) em Peitou, Taiwan. FONTE: MARKS, 2014.

O general Sheng, como visto no CAPÍTULO 2, era o principal teórico militar da guerra anticomunista que, adotada como ideologia oficial pela ditadura taiwanesa, significava basicamente “remover obstáculos à unidade nacional de dentro e resistir à agressão de fora”. Segundo o biógrafo apologeta de Sheng, o general lamentava a “distorção” da imagem internacional do *Fu Hsing Kang College*. “Eu acho que forasteiros intencionalmente querem distorcer o que ocorre no *Fu Hsing Kang*. Guerra Política inclui contrainteligência, o que se confunde com segurança interna”, informando a seu biógrafo e “fã” que:

Quando eu criei o *Fu Hsing Kang*, eu o vislumbrei como tendo cinco missões: encorajar o entendimento da cultura chinesa; estimular o entendimento da cultura ocidental e democracia ocidental; pesquisa em marxismo-leninismo e estudos sobre comunismo em geral; ensinar como nós devemos lutar contra o comunismo, juntamente com treinamento militar; e fomentar o espírito revolucionário, para sacrificar-se a si mesmo pelo país. É por isso que leva quatro anos. A única pergunta real é se o currículo concorda com a missão. Até aqui, o registro estabelecido por nossos graduados em servir o país demonstram que nossa sinceridade foi recompensada (SHENG *apud* MARKS, 2014: 180-181)



Seria precisamente para esse tipo de treinamento na Academia de Guerra Política de Peitou que o presidente da SEPES Barbieri Filho organizaria o envio de militares da América Latina. Os irmãos Anderson, logo depois de caracterizarem Barbieri Filho como “um neofascista que supostamente opera uma frente financeira no Paraguai para lavar fundos da Coreia do Sul e de Taiwan”, alegaram que “ele administra a logística do envio de oficiais militares da América do Sul para Taiwan no programa de treinamento em guerra política” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 298). Referindo-se, pois, à *Financiera Urundey*, destacaram os irmãos o seguinte resumo de um depoimento a eles prestado por um membro da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): “Barbieri Filho opera a partir de uma companhia financeira no Paraguai. **O escritório de sua *Financiera Urundey* supostamente organiza o rol de oficiais a serem enviados a Taiwan e ainda administra a logística das viagens.** Barbieri, viajando frequentemente para Taiwan, é objeto de prodigioso elogio de seus pagadores do Kuomintang” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 141, grifo meu).

Porém, se os irmãos Anderson discorreram, em *Inside the League*, sobre “**os brasileiros que coordenaram o programa de treinamento em guerra política a partir de Taiwan**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 149, grifo meu), existiria alguma documentação capaz de comprovar essa intermediação do presidente da SEPES com o envio de militares para cursos na Academia de Guerra Política de Taiwan? Felizmente, pode-se localizar um documento. O Informe n.º 1546/032 da Agência de São Paulo do SNI (ASP/SNI), de 17 de março de 1976, registrou como assunto o seguinte temário: “**Curso de Guerrilha no Exterior**”. O Informe em questão era uma resposta à Informação n.º 873/32 da Agência Central do SNI (AC/SNI), de 24 de fevereiro daquele ano. No Informe de março de 1976, a Agência paulista comunicou a Agência Central do SNI sobre o seguinte fato: “**PEDRO PAULO Anglisani ou PEDRO PAULO ANGLISANI GOMES ou Pedro Paulo Anglisani Neto, elemento ligado ao SEPES-SOCIEDADE de Estudos Políticos Econômicos e Sociais**’, e ao Convívio-Sociedade Brasileira de Cultura, **estaria convidando pessoas, as quais no passado já teriam desenvolvido atividades em organizações anti-comunistas, para um curso de guerrilha**” (ASP.ACE.10367/82, p. 1, grifo meu).

A Agência paulista esclareceu a Agência Central do SNI que “**o curso proposto, teria duração de três meses e seria ministrado em espanhol e/ou Inglês, em local ainda não determinado, sabendo-se entretanto que seria realizado no exterior**” (ASP.ACE.10367/82, p.

1, grifo meu). Na sequência, o SNI de São Paulo informou à AC/SNI que “o nominado, bacharel em direito e residente em SANTOS/SP, estaria atualmente se dedicando, exclusivamente, no SEPES e ao Convívio” e que, “a partir de 1964, o mesmo teria colaborado com o ‘CLASSE-CENTRO LATINO-AMERICANO DE COORDENAÇÃO ESTUDANTIL’ (organização, possivelmente subvencionada por grupos econômicos, cujo objetivo seria o de opor-se a uma ofensiva do MCI [Movimento Comunista Internacional] no meio estudantil) quando este era dirigido por César Borda Neiva” (ASP.ACE.10367/82, p. 1).

Como visto, Pedro Paulo Angrisani Gomes era um antigo “companheiro de viagem” de Barbieri Filho. A partir de 1962, e não de 1964, eles integraram o movimento anticomunista secundarista no CLACE, com “c” e não com “s”. Viu-se também como o CLACE foi responsável pela realização de duas edições de uma Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundaristas de São Paulo. Igualmente, destacou-se que o CLACE era de fato dirigido pelo boliviano César Borda Neiva como uma das frentes estudantis da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), dirigida por um “espião internacional” do porte de Wladimir Lodygensky (SILVA, 2021). Logo acima, mencionou-se como, no marco da VIII Conferência da WACL de 1975, no Rio de Janeiro, não apenas o ex-membro do CLACE Barbieri Filho foi “eleito” presidente da Liga Mundial Anticomunista como, ao mesmo tempo, seu antigo companheiro de militância Angrisani Gomes seria designado presidente da Liga Mundial Anticomunista Juvenil (WYACL). Uma façanha e tanto para aqueles jovens militantes anticomunistas do Brasil, não?

Antes desse Informe da Agência paulista do SNI, foi a Informação n.º 873/32 da Agência Central do SNI, de 24 de fevereiro de 1976, que trouxe o tema à tona dentro da comunidade de informações da última ditadura militar brasileira. Essa Informação de fevereiro, a seu turno, remetida à ASP/SNI, trazia como “Assunto” o temário “**Curso de ‘GUERRA POLÍTICA’**” (ASP.ACE.10367/82, p. 4). Assim que a AC/SNI informara à ASP/SNI que, “**em visita feita a Taiwan, o Sr. CARLOS BARBIERI manteve ligações com altas personalidades**” e, “entre os assuntos abordados, **BARBIERI visualizou a possibilidade da realização de um curso, na CHINA, sobre ‘Guerra Política’. Para tanto, apresentou-nos uma proposta do curso, sem grandes detalhes do currículo e custos**” (ASP.ACE.10367/82, p. 4, grifo meu).

O lance ousado do “visionário” presidente da SEPES, à época presidente da WACL, causou o estranhamento até mesmo da Agência Central do SNI. Segundo a Informação n.º 873/32,

“esta AC/SNI estranhou que, assunto de tal relevância, fosse apresentado pelo Sr. Barbieri e não pelo Cel ROBERT DREW WANG” (ASP.ACE.10367/82, p. 4). Nota-se que até mesmo a cúpula do SNI em Brasília “estranhou” que um jovem de 28 anos – que cooperava com o SNI, como visto até aqui – pudesse propor aos militares brasileiros a realização de um “Curso de ‘GUERRA POLÍTICA’” ou, como preferiu nomear a Agência paulista do SNI, um “Curso de Guerrilha no Exterior”, em Taiwan. Curso esse que, se ocorreu, deve ter sido realizado na Academia de Guerra Política de Peitou. Diante do “estranhamento” da AC/SNI por não ter sido abordada sobre o assunto pelo coronel Robert Drew Wang, mas sim por um civil de 28 anos, o serviço secreto brasileiro recomendou: “Visando um melhor encaminhamento do problema, seria interessante que essa AR mantivesse contato com o nominado, a fim de que o mesmo esclarecesse a questão, particularmente, respondendo” (ASP.ACE.10367/82, p. 4): “a. **O que sabe, o Cel ROBERT DREW WANG, sobre o assunto?** b. **Detalhes sobre o curso.** c. **Custos do curso e condições de execução**” (ASP.ACE.10367/82, pp. 4-5, grifo meu).

“Seria interessante que o Cel Robert Drew Wang, após consultado e já com as respostas, viesse a Brasília, para um contato com os novos integrantes da SE-32/AC/SNI” (ASP.ACE.10367/82, pp. 4-5). Obedecendo-se a essas “Providências” exigidas pela AC/SNI, uma marginalia no documento sob análise anotou: “O Sr. R.D.W. [Robert Drew Wang] segue dia 10 MAR 76 (Voo 224-Varig-09:30hs) para reunião em Brasília. A SE-32/AC[SNI] foi avisada por TELEX nr. 0801/032/AS/76, de 09 MAR” (ASP.ACE.10367/82, p. 3). Porém, um anexo a essa troca de informações entre as Agências central e paulista do SNI sobre o tema registrou uma “Reunião” da “Diretoria de Guerra Política” realizada, em dezembro de 1975, dentro do Ministério da Defesa em Brasília. O “Objetivo” da reunião seria “Detalhar curso de Guerra Político a ser realizado” (ASP.ACE.10367/82, p. 6). O documento em questão parece registrar um encontro de militares brasileiros com algum general de Taiwan cujo nome foi eficazmente omitido. Não se sabendo muito bem qual militar ou qual agência da ditadura brasileira elaborou referido documento, registrando apenas a seguinte conversa entre os militares brasileiros e, ao que tudo indica, um militar de Taiwan. “Fomos recebido pelo Gal. [em branco], que apresentou-nos cumprimentos pelo trabalho que vinha sendo desenvolvido” e, “após uma troca de impressões a respeito da Guerra Política, na qual destacamos nosso maior interesse no preparo e

acompanhamento da mesma, ele nos deu algumas rápidas pinceladas na importância dada pelo seu governo, das quais se destacam” (ASP.ACE.10367/82, p. 6):

1º) **do orçamento militar 70% é dedicado a atividades de G.P. [Guerra Política] e 30% ao armamento propriamente dito;** 2º) **o departamento de G.P. constitui-se num organismo que pertence ao Ministério de Defesa chefiado por um oficial general de 3 estrelas, que trabalha em coordenação com o Presidente da República;** 3º) **que existe uma plena compreensão de que o mundo está envolvido numa guerra e que ela se desenvolve no terreno das ideias e, via de consequência, é competente [sic] das Forças Armadas a salvaguarda dos interesses nacionais,** porém que implica numa gama de técnicas e áreas de atuação que abrangem o território nacional, o exterior e dentro do país a toda sua população (ASP.ACE.10367/82, p. 6, grifo meu)

Observe-se que essa distribuição feita pelo governo taiwanês de 70% de seu orçamento militar às atividades de Guerra Política e 30% destinados “ao armamento propriamente dito” refletia, precisamente, a ideologia oficial da ditadura taiwanesa. Viu-se no CAPÍTULO 2 como o principal teórico militar de Taiwan, o general Wang Sheng, buscou resumir e desenvolver aquilo que seria o principal ensinamento do generalíssimo Chiang Kai-shek para a guerra anticomunista: a “fórmula” dos “30% militar e 70% político”<sup>799</sup>. Embora a “não seja necessariamente matemática”, essa fórmula do *generalíssimo* indicaria que “**o fator político é mais importante do que o militar**” e que, “embora a guerra política e as operações militares sejam diferentes, ainda assim elas deveriam ser coordenadas de perto em uma guerra total. Guerra Política enfatiza a resistência espiritual enquanto a guerra militar enfatiza o desenvolvimento do poder material” (SHENG, 1980: 9, grifo meu). “Após esta rápida conversa” entre os militares brasileiros e o general taiwanês não identificado, mantida em dezembro de 1975 dentro do Ministério de Defesa em Brasília, “perguntamos” – isto é, os fardados do Brasil – “a respeito do curso, o qual ele se propôs a verificar enquanto nos passava um pequeno ‘breaffin’ [sic] (enviaremos o texto do breaffin [sic] posteriormente)” (ASP.ACE.10367/82, p. 6). “Em seguida vieram os assessores do curso do G.P. e da Academia de Guerra Psicológica” e “no final dos debates ficou acordado o seguinte” (ASP.ACE.10367/82, p. 6):

---

<sup>799</sup> Viu-se também, neste CAPÍTULO 5, como a SEPES, em uma de suas “teses” apresentadas à VIII Conferência da WACL de 1975, criticou essa concepção “política” da guerra anticomunista por supostamente apequenar o fator militar na luta “antissubversiva”. A SEPES buscou então revisar os teóricos da “guerra política” na figura do ideólogo francês da contrainsurgência David Galula, que teria identificado no general Chang Ting-Cheng, do Exército Popular de Mao Tse-tung, o autor da fórmula segundo a qual a guerra revolucionária seria composta de 20% de ação militar e de 80% de ação política. Isto é, alterando-se 10% e se invertendo os termos – da guerra revolucionária para a guerra contrarrevolucionária –, pode-se deduzir que “a grande lição” do generalíssimo Chiang Kai-shek foi uma cópia do ensinamento de um general do Exército Popular maoísta.

Ofereceram-nos um curso: a) Idioma: Espanhol. b) Número de vagas: Mínimo 15 – Máximo 30. c) Duração: 8 a 12 semanas. d) Despesas. d1) De viagem: Por conta dos participantes. d2) De permanência incluindo hospedagens, refeições, transportes, etc.: Por conta da Academia. d3) Extras, estadia antes e depois do curso: Por conta do participante. e) **Data: qualquer uma a ser fixada pela SEPES**, desde que seja a partir de 20 de janeiro e com aviso de no mínimo 30 dias (ASP.ACE.10367/82, p. 6)

Isto é, o item e) do acordado entre os militares brasileiros e taiwaneses na reunião de dezembro de 1975 dentro do Ministério da Defesa do Brasil atribuíra à SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, a faculdade de fixar a data para um curso de Guerra Política a ser realizado em Taiwan, ao que tudo indica, no *Fu Hsing Kang College*. Ou seja, a SEPES, então presidida por um jovem de 28 anos que, desde abril de 1975, também era o presidente da Liga Mundial Anticomunista, estaria mediando o intercâmbio para um “Curso de Guerra Política” ou um “Curso de guerrilha no exterior” junto aos militares brasileiros e taiwaneses. É isso mesmo? Sim, é isso. Mas o Brasil não havia rompido relações diplomáticas com Taiwan e, necessariamente, não deveria estar preocupado com as reações da República Popular da China (RPCCh)?

Aparentemente, não muito. Mas, por precaução, a fim de ocultar esse intercâmbio de militares brasileiros com a Academia de Guerra Política de Taipei, a SEPES e a WACL serviriam como “coberturas” para dar um carácter “privado” a conexões anticomunistas tão arriscadas. Daí que, no documento dos militares brasileiros que sumariou a reunião sobre o “Curso de Guerra Política” realizada no Ministério da Defesa em Brasília, foi anotado o modo de se proceder por intermédio de uma artimanha capaz de ocultar o teor oficial das relações político-militares então entabuladas: **“O primeiro contato deverá ser feito através do Dr. Ku Cheng Kang, de tal maneira que se caracterize o caráter privado do convite, ou seja: SEPES-WACL”** (ASP.ACE.10367/82, p. 7, grifo meu).

Ao final da reunião celebrada no Ministério da Defesa em Brasília, os militares brasileiros, interessadíssimos no curso oferecido pela Academia de Guerra Política de Peitou, anotaram as seguintes providências solicitadas por seus congêneres de Taiwan: “Pediram-nos que enviássemos com a maior urgência possível a relação dos que participarão do curso, com a identificação de idade e grau de conhecimento de cada um, em especial no que se refere a G. P. [Guerra Política], assim como se algum dos participantes tiver interesse especial em alguma matéria” (ASP.ACE.10367/82, p. 7). Finalmente, na sequência desse documento que registrou a realização de uma “Reunião” da “Diretoria de Guerra Política” no “Min. [de] Defesa”, em

dezembro de 1975, para “Detalhar curso de Guerra Política a ser realizado”, foi aposta uma “nota” da Agência Central do SNI precedida da seguinte inscrição: “São Paulo, 5 de janeiro de 1976” (ASP.ACE.10367/82, p. 7). A “Nota da SE-32/AC/[SNI]” – SE-32 era, provavelmente, algum setor estratégico secreto dentro da Agência Central do SNI – registrou que o brasileiro presidente da WACL já havia entrado em contato com os militares brasileiros interessados no curso de Guerra Política (ou de Guerrilha) a ser ministrado em Taiwan:

**Em contato com o Sr. Carlos Barbieri, este informou que: – Os Centros Militares estavam interessados no Curso, aguardando somente uma decisão do SNI, para a coordenação final das medidas administrativas; – em caso de negativa do SNI e Centros, ele tentaria uma composição com outros países latinos, a fim de atingir o efetivo mínimo de 15 alunos (ASP.ACE.10367/82, p. 7, grifo meu)**

Em resumo, em janeiro de 1976, os Centros Militares já estariam “interessados” no curso na Academia de Guerra Política de Taipei e, caso fossem obrigados a declinar por algum impedimento eventualmente colocado pelo SNI, militares de “outros países” da América Latina poderiam se inscrever e participar do treinamento em guerra política anticomunista no *Fu Hsing Kang College*. Ou seja, quando o coronel Robert Drew Wang, provavelmente um militar representante do governo taiwanês no Brasil, visitou “os novos integrantes da SE-32/AC/SNI” em Brasília, em 10 de março de 1976, já estavam avançados os preparativos para o envio de militares brasileiros à Academia de Guerra Política de Peitou. Esse intercâmbio se realizaria de fato conforme o previsto? Quantos militares brasileiros foram estudar guerra política anticomunista no *Fu Hsing Kang College* sob a intermediação da SEPES/WACL? Quantos militares latino-americanos fizeram o mesmo pela intermediação da WACL/CAL/Urunday?

*5.15. Ultradireita explosiva? Quem esteve por trás o atentado à bomba contra a embaixada de Cuba em Lisboa (1976)?*

O Pedido de Busca n.º 1.602 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), de 13 de maio de 1976, assuntou um “explosivo” temário: **“Portugal. Política interna. ‘Atentado’ contra a Embaixada de Cuba em Lisboa. Pedido de dados sobre Carlos Barbieri Filho”** (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 2, grifo meu). Depois da Revolução dos Cravos de 1974, a extrema-direita portuguesa, saudosa da finada ditadura salazarista de Marcelo Caetano, tornou-se “bombista”, isto é, “explosiva”,

passando a infestar o país com atentados terroristas à bomba contra a “esquerdização” ou “comunização” do país. Viu-se, inclusive, como durante a VIII Conferência da WACL no Brasil, em 1975, o contexto político do Portugal pós-salazarismo preocupou os anticomunistas presentes naquele conclave. Referindo-se à VIII Conferência da Liga, a diplomacia norteamericana, inclusive, registraria que Barbieri Filho “sinalizou o planejamento de uma viagem a Portugal de um líder português anticomunista exilado neste verão” (U.S.EMBASSY, 1975)<sup>800</sup>. Seja como for, referido Pedido de Busca da DSI/MRE, embora tenha colocado entre aspas a palavra “atentado” – e logo se verá a razão dessa suspeição –, o fato é que a explosão de uma bomba plantada pela ultradireita na embaixada de Cuba em Lisboa assassinou dois de seus funcionários: Adriana Corcho, de 36 anos, e Efrén Monteagudo, de 33 anos.



**Figura 304.** Adriana Corcho e Efrén Monteagudo, dois jovens diplomatas assassinados na embaixada de Cuba em Lisboa, a 22

<sup>800</sup> Provavelmente, a diplomacia dos EUA referiu-se ao português exilado no Brasil Vasco Cabral que, via Movimento Viva Portugal, participou da VIII Conferência da WACL de 1975, no Rio de Janeiro, prometendo então lançar “um plano positivo para salvar Portugal dessa ‘minoría fanática ardilosa, treinada para a fria mentira, para o sofismo e para a maldade’” (ARAÚJO, 1975: 22).

de abril de 1976. O governo cubano acusou, à época, a CIA como responsável pelo atentado. FONTE: REPRESENTACIONES DIPLOMÁTICAS DE CUBA EN EL EXTERIOR, 2020.

O pedido de informações da DSI/MRE acerca da figura de Barbieri Filho foi feito na medida em que o nome desse dirigente anticomunista do Brasil, à época presidente da WACL, foi envolvido ao atentado e, assim, em um expediente aberto, “o Embaixador do BRASIL em LISBOA solicitou receber as informações eventualmente disponíveis sobre o Senhor CARLOS BARBIERI FILHO e a organização que preside” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 3). Eis que, no primeiro item do Pedido de Busca n.º 1.602, de maio de 1976, a DSI/MRE difundiu à Agência Central do SNI (AC/SNI) a informação segundo a qual “o jornal ‘Diário de Notícias’, de Lisboa, cuja redação é controlada por elementos afetos ao Partido Comunista Português, referiu-se, em sua edição de 12 MAI 76, na primeira página e com grande destaque, ao ‘atentado’ contra a Embaixada de Cuba em Lisboa, atribuindo o ato ao ‘Exército de Libertação Português’ (ELP)” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 2). De acordo com o *Diário de Notícias*, resgatado pela DSI/MRE, “o próprio ELP reivindicou a autoria do ‘atentado’, através de uma carta dirigida às autoridades policíacas e procedente de Vilar Formoso, localidade do Distrito da Guarda, próxima à fronteira espanhola” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 2). Na síntese inscrita no Pedido de Busca da DSI/MRE:

Procura o citado jornal reforçar a imputação ao ELP com a publicação de uma correspondência ‘especial’, enviada de Madrid por um certo Manuel Castillo, na qual se afirma ter ocorrido, na Capital espanhola, cinco dias antes do ‘atentado’, um encontro do ex-inspetor Barbieri, da PIDE/DGS (hoje supostamente ligado ao ELP) e um cidadão brasileiro identificado como ‘Dr. Carlos Barbieri Filho’ (que não seria parente do primeiro), Presidente da ‘Liga Anticomunista Mundial’, com sede em São Paulo/SP (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 2, grifo meu)

Não se trata, pois, de algo menor o registro do fato do *Diário de Notícias* – comunista ou não – ter publicamente identificado o brasileiro presidente da WACL e um ex-inspetor da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), antiga polícia política da ditadura salazarista, como um dos supostos artífices de referido atentado contra a embaixada de Cuba em Lisboa. Embora nada se tenha comprovado até hoje sobre a real autoria desse atentado terrorista, sabe-se que o



“Capítulo” cubano da WACL/CAL, o grupo paramilitar Alpha 66, organizava à época atos terroristas contra representantes e autoridades do governo de Cuba mundo afora<sup>801</sup>.

De acordo com o *Diário de Notícias*, recolhido pela DSI/MRE, o então presidente da WACL “**Barbieri Filho teria chegado à Espanha incognito, vindo de Lausanne e em trânsito para Seul e os encontros com o ex-inspetor da PIDE teriam tido lugar no apartamento de uma chilena de nome ‘Ana Maria Pintos’, dada como ‘provável agente dos serviços secretos de Pinochet’**” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 2, grifo meu). Acerca das prováveis conexões repressivas do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL com a ditadura militar do Chile, nunca é demais reiterar que a responsável pela Secretaria de Atividades Internacionais da SEPES era uma chilena, Ana Maria Stuyen, caracterizada pelo SNI como uma “agente do serviço de informações de seu país, radicada no Brasil” (AGO.ACE.4515/83, p. 11). Seria irrazoável conjecturar sobre o paralelismo entre dois nomes compostos – “Ana Maria Pintos” na Europa e “Ana Maria Stuyen” da SEPES no Brasil?<sup>802</sup>

Ainda no Pedido de Busca n.º 1602, de maio de 1976, a DSI/MRE destacou que a citada matéria do “comunista” *Diário de Notícias* português “estabelece ainda ligações do ELP com Jorge Jardim (ex-líder da comunidade branca de Moçambique), as famílias Espírito Santo e Melo, os ‘Viriatos’, Cotta Dias (ex-Ministro de Marcelo Caetano) e até mesmo Carlos Lacerda” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, pp. 2-3). Apesar dessas denúncias, nunca comprovadas, lançadas pelo *Diário de Notícias* envolvendo um atentado à bomba contra a embaixada cubana em Portugal que resultaram em duas mortes, “a Embaixada do BRASIL em LISBOA”, chefiada pelo embaixador Carlos Alberto da Fontoura, “julga que a matéria do ‘Diário de Lisboa’ apresenta todas as características de elaborada peça de desinformação, provavelmente destinada a dar credibilidade à tese do ‘atentado’ e contrapor-se à teoria – que os fatos parecem

---

<sup>801</sup> Sabe-se igualmente que o ano de 1976 foi o momento de unificação de uma miríade de agrupamentos terroristas do exílio anticastrista na chamada *Coordinación de Organizaciones Revolucionarias Unidas* (CORU). Uma porção de grupos anticastristas que mantinham disputas violentíssimas entre si em seu exílio nos EUA foram estimulados pela CIA e pelo FBI a se reagruparem na CORU. Deveriam, pois, conduzir suas atividades terroristas de ultradireita “fora dos EUA” (DINGES; LANDAU, 1980: 251). O Alpha 66 foi um dos grupos que integrou a CORU, cujos membros foram empregados pela DINA chilena na Operação Condor (por exemplo, no assassinato em 1976 do ex-ministro de Salvador Allende Orlando Letelier). O *slogan* da CORU, “guerra pelas estradas do mundo” significou a opção política pelo terrorismo internacional contra aviões e embaixadas do governo de Cuba (DINGES, 2005: 128).

<sup>802</sup> Quem teriam sido essas mulheres – a mesma mulher? Sabe-se que a DINA manteve um número expressivo de mulheres como agentes no exterior (SALVO SALAZAR, 2011), embora quase nada se saiba sobre a “misteriosa” Ana Maria Stuyen, hoje uma competente historiadora universitária no Chile pós-Pinochet.

**cada vez mais confirmar – de que a Embaixada cubana foi destruída por explosivos que se encontravam em seu interior”** (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 3, grifo meu).

O embaixador brasileiro, portanto, julgou factível a hipótese kafkiana de que a explosão à bomba que matou dois funcionários diplomáticos cubanos tivesse sido, em verdade, um “auto-atentado” promovido pelo governo de Cuba. “Fantástica” imaginação diplomática, muito recorrente, como se verá, nos meios policiais e militares da extrema-direita, *expert* em cometer atentados terroristas e responsabilizar seus inimigos como sendo os verdadeiros terroristas para, assim, fomentarem um ambiente de caos propício ao fechamento autocrático de regimes políticos<sup>803</sup>. Para o embaixador Fontoura, pois, “explosivos” guardados dentro da embaixada de Cuba em Portugal teriam “explodido”, já que explosivos explodem, não é mesmo? Apesar do embaixador brasileiro em Lisboa já estar convencido da tese do “auto-atentado”, a embaixada do Brasil em Portugal não deixou de solicitar informações sobre o brasileiro implicado pelo *Diário de Notícias* português no “atentado”, sempre entre aspas.

Esse fato, por conseguinte, mobilizou a atenção e os agentes da DSI/MRE. Isto é, esse braço do SNI dentro do Itamaraty e da Secretaria de Estado das Relações Exteriores solicitou à Agência Central do SNI um parecer “sobre a resposata a ser fornecida ao Embaixador CARLOS ALBERTO DA FONTOURA sobre a consulta” acerca de informações existentes a respeito de Barbieri filho. A DSI/MRE solicitou à AC/SNI “outros dados julgados úteis para o esclarecimento do Chefe da Missão diplomática do BRASIL em LISBOA” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 3). Eis que, embora o embaixador Fontoura tenha se mostrado convencido da tese do “auto-atentado”, a DSI/MRE precisaria lhe dar alguma informação sobre Barbieri Filho. E qual foi a mensagem encaminhada? Não se tendo podido localizar a comunicação feita pelo Itamaraty ao embaixador brasileiro em Portugal, foi anexado ao Pedido de Busca n.º 1602 da DSI/MRE, porém, uma antiga Informação da AC/SNI sobre o brasileiro implicado, pelo *Diário de Notícias* português, no atentado à bomba à embaixada de Cuba em Lisboa.

Absolutamente laudatória, a Informação n.º 244/16, de 14 de janeiro de 1974, deve ter servido para “esclacer” o embaixador Fontoura sobre o brasileiro presidente da SEPES e da WACL

---

<sup>803</sup> Essa artimanha é conhecida como “estratégica de tensão”. Cf. CHRISTIE (1984).

sobre o qual o diplomata gostaria de obter maiores informações. Naquela, o SNI garantiu que Barbieri Filho era um autêntico “democrata” e que, acima de tudo, “desfruta de excelente relacionamento com as organizações anticomunistas nacionais e internacionais” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 4). Na Informação de janeiro de 1976, a AC/SNI esclareceu ao embaixador brasileiro em Portugal que o brasileiro em questão, “recentemente, terminou o seu mandato de Presidente da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e que, **através da SEPES, vem desenvolvendo relevante atuação em favor das causas anticomunista e de apoio aos princípios da Revolução de 1964**” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 4, grifo meu).

Sempre segundo o SNI, “**através da Rádio Novo Mundo (São Paulo/SP), SBI (Sociedade Brasileira de Imprensa) e ‘O Expresso’, o grupo de CARLOS BARBIERI FILHO vem se contrapondo ao esquema esquerdista que predomina nos meios de comunicação social brasileiro**” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 4, grifo meu). Enfim, garantindo a idoneidade anticomunista do presidente da SEPES e já então ex-presidente da WACL, a AC/SNI assegurou que Barbieri Filho, “até a presente data, **goza de bom conceito junto aos Órgãos de Segurança**” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 5, grifo meu).

Se é verdade que o “comunista” *Diário de Notícias* de Portugal destacou que “**Barbieri Filho teria chegado à Espanha incógnito, vindo de Lausanne e em trânsito para Seul**” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1, p. 2, grifo meu), onde estaria à época o brasileiro que ainda era presidente da WACL? Estaria ele na Europa naquele período? De acordo com o registro do DEOPS paulista, sim. Barbieri Filho, conforme monitoramento já citado feito pela polícia política de São Paulo, “**EMBARCOU pelo Aeroporto de Congonhas pelo voo 752 com destino a Genova em 13 de abril de 1976**” (APESP: SSP.DEOPS.SOI.Pasta18.Doc.10., p. 2, grifo meu). Gênova, na Itália, sendo o local de chegada do brasileiro à Europa, encontra-se a 391 quilômetros de Lausanne, na Suíça. Enfim, e por que, caso o *Diário de Notícias* estiver certo, o brasileiro naquela altura ainda presidente da WACL estaria “em trânsito para Seul”? Provavelmente pelo fato de que, entre 1º e 5 de maio de 1975, na capital sul-coreana, seria realizada a IX Conferência da WACL. Nela, como logo se verá, Barbieri Filho passaria, finalmente, o cargo de presidente da Liga para o veterano anticomunista da Coreia do Sul Bem C. Limb. Que fizera o

brasileiro, nos estertores de sua presidência da WACL, nesse *pit stop* europeu de abril de 1976? E, justamente em 22 de abril daquele ano, o atentado à bomba na embaixada cubana em Lisboa assassinara Adriana Corcho e Efrén Monteagudo. Embora nada se possa afirmar seguramente sobre o assunto, restando à historiografia apenas algumas peças desse “quebra-cabeça”, as pesquisas futuras terão de trilhar essas histórias e levantar essas questões.

#### 5.16. *Ultradireita explosiva? Quem esteve por trás do atentado à bomba contra o CEBRAP (1976)?*

A “Revista Política Semanal” do DOPS-SP, datada de 17 de setembro de 1976, anotou fragmentos que deveriam servir de subsídios “Para Informe”. Escritos em um português precário, essas notas policiais do DOPS-SP conectaram, de alguma maneira, o semanário oficial da SEPES – *O Expresso* – ao atentado à bomba realizado, também em setembro daquele ano, na sede do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), sediado no bairro da Consolação, na cidade de São Paulo. A ação foi atribuída, sem nunca ter sido apurada ou comprovada tal acusação, a uma referida “Aliança Anticomunista Brasileira” (AAB). O registro do DOPS paulista em questão anotou, contudo, que “Nós recebemos uma objeção do jornal ‘O EXPRESSO’ de São Paulo” (APESP: 50Z-0-158). Nela, declarou-se ao DOPS-SP que o “**AAB**” – isto é, **a Aliança Anticomunista Brasileira** apontada como responsável pela explosão da sede do CEBRAP – “não tem nenhuma ligação com o nosso jornal [*O Expresso*]. Ao lado que, V. deve saber, que não existem provas da existência de tal organização no Brasil”, sendo “bem possível que isto é um instrumento a ser usado para favorecer a oposição e atividades terroristas pelos extremistas marxistas” (APESP: 50Z-0-158, grifo meu).

O DOPS paulista ainda anotou que “‘O EXPRESSO’ nos descreve sobre o seu editor, Carlo Barbieri Filho, como sendo presidente da Legião Mundial Anti-Comunista [*sic*], e frisa, que ele não ocupou este posto desde maio de 1976. Eles desmentem qualquer associação com a Triple-A Argentina” (APESP: 50Z-0-158). Seja como for, avançou o registro “Para Informe” do DOPS-SP, “**duas semanas antes da explosão de bomba no escritório do instituto de ciência social, Cebrap /veja a última edição da semana passada/, ‘O EXPRESSO’ publicou um imenso ataque, descrevendo isto como sendo centro de subversão**” (APESP: 50Z-0-158, grifo meu). O CEBRAP, prosseguiu o registro da polícia política paulista, “tem como principais acadêmicos o

economista Paulo Singer e o sociologista [sic] Fernando Henrique Cardoso” e “a maior parte de seus fundos provem da Fundação Ford” (APESP: 50Z-0-158). O investigador do DOPS-SP, mesmo que se equivocando quanto à data da fundação da SEPES – criada em 1971 e não em 1976 – salientou “Para Informe” policial que **“o ataque de ‘O Expresso’ coincide com a nova fundação da organização científica social, Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais /SEPES/ onde é seu presidente Barbieri”** (APESP: 50Z-0-158, grifo meu).

É mais do que provável, todavia, que o agente policial tenha se referido, quando mencionou “a nova fundação” da SEPES, à posse de seu novo quadro de diretores e conselheiros consultivos ocorrida, no Nacional Club, em agosto de 1976. Esse fato se confirma na medida em que o registro policial citou o “discurso inaugural” de Barbieri Filho, transcrevendo (sempre em português precário) o mesmíssimo trecho do discurso do presidente da SEPES e ex-presidente da WACL proferido no Nacional Club e, felizmente, reproduzido sem erros ortográficos pelo jornal de oposição à ditadura *Movimento*. Em sua edição n.º 62, de 6 de agosto de 1976, o *Movimento*, em matéria intitulada *A Sepes e o anticomunismo. A sociedade que combate o comunismo no Brasil*, registrou que, “durante a posse da diretoria da Sepes, o presidente Carlo Barbieri Filho, depois de lembrar que movimentos de esquerda como o dos Tupamaros, no Uruguai, o ERP, na Argentina, e outros já foram desarticulados na América do Sul, disse” (MOVIMENTO, 1976: 4):

Devemos, porém, atentar que **a ação inimiga mudou o método e não devemos esperar dela mais que esporádicas ações terroristas ou de agitação, pois sua experiência mostrou ser muito eficaz a infiltração**, que por um controle ou influência num organismo de controle de preços, impedindo a capitalização das empresas por um lado, e favorecendo a infiltração por outro, cria uma instabilidade social muito mais forte do que um comício de porta de fábrica. Da mesma maneira, **a destruição dos nossos valores, feita sistemática e orquestradamente na maioria ou quase totalidade dos meios de comunicação**, tem muito mais efeito do que a distribuição de alguns poucos exemplares da Voz Operária. **Porém, o mais danoso foi a ação anestésica realizada sobre os nossos empresários que largando as heroicas atitudes que tanto contribuíram para a salvação do Brasil em 1964, tranquilizaram-se e omitiram-se numa segunda fase e hoje em dia em muitos casos financiam a oposição de forma geral e alimentam a subversão através de condescendente contribuição com os veículos de comunicações de massa, que disseminam a desagregação dos nossos valores, e postulam a destruição gradativa, embora dissimulada às vezes, da livre iniciativa** (MOVIMENTO, 1974: 4, grifo meu)<sup>804</sup>

---

<sup>804</sup> Em um português precaríssimo, o registro do DOPS paulista reproduziu, da seguinte maneira, trechos do mesmo discurso do presidente da SEPES: “No seu discurso inaugural, o Barbieri disse que com as falhas das organizações tais como Tupamaros e o ERP ‘nós devemos estar prontos para o inimigo ao trocar seus métodos e não esperar mais do que ataques esporádicos terroristas e agitações. Sua experiência demonstrou ser muito eficiente na infiltração. Através do controle ou influência na comissão de controle de preços impede a capitalização nas companhias de um lado e favorecendo a infiltração de outro lado, isto cria uma grande instabilidade social” (APESP: 50Z-0-157).

Na sequência, o registro do policial do DOPS-SP destacou que “sete membros do governo enviaram congratulações a SEPES”, na cerimônia de posse, em agosto de 1976, de sua nova Diretoria e Conselho Consultivo, concluindo, da seguinte maneira, suas notas subsidiárias “Para Informe”: **“É provável e significativo que o ‘O EXPRESSO’ hostilize de perto o Cebrap, e a ação do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Cel. Erasmo Dias, que é encarregado das investigações na Cebrap, e outros recentes incidentes com bombas”** (APESP: 50Z-0-157, grifo meu). Por fim, destacou que o coronel Erasmo Dias descuidou de uma linha de investigação: **“Ele não levou em conta a possibilidade que Cebrap explodiu seu próprio escritório para chamar atenção da publicidade para o seu livro o qual foi recentemente publicado”** (APESP: 50Z-0-157, grifo meu), a saber, *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*, “solicitado pela justiça e comissão de paz de arquidiocese de S. Paulo” (APESP: 50Z-0-157). O próprio “Coronel Dias”, finalmente, “descreve isto como sendo ‘essencialmente marxista com fotografias falsas e com os documentários irrealis’”, e **“também acredita que a AAB (Aliança Ante Comunista Brasileira) é o fronte marxista”** (APESP: 50Z-0-157, grifo meu).

Tal qual o presidente da SEPES e ex-presidente da WACL, porém, “com menos sofisticação do que Carlo Barbieri Filho”, o coronel Erasmo Dias também “explicou, que o nosso inimigo é o partido comunista, aqueles marxistas mascarados, e aqueles sem máscara, o[s] filocomunistas, cripto-comunistas, simpatizantes e para-comunistas os quais representam extremamente minoria ativa”, ressaltando: **“Nós obviamente não somos tão obtusos como enxergar comunistas em toda parte, mas os eventos recentes são evidentemente manobras comunistas”** (APESP: 50-Z-157, grifo meu). Dessa maneira, embora nunca tenham sido identificados os verdadeiros autores do atentado à bomba contra a sede do CEBRAP, o referido registro do DOPS-SP não deixou de aventar eventuais ligações da SEPES com esse atentado da ultradireita bombista brasileira. Porém, na medida em que o próprio responsável por apurar o caso à época, o coronel Erasmo Dias, julgou “plausível” a hipótese kafikiana de que os “comunistas” estavam por detrás da explosão, nada foi feito ou elucidado. Até hoje é um “mistério” guardado a sete chaves quem foram, de fato, os verdadeiros autores do atentado à bomba à sede do CEBRAP em São Paulo.

Porém, o atentado ao CEBRAP não foi o único cometido por essa “misteriosa” organização terrorista da ultradireita brasileira. Não se tratou de um acontecimento isolado. O jornal *O Estado de São Paulo* noticiou, a 5 de setembro de 1976, que a bomba contra o CEBRAP teria sido atirada por ativistas da Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), “a mesma que há 17 dias investiu contra as sedes da ABI [Associação Brasileira de Imprensa] e da OAB [Ordem dos Advogados], no Rio de Janeiro” (BR.DFANBSB.Z4.SNA.TRR.0003.D0001.DE0001, p. 63)<sup>805</sup>. Referindo-se às investidas contra a AIB e a OAB, *O Estado de São Paulo* destacou que “a autoria dos dois atentados foi reivindicada pela Aliança Anticomunista Brasileira que, em panfletos deixados na ABI e na OAB, dizia ser ‘uma advertência inicial aos lacaios de Moscou, que pagariam com a vida caso continuassem a tentar a comunização do país’” (BR.DFANBSB.Z4.SNA.TRR.0003.D0001.DE0001, p. 64).

Em 22 de setembro, depois de reivindicar os atentados contra a AIB, a OAB e o CEBRAP<sup>806</sup>, a “misteriosa” Aliança Anticomunista Brasileira assumiu a autoria do sequestro e espancamento do bispo de Nova Iguaçu dom Adriano Hipólito<sup>807</sup>. No Programa Somos Todos Irmãos, de 27 de novembro de 1976, dom Hipólito “declarou que a Aliança Anticomunista Brasileira, que o sequestrou há dois meses, deve ser encarada como uma realidade formada por grupos radicais de direita, oriundos do movimento revolucionário de 64 e que agora estão inconformados com a abertura democrática empreendida pelo Presidente da República [Ernesto Geisel]” (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0712.D0001.DE0001, p. 68).

Não sendo possível comprovar, porém, o nexó entre a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) e a SEPES, o certo é que esta também, enquanto “Capítulo” brasileiro da WACL, integrou

---

<sup>805</sup> No Rio de Janeiro, a “misteriosa” AAB se notabilizou por enviar cartas a advogados que defendiam presos políticos “com ameaças de morte caso continuassem a defender causas ‘dos bandidos comunistas’” (BR.DFANBSB.Z4.SNA.TRR.0003.D0001.DE0001, p. 64).

<sup>806</sup> Houve ainda atentados à Auditoria Militar e Porto Alegre e à casa de Roberto Marinho, magnata proprietário da rede Globo de telecomunicações (televisão e jornal).

<sup>807</sup> Em seu manifesto “Ao Povo da Baixada Fluminense”, a AAB, “explicando-se” sobre o sequestro e espancamento de dom Hipólito, salientou que “é contra essa escória vermelha, esse lixo moral, que luta a AAB”. Esta, supostamente, “não mente e cumpre o que promete! Que o digam os comunistas da ABI, OAB, CNBB e Rêde GLOBO, punida na pessoa deste mascate apadrinhador de comunistas que é ROBERTO MARINHO. Cuidem-se e aproveitem a vida que lhes resta, bispos vermelhos! Um a um serão chamados para prestar contas de suas traições à Pátria, pelas quais, de agora em diante, pagarão com a própria vida. A AAB já os julgou e condenou: até que este Governo [Geisel], corrupto, acovardado e desorientado, desperte de sua omissão e aplique a LEI aos traidores, nós seremos a JUSTIÇA! MORTE À CANALHA COMUNISTA! VIVA O BRASIL! ALIANÇA ANTICOMUNISTA BRASILEIRA” (BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU.0228.D001, p. 373).

a “linha dura” da extrema-direita verde-amarela contrária ao projeto de “abertura lenda, gradual e segura” de Geisel. O presidente da SEPES Barbieri Filho, inclusive, em palestra que ministraria em 1980 na Escola Superior de Guerra (ESG), deixou isso claro, demarcando que **“o processo revolucionário foi superado pelo objetivo da ‘abertura’, isso desde 1974, e os militares perderam influência ou o direito de veto na orientação do país”** (BARBIERI FILHO, 1980: 17-18, grifo meu).

### *5.17. Brasil, 1976: a nova Diretoria e o novo Conselho Consultivo da SEPES*

Finalmente, Barbieri Filho entregaria o cargo de presidente da WACL, no início de maio de 1976, ao veterano anticomunista sul-coreano Bem C. Limb, durante a IX Conferência da Liga realizada em Seul. Antes de se passar a isso, porém, ao final deste CAPÍTULO 5, é preciso passar em revista a nova composição da SEPES consolidada em agosto daquele mesmo ano. A envergadura global adquirida pela SEPES e por seus aliados da ditadura militar brasileira permitiria que, em agosto de 1976, um poderoso quadro diretivo e consultivo passasse a integrar esse “Capítulo” ostensivo do Brasil dentro do complexo WACL/CAL. É isso que será esmiuçado agora. Assim que, felizmente, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do estado de São Paulo armazenou em seu acervo repressivo um importante documento produzido pela própria SEPES, no qual se registrou a posse da Diretoria e do Conselho Consultivo da entidade para o biênio 1976-77.

O evento de posse do novo quadro da SEPES foi realizado no Nacional Club, na cidade de São Paulo, no bairro do Pacaembu, em 26 de agosto de 1976. A cerimônia contou com a “estrela” do então ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen<sup>808</sup> como seu orador principal. Em seu discurso, no qual “fez um breve exame do quadro econômico brasileiro”, o ministro da Fazenda do general-presidente Ernesto Geisel saudou a SEPES por ter “desenvolvido um

---

<sup>808</sup> Em maio de 1977, a SEPES organizou um ciclo de palestras sobre “A Empresa Privada e o Desenvolvimento Nacional”. Mário Henrique Simonsen discursou sobre “A estatização da economia brasileira”; Henry Maksoud sobre “A burocracia e a estatização”; Adhemar de Barros Filho sobre “A participação da empresa estrangeira no processo de desenvolvimento nacional”; e Teóphilo de Azeredo Santos sobre “A participação das empresas financeiras privadas no processo de desenvolvimento e a concorrência das empresas financeiras estatais” (APESP: 50J-0-77). “A preocupação de nossa entidade, como se verifica pelo título do ciclo, diz respeito ao aspecto econômico da oniestatalidade, caracterizadamente chamado de capitalismo de Estado; estatismo, eliminando o poder das formas pré-estatais e dos indivíduos, é fenômeno bastante espalhado em todo o mundo, e atinge particularmente o Brasil” (APESP: 50J-0-77)



belíssimo trabalho no sentido da análise dos nossos problemas políticos, econômicos e sociais, contribuindo de forma extremamente relevante para a divulgação e para o aperfeiçoamento daquele modelo de sociedade que se vem procurando estabelecer no Brasil desde a Revolução de 1964” (APESP: 50-J-0-4788)<sup>809</sup>. Décadas depois dessa cerimônia no Nacional Club, o próprio presidente da SEPES Barbieri Filho recontaria, em entrevista ao jornalista Rubens Valente, que “o grupo nasceu a partir de ‘divagações e conversas’ que ele e seu pai [Carlo Barbieri] mantiveram com o economista e banqueiro Mário Henrique Simonsen (1935-1997), ministro da Fazenda da ditadura” (VALENTE, 2009)<sup>810</sup>.

À solenidade da SEPES participaram, ao lado do ministro Simonsen, “várias autoridades civis e militares, entre as quais: o Sr. Secretário da Administração do Governo de São Paulo, Adhemar de Barros Filho, representando o Governador, Paulo Egydio Martins; o Sr. Theobaldo De Nigris, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; o Sr. José Papa Júnior, Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo; o Sr. Paulo Salim Maluf, Presidente da Associação Comercial do Estado de São Paulo; [e] o Sr. Teófilo de Azevedo Santos, Presidente do Sindicato dos Bancos” (APESP: 50-J-0-4788). De seus aliados internacionais, felicitações foram “enviadas à nova diretoria da SEPES, destacando-se a mensagem do Presidente da República do Chile, General Augusto Pinochet Ugarte, agradecendo a cooperação à causa comum e desejando ‘toda a sorte de êxito e prosperidade em seu futuro trabalho’” e, igualmente, “sobrevêm os votos do Presidente da República da China, C. K. Yen, do Vice Presidente da Guatemala, Mário Sandoval Alarcón, e vários embaixadores” (APESP, 50-J-0-4788). Além dessas

---

<sup>809</sup> A intervenção de Mario Henrique Simonsen foi sintetizada por um araponga da polícia política paulista infiltrado na cerimônia: “Em seguida falou o Sr. Ministro da Fazenda, enaltecendo a princípio os trabalhos desenvolvidos pela SEPES, continuando com uma explanação da situação financeira do país, agravada pela crise internacional do petróleo, mas atenuada pelos métodos de contenção, aparentemente antipáticos, utilizados pelo Governo, mas que não impediu que o Brasil continuasse crescendo, quer em sua situação financeira, quer no conceito cada vez maior perante outros países” (APESP: 50J-0-5262).

<sup>810</sup> É muito provável que a localização da origem da SEPES na “tabelinha” Mario Henrique Simonsen com os Barbeiri feita a Rubens Valente seja mais uma “forçação de barra” do ex-presidente da SEPES com a finalidade de despistar e ocultar os nexos repressivos do grupo com os militares da ditadura bonapartista à época vigente no país. Lembre-se, nesse sentido, a falsificação histórica proposta por Barbieri Filho à pesquisadora Marcia Guena dos Santos. Em entrevista posteriormente concedida a ela, jurou ser um “liberal radical” e que “a sua atuação junto à WACL e à SEPES destinava-se à defesa do liberalismo econômico, sem nenhum vínculo com as Forças Armadas” (DOS SANTOS, 1998: 196). Jurou que a SEPES “não apoiaria de jeito nenhum a presença de militares na Liga” (BARBIERI *apud* DOS SANTOS, 1998: 196). Em seu discurso no Nacional Club de 1976, ao contrário do alegado *a posteriori*, escancarou-se, todavia, o caráter antiliberal do ideário de extrema-direita do presidente da SEPES, assim como a vinculação da organização com os militares brasileiros.

congratulações, diversos “Ministros de Estado, Comandantes Militares, Governadores estaduais, parlamentares, personalidades eclesiásticas, representantes de entidade de classes, além de empresários, enviaram congratulações à nova diretoria da Sepes, complementando as mensagens enviadas do exterior” (APESP, 50-J-0-4788).

Além da SEPES, também um araponga da polícia política paulista, “procedendo ao trabalho de observação na Rua Angatuba n.º 703, Sede do NATIONAL CLUB, onde foram realizadas as cerimônias de posse da nova Diretoria da SEPES – SOCIEDADE DE ESTUDOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS”, registrou outros detalhes do evento (APESP: 50J-0-5262). “Cumprindo as determinações de Vossa Senhoria”, “o Senhor Delegado Titular da Divisão de Ordem Política” do DOPS-SP, o policial infiltrado (não identificado) reportou que a cerimônia “teve início com a execução do Hino Nacional pela Banda da Polícia Militar de São Paulo, às 21:00” (APESP: 50J-0-5262). Além dos já citados anticomunistas que participaram do encontro, o araponga acrescentou a presença do “Dep. Fed. Cunha Bueno Filho” e do “Dep. Ivair de Freitas Garcia”. Este, como visto, era um ex-delegado do DOPS-SP eleito deputado federal pela ARENA. Ele fora um dos torturadores do militante comunista e historiador Jacob Gorender. “O Sr. Murilo Antunes Alves orientava os trabalhos, anunciando os oradores” (APESP: 50J-0-5262). Encerrando seu relatório, o agente do DOPS-SP ainda anotou “a presença dos Senhores João Brasil Vita, Sérvulo da Mota Lima e do Cel. Cmte. da Polícia Militar do Estado” (APESP: 50J-0-5262).

Toda essa constelação da ultradireita, assinalou o informe da SEPES, demarcou “a irmandade que une tais entidades, em prol de uma causa comum” (APESP, 50-J-0-4788). Coube ao presidente da SEPES Barbieri Filho explicar o teor da causa *comum* anticomunista, pronunciando um discurso no qual “reafirmou os princípios fundamentais que norteiam a ação da SEPES. Do discurso, vivamente aplaudido”, destacou-se que o mundo não viveria, “infelizmente”, em “uma quadra tranquila, baseada na aceitação de valores comuns”. Pelo contrário, seria o “pensamento da Sepes que o historiador do futuro, quando tentar descrever **a crise dos nossos dias** de maneira sintética, porém em dimensão estratégica, não o fará se ela decorrer da confrontação de interesses entre duas nações, mas ao contrário, como sendo **o resultado da tentativa de superação da cultura cristã, com inegável impulso civilizador que deles decorreu, contra a imposição de um novo quadro de valores baseado no ‘materialismo’**” (APESP: 50-J-0-4788, grifo meu).

Expondo a ideologia espiritualista católica da SEPES (leia-se: antimaterialista), seu presidente Barbieri Filho defendeu que “nossa concepção de homem baseia-se na sua transcendência; em seu livre arbítrio, e em sua responsabilidade para com Deus e seus irmãos; no respeito a regras morais permanentes e válidas em sua essência”, rechaçando frontalmente, assim, “o materialismo” (APESP: 50-J-0-4788). Os inimigos mais visíveis seriam, demarcou o presidente da SEPES, a URSS, a República Popular da China (RPC) e “demais nações marxistas”. Todos esses países “marxistas” brindariam seu apoio “para o seu florescimento (do materialismo) e expansão”, agindo como verdadeiras “potências que precisam outorgar ao materialismo uma validade universal, a fim de justificar sua perpetuação no poder e a dominação consequente de várias Nações que hoje, ultrapassam, em termos de população, um terço do nosso mundo” (APESP: 50-J-0-4788).

Barbieri Filho, propugnando o perigo das ideias “materialistas” difundidas por “inimigo internos”, denunciou ainda a existência de **“uma força negativa, propiciadora destas idéias dentro das nossas próprias sociedades, a qual nos impede de ver com clareza necessária a ameaça que paira sobre nós”** (APESP: 50-J-0-4788, grifo meu). Barbieri Filho designou essa *ameaça que paira sobre nós* – os anticomunistas da SEPES – “com o nome de interferência cultural” *materialista*, note-se bem, do materialismo *em geral* que, como visto, teria sua gênese histórica nas revoluções burguesas da Europa do século XVIII. Segundo o presidente da SEPES, **“historicamente, poderíamos referi-la” – a saber, a interferência cultural materialista**<sup>811</sup> – **“ao século XVII com o triunfo político do pensamento agnóstico logo após a revolução francesa de 1789 e o surgimento da revolução industrial, a qual veio a sobrepor-se ao quadro básico dos valores da nossa cultura cristã”** (APESP: 50-J-0-4788, grifo meu).

Nesse trecho, é possível flagrar o verdadeiro teor da postura reacionária da SEPES. Seu ultraconservadorismo não se voltou apenas contra o *materialismo* marxista, mas também rechaçou o *materialismo* característico da dupla revolução burguesa do século XVIII e, contra ele e seu *agnosticismo*, defendeu os *valores da nossa cultura cristã*. A SEPES criticou, pois, o *materialismo* das revoluções burguesas do Setecentos quando, supostamente, “a legítima inspiração de liberdade inerente à natureza humana foi confundida com **uma libertinagem sem limites, abrindo caminho**

---

<sup>811</sup> Essa “teoria” da “interferência cultural” *materialista* já foi vista na análise dos *Boletins da SEPES*.

**para a penetração das idéias [que] queiram destruir justamente aquela liberdade** pela qual tantos homens deram suas vidas ao logo dos séculos” (APESP: 50-J-0-4788, grifo meu).

O ser humano, conforme esse ideário sepista, seria basicamente um ente *espiritual*, não sendo *materialmente* determinado. Dessa forma, “côncios de liberdade do espírito”, crentes que “o Homem, longe de estar determinado, e portanto aprisionado completamente pelos fatos que o cercam, poderá sempre modificá-los, e deverá fazê-lo para melhor; e isso é renovação, isso é progresso, isso é revolução” (APESP: 50-J-0-4788). Ou seja, renovação, progresso e revolução *espirituais*. Na sequência, Barbieri Filho explicitou como a crítica da SEPES ao agnosticismo materialista tributário das revoluções burguesas do século XVIII redundou, ideologicamente, em uma postura antiliberal. Assim que “a nossa luta”, a da SEPES, seria “**a luta permanente em favor da verdadeira liberdade, alheia ao liberalismo suicida**, luta em favor de uma definição clara dos direitos do homem, ao mesmo tempo que dos seus deveres, de que não se fala tanto ultimamente” (APESP: 50-J-0-4788, grifo meu).

O liberalismo político seria “suicida”, portanto, na medida em que, ao proteger formalmente a existência de um parlamento livre e o sufrágio universal direto, abriria o *caminho para a penetração das ideias* marxistas. O liberalismo como ideologia própria à burguesia outrora revolucionária, ao menos no eixo franco-britânico, teria se transformado em *libertinagem sem limites*. Esse foi, em cheio, o verdadeiro teor antiliberal e anticomunista que demarcou o perfil ideológico da SEPES. Finalmente, esse “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL lutaria, seguindo o discurso de seu presidente Barbieri Filho, “em favor do Movimento de Março [de 1964], no sentido da crescente sintonização entre eles e as aspirações mais reais e mais profundas de nossa gente, nem sempre bem interpretadas pelos que se supõem seus intérpretes” (APESP: 50-J-0-4788). A SEPES encamparia, dessa forma, uma “luta pela coragem de afirmar os princípios em que se acredita, sem temor da atoarda do inimigo, que valendo-se de confusão reinante entre nós, convive conosco, como Cavalo de Tróia” (APESP: 50-J-0-4788). “Luta, enfim, que justifique a nossa passagem pela vida em termos do cumprimento de deveres, que decorrem das convicções profundas a que aderem em boa fé e reta intenção, as nossas consciências” (APESP: 50-J-0-4788).

Enfim, o informe produzido pela SEPES sobre o evento de posse de seu novo quadro de membros registrou que “a demorada ovação que saudou o discurso [de Barbieri Filho] testemunhou, eloquentemente, a adesão de inúmeros brasileiros aos ideais compartilhados pela SEPES”

(APESP: 50-J-0-4788). Por último, “concluindo seu discurso, o diretor presidente da Sepes lançou um brado de alerta, ao mesmo tempo de esperança e força, rememorando que o inimigo vence quando os bons se omitem” (APESP: 50-J-0-4788):

**Nosso país deve constituir-se, pela força dos ideais revolucionários, num baluarte contra essa máquina destruidora (o materialismo, o marxismo). Temos o dever de se posicionar que as lutas já travadas tiveram seu sentido, que a dialética da história não está determinada como o querem situar os materialistas; que muito se tem feito e que o temor que nos inspira a maré socializante e desumanizadora que assola o mundo no qual estamos imersos, não deve chegar a influenciar o processo nacional até o ponto de obrigá-lo a transigir com os princípios que um dia todo o Brasil unido aclamou** (APESP: 50-J-0-4788, grifo meu)

Assim sendo, arrematou Barbieri Filho, a *máquina destruidora do materialismo marxista*, gestora da *maré socializante e desumanizadora que assola o mundo*, seria a responsável por fazer o regime militar no país “a transigir com os princípios que um dia todo o Brasil unido aclamou”, com isso sinalizando que a “cruzada” anticomunista da SEPES se posicionaria, prática e ideologicamente, contra o projeto de “abertura lenta, gradual e segura” do ditador Ernesto Geisel. Ademais, conforme síntese do discurso de Barbieri Filho feita pelo já referido agente do DOPS-SP, o presidente da SEPES “falou das finalidades da entidade, dos trabalhos já realizados, e do esforço dispendido no combate à doutrina comunista, fixando-se no ponto que **os métodos atuais de expansão [do comunismo] não são mais o terrorismo, já derrotado em vários países, mas sim, a infiltração ideológica nas escolas médias e superiores, nos meios empresariais, nas Forças Armadas, [e] na deturpação metódica de nossos princípios**” (APESP: 50J-0-5262, grifo meu). Nota-se, pois, que a linhagem *ultra* do bonapartismo brasileiro – aquela a favor da contrarrevolução permanente e que entreleu e combateu como “comunista” a autorreforma da ditadura militar proposta pela facção *castelista* dos generais Geisel e Golbery do Couto e Silva – encontrou na SEPES um de seus principais “quarteis-generais”. Agora, enfim, é a hora e a vez de demarcar o *Quem-é-quem* desses “soldados” do “Capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista e da Confederação Anticomunista Latinoamericana no biênio 1976-77.

#### 5.17.1. *Quem-é-quem na nova Diretoria e no Conselho Consultivo da SEPES (biênio 1976-77)*

Antes de elencar o *Quem-é-quem* da nova Diretoria e do Conselho Consultivo da SEPES empossados no Nacional Club em agosto de 1976, importa demarcar que se tratou de um momento

de incremento qualitativo no plantel desse “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL. Como visto, o primeiro presidente da SEPES foi o magnata da Companhia Melhoramentos Alfredo Weiszflog, para quem o líder sepista Elias Jorge Tambur enviara um informe reportando a realização da VI Conferência da WACL, ocorrida no México em 1972, bem como a criação, no marco daquela, do órgão regional da Liga na América Latina, a CAL<sup>812</sup>. Viu-se igualmente que, para o biênio 1973-74, a SEPES – já então presidida por Carlo Barbieri Filho – teve seu quadro composto por Pedro Paulo Angrisani Gomes, José Antonio de Oliveira Machado e pelo padre Heládio Alvares Rodrigues (BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44, p. 179, grifo meu).

Porém, algo aconteceu depois de 1975. Naquele ano, como analisado, a SEPES organizou a VIII Conferência da WACL e, ao fazê-lo, seu presidente Barbieri Filho tornou-se presidente da Liga Mundial Anticomunista. Não por acaso, pouco depois de Barbieri Filho entregar a presidência da WACL em maio de 1976, um novo quadro da SEPES seria formado com anticomunistas de maior peso, relevo e importância no cenário interno brasileiro. Muitos deles, inclusive, eram veteranos anticomunistas que participaram, entre 1962-64, na conspiração e no golpe de Estado e de classe contra o governo trabalhista de João Goulart; alguns, inclusive, serviriam à ditadura militar pós-1964 em sua fase recrudescida, isto é, durante os governos de Costa e Silva e Médici.

Assim, no evento de agosto de 1976 no Nacional Club, em São Paulo, cinco membros foram empossados na Diretoria da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL. Na função de diretor-presidente, confirmou-se a figura do empresário e anticomunista “profissional” Barbieri Filho. Para o cargo de vice-presidente da SEPES, elegeu-se Jorge Boaventura de Souza e Silva, um civil de passado integralista intimamente ligado às Forças Armadas e a suas escolas militares no Brasil e nos EUA. Notadamente, ele foi um membro permanente da Divisão de Assuntos Políticos da Escola Superior de Guerra (ESG) e integrou a Divisão de Estudos Sociais do Colégio Interamericano em Washington, D.C. A seu turno, foi designado como diretor-tesoureiro da SEPES o comandante da Marinha do Brasil Edilberto de Mello Souza Braga, servidor da Agência carioca do Serviço Nacional de Informações (ARJ/SNI). Para a função de secretário-geral da SEPES, ainda no quadro da diretoria da entidade, indicou-se o Promotor de Justiça Ítalo

---

<sup>812</sup> Documento da Divisão de Informações do DOPS-SP, referindo-se a Elias Jorge Tambur, anotou que “a Delegacia de Polícia de Santos, em 14-11-67, nos cientificou que o marginado foi eleito como Diretor Administrativo na nova diretoria eleita em 1-9-1967 do Centro Acadêmico ‘Frei Gaspar’, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos” (APESP: 52-Z-0-13362).

Bustamante Paolucci, ex-presidente da Comissão Estadual de Investigações (CEI) responsável pelo “expurgo” de “subversivos” da administração pública paulista, em conformidade com os fins definidos pelo Ato Institucional n.º 5, de 1968. Finalmente, como diretor da SEPES, indicou-se o publicitário José Antonio de Oliveira Machado, editor do semanário *O Expresso* e co-proprietário da *Rádio Novo Mundo*, órgãos sepistas de difusão impressa e radiofônica.

Além da posse desses cinco membros da Diretoria da SEPES para o biênio 1976-77, empossaram-se no evento do Nacional Club, em agosto de 1976, os seguintes membros para seu Conselho Consultivo: Alfredo Buzaid, antigo conspirador no pré-1964 de passado integralista e ex-ministro da Justiça do ditador-presidente Emílio G. Médici (1969-1974); Antonio Carlos Pacheco e Silva, antigo conspirador no pré-1964, empresário e médico eugenista conectado às Forças Armadas brasileiras; o “capitão de indústria” Theobaldo De Nigris, antigo conspirador no pré-1964 e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) entre 1967-80; Salvio de Almeida Prado, antigo conspirador no pré-1964 e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB); Eudóxia Ribeiro Dantas, antiga conspiradora no pré-1964 e líder da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE); o arcebispo de Diamantina dom Geraldo de Proença Sigaud, antigo conspirador no pré-1964 e assíduo colaborador dos órgãos de repressão da ditadura militar; Ítalo Galli, um Juiz de Direito integralista, de perfil antisemita, promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo em 1976; Paulo Zingg, jornalista da Associação de Diplomados da ESG (ADESG), Interventor do Estado de São Paulo na Fundação do Livro Escolar e Secretário de Educação e Cultura do prefeito biônico Paulo Salim Maluf; Dináh Silveira de Queiroz, romancista, contista e cronista; José Papa Junior, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO-SP) que, nos albores da Operação Bandeirante (OBAN), garantiu sua solidariedade às Forças Armadas; Theophilo de Azeredo Santos, advogado e super banqueiro, presidente da ADESG (1970), do Instituto dos Advogados Brasileiros (1972) e “do Sindicato dos Bancos, um provocador, que representava, no Rio, o braço empresarial da ditadura”; e, a mais alta patente militar da SEPES, designou-se para seu Conselho Consultivo o almirante da reserva José Leite Soares Júnior, ex-“Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas [EMFA]” (BR.DF.ANBSB.2M.0527.V4.D1.DE.1, p. 80)<sup>813</sup>.

---

<sup>813</sup> Ainda integraram o Conselho Consultivo da SEPES no biênio 1976-77 Mário Savelli; Lúcia Monteiro da Cruz; Maria da Conceição Marcondes Machado Silva; Maria do Carmo Volny; Alaíde Pereira de Castro [líder da União Cívica Feminina (UCF)], João Baptista Di Rienzo e João Batista Lopes Vieira (APESP: 50-J-0-4788).

No pré-1964, os veteranos conspiradores citados, que seriam membros do Conselho Consultivo da SEPES no biênio 1976-77, integraram-se nas campanhas de “desestabilização” do governo trabalhista de Jango Goulart desenvolvidas no chamado complexo IPÊS/IBAD. Conforme demonstrado pela pesquisa seminal do historiador uruguaio René Armand Dreifuss, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) compuseram, entre 1961-64, uma “espécie de estado-maior do bloco histórico burguês” (DREIFUSS, 1981: 140): “O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se mais do que o IPES” (DREIFUSS, 1981: 164)<sup>814</sup>.






---

<sup>814</sup> “O próprio IBAD era um canal financeiro de fundos multinacionais para o IPES. Destacavam-se entre as corporações que faziam depósitos nas contas da rede IBAD/ADEP/Promotion S.A. a Texaco, Shell, Esso Brasileira, Standard Oil of New Jersey, Texas Oil Co., Gulf Oil, Bayer, Enila, Shering, Ciba, Gross, General Electric, IBM, Remington Rand, AEG, Coty, Coca-Cola, Standard Brands, Cia. de Cigarros Souza Cruz, Belgo-Mineira, U.S. Steel, Hanna Mining Corp., Bethlehem Steel, General Motors, Willys Overland e o IBED” (DREIFUSS, 1981: 207).






















POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO CONSULTIVO  
EXERCÍCIO 1976/1977

**DIRETORIA**

- Carlo Barbieri Filho  Diretor - Presidente;
- Jorge Boaventura de Souza e Silva  Vice-Presidente
- Edilberto Mello Souza Braga  Diretor Tesoureiro;
- Italo Bustamante Paolucci  Secretário-Geral;
- José Antonio Oliveira Machado  Diretor

**CONSELHO CONSULTIVO**

- Alfredo Buzaid 
- Alalce Pereira de Castro 
- Antonio Carlo Pacheco e Silva 
- Dináh Silveira de Queiroz 
- Eudóxia Ribelro Dantas 
- Dom Geraldo de Proença Sigaud 
- Italo Galli 
- João Baptista Di Rienzo 
- João Batista Lopes Vieira 
- Almirante José Leite Soares Júnior 
- José Papa Junior 
- Lúcio Monteiro da Cruz 
- Maria da Conceição Marcondes Machado Silva 
- Maria do Carmo Volny 
- Mário Savelli 
- Paulo Zingg 
- Salvio de Almeida Prado 
- Theobaldo De Nigris 
- Theophilo de Azeredo Santos 



**SEPEs**  
**SOCIEDADE DE ESTUDOS**  
**POLÍTICOS**  
**ECONÔMICOS E**  
**SOCIAIS**

Caixa Postal 20.740 - Shopping Center Iguaçu - São Paulo - Brasil

Figura 305. Integrantes da Diretoria e do Conselho Consultivo da SEPEs (biênio 1976-77). FONTE: APESP.

O complexo empresarial-militar IPÊS/IBAD amealhou “fundos ilegais lançados nos partidos políticos, na mídia, nas Forças Armadas, sindicatos e organizações rurais, movimento estudantil e projetos e organizações do clero, bem como em indivíduos escolhidos” (DREIFUSS, 1981: 207)<sup>815</sup>. Como adiantado, pelos menos oito (8) membros do Conselho Consultivo da SEPES para o biênio 1976-77 foram líderes ou associados do complexo IPÊS/IBAD na conspiração contra Jango no pré-1964. Professor de Direito da USP e da PUC-SP, Alfredo Buzaid, prestando seus serviços jurídicos ao grupo Fuad Lutfalla-Paulo Salim Maluf<sup>816</sup>, foi membro do Conselho Orientador (CO) do IPÊS paulista, assim como Paulo Maluf (MACHADO, 2015: 781). Professor de Medicina da USP, Antonio Carlos Pacheco e Silva, médico eugenista e empresário – diretor da Armações de Aço Probel S.A. e do Conselho Diretor da FIESP – foi membro do Conselho Orientador (CO), do Comitê Diretor (CD) e do Grupo de Estudo e Ação (GEA) do IPÊS paulista (DREIFUSS, 1981: 176)<sup>817</sup>. Foi também um assíduo colaborador da Escola Superior de Guerra (ESG), proferindo ali inúmeras conferências, entre elas, *Ações Psicológicas na Guerra Moderna* (1961) e *A imagem do Brasil no exterior* (1970).

O líder ruralista paulista Salvio de Almeida Prado, inúmeras vezes presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), participou da conspiração e do golpe de Estado e de classe de 1964, tendo sido, também, um líder do IPÊS paulista (DREIFUSS, 1981: 182)<sup>818</sup>. Portando-se como um dos mais agressivos representantes da classe proprietária rural de São Paulo, Almeida Prado atacou o governo João Goulart como sendo uma “verdadeira orgia desenvolvimentista”, cuja “demagogia” estaria ameaçando “a lavoura” por meio de “uma reforma agrária de caráter

---

<sup>815</sup> O envolvimento de capitais estrangeiros e nacionais na campanha de “desestabilização” do governo de Jango induziu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o complexo IPÊS/IBAD. No final de 1963, a CPI determinou o fechamento do IBAD por sua intromissão nos assuntos políticos, através de meios ilegais, nas eleições para o Congresso de outubro de 1962. Contudo, o IPÊS foi absolvido (DREIFUSS, 1981: 2007).

<sup>816</sup> “Fuad Lutfalla – Ipês São Paulo/Conselho Orientador. Companhias e Grupos: S/A Fiação e Tecelagem Lutfalla (Ligados a Alfredo Buzaid e Paulo Salim Maluf); Fazenda Boa Vista S/A Agrícola e Pecuária; Lumaver S/A Empreendimentos” (DREIFUSS, 1981: 541).

<sup>817</sup> O Grupo de Doutrina e Estudo do IPÊS paulista, que teve sua nomenclatura alterada para GEA, “era coordenado por J. L. Nogueira Porto e incluía, entre outros, Paulo Edmur de Souza Queiroz, Miguel Reale, A. C. Pacheco e Silva, Adib Casseb, Flávio Galvão, L. A. Gama e Silva, J. L. Anhaia Mello e Antonio Delfim Netto” (DREIFUSS, 1981: 192). Esse “grupo de São Paulo recebia o apoio de agências técnicas de várias associações de classe comerciais e industriais. Para assuntos específicos contava ainda com a colaboração, tanto financeira, quanto técnica de influentes empresários, como H. Weissflog” (DREIFUSS, 1981: 192). “H. Weissflog era diretor da Cia. Melhoramentos de São Paulo Indústria de Papel (Incopar Participações Comerciais e Industriais S.A.). Seus sócios na empresa eram H. Villaboim, o líder ipesiano M. Toledo de Moraes e Walter Weissflog” (DREIFUSS, 1981: 222). Note-se que Hasso e Walter Weissflog eram parentes de Alfredo Weissflog, primeiro presidente da SEPES.

<sup>818</sup> Salvio de Almeida Prado foi inúmeras vezes presidente da SRB (entre 1963-69, 1972-78, e 1984-90).

extremista, que pretende abolir o direito da propriedade” (PRADO *apud* NATIVIDADE, 2013: 120). A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em 19 de março de 1964 na antevéspera do lançamento do golpe contra Jango, contou com a ajuda do ipesiano Almeida Prado. “Nos escritórios da SRB, que também alojava a Liga Independente pela Liberdade, fizeram-se pôsteres, cartazes e bandeiras”<sup>819</sup> e, “conforme o líder do IPES e da SRB, Sálvio de Almeida Prado, um dos organizadores, a marcha foi aclamada como ‘um milagre de fé’, embora, como já visto, houvesse, de antemão, uma causa mais terrena” (DREIFUSS, 1981: 298). Vitorioso o golpe de 1º de abril de 1964, Almeida Prado escreveu um telegrama para o general Olímpio Mourão Filho, parabenizando-o pela iniciativa golpista “em defesa da Pátria” e contra o *comunismo*, a *corrupção*, a *politicalha* e a *impunidade* (GENTIL, 2016: 50).

No primeiro governo do ciclo ditatorial, o presidente da SRB vocalizou a crítica ruralista ao Estatuto da Terra aprovado pelo ditador-presidente Castello Branco, e conclamou “os proprietários a conspirarem novamente” (NATIVIDADE, 2013: 143)<sup>820</sup>. Com uma participação mais indireta no complexo IPÊS/IBAD, o bispo arquiconservador Geraldo de Proença Sigaud – indicado para o Conselho Consultivo da SEPES no biênio 1976-77 – também atuou na conspiração do pré-1964. “O IPÊS de São Paulo chegou mesmo a patrocinar a publicação de um panfleto – ‘A reforma agrária, uma questão de consciência’ – redigido pelo bispo d. (...) Sigaud, no qual se questionava a relevância e oportunidade da medida” (CAMPOS, 1994: 685-686). Antes disso, porém, o bispo anticomunista manteve estreitas relações com o fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Sociedade (TFP) Plínio Corrêa de Oliveira. Em 1962, publicou seu *Catecismo anticomunista*, defendendo o caráter *satânico* da “seita internacional” comunista<sup>821</sup>, além de ter participado do Concílio Vaticano II (1962-65) – ao lado do bispo brasileiro Antonio

---

<sup>819</sup> “Alguns continham os apelos: ‘Abaixo o Imperialismo Vermelho’, ‘Renúncia ou Impeachment’, ‘Reformas sim, com Russos, não’; outros lembravam o público que ‘Getúlio prendia os comunistas, Jango premia os traidores comunistas’” (DREIFUSS, 1981: 298).

<sup>820</sup> “Feriu-se, desta maneira, a esperança dos homens da terra, então transformados, de guerreiros defensores de sua Pátria ameaçada, em criaturas desapontadas, ao se verem baldados seus esforços e sua ação. (...) [Contudo,] os homens passam, a Pátria é eterna” (PRADO *apud* GENTIL, 2016: 56-57).

<sup>821</sup> No *Catecismo anticomunista* (1962), lê-se: “O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade” (SIGAUD *apud* CALDEIRA, 2015: 71). E ainda: “Revolução, com maiúscula, é a rejeição de Deus, de Cristo, da Igreja, e de tudo o que deles provém, e a organização da vida humana somente segunda a razão humana e as paixões humanas. Seu ideal é a Cidade do homem sem Deus, oposta à Cristandade e à ordem natural, que é a cidade de Deus” (SIGAUD *apud* CALDEIRA, 2015: 71).

Castro Mayer e do arcebispo francês Marcel Lefebvre – opondo-se às reformas conciliares. Na ocasião, destilou seu antissemitismo católico, estabelecendo uma ponte de conexão entre “os líderes do judaísmo e a revolução, no caso a comunista” (CALDEIRA, 2015: 72)<sup>822</sup>.

O velho espectro do “judeu-bolchevismo”, portanto. Proença Sigaud foi, de fato, “um dos maiores representantes do anticomunismo brasileiro” (CALDEIRA, 2015: 69) e, no pós-1964, tornou-se um dos mais assíduos colaboradores da ditadura militar dentro da hierarquia da Igreja Católica. Referindo-se a ele e seus aliados, o jornalista Elio Gaspari salienta que “para presidentes, ministros, generais e torcionários, o crime não está na tortura, mas na conduta do prisioneiro. É o silêncio, acreditam, que lhe causa os sofrimentos inúteis que podem ser instantaneamente suspensos através da confissão” (GASPARI, 2002: 20). A “fé expressa” por Proença Sigaud traduziu-se, emblematicamente, em uma verdadeira ode à tortura e aos torcionários: “**Confissões não se conseguem com bombons**” (SIGAUD *apud* GASPARI, 2002: 20, grifo meu).

Outro membro indicado ao Conselho Consultivo da SEPES no biênio 1976-77, o “capitão de indústria” Theobaldo De Nigris também participou da conspiração no pré-1964 e, à época, articulou-se com as ações incubadas no complexo empresarial-militar IPÊS/IBAD. No marco dos preparativos do golpe de Estado e de classe, dirigentes da burguesia paulista aquartelados na FIESP, em associação com os militares e policiais sediciosos, organizaram-se preventivamente para enfrentar um cenário de guerra civil que, imaginavam, poderia ocorrer diante de eventual resistência do governo e aliados do presidente João Goulart. Formou-se, assim, um núcleo empresarial-militar para a logística em uma guerra civil, que não houve. Contudo, em 30 de abril de 1964, essa operação seria institucionalizada, como uma diretoria da FIESP, no chamado Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI). Como relembrou o empresário Victório Walter dos Reis Ferraz em palestra na ESG, em 1970, “quando em 1964 as Forças Armadas precisaram da colaboração dos civis, estes estavam conscientemente preparados para colaborar” e, assim, a

---

<sup>822</sup> Em uma das partes de seu parecer de intervenção no II Concílio Vaticano, em Roma, Proença Sigaud defendeu que “a Igreja não pode ignorar que a Sinagoga, os chefes do povo judeu conspiraram contra ela. É um trabalho de séculos, metódico, contínuo, inteligente, consequente, e seu fim é a destruição da Igreja e a implantação de uma ordem naturalista. Esta ordem racionalista atinge todos os aspectos da vida humana, e se opõe em todos eles à ordem Revelada, à Igreja e à Sociedade Católica. Esta ordem naturalista, radical e universal é a Revolução” (SIGAUD *apud* CALDEIRA, 2015: 72-73). Lembre-se da intervenção igualmente antissemita feita no II Concílio Vaticano pelo grupo integrista dos tecos da Universidade Autônoma de Guadalajara (UAG), intitulada *Complot contra la Iglesia*, de coautoria do filonazista mexicano Carlos Cuesta Gallardo. Proença Sigaud e os tecos mexicanos expressaram, nesse ponto, variantes ideológicas do mito reacionário do “judeu-bolchevismo”.

FIESP, “pela sua Diretoria, com a presença destacada de seu antigo Diretor Secretário, hoje Presidente Theobaldo De Nigris, mobilizou-se e formou um Serviço de Mobilização Industrial” (FERRAZ *apud* GERASSI, 1972: 24)<sup>823</sup>.

Conforme o próprio De Nigris rememorou na ESG, em 1972, ao criar o GPMI da FIESP na conspiração do pré-1964, “tivemos presente a idéia de que cabia a todos os brasileiros e, principalmente, às classes produtoras, a responsabilidade de manter as Forças Armadas bem providas, pois disto dependem nossa segurança interna e externa e nossa sobrevivência como homens livres” (DE NIGRIS, 1972: 10)<sup>824</sup>. O historiador René Armand Dreifuss, na conclusão de seu estudo sobre o complexo IPÊS/IBAD, salienta que, no marco da conspiração e golpe empresarial-militar de 1964, “o intercâmbio mais proficuo talvez tenha sido o que os líderes do IPES conseguiram desenvolver com as Forças Armadas através do estabelecimento do complexo militar-industrial brasileiro” (DREIFUSS, 1981: 453), precisamente, via GPMI da FIESP<sup>825</sup>.

Enfim, mais uma veterana da conspiração do pré-1964 dentro do complexo IPÊS/IBAD, Eudóxia Ribeiro Dantas, integraria o Conselho Consultivo da SEPES no biênio 1976-77. Ribeiro Dantas foi presidente da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), um dos braços femininos do IPÊS/IBAD responsável em “dar ‘espontaneidade’ e ‘legitimidade’ ao golpismo, tendo sido as mulheres incumbidas – pelos homens – de influenciar a população” (SIMÕES, 1985).

---

<sup>823</sup> “Em princípio de 1963 um grupo de empresários de S. Paulo, desejando prestar um trabalho visando a defesa dos nossos ideais democráticos e cristãos, articulou-se junto à Presidência da Federação das Indústrias do Est. de S. Paulo, e em ligação com então Governador do Estado, oficiais Superiores do II Exército, e o comandante da Força Pública do Est. de S. Paulo, inciou a preparação do que seria o movimento vitorioso de março de 1964 em S. Paulo. Estes lances de muito patriotismo e confiança nos destinos da nação, pertencem à história” (GRASSI, 1972: 23). Esse entrosamento empresarial-militar “tomou corpo e no começo de 1964, cristalizou-se num grupo de trabalho que apoiou as atividades dos bravos oficiais que deflagraram o movimento de 31 de março. Constituiu-se assim o G.P.M.I” (GRASSI, 1973: 13). Seus fundadores civis foram: Raphael Noschese, Theobaldo De Nigris, Victório Walter e Paulo Mariano dos Reis Ferraz, Quirino Grassi, João Gustavo Haenel, Oswaldo Palma, Vicente Chiaverini, Mario Amato, Decio Fernandes Vasconcellos. E os militares: “Maj Brig Márcio de Souza Melo, Gen R/1 Edmundo Macedo Soares e Silva, Gen R/1 João Franco Pontes, CMG Luiz Penido Burnier, Cel Av José Vaz da Silva, Cel Augusto Cid de Camargo Osório, Cel Av Eng Agemar da Rocha Sanctos, Cel Eng Paulo Lobo Peçanha, Ten Cel I Aer Djalma Floriano Machado, Ten Cel (FIESP) Geraldo Paglia, Maj Anápio Gomes Filho” (GRASSI, 1973: 14).

<sup>824</sup> Com a criação do GPMI da FIESP, “tivemos em mente, também, alcançar maior interação entre a classe industrial e a militar, para que as Forças Armadas conhecessem melhor nossas possibilidades de produção e para que nós, os industriais, pudéssemos avaliar, com mais amplitude, as necessidades das Forças Armadas. Visamos com esse objetivo, não só ao aumento da fabricação e do fornecimento de equipamentos e material bélico para as três armas, como, ainda, nossa preparação educativa, para a eventualidade de uma mobilização geral em caso de conflito” (DE NIGRIS, 1971: 10-11).

<sup>825</sup> “O GPMI, cuja estrutura e objetivos haviam sido desenvolvidos pelos empresários do IPES com militares da Escola Superior de Guerra, foi importante aspecto na evolução de ligações entre o poder político e econômico, por um lado, e o poder militar, por outro” (DREIFUSS, 1981: 453).

Esposa do líder do IPÊS-Rio de Janeiro José Bento Ribeiro Dantas, proprietário da empresa aérea Cruzeiro do Sul, Eudóxia afirmou à pesquisadora Solange de Deus Simões que “o meu marido me incentivava: Eu ajudo no que precisar’, dizia ele” (DANTAS *apud* SIMÕES, 1985)<sup>826</sup>.

Essa ex-presidente da CAMDE, esteve plenamente consciente sobre qual foi o papel desempenhado pelas mulheres na conspiração empresarial-militar<sup>827</sup>: “Nós sabíamos que como nós estávamos incumbidas da opinião pública, os militares estavam à espera do amadurecimento da opinião pública. Porque sem isso eles não agiriam de maneira nenhuma. A não ser que a opinião pública pedisse. E foi isso que nós conseguimos” (DANTAS *apud* SIMÕES, 1985)<sup>828</sup>. Por último, mais um membro do Conselho Consultivo da SEPES empossado em 1976 poderia ser arrolado entre os sete já citados líderes ou associados do complexo IPÊS/IBAD no pré-1964. Trata-se do empresário “Mário Savelli, da Light and Power S.A. e membro do Instituto de Engenharia” (DREIFUSS, 1981: 388). Elete tomou parte da reunião de abril de 1963, no bairro do Pacaembu, em São Paulo, celebrada pelo “estado-maior civil-militar” da conspiração do IPÊS (DREIFUSS, 1981: 387)<sup>829</sup>.

---

<sup>826</sup> No marco da sedição militar-empresarial do pré-1964, Dreifuss destaca que “a interação entre os empresários e os militares era tão intensa que até mesmo o influente documento LEEX – Lealdade ao Exército, um texto que pretendia harmonizar as diversas facções, foi mimeografado nos escritórios da Cruzeiro do Sul, uma das companhias aéreas do país, sob iniciativa de seu diretor, o líder ipesiano Bento Ribeiro Dantas” (DREIFUSS, 1981: 401).

<sup>827</sup> Essas mulheres, porém, eram “teleguiadas” pelos homens à frente da conspiração, conforme observa Solange de Deus Simões: “Aqueles homens, empresários, políticos ou padres apelavam às mulheres não enquanto cidadãs, mas enquanto figuras ideológicas santificadas como mães” (SIMÕES, 1985). “A CAMDE foi presidida por Amélia Molina Bastos, irmão do General Antônio de Mendonça Molina. A ideia de se criar a CAMDE pouco antes das eleições de 1962 partiu declaradamente de três indivíduos: Leovigildo Balestieri, vigário franciscano do bairro de Ipanema, Glycon de Paiva e do General Golbery do Couto e Silva. ‘Eles convincentemente argumentavam que o Exército fora minado pelo ‘vício de legalismo’, que só mudaria se ‘legitimado’ por alguma força civil, e que as mulheres de classe média e alta representavam o mais facilmente mobilizado e interessado grupo de civis’. (...) Sintomaticamente, a primeira reunião da CAMDE realizou-se no auditório de O Globo, no Rio, cuja rede de jornal e rádio assegurava a manutenção da CAMDE em evidência daí para adiante” (DREIFUSS, 1981: 296).

<sup>828</sup> Nunca é demais reforçar o teor de classe das marchas de chamamento e apoio ao golpe de Estado no pré e pós 1º de abril de 1964. Elas foram “ostensivamente uma manifestação da classe alta e classe média alta” e, conforme observou o embaixador dos EUA no Brasil Lincoln Gordon, um dos artífices da conspiração junto ao complexo IPÊS/IBAD, em carta de 2 de abril de 1964 ao secretário de Estado norte-americano Dean Rusk: “A única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha” (GORDON *apud* DREIFUSS, 1981: 298). Até mesmo o coronel Vernon Walters, enlace do Serviço Americano de Informações com os militares golpistas brasileiros, destacou a importância desse trabalho de opinião pública desenvolvido ostensivamente pela ala feminina do complexo IPÊS/IBAD: “Até as marchas se realizarem, havia um receio de que o movimento para depor João Goulart não obtivesse êxito” (WALTERS *apud* DREIFUSS, 1981: 298).

<sup>829</sup> A reunião de junho de 1963 inseriu-se em uma série de encontros realizados em São Paulo a partir de abril daquele ano para entrosar os líderes e associados do IPÊS-São Paulo com o IPÊS-Rio de Janeiro. No encontro golpista de abril estiveram presentes, entre outros, o proprietário de *O Estado de S. Paulo* Júlio de Mesquita Filho, os generais Mourão Filho, Dalísio Menna Barreto e Agostinho Cortes, um representante do general Cordeiro de Farias, “vários presidentes de bancos pertencentes ao IPES e parentes de Herbert Levy, bem como empresários conhecidos, oficiais da reserva e

Outro membro do Conselho Consultivo da SEPES empossado em 1976 foi o banqueiro e advogado Theophilo de Azeredo Santos. Sobrinho de Magalhães Pinto, o banqueiro e governador de Minas Gerais que foi uma peça-chave no golpe de Estado de 1964, Santos “era também influente no movimento civil-militar” (DREIFUSS, 1981: 413). Diplomado pelo “Conselho Interamericano de Segurança (Washington) e pelo Curso Superior de Guerra da ESG, ele ocupou a presidência da ADESG em 1971, utilizando as “publicações de grupos ultradireitistas do Exército para publicidade da Federação Nacional de Bancos (FENABAN)” (MINELLA, 1981: 312). De 1967 a 1983, Santos ocupou o cargo de presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro (SBERJ) e da FENABAN, destacando-se como uma importante “liderança das organizações de classe da burguesia bancário-financeira” (MINELLA, 1988: 311)<sup>830</sup>. Santos também exerceu o cargo de professor em diversas universidades no Rio de Janeiro<sup>831</sup>, o que “lhe permitia contribuir para a formação de intelectuais orgânicos para o sistema, divulgar e defender os interesses da burguesia bancário-financeira e combater a ‘ideologia’ e as ‘atividades comunistas’ no meio estudantil” (MINELLA, 1981: 312).

Conforme destaca o jornalista Rubens Valente, a família Barbieri “inflou seus negócios a partir de laços com a comunidade de informações” e “há indícios de que o SNI o tenha ajudado na obtenção da carta patente do Banco Aplik”, embora o banco tenha quebrado “em meio a uma série de ‘operações irregulares’ e, então, foi transferido “ao banqueiro Theophilo Azeredo Santos” (VALENTE, 2009). Como ensina Ary Cesar Minella em sua pesquisa pioneira sobre os banqueiros no Brasil, Santos comprou da família Barbieri, em 1976, o controle do Banco Aplik, que se encontrava em insolvência em meados de 1975. Com a intervenção desse banqueiro de alto calibre,

---

profissionais liberais ligados ao IPES” (DREIFUSS, 1981: 387). Na de junho de 1964, fizeram-se presentes “os líderes do IPES Herman de Moraes Barros, Manoel de Carvalho, Paulo Reis Magalhães, Sérgio Barbosa Ferraz, Roberto Levy e Sálvio de Almeida Prado, os ativistas do IPES Eduardo Levy e seus irmãos (que trabalhavam na unidade do General Agostinho Cortes), Carlos d’Alamo Lousada e Luiz Alberto Attilio (que eram os elos com a unidade do Almirante Heck)”, José Pedro Galvão de Souza, bem como “os seguintes empresários de influência”: “Christian Heins e Lito Coutinho, da Willys, Mário Savelli, (...) Pércles Senna, da (...) MAFERSA, o financista José Roberto de Oliveira, parente de Roberto Campos, Herculano de Almeida Pires, do Banco da América, Caio de Paula Machado e Fábio Fasano, diretor do famoso Restaurante Fasano” (DREIFUSS, 1981: 387-388).

<sup>830</sup> “Tem importância também sua relação com o setor militar, fato que se refletira nas atividades da SBERJ [ex-SBEG]. (...) O SBEG colaborou nas atividades cívico-militares promovidas pelas FFAA e Santos recebeu destas muitas condecorações, diplomas e honrarias (Medalha do Mérito Naval, Medalha do Mérito Jurídico Militar, Medalha de Amigo da Marinha, Diploma do Comando do Transporte Aéreo da Força Aérea Brasileira – FAB, Diploma de Colaborador outorgado pelo Ministério do Exército – por sua colaboração com a Olimpíada do Exército em 1971)” (MINELLA, 1981: 311-312).

<sup>831</sup> Na Faculdade Nacional de Direito, na UERJ, na UFRJ e na PUC-RJ.

“o Banco Central concedeu um empréstimo ao Comercial Aplik em 1977, agora sob controle de Santos, por um valor de mais de 87 milhões de cruzeiros, por um prazo de sete anos, com três anos de carência, com um juro de 15% ao ano (nos três anos de carência a dívida ficaria isenta de encargos financeiros)” (MINELLA, 1988: 310)<sup>832</sup>. Simultaneamente “lhe era concedido uma linha de crédito de 32 milhões de cruzeiros destinados ‘única e exclusivamente’ para garantir a liquidez do Banco Aplik” e “o saldo devedor deste banco ao Banco Central era superior aos 128 milhões de cruzeiros em dezembro de 1979” (MINELLA, 1988: 310).

Ademais, “se considerarmos os recursos facilitados pelo Banco Central para a negociação da empresa Aplik – Crédito, Financiamento e Investimento (Financeira Aplik), que também passou ao grupo de Santos, ao saldo devedor deste deve-se somar ainda mais 365 milhões de cruzeiros” (MINELLA, 1988: 355). Evidente nesse caso “a relação que se estabelece entre o governo por um lado, através das autoridades monetárias e um empresário financeiro com larga tradição na liderança das organizações de classe da burguesia bancário-financeira” (MINELLA, 1988: 310-311)<sup>833</sup>. Esse seria o banqueiro de “alto nível” que a SEPES indicou para seu Conselho Consultivo em 1976 e, conforme caracterizou o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro em 2004, Santos atuou, enquanto Presidente do SBERJ, como “um provocador, que representava, no Rio, o braço empresarial da ditadura” (MACHADO, 2015: 221).

Outro membro do Conselho Consultivo designado pela SEPES em 1976 no Nacional Club, no Pacaembu, foi José Papa Jr., presidente da FECOMÉRCIO-SP que garantiu no início da Operação Bandeirante (OBAN) – o protótipo do DOI-CODI do II Exército patrocinado pela

---

<sup>832</sup> “O presidente do Banco Central no período era Paulo H. Pereira Lira. Merece ainda ser assinalado que o principal sócio de Santos no Banco Aplik era Francisco de Boni Neto, que havia sido diretor do Banco Central pelo menos de 1970 até 1972 e, por isso, mantinha estreitos vínculos com a cúpula financeira diretora. (Em 1980 o Banco Comercial Aplik, cuja sede formal ficava em Minas Gerais, ocupava o 60º lugar na escala dos bancos privados)” (MINELLA, 1981: 355). Em abril de 1981, “THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS, presidente do Sindicato dos Bancos do RJ, anunciou, através da imprensa, a venda das ações de seu banco, o COMERCIAL APLIK, para a BRASILINTERPART – condomínio de empresários paulistas, dirigido por JOSÉ PAPA JÚNIOR. Na transação a BRASILINTERPART pagou 1,5 bilhão de cruzeiros. FRANCISCO DE BONI NETO, diretor de Mercado de Capitais do Banco Central do Brasil no Governo MÉDICI, é um dos acionistas do APLIK” (BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.CCC.81004618.D1.DE1, p. 1).

<sup>833</sup> “Ao que parece, portanto, essa transação financeira, facilitada e amparada pelo Banco Central, implicou numa compensação e num compromisso mútuo entre o representante sindical e o governo, cujos reflexos se pode, inclusive, perceber nas atividades do SBERJ. No período em questão, o Ministro da Fazenda e, conseqüentemente, presidente do Conselho Monetário Nacional era Mário Henrique Simonsen, também vinculado à burguesia financeira e cuja política econômico-financeira receberia o apoio de Santos, na direção do Sindicato e da Federação [Nacional dos Bancos]” (MINELLA, 1981: 311).



plutocracia paulista – “sua solidariedade às Forças Armadas, ‘que se cobriram de glórias nas trincheiras e nos céus da Europa’” (GASPARI, 2002: 62). Em 1970, já como presidente da FECOMÉRCIO-SP, Papa Jr. saudou o aniversário do golpe de Estado de 1964, caracterizando-o como “um ‘movimento revolucionário’ que tinha na sua base ‘idéias, e não homens’”, garantindo que “os ‘governos da Revolução’ seriam ‘impessoais e altamente produtivos’”, defendendo “o ‘diálogo franco’ do governo com as entidades [empresariais]” (NEVES COSTA, 2005: 433). Encerrou essa ode à 1964 encaminhando os “votos ardentes” da FECOMÉRCIO-SP “para que a construção positiva da Revolução de Março encontra(asse) uma réplica feliz na área política, com a superação de todas as chagas e traumas que se abateram sobre os organismos e instituições políticas nacionais” (PAPA JR. *apud* NEVES COSTA, 2005: 433)<sup>834</sup>.

Ademais, a SEPES designou para seu Conselho Consultivo (biênio 1976-77) o Juiz de Direito Ítalo Galli, promovido, em 1976, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP). O magistrado foi um ardoroso integralista até o final de seus dias. O historiador Ivair Augusto Ribeiro, em seu estudo sobre “os discípulos” do líder antisemita do integralismo, o cearense Gustavo Barroso, destaca a figura de Galli como “o caso mais emblemático” de antissemitismo “entre os sobreviventes da AIB [Ação Integralista Brasileira]” (RIBEIRO, 2007: 375). Embora recusando “o rótulo de anti-semita”, quando entrevistado em 2001, o desembargador aposentado do TJ-SP “não consegue ocultar sua aversão aos judeus”, explicitando um antissemitismo “impregnado de religiosidade” (RIBEIRO, 2007: 375). “O cristianismo não é contra o judaísmo, o judaísmo que é contra o cristianismo”, defendeu o juiz aposentado ao referido pesquisador, que foi capaz de registrar a postura negacionista de Ítalo Galli em relação ao Holocausto, um “castigo (...) perpetrado por Adolf Hitler, numa Alemanha onde os judeus tomavam conta de tudo, das cátedras, cobrando juros escorchantes e provocando o ódio do povo alemão, conclui Galli” (RIBEIRO, 2007: 375)<sup>835</sup>. “Usando termos como ‘essa turma’ numa alusão

---

<sup>834</sup> A FECOMÉRCIO-SP orgulhou-se de sua cooperação “nos ‘preparativos de 31 de março’” e com os “objetivos revolucionários” (NEVES COSTA, 2005: 433). Na conspiração contra o governo nacional-reformista de Jango incubada no complexo IPÊS/IBAD, a FECOMÉRCIO-SP “estabeleceu o seu próprio Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política, fórum de debate da organização empresarial” presidido por Brasília Machado Neto (FGV) e composto, a partir de 1962, por Roberto Campos, Lucas Nogueira Garcez, Antonio Delfim Netto, Antonio Carlos Pacheco e Silva, Ary F. Torres, Horácio Lafer, Alfredo Buzaid, José Frederico Marques, Miguel Reale, Ruy Aguiar da Silva Leme, Washington Barros Monteiro, entre outros (DREIFUSS, 1981: 95/119).

<sup>835</sup> O negacionismo do Holocausto foi assim elaborado pelo desembargador aposentado do TJ-SP: “Não houve essa devastação de judeus. Hitler não matou tantos judeus como se apregoa. Naturalmente não havia 15 milhões de judeus em toda a Europa, nem havia 5 milhões na Alemanha. De maneira que foi por castigo, agora como Hitler se excedeu

aos judeus”, Galli “admite crer na veracidade dos *Protocolos dos Sábios do Sião*, obra traduzida no Brasil por Gustavo Barroso” (RIBEIRO, 2007: 376)<sup>836</sup>.

Em 1976, a SEPES ainda designou para seu Conselho Consultivo o jornalista e veterano conspirador anticomunista Paulo Zingg, que participou, em 1968, do X Ciclo de Estudos da ADESG em São Paulo, apresentando como orador da turma a conferência *As elites brasileiras e o desenvolvimento*. Em 1967, foi Interventor do Estado na Fundação do Livro Escolar e, entre 1969-71, foi Secretário Municipal no governo do prefeito biônico Paulo Salim Maluf. Posteriormente, foi indicado para o cargo de diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para a presidência da Associação Paulista de Imprensa (API) e, na última administração de Jânio Quadros na Prefeitura de São Paulo (1986-89), voltou ao cargo de Secretário Municipal de Educação (MACHADO, 2015: 221). A partir de 1981, fundou e presidiu o Movimento de Renovação Política (MRP), arregimentação contrária à “abertura política” (AC.ACE.406119/84, p. 7).

Finalmente, “estrelando” o núcleo militar de “alto nível” do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, a SEPES designou para seu Conselho Consultivo o almirante da reserva **José Leite Soares Jr.** Como dito, antes de compor o quadro consultivo da SEPES para o biênio 1976-77, o militar em referência ocupou o cargo de “**Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas [EMFA]**” (BR.DF.ANBSB.2M.0527.V4.D1.DE.1, p. 80, grifo meu). Em outro documento oficial do Chefe do Estado Maior da Armada do Ministério da Marinha, de 12 de junho de 1969, descreveram-se, da seguinte maneira, a patente e a função de Soares Jr. à época: “Contra-Almirante” e “**Subchefe de Informações**” (BR.DF.ANBSB.Z4.REX.IBR.0018.D1.DE.1, p.

---

no castigo também foi castigado. Assim que Deus manobra a humanidade (risos). Está na Bíblia, conforme acentua o apóstolo São Paulo na Epístola aos Romanos, pelo pecado dos judeus veio a salvação aos gentios para os incitar a emulação. Ora, se o seu delito foi a riqueza do mundo e a sua redução, a riqueza dos gentios quanto mais a sua plenitude, quer dizer Deus permitiu o castigo dos judeus perseguindo os cristãos para trazer uma inimizade do povo contra os judeus e essa inimizade favoreceu ao cristianismo. Agora no final do mundo Deus vai perdoar por causa da sua infinita bondade. Eles são muito queridos por causa dos seus pais. E Deus no final do mundo vai perdoar tanto judeus como cristãos por seus respectivos pecados” (GALLI *apud* RIBEIRO, 2007: 376).

<sup>836</sup> “Mas é claro que eu acredito, porque, tem dúvida quanto a isso? Não é forjado não, é autêntico. Os ‘Protocolos ...’ são autênticos. Mas os judeus são isso mesmo, eles fazem tudo errado’. Sobre a propaganda antijudaica na Cidade de Olympia [jornal integralista da cidade onde fora chefe do núcleo e governador distrital da AIB na década de 1930], Ítalo Galli atribui ao fato de que alguns teriam ficado irritado e extravasado seu pensamento” (RIBEIRO, 2007: 376).

392)<sup>837</sup>. Nota-se, pois, no caso do almirante Soares Jr., o enlace de “altíssimo nível” e patente que a SEPES, por consequência, o complexo WACL/CAL, nutriu com a Marinha do Brasil<sup>838</sup>.

Por último, conforme adiantado, Jorge Boaventura de Souza e Silva, um civil integralista altamente conectado com as Forças Armadas brasileiras, foi designado no evento do Nacional Club, de agosto de 1976, como vice-presidente da SEPES. Inclusive, antes de seu conagraçamento com o almirante José Leite Soares Jr. no interior da SEPES em 1976, coube ao último, à época vice-chefe do EMFA com a patente de vice-almirante, autorizar a viagem de Jorge Boaventura aos EUA para a realização de um intercâmbio de dois anos junto ao Colégio Interamericano de Defesa de Washington, D.C.<sup>839</sup>. Essa “missão” militar aos EUA de um civil aliado da ditadura militar brasileira fora autorizada por uma portaria do Chefe do EMFA de 11 de julho de 1973, com “duração de 2 (dois) anos”, “para o cargo de **Assessor do Departamento de Estudos do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington**” (BR.DF.ANBSB.2M.0477.V.3.D1.DE.1, p. 159, grifo meu). Em uma aritmética simples, portanto, se Jorge Boaventura passou o biênio 1973-75 em seu intercâmbio militar no Colégio Interamericano de Defesa nos EUA, indaga-se, seria por acaso que em 1976, isto é, logo depois de retornar ao Brasil, ele seria designado vice-presidente da SEPES para o biênio 1976-77? Não seria esse mais um indício do envolvimento de agentes da ditadura militar – não importa se por intermédio de um civil como Jorge Boaventura – no “Capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista e da Confederação Anticomunista Latinoamericana?

Seria mais um fruto do acaso que Jorge Boaventura integrou o quadro dirigente da SEPES justamente com o vice-almirante que autorizara seu intercâmbio na Divisão de Estudos Sociais do Colégio de Defesa de Washington, D.C.? Jorge Boaventura, antes de ser entronizado vice-presidente da SEPES em 1976, consagrara-se como membro permante da Junta Consultiva da

---

<sup>837</sup> Em 13 de maio de 1971, visitou o Estado-Maior das Forças Armadas, “sendo recebido pelo Vice-Chefe do EMFA, Almirante-de-Esquadro JOSÉ LEITE SOARES JUNIOR, o Coronel JOHN NORRIS, Chefe da Delegação do Industrial College of Armed Forces” (BR.DF.ANBSB.2M.05.5.V2.D1.DE1, p. 168).

<sup>838</sup> Teria sido esse contra-almirante subchefe de Informações e vice-chefe do EMFA um dos “patrocinadores” da concessão, em junho de 1975, da Medalha do Mérito Tamandaré a Carlo Barbieri Filho, a maior comenda militar concedida a um civil pela Marinha brasileira? Quais teriam sido os “relevantes serviços” prestados pelo então presidente da SEPES e da Liga Mundial Anticomunista (WACL) “em prol dos interesses e bom nome da Marinha do Brasil”?

<sup>839</sup> Na ocasião, José Leite Soares Jr. informou “Ao Exmo. Sr. Secretário-Geral de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores” sobre a nomeação de Jorge Boaventura na função de “Assessor civil para o CID [Colégio Interamericano de Defesa]”, “integrando a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa” (BR.DF.ANBSB.2M.0527.V4.D1.DE.1, p. 80).

ESG, sendo professor da UFRJ, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da Escola de Guerra Naval (EGN) e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) (BR.DF.ANBSB.VAZ.22859.D1.DE, p. 4). Servira à ditadura militar como presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e, na presidência do ditador Costa e Silva, galgou o cargo de diretor do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), sendo um dos civis mais condecorados pelas Forças Armadas brasileiras<sup>840</sup>.

Jorge Boaventura, no governo Costa e Silva, foi o principal gestor da “caça às bruxas” no meio educacional autorizada pelo Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo sido o presidente da Comissão de Investigação Sumária do MEC, a CISMEC, incumbida pelas Forças Armadas da missão de “desarticular a ação subversiva” na educação brasileira. Em seu relatório como presidente da CISMEC, Jorge Boaventura agradeceu a “documentação que, em auxílio ao cumprimento da nossa missão, nos tem sido enviada pelos já mencionados órgãos da comunidade de informações, como a DSI-MEC, o SNI, o CENIMAR, o CIE e outros” (BR.DFANBSB.N8.PSN.AAI.0141.D1.DE1, p. 3). Graças à ação inquisitorial de Jorge Boaventura, foram expulsos da universidade brasileira professores e pesquisadores do calibre do físico José Leite Lopes – ex-aluno de Albert Einstein e colaborador de César Lattes –, do teólogo Alceu Amoros Lima, dos cientistas políticos e sociais Evaristo de Moraes Filho, Bolivar Lamourier e Florestan Fernandes, da historiadora Maria Yedda Leite Linhares, entre outros<sup>841</sup>.

---

<sup>840</sup> Por seus serviços prestados aos militares brasileiros e norte-americanos, Jorge Boaventura recebeu inúmeras comendas, destacando-se: a Medalha do Mérito Santos Dumont, a Medalha do Pacificador do Exército, a Medalha do Mérito Tamandaré da Marinha, a Medalha Cordeiro de Farias da ESG, a Medalha Especial da *Interamerican Defense Board*, a Medalha do Patriarca, a Medalha do Mérito Educacional Marechal Rondon, sendo ainda agraciado com a Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau Oficial), a Ordem do Mérito Naval (Grau Oficial) e a Ordem do Mérito Militar (Grau de Comendador) (BR.DF.ANBSB.VAZ.22859.D1.DE, p. 5).

<sup>841</sup> Operando os “expurgos” nas universidades e nas escolas secundárias do país, o presidente da CISMEC alertou seu superior para que não se “surpreendesse” com alguns nomes que sugerira à cassação ou aposentadoria compulsória, uma vez que seria ele, Jorge Boaventura, o verdadeiro *expert* “antissubversivo” e, assim sendo, estaria completamente consciente das ações “quase imperceptíveis” da “subversão” do Movimento Comunista Internacional (MCI): “Por isso, Sr. Ministro, e por conhecer a Comissão os métodos – frequentemente sutis e velados, com que agem a subversão e a corrupção nos meios da educação e da cultura, é que as presentes relações e outras que esperamos submeter de futuro à alta consideração de V. Excia., contêm e conterão às vezes, nomes surpreendentes para muitos dos que não conhecem a extensão e profundidade do dispositivo esquerdista e contrarrevolucionário enquistado naquelas áreas. É que, Sr. Ministro, além dos que agem às claras e que, como é sabido, são pouco numerosos, há os que atuam veladamente, engajados ou não em organizações subversivas, como há os que dão cobertura, concorrem com a omissão intencional, executando sempre o que interessa aos inimigos das instituições nacionais, da Revolução e do Governo, recebendo em troca a contrapartida do apoio da poderosa máquina a serviço, em última instância, do comunismo internacional, a qual promove celebridades, denigre reputações, apoia ou tenta desmoralizar candidaturas

Não por acaso, foi esse tipo de civil aliado à ditadura militar que a SEPES designou como vice-presidente. Jorge Boaventura e Barbieri Filho, respectivamente, vice-presidente e presidente da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, logo fariam uma viagem ao Paraguai para estreitar ainda mais suas conexões repressivas com o ditador Alfredo Stroessner e consortes. Nessa viagem de 1976 ao Paraguai, a SEPES saudou, em publicação oficial, “o Governo do Presidente Stroessner” por estar, supostamente, “entre aqueles que tornam mais digna a causa anticomunista, a causa das liberdades, [a] causa contra o divisionismo e o profissionalismo, para o bem do Paraguai, salvação da América do Sul e da civilização cristã” (APESP: 50J-0-5286). Jorge Boaventura e Barbieri Filho ainda liderariam a SEPES, em 1977, no III Congresso da CAL-Pública realizado em Assunção, que pode contar com a “estrela” de Alfredo Buzaid e de um velho consorte do finado almirante Carlos Penna Botto, Joaquim Miguel Ferreira Vieira (CDyA: R00018F0964).



**Figura 306.** “A direção da Sepes cumpre missão no Paraguai. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, General Alfredo Stroessner, durante a audiência

---

o que, em conjunto, fornece à mencionada máquina os instrumentos de pressão, negociações e barganhas com que ela, até aqui, tem garantido a própria sobrevivência e inquietado a comunidade nacional, ameaçando-lhe a segurança e entravando-lhe o progresso” (BR.DF.ANBSB.N8.PSN.AAI.0141.D1.DE1, p. 3).

concedida ao dr. Carlo Barbieri Filho, Presidente da SEPES, e ao prof. Jorge Boaventura de Souza e Silva, Vice-Presidente da entidade e autoridade máxima de seu Conselho. FONTE: APESP: 50J-0-52-86.

Ao lado de todos esses “cruzados” anticomunistas da SEPES, também foi incorporado a sua Diretoria o Promotor de Justiça Ítalo Bustamante Paolucci. Como adiantado, ele tinha sido o principal gestor dos “expurgos” de “subversivos” da administração pública no Estado de São Paulo, obedecendo ao comando do Ato Institucional n.º 5 de 1968. Escolhido para operacionalizar o AI-5 em São Paulo, ele se tornou presidente da Comissão Estadual de Investigações (CEI)<sup>842</sup>. Esse membro do Ministério Público paulista, diretor da SEPES entre 1976-77, servira como uma das testemunhas de defesa do líder do Esquadro da Morte e delegado de polícia do DOPS-SP Sergio Paranhos Fleury, ícone-mor do terrorismo de Estado da ditadura militar com narcovínculos ostensivos. Ítalo Bustamante Paolucci, no marco do julgamento de Fleury, foi uma das autoridades públicas que tentaram “encobrir as atividades criminosas dos policiais que integram o Esquadrão da Morte, com o combate à subversão” (FERNANDES, 2018: 158). O desembargador da causa, Antonio Carlos Alves Braga, inconformou-se com a postura do Promotor de Justiça “que, em seu depoimento como testemunha de defesa do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, destacou que o delegado é ‘um elemento exponencial na manutenção do regime’. O Desembargador questiona o fato de se atribuir ‘a sobrevivência do regime’ a um delegado de Polícia” (FERNANDES, 2018: 158)<sup>843</sup>.

---

<sup>842</sup> A CEI foi criada pelo Decreto-Lei n.º 6, de 6 de março de 1969, com vistas a operacionalizar o AI-5 em São Paulo. Funcionou “sob a supervisão do Secretário da Segurança Pública” e teve “jurisdição sobre o pessoal civil e militar de todos os órgãos dos três Poderes do Estado, entidades autárquicas e paraestatais”, “integrada por um membro do Ministério Público (Presidente), um Procurador do Estado e um Delegado de Polícia, de livre escolha do Governador” (art. 2º, Decreto-Lei n.º 6, 06.03.1969). No radar repressivo do promotor “inquisidor” Ítalo Bustamante Paolucci, no campo universitário, encontraram-se professores do porte dos filósofos Bento Prado Jr. e José Arthur Giannotti, dos historiadores Caio Prado Jr. e Emilia Viotti da Costa, dos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, da cientista política Paula Beiguelman, dos médicos Luiz Hildebrando Pereira da Silva (fundador do Instituto de Pesquisa em Patologias Tropicais da Fiocruz) e Isaias Raw (co-fundador do Instituto Butantã), do arquiteto Paulo Mendes da Rocha e do economista Paulo Israel Singer (ASP.ACE.3340/80, pp. 36 e ss.).

<sup>843</sup> De acordo com a historiadora Márcia Gomes Fernandes, o desembargador indignou-se com a postura do Promotor Ítalo Bustamante Paolucci, que defendeu o líder do Esquadrão da Morte por seus serviços prestados nas operações “antissubversivas”, ou seja, no extermínio e assassinato em nome da ditadura militar. Referindo-se a ele, o magistrado escreveu que, “até um promotor, guindado à posição de presidente da CEI, [...] chegou a afirmar que ‘o doutor Fleury é mesmo considerado um elemento exponencial na manutenção do regime’. A preocupação de ressaltar a coragem física desse policial vai a ponto de um funcionário, com a sua alta qualificação e com a responsabilidade de seu cargo, afirmar textualmente que um simples delegado de Polícia com uma equipe de investigadores é um dos sustentáculos do regime. Vale dizer, a sobrevivência do regime depende de um delegado somente porque, no cumprimento do seu dever, conseguiu matar alguns subversivos” (ALVES BRAGA *apud* FERNANDES, 2018: 158-159).

Por fim, ainda no encontro do Nacional Club de agosto de 1976, foi designado para a Diretoria da SEPES, na função de diretor-tesoureiro, o comandante da Marinha brasileira Edilberto Mello de Souza Braga. Antes disso, porém, ainda no cargo de capitão-tenente da Marinha, ele fora agraciado pela Força Aérea Brasileira (FAB) com a Medalha “Mérito Santos-Dumont” (FAB, 2016: 125). Na documentação depositado no Arquivo Nacional do Brasil, inclusive, Edilberto Mello de Souza Braga foi identificado com um servidor da Agência carioca do Serviço Nacional de Informações (ARJ/SNI), servindo a partir de 1983 como Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro (SR/DPF/RJ)<sup>844</sup>. Ainda enquanto atuava como servidor da ARJ/SNI, portanto, Edilberto Mello de Souza Braga ocupou o cargo de tesoureiro da SEPES a partir de 1976<sup>845</sup>. Nota-se, pois, mais uma vez e de novo, o estreito vínculo do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL com os militares da espionagem da ditadura verde-amarela.

E, diante de todos os arrolados, observa-se que a SEPES soube escolher “muito bem” um verdadeiro plantel – a seleção das melhores espécimes – de “cruzados” anticomunistas da extrema-direita nacional. Diante de tudo isso, é forçoso concluir que a nova Diretoria e o novo Conselho Consultivo da SEPES empossados em 1976, na cidade de São Paulo, um ano depois do presidente da entidade Barbieri Filho ter presidido a Liga Mundial Anticomunista, estruturam-se com alguns “pesos pesados” dos mais importantes setores da ultradireita brasileira. Como Barbieri Filho recontou ao jornalista Rubens Valente, “**toda entidade empresarial de São Paulo tinha um nome no conselho da Sepes**” (VALENTE, 2009, grifo meu). E, de fato, teve mesmo. Recapitulando, o Conselho Consultivo da SEPES nucleou os principais líderes das associações de

---

<sup>844</sup> Para a caracterização de Edilberto Mello de Souza Braga como SR/DPF/RJ e ex-servidor da ARJ/SNI a partir de documentos oficiais da ditadura militar brasileira, cf. BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAAA.85053336.D1.DE.1 (p. 11) e BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.87061067.D1.DE1 (p. 3).

<sup>845</sup> Em 1983, Edilberto Mello de Souza Braga foi promovido a capitão de Fragata e, em 1985, foi apontado como um dos envolvidos no assassinato do jornalista e agente do SNI Alexandre von Baumgarten. De acordo com o delegado Ivan Vasques de Freitas, responsável pelo Inquérito Policial que deveria apurar os mandantes do assassinato de von Baumgarten, “o Comandante EDILBERTO DE MELLO SOUZA BRAGA, ex-Superintendente Regional DPF/RJ, participou da reunião em que foi tramada a morte de BAUMGARTEN. A reunião foi realizada no Gabinete do então Diretor-Geral da Polícia Civil, ROGÉRIO MONT KARP’. Não se fala mais no assunto” (BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.CCC.85012507.D1.DE1, p. 9). “Segundo jornais cariocas, o crime foi tramado numa reunião no gabinete do delegado Rogério Mont Karp, então diretor do Departamento de Polícia Civil, e da qual também participou o comandante Edilberto Braga, assessor do secretário de Segurança da época, general Waldir Muniz. Vasques confirmou, porém, que a morte, por ataque cardíaco, de Mont Karp, e a posse de Braga na direção da Polícia Federal do Rio (em 4 de fevereiro de 1983) estão assinaladas no organograma que montou há alguns meses e onde estão registrados fatos que considera relacionados ao crime. (...) Perguntado (...) se confirmava que o mandante do crime era o general Newton Cruz, mais uma vez o delegado respondeu ‘sim’” (ARQUIVO ANA LAGOA, s/d).

classe capitalista da burguesia industrial (Theobaldo De Nigris da FIESP), da burguesia agrária (Salvio de Almeida Prado da SRB), da burguesia comercial (José Papa Jr. da FECOMÉRCIO-SP) e da burguesia bancário-financeira (Theófilo de Azeredo Santos da SBERJ). Desta feita, as frações dominantes do grande capital industrial, agrário, comercial e bancário-financeiro, a partir de 1976, estiveram representadas no “Capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista e da Confederação Anticomunista Latinoamericana.

Ao lado desse núcleo empresarial “estrelado” pelos presidentes da FIESP, da SRB, da FECOMÉRCIO-SP e da SBERJ, o grupo jurídico da SEPES também pode contar com outros “peixes gordos” da “cruzada” anticomunista da extrema-direita brasileira. Entre eles, o jurista integralista Alfredo Buzaid, ex-ministro da Justiça que, a serviço da ditadura Médici, destacou-se como o principal defensor civil do terrorismo de Estado recrudescido, o Promotor de Justiça Ítalo Bustamante Paolucci, ex-presidente da Comissão Estadual de Investigações indicado em conformidade com o AI-5 e testemunha de defesa do líder do Esquadrão da Morte Sérgio Paranhos Fleury, e o desembargador Ítalo Galli, integralista convicto e antissemita católico. Articulado com esses núcleos do poder econômico e do meio jurídico ligados à fração de ultradireita nacional, não faltaram ao Conselho Consultivo da SEPES empossado em 1976 um eixo eclesial, representado pelo arcebispo dom Geraldo de Proença Sigaud, e outro feminino, “estrelado” por Eudóxia Ribeiro Dantas, ex-presidente da CAMDE.

*Last but not least*, também o núcleo militar da SEPES não foi de modo algum desprezível – e muito menos “inexistente”, conforme sustentou Barbieri Filho *a posteriori* à pesquisadora Márcia Guena dos Santos (1998: 196). Ostensivamente, isto é, sem contar os contatos secretos da SEPES com outros militares brasileiros<sup>846</sup> (para não dizer com os militares e policiais paraguaios, uruguaios, chilenos etc.), o novo quadro da SEPES empossado em 1976, no bairro do Pacaembu, incorporou um almirante da reserva (José Leite Soares Jr., antigo vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, e um ex-subchefe de Informações da Marinha), um capitão-tenente também da Marinha (Edilberto de Mello Souza Braga, servidor da Agência carioca do SNI) e, finalmente, Jorge Boaventura que, embora sendo um civil, foi um assíduo servidor das Forças Armadas do Brasil durante a última ditadura militar e depois dela. Que plantel! Sem dúvida, os “melhores” e

---

<sup>846</sup> Sendo o principal deles, como visto, Leone da Silveira Lee, do Centro de Inteligência do Exército (CIE), flagrado em Los Angeles pela revista dos tecos mexicanos *Réplica*, em 1978, participando à paisana da reunião preparatória para a XI Conferência da Liga Mundial Anticomunista de 1978, pré-agendada para ocorrer em Washington, D.C.



mais autênticos representantes da extrema-direita verde-amarela que, não por acaso, integraram o “Capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista e de seu órgão regional na América Latina, a CAL, a partir de 1976.

#### *5.18. Coreia do Sul, 1976: o presidente da SEPES deixa a presidência da WACL na sua IX Conferência*

1976, inclusive, seria o ano em que o presidente da SEPES Barbieri Filho entregou a presidência da WACL ao próximo gestor de “alto nível” do movimento anticomunista internacional. Isso ocorreu, na Coreia do Sul, durante a IX Conferência da Liga Mundial Anticomunista. Um Informe assinado por Antonio Campus Alum, diretor da *Dirección Nacional de Asuntos Tecnicos* (DNAT), subordinada ao Ministério do Interior da ditadura militar do Paraguai, trouxe como “Asunto” a “9ª Conferencia General de la Liga Mundial Anticomunista”, realizada em “Seul, Rca. De Corea”, de “1º al 4 de Mayo – 1976” (CDyA: R001088F1964). De acordo com o repressor stonista, que era também um dos líderes do “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL, do conclave “participaron 310 Delegados y Observadores de 61 Capítulos (Países) miembros y 10 organizaciones miembros de América Latina, América del Norte, Asia, Africa, Europa, Australasia y Medio Oriente” (CDyA: R001088F1964).

“Las deliberaciones y actos se realizaron en el ‘Centro de la Libertad’ [*Freedom Center*] y la Asamblea Nacional (Congreso) de la República de Corea” (CDyA: R001088F1964). O chefe da polícia política stonista, reportando a seus superiores do Ministério do Interior a IX Conferência da WACL de 1976, informou que, “**en la Ceremonia de Apertura, el Presidente de la Liga, Dr. Carlos Barbieri Filho, entregó la Presidencia al nuevo Presidente electo Dr. Ben C. Limb, miembro del Congreso de Corea y Presidente de la Liga Anticomunista de ese país**” (CDyA: R001088F1964, grifo meu). A passagem da presidência da WACL do brasileiro Barbieri Filho ao sul-coreano Ben C. Limb foi registrada em fotografia pelo *Boletim do ABN*, o Bloco Antibolchevique de Nações, um plantel de ex-colaboradores nazistas da Europa Oriental que se integraram à Liga.



**Figura 307.** Da esquerda para a direita, Carlo Barbieri Filho (Brasil), Ana Maria Stuvén (Chile), Ku Cheng-kang (Taiwan) e Ben C. Limb (Coreia do Sul). FONTE: ABN, 1976, v. XXVII, n.º 4, p. 13.

Em sua edição de abril de 1976, o periódico do ABN, abaixo do registro fotográfico desse momento de troca dos presidentes da WACL, anotou a seguinte legenda: “**Presidente Honorário da WACL Ben C. Limb discursando na Conferência da WACL, Coreia, Presidente Honorário Dr. Ku Cheng-kang, Sra. Anna Marie Stuvén e o Presidente cessante Dr. Carlo Barbieri Filho, (da direita para a esquerda)**” (ABN, 1976, v. XXVII, n. 04, p. 13)<sup>847</sup>. Já o informe do chefe da polícia política stronista Campos Alum registrou ainda que o primeiro-ministro sul-coreano Choi Kyu-hah discursou, em nome do general-presidente Park Chung-hee, na sessão de abertura da IX Conferência da WACL. O repressor paraguaio informou que o senador norte-americano **John M. Murphy**<sup>848</sup> participou do ato inaugural e que os chefes delegados do Paraguai, de Taiwan e do Reino de Oman, respectivamente, “dieron lectura a los mensajes del Excmo. Sr. Presidente de la República del Paraguay Gral. de Ejército Don ALFREDO

<sup>847</sup> Como visto, a chilena Ana Maria Stuvén, apontada nos registros do SNI como uma agente do serviço secreto (mas qual?) da ditadura militar de Augusto Pinochet, era a diretora internacional do CEDOP da SEPES. Atualmente, Ana Marie Stuvén, uma competente historiadora, é professora universitária de História no Chile.

<sup>848</sup> Caracterizando o comunismo como sendo “esencialmente un sistema maligno”, John M. Murphy se disse honrado em seu discurso de se dirigir “a una asamblea tan distinguida, y poder contribuir con mi esfuerzo personal al objetivo mayor y más importante de este Congreso: unir a la gente del mundo que ama la libertad en un esfuerzo por derrotar y reprimir eficazmente la agresión y subversión comunistas, y por desarrollar la unidad anticomunista de la gente del mundo libre en un esfuerzo de cooperación anticomunista a nivel gubernamental” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. X).

STROESSNER<sup>849</sup>, del Excmo. Sr. Presidente de la República de China YEN CHIA-KAN y de S. M. el Sultán de Omar QABOOS BIN SAID, que fueron recibidos con sostenidos aplausos” (CDyA: R001088F1964, grifo meu). A IX Conferência da WACL, operacionalmente, “se dividió en Sesiones Plenarias y Sesiones de Comité”, constituyendo-se “4 Comisiones”, a saber: “Comisión I – Asuntos Políticos, Económicos y Sociales del Comunismo. Comisión; II – Tácticas de Frente y Guerra Psicológica del Comunismo; Comisión III – La Política del ‘Detente’ y Comisión; IV – De Comunicado Final y Resoluciones” (CDyA: R001088F1964). O diretor de *La Técnica* Campos Alum informou a seus superiores do Ministério do Interior que “la Delegación del Paraguay, participó en las Comisiones I – II y IV. En esta última, en representación de América Latina, por determinación de la CONFEDERACIÓN ANTICOMUNISTA LATINOAMERICANA [CAL]” (CDyA: R001088F1964).

Durante as deliberações da IX Conferência da WACL na Coreia do Sul, foram analisados inúmeros “informes sobre la actividad subversiva del comunismo en todos los campos y frentes en todo el mundo, tanto en su aspecto interno como internacionalmente” (CDyA: R001088F1965) e, depois disso, “fueran aprobados importantes Acuerdos, Recomendaciones, Resoluciones y Planes de Acción, con el proposito de dinamizar y hacer efectiva en forma expeditiva y práctica, la lucha contra la tiranía y el imperialismo comunistas en todos los países” (CDyA: R001088F1965). No sumário do delegado da polícia política stonista, “las resoluciones más importantes fueron:”

Dar total apoyo y solidaridad plena a los Gobiernos del Paraguay, Guatemala, Nicaragua, el Salvador, Brasil, Uruguay y Chile, por su **firme lucha contra el Imperialismo marxista-leninista** y por la permanente defensa de las Instituciones democráticas, la libertad, la paz, la integridad y el desarrollo económico y social de sus pueblos. Expresar su más enérgica condena por **la intervención militar del régimen de Cuba, mercenario del Imperialismo soviético en Angola**, en abierta violación de los principios de la no intervención y de la libre autodeterminación de los pueblos. Asimismo condenar vehementemente al régimen cubano de Castro, por su permanente intervención en todos los países latinoamericanos, a través de sus movimientos subversivos clandestinos. **Cuba debe ser aislada y bloqueada. Dar positivo apoyo y asistencia a los movimientos anticomunistas Cubanos que luchan para derrocar la tiranía marxista de Castro. Promover una efectiva alianza para la cooperación política, económica y la defensa**

---

<sup>849</sup> Em sua mensagem à IX Conferência da WACL, o ditador Alfredo Stroessner saudou os congressistas, considerando “de la más alta importancia la realización de este Congreso en la combativa República de Corea del Sur, porque es imperioso aunar voluntades y estrechar filas para hacer frente a las fuerzas regresivas del comunismo internacional que no cesan en su empeño de esclavizar al mundo libre. La intransigente posición anticomunista y la fidelidad a las instituciones democráticas permitirán a los pueblos labrar su propio destino con indeclinable sentimiento de independencia y libertad” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 9).

**militar entre los países con Gobiernos anticomunistas de América Latina** y de otras regiones del mundo. Promover el establecimiento de una alianza de defensa en la Región del Oeste-Pacífico. Apoyar en forma positiva a la República de Corea, Japón y la República de China para el fortalecimiento y la expansión de su política de cooperación económica y de defensa militar con los EE.UU y otras naciones libres de la Región del Asia-Pacífico. **Luchar por la disolución del Imperio Colonialista de la URSS y sus satélites**, apoyando en forma efectiva y con medios de todo orden a los movimientos de Independencia Nacional y de libertad de las naciones esclavizadas, como Ucrania, Bielorusia, Lituania, Latvia, Estonia, Georgia, Azerbaidzjan, Armenia, Caucaso, Turkestan, Bulgaria, Rumania, Hungría, Checoslovaquia, Polonia, Croacia, Albania, Cuba y otros. **Crear Secretarías Regionales de la WACL, en cada Continente, con secciones especializadas, documentación política-Guerra Psicología, Etc., para dinamizar la organización y posibilitar una acción práctica y efectiva contra la subversión marxista-leninista en el mundo** (CDyA: R001088F1965/R001088F1966, grifo meu)

Uma última Resolução sumariada por Campus Alum, finalmente, consistiu no projeto da WACL para estabelecer, “dentro de seis meses, **un Congreso de Periodistas Anticomunistas de Prensa, Radio y Televisión**, para coordinar la lucha contra la guerra psicologica através de la propaganda y por los medios masivos de comunicación, [que] realiza el comunismo internacional y sus cómplices” (CDyA: R00108F1966, grifo meu). O chefe da repressão anticomunista paraguaia informou ainda a seus superiores do Ministério do Interior que, durante a IX Conferência da WACL, “se fijó como sede para la 10ª Conferencia General de la Liga Mundial Anticomunista (WACL), la ciudad de Taipei (Taiwan) – República de China, para el año 1.977” (CDyA: R00108F1966). Campus Alum também registrou o aprofundamento de um importante contato feito pelos agentes da ditadura stronista durante a IX Conferência da Liga Mundial Anticomunista. Segundo ele, “la Delegación del Capítulo paraguayo, mantuvo importantes entrevistas con las Delegaciones de otros países, entre los que cabe destacar las del Perú, Venezuela y EE.UU. de Norteamérica” (CDyA: R00108F1966). Nessa ocasião, a delegação paraguaia da WACL negociou uma operação anticomunista com o representante do “Capítulo” norte-americano da WACL, o britânico e antropólogo eugenista Roger Pearson. Arranjou-se ali operação de Relações Públicas junto ao Congresso dos EUA destinada a neutralizar a suposta “campanha de difamação” desenvolvida pela Anistia Internacional contra as ditaduras militares anticomunistas da América Latina. Nesse sentido, Campus Alum destacou que foi acordado com o filonazista Roger Pearson que:

**(...) para el próximo mes de junio, se iniciaría en el Congreso Norteamericano a través del grupo de Diputados y Senadores que componen el Capítulo, una campaña contra la acción difamatoria que se lleva a cabo por Amnesty Internacional, y otras**

**organizaciones Internacionales contra el Gobierno del Paraguay, Chile, Uruguay y otros Gobiernos Anticomunistas. Oportunamente, llegará a Asunción una persona acreditada por el Capítulo Norteamericano, a fin de completar la documentación requerida para la iniciación de dicha campaña** (CDyA: R00108F1966, grifo meu)

Enfim, o “Dr. Antonio Campos Alum, Director Gral. D.N.A.T”, encerrou seu relatório para o Ministério do Interior sobre a IX Conferência da WACL de 1976, com seu tradicional bordão burocrático: “**Es mi informe**” (CDyA: R00108F1966)<sup>850</sup>. Um dia antes do início propriamente dito da IX Conferência da Liga, “em 30 de abril, o presidente do capítulo coreano, Dr. Ben C. Limb ofereceu um banquete de estilo ocidental no Hotel Tower para dar as boas-vindas aos representantes. A ordem dos palestrantes foi: Presidente Lin, Presidente cessante da WACL Dr. Carlo Barbieri Filho e Presidente Honorário da WACL Dr. Ku Cheng-kang” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 5, p. 25, grifo meu). Destacaram-se como oradores desse evento o “vice-presidente do governista Partido da Justiça da Turquia, Sabit Osman Avci”, o “representante parlamentar da Libéria, Dr. Nathan Ross”, o “congressista John M. Murphy dos EUA”<sup>851</sup> e o “senator Alvaro Gomez Hurtado da Colômbia” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 5, p. 25). Das deliberações da IX Conferência da WACL também participou, representando o “Capítulo” da África do Sul da Liga, Ivor Benson, um “raivoso racista e antissemita sul-africano” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 253). Num esforço realmente abrangente de unificação de forças anticomunistas com opiniões distintas, a WACL alagou em seu seio tanto um Benson, apologeta das ditaduras supremacistas brancas sul-africana e da Rodésia (da qual foi servidor), quanto um crítico desses regimes como Nathan Ross, que caracterizou, em seu discurso na IX Conferência, o “*Apartheid* na África do Sul” como “um insulto à dignidade humana” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 44).

---

<sup>850</sup> O livro que primeiro sistematizou aos pesquisadores interessados os principais acervos e eixos documentais depositados nos *Archivos del Terror* do Paraguai, escrito por Alfredo Boccia Paz, Myrian Angélica González e Rosa Palau Aguilar, partindo desse modo como o delegado da polícia política stronista Campos Alum subscrevia seus ofícios burocráticos repressivos, intitulou-se *Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner* (2006).

<sup>851</sup> Segundo John M. Murphy, o comunismo não seria mais “monolítico”, mas não deixara de ser, por isso, menos perigoso. A disputa sino-soviética entre “los superpoderes comunistas” não teria alterado o objetivo final do comunismo, a saber, o de “devorarnos”. “El comunismo ya no es un monolito sino una mutación fragmentada en la que dos gigantes se están agarrando de la garganta. Pero, una vez más, les advierto que hemos sido designados las últimas víctimas de cada gigante” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. XI). Assim, “el resultado final sería el mismo para el mundo libre, tal como el manifiesto comunista originalmente lo decretó” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, pp. X-XI).

Além dos sobrecitados, participaram da IX Conferência da WACL o presidente do ABN (ex-colaborador nazista e criminoso de guerra da Ucrânia) Yaroslav Stetsko, o tenente-coronel colombiano Alberto Lozano Cleves e o saudita Ahmed Salah Jamjoom (RÉPLICA, 1976, n.º 79, pp. 34-35). Da Turquia, destacou-se o parlamentar Ahmed Ishan Kirimli, membro do Comitê Executivo Central do Partido da Justiça, que criticou em seu discurso o “conformismo” europeu que estaria por trás da política de distensão com os comunistas. Do Lesoto, A. S. Mohale, ministro das Comunicações e Transporte e secretário-geral do Partido Nacional Basatho, assinalou a importância de combater o comunismo ateu, isto é, um “enemigo jurado de la tradición religiosa” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. XIII). Segundo ele, o comunismo seria “una ideología que no solo es ajena al Africa sino que también contradice el modo de vida que nosotros los africanos consideramos sagrado” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. XIV)<sup>852</sup>. Entre outros delegados e observadores, o secretário-geral da WACL Woo Jae-Seung, da Coreia do Sul, participou da conferência da Liga de 1976.

Mais importante, contudo, do que esmiuçar o *Quem-é-quem* da IX Conferência da WACL, importa, ao final deste CAPÍTULO 5, destacar a mensagem do ditador anfitrião do conclave e, mais importante ainda, o discurso do brasileiro Carlo Barbieri Filho – já então ex-presidente da WACL – e do líder teco da FEMACO/CAL Rafael Rodriguez.

#### 5.18.1. A mensagem de boas-vidas do ditador sul-coreano Park Chung-hee

O discurso do ditador Park Chung-Hee foi lido pelo primeiro-ministro Choi Kyu-hah. Nele, registrou-se o apoio oficial da Coreia do Sul à WACL, congratulando-se o general-presidente com o fato de “estas reuniones tan significativas” se realizarem “aquí en Seúl, la capital de la República de Corea. Creo que se puede dar una gran importancia a los Congresos, por realizarse en esta ocasión con Uds., señores delegados, que se han reunido aquí para reforzar nuestra vigilancia contra el comunismo y para renovar una vez más nuestra determinación para salvaguardar la dignidad humana y la libertad” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 4). Lamentou o ditador

---

<sup>852</sup> A.S. Mohale, sumariando que “el ateísmo comunista es ajeno al alma africana”, defendeu que “la aceptación de cualquier tipo de liberación comunista significa la muerte espiritual que en Lesotho no podemos tolerar”, defendendo que “el comunismo es un dogma que esclaviza la mente (...) [y] que tiene a su servicio una burocracia pavorosamente estructurada y un estado totalitario” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. XIV).

sul-coreano, por meio de seu emissário Choi Kyu-hah, “la trágica caída de la Península Indochina hace un año” nas mãos dos comunistas, bem como os fatos ocorridos no Camboja, caracterizando o cenário mundial e especialmente asiático como tumultuado e confuso. “A pesar de los esfuerzos de las potencias mundiales que persiguen la coexistencia y la ‘détente’, parece que estamos todavía lejos de establecer el orden de la paz entre los intereses conflictivos de los países” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 4).

Valendo-se, pois, do tumulto e da confusão, as forças comunistas estariam conseguindo se expandir e “as nações do mundo” livre não estariam conseguindo detê-las por não conseguirem “comprender correctamente la verdadera naturaleza del comunismo”. Contudo, os delegados da WACL saberiam “mejor que cualquier otra persona, lo que el comunismo representa” na medida em que teriam “experimentado en carne propia” suas “inhumanas atrocidades”. No caso sul-coreano, não seria possível “olvidar, aún en nuestros días, la pesadilla de la guerra de Corea que fue causada a raíz de la invasión, no provocada, del Sur, por los comunistas de Corea del Norte en 1950” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 5). Por conta da permanente agressão comunista da Coreia do Norte, “nuestro pueblo coreano ha llegado a comprender más claramente los esquemas engañosos [del comunismo] y su verdadera naturaleza, y hemos llegado a cimentar nuestro armamento espiritual para las luchas anticomunistas” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 5).

Apesar disso, os planos de “comunização” da península pela Coreia do Norte seriam incessantes. O “programa revolucionario comunista en la República de Corea” estaria ancorado, com esse objetivo, em três pontos: “El primero es convertir a Corea del Norte en la base revolucionaria para la comunización de Corea del Sur. El segundo es crear las condiciones para una llamada revolución en el Sur, fomentando inquietud social en Corea del Sur. El tercero es el intento de reunir las fuerzas internacionales que apoyan a Corea del Norte, y debilitar, relativamente, la posición internacional de la República de Corea” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 5). Contra essa tentativa de “comunização” da península pelos norte-coreanos, a Coreia do Sul deveria manter acesa sua aspiração pela “unificación de la patria” e, conforme ressaltou Park Chung-hee em seu discurso à IX Conferência da WACL, “para salvaguardar la libertad y la democracia”, “sólo con la concentración de todos nuestros esfuerzos para la consolidación de nuestra postura de seguridad nacional, por medio de la vigorización de la fuerza nacional, es que podemos evitar la

reaparición de la tragedia fratricida y resistir los esquemas de Corea del Norte para la comunización del Sur” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 5).

A Coreia do Sul, constituindo-se como uma ditadura de Segurança Nacional, estaria levando “a cabo la construcción económica sin ninguna pausa” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 5). Assim que, no meio da crise econômica deflagrada em 1973, segundo Park Chung-hee, “hemos consolidado nuestra seguridad nacional por una parte y realizado varios esfuerzos para apoyar el crecimiento económico, por la otra” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 5). Para além do crescimento econômico, concluiu o ditador sul-coreano, “hemos llegado a convencernos a través de nuestra propia experiencia, de que el más grande de los factores que contribuyen a prevenir la agresión comunista y a garantizar la seguridad nacional es **el armamento ideológico** del pueblo de una nación y también un sistema de solidaridad nacional indestructible” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 6, grifo meu). O exemplo da “comunização da Península Indochina” traria, segundo o general-presidente da Coreia do Sul, uma lição que não deveria ser esquecida: “Una división en la opinión nacional, y la confusión social y política traerán la comunización. Por lo tanto, todos los pueblos del mundo libre no deben ser tomados, ni siquiera por un minuto por la agitación comunista, teniendo presente que la única manera de tratar esta agresión reside en la capacidad para prevenir la guerra y mantener la paz, respaldada por el poder armado” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. 6).

#### *5.18.2. O discurso de abertura do veterano anticomunista Ben C. Limb, novo presidente da WACL*

Como visto, Ben C. Limb foi o primeiro “amigo” sul-coreano do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN), um grupo de ex-colaboradores nazista do leste europeu. Em Nova Iorque, exercendo a função de diplomata da Coreia do Sul junto à ONU, Ben C. Limb participou da comemoração dos 10 anos de existência do ABN, em 1953, conforme visto no CAPÍTULO 1. Ele foi, portanto, o primeiro enlace dos exilados antibolcheviques da Europa Oriental com a ditadura sul-coreana, naquela altura, comandada pelo autocrata civil Syngman Rhee. Mais de 20 anos depois, sob o tacão de uma ditadura militar presidida pelo general Park Chung-hee, a Coreia do Sul designou o veterano anticomunista Ben C. Limb para o cargo de presidente da WACL. Em seu discurso de boas-vindas aos participantes da IX Conferência da WACL, em 1º de maio de 1976, Ben C. Limb caracterizou Seul como o mais firme “bastión del anti-comunismo”, pedindo



“a todos los pueblos del mundo (...) que hagan más estrictas sus precauciones en contra la posible diseminación del comunismo y de que renueven su determinación de defender la libertad” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. II). Embora preparando a guerra de forma permanente, a Coreia do Norte, “el más doctrinario, ultra-izquierdista, y beligerante de todos los regímenes comunistas sobre la tierra”, estaria destinada a perecer, assim como o comunismo, por destruir “la dignidad humana, la moral y la paz” e por enfatizar “el odio y la violencia” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. II).

Pressagiando o perecimento do comunismo e a vitória da “democracia”, Ben C. Limb, não se referiu, todavia, às democracias ocidentais de tipo europeu. Pelo contrário. Estas seriam “afeminadas”, isto é, incapazes de enfrentar a ameaça comunista. Porém, a ditadura sul-coreana, sob a presidência do general Park Chung-hee, teria encontrado o caminho adequado para combater o comunismo por meio do “sistema de la Reforma Revitalizadora (Yushin)”. “O sea, **el pueblo coreano se dio cuenta de que el afeminado sistema democrático de Europa Occidental difícilmente habilitaría a la nación para salir victoriosa de la crisis sin precedentes a que se enfrenta**. En octubre de 1972 el President Park Chung Hee proclamó el establecimiento del régimen ‘Yushin’. Guiado por la ideología ‘Yushin’, el pueblo coreano pudo exitosamente vencer toda clase de pruebas y retos externos incluyendo las amenazas comunistas de invasión de Corea del Norte” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, pp. II-III, grifo meu).

Em outras palavras, se “los comunistas, a quienes nos oponemos, creen en la ‘filosofía de la fuerza’”, a Coreia do Sul de Park Chung-hee, por meio da *ideologia Yushin*, investiria também na força como forma de combate anticomunista<sup>853</sup>. Todavia, conclui Ben C. Limb, “debemos de cultivar no sólo nuestra fuerza armada sino también nuestra fuerza espiritual” (RÉPLICA, 1976,

---

<sup>853</sup> O historiador Kyung Moon Hwang explica o que foi a prática repressiva dessa ideologia *Yushin* adotada pela ditadura militar de Park Chung Hee. Segundo ele, o anticomunismo no pós-II Guerra Mundial foi implementado no país sob influxo da ocupação norte-americana, “e depois usado como instrumento de mobilização, repressão e legitimação pelas ditaduras sul-coreanas a partir de 1948. Foi quando a República da Coreia foi estabelecida, dentro de meio ano, o governo de Syngman Rhee instituiu a Lei de Segurança Nacional como mecanismo legal abrangente para reprimir a oposição política. Desde então, a lei nunca foi revogada, mesmo após a democratização de 1987 (...) Essa lei, nascida e desenvolvida em paralelo com a própria Coreia do Sul, sobreviveu a cinco sistemas constitucionais diferentes e a um enorme grau de mudança social, econômica e cultural. Ao longo da história da Coreia do Sul, a Lei de Segurança Nacional atuou como símbolo, originadora e executora do medo do comunismo, servindo assim aos interesses de várias ditaduras em legitimar seu governo e suprimir a resistência. **A aplicação mais notória desta lei veio em 1975, quando a chamada ditadura “Yushin” sob Park Chung Hee prendeu dezenas de dissidentes com acusações forjadas de atividades comunistas**. Em seguida, encenou um tribunal de exceção [*kangaroo court*] que condenou à morte oito dessas pessoas inocentes, que foram rapidamente executadas em um dia.” (HWANG, 2015, grifo meu).

n.º 79, p. III). Nesse sentido, concluiu o veterano anticomunismo, a tarefa principal da IX Conferência da WACL consistiria em “encontrar los recursos de la inteligencia y la fuerza unida los cuales nos llevarán a la victoria sobre el comunismo. La historia no se hace a sí misma sino que los hombres la hacen. La victoria sobre el comunismo no es un regalo que nos sea presentado sino, una tarea que todos los hombres libres deben lograr” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. III).

### *5.18.3. O discurso do brasileiro ex-presidente da WACL: “Southern area of Latin America cleaned”*

O brasileiro Carlo Barbieri Filho, finalmente, entregou a presidência da WACL ao veterano anticomunista da Coreia do Sul Ben C. Limb durante a IX Conferência da Liga de 1976. Trechos do discurso do ex-presidente brasileiro da WACL foram publicados pela revista *Asian Outlook*. Intitulado “Região Sul da América Latina Limpa”, o presidente da SEPES Barbieri Filho defendeu que, embora muito tenha sido feito, ainda seria preciso fazer muito mais na luta contra o comunismo. O mundo estaria passando, segundo o brasileiro, por um período de “transição entre grandes eras” e, como tal, seria marcado por “situações violentas” que exigiriam “a reação do povo ou das elites” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 37). A violência da era contemporânea não seria de tipo tradicional porque escaparia aos “esquemas históricas usuais”. Não se trataria de uma grande dipusta “entre dois ou três poderes”, mas sim “entre duas tendências” que defenderiam “valores culturais absolutamente opostos um do outro” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 37).

A primeira dessas tendências se basearia na “concepção de homem como transcendente, com vontade livre e responsabilidade com Deus e seus próximos, com regras morais que são permanentes e válidas em sua essência” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 37). A segunda tendência, antagônica à primeira, “considera o homem como um resultado da união de substâncias materiais, das quais emergem uma criatura capaz de se relacionar com o ambiente físico circundante pelo qual, exclusivamente por este, ele conduz suas atividades” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, pp. 37-38). De acordo com essa concepção, “a vontade livre do homem e sua consciência perdem todo significado, reduzindo a dignidade humana e conferindo um super-valor às relações dos seres humanos e às organizações detentoras do poder” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38).

As ideias dessa segunda tendência teriam diferentes origens, segundo Barbieri Filho. A primeira delas seria “externa”, patrocinada por “grandes poderes” como a URSS e a República Popular da China (RPCh), vertente também representada nos “satélites” soviéticos e chineses, todos interferindo “nos assuntos internos de nossas nações”. A outra fonte estaria “baseada em nossas próprias sociedades, que estão infiltradas por nossos inimigos, que tentam criar dificuldades, impedindo a possibilidade de combater os ataques externos mencionados” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38). Ao esclarecer essa fonte inimiga “interna”, o brasileiro em questão explicitou, mais uma vez, o perfil antimarxista e, ao mesmo tempo, antiliberal que informou, ideologicamente, a ultradireita brasileira integrante da Liga Mundial Anticomunista. Para Barbieri Filho, era preciso estar consciente do fato de que **“o marxismo, o socialismo e todas as doutrinas nascidas do materialismo ou liberalismo são absolutamente antagônicas à defesa e aos interesses dos nossos países”** (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38, grifo meu). A crítica ao liberalismo clássico combinou, no ideário do presidente da SEPES, uma rejeição total à Revolução Francesa de 1789 e uma defesa do sistema corporativo medieval destruído por ela<sup>854</sup>:

**O liberalismo, fruto da revolução que clamava por liberdade, igualdade e fraternidade, trouxe como consequência dessa liberdade um sistema que destrói todas as oportunidades de melhora na situação social dos trabalhadores, extinguindo as corporações e outras formas de igualdade verdadeira de oportunidades existentes no momento. Sob o título de fraternidade, converteram a guilhotina na forma usual de manifestação de ‘amor’ que inspirou tal revolução e, finalmente, apoiou o capitalismo que beneficiou poucos, prejudicando as grandes maiorias** (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38, grifo meu)

A crítica reacionária à Revolução Francesa e ao capitalismo liberal, ressaltou Barbieri Filho à audiência da IX Conferência da WACL, não implicaria o rechaço, de maneira algum, do

---

<sup>854</sup> Esse neocorporativismo, que atravessou as linhagens da extrema-direita integrada à SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, foi designado de neomedievalismo pelo historiador Benjamin Cowan, quando tratou especificamente da figura de Alfredo Buzaid e seu projeto de “re-espiritualização” do mundo. Buzaid, um ex-integralista, ex-ministro da Justiça do governo Médici (1969-74), como visto até aqui, foi um dos animadores do II Congresso da CAL-Pública de 1974, sendo também a “estrela” maior deste conclave e da VIII Conferência da WACL de 1975, ambos realizados no Brasil. Integrou o Conselho Consultivo da SEPES (1976-77) e, nessa condição, participou do III Congresso da CAL-Pública de 1977 no Paraguai de Stroessner. “Buzaid’s neomedievalism itself, in fact, derived from his veneration of the Middle Ages as ‘an emphatically *theological* phase of history, in which the idea of the supernatural inspired civilization’. Indeed, Buzaid and other sympathizers lamented modernity and modernization principally because the sense of an omnipresent divinity seemed lost. Hence he retroactively bemoaned the Renaissance, harbinger of the end of the pristine Middle Ages, precisely for its effects on supernaturalism: a ‘first step in the rupture between the natural world and the supernatural world. ... A process of desacralization. ... A first step toward proclaiming the banishment of God’” (COWAN, 2021: 203). Sobre esse ponto, cf. MACHADO, 2015: 739-40.

capitalismo ou de sua doutrina econômica: “Por favor notem que não somos contra o valor do capital, nem contra o capitalismo, como doutrina econômica” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38, grifo meu). Feita essa ressalva, o presidente do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL reiterou sua crítica ao capitalismo liberal que deveria ser combatido por ser, tal qual o marxismo, uma das formas modernas do *materialismo* e do *ateísmo*. Assim, o ex-presidente da WACL reforçou que, de fato, **“identificamos o capitalismo liberal tão ateu e tão materialista quanto o marxismo e, além disso, ambas as doutrinas são identificadas em seu caráter internacionalista e expansionista, sendo, portanto, absolutamente antinacionalistas”** (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38, grifo meu).

Dessa maneira, a regressividade ideológica da SEPES repôs o duplo aspecto que perpassou o ideário das ultradireitas aglutinadas na WACL, a saber, os nódulos antiliberal e anticomunista que assumiram, no caso concreto, a forma de uma crítica ultraconservadora ao *capitalismo liberal* e ao *marxismo*, entrelidos e combatidos por serem *materialistas*, *ateus*, *internacionalistas*, *expansionistas* e, portando, *absolutamente anti-nacionalistas*. Apesar desses “perigos”, prosseguiu Barbieri Filho à audiência wacliana, a América Latina estaria passando por um “renascimento de ideias nacionalistas” graças à “consciência do povo” e aos “erros do comunismo” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38). O Brasil governado pelos militares desde 1964 estaria comemorando “o décimo segundo aniversário de sua revolução, que instalou um governo nacionalista e conferiu desenvolvimento e bem-estar à população, buscando erradicar a corrupção e preservar os valores permanentes de nossa cultura e princípios morais” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38).

Já o Chile, depois do governo de Salvador Allende, embora tenha sido dado como “perdido” até mesmo pelos EUA, “que deveria ter sido o aliado das forças de libertação”, teria sido “salvo” pela Junta Militar, que contaria com “apoio total do povo e, apesar das dificuldades econômicas motivadas pelo bloqueio internacional e pela crise mundial, o país luta pelo desenvolvimento e, mais importante, está defendendo os valores cristãos e os ideais nacionalistas do povo chileno” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38). O Peru, “quase incorporado pela hegemonia soviética”, estaria mudando o curso de sua política graças à “derrubada do regime de Velasco Alvarado e nós esperamos que em um futuro próximo nós poderemos ter mudanças significativas em suas estruturas” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38).

Ademais, o governo paraguaio teria conseguido destruir a guerrilha e manteria “uma política forte sob a liderança do Presidente Stroessner que, desde 1954, conclama a resistência latino-americana contra o comunismo e em defesa do nacionalismo” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38). A Bolívia, “depois de 12 anos de governo socialista e uma série de mudanças que incluíram o esquerdista radical ex-Presidente Torres”, teria encontrado “sua estabilidade sob o governo nacionalista conduzido pelo Presidente Banzer” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38). Todavia, das “estrelas” anticomunistas da América Latina, uma ilha de renascimento de ideias nacionalistas”, saudando Barbieri Filho, da seguinte maneira, o golpe militar terrorista de 1976:

**Apenas um mês atrás o regime peronista foi derrubado, com todas as suas sequelas de corrupção, imoralidade e falso populismo. Esta é uma experiência importante para estudar dentro do contexto latino-americano e para poder medir o valor da chamada ‘democracia’. O governo peronista cumpriu todas as exigências dos defensores da democracia liberal: Peron foi eleito pelo povo, concedeu anistia total aos prisioneiros políticos, manteve o parlamento na sua forma anterior e respeitou e preservou a liberdade de expressão. Tudo isso resultou em consequência, em um curto período de tempo, que são próprias da democracia: corrupção, desrespeito aos direitos humanos, destruição da economia e a submissão total do povo ao regime que marcará um dos piores períodos da história argentina** (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38, grifo meu)

Nota-se, portanto, uma virulenta crítica à “assim chamada ‘democracia’” e, em especial, à “democracia liberal”, por parte do presidente da SEPES Barbieri Filho, que saudou o golpe de Estado argentino de 1976, que deveria, segundo ele, servir “como alerta, não apenas para a América Latina, mas para todo o mundo, especialmente quando a democracia liberal encanta ou pressiona os povos e governos, para sua instalação ou manutenção” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38). Novamente, se o anticomunismo caracterizou o ideário da SEPES, esse perfil foi acompanhado pelo rechaço à *democracia liberal* e ao *capitalismo liberal*, entrelidos e combatidos, reitera-se, por serem *materialistas, ateus, internacionalistas, expansionistas* e, portanto, *absolutamente anti-nacionalistas*.

Coroando a sucessão de golpes de Estado e a entronização de ditaduras militares de Segurança Nacional na região citados por Barbieri Filho – o Paraguai desde 1954, o Brasil desde 1964, a Bolívia desde 1971, o Chile desde 1973, o Peru desde 1975 e a Argentina desde 1976 –, o brasileiro ex-presidente da WACL garantiu que, “como consequência desta última mudança, a região sul da América Latina foi limpa, e as guerrilhas, que por não terem pátria não podem ser

socialmente assimiladas, estão sendo dissipadas para o norte, representando sério problema no curto prazo para os países onde forem se estabelecer” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38). Contudo, arrematou o presidente da SEPES, o perigo dessa suposta migração para o norte das guerrilhas derrotadas pelas ditaduras militares sul-americanas teria um impacto “conscientizador”, uma vez que “ajudará a despertar a consciência desses povos em relação ao comunismo e gerar uma reação natural contrária a ele” (ASIAN OUTLOOK, 1976, v. 11, n.º 6, p. 38).

Isto é, substancialmente, segundo o presidente do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL e ex-presidente da Liga Mundial Anticomunista (1975-76), as ditaduras militares da América do Sul já haviam feito uma “limpeza” na área, exterminando o comunismo e as esquerdas da região. O caráter *exterminista*, portanto, das ditaduras de Segurança Nacional sul-americanas contou com o entusiasmado apoio, prático e ideológico, da SEPES e do órgão regional da WACL na América Latina, a CAL. E a entronização do terrorismo de Estado argentino em 1976 seria o coroamento de um processo de vitória das forças anticomunistas iniciado com o golpe de Estado de 1954 no Paraguai de Stroessner. Felizmente, pois, para Barbieri Filho, na efeméride em que entregou a presidência da WACL na Coreia do Sul, pode ele se jactar de que o comunismo e as esquerdas foram *removidos* da “zona sul da América Latina”. Um *case* de “sucesso” para todo o movimento anticomunista internacional e, em particular, um motivo de orgulho à WACL e à CAL.

#### 5.18.4. O Informe do secretário-geral da CAL Rafael Rodriguez

No mesmo sentido de Barbieri Filho, inclusive, o secretário-geral da CAL, o líder teco Rafael Rodriguez, apresentou um Informe à IX Conferência da WACL saudando que a América Latina livrou-se do comunismo. Exaltou que o continente deteria o “mayor número de gobiernos que se oponen con firmeza al comunismo y que a la vez propugnan la justicia social y el mejoramiento de las mayorías desposeídas” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. V). Apesar disso, segundo o mexicano, em virtude da campanha de calúnias desenvolvida pela imprensa comunista e democrática a serviço deste, a realidade latino-americana estaria sendo desvirtuada. E “esa prensa internacional miente y calumnia como reacción a que en casi todos los países latinoamericanos el comunismo perdió o está perdiendo la batalla”

A imprensa internacional, com o comunismo sendo removido da cena latino-americana, estaria “irritada” com a vitória das forças anticomunistas no Chile desde 1973. Assim que seus membros, supostamente, “continúan todavía irritados porque el ejército chileno, con apoyo popular, derrocó a Salvador Allende y a su régimen marxista e insisten en atacar a Brasil, a Paraguay, a Guatemala, a Nicaragua e, en los últimos meses, su odio se descarga particularmente contra Uruguay, cuyo gobierno desarticuló los aparatos de la conspiración comunista” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. V). Embora o comunismo tivesse sido oficialmente rechaçado na América Latina, assegurou o dirigente dos tecos e secretário-geral da CAL, isso não significaria, todavia, “la pérdida de su influencia creciente en los sectores universitarios e intelectuales de la mayor parte de los países latinoamericanos. En una palabra, los países de América Latina donde mejor se salvaguardan las libertades son aquellos en que se aplican con mayor fidelidad las leyes protectoras de esas mismas libertades, a pesar de las protestas internacionales organizadas” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. V).

O organismo regional da WACL na América Latina, a CAL, segundo seu secretário-geral, estaria “presente en todos los confines de nuestro continente para apoyar a los gobiernos en sus medidas defensivas de la soberanía nacional y para denunciar y combatir la subversión y las infiltraciones” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. V). Segundo o mexicano, “**miembros y aliados de la CAL participan en todas las luchas decisivas contra el comunismo, ya sea en la contienda electoral, en el control de las universidades, en los sindicatos, en la prensa, en las organizaciones religiosas y en contrarrestar la violencia armada por lo que este reporte solamente referirá, de manera sintética, algunas de las actividades públicas más sobresalientes**” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. V, grifo meu). Nesse ponto, inclusive, é possível entreler que a CAL de fato envolveu-se com ações armadas<sup>855</sup>.

Entre as últimas atividades públicas desenvolvidas pela CAL, informou seu secretário-geral, esteve sua intervenção contra a tentativa de levantamento das sanções diplomáticas contra a Cuba castrista durante a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizada, em

---

<sup>855</sup> Recorde-se que, de fato, a CAL estruturou-se como uma organização bifronte, a CAL-Pública, de movimentação política mais ostensiva, e a CAL-Secreta, um eixo que aglutinou organizações (para)militares ainda hoje desconhecido da historiografia. Os próprios congressos da CAL, como visto até aqui, dividiram-se entre congressos da CAL-Pública e congressos da CAL-Secreta. Deste, apenas dois são conhecidos, o II Congresso da CAL-Secreta de 1973 no Paraguai e o III Congresso da CAL-Secreta de 1974 realizado, no Brasil, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI).

agosto de 1975, em San José da Costa Rica. Previamente a esse encontro da OEA, “la CAL informó a Jefes de Estado, cancilleres y dirigentes políticos sobre la necesidad de prevenir el resurgimiento de la influencia soviética en nuestro continente, lanzada desde La Habana con la complacencia de funcionarios del Departamento de Estado de los Estados Unidos” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VI). A CAL, combatendo assim “la actitud pro-castrista adoptada previamente por Costa Rica, Panamá, Venezuela, México, Colombia, Perú y el gobierno argentino de esa época”, reiterou que o fim do embargo econômico contra Cuba ajudaria Fidel Castro a consolidar “sua tiranía”, “una mano armada del imperialismo soviético” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VI).

A maior parte dos membros da CAL e de sua Secretaria Geral também teriam promovido “numerosos eventos políticos e culturales”, segundo Rafael Rodriguez. Entre eles, em setembro de 1975, um *Foro Empresarial* foi organizado “por el Capítulo Uruguayo [de la CAL] que concentró durante tres días a más de trescientos empresarios de Uruguay, Argentina, Chile y Paraguay para profundizar en temas relacionados con la libre empresa y con la aplicación de la justicia social desde el punto de vista de una oposicion integral a la agresión comunista” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, pp. VI-VII). Em janeiro de 1976, “dirigentes de CAL co-organizaron con la Juventud Liberal Somocista Nicaraguense el Primer Congreso de Juventudes Democráticas de Centroamérica” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII). Esse evento contou com o patrocínio e participação pessoal do presidente Anastasio Somoza Debayle, ditador nicaraguense, e do vice-presidente da Guatemala Mario Sandoval Alarcón. Seu “mejor fruto” teria sido “la fundación de la Federación de Juventudes Nacionalistas de Centroamérica y del Caribe que desde ese momento quedó integrada como organismo regional tanto de la CAL como de la WYACL” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII). O Conselho Diretor dessa *Federación de Juventudes Nacionalistas de Centroamérica y del Caribe* “quedó integrado por el Señor Chéster Escobar, Presidente (de Nicaragua); Señor Fernando Ibarra E., Secretario General (de Guatemala) y cinco miembros más que representan a México, El Salvador Honduras, Costa Rica y Panamá” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. IX).

A CAL também participara também, em Los Angeles e Nova Iorque, de dois congressos regionais realizados pela Alpha 66, organização paramilitar de cubanos anticastristas exilados nos EUA, solidarizando-se então com as mais de 40 organizações do exílio cubano presentes naquelas reuniões. “Hoy más que nunca son firmes las esperanzas de liberación de la patria de estos



hermanos, que no solamente luchan contra el opresor, sino también contra las persecuciones y las incomprensibles sanciones de que son víctimas por parte de los ejecutores de la política de ‘detente’” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII). À época, membros da Alpha 66 e de outras organizações de cubanos anticastristas nos EUA, que utilizavam a violência como arma política em solo norte-americano, estavam sendo encarcerados pela prática de terrorismo interno. Esse foi o contexto, pois, das “sanciones de que son víctimas” pelos EUA referidas por Rafael Rodriguez.

Outra atividade desenvolvida pela CAL, conforme informou seu secretário-geral à audiência da IX Conferência da WACL, consistiu na “divulgación de los éxitos y progresos alcanzados por los gobiernos anticomunistas de nuestro hemisferio; mientras otros les atacan, nosotros los defendemos, porque es a ellos a quienes se debe el mérito enorme de mantener estable el sistema de libertades y de impulsar el desarrollo de legislaciones protectoras de obreros y campesinos” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII). No ideário do dirigente teco e da CAL, os governos anticomunistas da América Latina não seriam “perdoados” por terem “la firmeza de afrontar la subversión comunista y adoptar a la vez medidas defensivas de la economía nacional ante la voracidad de los grandes monopolios internacionales. A esto se debe que Moscú los considere enemigos y que también sean calumniados por la prensa de algunos países libres, controlada precisamente por esos monopolios” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII). Em suma, no ideário do secretário-geral da CAL, as ditaduras militares da América Latina seriam atacadas pela URSS, de um lado, em virtude da ação “antissubversiva” desenvolvida por elas, e de outro, sofreriam a pressão dos “monopólios” capitalistas internacionais, que estariam sendo supostamente desafiados pela ação em defesa dos trabalhadores alegadamente empreendida pelas ditaduras regionais.

Ao final de seu informe, Rafael Rodriguez saudou o aumento do número de membros da CAL, destacando a participação inédita, na IX Conferência da WACL, de “representantes de los capítulos de Puerto Rico, Haití, y Trinidad Tobago con lo que se elevan a 22 los países latinoamericanos adheridos a la WACL a través de la CAL” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII). O aumento dos “Capítulos” latino-americanos da CAL e da WACL, portanto, seria “la mejor expresión de que nuestro movimiento anticomunista se fortalece y de que continúa dispuesto a que América Latina siga siendo, cueste lo que cueste, el continente de la libertad. **Nuestra única espina se llama Cuba pero confiamos en extirparla pronto, aunque Pravda e Izvestia, el Washington Post y el New York Times llamen ‘gorilas’ o ‘fascistas’ a todos los verdaderos**

**anticomunistas**” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII). A última ação “relavante” da CAL, arrematou seu secretário-geral teco, seria justamente sua participação na IX Conferência da WACL na Coreia do Sul, destacando “**la presencia en Seúl de sesenta líderes anti-comunistas latinoamericanos** que hemos venido para ratificar nuestra solidaridad con los auténticos combatientes del resto del mundo y, de manera particular, para rendir homenaje a los combatientes coreanos cuyo sangre y heroísmo hizo posible la libertad de una parte de la patria haciendo posible, hoy día, la realización de este Congreso” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII, grifo meu).

Enfim, uma fotografia publicada por *Réplica* registrou a participação do secretário-geral da CAL, dirigente teco da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL/CAL, na IX Conferência da Liga, ao lado do repressor e chefe da polícia política stronista Antonio Campos Alum – dirigente da WACL/CAL-Paraguai e sócio na *Financiera Urundey* do brasileiro Carlo Barbieri Filho, presidente da SEPES e ex-presidente da WACL. Na foto registrou-se também a confraternização do mexicano e paraguaio do complexo WACL/CAL com o presidente da Liga sucessor de Barbieri Filho, o veterano anticomunista Ben C. Limb, o primeiro “amigo” sul-coreano do ABN, como visto no CAPÍTULO 1. A legenda da fotografia assinalou: “El Secretario General de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL) Prof. Rafael Rodríguez (centro) durante animada conversación con el Dr. Antonio Campos Alum (izq.), delegado de Paraguay y el Dr. Ben C. Limb, presidente de WACL” (RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII).



**Figura 308.** Da esquerda para a direita, Antonio Campos Alum (Paraguai), Rafael Rodríguez (México) e Ben C. Limb (Coreia do Sul). FONTE: RÉPLICA, 1976, n.º 79, p. VII.

Contudo, apesar da aparente coesão inquebrantável entre a “família anticomunista” da CAL, conforme se pontuará na CONCLUSÃO, foi deflagrada, a partir de 1977, uma escalada de disputas internas, atritos violentos e fricções em escalada entre os tecos da FEMACO – praticamente “proprietários” da CAL em virtude da forma como “amarraram” o estatuto deste órgão regional da WACL na América Latina a sua própria organização em 1972 no México –, os brasileiros da SEPES e os paraguaios dirigidos pelo chefe de polícia política Campos Alum. Os paraguaios do complexo WACL/CAL, como visto até aqui, dirigentes de “alto nível” da polícia política, do Partido Colorado e das Forças Armadas da ditadura militar de Alfredo Stroessner, tomaram o partido da SEPES nessa disputa que se desenrolaria por dentro da Liga Mundial Anticomunista. Ao fim e ao cabo, novamente irmanados, os paraguaios e os brasileiros da WACL refundariam no Brasil, em 1983, um sucedâneo da CAL, a chamada Federação de Entidades Democráticas da América Latina (FEDAL), novo órgão regional da Liga para este hemisfério na década de 1980.

## CONCLUSÃO

O CAPÍTULO 5, enfim, encerra o percurso desta tese. Seu fecho é o momento de passagem da presidência da WACL das mãos de um jovem brasileiro – e que orgulho não teria sentido o veterano Penna Botto se tivesse vivido um pouco mais para ver seu legítimo herdeiro político “brilhar” nas redes transnacionais do anticomunismo que o almirante cevou desde 1955 – para um velho “cruzado” sul-coreano, Ben C. Limb. Este, como visto no CAPÍTULO 1, havia sido o primeiro “amigo” sul-coreano do ABN, um plantel de ex-colaboradores nazistas e criminosos de guerra do leste europeu que comemoraram, na cidade de Nova Iorque, os dez anos do grupo fundado em 1943, sob os auspícios do III Reich. Em 1953, na “celebração” da primeira década de existência do ABN, Ben C. Limb destacou-se como um entusiasmado animador do grupo presidido por Yaroslav Stetsko. Mais de vinte anos depois, o mesmo Ben C. Limb, às vésperas de morrer, recebeu a presidência da Liga Mundial Anticomunista do então jovem empresário e “cruzado” anticomunista brasileiro Barbieri Filho.

Uma grande jornada das figuras e redes do movimento anticomunista internacional da Guerra Fria. Enfim, o período entre o surgimento do ABN em 1943 – como uma Frente Antibolchevique nas florestas da Ucrânia Ocidental (o grupo ganharia o nome pelo qual se notabilizou apenas em 1946, quando foi repaginado pelo MI6 britânico) –, até a entrega da presidência da WACL de Barbieri Filho a Ben C. Limb, em 1976, demarca o período histórico investigado nesta tese. Isto é, cobrindo o período entre 1943-76, esta pesquisa buscou periodizar e estudar as histórias de organizações e indivíduos que compuseram a faceta mais agressiva da “cruzada” anticomunista do pós-II Guerra Mundial. Estudaram-se, assim, a gênese remota *filonazista* e aquela mais imediata da principal “Internacional Anticomunista” da Guerra Fria – a WACL –, abarcando-se sua primeira década de existência (1966-1976) e, entre 1972-1975, os principais congressos – públicos e secretos – de seu órgão regional na América Latina, a CAL, bem como suas conexões repressivas com o Sistema, Plano ou Operação Condor, o “Mercosul” do terrorismo de Estado das ditaduras militares de Segurança Nacional da região.

Depois dessa longa jornada nas redes do anticomunista transnacional do século XX, de meados da década de 1940 até meados da década de 1970, o que se poderia arrematar nesta CONCLUSÃO em um plano mais geral? Qual a relevância que este estudo do internacionalismo

anticomunista da extrema-direita da Guerra Fria pode apresentar para os dias que correm? De início, acredita-se que a principal contribuição desta pesquisa à conjuntura contemporânea consiste no aporte básico, mas usualmente desconsiderado ou desconhecido, de que o projeto político de internacionalização das extremas-direitas e de suas alianças não é algo inédito da história recente<sup>856</sup>. A transnacionalização das ultradireitas vem de longe e acompanha a internacionalização do capital (necessariamente, também, a do trabalho), do terrorismo de Estado, das lutas de classe e dos conflitos políticos intrínsecos àquelas. Trata-se, pois, de lançar luz a um fenômeno histórico complexo, extremamente ramificado e mediado e que, saiba-se ou não, vem de muito longe. E, como ensina o ditado popular, “o diabo é o diabo porque é velho”. Constata-se, inclusive, que a recente emergência e entronização das extremas-direitas no poder de Estados pelo mundo afora, da Hungria de Viktor Orbán às Filipinas de Rodrigo Duterte (hoje presidida pelo filho do ditador Ferdinando Marcos), do *trumpismo* nos EUA (um Barry Goldwater com base de massas?) ao *bolsonarismo* no Brasil (a “linha-dura” do bonapartismo 1964 com base de massas e reconvertida ao neoliberalismo?), entre outras experiências localizadas, fizeram emergir uma

---

<sup>856</sup> Segundo o jornalista Reinaldo Azevedo, o bolsonarismo constitui, historicamente, o “1º exemplo de extrema-direita brasileira internacionalizada”. “Esta evidência que nós temos aqui [no Brasil], por incrível que pareça, com toda a sua tacanhice, com todos os seus absurdos, com todas as suas ridicularias, o bolsonarismo é a primeira vez em que a direita brasileira, a extrema-direita, se internacionalizou. Vocês já repararam nisso? Nós temos uma extrema-direita internacionalizada. Nunca tivemos. A extrema-direita brasileira sempre foi muito caipira (...) Então, a nossa extrema-direita sempre foi uma extrema-direita caipira. Localista. A primeira vez em que a direita brasileira tem uma dimensão internacionalista é agora, com Bolsonaro. E o movimento anti-vacina é uma das bases, é um desses pilares, dessa extrema-direita internacional. Mas se vocês me perguntarem (...) por que é que a extrema-direita vai ser anti-vacina? Aí, queridos, aí realmente (...) não tem explicação. Por que a extrema-direita resolveu ser anti-ciência, ela resolveu combater vacina, ela resolveu combater que a terra é redonda” (AZEVEDO, 2022). (Essa *irratio*, contudo, tem profundas – e cognoscíveis – raízes históricas). Espera-se que esta tese, assim, tenha demonstrado (e possa esclarecer) que a extrema-direita brasileira se internacionalizou desde a década de 1950 com o almirante Carlos Penna Botto e que o pennabottismo não pode mais, como o faz um historiador tão popular quanto Marco Antonio Villa, ser *caricaturizado*, apenas. Para o nosso próprio bem. Villa, que enxerga um anticomunismo primário apenas em Penna Botto, mas não no integralismo de Plínio Salgado *et caterva*, tenta desvincular o último movimento de massas da extrema-direita do bolsonarismo. Este, uma forma de “nazifascismo” segundo ele, estaria mais perto do *pennabottismo*. Para ele, o bolsonarismo “é herdeiro de uma extrema-direita anticomunista dos anos 1950-1960. Tinha no patético almirante Penna Botto seu mais conhecido membro. À época foi até criada a expressão ‘pennabottismo’, que sintetizava a mediocridade do ‘pensamento’ do almirante. Sérgio Porto, no fantástico Febeapá, o Festival de Besteira que Assola o País, fez questão de registrar um momento deste valoroso homem do mar: ‘Lembram-se do Almirante Penna Botto? Pois voltou. Voltou e deu uma entrevista no aeroporto, dizendo-se a favor da guerra do Vietnã e declarando que é preciso invadir a China e acabar de vez com Mao Tse-Tung. Bonifácio Ponte-Preta – o Patriota – vibrou com as palavras do almirante, principalmente em relação à invasão da China. O Boni, espumando de civismo, berrava: ‘Deixa ele ir! Deixa ele ir! ‘Nem a ditadura militar suportou o almirante falastrão. Contudo, nas bordas do regime encontrou eco entre os extremistas dos órgãos de repressão, os torturadores, a chamada ‘comunidade de informações’. E depois entre os ‘frotistas’, os adeptos da candidatura do general Sylvio Frota, ministro do Exército, à Presidência da República. Estes, quando constataram a inviabilidade de Frota chegar à Presidência, patrocinaram o golpe de Estado de 12 de outubro de 1977. Fracassaram” (VILLA, 2021).

riquíssima gama de estudos históricos sobre as ideologias, as redes e as conexões nacionais, regionais e internacionais da nova/velha extrema-direita contrarrevolucionária.

Todos estas pesquisas e reflexões históricas, assim como esta tese, respondem, por conseguinte, a necessidades sociais e a urgências políticas da corrente ascensão e consolidação do ultraconservadorismo como fenômeno político internacional e de massas. Não é por uma ou outra derrota eleitoral dessas facções, inclusive, que o movimento ultraconservador sairá de cena, já que ele também responde, prática e ideologicamente, a um processo de crise estrutural profundo das sociedades humanas ainda na “pré-história”, ou seja, regidas pelo sociometabolismo do capital e controladas por seus Estados-nacionais. Compreender, pois, a gênese, a ideologia e a função político-social cumprida pelas extremas-direitas, especificamente, é uma forma inescapável de combatê-las ou, ao menos, preparar-se para o combate contra essas forças regressivas que, se vitoriosas em seu curso corrente, sendo expressão das frações mais violentas do capital, do Estado e das classes proprietárias – todos em avançado estágio de senilidade social –conduzirão a humanidade e as individualidades a um *barbarismo* inaudito.

Como o destino histórico, contudo, não é determinado por enunciados teóricos, mas pelas lutas de classes, o estudo do ultraconservadorismo condensado nesta tese só pode ser, então, uma contribuição a um gigantesco desafio presente às lutas sociais e políticas. Estudar e compreender a lógica específica das extremas-direitas, em sua efetividade histórico-imanente, na sua práxis e ideologia, como ensinou J. Chasin em seu pioneiro estudo sobre o integralismo brasileiro, é, antes de tudo, “uma autêntica preocupação de ordem prática” (CHASIN, 1978: 30). O ponta-pé inicial dado por Chasin, como ele próprio registrou, tentava superar aquele cenário constatado pelo brasilianista Richard Graham, em 1973, diante do “estado da arte” da historiografia brasileira: “Devido à tendência entre os historiadores em demonstrar maior interesse nas transformações e progresso do que nos que a eles se opuseram, pouco tem sido feito para estudar e compreender a ideologia conservadora” (GRAHAM *apud* CHASIN, 1978: 605). Hoje, sem embargo, o cenário é bem outro. Há uma miríade de estudos históricos feitos e ainda em andamento que nos ajudam e ajudarão a compreender mais e mais *a ideologia conservadora*. Também esta tese buscou contribuir para esse esforço analítico.

Por ora, contudo, é importante ao menos sinalizar nesta CONCLUSÃO que as constelações ideológicas do conservadorismo expressam, concretamente, um fenômeno

muitíssimo mais amplo, complexo e de longuíssima duração, a saber, *o fenômeno do irracionalismo* contemporâneo ou, dito de outro modo, da *irracionalização da história*. O *irracionalismo* surgiu, propriamente, como *reação* ao processo de transformação radical das sociedades humanas que inaugurou a história contemporânea, como é sabido, a dupla revolução burguesa, isto é, a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial da Inglaterra, do mesmo período. Dali, como ensina Gyorgy Lukács, “nasce uma linha completamente nova de defesa do velho, do período pré-revolucionário até o retorno à Idade Média, trajetória inseparável do processo geral de irracionalização da história” (LUKÁCS, 2020: 116).

O início dos estudos sobre o conservadorismo em geral – sendo que esta tese buscou determinar algumas parcelas de sua fração mais truculenta e *exterminista*, o *ultraconservadorismo*, no século XX – deveria acompanhar propriamente “o caminho do desenvolvimento do irracionalismo desde a contraofensiva ideológica reacionário-feudal à Revolução Francesa” (LUKÁCS, 2020: 663). Os albos do fenômeno *irracionalista* da extrema-direita contemporânea, por conseguinte, devem ser localizados e desdobrados como herdeiros da *ideologia da Restauração* pós-Revolução Francesa, isto é, a ideologia *restauracionista* que “aspira a um retorno ao *ancién régime* pré-revolucionário, e até mesmo paira na consciência de muitos de seus porta-vozes um retorno à Idade Média. (...) [Apesar da] impossibilidade objetiva de um retorno ao velho” (LUKÁCS, 2020: 147).

Na primeira metade do século XX, ademais, foi o nazismo que se consagrou como o fenômeno mais acabado, a maturação histórica em sua forma mais completa, desse fenômeno do *irracionalismo* ultraconservador, que buscou extirpar do mundo todo o *progressismo* burguês do século XIX e exterminar, por meio de uma guerra genocida total, o “judeu-bolchevismo”<sup>857</sup>. A particularidade dessa *via prussiana* de desenvolvimento do capitalismo alemão constituiu o chão histórico da forma mais acabada do *irracionalismo* da extrema-direita contemporânea, forçando uma mobilização de guerra total imperialista com vistas à repartilha neocolonial do mundo, sob o

---

<sup>857</sup> J. Chasin insiste, contra quem acriticamente entrelê o nazismo como uma “revolução” conservadora, que “não há qualquer *revolucionarismo* no fascismo”, salientando que, “de igual modo, não se trata de uma *repressão* qualquer. A *regressividade* fascista é algo mais determinável: ‘tem de eliminar da herança burguesa todos os elementos progressivos’; e isto também não é um traço universal da resposta burguesa ao mundo. No fascismo, *repressão* é concomitantemente violenta agressão imperialista, em que o *terror* é a ‘nova’, aprofundada e desenvolvida da *repressão* intrínseca ao modo de objetivação do capitalismo pela *via prussiana*, isto porque, aí, ‘o progresso social e a evolução nacional não se apóia e pressionam mutuamente, como na França, mas se encontram em contraposição’” (CHASIN, 1978: 53).

espectro das revoluções da classe trabalhadora e da Revolução Russa de 1917. Assim, como resgata o historiador Antonio Rago Filho do estudo de Lukács sobre o irracionalismo alemão, “a Alemanha se converterá na campeã das ideologias reacionárias, pois, ‘não é casual que o antidemocratismo se tenha constituído pela primeira vez como concepção de mundo naquela Alemanha atrasada, nem que no período do imperialismo a Alemanha tenha ocupado o primeiro lugar na função de produzir ideologias reacionárias’” (RAGO FILHO, 2007: 2-3).

Como visto no CAPÍTULO 1, integraram-se a essa “usina-mãe” de *ideologias reacionárias* a “ultradireita alucinada” da Europa Oriental e da Ásia Central em suas frações ucraniana, croata, romena, eslovaca, bielorrussa, húngara, letã, búlgara e uzbeque. Estas seguiram com entusiasmo, como “estrelas menores”, a “estrela guia” do nazismo, integrando-se à sua expansão imperialista sem deixar, obviamente, de representarem as particularidades do desenvolvimento híper-tardio (se comparadas à *via prussiana* do evolver tardio, mas agressivo, do capitalismo alemão) de seus países e regiões. Depois de terem servido à “cruzada” anticomunista nazista, conforme visto no CAPÍTULO 1, lembrando-se que o auge do entusiasmo das frações da “ultradireita alucinada” referida coincidiu com a Operação Barbarossa – tentativa frustrada de aniquilar o “judeu-bolchevismo” da URSS marchando até Moscou –, essas frações da extrema-direita da Europa Oriental e da Ásia Central repaginaram seu antibolchevismo, *desnazificando-o*, e passaram a integrar, já então sob seus *contractors* ingleses e norte-americanos, a nova “cruzada” antibolchevique da Guerra Fria.

Isso porque, como explica Lukács em um marco mais amplo, “o fim da [II] guerra [mundial], pelo contrário, não significou senão a preparação de uma nova guerra, dessa vez, contra a União Soviética” e, nesse contexto histórico-ideológico, “os Estados Unidos passaram a assumir cada vez mais a força da liderança da reação imperialista” (LUKÁCS, 2020: 663). Esse o motivo que “a coalização contra o fascismo se desfez rapidamente e a ‘cruzada’ contra o comunismo, o principal *leitmotiv* da propaganda hitlerista, passa a ser, de modo cada vez mais enérgico, a pauta das potências ‘democráticas’. Isso, naturalmente, modifica a orientação (e, com ela, o conteúdo e a estrutura) de tais concepções ‘democráticas’” (LUKÁCS, 2020: 664).

Esta tese, inclusive, especificou os dois casos mais emblemáticos já existentes de reincorporação de nazistas de “alto nível” na nova “cruzada” anticomunista da Guerra Fria. Relembre-se, precisamente, o caso do “turcologista” de Alfred Rosenberg, o professor de



sociologia especialista em “povos não-russos” da URSS e diretor político do *Ostministerium* Gerhard von Mende. Ele montou uma gigantesca rede de “exilados” antissoviéticos da Rússia e dos territórios soviéticos do leste europeu e da Ásia Central enquanto operava no *Ostministerium* do III Reich diretamente subordinado a Rosenberg. No pós-guerra, como visto no CAPÍTULO 1, seu “passe” foi disputado por novos *contractors*, os britânicos e os norte-americanos. Os primeiros levaram “a melhor”, contratando von Mende que, então, a soldo do MI6 de Sua Majestade a Rainha da Inglaterra, reativou suas redes nazistas de colaboradores do leste europeu e da Ásia Central e, assim, ajudou na (re)criação do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN). Já o segundo caso “bem-sucedido” de reincorporação de um nazista de “altíssimo nível” à “cruzada” anticomunista da Guerra Fria, estudado nos CAPÍTULOS 4 e 5, foi aquele do braço direito de Josef Goebbels no *Propagandaministerium*, Eberhard Taubert, que havia sido o autor da lei que obrigou os judeus a vestirem uma estrela de David amarela no peito, o co-autor e roteirista da odiosa peça de propaganda antissemita *O judeu eterno* (1940) e, de modo inovador, foi a mão oculta na gestão do *Anti-Komintern* nazista, a agência “privada” de Goebbels incumbida de “construir um movimento internacional contra o bolchevismo sob a liderança da Alemanha” (DA SILVA, 2020: 245).

Seu braço direito na empreitada de criar uma “Internacional Nazista” – que teve seu auge na convocação da I Conferência de Feldaing na Baviera em 1936, “sonho” interrompido com o Pacto Molotov-Ribbentrop –, o funcionário sênior do Anti-Komintern Alfred Gielen, também conforme estudado nos CAPÍTULOS 4 e 5, continuaria operando sua “cruzada” anticomunista no pós-II Guerra Mundial. Todos eles, von Mende, Taubert e Gielen, devidamente *desnazificados*. Esses três casos emblemáticos demonstram, à saciedade, que a “cruzada” antibolchevique do III Reich – então lançada contra o “judeu-bolchevismo” – apenas deixou de combater ostensivamente os judeus e, sob novos *contractors*, lançou-se contra os soviéticos. Taubert e Gielen, então, foram contratados pelo governo norte-americano para ensinar sobre propaganda política contra o bolchevismo, instruindo os EUA na adoção de um modelo “similar ao antigo Anti-Comintern alemão, na tentativa de neutralizar a tendência atual da propaganda soviética” (CIA, 1949: 5). Evidente, pois, a continuidade (descontínua, apenas, no que tange ao antissemitismo) entre a estratégia *rollback communism* nazista e aquela adotada e liderada pelos EUA na Guerra Fria.

Daí que, no sumário feito por Lukács referindo-se ao fenômeno do irracionalismo depois da derrota do Eixo nazi-fasista, “también la ‘cruzada’ contra el comunismo, contra el marxismo-

leninismo, es una vieja herencia de la ideología burguesa convertida en reaccionaria” (LUKÁCS, 202: 665). E essa transmutação reacionária da velha herança da ideologia burguesa anticomunista foi, ao longo desta tese, detalhada e especificada nas linhagens das extremas-direitas estudadas e, em meados da década de 1960, organizadas na chamada Liga Mundial Anticomunista. Não à toa, inclusive, que o citado Alfred Gielen, funcionário sênior do Anti-Komintern de Hitler, não apenas continuou operando como propagandista antibolchevique (ao lado de seu chefe Taubert) no pós-guerra, mas também integrou o primeiro Conselho Executivo da WACL, por isso mesmo designada “Segundo Anti-Komintern” (SCOTT, 1970: 31)<sup>858</sup>.

E a WACL – o “objeto” maturado desta investigação histórica – foi justamente isto, o “Anti-Komintern” da Guerra Fria. E a presença de um propagandista de “alto nível” como Gielen, ex-subordinado do “Dr. Anti” (Taubert), é muito eloquente para essa demarcação de uma continuidade histórico-ideológica entre a “cruzada” anticomunista nazista e a “cruzada” antibolchevique da Guerra Fria. Recorde-se, ademais, que tentou-se antes no México, em 1958, criar essa “Internacional Anticomunista”. E lá esteve, como estudado no CAPÍTULO 3, Gielen *et cetera*, a saber, os *filonazistas* do leste europeu presididos por Yaroslav Stetsko no ABN, os confederados anticomunistas das extremas-direitas da América Latina presididos pelo almirante brasileiro Penna Botto (CID) e agentes do terrorismo de Estado e da contrarrevolução capitalista do Sudeste Asiático (APACL). Esse “ensaio geral” de criação da WACL em 1958, contudo, implodiu depois da retirada do judeu norte-americano – o maior *fundraiser* conservador de sua geração – Marvin Liebman. Antes tarde do que nunca, Liebman não topou organizar uma “Internacional Anticomunista” para os responsáveis pelo assassinato de seus parentes judeus na Ucrânia Ocidental. Justo. Implodiu o “sonho” e, na sequência, passou a receber ameaças de morte – que atribuiu ao “pessoal de Stetsko” – e telefonemas que o xingavam de “judeu-bolchevique”.

O “sonho” não acabou, contudo, e a interação complexa entre as organizações transnacionais anticomunistas que tentaram fundar um “segundo Anti-Komintern” em 1958 no

---

<sup>858</sup> O historiador anarquista Stuart Christie chegaria a demarcar, como visto, que “a WACL é baseada no ‘Anti-komintern’ de Goebbels e é o principal canal de fundos para organizações de extrema-direita por todo o mundo” (CRISTHIE, 1984: 108, grifo meu). Já Scott voltaria ao tema, já então acompanhado por co-autores, salientando que, “os capítulos da WACL também forneceram uma plataforma e legitimidade para as frações sobreviventes das coalizões nazistas Anti-Komintern e Leste Europeu (Ostpolitik) reunidas sob Hitler nas décadas de 1930 e 1940, e parcialmente assumido após 1948 pelo Escritório de Coordenação de Políticas da CIA” (SCOTT; MARSHALL; HUNTER, 1987: 21).

México, como visto no CAPÍTULO 4, vingaria na consecução do projeto da Liga Mundial Anticomunista, criada, em 1966, na Coreia do Sul. Quer seja na Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação de 1958 no México, quer seja na Declaração da WACL de 1966, o leitor ou leitora que percorreu esta tese já sabe que a ideologia anticomunista que aglutinou os indivíduos e grupos envolvidos no “sonho” da “Internacional Anticomunista” aqui estudado constituiu, justamente, uma *utopia reacionária* cujo objetivo era o de fazer recuar – *rollback* – o comunismo e, se possível, exterminá-lo do mundo contemporâneo! Propugnaram os ideólogos da WACL e de todas suas sub-organizações uma guerra de extermínio total contra o comunismo buscando, assim, a volta ou o retorno – objetivamente impossível, daí seu teor utópico regressivo – do *historicamente velho*, isto é, um mundo pré-revoluções da classe trabalhadora e, se possível ainda, pré-Revolução Francesa de 1789.

Daí que a regressividade dos ideólogos e homens de ação do Movimento WACL, compartilhando de modo impressionante cosmovisões comuns, foram anticomunistas e anti-democráticos, anti-liberais, anti-evolucionistas e anti-progressistas. Como visto ao longo de todos do CAPÍTULOS desta tese, a maioria dos membros do complexo WACL, da América Latina à Europa, do Oriente Médio à Ásia, dos EUA à África, propugnaram a “revalorização dos valores do espírito” em face do materialismo em geral, aí entrelido e combatido não apenas o comunismo, mas também o liberalismo clássico. Os tradicionais nódulos antiliberal e anticomunista – expressões do antidemocratismo mais reacionário da histórica contemporânea – perpassaram e enformaram as cosmovisões dos ideólogos e homens de ação do Movimento WACL. Essa coesão ideológica, concretamente, derivou de uma determinação social básica: as contrarrevoluções mais expressivas do século XX. A WACL é um dos mais importantes “laboratórios” para quem estiver interessado ou interessada na anatomia das extremas-direitas globais por ter ela servido como uma “organização guarda-chuva” – uma “Internacional” para comunista nenhum botar defeito – e, ao fazê-lo, encapsulou praticamente todos os *Contras* do século XX. Isto é, os *contra* a Revolução Russa de 1917 e a sovietação da Europa estiveram por dentro da Liga via ABN e CIAS. Os *contra* a Revolução Chinesa de 1949 e a “comunização” do Sudeste Asiático estiveram por dentro da Liga via APACL – a força matricial da Liga. Os *contra* latino-americanos que combateram a Revolução Guatemalteca de 1944, a Revolução Cubana de 1959, a Revolução Nicaraguense de 1979, assim como aqueles que emprenderam revoluções preventivas (sempre com ajuda do “Tio

Sam”) para derrotar as esquerdas e os comunistas no Paraguai (1954), no Brasil (1964), na Bolívia (1971), no Uruguai (1973), no Chile (1973), na Argentina (1976) etc., todos eles, civis e militares em guarda, também encontraram seu lugar ao sol no Movimento WACL.

“Contrarrevolucionários do mundo, uni-vos!”. “Anticomunistas do mundo, uni-vos!”. Esses foram os lemas da WACL, isto é, sua ideologia de combate. E cumpriram muito bem sua função ideológica, já que a ideologia nunca deveria ser tratada epistemologicamente, isto é, apenas pelo critério de sua falsidade ou veracidade gnosiológica, mas sim por sua função social historicamente cumprida. Uma ideologia falsa, expressão de um *irracionalismo* alucinado, pode muito bem, e a corrente ascensão da extrema-direita global o comprova à saciedade, ser extremamente bem-sucedida em seus fins práticos. Isso porque, como ensina Lukács, as formas ideológicas são fundamentais para que os indivíduos tomem consciência dos conflitos sociais e o conduzam até o fim. As ideologias são, assim, “formas ‘nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito’ (isto é, daquele que emerge dos fundamentos do ser social) ‘e o combatem. Essa determinação abrangente de Marx – e esse é o elemento mais importante de sua ampla aplicabilidade – não dá nenhuma resposta unívoca à questão da correção ou falsidade metodológica e objetiva das ideologias. Ambas são igualmente possíveis na prática. Assim, as ideologias em nosso caso podem proporcionar tanto uma aproximação do ser como um afastamento dele” (LUKÁCS, 2017: 38).

No caso do estudo desenvolvido nesta tese, das extremas-direitas da WACL, expressão do irracionalismo contrarrevolucionário do século XIX, assim, não preocupou-se exclusivamente em desmascarar a *falsidade* das ideologias anticomunistas investigadas aqui, mas buscou apanhá-las em sua operacionalidade por intermédio de seus porta-vozes. A tese buscou, assim, demonstrar a gênese histórica dessas ideologias e sua aplicabilidade enquanto veículo com a ajuda do qual foram tornados conscientes e combatidos os conflitos sociais por parte dos *contra* em questão. Ou seja, a *irratio* inscrita nas cosmovisões “alucinadas” das extremas-direitas investigadas foi apanhada em sua vinculação com a defesa intransigente da ideologia e prática do *rollback communism* – isto é, daquilo que Lukács designou “as ilusões ‘roll back’ [de restauração]” (LUKÁCS, 2013: 806). Isto é, de um lado, as ideologias dos *contrarrevolucionários* que atuaram na WACL foram apanhadas em sua ilusão socialmente necessária de *restaurar* um mundo pré-revoluções comunistas e, se possível, pré-revoluções burguesas. Tratou-se, pois, de uma *utopia*

*regressiva*, uma ideologia objetivamente irrealizável, já que uma guerra de reconquista do território perdido pelos anticomunistas na Revolução Russa de 1917 e na Revolução Chinesa de 1949, para ficar nestas duas, engolfaria o mundo em uma III Guerra Mundial. Os ideólogos do *rollback communism* – advogados da política de “libertação” dos “povos escravizados” pelos comunistas e de uma ofensiva total para impedir que outros “povos livres” fossem “escravizados” pelo Movimento Comunista Internacional (MCI) –, estavam mais preocupados em *exterminar* o comunismo do que com a deflagração de um holocausto nuclear.

Recorde-se, nesse sentido, que os indivíduos e grupos que integraram a WACL defenderam repetidamente que já se estaria vivendo, na Guerra Fria, em uma “III Guerra Mundial”. E os comunistas a teriam lançado e, enquanto não retrocedessem dos territórios que conquistaram, ou enquanto não detivessem sua suposta expansão *imperialista*, o “mundo livre” não poderia viver em paz. Foi, pois, realmente impressionante a coesão ideológica – determinada socialmente pelas contrarrevoluções capitalistas globais do século XX – entre os membros e organizações da WACL. Todos eles leram e entreleram o comunismo como uma nova forma de *imperialismo* “agressivo” – uma “conspiração global” cujo fim derradeiro seria o de conquistar o poder em todo mundo e, assim, “escravizar” a humanidade. Lembre-se da insistência do militar fascista britânico Fuller, emblemático nesse sentido, um dos assessores permanentes do ABN, de que “a III Guerra Mundial, em sua forma psicológica, está atualmente em operação e assim o está desde que Lenin fez da revolução mundial seu objetivo político” (ABN, 1953, v. IV, p. 2). Lembre-se do general *ustashi* croata Alabanda que saudou a Guerra da Coreia como “um prólogo da Terceira Guerra Mundial” e logo buscou aconselhar seus colegas de ABN para o fato (como se eles não soubessem) que “a luta contra o comunismo não pode ser feita de acordo com as regras militares atuais”, já que “a guerra contra o bolchevismo deve ser conduzida com um espírito totalitário e em todas as frentes” (ABN, 1950, v. I, n.º 8, p. 7).

Recorde-se da estratégia de Stetsko, presidente do ABN e líder da WACL, segundo a qual seria preciso atacar a URSS e os países comunistas das Cortinas de Ferro e de Bambu de maneira coordenada. Um cerco à URSS e aos países comunistas em geral, “juntamente com o apoio militar das grandes potências ocidentais, é o único meio possível de obter a vitória sobre o comunismo sem a guerra atômica” (ABN, 1961, v. XII, n.º 4, p. 23). Para esse ex-colaborador nazista e criminosos de guerra da Ucrânia, relembre-se, “a alternativa para o mundo inteiro não é ‘política

de coexistência ou guerra atômica’, mas apenas ‘guerra atômica ou política de libertação’ [rollback], uma vez que a política de coexistência deve inevitavelmente levar a uma guerra atômica” (APACL, 1957: 44). Como visto, essa crítica, prática e ideológica, à *política de coexistência pacífica* foi assumida de maneira idêntica, na terminologia e léxico, inclusive, pela APACL e seus “cruzados” do sudeste asiático. E essas “teorias” que advogaram o *rollback* advieram da terrenalidade das contrarrevoluções russa e chinesa. Daí as afinidades eletivas, impressionantes em sua coesão ideológica, entre o ABN e a APACL, as primeiras organizações estudadas nesta tese, respectivamente, nos CAPÍTULOS 1 e 2. Mas também a América Latina, como visto no CAPÍTULO 3, encontrou os arautos *restauracionistas* de um mundo pré-revoluções (comunistas e burguesas), bastando referir, depois de todo o dito, a figura do almirante Carlos Penna Botto.

Embora faça parte de uma linhagem muito tradicional de militares brasileiros que nunca foram à guerra propriamente dito, a não ser a guerra interna contra as classes populares e trabalhadoras deste país, Penna Botto soava como um Ku Cheng-kang que, bem ou mal, ao lado do *generalíssimo* Chiang Kai-shek, enfrentou revoluções em guerras contrarrevolucionárias sangrentas na China; o almirante de passado integralista, em sua virulência, soava mesmo como um Stetsko que, bem ou mal, participou da II Guerra Mundial ao lado dos nazistas. E também para Penna Botto, *caricaturizado* até hoje pela historiografia brasileira que, por isso, nunca conseguiu flagrar, o que se fez aqui nesta tese, que ele foi um dos maiores agentes da internacionalização da ultradireita brasileira da primeira Guerra Fria, esta entrelida e combatida, por ele também, como uma “III Guerra Mundial”, ou ao menos como uma guerra “quente” iminente. Relembre-se de seu artigo “Força pura é o único argumento”, no qual defendeu, violentamente, que “o Mundo Livre deve lutar, mais cedo ou mais tarde, por seu próprio bem e pela liberdade de todos os povos escravizados (...) Vamos parar com o vergonhoso clima de apaziguamento [*appeasement*] que serviu aos vermelhos tão bem (...) Vamos assumir a atitude ofensiva (...) ideológica (...) militar! Essa ofensiva militar, que será conduzida principalmente pelas Potências Ocidentais, as Democracias Ocidentais e pela China Livre, pode levar a uma situação ‘sem guerra’ ou mesmo de guerra ‘total’, mas continua sendo, no entanto, o mais efetivo curso de ação disponível” (ABN, 1957, v. VIII, n.º 9/10, p. 1).

Recorde-se, também, que o legítimo herdeiro político de Penna Botto, que pode sem dúvida reivindicar o inventário dessa herança da extrema-direita brasileira, Carlo Barbieri Filho, décadas depois do almirante, tendo encampado as redes que o velho integralista cevou desde a década de 1950, continuou pensando exatamente como o decano dos “cruzados” anticomunistas brasileiros. Lembre-se que, em 1975, no Brasil, durante a VII Conferência da WACL que o consagraria como presidente da própria Liga, Barbieri Filho garantiu ao auditório que “nossos valores morais e espirituais (...) hoje são avassalados, triturados e bombardeados pela invasão materialista que estamos sofrendo” e, diante dela, note-se, *invasão materialista* “em geral” – o que abarcaria o materialismo do *liberalismo clássico* e o do *comunismo* – “temos que ter consciência que estamos enfrentando a III Guerra Mundial” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 7).

Se a Guerra Fria, portanto, foi lida e combatida por todo o Movimento WACL como uma III Guerra Mundial<sup>859</sup> (assim como pelos “Condores”)<sup>860</sup>, nota-se que a consequência lógica dessa propositura *rollback*, que especificou a cosmovisão e a prática desses “cruzados” de extrema-direita, constituiu uma guerra contrarrevolucionária permanente contra qualquer política de coexistência pacífica, de neutralismo, *détente* ou *appeasement* com os comunistas e seus “companheiros de viagem”.

Espera-se, superadas as volumosas páginas desta tese, ter contribuído para que o leitor ou a leitora tenha entrado por dentro da Liga Mundial Anticomunista. Espera-se ter aportado conhecimentos úteis à compreensão analítica de sua gênese (remota e imediata), gestão e gestores

---

<sup>859</sup> E o chefe da Marinha do Brasil Ilques Barbosa Junior não disse, recentemente, que o Brasil enfrentou “três guerras mundiais”? O militar teve depois que se explicar, esclarecendo que não foi um erro histórico, mas que a Guerra Fria e sua “cruzada” anticomunista são consideradas, ainda hoje, pelas Forças Armadas brasileiras, como sua verdadeira “III Guerra Mundial”. “(...) Barbosa explicou que se referia à Guerra Fria ao falar em ‘terceira guerra mundial’. ‘Eu não disse isso. Eu disse do ponto de vista histórico. A história diz que nós passamos a 1ª Guerra Mundial [...] a Marinha participou em apoio aos aliados. Na 2ª Guerra Mundial, a Marinha do Brasil, o Exército brasileiro e a Força Aérea Brasileira, nós combatemos do lado dos aliados, em prol da democracia contra a tirania. E durante a Guerra Fria, nós estávamos de um lado [o dos EUA]’, respondeu ao ser questionado sobre a que se referia” (EXAME, 2019).

<sup>860</sup> Remeta-se o leitor ou a leitora ao memorando *The ‘Third World War’ and South America* de Harry Shlaudeman, assessor de Henry Kissinger, no Departamento de Estado dos EUA, que caracterizou os “Condores” como aqueles militares de “linha-dura” que liam e combatiam a Guerra Fria contra comunistas e “subversivos” como se estivessem diante de uma “III Guerra Mundial”. Trata-se, adiantando assunto que será tratado no APÊNDICE, da “convicção de que uma ameaça esquerdista internacional se transformaria em uma ‘Guerra Mundial’” e, segundo Shlaudeman, “alguns falam na ‘Terceira Guerra Mundial’, com os países do Cone Sul como últimos bastiões da civilização cristã (...) É importante para seus egos, seus salários e seus orçamentos de equipamentos acreditar em uma Terceira Guerra Mundial” (SHLAUDEMÁN, 1976: 5). Essa *síndrome* de “Terceira Guerra Mundial”, conclui Shlaudeman, “justifica medidas duras e abrangentes de ‘tempo de guerra’” e “ênfata o aspecto internacional e institucional, justificando assim o exercício do poder além das fronteiras nacionais” (SHLAUDEMÁN, 1976: 3).

durante sua primeira década de existência. (Re)conhecer essa efetividade histórica é, como exposto até aqui, tomar conhecimento daquele que foi o “segundo Anti-Komintern” ou a “Internacional Anticomunista” da Guerra Fria e, assim, conhecer a história de indivíduos e organizações que, por meio de sua práxis e ideologia, empenharam-se em uma guerra de extermínio total do comunismo e dos “subversivos”. Hoje, com a ascensão e consolidação de movimentos de extremas-direitas de massa, no mundo todo, esta tese parece ganhar mais e mais atualidade.

Porém, se a tese se encerra, em sua periodização demarcada, em 1976, este ano não foi, todavia, o fim da história da WACL, tampouco de suas atividades – públicas e secretas – na América Latina por intermédio de seu órgão regional neste hemisfério, a CAL. O ano de 1976, marco final desta tese, não foi também o estancamento do aprofundamento do que aqui se designou “giro às Americas” da WACL. Muito pelo contrário. Por isso, pode-se apenas sinalizar que, em 1977, por exemplo, a CAL realizaria seu III Congresso Público no Paraguai de Stroessner, recordando-se que o stronismo já havia sediado o II Congresso da CAL-Secreta em 1973. A ditadura militar stronista, ademais, forneceu ao complexo WACL/CAL os quadros de “alto nível” de suas Forças Armadas (Benito Guanes), de sua polícia política (Antonio Campos Alum) e polícia comum (o narcotraficante Pastor Coronel) e do Partido Colorado (Manuel Frutos).

Como visto nesta tese, em especial no CAPÍTULO 5, o complexo WACL/CAL era, no Paraguai de Stroessner, uma política de Estado. Viu-se também como o presidente da SEPES Barbieri Filho (presidente da WACL no biênio 1976-77) manteve relações íntimas com Benito Guanes, o principal nome paraguaio da Operação Condor, e como chegou a manter uma sociedade empresarial (uma obscura *Financiera Urunday*) com o chefe da polícia política stronista Campos Alum, o nome mais visível e ostensivo da WACL/CAL-Paraguai. Quando Martin Almada descobriu os *Archivos del Terror* nos arredores de Assunção, como visto, encontraram-se nesses “arquivos da repressão” de Campos Alum cartas “íntimas” trocadas entre ele, a CIA e o FBI. A imprensa guarani que repercutiu o descobrimento dos *Archivos del Terror* – hoje considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO – caracterizaram Campos Alum como “queridinho” da CIA e do FBI. Como visto também, a Operação Guarani de visita do SNI a Assunção considerara Campos Alum como o mais preparado “caçador” de comunistas e “subversivos” de todo o Paraguai. A organização de seus mecanismos de busca “antissubversiva”, anotaram os arapongas brasileiros, era muito mais organizada, por exemplo, do que a equipe militar de Benito Guanes.



Também pudera, Campos Alum e sua DNAT – a temida *Técnica*, hoje museu de memória dos horrores do (e da resistência ao) stonismo – era *made in USA*. O coronel Robert Thierry havia montado a DNAT e treinado Campos Alum a pedido do Ministério do Interior stonista.

Para conhecer o III Congresso da CAL-Pública de 1977, remete-se o leitor e a leitora interessada à pesquisa pioneira de Marcos Vinicius Ribeiro (2018). Adiante-se, apenas, que lá também uma presença brasileira conectou a CAL a redes mais antigas do anticomunismo latino-americano: Joaquim Miguel Vieira Ferreira, vulgo “Joaquim Metralha”. Ele esteve presente em Assunção em 1977. E quem era ele mesmo? O antigo secretário particular do almirante Penna Botto na Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) e na Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC). Já sem o seu ex-chefe e sem o protagonismo que teve no submundo anticomunista na década de 1950, a presença de “Joaquim Metralha” ilustra muito bem que a história das extremas-direitas na América Latina, dentro do movimento anticomunista internacional, é uma história extremamente complexa e de longa duração. Figuras como a dele e de seu ex-chefe Penna Botto – assim como aquelas de seus herdeiros mais jovens, entre eles Barbieri Filho – não deveriam ser *caricaturizadas*, mas sim caracterizadas em sua práxis e ideologia anticomunista específicas.

Outo signo desse complexo processo de engajamento da ultradireita brasileira nessas redes anticomunistas transnacionais pode ser flagrado na participação de Alfredo Buzaid, na condição de membro do Conselho Consultivo da SEPES e ex-ministro do ditador Médici (1969-1974), no III Congresso da CAL-Pública. Esse “trotskista às avessas” – na *boutade* do jornalista Carlos Castelo Branco que acertou em cheio nessa especificação da contrarrevolução permanente buzaidiana – esteve então acompanhado de um velho parceiro de integralismo, Jorge Boaventura, que, como visto no CAPÍTULO 5, foi diretor da SEPES a partir de 1976. Reproduziu-se, inclusive, uma fotografia deste velho integralista e serviçal da ditadura militar brasileira ao lado do ditador Stroessner e, ao lado deles, um sorridente Barbieri Filho. Ainda, foi visto como Buzaid, nos estertores de sua gestão no Ministério da Justiça medicista, ajudou a organizar o II Congresso da CAL-Pública de janeiro de 1974, no Rio de Janeiro, e como ele foi a “estrela” mais aplaudida na VIII Conferência de 1975 da WACL, também na “cidade maravilhosa”.

Foi nesta VIII Conferência da WACL, inclusive, que o brasileiro Barbieri Filho galgou o posto mais importante do movimento anticomunista internacional para o biênio 1975-76,

flagrando-se naquele conclave a presença, entre outros, do segundo homem da DINA pinochetista, o coronel Pedro Espinoza Bravo, que arquitetaria em 1976 o assassinato de Orlando Letelier – ex-ministro de Salvador Allende –, no marco da Fase 3 da Operação Condor, na rua das Embaixadas, em Washington, D.C. Espera-se, pois, que esta tese tenha jogado luz no perfil específico e no teor concreto desses “pesos pesados” que povoaram e dirigiram o complexo WACL/CAL, bem como suas conexões com as ditaduras militares sul-americanas, em especial a brasileira, a paraguaia, a chilena e a uruguaia.

Aventou-se igualmente a hipótese de que a Operação Colombo pode ter sido “incubada” na VIII Conferência da Liga que, entre outras medidas, recomendou, por intermédio de uma “tese” apresentada pela SEPES – “A doutrina antissubversão” – o extermínio do “inimigo subversivo”. Lembre-se um trecho da “tese” sepista – lavrada em vernáculo similar ao combate à “guerra revolucionária comunista” dos militares brasileiros: “Las operaciones de destrucción tienen como objetivo desbaratar el grupo subversivo, aprisionando o destruyendo sus elementos” (HOOVER: HX11.W653.D68.1975F, p. 15). Dessa maneira, parece evidente que a SEPES, a CAL e a WACL, assim como os militares brasileiros associados a essas organizações, empreenderam uma guerra – com uma faceta pública e outra secreta – para exterminar, *neutralizar* e *destruir* seus “inimigos subversivos”. E essa história não acabou em 1976, ano em que o presidente da SEPES deixou a presidência da WACL, mas, pelo contrário, prosseguiu. Esta tese, porém, encerra sua periodização em 1976, cobrindo dez anos de história da WACL e quatro anos de história da CAL.

Sem embargo, a história do complexo WACL/CAL prolongou-se mais um pouco e, minimamente, cabe a esta CONCLUSÃO demarcá-la, para que o leitor ou a leitora não seja jogado em um abismo. A história da WACL duraria por décadas para além de 1976. E o “giro às Américas” dessa “Internacional Anticomunista” só se aprofundaria na década seguinte, inclusive, realizando suas XI e XII Conferências, respectivamente, nos EUA (1978) e no Paraguai (1979). Conforme analisado no CAPÍTULO 5, foi justamente no marco organizativo da XI Conferência da Liga – que se realizaria em Washington, D.C., em 1978 – que foi possível flagrar a presença e permanência de um militar da contrainteligência do Exército do Brasil nessas redes anticomunistas transnacionais.

Como visto, a indiscreta *Réplica* – revista antisemita dos tecos da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL/CAL – publicou uma foto do coronel araponga Leone da Silveira

Lee, do Centro de Inteligência do Exército (CIE), em Los Angeles. Terno fino, caneta em punho e à paisana, esse militar “caçador” de “subversivos” no interior da Igreja Católica, quando subordinou-se ao general Antônio Carlos da Silva Muricy, foi o elo mais visível dos fardados brasileiros “infiltrados” dentro do complexo WACL/CAL. Como visto também no CAPÍTULO 5, Lee havia sido um dos organizadores do III Congresso da CAL-Secreta ao final de 1974, realizado dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI).

Esse congresso é pela primeira vez exposto ao público interessado nesta tese, 58 anos depois dessa operação secreta levada a efeito pelos militares brasileiros e seus parceiros do complexo WACL/CAL. Ainda vivo, Lee poderia dizer algo, senão muito, sobre esta tese e se ela acerta ao circunscrever o III Congresso da CAL-Secreta como um dos protótipos da Operação Condor – o que foi sustentado no CAPÍTULO 5 e será detalhado no APÊNDICE que segue a esta CONCLUSÃO. Ali, pelo menos, tratou-se de algo que, em gênero, número e grau estaria presente, um ano depois, na pactuação do Sistema Condor: um ano antes da formalização desta, em 1974, na EsNI, também se discutiu o “intercâmbio de subversivos presos” (AC.ACE.91597/76, p. 12). Naquela ocasião discutiram-se pactos secretos entre as Organizações Militares da CAL-Secreta e os governos anticomunistas aliados, estabelecendo-se que os grupos militares da CAL poderiam, se julgado oportuno, estabelecer *Acuerdos de Ayuda Mutua* com as ditaduras militares alidas “respecto a”:

Captura secreta de criminales guerrilleros – rurales y/o urbano –, terroristas y secuestradores, cuando huyendo de la justicia en un país, se internen en el territorio de otro donde opera una Organización militar miembro regular de la CAL. La Organización militar en cuyo país se internen estos criminales, al capturalos, los pondrá secretamente a la disposición de la Organización militar aliada (AC.ACE.91597/76, pp. 35-36)

As Organizações Militares da CAL-Secreta, portanto, quando tivessem em mãos um “subversivo”, poderiam “entregarlos en secreto a las Organizaciones militares y/o los Gobiernos anticomunistas aliados”, sugerindo ainda que se buscasse “promover la colaboración de los servicios de Inteligencia Militares y Políticos, con el propósito de que suministren recíprocamente todo tipo de información útil” (AC.ACE.91597/76, pp. 35-36). Esses *pactos muy secretos* de coordenação repressiva regional, dentro da CAL, em associação com as ditaduras militares anticomunistas regionais, “tem rabo de Condor, penas de Condor, bico de Condor, patas de Condor, olho de Condor, corpo de Condor e cabeça de Condor”. “Como é que não é Condor? Ou, ao menos, um “pré-Condor”?

E, ao final desse III Congresso da CAL-Secreta, dentro da EsNI, depois de haverem debatido – sem a presença do jovem brasileiro então presidente da SEPES Barbieri Filho, isto é, tratando-se de um caso de sigilo militar para os fardados brasileiros –, o SNI não recomendara ao ditador Geisel um engajamento secreto do “Brasil” no complexo WACL/CAL? Relembre-se das palavras já citadas no CAPÍTULO 5: “(...) parece que a melhor solução [para o engajamento dos militares brasileiros na CAL-Secreta] seria fazê-lo através de uma ‘entidade fantasma’, aparentemente desvinculada de qualquer caráter oficial, mas de fato controlada clandestinamente pelo SNI” (AC.ACE.91597/76, p. 18). Esse engajamento ocorreu? Pelo menos até 1978, sem dúvida alguma, já que, graças à indiscreta *Réplica* dos tecos da FEMACO, Lee foi *fotografado* – à paisana, terno fino e caneta em riste – encarando a câmera na “11ª Pré-Conferência de Reunião do Conselho da WACL realizada no Hotel New Otani, Los Angeles, nos dias 9 a 11 de dezembro” (RÉPLICA, 1978, n.º 98, p. VII).

Bingo. Essa é, para o caso brasileiro, a hipótese mais inovadora defendida nesta tese. Enquanto a SEPES foi o “Capítulo” ostensivo da WACL/CAL, o SNI – provavelmente por intermédio de referido coronel do CIE – constituiu seu “Capítulo” secreto<sup>861</sup>. Os militares brasileiros, portanto, não estiveram por fora, mas sim por dentro da Liga Mundial Anticomunista e de seu órgão regional na América Latina, a CAL. Não bastasse isso, foi demonstrado também como Barbieri Filho era recebido em embaixadas e consulados brasileiros mundo afora com um “abra-te, Sésamo” muito poderoso: “a pedido do SNI”! Seus desmentidos posteriores, assim, não

---

<sup>861</sup> Teria sido por isso, talvez, que Lee indignou-se, ao lado de outros colegas de farda e paisanos que serviram à antiga “comunidade de informações” da ditadura militar brasileira, com a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV)? Teria sido essa mais uma verdade histórica a ser *sufocada*? Isso porque Lee, já então um general da reserva do Exército, juntou-se ao recalcitrante coro golpista de suas facções de extrema-direita e assinou o *Manifesto à Nação. Eles que venham. Por aqui não passarão*, lançado em 3 de março de 2012. O *Manifesto* foi produto da “indignação” do Clube Militar – órgão geriátrico suscetibilíssimo aos ataques à “honra” encenada das Forças Armadas – ao ver retirada de seu *site* oficial uma nota na qual os militares da reserva tinham endereçado, afrontosamente, ao governo da presidente Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT), quando da criação da CNV. Ciosos de sua “liberdade de expressão”, tão logo retirada a nota do *site* do Clube Militar pelo então ministro da Defesa Celso Amorim, os militares insubordinados foram “rápidos no gatilho”. Redigiram e publicaram o *Manifesto*. O novo texto foi divulgado no *site* mantido pela esposa de Carlos Alberto Brilhante Ustra intitulado *A verdade sufocada*, homônimo do livro redigido pelo ex-comandante e torturador do DOI-Codi, que contou com prefácio e epílogo do general Luiz Eduardo Rocha Paiva e com homenagem do general Paulo Chagas. No marco dessa “crise militar” do governo Roussef, o *Manifesto* era diariamente atualizado com novas assinaturas no *site* da “família militar” do entorno de Brilhante Ustra – o reaglutinador da “linha-dura” do bonapartismo 1964 por meio do grupo *Terrorismo Nunca Mais* (TERNUMA). Conforme consta do *sítio virtual A verdade sufocada*, Lee aderiu ao *Manifesto* a 3 de março de 2012. Nele, Lee e os demais subscritores reiteraram que “a aprovação da Comissão da Verdade foi um ato inconsequente, de revanchismo explícito e de afronta à Lei da Anistia com o beneplácito, inaceitável, do atual governo [Dilma Roussef]”.

se sustentam historicamente. Barbieri, se não foi um “laranja” das Forças Armadas do Brasil – e por que então ganhou as principais comendas de todas as Armas, sem falar da Polícia Militar? –, ao menos colocou a SEPES à disposição da ditadura militar brasileira. “Laranja”, se não é o termo técnico mais adequado – já que, como visto, o Conselho Consultivo e a Diretoria da SEPES contaram com figuras históricas do anticomunismo verde-amarelo –, ao menos sinaliza que o “civil” Barbieri Filho não esteve sozinho. E muito menos lançou “sua” *guerra religiosa* como um “liberal”, forma como tentou falsificar sua história e engambelar entrevistadores – hoje, aparentemente, não concede entrevistas, não tendo respondido a Roberto Simon nem a Vicente Gil da Silva. Ele lançou sua guerra contra o marxismo-leninismo “ensinando” aos seus, apesar da pouca idade, que seria impossível “combater o bolchevismo totalitário e ateu, mantendo o liberalismo” (BR.AN.BSB.VAZ.098.0068, p. 29).

“Tudo como antes no quartel de Abrantes” e, como sumariaram os militares, a VIII Conferência da WACL que consagrou o jovem brasileiro para o cargo mais alto do movimento anticomunista internacional da Guerra Fria promoveu um ataque duplo ao comunismo e ao liberalismo – entrelido e combatido com as tendências democráticas modernas –, e como consequência dessas premissas típicas do reacionarismo, defendeu a ditadura militar ou bonapartista como a nova “religião” mais conforme aos tempos de guerra contra o marxismo-leninismo. Tudo em nome dos “valores do espírito” e da guerra ao *materialismo* “em geral”, isto é, contra a filosofia *materialista* que irmanou liberais, democratas e comunistas:

O materialismo comunista se origina de duas fontes: a Rússia Soviética e a China Continental, das quais são planejadas as ações comunizantes para todo o mundo. Considera-se, ainda, nesse primeiro plano, os países ou cativos ou socialistas. Como segunda fonte os inúmeros erros que existem no nosso próprio meio, como, por exemplo a insistência em se adotar o ‘Liberalismo Clássico’ já superado pela conjuntura atual. (...) Reconheceu o Congresso a sistemática infiltração comunista nos meios de comunicação de massa, com imprensa falada e escrita, cátedra e lideranças religiosas, etc. (...) Deve ser assinalada a crescente materialização [*sic*] da sociedade e dos Grupos naturais como a família, que por diversos meios estão sofrendo o ataque comunista no sentido de dissolvê-los. (...) As intervenções militares nos países do 3º Mundo são necessárias e se justificam para a garantia das instituições e dos valores fundamentais da Civilização (BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028, pp. 3-4)

Ideário, reitere-se, que trespassou as extremas-direitas do mundo todo e, particularmente, aquelas aglutinadas na WACL. Se esta tese, contudo, encerra-se com sua periodização demarcada no ano de 1976, ano em que Barbieri Filho entrega ao Ben C. Limb a presidência da WACL, importa sinalizar que esta teria, pelo menos, mais uma década de história pujante. A CAL, todavia,

teria um fim mais curto, encerrando suas atividades no entreabrir da década de 1980. O motivo? As fricções entre a SEPES de Barbieri Filho e Jorge Boaventura com os tecos mexicanos da FEMACO. Tensões que já se mostravam visíveis durante o III Congresso da CAL-Pública de 1977 no Paraguai (cf. RIBEIRO, 2018) e que explodiram durante a XII Conferência da WACL de 1979 também no Paraguai. Daí que o IV (e último) Congresso da CAL tenha se realizado na Argentina em 1980. Não se sabe, até agora, se houve ou não um IV Congresso da CAL-Secreta, tendo o último deste sido realizado, como se revela pela primeira vez nesta tese, dentro da Escola de Informações Nacional (EsNI) sob o governo do ditador Ernesto Geisel, ao final de 1974.

O IV (e último) Congresso da CAL de 1980, além de ter explicitado ainda mais os narcovínculos desses anticomunistas, tendo se envolvido com o chamado “golpe da cocaína” na Bolívia em 1981, não contou com a participação da SEPES. Porém, os dirigentes asiáticos da WACL – os verdadeiros patronos dessa “Internacional Anticomunista” – tomaram o lado dos brasileiros liderados por Barbieri Filho e Jorge Boaventura, em detrimento dos tecos da FEMACO. Esta foi expurgada da WACL e, com ela, a CAL, que de tal forma vinculou-se à FEMACO que foi impossível expulsar os *tecos* da primeira. Foi necessário, então, criar um novo organismo regional da WACL na América Latina. Criou-se, assim, em 1983, na cidade de Campos do Jordão, no estado de São Paulo, a chamada Federação de Entidades Democráticas Latino-americanas (FEDAL). Conforme mencionado na INTRODUÇÃO desta tese, Ernesto de la Fe, o veterano da CIDC-Cuba, após amargar 22 anos de prisão na ilha, tão logo exilou-se em Miami, participou no Brasil da criação da FEDAL.

Os paraguaios também se fizeram presentes e, junto à SEPES, seguiram como os eixos organizadores, graças ao apoio decidido do stronismo à WACL (e em particular à ditadura taiwanesa), do novo órgão regional da Liga na América Latina. A FEDAL, como novo organismo da WACL, deve também ter se envolvido com uma nova contrarrevolução – a mais “quente” da época: com os *Contra* armados para derrotar a Revolução Sandinista da Nicarágua, vitoriosa em 1979. O novo presidente da WACL de então, o general da reserva dos EUA John K. Singlaub, foi um dos principais organizadores da contrarrevolução nicaraguense e, em sua função de organizador do movimento anticomunista internacional na década de 1980, passou pelo Brasil e pelo Paraguai a convite da FEDAL.

No plano interno, a sua vez, a SEPES, o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/FEDAL, promoveu uma guerra interna contra as greves de trabalhadores que despontaram ao final da década de 1970 e forçou a retirada, muito programada e cuidadosa, dos militares da cena política. Funcionando como uma agência de espionagem “privada”, a SEPES espionou, especialmente, o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, produzindo boletins idênticos aos da polícia política paulista<sup>862</sup>. Não se sabe, pois, se o DOPS-SP repassava essas informações de seus “infiltrados” no movimento operário à SEPES ou se esta, como uma poderosa e secretíssima agência “privada” de espionagem, ela própria, procedia a esse trabalho sujo de guerra interna ao trabalho e contra o movimento dos trabalhadores auto-organizados. Inclusive, Barbieri Filho, na condição de presidente da SEPES, deixou bem claro em palestra na ESG, em 1981, que “o que hoje temos é que infelizmente o sindicato dos trabalhadores está muito mais bem organizado técnica e politicamente, está muito mais forte e unido, que o sindicato patronal, obrigando muitas vezes a uma desgastante interferência do Estado para o reequilíbrio das forças” (BARBIERI FILHO, 1980: 18).

Na mesma palestra, demarcando que a SEPES – desde Buzaid a Barbieri Filho – era uma inimiga da “abertura lenta, gradual e segura” promovida pelo ditador Ernesto Geisel, lamentou seu presidente que o “processo revolucionário foi superado pelo objetivo da ‘abertura’, isso desde 1974, e os militares perderam influência ou o direito de veto na orientação do país, era de se esperar que outro ou outros poderes se incumbissem dessa responsabilidade” (BARBIERI FILHO, 1980: 17-18). Assim sendo, na década de 1980 – apenas para não jogar o leitor ou a leitora no abismo,

---

<sup>862</sup> O seu *Boletim* n.º 30, por exemplo, registrou as minúcias de uma reunião do MOMSP em 19 de setembro de 1980: “Coordenado por NETO (ARNO S/A), contou com a participação de MILTÃO e LUZIA, sendo três funcionários da FORD, dois de MÁQUINAS GUTEMAN, o restante não se manifestou. O NETO comentou sobre a pixação a ser feita no bairro da Moóca, tendo de imediato o MILTÃO sugerido, se possível, estender-se até à Vila Carioca, dizendo que o muro da VOLKSWAGEN DO BRASIL foi recentemente pintado e seria uma boa pixá-lo. Foram convocados os presentes a comparecerem na reunião da Rua Canuto Saraiva n.º 569, Moóca, na próxima quinta-feira, onde será discutido as reivindicações sugeridas pelos elementos da Oposição. O NETO comentou sobre o candidato a representação dos empregados (VOLKSWAGEN), PINTINHO, dizendo que o mesmo não passa de um elemento pelego, talvez até recebendo numerários da diretoria da empresa. Os funcionários da FORD citaram nomes como sendo elementos ponta firme. São eles: OSVALDO (FAI?), ARTUR (tapeçaria) e um ferramenteiro de nome GARCIA. A reunião contou com um elemento de nome ORIDES, que ficará encarregado de convocar os funcionários da FORD DO BRASIL S/A, na próxima quarta e sexta-feira, no horário de 6,15 e 1,45, a comparecerem nos baixos do viaduto para um pequeno comício, que terá como orador NETO (ARNO)” (APESP: 50J-0-6645). Ao lado de Sebastião Neto, os líderes do MOMSP Vitto Giannotti e Waldemar Rossi foram amplamente monitorados em Boletins da SEPES de início da década de 1980. Ainda é necessário pesquisar sobre qual foi, de fato, o papel da espionagem anti-operária desenvolvido pela SEPES na década de 1980.

isto é, deixar quem lê sem saber o que fizeram as figuras estudadas até aqui nesse período –, a SEPES e a FEDAL voltariam a ser vinculadas, nos jornais, à ultradireita bombista. Relembre-se dos casos da bomba no CEBRAP e da bomba à embaixada de Cuba em Lisboa, ambos em 1976 e que, de uma maneira ou de outra, foram vinculados (sem nunca se ter comprovado) aos brasileiros da WACL, isto é, à SEPES.

Tratou-se do atentado à bomba ao Memorial de Volta Redonda em 1989, sempre lembrado em conjunto com a explosão do Riocentro de 1981. O Memorial 9 de Novembro de Volta Redonda havia sido feito por Oscar Niemeyer em homenagem aos trabalhadores executados durante a greve na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no ano anterior. A “Nova República”, portanto, já nasce sob o signo do terrorismo da extrema-direita militar e “civil”. Volta Redonda tratou-se, pois, de uma “segundo Riocentro” na medida em que, depois da “implosão” da ultradireita militar “no ‘acidente de trabalho’ do Rio Centro, o novo ponto culminante do clima de intimidação seria a explosão do memorial aos mortos na invasão e ocupação militar de Volta Redonda” (DREIFUSS, 1989: 272). Verdadeira “encruzilhada na história recente do país”, o ato terrorista da ultradireita militar em Volta Redonda encerrou a década de 1980, dividida “entre a abertura democrática e o medo do retrocesso” (CARNEIRO; DIAS, 1999: 29). “Em 1981, o país já tinha vivido o pânico do terrorismo, com o atentado do Riocentro. A explosão do monumento, em 1989, fechou a década sob nuvens de ameaça à primeira eleição presidencial direta em mais de trinta anos” (CARNEIRO; DIAS, 1999: 29). “Mas a diferença entre o Riocentro e Volta Redonda”, esclarece o historiador e cientista político René A. Dreifuss, “estava em que, no primeiro caso, se achavam implicados militares de repartições oficiais, enquanto no segundo falou-se de militares sem compromisso com órgãos do Exército ou de outras forças” (DREIFUSS, 1989: 272). No entanto, questiona-se, quem seriam tais “militares sem compromisso com órgãos do Exército” e quais seriam essas “outras forças”? É o próprio Dreifuss quem responde, depois de um levantamento que realizou nos jornais publicados à época do atentado terrorista da ultradireita ao Memorial 9 de Novembro em Volta Redonda:

Três pessoas foram citadas como envolvidas no incidente: o general Leone da Silveira Lee, chefe do Estado Maior do Comando Militar do Sudeste, Antônio Affonso de Serpa Pinto e Carlos Barbieri Filho, advogado, empresário do setor dos transportes e ex-presidente da Liga Mundial Anticomunista, sediada em Taiwan (DREIFUSS, 1989: 272)

Já o então capitão-vereador Jair Bolsonaro (PDC-RJ) debitou a explosão à CUT:



O vereador Jair Bolsonaro (PDC-Rio), capitão (reserva) do Exército, atribuiu à CUT a explosão do memorial: ‘Foram setores radicais da CUT os responsáveis pela bomba, com o intuito de desviar as atenções do caso de Recife’, afirmou o vereador, referindo-se à bomba que explodiu na mão de um militante do PT durante a greve dos bancários. O próprio Bolsonaro esteve envolvido com bombas, em 1987. A revista *Veja* denunciou um plano dele de colocar bombas em locais públicos caso as reivindicações de aumento de soldo dos militares não fossem atendidas (OESP, 03.05.1989)

Evidente, assim, a importância do estudo dessas frações da extrema-direita brasileira analisadas até aqui. Se não pelo seu passado, pelo seu presente, já que, em 2019, o citado Jair Bolsonaro tornou-se presidente da República brasileira. E a explosão em questão demonstra, concretamente, que a “Nova República” constitucionalizada em 1988 já nasceu sob o signo do terrorismo da ultradireita verde-amarela, a dos quartéis e a de suas vivandeiras civis. Bolsonaro, e os militares que hoje arvoram-se com ele no Executivo Federal e que novamente, agora pelo voto, tomaram de assalto o Estado brasileiro, representam precisamente essa “linha-dura”, isto é, aquela ala da extrema-direita que lutou contra o projeto de “abertura lenta, gradual e segura” de Geisel. Vide, por exemplo, o general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional e da Casa Civil, antigo ajudante-de-ordem do ministro do Exército Sylvio Frota, exonerado, este, depois de tentar dar um golpe contra Geisel por considerá-lo de “centro-esquerda” e sentir-se contrariado com a “abertura”. Recorde-se, ainda, que, Frota participou do II Congresso da CAL-Pública de 1974, no Rio de Janeiro, que contou com a oratória “brilhante” de Alfredo Buzaid – o jurista exemplar da linha-dura – e sua “mãozinha” na organização do conclave nos estertores de sua passagem pelo Ministério da Justiça do ditador Médici (1969-74). Recorde-se, ademais, o que dissera Frota, exonerado por Geisel depois de sua intentona golpista, sobre o presidente da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL/FEDAL: “O ilustre empresário paulista Carlo Barbieri conheceu-me no tempo em que comandi o I Exército, tornou-se meu amigo e visitou-me numerosas vezes. Tínhamos, e parece que ainda temos, os mesmos pontos de vista sobre os graves problemas nacionais. Admiro-o pela sua coragem e idealismo” (FROTA, 2006: 591).

O que concluir disto? Simplesmente que, se é verdade que a linhagem do *bonapartismo* 1964 que retornou ao poder com o bolsonarismo é aquela da “linha-dura”, a dos herdeiros de Frota (como Augusto Heleno) e do coronel torturador frotista Carlos Brilhante Ustra (como Bolsonaro e seu vice-presidente Hamilton Mourão), esta tese não investigou, precisamente, essa facção da extrema-direita brasileira? Nesse ponto, se o núcleo militar bolsonarista constitui-se de herdeiros

do *frotismo* – daí o arguto historiador Maurício Orestes Parisi ter sido o primeiro a apontar, pelo que tenho notícias, para a existência de um *neofrotismo* na cosmovisão da ultradireita brasileira do século XXI –, esta tese ganha em atualidade. No mesmo sentido, recentemente, um importante analista, professor de literatura que se meteu a estudar o fenômeno bolsonarista, João Cezar de Castro Rocha, desentranhou com maestria o modo como o núcleo da ideologia bolsonarista está constituído pela “linha-dura” da “comunidade de informações”, justamente aquela refratária à “abertura” *geiseliana*<sup>863</sup>. A peça-ideológica que matriza o bolsonarismo nesse aspecto, segundo o referido pesquisador, é o chamado *Orvil*, acrônimo de livro, um “relatório-vingança” do Centro de Informações do Exército (CIE) feito para contra-argumentar o livro *Brasil Nunca Mais*, patrocinado pelo cardeal dos direitos humanos dom Paulo Evaristo Arns e que demarcou, irretorquivelmente, os crimes de Estado e de lesa humanidade cometidos pelos militares que usurparam o poder entre 1964-85. Segundo Rocha, o conceito de *inimigo interno* “estrutura a teoria conspiratória do *Orvil* e determina a visão do mundo bolsonarista” (ROCHA, 2021: 239).

O *Orvil* foi encomendado em 1986 ao comando do CIE pelo então ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves e teria o título “Terrorismo Nunca Mais”. O projeto foi vetado mas prosseguiu e, desde maio de 2000, o “relatório-vingança” passou a circular nas redes da “família militar” ligada ao coronel frotista Brilhante Ustra e seu grupo TERNUMA, acrônimo do título original do Projeto *Orvil*, que “pretendia virar *Brasil: Nunca Mais* de ponta-cabeça” (ROCHA, 2021: 248). E qual é a principal tese do *Orvil*? Que o infatigável Movimento Comunista Internacional (MCI) prosseguiria, desde 1922, com suas *tentativas de tomada do poder*. “Os agentes do CIE reconheceram que a guerra narrativa do passado recente havia sido perdida [com

---

<sup>863</sup> “A ‘comunidade de informações’, braço operacional da linha dura das Forças Armadas, responsável pela repressão direta, espionagem e infiltração em grupos guerrilheiros, torturas e execuções de adversários, não aceitou sem resistência a nova orientação do regime. E organizou um ativo e preocupante ‘terrorismo de direita’ com a finalidade de interromper o processo de abertura” (ROCHA, 2021: 225). Note-se, contudo, que Geisel também foi um adepto do assassinato político de *subversivos*, porém, de modo mais *seletivo* e não tão desaforado quanto seus inimigos/colegas de farda. Vide, nesse sentido, o documento da CIA descoberto pelo professor Matias Spektor, da FGV/SP, no qual Geisel deu aval ao extermínio de “subversivos perigosos”. Ou seja, se a “linha-dura” do bonapartismo 1964 antagonizou-se com os *catelistas* – liderados por Geisel e Golbery do Couto e Silva –, estes nunca deixaram de ser, a sua maneira, *exterministas* e terroristas de Estado. William Colby, à época diretor da CIA, reportou uma conversa entre Geisel e os seus, ao secretário de Estado Henry Kissinger. “‘Em 1º de abril [de 1974], o presidente Geisel disse ao general Figueiredo [então chefe do SNI] que a política [de assassinato extra-judicial] deveria continuar, mas que grandes precauções deveriam ser tomadas para assegurar que apenas subversivos perigosos sejam executados. O presidente e o general Figueiredo concordaram que quando o CIE apreende uma pessoa que pode estar nessa categoria, o chefe do CIE vai consultar o general Figueiredo, cuja aprovação deve ser dada antes de a pessoa ser executada’, diz o memorando de Colby” (VALENTE; URIBE: 2018).

o *Brasil: Nunca Mais*]; daí, investiram no futuro, por meio da elaboração de uma narrativa conspiratória que chegou ao poder com o bolsonarismo” (ROCHA, 2021: 261-262). “O *Orvil* forjou uma poderosa matriz narrativa: desde março de 1922, por meio do Partido Comunista no Brasil, não se passou um dia sequer sem que o movimento comunista internacional não tenha levado adiante ininterruptas *tentativas de tomada do poder*. As três primeiras iniciativas lançaram mãos das armas, fiéis à noção da violência revolucionária. Dado o fracasso do modelo da luta armada, começou *uma nova tentativa de tomada do poder em 1974*” (ROCHA, 2021: 268)

Bingo, de novo. O leitor ou a leitora que se detenha sobre as teses do *Orvil* – que “comanda a visão do mundo das massas digitais bolsonaristas” (ROCHA, 2021: 274) – vai encontrar ali o pensamento da linha-dura do *bonapartismo 1964* e, para quem passou por estas páginas, irá dar-se conta que praticamente todas as “teses” apresentadas pela SEPES na VIII Conferência da WACL de 1975, muitas delas excertos de livros e inquéritos militares contra a *guerra revolucionária e subversiva comunista*, são idênticas em gênero, número e grau ao projeto dos agentes do CIE. Este inclusive, como visto, por intermédio de seu agente Leone da Silveira Lee, também do SNI, foi um dos gestores ocultos do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL. A seu turno, de um lado, o presidente da SEPES demarcou o ano de 1974, assunção do ditador Geisel e o início de seu projeto de “abertura” ou autorreforma, como o fim da “Revolução de 1964”. Para o presidente da SEPES, ex-presidente da WACL: o “processo revolucionário foi superado pelo objetivo da ‘abertura’, isso desde 1974, e os militares perderam influência ou o direito de veto na orientação do país” (BARBIERI FILHO, 1980: 17-18).

Já o *Orvil* considera, a sua vez, que o Movimento Comunista Internacional (MCI) encetou sua “quarta tentativa de tomada do poder, iniciada em 1974 (e ainda atuante, como garantem os comentários involuntariamente surrealistas do vereador Carlos Bolsonaro)” (ROCHA, 2021: 272)<sup>864</sup>. E, de novo, em que consistiria essa *tentativa de tomada de poder em 1974*? Que o MCI passou, desde então, a se infiltrar nas “instituições da cultura, da educação, do entretenimento e da imprensa” (ROCHA, 2021: 271). Daí que, para o bolsonarismo estruturado por esse ideário da

---

<sup>864</sup> Em 31 de março de 2021, o vice-presidente da República e general da reserva Hamilton Mourão saudou que, “neste dia, há 57 anos, a população brasileira, com apoio das Forças Armadas, impediu que o Movimento Comunista Internacional [MCI] fincasse suas tenazes no Brasil. Força e Honra!” (MOURÃO, 2021). O que esperar de um idólatra do coronel Brilhante Ustra e general de Bolsonaro senão isto? Essa cosmovisão, contudo, é compartilhada pelos hierarcas de todas as Armas, e não apenas aqueles mais visivelmente trogloditas.

facção de linha-dura do *bonapartismo 1964* (RAGO FILHO, 1998), uma vez no governo, a “tarefa de governar é secundária; a missão prioritária consiste tanto em *destruir instituições* ‘aparelhadas’ quanto em *corroer por dentro* as estruturas do Estado democrático. Na mentalidade bolsonarista o objetivo de chegar ao poder não significa necessariamente propor um projeto nacional *construtivo*, não importa em que direção; na verdade, o propósito real é promover a *destruição das instituições que foram aparelhadas no decurso da quarta tentativa de tomada do poder pela esquerda!* (ROCHA, 2021: 272-273)<sup>865</sup>.

Enigma decifrado. É isso. O núcleo ideológico bolsonarista estrutura-se pela facção da linha-dura da *Ideologia 64* (RAGO FILHO, 1998). Com uma “pequena” diferença. Agora, a “volta da linha-dura” se dá como um fenômeno de massas, com mobilização de massas pela extrema-direita, o grande feito do ex-capitão Bolsonaro que conquistou as Forças Armadas do Brasil, recalcitrantemente golpistas, já que são a expressão armada da vocação bonapartista intrínseca à autocracia burguesa brasileira. Quanto à “linha-dura”, enfim, relembrem-se do CAPÍTULO 5 as “teses” apresentadas pela SEPES na VIII Conferência da WACL, em 1975, em especial aquela que jurou que, no marco das eleições nacionais para o Congresso, em novembro de 1974, “o partido de oposição (MDB) cresceu enormemente em número de representantes obedecendo ordens do exterior” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8). Segundo os civis e militares da SEPES, portanto, “em 1974, “nós elegemos senadores e deputados federais comprovadamente esquerdistas e ‘simpatizantes’ dos Vermelhos e um bom número de inocentes úteis” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8), servindo o MDB como “um apoio legal às atividades clandestinas do Movimento Comunista Internacional [MCI]”, já que, “no Brasil, desde sua primeira aparição em 27 de novembro de 1935, o Movimento Comunista Internacional [MCI] nunca parou de agir. (...) O momento presente demonstra que, com os resultados das eleições de novembro de 1974, o Brasil democrático deu aos comunistas uma posição vantajosa e permitiu ‘o retorno à situação de 1968’, quando o ministro da Justiça é convocado pelo Congresso para explicar o status de comunistas condenados na Justiça militar” (HOOVER: HX11.W653.C665.1975F, p. 8).

E este não é precisamente, como o demonstrou Rocha, o núcleo constitutivo do *Orvil*, matriz ideológica do bolsonarismo, do olavismo e do bonapartismo recalcitrante de seus militares

---

<sup>865</sup> “Daí, o modelo desastroso de um governo enquanto arquitetura da destruição, movido por uma narrativa conspiratória (...) o bolsonarismo tornou-se a mais eficiente e perversa máquina de destruição da história republicana” (ROCHA, 2021: 273).

e burgueses associados? Nesse sentido, esta tese pode dizer muito, oxalá, ao presente desafio histórico do Brasil no século XXI e para o enfrentamento de sua nova/velha extrema-direita.

Ademais, outro núcleo narrativo do *Orvil*, o “Abra-te, Sésamo!” à compreensão do núcleo ideológico do bolsonarismo, repõe, inclusive, a “tese” sobre “Trabalho de Massas” apresentada pela SEPES na VIII Conferência da WACL de 1975. Remeta-se o leitor ou a leitora novamente a esta, pontuando-se, com Rocha, que é precisamente o seguinte “o núcleo narrativo do *Orvil*” e da *guerra cultural* lançada pela extrema-direita que orbita em torno do bolsonarismo e do olavismo – entre os paisanos e os fardados – no atual momento histórico brasileiro: “Derrotado militarmente, o campo da esquerda se reorganizou por meio do *trabalho de massa*. (...) [Segundo o *Orvil*] (...) trata-se sobretudo de aprimorar técnicas de infiltração na sociedade e desenvolver formas de aparelhamento das instituições públicas. (...) Muito embora o nome Antonio Gramsci não apareça no texto do *Orvil*, a descrição do processo antecipa o ‘gramscismo’ delirante postulado por Olavo de Carvalho e seus seguidores, cujos reflexos nas Forças Armadas não devem ser menosprezados” (ROCHA, 2021: 270).

Nesse sentido, isto é, o de desentranhar nos “porões” da ideologia e da prática da linha-dura da ditadura militar de 1964 os germes da atual “onda bolsonarista”, valeria a pena somente apontar os “voos” do dirigente da SEPES Jorge Boaventura na década de 1980 e como nele, também, pode-se encontrar a gênese dessa alucinação da ultradireita brasileira do século XXI. Tome-se o exemplo citado por referido autor sobre o demonizado “gramscismo cultural”. Assim, note-se que Jorge Boaventura, diretor da SEPES desde 1976, tornou-se na década de 1980 presidente da Federação de Entidades Democráticas da América Latina (FEDAL), o órgão regional da WACL na América Latina que, em 1983, substituiu a CAL. Jorge Boaventura foi, talvez, o mais recalcitrante dos golpistas “civis” de “linha-dura” e, até o último segundo da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), contramobilizou-se com militares e civis golpistas para cercar qualquer avanço das esquerdas nas batalhas constitucionais. Tornou-se, à época, presidente da União Nacional de Defesa da Democracia (UNDD) e, nessa condição, criticou na imprensa a chamada “teoria de ANTONIO GRAMSCI”, alegando que “todo trabalho político desenvolvido pela esquerda” no Brasil estaria baseado “na teoria do fundador do Partido Comunista Italiano (PCI)”, “que prevê a implantação do socialismo através de uma luta lenta, constante, cujos resultados só se fazem sentir a longo prazo e na qual são utilizados todos os meios possíveis

principalmente o domínio dos meios de comunicação e dos ‘emissores culturais’” (BR.DF.ANBSB.VAZ.22859.D1.DE, p. 2)<sup>866</sup>.

Anotem-se aí duas coisas. A primeira, a referência à já analisada – nos *Boletins* da SEPES – “teoria” dos “emissores culturais” segundo a qual os valores *materialistas* – o *materialismo* em geral, o liberal-democrático e o marxista – estariam sendo “emitidos” contra os “valores do espírito” e, assim, *materializando* e correndo por dentro e por fora a *civilização cristã-ocidental*. A segunda observação a ser feita é que Jorge Boaventura já trabalhava, ideologicamente, na chave de que o pensamento de Gramsci seria a nova arma da guerra cultural da esquerda. E essa não é, até hoje, a arma da guerra cultural bolsonarista e dos militares acorados no Executivo Federal? Não acusam um *gramscismo cultural* nos setores das esquerdas? Como diz o ditado popular, “o diabo é o diabo porque é velho”. Espera-se, enfim, com esta tese, que o leitor ou a leitora compreendam que a guerra contra o comunismo, se atingiu propriamente comunistas, atingiu e atinge também todos os setores de esquerda e, inclusive, aqueles democráticos reformistas e liberais democratas. De fato, tanto Jorge Boaventura – o ideólogo de maior fôlego da SEPES – quanto seu companheiro de integralismo Alfredo Buzaid, assim como o então jovem Barbieri Filho, e praticamente todas as personificações das extrema-direitas aqui estudadas e encapsuladas na WACL, ostentaram um ideário anticomunista, antiliberal, antidemocrático, antiprogressista e antimaterialista.

Foram, basicamente, *reacionários* não primeiramente inimigos da Revolução Russa de 1917, da Revolução Chinesa de 1949, da Revolução Guatemalteca de 1944 ou da Revolução Cubana de 1959. Foram *reacionários* do tipo mais tradicional, isto é, odiaram e reagiram à Revolução Francesa de 1789 e entreviram nela o perigo das revoluções sociais e dos trabalhadores dos séculos XIX e XX. Assim sendo, a estratégia *rollback communism* do Movimento WACL, como dito, constituiu uma utopia reacionária que buscou *restaurar* um mundo pré-revoluções em geral. Daí seu móvel de combate político à qualquer proposta de *neutralismo*, de *coexistência pacífica*, de *appeasement* ou de *détente* com os comunistas e seus “companheiros de viagem”. Não se deveria *conter* o comunismo apenas, mas fazer guerra a ele até que retrocedesse em suas

---

<sup>866</sup> Jorge Boaventura tomou parte do IV Simpósio de Estudos Estratégicos Argentina-Brasil-Uruguai, realizado em Brasília, entre 10 e 14 de setembro, conferenciando na ocasião sobre o temário: “Estratégia subversiva e atividade contrárias às Forças Armadas dos países envolvidos” (BR.DF.ANBSB.2M.000070.V.3.D.1.DE.1, p. 4). O que resta da ditadura? Na *boutade* muito séria do psicanalista Tales Ab’Saber, “tudo, menos a ditadura”.

conquistas territoriais e políticas alcançadas. Daí o perfil contrarrevolucionário do Movimento WACL e de todos os seus membros e organizações, envolvidos – uns mais outros menos – em uma *guerra total* de extermínio dos “subversivos” em geral. Basta ver, entre os inúmeros sinais desse teor *exterminista* aqui aflorado, em particular, a “tese” apresentada pela SEPES na VIII Conferência da WACL de 1975 intitulada *Doutrina Antissubversão*. Ali se recomenda a *neutralização e/ou a destruição* das “células subversivas”. Nem é preciso ser bom entendedor para se dar conta do perfil desses “caçadores” de comunistas em geral e de “subversivos” em particular.

Conhecer esses “cruzados” do passado, pois, pode ser uma boa forma de compreender como pensam e como agem, hoje, as extremas-direitas no Brasil e no mundo. E a WACL é, talvez, o melhor “laboratório” a quem se interessar por conhecer as redes globais mais violentas da ultradireita contrarrevolucionária do século XX. A WACL, não importa se um biombo das extremas-direitas irracionistas, acertou no ponto em que mirou, sobretudo ao identificar o *inimigo* a ser abatido no “Manifesto de 1848 do Partido Comunista” que, em sua leitura de guerra, “marcou o início da criação do caos social pelos comunistas e o começo de uma agressão global dirigida pelos comunistas”. O Manifesto Comunista de 1848 inaugurou, na leitura de combate da WACL, portanto, “mais de um século de terror e intimidação do comunismo” (WACLROC, 1968: 19). Daí a WACL ter arregimentado para a guerra ao marxismo, entrelendo-o como “nada mais do que uma teoria deliberadamente fabricada para justificar o incitamento ao ódio e à guerra de classes nas evidências frágeis e parciais de certas doenças manifestadas durante os primeiros estágios da industrialização na Europa Ocidental” (WACLROC, 1968: 19). Assim que, “ao enfatizar o conceito materialista e a luta de classes, os marxistas buscavam instigar os trabalhadores dos países do Ocidente a se levantarem para derrubar a velha ordem e capturar o poder político em nome da revolução proletária” (WACLROC, 1968: 20).

Note-se, enfim, que, se não há ideologia inocente, uma vez que qualquer ideologia, queira ou não, está vinculada a sua sociedade específica, a uma determinada classe dela, a suas aspirações progressistas ou regressivas, no caso da WACL, não há dúvida quanto à missão que sua ideologia foi chamada a cumprir no desenvolvimento social: a contrarrevolução permanente e o *exterminínio* de “subversivos” em geral e de comunistas em particular. Apesar disso, autores tão importantes como o historiador Kyle Burke confundem-se quanto ao teor concreto da WACL e, em uma análise tipicamente liberal, acabam por equalizar ou igualizar a proposta das revoluções comunistas

(fracassadas todas) às contrarrevoluções *rollback communism* da Liga Mundial Anticomunista. Burke, equivocadamente, assim, toma os membros e grupos da WACL, pois, como se fossem “revolucionários pela direita” (BURKE, 2018). Todavia, ao contrário, a *irratio* e as tendências regressivas da WACL devem ser entrelidas, especificamente, “no bojo das concretudes históricas particulares, especialmente nas épocas em que são travadas as batalhas dialéticas entre o velho e o novo” (CHASIN, 1978: 609-610). E, nessa batalha entre o historicamente velho e o historicamente novo, o teor *restauracionista* da WACL – de suas organizações e indivíduos – em busca do restabelecimento de um *status quo ante* revoluções (burguesas e comunistas), concretamente, colocou a Liga Mundial Anticomunista no campo das *utopias reacionárias* do século XX.

*Utopias*, por lhes faltarem condições objetivas para serem cabalmente realizadas. A consumação da estratégia de *rollback communism*, como visto, faria explodir uma “III Guerra Mundial”. Contudo, mesmo que constituindo proposituras ideológicas das extremas-direitas “alucinadas” da Guerra Fria global, que já se consideravam lutando uma “III Guerra Mundial” contra o Movimento Comunista Internacional (MCI), a WACL, em sua práxis, não deixou de ser efetiva ao conscientizar e mobilizar seus membros para uma *guerra santa* – ou “cruzada” – anticomunista, embatendo-se, assim, por uma guerra de extermínio total de comunistas em particular e de “subversivos” em geral. Novamente, o critério de análise e enfrentamento dessa alucinação de extrema-direita não deve ser, para o nosso bem, o gnosepistêmico, isto é, a falsidade ou verdade de suas ideologias, mas sim seu poder enquanto veículo de conscientização e mobilização de indivíduos e grupos nas lutas sociais, políticas e de classes. Isto é, ainda que errando epistemologicamente, a WACL acertou ao identificar seu inimigo na posição revolucionária do trabalho que, diante da derrota de todas as revoluções feitas em seu nome nos séculos XIX e XX, perdeu a batalha, naufragou e hoje praticamente inexistente como movimento de massas. Isso, num mundo de contrarrevoluções globais no qual sequer se coloca, enquanto perspectiva metapolítica, a necessidade da humanidade e das individualidades se organizarem globalmente para além das classes sociais, do Estado-nação e do sociometabolismo do capital que as regem.

Por último, espera-se que esta tese contribua para a compreensão e o enfrentamento do presente desafio histórico na medida em que proporciona o (re)conhecimento da história dessas



extremas-direitas nacionalistas que organizaram, prática e ideologicamente, o internacionalismo anticomunista da Guerra Fria, representando a fração mais violenta da *reação* capitalista. Elas demonstraram, em sua ideologia e práxis, que a contrarrevolução anticomunista é, há muito tempo, um assunto para globalistas. Revelam, da mesma forma, que a extrema-direita jamais deixou de combater mundialmente a revolução (e suas tentativas até agora frustradas) contra o modo capitalista de produção e seus Estados-nacionais, reconhecendo que, ao menos em possibilidade, ela está posta no mundo contemporâneo, ancorada na efetividade da lógica onímoda do trabalho, hoje já globalizada, mas de maneira muda. É preciso, “apenas”, dar voz e vez a ela.

\*\*\*

Terminada a CONCLUSÃO, talvez seja conveniente tecer mais “dois dedos de prosa” sobre o destino histórico da Liga Mundial Anticomunista (WACL) depois da Guerra Fria e, especificamente, sobre os ucranianos *banderites* do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) depois que retornaram à Ucrânia dessorietizada. Em 1990, durante a XXIII Conferência da WACL em Bruxelas, na Bélgica, decidiu-se que era a hora da Liga, já enfraquecida, adequar-se ao novo “espírito do tempo” pós-Guerra Fria. A WACL, desde então, passou-se a se chamar *World League for Freedom and Democracy* (WLFD), perdendo fôlego, contudo, e não tendo mais por dentro da Liga seus históricos aliados do “Capítulo” brasileiro da WACL, da CAL e depois da FEDAL. Mas a WLFD, um biombo da diplomacia taiwanesa para “furar” o bloqueio de seu isolamento internacional, organizou mesmo assim suas conferências na Hungria (1992), na Alemanha (1993), na Rússia (1994), nos EUA (1995, 1997) e na Tailândia (1998).

Basicamente, hoje, a WLFD é uma organização decadente e estritamente controlada por Taiwan, tendo sido admitida na ONU em meados da década de 1990, embora não chegue aos pés do que foi em seu tempo “áureo”, isto é, na Guerra Fria, período em que encontrou espaço e parceiros mais decididos, mundo afora, para vociferar sua estratégia *rollback communism* e sua guerra de reconquista, especialmente, da China continental. Algo que, se já à época da Guerra Fria era uma das mais inconsequentes *utopias reacionárias*, hoje, com a ascensão inaudita da RPCh como uma das maiores potências do capital global, não pode ser sequer imaginada. Contudo, a chamada “questão taiwanesa”, com a cada vez mais tensionada e explosiva relação entre RPCh e

EUA, mantendo a primeira sua intenção, agora sim, de “reconquistar” a ilha de Formosa, continua a ser um dos maiores *hotspots* do século XXI. Espera-se que, entre outras coisas, a história da Taiwan do *generalíssimo* Chiang Kai-shek e de seu “diplomata” Ku Cheng-kang no complexo WACL/APACL sirva, de algum modo, para ilustrar aspectos desse imbricado e explosivo assunto de diplomacia e guerra internacionais.

Outro *hotspot* de hoje, aqui amplamente abordado na história de sua extrema-direita, é a Ucrânia, invadida pela Rússia de Vladimir Putin em 2022. Apenas para não deixar o leitor no “abismo”, registre-se que, depois da morte de Yaroslav Stetsko em 1986, sua esposa e militante histórica do ultranacionalismo ucraniano, Slava Stetsko, retornou à Ucrânia. Em sua terra natal, junto a remanescentes *banderites*, Slava Stetsko auxiliou na divulgação da ideologia de extrema-direita que veiculou e produziu no exílio da Guerra Fria com seu marido, o ex-criminoso de guerra e colaborador nazista Yaroslav Stetsko, braço direito de Stepan Bandera. Graças ao esforço e liderança de Slava Stetsko, “o discurso sobre Bandera e a OUN-UPA na Ucrânia também se nacionalizou e radicalizou em reação ao legado soviético. (...) A OUN organizou conferências históricas, por exemplo, em Kiev, em 28 e 29 de março de 1992, nas quais Slava Stets'ko e Volodymyr Kosyk explicaram aos historiadores ucranianos como escrever a história” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 469)<sup>867</sup>.

No começo do século XXI, enfim, a Ucrânia passou pela chamada “Revolução Laranja”, que desferiu um golpe de Estado bem-sucedido contra o presidente Viktor Yanukovich e que acabou por deslocar a política externa da Ucrânia de sua órbita em torno da Rússia em direção à União Europeia e à OTAN. “Viktor Yushchenko, um dos líderes da Revolução Laranja (novembro de 2004-janeiro 2005), financiada e encorajada por ONGs dos Estados Unidos e da União Europeia, conferiu postumamente a Stepan Bandera o título de ‘Herói da Ucrânia’, em 22 de janeiro de 2010, pouco antes de deixar a Presidência. Uma estátua, outrossim, foi erigida em L’viv. Vários colaboradores do nazismo, companheiros de Stepan Bandera, foram igualmente reabilitados e homenageados” (MONIZ BANDEIRA, 2018: 231)<sup>868</sup>. O sucessor de Yushchenko,

---

<sup>867</sup> “The OUN émigrés established the Institute for the Study of the Liberation Movement (*Tsentr doslidzhen'vyzvol'noho rukhu*, TsDVR), whose office has been located since then in the building of the academy of Sciences at 4 Kozel'nyts'k a Street in Lviv. The agenda of the TsDVR has been to reproduce and popularize the work of (...) OUN-B historians” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 469-470).

<sup>868</sup> Em 16 de maio de 2007, a pedido do *Ukrainian Institute of National Memory (Ukrains'kyi instytut natsional'noi pam'iaty*, UINP), um dos líderes da “Revolução Laranja”, Iushchenko, “ordenou a organização de uma série de

uma vez empossado, “derrogaria o título de ‘Herói da Ucrânia’ e outras homenagens prestadas a Bandera, um colaborador do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial” (MONIZ BANDERA, 2018: 231). O jornalista Clifford J. Levy, do *The New York Times*, comentando as disputas em torno das homenagens prestadas ao *Providnyk* do ultranacionalismo ucraniano – filonazista – salientou que elas “refletem o cisma geográfico de longa data na Ucrânia e seu impacto na política da nação”, arrematando Moniza Bandera que “a contradição era perfeitamente perceptível, e a fratura, latente, a evidenciar a existência de duas Ucrânias” (MONIZ BANDEIRA, 2018: 231). A Guerra da Rússia contra a Ucrânia que estourou em 2022, portanto, deita raízes históricas nessa contradição e esta tese, ao ter se debruçado detidamente na história dos *banderites*, espera-se, poderá contribuir para algum esclarecimento desse novo/velho *hotspot* da “segunda Guerra Fria”.

Já no que diz respeito ao nosso *hotspot*, isto é, a extrema-direita brasileira, não foi por acaso, até pouco tempo atrás, que bolsonaristas tinham como lema, mirando-se na “(contra) revolução laranja” da Praça Maidan, o seguinte comando: “É preciso ‘ucranizar’ o Brasil”. Isto é, reabilitar os criminosos de guerra como heróis nacionais – no nosso caso, militares do quilate do coronel torturador Brilhante Ustra –, além de *revisar*, adulterando, a história nacional, de modo a lançar uma guerra total contra as esquerdas em geral e ao comunismo em particular. Pense-se, por exemplo, na exortação do presidente Jair Bolsonaro, em 12 maio de 2022: “Vocês sabem que a pior ameaça não é externa, é interna, a comunização do nosso país”. O poder da ideologia anticomunista, desse modo, ainda ronda o Brasil e o mundo. Nota-se, enfim, a perspicácia histórica da *boutade* do genial Millôr Fernandes: “O Brasil tem um passado enorme pela frente”. Espera-se que esta tese contribua, finalmente, para o desentranhar do enorme passado/presente/futuro da extrema-direita brasileira e de suas conexões globais.

---

cerimônias, homenageando Yaroslav e SlavaStetsko. Em 12 de setembro de 2007, ele designou Shukhevych como Herói da Ucrânia e em 20 de janeiro, pouco antes do final de seu mandato, fez o mesmo com Bandera. A última designação desencadeou um debate sobre a OUN-UPA, o nacionalismo ucraniano e o papel de Bandera na história ucraniana” (ROSSOLINSKI-LIEBE, 2014: 476-477).

## APÊNDICE

### *Protótipos, cogestão e nexos do Sistema Condor com a Liga Mundial Anticomunista (WACL) na América Latina (CAL): história e historiografia da contrarrevolução e do terrorismo de Estado*

Os “protótipos” mais imediatos da Operação Condor, estabelecida ao final de 1975 no Chile de Pinochet, já vinham sendo delineados desde o início da década de 1970. O Condor – entrelido como um sistema transnacional do terrorismo de Estado – não foi, portanto, “um raio em céu de brigadeiro”, mas antes representou o resultado de um longo processo histórico de internacionalização e integração continental da repressão anticomunista na América Latina. E isso, sob hegemonia política, econômica, cultural e militar dos EUA. Levar isso em consideração importa, e muito, na medida em que, por meio dela, é possível qualificar a análise da Operação Condor como o resultado de um complexo e longínquo processo histórico de construção do sistema de defesa anticomunista interamericano. Podem-se evitar, assim, reducionismos recorrentes que tendem a rotular o Plano Condor como uma espécie de resposta “reativa” à coordenação tentada pelas guerrilhas latino-americanas na *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR). Nessa leitura reducionista e imprecisa, utilizada tanto à época como posteriormente pelos militares que se valeram do terrorismo de Estado como arma de guerra “antissubversiva”, a Condor seria um programa “antiterrorista” desenvolvido pelos militares sul-americanos para fazer frente aos guerrilheiros organizados na JCR<sup>869</sup>. A síntese dessa ideia equivocada foi defendida exemplarmente pelo historiador Martin Chamberlain, que caracterizou a JCR como um *doppelgänger*, isto é, uma “sósia” – de sinal invertido mas igualmente *violenta* – da Operação Condor.

---

<sup>869</sup> Embora sem citar a JCR, o ex-ministro do Exército no governo José Sarney (1985-1990), general Leônidas Pires Gonçalves, caracterizou a Condor como uma *reação* à coordenação internacional das guerrilhas comunistas: “Nos dias de hoje ficam aí falando da célebre ‘Operação Condor’. Sempre digo, é uma lei antiga, da física, que ‘a toda ação corresponde uma reação igual em sentido contrário’ [...]. Se a orientação e o apoio dessas operações vinham de fora – vinham da Rússia e da China, via Cuba ou Uruguai – enfim, era um movimento internacional integrado, o que há de estranho no fato de o Cone Sul se reunir para colocar um ‘basta’ a isso, com troca de informações, já que todos eram atingidos? Então, isso é um verdadeiro absurdo, é um desses clichês que a mídia cria para nos ofender, até hoje, sem nenhuma razão” (GONÇALVES *apud* PADRÓS, 2005: 719). Foi notório o esforço do general de retratar a Condor como um sistema “apenas” de intercâmbio de informações, buscando ocultar, assim, suas fases operacionais de execução dos “subversivos”. Como se verá, o ditador Ernesto Geisel autorizou pessoalmente o assassinato dos “subversivos mais perigosos”. A desinformação sobre a Condor é, até hoje, um ativo e *know-how* dos militares brasileiros e sul-americanos, que se recusam a abrir seus arquivos sobre esse “Mercosul” do terrorismo de Estado.

A tese historiográfica de Chamberlain sustenta, já em seu título, que a JCR foi uma **“Operation Condor’s Doppelgänger”** (CHAMBERLAIN, 2012, grifo meu). A Condor seria, pois, uma “Internacional” contraterrorista da ultradireita militar que armou-se como “reação” ou contraparte à “Internacional” terrorista da extrema-esquerda armada da JCR. Em sentido oposto a essa leitura *reducionista* que subscreve uma “teoria dos dois demônios” violentos – a ultradireita e a extrema-esquerda armadas sul-americanas –, uma das mais importantes estudiosas do tema, a pesquisadora norte-americana J. Patrice McSherry, adverte ser um equívoco considerar que a aliança das guerrilhas latino-americanas pretendida pela JCR tenha sido “o impulso inicial para a organização da Condor” (MCSHERRY, 2005: 27). “Minha pesquisa encontrou pouca evidência de que a JCR tenha sido uma organização muito significativa ou uma ameaça crível, no entanto” (MCSHERRY, 2005: 27). Isso, porém, não implica de forma alguma desconsiderar que as ditaduras militares da América do Sul tenham visto de fato com preocupação e respondido à movimentação transnacional da JCR para “apressar” a formalização do Sistema Condor no final de 1975.

Contudo, importa enfatizar que a Condor não foi primariamente criada “por causa” da JCR – e a ideia de “sósias” com sinais invertidos defendida por Chamberlain toma como equivalentes fenômenos históricos não apenas inigualáveis como contrapostos, descaracterizando-os em suas *especificidades* –, por um motivo básico: jogar luz sobre o fato histórico de que o Pacto condorense das ditaduras militares do Cone Sul não “caiu do céu”, simplesmente. Isto é, como salientam importantes pesquisadores paraguaios, **“no debe creerse que el Operativo Cóndor inventó algo nuevo**. Sólo sistematizó e hizo más efectiva una larga tradición de cooperación subterránea entre policías y militares de la región” (BOCCIA PAZ; LÓPEZ; PECCI; GIMÉNEZ, 2008: 61, grifo meu). Também o historiador brasileiro Enrique Serra Padrós demarca que “a Operação Condor não foi o início da colaboração efetiva entre os sistemas repressivos do Cone Sul”, mas “foi um mecanismo de continuidade, embora num âmbito mais complexo, sofisticado e, certamente, mais letal” (PADRÓS, 2005: 702). A Condor estruturou-se, na prática, “sobre uma longa tradição de cooperação subterránea entre polícias e militares da região” e, “de fato, na experiência das ditaduras de Segurança Nacional, a aplicação da metodologia repressiva ilegal extrapolou fronteiras nacionais; o monitoramento, a espionagem, o seguimento e a perseguição

implacável extra-fronteira contou com o auxílio dos organismos de segurança dos países limítrofes” (PADRÓS, 2005: 702).

No mesmo sentido, referidos autores paraguaios destacam que **“el sistema de intercambio de informaciones entre los países de la región era pre-existente a la formalización del Operativo Cóndor”** (BOCCIA PAZ; LÓPEZ; PECCI; GIMÉNEZ, 2008: 64, grifo meu), ou seja, “el Operativo Cóndor sólo daría una extraordinaria sistematicidad y fluidez a líneas de cooperación establecidas en muchos años de complicidad” (BOCCIA PAZ; LÓPEZ; PECCI; GIMÉNEZ, 2008: 69). Em termos históricos concretos, todavia, que cooperação mais longínqua foi essa da qual a Condor seria “apenas” um “subproduto” acabado? McSherry é quem melhor *especificou* historicamente a questão. Segundo ela, “[a] Condor surgiu especificamente de relações e programas do hemisfério ocidental forjados na Escola das Américas e em outros lugares, um produto da doutrina e estratégia interamericana, disseminada através do sistema militar continental” (MCSHERRY, 2005: 36). Em suma, como esclarece McSherry, a Condor só poderia ter alçado os vãos que alcançou, em meados da década de 1970, simbolizando o principal eixo da coordenação repressiva secreta do terrorismo transnacional de Estado do Cone Sul, porque operou “dentro das estruturas do sistema militar interamericano, incluindo o Pacto [do] Rio, o Conselho de Defesa Interamericano, a Escola das Américas e a Conferência dos Exércitos Americanos. Esta é uma evidência significativa de que a influência dos Estados Unidos foi, novamente, crítica na formação da Condor” (MCSHERRY, 2005: 46).

Dessa forma, a Condor deve ser entrelida no marco de uma história de longa duração cujas origens mais remotas devem ser buscadas, pelo menos, nos esforços feitos pelos EUA junto às Forças Armadas latino-americanas a partir da década de 1940 no sentido de “estabelecer **novas estruturas e acordos de segurança interamericanos para conectar os exércitos latino-americanos e solidificar as defesas contra o comunismo mundial**” (MCSHERRY, 2005: 46, grifo meu). Os marcos desse sistema interamericano de defesa anticomunista sob hegemonia dos EUA, antes da formalização do Condor em 1975, foram identificados por McSherry na criação da “USARCARIB (1946), mais tarde chamada de Escola das Américas do Exército Americano [*U.S. Army School of the Americas (SOAS)*]”, do “Conselho e Segurança Interamericano [*Inter-American Defense Board*] (1948)” e da “Conferência dos Exércitos Americanos (1960)” (MCSHERRY, 2005: 47).

Acrescentando-se aos marcos dessa longa construção a orientação NSC 144/1 de 1953 da presidência D. W. Eisenhower – pela qual o sistema interamericano tornou-se uma aliança anticomunista com vistas à “padronização das organizações militares latino-americanas, seus treinamentos, doutrinas e equipamentos de acordo com os modelos dos Estados Unidos” (RABE, 1988: 42) –, o presidente “Ike” dispôs-se a “armar a região” – “tendo aceitado as premissas inerentes ao NSC 56/2 e o programa de ajuda militar desenvolvido pelo governo Truman” (RABE, 1988: 34) – por meio do *Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina*.

Recentemente, o historiador Vicente Gil da Silva analisou este *Plano* aprovado, em 1955, pelo presidente Eisenhower, cujo objetivo “era colocar em prática um ‘programa integrado e concertado’ para a execução de ‘políticas contra o comunismo na América Latina’”, buscando “**“aumentar a consciência sobre a ameaça do comunismo internacional** e para estimular os governos e o povo latino-americanos a apoiar medidas efetivas de controle e restrição das atividades comunistas”” (DA SILVA, 2020: 47, grifo meu). Dentro dos eixos do *Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina* do governo Eisenhower foi prevista, entre outras medidas, a intensificação do “contato direto entre as embaixadas norte-americanas e os governos locais para informar sobre eventos e atividades comunistas”, do “planejamento na área de defesa mútua, cooperação militar e treinamento e assistência financeira reembolsável militar” e de “outros métodos disponíveis de cooperação contra o comunismo incluindo apoio de inteligência às embaixadas norte-americanas” (DA SILVA, 2020: 47).

Vale a pena recordar, como visto no CAPÍTULO 3, que a Guerra Fria iniciou-se na América Latina com a vitória da contrarrevolução guatemalteca, consolidada por meio de um golpe de Estado e de classe *made in USA* deflagrado, precisamente, no interior do sobrecitado arcabouço interamericano anticomunista – com respaldo, inclusive, da OEA. Também McSherry salienta, nesse sentido, que “a Guerra Fria chegou à América Latina em 1954 com a operação secreta da CIA de codinome ‘PB Success’ que derrubou o governo nacionalista de Jacobo Arbenz na Guatemala” (MCSHERRY, 2005: 47). Ainda no CAPÍTULO 3 foi analisada, como parte do *front* político-propagandístico – uma *psywar operation* – dentro do Plano PBSUCCESS, a realização do I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, em 1954, no México. Esse *front* anticomunista criado na Cidade do México como um “braço” de guerra psicológica da PBSUCCESS formalizou no ano seguinte, no Rio de Janeiro, a Confederação Interamericana de

Defesa do Continente (CIDC). A CIDC buscou criar entre 1955-58, de forma pioneira, uma espécie de primeira “Internacional Anticomunista” composta por “Capítulos” nacionais em todos os países da América Latina. Não conseguiu, porém, sustentar seu ousado projeto transnacional por lhe ter faltado apoio político, econômico e militar dos governos e Estados latino-americanos.

Apesar de seu ocaso a partir de 1958, a CIDC configurou um pioneiro projeto “civil” desenvolvido no marco do sistema interamericano de defesa anticomunista continental. Se a Revolução de Outubro de 1944 na Guatemala – derrotada pela PBSUCCESS em 1954 (cf. CAPÍTULO 3) –, após a Revolução Cubana de 1959, “o *establishment* de segurança dos Estados Unidos reorientou, reformatou, expandiu e mobilizou dramaticamente o sistema hemisférico existente para combater a ameaça de uma subversão inspirada no comunismo” (MCSHERRY, 2005: 46). Nesse período, a presidência de John. F. Kennedy (1961-63) “criou as Forças Especiais (*Green Berets*) e exigiu que o exército americano fosse reorganizado para lutar guerras político-militares” (MCSHERRY, 2005: 47). No entreabrir da década de 1960, nessa escalada do citado padrão contrainsurgente hemisférico, coube aos Exércitos da América Latina, sob a hegemonia militar dos EUA, realizarem o antigo “sonho” da CIDC: robustecer a integração anticomunista do sistema interamericano de defesa do continente americano. Foi a partir desse “solo fértil” do sistema interamericano anticomunista, “irrigado” com mais afinco na década de 1960 a partir das Conferências dos Exércitos Americanos (CEAs), que foi constituída a plataforma prévia que permitiria ao Condor alçar seus altos voos posteriormente. As CEAs, no plano continental, estabeleceram militarmente “uma frente anticomunista nas Américas” e, “parcialmente por meio dessas conferências, a doutrina contra-subversiva de segurança foi desenvolvida e ampliada, e o sistema interamericano de defesa reorganizado para lidar com a ameaça subversiva identificada nas Américas” (MCSHERRY, 2005: 48). Nesse sentido, um dos artigos secretos que constituíram as CEAs definiu como “missão dos Exércitos” a proteção do continente em face “da ação agressiva do Movimento Internacional Comunista’, um movimento que instigava a subversão internamente” (MCSHERRY, 2005: 48) e as primeiras CEAs estabeleceram como seus principais objetivos:

**A criação de uma doutrina continental para lutar contra a ‘agressão comunista’; a troca de informações de inteligência a respeito de grupos subversivos e comunismo internacional;** a criação de um comitê de inteligência interamericano permanente, localizado na Zona do Canal do Panamá; a criação de escolas de inteligência em cada país; a criação de um sistema de telecomunicações codificadas entre exércitos; e programas de treinamento para todos os exércitos em estratégias de contra-subversão, contrarrevolução e segurança interna (MCSHERRY, 2005: 48, grifo meu)



Dito isso, o que importa demarcar é o fato de que a “**Operação Condor**, que foi organizada depois, **foi claramente uma consequência dessas estruturas e programas transacionais**” (MCSHERRY, 2005: 48, grifo meu). Coube assim às Conferências dos Exércitos Americanos (CEAs), especificamente desde 1963, proporcionar toda a infraestrutura tecnológico-comunicacional para a estruturação das instalações que viabilizariam futuramente o Plano Condor. Em particular, a celebração da XII CEA ocorrida no Uruguai, em outubro de 1975, configurou o protótipo militar mais imediato do Sistema Condor. Porém, as CEAs não constituíram os únicos *protótipos* condorenses já em curso na primeira metade da década de 1970, ainda mais quando se observa, como feito por McSherry, que o governo norte-americano à época, de uma maneira mais ampla, “fortaleceu as forças militares, forças de inteligência e forças policiais, treinou-as na guerrilha de contra-insurgência e em operações conjuntas, instou a formação de esquadrões clandestinos de contraterrorismo e encorajou aliados anticomunistas a interferirem ativamente em seus países vizinhos” (MCSHERRY, 2005: 58). Em resumo, de um lado, deve-se fixar que “**o protótipo Condor começou a operar como uma organização de estado terrorista transnacional ao final de 1973 ou início de 1974**” (MCSHERRY, 2005: 58, grifo meu).

Isto é, “**entre 1973-1974, o sistema transnacional sem nome já funcionava como um programa repressivo transfronteiriço – a essência da Condor – antes de 1975, com base em acordos não-escritos**, e antes que seu banco de dados informatizado e Condortel fossem adicionados” (MCSHERRY, 2005: 80, grifo meu). De outra parte, contudo, é preciso enfatizar que não foram apenas as referidas CEAs que compuseram o que a pesquisadora norte-americana McSherry apropriadamente designou de *protótipos* da Condor. Quer dizer, se mencionadas CEAs – a XI de 1973, no Brasil e a XII de 1975, no Uruguai– configuraram o *protótipo* estritamente militar da Condor, é possível identificar, pelo menos, mais dois *protótipos* condorenses que, à época, encontravam-se já sob decidida coordenação repressiva transnacional.

O primeiro deles foi identificado por McSherry como sendo o *I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul*, realizado em fevereiro de 1974, em Buenos Aires, capital da Argentina. O segundo deles, identificado pela primeira vez por este autor, pode ser localizado, justamente, no já analisado III Congresso da CAL-Secreta realizado em novembro de 1974, na Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília. Assim, se é verdade que a Condor não é “um

raio em céu de brigadeiro”, uma vez que deveio de um longo processo histórico de consolidação do sistema interamericano de defesa continental anticomunista, é igualmente verdadeiro que ela, enquanto um “sistema transnacional de terror de estado” (MCSHERRY, 2005: 11), apresentou ao menos três *protótipos* mais imediatos:

1º) um protótipo *policia-militar* representado pelo *I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul* de fevereiro de 1974 na Argentina; 2º) um protótipo *civil-militar-policia* encarnado no já estudado III Congresso da CAL-Secreta realizado em novembro de 1974 na EsNI, quartel-general da contra-inteligência da ditadura brasileira; e 3º) um protótipo estritamente *militar* gestado ao longo das Conferências dos Exércitos Americanos (CEAs), particularmente nos acordos estabelecidos na XI CEA, realizada no Uruguai em outubro de 1975, isto é, na antevéspera mais imediata da formalização do Condor, no Chile de Pinochet, em novembro daquele ano.

Delineada essa cronologia histórica, abaixo serão analisados o *I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul* de 1974 em Buenos Aires, o designado protótipo *policia-militar* do Condor, bem como a XI Conferência dos Exércitos Americanos (CEA) de 1975 em Montevidéu, o chamado *protótipo* estritamente *militar* do Condor. Conforme analisado mais acima de maneira detalhada, enquanto aqui se caracteriza o III Congresso da CAL-Secreta realizado em 1974, dentro da EsNI, como o *protótipo civil-militar-policia* da Condor, mais abaixo serão condensados os principais aportes historiográficos que convergem na apreensão da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) como um cogestor do Sistema Condor.

Em outras palavras, além de configurar um dos protótipos condorenses, a CAL tornar-se-ia, após a formalização do Sistema Condor no Chile de 1975, um de seus cogestores transnacionais, sendo possível advertir a existência histórica, consoante sustenta esta tese, de uma espécie de complexo WACL/CAL/Condor. Entre a emergência desses três principais *protótipos* condorenses, será ainda pontuada uma “ocorrência” que, igualmente, pode ser encarada como uma operação “pré-Condor”: trata-se da orquestração multinacional entre Chile/Argentina/Brasil da chamada Operação Colombo, uma *psywar operation* precursora do Condor e deflagrada em julho de 1975, no Brasil. A esse respeito, será destacado como os agentes chilenos que operaram a Colombo a partir do Brasil foram os mesmos indivíduos que compuseram, em abril de 1975, a delegação chilena junto à VIII Conferência da WACL no Rio de Janeiro.

Depois, finalmente, será analisada a pactuação do Condor, em novembro de 1975 no Chile, na *I Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*, analisando-se então as três fases operativas que compuseram o *Sistema de Coordenação, Inteligência e Segurança*

“antissubversivo” ali batizado de Condor. Na sequência, será destacada a participação dos “Observadores” da ditadura militar brasileira na fundação do Condor e, posteriormente, o engajamento brasileiro naquele sistema anticomunista do terrorismo sul-americano de Estado. Nesse aspecto, será brevemente apontado o equívoco recentemente difundido de que a ditadura militar brasileira teria se engajado “à distância” na Operação Condor (SIMON, 2021), bem como se questionará a enganada tese de que “a Operação Condor, aos generais brasileiros, não valia a pena” (SIMON, 2021: 336). Por último, serão sumariados os principais crimes e assassinatos transnacionais do *pré* e do *pós*-Condor, o monitoramento dos Condores feitos pelo “Tio Sam” – por meio da CIA, do Departamento de Estado de Henry Kissinger e do FBI –, bem como a segunda reunião do Condor realizada em 1976, na Argentina.

Vale a pena adiantar, rapidamente, que uma prisão em específico – a do paraguaio Martin Almada – será abordada com especial atenção. Isso porque a prisão desse educador e advogado no Paraguai de Stroessner ocorreu, historicamente, “no ventre do Condor”, como ele próprio designaria. Preso por engano como um suspeito de ter vínculos com uma aliança de grupos revolucionários guerrilheiros do Cone Sul, Almada foi encarcerado com dois *couriers* da *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR) – o chileno Jorge Isaac Fuentes e o argentino Amilcar Santucho. A prisão dessa dupla, em maio de 1975, mobilizou os serviços secretos dos EUA e das ditaduras militares do Chile, da Argentina e do Paraguai e, ao fazê-lo, “acelerou” a pactuação do Sistema Condor ao final daquele ano no Chile.

Além disso, sobrevivendo ao “ninho do Condor” e exilando-se, Almada transformaria em luta o luto experimentado pelo assassinato de sua esposa Celestina Perez Almada, vítima da tortura psicológica infligida pela ditadura stronista que, ao obrigá-la a ouvir as gravações da tortura de seu marido, ocasionou-lhe um ataque cardíaco fatal. Na dicção do jornalista norte-americano John Dinges, “a tortura de Almada e sua tragédia pessoal transformaram um professor de escola de cidade pequena em um dos mais implacáveis perseguidores dos líderes militares dos países da Condor” (DINGES, 2005: 238). “Em 1978, depois de quase quatro anos na prisão, Almada foi solto e se exilou primeiro no Panamá, depois em Paris, onde conseguiu um emprego como especialista de educação na UNESCO” (DINGES, 2005: 238).

**DATOS PERSONALES**

FICHA 2340-  
Fecha 29 Noviembre 1974

DPTO. DE INVESTIGACIONES  
08015F 1056

De MARTIN ALMADA Apodo: A  
Hijo de LUCIA ALMADA y de \_\_\_\_\_

Seudónimo \_\_\_\_\_ Lugar y fecha de nac. Puerto Saastre 30 Enero 1937  
Edad 37 Est. Civil Casado Profesión Abogado Domicilio España y Cnel. Bogado (S. Lorenzo)  
Nacionalidad PARAGUAYA Ideología Política colorado Entró al país \_\_\_\_\_

**DATOS DE IDENTIFICACION**

Céd. de Identidad 170-804 Prio. \_\_\_\_\_  
Raza blanco Talla 1,68 Cuerpo mediano Cutis trigueño Cabello castaño  
Barba afeitada Bigote USA Pente vertical Cejas arqueadas Ojos color azules  
Párpados normal Nariz Cor. recto Base levantada Boca mediana Labios normal Mentón Recto  
Orejas mediana Lóbulos adherido SEÑAS PARTICULARES: \_\_\_\_\_

NOMBRE DE PARIENTES C

Foto	DELESTINA PEREZ DE ALMADA	HIJO
	RIGARDO	
	LINCOLN	
	MUDITH	
	MARTIN ALMADA	Hermano
ASUNCION ALMADA		

Mano Derecha      Mano Izquierda

PULGAR	INDICE	MEDIO	ANULAR	MEÑIQUE	PULGAR	INDICE	MEDIO	ANULAR	MEÑIQUE

**Figura 309.** Ficha de Identificação da prisão de Martin Almada pela ditadura militar paraguaia de 29 de novembro de 1974. IN: MACHADO, 2016.

Encarcerado nas prisões da ditadura stronista entre 1974-1977, “Almada recebeu uma dica do delegado Mario Mancuello, preso na mesma cela, para que consultasse a Revista Policial do Paraguai a fim de entender o complexo emaranhado da Condor” e, “no campo de concentração de Emboscada, recebeu ajuda de Gladys de Sannemann, também aprisionada, para dimensionar a extensão da operação” (MACHADO, 2016). Já no exílio europeu, “Almada estudou a Revista Policial do Paraguai, contando com a ajuda do sacerdote jesuíta Charles Antoine e do jornalista Pierre Abramovic” (MACHADO, 2016). Com a queda da ditadura Stroessner por um golpe militar em 1989, Almada regressou ao Paraguai em 1990 e, depois de ter sido negada a existência de seus registros de prisão pelas autoridades paraguaias, “recorreu à nova figura constitucional do *habeas data*, exigindo informações sobre aqueles que lhe torturaram e levaram à morte sua primeira esposa” (MACHADO, 2016). O *habeas data* foi aceito pelo juiz José Agustín Fernández que, depois de uma informação proveniente das divisões internas e políticas do antigo bloco do poder stronista, localizaram a quatro quilômetros de Assunção, no Departamento de Produções da Polícia

de Lambaré, toneladas de documentos pertencentes ao *Departamento de Investigaciones de la Policía de la Capital* (DIPC) e à *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), os dois principais órgãos da polícia política stronista subordinados ao Ministério do Interior e chefiados, respectivamente, por Pastor Coronel e Antonio Campos Alum.



**Figura 310.** Martin Almada na antiga Dirección Nacional de Asuntos Técnicos (DNAT), delegacia da polícia política stronista comandada por Antonio Campos Alum, ao centro da fotografia, em retrato sob a mesa, abaixo do retrato maior do ditador Alfredo Stroessner. Graças à luta de Martin Almada e de sua esposa María Stella Cáceres de Almada, *La Técnica*, montada com o auxílio do coronel Robert Thierry dos EUA, transformou-se, de antigo centro de tortura e morte, no museu *Memoria y Verdad sobre el Stronismo* (MEVES). IN: MACHADO, 2016.

Como salienta Dinges, “a descoberta de Almada é, de longe, a maior coleção de documentos das forças de segurança anteriormente secretos de qualquer dos países da Condor” (2005: 242) e, por esse feito, o paraguaio recebeu em 2002 o *Right Livelihood Award*, considerado uma espécie de “Prêmio Nobel alternativo”. “O comitê do prêmio disse ‘o ‘Arquivo do Terror’ se provou ser a mais importante coleção de documentos de terror do estado já recuperada. É importante não apenas para o Paraguai, mas para toda a América Latina e, de fato, para o mundo” (DINGES, 2005: 241).

Antes, porém, de traçar o itinerário dos enumerados protótipos condorenses de início da década de 1970, vale destacar uma possível raiz histórica mais longínqua da Operação Condor, localizada pela pesquisadora McSherry nos *Stay-Behind Armies* financiados pelos EUA na Europa e compostos, entre outros, por ex-criminosos de guerra nazistas. É verdade que o jornalista boliviano Gerardo Irusta Medrano já havia levantado a hipótese do Sistema Condor ter sido “creado y organizado por inspiración y asesoramiento de los criminales de guerra nazis” (IRUSTA MEDRANO, 1997: 516), mas coube a McSherry redimensionar essa participação de ex-nazistas e ex-colaboradores do III Reich, sob patrocínio norte-americano, nos *Exércitos Secretos* europeus e, a partir dali, apontar para seus nexos com a Condor.

#### 6.1.1. Os “Exércitos Secretos” na Europa e seus nexos com o Sistema Condor: a Operação Gladio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

De um lado, se esses protótipos condorenses circunscreveram-se no marco do sistema interamericano de defesa anticomunista da Guerra Fria, McSherry foi a primeira pesquisadora a indicar que a Condor apresentou, como suas raízes históricas mais longínquas, os chamados *Stay-Behind Armies* da Europa do pós-II Guerra Mundial. Provavelmente, a Condor emulou essas redes anticomunistas, financiadas pelos EUA, dos referidos “Exércitos Secretos” europeus. “Essas redes eram diferentes, mas compartilhavam conexões com os ‘stay-behind armies’ europeus que a cientista política McSherry identificou” (BURKE, 2018: 257). Mas o que eram os *Stay-Behind Armies*? Basicamente, um conjunto de “forças secretas para prevenir que esquerdistas ganhassem poder na ordem pós-guerra (...) compostas de antigos oficiais militares, incluindo ex-nazistas e colaboradores do nazismo, assim como de civis e grupos paramilitares de direita” (BURKE, 2018: 257-258).

Nos EUA, autorizados pelo *National Security Council Directive 10/2* de 1948, “os criadores das políticas dos Estados Unidos iniciaram um projeto multibilionário secreto para desenvolver uma guerrilha secreta e um maquinário de propaganda global para usar a Guerra Fria contra o comunismo” (MCSHERRY, 2005: 38)<sup>870</sup>. Antes da criação da OTAN, os governos

---

<sup>870</sup> A *National Security Council Directive 10/2* de junho de 1948 “autorizou um vasto programa clandestino de ‘propaganda, guerrilha econômica, ação direta preventiva incluindo medidas de sabotagem, anti-sabotagem, demolição e evacuação... subversão contra estados hostis, incluindo assistência a movimentos de resistência

britânico e norte-americano já estavam envolvidos na organização de comandos anticomunistas clandestinos nas Europas Ocidental e Oriental e, como visto no CAPÍTULO 1, também o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN) foi organizado pelo MI6 britânico e, em menor medida, pelos EUA, a partir de um plantel de colaboradores nazistas do leste europeu. “Depois que a OTAN foi estabelecida, os projetos *stay-behind* secretos na Europa Ocidental foram alocados no Comitê Clandestino de Coordenação [*Clandestine Coordinating Committee*] do SHAPE (Supreme Headquarters Allied Powers Europe)” (MCSHERRY, 2005: 38) e, segundo a pesquisadora, “as redes paramilitares secretas (conhecidas como Gladio na Itália, Operação Stay Behind no Reino Unido, e Sheepskin na Grécia, entre outros nomes)” estiveram compostas por “membros de vários serviços de segurança, assim como partidários anticomunistas, redes fascistas, e ex-nazistas” (MCSHERRY, 2005: 38)<sup>871</sup>.

Na Europa Ocidental propriamente, “Washington insistiu em uma cláusula secreta no Tratado do Atlântico Norte exigindo que os serviços secretos de todas as nações participantes estabelecessem seus próprios ramos do exército secreto – e que se opusessem à influência comunista, até mesmo se a população votasse para candidatos comunistas nas eleições livres” (MCSHERRY, 2005: 41). Nesse contexto, McSherry identifica alguns enlaces de referidos *stay-behind armies* com a ulterior Operação Condor. O mais importante deles foi, sem dúvida, Henry Kissinger, o futuro Secretário de Estado acumpliciado com a Condor que, muito antes, trabalhara para o Corpo de Contra-Inteligência do Exército (CIC) dos EUA, a unidade responsável pelo recrutamento de ex-nazistas e ex-colaboradores nazistas para aquelas clandestinas redes

---

clandestinos, guerrilhas e grupos de libertação a refugiados, e apoio a elementos autóctones anticomunistas... [a serem realizados de forma que] qualquer responsabilidade do governo dos Estados Unidos não fosse evidente para pessoas não-autorizadas e, caso descoberto, o governo dos Estados Unidos pudesse negar plausivelmente qualquer responsabilidade” (MCSHERRY, 2005: 38).

<sup>871</sup> Além da Itália, Reino Unido e Grécia, McSherry pontua a existência desses *Exércitos Secretos* anticomunistas na França, em Portugal e na Alemanha: “O exército de permanência francês pode ter continuado na década de 1970, no entanto, com o codinome CATENA, um grupo ligado ao assassinato de cinco advogados na Espanha e um juiz na Itália, assim como ao assalto a um grande banco realizado em Nice em 1976” (MCSHERRY, 2005: 38). “Na Turquia, elementos da rede de permanência participaram de campanhas militares anti-esquerdistas que usavam métodos terroristas contra protestos sociais. (...) Em Portugal, uma organização de direita chamada *Commandos for the Defence of Western Civilization* (CODECO) foi acusada em 1999 de uma série de bombardeios contra políticos conhecidos e dos assassinatos do ex-Primeiro-Ministro Francisco Sa Carneiro e seu Ministro da Defesa, Amaro da Costa” (MCSHERRY, 2005: 40-41). “Na Alemanha, homens da antiga Waffen SS fizeram parte da formação de permanência, assim como da Organização Gehlen, uma rede nazista de espionagem reorganizada sob proteção dos Estados Unidos e usada pela OTAN para espionar comunistas na Europa. (...) O exército secreto de permanência [Organização Gehlen] tinha uma lista de políticos esquerdistas para assassinar” (MCSHERRY, 2005: 41).

anticomunistas. Na década de 1950, Kissinger “serviu como consultor para outra unidade que realizava estudos confidenciais do Departamento de Defesa sobre o uso de nazistas para operações secretas da CIA e continuou a trabalhar com inteligência e operações secretas na década de 1950 através de suas ligações com o Conselho de Segurança Nacional” (MCSHERRY, 2005: 41).

Também Klaus Barbie, o ex-nazista da Gestapo apodado de “açougueiro de Lyon” pelos crimes cometidos contra a resistência francesa, foi apontado por McSherry como outro enlace que serviria ao CIC e, futuramente, à Condor. Barbie foi contratado pelo CIC no pós-guerra, servindo também como um “stay-behind recruiter” (MCSHERRY, 2005: 41). Mantido entre 1946-1951 na folha de pagamentos dos EUA, embora procurado pela França como um criminoso de guerra foragido, Barbie impressionou seus *contractors* pelo conhecimento que possuía sobre o movimento comunista francês. Os EUA protegeram Barbie e “o ajudaram a escapar para a América do Sul pelas conhecidas ‘ratlines’. Barbie estabeleceu-se na Bolívia e trabalhou com oficiais militares de direita por toda a América do Sul, ensinando tortura e outras técnicas repressivas na Bolívia, Paraguai e outros lugares, proporcionando assim outra conexão entre as forças *stay-behind* e a Condor” (MCSHERRY, 2005: 41-42).

Além de Kissinger e Barbie, um *stay-behind army* na Itália, conhecido como Gladio, apresentou de forma mais acentuada seus nexos com a futura Operação Condor. Conforme salienta McSherry, o caso italiano demarcou um “intrigante” vínculo “entre os *stay-behind armies* e a Operação Condor” (MCSHERRY, 2005: 42). A Operação Gladio foi criada em 1956 “através de um acordo secreto entre a CIA e o SIFAR, o aparato de inteligência da Itália” (MCSHERRY, 2005: 43). Duas organizações paramilitares neofascistas da Itália, Ordine Nuovo e Avanguardia Nazionale, integraram-se à rede Gladio e, posteriormente, à Operação Condor (MCSHERRY, 2005: 43). Como se verá logo abaixo, um dos integrantes da Avanguardia Nazionale, o terrorista Stefano Delle Chiaie, foi um dos contratados pela DINA de Pinochet para executar, em Roma, o líder da democracia cristã chilena Bernardo Leighton. Comentando essa tentativa de assassinato, o estadunidense Michael Townley, outro sicário a soldo da DINA e da Condor, “admitiu que se encontrou dez ou quinze vezes com Delle Chiaie para organizar o ataque”, confirmando que fora “realizado através de ‘um acordo global antimarxista’” (MCSHERRY, 2005: 43).

Delle Chiaie, que se encontraria pessoalmente com o ditador Pinochet na Espanha em 1975, seria incorporado na lista de pagamento da DINA, funcionando como um dos operativos



transnacionais da Condor. Delle Chiaie, como visto, esteve também vinculado à Aginter Press, um grupo de mercenários que operava em Portugal e era composto por ex-nazistas e líderes da organização paramilitar francesa OAS, a *Organisation Armée Secrète*. Ao final deste CAPÍTULO 5, na análise do IV Congresso da CAL-Pública de 1980, será demonstrado que Delle Chiaie “tinha muitos vínculos com comandantes militares latino-americanos e participou do golpe de 1980 na Bolívia, junto do antigo chefe da Gestapo Klaus Barbie e oficiais militares argentinos, um evento que ilustrou graficamente a natureza global da aliança anticomunista” (MCSHERRY, 2005: 43). Organizações neofascistas como a *Avanguardia Nazionale* e a *Ordine Nuovo*, um braço paramilitar da Loja maçônica *Propaganda-Due* (P-2) do ex-colaborador nazista Licio Gelli, conectaram-se à rede Gladio, à Operação Condor e, igualmente, ao complexo WACL/CAL<sup>872</sup>.

O emaranhado anticomunista italiano, portanto, é um “estudo de caso” riquíssimo. O principal contato da rede Gladio com os EUA, o General Giovanni de Lorezon<sup>873</sup>, serviu de enlace direto ao General Vernon Walters, posteriormente diretor da CIA que, tal como Kissinger, acumpliciou-se com a Condor. De acordo com o analista Peter Dale Scott, inclusive, “**Vernon Walters**, vice-diretor de inteligência central de Bush, **tornou-se o principal contato dos Estados Unidos com a CAL/coalização Condor**” (SCOTT, 2007: 301, grifo meu). Assim, em uma figura tão importante quanto o General Vernon Walters, condensaram-se, por exemplo, os nexos transnacionais que ligam os *stay-behind armies* na Itália – a rede Gladio –, a Operação Condor e a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL), o organismo regional da WACL na América Latina. Na conclusão de McSherry, enfim, “**este tipo de conexões e operações, ligando**

---

<sup>872</sup> Outro neofascista italiano, um ex-colaborador nazista, Licio Gelli foi contratado pelos EUA para combater o comunismo e a esquerda na Itália do pós-guerra. “Ele foi o fundador (em 1964) da loja maçônica mundial *Propaganda-Due* (P-2), uma organização anticomunista com fortes vínculos a organizações militares e de inteligência (especialmente a CIA) e poderosas figuras políticas por todo o mundo” (MCSHERRY, 2005: 44). “O *Ordine Nuovo* da Itália teria sido um ramo paramilitar do P-2. Gelli era uma figura-chave na ligação entre oficiais americanos, a CIA, comandantes militares argentinos, entre outros, e havia sobreposição entre a Gladio e o P-2” (MCSHERRY, 2005: 44). Licio Gelli e a Loja maçônica P-2, com fortíssima inserção na Argentina, primeiramente Lopez Rega e depois via General Suárez Mason, integraram-se ao complexo WACL/CAL.

<sup>873</sup> “De Lorenzo admitiu ter conduzido um planejamento secreto de contraterrorismo com oficiais dos Estados Unidos sem informar seu próprio governo. Ele formulou uma trama chamada Operação Solo para dominar redes de imprensa, prender políticos, tomar escritórios de partidos esquerdistas e até assassinar [Aldo] Moro, e a SIFAR compilou informações de vigilância sobre dezenas de milhares de italianos. A SIFAR foi dissolvida devido ao seu papel em uma tentativa de golpe em 1964. Outro ex-membro da Gladio, um civil, disse em 1990 que havia deixado a organização depois de descobrir um complô para matar dois comunistas italianos (...) O serviço de inteligência reconstituído da Itália, SISDI, também era suspeito de ligações com a Gladio; em 1993, foi acusado de abrigar uma organização terrorista secreta chamada A Falange Armada” (MCSHERRY, 2005: 45).

**forças de direita em serviços de segurança do estado com paramilitares civis, evocam a Operação Condor”** (MCSHERRY, 2005: 45, grifo meu). E mais, **“como a Condor, os *stay-behind armies* eram formações paralelas secretas que miravam em forças esquerdistas, comunistas e social-democráticas”** (MCSHERRY, 2005: 42, grifo meu).

Na Europa, as forças militares e de inteligência dos Estados Unidos criaram um exército regional secreto para se opor à esquerda e aos soviéticos. Os organizadores das formações *stay-behind* encontravam-se regularmente em diferentes capitais, trocavam visitas e treinavam comandos civis, tudo dentro das estruturas da OTAN. **A Condor, de forma similar, foi organizada dentro do sistema militar interamericano, durante o mesmo período aproximado. Parece plausível supor que as forças dos Estados Unidos transferiram o modelo *stay-behind*<sup>874</sup> para a América Latina e, de fato, as atividades de diversos oficiais americanos influentes (como Henry Kissinger, Vernon Walters e Duane Clarridge) na Europa e América Latina deram peso adicional à tese. Diversos fascistas italianos e alemães nas formações *stay-behind* também desenvolveram relações próximas de trabalho com figuras da Condor como Manuel Contreras e Michael Townley no Chile, assim como autoridades da Bolívia, Paraguai e Argentina. Estas ligações entre Washington, as redes *stay-behind* europeias e a Condor sugeriam que a infraestrutura anticomunista secreta era integrada e era global** (MCSHERRY, 2005: 45, grifo meu)

Em suma, conclui McSherry, os *stay-behind armies* “eram uma manifestação do estado paralelo e de uma estratégia militar e de inteligência ocidental para lutar contra o comunismo fora do estado de direito”, “patrocinados por uma organização militar supranacional (OTAN) dominada pelos Estados Unidos” (MCSHERRY, 2005: 46). “De modo similar, a Condor operou secretamente dentro das estruturas do sistema militar interamericano, incluindo o Pacto do Rio, o

---

<sup>874</sup> “O governo dos Estados Unidos transplantou o modelo dos exércitos de permanência para o Vietnã na década de 1950. De acordo com os *Pentagon Papers*, o Primeiro Grupo de Observação [*First Observation Group*], ‘uma unidade no modelo das Forças Especiais’ que era ‘altamente confidencial’, foi organizado em 1956 ‘com a missão inicial de preparar organizações de permanência no Vietnã do Sul’ (...) Estava sujeito ao controle conjunto da CIA e do Grupo Consultivo de Assistência Militar [*Military Assistance Advisory Group*] (MAAG) e sua cadeia de comando era separada das estruturas normais de comando” (MCSHERRY, 2005: 46). Em meados da década de 1960, o General John Singlaub atuou “como comandante da Força-Tarefa Conjunta de Guerra Não-Convencional [*Joint Unconventional Warfare Task Force*], conhecida como MACSOG”, consagrando-se como “um dos comandantes *on-site* da Operação Phoenix, o programa de assassinato e contraterrorismo dirigido pelo americano” (ANDERSON; ANDERSON, 1985: 151). “Um especialista em guerra não-convencional e operações confidenciais”, na década de 1980, Singlaub se tornaria Presidente da WACL e, nessa função, serviria oficiosamente à administração Ronald Reagan na organização clandestina de guerrilhas anticomunistas pelo globo. Singlaub não apenas auxiliou os *Contras* antissandinistas na Nicarágua, mas também ajudou paramilitares na África e na Ásia (especialmente os *mujahidins* no Afeganistão). Cf. BURKE, 2018. Em meados da década de 1980, os irmãos Anderson afirmaram que “Singlaub estava continuamente envolvido oficialmente no tipo de guerra não-convencional que a Liga Mundial Anticomunista estava agora desenvolvendo extraoficialmente” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 150-151).

Conselho de Defesa Interamericano [*Inter-American Defense Board*], a Escola das Américas e a Conferência dos Exércitos Americanos ” (MCSHERRY, 2005: 46)<sup>875</sup>.

### 6.1.2. Argentina, fevereiro de 1974: o I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul

Feitas essas considerações, é preciso retomar o itinerário delineado, reiterando que os *protótipos* mais imediatos da Operação Condor emergiram, entre 1973 e 1974, a partir de relações entabuladas pelas ditaduras militares sul-americanas tanto de maneira bilateral quanto de forma multilateral. Como salienta a pesquisadora norte-americana McSherry, os *protótipos* da Condor “começou a tomar forma em 1973 e se firmou ainda mais **em fevereiro de 1974, em uma reunião crucial entre oficiais de segurança de cinco dos seis estados da Condor**. Assim, a Condor como estrutura paraestatal estava operando muito antes da reunião de sua fundação em novembro de 1975” (MCSHERRY, 2005: 70, grifo meu). McSherry circunscreve como o protótipo da Condor a realização de “uma reunião crucial entre oficiais de segurança de cinco dos seis estados da Condor em Buenos Aires em fevereiro de 1974” (MCSHERRY, 2006: 78). Intitulado *I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul*, reuniram-se na Argentina no início de 1974 “chefes de polícia (alguns dos quais eram comandantes militares) do Uruguai, Paraguai, Brasil, Bolívia, Chile e Argentina” e, nesse conclave antissubversivo, “**os oficiais discutiram maneiras de criar um sistema transfronteiriço de operações coordenadas de caça e morte [hunter-killer operations]**” (MCSHERRY, 2005: 78, grifo meu).

Antes de analisar o que hoje pouco se sabe desse *I Seminário Policial* “antissubversivo” realizado na Argentina, é interessante registrar, rapidamente, a existência de um antecedente histórico remoto seu, ocorrido em 1920! Mais de 50 anos separaram aquele *protótipo* policial da Operação Condor de uma *Conferência Interpolicial* celebrada também em Buenos Aires, em fevereiro de 1920, pelas Repúblicas da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile, Brasil e Peru. Resultou dessa *Conferência Interpolicial*, que buscou estabelecer normas que servissem “á defesa social e como meio de estreitar ainda mais (...) as vinculações entre as respectivas polícias”, a

---

<sup>875</sup> “Há provas significativas de que a influência dos Estados Unidos foi, novamente, crítica para a formação da Condor” (MCSHERRY, 2005: 46).

assinatura de um *Convênio Internacional Sul-americano de Polícia* pelo qual “os Paizes Contractantes ficam compromettidos de um modo permanente a enviar informações mutuas” (BR.RJ.ANRIO.TT.0JUS.PRO.0701.D1.DE1, p. 30, grifo meu):

a) **Sobre as tentativas ou execução de feitos anarchicos ou outros semelhantes, collectivos ou individuaes, tendente á alteração da ordem social; bem assim sobre qualquer outro movimento que se possa considerar subversivo ou affecte a mesma ordem social;** b) Sobre os jornaes, periodicos, folhetos, imagens, gravuras e avulsos, ou qualquer outra especie de publicação referentes á propagandas da indole acima expressa, que possa interessar a algum dos Contractantes. Estas informações serão acompanhadas das publicações referidas; (...) d) Sobre a preparação ou perpetração de delictos communs que possam interessar aos demais contractantes, accrescentando todos os dados e informações necessarios para apreciar o caso; e) **Sobre os individuos perigosos para a sociedade** (BR.RJ.ANRIO.TT.0JUS.PRO.0701.D1.DE1, p. 30, grifo meu)

Todavia, pergunta-se, quem seriam “os individuos perigosos para a sociedade” em 1920? Além daqueles que atentassem contra a propriedades privada e a vida humana, bem como os “delinquentes habituaes”, “serão consideradas pessoas perigosas: (..) **Os incitadores habituaes a subverter a ordem social por meio de delictos contra a propriedade, as pessoas ou as autoridades**” e “**Os agitadores ou incitadores para perturbarem, com actos de coacção, de violencia ou de força, a liberdade de trabalho ou para atacarem as propriedades ou as instituições**” (BR.RJ.ANRIO.TT.0JUS.PRO.0701.D1.DE1, p. 32, grifo meu). Assim, o *Convênio Internacional Sul-americano de Polícia* acordado em fevereiro de 1920 revestiu-se também de um teor “antissubversivo” que, *mutatis mutandis*, apresentaria o *I Seminário Policial* de fevereiro de 1974. Obviamente, passado meio século, os “subversivos” e as polícias “antissubversivas” do Cone Sul mudariam. Mas não deixa de ser surpreendente que, exatamente 54 anos antes do protótipo policial da Condor definir-se na Argentina em 1974, o *Convênio Internacional Sul-americano de Polícia* já estipulava a constituição de um “**Archivo Internacional de Informações**” para “a permuta dos citados antecedentes (...) quando cada Contractante presuma que a informação possa ser util, por algum motivo, a algum dos outros” (BR.RJ.ANRIO.TT.0JUS.PRO.0701.D1.DE1, p. 32, grifo meu). Nota-se, pois, que esse *Archivo Internacional de Informações* deveria ser uma espécie de banco de dados que deveria servir a uma mecânica de consulta interpolicial para a América do Sul:

**Os Contractantes acusarão mutuamente o recebimento das informações, expressando em cada caso os antecedentes que existam a respeito dos factos ou pessoas referidas na repartição recebedora**, accrescentando sempre o numero do registro em que as ditas informações forem annotadas. (...) **Os Contratantes**

**comunicarão o mais breve possível a saída ou expulsão dos indivíduos perigosos referidos neste Convenio, qualquer que seja o paiz do seu destino (...) Os Contratantes facilitarão e prestarão cooperação aos funcionarios ou agentes de policia que necessitem vigiar ou perseguir um delinquente,** praticar investigações de character criminal ou otras diligencias propias de sua missão e funções fora de seu paiz (...); quanto á perseguição dos delinquentes, fará o que se deva para vigiar a pessoa do mesmo até o ponto em que se torne necessario o respectivo pedido de extradição para podê-lo deter ou prender (BR.RJ.ANRIO.TT.0JUS.PRO.0701.D1.DE1, p. 32, grifo meu)

Por último, anote-se que, apesar das semelhanças entre o *Convênio Internacional Sul-americano de Polícia* de 1920 e o *protótipo* do Condor delineado no *I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul* de 1974, o primeiro foi uma reunião publicamente noticiada e, mais importante, nos marcos da legislação vigente à época. Isto é, diferente do que viria a ser a Operação Condor, um sistema de intercâmbio ilegal e clandestino de prisioneiros “subversivos” alimentado por “un Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Oragnizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión” (CDyA:R0022F158), o *Convênio* de 1920 previra o instituto da “extradição”. Ou seja, não se buscava trocar clandestinamente e “fazer desaparecer” os “subversivos”, como o fariam na década de 1970 as ditaduras militares condorenses, mas, ao revés, havia disposição legal de suas prisões e extradições. Outro ponto de respeito formal à legalidade presente no *Convênio* interpolicial sul-americano de 1920, embora se possa imaginar o quão tênue fora a linha demarcatória do que seria ou não uma luta operária “lícita”, foi a seguinte exclusão acordada pelo sistema de permutas de informações proposto. Em um de seus artigos, estipulou-se: **“Ficam excluídos dessas permutas e informações os antecedentes de factos ou pessoas que se refiram a delictos politicos e aos movimentos licitos operarios relacionados com a lucha entre o capital e o trabalho”** (BR.RJ.ANRIO.TT.0JUS.PRO.0701.D1.DE1, p. 32, grifo meu)<sup>876</sup>.

---

<sup>876</sup> Aparentemente, buscou-se também preservar o uso indiscriminado dos “antecedentes” dos criminosos (entre eles “subversivos”), embora não se possa concluir, apenas pela dicção do *Convênio* de 1920, como operou na prática esse aparente apreço e respeito ao “legalismo” das polícias conveniadas. De qualquer maneira, o *Convênio* estipulou algumas ressalvas que, nem de longe, seriam “preocupações” do Sistema Condor: “É condição essencial deste Convenio a estricta reserva dos antecedentes que se remettam ou permutam; o seu uso fica limitado sómente aos fins policiaes definidos no art. 5º da acta da 2ª sessão da Conferencia Interpolicial de 1905 (...) Este Convenio é de character administrativo e as informações e antecedentes, que, de accôrdo com o mesmo, devem ser permutados, assim como os outros compromissos estipulados, ficam restringidos áquelles que as leis e regulamentos de cada paiz permittam. (...) Para solicitar facilidades e cooperação, os funcionarios ou agentes de policia referidos no artigo precedente deverão authenticar sua personalidade e a missão de que estão incumbidos” (BR.RJ.ANRIO.TT.0JUS.PRO.0701.D1.DE1, p. 33).

No Cone Sul da década de 1975, algo semelhante seria visto como uma “piada utópica” pelos líderes militares das ditaduras e polícias regionais. Finalmente, ainda em 1920, acordou-se que “os Governos de outros países não representados neste Convenio poderão aderir ao mesmo, fazendo-o saber a qualquer dos Governos Contractantes, o qual comunicará por sua vez aos outros signatários”, estipulando-se, enfim, que “este Convenio começará a vigorar á proporção que os respectivos Governos o vão ratificando e comuniquem sua ratificação aos outros Contractantes”. No Brasil, o *Convênio Internacional Sul-americano de Polícia* foi ratificado pelo presidente Getúlio Vargas apenas em 15 de março de 1932<sup>877</sup>.

Dito isto, é preciso retomar, mais de meio século depois, o delineamento daquele que seria o principal *protótipo* policial da Condor, forjado em um encontro interpolicial sul-americano realizado em fevereiro de 1974, também em Buenos Aires. Deste, pouco se sabe. Sabe-se menos ainda, inclusive, do que hoje se conhece do *Convênio* interpolicial de 1920. Deste, embora ainda pouquíssimo conhecido da historiografia, conhece-se ao menos o documento final do encontro. Seja como for, sabe-se hoje que o *I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul* de 1974 foi presidido pelo General e Comandante da Polícia Federal da Argentina Miguel Angel Iñiguez. Esse general comandante de polícia, ao conclamar o estabelecimento de “**novas formas de colaboração transnacional para confrontar a ameaça subversiva**”, “confirmou que o sistema incorporou oficiais militares, de segurança (polícia) e de inteligência, trabalhando em união para realizar as operações contrassubversivas conjuntas que se tornaram conhecidas como Condor” (MCSHERRY, 2005: 78-79, grifo meu).

Nesse sentido, o agente da DINA Enrique Arancibia Clavel, presente no *I Seminário Policial* e um dos futuros gestores pinochetistas do Sistema Condor, registrou o cerne da proposta delineada em fevereiro de 1974 na Argentina: “**formar uma comunidade anticomunista de inteligência em nível continental**” (ARANCIBIA CLAVEL *apud* MCSHERRY, 2005: 79, grifo meu). Recorde-se que o *Proyecto de Brasil* apresentado em janeiro de 1974, no II Congresso da CAL-Pública no Rio de Janeiro, e anotado pelo delegado da polícia paraguaia Antonio Campos Alum havia proposto a criação de “*un centro de Informaciones anticomunistas*” (CDyA:

---

<sup>877</sup> “Os compromissos estipulados no presente Convenio entre os Países Contractantes serão cumpridos pelo Chefe de Policia da cidade Capital de cada um delles, que se comunicará directamente com os das outras Capiteas dos referidos Países, em tudo que se relacione com o supracitado Convenio” (BR.RJ.ANRIO.TT.0JUS.PRO.0701.D1.DE1, p. 34).

R23F0748). O *I Seminário Policial* referido também foi caracterizado pelo jornalista brasileiro Luiz Claudio Cunha como “o pioneiro encontro multilateral para discutir uma repressão coordenada” que reuniu “secretamente os chefes de polícias federais de Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia – algumas delas comandadas por oficiais do Exército, como nos casos paraguaio, argentino e brasileiro” (CUNHA, 2009: 396). Assim como J. Patrice McSherry, Luiz Claudio Cunha igualmente circunscreve o *I Seminário Policial* como o protótipo mais sistematizado da Operação Condor.

Referindo-se ao seminário, o jornalista assinala que, em fevereiro de 1974 na Argentina, **“a Condor chegou a crocitar, dois anos antes de sair do ovo, quando os chefes policiais concordaram em operações conjuntas ‘contra seus inimigos políticos em qualquer dos países associados’. Os policiais debateram meios de estabelecer um sistema coordenado de operações cruzadas de fronteira para captura e assassinato de subversivos”** (CUNHA, 2009: 396, grifo meu).

No caso da Argentina, a repercussão do *I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul* foi quase imediata. No mês seguinte a sua realização, o então presidente eleito Juan Domingo Perón autorizou a cooperação internacional do aparato repressivo argentino com as ditaduras militares chilena, boliviana, uruguaia e argentina. Conforme registrado em um relatório oficial pelo funcionário C. M. Cerna do Departamento de Estado dos EUA<sup>878</sup>, ainda em março de 1974 Perón autorizou ““a Polícia Federal argentina e a inteligência argentina a cooperarem com a inteligência chilena na apreensão de extremistas de esquerda em exílio na Argentina. Arranjos similares também haviam sido feitos entre os serviços de segurança da Bolívia, Uruguai e Brasil”” (CERNA *apud* MCSHERRY, 2005: 79)<sup>879</sup>.

---

<sup>878</sup> C. M. Cerna intitulou seu relatório como *Summary of Argentine Law and Practice on Terrorism* (MCSHERRY, 2005: 79).

<sup>879</sup> Logo após o *I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul*, Perón “criou uma comissão de inteligência sobre o terrorismo de esquerda dentro do estado e ‘autorizou a formação de grupos paramilitares para agirem extralegalmente contra os terroristas, incluindo a utilização de abdução, interrogação e execução’. Em outubro de 1974, depois da morte de Perón, o governo argentino ‘organizou um comitê de segurança clandestino dentro do Ministério da Defesa. O AAA realiza suas ações com base em recomendações deste comitê’, o documento americano afirmou” (MCSHERRY, 2005: 79). Nota-se que, embora Perón tenha morrido em julho de 1974, isto é, mais de um ano antes da formalização da Condor no final de 1975, o general-presidente aprovava um dos principais *protótipos* condorenses. “Então, Perón autorizou o protótipo Condor na Argentina antes de sua morte em julho de 1974” (MCSHERRY, 2005: 79).

O funcionário norte-americano informou a seus superiores em Washington D.C. que “esta cooperação entre forças de segurança aparentemente inclui permissões para oficiais estrangeiros operarem na Argentina, contra seus cidadãos exilados. ... Esta autoridade supostamente inclui a prisão de tais exilados e sua transferência para o país nativo sem recurso a procedimentos legais” (CERNA *apud* MCSHERRY, 2005: 79). (Lembre-se que justamente esse ponto, a saber, a captura clandestina e a transferência transfronteiriça de “subversivos”, seria acordado pelo III Congresso da CAL-Secreta realizado em Brasília, na Escola Nacional de Informações (EsNI), ao final de 1974). No mesmo sentido, um cabograma assinado pelo Secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger, de 20 de julho de 1976, confirmou que desde o *I Seminário Policial* de fevereiro de 1974 elevara-se o nível da coordenação repressiva transnacional no Cone Sul.

Kissinger afirmou, por exemplo, que “uma fonte confiável no Brasil descreveu um acordo entre Brasil e Argentina no qual os dois países caçam e eliminam terroristas tentando fugir da Argentina para o Brasil. Unidades militares brasileiras e argentinas teriam operado conjuntamente e dentro das fronteiras dos dois países quando necessário” (KISSINGER *apud* MCSHERRY, 2005: 80). Comentando esse excerto, McSherry conclui que “esta linguagem claramente se refere ao protótipo da Condor” (MCSHERRY, 2005: 80). Embora o *I Seminário Policial* tenha merecido relativamente pouca atenção da historiografia, “a evidência demonstra que **o protótipo da Condor já estava em funcionamento muito antes de novembro de 1975**” e, “assim, a reunião de 1974 é de importância crucial” na medida em que explicita que “**o aparato Condor já era multinacional e conduzia operações coordenadas no início de 1974**” (MCSHERRY, 2005: 78, grifo meu).

### 6.1.3. Brasil, novembro de 1974: o III Congresso da CAL-Secreta na EsNI e o complexo WACL/CAL, protótipo e cogestão do Condor

Esse *protótipo* civil-militar-policial da Condor delineado no III Congresso da CAL-Secreta, sediado pela Escola Nacional de Informações (EsNI) em Brasília – o “quartel-general” da espionagem militar da ditadura brasileira – deve ser entrelido, como visto até aqui, no marco mais amplo da criação e evoluir do órgão regional da Liga Mundial Anticomunista (WACL) na América Latina, a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL), e suas conexões



repressivas com outras ditaduras militares regionais. Rememore-se que a CAL, criada no México em 1972 durante a VI Conferência da WACL, realizou seu II Congresso Secreto em 1973 no Paraguai de Stroessner e seu II Congresso Público e III Congresso Secreto, respectivamente, em janeiro e novembro de 1974 no Brasil de Geisel. Em abril de 1974, a WACL – organização “guarda-chuva” da CAL – realizou sua VII Conferência nos EUA e, em abril de 1975, sua VIII Conferência no Rio de Janeiro com o apoio da ditadura militar brasileira.

Por conseguinte, todas essas conferências e congressos do complexo WACL/CAL devem ser circunscritas, historicamente, como o eixo organizador de um dos *protótipos* da Condor. Se hoje já se pode falar de um complexo WACL/CAL/Condor, foram necessárias mais de três décadas de decantação historiográfica para tornar possível a delimitação das ações da CAL, especificamente, no marco da emergência dos protótipos e, depois de 1975, no plano da cogestão do Sistema Condor. Nesse sentido, o marco inicial desse esforço de decantação historiográfica, sem dúvida, deve ser localizado na obra dos irmãos Scott e Jon Lee Anderson intitulada *Inside the League: the shocking expose of how terrorists, Nazis and Latin American death squads have infiltrated the World Anti-Communist League* (1986).

Ao delinear as alianças entre representantes da ultradireita da CAL, entre eles o “presidente do ‘capítulo’ [da WACL] representante da maior e mais poderosa nação da América Latina”, o brasileiro Carlo Barbieri Filho, caracterizado pelos Anderson como um *neofascista* com o “hábito de carregar uma pistola no quadril” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 141) –, *Inside the League* constitui a obra seminal que primeiro indicou a existência de um complexo WACL/CAL/Condor. Referindo-se às conexões repressivas entre membros da extrema-direita regional na CAL, os irmãos Anderson assim definiram, em 1986: **“O que une todos esses discrepantes anticomunistas e os alinham na WACL é a escola de pensamento que dominou nos círculos de extrema-direita por toda a América Latina durante a década de 1970; a Operação Condor foi apenas uma manifestação dessa filosofia posta em prática”** (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 141, grifo meu).

Parafraseada, baseia-se em quatro princípios: 1. Todos dissidentes e oponentes do Estado são comunistas; 2. Todos comunistas recebem ordem da mesma fonte na busca do controle comunista do mundo; 3. Desde que suas ordens advêm da mesma fonte, a oposição a elas em uma nação é a mesma que a oposição em outra; e 4. Para as nações da América Latina lutarem contra um inimigo unido, elas também precisam se unir. Isso implica que uma nação tem o direito, de fato o dever, de silenciar não apenas a oposição

de seu próprio regime mas também a oposição contra qualquer regime vizinho (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 141)

*Inside the League*, embora de forma não sistemática, possui o mérito de ter sido a primeira obra a indicar os nexos repressivos entre a CAL e a Condor. E os irmãos Anderson tomaram esse “fio da meada” a partir de um dos membros do “Capítulo” paraguaio do complexo WACL/CAL, o delegado de polícia – e notório torturador – Pastor Coronel. Ao destacar essa figura, um conhecido chefe da polícia política da ditadura paraguaia que lucrou pessoalmente com o terrorismo de Estado stronista, os Anderson também foram pioneiros em destacar os narcovínculos desse líder anticomunista paraguaio. Isso porque, “como chefe da Polícia Investigativa, a polícia secreta do país, o Coronel havia se tornado um homem extremamente rico”: “ele tinha sido parceiro de contrabando de Auguste Ricorde, um chefão do tráfico de Córsega. Juntos, com a ajuda de muitos dos generais de mais alto escalão da nação, eles haviam transformado o Paraguai na ‘Encruzilhada de Heroína da América do Sul [*Heroin Crossroads of South America*]’, canalizando o contrabando em seu caminho para os Estados Unidos” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 141).

Como visto, também a Polícia Federal do Brasil já havia identificado Pastor Coronel como um agente paraguaio do tráfico internacional de cocaína. Repressão policial, tortura e anticomunismo, no Paraguai de Stroessner, conectaram-se de forma umbilical. E a ditadura stronista, em grande medida, constituiu-se em um narcoestado. Amealhando uma imensa fortuna pessoal enquanto gestor da polícia política do stronismo, “o Coronel não focou sua atenção somente no Paraguai, no entanto. Como chefe da polícia secreta, ele sabia que subversivos paraguaios às vezes escapavam pelas fronteiras para sua oposição no exílio. Ao mesmo tempo, subversivos de outras nações ocasionalmente chegavam ao Paraguai buscando segurança” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 142). É justamente nessa altura que *Inside the League* circunscreve o papel de Pastor Coronel na cogestão do Plano Condor: “**Na década de 1970, um programa regional clandestino, a Operação Condor, foi concebido para enfrentar esta ameaça, com o Pastor Coronel na direção de suas operações paraguaias**” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 142, grifo meu). Na sequência, *Inside the League* pontua aquilo que configura sua principal (e mais pioneira) contribuição para que hoje se possa falar de um complexo WACL/CAL/Condor. Referindo-se a um suposto “desmantelamento” da Condor após o

assassinato do ex-chanceler chileno Orlando Letelier em setembro de 1976, nos Estados Unidos, os irmãos Anderson assinalam:

**Oficialmente, a Operação Condor foi desmantelada depois que as autoridades americanas souberam da sua existência e exerceram forte pressão sobre os ditadores responsáveis. Na verdade, ela simplesmente mudou de forma; governos latino-americanos continuaram promovendo o ‘terror transnacional’, agora frequentemente delegando suas atribuições para grupos privados contratados. Um destes grupos privados era a Liga Mundial Anticomunista, especialmente sua afiliada latino-americana, a CAL (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 143, grifo meu)**

Eis aqui, em cheio, a inédita “indicação” de *Inside the League* no sentido de que o Sistema Condor valeu-se, secretamente, de “grupos privados” anticomunistas e, dentre eles, o organismo regional da WACL na América Latina, isto é, a CAL. Poder-se-ia então falar, como aqui é defendido, de um complexo WACL/CAL/Condor ou, mais propriamente, da cogestão do complexo WACL/CAL no Sistema Condor. É bem verdade que *Inside the League*, cujo mérito reside na caracterização do marco inescapável para a historiografia interessada em *especificar* os nexos e entramados repressivos do complexo WACL/CAL/Condor, nutriu-se de outra investigação pioneira. Jon Lee Anderson, co-autor de *Inside the League* com seu irmão Scott Anderson, havia trabalhado com o decano do jornalismo investigativo norte-americano Jack Anderson, o primeiro a reportar, em agosto de 1979, a existência da Operação Condor em artigo intitulado *Six South American Regimes Run Hit-Man Rings in Foreign Lands*.

Na década de 1980, inclusive, Jon Lee Anderson viajou à América Central como repórter a serviço de Jack Anderson para prosseguir, *in loco*, nas investigações jornalísticas sobre as conexões entre a CAL e a contrarrevolução antissandinista na Nicarágua. *Inside the League*, cuja luz própria se deve aos irmãos Anderson, tem bases inegáveis na parceria de um de seus autores – Jon Lee Anderson – com Jack Anderson<sup>880</sup>. Em um primeiro momento, a citada obra dos irmãos Anderson fecundou um conjunto de pesquisas centradas na urdidura da contrarrevolução antissandinista da década de 1980 na América Central. Esse foi o caso, por exemplo, de uma importante pesquisa, de Peter Dale Scott, Jonathan Marshall e Jane Hunter, intitulada *The Iran-Contra connection: secret teams and covert operations in the Reagan Era* (1987). Nela, os autores destacam que “relatórios ligando a WACL às drogas tornaram-se especialmente flagrantes

---

<sup>880</sup> Os irmãos Scott e Jon Lee Anderson não guardam qualquer relação de parentesco com Jack Anderson.

durante o período de 1976-80, à medida que a distância entre a WACL e a CIA de Carter aumentava” (SCOTT; MARSHALL; HUNTER, 1987: 68).

Particularmente, enfatizam que “um ponto-alto ou ponto-baixo da trama da CAL foi alcançado em 1980, quando oficiais argentinos, pagos pelos chefões do tráfico de cocaína da Bolívia, instalaram a ditadura boliviana das drogas de Luis Garcia Meza” (SCOTT; MARSHALL; HUNTER, 1987: 68). Os autores de *Inside the League* salientam a participação do neofascista Stefano Delle Chiaie no IV (e último) Congresso da Cal-Pública de 1980, na Argentina, bem como a aliança desse “terrorista negro” italiano com o criminoso de guerra nazista Klaus Barbie “no projeto para identificar e exterminar esquerdistas e padres radicais” (SCOTT; MARSHALL; HUNTER, 1987: 68). Os autores centram sua atenção, pois, na contrarrevolução antissandinista e o complexo WACL/CAL lhes interessa, apenas, quando se relaciona com aquela ou com o contexto da repressão na América Central da década de 1980<sup>881</sup>.

No mesmo sentido historiográfico, embora mais amplo em seu escopo, *Rollback: right-wing power in U.S. foreign policy* (1989), de Thomas Bodenheimer e Robert Gould, destaca o apoio do complexo WACL/CAL aos “contras” nicaraguenses<sup>882</sup>, salientando seus nexos com os esquadrões da morte na América Central e o papel da ditadura militar argentina – via WACL/CAL – no treinamento das contraguerrilhas antissandinistas<sup>883</sup>. Esse também é o caso da

---

<sup>881</sup> Nesse sentido, na esteira do projeto da CAL para combater os setores “subversivos” da Igreja católica – para o qual se contou com a cooperação de Delle Chiaie e de Barbie e é por vezes designado “Plano Banzer” –, os autores assinalam que, “através deste projeto, Delle Chiaie tinha aconselhado [o salvadoreño Roberto] d’Aubuisson até 1979; e na reunião da CAL de setembro de 1980 na Argentina, Delle Chiaie e d’Aubuisson se conheceram e arranjaram para que armas e dinheiro fossem enviados a d’Aubuisson em El Salvador. A Conferência da CAL de 1980 foi presidida pelo argentino General Suarez Mason, hoje um fugitivo procurado por acusações decorrentes dos esquadrões da morte da junta argentina” (SCOTT; MARSHALL; HUNTER, 1987: 68). “Ricardo Lau, o assassino do Arcebispo Romero, foi removido da contra-hierarquia, mas permaneceu em Honduras para ser o mentor da operação do esquadrão da morte do *protégé* hondurenho da CIA e da CAL, General Gustavo Alvarez Martinez” (SCOTT; MARSHALL; HUNTER, 1987: 253).

<sup>882</sup> “A WACL abrange formações nacionalistas díspares de direita que incluem: partidos latino-americanos nacionalistas e/ou fascistas de direita, alguns dos quais estiveram em alguns momentos no poder, alguns dos quais patrocinaram esquadrões da morte e/ou atividades relacionadas a narcóticos. (Exemplos são o Movimento de Libertação Nacional da Guatemala (MSL) e o Partido Arena de El Salvador). Organizados dentro do capítulo regional da WACL, a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL), estes grupos ofereceram muito do apoio latino-americanos aos contras da Nicarágua” (BODENHEIMER; GOULD, 1989: 57).

<sup>883</sup> Uma das bases mantidas pelo complexo WACL/CAL para combater a revolução sandinista da Nicarágua foi estabelecida na Guatemala e em El Salvador com assessoria dos Condores argentinos. “O nexo de esquadrões da morte de El Salvador, Guatemala e Argentina tornaram-se um problema de imagem para a WACL no início da década de 1980, em parte devido a uma coluna de Jack Anderson ligando a afiliada latino-americana da WACL, CAL (Confederação Anticomunista Latino-Americana) com esquadrões da morte. O Presidente da WACL Singlaub escreveu ao jornalista de direita Reed Irvine, agora chefe da Precisão na Mídia (*Accuracy in Media*), pedindo ajuda

importantíssima pesquisa de Ariel C. Armony, centrada no treinamento fornecido pela ditadura militar argentina aos “contras” antissandinistas. O autor destaca a presença do complexo WACL/CAL – uma “rede” que “mostrou excepcional capacidade de mobilizar recursos não-governamentais por toda a América Latina” (ARMONY, 1997: 153) – como “atores não estatais” que tiveram “um importante papel” na contrarrevolução antissandinista<sup>884</sup>.

Em suma, as primeiras pesquisas nas quais se podem encontrar inflexões e aportes proporcionados por *Inside the League*, exemplificadas pelos três livros fundamentais acima mencionados, concentraram seus interesses nos “contras” antissandinistas e na contrarrevolução anticomunista na América Central, de modo que o complexo WACL/CAL foi mencionado tão somente na medida em que se relacionara com aqueles fenômenos, basicamente, em suas interconexões na primeira metade da década de 1980. Ou seja, nada de Operação Condor propriamente dita, a não ser quando referida, genericamente, como um conjunto de métodos contrainsurgentes “exportados” à América Central pela ditadura militar da Argentina, a partir de 1980, via WACL/CAL.

A sua vez, a historiografia sobre a Operação Condor iniciou-se de fato na década de 1990, arrancando especialmente a partir do empuxo proporcionado pela descoberta dos *Archivos del Terror* no Paraguai, em 1992, um feito extraordinário protagonizado, como visto, pelo ex-presos político Martin Almada. Excetuando-se um pioneiríssimo trabalho da paraguaia Gladys Mellinger

---

para combater os ‘artigos de Jack Anderson que ligavam a WACL com as atividades dos esquadrões da morte’” (BODENHEIMER; GOULD, 1989: 76). Na década de 1980, “interrogadores argentinos e especialistas em tortura, coordenados pela CAL, ensinaram seus métodos a outros militares latinos. Os argentinos, trabalhando com a CIA, foram também os primeiros a treinar os contras da Nicarágua. A junta argentina tinha também uma conexão com o fascismo europeu e a máfia pela loja maçônica ítalo-argentina P-2, que apoiava a junta. O veterano da P-2 Stefano Delle Chiaie esteve envolvido no assassinato do chileno Orlando Letelier, ajudou a treinar esquadrões da morte em El Salvador, e seu associado Klaus Barbie forneceu atiradores alemães e austríacos para as operações do esquadrão da morte” (BODENHEIMER; GOULD, 1989: 76).

<sup>884</sup> Em *Argentina, Estados Unidos e a Cruzada Anticomunista na América Central, 1977-1984* (1997), seu autor afirma que “a cooperação entre os governos e grupos de pressão eram centrados primariamente no intercâmbio de informação, na mobilização de recursos econômicos e militares e na coordenação de planos operacionais. Mas o resultado primordial dessas múltiplas interações foi o desenvolvimento da própria rede informal transnacional. A estrutura de apoio para atores de direita, baseada no princípio do chamado anticomunismo, resultou em colaboração eficaz além das fronteiras nacionais. (...) Atores não-estatais tiveram um papel essencial na ligação do movimento contra doméstico às redes transnacionais. Eles foram: (...) grupos de assuntos específicos (estes estavam entre os mais importantes patrocinadores da empreitada antissandinista) – Liga Mundial Anticomunista (WACL) e seu capítulo latino-americano, a (...) *Confederación Anticomunista Latinoamericana* (CAL), organizações cubanas de exílio Omega 7 e Alpha 66, o *Movimiento Costa Rica Libre* (MCRL) e a loja maçônica italiana Propaganda Due (P-2)” (ARMONY, 1997: 146).

de Sannemann<sup>885</sup>, também presa e torturada como Almada no “ventro do Condor”, bem como esparsos artigos jornalísticos publicados sobre o tema, a produção bibliográfica sobre a Condor ganharia corpo documental apenas na década de 1990.

Dois anos após essa descoberta, um trabalho importantíssimo foi publicado pelos pesquisadores paraguaios Alfredo Boccia Paz, Myrian Angélica González e Rosa Palau Aguilar, intitulado *Es mi informe: los Archivos Secretos de la Policía de Stroessner* (1994). Nele, efetua-se uma radiografia mais ampla dos principais eixos temáticos depositados nos *Archivos del Horror* e, ao fazê-lo, emergem referências tanto ao complexo WACL/CAL quanto à Operação Condor. Sobre o primeiro, os autores salientam alguns documentos depositados nos *Archivos del Terror* relativos a “una entidad cívica de ultraderecha, la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL), adherida a la Liga Mundial Anticomunista (WACL)” (BOCCIA PAZ; ANGÉLICA GONZÁLEZ; PALAU AGUILAR, 2006: 296). Oito anos depois da primeira edição de *Es mi informe*, o médico e pesquisador Alfredo Boccia Paz, ao lado de outros autores (Miguel H. López, Antonio V. Pecci e Maria Gloria Giménez), publicou *En los sótanos de los generales: los documentos ocultos del Operativo Cóndor* (2002).

Ali, os autores mencionam um importante documento da CIA sobre a Condor, de abril de 1977, no qual é registrado, ao seu término, que os serviços de inteligência da Argentina (Condor x) e Paraguai (Condor y) “se habían comprometido a fondo en los preparativos del Tercer Congreso de la Confederación Latinoamericana Anticomunista [CAL] que se había realizada del 28 al 30 de marzo [no Paraguai]” (CIA *apud* BOCCIA PAZ; ANGÉLICA GONZÁLEZ; PALAU AGUILAR, 2008: 184). Tanto em *Es mi informe* quanto *En los sótanos de los generales*, seus autores demarcam como o principal gestor do complexo WACL/CAL no Paraguai o chefe da polícia política stronista, delegado Antonio Campos Alum, “que estaba al frente de la Dirección de Asuntos Técnicos del Ministerio del Interior, organismo especializado en el seguimiento de las actividades de los comunistas del Paraguay” (BOCCIA PAZ; ANGÉLICA GONZÁLEZ; PALAU AGUILAR, 2008: 184). Depois da descoberta dos *Archivos del Terror* em 1992, porém, outro acontecimento internacional desencadearia uma nova série de publicações sobre a Condor: a prisão em Londres do ex-ditador chileno Augusto Pinochet. Preso em outubro de 1998 na capital

---

<sup>885</sup> *Paraguay en el Operativo Cóndor* (Asunción, RP Ediciones, 1989).

britânica, mediante uma ordem internacional expedida pelo juiz espanhol Baltazar Garzón, Pinochet havia sido indiciado como o organizador da Operação Condor. Seu delito foi tipificado como genocídio e, assim sendo, um crime de lesa humanidade imprescritível e passível de ser processado em qualquer lugar, segundo o princípio da justiça universal<sup>886</sup>.

No ano seguinte, a jornalista argentina Stella Calloni publicou seu *Operación Condor: los años del lobo* (1999). Um trabalho fundamental sobre a Condor em que a autora não deixa de destacar, mesmo que de forma secundária, a presença de Antonio Campos Alum nas redes anticomunistas transnacionais interconectadas com o sistema condoreense. Um dos entrevistados pela jornalista, o dirigente do Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA) Doming Laino, “recordó que durante una de sus muchas detenciones fue interrogado por Campos Alum, quien se jactaba de unas fotos que estaban en su escritorio y que lo mostraban en uniforme militar norteamericano” (CALLONI, 1999: 171)<sup>887</sup>.

Stella Calloni também salienta, em sua pesquisa pioneira sobre a Condor, que o principal chefe militar condoreense no Paraguai, “Guanes Serrano, pero especialmente Campos Alum, por sus vínculos con la Liga Anticomunista Mundial, tenían excelentes relaciones con los dirigentes de los Escuadrones de la Muerte, los paramilitares y los ejércitos represivos de Centroamérica” (CALLONI, 1999: 172). A jornalista não deixou de destacar, inclusive, o IV Congresso da CAL-Pública realizado em 1980 na Argentina, presidido pelo general argentino Suárez Mason, “miembro activo de la Liga Anticomunista Mundial”, observando que referido conclave destinara cinco milhões de dólares para deflagrar, no marco da Condor, a “‘Operación Calipso’, por medio de la cual se pensaba desplazar ‘agentes’ por todo el continente para ‘fundamentalmente controlar y eliminar a los exiliados de la guerrilla argentina’, en otros países” (CALLONI, 1999: 193)<sup>888</sup>.

---

<sup>886</sup> “Em novembro de 1997, a justiça espanhola, que havia acolhido denúncias de crimes cometidos contra cidadãos espanhóis durante o período das ditaduras do Cone Sul, pronunciou-se em relação à Operação Condor qualificando como organização criminosa de associação ilícita responsável por assassinatos, lesões e detenções ilegais que resultaram, na maioria dos casos, em desaparecimentos forçados” (PADRÓS, 2005: 725).

<sup>887</sup> “La jactancia de Campos Alum tenía una base real. Los archivos de la Policía Técnica incluyen su currículum vitae, donde se menciona su especial capacitación en contrainsurgencia en bases militares norteamericanas y su asistencia a las clases de luchas contra las drogas conducidas por la DEA. El currículum vitae de seis páginas incluye las fechas de sus estudios en instituciones militares de Estados Unidos y de las reuniones con la Liga Anticomunista Mundial, donde él representaba a Paraguay y de la que fue vicepresidente” (CALLONI, 1999: 171).

<sup>888</sup> “Calipso era parte de Cóndor, pero el plan fracasó porque ‘entre otras cosas se esfumaron en pocos meses los cinco millones de dólares entregados por la Liga Anticomunista Mundial con resultados casi nulos’” (CALLONI, 1999: 193).

Logo após o descobrimento dos *Archivos del Terror*, feito protagonizado por Martin Almada em dezembro de 1992, o delegado de polícia Antonio Campos Alum teve seu passado de torturador exposto e, assim, foi destituído de seu cargo na DNAT, *la Técnica*<sup>889</sup>. Nesse contexto, Calloni resgata os esforços da organização CAUSA, da seita do Reverendo Moon, no sentido de ajudar o “amigo” Campos Alum depois de tal exposição, bem como a ameaça feita pelos antigos membros da Liga Mundial Anticomunista de exterminar a “camarilha izquierdista”<sup>890</sup>.

No mesmo ano da publicação do citado livro de Calloni, o chileno (também jornalista) Francisco Martorell publica seu *Operación Cóndor: el vuelo de la muerte: la coordinación represiva en el Cono Sur* (1999). Nele, de forma secundária, o complexo WACL/CAL é pontuado apenas na ocasião do IV Congresso da CAL, realizado em 1980 em Buenos Aires, enumerando-se os participantes oriundos de inúmeros países naquele conclave anticomunista, entre eles o general Suárez Mason e o major da reserva Miori Pereyra, ambos da Argentina, o terrorista neofascista italiano Stefano Delle Chiaie, o sul-coreano Woo Jae Sung, da WACL e da seita Moon, representantes da loja maçônica ítalo-argentina Propaganda Due (2), do grupo terrorista anticastrista Alpha 66, “el mayor salvadoreño y fundador de los escuadrones de la muerte en su país, Roberto D’Aubisson”, “Margo Carlisle y John Carbaugh<sup>891</sup>, asistentes de los senadores

---

<sup>889</sup> “Campus Alum dirigió la Técnica por más de 35 años, tornando esta una das dependências policiais mais temidas pelos prisioneiros políticos, tal o grau de sofisticação utilizado nas torturas. La Técnica só foi desmontada em 1993 com a abertura do Archivo del Horror, e só então Campus Alum foi destituído do cargo de diretor. Hoje encontra-se foragido em algum país ‘amigo’, pois ao deixar o cargo foi processado e condenado por homicídio frustrado, abuso de autoridade e por torturar Luís Ocampos Alonso, um jornalista paraguaio, e homicídio contra o desaparecido dirigente comunista Derlis Villagra” (DOS SANTOS, 1998: 192).

<sup>890</sup> Nos *Archivos*, Calloni descobriu uma carta de 23 de fevereiro de 1993 da CAUSA. “Tanto Campos Alum como Felipe Nery Zaldívar, otro de los grandes torturadores de Paraguay, trabajan con la secta Moon y con las diversas organizaciones de la Liga Anticomunista Mundial. Dicha carta, enviada por CAUSA a sus miembros, exhortó a éstos a ‘no abandonar a los amigos en problemas’ (Campos Alum y Nery Zaldívar). ‘Los anticomunistas paraguayos reunidos en CAUSA, Paraguay, no podemos de ninguna manera abandonar a nuestros amigos que hoy sufren una implacable persecución del frente izquierdista’. Pero no se conforman sólo con esto sino que instan a los miembros de la CAUSA a ‘eliminar’ a quienes están empeñados en hacer justicia. ‘En este momento nos convocamos para emprender la cruzada de aniquilamiento de la camarilla izquierdista, con todos los medios y en todas las formas que están a nuestro alcance. En esta cruzada no escatimaremos esfuerzos y recurriremos a todas las formas de combate para detener el vance marxista’, dice el comunicado-carta. Y también figuran nombres de ‘conocidos subversivos’, como los de la abogada Gloria Estragó, el educador Martín Almada, el pastor Armín Ilhe, Luis Campos Alonso, Ananías Maidana, Luis Casabianca y otros. ‘Este comunicado es el ‘primer mensaje’, dice la carta” (CALLONI, 1999: 202-203).

<sup>891</sup> “Foi também em 1980 na Conferência da CAL em Buenos Aires que D’Aubisson forjou laços mais estreitos com a American New Right; ‘observando’ a conferência estava Margo Carlisle, assessor legislativo do Senador James McClure (R-Idaho) e Diretor de Staff da Conferência Republicana do Senado dos Estados Unidos e John Carbaugh, ex-colega de partido de Roger Pearson em 1980 e assessor do Senador Jesse Helms (R-North Carolina). Estes dois americanos mais tarde teriam um papel importante na ‘repaginada’ do líder do esquadrão da morte salvadoreño”



norteamericanos James McClure y Jesse Helms quien, en marzo de 1999, envió una carta al gobierno inglés en la que solicitó la libertad del general Augusto Pinochet” (MARTORELL, 1999: 204). Martorell también resgata que, entre os frutos do IV Congresso da CAL de 1980, “Suárez Mason se comprometió a ‘desplazar’ a Centroamérica un grueso contingente de ‘asesores’, que transmitirían la experiencia argentina, y la WACL aseguró que haría un aporte de 8 millones de dólares para los gastos iniciales de las operaciones” (MARTORELL, 1999: 204). O restante do capital adviria dos narcovínculos do complexo WACL/CAL com “el negocio de la cocaína en Bolivia”: “el primer contacto del grupo de anticomunistas fue el entonces coronel boliviano, Luis Arce Gómez, quien se comprometió a suministrar cocaína para financiar las futuras acciones militares en Centroamérica” (MARTORELL, 1999: 204)<sup>892</sup>.

Em suma, a maior parte das pesquisas mencionadas, mesmo que secundariamente, concentrou-se nos nexos repressivos do complexo WACL/CAL com a contrarrevolução antissandinista na Nicarágua a partir de 1979 e, particularmente, pontuaram o IV Congresso da CAL de 1980 como o veículo de “exportação” à América Central da contrainsurgência da ditadura militar genocida da Argentina<sup>893</sup>. Em outras palavras, nenhuma dessas importantes pesquisas debruçou-se sobre o “furo” de *Inside the League*, isto é, as metamorfoses da Operação Condor graças à contratação de “grupos privados” “para espalhar o terror transnacional” e, ao menos desde 1986, dever-se-ia saber que “um desses grupos privados era a Liga Mundial Anticomunista, especificamente sua afiliada latino-americana, a CAL” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 143).

Desta feita, a demarcação dos nexos concretos entre o complexo WACL/CAL e a Condor, na década de 1970, seria desdobrada em outro local, no Brasil. Coube à jornalista Márcia Guena dos Santos desbravar, pioneiríssima, as coordenações repressivas do que aqui se designa como complexo WACL/CAL/Condor. E essa pesquisadora brasileira valeu-se, precisamente, dos

---

(ANDERSON; ANDERSON, 1986: 206). Recorde-se, como visto no CAPÍTULO 5, que o senador arquiconservador Jesse Helms “abrilhantou” a VIII Conferência da WACL, em 1975, no Rio de Janeiro.

<sup>892</sup> “El grupo de la WACL, a cambio de esta colaboración, debía ayudar a Arce Gómez, pero especialmente al general Luis García Meza, a mantener el poder total en Bolivia. El primer, militar extremadamente corrupto, a través de su primo, Roberto Suárez, en ese entonces uno de los narcotraficantes más importantes del mundo, ya participaba en el negocio de la cocaína pero quería que su país tuviera un papel más activo en el mismo y no subordinado al de los carteles colombianos” (MARTORELL, 1999: 204-205).

<sup>893</sup> Outras duas importantes pesquisas sobre a Operação Condor não mencionam suas conexões com o complexo WACL/CAL: *El vientre del Cóndor: del Archivo del Terror al caso Berríos* (1994), do jornalista uruguaio Samuel Blixen, e *El asesinato de Juan José Torres: Banzer y el Mercosur de la Muerte* (1998), do jornalista argentino Martín Sivak.

*Archivos del Terror* descobertos em 1992 no Paraguai. Seu primeiro livro, intitulado *Arquivo do Horror: documentos secretos da ditadura do Paraguai, 1960-1980* (1996) foi o primeiro trabalho a demarcar a inserção do “Capítulo” brasileiro na Liga Mundial Anticomunista (WACL) e a sinalizar, na sequência, seus nexos com a Operação Condor. No *Arquivo do Horror*, a autora foi a primeira a destacar, no Brasil, que no Paraguai “a cúpula da WACL era constituída por civis com altos cargos públicos ligados ao aparelho repressivo, por dirigentes de governo, policiais e militares. Seus membros honorários eram importantes dirigentes das Forças Armadas” (DOS SANTOS, 1996: 63).

Em um parágrafo particularmente, a jornalista brasileira – cujo livro foi prefaciado pelo veterano do periodismo Bernardo Kucinski – foi a primeira a especificar que os principais líderes do “Capítulo” paraguaio do complexo WACL/CAL foram: “**Antonio Campus Alum**, diretor da Dirección de Asuntos Técnicos (La Técnica), subordinada ao Ministério do Interior, uma das delegacias da polícia política de Stroessner; **Benito Guanes Serrano**, chefe do II Departamento del Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas (Esmagenfa) e o principal articulador da inteligência militar paraguaia, responsável pela assinatura de muitos documentos que compõem o capítulo da Operação Condor; e **Pastor Coronel** era o chefe do departamento de Investigações da polícia da capital” (DOS SANTOS, 1996: 64, grifo meu).

Debruçando-se sobre a documentação depositada no *Arquivo do Horror*, Márcia Guena dos Santos delimitou a presença daquele que seria o representante número 1 do Paraguai de Stroessner na Operação Condor, o general Guanes Serrano, no quadro dirigente do “Capítulo” paraguaio do complexo WACL/CAL. Essa primeira pesquisa inédita da jornalista brasileira pontuou que “**nesse esforço de conexão com outros países a WACL representava um grande auxílio aos órgãos de informação das ditaduras no Cone Sul, pois nos congressos eram feitos relatos sobre os grupos de esquerda que atuavam em todos os países latino-americanos e as formas de combatê-los**” (DOS SANTOS, 1996: 68, grifo meu). Isto é, Márcia Guena dos Santos já havia sinalizado para o papel de cogestor dos congressos do complexo WACL/CAL, na luta “antissubversiva”, com “órgãos de informação das ditaduras no Cone Sul” e com as Forças Armadas da América Latina.

“Na verdade, **existia uma similaridade muito grande entre os temas discutidos nos congressos das ligas anticomunistas e nas conferências bi e multilaterais dos exércitos latino-**

**americanos**” (DOS SANTOS, 1996: 68, grifo meu). Além disso, a pesquisadora foi também a primeira, no Brasil, a demarcar o “Capítulo” brasileiro da WACL, destacando a figura do “empresário paulista Carlo Barbieri Filho” como presidente da “Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Sepes), com sede no Shopping Center Iguatemi, em São Paulo” (DOS SANTOS, 1996: 65-66). Informado pela pesquisadora que seu sócio de negócios empresariais e anticomunistas, o delegado de polícia Antonio Campus Alum, havia sido condenado por homicídio e tortura, o Presidente da SEPES – o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL – fingiu-se surpreso: ““O Campus Alum não abria a sua alma, ele era uma pessoa muito fechada (...) É uma surpresa para mim pensar que ele poderia ser um torturador. Campus Alum era uma pessoa gentil, era uma moça. Ele era de uma gentileza... No bom sentido, uma dama”” (BARBIERI FILHO *apud* DOS SANTOS, 1996: 68). Com esse “furo” de pesquisa que escancarara a desfaçatez do ex-presidente da SEPES em seu dissimulado “desconhecimento” sobre a *persona* e os feitos de seu antigo sócio de *Financiera Urunday* e de WACL/CAL, Márcia Guena dos Santos consagrou-se como a primeira pesquisadora a ter entrevistado Carlo Barbieri Filho.

Dois anos depois da publicação de seu *Arquivo do Horror*, a pesquisadora estendeu seu trabalho de investigação em uma dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo com o título *Operação Condor: uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70* (1998). Segundo a jornalista, “as novas entidades policiais, militares e civis (principalmente as alianças anticomunistas)” – particularmente, o complexo WACL/CAL – “que surgiram a partir da década de 60 facilitaram a troca de informações, azeitando as engrenagens das esferas policial e militar e sofisticando a repressão internacional aos movimentos de oposição no continente” (DOS SANTOS, 1998: 77). Ressalta também a autora os principais membros do “Capítulo” paraguaio da WACL/CAL: o general Benito Guanes Serrano, os delegados da polícia política Pastor Coronel e Antonio Campos Alum, o senador Eugenio Jacquet e o deputado Juan Manuel Fructos (DOS SANTOS, 1998: 192).

Tratando especificamente do Departamento II do Estado-Maior Geral das Forças Armadas (ESMAGENFA), chefiado pelo general e líder da WACL-Paraguai Guanes Serrano, a pesquisadora salienta que aquele “comunicava-se frequentemente com o CIE” e com o SNI (DOS SANTOS, 1998: 89). Referindo-se especificamente à WACL, enfim, a pesquisadora assinala que o anticomunismo configurou “um importante braço da Operação Condor”, servindo-lhe como

fonte de informações dos órgãos repressivos do Brasil e do Paraguai (DOS SANTOS, 1998: 183). Foi Márcia Guena dos Santos, portanto, quem primeiro especificou no Brasil, de modo inequívoco, que **“a Liga [Mundial Anticomunista] transformou-se em um dos braços da Operação Condor, pois nos congressos nacionais, regionais e mundiais muitas informações sobre a atuação dos grupos de esquerda e de pessoas eram trocadas”** (DOS SANTOS, 1998: 189, grifo meu). “Nestes congressos, além de proeminentes figuras do topo da sociedade civil, também **participavam militares capazes de articular vinculações diretas entre os serviços de informações, utilizando dados obtidos nesses encontros”** (DOS SANTOS, 1998: 189, grifo meu).

Dessa maneira, a pesquisa de Marcia Guena dos Santos (1996, 1998) configurou um caso exemplar do pioneirismo brasileiro no campo historiográfico para aquilo que se poderia designar complexo WACL/CAL/Condor. Infelizmente, contudo, o isolamento da historiografia brasileira em relação ao cenário internacional dificultou e, no limite, impediu que as contribuições e aportes dessa pesquisadora pudessem fecundar outras investigações sobre os nexos entre os citados grupos anticomunistas transnacionais e a Operação Condor. Inclusive, a própria *Comisión de Verdad y Justicia* (CVJ) do Paraguai poderia ter se nutrido dos aportes da pesquisadora brasileira. Sem fazê-lo, contudo, seu *Informe Final* não deixou de registrar, conforme adiantado, que **“la CAL, y su organización hermana, el Capítulo Paraguayo de la Liga Anticomunista Mundial, desarrollaron una extensa labor durante las dos etapas del Operativo Cóndor”** (CVJ, 2004: 287, grifo meu).

Internamente no Brasil, de igual modo, a pesquisa de Marcia Guena dos Santos passou praticamente despercebida, para o azar e atraso da historiografia nacional. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), que em muito pouco avançou no conhecimento do papel do Brasil no Plano Condor, também desconheceu a dissertação pioneira de pesquisadora sobre os *Archivos del Terror* e a conexão Brasil-Paraguai no complexo WACL/CAL e na Operação Condor. Ainda antes da CNV, cujo relatório fora entregue em 2014, no entreabrir do século XXI, duas obras fundamentais sobre a Condor – publicadas pelos jornalistas Nilson Mariano e Luiz Claudio Cunha<sup>894</sup> –, valendo-

---

<sup>894</sup> Trata-se de *As garras do Condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos* (2000), de Nilson Mariano, e de *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura* (2008), de Luiz Claudio Cunha, que salvou a vida de um casal uruguaio e seus filhos das “garras do Condor”.

se dos novos documentos desclassificados nos EUA, também não mencionam os referidos nexos repressivos entre o complexo WACL/CAL com a Condor, já então suficientemente explicitados pela pesquisa de Márcia Guena dos Santos, ao menos no que concerne ao eixo Brasil-Paraguai.

Além dessas obras sobre a Condor publicadas no Brasil na entrada do século XXI, a pesquisa do historiador Enrique Serra Padrós, conquanto centrada na análise da inserção específica da ditadura militar do Uruguai no Plano Condor, foi a primeira sistematização acadêmica sobre o sistema condorense e suas conexões repressivas mais amplas com as ditaduras militares de Segurança Nacional do Cone Sul. Sua tese de doutorado<sup>895</sup> foi a primeira a sumariar, no Brasil, o sinuoso itinerário da emergência do Condor dos *Archivos del Terror* paraguaio, as primeiras publicações sobre o tema, analisando também as ações judiciais multinacionais contra o ex-ditador chileno Augusto Pinochet e outros Condores do Cone Sul.

Também as pesquisadoras Samanta Viz Quadrat (2005)<sup>896</sup> e Jussaramar da Silva (2010; 2017), que centrou sua análise nas operações da Condor vinculadas à Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) da Usina Binacional de Itaipu<sup>897</sup>, foram pioneiras na abordagem das conexões repressivas das ditaduras militares regionais.

Todavia, os avanços mais significativos realizados na primeira década do século XX advieram das duas mais completas e documentadas pesquisas já feitas sobre a Condor, publicadas praticamente ao mesmo tempo nos EUA. A primeira delas, *The Condor Years: how Pinochet and his allies brought terrorism to three continents* (2004), foi publicada pelo veterano do jornalismo investigativo John Dinges<sup>898</sup>, coautor do primeiro livro sobre o assassinato, consumado pela Condor nos EUA em 1976, do ex-chanceler chileno Orlando Letelier<sup>899</sup>. Nessa obra, estruturada na nova safra de documentos desclassificados pelos EUA, naqueles depositados nos *Archivos del*

---

<sup>895</sup> *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional: Uruguay (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

<sup>896</sup> Infelizmente, não foi possível acessar sua tese de doutorado – salvo engano, não disponibilizada ao público – intitulada *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul* (2005).

<sup>897</sup> Da historiadora Jussaramar da Silva, cf. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai, 1973-1987* (2010); *As conexões repressivas no Cone sul (1960-1990): terrorismo de Estado em conexão internacional* (2017).

<sup>898</sup> No Brasil, o livro de Dinges foi publicado com o título *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005).

<sup>899</sup> John Dinges e Saul Landau publicaram, em 1980, *Assassination on Embassy Row*, o primeiro livro já escrito sobre a Operação Condor. O segundo, muito mais modesto e menos documentado, foi escrito pelo jornalista soviético Valentín Mahskin: *Operación Cóndor: su rastro sangriento* (Buenos Aires: Editorial Cartago, 1983).

*Terror* do Paraguai e em processos judiciais deflagrados em inúmeros países contra antigos operadores do Condor, não há qualquer referência direta sobre os nexos entre a WACL/CAL e a Condor. Apesar disso, com uma generosidade ímpar, John Dinges, procurando estimular novas pesquisas, incentivou este autor para que prosseguisse na escavação histórica das conexões repressivas da WACL/CAL com o Sistema Condor. Embora sempre demarcando sua preocupação metodológica para que não se tome como pressuposto de tese aquilo que deve ser comprovado objetivamente com a adequada especificação histórica lastreada em fatos concretos e determinados, Dinges não deixou de salientar, diante do interesse deste autor de investigar os nexos WACL/CAL/Condor, que **“o envolvimento de atores civis na aliança antiterrorista Operação Condor era de grande interesse”** (DINGES, 2019). Sinalizou que **“a participação civil na repressão da década de 1970 é um tópico importante, porém sub-pesquisado”** (DINGES, 2019). Ressaltou nessa ocasião, como **“uma área que até agora recebeu pouca atenção nas investigações da Operação Condor”, “a possível participação da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e da Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL) em ações de repressão durante a época de maior atividade da Operação Condor”** (DINGES, 2019)<sup>900</sup>.

Um ano após a publicação de *The Condor Years* de John Dinges, a professora de Ciências Políticas da Universidade de Long Island J. Patrice McSherry publicou seu *Predatory States: Operation Condor and covert war in Latin America* (2005). *The Condor Years* (2004) e *Predatory States* (2005) constituem, assim, dois marcos precursores na historiografia da Condor. Especialmente a pesquisa de McSherry, embora não tenha como foco esse ponto em específico, trouxe uma sinalização fundamental para o aprofundamento das investigações acerca do papel da WACL/CAL no pré e no pós- Condor. Nesse sentido, ao versar sobre as **“origens do Sistema Condor”** (MCSHERRY, 2005: 78), McSherry resgata um importante artigo de outra pesquisadora norte-americana, a jurista Katia Zoglin, intitulado *Paraguay’s Archive of Terror: international*

---

<sup>900</sup> Tive a honra e o privilégio de ter sido aceito como orientando do professor John Dinges em um intercâmbio na Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, na cidade de Nova Iorque, viabilizado graças a uma bolsa de “doutorado-sanduiche” concedida pela Fulbright entre 2019 e 2020. Os trechos citados de Dinges em que me incentivou para que prosseguisse na pesquisa sobre os nexos WACL/CAL/Condor encontram-se na *Letter of Invitation* redigida pelo professor de Jornalismo e encaminhada à comissão do processo seletivo da Fulbright. Porém, é importante ressaltar que as hipóteses e conclusões defendidas aqui – isto é, o III Congresso da CAL-Secreta como um protótipo condorense e a cogestão da WACL/CAL na Condor – são de responsabilidade exclusivamente deste autor e não implicam necessariamente a aceitação delas por parte do Professor Dinges.

*cooperation and Operation Condor* (2001)<sup>901</sup>. McSherry defendeu em seu *Predatory States* que “o protótipo Condor começou a operar como uma organização transnacional de terror estatal ao final de 1973 ou início de 1974” (MCSHERRY, 2005: 69). A esse respeito, Katie Zoglin “também chegou à **conclusão de que a coordenação transnacional no Cone Sul começou em 1973 ou 1974**” (MCSHERRY, 2005: 80, grifo meu). Segundo Zoglin, “documentos do Arquivo mostram que até 1974 aproximadamente Paraguai, Argentina, Chile, Brasil e Uruguai tinham acordado em coordenar seus esforços para trocar informações uns com os outros em resposta à ameaça comunista que eles percebiam ter alcançado escala internacional” (ZOGLIN, 2001: 64). Assim, corroborada e corroborando a pesquisa de Zoglin, McSherry afirma que “**conferências de inteligência bilaterais e multilaterais aconteciam regularmente, algumas sob a rubrica do sistema militar interamericano**<sup>902</sup> e outras através de organizações anticomunistas sub-oficiais” (MCSHERRY, 2005: 80, grifo meu).

Nessa última categoria de “organizações sub-oficiais”, despontou centralmente o complexo WACL/CAL. Ainda glosando a pesquisa de Zoglin nos *Archivos del Terror*, McSherry salienta, entre os *protótipos* do Condor, a realização de “uma conferência em 1973, por exemplo, (...) frequentada por Antonio Campos Alúm, diretor da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* do Paraguai (*La Técnica*, o escritório responsável pela inteligência política e repressão)” (MCSHERRY, 2005: 81). Referida conferência anticomunista na qual despontou Campos Alum “parece resumir o que ocorreu em uma conferência internacional em, aproximadamente, 1973” (ZOGLIN, 2001: 65) e “referia-se a uma conferência da Liga Mundial Anticomunista a ser realizada, marcada para inicial ao final de agosto de 1973” (ZOGLIN, 2001: 65-66). Como visto, em 1973 a WACL não realizou sua conferência anual, inicialmente agendada para ocorrer entre 29 de agosto e 1º de setembro em Londres, em virtude da negativa das autoridades britânicas na concessão dos vistos de entrada aos taiwaneses anticomunistas.

---

<sup>901</sup> Katia Zoglin conduziu uma pesquisa de quatro meses nos *Archivos del Terror* do Paraguai, com uma bolsa Fulbright, sumariando os resultados desse estudo no citado artigo, publicado na edição 57, de janeiro de 2001, na *University of Miami Inter-American Law Review*. Cf. ZOGLIN, 2001.

<sup>902</sup> Ainda conforme Zoglin, “**os governos militares no Cone Sul coordenaram seus esforços na chamada guerra contra a subversão e o comunismo. Discussões sobre coordenação internacional parecem ter se iniciado tão cedo quanto 1973 ou 1974 durante conferências de inteligência realizadas com oficiais militares e da polícia.** Estas conferências de inteligência eram focadas na luta contra a subversão e refletem um medo generalizado da ameaça comunista percebida. Os serviços de inteligência concluíram que, já que a ameaça comunista tinha alcançado escala internacional, os governos teriam que coordenar suas atividades e respostas a nível nacional, mas também internacional” (ZOGLIN, 2001: 65, grifo meu).

A conferência mencionada por Zoglin, ao que tudo indica, refere-se ao II Congresso da CAL-Secreta, realizado entre 28 de maio e 1º de junho de 1973, na cidade Puerto Presidente Stroessner, no Paraguai. Foi lá, provavelmente, conforme flagrado por Zoglin e reposto por McSherry, que o delegado da polícia política stronista Campos Alum **“aceitou, em nome do regime de Stroessner, a oferta do Brasil de intercâmbio de inteligência com o Paraguai através de reuniões e conferências extraoficiais organizadas pela Confederação Anticomunista Latino-Americana, parte da Liga Mundial Anticomunista (WACL)”** (MCSHERRY, 2005: 80, grifo meu). A própria Zoglin salienta que, “de acordo com este relatório de Campos” – “a primeira das três páginas do documento estava faltando” – **“o Paraguai aceitou a oferta do Brasil de trocar informações através de reuniões bilaterais e outros métodos com membros da Confederação Anticomunista Latino-Americana (‘CAL’)”** (ZOGLIN, 2001: 66, grifo meu). Nota-se que Zoglin, ao se referir provavelmente ao II Congresso da CAL-Secreta de 1973 celebrado no Paraguai de Stroessner, acabou por demarcar, a partir de um informe de Campos Alum, um dos *protótipos* da Operação Condor. Assim, já em 1973:

**Paraguai e Brasil concordaram em coordenar métodos de segurança e proteção. A delegação brasileira ofereceu privadamente ao Paraguai colaboração abrangente, informações, materiais e suporte técnico.** De acordo com o documento, Campos discutiu a situação política de cada país e métodos para combater a subversão. No fechamento desta conferência, todos os delegados afirmaram que havia chegado a hora de tomar ação ofensiva contra o comunismo. Campos relatou que teria feito contatos valiosos para a troca direta de informações e métodos com outras delegações (ZOGLIN, 2001: 66, grifo meu)

Ainda amparada na pesquisa de Zoglin nos *Archivos del Terror* e definindo o que designou de *protótipos* do Condor, McSherry destacou que “diversas conferências da WACL foram realizadas em 1974, incluindo uma em Washington D.C. que reuniu oficiais militares e civis anticomunistas latino-americanos que juraram compartilhar inteligência sobre a ‘subversão’” (MCSHERRY, 2005: 80-81). Ou seja, com base no seminal artigo de Zoglin, McSherry precisou de modo inequívoco que o complexo WACL/CAL constituiu, historicamente, senão *o*, ao menos *um* dos *protótipos* da Operação Condor. A própria Zoglin, especificamente, salientou que “em 1974, diversas conferências internacionais anticomunistas foram realizadas, incluindo o Congresso da CAL no Rio de Janeiro e o Sétimo Congresso da Liga Mundial Anticomunista (‘WACL’) em Washington, DC” (ZOGLIN, 2001: 66). Finalmente, Zoglin, em um trecho não desdoblado por McSherry, refere-se a uma expressiva similitude entre as propostas entabuladas na



reunião do Conselho Coordenador da CAL de 1974 com os objetivos que seriam os mesmos, ao final de 1975, daqueles da Operação Condor.

Antes de citá-los, porém, deve-se advertir que não houve uma, mas sim duas reuniões do Conselho Coordenador da CAL em 1974: a I, realizada entre 10 e 12 de julho em Guadalajara, no México, e a II, celebrada entre 5 e 6 de dezembro em São Paulo, no Brasil. Infelizmente, Zoglin não especificou a qual delas se refere, conquanto deva ter se referido à I Reunião do Conselho Coordenador da CAL de dezembro de 1974. Delineou portanto – e abriu preciosa “pista” historiográfica para que se circunscreva o complexo WACL/CAL entre os *protótipos* do Condor – que “a mais importante conferência realizada naquele ano [1974] foi **uma reunião do Conselho de Coordenação da Confederação Anticomunista**” (ZOGLIN, 2001: 66, grifo meu):

**O objetivo da reunião era receber informações e trocar experiências relativas aos comunistas e pró-comunistas para que pudessem adotar métodos que poderiam ser aplicados por todo o continente. Era importante porque uma das suas resoluções principais buscava estabelecer um sistema para troca de informações confidenciais entre nações-membro. Assim, esta reunião marcou uma troca mais abrangente de informações** do que já havia acontecido anteriormente. **O Conselho de Coordenação** era formado por representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Uruguai e exilados cubanos” (ZOGLIN, 2001: 66-67, grifo meu)

Sem embargo, coroando o itinerário dessas pesquisas históricas mencionadas até aqui sobre a intersecção entre as organizações WACL/CAL e a Operação Condor, mais recentemente, coube ao historiador Fernando López o papel de consolidar, no campo historiográfico, tanto a existência do complexo WACL/CAL/Condor quanto a pertinência científica de se pesquisar o Plano Condor inserindo-o em um emaranhado anticomunista mais amplo, particularmente, em seus nexos repressivos com a Liga Mundial Anticomunista (WACL) e seu órgão regional na América Latina, a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL). Dessa forma, levando em conta esses novos/velhos atores anticomunistas da Guerra Fria latino-americana, a historiografia interessada deveria começar a considerar seriamente a hipótese de que o complexo WACL/CAL, além de ter servido como um protótipo condorense entre 1972-1974, passaria a ser também, após 1975, um dos cogestores repressivos da Operação Condor.

A pesquisa de Fernando López, intitulada *The feathers of Condor: transnational state terrorism, exiles and civilian anticommunism in South America* (2016), sustenta que os *Cold Warriors* reunidos nas organizações WACL/CAL “**tornaram-se personagens chave do processo**

**que levou à formalização do Plano Condor**” (LÓPEZ, 2016: 253, grifo meu) – “uma operação secreta de inteligência envolvendo assistência mútua na caça de dissidentes políticos – ou seja, esquerdistas e outros designados como inimigos do estado – que seriam presos ou sequestrados, depois torturados e mortos ou ‘desapareceriam’” (LÓPEZ, 2016: 262). Esse autor pioneiro, referindo-se aos conclaves do complexo WACL/CAL, defende que **“as resoluções adotadas nas diversas conferências realizadas por este fórum anticomunista durante o período de 1972 a 1975 serviram como guia [blueprint] para a repressão sistemática implementada pelas ditaduras sul-americanas sob a bandeira do Plano Condor**” (LÓPEZ, 2016: 253, grifo meu). López frisa a escassez da bibliografia sobre o complexo WACL/CAL e seus nexos com a Condor e, como dito aqui, assinala que “os poucos autores e comentaristas políticos que se aventuraram neste campo concentram-se nas conexões entre estes grupos e atividades terroristas na América Central ao final da década de 1970 e durante a década de 1980. No entanto, estes estudos tendem a ignorar as ações da CAL durante seus primeiros anos (i.e. do início a meados dos anos 1970)” (LÓPEZ, 2016: 255).

Nesse sentido, a depender da historiografia centrada nos nexos do complexo WACL/CAL com a contrarrevolução antissandinista na Nicarágua, não se pode flagrar a inflexão dessas organizações anticomunistas no início da década de 1970 como um *blueprint* do Plano Condor:

A narrativa contada por esses autores descreve a forma como os regimes sul-americanos compartilhavam a infraestrutura repressiva do Condor com a WACL e com a administração Regan para treinar os *Contras* em sua guerra contra a Nicarágua. **Seu trabalho sugere que a relação entre os regimes Condor e a WACL teve início ao final da década de 1970 e que qualquer contato em anos anteriores foi discreto e quase inexistente. Há quase uma omissão completa das conferências da WACL e da CAL que foram realizadas em 1974 e no início de 1975. Para ser justo, não há muita informação sobre a CAL e pesquisas mais profundas sobre as atividades desta organização** (LÓPEZ, 2016: 271, grifo meu)

A fim de suprir essa lacuna, por conseguinte, López chama a atenção da historiografia interessada para a necessidade de novas pesquisas sobre as conferências e os congressos do complexo WACL/CAL realizados, particularmente, entre os anos de 1974 e 1975. Desses conclaves da WACL/CAL entre 1974-1975, de forma mais imediata, é que seria forjado o que o historiador designou como um *blueprint* do Plano Condor, isto é, um esquema. Assim sendo, referindo-se à pesquisa seminal *Inside the League*, López salienta que **“um olhar mais atento às resoluções e questões discutidas nas conferências de 1974 e 75 revelam que os laços entre a**

**WACL, a CAL e os regimes sul-americanos eram mais desenvolvidos do que sugerido por Anderson e Anderson”** (LÓPEZ, 2016: 271, grifo meu)<sup>903</sup>. Em suma, o historiador Fernando López argumenta que:

(...) as resoluções produzidas pela RLAR [*Radical Latin American Right*] clamavam pela criação de um plano de repressão sistemática que alcançaria todos os setores da sociedade Latino-Americana. O regime militar sul-americano, por outro lado, tornou-se seu implementador e forneceu grande parte da mão-de-obra e logística para realiza-lo. Além do mais, **os regimes do Cone Sul e os grupos que estavam sob o guarda-chuva da WACL/CAL começaram a construir esta exclusiva e violenta parceria durante o período de 1974-75** (LÓPEZ, 2016: 271, grifo meu)

Em suma, o que importa consignar, por ora, é que a pesquisa de Fernando López representa a “decantação” de ao menos 30 anos de pesquisas. De um lado, se a historiografia da WACL/CAL apenas mencionou a Condor marginalmente e, de outro lado, se a historiografia da Condor apenas citou a WACL/CAL secundariamente, a obra de López tem o mérito de condensar essas duas vertentes. Nesse sentido, é resultado da “decantação” de décadas de pesquisas coletivas e sinaliza a necessidade científica de se falar de um complexo WACL/CAL/Condor. Há muito ainda a se fazer, contudo. Mas *The feathers of Condor* de López, sem dúvida, consolidou-se como esse novo ponto de partida de uma “nova/velha” historiografia, salientando que **“os parceiros civis ligados à CAL e à WACL e sua contraofensiva anticomunista criaram as condições e se transformaram nas penas que permitiram que o Condor voasse alto e muito além da América do Sul até os Estados Unidos e a Europa, assassinando oponentes para chocar exilados e perturbar as campanhas de solidariedade”** (LÓPEZ, 2016: 322, grifo meu). López

---

<sup>903</sup> Referindo-se aos autores de *Inside the League*, López observa que “seu trabalho, no entanto, tem um importante ponto cego no que se refere à explorar a história da organização no início da década de 1970, especialmente do seu ramo latino-americano. Esta lacuna prejudicou qualquer tentativa de estudo da relação entre a RLAR [*Radical Latin American Right*] e os regimes sul-americanos naquele momento crucial da formalização da aliança Condor” (LÓPEZ, 2016: 217). A pesquisa dos irmãos Anderson, embora acertada no geral a crítica de López, não pode ser apontada como a responsável por ter “prejudicado” pesquisas posteriores. Isso é tarefa dos pesquisadores ulteriores. Em *Inside the League*, inclusive, há “pistas” suficientes que poderiam ter sido desdobradas mais precocemente, como, por exemplo, a especificação da figura de Carlo Barbieri Filho, Presidente do “Capítulo” brasileiro da WACL e da própria Liga entre 1975-1976, bem como a menção do delegado da polícia política stonista Pastor Coronel, apontado pelos irmãos como um operador da Condor e da WACL/CAL. É sintomático, de qualquer forma, que a pesquisa de López tenha sido publicada em 2016, i.e., 30 anos após a publicação de *Inside the League* (1986). Esta obra seminal, ademais, é problemática em um aspecto não advertido por López, a saber, na caracterização teórica que faz de “dois demônios”, a ultradireita anticomunista da WACL/CAL e a extrema-esquerda latino-americana, ambas “desinteressadas” em respeitar os pressupostos liberal-democráticos dos Anderson. Isso, todavia, em nada oblitera o pioneirismo e a densidade da escavação histórico-concreta condensada em *Inside the League*, cuja falta de tradução ao espanhol e ao português contribuiu para a precariedade advertida por López.

salienta inclusive, como ponto alto das conexões do complexo WACL/CAL como o *blueprint* do Plano Condor, a VIII Conferência da WACL realizada em abril de 1975 no Rio de Janeiro, o que “pavimentou o caminho para uma grande contraofensiva contra o avanço vermelho” (LÓPEZ, 2016: 321).

Destaca ainda a figura do brasileiro Carlo Barbieri Filho que, na VIII Conferência da WACL, foi designado como Presidente da Liga Mundial Anticomunista, tornando-se “diretamente responsável por liderar a WACL para uma nova era, mais proativa e agressiva. Ele estabeleceu os contatos e as alianças que transformariam o fórum em um guarda-chuva para organizações e esquadrões de morte a serviço dos regimes anticomunistas latino-americanos” (LÓPEZ, 2016: 310). Nesse ponto, reconhecendo a contribuição de *Inside the League*, não deixou de assinalar que, **“a partir de 1976, como Anderson e Anderson mostraram, os elementos mais radicais do capítulo latino-americano do fórum evoluíram para um ramo ativo civil/paramilitar dos regimes Condor”** (LÓPEZ, 2016: 310, grifo meu). López, enfim destacando especificamente a figura do Presidente da SEPES Carlo Barbieri Filho, não deixou de observar que o mandato do brasileiro como Presidente da WACL – entre abril de 1975 e maio de 1976 – coincidiu precisamente com a formalização da Condor no Chile no final de 1975. Segundo ele, **“Carlo Barbieri Filho, líder do capítulo da WACL no Brasil, (...) se tornou presidente da WACL em um momento crucial quando o Plano Condor foi lançado”** (LÓPEZ, 2016: 280, grifo meu).

A bem da verdade, essas conexões desdobradas por López entre a VIII Conferência da WACL de 1975 no Brasil e o ulterior lançamento do Plano Condor foram apontadas de forma direta, pela primeira vez, pelo jornalista dinamarquês Henrik Kruger. Na atualização de 2015 de *The great heroin coup: drugs, intelligence & international fascism* (1980), Kruger é taxativo: **“Na conferência anual da WACL no Brasil em abril de 1975”, “por trás de portas fechadas”, “a seção latino-americana da WACL, a ‘Confederacion Anti-comunista Latinoamericana’ (CAL) debateu uma proposta chilena na qual os ditadores da região poderiam coordenar seus ataques a inimigos políticos em casa e no exílio”** (KRUGER; MELDON, 2015: 262, grifo meu). Seis meses depois, em novembro de 1975, a Operação Condor seria formalizada no Chile de Pinochet (KRUGER; MELDON, 2015: 262). Recorde-se que o Coronel Pedro Espinoza, o “segundo homem” da DINA depois de Manuel Contreras, liderou a delegação chilena junto à VIII Conferência da WACL de 1975 no Rio de Janeiro.

Seja como for, o historiador Fernando López foi o responsável pela sistematização, em nível historiográfico, dessas conexões repressivas do complexo WACL/CAL/Condor, embora *The great heroin coup* de Kruger tenha importantíssimas (e inexploradas) “pistas” fornecidas nesse sentido. Como salienta López, enfim, pontuando os nexos anticomunistas em questão, depois da VIII Conferência da WACL em abril de 1975, que consagrara o brasileiro Presidente da SEPES como Presidente da Liga Mundial Anticomunista, **“a primeira parada de Barbieri foi o Chile onde estendeu o apoio incondicional do fórum ao regime de Pinochet”** (LÓPEZ, 2016: 307, grifo meu). Nessa linha, os aportes proporcionados por esse historiador contribuem, finalmente, para a abertura de uma nova dimensão dos estudos sobre o Plano Condor. Nela, o complexo WACL/CAL deve ser inserido não apenas como um de seus protótipos pré-1975, mas como um de seus cogestores pós-1975.

Essa é também a opinião da veterana das pesquisas sobre o Condor, Joan Patrice McSherry. Em seu *Prefácio* ao *The Feathers of Condor* de López, ela destaca a necessidade de aprofundar as investigações sobre “a formação de organizações não-estatais de direita – algumas vezes apoiadas diretamente por Washington e/ou a CIA – e seu papel ajudando a criar um violento clima anticomunista e encorajar um estado de terror” (MCSHERRY in LÓPEZ, 2015: XI). “Em suma, este trabalho preenche a lacuna na literatura acadêmica” na medida em que, segundo McSherry, fornece evidências “sobre a Liga Mundial Anticomunista e suas redes civis associadas”, jogando luz ao papel desempenhado por “estes grupos de direita pouco estudados e seu envolvimento com regimes militares, diversos esquadrões da morte e o rolo-compressor [juggernaut] comunista global” (MCSHERRY in LÓPEZ, 2015: XI).

Mais recentemente, enfim, Kyle Burke publicou uma pesquisa que, não obstante se concentre na atuação de um general da reserva dos EUA, John K. Singlaub, na organização via WACL, na década de 1980, de guerrilhas anticomunistas na Nicarágua, África e Ásia, contribui fortemente na demarcação dos nexos entre o complexo WACL/CAL e a Operação Condor. Em seu *Revolutionaries for the right: anticommunist internationalism and paramilitary warfare in the Cold War* (2018), o jornalista e historiador norte-americano Burke sustenta que **“de muitas formas, a CAL era a face pública do confidencial programa Condor”** (BURKE, 2018: 72, grifo meu). Referindo-se ao II Congresso da CAL-Pública no Rio de Janeiro, Burke observa que “em janeiro de 1974, então, a CAL havia facilitado conexões entre líderes militares e da polícia e

civis direitistas em diversos países latino-americanos chave” (BURKE, 2018: 68). Referindo-se à VII Conferência da WACL realizada em abril nos EUA, Burke prossegue: “Alguns meses depois, na conferência da WACL de 1974 em Washington, D.C., membros da CAL e seus aliados nas forças militares e de polícia do Chile, Argentina e Paraguai realizaram outra reunião secreta. **A portas fechadas, eles juraram trocar informações de inteligência e, em tempo, colaborar em operações de contrainsurgência. Isso formou a base para o programa transnacional de compartilhamento de inteligência, tortura, desaparecimentos e assassinato conhecido como Operação Condor**” (BURKE, 2018: 68, grifo meu).

Referindo-se na sequência à I Reunião do Conselho Coordenador da CAL, Burke destaca que “depois da reunião da WACL em Washington, os líderes da CAL se encontraram em Guadalajara, México, para apresentar seus planos de colaboração” (BURKE, 2018: 257). Dessa forma, Burke salienta o papel do complexo WACL/CAL como um dos *protótipos* da Operação Condor e também como sua “face pública”, sendo o primeiro autor, salvo engano, a observar corretamente o caráter bifronte da CAL: uma frente de *Partidos Políticos* e outra de *Organizações Militares*. “O ramo mais importante seria a seção de Partidos Políticos e Organizações Militares, que recrutava membros das forças armadas e partidos políticos de direita para a CAL e coordenava atividades entre grupos de diferentes países” (BURKE, 2018: 65). É fundamental reconhecer o caráter bifronte da CAL – um público, a frente de *Partidos Políticos*, outro secreto, o *front* das *Organizações Militares* – para evitar o equívoco de considerar que a Confederação dedicou-se, no marco do Plano Condor, “apenas” às operações psicológicas ou de contrapropaganda anticomunistas. A síntese de Burke sumaria, assim, que “além de lubrificar as rodas da máquina da morte da Operação Condor, a CAL também funcionava como uma potente arma ideológica, uma forma para regimes de direita mostrarem seu comprometimento com o anticomunismo a seu povo, uns aos outros e ao resto do mundo” (BURKE, 2018: 71).

Por desconhecer esse caráter bifronte da CAL, inclusive, equivoca-se o historiador Fernando López, por exemplo, ao afirmar que “durante o período entre 1972 a 75 (ou até mesmo ao final da década de 1970), nenhum documento conhecido ou comunicação interna da Confederação mencionou ao menos uma organização de guerrilha revolucionária esquerdista. Em vez disso, os anticomunistas latino-americanos focaram no que percebiam como uma ameaça mais perigosa: a propaganda marxista” (LÓPEZ, 2016: 292). López desconhece e ignora, pois, que o

caráter bifronte da CAL, ao lado da contrapropaganda antimarxista, compreendeu em sua face secreta a coordenação clandestina das ações de suas *Organizações Militares* no combate, na América Latina, às esquerdas em geral e *também* às guerrilhas em particular. Conforme analisado acima, o III Congresso da CAL-Secreta de final de 1974, realizado dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI) da ditadura militar brasileira, esteve repleto de referências às guerrilhas latino-americanas e aos métodos para exterminá-las via terrorismo de Estado e seus parceiros anticomunistas paramilitares e “civis”. Nesse sentido, a análise de Burke é mais ampla que a de López, reconhecendo que, se a frente de *Partidos Políticos* da CAL configurou a “face pública” da Condor, seu *front* secreto de *Organizações Militares* operou clandestinamente nas engrenagens assassinas da Operação Condor.

*A Confederación Anticomunista Latinoamericana [CAL] funcionava como parte central da rede da Operação Condor de diversas maneiras. Primeiro, fornecia um fórum no qual oficiais militares de regimes de direita coordenavam estratégias de contrainsurgência e trocavam informações de inteligência*<sup>904</sup>. De 1974 em diante, reuniões semestrais da CAL e seu comitê secreto de coordenação permitiam que líderes militares e paramilitares fortalecessem seus laços e explorassem novos tratados (BURKE, 2018: 71, grifo meu)

O que importa, por fim, é que tanto Burke quanto López, em suas recentes pesquisas, convergem na pertinência e necessidade científicas da caracterização histórica de um Sistema WACL/CAL/Condor ou, na dicção do primeiro, “uma rede CAL/Operação Condor (*the CAL/Operation Condor network*)” (BURKE, 2018: 74). Por último, vale resgatar uma importante observação feita por Burke em relação a uma obra fundamental de John Dinges, *The Condor Years*, justamente no modo como ela articula os nexos condorenses com organizações transnacionais da ultradireita terrorista que seriam contratadas pela Condor, mas que também “habitaram” o complexo WACL/CAL. Já foi salientado, inclusive, que não há, em *The Condor Years*, qualquer menção aos nexos da WACL/CAL com a Condor. Segundo Burke, “embora o jornalista John Dinges tenha argumentado que os chefes da Operação Condor, especialmente o chileno Manuel Contreras, ‘tenha criado uma rede de civis recrutados de grupos terroristas de direita na Europa e

---

<sup>904</sup> “Além das conferências semestrais, os líderes da CAL frequentemente se encontravam com ditadores militares e chefes de agências de segurança estatais para reuniões secretas. Por exemplo, **em 1976, o brasileiro Carlos Barbieri Filho realizou cúpulas com o paraguaio Alfred Stroessner e membros do exército uruguaio.** Ele também deu uma palestra para seiscentos membros do Partido Colorado de Stroessner, que foi transmitido na televisão nacional” (BURKE, 2018: 258-259, grifo meu).

nos Estados Unidos’, a realidade é bem mais complexa<sup>905</sup>. **Os líderes da Operação Condor não a criaram exatamente, mas buscaram usá-la para seus próprios objetivos**” (BURKE, 2018: 262, grifo meu).

É dizer, no caso da WACL/CAL, por exemplo, suas redes anticomunistas e coordenadas repressivas eram mais amplas e mais antigas do que aquelas pactuadas no Chile, ao final de 1975, na Operação Condor – que então passaria a contratar organizações “privadas” da extrema-direita paramilitar e/ou “civil” para realizarem atos de terrorismo transnacional no marco condorenses. “Um destes grupos privados era a Liga Mundial Anticomunista, especialmente sua afiliada latino-americana, a CAL” (ANDERSON; ANDERSON, 1986: 143). No mesmo ano da publicação em livro da tese do historiador e jornalista Kyle Burke, a primeira pesquisa de doutorado centrada na CAL e publicada no Brasil foi defendida pelo historiador Marcos Vinicius Ribeiro<sup>906</sup>.

---

<sup>905</sup> “See Dinges, *Condor Years*, 127” (BURKE, 2018: 262).

<sup>906</sup> Em 2018, a inovação fundamental que Marcos Vinicius Ribeiro aportou à historiografia brasileira consistiu em concentrar sua pesquisa especificamente sobre a CAL, sugerindo seus nexos com a Condor. Em 2015, este autor defendeu seu mestrado em História Social na PUC-SP sobre o itinerário histórico e o ideário bonapartista do jurista Alfredo Buzaid, concentrando-se na atuação desse ex-integralista como Ministro da Justiça da ditadura militar sob a presidência de Ernesto G. Médici (1969-1974). Tal dissertação, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Rago Filho, foi a primeira pesquisa a demarcar a participação de Buzaid no Conselho Orientador da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL. Destacou-se nela a figura do Presidente da SEPES Carlo Barbieri Filho, sinalizando suas empreitadas anticomunistas e de negócios com o alto escalão do Paraguai de Stroessner e as conexões repressivas da WACL/CAL com o Condor. Cf. “Buzaid na SEPES, o ‘Capítulo’ brasileiro da Liga Mundial Anticomunista (WACL)” (MACHADO, 2015: 217-241). Como visto, porém, a primeira pesquisa feita no Brasil que analisou a SEPES como a filial brasileira da WACL/CAL, indicando seus nexos com a Condor, deve-se a Marcia Guena dos Santos (1996; 1998). Até hoje, salvo engano, essas três pesquisas foram as únicas a demarcar o papel do Brasil, via SEPES, no complexo WACL/CAL, sendo ainda necessário e urgente muito mais para se aferir, concretamente, a complexidade do entramado do internacionalismo anticomunista da Guerra Fria e o papel da ditadura militar brasileira nela. Se também o caminho historiográfico se faz ao caminhar, a caminhada desse campo de pesquisas históricas ao menos já se iniciou no Brasil. É preciso trilhá-la com mais monografias e, melhor seria, em coordenação com pesquisadores transnacionais, já que o próprio objeto a ser apanhado efetivou-se na concretude histórica de maneira transnacional. Lateralmente, a WACL/CAL foi citada uma vez em importante pesquisa sobre Antonio Carlos Pacheco e Silva, um psiquiatra anticomunista altamente conectado às Forças Armadas e antigo líder conspirador do IPÊS no pré-1964. O historiador Gustavo Querodia Tarelou teve o mérito de aportar, pela primeira vez na historiografia, que Pacheco e Silva não apenas integrou o Conselho Orientador da SEPES - como este que escreve havia demarcado em 2015 -, mas esclareceu que o psiquiatra ajudou na organização e participou do II Congresso da CAL-Pública de 1974 (TARELOW, 2018: 256-258). Apesar disso, Tarelou equivocou-se por completo ao afirmar que Pacheco e Silva chegou “à Presidência da Liga Anticomunista Internacional [*sic*] no início da década de 1970” (TARELOW, 2018: 67) e que o Almirante Carlos Penna Botto, falecido em 1973, “se tornou presidente da entidade em 1975” (TARELOW, 2018: 269). De modo secundário em sua pesquisa, mas de maneira fundamental ao avanço historiográfico, o historiador Vicente Gil da Silva especificou que Carlo Barbieri Filho, o brasileiro que de fato se tornaria Presidente da WACL em 1975, integrou-se já em 1962 ao Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil (CLACE) da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), um grupo do filonazista Wladimir Lodygensky (DA SILVA, 2020: 592). Ribeiro, antes dele, localizando boletins da SEI nos *Archivos del Terror* (RIBEIRO, 2018: 17-18), já havia mencionado que Barbieri Filho “foi membro fundador” da SEI (RIBEIRO, 2018: 154). Nesse avanço sinuoso da historiografia, uma contribuição pioneira havia sido fornecida por um artigo seminal do premiado jornalista Rubens Valente (2009).



Em *A história da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as ditaduras de Segurança Nacional, 1972-1979* (2018), esse autor sinaliza que “o auge das atividades da CAL ocorreu em meio ao surgimento e consolidação da Operação Condor, a partir do ano de 1975” (RIBEIRO, 2018: 16, grifo meu). A tese de Ribeiro insere-se na já repetida “decantação” historiográfica e apresenta uma contribuição importante para que se avance no trabalho de *especificação* dos nexos repressivos entre o complexo WACL/CAL e o Plano Condor. Ribeiro destaca que aquele precedeu esse, uma vez que “quando a Operação Condor se estabeleceu, já havia sido desenhada pela CAL uma forma de cooperação que correspondesse à tentativa de conectar o anticomunismo latino-americano, tendo por princípio uma política radical e violenta (RIBEIRO, 2018: 209). Em sua tese, calcada em documentos localizados nos *Archivos del Terror* do Paraguai, Ribeiro busca “demonstrar a aproximação entre sujeitos e organizações que atuaram na CAL em consonância com os objetivos traçados pela Operação Condor e presente, também, nos manuais da repressão que circularam entre os membros da CAL e das agências e dos agentes de repressão do Cone Sul da época” (RIBEIRO, 2018: 23).

Contudo, a pesquisa de Ribeiro, como ele próprio reconhece, apenas conjecturou a existência de “possíveis conexões entre as atividades da CAL com a estrutura arquitetada pela repressão durante a Operação Condor” (RIBEIRO, 2018: 208). Isso porque esse competente historiador, especialmente no Capítulo 3 de sua tese, tratou de forma estanque ou compartimentalizada, primeiro, a formalização do Condor e, segundo, o III Congresso da CAL-Pública de 1977 realizado no Paraguai. Ou seja, pela precariedade da historiografia sobre o tema, pelo desconhecimento por parte do autor das pesquisas pioneiras de Marcia Guena dos Santos (1996; 1998)<sup>907</sup>, bem como pelo fato de não ter compulsado os documentos do Fundo SNI depositados no Arquivo Nacional do Brasil, não se foi possível precisar os nexos entre a CAL e a Condor. Justamente por isso Ribeiro intitula o Capítulo 3 de sua tese como “A história da Confederação Anticomunista Latino-Americana durante a Operação Condor” (RIBEIRO, 2018: 208), momento em que se descreve primeiramente a fundação do pacto condorense e, na sequência,

---

<sup>907</sup> Recorde-se que Marcia Guena dos Santos (1998) foi a primeira pesquisadora a determinar e especificar que integraram o “Capítulo” paraguaio do complexo WACL/CAL o general Benito Guanes Serrano, o principal líder da Condor no Paraguai, e o delegado de polícia política Pastor Coronel, um dos Condores paraguaios. Isto é, partindo daquela pesquisa pioneira, ao menos no caso paraguaio, é possível delimitar a justaposição entre WACL/CAL/Condor no Paraguai.

o III Congresso da CAL-Pública. Não há, assim, qualquer determinação de vasos comunicantes ou nexos concretos de ligação entre um momento e outro, respectivamente, a Condor e o III Congresso da CAL-Pública.

É verdade que, ao tratar desse congresso anticomunista realizado no Paraguai de Stroessner, Ribeiro consegue identificar e especificar, pela primeira vez na historiografia, importantes delegados e cogestores da CAL, além de ter sido o primeiro a analisar um manuscrito até então inédito do delegado da polícia política stronista Antonio Campos Alum, redigido durante um curso de inteligência da SIDE argentina realizado em 1979. A SIDE foi um dos braços argentinos do Condor e, nesse sentido, a tese de Ribeiro lança inúmeras luzes a este e outros aspectos que reforçam, em suas palavras, o fato de que, “ao que tudo indica, o Paraguai foi protagonista do fortalecimento da CAL em meio à estruturação da colaboração repressiva da Operação Condor” (RIBEIRO, 2018: 158). Todavia, por insuficiências várias, sua pesquisa não determina ou especifica as coordenações repressivas entre o complexo WACL/CAL e a Condor, limitando-se a reunir “aspectos da atividade da CAL durante o contexto e desenvolvimento da Operação Condor” e a discutir “as ações da CAL concomitantemente ao desenvolvimento das atividades repressivas da Operação Condor” (RIBEIRO, 2018: 208).

Um historiador altamente capacitado e intelectualmente honesto, diante das dificuldades encontradas em sua pesquisa, Ribeiro é o primeiro a assumir que, “no entanto, não foi possível encontrar vinculações diretas entre os dois complexos anticomunistas [WACL/CAL] e a Operação [Condor], pelo menos durante a análise da documentação à qual tivemos acesso. Mesmo assim, isso não significa que não houvessem algumas provas desta vinculação, mesmo que não se possa encontrar documentos que se referiam ao suporte material supostamente engendrado pela LAM/CAL à Operação Condor, esta cooperação ocorreu por meio dos quadros da CAL e da LAM que atuaram (...) nos aparatos de repressão” (RIBEIRO, 2018: 308). Entreabrindo com sua tese inédita as portas da historiografia brasileira para o tema – fazendo-a “despertar do sono dogmático” –, Ribeiro ensina que **“a CAL foi um laboratório de cooperação marcadamente anticomunista que mais tarde seria concretizado na Operação Condor”** (RIBEIRO, 2018: 310, grifo meu).

Isto é, a CAL foi, historicamente, um protótipo da Condor e, depois de 1975, atuou como um de seus cogestores. Nesse sentido, esta tese busca contribuir para a consolidação e aprofundamento de um campo historiográfico que, no Brasil, tem em Marcia Guena dos Santos e

em Marcos Vinicius Ribeiro os inegáveis antecessores. Aqui, por ora, cabe recordar que, para o complexo WACL/CAL, os anos de 1974 e 1975 foram verdadeiramente “frenéticos” e, justamente por isso, suas reuniões anticomunistas configuraram um dos *protótipos* ou *blueprints* do Plano Condor. Recorde-se que, entre 1974-1975, realizaram-se sob guarida do complexo WACL/CAL as seguintes reuniões anticomunistas: o II Congresso da CAL-Pública no Rio de Janeiro (23-27 de janeiro); a VII Conferência da WACL em Washington, D.C. (8-11 de abril); a I Reunião do Conselho Coordenador da CAL em Guadalajara (10-12 de julho); o III Congresso da CAL-Secreta, na Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília (29 de novembro-1º de dezembro); a II Reunião do Conselho Coordenador da CAL em São Paulo (5-6 de dezembro); e a reunião do Conselho Executivo da WACL em São Paulo (8-9 de dezembro), destinada à organização da VIII Conferência da WACL, realizada em abril de 1975 no Rio de Janeiro.

Se fosse necessário escolher um desses conclave como o protótipo do complexo WACL/CAL da Operação Condor, sem dúvida, como analisado no detalhe mais acima, seria o III Congresso da CAL-Secreta realizada na EsNI no final de 1974. Em outras palavras, “o ovo do Condor” foi também aninhado no Brasil pelos militares no poder. Contudo, a VIII Conferência da WACL de abril de 1975 no Rio de Janeiro também pode ter servido para se azeitarem os últimos preparativos para o lançamento de outro protótipo condorense, a Operação Colombo. A ditadura brasileira, também aqui, pode ter “aninhado o ovo de Colombo”. Essa hipótese foi desdobrada mais acima.

#### 6.1.4. Uruguai, outubro de 1975: a XI Conferência dos Exércitos Americanos (CEA)

Conforme já pontuado, as Conferências dos Exércitos Americanos (CEAs), inauguradas a partir da década de 1960, robusteceram o *front* militar anticomunista na integração do sistema interamericano de defesa continental que já vinha sendo construído, pelo menos, desde a década de 1940. Pontuou-se, igualmente, que na primeira metade da década de 1970, as CEAs constituíram o principal *protótipo* militar da Operação Condor. As CEAs foram o mais importante veículo castrense de difusão das doutrinas anticomunistas contrarrevolucionárias na América Latina e, como visto, definiram que a “missão dos Exércitos” seria “proteger o continente da ação agressiva do Movimento Internacional Comunista [*International Communist Movement*] (MCI)”

(MCSHERRY, 2005: 48). Salientou-se ainda que as CEAS da década de 1960 advertiram a necessidade de consolidar uma doutrina continental para lutar contra a “agressão comunista”, um sistema de troca de informações sobre grupos “subversivos” e o MCI, “um comitê de inteligência interamericano permanente” no Canal do Panamá, “um sistema de telecomunicações codificadas entre exércitos; e programas de treinamento para todos os exércitos em estratégias de contrasubversão, contrarrevolução e segurança interna” (MCSHERRY, 2005: 48). Ainda com McSherry, demarcou-se que o Sistema Condor, de meados da década de 1970, **“foi claramente uma consequência dessas estruturas e programas transnacionais”** (MCSHERRY, 2005: 48, grifo meu).

Na CEA de 1963, “SOUTHCOM<sup>908</sup> focou no comunismo internacional e enfatizou a importância de sistemas de comunicações hemisféricos” (MCSHERRY, 2005: 48). Os militares norte-americanos foram então incumbidos de instalar “redes de comunicações militares e de inteligência para integrar o comando e o controle da contrainsurgência em todo o hemisfério” (MCSHERRY, 2005: 48). Na CEA de 1965, “os conceitos gêmeos de ‘segurança e desenvolvimento’ da doutrina continental eram o foco central” (MCSHERRY, 2005: 48). Entre 22 e 29 de setembro de 1968, a VIII CEA foi realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, contando com a palestra especial do General Aurélio Lira Tavares, ministro do exército do ditador-presidente Costa e Silva. Em 1969, a IX CEA foi realizada no Fort Bragg, nos Estados Unidos. Nela, “os exércitos compartilhavam informação sobre subversão comunista nas Américas e discutiam a necessidade de trocarem informações sobre subversão, um assunto que apareceu repetidamente em conferências subsequentes” (MCSHERRY, 2005: 48).

Também o jornalista boliviano Gerardo Irusta Medrano enfatizou que a IX CEA celebrada nos EUA “consideró seriamente el problema de la subversión”, salientando que “una posibilidad es que el ‘Sistema Cóndor’ haya sido diseñado en sus inicios en esta conferencia internacional” (IRUSTA MEDRANO, 1997: 518). Destacando que a X CEA seria realizada em 1973 na capital da Venezuela, Caracas, o jornalista observa que “los datos revelados señalan que en este período (1969-1973) **entre los los ejércitos americanos ya existía un sistema de intercambio de información de inteligencia, lo que hace presumir que el ‘Sistema Cóndor’**

---

<sup>908</sup> “SOUTHCOM e Forças de Ação Especiais eram ‘componentes unilaterais’ do sistema militar interamericano, para garantir o domínio e controle os Estados Unidos” (MCSHERRY, 2005: 47).

**haya sido establecido ya en ese lapso de tiempo”** (IRUSTA MEDRANO, 1997: 518, grifo meu). Importante especificar, inclusive, que esse “sistema” de intercâmbio de informações entre os Exércitos sul-americanos já estava muito bem estabelecido ao menos desde meados da década de 1960. Nesse sentido, por exemplo, em maio de 1965 – isto é, uma década antes da formalização do “Sistema Condor” no Chile – celebrou-se, no Rio de Janeiro, a *III Conferência dos Chefes do Serviço de Informações dos Exércitos Sul-americanos*. Em um ofício enviado pelo general Clovis Bandeira Brasil ao diplomata Mozart Gurgel Valente Junior, chefe do gabinete do ministro das relações exteriores Vasco Leitão da Cunha, comunicou-se-lhes a realização do conclave em questão, “de caráter sigiloso” e com “o seguinte temário: **Atualização da situação do comunismo em cada um dos países participantes; Medidas anti-comunistas postas em prática nos diversos países e os resultados obtidos; (...) Medidas para o aperfeiçoamento do sistema de intercâmbio de informações**” (BR.DF.ANBSB.Z4.REX.AVU.0089.D1.DE1., p. 1, grifo meu)<sup>909</sup>.

Quase uma década depois, ainda no marco das Conferências dos Exércitos Americanos (CEA), cumpre enfatizar que a ditadura brasileira, inclusive, participou ativamente do já mencionado entramado militar do pré-Condor. De acordo com McSherry, “em junho de 1973, uma reunião da Conferência de Chefes de Comunicações dos Exércitos Americanos foi realizada em Brasília, Brasil, na qual se discutiu como a rede de comunicações militar deveria operar” (MCSHERRY, 2005: 48). Um dos resultados dessa Conferência dos Chefes de Comunicações dos Exércitos Americanos, ainda segundo McSherry, concretizou-se em um documento fundamental para a compreensão da antevéspera da montagem do Sistema Condor. Intitulado “‘Instruções Permanentes para Transmissão para a Rede de Comunicação Militar Interamericana [*Permanent Instructions for Transmission for the Network of Inter-American Military Communication*] [RECIM]’, originário de Fort Clayton (Canal Zone)”, o documento “foi enviado confidencialmente para dezoito exércitos latino-americanos” (MCSHERRY, 2005: 49).

---

<sup>909</sup> Previu-se até mesmo uma manobra de contra-informação: “O temário falso a ser divulgado pela imprensa será ‘Ação das Forças Armadas Nacionais no desenvolvimento do País (BR.DF.ANBSB.Z4.REX.AVU.0089.D1.DE1. p. 1). A IV Conferência dos Chefes do Serviço de Informações dos Exércitos Sul-americanos iniciou-se no dia 20 de abril de 1966. Além da III Conferência realizada, entre 2 e 9 de maio de 1965 no Rio de Janeiro, não foi possível identificar as sedes e datas das demais Conferências dos Chefes dos Serviços de Informações dos Exércitos Sul-americanos.

Nesse período, estabeleceu-se a Comisión Permanente de Comunicaciones Militares Inter-Americana (COPEMI), sediada na Zona do Canal do Panamá, sistema que serviu “como uma forma de elevar as capacidades de comunicação dos exércitos e conectá-los uns aos outros” (MCSHERRY, 2005: 49). Outro documento da CEA do mesmo período “discutiu como integrar os sistemas de comunicação que se sobrepunham, RECIM e COPECOMI; como a COPECOMI deveria ser financiada e como sinais de frequência muito alta [*very high frequency*] (VHF) poderiam ser utilizados para comunicações militares para lhes fornecer maior segurança e agilidade” (MCSHERRY, 2005: 49). Na conclusão de McSherry, “**este sistema pode ter alojado posteriormente a rede de comunicações seguras da Condor**” (MCSHERRY, 2005: 49). Seja como for, coube especificamente à XI CEA de outubro de 1975 no Uruguai o papel de constituir, na antevéspera do eclodir do ovo condorenses, o mais importante *protótipo* militar do Sistema Condor.

Circunscreve-se na sequência, portanto, a XI CEA realizada em 1975 no Uruguai como o protótipo militar mais imediatamente anterior à formalização do Condor no Chile. Nela, decidiu-se pela “adoção de padrões para o sistema interamericano de comunicações militares, COPECOMI” (MCSHERRY, 2005: 49). Como visto, uma autora tão relevante quanto McSherry identificou, entre os *protótipos* do Condor, tanto a XI CEA de 1975 quanto o *I Seminário de Polícia sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul* de fevereiro de 1974 na Argentina.

Do mesmo modo, o jornalista brasileiro Luiz Claudio Cunha destacou que, se é verdade que “a Condor chegou a crocitar, dois anos antes de sair do ovo”, no *I Seminário de Polícia sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul*, “o ovo da Condor começou de fato a eclodir em 1975, em Montevideu” (CUNHA, 2009: 399). Em 25 de agosto de 1975, os organizadores da XI Conferência dos Exércitos Americanos (CEA) reuniram-se preliminarmente na capital uruguaia para o encontro formal que seria aberto, naquela cidade, em outubro do mesmo ano. Nessa Reunión Preparatoria de la Conferencia de Ejércitos Americanos (CEA), participaram “15 delegaciones (Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Honduras, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Venezuela y Uruguay)” (VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAZ, 2012: 141). O ditador civil uruguaio Juan María Bordaberry recebeu os representantes militares da XI CEA, saudando o “profissionalismo” das Forças Armadas no combate à “agresión marxista que se desarrolla en forma de subversión terrorista armada”, mas não apenas “en el plano militar sino

también en el moral” (BORDABERRY *apud* VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 144). Conforme resgatam os historiadores Silvia Visconti e Universindo Rodríguez Díaz (ele próprio um dos uruguaios sequestrados pela Operação Condor no Brasil, salvo com sua esposa Lilian Celiberti pelo trabalho do jornalista Luiz Cláudio Cunha), as Conferências dos Exércitos Americanos (CEA) se reuniam, a cada dois anos, com a seguinte finalidade:

Alcanzar la estrecha comprensión entre los ejércitos para el estudio conjunto y en el ámbito del Continente Americano, de los problemas militares de interés mutuo, a fin de garantizar su seguridad de defensa, particularmente **contra la acción agresiva del Comunismo Internacional** [...], respetando la orientación de los respectivos gobiernos (*El Soldado*, Montevideo, setiembre 1975, año 1, n.º 10, *apud* VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 141, grifo meu)

Os Exércitos Americanos estiveram representados na XI CEA por suas respectivas hierarquias militares: “Jorge Rafael Videla (Argentina), Carlos Alcoreza Melgarejo (Bolívia), Fritz Acevedo Manso (Brasil), Luiz Camacho (Colômbia), Gustavo Álvarez Águilla (Chile), Merardo Salazar (Ecuador), Manuel Alfonso Rodríguez (El Salvador), Walter Kewing (Estados Unidos), Policarpo Paz (Honduras), Guillermo Noguera (Nicargua), Rogelio Rodríguez Ramírez (Panamá), Alejandro Fretes (Paraguay), Jorge Fernández Maldonado (Perú), Víctor Molina (Venezuela), entre otros” (VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 142). A delegação dos anfitriões uruguaios da XI CEA esteve composta, a seu turno, “por los generales Julio César Vadora Rozier (presidente de la CEA), Luis Vicente Queirolo (secretario general), Amaurí Prant (director del Servicio de Información de Defensa-SID), Abdón Raymúndez y el coronel Manuel J. Núñez, secretario ejecutivo” (VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 142). Também estiveram presentes os comandantes da Armada Nacional e da Fuerza Aérea do Uruguai, respectivamente, Víctor González Ibargoyen e Dante Paladini (VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 142).

O general uruguaio Julio César Vadora Rozier, em conferência de imprensa antes da realização da XI CEA, assinalou que “apenas um Estado forte” comandado pelas Forças Armadas seria capaz de “derrotar a la subversión y restablecer la autoridad”. A XI CEA abordou temas de segurança e denunciou “la campaña internacional de inspiración marxista contra Uruguay” (VADORA ROZIER *apud* VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 142). As Forças Armadas uruguais precisavam contar, proclamou o General Vadora Rozier, com o apoio decisivo da imprensa para que “informen objetivamente y destruyan esa conjura internacional manejada por espurios sentimientos de origen marxista que, a través de informaciones distorsionadas... nos

presentan frente a la opinión pública con una falsa imagen que no encuadra dentro de lo que es la realidad de mi país” (VADORA ROZIER *apud* VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 143). Demarcando o *protótipo* militar mais imediato da Operação Condor, ainda na sua conferência de imprensa sobre a XI CEA, o general uruguaio afirmou o alto nível do entrosamento da coordenação repressiva interamericana, em curso, às vésperas do eclodir do “ovo” condorense:

**Uno de los objetivos principales de nuestros ejércitos es controlar la infiltración marxista en el continente...** el tema figura en la agenda de la CEA ya que es necesario mantener una actitud de alerta para impedir la acción marxista [...]. **En el campo de la sedición debe haber un estrecho enlace entre los Ejércitos, que de hecho existe, para saber cuáles son las posibilidades del enemigo común. El intercambio de información permite a cada Ejército luchar con mayor eficacia en el ámbito de sus respectivos países** (VANDORA ROZIER *apud* VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 143, grifo meu)

A XI CEA esteve dividada em duas partes. Na primeira delas, em outubro de 1975, “na semana de 6 a 12, reuniram-se, nos salões do hotel Carrasco, os homens do serviço secreto do continente” e, tendo como anfitrião o general Amaury Prantl, comandante do Serviço de Inteligência de Defesa (SID). O chefe da delegação colombiana, Luis Camacho, defendeu que a “lucha antisubversiva” seria objeto de um tratamento exaustivo pela XI CEA, especialmente no campo dos “servicios de inteligencia”, destacando que “se encara el intercambio de información y de metodología en la lucha contra los organismos internacionales que realizan distintas ofensivas terroristas en diversos puntos del hemisferio” (CAMACHO *apud* VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 144). O general Gustavo Álvarez Águilla, em nome do Exército chileno na XI CEA, defendeu que os Exércitos Americanos deveriam se preparar para o enfrentamento de “una guerra que no responde al padrón clásico de frentes lineales y enemigos declarados y abiertos, sino de acciones solapadas en las que no se distinguen vanguardia y retaguardia y en la que se recurre a la violencia materializada en actos de hostilidad y tenaz oposición a todo orden jurídico y social establecido” (ÁLVAREZ ÁGUILLA *apud* VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 144). Os países americanos, segundo o general chileno, deveriam fortalecer o sistema de “defensa del continente amenazado en forma permanente y sistemática por las intervenciones e intenciones de dominación mundial que lleva a cabo el comunismo soviético” (ÁLVAREZ ÁGUILLA *apud* VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 144).

As Forças Armadas seriam, como defendeu o general representante da ditadura militar chilena na XI CEA, “el más firme baluarte en la lucha contra el marxismo y es así como en la



gran mayoría de los países ocasionalmente se han establecido gobiernos militares a fin de alejar el peligro del flagelo comunismo que todo lo corrompe para dar paso a un periodo de nacionalismo más puro” (ÁLVAREZ ÁGUILLA *apud* VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 144-145). O então tenente-general Rafael Videla, representante do Exército argentino na XI CEA, “fue más explícito y categórico en sus declaraciones, anticipando los tiempos por venir: ‘Si es preciso – afirmó – en la Argentina deberán morir todas las personas necesarias para lograr la seguridad del país’” (VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 145). Na segunda parte da XI CEA, inaugurada em 29 de outubro de 1975, coube ao general **Luís Queirolo**, chefe do Estado-Maior do Exército uruguaio, saudar os militares presentes, centrando “fogo na luta contra o comunismo”: “A única coisa que nos separa, aos homens dos exércitos da América, são nossos uniformes. Eu acredito que nunca antes nos compreendemos uns aos outros neste momento... **Existe uma coordenação entre os exércitos do continente para combater e impedir a infiltração marxista ou qualquer outra forma de subversão**” (QUEIROLO *apud* CUNHA, 2009: 400, grifo meu).

A XI CEA acordou, ao final de suas deliberações, “una serie de recomendaciones en las que estaban incluidas la prohibición de que ‘regímenes marxistas’ integraran el sistema de seguridad hemisférico y una ratificación sobre el desarrollo de cada país en la ‘lucha antissubversiva’ y contra la ‘infiltración marxista’, manteniendo un enlace informativo permanente entre los ejércitos” (VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAS, 2012: 145)<sup>910</sup>. Robert Scherrer, o *legal attaché* na Embaixada dos EUA em Buenos Aires – um pomposo nome conferido ao agente do FBI lotado naquela repartição –, “disse que em 1975 os governos propuseram formalmente que o FBI tivesse ‘com eles uma troca mais aberta de informação’ sobre as atividades de pessoas consideradas ‘terroristas’ nos Estados Unidos” (DINGES, 2005: 93). Segundo Scherer, “**a proposta foi feita na reunião da Conferência de Exércitos Americanos em Montevideú, Uruguai, em outubro de 1975**. A reunião contou com a presença da delegação de altos oficiais do Exército dos EUA, liderada pelo **Comandante General da Southcom EUA Denni P. McAuliffe**” (DINGES, 2005: 282, grifo meu).

A XI CEA contou até mesmo com a presença especial do coronel chileno **Manuel Contreras**, o chefe da DINA, que “jogou sua carta na mesa propondo aos seus camaradas do Cone

---

<sup>910</sup> “La delegación peruana, presidida por el general Jorge Fernández Maldonado, no acompañó esta decisión tomada en mayoría por la CEA” (VISCONTI; RODRÍGUEZ DÍAZ, 2012: 145).

Sul um ‘programa repressivo transnacional’” (CUNHA, 2009: 399). O coronel Contreras propôs junto à XI Conferência dos Exércitos Americanos “uma teoria que já estava sendo exercida na prática. Apenas não tinha método nem condinome”, mas “ninguém ficou indiferente à proposta chilena, que deveria ser formalizada em um encontro mais restrito no mês seguinte em Santiago” (CUNHA, 2009: 399). Propondo uma maior integração nas ações dos diferentes serviços de espionagem das ditaduras militares, “já que ‘estruturas mais sofisticadas eram necessárias para confrontar a guerra psicopolítica contra a subversão’”, “os chefes de inteligência do Cone Sul aprovaram a sugestão” (CUNHA, 2009: 399-400). Assim que se encerrou a XI Conferência dos Exércitos Americanos de outubro de 1975, “Contreras despachou o vice-diretor da DINA, o coronel da Força Aérea Mario Jahn, direto de Montevideu para Assunção” e, ali, foi entregue a proposta de fundação do Condor “ao chefe da polícia paraguaia e principal nome da repressão, general Francisco Britez” (CUNHA, 2009: 400).

O vice-diretor da DINA “entregou nas mãos dele um o convite para uma reunião ‘absolutamente secreta’ a se realizar em Santiago durante uma semana, a partir de 25 de novembro”, bem como lhe entregou “uma agenda de dez páginas com o programa da Primeira Reunião de Trabajo de Inteligencia Nacional” (CUNHA, 2009: 400). “O n.º 2 da DINA aproveitou o embalo e, antes de voltar para casa, fez uma outra escala, um pouco mais acima do mapa. Em Brasília. O destinatário do convite entregue por Jahn era um fraterno amigo de Contreras: o general João Baptista Figueiredo, chefe do SNI” (CUNHA, 2009: 400).

#### *6.1.5. Chile, novembro de 1975: a I Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional e o Sistema Condor*

A Operação foi fundada em uma reunião realizada entre 26 de novembro e 1º de dezembro de 1975 em Santiago do Chile. A 26 de novembro, no grande salão da Academia de Guerra do Exército, o ditador Augusto Pinochet “falou pouco, um pedaço de hora e meia da sessão de abertura reservada por Contreras às formalidades protocolares. O general entoou a cantilena de sempre sobre o comunismo e seus perigos, destacou a importância da coordenação de informações, agradeceu a presença, desejou sorte ao grupo, despediu-se e foi embora” (CUNHA, 2009: 410). O chefe da DINA, Contreras, assumiu então os trabalhos da I Reunión de Inteligencia Nacional (CUNHA, 2009: 410). Um documento secreto da ditadura pinochetista registrou a Agenda para a

reunião que fundaria, ao seu término, a “Operação” Condor. Intitulado *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, datada de 29 de outubro de 1975, essa Agenda estruturou seu Índice com os seguintes tópicos, que deveriam ser objeto de deliberações entre os participantes do encontro fundador da Condor: I. Fundamentos; II. Proposición; III. Países Participantes; IV. Sede del Sistema y Visión General; V. Esquema Orgánico Propuesto; VI. Mecánica de Consulta; VII. Programa General; VIII. Programa de Trabajo; IX. Informaciones para los Asistentes; e X. Clave (CDyA: R0022F0156).

De início, a premissa dos *Fundamentos* da Agenda da *I Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional* caracterizou o perfil internacional da “subversão”, que penetraria por meio de uma ação transfronteiriça em todo o continente americano, bem como seu caráter antagônico às tradições históricas, filosóficas, religiosas e culturais dos países latino-americanos: “**La Subversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente**, amparado por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio. Esta situación descrita, **no reconoce Fronteras ni Países, y la infiltración penetra todos los niveles de la vida nacional**” (CDyA: R0022F0157, grifo meu). A “Subversão”, portanto, estaria articulada transnacionalmente e apresentaria eixos de coordenação *intercontinentais, continentais, regionais, subregionais*, enumerando a Agenda da reunião fundadora da Condor os seguintes exemplos do internacionalismo “subversivo”:

**La Subversión, ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras.** A manera de ejemplo podemos citar la Conferencia Tricontinental de la Habana, la Junta Coordinadora Revolucionaria para el Sur, etc., todo ello amenizado con toda suerte de Comités de Solidaridad con ...; de Congresos para ...; de Tribunales de ...; de Encuentros ...; de Festivales ...; de Conferencias ... etc. (CDyA: R0022F0157, grifo meu)

No entanto, para enfrentar e combater essa “Internacional da Subversão”, como estariam reagindo e mobilizando-se “**los países que están siendo agredidos Política-Económica y Militarmente (desde adentro y fuera de sus fronteras)**” (CDyA: R0022F0157)? Segundo os autores pinochetistas da Agenda da *I Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, da pior maneira possível, isto é, sem coordenação e planificação de ações repressivas integradas. Isso porque, segundo os agentes da DINA chilena, os países “agredidos” *por dentro e por fora de suas fronteiras* pela “Subversão”, infelizmente, “**están combatiendo solos o cuando más con**

**entendimientos bilaterales o simples ‘acuerdos de caballeros’** (CDyA: R0022F0157). Faltava-lhes, portanto, sistematicidade em suas ações antissubversivas. E foi justamente pensando em meios de aprimoramento **“para enfrentar esta Guerra Psicológica”** que a *I Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional* havia sido convocada, para que os países “agredidos” pela “Subversão” pudessem “contar en el ámbito Internacional no con un Mando centralizado en su accionar interno, sino que con **una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la Seguridad**” (CDyA: R0022F0157, grifo meu).

Nesse sentido, lançou-se uma *Proposición* “para materializar los intercambios de información” com três eixos de ações que deveriam estruturar “una **Oficina de Coordinación y Seguridad**”: um Banco de Dados, uma Central de Informações e Reuniões de Trabalho periódicas (CDyA: R0022F0157, grifo meu). O *Banco de Datos*, primeiro elemento dessa *Oficina de Coordinación y Seguridad*, deveria constituir, “en líneas generales, **algo similar a lo que tiene INTERPOL, en París, pero dedicado a la Subversión**” (CDyA: R0022F0158, grifo meu). A proposta da DINA chilena recomendou, assim, que deveria se “establecer en un País de los que aquí se encuentran representados, **un Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Organizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión**” (CDyA: R0022F0158, grifo meu). Ademais, recomendaram os anfitriões chilenos, “**este Banco de Datos, debe ser manejado financiado y alimentado por los Servicios de Seguridad de los Países interesados**, de acuerdo a un Reglamento Orgánico y de Funcionamiento aprobado por los Delegados” (CDyA: R0022F0158, grifo meu).

O segundo eixo estruturante da *Oficina de Coordinación y Seguridad* deveria conferir funcionalidade ao *Banco de Datos*. Isto é, os dados reunidos no *Archivo Centralizado* – uma espécie de “Interpol dedicada à Subversão” – deveriam ser operacionalizadas por meio de uma “Central de Informaciones”. Assim, “**para obtener un eficaz rendimiento en el uso del Banco de Datos, es necesario contar con un Sistema de Comunicaciones moderno y ágil, que permita cumplir con los principios de rapidez y oportunidad en la entrega de la información**” (CDyA: R0022F0158, grifo meu). Tal sistema de informações antissubversivas centralizado, portanto, “podría conformarse a base de: 1. Transmisión por Telex. 2. Medios de Criptografía. 3. Teléfonos con inversores de voz. 4. Correos” (CDyA: R0022F0158). Da mesma forma, “**este Sistema debe**

**ser manejado, financiado y alimentado por los Servicios de Seguridad de los Países interesados**, de acuerdo a un Reglamento” (CDyA: R0022F0158, grifo meu).

O terceiro eixo estruturante da *Oficina de Coordinación de Seguridad* – ao lado do Banco de Dados e da Central de Informações – seria a realização de reuniões periódicas de trabalho “**en los Países cuyos servicios de Seguridad serán parte de este Sistema**” (CDyA: R0022F0158, grifo meu). Essas reuniões periódicas serviriam como forma de “ir evaluando los servicios prestados por la Oficina de Coordinación de Seguridad, tratar problemas específicos, realizar contactos de coordinación o conocimiento personal” e, nesse sentido, “**también deben estimularse Reuniones de Trabajo bilaterales o extraordinarios** cuando la situación así lo exija” (CDyA: R0022F0158, grifo meu). Enfim, “estos tres elementos básicos: Banco de Datos, Central de Informaciones y Reuniones de Trabajo, forman **el Sistema de Coordinación de Seguridad** propuesto” (CDyA: R0022F0159, grifo meu). Aqui, deve-se enfatizar que esse pacto repressivo estabelecido no Chile ao final de 1975, embora seja amplamente reconhecido como “Operação Condor”, foi, de fato, estruturado como um “Sistema de Coordenação de Segurança”.

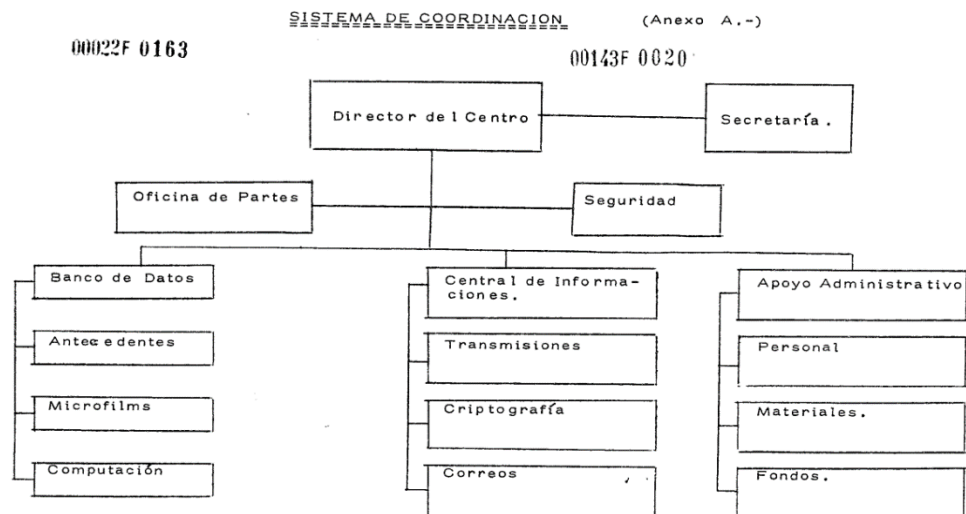
Em suma, de acordo com a imanência da Agenda secreta que entabulou os temas e as propostas da *I Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, seria mais apropriado designar essa “Interpol dedicada à Subversão” de “Sistema Condor”, em vez de “Operação Condor”. Referida Agenda convocatória de criação do Sistema Condor previu, enfim, que além dos países participantes, “pueden ingresar todos los países que quieran, siempre y cuando, no representen a países Marxistas”, ressaltando que “la admisión desde luego debe estar sujeta a la eglamentación del Sistema” (CDyA: R0022F0159). Finalmente, na Agenda da *I Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, a ditadura militar chilena ofereceu-se para servir de “quartel-general” do *Sistema de Coordinación de Seguridad* proposto, destacando que “la Dirección de Inteligencia Nacional [DINA], está en condiciones de ofrecer como Sede del Sistema a Santiago de Chile, pero se somete a cualquier tipo de acuerdo que exista entre los Paíse participantes” (CDyA: R0022F0159). Por último, a DINA chilena delineou, como “Visão Geral” do *Sistema de Coordinación de Seguridad*, as seguintes características:

La Dirección del Sistema debe ser ejercida en la forma que los países lo acuerden, ya sea en forma rotativa, por elección y conforme a un período determinado. Los Países deben concurrir en forma igualitaria y proporcional al mantenimiento del Sistema, conforme a los acuerdos que se determinen. El personal técnico del Sistema debe ser proporcionado en forma igualitaria o proporcional por los Servicios involucrados, y solo el personal no

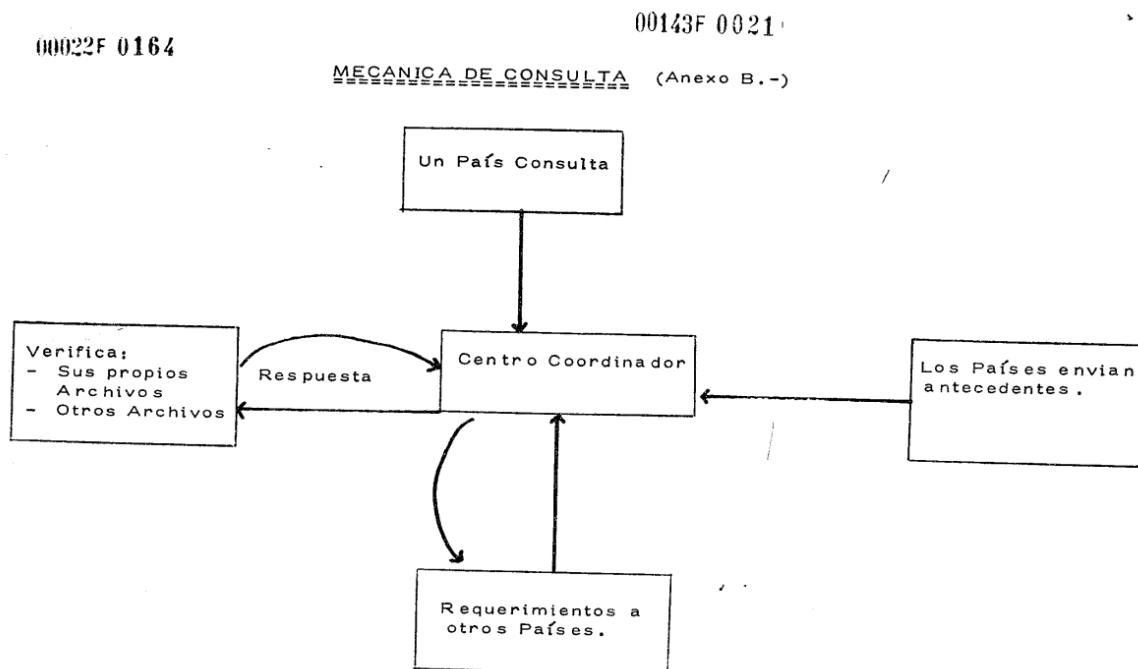
técnico puede ser contratado localmente previa Investigación de confiabilidad. **El Personal Técnico, debe tener inmunidad diplomática y estar agregado a su respectiva Representación de acuerdo a las normas que le fije cada País, aunque es deseable que ellos dependan directamente de sus Servicios** (CDyA: R0022F0159, grifo meu)

Na sessão inicial de 26 de novembro de 1975, os anfitriões chilenos apresentaram aos convidados a “Organización de la Dirección de Inteligencia Nacional”, a “Situación de la Subversión en Chile” e o “Objetivo de la 1ª Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional” (CDyA: R0022F0161). Naquela tarde, sugeriu-se que “cada país participante puede si así lo desea, disponer de 1 hora y 30 minutos sobre exponer su Organización de Inteligencia, su actual situación de la Subversión y forma de combatirla” (CDyA: R0022F0161). No segundo dia da *I Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, em 27 de novembro, reservou-se a primeira sessão “para las exposiciones de los países” e a segunda para discussões sobre a “necesidad de contar con un Sistema de Coordinación de Seguridad”, momento em que seriam consideradas a “opinión de los participantes” e seus aportes para a “estructuración del Sistema, Organización y funcionamiento” (CDyA: R0022F0161). No dia 28 de novembro, a primeira sessão de trabalhos discutiu a “dotación de medios, personal, costos del Sistema”, bem como a “distribución y obligación de los países” (CDyA: R0022F0161) e, na segunda sessão, deu-se continuidade às “conversaciones sobre el Sistema propuesto” (CDyA: R0022F0161). O último dia da reunião que fundou a Condor, em 29 de novembro, destinou-se à “lectura y aprobación del acta final” (CDyA: R0022F0161).

A Agenda secreta ainda enumerou algumas “Informaciones para los Asistentes” (CDyA: R0022F0162), referentes a meios de hospedagem, alimentação, segurança e transportes oficiais que seriam concedidos aos participantes pela ditadura militar chilena, bem como um conjunto de “Instrucciones para Cifrar y Descifrar” (CDyA: R0022F0165) as comunicações por telex entre os países convidados, que deveriam informar a linha aérea, o número de vôo, o grau, o nome, o cargo e o dia em que chegariam os participantes da *I Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*. A Agenda dessa reunião constitutiva do Sistema Condor anexou dois organogramas: um referente ao “Esquema Orgánico Propuesto” do Sistema de Coordinación y Seguridad e outro pertinente à “Mecánica de Consulta”, respectivamente reproduzidos abaixo:



**Figura 311.** Sistema de Coordinación Condor. FONTE: CDyA: R0022F0163.



**Figura 312.** Mecânica de Consulta do Sistema Condor. FONTE: CDyA: R0022F0164.

Em 28 de novembro de 1975, conforme previsto na referida Agenda, lavrou-se a *Acta de Clausura de la Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*. Assinaram a *Acta de Clausura* as delegações de cinco dos seis países participantes: Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. A ditadura militar brasileira, conforme se verá, enviou apenas uma delegação de

observadores com a ordem de não subscrever a mencionada *Acta*. Esta registrou que as delegações das ditaduras militares chilena, argentina, uruguaia, paraguaia e boliviana “acuerdan efectuar las siguientes recomendaciones para su accionar futuro”:

1. Iniciar a partir de esta fecha **los contactos bilateral o multilateral**, a voluntad de los respectivos países aquí participantes, para **el intercambio de información subversiva, abriendo propios o nuevos Kardex de antecedentes de los respectivos Servicios**. 2. Recomendamos, **la formación de un Oficina Coordinadora, destinada a proporcionar antecedentes de personas y organizaciones conectadas con la Subversión**. 3. Recomendamos, se estudie **la proposición de establecer un Sistema de contacto periódico entre los Servicios de Inteligencia** mediante la aprobación o modificación de lo propuesto para normalizar este tipo de encuentros (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975, grifo meu)

A quarta recomendação inscrita na *Acta de Clausura* previu, propriamente, a estruturação do já referido *Sistema de Coordinación y Seguridad* em três etapas pré-definidas. Dessa forma, no ponto 4 determinou-se “**establecer el Sistema de Coordinación mediante tres etapas para su activación**” (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975, grifo meu), definindo-se a primeira etapa no ponto 5, da seguinte maneira:

[5]a. Establecer **un Directorio completo con los nombres y direcciones de aquellas personas que trabajen en Inteligencia para solicitar directamente los antecedentes de personas y organizaciones conectadas directa o indirectamente con el Marxismo**. [5]b. Recomendamos, **que los Servicios de Seguridad atiendan con prioridad las peticiones de antecedentes de los Servicios involucrados en el Sistema**. [5]c. Recomendamos, **el contacto muy rápido o inmediato cuando se expulse del país un individuos (s) o viaje un sospechoso, para alertar a los Servicios de Inteligencia**. [5]d. Recomendamos, **el uso del Sistema de Criptografía que se pondrá a disposición de los países en los próximos 30 días**, es bien entendido que presenta vulnerabilidades, y será reemplazado a futuro por máquinas criptográficas que serán seleccionadas de común acuerdo. [5]e. Recomendamos, estudiar los modelos de fichas que se propone, comunicándose las modificaciones necesarias. [5]f. Recomendamos, colocar a disposición del Equipo Técnico los antecedentes que posean los Servicios de Inteligencia sobre: Telex; Microfilm; Computación; Criptografía; para completar lo que falte; aprovechar lo que hay y proponer nuevos elementos. [5]g. Recomendamos **la habilitación en las Embajadas de nuestros países, la presencia de personal de Inteligencia Nacional o similares para enlaces directos y personales, plenamente acreditados ante los Servicios**. [5]h. Recomendamos, recibir a **las personas que estudiaren los temas teóricos del Sistema referidos al Banco de Datos y Transmisiones de Antecedentes**. [5]i. Recomendamos, **la utilización de los medios de enlace ajenos a los países del Sistema, especialmente extra continentales para obtener antecedentes sobre la Subversión**<sup>911</sup>. [5]j. Recomendamos, **facilitar los**

---

<sup>911</sup> Para Luiz Claudio Cunha, essa recomendação de Fase 1 do Condor para “o emprego de conexões fora dos países do sistema, especialmente daqueles que estão fora do continente, para obter informações sobre a subversão”, abriria “espaço para a interação com a CIA e com o FBI” (CUNHA, 2009: 411). Todavia, esses canais para além do Cone Sul devem ter incluído certamente, além das interações com a CIA e o FBI, interconexões com o complexo WACL/CAL. É importante ressaltar, nesse sentido, o fato do “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, a SEPES, ter presidido a própria Liga Mundial Anticomunista entre abril de 1975 e maio de 1976, portanto, durante a pactuação e os



**medios para publicar informaciones destinadas a atacar a la Subversión y que digan relación con nuestros países**<sup>912</sup>. [5]k. Recomendamos, **realizar la próxima Conferencia, una semana antes a la Reunión de Comandantes en Jefes del Ejército, teniendo como país Sede Chile y a la cual cada país se hará representar por no más de tres delegados** (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975, grifo meu)

Antes da descrição da segunda de três etapas sobre as quais deveria se estruturar o *Sistema de Coordinación y Seguridad*, a *Acta de Clausura de la Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional* batizou, pela primeira vez, o eixo da coordenação repressiva transnacional, pactuado em novembro de 1975 no Chile de Pinochet: “**El presente Organismo se denominará CONDOR**, aprobado por unanimidad, conforme a la moción presentada por la Delegación de Uruguay en homenaje al país Sede” (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975, grifo meu). Além das 11 recomendações que estruturaram a primeira etapa do *Sistema Condor de Coordinación y Seguridad*, recomendou-se “para la segunda fase”: “[6]a. Evaluar los resultados de la Primera Fase y proponer antecedentes que faciliten la elaboración del Proyecto de factibilidad del Sistema en discusión. [6]b. **Incrementación de los Sistemas de Comunicación y enlaces que permitan agilizar los intercambios de información, tanto bilateral como multinacional.** [6]c. Presentación del Proyecto de Factibilidad del **Sistema de Coordinación de Inteligencia**”. Finalmente, “para la Tercera Fase” do *Sistema Condor de Coordinación de Inteligencia*, recomendou-se “[7]a Aprobación del Proyecto de Factibilidad del Sistema y otorgamiento de los fondos que permitan su materialización” (CONTRERAS

---

primeiros meses de vôo do Condor. É igualmente notável o fato do Presidente da SEPES ter viajado ao Chile para oferecer pessoalmente ao general-presidente Pinochet e a sua ditadura militar os serviços de alcance global do complexo WACL/CAL. É digno de nota também o fato de uma “misteriosa” chilena (hoje professora universitária de História no Chile) ter dirigido o setor internacional da SEPES, a CEDOP, tendo sido apontada pelo SNI como uma agente do serviço secreto chileno no Brasil. As conexões chilenas da SEPES, recentemente, foram aprofundadas mais ainda por Roberto Simon. A pioneira reportagem investigativa do premiado jornalista Rubens Valente já havia, inclusive, lançado luz à conexão SEPES-Pinochet. O ex-Presidente da SEPES, embora tenha concedido entrevistas a Rubens Valente (2009) e à pesquisadora Marcia Guena dos Santos (1998), recusou-se mais recentemente a conceder entrevista a Roberto Simon: “Hoje Barbieri Filho vive em Boca Raton, condado da Flórida conhecido pelos condomínios de aposentados, onde presta consultoria a empresários brasileiros que sonham em emigrar para Miami. Procurado pelo autor, ele não respondeu a pedidos de entrevista” (SIMON, 2021: 436).

<sup>912</sup> Um livro pró-ditadura pinochetista, “*O experimento marxista chileno*, da pena do jornalista australiano Robert Moss”, construído “com base em documentos forjados que a junta chilena apresentara”, teve a tradução custeada pelo governo de Pinochet, “enquanto o pagamento diretamente a Moss teria ficado a cargo da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Sepes), formada por um grupo de empresários paulistas ‘amigos’ da embaixada do Chile. Seria uma das várias contribuições, em dinheiro, informações e contatos, da Sepes à ditadura chilena” (SIMON, 2021: 298). Nota-se, mais uma vez, que o “Capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL integrou um conjunto de operações psicológicas que comporiam o Sistema Condor.

SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975, grifo meu). O penúltimo ponto (8) da *Acta de Clausura de la Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*, finalmente, estipulou que “La inclusión de cualquier otro país al Sistema CONDOR, deberá contar con la aprobación del total de los países participantes a la Primera Conferencia” (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975).

O último ponto (9) pactado estipulou que “la presente Acta de Clausura, con las recomendaciones estampadas, será ratificada con la firma de los respectivos Jefes de Servicio de los países participantes en un plazo no superior a sesenta días a contar de esta fecha y que se materializa el 30 de ENERO de 1976” (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975). E, “para constancia firman”: pelo Chile, Manuel Contreras Sepúlveda (Coronel de Ejército, Director de Inteligencia Nacional); pela Argentina, Jorge Demetrio Casas (Capitán de Navío, Jefe [de] Delegación); pelo Uruguai, José A. Fons (Coronel de Ejército, Jefe [de] Delegación); pelo Paraguai, Benito Guanés Serrano (Coronel de Ejército, Jefe [del] 2º Departamento del E.M.F.F.AA.), e pela Bolívia, Carlos Mena (Mayor de Ejército, Jefe [de] Delegación) (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975)<sup>913</sup>.

Nunca é demais ressaltar que as deliberações e acordos pactados na I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional de 1975 no Chile de Pinochet, por fim, configuraram não uma OPERAÇÃO, mas um SISTEMA CONDOR. Nesse sentido, como se acabou de ver, a terminologia utilizada pelos Condores definiu a criatura criada no Chile de Pinochet como um *Sistema de Coordinación, Inteligencia y Seguridad*, e não como uma “Operação”. Na historiografia, é o jornalista boliviano Gerardo Irueta Medrano quem mais insiste no caráter sistêmico – e não apenas operativo – do Condor. Estruturou-se o Condor, segundo ele, como um “sistema multinacional de represión” que, envolvendo “a los mecanismos de inteligencia” sul-

---

<sup>913</sup> A patente de capitão de Marinha de Jorge Demetrio Casas era equivalente a de coronel de Exército; ele era “diretor de operações internacionais da SIDE (Serviço de Inteligência do Estado)”, “subchefe do principal órgão de informações do país” que, “dois anos depois, promovido a contra-almirante, acabaria chefe da Inteligência Naval argentina” (CUNHA, 2009: 417). José A. Fons, chefe da delegação uruguaia, era subdiretor do Serviço de Inteligência de Defesa (SID), e esteve acompanhado por outro Coronel da Força Aérea, também subdiretor da SID, “que deu nome de Condor à nova criatura” (CUNHA, 2009: 417). No caso paraguaio, embora a DINA chilena tivesse convidado o Chefe de Polícia Francisco Britez para a reunião fundadora da Condor, este “preferiu repassar o encargo a alguém fardado, e quem chefiava a comitiva paraguaia era o coronel Benito Guanés Serrano, chefe do G-2, o Departamento de Inteligência do Estado-Maior das Forças Armadas” (CUNHA, 2009: 417). A ditadura militar boliviana de Hugo Banzer enviou “o chefe de missão menos graduado: o major Carlos Mena Burgos, do Serviço de Inteligência do Estado (SIE)” (CUNHA, 2009: 417-418).

americanos, “fue el coordinador internacional de la represión política anticomunista del Cono Sur” (IRUSTA MEDRANO, 1997: 360, grifo meu). O Condor deve, pois, ser compreendido como “la coordinación de los sistemas de inteligencia militares y civiles entre un grupo de gobiernos cuya única finalidad suprema era ‘aplantar la subversión’ mediante un trabajo de inteligencia que comprendía detenciones, seguimientos, ejecuciones, desapariciones, dentro y fuera del país” (IRUSTA MEDRANO, 1997: 483, grifo meu).

Embora popularmente conhecido como “Operação Condor”, não se pode perder de vista que a Condor foi estruturada, precisamente, como um sistema “transnacional de espionaje y represión” (IRUSTA MEDRANO, 1997: 484). Em resumo, “el nombre real del aparato de espionaje fue ‘Sistema Cóndor’ y no ‘Operación Cóndor’” (IRUSTA MEDRANO, 1997: 493, grifo meu). Quem “esclareceu” Gerardo Irusta Medrano sobre a importância de resaltar o aspecto sistêmico e não meramente operativo do Condor, inclusive, foi um ex “operador del sistema de radio y claves del ‘Sistema Cóndor’” (IRUSTA MEDRANO, 1997: 488-489). Juan Carlos Fortún, “un agente secreto de los servicios de inteligencia boliviano y especializado en sistema de radio comunicaciones y claves”, “así empezó su relato” ao jornalista boliviano:

– ‘Quiero empezar aclarándote que la palabra ‘Operación’ está equivocada y mal utilizada. En realidad el trabajo realizado nunca se llamó ‘Operación Cóndor’ sino más bien ‘SISTEMA CÓNDOR’ que es su denominativo correcto. No se de donde y quénes habrán inventado el título de OPERACIÓN CÓNDOR porque no era propiamente un programa puramente operativo, sino que más bien era un sistema integrado de inteligencia y que luego derivaba recién en su fase operativa. Consecuentemente de ahora en adelante vamos a hablar del SISTEMA CONDÓR, que era como lo llamábamos entonces’ (FORTÚN *apud* IRUSTA MEDRANO, 1997: 493, grifo meu)

E, se assim foi, é preciso agora especificar as três fases operativas que compuseram o Sistema Condor que, embora formalizado ao final de 1975, enquanto sistema transnacional de espionagem e repressão anticomunista, já existia sem a denominação conferida no Chile de Pinochet<sup>914</sup>.

---

<sup>914</sup> Referindo-se à convocatória para a *I Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional* subscrita por Manuel Contreras e encontrada pela primeira vez nos *Archivos del Horror* no Paraguai, o referido jornalista boliviano ressalva: “Pero hay que hacer una reserva a ese respecto. Esta reunión de ‘coordinación’ de los sistemas de espionaje y represión política del Cono Sur, no significaba en modo alguno que aquí hubiese nacido el ‘Sistema Cóndor’ que para entonces ya estaba en pleno funcionamiento y en este sentido ahora hay suficientes testimonios de que el sistema de coordinación internacional de los sistemas de inteligencia estaban trabajando desde fines de la década del 60” (IRUSTA MEDRANO, 1997: 518).

### 6.1.5.1. *As três fases do Sistema Condor: vigiar e exterminar “subversivos” dentro e fora da América do Sul*

Estruturalmente, o Sistema Condor foi montado em três (3) fases. Na Fase 1, formalizou-se a “troca de informações entre os serviços de Inteligência, com a criação de um banco de dados sobre pessoas, organizações e outras atividades de oposição aos governos ditatoriais” (CNV, 2014a: 221). A Fase 2 implicou a realização de “operações conjuntas nos países no Cone Sul e a troca de prisioneiros, mobilizando agentes da repressão local envolvidos na localização e prisão de opositores caçados por governos estrangeiros” (CNV, 2014a: 221-222). Finalmente, “a Fase 3 consistiu na formação de esquadrões especiais integrados por agentes dos países-membros, assim como por mercenários oriundos de outros países (neofascistas italianos e cubanos anticastristas), que tinham por objetivo a execução de assassinatos seletivos de dirigentes políticos” (CNV, 2014a: 222). Essa Fase 3 “incluía operações de execução fora do Cone Sul e além dos limites da América Latina” (CUNHA, 2009: 414)<sup>915</sup>.

Um cabograma secreto redigido pelo então *attaché* do FBI em Buenos Aires, Robert Scherrer, de 28 de setembro de 1976, caracterizou da seguinte forma a Fase 3 do Sistema Condor, descrito como “o codinome para a coleta, troca e armazenagem de dados de inteligência sobre os chamados ‘esquerdistas’, comunistas e marxistas, que foi recentemente estabelecida entre serviços de inteligência cooperativos da América do Sul a fim de eliminar as atividades terroristas marxistas na região” (SCHERRER, 1976: 1): “Uma terceira e mais secreta fase da ‘Operação Condor’ envolve a formação de equipes especiais de países-membro que viajam para qualquer lugar do mundo para os agora países-membro, para executar sanções, inclusive de assassinato de terroristas e apoiadores de organizações terroristas de países-membro da ‘Operação Condor’” (SCHERRER, 1976: 2). Em outras palavras, o Condor estruturou-se como um sistema “trifásico” e, por meio

---

<sup>915</sup> O intercâmbio sul-americano de informações sobre “subversivos”, relacionando seus nomes e organizações em uma espécie de base central, “fazia parte do que Contreras chamava de **Fase Um** [a troca de arquivos de informações], que já era feito de maneira quase natural” (CUNHA, 2009: 411, grifo meu). A **Fase Dois** do Sistema Condor, a seu turno, “visava a uma ação mais incisiva contra os inimigos comuns, agindo com equipes próprias além das próprias fronteiras, pisando o solo dos outros países do sistema, sempre em conjunto com os comandos da repressão local” (CUNHA, 2009: 411, grifo meu). Coroando “a Fase Um, a troca de arquivos de informações”, e a “Fase Dois, a caçada e a tortura em operações conjuntas com os países vizinhos, uma ousadia”, “a **Fase Três**” proposta pela DINA seria “um estouro” (CUNHA, 2009: 414, grifo meu).

dele, “os estados militares implementaram uma política calculada de extermínio de seus inimigos políticos ao redor do mundo” (MCSHERRY, 2005: 4). A pesquisadora norte-americana J. Patrice McSherry resumiu as três fases componentes do Sistema Condor da seguinte maneira:

O sistema Condor consistia em três níveis. O primeiro era a cooperação mútua entre serviços militares de inteligência para coordenar vigilância política de dissidentes-alvo e troca de informações de inteligência. O segundo era ação secreta, uma forma de ofensiva não-convencional de guerra na qual o papel do perpetrador permanece oculto. Esquadrões multinacionais da Condor executavam operações confidenciais transfronteiriças para deter/fazer desaparecer exilados e transferi-los para seus países de origem, onde a maioria desaparecia permanentemente. O terceiro e mais secreto nível era a capacidade de extermínio da Condor, conhecido como ‘Fase 3’. Na fase 3, equipes especiais de assassinos de países-membro eram formadas para viajar pelo mundo e eliminar ‘inimigos subversivos’. A fase 3 era focada em líderes políticos especialmente temidos pelo seu potencial de mobilizar a opinião pública mundial ou organizar larga oposição aos estados militares (MCSHERRY, 2005: 5)

Esse Sistema “trifásico” da Condor, ainda conforme McSherry, apresentou seis características principais. O primeiro apanágio do Condor foi sua *especialização* em “operações exteriores e transfronteiriças contra exilados [*cross-border and foreign operations against exiles*]” (MCSHERRY, 2005: 7). Nesse sentido, “a Condor era um subconjunto da repressão mais ampla realizada pelos militares dentro de seus próprios territórios” e “esquadrões da Condor executavam vigilância, perseguição, sequestro, tortura e transferência de exilados além de suas fronteiras, **trabalhando com aparatos de inteligência parceiros ou com redes paramilitares de extrema direita nos países-membro**” (MCSHERRY, 2005: 7). (*Esta característica da Condor não foi prevista nas deliberações feitas no III Congresso da CAL-Secreta realizado, em Brasília, na Escola Nacional de Informações (EsNI), ao final de 1974?*). Essas operações transfronteiriças “eram dirigidas por unidades especializadas dentro de órgãos maiores de inteligência dos países da Condor” (MCSHERRY, 2005: 7) e, por meio delas, os países-membros da Condor “ajudavam uns aos outros fornecendo passaportes e vistos para agentes, fundos, carros, aeronaves, equipes e outros apoios logísticos” (MCSHERRY, 2005: 7). Além disso, “o sistema existente de adidos militares era usado como um posto conveniente para os agentes da Condor, que então atuavam como canais de inteligência e comunicações e supervisionavam operações secretas” (MCSHERRY, 2005: 7).

A segunda característica definidora do Sistema Condor, de acordo com McSherry, consistiu em seu *caráter multinacional*. No nível operacional, “unidades da Condor incluíam

homens especialmente treinados de dois ou mais países, organizados em esquadrões ou forças-tarefa baseadas no modelo das equipes de Forças Especiais, com expertise em guerra não-convencional e operações de ‘contraterrorismo’ para o uso de ‘terror para combater terror’” (MCSHERRY, 2005: 7). Operando nesse nível transnacional, “Condor utilizava guerra psicológica (PSYWAR ou PSYOPS), principalmente o uso de propaganda negra [*black propaganda*], mentiras e desinformação para controlar e manipular os ‘corações e mentes’ da população” e, nesse campo, “uma tática comum era fazer parecer que atos da Condor haviam sido cometidos pela esquerda” (MCSHERRY, 2005: 7). A terceira tônica distintiva da Condor “foi sua *precisa e seletiva perseguição de dissidentes*”, especializando-se “na ‘decapitação’ de líderes exilados ou membros de organizações esquerdistas, populares e revolucionárias, e a eliminação de atuais ou potenciais líderes de resistências aos regimes militares” (MCSHERRY, 2005: 7-8). Importa enfatizar que os dissidentes “alvejados” pela Condor eram de fato guerrilheiros, mas nem todos. Foram também vitimados pela Condor “líderes sindicais, social-democratas, democratas cristãos, nacionalistas, generais dissidentes, ex-presidentes e representantes do congresso, e outros que se opunham à ditadura militar e repressão nos seus países” (MCSHERRY, 2005: 8).

A quarta característica do Condor “era sua *estrutura paraestatal*”: “uma força paramilitar patrocinada pelo estado é suplementar às forças militares regulares ou serve como sua procuradora” (MCSHERRY, 2005: 8)<sup>916</sup>. Os grupos paramilitares aliados serviram ao Sistema Condor como “ativos de inteligência” e também como “instrumentos de terror e coerção nas

---

<sup>916</sup> McSherry define “estruturas paraestatais como as forças e infraestrutura das operações especiais ‘*black world*’. Esta parte escondida do estado – que chamei de estado paralelo – inclui as forças paramilitares e de parapolícia, abrigadas e dirigidas pelo estado, com acesso à vasta infraestrutura sombria incluindo prisões secretas, frotas de carros sem registro e aeronaves sem registro, cemitérios não-oficiais, sistemas seguros de comunicação e outras estruturas paralelas financiadas por ‘orçamentos secretos’. Na América Latina, o estado paralelo aumentou a capacidade letal das ditaduras militares enquanto as permitia manter uma aparência de legalidade e uma certa legitimidade. As estruturas paraestatais permitiram que os militares evitassem leis internacionais e garantias de direitos humanos, evitar o escrutínio público, expandir poderes de estado sobre a sociedade e dar aos militares liberdade para usar métodos extremos e ilegais contra a ‘subversão’. As forças paraestatais criadas pelos contrainsurgentes incluíam os grupos clandestinos, organizações secretas de inteligência, ‘forças-tarefa’ e redes de informantes civis agindo confidencialmente em nome do estado” (MCSHERRY, 2005: 8). Ressalve-se, porém, que McSherry entrelê o terrorismo de Estado das ditaduras militares do Cone Sul como uma “deformação” de estruturas de Estados “legítimos”, não problematizando, assim, o perfil autocrático persistente nas formas de Estado não bonapartistas/ditatoriais da região. Segundo ela, “estruturas do estado paralelo eram ‘propriedades do estado’, mas era uma deformidade do estado legítimo” (MCSHERRY, 2005: 21). Esse pressuposto democrático-liberal da analítica de McSherry (Estados *legítimos* versus *ilegítimos*), contudo, não apequena a agudeza de sua pesquisa histórica, embora implique certo limite do alcance teórico de seus aportes sobre a recalcitrante autocracia burguesa (militarizada ou não) que caracteriza, como regra, *todas* formações do Estado na América Latina. [Os Anderson idem! Desenvolver]

chamadas *black* ou *black world operations* (na terminologia militar)” (MCSHERRY, 2005: 8). Além disso, os grupos paramilitares proporcionaram “militares regulares, sigilo governamental e negação plausível [*plausible deniability*]. O uso de forças paramilitares era um instrumento importante dentro das estratégias de contrainsurgência dos exércitos Condor – e uma característica central da doutrina de contrainsurgência dos EUA” (MCSHERRY, 2005: 8). Estruturando-se como “uma arma de ofensiva do estado paralelo e um componente dele”, “exilados e refugiados que haviam sido legalmente presos podiam ser transferidos para o sigilo do sistema Condor” e, assim, “prisioneiros atravessavam fronteiras sem passaportes, em vôos não-registrados e, como os demais, desapareciam, sua detenção e prisão eram negados pelo estado” (MCSHERRY, 2005: 9). *(Este intercâmbio clandestino e ilegal de prisioneiros “subversivos” não foi um dos pontos previstos, este também, nas deliberações feitas no III Congresso da CAL-Secreta na Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília, ao final de 1974?)*.

A quinta característica distintiva do Sistema Condor, ademais, “era sua *tecnologia avançada* e seu acesso a recursos nacionais e internacionais substanciais” (MCSHERRY, 2005: 8). O Condor utilizou-se de “um banco de dados informatizado de milhares de indivíduos considerados politicamente suspeitos”, constituindo “arquivos de fotos, microfímes, relatórios de vigilância, perfis psicológicos, relatórios sobre membros de organizações, históricos pessoais e políticos, e listas de amigos e familiares, assim como arquivos sobre todos os tipos de organizações” (MCSHERRY, 2005: 8). *(No que diz respeito à constituição de um banco de dados de “subversivos” latino-americanos não se advertiu, também neste aspecto, durante o III Congresso da CAL-Secreta de 1974 na Escola Nacional de Informações (EsNI), para a necessidade de criação de um Archivo Secreto anticomunista continental?)*.

Essa tecnologia de ponta para a constituição de um Banco de Dados – uma “Interpol” destinada à “subversão” – foi providenciada pelos militares norte-americanos que, além disso, hospedaram o sistema de telecomunicações do Condor – o chamado “Condortel” – na Zona do Canal do Panamá, dominada pelos EUA<sup>917</sup>. Ou seja, os EUA não apenas tinham conhecimento

---

<sup>917</sup> “A rede segura de comunicações da Condor, Condortel, permitiu que controladores da Condor trocassem informações sobre suspeitos, acompanhassem os movimentos de indivíduos além das fronteiras em diversos meios de transporte, e transmitissem ordens para equipes de operação, assim como compartilhar e receber informações de inteligência ao longo de uma grande área geográfica. A Condortel permitia que centros de operação da Condor em países-membro se comunicassem uns com os outros e com sua estação-mãe em uma instalação dos EUA na Zona do Canal do Panamá. **Esta ligação ao complexo militar e de inteligência dos EUA no Panamá é peça-chave de**

sobre a existência do Condor, como ainda lhe forneceram a infraestrutura tecnológica militar para o monitoramento e extermínio transnacionais dos “subversivos”. Finalmente, a sexta e última característica da Condor, na analítica proposta por McSherry, “era seu *uso de sindicatos do crime e organizações e redes extremistas* para realizar operações, especialmente assassinatos da fase 3” (MCSHERRY, 2005: 10). Isto é, **“embora a Condor fosse uma aliança entre estados militares, ela empregava civis e paramilitares, outro aspecto de sua natureza paralela. Civis de direita faziam parte dos esquadrões ‘hunter-killer’ da Condor e torturavam prisioneiros em centros de detenções secretos”** (MCSHERRY, 2005: 10, grifo meu).

De um lado, se o Sistema Condor, nucleado pelos líderes militares das ditaduras sul-americanas, valeu-se das redes e do *staff* de *organizações extremistas civis e paramilitares*, de outro, dever-se-ia questionar: qual foi a “organização guarda-chuva” que aglutinou as principais entidades da ultradireita global capazes de prestar serviços de vigilância e extermínio transfronteiriços de “subversivos”? Como visto até aqui, a resposta teria de ser, necessariamente, a Liga Mundial Anticomunista (WACL), em particular por meio de seu organismo regional na América Latina: a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL). Não teria sido o complexo WACL/CAL o principal complexo organizacional na Guerra Fria que aninhou e nutriu, em seu seio, *sindicatos do crime e organizações e redes extremistas*? O CAPÍTULO 5 sustentou – depois de demonstrar que o III Congresso da CAL-Secreta de 1974 realizada na EsNI foi um dos *protótipos* condorenses – que o “Capítulo” brasileiro (SEPES) do complexo WACL/CAL participou da cogestão do Sistema Condor. O complexo WACL/CAL, se foi um dos *players* na forja de um dos *protótipos* condorenses na EsNI da ditadura militar brasileira em 1974, não teria sido também um dos cogestores do Sistema Condor após 1975? E as operações transfronteiriças que o Sistema Condor formalizaria como ações de suas Fases 1 e 2 não foram acordadas um ano antes, como visto, no “quartel-general” da contra-inteligência militar brasileira em Brasília?<sup>918</sup>

---

**evidência sobre o patrocínio secreto da Condor pelos Estados Unidos. A Operação Condor tem acesso a um sistema criptografado (ou codificado) dentro da rede segura de comunicações dos Estados Unidos na Zonal do Canal”** (MCSHERRY, 2005: 9-10, grifo meu).

<sup>918</sup> Deve-se notar, inclusive, que a rede internacional do complexo WACL/CAL era mais antiga e certamente mais ampla e capilarizada do que o próprio Sistema Condor que, ao que tudo indica, valeu-se dos serviços e contatos albergados naquela maior “organização guarda-chuva” anticomunista da Guerra Fria. Recorde-se que na *Acta de Clausura* que formalizou o Condor, recomendou-se “la utilización de los medios de enlace ajenos a los países del Sistema, especialmente extra continentales para obtener antecedentes sobre la Subversión” (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975). O complexo WACL/CAL não seria, precisamente, um desses *medios de enlace ajenos a los países del Sistema*? Entre outra recomendação do Condor – a de “facilitar



Antes de tratar disso, porém, é preciso abordar o modo do engajamento da ditadura militar brasileira no Sistema Condor. Como isso se deu?

6.1.5.2. “Observadores” brasileiros na criação do Condor (1975) e o Brasil (Condor 6) no Sistema (1976)

Como visto, a *Acta de Clausura de la Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*, o registro de nascimento do Sistema Condor, foi assinado pelos militares chefes das delegações de cinco (5) países da América do Sul: Manuel Contreras Sepúlveda pelo Chile, Jorge Demetrio Casas pela Argentina, José A. Fons pelo Uruguai, Benito Guanes Serrano pelo Paraguai e Carlos Mena pela Bolívia. Porém, e o Brasil? A ditadura militar brasileira, então comandada pelo general-presidente Ernesto Geisel, não se fez presente na reunião fundadora da Condor? Quem pela primeira vez esclareceu a questão, no campo historiográfico, foi o jornalista Luiz Claudio Cunha. Segundo ele, embora seis países tivessem participado da reunião fundadora do Sistema Condor no Chile ao final de 1975, “só cinco firmaram a ata da fundação. O Brasil não mostrou a cara, mas estava lá” (CUNHA, 2009: 417).

“Os chefes das seis comitivas nacionais chegaram ao final do encontro sem esconder níveis diferenciados de adesão, com dois grupos claramente definidos: metade muito animada, outra nem tanto. Ou, dito de uma maneira diferente, uma parte plenamente convencida pela ideia, e a outra mais conformada – para não dizer desconfiada” (CUNHA, 2009: 417). Ou seja, desde sua criação em 1975 no Chile de Pinochet, os “Condores” tiveram “níveis diferenciados de adesão” ao “novo acordo político-militar [que] procurou formalizar a união dos aparelhos repressivos do Cone Sul para neutralizar os opositores” das ditaduras militares de Segurança Nacional (CNV1, 2014: 221).

Os países mais “animados” com o Sistema Condor formalizado em Santiago foram, em primeiro lugar, os anfitriões chilenos da DINA, seguidos pelos militares uruguaios e argentinos – que viviam a instabilidade política do governo Isabelita Perón que, rapidamente, sofreria um golpe de Estado com a subsequente instauração de uma ditadura militar genocida. Se “o trio de ferro da

---

los medios para publicar informaciones destinadas a atacar a la Subversión y que digan relación con nuestros países” (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975) – não seria uma das especialidades da WACL, a saber, a publicação de contrapropaganda anticomunista?

empolgação” do Condor esteve composto pelos militares chilenos, argentinos e uruguaios, “o bloco desanimado” foi composto, a seu turno, pelas ditaduras militares do Paraguai, da Bolívia e do Brasil (CUNHA, 2009: 417). “O Paraguai de Stroessner, contrariando a vontade de Contreras, não mandou o seu poderoso chefe de polícia de Assunção, Francisco Britez, que tinha recebido em mãos o convite do chefe da DINA” (CUNHA, 2009: 417). A Bolívia de Hugo Banzer, igualmente desconfiada, enviou o militar de mais baixa patente entre os signatários da *Acta de Clausura de la Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*, o major Carlos Mena.

Contudo, entre “o bloco desanimado” dos Condores, foi o Brasil “o mais desconfiado de todos. Como no caso paraguaio, o brasileiro convidado pessoalmente por Contreras não foi a Santiago. O general Figueiredo, seu amigo pessoal, não viajou travado por uma razão que nem o serviço secreto chileno identificou: o próprio presidente Ernesto Geisel” (CUNHA, 2009: 418). O general-presidente Geisel, portanto, foi o principal “freio” para um engajamento mais agressivo da ditadura militar brasileira no Pacto Condor formalizado no Chile ao final de 1975. O ditador Geisel “não gostava da idéia de atrelar a área de inteligência brasileira a um organismo ainda sem perfil definido e baseado em Santiago, a três mil quilômetros de Brasília” (CUNHA, 2009: 418). Ainda por cima quando a DINA, recém consolidada, “já fazia e acontecia”, uma vez que, em setembro de 1974, “explodiu em Buenos Aires o carro do ex-comandante do Exército chileno, Carlos Prats, matando na hora o general legalista e sua mulher” e, em outubro de 1975, tentara assassinar o líder democrata-cristão, exilado em Roma, Bernardo Leighton (CUNHA, 2009: 418).

A administração ditatorial de Ernesto Geisel, como se sabe, expressou a variante *castellista* da *Ideologia 1964* (RAGO FILHO, 1998), isto é, compôs a ala castrense que, desde o golpe de Estado, mas sobretudo após a desentronização da “linha dura” do poder, tomou para si, como necessidade estratégica, o projeto de “distensão” da ditadura militar rumo a uma “abertura lenta, gradual e segura” que devolvesse aos civis o controle do Estado e da vida política nacionais. Isso não significou, obviamente, que o próprio ditador Geisel não tivesse autorizado, como chefe máximo das Forças Armadas e de um Executivo Federal usurpado pelos militares, o assassinato político extrajudicial daqueles “subversivos” apontados como mais “perigosos”. Entretanto, o terrorismo de Estado defendido e praticado pela administração Geisel deveria se orientar pela “discrição” e pela “seletividade” em suas ações de assassinato clandestino.

Nesse sentido, um precioso documento recentemente descoberto pelo pesquisador Mathias Spektor nos arquivos norte-americanos, inclusive, não deixa dúvidas a respeito do caráter igualmente assassino da política do Estado brasileiro sob o presidente Geisel. Trata-se de um memorando do Chefe da CIA William Colby no qual se reportou “que o Presidente Geisel havia planejado continuar a política de Médici de usar meios extralegais contra subversivos, mas limitaria as execuções aos subversivos mais perigosos e aos terroristas” (COLBY, 1974). O ditador-presidente Geisel, depois de ouvir o informe do general Milton Tavares de Souza de que o CIE tinha assassinado aproximadamente 104 “subversivos perigosos” em 1973 e após ponderar sobre a proposta do chefe do SNI João Baptista de Oliveira Figueiredo no sentido de manter a política “antissubversiva” de execuções, o primeiro-mandatário deu sua “luz verde”, com uma ressalva. Assim que:

Em 1º de abril de 1974, “o presidente Geisel disse ao general Figueiredo que a política deveria continuar, mas que grandes precauções deveriam ser tomadas para assegurar que apenas subversivos perigosos sejam executados. O presidente e o general Figueiredo concordaram que quando o CIE apreende uma pessoa que pode estar nessa categoria, o chefe do CIE vai consultar o general Figueiredo, cuja aprovação deve ser dada antes de a pessoa ser executada (COLBY, 1974)<sup>919</sup>

Nesse contexto brasileiro de um terrorismo de Estado mais “seletivo” e menos “indiscriminado” – se, e somente se, comparado àquele defendido e praticado pelas gestões de Costa e Silva, da Junta Militar e de Emílio Garrastazu Médici –, por conseguinte, é que deve compreender, em termos históricos, o motivo do “desânimo” e da “desconfiança”, na dicção de

---

<sup>919</sup> Comentando esse “achado” de Spektor – um gol de placa argentino na historiografia brasileira –, a historiadora Heloísa Starling se saiu com uma sutil *boutade*: “Geisel era a tigrada”! Starling salienta que “o ofício altera a visão tradicional de que havia um processo de enfrentamento entre Geisel e os militares que operavam o aparelho de repressão, descrita como ‘tigrada’ pelo jornalista Elio Gaspari. (...) ‘O que o documento mostra é que Geisel é a tigrada’, diz” (KLEIN, 2018). Essa tirada é importante na medida em que reforça o conteúdo inscrito no documento descoberto por Spektor, enfatizando que o próprio Geisel autorizou pessoalmente o assassinato de opositores “perigosos”. O assassinato político, pois, não foi exclusividade da “tigrada” da “linha-dura”, mas também foi ordenado por aquele ditador-presidente que tentou “controlá-la”. Isso importa sobretudo quando se tem em mente certa leitura historiográfica dominante que, no fim, procura “abrandar” e “adocicar” à posteridade os ditos e os feitos da ala *castelista*, o que se evidencia em uma obra como a de Elio Gaspari, construída com documentos de interesse público, mas sob sua posse privada, pertencentes ao ex-secretário particular de Geisel, Heitor Ferreira. Geisel foi, como todos os generais-presidentes do ciclo ditatorial, um gestor de alto nível do terrorismo de Estado. A *boutade* de Starling, porém, não deveria ser tomada para desfazer diferenças existentes, na concretude histórico-ideológica, entre a ala *castelista* de Geisel e Golbery do Couto e Silva e a chamada “linha dura” *costista-medicista*. Longe de ser “branda”, a facção *castellista*, todavia, não pretendia, como a *linha-dura*, perenizar a ditadura militar em uma espécie de contrarrevolução permanente. Para a distinção entre as linhagens da *Ideologia 64*, cf. RAGO, 1998.

Luiz Claudio Cunha, da ditadura militar verde-oliva em seu engajamento no Sistema Condor. Por isso, “na segunda semana de janeiro, diante de uma sugestão para aproximar a área de inteligência à chilena, Geisel vetou a idéia, dizendo que os chilenos é que tinham a aprender na Escola Nacional de Informações do SNI. – **Eles que venham aqui ver a ESNI, retrucou o presidente**” (CUNHA, 2009: 418, grifo meu). Contudo, conforme apurada observação de Luiz Claudio Cunha, os agentes da ditadura pinochetista proponentes do Condor, em 1975, “já vinham” à EsNI “desde os primeiros meses de existência da DINA, em 1974” (CUNHA, 2014: 418).

“O FBI sabia que Contreras tinha treinado no Brasil, a CIA sabia que agentes chilenos faziam curso em Brasília” (CUNHA, 2014: 418) e, se agência civil de espionagem dos EUA registrou o fato em um relatório a Washington em 6 de setembro de 1974, “o presidente brasileiro também devia saber no dia 10 de janeiro de 1975, data em que o secretário [de Geisel] Heitor Ferreira anotou o comentário” (CUNHA, 2014: 418). Além de Geisel se mostrar “desanimado” e “desconfiado” por misturar suas tropas de repressão com as da ditadura militar chilena, “havia um erro de origem no convite de Contreras para a participação de Figueiredo no conclave do Cone Sul. Isso não era atribuição do SNI, por definição um órgão de informação do presidente da República, não um organismo de inteligência com braço operacional no combate à luta armada” (CUNHA, 2014: 418). Isto é, “**o CIE guerreava o que o SNI informava**”, “esta era a lógica – e a missão em Santiago, por dever de ofício, caberia ao Centro de Informações do Exército, o CIE” (CUNHA, 2014: 418, grifo meu).

Desta feita, o então chefe do SNI Figueiredo “repassou o encargo a quem de direito, o general Confúcio Danton de Paula Avelino, com uma recomendação especial do Planalto: **reduzir a presença brasileira em Santiago**” (CUNHA, 2014: 418, grifo meu). A ditadura brasileira, assim, em vez de enviar três militares como pedira Manuel Contreras da DINA, acabou enviando dois – “um coronel e um major, com ordens estreitas para escutar mais do que falar” (CUNHA, 2014: 418) e, nesse sentido, o Brasil sinalizou que “gostaria de preservar o método de ações bilaterais, caso a caso, quando ações repressivas fossem necessárias” (CUNHA, 2014: 418). “Uma última recomendação de Figueiredo, que deve ter lembrado da pouca simpatia de Geisel: **reduzir sua participação no encontro à condição de observador, sem autorização para firmar nenhum documento**” (CUNHA, 2014: 418, grifo meu).

Dessa maneira, o Brasil de Geisel participou da I Reunião de Inteligência Nacional como uma espécie de “Tio Observador” (CUNHA, 2014: 417). E quem seriam os dois mencionados observadores brasileiros enviados à reunião fundadora da Operação Condor no Chile em 1975? Conforme adiantado, foi o jornalista Luiz Claudio Cunha quem determinou, pela primeira vez no campo historiográfico, essa espécie de “Quem é Quem” da restrita delegação brasileira que testemunhara o “ecloDIR” do Condor. O primeiro “observador” brasileiro enviado pelo CIE a Santiago, no final de 1975, foi o major **Thaumaturgo Sotero Vaz**, um ativo do Exército brasileiro formado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no início da década de 1950. O major Sotero Vaz, retornando do Chile depois de observar a I Reunião de Inteligência Nacional, resumiu o resultado do encontro para seu superior do Batalhão da Guarda Presidencial, o coronel **Daniel Venturini**<sup>920</sup>: “Coronel, foi fundada uma organização – a Condor – para integrar os exércitos da região no combate ao terrorismo e à subversão. Ao final do encontro nos pediram que assinássemos a ata de encerramento, mas explicamos que nossas instruções eram para não assinar. O Brasil estava lá apenas como observador e disposto a colaborar na área de informações e contra-informações na insurgência. O Brasil se recusava a participar de operações – informou o major” (CUNHA, 2009: 419).

Deve-se esclarecer, contudo, que o “desânimo” e a “desconfiança” do engajamento da ditadura militar do Brasil no Sistema Condor referiram-se, mais especificamente, às operações da já mencionada Fase 3. A ditadura brasileira integrou-se a contento nas Fases 1 e 2 do Plano Condor e, inclusive, já operava há muito tempo nas ações repressivas transnacionais vislumbradas naquilo que a DINA chilena designou de Fases 1 e 2 do Sistema condorense. A ditadura militar brasileira, entretanto, não embarcaria na “viração” de Contreras e da DINA de Pinochet na proposta da Fase 3, qual seja, de treinar e enviar “supercomandos” de assassinos militares e paramilitares para cometer atos de terrorismo internacional para além do Cone Sul da América Latina. O jornalista Luiz Claudio Cunha especifica, igualmente, o engajamento da ditadura brasileira presidida por Geisel nas Fases 1 e 2 do Sistema Condor, conquanto tenham as Forças Armadas nacionais declinado de uma interação mais direta na Fase 3 (embora, como se verá, o então chefe do SNI

---

<sup>920</sup> “Três anos depois, promovido a general, Venturini seria o diretor da ESNI, frequentada pelos rapazes da DINA, e, durante todo o governo Figueiredo, ocuparia o cargo de ministro-chefe do Gabinete Militar” (CUNHA, 2014: 419).

Figueiredo estivesse “tentado” a cometer assassinatos internacionais na península ibérica que, todavia, foram abortados):

**Em relação às Fases Um e Dois, que envolviam a troca de fichas e até a captura de subversivos em operações combinadas, tudo bem. O Brasil estava dentro**, conforme o relato de Thaumaturgo a Venturini. **Quanto à Fase Três, tudo mal: o Brasil estava fora.** No jargão da repressão, operações significavam operação de combate ou, no linguajar mais franco do coronel Contreras, ‘eliminação’ pura e simples (CUNHA, 2009: 419, grifo meu)

O segundo “observador” brasileiro na reunião fundadora do Sistema Condor, ao lado do Major Sotero Vaz, foi “um oficial mais graduado”: “o coronel **Flávio de Marco**, o homem que viajou ao Chile com ordens expressas para não assinar a ata da Condor” (CUNHA, 2009: 419, grifo meu). Tanto o coronel de Marco quanto o major Sotero Vaz, ambos do CIE, “eram companheiros de outras viagens, combatentes de alguns enfrentamentos, **veteranos de uma operação anti-insurgência que abrangia sozinha as três fases da Condor: o combate à guerrilha do Araguaia**” (CUNHA, 2009: 419, grifo meu). Entre 1972 e 1974, a guerrilha lançada por 70 guerrilheiros do PC do B, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, “mobilizou a maior concentração de tropas de combate do país desde a Segunda Guerra Mundial” (CUNHA, 2009: 419). Três campanhas militares compostas de sete até oito mil militares, de soldados a oficiais de inteligência, incluindo tropas de elite da Brigada de Paraquedistas”, foram mobilizadas “para caçar setenta guerrilheiros do PC do B dispersos numa região” (CUNHA, 2009: 420). O major Sotero Vaz, que seria um dos “observadores” brasileiros na reunião de fundação do Condor, chegou ao Araguaia em 1972. Um paraquedista com curso de guerra na selva na Escola das Américas (1962-1964), comandante dos boinas-pretas do Destacamento das Forças Especiais no Rio de Janeiro, Sotero Vaz utilizou o codinome *Doutor Sabino* no Araguaia, liderando um pelotão de 36 soldados<sup>921</sup>.

---

<sup>921</sup> O major Sotero Vaz compôs a “primeira equipe de militares enviada ao Panamá com a finalidade de fundar o CIGS em Manaus” (CNV1, 2014: 333). “Em 1984, uma década depois de sua aventura na mata, o coronel Thaumaturgo assumiu em Manaus o comando do CIGS, a escola de guerra na selva onde aprenderam os profissionais do coronel Contreras, o anfitrião de Thaumaturgo em Santiago uma década antes” (CUNHA, 2009: 421). Sotero Vaz “foi convocado duas vezes para prestar depoimento à CNV, em agosto de 2014, e alegou razões de saúde para não comparecer” (CNV, 2014a: 929-930).

O chefe em missão no Chile do major Sotero Vaz – defensor da tortura na obtenção de informações, especialmente nas primeiras horas de cativo<sup>922</sup> – o tenente-coronel de Marco tinha o codinome “Tio Caco”, “um veterano companheiro do Araguaia. Tio Caco foi um dos comandantes mais importantes e cruéis da luta antiguerrilha” (CUNHA, 2009: 421).



**Figura 313.** Coronel Flavio de Marco, codinome “Tio Caco”, um dos “Observadores” enviados pelo chefe do SNI à época, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, último ditador-presidente militar da República, ao lado do major Sotero Vaz. Em fotografia publicada pela revista Veja, ao centro e com seus tradicionais óculos escuros, “Tio Caco” encara a câmera com imagem do papa João Paulo II congratulando-se com o então ditador brasileiro João Baptista Figueiredo. FONTE: VEJA, 1984.

De Marco, no governo do ditador-presidente Emílio G. Médici, trabalhou “no Serviço Secreto sob as bênçãos do homem mais temido do Exército brasileiro – o general Milton Tavares de Souza, o Miltinho, que conseguia acumular (...) o posto de chefe de gabinete do Ministro do Exército e ainda o de chefe do CIE” (CUNHA, 2009: 421). “Miltinho e Tio Caco eram unha e carne, uma amizade decisiva após as sucessivas derrotas do Exército nas duas primeiras campanhas do Araguaia” (CUNHA, 2009: 421). O “Tio Caco”, antes de ser o chefe da delegação

---

<sup>922</sup> ““Tem que aproveitar o momento psicológico da prisão. Nesse momento, se não for arrancada a informação, se o cara não abrir a boca, ele não vai falar nunca. A tortura só faz falar as pessoas fracas, porque o cara pode inventar para se livrar. E na selva, ele inventa também”” (SOTERO VAZ *apud* CNV1, 2014: 694).

brasileira na fundação da Condor em 1975, chefiou a chamada “‘Operação Limpeza’, realizada em janeiro de 1975 na região da guerrilha, que se destinou à ocultação dos corpos dos guerrilheiros e camponeses executados e ao encobrimento dos vestígios da atuação das forças repressivas” (CNV1, 2014: 863)<sup>923</sup>. De Marco chefiou a chamada “‘Casa Azul, centro clandestino de detenção e tortura localizada na antiga sede do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER, hoje Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT) em Marabá (PA)” (CNV1, 2014: 863). O comandante da Casa Azul, apelidada pela tropa de KGB, “se reportava diretamente em Brasília ao general Milton e ao general Orlando Geisel, ministro do Exército” (CUNHA, 2009: 422).

No arremate do jornalista Luiz Claudio Cunha, a quem se deve o mérito da descoberta dos nomes dos “observadores” brasileiros na reunião fundadora da Condor, “com o Tio Caco e o Dr. Sabino, o Brasil não podia estar melhor representado” no Chile de Pinochet (CUNHA, 2009: 423). “O coronel De Marco e o major Thaumaturgo constituíam a missão meramente observadora presente à reunião de quatro dias que fundou a Condor em Santiago” (CUNHA, 2009: 423). Finalmente, o que importa enfatizar, quanto ao nível e modo do engajamento da ditadura militar brasileira no Sistema Condor, é que **“o Brasil não participava da Fase Três, mas se esbaldava nas Fases Um e Dois, com troca de informações e de prisioneiros em solo alheio”** (CUNHA, 2009: 425, grifo meu). Em suma, embora a ditadura militar brasileira tenha se recusado a subscrever a *Acta de Clausura de la Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*, enviando dois “observadores” a Santiago do Chile entre novembro e dezembro de 1975 com a orientação de não assinar nada, no ano seguinte o Brasil se engajou oficialmente no Sistema Condor.

---

<sup>923</sup> “A força da natureza ameaçou desfazer o que 'faziam' os homens de Tio Caco. A chuvurada de dezembro de 1974 lavou a terra e, ao revolver o chão úmido, um cão descobriu o pedaço de um guerrilheiro 'feito' pelo CIE. (...) De Marco mandou para lá um oficial e cinco homens munidos de pá e ácido para sumir com os restos. Ao cavar descobriram não um, mas cinco corpos empilhados na mesma cova. Uma grave falha operacional que, após um contato urgente de Tio Caco com Miltinho em Brasília, definiu a Operação Limpeza. Em janeiro de 1975, os corpos localizados pelas equipes Zebra e Jibóia foram desenterrados (...) No alto da serra, Tio Caco coordenou a queima dos restos mortais, incinerados com gasolina dentro de pneus velhos, numa fogueira que levantou uma fumaça negra e espessa que podia ser vista a dezenas de quilômetros. Quase três décadas antes, as zebras e jibóias do tenente-coronel De Marco tinham inventado o 'microondas', a técnica de eliminação com pneus e fogo usada pelos traficantes dos morros cariocas na tortura e morte do jornalista Tim Lopes em 2002” (CUNHA, 2009: 423).



Um cabograma do Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, de 20 de julho de 1976, “afirmou que o **Brasil se tornou um membro pleno da Condor em junho de 1976**” (MCSHERRY, 2005: 80, grifo meu). Esquemáticamente, na hierarquia militar dos Condores fundadores do Sistema em 1975 – **Condor 1 (Chile), Condor 2 (Argentina), Condor 3 (Uruguai), Condor 4 (Paraguai), Condor 5 (Bolívia)** –, o **Brasil** se tornaria o **Condor 6** em 1976 (DINGES, 2005: 122, grifo meu). Importante repisar, nesse aspecto, que a ditadura militar brasileira, conforme registrado em um *Informe Semanal* do Departamento de Estado dos EUA de 24 de setembro de 1976, apresentou reservas ao aderir às operações de Fase 3 do Sistema Condor, isto é, o cometimento de assassinatos de “subversivos” fora das fronteiras da América do Sul. O *Informe* norte-americano anotou, então, que “**Brasil ha acordado participar solamente en la fase latinoamericana de la ‘Operación Cóndor’**, el plan secreto antiterrorista concebido para facilitar el intercambio de información y el asesinato de oponentes subversivos de los gobiernos cooperantes (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay)” (*apud* BOCCIA PAZ; LÓPEZ; PECCI; GIMÉNEZ, 2008: 215).

Em resumo, “*el Cóndor también habla portugués*” (BOCCIA PAZ; LÓPEZ; PECCI; GIMÉNEZ, 2008: 215). Embora a ditadura militar do Brasil comandada por Geisel tenha refreado seu engajamento nas operações de Fase 3 do Sistema, o Condor também falava português e, reiterar-se com Luiz Claudio Cunha, o Condor 6 “se esbaldava nas Fases Um e Dois, com troca de informações e de prisioneiros em solo alheio” (CUNHA, 2009: 425). É importante frisar que o Brasil “se esbaldou” nas Fases 1 e 2 do Sistema na medida em que autores tão relevantes como o jornalista e pesquisador Roberto Simon tendem a sustentar que a ditadura militar brasileira, por ter se recusado a participar das operações de Fase 3, teria supostamente se engajado na Condor “à distância” (SIMON, 2021: 329). Inclusive, chega-se ao equívoco de defender a tese historiográfica de que “a Operação Condor, aos generais brasileiros, não valia a pena” (SIMON, 2021: 336)<sup>924</sup>.

---

<sup>924</sup> O autor acaba sendo “induzido” a essa concepção de um engajamento “à distância” do Brasil na Condor a partir de sua avaliação de documentos norte-americanos que anotaram, entre outras coisas, que o Brasil “não havia concordado em participar de ações da Operação Condor na Europa, e limitaria sua contribuição até então ao provisionamento de equipamentos de comunicação para o Condortel, a rede de comunicações estabelecida pelos países do Condor” (*apud* MARIANO, 2003: 307-308). O autor reproduz a informação, sem questioná-la, de que o Condortel seria uma “criação” dos Condores sul-americanos, desconhecendo a descoberta de J. Patrice McSherry no sentido de que o Condortel, funcionando no Panamá, configurou uma infraestrutura condorense fornecida e albergada pelos militares norte-americanos. McSherry descobriu que “as instalações estadunidenses da Zona do Canal do Panamá, vizinha à Escola das Américas, foram usadas na coordenação e no sigilo das comunicações da Condor”. “O sistema Condortel,

Porém, muito mais do que um simples “observador” ou um membro engajado “à distância” no Sistema Condor, a ditadura militar brasileira – o Condor 6 – albergou sua filial à Condortel no Ministério do Exército, no centro do poder, em Brasília. Graças a mais um “furo” historiográfico do jornalista Luiz Claudio Cunha, “a máquina do telex codificado da Condor no Brasil, a Condortel 6, estava numa sala de classificação ‘ultra-secreto’ no nono andar do prédio do Ministério do Exército, na Esplanada dos Ministérios” (CUNHA, 2009: 395).

Como alegar, diante dessa concretude histórica, que “a Operação Condor, aos generais brasileiros, não valia a pena” (SIMON, 2021, 336)? Ainda conforme Luiz Claudio Cunha, “um ex-oficial de informações que circulou ali lembra que o terminal” – a Condortel 6 – “ficava ao lado do gabinete do chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), um general de brigada com subordinação direta ao ministro do Exército, a quem se reportava sem intermediários” (CUNHA, 2009: 395)<sup>925</sup>. Além disso, se é verdade que a ditadura brasileira não se engajou na Fase 3 do Sistema Condor – na dicção de Roberto Simon, “sequestrar ou assassinar esses opositores, ou mesmo outros esquerdistas sul-americanos, na Europa era um Rubicão que o regime militar, sob Ernesto Geisel, não estava disposto a cruzar” (SIMON, 2021: 336) –, deve-se anotar que o SNI chegou a cogitar com a DINA, ainda em 1975, operações terroristas no Velho Mundo. A DINA foi, inclusive, estruturada com ajuda dupla da CIA e do SNI<sup>926</sup>. Embora não tenham aparentemente levado a efeito seus planos, o SNI e a DINA já haviam planejado ações de assassinato internacional de opositores em solo europeu. Em documento de 21 de agosto de 1975, isto é, antes da formalização do Condor em novembro daquele ano, o ministro do interior Enrique Montero Marx dirigiu-se ao chefe do SNI João Baptista de Oliveira Figueiredo, “con copias al archivo confidencial y al coronel Manuel Contreras”, versando sobre:

**(...) la decisión de la Junta de Gobierno de Chile de aceptar su propuesta para unificar las actividades de nuestros servicios de Inteligencia, la DINA por parte de**

---

unificando as transmissões entre unidades de inteligência dos Exércitos das seis ditaduras do Cone Sul, estava ativo e operante em 1976” (CUNHA, 2009: 395).

<sup>925</sup> “Os elevadores do prédio paravam no oitavo andar e era preciso vencer um lance de escadas e o rígido controle de um sargento e dois sentinelas com metralhadora na porta do último andar para invadir o santuário do serviço secreto militar do regime” (CUNHA, 2009: 395).

<sup>926</sup> A DINA foi montada por Contreras com ajuda da CIA. O ditador Pinochet se inspirou, na montagem de “uma polícia secreta de amplitude nacional sob seu comando pessoal”, no modelo de “três siglas: a KCIA da Coreia do Sul, a SAVAK do Irã e o SNI do Brasil” (CUNHA, 2009: 404). Na estruturação da DINA, Contreras “recebeu manuais de treinamento da sede da CIA em Langley e mandou oficiais para treinar na escola de informações do SNI em Brasília” (CUNHA, 2009: 404). Em março de 1974, Contreras visitou a “sede da CIA em Langley, na Virgínia, para uma conversa com o vice-sacerdote da Agência Central de Inteligência, general Vernon Walters” (CUNHA, 2009: 405).

**Chile y el SNI por parte de su país, actualmente desenvueltas en la Península Ibérica** (...) El territorio español se mantendrá bajo nuestra entera responsabilidad: de igual forma, el territorio portugués estará a cargo de sus agentes, en este caso agentes del SNI. **Esperamos que la colaboración ahora iniciada pueda extenderse a países como Francia, Italia y Suecia, donde las actividades subversivas de importantes grupos ya preocupan a nuestro gobierno** (MONTERO MARX *apud* BOCCIA PAZ; LÓPEZ; PECCI; GIMÉNEZ, 2008: 70, grifo meu)

Referido documento, intitulado *Unificación de las actividades de Inteligencia en la Península Ibérica. Establece a continuación, comando territorial unificado, entre Chile y Brasil*, não passou despercebido pela pesquisadora McSherry. Esse documento, ao demonstrar que o “SNI e DINA tinham acordado em cooperar na caçada transnacional a esquerdistas”, “revelou **um arranjo precoce da Condor na Europa**” (MCSHERRY, 2005: 90, grifo meu). O “achado” mais importante do documento da colaboração pré-Condor entre a DINA de Contreras/Pinochet e o SNI de Figueiredo/Geisel consistiu no registro de “ordens codificadas de assassinato do diretor do SNI à embaixada brasileira em Lisboa”. Um telegrama secreto do chefe do SNI para o general Carlos Alberto Fontoura, embaixador do Brasil em Lisboa, assinalou que dois brasileiros, Cândido da Costa Aragão e Carlos Sá, representavam “um grave risco à segurança nacional”. Aragão era um oficial da marinha que havia permanecido leal a Goulart durante o golpe de 1964 e cujos direitos políticos foram revogados pela ditadura” e “Sá era um proeminente advogado e juiz de São Paulo” (MCSHERRY, 2005: 92). “Nesta carta, Figueiredo confirmou um prévio telegrama codificado ao embaixador que ordenava o início de uma ‘operação código 12’ – um acidente forjado – contra dois homens. O telegrama codificado (com uma cópia decodificada anexa) datado de 26 de setembro, lia-se em parte:” (MCSHERRY, 2005: 92):

Por decisão do Comando Operacional do SNI, a ser realizado até 15 de outubro de 1975: **operação código 12, um ataque do tipo ‘acidente’, contra o ex-almirante Cândido Aracão [sic] e Dr. Carlos Sá. Simultaneamente tomaremos ação para servir de cortina de fumaça em Paris ou Roma, sob o comando da DINA.** Assinado, General João Figueiredo (FIGUEIREDO *apud* MCSHERRY, 2005: 90, grifo meu)

McSherry, ao demarcar referida “operação código 12, um ataque do tipo ‘acidente’”, ordenada pelo chefe do SNI Figueiredo em coordenação repressiva com a DINA chilena, observa que “a tentativa de assassinato da Condor contra o democrata cristão Bernardo Leighton e sua esposa, Ana Fresno, ocorreu em Roma em 6 de outubro de 1975 – dentro do prazo do SNI – organizado e realizado por neofascistas italianos em nome da DINA” (MCSHERRY, 2005: 92).

Além disso, a constatação da existência de um tipo de operação militar secreta que deveria ser realizada aparentando “um ataque do ‘tipo acidente’”, um *know how* do SNI e da DINA, deveria suscitar “novas perguntas sobre se a morte de Goulart em 1976 pode ter sido uma operação ‘código 12’” (MCSHERRY, 2005: 92)<sup>927</sup>. O embaixador em Lisboa, general Carlos Alberto Fontoura, respondeu ao telegrama do Chefe do SNI Figueiredo nos seguintes termos: “**Operação código 12 contra o Almirante Aragão e Carlos Sá será concluída quando for confirmada por escrito e por membros da equipe especial transferidos para Lisboa para esta ação**” (FONTOURA *apud* MCSHERRY, 2005: 92, grifo meu). Embora “esses planos de assassinato nunca tenham sido concretizados”, o ex-almirante Cândido Aragão denunciou, já em 1978, a conspiração transnacional para assassiná-lo, responsabilizando à época, inclusive, o chefe do SNI Figueiredo pelo assassinato do ex-presidente Juscelino Kubitschek<sup>928</sup>.

Se a ditadura militar brasileira, sob Ernesto Geisel, não ultrapassou o Rubicão da Fase 3 do Sistema Condor, isto é, se de fato não cometeu assassinatos políticos internacionais no Velho Mundo, esse tipo de “operation code 12” deveria no mínimo levantar a suspeita de que ainda há muito a se descobrir sobre a participação dos militares brasileiros nas ações da Fase 2 condoreense. Destacar, de maneira correta, que o Brasil de Geisel não aderiu à Fase 3 do Sistema Condor não deveria implicar, necessariamente, a defesa da tese de que a ditadura brasileira tenha se engajado “à distância” no Condor. A resistência do Brasil em integrara Operação Teseo – de Fase 3 – na Europa, como se verá logo abaixo, não deveria ensejar um engajamento “à distância” dos militares brasileiros no Sistema Condor. Não obstante o desacordo do Brasil em se incorporar à Operação Teseo em 1976, na segunda reunião da Condor, assim como a ausência brasileira no terceiro encontro condoreense de 1977, ambos realizados na Argentina, não é possível concluir – como sugeriu um documento da CIA corroborado por Roberto Simon – “que o Brasil está efetivamente fora da Operação Condor” (SIMON, 2021: 336). O Brasil de Geisel esteve fora, ao que tudo indica, da Fase 3 do Sistema Condor, mas “**se esbaldava nas Fases Um e Dois, com troca de**

---

<sup>927</sup> “A DINA tinha um estoque de sarin, um gás que ataca o sistema nervoso, que induz ataques cardíacos e não deixa vestígios (Goulart morreu de ataque cardíaco)” (MCSHERRY, 2005: 92).

<sup>928</sup> “Embora ex-oficiais do SNI tenham negado que os documentos fossem genuínos, analistas brasileiros sugeriram que simpatizantes nas forças armadas teriam alertado Aragão. Na verdade, em 1978 Aragão escreveu uma carta aberta ao líder de um partido político da Venezuela, o Partido Acción Democrática, acusando diretamente Figueiredo como responsável pela morte de Kubitschek e afirmando que tinha prova de uma conspiração para também assassiná-lo (Aragão) em Lisboa” (MCSHERRY, 2005: 92-93).

**informações e de prisioneiros em solo alheio”** (CUNHA, 2009: 425, grifo meu), como já reiterado.

Nesse sentido, deve-se salientar que os militares brasileiros, no marco do Sistema Condor, intentaram assassinar Leonel Brizola, um dos principais expoentes do trabalhismo brasileiro aliado ao presidente deposto em 1964 João Goulart, em seu exílio no Uruguai. Não estariam os militares brasileiros, nessa tentativa de assassinato em 1977, implicados nas Fases 1 e 2 do Sistema Condor? “A Operação Condor, aos generais brasileiros, não valia a pena” (SIMON, 2021: 336)? Em 1977, Leonel Brizola foi alertado por John Youle, conselheiro político da Embaixada dos EUA no Uruguai, de que havia um plano para assassiná-lo. “Quando o presidente militar brasileiro marcou uma visita ao Uruguai, os militares disseram a seus parceiros uruguaios para lhes entregarem Brizola. Era uma operação da Condor, embora na época Youle não soubesse seu codinome; ele acreditava que se tratava de uma operação da inteligência brasileira” (MCSHERRY, 2005: 164). Naquela altura, “Brizola foi ordenado a se apresentar às autoridades militares uruguaias, mas duas embaixadas estrangeiras o alertaram de que havia um plano coordenado para matar líderes progressistas na região” (MCSHERRY, 2005: 164).

O líder trabalhista brasileiro exilado no Uruguai passou, então, a procurar proteção em alguma embaixada para solicitar asilo político. Muitas delas estavam cercadas por tropas militares uruguaias e algumas se negaram a auxiliá-lo. “Brizola finalmente foi à embaixada dos Estados Unidos e Youle teve uma longa conversa com ele. O diplomata concordou em providenciar um visto de trânsito para que Brizola pudesse deixar o Uruguai e seguir para Portugal, pelos Estados Unidos” (MCSHERRY, 2005: 164). Youle foi impedido pelo Departamento de Estado dos EUA de acompanhar Brizola até o aeroporto, mas o conselheiro político da Embaixada norte-americana – já então na presidência de Jimmy Carter – salvou a vida do líder trabalhista brasileiro organizando “uma caravana de imprensa de cinco ou seis carros levando jornalistas, que seguiram Brizola até o aeroporto. O senador Edward Kennedy encontrou-se com Brizola durante sua escala em Nova Iorque, e a atitude do departamento de estado mudou devido ao apoio de Kennedy. Brizola foi autorizado a ficar nos Estados Unidos por seis meses” (MCSHERRY, 2005: 164). Depois desse “*affair* Brizola”, as relações entre a Embaixada dos EUA em Montevidéu e a ditadura

militar uruguaia se deterioraram<sup>929</sup>. “Youle experimentou uma retribuição brutal por seu papel na prevenção de um provável assassinato da fase 3” (MCSHERRY, 2005: 164), tendo sido brutalmente espancado, com todas vértebras quebradas, por ter salvo a vida de Brizola no Uruguai e por ter organizado a viagem do líder trabalhista brasileiro aos EUA<sup>930</sup>. “Em 2000, Brizola disse acreditar que dois ex-presidentes brasileiros, João Goulart, seu cunhado, e Juscelino Kubitschek, tinham sido vítimas da Condor e que ele havia escapado por pouco das garras da Condor” (MCSHERRY, 2005: 165)<sup>931</sup>.

No ano seguinte, em 28 de agosto de 1978, “Contreras vuelve a dirigirse a Figueiredo reiterando la posibilidad de cooperación entre los servicios de inteligencia de los países en el sentido de: ‘(...) **coordinar nuestra acción contra ciertas autoridades eclesiásticas y conocidos políticos social-demócratas y demócratas cristianos de América Latina y Europa**’” (BOCCIA PAZ; LÓPEZ; PECCI; GIMÉNEZ, 2008: 70, grifo meu)<sup>932</sup>. Não teria esse intercâmbio DINA/Contreras-SNI/Figueiredo sido entabulado no marco do Sistema Condor? Ainda no ano seguinte, em março de 1979, um memorando secreto “informou a embaixada estrangeira de Pinochet em Brasília de que ‘**o SNI será informado de acordo com as estipulações do Plano**

---

<sup>929</sup> “As relações entre a embaixada em Montevidéu e as autoridades militares uruguaiaias eram tensas. Funcionários da embaixada recebiam ameaças de morte e suas conversas telefônicas eram interrompidas por vezes que os ameaçavam, claramente do aparato de inteligência” (MCSHERRY, 2005: 164).

<sup>930</sup> “Conforme ele caminhava para a embaixada pouco depois de Brizola ter deixado o Uruguai, seguindo sua rotina normal, **ele foi forçado a entrar em um carro cheio de homens usando máscaras de esqui. Estes homens**, que ele e seus colegas mais tarde supuseram serem uma unidade de inteligência militar, **o levaram para um lugar afastado e o espancaram, esmagando todas as vértebras do seu pescoço e parte superior das costas**. As lesões de Youle – que tinham o objetivo de ‘mandar uma mensagem’, de acordo com o diplomata – precisaram de quatro anos de tratamentos para serem curadas e resultaram em danos permanentes a nervos e músculos. A embaixada dos EUA protestou, mas o regime uruguaio negou participação, culpando criminosos pelo incidente” (MCSHERRY, 2005: 164, 165, grifo meu).

<sup>931</sup> McSherry caracteriza o “*affair* Brizola” nos “Planos da Fase 3 que Foram Frustrados”, salientando que “havia diversos casos nos quais oficiais dos EUA alertaram indivíduos que estavam em perigo por causa da Condor, embora às vezes eles não estivessem cientes do codinome” (MCSHERRY, 2005: 163).

<sup>932</sup> Trata-se de uma carta encontrada nos arquivos do DOPS-SP em 1998. “Embora questões tenham sido levantadas sobre sua autenticidade” – “John Dinges levantou dúvidas sobre sua autenticidade para mim, citando fontes do FBI” –, “um estudo de 2001 sobre as mortes de dois presidentes comissionadas pelo parlamento brasileiro concluíram que o documento era genuíno. Assim como fez o jornalista americano Jack Anderson (...) Artigos afirmaram que a família do ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek havia obtido a carta anos antes e que o ex-assessor de Kubitschek a tinha em sua posse. Nesta carta, (...) Contreras disse a Figueiredo que ele (...), como Figueiredo, temia o triunfo dos democratas na próxima eleição presidencial dos EUA porque poderiam estender apoio aos proeminentes exilados Orlando Letelier do Chile e Kubitschek, que ‘influenciariam seriamente a estabilidade do Cone Sul’. Contreras propôs que o Chile e o Brasil coordenassem suas ações contra oponentes religiosos e políticos. No ano seguinte, 1976, Letelier foi morto em um assassinato Condor, e no mês seguinte Kubitschek morreu em um acidente de carro no Brasil” (BOCCIA PAZ; LÓPEZ; PECCI; GIMÉNEZ, 2008: 91).

**Condor**'. Estes documentos confirmaram, mais uma vez, que o **programa contrasubversivo extralegal do Condor foi autorizado nos altos escalões dos governos militares**" (MCSHERRY, 2005: 130, grifo meu). E, para o caso brasileiro, comprova que o Condor 6 – e o Condortel 6 operando dentro do Ministério do Exército – continuava integrado ao Sistema ainda em 1978. Seja como for, há muito que se avançar na especificação histórica do modo de engajamento do Brasil – o Condor 6 – no Sistema “antissubversivo” de Inteligência, Coordenação e Segurança regional formalizado, no Chile de Pinochet, ao final de 1975. Porém, os elementos até aqui analisados infirmam a tese recentemente exposta por Roberto Simon de que, “no caso específico do Brasil, o mais provável é que a maior parte da colaboração com as repressões em países vizinhos tenha ocorrido fora do âmbito da Operação Condor strictu sensu” (SIMON, 2021: 337).

Segundo esse autor, “as evidências indicam que o Brasil sempre preferiu manter a colaboração operacional entre porções em âmbito bilateral” e “a ideia de fazer isso por meio de uma iniciativa multilateral jamais cativou os ocupantes do Palácio do Planalto (embora provavelmente tenha encontrado adeptos em galhos mais baixos da burocracia do regime)” (SIMON, 2021: 337)<sup>933</sup>. Mas teria a ditadura brasileira, de fato, essa preferência em entabular relações “bilaterais” de repressão? Será que apenas os “galhos mais baixos da burocracia do regime” teriam se arvorado nas redes e pactos secretos multilaterais para vigiar e exterminar “subversivos” (ou “esquerdistas” na dicção de Roberto Simon)? O autor desconsidera ou desconhece, ao que tudo indica, a participação e patrocínio do Brasil nos *protótipos* multinacionais da Condor, nomeadamente: o *I Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul*, realizado em Buenos Aires em fevereiro de 1974; as Conferências dos Exércitos Americanos (CEA), em especial a XI e a XII realizadas, respectivamente, em junho de 1973 no Brasil e em outubro de 1975 no Uruguai; e o III Congresso da CAL-Secreta organizado, em novembro de 1974 em Brasília, na sede da Escola Nacional de Informações (EsNI). Participando e hospedando esses *protótipos* do Condor, não estariam os militares brasileiros interessados em consolidar uma cooperação multilateral – e não apenas bilateral – com seus congêneres ditatoriais do Cone Sul?

---

<sup>933</sup> “A ditadura brasileira, afinal, já vinha colaborando bilateralmente havia anos com países como Argentina, Uruguai e, após o golpe de 1973, Chile. O regime brasileiro atuava nos países vizinhos, e contra estrangeiros dentro de seu próprio território, desde a década anterior – da vigilância aos primeiros exilados no Uruguai democrático, após o golpe de 1964, às operações conjuntas com as recém-criadas ditaduras do Cone Sul” (SIMON, 2021: 337).

E mais: a tese da suposta “preferência” da ditadura brasileira em reprimir por meio de pactuações bilaterais desconsidera, além das referidas reuniões multilaterais repressivas pré-Condor, o fato do próprio Sistema Condor estimular entre seus membros o entabulamento de “contactos bilateral o multilateral” (CONTRERAS SEPÚLVEDA; CASAS; GUANES SERRANO; MENA, 1975). Poder-se-ia indagar, inclusive, se o Sistema Condor, cujas ações mais violentas e notórias estenderam-se de 1975 a 1980, persistiu para além dessa data. Se as ações mais ostensivas das Fases 2 e 3 cessaram na década de 1980, será que, em algum momento, as ações da Fase 1 do Sistema Condor foram interrompidas? Ao que tudo indica, com ou sem a nomenclatura Condor, o Sistema “antissubversivo” de Inteligência, Coordenação e Segurança montado pelas ditaduras militares sul-americanas persiste até hoje, por outros meios e canais, com o monitoramento permanente dos “subversivos” realizados pelas Forças Armadas regionais. Note-se, nesse sentido, que as Conferências dos Exércitos Americanos foram “pano de fundo da Operação Condor” (CNV, 2014a: 228).

Conforme afirmou a Corte Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos “a CEA é ‘uma organização de segurança hemisférica inspirada na ‘doutrina de segurança nacional’, que se reunia em sessões secretas para discutir possíveis estratégias e acordos de atividades conjuntas” (CNV, 2014a: 228). Porém, se antes do Condor as CEAs já constituíam um de seus principais *protótipos*, elas continuaram a ocorrer na década de 1980 operando ações típicas da Fase 1 da coordenação condorenses. Sabe-se, por exemplo, que “ainda em 1988, na XVII CEA em Mar del Plata, Argentina, representantes dos exércitos de 15 países das Américas – entre os quais o Brasil – assinaram vários acordos, entre eles o acordo n.º 14, que tinha como tema ‘as operações psicológicas e os meios de comunicação social na guerra contra o terrorismo’. Outro acordo, o de n.º 15, mantinha a pregação anticomunista: ‘O Movimento Comunista Internacional (MCI) continua sendo a ameaça comum e principal a todos os países americanos e, como tal, deve ser combatida, particularmente através da união e de procedimentos comuns entre todos os Exércitos Americanos” (CNV, 2014a: 228).

Justamente por essas ações características da Fase 1 do Sistema Condor – que não foram, ao que tudo indica, desmanteladas pelos militares sul-americanos – que autores como o paraguaio Martin Almada defendem que, ainda hoje, “*el Condor sigue volando*”. E quem negaria? O Ministério da Defesa do Brasil, por exemplo, instado a declinar seus documentos sobre as CEAs



pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2013, mentiu sem corar: não teriam encontrado os documentos referentes às conferências militares<sup>934</sup>. “Não aprenderam e nem esqueceram nada”. Embora sem o nome de Condor, portanto, as operações de Fase 1 do antigo Sistema “antissubversivo” de Inteligência, Coordenação e Segurança pactuado no Chile em 1975, ao que tudo indica, nunca foram interrompidas.

#### 6.1.5.3. Os principais crimes e assassinatos transnacionais do pré e do pós-Condor

Assassinatos transnacionais de “subversivos” por meio da coordenação repressiva entre as ditaduras militares da América do Sul foram cometidos antes da formalização do Condor no final de 1975. Tais atos coordenados de terrorismo transnacional de Estado consistiram, historicamente, *the blueprint for Condor*. O principal deles “surgiu de um acordo de vigilância de 1973 entre as organizações militares de inteligência da Argentina e do Chile que culminou no assassinato do constitucionalista chileno, General Carlos Prats” (MCSHERRY, 2005: 69). O assassinato do General Prats e de sua esposa Sofía Cuthbert, contando com a cumplicidade da polícia e do Exército argentino, foi inicialmente planejado como uma *joint-venture* entre a DINA e o grupo Milícia liderado por Juan Martin Ciga Correa, “uma consequência do esquadrão de morte AAA”<sup>935</sup>. Fernandez Larios, um agente do Departamento Exterior da DINA, foi deslocado a Buenos Aires para preparar o assassinato de Prats em 1974 “e em 1975 e 76 foi membro das equipes da DINA que operavam na Europa” (DINGES, 2005: 177).

---

<sup>934</sup> “No dia 21 de junho de 2013, a CNV encaminhou ofício ao Ministério da Defesa, requisitando informações sobre as reuniões da CEA. Em resposta à CNV, em 17 de outubro de 2013, o comando do Exército informou que ‘não foi possível encontrar as informações que atendam ao solicitado. Tal impossibilidade decorre do longo período de análise em questão (53 anos) e da consequente impossibilidade de localizar documentos que pudessem conter eventuais registros sobre o assunto’. O comando do Exército informou ainda que a ‘documentação produzida pela CEA encontra-se distribuída no respectivo acervo histórico, sob a responsabilidade do Exército do Chile, ou nos arquivos da SEPCEA [Secretaria Executiva Permanente da Conferência dos Exércitos Americanos]’. Nessas condições, a CNV solicitou formalmente ao comando do Exército, por intermédio do Ministério da Defesa, o acesso ao banco de dados *on-line* da Secretaria Executiva Permanente da CEA. Não houve resposta do comando do Exército à solicitação da CNV” (CNV, 2014a: 227-228).

<sup>935</sup> Juan Martin Ciga Correa, “líder de um grupo fascista chamado Milícia e membro da AAA” que chegou a servir como um operativo da AAA “como chefe de segurança da Universidade de Buenos Aires”, foi posteriormente “indiciado por envolvimento no assassinato de Prats” (DINGES, 2005: 79). A Milícia, uma afiliada da AAA, “era especializada na reimpressão de folhetos nazistas em espanhol e na promoção do antisemitismo” (DINGES; LANDAU, 1980: 140).

Consumado em 30 de setembro de 1974, o homicídio de Prats foi o “o primeiro assassinato internacional” conduzido pela DINA. Pinochet estava ciente do fato de que Prats estava escrevendo, em seu exílio argentino, um livro de memórias sobre o golpe militar no Chile de 11 de setembro de 1973<sup>936</sup>. Nesse contexto, o ditador chileno alertou o chefe da DINA Manuel Contreras de que o general legalista exilado em Buenos Aires, representava “um homem perigoso para o Chile”. “As palavras de Pinochet foram a ordem que Contreras precisava. Ele passou a missão de eliminar Prats para seu chefe de operações, Coronel Pedro Espinoza, e para liderar o recém criado Departamento de Exterior da DINA, o Coronel Raul Iturriaga Neumann” (DINGES, 2005: 73-74). O “plano A” da DINA para assassinar Prats, contudo, havia falhado. O grupo Milícia contratado pelo enlace da DINA na Argentina, Enrique Arancibia Clavel, não levou adiante o atentado. “Na sede da DINA no Chile, percebendo que os assassinos contratados por Arancibia não entregariam resultado, Contreras passou para o plano B – Michael Townley” (DINGES, 2005: 75)<sup>937</sup>.

Outro caso ocorrido “no ventre do Condor” foi a prisão e tortura, no Paraguai, do advogado e educador Martín Almada, o primeiro paraguaio a obter o doutoramento em educação em seu país com uma tese defendida na Universidad de la Plata, na Argentina, intitulada *Paraguai: educação e dependência*. Retornando ao Paraguai em 1974, passou a presidir uma associação local de professores e, como líder sindical, dirigiu um projeto para a construção de casas populares a docentes. Em 24 de novembro de 1974, nas imediações de Assunção, na cidade de San Lorenzo, Almada e sua esposa Celestina Perez foram sequestrados por uma equipe de policiais. Levado ao Departamento de Investigações chefiado por Pastor Coronel, Almada foi torturado e interrogado. O chefe da polícia política da ditadura paraguaia queria saber do eventual envolvimento de Almada

---

<sup>936</sup> Exilado na Argentina, à época de seu assassinato, “Prats começou a escrever suas memórias sobre o serviço militar, concebidas como uma *apologia* à subordinação militar à constituição, o princípio orientador desenvolvido pelo seu predecessor assassinado, General Rene Schneider, e finalmente repudiado por Pinochet. Ele havia levado consigo seus documentos particulares para o exílio e os usou para reconstruir um relato diário dos eventos dentro das forças armadas que levaram ao golpe” (DINGES, 2005: 72).

<sup>937</sup> Os dois principais assassinos de Prats, “Townley e Arancibia foram recompensados por seu papel no assassinato de Prats. Ambos foram promovidos de colaboradores esporádicos a funcionários efetivos da DINA” (DINGES, 2005: 75). “Townley era um militante da Patria y Libertad, o grupo terrorista de direita fundado pela CIA” (MCSHERRY, 2005: 153). Manuel Contreras comprou uma casa para Townley em Santiago, onde “ele continuaria a trabalhar em operações eletrônicas e de rádio, e seria solicitado a realizar mais assassinatos” (DINGES, 2005: 78-79). “Arancibia voltou a Buenos Aires dentro de uma semana e começou uma nova carreira como o contato clandestino dos grupos de operação militares e civis cada vez mais ativos – esquadrões da morte como o infame AAA – travando uma guerra secreta contra esquerdistas” (DINGES, 2005: 79).

em uma tentativa frustrada de explodir o carro do ditador Stroesser, arquitetada por ex-estudantes que cursaram a Universidad de la Plata no mesmo período em que o educador paraguaio cursou seu doutorado na Argentina. O grupo teria recebido treinamento e apoio logístico do Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) e do arqui-inimigo de Stroessner, o médico Augustin Goibirú<sup>938</sup>, que teria obtido os explosivos com seus contatos da Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR)<sup>939</sup>.

Embora totalmente inocente, Almada foi submetido a inúmeras sessões de tortura. Pastor Coronel convocou sua esposa Celestina Perez Almada para assistir às torturas infligidas a seu marido e, “alguns dias depois, colapsou e morreu de ataque cardíaco” (DINGES, 2005: 238). Em uma das sessões de tortura, Almada foi interrogado na sala do próprio Pastor Coronel “em frente de um grande grupo de oficiais, inclusive estrangeiros, a que ele mais tarde referiria em discursos públicos como o ‘tribunal da Condor’” (DINGES, 2005: 237-238)<sup>940</sup>. Como pontua John Dinges, **“a experiência de Almada lhe deu uma visão única do funcionamento interno da Operação Condor”** na medida em que **“ele estava na mesma prisão que os mensageiros [couriers] da JCR, Jorge Fuentes e Amilcar Santucho”** (DINGES, 2005: 238, grifo meu). Nessa condição ímpar de ser um prisioneiro paraguaio torturado por uma equipe de interrogadores transnacionais,

---

<sup>938</sup> Goibirú, “o líder de uma facção mais à esquerda do partido de Stroessner chamada MOPOCO – Movimiento Popular Colorado”, foi “mencionado em um relatório de inteligência sobre a trama apresentada em uma reunião entre as forças de segurança do Brasil e do Paraguai, realizada de 3 a 6 de maio de 1976 [IV Conferencia bilateral de inteligencia entre los ejércitos de Paraguay y Brasil]” (DINGES, 2005: 310). Em 22 de setembro de 2006, a Corte Interamericana de Derechos Humanos condenou o Estado paraguaio pelo assassinato de Goibiru. Em seu voto o juiz Antonio Augusto Cançado Trindade assinalou que, “en el marco de dicha Operación, el caso del Dr. Agustín Goibirú es hoy considerado como ‘paradigmático de la cooperación de los sistemas de inteligencia’ paraguayo y argentino” (CANÇADO TRINDADE *apud* BOCCIA PAZ, ANGÉLICA GONZÁLEZ, PALAU AGUILAR, 2006: 09).

<sup>939</sup> O jornalista John Dinges esclarece que um dos envolvidos na tentativa do tiranicídio de Stroessner, Dimas Piris da Motta, membro do *Ejército Popular Revolucionario* ou *Ejército Paraguayo Revolucionario*, “disse que conheceram Almada em La Plata, mas decidiram não abordá-lo porque ele tinha bolsa do governo e era considerado um Colorado leal. ‘Foi nossa culpa que ele tenha sido preso’, disse Dimas Piris Da Motta, que era o contato do grupo entre a Argentina e o Paraguai. Mas inocência não era uma proteção nas prisões de Stroessner. Almada foi brutalmente torturado durante semanas” (DINGES, 2005: 237).

<sup>940</sup> O jornalista Nilson Mariano detalha as torturas e interrogatórios sofridos pelo professor Martin Almada no Departamento de Investigações (DI), salientando que, de fato, os futuros líderes paraguaios do Condor se fizeram presente durante as sevícias: “O chefe de Polícia da Capital, General Francisco Brítez Borges, e o General Benito estavam presentes. Eles acreditavam que Almada estivesse envolvido com grupos guerrilheiros da Argentina. (...) Em certo momento, o chefe do DI, Pastor Coronel, explodiu: - ‘O diálogo acabou. Estamos frente a frente, dois inimigos irreconciliáveis. Vocês, os idiotas úteis, os comunistas ateus e sanguinários. Nós, os defensores da ordem’. As torturas foram imediatas, alucinantes: choques elétricos, simulação de afogamento em banheiro com água e excrementos (...) Em certo momento, apareceu Pastor Coronel, empunhando o livro com a tese de doutorado de Almada. Perguntou quem havia encomendado a obra, se ‘Moscou, Havana ou Pequim’, os satélites comunistas da época” (MARIANO, 2003: 241).

ao ser encarcerado com referidos revolucionários guerrilheiros da JCR, Almada “ouviu em primeira mão a história de seus interrogatórios por oficiais da Argentina e do Chile, e do transporte de Fuentes de volta à sua morte no Chile” (DINGES, 2005: 238). Inclusive, **“um dos oficiais chilenos, o Coronel Jorge Otaiza [que esteve no III Congresso da CAL Secreta], interrogou Almada em algum momento”** (DINGES, 2005: 238, grifo meu).

As prisões dos *couriers* da JCR Jorge Fuentes e Amilcar Santucho, em maio de 1975, culminou “na criação formal da Operação Condor no final do ano” (DINGES, 2005: 90). Em outras palavras, “o gerenciamento do caso Fuentes-Santucho criou o modelo no qual a Operação Condor foi baseada seis meses depois” (DINGES, 2005: 90). Foi por isso que, segundo designou o próprio Martin Almada, ele fora de fato preso e torturado “no ventre do Condor”, isto é, às vésperas da formalização do Pacto do terrorismo de Estado sul-americano no Chile ao final de 1975. Embora preso em novembro de 1974, Almada foi mantido preso por Pastor Coronel na Delegacia de Investigações durante 1975 e, ali, conheceu os *couriers* da JCR, encarcerados em maio daquele ano. E se é verdade que a prisão de Fuentes e Santucho não “criou” a Condor, ao menos “acelerou” a pactuação condorenses. “Em todos os aspectos, a captura de Santucho e Fuentes foi um sucesso da inteligência. Documentos que levavam incluíam agendas de endereços e listas de contatos da JCR” (DINGES, 2005: 89)<sup>941</sup>. “A polícia de segurança paraguaia rapidamente percebeu que estes dois homens poderiam fornecer um mapa da atividade militar da JCR no Cone Sul. Eles também sabiam detalhes da estrutura da JCR em meia dúzia de países europeus e da infraestrutura de solidariedade que estava sendo estabelecida por toda a América Latina, Europa e Estados Unidos” (DINGES, 2005: 89).

“Independentemente da intenção, **as prisões destas duas figuras inspiraram cooperação multilateral entre os serviços de inteligência de quatro países** (i.e. Argentina, Paraguai, Chile e Estados Unidos). Mais importante, **elas aceleraram o processo que levou à formação do Plano Condor**” (LOPEZ, 2016: 189, grifo meu). Assim que os *couriers* da JCR foram presos no DPI de Pastor Coronel, este chefe da polícia política stronista informou as forças

---

<sup>941</sup> As informações obtidas de Jorge Fuentes e Amilcar Santucho sob tortura forneceram às FFAA sul-americanas “informações vitais que levariam à prisão de figuras proeminentes da JCR como Roberto Santucho, outros líderes PRT-ERP e Edgardo Enríquez do MIR. John Dinges argumenta que ‘para estes serviços de inteligência, estas prisões evidenciaram os benefícios da cooperação multilateral e resultariam, nos meses que se sucederiam, no...’ ‘Plano Condor’” (LOPEZ, 2016: 192).

militares de segurança do Chile, da Argentina e um “amigo” norte-americano que operava na Argentina. Pastor Coronel acionou, então, o agente do FBI Robert Scherrer – um US *legal attaché* lotado na Embaixada dos EUA em Buenos Aires<sup>942</sup> – e este contactou, a sua vez, “sua fonte principal na polícia no Chile, o General Ernesto Baeza, sobre as prisões da JCR” (DINGES, 2005: 91). “Oficiais dos EUA na Argentina participaram do esforço para capturar o chileno Jorge Isaac Fuentes Alarcon no Paraguai, notificando as forças de segurança chilenas de seu interrogatório e iniciando a investigação dos contatos de Fuentes nos Estados Unidos, agindo assim como parte do sistema Condor” (MCSHERRY, 2005: 252).

McSherry caracteriza a prisão de Jorge Fuentes como “um caso-chave de 1975 que ilustrou o envolvimento dos EUA com as operações contrassubversivas da Condor” (MCSHERRY, 2005: 89)<sup>943</sup>. Pastor Coronel também acionou seus congêneres argentinos. José Osvaldo Ribeiro (Rawson), um oficial de contra-inteligência da *Secretaría de Informaciones del Estado* (SIDE), enviou um questionário para que o delegado paraguaio interrogasse, com maiores subsídios, o argentino Amilcar Santucho, cujo irmão Roberto Santucho era o principal líder do ERP, o núcleo mais robusto da JCR (LOPEZ, 2016: 190). O major Jose Osvaldo Ribeiro, que assessorou a DINA em setembro de 1975, em Santiago, nos preparativos da reunião fundadora da

---

<sup>942</sup> “Um dos primeiros a partilhar da bonança foi o FBI. O homem do *bureau* local na América do Sul era Roberto Scherrer, cujo título oficial era adido legal da embaixada dos EUA em Buenos Aires. Na verdade, ele era uma estação de inteligência de um homem só cujos recursos em todos os países do Cone Sul eram a inveja da CIA e da inteligência militar americana. (...) Sua missão oficial incluía atuar como contato com a polícia do Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia além de Buenos Aires. (...) Scherrer conhecia o General Benito Guanes, líder do G2, o departamento de inteligência do Estado-Maior das Forças Armadas. Ele também era próximo do Pastor Coronel, líder do DICP (*Department of Investigations of the Police of the Capital*) – que detinha Fuentes e Santucho em seu quartel no centro de Assunção. (...) na primeira semana de junho, Scherrer já tinha sido briefado a respeito do que Fuentes e Santucho estavam falando a seus interrogadores sob tortura. Ele preenchia relatórios, escrevia cartas e começava uma investigação sobre possíveis ligações dos Estados Unidos com a JCR. Seu relatório à sede do FBI em Washington, liberado ao autor sob a Lei de Liberdade de Informação, tem data de 6 de junho. O oficial do FBI foi um significativo passo além e assim tornou-se (...) o primeiro caso documentado de participação oficial dos EUA na operação multinacional contra a JCR” (DINGES, 2005: 90).

<sup>943</sup> Referindo-se a Robert Scherrer, McSherry destaca que “o adido legal na embaixada dos EUA em Buenos Aires informou as forças armadas chilenas da captura e interrogatório de Fuentes e listou os nomes e endereços de três indivíduos morando nos Estados Unidos cujos nomes haviam estado em posse de Fuentes. O memorando afirmou que o FBI estava conduzindo investigações de três nos Estados Unidos. **Esta carta, entre outras, confirmou que oficiais e agências dos EUA cooperavam com as ditaduras militares, compartilhando inteligência e atuando como elo na corrente da Condor.** Talvez mais chocante tenha sido que **esta coordenação era rotineira (se secreta), procedimento padrão dentro da política dos EUA**” (MCSHERRY, 2005: 90, grifo meu).

Condor<sup>944</sup>, tornar-se-ia “um operador importante em atividades posteriores da Condor” (DINGES, 2016: 98).

Ou seja, Pastor Coronel interrogou e torturou Amílcar Santucho – não só, mas acompanhado de alguns agentes da contrainteligência militar paraguaia – munido de um questionário enviado pela própria SIDE argentina, sendo que da ditadura pinochetista “eles também receberam um conjunto similar de perguntas da DINA chilena para Jorge Fuentes. Pouco após, agentes de inteligência de ambos os países viajaram a Assunção para extrair mais informações dos prisioneiros” (LOPEZ, 2016: 191). Para “trabalhar” o chileno Jorge Fuentes, da JCR e do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), “diversos oficiais da DINA, incluindo Marcelo Moren Brito, viajaram a Assunção para interrogá-lo e transportá-lo ilegalmente ao Chile” (MCSHERRY, 2005: 89-90). Em setembro de 1975, a ditadura militar do Paraguai entregou Jorge Fuentes, de forma clandestina, para agentes da DINA, que o aprisionaram e torturaram em um de seus centros de tortura, a *Villa Grimaldi*: “ele foi levado deste centro [de detenção] em 12 de janeiro de 1976 e ‘desapareceu’” (LOPEZ, 2016: 191).

Amílcar Santucho, mantido preso por Pastor Coronel, que tentou trocá-lo com paraguaios “subversivos” presos na Argentina, acabou sendo libertado “depois de intensa pressão de organizações internacionais de direitos humanos e outros governos ao redor do mundo, asilando-se na Suécia” (LOPEZ, 2016: 191-192). “As informações obtidas com a tortura de Fuentes e Santucho haviam lançado uma enorme caçada aos líderes da JCR que ocupariam os serviços de inteligência do Chile, Argentina e outros durante mais de um ano” (DINGES, 2005: 98). “A já intensificada paranoia das forças de segurança do Cone Sul”, como observa Dinges, foi alimentada pela prisão conjunta de Jorge Fuentes e Amílcar Santucho e as ditaduras militares sul-americanas passaram, então, a entreler mais intensamente “a JCR como o centro de uma potencial ofensiva de fora da América Latina. As forças de segurança sabiam da existência e dos objetivos da JCR, pelo menos da época da coletiva de imprensa clandestina em fevereiro de 1974, mas até onde se sabe, nenhum líder importante da JCR já tinha sido capturado com vida. Fuentes e Santucho foram os

---

<sup>944</sup> “Em setembro de 1975, Ribeiro viajou a Assunção e então a Santiago, com todas as despesas pagas pela DINA, para preparar as condições para a primeira reunião formal da Condor em novembro daquele ano em Santiago. Ele instalou um telégrafo nos quartéis centrais da DINA em Santiago, permitindo que a DINA se comunicasse com segurança e diretamente com a inteligência do exército argentino. (...) Ribeiro também trabalhou de perto com oficiais de inteligência uruguaios e paraguaios e ajudou a organizar e modernizar o aparato de inteligência paraguaio” (MCSHERRY, 2005: 195-196).

primeiros. Sua captura gerou um elaborado rastro de documentos nas agências de inteligência” (DINGES, 2005: 95).

Conforme argumenta Dinges, referindo-se às prisões de Fuentes e Santucho em maio de 1975 no Paraguai, **“pode-se fazer uma ligação direta entre a captura e interrogatório compartilhado dos dois emissários da JCR até a criação da Operação Condor seis meses depois”** (DINGES, 2005: 87, grifo meu). Contrapondo-se a Dinges, porém, que “argumentou que a aliança de guerrilha Junta Coordinadora Revolucionaria (JCR) era vista como uma ameaça significativa pelos militares e foi o impulso inicial para a organização da Condor”, McSherry sustenta que “minha pesquisa encontrou poucas evidências de que a JCR tenha sido uma organização muito significativa ou uma ameaça crível, no entanto” (MCSHERRY, 2005: 27)<sup>945</sup>. Se é verdade que a vantagem analítica da pesquisa de McSherry consiste no fato de oferecer “uma análise detalhada do Plano Condor e suas conexões históricas com todo o Sistema de Defesa Interamericano e outras operações americanas de contrainsurgência na Europa depois da Segunda Guerra”, **“no entanto, há uma importante omissão em sua discussão: a JCR”** (LOPEZ, 2016: 93-94, grifo meu). De outro lado, no caso da pesquisa de Dinges, “embora discuta esta organização revolucionária multilateral, ele negligencia diversos elementos contextuais importantes que levaram à sua consolidação” (LOPEZ, 2016: 94). Assim, conforme observa o historiador Fernando Lopez, “como resultado, sua análise tende a supervalorizar a ameaça representada por esta organização revolucionária” (LOPEZ, 2016: 94)<sup>946</sup>.

---

<sup>945</sup> “Documentos dos EUA tornados públicos descrevem a JCR como consideravelmente ineficaz e documentos militares secretos da Argentina e Chile e testemunhos de antigos funcionários de inteligência não sinalizam prioridade especial na JCR se comparado a outros grupos esquerdistas de guerrilha. Dinges apresentou esse argumento quando participou de um painel sobre a Condor organizado por esta autora no congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos em setembro de 2001” (MCSHERRY, 2005: 27).

<sup>946</sup> Fernando Lopez, reconhecendo que “a discussão de Dinges não está incorreta”, depois de efetuar uma detalhada análise das “situações internas” das organizações guerrilheiras que compuseram a JCR, defende que elas “estavam repletas de deficiências. Em vez de uma evolução histórica lógica, a JCR era uma tentativa desesperada e inútil de manter as organizações vivas. Embora Dinges reconheça que a JCR ‘nunca representou uma ameaça séria às ditaduras...’, ele argumenta que ‘é inegável que os serviços militares deram alta credibilidade às informações que trocavam em segredo entre eles’. A segunda parte desta declaração parece sugerir que as forças armadas interpretaram erroneamente o nível de ameaça representado pela JCR. No entanto, é altamente improvável. Os serviços de inteligência do Cone Sul estavam bastante cientes do nível de ameaça representado por cada organização. As conexões bilaterais e multilaterais entre estas agências já haviam sido solidificadas no início da década de 1970. Além disso, sua habilidade de infiltrar as diversas organizações e o recrutamento de informantes lhes fornecia inteligência precisa sobre os problemas internos dos grupos de guerrilha” (LOPEZ, 2016: 193).

Embora pertinente essa dupla crítica que Fernando Lopez endereça às pesquisas de McSherry e Dinges, seu esforço em demonstrar as fraquezas e debilidades das organizações guerrilheiras que compuseram a JCR redonda na hipótese da “exageração” pelas ditaduras condorenses do “perigo” da JCR. Segundo ele, as ditaduras militares que pactuariam o Plano Condor poucos meses depois da prisão de Jorge Fuentes e Amílcar Santucho “exageraram grosseiramente a ameaça representada pela JCR”, que se transformaria, assim, em “uma desculpa conveniente para os membros da Condor unirem forças e lançarem uma ofensiva coordenada e mortal para destruir, de uma vez por todas, qualquer tipo de oposição, incluindo os exilados envolvidos na denúncia de violações dos direitos humanos” (LOPEZ, 2016: 197)<sup>947</sup>.

Entretanto, na argumentação de Dinges, esse aspecto da “exageração” do “perigo” representado pela JCR não foi desconsiderado. Seria um erro, para ele, tomar como mero artifício “retórico” o “chamamento às armas” feito pela JCR, que de fato se propusera a lançar uma *guerra revolucionária* centrada na luta armada para toda a América Latina<sup>948</sup>. Por mais débil e voluntarista que possa soar, hoje, essa proposta de uma guerra revolucionária centrada na luta armada – o que Dinges caracterizava como “a revolução na contrarrevolução” (DINGES, 2005: 60) –, “ao

---

<sup>947</sup> A tese da “exageração” é assim defendida por Fernando Lopez: “a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR) (...) nunca representou uma ameaça séria aos ditadores sul-americanos. Em vez de um projeto para instigar a guerrilha por toda a região, a JCR se tornou uma desculpa conveniente para os regimes transnacionalizarem o terrorismo de estado. As forças armadas que participaram do plano Condor não superestimaram o nível de ameaça desta organização. Até novembro de 1975, as cinco agências de inteligência que se encontraram em Santiago, Chile, tinham conhecimento do fraco status da JCR. Apesar disso, elas exageraram sua importância para justificar a transnacionalização secreta da repressão contra seus oponentes, especialmente a comunidade exilada militante” (LOPEZ, 2016: 91).

<sup>948</sup> A *Declaração da JCR*, de março de 1974, elaborou referido “chamamento às armas”: “Nós estamos Unidos no entendimento de que a estratégia da guerra revolucionária é a única estratégia viável na América Latina. E entendemos que esta guerra revolucionária é um processo complexo de luta em massa, armada e desarmada, pacífica e violenta, em que todas as formas de luta convergem harmoniosamente em torno do eixo da luta armada. O imperialismo norte-americano está concretizando uma estratégia internacional de brechar a revolução socialista da América Latina. Não é acidente que regimes fascistas tenham sido impostos em países onde um movimento de massa em ascensão ameaçou a estabilidade do poder oligárquico. A estratégia internacional do imperialismo requer uma estratégia continental pelos revolucionários. O caminho a ser percorrido nesta luta não é pequeno. Portanto nossa guerra revolucionária é de atrito nos primeiros estágios, até que formemos um exército popular que seja superior às forças do inimigo. Este processo é gradual, mas é paradoxalmente o mais curto e menos custoso caminho para atingir nossos objetivos estratégicos das classes negligenciadas. POVOS DA AMÉRICA LATINA: ÀS ARMAS. Estamos vivendo momentos decisivos da nossa história. Neste entendimento, o MLN Tupamaros, o Movimento da Esquerda Revolucionária MIR, o Exército Nacional de Libertação ELN e o Exército Revolucionário Popular ERP convocam os trabalhadores explorados da América Latina, a classe trabalhadora, os pobres agricultores, os pobres das cidades, os estudantes e intelectuais, cristãos revolucionários e todos os elementos originários da exploração de classes dispostos a colaborar com esta justa causa popular, a pegarem em armas decididamente, para ativamente incorporarem a si mesmos à luta revolucionária socialista e anti-imperialista que está surgindo em nosso continente sob a bandeira e exemplo do Comandante Guevara” (*JCR Declaration apud* DINGES, 2005: 52, 53).



contrário, a JCR foi levada tão a sério pelos governos militares que se tornou o principal alvo da Operação Condor” (DINGES, 2005: 53). Como observa Dinges, é um erro tomar o “chamado às armas” e à guerra revolucionária centrada na “luta armada” feito pela JCR como um artifício meramente “retórico”. Afirmar isso, a seu turno, não implica compreender o surgimento da Condor como uma simples “reação” à JCR. Nesse sentido, inclusive, a pesquisa de McSherry é mais esclarecedora do que a de Dinges, na medida em que circunscreve o Condor como o resultado de uma história de longa duração da internacionalização e integração do sistema interamericano de defesa anticomunista. Sem embargo, Dinges acerta ao assinalar que “os relatórios secretos tornaram indiscutível a crença dos militares na precisão das informações sobre a JCR e sua ação baseada nela” (DINGES, 2005: 53).

Essa constatação não desconsidera, como sugere Fernando Lopez, o fato de que a “ameaça” representada pela JCR tenha sido de fato “exagerada” pelos militares sul-americanos para, assim, poderem liquidar outros “inimigos” com pouca ou nenhuma conexão real com a estratégia revolucionária de luta armada para a América Latina. O próprio Dinges ressalva esse segundo aspecto: “É também verdade que os propagandistas militares usaram o espectro da JCR para manchar a oposição não-violenta aos governos militares com as táticas violentas dos grupos de guerrilha. A ‘guerra ao terrorismo’ que se seguiu contra membros da JCR foi acompanhada, não coincidentemente, de uma série de assassinatos de líderes democráticos com pouca ou nenhuma conexão aos radicais que operavam dentro da JCR” (DINGES, 2005: 53).

Seja como for, se a prisão de Jorge Fuentes e Amilcar Santucho acelerou o processo que conduziria à pactuação do Plano Condor ao final de 1975, outra operação transnacional de crimes e torturas cometidos pelas ditaduras militares sul-americanas deve ser mencionada. Também às vésperas da formalização do Condor no Chile, a DINA tentaria cometer mais um assassinato internacional. Dessa vez, na Europa. Depois de ter assassinado o general Carlos Prats na Argentina em setembro de 1974, além de Jorge Fuentes na Villa Grimaldi em setembro de 1975 – após tê-lo resgastado das prisões stronistas –, o novo alvo internacional da DINA foi o ex-vice-presidente do Chile e líder democrata-cristão Bernardo Leighton. Esse chileno exilado em Roma trabalhava “para forjar uma aliança entre seu partido e os remanescentes da força de Allende” (DINGES,

2005: 130)<sup>949</sup>. Os mesmos operadores do assassinato do general Carlos Prats em Buenos Aires planejaram a tentativa de assassinato de Leighton. O coronel da DINA Raul Iturriaga Neumann ordenou a Michel Townley –na altura em Madrid, capital política da ditadura franquista – “que dirigisse até Roma e fizesse contato com o ativo mais importante da DINA: Stefano Delle Chiaie, o terrorista conhecido como ‘Alfa’, que estava na folha de pagamento da DINA há um ano” (DINGES, 2005: 130).

A incumbência dada a Townley pela DINA foi clara: “recrutar a organização de Delle Chiaie para a missão de matar Leighton” (DINGES, 2005: 130). Nas tratativas entre Townley e Delle Chiaie, este neofascista italiano recomendou que a DINA abandonasse o plano de assassinar Carlos Altamirano, líder do Partido Socialista do Chile que estaria muito bem protegido em seu exílio na Alemanha Oriental, para escolher um alvo “mais fácil” e “menos arriscado”. “Leighton era um alvo melhor e mais fácil”, calculou o neofascista italiano – que também integrou-se ao complexo WACL/CAL –, ponderando que, “até mais do que matar um bicho-papão de esquerda como Altamirano, a morte de uma figura reverenciada como Leighton causaria terror aos exilados por todos os lugares e demonstraria não apenas o poder internacional da DINA, mas sua crueldade implacável” (DINGES, 2005: 131).

A tentativa de assassinato de Leighton foi planejada pelo “terrorista negro” Stefano Delle Chiaie com Pierluigi Concutelli, ambos do grupo neofascista *Avanguardia Nazionale*, e o ataque seria assumido, para fins de desinformação, por Virgilio Paz, integrante de um grupo de exilados cubanos anticomunistas, o Movimento Nacionalista Cubano (MNC), aquartelado em Nova Jersey e fundado por Guillermo Novo. Ao lado de outras organizações aliadas anticomunistas, o MNC defendia uma estratégia anticomunista internacionalista que coincidiu com os planos globais da DINA. Seu slogan era “guerra pelas estradas do mundo” que, traduzido, significava “uma campanha terrorista contra as instituições de Castro fora de Cuba – contra os apoiadores nos Estados Unidos, postos diplomáticos Cubanos e companhias aéreas cubanas” (DINGES, 2005:

---

<sup>949</sup> “O amplamente respeitado estadista idoso do Partido Democrático Cristão, Leighton havia sido Vice-Presidente do Chile e se movia facilmente nos círculos internacionais do movimento conservador democrata cristão, que era o partido da situação na Itália e na Alemanha. Ele não estava apenas tentando unir chilenos contra Pinochet, mas também trabalhando arduamente para criar um consenso entre os democratas cristãos conservadores da Europa e sociais democratas de esquerda para se oporem às ditaduras latino-americanas como a de Pinochet” (DINGES, 2005: 131).

128)<sup>950</sup>. O líder democrata-cristão chileno, porém, sobreviveu ao tiro em sua cabeça desferido por Concutelli a mando da DINA a 6 de outubro de 1975. A esposa de Leighton Anita Fresno, porém, também atingida pelo atentado, “nunca mais foi capaz de andar normalmente”. “Ainda assim, os tiroteios tiveram o efeito desejado. Leighton, embora tenha se recuperado rapidamente, nunca mais foi ativo politicamente. Exilados estavam avisados que mesmo na Europa não estavam a salvo” (DINGES, 2005: 132).

O ditador chileno lamentou que o homicídio não tivesse sido adequadamente consumado – “*Lastima, este viejo no quiere morir*” –, e poucas semanas depois do atentado frustrado a Leighton, Pinochet participou do funeral do *Generalíssimo* Francisco Franco na Espanha. Depois de prestar seus respeitos “ao seu próprio herói anticomunista e fonte de inspiração”, Pinochet se encontrou pessoalmente com o terrorista neofascista italiano Delle Chiaie<sup>951</sup>. A DINA havia “arranjado que Delle Chiaie fosse a Madrid com diversos camaradas da Avanguardia Nazionale” e “Contreras também apresentou a Delle Chiaie \$ 5.000,00 em pagamento” pelo assassinato tentado em Roma (DINGES, 2005: 133). “Contreras também organizou um encontro entre Pinochet e outros descritos como ‘patriotas’ – terroristas croatas e extremistas de outras partes da Europa” (DINGES, 2005: 133)<sup>952</sup>. Depois do *farewell* ao *Generalíssimo Franco*, retornariam a

---

<sup>950</sup> “No ataque mais feroz, planejado por Orlando Bosch, uma bomba explodiu a bordo de um avião da Air Cubana com destino a Caracas e Havana, matando todos os setenta e três passageiros e tripulação” (DINGES, 2005: 128). O terrorista internacional Orlando Bosch era retratado como um heroico e audacioso “*freedom fighter*” nas páginas da revista *Réplica* de Miami, uma publicação que buscava coesionar os inúmeros grupos anticastristas aquartelados nos EUA, entre eles, o MNC, o Alpha 66 etc. Não se deve confundir a revista *Réplica* publicada pelo “Capítulo” mexicano da WACL/CAL, isto é, a FEMACO, com referida *Réplica* de Miami. Apesar disso, como dito, a FEMACO conectou-se, especificamente, com o grupo paramilitar anticastrista Alpha 66 e, inegavelmente, é uma extraordinária “coincidência” que ambas as revistas tenham tido exatamente o mesmo nome – *Réplica*. O acervo da *Réplica* de Miami encontra-se depositado nos arquivos da Universidade de Columbia, na cidade de Nova York.

<sup>951</sup> “A reunião de Pinochet com terroristas: Entrevista com um dos assessores civis de Pinochet. Townley, em declarações a investigadores dos EUA, forneceu as primeiras informações sobre a reunião de Pinochet com Delle Chiaie em Madrid. Contreras confirmou o fato em seu testemunho no Chile em 1997” (DINGES, 2005: 291).

<sup>952</sup> Como visto, os terroristas croatas do HOP integraram o ABN e a WACL, participando, inclusive, dos congressos anuais da CAL. “Com [Virgílio Paz], Townley começou a rondar o circuito fascista europeu. Ele contactou gângsters e traficantes de armas da Córsega, remanescentes da Organização do Exército Francês Secreto [OAS] e uma organização fascista baseada em Lisboa operando como uma falsa agência de notícias. Townley fez contato com agentes do serviço de inteligência espanhol e a recém-fundada Fascista Internacional, inspirada pela AAA da Argentina” (DINGES; LANDAU, 1980: 154). Nota-se, aqui, que Jonh Dinges e Saul Landau referem-se à *Aginter Press*, uma espécie de “Soldiers of Fortune” cogerida por membros da OAS e ex-nazistas como E. Taubert (o ex-chefe do *Antikomintern* de Goeebles), a serviço da ditadura salazarista e engajada nas guerras coloniais em África. Recorde-se, também, que a *Aginter Press* associou-se especificamente à *Réplica* da FEMACO, o “Capítulo” mexicano da WACL/CAL.

Santiago os militares chilenos e também seus *assets*, os paramilitares cubanos anticastristas e italianos neofascistas. Imediatamente na sequência, eclodiria o “ovo” do Condor:

**Terminado o funeral régio, Pinochet, Contreras e seus agentes da DINA voltaram para o Chile, apenas dois dias antes do encontro, em 26 de novembro, dos chefes de inteligência reunidos para a criação da Operação Condor. Delle Chiaie, dois outros italianos de seu grupo e Paz chegaram quase ao mesmo tempo no Chile, onde atuaram como uma célula operacional da DINA (DINGES, 2005: 133, grifo meu).**

Dois políticos uruguaios exilados na Argentina e vítimas propriamente das operações de Fase 2 do Sistema Condor, então já formalizado, foram assassinados em meados de 1976: **Zelmar Michelini** e **Hector Gutierrez Ruiz**. Michelini era um ex-senador, “um dos dois ou três nomes principais mencionados como possíveis presidentes caso houvesse um retorno a um governo democrático no Uruguai”, que no exílio argentino auxiliava na fuga de uruguaios ameaçadas de morte pela ditadura militar de seu país. Além disso, o ex-senador trabalhava com outros dois proeminentes políticos uruguaios no exílio – o ex-presidente da Câmara de Deputados Hector Gutierrez Ruiz e o ex-candidato a presidente Wilson Ferreira Aldunate – para viabilizar a realização de novas eleições e o retorno da democracia no Uruguai. Para tanto, os três chegaram a se reunir em Buenos Aires, separadamente, “com um representante do governo militar, o Ministro da Economia Alejandro Vegh Villegas” (DINGES, 2005: 145-146).

Essa “conspiração” para o retorno da democracia no Uruguai fez com que os militares uruguaios marcassem Michelini e Gutierrez Ruiz para morrer, sendo ambos sequestrados e assassinados em maio de 1976, na Argentina já sob as botas de uma ditadura militar genocida. Michelini foi sequestrado no Hotel Libertad, onde residia, em 18 de maio. No mesmo dia, três horas antes do sequestro do ex-senador, o ex-deputado uruaio Gutierrez Ruiz foi também sequestrado de seu apartamento. Dois dias depois, em 20 de maio, foram encontrados “os corpos de quatro pessoas que haviam sido executadas com tiros na cabeça e pescoço. Elas foram identificadas como Zelmar Michelini, Hector Gutierrez, William Whitelaw e a esposa de Whitelaw, Rosario Barredo” (DINGES, 2005: 147)<sup>953</sup>. “Os assassinatos espetaculosos tinham a

---

<sup>953</sup> Whitelaw, um veterano do grupo guerrilheiro uruaio Tupamaros, era um dos fundadores da JCR. “Whitelaw era o principal canal de comunicação de Michelini aos grupos Tupamaro clandestinos em Buenos Aires” e, desde o golpe militar no Uruguai em 1973, “Whitelaw e Michelini trabalhavam coordenando para tirar pessoas do país” (DINGES, 2005: 145). Whitelaw, assim como Martinez Platero, outro fundador da JCR que Michelini auxiliara fornecendo seus contatos da embaixada mexicana em Buenos Aires, “tinha formado um grupo dissidente, Nuevo Tiempo, que tinha abandonado as táticas de guerrilha de Tupamaro em favor da formação de alianças com forças políticas centristas” (DINGES, 2005: 145). “Os três filhos de Barredo – Gabriela, quatro anos e os gêmeos de um ano, Maximo e Victoria

intenção de causar ondas de terror pela grande comunidade uruguaia de Buenos Aires” (DINGES, 2005: 149). Em 3 de junho de 1976, o deputado democrata Edward Koch, em carta confidencial ao Departamento de Estado dos EUA, afirmou que os assassinatos de Michelini e Gutierrez indicaram “que elementos dentro das forças armadas argentinas estão cooperando com as ditaduras militares do Chile e Uruguai para eliminar exilados problemáticos” (KOCH *apud* DINGES, 2005: 166). “Em círculos esquerdistas e de exilados, acusações de que as ditaduras estavam cooperando em ataques aos inimigos umas das outras eram comuns desde os assassinatos de Prats e Leighton” (DINGES, 2005: 166).

Pouco depois da operação de Fase 2 da Condor que assassinou os políticos uruguaios exilados Michelini e Hector Gutierrez, seria a hora e a vez de um presidente da República boliviana a ser morto pelas garras condorenses na Argentina. O general **Juan José Torres** havia governado a Bolívia por 10 meses, em 1971, “canalizando uma ampla coalizão de mineiros radicais, camponeses e militares progressistas na tentativa de acabar com a dominação dos latifundiários e empresas de mineração da Bolívia” (DINGES, 2005: 150). Derrubado por meio de um golpe de Estado comandado pelo general Hugo Banzer, o ex-presidente Juan José Torres aglutinou, em seu exílio argentino, toda a oposição à ditadura militar boliviana. O ex-presidente deposto por Banzer, na Argentina, manteve-se politicamente ativo em contato com um grupo opositor chamado *Alianza de la Izquierda Nacional* (ALIN), bem como grupos guerrilheiros como o ELN e o JCR.

Em suma, o ex-presidente general Juan José Torres era, à época, “o inimigo mais público de Banzer” e, nessa condição, precisaria ser eliminado. O agente do FBI em Buenos Aires Roberto Scherrer “desenvolveu rapidamente a informação de que o assassinato de Torres era parte da nova cooperação das forças de segurança entre os governos militares” (DINGES, 2005: 154). Juan José Torres foi “desaparecido” no primeiro dia de junho de 1976 e seu corpo foi encontrado, sob uma ponte, em 2 de junho. Reportando-se a seus superiores em Washington um dia após o cadáver do ex-presidente boliviano ter sido encontrado, o embaixador dos EUA na Argentina Robert Hill afirmou que ““não há dúvida, no entanto, que será amplamente presumido na Argentina e no exterior que o assassinato foi obra das forças de segurança do GOA [Governo da Argentina] agindo oficialmente ou, no mínimo, a obra de um ‘esquadrão da morte’ semioficial que teria aprovação

---

– estavam desaparecidos há duas semanas, depois apareceram em um comissariado da polícia e foram resgatados por seus avós. Gabriela foi capaz de conversar sobre o que havia acontecido. ‘Sabes, abuela, que yo vi cuando mataban a mama?’” (DINGES, 2005: 147).

tácita do GOA. Tendo ocorrido na sequência dos assassinatos dos exilados uruguaios Michelini e Gutierrez, será tomado como sinal da campanha para eliminar as lideranças esquerdistas no exílio na Argentina e, provavelmente, para intimidar comunidades de exilados aqui” (HILL *apud* DINGES, 2005: 154).

No dia seguinte, em 4 de junho, o Secretário do Departamento de Estado Henry Kissinger também recebeu um memorando de contrainteligência. “O memorando discute a possibilidade da ‘existência de um programa de assassinato intergovernamental’, mas diz que ‘não há evidências para apoiar uma afirmação de que os governos do Cone Sul estejam cooperando em **algum tipo de ‘Empresa da Morte’ internacional, focada em exilados políticos de esquerda residentes em um de seus países**” (DINGES, 2005: 166, grifo meu)<sup>954</sup>. Contudo, o assassinato transnacional mais notório perpetrado por uma operação de Fase 3 do Sistema Condor seria consumado em setembro de 1976, nos EUA. O alvo foi um ex-chanceler do governo da Unidad Popular de Salvador Allende, **Orlando Letelier**, então exilado em Washington, D.C. Depois de executar os atentados contra o general Carlos Prats na Argentina, em 1974, e contra o líder da democracia-cristã chilena Bernardo Leighton na Itália, em 1975, a DINA atuaria na capital política dos EUA.

“O assassinato do chanceler começou a ser tramado em junho de 1976, quando **Michael Townley** se reuniu com o Capitão **Armando Fernández Larios** e o diretor de operações da Dina, Coronel **Pedro Espinoza Bravo**” (MARIANO, 2003: 204-205, grifo meu). Em julho de 1976, o coronel Pedro Espinoza da DINA – o mesmo que havia integrado a delegação chilena na VIII Conferência da Liga Mundial Anticomunista (WACL) realizada em abril de 1975 no Rio de Janeiro, sob os auspícios da ditadura militar brasileira e com organização da SEPES – instruiu Townley sobre o modo como esse enlace norte-americano da DINA deveria proceder para matar Letelier. Enquanto chefe de operações da DINA e comandante da Condor, o coronel Pedro

---

<sup>954</sup> Outro general boliviano, Joaquín Zenteno, um militar golpista que, ao lado de Hugo Banzer, havia contribuído para a derrocada de Juan José Torres da presidência da República boliviana por meio de um golpe de Estado, tornou-se embaixador da Bolívia na França. O general Joaquín Zenteno, contudo, tinha se transformado em um rival de Banzer nas disputas militares pelo poder na Bolívia. Zenteno foi assassinado em Paris e, imediatamente, “um grupo que se intitulava Brigada Internacional de Che Guevara reivindicou responsabilidade pelo ataque, dizendo que o assassinato havia sido uma retaliação pelo papel de Zenteno na captura e morte de Che Guevara” (DINGES, 2005: 153). A chamada Brigada Internacional Che Guevara “nunca tinha sido mencionada antes e nunca mais agiu novamente, levantando suspeitas de que se tratava de fantasmas criados como parte de uma operação direitista de *black propaganda*” (MCSHERRY, 2005: 140). Contudo, “ambos Zenteno e Torres foram mortos pela mesma razão: para eliminá-los como rivais de Banzer” (DINGES, 2005: 294). Ao que tudo indica, pois, o general Zenteno foi vítima de uma operação de Fase 3 e o ex-presidente Torres foi assassinado por uma operação de Fase 2 do Sistema Condor.

Espinoza “designou Townley para coordenação do assassinato de Letelier e o instruiu a recrutar terroristas anti-Castro para realizarem o assassinato em si” (MCSHERRY, 2005: 156).

Como visto, Townley era um cidadão norte-americano radicado no Chile que, durante a presidência de Salvador Allende, vinculou-se ao grupo de extrema-direita *Patria y Libertad*. Trabalhando então esporadicamente para a CIA, foi enfim recrutado pela DINA – pelo *contractor* coronel Pedro Espinoza Bravo – para assassinar o general Carlos Prats, na Argentina, em 1974. O capitão Armando Fernández Larios, “que também era suspeito de atuar na morte de Prats em 1974, conduziu a vigilância de Letelier em Washington em preparação para o assassinato. Ele havia frequentado a *U.S. Army of School of the Americas* (turma de 1970)” (MCSHERRY, 2005: 154). Também os cubanos anticastristas exilados nos EUA, particularmente os integrantes do Movimento Nacionalista Cubano (MNC), integraram-se ao “time” internacional de sicários contratados pela DINA para matar Letelier. Se na tentativa de assassinato de Bernardo Leighton em 1975, na Itália, o cubano anticastrista Virgilio Paz, membro do MNC, restringiu-se a assumir publicamente, para fins de desinformação, a responsabilidade do atentado de fato perpetrado pelos neofascistas italianos Stefano Delle Chiaie e Pierluigi Concutelli, para o assassinato de Letelier nos EUA, em 1976, foi Guillermo Novo, o próprio fundador do MNC, o incumbido da função de cooperar na execução do ex-chanceler chileno<sup>955</sup>.

A contratação desse grupo de exilados cubanos anticastristas nos preparativos e execução do assassinato de Letelier, conforme observa McSherry, ilustra perfeitamente “a natureza da Condor como um aparato paraestatal transnacional incorporando estados anticomunistas e organizações da direita radical” (MCSHERRY, 2005: 156-157). Cinco cubanos anticastristas participaram do assassinato de Letelier e todos eles pertenciam ao CORU, uma organização “guarda-chuva” criada em 1976 na República Dominicana, sob a liderança dos terroristas Orlando

---

<sup>955</sup> Conforme anotado com John Dinges, a estratégia dos grupos anticastristas exilados nos EUA – condensada no *slogan* “guerra pelas estradas do mundo” – coincidiu com os planos de internacionalização do terrorismo da DINA chilena (DINGES, 2005: 128). As contrarrevoluções cubana e chilena, portanto, irmanadas em ações terroristas globais. Assim sendo, a “DINA queria unir forças com os cubanos de direita e várias organizações de exilados cubanos buscaram estabelecer um governo no exílio em Santiago, apoiado e reconhecido pelo regime de Pinochet” (MCSHERRY, 2005: 154). Entre 1970 e 1973, ou seja, antes do golpe de Estado contra Salvador Allende, “Townley fez contato com organizações cubanas de direita” e, então, “ele conheceu Guillermo Novo, fundador do extremist Movimento Nacionalista Cubano (MNC) sediado em Nova Jérsei e Jose Dionisio Suarez, autor de inúmeros atos terroristas, em 1974. Townley organizou uma reunião em Santiago que reuniu Virgilio Paz, um Cubano anti-Castro do MNC e Martin Ciga Correa do argentino e paralimitar Milicia, que teria colaborado no assassinato de Prats” (MCSHERRY, 2005: 155).

Bosch e Frank Castro “para coordenar atividades terroristas cubanas contra Castro” (DINGES; LANDAU, 1980: 246-247)<sup>956</sup>. Inclusive, “o FBI havia ligado o CORU à Condor” (MCSHERRY, 2005: 173) e, na reunião de fundação do CORU, “estaban los representantes de Acción Cubana, el Movimiento de Nacionalistas Cubanos, el Frente de Liberación Nacional de Cuba, la Asociación de Veteranos de la Brigada 2506 de Bahía de Cochinos, el Movimiento 17 de abril, Alpha 66 y la Agrupación Juvenil Abdala” (SALAZAR SALVO, 2011: 222).

Uma bomba acoplada ao carro de Letelier, em Washington, D.C., matou o ex-ministro de Salvador Allende e sua assistente norte-americana Ronni Moffit. Como observa McSherry, “o caso Letelier-Moffit refletiu aspectos-chave da Condor como uma estrutura paralela supranacional”; isso porque ele foi capaz de explicitar que a “Condor uniu não apenas estados anticomunistas, mas também organizações extremistas e fascistas em uma cruzada global; ademais, este caso, como outros, também revelou uma rede de ligações obscuras entre a Condor e a CIA” (MCSHERRY, 2005: 152). Letelier, ao aglutinar a oposição internacional contra a ditadura militar chilena nos EUA, não era visto como um “inimigo” apenas pelo ditador Augusto Pinochet, mas também “a CIA considerava Letelier uma ameaça aos interesses da segurança nacional dos EUA” (MCSHERRY, 2005: 153). Embora a ditadura pinochetista tenha cometido o mais importante atentado terrorista internacional na capital política dos EUA, “a reação oficial dos EUA parecia estranhamente ambivalente”, de modo que o governo estadunidense demorou dois anos para requerer “a extradição dos agentes da DINA indiciados (Manuel Contreras, Pedro Espinoza e Armando Fernandez Larios)” (MCSHERRY, 2005: 153), fazendo-o apenas em 1978.

Nas palavras do agente do FBI Robert Scherrer, resgatadas por Dinges, “o complô para matar Letelier em Washington era (...) uma ‘operação de fase 3 da Condor modificada’. A complexa operação colocou em atuação um conglomerado de ativos Condor e não-Condor da

---

<sup>956</sup> “O encontro acabou em meados de junho com um consenso por ação e pela formação de um novo grupo, CORU, o Commando of United Revolutionary Organizations. (...) Embora o minúsculo grupo de Bosch, Cuban Action, tivesse sido listado antes, o CORU incluía os líderes dos veteranos da Brigada 2506 da Baía dos Porcos, o maior e mais respeitados entre os grupos de exilados, com quase mil membros ativos; a Frente de Libertação Nacional Cubana (FNLC) de Frank Castro e a CNM de Felipe Rivero – grupos que reivindicavam adeptos com longos registros de atividades (...) Uma fonte, um veterano da polícia de Miami lutando contra o terrorismo, disse, ‘Os cubanos realizaram a reunião do CORU a pedido da CIA. Os grupos cubanos – a FNLC, **Alpha 66**, Cuban Power – estavam enlouquecendo em meados da década de 1970 e os Estados Unidos perderam controle deles. Então os EUA apoiaram a reunião para fazer com que todos seguissem na mesma direção novamente, sob o controle dos Estados Unidos. O sinal básico era ‘**Vá em frente e faça o que quiser, fora dos Estados Unidos**’” (DINGES; LANDAU, 1980: 251, grifo meu).



DINA” (DINGES, 2005: 177)<sup>957</sup>. Embora não se tenha demonstrado que elas devam ser tributadas certamente ao Sistema Condor, “tres extrañas muertes en nueve meses” (BOCCIA PAZ; LÓPEZ; PECCI; GIMÉNEZ, 2008: 156) abateram dois ex-presidentes e um candidato à presidência da República do Brasil, todos eles, no momento de suas mortes, opositores declarados da ditadura militar brasileira: Juscelino Kubitschek, morto por um acidente de carro em 22 de agosto de 1976; João Goulart, acometido por um infarto em 6 de dezembro de 1976 no exílio argentino; e Carlos Lacerda, morto em 21 de maio de 1977 por conta de uma infecção bacteriana no coração, um dia depois de ter sido internado em virtude de uma desidratação causada por gripe.

Conforme mencionado, ao anotar a existência de uma chamada “operação código 12, um ataque do ‘tipo acidente’” referida em documento pelo então chefe do SNI João Baptista de Oliviera Figueiredo (MCSHERRY, 2005: 90), a pesquisadora McSherry resgata uma denúncia feita pelo almirante Cândido Aragão, em 1978, de que Figueiredo seria o responsável pela morte de Juscelino Kubitschek (MCSHERRY, 2005: 92). Insistindo que há um documento oficial, subscrito pelo ex-chefe do SNI Figueiredo, que registra a existência de “uma operação código 12, um ataque ‘do tipo acidente’”, McSherry repisa o fato de que “a DINA tinha um estoque de sarin, um gás que ataca o sistema nervoso, que induz ataques cardíacos e não deixa vestígios (Goulart morreu de ataque cardíaco)” (MCSHERRY, 2005: 92). Seja como for, embora não haja até hoje comprovação de que as mortes de Jango, JK e Lacerda possam ser atribuídas ao Sistema Condor, o fato é que Leonel Brizola foi, efetivamente, um dos alvos de um plano assassinado da Fase 2 do Condor.

Conforme se verá, esse líder trabalhista aliado e cunhado de João Goulart, então no exílio no Uruguai, foi salvo graças à intervenção de John Youle, conselheiro político da Embaixada dos EUA em Montevidéu. Por ter salvo Brizola de uma provável execução pelas operações de Fase 2

---

<sup>957</sup> “Ao longo de um período de três meses, envolveu uma missão a Buenos Aires, Assunção, Paraguai e Washington. Os participantes incluíam um americano, exilados cubanos da rede de terroristas civis da DINA, funcionários do Departamento de Exterior da DINA e parceiros Condor na Argentina e Paraguai. O Condortel, sistema de comunicações codificadas, também foi usado. No último sábado de junho, o chefe de operações Coronel Pedro Espinoza convocou Michael Townley para uma reunião cedo na manhã (...) Ele ordenou que Townley se preparasse para outra missão, desta vez em Washington. ‘Eliminação?’, perguntou Townley. ‘Sim’. Townley trabalharia com o Tenente Armando Fernandez Larios, um oficial diligente que, embora ainda no início dos seus 20 anos, era um veterano de uma longa lista de grandes operações desde o golpe. Ele havia adentrado o La Moneda Palace imediatamente depois de sua captura em 11 de setembro de 1973 para realizar atividades de coleta de inteligência. Ele fez parte da chamada ‘Caravana da Morte’, na qual uma equipe de oficiais viajou para cinco cidades provinciais depois do golpe para executar grupos de prisioneiros” (DINGES, 2005: 177).

do Sistem Condor, Youle foi brutalmente espancado, provavelmente por militares uruguaios desgostosos de não terem conseguido entregar o líder trabalhista aos militares brasileiros, que o haviam “requisitado”. Na opinião do próprio Brizola, inclusive, “dois ex-presidentes brasileiros, João Goulart, seu cunhado, e Juscelino Kubitschek, haviam sido vítimas da Condor” (MCSHERRY, 2005: 165).

As garras do Condor chegaram à região sul do Brasil em novembro de 1978, especificamente em Porto Alegre. “Um caso que causou revolta em 1978 foi o de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez, uruguaios que foram abduzidos no Brasil por um esquadrão combinado da Condor de militares uruguaios e agentes brasileiros da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS)” (MCSHERRY, 2005: 130). “O comando espancou os dois e os torturou com choques elétricos e quase afogamentos em água gelada na sede do DOPS. De acordo com Rodríguez, os brasileiros os torturaram enquanto os uruguaios os interrogavam. Os dois filhos de Celiberti também foram apreendidos. (...) Quando foram levados para o Uruguai depois disso, ela [Lilián Celiberti] suspeitou de uma cooperação transnacional entre os dois serviços de inteligência (MCSHERRY, 2005: 130-131). O comando do Exército uruaio responsável pelo sequestro do casal Celiberti-Rodríguez “atuou em solo brasileiro com autorização dos militares brasileiros e a participação de policiais gaúchos” (CUNHA, 2009: 341). Celiberti e Rodríguez eram membros do Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). Descobertos como um dos contatos do líder máximo do PVP, Hugo Cores, então vivendo secretamente em São Paulo, os condores uruguaios organizaram a chamada *Operación Zapato Roto*, “nome em código de sequestro de Porto Alegre” (CUNHA, 2009: 386).

Os condores uruguaios obtiveram a informação de que Hugo Cores utilizava sapatos velhos na clandestinidade e, sendo ele o alvo mediato da operação de sequestro do casal Celiberti-Rodríguez em Porto Alegre, designaram a operação, deflagrada no marco do Sistema Condor, de *Zapato Roto*. Graças a uma ligação anônima recebida pelo jornalista Luiz Claudio Cunha, do próprio Hugo Cores, a equipe da sucursal da *Veja* no Rio Grande do Sul conseguiu localizar o casal Celiberti-Rodríguez, ainda dentro de seu apartamento em Porto Alegre, no exato momento em que estavam sendo sequestrados por policiais do DOPS gaúcho a mando dos condores uruguaios. As vidas do casal Celiberti-Rodríguez e de seus dois filhos, embora transferidos

clandestinamente para Montevidéu, foi salva em virtude dessa intervenção da equipe de Luiz Claudio Cunha<sup>958</sup>.

Finalmente, entre 1979 e 1980, outra operação dentro do Sistema Condor ocorreu no Brasil. A ditadura militar brasileira autorizou e auxiliou uma operação secreta das forças de segurança argentinas. Conjuntamente, as duas ditaduras militares da Argentina e do Brasil sequestraram dois membros da organização guerrilheira Montoneros, Horacio Campiglia e Susana Binstock, que desembarcaram no aeroporto do Rio de Janeiro vindos do México. Tratou-se, portanto, de uma típica operação de Fase 2 do Sistema Condor realizada na entrada da década de 1980. Diante dessa operação bilateral Brasil-Argentina de Fase 2 no Plano Condor, como endossar acriticamente, como o fez recentemente um pesquisador tão importante quanto Roberto Simon, a afirmação de que, em 1977, “o Brasil está efetivamente fora da Operação Condor”, [como] registrou a CIA” (SIMON, 2021: 336)? Em dois memorandos subscritos pelo Oficial de Segurança Regional dos EUA (*U.S Regional Security Officer - RSO*) James John Blystone – identificado pela DINA em 1977 como “desempenhando um papel de grande importância na rede Condor no Chile” (MCSHERRY, 2009: 196) –, esse cogestor estadunidense do Sistema Condor revelou-se interessado no destino dos montoneros sequestrados no Brasil e transferidos, clandestinamente, para a morte e o “desaparecimento” na Argentina. Seu contato argentino, inclusive, era o já citado José Osvaldo Ribeiro (Rawson), o ex-agente da SIDE que enviara um questionário para melhor instruir Pastor Coronel na sessão de torturas de Amilcar Santucho em meados de 1975 no Paraguai. À época, Ribeiro auxiliava na “exportação” da Condor e da contrainsurgência argentina na América Central para combater a Revolução Sandinista na Nicarágua<sup>959</sup>.

---

<sup>958</sup> Para uma análise completa do sequestro dos uruguaios no marco da Operação Condor, os lances de sorte e competência do jornalista Luiz Claudio Cunha e do fotógrafo João Baptista Scalco, que reconheceu na checagem de informação que essa dupla da *Veja* realizara no apartamento do casal Celiberti-Rodríguez o ex-jogador Didi Pedalada, então trabalhando para o DOPS gaúcho comandado por Pedro Seelig (“irmão” do Coronel Carlos Alberto Brillhante Ustra), e para um visão ampla de todo o entramado de agentes dos organismos de segurança das ditaduras militares do Uruguai e do Brasil envolvidos na *Operación Zapato Roto*, cf. CUNHA, 2009.

<sup>959</sup> O contato argentino de Blystone, “o oficial de inteligência, estava preparando uma viagem ao Panamá, Costa Rica, Guatemala e San Salvador ‘para analisar a situação por lá e reportar ao 601’. Essa informação confirmou que o contato argentino era uma figura central da Condor e alguém que ajudou a estender o aparato contrarrevolucionário da Condor para a América Central. O contato de Blystone poderia muito bem ter sido o próprio Ribeiro, que comandava as forças secretas da Argentina na América Central” (MCSHERRY, 2005: 198). “Mais tarde, na América Central, Ribeiro supervisionou a guerra dos contras do Hotel Honduras Mays, trabalhando em proximidade, ainda que com algumas discordâncias, com a CIA. (...) Ribeiro encabeçou a Força-Tarefa Extraterritorial do Batalhão 601(GTE) em Honduras, organizando e treinando oficiais da inteligência hondurenha e contras da Nicarágua em operações de contraterrorismo e *dirty war*. A GTE também operava escritórios clandestinos na Flórida (...) com a autorização da CIA. A Comissão

Em um memorando de abril de 1980, “Blystone reportou que ele havia perguntando ‘brincando’ a seu contato na inteligência argentina o que tinha acontecido aos dois Montoneros que tinham desaparecido durante uma viagem do México ao Rio de Janeiro. O argentino novamente contou ao RSO uma informação ultra confidencial: que o exército argentino havia capturado um Montonero anteriormente que, sob interrogação, revelou a hora e lugar de uma reunião no Rio” (MCSHERRY, 2005: 198). O informe do cogestor estadunidense do Sistema Condor prosseguiu nos seguintes termos:

**A inteligência militar argentina (601) contactou seus parceiros na inteligência militar brasileira para pedir permissão para conduzir uma operação no Rio para capturar dois *Montoneros* chegando do México. Os brasileiros concederam sua permissão e uma equipe especial de argentinos foi trazida sob comando operacional do Tenente Coronel Roman, ao Rio a bordo de um C130 da força aérea argentina. Os dois *Montoneros* do México foram capturados vivos e retornaram para a Argentina a bordo do C130. Os argentinos, não querendo alertar os *Montoneros* de que tinham conduzido uma operação no Rio, utilizaram uma mulher e um homem argentinos para fazerem o registro em um hotel usando os documentos falsos obtidos dos dois *Montoneros* capturados, deixando assim um rastro de que os dois *Montoneros* do México teriam chegado no Rio. ... Estes dois *Montoneros* estão, no momento, sendo detidos na cadeia secreta do exército, Campo de Mayo (BLYSTONE *apud* MCSHERRY, 2005: 198-199, grifo meu)**

Esses dois *Montoneros* – Horacio Campiglia e Susana Binstock – foram sequestrados no Rio de Janeiro por 20 homens armados e, então, ilegalmente entregues para a ditadura militar da Argentina. “Eles nunca mais foram vistos novamente. Em 2000, o governo brasileiro concedeu uma indenização às suas famílias (e à família de outro argentino que foi detido-desapareceu no Brasil)” (MCSHERRY, 2005: 1999). “Em 2001, um juiz argentino abriu um caso criminal tratando dos desaparecimentos de cerca de vinte Montoneros ao final de 1979 e início de 1980, incluindo estes dois, e em 2002 ele indiciou trinta e dois oficiais argentinos” (MCSHERRY, 2005: 199)<sup>960</sup>.

---

Nacional de Direitos Humanos hondurenha acusou Ribeiro de envolvimento no desaparecimento de 184 pessoas na América Central. Eventualmente, a CIA assumiu a liderança da contrarrevolução dos contras” (MCSHERRY, 2005: 196).

<sup>960</sup> “A Operação Condor estava em todos os lugares e em lugar nenhum. Era aterrorizante exatamente porque raramente deixava vestígios – fosse de sua existência ou do destino de suas vítimas. Em março de 1980, por exemplo, oficiais de inteligência argentinos receberam permissão de seus parceiros no Brasil para capturar dois membros do grupo argentino de guerrilha chamado Montoneros que estavam visitando o Rio de Janeiro. Horacio Campiglia e Susana Binstock tinham voado da Cidade do México ao Rio para encontrar um camarada que, sem que eles soubessem, já havia sido capturado e torturado até revelar seu encontro que ainda estava por acontecer. Com esta informação, os argentinos capturaram o casal logo que saíram do avião, confiscaram seus documentos de viagem e então os levaram de volta para a Argentina em uma aeronave militar C-130 fornecida pelos EUA. No Rio, dois agentes argentinos se passaram por Campiglia e Binstock e forjaram um check-in em um hotel, criando rastros documentais que indicavam que o casal ainda estava vivo em algum lugar. Na realidade, os Montoneros capturados estavam em Buenos Aires,

Os informes de Blystone – um “amigo” ou um cogestor estadunidense da Operação Condor?<sup>961</sup> – fornecem a “evidência de um conhecimento avançado de um agente americano de operações ultraconfidenciais e extralegais da Condor” (MCSHERRY, 2005: 199). Nesse sentido, historicamente, “o maior peso da responsabilidade e do fardo da cumplicidade com esses regimes terroristas recai primariamente sobre os líderes políticos dos EUA e a política de segurança nacional americana, que permitiram todo tipo de atrocidade em nome da causa anticomunista” (MCSHERRY, 2005: 199).

Todas as ditaduras militares de Segurança Nacional do Plano Condor, seus aliados norte-americanos e seus grupos “civis” associados, como aqueles albergados no complexo WACL/CAL, imaginaram-se como *holy warriors* ou *freedom fighters* “a serviço da cruzada anticomunista” (MCSHERRY, 2005: 200). No marco condorense, portanto, “doutrinas de segurança nacional e ideologias anticomunistas eram determinações importantes do terrorismo de estado, conforme desumanizavam categorias inteiras de pessoas e ofereciam um racional quase religioso para sua tortura e destruição. Ademais, agentes dos EUA compartilharam, toleraram e ativamente promoveram tais ideologias e práticas” (MCSHERRY, 2005: 200). Em suma, “a ideologia à qual os agentes da Condor estavam comprometidos – versões extremistas da doutrina de segurança nacional – foi crucial, permitindo que desumanizassem suas vítimas e imaginassem a si mesmos como guerreiros santificados [*holy warriors*] de uma causa exaltada” (MCSHERRY, 2005: 196).

Esses últimos casos de vitimados pela Condor entre 1978-1980 comprovam que, embora o período de maior atividade condorense tenha sido 1976-1977, enquanto Sistema de Coordenação, Inteligência e Segurança “antissubversiva” regional, ela não foi desmontada. É verdade que a dissolução da DINA em 1977 e a relativa pressão da presidência dos EUA sob Jimmy Carter frente à questão dos direitos humanos no Cone Sul enfraqueceram a Condor.

---

aprisionados no Campo de Mayo, uma das muitas instalações secretas de detenção e tortura da cidade. Eles nunca mais foram vistos, vivos ou mortos, apenas dois entre milhares de ‘desaparecidos’ pela Operação Condor” (BURKE, 2018: 71).

<sup>961</sup> “Embora não esteja claro se ele era especificamente um contato de inteligência da Condor, ou simplesmente um agente em quem o aparato Condor podia confiar, Blystone tinha conhecimento detalhado dos funcionamentos internos do sistema repressivo transnacional” (MCSHERRY, 2005: 195). O caso desse *U.S Regional Security Officer* (RSO), claramente, demonstra que “este agente americano foi aceito nos mais altos escalões da estrutura argentina da Condor, no mínimo. (...) De fato, em muitos casos agentes dos EUA receberam briefings detalhados dos agentes latino-americanos sobre o desaparecimento, tortura e assassinato de centenas, se não de milhares, de pessoas enquanto, a seus próprios cidadãos os regimes militares negaram responsabilidade. Não tomar ação nenhuma nesses casos – mesmo que em acordo com os procedimentos padrões – foi cruzar uma linha para a cumplicidade, tornando-se assim moralmente indefensável” (MCSHERRY, 2005: 199).

“Porém”, como observa o historiador Enrique Serra Padrós, “ela persistiu até o final do período das ditaduras e ainda incorporou outros países. No período das transições democráticas, sobreviveram redes de coordenação entre as agências repressivas que, em boa parte, permaneceram inalteradas. A detenção, o desaparecimento e o assassinato, entre 1993 e 1995, do químico e ex-agente da DINA, Eugenio Berríos, no Uruguai (...) constituiu uma clara demonstração da persistência dessa rede secreta, suas conexões e dos esforços de encobertamento” (PADRÓS, 2005: 300)<sup>962</sup>.

Por último, vale mencionar que o Sistema Condor, como a “expressão da ‘continentalização’ do Terror de Estado, constituindo-se num esquema encoberto pela CIA, sustentado na colaboração direta entre os serviços secretos dos regimes militares” (PADRÓS, 2005: 721), não alcançou apenas os líderes políticos e revolucionários mais conhecidos no exílio, como aqueles vitimados sobrecitados. “Enquanto esquema de conexão repressiva continental, a Operação Condor visou a cooperação mútua, a perseguição e a detenção com entrega clandestina de opositores aos países de origem” (PADRÓS, 2005: 722) e, no atual estágio da historiografia e das pesquisas sobre o tema, não é possível precisar a extensão de todos os vitimados pelo vôo condorenses. Atingindo um nível de “repressão industrial”, isto é, um terrorismo transnacional de Estado de ampla escala, para além dos crimes e assassinatos cometidos pelas ditaduras militares sul-americanas sumariados acima, é importante observar que “[a] **Condor ‘fez desaparecer’, torturou e assassinou centenas de outros menos conhecidos líderes comunitários, ativistas sociais, dissidentes, críticos e membros de organizações esquerdistas não-violentas, assim como guerrilhas**” (MCSHERRY, 2005: 246, grifo meu).

#### *6.1.5.4. A Condor monitorada pelo “Tio Sam”: a CIA, o FBI e o Departamento de Estado dos EUA*

A “Operação Condor”, pactuada em Santiago do Chile no final de 1975, foi permanentemente monitorada por diversas agências do governo norte-americano. Como visto, os militares dos EUA forneceram a infraestrutura tecnológica e base comunicacional ao Sistema Condor, a Condortel, aquartelada na Zona do Canal do Panamá, ao lado da Escola das Américas

---

<sup>962</sup> “A sobrevivência dos esquemas do ‘Condor’ foi confirmada quando desapareceu, no Uruguai, o químico chileno e ex-agente da DINA, Eugenio Berríos” (PADRÓS, 2005: 723).

(SOA). Nesse sentido, as Forças Armadas dos EUA devem possuir absolutamente *tudo* o que circulou pelo Sistema Condor. Todavia, esse tipo de material militar – secreto e seletivo a círculos restritos – nunca virá a público. Outros monitoramentos do “Tio Sam”, no entanto, foram sendo paulatinamente desclassificados nas últimas décadas. A conta-gotas, emergiram registros importantes de algumas agências dos EUA sobre a “Operação Condor”, destacando-se, na sequência, aqueles feitos pelo Departamento de Estado então chefiado por Henry Kissinger, pela CIA e pelo FBI.

De início, um memorando de Harry Shlaudeman, o então secretário-assistente de Kissinger, tratou especificamente sobre a Condor, em um “Relatório Mensal ARA (Julho)”, datado de 3 de agosto de 1976. Para atrair a atenção de seu chefe Kissinger, Shlaudeman intitulou seu memorando de “**A ‘Terceira Guerra Mundial’ e a América do Sul**”. Externando diretamente suas preocupações sobre a Condor para Kissinger, Shlaudeman salientou, de início, que “os regimes militares do Cone Sul da América do Sul enxergam a si mesmos como ameaçados: de um lado pelo **marxismo internacional e seus expoentes terroristas** e por outro pela **hostilidade das democracias industriais incompreensíveis enganadas pela propaganda marxista**” (SHLAUDEMÁN, 1976: 1, grifo meu). Em resposta a essa ameaça do *marxismo internacional* e da *propaganda marxista* nas *democracias industriais*, as ditaduras militares sul-americanas estariam “se unindo no que pode muito bem se tornar um bloco político com alguma coesão”, “mas, mais significativamente, eles estão unindo forças para erradicar a ‘subversão’” (SHLAUDEMÁN, 1976: 1).

Nesta altura, o Shlaudeman fez uma observação fundamental: o termo “subversão” – o mal que deveria ser erradicado pela coordenação repressiva das ditaduras militares do Cone Sul – transformou-se em “uma palavra que se traduz cada vez mais em dissidência não-violenta da esquerda e centro-esquerda” (SHLAUDEMÁN, 1976: 01)<sup>963</sup>. De acordo com Shlaudeman, as forças de segurança das ditaduras militares do Cone Sul estavam coesionadas pelo “anti-

---

<sup>963</sup> “O problema começa com a definição de ‘subversão’ – nunca o mais preciso dos termos. Um repórter escreve que subversão ‘cresceu para incluir quase qualquer um que se oponha à política de governo’. Em países onde todos sabem que subversivos podem terminar mortos ou torturados, pessoas educadas têm a preocupação compreensível sobre os limites da dissidência. A preocupação duplica quando há uma chance de perseguição por polícias estrangeiras atuando indiretamente” (SHLAUDEMÁN, 1976: 3). Um arguto jornalista brasileiro também observou, nesse sentido, que “nas incursões além-fronteiras” da Operação Condor, caracterizado como “Mercosul do Terror”, “não foram apanhados somente guerrilheiros e militantes marxistas – os alvos imediatos –, mas também ex-presidentes, ministros, parlamentares, generais legalistas, sindicalistas, estudantes, intelectuais” (MARIANO, 2002: 18).

marxismo”, que funcionaria como “uma força moral e política” (SHLAUDEMÁN, 1976: 05). A cooperação regional já era um fato consolidado pelas “operações de segurança de inteligência de seis governos: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Seus serviços de inteligência realizam reuniões formais para planejar a ‘Operação Condor’. Incluirá extensas trocas de informações do tipo FBI sobre personagens obscuros” (SHLAUDEMÁN, 1976: 3). Os Condores, já então:

– **coordenam de perto agora atividades de inteligência**; – operam no território dos países uns dos outros na perseguição de ‘subversivos’; – estabeleceram a Operação Condor para encontrar e matar terroristas do ‘*Revolutionary Coordinating Committee*’ [JCR] em seus próprios países e na Europa. **O Brasil está cooperando, com exceção de operações de assassinato** (SHLAUDEMÁN, 1976: 1, grifo meu)

Nota-se, pois, que a preocupação do Condor com a *Junta Coordinadora Revolucionária* (JCR) não foi “imaginária”, propondo os Condores, prioritariamente, o assassinato de seus líderes guerrilheiros<sup>964</sup>. Nesse sentido, os Condores estariam “planejando suas próprias operações de contraterrorismo na Europa. Argentina, Chile e Uruguai estão na liderança; **o Brasil está cauteloso, mas está fornecendo algum apoio técnico**” (SHLAUDEMÁN, 1976: 12, grifo meu). O arguto assessor de Kissinger, depois de observar a enorme abrangência que a palavra “subversão” assumira entre os Condores, caracterizou esse perfil ideológico militar como uma “mentalidade de cerco se transformando em paranoia” (SHLAUDEMÁN, 1976: 01). Os Condores mais agressivos (militares chilenos, argentinos e uruguaios), “apesar da quase dizimação da esquerda marxista no Chile e Uruguai, juntamente com o progresso acelerado a direção a esta meta na Argentina, insistem que a ameaça permanece e que a guerra deve continuar” (SHLAUDEMÁN, 1976: 01). Na definição de Shlaudeman, “**alguns falam na ‘Terceira Guerra Mundial’, com os países do Cone Sul como últimos bastiões da civilização cristã**” (SHLAUDEMÁN, 1976: 01, grifo meu).

Esse ideário da *Terceira Guerra Mundial* utilizado pelos militares condores cumpriria algumas funções. “**É importante para seus egos, seus salários e seus orçamentos de equipamentos acreditar em uma Terceira Guerra Mundial**” (SHLAUDEMÁN, 1976: 5, grifo

---

<sup>964</sup> Constatar isso não infirma a argumentação desenvolvida mais acima do equívoco de se considerar a Condor, tal qual o historiador Martin Chamberlain, uma espécie de *Doppelgänger* – uma contraparte ou sócia de sinal invertido – da JCR, desconsiderando-se, assim, que o Pacto condorense foi o coroamento de décadas de internacionalização e integração “antissubversivas”, sob patrocínio-mor dos EUA, de um sistema interamericano de defesa continental anticomunista. A Condor, ao se propor a caçar os guerrilheiros da JCR, não foi o “contra-espelho” desta.



meu). Ademais, “**justifica medidas duras e abrangentes de ‘tempo de guerra’**” e, logo, “**ênfatisa o aspecto internacional e institucional, justificando assim o exercício do poder além das fronteiras nacionais**” (SHLAUDEMÁN, 1976: 3, grifo meu). Nas recomendações a Kissinger, seu assistente Shlaudeman advertiu para a necessidade de superar essa “**síndrome de ‘Terceira Guerra Mundial’**”, que seria “exagerada” e conduziria “a consequências perigosas” (SHLAUDEMÁN, 1976: 13, grifo meu)<sup>965</sup>.

Shlaudeman asseverou, enfim, que a Condor – já havendo se consolidado como uma “cooperação tipo policial [*police-type cooperation*]” – poderia evoluir, mais amplamente, para “a formação de um bloco político” (SHLAUDEMÁN, 1976: 10). Isso porque os militares sul-americanos, embora altamente diferenciados em seus interesses estratégicos nacionais mais amplos, não deixaram nunca de compartilhar visões de mundo assemelhadas<sup>966</sup>. Contra essa coesão militar sul-americana, o Departamento de Estado dos EUA, portanto, deveria abordar cada país sul-americano individualmente, devendo evitar tratá-los como um bloco único, o que poderia contribuir à evolução da Condor, de uma *police-type cooperation*, para um *bloco político* regional. Isso iria de encontro, naquela altura, aos interesses distensionistas dos EUA para as ditaduras militares da região. Assim, “precisamos alcançar uma percepção de que nem *détente* nem distensão são uma ameaça à legitimidade de regimes amigáveis” (SHLAUDEMÁN, 1976: 13). Estrategicamente, enfim, advertindo “sobre os perigos de longo-termo de um bloco de direita”, o assistente de Kissinger recomendou ao Departamento de Estado dos EUA:

---

<sup>965</sup> É extraordinário notar como essa ideologia da Guerra Fria entrelida como a “III Guerra Mundial”, que teria sido bravamente enfrentada pelas ditaduras militares em nome da “civilização cristã ocidental”, permanece no século XXI, intacta, incrustrada no alto comando das Forças Armadas brasileiras. *Não aprenderam nada, não esqueceram nada*. Em 9 de janeiro de 2019, o então empossado novo chefe da Marinha, Almirante Ilques Barbosa Jr., afirmou que “o Brasil enfrentou ‘três guerras mundiais’ ao lado dos EUA”. “Menciono a presença do representante do almirante John Richardson, chefe de operações navais da Marinha dos EUA, e do almirante Sean Buck, comandante da quarta esquadra e forças navais do comando do sul dos EUA. **Estivemos juntos em três guerras mundiais e é essa parceria que estamos dando continuidade’, disse em seu discurso**” (EXAME, 2019, grifo meu). Recorde-se que os ex-colaboradores nazistas do leste europeu reunidos no Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) foram os pioneiros nessa caracterização da Guerra Fria como a III GM (cf. CAPÍTULO 1) e o Presidente da SEPES, o “Capítulo” brasileiro da WACL/CAL, também defendeu essa ideia em discursos.

<sup>966</sup> Os militares condorenses compartilhavam as seguintes visões ideológicas de mundo: “**a convicção de que uma ameaça esquerdista internacional se transformaria em uma ‘Guerra Mundial’** e que, portanto, requer uma aliança”, “**uma suspeita de que até mesmo os Estados Unidos ‘perderam sua motivação’ para permanecerem firmes contra o comunismo por causa do Vietnã, *détente* e decadência social**” e “**ressentimento das críticas relativas aos direitos humanos**, que muitas vezes são entendidas como **apenas mais um sinal do cerco comunista**” (SHLAUDEMÁN, 1976: 10, grifo meu).

Enfatizar as diferenças entre os seis países em todas as oportunidades; Despolitizar os direitos humanos<sup>967</sup>; **Opor-se a exageros retóricos do tipo ‘Terceira Guerra Mundial’**; Trazer os potenciais membros do bloco de volta ao nosso universo cognitivo por meio de trocas sistemáticas (SHLAUDEMÁN, 1976: 2, grifo meu)

Se Harry Shlaudeman externou, em 3 de agosto de 1976, suas preocupações sobre o pacto condorenses a seu chefe Kissinger em referido memorando “A ‘Terceira Guerra Mundial’ e a América do Sul”, a CIA elaborou um informe, poucos dias depois, também sobre a Operação Condor. Datado de 12 de agosto de 1976, a CIA discutiu, especificamente, o papel do Brasil nas operações de Fase 3, na Europa, do Sistema Condor. A partir desse informe, intitulado “O Papel do Brasil na Operação Condor”, McSherry observa que é possível demonstrar que “a CIA tinha informações em tempo real sobre discussões internas ultrassecretas dentro da Condor” (MCSHERRY, 2005: 118). Embora tendo desclassificado recentemente apenas a página 2 de referido documento, composto por três páginas, a CIA – assim como o Departamento de Estado – estava muito bem informada sobre os níveis diferenciados de engajamento dos Condores no Sistema condorenses, destacando que:

**(...) embora o Brasil tenha aderido ao acordo original entre Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai de cooperar na troca de informações sobre terrorismo e subversão, ainda não havia concordado em participar da operação de ação da Condor na Europa e por enquanto limitaria sua contribuição ao fornecimento de equipamentos de comunicação para a Condortel, a rede de comunicações estabelecida pelos países da Condor.** Os países da Condor que operariam na Europa eram Chile, Argentina e Uruguai. Países da Condor decidiram agora suspender seus planos para operar na Europa e a realizar um treinamento em Buenos Aires para os agentes *condoreje* que atuariam na Europa até que o Brasil decida se participará com os outros das operações na Europa, a serem centralizadas na França. [Censurado] não sabe se os outros países da Condor seguirão por conta própria com estas operações caso o Brasil decida não participar e se algum país está enviando representantes ao Brasil em relação a esta questão (CIA, 1976: 2, grifo meu)

Comentando especificamente esse informe *O Papel do Brasil na Operação Condor*, McSherry salienta que o termo “Condoreje” utilizado pela CIA “demonstrava novamente o profundo conhecimento que a CIA tinha do sistema”, esclarecendo a pesquisadora que “o termo

---

<sup>967</sup> Nessa estratégia de *despolitização dos direitos humanos*, o funcionário do Departamento de Estado recomendou que se deveria: “tentar remover a política e ideologia dos direitos humanos” para assim, junto às ditaduras militares sul-americanas, “evitar acusações de ‘intervenção’” (SHLAUDEMÁN, 1976: 13). Para tanto, “nós devemos trabalhar cada vez mais ao redor da Comissão Interamericana de Direitos Humanos”, enfatizando “que regimes autoritários de direita não têm monopólio sobre abusos. (Seu [de Henry Kissinger] discurso de Santiago tinha o equilíbrio certo)” (SHLAUDEMÁN, 1976: 13).

aparentemente significava o ‘eixo’ ou grupo central dos mais fanáticos membros da Condor: as ditaduras da Argentina, Chile e Uruguai” (MCSHERRY, 2005: 118). Seis dias depois desse informe da CIA sobre a participação brasileira no Condor, seria o momento do próprio Secretário do Departamento de Estado dos EUA Henry Kissinger elaborar um cabograma, esboçado em 18 e enviado em 23 de agosto de 1976. O cabograma de Kissinger, intitulado Operação Condor, foi endereçado às Embaixadas dos EUA em Buenos Aires, Montevideu, Santiago, La Paz, Brasília e Assunção. Nele, Kissinger informou aos embaixadores norte-americanos dos países-membros do Condor que “há um grau de informação, troca e coordenação entre diversos países do Cone Sul em relação às atividades subversivas na área” (KISSINGER, 1976: 2). “Isto”, arrematou o chefe do Departamento de Estado dos EUA, “nós consideramos útil” (KISSINGER, 1976: 2).

Contudo, a Condor não se restringiria apenas ao intercâmbio de informações sobre “subversivos”, considerando que “há, no entanto, rumores de que esta cooperação possa se estender para além da troca de informações e incluir planos para o assassinato de subversivos, políticos e figuras proeminentes tanto dentro das fronteiras nacionais de certos países do Cone Sul, quanto fora” (KISSINGER, 1976: 2). Dizendo-se profundamente preocupado com “um seríssimo problema moral e político” que poderia advir dessas operações de assassinato transnacional de “subversivos”, Kissinger advertiu que “atividades antiterroristas deste tipo exacerbariam ainda mais as críticas públicas do mundo aos governos envolvidos” (KISSINGER, 1976: 2). Recomendou, pois, que os respectivos embaixadores norte-americanos informassem aos chefes de Estado das ditaduras militares sul-americanas, ou a seus representantes de mais alto escalão hierárquico, de que os EUA já tinham a informação de que a Condor, para além do intercâmbio de informações sobre “subversivos”, estaria planejando assassinatos transnacionais. Preocupado com o potencial “explosivo” para os EUA das ações terroristas internacionais da Condor, Kissinger ordenou aos diplomatas norte-americanos do Cone Sul:

Vocês deveriam claramente estar certos de que nenhuma agência do governo dos EUA está envolvida de forma alguma na troca de informações ou dados sobre indivíduos subversivos dos governos anfitriões. Até mesmo aqueles em países onde nos propomos a expandir nossa troca de informações, é essencial que nós de nenhuma forma apontemos indivíduos que possam ser candidatos a tentativas de assassinatos (KISSINGER, 1976: 2)

Teria, assim, a “criatura” Condor saído do controle dos EUA – o principal fomentador, por décadas, da integração e internacionalização da repressão “antissubversiva” na América

Latina? Segundo o jornalista norte-americano John Dinges, “a mensagem central da *démarche* era clara. Era uma ordem direta, uma instrução de ação imediata” (DINGES, 2005: 183). “Assassinatos já haviam ocorrido – Micheline, Gutierrez, Torres e dúzias de outros exilados de países Condor apenas semanas antes na Argentina. E os novos relatórios colocavam ataques terroristas anteriores – Prats em Buenos Aires e Leighton em Roma – em um contexto novo, e mais sinistro” (DINGES, 2005: 183). A mais séria “ameaça” do cabograma de Kissinger aos Condores, na observação de Dinges, “não foi declarada, mas era inconfundível: foram descobertos; o governo dos EUA – incluindo seus parceiros na CIA – se opõem ao que estão fazendo; queremos que interrompam estes planos” (DINGES, 2005: 184). Contudo, apenas o embaixador norte-americano em Assunção, Paraguai, “de fato entregou o alerta sobre a desaprovação dos EUA a respeito dos planos da Condor. Não há mensagens das embaixadas de Buenos Aires, Montevideu ou Brasília” (DINGES, 2005: 188). Indagando os possíveis motivos do “silêncio” das embaixadas dos EUA no Cone Sul em relação a referido cabograma de *démarche* da Condor, Dinges destaca que “é inconcebível que um embaixador no Departamento de Estado de Henry Kissinger ignoraria uma ordem direta de seu secretário de estado” (DINGES, 2005: 188).

Passaram-se 26 dias entre o cabograma de Kissinger – que por algum motivo não foi considerado pelas embaixadas dos EUA no Cone Sul – e o assassinato do ex-ministro chileno Orlando Letelier, em 21 de setembro de 1976, em Washington. “As instruções de Kissinger para alertar Chile, Uruguai e Argentina – os países que acreditava-se estarem planejando assassinatos internacionais – não foram cumpridas” (DINGES, 2005: 188). A CIA, privadamente, conectou o assassinato de Letelier à ditadura militar de Pinochet; publicamente, porém, chancelou a versão para fins de desinformação, que o atribuiu ao “terrorismo de esquerda”<sup>968</sup>. O que importa ressaltar, portanto, é o fato de que os EUA já sabiam dos planos de assassinato internacional da Condor – às

---

<sup>968</sup> A CIA rapidamente fez a conexão até a Operação Condor. Em uma reunião com oficiais do Departamento de Justiça em 4 de outubro, foi dito a [George W.] Bush que ‘o assassinato tinha sido executado profissionalmente..., e pode muito bem ter sido planejado pela DINA ou pode ter sido uma operação da Condor’. (...) A CIA imediatamente produziu informações de inteligência apontando para o próprio Pinochet. (...) Isso, no entanto, foi feito privadamente. A história que recebeu sanções públicas não-oficiais foi a ideia de que terroristas esquerdistas tinham cometido o crime para desacreditar o governo de Pinochet e tornar Letelier um mártir. Esta ‘teoria do mártir’ apareceu em relatos iniciais de jornais, que remontavam até a CIA e oficiais do governo não-nomeados. Uma matéria falava (...) que ‘oficiais de inteligência disseram que uma investigação paralela estava estudando a possibilidade de que o Sr. Letelier teria sido assassinado por extremistas chilenos de esquerda como forma de perturbar as relações dos Estados Unidos com a junta militar [do Chile]’” (DINGES, 2005: 193). “A teoria do mártir como explicação para esquerdistas assassinando Letelier foi sugerida em uma mensagem do Departamento de Estado para o Secretário Kissinger” (DINGES, 2005: 300).

vésperas do homicídio de Letelier – *antes*, e não apenas *depois*, do ato terrorista que matou o ex-ministro do governo chileno de Salvador Allende. De acordo com Dinges, “conhecimento detalhado sobre os planos de assassinatos da Condor remontavam a vários meses antes do assassinato de Letelier” (DINGES, 2005: 196). “Um esforço endossado pelo Secretário de Estado Kissinger foi lançado para parar a Condor alertando os governos membros. O esforço foi cancelado em 20 de setembro, mesmo que a bomba já houvesse sido fixada na mala de Letelier” (DINGES, 2005: 196). No dia do assassinato de Letelier na capital dos EUA, 21 de setembro de 1976, “o *INR After Summary* do Departamento de Estado continha ainda outro item sobre a Condor, descrevendo-a como planejada para a ‘eliminação confidencial de subversivos’, mas sem mencionar a eliminação de Letelier naquela mesma manhã” (DINGES, 2005: 195-196).

Finalmente, depois do mais “ousado” assassinato internacional cometido pela Operação Condor, o homicídio de Letelier e sua assistente em Washington, D.C., foi a vez do FBI registrar as ações condorenses. Assim, um cabograma escrito por Robert Scherrer, o *attaché* do FBI em Buenos Aires, de 28 de setembro de 1976, versou especificamente sobre a Condor. Scherrer informou que “‘Operação Condor’ é o codinome para a coleta, troca e armazenagem de dados de inteligência a respeito dos chamados ‘esquerdistas’, comunistas e marxistas, que foi recentemente estabelecida entre serviços de inteligência cooperativos na América do Sul com o objetivo de eliminar atividades terroristas marxistas na região” (SCHERRER, 1976: 1). De acordo com o agente do FBI, o Sistema Condor também “fornece operações conjuntas contra alvos terroristas em países-membro da ‘Operação Condor’” (SCHERRER, 1976: 1-2). Coube a Robert Scherrer, inclusive, o registro histórico do caráter sicário das operações de Fase 3 do Sistema Condor, descrevendo essa fase mais letal das ações dos Condores da seguinte maneira:

**Uma terceira e mais secreta fase da ‘Operação Condor’ envolve a formação de equipes especiais de países-membros que viajam para qualquer lugar do mundo para os agora países-membros, para executar sanções, inclusive de assassinato de terroristas e apoiadores de organizações terroristas de países-membros da ‘Operação Condor’.** Por exemplo, caso um terrorista ou apoiador de uma organização terrorista de um país-membro da ‘Operação Condor’ seja localizado em um país europeu, uma equipe especial da ‘Operação Condor’ seria enviada para localizar e vigiar o alvo. **Quando a operação de localização e vigilância fosse concluída, um segundo time da ‘Operação Condor’ seria enviado para executar a sanção real [assassinato] do alvo.** Equipes especiais receberiam documentações falsas de países-membros da ‘Operação Condor’ e poderiam ser compostas exclusivamente de indivíduos de uma nação-membro da ‘Operação Condor’ ou podem ser compostas por um grupo miscigenado de várias nações-membro da ‘Operação Condor’” (SCHERRER, 1976: 2-3, grifo meu)

O agente do FBI em Buenos Aires, ademais, mencionou especificamente dois países europeus, França e Portugal, como sendo aqueles “mencionados para possíveis operações na terceira fase da ‘Operação Condor’” (SCHERRER, 1976: 3). Embora o FBI não tivesse constatado que operações de Fase 3 da Condor tivessem sido planejadas para acontecerem nos EUA, “não é impossível que o recente assassinato de Orlando Letelier em Washington, D.C. possa ter sido executado como uma ação da terceira fase da ‘Operação Condor’” (SCHERRER, 1976: 3).

#### 6.1.5.5. Argentina, 1976: Condores em Buenos Aires, o “trio de ferro” da Operação Teseo

Os signatários da ata de fundação do Sistema Condor ao final de 1975 no Chile voltaram a se reunir, entre 13 e 16 de dezembro de 1976, na Argentina, já sob o regime ditatorial militar genocida. Além dos cinco Condores signatários do Pacto político-militar firmado em Santiago – o Condor 1 (Chile), o Condor 2 (Argentina), o Condor 3 (Uruguai), o Condor 4 (Paraguai) e o Condor 5 (Bolívia)<sup>969</sup> –, o Brasil também esteve presente na segunda reunião formal do Sistema

---

<sup>969</sup> Graças ao jornalista Gerardo Iruستا Medrano, é sobre as entranhas do Condor 5 (Bolívia) que mais se tem informações. Entrevistando o ex-agente secreto boliviano Juan Carlos Fortun, este detalhou como funcionou o Condor 5: “‘El Sistema Cóndor en Bolivia, trabajó en por los menos tres centros que eran algo así como los cerebros de coordinación con el resto de los países que constituían la cadena de la información. Estos centros eran: 1) El Ministerio del Interior donde estaba centralizado todo el mecanismo de comunicación vía radio, telex y correspondencia. 2) El Departamento de Orden Político (DOP) donde estaba centralizado todo el aparato operativo de interrogatorios y acciones de seguimiento, así como detenciones y capturas de los subversivos internacionales que eran buscados y 3) El Departamento Segundo de Inteligencia Militar (G2) con el cual los civiles teníamos muy poco conocimiento. Por lo general, este Departamento Segundo nos enviaba a jefes y oficiales expertos en cuestiones de inteligencia y trabajaban en ‘comisión’ en el Ministerio del Interior. En realidad ellos eran ‘enlaces’ directos entre el aparato represivo del Estado y el sistema de inteligencia militar. Muy poco conocimos de las actividades en este sector militar y al que los agentes civiles teníamos un acceso bastante limitado. El Ministerio del Interior, era obviamente el centro principal de las acciones de inteligencia represiva y durante los primeros años de la década del 70, el Cnl. Rafael Loayza, adquirió un poder inmenso como Jefe del Servicio de Inteligencia del Estado (SIE). Cerca suyo siempre tuvo a jefes y oficiales del Ejército como colaboradores, pero tampoco como confidentes. En ese papel estuvieron un Cnl. Cadima, el entonces Capitán Carlos Mena, y muchos otros. El hoy Cnl. Carlos Mena Burgos fue uno de los importantes colaboradores del Cnl. Rafael Loayza para la creación del Servicio de Inteligencia del Estado y en determinado momento más adelante, llegó a ser uno de sus jefes más importantes’” (FORTUN *apud* IRUSTA MEDRANO, 1997: 547-548). “En el Ministerio del Interior, en el tercer piso, fue instalado un sistema completo de comunicaciones vía radio-operador y luego un sistema de telex que estaba enlazado con Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, a través de la empresa Cable West Coast. Era en esta repartición donde se elaboraban los mensajes dirigidos a los países que hemos mencionado ya sea pidiendo informes sobre el paradero de algún elemento subversivo, o recibíamos pedidos de los servicios de inteligencia de esos países pidiendo se haga seguimiento a alguna persona en particular para luego proceder a su detención. El Jefe de nuestro Departamento, que por lo general era un oficial enlace del Ejército, tenía en su poder y bajo llave, una máquina especial que servía para codificar y decodificar los mensajes que se enviaban y recibían a todos y cada uno de esos países. En ese tiempo se decía que era una máquina especialmente fabricada para el Sistema Cóndor por el Departamento Logístico de la Central de Inteligencia Americana (CIA)” (FORTUN *apud* IRUSTA MEDRANO, 1997: 550).

Condor em Buenos Aires, na condição de novo membro recém-incorporado: o Condor 6 (em 1978, o Equador e o Peru seriam incorporados ao Sistema, respectivamente, como Condor 7 e Condor 8). Em 18 de abril de 1977, também em Buenos Aires, os Condores ainda fizeram um balanço das atividades passadas e discutiram planos para o futuro, apresentando como principal item da agenda **“a discussão e planejamento de operações coordenadas de guerra psicológica contra esquerdistas e grupos radicais nos diversos países-membros”** (CIA, 1977: 02, grifo meu)<sup>970</sup>. A “Operação Condor” foi, assim, caracterizada pela CIA como **“um acordo cooperativo entre serviços de segurança do Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil para combater o terrorismo e a subversão”** (CIA, 1977: 2, grifo meu).

Na reunião ocorrida em dezembro de 1976 na Argentina, “o trio de ferro da empolgação” do Sistema Condor – os Condores 1, 2 e 3, isto é, as ditaduras militares do Chile, Argentina e Uruguai – “decidiram que havia chegado a hora de elevar a campanha de assassinatos a um novo patamar” (SIMON, 2021: 333). Os Condores mais “empolgados”, então, “instituíram um braço na Condor, batizado de Teseo, dedicado a operações clandestinas conjuntas para matar opositores na Europa Ocidental. Lisboa, e sobretudo Paris, seriam os novos fronts da guerra global contra a subversão” (SIMON, 2021: 333). A Operação Teseo – arquitetada dentro do Sistema Condor por seu “trio de ferro” Chile-Argentina-Uruguai – instituiu “um curso de treinamento em Buenos Aires para argentinos, chilenos e uruguaios que participariam das missões na Europa. Pouco depois, em dezembro de 1976, um operativo composto por oficiais argentinos e uruguaios chegou a ser enviado a Paris para matar ‘terroristas’ do Uruguai. Os assassinatos só não ocorreram porque, antes, a informação vazou à inteligência francesa – que, por sua vez, melou a operação” (SIMON, 2021: 333)<sup>971</sup>.

---

<sup>970</sup> “Em um campo secreto de ação”, a fonte censurada da CIA afirmou que “ambos Argentina e Chile estavam fazendo uso extensivo dos meios de comunicação para fins de propaganda. Ele acrescentou que o impulso desses esforços de propaganda era duplo: refutar as críticas dirigidas aos respectivos governos pelos meios de comunicação estrangeiros e internacionais e incutir um novo sentimento de orgulho nacional na população” (CIA, 1977: 3-4). A fonte da CIA afirmou “que o Chile tinha completado recentemente dois filmes sobre o ‘Chile depois de Allende’ que pedia que os representantes da Condor exibissem nas televisões de seus países. Até o momento, somente a Argentina e o Paraguai aceitaram exibi-los. De acordo com [censurado], o Paraguai havia feito uso apenas da imprensa, do jornal diário ‘Pátria’ no qual propagandas eram inseridas periodicamente. Ele disse que um pedido para usar a televisão para este propósito estava sendo considerado por seus superiores, bem como um pedido de criação de uma agência nacional de notícias. [Censurado] que o segundo provavelmente nunca seria aprovado porque fundos simplesmente não estavam disponíveis para tal empreendimento” (CIA, 1977: 4).

<sup>971</sup> Uma fonte não identificada da CIA revelou, em referido documento da agência civil de espionagem norte-americana, “que a segurança havia sido reforçada no centro de operações em Buenos Aires e que a compartimentação

O referido documento da CIA que detalha a reunião dos Condores de dezembro de 1976, na Argentina, assinalou que “a respeito da operação condor atual”, uma fonte censurada “acreditava que a troca de informações sobre subversivos e terroristas tem sido conduzida principalmente bilateralmente entre os serviços de inteligência dos países-membros” (CIA, 1977). Por último, a fonte censurada da CIA afirmou “que **a reunião que seria realizada em Assunção em março de 1977 sobre ‘Técnicas de Guerra Psicológica’ contra Terroristas e Extremistas de Esquerda’ foi cancelada** por causa da incapacidade de Argentina e Paraguai participarem” (CIA, 1977: 4, grifo meu). No entanto, a mesma fonte da CIA registrou, na sequência, “que **os serviços de inteligência de ambos os países tinham estado profundamente envolvidos em acordos de segurança para o Terceiro Congresso da Confederação Anticomunista da América-Latina realizada de 28 a 20 de março**, assim como na preparação para a visita de estado do Presidente da Argentina Jorge Videla ao Paraguai em 20 de abril” (CIA, 1977: 4-5, grifo meu). É dizer, se a fonte da CIA alegou ao final do Relatório sobre a Reunião da Operação Condor na Argentina [*Report on Operation Condor Meeting in Argentina*] “que uma nova data para a próxima reunião da Condor não tinha sido firmada” (CIA, 1977: 5), também deixou claro que os Condores argentinos e paraguaios estiveram “profundamente envolvidos” no III Congresso da CAL-Pública que se realizaria entre 27 e 31 de março de 1977 e para o qual preparavam as medidas de segurança.

Ou seja, ainda que não houvesse sido agendada uma nova reunião específica do Sistema Condor, não teriam os Condores – para colocar em prática suas “operações coordenadas de guerra psicológica dirigidas contra esquerdistas e grupos radicais nos vários países-membros” (CIA, 1977: 2) – se utilizado do “biombo” fornecido pelo III Congresso da CAL-Pública de março de 1977? Não seria esse mais um dos indícios de que o organismo regional da Liga Mundial Anticomunista na América Latina, a CAL, teria atuado na cogestão do Sistema Condor? Esta é, justamente, a principal tese que se buscou demonstrar no CAPÍTULO 5. Ademais, se é verdade

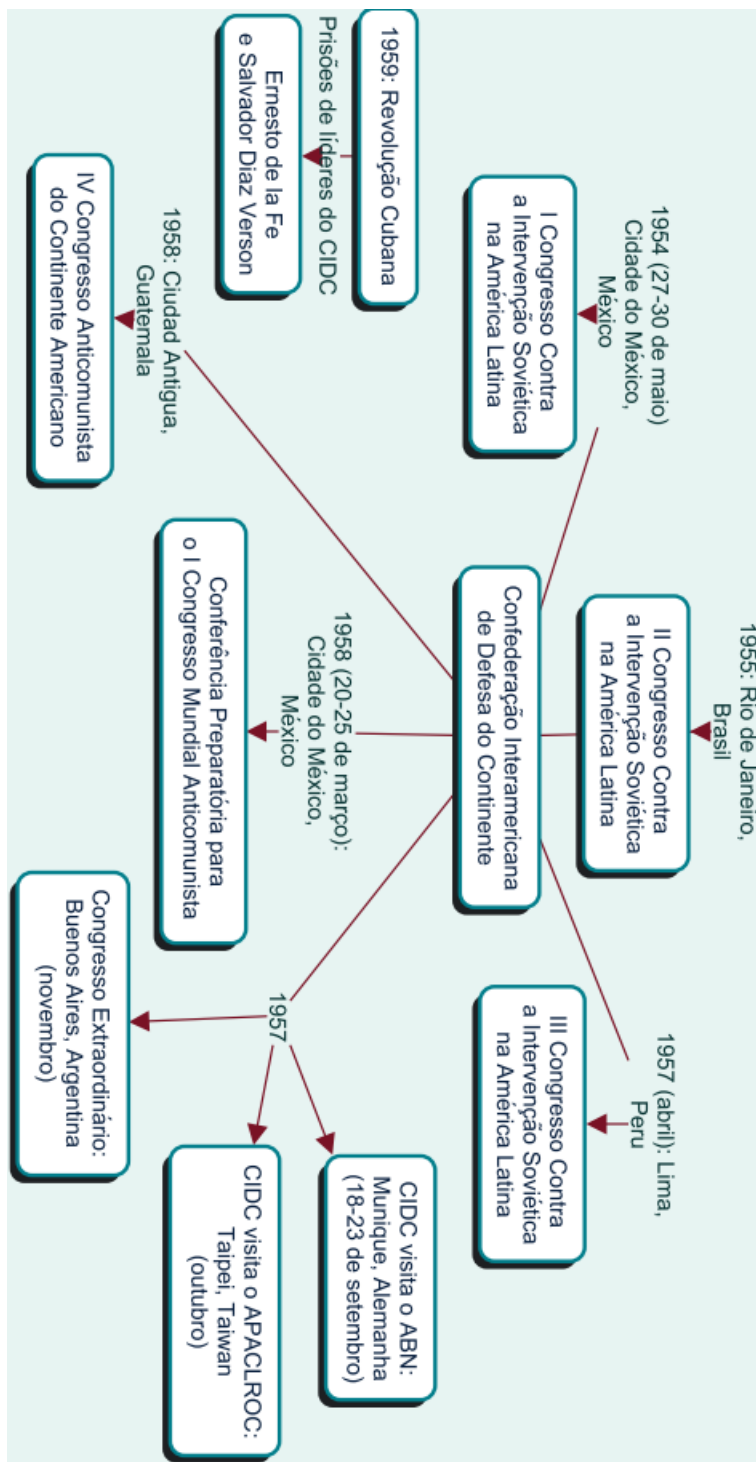
---

havia aumentado depois que representantes da Condor descobriram em setembro de 1976 que o serviço de inteligência francês estava ciente da existência e de alguns objetivos da Operação Condor; assim, ele não podia ter certeza sobre operações em outros locais, embora enfatizasse que discussões de operações fossem nos EUA ou na Europa não tinham surgido na reunião realizada de 13 a 16 de dezembro. [Censurado] disse que a reação a esta falha particular de segurança tinha sido especialmente dura na Argentina, o que resultou na demissão do então Diretor do Secretariado de Estado para Inteligência argentino (SIDE) [o General Otto Paladino] e sua substituição pelo General Carlos Enrique Laidlaw, o diretor atual. Ele acrescentou que incidente anterior fez com que representantes da Condor acreditassem que os demais serviços de inteligência provavelmente estivessem cientes de sua organização e, portanto, tudo é tratado de acordo com esta crença, i.e. com máxima cautela” (CIA, 1977: 2-3).

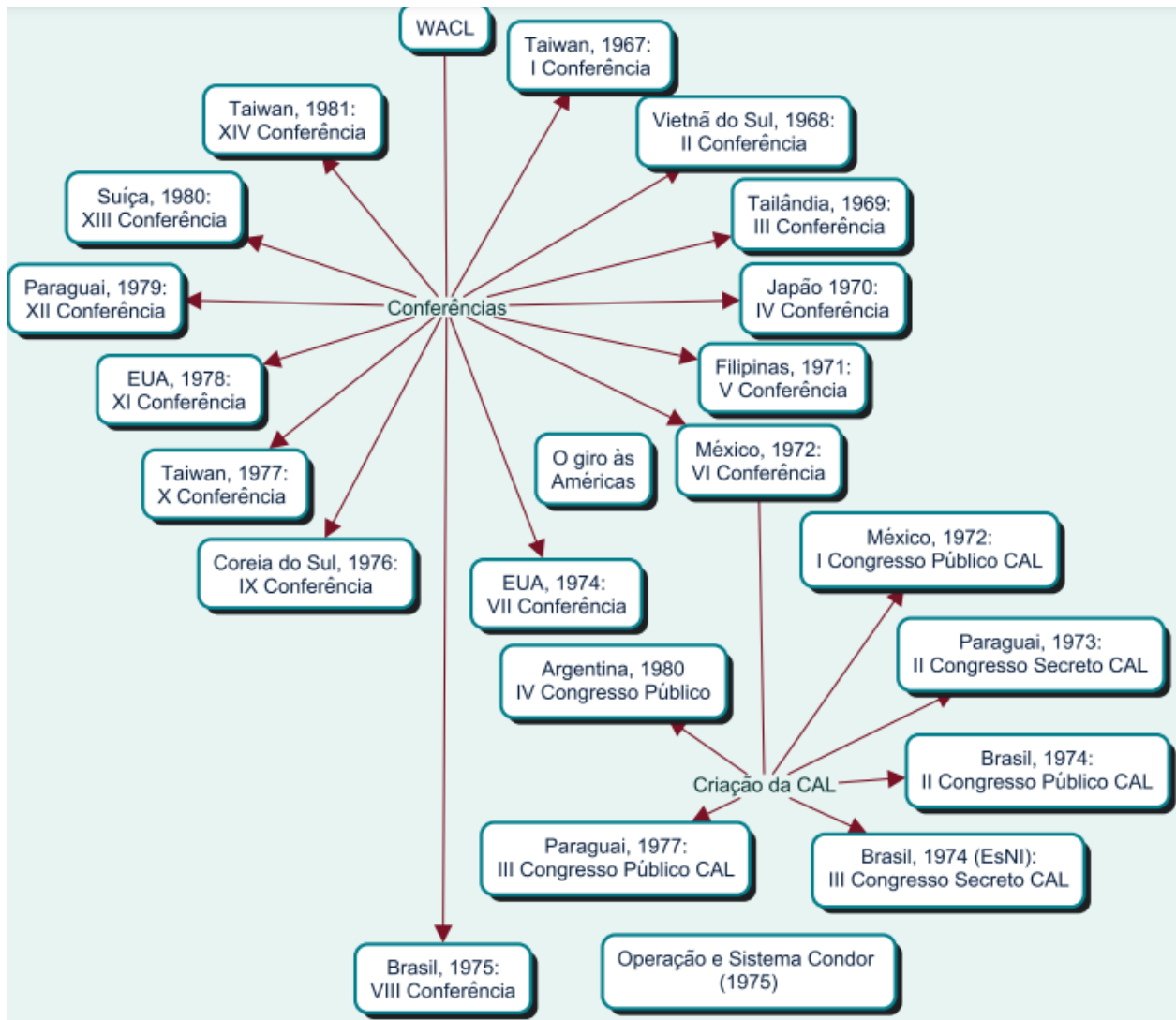


que “a partir de finais de 1977”, “em vez de atentados contra exilados na Europa, a agenda do grupo” – dos Condores – “voltou-se à chamada ‘guerra psicológica’” (SIMON, 2021: 336-337), não era justamente esse tipo de guerra não-convencional o que melhor tinha o complexo WACL/CAL a oferecer aos seus aliados? Portanto, tendo em vista a sistematização do *protótipo* da Condor no III Congresso da CAL-Secreta de novembro de 1974 na EsNI, bem como outras interações da filial latino-americana da WACL com as ditaduras militares condorenses, não seria mais apropriado falar-se propriamente de um *complexo WACL/CAL/Condor*?

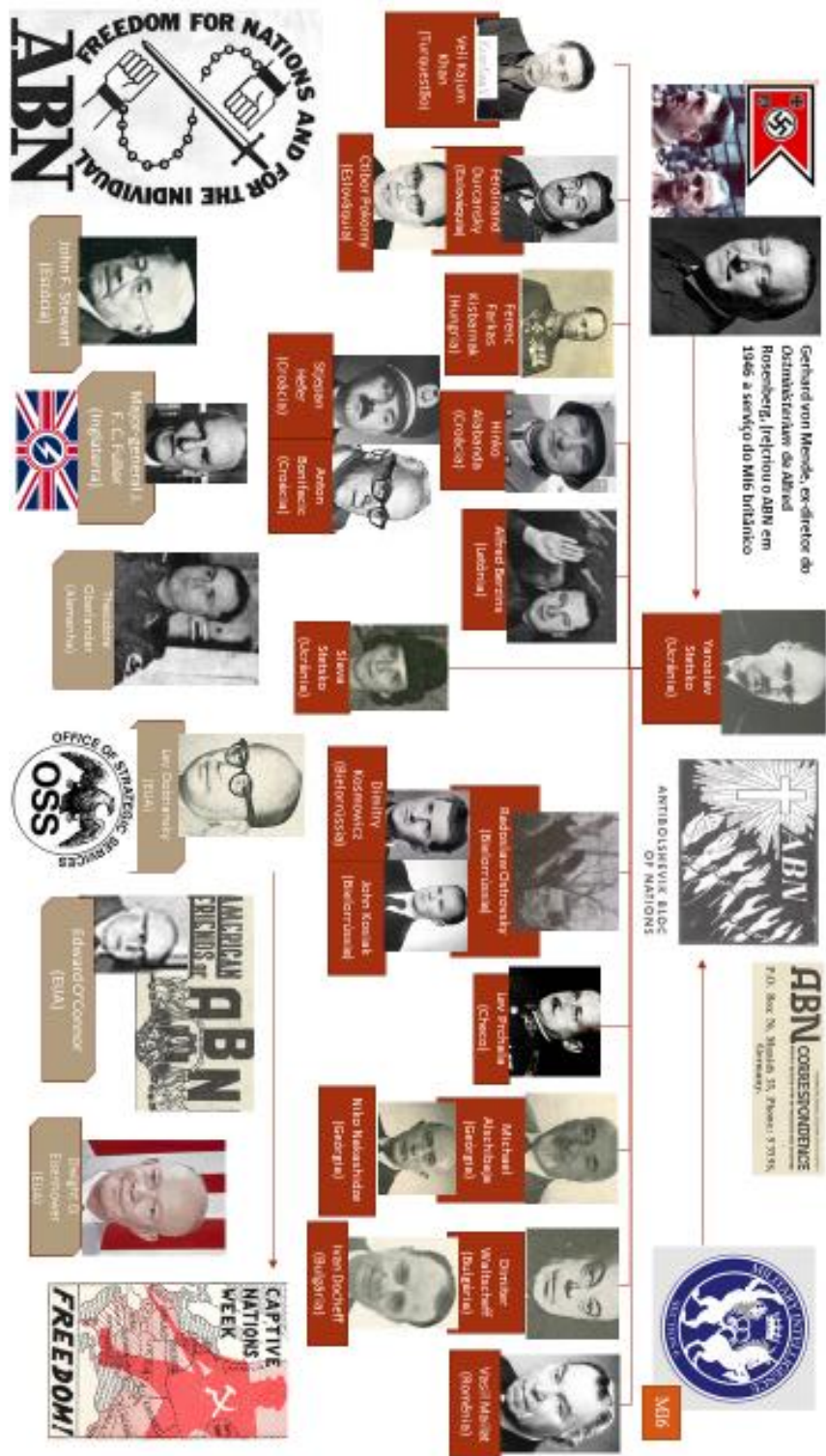




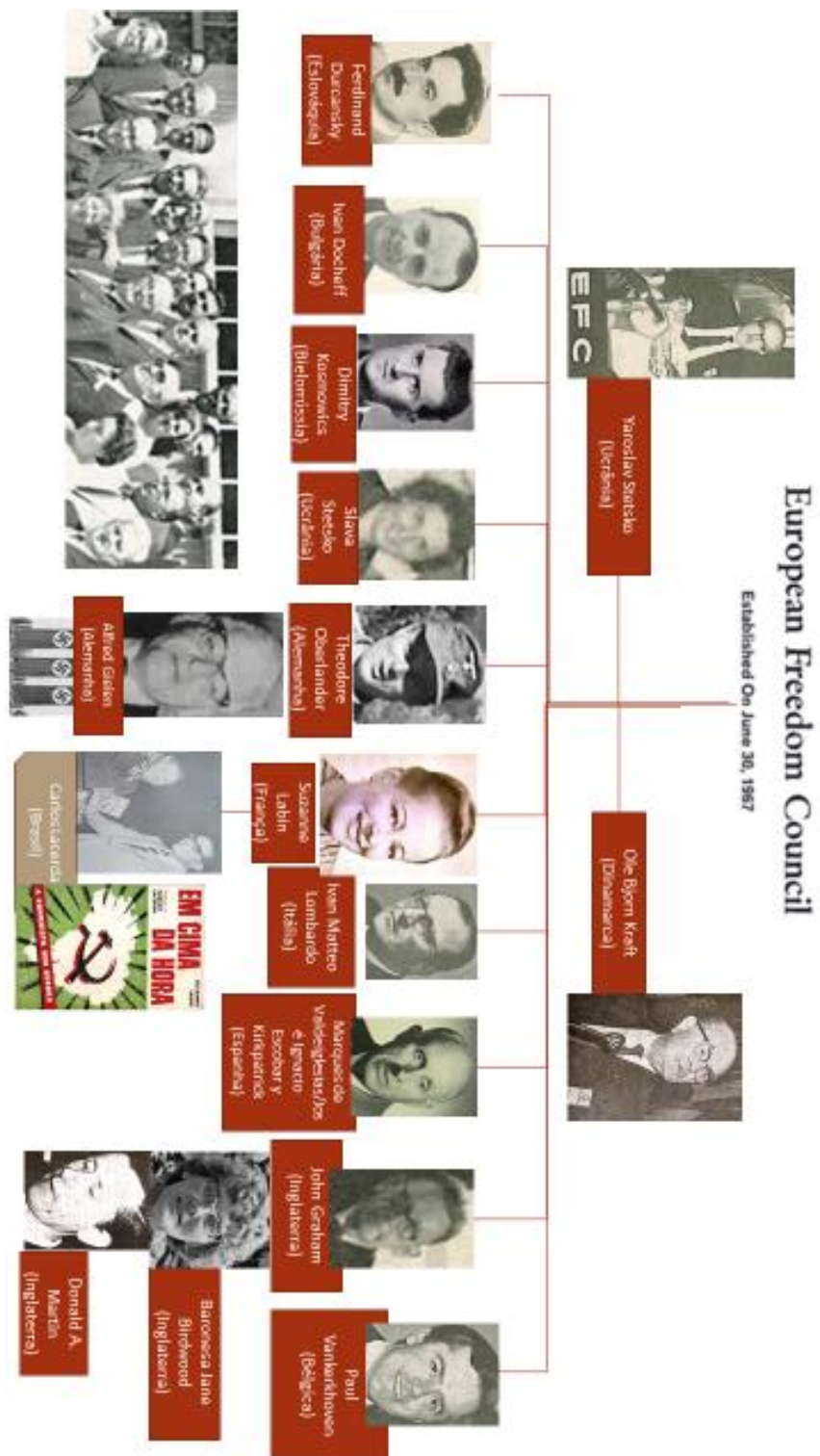
Organograma dos congressos da Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), da visita de seus dirigentes às sedes do ABN e da APACL, em 1957, e da realização da Conferência Preparatória para o Congresso Mundial Anticomunista para a Liberdade e Libertação, em 1958, no México, o “ensaio geral” de criação da Liga Mundial Anticomunista (WACL).



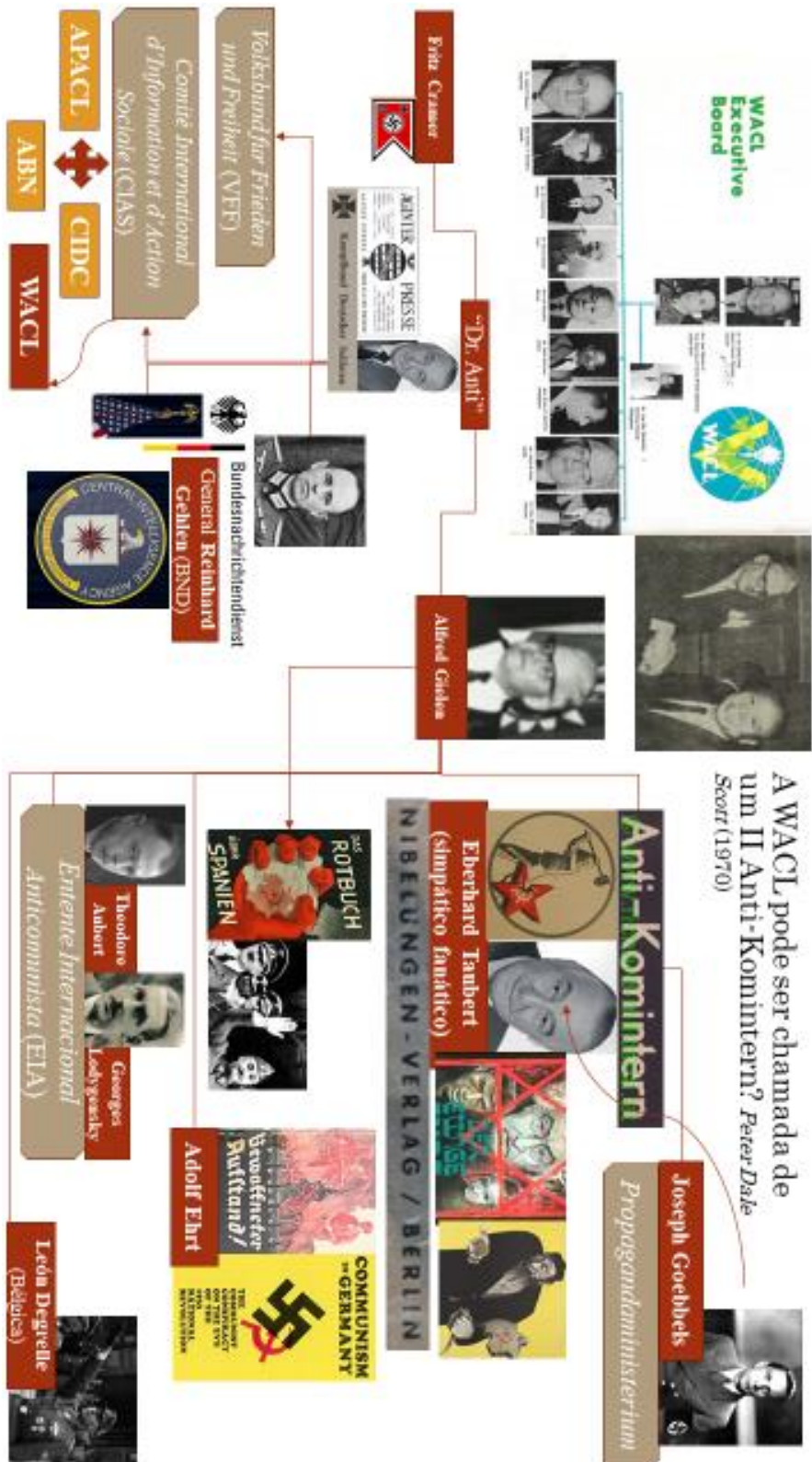
Organograma das conferências anuais da Liga Mundial Anticomunista (WACL), de 1967 a 1981, e de seu “giro às Américas”, que redundou na criação de seu organismo regional na América Latina, a Condeferação Anticomunista Latino-americana (CAL), e na realização de seus congressos (públicos e secretos) entre 1972 e 1980, conectados com os agentes de repressão do Sistema Condor (1975-81) das ditaduras militares de Segurança Nacional sul-americanas.



Organograma do ABN, plantel de ex-colaboradores e criminosos de guerra da Europa Oriental organizadas pelo III Reich reativado, em 1946, pelo MI6 britânico. “Fazendo a América” em nome da “cruzada” anticomunista, o ABN foi um dos grupos que ajudou a fundar e estruturar a WACL em 1966.



Organograma do *European Freedom Council* (EFC), órgão do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) que incorporou seus “amigos” de extrema-direita provenientes da Europa Ocidental.



Organograma que adensa a tese sugerida pela primeira vez por Peter Dale Scott, segundo a qual a WACL constituiu o “segundo Anti-Komintern” (SCOTT, 1970).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

### FONTES PRIMÁRIAS

#### FUNDO CIA: NAZI WAR CRIMES DISCLOSURE ACT [P.L. 105-246]

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1949a). CIA. *Outgoing Classified Message. Information Lev Prchala*. 19 de maio de 1949. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV\\_0032.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV_0032.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1949b). CIA. *Operational Information. ODEUM–Stefan Bandera Group*. 29 de junho de 1949. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENDE%2C%20GERHARD%20VON\\_0056.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENDE%2C%20GERHARD%20VON_0056.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1949c). CIA. *Document Transfer and Cross Reference. Ivan Dochev*. 12 de setembro de 1949. Disponível em: [https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201\\_0026#mode/1up](https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201_0026#mode/1up)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1949d). CIA. *[Memorandum-Subject: Ivan Docheff]*. s/d [1949]. Disponível em: [https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201\\_0006#mode/2up](https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201_0006#mode/2up)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1949e). CIA. *Project Outline: Cryptonym: Capriform [Gerhard von Mende]*. 1949. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENDE%2C%20GERHARD%20VON\\_0043.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENDE%2C%20GERHARD%20VON_0043.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1950a). CIA. *Memorandum. Subject: INTEGRAL, Czech publication in Bad Reichenhall*. 17 de junho de 1950. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV\\_0048.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV_0048.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1950b). CIA. *Origin and History of the National Bulgarian Committee*. 8 de novembro de 1950. Disponível em: [https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201\\_0064#mode/1up](https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201_0064#mode/1up)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1950c). CIA. *Memorandum-Subject: Anti-Bolshevik Bloc of Nations and Alfred Berzins*. 22 de dezembro de 1950. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS\\_0037.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS_0037.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1951a) CIA. *Confusion in Bulgarian Emigre Activities*. 15 de fevereiro de 1951. Disponível em: [https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201\\_0072#mode/1up](https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201_0072#mode/1up)



CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1951b). CIA. *Dr. George M. Dimitrov's Comments on Drago Prodanov and Ivan Dotschev*. 13 de março de 1951. Disponível em: [https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201\\_0075#mode/1up](https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201_0075#mode/1up)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1951c). CIA. *Memorandum. Subject: "A New Danger for World Peace – Red Bulgaria", a Pamphlet by Dr. Ivan Docheff*. 21 de março de 1951. Disponível em: [https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201\\_0078#mode/2up](https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201_0078#mode/2up)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1951d). CIA. *Official Dispatch. Subject: General Prchala*. 16 de maio de 1951. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV\\_0099.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV_0099.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1951e). CIA. *Memorandum-Subject: Ferenc [Kisbarnaki] Farkas*. 16 de maio de 1951. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI\\_0107.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI_0107.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1951f). CIA. *Gerhard von Mende. Capriiform*. 19 de maio de 1951. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENDE%2C%20GERHARD%20VON\\_0073.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENDE%2C%20GERHARD%20VON_0073.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1951g). CIA. *Request of Provisional Clearance-Alfreds Berzins*. 7 de julho de 1951. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS\\_0044.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS_0044.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1952a). CIA. *Biographic Report-Ivan Dochev*. 21 de abril de 1952. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201\\_0108.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201_0108.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1952b). CIA. *Secret Security Information-Memorandum-Subject: Ferenc [Kisbarnaki] Farkas*. 6 de maio de 1952. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI\\_0158.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI_0158.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1952c). CIA. *Memorandum. Subject-General Ferenc Farkas*. 26 de maio de 1952. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI\\_0162.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI_0162.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1952d). CIA. *Secret Security Information-[Ferenc Kisbarnaki Farkas]*. 1º de junho de 1952. Disponível em:

[https://www.cia.gov/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI\\_0166.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI_0166.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1953a). CIA. *Background and Present Status of the Prchala Movement*. 22 de abril de 1953. Disponível em: <https://archive.org/details/PRCHALALEV-0100/mode/1up>

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1953b). CIA. *Political Attitudes and Activities Among Czechoslovak Refugees in Germany*. 23 de abril de 1953. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV\\_0030.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV_0030.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1953c). CIA. *Secret Security Information-Subject: Prchala Movement*. 25 de abril de 1953. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV\\_0035.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/PRCHALA%2C%20LEV_0035.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954a). CIA. *Alfreds Berzins*. 23 de julho de 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS\\_0059.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS_0059.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954b). CIA. *Operational/Name Trace-Stanislav Stankiewicz, aka Stankievich*. 9 de setembro de 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/STANKIEWICZ%2C%20STANISLAW%20201-0005888\\_0019.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/STANKIEWICZ%2C%20STANISLAW%20201-0005888_0019.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954c). CIA. *Summary of Available Personality Information- Ferdinand Durcansky*. 02 de novembro de 1954, 2 de novembro. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DURCANSKY%2C%20FERDINAND%20%20%20V.%202\\_0028.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DURCANSKY%2C%20FERDINAND%20%20%20V.%202_0028.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1955a). CIA. *Chinat Dealings with Representatives of ABN and NTS*. 22 de novembro de 1955. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/STETSKO%2C%20YAROSLAV\\_0074.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/STETSKO%2C%20YAROSLAV_0074.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1955b). CIA. *Activities of Yaroslav Stetzko in Taiwan. Press Survey on Yaroslav Stetzko*. 8 de dezembro de 1955. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/STETSKO%2C%20YAROSLAV\\_0075.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/STETSKO%2C%20YAROSLAV_0075.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Memorandum. Subject-Wasyl Dankiw aka Yaroslav Stetzko*. 20 de novembro de 1956. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/STETSKO%2C%20YAROSLAV\\_0087.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/STETSKO%2C%20YAROSLAV_0087.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Dispatch No. EGFA 17497. Subject: General: Redwood/Aemarsh/Operational. Specific: Alfred Berzins*. 6 de Agosto de 1957. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS\\_0098.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS_0098.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Document Transfer and Cross Reference. Subject: Orests Berlings, also known as Orests B. Berlings; Peter.* 16 de março de 1961. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS\\_0123.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS_0123.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Background of Alfreds Berzins.* S/d. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS\\_0014.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/BERZINS%2C%20ALFREDS_0014.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Research Aid: Cryptonyms and Terms in Declassified CIA Files Nazi War Crimes and Japanese Imperial Government Records Disclosure Acts.* Junho de 2007. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/iwg/declassified-records/rg-263-cia-records/second-release-lexicon.pdf>

CORPO DE CONTRAINTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS (CIC). [*Memorandum. Subject: Professor von Mende.* 08 de junho de 1951]. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/MENDE%2C%20GERHARD%20VON\\_0006.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/MENDE%2C%20GERHARD%20VON_0006.pdf)

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION (FBI). *Report-Collegial Society of Hungarian Veterans, aka Comradeship of the Hungarian Warriors, League of Hungarian Veterans, Association of Hungarian Soldiers.* 3 de fevereiro de 1950. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/MAGYAR%2C%20HARCOSOK%2C%20BAJTARSI%2C%20KOZOSSEGE%20%20%20V.%201\\_0003.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/MAGYAR%2C%20HARCOSOK%2C%20BAJTARSI%2C%20KOZOSSEGE%20%20%20V.%201_0003.pdf)

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION (FBI). [*Memorandum*]-*Subject: Victor Bota, also known as Gyoza Bota.* 19 de abril de 1961. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI\\_0193.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/FARKAS%2C%20FERENC%20KISBARNAKI_0193.pdf)

McClelland, Roswell D. Conversation with Former Ukrainian Prime Minister Yaroslav STETZKO. From: American Embassy, MADRID. To: The Department of State, Washington. June 15, 1956. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/STETSKO%2C%20YAROSLAV\\_0082.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/STETSKO%2C%20YAROSLAV_0082.pdf)

Office of Policy Coordination (OPC). *Project QKDROOP* 28 de agosto de 1950. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/QKDROOP\\_0001.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/QKDROOP_0001.pdf)

STRATEGIC SERVICES UNIT (SSU). *Progress Report # 2, Sybille Project [Ivan Docheff].* 24 de junho de 1946. Disponível em: [https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201\\_0011#mode/1up](https://archive.org/stream/DochevIvan/DOCHEV%2C%20IVAN%20%20%20V.%201_0011#mode/1up)

## **FUNDO CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA)**

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1953d). CIA. *Information Report. Subject-The Dai Viet Party*. 11 de setembro de 1953. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80-00810A002300140009-2.pdf>

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Taiwan After Chiang Ching-kuo. A Speculative Analysis. An Intelligence Assessment*. Setembro de 1982. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP84S00554R000100140003-0.pdf>

NATIONAL SECURITY COUNCIL. *NSC Briefing. Background-Phan Huy Quat*. 20 de dezembro de 1954. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80R01443R000300180006-5.pdf>

### **FUNDO CONFEDERACIÓN INTERAMERICANA DE DEFESA DEL CONTINENTE (CIDC)**

CIDC (1956). *Memoria del Segundo Congreso Contra la Intervención Soviética en América Latina*. Mexico, D.F., [s.n.], 1956.

CIDC (1957). *Resoluciones del Tercer Congreso Contra la Intervención Soviética en América Latina. Celebrado en Lima, Perú, del 10 al 14 de Abril de 1957. Convocado por la Confederación Interamericana de Defensa del Continente*. [s.l.]: [s.n.].

CIDC (1961). *IV Congreso Continental Anticomunista. Actas de las sesiones. Version taquigrafica. Resoluciones*. 12 a 16 de octubre de 1958. Antigua, Guatemala. Guatemala, C.A., 1961. [s.n.].

### **FUNDO APACL, WOODROW WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE INTERNATIONAL HISTORY DECLASSIFIED**

ASIAN PEOPLE'S ANTICOMMUNIST LEAGUE (1954a). APACL. *Memorandum, Asian Peoples' Anti-Communist Conference, Delegation of the People of the Republic of China*. June 14, 1954, History and Public Policy Program Digital Archive, B-389-058, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118341>

ASIAN PEOPLES' ANTICOMMUNIST LEAGUE (1954b). APACL. *Asian Peoples' Anti-Communist Conference, Minutes of the Opening Session*. June 15, 1954, History and Public Policy Program Digital Archive, B-387-039, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118328>

ASIAN PEOPLE'S ANTICOMMUNIST LEAGUE (1954c). APACL. *Asian Peoples' Anti-Communist Conference, Provisional Summary Record of the First and Second Sessions*. June 15, 1954,

History and Public Policy Program Digital Archive, B-387-043, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118330>

ASIAN PEOPLES' ANTICOMUNIST LEAGUE (1954d). APACL. *Draft Resolution, Asian Peoples' Anti-Communist Conference, Delegation of the People of the Republic of China*. June 16, 1954. History and Public Policy Program Digital Archive, B-389-059, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118342>

ASIAN PEOPLES' ANTICOMUNIST LEAGUE (1954e). APACL. *Asian Peoples' Anti-Communist Conference, "We Have Communism on the Run in the Philippines"*. June 16, 1954, History and Public Policy Program Digital Archive, B-387-023, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118323>

ASIAN PEOPLES' ANTICOMUNIST LEAGUE (1954f). APACL. *Asian Peoples' Anti-Communist Conference, Conference Bulletin No. 10*. June 17, 1954, History and Public Policy Program Digital Archive, B-387-014, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118315>

ASIAN PEOPLE'S ANTICOMMUNIST LEAGUE (1954g). APACL. *Principles of the Organization of Asian Peoples' Anti-Communist League*. June 17, 1954, History and Public Policy Program Digital Archive, B-388-020, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118333>

ASIAN PEOPLES' ANTICOMUNIST LEAGUE (1954h). APACL. *Proposals for the Establishment of an Anti-Communist Union of the Peoples of Asia*. June, 1954, History and Public Policy Program Digital Archive, B-389-060, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118343>

ASIAN PEOPLES' ANTI-COMMUNIST LEAGUE, REPUBLIC OF KOREA (APACLROK). *Materials from the Asian Peoples' Anti-Communist League Conference, Manila*. March 09, 1956, History and Public Policy Program Digital Archive, B-392-001, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118346>

ASIAN PEOPLES' ANTICOMUNIST LEAGUE (APACL). *Asian Peoples' Anti-Communist League Third Annual Conference: Speeches and Reports*. March 27, 1957, History and Public Policy Program Digital Archive, B-393-002, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118361>

GONG, Chin Hang. *Caucus Opening Remarks Made by Mr. Chin Hang Gong, Head of the Korean Delegation to the Saigon APACL Preliminary Meeting*. September 11, 1956, History and Public Policy Program Digital Archive, B-333a-017, The Korean Legation in Vietnam, Reports from the Korean Mission to the United Nations and Republic of Korea Embassies and Legations, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/120976>

KIM, Young Kee. *Report No. 71 from Young Kee Kim to Syngman Rhee*, January 18, 1956, History and Public Policy Program Digital Archive, B-337-169, The Korean Legation in the Philippines, Reports from the Korean Mission to the United Nations and Republic of Korea Embassies and Legations, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/123295>

KIM, Young Kee. *Report No. 76 from Young Kee Kim to Syngman Rhee*, March 10, 1956, History and Public Policy Program Digital Archive, B-337-153, The Korean Legation in the Philippines, Reports from the Korean Mission to the United Nations and Republic of Korea Embassies and Legations, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/123267>

LEE, Young P. *Letter, Young P. Lee to Major General D.A.D. Ogden*. March 21, 1955, History and Public Policy Program Digital Archive, B-389-003, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118336>

OGDEN, Williams. *Letter, Major General D.A.D. Ogden to Young P. Lee*. February 11, 1955, History and Public Policy Program Digital Archive, B-389-004, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118337>

PAIK, L. George. *Letter, L. George Paik to President Syngman Rhee*. November 06, 1956, History and Public Policy Program Digital Archive, B-392-004, Documents Related to the Asian Anti-Communist League Conference, Papers Related to Treaty-Making and International Conferences, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118347>

RHEE, Syngman. *Letter No. 17 from the President (Syngman Rhee) to Minister Duk Shin Choi*. September 13, 1956, History and Public Policy Program Digital Archive, B-333a-060, The Korean Legation in Vietnam, Reports from the Korean Mission to the United Nations and Republic of

Korea Embassies and Legations, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/120990>

\_\_\_\_\_. *Letter No. 16 from Syngman Rhee to Young Kee Kim*. October 02, 1956, History and Public Policy Program Digital Archive, B-337-044, The Korean Legation in the Philippines, Reports from the Korean Mission to the United Nations and Republic of Korea Embassies and Legations, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/123183>

SHIN, Choi Duk. *CDS Report No. 17 from Choi Duk Shin to the President (Syngman Rhee)*. September 06, 1956, History and Public Policy Program Digital Archive, B-333a-061, The Korean Legation in Vietnam, Reports from the Korean Mission to the United Nations and Republic of Korea Embassies and Legations, Syngman Rhee Institute, Yonsei University. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/120991>

### **FUNDO CIA: OPERACÃO PBSUCCESS**

COMITÉ COORDINADOR ANTICOMUNISTA (CCA). *Guatemala en el Congreso Contra la Intervención Soviética en América Latina. Ponencias y Conclusiones*. Publicaciones del Comité Coordinador Anticomunista, CCA, 1954.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954d). CIA. *[Operation] KUGOWN-PBSUCCESS. Hemisphere Conference in Mexico, April, 1954. (Congreso de los Vencedores del Comunismo)*. 22 de fevereiro de 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC\\_0000928364.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000928364.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954e). CIA. *Memorandum for the Record. Subject: [Operation PBSUCCESS] KUGOWN – PT/18: SUMMIT Congress*. 29 de abril 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC\\_0000916093.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000916093.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954f). CIA. *[Operation PBSUCCESS] KUGOWN/SUMMIT. Guatemalan Delegation*. 19 de maio de 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC\\_0000923527.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000923527.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954g). CIA. *[Operation PBSUCCESS/]KUGOWN – Brazilian leaflet*. 23 de maio de 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC\\_0000923382.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000923382.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954h). CIA. *[PBSUCCESS/] KUGOWN Operations. Report on El Primer Congreso Contra la Intervencion Sovietica en América Latina – Part I*. 1º de junho de 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC\\_0000922842.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000922842.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954i). CIA. *[PBSUCCESS/] KUGOWN Operations. Report on El Primer Congreso Contra la Intervencion Sovietica en America Latina – Part II*. 8 de junho de 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC\\_0000922613.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000922613.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954j). CIA. [PBSUCCESS/KUGOWN Operations] Preside el Sr. Jorge Prieto Laurens. 27-30 de maio de 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC\\_0000922999.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000922999.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1955c). CIA. *Luzay, Jose, Dr.* 14.12.1955. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LUZAY,%20JUSUF\\_0011.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LUZAY,%20JUSUF_0011.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Memorandum: Information Developed by CIA on the Activity of Lee Harvey OSWALD in Mexico City, September 28 to October 3, 1963.* 19 February 1964. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP10M00666R000503450006-9.pdf>

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION (FBI). *JOSE ALBERTO LUZAJ, also known as Jose Luzay, Doctor Jusuf Luzay, Isuf Lusaj, Yusuf Lusaj, Piero Valcado, Isuf Luzi.* 21.04.1967. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LUZAY%2C%20JUSUF\\_0016.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LUZAY%2C%20JUSUF_0016.pdf)

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES (FRUS). *Foreign Relations of the United States, 1952-1954, Guatemala. Abbreviations and Cryptonyms.* IN: Office of the Historian. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54Guat/terms>

FRENTE POPULAR ANTICOMUNISTA DE MEXICO (FPAM). *Declaracion de Principios y Estatutos.* México, Distrito Federal, 1952. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP83-00423R001100320006-8.pdf>

*NSC 144/1. A Report to the National Security Council by The Executive Secretary on United States Objectives and Courses of Action with Respect to Latin America.* March 18, 1953. Washington.

*National Security Council Progress Report by the Undersecretary of State on the implementation of United States Objectives and Courses of Action with Respect to Latin America (NSC 144/1).* November 20, 1953. Washington.

### **FUNDO CIA: JAPANESE IMPERICAL GOVERNMENT DISCLOSURE ACT**

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1952d). CIA. *Kodama Yoshio. Counterintelligence Review # 8. Personalities.* 15 April 1952. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA%2C%20YOSHIO%20%20%20V.%201\\_0024.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA%2C%20YOSHIO%20%20%20V.%201_0024.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1953e). CIA. *Activities of SASAGAWA Ryoichi.* 10 September 1953. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA%2C%20YOSHIO%20%20%20V.%201\\_0021.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA%2C%20YOSHIO%20%20%20V.%201_0021.pdf)



CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1953f). CIA. *Japanese Military*. 16 September 1953. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA%2C%20YOSHIO%20%20%20V.%201\\_0018.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA%2C%20YOSHIO%20%20%20V.%201_0018.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954j). CIA. *OKAWA Shumei, Dr. Rightist Leader*. 22 June 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/OKAWA%2C%20SHUMEI\\_0007.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/OKAWA%2C%20SHUMEI_0007.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (1954k). CIA. *Reports on the rearmament activities of TSUJI Masanobu and HATTORI Takushiro*. 28 January 1954. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/TSUJI,%20MASANOBU%20%20%20V.%201\\_0016.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/TSUJI,%20MASANOBU%20%20%20V.%201_0016.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Yoshio KODAMA. JAPAN. Rightist Leader*. 15 October 1963. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA,%20YOSHIO%20%20%20V.%201\\_0002.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA,%20YOSHIO%20%20%20V.%201_0002.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Nobusuke KISHI. Japan. Member, House of Representatives; President, America-Japan Society*. 1 November 1974. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KISHI%2C%20NOBUSUKE\\_0001.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KISHI%2C%20NOBUSUKE_0001.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Yoshio KODAMA. JAPAN. Rightist Leader*. 29 January 1976. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA,%20YOSHIO%20%20%20V.%201\\_0004.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/KODAMA,%20YOSHIO%20%20%20V.%201_0004.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Ryoichi SASAKAWA. President, Japan Shipbuilding Industry Foundation*. 27 January 1981. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/SASAKWA%2C%20RYOICHI\\_0005.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/SASAKWA%2C%20RYOICHI_0005.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Information on (SASAGAWA) Ryoichi (Gist of the info passed to the FBI in Feb 84 and info from Nov 87 State cable)*. [1987]. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/SASAKWA%2C%20RYOICHI\\_0014.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/SASAKWA%2C%20RYOICHI_0014.pdf)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Trace Response and Bio Data on Ryoichi Sasaki*. September 1989. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/SASAKWA%2C%20RYOICHI\\_0020.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/SASAKWA%2C%20RYOICHI_0020.pdf)

## **FUNDO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)**

MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 28, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO N.º 126, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO N.º 129, 1975

MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 193, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 198, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 219, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 224, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 225, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 226, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 250, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 274, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 279, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 374, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 413, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 707, 1975  
MRE/TELEGRAMA SECRETO n.º 1118, 1975

**FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI), ARQUIVO NACIONAL,  
BRASIL**

\_\_\_ . AC.ACE.29403/70  
\_\_\_ . AC.ACE.38.398/71  
\_\_\_ . AC.ACE.110599/75  
\_\_\_ . AC.ACE.90170/76  
\_\_\_ . AC.ACE 91597/76  
\_\_\_ . AC.ACE.108915/77  
\_\_\_ . AC.ACE.108915/77  
\_\_\_ . AC.ACE.91597/76  
\_\_\_ . ASP.ACE.3340/80  
\_\_\_ . ASP.ACE.3696/80  
\_\_\_ . ASP.ACE.5290/80  
\_\_\_ . AC.ACE.14276/81  
\_\_\_ . ASP.ACE.11034/82  
\_\_\_ . ASP.ACE.10367/82  
\_\_\_ . ASP.ACE.15118/83  
\_\_\_ . ASP.ACE.11.034/82  
\_\_\_ . AGO.ACE.6764/83  
\_\_\_ . AGO.ACE.4515/83  
\_\_\_ . ARJ.ACE.8627/83  
\_\_\_ . ARJ.ACE 8627/83  
\_\_\_ . AMA.ACE.31.36/83  
\_\_\_ . AC.ACE.406119/84  
\_\_\_ . AC.ACE.50110/85  
\_\_\_ . AC.ACE.64524/87  
\_\_\_ . AC.ACE.70484/89  
\_\_\_ . BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0141  
\_\_\_ . BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.43  
\_\_\_ . BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44

\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.0043  
\_\_\_ BR.AN.BSB.IE.17.4  
\_\_\_ BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0405  
\_\_\_ BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.0406  
\_\_\_ BR.AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.25  
\_\_\_ BR.AN.BSB.VAZ.098.0068  
\_\_\_ BR.AN.BSB.VAZ.020A.0028  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.2M.000070.V.3.D.1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.2M.0527.V4.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.2M.05.5.V2.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.2M.0527.V4.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.2M.0477.V.3.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.VAZ.22859.D1.DE  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.N8.PSN.AAI.0141.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0657.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.2M.0477.V.3.D1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.2M.05.5.V2.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.2M.0527.V4.D1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.VAZ.22859.D1.DE  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.AC.ACE.CNF.26.616/70  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.76097161.D1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.AAA.8505314.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.AAAA.85053336.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.AAA.87061067.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.AAA.87061071.D1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.AAA.87063981.D.1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.AAA.87064324.D1DE  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.AAA.89070690.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.V8.MIC.GNC.CCC.81004618.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.CCC.84011005.D.1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.CCC.85012507.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.CCC.89017702.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.EEE.88021235.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.GGG.83007272.D1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.GGG.83007272.D1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.V8.MIC.GNC.89015419.D.1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.V8.TXT.CEX.  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.Z4.REX.IBR.0018.D1.DE.1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.N8.PSN.EST.0657.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.N8.PSN.EST.0654.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.VAZ.10811.D1.DE1  
\_\_\_ BR.DF.AN.BSB.VAZ.22859.D1.DE  
\_\_\_ BR.DF.ANBSB.VAZ.10811.D1.DE.1  
\_\_\_ BR.AN.BSB.Z4.DPN.ENI.44

\_\_\_\_. BR.DF.AN.BSB.Z4.REX.IBR.0018.D1.DE1  
\_\_\_\_. BR.DF.AN.BSB.Z4.REX.IBR.0051.D1.DE1  
\_\_\_\_. BR.DF.ANBSB.Z4.REX.AVU.0089.D1.DE1  
\_\_\_\_. BR.RJ.ANRIO.TT.0JUS.PRO.0701.D1.DE1  
\_\_\_\_. BR.AN.RJ.TT.0.MCP.AVU.223  
\_\_\_\_. BR.DFANBSB.Z4.SNA.TRR.0003.D0001.DE0001.  
\_\_\_\_. BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO.0712.D0001.DE0001.  
\_\_\_\_. BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU.0228.D001.

**CENTRO DE INFORMACIÓN Y ARCHIVO (CDvA), ARCHIVOS DEL TERROR,  
PARAGUAY**

DIRECCIÓN DE INTELIGENCIA NACIONAL (DINA). *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional. Santiago, Chile, 29 de outubro de 1975. 0022F0156-0022F0165.*

R001100201; R00110F0202; R108F2069; R0018F1134; R00108F1718; R0237F0746;  
R0237F0752; R0237F0749; R00108F1078; R00108F1092; R00094F0085;  
R00108F1016; R00108F2040; R00108F2041; R00108F2042; R00108F1016; R00108F1072;  
R00108F1073; R00108F1074; R00108F1094; R00108F10945; R00108F1095; R00108F1096;  
R00108F1097; R00108F1098; R00108F1099; R00108F1905; R00108F1906; R00108F1907;  
R00108F1908; R00108F1909; R00108F1910; R00108F1911; R00108F1912; R00108F1913;  
R00108F1914; R00108F1915; R00108F1916; R00108F1917; R00108F1918; R00108F1919;  
R00108F1920; R00108F1921; R00108F1922; R00108F1923; R00108F1924; R00108F1925;  
R00108F1926; R00108F1927; R00108F1928; R00108F1929; R00094F0033; R00108F1717;  
R0237F0747; R0237F0748; R0237F0749; R0237F0750; R0237F0753; R0237F0754;  
R0237F0755; R0237F0756; R0237F0757; R0237F0759; R0237F0760; R0237F0762;  
R0237F0758; R0237F0764; R00108F1433; R00108F1093; R00108F2055; R00108F2056;  
R00108F2057; R00108F1448; R00108F1449; R00108F2058; R00108F2059; R00108F1450;  
R00108F1451; R00108F2060; R00118F1454; R00108F2061; R00108F1455; R00108F2062;  
R00108F1447; R00108F1446; R00108F2063; R00108F2064; R00108F1452; R00108F1453;  
R00108F2064; R00108F2065; R00094F1111; R0019F2574; R0019F2575; R0022F0156;  
R0022F0157; R0022F0158; R0022F0159; R0022F0161; R0022F0162; R0022F0165;  
R0018F1135; R094F1108; R094F1111; R023F0546; R0234F0541; R00018F0964;  
R001088F1964; R001088F1965; R00108F1966; R00094F0029; R00094F0030; R00145F1030;  
R00108F0898; R00108F0900; R00108F0898; R00108F0899; R00094F0018; R00094F0019;  
R00094F0020; R00094F0050; R00094F0052; R00094F0053; R00094F0036; R00094F0037;  
R00094F0039; R0009F0040; R0009F0041; R00094F0025; R00094F0026; R00094F0071;  
R00094F0027; R00094F0028; R00094F0072; R00094F0073; R00094F0024; R00094F0075;  
R00094F0076; R00094F0077; R00108F0867; R00094F0078; R00094F0082; R00094F0083;  
R00094F0084; R00094F0081; R00094F0041; R00094F0061; R00094F0042; R00094F0044;  
R00094F0032; R00094F0064; R00094F0089; R00094F0090; R00094F0096; R00094F0062;  
R00094F0063; R00094F0091; R00094F0092; R00094F0093; R00094F0095; R00094F0031;  
R00094F0065; R00094F0066; R00094F0067; R00094F0068; R00198F1000; R00198F1002;  
R00198F1003; R00198F1004; R00198F1005; R00198F1006; R00198F1007; R00198F1008;

R00198F1009; R00198F1010; R00198F1011; R00108F1013; R00108F1014; R00108F1015; R00108F1016; R00108F1017; R00108F1018 R00108F1019.

### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP):**

SOCIEDADE DE ESTUDOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS (SEPES). Posse da Diretoria e do Conselho Consultivo, para o Exercício de 1976/1977. 50-J-O-4786/50-J-O-4787/50-J-O-4788. ?08.1976.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. SETOR DE ANÁLISE, OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES (SSP.DEOPS.SOI). Pasta18.Doc.10. Dori Carlos Barbieri; Carlos Barbieri Filho; Carlo Barbieri Filho. Levantamento de dados.

\_\_\_\_. 50C-34-662; 50C-34-698; 50C-34-699; 50C-34-700; 50C-34-702; 50C-34-756; 50J-0-6544; 50J-0-6558; 50J-0-6559; 50J-0-6562; 50J-0-6564; 50J-0-6566; 50J-0-6567; 50J-64-6617; 50J-64-6618; 50J-64-6619; 50J-64-6622; 50J-64-6623; 50J-64-6624; 50J-64-6625; 50J-0-6644; 50J-0-6645; 50Z-0-177; 52-Z-0-13364; 50J-O-3796; 50J-O-3795; 50J-O-3794; 50J-O-3793; 50J-0-3792; 50J-0-3803; 50J-0-3802; 50J-0-3801; 50Z-0-179; 50J-O-45; 50Z-0-158; 50Z-0-157; 50-J-0-4788; 52-Z-0-13362; 50Z-0-182; 50Z-0-181; 50Z-0-180; 50Z-0-174; 50Z-0-179; 50Z-0-175; 50Z-0-178; 50J-0-5286; 50J-0-5262; 50J-0-77.

### **ARQUIVO DE POLÍTICA MILITAR ANA LAGOA:**

\_\_\_\_. Vasques nega ter acusado Cruz de comandar a morte de Baumgarten. S/d. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02645.pdf>

### **FONTES SECUNDÁRIAS**

#### **ABN CORRESPONDENCE: ANTI-BOLSHEVIK NEWSLETTER (ENGLISH EDITION)**

\_\_\_\_. v. I, n.º 1, 1950; v. I, n.º 2, 1950; v. IV, n.º 11/12, 1953; v. XV, n.º 1, 1964; v. XXXVII, n.º 06, 1987; Extra Edition, 1950; v. I n.º 8, 1950; v. III, n.º 4, 1950; v. II, n.º 4, 1951; v., 1952; v., 1953; v. IV, 1953; v. V, n.º 5/9, 1954; v. VI, 1955; v. VII, n.º 8/9, 1956; v. VIII, n.º 1/3, 1956; v. XVIII, n.º 9/10, 1957; v. VIII, n.º 11/12, 1957; v. IX, n.º 5/6, 1958; v. IX, n.º 7/8, 1958; v. IX, n.º 9/10, 1958; v. IX, n.º 11/12, 1958; v. X, n.º 1/2, 1959; v. X, n.º 5/6, 1959; v. X, n.º 12, 1959; v. XI, n.º 2, 1960; v. XII, n.º 4, 1961; v. XII, n.º 6, 1961; v. XIII, n.º 1, 1962; v. XIII, n.º 3, 1962; v. XIII, n.º 6, 1962; v. XIV, n.º 5, 1963; v. XVI, n.º 1, 1965; v. XVI, n.º 5, 1965; v. XVII, n.º 3, 1966; v. XVII, n.º 6, 1966; v. XVIII, n.º 1, 1967; v. XVIII, n.º 4, 1967; v. XVIII, n.º 6, 1967; v. XIX, n.º 1, 1968; v. XX, n.º 1, 1969; v. XX, n.º 2, 1969; v. XXI, n.º 2, 1970; v. XXI, n.º 5, 1970; v. XXIII, n.º 5, 1972; v. XXIII, n.º 6, 1972; v. XXIV, n.º 1, 1973; v. XXVI, n.º ¾, 1975; v. XXVI, n.º 6, 1975; v. XXVII, n.º 1, 1976; v. XXVII, n.º 4, 1976; v. XXIX, n.º 3, 1978; v. XXIX, n.º 4, 1978; v. XXXV, n.º 6; v. XXXIV, n.º 5-6, 1983; v. XXXVI, n.º 2, 1985; v. XXXVI, n.º 5, 1985;

### **FUNDO APACL: EAST ASIAN LIBRARY, COLUMBIA UNIVERSITY, NYC**

**APACLROC BULLETIN. MONTHLY REPORT ON THE FREE CHINESE STRUGGLE AGAINST COMMUNISM:**

\_\_\_\_\_. v. 1, n.º 1, 1954; v. 1, n.º 2, 1954; v. 2, n.º 2, 1954; v. 2, n.º 3, 1954; v. 2, n.º 4, 1954; v. 2, n.º 7, 1955; v. 2, n.º 9, 1955; v. 3, n.º 7, 1956.;

**REVISTA ASIAN OUTLOOK**

\_\_\_\_\_. v. 1, n.º 2, 1965; v. 1, n.º 4, 1965; v. I, n.º 16, 1966; v. 16, n.º 16, 1966; v. 2, n.º 5, 1967; v. 2, n.º 9, 1967; v. 2, n.º 10, 1967; v. 2, n.º 11, 1967; v. 3, n.º 2, 1968; v. 3, n.º 3, 1968; v. 3, n.º 5, 1968; v. 3, n.º 6, 1968; v. 3, n.º 7, 1968; v. 3, n.º 12, 1968; v. 4, n.º 1, 1969; v. 4, n.º 6, 1969; v. 4, n.º 12, 1969; v. 5, n.º 2, 1969; v. 5, n.º 1, 1970; v. 5, n.º 2, 1970; v. 5, n.º 4, 1970; v. 5, n.º 6, 1970; v. 5, n.º 7, 1970; v. 5, n.º 10, 1970; v. 5, n.º 11, 1970; v. 5, n.º 12, 1970; v. 6, n.º 2, 1971; v. 6, n.º 3, 1971; v. 6, n.º 7, 1971; v. 6, n.º 8, 1971; v. 7, n.º 8, 1972; v. 7, n.º 11/12, 1972; v. 8, n.º 4, 1973; v. 8, n.º 5, 1973; v. 8, n.º 12, 1973; v. 9, n.º 4, 1974; v. 9, n.º 5, 1974; v. XXVI, n.º ¾, 1975; v. 10, n.º 5, 1975; v. 11, n.º 5, 1976; v. 11, n.º 6, 1976; v. 12, n.º 5, 1977; v. 13, n.º 4, 1978; v. 14, n.º 4, 1979; v. 15, n.º 8, 1980; v. 16, n.º 6, 1981; v. 16, n.º 2, 1981; v. 16, n.º 9, 1981; v. 17, n.º 1, 1982; v. 17, n.º 8, 1983; v. 18, n.º 1, 1983; v. 18, n.º 6, 1983; v. 18, n.º 8, 1983; v. 18, n.º 10, 1983; v. 18, n.º 2, 1983; v. 19, n.º 2, 1984; v. 19, n.º 8, 1984; v. 19, n.º 9, 1984; v. 19, n.º 11, 1984; v. 19, n.º 12, 1984; v. 19, n.º 3, 1984; v. 20, n.º 2, 1985; v. 20, n.º 10, 1985; v. 20, n.º 12, 1985.

**FREE CHINA & ASIA. MONTHLY REPORT ON THE FREE CHINESE STRUGGLE AGAINST COMMUNISM.**

\_\_\_\_\_. v. III, n.º 12, 1956; v. IV, n.º 5, 1957; v. IV, n.º 6, 1957; v. IV, n.º 8, 1957; v. IV, n.º 10, 1957; v. IV, n.º 11, 1957; v. V, n.º 4, 1958; v. V, n.º 11, 1958; v. X, n.º 4, 1958; v. VI, n.º 7, 1959; v. VI, n.º 8, 1959; v. VI, n.º 9, 1959; v. VI, n.º 10, 1959; v. VII, n.º 7, 1960; v. VII, n.º 8, 1960; v. VIII, n.º 6, 1961; v. IX, n.º 4, 1962; v. IX, n.º 9, 1962; v. IX, n.º 10-11, 1962; v. X, n.º 11, 1963; v. XI, n.º 2, 1964; v. XI, n.º 11, 1964; v. XI, n.º 12, 1964.

**ASIAN PEOPLE'S ANTICOMMUNIST LEAGUE, CHINA CHAPTER (APACLROC)**

ASIAN PEOPLES' ANTI-COMMUNIST LEAGUE, REPUBLIC OF CHINA (APACLROC). *Development of the Chinese People's Anti-Communist Movement. Report on the Work of the Asian Peoples' Anti-Communist League, Republic of China.* Published by Asian Peoples' Anti-Communist League, Republic of China, 1956.

ASIAN PEOPLES' ANTI-COMMUNIST LEAGUE, REPUBLIC OF CHINA (APACLROC). *Development of the Chinese People's Anti-Communist Movement. Report of the Work of the Asian Peoples' Anti-Communist League, Republic of China, in 1956.* Published by Asian Peoples' Anti-Communist League, Republic of China, 1957.

ASIAN PEOPLES' ANTI-COMMUNIST LEAGUE, REPUBLIC OF CHINA (APACLROC). *Documents of the Asian Peoples' Anti-Communist League.* Published by Asian Peoples' Anti-Communist League. Republic of China, September 1957.

WATANABE, Tetsuzo. *How to Save Asia from Communist Menace*. Published by Asian Peoples' Anti-Communist League, Republic of China, 1955.

### **WORLD ANTICOMMUNIST LEAGUE, CHINA CHAPTER (WACLROC)**

WORLD ANTICOMMUNIST LEAGUE, CHINA CHAPTER (WACLROC). *Achievements and Influences of the First WACL Conference*. Republic of China, August, 1968.

WORLD ANTICOMMUNIST LEAGUE, CHINA CHAPTER (WACLROC). *Important Documents of the Second WACL Conference*. February, 1969.

WORLD ANTICOMMUNIST LEAGUE, CHINA CHAPTER (WACLROC). *Important Documents of the Fourth WACL and Sixteenth APACL Conference*. Republic of China, November, 1970.

WORLD ANTICOMMUNIST LEAGUE, CHINA CHAPTER (WACLROC). *Important Documents of the Fifth WACL and Seventeenth APACL Conferences*. Republic of China, November, 1971.

### **REVISTA RÉPLICA: FEDERACIÓN MEXICANA ANTICOMUNISTA DE OCCIDENTE (FEMACO), MÉXICO**

\_\_\_\_. n. 16, 1972; n. ° 245, 1972; n. ° 246, 1972; n. ° 344, 1972; n. ° 376, 1972; n.° 79, 1976; n.° 98, 1978; n.° 101, 1978; n.° 102, 1978; n.° 109, 1978; n.° 102, *supplement*; v. 14, n.° 4, 1979; n.° 111-112, 1979; n.° 113, 1979; n.° 114, 1979.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMOVICI, Pierre. *The World Anti-Communist League: Origins, Structures and Activities*. In: DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie; SCOTT-SMITH, Giles. *Transnational Anti-Communism and the Cold War: agents, activities, and networks*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014;

ALEXANDER, Mark. *Nazi collaborators, American intelligence, and the Cold War: the case of the Byelorussian Central Council*. Graduate College Dissertations and Theses, 2015. Disponível em: <https://scholarworks.uvm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1423&context=graddis>

ALMADA, Martin. *Paraguay: Educación y Dependencia*. Universidad Nacional de Asunción, 2013;

\_\_\_\_. *El Cóndor Sigue Volando: Descubrimiento del Archivo del Terror declarado por la UNESCO Memoria del Mundo*. Editorial Quimantú: Santiago de Chile, 2017;

\_\_\_\_. *El descubrimiento de los archivos secretos de la Policía política de Paraguay. Operativo Cóndor. Impacto sobre la Justicia universal*. Ponencia presentada em el Primer Congreso

Internacional sobre derechos humanos y el principio de Justicia Universal. Madrid, 1 de marzo de 2000.

ALVARADO, Ramon C. *Brazil Navy has New Intel Chief (1984)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-89s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:690545>

ANDERSON, Scott; ANDERSON, Jon Lee. *Inside the League. The shocking exposé of how terrorists, Nazis and Latin American death squads have infiltrated the World Anti-Communist League*. Nova York: Dodd, Mead & Company, 1986.

ARIAS NETO, José Miguel; PESSOA DO AMARAL, Muriel Emídio. *A Revista Marítima Brasileira e a Revolução de 1917: as aventuras de Carlos Penna Botto*. IN: *100 anos da Revolução de Outubro (1917-2017): balanços e perspectivas*. Organizadores: Eliel Machado e Ronaldo Gaspar. Londrina: Eduel, 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. *Bolsonarismo é 1º exemplo de extrema-direita brasileira internacionalizada*. IN: Rádio BandNews FM, 11.01.2022.

BARBIERI FILHO, Carlo. *O empresariado e os partidos políticos em um regime democrático*. Escola Superior de Guerra (ESG): Rio de Janeiro, 1980.

BARTULIN, Nevenko. *The ideology of nation and race: the Croatian Ustasha regime and its policies toward minorities in the Independent State of Croatia, 1941-1945*. New South Wales: University of New South Wales, 2006. Disponível em: <http://handle.unsw.edu.au/1959.4/28336>

BELLANT, Russ. *Old Nazis, the New Right, and the Republican Party: domestic fascist networks and their effect on U.S. Cold War politics*. Boston, Massachusetts: South End Press, 1991.

BENSON, Ivor. *This worldwide conspiracy*. Melbourne, Victoria: New Times, 1972.

\_\_\_\_\_. *The battle for South Africa*. Durban, South Africa: Dolphin Press, 1979.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Terceira versão, revista e aumentada. [s.l.]: [s.n.], 2018.

BLUM, William. *Killing Hope. U.S. Military and CIA Interventions Since World War II*. Maine: Common Courage Press, 2004.

BOCCIA PAZ, Alfredo; ANGÉLICA GONZÁLEZ, Myrian; PALAU AGUILAR, Rosa. *Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, Servi Libro, 2006.



BOCCIA PAZ, Alfredo; LÓPEZ, Miguel H.; PECCI, Antonio V.; GIMÉNEZ, María Gloria. *En los sótanos de los generales: los documentos ocultos del Operativo Cóndor*. Asunción: Servi Libro, 2008.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. *Os Congressos Anticomunistas da América Latina (1954-1958): redes, sentidos e tensões na Primeira Guerra Fria*. IN: *Pensar as Direitas na América Latina*. Organizadores: Ernesto Bohoslavsky, Rodrigo Patto Sá Motta, Stéphane Boisard. São Paulo: Alameda, 2019.

BOYER, Jean-François. *O império Moon: os bastidores de uma seita impiedosa*. Tradução Antonia Alves de Oliveira. Globo: Rio de Janeiro, 1998.

BRITISH FOREIGN OFFICE. *Foreign Office 486/10. Further Correspondence Respecting Mexico. Part 10. January to December 1956*. IN: Archives Direct. Sources from The National Archives, UK.

BURKE, Kyle. *Revolutionaries for the right: anticommunist internationalism and paramilitary warfare in the Cold War*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2018.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a literatura anticomunista no Brasil*. IN: *Revista del CESLA*, n.º 18, 2015, pp. 67-87. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2433/243342822004.pdf>

CALLONI, Stella. *Los años del lobo: Operación Cóndor*. Buenos Aires: Peña Lilo, Ediciones Continente, 1999.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Memórias. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CANFIELD, Michel; WEBERMAN, Alan J. *Coup d'État in America. The CIA and the Assassination of John F. Kennedy*. San Francisco, California: Quick American Archives, 1992.

CAÑÓN VOIRIN, Julio Lisandro. *La Confederación Interamericana de Defensa del Continente (CIDC)*. IN: *Rubrica Contemporanea*, v. VI, n. 12, 2017. Disponível em: <https://revistes.uab.cat/rubrica/article/view/v6-n12-canon>

\_\_\_\_\_. *Estado, violencia, violencia de Estado. Una panorámica sobre el continente americano, en la segunda mitad del siglo XX*. IN: *RHHM*, V. 6/11/2017, pp. 301-312. Disponível em: <http://ruhm.es/index.php/RUHM/article/view/251/217>

CARNEIRO, Marcelo; DIAS, Maurício. “*O Exército achou que aquilo era uma afronta*”. IN: *Jornal do Brasil*, 14.03.1999.

CASALS, Marcelo. *Against a continental threat: transnational anti-communist networks of the Chilean right wing in the 1950s*. IN: *Journal of Latin American Studies*, v. 51, Issue 3, pp. 523-548, 31 January 2019, Cambridge University Press.

CHAMBERLAIN, Martin. *Operation Condor's Doppelgänger: the Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR) and the outbreak of political violence in the Southern Cone*. Temple University, Philadelphia, Pennsylvania, 2012.

CHANG, Maria Hsia. *Political Succession in the Republic of China on Taiwan*. IN: *Asian Survey*, v. 24, No. 4 (April., 1984), pp. 423-446. University of California Press.

CHASIN, José. *Marx, hoje: da razão do mundo ao mundo sem razão*. IN: *Nova Escrita Ensaio*, São Paulo, n.º 11/12, 1983.

\_\_\_\_\_. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. *Moderniser la repression politique: la stratégie de formation de 'l'homme de renseignement' sous la dictature brésilienne*. IN: *Historie@Politique*, n.º 34, Janvier-avril 2018 [en ligne, [www.histoire-politique.fr](http://www.histoire-politique.fr)];

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *The Washington Connection and Third World Fascism. The Political Economy of Human Rights – Volume I*. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2014.

CHRISTIE, Stuart. *Stefano Delle Chiaie: portrait of a 'Black' terrorist*. London: Anarchy Magazine/Refract Publications, 1984.

CHUNG, Dooeum. *A Re-Evaluation of Chiang Kai-Shek's Blueshirts. Chinese Fascism in the 1930s*. School of Oriental and African Studies: University of London, 1997.

CLINE, Ray S. *Chiang Ching-kuo Remembered. The Man and His Political Legacy*. Washington, D.C.: United States Global Strategy Council, 1989.

COCKBURN, Alexander; CLAIR, Jeffrey St. *Whiteout: the CIA, drugs, and the press*. London, New York: Verso, 1998.

COLBY, William E. *Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger*. Washington, April 11, 1974. Central Intelligence Agency (CIA). IN: *Foreign Relations of the United States, 1969-1976, Volume E-11, Part 2, Documents on South America, 1973-1976*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório. Volume 1*. Brasília: CNV, 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. “*A nação que se salvou a si mesma*”. *Entre memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de História, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.

COLLOTTI, Enzo. *Fascismo, fascismos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, BRASIL. Mortos e desaparecidos. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Volume 3. Brasília: CNV, 2014.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL (CSN), EUA. United States Objectives and Courses with Respect to Latin America – NSC/11, 18 de março de 1953. IN: Foreign Relations of the United States, 1952-1954, The American Republics, v. IV. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v04/d2>

CONTRERAS SEPÚLVEDA, Manuel; CASAS, Jorge; PONS, José A.; GUANES SERRANO, Benito; MENA, Carlos. *Acta de Clausura de la Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*. Santiago, Chile, 28 de novembro, 1975. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB514/docs/Doc%2003%20-%20Acta%20document%20translation%20and%20original.pdf>

COWAN, Benjamin A. Moral majorities across the Americas: Brazil, the United States, and the creation of the religious right. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2021.

CRESPINO, Joseph. *Strom Thurmond's America*. New York: Hill and Wang, 2012.

CUBAN INFORMATION ARCHIVES. *Salvador Diaz Verson. Cuban Journalist and Author. 1959 Biographical Sketch*. Disponível em: [http://cuban-exile.com/doc\\_326-350/doc0345.html](http://cuban-exile.com/doc_326-350/doc0345.html)

CUETO, Jaime Galindo. *Crisis in Bolivia*. IN: *The Sun*, 14.10.1955.

CULLATHER, Nick. *Secret History. The CIA's Classified Account of Its Operations in Guatemala, 1952-1954*. California: Stanford University Press, 1999.

CUMMINGS, Eldon L.; CORCORAN, Lawrence A.; BESCHTA, Gerald T. *Intelligence and Security, Chilean Armed Forces (Scheduled Requirements Reporting)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-89s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:808670/>

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguayos: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

DA SILVA, Vicente Gil. *Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)*. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio

de Janeiro, Instituto de História (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em História Social, 2020. Disponível em: <https://ufrj.academia.edu/VicenteGildaSilva>

DAVIS, Glenn; ROBERTS, John G. *An occupation without troops: Wall Street's half-century domination of Japanese politics*. Tokyo, Japan: Yenbooks, 1996.

DE OLIVEIRA, Dyego Pegorario. *Crise institucional na FESPSP entre 1983 e 1985: CCC e CFE: duas siglas pelo fim da Sociologia e Política*. IN: Alabastro: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, Ano 2, V. 1, n.º 3, 2014, pp. 49-55. Disponível em: <http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/58>

DE NIGRIS, Theobaldo. *A industrialização, a segurança nacional e o Grupo Permanente de Mobilização Industrial, da Fiesp*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra. 21.07.1972.

DEL RÍO MORILLAS, Miguel A. *La conexión anticomunista sino-española: Chiang Kai-shek y Franco (1953-1973)*. IN: Dictatorships & Democracies. Journal of History and Culture 5: 249-282, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7238/dd.voi5.3139>

DEPARTMENT OF STATE [USA]. *Biographic Report. Japanese Foreign Minister Shigemitsu Mamoru and Members of His Party Visiting Washington*. August 25, 1955. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/SHIGEMITSU%2C%20MAMORU\\_0031.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/SHIGEMITSU%2C%20MAMORU_0031.pdf)

DEUTSCHE WELLE (DW). *Japan's Abe vows not to repeat war on WWII anniversary*. 15.08.2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/japans-abe-vows-not-to-repeat-war-on-wwii-anniversary/a-54579730>

DIAMOND, Sara. *Roads to Dominion. Right-Wing Movements and Political Power in the United States*. The Guilford Press: New York, London, 1995.

DIAZ-VERSON Y RODRIGUEZ, Salvador. *Testimony of Salvador Diaz-Verson y Rodriguez*. IN: *Communist Threat to the United States Through the Caribbean. Hearings Before the Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws of the Committee on the Judiciary United States Senate. Eighty-Sixth Congress. Second Session. Part 7*. May 2, 3, 4, 6, 1960. United States: Government Printing Office, Washington, 1960.

DINGES, John. *The Condor Years: how Pinochet and his allies brought terrorism to three continents*. New York, London: The New Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DINGES, John; LANDAU, Saul. *Assassination on Embassy Row*. New York: Pantheon Books, 1980.

DIXON, Karl Hale. The extreme right wing in contemporary Japan. The Florida State University, Ph.D., 1975 Political Science, general

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

DRISCOLL, Mark. *Absolute erotic, absolute grotesque: the living, dead, and undead in Japan's imperialism, 1895-1945*. Durham and London: Duke University Press, 2010.

DORRIL, Stephen. *MI6. Inside the covert world of Her Majesty's secret intelligence service*. New York: The Free Press, 2000.

DOS SANTOS, Márcia Guena. *Arquivo do Horror: documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980)*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1996.

\_\_\_\_\_. *Operação Condor: uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70*. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (PROLAM), 1998.

ELOBSERVADOR. Fallección el ex general Vadora. *11 de abril de 2011*. Disponível em: [elobservador.com.uy/nota/fallecio-el-ex-general-vadora-20114111900](http://elobservador.com.uy/nota/fallecio-el-ex-general-vadora-20114111900)

ENCYCLOPEDIA OF WORLD BIOGRAPHY ONLINE. *John Frederick Charles Fuller*. IN: V. 22, Gale, 2002. Gale in Context: Biography.

ENDRESEN, Cecilie. "The Legionaries rise!" *The Neo-Legionary movement in Post-Communist Romania*. IN: *Journal Südost-Forschungen*, n.º 69/70, pp. 283-317, 2010. Central and Eastern European Online Library GmbH. Frankfurt am Main, Germany.

EXAME. *Chefe da Marinha diz que Brasil enfrentou 'três guerras mundiais' com EUA*. 09.01.2019.

FERNANDES, Márcia Gomes. *O Esquadrão da Morte de São Paulo e a imprensa paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968-1978)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

FIGUEIRA, Adir. *Depoimento esclarecedor das torturas sofridas no interior da Base Aérea do Galeão*. 22.12.2008. Disponível em: [https://recebierepasso.files.wordpress.com/2012/07/depoimento\\_adir\\_figueira-fab.pdf](https://recebierepasso.files.wordpress.com/2012/07/depoimento_adir_figueira-fab.pdf)

FOIA RESEARCH. *Lev Prchala*. 2018. Disponível em: [https://www.foiaresearch.net/person/lev-prchala#footnote5\\_3ys9sop](https://www.foiaresearch.net/person/lev-prchala#footnote5_3ys9sop)

FON, Antônio Carlos. *À espera do pior. Nos anos 80, a extrema direita, sem apoio oficial, debatia-se em busca de fórmulas para voltar ao poder, do qual fora afastado, segundo seus militantes, em 1974*. IN: Retrato do Brasil (Da Monarquia ao Estado Militar). Volume II (Org. Mino Carta). São Paulo: Editora Política, 1984.

FORREST, Fred. *Allies We Don't Need. Thousands of organized Russian émigrés are democratic; the NTS, now receiving support in Britain and America, is not*. In: The New Leader. September 3, 1951.

\_\_\_\_\_. *Allies We Don't Need – 2. Intolerance, Incorporated. Former Nazi minions, still in business, advocate the dismemberment of Russia*. In: The New Leader, September 10, 1951.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos: a mais grave crise dos governos militares narrada por um de seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FRUSETTA, James. *Fascism to complete the national project? Bulgarian fascists' uncertain views on the palingenesis of the nation*. IN: *East Central Europe*, v. 37, n.º 2/3, pp. 280-302, 2010.

GANSER, Daniele. *Nato's secret armies: Operation Gladio and terrorism in Western Europe*. London and New York: Frank Cass, 2005.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENTIL, Leandro Gomes. *O quartel e a fazenda: entidades de proprietários rurais frente aos regimes militares no Brasil e Argentina (1964-1983)*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

GERASSI, John. *The great fear: the reconquest of Latin America by Latin Americans*: New York: Macmillan, 1963.

GEORGE MASON UNIVERSITY. *Biographical Information* [Francis J. McNamara]. IN: Guide to the Francis J. McNamara papers, 1928-1997. George Mason University Libraries.

GOÑI, Uki. *A verdadeira Odessa. O contrabando de nazistas para a Argentina de Perón*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014

GRANDING, GREG. *The Last Colonial Massacre: Latin American in the Cold War*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

GRASSI, Quirino. *Problemática da implantação de um Curso de Mobilização Nacional na Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, (?).12.1972.

\_\_\_\_\_. *Grupo Permanente de Mobilização das Federações de Indústria*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 30.07.1973.

GRIJALVA, Gabriela. *El Libro Negro del Comunismo en Guatemala (1954) como aproximación a la lucha de paradigmas de la categoría patria*. IN: Estudios Digital 18, Año 7, Número 18, Agosto 2019.

GROSE, Peter. *Operation Rollback: American's secret war behind the Iron Curtain*. Boston, New York: Houghton Mifflin Company, 2000.

GÜLSTORFF, Torben. *Warming Up a Cooling War: An Introductory Guide on the CIAS and Other Globally Operating Anti-communist Networks at the Beginning of the Cold War Decade of Détente*. Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2015.

HADJU, David. *Appetite for Fear. David Everitt's history of the pamphleteers who hunted 'pinkos'*. IN: Columbia Journalism Review. January/February 2008.

HANEBRINK, Paul. *A specter haunting Europe: the myth of Judeo-Bolshevism*. Cambridge, Massachusetts, London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2018.

HWANG, Kyung Moon. *History of anti-communism in South Korea*. IN: The Korean Times, 17.02.2015.

HAYASHI, Yuka. *For Japan's Shinzo Abe, Unfinished Family Business*. IN: *The Wall Street Journal*, Dec. 11, 2014.

HEINLEIN JR., Joseph J. *Political Warfare: The Chinese Nationalist Model*. Washington, D.C.: The American University, 1974.

HELM, Hug Barnett. *Brief Outline of Acts in the Career of Dr. Shumei Okawa*. 15 March 1946[a]. IN: Roy L. Morgan Papers, Box 1, Folder 9, [IMFTE] (IPS). University of Virginia Law Library. Disponível em: <http://imtfe.law.virginia.edu/collections/morgan/1/9/brief-outline-acts-career-dr-shumei-okawa#>

HELM, Hug. B. *Biography of Dr. OKAWA, Shumei*. 09 April 1946[b]. IN: Roy L. Morgan Papers, Box 1, Folder 9, [IMFTE] (IPS). University of Virginia Law Library. Disponível em: <http://imtfe.law.virginia.edu/collections/morgan/1/9/biography-dr-okawa-shumei>

HERRÁN ÁVILA, Luis Alberto. *Las guerrillas blancas: anticomunismo transnacional e imaginarios de derechas en Argentina y México, 1954-1972*. IN: Quinto Sol. Revista de Historia,

v. 19, n.º 1, 2015, enero-abril, pp. 1-26. Universidad Nacional de la Pampa. Santa Rosa-La Pampa, Argentina. Disponível em: <https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/quintosol/article/view/963>

HIMKA, John-Paul. *War Criminality: a blank spot in the collective memory of the Ukrainian Diaspora*. 2005.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLY SPIRITY ASSOCIATION FOR UNIFICATION OF WORLD CHRISTIANITY (HSA-UWC). *The Way of the World*. October 1970. Seoul, Korea.

HUGGINS, Martha. K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

HUNT, E. Howard. *Undercover. Memoirs of an American Secret Agent*. California: Berkley Publishing Corporation, 1974.

HSU, Wei Chung (Victor). *Pacific Destinies. The Asian Peoples' Anti-Communist League (1953-1962) and the Anti-Communist struggle in Asia Pacific*. Candidate Number 22460. Columbia/London School of Economics: MA/MSc in International and World History, 2016.

HUTINEC, Goran. *Croatian Book on Jasenovac Distorts Holocaust History*. IN: Balkan Transitional Justice, 2018.

IMMERMAN, Ricard H. *The CIA in Guatemala. The Foreign Policy of Intervention*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1990.

IRUSTA MEDRANO, Gerardo. *Espionaje y servicios secretos en Bolivia y el Cono Sur, 1930-1997: Nazis en la Operación Cóndor*. La Paz: s/ed., 1997.

JERONYMO, Vanice. *Caieiras: núcleo fabril e preservação*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.

JIMÉNEZ, José Luis Rodríguez. *Reaccionarios y golpistas. La extrema derecha en España: del tardofranquismo a la consolidación de la democracia (1967-1982)*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, 1994.

JIMÉNEZ, Mario Virgilio Santiago. *Entre "hispanistas" y "pro-yanquis". El Primer Congreso contra la Intervención Soviética en América Latina, México, mayo de 1954*. IN: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios, 6 de junio de 2017.



JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Arquivo Nacional/EDUSP: Rio de Janeiro e São Paulo, 2013.

JOHNSON, Ian. *A Mosque in Munich: Nazis, the CIA, and the Muslim Brotherhood in the West*. Boston, New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2010.

KAISER, David. *The road to Dallas: the assassination of John F. Kennedy*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2008.

KAPLAN, David. E.; DUBRO, Alec. *Yakuza. Um levantamento explosivo do submundo japonês do crime*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1986.

\_\_\_\_\_. *Fires of The Dragon. Politics, Murder, and the Kuomintang*. New York: Atheneum, 1992.

KELLY, Brendan. *Edward Lansdale and the Saigon Military Mission: Nation Building and Counterinsurgency in South Vietnam, 1954-1956*. National University of Ireland Maynooth: Irlanda, 2014.

KERR, George H. *Formosa Betrayed*. Manchester: Camphor Press, 2018.

KISSINGER, Henry. *Operation Condor*. Department of State, drafted August 18, 1976 and sent August 23, 1976. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/dc.html?doc=2843992-Document-04>

KOEN, Ross Y. *The China Lobby in American Politics*. New York: Octagon Books, 1974.

KOVÁCS, Tamás. *Detours in the life of a General: Ferenc Kisbarnaki Farkas, Order of Vitéz*. IN: *The Journal of Slavic Military Studies*, V. 28, pp. 239-258, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13518046.2015.998138>

KRUEGER, Henrik; MELDON, Jerry. *The great heroin coup: drugs, intelligence & international fascism*. Oregon: TrineDay, 2015.

KUHL, Stefan. *The Nazi connection: eugenics, American racism and German National Socialism*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1994.

KUNG, Chien Wen. *Nationalist China in the Postcolonial Philippines: Diasporic Anticomunism, Shared Sovereignty, and Ideological Chineseness, 1945-1970s*. Graduate School of Arts and Sciences. Unity Academic: History NYC: Columbia University, 2018.

LAMARRÃO, Sérgio. Verbete biográfico: Carlos Penna Botto. IN: FGV/CPDOC. s/d.

LANDAU, George. *Arrest of suspected Croat terrorist [Dinko Sakic]*. Confidential Cable from U.S. Embassy, Paraguay, to U.S. Secretary of State, April 4, 1977. IN: Wikileaks Public Library of U.S. Diplomacy.

LAURELLE, Marlene; RIVERA, Eleen. *Imagined geographies of Central and Eastern Europe: the concept of Intermarium*. IN: Institute for European, Russian, and Eurasian Studies Occasional Papers. The George Washington University, March 2019.

LE MONDE. *Le général Vanuxem et ses coinceulés comparâtront le 3 septembre devant la Cour de sûreté de l'État*. 31.08.1963.

LEGGE JR., Jerome S. *Collaboration, Intelligence, and the Holocaust: Ferdinand Durcansky, Slovak Nationalism, and the Gehlen Organization*. IN: Holocaust and Genocide Studies, Volume 32, Number 2, Fall 2018, pp. 224-228. Reino Unido: Oxford University Press.

LEIRNER, Piero. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020.

LEONARD, John. *Ernesto de la Fé and the Trial of Fidel Castro*. IN: *National Review*, 20.12.2014. Disponível em: <https://www.nationalreview.com/2014/12/ernesto-de-la-f-and-trial-fidel-castro-john-leonard/>

LERNOUX, Penny. *Cry of the people: the struggle for human rights in Latin America – the Catholic church in conflict with U.S. Policy*. New York: Penguin Books, 1986.

LIJTMAER, Lucía. *A furiosa antifeminista que freou os dirietos da mulher enquanto os aproveitava*. IN: 22.04.2020.

LINK. William A. *Righteous Warrior. Jesse Helms and the Rise of Modern Conservatism*. New York, St. Martin's Press, 2008.

LINKLATER, Magnus; HILTON, Isabel; ASCHERSON, Neal et al. *O Quarto Reich: Klaus Barbie e a conexão neonazista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

LOFTUS, John. *The Belarus secret*. New York: Alfred A. Knopf, 1982.

LÓPEZ, Fernando. *The feathers of Condor: transnational state terrorism, exiles and civilian anticomunism in South America*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2016.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

\_\_\_\_\_. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, organização, apresentação e tradução. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

LUPO, Rogelio Garcia. *Paraguay de Stroessner*. Buenos Aires: Grupo Zeta, 1989.

MACHADO, Rodolfo Costa. *Alfredo Buzaid e a contrarrevolução burguesa de 1964: crítica histórico-imanente da ideologia do direito, da política e do Estado de Justiça*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de História, 2015:

\_\_\_\_\_. *Martín Almada encontrou ‘Arquivo do Terror’ da ditadura de Stroessner no Paraguai; conheça a história*. IN: Opera Mundi. 09.07.2016. Disponível em:

MAIOLO, Joseph. *Cry Havoc. How the Arms Race Drove the World to War. 1931-1941*

MARGALIT, Gilad. *The Foreign Policy of the German Sudeten Council and Hans-Christoph Seebohm, 1956-1964*. IN: Central European History Society, v. 43, No. 3 (September 2010), pp. 464-483. Cambridge University Press.

MARKS, Thomas A. *Counterrevolution in China. Wang Sheng and the Kuomintang*. London and New York: Routledge, 2014.

MARTORELL, Francisco. *Impunidad diplomática: Oscar Spinosa Mello, embajador argentino en Chile: una historia de sexo, drogas y chantaje*. Santiago: Editorial Planeta, 1993.

\_\_\_\_\_. *Operación Cóndor, el vuelo de la muerte: la coordinación represiva en el Cono Sur*. Santiago: LOM Ediciones, 1999.

MARK, Ethan. *Japan's 1930s. Crisis, fascism, and social imperialism*. IN: *Routledge Handbook of Modern Japanese History*. Edited by Sven Saaler and Christopher W. A. Szpilman. London and New York: Routledge (Taylor & Francis Group), 2018.

MARSHALL, Jonathan. *Drug Wars. Corruption, Counterinsurgency and Covert Operations in the Third World*. California: Cohan & Cohen Publishers, 1991.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCCOY, Alfred W. *The politics of heroin: CIA complicity in the global drug trade, Afghanistan, Southeast Asia, Central America, Colombia*. Chicago, Illinois: Lawrence Hill Books, 2003.

\_\_\_\_\_. *Policing America's Empire: The United States, the Philippines, and the Rise of the Surveillance State*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2009.

MCCOY, Terrence. *How U.S. intelligence agencies used 1,000 Nazis as Cold War spies – then covered it up*. In: *Washington Post*, 28 de outubro de 2014.

MCSHERRY, J. Patrice. *Predatory States: Operation Condor and covert war in Latin America*. Laham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

MCSHERRY, J. Patrice; SLATMAN, Melisa; PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDEZ, Ananda Simões; BAUER, Carolne Silveria; FERNÁNDEZ, Jorge Cristian; VISCONTI, Silva; DÍAZ, Universindo Rodríguez. *Dossier: Coordinaciones represivas en el Cono Sur de América Latina (1964-1991)*. Taller segunda época. Revista de sociedad, cultura y política en América Latina, Oct. 2012.

MEYSSAN, Thierry. *La Liga Anticomunista Mundial, internacional del crimen*. Paris: Red Voltaire, 2005.

MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1998.

MIRANDA, Aníbal. *Corrupción y repression en el Cono Sur*. Intercontinental Editora: Asunción, 1993.

\_\_\_\_\_. EE.UU y el regimen military paraguayo (1954-1958) Documentos de fuentes norteamericanas. El Lector: Asunción, 1988.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerra por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MOTADEL, David. *The global authoritarian moment and the revolt against empire*. IN: *The American historical review*, v. 124, pp. 843-877, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), 2000.

NAKASHIDZE, Niko. *The truth about A.B.N.: an answer to the provocations of Moscow's Fifth Column in the West*. Munich, A.B.N. Press and Information Bureau, 1960.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

NETTO, José Luiz Coelho. *José Luiz Coelho Netto (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDCO), 2005.

NEVES COSTA, Paulo Roberto. *Como os empresários pensam a política e a democracia: Brasil, anos 1990*. IN: Opinião Pública, Campinas, V. XI, n.º 2, Outubro, 2005, pp. 422-449.

NEW YORK HERALD TRIBUNE (NYHT). *Latin Americans Vote to Fight Reds*. 23.08.1955.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 03.05.1989.

OHL, John Kennedy. *Edward G. Lansdale*. IN: *The Scribner Encyclopedia of American Lives, Thematic Series: The 1960s*, edited by William L. O'Neill and Kenneth T. Jackson, Charles Scribner's Sons, 2003. *Gale In Context: Biography*.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK: 1956 a 1961*. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Declaración de solidaridad para la preservación de la integridad política de los Estados americanos contra la intervención del comunismo internacional*. Venezuela, Caracas, 1-28 de março, 1954.

OSAKA, Koichiro. *The Imperial Ghost in the Neoliberal Machine (Figuring the CIA)*. IN: e-flux journal #100 – may 2019.

OZKAN, Behlul. *Cold war era relations between West Germany and Turkish political Islam: from an anti-communist alliance to a domestic security issue*. In: Southeast European and Black Sea Studies, 19: 1, 31-54, 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional: Uruguay (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Departamento de História, 2005.

PARTIDO COMUNISTA DE CHILE (PCC). *Boletín del Exterior*, n.º 23, Mayo-Junio, 1977.

PEARSON, Roger. *The Concept of Heredity in the History of Western Culture (Part One)*. IN: The Mankind Quarterly, Spring 1995, pp. 229-266.

\_\_\_\_\_. *The Concept of Heredity in the History of Western Culture (Part Two)*. IN: *The Mankind Quarterly*, 1995(b), pp. 343-372. Disponível em: <https://www.unz.com/print/MankindQuarterly/Contents/>

\_\_\_\_\_. *The Concept of Heredity in the History of Western Culture (Part Three)*. IN: *The Mankind Quarterly*, Fall 1995(c), pp. 73-104.

PEARSON, Drew; ANDERSON, Jack. *The case against Congress: a compelling indictment of corruption on Capitol Hill*. New York: Simon and Shuster, 1968.

PETERSEN, Michael. *The Intelligence That Wasn't: CIA Name Files, the U.S. Army, and Intelligence Gathering in Occupied Japan*. IN: *Researching Japanese War Crimes. Introductory Essays*. Edward Drea *et al.* National Archives and Record Administration (NARA) for Nazi War Crimes and Japanese Imperial Government Records Interagency Working Group: Washington, DC, 2006. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/iwg/japanese-war-crimes/introductory-essays.pdf>

PHIL, Carradice. *The Shanghai Massacre: China's White Terror, 1927*. United Kingdom: Pen & Sword Books, 2018.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003.

PRESTON, Paul; PARTRIDGE, Michael. *British documents on foreign affairs – reports and papers from the Foreign Office confidential print. Part IV, From 1946 through 1950. Series E, Asia, 1949*/general editors, Paul Preston and Michael Partridge; editor, Anthony Best. Maryland: University Publications of America, 2003.

*Public Law 86-90. Joint Resolution providing for the designation of the third week of July as 'Captive Nations Week'*. 17 de julho de 1959.

RABE, Stephen G. *Eisenhower and Latin America. The Foreign Policy of Anticommunism*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1988.

RAGO FILHO, Antonio. *A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Programa de Pós-Graduação em História, 1989.

\_\_\_\_\_. *A ideologia 64: os gestores do capital atrofico*. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Programa de Pós-graduação em História, 1998.

\_\_\_\_\_. *Diferenças históricas entre integralismo brasileiro e fascismo europeu (1922-1937). Formas de regressividade na via colonial e na via prussiana de objetivação do capital*. IN: *Jornadas Interescuelas, Departamento de Historia, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán*, 2007.

REES, Philip. *Biographical dictionary of the extreme-right since 1890*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1990.

REPRESENTACIONES DIPLOMÁTICAS DE CUBA EN EL EXTERIOR. *Homenagem realizado na missão diplomática cubana dedicado a Adriana Corcho e Efred Montegudo*. 22 de abril de 2020.

RIBEIRO, Ivair Augusto. *O anti-semitismo no discurso integralista no Sertão de São Paulo: os discípulos de Barroso*. IN: *O anti-semitismo nas Américas: memória e história*. Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2007.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. *A história da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as ditaduras de Segurança Nacional (1972-1979)*. Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campos de Marechal Cândido Rondo, Programa de Pós-Graduação em História, 2018. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4151>

RIDLER, Jason. *The fertile ground of Hell's carnival: Charles T. R. Bohannon and the US Army's Counter Intelligence Corps' investigations of war criminals, collaborators, and the Huk, in the Philippines 1945–1947*. IN: *Defense & Security Analysis*, 33:1, 15-29, 2017.

\_\_\_\_\_. *Combat anthropologist: Charles T. R. Bohannon, counter-insurgency pioneer, 1936-1966*. IN: *Small Wars & Insurgencies*, 31: 2, 267-285, 2020.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiana: Caminhos, 2021.

ROCHA, Lucas. *General que reprimiu Guerrilha do Araguaia surta no RJ e, armado, ameaça PMs*.

ROSSOLINSKI-LIEBE, Grzegorz. *Stepan Bandera. The life and afterlife of a Ukrainian nationalist. Fascism, genocide, and cult*. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2014.

\_\_\_\_\_. *Inter-Fascist conflicts in East Central Europe. The Nazis, the 'Austrofascists', the Iron Guard, and the Organization of Ukrainian Nationalists*. IN: *Fascism without borders: transnational connections and cooperation between movements and regimes in Europe from 1918 to 1945*. Edited by Arnd Bauerkeamper and Grzegorz Rossoliński-Liebe. New York: Berghahn Books, 2017.

ROSTICA, Julieta. *El antiimperialismo de la derecha: la Confederación Anticomunista Latinoamericana (1972-1980)*. IN: *Confrontación de imaginarios: los antiimperialismos en América Latina*. PIRKER, Kristina; ROSTICA, Julieta (Coords.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Instituto de Investigaciones, 2021.

RUGGIERO, Vito. *Il neofascismo italiano nel Paraguay di Stroessner: l'asilo, l'Internazionale Nera Economica' e la rimozione del passato criminale*. In: *Ciencia Nueva. Revista de Historia y Política*, v. 3, n.º 2, julio-diciembre de 2019, pp. 59-78, Pereira, Colombia.

RUSH, Kenneth. *Reported anti-communist meetings in Washington*. April 4, 1974. IN: Public Library of U.S. Diplomacy.

SABRIN, B. F. *Alliance for murder. The Nazi-Ukrainian nationalist partnership in genocide*. New York: Sarpedon, 1991.

SAKAL, Halil Burak. *Germany and Turkestanis during the course of the World War II (1941-1945)*. Bilkent University Ankara, July 2010.

SALAZAR SALVO, Manuel. *Las letras del horror: la DINA*. Santiago: LOM Ediciones, 2011.

SANTOMAURO, Fernando. *A United States Information Agency e sua ação no Brasil de 1953 a 1964*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2015.

SESSA, Leandro. “*Semillas en tierras estériles*”: *la recepción del APRA en la Argentina de mediados de la década de los treinta*. Universidad Nacional de la Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE), *Revista Sociohistórica*, 2001, n.º 28, pp. 131-161

SCHERRER, Robert. *Operation Condor. Federal Bureau of Investigation (FBI), September 28, 1976*. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/dc.html?doc=2843995-Document-07>

SCHLESINGER, Stephen; KINZER, Stephen. *Bitter Fruit. The Story of the American Coup in Guatemala*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, David Rockefeller Center for Latin American Studies, 1999.

SCOTT, Peter Dale. *The War Conspiracy. The Secret Road to the Second Indochina War*. Indianapolis/New York: The Bobbs-Merrill Company, Inc., 1972.

\_\_\_\_\_. *Private War Enterprise in Asia: Air America, The Brook Club and the Kuomintang*. [1970]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/197017.pdf>

\_\_\_\_\_. *American War Machine. Deep Politics, the CIA Global Druga Connection, and the Road to Afghanistan*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014.

SCOTT, Peter Dale; MARSHALL, Jonathan. *Cocaine Politics: drugs, armies, and the CIA in the Central America*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1991.

SCOTT, Peter Dale; MARSHALL, Jonathan; HUNTER, Jane. *The Iran-Contra connection: secret teams and covert operations in the Reagan Era*. Massachusetts: South End Press Boston, 1987.



SCOTT-SMITH, Giles. *Western Anti-Communism and the Interdoc Network: Cold War Internationale*. Palgrave Macmillian: London, 2012.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SERBIN, Kenneth. *Behind Pinochet's reign of terror: Torture chamber*. Christian Century (January 2005).

SHLAUDEMANN, Harry. *The "Third World War" and South America*. Department of State. August 3, 1976. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/dc.html?doc=2843991-Document-03>

SHENG, Wang. *The Theory and Practice of Political Warfare*. Taipei, Taiwan, Republic of China: Fsu Hsing Kang College Press, 1980.

SIMMONS, D. B. *Forwarding of Biographic Data of Thelmo Dutra de Rezende (1970)*. IN: Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-89s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

SIMON, Roberto. *O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SIMPSON, Christopher. *Blowback: America's Recruitment of Nazis and Its Effects on the Cold War*. New York: Collier Book, Macmillan Publishing Co., 1989.

SINGLAUB, John. K.; MCCONNELL, Malcolm. *Hazardous duty: an American soldier in the Twentieth century*. New York: Summit Books, 1991.

SINIAWAR, Eiko Maruko. *Ruffians, Yakuza, Nationalists: The Violent Politics of Modern Japan, 1860-1960*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

SIRGIOVANNI, Georges. *Strom Thurmond (1902-2003)*. IN: *American conservatism: an Encyclopedia*. FROHNEN, Bruce; BEER, Jeremy; NELSON, Jeffrey O. (organizadores). Wilmington, Delaware: ISI Books, 2006

SOLER, Lorena. *Redes y organizaciones anticomunistas en Paraguay: la XII Conferencia Anual de la Liga Anticomunista Mundial, realizada en Asunción en 1979*. Páginas – Revista Digital de la Escuela de Historia, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario (Argentina), v. 10, n.º 24, 1018, pp. 55-73.

SOSENKO, Alexander Nicholas. *Eastern European unity under Russian communism and the Anti-Bolshevik Bloc of Nations: conception, ideology, and conferences*. Illinois: Universidade de Urbana-Champaign, 2010.

STOESSEL JR., Walter John. *Pravda assails world anti-communist meeting*. April 16, 1974. IN: Public Library of U.S. Diplomacy.

STRANGA, Aivars. *The Political System of Karlis Ulmanis' Authoritarian regime (15.05-1934-17.06.1040)*. IN: *Studia Universitatis Cibiniensis. Series Historica*, v. IX, pp. 51-56, 2012.

SZABÓ, Miloslav. *From 'National Endogamy' to 'Defiling a Race': Gender Stereotypes in Slovak nationalism and antisemitism in the late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> century*. IN: *Women and World War II*. Eduard Nižnanský; Denisa Nešťáková (eds.). Faculty of Arts Comenius University in Bratislava, 2016.

SZULC, Tad. *Compulsive Spy. The Strange Career of E. Howard Hunt*. New York: The Viking Press, 1974.

TARELOW, Gustavo Querodia. *Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular, 1898-1988*. São Paulo, 2018. Tese (doutorado). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

TERRA; Mercedes; GARCÍA FERREIRA, Roberto. *Comunismo y sabotaje en la represa de Rincón de Baygorria*. IN: *A Contracorriente: una revista de estudios latinoamericanos*, v. 7, n.º 3, Spring 2010, pp. 249-276, North Carolina State University.

THAROOR, Ishaan. *The long history of the U.S. interfering with elections elsewhere*. IN: *The Washington Post*. 13 de outubro de 2016.

THE COMMITTEE OF ONE MILLION AGAINST THE ADMISSION OF COMMUNIST CHINA TO THE UNITED NATIONS. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP73-00475R000102940004-8.pdf>

THE INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL FOR THE FAR EAST. *Background Information re TOJO, Hideki, (General)*. 1946 [IMFTE] (IPES) Translations of interrogations. IN: Roy L. Morgan Papers & IMTFE Official Records, Box 03, University of Virginia Law Library.

THE NATHAN HALE INSTITUE. Washington, D.C.: EUA, s/d. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP90-00806R000200720004-6.pdf>

THE NEW YORK TIMES (1955a). NYT. *Latins Meets to Bar Soviet Penetration*. 23.08.1955.

THE NEW YORK TIMES (1955b). NYT. *Anti-Red Groups Urged at Rio*. 24.08.1955.

THE NEW YORK TIMES (1955c). NYTb. *Latin Unit Alleges Reds Run Bolivia*. 27.08.1955.

TOLENTINO, Renan. *Greve de 1988, 30 anos: música, documentário e monumento tentam manter memória do movimento*. Volta Redonda, Rio de Janeiro. 28.11.2018.

TPARENTS. *Former Japanese Premier Mr. Nobusuke Kishi spoke at Japanese HAS-UWC Headquarters*. August 11, 1970.

TROMLY, Benjamin. *The Making of a Myth. The National Labor Alliance, Russian Émigrés, and Cold War Intelligence Activities*. IN: *Journal of Cold War*, Volume 18, Number 1, Winter 2016, pp. 80-111.

UMMEL, R. J. *China's Bloody Century. Genocide and Mass Murder Since 1900*. New York: Taylor & Francis, 1991.

United Press (UP). *Latin Americans Vote to Fight Red*. 23.08.1955.

United Press (UP). *Latin-American Anti-Red Groups Meets in Peru*. 10.05.1957.

UNITED STATES GOVERNMENT. *Request K-2202 [KODAMA Yoshio]*. 29 June 1950.

USDEPARTMENTOFDEFENSE. *Biographical Data of Thelmo Dutra de Rezende (1967)*. IN: *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-89s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

VAGO, Bela Adalbert. *Horia Sima*. IN: *Encyclopaedia Judaica*, edited by Michael Berenbaum and Fred Skolnik, V. 18, Macmillan Reference USA, 2007, p. 590.

VALENTE, Rubens. *Célula anticomunista atuou no Brasil durante a ditadura. Ex-banqueiro conta que empresários de São Paulo financiavam grupo de direita*. Arquivo Nacional mantém cartas e relatórios do SNI sobre ação que prestava solidariedade a ditaduras da América Latina nos anos 70. IN: *Folha de S. Paulo*, 15.11.2009.

VALENTE, Rubens; URIBE, Gustavo. *Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura*. IN: *Folha de São Paulo*. 10.05.2018.

VALENTINE, Douglas. *The Phoenix Program*. New York: William Morrow, 2000.

VERBITSKY, Horacio. *La posguerra sucia: un análisis de la transición*. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1985.

VILLA, Marco Antonio. *Os nazifascistas bolsonaristas*. IN: UOL, 02.09.2021.

VILLENEUVE, Hubert. *Teaching anticommunism: Fred C. Schwarz, the Christian Anti-Communism Crusade and American postwar conservatism*. Tese (doutorado), Departamento de História, McGill University, Montreal, Canadá, 2011.

VISCONTI, Silvia; RODRIGUEZ DÍAZ, Universindo. *Antecedentes de la Operación Cóndor: la conferencia de Ejércitos Americanos (Montevideo, 1974) y la coordinación de los servicios de*

*inteligencia y los aparatos represivos en el Cono Sur*. IN: Taller (Segunda Epoca). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, v. 1, n.º 1 (octubre de 2012), pp. 139-150.

VUKIC, Igor. *Labor camp Jasenovac*. Zagreb, s/ed., 2018.

WAKEMAN JR., Frederic. *A Revisionist View of the Nanjing Decade: Confucian Fascism*. IN: The China Quarterly, No. 150, Special Issue: Reappraising Republic China (Jun., 1997), pp. 395-432. School of Oriental and African Studies: Cambridge University Press.

WANDENKOLK, Wanderley. In: Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 20.04.1975.

WARREN, Leslie. *Latin-America Communism Hit: Defensive Approach*. IN: *The Christian Science Monitor*, 03.09.1955.

WATERS, Robert. *Young Americans for Freedom*. IN: *American Conservatism. An Encyclopedia*. Edited by Bruce Frohnen, Jeremy Beer, and Jeffrey O. Nelson. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2006.

WEINREICH, Max. *Hitler's professors: the part of scholarship in Germany's crimes against the Jewish people*. New Haven and London: Yale University Press, 1999.

WRIGHT, Brendan. *Political Violence and the Problematics of Localized Memory at Civilian Massacre Sites: The Cheju 4.3 Peace Park and the Kōch'ang Incident Memorial Park*. IN: Cross-Currents: East Asian History and Culture Review. E-Journal No. 14 (March 2015).

YOSHIMI, Takeuchi. *Profile of Asian Minded Man X: Ōkawa Shūmei*. IN: *The Developing Economies*, v.º 07, n.º 3, September 1969, pp. 367-379.

YUTAKA, Kanda. *The transformation of a Manchukuo imperial bureaucrat to postwar supporter of the Yoshida Doctrine. The case of Shiina Etsusaburo*. IN: *The Dismantling of Japan's Empire in East Asia. Deimperialization, postwar legitimation and imperial afterlife*. Edited by Barak Kushner and Sherzod Muminov. London and New York: Routledge (Taylor & Francis Group), 2017.

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. *El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet: Chile, 1960-1980*. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

ZOGLIN, Katia. *Paraguay's Archive of Terror: international cooperation and Operation Condor*. IN: The University of Miami Inter-American Law Review, V. 32, n.º 1, 2001, pp. 57-82. Disponível em: <https://repository.law.miami.edu/umialr/vol32/iss1/4/>